**PRESIDENTE**
Desª. CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO
**VICE-PRESIDENTE**
Des. RONALDO MARQUES VALLE
**CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**
Desª. ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA
**CONSELHO DA MAGISTRATURA**
Desª. CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO
Desª. EZILDA PASTANA MUTRAN
Des. RONALDO MARQUES VALLE
Desª. ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
Desª. ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA
Desª. EVA DO AMARAL COELHO
Desª. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

**DESEMBARGADORES**

RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES
LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO
VÂNIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA
VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO
MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS
RICARDO FERREIRA NUNES
LEONARDO DE NORONHA TAVARES
CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO
MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES
LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR
DIRACY NUNES ALVES
RONALDO MARQUES VALLE
GLEIDE PEREIRA DE MOURA
JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO
MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO
MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO
ROBERTO GONÇALVES DE MOURA
MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE
LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO
MAIRTON MARQUES CARNEIRO
EZILDA PASTANA MUTRAN
MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA
ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA
JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR
ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
EVA DO AMARAL COELHO

### SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO
**Plenário da Seção de Direito Público**
**Sessões às terças-feiras**
Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento
Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro
Desembargadora Diracy Nunes Alves (Presidente)
Desembargador José Maria Teixeira do Rosário
Desembargador Roberto Gonçalves de Moura
Desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto
Desembargadora Ezilda Pastana Mutran
Desembargadora Maria Elvina Gemaque Taveira
Desembargadora Rosileide Maria da Costa Cunha

### SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO
**Plenário da Seção de Direito Privado**
**Sessões às quintas-feiras**
Desembargador Constantino Augusto Guerreiro
Desembargador Ricardo Ferreira Nunes (Presidente)
Desembargador Leonardo de Noronha Tavares
Desembargadora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães
Desembargadora Gleide Pereira de Moura
Desembargadora Maria do Ceo Maciel Coutinho
Desembargadora Maria Filomena de Almeida Buarque
Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior
Juiz Convocado José Torquato de Araújo de Alencar

### 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO
**Plenário de Direito Privado**
**Sessões às segundas-feiras**
Desembargador Constantino Augusto Guerreiro
Desembargador Leonardo de Noronha Tavares
Desembargadora Maria do Ceo Maciel Coutinho
Desembargadora Maria Filomena de Almeida Buarque
Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior (Presidente)

### 2ª TURMA DE DIREITO PRIVADO
**Plenário de Direito Privado**
**Sessões às terças-feiras**
Desembargador Ricardo Ferreira Nunes
Desembargadora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães (Presidente)
Desembargadora Gleide Pereira de Moura
Juiz Convocado José Torquato de Araújo de Alencar

### 1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO
**Plenário de Direito Público**
**Sessões às segundas-feiras**
Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro
Desembargador Roberto Gonçalves de Moura (Presidente)
Desembargadora Ezilda Pastana Mutran
Desembargadora Maria Elvina Gemaque Taveira
Desembargadora Rosileide Maria da Costa

### 2ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO
**Plenário de Direito Público**
**Sessões às segundas-feiras**
Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento
Desembargadora Diracy Nunes Alves
Desembargador José Maria Teixeira do Rosário (Presidente)
Desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto

### SEÇÃO DE DIREITO PENAL
**Plenário da Seção de Direito Penal**
**Sessões às segundas-feiras**
Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes
Desembargadora Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha
Desembargadora Vânia Lúcia Carvalho da Silveira
Desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos
Desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior
Desembargador Ronaldo Marques Vale
Desembargador Maria Edwiges de Miranda Lobato
Desembargador Mairton Marques Carneiro (Presidente)
Desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias
Desembargadora Eva do Amaral Coelho

### 1ª TURMA DE DIREITO PENAL
**Plenário de Direito Penal**
**Sessões às terças-feiras**
Desembargadora Vânia Lúcia Carvalho da Silveira (Presidente)
Desembargador Maria Edwiges de Miranda Lobato
Desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias

### 2ª TURMA DE DIREITO PENAL
**Plenário de Direito Penal**
**Sessões às terças-feiras**
Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes
Desembargadora Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha (Presidente)
Desembargador Ronaldo Marques Vale

### 3ª TURMA DE DIREITO PENAL
**Plenário de Direito Penal**
**Sessões às quintas-feiras**
Desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos (Presidente)
Desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior
Desembargador Mairton Marques Carneiro
Desembargadora Eva do Amaral Coelho

SUMÁRIO

PRESIDÊNCIA ---- 6
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA ---- 12
COORDENADORIA DOS PRECATÓRIOS ---- 17
SECRETARIA JUDICIÁRIA ---- 23
CEJUSC
PRIMEIRO CEJUSC BELÉM ---- 25
SEÇÃO DE DIREITO PENAL ---- 27
TURMAS DE DIREITO PENAL
UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PENAL - UPJ ---- 28
COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS
SECRETARIA DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MOSQUEIRO ---- 34
UPJ DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS E DO JUIZADO CRIMINAL DO MEIO AMBIENTE DA CAPITAL 35
DIVISÃO DE REGISTRO DE ACÓRDÃOS E JURISPRUDÊNCIA ---- 37
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS ---- 39
FÓRUM CÍVEL
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 1 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL - 40
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 2 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL - 52
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 3 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL - 54
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 4 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL - 60
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 5 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL - 72
SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL ---- 74
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 7 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL - 118
UPJ DAS VARAS DE FAMÍLIA DA CAPITAL - 5 VARA DE FAMÍLIA ---- 130
SECRETARIA DA 2ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DA CAPITAL ---- 131
UPJ DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - 2 VARA DA FAZENDA ---- 144
UPJ DAS VARAS DE FAMÍLIA DA CAPITAL - EDITAIS ---- 175
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 10 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL 177
FÓRUM CRIMINAL
DIRETORIA DO FÓRUM CRIMINAL ---- 199
SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL ---- 200
SECRETARIA DA 2ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL ---- 204
SECRETARIA DA 3ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL ---- 205
SECRETARIA DA 6ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL ---- 209
SECRETARIA DA 7ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL ---- 219
SECRETARIA DA 10ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL ---- 256
SECRETARIA DA 13ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL ---- 260
SECRETARIA DA 3ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER ---- 261
FÓRUM DE ICOARACI
SECRETARIA DA VARA DE FAMILIA DISTRITAL DE ICOARACI ---- 279
SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI ---- 287
FÓRUM DE ANANINDEUA
SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA ---- 289
SECRETARIA DA 4ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA ---- 290
FÓRUM DE MARITUBA
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE MARITUBA ---- 295
EDITAIS
COMARCA DA CAPITAL - EDITAIS ---- 297
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL -12 VARA - EDITAIS ---- 300
JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO ---- 301

COMARCA DE ABAETETUBA
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ABAETETUBA ---- 303
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA ---- 311
COMARCA DE MARABÁ
SECRETARIA DA 2ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ ---- 336
COMARCA DE SANTARÉM
UPJ DAS VARAS CRIMINAIS DE SANTARÉM - 1 VARA CRIMINAL ---- 338
SECRETARIA DA VARA AGRÁRIA DE SANTARÉM ---- 339
UPJ DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE SANTARÉM ---- 340
COMARCA DE ALTAMIRA
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA ---- 342
COMARCA DE TUCURUÍ
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE TUCURUÍ ---- 343
COMARCA DE CASTANHAL
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CASTANHAL ---- 344
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CASTANHAL ---- 348
COMARCA DE BARCARENA
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BARCARENA ---- 385
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BARCARENA ---- 408
COMARCA DE SANTA MARIA DO PARÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SANTA MARIA DO PARÁ ---- 409
COMARCA DE PARAUAPEBAS
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DE PARAUAPEBAS - 2 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL 411
COMARCA DE ITAITUBA
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ITAITUBA ---- 412
COMARCA DE REDENÇÃO
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE REDENÇÃO ---- 414
COMARCA DE PARAGOMINAS
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS ---- 421
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE PARAGOMINAS ---- 443
COMARCA DE DOM ELISEU
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE DOM ELISEU ---- 446
COMARCA DE JURUTI
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE JURUTI ---- 447
COMARCA DE ORIXIMINA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ORIXIMINA ---- 450
COMARCA DE CAPANEMA
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE CAPANEMA ---- 454
COMARCA DE GOIANÉSIA DO PARÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE GOIANÉSIA DO PARÁ ---- 458
COMARCA DE CURRALINHO
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE CURRALINHO ---- 515
COMARCA DE SANTA IZABEL DO PARÁ
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ ---- 600
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTA IZABEL DO PARÁ ---- 605
COMARCA DE IGARAPÉ-MIRI
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE IGARAPÉ-MIRI ---- 606
COMARCA DE SANTARÉM NOVO
SECRETARIA VARA ÚNICA DE SANTARÉM NOVO ---- 669
COMARCA DE GURUPÁ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE GURUPÁ ---- 693
COMARCA DE CACHOEIRA DO ARARI
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE CACHOEIRA DO ARARI ---- 698
COMARCA DE CURIONÓPOLIS
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE CURIONÓPOLIS ---- 700
COMARCA DE XINGUARA
SECRETARIA DA 2 VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE XINGUARA ---- 703
COMARCA DE BAIÃO
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE BAIÃO ---- 707
COMARCA DE GARRAFÃO DO NORTE
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE GARRAFÃO DO NORTE ---- 711
COMARCA DE TUCUMÃ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE TUCUMÃ ---- 713
COMARCA DE AFUÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE AFUÁ ---- 717
COMARCA DE BRAGANÇA
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BRAGANÇA ---- 725
COMARCA DE AURORA DO PARÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE AURORA DO PARÁ ---- 727
COMARCA DE NOVA TIMBOTEUA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE NOVA TIMBOTEUA ---- 728
COMARCA DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA ---- 729
COMARCA DE ITUPIRANGA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ITUPIRANGA ---- 730
COMARCA DE NOVO REPARTIMENTO
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE NOVO REPARTIMENTO ---- 732
COMARCA DE MOCAJUBA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MOCAJUBA ---- 739
COMARCA DE BONITO
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE BONITO ---- 740
COMARCA DE MEDICILÂNDIA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MEDICILÂNDIA ---- 742
COMARCA DE PRIMAVERA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE PRIMAVERA ---- 743
COMARCA DE CAMETÁ
SECRETARIA DA 2ª VARA DE CAMETÁ ---- 748
COMARCA DE BREU BRANCO
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE BREU BRANCO ---- 749
COMARCA DE BRASIL NOVO
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE BRASIL NOVO ---- 750
COMARCA DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA ---- 751
COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS ---- 752
COMARCA DE AUGUSTO CORREA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE AUGUSTO CORREA ---- 754
COMARCA DE MARAPANIM
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MARAPANIM ---- 758
COMARCA DE PRAINHA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE PRAINHA ---- 759

COMARCA DE SALVATERRA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SALVATERRA ---- 760
COMARCA DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA ---- 761
COMARCA DE TOME - AÇU
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE TOMÉ - AÇU ---- 769
COMARCA DE SENADOR JOSE PORFIRIO
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SENADOR JOSE PORFIRIO ---- 787
COMARCA DE VIGIA
SECRETARIA DA VARA UNICA DE VIGIA ---- 800
COMARCA DE VISEU
SECRETARIA DA VARA UNICA DE VISEU ---- 802
COMARCA DE ANAPU
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ANAPU ---- 805
COMARCA DE IPIXUNA DO PARÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE IPIXUNA DO PARÁ ---- 807

**PRESIDÊNCIA**

**A Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:**

**PORTARIA N° 3791/2021-GP. Belém, 11 de novembro de 2021.**

Considerando o gozo de férias do Juiz de Direito Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade,

DESIGNAR a Juíza de Direito Aldinéia Maria Martins Barros, titular da 1ª Vara Cível e Empresarial de Marituba, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela Vara Criminal de Marituba, no período de 13 de novembro a 02 de dezembro do ano de 2021.

**PORTARIA N°3816/2021-GP. Belém, 11 de novembro de 2021.**

CONSIDERANDO o afastamento funcional do Desembargador Ronaldo Marques Valle, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, nos períodos de 16 a 19, 22, 25, 26, 29 e 30 de novembro e dia 1º de dezembro de 2021, em razão de gozo regular de férias e compensação de plantão, conforme expedientes PA-MEM-2021/39716 e PA-MEM-2021/42990;

CONSIDERANDO, ainda, o artigo 34 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará,

DESIGNAR o Desembargador **Rômulo José Ferreira Nunes** para responder pela Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará nos períodos de 16 a 22 de novembro e de 25 de novembro a 1º de dezembro de 2021.

**PORTARIA N° 3832/2021-GP. Belém, 12 de novembro de 2021.**

Considerando o gozo de férias do Juiz de Direito Jorge Luiz Lisboa Sanches,

DESIGNAR o Juiz de Direito Murilo Lemos Simão, Auxiliar de 3ª Entrância, para responder, sem prejuízo de suas designações anteriores, pela 8ª Vara Criminal da Capital, no período de 16 a 30 de novembro do ano de 2021.

**PORTARIA N° 3833/2021-GP. Belém, 12 de novembro de 2021.**

Considerando o gozo de férias e folgas, por compensação de plantão, do Juiz de Direito Jorge Luiz Lisboa Sanches,

DESIGNAR o Juiz de Direito Marcus Alan de Melo Gomes, titular da 9ª Vara Criminal da Capital, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 8ª Vara Criminal da Capital, no período de 01 a 17 de dezembro do ano de 2021.

**PORTARIA N° 3835/2021-GP. Belém, 12 de novembro de 2021.**

Considerando o gozo de folgas, por compensação de plantão, da Juíza de Direito Kédima Pacífico Lyra,

DESIGNAR a Juíza de Direito Mônica Maués Naif Daibes, titular da 3ª Vara de Execução Fiscal da Capital, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 1ª Vara de Execução Fiscal da Capital, no período de 16 a 17 de novembro do ano de 2021.

**PORTARIA N° 3836/2021-GP. Belém, 12 de novembro de 2021.**

Considerando o gozo de folgas, por compensação de plantão, da Juíza de Direito Kédima Pacífico Lyra,

Art. 1º DESIGNAR o Juiz de Direito Luiz Otávio Oliveira Moreira, Auxiliar de 3ª Entrância, para responder, sem prejuízo de suas designações anteriores, pela 1ª Vara de Execução Fiscal da Capital, nos dias 18 e 19 de novembro do ano de 2021.

Art. 2º DESIGNAR o Juiz de Direito Luiz Otávio Oliveira Moreira, Auxiliar de 3ª Entrância, para responder, sem prejuízo de suas designações anteriores, pela 1ª Vara de Execução Fiscal da Capital, no período de 22 a 26 de novembro do ano de 2021.

Art. 3º DESIGNAR o Juiz de Direito Luiz Otávio Oliveira Moreira, Auxiliar de 3ª Entrância, para responder, sem prejuízo de suas designações anteriores, pela 1ª Vara de Execução Fiscal da Capital, no dia 29 de novembro do ano de 2021.

**PORTARIA Nº 3837/2021-GP. Belém, 12 de novembro de 2021.**

Considerando o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-PRO-2021/01024;

Art. 1º APOSENTAR voluntariamente por tempo de contribuição, a servidora OSMÉLIA DE MELO REGO, matrícula funcional nº110981, no cargo de Analista Judiciário - Pedagogia, classe/padrão A05CTAJ, lotada na Comarca de Ananindeua, com base no art. 3º da EC n. 103/2019 c/c art. 2° da ECE n. 77/2019, na Constituição Federal de 1988, art. 40, § 1º, III. "a" (redação dada pela EC n. 20/1998), na Lei Complementar Estadual n. 039/2002, art. 22, caput e inciso I (com redações dadas pela LCE n. 49/2005 e n. 51/2006), com proventos calculados na forma do art. 1" da Lei Federal n. 10.887/2004 e arts. 36-A e 36-B da Lei Complementar Estadual n. 039/2002 (com redações dadas pela LCE n. 49/2005), reajustados na forma do art. 36-C da Lei Complementar Estadual n. 039/2002 (redação dada pela LCE n. 110/2016), contando com o tempo de contribuição de 36 (trinta e seis) anos, 07 (sete) meses e 16 (dezesseis) dias até 11/11/2021.

Art. 2º. DETERMINAR que os proventos acima sejam submetidos ao redutor constitucional no que excederem aos subsídios dos Desembargadores deste Tribunal, nos termos do artigo 37, inciso XI da CF/1988.

**PORTARIA N° 3840/2021-GP. Belém, 12 de novembro de 2021.**

Considerando o gozo de férias da Juíza de Direito Mônica Maués Naif Daibes,

DESIGNAR o Juiz de Direito Homero Lamarão Neto, Auxiliar de 3ª Entrância, para responder, sem prejuízo de suas designações anteriores, pela 3ª Vara de Execução Fiscal da Capital, no período de 18 de novembro a 17 de dezembro do ano de 2021.

**PORTARIA N° 3841/2021-GP. Belém, 12 de novembro de 2021.**

Considerando o gozo de folgas, por compensação de plantão, da Juíza de Direito Carla Sodré da Mota Dessimone,

Art. 1º DESIGNAR o Juiz de Direito Álvaro José da Silva Sousa, titular da Vara Criminal de Barcarena, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 1ª Vara Cível e Empresarial de Barcarena, nos dias 18 e 19 de novembro do ano de 2021.

Art. 2º DESIGNAR o Juiz de Direito Álvaro José da Silva Sousa, titular da Vara Criminal de Barcarena, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 1ª Vara Cível e Empresarial de Barcarena, nos dias

22 e 23 de novembro do ano de 2021.

**PORTARIA N° 3842/2021-GP. Belém, 12 de novembro de 2021.**

Considerando o gozo de folgas, por compensação de plantão, do Juiz de Direito Substituto João Paulo Barbosa Neto,

DESIGNAR o Juiz de Direito Ramiro Almeida Gomes, titular da Comarca de Tucumã, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela Comarca de Ourilândia do Norte, no período de 18 a 24 de novembro do ano de 2021.

**PORTARIA N° 3843/2021-GP. Belém, 12 de novembro de 2021.**

Considerando o gozo de folgas, por compensação de plantão, da Juíza de Direito Kátia Tatiana Amorim de Souza,

DESIGNAR o Juiz de Direito Danilo Alves Fernandes, titular da 1ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela Vara Criminal de Canaã dos Carajás, no período de 19 a 30 de novembro do ano de 2021.

**PORTARIA N° 3844/2021-GP. Belém, 12 de novembro de 2021.**

Considerando o gozo de férias da Juíza de Direito Sandra Maria Ferreira Castelo Branco,

DESIGNAR o Juiz de Direito Horácio de Miranda Lobato Neto, Auxiliar de 3ª Entrância, para responder, sem prejuízo de suas designações anteriores, pela 10ª Vara Criminal da Capital, no período de 19 a 30 de novembro do ano de 2021.

**PORTARIA N° 3845/2021-GP. Belém, 12 de novembro de 2021.**

Considerando o gozo de férias da Juíza de Direito Sandra Maria Ferreira Castelo Branco,

DESIGNAR a Juíza de Direito Alda Gessyane Monteiro de Souza Tuma, titular da 11ª Vara Criminal da Capital, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 10ª Vara Criminal da Capital, no período de 01 a 18 de dezembro do ano de 2021.

**PORTARIA N° 3846/2021-GP. Belém, 12 de novembro de 2021.**

Considerando o gozo de férias do Juiz de Direito Cláudio Hernandes Silva Lima,

DESIGNAR o Juiz de Direito Edmar Silva Pereira, titular da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 4ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, no período de 20 de novembro a 19 de dezembro do ano de 2021.

**PORTARIA N° 3847/2021-GP. Belém, 12 de novembro de 2021.**

Considerando o gozo de licença médica do Juiz de Direito Célio Petrônio D¿ Anunciação,

DESIGNAR o Juiz de Direito João Lourenço Maia da Silva, titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Capital, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 5ª Vara Cível e Empresarial da Capital, no período de 11 a 14 de novembro do ano de 2021.

**PORTARIA Nº 3849/2021-GP. Belém, 12 de novembro de 2021.**

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-PRO-2021/03853,

Art. 1º EXONERAR, a pedido, o servidor ITALO DE ANDRADE PEREIRA, matrícula nº 162019, do cargo de Auxiliar Judiciário, lotado na Secretaria de Gestão de Pessoas, retroagindo seus efeitos ao dia 28/10/2021, de acordo com o art.59 da Lei n° 5810, de 24/01/1994, Regime Jurídico Único dos Servidores do Estado do Pará.

Art. 2º Resguardar o direito à recondução nas hipóteses do art. 57, inciso I, do citado diploma legal.

**PORTARIA Nº 3850/2021-GP. Belém, 12 de novembro de 2021.**

CONSIDERANDO o resultado do Concurso de Remoção de Servidores de 2019, constante do Edital nº 001/2020-CRS/TJPA, publicado no DJE nº 7009/2020, de 13/10/2020,

REMOVER a servidora ANA DEBORA DO CARMO CONTENTE, Auxiliar Judiciário, matrícula nº 106186, da Comarca de Barcarena, para a Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Ananindeua.

**PORTARIA Nº 3851/2021-GP. Belém, 12 de novembro de 2021.**

CONSIDERANDO o resultado do Concurso de Remoção de Servidores de 2019, constante do Edital nº 001/2020-CRS/TJPA, publicado no DJE nº 7009/2020, de 13/10/2020,

REMOVER o servidor IVANILDO SILVA, Auxiliar Judiciário, matrícula nº 99872, da Comarca de Castanhal, para a 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua.

**PORTARIA Nº 3852/2021-GP. Belém, 12 de novembro de 2021.**

CONSIDERANDO o resultado do Concurso de Remoção de Servidores de 2019, constante do Edital nº 001/2020-CRS/TJPA, publicado no DJE nº 7009/2020, de 13/10/2020,

REMOVER o servidor RENAN FARIAS MONTEIRO, Auxiliar Judiciário, matrícula nº 118044, da Comarca de Cametá, para a 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Barcarena.

**PORTARIA Nº 3853/2021-GP. Belém, 12 de novembro de 2021.**

CONSIDERANDO o resultado do Concurso de Remoção de Servidores de 2019, constante do Edital nº 001/2020-CRS/TJPA, publicado no DJE nº 7009/2020, de 13/10/2020,

REMOVER o servidor RENATO LAGO VIEIRA, Auxiliar Judiciário, matrícula nº 113280, da Comarca de Santo Antônio do Tauá, para a 3ª Vara Criminal Distrital de Icoaraci, Comarca de Belém.

**PORTARIA Nº 3854/2021-GP. Belém, 12 de novembro de 2021.**

CONSIDERANDO o resultado do Concurso de Remoção de Servidores de 2019, constante do Edital nº 001/2020-CRS/TJPA, publicado no DJE nº 7009/2020, de 13/10/2020,

REMOVER o servidor PETRUS CARVALHO FROTA E SILVA, Oficial de Justiça Avaliador, matrícula nº 143537, da Comarca de São Sebastião da Boa Vista, para a Central de Mandados de Mosqueiro, Comarca de Belém.

**PORTARIA Nº 3855/2021-GP. Belém, 12 de novembro de 2021.**

CONSIDERANDO o resultado do Concurso de Remoção de Servidores de 2019, constante do Edital nº

001/2020-CRS/TJPA, publicado no DJE nº 7009/2020, de 13/10/2020,

REMOVER o servidor DENILTON MUNIZ PINTO, Auxiliar Judiciário, matrícula nº 107972, da Comarca de Mocajuba, para a 1ª Vara Cumulativa da Comarca de Cametá.

**PORTARIA Nº 3856/2021-GP. Belém, 12 de novembro de 2021.**

CONSIDERANDO o resultado do Concurso de Remoção de Servidores de 2019, constante do Edital nº 001/2020-CRS/TJPA, publicado no DJE nº 7009/2020, de 13/10/2020,

Art. 1º CESSAR os efeitos da Portaria nº 3064/2017-GP, de 22/06/2017, publicada no DJ edição nº 6223 do dia 23/06/2017, que COLOCOU a servidora LUCIANA MARIA DE OLIVEIRA FARIAS, Auxiliar Judiciário, matrícula nº 121541, À DISPOSIÇÃO da Comarca de Igarapé-Açu.

Art. 2º REMOVER a servidora LUCIANA MARIA DE OLIVEIRA FARIAS, Auxiliar Judiciário, matrícula nº 121541, do Termo Judiciário de Magalhães Barata, para a Secretaria do Fórum da Comarca de Castanhal.

**PORTARIA Nº 3857/2021-GP. Belém, 12 de novembro de 2021.**

CONSIDERANDO o resultado do Concurso de Remoção de Servidores de 2019, constante do Edital nº 001/2020-CRS/TJPA, publicado no DJE nº 7009/2020, de 13/10/2020,

REMOVER o servidor PAULO ROBERTO LOPES DE SOUSA, Oficial de Justiça Avaliador, matrícula nº 157716, da Comarca de Jacundá, para a Central de Mandados da Comarca de Dom Eliseu.

**PORTARIA Nº 3858/2021-GP. Belém, 12 de novembro de 2021.**

CONSIDERANDO o resultado do Concurso de Remoção de Servidores de 2019, constante do Edital nº 001/2020-CRS/TJPA, publicado no DJE nº 7009/2020, de 13/10/2020,

Art. 1º CESSAR os efeitos da Portaria nº 5652/2018-GP, de 12/11/2018, publicada no DJ edição nº 6544 do dia 13/11/2018, que COLOCOU a servidora POLIANA BORBA SIMOES, Auxiliar Judiciário, matrícula nº 158011, À DISPOSIÇÃO da Comarca de Marabá.

Art. 2º REMOVER a servidora POLIANA BORBA SIMOES, Auxiliar Judiciário, matrícula nº 158011, da Comarca de Jacundá, para a Comarca de Marabá.

**PORTARIA Nº 3859/2021-GP. Belém, 12 de novembro de 2021.**

CONSIDERANDO o resultado do Concurso de Remoção de Servidores de 2019, constante do Edital nº 001/2020-CRS/TJPA, publicado no DJE nº 7009/2020, de 13/10/2020,

REMOVER a servidora ANA MIRA VALENTE FERREIRA, Auxiliar Judiciário, matrícula nº 29904, da Comarca de Baião, para a Vara Única da Comarca de Mocajuba.

**PORTARIA Nº 3883/2021-GP. Belém, 12 de novembro de 2021.**

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-REQ-2021/11528,

REMOVER, por permuta, nos termos dos artigos 19 e 20 da Resolução 5/2019-GP, publicada no DJ edição 6684 de 24/06/2019, os servidores LUCA FRANÇA DA COSTA SOARES, Oficial de Justiça Avaliador, matrícula nº 145726, da Central de Mandados da Comarca de Curionópolis, para a Central de Mandados da Comarca de Canaã dos Carajás, e ELSON DIAS DA SILVA FONTES, Oficial de Justiça

Avaliador, matrícula nº 157571, da Central de Mandados da Comarca de Canaã dos Carajás, para a Central de Mandados da Comarca de Curionópolis.

**CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

**PROCESSO Nº 0003438-12.2021.2.00.0814**

**REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE PRAZO**

**REQUERENTE: EVANGELISTA FERREIRA CAMINHA**

**REQUERIDO: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E PENAL DA COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA**

**EMENTA: REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE PRAZO. DEMORA JUSTIFICADA. PROCESSO INSERIDO META 2 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. RECOMENDAÇÃO À REGULAR TRAMITAÇÃO DO FEITO. ARQUIVAMENTO**

**DECIDO.**

Analisando os fatos apresentados pelo requerente, percebe-se que a sua real intenção era que fosse dado impulso aos autos do Processos n. 0002644-78.2012.8.14.0017, e em consulta realizada ao Sistema Libra verificou-se que o último despacho proferido nos autos datou de 19/11/2019.

Por outro lado, o juízo requerido em manifestação a este Órgão Correcional em ID 823767 justificou a demora da tramitação processual.

De outro vértice, tendo em vista que os processos n.º 0002644-78.2012.8.14.0017 encontram-se inseridos na Meta 2 estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça para o ano de 2021, **RECOMENDO** ao Juízo da 1ª Vara Cível e Penal da Comarca de Conceição do Araguaia que **PROPORCIONE A REGULAR TRAMITAÇÃO DOS AUTOS**, especialmente considerando se tratar de processos inseridos na Meta 2 do CNJ, a fim de que a prestação jurisdicional alcance seu objetivo, observando o princípio constitucional da razoável duração do processo, disposto no Art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal.

Por fim, considerando não haver qualquer outra medida a ser adotada por esta Corregedoria-Geral de Justiça, **DETERMINO** o **ARQUIVAMENTO** da presente representação por excesso de prazo, com fulcro no art. 9º, § 2º da Resolução nº 135 do Conselho Nacional de Justiça.

Dê-se ciência às partes requerente e requerida.

Utilize-se cópia da presente decisão como ofício.

À Secretaria para os devidos fins.

Belém (PA), 09 de novembro de 2021.

**Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA**

*Corregedora-Geral de Justiça*

**PROCESSO Nº 0003365-40.2021.2.00.0814**

**REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE PRAZO**

**REQUERENTE: PEDRO PAULO FERREIRA IWABUCHI**

**REQUERIDA: 1ª UPJ VARAS CÍVEL, EMPRESARIAL, ÓRFÃO, AUSENTE, RESÍDUO, ACIDENTE DE TRABALHO E REGISTRO PÚBLICO**

**EMENTA: REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE PRAZO. AUTOS MIGRADOS AO PJE. RECOMENDAÇÃO. ARQUIVAMENTO.**

**DECIDO.**

Analisando os fatos apresentados pelo requerente, percebe-se que a sua real intenção é o impulso aos autos do processo n.º 0040370-44.2011.814.0301.

Consoante às informações prestadas pelo Juízo requerido, e em consulta ao Sistema Pje em 08/11/2021, verifico que em ID 39895425, consta certidão de digitalização e conferência de autos, datada de 03/11/2021.

Assim, **RECOMENDO** à 1ª UPJ Varas Cível, Empresarial, Órfão, Ausente, Resíduo, Acidente de Trabalho e Registro Público, a adoção de providências cabíveis quanto à remessa do feito em questão ao Tribunal em grau de recurso, a fim de que a prestação jurisdicional alcance seu objetivo, observando o princípio constitucional da razoável duração do processo, disposto no Art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal.

Por fim, considerando não haver qualquer outra medida a ser adotada por esta Corregedoria-Geral de Justiça, **DETERMINO** o **ARQUIVAMENTO** da presente representação por excesso de prazo, com fulcro no art. 9º, § 2º da Resolução nº 135 do Conselho Nacional de Justiça.

Dê-se ciência às partes requerente e requerida.

Utilize-se cópia da presente decisão como ofício.

À Secretaria para os devidos fins.

Belém (PA), data da assinatura eletrônica.

**Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA**

*Corregedora-Geral de Justiça*

**PROCESSO Nº 0003610-51.2021.2.00.0814**

**REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE PRAZO**

**REQUERENTE: JOSÉ MAURÍCIO MENASSEH NAHON OAB/PA 4662**

**REQUERIDO: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE CASTANHAL**

**EMENTA: REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE PRAZO. AUTORA DA AÇÃO PESSOA IDOSA.PRIORIDADE LEGAL. RECOMENDAÇÃO. ARQUIVAMENTO.**

**DECIDO.**

Analisando os fatos apresentados pelo requerente, percebe-se que a sua real intenção era que fossem apreciadas petições pendentes nos autos n.º 0800604.81.2021.8.14.0015.

Conforme informações do representado, corroboradas por consulta ao Sistema PjeCor, verifiquei que os autos objeto do presente procedimento foram conclusos em 19/10/2021, e segundo assegurado pelo magistrado que responde pela Unidade Judiciária encontram-se triados e separados para análise.

De outro vértice, sabe-se que a parte autora da ação, por se tratar de pessoa idosa, tem direito à prioridade na tramitação de seu processo, conforme estabelece o Art. 71, da Lei n.º 10.741, de 01 de outubro de 2003 ¿ Estatuto do Idoso, abaixo transcrito:

**¿Art. 71. É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância.¿**

Ante ao exposto, cuidando a demanda judicial de interesse de pessoa idosa, e tendo em vista o Art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal c/c o Art.71 da Lei 10.741/2003 ¿ Estatuto do Idoso, cabe a este Órgão Correcional **RECOMENDAR** ao Juízo requerido, que priorize o andamento do processo n.º 0800604.81.2021.8.14.0015, em questão, objetivando célere e efetiva prestação jurisdicional, fim maior deste Poder.

Por fim, considerando não haver qualquer outra medida a ser adotada por esta Corregedoria-Geral de Justiça, **DETERMINO** o **ARQUIVAMENTO** da presente representação por excesso de prazo, com fulcro no art. 9º, § 2º da Resolução nº 135 do Conselho Nacional de Justiça.

Dê-se ciência às partes.

Utilize-se cópia da presente decisão como ofício.

À Secretaria para os devidos fins.

Belém (PA), 09 de novembro de 2021.

**Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA**

*Corregedora-Geral de Justiça*

INSTRUÇÃO Nº 01/2021

Regulamenta o art. 25 do Provimento Conjunto nº 04/2021-CRMB/CJCI, e Implementa o sistema informatizado de controle de bloqueios/desbloqueios, cancelamentos/requalificação, de matrículas de

imóveis rurais, no âmbito do Estado do Pará,

A Excelentíssima Senhora **ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA**, Desembargadora Corregedora Geral de Justiça do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e,

**Considerando** os termos do Provimento nº 013/2006-CJCI, que dispôs sobre a averbação de Bloqueio de Matrículas de áreas rurais nos Cartórios de Registro de Imóveis nas Comarcas do Interior do Estado do Pará, nas hipóteses daquele ato normativo;

**Considerando** ainda o Provimento nº 002/2010-CJCI, que dispôs dobre o Cancelamento de Matrículas de Imóveis Rurais nos Cartórios de Registro de Imóveis do Estado do Pará;

**Considerando** a atual regulamentação da matéria prevista pelo Provimento Conjunto nº 04/2021-CRMB/CJCI, que fixou a obrigação dos Registradores de Imóveis em comunicar à Corregedoria a remessa de relatório sobre averbações de bloqueios/desbloqueios, cancelamento/requalificações efetuados na serventia, sob pena de responsabilidade (art. 25);

**Considerando**, por fim, a necessidade de informatizar tais comunicações, mediante a criação de um sistema on line de informações, a ser mantido pelo TJPA, para fins estatísticos e correicionais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica criado o sistema informatizado de controle de matrículas bloqueadas/desbloqueadas, e canceladas/requalificadas, referentes aos Provimentos 013/2006-CJCI, Provimento nº 002/2010-CJCI e Provimento Conjunto nº 04/2021-CRMB/CJCI, de preenchimento obrigatório por todos os Oficiais Registradores de Imóveis do Estado do Pará, em cumprimento ao disposto no art. 25 do Provimento Conjunto nº 04/2021-CRMB/CJCI.

Art. 2º o Sistema estará disponível no sitio da Arrecadação Extrajudicial do TJPA - Módulo Cartório (https://tjepa-a14.i.tj.pa.gov.br/extrajudicial/arrecadacaovendas/login.aspx), devendo os Oficiais Registradores de Imóveis utilizar seus login e senhas (conferidos pelo TJE-PA), onde poderão realizar a gestão do cadastro (consultas, inclusões, alterações e exclusões de matrículas), através do menu superior Prestação de Informações.

Parágrafo único - Os Oficiais Registradores de Imóveis no âmbito do Estado do Pará terão acesso ao sistema exclusivamente quanto à sua serventia, e deverão cadastrar no sistema, conforme o caso, os seguintes campos:

I ¿ matrícula do imóvel;

II ¿ nome do proprietário;

III ¿ livro e folha do ato;

IV ¿ área do imóvel;

V ¿ data do bloqueio;

VI ¿ data do cancelamento;

VII ¿ data da requalificação;

VIII ¿ data do desbloqueio;

IX ¿ situação atual;

X ¿ número do processo de desbloqueio.

Art. 3º - Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação deste ato, para o preenchimento integral de todas as matrículas que se amoldam às hipóteses dos Provimentos nº 013/2006-CJCI, Provimento nº 002/2010-CJCI e Provimento Conjunto nº 04/2021-CRMB-CJCI, sob pena de responsabilidade do Oficial.

Parágrafo único - Nas serventias de Imóveis onde não houver quaisquer casos que se amoldem ao presente provimento, o Oficial deverá, no mesmo prazo do caput, informar no campo específico do sistema, a inexistência de imóveis que se amoldem aos provimentos em questão.

Art. 4º - Considerando a existência de dados pessoais no referido sistema, o acesso ao mesmo será feito exclusivamente a Presidência do TJPA, a Corregedoria-Geral de Justiça, a Ouvidoria Agrária do Estado, além dos juízes corregedores permanentes, para fins de subsidiar decisões em processos e expedientes envolvendo a matéria, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

Art. 5º - Esta instrução entra em vigor na data de sua publicação, devendo-se dar ciência aos CRI-PA, Anoreg-PA, e aos registradores de Imóveis do Estado.

Belém, 12 de novembro de 2021

**ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA**

Corregedora Geral de Justiça

**COORDENADORIA DOS PRECATÓRIOS**

Número do processo: 0812206-17.2021.8.14.0000 Participação: REQUERENTE Nome: DANIEL COSTA DO ROSARIO Participação: ADVOGADO Nome: LIA DANIELA LAURIA OAB: 10719/PA Participação: REQUERENTE Nome: LIA DANIELA LAURIA Participação: ADVOGADO Nome: LIA DANIELA LAURIA OAB: 10719/PA Participação: REQUERIDO Nome: MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS Participação: ADVOGADO Nome: LORENA CRISTINA DE ARAUJO BRITO OAB: 22552/PA Participação: ADVOGADO Nome: DANIEL KONSTADINIDIS OAB: 9167/PA Participação: ADVOGADO Nome: CLODOMIR ASSIS ARAUJO OAB: 1/PA Participação: ADVOGADO Nome: BRENDA DA SILVA ASSIS ARAUJO OAB: 15692/PA

**DESPACHO**

O **Município Salinópolis/PA**, submetido ao **regime ordinário** de pagamento, está em mora com os precatórios nº 007/2019 e 008/2019, cujo **valor atualizado até novembro de 2021** é de **R$ 1.028.803,84**, conforme informações do Serviço de Análise de Processos da Coordenadoria de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

A parte credora requereu o sequestro de valores suficientes para pagamento da dívida e foi instaurado procedimento geral de gestão por portaria da Presidência do TJPA.

Sendo assim, **oficie-se ao ente devedor** para que, no prazo de dez dias, **comprove o pagamento, promova-o ou preste informações**, sob pena de sequestro do montante não adimplido, consoante previsto no §6º do art. 100 da Constituição e no art. 20, §2º da Resolução nº 303/2019, do Conselho Nacional de Justiça.

Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, **encaminhem-se os autos ao Ministério Público do Estado do Pará**, **para manifestação**, no prazo de cinco dias (art. 20, § 3º, da Resolução CNJ nº 303/2019).

Satisfeitas as determinações acima, voltem-me os autos conclusos.

Publique-se.

Belém, 10 de novembro de 2021.

**Leonardo de Farias Duarte**

juiz auxiliar da Presidência, designado para a

Coordenadoria de Precatórios – TJPA (Portaria nº. 624/2021-GP)

Número do processo: 0812560-42.2021.8.14.0000 Participação: REQUERENTE Nome: MARIA GAMA SOUZA DE ARAUJO Participação: ADVOGADO Nome: JOSSINEA SILVA PEREIRA OAB: 13718/PA Participação: REQUERIDO Nome: ESTADO DO PARÁ

**PRECATÓRIO Nº 128/2021**

**DECISÃO**

Trata-se de impugnação formulada pelo Estado do Pará (ID 7020292) à decisão de deferimento de pagamento antecipado de parcela superpreferencial (ID 7020289), sob o argumento, em síntese, de que o acervo de precatórios inscritos a partir de 02.07.2021 deve ser processado e decidido de acordo com as regras do regime geral de pagamento, uma vez que o Estado do Pará já apresentou plano de pagamento para a liquidação dos precatórios inscritos até 01.07.2021, o que lhe possibilita sair do regime especial.

Éo relatório.

Decido.

Conforme exposto em manifestação pela rejeição do plano de pagamento de precatórios apresentado pelo Estado do Pará para o exercício financeiro de 2022, rejeição essa aprovada em reunião do Comitê Gestor de Constas Especiais de Precatórios ocorrida em 04.11.2022 e que confirma o entendimento firmado na decisão registrada no ID 7020289,

“A saída de ente devedor do regime especial depende da realização de todos os depósitos previstos em seu plano de pagamento de precatórios, com o repasse de valores suficientes para liquidar o acervo dos precatórios inscritos até 1º de julho do ano anterior ao ano de execução do seu plano de pagamento. Antes disso, há apenas uma **expectativa** de que o ente devedor sairá do regime especial.

No caso, na hipótese de o Estado do Pará continuar fazendo os depósitos mensais previstos em seu plano de pagamento, repassando recursos suficientes para liquidar todos os precatórios inscritos até 01.07.2021, a sua **provável** saída do regime especial deverá ocorrer até o final de 2022.

Até lá, não se pode concluir que o Estado do Pará, desde logo, saiu do regime especial, tampouco considerar que os precatórios contra ele inscritos a partir de 02.07.2021 já estão sob o regime geral de pagamento.

Noutras palavras, até que o plano de pagamento de precatórios do Estado do Pará seja integralmente cumprido com depósitos suficientes para o pagamento de todos os precatórios inscritos até 01.07.2021, deve o ente devedor continuar no regime especial e, por conseguinte, todos os precatórios em tramitação até o seu efetivo retorno ao regime geral devem ser processados de acordo com as regras do regime especial, não sendo possível, portanto, a cisão da lista cronológica de apresentação dos precatórios inscritos.

Por essas razões, **indefiro a impugnação do Estado do Pará** (ID 7020292), devendo este permanecer no regime especial de precatórios até que o seu plano de pagamento de precatórios seja integralmente cumprido com depósitos suficientes para o pagamento de todos os precatórios inscritos até 01.07.2021, devendo todos os precatórios em tramitação até o seu efetivo retorno ao regime geral ser processados de acordo com as regras do regime especial, não sendo possível a elaboração de lista cronológica paralela para os precatórios inscritos a partir de 02.07.2021.

**Intimem-se as partes**.

Caso haja **nova impugnação**, **voltem-me os autos conclusos**.

Caso contrário, **retifiquem-se os cálculos** realizados (ID 7020291) para adequá-los à nova redação do § 2º art. 74 da Resolução nº 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça e, em seguida, cumpra-se a decisão impugnada (ID 7020289), **intimando-se novamente as partes** sobre os novos cálculos, em prazo sucessivo de oito dias, a começar pela parte credora.

Publique-se.

Belém-PA, 11 de novembro de 2021.

**Leonardo de Farias Duarte**

juiz auxiliar da Presidência designado para a

Coordenadoria de Precatórios do TJPA (Portaria nº 624/2021-GP)

Número do processo: 0812267-72.2021.8.14.0000 Participação: REQUERENTE Nome: LUIS CARLOS SILVA MENDONCA Participação: ADVOGADO Nome: LUIS CARLOS SILVA MENDONCA OAB: 5781/PA Participação: REQUERIDO Nome: ESTADO DO PARÁ

**DESPACHO/OFÍCIO**

Considerando o requerimento (ID 7002008), oficie-se ao Juízo da Execução para que verifique acerca da data de nascimento da parte credora, conforme documentação informada (ID 7002011) e, sendo o caso, retifique o ofício precatório expedido no item nº 9.1.

Obtida a resposta, retornem-me os autos conclusos para apreciação do pedido de prioridade na tramitação processual, considerando a hipótese prevista no art. 100, §2º, da Constituição da República.

Publique-se.

Belém-PA, 09 de novembro de 2021

Leonardo de Farias Duarte

juiz auxiliar da presidência TJPA, designado para a

Coordenadoria de Precatórios (Portaria nº 624/2021-GP)

**REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR: nº 041/2007**

**PROCESSO DE ORIGEM: nº 2005.1.012732-4**

**CREDOR(A): Dulcinéa Fonseca de Quadros (e outros)**

**ADVOGADO(A): Oswaldo Pojucan Tavares Júnior (OAB/PA nº 1392) e Pollyana do Carmo Sarmanho Tavares ¿ OAB/PA nº 24072**

**ENTE DEVEDOR: Estado do Pará**

**PROCURADOR GERAL: Ricardo Nasser Sefer ¿ OAB/PA Nº 14800**

**DESPACHO**

O(a) advogado(a) da parte credora foi constituído(a) por esta e deve manter contato com ela, uma vez que atua em seu nome, não se tratando o(a) constituinte de pessoa estranha ao(a) se(a) advogado(a).

Ademais, a consulta a sistemas oficiais com o objetivo de identificar o endereço de pessoas é providência excepcional a ser utilizada, em certos casos, para a localização da parte contrária, e não do(a) próprio(a) cliente do(a) advogado(a).

Daí por que **indefiro o pedido de fl.91**.

**Reitere-se intimação à parte credora** para que informe seus dados documentais (RG e CPF) e bancários (banco, agência, conta bancária e dígito verificador), assim como para recolher a custa relativa à expedição de alvará eletrônico para a transferência do crédito ou informar que autoriza a dedução do respectivo valor do montante a ser recebido.

Outrossim, **intime-se o ente devedor** para que se manifeste acerca do documento de fl.80, itens nº 3 e 4.

**Atendidas as providências acima**, junte-se e/ou certifique-se o ocorrido e retornem-me os autos **conclusos**.

Publique-se.

Belém-PA, 11 de novembro de 2021.

**LEONARDO DE FARIAS DUARTE**

juiz auxiliar da Presidência do TJPA designado para a

Coordenadoria de Precatórios (Portaria nº 624/2021-GP)

**PRECATÓRIO nº: 138/2021**

**PROCESSO DE ORIGEM: nº 0806834-58.2019.814.0000**

**CREDOR(A): James Moreira de Sousa**

**BENEFICIÁRIOS: Barreto & Costa Advogados Associados**

**Ronaldo Costa Advocacia s/s**

**ADVOGADO(A): Ronaldo Sérgio Abreu da Costa ¿ OAB/PA nº 6795**

**Sávio Barreto Lacerda Lima ¿ OAB/PA nº 11003**

**ENTE DEVEDOR: Estado do Pará**

**PROCURADORIA: Ricardo Nasser Sefer ¿ OAB/PA nº. 14.800**

**DECISÃO**

Trata-se de requerimento da parte credora para pagamento de parcela superpreferencial por implemento de idade igual/superior a 60 (sessenta) anos (fl.208), instruído com documentos (fl.209).

No parecer técnico do serviço de cálculos (fls. 217/221), foi assentada a inexistência de pagamento anterior sob a mesma modalidade, a disponibilidade de recursos pelo ente devedor, o valor líquido devido e as retenções/recolhimentos legais incidentes sobre o crédito requisitado.

Conforme manifestação de fl.222, o crédito requisitado possui natureza alimentar e a parte credora preenche o requisito para a modalidade superpreferencial, em conformidade com o previsto no art.100, §2º, da Constituição Federal, arts. 11, inc. I, e 74 da Resolução nº 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça, e art.5º, §1º, inciso II, da Portaria nº.2239/2011-GP, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Sendo assim, **intimem-se**

(1) a parte credora e/ou beneficiária, para, querendo, no prazo de 08 (oito) dias, se manifestarem sobre os cálculos de fls.217/221, devendo, ainda, apresentarem documentos pessoais (RG ou CNPJ e CPF) e seus dados bancários para depósito do crédito e informar se autorizam a dedução do montante das custas de expedição de alvará eletrônico ou se preferem pagá-las por conta própria; e

(2) o ente devedor para, querendo, sucessivamente no prazo de 08 (oito) dias (art. 9º, §2º, da Resolução CNJ 303/2019), manifestar-se sobre a pretensão formulada, assim como sobre o parecer técnico do serviço de cálculos (fls.217/221).

Transcorrido o prazo, e **não havendo impugnação**, junte-se e/ou certifique-se o ocorrido. Neste caso, e diante do que dispõe o art.100, §2º, da Constituição da República/1988, art.74, da Resolução nº 303/2019-CNJ c/c art.5º, §1º, inciso II, da Portaria nº 2239/2011-GP/TJPA, **defiro o pedido** de pagamento de parcela superpreferencial por idade e doença grave à **parte credora/requerente JAMES MOREIRA DE SOUSA**, assim como às partes **beneficiárias BARRETO & COSTA ADVOGADOS ASSOCIADOS** e **RONALDO COSTA ADVOCACIA S/S,** a título de honorários contratuais destacados no percentual informado na forma prevista no art.102-ADCT/CF-1988, conforme parecer técnico do serviço de cálculos.

Apresentados os dados informativos das partes credora e/ou beneficiária referentes à documentação pessoal (RG e CPF ou, conforme o caso, CNPJ) e bancária (banco, conta corrente/poupança e dígito verificador), remetam-se os autos **ao serviço de análise de processos** para que **providencie o pagamento** via transferência eletrônica (alvará/Sistema SDJ) da quantia correspondente.

Efetuadas as operações financeiras, e havendo liquidação da dívida, dê-se ciência ao juízo da execução e arquivem-se os autos, realizando-se os necessários registros e baixas no sistema. Caso não ocorra a liquidação do crédito, aguarde-se a vez para pagamento, conforme ordem cronológica.

**Comunique-se à Receita Federal**, nos termos da cooperação técnica nº.01/2017.

Na **hipótese de impugnação** aos cálculos, façam-me os autos **conclusos**.

Publique-se.

Belém-PA, 12 de novembro de 2021

**LEONARDO DE FARIAS DUARTE**

Juiz Auxiliar da Presidência TJPA

Coordenadoria de Precatórios CPREC

Portaria nº. 624/2021-GP

**PRECATÓRIO nº: 097/2021**

**PROCESSO DE ORIGEM: nº 0004396-97.2016.814.0000**

**CREDOR(A): Maria Salvia Sarmento da Silva**

**BENEFICIÁRIOS: Barreto & Costa Advogados Associados**

**Ronaldo Costa Advocacia s/s**

**ADVOGADO(A): Ronaldo Sérgio Abreu da Costa ¿ OAB/PA nº 6795**

**Sávio Barreto Lacerda Lima ¿ OAB/PA nº 11003**

**ENTE DEVEDOR: Estado do Pará**

**PROCURADORIA: Ricardo Nasser Sefer ¿ OAB/PA nº. 14.800**

**ATO ORDINATÓRIO**

De ordem, em atenção ao despacho de fl.199 (DJ 03.09.2021), fica intimado a parte credora a manifestar-se, no prazo de 08 (oito) dias, caso queira, sobre os cálculos de fls.209/214, assim como a parte devedora, sucessivamente, no mesmo prazo, para se manifestar sobre os cálculos.

**Belém-PA, 12.11.2021**

**Fábio Sauma**

**Analista Judiciário**

**SECRETARIA JUDICIÁRIA**

RESENHA: 12/11/2021 A 12/11/2021 - SECRETARIA JUDICIÁRIA - VARA: TRIBUNAL PLENO DE DIREITO PENAL

PROCESSO: 00006142420128140000 PROCESSO ANTIGO: 201230140688 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA EDWIGES MIRANDA LOBATO: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 12/11/2021---AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REU: JAIME DA SILVA BARBOSA - PREFEITO MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO ARARI. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete Desª Maria Edwiges de Miranda Lobato R.h. 1. Diante da manifestação do Procurador Geral de Justiça, às fls. 127, solicitar informações ao juízo de 1º Grau a respeito do cumprimento dos termos da suspensão condicional da pena, às fls. 109 e verso, de 29/05/2018. 2. Após, conclusos. Cumpra-se. Belém/PA - Desa. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

RESENHA: 12/11/2021 A 12/11/2021 - SECRETARIA JUDICIÁRIA - VARA: TRIBUNAL PLENO DE DIREITO PENAL

PROCESSO: 00001412320218140000 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSI MARIA GOMES DE FARIAS A??o: Processo Administrativo Disciplinar em face de Magistrada em: 12/11/2021---REQUERIDO:J. D. J. Representante(s): OAB 46898 - TAINAH MACEDO COMPAN TRINDADE (ADVOGADO) OAB 191828 - ALEXANDRE PONTIERI (ADVOGADO) OAB 59520 - CAIO MAIA XAVIER DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 23867 - SAMARA DE OLIVEIRA SANTOS LEDA (ADVOGADO) RECLAMANTE:SINDICATO DOS OFICIAIS DE JUSTICA E OFICIAIS DE JUSTICA AVALIADORES DO PARA SINDOJUS Representante(s): OAB 18913 - BERNARDO JOSE MENDES DE LIMA (ADVOGADO) OAB 23221 - MANUEL ALBINO RIBEIRO DE AZEVEDO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 18938 - EUGEN BARBOSA ERICHSEN (ADVOGADO) REQUERENTE:TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARA INTERESSADO:SINDICATO DOS FUNCIONARIOS DO PODER JUDICIARIO DO ESTADO DO PARA SINDJU Representante(s): OAB 27220-B - BERNARDO ARAUJO DA LUZ (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete Desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias SECRETARIA JUDICIÃRIA PROCESSO Nº 0000141-23.2021.8.14.0000 PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR REQUERENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ REQUERIDO: J.D.J RELATORA: DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS Vistos, etc. 1)Renove-se pela terceira vez a diligência de fl. 644, dos autos, no que tange à intimação do Magistrado Requerido; 2)Cumpra-se. Belém/PA, 12 de novembro de 2021. Desembargadora ROSI MARIA GOMES DE FARIAS Relatora

RESENHA: 16/11/2021 A 16/11/2021 - SECRETARIA JUDICI¿RIA - VARA: TRIBUNAL PLENO DE DIREITO PRIVADO

PROCESSO: 00039419320208140000 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JONAS PEDROSO LIBORIO VIEIRA Ação: Processo Administrativo Disciplinar em face de Magistrado em: 12/11/2021---REQUERIDO:WILSON DE SOUZA CORREA Representante(s): OAB 23230 - FELIPE JALES RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 14800 - RICARDO NASSER SEFER (ADVOGADO) REQUERENTE: Tribunal de Justiça do Estado do Pará. TERMO DE AUDIÊNCIA (...) a Excelentíssima Senhora Desembargadora Relatora passou a DELIBERAR: Redesigno a realização do mencionado ato processual para o dia 19 (dezenove) de novembro de 2021, as 10 (dez) horas, por meio da plataforma Microsoft Teams, com a intimação de todas as partes que estão presentes em audiência, no qual os ausentes serão intimados através de carta de

ordem, sendo esta ata assinada por meio eletrônico. (...) Para constar, eu, Felipe Tavares Paes, Assessor Jurídico, lotado na Secretaria Judiciaria do Tribunal de Justiça do Estado do Para, digitei este Termo, o qual será assinado pela Desembargadora Relatora.

**ATA DE SESSÃO**

**4ª Sessão Extraordinária** do **CONSELHO DA ORDEM DO MÉRITO JUDICIÁRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**, realizada no dia **10 de novembro de 2021**, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Desembargadora **CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO.** Presentes os Exmos. Srs. Desembargadores **RONALDO MARQUES VALLE, MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE, EZILDA PASTANA MUTRAN, ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA, ROSI MARIA GOMES DE FARIAS e EVA DO AMARAL COELHO.** Deram início aos trabalhos na seguinte ordem. Sessão iniciada às 12h6min.

**PARTE ADMINISTRATIVA**

**1 ¿ APRECIAÇÃO** da Relação de Indicações à outorga da Ordem do Mérito Judiciário, conforme disposto no artigo 11 da Resolução nº 008/2005.

**Decisão**: à unanimidade, o Conselho da Ordem do Mérito Judiciário aprovou a relação dos nomes indicados.

E como, nada mais houvesse, foi encerrada a Sessão às 12h25min, lavrando eu, Jonas Pedroso Libório Vieira, Secretário Judiciário, a presente Ata, que subscrevi.

Desembargadora **CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO**

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

**CEJUSC**

**PRIMEIRO CEJUSC BELÉM**

SESSÃO PRESENCIAL DE CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO 1º CEJUSC DA CAPITAL, LOCAL: 1º ANDAR DO FÓRUM CÍVEL, AO LADO DO GABINETE DA 1ª VARA DE FAMÍLIA.

DIA 23/11/2021

HORÁRIO: 09:00

3ª VARA

PROCESSO 0845983-60.2021.8.14.0301

AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL, PARTILHA DE BENS E ALIMENTOS

REQUERENTE: A D S G

ADVOGADA: ANA CAROLINA EREIRO PEREIRA E SABINA DA COSTA TEIXEIRA

REQUERIDO: R C D S

DIA 23/11/2021

HORÁRIO: 09:00

3ª VARA

PROCESSO 0849373-38.2021.8.14.0301

AÇÃO DE ALIMENTOS (REVISÃO)

REQUERENTE: M A S P

ADVOGADOS: JOSÉ MARIA MARQUES MAUÉS FILHO e ROGÉLIO RELVAS D¿OLIVEIRA

REQUERIDA: T N M

DIA 23/11/2021

HORÁRIO: 11:00H

7ª VARA

PROCESSO 0802633-90.2019.8.14.0301

AÇÃO DE ALIMENTOS

REQUERENTE: T S D

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA

REQUERIDO: J L D E S D

**SEÇÃO DE DIREITO PENAL**

A Secretária da Seção de Direito Penal, Belª. Maria de Nazaré Carvalho Franco, torna pública as decisões exaradas nos seguintes termos:

R O C E S S O : 0 0 0 0 7 8 1 6 0 2 0 2 0 8 1 4 0 0 0 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSI MARIA GOMES DE FARIAS: Revisão Criminal em: 11/11/2021---REQUERENTE:LUIS CLAUDIO JAIME GOMES Representante(s): OAB 11256 - SUSANA HOYOS DE JESUS (DEFENSOR) REQUERENTE:JOAO MANOEL GOMES DA GAMA Representante(s): OAB 11256 - SUSANA HOYOS DE JESUS (DEFENSOR) REQUERIDO:JUSTIÇA PÚBLICA PROCURADOR(A) GERAL DE JUSTICA:GILBERTO VALENTE MARTINS. PETIÇÃO AVULSA Nº 202100673416-77 ¿ APRESENTADA POR JOÃO ROBERTO SANTOS MONTEIRO ¿ ADV. JOSÉ MARIA BARBOSA DE OLIVEIRA ¿ OAB/PA Nº 2108/PA . DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de petição avulsa protocolizada pela defesa de João Roberto Santos Monteiro, nos autos da presente Revisão Criminal, com requerimento de decretação de prescrição com fundamento no decurso do tempo. O requerente, por intermédio de advogado constituído, vem nos autos da presente ação requerer a declaração de prescrição de crimes que foram apreciados no bojo do Processo nº 0005893-35.1999.8.14.0401. Cumpre salientar, desde logo, que o interessado João Roberto Santos Monteiro não propôs a presente revisão criminal, que foi movida apenas pelos requerentes Luí-s Cláudio Jaime Gomes e João Manoel Gomes da Gama, consoante extrai-se do recurso Ã s fls. 02-14 dos autos. Acrescente-se, que a referida revisão criminal foi interposta com o fim de cassar decisão desde Eg. Tribunal de Justiça que, ao julgar o recurso de apelação interiormente peticionado em favor, unicamente, de Luís Cláudio Jaime Gomes e João Manoel Gomes da Gama, agravou a situação dos requerentes. Após o regular trâmite processual em relação ao recurso de Revisão Criminal, foi proferida decisão colegiada pela Sessão de Direito Penal, acolhendo-se o mencionado recurso somente para corrigir o erro material constatado no Acórdãoº 206.894, publicado em 02 de agosto de 2019, pela secretaria da 2Âª Turma de Direito Penal, sob a relatoria do Excelentíssimo Senhor Desembargador Ronaldo Marques Valle.Com efeito, satisfeita a pretensão dos revisionandos, o processo se encerrou com o julgamento de mérito (fls. 45-62). Inesperadamente, o interessado João Roberto Santos Monteiro, por meio de advogado constituído, após a consecução dos fins da presente revisão criminal atravessou petição avulsa com requerimento de decretação da prescrição na ação principal. Conforme pontuado pela Procuradoria de Justiça do Ministério Público em seu ilustre parecer, a petição ora abordada foi endereçada aos autos do Processo nº 0005893-55.1999.8.14.0401, ação originária que serviu de base para o ajuizamento da presente revisão criminal. Todavia, a ação penal originária já¡ transitou em julgado para as partes, consoante consta em certidão Ã s fls. 375, dos autos da ação principal. Assim, vislumbra-se que, ou a petição fora juntada equivocadamente nestes autos e carece de legitimidade para aqui peticionar, o que torna seu pedido juridicamente impossível, ou sua pretensão deveria ter sido juntada na ação originária que transitou em julgado e seu pedido não deve ser apreciado em sede de revisão criminal. Desta feita, acompanhando o respeitável parecer ministerial, não da petição avulsa interposta nos autos (fls. 64), posto que a relação processual estabelecida na ação revisional se deu entre Luís Cláudio Jaime Gomes e João Manoel Gomes da Gama e o Estado, na figura da Justiça Pública, que já¡ julgou o recurso em tela, devendo ser arquivada a presente ação de Revisão Criminal. É como decido.Belém/PA, 11 de novembro de 2021. Desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias - Relatora

**TURMAS DE DIREITO PENAL**

**UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PENAL - UPJ**

RESENHA: 16/11/2021 A 16/11/2021 - SECRETARIA ÚNICA DE DIREITO PENAL - VARA: 3ª TURMA DE DIREITO PENAL

**PROCESSO: 00014211220178140051** PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LEONAM GONDIM DA CRUZ JUNIOR AÇÃO: Apelação Criminal em: 16/11/2021---APELANTE/APELADO:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA APELADO/APELANTE:RENATO FERREIRA MARINHO Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . PROCESSO Nº 00014211220178140051 APELAÇÃO CRIMINAL APELANTE/APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (PROMOTOR DE JUSTIÇA: RAMON FURTADO SANTOS) APELADO/APELANTE: RENATO FERREIRA MARINHO (DEFENSOR PÚBLICO: MARCOS ANTONIO DOS SANTOS VIEIRA) PROCURADOR DE JUSTIÇA: ADELIO MENDES DOS SANTOS RELATOR: DES. LEONAM GONDIM DA CRUZ JUNIOR DECISÃO MONOCRÁTICA - Cuidam-se de Apelações interpostas pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ e por RENATO FERREIRA MARINHO em face de decisão prolatada pelo MM. Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal de Santarém, que julgou parcialmente procedente a pretensão punitiva estatal para condenar o réu como incurso nas sanções do art. 157, § 2º, I e II, do CP, fixando-lhe a pena de 6 anos de reclusão e 120 dias multa em regime inicialmente fechado. Narra a peça acusatória que: Fato 1: consta dos autos da peça informativa que no dia 26 de janeiro de 2017, por volta das 10horas, na rua Resistência, ao lado da Cerâmica Amazonas, Bairro Santarenzinho, o denunciado, mediante violência, exercida com emprego de uma arma branca, tipo faca, abordou a vítima ANDREA DA SILVA PEREIRA e subtraiu-lhe a motocicleta Honda CG 125 Fan KS, cor preta, ano 2012/2012 (...) e dois capacetes. Após, o acusado fugiu do local tomando rumo ignorado. Fato 2: No dia 27 de janeiro de 2017, por volta das 14h35min, no estabelecimento comercial MINI BOX E AÃ¿OUGUE LEANDRO, localizado na Rodovia PA-370, Comunidade de Tipizal, o acusado, em companhia de outro indivíduo até o momento não identificado, chegou ao referido local na motocicleta fruto do roubo anterior e, mediante grave ameaça exercida com emprego de arma de fogo, tipo revólver, subtraiu 01 (um) telefone celular e a quantia de R$ 500,00 (quinhentos reais) de propriedade OSIDES DE VASCONCELOS CANCIO. Após, empreenderam fuga pela rodovia BR-163. Fato 3: Ainda, no mesmo dia 27 de janeiro de 2017, já por volta das 15h30min, a vítima RIOCARDO ANDRÉ SILVA NOGUEIRA, funcionário da empresa SANTABIER, estava realizando venda externa na Distribuidora São José, quando o denunciado em companhia do indivíduo não identificado, chegou ao local na motocicleta roubada no dia anterior e, mediante ameaça exercida com emprego de arma de fogo, tipo revólver, dirigida à vítima, com uma única ação, subtraiu três patrimônios distintos sendo: 01 aparelho celular (...) de propriedade de RICARDO SILVA NOGUEIRA; 01 aparelho (...) de propriedade da empresa SANTABIER, da qual a vítima é funcionário e certa quantia em dinheiro pertencente ao estabelecimento comercial DISTRIBUIDORA SÃO JOSÉ. Fato 4: Já por volta das 16 horas, do dia 27 de janeiro de 2017, no OUGUE E MINI BOX RIBEIRO, localizado na Rodovia BR-163, KM 21, Comunidade São José, o denunciado em concurso com o indivíduo não identificado, mediante violência exercida com emprego de arma de fogo tipo revólver, ameaçou a vítima ALDINEI RIBEIRO DA SILVA e subtraiu cerca de R$ 100,00 (cem reais) do estabelecimento comercial. Após, evadiu-se do local. Empreendidas diligências pela polícia militar, o acusado foi preso em flagrante delito após a prática do último roubo (...). (sic) Denúncia recebida em 09 de marÃ§o de 2017, fl. 07. Â Â Â Â Â Aduz o Apelante MINISTÃ¿RIO PÃ¿BLICO que o MM. JuÃ-zo a quo, ao nÃ£o aplicar o valor mÃ-nimo para reparaÃ§Ã£o dos danos causados pela infraÃ§Ã£o, ofendeu dispositivo de lei federal, incorrendo em error in judicando. Informa que houve pedido expresso e formal do MinistÃ©rio PÃºblico na exordial acusatÃ³ria, o que Ã© suficiente para fixar o valor mÃ-nimo da reparaÃ§Ã£o dos danos. Pretende a reforma da decisÃ£o somente para fixar o valor mÃ-nimo a tÃ-tulo de reparaÃ§Ã£o dos danos sofridos pela vÃ-tima. Â Â Â Â Â ContrarrazÃµes Ã s fls. 103-105. Â Â Â Â Â O Apelante RENATO FERREIRA MARINHO pretende a revisÃ£o da matÃ©ria in totum, com fundamento no princÃ-pio do duplo grau de jurisdiÃ§Ã£o. Aponta entendimento doutrinÃ¡rio e requer a reforma da decisÃ£o. Â Â Â Â Â ContrarrazÃµes pelo

MinistÃ©rio PÃºblico, fls. 113-119. Â Â Â Â Â Parecer ministerial pelo conhecimento e improvimento dos recursos. Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio do necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Em princÃ-pio, cabe um relevante comentÃ¡rio a justificar a minha prestaÃ§Ã£o jurisdicional de forma monocrÃ¡tica. Â Â Â Â Â Anota-se, por oportuno que, neste ato, eleva-se o princÃ-pio da simetria em relaÃ§Ã£o aos precedentes dos Tribunais Superiores e a sua disseminaÃ§Ã£o pelos Tribunais PÃ¡trios, depois de reiteradas discussÃµes acerca do mesmo tema, senÃ£o vejamos: Em sentido complementar, a hermenÃªutica dos precedentes tem uma vertente de fechamento do ordenamento, mas tambÃ©m tem vÃ¡lvulas de escape para promover a evoluÃ§Ã£o e a continuidade do direito. Portanto, por meio da habitualidade das decisÃµes, as cortes sedimentam sua interpretaÃ§Ã£o. Contudo, a formaÃ§Ã£o do precedente, que ocorre de forma espiral, desde as instÃ¢ncias inferiores atÃ© as cortes, garante o processo democrÃ¡tico de discussÃ£o e debates para se construir e fundamentar a decisÃ£o, de modo que a argumentaÃ§Ã£o tende a ser esgotada atÃ© se construir um precedente, mesmo porque, o precedente sÃ³ completa sua formaÃ§Ã£o quando Ã© aplicado em outra decisÃ£o com simetria em relaÃ§Ã£o Ã  categoria de fatos (PERELMAN, Chain; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da argumentaÃ§Ã£o: a nova retÃ³rica. Trad. Maria GalvÃ£o. SÃ£o Paulo: Wmf Martins Fontes, 2005. p. 90). Destaco. Â Â Â Â Â Neste segmento, a presente decisÃ£o monocrÃ¡tica legitima-se pelo princÃ-pio da simetria que rege o ordenamento jurÃ-dico acerca das decisÃµes dos Tribunais Superiores em relaÃ§Ã£o aos Tribunais PÃ¡trios, bem como pela seguranÃ§a jurÃ-dica dos julgados que devem seguir em um mesmo contexto e orientar-se no lÃºcido fundamento que abaixo se transcreve: Ao criar o STJ e lhe dar a funÃ§Ã£o essencial de guardiÃ£o e intÃ©rprete oficial da legislaÃ§Ã£o federal, a ConstituiÃ§Ã£o impÃ´s ao Tribunal o dever de manter a integridade do sistema normativo, a uniformidade de sua interpretaÃ§Ã£o e a isonomia na sua aplicaÃ§Ã£o. O exercÃ-cio dessa funÃ§Ã£o se mostra particularmente necessÃ¡rio quando a norma federal enseja divergÃªncia interpretativa. Mesmo que sejam razoÃ¡veis as interpretaÃ§Ãµes divergentes atribuÃ-das por outros tribunais, cumpre ao STJ intervir no sentido de dirimir a divergÃªncia, fazendo prevalecer a sua prÃ³pria interpretaÃ§Ã£o. Admitir interpretaÃ§Ã£o razoÃ¡vel, mas contrÃ¡ria Ã  sua prÃ³pria, significaria, por parte do Tribunal, renÃºncia Ã  condiÃ§Ã£o de intÃ©rprete institucional da lei federal e de guardiÃ£o da sua observÃ¢ncia. 3. Por outro lado, a forÃ§a normativa do princÃ-pio constitucional da isonomia impÃµe ao JudiciÃ¡rio, e ao STJ particularmente, o dever de dar tratamento jurisdicional igual para situaÃ§Ãµes iguais. (...) (STJ - REsp 1063310/BA, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/08/2008, DJe 20/08/2008). Destaque. Â Â Â Â Â Neste entendimento, invoco, por analogia, o verbete da SÃºmula 568 do Superior Tribunal de JustiÃ§a que assim foi estabelecida no Ã¢mbito daquele sodalÃ-cio: O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de JustiÃ§a, poderÃ¡ dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema. Â Â Â Â Â Com efeito, a parte que se mostrar insatisfeita pode, querendo, interpor Agravo Regimental (art. 289 do RITJE/PA), a fim de levar ao conhecimento da turma a matÃ©ria, promovendo o princÃ-pio da colegialidade. Â Â Â Â Â No mesmo sentido: PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO QUALIFICADO. OFENSA AO PRINCÃPIO DA COLEGIALIDADE. USURPAÃ¿Ã¿O DE COMPETÃ¿NCIA DO COLEGIADO. INOCORRÃ¿NCIA. AUSÃ¿NCIA DE IMPUGNAÃ¿Ã¿O DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃ¿O AGRAVADA. SÃ¿MULA N. 182/STJ. INCIDÃ¿NCIA. TESE NÃ¿O SUSCITADA NO RECURSO ESPECIAL. INOVAÃ¿Ã¿O RECURSAL. II - NÃ£o constitui ofensa ao princÃ-pio da colegialidade a prolaÃ§Ã£o de decisÃµes monocrÃ¡ticas no Ã¢mbito desta Corte, estando tal entendimento inclusive sedimentado por ocasiÃ£o da ediÃ§Ã£o da SÃºmula n. 568/STJ. Ademais, sempre haverÃ¡ a possibilidade de a decisÃ£o monocrÃ¡tica estar sujeita Ã  apreciaÃ§Ã£o do Ã³rgÃ£o colegiado, em virtude de eventual recurso de agravo regimental, como na espÃ©cie. Precedentes. II - A ausÃªncia de impugnaÃ§Ã£o a todos os fundamentos da decisÃ£o que nÃ£o conheceu do agravo em recurso especial atrai, in casu, a incidÃªncia do Ã³bice da SÃºmula n. 182/STJ. III - Indevida a anÃ¡lise de tese suscitada apenas em sede de agravo regimental, concernente a aplicaÃ§Ã£o do redutor do trÃ¡fico e do abrandamento do regime em razÃ£o da acoimada hediondez, por caracterizar inovaÃ§Ã£o recursal. Agravo regimental nÃ£o conhecido. (STJ - AgRg no AREsp 1923234/SP, Rel. Ministro JESUÃNO RISSATO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJDFT), QUINTA TURMA, julgado em 28/09/2021, DJe 08/10/2021). Grifado. Â Â Â Â Â Em todo caso, considera-se tambÃ©m, neste propÃ³sito, acerca de decisÃ£o monocrÃ¡tica, os princÃ-pios da cooperaÃ§Ã£o e da celeridade processual na audiÃ§Ã£o do precedente do Supremo Tribunal Federal, senÃ£o vejamos: Agravo regimental nos embargos de declaraÃ§Ã£o no recurso extraordinÃ¡rio. Artigo 1.024, Â§ 2Âº, do vigente CPC. Embargos rejeitados por decisÃ£o monocrÃ¡tica do Relator. Artigo 21, Â§ 1Âº, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal. Compatibilidade com o art. 932, inciso VIII, da referida legislaÃ§Ã£o processual civil. Carta rogatÃ³ria. Exequatur. Cumprimento de ato ordinatÃ³rio. CitaÃ§Ã£o do ora agravante. ConcessÃ£o da ordem por decisÃ£o monocrÃ¡tica do relator da

causa no Superior Tribunal de JustiÃ§a. Possibilidade. PrincÃ-pios da cooperaÃ§Ã£o e da celeridade processual. DecisÃ£o ratificada pela Corte Especial do Superior Tribunal de JustiÃ§a. ObservÃ¢ncia do princÃ-pio da colegialidade. 1. O art. 1.024, Â§ 2Âº, do vigente CPC, prevÃª o julgamento monocrÃ¡tico dos embargos de declaraÃ§Ã£o quando esses forem opostos contra decisÃ£o unipessoal proferida em qualquer Tribunal. 2. O art. 21, Â§ 1Âº, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal Ã© compatÃ-vel com o disposto no art. 932, inciso VIII, da novel legislaÃ§Ã£o processual civil. 3. Possibilidade de concessÃ£o de exequatur de Carta RogatÃ³ria, para fins de citaÃ§Ã£o do agravante, por meio de decisÃ£o monocrÃ¡tica do relator da causa no Superior Tribunal de JustiÃ§a, em homenagem aos princÃ-pios da cooperaÃ§Ã£o e da celeridade processual. 4. DecisÃ£o oportunamente ratificada pela Corte Especial do Superior Tribunal de JustiÃ§a, em observÃ¢ncia ao princÃ-pio da colegialidade. 5. Agravo regimental nÃ£o provido. (STF - RE 634595 ED-AgR, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 03/04/2018, ACÃ¿RDÃ¿O ELETRÃ¿NICO DJe-127 DIVULG 11-06-2019 PUBLIC 12-06-2019). (Negritado). Â Â Â Â Â A respeito da matÃ©ria, o Regimento Interno do TJE/PA, nÃ£o causa Ã³bice a este ato monocrÃ¡tico por parte do relator, quando expressamente prevÃª: Â¿Art. 289. Da decisÃ£o monocrÃ¡tica proferida pelo relator em recurso ou aÃ§Ã£o originÃ¡ria do Tribunal cabe agravo interno para o Ã³rgÃ£o colegiado, no prazo de 15 (quinze) dias.Â¿ Destaque. Â Â Â Â Â Assim, nos mesmos termos acima expendidos, passo a proferir decisÃ£o monocrÃ¡tica nestes autos, tendo em vista que o Colegiado jÃ¡ enfrentou a matÃ©ria e se pronunciou a seu respeito. Â Â Â Â Â ConheÃ§o de ambos os recursos, eis que preenchidos os pressupostos de admissibilidade recursal. Â Â Â Â Â Passo ao exame dos argumentos apresentados pelos Apelantes. 1)Â Â Â Â Â DO APELO DO MINISTÃ¿RIO PÃ¿BLICO: Â Â Â Â Â Pretende o Apelante a fixaÃ§Ã£o de um valor mÃ-nimo Ã  tÃ-tulo de reparaÃ§Ã£o dos danos causados Ã  vÃ-tima pela infraÃ§Ã£o. Assim, vejamos. Â Â Â Â Â Verifico que na inicial acusatÃ³ria houve o pedido do MinistÃ©rio quanto Ã  fixaÃ§Ã£o do valor mÃ-nimo a tÃ-tulo de indenizaÃ§Ã£o Ã s vÃ-timas pelos danos causados pela infraÃ§Ã£o, com fulcro no art. 387, IV do CPP, in verbis: Â¿Art. 387. O juiz, ao proferir sentenÃ§a condenatÃ³ria: (Vide Lei nÂº 11.719, de 2008) IV - fixarÃ¡ valor mÃ-nimo para reparaÃ§Ã£o dos danos causados pela infraÃ§Ã£o, considerando os prejuÃ-zos sofridos pelo ofendido; (RedaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂº 11.719, de 2008).Â¿ Â Â Â Â Â Eis o entendimento jurisprudencial: (...) APELAÃ¿Ã¿O CRIMINAL - ROUBO MAJORADO PELO CONCURSO DE PESSOAS - AUTORIA E MATERIALIDADE DO DELITO INCONTROVERSAS NOS AUTOS, FACE A CONFISSÃ¿O DO RÃ¿U ESTAR EM HARMONIA COM OS DEMAIS ELEMENTOS DE PROVA - DOSIMETRIA DA PENA - ADEQUADA PARA A CENSURA DO CRIME E ACEITA PELA DEFESA - REPARAÃ¿Ã¿O DE DANOS PELA INFRAÃ¿Ã¿O (ARTIGO 387, IV DO CP) - IMPOSSIBILIDADE - A JURISPRUDÃ¿NCIA Ã¿ NO SENTIDO DE QUE A FIXAÃ¿Ã¿O DE VALOR MÃNIMO PARA REPARAÃ¿Ã¿O DOS DANOS MATERIAIS CAUSADOS PELA INFRAÃ¿Ã¿O EXIGE, ALÃ¿M DE PEDIDO EXPRESSO NA INICIAL, A INDICAÃ¿Ã¿O DE VALOR E INSTRUÃ¿Ã¿O PROBATÃ¿RIA ESPECÃFICA, DE MODO A POSSIBILITAR AO RÃ¿U O DIREITO DE DEFESA COM A COMPROVAÃ¿Ã¿O DE INEXISTÃ¿NCIA DE PREJUÃZO A SER REPARADO OU A INDICAÃ¿Ã¿O DE QUANTUM DIVERSO. PRECEDENTES DO STF E DO STJ - AUSÃ¿NCIA DE PEDIDO NA DENÃ¿NCIA E NO CURSO DA INSTRUÃ¿Ã¿O CRIMINAL - EXCLUSÃ¿O DA CONDENAÃ¿Ã¿O PELO RESSARCIMENTO DE DANO - RÃ¿U ISENTO DE CUSTAS NA FORMA DA LEI NÂº 8.328, DE 29.12.2015 - AFASTAMENTO, DE OFÃCIO, DA CONDENAÃ¿Ã¿O EM CUSTAS PROCESSUAIS - APELO PROVIDO - UNÃ¿NIME. (2020.00423049-59, 211.756, Rel. LEONAM GONDIM DA CRUZ JUNIOR, Ã¿rgÃ£o Julgador 3Âª TURMA DE DIREITO PENAL, Julgado em 2020-02-06, Publicado em 2020-02-07) Â¿(...) 3. Para que seja fixado na sentenÃ§a o valor mÃ-nimo para reparaÃ§Ã£o dos danos causados Ã  vÃ-tima, com base no art. 387, IV, do CÃ³digo Penal, deve haver pedido formal nesse sentido pelo ofendido e ser oportunizada a defesa pelo rÃ©u, sob pena de violaÃ§Ã£o ao princÃ-pio da ampla defesa. ExclusÃ£o a que se procede de ofÃ-cio, por maioria de votos, vencido o Revisor que, de ofÃ-cio, reduziu a indenizaÃ§Ã£o para R$ 10.000,00 (dez mil reais). (TJ-PE - ApelaÃ§Ã£o APL 2380029 PE, Data de publicaÃ§Ã£o: 30/10/2014)." Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise dos elementos constantes dos autos, verifico que no curso do feito nÃ£o foram produzidos quaisquer elementos probatÃ³rios aptos a auferir qual valor mÃ-nimo seria necessÃ¡rio Ã  reparaÃ§Ã£o dos danos causados. Ademais, a imposiÃ§Ã£o de um quantum reparatÃ³rio sem que seja conferida Ã  defesa a oportunidade de contestaÃ§Ã£o, viola os princÃ-pios constitucionais do contraditÃ³rio e da ampla defesa. Desta forma, o pleito do recorrente nÃ£o merece prosperar. 2)Â Â Â Â Â DO APELO DO RÃ¿U RENATO FERREIRA MARINHO Â Â Â Â Â O Apelante pretende a revisÃ£o da matÃ©ria in totum, com fundamento no princÃ-pio do duplo grau de jurisdiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â A materialidade e autoria do delito restaram comprovadas nos autos. A materialidade se comprova diante dos documentos de fls. 03-04, 13 e 16 e a autoria pelos depoimentos da vÃ-tima e da testemunha ouvida em juÃ-zo, bem como diante da confissÃ£o do rÃ©u. Â Â Â Â Â A vÃ-tima afirmou, fl. 38 - mÃ-dia, que: Â¿(...) trabalha na empresa Â¿SANTABIERÂ¿ e

que estava trabalhando no dia do fato, sendo surpreendida pelo rÃ©u e seu comparsa; que um deles, o moreno, estava armado e o rÃ©u estava aguardando logo atrÃ¡s para empreenderem fuga; que lhe roubaram um celular de sua propriedade e outro da empresa; que roubaram ainda uma quantia em dinheiro; que recuperou os dois celulares.Â¿ Â Â Â Â Â O rÃ©u confessou o delito, afirmando que: Â¿(...) estava pilotando a moto enquanto o comparsa praticou o delito armado; que praticou o delito em troca do perdÃ£o de uma dÃ-vida de R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais)Â¿. (fl. 45 - mÃ-dia). Â Â Â Â Â A testemunha PM Silas Almeida Gomes relatou em sede policial que: Â¿(...) apÃ³s praticarem o delito, os acusados trocaram tiros com outros policiais e empreenderam fuga; que o indivÃ-duo que se identificou como sendo Renato Ferreira Marinho confessou o seu envolvimento no roubo, sendo conduzido atÃ© a delegacia, fls. 05 e 06 dos autos em apenso.Â¿ Â Â Â Â Â Colaciono o entendimento jurisprudencial: RECURSOS ESPECIAIS. PENAL E PROCESSO PENAL. ASSOCIAÃ¿Ã¿O PARA O TRÃFICO. INÃ¿PCIA DA DENÃ¿NCIA. MATÃ¿RIA SUPERADA COM A SENTENÃ¿A CONDENATÃ¿RIA. CONSIDERAÃ¿Ã¿O DAS PROVAS COLHIDAS NO INQUÃ¿RITO POLICIAL. POSSIBILIDADE. SUFICIÃ¿NCIA PROBATÃ¿RIA. REEXAME DE PROVA. SÃ¿MULA 7/STJ. DOSIMETRIA. PENA-BASE. RECRUTAMENTO DE JOVENS ESPORTISTAS. OPERAÃ¿Ã¿O PLAYBOY. CIRCUNSTÃ¿NCIA JUDICIAL NEGATIVA. REGIME MAIS GRAVOSO. POSSIBILIDADE. SUBSTITUIÃ¿Ã¿O. INCABIMENTO. [...] 2. NÃ£o hÃ¡ ilegalidade na consideraÃ§Ã£o de provas produzidas na fase de inquÃ©rito desde que ratificadas em juÃ-zo ou corroboradas por outras provas produzidas na fase judicial sob o crivo do contraditÃ³rio. [...]. (STJ - REsp 1367765/SC; Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, j. em 16/10/2014, p. DJe 03/11/2014) Â Â Â Â Â Sendo assim, nÃ£o hÃ¡ que se falar em absolviÃ§Ã£o do ora Apelante. Â Â Â Â Â Passo ao exame da dosimetria da pena. Â Â Â Â Â Inicialmente, ressalto que Ã© desnecessÃ¡ria a apreensÃ£o da arma ou a realizaÃ§Ã£o da perÃ-cia para caracterizar a causa de aumento da pena prevista no art. 157, Â§ 2Âº, I, do CP. Eis o teor da SÃºmula 14 desta EgrÃ©gia Corte, in verbis: Â¿Ã¿ desnecessÃ¡ria a apreensÃ£o da arma ou a realizaÃ§Ã£o de perÃ-cia, a fim de que seja atestado o seu potencial lesivo, para a caracterizaÃ§Ã£o da causa de aumento de pena prevista no art. 157, Â§2Âº, inciso I, do CP, se por outros meios de prova possa ser comprovado o seu efetivo emprego na prÃ¡tica delitiva.Â¿ Â Â Â Â Â A despeito de tal consideraÃ§Ã£o, o laudo pericial da arma apreendida foi acostado aos autos Ã  fl. 96, afastando de vez qualquer dÃºvida ou discussÃ£o em torno da matÃ©ria. Â Â Â Â Â O concurso de pessoas tambÃ©m restou comprovado nos autos diante da confissÃ£o do rÃ©u e depoimentos da vÃ-tima e das testemunhas. Â Â Â Â Â A pena base foi fixada no mÃ-nimo legal, diante da inexistÃªncia de circunstÃ¢ncias desfavorÃ¡veis ao rÃ©u, as quais mantenho, diante da proibiÃ§Ã£o Ã reformatio in pejus. Assim, mantenho a pena base em 4 anos e 80 dias multa. Â Â Â Â Â A confissÃ£o do Apelante Ã© incontroversa nos autos, porÃ©m, nÃ£o Ã© possÃ-vel reduzir a pena abaixo do mÃ-nimo legal na segunda fase da dosimetria, em razÃ£o do disposto no verbete da sÃºmula 231 do STJ. Â Â Â Â Â Eis o entendimento jurisprudencial: APELAÃ¿Ã¿O CRIMINAL - ROUBO MAJORADO PELO CONCURSO DE PESSOAS - DOSIMETRIA DA PENA - PENA BASE NO MÃNIMO LEGAL - SEGUNDA FASE - RECONHECIMENTO DAS ATENUANTES DA MENORIDADE E DA CONFISSÃ¿O ESPONTÃ¿NEA - IMPOSSIBILIDADE DE REDUÃ¿Ã¿O DA PENA AQUÃ¿M DO MÃNIMO LEGAL NOS TERMOS DO ENUNCIADO DA SÃ¿MULA 231 DO STJ - NÃ¿O SE PODE ATENUAR A PENA ABAIXO DO MÃNIMO LEGAL - PRECEDENTE - (...) - UNÃ¿NIME. (2021.01551341-46, 218.649, Rel. LEONAM GONDIM DA CRUZ JUNIOR, Ã¿rgÃ£o Julgador 3Âª TURMA DE DIREITO PENAL, Julgado em 2021-08-05, Publicado em 2021-08-05) Â Â Â Â Â Mantenho a agravante da reincidÃªncia diante da certidÃ£o de fl. 62 dos autos, pelo que permanece a elevaÃ§Ã£o da pena em 6 meses e 10 dias multa, restando 4 anos e 6 meses de reclusÃ£o e 90 dias multa. Â Â Â Â Â Mantenho ainda as causas de aumento previstas nos incisos I e II, do Â§ 2Âº, do art. 157, do CP, bem como a elevaÃ§Ã£o da pena em 1/3, totalizando 6 anos de reclusÃ£o e 120 dias multa. Â Â Â Â Â Inexistem causas de diminuiÃ§Ã£o da pena, razÃ£o pela qual a pena definitiva deve permanecer em 6 anos de reclusÃ£o e 120 dias multa. Â Â Â Â Â Desta forma, nÃ£o hÃ¡ que se falar em reforma da decisÃ£o, razÃ£o pela qual afasto a pretensÃ£o do ora Apelante. Â Â Â Â Â Ante o exposto, conheÃ§o dos recursos e nego-lhes provimento, nos termos da fundamentaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Publique-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 10 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Des. Leonam Gondim da Cruz JÃºnior Relator

RESENHA: 16/11/2021 - SECRETARIA ÚNICA DE DIREITO PENAL - VARA: 3ª TURMA DE DIREITO PENAL

**PROCESSO: 00045560820078140006 PROCESSO ANTIGO: 201430086814**
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MAIRTON MARQUES CARNEIRO A??o: Apelação Cível em: 16/11/2021---APELADO:JUSTICA PUBLICA APELANTE:JOSUEL TORRES PANTOJA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) APELANTE:DAVID HENDERSON DIAS LOPES Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA (CONVOCADO):FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA. APELAÇÃOCRIMINAL - NÂ° 0004556-08.2007.8.14.0006 APELANTES: JOSUEL TORRES PANTOJA E DAVID HENDERSON DIAS LOPES. APELADO: A JUSTIÇA PÚBLICA PROCURADOR DE JUSTIÇA: FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA. RELATOR: Des. MAIRTON MARQUES CARNEIRO. DESPACHO I - Analisando os presentes autos, constato que a 3a Turma de Direito Penal deste Egrégio Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, conheceu o recurso de apelação criminal e negou-lhe provimento, contudo, reformou de ofício a circunstância judicial da culpabilidade para ser valorada como neutra e encontrando a pena final, concreta e definitiva de 05 (cinco) anos e 05 (cinco) meses de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa na razão de 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo vigente à época do fato delituoso para cada apelante, conforme Acórdão n. 180.087 - Publicado no dia 01/09/2017. II - Inconformado com a decisãoo colegiada a defesa interpôs Recurso Especial no dia 29.11.2017, a qual não foi conhecida com fulcro na súmula 83 do STJ. III - Inconformados com a decisão denegatória de admissibilidade, lavrada às fls. 284/286-v, JOSUEL TORRES PANTOJA E DAVID HENDERSON DIAS LOPES manifestaram o Agravo de fls. 292/298, almejando o destrancamento do RECURSO ESPECIAL de fls. 258/270, cujo seguimento fora denegado por incidência da Súmula STJ n. 83. Contrarrazões presentes às fls. 306/309. IV - O Desembargador Ricardo Ferreira Nunes, à época Presidente do TJPA, decidiu: à luz do §2º do art. 1.042 combinado com o art. 927, ambos do CPC, aplicados aos procedimentos criminais ex vi do art. 3.Âº/CPP, o juizo de retratação Ã© oportuno na hipÃ³tese de incidÃªncia da sistemÃ¡tica dos recursos repetitivos ou da repercussÃ£o geral, o que nÃ£o se vislumbra no caso versado. Ademais, o agravo nÃ£o infirma a incidÃªncia da SÃºmula STJ n. 83, eis que, em razÃµes dissociadas, a insurgÃªncia se volta contra suposta aplicaÃ§Ã£o da SÃºmula STJ n. 7. NÃ£o obstante, encaminhem-se os autos ao Superior Tribunal de JustiÃ§a, juÃ-zo natural do recurso interposto (art. 1.042, Â§4.Âº/CPC)Â¿; V - O Recurso de Agravo em Recurso Especial nÂº 1.285.091, publicada no DJe/STJ de 16/05/2018, transitou em julgado em 11/06/2018, conforme certidÃ£o de fl. 241. V - A defesa impetrou Habeas Corpus nÂº 208.225 - PA perante o Supremo Tribunal Federal, com pedido de liminar, por meio do impetrante AmÃ©rico Lins da Silva Leal e outros em favor de Josuel Torres Pantoja, contra AcÃ³rdÃ£o do STJ, da lavra do Ministro Felix Fisher, que negou provimento ao agravo regimental no HC 661.708/PA; VI - A Ministra Rosa Weber proferiu decisÃ£o no dia 03.11.2021, nos seguintes termos: Â¿Ante o exposto, forte nos art. 21, Â§1Âº, e 192, RISTF, nÃ£o conheÃ§o do Writ, mas concedo a ordem de Habeas Corpus, de ofÃ-cio, para determinar que o Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, nos termos da orientaÃ§Ã£o em referÃªncia, proceda a nova dosimetria da pena imposta ao paciente e reexame do regime inicial de cumprimento de pena, bem como a possibilidade de substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos. Tendo em vista a identidade jurÃ-dico processual entre o Paciente e o corrÃ©u David Henderson Dias Lopes, contra quem o decreto condenatÃ³rio fixou pena igual a do paciente mediante os mesmos critÃ©rios de dosimetria, estendo a ordem a dito corrÃ©u, nos termos do art. 580, do CPPÂ¿. VII - Ante o exposto, DETERMINO que a Secretaria da 3Âª Turma do TJPA expeÃ§a ofÃ-cio ao juÃ-zo a quo a devoluÃ§Ã£o dos autos para que este Relator cumpra a decisÃ£o do PretÃ³rio Excelso (STF), transcrita no item VI; VIII - Cumpra-se. BelÃ©m, 11 de novembro de 2021. Mairton Marque Carneiro Desembargador Relator

**PROCESSO: 00257390820198140401 PROCESSO ANTIGO: ---**
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MAIRTON MARQUES CARNEIRO A??o: Apelação Criminal em: 16/11/2021---APELANTE:TED HENRIQUE SANTOS BATISTA Representante(s): OAB 22119 - RENATO REBELO BARRETO (ADVOGADO) OAB 28934 - JOSIEL DA SILVA CARNEIRO (ADVOGADO) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA PROCURADOR(A) DE JUSTICA:ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER. DESPACHO: Trata-se de petição protocolizada sob o nº 2021.02427891-66, em que o requerente TED HENRIQUE SANTOS BATISTA solicita a retirada dos autos no julgamento do Plenário Virtual da 33ª Sessão Ordinária e inclusão na pauta de julgamento por videoconferência para sustentação oral. Considerando que o julgamento do plenário virtual da 33ª Sessão Ordinária teve início no dia 08/11/2021, INDEFIRO o pedido do requerente, em razão do descumprimento do regramento regimental, desta Corte de Justiça, com fulcro no art. 140-A, §2º do RITJPA. Belém, 12 de novembro de 2021. Mairton Marques Carneiro Desembargador Relator

**COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS**

**SECRETARIA DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MOSQUEIRO**

**PROCESSO Nº 0832871-92.2019.8.14.0301. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.** RECLAMANTE: PAULO ROBERTO SILVA SOUZA, ADVOGADO: FABIO LUIZ SEIXAS SOTERIO DE OLIVEIRA - OAB GO38557. RECLAMADO: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NAO PADRONIZADOS NPL II, ADVOGADO: THIAGO MAHFUZ VEZZI, OAB/PA 21114-A. INTIMAÇÃO. Pelo presente ficam intimadas as partes para tomarem ciência da designação de Audiência de Conciliação designada para 17/02/2022 as 12:00, a ser realizada na Sala de Audiências da Vara do Juizado Especial de Mosqueiro, Av. 15 de Novembro nº 23 - Bairro: Vila, Mosqueiro/Belém ¿ PA. WANDREI MELO DA ROCHA, ANALISTA JUDICIÁRIO

**UPJ DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS E DO JUIZADO CRIMINAL DO MEIO AMBIENTE DA CAPITAL**

**E D I T A L 001/2021 ¿ JECRIM-MEIO AMBIENTE**

**A Dra. ELLEN CHRISTIANE BEMERGUY PEIXOTO**, Juíza de Direito, Titular da Vara do Juizado Especial Criminal do Meio Ambiente da Comarca da Capital, no uso de suas atribuições legais, etc.

**FAZ SABER** a todos quanto o presente **EDITAL**, virem ou dele conhecimento tiverem que, de conformidade com o art. 163 e seguintes da Lei nº 5008/81, Código Judiciário do Estado do Pará, será instaurada no período de 30.11.2021 à 1º.12.2021 das 8:00 às 14:00 horas **CORREIÇÃO ORDINÁRIA,** sem prejuízo do expediente, na **Vara do Juizado Especial Criminal do Meio Ambiente da Comarca da Capital**, oportunidade em que serão recebidas neste Juízo reclamações sobre o serviço judicial; serão conferidos se todos os processos em trâmite encontram-se cadastrados e alimentados de sua movimentação processual; será efetuada inspeção dos livros de carga e verificado sobre a existência de petição e AR aguardando juntada; será, ainda, realizada inspeção de mandados em mão de Oficial de Justiça com prazo extrapolado para cumprimento; verificada a movimentação de processos paralisados há mais de 6 (seis) meses; e efetuados os demais atos previstos no Provimento nº 07/2008-CJRMB, bem como o que mais se fizer necessário a regularização de funcionamento deste Juizado.

Faz saber, ainda, que poderá ser tomada por termo, para as providências cabíveis, toda e qualquer reclamação, porventura apresentada pelo Ministério Público, Defensoria Pública, Advogados, partes interessadas e público em geral.

E, para conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente Edital, que será afixado no átrio do prédio dos Juizados Especiais Criminais da Comarca da Capital, bem como será encaminhada cópia para conhecimento à Presidência do TJ/PA, à Corregedoria da Região Metropolitana de Belém, à Coordenadoria dos Juizados Especiais, à Defensoria Pública, ao Ministério Público e a OAB/PA. Eu, _____ (Fabio Ferreira Pacheco Filho), Assessor da Vara do Juizado Especial Criminal do Meio Ambiente da Capital, digitei, conferi.

Belém, 11 de novembro de 2021.

**ELLEN CHRISTIANE BEMERGUY PEIXOTO**

Juíza de Direito do Juizado Especial Criminal do Meio Ambiente da Capital

PORTARIA 001/2021-JECRIM/CORREIÇÃO ORDINÁRIA

**A Dra. ELLEN CHRISTIANE BEMERGUY PEIXOTO**, Juíza de Direito, Titular da Vara do Juizado Especial Criminal do Meio Ambiente da Capital, no uso de suas atribuições legais, e

**Considerando** a implantação CORREIÇÃO ORDINÁRIA nesta Vara, conforme Edital nº 001/2021 - JECrim-Meio Ambiente;

**Considerando** o inciso III, do artigo 11, do Provimento nº 004/2001-CJRMB;

**R E S O L V E:**

**Art. 1º -** Designar o Senhor Fabio Ferreira Pacheco Filho, Assessor de Juiz, Matrícula nº 98671, para exercer a função de Secretário da CORREIÇÃO ORDINÁRIA no período de 30 de novembro à 1º de dezembro do ano de 2021.

**Publique-se, Registre-se, dê-se Ciência, e Cumpra-se.**

Belém, 11 de novembro de 2021.

**ELLEN CHRISTIANE BEMERGUY PEIXOTO**

Juíza de Direito do Juizado Especial Criminal do Meio Ambiente da Capital

ACÓRDÃO: 219183 COMARCA: BELÉM DATA DE JULGAMENTO: -- PROCESSO: 00139633220088140401 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VANIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL APELADO:JOELSON DA SILVA Representante(s): LUIZ ANTONIO NASCIMENTO RAMOS (DEFENSOR) APELADO:SEBASTIAO AILTON DA SILVA PENA Representante(s): LUIZ ANTONIO NASCIMENTO RAMOS (DEFENSOR) PROCURADOR(A) DE JUSTICA:MARIA DO SOCORRO CARVALHO MENDO EMENTA: . APELAÇÃO PENAL INTERPOSTA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO CONTRA SENTENÇA QUE ABSOLVEU OS APELADOS DA ACUSAÇÃO DO CRIME DE ROUBO MAJORADO PELO CONCURSO DE AGENTES E USO DE ARMA DE FOGO DURANTE A EMPREITADA. 1) RECONHECIMENTO, DE OFÍCIO, DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE DO APELADO SEBASTIÃO AILTON, ANTE A PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL, EM SUA MODALIDADE INTERCORRENTE. Tendo sido o aludido apelado denunciado como incurso no art. 157, §2º, incs. I e II, do CPB, e recebido sentença absolutória, tem-se a pena máxima culminada ao crime como parâmetro para aferição do prazo prescricional, qual seja, 15 (quinze) anos, sendo que por ser o apelado menor de vinte e um anos à época da prática delitiva, impõe-se reduzir o prazo prescricional pela metade, perfazendo-o em dez anos, à luz do art. 109, inc. I, c/c o art. 115, ambos do CPB. Passados mais de dez anos desde o último marco interruptivo, qual seja, o recebimento da denúncia, em 29 de setembro de 2008, tem-se caracterizada a prescrição da pretensão punitiva estatal desde setembro de 2018, em sua modalidade intercorrente. 2) REFORMA DO DECISUM ABSOLUTÓRIO A FIM DE QUE SEJA O APELADO JOELSON DA SILVA CONDENADO PELA PRÁTICA DELITIVA A ELE IMPUTADA. PROCEDÊNCIA. A autoria e a materialidade delitiva encontram-se evidenciadas nos autos através do Auto de Apresentação e Apreensão dos abjetos subtraídos das vítimas, os quais foram localizados ainda em posse dos acusados, bem como através dos depoimentos das vítimas prestados em sede inquisitorial, nos quais ambas reconheceram o ora apelado como sendo um dos indivíduos que as tomaram de assalto, e ainda, pelos depoimentos prestados em juízo pelos guardas municipais responsáveis pela prisão em flagrante dos acusados, os quais ratificaram a versão das vítimas. 2) DOSIMETRIA DA PENA. Mostra-se proporcional e razoável fixar a pena-base do apelado JOELSON DA SILVA em 06 (anos) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 30 (trinta) dias-multa, ante as circunstâncias desfavoráveis nas quais foi o crime praticado, uma vez que em pluralidade de agentes, em número de três, sendo um deles menor de idade, e ainda contra duas vítimas, as quais relataram terem sido manietadas pelos acusados a quando da empreitada. Ausência de circunstâncias atenuantes ou agravantes a serem consideradas. Na terceira fase, impõe-se majorar a sanção na fração de 1/3 (um terço), tão somente em relação ao uso de arma de fogo, já que a majorante referente ao concurso de agentes foi devidamente valorada a quando da primeira fase, evitando-se o bis in iden, cujo total definitivo se perfaz em 08 (oito) anos e 08 (oito) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado, à luz do art. 33, §2º, alínea a, do CPB, e 40 (quarenta) dias-multa, à razão de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato delituoso. 3) DE OFÍCIO, DECLARA-SE EXTINTA A PUNIBILIDADE DO APELADO SEBASTIÃO AILTON DA SILVA PENA, ANTE A PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA DO ESTADO EM SUA MODALIDADE INTERCORRENTE, RESTANDO PREJUDICADO O RECURSO EM RELAÇÃO A ELE, E CONHECIDO E PROVIDO O APELO INTERPOSTO CONTRA O ACUSADO JOELSON DA SILVA, PARA REFORMAR A SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU, CONDENANDO-O COMO INCURSO NO CRIME PREVISTO NO ART. 157, §2º, INCS. I E II, DO CPB, À PENA DE 08 (OITO) ANOS E 08 (OITO) MESES DE RECLUSÃO EM REGIME INICIAL FECHADO E 40 (QUARENTA) DIAS-MULTA, À RAZÃO DE 1/30 (UM TRIGÉSIMO) DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DO FATO DELITUOSO.

ACÓRDÃO: 219184 COMARCA: SÃO CAETANO DE ODIVELAS DATA DE JULGAMENTO: -- PROCESSO: 00719101020158140095 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VANIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELADO:JUSTIÇA PUBLICA APELANTE:EDEVAN NASCIMENTO ASSUNCAO Representante(s): OAB 23481 - WANDYR MARCELO TRINDADE DA FONSECA (DEFENSOR DATIVO) PROCURADOR(A) DE JUSTICA:ANA TEREZA ABUCATER EMENTA: . APELAÇÃO PENAL ¿ crime de ameaça ¿ art. 147 do CP ¿ 1) ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS¿ IMPROCEDÊNCIA ¿ autoria e materialidade delitivas

comprovadas pelos depoimentos colhidos em juízo com oitiva da vítima e testemunha ¿ 2) DESCLASSIFICAÇÃO PARA O DELITO DE LESÕES CORPORAIS RECÍPROCAS ¿ IMPROCEDÊNCIA ¿ narrativa dos fatos que não implica em lesões corporais nem na vítima ou no apelante ¿ 3) REDUÇÃO DA PENA PARA O MÍNIMO LEGAL ¿ IMPROVIMENTO ¿ pena base fixada apenas um pouco acima do mínimo que se mostra plenamente justificada pelas circunstâncias do crime ¿ 4) SUBSTITUIÇÃO DA PENA CORPORAL POR RESTRITIVA DE DIREITOS ¿ PLEITO INÓCUO ¿ substituição já concedida na sentença condenatória ¿ RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO ¿ DECISÃO UNÂNIME

**SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

A Ilustríssima Senhora MARIA DE LOURDES CARNEIRO LOBATO, Secretária de Gestão de Pessoas deste egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no uso de suas atribuições delegadas pela Portaria nº 5903/2019-GP, RESOLVE:

**PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01717. Belém, 12 de novembro de 2021.**

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-PRO-2021/03663,

CONCEDER, com base no art. 95, da Lei nº. 5.810/94, LICENÇA PARA ATIVIDADE CLASSISTA ao servidor ARIOSVALDO OLIVEIRA BARROS, Analista Judiciário - Área Judiciária, matrícula nº 124273, lotado na Vara Criminal da Comarca de Marituba, no período de 01/11/2021 a 06/12/2023.

**FÓRUM CÍVEL**

**UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 1 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL**

RESENHA: 11/11/2021 A 11/11/2021 - SECRETARIA 1ª UPJ VARAS CIVEL,EMPRES,ORFÃO,INTERDITO, AUSENTE,RESIDUO,ACID DO TRABALHO,REG PUBLICO - VARA: 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00000463919888140301 PROCESSO ANTIGO: 198810134159 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Execução de Título Judicial em: 11/11/2021 REQUERIDO:JOAO GUILHERME BERNARDINO OLIVEIRA REQUERENTE:DILERMANDO FERREIRA TOBIAS Representante(s): OAB 1746 - REYNALDO ANDRADE DA SILVEIRA (ADVOGADO) OAB 7359 - TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO (ADVOGADO) PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ JuÃ-zo da 1Âª Vara CÃ-vel da Comarca da BelÃ©m Processo nÂº 0000046-39.1998.8.14.0301 AÃÃO DE INDENIZAÃÃO Requerente: DILERMANDO FERREIRA TOBIAS (AUSENTE) Advogado: (AUSENTE) RÃU: JOÃO GUILHERMEÂ BERNADINO OLIVEIRA (AUSENTE) Advogado: (AUSENTE) JUIZ: DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Data: 08/11/2021 Hora: 14h40min TERMO DE AUDIÃNCIA Ao oitavo dia do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 14h40min, nesta cidade de BelÃ©m-ParÃ¡, na sala de audiÃªncia, na presenÃ§a da JuÃ-za de Direito, DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS. Efetuado o pregÃ£o, constatou-se a ausÃªncia das partes Requerente e Requerida. Iniciada a audiÃªncia, restou infrutÃ-fera a tentativa de conciliaÃ§Ã£o em virtude da ausÃªncia das partes. DELIBERAÃÃO: 1) Aguarde-se manifestaÃ§Ã£o do Exequente 2) Nada mais dito e nem perguntado deu-se por encerrado este termo, onde eu, Thiago Alves Pinto, estagiÃ¡rio de direito, digitei e subscrevi. JUÃZA: PROCESSO: 00019804319968140301 PROCESSO ANTIGO: 19861000363 7 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Processo de Execução em: 11/11/2021 AUTOR:BANCO DO ESTADO DO PARA SA Representante(s): OAB 9127 - MARIA ROSA DO SOCORRO LOURINHO DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 12964 - THIAGO WISNIEWSKI MARTINI (ADVOGADO) OAB 10328 - CLISTENES DA SILVA VITAL (ADVOGADO) ANA CRISTINA SILVA PEREIRA (ADVOGADO) ALESSANDRA MARIA PEREIRA CRUZ (ADVOGADO) REU:EMILIANO DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 15454 - BRENO MONTEIRO GUEDES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ JuÃ-zo da 1Âª Vara CÃ-vel da Comarca da BelÃ©m Processo nÂº 0001980-43.1996.8.14.0301 AÃÃO DE EXECUÃÃO Requerente: BANCO DO ESTADO DO PARÃ Preposto: WIGOR GABRIEL SOUSA NORONHA (RG 6950583 SEGUP/PA) Advogada: CRISTINA PIRES TEIXEIRA DE MIRANDA (OAB/PA 23032) EstagiÃ¡ria: VIVIANE DE MOURA CARVALHO CUNHA (RG: 7239228) RÃ©u: AUSENTE Advogado: PAULINO BARROS DO NASCIMENTO (OAB/PA: 8014) JuÃ-za: DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Data: 10/11/2021 Hora: 09h20min. TERMO DE AUDIÃNCIA Ao dÃ©cimo dia do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 9he 20 min, nesta cidade de BelÃ©m-ParÃ¡, na sala de audiÃªncia, na presenÃ§a da JuÃ-za de Direito, DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS. Efetuado o pregÃ£o, constatou-se a presenÃ§a das partes acompanhadas de seus advogados. Iniciada a audiÃªncia, a parte autora fez proposta no valor de R$ 200.907,07 (duzentos mil novecentos e sete reais e sete centavos) mais R$ 20.000,00 (vinte mil reais) de honorÃ¡rios e custas processuais. A contraproposta apresentada foi no valor de 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), mais honorÃ¡rios de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) e custas processuais parceladas em trÃªs vezes. Que as partes requerem a suspensÃ£o do processo por 05 dias para celebrar possÃ-vel acordo. DELIBERAÃÃO: 1) Suspendo o processo. Decorrido o prazo, venha os autos conclusos com ou sem proposta de acordo 2) E nada mais dito e nem perguntado deu-se por encerrado este termo, onde eu, Thiago Alves Pinto, estagiÃ¡rio de direito, digitei e subscrevi. JUÃZA: REQUERENTE/ PREPOSTO: ADVOGADA: ESTAGIÃRIA: RÃU: AUSENTE ADVOGADO: PROCESSO: 00050789020148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 11/11/2021 EXECUTADO:SUPER TRANSPORTES LTDA EXEQUENTE:BANCO CHN INDUSTRIAL CAPITAL SA Representante(s): OAB 53612 - STEPHANY MARY FERREIRA REGIS DA SILVA (ADVOGADO) OAB 25276 - LUCIANA SEZANOWSKI MACHADO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ JuÃ-zo da 1Âª Vara CÃ-vel da Comarca da BelÃ©m Processo nÂº 0005078-90.2014.8.14.0301 AÃÃO DE EXECUÃÃO

REQUERENTE/CEDENTE: BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S/A PREPOSTO: AUSENTE Advogado:Â AUSENTE RÃ©u: SUPER TRANSPORTES LTDA (AUSENTE) RÃ©: NILSON SOARES PEREIRA (AUSENTE) RÃ: ANA PAULA SUFREDINI PEREIRA (AUSENTE) ADVOGADO: AUSENTE JuÃ-za: DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Data: 11/11/2021 Hora:10h20. TERMO DE AUDIÃNCIA . Ao dÃ©cimo primeiro dia do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 10h20, nesta cidade de BelÃ©m-ParÃ¡, na sala de audiÃªncia, na presenÃ§a da JuÃ-za de Direito, DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS. Efetuado o pregÃ£o, constatou-se a ausÃªncia das partes e de seus advogados. Iniciada a audiÃªncia, restou infrutÃ-fera a tentativa de conciliaÃ§Ã£o em virtude da ausÃªncia das partes. DELIBERAÃÃO: 1) Intime-se a parte autora para que manifeste sobre o interesse no prosseguimento do feito no prazo de 05 dias, requerendo o que entender de direito 2) E nada mais dito e nem perguntado deu-se por encerrado este termo, onde eu, Thiago Alves Pinto, estagiÃ¡rio de direito, digitei e subscrevi. JUÃZA: PROCESSO: 00054726720118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 11/11/2021 AUTOR:LIDER SUPERMERCADOS E MAGAZINE LTDA Representante(s): OAB 9296 - ISIS KRISHINA REZENDE SADECK (ADVOGADO) OAB 18717 - STEFANO RIBEIRO DE SOUSA COSTA (ADVOGADO) OAB 18711 - MAX PINHEIRO MARTINS JUNIOR (ADVOGADO) OAB 22540 - PAULA AMANDA RIBEIRO TEIXEIRA VASCONCELOS (ADVOGADO) REU:RAIMUNDA MELO DE SOUZA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ JuÃ-zo da 1Âª Vara CÃ-vel da Comarca da BelÃ©m Processo nÂº 0005472-67.2011.8.14.0301 AÃÃO DE COBRANÃA Requerente: LIDER SUPERMERCADOS E MAGAZINE LTDA Preposto: IDVAN VAZ BRITO (RG 6642253 PC/PA) Advogado:Â PAULA AMANDA VASCONCELOS (OAB/PA 22.540) RÃ©u: RAIMUNDA MELO DE SOUZA (AUSENTE) Advogado: (AUSENTE) JuÃ-za: DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Data: 10/11/2021 Hora:10h20min TERMO DE AUDIÃNCIA Ao dÃ©cimo dia do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 10h e 20 min., nesta cidade de BelÃ©m-ParÃ¡, na sala de audiÃªncia, na presenÃ§a da JuÃ-za de Direito, DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS. Efetuado o pregÃ£o, constatou-se a presenÃ§a das partes acompanhadas de seus advogados. Iniciada a audiÃªncia, restou infrutÃ-fera a tentativa de conciliaÃ§Ã£o em virtude da ausÃªncia da parte rÃ©. Juntada pela parte Requerente Carta de PreposiÃ§Ã£o constituindo IDVAN VAZ BRITO como Preposto. DELIBERAÃÃO: 1) Cumprindo o despacho de fl. 80, item 02, expeÃ§a-se o alvarÃ¡ judicial de transferÃªncia bancÃ¡ria para levantamento da quantia depositada em favor da Exequente. A conta bancÃ¡ria da exequente Ã© do banco BanparÃ¡. AG: 024 CONTA: 301377-4 CNPJ: 05054671000159 LÃDER COMERCIO E INDÃSTRIA LTDA 2) O Exequente requer penhora online no SISBAJUD (Teimosinha) 3) E nada mais dito e nem perguntado deu-se por encerrado este termo, onde eu, Thiago Alves Pinto, estagiÃ¡rio de direito, digitei e subscrevi. JUÃZA: REQUERENTE/ PREPOSTO: ADVOGADA: RÃ: AUSENTE ADVOGADO: AUSENTE PROCESSO: 00057433320008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010086824 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Processo de Execução em: 11/11/2021 ADVOGADO:ORLANDO WALLACE DA S. E MOTA REU:MARIA DE NAZARE COSTA MOUTA AUTOR:BANCO DO ESTADO DO PARA SABAPARA AUTOR:BANCO DO ESTADO DO PARA - BANPARA Representante(s): OAB 10270 - LETICIA DAVID THOME (ADVOGADO) OAB 7226 - ORLANDO WALLACE DA SILVA E MOTA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ JuÃ-zo da 1Âª Vara CÃ-vel da Comarca da BelÃ©m Processo nÂº 0005743-33.2000.8.14.0301 AÃÃO DE EXECUÃÃO DE TÃTULO EXTRAJUDICIAL Requerente: BANCO DO ESTADO DO PARÃ Preposto: JOEL ALDIRO DE ARAGÃO BARBOSA (RG 68837 CTPS- PA) Advogado:Â CLÃSTENES DA SILVA VITAL (OAB/PA 10328) RÃ©: MARIA DE NAZARÃ COSTA MOUTA (AUSENTE) Advogado: (AUSENTE) JuÃ-za: DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Data: 09/11/2021 Hora: 09h00 TERMO DE AUDIÃNCIA Ao oitavo dia do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 09 horas, nesta cidade de BelÃ©m-ParÃ¡, na sala de audiÃªncia, na presenÃ§a da JuÃ-za de Direito, DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS. Efetuado o pregÃ£o, constatou-se a presenÃ§a da parte autora e seu advogado, ausente a parte rÃ©. Iniciada a audiÃªncia, restou infrutÃ-fera a tentativa de conciliaÃ§Ã£o em virtude da ausÃªncia injustificada da Requerida. DELIBERAÃÃO: 1) Juntado em audiÃªncia a carta de preposiÃ§Ã£o 2) O Exequente faz juntada do cÃ¡lculo atualizado do dÃ©bito e requer pesquisa SISBAJUD 3) Acautelem-se os autos em gabinete 4) E nada mais dito e nem perguntado deu-se por encerrado este termo, onde eu, Thiago Alves Pinto, estagiÃ¡rio de direito, digitei e subscrevi. JUÃZA: REQUERENTE/PREPOSTO: ADVOGADO: RÃ: AUSENTE ADVOGADO: AUSENTE PROCESSO: 00070381320168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 REQUERENTE:JOSE SILVA DIAS NETO Representante(s): OAB 90.323 - SABRINA BORGES (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER CONSORCIOS

DO SEGURO DPVAT SA Representante(s): OAB 8770 - BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) . DECISÃO 1- Entendo que o processo encontra-se devidamente preparado para uma decisÃ£o de mÃ©rito, nos termos do artigo 355 do CÃ³digo de Processo Civil. Todavia, pelo princÃ-pio da cooperaÃ§Ã£o e em respeito ao que consta nos artigos, 6Âº, 10Âº e 9Âº do CÃ³digo de Processo Civil, oportunizo um prazo comum de 05 (cinco) dias, para que ambas as partes apontem, de maneira clara, objetiva e sucinta, as questÃµes de fato e de direito que entendam pertinentes ao julgamento da lide. 2- Quanto Ã s questÃµes de fato, deverÃ£o indicar a matÃ©ria que consideram incontroversa, bem como aquela que entendem jÃ¡ provada pela prova trazida, enumerando nos autos os documentos que servem de suporte a cada alegaÃ§Ã£o. Com relaÃ§Ã£o ao restante, remanescendo controvertida, deverÃ£o especificar as provas que pretendem produzir, justificando, objetiva e fundamentadamente, sua relevÃ¢ncia e pertinÃªncia. O silÃªncio ou o protesto genÃ©rico por produÃ§Ã£o de provas serÃ£o interpretados como anuÃªncia ao julgamento antecipado, indeferindo-se, ainda, os requerimentos de diligÃªncias inÃºteis ou meramente protelatÃ³rias. 3- Quanto Ã s questÃµes de direito, para que nÃ£o se alegue prejuÃ-zo, deverÃ£o, desde logo, manifestar-se sobre a matÃ©ria cognoscÃ-vel de ofÃ-cio pelo juÃ-zo, desde que interessem ao processo. 4- Com relaÃ§Ã£o aos argumentos jurÃ-dicos trazidos pelas partes, deverÃ£o estar de acordo com toda a legislaÃ§Ã£o vigente, que, presume-se, tenha sido estudada atÃ© o esgotamento pelos litigantes, e cujo desconhecimento nÃ£o poderÃ¡ ser posteriormente alegado. Registre-se, ainda, que nÃ£o serÃ£o consideradas relevantes as questÃµes nÃ£o adequadamente delineadas e fundamentadas nas peÃ§as processuais, alÃ©m de todos os demais argumentos insubsistentes ou ultrapassados pela jurisprudÃªncia reiterada. 5- Ficam as partes advertidas que a inÃ©rcia na apresentaÃ§Ã£o de manifestaÃ§Ã£o serÃ¡ interpretada como aquiescÃªncia na opÃ§Ã£o pelo julgamento antecipado da lide. 6- DeverÃ£o as partes, no mesmo prazo, informar sobre o interesse na designaÃ§Ã£o de audiÃªncia conciliatÃ³ria. 7Â¿ Nos casos onde hÃ¡ pedido de migraÃ§Ã£o dos autos do sistema Libra para o PJe, informo que o TJE/PA, encontra-se em plena movimentaÃ§Ã£o neste sentido, com previsÃ£o de inclusÃ£o de todos os processos fÃ-sicos no sistema eletrÃ´nico atÃ© o final do ano de 2022, e que os advogados que o desejarem tambÃ©m poderÃ£o atuar neste sentido, utilizando-se do Â¿Guia RÃ¡pido de DigitalizaÃ§Ã£o - Para AdvogadosÂ¿, disponÃ-vel no nosso site, ou diretamente com um dos servidores da secretaria de informÃ¡tica. Cumpra-se. Â BelÃ©m-PA, 04 de novembro de 2021. ROSANA LÃCIA DE CANELAS BASTOS JuÃ-za de Direito Titular 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00102387519968140301 PROCESSO ANTIGO: 198410101525 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Processo de Execução em: 11/11/2021 AUTOR:BAN PARA SA BANCO DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 2989 - MARIA DE FATIMA PINHEIRO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 11663 - WALCIMARA ALINE MOREIRA CARDOSO ARAUJO (ADVOGADO) ADVOGADO:HIPOLITO GARCIA ADVOGADO:JOSE ALOYSIO CAVALCANTE CAMPOS ADVOGADO:MARCIA GUILHON MARTINS ADVOGADO:EDILSON DANTAS REU:I N CRISPIM MAQUINAS E MOTORES LTDA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ JuÃ-zo da 1Âª Vara CÃ-vel da Comarca da BelÃ©m Processo nÂº 0010238-75.1996.8.14.0301 AÃÃO DE EXECUÃÃO Requerente: BANCO DO ESTADO DO PARÃ (AUSENTE) Preposto: (AUSENTE) Advogado: (AUSENTE) RÃ©u: (AUSENTE) Advogado: (AUSENTE) JuÃ-za: DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Data: 10/11/2021 Hora:10h. TERMO DE AUDIÊNCIA Ao dÃ©cimo dia do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 10h, nesta cidade de BelÃ©m-ParÃ¡, na sala de audiÃªncia, na presenÃ§a da JuÃ-za de Direito, DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS. Efetuado o pregÃ£o, constatou-se a ausÃªncia das partes e de seus advogados. Iniciada a audiÃªncia, restou infrutÃ-fera a tentativa de conciliaÃ§Ã£o em virtude da ausÃªncia das partes. DELIBERAÃÃO: 1) Intime-se a parte autora para que manifeste sobre o interesse no prosseguimento do feito no prazo de 05 dias 2) E nada mais dito e nem perguntado deu-se por encerrado este termo, onde eu, Thiago Alves Pinto, estagiÃ¡rio de direito, digitei e subscrevi. JUÃZA: PROCESSO: 00155056919988140301 PROCESSO ANTIGO: 199810248709 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 AUTOR:COHAB COMPANHIA DE HABITACAO DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 13209 - MARCIO AUGUSTO MOURA DE MORAES (ADVOGADO) ADVOGADO:CINTIA DE ALMEIDA MEIRA REQUERIDO:MARIA DE NAZARE P GALVAO. Processo nº: 0015505-69.1998.8.14.0301 Â Â Â Â Â Defiro o pedido de vistas dos autos pelo prazo legal de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 107, II, do CÃ³digo de Processo Civil, para manifestaÃ§Ã£o e requerimento do que entender cabÃ-vel. BelÃ©m, 09 de junho de 2021. . ROSANA LÃCIA DE CANELAS BASTOS JuÃ-za de Direito Titular 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00160145919948140301 PROCESSO ANTIGO: 199410200156 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o:

Execução de Título Extrajudicial em: 11/11/2021 AUTOR:BANCO DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 8988 - ANA CRISTINA SILVA PEREIRA (ADVOGADO) OAB 1292 - YOLANDA FERREIRA MONTEIRO NUNES (ADVOGADO) ALLAN F. DA S. PINGARILHO (ADVOGADO) ADVOGADO:SILVIA FIGUEROA DE MATTOS REU:J ATANAZIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Representante(s): OAB 1499 - MARIA DAS GRACAS RIBEIRO SAMPAIO (ADVOGADO) OAB 5132 - RUI GUILHERME TRINDADE TOCANTINS (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ JuÃ-zo da 1Âª Vara CÃ-vel da Comarca da BelÃ©m Processo nÂº 0016014-59.1994.8.14.0301 AÃÃO DE EXECUÃÃO DE TÃTULO EXTRAJUDICIAL Requerente: BANCO DO ESTADO DO PARÃ Preposto: JEYSA MAYARA AMARAL BARBOSA (OAB/PA 022204) Advogado: EDVALDO CARIBE COSTA FILHO (OAB/PA 010744) RÃU: J ATANAZIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (AUSENTE) PREPOSTO: (AUSENTE) RÃU: JOSÃ ATAMNAZIO BARBOSA Advogado:Â OAB/PA:Â JUIZ: DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Data: 08/11/2021 Hora: 14:20h TERMO DE AUDIÃNCIA Ao oitavo dia do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 14h20, nesta cidade de BelÃ©m-ParÃ¡, na sala de audiÃªncia, na presenÃ§a da JuÃ-za de Direito, DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS. Efetuado o pregÃ£o, constatou-se a presenÃ§a da parte autora e seu advogado, ausente a parte rÃ©. Iniciada a audiÃªncia, restou infrutÃ-fera a tentativa de conciliaÃ§Ã£o, uma vez ausente a parte executada. DELIBERAÃÃO: 1) o Exequente demonstrou planilha atualizada do dÃ©bito e requer a realizaÃ§Ã£o de INFOJUD, RENAJUD e SISBAJUD 2) Acautelem-se os autos em gabinete para realizaÃ§Ã£o do pedido. 3) E nada mais dito e nem perguntado deu-se por encerrado este termo, onde eu, Thiago Alves Pinto, estagiÃ¡rio de direito, digitei e subscrevi. JUÃZA: REQUERENTE/PREPOSTO: ADVOGADO: REQUERIDO: AUSENTE ADVOGADO: AUSENTE PROCESSO: 00163565620068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610525874 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 11/11/2021 AUTOR:A. S. G. AUTOR:A. B. G. AUTOR:A. B. G. AUTOR:A. B. G. Representante(s): FABRICIO BACELAR MARINHO (ADVOGADO) OAB 12722 - FRANCISCO OTAVIO DOS SANTOS PALHETA JR (ADVOGADO) OAB 12722 - FRANCISCO OTAVIO DOS SANTOS PALHETA JR (ADVOGADO) OAB 18834 - CARLOS DE SENNA MENDES NETO (ADVOGADO) OAB 23206 - ELUZIENE LEITE LIMA (ADVOGADO) OAB 26895 - JHONNY SPINDOLA DE SOUZA LIMA (ADVOGADO) LUIS OTAVIO PINTO LEITE (ADVOGADO) AUTOR:ALFREDO BRITO GONCALVES Representante(s): OAB 7617 - FABRICIO BACELAR MARINHO (ADVOGADO) AUTOR:A. B. G. REU:CAMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS Representante(s): OAB 8770 - BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 14661 - LARISSA ALVES DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 24859 - ANNA CAROLINA PARIZOTTO SANTOS (ADVOGADO) . Processo: 0016356-56.2006.8.14.0301 DECISÃO Â Â Â Â Â Com base no art. 1.022 do CÃ³digo de Processo Civil, ACOLHO os Embargos de DeclaraÃ§Ã£o de fls. 163/165, sanando a omissÃ£o na decisÃ£o de fl. 156, referente a sentenÃ§a de fls. 35/37. Â Â Â Â Â Isto posto: a)}Â Â Â Â Â Onde se lÃª Â¿1. Proceda a expediÃ§Ã£o do competente alvarÃ¡ para levantamento e recebimento do valor da condenaÃ§Ã£o, em favor da(s) parte(s) exequente(s), excluÃ-dos 30% (trinta por cento) do valor da condenaÃ§Ã£o, a ser levantado pelo Sr. Advogado, a tÃ-tulo de honorÃ¡rios, uma vez que a(s) procuraÃ§Ã£o(Ãµes) juntadas aos autos - fls. 137/140 e 153 - nÃ£o atende(m) aos requisitos da IN 01/2013-CJRMB do TJE/PA: Art. 1Âº - O alvarÃ¡ judicial para recebimento de valores devidos Ã parte poderÃ¡ ser expedido em nome do advogado, desde que devidamente habilitado e com poderes expressos para tanto.Â¿ LEIA-SE Â¿1. Proceda a expediÃ§Ã£o do competente alvarÃ¡ para levantamento e recebimento do valor da condenaÃ§Ã£o, em favor da(s) parte(s) exequente(s), excluÃ-dos 10% (DEZ por cento) do valor da condenaÃ§Ã£o, a ser levantado pelo Sr. Advogado, a tÃ-tulo de honorÃ¡rios, uma vez que a(s) procuraÃ§Ã£o(Ãµes) juntadas aos autos - fls. 137/140 e 153 - nÃ£o atende(m) aos requisitos da IN 01/2013-CJRMB do TJE/PA: Art. 1Âº - O alvarÃ¡ judicial para recebimento de valores devidos Ã parte poderÃ¡ ser expedido em nome do advogado, desde que devidamente habilitado e com poderes expressos para tanto.Â¿ b)}Â Â Â Â Â Onde se lÃª Â¿2. Proceda a expediÃ§Ã£o do competente alvarÃ¡, em favor do Sr. Advogado, para levantamento e recebimento do valor referente a honorÃ¡rios, no montante de 30% (trinta por cento) do total do valor recebido pela parte exequente.Â¿, LEIA-SE: Â¿2. Proceda a expediÃ§Ã£o do competente alvarÃ¡, em favor do Sr. Advogado, para levantamento e recebimento do valor referente a honorÃ¡rios, no montante de 10% (dez por cento) do total do valor recebido pela parte exequente.Â¿ Â Â Â Â Â Sanada a omissÃ£o, permanecem inalteradas as demais deliberaÃ§Ãµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se. BelÃ©m, 28 de outubro de 2021. ROSANA LÃCIA DE CANELAS BASTOS JuÃ-za de Direito titular da 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00164036220148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 AUTOR:OZIANE DE JESUS AMARAL CATIVO

Representante(s): OAB 19857 - ANTONIO VICTOR RIBEIRO DA CRUZ (ADVOGADO) OAB 21813 - WAGNER CRISTIANO BATISTA FIEL (ADVOGADO) REU:UNIMED BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA Representante(s): OAB 9752 - ALEXANDRE SALES SANTOS (ADVOGADO) OAB 14782 - JOSE MILTON DE LIMA SAMPAIO NETO (ADVOGADO) OAB 26581 - KAIO DE OLIVEIRA SANTOS (ADVOGADO) REU:HOSPITAL SAUDE DA MULHER Representante(s): OAB 3259 - OPHIR FILGUEIRAS CAVALCANTE JUNIOR (ADVOGADO) OAB 3574 - THALES EDUARDO RODRIGUES PEREIRA (ADVOGADO) OAB 6778 - MARLUCE ALMEIDA DE MEDEIROS (ADVOGADO) REU:HOSPITAL D LUIZ I - BENEMERITO SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PARA Representante(s): OAB 11271 - GUSTAVO AZEVEDO ROLA (ADVOGADO) OAB 1069 - ALMERINDO AUGUSTO DE VTRINDADE (ADVOGADO) OAB 11270 - DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) REU:IVAN NAZARENO CAMPOS NEIVA Representante(s): OAB 11215 - FABRICIO BENTES CARVALHO (ADVOGADO) REU:MARCOS FREIRE REU:MANOEL DA PAIXAO FILHO. Â¿ Processo 0016403-62.2014.8.14.0301 DECISÃO SANEAMENTO E ORGANIZAÃÃO PROCESSUAL 1. Intime-se pessoalmente o demandado MARCOS FREIRE para que junte, aos presentes autos, no prazo de 5 (cinco) dias, procuraÃ§Ã£o nomeado advogado, sob pena de ser decretada sua revelia do feito. 2.}Â Â Â Â Â Diante da proposta de acordo, apresentada pela autora, intimem-se os demandados, pessoalmente e por advogado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se a respeito do peticionado em fls. 394/395. 3.}Â Â Â Â Â Entendo que nÃ£o estÃ£o presentes os requisitos objetivos de inversÃ£o do Ã´nus da prova. 4.}Â Â Â Â Â Compulsando os autos, em especial a documentaÃ§Ã£o apresentada, considero como ponto controvertido a existÃªncia de nexo de causalidade entre a conduta de cada um dos requeridos com Ã³bito da de cujus, apontado pela autora do feito. 5.}Â Â Â Â Â Sobre o fato controvertido estabelecido no item anterior, ADOTO A TEORIA ESTÃTICA prevista no artigo 373, I e II, do CÃ³digo de Processo Civil, cabendo ao autor provar os fatos constitutivos de seu direito e ao rÃ©u a existÃªncia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. 6.}Â Â Â Â Â OFERTO um prazo comum de 1 (cinco) dias (art. 272 do CPC) para que as partes especifiquem, de forma fundamentada, quais provas que pretendem produzir e dentro dos limites estabelecidos na presente decisÃ£o. 7.}Â Â Â Â Â As diligÃªncias inÃºteis ou meramente protelatÃ³rias serÃ£o indeferidas, nos termos do parÃ¡grafo Ãºnico do artigo 370 do CPC. Ficam as partes desde jÃ¡ orientadas que, acaso peÃ§am julgamento antecipado da lide, deverÃ£o fundamentar o pedido e estabelecÃª-lo nos parÃ¢metros da presente decisÃ£o. 6.}Â Â Â Â Â Ficam as partes advertidas que, na hipÃ³tese de pedido de produÃ§Ã£o de prova testemunhal, deverÃ£o, desde logo, informar o desejo de trazer as testemunhas Ã futura audiÃªncia designada, independente de intimaÃ§Ã£o, na forma estabelecida no parÃ¡grafo 2Âº do artigo 455 do CÃ³digo de Processo Civil. 7.}Â Â Â Â Â Ficam tambÃ©m advertidas que, o pedido de juntada de documentos, somente serÃ¡ permitido e avaliado pelos parÃ¢metros estabelecidos no artigo 435 do CÃ³digo de Processo Civil. 8.}Â Â Â Â Â ApÃ³s o escoamento do prazo, com ou sem manifestaÃ§Ã£o, devidamente certificada, retornem-me os autos conclusos para decisÃ£o acerca do pedido de provas ou julgamento antecipado da lide. 9.}Â Â Â Â Â Acaso necessÃ¡ria a instruÃ§Ã£o processual, tomarei todas as medidas pertinentes para cada espÃ©cie (por exemplo: rol de testemunhas, nomeaÃ§Ã£o de perito etc.) e designarei a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento. 10.}Â Â Â Â Â ServirÃ¡ a presente, por cÃ³pia digitalizada, como mandado de intimaÃ§Ã£o. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI (Provimentos ns. 003 e 011/2009Â¿CJRMB). BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. ROSANA LÃCIA DE CANELAS BASTOS JuÃ-za de Direito Titular da 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00164109519938140301 PROCESSO ANTIGO: 198810110511 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 11/11/2021 AUTOR:BANCO AMAZONIA SA BASA Representante(s): OAB 11471 - FABRICIO DOS REIS BRANDAO (ADVOGADO) REU:MARIO PALHA DE MORAES Representante(s): OAB 3609 - IONE ARRAIS DE CASTRO OLIVEIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ JuÃ-zo da 1Âª Vara CÃ-vel da Comarca da BelÃ©m Processo nÂº 0016410-95.1993.8.14.0301 AÃÃO DE EXECUÃÃO DE TÃTULO EXTRAJUDICIAL Requerente: BANCO DA AMAZÃNIA S/A-BASA Preposto: GEOVANE RODRIGUES CARVALHO (RG 345284 SSP/TO) Advogado:Â BRUNO CESAR BENTES FARIAS (OAB/PA 18475) Requerido: MÃRIO PALHA DE MORAES (AUSENTE) Advogado: AUSENTE JUIZ: DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Data: 08/11/2021 Hora: 14h00 TERMO DE AUDIÃNCIA Ao oitavo dia do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 14h00, nesta cidade de BelÃ©m-ParÃ¡, na sala de audiÃªncia, na presenÃ§a da JuÃ-za de Direito, DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS. Efetuado o pregÃ£o, constatou-se a presenÃ§a da parte autora, ausente a parte rÃ©. Iniciada a audiÃªncia, restou infrutÃ-fera a tentativa de conciliaÃ§Ã£o diante da ausÃªncia da parte executada. DELIBERAÃÃO: 1) Juntado em audiÃªncia substabelecimento para o ato em nome de BRUNO CESAR BENTES FREITAS (OAB/PA

18475) 2) O patrono do Exequente ratifica os pedidos de fls. 173/4 3) Nada mais dito e nem perguntado deu-se por encerrado este termo, onde eu, Thiago Alves Pinto, estagiÃ¡rio de direito, digitei e subscrevi. JUÃZA: REQUERENTE/PREPOSTO: ADVOGADO: REQUERIDO: AUSENTE ADVOGADA: AUSENTE PROCESSO: 00193891020108140301 PROCESSO ANTIGO: 201010290124 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 11/11/2021 REU:EDITORA TRES Representante(s): MIGUEL AUGUSTO MACHADO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) CAMILA GATTOZZI HENRIQUE ALVES (ADVOGADO) CAMILA MACHADO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) AUTOR:SANDRA MARIA PEREIRA CORREA Representante(s): CELIA MARIA ABREU PEREIRA ANICETO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ JuÃ-zo da 1Âª Vara CÃ-vel da Comarca da BelÃ©m Processo nÂº 0019389-10.2010.8.14.0301 AÃÃO DE REPETIÃÃO DE INDÃBITO Requerente: SANDRA MARIA PEREIRA CORREA, Advogada: CELIA MARIA ABREU PEREIRA ANICETO (OAB/PA RÃ©u: EDITORA TRÃS Preposto: (AUSENTE) Advogado: (AUSENTE) JuÃ-za: DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Data: 11/11/2021 Hora: 09h20min. TERMO DE AUDIÃNCIA Ao dÃ©cimo primeiro dia do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 9he 20 min, nesta cidade de BelÃ©m-ParÃ¡, na sala de audiÃªncia, na presenÃ§a da JuÃ-za de Direito, DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS. Efetuado o pregÃ£o, constatou-se a presenÃ§a da advogada da parte autora, ausente a parte rÃ©. Iniciada a audiÃªncia, restou infrutÃ-fera a tentativa de conciliaÃ§Ã£o em virtude da ausÃªncia da parte executada. A parte Exequente solicita a desistÃªncia da execuÃ§Ã£o. DELIBERAÃÃO: 1) Acautelem- se os autos em gabinete para decisÃ£o 2) E nada mais dito e nem perguntado deu-se por encerrado este termo, onde eu, Thiago Alves Pinto, estagiÃ¡rio de direito, digitei e subscrevi. JUÃZA: REQUERENTE: AUSENTE ADVOGADA: RÃU/PREPOSTO: AUSENTE ADVOGADO: AUSENTE PROCESSO: 00225234620058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510725350 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Monitória em: 11/11/2021 AUTOR:BANCO DO ESTADO DO PARA SA Representante(s): OAB 9127 - MARIA ROSA DO SOCORRO LOURINHO DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 10270 - LETICIA DAVID THOME (ADVOGADO) REGINALDO CESAR LIMA ALVARES (ADVOGADO) REU:MARIA CLARA DEMETRIO GAIA Representante(s): OAB 11793 - ALBERTO LIMA DA SILVA JATENE (ADVOGADO) ALANO LUIZ QUEIROZ PINHEIRO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ JuÃ-zo da 1Âª Vara CÃ-vel da Comarca da BelÃ©m Processo nÂº 0022523-46.2005.8.14.0301 AÃÃO MONITÃRIA Requerente: BANCO DO ESTADO DO PARÃ Preposto: JEYSA MAYARA AMARAL BARBOSA (OAB/PA 022204) Advogado: EDVALDO CARIBE COSTA FILHO (OAB/PA 010744) RÃ: MARIA CLARA DEMETRIO GAIA (AUSENTE) ADVOGADO: (AUSENTE) JUIZ: DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Data: 08/11/2021 Hora: 15h00 TERMO DE AUDIÃNCIA Ao oitavo dia do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 15h00, nesta cidade de BelÃ©m-ParÃ¡, na sala de audiÃªncia, na presenÃ§a da JuÃ-za de Direito, DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS. Efetuado o pregÃ£o, constatou-se a presenÃ§a da parte Requerente acompanhada por seu advogado. Ausente a parte Requerida. Iniciada a audiÃªncia, restou infrutÃ-fera a tentativa de conciliaÃ§Ã£o, uma vez ausente injustificadamente a Requerida. DELIBERAÃÃO: 1) A parte autora requer o prosseguimento do feito para o julgamento dos embargos 2) ApÃ³s, requer ainda que sejam realizadas pesquisas INFOJUD, SISBAJUD e RENAJUD. 3) E nada mais dito e nem perguntado deu-se por encerrado este termo, onde eu, Thiago Alves Pinto, estagiÃ¡rio de direito, digitei e subscrevi. JUÃZA: REQUERENTE/PREPOSTO: ADVOGADO REQUERIDA: AUSENTE PROCESSO: 00227232620178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 REQUERENTE:RAIMUNDO CARLOS GAIA DOS SANTOS Representante(s): OAB 16827 - LARISSA SANTANA DA SILVA TRINDADE (ADVOGADO) REQUERIDO:CELPA CENTRAIS ELETRICA DO PARA SA Representante(s): OAB 12358 - FLAVIO AUGUSTO QUEIROZ DAS NEVES (ADVOGADO) OAB 22213-B - CARLOS EDUARDO RODRIGUES COSTA (ADVOGADO) OAB 24855 - BRUNA QUINTO CUNHA (ADVOGADO) OAB 18329 - JIMMY SOUZA DO CARMO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ JuÃ-zo da 1Âª Vara CÃ-vel da Comarca da BelÃ©m Processo nÂº 0022723-26.2017.8.14.0301 AÃÃO DE INDENIZAÃÃO Requerente: RAIMUNDO CARLOS GAIA DOS SANTOS (RG: 1723436 SSP/PA) Advogada: SAMEA ALBUQUERQUE DA COSTA SARÃ (OAB/PA 12810-A) RÃ©: CENTRAIS ELETRICAS DO PARÃ- CELPA Preposto: ALEXANDRE DE ATAÃDE SANTOS (RG: 6953503 PC/PA) Advogado: PAULO VICTOR PEREIRA NORONHA (OAB/PA: 021920) JuÃ-za: DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Data: 09/11/2021 Hora:10h20min. TERMO DE AUDIÃNCIA Ao nono dia do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 10h e 20 min., nesta cidade de BelÃ©m-ParÃ¡, na sala de audiÃªncia, na presenÃ§a da JuÃ-za de Direito,

DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS. Efetuado o pregÃ£o, constatou-se a presenÃ§a das partes acompanhadas de seus advogados. Iniciada a audiÃªncia, restou infrutÃ-fera a tentativa de conciliaÃ§Ã£o. DELIBERAÃÃO: 1) A parte autora nÃ£o requer produÃ§Ã£o de provas. A parte rÃ© postula vistoria no local para detectar o motivo pelo qual o consumo do autor nÃ£o estÃ¡ sendo medido 2) Indefiro o pedido de vistoria uma vez que os fatos dizem respeito ao ano de 2016 e nÃ£o a situaÃ§Ã£o atual que pode ser realizado administrativamente pela rÃ© 3) O processo comporta julgamento antecipado da lide 4) Remetam-se os autos a UNAJ. ApÃ³s, concluso para julgamento 5) E nada mais dito e nem perguntado deu-se por encerrado este termo, onde eu, Thiago Alves Pinto, estagiÃ¡rio de direito, digitei e subscrevi. JUÃZA: REQUERENTE: ADVOGADA: RÃU/PREPOSTO: ADVOGADO: PROCESSO: 00270946720168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 REQUERENTE:FLAVIO EDER DE OLIVEIRA BATISTA Representante(s): OAB 90.323 - SABRINA BORGES (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA Representante(s): OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) OAB 16292 - LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) . DECISÃO 1- Entendo que o processo encontra-se devidamente preparado para uma decisÃ£o de mÃ©rito, nos termos do artigo 355 do CÃ³digo de Processo Civil. Todavia, pelo princÃ-pio da cooperaÃ§Ã£o e em respeito ao que consta nos artigos, 6Âº, 10Âº e 9Âº do CÃ³digo de Processo Civil, oportunizo um prazo comum de 05 (cinco) dias, para que ambas as partes apontem, de maneira clara, objetiva e sucinta, as questÃµes de fato e de direito que entendam pertinentes ao julgamento da lide. 2- Quanto Ã s questÃµes de fato, deverÃ£o indicar a matÃ©ria que consideram incontroversa, bem como aquela que entendem jÃ¡ provada pela prova trazida, enumerando nos autos os documentos que servem de suporte a cada alegaÃ§Ã£o. Com relaÃ§Ã£o ao restante, remanescendo controvertida, deverÃ£o especificar as provas que pretendem produzir, justificando, objetiva e fundamentadamente, sua relevÃ¢ncia e pertinÃªncia. O silÃªncio ou o protesto genÃ©rico por produÃ§Ã£o de provas serÃ£o interpretados como anuÃªncia ao julgamento antecipado, indeferindo-se, ainda, os requerimentos de diligÃªncias inÃºteis ou meramente protelatÃ³rias. 3- Quanto Ã s questÃµes de direito, para que nÃ£o se alegue prejuÃ-zo, deverÃ£o, desde logo, manifestar-se sobre a matÃ©ria cognoscÃ-vel de ofÃ-cio pelo juÃ-zo, desde que interessem ao processo. 4- Com relaÃ§Ã£o aos argumentos jurÃ-dicos trazidos pelas partes, deverÃ£o estar de acordo com toda a legislaÃ§Ã£o vigente, que, presume-se, tenha sido estudada atÃ© o esgotamento pelos litigantes, e cujo desconhecimento nÃ£o poderÃ¡ ser posteriormente alegado. Registre-se, ainda, que nÃ£o serÃ£o consideradas relevantes as questÃµes nÃ£o adequadamente delineadas e fundamentadas nas peÃ§as processuais, alÃ©m de todos os demais argumentos insubsistentes ou ultrapassados pela jurisprudÃªncia reiterada. 5- Ficam as partes advertidas que a inÃ©rcia na apresentaÃ§Ã£o de manifestaÃ§Ã£o serÃ¡ interpretada como aquiescÃªncia na opÃ§Ã£o pelo julgamento antecipado da lide. 6- DeverÃ£o as partes, no mesmo prazo, informar sobre o interesse na designaÃ§Ã£o de audiÃªncia conciliatÃ³ria. 7Â¿ Nos casos onde hÃ¡ pedido de migraÃ§Ã£o dos autos do sistema Libra para o PJe, informo que o TJE/PA, encontra-se em plena movimentaÃ§Ã£o neste sentido, com previsÃ£o de inclusÃ£o de todos os processos fÃ-sicos no sistema eletrÃ´nico atÃ© o final do ano de 2022, e que os advogados que o desejarem tambÃ©m poderÃ£o atuar neste sentido, utilizando-se do Â¿Guia RÃ¡pido de DigitalizaÃ§Ã£o - Para AdvogadosÂ¿, disponÃ-vel no nosso site, ou diretamente com um dos servidores da secretaria de informÃ¡tica. Cumpra-se. Â BelÃ©m-PA, 04 de novembro de 2021. ROSANA LÃCIA DE CANELAS BASTOS JuÃ-za de Direito Titular 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00292388220148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Procedimento Sumário em: 11/11/2021 AUTOR:JACIRENE CORREA DUARTE Representante(s): ROSSANA PARENTE SOUZA (DEFENSOR) REU:CELPA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA Representante(s): OAB 12358 - FLAVIO AUGUSTO QUEIROZ DAS NEVES (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ JuÃ-zo da 1Âª Vara CÃ-vel da Comarca da BelÃ©m Processo nÂº 0029238-82.2014.8.14.0301 AÃÃO DE REPETIÃÃO DE INDÃBITO E INDENIZAÃÃO Requerente: JACIRENE CORREA DUARTE Defensoria PÃºblica: ADRIANO SOUTO OLIVEIRA (MatrÃ-cula 5719098-3) RÃ©: CENTRAIS ELETRICAS DO PARÃ - CELPA (AUSENTE) Advogado: (AUSENTE) Juiz: DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Data: 09/11/2021 Hora: 9h40. TERMO DE AUDIÊNCIA Ao nono dia do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 09 horas e 40 min., nesta cidade de BelÃ©m-ParÃ¡, na sala de audiÃªncia, na presenÃ§a da JuÃ-za de Direito, DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS. Efetuado o pregÃ£o, constatou-se a presenÃ§a das partes acompanhadas de seus advogados. Iniciada a audiÃªncia, restou infrutÃ-fera a tentativa de conciliaÃ§Ã£o em virtude da ausÃªncia da parte Requerente e da Requerida. DELIBERAÃÃO: 1) O Defensor PÃºblico requer que a autora seja intimida pessoalmente para manifestar interesse no feito, sob

pena de arquivamento 2) Intime-se pessoalmente a Requerente para se manifestar no prazo de 05 dias sobre interesse no feito 3) E nada mais dito e nem perguntado deu-se por encerrado este termo, onde eu, Thiago Alves Pinto, estagiÃ¡rio de direito, digitei e subscrevi. MMÂª JUÃZA: REQUERENTE: AUSENTE DEFENSOR PÃBLICO: RÃ: AUSENTE ADVOGADO: AUSENTE PROCESSO: 00340492220138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 11/11/2021 AUTOR:RUYTER ANTONIO VIANA TEIXEIRA REPRESENTANTE:FRANCISCA CORREA VIANA Representante(s): OAB 8534 - GLAUCIA MARIA CUESTA CAVALCANTE ROCHA (ADVOGADO) REU:BANCO VOTORANTIM Representante(s): OAB 38534 - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) OAB 20444 - HERBERT LOUZADA OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 91147 - FERNANDO AUGUSTO DE FARIA CORBO (ADVOGADO) OAB 22607-A - JOSE ANTONIO MARTINS (ADVOGADO) . Â¿ Processo 0034049-22.2013.8.14.0301 DECISÃO 1.}Â Â Â Â Â Considerando o peticionado Ã s fls. 115/119, encaminhe-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para ciÃªncia e manifestaÃ§Ã£o, face a presenÃ§a de incapaz no feito. BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. ROSANA LÃCIA DE CANELAS BASTOS JuÃ-za de Direito titular da 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da capital PROCESSO: 00380568620158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 AUTOR:AFONSO CARLOS FERREIRA DOS SANTOS Representante(s): OAB 20050-B - SERGIO RICARDO RAMOS FIGUEIREDO (ADVOGADO) REU:OI TELEMAR NORTE LESTE S/A Representante(s): OAB 13867-A - ALEXANDRE MIRANDA LIMA (ADVOGADO) OAB 74802 - ANA TEREZA PALHARES BASILIO (ADVOGADO) . Â¿ Processo 0038056-86.2015.8.14.0301 DESPACHO 1. Considerando a ausÃªncia de manifestaÃ§Ã£o da parte autora diante do ato ordinatÃ³rio de fl. 77, entendo que o processo encontra-se devidamente preparado para uma decisÃ£o de mÃ©rito, nos termos do artigo 355 do CÃ³digo de Processo Civil. Todavia, pelo princÃ-pio da cooperaÃ§Ã£o e em respeito ao que consta nos artigos, 6Âº, 10Âº e 9Âº do CÃ³digo de Processo Civil, oportunizo um prazo comum de 05 (cinco) dias, para que ambas as partes apontem, de maneira clara, objetiva e sucinta, as questÃµes de fato e de direito que entendam pertinentes ao julgamento da lide. 2. Quanto Ã s questÃµes de fato, deverÃ£o indicar a matÃ©ria que consideram incontroversa, bem como aquela que entendem jÃ¡ provada pela prova trazida, enumerando nos autos os documentos que servem de suporte a cada alegaÃ§Ã£o. Com relaÃ§Ã£o ao restante, remanescendo controvertida, deverÃ£o especificar as provas que pretendem produzir, justificando, objetiva e fundamentadamente, sua relevÃ¢ncia e pertinÃªncia. O silÃªncio ou o protesto genÃ©rico por produÃ§Ã£o de provas serÃ£o interpretados como anuÃªncia ao julgamento antecipado, indeferindo-se, ainda, os requerimentos de diligÃªncias inÃºteis ou meramente protelatÃ³rias. 3. Quanto Ã s questÃµes de direito, para que nÃ£o se alegue prejuÃ-zo, deverÃ£o, desde logo, manifestar-se sobre a matÃ©ria cognoscÃ-vel de ofÃ-cio pelo juÃ-zo, desde que interessem ao processo. 4. Com relaÃ§Ã£o aos argumentos jurÃ-dicos trazidos pelas partes, deverÃ£o estar de acordo com toda a legislaÃ§Ã£o vigente, que, presume-se, tenha sido estudada atÃ© o esgotamento pelos litigantes, e cujo desconhecimento nÃ£o poderÃ¡ ser posteriormente alegado. Registre-se, ainda, que nÃ£o serÃ£o consideradas relevantes as questÃµes nÃ£o adequadamente delineadas e fundamentadas nas peÃ§as processuais, alÃ©m de todos os demais argumentos insubsistentes ou ultrapassados pela jurisprudÃªncia reiterada. 5. Ficam as partes advertidas que a inÃ©rcia na apresentaÃ§Ã£o de manifestaÃ§Ã£o serÃ¡ interpretada como aquiescÃªncia na opÃ§Ã£o pelo julgamento antecipado da lide. 6. DeverÃ£o as partes, no mesmo prazo, informar sobre o interesse na designaÃ§Ã£o de audiÃªncia conciliatÃ³ria. 7. Na hipÃ³tese de as partes nÃ£o se manifestarem ou caso informem que nÃ£o pretendem produzir provas, deve a secretaria tramitar os autos Ã UNAJ para cÃ¡lculo das custas finais, em obediÃªncia ao art. 26 da Lei Estadual nÂº 8.328/2015, desde que o feito nÃ£o tenha o benefÃ-cio da justiÃ§a gratuita. Cumpra-se. BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. ROSANA LÃCIA DE CANELAS BASTOS JuÃ-za de Direito titular da 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da capital PROCESSO: 00418072320118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 11/11/2021 EXEQUENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 2594 - JOSE NAZARENO NOGUEIRA LIMA (ADVOGADO) OAB 2716 - ONEIDE KATAOKA NOGUEIRA LIMA (ADVOGADO) OAB 16130 - GUSTAVO NUNES PAMPLONA (ADVOGADO) OAB 12206 - LORENA RODRIGUES NYLANDER BRITO (ADVOGADO) OAB 12600 - ALBYNO FRANCISCO ARRAIS CRUZ (ADVOGADO) OAB 128341 - NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 25197-A - LUCIA CRISTINA PINHO ROSAS (ADVOGADO) OAB 25196-A - EDSON ROSAS JUNIOR (ADVOGADO) EXECUTADO:KLEBER REPRESENTAÇOES LTDA EXECUTADO:FERNANDO KLEBER ALVES RAMOS. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ JuÃ-zo da 1Âª Vara CÃ-vel da Comarca da BelÃ©m Processo nÂº 0041807-23.2011.8.14.0301 AÃÃO DE EXECUÃÃO DE TÃTULO EXTRAJUDICIAL

Requerente: BANCO BRADESCO S/A Preposto: (AUSENTE) Advogado: (AUSENTE) RÃU : KLEBER REPRESENTAÃÃES LTDA PREPOSTO: (AUSENTE) RÃU: FERNANDO KLEBER ALVES RAMOS (AUSENTE) Advogado: (AUSENTE) JUIZ: DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Data: 09/11/2021 Hora: 9h20 TERMO DE AUDIÃNCIA Ao nono dia do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 09 horas e 20 min., nesta cidade de BelÃ©m-ParÃ¡, na sala de audiÃªncia, na presenÃ§a da JuÃ-za de Direito, DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS. Efetuado o pregÃ£o, constatou-se a presenÃ§a das partes acompanhadas de seus advogados. Iniciada a audiÃªncia, restou infrutÃ-fera a tentativa de conciliaÃ§Ã£o. DELIBERAÃÃO: 1) Para o cumprimento do pedido de fl. 128, cumpra o exequente o despacho de fl. 130 2) Remetam-se os autos Ã secretaria 3) E nada mais dito e nem perguntado deu-se por encerrado este termo, onde eu, Thiago Alves Pinto, estagiÃ¡rio de direito, digitei e subscrevi. JUÃZA: REQUERENTE/PREPOSTO: AUSENTE ADVOGADO: AUSENTE RÃ: AUSENTE ADVOGADO: AUSENTE PROCESSO: 00826179820158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 REQUERENTE:LUIZA DUARTE EPP Representante(s): OAB 11606 - MAISA PINHEIRO CORREA VON GRAPP (ADVOGADO) REQUERIDO:CENTRAIS ELETRICAS DO PARA SA CELPA Representante(s): OAB 6.100 - LUCIMARY GALVAO LEONARDO GARCES (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ JuÃ-zo da 1Âª Vara CÃ-vel da Comarca da BelÃ©m Processo nÂº 0082617-98.2015.8.14.0301 AÃÃO DE INDENIZAÃÃO Requerente: LUIZA DUARTE EPP Advogada: MAÃSA CORREA VON GRAPP (OAB/PA 11.606) RÃ©: CENTRAIS ELETRICAS DO PARÃ - CELPA Preposta: ANA BEATRIZ SELVA SAMPAIO (RG: 7105563 PC/PA) Advogada: POLLYANA NASCIMENTO MARTINES (OAB/PA: 29105) JuÃ-za: DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Data: 10/11/2021 Hora:09h00 TERMO DE AUDIÃNCIA Ao dÃ©cimo dia do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 9h, nesta cidade de BelÃ©m-ParÃ¡, na sala de audiÃªncia, na presenÃ§a da JuÃ-za de Direito, DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS. Efetuado o pregÃ£o, constatou-se a presenÃ§a das partes acompanhadas de seus advogados. Iniciada a audiÃªncia, restou infrutÃ-fera a tentativa de conciliaÃ§Ã£o. DELIBERAÃÃO: 1) A autora requer perÃ-cia do medidor para constataÃ§Ã£o da distorÃ§Ã£o entre a carga instalada, as faturas contestadas, o medidor oficial da concessionÃ¡ria e o aporte de energia solar no local. A rÃ© requer perÃ-cia no mesmo sentido que a autora. 2) Defiro o pedido. Solicite-se ao IML a realizaÃ§Ã£o da perÃ-cia conforme requerido acima, devendo comunicarem a data da mesma para ciÃªncia das partes. Oficie-se. 3) Se o IML realizar a perÃ-cia venham os autos conclusos para apresentaÃ§Ã£o de quesitos e nomeaÃ§Ã£o de assistentes tÃ©cnicos. 4) E nada mais dito e nem perguntado deu-se por encerrado este termo, onde eu, Thiago Alves Pinto, estagiÃ¡rio de direito, digitei e subscrevi. JUÃZA: REQUERENTE/ PREPOSTO: ADVOGADO: RÃU/PREPOSTO: ADVOGADO: PROCESSO: 00869465620158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 REQUERENTE:ROSA HERMELINDA DE MENEZES CHAVES Representante(s): OAB 14966 - MONIQUE TELES DE MENEZES MACEDO CHAVES (ADVOGADO) REQUERIDO:COOPERATIVA HABITACIONAL DOS SERVIDORES DA UFPA - COOHASUFPA Representante(s): OAB 16804 - MAXIMILIANO DE ARAUJO COSTA (ADVOGADO) OAB 27198 - ANANDA LORENA SILVA GOMES (ADVOGADO) . Â¿ Processo 0086946-56.2015.8.14.0301 DECISÃO 1.}Â Â Â Â Â Compulsando os autos, em especial a documentaÃ§Ã£o apresentada, considero como pontos controvertidos: a)}Â Â Â Â Â A ocorrÃªncia ou nÃ£o de irregularidades na administraÃ§Ã£o da cooperativa rÃ©, apontadas pela autora, bem como a especificaÃ§Ã£o destas e sua comprovaÃ§Ã£o. b)}Â Â Â Â Â Havendo comprovaÃ§Ã£o dos fatos apontados no item Â¿a)Â¿, o nexo de causalidade entre as irregularidades na administraÃ§Ã£o da cooperativa demandada, o atraso, ou a nÃ£o realizaÃ§Ã£o, das de construÃ§Ã£o civil, e a desistÃªncia da autora em permanecer como filiada a requerida. c)}Â Â Â Â Â A ocorrÃªncia de devoluÃ§Ã£o dos valores pela demandada Ã demandante, e/ou a atualizaÃ§Ã£o dos valores pagos, e nÃ£o recebidos, pela autora, apontado em fl. 13. d)}Â Â Â Â Â A ocorrÃªncia de prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o indenizatÃ³ria da autora. e)}Â Â Â Â Â Ilegitimidade passiva da demandada COOHASUFPA e legitimidade passiva de empresa SOERGA ENGENHARIA LTDA. f)}Â Â Â Â Â OcorrÃªncia de dano moral ou litigÃ¢ncia de mÃ¡ fÃ©. 2.}Â Â Â Â Â Sobre os fatos controvertidos estabelecidos nos itens anteriores, ADOTO A TEORIA ESTÃTICA prevista no artigo 373, I e II, do CÃ³digo de Processo Civil, cabendo ao autor provar os fatos constitutivos de seu direito e ao rÃ©u a existÃªncia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. 3.}Â Â Â Â Â OFERTO um prazo comum de 1 (cinco) dias (art. 272 do CPC) para que as partes especifiquem, de forma fundamentada, quais provas que pretendem produzir e dentro dos limites estabelecidos na presente decisÃ£o. 4.}Â Â Â Â Â As diligÃªncias inÃºteis ou meramente protelatÃ³rias serÃ£o indeferidas, nos termos do parÃ¡grafo Ãºnico do artigo 370 do CPC. Ficam as partes desde jÃ¡ orientadas que, acaso peÃ§am julgamento antecipado da lide, deverÃ£o

fundamentar o pedido e estabelecÃª-lo nos parÃ¢metros da presente decisÃ£o. 6.}Â Â Â Â Â Ficam as partes advertidas que, na hipÃ³tese de pedido de produÃ§Ã£o de prova testemunhal, deverÃ£o, desde logo, informar o desejo de trazer as testemunhas Ã futura audiÃªncia designada, independente de intimaÃ§Ã£o, na forma estabelecida no parÃ¡grafo 2Âº do artigo 455 do CÃ³digo de Processo Civil. 7.}Â Â Â Â Â Ficam tambÃ©m advertidas que, o pedido de juntada de documentos, somente serÃ¡ permitido e avaliado pelos parÃ¢metros estabelecidos no artigo 435 do CÃ³digo de Processo Civil. 8.}Â Â Â Â Â ApÃ³s o escoamento do prazo, com ou sem manifestaÃ§Ã£o, devidamente certificada, retornem-me os autos conclusos para decisÃ£o acerca do pedido de provas ou julgamento antecipado da lide. 9.}Â Â Â Â Â Acaso necessÃ¡ria a instruÃ§Ã£o processual, tomarei todas as medidas pertinentes para cada espÃ©cie (por exemplo: rol de testemunhas, nomeaÃ§Ã£o de perito etc.) e designarei a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento. 10.}Â Â Â Â Â ServirÃ¡ a presente, por cÃ³pia digitalizada, como mandado de intimaÃ§Ã£o. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI (Provimentos ns. 003 e 011/2009Â¿CJRMB). BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. ROSANA LÃCIA DE CANELAS BASTOS JuÃ-za de Direito Titular da 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00888091820138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 REQUERENTE:RAIMUNDO NONATO DE CARVALHO FILHO Representante(s): OAB 4543 - AFONSO DE MELO SILVA (ADVOGADO) OAB 6725 - SEBASTIAO NAZARENO VALE DE SOUSA (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER SA Representante(s): OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) OAB 16292 - LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ JuÃ-zo da 1Âª Vara CÃ-vel da Comarca da BelÃ©m Processo nÂº 0088809-18.2013.8.14.0301 AÃÃO DE COBRANÃA DE SEGURO Requerente: RAIMUNDO NONATO DE CARVALHO FILHO (AUSENTE) Advogado: (AUSENTE) RÃ: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT PREPOSTO: LUAN EMILIO BARROS DE OLIVEIRA (RG 5792456 PC/PA) ADVOGADA: RITA DE CÃSSIA GAIA CABRAL (OAB/PA 26609) JUIZ: DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Data: 08/11/2021 Hora: 15:20h TERMO DE AUDIÊNCIA Ao oitavo dia do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 15h e 20 min, nesta cidade de BelÃ©m-ParÃ¡, na sala de audiÃªncia, na presenÃ§a da JuÃ-za de Direito, DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS. Efetuado o pregÃ£o, constatou-se a presenÃ§a das partes acompanhadas de seus advogados. Iniciada a audiÃªncia, restou infrutÃ-fera a tentativa de conciliaÃ§Ã£o. DELIBERAÃÃO:1) Acautelem-se os autos em gabinete para decisÃ£o 2) nada mais dito e nem perguntado deu-se por encerrado este termo, onde eu, Thiago Alves Pinto, estagiÃ¡rio de direito, digitei e subscrevi. JUÃZA: REQUERENTE/PREPOSTO: ADVOGADA: REQUERIDO: AUSENTE ADVOGADO: AUSENTE PROCESSO: 01050818220168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 AUTOR:LUCIA SILVA DAMASCENO Representante(s): OAB 14245-A - THAISA CRISTINA CANTONI MANHAS (ADVOGADO) OAB 53400 - ROBERTO CESAR GOUVEIA MAJCHSZAK (ADVOGADO) OAB 90323 - SABRINA BROGES (ADVOGADO) REU:SEGURADORA LIDER DE CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT Representante(s): OAB 8770 - BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ JuÃ-zo da 1Âª Vara CÃ-vel da Comarca da BelÃ©m Processo nÂº 0105081-82.2016.8.14.0301 AÃÃO DE COBRANÃA DE SEGURO Requerente: LUCIA SILVA DAMASCENO (AUSENTE) ADVOGADO: AUSENTE RÃ: SEGURADORA LÃDER DOS CONSÃRCIOS Preposta: ANA BEATRIZ AZEVEDO MAIA (RG: 8208108) Advogado: CHISTELLI MAISSA GOMES DE MELO (OAB/PA 28866)Â JUIZ: DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Data: 09/11/2021 Hora:10h. TERMO DE AUDIÊNCIA Ao nono dia do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 10 horas., nesta cidade de BelÃ©m-ParÃ¡, na sala de audiÃªncia, na presenÃ§a da JuÃ-za de Direito, DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS. Efetuado o pregÃ£o, constatou-se a presenÃ§a da parte rÃ©, ausente a autora. Iniciada a audiÃªncia, restou infrutÃ-fera a tentativa de conciliaÃ§Ã£o em virtude da ausÃªncia injustificada da requerente. DELIBERAÃÃO: 1) Requer realizada a perÃ-cia da autora para se verificar a graduaÃ§Ã£o da incapacidade 2) Acautelem-se os autos em gabinete para apreciaÃ§Ã£o 3) E nada mais dito e nem perguntado deu-se por encerrado este termo, onde eu, Thiago Alves Pinto, estagiÃ¡rio de direito, digitei e subscrevi. JUÃZA: REQUERENTE: AUSENTE ADVOGADO: AUSENTE RÃ/PREPOSTA: ADVOGADA: PROCESSO: 03202632720168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Renovatória de Locação em: 11/11/2021 REQUERENTE:LOJAS AMERICANA SA Representante(s): OAB 17375 - VITOR CAVALCANTI DE MELO (ADVOGADO) REQUERIDO:NORTE SHOPPING BELEM S.A Representante(s): OAB 15188-A - TADEU ALVES SENA GOMES (ADVOGADO) OAB 17278 - RENATA ISIS DE AZEVEDO REIS (ADVOGADO) . Processo: 0320263-27.2016.8.14.0301 DESPACHO Â Â Â Â Â

Â Considerando o peticionado em fls. 265/267, intime-se as partes pessoalmente, para que, em cinco dias, se manifestem no feito informando sobre a realizaÃ§Ã£o de acordo ou requerendo o que entender cabÃ-vel, sob pena de extinÃ§Ã£o. BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. ROSANA LÃCIA DE CANELAS BASTOSÂ JuÃ-za de Direito Titular da 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 06556572220168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 11/11/2021 REQUERENTE:PORTO SEGURO TRANSPORTE E NAVEGACAO LTDA Representante(s): OAB 16373 - ANTONIO RUBENS DE FRANCA LINHARES (ADVOGADO) REQUERIDO:ANTONIO DE SOUSA Representante(s): OAB 16396 - DILERMANO DE SOUZA BENTES (ADVOGADO) OAB 17386 - JENNIFER KELLY MONTEIRO DE NAZARE (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ JuÃ-zo da 1Âª Vara CÃ-vel da Comarca da BelÃ©m Processo nÂº 0655657-22.2016.8.14.0301 AÃÃO DE EXECUÃÃO Requerente: PORTO SEGURO TRANSPORTE E NAVEGAÃÃO LTDA Preposto: (AUSENTE) Advogado: (AUSENTE) RÃ©u/Procurador: ANDRÃ HUMBERTO SAMPAIO DOS SANTOS (RG 2526242 SSP/PA) Advogada: STHEFANNI CRISTINNI PINTO DE FREITAS (OAB/PA 24634) JuÃ-za: DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Data: 10/11/2021 Hora: 09:40min. TERMO DE AUDIÃNCIA Ao dÃ©cimo dia do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 9h e 40 min, nesta cidade de BelÃ©m-ParÃ¡, na sala de audiÃªncia, na presenÃ§a da JuÃ-za de Direito, DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS. Efetuado o pregÃ£o, constatou-se a presenÃ§a das partes acompanhadas de seus advogados. Iniciada a audiÃªncia, restou infrutÃ-fera a tentativa de conciliaÃ§Ã£o em virtude da ausÃªncia da parte Requerente. Juntada pela parte rÃ© PROCURAÃÃO nomeando ANDRÃ HUMBERTO SAMPAIO DOS SANTOS seu procurador, bem como substabelecimento nomeando STHEFANNI CRISTINNI PINTO DE FREITAS como advogada com reserva de poderes. A advogada da parte rÃ© ratifica os pedidos de fl. 50 do processo fÃ-sico. DELIBERAÃÃO: 1) Aguarde-se decisÃ£o dos Embargos Ã ExecuÃ§Ã£o Remetam-se os autos a UNAJ. ApÃ³s, concluso para julgamento 2) E nada mais dito e nem perguntado deu-se por encerrado este termo, onde eu, Thiago Alves Pinto, estagiÃ¡rio de direito, digitei e subscrevi. JUÃZA: REQUERENTE/ PREPOSTO: AUSENTE ADVOGADO: AUSENTE RÃU/PROCURADOR: ADVOGADA: PROCESSO: 07126464820168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 11/11/2021 REQUERENTE:LEAO E SALLES ADVOGADOS Representante(s): OAB 22346 - JESSICA FERNANDES LEAO (ADVOGADO) OAB 26683 - RUBENS FERNANDES LEAO (ADVOGADO) REQUERIDO:LUZIANE CRAVO SILVA Representante(s): OAB 19229 - FABIO AUGUSTO MARTINS MAGNO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ JuÃ-zo da 1Âª Vara CÃ-vel da Comarca da BelÃ©m Processo nÂº 0712646-48.2016.8.14.0301 AÃÃO DE EXECUÃÃO Requerente: LEÃO " SALLES ADVOGADOS Advogado: RUBENS FERNANDES LEÃO (OAB/PA 26.683) RÃ©: LUZIANE CRAVO SILVA (AUSENTE) Advogada: LIDIANE CORREA ARNAUD (OAB/PA: 29590) JuÃ-za: DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Data: 10/11/2021 Hora:09h00 TERMO DE AUDIÃNCIA Ao dÃ©cimo primeiro dia do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 9h, nesta cidade de BelÃ©m-ParÃ¡, na sala de audiÃªncia, na presenÃ§a da JuÃ-za de Direito, DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS. Efetuado o pregÃ£o, constatou-se a presenÃ§a dos advogados das partes. Iniciada a audiÃªncia, restou infrutÃ-fera a tentativa de conciliaÃ§Ã£o. Juntado substabelecimento pela parte rÃ©. Juntado pela parte autora a planilha de cÃ¡lculo discriminada e atualizada do dÃ©bito. O exequente requer a aplicaÃ§Ã£o das medidas constritivas de pesquisa RENAJUD e retenÃ§Ã£o da CNH e do Passaporte. TambÃ©m pleiteia a liberaÃ§Ã£o dos valores que estÃ£o em juÃ-zo. Acautelem-se os autos em gabinete para apreciar os pedidos, inclusive decidir sobre a impugnaÃ§Ã£o. DELIBERAÃÃO: 1) Acautelem-se os autos em gabinete para apreciar os pedidos, inclusive decidir sobre a impugnaÃ§Ã£o. 2) E nada mais dito e nem perguntado deu-se por encerrado este termo, onde eu, Thiago Alves Pinto, estagiÃ¡rio de direito, digitei e subscrevi. JUÃZA: REQUERENTE/PREPOSTO: (AUSENTE) ADVOGADO: RÃ: (AUSENTE) ADVOGADA:

RESENHA: 08/11/2021 A 12/11/2021 - SECRETARIA 1ª UPJ VARAS CIVEL,EMPRES,ORFÃO,INTERDITO, AUSENTE,RESIDUO,ACID DO TRABALHO,REG PUBLICO - VARA: 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00018687619878140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 08/11/2021 EXEQUENTE:BANCO BAMERINDUS DE INVESTIMENTO S A EXECUTADO:MARAJO AGROPECUARIA INDUSTRIAL COEMRCIAL E EXPORTACAO LTDA EXECUTADO:SIRES PLACIDO RIBEIRO EXECUTADO:ALBERTO

PRIMO RODRIGUES FILHO INTERESSADO:MARIO DA CRUZ Representante(s): OAB 22390 - RENATA MICHELLE MARTINS REAL (ADVOGADO) OAB 25075 - REGINALDO BAITLER (ADVOGADO) . Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§3Âº, do Provimento 006/2006-CGJ, intimo a parte interessada, por meio de seu advogado, a requerer o que entender de direito, uma vez que os presentes autos foram desarquivados, conforme solicitado, e ficarÃ£o disponÃ-veis nesta 1Âª UPJ - CÃVEL para fins de vistas, pelo prazo de 05 (cinco) dias. BelÃ©m, 08 de novembro de 2021 Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00583857620098140301 PROCESSO ANTIGO: 200911325759 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VÂNIA CRISTINA TRAVASSOS LOPES BORCEM A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 REU:HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA Representante(s): HAROLDO GUILHERME PINHEIRO DA SILVA (ADVOGADO) GUSTAVO PINHEIRO DA SILVA (ADVOGADO) ELANO RODRIGUES DE FIGUEIREDO (ADVOGADO) RICARDO DE LIMA E SOUZA (ADVOGADO) LEONARDO AMARAL PINHEIRO DA SILVA (ADVOGADO) AUTOR:R. V. N. D. AUTOR:JUREMA DE JESUS FERREIRA NOGUEIRA Representante(s): OAB 16147 - WALDEMIR CARVALHO DOS REIS (ADVOGADO) ELSON SANTOS DE ARRUDA (ADVOGADO) REU:UNIMED BELEM Representante(s): OAB 11270 - DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) OAB 14782 - JOSE MILTON DE LIMA SAMPAIO NETO (ADVOGADO) . CERTIDÃO/ATO ORDINATÃRIO Certifico e dou fÃ© que, a parte requerida realizou deposito judicial e apresentou impugnaÃ§Ã£o ao pedido de cumprimento. Assim, ato seguinte, intimo parte autora a manifestar-se sobre os documentos juntados. BelÃ©m/PA, 09/11/2021. VÃ¢nia Borcem Analista JudiciÃ¡rio RESENHA: 09/11/2021 PUBLICAÃÃO DJE: ____/____/2021 PROCESSO: 01077037120158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Despejo em: 10/11/2021 REQUERENTE:JOÃO DA MATTA PEREIRA GOMES Representante(s): OAB 16071-A - JOAO DA MATTA PEREIRA GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:ALIANA GORETE FARIAS BALIEIRO. Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§2Âº, I do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, com nova redaÃ§Ã£o dada pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, intimo a parte autora atravÃ©s de seu advogado para efetuar o recolhimento das custas consoante boleto acostado pela UNAJ. BelÃ©m, 10 de novembro de 2021 Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00491214920138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 AUTOR:ANTONIO SANTOS PINTO Representante(s): OAB 15455 - JULIELEN NASCIMENTO NAZARE (ADVOGADO) OAB 13522-B - DEBORA CRISTINA BEZERRA DE CASTRO (ADVOGADO) OAB 20395 - DEBORA BARRA MELO (ADVOGADO) REU:ELIVALDO SILVA SOUSA REU:BANCO BRADESCO FINACIAMENTO SA Representante(s): OAB 9354 - GEORGE SILVA VIANA DE ARAUJO (ADVOGADO) . Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§2Âº, I do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, com nova redaÃ§Ã£o dada pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, intimo a parte autora para efetuar o recolhimento das custas consoante boleto acostado pela UNAJ. BelÃ©m, 11 de novembro de 2021 Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 01061488220168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 AUTOR:CICERO FERREIRA DA SILVA Representante(s): MARIA DO SOCORRO GUIMARAES (ADVOGADO) OAB 26004 - MANOEL GIONOVALDO FREIRE LOURENÇO (ADVOGADO) FELIZARDO LOURENCO SOCIEDADE DE ADVOGADOS (SOCIEDADE DE ADVOGADO) REU:BANCO DO BRASIL Representante(s): OAB 21148-A - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) OAB 21078-A - JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO) . Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§3Âº do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, intimo os embargados a apresentar manifestaÃ§Ã£o quanto aos embargos de declaraÃ§Ã£o, no prazo de 5 (cinco) dias. BelÃ©m, 11 de novembro de 2021. Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio

RESENHA: 08/11/2021 A 12/11/2021 - SECRETARIA 1ª UPJ VARAS CIVEL,EMPRES,ORFÃO,INTERDITO, AUSENTE,RESIDUO,ACID DO TRABALHO,REG PUBLICO - VARA: 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00493857320008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010247249 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO VOLKSWAGEN S.A Representante(s): OAB 6686 - CARLA SIQUEIRA BARBOSA (ADVOGADO) REU:JOAO MIRANDA DIAS ADVOGADO:JOAO B. F. JUNIOR. Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§2Âº, I do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, com nova redaÃ§Ã£o dada pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, intimo a parte autora atravÃ©s de seu advogado para efetuar o recolhimento das custas consoante boleto acostado pela UNAJ. BelÃ©m, 09 de novembro de 2021 Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 04996881420168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 09/11/2021 REQUERENTE:BANCO ITAUCARD SA Representante(s): OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) REQUERIDO:CLEIDE MARIA MENDES GUERREIRO. Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§2Âº, XI, do Provimento 006/2006-CGJ, com nova redaÃ§Ã£o dada pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, intimo o autor, por meio de seus patronos, para pagar as custas processuais pendentes, para renovaÃ§Ã£o da diligÃªncia citatÃ³ria requerida. BelÃ©m, 09 de novembro de 2021. Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00238325120128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Inventário em: 10/11/2021 INVENTARIANTE:P. N. L. Representante(s): OAB 5664 - PAULA ANDREA CASTRO PEIXOTO (ADVOGADO) INVENTARIADO:JOSIMAR VIEIRA LIMA REPRESENTANTE:MARIA DE NAZARE BATISTA FERNANDES INTERESSADO:CARMEM MONTEIRO GONCALVES Representante(s): OAB 4656 - CLAUDIO MONTEIRO GONCALVES (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§2Âº, II do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, intimo o autor, por meio de seu advogado, a se manifestar sobre a contestaÃ§Ã£o, no prazo de 15 (quinze) dias. BelÃ©m, 10 de novembro de 2021 Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 03472795320168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DANIELE DA SILVA MACEDO A??o: Interdição/Curatela em: 10/11/2021 AUTOR:ROSA MELO DA SILVA Representante(s): OAB 13372 - ALINE DE FATIMA MARTINS DA COSTA (ADVOGADO) OAB 20970 - IVANA BRUNA NABOR TAMASAUSKAS (ADVOGADO) OAB 28572 - LUIZ WANDERLEY OLIVEIRA DE SOUZA JUNIOR (ADVOGADO) INTERDITANDO:ROSILDO AMARAL DA SILVA. ATO ORDINATÃRIO Com fulcro no art. 1Âº Â§2Âº, II do Provimento 006/2006 e, considerando o nÃ£o comparecimento das partes nas perÃ-cias agendadas para dias 02 e 30/10/2021, fica o curador, atravÃ©s de seu patrono, intimado para manifestar-se quanto ao interesse na remarcaÃ§Ã£o da perÃ-cia. BelÃ©m, 10/11/2021 DANIELE MACEDO Servidora da 1Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00053057520178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DIANE DA COSTA FERREIRA A??o: Interdição/Curatela em: 11/11/2021 REQUERENTE:ELCY MARIA SANTOS DE ALMEIDA Representante(s): OAB 7238 - ALBERTO LOPES MAIA FILHO (ADVOGADO) OAB 27381 - INGRID THAINA LISBOA DA COSTA (ADVOGADO) INTERDITANDO:DULCINEA RAMOS DOS SANTOS. ATO ORDINATÃRIO Nos termos do Provimento 006/2006-CJRMB, inciso IV, considerando que o Termo de AudiÃªncia de fls. 65 dos autos (doc. 20210232682833) ainda nÃ£o foi publicada no DJE, transcrevo, abaixo, os termos do referido Despacho, para fins de publicaÃ§Ã£o no DJE e intimaÃ§Ã£o das partes, por meio de seus advogados. BelÃ©m-PA, 11 de novembro de 2021. Diane da Costa Ferreira Servidora da 1Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PUBLICADO EM ____/____/____ Processo CÃ-vel n. 0005305-75.2017.8.14.0301. TERMO DE AUDIÃNCIA Ao vigÃ©simo sexto dia do mÃªs de outubro do ano de 2021, nesta cidade de BelÃ©m, Capital do Estado do ParÃ¡, Ã s 11h00, na sala das audiÃªncias do JuÃ-zo de Direito da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial, Privativa de ÃrfÃ¿os, Interditos e Ausentes desta Comarca, no 2Âº andar do FÃ³rum CÃ-vel da Capital, presente a Dra. LUCIANA MACIEL RAMOS, JuÃ-za de Direito, respondendo pela referida Vara, o Promotor de JustiÃ§a, Dr. JOSÃ MARIA COSTA LIMA JÃNIOR, em audiÃªncia para interrogatÃ³rio das partes, em audiÃªncia para interrogatÃ³rio das partes (por meio de

audiÃªncia por videoconferÃªncia - Microsoft Teams) na AÃ§Â¿o de InterdiÃ§Â¿o proposta por ELCY MARIA SANTOS DE ALMEIDA, em face de DULCINEA RAMOS DOS SANTOS. Foi feito o pregÂ¿o, compareceram o(a) autor e o(a) interditando(a), acompanhados do(a) advogado(a) INGRID THAINA LISBOA DA COSTA, OAB/PA nÂº. 27.381. Aberta a audiÃªncia. InterrogatÃ³rio conforme gravaÃ§Â¿o de vÃ-deo, nÂ¿o anexada aos presentes autos. Dada a palavra a Promotoria de JustiÃ§a: Â¿O MP requer vista dos autos apÃ³s a apresentaÃ§Â¿o de defesa da parte requeridaÂ¿. DELIBERAÃÂ¿O EM AUDIÃNCIA: Determino a juntada de laudo mÃ©dico atualizado, acerca da incapacidade da curatelanda para o exercÃ-cio dos atos da vida civil. Dentro do prazo de 15 (quinze) dias contado da entrevista, o(a) interditando (a) poderÃ¡ impugnar o pedido. Escoado o referido prazo, nÂ¿o havendo manifestaÃ§Â¿o, o que deverÃ¡ ser certificado, nomeio a Defensoria PÃºblica para atuar como curador especial, conforme o art. 752, Â§2Âº, do CPC c/c artigo 4Âº, XVI, da Lei OrgÃ¢nica Nacional da Defensoria PÃºblica. ApÃ³s a apresentaÃ§Â¿o da defesa, vista ao RMP. E como nada mais houve a tratar, mandou o MM. Juiz encerrar este termo. Eu _____, digitei e subscrevi. JuÃ-za de Direito _____ PROCESSO: 00893132420138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Monitória em: 11/11/2021 REQUERENTE:VOTORANTIM CIMENTOS N/ME S/A Representante(s): OAB 21074-A - FABIO RIVELLI (ADVOGADO) REQUERIDO:ELETROMEC LTDA Representante(s): OAB 17459 - PARLENE RIBEIRO DIAS (ADVOGADO) . Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§2Âº, I do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, com nova redaÃ§Ã£o dada pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, intimo a parte autora para efetuar o recolhimento das custas consoante boleto acostado pela UNAJ. BelÃ©m, 11 de novembro de 2021 Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 02612491520168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/11/2021 REQUERENTE:GUSTAVO JOSE FONTENELE BARREIRA Representante(s): OAB 13443 - BRENDA FERNANDES BARRA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BONSSUCESO SA. ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§2Âº, II do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, intimo o autor, por meio de seu advogado, a se manifestar sobre a contestaÃ§Ã£o, no prazo de 15 (quinze) dias. BelÃ©m, 12 de novembro de 2021 Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio

RESENHA: 08/11/2021 A 12/11/2021 - SECRETARIA 1ª UPJ VARAS CIVEL,EMPRES,ORFÃO,INTERDITO, AUSENTE,RESIDUO,ACID DO TRABALHO,REG PUBLICO - VARA: 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00094860520038140301 PROCESSO ANTIGO: 200310130030 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 08/11/2021 REU:DEMETRIO ANTONIO NUNES COSTA AUTOR:FUNCEF FUNDACAO DOS ECONOMIARIOS FEDERAIS Representante(s): OAB 16.625 - RODRIGO DE SA QUEIROGA (ADVOGADO) . Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§3Âº do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, intimo a parte apelada para apresentar suas contrarrazÃµes no prazo de 15 (quinze) dias. BelÃ©m, 08 de novembro de 2021 Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00128102220108140301 PROCESSO ANTIGO: 201010195217 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 REU:BANCO DA AMAZONIA S.A.-BASA Representante(s): OAB 2309 - ANA MARGARIDA SILVA LOUREIRO GODINHO (ADVOGADO) OAB 7690 - DANIELLE DE JESUS OLIVEIRA DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 11274 - PATRICIA DE NAZARETH DA COSTA E SILVA (ADVOGADO) AUTOR:ADELMIRA CARNEIRO MAIA Representante(s): OAB 3085 - ADELMIRA CARNEIRO MAIA (ADVOGADO) . Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§3Âº do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, intimo a parte apelada para apresentar suas contrarrazÃµes no prazo de 15 (quinze) dias. BelÃ©m, 08 de novembro de 2021 Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00377635820118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 AUTOR:FMAC - SPE 01 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Representante(s): OAB 15978 - AUGUSTO CEZAR CORREA REZENDE (ADVOGADO) OAB 16428 - ALINE KABUKI (ADVOGADO) OAB 5082 - MARTA MARIA VINAGRE BEMBOM (ADVOGADO) OAB 5192 - ROLAND RAAD MASSOUD (ADVOGADO) REU:ELEVADORES ATLAS SCHINDLER Representante(s): OAB 168804 - ANDRE GUSTAVO SALVADOR KAUFFMAN (ADVOGADO) . Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§3Âº do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, intimo os embargados a apresentar manifestaÃ§Ã£o quanto aos embargos de declaraÃ§Ã£o, no prazo de 5 (cinco) dias. BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00413665220028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210501969 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Monitória em: 08/11/2021 AUTOR:BANCO DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 10744 - EDVALDO CARIBE COSTA FILHO (ADVOGADO) OAB 8988 - ANA CRISTINA SILVA PEREIRA (ADVOGADO) OAB 7226 - ORLANDO WALLACE DA SILVA E MOTA (ADVOGADO) REU:AUGUSTO CESAR ROMANO DA COSTA Representante(s): OAB 3000 - MARIA DO SOCORRO DE FIGUEIREDO MIRALHA DA SILVA (ADVOGADO) . Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§3Âº do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, intimo a parte apelada para apresentar suas contrarrazÃµes no prazo de 15 (quinze) dias. BelÃ©m, 08 de novembro de 2021 Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00438075920128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 AUTOR:JOSE CARLOS NOGUEIRA DE ARAUJO Representante(s): OAB 17802-A - SHERLANNE RAQUEL COSTA CAMPOS (ADVOGADO) REU:BV FINANCEIRA SA CRED FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO Representante(s): OAB 28178-A - GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (ADVOGADO) . Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§3Âº do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, intimo o embargado a apresentar manifestaÃ§Ã£o quanto aos embargos de declaraÃ§Ã£o, no prazo de 5 (cinco) dias. BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00671698520158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DIANE DA COSTA FERREIRA A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 REQUERENTE:KELLY CRISTINA GARCIA SALGADO TEIXEIRA Representante(s): OAB 2741 - JORGE LUIZ BORBA COSTA (ADVOGADO) OAB 20844 - RAFAELA

LASSANCE DA FONSECA (ADVOGADO) OAB 10604 - KELLY CRISTINA GARCIA SALGADO TEIXEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:CARTORIO KOS MIRANDA Representante(s): OAB 2003 - ABRAHAM ASSAYAG (ADVOGADO) OAB 12172 - MARCOS JAYME ASSAYAG (ADVOGADO) OAB 2003 - ABRAHAM ASSAYAG (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA DE NAZARE DE KOS MIRANDA Representante(s): OAB 2003 - ABRAHAM ASSAYAG (ADVOGADO) OAB 12172 - MARCOS JAYME ASSAYAG (ADVOGADO) REQUERIDO:DIEGO ALMEIDA KOS MIRANDA Representante(s): OAB 18634 - KARINA TUMA MAUES (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao disposto no art. 1Âº, Â§ 2Âº, inciso II, do Provimento 006/2006-CJRMB, ante a interposiÃ§Ã£o do Recurso de ApelaÃ§Ã£o de fls. 222/261, pela parte Requerente, ficam intimadas as partes Requeridas/Apeladas, por meio de seus advogados, a apresentarem contrarrazÃµes nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. BelÃ©m-PA, 08 de novembro de 2021. Diane da Costa Ferreira, Servidora da 1Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00787238520138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Execução de Título Judicial em: 08/11/2021 EXEQUENTE:JOSE PERILO DA ROSA NETO Representante(s): OAB 10662 - JAQUELINE NORONHA DE M FILOMENO KITAMURA (ADVOGADO) EXECUTADO:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 21078-A - JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO) OAB 44698 - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) . Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§2Âº, XI, do Provimento 006/2006-CGJ, com nova redaÃ§Ã£o dada pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, intimo o autor, por meio de seus patronos, para pagar as custas processuais pendentes (boleto acostado aos autos). BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00003734420178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REQUERENTE:BRADESCO SADE SA Representante(s): OAB 19177-A - REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI (ADVOGADO) REQUERIDO:W S MONDUCCI ME. Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§3Âº do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, intimo a parte apelada para apresentar suas contrarrazÃµes no prazo de 15 (quinze) dias. BelÃ©m, 09 de novembro de 2021 Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00215017820088140301 PROCESSO ANTIGO: 20081067179 0 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO SANTANDER S/A Representante(s): OAB 13904-A - ACACIO FERNANDES ROBOREDO (ADVOGADO) REU:JOSE IVANILDO LOPES DE LIMA TERCEIRO:JOSE IVANILDO LOPES DE LIMA TERCEIRO:FIDC PCG BRASIL MULTICARTEIRA. Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§2Âº, I do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, com nova redaÃ§Ã£o dada pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, intimo a parte autora atravÃ©s de seu advogado para efetuar o recolhimento das custas consoante boleto acostado pela UNAJ. BelÃ©m, 09 de novembro de 2021 Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00539321820148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Nunciação de Obra Nova em: 09/11/2021 AUTOR:JOSILEA AMORAS DA COSTA Representante(s): OAB 2673 - WILOANA DE NAZARE CHAVES WARISS (ADVOGADO) REU:VALDINAR COSTA VIEIRA Representante(s): OAB 12764 - SOLANGE MARIA ALVES MOTA SANTOS (ADVOGADO) OAB 17082 - LAIS BRAGA VIEIRA (ADVOGADO) . Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§3Âº do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, intimo os embargados a apresentar manifestaÃ§Ã£o quanto aos embargos de declaraÃ§Ã£o, no prazo de 5 (cinco) dias. BelÃ©m, 09 de novembro de 2021. Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00838564020158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:FRANCENI LAREDO DOS SANTOS Representante(s): OAB 10367 - ANDRE BECKMANN DE CASTRO MENEZES (ADVOGADO) OAB 14423 - ROMULO RAPOSO SILVA (ADVOGADO) REU:BERLIM INCORPORADORA LTDA Representante(s): OAB 13179 - EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL (ADVOGADO) REU:CONSTRUTORA LEAL MOREIRA LTDA Representante(s): OAB 13179 - EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL (ADVOGADO) . Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§2Âº, I do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, com nova redaÃ§Ã£o dada pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, intimo a parte autora atravÃ©s de seu advogado para efetuar o recolhimento das custas consoante boleto acostado

pela UNAJ. BelÃ©m, 09 de novembro de 2021 Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00022159519998140301 PROCESSO ANTIGO: 199710036868 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 10/11/2021 REU:DROGANOSSA LTDA Representante(s): OAB 3826 - ALBINA DE FATIMA BARBOSA DE SOUZA (ADVOGADO) AUTOR:PINTO SOARES E COMP LTDA. Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§2Âº, I do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, com nova redaÃ§Ã£o dada pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, intimo a parte autora para efetuar o recolhimento das custas consoante boleto acostado pela UNAJ. BelÃ©m, 10 de novembro de 2021 Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00523614620138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DIANE DA COSTA FERREIRA A??o: Procedimento Comum Cível em: 10/11/2021 AUTOR:CARLOS PINHEIRO DE ALMEIDA Representante(s): OAB 18004 - HAROLDO SOARES DA COSTA (ADVOGADO) OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) OAB 21459 - JOSE VINCENZO PROCOPIO FILHO (ADVOGADO) REU:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A Representante(s): OAB 9117-A - FLAVIO GERALDO FERREIRA DA SILVA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao disposto no art. 1Âº, Â§ 2Âº, inciso II, do Provimento 006/2006-CJRMB, ante a interposiÃ§Ã£o do Recurso de ApelaÃ§Ã£o de fls. 203/223, pela parte Requerente, fica intimada a parte Requerida/Apelada, por meio de seus advogados, a apresentar contrarrazÃµes nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. BelÃ©m-PA, 03 de novembro de 2021. Diane da Costa Ferreira, Servidora da 1Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00011571120118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): NILMA VIEIRA LEMOS A??o: Monitória em: 11/11/2021 AUTOR:FOKAL GESTAO FINANCEIRA LTDA Representante(s): OAB 9138 - ANDREY MONTENEGRO DE SA (ADVOGADO) REU:ROBERTO BRUNO ALVES PEDROSA Representante(s): OAB 11989 - HELDER AUGUSTO MARTINS VALENTE (ADVOGADO) AUTOR:CHAO E TETO CONSULTORIA IMOBILIARIA LTDA Representante(s): OAB 9138 - ANDREY MONTENEGRO DE SA (ADVOGADO) . Ã ATO ORDINATÃRIO Com fulcro no art. 1.Âº Â¿ Â§ 2Âº, dos Provimentos 006/2006-CJRMB e 008/2014-CJRMB, tendo em vista a tempestividade dos EMBARGOS DE DECLARAÃÃO de fls. _____, interpostos por FOKAL GESTAO FINANCEIRA LTDA,Â CHAO E TETO CONSULTORIA IMOBILIARIA LTDA, fica o(s) advogado(s) do(s) Embargado(s),ROBERTO BRUNO ALVES PEDROSA, intimado(s) para apresentar contrarrazÃµes no prazo de 05 (cinco) dias. BelÃ©m-PA,Â 11 de novembro de 2021. Eu, _____, Servidor da 1Âª UPJ CÃ-vel de BelÃ©m, Auxiliar JudiciÃ¡rio/ Analista JudiciÃ¡rio, o digitei e subscrevi. PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00026803920158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): NILMA VIEIRA LEMOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 REQUERENTE:CARLOS EDUARDO TRINDADE LIMA Representante(s): OAB 20795 - RUBIA CAMILA MACIEL DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:JOAO CEZAR BULHOES PINHEIRO Representante(s): OAB 20066 - THIAGO CORDEIRO GABY (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO PROCESSO: 0002680-39.2015.8.14.0301 Com fulcro no Provimento 006/2006 e 08/2014, ambos da CJRMB, fica o(a) apelado(a) intimado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias apresentar contrarrazÃµes ao recurso de apelaÃ§Ã£o nos termos do Â§ 1Âº do art. 1010 do CPC. BelÃ©m,Â 11 de novembro de 2021. Servidor(a) da 1Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m, o digitei e subscrevi.////////////////////////////////////////////////// PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00052275220158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Procedimento Sumário em: 11/11/2021 AUTOR:VIVIANE BENICIO PIO FERNANDES BASDAO Representante(s): OAB 20847 - IGOR PACHECO DE ALMEIDA BEZERRA (ADVOGADO) REU:BANCO ITAU UNIBANCO S A Representante(s): OAB 3672 - SERGIO ANTONIO FERREIRA GALVAO (ADVOGADO) OAB 12479 - GIOVANNY MICHAEL VIEIRA NAVARRO (ADVOGADO) REU:CENTRAL NACIONAL UNIMED Representante(s): OAB 19352 - BRUNO BEZERRA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 16983 - ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA (ADVOGADO) . Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§3Âº do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, intimo a parte apelada para apresentar suas contrarrazÃµes no prazo de 15 (quinze) dias. BelÃ©m, 11 de novembro de 2021 Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00090126820048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410303826 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 11/11/2021 REQUERIDO:RINALDO PACHECO DA SILVA Representante(s): OAB 5055 - NILTON RODNEY DA SILVA SOUZA (ADVOGADO) OAB 1028 - CLEBER SARAIVA DOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:RONALDO PACHECO DA SILVA REQUERENTE:EDICARLOS DE SOUZA CUSTODIO Representante(s): OAB 10307 - DENIS

MACHADO MELO (ADVOGADO) . Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§2Âº, I do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, com nova redaÃ§Ã£o dada pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, intimo a parte autora para efetuar o recolhimento das custas consoante boleto acostado pela UNAJ. BelÃ©m, 11 de novembro de 2021 Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00137963120058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510430181 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Cumprimento de sentença em: 11/11/2021 REQUERIDO:BANCO AMAZONIA SA BASA Representante(s): OAB 1788 - LUIZ PAULO SANTOS ALVARES (ADVOGADO) OAB 7308 - JOSIANE MARIA MAUES DA COSTA FRANCO (ADVOGADO) OAB 7690 - DANIELLE DE JESUS OLIVEIRA DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 10311 - CRISTIANO COUTINHO DE MESQUITA (ADVOGADO) REQUERENTE:PRECOL PREMOLDADOS E CONSTRUCAO LTDA Representante(s): OAB 9685 - DENNIS VERBICARO SOARES (ADVOGADO) . Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§2Âº, I do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, com nova redaÃ§Ã£o dada pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, intimo a parte requerida para efetuar o recolhimento das custas consoante boleto acostado pela UNAJ. BelÃ©m, 11 de novembro de 2021 Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00161093020068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610520147 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 REU:PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO LTDA Representante(s): OAB 10812 - MAX AGUIAR JARDIM (ADVOGADO) OAB 12115 - SILVIA LORENA CARDOSO DA SILVA (ADVOGADO) OAB 11730 - THIAGO COLLARES PALMEIRA (ADVOGADO) AUTOR:AMELIA DA GLORIA VASCONCELOS LINS Representante(s): OAB 6697 - AMELIA DA GLORIA VASCONCELOS LINS (ADVOGADO) OAB 11397 - RAIMUNDO BARRETO PICANCO (ADVOGADO) INTERESSADO:ISABEL CRISTINA SILVA RIBEIRO Representante(s): OAB 1974 - ISABEL CRISTINA SILVA RIBEIRO (ADVOGADO) . Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§3Âº do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, intimo a parte apelada para apresentar suas contrarrazÃµes no prazo de 15 (quinze) dias. BelÃ©m, 11 de novembro de 2021 Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00185314520068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610577784 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Processo Cautelar em: 11/11/2021 REU:RONALDO AUTOR:SILVIA PIRES DA SILVA Representante(s): OAB 12209 - MARCIO ANDRE AFFONSO MIRANDA (ADVOGADO) REU:ANTONIO EDINALDO FERREIRA Representante(s): OAB 6588 - CARLOS PEDRO PAIVA FURTADO (ADVOGADO) . Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§2Âº, I do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, com nova redaÃ§Ã£o dada pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, intimo a parte autora para efetuar o recolhimento das custas consoante boleto acostado pela UNAJ. BelÃ©m, 11 de novembro de 2021 Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00200563319998140301 PROCESSO ANTIGO: 199910297316 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Cumprimento de sentença em: 11/11/2021 AUTOR:AMELIA DA GLORIA VASCONCELOS LINS Representante(s): OAB 6697 - AMELIA DA GLORIA VASCONCELOS LINS (ADVOGADO) OAB 11397 - RAIMUNDO BARRETO PICANCO (ADVOGADO) REU:SEGURADORA PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS Representante(s): OAB 2173 - MARIA APARECIDA VIDIGAL DE SOUZA (ADVOGADO) INTERESSADO:ISABEL CRISTINA SILVA RIBEIRO Representante(s): OAB 1974 - ISABEL CRISTINA SILVA RIBEIRO (ADVOGADO) . Ã-ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§2Âº, XI, do Provimento 006/2006-CGJ, intimo o autor, por meio de seu advogado, para pagar as custas para expediÃ§Ã£o de alvarÃ¡. BelÃ©m, 11 de novembro de 2021 Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00227141920038140301 PROCESSO ANTIGO: 200310479660 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Cumprimento de sentença em: 11/11/2021 AUTOR:ESPOLIO DE JOSE RODRIGUES DA SILVEIRA Representante(s): ANA KARINA TUMA MELO (ADVOGADO) OAB 3312 - CLOVIS CUNHA DA GAMA MALCHER FILHO (ADVOGADO) OAB 13675 - ANTONIO AUGUSTO MONTENEGRO DUARTE LIRA (ADVOGADO) OAB 16705 - DANIELLE PEREIRA VIEIRA (ADVOGADO) HELENA ANDRADE DA SILVEIRA (REP LEGAL) REU:MARCOS JORGE BARBOSA RAMOS REU:MAX ANNE DE SOUZA SANTOS. Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§2Âº, I do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, com nova redaÃ§Ã£o dada pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, intimo a parte autora para

efetuar o recolhimento das custas consoante boleto acostado pela UNAJ. BelÃ©m, 11 de novembro de 2021 Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00315093520108140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): NILMA VIEIRA LEMOS A??o: Consignação em Pagamento em: 11/11/2021 AUTOR:STANLEY OLIVEIRA DE ALVARENGA Representante(s): OAB 4852 - CARMEM LUCIA BRAUN QUEIROZ (ADVOGADO) OAB 16114-B - MARCELO ARAUJO DE ALBUQUERQUE JASSÉ (ADVOGADO) REU:B V FINANCEIRA SA Representante(s): OAB 4643 - EDSON ANTONIO SOUSA PINTO (ADVOGADO) OAB 5546 - GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO PROCESSO: 0031509-35.2010.8.14.0301 Com fulcro no Provimento 006/2006 e 08/2014, ambos da CJRMB, fica o(a) apelado(a) intimado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias apresentar contrarrazÃµes ao recurso de apelaÃ§Ã£o nos termos do Â§ 1Âº do art. 1010 do CPC. BelÃ©m,Â 11 de novembro de 2021. Servidor(a) da 1Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m, o digitei e subscrevi.////////////////////////////////////////////////// PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00352663720128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): NILMA VIEIRA LEMOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 AUTOR:IRENE MARQUES CENTENO Representante(s): OAB 15042 - ALEX PINHEIRO CENTENO (ADVOGADO) OAB 18940 - BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA (ADVOGADO) OAB 28774 - ANA REBECCA MANITO LITAIFF (ADVOGADO) OAB 18950 - PAULA ANDREA MESSEDER ZAHLUTH CERQUEIRA (ADVOGADO) REU:CONSTRUTORA VILLAGE LTDA Representante(s): OAB 14802-B - LUIZ FERNANDO MAUES OLIVIERA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO PROCESSO: 0035266-37.2012.8.14.0301 Com fulcro no Provimento 006/2006 e 08/2014, ambos da CJRMB, fica o(a) apelado(a) intimado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias apresentar contrarrazÃµes ao recurso de apelaÃ§Ã£o nos termos do Â§ 1Âº do art. 1010 do CPC. BelÃ©m,Â 11 de novembro de 2021. Servidor(a) da 1Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m, o digitei e subscrevi.////////////////////////////////////////////////// PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00412607120108140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança em: 11/11/2021 AUTOR:MARCUS VINÍCIUS EVANGELISTA AMIM Representante(s): OAB 2746 - HELENA CLAUDIA MIRALHA PINGARILHO (ADVOGADO) REU:CAMILA TEIXEIRA BASTOS REU:MAURÍCIO CESAR MENDES ROCHA. Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§2Âº, I do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, com nova redaÃ§Ã£o dada pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, intimo a parte autora para efetuar o recolhimento das custas consoante boleto acostado pela UNAJ. BelÃ©m, 11 de novembro de 2021 Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00631331920158140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): NILMA VIEIRA LEMOS A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 11/11/2021 REQUERENTE:FIAT CDC Representante(s): OAB 18691-A - JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:JOAQUIM PEREIRA RODRIGUES Representante(s): OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) OAB 18004 - HAROLDO SOARES DA COSTA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO PROCESSO: 0063133-19.2015.8.14.0133 Com fulcro no Provimento 006/2006 e 08/2014, ambos da CJRMB, fica o(a) apelado(a) intimado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias apresentar contrarrazÃµes ao recurso de apelaÃ§Ã£o nos termos do Â§ 1Âº do art. 1010 do CPC. BelÃ©m,Â 11 de novembro de 2021. Servidor(a) da 1Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m, o digitei e subscrevi.////////////////////////////////////////////////// PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00646235720158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Cumprimento de sentença em: 11/11/2021 AUTOR:WASHINGTON LUIS GILDO DE LIMA Representante(s): OAB 55589185 - SILVIA GOMES NORONHA PENAFORT (DEFENSOR) REU:SOCIEDADE BOA CONQUISTA Representante(s): OAB 6459 - ALEX ANDREY LOURENCO SOARES (ADVOGADO) OAB 7440 - NELSON FRANCISCO MARZULLO MAIA (ADVOGADO) LITISCONSORTE:ROSENIL DE FREITAS MAUES. Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§2Âº, I do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, com nova redaÃ§Ã£o dada pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, intimo a parte autora para efetuar o recolhimento das custas consoante orientaÃ§Ã£o constante da CertidÃ£o acostada pela UNAJ. BelÃ©m, 11 de novembro de 2021 Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00689649720138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): NILMA VIEIRA LEMOS A??o: Monitória em: 11/11/2021 REQUERENTE:ITAITUBA INDUSTRIA DE CIMENTOS DO PARA SA Representante(s): OAB 6861 - FRANCISCO EDSON LOPES DA ROCHA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 23343 - AMANDA REBELO BARRETO (ADVOGADO) REQUERIDO:SIMONE DE MOARAES MARQUES-

ME. ATO ORDINATÃRIO PROCESSO: 0068964-97.2013.8.14.0301 Com fulcro no Provimento 006/2006 e 08/2014, ambos da CJRMB, fica o(a) apelado(a) intimado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias apresentar contrarrazÃµes ao recurso de apelaÃ§Ã£o nos termos do Â§ 1Âº do art. 1010 do CPC. BelÃ©m,Â 11 de novembro de 2021. Servidor(a) da 1Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m, o digitei e subscrevi.////////////////////////////////////////////////// PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00357666920098140301 PROCESSO ANTIGO: 20091078705 9 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/11/2021 REU:BANCO DO ESTADO DO PARA SA BANPARA Representante(s): OAB 10744 - EDVALDO CARIBE COSTA FILHO (ADVOGADO) OAB 10270 - LETICIA DAVID THOME (ADVOGADO) OAB 10328 - CLISTENES DA SILVA VITAL (ADVOGADO) AUTOR:CARLOS UBIRATAN DA SILVA SANTOS Representante(s): OAB 22221-B - MARCIO KISIOLAR VAZ FERREIRA (ADVOGADO) OAB 22220-B - ALINE CRIZEL VAZ FERREIRA (ADVOGADO) OAB 22020 - JESSICA ANNE SARAIVA BRISOLLA (ADVOGADO) OAB 22221-B - MARCIO KISIOLAR VAZ FERREIRA (ADVOGADO) OAB 22220-B - ALINE CRIZEL VAZ FERREIRA (ADVOGADO) OAB 22020 - JESSICA ANNE SARAIVA BRISOLLA (ADVOGADO) AUTOR:TEREZA MOURA SANTOS Representante(s): OAB 22221-B - MARCIO KISIOLAR VAZ FERREIRA (ADVOGADO) OAB 22020 - JESSICA ANNE SARAIVA BRISOLLA (ADVOGADO) OAB 22221-B - MARCIO KISIOLAR VAZ FERREIRA (ADVOGADO) OAB 22020 - JESSICA ANNE SARAIVA BRISOLLA (ADVOGADO) . Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§3Âº do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, intimo os embargados a apresentar manifestaÃ§Ã£o quanto aos embargos de declaraÃ§Ã£o, no prazo de 5 (cinco) dias. BelÃ©m, 12 de novembro de 2021. Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio

RESENHA: 08/11/2021 A 12/11/2021 - SECRETARIA 1ª UPJ VARAS CIVEL,EMPRES,ORFÃO,INTERDITO, AUSENTE,RESIDUO,ACID DO TRABALHO,REG PUBLICO - VARA: 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00208612720018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110210554 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS HACHEM CHAVES JUNIOR A??o: Monitória em: 08/11/2021 AUTOR:COECELPA LTDA Representante(s): OAB 11081 - ROGERIO ARTHUR FRIZA CHAVES (ADVOGADO) OAB 10527 - FERNANDA HASSELMANN GALVAO CHAVES (ADVOGADO) REU:CARLOS ANTONIO QUADROS DE CASTRO. ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Âº, Â§2Âº, XI do Provimento nÂº 006/2006 da CJRMB, de 05/10/2006 (alterado pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, de 05/12/2014), que regula, no Ã¢mbito das Secretarias judiciais das Comarcas da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, os atos de administraÃ§Ã£o e mero expediente, e, ainda, considerando o disposto na Lei estadual nÂº 8.328/2015 (na Tabela de Taxas JudiciÃ¡rias, Custas Judiciais e Despesas Processuais) e na Portaria nÂº 5917/2017-GP (que dispÃµe sobre a atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria do valor das taxas e custas judiciais no Ã¢mbito do Poder JudiciÃ¡rio), intimo o autor, atravÃ©s de seus advogados, para que providencie o pagamento das custas finais junto Ã UNAJ, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena do crÃ©dito delas decorrente ser encaminhado para inscriÃ§Ã£o em DÃ-vida Ativa. BelÃ©m, 08/11/2021. Carlos Hachem Chaves JÃºnior Analista JudiciÃ¡rio PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00375083220138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS HACHEM CHAVES JUNIOR A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 08/11/2021 REQUERENTE:BANCO ITAUCARD SA Representante(s): OAB 6686 - CARLA SIQUEIRA BARBOSA (ADVOGADO) REQUERIDO:TEREZA PORTAL SILVA. ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Âº, Â§2Âº, XI do Provimento nÂº 006/2006 da CJRMB, de 05/10/2006 (alterado pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, de 05/12/2014), que regula, no Ã¢mbito das Secretarias judiciais das Comarcas da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, os atos de administraÃ§Ã£o e mero expediente, e, ainda, considerando o disposto na Lei estadual nÂº 8.328/2015 (na Tabela de Taxas JudiciÃ¡rias, Custas Judiciais e Despesas Processuais) e na Portaria nÂº 5917/2017-GP (que dispÃµe sobre a atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria do valor das taxas e custas judiciais no Ã¢mbito do Poder JudiciÃ¡rio), intimo o requerente, atravÃ©s de sua advogada, para que providencie o pagamento das custas finais junto Ã UNAJ, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena do crÃ©dito delas decorrente ser encaminhado para inscriÃ§Ã£o em DÃ-vida Ativa. BelÃ©m, 08/11/2021. Carlos Hachem Chaves JÃºnior Analista JudiciÃ¡rio PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00039149720118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 09/11/2021 AUTOR:AYMORE CREDITO FINANCEIRO E INVESTIMENTO S/A Representante(s): OAB 13904-A - ACACIO FERNANDES ROBOREDO (ADVOGADO) REU:MAURIZIO LEANDRO DE SOUZA. Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§2Âº, I do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, com nova redaÃ§Ã£o dada pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, intimo a parte autora atravÃ©s de seu advogado para efetuar o recolhimento das custas consoante boleto acostado pela UNAJ. BelÃ©m, 09 de novembro de 2021 Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00060430420108140301 PROCESSO ANTIGO: 201010100042 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS HACHEM CHAVES JUNIOR A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO ABN AMRO REAL S/A Representante(s): OAB 13904-A - ACACIO FERNANDES ROBOREDO (ADVOGADO) EXECUTADO:EINSTEIN ERSE. ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Âº, Â§2Âº, XI do Provimento nÂº 006/2006 da CJRMB, de 05/10/2006 (alterado pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, de 05/12/2014), que regula, no Ã¢mbito das Secretarias judiciais das Comarcas da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, os atos de administraÃ§Ã£o e mero expediente, e, ainda, considerando o disposto na Lei estadual nÂº 8.328/2015 (na Tabela de Taxas JudiciÃ¡rias, Custas Judiciais e Despesas Processuais) e na Portaria nÂº 5917/2017-GP (que dispÃµe sobre a atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria do valor das taxas e custas judiciais no Ã¢mbito do Poder JudiciÃ¡rio), intimo o exequente, atravÃ©s de seu advogado, para que providencie o pagamento das custas finais junto Ã UNAJ, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena do crÃ©dito delas decorrente ser encaminhado para inscriÃ§Ã£o em DÃ-vida Ativa. BelÃ©m, 09/11/2021. Carlos Hachem Chaves JÃºnior Analista JudiciÃ¡rio PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00077664320118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021

AUTOR:BANCO ITAU SA Representante(s): OAB 16.814-A - MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (ADVOGADO) REU:E J AMARAL MOUSINHO ME. Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§2Âº, I do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, com nova redaÃ§Ã£o dada pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, intimo a parte autora atravÃ©s de seu advogado para efetuar o recolhimento das custas consoante boleto acostado pela UNAJ. BelÃ©m, 09 de novembro de 2021 Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00084444820118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS HACHEM CHAVES JUNIOR A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO ITAU UNIBANCO SA Representante(s): OAB 16.814-A - MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (ADVOGADO) REU:ELDONOR DE LIMA LEAL Representante(s): OAB 12541 - DIOGO MARCELL SILVA NASCIMENTO ELUAN (ADVOGADO) OAB 4276 - PAULO ROBERTO VALE DOS REIS (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Âº, Â§2Âº, XI do Provimento nÂº 006/2006 da CJRMB, de 05/10/2006 (alterado pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, de 05/12/2014), que regula, no Ã¢mbito das Secretarias judiciais das Comarcas da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, os atos de administraÃ§Ã£o e mero expediente, e, ainda, considerando o disposto na Lei estadual nÂº 8.328/2015 (na Tabela de Taxas JudiciÃ¡rias, Custas Judiciais e Despesas Processuais) e na Portaria nÂº 5917/2017-GP (que dispÃµe sobre a atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria do valor das taxas e custas judiciais no Ã¢mbito do Poder JudiciÃ¡rio), intimo o autor, atravÃ©s de seu advogado, para que providencie o pagamento das custas finais junto Ã UNAJ, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena do crÃ©dito delas decorrente ser encaminhado para inscriÃ§Ã£o em DÃ-vida Ativa. BelÃ©m, 09/11/2021. Carlos Hachem Chaves JÃºnior Analista JudiciÃ¡rio PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00124565920068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610414944 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS HACHEM CHAVES JUNIOR A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REU:PIRES TRANSPORTES LTDA AUTOR:PAULO ANDRE NAZARE BARROSO Representante(s): FRANCISCO EDMIR FIGUEIRA (ADVOGADO) OAB 10304 - LUNA MARIA ARAUJO FREITAS (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Âº, Â§2Âº, XI do Provimento nÂº 006/2006 da CJRMB, de 05/10/2006 (alterado pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, de 05/12/2014), que regula, no Ã¢mbito das Secretarias judiciais das Comarcas da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, os atos de administraÃ§Ã£o e mero expediente, e, ainda, considerando o disposto na Lei estadual nÂº 8.328/2015 (na Tabela de Taxas JudiciÃ¡rias, Custas Judiciais e Despesas Processuais) e na Portaria nÂº 5917/2017-GP (que dispÃµe sobre a atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria do valor das taxas e custas judiciais no Ã¢mbito do Poder JudiciÃ¡rio), intimo o autor, atravÃ©s de seus advogados, para que providencie o pagamento das custas finais junto Ã UNAJ, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena do crÃ©dito delas decorrente ser encaminhado para inscriÃ§Ã£o em DÃ-vida Ativa. BelÃ©m, 09/11/2021. Carlos Hachem Chaves JÃºnior Analista JudiciÃ¡rio PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00132676520108140301 PROCESSO ANTIGO: 20101020176 7 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS HACHEM CHAVES JUNIOR A??o: Consignação em Pagamento em: 09/11/2021 REU:CONDOMINIO DO ED BARAO DE GUAMA Representante(s): OAB 11320 - FREDERICO GUTERRES FIGUEIREDO (ADVOGADO) OAB 12610 - MILTON SOUZA FIGUEIREDO JUNIOR (ADVOGADO) AUTOR:DANIELA DE SA SALVIANO Representante(s): OAB 15304 - DANIELA DE SA SALVIANO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Âº, Â§2Âº, XI do Provimento nÂº 006/2006 da CJRMB, de 05/10/2006 (alterado pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, de 05/12/2014), que regula, no Ã¢mbito das Secretarias judiciais das Comarcas da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, os atos de administraÃ§Ã£o e mero expediente, e, ainda, considerando o disposto na Lei estadual nÂº 8.328/2015 (na Tabela de Taxas JudiciÃ¡rias, Custas Judiciais e Despesas Processuais) e na Portaria nÂº 5917/2017-GP (que dispÃµe sobre a atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria do valor das taxas e custas judiciais no Ã¢mbito do Poder JudiciÃ¡rio), intimo a autora, atravÃ©s de sua advogada, para que providencie o pagamento das custas finais junto Ã UNAJ, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena do crÃ©dito delas decorrente ser encaminhado para inscriÃ§Ã£o em DÃ-vida Ativa. BelÃ©m, 09/11/2021. Carlos Hachem Chaves JÃºnior Analista JudiciÃ¡rio PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00179253420098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910391975 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS HACHEM CHAVES JUNIOR A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO FINASA SA Representante(s): OAB 12335 - DOMINGOS PADILHA DA SILVA (ADVOGADO) ANA CLAUDIA GRAIM MENDONCA SANTOS (ADVOGADO) OAB 15703 - ALEXANDRE ARAUJO MAUES (ADVOGADO) REU:ADELICE DE FATIMA CARVALHO. ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Âº, Â§2Âº, XI do Provimento nÂº 006/2006 da CJRMB, de 05/10/2006 (alterado pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, de 05/12/2014), que regula, no Ã¢mbito das Secretarias judiciais das Comarcas da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, os

atos de administraÃ§Ã£o e mero expediente, e, ainda, considerando o disposto na Lei estadual nÂº 8.328/2015 (na Tabela de Taxas JudiciÃ¡rias, Custas Judiciais e Despesas Processuais) e na Portaria nÂº 5917/2017-GP (que dispÃµe sobre a atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria do valor das taxas e custas judiciais no Ã¢mbito do Poder JudiciÃ¡rio), intimo o autor, atravÃ©s de seus advogados, para que providencie o pagamento das custas finais junto Ã UNAJ, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena do crÃ©dito delas decorrente ser encaminhado para inscriÃ§Ã£o em DÃ-vida Ativa. BelÃ©m, 09/11/2021. Carlos Hachem Chaves JÃºnior Analista JudiciÃ¡rio PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00031622420048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410108648 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS HACHEM CHAVES JUNIOR A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 10/11/2021 EXECUTADO:SUPERMERCADO KIPRECO EXECUTADO:SUPERMERCADO NOVA ALIANCA LTDA EXEQUENTE:OCRIM PRODUTOS ALIMENTICIOS S A Representante(s): NEWTON CELIO PACHECO DE ALBUQUERQUE (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Âº, Â§2Âº, XI do Provimento nÂº 006/2006 da CJRMB, de 05/10/2006 (alterado pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, de 05/12/2014), que regula, no Ã¢mbito das Secretarias judiciais das Comarcas da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, os atos de administraÃ§Ã£o e mero expediente, e, ainda, considerando o disposto na Lei estadual nÂº 8.328/2015 (na Tabela de Taxas JudiciÃ¡rias, Custas Judiciais e Despesas Processuais) e na Portaria nÂº 5917/2017-GP (que dispÃµe sobre a atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria do valor das taxas e custas judiciais no Ã¢mbito do Poder JudiciÃ¡rio), intimo o exequente, atravÃ©s de seu advogado, para que providencie o pagamento das custas finais junto Ã UNAJ, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena do crÃ©dito delas decorrente ser encaminhado para inscriÃ§Ã£o em DÃ-vida Ativa. BelÃ©m, 10/11/2021. Carlos Hachem Chaves JÃºnior Analista JudiciÃ¡rio PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00219493520118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS HACHEM CHAVES JUNIOR A??o: Procedimento Comum Cível em: 10/11/2021 AUTOR:WELLEM PABLO LIMA DA SILVA Representante(s): OAB 15461 - KAROANE BEATRIZ CAMPELO LOPES (ADVOGADO) REU:COOPERATIVA HABITACIONAL DA AMAZONIA - COOHAMA Representante(s): OAB 7158 - AMIRALDO NUNES PARDAUIL (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Âº, Â§2Âº, XI do Provimento nÂº 006/2006 da CJRMB, de 05/10/2006 (alterado pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, de 05/12/2014), que regula, no Ã¢mbito das Secretarias judiciais das Comarcas da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, os atos de administraÃ§Ã£o e mero expediente, e, ainda, considerando o disposto na Lei estadual nÂº 8.328/2015 (na Tabela de Taxas JudiciÃ¡rias, Custas Judiciais e Despesas Processuais) e na Portaria nÂº 5917/2017-GP (que dispÃµe sobre a atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria do valor das taxas e custas judiciais no Ã¢mbito do Poder JudiciÃ¡rio), intimo o rÃ©u, atravÃ©s de seu advogado, para que providencie o pagamento das custas finais junto Ã UNAJ, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena do crÃ©dito delas decorrente ser encaminhado para inscriÃ§Ã£o em DÃ-vida Ativa. BelÃ©m, 10/11/2021. Carlos Hachem Chaves JÃºnior Analista JudiciÃ¡rio PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00279763420138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Procedimento Comum Cível em: 10/11/2021 AUTOR:ANA CELIA DE SOUZA VIANA Representante(s): OAB 15255 - JOAO ROGERIO DA SILVA RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 17613 - RODRIGO RODRIGUES PIMENTA GOMES (ADVOGADO) REU:EXITO ENGENHARIA LTDA Representante(s): OAB 5192 - ROLAND RAAD MASSOUD (ADVOGADO) REQUERIDO:BRAZILIAN SECURITIES CIA DE SECURITIZACAO Representante(s): OAB 178186 - GUSTAVO CESAR TERRA TEIXEIRA (ADVOGADO) OAB 21074-A - FABIO RIVELLI (ADVOGADO) . Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§3Âº do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, intimo as partes apeladas para apresentar suas contrarrazÃµes no prazo de 15 (quinze) dias. BelÃ©m, 10 de novembro de 2021 Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00284593020148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Cumprimento de sentença em: 10/11/2021 AUTOR:ELY TRINDADE DOS SANTOS Representante(s): OAB 7683 - NILSON PAIXAO GOMES (ADVOGADO) REU:INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§3Âº do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, intimo os embargados a apresentar manifestaÃ§Ã£o quanto aos embargos de declaraÃ§Ã£o, no prazo de 5 (cinco) dias. BelÃ©m, 10 de novembro de 2021. Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00309200720078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710964815 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS HACHEM CHAVES JUNIOR A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 10/11/2021 AUTOR:BANCO ABN AMRO REAL S.A Representante(s): OAB 1076 - CARLOS ALBERTO GUEDES FERRO E SILVA (ADVOGADO) MICHELLE

FERRO (ADVOGADO) REU:MARIO NEY DA SILVA CARDOSO. ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Âº, Â§2Âº, XI do Provimento nÂº 006/2006 da CJRMB, de 05/10/2006 (alterado pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, de 05/12/2014), que regula, no Ã¢mbito das Secretarias judiciais das Comarcas da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, os atos de administraÃ§Ã£o e mero expediente, e, ainda, considerando o disposto na Lei estadual nÂº 8.328/2015 (na Tabela de Taxas JudiciÃ¡rias, Custas Judiciais e Despesas Processuais) e na Portaria nÂº 5917/2017-GP (que dispÃµe sobre a atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria do valor das taxas e custas judiciais no Ã¢mbito do Poder JudiciÃ¡rio), intimo o autor, atravÃ©s de seus advogados, para que providencie o pagamento das custas finais junto Ã UNAJ, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena do crÃ©dito delas decorrente ser encaminhado para inscriÃ§Ã£o em DÃ-vida Ativa. BelÃ©m, 10/11/2021. Carlos Hachem Chaves JÃºnior Analista JudiciÃ¡rio PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00402191720098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910901485 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS HACHEM CHAVES JUNIOR A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 10/11/2021 EXECUTADO:ANTONIO JOSE DE OLIVEIRA EXEQUENTE:FUNDO DE INV EM DIREITOS CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS NPL I Representante(s): OAB 43621 - ALEXANDRE DE ALMEIDA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Âº, Â§2Âº, XI do Provimento nÂº 006/2006 da CJRMB, de 05/10/2006 (alterado pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, de 05/12/2014), que regula, no Ã¢mbito das Secretarias judiciais das Comarcas da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, os atos de administraÃ§Ã£o e mero expediente, e, ainda, considerando o disposto na Lei estadual nÂº 8.328/2015 (na Tabela de Taxas JudiciÃ¡rias, Custas Judiciais e Despesas Processuais) e na Portaria nÂº 5917/2017-GP (que dispÃµe sobre a atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria do valor das taxas e custas judiciais no Ã¢mbito do Poder JudiciÃ¡rio), intimo o exequente, atravÃ©s de seu advogado, para que providencie o pagamento das custas finais junto Ã UNAJ, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena do crÃ©dito delas decorrente ser encaminhado para inscriÃ§Ã£o em DÃ-vida Ativa. BelÃ©m, 10/11/2021. Carlos Hachem Chaves JÃºnior Analista JudiciÃ¡rio PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00412450720088140301 PROCESSO ANTIGO: 200811114749 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS HACHEM CHAVES JUNIOR A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 10/11/2021 AUTOR:BANCO FINASA SA Representante(s): OAB 38534 - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) ANA PAULA DA ROCHA GOMES (ADVOGADO) OAB 10.990 - CELSO MARCON (ADVOGADO) REU:CINTIA LUCIA LIMA SOUZA. ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Âº, Â§2Âº, XI do Provimento nÂº 006/2006 da CJRMB, de 05/10/2006 (alterado pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, de 05/12/2014), que regula, no Ã¢mbito das Secretarias judiciais das Comarcas da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, os atos de administraÃ§Ã£o e mero expediente, e, ainda, considerando o disposto na Lei estadual nÂº 8.328/2015 (na Tabela de Taxas JudiciÃ¡rias, Custas Judiciais e Despesas Processuais) e na Portaria nÂº 5917/2017-GP (que dispÃµe sobre a atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria do valor das taxas e custas judiciais no Ã¢mbito do Poder JudiciÃ¡rio), intimo o autor, atravÃ©s de seus advogados, para que providencie o pagamento das custas finais junto Ã UNAJ, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena do crÃ©dito delas decorrente ser encaminhado para inscriÃ§Ã£o em DÃ-vida Ativa. BelÃ©m, 10/11/2021. Carlos Hachem Chaves JÃºnior Analista JudiciÃ¡rio PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00439700420108140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS HACHEM CHAVES JUNIOR A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 10/11/2021 AUTOR:BANCO ITAUCARD SA Representante(s): OAB 12306 - ANA PAULA BARBOSA DA ROCHA GOMES (ADVOGADO) OAB 38534 - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) OAB 18691-A - JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR (ADVOGADO) REU:SEBASTIAO LOPES BEZERRA. ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Âº, Â§2Âº, XI do Provimento nÂº 006/2006 da CJRMB, de 05/10/2006 (alterado pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, de 05/12/2014), que regula, no Ã¢mbito das Secretarias judiciais das Comarcas da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, os atos de administraÃ§Ã£o e mero expediente, e, ainda, considerando o disposto na Lei estadual nÂº 8.328/2015 (na Tabela de Taxas JudiciÃ¡rias, Custas Judiciais e Despesas Processuais) e na Portaria nÂº 5917/2017-GP (que dispÃµe sobre a atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria do valor das taxas e custas judiciais no Ã¢mbito do Poder JudiciÃ¡rio), intimo o autor, atravÃ©s de seus advogados, para que providencie o pagamento das custas finais junto Ã UNAJ, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena do crÃ©dito delas decorrente ser encaminhado para inscriÃ§Ã£o em DÃ-vida Ativa. BelÃ©m, 10/11/2021. Carlos Hachem Chaves JÃºnior Analista JudiciÃ¡rio PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00583482920148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DIANE DA COSTA FERREIRA A??o: Procedimento Comum Cível em: 10/11/2021 AUTOR:GRACIELE RODRIGUES MACHADO Representante(s): OAB 13372 - ALINE DE FATIMA MARTINS DA COSTA (ADVOGADO) OAB 17466 - CAMILA AQUINO LEAL (ADVOGADO) OAB 7985 - ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI (ADVOGADO) OAB 20970 - IVANA BRUNA NABOR TAMASAUSKAS (ADVOGADO)

REU:PDG INCORPORADORA Representante(s): OAB 21074-A - FABIO RIVELLI (ADVOGADO) OAB 2940 - LEE BROCK CAMARGO ADVOGADOS (SOCIEDADE DE ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO De ordem do MM. Juiz de Direito da 5Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m, Dr. CÃLIO PETRÃNIO DÂ¿ANUNCIAÃÃO, e, em cumprimento ao disposto no art. 1Âº, Â§ 2Âº, inciso XI, do Provimento 006/2006-CJRMB, fica intimada a parte Requerente, por meio de seus advogados, a efetuar o pagamento das custas finais pendente nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme Despacho de fls. 247. BelÃ©m-PA, 10 de novembro de 2021. Diane da Costa Ferreira, Servidora da 1Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00768083020158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Cumprimento de sentença em: 10/11/2021 AUTOR:CLEOMAR CARVALHO SILVA Representante(s): OAB 7568 - EDILENE SANDRA DE SOUSA LUZ SILVA (ADVOGADO) OAB 18956 - PATRICIA LORENA ZEFERINO DE LIMA (ADVOGADO) REU:INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. Ã-ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§2Âº, II do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, intimo o FAZENDA PÃBLICA DA UNIÃO, atravÃ©s de seu procurador, para se manifestar sobre a petiÃ§Ã£o de fls. 63. BelÃ©m, 10 de novembro de 2021. Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00108831220088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810326486 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DIANE DA COSTA FERREIRA A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 AUTOR:MARILDA DO AMARAL E SILVA Representante(s): OAB 9685 - DENNIS VERBICARO SOARES (ADVOGADO) OAB 12308 - DOUGLAS VERBICARO SOARES (ADVOGADO) REU:AUTOVIACAO ICORACIENSE LTDA. ATO ORDINATÃRIO Nos termos do Provimento 006/2006-CJRMB, inciso IV, considerando que a SentenÃ§a de fls. 164/182 (doc. 2021.01505261-61) dos autos nÃ£o foi publicada no DJE, em razÃ£o de nÃ£o ter sido inserido, no Sistema LIBRA, o texto-peÃ§a para publicaÃ§Ã£o, transcrevo, abaixo, os termos da referida DecisÃ£o, para fins de publicaÃ§Ã£o no DJE e intimaÃ§Ã£o das partes, por meio de seus advogados. BelÃ©m-PA, 11 de novembro de 2021. Diane da Costa Ferreira Servidora da 1Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 0010883-12.2008.814.0301 REQUERENTE: MARILDA DO AMARAL E SILVA REQUERIDO: AUTOVIAÃÂ¿O ICORACIENSE LTDA SENTENÃA RELATÃRIO Â Â Â Â Â Â Cuida-se de AÃÂ¿O COMINATÃRIA DE OBRIGAÃÂ¿O DE FAZER C/C PEDIDO DE INDENIZAÃÂ¿O POR DANOS MORAIS, ESTÃTICOS, MATERIAIS e LUCROS CESSANTES movida por MARILDA DO AMARAL E SILVA em face de AUTOVIAÃÂ¿O ICORACIENSE LTDA. Â Â Â Â Â Â Afirma a parte autora que no dia 21 de setembro de 2007 saiu para o trabalho e pegou o Ã´nibus que faz a linha Conjunto Maguari de placa JTQ - 8864, AR 75205, 71901, conduzido por IVAN PEREIRA DE SOUZA. Â Â Â Â Â Â Declara que pediu para o motorista parar, pois pretendia passar para outro Ã´nibus, mas no momento em que desceu do veÃ-culo o condutor acelerou e arrancou com o Ã´nibus, atropelando-a por volta das 05h30min da manhÂ¿. Â Â Â Â Â Â Pontua que o motorista causador do acidente nÂ¿o prestou socorro, sendo a vÃ-tima socorrida por seu filho, ANDRÃ LUIZ DO AMARAL SILVA, que acionou o 192. Â Â Â Â Â Â Assinala que devido a um quadro de traumatismo, a vÃ-tima foi submetida primeiramente a um debridamento de necrose de tornozelo e pÃ©, sendo que no dia 24/10/2007 foi realizado enxerto de pele parcial em pÃ© direito, tendo como Ã¡rea doadora a perna direita, que tambÃ©m sofreu enxerto dermo epidÃ©rmico e debridamento da fasceite necrotizante. Â Â Â Â Â Â Assevera que foram diagnosticadas outras afecÃ§Â¿es da pele e do tecido subcutÃ¢neo, contusÂ¿o do tornozelo e, mais contusÂ¿o de outras partes e partes nÂ¿o especificadas do pÃ©. Ademais, a vÃ-tima foi orientada a realizar curativos em dias alternados com Dersani, nÂ¿o pisar no chÂ¿o, retornar ao ambulatÃ³rio para cirurgia plÃ¡stica reparadora e alta ortopedia, sobretudo afastamento de suas atividades por tempo indeterminado. Â Â Â Â Â Â Destaca que alÃ©m da omissÂ¿o de socorro do motorista, a empresa rÃ© em nenhum momento mostrou interesse ou preocupaÃ§Â¿o com seu estado de saÃºde. Â Â Â Â Â Â Requer ao final, entre outros pedidos: 1) danos morais; 2) danos estÃ©ticos; 3) danos materiais; 4) lucros cessantes. Â Â Â Â Â Â Junta documentos. Â Â Â Â Â Â Restou deferida a gratuidade processual Ã parte autora em decisÂ¿o de fl. 65. Â Â Â Â Â Â Em sede de contestaÃ§Â¿o, a parte requerida defende, em sÃ-ntese: 1) que houve imprudÃªncia da autora, que ao decidir trocar de coletivo, atravessou a frente do coletivo da linha Conjunto Maguari, de placa JTQ 8864, para adentrar em outra linha, nÂ¿o tendo o motorista como avistÃ¡-la; 2) que o motorista de imediato parou o coletivo, a fim de prestar os primeiros socorros Ã vÃ-tima, tendo levado esta para atendimento no HOSPITAL METROPOLITANO; 3) excludente de responsabilidade do rÃ©u: ausÃªncia de dano e culpa; 4) ausÃªncia de elementos para arbitramento de danos morais e materiais; 5) excludente e atenuantes de responsabilidade; 6) a culpa exclusiva da vÃ-tima; 7) concorrÃªncia de culpa; 8) descabimento de danos morais; 9) atendimento Ã razoabilidade e ao bom senso: necessidade de enfatizar o enriquecimento ilÃ-cito buscado pela autora; 10) a impossibilidade de cumulaÃ§Â¿o de danos

morais, materiais e danos estÃ©ticos. Â Â Â Â Â Â NÂ¿o junta documentos comprobatÃ³rios. Â Â Â Â Â Â RÃ©plica Ã¡s fls. 121/130. Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia Ã s fls. 131/132, infrutÃ-fera a conciliaÃ§Â¿o. Na ocasiÂ¿o, foi devidamente consignado que o processo estava saneado, sendo as partes legÃ-timas e estando devidamente representadas. Â Â Â Â Â Â Em decisÂ¿es de fl. 137 e 141, foi deferido o pedido de produÃ§Â¿o de prova pericial manifestado pela parte requerida Ã s fls. 129/130, ficando esta encarregada de depositar em juÃ-zo o valor da perÃ-cia. Â Â Â Â Â Â Em petiÃ§Â¿o de fl. 142, os advogados da parte requerida renunciaram ao mandato a eles outorgado. Â Â Â Â Â Â Em comunicaÃ§Â¿o de fl. 147, o perito informou que em virtude do valor da perÃ-cia nÂ¿o ter sido depositado, deixou de proceder ao exame marcado para o dia 01/016/2015. Â Â Â Â Â Â Conforme certidÂ¿o de fl. 153, houve tentativa de intimaÃ§Â¿o pessoal da parte requerida, entrementes, a carta de intimaÃ§Â¿o foi recusada na portaria do endereÃ§o da empresa rÃ©. Em decisÂ¿o de fl. 155, foi deferida a intimaÃ§Â¿o pessoal da parte requerida por oficial de justiÃ§a, tendo este certificado que deixou de fazer a intimaÃ§Â¿o pelo fato da empresa rÃ© nÂ¿o mais estar instalada no endereÃ§o indicado, estando as instalaÃ§Â¿es fechadas e aparentemente abandonadas. Â Â Â Â Â Â Em petiÃ§Â¿o de fls. 160/161, a parte autora roga pelo julgamento antecipado da lide, considerando a desÃ-dia da empresa em efetuar o pagamento dos honorÃ¡rios periciais, que tem causado enorme tumulto e demora no andamento processual. Â Â Â Â Â Â Os autos vieram-me conclusos. FUNDAMENTAÃÂ¿O JULGAMENTO ANTECIPADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso sub examine, desnecessÃ¡ria a ampliaÃ§Â¿o probatÃ³ria, posto que o feito jÃ¡ contÃ©m elementos suficientes para apreciaÃ§Â¿o e julgamento e, ainda, em atenÃ§Â¿o ao princÃ-pio da livre convicÃ§Â¿o, antecipo o julgamento do mÃ©rito, na forma do art. 355, I, do CPC/2015, o qual estabelece a conveniÃªncia do julgamento antecipado do pedido, quando nÂ¿o houver necessidade de outras provas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, hÃ¡ tempos a jurisprudÃªncia dos tribunais superiores aponta que Â¿Presentes as condiÃ§Â¿es que ensejam o julgamento antecipado da causa, Ã© dever do juiz e nÂ¿o mera faculdade, assim o procederÂ¿. DA VÃLIDA CITAÃÂ¿O DA PARTE REQUERIDA Â Â Â Â Â Â A parte requerida foi devidamente citada, possuindo advogados constituÃ-dos nos autos atÃ© 23/04/2015, momento em que houve a renÃºncia dos mandatÃ¡rios, fl. 142, jÃ¡ estando ali caracterizada a grande desÃ-dia da empresa rÃ©, que nÂ¿o retornava o contato sequer de seus advogados, fl. 143. Â Â Â Â Â Â Houve a tentativa de intimaÃ§Â¿o pessoal da parte requerida para que esta constituÃ-sse novos patronos, entrementes, a carta enviada pelos correios foi recusada na portaria da empresa, fl. 152/153, e, posteriormente, conforme restou certificado pelo oficial de justiÃ§a, fl.158, a empresa se evadiu do lugar, sendo displicente quanto a sua obrigaÃ§Â¿o de manter seu endereÃ§o atualizado perante o juÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Vejamos o posicionamento da jurisprudÃªncia quanto a esse caso: AGRAVO DE INSTRUMENTO - Â¿AÃÂ¿O DE REPARAÃÂ¿O DE DANOSÂ¿ - CUMPRIMENTO DE SENTENÃA - EXECUTADOS QUE, MESMO CITADOS NA FASE DE CONHECIMENTO, NÂ¿O CONSTITUÃRAM ADVOGADO E, NÂ¿O SE MANIFESTARAM NOS AUTOS - INTIMAÃÂ¿O PARA PAGAMENTO VOLUNTÃRIO DA DÃVIDA - AUSÃNCIA DE ÃXITO EM INTIMAR UM DOS REQUERIDOS, EM RAZÂ¿O DESTE TER MUDADO DE ENDEREÃO, SEM AVISAR O JUÃZO - INTIMAÃÂ¿O VÃLIDA - ARTIGO 513, Â§ 2.Âº, INCISO II E Â§ 3.Âº DO CÃDIGO DE PROCESSO CIVIL - PROSSEGUIMENTO DA EXECUÃÂ¿O COM POSSIBILIDADE DE CONSTRIÃÂ¿O DE BENS DE UM DOS EXECUTADOS, APENAS - PLEITO DE PENHORA QUE NÂ¿O FORA REQUERIDO QUANTO AO OUTRO EXECUTADO (NÂ¿O INTIMADO), EM PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÃÂ¿O - INOVAÃÂ¿O RECURSAL - SUPRESSÂ¿O DE INSTÃNCIA - NÂ¿O CONHECIMENTO DO RECURSO QUANTO A ESTE TÃPICO.RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, PROVIDO. (TJPR - 10Âª C. CÃ-vel - 0023137-29.2019.8.16.0000 - MaringÃ¡ - Rel.: Desembargador Luiz Lopes - J. 28.11.2020). (TJ-PR - AI: 00231372920198160000 PR 0023137-29.2019.8.16.0000 (AcÃ³rdÂ¿o), Relator: Desembargador Luiz Lopes, Data de Julgamento: 28/11/2020, 10Âª CÃ¢mara CÃ-vel, Data de PublicaÃ§Â¿o: 28/11/2020). Â Â Â Â Â Â Neste norte, estando a parte requerida devidamente citada, nÂ¿o hÃ¡ motivo para que o processo continue parado, razÂ¿o pela qual a sentenÃ§a Ã© medida que se impÂ¿e, nÂ¿o podendo o juÃ-zo se olvidar da obrigaÃ§Â¿o de prestaÃ§Â¿o jurisdicional. DA RENÃNCIA TÃCITA Ã PRODUÃÂ¿O DE PROVAS Â Â Â Â Â Â A parte demanda requereu a produÃ§Â¿o de prova pericial, o que foi devidamente deferido pelo juÃ-zo, conforme decisÂ¿o de fl. 141. Entrementes, a perÃ-cia deixou de ser realizada por falta de depÃ³sito dos honorÃ¡rios periciais, que era de responsabilidade da parte requerida, fl. 147. A jurisprudÃªncia Ã© pacÃ-fica quanto ao tema: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÃA. PRODUÃÂ¿O DE PROVA PERICIAL. HONORÃRIOS PERICIAIS. AUSÃNCIA DE PAGAMENTO. DESISTÃNCIA TÃCITA. I - O fato de os agravantes-executados nÂ¿o terem efetuado o pagamento dos honorÃ¡rios periciais, nem sequer se manifestado no prazo assinalado pelo JuÃ-zo a quo, representa desistÃªncia tÃ¡cita em relaÃ§Â¿o Ã produÃ§Â¿o da prova pericial. II - Agravo de instrumento desprovido. (TJ-DF 07170540520198070000 DF

0717054-05.2019.8.07.0000, Relator: VERA ANDRIGHI, Data de Julgamento: 06/11/2019, 6Âª Turma CÃ-vel, Data de PublicaÃ§Â¿o: Publicado no DJE: 25/11/2019. PÃ¡g.: Sem PÃ¡gina Cadastrada.). Â Â Â Â Â Â Desta forma, resta reconhecida a renÃºncia tÃ¡cita Ã produÃ§Â¿o da prova pericial, devendo o processo ser devidamente julgado no estado em que se encontra. Neste sentido, tambÃ©m leciona o CPC: Art. 76. Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representaÃ§Â¿o da parte, o juiz suspenderÃ¡ o processo e designarÃ¡ prazo razoÃ¡vel para que seja sanado o vÃ-cio. Â§ 1Âº Descumprida a determinaÃ§Â¿o, caso o processo esteja na instÃ¢ncia originÃ¡ria: II - o rÃ©u serÃ¡ considerado revel, se a providÃªncia lhe couber; DA APLICAÃÂ¿O DO CDC Â Â Â Â Â Â Â Â Insta consignar que a relaÃ§Â¿o jurÃ-dica objeto da presente demanda Ã© de consumo, uma vez que a parte requerente se encontra abarcada pelo conceito normativo de consumidor positivado nos arts. 2Âº c/c 17 c/c 29 da Lei n 8.078/90 e, igualmente, a requerida subsuma-se ao conceito de fornecedor do art. 3Âº do referido diploma legal. Por essa razÂ¿o, as questÂ¿es discutidas nestes autos devem ser dirimidas Ã luz do CÃ³digo de Defesa do Consumidor. DA EXISTÃNCIA DO ACIDENTE Art. 374. NÂ¿o dependem de prova os fatos: I - notÃ³rios; II - afirmados por uma parte e confessados pela parte contrÃ¡ria; III - admitidos no processo como incontroversos; IV - em cujo favor milita presunÃ§Â¿o legal de existÃªncia ou de veracidade. Â Â Â Â Â A parte requerida confessa na contestaÃ§Â¿o que o acidente ocorreu, razÂ¿o pela qual tal fato constatado nÂ¿o depende de prova. Frise-se ainda que o acidente foi inclusive noticiado pelo causador do acidente, conforme prova de fl. 22. DA FUNDAMENTAÃÂ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Segundo a melhor doutrina sobre responsabilidade civil, para que surja o direito a indenizaÃ§Â¿o Ã© necessÃ¡rio que haja uma conduta, um dano e nexo de causalidade entre eles. SenÂ¿o vejamos: Â Â Â Â Â Â Â Â A conduta, pode ser positiva ou negativa (aÃ§Â¿o ou omissÂ¿o) e tem por nÃºcleo a voluntariedade, que advÃ©m da liberdade de escolha do agente, com discernimento necessÃ¡rio para ter consciÃªncia daquilo que faz. E nesse sentido, seria inadmissÃ-vel imputar ao agente a prÃ¡tica de um ato involuntÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Insta consignar, porÃ©m, que a voluntariedade da conduta humana nÂ¿o traduz necessariamente a intenÃ§Â¿o de causar o dano, mas a consciÃªncia daquilo que se faz, o conhecimento dos atos materiais que se estÃ¡ praticando. Â Â Â Â Â Â Â Â No que se refere ao dano ou prejuÃ-zo, este traduz uma lesÂ¿o a um interesse jurÃ-dico material ou moral. A ocorrÃªncia deste elemento Ã© requisito indispensÃ¡vel para a configuraÃ§Â¿o da responsabilidade, pois nÂ¿o hÃ¡ responsabilidade sem dano. Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido Ã© a liÃ§Â¿o de SÃ©rgio Cavalieri Filho, citado pelo doutrinador Pablo Stolze Gagliano, em sua obra "Novo Curso de Responsabilidade Civil": "O dano Ã©, sem dÃºvida, o grande vilÂ¿o da responsabilidade civil. NÂ¿o haveria que se falar em indenizaÃ§Â¿o, nem em ressarcimento, se nÂ¿o houvesse o dano. Pode haver responsabilidade sem culpa, mas nÂ¿o pode haver responsabilidade sem dano.(in" Novo Curso de Responsabilidade Civil ", SÂ¿o Paulo: Saraiva, 2005, p. 40). Â Â Â Â Â Â Â Â JÃ¡ o nexo de causalidade, representa o liame que une a conduta do agente ao dano, sendo que somente se responsabilizarÃ¡ alguÃ©m cujo comportamento positivo ou negativo tenha dado causa ao prejuÃ-zo, pois sem a relaÃ§Â¿o de causalidade nÂ¿o existe a obrigaÃ§Â¿o de indenizar. Â Â Â Â Â Â Â Â No caso concreto, o nexo de causalidade entre o acidente e a aÃ§Â¿o do motorista estÃ¡ fartamente demonstrado e comprovado, atravÃ©s de inÃºmeras provas colacionadas aos autos, das quais destaco os documentos de fl. 22 (Boletim de OcorrÃªncia feito pelo motorista que atropelou a autora), de fl. 19 (atestado mÃ©dico atestando que a autora estava internada e sem previsÂ¿o de alta) e de fl. 26 (Laudo de Exame de Corpo de Delito). Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalte-se que o presente processo nÂ¿o tem como objetivo a apuraÃ§Â¿o da culpa do motorista, pois a empresa requerida responde OBJETIVAMENTE na espÃ©cie. Â Â Â Â Â A responsabilidade objetiva Ã© a responsabilidade advinda da prÃ¡tica de um ilÃ-cito ou de uma violaÃ§Â¿o ao direito de outrem que, para ser provada e questionada em juÃ-zo, independe da aferiÃ§Â¿o de culpa, ou de gradaÃ§Â¿o de envolvimento, do agente causador do dano. Â Â Â Â Â A chamada responsabilidade objetiva foi consignada no parÃ¡grafo Ãºnico do artigo 927 do atual CÃ³digo Civil Brasileiro, que possui a seguinte redaÃ§Â¿o: "HaverÃ¡ obrigaÃ§Â¿o de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem. Â Â Â Â Â Neste norte, o CÃ³digo de Defesa do Consumidor, legislaÃ§Â¿o incidente sobre o caso concreto, dispÂ¿e que o fornecedor de produtos ou serviÃ§os possui responsabilidade objetiva (artigos 12 e 14), ou seja, deve responder por prejuÃ-zos causados a terceiros independentemente da existÃªncia de culpa. Assim, em caso de reparaÃ§Â¿o de dano, cabe ao consumidor demonstrar o defeito do produto ou serviÃ§o, o prejuÃ-zo sofrido e o nexo de causalidade entre eles. Â Â Â Â Â Â Â Â Quando se trata de Ã´nus da prova no processo judicial, o art. 373 do CPC dispÂ¿e que: Art. 373. Â O Ã´nus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito; II - ao rÃ©u, quanto Ã existÃªncia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, distribui-se o Ã´nus da prova conforme a posiÃ§Â¿o processual que a parte assume. Se ela estÃ¡ no polo ativo, compete-lhe provar o fato

constitutivo de seu pretenso direito. Se no polo passivo, cabe-lhe provar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito alegado pelo autor. Â Â Â Â Â Â Â Fato constitutivo Ã© aquele que tem o condÂ¿o de gerar o direito postulado pelo autor e que, se demonstrado, leva Ã procedÃªncia do pedido. Fato impeditivo, modificativo ou extintivo Ã© todo aquele que leva ao nÂ¿o reconhecimento do direito alegado pelo autor. Impeditivo, porque obsta um ou alguns dos efeitos que naturalmente ocorreriam da relaÃ§Â¿o jurÃ-dica. Modificativo, porque implica a alteraÃ§Â¿o (diminuiÃ§Â¿o ou mudanÃ§a de natureza) do direito que derivaria do fato constitutivo. Extintivo, porque fulminam no todo o direito invocado pelo autor, fazendo cessar a relaÃ§Â¿o jurÃ-dica original. Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo que dos autos pode se observar, a parte autora logrou Ãªxito em comprovar suas alegaÃ§Â¿es, tendo demonstrado os fatos constitutivos do seu direito. Entrementes, a parte requerida nÂ¿o provou qualquer existÃªncia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Â Â Â Â Â Â Â Â Observa-se assim que nÂ¿o Ã© nem necessÃ¡rio a inversÂ¿o do Ã´nus da prova no caso concreto, pois a parte requerida, nÂ¿o comprovou fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da parte autora, nÂ¿o havendo qualquer prova nos autos que indiquem que o acidente foi decorrente de culpa corrente da vÃ-tima, e nem muito menos de culpa exclusiva da vÃ-tima. Â Â Â Â Â Â Â Â Na verdade, hÃ¡ um desencontro de versÂ¿es da parte requerida, pois esta afirma em contestaÃ§Â¿o, fl. 79, que o motorista teria levado a vÃ-tima para atendimento no HOSPITAL METROPOLITANO, quando, na verdade, o prÃ³prio motorista no B.O. de fl. 22 menciona que apenas acionou a ambulÃ¢ncia atravÃ©s do nÃºmero 192. Â Â Â Â Â Â Â Â Ã importante realÃ§ar, mais uma vez, que a parte requerida nÂ¿o juntou qualquer documentaÃ§Â¿o referente Ã sua defesa, enquanto a parte autora provou de diferentes formas o direito que alega possuir. Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, PROCEDENTE O PLEITO DA PARTE REQUERENTE. Â Â Â Â Â Â Â Â Dessarte, verifica-se a ocorrÃªncia no caso concreto de ato ensejador de danos morais, pois: configurada a conduta, qual seja, a falha na prestaÃ§Â¿o do serviÃ§o de transporte, atravÃ©s de manobra perigosa feita pelo motorista do Ã´nibus, vindo a atropelar a autora; o dano, qual seja, as diversas lesÂ¿es sofridas pela parte autora, devidamente comprovado Ã s 19/26; e o nexo de causalidade, pois a aÃ§Â¿o do motorista que veio a ocasionar-lhe todo o transtorno explicitado nos autos. Â Â Â Â Â Caracteriza-se, assim, de maneira lÃ-mpida, a FLAGRANTE FALHA NA PRESTAÃÂ¿O DO SERVIÃO. Â Â Â Â Â Frise-se que tal orientaÃ§Â¿o estÃ¡ alinhada Ã jurisprudÃªncia pÃ¡tria: EMENTA: APELAÃÂ¿O CÃVEL - AÃÂ¿O DE INDENIZAÃÂ¿O - PASSAGEIRO DE ÃNIBUS CIRCULAR - QUEDA - ATROPELAMENTO - DANOS MORAIS CONFIGURADOS - AMPUTAÃÂ¿O DE MEMBRO - DANOS ESTÃTICOS - RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. 1) O concessionÃ¡rio de serviÃ§o pÃºblico de transporte urbano (circular) responde objetivamente quanto Ã s suas condutas comissivas, nos termos do art. 37, Â§ 6Âº, da ConstituiÃ§Â¿o Federal e art. 734 do CÃ³digo Civil. 2) Provado o nexo de causalidade entre o evento danoso e os danos morais, materiais e estÃ©ticos sofridos, em tese, cabe indenizaÃ§Â¿o. 3) A quantificaÃ§Â¿o do dano moral e estÃ©tico obedece ao critÃ©rio do arbitramento judicial, que, norteado pelos princÃ-pios da proporcionalidade e da razoabilidade, fixarÃ¡ o valor, levando-se em conta o carÃ¡ter compensatÃ³rio para a vÃ-tima e o punitivo para o ofensor, devendo o valor arbitrado observar os princÃ-pios da razoabilidade e se aproximar dos parÃ¢metros adotados pelo Tribunal e pelo Superior Tribunal de JustiÃ§a. 4) A indenizaÃ§Â¿o por danos materiais exige a demonstraÃ§Â¿o objetiva de sua ocorrÃªncia, com base em provas seguras e concretas, nÂ¿o bastando expectativa e ou dano hipotÃ©tico (art. 402 do CC). (TJ-MG - AC: 10024122816341001 MG, Relator: Marcos Lincoln, Data de Julgamento: 17/02/2016, Data de PublicaÃ§Â¿o: 24/02/2016). ACIDENTE DE TRÃNSITO - ATROPELAMENTO DE PASSAGEIRA LOGO DEPOIS DE DESCER DE ÃNIBUS URBANO - RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA EMPRESA DE TRANSPORTE - INEXISTÃNCIA DE PROVA DAS EXCLUDENTES DE ILICITUDE - CARACTERIZAÃÂ¿O DA RESPONSABILIDADE DA EMPRESA DE ÃNIBUS PELO ACIDENTE - INDENIZAÃÂ¿O DOS DANOS MATERIAIS COMPROVADOS E DO DANO MORAL PRESUMIDO PELO AGRAVAMENTO PERMANENTE DA DIFICULDADE MOTORA DA VÃTIMA - CRITÃRIOS PARA FIXAÃÂ¿O DO VALOR DO DANO MORAL - AÃÂ¿O PARCIALMENTE PROCEDENTE. Recurso provido em parte, para o fim de julgar a aÃ§Â¿o parcialmente procedente. (TJ-SP - APL: 228049020048260011 SP 0022804-90.2004.8.26.0011, Relator: Edgard Rosa, Data de Julgamento: 11/05/2011, 30Âª CÃ¢mara de Direito Privado, Data de PublicaÃ§Â¿o: 16/05/2011). Â Â Â Â Â Â Â No que tange aos danos materiais, verifica-se que os gastos mencionados na inicial estÂ¿o devidamente comprovados nos documentos de fls. 29/35, razÂ¿o pela qual Ã© devido o ressarcimento Ã parte autora, a tÃ-tulo de danos materiais, o valor de R$ 1.235,75 (hum mil duzentos e trinta e cinco reais e setenta e cinco centavos). Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã anÃ¡lise dos danos morais e estÃ©ticos. Â Â Â Â Â Â Â Â Para fixaÃ§Â¿o do quantum indenizatÃ³rio, Ã© indispensÃ¡vel a apreciaÃ§Â¿o da condiÃ§Â¿o econÃ´mica dos ofensores, o carÃ¡ter sancionatÃ³rio e a gravidade do dano na espÃ©cie. Â Â Â Â Â Â Â Â Repita-se que, no caso em comento, a conduta da parte requerida destoa dos parÃ¢metros mÃ-nimos de razoabilidade e ultrapassa os

limites do mero aborrecimento, gerando lesÂ¿o a direito da personalidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Sendo assim, a indenizaÃ§Â¿o / reparaÃ§Â¿o, de modo geral, alÃ©m de compensar a parte pelos transtornos e gravame suportados, leva em conta a repercussÂ¿o do dano e as circunstÃ¢ncias fÃ¡ticas do caso. Nos casos de dano moral, busca tambÃ©m sancionar o causador dos danos e reparar o sofrimento ou constrangimento causado. Â Â Â Â Â Â Â Â Filio-me Ã corrente que atribui ao dano moral um carÃ¡ter punitivo-pedagÃ³gico, condenando-o em dano moral a fim de desestimular o requerido a voltar a praticar condutas como a do presente processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Destarte, sopesando a situaÃ§Â¿o concreta, a situaÃ§Â¿o econÃ´mica das partes, a repercussÂ¿o do dano e as circunstÃ¢ncias fÃ¡ticas do evento gerador, fixo a indenizaÃ§Â¿o devida pelos danos morais em R$ 7.000,00 (sete mil reais), bem como a indenizaÃ§Â¿o devida por danos estÃ©ticos tambÃ©m no patamar de R$ 7.000,00 (sete mil reais), pois tais valores se apresentam suficientes e razoÃ¡veis para recompor o dano sofrido. DOS DANOS MATERIAIS: DOS LUCROS CESSANTES E DO TRATAMENTO EM DECORRÃNCIA DAS LESÂ¿ES Â Â Â Â Â Em virtude das lesÂ¿es sofridas, a parte autora conseguiu comprovar o seu direito em receber lucros cessantes, bem como tratamento adequado para restabelecimento da sua saÃºde, e, consequentemente, a ser ressarcida dos valores que despender, nÂ¿o sendo, porÃ©m, adequado ao juÃ-zo arbitrar danos materiais sem que exista a demonstraÃ§Â¿o da despesa realizada. Â Â Â Â Â Â Destarte, Ã© devido o direito do autor em ser ressarcido dos valores referentes ao tratamento adequado em virtude do acidente, conforme requerido na petiÃ§Â¿o. Â Â Â Â Â Ressalte-se que, alinhado a jurisprudÃªncia nacional, por se tratar de danos materiais, a QUANTIFICAÃÂ¿O do ressarcimento estarÃ¡ atrelada aos gastos que a parte autora comprovadamente realizar, desde que sejam compatÃ-veis com as obrigaÃ§Â¿es referentes ao tratamento das lesÂ¿es sofrida em razÂ¿o do acidente, respeitando-se o limite de razoabilidade e proporcionalidade. Neste sentido, repita-se: APELAÃÂ¿O CÃVEL. CONTRATO DE TRANSPORTE. AÃÂ¿O DE INDENIZAÃÂ¿O POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. QUEDA DE PESSOA IDOSA NO INTERIOR DE ÃNIBUS. AGRAVAMENTO DE LESÂ¿ES NA COLUNA CERVICAL EM VIRTUDE DA QUEDA NO ASSOALHO DO COLETIVO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO TRANSPORTADOR. EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE NÂ¿O COMPROVADA. Restando incontroverso o acidente, bem como as lesÂ¿es corporais, atestadas pelos documentos mÃ©dicos juntados aos autos, resta assente o nexo causal entre o fato e o resultado de dano. Outrossim, a responsabilidade da transportadora Ã© objetiva, nÂ¿o restando demonstrada qualquer excludente de responsabilidade. DANOS MATERIAIS. AS DESPESAS COMPROVADAMENTE RELACIONADAS COM O EVENTO DANOSO DEVEM SER REEMBOLSADAS Ã AUTORA, CORRIGIDAS PELO IGP-M DESDE CADA DESEMBOLSO E ACRESCIDAS DE JURO DE MORA A CONTAR DA CITAÃÂ¿O, POR SE TRATAR DE RESPONSABILIDADE CIVIL CONTRATUAL. DANOS MORAIS. OS DANOS MORAIS DECORREM DO SOFRIMENTO EXPERIMENTADO PELA AUTORA, OS QUAIS SÂ¿O PRESUMÃVEIS, E DEVEM SER INDENIZADOS PELO CAUSADOR DO ACIDENTE. INDENIZAÃÂ¿O ARBITRADA EM R$ 9.000,00, ATENTANDO-SE ÃS CIRCUNSTÃNCIAS DO CASO CONCRETO, EM ESPECIAL A AUSÃNCIA DE PROVA ACERCA DA GRAVIDADE DA LESÂ¿O, E AOS PRECEDENTES DESTA CÃMARA EM HIPÃTESES ASSEMELHADAS. DEMANDA PROCEDENTE. APELO PROVIDO. (TJ-RS - AC: 70036401297 RS, Relator: Ana LÚcia Carvalho Pinto Vieira Rebout, Data de Julgamento: 08/11/2012, DÃ©cima Segunda CÃ¢mara CÃ-vel, Data de PublicaÃ§Â¿o: 13/11/2012). Â Â Â Â Â Em relaÃ§Â¿o aos lucros cessantes, em razÂ¿o dos comprovantes anexados, fls. 36/59, depreende-se que a autora recebia R$ 100,00 (cem reais) por semana em seu serviÃ§o, motivo pelo qual condeno a parte requerida a pagar-lhe a quantia mensal de R$ 400,00 (quatrocentos reais) pelo tempo em que a autora ficou impossibilitada de trabalhar, da seguinte maneira: 1) A priori, jÃ¡ estando devidamente comprovado, fl. 60, a incapacitaÃ§Â¿o para o trabalho desde o dia do sinistro atÃ© o dia 29/10/2007; 2) Em perÃ-odo subsequente, somente mediante comprovaÃ§Â¿o de documento mÃ©dico que tenha, Ã Ã©poca, atestado a aptidÂ¿o da autora ao retorno das atividades laborativas, desde que existente o nexo de causalidade entre o perÃ-odo da impossibilidade de trabalhar e o acidente descrito nos autos, respeitando-se o limite de razoabilidade e proporcionalidade. DO REQUERIMENTO REFERENTE AO DPVAT Â Â Â Â Â Â A parte autora requereu na inicial que fosse imposto Ã parte demandada a adoÃ§Â¿o de todas as providÃªncias no sentido de liberar em seu favor o valor do seguro DPVAT do Ã´nibus causador do atropelamento. Â Â Â Â Â Â Ocorre que, a matÃ©ria Ã© regida pela Lei nÂº 6.194, nÂ¿o havendo necessidade, para receber a indenizaÃ§Â¿o, sequer da nomeaÃ§Â¿o de procurador, posto que o DPVAT pode ser inclusive solicitado pela prÃ³pria vÃ-tima do acidente ou por seus beneficiÃ¡rios. Â Â Â Â Â O procedimento para receber a indenizaÃ§Â¿o do Seguro ObrigatÃ³rio DPVAT Ã© simples e dispensa a ajuda de intermediÃ¡rios. O interessado deve, inclusive, ter cuidado ao aceitar a ajuda de terceiros, pois sÂ¿o muitos os casos de fraudes e de pagamentos de honorÃ¡rios desnecessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Desta forma, trata-se de pedido completamente incabÃ-vel, nÂ¿o tendo a parte requerida qualquer ingerÃªncia quanto a tomada de

providÃªncias para que a vÃ-tima pleiteie o referido seguro. DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Posto isto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos e, por consequÃªncia, extingo o processo com resoluÃ§Â¿o do mÃ©rito, na forma do art. art. 487, I, do CÃ³digo de Processo Civil/2015, para: Â Â Â Â Â Â Â Â CONDENAR a requerida ao pagamento do valor de R$ 1.235,75 (hum mil duzentos e trinta e cinco reais e setenta e cinco centavos) Ã parte autora, a tÃ-tulo de danos materiais, nos termos da fundamentaÃ§Â¿o, com correÃ§Â¿o monetÃ¡ria da data do desembolso ou efetivo prejuÃ-zo (SÃºmula 43/STJ), e juros de mora de 1% ao mÃªs, a partir do evento danoso (SÃºmula 54/STJ). Â Â Â Â Â Â Â Â CONDENAR a requerida ao pagamento de R$ 7.000,00 (sete mil reais) a tÃ-tulo de danos morais, com juros de 1% ao mÃªs, contabilizados a partir da citaÃ§Â¿o, e correÃ§Â¿o monetÃ¡ria, com adoÃ§Â¿o do INPC, a partir do arbitramento do valor estipulado nesta sentenÃ§a atÃ© seu efetivo pagamento (SÃºmula 362 do STJ). Â Â Â Â Â Â Â Â CONDENAR a requerida ao pagamento de R$ 7.000,00 (sete mil reais) a tÃ-tulo de danos estÃ©ticos, com juros de 1% ao mÃªs, contabilizados a partir da citaÃ§Â¿o, e correÃ§Â¿o monetÃ¡ria, com adoÃ§Â¿o do INPC, a partir do arbitramento do valor estipulado nesta sentenÃ§a atÃ© seu efetivo pagamento (SÃºmula 362 do STJ). Â Â Â Â Â Â Â Â CONDENAR a parte requerida ao ressarcimento de danos materiais, desde que estes sejam comprovados e compatÃ-veis com o tratamento decorrente das lesÂ¿es sofridas no acidente, e dentro do limite de razoabilidade e proporcionalidade, nos termos da fundamentaÃ§Â¿o, com correÃ§Â¿o monetÃ¡ria desde o desembolso (SÃºmula n. 43 do STJ) e juros de mora de 1% ao mÃªs a contar da citaÃ§Â¿o (Art. 405 do CÃ³digo Civil). Â Â Â Â Â Â Â Â CONDENAR a parte requerida ao ressarcimento de danos materiais, a tÃ-tulo de lucros cessantes, no valor de mensal de R$ 400,00 (quatrocentos reais), a priori, desde o dia do acidente atÃ© o dia 29/10/2007, nos termos da fundamentaÃ§Â¿o, e em perÃ-odo subsequente, a ser apurado em liquidaÃ§Â¿o, somente mediante comprovaÃ§Â¿o de documento mÃ©dico que tenha, Ã Ã©poca, atestado a aptidÂ¿o da autora ao retorno das atividades laborativas, desde que existente o nexo de causalidade entre o perÃ-odo da impossibilidade de trabalhar e o acidente descrito nos autos, e dentro do limite de razoabilidade e proporcionalidade, nos termos da fundamentaÃ§Â¿o, corrigindo a cada vencimento, mensalmente, pelo INPC, atÃ© o efetivo pagamento, e acrescido de juros de mora de 1% ao mÃªs desde a data da citaÃ§Â¿o. Â Â Â Â Â Â Â Â Em razÂ¿o da sucumbÃªncia recÃ-proca e por forÃ§a do disposto nos artigos 82, Â§ 2Âº, 85, Â§ 14, e 86, todos do CÃ³digo de Processo Civil/2015, CONDENAR cada uma das partes ao pagamento de 50% (cinquenta por cento) das custas e despesas processuais, bem como ao pagamento dos honorÃ¡rios advocatÃ-cios da parte contrÃ¡ria, ora fixados em 10% sobre o valor da condenaÃ§Â¿o, suspendendo-se, contudo, a exigibilidade para a parte REQUERENTE face a assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita deferida na decisÂ¿o de fls. 65, enquanto perdurar a condiÃ§Â¿o de hipossuficiÃªncia, observado o disposto no art.98, Â§3Âº, do CPC/2015. Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do artigo 46, caput, da Lei estadual n. 8.328, de 29/12/2015, fica advertida a parte responsÃ¡vel de que, na hipÃ³tese de, havendo custas, nÂ¿o efetuar o pagamento delas no prazo legal, o respectivo crÃ©dito, alÃ©m de encaminhado para inscriÃ§Â¿o em DÃ-vida Ativa, sofrerÃ¡ atualizaÃ§Â¿o monetÃ¡ria e incidÃªncia de outros encargos legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuraÃ§Â¿o, substituindo-os por cÃ³pias que poderÂ¿o ser declaradas autÃªnticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartÃ³rio certificar o ato de desentranhamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, havendo custas pendentes, intime-se o responsÃ¡vel para o recolhimento, sob pena de inscriÃ§Â¿o na dÃ-vida ativa. Inerte, inscreva-se. Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, cumpridas as cautelas legais, arquivar os presentes autos e dar baixa na distribuiÃ§Â¿o. Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C.Â BelÃ©m/PA, 02/08/2021. Roberto AndrÃ©s Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00345180520128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS HACHEM CHAVES JUNIOR A??o: Cumprimento de sentença em: 11/11/2021 AUTOR:WILLIAN PEREIRA PRATA Representante(s): OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) OAB 18004 - HAROLDO SOARES DA COSTA (ADVOGADO) REU:BANCO DO BRASIL SA REU:CREFISA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO. ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Âº, Â§2Âº, XI do Provimento nÂº 006/2006 da CJRMB, de 05/10/2006 (alterado pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, de 05/12/2014), que regula, no Ã¢mbito das Secretarias judiciais das Comarcas da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, os atos de administraÃ§Ã£o e mero expediente, e, ainda, considerando o disposto na Lei estadual nÂº 8.328/2015 (na Tabela de Taxas JudiciÃ¡rias, Custas Judiciais e Despesas Processuais) e na Portaria nÂº 5917/2017-GP (que dispÃµe sobre a atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria do valor das taxas e custas judiciais no Ã¢mbito do Poder JudiciÃ¡rio), intimo o autor, atravÃ©s de seus advogados, para que providencie o pagamento das custas finais junto Ã UNAJ, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena do crÃ©dito delas decorrente ser encaminhado para inscriÃ§Ã£o em DÃ-vida Ativa. BelÃ©m, 11/11/2021. Carlos Hachem Chaves JÃºnior Analista JudiciÃ¡rio PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00410271520138140301 PROCESSO

ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Cumprimento de sentença em: 11/11/2021 REQUERENTE:OLIVALDO GOMES DOS REIS Representante(s): OAB 7568 - EDILENE SANDRA DE SOUSA LUZ SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDENCIA SOCIAL. Ã-ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§2Âº, II do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, intimo o FAZENDA PÃBLICA DA UNIÃO, atravÃ©s de seu procurador, para se manifestar sobre a petiÃ§Ã£o de fls. 77. BelÃ©m, 11 de novembro de 2021. Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00881353520168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 AUTOR:DOMINGAS BENEDITA CARNEIRO COSTA Representante(s): OAB 16765-B - JOHNY FERNANDES GIFFONI (DEFENSOR) REU:HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA Representante(s): OAB 16470 - IGOR MACEDO FACO (ADVOGADO) OAB 18663 - ISAAC COSTA LAZARO FILHO (ADVOGADO) . Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§3Âº do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, intimo a parte apelada para apresentar suas contrarrazÃµes no prazo de 15 (quinze) dias. BelÃ©m, 11 de novembro de 2021 Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00092138320118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DIANE DA COSTA FERREIRA A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/11/2021 AUTOR:ARMANDO SERRÃO DE ANDRADE JUNIOR Representante(s): OAB 8419 - FRANCISCO LINDOLFO COELHO DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 7369 - ROSANA TRINDADE TOCANTINS SILVA (ADVOGADO) OAB 17216 - JOSEMAR SALGADO TAVARES (ADVOGADO) REU:BANCO PANAMERICANO Representante(s): OAB 24871-A - ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Nos termos do Provimento 006/2006-CJRMB, inciso VI, considerando que nÃ£o constou, na publicaÃ§Ã£o da SentenÃ§a de fls. 90/91 (documento nÂº 20210040380139), o nome da Advogada da parte Requerida, habilitada Ã s fls. 82/87, transcrevo, abaixo, os termos da referida DecisÃ£o, para fins de publicaÃ§Ã£o no DJE e intimaÃ§Ã£o das partes, por meio de seus advogados. BelÃ©m-PA, 12 de novembro de 2021. Diane da Costa Ferreira Servidora da 1Âª UPJ das Varas CÃ-veis e Empresariais de BelÃ©m PUBLICADO EM ____/____/____ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RELATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â O processo seguiu seu trÃ¢mite normal atÃ© que, por negligÃªncia das partes, estagnou. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determinou-se a intimaÃ§Â¿o pessoal do requerente para manifestar interesse no prosseguimento do feito, tendo permanecido inerte, conforme certidÂ¿o de fl. 85. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Observe-se que a parte autora nÂ¿o promoveu as diligÃªncias necessÃ¡rias para prosseguimento da aÃ§Â¿o e hÃ¡ mais de 01 (um) ano que nÂ¿o se tem notÃ-cia nos autos de requerimento visando o seu prosseguimento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â FUNDAMENTAÃÂ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como se observa dos autos, Ã© patente a negligÃªncia das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante disso, em que pese os termos da lei, nÂ¿o vejo necessÃ¡ria, in casu, a intimaÃ§Â¿o das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliÃ¡s, em face da intenÃ§Â¿o implÃ-cita no sentido da extinÃ§Â¿o do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Exigir, num caso como este, a intimaÃ§Â¿o da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretaÃ§Â¿o da lei desprovida de teleologia e finalidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sabido Ã© que a lei oferta multifÃ¡rias intelecÃ§Â¿es possÃ-veis, inexistindo uma Ãºnica justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerÃ¡vel, aceitÃ¡vel, lÃ³gica. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A interpretaÃ§Â¿o teleolÃ³gica Ã©, neste caso, a Ãºnica tolerÃ¡vel, aceitÃ¡vel, lÃ³gica, Ã© a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, Â§ 1Âº), Â¿quando o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) diasÂ¿, quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mÃªs; por mais de 2 meses, ou, atÃ©, por mais de 60 dias (que Ã©, em meses, mais de um, isto Ã©, um mÃªs ou mais). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao dizer a lei Â¿mais de 30Â¿, implicitamente pÂ¿e o limite de 60. Do contrÃ¡rio, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em atÃ© 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A lei nÂ¿o quer a intimaÃ§Â¿o do autor, cuja displicÃªncia Ã© tal que abandona a causa por meses ou anos, como Ã© o caso de autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O deslinde da causa Ã© exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razÂ¿o, esses nÂ¿o colaboram para impulsionar o feito, refoge a este JuÃ-zo prosseguir atÃ© a decisÂ¿o meritÃ³ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso, frise-se que nÂ¿o hÃ¡ questÂ¿o pendente a ser decidida pelo JuÃ-zo. A situaÃ§Â¿o depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o JuÃ-zo ou promovesse os atos e diligÃªncias necessÃ¡rias ao andamento do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Muito embora a

lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinÃ§Â¿o, diante do perfil atual do Processo Civil isso nÂ¿o Ã© mais obrigatÃ³rio e sim facultativo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Atualmente, ao Juiz Ã© atribuÃ-da a tarefa de impulsionar o processo e nÂ¿o assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a nÂ¿o influenciar na direÃ§Â¿o do processo. NÂ¿o cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofÃ-cio as razÂ¿es que as levaram a abandonar a causa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante a negligÃªncia da parte, nÂ¿o hÃ¡ outro caminho senÂ¿o a extinÃ§Â¿o do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, de ofÃ-cio, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resoluÃ§Â¿o do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Custas na forma da lei. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo legal e certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m do ParÃ¡, 08/03/2021. Roberto AndrÃ©s Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00187434720128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Procedimento Sumário em: 12/11/2021 AUTOR:LIDER COMERCIO E INDUSTRIA LTDA Representante(s): OAB 9296 - ISIS KRISHINA REZENDE SADECK (ADVOGADO) OAB 16307 - ABEL PEREIRA KAHWAGE (ADVOGADO) OAB 22540 - PAULA AMANDA RIBEIRO TEIXEIRA VASCONCELOS (ADVOGADO) REU:NANCI FELIX TAVARES. Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§2Âº, XI, do Provimento 006/2006-CGJ, intimo o autor, por meio de seus patronos, para pagar as custas processuais pendentes para renovaÃ§Ã£o da diligÃªncia citatÃ³ria requerida. BelÃ©m, 12 de novembro de 2021. Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00278010620088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810831815 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DIANE DA COSTA FERREIRA A??o: Cumprimento de sentença em: 12/11/2021 REU:MARIA CRISTINA SOUZA CONTE AUTOR:FIDC NP PCG BRASIL MULTICARTEIRA Representante(s): OAB 89.774 - ACACIO FERNANDES ROBOREDO (ADVOGADO) OAB 20399 - MICHELLE DE OLIVEIRA FERREIRA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento Ã Ordem de ServiÃ§o nº 008/2021, da lavra da MM. Dra. Rosana LÃºcia de Canelas Bastos, JuÃ-za Coordenadora da 1Âª UPJ CÃVEL E EMPRESARIAL DE BELÃM, fica intimada a parte Requerente, FIDC NP PCG BRASIL MULTICARTEIRA, por meio de seu(s) patrono(s), a efetuar o pagamento das custas finais pendente nos autos, conforme RelatÃ³rio de fls. 70/71 (Boleto na contracapa dos autos), no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscriÃ§Ã£o em DÃ-vida Ativa. BelÃ©m-PA, 12 de novembro de 2021. Diane da Costa Ferreira, Servidora da 1Âª UPJ das Vara CÃ-veis e Empresariais de BelÃ©m PUBLICADO EM ____/____/____

RESENHA: 08/11/2021 A 12/11/2021 - SECRETARIA 1ª UPJ VARAS CIVEL,EMPRES,ORFÃO,INTERDITO, AUSENTE,RESIDUO,ACID DO TRABALHO,REG PUBLICO - VARA: 5ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00052465820158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUIGGI MAGRINELLI A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 AUTOR:VERA LUCIA FONSECA DE JESUS Representante(s): OAB 3023 - MARIA DO SOCORRO PINTO DE ANDRADE (ADVOGADO) REU:CIDIA LAMARAO Representante(s): OAB 11081 - ROGERIO ARTHUR FRIZA CHAVES (ADVOGADO) OAB 15556 - CARLOS AUGUSTO BAHIA DE REZENDE JUNIOR (ADVOGADO) OAB 13542 - DIOGO SEIXAS CONDURU (ADVOGADO) . Ã© Â Â Â Â Â Â ATO ORDINATÃRIO Considerando o grande lapso temporal em que se encontra o presente processo em carga, procedo Ã intimaÃ§Ã£o da Dra. Maria do Socorro Pinto de Andrade, OAB nÂ° 3023, para que restitua, no prazo de 03 (trÃªs) dias, os autos do processo nÂ° 0005246-58.2015.814.0301, sob pena de comunicaÃ§Ã£o ao Douto JuÃ-zo para providÃªncias. BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. Luiggi Magrinelli Servidor da 1Âª UPJ das Varas CÃ-veis e Empresariais de BelÃ©m PROCESSO: 02303191420168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Cumprimento de sentença em: 08/11/2021 REQUERENTE:ARF SOCIEDADE DE FOMENTO MERCANTIL LTDA Representante(s): OAB 27845 - GEORGE IURE DA SILVA FRANCA (ADVOGADO) OAB 16785 - STEFFANY SOUSA PEREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:BRASVIDA CORRETORA DE SEGUROS DE VIDA LTDA Representante(s): OAB 7683 - NILSON PAIXAO GOMES (ADVOGADO) . Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§2Âº, XI, do Provimento 006/2006-CGJ, com nova redaÃ§Ã£o dada pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, intimo o autor, por meio de seus patronos, para pagar as custas processuais para a nova tentativa de citaÃ§Ã£o. BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00012204220098140301 PROCESSO ANTIGO: 20091002803 1 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 REQUERIDO:CRISTAIS HERING LTDA REQUERIDO:REBOLIXAS DISTRIBUIDORA INDUSTRIAL LTDA Representante(s): OAB 43.592 - MANOELE KRAHN (ADVOGADO) OAB 31373 - SAMANTA PINEDA (ADVOGADO) REQUERENTE:SOCIC SOCIEDADE COMERCIAL IRMAS CLAUDINO Representante(s): TEREZA MARIA SEDA LEAO (ADVOGADO) OAB 222556 - JOSENICE VIEIRA REIS (ADVOGADO) OAB 22926 - ROMERO DOS SANTOS ABRAHAO (ADVOGADO) . Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§2Âº, I do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, com nova redaÃ§Ã£o dada pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, intimo a parte autora atravÃ©s de seu advogado para efetuar o recolhimento das custas consoante boleto acostado pela UNAJ. BelÃ©m, 09 de novembro de 2021 Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00070010320138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDNA MORAIS MAGNO DE MATOS A??o: Busca e Apreensão Infância e Juventude em: 09/11/2021 REQUERENTE:BANCO RODOBENS SA Representante(s): OAB 217967 - GILSON SANTONI FILHO (ADVOGADO) OAB 236655 - JEFERSON ALEX SALVIATO (ADVOGADO) REQUERIDO:SERGIO ROCHA DA SILVA Representante(s): OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) . Ã ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao disposto no art. 1Âº, Â§ 2Âº, inciso II, do Provimento 006/2006-CJRMB, fica intimada(s) a(s) parte(s), por meio de seus patronos, a apresentar manifestaÃ§Ã£o aos Embargos de DeclaraÃ§Ã£o dos autos, no prazo de 05 (cinco) dias. BelÃ©m-PA, 22 de julho de 2021. Edna Campos Morais, Servidora da 1Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00167335920148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Procedimento Comum Cível em: 10/11/2021 REQUERENTE:MARCELINO FROTA VIEIRA Representante(s): OAB 16993 - OCEANIRA FARIAS DE MIRANDA (ADVOGADO) REQUERIDO:AUBERY DAMASCENO CARDOSO Representante(s): OAB 9380 - DENILSON REIS DE OEIRAS (ADVOGADO) OAB 30254 - EVERTON GUSTAVO ARAUJO FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:DIVANEIDE LOPES DE SEIXAS Representante(s): OAB 9380 - DENILSON REIS DE OEIRAS (ADVOGADO) OAB 30254 - EVERTON GUSTAVO ARAUJO FERREIRA (ADVOGADO) . Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§3Âº do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, intimo as partes apeladas

para apresentar suas contrarrazÃµes no prazo de 15 (quinze) dias. BelÃ©m, 10 de novembro de 2021 Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00009436920098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910021100 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DIANE DA COSTA FERREIRA A??o: Despejo por Falta de Pagamento em: 12/11/2021 AUTOR:ARTHUR MELLO Representante(s): OAB 10725 - UGO VASCONCELLOS FREIRE (ADVOGADO) OAB 14815 - BERNARDO DE SOUZA MENDES (ADVOGADO) OAB 10725 - UGO VASCONCELLOS FREIRE (ADVOGADO) OAB 14815 - BERNARDO DE SOUZA MENDES (ADVOGADO) REU:RONALDO TORRES. ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento Ã Ordem de ServiÃ§o nÂº 008/2021, da lavra da MM. Dra. Rosana LÃºcia de Canelas Bastos, JuÃ-za Coordenadora da 1Âª UPJ CÃVEL E EMPRESARIAL DE BELÃM, fica intimada a parte Requerente, ARTHUR MELLO, por meio de seu(s) patrono(s), a efetuar o pagamento das custas finais pendente nos autos, conforme RelatÃ³rio de fls. 56/57 (Boleto na contracapa dos autos), no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscriÃ§Ã£o em DÃ-vida Ativa. BelÃ©m-PA, 12 de novembro de 2021. Diane da Costa Ferreira, Servidora da 1Âª UPJ das Vara CÃ-veis e Empresariais de BelÃ©m PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00178589620138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VÂNIA CRISTINA TRAVASSOS LOPES BORCEM A??o: Procedimento Sumário em: 12/11/2021 REQUERENTE:TRANSPORTES MAGALHAES LTDA. Representante(s): OAB 9138 - ANDREY MONTENEGRO DE SA (ADVOGADO) REQUERIDO:GVC TRANSPORTES LTDA Representante(s): OAB 17786-B - RODRIGO ALCEMIR RUTHES (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao disposto no inciso XI, Â§ 2Âº, do Art. 1Âº do Provimento nÂº 006/2006, da C.R.M.B, intime-se a parte AUTORA para efetuar o pagamento de custas intermediÃ¡rias de distribuiÃ§Ã£o de CARTA PRECATÃRIA para comarca de Castanhal/PA, nos termos da Lei Estadual 8328/2015, art. 28, Â§ 1Âº - vide transcriÃ§Ã£o da lei abaixo. BelÃ©m, 12/11/2021. VANIA BORCEM, Analista JudiciÃ¡rio da Secretaria da 1Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial BelÃ©m. Lei Estadual 8328/2015 - Art. 28. As cartas precatÃ³rias serÃ£o distribuÃ-das mediante o pagamento das custas processuais, sendo cumpridas apenas apÃ³s o respectivo recolhimento, no prazo mÃ¡ximo de quinze dias, ressalvados os casos de assistÃªncia judiciÃ¡ria e isenÃ§ÃµÃµes legais. Â§ 1Âº Quando ambos os juÃ-zos deprecante e deprecado pertencerem Ã jurisdiÃ§Ã£o do TJPA, a carta precatÃ³ria somente serÃ¡ expedida apÃ³s o interessado comprovar o recolhimento tanto das custas processuais referentes Ã expediÃ§Ã£o da carta precatÃ³ria no juÃ-zo deprecante, quanto as referentes Ã distribuiÃ§Ã£o da mesma no juÃ-zo deprecado. RESENHA: 12/11/2021 PUBLICAÃÃO NO DJE: _____/_____/_____ PROCESSO: 00243054720098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910525392 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DIANE DA COSTA FERREIRA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 12/11/2021 EXEQUENTE:ENIL - ENGENHARIA, IMPERMEABILIZACAO E REPRESENTACAO LTDA Representante(s): OAB 18383 - OFIR NOBRE DA SILVA NETTO (ADVOGADO) EXECUTADO:BMT ENGENHARIA LTDA. ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao disposto no art. 1Âº, Â§ 2Âº, inciso XI, do Provimento 006/2006-CJRMB, fica intimada a parte Exequente, ENIL - ENGENHARIA, IMPERMEABILIZACAO E REPRESENTACAO LTDA, por meio de seus advogados, a efetuar o pagamento das custas finais pendentes nos autos conforme RelatÃ³rio de fls. 49/50 (Boleto na contracapa dos autos), no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscriÃ§Ã£o em DÃ-vida Ativa, nos termos da SentenÃ§a de fls. 45 dos autos. BelÃ©m-PA, 12 de novembro de 2021. Diane da Costa Ferreira, Servidora da 1Âª UPJ das Vara CÃ-veis e Empresariais de BelÃ©m PUBLICADO EM ____/____/____

**SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL**

RESENHA: 11/11/2021 A 11/11/2021 - SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM - VARA: 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00010069420138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Protesto em: 11/11/2021 REQUERENTE:CLINICA INFANTIL DO PARA Representante(s): OAB 9175 - HELIANA MARIA GUIMARAES ROCHA (ADVOGADO) OAB 9504 - CAMILLA RUBIN MATOS (ADVOGADO) OAB 8551 - PAULO ANDRE RIBEIRO NOGUEIRA (ADVOGADO) OAB 18112 - CAROLINE LAURA DA COSTA FERREIRA MATOS (ADVOGADO) OAB 20262 - HANNAH CAROLINA ANIJAR (ADVOGADO) OAB 23221 - MANUEL ALBINO RIBEIRO DE AZEVEDO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 18938 - EUGEN BARBOSA ERICHSEN (ADVOGADO) OAB 19044 - JOAO PAULO DE KOS MIRANDA SIQUEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:SAUMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. Processo nÂº: Â 0001006-94.2013.8.14.0301 Autor: Â CLINICA INFANTIL DO PARA RÃ©u: Â Â SAUMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA DESPACHO Â Â Â Â Â Concedo para as partes o prazo de 15 (quinze) dias para especificarem as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade destas para o resultado Ãºtil do processo. Â Â Â Â Â Â Caso as partes nÃ£o possuam provas a serem produzidas ou na hipÃ³tese de indeferimento destas com fundamento no art. 370, parÃ¡grafo Ãºnico, CPC, serÃ¡ realizado o julgamento antecipado do mÃ©rito, nos termos do art. 355, inciso I, do CPC. Â Â Â Â Â Â Acerca das custas finais, antes da conclusÃ£o dos autos para sentenÃ§a, dispÃµe o Regimento de Custas e outras despesas processuais no Ã¢mbito do Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡ (Lei nÂº. 8.328/2015): Â¿Art. 26. O Diretor de Secretaria, antes da conclusÃ£o dos autos para sentenÃ§a, ou o SecretÃ¡rio de CÃ¢mara, antes da publicaÃ§Ã£o da pauta de julgamento, sob pena de responsabilidade, ressalvadas as hipÃ³teses de assistÃªncia judiciÃ¡ria e isenÃ§Ãµes legais, deverÃ¡ tramitar o processo Ã unidade de arrecadaÃ§Ã£o competente para que esta elabore a conta de custas finais ou certifique a regularidade do recolhimento das custas processuais relativas aos atos atÃ© entÃ£o praticados. (...) Â§ 3Âº. Na hipÃ³tese de pendÃªncia de pagamento das custas processuais, apÃ³s a realizaÃ§Ã£o da conta de custas finais, o Diretor de Secretaria ou o SecretÃ¡rio de CÃ¢mara do TJPA providenciarÃ¡ a intimaÃ§Ã£o do autor para pagamento do respectivo boleto. (...) Art. 27. No momento da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a ou do acÃ³rdÃ£o as custas processuais devem estar devidamente quitadas, sob pena de responsabilidade do(s) magistrado(s), salvo os casos de assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita ou isenÃ§Ãµes legais.Â¿. Â Â Â Â Â Â Assim, apÃ³s manifestaÃ§Ã£o das partes, remetam-se os autos Ã UNAJ para que esta elabore a conta de custas finais ou certifique a regularidade do recolhimento das custas processuais relativas aos atos atÃ© entÃ£o praticados, nos termos do art. 26 da Lei Estadual nÂº. 8.328/2015. Â Â Â Â Â Â Na hipÃ³tese de custas finais em aberto, intime-se a parte autora, por ato ordinatÃ³rio, a fim de que efetue o pagamento das respectivas custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias. Â Â Â Â Â Â Cumpridas todas as diligÃªncias, com vistas a garantir a celeridade processual, digitalize-se os presentes autos, migrando-os ao PJE, caso haja possibilidade. Â Â Â Â Â Â Independentemente da determinaÃ§Ã£o do item anterior, faculto as partes, caso exista interesse, nos termos da Portaria nÂº 1833/2020-GP/TJPA, de 3 de setembro de 2020, a possibilidade de anteciparem a virtualizaÃ§Ã£o do processo, conforme dispÃµe a norma mencionada: Â¿Art. 19. As partes, os procuradores ou os advogados que pretenderem antecipar a virtualizaÃ§Ã£o de processo ao sistema PJe poderÃ£o requerÃª-lo ao juiz da causa, fornecendo cÃ³pia digitalizada integral e sequencial de todas as folhas dos autos fÃ-sicos e dos feitos em apenso, quando presentes, em arquivo digital Ãºnico, em formato PDF, legÃ-vel e nomeado com o nÃºmero Ãºnico do processo (NUP), armazenado em mÃ-dia digitalÂ¿. Â Â Â Â Â Â Desse modo, mediante a apresentaÃ§Ã£o de cÃ³pia digitalizada integral e sequencial de todas as folhas dos autos fÃ-sicos e apensos, em arquivo digital Ãºnico, formato PDF, legÃ-vel e nomeado com o nÃºmero Ãºnico do processo, o que deve ser certificado pela secretaria, a formalizaÃ§Ã£o da digitalizaÃ§Ã£o dos autos resta plenamente possÃ-vel. Â Â Â Â Â Â Uma vez apresentada a digitalizaÃ§Ã£o, em mÃ-dia digital e entregue a Secretaria do JuÃ-zo, deve, a parte contrÃ¡ria, por ato ordinatÃ³rio, ser intimada para manifestar-se, em 05 (cinco) dias. Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo sem manifestaÃ§Ã£o nos autos e, com a certificaÃ§Ã£o de regularidade, emitida pela Secretaria do JuÃ-zo, nos termos da Portaria nÂº 1833/2020-GP/TJPA, de 3 de setembro de 2020, os autos passarÃ£o a tramitar pelo Sistema PJE. Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 10 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00020587820078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710065548 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o:

Monitória em: 11/11/2021 AUTOR:BANCO DO ESTADO DO PARA SA Representante(s): ALESSANDRA MARIA PEREIRA CRUZ (ADVOGADO) REU:MARCELO ALVES DA SILVEIRA. R. H. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, bem como considerando que atualmente o gabinete deste juÃ-zo estÃ¡ analisando os processos conclusos em janeiro de 2021, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. ApÃ³s a digitalizaÃ§Ã£o dos autos, voltem os autos conclusos para que este juÃ-zo possa analisar as questÃµes processuais pendentes, sem prejuÃ-zo da conclusÃ£o do feito procedida em 17/09/2021. Junte-se eventuais petiÃ§Ãµes pendentes.Â Â BelÃ©m, 10 de novembro de 2021. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00020940220158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Usucapião em: 11/11/2021 AUTOR:NARA NEY PUREZA DA COSTA Representante(s): OAB 3555 - DORIVALDO DE ALMEIDA BELEM (ADVOGADO) OAB 14035 - JOSE FELIPE DE PAULA BASTOS JUNIOR (ADVOGADO) REU:NARAGUACI PUREZA DA COSTA Representante(s): OAB 16093 - JOAO GABRIEL CASEMIRO AGUILA (ADVOGADO) OAB 15585 - DANILO LANOA COSENZA (ADVOGADO) REU:NAZARENO DE JESUS PUREZA DA COSTA Representante(s): OAB 22478 - ALINE CRISTINA LOBO DE SOUSA (ADVOGADO) ENVOLVIDO:SOFIA PUREZA DA COSTA Representante(s): OAB 6263 - MILTON JOSE DE ANDRADE LOBO (ADVOGADO) . Processo nÂº 00020940220158140301 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requerente: Naraney Pureza da Costa. Requerida: Naraguaci Pureza da Costa e Nazareno de Jesus Pureza da Costa. DespachoÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de UsucapiÃ£o Especial Urbana, proposta por Naraney Pureza da Costa em face de Naraguaci Pureza da Costa e Nazareno de Jesus Pureza da Costa, comÂ finalidade de ver declarada a propriedade do imÃ³vel localizado na Avenida Almirante barroso, nÂº 4923, conjunto residencial Rio Negro, apartamento nÂº 103, Bloco A, bairro Souza, BelÃ©m-PA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Autora alega que o imÃ³vel, objeto da lide, pertencia a sua tia Raimunda, que o cedeu para a Requerente e demais familiares residirem atÃ© completar seus estudos. Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que ao completarem seus estudos, os familiares retiraram-se do bem, restando apenas a parte autora, como residÃªncia de 07 (sete) anos no imÃ³vel. Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalta que atravÃ©s de uma manobra mal intencionada, os sobrinhos Naraguaci Pureza da Costa e Nazareno de Jesus Pureza da Costa (RÃ©us), passaram o imÃ³vel para seus nomes. Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse contexto, por continuar na posse do bem, por mais de 05 (cinco) anos, requereu a declaraÃ§Ã£o de propriedade pelo uso continuo da posse. Â Â Â Â Â Â Â Â Foi juntado aos autos o pedido de ingresso da terceira interessada Sofia Pureza (fls. 65 e ss.), mÃ£e da autora; certidÃ£o do 1Âº Oficio de imÃ³veis, afirmando nÃ£o existir registro o bem na serventia; defesa da RÃ© Naraguaci Pureza da Costa (fls. 152 e ss.); rÃ©plica da autora (fls. 253 e ss.); manifestaÃ§Ã£o das fazendas Municipal, Estadual e UniÃ£o, atestando desinteresse jurÃ-dico no feito (fls. 105, 150 e 250); renÃºncia do advogado da Requerente (fls. 251). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o que se tem a relatar. Passa-se a decisÃ£o: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1-Â Intime-se pessoalmente a autora para ciÃªncia da renÃºncia de poderes do Advogado Dorival de Almeida BelÃ©m (fls. 251) e a imediata nomeaÃ§Ã£o de novo procurador nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2- Conforme documento de fls. 12/13, cite-se a proprietÃ¡ria do imÃ³vel Raimunda da Costa Gomes (End: Av. Serzedelo Correa, Alameda Julieta, nÂº 14, NazarÃ©) para que no prazo de 15 (quinze) dias apresente defesa nos autos da aÃ§Ã£o de usucapiÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3- Certifique, a Secretaria do JuÃ-zo, se o Requerido Nazareno de Jesus, citado as fls. 645, apresentou defesa nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 4- Oficie-se ao CartÃ³rio de imÃ³veis do 2Âº Oficio, por malote digital, para que emita certidÃ£o atualizada do imÃ³vel matriculado no Livro nÂº 2 - Y- Registro Geral, Livro 73, fls. 73, localizado na Avenida Almirante barroso, nÂº 4923, conjunto residencial Rio Negro, apartamento nÂº 103, Bloco A, bairro Souza, BelÃ©m-PA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Junte, ao ofÃ-cio, cÃ³pia do documento de fls. 12/13. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, data registrada no Sistema. Augusto Cesar da Luz Cavalcante Juiz de Direito, Titular da 6Âª vara CÃ-vel da Capital. PROCESSO: 00033868920058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510106758 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 11/11/2021 EXECUTADO:SANTOS MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA EXEQUENTE:SOLAMAZON TRANSPORTES LTDA Representante(s): KELLY CRISTINA MODA MAIA (ADVOGADO) CARLOS BALBINO TORRES POTIGUAR (ADVOGADO) ISABELA DE ALMEIDA MARQUES DA SILVA (ADVOGADO) MANOEL MARQUES DA SILVA NETO (ADVOGADO) . Processo nÂº:Â 0003386-89.2005.8.14.0301 Exequente:Â SANTOS MÃVEIS E ELETRODOMÃSTICOS LTDA. Executado(s): SOLAMAZON TRANSPORTES LTDAÂ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o objetivando a cobranÃ§a de valores oriundos de duplicatas. Â Â Â Â Â Â NÃ£o

foram encontrados bens penhorÃ¡veis em nome da parte executada por via do sistema bloqueio via BACENJUD, que restou infrutÃ-fera (fls. 69/70). Â Â Â Â Â Â Em decisÃ£o de fls. 76, a parte exequente foi intimada para requerer o que de direito, sob as penas do art. 921, Â§2Â°, do CPC, entretanto, a intimaÃ§Ã£o da parte se mostrou inexitosa pelo correio, com fundamento em ``endereÃ§o desconhecidoÂ¿Â¿ (fls. 80). Â Â Â Â Â Â Era o que se tinha de relevante a expor. Passa-se a decidir. Â Â Â Â Â Â Passando-se a anÃ¡lise dos atos de constriÃ§Ã£o patrimonial realizados no presente feito, verifica-se que transcorreu o prazo de 01 (um) ano de suspensÃ£o sem que tenham sido encontrados bens penhorÃ¡veis em nome do executado. Â Â Â Â Â Â Ã pressuposto, pois, Ã continuidade regular do processo de execuÃ§Ã£o a existÃªncia de bens livres no patrimÃ´nio do devedor, o que nÃ£o se verifica nos autos do processo. Â Â Â Â Â Â Cumpre salientar o teor do art. 921, Â§2Âº, do CÃ³digo de Processo Civil: ``Art. 921. Â Suspende-se a execuÃ§Ã£o: [...] Â§ 2oÂ Decorrido o prazo mÃ¡ximo de 1 (um) ano sem que seja localizado o executado ou que sejam encontrados bens penhorÃ¡veis, o juiz ordenarÃ¡ o arquivamento dos autosÂ¿Â¿. Â Â Â Â Â Â Sobre a suspensÃ£o por inexistÃªncia de bens penhorÃ¡veis: ``O desejo da execuÃ§Ã£o forÃ§ada sÃ£o os bens do executado, dos quais se procura extrair os meios de resgatar a dÃ-vida exequenda. NÃ£o hÃ¡, no processo de execuÃ§Ã£o, provas a examinar, nem sentenÃ§a a proferir. DaÃ- por que a falta de bens penhorÃ¡veis do devedor importa suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o pelo prazo de um ano, perÃ-odo em que se suspenderÃ¡, tambÃ©m, a prescriÃ§Ã£o (NCPC, art. 921, III e Â§2Â°). A falta de bens a penhorar - destaque-se - nÃ£o acarreta a definitiva frustraÃ§Ã£o da execuÃ§Ã£o por quantia certa. Inviabiliza, no entanto, o prosseguimento momentÃ¢neo dessa modalidade executiva, cujo objetivo consiste em apreender e expropriar bens patrimoniais do executado para realizar a satisfaÃ§Ã£o do crÃ©dito do exequente. Sem que se conte com os bens expropriÃ¡veis, nÃ£o hÃ¡, obviamente, como dar sequÃªncia ao curso do processo. O impasse, porÃ©m, Ã© episÃ³dico, visto que podem surgir, mais tarde, no patrimÃ´nio do executado, bens exequÃ-veis, tornando viÃ¡vel a retomada da marcha da execuÃ§Ã£o. Deve-se lembrar que a responsabilidade patrimonial em que se apoia a execuÃ§Ã£o por quantia certa abrange tanto os bens atuais do executado como os futuros (art. 789). Por isso, a lei prevÃª que, nÃ£o se encontrando bens a penhorar, a execuÃ§Ã£o serÃ¡ suspensa (art. 921, III), e nÃ£o extintaÂ¿Â¿. (Curso de Direito Processual Civil. Humberto Theodoro JÃºnior. III. 47Âª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016) (grifo nosso). Â Â Â Â Â Â O arquivamento dos autos quando nÃ£o existem bens a penhorar Ã©, evidentemente, disposiÃ§Ã£o coerente com a realidade do JudiciÃ¡rio brasileiro, o qual, mesmo em anÃ¡lise superficial, nÃ£o tem condiÃ§Ãµes de prosseguir indefinidamente com execuÃ§Ãµes inÃ³cuas, especialmente apÃ³s esgotados os meios de constriÃ§Ã£o patrimonial disponÃ-veis. Â Â Â Â Â Â Ratifico que nÃ£o se trata de medida que implique na extinÃ§Ã£o do crÃ©dito. De fato, o Â§3Âº dispÃµe que Â¿os autos serÃ£o desarquivados para prosseguimento da execuÃ§Ã£o se a qualquer tempo forem encontrados bens penhorÃ¡veisÂ¿. Â Â Â Â Â Â Assim, atÃ© a eventual prescriÃ§Ã£o do crÃ©dito, o exequente poderÃ¡, sempre que identificar bens penhorÃ¡veis, requerer o desarquivamento do feito e prosseguimento da execuÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Nesse sentido: ``(TRF4-0853944) ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. FIES. TÃTULO JUDICIAL. PRESCRIÃÃO. NÃO OCORRÃNCIA. SUSPENSÃO DA EXECUÃÃO. 1. Uma vez suspenso o processo de execuÃ§Ã£o em razÃ£o da ausÃªncia de bens penhorÃ¡veis do executado (art. 921, III, Â§ 1Âº do novo CPC), o prazo referente Ã prescriÃ§Ã£o intercorrente nÃ£o flui durante o perÃ-odo em que o processo executivo encontrar-se suspenso. ApÃ³s o tÃ©rmino da suspensÃ£o, contudo, a contagem do prazo prescricional tem inÃ-cio. Somente se decorridos mais de 5 (cinco anos) de inÃ©rcia da parte a Exequente em impulsionar efetivamente a execuÃ§Ã£o, mesmo intimada para tanto e sem computar os perÃ-odos de suspensÃ£o por ausÃªncia de localizaÃ§Ã£o de bens penhorÃ¡veis, se consuma a prescriÃ§Ã£o intercorrente, causa extintiva da execuÃ§Ã£o. 2. ApÃ³s o decurso do prazo anual de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o sem localizaÃ§Ã£o de bens penhorÃ¡veis, Ã© cabÃ-vel o arquivamento dos autos, nos termos do art. 921 Â§ 2Âº, do novo CPCÂ¿Â¿. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel nÂº 5063490-40.2016.4.04.7100, 3Âª Turma do TRF da 4Âª RegiÃ£o, Rel. RogÃ©rio Favreto. j. 05.12.2017, unÃ¢nime) (grifo nosso). ``(TRF4-0657918) PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÃÃO DE TÃTULO EXTRAJUDICIAL. SUSPENSÃO DA EXECUÃÃO. Ã medida que nÃ£o localizados bens penhorÃ¡veis do executado para prosseguimento da execuÃ§Ã£o, tem-se que a medida cabÃ-vel Ã©, de fato, a suspensÃ£o do feito pelo prazo de um ano, restando suspensa, pelo mesmo lapso temporal, a prescriÃ§Ã£o executiva. Apenas apÃ³s o decurso do referido prazo anual sem localizaÃ§Ã£o de bens penhorÃ¡veis, Ã© cabÃ-vel o arquivamento dos autos, na inteligÃªncia do art. 921 Â§ 2Âº, do novo CPCÂ¿Â¿. (Agravo de Instrumento nÂº 5007397-80.2017.4.04.0000, 3Âª Turma do TRF da 4Âª RegiÃ£o, Rel. Ricardo Teixeira do Valle Pereira. j. 30.05.2017, unÃ¢nime) (grifo nosso). ``(TJMG-1094056) AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÃÃO DE EXECUÃÃO. SUSPENSÃO DO FEITO. AUSÃNCIA DE BENS PENHORÃVEIS. CITAÃÃO DO EXECUTADO. DESNECESSIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Nos termos do art. 921,

inciso III do CPC, suspende-se a execuÃ§Ã£o quando o executado nÃ£o possuir bens penhorÃ¡veis. 2. Nesta hipÃ³tese, a suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o Ã© limitada ao prazo de 01 (um) ano, durante o qual se suspenderÃ¡ a prescriÃ§Ã£o (art. 921, Â§ 1Âº do CPC). 3. Decorrido o prazo sem que o executado seja localizado ou que sejam encontrados bens passÃ-veis de penhora, o Juiz ordenarÃ¡ o arquivamento provisÃ³rio dos autos (art. 921, Â§ 2Âº do CPC). 4. A suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o nÃ£o estÃ¡ condicionada Ã citaÃ§Ã£o da parte executada, sendo suficiente o requerimento da parte exequenteÂ¿Â¿. (Agravo de Instrumento nÂº 0961898-59.2017.8.13.0000 (1), 11Âª CÃ¢mara CÃ-vel do TJMG, Rel. Marcos Lincoln. j. 06.06.2018, Publ. 12.06.2018) (grifo nosso). Â Â Â Â Â Â Portanto, nÃ£o hÃ¡ qualquer prejuÃ-zo ao credor, com o arquivamento, pois que este pode ser desfeito, satisfeita a hipÃ³tese de incidÃªncia, retornando-se ao prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Â No caso concreto, verifica-se que apÃ³s a decisÃ£o interlocutÃ³ria que determinou a aplicaÃ§Ã£o do art. 921, Â§Â§1Âº e 2Âº do CÃ³digo de Processo Civil, a parte exequente nÃ£o indicou bens passÃ-veis de penhora, motivo pelo qual se impÃµe o arquivamento dos autos. Â Â Â Â Â Â Este processo nÃ£o pode, repisa-se, continuar a ocupar a atenÃ§Ã£o da Vara enquanto o credor nÃ£o promover a localizaÃ§Ã£o de patrimÃ´nio do devedor, razÃ£o pela qual determino o arquivamento - passÃ-vel de ser revertido, quando encontrado bem penhorÃ¡vel - porque frustrada a execuÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Fica intimada a parte exequente para o recolhimento de eventuais custas pendentes, no prazo de 10 (dez) dias, por meio de seu Procurador. NÃ£o havendo o pagamento das custas processuais no prazo de 10 (dez) dias da publicaÃ§Ã£o desta, extraia a Secretaria Judicial, independentemente de nova conclusÃ£o, a respectiva certidÃ£o para a cobranÃ§a da dÃ-vida, encaminhando-se ao setor competente para tanto. Â Â Â Â Â Â Destaca-se que, na hipÃ³tese de localizados bens penhorÃ¡veis, pelo credor, pois que o Poder JudiciÃ¡rio nÃ£o logrou referido Ãªxito, nÃ£o obstante as tentativas contidas do caderno processual, os autos podem ser desarquivados, a qualquer tempo, respeitado o prazo prescricional, para prosseguimento da execuÃ§Ã£o, nos termos do art. 921, Â§3Âº, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Assim, cumpridas as determinaÃ§Ãµes anteriores, proceda-se, a Secretaria Judicial, ao arquivamento dos autos. Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 09 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00040008120038140301 PROCESSO ANTIGO: 200310067465 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Monitória em: 11/11/2021 AUTOR:BANCO DO ESTADO DO PARA S/A Representante(s): OAB 11663 - WALCIMARA ALINE MOREIRA CARDOSO (ADVOGADO) OAB 9238 - ALLAN FABIO DA SILVA PINGARILHO (ADVOGADO) ANA MARGARIDA GODINHO (ADVOGADO) REU:PEDRO FERREIRA DE ALMEIDA. R. H. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, bem como considerando que atualmente o gabinete deste juÃ-zo estÃ¡ analisando os processos conclusos em dezembro de 2020, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. ApÃ³s a digitalizaÃ§Ã£o dos autos, voltem os autos conclusos para que este juÃ-zo possa analisar as questÃµes processuais pendentes, sem prejuÃ-zo da conclusÃ£o do feito procedida em 17/09/2021. Junte-se eventuais petiÃ§Ãµes pendentes.Â Â BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00046074020078140301 PROCESSO ANTIGO: 20071013922 8 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Usucapião em: 11/11/2021 REU:MARIA DE JESUS AMARAL DAMASCENO Representante(s): MARCIO ROGERIO CUNHA VINAGRE (ADVOGADO) SANDRA SUELY MACHADO DA LUZ CARVALHO (ADVOGADO) AUTOR:MARIA DE FATIMA BATISTA FURTADO Representante(s): SALETE BRAGA (ADVOGADO) REU:JOSE ROBERTO PEREIRA DAMASCENO Representante(s): MARCIO ROGERIO CUNHA VINAGRE (ADVOGADO) SANDRA SUELY MACHADO DA LUZ CARVALHO (ADVOGADO) AUTOR:ANTONIO SERGIO DIAS RODRIGUES. Processo nÂº 00046074020078140301 Requerente: AntÃ´nio Sergio Dias Rodrigues e Maria De FÃ¡tima Batista Furtado Requerido: JosÃ© Roberto Pereira Damasceno e Maria De Jesus Amaral Damasceno. Despacho Â Â Â Â Â Â Â Â Â O caso cuida de AÃ§Ã£o de UsucapiÃ£o proposta por AntÃ´nio Sergio Dias Rodrigues e Maria de FÃ¡tima Batista Furtado em face de JosÃ© Roberto Pereira Damasceno e Maria De Jesus Amaral Damasceno. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nestes termos, determino: Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1-Intime-se pessoalmente a parte Requerente para que cumpra, no prazo de 15 (quinze) dias, o que foi determinado no despacho de fls. 178/179, incluindo a regularizaÃ§Ã£o do polo ativo, sob pena de extinÃ§Ã£o do feito. Â¿1- Junte, a parte Requerente, a planta geogrÃ¡fica do imÃ³vel em questÃ£o (com coordenadas geogrÃ¡ficas ou UTM da Ã¡rea, dimensÃµes do bem, localizaÃ§Ã£o do imÃ³vel, confinantes, dentre outras), no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento do pleito.2- Considerando que a pessoa citada (fls. 152), na ocasiÃ£o, jÃ¡ nÃ£o era mais

moradora/confinante do imÃ³vel usucapiendo, determino que a parte Requerente indique, no prazo de 15 (quinze) dias, de forma inequÃ-voca e pautada na boa- fÃ© processual, o endereÃ§o completo e o nome de seu vizinho/ocupante do imÃ³vel do lado esquerdo para que a citaÃ§Ã£o seja realizada, nos termos do art. 246, Â§3Âº do CPC. ApÃ³s a indicaÃ§Ã£o do endereÃ§o, proceda, a Secretaria, a citaÃ§Ã£o do confinante do imÃ³vel Lindeiro (Lado Esquerdo) ao bem usucapiendo, para que diga se existe qualquer oposiÃ§Ã£o quanto a pretensÃ£o do autor. Junte ao mandado de citaÃ§Ã£o, a planta geogrÃ¡fica do bem (a ser juntada pela parte autora, no prazo de 15 dias da publicaÃ§Ã£o deste despacho) e a cÃ³pia da inicial. 3- Quanto ao pedido de IGEPREV, sucessor do IPASEP, de se ver excluÃ-do do feito, indefiro momentaneamente, eis que o Mandado de CitaÃ§Ã£o (fls. 142) nÃ£o esclareceu que o bem usucapiendo estÃ¡ hipotecado em seu favor (vide fls. 123, verso), motivando assim, este JuÃ-zo, a indagar sobre seu interesse no feito. Desta forma, intime-se pessoalmente o IGEPREV (EndereÃ§o: Av. Alcindo Cacela, 1.962, Bairro NazarÃ©, CEP 66.040-020, BelÃ©m - ParÃ¡ - FoneÂ (91) 3182 3500), na pessoa de seu representante legal, para que manifeste interesse no feito, no prazo de 15 (quinze) dias, em virtude da existÃªncia de hipoteca, em seu favor, sobre o bem Usucapiendo. Junte ao mandado cÃ³pia desta decisÃ£o e do documento de fls.10 (frente e verso).4- Certifique, a Secretaria do JuÃ-zo, se os confinantes dos lados direito e fundos apresentaram defesa. Em tendo sido juntada defesa, manifeste-se a parte autora, em 15 (quinze) dias.5- Consta da CertidÃ£o de Ãbito a notÃ-cia de que o Â¿de cujusÂ¿ (Requerente) deixou filhos (fls.159). Assim, a substituiÃ§Ã£o processual deve ser promovida pelo espÃ³lio.Nesse contexto, determino a Autora, Maria de FÃ¡tima Batista Furtado, que indique, no prazo de 15 (quinze) dias, os nomes e endereÃ§os dos descendentes do Â¿de cujusÂ¿ AntÃ´nio SÃ©rgio Dias Rodrigues e/ou Inventariante dos bens do falecido, para que passem a compor o polo ativo da AÃ§Ã£o de UsucapiÃ£o.Quanto ao tema, PONTES DE MIRANDA ensina sobre a Â¿successio in usucapionemÂ¿:Â¿Morte e usucapiÃ£o - Morto o que estÃ¡ usucapindo, a situaÃ§Ã£o, que Ãªle tem, passa aos herdeirosÂ¿. (Tratado das AÃ§Ãµes. Tomo II. Pontes de Miranda. SÃ£o Paulo: Revista dos Tribunais, 1971, p. 227).Serve, a presente, como MANDADO, CARTA ou OFÃCIO. Intime-se. Cumpra-se. BelÃ©m, 01 de agosto de 2019.Alessandro Ozanan.Juiz de Direito.Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2-Junte ao mandado a cÃ³pia do despacho de fls. 178/179. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Serve como mandado, carta ou oficio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, data registrada no Sistema. Augusto Cesar da Luz Cavalcante Juiz de Direito, Titular da 6Âª vara CÃ-vel da Capital. PROCESSO: 00049227320128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 11/11/2021 EXEQUENTE:ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARA Representante(s): OAB 20288 - LAYS SOARES DOS SANTOS RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 26113 - IGOR FONSECA DE MORAES (ADVOGADO) EXECUTADO:CARMEN DOS SANTOS FERNANDES. Processo nÂº Â 0004922-73.2012.8.14.0301 Exequente: Â ASSOCIAÃÃO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARÃ - ACEPA Executada: Â CARMEN DOS SANTOS FERNANDES SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Trata-se de execuÃ§Ã£o de tÃ-tulo extrajudicial. Â Â Â Â Â Â A parte exequente requereu o bloqueio dos cartÃµes de crÃ©dito da executada; a penhora do percentual de 10% da remuneraÃ§Ã£o mensal da executada; e a suspensÃ£o da CNH da executada. Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Quanto ao pedido de apreensÃ£o da carteira nacional de habilitaÃ§Ã£o e bloqueio dos cartÃµes de crÃ©dito da executada, verifica-se que sÃ£o medidas coercitivas que nÃ£o estÃ£o previstas em lei e que se demonstram desproporcionais para garantir a execuÃ§Ã£o do dÃ©bito. Â Â Â Â Â Â Ã esse o entendimento da jurisprudÃªncia do Superior Tribunal de JustiÃ§a e dos Tribunais PÃ¡trios: STJ-1108922) AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÃÃO DE EXECUÃÃO DE ALIMENTOS. 1. PRETENSÃO DE ADOÃÃO DE MEDIDAS COERCITIVAS. SUSPENSÃO DA LICENÃA PARA DIRIGIR E APREENSÃO DO PASSAPORTE. MEDIDAS DESPROPORCIONAIS E QUE MESMO ASSIM NÃO GARANTEM A SATISFAÃÃO DO CRÃDITO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÃNCIA DAS SÃMULAS 5 E 7 DO STJ. 2. DISSÃDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. ACÃRDÃOS RECORRIDO E PARADIGMA DO MESMO TRIBUNAL. SÃMULA 13 DO STJ. 3. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL. (Agravo em Recurso Especial nÂº 1.337.045/DF (2018/0190175-0), STJ, Rel. Marco AurÃ©lio Bellizze. DJe 05.11.2018). (grifos acrescidos) STJ-1101615) DIREITO CIVIL. AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. ALIMENTOS. MEDIDAS COERCITIVAS. APREENSÃO DE CNH E PASSAPORTE. DESPROPORCIONALIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÃMULA NÂº 7/STJ. ÃNUS DA PROVA. AUSÃNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. 1. NÃ£o cabe, em recurso especial, reexaminar matÃ©ria fÃ¡tico-probatÃ³ria (SÃºmula nÂº 7/STJ). 2. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no Agravo em Recurso Especial nÂº 1.297.985/SP (2018/0121786-5), 4Âª Turma do STJ, Rel. Maria Isabel Gallotti. DJe 30.10.2018). (grifos acrescidos) TJDFT-0487200) DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO PROFERIDA EM EXECUÃÃO.

INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE NEGATIVAÃÃO DO NOME DA DEVEDORA E DA SUSPENSÃO DE SUA CNH. AGRAVO IMPROVIDO. 1. Cuida-se de agravo de instrumento, com pedido de atribuiÃ§Ã£o de efeito suspensivo, interposto contra decisÃ£o proferida em aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o, que indeferiu a pretensÃ£o Ã inclusÃ£o da devedora no cadastro negativo de Ã³rgÃ£os de proteÃ§Ã£o ao crÃ©dito. 2. Em seu agravo, o recorrente busca a modificaÃ§Ã£o do entendimento a quo, que indeferiu a negativaÃ§Ã£o da agravada nos Ã³rgÃ£os de proteÃ§Ã£o ao crÃ©dito (art. 782, Â§ 3Âº do CPC) e a apreensÃ£o da CNH e do passaporte (art. 139, IV, do CPC), a fim de incentivÃ¡-la ao adimplemento da obrigaÃ§Ã£o exequenda. 3. Correta a decisÃ£o que indefere os pedidos do agravante, porquanto a adoÃ§Ã£o de providÃªncias requeridas nÃ£o se mostra proporcional e razoÃ¡vel, porquanto sÃ£o voltadas Ã pessoa da devedora e nÃ£o ao seu patrimÃ´nio. 3.1. Embora o artigo 139, IV do CPC autorize o juiz a "determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatÃ³rias necessÃ¡rias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas aÃ§Ãµes que tenham por objeto prestaÃ§Ã£o pecuniÃ¡ria", o julgador deve aplicar a disposiÃ§Ã£o legal com a devida cautela, sopesando os princÃ-pios informadores do direito incidente na hipÃ³tese, atentando sobremaneira para o grau de efetividade da medida para a demanda. 3.2. A determinaÃ§Ã£o de apreensÃ£o da CNH e do passaporte, nÃ£o se relacionam com o propÃ³sito de alcanÃ§ar o crÃ©dito almejado, mas representam tÃ£o somente medida punitiva que restringe o direito do devedor de ir e vir. 4. Agravo improvido. (Processo nº 07148173220188070000 (1138977), 2ª Turma CÃ-vel do TJDFT, Rel. JoÃ£o Egmont. j. 22.11.2018, DJe 28.11.2018). (grifos acrescidos) Â Â Â Â Â Â Diante disso, indefiro o pedido de apreensÃ£o da carteira de habilitaÃ§Ã£o, bem como o bloqueio dos cartÃµes de crÃ©dito como medida coercitiva para o pagamento. Â Â Â Â Â Com relaÃ§Ã£o ao pedido de penhora de 10% (dez por cento) sobre o salÃ¡rio da executada, nÃ£o Ã© possÃ-vel a referida penhora, uma vez que recai sobre bem impenhorÃ¡vel, nos termos do art. 833, inciso IV, do CPC: Â¿Art. 833. SÃ£o impenhorÃ¡veis: (...) IV - os vencimentos, os subsÃ-dios, os soldos, os salÃ¡rios, as remuneraÃ§Ãµes, os proventos de aposentadoria, as pensÃµes, os pecÃºlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua famÃ-lia, os ganhos de trabalhador autÃ´nomo e os honorÃ¡rios de profissional liberal, ressalvado o Â§ 2Âº .Â¿ Â Â Â Â Â No entanto, Ã© possÃ-vel a mitigaÃ§Ã£o dessa impenhorabilidade na hipÃ³tese de se tratar de crÃ©dito de natureza alimentar ou os valores recebidos pelo executado forem superiores a 50 salÃ¡rios mÃ-nimos mensais. Â Â Â Â Â Ã esse o entendimento da jurisprudÃªncia do Superior Tribunal de JustiÃ§a acerca do tema: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÃGIDE DO NCPC. AÃÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO CUMULADA COM COBRANÃA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE PENHORA. VERBA SALARIAL. IMPENHORABILIDADE. MITIGAÃÃO. EXCEÃÃES PREVISTAS EM LEI. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. Aplica-se o NCPC a este recurso ante os termos no Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo PlenÃ¡rio do STJ na sessÃ£o de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisÃµes publicadas a partir de 18 de marÃ§o de 2016) serÃ£o exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC. 2. A impenhorabilidade salarial pode ser mitigada quando (1) o crÃ©dito ostentar natureza alimentar; ou (2) os valores recebidos pelo devedor foram superiores a 50 salÃ¡rios mÃ-nimos mensais, ressalvadas as particularidades do caso concreto. 3. NÃ£o sendo a linha argumentativa apresentada capaz de evidenciar a inadequaÃ§Ã£o dos fundamentos invocados pela decisÃ£o agravada, o presente agravo nÃ£o se revela apto a alterar o conteÃºdo do julgado impugnado, devendo ele ser integralmente mantido em seus prÃ³prios termos. 4. Agravo interno nÃ£o provido. (AgInt no AREsp 1842638/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/09/2021, DJe 23/09/2021). (grifos acrescidos) PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÃGIDE DO NCPC. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÃÃO DE COBRANÃA. CRÃDITO ORIUNDO DE HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS. PROVENTOS DE APOSENTADORIA. IMPENHORABILIDADE. EXCEÃÃO. VALORES QUE EXCEDAM 50 SALÃRIOS MÃNIMOS. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. Aplica-se o NCPC a este recurso ante os termos no Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo PlenÃ¡rio do STJ na sessÃ£o de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisÃµes publicadas a partir de 18 de marÃ§o de 2016) serÃ£o exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC. 2. A exceÃ§Ã£o Ã impenhorabilidade das verbas salariais ou, como no caso, dos proventos de aposentadoria, aplica-se apenas quando os rendimentos excederem 50 salÃ¡rios mÃ-nimos. Precedentes. 3. Conforme a orientaÃ§Ã£o recentemente firmada pela Corte Especial desta egrÃ©gia Corte Superior, nÃ£o Ã© possÃ-vel a mitigaÃ§Ã£o da impenhorabilidade de verba salarial do devedor quando se tratar de crÃ©dito lastreado em honorÃ¡rios advocatÃ-cios. 4. Agravo interno nÃ£o provido. (AgInt no REsp 1909695/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/09/2021, DJe 23/09/2021). (grifos acrescidos) AGRAVO

INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÃTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÃNCIA RECURSAL DA PARTE AGRAVADA. 1. ViolaÃ§Ã£o ao artigo 1.022 do CPC/15 nÃ£o configurada. AcÃ³rdÃ£o estadual que enfrentou os aspectos essenciais Ã resoluÃ§Ã£o da controvÃ©rsia de forma ampla e fundamentada, sem omissÃµes. Precedentes. 2. Nos termos da orientaÃ§Ã£o jurisprudencial adotada por esta Colenda Corte, inobstante a oposiÃ§Ã£o de embargos de declaraÃ§Ã£o, nÃ£o considera suficiente, para fins de configuraÃ§Ã£o do prequestionamento, que a matÃ©ria tenha sido suscitada pelas partes em suas razÃµes recursais ou apenas citada no acÃ³rdÃ£o como "considerada ou dada por prequestionada", mas sim que a respeito do tema tenha havido efetivo debate no aresto recorrido. 3. Esta Corte possui entendimento no sentido de que "a regra geral da impenhorabilidade dos vencimentos, dos subsÃ-dios, dos soldos, dos salÃ¡rios, das remuneraÃ§Ãµes, dos proventos de aposentadoria, das pensÃµes, dos pecÃºlios e dos montepios, bem como das quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua famÃ-lia, dos ganhos de trabalhador autÃ´nomo e dos honorÃ¡rios de profissional liberal poderÃ¡ ser excepcionada, nos termos do art. 833, IV, c/c o Â§ 2Âº do CPC/2015, quando se voltar: I) para o pagamento de prestaÃ§Ã£o alimentÃ-cia, de qualquer origem, independentemente do valor da verba remuneratÃ³ria recebida; e II) para o pagamento de qualquer outra dÃ-vida nÃ£o alimentar, quando os valores recebidos pelo executado forem superiores a 50 salÃ¡rios mÃ-nimos mensais, ressalvando-se eventuais particularidades do caso concreto. Em qualquer circunstÃ¢ncia, deverÃ¡ ser preservado percentual capaz de dar guarida Ã dignidade do devedor e de sua famÃ-lia" (AgInt no REsp 1407062/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 26/02/2019, DJe 08/04/2019). 4. Agravo interno desprovido. (AgInt no REsp 1914984/MS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 23/08/2021, DJe 26/08/2021) (grifos acrescidos) Â Â Â Â Â No caso dos autos, nÃ£o se trata de prestaÃ§Ã£o alimentÃ-cia, tampouco consta nos autos que a executada possui salÃ¡rio superior a 50 salÃ¡rios mÃ-nimos. Â Â Â Â Â Em virtude disso, indefiro o pedido de penhora sobre o salÃ¡rio da parte executada. Â Â Â Â Â Â Ademais, verifica-se que transcorreu o prazo de 01 (um) ano de suspensÃ£o sem que tenham sido encontrados bens penhorÃ¡veis em nome da executada. Â Â Â Â Â Â Ã pressuposto, pois, Ã continuidade regular do processo de execuÃ§Ã£o a existÃªncia de bens livres no patrimÃ´nio do devedor, o que nÃ£o se verifica nos autos do processo. Â Â Â Â Â Â Cumpre salientar o teor do art. 921, Â§2Âº, do CÃ³digo de Processo Civil: Â¿Art. 921. Â Suspende-se a execuÃ§Ã£o: (...) Â§ 2oÂ Decorrido o prazo mÃ¡ximo de 1 (um) ano sem que seja localizado o executado ou que sejam encontrados bens penhorÃ¡veis, o juiz ordenarÃ¡ o arquivamento dos autosÂ¿. Â Â Â Â Â Â O arquivamento dos autos quando nÃ£o existem bens a penhorar Ã©, evidentemente, disposiÃ§Ã£o coerente com a realidade do JudiciÃ¡rio brasileiro, o qual, mesmo em anÃ¡lise superficial, nÃ£o tem condiÃ§Ãµes de prosseguir indefinidamente com execuÃ§Ãµes inÃ³cuas, especialmente apÃ³s esgotados todos os meios de constriÃ§Ã£o patrimonial disponÃ-veis. Â Â Â Â Â Â Ratifico que nÃ£o se trata de medida que implique na extinÃ§Ã£o do crÃ©dito. De fato, o Â§3Âº dispÃµe que Â¿os autos serÃ£o desarquivados para prosseguimento da execuÃ§Ã£o se a qualquer tempo forem encontrados bens penhorÃ¡veisÂ¿. Â Â Â Â Â Â Assim, atÃ© a eventual prescriÃ§Ã£o do crÃ©dito, o exequente poderÃ¡, sempre que identificar bens penhorÃ¡veis, requerer o desarquivamento do feito e prosseguimento da execuÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Ã esse o entendimento da jurisprudÃªncia pÃ¡tria acerca do tema: (TRF4-0853944) ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. FIES. TÃTULO JUDICIAL. PRESCRIÃÃO. NÃO OCORRÃNCIA. SUSPENSÃO DA EXECUÃÃO. 1. Uma vez suspenso o processo de execuÃ§Ã£o em razÃ£o da ausÃªncia de bens penhorÃ¡veis do executado (art. 921, III, Â§ 1Âº do novo CPC), o prazo referente Ã prescriÃ§Ã£o intercorrente nÃ£o flui durante o perÃ-odo em que o processo executivo encontrar-se suspenso. ApÃ³s o tÃ©rmino da suspensÃ£o, contudo, a contagem do prazo prescricional tem inÃ-cio. Somente se decorridos mais de 5 (cinco anos) de inÃ©rcia da parte a Exequente em impulsionar efetivamente a execuÃ§Ã£o, mesmo intimada para tanto e sem computar os perÃ-odos de suspensÃ£o por ausÃªncia de localizaÃ§Ã£o de bens penhorÃ¡veis, se consuma a prescriÃ§Ã£o intercorrente, causa extintiva da execuÃ§Ã£o. 2. ApÃ³s o decurso do prazo anual de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o sem localizaÃ§Ã£o de bens penhorÃ¡veis, Ã© cabÃ-vel o arquivamento dos autos, nos termos do art. 921 Â§ 2Âº, do novo CPC. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel nÂº 5063490-40.2016.4.04.7100, 3Âª Turma do TRF da 4Âª RegiÃ£o, Rel. RogÃ©rio Favreto. j. 05.12.2017, unÃ¢nime). (grifos acrescidos) (TRF4-0657918) PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÃÃO DE TÃTULO EXTRAJUDICIAL. SUSPENSÃO DA EXECUÃÃO. Ã medida que nÃ£o localizados bens penhorÃ¡veis do executado para prosseguimento da execuÃ§Ã£o, tem-se que a medida cabÃ-vel Ã©, de fato, a suspensÃ£o do feito pelo prazo de um ano, restando suspensa, pelo mesmo lapso temporal, a prescriÃ§Ã£o executiva. Apenas apÃ³s o decurso do referido prazo anual sem localizaÃ§Ã£o de bens penhorÃ¡veis, Ã© cabÃ-vel o arquivamento dos autos, na inteligÃªncia do art. 921 Â§ 2Âº, do novo CPC.

(Agravo de Instrumento nÂº 5007397-80.2017.4.04.0000, 3Âª Turma do TRF da 4Âª RegiÃ£o, Rel. Ricardo Teixeira do Valle Pereira. j. 30.05.2017, unÃ¢nime). (grifos acrescidos) (TJMG-1094056) AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÃÃO DE EXECUÃÃO. SUSPENSÃO DO FEITO. AUSÃNCIA DE BENS PENHORÃVEIS. CITAÃÃO DO EXECUTADO. DESNECESSIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Nos termos do art. 921, inciso III do CPC, suspende-se a execuÃ§Ã£o quando o executado nÃ£o possuir bens penhorÃ¡veis. 2. Nesta hipÃ³tese, a suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o Ã© limitada ao prazo de 01 (um) ano, durante o qual se suspenderÃ¡ a prescriÃ§Ã£o (art. 921, Â§ 1Âº do CPC). 3. Decorrido o prazo sem que o executado seja localizado ou que sejam encontrados bens passÃ-veis de penhora, o Juiz ordenarÃ¡ o arquivamento provisÃ³rio dos autos (art. 921, Â§ 2Âº do CPC). 4. A suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o nÃ£o estÃ¡ condicionada Ã  citaÃ§Ã£o da parte executada, sendo suficiente o requerimento da parte exequente. (Agravo de Instrumento nÂº 0961898-59.2017.8.13.0000 (1), 11Âª CÃ¢mara CÃ-vel do TJMG, Rel. Marcos Lincoln. j. 06.06.2018, Publ. 12.06.2018). (grifos acrescidos) Â Â Â Â Â Â Portanto, nÃ£o hÃ¡ qualquer prejuÃ-zo ao credor, com o arquivamento, pois que este pode ser desfeito, satisfeita a hipÃ³tese de incidÃªncia, retornando-se ao prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Â No caso concreto, verifico apÃ³s a decisÃ£o interlocutÃ³ria que determinou a aplicaÃ§Ã£o do art. 921, Â§Â§1Âº e 2Âº do CÃ³digo de Processo Civil, a parte exequente nÃ£o indicou bens passÃ-veis de penhora, motivo pelo qual se impÃµe o arquivamento dos autos. Â Â Â Â Â Â Este processo nÃ£o pode, repisa-se, continuar a ocupar a atenÃ§Ã£o da vara, enquanto o credor nÃ£o promover a localizaÃ§Ã£o de patrimÃ´nio do devedor, razÃ£o do arquivamento (passÃ-vel de ser revertido) porque frustrada a execuÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Fica intimada a parte exequente para o recolhimento de eventuais custas pendentes, no prazo de 10 (dez) dias. NÃ£o havendo o pagamento das custas processuais no prazo de 10 (dez) dias da publicaÃ§Ã£o desta, intime-se a parte autora pessoalmente, por meio de carta com aviso de recebimento, para o adimplemento no prazo de 10 (dez) dias. Persistindo a inÃ©rcia, extraia-se, a Secretaria Judicial, independentemente de nova conclusÃ£o, a respectiva certidÃ£o para inscriÃ§Ã£o do dÃ©bito na DÃ-vida Ativa do Estado. Â Â Â Â Â Â Destaca-se que, na hipÃ³tese de localizados bens penhorÃ¡veis, pelo credor, pois que o Poder JudiciÃ¡rio nÃ£o logrou referido Ãªxito, nÃ£o obstante as tentativas contidas do caderno processual, os autos podem ser desarquivados, a qualquer tempo, para prosseguimento da execuÃ§Ã£o, nos termos do art. 921, Â§3Âº, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Assim, cumpridas as determinaÃ§Ãµes anteriores, proceda-se a Secretaria Judicial com o arquivamento dos autos. Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 11 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00053528520118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 AUTOR:MAURO ARTHUR BRANDÃO CORREA Representante(s): OAB 13139 - AMANDA LONGHI BASTOS (ADVOGADO) OAB 9973-B - TATIANA DE PAULA PAES MAUES (ADVOGADO) REU:HSBC BANK BRASIL Representante(s): OAB 13727 - THIAGO GLAYSON RODRIGUES DOS PASSOS (ADVOGADO) OAB 76696 - FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (ADVOGADO) OAB 17433 - JOAO PAULO BACELAR MAIA (ADVOGADO) REU:SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO EM BELÉM REU:SERASA- BELEM /PA. Intime-se a parte Requerida, por meio de seu Procurador, para, no prazo de 10 dias, manifestar-se sobre a petiÃ§Ã£o do Requerente de fls. 141/150, na qual se noticia o cumprimento da obrigaÃ§Ã£o executada. BelÃ©m, 10 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00055976020178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 AUTOR:MANOEL EDUARDO OLIVEIRA RIBEIRO Representante(s): OAB 17332 - FERNANDO JORGE DIAS DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 23083 - SANDRO FIGUEIREDO DA COSTA (ADVOGADO) REU:MCM CONSTRUCOES LTDA Representante(s): OAB 18913 - BERNARDO JOSE MENDES DE LIMA (ADVOGADO) OAB 23221 - MANUEL ALBINO RIBEIRO DE AZEVEDO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 23994 - BRUNO SODRE LEAO (ADVOGADO) REU:ANDRADE NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA ME Representante(s): OAB 12571 - CARLOS CEZAR FARIA DE MESQUITA FILHO (ADVOGADO) OAB 14106 - THIAGO AUGUSTO OLIVEIRA DE MESQUITA (ADVOGADO) OAB 16275 - WALTER COSTA JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:ENGTOWER ENGENHARIA EIRELI Representante(s): OAB 18913 - BERNARDO JOSE MENDES DE LIMA (ADVOGADO) OAB 23994 - BRUNO SODRE LEAO (ADVOGADO) . I. RelatÃ³rio Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â MCM CONSTRUÃÃES LTDA opÃ´s embargos de declaraÃ§Ã£o (fls. 367/376) em face da sentenÃ§a (fls.348/365), argumentando que houve obscuridade e omissÃ£o no julgado, quanto a anÃ¡lise dos argumentos da rÃ© a respeito da responsabilidade da ALX sobre o atraso; da nÃ£o manifestaÃ§Ã£o deste juÃ-zo a respeito da jurisprudÃªncia sobre a prorrogaÃ§Ã£o do prazo de entrega em 180 dias; e ausÃªncia de

fundamentaÃ§Ã£o sobre o termo inicial da incidÃªncia de juros de mora sobre o valor dos danos morais. Â Â Â Â Â Â Â Â Devidamente intimado, o embargado apresentou contrarrazÃµes aos embargos declaratÃ³rios (fls. 380/392). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. II. FundamentaÃ§Ã£o Â Â Â Â Â Â Â Â Cabem embargos de declaraÃ§Ã£o contra decisÃ£o judicial para conhecer obscuridade, eliminar contradiÃ§Ã£o, suprimir omissÃ£o de ponto ou questÃ£o sobre o qual devia o juiz se pronunciar ou para corrigir erro material, conforme dispÃµe o art. 1.022, I, II, e III, do CPC/2015. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A parte embargante argumentou que houve obscuridade/omissÃ£o na sentenÃ§a, contudo, nas razÃµes dos prÃ³prios embargos de declaraÃ§Ã£o consta todas as manifestaÃ§Ãµes deste juÃ-zo em sentenÃ§a a respeito dos pontos tidos como carecedores de modificaÃ§Ã£o, ou seja, o que pretende a embargante Ã© a modificaÃ§Ã£o do entendimento deste juÃ-zo e nÃ£o o esclarecimento sobre algum ponto omisso, obscuro ou contraditÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifica-se, portanto que nÃ£o assiste razÃ£o a parte embargante, nÃ£o havendo omissÃ£o, contradiÃ§Ã£o ou obscuridade a ser sanada na sentenÃ§a atacada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã cediÃ§o que os embargos de declaraÃ§Ã£o nÃ£o podem ser utilizados como meio de rediscutir matÃ©ria devidamente analisada pelo juÃ-zo, conforme jurisprudÃªncia pacÃ-fica dos Tribunais Superiores: STF-0096729) DIREITO CONSTITUCIONAL. EMBARGOS DE DECLARAÃÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM AÃÃO RESCISÃRIA. INEXISTÃNCIA DE CONTRADIÃÃO, OMISSÃO OU OBSCURIDADE NO ACÃRDÃO EMBARGADO. RECURSO PROTELATÃRIO. APLICAÃÃO DA MULTA PREVISTA NO Â§ 2Âº DO ART. 1.026 DO CPC/2015. 1. Os embargos de declaraÃ§Ã£o nÃ£o se prestam a veicular mero inconformismo da parte recorrente, sendo incabÃ-vel a reforma do julgado a pretexto de sanar vÃ-cios de omissÃ£o, contradiÃ§Ã£o ou obscuridade inexistentes. 2. Embargos de declaraÃ§Ã£o desprovidos. AplicaÃ§Ã£o Ã parte embargante de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da causa, em razÃ£o do carÃ¡ter manifestamente protelatÃ³rio do recurso, nos termos do art. 1.026, Â§ 2Âº, do CPC/2015. (Emb. Decl. no Ag. Reg. na AÃ§Ã£o RescisÃ³ria nÂº 2575/DF, Tribunal Pleno do STF, Rel. Roberto Barroso. j. 10.03.2017, unÃ¢nime, DJe 17.03.2017). (grifos acrescidos) STJ-1128811) PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÃÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÃNCIA DE QUALQUER DOS VÃCIOS ELENCADOS NO ART. 1.022 DO CPC/2015. MERO INCONFORMISMO. EMBARGOS DE DECLARAÃÃO REJEITADOS. 1. Os embargos de declaraÃ§Ã£o somente sÃ£o cabÃ-veis quando houver na decisÃ£o obscuridade, contradiÃ§Ã£o, omissÃ£o ou erro material, consoante dispÃµe o art. 1.022 do CPC/2015. 2. No caso, nÃ£o se constata o vÃ-cio alegado pela parte embargante, que busca rediscutir matÃ©ria devidamente examinada pela decisÃ£o embargada, o que Ã© incabÃ-vel nos embargos declaratÃ³rios. 3. Embargos de declaraÃ§Ã£o rejeitados. (EDcl no AgInt no Agravo em Recurso Especial nÂº 572.079/RS (2014/0197177-0), 4Âª Turma do STJ, Rel. AntÃ´nio Carlos Ferreira. DJe 13.12.2018). (grifos acrescidos) STJ-1111920) AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÃÃO DE COBRANÃA DE TAXA CONDOMINIAL. ARTS. 489 E 1.022, DO CPC/2015. AUSÃNCIA DE OMISSÃES. PRELIMINARES DE CONEXÃO. LITISPENDÃNCIA E COISA JULGADA. AUSÃNCIA DOS REQUISITOS. REVISÃO. SÃMULA 7 DO STJ. RESPONSABILIDADE DO PROPRIETÃRIO. QUITAÃÃO DO DÃBITO. NÃO COMPROVAÃÃO. MULTA DO ART. 1.026, Â§ 2Âº DO CPC/2015. MANUTENÃÃO. REVISÃO. SÃMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. No presente caso, embora rejeitados os embargos de declaraÃ§Ã£o, todas as matÃ©rias foram devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrÃ¡rio Ã pretensÃ£o da parte recorrente. Assim, nÃ£o hÃ¡ falar, no caso, em negativa de prestaÃ§Ã£o jurisdicional. 2. O Tribunal de origem, amparado nas premissas fÃ¡ticas dos autos, entendeu que nÃ£o estÃ£o presentes as hipÃ³teses legais de conexÃ£o, litispendÃªncia, a coisa julgada. A revisÃ£o do julgado estadual demandaria reexame de provas. IncidÃªncia do Ã³bice da SÃºmula 7 do STJ. 3. O acolhimento da pretensÃ£o recursal, a fim de afastar a obrigaÃ§Ã£o do agravante pelo pagamento das taxas condominiais, demandaria a alteraÃ§Ã£o das premissas fÃ¡tico-probatÃ³rias estabelecidas pelo acÃ³rdÃ£o recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que Ã© vedado em sede de recurso especial, ante o Ã³bice da SÃºmula 7 do STJ. 4. Quanto ao afastamento da multa aplicada com amparo no art. 1.026, Â§ 2Âº, do atual CPC, verifica-se que o Tribunal Estadual jÃ¡ havia analisado e decidido de modo claro e objetivo as questÃµes que delimitaram a controvÃ©rsia, nÃ£o havendo a necessidade de oposiÃ§Ã£o de embargos de declaraÃ§Ã£o. 5. O mero inconformismo da parte nÃ£o constitui hipÃ³tese de cabimento de embargos de declaraÃ§Ã£o e tampouco caracteriza vÃ-cio no acÃ³rdÃ£o, razÃ£o pela qual deve ser mantida a multa aplicada em sede de embargos de declaraÃ§Ã£o. 6. Agravo interno nÃ£o provido. (AgInt no Agravo em Recurso Especial nÂº 1.316.325/DF (2018/0154973-6), 4Âª Turma do STJ, Rel. Luis Felipe SalomÃ£o. DJe 16.11.2018). (grifos acrescidos) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre o direito a uma decisÃ£o fundada no Direito, ensina o professor J. J. GOMES CANOTILHO: Â¿O direito de acesso aos tribunais implica o direito ao processo entendendo-se que este postula um direito a

uma decisÃ£o final incidente sobre o fundo da causa sempre que haja cumprido e observado os requisitos processuais da acÃ§Ã£o ou recurso. Por outras palavras: no direito de acesso aos tribunais inclui-se o direito de obter uma decisÃ£o fundada no direito, embora dependente da observÃ¢ncia de certos requisitos ou pressupostos processuais legalmente consagrados. Por isso, a efectivaÃ§Ã£o de um direito ao processo nÃ£o equivale necessariamente a uma decisÃ£o favorÃ¡vel; basta uma decisÃ£o fundada no direito quer seja favorÃ¡vel quer desfavorÃ¡vel Ã s pretensÃµes deduzidas em juÃ-zoÂ¿. (Direito Constitucional e Teoria da ConstituiÃ§Ã£o. JosÃ© Joaquim Gomes Canotilho. 7Âª ed. Coimbra-PT: Almedina, 2003, p. 498). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, nÃ£o hÃ¡ omissÃ£o/obscuridade a ser sanada. III. Dispositivo Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isso posto, conheÃ§o dos Embargos de DeclaraÃ§Ã£o opostos e, no mÃ©rito, nego-lhes provimento, por ausÃªncia do vÃ-cio alegado. Assim, mantendo inalterada a sentenÃ§a combatida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Havendo apelaÃ§Ã£o, intime-se o apelado para apresentar contrarrazÃµes, no prazo legal, caso queira. Decorrido o prazo, encaminhem-se os autos ao EgrÃ©gio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do para ParÃ¡, para os devidos fins. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na hipÃ³tese de trÂ¢nsito em julgado e cumpridas as diligÃªncias referentes Ã s custas processuais, certifique-se, baixe-se o registro de distribuiÃ§Ã£o e arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m-PA, 10 de novembro de 2021. Augusto Cesar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00059463420158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Cumprimento de sentença em: 11/11/2021 REQUERENTE:C. I. P. C. L. Representante(s): OAB 18843 - KARLA THAMIRIS NORONHA TOMAZ (ADVOGADO) OAB 272.423 - DANIELLE SILVA FONTES BORGES DE FREITAS (ADVOGADO) REQUERIDO:C. M. U. B. Representante(s): OAB 11270 - DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) OAB 13367 - THIAGO AZEVEDO ROLA (ADVOGADO) . Processo nÂº: Â 0005946-34.2015.8.14.0301 Requerente: Â CEMAZA - INSTITUTO DE PATOLOGIA CLÃNICA S/C LTDA. Requerido: Â COOPERATIVA MEDICA UNIMED BELEM SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Trata-se de cumprimento de sentenÃ§a referente Ã s custas e aos honorÃ¡rios sucumbenciais. Â Â Â Â Â Â Foi certificado que a parte exequente efetuou dois depÃ³sitos judiciais, nos valores de R$ 5.173,13 (cinco mil, cento e setenta e trÃªs reais e treze centavos) e R$ 2.801,96 (dois mil, oitocentos e um reais e noventa e seis centavos), este Ãºltimo referente Ã s custas (fl. 319). Â Â Â Â Â Â Foi acolhida em parte a impugnaÃ§Ã£o ao cumprimento de sentenÃ§a, para o fim de reconhecer o excesso na execuÃ§Ã£o referente aos honorÃ¡rios de sucumbÃªncia (fls. 329/331). Â Â Â Â Â Â A parte exequente apresentou nova planilha, requerendo o pagamento do valor de R$ 6.811,55 (seis mil, oitocentos e onze reais e cinquenta e cinco centavos), a tÃ-tulo de honorÃ¡rios sucumbenciais (fls. 333/334). Â Â Â Â Â Â A parte executada efetuou o depÃ³sito do valor de R$ 1.638,31 (um mil, seiscentos e trinta e oito reais e trinta e um centavos) (fls. 339/341). Â Â Â Â Â Â A parte exequente requereu a transferÃªncia online do valor depositado (fls. 344/345). Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Tendo em vista que a parte executada efetuou o depÃ³sito voluntÃ¡rio do valor objeto do cumprimento de sentenÃ§a, deve ser expedido o respectivo alvarÃ¡, com a consequente extinÃ§Ã£o do feito. Â Â Â Â Â Â Isso posto, com fulcro no art. 526, Â§ 3Âº, do CPC, declaro satisfeita a obrigaÃ§Ã£o referente aos honorÃ¡rios de sucumbÃªncia devidos pelo executado COOPERATIVA MEDICA UNIMED BELEM Ã parte exequente, e, via de consequÃªncia, extingo o processo. Â Â Â Â Â Â Assim, expeÃ§a-se alvarÃ¡ judicial de transferÃªncia em benefÃ-cio de COUTINHO, LACERDA, ROCHA, DINIZ " ADVOGADOS ASSOCIADOS no valor de R$ 9.613,40 (nove mil, seiscentos e treze reais e quarenta centavos) referente ao ressarcimento das custas judiciais e honorÃ¡rios de sucumbÃªncia (dados bancÃ¡rios informados Ã s fls. 344/345), a ser acrescido de eventuais rendimentos. Â Â Â Â Â Instrua-se o alvarÃ¡ com o extrato atualizado da subconta judicial. Â Â Â Â Â Â Cumpridas todas as determinaÃ§Ãµes aqui postas e nada mais havendo, dÃª-se baixa na distribuiÃ§Ã£o e arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m-PA, 09 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00086601920018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110106168 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 ADVOGADO:CRISTOVINA P. MACEDO REU:ALCIDES DA SILVA FURTADO AUTOR:MARCOS COELHO PANTOJA Representante(s): CRISTOVINA PINHEIRO MACEDO (ADVOGADO) REU:LOURIVAL MARTINS MENEZES. Processo nÂº Â 0008660-19.2001.8.14.0301 Autor: Â MARCOS COELHO PANTOJA RÃ©u: Â Â LOURIVAL MARTINS MENEZES e outro Â Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o nos autos em apenso. Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 10 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00111457120148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 REQUERENTE:MANOEL VIEIRA

RAMOS Representante(s): OAB 17570 - ARIADNE OLIVEIRA MOTA DURANS (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAULEASING SA. Vistos, etc. MANOEL VIEIRA RAMOS, qualificado Ã s fls. 02 nos autos, ajuizou AÃÃO REVISIONAL DE CONTRATO, em face de BANCO ITAULEASING S/A, tambÃ©m qualificado Ã s fls. 02. Ãs fls. 92, a parte Requerente foi intimada para se manifestar a respeito da certidÃ£o negativa do Oficial de JustiÃ§a, nÃ£o tendo a parte cumprido com a determinaÃ§Ã£o. Era o que se tinha a relatar. Passo a decidir. NÃ£o tendo a parte Autora cumprido com o ato que lhe competia, seja informando o novo endereÃ§o da Requerida ou requerendo a realizaÃ§Ã£o de outra diligÃªncia, a teor do art. 319, II, do CPC/2015, sendo, neste caso, desnecessÃ¡ria a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte quando se tratar de ato relativo a emenda da inicial, conforme se depreende da inteligÃªncia do art. 485, caput e Â§1Âº, do CPC/2015. Considerando que a Parte Requerente nÃ£o cumpriu com a determinaÃ§Ã£o judicial de fls. 92, atÃ© a presente data, Ã© que respaldado no que preceitua o art. 321, do CPC/2015, este juÃ-zo indefere a inicial e julga extinto o feito sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito. Custas finais pelo Requerente. Fica intimada a parte exequente para o recolhimento de eventuais custas pendentes, no prazo de 10 (dez) dias, por meio de seu Procurador. NÃ£o havendo o pagamento das custas processuais no prazo de 10 (dez) dias da publicaÃ§Ã£o desta, extraia a Secretaria Judicial, independentemente de nova conclusÃ£o, a respectiva certidÃ£o para a cobranÃ§a da dÃ-vida, encaminhando-se ao setor competente para tanto. Transitada esta em julgado, proceda-se o arquivamento dos autos, dando-se a posteriori a devida baixa junto Ã DistribuiÃ§Ã£o. Caso o autor requeira o desentranhamento dos documentos que acompanharam a inicial, fica desde logo deferido o desentranhamento. P.R.I.C. BelÃ©m, 09 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00123301820128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 11/11/2021 AUTOR:BANCO PANAMERICANO SA Representante(s): OAB 13544 - BRUNO RAFAEL DE JESUS LOPES (ADVOGADO) OAB 18629-A - ROSANGELA DA ROSA CORREA (ADVOGADO) OAB 19964-A - MARIANE CARDOSO MACAREVICH (ADVOGADO) REU:LUCIVALDO ANDRE GOMES DA SILVA Representante(s): OAB 16115-A - JOSE FLAVIO MEIRELES DE FREITAS (ADVOGADO) . Processo nÂº Â 0012330-18.2012.8.14.0301 Autor: Â Â BANCO PANAMERICANO S/A RÃ©u: Â Â LUCIVALDO ANDRE GOMES DA SILVA SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o de busca e apreensÃ£o. Â Â Â Â Â Â Foi deferida a liminar de busca e apreensÃ£o do veÃ-culo (fl. 60). Â Â Â Â Â Â Foi certificado que a parte autora nÃ£o recolheu as custas para fins de citaÃ§Ã£o, apesar de devidamente intimada (fl. 66). Â Â Â Â Â Â Era o que se tinha a relatar. Passo a decidir. Â Â Â Â Â Â O CÃ³digo de Processo Civil, ao dispor acerca das despesas processuais, expressa: Â¿Art. 82. Â Salvo as disposiÃ§Ãµes concernentes Ã gratuidade da justiÃ§a, incumbe Ã s partes prover as despesas dos atos que realizarem ou requererem no processo, antecipando-lhes o pagamento, desde o inÃ-cio atÃ© a sentenÃ§a final ou, na execuÃ§Ã£o, atÃ© a plena satisfaÃ§Ã£o do direito reconhecido no tÃ-tuloÂ¿. (grifos acrescidos) Â Â Â Â Â Â Ã evidente, portanto, que se trata de Ã´nus da parte o pagamento das despesas que advierem dos atos que requer durante o andamento processual, devendo o pagamento ser antecipado. Â Â Â Â Â Â Ademais, a jurisprudÃªncia pÃ¡tria jÃ¡ prolatou entendimento de que o pagamento das custas processuais Ã© pressuposto de desenvolvimento vÃ¡lido e regular do processo. Vejamos: (TJPE-0116484) APELAÃÃO CÃVEL. PROCESSO CIVIL. GRATUIDADE DA JUSTIÃA INDEFERIDA. PRECLUSÃO. NÃO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. EXTINÃÃO SEM JULGAMENTO DO MÃRITO. APELO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÃNIME. 1. A questÃ£o do deferimento da gratuidade da justiÃ§a estÃ¡ preclusa, pois foi decidida por acÃ³rdÃ£o com trÃ¢nsito em julgado, nÃ£o podendo ser rediscutida. Intimado do acÃ³rdÃ£o que negou provimento ao Agravo de Instrumento, o demandante deveria ter recolhido as custas, o que nÃ£o fez. 2. O juÃ-zo de primeiro grau agiu corretamente ao extinguir o processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, pois o pagamento das custas processuais constitui pressuposto de desenvolvimento vÃ¡lido e regular do processo, conforme o art. 267, IV, do CPC. 3. Apelo nÃ£o provido. DecisÃ£o unÃ¢nime. (ApelaÃ§Ã£o nº 0002467-27.2014.8.17.2001, 2Âª CÃ¢mara CÃ-vel do TJPE, Rel. Roberto da Silva Maia. j. 14.09.2016, unÃ¢nime, DJe 30.09.2016). (grifos acrescidos) (TJPI-0028577) PROCESSUAL CIVIL. APELAÃÃO CÃVEL. AÃÃO DE REVISÃO DE CONTRATO. PETIÃÃO NÃO EMENDADA. INICIAL INDEFERIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Deixando a parte autora de atender a determinaÃ§Ã£o judicial acerca do pagamento das custas processuais, correto o entendimento do Magistrado a quo, ao extinguir o feito, sem resolver o mÃ©rito da demanda, pois o pagamento das custas processuais representa verdadeiro pressuposto processual de desenvolvimento vÃ¡lido e regular do processo. A ausÃªncia deste requisito, portanto, autoriza a extinÃ§Ã£o do processo nos moldes do art. 267, IV, do CPC/1973, vigente Ã Ã©poca do proferimento da sentenÃ§a, nÃ£o havendo que falar em necessidade de intimaÃ§Ã£o pessoal da parte autora, nos moldes do parÃ¡grafo Ãºnico do

art. 267, do mesmo diploma legal. 2. Recurso conhecido e nÃ£o provido. SentenÃ§a mantida. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel nÂº 201500010048528, 4Âª CÃ¢mara Especializada CÃ-vel do TJPI, Rel. Fernando Lopes e Silva Neto. j. 23.08.2016, unÃ¢nime). (grifos acrescidos) (TJSP-2353627) EXTINÃÃO DO PROCESSO. HIPÃTESE EM QUE, CONQUANTO INTIMADO, NA PESSOA DE SEU ADVOGADO, A PROCEDER AO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS INICIAIS E DA TAXA DEVIDA PARA A EFETIVAÃÃO DO ATO CITATÃRIO, OMITIU-SE O BANCO EXEQUENTE NO CUMPRIMENTO DA DETERMINAÃÃO NO PRAZO DE 15 DIAS QUE LHE FOI CONCEDIDO. AUSÃNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÃÃO E DESENVOLVIMENTO VÃLIDO E REGULAR DO PROCESSO (CPC, 485, IV). DESNECESSIDADE NA ESPÃCIE DE INTIMAÃÃO PESSOAL DA PARTE, SENDO SUFICIENTE A INTIMAÃÃO DE SEU ADVOGADO PELA IMPRENSA OFICIAL. SENTENÃA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO, COM A OBSERVAÃÃO DE QUE O PROCESSO Ã JULGADO EXTINTO, SEM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. DISPOSITIVO: NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO, COM OBSERVAÃÃO.Â (ApelaÃ§Ã£o nº 1002110-59.2017.8.26.0001, 19Âª CÃ¢mara de Direito Privado do TJSP, Rel. JoÃ£o Camillo de Almeida Prado Costa. j. 26.06.2018). (grifos acrescidos) (TJPA-0090042) APELAÃÃO CÃVEL. EXTINÃÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. NÃO PAGAMENTO DAS CUSTAS INICIAIS. DILIGÃNCIA DO OFICIAL DE JUSTIÃA. DESNECESSIDADE DE INTIMAÃÃO PESSOAL DA PARTE AUTORA. ARTIGO 485, IV, DO NCPC. JURISPRUDÃNCIA DESTA CORTE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. O autor ajuizou a aÃ§Ã£o executiva em 16 de maio de 2016 e expediu boleto das custas iniciais, via sistema custaonline, e nÃ£o incluiu o valor das diligÃªncias do oficial de justiÃ§a, conforme determina a 8.328/2015, vigente desde 01 de abril de 2016, antes, portanto, do ajuizamento da aÃ§Ã£o2. Assim, diferentemente do que alega o apelante, a Lei que regulamenta as custas e despesas processuais estÃ¡ vigente desde 01 de abril de 2016 e nÃ£o em 21 de julho de 2016.3. Ademais, os boletos para pagamento das custas iniciais foram expedidos pelo prÃ³prio apelante, via sistema e nÃ£o na UNAJ, conforme se constata no relatÃ³rio de conta do processo, no item "custa gerada por" (fl. 62). Assim, deixou de emitir as custas para pagamento da diligÃªncia do oficial de justiÃ§a e, quando foi determinado que realizasse o pagamento, quedou-se inerte. 4. AlÃ©m disso, a alegaÃ§Ã£o de que deveria ser intimado pessoalmente nÃ£o se sustenta, pois a situaÃ§Ã£o exposta pela parte nÃ£o se refere a abandono de causa, como tenta induzir, mas a falta de desenvolvimento vÃ¡lido e regular do feito, nos termos do artigo 485, IV, do NCPC, e, portanto, nÃ£o exige a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte e de seu advogado. 5. Recurso Conhecido e nÃ£o provido. (ApelaÃ§Ã£o nº 00081537620168140040 (186540), 2Âª Turma de Direito Privado do TJPA, Rel. JosÃ© Maria Teixeira do Rosario. j. 20.02.2018, DJe 07.03.2018). (grifos acrescidos) Â Â Â Â Â No caso dos autos, verifica-se que a parte autora foi intimada para o pagamento das custas judiciais a fim de que fosse realizada a citaÃ§Ã£o da parte rÃ©, buscando o vÃ¡lido e regular andamento do feito. No entanto, conforme certificado, quedou-se inerte, o que impÃµe a extinÃ§Ã£o do feito, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Isso posto, julgo extinto o processo, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, em virtude de ausÃªncia de pressuposto de desenvolvimento vÃ¡lido e regular do processo, na forma do art. 485, IV, do CÃ³digo de Processo Civil e por tudo mais o que consta nos autos. Â Â Â Â Â Revogo a liminar anteriormente deferida, bem como retiro a restriÃ§Ã£o no veÃ-culo objeto dos autos via RENAJUD. Â Â Â Â Â Havendo apelaÃ§Ã£o, intime-se o apelado para apresentar contrarrazÃµes, no prazo legal, caso queira. Decorrido o prazo, encaminhem-se os autos ao EgrÃ©gio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do para ParÃ¡, para os devidos fins. Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, cumpridas as diligÃªncias necessÃ¡rias, arquivem-se os autos, dando-se baixa no registro e na distribuiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00127733920028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210151297 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDMILTON PINTO SAMPAIO A??o: Procedimento de Liquidação em: 11/11/2021 ADVOGADO:JOSE MARIA VIANNA OLIVEIRA AUTOR:JOSE GUILHERME MACEDO MACIEL ADVOGADO:AFONSO DO SOCORRO MARAMALDO AUTOR:JULIO CESAR MACEDO MACIEL Representante(s): AFONSO DO SOCORRO MARAMALDO (ADVOGADO) AUTOR:SUELY MACEDO MACIEL REU:FRANCISCO MAX FREIRE SANTOS. ATO ORDINATÃRIO - PROC. 0012773-39.2002.814.0301 Â Â Â Â Â AtravÃ©s do provimento 006/2006, artigo 1Âº Â§ 2Âº, inciso X oriundo da Corregedoria Geral de JustiÃ§a da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m: fica intimada a parte requerente para se manifestar o AR de fls. 760, no prazo de 10 dias. Â Â Â Â Â BELÃM-PA, 11 DE NOVEMBRO DE 2021. DIRETOR DE SECRETARIA. PROCESSO: 00133755720128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Alvará Judicial em: 11/11/2021 AUTOR:WALQUIRIA CUNHA COUTINHO Representante(s): OAB 5774-B - ANTONIO JOSE MARTINS PEREIRA (ADVOGADO) . Processo nÂº:Â 0013375-57.2012.8.14.0301 Autor: Â WALQUIRIA CUNHA COUTINHO Â

Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â Â Inicialmente, cumpre salientar que, da anÃ¡lise dos autos, verifica-se que o presente feito ficou paralisado por perÃ-odo considerÃ¡vel na Secretaria Judicial. Dessa forma, com fundamento no princÃ-pio constitucional da duraÃ§Ã£o razoÃ¡vel do processo (art. 5Âº, LXXVIII, CF), determino Ã Secretaria Judicial que atente para a regular tramitaÃ§Ã£o processual, inclusive com a conclusÃ£o do processo sempre que se encontrar pronto para anÃ¡lise, e cumprindo-se em tempo razoÃ¡vel as diligÃªncias determinadas em despacho judicial. Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico requereu diligÃªncias (fl. 34). Â Â Â Â Â Â Tendo em vista o lapso temporal desde a Ãºltima manifestaÃ§Ã£o da parte autora, intime-se pessoalmente a parte autora, via carta com aviso de recebimento, para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, quanto ao seu interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinÃ§Ã£o, nos termos do art. 485, Â§ 1Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Em se manifestando positivamente, deve a parte autora apresentar cÃ³pia da certidÃ£o de Ã³bito do cessionÃ¡rio TibÃºrcio Lameira Lemos, conforme requerido pelo MinistÃ©rio PÃºblico, sob pena de extinÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 10 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00137468420138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 AUTOR:THÁRSILA MEIRELES FONSECA Representante(s): OAB 3560 - NELSON RIBEIRO DE MAGALHAES E SOUZA (ADVOGADO) OAB 7016 - MARCIA HELENA DE OLIVEIRA ALVES SERIQUE (ADVOGADO) OAB 14540 - RAIMUNDO NONATO DA TRINDADE SOUZA (ADVOGADO) REU:EMPREEDIMENTOS QR LTDA Representante(s): OAB 13.781 - ARMANDO HELIO ALMEIDA MONTEIRO DE MORAES (ADVOGADO) OAB 18900 - IRENE FLAVIA DE SOUZA SERENARIO (ADVOGADO) OAB 24986 - RONALD FEITOSA AGUAIR FILHO (ADVOGADO) OAB 8667 - MARIA IMACULADA GORDIANO DE OLIVEIRA BARBOSA (ADVOGADO) OAB 13371-A - RAUL AMARAL JUNIOR (ADVOGADO) REPRESENTANTE:LENISE QUEIROZ ROCHA Representante(s): OAB 13.781 - ARMANDO HELIO ALMEIDA MONTEIRO DE MORAES (ADVOGADO) OAB 8667 - MARIA IMACULADA GORDIANO DE OLIVEIRA BARBOSA (ADVOGADO) . 1. Digitalizem-se os presentes autos, migrando-os para o PJE. Deve ser feito o devido traslado da decisÃ£o que resolveu a exceÃ§Ã£o de incompetÃªncia aos autos, arquivando-se o incidente, com a devida certificaÃ§Ã£o do ocorrido. 2. ApÃ³s, intime-se EMPREENDIMENTOS QR LTDA, por meio de ATO ORDINATÃRIO, para o pagamento do dÃ©bito no valor de R$ 270.324,24, no prazo de 15 (quinze) dias Ãºteis, sob pena de multa de 10% (dez por cento) e, tambÃ©m, de honorÃ¡rios advocatÃ-cios de 10% sobre o valor do dÃ©bito, na forma do Â§ 1Âº do artigo 523 do CÃ³digo de Processo Civil. 3. Advirta-se, ainda, que o pagamento no prazo assinalado isenta o devedor da multa e dos honorÃ¡rios advocatÃ-cios da fase de cumprimento de sentenÃ§a. 4. Caso ocorra pagamento, intime-se o Exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, dizer se dÃ¡ quitaÃ§Ã£o do dÃ©bito, possibilitando a resoluÃ§Ã£o da fase de cumprimento de sentenÃ§a. Ressalto de que seu silÃªncio importarÃ¡ em anuÃªncia em relaÃ§Ã£o Ã satisfaÃ§Ã£o integral do dÃ©bito. 5. Caso a quantia nÃ£o seja suficiente para a quitaÃ§Ã£o, caberÃ¡ ao credor trazer, no mesmo prazo, planilha discriminada e atualizada do dÃ©bito, jÃ¡ abatido o valor depositado, acrescida da multa e dos honorÃ¡rios sobre o remanescente, na forma do artigo 523, Â§ 2Âº, do CÃ³digo de Processo Civil, ratificando o pedido de penhora jÃ¡ apresentado, para decisÃ£o. 6. Cientifico o Executado de que, transcorrido o prazo sem o pagamento voluntÃ¡rio, iniciam-se os 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimaÃ§Ã£o, apresente, nos prÃ³prios autos, sua impugnaÃ§Ã£o, na forma do artigo 525 do CÃ³digo de Processo Civil, que somente poderÃ¡ versar sobre as hipÃ³teses elencadas em seu parÃ¡grafo primeiro, observando-se em relaÃ§Ã£o aos cÃ¡lculos os parÃ¡grafos 4Âº e 5Âº. 7. Intime-se. Cumpra-se. BelÃ©m, 10 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00143720620138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 11/11/2021 EXEQUENTE:FERNANDO ANTONIO CAVALEIRO DE MACEDO Representante(s): OAB 16953 - CARLOS FRANCISCO DE SOUSA MAIA (ADVOGADO) OAB 16886 - ANTONIO MAURO SANTANA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 6146-B - PAULO SERGIO WEYL ALBUQUERQUE COSTA (ADVOGADO) EXECUTADO:LUIZ CARLOS CAVALEIRO DE MACEDO EXECUTADO:PEDRO PAULO CARDOSO DA CUNHA COIMBRA Representante(s): OAB 3275 - ION ELOI DE RAUJO VIDIGAL (ADVOGADO) EXECUTADO:SUELY NAZARE ARAUJO CAVALCANTE DE MACEDO EXECUTADO:MARISBELA ARRUDA COIMBRA. Processo nÂº Â 0014372-06.2013.8.14.0301 Exequente: Â FERNANDO ANTONIO CAVALEIRO DE MACEDO Executado: Â LUIZ CARLOS CAVALEIRO DE MACEDO e outro DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Trata-se de execuÃ§Ã£o de tÃ-tulo extrajudicial. Â Â Â Â Â Foi realizada tentativa de bloqueio SISBAJUD nos ativos financeiros dos executados, o qual foi parcialmente frutÃ-fero (fls. 319/321). Â Â Â Â Â O executado LUIZ CARLOS

CAVALEIRO DE MACEDO apresentou manifestaÃ§Ã£o ao resultado do SISBAJUD, aduzindo que foram penhorados valores referentes aos seus vencimentos, pugnando pelo desbloqueio do valor de R$ 3.155,25 (trÃªs mil, cento e cinquenta e vinte e cinco centavos) (fls. 333/334). Â Â Â Â Â A parte exequente apresentou manifestaÃ§Ã£o (fls. 339/343). Â Â Â Â Â Ã o que importa relatar. Decido. Â Â Â Â Â Pois bem, trata-se de impugnaÃ§Ã£o Ã constriÃ§Ã£o de dinheiro, alegando o executado que houve penhora de proventos de aposentadoria e salÃ¡rio. Â Â Â Â Â Em regra, sÃ£o impenhorÃ¡veis os vencimentos, os subsÃ-dios, os soldos, os salÃ¡rios, as remuneraÃ§Ãµes, os proventos de aposentadoria, as pensÃµes, os pecÃºlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua famÃ-lia, os ganhos de trabalhador autÃ´nomo e os honorÃ¡rios de profissional liberal, nos termos do inciso IV do art. 833 do CPC. Â Â Â Â Â No caso dos autos, foi realizada tentativa de penhora online via SISBAJUD do valor de 3.212.233,92 (trÃªs milhÃµes, duzentos e doze mil, duzentos e trinta e trÃªs reais, noventa e dois centavos), nos ativos financeiros do executado LUIZ CARLOS CAVALEIRO DE MACEDO e da coexecutada, tendo sido bloqueado o valor de R$ 3.155,25 (trÃªs mil, cento e cinquenta e vinte e cinco centavos) do primeiro executado (fls. 333/334). Â Â Â Â Â Analisando-se os documentos apresentados pela parte executada, em especial o seu contracheque de fl. 337 e documento de fl. 336, verifica-se que recebe proventos de aposentadoria no valor de R$ 1.905,67 (um mil, novecentos e cinco reais e sessenta e sete centavos), bem como o valor de R$ 3.662,36 (trÃªs mil, seiscentos e sessenta e dois reais e trinta e seis centavos) a tÃ-tulo de salÃ¡rio. Â Â Â Â Â Ademais, consta no extrato de sua conta corrente que os referidos valores foram recebidos em sua conta bancÃ¡ria objeto de penhora online, bem como que o bloqueio recaiu sobre esses valores (fl. 338v.), de modo que resta evidente a impenhorabilidade desses valores. Â Â Â Â Â Ã importante destacar que Ã© possÃ-vel a mitigaÃ§Ã£o dessa impenhorabilidade na hipÃ³tese de se tratar de crÃ©dito de natureza alimentar ou os valores recebidos pelo executado forem superiores a 50 salÃ¡rios mÃ-nimos mensais. Â Â Â Â Â Ã esse o entendimento da jurisprudÃªncia do Superior Tribunal de JustiÃ§a acerca do tema: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÃGIDE DO NCPC. AÃÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO CUMULADA COM COBRANÃA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE PENHORA. VERBA SALARIAL. IMPENHORABILIDADE. MITIGAÃÃO. EXCEÃÃES PREVISTAS EM LEI. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. Aplica-se o NCPC a este recurso ante os termos no Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo PlenÃ¡rio do STJ na sessÃ£o de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisÃµes publicadas a partir de 18 de marÃ§o de 2016) serÃ£o exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC. 2. A impenhorabilidade salarial pode ser mitigada quando (1) o crÃ©dito ostentar natureza alimentar; ou (2) os valores recebidos pelo devedor foram superiores a 50 salÃ¡rios mÃ-nimos mensais, ressalvadas as particularidades do caso concreto. 3. NÃ£o sendo a linha argumentativa apresentada capaz de evidenciar a inadequaÃ§Ã£o dos fundamentos invocados pela decisÃ£o agravada, o presente agravo nÃ£o se revela apto a alterar o conteÃºdo do julgado impugnado, devendo ele ser integralmente mantido em seus prÃ³prios termos. 4. Agravo interno nÃ£o provido. (AgInt no AREsp 1842638/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/09/2021, DJe 23/09/2021). (grifos acrescidos) PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÃGIDE DO NCPC. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÃÃO DE COBRANÃA. CRÃDITO ORIUNDO DE HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS. PROVENTOS DE APOSENTADORIA. IMPENHORABILIDADE. EXCEÃÃO. VALORES QUE EXCEDAM 50 SALÃRIOS MÃNIMOS. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. Aplica-se o NCPC a este recurso ante os termos no Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo PlenÃ¡rio do STJ na sessÃ£o de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisÃµes publicadas a partir de 18 de marÃ§o de 2016) serÃ£o exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC. 2. A exceÃ§Ã£o Ã impenhorabilidade das verbas salariais ou, como no caso, dos proventos de aposentadoria, aplica-se apenas quando os rendimentos excederem 50 salÃ¡rios mÃ-nimos. Precedentes. 3. Conforme a orientaÃ§Ã£o recentemente firmada pela Corte Especial desta egrÃ©gia Corte Superior, nÃ£o Ã© possÃ-vel a mitigaÃ§Ã£o da impenhorabilidade de verba salarial do devedor quando se tratar de crÃ©dito lastreado em honorÃ¡rios advocatÃ-cios. 4. Agravo interno nÃ£o provido. (AgInt no REsp 1909695/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/09/2021, DJe 23/09/2021). (grifos acrescidos) AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÃTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÃNCIA RECURSAL DA PARTE AGRAVADA. 1. ViolaÃ§Ã£o ao artigo 1.022 do CPC/15 nÃ£o configurada. AcÃ³rdÃ£o estadual que enfrentou os aspectos essenciais Ã resoluÃ§Ã£o da controvÃ©rsia de forma ampla e fundamentada, sem omissÃµes. Precedentes. 2. Nos termos da orientaÃ§Ã£o jurisprudencial adotada por esta Colenda Corte, inobstante a oposiÃ§Ã£o de embargos de

declaraÃ§Ã£o, nÃ£o considera suficiente, para fins de configuraÃ§Ã£o do prequestionamento, que a matÃ©ria tenha sido suscitada pelas partes em suas razÃµes recursais ou apenas citada no acÃ³rdÃ£o como "considerada ou dada por prequestionada", mas sim que a respeito do tema tenha havido efetivo debate no aresto recorrido. 3. Esta Corte possui entendimento no sentido de que "a regra geral da impenhorabilidade dos vencimentos, dos subsÃ-dios, dos soldos, dos salÃ¡rios, das remuneraÃ§Ãµes, dos proventos de aposentadoria, das pensÃµes, dos pecÃºlios e dos montepios, bem como das quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua famÃ-lia, dos ganhos de trabalhador autÃ´nomo e dos honorÃ¡rios de profissional liberal poderÃ¡ ser excepcionada, nos termos do art. 833, IV, c/c o Â§ 2Âº do CPC/2015, quando se voltar: I) para o pagamento de prestaÃ§Ã£o alimentÃ-cia, de qualquer origem, independentemente do valor da verba remuneratÃ³ria recebida; e II) para o pagamento de qualquer outra dÃ-vida nÃ£o alimentar, quando os valores recebidos pelo executado forem superiores a 50 salÃ¡rios mÃ-nimos mensais, ressalvando-se eventuais particularidades do caso concreto. Em qualquer circunstÃ¢ncia, deverÃ¡ ser preservado percentual capaz de dar guarida Ã dignidade do devedor e de sua famÃ-lia" (AgInt no REsp 1407062/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 26/02/2019, DJe 08/04/2019). 4. Agravo interno desprovido. (AgInt no REsp 1914984/MS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 23/08/2021, DJe 26/08/2021) (grifos acrescidos) Â Â Â Â Â Todavia, no caso dos autos, nÃ£o se trata de prestaÃ§Ã£o alimentÃ-cia, tampouco consta nos autos que o executado possui salÃ¡rio superior a 50 salÃ¡rios mÃ-nimos. Â Â Â Â Â Em virtude disso, nÃ£o Ã© possÃ-vel a manutenÃ§Ã£o da penhora sobre o salÃ¡rio da parte executada. Â Â Â Â Â Assim, nÃ£o hÃ¡ dÃºvidas de que houve penhora dos vencimentos, devendo ser imediatamente efetuado o desbloqueio do valor de R$ 3.155,25 (trÃªs mil, cento e cinquenta e vinte e cinco centavos) do executado LUIZ CARLOS CAVALEIRO DE MACEDO, via SISBAJUD, bem como a sua repetiÃ§Ã£o de bloqueio, haja vista a sua impenhorabilidade, nos termos do inciso IV do art. 833 do CPC. Â Â Â Â Â Quanto ao bloqueio no valor de R$ 189.418,45 (cento e oitenta e nove mil, quatrocentos e dezoito reais e quarenta e cinco centavos) certifique a Secretaria se a executada SUELY NAZARÃ ARAUJO CAVALEIRO DE MACEDO possui advogado habilitado nos autos, bem como se foi devidamente intimada da referida penhora online. Â Â Â Â Â Na hipÃ³tese de nÃ£o possuir advogado habilitado nos autos, intime-se a referida executada, pessoalmente por carta com avisa de recebimento, a fim de que tenha ciÃªncia da penhora online, nos termos do art. 854, Â§ 2Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Saliente-se que apenas serÃ¡ possÃ-vel levantamento desse valor apÃ³s a intimaÃ§Ã£o da executada e analisada eventual impugnaÃ§Ã£o Ã penhora. Â Â Â Â Â Ademais, tendo em vista que houve um erro material na expediÃ§Ã£o do mandado de fl. 344, expeÃ§a-se novo mandado de penhora e avaliaÃ§Ã£o do imÃ³vel indicado na petiÃ§Ã£o de fls. 347/348, com isenÃ§Ã£o de custas para a parte exequente, haja vista que nÃ£o deu causa para o erro material. Â Â Â Â Â Por fim, certifique a Secretaria se foi cumprida integralmente a decisÃ£o de fls. 316/318. Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 09 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00145221620158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Cumprimento de sentença em: 11/11/2021 REQUERENTE:AUREA CELESTE SERRUYA HAGE Representante(s): OAB 25210 - LUAN VULCAO RANIERI BRITO (ADVOGADO) REQUERIDO:WALLACE RENATO ALMEIDA DA SILVA Representante(s): OAB 18238 - FERNANDO HENRIQUE MENDONCA MAIA (ADVOGADO) OAB 19551 - TALITA REIS MAGALHAES (ADVOGADO) OAB 20192 - CAMILA GOES VIANA (ADVOGADO) OAB 14597 - YURI JORDY NASCIMENTO FIGUEIREDO (ADVOGADO) OAB 15009 - TIAGO FERREIRA DA CUNHA (ADVOGADO) REQUERIDO:ARACIR REGIS D ALMEIDA Representante(s): OAB 2020 - VANJA COSTA DE MENDONCA (ADVOGADO) REQUERIDO:ELEONOR MARIA MARTINS ALVES DALMEIDA Representante(s): OAB 2020 - VANJA COSTA DE MENDONCA (ADVOGADO) . R. H. Â Â Â Â Â Â Â Analisando os presentes autos, verifica-se a interposiÃ§Ã£o de embargos de declaraÃ§Ã£o Ã s fls. 236/247, interposto pela parte Requerente, questionando a sentenÃ§a de fls. 232/233. Â Â Â Â Â Â Â A parte Embargada nÃ£o ofereceu manifestaÃ§Ã£o, apesar de intimada para tanto. Â Â Â Â Â Â Â Era o que se tinha a relatar. Passa-se a decidir. Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1.022, do CPC/2015, cabem Embargos de DeclaraÃ§Ã£o contra qualquer decisÃ£o judicial para: esclarecer obscuridade ou eliminar contradiÃ§Ã£o; suprir omissÃ£o de ponto ou questÃ£o sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofÃ-cio ou a requerimento e/ou corrigir erro material. Â Â Â Â Â Â Â O Embargante nÃ£o demonstrou as hipÃ³teses de cabimento dos Embargos de DeclaraÃ§Ã£o, quais sejam a omissÃ£o, contradiÃ§Ã£o, obscuridade ou erro material que se mostra presente, rediscutindo, em essÃªncia, o mÃ©rito da decisÃ£o recorrida. Â Â Â Â Â Â Â Tal articulaÃ§Ã£o mostra incabÃ-vel, devendo a parte Embargante manejar o recurso cabÃ-vel para referida rediscussÃ£o do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Ex positis, este juÃ-zo desacolhe os Embargos de DeclaraÃ§Ã£o opostos, mantendo in totum a decisÃ£o

questionada. Â Â Â Â Â Â Â Digitalizem-se os presentes autos, migrando-os para o PJE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 09 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00152072320158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Usucapião em: 11/11/2021 AUTOR:CLERISTON LOPES DA SILVA Representante(s): OAB 11282 - ANA PAULA PEREIRA MARQUES VIEIRA (DEFENSOR) REU:FRANCISCA DE ASSIS COSTA. Processo nÂº 00152072320158140301 Requerente: Creriston Lopes da Silva e Iracimar das GraÃ§as Costa da Silva Requerido: EspÃ³lio de Francisca de Assis Costa. Despacho Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de UsucapiÃ£o proposta por Cleriston Lopes da Silva e Iracimar das GraÃ§as Costa da Silva em face de EspÃ³lio de Francisca de Assis Costa. Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifica-se a juntada da planta geogrÃ¡fica, a citaÃ§Ã£o dos confinantes dos lados direito e esquerdo (fls. 40 e 42); a manifestaÃ§Ã£o das Fazendas Municipal e Estadual (fls. 47 e 48); CertidÃµes dos CartÃ³rios de imÃ³veis do Primeiro e Segundo OfÃ-cio afirmando que os Autores nÃ£o sÃ£o proprietÃ¡rios de bens imÃ³veis nas circunscriÃ§Ã£o (fls. 16, 17, 19 e 46); a Planta do bem (fls. 21/28); juntada do endereÃ§o da confinante dos fundos (fls. 87); ausÃªncia de citaÃ§Ã£o do espÃ³lio da RÃ© (fls. 81); ausÃªncia de manifestaÃ§Ã£o da Caixa EconÃ´mica nos autos (fls.73). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â o que se tem para relatar. Passa-se a decidir: a)Â Â Â Â Â Considerando as informaÃ§Ãµes de fls. 68 e 81, publique-se edital para a citaÃ§Ã£o do espÃ³lio de Francisca de Assis Costa (CPF NÂº: 103.556.262-58), pelo prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 256, I, do novo CPC (Art. 256.A citaÃ§Ã£o por edital serÃ¡ feita: I - quando desconhecido ou incerto o citando;), devendo constar no edital a advertÃªncia de que a revelia importarÃ¡ em nomeaÃ§Ã£o de curador especial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A nova publicaÃ§Ã£o resta necessÃ¡ria haja vista que o edital de fls. 37 nÃ£o menciona o espÃ³lio da de cujus. Â b)Â Â Â Â Â O prazo de contestaÃ§Ã£o inicia-se do tÃ©rmino do prazo estipulado nos termos do art. 231, IV, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â c) Publique-se, o edital, nas plataformas disponibilizadas pelo TJE/PA e CNJ, nos termos do art.257, II, do NCPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â d) Apresentando defesa, a parte RÃ©, deverÃ¡ a parte autora ser intimada, por ato ordinatÃ³rio, caso entenda necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â e) Ultrapassado os prazos das publicaÃ§Ãµes e defesa, sendo o RÃ©u inerte, remeta-se os autos ao Curador Especial, nos termos do art. 72, II do CPC (Â¿Art. 72. Â O juiz nomearÃ¡ curador especial ao: II - rÃ©u preso revel, bem como ao rÃ©u revel citado por edital ou com hora certa, enquanto nÃ£o for constituÃ-do advogado.Â¿). Â Â Â Â Â Â Â Â Â f) De forma alternativa, com objetivo de exaurir qualquer possibilidade de encontrar interessados, cite-se Alfredo Barroso Cruz Filho, sobrinho da RÃ©, residente na Passagem Eliete, nÂº 32, entre BarÃ£o do Triunfo e Muriti, bairro Marco, em BelÃ©m-PA, para que apresente defesa nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â g) A planta juntada nos autos (fls. 27) traz apenas as dimensÃµes da Ã¡rea construÃ-da (7,42m x 6,38m x 7,52m x 5,60m). Desta forma, esclareÃ§a, a parte autora, sob pena de inÃ©pcia da inicial, se a Ã¡rea que pretende usucapir corresponde apenas a o imÃ³vel edificado, no prazo de 15 (quinze) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â h) ExpeÃ§a-se mandado de citaÃ§Ã£o para confinante dos fundos do bem usucapiendo, Sra. Gilbertina (fls. 87), no endereÃ§o na Passagem SÃ£o Luiz, nÂº 18, entre Senador Lemos e Quarubas, bairro Sacramenta.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â i) Considerando que o Banco Nacional de HabitaÃ§Ã£o (BNH) foi substituÃ-do pela Caixa EconÃ´mica Federal, nos termos da Decreto Lei nÂº 2291/1986, intime-se, por mandado, a Caixa EconÃ´mica Federal (CEF), na pessoa de seu representante, no endereÃ§o Avenida Governador JosÃ© Malcher, nÂº 2723, SÃ£o BrÃ¡s, BelÃ©m ParÃ¡, CEP: 66090-100, para que no prazo de 30 (trinta) dias manifeste ou nÃ£o interesse na causa, haja vista que a CODEM indicou o BNH como proprietÃ¡rio da Ã¡rea maior em que estÃ¡ inserido o bem usucapiendo Â Â Â Â Â Â Â Â Â j) Por tratar-se de usucapiÃ£o especial urbana, expeÃ§a-se ofÃ-cio, por malote digital, ao CartÃ³rio de ImÃ³veis do 3Âº OfÃ-cio da Capital para que informe se os autores da demanda de usucapiÃ£o (Creriston Lopes da Silva - CPF 333.619.672-87 e Iracimar das GraÃ§as Costa da Silva - CPF 402.566.772-04) sÃ£o proprietÃ¡rios de imÃ³veis nas respectivas circunscriÃ§Ãµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â l) Constata-se, Ã s fls. 52, que a UniÃ£o foi intimada por Aviso de Recebimento, o que contraria as disposiÃ§Ãµes do art. 269, Â§3Âº do CPC. Desta forma, remeta-mse os autos a Procuradoria da UniÃ£o, no Estado do ParÃ¡ (endereÃ§o na Avenida Assis de Vasconcelos, nÂº 625, bairro Campina, CEP: 66.017-070, BelÃ©m/PA), para que manifeste eventual interesse jurÃ-dico na demanda de usucapiÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Serve como mandado, carta ou oficio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 09 de novembro de 2021. Augusto Cesar da Luz Cavalcante Juiz de Direito, Titular da 6Âª vara CÃ-vel da Capital. PROCESSO: 00154454220158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 11/11/2021 REQUERENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 17883 - MARINA SOUZA DE ALMEIDA (ADVOGADO) OAB 18663 - SAMMARA ENITA CORREA VIEIRA (ADVOGADO) OAB 20455-A - MAURO

PAULO GALERA MARY (ADVOGADO) OAB 5109 - LUCIA CRISTINA PINHO ROSAS (ADVOGADO) REQUERIDO:AROLDO ERNESTO LIMA VALDEZ. Processo nÂº: Â 0015445-42.2015.8.14.0301 Exequente: Â BANCO BRADESCO S.A. Executado: Â AROLDO ERNESTO LIMA VALDEZ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Trata-se de execuÃ§Ã£o de tÃ-tulo extrajudicial. Â Â Â Â Â Â Foi determinada a suspensÃ£o do feito pelo prazo de 01 (um) ano a fim de que a parte exequente indicasse bens penhorÃ¡veis dos executados, com fundamento no art. 921, Â§2Âº, do CÃ³digo de Processo Civil (fls. 60/61). Â Â Â Â Â Â Foi certificado que transcorreu o prazo de suspensÃ£o do feito (fl. 100). Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Verifica-se que transcorreu o prazo de 01 (um) ano de suspensÃ£o sem que tenham sido encontrados bens penhorÃ¡veis em nome dos executados. Â Â Â Â Â Â Ã pressuposto, pois, Ã continuidade regular do processo de execuÃ§Ã£o a existÃªncia de bens livres no patrimÃ´nio do devedor, o que nÃ£o se verifica nos autos do processo. Â Â Â Â Â Â Cumpre salientar o teor do art. 921, Â§2Âº, do CÃ³digo de Processo Civil: Â¿Art. 921. Â Suspende-se a execuÃ§Ã£o: (...) Â§ 2oÂ Decorrido o prazo mÃ¡ximo de 1 (um) ano sem que seja localizado o executado ou que sejam encontrados bens penhorÃ¡veis, o juiz ordenarÃ¡ o arquivamento dos autosÂ¿. Â Â Â Â Â Â O arquivamento dos autos quando nÃ£o existem bens a penhorar Ã©, evidentemente, disposiÃ§Ã£o coerente com a realidade do JudiciÃ¡rio brasileiro, o qual, mesmo em anÃ¡lise superficial, nÃ£o tem condiÃ§Ãµes de prosseguir indefinidamente com execuÃ§Ãµes inÃ³cuas, especialmente apÃ³s esgotados todos os meios de constriÃ§Ã£o patrimonial disponÃ-veis. Â Â Â Â Â Â Ratifico que nÃ£o se trata de medida que implique na extinÃ§Ã£o do crÃ©dito. De fato, o Â§3Âº dispÃµe que Â¿os autos serÃ£o desarquivados para prosseguimento da execuÃ§Ã£o se a qualquer tempo forem encontrados bens penhorÃ¡veisÂ¿. Â Â Â Â Â Â Assim, atÃ© a eventual prescriÃ§Ã£o do crÃ©dito, o exequente poderÃ¡, sempre que identificar bens penhorÃ¡veis, requerer o desarquivamento do feito e prosseguimento da execuÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Ã esse o entendimento da jurisprudÃªncia pÃ¡tria acerca do tema: (TRF4-0853944) ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. FIES. TÃTULO JUDICIAL. PRESCRIÃÃO. NÃO OCORRÃNCIA. SUSPENSÃO DA EXECUÃÃO. 1. Uma vez suspenso o processo de execuÃ§Ã£o em razÃ£o da ausÃªncia de bens penhorÃ¡veis do executado (art. 921, III, Â§ 1Âº do novo CPC), o prazo referente Ã prescriÃ§Ã£o intercorrente nÃ£o flui durante o perÃ-odo em que o processo executivo encontrar-se suspenso. ApÃ³s o tÃ©rmino da suspensÃ£o, contudo, a contagem do prazo prescricional tem inÃ-cio. Somente se decorridos mais de 5 (cinco anos) de inÃ©rcia da parte a Exequente em impulsionar efetivamente a execuÃ§Ã£o, mesmo intimada para tanto e sem computar os perÃ-odos de suspensÃ£o por ausÃªncia de localizaÃ§Ã£o de bens penhorÃ¡veis, se consuma a prescriÃ§Ã£o intercorrente, causa extintiva da execuÃ§Ã£o. 2. ApÃ³s o decurso do prazo anual de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o sem localizaÃ§Ã£o de bens penhorÃ¡veis, Ã© cabÃ-vel o arquivamento dos autos, nos termos do art. 921 Â§ 2Âº, do novo CPC. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel nÂº 5063490-40.2016.4.04.7100, 3Âª Turma do TRF da 4Âª RegiÃ£o, Rel. RogÃ©rio Favreto. j. 05.12.2017, unÃ¢nime). (grifos acrescidos) (TRF4-0657918) PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÃÃO DE TÃTULO EXTRAJUDICIAL. SUSPENSÃO DA EXECUÃÃO. Ã medida que nÃ£o localizados bens penhorÃ¡veis do executado para prosseguimento da execuÃ§Ã£o, tem-se que a medida cabÃ-vel Ã©, de fato, a suspensÃ£o do feito pelo prazo de um ano, restando suspensa, pelo mesmo lapso temporal, a prescriÃ§Ã£o executiva. Apenas apÃ³s o decurso do referido prazo anual sem localizaÃ§Ã£o de bens penhorÃ¡veis, Ã© cabÃ-vel o arquivamento dos autos, na inteligÃªncia do art. 921 Â§ 2Âº, do novo CPC. (Agravo de Instrumento nÂº 5007397-80.2017.4.04.0000, 3Âª Turma do TRF da 4Âª RegiÃ£o, Rel. Ricardo Teixeira do Valle Pereira. j. 30.05.2017, unÃ¢nime). (grifos acrescidos) (TJMG-1094056) AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÃÃO DE EXECUÃÃO. SUSPENSÃO DO FEITO. AUSÃNCIA DE BENS PENHORÃVEIS. CITAÃÃO DO EXECUTADO. DESNECESSIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Nos termos do art. 921, inciso III do CPC, suspende-se a execuÃ§Ã£o quando o executado nÃ£o possuir bens penhorÃ¡veis. 2. Nesta hipÃ³tese, a suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o Ã© limitada ao prazo de 01 (um) ano, durante o qual se suspenderÃ¡ a prescriÃ§Ã£o (art. 921, Â§ 1Âº do CPC). 3. Decorrido o prazo sem que o executado seja localizado ou que sejam encontrados bens passÃ-veis de penhora, o Juiz ordenarÃ¡ o arquivamento provisÃ³rio dos autos (art. 921, Â§ 2Âº do CPC). 4. A suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o nÃ£o estÃ¡ condicionada Ã citaÃ§Ã£o da parte executada, sendo suficiente o requerimento da parte exequente. (Agravo de Instrumento nÂº 0961898-59.2017.8.13.0000 (1), 11Âª CÂ¢mara CÃ-vel do TJMG, Rel. Marcos Lincoln. j. 06.06.2018, Publ. 12.06.2018). (grifos acrescidos) Â Â Â Â Â Â Portanto, nÃ£o hÃ¡ qualquer prejuÃ-zo ao credor, com o arquivamento, pois que este pode ser desfeito, satisfeita a hipÃ³tese de incidÃªncia, retornando-se ao prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Â No caso concreto, verifico apÃ³s a decisÃ£o interlocutÃ³ria que determinou a aplicaÃ§Ã£o do art. 921, Â§Â§1Âº e 2Âº do CÃ³digo de Processo Civil, a parte exequente nÃ£o indicou bens passÃ-veis de penhora, motivo pelo qual se impÃµe o arquivamento dos autos. Â Â Â Â Â Â Este processo nÃ£o pode, repisa-se, continuar a ocupar a

atenÃ§Ã£o da vara, enquanto o credor nÃ£o promover a localizaÃ§Ã£o de patrimÃ´nio do devedor, razÃ£o do arquivamento (passÃ-vel de ser revertido) porque frustrada a execuÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Fica intimada a parte exequente para o recolhimento de eventuais custas pendentes, no prazo de 10 (dez) dias. NÃ£o havendo o pagamento das custas processuais no prazo de 10 (dez) dias da publicaÃ§Ã£o desta, intime-se a parte autora pessoalmente, por meio de carta com aviso de recebimento, para o adimplemento no prazo de 10 (dez) dias. Persistindo a inÃ©rcia, extraia-se, a Secretaria Judicial, independentemente de nova conclusÃ£o, a respectiva certidÃ£o para inscriÃ§Ã£o do dÃ©bito na DÃ-vida Ativa do Estado. Â Â Â Â Â Â Destaca-se que, na hipÃ³tese de localizados bens penhorÃ¡veis, pelo credor, pois que o Poder JudiciÃ¡rio nÃ£o logrou referido Ãªxito, nÃ£o obstante as tentativas contidas do caderno processual, os autos podem ser desarquivados, a qualquer tempo, para prosseguimento da execuÃ§Ã£o, nos termos do art. 921, Â§3Âº, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Assim, cumpridas as determinaÃ§Ãµes anteriores, proceda-se a Secretaria Judicial com o arquivamento dos autos. Â Â Â Â Â Â Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 10 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00165451820038140301 PROCESSO ANTIGO: 20031027435 9 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Alvará Judicial em: 11/11/2021 AUTOR:ROSA AMELIA BENTES CAVALCANTE AUTOR:MARIA AMELIA BENTES CAVALCANTE Representante(s): EDILSON JOSE LISBOA AGRASSAR (ADVOGADO) AUTOR:AMYNTOR JOSE BENTES CAVALCANTE JUNIOR AUTOR:CARLA NELY BENTES CAVALCANTE. Processo nÂº:Â 0016545-18.2003.8.14.0301 Autor:Â Â MARIA AMELIA BENTES CAVALCANTE e outros DECISÃO Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o de alvarÃ¡ judicial em que a autora pleiteia a atualizaÃ§Ã£o do alvarÃ¡ autorizando a inventariante a promover a venda do imÃ³vel objeto da demanda (fl. 59). Â Â Â Â Â Â Analisando-se os autos, verifica-se que a parte requerente pretende promover a venda de um imÃ³vel por AlvarÃ¡ Judicial pertencente Ã pessoa falecida, matÃ©ria esta afeta ao direito das sucessÃµes e, por conseguinte, nÃ£o incluÃ-da na competÃªncia desta vara. Desse modo, declaro a incompetÃªncia deste juÃ-zo para processar e julgar o presente feito e determino sua redistribuiÃ§Ã£o para uma das varas de sucessÃµes da comarca da capital, tudo com fundamento no art. 64, Â§3Â°, do CPC/2015. Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 10 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00175643820118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Monitória em: 11/11/2021 AUTOR:AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA Representante(s): OAB 920 - DEUSDEDITH FREIRE BRASIL (ADVOGADO) OAB 21052 - DANIELLE BARBOSA SILVA PEREIRA (ADVOGADO) REU:DISTRIBUIDORA BRASIL LTDA REU:CYNTHIA SOARES CHADY REU:SERGIO CHAMIE CHADY. R. H. O feito jÃ¡ se encontra sentenciado no mÃ©rito, nÃ£o tendo a parte Requerente recolhido as custas para que se procedesse Ã intimaÃ§Ã£o da Requerida para o cumprimento de sentenÃ§a, assim, arquivem-se os autos, sem prejuÃ-zo de seu desarquivamento. Havendo necessidade de prosseguimento do feito, digitalizem-se os autos, migrando-os para o PJE. BelÃ©m, 10 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00189108820178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 REQUERENTE:J R CONFECCOES LTDA Representante(s): OAB 13919 - SAULO COELHO CAVALEIRO DE MACEDO PEREIRA (ADVOGADO) OAB 14815 - BERNARDO DE SOUZA MENDES (ADVOGADO) OAB 20208 - HELIO DE XEREZ E OLIVEIRA GOES JUNIOR (ADVOGADO) OAB 23227 - YAGO FANJAS PAIXAO (ADVOGADO) REQUERIDO:HELO PRODIGIO CONFECCOES LTDA ME REQUERIDO:BANCO BRADESCO /SA Representante(s): OAB 89774 - ACACIO FERNANDEZ ROBOREDO (ADVOGADO) OAB 17578 - ALBERTO ALVES DE MORAES (ADVOGADO) OAB 22311 - HASSEN SALES RAMOS FILHO (ADVOGADO) OAB 15733-A - JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO (ADVOGADO) OAB 19177-A - REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI (ADVOGADO) . Processo nÂº: Â 0018910-88.2017.8.14.0301 Autor: Â J R CONFECCOES LTDA RÃ©u: Â Â BANCO BRADESCO e outro Â Â Â Â Â Â DECISÃO Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Verifica-se que foi encerrada a instruÃ§Ã£o processual (fl. 165). Â Â Â Â Â Â Acerca das custas finais, antes da conclusÃ£o dos autos para sentenÃ§a, dispÃµe o Regimento de Custas e outras despesas processuais no Ã¢mbito do Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡ (Lei nÂº. 8.328/2015): Â¿Art. 26. O Diretor de Secretaria, antes da conclusÃ£o dos autos para sentenÃ§a, ou o SecretÃ¡rio de CÃ¢mara, antes da publicaÃ§Ã£o da pauta de julgamento, sob pena de responsabilidade, ressalvadas as hipÃ³teses de assistÃªncia judiciÃ¡ria e isenÃ§Ãµes legais, deverÃ¡ tramitar o processo Ã unidade de arrecadaÃ§Ã£o competente para que esta elabore a conta de custas

finais ou certifique a regularidade do recolhimento das custas processuais relativas aos atos atÃ© entÃ£o praticados. (...) Â§ 3Âº. Na hipÃ³tese de pendÃªncia de pagamento das custas processuais, apÃ³s a realizaÃ§Ã£o da conta de custas finais, o Diretor de Secretaria ou o SecretÃ¡rio de CÃ¢mara do TJPA providenciarÃ¡ a intimaÃ§Ã£o do autor para pagamento do respectivo boleto. (...) Art. 27. No momento da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a ou do acÃ³rdÃ£o as custas processuais devem estar devidamente quitadas, sob pena de responsabilidade do(s) magistrado(s), salvo os casos de assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita ou isenÃ§Ãµes legais.Â¿. Â Â Â Â Â Â Assim, remetam-se os autos Ã UNAJ para que esta elabore a conta de custas finais ou certifique a regularidade do recolhimento das custas processuais relativas aos atos atÃ© entÃ£o praticados, nos termos do art. 26 da Lei Estadual nÂº. 8.328/2015. Â Â Â Â Â Â Na hipÃ³tese de custas finais em aberto, intime-se a parte autora, por ato ordinatÃ³rio, a fim de que efetue o pagamento das respectivas custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias. Â Â Â Â Â Â Cumprida a diligÃªncia, com vistas a garantir a celeridade processual, digitalizem-se os presentes autos, migrando-os ao PJE, caso haja possibilidade. Â Â Â Â Â Â Independentemente da determinaÃ§Ã£o do item anterior, faculto as partes, caso exista interesse, nos termos da Portaria nÂº 1833/2020-GP/TJPA, de 3 de setembro de 2020, a possibilidade de anteciparem a virtualizaÃ§Ã£o do processo, conforme dispÃµe a norma mencionada: Â¿Art. 19. As partes, os procuradores ou os advogados que pretenderem antecipar a virtualizaÃ§Ã£o de processo ao sistema PJe poderÃ£o requerÃª-lo ao juiz da causa, fornecendo cÃ³pia digitalizada integral e sequencial de todas as folhas dos autos fÃ-sicos e dos feitos em apenso, quando presentes, em arquivo digital Ãºnico, em formato PDF, legÃ-vel e nomeado com o nÃºmero Ãºnico do processo (NUP), armazenado em mÃ-dia digitalÂ¿. Â Â Â Â Â Â Desse modo, mediante a apresentaÃ§Ã£o de cÃ³pia digitalizada integral e sequencial de todas as folhas dos autos fÃ-sicos e apensos, em arquivo digital Ãºnico, formato PDF, legÃ-vel e nomeado com o nÃºmero Ãºnico do processo, o que deve ser certificado pela secretaria, a formalizaÃ§Ã£o da digitalizaÃ§Ã£o dos autos resta plenamente possÃ-vel. Â Â Â Â Â Â Uma vez apresentada a digitalizaÃ§Ã£o, em mÃ-dia digital e entregue a Secretaria do JuÃ-zo, deve, a parte contrÃ¡ria, por ato ordinatÃ³rio, ser intimada para manifestar-se, em 05 (cinco) dias. Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo sem manifestaÃ§Ã£o nos autos e, com a certificaÃ§Ã£o de regularidade, emitida pela Secretaria do JuÃ-zo, nos termos da Portaria nÂº 1833/2020-GP/TJPA, de 3 de setembro de 2020, os autos passarÃ£o a tramitar pelo Sistema PJE. Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 10 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00195751220148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 11/11/2021 REQUERENTE:B V FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO Representante(s): OAB 14089 - RAFAEL DE SOUSA BRITO (ADVOGADO) OAB 20953-A - RODRIGO FRASSETTO GOES (ADVOGADO) OAB 43885 - GUSTAVO RODRIGUES GOES NICOLADELLI (ADVOGADO) REQUERIDO:JOSE MARIA DA COSTA SILVA. R. H. 1. Cumpra-se a intimaÃ§Ã£o pessoal determinada Ã s fls. 79 em nome de OMNI S/A, conforme decisÃ£o de fls. 61. 2. Digitalizem-se os autos, migrando-os para o PJE. 3. Proceda-se ao cadastramento adequado do polo ativo no sistema. BelÃ©m, 10 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00199371220028140301 PROCESSO ANTIGO: 20021023687 5 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 11/11/2021 REU:ALCIDES DA SILVA FURTADO ADVOGADO:CRISTOVINA P MACEDO AUTOR:MARCOS COELHO PANTOJA Representante(s): CRISTOVINA PINHEIRO MACEDO (ADVOGADO) REU:LOURIVAL MARTINS MENEZES. Processo nÂº Â 0019937-12.2002.8.14.0301 Exequente: Â MARCOS COELHO PANTOJA Executado: Â LOURIVAL MARTINS MENEZES e outro SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Foi determinada a suspensÃ£o do feito pelo prazo de 01 (um) ano a fim de que a parte exequente indicasse bens penhorÃ¡veis dos executados, com fundamento no art. 921, Â§2Âº, do CÃ³digo de Processo Civil (fls. 94/95). Â Â Â Â Â Â Foi certificado que transcorreu o prazo de suspensÃ£o do feito (fl. 102). Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Verifica-se que transcorreu o prazo de 01 (um) ano de suspensÃ£o sem que tenham sido encontrados bens penhorÃ¡veis em nome dos executados. Â Â Â Â Â Â Ã pressuposto, pois, Ã continuidade regular do processo de execuÃ§Ã£o a existÃªncia de bens livres no patrimÃ´nio do devedor, o que nÃ£o se verifica nos autos do processo. Â Â Â Â Â Â Cumpre salientar o teor do art. 921, Â§2Âº, do CÃ³digo de Processo Civil: Â¿Art. 921. Â Suspende-se a execuÃ§Ã£o: (...) Â§ 2oÂ Decorrido o prazo mÃ¡ximo de 1 (um) ano sem que seja localizado o executado ou que sejam encontrados bens penhorÃ¡veis, o juiz ordenarÃ¡ o arquivamento dos autosÂ¿. Â Â Â Â Â Â O arquivamento dos autos quando nÃ£o existem bens a penhorar Ã©, evidentemente, disposiÃ§Ã£o coerente com a realidade do JudiciÃ¡rio brasileiro, o qual, mesmo em anÃ¡lise superficial, nÃ£o tem condiÃ§Ãµes de prosseguir

indefinidamente com execuÃ§Ãµes inÃ³cuas, especialmente apÃ³s esgotados todos os meios de constriÃ§Ã£o patrimonial disponÃ-veis. Â Â Â Â Â Â Ratifico que nÃ£o se trata de medida que implique na extinÃ§Ã£o do crÃ©dito. De fato, o Â§3Âº dispÃµe que Â¿os autos serÃ£o desarquivados para prosseguimento da execuÃ§Ã£o se a qualquer tempo forem encontrados bens penhorÃ¡veisÂ¿. Â Â Â Â Â Â Assim, atÃ© a eventual prescriÃ§Ã£o do crÃ©dito, o exequente poderÃ¡, sempre que identificar bens penhorÃ¡veis, requerer o desarquivamento do feito e prosseguimento da execuÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Ã esse o entendimento da jurisprudÃªncia pÃ¡tria acerca do tema: (TRF4-0853944) ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. FIES. TÃTULO JUDICIAL. PRESCRIÃÃO. NÃO OCORRÃNCIA. SUSPENSÃO DA EXECUÃÃO. 1. Uma vez suspenso o processo de execuÃ§Ã£o em razÃ£o da ausÃªncia de bens penhorÃ¡veis do executado (art. 921, III, Â§ 1Âº do novo CPC), o prazo referente Ã prescriÃ§Ã£o intercorrente nÃ£o flui durante o perÃ-odo em que o processo executivo encontrar-se suspenso. ApÃ³s o tÃ©rmino da suspensÃ£o, contudo, a contagem do prazo prescricional tem inÃ-cio. Somente se decorridos mais de 5 (cinco anos) de inÃ©rcia da parte a Exequente em impulsionar efetivamente a execuÃ§Ã£o, mesmo intimada para tanto e sem computar os perÃ-odos de suspensÃ£o por ausÃªncia de localizaÃ§Ã£o de bens penhorÃ¡veis, se consuma a prescriÃ§Ã£o intercorrente, causa extintiva da execuÃ§Ã£o. 2. ApÃ³s o decurso do prazo anual de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o sem localizaÃ§Ã£o de bens penhorÃ¡veis, Ã© cabÃ-vel o arquivamento dos autos, nos termos do art. 921 Â§ 2Âº, do novo CPC. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel nÂº 5063490-40.2016.4.04.7100, 3Âª Turma do TRF da 4Âª RegiÃ£o, Rel. RogÃ©rio Favreto. j. 05.12.2017, unÃ¢nime). (grifos acrescidos) (TRF4-0657918) PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÃÃO DE TÃTULO EXTRAJUDICIAL. SUSPENSÃO DA EXECUÃÃO. Ã medida que nÃ£o localizados bens penhorÃ¡veis do executado para prosseguimento da execuÃ§Ã£o, tem-se que a medida cabÃ-vel Ã©, de fato, a suspensÃ£o do feito pelo prazo de um ano, restando suspensa, pelo mesmo lapso temporal, a prescriÃ§Ã£o executiva. Apenas apÃ³s o decurso do referido prazo anual sem localizaÃ§Ã£o de bens penhorÃ¡veis, Ã© cabÃ-vel o arquivamento dos autos, na inteligÃªncia do art. 921 Â§ 2Âº, do novo CPC. (Agravo de Instrumento nÂº 5007397-80.2017.4.04.0000, 3Âª Turma do TRF da 4Âª RegiÃ£o, Rel. Ricardo Teixeira do Valle Pereira. j. 30.05.2017, unÃ¢nime). (grifos acrescidos) (TJMG-1094056) AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÃÃO DE EXECUÃÃO. SUSPENSÃO DO FEITO. AUSÃNCIA DE BENS PENHORÃVEIS. CITAÃÃO DO EXECUTADO. DESNECESSIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Nos termos do art. 921, inciso III do CPC, suspende-se a execuÃ§Ã£o quando o executado nÃ£o possuir bens penhorÃ¡veis. 2. Nesta hipÃ³tese, a suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o Ã© limitada ao prazo de 01 (um) ano, durante o qual se suspenderÃ¡ a prescriÃ§Ã£o (art. 921, Â§ 1Âº do CPC). 3. Decorrido o prazo sem que o executado seja localizado ou que sejam encontrados bens passÃ-veis de penhora, o Juiz ordenarÃ¡ o arquivamento provisÃ³rio dos autos (art. 921, Â§ 2Âº do CPC). 4. A suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o nÃ£o estÃ¡ condicionada Ã citaÃ§Ã£o da parte executada, sendo suficiente o requerimento da parte exequente. (Agravo de Instrumento nÂº 0961898-59.2017.8.13.0000 (1), 11Âª CÃ¢mara CÃ-vel do TJMG, Rel. Marcos Lincoln. j. 06.06.2018, Publ. 12.06.2018). (grifos acrescidos) Â Â Â Â Â Â Portanto, nÃ£o hÃ¡ qualquer prejuÃ-zo ao credor, com o arquivamento, pois que este pode ser desfeito, satisfeita a hipÃ³tese de incidÃªncia, retornando-se ao prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Â No caso concreto, verifico apÃ³s a decisÃ£o interlocutÃ³ria que determinou a aplicaÃ§Ã£o do art. 921, Â§Â§1Âº e 2Âº do CÃ³digo de Processo Civil, a parte exequente nÃ£o indicou bens passÃ-veis de penhora, motivo pelo qual se impÃµe o arquivamento dos autos. Â Â Â Â Â Â Este processo nÃ£o pode, repisa-se, continuar a ocupar a atenÃ§Ã£o da vara, enquanto o credor nÃ£o promover a localizaÃ§Ã£o de patrimÃ´nio do devedor, razÃ£o do arquivamento (passÃ-vel de ser revertido) porque frustrada a execuÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Fica intimada a parte exequente para o recolhimento de eventuais custas pendentes, no prazo de 10 (dez) dias. NÃ£o havendo o pagamento das custas processuais no prazo de 10 (dez) dias da publicaÃ§Ã£o desta, intime-se a parte autora pessoalmente, por meio de carta com aviso de recebimento, para o adimplemento no prazo de 10 (dez) dias. Persistindo a inÃ©rcia, extraia-se, a Secretaria Judicial, independentemente de nova conclusÃ£o, a respectiva certidÃ£o para inscriÃ§Ã£o do dÃ©bito na DÃ-vida Ativa do Estado. Â Â Â Â Â Â Destaca-se que, na hipÃ³tese de localizados bens penhorÃ¡veis, pelo credor, pois que o Poder JudiciÃ¡rio nÃ£o logrou referido Ãªxito, nÃ£o obstante as tentativas contidas do caderno processual, os autos podem ser desarquivados, a qualquer tempo, para prosseguimento da execuÃ§Ã£o, nos termos do art. 921, Â§3Âº, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Assim, cumpridas as determinaÃ§Ãµes anteriores, proceda-se a Secretaria Judicial com o arquivamento dos autos. Â Â Â Â Â Â Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 10 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00199530320108140301 PROCESSO ANTIGO: 20101029762 5 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o:

Processo de Execução em: 11/11/2021 EXEQUENTE:BANPARA S.A. Representante(s): OAB 10742 - ALICE CRISTINA DE SOUZA COELHO (ADVOGADO) OAB 10270 - LETICIA DAVID THOME (ADVOGADO) WALCIMARA ALINE MOREIRA CARDOSO (ADVOGADO) EXECUTADO:ARIOSTO CARDOSO PAES JUNIOR Representante(s): OAB 6469 - ARIOSTO CARDOSO PAES JUNIOR (ADVOGADO) EXECUTADO:ALTAISE VIEIRA DOS SANTOS. Processo nÂº: Â 0019953-03.2010.8.14.0301 Exequente: Â BANCO DO ESTADO DO PARA Executado: Â ARIOSTO CARDOSO PAES JUNIOR e outro Â Â Â Â Â Â DECISÃO Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o execuÃ§Ã£o de tÃ-tulo extrajudicial. Â Â Â Â Â Â A parte exequente requereu o bloqueio via SISBAJUD e RENAJUD (fls. 73/76). Â Â Â Â Â Â Era o que tinha a relatar. Passo a decidir. Â Â Â Â Â Tendo em vista o lapso temporal desde a Ãºltima tentativa de penhora online, passo a analisar o pedido de bloqueio via SISBAJUD. Â Â Â Â Â No que concerne a penhora eletrÃ´nica, assim dispÃµe o CÃ³digo de Processo Civil: Â¿Art. 854. Para possibilitar a penhora de dinheiro em depÃ³sito ou em aplicaÃ§Ã£o financeira, o juiz, a requerimento do exequente, sem dar ciÃªncia prÃ©via do ato ao executado, determinarÃ¡ Ã s instituiÃ§Ãµes financeiras, por meio de sistema eletrÃ´nico gerido pela autoridade supervisora do sistema financeiro nacional, que torne indisponÃ-veis ativos financeiros existentes em nome do executado, limitando-se a indisponibilidade ao valor indicado na execuÃ§Ã£oÂ¿. (grifo nosso). Â Â Â Â Â Â Nessa lÃ³gica, verificado o dÃ©bito, impÃµe-se o deferimento do pedido e a consulta aos sistemas disponibilizados ao Poder JudiciÃ¡rio a fim de proceder Ã penhora eletrÃ´nica. Destaca-se, ainda, que o bloqueio prescinde, inclusive, de esgotamento de meio extrajudiciais, conforme se verifica de entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de JustiÃ§a (STJ) no Tema/Repetitivo nÂº 425, o qual dispÃµe: A utilizaÃ§Ã£o do Sistema BACEN-JUD, no perÃ-odo posterior Ã vacatio legis da Lei 11.382/2006 (21.01.2007), prescinde do exaurimento de diligÃªncias extrajudiciais, por parte do exequente, a fim de se autorizar o bloqueio eletrÃ´nico de depÃ³sitos ou aplicaÃ§Ãµes financeiras. Â Â Â Â Â Desse modo e em observÃ¢ncia aos princÃ-pios da economia processual, efetividade da prestaÃ§Ã£o jurisdicional, duraÃ§Ã£o razoÃ¡vel do processo, bem como considerando o que dispÃµe o CÃ³digo de Processo Civil sobre a matÃ©ria e, notadamente, a ordem preferencial de penhora exarada no art. 835 do diploma processual, procedo a tentativa de constriÃ§Ã£o de valores em desfavor da parte executada ARIOSTO CARDOSO PAES JUNIOR (CPF nÂº 540.878.567-04) e ALTAISE VIEIRA DOS SANTOS (CPF nÂº 001.908.122-73), no valor de R$ 27.614,47 (vinte e sete mil, seiscentos e quatorze reais e quarenta e sete centavos). Â Â Â Â Â Considerando a possibilidade de a penhora online nÃ£o lograr Ãªxito ou ser insuficiente para adimplir o dÃ©bito, procedo a tentativa de bloqueio via sistema RENAJUD, destacando que essa medida Ã© perfeitamente possÃ-vel para adimplir o dÃ©bito. De fato, nesse sentido: PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÃÃO FISCAL. RESTRIÃÃO DE CIRCULAÃÃO DE VEÃCULO. RENAJUD. POSSIBILIDADE. 1. O Superior Tribunal de JustiÃ§a possui precedentes favorÃ¡veis Ã possibilidade de restriÃ§Ã£o de circulaÃ§Ã£o de veÃ-culo, por via do sistema RENAJUD, para viabilizar a localizaÃ§Ã£o e apreensÃ£o do bem, a fim de que seja realizada a penhora e a consequente satisfaÃ§Ã£o do crÃ©dito exequendo. Nesse sentido, as seguintes decisÃµes monocrÃ¡ticas: REsp 1.669.427/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 9/6/2017; AREsp 1.165.070/MG, Rel. Ministro Marco AurÃ©lio Bellizze, DJe 7/11/2017; AREsp 1.076.857/MG, Rel. Ministro Luis Felipe SalomÃ£o, DJe 5/5/2017; AREsp 1.071.742/MG, Rel. Ministra Isabel Gallotti, DJe 18/4/2017; AREsp 1.062.167/MG, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, DJe 5/9/2017; e AREsp 1.155.900/MG, Rel. Ministro Moura Ribeiro, DJe 2/10/2017. 2. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1678675/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/03/2018, DJe 13/03/2018) (grifo nosso). PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÃÃO FISCAL. RESTRIÃÃO DE CIRCULAÃÃO DE VEÃCULO. RENAJUD. POSSIBILIDADE. 1. O Superior Tribunal de JustiÃ§a possui precedentes favorÃ¡veis Ã possibilidade de restriÃ§Ã£o de circulaÃ§Ã£o de veÃ-culo, por via do sistema Renajud, para viabilizar a localizaÃ§Ã£o e apreensÃ£o do bem, a fim de que seja realizada a penhora e a consequente satisfaÃ§Ã£o do crÃ©dito exequendo. 2. Agravo Interno nÃ£o provido. (AgInt no REsp 1820182/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/10/2019, DJe 18/10/2019) (grifo nosso). Â Â Â Â Â Â Fica a parte exequente advertida, desde jÃ¡, que nÃ£o sofrerÃ£o constriÃ§Ã£o veÃ-culos alienados fiduciariamente ou jÃ¡ gravados com crÃ©ditos preferenciais. Â Â Â Â Â Â Logrando Ãªxito as medidas constritivas, intime-se imediatamente a parte executada, por meio de seu procurador devidamente habilitado, na forma do art. 854, Â§2Âº, do CÃ³digo de Processo Civil, ficando desde jÃ¡ ciente de que o silÃªncio importarÃ¡ em anuÃªncia em relaÃ§Ã£o a constriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00203669820028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210242215 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA

LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Judicial em: 11/11/2021 ADVOGADO:MARIO LUCIO DAMASCENO ADVOGADO:ALESSANDRO REIS E SILVA REU:FERNANDO AUGUSTO CAVALCANTE Representante(s): OAB 1780 - ANA MARIA FRAGOSO TOSCANO (ADVOGADO) ADVOGADO:MARCELO GUIMARAES RODRIGUES Representante(s): MARIO LUCIO DAMASCENO (ADVOGADO) ALESSANDRO REIS E SILVA (ADVOGADO) AUTOR:CONDOMINIO DO ED. BOAVENTURA Representante(s): OAB 7359 - TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 8265 - AFONSO MARCIUS VAZ LOBATO (ADVOGADO) OAB 14665 - PEDRO THAUMATURGO SORIANO DE MELLO FILHO (ADVOGADO) TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO (ADVOGADO) PAULO SERGIO RODRIGUES DE MORAES (ADVOGADO) . R. H. Intime-se a parte Exequente, por meio de seu Procurador, no prazo de 5 dias, a respeito da petiÃ§Ã£o de fls. 179/180, bem como requerendo o que de direito para o prosseguimento do cumprimento de sentenÃ§a. ApÃ³s, digitalizem-se os autos, migrando-os para o PJE. BelÃ©m, 09 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00205641020088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810640662 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Cumprimento de sentença em: 11/11/2021 REU:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 18696-A - LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS (ADVOGADO) OAB 21078-A - JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO) OAB 44698 - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) ANDRE ALBERTO SOUZA SOARES (ADVOGADO) ANA MARGARIDA SILVA LOREIRO GODINHO (ADVOGADO) DENIS DA SILVA FARIAS (ADVOGADO) AUTOR:MARIA DAS DORES GALANTE DE LIMA Representante(s): DENIS DA SILVA FARIAS (ADVOGADO) . Processo nÂº Â 0020564.10.2008.8.14.0301 Autor: Â MARIA DAS DORES GALANTE DE LIMA RÃ©u: Â BANCO DO BRASIL S/A DESPACHO Â Â Â Â Â Â Foi determinada a expediÃ§Ã£o de alvarÃ¡ do saldo remanescente em favor da parte rÃ© (fl. 467). Â Â Â Â Â Â Foi certificado que a parte autora nÃ£o recolheu as custas finais (fl. 470). Â Â Â Â Â Â Pois bem, analisando-se os autos, verifica-se que nÃ£o foi expedido alvarÃ¡ judicial em favor da parte rÃ©. Â Â Â Â Â Â Diante disso, certifique a Secretaria se houve o pagamento das custas referentes Ã expediÃ§Ã£o do alvarÃ¡ judicial em favor da parte rÃ©. Â Â Â Â Â Â Em nÃ£o tendo sido efetuado, intime-se a parte rÃ©, BANCO DO BRASIL, a fim de que efetue o pagamento das custas referentes ao alvarÃ¡ judicial. Â Â Â Â Â Â Efetuado o pagamento das custas, cumpra-se a decisÃ£o de fl. 467 e expeÃ§a-se o alvarÃ¡ judicial. Â Â Â Â Â Â ApÃ³s cumpridas as diligÃªncias, arquivem-se os autos e proceda-se a baixa na distribuiÃ§Ã£o.Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00208829320178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Cumprimento de sentença em: 11/11/2021 AUTOR:LIANE HELENA SILVA DA CRUZ Representante(s): OAB 11700 - MARCIO MURILO CAVALCANTE DE LIMA (ADVOGADO) OAB 16489 - MARCIO DE FARIAS FIGUEIRA (ADVOGADO) OAB 20258 - RAQUEL FARIAS GUIMARAES NUNES (ADVOGADO) REU:BANCO ITAU UNIBANCO S/A Representante(s): OAB 14371 - KEZIA CAVALCANTE GONCALVES FARIAS (ADVOGADO) OAB 270857 - CLAUDIO DE ANDRADE PACI (ADVOGADO) OAB 29.442 - ENY ANGE SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAUJO (ADVOGADO) . R. H. Cumpra-se a decisÃ£o de fls. 193 por meio de oficial de justiÃ§a. BelÃ©m, 09 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00211541720018140301 PROCESSO ANTIGO: 20011025244 7 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 11/11/2021 AUTOR:VIVENDA Representante(s): OAB 15274 - GABRIEL COMESANHA PINHEIRO (ADVOGADO) LUIS CARLOS DA SILVA MENDONCA (ADVOGADO) ALBERTO DE LIMA FREITAS (ADVOGADO) LUIS CARLOS SILVA MENDONCA (ADVOGADO) REU:RICARDO MAGNO NOBREGA DE ARAUJO. Ã- Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que a parte requerida deixou de pagar as custas (fls. 169) expeÃ§a-se ofÃ-cio Ã SEFA (Secretaria da Fazenda do ParÃ¡) para fins de inscriÃ§Ã£o em dÃ-vida ativa estadual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s cumpridas as diligÃªncias, arquivem-se os autos e proceda-se a baixa no sistema LIBRA.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito, titular da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00216719220178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 11/11/2021 REQUERENTE:CONDOMINIO DO EDIFICIO BARAO DE BELEM Representante(s): OAB 1893 - MILTON FERREIRA DAS CHAGAS (ADVOGADO) REQUERIDO:MANOEL GOMES MACHADO JUNIOR. R. H. 1. Intime-se o Requerente, pessoalmente, para que, no prazo de 5 dias, manifeste seu interesse no prosseguimento do feito, recolhendo as custas

processuais pendentes, sob pena de extinÃ§Ã£o. 2. Digitalizem-se os autos, migrando-os para o PJE. BelÃ©m, 10 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00223165920138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 AUTOR:ADAILTON GUIMARÃES DE ABREU Representante(s): OAB 2721 - JOSE ALFREDO DA SILVA SANTANA (ADVOGADO) AUTOR:ALINE FARIA DE ABREU REU:TORRE DE RODHES INCORPORADORA LTDA - CONSTRUTORA LEAL MOREIRA Representante(s): OAB 5082 - MARTA MARIA VINAGRE BEMBOM (ADVOGADO) OAB 17213 - DIEGO FIGUEIREDO BASTOS (ADVOGADO) OAB 18932 - THAYS VASCONCELOS DA ROCHA LEONARDO (ADVOGADO) OAB 19389-A - EDUARDO LUIZ BROCK (ADVOGADO) OAB 21074-A - FABIO RIVELLI (ADVOGADO) OAB 13179 - EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL (ADVOGADO) . Processo nÂº Â 0022316-59.2013.8.14.0301 Autor: Â ADAILTON GUIMARÃES DE ABREU e outro RÃ©u: Â Â TORRE DE RODHES INCORPORADORA LTDA - CONSTRUTORA LEAL MOREIRA DECISÃO Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â A parte exequente requereu o cumprimento de sentenÃ§a (fls. 428/432). Â Â Â Â Â Â A parte executada, antes do inÃ-cio do cumprimento de sentenÃ§a, apresentou impugnaÃ§Ã£o ao cumprimento de sentenÃ§a (fls. 440/444). Â Â Â Â Â Â Pois bem, tendo em vista que o pedido de cumprimento de sentenÃ§a atendeu aos requisitos previstos no art. 524 do CPC, dou inÃ-cio Ã fase de cumprimento de sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Haja vista que a parte executada jÃ¡ apresentou impugnaÃ§Ã£o ao cumprimento de sentenÃ§a, jÃ¡ estÃ¡ ciente do valor objeto do cumprimento de sentenÃ§a, se iniciando o prazo para o pagamento do dÃ©bito, sendo desnecessÃ¡ria a intimaÃ§Ã£o para o pagamento voluntÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Diante disso, determino a intimaÃ§Ã£o da parte exequente para se manifestar acerca da impugnaÃ§Ã£o de fls. 440/444, no prazo de 15 (quinze dias). Â Â Â Â Â Â Ademais, com vistas a garantir a celeridade processual, digitalize-se os presentes autos, migrando-os ao PJE, caso haja possibilidade. Â Â Â Â Â Â Independentemente da determinaÃ§Ã£o do item anterior, faculto as partes, caso exista interesse, nos termos da Portaria nÂº 1833/2020-GP/TJPA, de 3 de setembro de 2020, a possibilidade de anteciparem a virtualizaÃ§Ã£o do processo, conforme dispÃµe a norma mencionada: Â¿Art. 19. As partes, os procuradores ou os advogados que pretenderem antecipar a virtualizaÃ§Ã£o de processo ao sistema PJe poderÃ£o requerÃª-lo ao juiz da causa, fornecendo cÃ³pia digitalizada integral e sequencial de todas as folhas dos autos fÃ-sicos e dos feitos em apenso, quando presentes, em arquivo digital Ãºnico, em formato PDF, legÃ-vel e nomeado com o nÃºmero Ãºnico do processo (NUP), armazenado em mÃ-dia digitalÂ¿. Â Â Â Â Â Â Desse modo, mediante a apresentaÃ§Ã£o de cÃ³pia digitalizada integral e sequencial de todas as folhas dos autos fÃ-sicos e apensos, em arquivo digital Ãºnico, formato PDF, legÃ-vel e nomeado com o nÃºmero Ãºnico do processo, o que deve ser certificado pela secretaria, a formalizaÃ§Ã£o da digitalizaÃ§Ã£o dos autos resta plenamente possÃ-vel. Â Â Â Â Â Â Uma vez apresentada a digitalizaÃ§Ã£o, em mÃ-dia digital e entregue a Secretaria do JuÃ-zo, deve, a parte contrÃ¡ria, por ato ordinatÃ³rio, ser intimada para manifestar-se, em 05 (cinco) dias. Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo sem manifestaÃ§Ã£o nos autos e, com a certificaÃ§Ã£o de regularidade, emitida pela Secretaria do JuÃ-zo, nos termos da Portaria nÂº 1833/2020-GP/TJPA, de 3 de setembro de 2020, os autos passarÃ£o a tramitar pelo Sistema PJE. Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 10 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00223535220148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 REQUERENTE:NATALIA MARAMAQUE ANDRADE DA SILVA REQUERENTE:ARNALDO HENRIQUE ANDRADE DA SILVA Representante(s): OAB 12202 - LUIZ RONALDO ALVES CUNHA (ADVOGADO) REQUERIDO:GUNDEL INCORPORADORA LTDA Representante(s): OAB 19389-A - EDUARDO LUIZ BROCK (ADVOGADO) OAB 21074-A - FABIO RIVELLI (ADVOGADO) REQUERIDO:PDG REALITY SA Representante(s): OAB 19389-A - EDUARDO LUIZ BROCK (ADVOGADO) OAB 21074-A - FABIO RIVELLI (ADVOGADO) REQUERIDO:CONSTRUTORA LEAL MOREIRA LTDA Representante(s): OAB 12724 - GUSTAVO FREIRE DA FONSECA (ADVOGADO) OAB 14637 - DOUGLAS MOTA DOURADO (ADVOGADO) OAB 14910 - THAIS SILVA DA CRUZ (ADVOGADO) . R. H. Atento ao presente feito, verifica-se que o processo possui 1137 pÃ¡ginas, contando com 5 volumes, sendo de difÃ-cil manuseio acautelamento dos autos em Secretaria e Gabinete. Por conseguinte, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. Junte-se eventuais petiÃ§Ãµes pendentes.Â Â BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00237764220178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A):

AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 11/11/2021 REQUERENTE:BANCO BRADESCO S A Representante(s): OAB 20455-A - MAURO PAULO GALERA MARY (ADVOGADO) OAB 20399 - MICHELLE DE OLIVEIRA FERREIRA (ADVOGADO) OAB 25197-A - LUCIA CRISTINA PINHO ROSAS (ADVOGADO) OAB 25196-A - EDSON ROSAS JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:LHAMAS SERVICOS DE CONSTRUCAO E LOCACAO EIRELLE. Processo nÂº Â 0023776-42.2017.8.14.0301 Autor: Â Â BANCO BRADESCO S/A RÃ©u: Â Â LHAMAS SERVIÃOS DE CONSTRUÃÃO E LOCAÃÃO EIRELI - ME DESPACHO Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â A parte exequente requereu a expediÃ§Ã£o de mandado de busca e apreensÃ£o e citaÃ§Ã£o no endereÃ§o informado (fl. 142). Â Â Â Â Â Â Diante disso, expeÃ§a-se mandado de busca e apreensÃ£o e citaÃ§Ã£o no endereÃ§o informado na petiÃ§Ã£o de fl. 142. Â Â Â Â Â Â Cumpridas todas as diligÃªncias, com vistas a garantir a celeridade processual, digitalize-se os presentes autos, migrando-os ao PJE, caso haja possibilidade. Â Â Â Â Â Â Independentemente da determinaÃ§Ã£o do item anterior, faculto as partes, caso exista interesse, nos termos da Portaria nº 1833/2020-GP/TJPA, de 3 de setembro de 2020, a possibilidade de anteciparem a virtualizaÃ§Ã£o do processo, conforme dispÃµe a norma mencionada: Â¿Art. 19. As partes, os procuradores ou os advogados que pretenderem antecipar a virtualizaÃ§Ã£o de processo ao sistema PJe poderÃ£o requerÃª-lo ao juiz da causa, fornecendo cÃ³pia digitalizada integral e sequencial de todas as folhas dos autos fÃ-sicos e dos feitos em apenso, quando presentes, em arquivo digital Ãºnico, em formato PDF, legÃ-vel e nomeado com o nÃºmero Ãºnico do processo (NUP), armazenado em mÃ-dia digitalÂ¿. Â Â Â Â Â Â Desse modo, mediante a apresentaÃ§Ã£o de cÃ³pia digitalizada integral e sequencial de todas as folhas dos autos fÃ-sicos e apensos, em arquivo digital Ãºnico, formato PDF, legÃ-vel e nomeado com o nÃºmero Ãºnico do processo, o que deve ser certificado pela secretaria, a formalizaÃ§Ã£o da digitalizaÃ§Ã£o dos autos resta plenamente possÃ-vel. Â Â Â Â Â Â Uma vez apresentada a digitalizaÃ§Ã£o, em mÃ-dia digital e entregue a Secretaria do JuÃ-zo, deve, a parte contrÃ¡ria, por ato ordinatÃ³rio, ser intimada para manifestar-se, em 05 (cinco) dias. Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo sem manifestaÃ§Ã£o nos autos e, com a certificaÃ§Ã£o de regularidade, emitida pela Secretaria do JuÃ-zo, nos termos da Portaria nº 1833/2020-GP/TJPA, de 3 de setembro de 2020, os autos passarÃ£o a tramitar pelo Sistema PJE. Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 10 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00241188020038140301 PROCESSO ANTIGO: 200310529184 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 AUTOR:JOSE ANTONIO DE AZEVEDO PINTO Representante(s): OAB 8514 - ADRIANE FARIAS SIMOES (ADVOGADO) OAB 8414 - PEDRO PAULO CAVALERO DOS SANTOS (ADVOGADO) AUTOR:FRANCISCA VIEIRA DE SOUZA REU:BANCO DO ESTADO DO PARA SA BANPARA Representante(s): ANA CRISTINA SILVA PEREIRA (ADVOGADO) AUTOR:ANTONIO DE PADUA SOUZA BARROS Representante(s): PEDRO PAULO CAVALERO DOS SANTOS (ADVOGADO) AUTOR:CARLOS FERNANDES DA COSTA AUTOR:JORGE LUIZ COUTINHO TAVARES AUTOR:MARGARETH ARRUDA MELO. AUTOR:LUCIANA SANTOS PAMPLONA. Processo nº: Â 0024118-80.2003.8.14.0301 Autor: Â JOSE ANTONIO DE AZEVEDO PINTO e outros RÃ©u: Â Â BANCO DO ESTADO DO PARA S/A - BANPARA DESPACHO Â Â Â Â Â Â Consta petiÃ§Ã£o do Complexo JurÃ-dico Baglioli, aduzindo que as intimaÃ§Ãµes devem ocorrer em nome do causÃ-dico PEDRO PAULO CAVALERO DOS SANTOS, pugnando pela republicaÃ§Ã£o das decisÃµes, bem como o desentranhamento de petiÃ§Ãµes mencionadas e juntadas por erro do escritÃ³rio (fls. 348/349). Â Â Â Â Â Â Analisando-se os autos, verifica-se que a sentenÃ§a de fls. 341/346 foi publicada, constando o nome do causÃ-dico PEDRO PAULO CAVALERO DOS SANTOS (fl. 347), de modo que nÃ£o hÃ¡ necessidade de republicaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Ademais, nÃ£o houve prejuÃ-zo para as partes as juntadas das petiÃ§Ãµes mencionadas na petiÃ§Ã£o de fls. 348/349, no entanto, deve a Secretaria providenciar o desentranhamento apenas daquelas petiÃ§Ãµes que nÃ£o tenham sido assinadas pelo causÃ-dico contratado pela parte autora e mencionadas na referida petiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Por fim, certifique a Secretaria se ocorreu o trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a de fls. 341/346. Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos e dÃª-se baixa na distribuiÃ§Ã£o e no Sistema LIBRA. Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 10 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00242419720108140301 PROCESSO ANTIGO: 201010367171 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDMILTON PINTO SAMPAIO A??o: Cumprimento de sentença em: 11/11/2021 REU:BANCO SAFRA S/A Representante(s): OAB 8525 - IVANILDO RODRIGUES DA GAMA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 12785 - MARIA DAS GRACAS MAUES DA GAMA (ADVOGADO) OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) AUTOR:JOSE MARCOS RODRIGUES GARCIA Representante(s): SAMIR ABFADILL TOUTENGE JUNIOR (ADVOGADO) LARA CASTANHEIRA IGLEZIAS DIAS (ADVOGADO) .

Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ 0024241-97.2010.814.0301 ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â AtravÃ©s do provimento 006/2006, artigo 1Âº Â§ 2Âº, inciso X oriundo da Corregedoria Geral de JustiÃ§a da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m: ficam as partes, intimadas para recolhimento das custas processuais intermediÃ¡rias (expediÃ§Ã£o de alvarÃ¡), devendo serem apresentados, no prazo de 15 dias.Â Â Â Â Â Â Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â Â Â Â Â BelÃ©m, 11 de novembro de 2021. Â¿ Â¿ Edmilton Pinto Sampaio Diretor de Secretaria PROCESSO: 00243774820178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Monitória em: 11/11/2021 REQUERENTE:BACO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 21078-A - JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO) OAB 44698 - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) REQUERIDO:ARTEPLAN PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA REQUERIDO:STELIO TASSO LEITE FERREIRA REQUERIDO:JULIA CRISTINA DE SOUZA GOMES REQUERIDO:ANGELITA MARIA NASCIMENTO. Processo nÂº Â 0024377-48.2017.8.14.0301 Autor: Â Â BANCO DO BRASIL S/A RÃ©u: Â Â ARTEPLAN PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA e outros DESPACHO Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o monitÃ³ria. Â Â Â Â Â Â Nenhum dos rÃ©us foram localizados no momento da citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â A parte exequente requereu a expediÃ§Ã£o de mandado de citaÃ§Ã£o nos endereÃ§os informados (fl. 81). Â Â Â Â Â Â Diante disso, expeÃ§a-se mandado de citaÃ§Ã£o nos endereÃ§os informados na petiÃ§Ã£o de fl. 81. Â Â Â Â Â Â Intime-se a parte autora para apresentar o endereÃ§o atualizado dos demais rÃ©us para fins de citaÃ§Ã£o, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinÃ§Ã£o do feito. Â Â Â Â Â Â Cumpridas todas as diligÃªncias, com vistas a garantir a celeridade processual, digitalize-se os presentes autos, migrando-os ao PJE, caso haja possibilidade. Â Â Â Â Â Â Independentemente da determinaÃ§Ã£o do item anterior, faculto as partes, caso exista interesse, nos termos da Portaria nÂº 1833/2020-GP/TJPA, de 3 de setembro de 2020, a possibilidade de anteciparem a virtualizaÃ§Ã£o do processo, conforme dispÃµe a norma mencionada: Â¿Art. 19. As partes, os procuradores ou os advogados que pretenderem antecipar a virtualizaÃ§Ã£o de processo ao sistema PJe poderÃ£o requerÃª-lo ao juiz da causa, fornecendo cÃ³pia digitalizada integral e sequencial de todas as folhas dos autos fÃsicos e dos feitos em apenso, quando presentes, em arquivo digital Ãºnico, em formato PDF, legÃvel e nomeado com o nÃºmero Ãºnico do processo (NUP), armazenado em mÃdia digitalÂ¿. Â Â Â Â Â Â Desse modo, mediante a apresentaÃ§Ã£o de cÃ³pia digitalizada integral e sequencial de todas as folhas dos autos fÃsicos e apensos, em arquivo digital Ãºnico, formato PDF, legÃvel e nomeado com o nÃºmero Ãºnico do processo, o que deve ser certificado pela secretaria, a formalizaÃ§Ã£o da digitalizaÃ§Ã£o dos autos resta plenamente possÃvel. Â Â Â Â Â Â Uma vez apresentada a digitalizaÃ§Ã£o, em mÃdia digital e entregue a Secretaria do JuÃzo, deve, a parte contrÃ¡ria, por ato ordinatÃ³rio, ser intimada para manifestar-se, em 05 (cinco) dias. Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo sem manifestaÃ§Ã£o nos autos e, com a certificaÃ§Ã£o de regularidade, emitida pela Secretaria do JuÃzo, nos termos da Portaria nÂº 1833/2020-GP/TJPA, de 3 de setembro de 2020, os autos passarÃ£o a tramitar pelo Sistema PJE. Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 10 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃvel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00261000520178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Monitória em: 11/11/2021 REQUERENTE:COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO UNIMED DE BELEM Representante(s): OAB 14410 - WALLACI PANTOJA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:V. T. C. S. . Digitalizem-se os autos, migrando-os para o PJE. ApÃ³s, expeÃ§a-se novo mandado de citaÃ§Ã£o para o endereÃ§o de fls. 75, devendo o Sr. Oficial de JustiÃ§a se utilizar da citaÃ§Ã£o por hora certa, caso haja necessidade. BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃvel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00268952120118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 AUTOR:BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA Representante(s): OAB 11471 - FABRICIO DOS REIS BRANDAO (ADVOGADO) OAB 13221-A - CAIO ROGERIO DA COSTA BRANDAO (ADVOGADO) REU:BANCO SAFRA S/A. R. H. 1. Com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. 2. ApÃ³s, concede-se para ambas as partes o prazo de 15 dias para especificarem as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade desta para o resultado Ãºtil do processo. Deve a Secretaria exarar ato ordinatÃ³rio para tanto. 3. Esclarece-se que este juÃzo indeferirÃ¡ as provas que reputar por meramente protelatÃ³rias ou inadequadas ao fim a que se destinam como meio probatÃ³rio. 4. Sem prejuÃzo das provas que vierem a ser especificadas, este juÃzo pode entender pelo cabimento do julgamento antecipado do mÃ©rito, caso presentes os seus

pressupostos de incidÃªncia. Junte-se eventuais petiÃ§Ãµes pendentes.Â BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00276678620038140301 PROCESSO ANTIGO: 200310654353 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Judicial em: 11/11/2021 AUTOR:BANCO DA AMAZONIA S/A Representante(s): OAB 2412 - KEYLA MARCIA GOMES ROSAL (ADVOGADO) OAB 2402 - ELAINE AYRES BARROS (ADVOGADO) OAB 2943 - JOSE FREDERICO FLEURY CURADO BROM (ADVOGADO) OAB 25386-A - LUIZ GUSTAVO FLEURY CURADO BROM (ADVOGADO) REU:LAURA DO CARMO GONCALVES FURTADO REU:ANA MARIA MIRANDA MEDEIROS REU:MARIA MARCIZA PONTES DE CARVALHO. Processo nÂº:Â 0027667-86.2003.8.14.0301 Exequente: Â BANCO DA AMAZONIA S/A Executado:Â MARIA MARCIZA PONTES DE CARVALHO e outros DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Foi realizado bloqueio SISBAJUD nos ativos financeiros dos executados (fls. 341/344). Â Â Â Â Â Foi determinado o desbloqueio dos valores penhorados em face de MARIA MARCIZA PONTES DE CARVALHO e ANA MARIA MIRANDA MEDEIROS, haja vista a impenhorabilidade dos valores (fls. 352 e 381/387). Â Â Â Â Â Por sua vez, a executada LAURA DO CARMO GONCALVES FURTADO apresentou manifestaÃ§Ã£o ao resultado do SISBAJUD, aduzindo que foi penhorado valores referentes ao seu salÃ¡rio, pugnando pelo desbloqueio do valor de R$ 3.039,31 (fls. 347/351). Â Â Â Â Â Ã o que importa relatar. Decido. Â Â Â Â Â Pois bem, trata-se de impugnaÃ§Ã£o Ã constriÃ§Ã£o de dinheiro, alegando o executado que houve penhora de verba salarial. Â Â Â Â Â Em regra, sÃ£o impenhorÃ¡veis os vencimentos, os subsÃ-dios, os soldos, os salÃ¡rios, as remuneraÃ§Ãµes, os proventos de aposentadoria, as pensÃµes, os pecÃºlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua famÃ-lia, os ganhos de trabalhador autÃ´nomo e os honorÃ¡rios de profissional liberal, nos termos do inciso IV do art. 833 do CPC. Â Â Â Â Â No caso dos autos, foi realizada a penhora online via SISBAJUD do valor de R$ 84.290,27 (oitenta e quatro mil, duzentos e noventa reais e vinte e sete centavos) nos ativos financeiros da executada MARIA MARCIZA PONTES DE CARVALHO e ANA MARIA MIRANDA MEDEIROS e LAURA DO CARMO GONCALVES FURTADO, com data de limite da repetiÃ§Ã£o atÃ© 26/06/2021, tendo sido bloqueado o valor de R$ 3.039,31 (trÃªs mil, trinta e nove reais e setenta e trinta e um centavos) nas contas bancÃ¡rias da executada LAURA DO CARMO GONCALVES FURTADO (fls. 353/354). Â Â Â Â Â Analisando-se os documentos apresentados pela parte executada, verifica-se que a parte executada recebe o salÃ¡rio de R$ 3.459,79 (trÃªs mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e setenta e nove centavos), conforme contracheque de fl. 398. Â Â Â Â Â Ademais, consta no extrato de sua conta corrente que os referidos valores foram recebidos em sua conta bancÃ¡ria objeto de penhora online, bem como que o bloqueio recaiu sobre esses valores (fl. 398v.), de modo que resta evidente a impenhorabilidade desses valores. Â Â Â Â Â Ã importante destacar que Ã© possÃ-vel a mitigaÃ§Ã£o dessa impenhorabilidade na hipÃ³tese de se tratar de crÃ©dito de natureza alimentar ou os valores recebidos pelo executado forem superiores a 50 salÃ¡rios mÃ-nimos mensais. Â Â Â Â Â Ã esse o entendimento da jurisprudÃªncia do Superior Tribunal de JustiÃ§a acerca do tema: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÃGIDE DO NCPC. AÃÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO CUMULADA COM COBRANÃA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE PENHORA. VERBA SALARIAL. IMPENHORABILIDADE. MITIGAÃÃO. EXCEÃÃES PREVISTAS EM LEI. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. Aplica-se o NCPC a este recurso ante os termos no Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo PlenÃ¡rio do STJ na sessÃ£o de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisÃµes publicadas a partir de 18 de marÃ§o de 2016) serÃ£o exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC. 2. A impenhorabilidade salarial pode ser mitigada quando (1) o crÃ©dito ostentar natureza alimentar; ou (2) os valores recebidos pelo devedor foram superiores a 50 salÃ¡rios mÃ-nimos mensais, ressalvadas as particularidades do caso concreto. 3. NÃ£o sendo a linha argumentativa apresentada capaz de evidenciar a inadequaÃ§Ã£o dos fundamentos invocados pela decisÃ£o agravada, o presente agravo nÃ£o se revela apto a alterar o conteÃºdo do julgado impugnado, devendo ele ser integralmente mantido em seus prÃ³prios termos. 4. Agravo interno nÃ£o provido. (AgInt no AREsp 1842638/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/09/2021, DJe 23/09/2021). (grifos acrescidos) PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÃGIDE DO NCPC. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÃÃO DE COBRANÃA. CRÃDITO ORIUNDO DE HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS. PROVENTOS DE APOSENTADORIA. IMPENHORABILIDADE. EXCEÃÃO. VALORES QUE EXCEDAM 50 SALÃRIOS MÃNIMOS. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. Aplica-se o NCPC a este recurso ante os termos no Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo PlenÃ¡rio do STJ na sessÃ£o de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no

CPC/2015 (relativos a decisÃµes publicadas a partir de 18 de marÃ§o de 2016) serÃ£o exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC. 2. A exceÃ§Ã£o Ã impenhorabilidade das verbas salariais ou, como no caso, dos proventos de aposentadoria, aplica-se apenas quando os rendimentos excederem 50 salÃ¡rios mÃ-nimos. Precedentes. 3. Conforme a orientaÃ§Ã£o recentemente firmada pela Corte Especial desta egrÃ©gia Corte Superior, nÃ£o Ã© possÃ-vel a mitigaÃ§Ã£o da impenhorabilidade de verba salarial do devedor quando se tratar de crÃ©dito lastreado em honorÃ¡rios advocatÃ-cios. 4. Agravo interno nÃ£o provido. (AgInt no REsp 1909695/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/09/2021, DJe 23/09/2021). (grifos acrescidos) AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÃTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÃNCIA RECURSAL DA PARTE AGRAVADA. 1. ViolaÃ§Ã£o ao artigo 1.022 do CPC/15 nÃ£o configurada. AcÃ³rdÃ£o estadual que enfrentou os aspectos essenciais Ã resoluÃ§Ã£o da controvÃ©rsia de forma ampla e fundamentada, sem omissÃµes. Precedentes. 2. Nos termos da orientaÃ§Ã£o jurisprudencial adotada por esta Colenda Corte, inobstante a oposiÃ§Ã£o de embargos de declaraÃ§Ã£o, nÃ£o considera suficiente, para fins de configuraÃ§Ã£o do prequestionamento, que a matÃ©ria tenha sido suscitada pelas partes em suas razÃµes recursais ou apenas citada no acÃ³rdÃ£o como "considerada ou dada por prequestionada", mas sim que a respeito do tema tenha havido efetivo debate no aresto recorrido. 3. Esta Corte possui entendimento no sentido de que "a regra geral da impenhorabilidade dos vencimentos, dos subsÃ-dios, dos soldos, dos salÃ¡rios, das remuneraÃ§Ãµes, dos proventos de aposentadoria, das pensÃµes, dos pecÃºlios e dos montepios, bem como das quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua famÃ-lia, dos ganhos de trabalhador autÃ´nomo e dos honorÃ¡rios de profissional liberal poderÃ¡ ser excepcionada, nos termos do art. 833, IV, c/c o Â§ 2Âº do CPC/2015, quando se voltar: I) para o pagamento de prestaÃ§Ã£o alimentÃ-cia, de qualquer origem, independentemente do valor da verba remuneratÃ³ria recebida; e II) para o pagamento de qualquer outra dÃ-vida nÃ£o alimentar, quando os valores recebidos pelo executado forem superiores a 50 salÃ¡rios mÃ-nimos mensais, ressalvando-se eventuais particularidades do caso concreto. Em qualquer circunstÃ¢ncia, deverÃ¡ ser preservado percentual capaz de dar guarida Ã dignidade do devedor e de sua famÃ-lia" (AgInt no REsp 1407062/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 26/02/2019, DJe 08/04/2019). 4. Agravo interno desprovido. (AgInt no REsp 1914984/MS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 23/08/2021, DJe 26/08/2021) (grifos acrescidos) Â Â Â Â Â Todavia, no caso dos autos, nÃ£o se trata de prestaÃ§Ã£o alimentÃ-cia, tampouco consta nos autos que o executado possui salÃ¡rio superior a 50 salÃ¡rios mÃ-nimos. Â Â Â Â Â Em virtude disso, nÃ£o Ã© possÃ-vel a manutenÃ§Ã£o da penhora sobre o salÃ¡rio da parte executada. Â Â Â Â Â Assim, nÃ£o hÃ¡ dÃºvidas de que houve penhora de salÃ¡rio, devendo ser imediatamente efetuado o desbloqueio do valor de R$ 3.039,31 (trÃªs mil, trinta e nove reais e setenta e trinta e um centavos) da executada LAURA DO CARMO GONCALVES FURTADO, via SISBAJUD, bem como a sua repetiÃ§Ã£o de bloqueio, haja vista a sua impenhorabilidade, nos termos do inciso IV do art. 833 do CPC. Â Â Â Â Â Por fim, indefiro o novo pedido de bloqueio via SISBAJUD feito pela parte exequente, uma vez que diferentemente do que foi afirmado, os bloqueios nÃ£o foram realizados hÃ¡ mais de 01 ano e sim em junho de 2021 (protocolo de fls. 353/354), bem como que os valores que serÃ£o penhorados sÃ£o de natureza salarial, conforme desbloqueios realizados. Â Â Â Â Â Assim, intime-se a parte exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias. Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 09 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00277922220028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210323299 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Judicial em: 11/11/2021 REU:CKOM ENGENHARIA LTDA AUTOR:ALEXANDRE RIBEIRO DE SOUZA Representante(s): OAB 5382 - PAULO OLIVEIRA (ADVOGADO) . Processo nÂº Â 0027792-22.2002.8.14.0301 Exequente: Â ALEXANDRE SOUZA RIBEIRO Executado: Â CKOM ENGENHARIA LTDA Â Â Â Â Â Â DECISÃO Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Trata-se de cumprimento de sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â A parte exequente peticionou requerendo consulta ao sistema INFOJUD e inclusÃ£o do nome do executado nos Ã³rgÃ£os de proteÃ§Ã£o ao crÃ©dito por meio de SERASAJUD (fls. 207/208). Â Â Â Â Â Era o que tinha a relatar. Passo a decidir. Â Â Â Â Â Quanto ao pedido de inclusÃ£o do nome do executado nos Ã³rgÃ£os de proteÃ§Ã£o ao crÃ©dito, saliente-se que ainda nÃ£o foi implementado o sistema SerasaJud neste juÃ-zo cÃ-vel e empresarial, de modo que nÃ£o Ã© possÃ-vel, ainda, a inserÃ§Ã£o do nome dos executados nos Ã³rgÃ£os de proteÃ§Ã£o ao crÃ©dito por meio do referido sistema. Â Â Â Â Â Â No que concerne a consulta ao sistema INFOJUD, destaca-se que a jurisprudÃªncia pÃ¡tria estende o entendimento acerca do SISBAJUD ao INFOJUD, que pode ser consultado a fim de localizar bens passÃ-veis de penhora do devedor. (STJ-1128657) PROCESSO CIVIL E

TRIBUTÃRIO. EXECUÃÃO FISCAL. UTILIZAÃÃO DO SISTEMA INFOJUD. ESGOTAMENTO DOS MEIOS DE LOCALIZAÃÃO DE BENS DO DEVEDOR. DESNECESSIDADE. EFETIVIDADE DA EXECUÃÃO. I - O Superior Tribunal de JustiÃ§a firmou jurisprudÃªncia de que o entendimento adotado para o BACENJUD deve ser estendido para o sistema INFOJUD, como meio de prestigiar a efetividade da execuÃ§Ã£o, nÃ£o sendo necessÃ¡rio o exaurimento de todas as vias extrajudiciais de localizaÃ§Ã£o de bens do devedor para a utilizaÃ§Ã£o do sistema de penhora eletrÃ´nica. Precedentes: AgInt no REsp nÂº 1.636.161/PE, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 11.05.2017 e REsp nÂº 1.582.421/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 27.05.2016. II - Agravo em recurso especial conhecido para dar provimento ao recurso especial. (Agravo em Recurso Especial nÂº 1.376.209/RJ (2018/0252459-5), 2Âª Turma do STJ, Rel. Francisco FalcÃ£o. DJe 13.12.2018) (grifo nosso). PROCESSUAL CIVIL. SISTEMA INFOJUD. ESGOTAMENTO DE DILIGÃNCIAS. DESNECESSIDADE. 1. O posicionamento da Corte de origem destoa da jurisprudÃªncia do Superior Tribunal de JustiÃ§a sobre o tema. Ã desnecessÃ¡rio o esgotamento das diligÃªncias na busca de bens a serem penhorados a fim de autorizar-se a penhora on-line (sistemas Bacen-jud, Renajud ou Infojud), em execuÃ§Ã£o civil ou fiscal, apÃ³s o advento da Lei n. 11.382/2006, com vigÃªncia a partir de 21.1.2007. Precedentes: REsp 1.582.421/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 27.5.2016; REsp 1.667.529/RJ, Min Rel. Herman Benjamin, Segunda Turma, Dje 29.6.2017. 2. Agravo conhecido para dar provimento ao Recurso Especial e permitir a utilizaÃ§Ã£o do sistema Infojud independentemente do esgotamento de diligÃªncias. (AREsp 1528536/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/11/2019, DJe 19/12/2019) (grifo nosso). Â Â Â Â Â Â Assim, considerando que atÃ© o momento nÃ£o existem bens garantindo o juÃ-zo, na hipÃ³tese de as medidas anteriores nÃ£o lograrem Ãªxito, defiro o pedido da parte exequente para a quebra do sigilo fiscal da parte executada CKOM ENGENHARIA LTDA (CNPJ nÂº 05.190.475/0001-01), com consulta Ã s ÃºItimas 03 declaraÃ§Ãµes de imposto de renda (protocolo em anexo), sendo que A PARTIR DESTA DATA DETERMINO QUE SOMENTE AS PARTES E SEUS ADVOGADOS TENHAM ACESSO AOS AUTOS (CONSULTA E CARGA), VEDADO A QUAISQUER OUTRAS PESSOAS, SE FRUTÃFERO O RESULTADO. ISTO PORQUE HÃ INFORMAÃÃES PROTEGIDAS POR SIGILO FISCAL. PROCEDA-SE, A SECRETARIA JUDICIAL, A INDICAÃÃO OSTENSIVA DO SIGILO NO PROCESSO, POR MEIO DE ETIQUETA. Â Â Â Â Â Â No que concerne Ã s custas processuais, determino o seu recolhimento apÃ³s a prÃ¡tica dos atos, tendo em vista que o prÃ³prio CÃ³digo de Processo Civil, no caput do art. 854, admite que as tentativas de constriÃ§Ã£o sejam realizadas sem a ciÃªncia prÃ©via do executado - o que inevitavelmente se daria, caso houvesse intimaÃ§Ã£o para o pagamento de despesas. Trata-se, tÃ£o somente, de medida que visa conferir efetividade Ã s medidas. Â Â Â Â Â Â NÃ£o obstante a prÃ¡tica dos atos antes do recolhimento das despesas processuais, fica a parte exequente intimada para o pagamento das custas processuais referentes Ã s diligÃªncias deferidas, bem como as eventualmente pendentes, no prazo de 10 (dez) dias, ficando desde jÃ¡ advertido de que o pagamento Ã© condiÃ§Ã£o de eficÃ¡cia das medidas e anÃ¡lise de novos pedidos. Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 10 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00282982020148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Sumário em: 11/11/2021 REQUERENTE:GARIMAR LOBO BENJO Representante(s): OAB 18414 - EZENILDA BENJO DE FREITAS (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT Representante(s): OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) OAB 16292 - LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) . Processo nÂº: Â 0028298-20.2014.8.14.0301 Autor: Â GARIMAR LOBO BENJO RÃ©u: Â Â SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT DECISÃO Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Analisando-se os autos, verifica-se que o perito Dr. LUCIO WEBER RABELO aceitou o encargo, bem como havia marcado a data da perÃ-cia (fl. 77). Â Â Â Â Â Â Todavia, houve um equÃ-voco no cumprimento do mandado de intimaÃ§Ã£o da parte autora, haja vista que o oficial de justiÃ§a nÃ£o foi ao endereÃ§o da parte autora, e sim no local da perÃ-cia (certidÃ£o de fl. 81), o que prejudicou o cumprimento do mandado e por consequÃªncia a realizaÃ§Ã£o da perÃ-cia. Â Â Â Â Â Â Diante disso, intime-se o perito LUCIO WEBER RABELO a fim de que designe nova data para a realizaÃ§Ã£o da perÃ-cia. Â Â Â Â Â Â Informada a nova data, expeÃ§a-se mandado de intimaÃ§Ã£o das partes a fim de que tenham conhecimento da data da realizaÃ§Ã£o da perÃ-cia. Â Â Â Â Â Â Cumpridas todas as diligÃªncias, com vistas a garantir a celeridade processual, digitalize-se os presentes autos, migrando-os ao PJE, caso haja possibilidade. Â Â Â Â Â Â Independentemente da determinaÃ§Ã£o do item anterior, faculto as partes, caso exista interesse, nos termos da Portaria nÂº 1833/2020-GP/TJPA, de 3 de setembro de 2020, a possibilidade de anteciparem a virtualizaÃ§Ã£o do processo, conforme dispÃµe a norma mencionada: Â¿Art. 19. As partes, os

procuradores ou os advogados que pretenderem antecipar a virtualizaÃ§Ã£o de processo ao sistema PJe poderÃ£o requerÃª-lo ao juiz da causa, fornecendo cÃ³pia digitalizada integral e sequencial de todas as folhas dos autos fÃ-sicos e dos feitos em apenso, quando presentes, em arquivo digital Ãºnico, em formato PDF, legÃ-vel e nomeado com o nÃºmero Ãºnico do processo (NUP), armazenado em mÃ-dia digitalÂ¿. Â Â Â Â Â Â Desse modo, mediante a apresentaÃ§Ã£o de cÃ³pia digitalizada integral e sequencial de todas as folhas dos autos fÃ-sicos e apensos, em arquivo digital Ãºnico, formato PDF, legÃ-vel e nomeado com o nÃºmero Ãºnico do processo, o que deve ser certificado pela secretaria, a formalizaÃ§Ã£o da digitalizaÃ§Ã£o dos autos resta plenamente possÃ-vel. Â Â Â Â Â Â Uma vez apresentada a digitalizaÃ§Ã£o, em mÃ-dia digital e entregue a Secretaria do JuÃ-zo, deve, a parte contrÃ¡ria, por ato ordinatÃ³rio, ser intimada para manifestar-se, em 05 (cinco) dias. Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo sem manifestaÃ§Ã£o nos autos e, com a certificaÃ§Ã£o de regularidade, emitida pela Secretaria do JuÃ-zo, nos termos da Portaria nÂº 1833/2020-GP/TJPA, de 3 de setembro de 2020, os autos passarÃ£o a tramitar pelo Sistema PJE. Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 09 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00310766020148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 11/11/2021 AUTOR:FRANCINEI DA SILVA REIS Representante(s): OAB 25136 - RENAN LEÃO MARINHO (ADVOGADO) AUTOR:GLAUCILENE GONCALVES REIS Representante(s): OAB 25136 - RENAN LEÃO MARINHO (ADVOGADO) REU:CONSTRUTORA LEAL MOREIRA Representante(s): OAB 5082 - MARTA MARIA VINAGRE BEMBOM (ADVOGADO) OAB 17213 - DIEGO FIGUEIREDO BASTOS (ADVOGADO) OAB 21379 - RAFAEL REZENDE DE ALBUQUERQUE (ADVOGADO) OAB 13179 - EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL (ADVOGADO) REU:ORION INCORPORADORA LTDA Representante(s): OAB 21074-A - FABIO RIVELLI (ADVOGADO) OAB 13179 - EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL (ADVOGADO) OAB 5586 - PAULO AUGUSTO DE AZEVEDO MEIRA (ADVOGADO) . R. H. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, bem como considerando que atualmente o gabinete deste juÃ-zo estÃ¡ analisando os processos conclusos em dezembro de 2020, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. ApÃ³s a digitalizaÃ§Ã£o dos autos, voltem os autos conclusos para que este juÃ-zo possa analisar as questÃµes processuais pendentes, sem prejuÃ-zo da conclusÃ£o do feito procedida em 05/11/2021. Junte-se eventuais petiÃ§Ãµes pendentes.Â Â BelÃ©m, 10 de novembro de 2021. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00337658320098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910731840 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Judicial em: 11/11/2021 AUTOR:PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A Representante(s): OAB 14360 - NAPOLEAO NICOLAU DA COSTA NETO (ADVOGADO) OAB 16338 - KETTY LEE CARVALHO LIMA (ADVOGADO) OAB 25711 - LEONARDO MENDES CRUZ (ADVOGADO) REU:TAXI AEREO CANDIDO LTDA Representante(s): OAB 26128 - JOSEPH HUMBOLDT DE FRANCA E SILVA (ADVOGADO) . Processo nÂº Â 0033765-83.2009.8.14.0301 Requerente: Â Petrobras Distribuidora S/A Requerido: Â Taxi AÃ©reo Candido LTDA Â Â Â Â Â Â DECISÃO Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Trata-se de cumprimento de sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â A parte exequente peticionou requerendo penhora via SISBAJUD (fl. 330). Â Â Â Â Â Â Era o que tinha a relatar. Passo a decidir. Â Â Â Â Â Tendo em vista que a parte executada foi devidamente intimada, no entanto nÃ£o efetuou o pagamento do dÃ©bito, tampouco apresentou defesa, motivo pelo qual, passo a analisar o pedido de bloqueio via SISBAJUD. Â Â Â Â Â No que concerne a penhora eletrÃ´nica, assim dispÃµe o CÃ³digo de Processo Civil: Â¿Art. 854. Para possibilitar a penhora de dinheiro em depÃ³sito ou em aplicaÃ§Ã£o financeira, o juiz, a requerimento do exequente, sem dar ciÃªncia prÃ©via do ato ao executado, determinarÃ¡ Ã s instituiÃ§Ãµes financeiras, por meio de sistema eletrÃ´nico gerido pela autoridade supervisora do sistema financeiro nacional, que torne indisponÃ-veis ativos financeiros existentes em nome do executado, limitando-se a indisponibilidade ao valor indicado na execuÃ§Ã£oÂ¿. (grifo nosso). Â Â Â Â Â Nessa lÃ³gica, verificado o dÃ©bito, impÃµe-se o deferimento do pedido e a consulta aos sistemas disponibilizados ao Poder JudiciÃ¡rio a fim de proceder Ã penhora eletrÃ´nica. Destaca-se, ainda, que o bloqueio prescinde, inclusive, de esgotamento de meio extrajudiciais, conforme se verifica de entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de JustiÃ§a (STJ) no Tema/Repetitivo nÂº 425, o qual dispÃµe: A utilizaÃ§Ã£o do Sistema BACEN-JUD, no perÃ-odo posterior Ã vacatio legis da Lei 11.382/2006 (21.01.2007), prescinde do exaurimento de diligÃªncias extrajudiciais, por parte do exequente, a fim de se autorizar o bloqueio eletrÃ´nico de depÃ³sitos ou aplicaÃ§Ãµes financeiras. Â Â Â Â Â Desse modo e em

observÃ¢ncia aos princÃ-pios da economia processual, efetividade da prestaÃ§Ã£o jurisdicional, duraÃ§Ã£o razoÃ¡vel do processo, bem como considerando o que dispÃµe o CÃ³digo de Processo Civil sobre a matÃ©ria e, notadamente, a ordem preferencial de penhora exarada no art. 835 do diploma processual, procedo a tentativa de constriÃ§Ã£o de valores em desfavor de Taxi AÃ©reo Candido LTDA (CNPJ nÂº 01.716.292/0001-26) no valor de R$ 572.855,12 (quinhentos e setenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e doze centavos), conforme cÃ¡lculos de fls. 289/290. Â Â Â Â Â Â No que concerne Ã s custas processuais, determino o seu recolhimento apÃ³s a prÃ¡tica dos atos, tendo em vista que o prÃ³prio CÃ³digo de Processo Civil, no caput do art. 854, admite que as tentativas de constriÃ§Ã£o sejam realizadas sem a ciÃªncia prÃ©via do executado - o que inevitavelmente se daria, caso houvesse intimaÃ§Ã£o para o pagamento de despesas. Trata-se, tÃ£o somente, de medida que visa conferir efetividade Ã s medidas. Â Â Â Â Â Â NÃ£o obstante a prÃ¡tica dos atos antes do recolhimento das despesas processuais, fica a parte exequente intimada para o pagamento das custas processuais referentes Ã s diligÃªncias deferidas, bem como as eventualmente pendentes, no prazo de 10 (dez) dias, ficando desde jÃ¡ advertido de que o pagamento Ã© condiÃ§Ã£o de eficÃ¡cia das medidas e anÃ¡lise de novos pedidos. Â Â Â Â Â Â Caso as tentativas anteriores restem infrutÃ-feras, aplico os efeitos do art. 921, Â§2Âº, do CÃ³digo de Processo Civil, suspendendo a execuÃ§Ã£o pelo prazo de 1 (um) ano para que a parte exequente indique bens do executado Ã penhora, sob pena de arquivamento do feito. Â Â Â Â Â Â Por fim, expeÃ§a-se certidÃ£o em favor da parte exequente constando que a execuÃ§Ã£o foi admitida pelo juÃ-zo, com identificaÃ§Ã£o das partes e do valor da causa, para fins de averbaÃ§Ã£o no registro de imÃ³veis, de veÃ-culos ou de outros bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade, nos termos do art. 828 do CPC. Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00360556020178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 REQUERENTE:QUADRA ENGENHARIA LTDA Representante(s): OAB 11853 - JOSE BRANDAO FACIOLA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 5586 - PAULO AUGUSTO DE AZEVEDO MEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:QUATRO QUATRO X COMERCIO E SERVICOS LTDA. R. H. Intime-se a parte Requerente, por meio de seu Procurador, para, no prazo de 15 dias, comprovar a distribuiÃ§Ã£o da carta precatÃ³ria, bem como o recolhimento das custas processuais perante o juÃ-zo deprecado, sob pena de extinÃ§Ã£o. Havendo necessidade de prosseguimento do feito, digitalizem-se os autos, migrando-os para o PJE. BelÃ©m, 09 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00365864920178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 11/11/2021 REQUERENTE:BANCO BANPARA BANCO DO ESTADO DO PARA SA Representante(s): OAB 10270 - LETICIA DAVID THOME (ADVOGADO) REQUERIDO:EDER BARBOSA CRUZ. Intime-se o Requerente, pessoalmente, para que, no prazo de 5 dias, manifeste seu interesse no prosseguimento do feito, recolhendo as custas processuais pendentes, sob pena de extinÃ§Ã£o. ApÃ³s, digitalizem-se os autos, migrando-os para o PJE. BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00368636520178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 REQUERENTE:EI SERVICOS DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA Representante(s): OAB 1746 - REYNALDO ANDRADE DA SILVEIRA (ADVOGADO) OAB 7359 - TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:INFINITY CORPORATE CENTER EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO SPE LTDA Representante(s): OAB 6324 - ALBANO HENRIQUES MARTINS JUNIOR (ADVOGADO) OAB 9665 - BRUNO BRASIL DE CARVALHO (ADVOGADO) OAB 14810 - THEO SALES REDIG (ADVOGADO) REQUERIDO:MARKO ENGENHARIA COMERCIO IMOBILIARIO LTDA Representante(s): OAB 6324 - ALBANO HENRIQUES MARTINS JUNIOR (ADVOGADO) OAB 9665 - BRUNO BRASIL DE CARVALHO (ADVOGADO) OAB 14810 - THEO SALES REDIG (ADVOGADO) REQUERIDO:QUALITY EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA Representante(s): OAB 15032 - PATRYCIA CORREIA POUSAS DE OLIVEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:HOSPITAL PORTO DIAS S/C LTDA Representante(s): OAB 12724 - GUSTAVO FREIRE DA FONSECA (ADVOGADO) OAB 17890 - ARTHUR DE MOURA CEBOLAO (ADVOGADO) OAB 21052 - DANIELLE BARBOSA SILVA PEREIRA (ADVOGADO) OAB 13179 - EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL (ADVOGADO) . Processo nÂº: Â 0036863-65.2017.8.14.0301 Autor: Â EI SERVICOS DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA RÃ©u: Â Â INFINITY CORPORATE CENTER EMPREENDIMENTOS

IMOBILIARIO SPE LTDA e outros DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â O perito CARLOS WILLIAM DAMASCENO TAVERNARD aceitou o encargo, requerendo a liberaÃ§Ã£o antecipada correspondente a 50% do valor dos honorÃ¡rios periciais (fls. 434/437). Â Â Â Â Â Pois bem, saliente-se que Ã© possÃ-vel a autorizaÃ§Ã£o do pagamento de atÃ© cinquenta por cento dos honorÃ¡rios arbitrados a favor do perito para o inÃ-cio dos trabalhos, devendo o remanescente ser pago apenas ao final, depois de entregue o laudo e prestados todos os esclarecimentos necessÃ¡rios, nos termos do art. 465, Â§ 4Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Certifique a Secretaria se houve o depÃ³sito dos honorÃ¡rios periciais. Â Â Â Â Â Certificado o depÃ³sito, expeÃ§a-se alvarÃ¡ judicial em benefÃ-cio do perito CARLOS WILLIAM DAMASCENO TAVERNARD, para levantamento de 50% dos honorÃ¡rios periciais no valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). Â Â Â Â Â Autorizo, desde jÃ¡, a transferÃªncia dos referidos montantes para conta bancÃ¡ria de titularidade do beneficiÃ¡rio do alvarÃ¡, desde que assim o requeira por meio de petiÃ§Ã£o nos autos onde informem os dados bancÃ¡rios para transferÃªncia. Â Â Â Â Â Instrua-se o alvarÃ¡ com o extrato atualizado da subconta judicial. Â Â Â Â Â Saliente-se que o perito deverÃ¡ notificar as partes e o juÃ-zo acerca do dia para inÃ-cio da perÃ-cia, devendo apresentar o laudo em 30 (trinta) dias a contar do inÃ-cio dos trabalhos, conforme determinado na decisÃ£o de fls. 412/417. Â Â Â Â Â Intime-se o Sr. Perito Judicial para apresentar o devido laudo pericial, no prazo de 30 (trinta) dias. Â Â Â Â Â Por fim, quanto Ã questÃ£o de direito indagada pela rÃ© INFINITY CORPORATE CENTER EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO SPE LTDA, referente aos efeitos do negÃ³cio jurÃ-dico firmado entre a autora e a RÃ© QUALITY, serÃ¡ analisada no mÃ©rito da sentenÃ§a, podendo as partes pleitearem a produÃ§Ã£o de provas quanto a esse ponto. Â Â Â Â Â Cumpridas todas as diligÃªncias, com vistas a garantir a celeridade processual, digitalize-se os presentes autos, migrando-os ao PJE, caso haja possibilidade. Â Â Â Â Â Independentemente da determinaÃ§Ã£o do item anterior, faculto as partes, caso exista interesse, nos termos da Portaria nÂº 1833/2020-GP/TJPA, de 3 de setembro de 2020, a possibilidade de anteciparem a virtualizaÃ§Ã£o do processo, conforme dispÃµe a norma mencionada: Â¿Art. 19. As partes, os procuradores ou os advogados que pretenderem antecipar a virtualizaÃ§Ã£o de processo ao sistema PJe poderÃ£o requerÃª-lo ao juiz da causa, fornecendo cÃ³pia digitalizada integral e sequencial de todas as folhas dos autos fÃ-sicos e dos feitos em apenso, quando presentes, em arquivo digital Ãºnico, em formato PDF, legÃ-vel e nomeado com o nÃºmero Ãºnico do processo (NUP), armazenado em mÃ-dia digitalÂ¿. Â Â Â Â Â Desse modo, mediante a apresentaÃ§Ã£o de cÃ³pia digitalizada integral e sequencial de todas as folhas dos autos fÃ-sicos e apensos, em arquivo digital Ãºnico, formato PDF, legÃ-vel e nomeado com o nÃºmero Ãºnico do processo, o que deve ser certificado pela secretaria, a formalizaÃ§Ã£o da digitalizaÃ§Ã£o dos autos resta plenamente possÃ-vel. Â Â Â Â Â Uma vez apresentada a digitalizaÃ§Ã£o, em mÃ-dia digital e entregue a Secretaria do JuÃ-zo, deve, a parte contrÃ¡ria, por ato ordinatÃ³rio, ser intimada para manifestar-se, em 05 (cinco) dias. Â Â Â Â Â Decorrido o prazo sem manifestaÃ§Ã£o nos autos e, com a certificaÃ§Ã£o de regularidade, emitida pela Secretaria do JuÃ-zo, nos termos da Portaria nÂº 1833/2020-GP/TJPA, de 3 de setembro de 2020, os autos passarÃ£o a tramitar pelo Sistema PJE. Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Belém, 10 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00372395120178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 11/11/2021 REQUERENTE:BANCO PAN S A Representante(s): OAB 18639 - FERNANDA NOURA ARAUJO (ADVOGADO) REQUERIDO:NEWTON CESAR COELHO NORONHA. PROCESSO NÂ° 0037239-51.2017.8.14.0301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÃÃO DE BUSCA E APREENSÃO ajuizada por BANCO PAN S/A em face de NEWTON CESAR COELHO NORONHA. Ãs fls. 40, determinou-se a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte Requerente para que, no prazo de 15 dias, recolhesse as custas pendentes. Conforme AR de fls. 43, verifica-se que a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte Demandante nÃ£o foi efetivada, dada a mudanÃ§a de endereÃ§o desta. Era o que se tinha a relatar. Passa-se a decidir. Este juÃ-zo entende que a intimaÃ§Ã£o pessoal do Requerente para manifestar seu interesse no prosseguimento do feito foi vÃ¡lida, uma vez que a mudanÃ§a de endereÃ§o nÃ£o foi informada nos autos, tudo nos moldes do que preceitua o art. 77, V e 274, parÃ¡grafo Ãºnico, ambos do CPC/2015: ``Art. 77. AlÃ©m de outros previstos neste CÃ³digo, sÃ£o deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo: (...) V - declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereÃ§o residencial ou profissional onde receberÃ£o intimaÃ§Ãµes, atualizando essa informaÃ§Ã£o sempre que ocorrer qualquer modificaÃ§Ã£o temporÃ¡ria ou definitiva; (...)Â¿Â¿ ``Art. 274. NÃ£o dispondo a lei de outro modo, as intimaÃ§Ãµes serÃ£o feitas Ã s partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartÃ³rio, diretamente pelo escrivÃ£o ou chefe de secretaria. ParÃ¡grafo Ãºnico. Presumem-se vÃ¡lidas as intimaÃ§Ãµes dirigidas ao endereÃ§o

constante dos autos, ainda que nÃ£o recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificaÃ§Ã£o temporÃ¡ria ou definitiva nÃ£o tiver sido devidamente comunicada ao juÃ-zo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondÃªncia no primitivo endereÃ§oÂ¿Â¿. VÃ¡lida a intimaÃ§Ã£o pessoal, nÃ£o tendo a parte Autora cumprido com o ato que lhe competia, deve o feito ser extinto sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, tudo com fundamento no art. 485, III e Â§1Â°, do CPC/2015, em razÃ£o do abandono da causa. ``Ex positisÂ¿Â¿, este juÃ-zo julga o feito extinto sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na forma do art. 485, III e Â§1Â°, do CPC/2015 e por tudo mais o que consta nos autos. Fica intimada a parte Exequente para o recolhimento de eventuais custas pendentes, no prazo de 10 (dez) dias, por meio de seu Procurador. NÃ£o havendo o pagamento das custas processuais no prazo de 10 (dez) dias da publicaÃ§Ã£o desta, extraia a Secretaria Judicial, independentemente de nova conclusÃ£o, a respectiva certidÃ£o para a cobranÃ§a da dÃ-vida, encaminhando-se ao setor competente para tanto. Havendo ApelaÃ§Ã£o, intime-se o apelado para fins de contrarrazÃµes no prazo legal, caso queira. Decorrido o prazo legal, independentemente de manifestaÃ§Ã£o ou nova conclusÃ£o, certifique-se e encaminhem-se os autos ao EgrÃ©gio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, para os devidos fins. Na hipÃ³tese de trÃ¢nsito em julgado, baixe-se o registro de distribuiÃ§Ã£o e arquive-se, se pagas as custas judiciais finais, se houver. P. R. I. C. BelÃ©m, 10 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00393628120028140301 PROCESSO ANTIGO: 20021047037 1 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 11/11/2021 AUTOR:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 128341 - NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) JOSE NAZARENO NOGUEIRA DE LIMA (ADVOGADO) ADVOGADO:ARLENE MARA DE SOUSA DIAS REU:ANTONIO MARCUS ABRAHAO REU:ANDRE LUIZ FERREIRA Representante(s): OAB 1983 - RUBENS NASCIMENTO MOTA (ADVOGADO) . R. H. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, bem como considerando que atualmente o gabinete deste juÃ-zo estÃ¡ analisando os processos conclusos em janeiro de 2021, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. ApÃ³s a digitalizaÃ§Ã£o dos autos, voltem os autos conclusos para que este juÃ-zo possa analisar as questÃµes processuais pendentes, sem prejuÃ-zo da conclusÃ£o do feito procedida em 24/09/2021. Junte-se eventuais petiÃ§Ãµes pendentes.Â Â BelÃ©m, 10 de novembro de 2021. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00395785620128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 AUTOR:KATIA SIMONE CAMPOS LEAL Representante(s): OAB 8097 - ELMANO MARTINS FERREIRA (ADVOGADO) REU:B V FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO Representante(s): OAB 38534 - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) OAB 24102 - FLAVIANO B GARCIA (ADVOGADO) OAB 18694-A - VERIDIANA PRUDENCIO RAFAEL (ADVOGADO) OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) . R. H. Atento aos presentes autos, verifica-se que ainda resta proceder ao levantamento dos valores que a parte Requerente depositou a tÃ-tulo de consignaÃ§Ã£o em favor da parte Requerida. A parte Requerida informou os dados bancÃ¡rios, Ã s fls. 189. ExpeÃ§a-se alvarÃ¡ de transferÃªncia em favor da parte Requerida. Recolha-se as custas processuais do ato. ApÃ³s, arquivem-se os autos. BelÃ©m, 09 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00445206720108140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 AUTOR:ELVI COZINHAS INDUSTRIAIS LTDA Representante(s): OAB 140525 - LUIZ ANTONIO ATTIE CALIL JORGE (ADVOGADO) REU:J VASCONCELOS ALIMENTAÇÃO LTDA. PROCESSO NÂ° 0044520-67.2010.8.14.0301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÃÃO DE COBRANÃA ajuizada por ELVI COZINHAS INDUSTRIAIS LTDA. em face de J VASCONCELOS ALIMENTAÃÃO LTDA. Ãs fls. 115, determinou-se a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte Requerente para que, no prazo de 15 dias, manifestasse seu interesse no prosseguimento do feito. Conforme AR de fls. 118, verifica-se que a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte Demandante nÃ£o foi efetivada, dada a mudanÃ§a de endereÃ§o desta. Era o que se tinha a relatar. Passa-se a decidir. Este juÃ-zo entende que a intimaÃ§Ã£o pessoal do Requerente para manifestar seu interesse no prosseguimento do feito foi vÃ¡lida, uma vez que a mudanÃ§a de endereÃ§o nÃ£o foi informada nos autos, tudo nos moldes do que preceitua o art. 77, V e 274, parÃ¡grafo Ãºnico, ambos do CPC/2015: ``Art. 77. AlÃ©m de outros previstos neste CÃ³digo, sÃ£o deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo: (...) V - declinar, no

primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereÃ§o residencial ou profissional onde receberÃ£o intimaÃ§Ãµes, atualizando essa informaÃ§Ã£o sempre que ocorrer qualquer modificaÃ§Ã£o temporÃ¡ria ou definitiva; (...)Â¿Â¿ ``Art. 274. NÃ£o dispondo a lei de outro modo, as intimaÃ§Ãµes serÃ£o feitas Ã s partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartÃ³rio, diretamente pelo escrivÃ£o ou chefe de secretaria. ParÃ¡grafo Ãºnico. Presumem-se vÃ¡lidas as intimaÃ§Ãµes dirigidas ao endereÃ§o constante dos autos, ainda que nÃ£o recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificaÃ§Ã£o temporÃ¡ria ou definitiva nÃ£o tiver sido devidamente comunicada ao juÃ-zo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondÃªncia no primitivo endereÃ§oÂ¿Â¿. VÃ¡lida a intimaÃ§Ã£o pessoal, nÃ£o tendo a parte Autora cumprido com o ato que lhe competia, deve o feito ser extinto sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, tudo com fundamento no art. 485, III e Â§1Â°, do CPC/2015, em razÃ£o do abandono da causa. ``Ex positisÂ¿Â¿, julgo o feito extinto sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na forma do art. 485, III e Â§1Â°, do CPC/2015 e por tudo mais o que consta nos autos. Fica intimada a parte Requerente para o recolhimento de eventuais custas pendentes, no prazo de 10 (dez) dias, por meio de seu Procurador. NÃ£o havendo o pagamento das custas processuais no prazo de 10 (dez) dias da publicaÃ§Ã£o desta, extraia a Secretaria Judicial, independentemente de nova conclusÃ£o, a respectiva certidÃ£o para a cobranÃ§a da dÃ-vida, encaminhando-se ao setor competente para tanto. Havendo ApelaÃ§Ã£o, intime-se o apelado para fins de contrarrazÃµes no prazo legal, caso queira. Decorrido o prazo legal, independentemente de manifestaÃ§Ã£o ou nova conclusÃ£o, certifique-se e encaminhem-se os autos ao EgrÃ©gio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, para os devidos fins. Na hipÃ³tese de trÃ¢nsito em julgado, baixe-se o registro de distribuiÃ§Ã£o e arquive-se, se pagas as custas judiciais finais, se houver. P. R. I. C. BelÃ©m, 03 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00534111020138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 REQUERENTE:MARIA GORETE MESQUITA FERREIRA Representante(s): OAB 18004 - HAROLDO SOARES DA COSTA (ADVOGADO) OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCCO ITAUCARD SA Representante(s): OAB 12581 - POLLYANA DE SOUZA MACEDO (ADVOGADO) OAB 12479 - GIOVANNY MICHAEL VIEIRA NAVARRO (ADVOGADO) OAB 16780 - LUIS CARLOS MONTEIRO LOURENCO (ADVOGADO) OAB 103751 - MARIANA BARROS MENDONCA (ADVOGADO) OAB 23990 - TAINA FERREIRA ARAUJO (ADVOGADO) . Processo nÂº: Â 0053411-10.2013.8.14.0301 Autor: Â MARIA GORETE MESQUITA FERREIRA RÃ©u: Â Â BANCO ITAUCARD SA DESPACHO Â Â Â Â Â Â A parte rÃ© informou que o as contas do cartÃ£o foram adquiridas em 07/1-/2005 e 04/11/2005, de modo que houve o expurgo do contrato no sistema, haja vista que Ã© superior ao prazo de 05 anos (fls. 84/86). Â Â Â Â Â Â Tendo em vista a impossibilidade de juntada do contrato objeto dos autos, a fim de garantir o contraditÃ³rio e a ampla defesa, determino a intimaÃ§Ã£o das partes a fim de que informem se possuem outras provas a produzir, no prazo de 15 dias. Â Â Â Â Â Â Caso as partes nÃ£o possuam provas a serem produzidas ou na hipÃ³tese de indeferimento destas com fundamento no art. 370, parÃ¡grafo Ãºnico, CPC, serÃ¡ realizado o julgamento antecipado do mÃ©rito, nos termos do art. 355, inciso I, do CPC. Â Â Â Â Â Â Ademais, com vistas a garantir a celeridade processual, digitalize-se os presentes autos, migrando-os ao PJE, caso haja possibilidade. Â Â Â Â Â Â Independentemente da determinaÃ§Ã£o do item anterior, faculto as partes, caso exista interesse, nos termos da Portaria nÂº 1833/2020-GP/TJPA, de 3 de setembro de 2020, a possibilidade de anteciparem a virtualizaÃ§Ã£o do processo, conforme dispÃµe a norma mencionada: Â¿Art. 19. As partes, os procuradores ou os advogados que pretenderem antecipar a virtualizaÃ§Ã£o de processo ao sistema PJe poderÃ£o requerÃª-lo ao juiz da causa, fornecendo cÃ³pia digitalizada integral e sequencial de todas as folhas dos autos fÃ-sicos e dos feitos em apenso, quando presentes, em arquivo digital Ãºnico, em formato PDF, legÃ-vel e nomeado com o nÃºmero Ãºnico do processo (NUP), armazenado em mÃ-dia digitalÂ¿. Â Â Â Â Â Â Desse modo, mediante a apresentaÃ§Ã£o de cÃ³pia digitalizada integral e sequencial de todas as folhas dos autos fÃ-sicos e apensos, em arquivo digital Ãºnico, formato PDF, legÃ-vel e nomeado com o nÃºmero Ãºnico do processo, o que deve ser certificado pela secretaria, a formalizaÃ§Ã£o da digitalizaÃ§Ã£o dos autos resta plenamente possÃ-vel. Â Â Â Â Â Â Uma vez apresentada a digitalizaÃ§Ã£o, em mÃ-dia digital e entregue a Secretaria do JuÃ-zo, deve, a parte contrÃ¡ria, por ato ordinatÃ³rio, ser intimada para manifestar-se, em 05 (cinco) dias. Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo sem manifestaÃ§Ã£o nos autos e, com a certificaÃ§Ã£o de regularidade, emitida pela Secretaria do JuÃ-zo, nos termos da Portaria nÂº 1833/2020-GP/TJPA, de 3 de setembro de 2020, os autos passarÃ£o a tramitar pelo Sistema PJE. Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 10 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m

PROCESSO: 00602822220148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 11/11/2021 REQUERIDO:ALBANILA DA COSTA MOURA AUTOR:RENOVA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS Representante(s): OAB 20953-A - RODRIGO FRASSETTO GOES (ADVOGADO) OAB 43885 - GUSTAVO RODRIGUES GOES NICOLADELLI (ADVOGADO) . R. H. 1. Atento ao petitÃ³rio de fls. 94/123, defiro o pedido de substituiÃ§Ã£o processual do polo ativo, uma vez que peticionante trouxe Ã colaÃ§Ã£o o termo de cessÃ£o de crÃ©dito, devendo constar como autor IRESOLVE COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÃDITOS FINANCEIROS S/A. 2. Intime-se o Requerente, pessoalmente, para que, no prazo de 5 dias, manifeste seu interesse no prosseguimento do feito, recolhendo as custas processuais pendentes, sob pena de extinÃ§Ã£o. 3. Digitalizem-se os autos, migrando-os para o PJE. BelÃ©m, 10 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00603650920128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Usucapião em: 11/11/2021 AUTOR:LETICIA GONCALVES MARANHAO Representante(s): MARCIO DA SILVA CRUZ (DEFENSOR) . Processo nÂº 00603650920128140301 Requerente: Leticia GonÃ§alves MaranhÃ£o Requerido: Terceiros Interessados. DecisÃ£oÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de UsucapiÃ£o Especial Urbana, comÂ finalidade de ver declarada a propriedade do imÃ³vel localizado na Travessa 05, nÂº 130, bairro TapanÃ£, BelÃ©m-PA, CEP: 66831-065. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega, a Requerente, que reside no bem imÃ³vel hÃ¡ mais de 20 (vinte) anos, sem qualquer oposiÃ§Ã£o. Nesse sentido, requereu a declaraÃ§Ã£o de propriedade pelo uso continuo da posse. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foram juntados aos autos o rol de confinantes (fls. 07); certidÃµes da CODEM e Iterpa afirmando que o imÃ³vel usucapiendo nÃ£o pertencendo a seus acervos patrimoniais (fls. 44 e 48); manifestaÃ§Ã£o da UniÃ£o, informando que os autos nÃ£o foram remetidos a procuradoria; falta de citaÃ§Ã£o de todos os confinantes em virtude da nÃ£o localizaÃ§Ã£o dos endereÃ§os indicados na exordial (fls. 39, 42 e 45); CertidÃµes dos cartÃ³rios de 1Âº e 2Âº OfÃ-cios de imÃ³veis, esclarecendo sobre a inexistÃªncia de matrÃ-cula do bem usucapiendo nas serventias; planta do bem usucapiendo (fls. 65); Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o que se tem a relatar. Passa-se a decisÃ£o: Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1-Â Proceda-se a citaÃ§Ã£o pessoal dos confinantes, nos termos do art. 246, Â§3Âº do CPC, para que apresentem defesas, no prazo de 15 (quinze) dias, caso entendam necessÃ¡rias, conforme informaÃ§Ãµes de fls. 60 (emenda a inicial). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Junte aos mandados a cÃ³pia da inicial e a planta do bem (fls.65). Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2-Conforme informaÃ§Ãµes de fls. 30, remetam-se os autos a Procuradoria da UniÃ£o, no Estado do ParÃ¡ (endereÃ§o na Avenida Assis de Vasconcelos, nÂº 625, bairro Campina, CEP: 66.017-070, BelÃ©m/PA), para que manifeste eventual interesse da demanda de usucapiÃ£o, nos termos do art.269, Â§3Âº do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3- Por tratar-se de UsucapiÃ£o Especial, expeÃ§am-se ofÃ-cios, por malote digital, aos CartÃ³rios de ImÃ³veis do 1Âº, 2Âº e 3Âº OfÃ-cio da Capital, para que informem se a Requerente Leticia GonÃ§alves MaranhÃ£o (CPF nÂº 483.255.972-91) Ã© proprietÃ¡ria de imÃ³veis nas respectivas circunscriÃ§Ãµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 4- A Requerente indicou os endereÃ§os dos Requeridos (fls. 60). ExpeÃ§am-se mandados de citaÃ§Ã£o, por carta precatÃ³ria, para: Â Â Â Â Â Â Â Â Â 4.1- Jairo Bruni de Cerqueira: Rua Floriano Waldeck, NÂº 1459, MacapÃ¡-AP, caso nÃ£o encontrado neste endereÃ§o, citar na Rodovia Perimetral Norte, Agua Fria, nÂº 4075, MunicÃ-pio Pedra Branca do Amapari, no Estado do AmapÃ¡.Â Â Â Â Â Â Â Â Â 4.2- Sharla Lotfi de Cerqueira: Avenida Almirante Barroso, nÂº 841, ap. 902, CEP: 689000-41, MacapÃ¡ - AP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 5- A CertidÃ£o de fls. 68 indica tambÃ©m como coproprietÃ¡ria da porÃ§Ã£o maior, em que estÃ¡ inserido o imÃ³vel, a empresa Mauro Menezes Engenharia LTDA - CONSTRUTEC (Empresa com baixa junto a Receita Federal, certidÃ£o anexada a esta decisÃ£o). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, cite-se por edital, pelo prazo de 30 (trinta) dias Mauro Menezes Engenharia LTDA - CONSTRUTEC, nos termos do art. 256, I, do novo CPC. O prazo de manifestaÃ§Ã£o inicia-se do tÃ©rmino do interstÃ-cio estipulado. Apresentada manifestaÃ§Ã£o, deverÃ¡ a parte autora ser intimada, por ato ordinatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o apresentada defesa, encaminhem-se os autos ao Curador Especial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 10 de novembro de 2021. Augusto Cesar da Luz Cavalcante Juiz de Direito, Titular da 6Âª vara CÃ-vel da Capital. PROCESSO: 00626220220158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 11/11/2021 AUTOR:ELILIANE NUNES TAVARES Representante(s): OAB 12226 - WELLYDA CARLA ROSA BARCELOS (DEFENSOR) REU:LIDER COMERCIO E INDUSTRIA LTDA Representante(s): OAB 18717 - STEFANO RIBEIRO DE SOUSA COSTA (ADVOGADO) . Processo nÂº: Â 0062622-02.2015.8.14.0301 Autor: Â ELILIANE NUNES TAVARES RÃ©u: Â Â LIDER COMERCIO E INDUSTRIA LTDA DESPACHO Â Â Â Â Â Concedo para as partes o prazo de 15 (quinze) dias para especificarem as

provas que pretendem produzir, justificando a necessidade destas para o resultado Ãºtil do processo. Â Â Â Â Â Â Caso as partes nÃ£o possuam provas a serem produzidas ou na hipÃ³tese de indeferimento destas com fundamento no art. 370, parÃ¡grafo Ãºnico, CPC, serÃ¡ realizado o julgamento antecipado do mÃ©rito, nos termos do art. 355, inciso I, do CPC. Â Â Â Â Â Â Ademais, com vistas a garantir a celeridade processual, digitalizem-se os presentes autos, migrando-os ao PJE, caso haja possibilidade. Â Â Â Â Â Â Independentemente da determinaÃ§Ã£o do item anterior, faculto as partes, caso exista interesse, nos termos da Portaria nÂº 1833/2020-GP/TJPA, de 3 de setembro de 2020, a possibilidade de anteciparem a virtualizaÃ§Ã£o do processo, conforme dispÃµe a norma mencionada: Â¿Art. 19. As partes, os procuradores ou os advogados que pretenderem antecipar a virtualizaÃ§Ã£o de processo ao sistema PJe poderÃ£o requerÃª-lo ao juiz da causa, fornecendo cÃ³pia digitalizada integral e sequencial de todas as folhas dos autos fÃ-sicos e dos feitos em apenso, quando presentes, em arquivo digital Ãºnico, em formato PDF, legÃ-vel e nomeado com o nÃºmero Ãºnico do processo (NUP), armazenado em mÃ-dia digitalÂ¿. Â Â Â Â Â Â Desse modo, mediante a apresentaÃ§Ã£o de cÃ³pia digitalizada integral e sequencial de todas as folhas dos autos fÃ-sicos e apensos, em arquivo digital Ãºnico, formato PDF, legÃ-vel e nomeado com o nÃºmero Ãºnico do processo, o que deve ser certificado pela secretaria, a formalizaÃ§Ã£o da digitalizaÃ§Ã£o dos autos resta plenamente possÃ-vel. Â Â Â Â Â Â Uma vez apresentada a digitalizaÃ§Ã£o, em mÃ-dia digital e entregue a Secretaria do JuÃ-zo, deve, a parte contrÃ¡ria, por ato ordinatÃ³rio, ser intimada para manifestar-se, em 05 (cinco) dias. Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo sem manifestaÃ§Ã£o nos autos e, com a certificaÃ§Ã£o de regularidade, emitida pela Secretaria do JuÃ-zo, nos termos da Portaria nÂº 1833/2020-GP/TJPA, de 3 de setembro de 2020, os autos passarÃ£o a tramitar pelo Sistema PJE. Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 11 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00660641020148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 11/11/2021 REQUERENTE:BANCO BRADESCO SOCIEDADE ANONIMA Representante(s): OAB 18335 - ISANA SILVA GUEDES (ADVOGADO) OAB 20455-A - MAURO PAULO GALERA MARY (ADVOGADO) OAB 20871 - SUELEN PINTO DA SILVA (ADVOGADO) OAB 18335 - CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (ADVOGADO) OAB 25197-A - LUCIA CRISTINA PINHO ROSAS (ADVOGADO) OAB 25196-A - EDSON ROSAS JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:C E COMERCIO DE PRODUTOS SANITIZANTES LTDA. R. H. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, bem como considerando que atualmente o gabinete deste juÃ-zo estÃ¡ analisando os processos conclusos em dezembro de 2020, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. ApÃ³s a digitalizaÃ§Ã£o dos autos, voltem os autos conclusos para que este juÃ-zo possa analisar as questÃµes processuais pendentes, sem prejuÃ-zo da conclusÃ£o do feito procedida em 05/11/2021. Junte-se eventuais petiÃ§Ãµes pendentes.Â Â BelÃ©m, 10 de novembro de 2021. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00747659120138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 11/11/2021 EXEQUENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 14011 - CAMILO CASSIANO RANGEL CANTO (ADVOGADO) OAB 17883 - MARINA SOUZA DE ALMEIDA (ADVOGADO) OAB 3056 - MAURO PAULO GALERA MARI (ADVOGADO) OAB 128.341 - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) EXECUTADO:GEOBRASIL SERVIÇO DE GEOREFERENCIAMENTO LTDA EXECUTADO:LUTIMAR ANTONIO ANGHEBEN EXECUTADO:GEANDRE FRANCISCO SOARES. R. H. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, bem como considerando que atualmente o gabinete deste juÃ-zo estÃ¡ analisando os processos conclusos em dezembro de 2020, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. ApÃ³s a digitalizaÃ§Ã£o dos autos, voltem os autos conclusos para que este juÃ-zo possa analisar as questÃµes processuais pendentes, sem prejuÃ-zo da conclusÃ£o do feito procedida em 17/09/2021. Junte-se eventuais petiÃ§Ãµes pendentes.Â Â BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00749088020138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Monitória em: 11/11/2021 AUTOR:BRUNO PAGOTTO SILVEIRA NUNES Representante(s): OAB 16022 - ANNA PAULA ANDRADE ROLO (ADVOGADO) REU:SHEILA MARTINS TEIXEIRA SERRAO REU:SMT SERRAO. R. H. 1. Intime-se o Requerente,

pessoalmente, por meio de Oficial de JustiÃ§a, para que, no prazo de 5 dias, manifeste seu interesse no prosseguimento do feito, recolhendo as custas processuais pendentes, sob pena de extinÃ§Ã£o. 2. Digitalizem-se os autos, migrando-os para o PJE. BelÃ©m, 10 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00766541220158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Cumprimento de sentença em: 11/11/2021 REQUERENTE:MARIA DE LOURDES SAMPAIO DOS SANTOS Representante(s): OAB 7505 - GIOVANNA DE GUADALUPE BRAGA LEAO (ADVOGADO) REQUERIDO:ANCORA CONSTRUCOES E INCORPORADORA LTDA Representante(s): OAB 19332 - KAMILA KAUATI MARINHO FERREIRA DE MEDEIROS (ADVOGADO) OAB 21095 - CINTHIA DANTAS VALENTE (ADVOGADO) . R. H. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, bem como considerando que atualmente o gabinete deste juÃ-zo estÃ¡ analisando os processos conclusos em janeiro de 2021, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. ApÃ³s a digitalizaÃ§Ã£o dos autos, voltem os autos conclusos para que este juÃ-zo possa analisar as questÃµes processuais pendentes, sem prejuÃ-zo da conclusÃ£o do feito procedida em 24/09/2021. Junte-se eventuais petiÃ§Ãµes pendentes.Â Â BelÃ©m, 10 de novembro de 2021. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00798956220138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 REQUERENTE:FELIPE TUJI DE CASTRO FRANCO Representante(s): OAB 17570 - ARIADNE OLIVEIRA MOTA DURANS (ADVOGADO) REQUERIDO:AYMORE CFI AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA Representante(s): OAB 221386 - HENRIQUE JOSE PARADA SIMAO (ADVOGADO) OAB 1853-A - ELISIA HELENA DE MELO MARTINI (ADVOGADO) . R. H. 1. Atento aos presentes autos, Ã s fls. 129, verifica-se que a parte Requerida nÃ£o solveu as custas de intimaÃ§Ã£o do perito, nem tampouco as custas da diligÃªncia do Oficial de JustiÃ§a, declaro preclusa a prova pericial, pelo que a presente demanda serÃ¡ dirimida nos moldes da decisÃ£o saneadora de fls. 114, isto Ã©, serÃ£o considerados verdadeiros os fatos alegados pela parte autora, tendo em vista a inversÃ£o do Ã´nus da prova deferida. 2. Acerca das custas finais, antes da conclusÃ£o dos autos para sentenÃ§a, dispÃµe o Regimento de Custas e outras despesas processuais no Ã¢mbito do Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡ (Lei Estadual nÂº. 8.328/2015): Â¿Art. 26. O Diretor de Secretaria, antes da conclusÃ£o dos autos para sentenÃ§a, ou o SecretÃ¡rio de CÃ¢mara, antes da publicaÃ§Ã£o da pauta de julgamento, sob pena de responsabilidade, ressalvadas as hipÃ³teses de assistÃªncia judiciÃ¡ria e isenÃ§Ãµes legais, deverÃ¡ tramitar o processo Ã unidade de arrecadaÃ§Ã£o competente para que esta elabore a conta de custas finais ou certifique a regularidade do recolhimento das custas processuais relativas aos atos atÃ© entÃ£o praticados. (...) Â§ 3Âº. Na hipÃ³tese de pendÃªncia de pagamento das custas processuais, apÃ³s a realizaÃ§Ã£o da conta de custas finais, o Diretor de Secretaria ou o SecretÃ¡rio de CÃ¢mara do TJPA providenciarÃ¡ a intimaÃ§Ã£o do autor para pagamento do respectivo boleto. (...) Art. 27. No momento da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a ou do acÃ³rdÃ£o as custas processuais devem estar devidamente quitadas, sob pena de responsabilidade do(s) magistrado(s), salvo os casos de assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita ou isenÃ§Ãµes legais.Â¿. Portanto, Ã© imprescindÃ-vel que, no momento da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a, as custas processuais estejam devidamente quitadas, sob pena de responsabilidade do magistrado, nos termos do art. 27 do Regimento de Custas e outras despesas processuais no Ã¢mbito do Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡. Diante disso: 2.1- Remeta-se os autos a UNAJ para o cÃ¡lculo das custas finais pendentes. 2.2- ApÃ³s o retorno dos autos, intime-se, pessoalmente, a parte autora, via carta com aviso de recebimento, para efetuar o pagamento das custas finais do processo, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinÃ§Ã£o, nos termos do art. 485, inciso III e Â§ 1Âº, do CPC. 3. Digitalizem-se os autos, migrando-os para o PJE. BelÃ©m, 10 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00847164120158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 AUTOR:MAX NEY JORGE PAES DA COSTA Representante(s): OAB 5041 - FERNANDO FLAVIO LOPES SILVA (ADVOGADO) OAB 29262 - FELIPE BEZERRA DA SILVA (ADVOGADO) AUTOR:CHARLENE SANTOS DA COSTA Representante(s): OAB 5041 - FERNANDO FLAVIO LOPES SILVA (ADVOGADO) OAB 20623 - FRANCILENE PEREIRA LIMA (ADVOGADO) OAB 29262 - FELIPE BEZERRA DA SILVA (ADVOGADO) REU:META EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Representante(s): OAB 3451 - JOSE RAIMUNDO FARIAS CANTO (ADVOGADO) OAB 10389 - RONDINELI FERREIRA PINTO (ADVOGADO)

OAB 21117-B - AMAIAMA LAMARAO JOSAPHAT (ADVOGADO) . Processo nÂº: Â 0084716-41.2015.8.14.0301 Autor: Â MAX NEY JORGE PAES DA COSTA e outro RÃ©u: Â Â META EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA DESPACHO Â Â Â Â Â Concedo para as partes o prazo de 15 (quinze) dias para especificarem as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade destas para o resultado Ãºtil do processo. Â Â Â Â Â Â Caso as partes nÃ£o possuam provas a serem produzidas ou na hipÃ³tese de indeferimento destas com fundamento no art. 370, parÃ¡grafo Ãºnico, CPC, serÃ¡ realizado o julgamento antecipado do mÃ©rito, nos termos do art. 355, inciso I, do CPC. Â Â Â Â Â Â Acerca das custas finais, antes da conclusÃ£o dos autos para sentenÃ§a, dispÃµe o Regimento de Custas e outras despesas processuais no Ã¢mbito do Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡ (Lei nÂº. 8.328/2015): Â¿Art. 26. O Diretor de Secretaria, antes da conclusÃ£o dos autos para sentenÃ§a, ou o SecretÃ¡rio de CÃ¢mara, antes da publicaÃ§Ã£o da pauta de julgamento, sob pena de responsabilidade, ressalvadas as hipÃ³teses de assistÃªncia judiciÃ¡ria e isenÃ§Ãµes legais, deverÃ¡ tramitar o processo Ã unidade de arrecadaÃ§Ã£o competente para que esta elabore a conta de custas finais ou certifique a regularidade do recolhimento das custas processuais relativas aos atos atÃ© entÃ£o praticados. (...) Â§ 3Âº. Na hipÃ³tese de pendÃªncia de pagamento das custas processuais, apÃ³s a realizaÃ§Ã£o da conta de custas finais, o Diretor de Secretaria ou o SecretÃ¡rio de CÃ¢mara do TJPA providenciarÃ¡ a intimaÃ§Ã£o do autor para pagamento do respectivo boleto. (...) Art. 27. No momento da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a ou do acÃ³rdÃ£o as custas processuais devem estar devidamente quitadas, sob pena de responsabilidade do(s) magistrado(s), salvo os casos de assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita ou isenÃ§Ãµes legais.Â¿. Â Â Â Â Â Â Assim, apÃ³s manifestaÃ§Ã£o das partes, remetam-se os autos Ã UNAJ para que esta elabore a conta de custas finais ou certifique a regularidade do recolhimento das custas processuais relativas aos atos atÃ© entÃ£o praticados, nos termos do art. 26 da Lei Estadual nÂº. 8.328/2015. Â Â Â Â Â Â Na hipÃ³tese de custas finais em aberto, intime-se a parte autora, por ato ordinatÃ³rio, a fim de que efetue o pagamento das respectivas custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias. Â Â Â Â Â Â Cumpridas todas as diligÃªncias, com vistas a garantir a celeridade processual, digitalize-se os presentes autos, migrando-os ao PJE, caso haja possibilidade. Â Â Â Â Â Â Independentemente da determinaÃ§Ã£o do item anterior, faculto as partes, caso exista interesse, nos termos da Portaria nÂº 1833/2020-GP/TJPA, de 3 de setembro de 2020, a possibilidade de anteciparem a virtualizaÃ§Ã£o do processo, conforme dispÃµe a norma mencionada: Â¿Art. 19. As partes, os procuradores ou os advogados que pretenderem antecipar a virtualizaÃ§Ã£o de processo ao sistema PJe poderÃ£o requerÃª-lo ao juiz da causa, fornecendo cÃ³pia digitalizada integral e sequencial de todas as folhas dos autos fÃ-sicos e dos feitos em apenso, quando presentes, em arquivo digital Ãºnico, em formato PDF, legÃ-vel e nomeado com o nÃºmero Ãºnico do processo (NUP), armazenado em mÃ-dia digitalÂ¿. Â Â Â Â Â Â Desse modo, mediante a apresentaÃ§Ã£o de cÃ³pia digitalizada integral e sequencial de todas as folhas dos autos fÃ-sicos e apensos, em arquivo digital Ãºnico, formato PDF, legÃ-vel e nomeado com o nÃºmero Ãºnico do processo, o que deve ser certificado pela secretaria, a formalizaÃ§Ã£o da digitalizaÃ§Ã£o dos autos resta plenamente possÃ-vel. Â Â Â Â Â Â Uma vez apresentada a digitalizaÃ§Ã£o, em mÃ-dia digital e entregue a Secretaria do JuÃ-zo, deve, a parte contrÃ¡ria, por ato ordinatÃ³rio, ser intimada para manifestar-se, em 05 (cinco) dias. Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo sem manifestaÃ§Ã£o nos autos e, com a certificaÃ§Ã£o de regularidade, emitida pela Secretaria do JuÃ-zo, nos termos da Portaria nÂº 1833/2020-GP/TJPA, de 3 de setembro de 2020, os autos passarÃ£o a tramitar pelo Sistema PJE. Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 10 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00850184120138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDMILTON PINTO SAMPAIO A??o: Agravo de Instrumento em: 11/11/2021 EXEQUENTE:AFONSO MARQUES DE LIMA Representante(s): OAB 10662 - JAQUELINE NORONHA DE M FILOMENO KITAMURA (ADVOGADO) EXECUTADO:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 21078-A - JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO) OAB 44698 - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO - PROC. 0085018-41.2013.814.0301 Â Â Â Â Â AtravÃ©s do provimento 006/2006, artigo 1Âº Â§ 2Âº, inciso X oriundo da Corregedoria Geral de JustiÃ§a da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m: fica intimada a parte requerente para se manifestar sobre a proposta de acordo de fls. 149/151, no prazo de 05 dias. Â Â Â Â Â BELÃM-PA, 11 DE NOVEMBRO DE 2021. DIRETOR DE SECRETARIA. PROCESSO: 00896028320158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 AUTOR:XISTO RAIMUNDO CARRERA Representante(s): OAB 10958 - ALINE DA COSTA AMANAJAS (ADVOGADO) OAB 23207 - JOLBE ANDRES PIRES MENDES (ADVOGADO) REU:REJANE PEREIRA DE SOUZA REU:COMPANHIA DE HABITACAO DO ESTADO DO PARA COHAB Representante(s): OAB 8781 - LIGIA DOS SANTOS NEVES (ADVOGADO) . R. H. 1. Cumpra-se a intimaÃ§Ã£o pessoal do Requerente

por meio de Oficial de JustiÃ§a; 2. Digitalizem-se os autos, migrando-os para o PJE. BelÃ©m, 10 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00966430420158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Protesto em: 11/11/2021 REQUERENTE:BOEING VIAGENS E TURISMO LTDA Representante(s): OAB 5432 - SAMIR ABFADILL TOUTENGE JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:DALLAS RENT A CAR LTDA. PROCESSO NÂ° 0096643-04.2015.8.14.0301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÃÃO DE CANCELAMENTO DE PROTESTO ajuizada por BOEING VIAGENS E TURISMO LTDA em face de DALLAS RENT A CAR LTDA. Ãs fls. 63, determinou-se a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte Requerente para que, no prazo de 15 dias, recolhesse as custas pendentes. Conforme AR de fls. 66, verifica-se que a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte Demandante nÃ£o foi efetivada, dada a mudanÃ§a de endereÃ§o desta. Era o que se tinha a relatar. Passa-se a decidir. Este juÃ-zo entende que a intimaÃ§Ã£o pessoal do Requerente para manifestar seu interesse no prosseguimento do feito foi vÃ¡lida, uma vez que a mudanÃ§a de endereÃ§o nÃ£o foi informada nos autos, tudo nos moldes do que preceitua o art. 77, V e 274, parÃ¡grafo Ãºnico, ambos do CPC/2015: ``Art. 77. AlÃ©m de outros previstos neste CÃ³digo, sÃ£o deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo: (...) V - declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereÃ§o residencial ou profissional onde receberÃ£o intimaÃ§Ãµes, atualizando essa informaÃ§Ã£o sempre que ocorrer qualquer modificaÃ§Ã£o temporÃ¡ria ou definitiva; (...)Â¿Â¿ ``Art. 274. NÃ£o dispondo a lei de outro modo, as intimaÃ§Ãµes serÃ£o feitas Ã s partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartÃ³rio, diretamente pelo escrivÃ£o ou chefe de secretaria. ParÃ¡grafo Ãºnico. Presumem-se vÃ¡lidas as intimaÃ§Ãµes dirigidas ao endereÃ§o constante dos autos, ainda que nÃ£o recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificaÃ§Ã£o temporÃ¡ria ou definitiva nÃ£o tiver sido devidamente comunicada ao juÃ-zo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondÃªncia no primitivo endereÃ§oÂ¿Â¿. VÃ¡lida a intimaÃ§Ã£o pessoal, nÃ£o tendo a parte Autora cumprido com o ato que lhe competia, deve o feito ser extinto sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, tudo com fundamento no art. 485, III e Â§1Â°, do CPC/2015, em razÃ£o do abandono da causa. ``Ex positisÂ¿Â¿, este juÃ-zo julga o feito extinto sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na forma do art. 485, III e Â§1Â°, do CPC/2015 e por tudo mais o que consta nos autos. Fica intimada a parte Exequente para o recolhimento de eventuais custas pendentes, no prazo de 10 (dez) dias, por meio de seu Procurador. NÃ£o havendo o pagamento das custas processuais no prazo de 10 (dez) dias da publicaÃ§Ã£o desta, extraia a Secretaria Judicial, independentemente de nova conclusÃ£o, a respectiva certidÃ£o para a cobranÃ§a da dÃ-vida, encaminhando-se ao setor competente para tanto. Havendo ApelaÃ§Ã£o, intime-se o apelado para fins de contrarrazÃµes no prazo legal, caso queira. Decorrido o prazo legal, independentemente de manifestaÃ§Ã£o ou nova conclusÃ£o, certifique-se e encaminhem-se os autos ao EgrÃ©gio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, para os devidos fins. Na hipÃ³tese de trÃ¢nsito em julgado, baixe-se o registro de distribuiÃ§Ã£o e arquive-se, se pagas as custas judiciais finais, se houver. P. R. I. C. BelÃ©m, 09 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 01060881220168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 AUTOR:DAVID MADSON JANAU SANTOS Representante(s): OAB 90.323 - SABRINA BORGES (ADVOGADO) REU:SEGURADORA LIDER DE CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT Representante(s): OAB 8770 - BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 13034 - ROBERTA MENEZES MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 20646 - BRUNA FERNANDA PERES TRINDADE (ADVOGADO) OAB 21597 - GABRIELA SAMPAIO DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 22116 - RAFAELA DE PINA SIMOES (ADVOGADO) ROBERTA MENZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) . Processo nÂº:Â 0106088-12.2016.8.14.0301 Autor: Â Â DAVID MADSON JANAU SANTOS RÃ©u:Â Â SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT DECISÃO Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Foi certificado que o perito CLEBER CORDEIRO PROLA nÃ£o foi intimado (fl. 142v.). Â Â Â Â Â Â Diante disso, a fim de viabilizar a produÃ§Ã£o da prova pericial, que deverÃ¡ atestar a existÃªncia ou nÃ£o de debilidade permanente, bem como, caso exista, o percentual da lesÃ£o sofrida, nomeio para o encargo o Dr. LUCIO WEBER RABELO e, na impossibilidade deste, JOSÃ MARIA SOARES FEITOSA e, na impossibilidade deste, o Dr. JORGE OLIVEIRA VAZ, cadastrados na Lista Sugestiva do FÃ³rum CÃ-vel da Capital e no Cadastro de Peritos e outros Auxiliares da JustiÃ§a - CAPJUS. Â Â Â Â Â Â Intime-se, com urgÃªncia, o novo perito nomeado a fim de que informe se, no prazo de 05 (cinco) dias, se aceita o encargo. Â Â Â Â Â Aceito o encargo, deverÃ¡ o Sr. Perito, no prazo de 05 (cinco) dias, notificar as partes e o juÃ-zo acerca do dia para inÃ-cio da perÃ-cia, devendo apresentar o laudo em 30 (trinta) dias a contar do

inÃ-cio dos trabalhos. Ressalto, que, caso necessÃ¡rio, poderÃ¡ ser intimado para prestar esclarecimentos acerca do laudo. Â Â Â Â Â Â Informada a data da realizaÃ§Ã£o da perÃ-cia, expeÃ§a-se mandado de intimaÃ§Ã£o da parte autora a fim de que tenha conhecimento da data da realizaÃ§Ã£o da perÃ-cia. Â Â Â Â Â Â Cumpridas todas as diligÃªncias, com vistas a garantir a celeridade processual, digitalizem-se os presentes autos, migrando-os ao PJE, caso haja possibilidade. Â Â Â Â Â Â Independentemente da determinaÃ§Ã£o do item anterior, faculto as partes, caso exista interesse, nos termos da Portaria nÂº 1833/2020-GP/TJPA, de 3 de setembro de 2020, a possibilidade de anteciparem a virtualizaÃ§Ã£o do processo, conforme dispÃµe a norma mencionada: Â¿Art. 19. As partes, os procuradores ou os advogados que pretenderem antecipar a virtualizaÃ§Ã£o de processo ao sistema PJe poderÃ£o requerÃª-lo ao juiz da causa, fornecendo cÃ³pia digitalizada integral e sequencial de todas as folhas dos autos fÃ-sicos e dos feitos em apenso, quando presentes, em arquivo digital Ãºnico, em formato PDF, legÃ-vel e nomeado com o nÃºmero Ãºnico do processo (NUP), armazenado em mÃ-dia digitalÂ¿. Â Â Â Â Â Â Desse modo, mediante a apresentaÃ§Ã£o de cÃ³pia digitalizada integral e sequencial de todas as folhas dos autos fÃ-sicos e apensos, em arquivo digital Ãºnico, formato PDF, legÃ-vel e nomeado com o nÃºmero Ãºnico do processo, o que deve ser certificado pela secretaria, a formalizaÃ§Ã£o da digitalizaÃ§Ã£o dos autos resta plenamente possÃ-vel. Â Â Â Â Â Â Uma vez apresentada a digitalizaÃ§Ã£o, em mÃ-dia digital e entregue a Secretaria do JuÃ-zo, deve, a parte contrÃ¡ria, por ato ordinatÃ³rio, ser intimada para manifestar-se, em 05 (cinco) dias. Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo sem manifestaÃ§Ã£o nos autos e, com a certificaÃ§Ã£o de regularidade, emitida pela Secretaria do JuÃ-zo, nos termos da Portaria nÂº 1833/2020-GP/TJPA, de 3 de setembro de 2020, os autos passarÃ£o a tramitar pelo Sistema PJE. Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. SERVIRÃ A PRESENTE, POR CÃPIA DIGITALIZADA, COMO MANDADO, CARTA E OFÃCIO (PROVIMENTO NÂ° 003/2009 - CJRMB). Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 09 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 01171297320168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 AUTOR:MARILENE AMARAL TEIXEIRA Representante(s): OAB 1286 - HAROLDO FERNANDES (ADVOGADO) REU:PRONTO NET LTDA EPP. Processo nÂº Â 0117129-73.2016.8.14.0301 Autora: Â MARILENE AMARAL TEIXEIRA RÃ©u: Â Â PRONTO NET LTDA DECISÃO Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Analisando-se os autos, verifica-se que atÃ© o presente momento a parte rÃ© nÃ£o foi localizada para fins de citaÃ§Ã£o (fls. 39 e 46). Â Â Â Â Â Â A parte autora apenas se limitou a requerer o prosseguimento do feito, nÃ£o tendo informado o endereÃ§o atualizado da parte rÃ© para fins de citaÃ§Ã£o (fl. 52). Â Â Â Â Â Â Pois bem, em simples pesquisa no Cadastro Nacional da Pessoa JurÃ-dica, foi localizado o endereÃ§o atualizado da parte rÃ© (protocolo em anexo). Â Â Â Â Â Â Diante disso, expeÃ§a-se, com urgÃªncia, mandado de citaÃ§Ã£o, no endereÃ§o encontrado em anexo, a fim de que a referida rÃ© apresente defesa no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia. Â Â Â Â Â Â Dos mandados ou carta de citaÃ§Ã£o deverÃ¡ constar as advertÃªncias dos arts. 336, 341 e 344, do CPC. Â Â Â Â Â Â Se o rÃ©u apresentar defesa, deverÃ¡ a parte autora ser intimada, por ato ordinatÃ³rio, para apresentar rÃ©plica, no prazo de 15 (quinze) dias, caso entenda necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 09 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 01330991620168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 AUTOR:ADSON RODRIGUES NUNES Representante(s): OAB 16486 - FABRICIO SILVA ALVES (ADVOGADO) REU:MARCELO VICTOR GOMES DA SILVA REU:AILA MARTHA GOMES DA SILVA REU:PEDRO FELIPE GOMES DA SILVA. PROCESSO NÂ° 0133099-16.2016.814.0301 Vistos, etc. ADSON RODRIGUES NUNES ajuizou AÃÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL em face de MARCELO VICTOR GOMES DA SILVA, AILA MARTHA GOMES DA SILVA e PEDRO FELIPE GOMES DA SILVA, todos qualificados nos autos. Ãs fls. 36, determinou-se a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte Requerente para que, no prazo de 15 dias, requeresse o que de direito para o prosseguimento do feito. Conforme AR de fls. 42, verifica-se que a parte foi intimada e nÃ£o protocolou qualquer manifestaÃ§Ã£o. Era o que se tinha a relatar. Passa-se a decidir. Este juÃ-zo entende que a intimaÃ§Ã£o pessoal do Requerente para manifestar seu interesse no prosseguimento do feito foi vÃ¡lida e, nÃ£o tendo a parte Autora cumprido com o ato que lhe competia, deve o feito ser extinto sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, tudo com fundamento no art. 485, III e Â§1Â°, do CPC/2015, em razÃ£o do abandono da causa. ``Ex positisÂ¿Â¿, este juÃ-zo julga o feito extinto sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na forma do art. 485, III e Â§1Â°, do CPC/2015 e por tudo mais o que consta nos autos. Sem custas, dado que a parte Requerente Ã© beneficiÃ¡ria da justiÃ§a gratuita. Havendo ApelaÃ§Ã£o, intime-se o apelado para fins de contrarrazÃµes no prazo legal, caso queira. Decorrido o prazo legal, independentemente de manifestaÃ§Ã£o ou nova conclusÃ£o, certifique-se e

encaminhem-se os autos ao EgrÃ©gio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, para os devidos fins. Na hipÃ³tese de trÃ¢nsito em julgado, baixe-se o registro de distribuiÃ§Ã£o e arquive-se, se pagas as custas judiciais finais, se houver. P. R. I. C. BelÃ©m, 10 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 01357436320158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 11/11/2021 EXEQUENTE:GAFISA SPE - 65 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Representante(s): OAB 19809 - FABRICIO GOMES CRISTINO (ADVOGADO) OAB 21114-A - THIAGO MAHFUZ VEZZI (ADVOGADO) OAB 214.918 - DANIEL BATTIPAGLIA SGAI (ADVOGADO) EXECUTADO:LUIZ CARLOS MENEZES DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 5055 - NILTON RODNEY DA SILVA SOUZA (ADVOGADO) OAB 1028 - CLEBER SARAIVA DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 22864 - ANA SARA ALVES FRANKLIN (ADVOGADO) EXECUTADO:LUIZIENES SANTOS DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 5055 - NILTON RODNEY DA SILVA SOUZA (ADVOGADO) OAB 1028 - CLEBER SARAIVA DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 22864 - ANA SARA ALVES FRANKLIN (ADVOGADO) EXECUTADO:LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA JUNIOR Representante(s): OAB 5055 - NILTON RODNEY DA SILVA SOUZA (ADVOGADO) OAB 1028 - CLEBER SARAIVA DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 22864 - ANA SARA ALVES FRANKLIN (ADVOGADO) . R. H. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, bem como considerando que atualmente o gabinete deste juÃ-zo estÃ¡ analisando os processos conclusos em janeiro de 2021, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. ApÃ³s a digitalizaÃ§Ã£o dos autos, voltem os autos conclusos para que este juÃ-zo possa analisar as questÃµes processuais pendentes, sem prejuÃ-zo da conclusÃ£o do feito procedida em 17/09/2021. Junte-se eventuais petiÃ§Ãµes pendentes.Â Â BelÃ©m, 10 de novembro de 2021. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 01762417020168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 11/11/2021 REQUERENTE:BRADESCO ADMINISTRACAO DE COSNSORCIOS LTDA Representante(s): OAB 209551 - PEDRO ROBERTO ROMAO (ADVOGADO) OAB 24570 - NATHALIA HADASSA GADELHA ALVES (ADVOGADO) REQUERIDO:THAYSE HAGE GOMES Representante(s): OAB 27463 - BARBARA EMYLE DE LIMA GOUVEIA (ADVOGADO) OAB 14045 - JOAO LUIS BRASIL BATISTA ROLIM DE CASTRO (ADVOGADO) . Processo nÂº: Â 0176241-70.2016.8.14.0301 Autor: Â Â BRADESCO ADMINISTRACAO DE CONSORCIOS LTDA RÃ©u: Â Â THAYSE HAGE GOMES SENTENÃA I - RelatÃ³rio Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â BRADESCO ADMINISTRACAO DE CONSORCIOS LTDA, jÃ¡ qualificado nos autos, ajuizou a presente AÃÃO DE BUSCA E APREENSÃO em face de THAYSE HAGE GOMES, igualmente qualificado. Â Â Â Â Â Â Foi deferida a liminar de busca e apreensÃ£o (fls. 56/57). Â Â Â Â Â Â A parte autora requereu a desistÃªncia do feito (fl. 79). Â Â Â Â Â Â Era o que tinha a relatar. Passo a decidir. II - FundamentaÃ§Ã£o Â Â Â Â Â Â Sobre a desistÃªncia, cabe dizer que a mesma se dÃ¡ quando o autor abre mÃ£o do processo, sendo certo que, diante disso, o processo deva ser extinto sem apreciaÃ§Ã£o do mÃ©rito, consoante art. 485, VIII do CÃ³digo de Processo Civil: Â¿Art. 485 - O juiz nÃ£o resolverÃ¡ o mÃ©rito quando: (...) VIII - Homologar a desistÃªncia da aÃ§Ã£oÂ¿. Â Â Â Â Â Â Segue ainda o teor do art. 200 do mesmo diploma legal: Â¿Art. 200 - Os atos das partes, consistentes em declaraÃ§Ãµes unilaterais ou bilaterais de vontade, produzem imediatamente a constituiÃ§Ã£o, a modificaÃ§Ã£o ou a extinÃ§Ã£o de direitos processuais. ParÃ¡grafo Ãºnico - A desistÃªncia da aÃ§Ã£o sÃ³ produzirÃ¡ efeito apÃ³s homologaÃ§Ã£o judicialÂ¿. Â Â Â Â Â Â Dessa forma, somente cabe a este JuÃ-zo acolher o pedido da parte requerente, restando extinguir o feito sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com a desistÃªncia. Â Â Â Â Â Â Saliente-se que houve restriÃ§Ã£o via RENAJUD no veÃ-culo objeto dos autos realizada por este juÃ-zo, a qual deverÃ¡ ser retirada. III - Dispositivo Â Â Â Â Â Â Isto posto, homologo a desistÃªncia da presente aÃ§Ã£o, conforme o solicitado pela parte autora, para os fins do art. 200 e parÃ¡grafo Ãºnico do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Consequentemente, julgo extinto o processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito com fundamento no art. 485, VIII do CPC. Â Â Â Â Â Â Revogo a liminar anteriormente concedida, bem como retiro a restriÃ§Ã£o via RENAJUD do veÃ-culo objeto dos autos (cf. protocolo em anexo). Â Â Â Â Â Â Condeno a parte autora ao pagamento das despesas judiciais, nos termos do art. 90 do CPC. Â Â Â Â Â Â Transitado em julgado, baixe-se o registro de distribuiÃ§Ã£o e arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 01822886020168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o:

Despejo por Falta de Pagamento em: 11/11/2021 REQUERENTE:JOSE CARLOS LUCENA BENTES Representante(s): OAB 10508 - FABIO LOPES DE SOUZA NETO (ADVOGADO) OAB 2408 - DORIVAL INDIASSU DE SOUZA NETO (ADVOGADO) REQUERIDO:CEZAR MARCOS FERREIRA TAKEMURA Representante(s): OAB 1049 - ANTONIO VILLAR PANTOJA (ADVOGADO) REQUERENTE:FERNANDA LUCENA BENTES Representante(s): OAB 10508 - FABIO LOPES DE SOUZA NETO (ADVOGADO) OAB 2408 - DORIVAL INDIASSU DE SOUZA NETO (ADVOGADO) REQUERENTE:PAULO CESAR LUCENA BENTES Representante(s): OAB 10508 - FABIO LOPES DE SOUZA NETO (ADVOGADO) OAB 2408 - DORIVAL INDIASSU DE SOUZA NETO (ADVOGADO) REQUERENTE:SANDRA HELENA BENTES DOS SANTOS Representante(s): OAB 10508 - FABIO LOPES DE SOUZA NETO (ADVOGADO) OAB 2408 - DORIVAL INDIASSU DE SOUZA NETO (ADVOGADO) . R. H. 1. Atento ao petitÃ³rio de fls. 105/106, considerando que a parte Requerente noticia a venda do imÃ³vel objeto dos presentes autos, torna-se sem efeito a cobranÃ§a de custas das fls. 103, dada a desnecessidade da prÃ¡tica do ato; 2. Acerca das custas finais, antes da conclusÃ£o dos autos para sentenÃ§a, dispÃµe o Regimento de Custas e outras despesas processuais no Ã¢mbito do Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡ (Lei Estadual nÂº. 8.328/2015): Â¿Art. 26. O Diretor de Secretaria, antes da conclusÃ£o dos autos para sentenÃ§a, ou o SecretÃ¡rio de CÃ¢mara, antes da publicaÃ§Ã£o da pauta de julgamento, sob pena de responsabilidade, ressalvadas as hipÃ³teses de assistÃªncia judiciÃ¡ria e isenÃ§Ãµes legais, deverÃ¡ tramitar o processo Ã unidade de arrecadaÃ§Ã£o competente para que esta elabore a conta de custas finais ou certifique a regularidade do recolhimento das custas processuais relativas aos atos atÃ© entÃ£o praticados. (...) Â§ 3Âº. Na hipÃ³tese de pendÃªncia de pagamento das custas processuais, apÃ³s a realizaÃ§Ã£o da conta de custas finais, o Diretor de Secretaria ou o SecretÃ¡rio de CÃ¢mara do TJPA providenciarÃ¡ a intimaÃ§Ã£o do autor para pagamento do respectivo boleto. (...) Art. 27. No momento da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a ou do acÃ³rdÃ£o as custas processuais devem estar devidamente quitadas, sob pena de responsabilidade do(s) magistrado(s), salvo os casos de assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita ou isenÃ§Ãµes legais.Â¿. Portanto, Ã© imprescindÃ-vel que, no momento da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a, as custas processuais estejam devidamente quitadas, sob pena de responsabilidade do magistrado, nos termos do art. 27 do Regimento de Custas e outras despesas processuais no Ã¢mbito do Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡. Diante disso: 2.1- Remeta-se os autos a UNAJ para o cÃ¡lculo das custas finais pendentes. 2.2- ApÃ³s o retorno dos autos, intime-se, pessoalmente, a parte autora, via carta com aviso de recebimento, para efetuar o pagamento das custas finais do processo, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinÃ§Ã£o, nos termos do art. 485, inciso III e Â§ 1Âº, do CPC. 3. Com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. Junte-se eventuais petiÃ§Ãµes pendentes.Â BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 02822817620168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 11/11/2021 REQUERENTE:BA CO ITAUCARD SA Representante(s): OAB 38534 - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) OAB 12306 - ANA PAULA BARBOSA DA ROCHA GOMES (ADVOGADO) OAB 13536-A - CELSO MARCON (ADVOGADO) REQUERIDO:LUIS HENRIQUE FERREIRA. Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÃÃO DE BUSCA E APREENSÃO ajuizada por BANCO ITAUCARD em face de LUIS HENRIQUE FERREIRA. Analisando os presentes autos, verifica-se que, Ã s fls. 70 e 73, este juÃ-zo determinou que a parte Requerente procedesse Ã citaÃ§Ã£o da parte Requerida por meio de mandado, entretanto, a parte Autora nÃ£o esboÃ§ou qualquer manifestaÃ§Ã£o no prazo legal. Era o que se tinha a relatar. Passa-se a decidir. Nos termos do art. 240, Â§ 2Âº, do CÃ³digo de Processo Civil, incumbe ao autor promover a citaÃ§Ã£o do rÃ©u. De acordo com o art. 239 do CÃ³digo de Processo Civil, para a validade do processo Ã© indispensÃ¡vel a citaÃ§Ã£o da parte Requerida, ressalvadas as hipÃ³teses de indeferimento da petiÃ§Ã£o inicial ou de improcedÃªncia liminar do pedido. Assim, constatado que a parte Requerente nÃ£o se desincumbiu de proceder Ã citaÃ§Ã£o da parte adversa, de modo a viabilizar a citaÃ§Ã£o, deve o feito ser extinto sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, na forma prevista no artigo 485, inciso I e IV, do CÃ³digo de Processo Civil, ante a falta de pressuposto de constituiÃ§Ã£o e desenvolvimento vÃ¡lido e regular do processo, bem como o indeferimento da exordial. Em tais hipÃ³teses nÃ£o se mostra exigÃ-vel a prÃ©via intimaÃ§Ã£o pessoal da parte Autora, atÃ© mesmo porque se trata de ato relativo a emenda da inicial. Neste sentido, o Tribunal de JustiÃ§a do Distrito Federal e TerritÃ³rios jÃ¡ decidiu: ``PROCESSUAL CIVIL. BUSCA E APREENSÃO. CITAÃÃO. AUSÃNCIA. EMENDA Ã INICIAL. ENDEREÃO DA PARTE RÃ. DESCUMPRIMENTO DA DETERMINAÃÃO JUDICIAL. INDEFERIMENTO DA INICIAL. EXTINÃÃO DO PROCESSO SEM EXAME DO MÃRITO. EXTINÃÃO. ARTIGO 485, I, CÃDIGO DE PROCESSO CIVIL. INTIMAÃÃO. DESNECESSÃRIA. 1. A citaÃ§Ã£o consiste em ato de comunicaÃ§Ã£o essencial e

indispensÃ¡vel para a validade do processo, de acordo com o artigo 239 do CÃ³digo de Processo Civil. Em face de sua importÃ¢ncia para o trÃ¢mite processual, o artigo 240, Â§ 2Âº do mesmo diploma legal prevÃª que deve ser efetivada em dez dias contados a partir do despacho que a ordena. 2. A inÃ©rcia da parte autora em indicar o endereÃ§o correto do rÃ©u, configura descumprimento de decisÃ£o judicial de emenda a inicial, inviabiliza a citaÃ§Ã£o da parte rÃ© e o prosseguimento regular do feito. 3. NÃ£o promovidas pela parte Ã s diligÃªncias determinadas pelo juÃ-zo Ã© correto o indeferimento da petiÃ§Ã£o inicial da aÃ§Ã£o executiva e a extinÃ§Ã£o do processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fundamento nos artigos 321, parÃ¡grafo Ãºnico c/c 330, inciso IV e 485, I, todos do CÃ³digo de Processo Civil, sem que haja a necessidade de nova intimaÃ§Ã£o da parte. 4. Recurso de apelaÃ§Ã£o conhecido e desprovidoÂ¿Â¿. (AcÃ³rdÃ£o 1335304, 07228671020198070001, Relator: MARIA DE LOURDES ABREU,Â 3Âª Turma CÃ-vel, data de julgamento: 20/4/2021, publicado no PJe: 3/5/2021. PÃ¡g.:Â Sem PÃ¡gina Cadastrada.) ``APELAÃÃO CÃVEL. AÃÃO DE BUSCA E APREENSÃO. CONVERSÃO EM AÃÃO DE EXECUÃÃO DE TÃTULO EXTRAJUDICIAL. REQUISITOS PARA INSTRUÃÃO DA PETIÃÃO INICIAL. AUSÃNCIA. EMENDA Ã INICIAL. NÃO ATENDIMENTO. INDEFERIMENTO DA PETIÃÃO INICIAL. ARTIGO 321, PARÃGRAFO ÃNICO, DO CPC. EXTINÃÃO SEM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. ARTIGO 330, INCISO I, DO CPC. INTIMAÃÃO PESSOAL DA PARTE. DESNECESSIDADE. SENTENÃA MANTIDA. 1. A presente aÃ§Ã£o foi originalmente distribuÃ-da a 3Âª Vara CÃ-vel de BrasÃ-lia como busca e apreensÃ£o em alienaÃ§Ã£o fiduciÃ¡ria e, apÃ³s requerimento do autor, foi convertida em execuÃ§Ã£o extrajudicial. Esta decisÃ£o ainda decretou a incompetÃªncia e declinou a uma das varas de execuÃ§Ã£o de tÃ-tulos extrajudiciais. 2. No caso, o apelante/autor manteve-se inerte, deixando de trazer aos autos a petiÃ§Ã£o inicial completa da aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o, (deixando de observar os requisitos legais previstos no art. 319 c/c. art. 798 e 799, todos do CPC), a indicaÃ§Ã£o do endereÃ§o para citaÃ§Ã£o da parte rÃ© e de proceder Ã adequaÃ§Ã£o do valor da causa Ã soma dos valores devidos, mesmo intimada para tanto. 3. Correto o indeferimento da petiÃ§Ã£o inicial com fulcro no art. 321, parÃ¡grafo Ãºnico c/c art. 330, IV do CPC e, por conseguinte, a extinÃ§Ã£o do processo com fundamento no inciso I do art. 485 do CPC, quando a parte autora, embora devidamente intimada, deixa transcorrer in albis o prazo para emendar a inicial. 4. Ã descabida a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte para promover o andamento do feito, eis que tal medida, prevista no Â§ 1Âº do art. 485 do CPC, sÃ³ Ã© exigida quando a extinÃ§Ã£o do feito se opera com fundamento nos incisos II e III do art. 485 do CPC. 5. ApelaÃ§Ã£o conhecida e desprovida. UnÃ¢nimeÂ¿Â¿. (AcÃ³rdÃ£o 1250123, 07062896920198070001, Relator: ROMEU GONZAGA NEIVA,Â 7Âª Turma CÃ-vel, data de julgamento: 20/5/2020, publicado no PJe: 29/5/2020. PÃ¡g.:Â Sem PÃ¡gina Cadastrada.) ``Ex positisÂ¿Â¿, este juÃ-zo julga o feito extinto sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na forma do art. 485, I e IV, e 321, parÃ¡grafo Ãºnico, do CPC/2015 e por tudo mais o que consta nos autos. Condena-se o autor ao pagamento das custas processuais. NÃ£o pagas as custas finais em 15 dias, encaminhe-se certidÃ£o para o setor competente para inscriÃ§Ã£o em dÃ-vida ativa. Havendo ApelaÃ§Ã£o, intime-se o apelado para fins de contrarrazÃµes no prazo legal, caso queira. Decorrido o prazo legal, independentemente de manifestaÃ§Ã£o ou nova conclusÃ£o, certifique-se e encaminhem-se os autos ao EgrÃ©gio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, para os devidos fins. Na hipÃ³tese de trÂ¢nsito em julgado, baixe-se o registro de distribuiÃ§Ã£o e arquive-se, se pagas as custas judiciais finais, se houver. Retira-se nesta oportunidade a restriÃ§Ã£o inserida no sistema RENAJUD. P. R. I. C. BelÃ©m, 10 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 03422944120168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 11/11/2021 REQUERENTE:CIA DE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO RCI DO BRASIL Representante(s): OAB 21573 - SYDNEY SOUSA SILVA (ADVOGADO) OAB 115665 - MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (ADVOGADO) REQUERIDO:JUAREZ DO COUTO PASTANA JUNIOR. Processo nÂº: Â 0342294-41.2016.8.14.0301 Autor: Â CIA DE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO RCI DO BRASIL RÃ©u: Â Â JUAREZ DO COUTO PASTANA JUNIOR DESPACHO Â Â Â Â Â Â Foi certificado o trÂ¢nsito em julgado. Â Â Â Â Â Diante disso, arquivem-se os autos, dando-se baixa no registro e na distribuiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 10 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 03513258520168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDMILTON PINTO SAMPAIO A??o: Cumprimento de sentença em: 11/11/2021 REQUERENTE:ROSA MARIA DE MATTOS MARTINS Representante(s): OAB 23372 - MARCELLA MARTINS GIORDANO (ADVOGADO) OAB 23889 - RODRIGO ALMEIDA DE SOUSA OLIVEIRA BRAGA (ADVOGADO) REQUERENTE:EDUARDO EUGENIO ENGELHARD MARTINS Representante(s): OAB 21325 - PEDRO VITOR FERREIRA DE ALMEIDA (ADVOGADO) OAB 23372 - MARCELLA MARTINS GIORDANO (ADVOGADO)

REQUERIDO:DBR ACADEMIA EIRELI EPP Representante(s): OAB 13712 - LEIDIANE DA COSTA NORONHA (ADVOGADO) REQUERIDO:JOAO DIEGO FONSECA DA ROCHA Representante(s): OAB 13712 - LEIDIANE DA COSTA NORONHA (ADVOGADO) OAB 24895 - THIEGO JOSE BARBOSA MALHEIROS (ADVOGADO) REQUERIDO:DANIELE BOULHOSA DA ROCHA Representante(s): OAB 13712 - LEIDIANE DA COSTA NORONHA (ADVOGADO) OAB 24895 - THIEGO JOSE BARBOSA MALHEIROS (ADVOGADO) . Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ 0351325-85.2016.814.0301 ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â AtravÃ©s do provimento 006/2006, artigo 1Âº Â§ 2Âº, inciso X oriundo da Corregedoria Geral de JustiÃ§a da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m: fica a parte requerente, intimada para recolhimento das custas processuais intermediÃ¡rias (expediÃ§Ã£o dos Mandados de IntimaÃ§Ã£o do Banco do Brasil S/A, Mandado de Penhora, Mandado de IntimaÃ§Ã£o da Caixa EconÃ´mica Federal e ExpediÃ§Ã£o de CertidÃ£o), devendo serem apresentados, no prazo de 15 dias.Â Â Â Â Â Â Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â Â Â Â Â BelÃ©m, 11 de novembro de 2021. Â¿ Â¿ Edmilton Pinto Sampaio Diretor de Secretaria PROCESSO: 04316435520168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Monitória em: 11/11/2021 REQUERENTE:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) REQUERIDO:R A M D COMERCIO VAREJISTA DE MAT DE CONSTRUCAO EIRELIME REQUERIDO:RAIMUNDO ADMIR MARTINS DIAS. Digitalizem-se os autos, migrando-os para o PJE. ApÃ³s, expeÃ§a-se novo mandado de citaÃ§Ã£o para o endereÃ§o de fls. 114, devendo o Sr. Oficial de JustiÃ§a se utilizar da citaÃ§Ã£o por hora certa, caso haja necessidade. BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃvel e Empresarial da Capital PROCESSO: 06596377420168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 REQUERENTE:FELIPE AUGUSTO RIBEIRO DUARTE Representante(s): OAB 21249 - PATRICIA LIMA DE SOUZA (ADVOGADO) REQUERENTE:ANANDA RIBEIRO DUARTE Representante(s): OAB 21249 - PATRICIA LIMA DE SOUZA (ADVOGADO) REQUERIDO:AMANHA INCORPORADORA LTDA. Vistos, etc. FELIPE AUGUSTO RIBEIRO DUARTE e ANANDA ROBEIRO DUARTE, qualificado Ã s fls. 02 nos autos, ajuizou AÃÃO ORDINÃRIA DE RESCISÃO CONTRATUAL, em face de AMANHÃ INCORPORADORA LTDA., tambÃ©m qualificada Ã s fls. 02. Ãs fls. 43, a parte Requerente foi intimada para se manifestar a respeito da certidÃ£o negativa do Oficial de JustiÃ§a, nÃ£o tendo a parte cumprido com a determinaÃ§Ã£o. Era o que se tinha a relatar. Passo a decidir. NÃ£o tendo a parte Autora cumprido com o ato que lhe competia, seja informando o novo endereÃ§o da Requerida ou requerendo a realizaÃ§Ã£o de outra diligÃªncia, a teor do art. 319, II, do CPC/2015, sendo, neste caso, desnecessÃ¡ria a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte quando se tratar de ato relativo a emenda da inicial, conforme se depreende da inteligÃªncia do art. 485, caput e Â§1Âº, do CPC/2015. Considerando que a Parte Requerente nÃ£o cumpriu com a determinaÃ§Ã£o judicial de fls. 125, atÃ© a presente data, Ã© que respaldado no que preceitua o art. 321, do CPC/2015, este juÃzo indefere a inicial e julga extinto o feito sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito. Custas finais pela parte Requerente. Fica intimada a parte exequente para o recolhimento de eventuais custas pendentes, no prazo de 10 (dez) dias, por meio de seu Procurador. NÃ£o havendo o pagamento das custas processuais no prazo de 10 (dez) dias da publicaÃ§Ã£o desta, extraia a Secretaria Judicial, independentemente de nova conclusÃ£o, a respectiva certidÃ£o para a cobranÃ§a da dÃvida, encaminhando-se ao setor competente para tanto. Transitada esta em julgado, proceda-se o arquivamento dos autos, dando-se a posteriori a devida baixa junto Ã DistribuiÃ§Ã£o. Caso o autor requeira o desentranhamento dos documentos que acompanharam a inicial, fica desde logo deferido o desentranhamento. P.R.I.C. BelÃ©m, 09 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃvel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 07597226820168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Usucapião em: 11/11/2021 AUTOR:ANA MARIA PACHECO PEREIRA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) REU:JOAQUIM DE SA TORRES REU:COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E ADMINISTRACAO DA AREA METROPOLITANA DE BELEM CODEM. Processo nÂº 07597226820168140301 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requerente: Ana Maria Pacheco Pereira Requerido: Joaquim de SÃ¡ Torres, CODEM- Companhia de Desenvolvimento e AdministraÃ§Ã£o da Ãrea Metropolitana de BelÃ©m. DespachoÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de UsucapiÃ£o ExtraordinÃ¡ria, proposta por Ana Maria Pacheco Pereira, comÂ finalidade de ver declarada a propriedade do imÃ³vel localizado na Passagem Sagrada FamÃlia, nÂº 95, acesso pela Rua Domingos Marreiros, entre Alcindo Cacela e Nove de Janeiro, bairro Umarizal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Afirma, a parte autora, que reside no bem usucapiendo, com Â¿animus dominiÂ¿, hÃ¡ mais de 40 (quarenta) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â

Assim, requereu a declaraÃ§Ã£o de propriedade Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos autos, verifica-se a citaÃ§Ã£o de dois confinantes (Ana LÃºcia e Construtora Leal Moreira - fls. 104 e 107), restando pendente a citaÃ§Ã£o de Rosilene Silveira de Paula (end: Passagem Sagrada FamÃ-lia, nÂº 65, acesso pela rua Domingos Marreiros, no perÃ-metro entre Alcindo Cacela e Nove de Janeiro). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Consta dos autos as certidÃµes dos CartÃ³rios do 1Âº e 2Âº Oficio de imÃ³veis, afirmando que o bem usucapiendo nÃ£o estÃ¡ registrado nas serventias; a contestaÃ§Ã£o da CODEM (fls.50 e ss.); a indicaÃ§Ã£o do titular do domÃ-nio Ãºtil (Joaquim de SÃ¡ Torres); a indicaÃ§Ã£o do responsÃ¡vel tributÃ¡rio (Ruy Guilherme P. Pereira); contestaÃ§Ãµes e rÃ©plicas as contestaÃ§Ãµes do confinante Leal Moreira e CODEM (fls. 50 e ss., fls. 74 e ss., fls. 113 e ss. e fls. 112 e ss.). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o que se tem a relatar. Passa-se a decisÃ£o: Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1-Â Sob pena de indeferimento da inicial (Art. 320, art. 321 e art. 330, IV do CPC), junte, a parte Requerente, a planta geogrÃ¡fica do imÃ³vel, no prazo de 60 (sessenta) dias, com suas caracterÃ-sticas e confrontaÃ§Ãµes, localizaÃ§Ã£o, Ã¡rea, logradouro, nÃºmero, sua designaÃ§Ã£o cadastral, se houver, confinantes, dentre outras. Â Â Â Â Â Â Â Â Â EsclareÃ§o que a planta geogrÃ¡fica Ã© documento indispensÃ¡vel para o exercÃ-cio do contraditÃ³rio e ampla defesa dos confinantes, das Fazendas PÃºblicas, assim como servirÃ¡ como parÃ¢metro para eventual registro de matrÃ-cula no CartÃ³rio de Registro de imÃ³veis, em caso de procedÃªncia da demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2-Deve, a parte autora, no prazo de 15 (quinze) dias, esclarecer a que tÃ-tulo adentrou no bem usucapiendo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3- Certifique, a Secretaria do JuÃ-zo, se Joaquim de SÃ¡ Torres foi citado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Caso nÃ£o tenha ocorrido o ato mencionado, determino a expediÃ§Ã£o de mandado para a citaÃ§Ã£o de Joaquim de SÃ¡ Torres (Rua Domingos Marreiros, nÂº 1151, Vila SÃ£o Joaquim, Casa 06, bairro Umarizal, CEP: 66030-000, BelÃ©m-PA), para que no prazo de 15 (quinze) dias apresente defesa nos autos da UsucapiÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 4- Cite-se, por mandado, a confinante Rosilene Silveira de Paula (end: Passagem Sagrada FamÃ-lia, nÂº 65, acesso pela rua Domingos Marreiros, no perÃ-metro entre Alcindo Cacela e Nove de Janeiro) para que apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre o pedido de usucapiÃ£o, nos termos do art. 246, Â§3Âº do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 5- Realizo a consulta SIEL de endereÃ§o para o responsÃ¡vel tributÃ¡rio do bem usucapiendo, Sr. Ruy Guilherme P. Pereira. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Uma vez encontrada a localizaÃ§Ã£o, determino a expediÃ§Ã£o de mandado de citaÃ§Ã£o para Ruy Guilherme P. Pereira. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 6- NÃ£o logrando Ãªxito, a consulta SIEL-TRE, determino a citaÃ§Ã£o, por edital, de Ruy Guilherme P. Pereira ou seu espolio, pelo prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 256, I, do novo CPC (Art. 256.A citaÃ§Ã£o por edital serÃ¡ feita: I - quando desconhecido ou incerto o citando;), devendo constar no edital a advertÃªncia ao Demandado de que a revelia importarÃ¡ em nomeaÃ§Ã£o de curador especial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 7- O prazo de contestaÃ§Ã£o inicia-se do tÃ©rmino do prazo estipulado nos termos do art. 231, IV, do CPC. Determino a publicaÃ§Ã£o do edital de citaÃ§Ã£o nas plataformas disponÃ-veis ao Tribunal de JustiÃ§a do ParÃ¡. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 8- Apresentando defesa, a parte RÃ©, deverÃ¡ a parte autora ser intimada, por ato ordinatÃ³rio, caso entenda necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 9- Ultrapassado os prazos das publicaÃ§Ãµes e defesa, sendo o RÃ©u inerte, remeta-se os autos ao Curador Especial, nos termos do art. 72, II do CPC (Â¿Art. 72. Â O juiz nomearÃ¡ curador especial ao: II - rÃ©u preso revel, bem como ao rÃ©u revel citado por edital ou com hora certa, enquanto nÃ£o for constituÃ-do advogado.Â¿). Â Â Â Â Â Â Â Â Â 10- ExpeÃ§a-se ofÃ-cio, por malote digital, ao cartÃ³rio do 3Âº oficio de imÃ³veis da capital para que certifique se o imÃ³vel localizado na Passagem Sagrada FamÃ-lia, nÂº 95, acesso pela Rua Domingos Marreiros, entre Alcindo Cacela e Nove de Janeiro, bairro Umarizal estÃ¡ matriculado na respectiva serventia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Caso se encontre o registro do imÃ³vel, forneÃ§a, ao JuÃ-zo, o nome de seu proprietÃ¡rio e o nÃºmero do CPF/MF. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. Augusto Cesar da Luz Cavalcante Juiz de Direito, Titular da 6Âª vara CÃ-vel da Capital.

RESENHA: 19/10/2021 A 19/10/2021 - SECRETARIA 2ª UPJ VARAS CIVEIS E EMPRESARIAL - COMERCIO E SUCESSAO - VARA: 7ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00052917519968140301 PROCESSO ANTIGO: 19911008312 5 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROBERTO CEZAR OLIVEIRA MONTEIRO A??o: Procedimento Comum Cível em: 19/10/2021 AUTOR:COMPANHIA DE SANEAMENTO DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 1022 - ORLANDO TEIXEIRA DE CAMPOS (ADVOGADO) OAB 6099 - SALIM BRITO ZAHLUTH JUNIOR (ADVOGADO) REU:SIND.TRAB.NAS IND.URBANAS - ESTADO DO PA ADVOGADO:ELAINE DE SOUZA N.CARDOSO ADVOGADO:ANA MARIA J.DE PAULA ADVOGADO:EDILMA ALVES. S E N T E N Ã A Â Â Â Vistos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â COMPANHIA DE SANEAMENTO DO ESTADO DO PARA ajuizou AÃÃO DE REPARAÃÃO POR ATO ILICITO contra SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÃSTRIAS URBANAS DO ESTADO DO PARÃ, ambas qualificadas Ã s fls. 02 dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Narra a autora que, no dia 04/10/1991, tomou conhecimento de que os empregados distribuÃ-ram panfletos infames nas dependÃªncias de sua sede, alusivos a fatos inverÃ-dicos. Alega que, em razÃ£o desse acontecimento, ajuizou aÃ§Ã£o cautelar de justificaÃ§Ã£o contra o RÃ©u com o objetivo de esclarecer a procedÃªncia dos panfletos, bem como a participaÃ§Ã£o de seus empregados no episÃ³dio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A autora alega que o seu patrimÃ´nio moral vem sendo alvejado sucessivamente hÃ¡ muito tempo, o que ensejou uma aÃ§Ã£o penal contra o representante do RÃ©u, que tramitou perante a 2Âª Pretoria Criminal da Capital. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aduz que todos os informativos apresentados aviltam a atuaÃ§Ã£o da Autora e sua diretoria, sempre com o tipo de acusaÃ§Ã£o injustificada: atos de nepotismo, favorecimentos ilÃ-citos, irregularidades administrativas, fraudes, malversaÃ§Ã£o do dinheiro pÃºblico entre outras, com o objetivo de semear revoltas, falatÃ³rios, alaridos entre os seus leitores.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entende a Autora que, se o RÃ©u tivesse objetivos sÃ©rios de denunciar irregularidades, denunciÃ¡-las-ia Ã s autoridades competente para as medidas cabÃ-veis, juntando as provas irrefutÃ¡veis e nÃ£o recorreria a meros panfletos que apenas demonstram a clara intenÃ§Ã£o de conturbar o meio empregatÃ-cios e difamar a Autora.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requer a procedÃªncia da aÃ§Ã£o, com a constituiÃ§Ã£o, por sentenÃ§a da obrigaÃ§Ã£o de nÃ£o fazer, entendida como nÃ£o praticar mais os atos ilÃ-citos objetos desta, estipulando-se multa no valor de 10 (dez) salÃ¡rios mÃ-nimos vigentes ao tempo do descumprimento da obrigaÃ§Ã£o. Requer o arbitramento do valor da indenizaÃ§Ã£o em liquidaÃ§Ã£o de sentenÃ§a e requer a condenaÃ§Ã£o do RÃ©u ao pagamento das verbas de sucumbÃªncia, com honorÃ¡rios advocatÃ-cios da ordem de 20% sobre o valor da indenizaÃ§Ã£o.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o de fls. 11/12 da Autora, requerendo a citaÃ§Ã£o do Requerido para se manifestar quanto Ã origem do documento e ao fato que se pretende demonstrar para servir de prova em processo regular que se pretende instaurar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho de fls. 19 proferido pelo JuÃ-zo da 1Âª Vara da Fazenda PÃºblica da Capital, designando data para a audiÃªncia de justificaÃ§Ã£o e determinando a citaÃ§Ã£o da RÃ©. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Mandado expedido nas fls. 21. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificadas no verso da fls. 21 a citaÃ§Ã£o da RÃ© e a intimaÃ§Ã£o da parte autora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Termo de AudiÃªncia de JustificaÃ§Ã£o juntado em fls. 22/24. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o de fls. 27 da Autora requerendo a correÃ§Ã£o do valor da causa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho de citaÃ§Ã£o de fls. 37. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Mandado de citaÃ§Ã£o de fls. 38. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificada no verso das fls. 38 a citaÃ§Ã£o do RÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ContestaÃ§Ã£o de fls. 40/43. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©plica em fls. 46/49. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Parecer do MinistÃ©rio PÃºblico Estadual de fls. 52/55. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SentenÃ§a proferida em fls. 62, extinguindo o feito sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Recurso de ApelaÃ§Ã£o interposto pela Autora em fls. 68/72. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AcÃ³rdÃ£o proferido em fls. 87/88, dando provimento ao Recurso para anular a sentenÃ§a de 1Âº grau. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho de fls. 93, intimando as partes para se manifestarem sobre a possibilidade de firmarem acordo nos autos ou, caso contrÃ¡rio, indiquem as provas que pretendam produzir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o da Autora em fls. 94/95. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o proferida em fls. 96 declarando a incompetÃªncia absoluta do JuÃ-zo da 1Âª Vara da Fazenda da Capital. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho de fls. 97 proferido por este JuÃ-zo da 7Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m, determinando a intimaÃ§Ã£o pessoal da Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Mandado de IntimaÃ§Ã£o expedido em fls. 98. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o da Autora de fls. 99 manifestando interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho de fls. 100, intimando as partes para especificarem as provas a serem produzidas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado

em fls. 101 o transcurso do prazo sem manifestaÃ§Ã£o das partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho de fls. 102, intimando a parte autora para recolher as custas finais dos autos e determinando a conclusÃ£o dos autos para sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ato OrdinatÃ³rio de fls. 104, intimando a parte autora para recolher as custas finais dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As custas finais foram quitadas, conforme relatÃ³rio de conta judicial dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ‘O DE REPARAÃ‘O POR ATO ILICITO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O processo comporta julgamento antecipado da lide, nos termos di artigo 355, I do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De inÃ-cio, diante do princÃ-pio da economia processual e considerando se tratar de um feito antigo, entendo se fazer despiciendo prolatar sentenÃ§a relativamente Ã aÃ§Ã£o de justificaÃ§Ã£o autuada em fls. 10, sobretudo porque esta visava a instruir prova no presente processo de nÂº. 0005291-75.1996.8.14.0301. Por essa razÃ£o, a tutela jurisdicional cingir-se-Ã¡ Ã prolaÃ§Ã£o de uma sÃ³ sentenÃ§a no bojo da aÃ§Ã£o principal de procedimento comum, levando em conta as provas produzidas na aÃ§Ã£o de justificaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da Preliminar de InÃ©pcia da PetiÃ§Ã£o Inicial Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Requerido requereu a extinÃ§Ã£o do feito sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, em virtude de InÃ©pcia da Inicial. Alega que o pedido formulado na PeÃ§a Exordial Ã© juridicamente impossÃ-vel de ser satisfeito, genÃ©rico, indefinido, indeterminado e nÃ£o se reveste de fundamentos legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o merece acolhida a preliminar suscitada. Isso porque, nos termos do artigo 17 do CPC/2015 a possibilidade jurÃ-dica do pedido nÃ£o consta mais como condiÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o, nÃ£o podendo ensejar a extinÃ§Ã£o do feito sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito. Ademais, os pedidos formulados pela Autora foram certos e determinados, quais sejam, obrigaÃ§Ã£o de nÃ£o fazer consistente em nÃ£o praticar mais os atos ilÃ-citos relatados na Inicial e obrigaÃ§Ã£o de dar pecuniÃ¡ria, consistente em indenizaÃ§Ã£o por danos morais. Por fim, a discussÃ£o relacionada aos fundamentos legais da causa se confunde com o mÃ©rito da aÃ§Ã£o, o qual tem primazia de julgamento na sistemÃ¡tica processual vigente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Preliminar rejeitada.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â MÃRITO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A parte autora alega que foram distribuÃ-dos panfletos infames nas dependÃªncias de sua sede, alusivos a fatos inverÃ-dicos. Segundo a RÃ©, os informativos apresentados aviltam a atuaÃ§Ã£o da Autora e sua diretoria, sempre com o tipo de acusaÃ§Ã£o injustificada: atos de nepotismo, favorecimentos ilÃ-citos, irregularidades administrativas, fraudes, malversaÃ§Ã£o do dinheiro pÃºblico entre outras, com o objetivo de semear revoltas, falatÃ³rios, alaridos entre os seus leitores.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verifico que, na audiÃªncia de justificaÃ§Ã£o (fls. 23/24), foram colhidos os depoimentos de suas testemunhas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha Sr. Paulo Ricardo Tavares Lira afirmou queÂ¿Â¿ ao chegar para trabalhar, nos dias quatro, sete, e dez de outubro recebeu de um cidadÃ£o com o nome de JosÃ© Maria, tambÃ©m funcionÃ¡rio do Ã³rgÃ£o, e tambÃ©m filiado ao Sindicato dos Trabalhadores nas IndÃºstrias Urbanas do Estado do ParÃ¡; que todos os funcionÃ¡rios receberam o panfleto; que a entrega dos panfletos foi pacifica, reperguntada, disse que o depoente recebeu o panfleto na entradaÂ mas pode afirmar que essa entrega se dÃ¡ fora e dentro da companhia; que no dia 10 o depoente viuÂ a entrega de panfletos dentro da Companhia, que os panfletos sÃ£o entregues pelo prenome de JosÃ© Maria que trabalha na Contabilidade da Companhia e por um homem moreno, cujo prenome desconhece, mas sabe que ele trabalha tambÃ©m na CompanhiaÂ e Ã© mesmo do Sindicato; que o depoente pressupÃµe que tais elementos sÃ£o filiados ao Sindicato porque eles usam broches que o individualizam; que o depoente Ã© filiado ao sindicato, embora nÃ£o exerÃ§a funÃ§Ã£o de diretoria; que o sindicato sempre distribuiu boletins informativos com conteÃºdos variados; que nos Ãºltimos boletins entregues vem atacando a Diretoria da Companhia; que nÃ£o sabe quem elaborou as matÃ©rias constantes do boletimÂ¿Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A segunda testemunha, o Sr. JoÃ£o Roberto da Silva Pereira, declarou queÂ¿Â¿ Ã© funcionÃ¡rio da COSANPA hÃ¡ quatro anos e oito meses, prestando concurso pÃºblico para se investir nesse cargo, realizado em mil novecentos e noventa e nove; (...) que o depoente Ã© associado ao Sindicato dos Trabalhadores nas IndÃºstrias Urbanas do Estado do ParÃ¡, que o sindicato costuma fazer boletins informativos de suas atividades, fazendo a distribuiÃ§Ã£o comumente na portaria da empresa; que os boletins informativos no entender do depoente destinam-se a informar os filiados, mas hÃ¡ quatro meses os boletins contÃªm criticas Ã AdministraÃ§Ã£o; reperguntada respondeu que o Sindicato costuma utilizar os boletins nÃ£o sÃ³ para informar como para atacar, partindo para critica ofensiva e injuriosa o que acontece geralmente quando muda a PresidÃªncia do Ã³rgÃ£o; que no entender do depoente sÃ£o as criticas difamatÃ³rias e denigrem o conceito da empresa; (...) que no entender do depoente o texto titulado `Â¿favorecimentosÂ¿Â¿ depÃµe contra a moral da administraÃ§Ã£oÂ¿Â¿(..) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sua contestaÃ§Ã£o, a RÃ© afirma a inconsistÃªncia da alegaÃ§Ã£o pelo fato de sequer esclarecer quais as infÃ¢mias apresentadas nos informativos, pois nestes constam avisos de Assembleias Gerais atÃ© informaÃ§Ãµes de nÃ£o cumprimento de clÃ¡usulas de Acordos Coletivos de Trabalho. Aduz que esses informaÃ§Ãµes sÃ£o necessÃ¡rias para a atividade sindical e nÃ£o se incluem no dispositivo que tata de

atos ilÃ-citos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A RÃ© declara que fazem parte da atividade sindical cujo ato Ã© licito e atÃ© mesmo principio constitucional. Aduz que a parte autora fere a liberdade sindical ao intentar com a presente aÃ§Ã£o. Sustenta que a distribuiÃ§Ã£o dos informativos nÃ£o Ã© ato ilÃ-cito, pois se trata de veÃ-culo de informaÃ§Ã£o oficial de uma entidade legal , portanto nÃ£o Ã© panfleto anÃ´nimo, visando Ã destruiÃ§Ã£o de um patrimÃ´nio pÃºblico e principalmente que se paute na linha dos princÃ-pios da moralidade, impessoalidade, publicidade e legalidade que deve ter a AdministraÃ§Ã£o PÃºblica. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega que os prÃ³prios informativos demonstram que essas providencias tÃªm sido tomadas, seja atravÃ©s da JustiÃ§a do Trabalho seja atravÃ©s do Conselho Administrativo visando o cumprimento de sua finalidade de serviÃ§o pÃºblico, o que nÃ£o Ã© ato ilÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem. Na responsabilidade civil, segundo a doutrina subjetiva adotada pelo diploma civil brasileiro, faz-se necessÃ¡rio, para a sua caracterizaÃ§Ã£o, que ocorram conjuntamente os seus elementos, ou seja: um dano, a culpa do agente e o nexo de causalidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Relativamente ao dano moral, o inciso X do artigo 5 Âº da ConstituiÃ§Ã£o Federal assim preceitua: X - sÃ£o inviolÃ¡veis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenizaÃ§Ã£o pelo dano material ou moral decorrente de sua violaÃ§Ã£o; Dessa previsÃ£o nasce a figura de proteÃ§Ã£o ao que atualmente conhecemos por bens imateriais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, os arts. 186 e 927 do CC estabelem que: Â¿Art. 186. Aquele que, por aÃ§Ã£o ou omissÃ£o voluntÃ¡ria, negligÃªncia ou imprudÃªncia, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilÃ-cito.Â¿ Â¿Art. 927. Aquele que, por ato ilÃ-cito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a reparÃ¡-lo.Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em se tratando de dano moral, tem-se que o bem jurÃ-dico ofendido consiste na lesÃ£o a direitos da personalidade. Destarte, ofendem-se a dignidade da pessoa humana, sua honra, sua reputaÃ§Ã£o, seus sentimentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso especÃ-fico das pessoas jurÃ-dicas, importante salientar que a incidÃªncia dos direitos da personalidade nÃ£o Ã© ampla e irrestrita, o que se conclui da prÃ³pria dicÃ§Ã£o legal do art. 52 do CÃ³digo Civil - CC que assim preleciona: Â¿Aplica-se Ã s pessoas jurÃ-dicas, no que couber, a proteÃ§Ã£o dos direitos da personalidadeÂ¿. (grifamos). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConsequÃªncia disso Ã© que a pessoa jurÃ-dica nÃ£o pode experimentar danos causados exclusivamente Ã honra subjetiva, tais como angÃºstia, dor, sofrimento, abalos psÃ-quicos, dignidade, humilhaÃ§Ã£o, autoestima, desestabilidade emocional, desconforto, entre outros. De fato, a pessoa jurÃ-dica nÃ£o Ã© titular de honra subjetiva, mas apenas de honra objetiva, a qual estÃ¡ relacionada Ã sua reputaÃ§Ã£o perante a sociedade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, nÃ£o se nega que a pessoa jurÃ-dica possa sofrer dano moral. A SÃºmula 227 do STJ, inclusive, veio para espancar qualquer dÃºvida quanto ao tema em comento ao dispor que Â¿a pessoa jurÃ-dica pode sofrer dano moralÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O que se estÃ¡ afirmando aqui Ã© que, para a caracterizaÃ§Ã£o do dano moral Ã pessoa jurÃ-dica, faz-se necesaÃ¡ria a comprovaÃ§Ã£o de que sofreu danos Ã sua honra objetiva, ou seja, em sua reputaÃ§Ã£o, em sua imagem e em seu bom nome comercial, atributos externos ao sujeito e, portanto, dependentes de provas concretas a seu respeito, nÃ£o se podendo presumir o dano moral tal qual pode acontecer com a pessoa fÃ-sica em determinadas situaÃ§Ãµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que diz respeito aos fatos imputados a RÃ©, entendo incontroverso que houve a distribuiÃ§Ã£o dos panfletos informativos narrados na Exordial, conforme corroboram os documentos de fls. 07/09/14 e o depoimentos das testemunhas em audiÃªncia de justificaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A controvÃ©rsia cinge em apreciar se os conteÃºdos veiculados nos referidos panfletos de fato foram lesivos ao patrimÃ´nio moral da Autora de maneira a constituir ato ilÃ-cito Ã luz da sumula 227 do STJ e da JurisrudÃªncia do Supremo Tribunal Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, o conflito posto em JuÃ-zo na presente demanda revela tensÃ£o entre os direitos fundamentais da liberdade de expressÃ£o/informaÃ§Ã£o e os direitos personalÃ-ssimos Ã honra e imagem das pessoas. Nesse contexto, as normas constitucionais sÃ£o potencialmente contraditÃ³rias, jÃ¡ que refletem uma diversidade ideolÃ³gica intrÃ-nseca ai Estado democrÃ¡tico de Direito. Assim, elas freqÃ¼entemente, no momento aplicativo, colidem. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entretanto, os direitos fundamentais nÃ£o possuem natureza absoluta, e nÃ£o possuem hierarquia, portanto, em caso de conflito, nÃ£o existe prevalÃªncia inata de um sobre o outro, mais uma razÃ£o para se realizar a ponderaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os direitos fundamentais nÃ£o sÃ£o absolutos. A necessidade de proteÃ§Ã£o de outros bens jurÃ-dicos diversos, tambÃ©m revestidos de envergadura constitucional, pode justificar restriÃ§Ãµes aos direitos fundamentais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A CF/88 prevÃª a liberdade de expressÃ£o como uma garantia fundamental, de forma que Ã© livre a manifestaÃ§Ã£o do pensamento (art. 5Âº, IV). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Essa liberdade de expressÃ£o Ã© garantida Ã s pessoas em geral e, com ainda mais forÃ§a, aos veÃ-culos de comunicaÃ§Ã£o (liberdade de imprensa). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destarte, nÃ£o se pode olvidar que a Carta Magna de 1.988 conferiu uma especial atenÃ§Ã£o aos direitos e garantias relacionados Ã liberdade de expressÃ£o e, embora nÃ£o se pode falar em hierarquia entre

direitos fundamentais, Ã© certo que a liberdade de expressÃ£o possui uma posiÃ§Ã£o preferencial em detrimento dos demais direitos. Por via de consequÃªncia, tem-se que o afastamento da liberdade de expressÃ£o deve ser excepcional, e somente apÃ³s uma anÃ¡lise rigorosa e criteriosa dos fatos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Insta salientar que o prÃ³prio STF, no julgamento da ADI n. 5.415, definiu que a liberdade de expressÃ£o larga na frente quando em confronto com outros direitos fundamentais, entendimento que considero relevante ao julgamento da causa por envolver entidade sindical no exercÃ-cio de atividade de controle e fiscalizaÃ§Ã£o sobre entidade da AdministraÃ§Ã£o Indireta, tal como a RÃ©. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Relativamente aos sindicatos, a ConstituiÃ§Ã£o Federal, no inciso III do artigo 8Âº assim preceitua: Art. 8Âº Ã livre a associaÃ§Ã£o profissional ou sindical, observado o seguinte (..) III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questÃµes judiciais ou administrativas; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â : Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, Ã© inerente Ã associaÃ§Ã£o sindical realizar a defesa dos interesses coletivos da categoria e individuais de seus integrantes. Para tanto, deve ser conferida ampla liberdade de informar sobre fatos de interesse da categoria e de fiscalizar as atividades desempenhadas pelos empregadores capazes de lesionar direitos. No caso dos autos, considerando que a parte autora Ã© empresa estatal e presta serviÃ§o de grande relevÃ¢ncia pÃºblica, a atividade das entidades sindicais Ã© de manifesta relevÃ¢ncia para a defesa do patrimÃ´nio publico e dos interesses coletivos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem. Passo Ã analise dos documentos reputados como lesivos pela parte autora. Na Exordial, a parte autora argumenta genericamente que os informativos traduzem informaÃ§Ãµes de atos de nepotismo, favorecimentos ilÃ-citos, fraudes, malversaÃ§Ã£o do dinheiro pÃºblico entre outras, sem discriminar expressamente quais textos especÃ-ficos considere como ensejadores de danos morais. Registro ser Ã´nus do Autor especificar o fato constitutivo de seu direito, nos termos do artigo 373, inciso do I do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nas fls. 07 dos autos, no titulo consta informaÃ§Ã£o de que os diretores, constam matÃ©rias com os seguintes tÃ-tulos: `Â¿ a mesma conversaÂ¿Â¿; `Â¿Cosanpa nÃ£o cumpre acordo; `Â¿Cosanpa nÃ£o quer repor as perdasÂ¿Â¿; `Â¿Rombo de 2 bilhÃµes e 250 milhÃµesÂ¿Â¿; `Â¿aÃ§Ã£o para garantir os 5% de produtividadeÂ¿; AssembleiasÂ¿Â¿; ComissÃ£o InimigaÂ¿; nas fls. 14 constam matÃ©rias intituladas `Â¿favorecimentosÂ¿Â¿ `Â¿Esquema `Â¿e `Â¿contratoÂ¿Â¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Observo que as matÃ©rias veiculadas nos boletins revelam procedimento conforme as funÃ§Ãµes constitucionais do sindicado, relacionadas com a defesa dos direitos individuais e coletivos da categoria, na forma do inciso III do artigo 8Âº da ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No documentos de fls. 07, o sindicato faz referÃªncia Ã obrigaÃ§Ãµes assumidas em contratos coletivos de trabalhos e a aÃ§Ãµes judiciais ajuizadas perante a justiÃ§a do trabalho. Na matÃ©ria `Â¿Cosanpa nÃ£o quer repor as perdasÂ¿Â¿, foi citada clÃ¡usula 5 do acordo coletivo e foram indicados dados estatÃ-sticos para fundamentar a informaÃ§Ã£o veiculada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, matÃ©rias foram veiculadas de maneira objetiva e com base em instrumentos normativos e dados estatisicos para a defesa de direitos trabalhistas, sem evidencia de intenÃ§Ã£o de difamar a reputaÃ§Ã£o da empresa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto Ã s matÃ©rias, ComissÃ£o InimigaÂ¿; nas fls. 14 constam matÃ©rias intituladas `Â¿favorecimentosÂ¿Â¿ `Â¿Esquema `Â¿e `Â¿contratoÂ¿Â¿, entendo que se reportam a pessoas fÃ-sicas, isto Ã©, dirigentes da empresa e agentes pÃºblicos, de maneira que a Autora, pessoa jurÃ-dica, nÃ£o ostenta legitimidade para pleitear direitos relativos Ã violaÃ§Ã£o da honra subjetiva de pessoas naturais, nos termos da sÃºmula 227 do STJ. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As testemunhas arroladas na aÃ§Ã£o de justificaÃ§Ã£o nÃ£o especificaram que elementos dos boletins se revelam ofensivos Ã reputaÃ§Ã£o da Autora, nÃ£o especificaram de que maneira seriam ofensivos. Entendo tambÃ©m que nÃ£o ficou evidente nos autos o alcance das informaÃ§Ãµes veiculadas. As prÃ³prias testemunhas nÃ£o informaram se os panfletos eram entregues para pessoas de fora da Companhia, que nÃ£o fossem funcionÃ¡rios dela. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Eventuais aborrecimentos decorrentes deste fato, em verdade, representariam fundamento de pedido indenizatÃ³rio por danos morais fundado em ofensa Ã honra subjetiva dos dirigentes citados no informativo, da qual a pessoa jurÃ-dica nÃ£o Ã© dotada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Para a pessoa jurÃ-dica, o dano moral Ã© fenÃ´meno distinto daquele relacionado Ã pessoa natural. NÃ£o se aceita, assim, o dano moral em si mesmo, isto Ã©, como uma decorrÃªncia intrÃ-nseca Ã existÃªncia de ato ilÃ-cito. Necessidade de demonstraÃ§Ã£o do prejuÃ-zo extrapatrimonial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, a pessoa jurÃ-dica pode sofrer danos morais, conforme preconiza a SÃºmula 227 do Superior Tribunal de JustiÃ§a, contudo, diferentemente do que ocorre em relaÃ§Ã£o Ã s pessoas fÃ-sicas, Ã© necessÃ¡ria a produÃ§Ã£o de prova cabal acerca da ocorrÃªncia de efetivo dano Ã honra objetiva da empresa, o que, entretanto, nÃ£o se tem nos presentes autos, em que nÃ£o hÃ¡ nenhum indÃ-cio de que a autora tenha sofrido qualquer prejuÃ-zo objetivo que tenha repercutido no regular desenvolvimento de sua atividade. Dano moral que nÃ£o pode ser presumido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Para que houvesse o direito da pessoa jurÃ-dica ser indenizada por dano moral, deveria ocorrer abalo Ã sua honra objetiva, o que Ã© ausente no caso em discussÃ£o, pois a

autora, ora recorrente, nÃ£o demonstrou que teve abalada sua reputaÃ§Ã£o junto a terceiros, por atos que afetam o seu bom nome no mundo civil ou comercial, demonstrando prejuÃ-zos de ordem extrapatrimonial, como afronta a direito personalÃ-ssimo - a honradez e o prestÃ-gio moral e social da pessoa em determinado meio - transcendendo, portanto, o mero conceito econÃ´mico da empresa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transcrevo a seguinte ementa de um julgado do Supremo Tribunal Federal, nÃ£o reconheceu dever de indenizar por parte de sindicato, em razÃ£o de critica formulada em folhetim do sindicado, confira-se: APELAÃÃO CÃVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. REPARAÃÃO DE DANOS MORAIS. CRÃTICA Ã FUNDAÃÃO AUTORA PUBLICADA EM FOLHETIM DO SINDICATO RÃU. DANO MORAL. PESSOA JURÃDICA. AUSÃNCIA DE PROVA DE OFENSA Ã HONRA OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR INEXISTENTE. A pessoa jurÃ-dica Ã© passÃ-vel de sofrer lesÃ£o de natureza moral, quando abalada a sua reputaÃ§Ã£o e imagem, na esteira da SÃºmula 227 do STJ. HipÃ³tese concreta em que, apesar das crÃ-ticas contundentes e do Ã¢nimo exageradamente jocoso do folhetim, nÃ£o hÃ¡ demonstraÃ§Ã£o de que a divulgaÃ§Ã£o do informativo tenha gerado mÃ¡cula Ã credibilidade da autora. Ãnus probatÃ³rio que competia Ã autora, ex vi do art. 333, I do CPC. JuÃ-zo de improcedÃªncia confirmado. APELAÃÃO DESPROVIDA.Â¿ Opostos embargos de declaraÃ§Ã£o, nÃ£o foram acolhidos. No recurso extraordinÃ¡rio, sustenta-se violaÃ§Ã£o do artigo 5Âº, inciso X, da ConstituiÃ§Ã£o Federal. Decido. A irresignaÃ§Ã£o nÃ£o merece prosperar. O acÃ³rdÃ£o recorrido manteve a sentenÃ§a de primeiro grau que julgou improcedente o pedido de indenizaÃ§Ã£o por danos morais em questÃ£o amparado no conjunto fÃ¡tico-probatÃ³rio constante dos autos. Colhe-se de seu voto condutor. ARE 1055138Â /Â RS - RIO GRANDE DO SUL. Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI . Julgamento: 21/06/2017 PublicaÃ§Ã£o: 02/08/2017 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Colaciono tambÃ©m o seguinte julgado do Tribunal de JustiÃ§a do Distrito Federal, segundo o qual postagens criticas formuladas por sindicatos configuram exercÃ-cio dos direitos de manifestaÃ§Ã£o do pensamento, de informaÃ§Ã£o e de critica: DIREITO CIVIL E CONSTITUCIONAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. SINDICATO. SÃTIO ELETRÃNICO. POSTAGENS COM CRÃTICAS AO GOVERNADOR. EXERCÃCIO DOS DIREITOS DE MANIFESTAÃÃO DO PENSAMENTO, DE INFORMAÃÃO E DE CRÃTICA. DEVER DE INDENIZAR NÃO CARACTERIZADO. I. De acordo com o artigo 5Âº, incisos IV, V, IX, e X, da ConstituiÃ§Ã£o de 1988, as liberdades compreendidas no direito de informaÃ§Ã£o e os direitos da personalidade coabitam o texto constitucional sem qualquer relaÃ§Ã£o de preeminÃªncia ou subordinaÃ§Ã£o, de maneira que, em caso de colisÃ£o ou atrito no caso concreto, devem ser ponderados para que se estabeleÃ§a aquele que deve preponderar ocasionalmente. II. NÃ£o transpÃµe o limite das liberdades de manifestaÃ§Ã£o do pensamento, de comunicaÃ§Ã£o e de informaÃ§Ã£o sindicato que posta em seu sÃ-tio eletrÃ´nico matÃ©rias que contÃªm crÃ-ticas mordazes Ã atuaÃ§Ã£o polÃ-tica e administrativa do governador na Ã¡rea da saÃºde pÃºblica. III. Recurso do RÃ©u provido. Recurso do Autor prejudicado.Â (AcÃ³rdÃ£o 1202162, 07367421820178070001, Relator: JAMES EDUARDO OLIVEIRA , 4Âª Turma CÃ-vel, data de julgamento: 18/9/2019, publicado no DJE: 30/9/2019. PÃ¡g.: Sem PÃ¡gina Cadastrada.) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na hipÃ³tese dos autos, inexiste mÃ-nima demonstraÃ§Ã£o de que tal fato tenha repercutido negativamente na imagem da fundaÃ§Ã£o requerida, pessoa jurÃ-dica. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, os fatos narrados na inicial, por si sÃ³, nÃ£o dÃ£o azo Ã reparaÃ§Ã£o por dano moral, pois nÃ£o evidenciada ofensa efetiva ao prestÃ-gio da autora perante seus pares. Dito isso, considerando a inexistÃªncia de provas no sentido de que a publicaÃ§Ã£o pela rÃ© tenha efetivamente maculado a honra objetiva da fundaÃ§Ã£o, nÃ£o hÃ¡ supedÃ¢neo para a condenaÃ§Ã£o por danos morais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entendo que as crÃ-ticas direcionadas Ã companhia autora, ainda que Ã¡cidas, nÃ£o transpuseram os limites dos direitos de informaÃ§Ã£o e de liberdade de expressÃ£o consagrados na ConstituiÃ§Ã£o Federal e ocorreram no contexto da representatividade sindical na defesa dos direitos e interesses da categoria, configurando exercÃ-cio regular de direito, nos termos do artigo 188 do CÃ³digo Civil. EstÃ¡ tambÃ©m prejudicado, por consequÃªncia, o pedido de obrigaÃ§Ã£o de nÃ£o fazer, uma vez que os boletins informativos foram lÃ-citos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pedido improcedente. Â Ante o exposto JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS e, por via de consequÃªncia, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÃÃO DE MÃRITO, com base no art. 487, inciso I do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno a parte autora ao pagamento das custas, despesas processuais, e honorÃ¡rios advocatÃ-cios que fixo em 10% sobre o valor atualizado da causa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transitado em julgado, arquivem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 18 de outubro de 2021. ROBERTO CEZAR OLIVEIRA MONTEIRO Juiz de Direito da 7Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00122351720148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROBERTO CEZAR OLIVEIRA MONTEIRO A??o: Procedimento Comum Cível em: 19/10/2021 AUTOR:EVANDRO CESAR RODRIGUES Representante(s): OAB 8123 - EDUARDO SILVA DE CARVALHO (ADVOGADO) OAB 12555 - SANDRA SUELY LIMA DE CARVALHO (ADVOGADO)

REU:SOL INFORMATICA LTDA Representante(s): OAB 16457 - THIAGO PADILHA FERREIRA (ADVOGADO) OAB 18945 - RAFAEL FERREIRA PORTO (ADVOGADO) REU:AYMORE CREDITO FINAC E INVESTIMENTO SA Representante(s): OAB 19832-A - CARLOS MAXIMIANO MAFRA DE LAET (ADVOGADO) OAB 6171 - MARCO ANDRE HONDA FLORES (ADVOGADO) OAB 162337 - JOAO THOMAZ P GONDIM (ADVOGADO) . S E N T E N Ã A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO DECLARATÃRIA DE INEXISTÃNCIA DE NEGÃCIO JURÃDICO C/C INDENIZAÃÃO POR DANO MORAL COM PEDIDO DE ANTECIPAÃÃO DOS EFEITOS DA TUTELA ajuizada por EVANDRO CESAR RODRIGUES em face de SOL INFORMÃTICA LTDA e AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A, ambos qualificados nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega o autor que, em 10.08.2012, adquiriu junto a 1Âª requerida um NOOTBOOK HP PAVILION DV6-6C70, um HD USB 3.0, 2.5. 500 gb WESTER N DIGITAL, mouse MAXPRINT ÃPTICO MINI USBÂ e Programa Norton Internet Security 2012 OEM, no valor total de R$ 4.059,00 (quatro mil cinquenta e nove reais), que seria pago em 10 (dez) parcelas de R$ 442,48 (quatrocentos e quarenta e dois reais e quarenta e oito centavos), sendo a primeira devida no ato da compra e as demais 9 (nove) parcelas do mesmo valor, atrvÃ©s de cheques bancÃ¡rios, financiados pela 2Âª requerida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aduziu que, em setembro/2012, o requerente recebeu uma carta cobranÃ§a do grupo SANTANDER FINANCIAMENTOS, sob o argumento de inadimplÃªncia da prestaÃ§Ã£o vencida em 17/09/2012, contrato nÂº 20019114179, primeiro cheque. Contudo, o autor alegou que o referido cheque foi compensado, conforme carimbo lanÃ§ado no tÃ-tulo, como beneficiÃ¡ria a 1Âª requerida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Que reiteradas cobranÃ§as foram encaminhadas ao autor, uma delas no valor de R$ 4.202,09 (quatro mil duzentos e dois reais e nove centavos), relativas a atualizaÃ§Ã£o do valor devido pelo requerente de apenas R$ 442,49 (quatrocentos e quarenta e dois reais e quarenta e nove centavos). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Que diante da cobranÃ§a abusiva, o autor teve seu nome inscrito junto ao SERASA, alÃ©m de ter suas atividades bancÃ¡rias limitadas, inclusive com suspensÃ£o de cartÃ£o de crÃ©dito, motivo pelo qual ingressou com a presente aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requereu os benefÃ-cios da justiÃ§a gratuita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requereu a concessÃ£o de tutela para que a requerida retire o nome do autor do banco de dados do SERASA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requereu a procedÃªncia da aÃ§Ã£o para que seja declarado o efetivo cumprimento do negÃ³cio jurÃ-dico realizado perante a 1Âª requerida e a inexistÃªncia da dÃ-vida perante a 2Âª requerida; para que as requeridas sejam condenadas ao pagamento em dobro pela cobranÃ§a indevida; para que as requerdias sejam condenadas ao pagamento de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) Ã tÃ-tulo de danos morais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou os documentos de fls. 14/30. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o de fls. 31 deferindo o pedido de tutela antecipada para determinar que as requeridas retirem o nome do requerente do banco de dados do SERASA e demais Ã³rgÃ£os restritivos. Deferiu ainda, os benefÃ-cios da justiÃ§a gratuita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntada de AR fls. 32, requeridaÂ SOL INFORMATICA LTDA fora devidamente citada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntada de AR fls. 33/34 requerida AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A deixou de ser citada, motivo "mudou-se". Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ContestaÃ§Ã£o da requerida SOL INFORMATICA LTDA Ã s fls. 35/49, instruÃ-da com os documentos de fls. 50/55. Preliminarmente, suscitou a ilegitimidade passiva "AD CAUSAM". No mÃ©rito, alegou a responsabilidade subsidiÃ¡ria do fabricante e do fornecedor; os princÃ-pios da razoabilidade e da proporcionalidade; o enriquecimento ilÃ-cito; o dano moral alegado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o do requerente de fls. 57/61 informando o descumprimento da decisÃ£o liminar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o do requerente de fls. 62/67 informando o continuo descumprimento da decisÃ£o liminar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o de fls. 68 determinando a citaÃ§Ã£o da requerida AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A. E ainda, majorando a multa diÃ¡ria para R$ 1.000,00 (hum mil reais), diante do descumprimento da decisÃ£o que concedeu a antecipaÃ§Ã£o dos efeitos da tutela Ã s fls. 31. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntada de AR de fls. 69/70 requerida AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A deixou de ser citada, motivo "recusado". Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©plica de fls. 72/81. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho de fls. 82 deferindo o pedido de fls. 77, determinando a citaÃ§Ã£o pessoal por oficial o rÃ©u BANCO SANTANDER. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CertidÃ£o do oficial de justiÃ§a de fls. 83/84 certificando que o Banco rÃ©u fora devidamente citado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ContestaÃ§Ã£o da requerida AYMORE CRÃDITO, FINANCIAMENTE E INVESTIMENTO S.A Ã s fls. 85/92, instruÃ-da com os documentos de fls. 93/107.Â No mÃ©rito, alegou a inaplicabilidade do pedido de declaraÃ§Ã£o de inexistÃªncia dos dÃ©bitos; a ilegalidade do ato de inscriÃ§Ã£o em Ã³rgÃ£os de proteÃ§Ã£o ao crÃ©dito; a inexistÃªncia do dever de indenizar pela ausÃªncia de ato ilÃ-cito como um dos pressupostos da responsabilidade civil; o suposto dano moral; a vulgarizaÃ§Ã£o do dano moral; a ilegalidade da inversÃ£o do Ã´nus da prova no caso em tela. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CertidÃ£o da secretaria da vara de fls. 108 certificando que as 02 contestaÃ§Ãµes foram apresentadas dentro do prazo legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â

RÃ©plica Ã s fls. 111/115. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CertidÃ£o da secretaria da vara de fls. 116 certificando que a rÃ©plica Ã contestaÃ§Ã£o fora apresentada dentro do prazo legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho de fls. 117 designando audiÃªncia preliminar para o dia 10.05.2016 Ã s 11:00 horas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Termo de audiÃªncia de fls. 122 restou infrutÃ-fera tentativa de conciliaÃ§Ã£o, face a ausÃªncia dos reclamados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o da requerida SOL INFORMATICA LTDA Ã s fls. 123/126 requerendo a marcaÃ§Ã£o de audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento; requerendo que a aÃ§Ã£o seja extinta em relaÃ§Ã£o a empresa fornecedora SOL INFORMATICA LTDA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o de fls. 127 intimando as partes para que manifestem interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o do requerente de fls. 128 informando interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CertidÃ£o da secretaria da vara de fls. 129 certificando que a parte requerida deixou de apresentar manifestaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho de fls. 130 determinando o retorno dos autos conclusos para sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â EÂ¿ o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â D E C I D O. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO DECLARATÃRIA DE INEXISTÃNCIA DE NEGÃCIO JURÃDICO C/C INDENIZAÃÃO POR DANO MORAL COM PEDIDO DE ANTECIPAÃÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O processo comporta o julgamento antecipado da lide em face da determinaÃ§Ã£o inserida no artigo 355, inciso I do mesmo diploma legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A prova carreada aos autos Ã© necessÃ¡ria e suficiente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da ilegitimidade passiva da rÃ© SOL INFORMÃTICA LTDA: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Preliminarmente, a rÃ© suscitou a ilegitimidade passiva da empresa SOL INFORMÃTICA LTDA, sob o fundamento de que a administradora de cartÃ£o de crÃ©dito Ã© parte ilegÃ-tima para figurar no polo passivo da demanda, devendo permanecer no polo passivo apenas a requerida AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem. NÃ£o assiste razÃ£o a rÃ©. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em tela percebo que o dÃ©bito discutido e dito como cumprido pela parte autora foi efetivado com a rÃ© SOL INFORMÃTICA LTDA. Inclusive tendo a parte autora pago a parcela em questÃ£o diretamente a esta rÃ©. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Preliminar rejeitada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Superadas tal questÃ£o, passo a anÃ¡lise do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da inscriÃ§Ã£o do nome do autor nos Ã³rgÃ£os de proteÃ§Ã£o de crÃ©dito Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Superior Tribunal de JustiÃ§a, recentemente, sumulou o entendimento de que nÃ£o basta mais a aÃ§Ã£o revisional para descaracterizar a mora: SÃMULA NÂº 380 DO STJ: "A simples propositura da aÃ§Ã£o de revisÃ£o de contrato nÃ£o inibe a caracterizaÃ§Ã£o da mora do autorÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Essa novel orientaÃ§Ã£o visa desconstituir uma prÃ¡tica desleal adotada por operadores de direito anteriormente. Na defesa de seus clientes devedores, os patronos ajuizavam aÃ§Ã£o revisional de contrato, sem qualquer fundamento, com o Ãºnico intuito de impedir a inclusÃ£o do nome da parte nos bancos de dados de proteÃ§Ã£o ao crÃ©dito. O STJ entendia que a mera propositura dessa demanda jÃ¡ descaracterizava a mora e impedia a negativaÃ§Ã£o do nome do devedor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conforme a orientaÃ§Ã£o atualmente adotada, a retirada do nome nÃ£o se dÃ¡ mais meramente pelo ajuizamento da aÃ§Ã£o, mas sim pelo cumprimento de trÃªs requisitos cumulativamente: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1. Ajuizamento de aÃ§Ã£o pelo devedor discutindo o dÃ©bito; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2. FundamentaÃ§Ã£o que tenha base em jurisprudÃªncia consolidada do STJ ou STF, desde que configurado ainda o fumus boni iuris; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3. Se a discussÃ£o for apenas parcial, o valor incontroverso deve ser pago ou depositado em cauÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vislumbro dos autos o preenchimento dos referidos requisitos. Assim, caracterizando-se a mora, correta estÃ¡ a manutenÃ§Ã£o/inclusÃ£o do nome no cadastro de inadimplentes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por outro lado, sendo ela afastada, nÃ£o pode haver negativaÃ§Ã£o, retirada do bem em litÃ-gio da posse do consumidor ou protesto do tÃ-tulo representativo da dÃ-vida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Do efetivo cumprimento do negÃ³cio jurÃ-dico Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega a parte autora que a parcela que estaria sendo cobrada teria sido efetivamente paga. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JÃ¡ a parte rÃ© alega que a parcela estaria em aberto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O autor apresentou o cheque com que teria pago a dÃ-vida (fls. 24), bem como o comprovante de sua devida compensaÃ§Ã£o (fls. 25). Comprovando, dessa maneira, o efetivo cumprimento do negÃ³cio jurÃ-dico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JÃ¡ os rÃ©us desincumbiram-se do Ã´nus da prova de qualquer fato impeditivo ou extintivo do direito do autor, consoante o art. 373, II, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido, declarando o efetivo cumprimento do negÃ³cio jurÃ-dico e a inexistÃªncia da dÃ-vida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto aos danos morais: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em regra, para a caracterizaÃ§Ã£o do dano moral sÃ£o necessÃ¡rios os seguintes elementos: a) o ato; b) o dano; c) nexo de causalidade entre o ato e o dano; e d) o dolo ou a culpa do agente causador do dano. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em se tratando de dano moral, tem-se que o bem jurÃ-dico ofendido consiste na lesÃ£o a direitos da personalidade. Destarte, ofendem-se a dignidade da pessoa humana, sua honra, sua reputaÃ§Ã£o, seus sentimentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A compensaÃ§Ã£o

por dano moral exige a violaÃ§Ã£o aos direitos da personalidade. No caso em tela, a cobranÃ§a indevida incluiu o nome do consumidor nos Ã³rgÃ£os de proteÃ§Ã£o ao crÃ©dito, conforme documento de fls. 27. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na hipÃ³tese sob exame, revelando-se significativas ambas as funÃ§Ãµes compensatÃ³ria e inibitÃ³ria, entendo que a indenizaÃ§Ã£o do dano moral deve ser fixada em R$ 10.000,00 (dez mil reais) corrigidos nos termos da SÃºmula 362 do STJ. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A repercussÃ£o do dano foi levada em conta, na medida em que se situou dentro de padrÃµes intensos. A funÃ§Ã£o compensatÃ³ria estarÃ¡ bem atendida, porque o autor disporÃ¡ de quantia suficiente a neutralizar os negativos efeitos do constrangimento experimentado. Â Â Â Â Â Â Â Â Com base no exposto, JULGO PROCEDENTE A AÃÂ¿O COM RESOLUÃÃO DE MÃRITO, nos termos do art. 487 inc. I do CPC, para declarar o efetivo cumprimento do negÃ³cio jurÃ-dico e a inexistÃªncia da dÃ-vida, bem como condenar as rÃ©s, solidariamente, ao pagamento de indenizaÃ§Ã£o por danos morais no valor que fixo em R$ 10.000,00 (dez mil reais)com correÃ§Ã£o monetÃ¡ria pelo IPCA -IBGE, nos termos da SÃºmula 362 do STJ; Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno as rÃ©s ainda, solidariamente, ao pagamento das custas e despesas processuais, mais honorÃ¡rios advocatÃ-cios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Transitado em julgado, arquivem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 19 de outubro de 2021. ROBERTO CEZAR OLIVEIRA MONTEIRO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito da 7Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00149578720158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROBERTO CEZAR OLIVEIRA MONTEIRO A??o: Procedimento Comum Cível em: 19/10/2021 AUTOR:ADILSON FONSECA DE ARAUJO Representante(s): OAB 8534 - GLAUCIA MARIA CUESTA CAVALCANTE ROCHA (ADVOGADO) OAB 21400 - GLAUCIA KELLY CUESTA DA SILVA (ADVOGADO) REU:MARIA PAIVA VIEIRA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ADILSON FONSECA DE ARAÃJO ajuizou ACÂ¿AÂ¿O ANULATÃRIAÂ DE NEGÃCIO JURÃDICO c/c INDENIZACÂ¿AÂ¿O POR DANOS MORAIS em face de MARIA PAIVA VIEIRA, todos qualificados Ã s fls. 02 dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega o autor que, em 11 de novembro de 2009, firmou acordo com a requerida, referente a um terreno edificado para moradia prÃ³pria, no valor de R$ 3.400,00 (trÃªs mil quatrocentos reais), situado na passagem PerpÃ©tuo Socorro, sob nÂº 49, medindo 10m x 25m. (dez metros de frente e vinte e cinco de fundo). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aduziu que passou a residir no terreno, efetuando compra de materiais de construÃ§Ã£o diversos e pago a um pedreiro sua empreitada, tendo em vista que o imÃ³vel precisava de reparos. Passados 2 (dois) anos, o autor foi surpreendido por uma aÃ§Ã£o judicial de reintegraÃ§Ã£o de posse, sob nÂº 00000094-88.2011.8.14.0301, movida pelo Sr. Raimundo Nonato Rocha, pessoa desconhecida, que dizia ser o verdadeiro proprietÃ¡rio do imÃ³vel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Afirmou que em sentenÃ§a, processoÂ sob nÂº 00000094-88.2011.8.14.0301, dada no dia 01.03.2013, restou comprovado que a propriedade do imÃ³vel Ã© do Sr. Raimundo Nonato Rocha, tendo apenas a requerida a funÃ§Ã£o de vigiar e fazer guarda do terreno, nunca possuindo qualquer determinaÃ§Ã£o legal ou verbal para alienar ou transacionar o bem. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Que apÃ³s decisÃ£o, o autor foi informado por sua esposa que o Sr. Raimundo Nonato Rocha estava, juntamente com 2 (dois) seguranÃ§as particulares, retirando os pertences do demandante da casa, usando forÃ§a fÃ-sica, moral e psicolÃ³gica contra sua esposa, mÃ£e e filhos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Que passado o ocorrido, o autor procurou a demandada para saber o que havia ocorrido.Â No entanto, a requerida apenas debochou do requerente e disse-lhe que o mesmo deveria ter feito pesquisas cabÃ-veis antes de fechar negÃ³cio com ela. A requerida agiu de mÃ¡-fÃ© e enriqueceu ilicitamente Ã s custas do autor, motivo pelo qual ingressou com a presente aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requereu os benefÃ-cios da justiÃ§a gratuita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requereu a procedÃªncia da aÃ§Ã£o para que a requerida seja condenada Ã devoluÃ§Ã£o em dobro do valor pago pelo autor, no importe de R$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais); para que a requerida seja condenada ao pagamento de R$1.000,00 (hum mil reais), a tÃ-tulo de danos materiais; para que a requerida seja condenada ao pagamentos de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) a tÃ-tulo de danos materiais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou os documentos de fls. 13/33. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o de fls. 35, deferindo o pedido de justiÃ§a gratuita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntada de AR de fls. 35 requerida devidamente citada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CertidÃ£o do oficial de justiÃ§a de fls. 36/37 requerida devidamente citada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â HabilitaÃ§Ã£o da requerida de fls. 39/41. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ContestaÃ§Ã£o Ã s fls. 42/50 instruÃ-da com os documentos de fls. 51/53. Preliminarmente, suscitou a gratuidade judiciÃ¡ria; a decadÃªncia do direito invocado; a prescriÃ§Ã£o. No mÃ©rito, alegou a impossibilidade de anulaÃ§Ã£o do negÃ³cio jurÃ-dico; o dano moral e material - ausÃªncia dos requisitos do dever de indenizar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CertidÃ£o da secretaria da vara de fls. 54 certificando que a contestaÃ§Ã£o fora apresentada dentro do prazo legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CertidÃ£o da secretaria da vara de fls. 57 certificando que

decorreu o prazo sem que a parte autora nÃ£o se manifestasse nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho de fls.58 intimando as partes para se manifestarem sobre o interesse na designaÃ§Ã£o da audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o. E ainda, intimando as partes para que especifiquem provas que pretendem produzir em eventual audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o do requerente de fls. 59/60 informando que hÃ¡ interesse em conciliar com a parte contrÃ¡ria. E ainda, informando que farÃ¡ uso da prova testemunhal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CertidÃ£o da secretaria da vara de fls. 61 certificando que a parte requerida nÃ£o apresentou manifestaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho de fls. 62 designando audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o para o dia 12.06.2018, Ã s 10:00 horas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Termo de audiÃªncia de fls. 63, restou prejudicada a tentativa de conciliaÃ§Ã£o, face a ausÃªncia das partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o do requerente de fls. 64 manifestando interesse em conciliar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho de fls. 65 deferindo o pedido de fls. 64. Designando audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o para o dia 03.10.2019, Ã s 12:00 horas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Termo de audiÃªncia de fls. 66, restou prejudicada a tentativa de conciliaÃ§Ã£o, face a ausÃªncia das partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â EÂ¿ o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â D E C I D O. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de ACÂ¿AÂ¿O ANULATÃRIAÂ DE NEGÃCIO JURÃDICO c/c INDENIZACÂ¿AÂ¿O POR DANOS MORAIS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O processo comporta o julgamento antecipado do pedido, nos termos do art. 355, inciso I do CÃ³digo de Processo Civil - CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico que nÃ£o houve inversÃ£o do Ã´nus da prova, pelo que cabia Ã parte autora fazer prova de suas alegaÃ§Ãµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto a preliminar de deferimento da justiÃ§a gratuita:: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A justiÃ§a gratuita Ã© benefÃ-cio ao qual faz jus quem nÃ£o tem condiÃ§Ãµes de arcar com as despesas de um processo sem prejuÃ-zo de seu prÃ³prio sustento e de sua famÃ-lia, segundo inteligÃªncia do artigo 5Âº, LXXIV, c/c artigo 2Âº, parÃ¡grafo Ãºnico da Lei nÂº 1.060/50, sendo que essa prova se faz mediante simples declaraÃ§Ã£o do interessado (art. 4Âº), que serÃ¡ acolhida se nÃ£o houver razÃ£o para dela se suspeitar (art. 5Âº); Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entretanto, a Lei nÂº 1.060/50 em nenhum momento estabeleceu critÃ©rios a serem seguidos para a anÃ¡lise do pedido de gratuidade, sendo que a necessidade para os fins de concessÃ£o de justiÃ§a gratuita Ã© conceito relativo, onde se deve considerar a renda mensal de quem o pleiteia e as despesas e o valor dos custos do processo. Ã a aplicaÃ§Ã£o do princÃ-pio da razoabilidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em questÃ£o, a requerida estÃ¡ sendo assistida pela Defensoria PÃºblica do Estado do ParÃ¡ e ainda, que a mesma nÃ£o tem condiÃ§Ãµes financeiras para arcar com custas, conforme declaraÃ§Ã£o hipossuficiÃªncia de fls. 40. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, ACOLHO o pedido de deferimento da justiÃ§a gratuita Ã rÃ©. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da decadÃªncia: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega a rÃ© que o autor nÃ£o respeitou o prazo decadencial de 4 (quatro) anos para propositura da aÃ§Ã£o, previsto no inciso II, art. 178 do CÃ³digo Civil, a contar do dia em que se realizou o negÃ³cio jurÃ-dico. Dessa maneira, como o ingresso da aÃ§Ã£o ocorreu em 24.04.2015, o autor nÃ£o teria como propor a aÃ§Ã£o visando a anulaÃ§Ã£o do negÃ³cio, visto que teria assinado o negÃ³cio no dia 11.11.2009. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O art. 178, II do CC, trata do prazo de 4 (quatro anos) para que o adquirente possa pleitear a anulaÃ§Ã£o do negÃ³cio jurÃ-dico em eventual dolo da parte requerida, senÃ£o vejamos: Art. 178. Ã de quatro anos o prazo de decadÃªncia para pleitear-se a anulaÃ§Ã£o do negÃ³cio jurÃ-dico, contado: II - no de erro, dolo, fraude contra credores, estado de perigo ou lesÃ£o, do dia em que se realizou o negÃ³cio jurÃ-dico; (grifamos). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Todavia, ao analisar a aplicabilidade do instituto Ã© necessÃ¡rio verificar a natureza jurÃ-dica do pedido a ser tutelado, pois os prazos decadenciais destinam-se aos direitos potestativos e Ã s aÃ§Ãµes constitutivas, negativas ou positivas, sendo o pedido em tela de cunho condenatÃ³rio e indenizatÃ³rio, nÃ£o se aplicando os prazos decadenciais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em tela, acolho a preliminar de decadÃªncia, pelo que JULGO O PROCESSO EXTINTO COM RESOLUÃÃO DE MÃRITO, por forÃ§a do art. 487, II, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno o autor ao pagamento de custas, despesas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenaÃ§Ã£o, das quais estÃ¡ isenta por forÃ§a do art. 98, Â§3Âº, do CPC. Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transitado em julgado, arquivem-se. Â BelÃ©m, 19 de outubro de 2021. ROBERTO CEZAR OLIVEIRA MONTEIRO Juiz de Direito da 7Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00321245420148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROBERTO CEZAR OLIVEIRA MONTEIRO A??o: Imissão na Posse em: 19/10/2021 AUTOR:AMELIA MARIA DE CASTRO Representante(s): OAB 831 - MARIA DA CONCEICAO CARDOSO MENDES (ADVOGADO) OAB 117728 - LAURO SAMPAIO MESQUITA (ADVOGADO) OAB 27756 - NIRLEI VILELA DE ANDRAE JUNQUEIRA (ADVOGADO) OAB 187907 - TAMILLE EMANUELA DE PAULA NADER (ADVOGADO) AUTOR:CRISTIELI APARECIDA DE CASTRO CÂNDIDO Representante(s): OAB 117728 - LAURO SAMPAIO MESQUITA (ADVOGADO) OAB 27756 - NIRLEI VILELA DE ANDRAE JUNQUEIRA (ADVOGADO) OAB 187907 - TAMILLE EMANUELA

DE PAULA NADER (ADVOGADO) AUTOR:ANTONIO APARECIDO DE CASTRO Representante(s): OAB 16119 - SARA SUELY SOBRINHO LOPES (ADVOGADO) OAB 117728 - LAURO SAMPAIO MESQUITA (ADVOGADO) OAB 27756 - NIRLEI VILELA DE ANDRAE JUNQUEIRA (ADVOGADO) OAB 187907 - TAMILLE EMANUELA DE PAULA NADER (ADVOGADO) AUTOR:ALCIONE APARECIDA CASTRO Representante(s): OAB 831 - MARIA DA CONCEICAO CARDOSO MENDES (ADVOGADO) OAB 117728 - LAURO SAMPAIO MESQUITA (ADVOGADO) OAB 27756 - NIRLEI VILELA DE ANDRAE JUNQUEIRA (ADVOGADO) OAB 187907 - TAMILLE EMANUELA DE PAULA NADER (ADVOGADO) REU:OCUPANTE DO IMOVEL REQUERIDO:MANUEL VALDEMAR DOS SANTOS ALMEIDA Representante(s): OAB 18358 - ALSIDEA LICE DE CARVALHO JENNINGS PEREIRA (ADVOGADO) INTERESSADO:HOTEL SÃO BRAZ LTDA - EPP Representante(s): OAB 12172 - MARCOS JAYME ASSAYAG (ADVOGADO) OAB 2003 - ABRAHAM ASSAYAG (ADVOGADO) . S E N T E N Ã A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO DE IMISSÃO DE POSSE C/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA ajuizada por AMÃLIA MARIA DE CASTRO e outros em face do OCUPANTE do imÃ³vel localizado Ã rua Roso Danin nÂº 299, Bairro de Canudos - BelÃ©m. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega os requerentes que adjudicaram em 28/06/2012, entre outros, o imÃ³vel objeto da presente lide, conforme auto de adjudicaÃ§Ã£o em anexo. Porem, ao se dirigirem ao imÃ³vel com fins de tomar posse, os requerentes foram surpreendidos com a ocupaÃ§Ã£o irregular. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Que os ocupantes se negaram a desocupar o imÃ³vel amigavelmente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aduz que tal adjudicaÃ§Ã£o foi devidamente registrada no CartÃ³rio de Registro de ImÃ³veis. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requereu a liminar de desocupaÃ§Ã£o do imÃ³vel e, por fim, a procedÃªncia da aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o de fls. 110/111, deferindo o pedido de tutela antecipada para imitir os autores na posse do bem. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado Ã s fls. 116 que foi realizado a imissÃ£o na posse da autora AMÃLIA MARIA DE CASTRO, que na diligÃªncia estava representada por sua procuradora, a qual recebeu as chaves do imÃ³vel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o dos autores requerendo o prosseguimento do feito e o julgado da aÃ§Ã£o fls. 126. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A parte rÃ© nÃ£o apresentou contestaÃ§Ã£o conforme certidÃ£o de fls. 129. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho fls. 132 intimando a parte autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o fls. 133/134 e documentos de fls. 135/140 do HOTEL SÃO BRAZ LTDA - EPP informando sub-rogaÃ§Ã£o da propriedade do imÃ³vel em questÃ£o conforme contrato de compra e venda de fls. 137/140. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimados para se manifestarem sobre a petiÃ§Ã£o de fls. 133/134, os autores permaneceram inertes conforme certidÃ£o de fls. 155. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de ImissÃ£o de Posse ajuizada sob a alegaÃ§Ã£o de que o imÃ³vel indicado na exordial foi adjudicado legalmente e estaria sendo ocupado por terceiros de mÃ¡-fÃ©. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ questÃµes preliminares ou prejudiciais para apreciar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã anÃ¡lise do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A aÃ§Ã£o de imissÃ£o na posse compele o autor a comprovar sua propriedade e a inexistÃªncia de posse direta em face do uso indevido de terceiros. A imissÃ£o na posse, portanto, tem por finalidade precÃ-pua garantir ao real proprietÃ¡rio do bem a posse direta e usual decorrente do direito de sequela que lhe Ã© inerente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verifica-se se tratar de uma aÃ§Ã£o petitÃ³ria e nÃ£o possessÃ³ria reservada a quem nunca tivera a posse, mas possui o justo tÃ-tulo de domÃ-nio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requer, portanto, que sejam comprovados os seguintes requisitos: a prova do domÃ-nio, a delimitaÃ§Ã£o do bem e a posse injusta de um terceiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre imissÃ£o de posse e seus requisitos, colhe-se da jurisprudÃªncia: Â¿A aÃ§Ã£o de imissÃ£o de posse Ã© entendida enquanto o meio processual posto Ã disposiÃ§Ã£o do adquirente de imÃ³vel que, apÃ³s o averbamento da escritura no Registro ImobiliÃ¡rio, com a translaÃ§Ã£o do direito de propriedade, depara-se com a renitÃªncia do alienante ou de terceiros no ato de entregar-lhe. Trata-se de aÃ§Ã£o cuja natureza Ã© petitÃ³ria, bastando a apresentaÃ§Ã£o de tÃ-tulo idÃ´neo Ã transferÃªncia do domÃ-nio, sendo irrelevante o exercÃ-cio de posse direta prÃ©via por parte do adquirente ou do vendedorÂ¿ (STJ, REsp n. 264.554/MG, rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, j. Em 18-10-2001). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso sub judice, verifico que a autora obteve Ãªxito em demonstrar a propriedade do bem em litÃ-gio Ã s fls. 25/109, bem como que o bem se encontra na posse de terceiros de forma indevida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, os rÃ©us nÃ£o apresentaram contestaÃ§Ã£o no prazo legal, razÃ£o pela qual decreto sua revelia, na forma do art. 344 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por via de consequÃªncia, reconheÃ§o o direito dos autores de serem imitidos na posse do imÃ³vel descrito na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO constante na inicial, para confirmar os termos da decisÃ£o que concedeu a liminar de fls. 110/111, tornando definitiva a medida concedida, que determinou a desocupaÃ§Ã£o do imÃ³vel, com a consequente imissÃ£o dos autores na posse do mesmo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno os rÃ©us ao pagamento de custas, despesas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios

que arbitro em R$ 5.000,00 (cinco mil reais) que deverÃ¡ ser atualizado pelo IPCA/IBGE atÃ© a data efetiva de seu pagamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO, na forma do art. 487, inciso I do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transitado em julgado, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 19 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â ROBERTO CÃZAR OLIVEIRA MONTEIRO Juiz de Direito Titular da 7Âª Vara CÃ-vel da Capital PROCESSO: 07676930720168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROBERTO CEZAR OLIVEIRA MONTEIRO A??o: Procedimento Comum Cível em: 19/10/2021 AUTOR:MARLENE DA CONCEICAO DE OLIVEIRA FARIAS Representante(s): OAB 6141 - FABIO MONTEIRO GOMES (ADVOGADO) REU:JOSE DAVID DA SILVEIRA Representante(s): OAB 16676 - OTAVIO AUGUSTO DA SILVA SAMPAIO MELO (ADVOGADO) . SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â MARLENE DA CONCEIÃÃO DE OLIVEIRA FARIA e JOSÃ ANTONIO DE SOUSA AMARAL DE OLIVEIRA ajuizou ACÂ¿AÂ¿O DECLARATOÂ¿RIA DE NULIDADE em face de JOSÃ DAVI DA SILVEIRA, ambos qualificados Ã s fls. 03 dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alegaram os autores que, em 31.05.2010, comeÃ§aram a ser lesados, tendo em vista que o advogado que atuou no inventÃ¡rio, Doutor JosÃ© Maria Lobato da Silva, estava atuando na causa de imissÃ£o de posse, faltando com Ã©tica profissional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aduziram que quando houve a manifestaÃ§Ã£o do juÃ-zo da MM 9Âª CÃ-vel e Empresarial, observou que o patrono nÃ£o possuia poderes especiais para a prÃ¡tica do negÃ³cio jurÃ-dico, o que culmina na nulidade do ato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Que os patronos, alÃ©m de nÃ£o possuirem poderes especiais para praticar o negÃ³cio jurÃ-dico, ainda nÃ£o possuiam procurÃ§Ã£o dos demais herdeiros, levando a uma venda totalmente ilegal, motivo pelo qual ingressaram com a presente aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requereu os benefÃ-cios da justiÃ§a gratuita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requereu a concessÃ£o de tutela de urgÃªncia, para reconhecimento da nulidade insanÃ¡vel e absoluta conquanto a realizaÃ§Ã£o da venda feita dentro do processo de inventÃ¡rio do patrimÃ´nio em comento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requereu a procedÃªncia da aÃ§Ã£o no sentido de obstaculizar ou impedir a entrada do rÃ©u nesta aÃ§Ã£o de QUERELA NULITATIS de tomar posse no que de fato ou de direito nÃ£o Ã© seu, uma vez que a venda foi feita de forma nula; a imediata sustaÃ§Ã£o do mandado de imissÃ£o na posse; a imediata informaÃ§Ã£o para a PolÃ-cia Militar do Estado de que nÃ£o receba mais ofÃ-cio com o intuito de dar proteÃ§Ã£o a este ato nulo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou os documentos de fls. 09/22. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o de fls. 23/24 determinando o encaminhamento dos autos ao JuÃ-zo da 7Âª Vara CÃ-vel da Comarca de BelÃ©m para fins de apensamento aos autos de imissÃ£o de posse nº 0049692-54.2012.8.14.0301. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ato ordinatÃ³rio de fls. 25 intimando as partes da decisÃ£o retro de fls. 23/24. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho de fls. 26 intimando a parte autora para que emende a inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ContestaÃ§Ã£o Ã s fls. 27/43, instruÃ-da com os documentos de fls. 44/64. Preliminarmente, suscitou o indeferimento da petiÃ§Ã£o inicial; o nÃ£o cabimento da QUERELA NULLITATIS. No mÃ©rito, alegou a impossibilidade de nulidade; a coisa julgada material. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o da requerente de fls. 65/68 apresentando emenda a inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©plica Ã s fls. 71/73. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho de fls. 74 intimando as partes para manifestarem interesse na designaÃ§Ã£o de audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o. E ainda, intimando as partes para que especifiquem as provas que ainda pretendem produzir em eventual audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o do requerido de fls. 75 informando que nÃ£o possui interesse na realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o da requerente de fls. 76 informando que deseja que seja marcada audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â EÂ¿ o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â D E C I D O. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de ACÂ¿AÂ¿O DECLARATOÂ¿RIA DE NULIDADE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O processo comporta o julgamento antecipado da lide em face da determinaÃ§Ã£o inserida no artigo 355, inciso I do mesmo diploma legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A prova carreada aos autos Ã© necessÃ¡ria e suficiente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da falta de interesse de agir: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alegou a parte rÃ© que a petiÃ§Ã£o inicial seria inepta, devendo ser indeferida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com a jurisprudÃªncia do Superior Tribunal de JustiÃ§a, Ã© cabÃ-vel aÃ§Ã£o declaratÃ³ria de nulidade (querela nullitatis) para se combater sentenÃ§a proferida com nulidade ou inexistÃªncia de citaÃ§Ã£o, sendo inadequado o uso da aÃ§Ã£o rescisÃ³ria. NÃ£o estando prevista tal causa de pedir dentre as taxativas hipÃ³teses constantes dos incisos do art. 485 do CPC, o expediente processual adequado para corrigir o suposto equÃ-voco praticado no primeiro grau de jurisdiÃ§Ã£o Ã© a querela nullitatis. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em tela, a parte autora ingressou com a aÃ§Ã£o de querela nullitatis a fim de declarar a nulidade do ato de venda de imÃ³vel, ocorrido num inventÃ¡rio. Dessa maneira, impugnou uma decisÃ£o judicial pelo procedimento incorreto. Movendo a aÃ§Ã£o errada ou utilizando-se do procedimento incorreto, o provimento jurisdicional nÃ£o lhe serÃ¡ Ãºtil, razÃ£o pela qual a

inadequaÃ§Ã£o procedimental acarreta inexistÃªncia do interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por via de consequÃªncia, falta interesse processual para prosseguir com a presente aÃ§Ã£o, o que redunda na extinÃ§Ã£o do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃÃO DO MÃRITO, com base no art. 485, inciso VI do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno a autora ao pagamento de custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios em 10% sobre o valor da causa, os quais estÃ£o suspensos por forÃ§a do art. 98, Â§3Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os presentes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 19 de outubro de 2021. ROBERTO CEZAR OLIVEIRA MONTEIRO Juiz de Direito da 7Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital

**UPJ DAS VARAS DE FAMÍLIA DA CAPITAL - 5 VARA DE FAMÍLIA**

RESENHA: 10/11/2021 A 10/11/2021 - SECRETARIA UNICA DAS VARAS DA FAMILIA DA CAPITAL - VARA: 3ª VARA DE FAMILIA DE BELEM PROCESSO: 00253030520128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PEDRO PINHEIRO SOTERO A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 10/11/2021 AUTOR:A. C. P. S. REPRESENTANTE:L. C. S. P. Representante(s): OAB 10497 - ADRIANA MARTINS JORGE JOAO (DEFENSOR) REU:A. R. B. S. . SERVIRÃ A PRESENTE, POR CÃPIA DIGITADA, COMO MANDADO/CARTA, NA FORMA DO PROVIMENTO NÂº 003/2009, alterado pelo Provimento n.Âº 011/2009-CJRMB. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. INTIMEM-SE. Defiro a petiÃ§Ã£o de fl. n.Âº 26; ExpeÃ§a-se ofÃ-cio, na forma requerida, Ã nova fonte pagadora do alimentante ALAN ROBIN DOS SANTOS para inclusÃ£o, em folha de pagamento, do desconto dos alimentos em favor de AMANDA CRISTINE PINA DOS SANTOS, devendo o valor ser depositado na conta bancÃ¡ria informada na fl. 26. P.R.C.I. Cumpra-se. BelÃ©m-PA, 10 de novembro de 2021 PEDRO PINHEIRO SOTERO Juiz de Direito Titular da 3Âª Vara de FamÃ-lia da Comarca da Capital.

**SECRETARIA DA 2ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DA CAPITAL**

RESENHA: 16/11/2021 A 16/11/2021 - SECRETARIA DA 2ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM - VARA: 2ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM PROCESSO: 00004025020048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410015877 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HOMERO LAMARAO NETO A??o: Cumprimento de sentença em: 16/11/2021 AUTOR:IMIFARMA PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS SA Representante(s): PAULO MAURICIO SALES CARDOSO (ADVOGADO) TATIANA SERRA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) REU:SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS Representante(s): PROCURADORIA DO MUNICIPIO DE BELEM (PROCURADOR(A)) . DESPACHO. Tendo em vista que nada foi requerido, arquivem-se os autos. Int. Dil. Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 08 de Novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â HOMERO LAMARÃO NETO Â Â Â Â Â Juiz de Direito Resp. 2Âª Vara de ExecuÃ§Ã£o Fiscal da Capital PROCESSO: 00004952820028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210006186 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HOMERO LAMARAO NETO A??o: Execução Fiscal em: 16/11/2021 AUTOR:P.M.B. ADVOGADO:LIVIO CICERO PONTES REU:RAIMUNDO DA COSTA CRESPO. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â VISTOSÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Tratam os presentes autos deÂ AÃÃO DE EXECUÃÃO FISCALÂ proposta peloÂ MUNICÃPIO DE BELÃMÂ contraÂ RAIMUNDO DA COSTA CRESPOÂ com fundamento na Lei nÂº 6.830/80 (LEF), objetivando a cobranÃ§a relativa a dÃ©bito deÂ IPTU do(s) exercÃ-cio(s) deÂ 1996 a 1998.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em petiÃ§Ã£o de fl.Â retro, o MunicÃ-pio de BelÃ©m requer a extinÃ§Ã£o do processo executivo fiscal, em virtude do pagamento integral do crÃ©dito tributÃ¡rio, informando, ainda, que dispensa os honorÃ¡rios sucumbenciais.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos para decisÃ£o.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com fundamento no art. 156, inciso I, do CÃ³digo TributÃ¡rio Nacional, em virtude do pagamento integral do dÃ©bito referente ao(s) exercÃ-cio(s)Â 1996 a 1998,Â comprovado pelo(s) documento(s) de fl. retro, JULGO EXTINTO O CRÃDITO TRIBUTÃRIO, e, em consequÃªncia,Â declaro extinta a execuÃ§Ã£o,Â com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do art. 924, II c/c art. 487, I do Novo CÃ³digo de Processo Civil.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de condenar o executado em honorÃ¡rios advocatÃ-cios, posto que o exequente requereu sua dispensa. Â Â Â Â Â Â Â Por forÃ§a do princÃ-pio da causalidade, segundo o qual a parte que deu causa Ã instauraÃ§Ã£o do processo deve arcar com as despesas dele decorrentes,Â CONDENO O(A) EXECUTADO(A) AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS, com fulcro no art. 90 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista o disposto na ResoluÃ§Ã£o nÂ° 20, de 13/10/2021, adotem-se as providÃªncias cabÃ-veis para instauraÃ§Ã£o do procedimento de cobranÃ§a das custas processuais pela Unidade de ArrecadaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, devidamente certificado pela Secretaria, arquivem-se os presentes autos, com as cautelas legais, dando-se baixa no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 8 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito resp. pela 2Âª Vara de ExecuÃ§Ã£o Fiscal da Comarca de BelÃ©m PROCESSO: 00048412620028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210055472 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HOMERO LAMARAO NETO A??o: Execução Fiscal em: 16/11/2021 AUTOR:MUNICIPIO DE BELEM REU:DOMINGOS DA SILVA BRITO ADVOGADO:JOSE GALHARDO M CARVALHO. DECISÃO. VISTOS O feito se encontra sentenciado desde 27/04/2011, conforme fl. 25 e 28. Foi requerido cumprimento de sentenÃ§a quanto aos honorÃ¡rios sucumbenciais (fl.29). Antes da anÃ¡lise do pedido de cumprimento de sentenÃ§a o exequente peticionou dispensando a cobranÃ§a de honorÃ¡rios e requerendo arquivamento do feito. Isto posto, uma vez que nÃ£o houve condenaÃ§Ã£o em custas processuais e tendo o exequente dispensado a cobranÃ§a de honorÃ¡rios, determino o ARQUIVAMENTO dos autos, dando-se baixa no sistema LIBRA. Int. e cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 08 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â HOMERO LAMARÃO NETO Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito resp. 2Âª Vara de ExecuÃ§Ã£o Fiscal da Capital PROCESSO: 00123684820038140301 PROCESSO ANTIGO: 200310162752 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HOMERO LAMARAO NETO A??o: Execução Fiscal em: 16/11/2021 AUTOR:MUNICIPIO DE BELEM Representante(s): FRANCIARA P LEMOS (ADVOGADO) REU:ANUNCIACAO C B VIANA. SENTENÃA Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÃÃO DE EXECUÃÃO FISCAL proposta pelo MUNICÃPIO DE BELÃM em face de ANUNCIAÃÃO C B VIANA, com fundamento na Lei nÂº 6.830/80 (LEF), objetivando a cobranÃ§a relativa a dÃ©bito de IPTU e taxas municipais relativo ao imÃ³vel identificado nos autos. Em petiÃ§Ã£o de fl. retro o MunicÃ-pio requer a extinÃ§Ã£o do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposiÃ§Ã£o de Ã´nus para as partes. Ã O RELATÃRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execuÃ§Ã£o, com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do art.

924, inciso III do CPC, c/c do art. 26 da LEF. Em atenÃ§Ã£o ao requerimento da Fazenda PÃºblica, deixo de impor Ã´nus Ã s partes, quanto ao pagamento de custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, efetuando-se as notificaÃ§Ãµes pertinentes, para os fins de direito. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. BelÃ©m/PA, 05 de Novembro de 2021. HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito resp. pela 2Âª Vara de ExecuÃ§Ã£o Fiscal da Capital PROCESSO: 00125044720038140301 PROCESSO ANTIGO: 200310164287 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HOMERO LAMARAO NETO A??o: Execução Fiscal em: 16/11/2021 REU:JOSE MARIA RODRIGUES AUTOR:MUNICIPIO DE BELEM PROCURADOR(A):VERA LUCIA F DE ARAUJO. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â VISTOSÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Tratam os presentes autos deÂ AÃÃO DE EXECUÃÃO FISCALÂ proposta peloÂ MUNICÃPIO DE BELÃMÂ contraÂ JOSE MARIA RODRIGUESÂ Â com fundamento na Lei nÂº 6.830/80 (LEF), objetivando a cobranÃ§a relativa a dÃ©bito deÂ IPTU do(s) exercÃ-cio(s) deÂ 1998 a 2002.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em petiÃ§Ã£o de fl.Â retro, o MunicÃ-pio de BelÃ©m requer a extinÃ§Ã£o do processo executivo fiscal, em virtude do pagamento integral do crÃ©dito tributÃ¡rio, informando, ainda, que dispensa os honorÃ¡rios sucumbenciais.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos para decisÃ£o.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com fundamento no art. 156, inciso I, do CÃ³digo TributÃ¡rio Nacional, em virtude do pagamento integral do dÃ©bito referente ao(s) exercÃ-cio(s)Â 1998 a 2002,Â comprovado pelo(s) documento(s) de fl. retro, JULGO EXTINTO O CRÃDITO TRIBUTÃRIO, e, em consequÃªncia,Â declaro extinta a execuÃ§Ã£o,Â com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do art. 924, II c/c art. 487, I do Novo CÃ³digo de Processo Civil.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de condenar o executado em honorÃ¡rios advocatÃ-cios, posto que o exequente requereu sua dispensa. Â Â Â Â Â Â Â Â Por forÃ§a do princÃ-pio da causalidade, segundo o qual a parte que deu causa Ã instauraÃ§Ã£o do processo deve arcar com as despesas dele decorrentes,Â CONDENO O(A) EXECUTADO(A) AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS, com fulcro no art. 90 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista o disposto na ResoluÃ§Ã£o nÂ° 20, de 13/10/2021, adotem-se as providÃªncias cabÃ-veis para instauraÃ§Ã£o do procedimento de cobranÃ§a das custas processuais pela Unidade de ArrecadaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, devidamente certificado pela Secretaria, arquivem-se os presentes autos, com as cautelas legais, dando-se baixa no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 5 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito resp. pela 2Âª Vara de ExecuÃ§Ã£o Fiscal da Comarca de BelÃ©m PROCESSO: 00128154420038140301 PROCESSO ANTIGO: 200310167645 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HOMERO LAMARAO NETO A??o: Execução Fiscal em: 16/11/2021 AUTOR:MUNICIPIO DE BELEM PROCURADOR(A):MARCUS AQUINO DE AZEVEDO REU:BENEDITO N A DOS SANTOS. SENTENÃA Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÃÃO DE EXECUÃÃO FISCAL proposta pelo MUNICÃPIO DE BELÃM em face de BENEDITO N A DOS SANTOS, com fundamento na Lei nÂº 6.830/80 (LEF), objetivando a cobranÃ§a relativa a dÃ©bito de IPTU e taxas municipais relativo ao imÃ³vel identificado nos autos. Em petiÃ§Ã£o de fl. retro o MunicÃ-pio requer a extinÃ§Ã£o do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposiÃ§Ã£o de Ã´nus para as partes. Ã O RELATÃRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execuÃ§Ã£o, com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do art. 924, inciso III do CPC, c/c do art. 26 da LEF. Em atenÃ§Ã£o ao requerimento da Fazenda PÃºblica, deixo de impor Ã´nus Ã s partes, quanto ao pagamento de custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, efetuando-se as notificaÃ§Ãµes pertinentes, para os fins de direito. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. BelÃ©m/PA, 05 de Novembro de 2021. HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito resp. pela 2Âª Vara de ExecuÃ§Ã£o Fiscal da Capital PROCESSO: 00132266020008140301 PROCESSO ANTIGO: 199910156343 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HOMERO LAMARAO NETO A??o: Execução Fiscal em: 16/11/2021 EXECUTADO:ESP DE WALDERY G SANTOS Representante(s): ALEXEI BATISTA COSTA (ADVOGADO) EXEQUENTE:FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE BELEM. SENTENÃA Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÃÃO DE EXECUÃÃO FISCAL proposta pelo MUNICÃPIO DE BELÃM em face de ESP DE WALDERY G SANTOS, com fundamento na Lei nÂº 6.830/80 (LEF), objetivando a cobranÃ§a relativa a dÃ©bito de IPTU e taxas municipais relativo ao imÃ³vel identificado nos autos. Em petiÃ§Ã£o de fl. retro o MunicÃ-pio requer a extinÃ§Ã£o do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposiÃ§Ã£o de Ã´nus para as partes. Ã O RELATÃRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execuÃ§Ã£o, com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do art. 924, inciso III do CPC, c/c do art. 26 da LEF. Em atenÃ§Ã£o ao requerimento da Fazenda PÃºblica, deixo de impor Ã´nus Ã s partes, quanto ao pagamento de custas e honorÃ¡rios

advocatÃ-cios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, efetuando-se as notificaÃ§Ãµes pertinentes, para os fins de direito. ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. BelÃ©m/PA, 05 de Novembro de 2021. HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito resp. pela 2Âª Vara de ExecuÃ§Ã£o Fiscal da Capital PROCESSO: 00133772620028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210158049 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HOMERO LAMARAO NETO A??o: Execução Fiscal em: 16/11/2021 AUTOR:P M B ADVOGADO:FRANCIARA P. LEMOS REU:MARIA MADALENA S ALVES. DESPACHO. Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos verifico que o exequente apresenta petiÃ§Ãµes incompatÃ-veis entre si, ora pede o prosseguimento do feito com a expediÃ§Ã£o de mandado de penhora, ora pugna pelo arquivamento informando quitaÃ§Ã£o dos honorÃ¡rios advocatÃ-cios. Assim, intime-se o MunicÃ-pio de BelÃ©m para, no prazo de 30 (trinta) dias, esclarecer se houve ou nÃ£o quitaÃ§Ã£o do dÃ©bito, juntando o respectivo espelho de consulta. Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 5 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito resp. pela 2Âª Vara de ExecuÃ§Ã£o Fiscal da Comarca de BelÃ©m PROCESSO: 00138787220088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810420395 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HOMERO LAMARAO NETO A??o: Execução Fiscal em: 16/11/2021 EXECUTADO:DAMIANA MEDEIROS DA SILVA EXEQUENTE:FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE BELEM Representante(s): BRENDA QUEIROZ JATENE (PROCURADOR(A)) . DESPACHO Â Â Â Â Â Ã ordem. Compulsando os autos observo que a execuÃ§Ã£o foi ajuizada em face de Damiana Medeiros da Silva, a qual foi devidamente citada (fls.07). Â Â Â Â Â O exequente informou o parcelamento da dÃ-vida (fl.12), pelo que verifico que o termo de confissÃ£o de dÃ-vida foi assinado por Daniel Medeiros da Silva. Â Â Â Â Â Em petiÃ§Ã£o datada de fls.29/30, o MunicÃ-pio de BelÃ©m requer constriÃ§Ã£o via Sisbajud, todavia indica apenas o CPF de Daniel Medeiros da Silva. Â Â Â Â Â CediÃ§o que este juÃ-zo nÃ£o pode pautar-se em presunÃ§Ãµes e aparÃªncias, desta forma, intime-se o MunicÃ-pio de BelÃ©m para, no prazo de 30 (trinta) dias, esclarecer se houve alteraÃ§Ã£o da titularidade do imÃ³vel e quando ocorreu, bem como se pretende a inclusÃ£o de Daniel Medeiros da Silva no polo passivo, visto que nÃ£o Ã© possÃ-vel a pratica de atos de constriÃ§Ã£o contra quem nÃ£o Ã© parte. Â Â Â Â Â ApÃ³s, com ou sem manifestaÃ§Ã£o, venham conclusos para decisÃ£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 08/11/2021. Â Â Â Â Â HOMERO LAMARÃO NETO Â Â Â Â Â Juiz de Direito resp. 2Âª Vara ExecuÃ§Ã£o Fiscal da Capital PROCESSO: 00141062520008140301 PROCESSO ANTIGO: 199810129392 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HOMERO LAMARAO NETO A??o: Execução Fiscal em: 16/11/2021 EXECUTADO:FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE BELEM Representante(s): OAB 10308 - RAFAEL MOTA DE QUEIROZ (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JOSE CALOS L CAMARGO Representante(s): ANTONIO CARLOS SILVA PANTOJA (ADVOGADO) ANTONIO CARLOS SILVA PANTOJA (ADVOGADO) . DESPACHO Â Â Â Â Â Compulsando os autos observo que a execuÃ§Ã£o foi ajuizada em face de Jose Carlos L Camargo, o qual foi devidamente citado (fls.18). Â Â Â Â Â O executado compareceu aos autos e informou o parcelamento da dÃ-vida (fl.06). Â Â Â Â Â Os autos ficaram suspensos em razÃ£o do parcelamento atÃ© 23/04/2004, quando o MunicÃ-pio de BelÃ©m requereu o prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Em petiÃ§Ã£o datada de 16/12/2019, o MunicÃ-pio de BelÃ©m requer constriÃ§Ã£o via Sisbajud, todavia indica o CPF de Maria Lourdes Fernandes Moteiro. Â Â Â Â Â CediÃ§o que este juÃ-zo nÃ£o pode pautar-se em presunÃ§Ãµes e aparÃªncias, desta forma, intime-se o MunicÃ-pio de BelÃ©m para, no prazo de 30 (trinta) dias, esclarecer se houve alteraÃ§Ã£o da titularidade do imÃ³vel e quando ocorreu, bem como se pretende a inclusÃ£o de Maria Lourdes Fernandes Monteiro no polo passivo, visto que nÃ£o Ã© possÃ-vel a pratica de atos de constriÃ§Ã£o contra quem nÃ£o Ã© parte. Â Â Â Â Â ApÃ³s, com ou sem manifestaÃ§Ã£o, venham conclusos para decisÃ£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 30/09/2021. Â Â Â Â Â HOMERO LAMARÃO NETO Â Â Â Â Â Juiz de Direito resp. 2Âª Vara ExecuÃ§Ã£o Fiscal da Capital PROCESSO: 00154468120038140301 PROCESSO ANTIGO: 200310239668 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HOMERO LAMARAO NETO A??o: Execução Fiscal em: 16/11/2021 AUTOR:MUNICIPIO DE BELEM Representante(s): MARCUS AQUINO DE AZEVEDO (ADVOGADO) REU:ANNIE B PINHEIRO. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â VISTOSÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Tratam os presentes autos deÂ AÃO DE EXECUÃO FISCALÂ proposta peloÂ MUNICÃPIO DE BELÃMÂ contraÂ ANNIE B PINHEIROÂ com fundamento na Lei nÂº 6.830/80 (LEF), objetivando a cobranÃ§a relativa a dÃ©bito deÂ IPTU do(s) exercÃ-cio(s) deÂ 1998 a 2002.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em petiÃ§Ã£o de fl.Â retro, o MunicÃ-pio de BelÃ©m requer a extinÃ§Ã£o do processo executivo fiscal, em virtude do pagamento integral do crÃ©dito tributÃ¡rio, informando, ainda, que dispensa os honorÃ¡rios sucumbenciais.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos para decisÃ£o.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com fundamento no art. 156, inciso I, do CÃ³digo TributÃ¡rio Nacional, em virtude do pagamento integral do dÃ©bito referente ao(s) exercÃ-cio(s)Â 1998 a

2002,Â comprovado pelo(s) documento(s) de fl. retro, JULGO EXTINTO O CRÃDITO TRIBUTÃRIO, e, em consequÃªncia,Â declaro extinta a execuÃ§Ã£o,Â com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do art. 924, II c/c art. 487, I do Novo CÃ³digo de Processo Civil.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de condenar o executado em honorÃ¡rios advocatÃ-cios, posto que o exequente requereu sua dispensa. Â Â Â Â Â Â Â Â Por forÃ§a do princÃ-pio da causalidade, segundo o qual a parte que deu causa Ã instauraÃ§Ã£o do processo deve arcar com as despesas dele decorrentes,Â CONDENO O(A) EXECUTADO(A) AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS, com fulcro no art. 90 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista o disposto na ResoluÃ§Ã£o nÂ° 20, de 13/10/2021, adotem-se as providÃªncias cabÃ-veis para instauraÃ§Ã£o do procedimento de cobranÃ§a das custas processuais pela Unidade de ArrecadaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, devidamente certificado pela Secretaria, arquivem-se os presentes autos, com as cautelas legais, dando-se baixa no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 8 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito resp. pela 2Âª Vara de ExecuÃ§Ã£o Fiscal da Comarca de BelÃ©m PROCESSO: 00210360420008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010003823 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HOMERO LAMARAO NETO A??o: Execução Fiscal em: 16/11/2021 EXECUTADO:ABN AMRO BANCO REAL SA Representante(s): MARCELO PONTE FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) LUIZ CLAUDIO AFFONSO MIRANDA (ADVOGADO) AUTOR:P.M.B. Representante(s): LIVIO CICERO C. PONTES (ADVOGADO) EXECUTADO:BANCO REAL GRUPO SANTANDER BRASIL Representante(s): OAB 266.799-A - RAFAEL BARRETO BORNHAUSEN (ADVOGADO) . DESPACHO. 1. Junte-se cÃ³pia do ofÃ-cio encaminhado Ã Corregedoria Geral de JustiÃ§a. 2. ApÃ³s, considerando que esta unidade judiciÃ¡ria estÃ¡ digitalizando seu acervo fÃ-sico, encaminhem-se os autos Ã central de digitalizaÃ§Ã£o, para posterior prosseguimento via PJe. Int. Dil. Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 06 de Outubro de 2021. Â Â Â Â Â Â HOMERO LAMARÃO NETO Â Â Â Â Juiz de Direito Resp. 2Âª Vara de ExecuÃ§Ã£o Fiscal da Capital PROCESSO: 00214703120038140301 PROCESSO ANTIGO: 200310439424 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HOMERO LAMARAO NETO A??o: Execução Fiscal em: 16/11/2021 AUTOR:PREFEITURA MUNICIPAL DE BELEM ADVOGADO:TATIANA FERREIRA GRANHEN REU:G. N COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â VISTOSÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Tratam os presentes autos deÂ AÃO DE EXECUÃÃO FISCALÂ proposta peloÂ MUNICÃPIO DE BELÃMÂ contraÂ G N COMERCIO E REPRESENTAÃÃO LTDAÂ Â com fundamento na Lei nÂº 6.830/80 (LEF), objetivando a cobranÃ§a relativa a dÃ©bito deÂ ISS-PJÂ do(s) exercÃ-cio(s) deÂ 09/1998 a 12/2002.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em petiÃ§Ã£o de fl.Â retro, o MunicÃ-pio de BelÃ©m requer a extinÃ§Ã£o do processo executivo fiscal, em virtude do pagamento integral do crÃ©dito tributÃ¡rio, requerendo a condenaÃ§Ã£o do executado em custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos para decisÃ£o.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com fundamento no art. 156, inciso I, do CÃ³digo TributÃ¡rio Nacional, em virtude do pagamento integral do dÃ©bito referente ao(s) exercÃ-cio(s)Â 09/1998 a 12/2002,Â comprovado pelo(s) documento(s) de fl. retro, JULGO EXTINTO O CRÃDITO TRIBUTÃRIO, e, em consequÃªncia,Â declaro extinta a execuÃ§Ã£o,Â com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do art. 924, II c/c art. 487, I do Novo CÃ³digo de Processo Civil.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno o (a) executado (a) ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, arbitrados em 10% sobre o valor do dÃ©bito efetivamente pago, com supedÂ¢neo no art. 85, Â§ 3Âº, inciso I do Novo CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Por forÃ§a do princÃ-pio da causalidade, segundo o qual a parte que deu causa Ã instauraÃ§Ã£o do processo deve arcar com as despesas dele decorrentes,Â CONDENO O(A) EXECUTADO(A) AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS, com fulcro no art. 90 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista o disposto na ResoluÃ§Ã£o nÂ° 20, de 13/10/2021, adotem-se as providÃªncias cabÃ-veis para instauraÃ§Ã£o do procedimento de cobranÃ§a das custas processuais pela Unidade de ArrecadaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, devidamente certificado pela Secretaria, arquivem-se os presentes autos, com as cautelas legais, dando-se baixa no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 5 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito resp. pela 2Âª Vara de ExecuÃ§Ã£o Fiscal da Comarca de BelÃ©m PROCESSO: 00231025320008140301 PROCESSO ANTIGO: 199410146868 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HOMERO LAMARAO NETO A??o: Execução Fiscal em: 16/11/2021 EXEQUENTE:FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE BELEM Representante(s): OAB 9750 - BRENDA QUEIROZ JATENE (PROCURADOR(A)) EXECUTADO: BANCO SANTADER SA Representante(s): OAB 266.799-A - RAFAEL BARRETO BORNHAUSEN (ADVOGADO) . DESPACHO. 1. Junte-se cÃ³pia do ofÃ-cio encaminhado Ã Corregedoria Geral de JustiÃ§a. 2. ApÃ³s, considerando que esta unidade judiciÃ¡ria estÃ¡ digitalizando seu acervo fÃ-sico, encaminhem-se os autos Ã central de digitalizaÃ§Ã£o, para posterior prosseguimento via PJe. Int. Dil. Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 06 de Outubro

de 2021. Â Â Â Â Â Â HOMERO LAMARÃO NETO Â Â Â Â Â Juiz de Direito Resp. 2Âª Vara de ExecuÃ§Ã£o Fiscal da Capital PROCESSO: 00251205120008140301 PROCESSO ANTIGO: 199710145133 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HOMERO LAMARAO NETO A??o: Execução Fiscal em: 16/11/2021 AUTOR:PREFEITURA MUNICIPAL DE BELEM ADVOGADO:RAIMUNDA DE NAZARETH C. AMORIM REU:UMBELINA M. DE ALBUQUERQUE. SENTENÃA. VISTOS. Cuida-se de execuÃ§Ã£o fiscal ajuizada pelo MunicÃ-pio de BelÃ©m em face de Umbelina M de Albuquerque objetivando a cobranÃ§a de dÃ©bitos de IPTU dos exercÃ-cios de 1991 a 1995. A executada nÃ£o foi citada, conforme certidÃ£o de fl. 08. Em petiÃ§Ã£o de fl. Retro o MunicÃ-pio de BelÃ©m requereu a extinÃ§Ã£o do feito em razÃ£o da prescriÃ§Ã£o. Ã o relatÃ³rio. Decido. A prescriÃ§Ã£o originÃ¡ria do crÃ©dito tributÃ¡rio, nos termos do art. 174 do CTN, ocorre quando a Fazenda PÃºblica deixa de propor a aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o fiscal no prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de sua constituiÃ§Ã£o definitiva. Contudo, o mesmo dispositivo legal prevÃª as causas interruptivas do lapso prescricional, por demonstrarem que o credor estÃ¡ diligenciando no sentido de ver satisfeito o seu direito, nÃ£o podendo ser onerado pelo mero decurso do tempo. Desse modo, estabelecia o art. 174, I, do CTN, com a redaÃ§Ã£o anterior Ã Lei Complementar nÂº 118/2005, que a citaÃ§Ã£o pessoal feita ao devedor interrompia a prescriÃ§Ã£o. Insta salientar que tal redaÃ§Ã£o Ã© aplicÃ¡vel aos processos cujo despacho inicial foi proferido antes da vigÃªncia de tal lei complementar, o que Ã© o caso dos autos. Os crÃ©ditos executados se referem aos exercÃ-cios de 1991 a 1995, a execuÃ§Ã£o foi ajuizada em 06/1997, portanto com relaÃ§Ã£o aos exercÃ-cios de 1991 e 1992 jÃ¡ havia decorrido o prazo prescricional, pois decorridos mais de cinco anos apÃ³s a constituiÃ§Ã£o do crÃ©dito. Tangente aos exercÃ-cios de 1993, 1994 e 1995 a execuÃ§Ã£o foi ajuizada tempestivamente, entretanto, nota-se que nÃ£o houve nenhuma causa que ensejasse sua interrupÃ§Ã£o, posto que, passados mais de 20 (vinte) anos de seu ajuizamento, o executado nÃ£o foi citado, tampouco foram localizados bem penhorÃ¡veis com o fito de garantir o dÃ©bito. Ressalte-se que o prÃ³prio exequente pugnou pela extinÃ§Ã£o do feito em razÃ£o da prescriÃ§Ã£o. ANTE O EXPOSTO, declaro extinto o crÃ©dito tributÃ¡rio referente aos exercÃ-cios de 1991 a 1995 com fulcro no art. 156, V do CTN, e razÃ£o pela qual, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fulcro no art. 487, II, do CÃ³digo de Processo Civil. Isenta de custas por tratar-se de Fazenda PÃºblica e sem condenaÃ§Ã£o em honorÃ¡rios, tendo em vista tratar-se de matÃ©ria reconhecida de ofÃ-cio por este JuÃ-zo. Deixo de remeter os autos em grau de remessa necessÃ¡ria, com fulcro no art. 496, Â§3Âº, II, do NCPC. P.R.I.C. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, devidamente certificado pela Secretaria, arquivem-se os presentes autos, com as cautelas legais, dando-se baixa no Sistema Libra. BelÃ©m/PA, 05/11/2021. Â Â Â Â Â HOMERO LAMARÃO NETO Â Â Â Â Â Juiz de Direito resp. 2Âª Vara de ExecuÃ§Ã£o Fiscal da Capital PROCESSO: 00252719320018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110302777 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HOMERO LAMARAO NETO A??o: Execução Fiscal em: 16/11/2021 AUTOR:MUNICIPIO DE BELEM ADVOGADO:TATIANA FERREIRA GRANHEN REU:ANTONIO GUILHERME LISBOA. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â VISTOSÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Tratam os presentes autos deÂ AÃÃO DE EXECUÃÃO FISCALÂ proposta peloÂ MUNICÃPIO DE BELÃMÂ contraÂ ANTONIO GUILHERME LISBOAÂ com fundamento na Lei nÂº 6.830/80 (LEF), objetivando a cobranÃ§a relativa a dÃ©bito deÂ IPTU do(s) exercÃ-cio(s) deÂ 1996 a 1999.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em petiÃ§Ã£o de fl.Â retro, o MunicÃ-pio de BelÃ©m requer a extinÃ§Ã£o do processo executivo fiscal, em virtude do pagamento integral do crÃ©dito tributÃ¡rio, informando, ainda, que dispensa os honorÃ¡rios sucumbenciais.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos para decisÃ£o.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com fundamento no art. 156, inciso I, do CÃ³digo TributÃ¡rio Nacional, em virtude do pagamento integral do dÃ©bito referente ao(s) exercÃ-cio(s)Â 1996 a 1999,Â comprovado pelo(s) documento(s) de fl. retro, JULGO EXTINTO O CRÃDITO TRIBUTÃRIO, e, em consequÃªncia,Â declaro extinta a execuÃ§Ã£o,Â com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do art. 924, II c/c art. 487, I do Novo CÃ³digo de Processo Civil.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de condenar o executado em honorÃ¡rios advocatÃ-cios, posto que o exequente requereu sua dispensa. Â Â Â Â Â Â Â Â Por forÃ§a do princÃ-pio da causalidade, segundo o qual a parte que deu causa Ã instauraÃ§Ã£o do processo deve arcar com as despesas dele decorrentes,Â CONDENO O(A) EXECUTADO(A) AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS, com fulcro no art. 90 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista o disposto na ResoluÃ§Ã£o nÂ° 20, de 13/10/2021, adotem-se as providÃªncias cabÃ-veis para instauraÃ§Ã£o do procedimento de cobranÃ§a das custas processuais pela Unidade de ArrecadaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, devidamente certificado pela Secretaria, arquivem-se os presentes autos, com as cautelas legais, dando-se baixa no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 8 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito resp. pela 2Âª Vara de ExecuÃ§Ã£o Fiscal da Comarca de BelÃ©m PROCESSO: 00265920220148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A):

HOMERO LAMARAO NETO A??o: Execução Fiscal em: 16/11/2021 EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:VICENTE BAHIA INTERESSADO:MARIA SULANI BAIA DO CARMO Representante(s): OAB 20564 - RUAN PATRICK TEIXEIRA DA COSTA (ADVOGADO) . DESPACHO. Â Â Â Â Â Â Â 1. Considerando o pedido da parte executada para deferimento da justiÃ§a gratuita, bem como a alegaÃ§Ã£o de impossibilidade de arcar com as custas judiciais, comprovando sua condiÃ§Ã£o de hipossuficiÃªncia econÃ´mica, DEFIRO O PEDIDO FORMULADO, concedendo a isenÃ§Ã£o, nos termos do art. 98 e seguintes do CPC. Â Â Â Â Â Â Â 2. Assim, considerando que a execuÃ§Ã£o jÃ¡ foi extinta, e nÃ£o havendo custas a serem cobradas, ARQUIVEM-SE OS AUTOS, observando-se as cautelas legais, com a respectiva baixa no sistema LIBRA. Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA,Â 08 de novembro de 2021. HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito resp. pela 2Âª Vara de ExecuÃ§Ã£o Fiscal da Comarca de BelÃ©m PROCESSO: 00292621820118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HOMERO LAMARAO NETO A??o: Execução Fiscal em: 16/11/2021 EXEQUENTE:FAZENDA MUNICIPAL DE BELEM Representante(s): BRENDA QUEIROZ JATENE (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:VALERIA NASCIMENTO DA GAMA AZEVEDO. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â VISTOSÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Tratam os presentes autos deÂ AÃÃO DE EXECUÃÃO FISCALÂ proposta peloÂ MUNICÃPIO DE BELÃMÂ contraÂ VALERIA NASCIMENTO DA GAMA AZEVEDOÂ Â com fundamento na Lei nÂº 6.830/80 (LEF), objetivando a cobranÃ§a relativa a dÃ©bito deÂ ISS-PFÂ do(s) exercÃ-cio(s) deÂ 2007 e 2008.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Houve bloqueio de valores (fls. 11/12). Â Â Â Â Â Â Â Â A executada manifestou-se informando a quitaÃ§Ã£o do dÃ©bito e requerendo o desbloqueio de valores (fls.15/21). Â Â Â Â Â Â Â Â Em petiÃ§Ã£o de fl.Â retro, o MunicÃ-pio de BelÃ©m requer a extinÃ§Ã£o do processo executivo fiscal, em virtude do pagamento integral do crÃ©dito tributÃ¡rio e dos honorÃ¡rios advocatÃ-cios.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos para decisÃ£o.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com fundamento no art. 156, inciso I, do CÃ³digo TributÃ¡rio Nacional, em virtude do pagamento integral do dÃ©bito referente ao(s) exercÃ-cio(s)Â 2007 e 2008,Â comprovado pelo(s) documento(s) de fl. 23, JULGO EXTINTO O CRÃDITO TRIBUTÃRIO, e, em consequÃªncia,Â declaro extinta a execuÃ§Ã£o,Â com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do art. 924, II c/c art. 487, I do Novo CÃ³digo de Processo Civil.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de arbitrar honorÃ¡rios advocatÃ-cios, face ter sido informado pelo MunicÃ-pio que, por ocasiÃ£o do pagamento da dÃ-vida, jÃ¡ foram incluÃ-dos os honorÃ¡rios de sucumbÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Por forÃ§a do princÃ-pio da causalidade, segundo o qual a parte que deu causa Ã instauraÃ§Ã£o do processo deve arcar com as despesas dele decorrentes,Â CONDENO O(A) EXECUTADO(A) AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS, com fulcro no art. 90 do CPC, posto que a quitaÃ§Ã£o da dÃ-vida ocorreu em 02/2012, portanto apÃ³s o ajuizamento da execuÃ§Ã£o fiscal. Â Â Â Â Â Â Â Â Proceda-se ao abandamento das custas processuais do montante bloqueado e libere-se o restante em favor da executada. Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, devidamente certificado pela Secretaria, arquivem-se os presentes autos, com as cautelas legais, dando-se baixa no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 5 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito resp. pela 2Âª Vara de ExecuÃ§Ã£o Fiscal da Comarca de BelÃ©m PROCESSO: 00293652520118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HOMERO LAMARAO NETO A??o: Execução Fiscal em: 16/11/2021 EXEQUENTE:FAZENDA MUNICIPAL DE BELEM Representante(s): KARITAS LORENA RODRIGUES DE MEDEIROS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ROBERTO BORGES GUERRA. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â VISTOSÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Tratam os presentes autos deÂ AÃÃO DE EXECUÃÃO FISCALÂ proposta peloÂ MUNICÃPIO DE BELÃMÂ contraÂ ROBERTO BORGES GUERRAÂ Â com fundamento na Lei nÂº 6.830/80 (LEF), objetivando a cobranÃ§a relativa a dÃ©bito deÂ ISS-PFÂ do(s) exercÃ-cio(s) deÂ 2007 e 2008.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Houve bloqueio de valores (fls. 11/12). Â Â Â Â Â Â Â Â Em petiÃ§Ã£o de fl.Â retro, o MunicÃ-pio de BelÃ©m requer a extinÃ§Ã£o do processo executivo fiscal, em virtude do pagamento integral do crÃ©dito tributÃ¡rio e dos honorÃ¡rios advocatÃ-cios.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos para decisÃ£o.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com fundamento no art. 156, inciso I, do CÃ³digo TributÃ¡rio Nacional, em virtude do pagamento integral do dÃ©bito referente ao(s) exercÃ-cio(s)Â 2007 e 2008,Â comprovado pelo(s) documento(s) de fl. 23, JULGO EXTINTO O CRÃDITO TRIBUTÃRIO, e, em consequÃªncia,Â declaro extinta a execuÃ§Ã£o,Â com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do art. 924, II c/c art. 487, I do Novo CÃ³digo de Processo Civil.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de arbitrar honorÃ¡rios advocatÃ-cios, face ter sido informado pelo MunicÃ-pio que, por ocasiÃ£o do pagamento da dÃ-vida, jÃ¡ foram incluÃ-dos os honorÃ¡rios de sucumbÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Por forÃ§a do princÃ-pio da causalidade, segundo o qual a parte que deu causa Ã instauraÃ§Ã£o do processo deve arcar com as

despesas dele decorrentes,Â CONDENO O(A) EXECUTADO(A) AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS, com fulcro no art. 90 do CPC, posto que a quitaÃ§Ã£o da dÃ-vida ocorreu em 11/2011, portanto apÃ³s o ajuizamento da execuÃ§Ã£o fiscal. Â Â Â Â Â Â Â Proceda-se ao abandamento das custas processuais do montante bloqueado e libere-se o restante em favor do executado. Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, devidamente certificado pela Secretaria, arquivem-se os presentes autos, com as cautelas legais, dando-se baixa no sistema. Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 5 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito resp. pela 2Âª Vara de ExecuÃ§Ã£o Fiscal da Comarca de BelÃ©m PROCESSO: 00298946420018140301 PROCESSO ANTIGO: 20011036156 1 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HOMERO LAMARAO NETO A??o: Execução Fiscal em: 16/11/2021 AUTOR:MUNICIPIO DE BELEM ADVOGADO:JOSE GALHARDO M. CARVALHO REU:ELIZETE CONCEICAO DOS SANTOS. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â VISTOSÂ Â Â Â Â Â Â Â Tratam os presentes autos deÂ AÃO DE EXECUÃO FISCALÂ proposta peloÂ MUNICÃPIO DE BELÃMÂ contraÂ ELIZETE CONCEIÃO DOS SANTOSÂ com fundamento na Lei nÂº 6.830/80 (LEF), objetivando a cobranÃ§a relativa a dÃ©bito deÂ IPTU do(s) exercÃ-cio(s) deÂ 1996 a 1999.Â Â Â Â Â Â Â Em petiÃ§Ã£o de fl.Â retro, o MunicÃ-pio de BelÃ©m requer a extinÃ§Ã£o do processo executivo fiscal, em virtude do pagamento integral do crÃ©dito tributÃ¡rio, informando, ainda, que dispensa os honorÃ¡rios sucumbenciais.Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos para decisÃ£o.Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR.Â Â Â Â Â Â Â Com fundamento no art. 156, inciso I, do CÃ³digo TributÃ¡rio Nacional, em virtude do pagamento integral do dÃ©bito referente ao(s) exercÃ-cio(s)Â 1996 a 1999,Â comprovado pelo(s) documento(s) de fl. retro, JULGO EXTINTO O CRÃDITO TRIBUTÃRIO, e, em consequÃªncia,Â declaro extinta a execuÃ§Ã£o,Â com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do art. 924, II c/c art. 487, I do Novo CÃ³digo de Processo Civil.Â Â Â Â Â Â Â Deixo de condenar a executada em honorÃ¡rios advocatÃ-cios, posto que o exequente requereu sua dispensa. Â Â Â Â Â Â Â Por forÃ§a do princÃ-pio da causalidade, segundo o qual a parte que deu causa Ã instauraÃ§Ã£o do processo deve arcar com as despesas dele decorrentes,Â CONDENO O(A) EXECUTADO(A) AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS, com fulcro no art. 90 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista o disposto na ResoluÃ§Ã£o nÂ° 20, de 13/10/2021, adotem-se as providÃªncias cabÃ-veis para instauraÃ§Ã£o do procedimento de cobranÃ§a das custas processuais pela Unidade de ArrecadaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, devidamente certificado pela Secretaria, arquivem-se os presentes autos, com as cautelas legais, dando-se baixa no sistema. Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 8 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito resp. pela 2Âª Vara de ExecuÃ§Ã£o Fiscal da Comarca de BelÃ©m PROCESSO: 00304614220018140301 PROCESSO ANTIGO: 20011036817 1 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HOMERO LAMARAO NETO A??o: Execução Fiscal em: 16/11/2021 AUTOR:MUNICIPIO DE BELEM ADVOGADO:PATRICIA SIMONE DOS S LIBONATI REU:NUNO JOSE S MIRANDA. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â VISTOSÂ Â Â Â Â Â Â Â Tratam os presentes autos deÂ AÃO DE EXECUÃO FISCALÂ proposta peloÂ MUNICÃPIO DE BELÃMÂ contraÂ NUNO JOSE S MIRANDAÂ com fundamento na Lei nÂº 6.830/80 (LEF), objetivando a cobranÃ§a relativa a dÃ©bito deÂ IPTU do(s) exercÃ-cio(s) deÂ 1996 a 1999.Â Â Â Â Â Â Â Em petiÃ§Ã£o de fl.Â retro, o MunicÃ-pio de BelÃ©m requer a extinÃ§Ã£o do processo executivo fiscal, em virtude do pagamento integral do crÃ©dito tributÃ¡rio, informando, ainda, que dispensa os honorÃ¡rios sucumbenciais.Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos para decisÃ£o.Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR.Â Â Â Â Â Â Â Com fundamento no art. 156, inciso I, do CÃ³digo TributÃ¡rio Nacional, em virtude do pagamento integral do dÃ©bito referente ao(s) exercÃ-cio(s)Â 1996 a 1999,Â comprovado pelo(s) documento(s) de fl. retro, JULGO EXTINTO O CRÃDITO TRIBUTÃRIO, e, em consequÃªncia,Â declaro extinta a execuÃ§Ã£o,Â com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do art. 924, II c/c art. 487, I do Novo CÃ³digo de Processo Civil.Â Â Â Â Â Â Â Deixo de condenar a executada em honorÃ¡rios advocatÃ-cios, posto que o exequente requereu sua dispensa. Â Â Â Â Â Â Â Por forÃ§a do princÃ-pio da causalidade, segundo o qual a parte que deu causa Ã instauraÃ§Ã£o do processo deve arcar com as despesas dele decorrentes,Â CONDENO O(A) EXECUTADO(A) AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS, com fulcro no art. 90 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista o disposto na ResoluÃ§Ã£o nÂ° 20, de 13/10/2021, adotem-se as providÃªncias cabÃ-veis para instauraÃ§Ã£o do procedimento de cobranÃ§a das custas processuais pela Unidade de ArrecadaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, devidamente certificado pela Secretaria, arquivem-se os presentes autos, com as cautelas legais, dando-se baixa no sistema. Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 8 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito resp. pela 2Âª Vara de ExecuÃ§Ã£o Fiscal da Comarca de BelÃ©m PROCESSO:

00306116820018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110369849 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HOMERO LAMARAO NETO A??o: Execução Fiscal em: 16/11/2021 EXEQUENTE:FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE BELEM Representante(s): OAB 8676 - MIGUEL GUSTAVO CARVALHO BRASIL CUNHA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:OPHIR MARTINS DUARTE. DESPACHO. O exequente peticionou pela desistÃªncia da execuÃ§Ã£o dos honorÃ¡rios sucumbenciais, entretanto, verifico que o presente feito nÃ£o foi sentenciado. Em consulta ao site da Sefin observo que hÃ¡ informaÃ§Ã£o de quitaÃ§Ã£o da dÃ-vida, desta forma, intime-se o MunicÃ-pio de BelÃ©m para manifestaÃ§Ã£o, no prazo de 30 (trinta dias), acerca do pagamento. ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 30/09/2021. Â Â Â Â Â HOMERO LAMARÃO NETO Â Â Â Â Â Juiz de Direito resp. 2Âª Vara ExecuÃ§Ã£o Fiscal da Capital PROCESSO: 00308741420018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110372773 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HOMERO LAMARAO NETO A??o: Execução Fiscal em: 16/11/2021 AUTOR:MUNICIPIO DE BELEM ADVOGADO:TATIANA FERREIRA GRANHEN REU:JOAO FELIX DA COSTA. SENTENÃA Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÃÃO DE EXECUÃÃO FISCAL proposta pelo MUNICÃPIO DE BELÃM em face de JOÃO FELIX DA COSTA, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), objetivando a cobranÃ§a relativa a dÃ©bito de IPTU e taxas municipais relativo ao imÃ³vel identificado nos autos. Em petiÃ§Ã£o de fl. retro o MunicÃ-pio requer a extinÃ§Ã£o do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposiÃ§Ã£o de Ã´nus para as partes. Ã O RELATÃRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execuÃ§Ã£o, com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do art. 924, inciso III do CPC, c/c do art. 26 da LEF. Em atenÃ§Ã£o ao requerimento da Fazenda PÃºblica, deixo de impor Ã´nus Ã s partes, quanto ao pagamento de custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, efetuando-se as notificaÃ§Ãµes pertinentes, para os fins de direito. ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. BelÃ©m/PA, 05 de Novembro de 2021. HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito resp. pela 2Âª Vara de ExecuÃ§Ã£o Fiscal da Capital PROCESSO: 00318679320018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110384073 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HOMERO LAMARAO NETO A??o: Execução Fiscal em: 16/11/2021 REU:JOSE GOMES DA SILVA AUTOR:MUNICIPIO DE BELEM ADVOGADO:TATIANA FERREIRA GRANHEN. SENTENÃA. VISTOS. Cuida-se de execuÃ§Ã£o fiscal ajuizada pelo MunicÃ-pio de BelÃ©m em face de JOSE GOMES DA SILVA objetivando a cobranÃ§a de dÃ©bitos de IPTU dos exercÃ-cios de 1996 a 1999. Houve extinÃ§Ã£o parcial do feito com relaÃ§Ã£o aos exercÃ-cios de 1998 e 1999 em razÃ£o do pagamento (fl.17). Em petiÃ§Ã£o de fl. Retro, o MunicÃ-pio de BelÃ©m requereu a extinÃ§Ã£o do feito em razÃ£o da prescriÃ§Ã£o dos exercÃ-cios de 1996 e 1997. Ã o relatÃ³rio. Decido. A prescriÃ§Ã£o originÃ¡ria do crÃ©dito tributÃ¡rio, nos termos do art. 174 do CTN, ocorre quando a Fazenda PÃºblica deixa de propor a aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o fiscal no prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de sua constituiÃ§Ã£o definitiva. Contudo, o mesmo dispositivo legal prevÃª as causas interruptivas do lapso prescricional, por demonstrarem que o credor estÃ¡ diligenciando no sentido de ver satisfeito o seu direito, nÃ£o podendo ser onerado pelo mero decurso do tempo. Desse modo, estabelecia o art. 174, I, do CTN, com a redaÃ§Ã£o anterior Ã Lei Complementar nº 118/2005, que a citaÃ§Ã£o pessoal feita ao devedor interrompia a prescriÃ§Ã£o. Insta salientar que tal redaÃ§Ã£o Ã© aplicÃ¡vel aos processos cujo despacho inicial foi proferido antes da vigÃªncia de tal lei complementar, o que Ã© o caso dos autos. Os crÃ©ditos executados se referem aos exercÃ-cios de 1996 e 1997, a execuÃ§Ã£o foi ajuizada em 12/2001, portanto com relaÃ§Ã£o ao exercÃ-cio de 1996 jÃ¡ havia decorrido o prazo prescricional, pois decorridos mais de cinco anos apÃ³s a constituiÃ§Ã£o do crÃ©dito. Tangente ao exercÃ-cio de 1997 a execuÃ§Ã£o foi ajuizada tempestivamente, entretanto, nota-se que nÃ£o houve nenhuma causa que ensejasse sua interrupÃ§Ã£o, posto que, passados mais de 20 (vinte) anos de seu ajuizamento, o executado nÃ£o foi citado, tampouco foram localizados bem penhorÃ¡veis com o fito de garantir o dÃ©bito. Ressalte-se que o prÃ³prio exequente pugnou pela extinÃ§Ã£o do feito em razÃ£o da prescriÃ§Ã£o. ANTE O EXPOSTO, declaro extinto o crÃ©dito tributÃ¡rio referente aos exercÃ-cios de 1996 e 1997 com fulcro no art. 156, V do CTN, e razÃ£o pela qual, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fulcro no art. 487, II, do CÃ³digo de Processo Civil. Isenta de custas por tratar-se de Fazenda PÃºblica e sem condenaÃ§Ã£o em honorÃ¡rios, tendo em vista tratar-se de matÃ©ria reconhecida de ofÃ-cio por este JuÃ-zo. Deixo de remeter os autos em grau de remessa necessÃ¡ria, com fulcro no art. 496, Â§3Âº, II, do NCPC. P.R.I.C. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, devidamente certificado pela Secretaria, arquivem-se os presentes autos, com as cautelas legais, dando-se baixa no Sistema Libra. BelÃ©m/PA, 08/11/2021. Â Â Â Â Â HOMERO LAMARÃO NETO Â Â Â Â Â Juiz de Direito resp. 2Âª Vara de ExecuÃ§Ã£o Fiscal da Capital PROCESSO: 00319488020118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HOMERO LAMARAO NETO A??o: Execução Fiscal em: 16/11/2021 EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM SEMAJ Representante(s): OAB 9782 - JOBER

NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARCELINA PINTO SANTOS. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â VISTOSÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Tratam os presentes autos deÂ AÃO DE EXECUÃO FISCALÂ proposta peloÂ MUNICÃPIO DE BELÃMÂ em face de MARCELINA PINTO SANTOSÂ Â com fundamento na Lei nÂº 6.830/80 (LEF), objetivando a cobranÃ§a relativa a dÃ©bito deÂ ISS-PFÂ do(s) exercÃ-cio(s) deÂ 2008 e 2009.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Houve penhora de valores (fls.11/12). Â Â Â Â Â Â Â Â Em petiÃ§Ã£o de fl.Â retro, o MunicÃ-pio de BelÃ©m requer a extinÃ§Ã£o do processo executivo fiscal, em virtude do pagamento integral do crÃ©dito tributÃ¡rio, requerendo a condenaÃ§Ã£o do executado em custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos para decisÃ£o.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com fundamento no art. 156, inciso I, do CÃ³digo TributÃ¡rio Nacional, em virtude do pagamento integral do dÃ©bito referente ao(s) exercÃ-cio(s)Â 2008 e 2009,Â comprovado pelo(s) documento(s) de fl. retro, JULGO EXTINTO O CRÃDITO TRIBUTÃRIO, e, em consequÃªncia,Â declaro extinta a execuÃ§Ã£o,Â com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do art. 924, II c/c art. 487, I do Novo CÃ³digo de Processo Civil.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno o (a) executado (a) ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, arbitrados em 10% sobre o valor do dÃ©bito efetivamente pago, com supedÂ¢neo no art. 85, Â§ 3Âº, inciso I do Novo CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por forÃ§a do princÃ-pio da causalidade, segundo o qual a parte que deu causa Ã instauraÃ§Ã£o do processo deve arcar com as despesas dele decorrentes,Â CONDENO O(A) EXECUTADO(A) AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS, com fulcro no art. 90 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Proceda-se ao abandamento das custas processuais do montante bloqueado e libere-se o restante em favor do executado. Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, devidamente certificado pela Secretaria, arquivem-se os presentes autos, com as cautelas legais, dando-se baixa no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 5 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito resp. pela 2Âª Vara de ExecuÃ§Ã£o Fiscal da Comarca de BelÃ©m PROCESSO: 00324185420018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110389916 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HOMERO LAMARAO NETO A??o: Execução Fiscal em: 16/11/2021 EXECUTADO:CKOM ENGENHARIA LTDA AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE BELEM. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â VISTOSÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Tratam os presentes autos deÂ AÃO DE EXECUÃO FISCALÂ proposta peloÂ MUNICÃPIO DE BELÃMÂ contraÂ CKOM ENGENHARIA LTDAÂ com fundamento na Lei nÂº 6.830/80 (LEF), objetivando a cobranÃ§a relativa a dÃ©bito deÂ IPTU do(s) exercÃ-cio(s) deÂ 1996 a 1999.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em petiÃ§Ã£o de fl.Â retro, o MunicÃ-pio de BelÃ©m requer a extinÃ§Ã£o do processo executivo fiscal, em virtude do pagamento integral do crÃ©dito tributÃ¡rio, informando, ainda, que dispensa os honorÃ¡rios sucumbenciais.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos para decisÃ£o.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com fundamento no art. 156, inciso I, do CÃ³digo TributÃ¡rio Nacional, em virtude do pagamento integral do dÃ©bito referente ao(s) exercÃ-cio(s)Â 1996 a 1999,Â comprovado pelo(s) documento(s) de fl. retro, JULGO EXTINTO O CRÃDITO TRIBUTÃRIO, e, em consequÃªncia,Â declaro extinta a execuÃ§Ã£o,Â com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do art. 924, II c/c art. 487, I do Novo CÃ³digo de Processo Civil.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de condenar o executado em honorÃ¡rios advocatÃ-cios, posto que o exequente requereu sua dispensa. Â Â Â Â Â Â Â Â Por forÃ§a do princÃ-pio da causalidade, segundo o qual a parte que deu causa Ã instauraÃ§Ã£o do processo deve arcar com as despesas dele decorrentes,Â CONDENO O(A) EXECUTADO(A) AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS, com fulcro no art. 90 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista o disposto na ResoluÃ§Ã£o nÂ° 20, de 13/10/2021, adotem-se as providÃªncias cabÃ-veis para instauraÃ§Ã£o do procedimento de cobranÃ§a das custas processuais pela Unidade de ArrecadaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, devidamente certificado pela Secretaria, arquivem-se os presentes autos, com as cautelas legais, dando-se baixa no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 8 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito resp. pela 2Âª Vara de ExecuÃ§Ã£o Fiscal da Comarca de BelÃ©m PROCESSO: 00335093120018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110402114 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HOMERO LAMARAO NETO A??o: Execução Fiscal em: 16/11/2021 AUTOR:MUNICIPIO DE BELEM ADVOGADO:MARIA CELIA DUARTE REU:NAZARE DOS SANTOS SOUZA. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â VISTOSÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Tratam os presentes autos deÂ AÃO DE EXECUÃO FISCALÂ proposta peloÂ MUNICÃPIO DE BELÃMÂ contraÂ MARIA CELIA DUARTEÂ com fundamento na Lei nÂº 6.830/80 (LEF), objetivando a cobranÃ§a relativa a dÃ©bito deÂ IPTU do(s) exercÃ-cio(s) deÂ 1996 a 1999.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em petiÃ§Ã£o de fl.Â retro, o MunicÃ-pio de BelÃ©m requer a extinÃ§Ã£o do processo executivo fiscal, em virtude do pagamento integral do crÃ©dito tributÃ¡rio, informando, ainda, que dispensa os honorÃ¡rios sucumbenciais.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos para decisÃ£o.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR.Â

Â Â Â Â Â Â Â Â Com fundamento no art. 156, inciso I, do CÃ³digo TributÃ¡rio Nacional, em virtude do pagamento integral do dÃ©bito referente ao(s) exercÃ-cio(s)Â 1996 a 1999,Â comprovado pelo(s) documento(s) de fl. retro, JULGO EXTINTO O CRÃDITO TRIBUTÃRIO, e, em consequÃªncia,Â declaro extinta a execuÃ§Ã£o,Â com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do art. 924, II c/c art. 487, I do Novo CÃ³digo de Processo Civil.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de condenar a executada em honorÃ¡rios advocatÃ-cios, posto que o exequente requereu sua dispensa. Â Â Â Â Â Â Â Â Por forÃ§a do princÃ-pio da causalidade, segundo o qual a parte que deu causa Ã instauraÃ§Ã£o do processo deve arcar com as despesas dele decorrentes,Â CONDENO O(A) EXECUTADO(A) AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS, com fulcro no art. 90 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista o disposto na ResoluÃ§Ã£o nÂ° 20, de 13/10/2021, adotem-se as providÃªncias cabÃ-veis para instauraÃ§Ã£o do procedimento de cobranÃ§a das custas processuais pela Unidade de ArrecadaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, devidamente certificado pela Secretaria, arquivem-se os presentes autos, com as cautelas legais, dando-se baixa no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 8 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito resp. pela 2Âª Vara de ExecuÃ§Ã£o Fiscal da Comarca de BelÃ©m PROCESSO: 00339118920128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HOMERO LAMARAO NETO A??o: Execução Fiscal em: 16/11/2021 EXEQUENTE:MUNICÍPIO DE BELÉM FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ZACARIAS PEREIRA DE ALMEIDA NETO. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â VISTOSÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Tratam os presentes autos deÂ AÃO DE EXECUÃO FISCALÂ proposta pelo MUNICÃPIO DE BELÃMÂ contraÂ ZACARIAS PEREIRA DE ALMEIDA NETOÂ com fundamento na Lei nÂº 6.830/80 (LEF), objetivando a cobranÃ§a relativa a dÃ©bito deÂ ISS-PFÂ do(s) exercÃ-cio(s) deÂ 2009 e 2010.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Houve bloqueio de valores (fls. 10/11). Â Â Â Â Â Â Â Â Em petiÃ§Ã£o de fl.Â retro, o MunicÃ-pio de BelÃ©m requer a extinÃ§Ã£o do processo executivo fiscal, em virtude do pagamento integral do crÃ©dito tributÃ¡rio e dos honorÃ¡rios advocatÃ-cios.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos para decisÃ£o.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com fundamento no art. 156, inciso I, do CÃ³digo TributÃ¡rio Nacional, em virtude do pagamento integral do dÃ©bito referente ao(s) exercÃ-cio(s)Â 2009 e 2010,Â comprovado pelo(s) documento(s) de fl. retro, JULGO EXTINTO O CRÃDITO TRIBUTÃRIO, e, em consequÃªncia,Â declaro extinta a execuÃ§Ã£o,Â com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do art. 924, II c/c art. 487, I do Novo CÃ³digo de Processo Civil.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de arbitrar honorÃ¡rios advocatÃ-cios, face ter sido informado pelo MunicÃ-pio que, por ocasiÃ£o do pagamento da dÃ-vida, jÃ¡ foram incluÃ-dos os honorÃ¡rios de sucumbÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Por forÃ§a do princÃ-pio da causalidade, segundo o qual a parte que deu causa Ã instauraÃ§Ã£o do processo deve arcar com as despesas dele decorrentes,Â CONDENO O(A) EXECUTADO(A) AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS, com fulcro no art. 90 do CPC, posto que a quitaÃ§Ã£o da dÃ-vida ocorreu em 11/2015, portanto apÃ³s o ajuizamento da execuÃ§Ã£o fiscal. Â Â Â Â Â Â Â Â Proceda-se ao abatimento das custas processuais do montante bloqueado e libere-se o restante em favor do (a) executado (a). Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, devidamente certificado pela Secretaria, arquivem-se os presentes autos, com as cautelas legais, dando-se baixa no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 8 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito resp. pela 2Âª Vara de ExecuÃ§Ã£o Fiscal da Comarca de BelÃ©m PROCESSO: 00341266520128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HOMERO LAMARAO NETO A??o: Execução Fiscal em: 16/11/2021 EXEQUENTE:MUNICÍPIO DE BELÉM FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARIA DA CONCEICAO NASCIMENTO PINHEIRO. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â VISTOSÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Tratam os presentes autos deÂ AÃO DE EXECUÃO FISCALÂ proposta pelo MUNICÃPIO DE BELÃMÂ contraÂ MARIA DA CONCEIÃO NASCIMENTO PINHEIROÂ com fundamento na Lei nÂº 6.830/80 (LEF), objetivando a cobranÃ§a relativa a dÃ©bito deÂ ISS-PFÂ do(s) exercÃ-cio(s) deÂ 2008 a 2010.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Houve bloqueio de valores (fls. 11/12). Â Â Â Â Â Â Â Â Em petiÃ§Ã£o de fl.Â retro, o MunicÃ-pio de BelÃ©m requer a extinÃ§Ã£o do processo executivo fiscal, em virtude do pagamento integral do crÃ©dito tributÃ¡rio e dos honorÃ¡rios advocatÃ-cios.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos para decisÃ£o.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com fundamento no art. 156, inciso I, do CÃ³digo TributÃ¡rio Nacional, em virtude do pagamento integral do dÃ©bito referente ao(s) exercÃ-cio(s)Â 2008 a 2010,Â comprovado pelo(s) documento(s) de fl. retro, JULGO EXTINTO O CRÃDITO TRIBUTÃRIO, e, em consequÃªncia,Â declaro extinta a execuÃ§Ã£o,Â com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do art. 924, II c/c art. 487, I do Novo CÃ³digo de Processo Civil.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de arbitrar honorÃ¡rios advocatÃ-cios, face ter sido informado pelo MunicÃ-pio que, por ocasiÃ£o

do pagamento da dÃ-vida, jÃ¡ foram incluÃ-dos os honorÃ¡rios de sucumbÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Por forÃ§a do princÃ-pio da causalidade, segundo o qual a parte que deu causa Ã instauraÃ§Ã£o do processo deve arcar com as despesas dele decorrentes,Â CONDENO O(A) EXECUTADO(A) AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS, com fulcro no art. 90 do CPC, posto que a quitaÃ§Ã£o da dÃ-vida ocorreu em 09/2012, portanto apÃ³s o ajuizamento da execuÃ§Ã£o fiscal. Â Â Â Â Â Â Â Â Proceda-se ao abatimento das custas processuais do montante bloqueado e libere-se o restante em favor do (a) executado (a). Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, devidamente certificado pela Secretaria, arquivem-se os presentes autos, com as cautelas legais, dando-se baixa no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 8 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito resp. pela 2Âª Vara de ExecuÃ§Ã£o Fiscal da Comarca de BelÃ©m PROCESSO: 00341344220128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HOMERO LAMARAO NETO A??o: Execução Fiscal em: 16/11/2021 EXEQUENTE:MUNICÍPIO DE BELÉM FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARIA DO CARMO BEGOT BENTO. SENTENÃA Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÃÃO DE EXECUÃÃO FISCAL proposta pelo MUNICÃPIO DE BELÃM em face de MARIA DO CARMO BEGOT BENTO, com fundamento na Lei nÂº 6.830/80 (LEF), objetivando a cobranÃ§a relativa a dÃ©bito de ISS-PF, relativo a inscriÃ§Ã£o nÂ° 181774-7. Houve penhora de valores (fls.11/12). Em petiÃ§Ã£o de fl. retro o MunicÃ-pio requer a extinÃ§Ã£o do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposiÃ§Ã£o de Ã´nus para as partes. Ã O RELATÃRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execuÃ§Ã£o, com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do art. 924, inciso III do CPC, c/c do art. 26 da LEF. Em atenÃ§Ã£o ao requerimento da Fazenda PÃºblica, deixo de impor Ã´nus Ã s partes, quanto ao pagamento de custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios, nos termos do art. 26 da LEF. Nesta oportunidade procedo ao desbloqueio de valores da executada. Junte-se relatÃ³rio. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. BelÃ©m/PA, 05 de Novembro de 2021. HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito resp. pela 2Âª Vara de ExecuÃ§Ã£o Fiscal da Capital PROCESSO: 00341604020128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HOMERO LAMARAO NETO A??o: Execução Fiscal em: 16/11/2021 EXEQUENTE:MUNICÍPIO DE BELÉM FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MILTON ANTONIO DA SILVA MATTA. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â VISTOSÂ Â Â Â Â Â Â Â Tratam os presentes autos deÂ AÃÃO DE EXECUÃÃO FISCALÂ proposta peloÂ MUNICÃPIO DE BELÃMÂ contraÂ MILTON ANTONIO DA SILVA MATAÂ com fundamento na Lei nÂº 6.830/80 (LEF), objetivando a cobranÃ§a relativa a dÃ©bito deÂ ISS-PFÂ do(s) exercÃ-cio(s) deÂ 2008 e 2010.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Houve bloqueio de valores (fls. 10/11). Â Â Â Â Â Â Â Â Em petiÃ§Ã£o de fl.Â retro, o MunicÃ-pio de BelÃ©m requer a extinÃ§Ã£o do processo executivo fiscal, em virtude do pagamento integral do crÃ©dito tributÃ¡rio e dos honorÃ¡rios advocatÃ-cios.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos para decisÃ£o.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com fundamento no art. 156, inciso I, do CÃ³digo TributÃ¡rio Nacional, em virtude do pagamento integral do dÃ©bito referente ao(s) exercÃ-cio(s)Â 2008 e 2010,Â comprovado pelo(s) documento(s) de fl. retro, JULGO EXTINTO O CRÃDITO TRIBUTÃRIO, e, em consequÃªncia,Â declaro extinta a execuÃ§Ã£o,Â com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do art. 924, II c/c art. 487, I do Novo CÃ³digo de Processo Civil.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de arbitrar honorÃ¡rios advocatÃ-cios, face ter sido informado pelo MunicÃ-pio que, por ocasiÃ£o do pagamento da dÃ-vida, jÃ¡ foram incluÃ-dos os honorÃ¡rios de sucumbÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Por forÃ§a do princÃ-pio da causalidade, segundo o qual a parte que deu causa Ã instauraÃ§Ã£o do processo deve arcar com as despesas dele decorrentes,Â CONDENO O(A) EXECUTADO(A) AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS, com fulcro no art. 90 do CPC, posto que a quitaÃ§Ã£o da dÃ-vida ocorreu em 10/2013, portanto apÃ³s o ajuizamento da execuÃ§Ã£o fiscal. Â Â Â Â Â Â Â Â Proceda-se ao abandamento das custas processuais do montante bloqueado e libere-se o restante em favor do executado. Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, devidamente certificado pela Secretaria, arquivem-se os presentes autos, com as cautelas legais, dando-se baixa no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 5 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito resp. pela 2Âª Vara de ExecuÃ§Ã£o Fiscal da Comarca de BelÃ©m PROCESSO: 00342140620128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HOMERO LAMARAO NETO A??o: Execução Fiscal em: 16/11/2021 EXEQUENTE:MUNICÍPIO DE BELÉM FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:TELEMACO DA SILVA PINHO Representante(s): OAB 15580 - LUCAS MARTINS SALES (ADVOGADO) . DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â 1. O executado, por meio de advogado, em petiÃ§Ã£o de fls.14/25, anexou documentaÃ§Ã£o

com o escopo de comprovar que os valores bloqueados por este juÃ-zo possuem natureza salarial, requerendo desbloqueio da quantia. Â Â Â Â Â Â Â 2. Ã relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â 3. Quanto Ã alegaÃ§Ã£o de impenhorabilidade, compulsando os autos, verifico que em 16/08/2021 foi emitida ordem de bloqueio por este juÃ-zo, tendo sido bloqueados nas contas bancÃ¡rias do executado o valor de R$ 1.479,18, conforme extrato do SISBAJUD fl.11, junto ao Banco Bradesco. Â Â Â Â Â Â Â 4. Cumpre analisar se existe impenhorabilidade dos valores constritos, tal como alegado. Â Â Â Â Â Â Â 5. Afirma o executado que os valores bloqueados no Bradesco decorrerem de aposentadoria. Para comprovar suas alegaÃ§Ãµes juntou extrato bancÃ¡rio e demonstrativo de pagamento INSS (fls.19/25). Â Â Â Â Â Â Â 6. Os documentos colacionados demonstram que o bloqueio junto ao Bradesco atingiu conta corrente onde Ã© depositada aposentadoria do executado e nÃ£o excedeu o limite de 40 salÃ¡rios mÃ-nimos, pelo que sÃ£o impenhorÃ¡veis os valores nela depositados, de acordo com o disposto no art. 833, X do NCPC, motivo pelo qual devem ser liberados os valores constritos. Â Â Â Â Â Â Â 7. Ademais, a jurisprudÃªncia do Superior Tribunal de JustiÃ§a firmou-se no sentido de que, atÃ© o limite de 40 (quarenta) salÃ¡rios mÃ-nimos depositados em qualquer tipo de conta bancÃ¡ria, inclusive conta corrente, a impenhorabilidade hÃ¡ de ser respeitada, vejamos: Â Â Â Â Â Â Â 8. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÃÃO DE CONHECIMENTO EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.Â VALOR EM CONTA CORRENTE. LIMITE. 40 SALÃRIOS MÃNIMOS. POUPANÃA. DIGNIDADE. SUSTENTO. IMPENHORABILIDADE.Â CONSONÃNCIA ENTRE O ACÃRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÃNCIA DO STJ. DISSÃDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÃTICO E SIMILITUDE FÃTICA. AUSÃNCIA. SÃMULA 7 DO STJ. DISSÃDIO JURISPRUDENCIAL. PREJUDICADO. (STJ - AgInt no REsp 1812780/SC, Rel. Ministro BENEDITO GONÃALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/05/2021, DJe 26/05/2021). Â Â Â Â Â Â Â 9. ANTE O EXPOSTO, determino o desbloqueio da quantia constrita, tendo em vista a sua natureza salarial. 10. Cumpra-se o despacho de fl.12 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Int. Dil. Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA,Â 08 de novembro de 2021. HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito resp. pela 2Âª Vara de ExecuÃ§Ã£o Fiscal da Comarca de BelÃ©m PROCESSO: 00342167320128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HOMERO LAMARAO NETO A??o: Execução Fiscal em: 16/11/2021 EXEQUENTE:MUNICÍPIO DE BELÉM FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:THEREZINHA DE FATIMA OLIVEIRA AGUIAR. DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a executada, atravÃ©s da Defensoria PÃºblica, para, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar documentaÃ§Ã£o legÃ-vel, especialmente quanto ao comprovante de fl.15. Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos para anÃ¡lise do pedido de desbloqueio. Â Â Â Â Â Â Â Int. Dil. BelÃ©m/PA, 08/11/2021. Â Â Â Â Â HOMERO LAMARÃO NETO Â Â Â Â Â Juiz de Direito resp. 2Âª Vara de ExecuÃ§Ã£o Fiscal da Capital PROCESSO: 00461238720008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010204777 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HOMERO LAMARAO NETO A??o: Cumprimento de sentença em: 16/11/2021 EMBARGANTE:ABN AMRO BANCO REAL SA Representante(s): OAB 226799 - RAFAEL BARRETO BORNHAUSEN (ADVOGADO) EMBARGADO:PREFEITURA MUNICIPAL DE BELEM Representante(s): OAB 11595 - DANIEL COUTINHO DA SILVEIRA (PROCURADOR(A)) . DESPACHO. Cumpra-se o despacho de fl. 247, apÃ³s arquive-se. Int. Dil. Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 06 de Outubro de 2021. Â Â Â Â Â Â HOMERO LAMARÃO NETO Â Â Â Â Â Juiz de Direito Resp. 2Âª Vara de ExecuÃ§Ã£o Fiscal da Capital PROCESSO: 00556108020098140301 PROCESSO ANTIGO: 200911269387 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HOMERO LAMARAO NETO A??o: Execução Fiscal em: 16/11/2021 EXECUTADO:CONDOMINIO MONTE CASTELO EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA Representante(s): ARTHUR KOS MIRANDA (ADVOGADO) . SENTENÃA Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Trata-se de EXECUÃÃO FISCAL proposta pelo MUNICÃPIO DE BELÃM contra CONDOMINIO MONTE CASTELO, com fundamento na Lei nÂº 6.830/80 (LEF), para cobranÃ§a dos dÃ©bitos de IPTU dos exercÃ-cios de 2005 a 2007. Â Â Â Â Â O MunicÃ-pio de BelÃ©m requereu a extinÃ§Ã£o do feito, em razÃ£o de pedido de desistÃªncia, com a extinÃ§Ã£o sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito e sem Ã´nus para as partes, vide fl. retro. Â Â Â Â Â Ã o sucinto relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fatos ao norte alinhavados, homologo o pedido de desistÃªncia e, em consequÃªncia, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 485, VIII, do CPC. Â Â Â Â Â Isento o exequente de custas, por se tratar de Fazenda PÃºblica, especialmente que nÃ£o hÃ¡ valores a serem ressarcidos ao executado. Â Â Â Â Â Sem condenaÃ§Ã£o em honorÃ¡rios advocatÃ-cios, nos termos do art. 26 da LEF. Â Â Â Â Â Â Â Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, notificando-se o CartÃ³rio de Registro de ImÃ³veis e o DepositÃ¡rio PÃºblico, para os fins de direito. Â Â Â Â Â P.R.I.C. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, devidamente certificado pela Secretaria, ARQUIVEM-SE OS PRESENTES AUTOS, com as cautelas legais, dando-se baixa no Sistema

Libra. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 08 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â HOMERO LAMARÃO NETO Â Â Â Â Â Juiz de Direito resp. 2Âª Vara de ExecuÃ§Ã£o Fiscal da Capital PROCESSO: 00995972320158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HOMERO LAMARAO NETO A??o: Execução Fiscal em: 16/11/2021 EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): CAMILA MIRANDA DE FIGUEREDO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:CILAS FRANCO. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â VISTOSÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Tratam os presentes autos deÂ AÃO DE EXECUÃO FISCALÂ proposta peloÂ MUNICÃPIO DE BELÃMÂ contraÂ CILAS FRANCOÂ Â com fundamento na Lei nÂº 6.830/80 (LEF), objetivando a cobranÃ§a relativa a dÃ©bito deÂ IPTU E TAXASÂ do(s) exercÃ-cio(s) deÂ 2011 a 2013Â de imÃ³vel com sequencialÂ 184034Â identificado nos autos.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O exequente, em petiÃ§Ã£o de fl retro, requer a extinÃ§Ã£o do processo executivo fiscal, em virtude do pagamento integral do crÃ©dito tributÃ¡rio e dos honorÃ¡rios advocatÃ-cios.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos para decisÃ£o.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com fundamento no art. 156, inciso I, do CÃ³digo TributÃ¡rio Nacional, em virtude do pagamento integral do dÃ©bito referente ao(s) exercÃ-cio(s)Â 2011 a 2013,Â comprovado pelo(s) documento(s) de fl. retro, JULGO EXTINTO O CRÃDITO TRIBUTÃRIO, e, em consequÃªncia,Â declaro extinta a execuÃ§Ã£o,Â com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do art. 924, II c/c art. 487, I do Novo CÃ³digo de Processo Civil.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de arbitrar honorÃ¡rios advocatÃ-cios, face ter sido informado pelo MunicÃ-pio que, por ocasiÃ£o do pagamento da dÃ-vida, jÃ¡ foram incluÃ-dos os honorÃ¡rios de sucumbÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Por forÃ§a do princÃ-pio da causalidade, segundo o qual a parte que deu causa Ã instauraÃ§Ã£o do processo deve arcar com as despesas dele decorrentes,Â CONDENO O(A) EXECUTADO(A) AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS, com fulcro no art. 90 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista o disposto na ResoluÃ§Ã£o nÂ° 20, de 13/10/2021, adotem-se as providÃªncias cabÃ-veis para instauraÃ§Ã£o do procedimento de cobranÃ§a das custas processuais pela Unidade de ArrecadaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, devidamente certificado pela Secretaria, arquivem-se os presentes autos, com as cautelas legais, dando-se baixa no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 5 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito resp. pela 2Âª Vara de ExecuÃ§Ã£o Fiscal da Comarca de BelÃ©m PROCESSO: 01099745320158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HOMERO LAMARAO NETO A??o: Cumprimento de sentença em: 16/11/2021 EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARIA REGINA DA CRUZ BAIA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . DESPACHO. 1. Tendo em vista a reapresentaÃ§Ã£o de cÃ¡lculos pelo exequente, em observÃ¢ncia ao art. 9Âº do CPC, determino a INTIMAÃÃO do ente municipal para que, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente IMPUGNAÃÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, nos termos do art. 535 do NCPC. 2. Em seguida, com ou sem manifestaÃ§Ã£o, certifique-se e retornem conclusos. BelÃ©m/PA, 30 de Setembro de 2021. HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito resp. 2Âª Vara de ExecuÃ§Ã£o Fiscal da Capital

**UPJ DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - 2 VARA DA FAZENDA**

RESENHA: 05/11/2021 A 05/11/2021 - SECRETARIA UNICA DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - VARA: 2ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM

P R O C E S S O : 0 0 0 0 0 6 0 2 5 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:RODRIGO WALLACE CORDEIRO DOS SANTOS Representante(s): OAB 12764 - SOLANGE MARIA ALVES MOTA SANTOS (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 0 1 4 3 4 1 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Judicial em: 05/11/2021---EXEQUENTE:MÔNICA DE JESUS CAMPOS DA GAMA Representante(s): OAB 14916 - ADRIANA HELOISA DE MENEZES PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 12478 - LUCIANA DO SOCORRO DE MENEZES PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 17840 - SYNTHIA MARIA GUIMARAES ANGELIM (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 0 1 5 0 3 3 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Judicial em: 05/11/2021---EXEQUENTE:EDMAR GUIMARAES DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 14916 - ADRIANA HELOISA DE MENEZES PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 12478 - LUCIANA DO SOCORRO DE MENEZES PINHEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos

Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 0 1 7 7 1 6 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:ALAN COSTA SOUZA Representante(s): OAB 18004 - HAROLDO SOARES DA COSTA (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 0 5 8 7 7 4 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:MARIA HELENITA BASTOS DA SILVA Representante(s): OAB 9201 - TANIA CRISTINA ALVES DOS REIS (ADVOGADO) OAB 16253 - ANTONIO BARBOSA DE OLIVEIRA NETO (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 0 5 8 8 5 9 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - -

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Procedimento Comum Cível em: 05/11/2021---EXEQUENTE:ELIANA MARIA ALAB NASCIMENTO EXEQUENTE:SANDRA LUCIA BALBI NORONHA EXEQUENTE:MARIA CELESTE NAZARE ALMEIDA Representante(s): OAB 9201 - TANIA CRISTINA ALVES DOS REIS (ADVOGADO) OAB 16253 - ANTONIO BARBOSA DE OLIVEIRA NETO (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 0 6 5 0 0 2 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Procedimento Comum Cível em: 05/11/2021---AUTOR:ALINE MIZOZOE DE AMORIM MESQUITA Representante(s): OAB 10153 - ADRIANA DE OLIVEIRA SILVA CASTRO (ADVOGADO) REU:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 0 6 5 3 5 4 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:HELENA DO SOCORRO NOGUEIRA VERISSIMO DANTAS Representante(s): OAB 17953 - YAN PASTANA MOTA (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.

Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00007306320138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:PEDRO PAULO FERREIRA BARBOSA Representante(s): OAB 14546 - MARIO DAVI OLIVEIRA CARNEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO PARA DETRAN EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00007367020138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:JANILSON DO ESPIRITO SANTO DA CONCEICAO Representante(s): OAB 14546 - MARIO DAVI OLIVEIRA CARNEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO PARA DETRAN EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00007436220138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:EDIMAR MOREIRA LIMA Representante(s): OAB 14546 - MARIO DAVI OLIVEIRA CARNEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO PARA DETRAN EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos

Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00007453220138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:JOILTON SILVA DE SOUZA Representante(s): OAB 14546 - MARIO DAVI OLIVEIRA CARNEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO PARA DETRAN EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00007470220138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:MARCOS AURELIO CASTRO FEITOSA Representante(s): OAB 14546 - MARIO DAVI OLIVEIRA CARNEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO PARA DETRAN EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00007513920138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:MARIZANGELA BITTENCOURT GUIMARAES Representante(s): OAB 14546 - MARIO DAVI OLIVEIRA CARNEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO PARA DETRAN EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00007696020138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:JOAO BOSCO MENDES JUNIOR Representante(s): OAB 14546 - MARIO DAVI OLIVEIRA CARNEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO PARA DETRAN EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00007721520138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:ANTONIO CARLOS ALMEIDA SANTOS Representante(s): OAB 14546 - MARIO DAVI OLIVEIRA CARNEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO PARA DETRAN EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.

Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00007756720138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:RAONI DANIEL DIAS DA SILVA Representante(s): OAB 14546 - MARIO DAVI OLIVEIRA CARNEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO PARA DETRAN EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00007782220138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:VANDER JOCELIR FERREIRA DOS SANTOS Representante(s): OAB 14546 - MARIO DAVI OLIVEIRA CARNEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO PARA DETRAN EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00007790720138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:DARLAN PEREIRA DA SILVA Representante(s): OAB 14546 - MARIO DAVI OLIVEIRA CARNEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO PARA DETRAN EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA

Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 0 7 8 9 5 1 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:LEIKHAN MORAES SOUSA Representante(s): OAB 14546 - MARIO DAVI OLIVEIRA CARNEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO PARA DETRAN EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 0 8 5 6 1 6 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EMBARGADO:NAZARE MACHADO DA SILVA Representante(s): OAB 12.201 - SANDRA CLAUDIA MORAES MONTEIRO (ADVOGADO) EMBARGANTE:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00008613820138140301 PROCESSO ANTIGO: ---
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:FRANCISCO JOSE DA COSTA LEITE Representante(s): OAB 16720 - DAIANA PAES DA SILVA TORRES (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00008683020138140301 PROCESSO ANTIGO: ---
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Judicial em: 05/11/2021---EXEQUENTE:ANTONIO RODRIGUES DA COSTA Representante(s): OAB 16680 - THAIS OLIVEIRA DE CAMPOS RIBEIRO SANTOS (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00010164120138140301 PROCESSO ANTIGO: ---
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Judicial em: 05/11/2021---EXEQUENTE:FRANCISCO SERGIO SILVA ARAUJO Representante(s): OAB 17550 - JOAO GUILHERME RODRIGUES BEGOT (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.

Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00010224820138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Judicial em: 05/11/2021---EXEQUENTE:SERGIO CARLOS DO NASCIMENTO ESTEVES Representante(s): OAB 3024 - ONEIDE MARIA BARROS DA SILVA (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00010337720138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:SANDRELI RAMOS RAIOL Representante(s): OAB 14945 - LEILSON LIRA BATISTA (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00010597520138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:CARLA CRISTINA PACHECO SEABRA Representante(s): OAB 14945 - LEILSON LIRA BATISTA (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo

Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 1 0 6 1 4 5 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:DOMINGAS ISABEL GUTERRES FERREIRA Representante(s): OAB 14945 - LEILSON LIRA BATISTA (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 1 1 1 0 8 6 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:JOAO LUIZ DA COSTA LOBATO Representante(s): OAB 16871 - TATIANE RODRIGUES DE VASCONCELOS (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 1 1 1 1 7 1 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:ALEXANDER CARVALHO MIRANDA Representante(s): OAB 16871 - TATIANE RODRIGUES DE VASCONCELOS (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA

Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 1 1 2 8 1 0 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:SANDRA MARIA BRABO MOURA Representante(s): OAB 12396 - WALDYR DE SOUZA BARRETO (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 1 1 3 1 6 2 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:PAULO SERGIO DA SILVA Representante(s): OAB 12396 - WALDYR DE SOUZA BARRETO (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 1 1 3 4 1 7 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:TELMA MARIA DE LIMA E SILVA Representante(s): OAB 12396 - WALDYR DE SOUZA BARRETO (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 1 1 4 3 7 6 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:JOAO VIANEI CORREA DA SILVA Representante(s): OAB 12396 - WALDYR DE SOUZA BARRETO (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 1 1 4 6 3 1 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:FRANCISCO DA PAZ DA SILVA PEREIRA Representante(s): OAB 12396 - WALDYR DE SOUZA BARRETO (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.

Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 1 1 5 6 7 5 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:MARIA DA CONCEICAO MARINHO MONTEIRO Representante(s): OAB 12396 - WALDYR DE SOUZA BARRETO (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 1 2 5 9 8 2 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Judicial em: 05/11/2021---EXEQUENTE:ORLANDO BELLARMINO MARQUES Representante(s): OAB 14546 - MARIO DAVI OLIVEIRA CARNEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 1 2 6 9 2 9 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Judicial em: 05/11/2021---EXEQUENTE:TEREZINHA DE SOUZA CHAVES Representante(s): OAB 14546 - MARIO DAVI OLIVEIRA CARNEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.

A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00012719620138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Judicial em: 05/11/2021---EXEQUENTE:IEDA MARIA ALVES BARBOSA Representante(s): OAB 14546 - MARIO DAVI OLIVEIRA CARNEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00012858020138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Judicial em: 05/11/2021---EXEQUENTE:ANTONIO MARIA DA SILVA Representante(s): OAB 14546 - MARIO DAVI OLIVEIRA CARNEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00012892020138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Judicial em: 05/11/2021---EXEQUENTE:VERA TATIANA COELHO DE SOUZA Representante(s): OAB 14546 - MARIO DAVI OLIVEIRA CARNEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº

0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 1 2 9 0 0 5 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Judicial em: 05/11/2021---EXEQUENTE:LUCILA DE OLIVEIRA RAMOS Representante(s): OAB 14546 - MARIO DAVI OLIVEIRA CARNEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 1 2 9 3 5 7 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Judicial em: 05/11/2021---EXEQUENTE:THAIZA SOUSA FERREIRA Representante(s): OAB 14546 - MARIO DAVI OLIVEIRA CARNEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 1 4 5 3 8 2 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - -

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Judicial em: 05/11/2021---EXEQUENTE:DIANA ASSIS DE SOUSA Representante(s): OAB 12478 - LUCIANA DO SOCORRO DE MENEZES
PINHEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00014563720138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Procedimento Comum Cível em: 05/11/2021---EXEQUENTE:JOAO ANTONIO DOS SANTOS FILHO Representante(s): OAB 3024 - ONEIDE MARIA BARROS DA SILVA (ADVOGADO) EXECUTADO:GOVERNO DO ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00014641420138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Judicial em: 05/11/2021---EXEQUENTE:LIGIA REGINA LIMA SOUZA Representante(s): OAB 12478 - LUCIANA DO SOCORRO DE MENEZES PINHEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.

Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 1 4 6 7 6 6 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Judicial em: 05/11/2021---EXEQUENTE:MARILIA MEDEIROS SILVA Representante(s): OAB 12478 - LUCIANA DO SOCORRO DE MENEZES PINHEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 1 6 6 3 3 6 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:LILIAN ROSAS DA SILVA Representante(s): OAB 15858 - GLAUCIANE COSTA CARVALHO (ADVOGADO) OAB 16888 - ANDREIA CRISTINA DE JESUS RIBEIRO E SILVA (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 1 9 4 2 2 2 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:SELMA CIDALIA BRABO RODRIGUES ALVES Representante(s): OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.

A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 1 9 6 1 2 8 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Judicial em: 05/11/2021---EXECUTADO:GOVERNO DO ESTADO DO PARA EXEQUENTE:ADRIANO GUSTAVO LISBOA PINTO MOURA Representante(s): OAB 17550 - JOAO GUILHERME RODRIGUES BEGOT (ADVOGADO) . SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 2 1 9 0 8 5 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:ROSSYNE MARA DA COSTA LUZ Representante(s): OAB 6197 - ARACI FEIO SOBRINHA (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 2 3 8 7 4 0 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Judicial em: 05/11/2021---EXEQUENTE:JORGE DE NAZARE AFONSO Representante(s): OAB 15941 - ISAAC SERIQUE DA COSTA NASCIMENTO (ADVOGADO) EXECUTADO:GOVERNO DO ESTADO DO PARA EXECUTADO:DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO PARA. SENTENÇA

Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 2 8 1 9 5 9 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:MARINETE FAVACHO DIAS Representante(s): OAB 15338 - ROBERT SOUZA DA ENCARNACAO (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 2 8 2 2 1 4 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:SILVIO MAURO SOBRINHO DE MESQUITA Representante(s): OAB 15338 - ROBERT SOUZA DA ENCARNACAO (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00028317320138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:ANTONIO CARLOS NUNES MOURA Representante(s): OAB 12291 - CAMILA CORREA TEIXEIRA (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00028351320138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:NAJMAT NAZARETH NASSER MEDEIROS BRANCO Representante(s): OAB 12291 - CAMILA CORREA TEIXEIRA (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00029027520138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:ANDERSON JORGE SANTOS FERREIRA Representante(s): OAB 16871 - TATIANE RODRIGUES DE VASCONCELOS (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.

Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 2 9 1 5 7 4 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Judicial em: 05/11/2021---EXEQUENTE:RAIMUNDO DANIEL DA SILVA CUNHA Representante(s): OAB 15959 - JULIANA RODRIGUES DE ARAUJO (ADVOGADO) OAB 17208 - THIELLEN CRISTINA XIMENES MACHADO (ADVOGADO) EXECUTADO:GOVERNO DO ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 2 9 2 3 5 1 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Judicial em: 05/11/2021---EXEQUENTE:JOSE RIBAMAR LIMA SILVA Representante(s): OAB 15959 - JULIANA RODRIGUES DE ARAUJO (ADVOGADO) OAB 17208 - THIELLEN CRISTINA XIMENES MACHADO (ADVOGADO) EXECUTADO:GOVERNO DO ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 2 9 3 7 3 5 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Judicial em: 05/11/2021---EXEQUENTE:VERA LUCIA DA SILVA CAMPOS Representante(s): OAB 15959 - JULIANA RODRIGUES DE ARAUJO (ADVOGADO) OAB 17208 - THIELLEN CRISTINA XIMENES MACHADO (ADVOGADO) EXECUTADO:GOVERNO DO ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.

O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 3 1 8 3 3 1 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:CELIO CONCEICAO MARTINS DO MONTE Representante(s): OAB 16871 - TATIANE RODRIGUES DE VASCONCELOS (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 3 2 6 6 4 7 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:ALCYR UBIRAJARA PEREA DE FREITAS Representante(s): OAB 12744 - RAPHAEL LIMA PINHEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 3 2 7 7 7 6 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A):
JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---

EXEQUENTE:OZIEL FREITAS VENANCIO Representante(s): OAB 12744 - RAPHAEL LIMA PINHEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00036718320138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:EDSON CRUZ BARBOSA Representante(s): OAB 13733 - LUIS ANDRE BARRAL PINHEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00036865220138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:MARCIA DO SOCORRO DA SILVA GOMES Representante(s): OAB 13733 - LUIS ANDRE BARRAL PINHEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento

Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00036873720138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:CLAUDIA CRUZ BARBOSA Representante(s): OAB 13733 - LUIS ANDRE BARRAL PINHEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00037688320138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Judicial em: 05/11/2021---EXEQUENTE:JOAO BORGES PRESTES Representante(s): OAB 9200 - MANUELA OLIVEIRA DOS ANJOS (ADVOGADO) OAB 18012 - CAROL ROBERTA NUNES ARAUJO (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00037973620138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:ARTUR JOSE JANSEN NOVAES Representante(s): OAB 18807-B - LAERCIO DIAS FRANCO NETO (ADVOGADO) EXECUTADO:JUCEPA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARA EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.

Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 3 8 3 4 6 3 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:CLAUDIO AUGUSTO FERREIRA DA MOTA Representante(s): OAB 16429 - LAYSE MARIANA ESTUMANO DE MORAES (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 3 8 4 9 3 2 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:ALINE SILVA JESUS DE FIGUEIREDO Representante(s): OAB 16429 - LAYSE MARIANA ESTUMANO DE MORAES (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 3 8 5 2 8 4 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:CARLA LAKISS IGNACIO Representante(s): OAB 16429 - LAYSE MARIANA ESTUMANO DE MORAES (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -,

motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 3 8 5 4 5 4 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:KATIA CRISTINA MATOS DA SILVA Representante(s): OAB 16429 - LAYSE MARIANA ESTUMANO DE MORAES (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 3 8 5 7 0 9 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:ALESSANDRA DE NAZARE RODRIGUES MAUES Representante(s): OAB 16429 - LAYSE MARIANA ESTUMANO DE MORAES (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 3 8 5 8 9 1 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:HEMILSON MARCELO FERREIRA MAUES Representante(s): OAB 16429 - LAYSE MARIANA ESTUMANO DE MORAES (ADVOGADO)

EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 6 6 0 5 1 4 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Procedimento Comum Cível em: 05/11/2021---AUTOR:RAIMUNDO MAX DUTRA AUTOR:RAIMUNDO FERREIRA MARTINS E OUTROS Representante(s): OAB 5273 - JADER NILSON DA LUZ DIAS (ADVOGADO) REU:ESTADO DO PARA. CLASSE : PROCEDIMENTO COMUM CÃ¿VEL ASSUNTO : ISONOMIA/EQUIVALÃ¿NCIA SALARIAL AUTORES : RAIMUNDO MAX DUTRA E OUTROS RÃ¿U : ESTADO DO PARÃ¿ SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de pedido de Isonomia/EquivalÃªncia Salarial, proposta por Raimundo Max Dutra, Raimundo Ferreira Martins, Benedita Trindade Correa Dutra, Ange Mendes Caldas, Jorge Humberto Teixeira Garcia, Orlando Correa Rocha, Maria Celia Aleixo Botelho, Ronaldo Nunes Lopes, Raquel Soares NegrÃ£o e Maria Cecilia da Costa Fonseca contra o ESTADO DO PARÃ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autores pleiteiam a extensÃ£o do percentual de reajuste de 22,45% concedido aos militares, com fundamento no princÃ-pio da isonomia, no art. 37, X, da ConstituiÃ§Ã£o Federal, na sentenÃ§a proferida no Processo nÂº 0008829-05.1999.8.14.0301, uma vez que hÃ¡ violaÃ§Ã£o da paridade e integralidade remuneratÃ³ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntaram documentos (fls. 20/176). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Processo nÂº 0008829-05.1999.8.14.0301, que tramitou perante este JuÃ-zo, utilizado como paradigma no caso em exame, acabou por atrair outros, com iguais fundamentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A causa eficiente da propositura dessas aÃ§Ãµes foi o Decreto nÂº 711/1995, de 25/10/1995, do Governador do Estado, que homologou as ResoluÃ§Ãµes nÂºs 0145/95 e 0146/95 do Conselho de PolÃ-tica de Cargos e SalÃ¡rios do Estado, resultando na diferenÃ§a, em favor dos militares, no percentual de 22,45%. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Mesmo que tenha havido diferenÃ§a na correÃ§Ã£o/aumento da remuneraÃ§Ã£o entre servidores civis e militares, o pedido Ã© improcedente, considerando que Ã© vedado ao Poder JudiciÃ¡rio conceder o aumento/correÃ§Ã£o da remuneraÃ§Ã£o no Ã¢mbito do serviÃ§o pÃºblico, sob pena de violar o princÃ-pio da reserva legal, nos termos do art. 37, X, da ConstituiÃ§Ã£o Federal e art. 39, Â§ 1Âº, da ConstituiÃ§Ã£o Federal, consagrada na SÃºmula 339, aprovada em 13/12/1963 e SÃºmula Vinculante nÂº 37, aprovada em 16/10/2014, do Supremo Tribunal Federal, cujos verbetes reproduzo abaixo: SÃºmula 339. NÃ£o cabe ao Poder JudiciÃ¡rio, que nÃ£o tem funÃ§Ã£o legislativa, aumentar vencimentos de servidores pÃºblicos sob fundamento de isonomia. SÃºmula Vinculante 37. NÃ£o cabe ao Poder JudiciÃ¡rio, que nÃ£o tem funÃ§Ã£o legislativa, aumentar vencimentos de servidores pÃºblicos sob o fundamento de isonomia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A decisÃ£o paradigmÃ¡tica - Processos nÂº 0008829-05.1999.8.14.0301, da 2Âª Vara da Fazenda -, nÃ£o mais subsiste, posto que foi rescindida, conforme abaixo: EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E CONSTITUCIONAL. AÃ¿Â¿O RESCISÃ¿RIA. RESCISÃ¿O DE ACÃ¿RDÃ¿O QUE DANDO PROVIMENTO AO REEXAME NECESSÃ¿RIO MANTEVE A SENTENÃ¿A QUE, COM FUNDAMENTO NO PRINCÃ¿PIO DA ISONOMIA, RECONHECEU O DIREITO DOS SERVIDORES ESTADUAIS SUBSTITUÃ¿DOS PELO SINDICATO RÃ¿U Ã¿ EXTENSÂ¿O DO REAJUSTE SALARIAL NO PERCENTUAL DE 22,45% CONCEDIDO AOS MILITARES POR MEIO DO DECRETO ESTADUAL NÂº 711/1995, BEM COMO DO REAJUSTE REMUNERATÃ¿RIO OUTORGADO PELO DECRETO NÂº 2219/1997, QUE CONFERIU AOS SERVIDORES DA POLÃ¿CIA CIVIL E MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS ABONO. PRELIMINARES DE CARÃ¿NCIA DE AÃ¿Ã¿O E ILEGITIMIDADE ATIVA DO RÃ¿U PARA PROPOSITURA DA AÃ¿Ã¿O PRINCIPAL REJEITADAS. QUESTÃ¿O DE ORDEM

ACOLHIDA PARA REJEIÃ¿Â¿O DA REAPRECIAÃ¿Ã¿O DAS PRELIMINARES DECIDIDAS PELO TRIBUNAL PLENO, POR MAIORIA. VIOLAÃ¿Ã¿O LITERAL AO DISPOSTO NO ART. 37, X, DA CF/88. INEXISTÃ¿NCIA DE REVISÃ¿O GERAL DE VENCIMENTOS. REAJUSTE SETORIAL. SÃ¿MULA 339 STF E SÃ¿MULA VINCULANTE NÂº 37/STF. ART. 485, V, DO CPC/1973, ATUAL ARTIGO 966, V, CPC/2015. JUÃ¿ZO RESCINDENDO PROCEDENTE. JUÃ¿ZO RESCISÃ¿RIO PROVIDO. DECISÃ¿O POR MAIORIA. 1. PRELIMINAR DE CARÃ¿NCIA DE AÃ¿Ã¿O. NÃ£o se vislumbra comportamento contraditÃ³rio e mÃ¡-fÃ© do autor decorrentes do acordo firmado entre as partes nos autos de aÃ§Ã£o originÃ¡ria, ante expressa possibilidade de ajuizamento de aÃ§Ã£o rescisÃ³ria pelo ente estatal, conforme clÃ¡usulas IX e XIII, do citado acordo, alÃ©m de excluir os valores correspondentes ao perÃ-odo 01/10/1995 atÃ© a data da efetiva incorporaÃ§Ã£o nas folhas de pagamento. Preliminar rejeitada. 2. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DO SINDICATO RÃ¿U PARA A PROPOSITURA DA AÃ¿Ã¿O PRINCIPAL. NÃ£o hÃ¡ como ser admitida rescisÃ³ria para desconstituiÃ§Ã£o de coisa julgada com base em ilegitimidade ativa fundada em documento novo produzido muito apÃ³s a sentenÃ§a proferida na aÃ§Ã£o originÃ¡ria. Inaplicabilidade do conceito jurÃ-dico de documento novo previsto no artigo 485, VII CPC/1973, vigente Ã  Ã©poca. DivergÃªncia jurisprudencial das Cortes Superiores acerca da competÃªncia da JustiÃ§a do Trabalho para reconhecimento de representatividade de entidade sindical Ã  Ã©poca da propositura da aÃ§Ã£o. Preliminar rejeitada. 3. QUESTÃ¿O DE ORDEM QUANTO Ã¿ POSSIBILIDADE DE ALTERAÃ¿Â¿O DE ENTENDIMENTO E REDISCUSSÃ¿O DAS PRELIMINARES EM RAZÃ¿O DO INCIDENTE DE AMPLIAÃ¿Ã¿O DE COLEGIALIDADE. A rejeiÃ§Ã£o da apreciaÃ§Ã£o de preliminares nÃ£o importa em inobservÃ¢ncia Ã  previsÃ£o do artigo 942, Â§2Âº do CPC/2015 - revisÃ£o do entendimento pelos julgadores que jÃ¡ tiverem votado - quando observada tal possibilidade no Colegiado ampliado. Decididas as preliminares pelo Tribunal Pleno nÃ£o cabe rediscussÃ£o da matÃ©ria sob denominaÃ§Ã£o diversa, como por exemplo tratar-se de questÃ£o de ordem pÃºblica. ObservÃ¢ncia da ordem de julgamento dos artigos 938 e 939 do CPC/2015. Acolhida QuestÃ£o de Ordem para rejeitar a reapreciaÃ§Ã£o das preliminares jÃ¡ decididas, por maioria. 4. MÃ¿RITO. HÃ¡ violaÃ§Ã£o literal Ã  disposiÃ§Ã£o do art. 37, X, da CF/88, por v. acÃ³rdÃ£o que, reconhecendo o Decreto Estadual nÂº 0711/1995 como lei de revisÃ£o geral, concedeu extensÃ£o de reajuste aos servidores pÃºblicos estaduais no percentual de 22,45% sobre as suas remuneraÃ§Ãµes, com base na isonomia, ferindo, tambÃ©m, a SÃºmula nÂº 339/STF,Â convertida na SÃºmula vinculante nÂº 37 do STF, segundo a qual "nÃ£o cabe ao Poder JudiciÃ¡rio, que nÃ£o tem funÃ§Ã£o legislativa, aumentar vencimentos de servidores pÃºblicos sob o fundamento de isonomia", o que autoriza a sua rescisÃ£o nos termos do artigo 485, V, do CPC/1973 atual artigo 966, V do CPC/2015. 5. Inexiste inconstitucionalidade do Decreto nÂº 0711/1995 que homologou as ResoluÃ§Ãµes concedendo reajuste salarial diferenciado aos militares, uma vez que Ã  Ã©poca o texto constitucional anterior Ã  Emenda nÂº 19/98 nÃ£o continha previsÃ£o de necessidade de lei especÃ-fica para tal desiderato. SoluÃ§Ã£o da controvÃ©rsia com aplicaÃ§Ã£o da redaÃ§Ã£o primitiva do artigo 37, X, da CF/88. 6. NÃ£o hÃ¡ que falar em revisÃ£o geral anual implementada pelo Decreto Estadual nÂº 0711/1995,

quando o prÃ³prio texto da referida norma menciona expressamente a palavra reajuste, nÃ£o fazendo qualquer menÃ§Ã£o direta ou reflexa Ã  revisÃ£o geral, objetivando conceder melhorias a determinadas carreiras e nÃ£o recompor o poder aquisitivo em virtude da inflaÃ§Ã£o do ano anterior (reajuste setorial), inexistindo violaÃ§Ã£o ao princÃ-pio da isonomia. Precedentes STF e STJ. 7. A vantagem salarial referente ao abono concedido por meio do Decreto Estadual nÂº 2219/1997 nÃ£o corresponde Ã  revisÃ£o geral de vencimentos apta a ensejar sua extensÃ£o aos servidores civis com fundamento no princÃ-pio da isonomia. ViolaÃ§Ã£o ao artigo 37, X, CF/88. 8. AÃ§Ã£o rescisÃ³ria julgada procedente, por maioria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, o Tribunal de JustiÃ§a jÃ¡ sedimentou entendimento pela impossibilidade de extensÃ£o dos efeitos do Decreto nÂº 711/1995, conforme julgados abaixo: REEXAME NECESSÃ¿RIO. APELAÃ¿Ã¿O. ADMINISTRATIVO. AÃ¿Ã¿O ORDINÃ¿RIA DE COBRANÃ¿A. PREJUDICIAL DE PRESCRIÃ¿Ã¿O DO FUNDO DE DIREITO. REJEITADA. TRATO SUCESSIVO. SÃ¿MULA 85/STJ. PAGAMENTO E INCORPORAÃ¿Ã¿O DO PERCENTUAL DE 22,45%. EXTENSÃ¿O AOS SERVIDORES PÃ¿BLICOS CIVIS. INVOCAÃ¿Ã¿O DO PRINCÃ¿PIO DA ISONOMIA. ART. 37, X DA CF/88. INAPLICABILIDADE. INCIDÃ¿NCIA DA SÃ¿MULA 339 E DA SÃ¿MULA VINCULANTE 37 AMBAS DO STF. PRECEDENTE DA AÃ¿Ã¿O RESCISÃ¿RIA NÂº 0008829-05.1999.814.0301 DESTE E. TRIBUNAL. INVERSÃ¿O DO Ã¿NUS SUCUMBENCIAL.Â 1. O juÃ-zo de primeiro grau julgou totalmente procedente o pedido formulado na exordial, condenando o Estado do ParÃ¡ a aplicar aos vencimentos dos autores o Ã-ndice de 22,45% (vinte e dois inteiros e quarenta e cinco centÃ©simos por cento), incorporando-o definitivamente aos vencimentos e sobre todas as verbas de natureza salarial e remuneratÃ³rias recebidas pelos autores. Deixou de condenar em custas e fixou honorÃ¡rios em R$ 2.000,00 (dois mil reais); 2. Tratando-se o caso de relaÃ§Ã£o de trato sucessivo, tendo em vista que a omissÃ£o da AdministraÃ§Ã£o

PÃºblica no pagamento do reajuste de 22,45% e do abono salarial, se renova mÃªs a mÃªs, a prescriÃ§Ã£o somente atinge as prestaÃ§Ãµes vencidas antes do quinquÃªnio anterior a propositura da aÃ§Ã£o, em perfeita consonÃ¢ncia com a SÃºmula 85 do STJ, e assim, nÃ£o havendo que se falar na alegada prescriÃ§Ã£o do fundo de direito. Prejudicial de prescriÃ§Ã£o do fundo de direito rejeitada; 3. NÃ£o se aplica o PrincÃ-pio da Isonomia para efeito da incorporaÃ§Ã£o do percentual de 22,45% aos vencimentos dos autores, tendo em vista que as ResoluÃ§Ãµes de nÂº 0145 e nÂº 0146 do Conselho de PolÃ-tica de Cargos e SalÃ¡rios do Estado do ParÃ¡, homologadas no Decreto nÂº 0711, de 25 de outubro de 1995, versam sobre reajuste concedido apenas a uma categoria indicada pela AdministraÃ§Ã£o, nÃ£o fazendo alusÃ£o a revisÃ£o geral de vencimentos prevista no art. 37, X da CF/88; 4. NÃ£o cabe ao Poder JudiciÃ¡rio aumentar o vencimento dos servidores pÃºblicos, invocando o PrincÃ-pio da Isonomia. SÃºmula 339 e SÃºmula vinculante 37, ambas do STF; 5. O Tribunal Pleno, em recente julgado na AÃ§Ã£o RescisÃ³ria 0008829-05.1999.814.0301, decidiu por maioria de votos, pela improcedÃªncia do pedido de incorporaÃ§Ã£o dos 22,45%. Logo, nÃ£o cabe o reajuste nos vencimentos e verbas de natureza salarial e remuneratÃ³ria percebidas pelas servidoras/autoras, impondo-se a reforma da sentenÃ§a; 6. InversÃ£o automÃ¡tica do Ã´nus sucumbencial, face a reforma da sentenÃ§a julgando improcedente a pretensÃ£o formulada na inicial. Contudo, fica suspensa a sua exigÃªncia, com fundamento no artigo 12 da lei nÂº 1.060/50, por se encontrarem os autores amparados pela gratuidade de justiÃ§a; 7. HonorÃ¡rios fixados na ordem de R$ 500,00 (quinhentos reais), porquanto se mostra equÃ¢nime e proporcional Ã  causa, respeitando os critÃ©rios exigÃ-veis na disposiÃ§Ã£o dos Â§Â§3Âº e 4Âº, do art. 20, do CPC/73; 8. Reexame necessÃ¡rio e recursos voluntÃ¡rios conhecidos. Rejeitada a prejudicial de prescriÃ§Ã£o do fundo de direito e, no mÃ©rito, parcialmente provido o apelo do Estado do ParÃ¡, reformando a sentenÃ§a para julgar improcedente a aÃ§Ã£o. Desprovidos os recursos dos autores e do MinistÃ©rio PÃºblico. Em Reexame, sentenÃ§a reformada nos termos do provimento recursal. (2019.01276157-32, 202.630, Rel. CELIA REGINA DE LIMA PINHEIRO, Ã¿rgÃ£o Julgador 1Âª TURMA DE DIREITO PÃ¿BLICO, Julgado em 2019-04-01, Publicado em 2019-04-12) EMENTA: APELAÃ¿Ã¿O CÃ¿VEL EM AÃ¿Ã¿O DE COBRANÃ¿A. INCORPORAÃ¿Ã¿O DO PERCENTUAL DE 22,45% DECORRENTE DE DIFERENÃ¿A SALARIAL ENTRE SERVIDORES CIVIS E MILITARES. IMPOSSIBILIDADE DE EQUIPARAÃ¿Ã¿O. SÃ¿MULA VINCULANTE NÂº 37 DO COL. STF E PRECEDENTE DESTE TJ/PA, FIRMADO NO ACÃ¿RDÃ¿O NÂº 173.133. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃ¿O UNÃ¿NIME.Â 1 A disciplina concernente Ã  remuneraÃ§Ã£o funcional encontra-se submetida Ã  reserva de lei. Neste sentido, o Poder JudiciÃ¡rio nÃ£o possui competÃªncia para recompor os vencimentos do funcionalismo pÃºblico, quando ausente lei especÃ-fica.Â 2. HÃ¡ violaÃ§Ã£o literal Ã  disposiÃ§Ã£o do art. 37, X, da CF/88, reconhecer o Decreto Estadual nÂº 0711/1995 como lei de revisÃ£o geral, concedendo extensÃ£o de reajuste aos servidores pÃºblicos estaduais no percentual de 22,45% sobre as suas remuneraÃ§Ãµes, com base na isonomia, ferindo, tambÃ©m, a SÃºmula nÂº 339/STF, convertida na SÃºmula vinculante nÂº 37 do STF, segundo a qual "nÃ£o cabe ao Poder JudiciÃ¡rio, que nÃ£o tem funÃ§Ã£o legislativa, aumentar vencimentos de servidores pÃºblicos sob o fundamento de isonomia". Precedentes do STF e do TJPA.Â 3. Apelo conhecido e desprovido. Ã¿ unanimidade. (4098550, 4098550, Rel. ROBERTO GONCALVES DE MOURA, Ã¿rgÃ£o Julgador 1Âª Turma de Direito PÃºblico, Julgado em 2020-11-23, Publicado em 2020-12-03) EMENTA: APELAÃ¿Ã¿O CÃ¿VEL. REEXAME NECESSÃ¿RIO. DIREITO DOS SERVIDORES CIVIS Ã¿ EXTENSÃ¿O DO REAJUSTE SALARIAL CONCEDIDO AOS MILITARES. IMPOSSIBILIDADE.Â INAPLICABILIDADE DO PRINCÃ¿PIO DA ISONOMIA. PRECEDENTES DO STF. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.Â EM SEDE DE REEXAME NECESSÃ¿RIO, SENTENÃ¿A MODIFICADA. I -Â Cinge-se a controvÃ©rsia recursalÂ sobre a existÃªncia de violaÃ§Ã£o ou nÃ£o do princÃ-pio da isonomia, face Ã  concessÃ£o, por meio do Decreto nÂ° 711/1995, de reajuste diferenciado aos servidores militares estaduais em detrimento dos civis, no importe de 22,45%Â (vinte e dois inteiros e quarenta e cinco centÃ©simos por cento); II -Â In casu,Â nÃ£o hÃ¡ que se falar em violaÃ§Ã£o literal ao art. 37 da CF/88, pois o referido artigo e o Decreto nÂ° 711/1995, acompanhado das ResoluÃ§Ãµes, tratam sobre institutos diferentes, uma vez que o primeiro assegura a Â¿revisÃ£o geral de vencimentosÂ¿, e os demaisÂ trazem em seu texto o termo Â¿reajusteÂ¿, nÃ£o fazendo qualquer menÃ§Ã£o Ã  respeito da revisÃ£o geral anual, sendo esta caracterizada pela sua generalidade, atingindo a todos os servidores; III -Â A revisÃ£o geral anual, se objetiva a reposiÃ§Ã£o da variaÃ§Ã£o inflacionÃ¡ria que corroeu o poder aquisitivo da remuneraÃ§Ã£o do servidor individual, estendendo-se para todos os servidores pÃºblicos, quer civil quer militar. JÃ¡ o reajuste remuneratÃ³rio, direciona-se a reengenharias ou revalorizaÃ§Ãµes de carreiras especÃ-ficas, e, via de regra, nÃ£o sÃ£o dirigidos a todos os servidores pÃºblicos; IV -Â O PretÃ³rio Excelso posicionou-se pela possibilidade de concessÃ£o de reajustes setoriais de vencimentos, com escopo de corrigir incongruÃªncias salariais no Ã¢mbito do serviÃ§o pÃºblico, nÃ£o cabendo ao Poder JudiciÃ¡rio, com fulcro no princÃ-pio da isonomia, majorar tais vencimentos (SÃºmula Vinculante nÂ°

37); V -Â NÃ£o assiste razÃ£o ao servidor que requer a extensÃ£o do reajuste de 22,45%Â (vinte e dois inteiros e quarenta e cinco centÃ©simos por cento), concedido aos servidores militares atravÃ©s do Decreto 711/1995, poisÂ nÃ£o se configurou em uma revisÃ£o geral, mas sim em reajuste setorial, com o objetivo de corrigir distorÃ§Ãµes no sistema de remuneraÃ§Ã£o daqueles servidores.Â Â  VI -Â Este egrÃ©gio Tribunal, no julgamento da AÃ§Ã£o RescisÃ³ria nÂº 0008829051999.814.0301, decidiu por maioria de votos, pela improcedÃªncia do pedido de incorporaÃ§Ã£o dos 22,45%Â (vinte e dois inteiros e quarenta e cinco centÃ©simos por cento), assim, nÃ£o hÃ¡ que se falar em perda salarial, nem incorporaÃ§Ã£o dos reajustes; VII -Â Recurso conhecido e provido,Â para reformar a sentenÃ§a monocrÃ¡tica, julgando totalmente improcedente o pedido formulado pelas recorridas; VIII - Em sede de reexame necessÃ¡rio, sentenÃ§a modificada. (4862435, 4862435, Rel. ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA, Ã¿rgÃ£o Julgador 1Âª Turma de Direito PÃºblico, Julgado em 2021-03-22, Publicado em 2021-04-21) Â Â Â Â Â Â Â Â Â O deferimento do pedido implicaria em tornar o Poder JudiciÃ¡rio legislador positivo, violando-se o princÃ-pio da reserva legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante das razÃµes expostas, julgo improcedente o pedido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas, em razÃ£o do pedido de gratuidade, porÃ¡ deferido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem honorÃ¡rios, por ausÃªncia de citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transitada em julgado, arquive-se o processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 14 de outubro de 2021. JoÃ£o Batista Lopes do Nascimento Juiz da 2Âª Vara da Fazenda

**UPJ DAS VARAS DE FAMÍLIA DA CAPITAL - EDITAIS**

**EDITAL DE CITAÇÃO**

**PRAZO: 45 (QUARENTA E CINCO) DIAS**

**2ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL**

**Secretaria da Unidade de Processamento Judicial (UPJ) das Varas de Família da Belém-PA**

**Processo: 0842192-54.2019.8.14.0301**

A Dra. **JOSINEIDE GADELHA PAMPLONA MEDEIROS**, Juíza de Direito, respondendo pela 2ª Vara de Família da Comarca da Capital do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele notícia tiverem que por este Juízo expediente da Secretaria do UPJ das Varas de Família desta Comarca, processam-se os termos da AÇÃO JUDICIAL, Processo nº 0842192-54.2019.8.14.0301, em que é RAQUEL SOUSA SOARES CPF: 148.117.072-49, brasileira, solteira, professora, portadora do RG nº 4451371 e CPF nº 148.117.072-49, em face de **JORGE SALIM SAB ABUD CPF: 003.585.172-49**, **brasileiro, casado, idoso, comerciante, portador do CPF nº 003.585.172-49 e RG nº 4257329 PC/PA, residente em lugar incerto e não sabido**, cujo presente Edital tem a finalidade de promover a **CITAÇÃO da PARTE REQUERIDA**, acima qualificada, dos termos da presente ação para, querendo, **apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia, conforme previsto no art. art. 344 do CPC** que assim dispõe: "***não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, assim como será nomeado Curador Especial para sua defesa***."

E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, determinou a MM. Juíza expedir o presente EDITAL que publicado no Diário da Justiça Eletrônico na rede mundial de computadores e afixar no local público de costume e publicado conforme determina a lei. Dado e passado nesta cidade de Belém, aos12 de novembro de 2021.

**(Assinado eletronicamente)**

José Alexandre Costa do Nascimento

Auxiliar de Secretaria da UPJ das Varas de Família de Belém-PA.

Autorizado pelo Prov. 006/2006 da CJRMB

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

UPJ DAS VARAS DE FAMÍLIA DA CAPITAL

ENDEREÇO: RUA CORONEL FONTOURA, S/N( PRAÇA FELIPE PATRONI,)

CEP: 66.015-260, BAIRRO DA CIDADE VELHA

E-MAIL: upjfamiliabelem@tjpa.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS

A Dra. Betânia de Figueiredo Pessoa, Juíza de Direito respondendo pela 4ª Vara de Família da Comarca da Capital do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele notícia tiverem que por este Juízo expediente da Secretaria da 4ª Vara de Família desta Comarca, processam-se os termos da Ação de Guarda, Processo nº 0823107-48.2020.8.14.0301, em que é autor J.V.L.B. e B.L.B, menores representados por sua genitora FABRICIA SERRA LIMA em face de NEY BALIEIRO DO NASCIMENTO, brasileiro, filho de Lourival Santos Nascimento e de Alelis Farias Balieiro, residente em lugar incerto e não sabido, cujo presente Edital tem a finalidade de promover a CITAÇÃO do REQUERIDO acima qualificada dos termos da presente ação para, querendo, apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia, conforme previsto no art. art. 344 do CPC que assim dispõe: não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, assim como será nomeado Curador Especial para sua defesa. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, determinou a MM. Juíza expedir o presente EDITAL que publicado no Diário da Justiça Eletrônico na rede mundial de computadores e afixar no local público de costume e publicado conforme determina a lei. Dado e passado nesta cidade de Belém, ao 12 de novembro de 2021. Eu, Rosinete Serra Rabelo Carvalho, Auxiliar Judiciário da UPJ das Varas de Família, subscrevo eletronicamente o presente, autorizado pelo art. 1º, §2º, IX do Provimento nº 06/2006 da CJRMB.

Rosinete Serra Rabelo Carvalho

Auxiliar Judiciário da UPJ das Varas de Família da Comarca de Belém

Autorizado pelo §3º do Art. 1º do Provimento 006/2006 da CJRMB

RESENHA: 05/11/2021 A 11/11/2021 - SECRETARIA 2ª UPJ VARAS CIVEIS E EMPRESARIAL - COMERCIO E SUCESSAO - VARA: 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00090662220148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRUNO JACKSON DE VASCONCELOS A??o: Alvará Judicial em: 05/11/2021 AUTOR:LEILA DO SOCORRO FERREIRA DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 10747 - ALBERTO FERREIRA DE CARVALHO (ADVOGADO) . CERTIDÃO Â Â Â Â Â CERTIFICO em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei que, em obediÃªncia ao despacho judicial de fl. 39, a requerente, atÃ© esta data, nÃ£o cumpriu o determinado na decisÃ£o de fl.18 dos autos. Â Â Â Â Â O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. BRUNO JACKSON DE VASCONCELOS Analista JudiciÃ¡rio- Mat.61280 2Âª UPJ PROCESSO: 00026337619968140301 PROCESSO ANTIGO: 198610003799 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LAILCE ANA MARRON DA SILVA CARDOSO A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO DO ESTADO DO PARA SA Representante(s): OAB 9238 - ALLAN FABIO DA SILVA PINGARILHO (ADVOGADO) LETICIA DAVID SILVA (ADVOGADO) REU:JOSE MARIA ALVES DE AZEVEDO ADVOGADO:JOSE ALOYSIO CAVALCANTE CAMPOS REU:ALZIRA DO VALLE MIRANDA ZURCHER ADVOGADO:JOSE PAULO QUEIROZ REU:SUELY MIRANDA SANZ REU:JANETE DO VALLE MIRANDA DE AZEVEDO REU:JACQUES PHILIPPE MARCEL SANZ REU:TERRACOMTERRAS CONSTLTDA Representante(s): OAB 4978 - MARIA HELENA ALMEIDA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 2780 - RONALDO KOURY MAUES (ADVOGADO) . Vistos, etc. Determino a remessa dos autos Ã Central de DigitalizaÃ§Ã£o e VirtualizaÃ§Ã£o, nos termos das Portarias nÂº1304/2021-GP, de 05 abril de 2021 e nÂº 1833/2020-GP, de 03 de setembro de 2020. BelÃ©m, 9 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES Â Â Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular da 9Âª Vara CÃ-vel e Empresarial PROCESSO: 00233370820038140301 PROCESSO ANTIGO: 200310501546 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Procedimento Comum Cível em: 10/11/2021 ADVOGADO:FERDINANDO GABRIEL DOMINGOS Representante(s): JOSE RONALDO VIEIRA (ADVOGADO) AUTOR:PARA NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Representante(s): OAB 737 - ROBERTO SEIXAS SIMOES (ADVOGADO) OAB 18666-B - ANA PAULA ARAUJO AMAZONAS (ADVOGADO) ANTONIO VILLAR PANTOJA JUNIOR (ADVOGADO) PATRICIA GUIMARAES DA ROCHA (ADVOGADO) REU:TROPIMAR LINES AS REU:CLIPPER TIMBER CARRIER LTDCTC. Vistas Ã s partes para apresentaÃ§Ã£o de razÃµes finais no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 364, Â§2Âº CPC, primeiro ao autor e depois aos rÃ©us. Em seguida, encaminhem-se os autos a UNAJ, apÃ³s voltem conclusos para sentenÃ§a. PROCESSO: 00015261919938140301 PROCESSO ANTIGO: 199310013289 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Inventário em: 11/11/2021 INVENTARIADO:ALBERTINO SOARES MOREIRA AUTOR:IZABEL GUEDES MOREIRA Representante(s): OAB 1416 - EGIDIO MACHADO SALES FILHO (ADVOGADO) OAB 11110 - SYLMARA SYMME LIMA DE ALMEIDA LEITE SILVA (ADVOGADO) . Trata-se de AÃ§Ã£o de InventÃ¡rio dos bens deixados em razÃ£o do falecimento de Albertino Soares Moreira, na qual a aÃ§Ã£o foi convertida para o rito do arrolamento, em face da inexistÃªncia de litÃ-gio entre os sucessores. Por outro lado, observa-se que os requerentes jÃ¡ comprovaram o pagamento do ITCM incidente sobre bens deixados, conforme laudo de avaliaÃ§Ã£o e documento de arrecadaÃ§Ã£o de fls. 041/043. Assim sendo, intimem-se os herdeiros para, no prazo improrrogÃ¡vel de 15 (quinze) dias, cumprirem a decisÃ£o de fls. 091, anexando aos autos a partilha amigÃ¡vel, as certidÃµes negativas da fazenda pÃºblica em nome do de cujus, certidÃµes atualizadas do cartÃ³rio de registro de imÃ³veis, bem como, habilitar os descendentes da herdeira falecida Albertina Sandra e, ainda, informar o interesse em substituir o sÃ³cio falecido na sociedade Centro LotÃ©rico Porto do Sal Ltda, sob pena de indeferimento da inicial, na forma do parÃ¡grafo Ãºnico do art. 321 do CÃ³digo de Processo Civil. Intime-se e apÃ³s voltem conclusos. BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito Certifico que o despacho acima foi resenhado em ___/___/2021 e publicado no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Â¿o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. PROCESSO: 00021834019988140301 PROCESSO ANTIGO: 199810030505 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 11/11/2021 AUTOR:BANCO DO BRASIL SA ADVOGADO:MARCIO MARQUES GUILHON REU:GRAO NORTE DIST.GENEROS

ALI.IND.COM.LTDA. Trata-se de AÃ§Ã£o de ExecuÃ§Ã£o de tÃ-tulo extrajudicial que encontrava-se arquivada e a parte requereu o seu desarquivamento, a fim de ter vista dos autos, o que foi deferido Ã s fls. 0135. Em seguida, o banco exequente requereu a baixa da penhora incidente sobre o imÃ³vel penhorado nos autos e que foi arrematado pelo credor, anexando certidÃ£o do cartÃ³rio de registro de imÃ³veis onde consta a averbaÃ§Ã£o da arrematAÃ§Ã£o em juÃ-zo. (fls. 0138/0139). Assim sendo, oficie-se o cartÃ³rio de registro de imÃ³veis para que proceda a baixa da penhora incidente sobre o bem descrito no auto de fls. 090. ApÃ³s, dÃª-se baixa e arquive-se. Intime-se. BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito Certifico que o despacho acima foi resenhado em ___/___/2021 e publicado no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Â¿o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. PROCESSO: 00023317120078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710073129 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Inventário em: 11/11/2021 INVENTARIADO:SEVERINO TAVARES BEZERRA INVENTARIANTE:JUAREZ GONCALVES BEZERRA Representante(s): OAB 7261 - JOSE OTAVIO NUNES MONTEIRO (ADVOGADO) ENVOLVIDO:JAMAINA GONCALVES BEZERRA Representante(s): OAB 11996 - FERNANDO ALBUQUERQUE POMPEU (ADVOGADO) LUCIANA SANTOS FILIZZOLA BRINGEL - DEFENSORA PUBLICA (DEFENSOR) . Trata-se de AÃ§Ã£o de InventÃ¡rio dos bens deixados por falecimento de Severino Tavares Bezerra, em que foi nomeada como inventariante a Sra. JamaÃ-na GonÃ§alves Bezerra, que prestou o compromisso Ã s fls.055 e apresentou declaraÃ§Ãµes preliminares Ã s fls.0139/0142. Verifica-se dos autos que o autor da heranÃ§a era viÃºvo, e deixou como seus sucessores legais, seus filhos: Juarez GonÃ§alves Bezerra, Jamaina GonÃ§alves Bezerra e Jacira GonÃ§alves Bezerra, regularmente habilitados nos autos (fls.08). Por outro lado, a inventariante regularizou sua representaÃ§Ã£o processual, por intermÃ©dio da Defensoria PÃºblica, anexando aos autos as primeiras declaraÃ§Ãµes (fls.0139/0142), bem como, as fazendas pÃºblicas (federal, estadual, municipal) foram devidamente intimadas, e a estadual requereu os documentos de fls.088 para cÃ¡lculo do imposto de transmissÃ£o e apuraÃ§Ã£o de eventuais dÃ©bitos, enquanto a federal nÃ£o se manifestou no processo. Ademais, a fazenda municipal informou que possui interesse no feito, apontando os valores devidos pelo falecido a tÃ-tulo de IPTU Ã s fls.090/0124. Assim sendo, lavre Sr. Diretor termo circunstanciado das primeiras declaraÃ§Ãµes apresentadas Ã s fls.019/0142, na forma do art. 620 do CPC, em seguida, intime-se a inventariante para providenciar os documentos requeridos pela fazenda pÃºblica estadual Ã s fls.088, com vistas ao cÃ¡lculo do imposto devido e apuraÃ§Ã£o de eventuais dÃ©bitos em nome do falecido. Por fim, oficie-se a fazenda pÃºblica federal para manifestar-se acerca do presente feito, encaminhando-se cÃ³pia das primeiras declaraÃ§Ãµes. Intime-se. BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito Certifico que o despacho acima foi resenhado em ___/___/2021 e publicado no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. PROCESSO: 00034360419998140301 PROCESSO ANTIGO: 199910053525 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Inventário em: 11/11/2021 ADVOGADO:MARIA ROSINEIDE BENTES INVENTARIANTE:ELIZABETE OLIVEIRA MARTINS Representante(s): OAB 2855 - EZIULA DE FATIMA SILVA COSTA (ADVOGADO) INVENTARIADO:RAIMUNDO PAULO GONCALVES ENVOLVIDO:SONIA MARIA GONCALVES DE FARIAS Representante(s): OAB 5741 - LIGIA MARIA SOBRAL NEVES (DEFENSOR) ENVOLVIDO:RAIMUNDA NONATA PEREIRA GONCALVES Representante(s): OAB 5741 - LIGIA MARIA SOBRAL NEVES (DEFENSOR) ENVOLVIDO:PAULO ROBERTO PEREIRA GONCALVES Representante(s): OAB 5741 - LIGIA MARIA SOBRAL NEVES (DEFENSOR) ENVOLVIDO:PEDRO PAULO PEREIRA GONCALVES Representante(s): OAB 5741 - LIGIA MARIA SOBRAL NEVES (DEFENSOR) ENVOLVIDO:LUCILENE PEREIRA GONCALVES Representante(s): OAB 5741 - LIGIA MARIA SOBRAL NEVES (ADVOGADO) . Trata-se de AÃ§Ã£o de InventÃ¡rio dos bens deixados por falecimento de Raimundo Paulo GonÃ§alves, em que foi nomeado inventariante a Sra. Elizabete Oliveira Martins, que prestou compromisso Ã s fls. 040 e termo de primeiras declaraÃ§Ãµes Ã s fls.041. Verifica-se dos autos que a inventariante foi devidamente intimada para cumprir a determinaÃ§Ã£o de fls.0146, isto Ã©, providenciar os documentos requeridos pela Fazenda Estadual Ã s fls.0136, bem como juntar certidÃ£o atualizada do registro de imÃ³veis, haja vista que o documento de fls.035 data do ano de 1989. Por outro lado, jÃ¡ foi indeferido o pedido de intimaÃ§Ã£o pessoal da herdeira Raimunda Nonata Pereira GonÃ§alves formulado pela Defensoria PÃºblica (fls.0146), para que anexasse aos autos a prova da propriedade do imÃ³vel situado na Passagem Bom Jardim, nÂº 50, que a inventariante afirma estar em posse dos herdeiros do primeiro casamento do falecido (fls.05). Ora, sabe-se que o objetivo da aÃ§Ã£o de inventÃ¡rio Ã© apurar os bens da pessoa falecida com vistas Ã partilha entre seus herdeiros, sendo certo

que Ã© indispensÃ¡vel a prova da propriedade para que os bens possam ser transmitidos aos seus herdeiros, bem como, Ã© Ã´nus do inventariante promover os atos necessÃ¡rios ao andamento do feito, tal como as certidÃµes de registro dos imÃ³veis que devam ser partilhados. Assim sendo, chamo a ordem o presente processo, para intimar a inventariante a emendar a inicial, no prazo improrrogÃ¡vel de 15 (quinze) dias, anexando aos autos certidÃ£o atualizada do registro do imÃ³vel apontado no documento de fls.035, bem como, a prova da propriedade do imÃ³vel localizado na Passagem Bom Jardim, nÂº 50, por se tratar de documento indispensÃ¡vel Ã propositura da aÃ§Ã£o (art. 320 do NCPC), sob pena de indeferimento da petiÃ§Ã£o, na forma do art. 321, parÃ¡grafo Ãºnico do Novo CÃ³digo de Processo Civil. Por fim, manifeste-se acerca da possibilidade de converter a presente aÃ§Ã£o de inventÃ¡rio para o rito de arrolamento, com vistas Ã partilha amigÃ¡vel entre os sucessores capazes. Intime-se. BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito Certifico que a decisÃ£o acima foi resenhada em ___/___/2021 e publicada no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. PROCESSO: 00039829520048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410136227 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Execução de Título Judicial em: 11/11/2021 INVENTARIANTE:MARIA EMILIA DE SOUZA QUEIROZ Representante(s): CONCEICAO A. BARBOSA (ADVOGADO) TELMA SUELI LEAO RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 23498 - VICTOR HUGO RAMOS DE OLIVEIRA (ADVOGADO) INVENTARIADO:DILERMANDO DE ASSIS ARAUJO. Cumpra-se a decisÃ£o de fls.077.Â Intime-se. BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito CERTIDÃO Certifico que o despacho acima foi resenhado em ___/___/2021 e publicado no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. PROCESSO: 00040535719968140301 PROCESSO ANTIGO: 199610057775 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 11/11/2021 AUTOR:TELECOMUNICACOES DO PARA S/A Representante(s): LEILIANA SOARES LIMA (ADVOGADO) OAB 4670 - LUIS OTAVIO LOBO PAIVA RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 11671 - ELIENE ALVES DA SILVA SANTOS (ADVOGADO) OAB 16818 - LEONARDO MARTINS MAIA (ADVOGADO) OAB 17784-B - THAIS PINA RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 17697 - PATRICIA ALVES DA SILVA (ADVOGADO) JESSIKA SIMONELLY ANDRADE SOUZA (ADVOGADO) REU:ARTUR CLAUDIO MARTINS PINTO ADVOGADO:BRUNO BECKEMBAUER SANCHES DAMASCENO TERCEIRO:TELEMAR NORTE LESTE S A Representante(s): OAB 13867-A - ALEXANDRE MIRANDA LIMA (ADVOGADO) . Trata-se de AÃ§Ã£o de ExecuÃ§Ã£o em que o executado, devidamente citado, nÃ£o adimpliu o dÃ©bito, assim sendo, defiro o pedido de penhora on-line via BacenJud e Renajud. Intime-se. BelÃ©m, 11 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito CERTIDÃO Certifico que o despacho acima foi resenhado em ___/___/2021 e publicado no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. PROCESSO: 00047448920058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510142786 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Execução de Título Judicial em: 11/11/2021 EXECUTADO:ANTONIO CARLOS DURANS ADVOGADO:CARLOS AUGUSTO DE PAIVA LEDO EXEQUENTE:VERA SANTANA FERNANDEZ DE MENDONCA Representante(s): OAB 13281 - MARCELA MACEDO DE QUEIROZ (ADVOGADO) OAB 10188 - ADALBERTO SILVA (ADVOGADO) OAB 27036 - SIMONE LIMA DA SILVA (ADVOGADO) . Cumpra-se a decisÃ£o de fls.061, apÃ³s voltem os autos conclusos. Intime-se. Â BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito A cÃ³pia deste despacho servirÃ¡ para intimaÃ§Ã£o e poderÃ¡ ser subscrita pelo Sr. Diretor de Secretaria, na forma dos Provimentos nÂº 003/2009 e nÂº 006/2006 da Corregedoria de JustiÃ§a da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m. CERTIDÃO Certifico que o despacho acima foi resenhado em ___/___/2021 e publicado no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. PROCESSO: 00057137120148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 11/11/2021 REQUERENTE:MARE CIMENTO LTDA Representante(s): OAB 23145 - RAFAEL ASFORA DE MEDEIROS (ADVOGADO) REQUERIDO:OBRA PRIMA ENGENHARIA Representante(s): OAB 9113 - MAURO GOMES DE BARROS (ADVOGADO) . Vistos etc, OBRA PRIMA ENGENHARIA LTDA, devidamente qualificado nos autos, por intermÃ©dio de procurador judicial, apresentou exceÃ§Ã£o de pre-executividade nos autos da aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o movida contra si por MARÃ CIMENTO LTDA, igualmente identificada. Em suma, a executada alegou a ausÃªncia de requisitos da lei para o tÃ-tulo, na medida em que a duplicata nÃ£o foi aceita, alÃ©m de

inexistir prova da entrega da mercadoria. Assim, pugnou pela extinÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o diante da ausÃªncia do tÃ-tulo executivo. Por fim, o exequente foi intimado e apresentou resposta Ã s fls. 0142/0144, pugnando pela rejeiÃ§Ã£o da exceÃ§Ã£o, uma vez que foram juntados aos autos tanto as triplicatas quanto as notas fiscais e o comprovante de entrega das mercadorias. Ademais, negou a possibilidade jurÃ-dica da exceÃ§Ã£o de pre-executividade no feito. Ã o relatÃ³rio. Decido. Trata-se de ExceÃ§Ã£o de prÃ©-executividade, em que o executado sustenta a ausÃªncia de tÃ-tulo executivo extrajudicial. Inicialmente, cabe frisar que pela estreita via da exceÃ§Ã£o de prÃ©-executividade somente se pode discutir a nulidade do tÃ-tulo executivo e a ausÃªncia das condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o, senÃ£o vejamos: AGRAVO (ART. 557, Â§ 1Âº, DO CPC). PROCESSUAL CIVIL. EXCEÃÃO DE PRÃ-EXECUTIVIDADE. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. INOCORRÃNCIA. A interposiÃ§Ã£o da exceÃ§Ã£o de prÃ©-executividade Ã© restrita Ã matÃ©ria que diz respeito com a ausÃªncia de condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o ou nulidade do tÃ-tulo executivo. Caso concreto em que a parte instrumentalizou a objeÃ§Ã£o com nÃ-tido propÃ³sito de paralisaÃ§Ã£o da execuÃ§Ã£o sem que tenha se insurgido acerca de qualquer matÃ©ria de ordem pÃºblica ou condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o, senÃ£o quanto ao excesso de execuÃ§Ã£o. RejeiÃ§Ã£o liminar mantida. Precedentes jurisprudenciais. Ã UNANIMIDADE. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. (Agravo NÂº 70053361036, Nona CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Tasso Caubi Soares Delabary, Julgado em 13/03/2013) AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÃCIOS JURÃDICOS BANCÃRIOS. EXECUÃÃO DE TÃTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. EXCEÃÃO DE PRÃ-EXECUTIVIDADE. REQUISITOS. A exceÃ§Ã£o de prÃ©-executividade nÃ£o Ã© o remÃ©dio jurÃ-dico apropriado para a discussÃ£o de questÃµes peculiares aos embargos do devedor. Apenas se presta ao exame de matÃ©rias processuais que se relacionem com os pressupostos processuais, condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o ou nulidades e defeitos formais flagrantes do tÃ-tulo executivo, pois neste meio de defesa nÃ£o se abre oportunidade para ampla produÃ§Ã£o de provas. Logo, nÃ£o se insere nesse contexto a alegaÃ§Ã£o de excesso de execuÃ§Ã£o, matÃ©ria de cogniÃ§Ã£o prÃ³pria dos embargos do devedor. Inviabilidade de apreciaÃ§Ã£o da causa jurÃ-dica subjacente em sede de exceÃ§Ã£o de prÃ©-executividade. NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO POR DECISÃO MONOCRÃTICA DO RELATOR. (Agravo de Instrumento NÂº 70053245353, DÃ©cima Oitava CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Pedro Celso Dal Pra, Julgado em 22/02/2013) Assim, por meio da exceÃ§Ã£o somente se pode discutir a nulidade do tÃ-tulo do tÃ-tulo executivo, que embasa a execuÃ§Ã£o, sendo que na situaÃ§Ã£o em anÃ¡lise nÃ£o existe qualquer nulidade na aÃ§Ã£o executiva, tendo em vista que foram anexadas as triplicatas, as notas fiscais que deram origem ao tÃ-tulo, o instrumento de protesto e a prova de entrega da mercadoria. Ora, cumpre salientar que nossos tribunais tÃªm repetidamente decidido que a triplicata constitui tÃ-tulo executivo extrajudicial, mesmo que sem aceite, porÃ©m devidamente protestada e acompanhada da prova de entrega da mercadoria ou da prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o. Neste sentido: APELAÃÃO CÃVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÃÃO DE COBRANÃA. DUPLICATA. AUSÃNCIA DE PROVA DA ENTREGA DA MERCADORIA. SENTENÃA DE PROCEDÃNCIA MANTIDA. A Triplicata sem aceite, devidamente protestada e acompanhada de prova da entrega da mercadoria ou prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o, Ã© tÃ-tulo hÃ¡bil para embasar cobranÃ§a, inclusive por intermÃ©dio de processo de execuÃ§Ã£o. In casu, a rÃ© nÃ£o nega o dÃ©bito objeto de cobranÃ§a, que foi atÃ© objeto de protesto, referindo apenas, de forma genÃ©rica, que nÃ£o sabe o valor devido, fato que, a mÃ-ngua de outros elementos de provas, nÃ£o afasta o Ãªxito da cobranÃ§a. APELO DESPROVIDO. UNÃNIME.(ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel, NÂº 70077296549, DÃ©cima SÃ©tima CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Liege Puricelli Pires, Julgado em: 14-06-2018) APELAÃÃO CIVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. EMBARGOS Ã EXECUÃÃO. TÃTULO EXECUTIVO. TRIPLICATA. ENTREGA DA MERCADORIA E PROTESTO. A triplicata sem aceite Ã© tÃ-tulo executivo extrajudicial quando protestada, instruÃ-da com comprovante de recebimento do bem que lhe deu causa e nÃ£o tenha havido justa recusa do aceite pelo sacado, como disposto no art. 15 da Lei nÂº 5.474/68. NÃ£o merece acolhimento embargos Ã execuÃ§Ã£o quando o devedor nÃ£o faz prova de nulidade do tÃ-tulo, sustaÃ§Ã£o do protesto ou justa recusa do aceite. - CircunstÃ¢ncia dos autos em que se impÃµe manter a sentenÃ§a. RECURSO DESPROVIDO.(ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel, NÂº 70064771348, DÃ©cima Oitava CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: JoÃ£o Moreno Pomar, Julgado em: 27-08-2015) APELAÃÃO CÃVEL. EMBARGOS Ã EXECUÃÃO. EXECUÃÃO DE TRIPLICATA. ÃNUS DA PROVA. CASO CONCRETO. TRIPLICATA SEM ACEITE. PROVA DA ENTREGA DA MERCADORIA. EXECUÃÃO. POSSIBILIDADE. A TRIPLICATA SEM ACEITE, DESDE QUE TENHA SIDO PROTESTADA, ESTEJA ACOMPANHADA DE COMPROVANTE DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DA MERCADORIA, Ã TÃTULO HÃBIL A EMBASAR AÃÃO EXECUTIVA. SENTENÃA DE IMPROCEDÃNCIA MANTIDA. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. UNÃNIME.(ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel, NÂº 70077054823, DÃ©cima Quinta CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: OtÃ¡vio Augusto de Freitas

Barcellos, Julgado em: 12-09-2018) APELAÃÃO CÃVEL. EMBARGOS Ã EXECUÃÃO. TRIPLICATA MERCANTIL. PROVA DO NEGÃCIO SUBJACENTE. I. A triplicata mercantil nÃ£o-aceita pelo sacado somente constitui tÃ-tulo executivo extrajudicial (art. 784, I, CPC) se acompanhada do respectivo instrumento de protesto, da nota fiscal/fatura e do comprovante de entrega das mercadorias. InteligÃªncia do art. 15, II, a, b e c, da Lei nÂ° 5.474/1968. II. No caso, logrou a parte embargada em instruir a inicial da aÃ§Ã£o executiva com os documentos necessÃ¡rios para tal desiderato. III. SentenÃ§a reformada. IV. SucumbÃªncia redimensionada. DERAM PROVIMENTO AO RECURSO. UNÃNIME.(ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel, NÂº 70079341921, DÃ©cima Sexta CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Ergio Roque Menine, Julgado em: 25-10-2018) Ante o exposto, rejeito a exceÃ§Ã£o apresentada pelo executado, haja vista que inexiste qualquer vÃ-cio na formaÃ§Ã£o do tÃ-tulo, uma vez que devidamente protestado e acompanhado das notas fiscais e dos comprovantes de entrega da mercadoria. Intime-se o exequente para apresentar o cÃ¡lculo atualizado da condenaÃ§Ã£o, assim como, requerer o prosseguimento da execuÃ§Ã£o tendo em visto a penhora realizada (fls. 0127), anotando-se que deverÃ¡ proceder o registro da penhora no cartÃ³rio de imÃ³veis para dar conhecimento a terceiros. BelÃ©m, 10 de novembro de 2021 Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00068014919948140301 PROCESSO ANTIGO: 199410071402 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 AUTOR:PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO Representante(s): OAB 7359 - TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 12816 - PEDRO BENTES PINHEIRO NETO (ADVOGADO) TEREZA CRISTINA RODRIGUES TRINDADE (ADVOGADO) EN CAUSA PROPIA (ADVOGADO) REU:JOSE CARLOS LIMA DA COSTA Representante(s): OAB 5888 - JOSE ALBERTO SOARES VASCONCELOS (ADVOGADO) OAB 7698 - ROBERIO ABDON D OLIVEIRA (ADVOGADO) TEREZA CRISTINA RODRIGUES TRINDADE (ADVOGADO) EN CAUSA PROPIA (ADVOGADO) . Vistos etc, PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO, devidamente qualificado nos autos, requereu o cumprimento da sentenÃ§a proferida no presente processo ajuizado em face de JOSÃ CARLOS LIMA DA COSTA, igualmente identificado. Com o pedido, o exequente anexou o cÃ¡lculo atualizado da condenaÃ§Ã£o, alegando que o valor atualizado da dÃ-vida alcanÃ§ava a quantia de R$199.520,59 (cento e noventa e nove mil quinhentos e vinte reais e cinquenta e nove centavos). Este JuÃ-zo, entÃ£o, determinou a intimaÃ§Ã£o do executado para cumprir a obrigaÃ§Ã£o no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de pagamento de multa e honorÃ¡rios de sucumbÃªncia, ambos no percentual de 10% (dez por cento), nos termos da decisÃ£o de fls.0323. Em seguida, foi deferido o pedido de penhora eletrÃ´nica, no qual foi bloqueado o valor de R$2.157,75 (dois mil cento e cinquenta e sete reais e setenta e cinco centavos), jÃ¡ que o executado nÃ£o pagou o valor da condenaÃ§Ã£o no prazo legal. O rÃ©u/executado, entÃ£o, apresentou impugnaÃ§Ã£o, na qual defendeu excesso na execuÃ§Ã£o, indicando que o valor devido Ã© de apenas R$125.678,66 (cento e vinte e cinco mil seiscentos e setenta e oito reais e sessenta e seis centavos). AlÃ©m do que, defendeu a impenhorabilidade de seu imÃ³vel residencial. Por fim, o exequente manifestou-se acerca da impugnaÃ§Ã£o e os autos voltaram conclusos para decisÃ£o. Ã o relatÃ³rio. Decido. Trata-se de impugnaÃ§Ã£o ao cumprimento da sentenÃ§a em que o executado alega excesso do valor cobrado, na medida em que defende ser devido apenas R$125.678,66 (cento e vinte e cinco mil seiscentos e setenta e oito reais e sessenta e seis centavos). Ademais, o executado sustentou a impenhorabilidade do imÃ³vel residencial. O CÃ³digo de Processo Civil enuncia:Â Art. 525. Transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntÃ¡rio, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimaÃ§Ã£o, apresente, nos prÃ³prios autos, sua impugnaÃ§Ã£o. Â§1Âº Na impugnaÃ§Ã£o, o executado poderÃ¡ alegar: I - falta ou nulidade da citaÃ§Ã£o se, na fase de conhecimento, o processo correu Ã revelia; II - ilegitimidade de parte; III - inexequibilidade do tÃ-tulo ou inexigibilidade da obrigaÃ§Ã£o; IV - penhora incorreta ou avaliaÃ§Ã£o errÃ´nea; V - excesso de execuÃ§Ã£o ou cumulaÃ§Ã£o indevida de execuÃ§Ãµes; (...) Â§4Âº Quando o executado alegar que o executado, em excesso de execuÃ§Ã£o, pleiteia quantia superior Ã resultante da sentenÃ§a, cumprir-lhe-Ã¡ declarar de imediato o valor que entende correto, apresentando demonstrativo discriminado e atualizado de seu cÃ¡lculo; Â§5Âº Na hipÃ³tese do Â§4Âº, nÃ£o apontado o valor correto ou nÃ£o apresentado o demonstrativo, a impugnaÃ§Ã£o serÃ¡ liminarmente rejeitada, se o excesso de execuÃ§Ã£o for seu Ãºnico fundamento, ou, se houver outro, a impugnaÃ§Ã£o serÃ¡ processada, mas o juiz nÃ£o examinarÃ¡ a alegaÃ§Ã£o de excesso de execuÃ§Ã£o. Verifica-se dos autos que o pedido do autor foi julgado procedente pelo JuÃ-zo de primeiro grau e o rÃ©u condenado a pagar uma indenizaÃ§Ã£o por dano moral no valor equivalente a 10 (dez) salÃ¡rios brutos do ofendido, alÃ©m de honorÃ¡rios de sucumbÃªncia arbitrados em 15% do valor da condenaÃ§Ã£o (fls. 0139/0149). O acÃ³rdÃ£o proferido pelo relator da apelaÃ§Ã£o estipulou a indenizaÃ§Ã£o para o montante de R$40.000,00 (quarenta mil reais). No caso concreto, o exequente apresentou seus cÃ¡lculos atualizando o montante de R$40.000,00 (quarenta mil reais) desde a data da

publicaÃ§Ã£o da decisÃ£o de segundo grau e acrescentando juros de mora a partir do evento danoso, entretanto, o executado calculou os juros de mora apenas no perÃ-odo de 11/01/2003 a 31/12/2015, portanto, a percebe-se que a divergÃªncia de valores decorre do termo inicial da aplicaÃ§Ã£o da correÃ§Ã£o monetÃ¡ria, bem como, dos juros de mora. Ora, a correÃ§Ã£o monetÃ¡ria do valor da indenizaÃ§Ã£o do dano moral incide desde a data do arbitramento, nos termos da SÃºmula 362 do STJ, enquanto, os juros de mora tÃªm como termo inicial a data do evento danoso (SÃºmula 54 do STJ). Neste sentido: AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÃÃO DECLARATÃRIA DE INEXISTÃNCIA DE DÃBITO C/C COM INDENIZAÃÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. PROTESTO INDEVIDO. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. EVENTO DANOSO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. Os juros moratÃ³rios incidentes sobre os danos morais decorrentes de responsabilidade extracontratual fluem a partir do evento danoso, nos termos da SÃºmula 54 do STJ. Precedentes. 2. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1921373/TO, Rel. Ministro RAUL ARAÃJO, QUARTA TURMA, julgado em 28/06/2021, DJe 09/08/2021) AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. NEGATIVA DE PRESTAÃÃO JURISDICIONAL. AUSÃNCIA. VIOLAÃÃO AOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015 NÃO CONFIGURADA. INDENIZAÃÃO. DANOS MORAIS. JUROS DE MORA. SÃMULA 54/STJ. ACÃRDÃO RECORRIDO EM CONSONÃNCIA COM A JURISPRUDÃNCIA DO STJ. APLICAÃÃO DA SÃMULA 83/STJ REEXAME DO CONJUNTO FÃTICO-PROBATÃRIO. SÃMULA 7/STJ. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. 1. Se as questÃµes trazidas Ã discussÃ£o foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente fundamentada, deve ser afastada a alegada violaÃ§Ã£o ao art. 489, do CÃ³digo de Processo Civil/2015. 2. NÃ£o cabe, em recurso especial, reexaminar matÃ©ria fÃ¡tico-probatÃ³ria (SÃºmula n. 7/STJ). 3. O recurso especial Ã© inviÃ¡vel quando o tribunal de origem decide em consonÃ¢ncia com a jurisprudÃªncia do STJ (SÃºmula 83/STJ). 4. Os juros moratÃ³rios incidentes sobre os danos morais decorrentes de responsabilidade extracontratual fluem a partir do evento danoso, nos termos da SÃºmula 54 do STJ. 5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1758268/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 21/06/2021, DJe 24/06/2021) Desta forma, o cÃ¡lculo apresentado pelo exequente obedeceu aos parÃ¢metros da condenaÃ§Ã£o, inexistindo qualquer excesso, salientando-se que sobre o valor da condenaÃ§Ã£o, tambÃ©m, deve ser acrescida multa de 10% e honorÃ¡rios de sucumbÃªncia para a fase do cumprimento da sentenÃ§a. Por outro lado, o executado/rÃ©u nÃ£o apresentou nenhuma prova concreta de que o imÃ³vel penhorado serve de residÃªncia para a famÃ-lia. Neste ponto, a parte sequer indicou o endereÃ§o do imÃ³vel como sua residÃªncia nas procuraÃ§Ãµes anexadas aos autos. AliÃ¡s, tambÃ©m, nÃ£o foi acostado aos autos nenhum comprovante de residÃªncia, tal como, comprovante de energia elÃ©trica ou declaraÃ§Ã£o de imposto de renda, na qual fosse declarada a residÃªncia do executado. Em suma, Ã© necessÃ¡ria a prova concreta de que o imÃ³vel serve de residÃªncia para a famÃ-lia do devedor, senÃ£o vejamos: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÃÃO FISCAL. ICMS. EXCEÃÃO DE PRÃ-EXECUTIVIDADE. ALEGAÃÃO DE IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÃLIA RECONHECIDA NA ORIGEM. DECISÃO REFORMADA. ANÃLISE DO CASO CONCRETO. 1. A regra geral Ã© a de que o devedor responde, com todos os seus bens, pela dÃ-vida (art. 184 do CTN; art. 30 da LEF; e artigos 789 e 790 do CPC), enquanto que a impenhorabilidade Ã© exceÃ§Ã£o, destinada a proteÃ§Ã£o do Ãºnico imÃ³vel que serve de residÃªncia ao devedor. Assim, para fazer uso do benefÃ-cio da impenhorabilidade do bem de famÃ-lia, na forma dos artigos 1Âº e 5Âº da Lei Federal nÂº 8.009/90, cumpre, ao devedor, comprovar o preenchimento de tais requisitos, quais sejam, tratar-se de Ãºnico imÃ³vel e que serve de moradia permanente Ã famÃ-lia (art. 373 do CPC). 2. HipÃ³tese em que a parte excipiente pretende o reconhecimento da impenhorabilidade de trÃªs imÃ³veis, com MatrÃ-culas distintas, ao argumento de que todos eles, juntamente com outro, integram um Ãºnico bem que lhe serve de residÃªncia. Assim, nÃ£o hÃ¡ como acolher a alegaÃ§Ã£o de impenhorabilidade. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO.(Agravo de Instrumento, NÂº 70085329308, Segunda CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Ricardo Torres Hermann, Julgado em: 28-10-2021) AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA. INCIDENTE DE EXCEÃÃO DE IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÃLIA JULGADO IMPROCEDENTE. DECISÃO AGRAVADA REFORMADA. O bem de famÃ-lia deve corresponder ao Ãºnico imÃ³vel utilizado pelo casal - ou pela entidade familiar - para moradia permanente, a teor do artigo 5Âº da Lei nÂº 8.009/90. Comprovado nos autos que a penhora recaiu sobre o bem imÃ³vel utilizado para residÃªncia do agravante, vai reformada a decisÃ£o agravada para declarar a impenhorabilidade do bem de famÃ-lia e determinar a imediata desconstituiÃ§Ã£o da penhora sobre o imÃ³vel constrito. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO, COM BASE NO ARTIGO 932, V E VIII, DO CPC E ARTIGO 206, XXXVI, DO REGIMENTO INTERNO DESTA CORTE.(Agravo de Instrumento, NÂº 70085242899, DÃ©cima SÃ©tima CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Liege Puricelli

Pires, Julgado em: 14-10-2021) Ante o exposto, julgo improcedente a impugnaÃ§Ã£o apresentada ao cumprimento da sentenÃ§a, haja vista ter o cÃ¡lculo apresentado pelo exequente obedecidos aos parÂ¢metros da decisÃ£o. Intime-se o exequente para comprovar o pagamento das custas devidas para a realizaÃ§Ã£o das diligÃªncias solicitadas as fls. 0518. ExpeÃ§a-se o competente alvarÃ¡ para levantamento do valor bloqueado pelo exequente. Intimem-se. BelÃ©m, 08 de novembro de 2021 Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00089388420018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110109923 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 11/11/2021 AUTOR:BANCO DA AMAZONIA S/A- BASA Representante(s): OAB 11471 - FABRICIO DOS REIS BRANDAO (ADVOGADO) OAB 13221-A - CAIO ROGERIO DA COSTA BRANDAO (ADVOGADO) REU:PAULO SERGIO CARVALHO PINHEIRO REU:Ma. DE FATIMA ROSAL ELICES. Realizada a tentativa de penhora de dinheiro em depÃ³sito ou em aplicaÃ§Ã£o financeira, verificou-se a inexistÃªncia de saldo suficiente para o pagamento da obrigaÃ§Ã£o, anotando-se que nÃ£o se levarÃ¡ a efeito a penhora de valor irrisÃ³rio, na forma do art. 839 do NCPC. Em seguida, realizada a busca pelo sistema Renajud, nÃ£o foi localizado nenhum veÃ-culo em nome dos executados, bem como realizada a pesquisa eletrÃ´nica Infojud verifica-se que nÃ£o hÃ¡ declaraÃ§Ã£o de imposto de renda entregue pelos executados. AlÃ©m disso, ressalte-se que a busca e a localizaÃ§Ã£o de bens do executado passÃ-veis de penhora Ã© Ã´nus do exequente. Ademais, qualquer pessoa, mediante o pagamento de taxa, pode consultar registros e requerer certidÃ£o junto aos CartÃ³rios ImobiliÃ¡rios. Â Assim sendo, intime-se o exequente para pagar as custas processuais devidas para realizaÃ§Ã£o do cadastro no sistema eletrÃ´nico Serasajud, alÃ©m de indicar bens do executado passÃ-veis de penhora no prazo de 05 (cinco) dias. Ultrapassado o referido prazo voltem os autos conclusos. Â Intime-se. BelÃ©m, 11 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito CERTIDÃO Certifico que o despacho acima foi resenhado em ___/___/2021 e publicado no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. PROCESSO: 00089388420018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110109923 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 11/11/2021 AUTOR:BANCO DA AMAZONIA S/A- BASA Representante(s): OAB 11471 - FABRICIO DOS REIS BRANDAO (ADVOGADO) OAB 13221-A - CAIO ROGERIO DA COSTA BRANDAO (ADVOGADO) REU:PAULO SERGIO CARVALHO PINHEIRO REU:Ma. DE FATIMA ROSAL ELICES. Trata-se de AÃ§Ã£o de ExecuÃ§Ã£o em que o executado, devidamente citado, nÃ£o adimpliu o dÃ©bito, assim sendo, defiro o pedido de penhora on-line via BacenJud, Renajud e Infojud. Intime-se. BelÃ©m, 11 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito CERTIDÃO Certifico que o despacho acima foi resenhado em ___/___/2021 e publicado no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. PROCESSO: 00105397720138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Inventário em: 11/11/2021 AUTOR:TÂNIA REGINA LOBATO DOS SANTOS Representante(s): OAB 9064 - LUIS ROBERTO LOBATO DOS SANTOS (ADVOGADO) INVENTARIADO:OSMAR BAHIA DA SILVA INTERESSADO:ANGELA GIUGNI DA SILVA HOLANDA CASTRO Representante(s): OAB 2860 - IRACLIDES HOLANDA DE CASTRO (ADVOGADO) . Vistos etc. TÂNIA REGINA LOBATO DOS SANTOS, devidamente qualificada nos autos, por intermÃ©dio de procurador judicial, ajuizou a presente AÃ§Ã£o de InventÃ¡rio convertida em Arrolamento dos bens deixados por falecimento de Osmar Bahia da Silva, com fundamento no art. 1.031 e seguintes do CÃ³digo de Processo Civil de 1973, atual art. 659 do NCPC. A requerente TÂ¢nia Regina Lobato dos Santos era casada com o falecido pelo regime da separaÃ§Ã£o total de bens (fls.011), e foi nomeada inventariante, prestou compromisso e apresentou primeiras declaraÃ§Ãµes na forma legal.Â Por outro lado, o inventariado deixou como suas legÃ-timas sucessoras as suas filhas Ângela Giugni da Silva Holanda Castro, Arlene Giugni da Silva, Adriane Giugni da Silva, alÃ©m da neta Amanda Machado Bahia da Silva (filha do herdeiro prÃ©-morto Osmar Bahia da Silva Filho), todas habilitadas nos autos e pleiteando a partilha dos bens descritos no termo de fls.029. Em seguida, foi realizada a pesquisa eletrÃ´nica de valores, a qual localizou um saldo bancÃ¡rio de R$108.656,96 (cento e oito mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e noventa e seis centavos), bem como, apresentado o plano de partilha amigÃ¡vel (fls.083/092) com vistas Ã sua homologaÃ§Ã£o, alÃ©m de comprovado o recolhimento das custas complementares, haja vista a alteraÃ§Ã£o do valor da causa, e o pagamento do imposto de transmissÃ£o mortis causa (ITCD), conforme documentos de fls.0122/0124. Ã o relatÃ³rio. Decido. Cuida-se de AÃ§Ã£o de Arrolamento em razÃ£o do falecimento de Osmar Bahia da Silva, nos termos do 659 e seguintes do Novo CÃ³digo de Processo Civil. No caso em anÃ¡lise, o de cujus era casado com a requerente/inventariante pelo regime da separaÃ§Ã£o e deixou como seus legÃ-timos

sucessores as suas filhas Ãngela Giugni da Silva Holanda Castro, Arlene Giugni da Silva, Adriane Giugni da Silva, e uma neta Amanda Machado Bahia da Silva, herdeira por representaÃ§Ã£o do filho prÃ©-morto Osmar Bahia da Silva Filho. As herdeiras apresentaram um plano de partilha amigÃ¡vel Ã s fls.083/092, nos seguintes termos: os bens mÃ³veis descritos na relaÃ§Ã£o de fls.091/092 serÃ£o entregues Ã herdeira ARLENE GIUGNI DA SILVA, para posterior divisÃ£o entre as demais sucessoras; o tÃ-tulo da AssemblÃ©ia Paraense serÃ¡ transferido integralmente para a herdeira ARLENE GIUGNI DA SILVA; os saldos que constam nas contas bancÃ¡rias em nome do falecido (fls.081), serÃ£o divididos em partes iguais, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) para cada herdeira: ARLENE (25%), ÃNGELA (25%), ADRIANE (25%) e AMANDA (25%). Por outro lado, as herdeiras informaram acerca do pÃ©culio deixado pelo falecido junto Ã AssociaÃ§Ã£o dos Professores da UFPA, pugnando por sua partilha em quotas iguais, bem como, o depÃ³sito do respectivo valor que couber Ã cada herdeira em conta bancÃ¡ria mencionada no plano de partilha (fls.089). Ocorre que, os(as) beneficiÃ¡rios(as) do pecÃºlio deixado pelo falecido, podem requerÃª-lo administrativamente junto Ã instituiÃ§Ã£o a que pertencia o segurado, mediante procedimento prÃ³prio. Nesse viÃ©s, nossos tribunais entendem pela inviabilidade do pedido de levantamento de pecÃºlio ou de seguro de vida em demandas desta natureza, em razÃ£o desses capitais segurados pertencerem Ã s pessoas indicadas pelo instituidor ou segurado falecido, nÃ£o se sujeitando, Ã princÃ-pio, Ã pretensa partilha, senÃ£o vejamos: ALVARÃ JUDICIAL. PECÃLIO. SEGURO DE VIDA. INCLUSÃO DO VALOR NA PARTILHA. DESCABIMENTO. CABIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. 1. Ã cabÃ-vel a interposiÃ§Ã£o de agravo de instrumento quando o pedido de alvarÃ¡ foi apensado aos autos do inventÃ¡rio, tendo incidÃªncia a norma do art. 1.015, parÃ¡grafo Ãºnico. 2. Tendo em mira que as filhas do falecido foram por ele indicadas como Ãºnicas beneficiÃ¡rias do seguro de vida, Ã© inviÃ¡vel a inclusÃ£o do valor em partilha no inventÃ¡rio, devendo ser procedido o desapensamento do feito. InteligÃªncia do art. 794 do CCB. Recurso provido. (Agravo de Instrumento, NÂº 70082767062, SÃ©tima CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: SÃ©rgio Fernando de Vasconcellos Chaves, Julgado em: 11-12-2019) APELAÃÃO CÃVEL. SEGUROS. PEDIDO DE ALVARÃ. RECEBIMENTO DE EXPURGOS INFLACIONÃRIOS ATINENTES A CONTRATO DE SEGURO-PECÃLIOÂ ENTABULADOÂ ENTREÂ ASÂ PARTES.Â JURISDIÃÃOÂ VOLUNTÃRIA. MEIO PROCESSUAL INADEQUADO. 1. O presente procedimento deÂ jurisdiÃ§Ã£oÂ voluntÃ¡riaÂ nÃ£o Ã© o meio processual adequado para o exercÃ-cio da pretensÃ£o daÂ parteÂ autora, tendo em vista que a mesma pretende o levantamento de valores deixados por seu falecido pai, relativos a expurgos inflacionÃ¡rios do seguro-pecÃºlioÂ CAPEMISA Seguradora de Vida e PrevidÃªncia. 2. O pedido de alvarÃ¡ formulado Ã© meramente administrativo e nÃ£o prevÃª qualquer tipo de contencioso, o que deverÃ¡ ser solvido na via processual apropriada, mormente quando os alegados expurgos inflacionÃ¡rios nÃ£o foram comprovados nos autos. 3. Ademais, sequer se aplica, ao caso concreto, o procedimento escolhido, previsto no artigo 1.103 e seguintes do CÃ³digo de Processo Civil, pois nesta hipÃ³tese legal o Estado-Juiz apenas presta assistÃªncia Ã Â parte, no sentido de assegurar o reconhecimento judicial a ato ou negÃ³cio existente e sobre o qual nÃ£o paire qualquer dÃºvida ou discussÃ£o. Negado provimento ao apelo. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel, NÂº 70038155537, Quinta CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em: 27-10-2010). Ante o exposto, julgo por sentenÃ§a, para que produza seus jurÃ-dicos e legais efeitos, a partilha amigÃ¡vel dos bens deixados por falecimento de Osmar Bahia da Silva, na forma do plano de partilha amigÃ¡vel apresentado Ã s fls.083/092, que consiste em mÃ³veis (descritos Ã s fls.091/092), tÃ-tulo da AssemblÃ©ia Paraense, e valores deixados em contas bancÃ¡rias que serÃ£o transferidos Ã s herdeiras, cujo cota parte serÃ¡ equivalente ao percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do montante deixado pelo inventariado, destes autos de arrolamento, atribuindo aos nela contemplados os respectivos quinhÃµes, salvo erro ou omissÃ£o e ressalvados direitos de terceiros. Transitada em julgado e pagas as custas, expeÃ§a-se o alvarÃ¡ judicial para o levantamento dos valores deixados pelo de cujus junto ao Banco do Estado do ParÃ¡ e Banco do Brasil, apÃ³s anexadas as certidÃµes negativas de natureza tributÃ¡ria e nÃ£o tributÃ¡ria emitidas pela Fazenda PÃºblica Estadual. Em seguida, arquivem os presentes autos dando baixa na distribuiÃ§Ã£o, desentranhando-se, tambÃ©m, os documentos.Â Condeno os requerentes ao pagamento das custas e das despesas processuais, em partes iguais, nos termos do art. 88 do NCPC, por se tratar de procedimento de jurisdiÃ§Ã£o voluntÃ¡ria. Publique-se. Registre-se. Intime-se. BelÃ©m, 10 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito CERTIDÃO Certifico que a sentenÃ§a foi resenhada em ___/___/2021 e publicado no Dje no dia ___/___/2021 para efeitos de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m, ___/___/2021. PROCESSO: 00111548320028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210131504 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Arrolamento Sumário em: 11/11/2021 ADVOGADO:FADIA LUZIA HOUAT MARTINS INVENTARIADO:ANTONIO MARIO ANTUNES MARTINS ENVOLVIDO:PAULO

ROBERTO GUIMARAES MARTINS Representante(s): OAB 3442 - SERGIO GUIMARAES MARTINS (ADVOGADO) . Trata-se de AÃ§Ã£o de InventÃ¡rio dos bens deixados por AntÃ´nio MÃ¡rio Antunes Martins, em que foi nomeado inventariante o Sr. Paulo Roberto GuimarÃ£es Martins, que prestou compromisso e termo de primeiras declaraÃ§Ãµes Ã s fls. 022. Por outro lado, foi penhorado no rosto dos presentes autos o valor de R$11.210,00 (onze mil, duzentos e dez reais), por ordem do JuÃ-zo da 6Âª Vara da JustiÃ§a Federal, em razÃ£o de dÃ©bitos fiscais do inventariado, sob oÂ processo nÂ° 2003.39.00.008429-9. Em seguida, a aÃ§Ã£o de inventÃ¡rio foi convertida para arrolamento com a reserva do prÃ©dio localizado na Rua Senador Manoel Barata, nÂº 736, nesta cidade, com valor venal de R$140.460,78 (cento e quarenta mil, quatrocentos e sessenta reais e setenta e setenta e oito centavos), para o pagamento do dÃ©bito fiscal do espÃ³lio, nos termos do art. 642 do NCPC, intimando-se os requerentes para emendar a inicial no prazo legal. Os sucessores, porÃ©m, nÃ£o cumpriram a diligÃªncia e a aÃ§Ã£o foi extinta, conforme sentenÃ§a de fls. 064. Contudo, o juÃ-zo recursal deu provimento ao recurso para determinar o regular prosseguimento do feito (fls. 088/091). Enfim, os autos retornaram ao juÃ-zo de origem, ocasiÃ£o em que o juÃ-zo da 6Âª Vara da JustiÃ§a Federal comunicou a extinÃ§Ã£o da execuÃ§Ã£o fiscal, com vistas ao levantamento da penhora, encaminhando cÃ³pia da sentenÃ§a de fls. 0104. Assim sendo, oficie-se ao cartÃ³rio de registro de imÃ³vel para que proceda a baixa da penhora sobre a matrÃ-cula do referido apartamento, que foi determinada por este juÃ-zo Ã s fls. 099. Por outro lado, intime-se os requerentes para cumprir a decisÃ£o de fls. 062, emendando a inicial no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petiÃ§Ã£o (Art. 321, Â§ 1Âº, CPC/2015), anexando o esboÃ§o de partilha amigÃ¡vel, certidÃ£o negativa da Fazenda PÃºblica (municipal, estadual e federal) em nome dos falecidos, certidÃ£o de Ã³bito da Sra. Aida de Jesus GuimarÃ£es Martins, comprovante de pagamento do ITCMD e certidÃµes atualizadas do registro de imÃ³veis dos bens do espÃ³lio dos inventariados. Intime-se. BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares Â JuÃ-za de Direito CERTIDÃO Certifico que a decisÃ£o acima foi resenhada em ___/___/2021 e publicada no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. PROCESSO: 00111584120128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Inventário em: 11/11/2021 INVENTARIANTE:MARIA DE NAZARE NASCIMENTO YTAPIREMA Representante(s): OAB 3956 - MARIA DE NAZARE RUSSO RAMOS (DEFENSOR) INVENTARIADO:ANISIO DO CARMO MACHADO INVENTARIADO:IZABEL MACEDO DO CARMO. Verifica-se dos autos que o pedido de fls.059 jÃ¡ foi apreciado na decisÃ£o fls.057, portanto, resta indeferido. Assim sendo, intime-se a Defensoria PÃºblica para cumprir as diligÃªncias determinadas na decisÃ£o de fls.052. Intime-se. Â BelÃ©m, 09 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito A cÃ³pia deste despacho servirÃ¡ para intimaÃ§Ã£o e poderÃ¡ ser subscrita pelo Sr. Diretor de Secretaria, na forma dos Provimentos nÂº 003/2009 e nÂº 006/2006 da Corregedoria de JustiÃ§a da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m. CERTIDÃO Certifico que o despacho acima foi resenhado em ___/___/2021 e publicado no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. PROCESSO: 00116521820028140301 PROCESSO ANTIGO: 200010294528 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 TESTEMUNHA:CIA DE TRANSPORTES DE BELEM CTBEL Representante(s): OAB 8867 - BRUNO TRINDADE BATISTA (ADVOGADO) REU:MANOELA DE MELO LOBO Representante(s): OAB 6778 - MARLUCE ALMEIDA DE MEDEIROS (ADVOGADO) OAB 12719 - RODOLFO MEIRA ROESSING (ADVOGADO) AUTOR:SUL AMERICA CIANACIONAL DE SEGUROS Representante(s): OAB 115762 - RENATO TADEU RONDINA MANDALITI (ADVOGADO) OAB 5627 - SILVIA MARINA RIBEIRO DE MIRANDA MOURAO (ADVOGADO) REU:CLINICA RADIOLOGICA DROCTAVIO LOBO Representante(s): OAB 3574 - THALES EDUARDO RODRIGUES PEREIRA (ADVOGADO) OAB 12719 - RODOLFO MEIRA ROESSING (ADVOGADO) ADVOGADO:JOSE MOURAO NETO. Vistos etc. SILVIA MARINA RIBEIRO DE MIRANDA MOURÃO, devidamente qualificada nos autos, por intermÃ©dio de procurador judicial, apresentou os presentes Embargos de DeclaraÃ§Ã£o da sentenÃ§a de fls. 0353, com fundamento no art. 1.022 do CÃ³digo de Processo Civil. Em suma, o embargante alegou nÃ£o ter sido analisado o pedido formulado na petiÃ§Ã£o protocolada em 15/10/2019 (fls. 0281/0283), ou seja, houve omissÃ£o no que se refere ao pedido de retenÃ§Ã£o dos honorÃ¡rios de sucumbÃªncia arbitrados na fase de conhecimento. O embargado foi intimado e apresentou resposta, negando a existÃªncia de vÃ-cio na sentenÃ§a. Ã o relatÃ³rio. Decido. Trata-se de Embargos de DeclaraÃ§Ã£o, com fundamento no art. 1.022 do CÃ³digo de Processo Civil, da sentenÃ§a de fls. 0353, que julgou extinta a fase do cumprimento da sentenÃ§a, tendo em vista que o devedor satisfez a obrigaÃ§Ã£o. Os Embargos de DeclaraÃ§Ã£o devem ser conhecidos, na medida em que foram opostos

dentro do prazo legal, conforme certidÃ£o anexada aos autos. DispÃµe o CÃ³digo de Processo Civil: Art. 1.022. Cabem embargos de declaraÃ§Ã£o contra qualquer decisÃ£o judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradiÃ§Ã£o; II - suprimir omissÃ£o de ponto ou questÃ£o sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofÃ-cio ou a requerimento. No caso concreto, o acÃ³rdÃ£o n. 61.909 conheceu o recurso interposto da sentenÃ§a de primeiro grau, porÃ©m negou-lhe provimento, mantendo integralmente a decisÃ£o de primeiro grau, que julgou procedente o pedido da seguradora e condenou os rÃ©us a restituÃ-rem o valor de R$5.760,51 (cinco mil setecentos e sessenta reais e cinquenta e um centavos), alÃ©m de pagarem honorÃ¡rios de sucumbÃªncia arbitrados em 20% (vinte por cento) da condenaÃ§Ã£o. Assim, foi iniciada a fase do cumprimento da sentenÃ§a pela seguradora, a qual requereu a intimaÃ§Ã£o dos rÃ©us//executados para pagarem a quantia atualizada de R$33.468,82 (trinta e trÃªs mil quatrocentos e sessenta e oito reais e oitenta e dois centavos). Este JuÃ-zo, entÃ£o, determinou, a intimaÃ§Ã£o dos executados para pagarem a condenaÃ§Ã£o no prazo de 15 dias, sob pena de incidir multa e honorÃ¡rios advocatÃ-cios, conforme decisÃ£o de fls. 0279 e a embargante protocolou petiÃ§Ã£o requerendo a reserva do valor referente aos honorÃ¡rios de sucumbÃªncia arbitrados na sentenÃ§a. Em seguida, a seguradora anexou o termo de acordo celebrado com os rÃ©us para pagamento da condenaÃ§Ã£o (fls. 0303/0304) e foi proferida sentenÃ§a julgando extinta a execuÃ§Ã£o diante do pagamento da condenaÃ§Ã£o. Na situaÃ§Ã£o em anÃ¡lise, observa-se que a embargante atuou durante toda a fase de conhecimento, portanto, nÃ£o resta dÃºvida de que lhe pertencem os honorÃ¡rios advocatÃ-cios fixados no percentual de 20% (vinte por cento) da condenaÃ§Ã£o. AliÃ¡s, cumpre salientar que os honorÃ¡rios incluÃ-dos na condenaÃ§Ã£o, por arbitramento ou sucumbÃªncia, pertencem ao advogado, tendo este direito autÃ´nomo para executar a sentenÃ§a nesta parte, conforme dispÃµe o art. 23 do Estatuto da OAB (lei n. 8.906/94). Neste ponto, a execuÃ§Ã£o dos honorÃ¡rios inclusive pode ser promovida nos mesmos autos da aÃ§Ã£o em que tenha atuado o advogado (Â§2Âº art. 24 da lei n. 8.906/94). Percebe-se, entÃ£o, que o embargante poderia ter apresentado petiÃ§Ã£o requerendo o cumprimento da sentenÃ§a na parte correspondente aos honorÃ¡rios de sucumbÃªncia arbitrados para a fase de conhecimento, porÃ©m nÃ£o o fez. Em sÃ-ntese, a advogada apenas requereu a retenÃ§Ã£o dos valores Ã s fls. 0251/0253, sendo que nunca houve depÃ³sito em juÃ-zo de valores. Â Neste viÃ©s, consta dos autos que o valor do acordo (R$57.547,26) foi pago diretamente Ã seguradora, por conseguinte, jamais foi expedido mandado de levantamento ou precatÃ³rio, que justificasse o deferimento ou indeferimento do pedido de retenÃ§Ã£o de valores, nos termos do Estatuto da OAB, que expressamente enuncia: Art. 22. A prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorÃ¡rios convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbÃªncia. Â§ 1Âº O advogado, quando indicado para patrocinar causa de juridicamente necessitado, no caso de impossibilidade da Defensoria PÃºblica no local da prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o, tem direito aos honorÃ¡rios fixados pelo juiz, segundo tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB, e pagos pelo Estado. Â§ 2Âº Na falta de estipulaÃ§Ã£o ou de acordo, os honorÃ¡rios sÃ£o fixados por arbitramento judicial, em remuneraÃ§Ã£o compatÃ-vel com o trabalho e o valor econÃ´mico da questÃ£o, nÃ£o podendo ser inferiores aos estabelecidos na tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB. Â§ 3Âº Salvo estipulaÃ§Ã£o em contrÃ¡rio, um terÃ§o dos honorÃ¡rios Ã© devido no inÃ-cio do serviÃ§o, outro terÃ§o atÃ© a decisÃ£o de primeira instÂ¢ncia e o restante no final. Â§ 4Âº Se o advogado fizer juntar aos autos o seu contrato de honorÃ¡rios antes de expedir-se o mandado de levantamento ou precatÃ³rio, o juiz deve determinar que lhe sejam pagos diretamente, por deduÃ§Ã£o da quantia a ser recebida pelo constituinte, salvo se este provar que jÃ¡ os pagou. (...) Art. 23. Os honorÃ¡rios incluÃ-dos na condenaÃ§Ã£o, por arbitramento ou sucumbÃªncia, pertencem ao advogado, tendo este direito autÃ´nomo para executar a sentenÃ§a nesta parte, podendo requerer que o precatÃ³rio, quando necessÃ¡rio, seja expedido em seu favor. Desta forma, nÃ£o existe qualquer omissÃ£o na decisÃ£o, pois nunca houve depÃ³sito judicial ou precatÃ³rio que possibilitasse a retenÃ§Ã£o da quantia, anotando-se que o procurador poderia a qualquer momento formular seu pedido de cumprimento da sentenÃ§a na parte que lhe cabe. Neste contexto, o recurso Ã© reflexo apenas do inconformismo da parte, sendo que os embargos de declaraÃ§Ã£o nÃ£o sÃ£o a via adequada para a pretensÃ£o de rediscussÃ£o da matÃ©ria, conforme reiteradas decisÃµes de nossos tribunais, dentre as quais: Â EMBARGOS DE DECLARAÃÃO EM APELAÃÃO CÃVEL - OMISSÃO - INOCORRÃNCIA - INCONFORMISMO COM O MÃRITO DA DECISÃO - "ERROR IN JUDICANDO" - INADEQUAÃÃO DA VIA ELEITA - EMBARGOS NÃO ACOLHIDOS. Â - Consoante dicÃ§Ã£o do art. 1.022 do CPC, os embargos de declaraÃ§Ã£o apenas tÃªm cabimento quando pesar sobre a decisÃ£o omissÃ£o ou obscuridade sobre ponto que relevante para o deslinde da causa e na hipÃ³tese de contradiÃ§Ã£o ou de erro material. Â - A pretensÃ£o de rediscutir matÃ©ria que jÃ¡ fora objeto de enfrentamento configura inconformismo com o resultado do julgamento, o qual deve ser manifestado pela via processual adequada. Â - Embargos de declaraÃ§Ã£o nÃ£o acolhidos. Â (TJMGÂ -Â Embargos de DeclaraÃ§Ã£o-Cv Â 1.0000.20.064328-6/002,

Relator(a): Des.(a) LÃ-lian Maciel , 20Âª CÃMARA CÃVEL, julgamento em 05/08/2020, publicaÃ§Ã£o da sÃºmula em 06/08/2020) EMBARGOS DE DECLARAÃÃO - DECISÃO QUE TRATOU DE TODAS AS ALEGAÃÃES SUSCITADAS - CONTRADIÃÃES, OMISSÃES E OBSCURIDADES INEXISTENTES - MERO INCONFORMISMO - PREQUESTIONAMENTO. Â - Os embargos de declaraÃ§Ã£o, que buscam tÃ£o somente reformar questÃµes jÃ¡ discutidas na decisÃ£o fustigada, demonstram apenas inconformismo por parte do embargante com o resultado do julgamento, desmerecendo, pois, acolhimento. Â - Mesmo para fins de prequestionamento, o cabimento dos embargos de declaraÃ§Ã£o deve adequar-se ao disposto no art. 619 e art. 620, ambos do CÃ³digo de Processo Penal. Â (TJMGÂ -Â Embargos de DeclaraÃ§Ã£o-Cr Â 1.0231.18.011916-7/002, Relator(a): Des.(a) Jaubert Carneiro Jaques , 6Âª CÃMARA CRIMINAL, julgamento em 14/07/2020, publicaÃ§Ã£o da sÃºmula em 29/07/2020) EMBARGOS DE DECLARAÃÃO EM APELAÃÃO CÃVEL - CONTRADIÃÃO - INOCORRÃNCIA - INCONFORMISMO COM O MÃRITO DA DECISÃO - "ERROR IN JUDICANDO" - INADEQUAÃÃO DA VIA ELEITA - EMBARGOS NÃO ACOLHIDOS. Â - Consoante dicÃ§Ã£o do art. 1.022 do CPC, os embargos de declaraÃ§Ã£o apenas tÃªm cabimento quando pesar sobre a decisÃ£o omissÃ£o ou obscuridade sobre ponto que relevante para o deslinde da causa e na hipÃ³tese de contradiÃ§Ã£o ou de erro material. Â - A pretensÃ£o de rediscutir matÃ©ria que jÃ¡ fora objeto de enfrentamento configura inconformismo com o resultado do julgamento, o qual deve ser manifestado pela via processual adequada. Â - Verificado que, ao alegar a existÃªncia de contradiÃ§Ã£o no acÃ³rdÃ£o, o embargante se vale de subterfÃºgio para provocar o reexame da matÃ©ria decidida, usando de expediente que imprime aos embargos declaratÃ³rios carÃ¡ter manifestamente protelatÃ³rio, deve ser aplicada a multa prevista no artigo 1.026, Â§2Âº do CPC, em montante nÃ£o superior a 2% do valor da causa. Â - Embargos de declaraÃ§Ã£o nÃ£o acolhidos. Â (TJMGÂ -Â Embargos de DeclaraÃ§Ã£o-Cv Â 1.0000.20.050690-5/002, Relator(a): Des.(a) LÃ-lian Maciel , 20Âª CÃMARA CÃVEL, julgamento em 05/08/2020, publicaÃ§Ã£o da sÃºmula em 06/08/2020) Concluo, entÃ£o, que a sentenÃ§a que julgou extinta a fase de execuÃ§Ã£o nÃ£o possui qualquer vÃ-cio, pois a Ãºnica execuÃ§Ã£o iniciada foi extinta diante do pagamento da obrigaÃ§Ã£o, sendo certo que os honorÃ¡rios arbitrados para a fase de conhecimento pertencem ao procurador da parte que atuou. Ante o exposto, conheÃ§o dos embargos de declaraÃ§Ã£o, haja vista que oferecidos no prazo legal, para rejeitÃ¡-los em face da ausÃªncia de contradiÃ§Ã£o, omissÃ£o ou obscuridade na sentenÃ§a. Publique-se. Registre-se. Intime-se. BelÃ©m, 05 de novembro de 2021 Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00163579320088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810500585 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Cumprimento de sentença em: 11/11/2021 AUTOR:MARIA DA SILVA BARBOSA Representante(s): OAB 2746 - HELENA CLAUDIA MIRALHA PINGARILHO (ADVOGADO) REU:FERNANDO ALVES DA SILVA Representante(s): TANIA LAURA LIMA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 13600 - AUGUSTO SEIKI KOZU (DEFENSOR) ADVOGADO:DRª TANIA LAURA LIMA DA SILVA REQUERIDO:FRANCISCA DAS CHAGAS DA SILVA Representante(s): OAB 3024 - ONEIDE MARIA BARROS DA SILVA (ADVOGADO) . Vistos etc, MARIA DA SILVA BARBOSA, devidamente qualificada nos autos, por intermÃ©dio de procurador judicial, iniciou o cumprimento da sentenÃ§a proferida nos autos da AÃ§Ã£o de Despejo que ajuizou em face de FERNANDO ALVES DA SILVA, igualmente identificado.Â Em sua petiÃ§Ã£o, indicou que o valor atualizado dos aluguÃ©is devidos pela parte alcanÃ§aria o montante de R$126.621,15 (cento e vinte e seis mil, seiscentos e vinte e um reais e quinze centavos) que, acrescido dos honorÃ¡rios da sucumbÃªncia fixados em 15% (quinze por cento) da condenaÃ§Ã£o (R$18.993,17), totalizaria R$145.614,32 (cento e quarenta e cinco mil, seiscentos e quatorze reais e trinta e dois centavos). Â Em seguida, a viÃºva do executado informou o falecimento da parte no curso da aÃ§Ã£o e requereu seu ingresso na lide, apresentando a impugnaÃ§Ã£o ao cumprimento da sentenÃ§a de fls. 0204/0205, na qual arguiu a nulidade do processo por ausÃªncia de citaÃ§Ã£o e o excesso de execuÃ§Ã£o. Â Por fim, a exequente manifestou-se acerca da impugnaÃ§Ã£o apresentada, afirmando estar superada a discussÃ£o acerca da ausÃªncia de citaÃ§Ã£o da parte em face da preclusÃ£o temporal, alÃ©m do que negou o excesso de cobranÃ§a. Ã o relatÃ³rio. Decido. Trata-se de impugnaÃ§Ã£o ao cumprimento de sentenÃ§a na qual a viÃºva do executado sustentou a nulidade do processo, por nÃ£o ter sido incluÃ-da na lide nem citada na fase de conhecimento da aÃ§Ã£o.Â Nesse viÃ©s, ressaltou que o requerido, em sua contestaÃ§Ã£o, pleiteou o ingresso da impugnante no polo passivo da lide, tendo em vista a ausÃªncia de contrato de locaÃ§Ã£o celebrado entre as partes, contudo defendeu que tal questÃ£o nÃ£o foi analisada pelo JuÃ-zo, prosseguindo-se a demanda somente em face de seu falecido esposo. Por outro lado, destacou que os cÃ¡lculos apresentados pela exequente estÃ£o incorretos, por ter incluÃ-do o percentual de 15% (quinze por cento) a tÃ-tulo de honorÃ¡rios da sucumbÃªncia, em desacordo com a sentenÃ§a proferida nos autos. A exequente, de sua parte, defendeu a correÃ§Ã£o de sua planilha de dÃ©bito, destacando que todos os valores discriminados no cÃ¡lculo sÃ£o devidos pela parte. Ademais, enfatizou

ser inquestionÃ¡vel o intento da impugnante em suscitar tema jÃ¡ acobertado pela coisa julgada material, nÃ£o cabendo neste momento levantar tal discussÃ£o. O CPC/2015, seguindo a legislaÃ§Ã£o anterior, preceitua que o executado, independentemente de penhora ou nova intimaÃ§Ã£o, apresente sua impugnaÃ§Ã£o, na qual poderÃ¡ alegar, dentre outras matÃ©rias, a nulidade da citaÃ§Ã£o e o excesso de execuÃ§Ã£o ou cumulaÃ§Ã£o indevida de execuÃ§Ãµes (incisos I e V do art. 525). Inicialmente, convÃ©m destacar que o rÃ©u/executado faleceu no curso da aÃ§Ã£o e a viÃºva, Sra. Francisca das Chagas Costa da Silva, requereu a sua habilitaÃ§Ã£o no feito a fim de suceder a parte falecida, apresentando a impugnaÃ§Ã£o de fls. 0204/0205. O CÃ³digo de Processo Civil/2015 assim enuncia: Art. 110. Ocorrendo a morte de qualquer das partes, dar-se-Ã¡ a sucessÃ£o pelo seu espÃ³lio ou pelos seus sucessores, observado o disposto no art. 3131, Â§Â§1Âº e 2Âº. Desta forma, ocorrendo a morte de uma das partes no curso do processo, a aÃ§Ã£o deverÃ¡ prosseguir com o seu espÃ³lio ou com seus herdeiros, intimando-se o inventariante ou os sucessores para procederem a sucessÃ£o processual da parte falecida, com a sua consequente habilitaÃ§Ã£o no processo. Com efeito, nÃ£o havendo notÃ-cia acerca do ajuizamento da aÃ§Ã£o de inventÃ¡rio do devedor falecido Fernando Alves da Silva, nem informaÃ§Ã£o em sua certidÃ£o de Ã³bito de que o mesmo tenha deixado descendentes, nÃ£o hÃ¡ Ã³bice para que a sucessÃ£o processual do executado seja feita na pessoa da viÃºva meeira, na forma do art. 110 do CÃ³digo de Processo Civil, com a consequente apreciaÃ§Ã£o da impugnaÃ§Ã£o apresentada. No caso vertente, a sucessora processual do executado pretende que seja declarada a inexigibilidade da sentenÃ§a proferida nos autos, em face de irregularidades processuais ocorridas no curso da lide decorrentes da falta de sua citaÃ§Ã£o, assim como, seja reconhecida a cobranÃ§a indevida de honorÃ¡rios advocatÃ-cios no percentual de 15% (quinze por cento) sobre a condenaÃ§Ã£o, uma vez que foi conferido ao executado o benefÃ-cio da assistÃªncia judiciÃ¡ria. Sabe-se que apÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, nÃ£o Ã© possÃ-vel declarar a nulidade de atos ocorridos no processo antes da referida decisÃ£o, na medida em que os vÃ-cios dos atos processuais se transformam em causa de rescindibilidade da sentenÃ§a. Todavia, a norma legal admite que a falta ou a nulidade da citaÃ§Ã£o sejam alegadas na impugnaÃ§Ã£o ao cumprimento de sentenÃ§a. Ocorre que, inexiste nos presentes autos o vÃ-cio de citaÃ§Ã£o alegado pela impugnante, uma vez que a sentenÃ§a proferida nos autos manifestou-se, claramente, acerca da preliminar arguida pelo rÃ©u em sua contestaÃ§Ã£o, indeferindo o pedido da parte de inclusÃ£o da Sra. Francisca das Chagas Costa da Silva noÂ polo passivo da presente demanda, uma vez que o prÃ³prio requerido afirmou ter alugado o imÃ³vel e, nÃ£o, sua esposa. Neste ponto, vale acrescentar que a aÃ§Ã£o de despejo nÃ£o se enquadra na definiÃ§Ã£o de aÃ§Ã£o petitÃ³ria, a qual exige a citaÃ§Ã£o do cÃ´njuge. Exsurge, claro, entÃ£o, que a ausÃªncia de citaÃ§Ã£o da impugnante na fase de conhecimento da aÃ§Ã£o nÃ£o enseja a nulidade do processo, por ter sido indeferido o pedido do rÃ©u de sua inclusÃ£o no feito. AliÃ¡s, nÃ£o havia motivo para que a peticionante fosse citada nos autos, uma vez que a mesma nÃ£o alugou o imÃ³vel objeto da presente discussÃ£o e considera-se parte da lide a pessoa que figura numa determinada relaÃ§Ã£o jurÃ-dica processual. Sobre o tema: `APELAÃÃES CÃVEIS. AÃÃO CÃVEL PÃBLICA. PARCELAMENTO IRREGULAR DO SOLO URBANO. ILEGITIMIDADE PASSIVA AFASTADA. - O apelante associou-se com outras pessoas para se beneficiar com a comercializaÃ§Ã£o irregular de lotes, firmando vÃ¡rios contratos de cessÃ£o direitos de partes ideais, sem a observÃ¢ncia das normas legais, circunstÃ¢ncia que o torna parte legÃ-tima passiva, nos termos do art. 47 da Lei nÂº 6.766/79. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÃRIO PÃBLICO RECONHECIDA. - No campo de loteamentos clandestinos ou irregulares, o MinistÃ©rio PÃºblico estÃ¡ legitimado a agir em razÃ£o da presenÃ§a de interesse difuso (tutela da ordem urbanÃ-stica e/ou do meio ambiente). ALEGAÃÃO DE PRESCRIÃÃO RECHAÃADA. - Na hipÃ³tese dos autos, a irregularidade se prolonga no tempo, renovando-se a cada dia, razÃ£o pela qual nÃ£o hÃ¡ que se falar em prescriÃ§Ã£o. AUSÃNCIA DE CITAÃÃO DOS ATUAIS PROPRIETÃRIOS. AUSÃNCIA DE NULIDADE. - A ausÃªncia dos atuais proprietÃ¡rios no pÃ³lo passivo da aÃ§Ã£o nÃ£o enseja a nulidade do processo, pois a formaÃ§Ã£o de litisconsÃ³rcio passivo necessÃ¡rio somente seria exigÃ-vel caso o pedido da aÃ§Ã£o fosse direcionado para o desfazimento do loteamento ou Ã desocupaÃ§Ã£o dos lotes, o que nÃ£o se verifica na hipÃ³tese, em que os adquirentes dos lotes, alÃ©m de nÃ£o poderem ser responsabilizados pela regularizaÃ§Ã£o do loteamento, serÃ£o beneficiados com o resultado do litÃ-gio. INCLUSÃO DO REGISTRO DE IMÃVEIS NO POLO PASSIVO. DESNECESSIDADE. - Descabe a alegaÃ§Ã£o de que Oficial do Registro de ImÃ³veis do MunicÃ-pio de ViamÃ£o deveria ter integrado a lide, pois o objeto da aÃ§Ã£o Ã© de regularizaÃ§Ã£o de loteamento, cuja responsabilidade Ã© dos loteadores e, subsidiariamente, do municÃ-pio de ViamÃ£o. SÃTIO DE LAZER. FORMA DE PARCELAMENTO DO SOLO URBANO. NECESSIDADE DE OBSERVÃNCIA Ã LEI 6.766/79. SENTENÃA DE PROCEDÃNCIA DO PEDIDO MANTIDA. - O ÃrgÃ£o Especial deste Tribunal, em 1998, ao apreciar a (in)constitucionalidade do Â§3Â° do art. 47 da Lei Municipal de ViamÃ£o nÂº 2.520/96, firmou a orientaÃ§Ã£o no sentido de os denominados "Clubes de

Lazer" ou "SÃ-tios de Lazer" constituem forma de parcelamento urbano, o que significa dizer que devem observar as disposiÃ§Ãµes da Lei nÂ° 6.766/79. - No caso, os documentos colacionados aos autos, em especial o relatÃ³rio de vistoria, as declaraÃ§Ãµes de compradores, a declaraÃ§Ã£o e manifestaÃ§Ã£o do rÃ©u Marco AntÃ´nio, alÃ©m das reportagens, demonstram, de forma estreme de dÃºvidas, que havia a compra e venda de "sÃ-tios de lazer" o que - por certo - nÃ£o se afigura como imÃ³vel rural, ainda que situado em zona assim definida no municÃ-pio. APELAÃÃES DESPROVIDAS SENTENÃA MANTIDA, NO MAIS, EM REEXAME NECESSÃRIOÂ¿ (ApelaÃ§Ã£o e Reexame NecessÃ¡rio, NÂº 70070343306, VigÃ©sima Segunda CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Marilene Bonzanini, Julgado em: 13-10-2016). Enfim, Ã© importante destacar que o juÃ-zo de segundo grau conheceu parcialmente do recurso interposto pelo rÃ©u para dar provimento ao pedido de justiÃ§a gratuita, em face da SÃºmula 6 deste EgrÃ©gio Tribunal, nos termos do acÃ³rdÃ£o proferido nos autos (fls. 0160/0165). Ora, para que sejam executados os honorÃ¡rios da sucumbÃªncia devidos pela parte beneficiÃ¡ria da justiÃ§a gratuita, Ã© necessÃ¡rio que o credor demonstre nos autos a alteraÃ§Ã£o nas condiÃ§Ãµes econÃ´micas do vencido, isto Ã©, que nÃ£o mais perdura o seu estado de carÃªncia, a sua situaÃ§Ã£o de hipossuficiÃªncia, conforme tem, repetidamente, decidido, nossos tribunais, senÃ£o vejamos: APELAÃÃO - CUMPRIMENTO DE SENTENÃA - PretensÃ£o do Exequente Ã satisfaÃ§Ã£o de crÃ©dito decorrente de honorÃ¡rios advocatÃ-cios sucumbenciais - Executada beneficiÃ¡ria de gratuidade e justiÃ§a - DemonstraÃ§Ã£o de atual inexistÃªncia de situaÃ§Ã£o de insuficiÃªncia de recursos - Art. 98, Â§ 3Âº, do CPC - Possibilidade de prosseguimento do cumprimento de sentenÃ§a - SentenÃ§a reformada para rejeitar a impugnaÃ§Ã£o ao cumprimento de sentenÃ§a - ApelaÃ§Ã£o providaÂ (TJSP; Â ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel 0000462-94.2019.8.26.0614; Relator (a):Â Ana Liarte; Ãrgão Julgador: 4Âª CÃ¢mara de Direito PÃºblico; Foro de TambaÃº -Â Vara Ãnica; Data do Julgamento: 05/11/2021; Data de Registro: 05/11/2021) Portanto, como nÃ£o consta nos autos qualquer prova da modificaÃ§Ã£o na renda do devedor falecido que possibilite a execuÃ§Ã£o da verba de sucumbÃªncia devida pela parte beneficiÃ¡ria da gratuidade da justiÃ§a, consequentemente, a execuÃ§Ã£o dos honorÃ¡rios deve permanecer suspensa, na medida em que ainda perdura a situaÃ§Ã£o de pobreza do executado. Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a impugnaÃ§Ã£o apresentada ao presente cumprimento de sentenÃ§a, somente para excluir do cÃ¡lculo apresentado pela credora o valor dos honorÃ¡rios da sucumbÃªncia, correspondente a 15% (quinze por cento) do valor da obrigaÃ§Ã£o, em face da parte nÃ£o ter comprovado alteraÃ§Ã£o na situaÃ§Ã£o econÃ´mica do executado que possibilite a cobranÃ§a da verba honorÃ¡ria, que deverÃ¡ permanecer suspensa e, por conseguinte, determinar que o valor correto da condenaÃ§Ã£o Ã© o valor do dÃ©bito originÃ¡rio com os acrÃ©scimos legais (R$126.621,15), adicionado das penalidades previstas no art. 523, Â§1Âº do CPC/15, isto Ã©,Â da multa de 10% (R$12.662,11) e, tambÃ©m, de honorÃ¡rios de advogado de dez por cento (R$12.662,11). Anotando-se que os honorÃ¡rios da segunda fase, tambÃ©m, ficam suspensos. Intime-se a credora para indicar bens do executado passÃ-veis de constriÃ§Ã£o e apresentar a planilha atualizada do dÃ©bito. Intime-se. BelÃ©m, 09 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito Certifico que o despacho acima foi resenhado em ___/___/2021 e publicado no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Â¿o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. PROCESSO: 00173340220138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Inventário em: 11/11/2021 INVENTARIANTE:REINALDO MAGNO DOS SANTOS Representante(s): OAB 14220 - FABIO ROGERIO MOURA MONTALVAO DAS NEVES (ADVOGADO) INVENTARIADO:ADALGISA DA COSTA MAGNO INVENTARIADO:FRANCISCO BARROSO MAGNO INTERESSADO:UBIRACY MAGNO CORDEIRO Representante(s): OAB 14220 - FABIO ROGERIO MOURA MONTALVAO DAS NEVES (ADVOGADO) . Trata-se de AÃ§Ã£o de InventÃ¡rio dos bens deixados por falecimento de Adalgisa da Costa Magno e Francisco Barroso Magno, em que foi nomeado inventariante o Sr. Reinaldo Magno dos Santos, que prestou compromisso Ã s fls. 058, bem como, apresentou as primeiras declaraÃ§Ãµes, conforme termo de fls.063/064. Verifica-se que os herdeiros ainda nÃ£o foram regularmente citados, com exceÃ§Ã£o de SÃ¢mia, Ronaldo, Raimundo e Ubiracy, este Ãºltimo se habilitou Ã s fls.099. Ademais, observa-se que o inventariante nÃ£o juntou aos autos a prova da propriedade do Ãºnico bem a ser partilhado, mediante certidÃ£o do registro de imÃ³vel com sua respectiva matrÃ-cula. Ora, sabe-se que o objetivo da aÃ§Ã£o de inventÃ¡rio Ã© apurar os bens da pessoa falecida com vistas Ã partilha entre seus herdeiros, sendo certo que Ã© indispensÃ¡vel a prova da propriedade para que os bens possam ser transmitidos aos seus herdeiros. Assim sendo, chamo a ordem o presente processo, para intimar o inventariante a emendar a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, anexando aos autos a prova da propriedade do Ãºnico deixado pelos falecidos, objeto da partilha, por se tratar de documento indispensÃ¡vel Ã propositura da aÃ§Ã£o (art. 320 do NCPC), sob pena de indeferimento da

petiÃ§Ã£o, na forma do art. 321, parÃ¡grafo Ãºnico do Novo CÃ³digo de Processo Civil. Intime-se. ApÃ³s voltem conclusos. BelÃ©m, 11 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito Certifico que a decisÃ£o acima foi resenhada em ___/___/2021 e publicada no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. PROCESSO: 00190211420138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Inventário em: 11/11/2021 INVENTARIANTE:MICHELLY DO SOCORRO BATISTA SANTOS Representante(s): OAB 12226 - WELLYDA CARLA ROSA BARCELOS (ADVOGADO) INVENTARIADO:MANOEL ALVES DOS SANTOS INVENTARIADO:JACIRA COIMBRA SANTOS. Cite-se o herdeiro AntÃ´nio Coimbra Santos JÃºnior, por mandado a ser cumprido pelo Sr. Oficial de JustiÃ§a, no endereÃ§o indicado Ã s fls.0156 (Centro de RecuperaÃ§Ã£o Especial Coronel AnastÃ¡cio das Neves - CECRAN), para os termos do presente inventÃ¡rio, encaminhando-se cÃ³pia das primeiras declaraÃ§Ãµes. Por outro lado, indefiro o pedido de fls.0156, para expediÃ§Ã£o de ofÃ-cio ao locatÃ³rio do imÃ³vel objeto da partilha, pois Ã© dever do inventariante a administraÃ§Ã£o dos bens do espÃ³lio, devendo, inclusive, representÃ¡-lo ativa e passivamente, em juÃ-zo ou fora dele, nos termos do art. 618, incisos I e II do CPC. Por fim, intime-se o inventariante para providenciar os documentos solicitados pela Fazenda PÃºblica Estadual Ã s fls.0107/0108, com vistas Ã apuraÃ§Ã£o do imposto devido e eventuais dÃ©bitos. Intime-se. BelÃ©m, 09 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito CERTIDÂ¿O Certifico que o despacho acima foi resenhado em ____/____/2021 e publicado no DJE no dia ____/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ____/____/2021. PROCESSO: 00197310420088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810612637 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Cumprimento de sentença em: 11/11/2021 AUTOR:BELTUBOBELEM TUBO COMERCIO LTDA Representante(s): OAB 6778 - MARLUCE ALMEIDA DE MEDEIROS (ADVOGADO) OAB 16101 - SAMUEL CUNHA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) REU:TIM CELULAR SA Representante(s): OAB 12268 - CASSIO CHAVES CUNHA (ADVOGADO) OAB 12315 - DEBORA VIEIRA PARAENSE (ADVOGADO) OAB 7747 - ALAN HENRIQUE TRINDADE BATISTA (ADVOGADO) OAB 9665 - BRUNO BRASIL DE CARVALHO (ADVOGADO) OAB 16689 - IARA DE SOUSA GOMES (ADVOGADO) OAB 112620 - FLAVIA VIANA DE MELO (ADVOGADO) . Vistos etc. BELTUBO BELÃM TUBO COMÃRCIO LTDA, devidamente qualificada nos autos, por intermÃ©dio de procurador judicial, apresentou os presentes Embargos de DeclaraÃ§Ã£o da decisÃ£o de fls. 0152, com fundamento no art. 1.022 do CÃ³digo de Processo Civil. Em suma, o embargante alegou a existÃªncia de erro material na decisÃ£o, na medida em que os valores pertencem ao exequente, portanto o alvarÃ¡ deveria ser expedido em seu nome para levantamento dos valores bloqueados. O embargado foi intimado e apresentou manifestaÃ§Ã£o Ã s fls. 0168/0169. Ã o relatÃ³rio. Decido. Trata-se de Embargos de DeclaraÃ§Ã£o, com fundamento no art. 1.022 do CÃ³digo de Processo Civil, da decisÃ£o de fls. 0152, na qual JuÃ-zo determinou a expediÃ§Ã£o de alvarÃ¡ judicial para levantamento do valor bloqueado. Os Embargos de DeclaraÃ§Ã£o devem ser conhecidos, na medida em que foram opostos dentro do prazo legal, conforme certidÃ£o anexada aos autos. DispÃµe o CÃ³digo de Processo Civil: Art. 1.022. Cabem embargos de declaraÃ§Ã£o contra qualquer decisÃ£o judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradiÃ§Ã£o; II - suprimir omissÃ£o de ponto ou questÃ£o sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofÃ-cio ou a requerimento. No caso concreto, observa-se que o executado/rÃ©u realizou o depÃ³sito voluntÃ¡rio da quantia de R$8.871,11 (oito mil oitocentos e setenta e um reais e onze centavos), no entanto, nÃ£o incluiu em seu cÃ¡lculo o valor referente aos juros de mora de 1% (um por cento) ao mÃªs, conforme documento de fls. 0101. Assim, foi realizada a penhora eletrÃ´nica da diferenÃ§a devida, na medida em que o executado nÃ£o realizou o depÃ³sito integral da condenaÃ§Ã£o, conforme documentos de fls. 0134/00140. Neste ponto, cabe salientar que o executado, apesar de intimado, nÃ£o contestou a existÃªncia da indisponibilidade, a qual foi convertida em penhora. Em suma, o valor penhorado de fato pertence ao exequente, na medida em que o depÃ³sito espontÂ¢neo nÃ£o contemplou o valor referente aos juros de mora que incidiam sobre o valor da indenizaÃ§Ã£o fixada, portanto, o alvarÃ¡ deve ser expedido em favor do exequente. Ante o exposto, conheÃ§o dos embargos de declaraÃ§Ã£o, haja vista que oferecidos no prazo legal, para acolhÃª-los em face da existÃªncia de erro na decisÃ£o, na medida em que o competente alvarÃ¡ para levantamento do valor bloqueado deve ser expedido em nome do exequente. Em seguida, arquive-se dando baixa na distribuiÃ§Ã£o. Intime-se. BelÃ©m, 8 de novembro de 2021 Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00199493620068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610598756 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Cumprimento de sentença em: 11/11/2021 AUTOR:COOPERFORTE - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO Representante(s): OAB

3771 - PEDRO JOSE COELHO PINTO (ADVOGADO) OAB 10011 - SADI BONATTO (ADVOGADO) REU:ABILIO CESAR CANSANCAO PRESTES Representante(s): OAB 7359 - TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 11003 - SAVIO BARRETO LACERDA LIMA (ADVOGADO) . Trata-se de Cumprimento de SentenÃ§a em que o devedor, regularmente intimado, nÃ£o efetuou o pagamento da obrigaÃ§Ã£o no prazo legal, assim sendo, defiro o pedido de penhora on-line via BacenJud. Intime-se. BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito CERTIDÃO Certifico que o despacho acima foi resenhado em ___/___/2021 e publicado no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. PROCESSO: 00199493620068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610598756 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Cumprimento de sentença em: 11/11/2021 AUTOR:COOPERFORTE - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO Representante(s): OAB 3771 - PEDRO JOSE COELHO PINTO (ADVOGADO) OAB 10011 - SADI BONATTO (ADVOGADO) REU:ABILIO CESAR CANSANCAO PRESTES Representante(s): OAB 7359 - TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 11003 - SAVIO BARRETO LACERDA LIMA (ADVOGADO) . Realizada a penhora on line observa-se que nÃ£o foi precificado o valor bloqueado. Assim sendo, expeÃ§a-se ofÃ-cio ao Banco ItaÃº Unibanco S.A para que informe expressamente o valor bloqueado na conta do devedor. ApÃ³s voltem os autos conclusos. Intime-se. BelÃ©m, 09 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito CERTIDÃO Certifico que a decisÃ£o acima foi resenhada em ___/___/2021 e publicada no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. PROCESSO: 00208657820098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910452678 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Cumprimento de sentença em: 11/11/2021 AUTOR:LIDER SUPERMERCADOS E MAGAZINE LTDA Representante(s): OAB 9296 - ISIS KRISHINA REZENDE SADECK (ADVOGADO) REU:MARIA JOSEPHA CARNEIRO DE AZEVEDO Representante(s): OAB 14211 - RAIMUNDO CLARINDO CARVALHO (ADVOGADO) . Trata-se de Cumprimento de SentenÃ§a ajuizada por Â LIDER SUPERMERCADOS E MAGAZINE LTDA em desfavor de Â MARIA JOSEPHA CARNEIRO DE AZEVEDO, em que realizada a pesquisa de valores via Sisbajud, foi bloqueado o valor parcial da dÃ-vida, no montante de R$1.524,87 (um mil e quinhentos e vinte e quatro reais e oitenta e sete centavos), conforme ordem de bloqueio de fls. 075/076 Ocorre que, a devedora devidamente intimada requereu o desbloqueio do montante penhorado em suas contas, afirmando que as contas de nÂº 645.270-1 e nÂ°197.000-3, mantidas junto ao Banco Bradesco e Banco do Brasil sÃ£o absolutamente impenhorÃ¡veis, na forma do art. 833, incisos IV, do CPC , por se tratar de valores recebidos de aposentadoria e de pensÃ£o, conforme comprovante de rendimento mensal de fls.090 e fls.092 Ora, Ã© cediÃ§o que os vencimentos, subsÃ-dios, soldos, salÃ¡rios, remuneraÃ§Ãµes de proventos de aposentadoria, pensÃµes, pecÃºlios e montepios, bem como, as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua famÃ-lia, os ganhos de trabalhador autÃ´nomo e os honorÃ¡rios de profissional liberal e, ainda, a quantia depositada em caderneta de poupanÃ§a atÃ© o limite de quarenta (40) salÃ¡rios mÃ-nimos sÃ£o impenhorÃ¡veis, conforme estabelecia o art. 649 do CÃ³digo de Processo Civil de 1916, reprisado no art. 833 NCPC, in verbis: Â¿Art. 833. SÃ£o impenhorÃ¡veis: I - (...) IV - os vencimentos, os subsÃ-dios, os soldos, os salÃ¡rios, as remuneraÃ§Ãµes, os proventos de aposentadoria, as pensÃµes, os pecÃºlios e os montepios, bem como, as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua famÃ-lia, os ganhos de trabalhador autÃ´nomo e os honorÃ¡rios de profissional liberal, ressalvado o Â§2Âº; (...) X - a quantia depositada em caderneta de poupanÃ§a, atÃ© o limite de 40 (quarenta) salÃ¡rios mÃ-nimos;Â¿ Â No caso concreto, observa-se que a devedora anexou comprovantes de rendimentos de aposentadoria e pensÃ£o, bem como extrato das contas correntes mantidas do Banco Bradesco e Banco do Brasil na qual verifica-se a existÃªncia de depÃ³sitos referentes a aposentadoria e pensÃ£o da devedora. Assim sendo, constata-se que os valores bloqueados nas constas de nÂº 645.270-1 e nÂ°197.000-3, mantidas junto ao Banco Bradesco e Banco do Brasil, respectivamente, se referem ao depÃ³sito deÂ valores de carÃ¡ter salarial , sendo, portanto, absolutamente impenhorÃ¡veis na forma do art. 833, incisos IV CÃ³digo de Processo Civil. Nesse sentido, aliÃ¡s, as decisÃµes de nossos tribunais: Â¿AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO TRIBUTÃRIO. EXECUÃÃO FISCAL. PENHORA "ON-LINE". PESSOA FÃSICA. VERBA ALIMENTAR. DESCABIMENTO. NÃ£o hÃ¡ possibilidade de penhora "on-line" de numerÃ¡rio em conta bancÃ¡ria de pessoa fÃ-sica proveniente de salÃ¡rio, bem impenhorÃ¡vel. AplicaÃ§Ã£o do artigo 649, IV, do CPC. Precedentes do TJRGS e STJ. Agravo de instrumento a que se nega seguimentoÂ¿ (Agravo de Instrumento NÂº 70053342622, VigÃ©sima Segunda CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Carlos Eduardo Zietlow Duro, Julgado em 22/02/2013). Ante o exposto, defiro o pedido de fls. 81, para determinar o

desbloqueio da conta de nÂº 645.270-1 mantida no Banco Bradesco, conta de nÂ°197.000-3 mantida junto ao Banco do Brasil por ser valores de carÃ¡ter salarial, bem como na conta mantida no Banco ItaÃº no valor de R$123,75 (cento e vinte e trÃªs reais e setenta e cinco centavos) por ser valor irrisÃ³rio. Por outro lado, realizada a pesquisa eletrÃ´nica Renajud foi encontrado um veÃ-culo que consta restriÃ§Ã£o referente a contrato de alienaÃ§Ã£o fiduciÃ¡ria. Entretanto, os tribunais superiores jÃ¡ decidiram que o bem alienado fiduciariamente, por nÃ£o integrar o patrimÃ´nio do devedor, nÃ£o pode ser objeto de penhora. Entretanto, Ã© possÃ-vel que os direitos do devedor fiduciante oriundos do contrato sejam constritos. SenÃ£o vejamos: AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÃÃO DE EXECUÃÃO DE TÃTULO EXTRAJUDICIAL. DÃBITO CONDOMINIAL. PENHORA SOBRE O IMÃVEL GERADOR DO DÃBITO QUE ESTÃ ALIENADO FIDUCIARIAMENTE. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. Ã deficiente a fundamentaÃ§Ã£o do recurso especial em que a alegaÃ§Ã£o de ofensa aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015 se faz de forma genÃ©rica, sem a demonstraÃ§Ã£o exata dos pontos em relaÃ§Ã£o aos quais o acÃ³rdÃ£o se fez omisso, contraditÃ³rio ou obscuro. IncidÃªncia da SÃºmula 284 do STF. 2. O Superior Tribunal de JustiÃ§a firmou o entendimento de que "o bem alienado fiduciariamente, por nÃ£o integrar o patrimÃ´nio do devedor, nÃ£o pode ser objeto de penhora. Nada impede, contudo, que os direitos do devedor fiduciante oriundos do contrato sejam constritos" (AgInt no AREsp 1.370.727/SP, Rel. Ministro Marco AurÃ©lio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 25/03/2019, DJe de 28/03/2019). 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1819186/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÃJO, QUARTA TURMA, julgado em 04/02/2020, DJe 13/02/2020) Portanto, informo que foi inserida restriÃ§Ã£o de transferÃªncia do referido veÃ-culo no sistema Renajud, conforme comprovante em anexo. Intime-se as partes para se manifestarem acerca da pesquisa realizada no sistema Renajud. Ademais, intime-se a devedora para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar que preenche os pressupostos legais Ã concessÃ£o da gratuidade da justiÃ§a, sob pena de indeferimento do pedido de justiÃ§a gratuita. Por fim, promovo o desbloqueio dos valores constantes nas contas mantidas junto ao Banco Bradesco, Banco do Brasil e Caixa EconÃ´mica Federal. Intime-se. BelÃ©m, 9 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito CERTIDÃO Certifico que a decisÃ£o acima foi resenhada em ___/___/2021 e publicada no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. PROCESSO: 00213905120088140301 PROCESSO ANTIGO: 20081066805 2 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Despejo por Falta de Pagamento em: 11/11/2021 REU:CARLOS LOURENCO SACHES PINTO Representante(s): OAB 1769 - AMADEU ALMIR BOGEA (ADVOGADO) OAB 7244 - TEMISTOCLES ALMIR BOGEA (ADVOGADO) OAB 13130 - DALMERIO MENDES DIAS (ADVOGADO) AUTOR:MARIA DO PERPETUO SOCORRO FURTADO NEVES Representante(s): OAB 11238 - WILSON JOSE DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 11734 - ROMUALDO BACCARO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 16547 - CARLOS ALIEL GONCALVES MAIA (ADVOGADO) OAB 16770 - SAMYA LETICIA SANTOS DE SOUZA (ADVOGADO) REU:ALBERTO PISMEL DE BRITO XAVIER Representante(s): OAB 15441-B - DIEGO SAMPAIO SOUSA (ADVOGADO) . Vistos etc. CARLOS ALBERTO PISMEL DE BRITO e MARIA DO PERPETUO SOCORRO FURTADO NEVES, devidamente qualificado nos autos, por intermÃ©dio de procurador judicial, apresentou os presentes Embargos de DeclaraÃ§Ã£o da decisÃ£o de fls. 0347/0351, com fundamento no art. 1.022 do CÃ³digo de Processo Civil. Em suma, a embargante/fiador alegou ser contraditÃ³ria decisÃ£o no que se refere a fixaÃ§Ã£o dos honorÃ¡rios de sucumbÃªncia arbitrados em R$1.500,00 (mil quinhentos reais), pois defende que a verba deveria ser fixada em percentual sobre o proveito econÃ´mico alcanÃ§ado. Por outro lado, o embargante/autor alegou que houve omissÃ£o quanto a exclusÃ£o do fiador, na medida em que o acordo nÃ£o foi cumprido. Os embargados foram intimados, mas apenas o autor manifestou-se acerca dos embargos de fls. 0352/0361. Ã o relatÃ³rio. Decido. Trata-se de Embargos de DeclaraÃ§Ã£o, com fundamento no art. 1.022 do CÃ³digo de Processo Civil, da decisÃ£o de fls. 0347/351, que julgou procedente o pedido formulado pelo executado na impugnaÃ§Ã£o ao cumprimento da sentenÃ§a, reduzindo a multa contratual. AlÃ©m do que, o fiador foi excluÃ-do da lide e a exequente condenada a pagar honorÃ¡rios de sucumbÃªncia no valor de R$1.500,00 (mil e quinhentos reais). Os Embargos de DeclaraÃ§Ã£o devem ser conhecidos, na medida em que foram opostos dentro do prazo legal, conforme certidÃ£o anexada aos autos. DispÃµe o CÃ³digo de Processo Civil: Art. 1.022. Cabem embargos de declaraÃ§Ã£o contra qualquer decisÃ£o judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradiÃ§Ã£o; II - suprimir omissÃ£o de ponto ou questÃ£o sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofÃ-cio ou a requerimento. No caso concreto, nÃ£o existe qualquer vÃ-cio na decisÃ£o que excluiu o fiador da execuÃ§Ã£o, uma vez que o termo de acordo assinado pelas partes Ã© cristalino quanto a concordÃ¢ncia da credora em exclui-lo do polo passivo da presente aÃ§Ã£o apÃ³s o pagamento dos valores indicados no parÃ¡grafo primeiro da clÃ¡usula segunda. Desta forma, o fiador claramente nÃ£o

garantiu o adimplemento da prorrogaÃ§Ã£o do contrato previsto na clÃ¡usula terceira, responsabilizando-se apenas pelo pagamento das parcelas previstas no paragrafo primeiro da clÃ¡usula segunda. Ademais, nÃ£o existe qualquer contradiÃ§Ã£o no que se refere a fixaÃ§Ã£o dos honorÃ¡rios, que foram arbitrados de acordo com o trabalho realizado, o tempo exigido para seu serviÃ§o, o lugar da prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o, dentre outras circunstÃ¢ncias, nos termos do art. 85 do CPC. Em suma, parece extremamente excessivo arbitrar 10% do valor da execuÃ§Ã£o (R$305.350,00) pela apresentaÃ§Ã£o de uma Ãºnica petiÃ§Ã£o, por conseguinte, o recurso Ã© reflexo apenas do inconformismo da parte, sendo que os embargos de declaraÃ§Ã£o nÃ£o sÃ£o a via adequada para a pretensÃ£o de rediscussÃ£o da matÃ©ria, conforme reiteradas decisÃµes de nossos tribunais, dentre as quais: Â EMBARGOS DE DECLARAÃÃO EM APELAÃÃO CÃVEL - OMISSÃO - INOCORRÃNCIA - INCONFORMISMO COM O MÃRITO DA DECISÃO - "ERROR IN JUDICANDO" - INADEQUAÃÃO DA VIA ELEITA - EMBARGOS NÃO ACOLHIDOS. Â - Consoante dicÃ§Ã£o do art. 1.022 do CPC, os embargos de declaraÃ§Ã£o apenas tÃªm cabimento quando pesar sobre a decisÃ£o omissÃ£o ou obscuridade sobre ponto que relevante para o deslinde da causa e na hipÃ³tese de contradiÃ§Ã£o ou de erro material. Â - A pretensÃ£o de rediscutir matÃ©ria que jÃ¡ fora objeto de enfrentamento configura inconformismo com o resultado do julgamento, o qual deve ser manifestado pela via processual adequada. Â - Embargos de declaraÃ§Ã£o nÃ£o acolhidos. Â (TJMGÂ -Â Embargos de DeclaraÃ§Ã£o-Cv Â 1.0000.20.064328-6/002, Relator(a): Des.(a) LÃ-lian Maciel , 20Âª CÃMARA CÃVEL, julgamento em 05/08/2020, publicaÃ§Ã£o da sÃºmula em 06/08/2020) EMBARGOS DE DECLARAÃÃO - DECISÃO QUE TRATOU DE TODAS AS ALEGAÃÃES SUSCITADAS - CONTRADIÃÃES, OMISSÃES E OBSCURIDADES INEXISTENTES - MERO INCONFORMISMO - PREQUESTIONAMENTO. Â - Os embargos de declaraÃ§Ã£o, que buscam tÃ£o somente reformar questÃµes jÃ¡ discutidas na decisÃ£o fustigada, demonstram apenas inconformismo por parte do embargante com o resultado do julgamento, desmerecendo, pois, acolhimento. Â - Mesmo para fins de prequestionamento, o cabimento dos embargos de declaraÃ§Ã£o deve adequar-se ao disposto no art. 619 e art. 620, ambos do CÃ³digo de Processo Penal. Â (TJMGÂ -Â Embargos de DeclaraÃ§Ã£o-Cr Â 1.0231.18.011916-7/002, Relator(a): Des.(a) Jaubert Carneiro Jaques , 6Âª CÃMARA CRIMINAL, julgamento em 14/07/2020, publicaÃ§Ã£o da sÃºmula em 29/07/2020) EMBARGOS DE DECLARAÃÃO EM APELAÃÃO CÃVEL - CONTRADIÃÃO - INOCORRÃNCIA - INCONFORMISMO COM O MÃRITO DA DECISÃO - "ERROR IN JUDICANDO" - INADEQUAÃÃO DA VIA ELEITA - EMBARGOS NÃO ACOLHIDOS. Â - Consoante dicÃ§Ã£o do art. 1.022 do CPC, os embargos de declaraÃ§Ã£o apenas tÃªm cabimento quando pesar sobre a decisÃ£o omissÃ£o ou obscuridade sobre ponto que relevante para o deslinde da causa e na hipÃ³tese de contradiÃ§Ã£o ou de erro material. Â - A pretensÃ£o de rediscutir matÃ©ria que jÃ¡ fora objeto de enfrentamento configura inconformismo com o resultado do julgamento, o qual deve ser manifestado pela via processual adequada. Â - Verificado que, ao alegar a existÃªncia de contradiÃ§Ã£o no acÃ³rdÃ£o, o embargante se vale de subterfÃºgio para provocar o reexame da matÃ©ria decidida, usando de expediente que imprime aos embargos declaratÃ³rios carÃ¡ter manifestamente protelatÃ³rio, deve ser aplicada a multa prevista no artigo 1.026, Â§2Âº do CPC, em montante nÃ£o superior a 2% do valor da causa. Â - Embargos de declaraÃ§Ã£o nÃ£o acolhidos. Â (TJMGÂ -Â Embargos de DeclaraÃ§Ã£o-Cv Â 1.0000.20.050690-5/002, Relator(a): Des.(a) LÃ-lian Maciel , 20Âª CÃMARA CÃVEL, julgamento em 05/08/2020, publicaÃ§Ã£o da sÃºmula em 06/08/2020) Ante o exposto, conheÃ§o dos embargos de declaraÃ§Ã£o, haja vista que oferecidos no prazo legal, para rejeitÃ¡-los em face da ausÃªncia de contradiÃ§Ã£o, omissÃ£o ou obscuridade na decisÃ£o que analisou a matÃ©ria de forma clara e objetiva. Intime-se. BelÃ©m, 05 de novembro de 2021 Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00223761820018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110267477 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Inventário em: 11/11/2021 ADVOGADO:ANTONIO FERREIRA DE CARVALHO AUTOR:ODIR GALVAO DE LIMA Representante(s): ANDREA BARRETO RICARTE DE OLIVEIRA FARIAS (DEFENSOR) INVENTARIADO:PEDRO GALVAO DE LIMA. Vistos, etc. Â ODIR GALVAO DE LIMA, devidamente qualificada nos autos, por intermÃ©dio de procurador judicial, propÃ´s a presente AÃ§Ã£o de InventÃ¡rio Judicial dos bens deixados por PEDRO GALVÃO DE LIMA. Determinada a emenda a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petiÃ§Ã£o inicial (art. 321, parÃ¡grafo Ãºnico do NCPC), a parte autora deixou de anexar os documentos necessÃ¡rios. Ã o relatÃ³rio. Decido. Trata-se de AÃ§Ã£o de InventÃ¡rio dos bens deixados por PEDRO GALVÃO DE LIMA em que foi determinada a emenda a inicial para o autor anexar certidÃ£o atualizada do cartÃ³rio de registro de imÃ³vel, com vistas a demonstrar a propriedade do bem deixado pelo falecido. Ocorre que, o autor nÃ£o trouxe aos autos os documentos necessÃ¡rios, de modo que se enquadrou no art. 321, parÃ¡grafo Ãºnico do CPC que assim dispÃµe: Art. 321. O juiz, ao verificar que a petiÃ§Ã£o inicial nÃ£o preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mÃ©rito, determinarÃ¡ que o

autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisÃ£o o que deve ser corrigido ou completado. ParÃ¡grafo Ãºnico. Se o autor nÃ£o cumprir a diligÃªncia, o juiz indeferirÃ¡ a petiÃ§Ã£o inicial. Por fim, anoto que nos casos em que Ã© determinada a emenda a inicial, nÃ£o se exige a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte para cumpri-la, senÃ£o vejamos: APELAÃÃO CÃVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÃÃO REVISIONAL DE CONTRATO. EMENDA DA PETIÃÃO INICIAL. A autora teve oportunizada a emenda da petiÃ§Ã£o inicial e nÃ£o atendeu a determinaÃ§Ã£o judicial, razÃ£o pela qual foi indeferida a exordial, na forma do art. 321, parÃ¡grafo Ãºnico, do NCPC. Ã desnecessÃ¡ria a intimaÃ§Ã£o pessoal da autora nos casos em que a extinÃ§Ã£o do feito ocorre em razÃ£o do descumprimento da ordem de emenda da petiÃ§Ã£o inicial. Precedentes do Superior Tribunal de JustiÃ§a. APELAÃÃO DESPROVIDA. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70072636509, DÃ©cima Primeira CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Luiz Roberto Imperatore de Assis Brasil, Julgado em 05/07/2017) Ante o exposto, julgo extinto o presente processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, haja vista que, regularmente intimada para emendar a inicial, a parte autora nÃ£o cumpriu a diligÃªncia, na forma do art. 485, inciso I combinado com o art. 321, parÃ¡grafo Ãºnico do novo CÃ³digo de Processo Civil. ApÃ³s as formalidades legais, arquivem-se, desentranhando-se os documentos. Deixo de condenar a autora ao pagamento das custas e despesas processuais por ser beneficiÃ¡rio da justiÃ§a gratuita. Publique-se. Registre-se. Intime-se. BelÃ©m, 09 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito CERTIDÃO Certifico que a sentenÃ§a acima foi resenhada em ___/___/2021 e publicada no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. PROCESSO: 00225330520138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Inventário em: 11/11/2021 INVENTARIANTE:KALIL DANIN AUAD Representante(s): OAB 6572 - MARIA JOSE COSTA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 26975 - YAGO FELIPE SERRA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) INVENTARIADO:JOSE ANTONIO NAIM AUAD INVENTARIADO:ANTONIA DANIN AUAD. Verifica-se dos autos que foi determinada a expediÃ§Ã£o de ofÃ-cio ao Banco do Estado do ParÃ¡, entretanto, nÃ£o houve resposta. Assim sendo, expeÃ§a-se novo ofÃ-cio ao Banco do Estado do ParÃ¡, conforme determinado na decisÃ£o de fls.096, ressaltando que a demora atrasa a prestaÃ§Ã£o jurisdicional e constitui ato atentatÃ³rio Ã dignidade da justiÃ§a. Por fim, indefiro o pedido de fls.098, uma vez que a resposta do ofÃ-cio ainda nÃ£o foi anexada aos autos. Intime-se. BelÃ©m, 10 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito CERTIDÃO Certifico que a decisÃ£o acima foi resenhada em ___/___/2021 e publicada no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. PROCESSO: 00231881120128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Inventário em: 11/11/2021 INVENTARIANTE:NAJLA IOLANDA DE LIMA SOUZA Representante(s): OAB 14469 - DANILO CORREA BELEM (ADVOGADO) OAB 3555 - DORIVALDO DE ALMEIDA BELEM (ADVOGADO) OAB 17256 - KEILA DILEA CAVALCANTE GONCALVES (ADVOGADO) INVENTARIADO:ZELIO MANOEL CARVALHO DE LIMA. Trata-se de AÃ§Ã£o de InventÃ¡rio dos bens deixados por falecimento de ZÃ©lio Manoel Carvalho de Lima, ajuizada por Najla Iolanda de Lima Souza, em que foi nomeada inventariante a Sra. Vera LÃºcia de Lima Nishi, que prestou compromisso Ã s fls.022, assim como apresentou as primeiras declaraÃ§Ãµes Ã s fls.026/028, contudo, nÃ£o hÃ¡ nos autos a prova da propriedade dos imÃ³veis apontados na inicial (fls.05). Ora, sabe-se que o objetivo da aÃ§Ã£o de inventÃ¡rio Ã© apurar os bens da pessoa falecida com vistas Ã partilha entre seus herdeiros, sendo certo que Ã© indispensÃ¡vel a prova da propriedade para que os bens possam ser transmitidos aos seus herdeiros. Assim sendo, chamo a ordem o presente processo, para intimar a inventariante a emendar a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, anexando aos autos a prova da propriedade dos bens deixados pelo falecido, por se tratar de documento indispensÃ¡vel Ã propositura da aÃ§Ã£o (art. 320 do NCPC), sob pena de indeferimento da petiÃ§Ã£o, na forma do art. 321, parÃ¡grafo Ãºnico do Novo CÃ³digo de Processo Civil. Intime-se. ApÃ³s voltem conclusos. BelÃ©m, 09 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito Certifico que a decisÃ£o acima foi resenhada em ___/___/2021 e publicada no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. PROCESSO: 00245150920118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Inventário em: 11/11/2021 INVENTARIANTE:MARCIA CRISTINA DO CARMO REIS Representante(s): OAB 13610-B - ANDREA BARRETO RICARTE DE OLIVEIRA (DEFENSOR) INVENTARIADO:MARIA PAULA CARMO INVENTARIADO:WILSON FERREIRA DOS REIS. Cuidam-se os autos de AÃ§Ã£o de InventÃ¡rio em razÃ£o do falecimento de Maria Paula Carmo e Wilson Ferreira dos Reis, na qual a herdeira MÃ¡rcia Cristina do Carmo Reis foi nomeada

inventariante, prestou compromisso, bem como apresentou primeiras declaraÃ§Ãµes na forma prevista em lei. No presente caso, os inventariantes eram conviventes (fls. 017) e deixaram alÃ©m da inventariante, os filhos de nome Luiz OtÃ¡vio do Carmo Reis e Wilson Ferreira dos Reis, sendo que este Ãºltimo nÃ£o estÃ¡ habilitado nos autos, por ter sido frustrada a sua citaÃ§Ã£o postal (fls. 072). Em seguida, a fazenda estadual solicitou documentos para se manifestar acerca do imposto devido (fls. 069), enquanto a UniÃ£o informou nÃ£o ter interesse no feito, conforme ofÃ-cio de fls. 077. A fazenda municipal, de sua parte, requereu cÃ³pia dos documentos pessoais dos inventariados, a fim de realizar busca detalhada em seu sistema de arrecadaÃ§Ã£o municipal - SAT (fls. 0102). Assim sendo, cite-se o herdeiro Wilson Ferreira dos Reis, por mandado a ser cumprido por oficial de justiÃ§a, no endereÃ§o que consta nos autos, para os termos do presente inventÃ¡rio e da partilha, encaminhando-se cÃ³pia das primeiras declaraÃ§Ãµes (art. 626, Â§3Âº do CPC). Por outro lado, providencie a inventariante os documentos requeridos pela SEFA Ã s fls. 069. Intime-se. BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito Certifico que o despacho acima foi resenhado em ___/___/2021 e publicado no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Â¿o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. PROCESSO: 00256136120078140301 PROCESSO ANTIGO: 20071080064 7 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Inventário em: 11/11/2021 INVENTARIANTE:TEREZA CRISTINA FONSECA DA SILVA Representante(s): OAB 8097 - ELMANO MARTINS FERREIRA (ADVOGADO) OPONENTE:MARIA DO SOCORRO ALEXANDRIA LUNA Representante(s): OAB 12538 - BRUNO FERREIRA MONTENEGRO DUARTE (ADVOGADO) OAB 4749 - CADMO BASTOS MELO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 6459 - ALEX ANDREY LOURENCO SOARES (ADVOGADO) OAB 007783 - EDMAURO MARCIO FERREIRA TRINDADE (ADVOGADO) OAB 15391 - AMANDA LOPES GANTUSS (ADVOGADO) OAB 28161 - RAFAELLE NAZARETH CARDOSO SOUSA (ADVOGADO) INVENTARIADO:UBIRATAN ALVES DA SILVA ENVOLVIDO:MARCOS ALEXANDRE SILVA DA SILVA Representante(s): OAB 8097 - ELMANO MARTINS FERREIRA (ADVOGADO) . Trata-se de AÃ§Ã£o de InventÃ¡rio dos bens deixados por falecimento de Ubiratan Alves da Silva, em que foi nomeado inventariante a Sra. Maria do Socorro Alexandria Luna, que prestou compromisso Ã s fls. 0303, todavia, nÃ£o apresentou as primeiras declaraÃ§Ãµes, bem como nÃ£o anexou aos autos a prova da propriedade dos imÃ³veis arrolados na inicial e os documentos requeridos pela SEFA, embora devidamente intimada a termo (fls.0301). Verifica-se dos autos que o falecido deixou como seus legÃ-timos sucessores pela ordem de vocaÃ§Ã£o hereditÃ¡ria seus filhos Marcos Alexandre Silva da Silva e Tereza Cristina Fonseca da Silva, alÃ©m da companheira, Sra. Maria do Socorro Alexandria Luna, os quais estÃ£o regularmente habilitados nos presentes autos. Por outro lado, as inventariantes nomeadas foram intimadas para dar prosseguimento ao feito, anexando aos autos documento de propriedade a fim de comprovar que os imÃ³veis apontados na inicial pertencem ao autor da heranÃ§a, conforme determinado Ã s fls.0296 e 0298. Ora, sabe-se que o objetivo da aÃ§Ã£o de inventÃ¡rio Ã© apurar os bens da pessoa falecida com vistas Ã partilha entre seus herdeiros, sendo certo que Ã© indispensÃ¡vel a prova da propriedade para que os bens possam ser transmitidos aos seus herdeiros. Assim sendo, chamo a ordem o presente processo, para intimar a requerente a emendar a inicial, no prazo improrrogÃ¡vel de 15 (quinze) dias, anexando aos autos a prova da propriedade dos bens deixados pelo falecido, por se tratar de documento indispensÃ¡vel Ã propositura da aÃ§Ã£o (art. 320 do NCPC), sob pena de indeferimento da petiÃ§Ã£o, na forma do art. 321, parÃ¡grafo Ãºnico do Novo CÃ³digo de Processo Civil. Intime-se. ApÃ³s voltem conclusos. BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito Certifico que a decisÃ£o acima foi resenhada em ___/___/2021 e publicada no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. PROCESSO: 00291654720138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 11/11/2021 EXEQUENTE:TEREZA CRISTINA TEIXEIRA DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 9901 - FREDERICO JOSE SOARES BEZERRA (ADVOGADO) OAB 14298 - ROBERTA VASCONCELOS DA CUNHA (ADVOGADO) EXECUTADO:ANCORA CONSTRUTORA E INCORPORADORA E INCORPORADORA LTADA. Vistos, etc. TEREZA CRISTINA TEIXEIRA DE OLIVEIRA, devidamente qualificado nos autos, por intermÃ©dio de procurador judicial, ajuizou a presente AÃ§Ã£o de ExecuÃ§Ã£o de TÃ-tulo Extrajudicial em desfavor de ANCORA CONSTRUTORA E INCORPORADORA E INCORPORADORA LTADA, com fundamento no Art. 576 e seguintes do CÃ³digo de Processo Civil de 1973. O executado, regularmente citado, porÃ©m nÃ£o pagou o valor devido nem foram localizados bens Ã penhora (fls. 031). O exequente, entÃ£o, requereu a pesquisa de valores via bacenjud, ocasiÃ£o em que foi bloqueado e transferido para a conta do juÃ-zo o

valor parcial da execuÃ§Ã£o (fls. 058) Em seguida, os executados apresentaram Embargos Ã presente execuÃ§Ã£o (proc. nÂ° 0052437-70.2013814.0301), que nÃ£o foi atribuÃ-do efeito suspensivo. Por fim, foi certificado o trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a proferida nos embargos Ã execuÃ§Ã£o, que declarou nula a presente execuÃ§Ã£o por ausÃªncia de tÃ-tulo executivo extrajudicial (fls.108). Ã o relatÃ³rio. Decido. Trata-se de AÃ§Ã£o de ExecuÃ§Ã£o de TÃ-tulo Extrajudicial, na qual o exequente pretende receber do executado o valor de R$53.330,02 (cinquenta e trÃªs mil e trezentos e trinta reais e dois centavos) em razÃ£o do inadimplemento do instrumento particular de compra e venda celebrado entre as partes. Ocorre que, a sentenÃ§a que julgou os Embargos Ã ExecuÃ§Ã£o (proc. nÂ° 0052437-70.2013.814.0301), declarou o instrumento particular de distrato nÃ£o Ã© tÃ-tulo apto a aparelhar a execuÃ§Ã£o .Ademais, haja vista que o documento particular Ã© tÃ-tulo apto para aparelhar a aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o se assinado pelo devedor e duas testemunhas. Nesse contexto, nossos tribunais tÃªm, repetidamente, decidido que a extinÃ§Ã£o do processo de execuÃ§Ã£o Ã© consequÃªncia lÃ³gica da procedÃªncia dos embargos, nÃ£o havendo, contudo, condenaÃ§Ã£o em honorÃ¡rios de sucumbÃªncia, que se limita Ã s custas processuais, senÃ£o vejamos: Â¿APELAÃÃO CÃVEL. AÃÃO DECLARATÃRIA DE NULIDADE DE DUPLICATA, CAUTELAR DE SUSTAÃÃO DE PROTESTO EÂ EMBARGOSÂ ÃÂ EXECUÃÃO. ALEGAÃÃO DE EMISSÃO DE DUPLICATA, TÃTULO CAUSAL, SEM DEMONSTRAÃÃO DO NEGÃCIO JURÃDICO SUBJACENTE. NULIDADE DOS TÃTULOS QUE SE IMPÃE.Â CONSEQUÃNCIAÂ LÃGICA,Â EXECUÃÃOÂ SEM TÃTULO EXECUTIVO, COMÂ PROCEDÃNCIAÂ DOSÂ EMBARGOSÂ EÂ EXTINÃÃOÂ DAÂ EXECUÃÃO, SENDO INDEVIDO O PROTESTO DOS TÃTULOS, QUE RESTAM CANCELADOS. CONEXÃO DAS APELAÃÃES 70054779236, 70054780242 E 70054779590. MAJORADOS OS HONORÃRIOS DE SUCUMBÃNCIA, EM RAZÃO DOS VALORES DEBATIDOS NO OBJETO DOÂ PROCESSO. NEGARAM PROVIMENTO AOS RECURSOS. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel, NÂº 70054779236, DÃ©cima SÃ©tima CÃ¢mara CÃ-vel - Regime de ExceÃ§Ã£o, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Alex Gonzalez Custodio, Julgado em: 30-06-2016) Data de Julgamento:Â 30-06-2016Â¿ Ante o exposto, julgo extinto o processo com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na forma do art. 487, inciso I, do CÃ³digo de Processo Civil, em razÃ£o da ausÃªncia de tÃ-tulo executivo que foi reconhecida na aÃ§Ã£o de embargos Ã execuÃ§Ã£o. ApÃ³s as formalidades legais, dÃª-se baixa e arquive-se. Condeno o exequente, exclusivamente, ao pagamento das custas e despesas processuais. Por fim, expeÃ§a-se o alvarÃ¡ judicial em nome do executado para levantamento dos valores depositados em conta vinculada ao feito. Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito CERTIDÃO Certifico que a decisÃ£o acima foi resenhada em ___/___/2021 e publicada no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. PROCESSO: 00604627220138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 AUTOR:MARIA ORMINDA DA SILVA MARTINEZ Representante(s): OAB 13578-B - EDUARDO ANDRE DE AGUIAR LOPES (DEFENSOR) REU:GIL DA SILVA FERREIRA REU:FULANO DE TAL. Cite-se o rÃ©u GIL DA SILVA FERREIRA, por carta registrada com aviso de recebimento, no endereÃ§o indicado no SIEL, bem como, o ATUAL OCUPANTE DO IMÃVEL apontado Ã s fls.03, por mandado a ser cumprido pelo Sr. Oficial de JustiÃ§a para, querendo, responder a presente aÃ§Ã£o, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da juntada da carta de citaÃ§Ã£o aos autos, sob pena de ser decretada sua revelia, presumindo-se como verdadeiros os fatos alegados na petiÃ§Ã£o inicial (art. 344 do CPC). Intime-se. BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito A cÃ³pia desta decisÃ£o servirÃ¡ para citaÃ§Ã£o e poderÃ¡ ser subscrita pelo Sr. Diretor de Secretaria, nos termos dos Provimentos nÂº 003/2009 e nÂº 006/2006 da Corregedoria de JustiÃ§a da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m. Certifico que o despacho acima foi resenhado em ___/___/2021 e publicado no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. PROCESSO: 00628992320128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Cumprimento de sentença em: 11/11/2021 AUTOR:EWERTON CARVALHO DA SILVA AUTOR:ÂNGELA MARIA OLIVEIRA DA SILVA Representante(s): OAB 18405 - ANDREA OLIVEIRA DA SILVA (ADVOGADO) REU:RIO MENDOZA EMPREENDIMENTOS SPE LTDA Representante(s): OAB 14810 - THEO SALES REDIG (ADVOGADO) REU:MARKO ENGENHARIA E COMERCIO IMOBILIARIO LTDA Representante(s): OAB 14810 - THEO SALES REDIG (ADVOGADO) REU:ITAU UNIBANCO SA Representante(s): OAB 38534 - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) OAB 13536-A - CELSO MARCON (ADVOGADO) . Intime-se os autores para efetuar o pagamento das custas intermediarias devidasÂ para consulta via BACENJUD. Em seguida, voltem conclusos. Intime-se. BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito CERTIDÃO Certifico que a

decisÃ£o acima foi resenhada em ___/___/2021 e publicada no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. PROCESSO: 01590622620168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 AUTOR:ESPOLIO DE IVANDIR SIQUEIRA FAVACHO REPRESENTANTE:ROSANGELA LIMA FAVACHO Representante(s): OAB 8340 - OTAVIO MARQUES DE LIMA (ADVOGADO) OAB 10541 - LUCIANA DO ROSARIO COELHO MARQUES DE LIMA (ADVOGADO) REU:SINDICATO DOS TRABALHADORES RODOVIARIOS AUTONOMOS DE BENS NO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 22317 - THUFI ALBUQUERQUE DA COSTA SARE (ADVOGADO) . Vistos etc. ESPÃLIO DE IVANDIR SIQUEIRA FAVACHO, representado pela inventariante Rosangela Lima Favacho, devidamente qualificado nos autos, por intermÃ©dio de procurador judicial, ajuizou a presente AÃ§Ã£o de Despejo por falta de pagamento cumulada com cobranÃ§a de aluguÃ©is e acessÃ³rios da locaÃ§Ã£o em face de SINDICATO DOS TRANSPORTADORES RODOVIÃRIOS DE BENS DO ESTADO DO PARÃ, igualmente identificado. O autor alegou ter celebrado com a parte contrÃ¡ria contrato de locaÃ§Ã£o, tendo como objeto o imÃ³vel localizado na Rodovia BR 316, km 01, s/n, nesta cidade. Anotou, ainda, que o valor do aluguel foi estipulado em R$1.000,00 (mil reais) e que o prazo do contrato iniciou em 10/02/208 e terminou em 10/02/2009, no entanto, o contrato posteriormente passou ter vigÃªncia indeterminado. Contudo, destacou que o rÃ©u deixou de pagar as obrigaÃ§Ãµes contratuais vencidas em agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2015, assim como, nÃ£o houve pagamento dos meses de janeiro, fevereiro e marÃ§o de 2016, observando que o dÃ©bito totaliza R$16.341,72 (dezesseis mil trezentos e quarenta e um reais e setenta e dois centavos). Em seguida, a parte comunicou a desocupaÃ§Ã£o do imÃ³vel, conforme petiÃ§Ã£o de fls. 036/037. Foi deferido o pedido de medida liminar (fls. 033) e o rÃ©u apresentou contestaÃ§Ã£o, na qual afirmou que houve o pagamento do dÃ©bito, alÃ©m do que, disse jÃ¡ ter desocupado o imÃ³vel, razÃ£o pela qual requereu a extinÃ§Ã£o do processo por falta de interesse processual. No caso concreto, o autor comprovou o pagamento de alguns valores, porÃ©m nÃ£o anexou o termo de acordo que permitisse o pagamento parcelado sem encargos moratÃ³rios. Assim, intime-se o autor por AR no Ãºltimo endereÃ§o indicado nos autos para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar expresso interesse no prosseguimento do feito, inclusive, manifestando-se sobre o pagamento do dÃ©bito e/ou requerendo o prosseguimento do processo, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na forma do art. 485, inciso III do CÃ³digo de Processo Civil. Intime-se.Â BelÃ©m, 09 de novembro de 2021 Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito A cÃ³pia deste despacho servirÃ¡ para intimaÃ§Ã£o e poderÃ¡ ser subscrita pelo Sr. Diretor de Secretaria, na forma dos Provimentos nÃºmeros 003/2009 e 006/2006 da Corregedoria de JustiÃ§a da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m. CERTIDÃO Certifico que a decisÃ£o foi resenhada em ___/___/2021 e publicado no Dje no dia ___/___/2021 para efeitos de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m, ___/___/2021. PROCESSO: 05157165720168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 11/11/2021 REQUERENTE:BANCO GMAC SA Representante(s): OAB 15504 - JULIANA FRANCO MARQUES (ADVOGADO) OAB 10423 - ELIETE SANTANA MATOS (ADVOGADO) OAB 10.422 - HIRAN LEAO DUARTE (ADVOGADO) OAB 24647-A - STENIA RAQUEL ALVES DE MELO (ADVOGADO) REQUERIDO:RAIMUNDO NONATO LIMA ARAUJO. Informo que procedi a retirada da restriÃ§Ã£o judicial na base de dados do RENAVAM. Arquive-se os autos, procedendo-se a baixa na distribuiÃ§Ã£o.Â Intime-se. BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito CERTIDÃO Certifico que o despacho acima foi resenhado em ___/___/2021 e publicado no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. PROCESSO: 05446935920168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 REQUERENTE:ELIZABETH MACIEL BARROS Representante(s): OAB 8097 - ELMANO MARTINS FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:MONACO VEICULOS LTDA Representante(s): OAB 28300-A - RICARDO TURBINO NEVES (ADVOGADO) OAB 28341-A - JOÃO PAULO MORESCHI (ADVOGADO) REQUERIDO:FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA Representante(s): OAB 19792-A - FELIPE GAZOLA VIERA MARQUES (ADVOGADO) . Vistas Ã s partes para apresentaÃ§Ã£o de razÃµes finais no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 364, Â§2Âº CPC, primeiro ao autor e depois aos rÃ©us, ficando desde jÃ¡ cientes as partes do referido prazo. Em seguida, encaminhem-se os autos a UNAJ, apÃ³s voltem conclusos para sentenÃ§a. PROCESSO: 07676272720168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o:

Execução de Título Judicial em: 11/11/2021 AUTOR:MARIA DAS GRACAS DE FREITAS PINHEIRO Representante(s): OAB 17835 - HUGO LEONARDO PADUA MERCES (ADVOGADO) OAB 23935 - JOAO VITOR PENNA E SILVA (ADVOGADO) REU:ELISANGELA LAUZID KLEINLEIN LINS Representante(s): OAB 4609 - JOSE BENEDITO DOS PRAZERES GUIMARAES (ADVOGADO) . Trata-se de AÃ§Ã£o de PrestaÃ§Ã£o de Contas ajuizada por Maria das GraÃ§as de Freitas Pinheiro em face de ElisÃ¢ngela Lauzid Kleinlein Lins, na qual foi julgado procedente o pedido da autora, para condenar a requerida a lhe prestar as contas exigidas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de nÃ£o lhe ser lÃ-cito impugnar as que a autora apresentar, na forma do art. 550, Â§5Âº doÂ vigente CÃ³digo de Processo Civil, nos termos da sentenÃ§a de fls. 051/054. Em seguida, foi certificado o trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a, contudo a rÃ© nÃ£o prestou as contas devidas no prazo legal, sendo assim a autora foi intimada e apresentou as contas dos valores de pensÃ£o administrados pela rÃ©, anexando a planilha de fls. 060. Â Assim sendo, intime-se a requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar acerca da prestaÃ§Ã£o de contas apresentada pela autora. ApÃ³s voltem conclusos. Intime-se. BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito Certifico que o despacho acima foi resenhado em ___/___/2021 e publicado no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Â¿o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. PROCESSO: 00243284220058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510785320 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Execução de Título Extrajudicial em: EXEQUENTE: B. B. S. Representante(s): OAB 15763-A - GUSTAVO AMATO PISSINI (ADVOGADO) OAB 11529 - GIOVANNI DOS ANJOS PICKERELL (ADVOGADO) OAB 211648 - RAFAEL SGANZERLA DURAND (ADVOGADO) OAB 128341 - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) EXECUTADO: A. E. A. Representante(s): OAB 5382 - PAULO OLIVEIRA (ADVOGADO)

## FÓRUM CRIMINAL

## DIRETORIA DO FÓRUM CRIMINAL

### FÓRUM CRIMINAL DA COMARCA DE BELÉM

A Excelentíssima Doutora **ANGELA ALICE ALVES TUMA,** Juíza Diretora do Fórum Criminal da Capital e Juíza Gestora da Central Unificada de Mandados, no uso de suas atribuições legais etc.

**PORTARIA nº 126/2021-DFCri**

**CONSIDERANDO** o expediente protocolado n° **PA-MEM-2020/13521.**

**DESIGNAR RODINALDO LIMA DA SILVA**, Atendente Judiciário, matrícula nº 6562-5, para responder pelo Cargo de Chefe do Serviço de Depósitos de Armas e Bens Apreendidos, no período de 16/11 a 15/12/2021.

Publique-se, Registre-se. Cumpra-se. Belém, **12 de novembro de 2021.**

**ANGELA ALICE ALVES TUMA**

Juíza Diretora do Fórum Criminal da Capital

**SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL**

RESENHA: 10/11/2021 A 11/11/2021 - SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DE BELEM - VARA: 1ª VARA CRIMINAL DE BELEM PROCESSO: 00014220920208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SIMONE FEITOSA DE SOUZA A??o: Inquérito Policial em: 10/11/2021 VITIMA:O. E. INDICIADO:JOSE DO SOCORRO DA CONCEICAO SOUZA. ATO ORDINATÃRIO AtravÃ©s deste, fica intimado (a) (s) o (a) (s) o MinistÃ©rio PÃºblico e Defensoria PÃºblica da AudiÃªncia de HomologaÃ§Ã£o de Acordo de NÃ£o PersecuÃ§Ã£o Penal, a ser realizada no dia 19 de JANEIRO de 2022, ÃS 09h30min referente ao processo 00014220920208140401. BelÃ©m, 10 de novembro de 2021. Simone Feitosa de Souza Diretora de Secretaria da 1Âª Vara Penal da Capital PROCESSO: 00090842420208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SIMONE FEITOSA DE SOUZA A??o: Inquérito Policial em: 10/11/2021 VITIMA:O. E. VITIMA:E. F. C. INDICIADO:ALBERTO QUADROS DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 27786 - WELLINGTON HANZEER DE AZEVEDO BRAZAO (ADVOGADO) OAB 31386 - LUCAS SANTOS CUTRIM (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO AtravÃ©s deste, fica intimado (a) (s) o (a) (s) advogado (a) (s) de defesa do (s) denunciado Alberto Quadros de Oliveira, da homologaÃ§Ã£o de Acordo de NÃ£o PersecuÃ§Ã£o Penal referente ao processo 00090842420208140401 a ser realizado no dia 20 de janeiro de 2022 Ã s 09:00. BelÃ©m, 10 de novembro de 2021. Â Simone Feitosa de Souza Diretora de Secretaria da 1Âª Vara Penal da Capital. PROCESSO: 00090842420208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SIMONE FEITOSA DE SOUZA A??o: Inquérito Policial em: 10/11/2021 VITIMA:O. E. VITIMA:E. F. C. INDICIADO:ALBERTO QUADROS DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 27786 - WELLINGTON HANZEER DE AZEVEDO BRAZAO (ADVOGADO) OAB 31386 - LUCAS SANTOS CUTRIM (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO AtravÃ©s deste, fica intimado (a) (s) o (a) (s) o MinistÃ©rio PÃºblico da audiÃªncia de HomologaÃ§Ã£o de Acordo de NÃ£o PersecuÃ§Ã£o Penal referente ao processo 00090842420208140401a a ser realizada no dia 20 de JANEIRO de 2022, Ã s 09h00min. BelÃ©m, 10 de novembro de 2021. Simone Feitosa de Souza Diretora de Secretaria da 1Âª Vara Penal da Capital PROCESSO: 00143312020198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SIMONE FEITOSA DE SOUZA A??o: Inquérito Policial em: 10/11/2021 INDICIADO:MARCIO WELLINGTON MARTINS FURTADO VITIMA:T. N. B. M. . ATO ORDINATÃRIO AtravÃ©s deste, fica intimado (a) (s) o (a) (s) o MinistÃ©rio PÃºblico e Defensoria PÃºblica da AudiÃªncia de HomologaÃ§Ã£o de Acordo de NÃ£o PersecuÃ§Ã£o Penal, a ser realizada no dia 19 de JANEIRO de 2022, ÃS 09h00min referente ao processo 00143312020198140401. BelÃ©m, 10 de novembro de 2021. Simone Feitosa de Souza Diretora de Secretaria da 1Âª Vara Penal da Capital PROCESSO: 00150162720198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SIMONE FEITOSA DE SOUZA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:ANTONYHELY MIRANDA DA SILVA VITIMA:M. S. B. P. . ATO ORDINATÃRIO AtravÃ©s deste, fica intimado (a) (s) o (a) (s) o MinistÃ©rio PÃºblico e a Defensoria PÃºblica, da audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento a ser realizada no dia 18 de janeiro de 2022 Ã s 11h:00 min referente ao processo 00150162720198140401. BelÃ©m, 10 de novembro de 2021. Simone Feitosa de Souza Diretora de Secretaria da 1Âª Vara Penal da Capital. PROCESSO: 00154354720198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MURILO LEMOS SIMAO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 VITIMA:J. E. F. B. DENUNCIADO:DANILO GONCALVES MARTINS Representante(s): OAB 26940 - KLEYNA LUIZE ALMEIDA CONTENTE FARIAS (ADVOGADO) OAB 27230 - LILIANE ALVES RIBEIRO (ADVOGADO) DENUNCIADO:RONALD BARBOSA DOS SANTOS DENUNCIADO:ALEXSANDRO NASCIMENTO FAVACHO. Proc. 0015435-47.2019.8.14.0401 TERMO DE AUDIÃNCIA Aos 10 (dez) dias do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um (2021), nesta cidade de BelÃ©m, capital do Estado do ParÃ¡, na sala de audiÃªncias, presidida pelo ExmÂº. Dr. MURILO LEMOS SIMÃO, juiz de direito respondendo por esta 1Âª Vara Criminal da Capital, comigo Auxiliar JudiciÃ¡rio, infra-assinado. Presentes (remotamente) os Representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Dra. LILIAM PATRÃCIA DUARTE DE SOUZA GOMES, e da Defensoria PÃºblica, Dr. ALAN FERREIRA DAMASCENO (pelo rÃ©u Alexsandro), e a advogada de defesa do rÃ©u Danilo, Dra. LILIANE ALVES RIBEIRO, OAB/PA nÂº 27.230 (presencialmente). Presentes os acusados DANILO GONÃALVES MARTINS, RgnÂº 7295635 1Âª via, PC/PA e ALEXSANDRO NASCIMENTO FAVACHO, rg NÂº 7208938 4Âª via, PC/PA. Presente a vÃ-tima Jeferson (fisicamente). Presente o acadÃªmico de direito da faculdade Fibra, o senhor Cezar Augusto Borges da Silva, RG nÂº 7788359 PC/PA. Ausente a testemunha policial Frank (devidamente requisitado Ã s fls. 160). A seguir, foi

colhido o depoimento da vÃ-tima JEFERSON ERNANI FERREIRA BARROS, RG nÂº 2837634 SEGUP/PA, conforme consta na mÃ-dia em anexo. Instada, a promotora de justiÃ§a desistiu da oitiva da testemunha Franck, sem oposiÃ§Ã£o das defesas. Em seguida, foi garantido aos rÃ©us o direito de entrevista reservada com seus defensores. ApÃ³s, o juiz explicou aos rÃ©us o teor da denÃºncia e do direito de permanecerem em silÃªncio, tendo os denunciados informado que entederam a explicaÃ§Ã£o. A seguir, passou-se Ã qualificaÃ§Ã£o e ao interrogatÃ³rio dos rÃ©us ALEXSANDRO NASCIMENTO FAVACHO e DANILO GONÃALVES MARTINS (qualificaÃ§Ãµes e interrogatÃ³rios na mÃ-dia em anexo). Instadas, as partes nÃ£o requereram diligÃªncias, tendo o MinistÃ©rio PÃºblico solicitado prazo para apresentar memoriais. Em DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA, o juiz determinou vista dos autos Ã s partes para apresentaÃ§Ã£o de memoriais no prazo sucessivo de 5 (cinco) dias. Reinaldo Alves Dutra, Auxiliar JudiciÃ¡rio, digitou. Juiz de Direito _____ PROCESSO: 00163552120198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SIMONE FEITOSA DE SOUZA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:FELIPE ALEXANDRE DE SA DOS SANTOS Representante(s): OAB 19691 - PAULO SERGIO DE SOUZA BORGES FILHO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO AtravÃ©s deste, fica intimado (a) (s) o (a) (s) advogado (a) (s) de defesa do (s) denunciado FELIPE ALEXANDRE DE SÃ SANTOS, da audiÃªncia de InstruÃ§Ã£o e Julgamento referente ao processo 00163552120198140401 a ser realizado no dia 07 de DEZEMBRO de 2021 Ã s 09:30. BelÃ©m, 10 de novembro de 2021. Â Simone Feitosa de Souza Diretora de Secretaria da 1Âª Vara Penal da Capital. PROCESSO: 00286872520168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MURILO LEMOS SIMAO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:ALAIN PATRICK DOS SANTOS MOREIRA VITIMA:O. E. . Proc. nÂº 0028687252016.8.14.0401 DESPACHO Compulsando os autos, verifica-se que, Ã s fls. 23, o rÃ©u constituiu advogada, a qual inclusive participou da audiÃªncia em que foi proposta e aceita a suspensÃ£o condicional do processo. Ao revogar a suspensÃ£o, o juiz determinou a intimaÃ§Ã£o da defesa (fls. 40 e verso), entretanto, a advogada constituÃ-da pelo denunciado nÃ£o foi intimada desse e dos atos processuais seguintes. Diante dessa situaÃ§Ã£o, vista Ã acusaÃ§Ã£o e Ã defesa para que se manifestem, no prazo de cinco dias.Â BelÃ©m (PA), ____ de novembro de 2021. Murilo Lemos SimÃ£o Juiz de Direito PROCESSO: 00001114620218140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SIMONE FEITOSA DE SOUZA A??o: Inquérito Policial em: 11/11/2021 VITIMA:O. E. INDICIADO:LELIANDRESON RODRIGUES DA SILVA Representante(s): OAB 3555 - DORIVALDO DE ALMEIDA BELEM (ADVOGADO) OAB 15873 - MICHELE ANDREA TAVARES BELEM (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO AtravÃ©s deste, fica intimado (a) (s) o (a) (s) o MinistÃ©rio PÃºblico da AudiÃªncia de HomologaÃ§Ã£o de Acordo de NÃ£o PersecuÃ§Ã£o Penal, a ser realizada no dia 20Â de JANEIRO de 2022, ÃS 09h30min referente ao processo 00001114620218140401. BelÃ©m, 11 de novembro de 2021. Simone Feitosa de Souza Diretora de Secretaria da 1Âª Vara Penal da Capital PROCESSO: 00001114620218140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SIMONE FEITOSA DE SOUZA A??o: Inquérito Policial em: 11/11/2021 VITIMA:O. E. INDICIADO:LELIANDRESON RODRIGUES DA SILVA Representante(s): OAB 3555 - DORIVALDO DE ALMEIDA BELEM (ADVOGADO) OAB 15873 - MICHELE ANDREA TAVARES BELEM (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO AtravÃ©s deste, fica intimado (a) (s) o (a) (s) advogado (a) (s) de defesa do (s) denunciado Leliandreson Rodrigues da Silva, da homologaÃ§Ã£o de Acordo de NÃ£o PersecuÃ§Ã£o Penal referente ao processo 00001114620218140401 a ser realizado no dia 20 de janeiro de 2022 Ã s 09:30. BelÃ©m, 11 de novembro de 2021. Â Simone Feitosa de Souza Diretora de Secretaria da 1Âª Vara Penal da Capital. PROCESSO: 00009431620208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SIMONE FEITOSA DE SOUZA A??o: Inquérito Policial em: 11/11/2021 INDICIADO:RENAN ALBERT ANSELMO DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 26058 - CEZAR VILLAR MAGALHÃES PANTOJA (ADVOGADO) VITIMA:A. L. R. B. . ATO ORDINATÃRIO AtravÃ©s deste, fica intimado (a) (s) o (a) (s) advogado (a) (s) de defesa do (s) denunciado RENAN ALBERT ANSELMO DE OLIVEIRA, da homologaÃ§Ã£o de Acordo de NÃ£o PersecuÃ§Ã£o Penal referente ao processo 00009431620208140401 a ser realizado no dia 24 de janeiro de 2022 Ã s 10:30. BelÃ©m, 11 de novembro de 2021. Â Simone Feitosa de Souza Diretora de Secretaria da 1Âª Vara Penal da Capital. PROCESSO: 00009431620208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SIMONE FEITOSA DE SOUZA A??o: Inquérito Policial em: 11/11/2021 INDICIADO:RENAN ALBERT ANSELMO DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 26058 - CEZAR VILLAR MAGALHÃES PANTOJA (ADVOGADO) VITIMA:A. L. R. B. . ATO ORDINATÃRIO AtravÃ©s deste, fica intimado (a) (s) o (a) (s) o MinistÃ©rio PÃºblico da AudiÃªncia de HomologaÃ§Ã£o de Acordo de NÃ£o PersecuÃ§Ã£o Penal, a ser realizada no dia 24 de JANEIRO de 2022, ÃS 10h30min. BelÃ©m, 11 de novembro de 2021. Simone Feitosa de Souza Diretora de Secretaria da 1Âª Vara Penal da

Capital PROCESSO: 00021686320188140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MURILO LEMOS SIMAO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 ENCARREGADO:FRANCIMAR MARIA PINHEIRO DENUNCIADO:SIMONE FRANCESKA PINHEIRO DAS CHAGAS Representante(s): OAB 10592 - JOAO BATISTA MENDES DE CAMPOS (ADVOGADO) OAB 18859 - JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA (ADVOGADO) OAB 19600 - ARTHUR KALLIN OLIVEIRA MAIA (ADVOGADO) OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 21884 - LUIZE ALESSANDRA SILVA VALENTE (ADVOGADO) OAB 20874 - KAREN CRISTINY MENDES DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 26955 - RAYSSA GABRIELLE BAGLIOLI DAMMSKI (ADVOGADO) OAB 27634 - JULIE REGINA TEIXEIRA MARTINS (ADVOGADO) VITIMA:E. L. M. . Proc. 0002168-63.2018.8.14.0200 TERMO DE AUDIÃNCIA Aos 11 (onze) dias do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um (2021), nesta cidade de BelÃ©m, capital do Estado do ParÃ¡, na sala de audiÃªncias, presidida pelo ExmÂº. Dr. MURILO LEMOS SIMÃO, juiz de direito respondendo por esta 1Âª Vara Criminal da Capital, comigo Auxiliar JudiciÃ¡rio, infra-assinado. Presentes (remotamente) a representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Dra. LILIAM PATRÃCIA DUARTE DE SOUZA GOMES, e o advogado de defesa, DR. JOÃO PAULO DE CASTRO DUTRA, OAB/PA nÂº18.859 (remotamente). Presente a acusada Simone (remotamente). Presentes as testemunhas Evanilda, acompanhada de seus advogados, Dr. HELIO PESSOA OLIVEIRA, OAB/PA nÂº 7982 e Dr. IVAN DE JESUS CHAVES VIANA, OAB/PA nÂº 18521, e as testemunhas Adrian, Haroldo e Bruno (todos remotamente) e Valdilson e Carlos, (fisicamente). Em seguida, o juiz analisando o pedido de fls. 45 e o parecer de fls. 48, indeferiu o requerimento formulado pela testemunha Evanilda, que solicitou integrar a lide como assistente de acusaÃ§Ã£o. A seguir, foram colhidos os depoimentos das testemunhas EVANILDA LINS MARTINS, CF nÂº 37706 PM/PA, VALDILSON COSTA BARROS, CF nÂº 18840; CARLOS ROBERTO GONÃALVES GAVINHO, CF nÂº 24168; ADRIAN AMADOR SOARES, HAROLDO LEMOS BURLE e BRUNO IBIAPINA TEIXEIRA (qualificaÃ§Ãµes e depoimentos constam na mÃ-dia em anexo). Instada, a promotora de justiÃ§a desistiu da oitiva das testemunhas Enaldo e Elton, nÃ£o havendo oposiÃ§Ã£o da defesa. Em seguida, foi garantido Ã rÃ© o direito de entrevista reservada com seu advogado. ApÃ³s, o juiz explicou Ã rÃ© o teor da denÃºncia e do direito de permanecer em silÃªncio, tendo a denunciada informado que entendeu a explicaÃ§Ã£o. A seguir, passou-se Ã qualificaÃ§Ã£o e ao interrogatÃ³rio da rÃ© que declarou chamar-se SIMONE FRANCESKA PINHEIRO DAS CHAGAS (qualificaÃ§Ã£o e interrogatÃ³rio na mÃ-dia em anexo). Instadas, as partes nÃ£o requereram diligÃªncias, tendo o MinistÃ©rio PÃºblico solicitado prazo para apresentar memoriais. Em DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA, o juiz determinou vista dos autos Ã s partes para apresentaÃ§Ã£o de memoriais no prazo sucessivo de 5 (cinco) dias. Reinaldo Alves Dutra, Auxiliar JudiciÃ¡rio, digitou. Juiz de Direito _____ PROCESSO: 00033813320208140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SIMONE FEITOSA DE SOUZA A??o: Inquérito Policial em: 11/11/2021 INVESTIGADO:EM APURACAO VITIMA:T. F. F. F. . ATO ORDINATÃRIO AtravÃ©s deste, fica intimado (a) (s) o (a) (s) o MinistÃ©rio PÃºblico e Defensoria PÃºblica da AudiÃªncia de HomologaÃ§Ã£o de Acordo de NÃ£o PersecuÃ§Ã£o Penal, a ser realizada no dia 26 de JANEIRO de 2022, ÃS 09h30min. BelÃ©m, 11 de novembro de 2021. Simone Feitosa de Souza Diretora de Secretaria da 1Âª Vara Penal da Capital PROCESSO: 00102586820208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MURILO LEMOS SIMAO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:ALTEMIR NOBRE GALVAO Representante(s): OAB 2139 - MANUEL FIGUEIREDO NETO (ADVOGADO) . Proc. 0010258-68.2020.8.14.0401 TERMO DE AUDIÃNCIA Aos 11 (onze) dias do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um (2021), nesta cidade de BelÃ©m, capital do Estado do ParÃ¡, na sala de audiÃªncias, presidida pelo ExmÂº. Dr. MURILO LEMOS SIMÃO, juiz de direito respondendo por esta 1Âª Vara Criminal da Capital, comigo Auxiliar JudiciÃ¡rio, infra-assinado. Na hora marcada, foi feito o pregÃ£o. Presente (remotamente) a representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Dra. LILIAM PATRÃCIA DUARTE DE SOUZA GOMES. Ausente o advogado de defesa do rÃ©u Altemir, DR. MANUEL FIGUEIREDO NETO, OAB/PA NÂº 2.139, embora intimado (fls.21). Ausente o acusado Altemir, embora intimado (fls.21). Presente a testemunha Claudionor. Ausente a testemunha Ana Cristina, pois nÃ£o foi apresentada pela defesa. Diante da ausÃªncia injustificada do advogado do acusado, o juiz tentou encontrar defensor pÃºblico ou advogado que pudesse atuar nesta audiÃªncia, mas nÃ£o obteve Ãªxito. Instada, a promotora de justiÃ§a insistiu na oitiva da testemunha Claudionor e pediu vista para se manifestar sobre a ausÃªncia do rÃ©u que estÃ¡ em liberdade provisÃ³ria. DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: 1- Nos termos do art. 367 do CPP, decreto a revelia do acusado Altemir Nobre GalvÃ£o, pois ele foi intimado para esta audiÃªncia, mas nÃ£o compareceu nem apresentou justificativa para esta audiÃªncia. 2- Designo o dia 27.04.2022, Ã s 10h30, para a oitiva da testemunha Claudionor e o que mais for necessÃ¡rio ao julgamento do feito. Notifique-se a

testemunha. 3- Intime-se o rÃ©u pessoalmente e por edital para, no prazo de 5 (cinco) dias, constituir novo advogado, haja vista que o Dr. Manuel Figueiredo Neto, que acompanhou o denunciado na audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e apresentou resposta Ã acusaÃ§Ã£o, abandonou o processo, ele nÃ£o compareceu a esta audiÃªncia nem apresentou justificativa para a sua ausÃªncia, ciente o rÃ©u que deverÃ¡ comparecer Ã prÃ³xima audiÃªncia acompanhado de seu advogado, caso contrÃ¡rio, sua defesa serÃ¡ feita pela Defensoria PÃºblica. 4- Intime-se o advogado Manuel Figueiredo Neto, OAB/PA nº 2139, para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar justificativa para a sua ausÃªncia a esta audiÃªncia, sob pena de incorrer na multa e nas demais sanÃ§Ãµes cabÃ-veis descritas no art. 265 do CPP. 5- Tendo em vista que nos autos em apenso, fls. 43, existe uma procuraÃ§Ã£o outorgada pelo entÃ£o investigado Altemir a outro causÃ-dico , Dr. Danilo de Oliveira Sperling, determino que este advogado seja intimado para comparecer Ã audiÃªncia caso ainda esteja patrocinado a defesa do agora rÃ©u Altemir. 6- Diante do aparente abandono da causa pelo advogado Manuel Figueiredo Neto, determino a intimaÃ§Ã£o da Defensoria PÃºblica para comparecer na prÃ³xima audiÃªncia, a fim de assumir a defesa do rÃ©u, caso nenhum causÃ-dico se apresente. 7- Vista ao MinistÃ©rio PÃºblico para requerer o que for de direito. Instada, a promotora de justiÃ§a dispensou a geraÃ§Ã£o de mÃ-dia. Reinaldo Alves Dutra, Auxiliar JudiciÃ¡rio, digitou. Juiz de Direito _____ PROCESSO: 00191108120208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SIMONE FEITOSA DE SOUZA A??o: Inquérito Policial em: 11/11/2021 INDICIADO:ERIVALDO DOS SANTOS CARDOSO Representante(s): OAB 30839 - MARIA TITO FERNANDES (ADVOGADO) VITIMA:O. E. . ATO ORDINATÃRIO AtravÃ©s deste, fica intimado (a) (s) o (a) (s) o MinistÃ©rio PÃºblico da AudiÃªncia de HomologaÃ§Ã£o de Acordo de NÃ£o PersecuÃ§Ã£o Penal, a ser realizada no dia 20 de JANEIRO de 2022, ÃS 10h00min. BelÃ©m, 11 de novembro de 2021. Simone Feitosa de Souza Diretora de Secretaria da 1Âª Vara Penal da Capital PROCESSO: 00281883620198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SIMONE FEITOSA DE SOUZA A??o: Inquérito Policial em: 11/11/2021 INDICIADO:JOSE GENTIL MENEZES NEVES JUNIOR Representante(s): OAB 15495 - LUIZ CARLOS DIAS JUNIOR (ADVOGADO) OAB 17459 - PARLENE RIBEIRO DIAS (ADVOGADO) VITIMA:O. E. . ATO ORDINATÃRIO AtravÃ©s deste, fica intimado (a) (s) o (a) (s) o MinistÃ©rio PÃºblico da AudiÃªncia de HomologaÃ§Ã£o de Acordo de NÃ£o PersecuÃ§Ã£o Penal, a ser realizada no dia 24 de JANEIRO de 2022, ÃS 10h00min. BelÃ©m, 11 de novembro de 2021. Simone Feitosa de Souza Diretora de Secretaria da 1Âª Vara Penal da Capital PROCESSO: 00281883620198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SIMONE FEITOSA DE SOUZA A??o: Inquérito Policial em: 11/11/2021 INDICIADO:JOSE GENTIL MENEZES NEVES JUNIOR Representante(s): OAB 15495 - LUIZ CARLOS DIAS JUNIOR (ADVOGADO) OAB 17459 - PARLENE RIBEIRO DIAS (ADVOGADO) VITIMA:O. E. . ATO ORDINATÃRIO AtravÃ©s deste, fica intimado (a) (s) o (a) (s) advogado (a) (s) de defesa do (s) denunciado JOSÃ GENTILÂ MENEZES NEVES JÃNIOR, da homologaÃ§Ã£o de Acordo de NÃ£o PersecuÃ§Ã£o Penal referente ao processo 00281883620198140401 a ser realizado no dia 24 de janeiro de 2022 Ã s 10:00. BelÃ©m, 11 de novembro de 2021. Â Simone Feitosa de Souza Diretora de Secretaria da 1Âª Vara Penal da Capital.

**SECRETARIA DA 2ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL**

RESENHA: 12/11/2021 A 12/11/2021 - SECRETARIA DA 2ª VARA CRIMINAL DE BELEM - VARA: 2ª VARA CRIMINAL DE BELEM PROCESSO: 00083949220208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRO HERYKY SILVA DA SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIADO:MARCOS MACIEL DA SILVA RIBEIRO Representante(s): OAB 8002 - JOAO NELSON CAMPOS SAMPAIO (ADVOGADO) DENUNCIADO:LUAN BRITO DO ROSARIO Representante(s): OAB 8002 - JOAO NELSON CAMPOS SAMPAIO (ADVOGADO) DENUNCIADO:DEBORA MARCELE COSTA DOS SANTOS Representante(s): OAB 8002 - JOAO NELSON CAMPOS SAMPAIO (ADVOGADO) VITIMA:R. M. B. VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. Ã£TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE BELÃM (PA) 2Âª VARA CRIMINAL Â¿ JUÃZO SINGULAR ATO ORDINATÃRIO PROCESSO: 0008394-92.2020.8.14.0401 DENUNCIADO(A)(S): MARCOS MACIEL DA SILVA RIBEIRO, LUAN BRITO DO ROSARIO e DEBORA MARCELE COSTA DOS SANTOS ADVOGADO(A)(S): JOAO NELSON CAMPOS SAMPAIO (OAB - 8002) Fica(m) intimado(a)(s), neste ato, o(a)(s) susodito(a)(s) advogado(a)(s) acerca da audiÃªncia designada, nos supraditos autos, para o dia 19/01/2022 Ã s 10 horas e 00 minutos. Ademais, fica intimado o advogado para justificar a sua ausÃªncia na audiÃªncia do dia 20.10.2021, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de pagamento de multa. BelÃ©m (PA), 10 de novembro de 2021. Alessandro Heryky Silva da Silva Analista JudiciÃ¡rio da 2Âª Vara Criminal de BelÃ©m (PA) (assino, consoante o art. 1Âº, Â§1Âº, IX, do Prov. n.Âº 06/2006-CJRMB, alterado pelo Prov. n.Âº 08/2014-CJRMB).

**SECRETARIA DA 3ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL**

Processo 00109723320178140401 AUTOR: MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ DENUNCIADO: DANILO DE JESUS SILVA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ SENTENÇA Vistos, etc. O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, ofereceu DENÚNCIA em face de DANILO DE JESUS SILVA pela prática do delito tipificado no art. 171, caput e art. 307, ambos do Código Penal Brasileiro. A denúncia, às fls. 02/05, relata:(...) que, em setembro de 2016, o denunciado passou a frequentar o supermercado Lider, unidade Marambaia, onde iniciou uma falsa relação de amizade com a vítima Anderson Souza Lobo, já no intuito de se locupletar dessa amizade, passando-se por um funcionário do Instituto Médico Legal Renato Chaves, inclusive, por vezes, usando o uniforme do referido instituto como parte do plano de ludibriar o ofendido. Passado alguns meses, o acusado passou a propor ao ofendido um emprego na Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua, alegando que poderia conseguir uma vaga, através de um suposto vereador que ele denominava Arlindo Cruz, tendo então a vítima aceitado, chegando inclusive a pedir demissão da função exercida no supermercado supramencionado. Após, o agente informou ao ofendido que precisaria ter um documento comprovante que este já havia trabalhado em órgão público do Estado e que, como nunca exerceu função pública, o acusado conseguiria tal documento desde que a vítima lhe repassasse o valor de R$ 400,00. No mesmo dia a vítima entregou a quantia solicitado pela acusado e este, contudo, não conseguiu o citado documento (...). Efetuada a oitiva do denunciado, este confessou a autoria dos delitos, esclarecendo o modus operandi dos delitos em tela(...).IPL relatado às fls. 28/29, autos em apenso. Denúncia recebida às fls. 06/07. Réu citado conforme certidão às fls. 09.Resposta à acusação às fls. 11.Certidão de antecedentes às fls. 51.Audiência de instrução e julgamento às fls. 27/30, ocasião na qual foi realizada a oitiva da testemunha Diogo Silva da Rocha e o interrogatório do réu Danilo de Jesus Silva. Às fls. 50, A Defesa juntou cópias de comprovantes de depósitos efetuados em favor da suposta vítima. Em Memoriais Finais, às fls. 36/37, o Ministério Público ratificou os termos da denúncia e requereu a condenação dos réu, posto haver restado comprovada a autoria e a materialidade do delito capitulado no art. 171, caput, e art. 307, nos termos doa art. 69, todos do Código Penal. A Defesa, em Memoriais Finais, às fls. 38/49, requereu a absolvição do réu, nos termos do art. 386, VII, do Código de Processo Penal. De outro modo, requereu a absolvição conforme Princípio da Insignificância, conforme art. 386, III, do Código de Processo Penal. Alternativamente, em caso de condenação, requereu que a pena seja aplicada no mínimo legal, inclusive, com reconhecimento da atenuante de confissão espontânea (art. 65, III, d, CP) e a causa de diminuição da pena de arrependimento posterior (art. 16, caput, CP).Vieram-me os autos conclusos para sentença. É o relatório. DECIDO Encerrada a instrução criminal, este Juízo, examinando minuciosamente as provas colhidas, entende comprovadas a materialidade e a autoria quanto ao crime previsto no art. 171, caput, do Código Penal Brasileiro. Vejamos: DA MATERIALIDADEA materialidade está comprovada às fls. 04, por meio de Boletim de Ocorrência. e às fls.33/35, mediante cópias de comprovantes de depósitos efetuados em favor da vítima. Desse modo, pelos elementos de prova reunidos nos autos, não há que se admitir qualquer dúvida quanto à existência material do crime. DA AUTORIAA testemunha Diogo Silva da Rocha relatou em juízo que soube do acontecimento por meio do namorado da vítima. Relatou que o acusado Danilo utilizava sua foto para se aproximar das pessoas nas redes sociais. Que o namorado da vítima o achou nas redes sociais e relatou que o acusado estava utilizando indevidamente sua foto como identidade nas redes sociais e que o acusado tinha enganado a vítima Anderson Lobo. Que se dirigiu à delegacia pararelatar o ocorrido. Que viu os prints de WhatsApp do acusado utilizando sua foto ao conversar com a vítima Anderson. Que soube que Anderson foi vítima de golpe cometido pelo acusado, o qual prometeu conseguir um cargo público caso a vítima lhe pagasse certa quantia. Que soube que Danilo possuía perfis fakes na rede social, inclusive, se passando por mulheres. Que descobriu, posteriormente, que conversa com uma mulher na rede social que, na verdade, era um perfil fake de Danilo. O réu Danilo de Jesus Silva, em seu interrogatório, afirmou ser verdadeira a acusação. Que criou um relacionamento com Anderson via rede social, mas que Anderson deixou claro que tinha namorado. Que Anderson trabalhava no supermercado Líder e comentava que pretendia sair do emprego. Que falou para Anderson acerca da proposta de um novo emprego na Câmara dos Vereadores caso ele lhe pagasse oitocentos reais. Que ressarciu o valor para Anderson na delegacia. Durante a instrução processual, restou comprovada a autoria do delito de estelionato por parte do acusado Danilo de Jesus Silva, diante de sua confissão e do relato fornecido pela testemunha. O réu alegou que ofereceu uma proposta de emprego à vítima em troca do valor de R$800,00, bem como a testemunha relatou que o acusado utilizou indevidamente sua foto para enganar a

vítima. Ressalte-se que, embora a vítima não tenha comparecido em juízo, as provas produzidas na instrução processual foram convergentes com o depoimento do ofendido realizado em inquérito policial. Às fls. 06, do IPL, a vítima declarou que descobriu que DANILO havia usado a imagem de DIOGO SILVA ROCHA para se passar por DIOGOPAMPLONA que seria um advogado e assessor do Vereador Arlindo Cruz, bem como relatou que pagou o valor total de R$800,00 ao acusado, solicitados por ele, para conseguir a vaga no suposto emprego. Portanto, os elementos de informação colhidos em inquérito são consoantes com as provas produzidas em juízo, restando comprovadas a autoria e a materialidade do delito de estelionato. Nesse sentindo, é de entendimento que o crime de estelionato, em seu tipo objetivo, possui requisitos obrigatórios para que conste a sua caracterização, são eles: emprego de artifício ardil ou qualquer outro meio fraudulento; induzimento ou manutenção da vítima em erro; obtenção de vantagem patrimonial ilícita em prejuízo alheio. Já em seu tipo subjetivo, o seu elemento é o dolo, pois o agente deve agir de forma livre e consciente, a fim de obter o que dispõe o artigo do referido delito. Assim, diante do exposto de provas, os requisitos do estelionato estão caracterizados no presente caso. O acusado enganou a vítima sobre proposta de emprego na Câmara dos Vereadores, utilizando de artificio ardil para induzir a vítima em erro, por meio do delito de falsa identidade, ao utilizar a foto da testemunha para se apresentar como advogado e assessor do suposto vereador via rede social. Ademais, uma vez que a vítima pagou o valor de R$ 800,00 (oitocentos reais) para conseguir o emprego, obteve-se a vantagem patrimonial em prejuízo alheio. Já o dolo restou inquestionável diante da conduta do réu, conforme tudo já exposto, inclusive, diante da confissão do acusado. Por fim, se extrai dos autos, diante do depoimento do acusado e dos comprovantes de depósito juntados aos autos, que o réu, na delegacia, comprometeu-se e efetivou a devolução dos R$ 800,00 (oitocentos reais) à vítima, às fls. 50, , motivo pelo qual reconheço a incidência do arrependimento posterior, causa de diminuição da pena conforme art. 16, do Código Penal. Portanto, as provas colhidas nos autos mostram-se suficientes para a autoria delitiva por parte do acusado Danilo de Jesus Silva.DO CRIME DE FALSA IDENTIDADE E PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO. Embora o Ministério Público, em Memoriais Finais, tenha requerido a condenação do réu nas sanções dos delitos tipificados no art. 171, caput, e art. 307, nos termos do art. 69, todos do Código Penal, não restou comprovado nos autos que o acusado utilizou de falsa identidade para cometer outros crimes. Apesar de elementos de informação colhidos em inquérito acerca do ocorrido, a acusação de que o crime de falsum prosperou para além do crime de estelionato, não restou comprovada em juízo, sob o crivo do contraditório. Ressalte-se que a alegação da testemunha de que Danilo possuía perfis fakes na rede social, inclusive, se passando por mulheres não é prova suficiente para fundamentar que o acusado ¿¿atribuía a sí falsa identidade para obter vantagem, em proveito próprio ou alheio, ou para causar dano a outrem¿¿, conforme tipifica o delito.Com efeito, os autos mostram que o delito de falsa identidade, nos termos do art. 307, do Código Penal, possuiu o fim de efetivar o estelionato, razão pela qual entendo que o delito do falsum em referência é absorvido pelo crime fim, nos termos da Súmula 17, do STJ.DA CONCLUSÃO Assim, ante o exposto relatado, encontra-se provada a materialidade e autoria do delito previsto no art. 171, caput, todos do Código Penal Brasileiro, razão pela qual JULGOPARCIALMENTE PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR o acusado de DANILODE JESUS SILVA nas sanções punitivas relativas ao delito tipificado. DA DOSIMETRIA DA PENA Atento às diretrizes do artigo 5º, XLVI, da Constituição da República, ao artigo 68 do Código Penal Brasileiro e às circunstâncias judiciais do artigo 59 do mesmo Diploma Legal, passo à individualização e fixação das penas a serem impostas ao réu: O réu agiu com culpabilidade normal à espécie, uma vez que não praticou conduta de maiorou menor censurabilidade, pois a culpabilidade é entendida como: Na dosimetria basilar, a culpabilidade do agente diz respeito à maior ou menor reprovabilidade da conduta, não se confundindo com a culpabilidade como elemento do crime, que é composta pela imputabilidade, potencial conhecimento da ilicitude do fato e exigibilidade de conduta diversa. (Súmula nº 19/TJ-PA (Res.9/2016 ¿ DJ. Nº 5931/2016, 16/3/2016)O réu não registra antecedentes criminais. O réu possui conduta social neutra, pois não foi possível auferir. O réu possui personalidade neutra. Igualmente à consideração acerca da conduta social, considero ser neutra. Quanto aos motivos do crime, estes dizem respeito às razões que levaram o agente praticar tal ato, sua fonte propulsora, o que considerado ser normal à espécie, logo os motivos são neutros. As circunstâncias referem-se ao fato delituoso quanto a sua forma, os meios utilizados, os objetos, o tempo e o lugar. Logo, considerado as circunstâncias normais à espécie. As consequências do crime avaliam os efeitos principais e secundários gerados pelo ato que está para além da tipificação do fato, que podem ser de natureza afetiva, pessoal, moral, econômica, social ou política. Portanto, uma vez que os objetos foram recuperados e o réu pagou os valores do aluguel atrasado, as consequências são neutras. Quanto ao comportamento da vítima no delito que ora se cuida, considero que nada contribuiu para o delito. Logo, considerado como neutro em razão de Súmula n. 18 TJ/PA. Assim, diante de nenhuma circunstância desfavorável ao réu, fixo a pena base em 1 (um) ano de

reclusão mais 10 (dez) dias-multa calculada em 1/30 (um trigésimo) do Salário Mínimo vigente à época dos fatos. Em observância às circunstâncias atenuantes (CP art. 65) e agravantes (CP arts. 61 e 62) da pena, considero: A incidência da atenuante do art. 65, III, d, do CP, já que o agente confessou a prática da autoria do delito. Entretanto, em razão da pena base ter sido fixada no mínimo legal, deixo de valorá-la em consonância com a Súmula 231 do STJ. Ante a presença de diminuição da pena conforme arrependimento posterior previsto no art.16, do Código Penal, diminuo a pena em 1/3 (4 meses de reclusão). Assim, FIXO EM DEFINITIVO A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE em 08 (oito) meses de reclusão e 10 (dez) dias-multa calculados no valor de 1/30 (um trinta avos) sobre o valor do salário mínimo vigente à época do fato. Em consonância ao art. 44, I, II, III c/c § 2, considero preenchidos os requisitos necessários à substituição da pena privativa de liberdade por prestação pecuniária no valor de 01 (um) salário mínimo à entidade privada com destinação social, conforme §1º, art. 45, do CP. Considerando o regime de cumprimento da pena imposto, concedo ao réu o direito de apelarem liberdade da presente decisão. Ao Juízo da Execução, após o trânsito em julgado desta decisão, para decidir o que for de sua competência. Com o trânsito em julgado:1. Lance-se o nome da ré no rol dos culpados e procedam-se todas as comunicações e as anotações de estilo, inclusive as de interesse estatísticos e à Justiça Eleitoral;2. Expeça-se a guia definitiva à Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas.3. Cumprido o mandado, expeça-se guia de recolhimento definitivo; Isento de Custas. Após, proceder às respectivas baixas, inclusive os apensos. Publique-se, registre-se, intimem-se. P.R.I.C. BELÉM - PA, 01 de outubro de 2021HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO Juiz de Direito Respondendo pela 3ª Vara Criminal de Belém conforme Portaria n.3190/2021-GP, DJE7230/2021

Processo: 00057249120148140401 AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ DENUNCIADO: MAX ANDREY SANTOS SOUSA ADVOGADO: SIMONE GEMAQUE DOS SANTOS OAB/PA 17543 SENTENÇA Vistos, etc. O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, ofereceu DENÚNCIA em face de MAX ANDREY SANTOS SOUSA pela prática do delito tipificado no art. 180, caput, do Código Penal Brasileiro. A denúncia, às fls. 03/06, relata:(...) no dia 31/03/2014, por volta de 04h30min, policiais militares, que se encontravam de policiamento tático na Rua Rodolfo Chermont, em frente à casa de Show Mansão do Forro, perceberam que o denunciado estava tentando sair na motocicleta HONDA/NXR 150 BROSS ES placa OFI-5277, ano 11/12, cor preta e que este se assustou com a presença da viatura, momento em que acabou caindo da moto, razão pela qual foi abordado pelos policias (...). Consta ainda do inquérito que ao ser questionado sobre a propriedade da motocicleta, o denunciado afirmou desconhecer o proprietário e que apenas estaria tirando uma foto do veículo. Diante disso, os patrulheiros checaram a procedência da motocicleta e constaram que havia um registro de roubo, razão pela qual deram voz de prisão ao agente. Perante a autoridade policial, o denunciado acrescentou, no auto de prisão em flagrante delito, que no dia do ocorrido estava com sua irmã, um amigo e seu cunhado, os quais saíram por volta de 04h da Casa de Show Mansão do Forró e que ao avistar a moto decidiu tirar uma foto. A proprietária da motocicleta, Sra. Giovana Soares Santiago não reconheceu o denunciado como um dos autores do roubo que sofrera (..). Denúncia recebida às fls. 13.IPL relatado às fls. 25/26, autos em apenso. Citação ao réu conforme edital às fls. 18, tendo constituído advogado, de modo que possuiu sua citação suprida, às fls. 45, por ter pleno conhecimento da denúncia. Resposta à acusação às fls. 51.Certidão de antecedentes do réu às fls. 53.Audiência e instrução e julgamento às fls. 71, ocasião na qual foi realizada a oitiva das testemunhas Antônio de Jesus Augusto Marques e Washington Louis de Almeida Coelho. Em audiência de continuação, às fls. 79/80, ocasião na qual foi realizada a oitiva da informante Vivian Dayany Cardoso da Conceição e o interrogatório do réu Max Andrey Santos Sousa. Em Alegações Finais, o Ministério Público requereu a absolvição do réu pela prática do crime capitulado no art. 180, caput, do Código Penal, por insuficiência de provas, com fundamento no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. A Defesa, em suas Alegações Finais, requereu a absolvição do réu, com fundamento no art.386, inciso VI, do Código de Processo Penal, por insuficiência de provas. Vieram-me os autos conclusos para sentença. É o relatório. DECIDO. Encerrada a instrução criminal, este Juízo, examinando minuciosamente as provas colhidas, entende pela absolvição do acusado quanto ao crime previsto no art. 180, caput, do Código Penal Brasileiro. Senão vejamos: DA MATERIALIDADEA materialidade está comprovada por meio de Auto de Exibição e Apreensão de Objeto, às fls. 15, do IPL, no qual foi apreendida uma moto Honda/NXR 150 Bross Es, ano 2011/2012,Placa OFI-

5277, e também mediante Depoimentos prestados sob autoridade policial, autos em apenso. Destarte, pelos elementos de prova reunidos nos autos, não há que se admitir qualquer dúvida quanto à existência material do crime. DA AUTORIA Quanto à autoria, a testemunha Antônio de Jesus Augusto Marques, policial civil, disse em juízo que, na época do fato, trabalhava na Seccional da Marambaia e que, por ser um local de muitos procedimentos, não se recorda do fato. A testemunha Washington Louis de Almeida Coelho, policial militar, relatou em juízo que estava realizando ronda para verificar veículos com possíveis registros de roubo e o denunciado tentou se evadir do local. Que então o abordaram e foi verificado que o veículo estava sob registro de roubo. Que não se recorda se o denunciado estava em cima da moto ou se estava saindo da casa de show. Que não se lembra se o acusado ligou a moto. A testemunha Vivian Dayany Cardoso da Conceição, conhecida do acusado, que presenciou o ocorrido, relatou em juízo que estava na festa, acompanhada de seu marido, e que, ao sair do local, encontrou e cumprimentou o acusado. Que ele estava sozinho, porque seus amigos já tinham ido embora, e que estava um pouco alcoolizado. Que ofereceu carona para ele. Que a moto do seu marido estava estacionada ao lado da moto apreendida. Que o acusado se encostou na moto enquanto aguardava o casal para ir embora. Que assim que ele se encostou, em questões de segundos, os policiais se aproximaram e o abordaram. Que a moto foi levada por uma viatura porque não tinha chave. Respondeu que não foi ouvida em delegacia. Que o acusado chegou a brincar, encostando na moto e pedindo para tirar uma foto, momento este que os policiais se aproximaram e fizeram a abordagem. O réu Max Andrey Santos Sousa, em seu interrogatório, negou a acusação. Disse que estava em frente a uma festa e que encostou na moto, momento que os policiais realizaram a abordagem. Que não subiu em cima da moto. Que apenas se encostou na moto pedindo para sua amiga tirar uma foto. Conforme se extrai dos autos, não há dúvidas de que a motocicleta apreendida estava sob registro de roubo. Entretanto, o único policial que se recordou do fato, Washington Louis de Almeida Coelho, que realizou o flagrante do réu, não soube informar se o denunciado estava na posse da motocicleta ou se ele possuía a chave do veículo, ou seja, se a motocicleta estava na esfera de sua disponibilidade ¿ informação importante para um convencimento de qualquer das condutas previstas no tipo do delito de receptação própria. Sob a mesma ótica, a testemunha Vivian Dayany Cardoso da Conceição, que alegou ter presenciado o ocorrido e que conhece o réu, em depoimento consoante com o do acusado, afirmou que o réu apenasse encostou para tirar uma foto, momento que provocou a abordagem policial. Além disso, o delito de receptação, em seu caput, exige o dolo precedente às condutas previstas no tipo, ou seja, o agente deve ter conhecimento de que o objeto é produto de crime ¿ fato que não foi comprovado nos autos. Portanto, não há provas suficientes de que o acusado cometeu o crime de receptação. Assim, em virtude da ausência de provas sólidas na instrução processual, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, o conjunto probatório restou impreciso, de forma que, em situações como essa, a absolvição é medida de que impõe. DA CONCLUSÃO Importante trazer à baila o art. 155 do Código de Processo Penal que assevera que: o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas. Existem, pois, dúvidas de que o acusado tenha sido autor do delito que lhe é imputado, posto que não fora produzida prova na Ação Penal que viesse a confirmar os elementos de prova constantes no inquérito policial e, portanto, capaz de me induzir a um decreto condenatório. Desse modo, ante a ausência de conjunto fático-probatório coeso e harmônico capaz de indicar a autoria delitiva, impõe-se a observância in dubio pro reo. Nesse sentido: EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL ¿ RECEPTAÇÃO ¿ AUSÊNCIA DE PROVAS ¿ ABSOLVIÇÃOMANTIDA. Não havendo provas idôneas aptas a condenar o acusado pela suposta prática do crime de receptação, a sua absolvição deve ser mantida, em observância ao princípio do in dubio pro reo. (TJ-MG ¿ APR: 10024160621728001Belo Horizonte. Relator: Denise Pinho da Costa Val, Data de Julgamento: 17/07/2018, Câmaras Criminais / 6ª CÂMARA CRIMINAL, Data de Publicação: 27/07/2018) Diante do exposto, julgo procedente o pedido do Ministério Público e da Defesa para ABSOLVER a acusado MAX ANDREY SANTOS SOUSA nos termos do art. 386, VII do Código de Processo Penal. Após o trânsito em julgado, procedam-se as anotações e comunicações de praxe. P.R.I.C. BELÉM - PA, 24 de setembro de 2021CRISTINA SANDOVAL COLLYER Juíza de Direito Titular da 3ª Vara Criminal da Comarca de Belém-PA

**SECRETARIA DA 6ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL**

RESENHA: 12/11/2021 A 12/11/2021 - SECRETARIA DA 6ª VARA CRIMINAL DE BELEM - VARA: 6ª VARA CRIMINAL DE BELEM PROCESSO: 00012515220208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIADO:ANTONIO MARCOS MANUEL DOMINGOS DENUNCIADO:GLAUCIA PRUDENCIO DOMINGOS VITIMA:H. A. S. N. VITIMA:M. E. S. T. . Ã©DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â R. H. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o teor da cota de fl. 29, diligencie-se no sentido de averiguar se ANTONIO MARCOS MANUEL DOMINGOS e GLAUCIA PRUDENCIO DOMINGOS se encontram custodiados em estabelecimento carcerÃ¡rio estadual, a fim de se esgotar a via da citaÃ§Ã£o pessoal, nos termos da orientaÃ§Ã£o fixada na sÃºmula nÂº. 351 do Supremo Tribunal Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Havendo confirmaÃ§Ã£o de que os rÃ©us nÃ£o integram a populaÃ§Ã£o carcerÃ¡ria, determino, desde jÃ¡, a realizaÃ§Ã£o da sua CITAÃÃO POR EDITAL, na forma do art.361 do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Caso nÃ£o sejam encontrados apÃ³s citaÃ§Ã£o por edital, que se proceda ao cumprimento do disposto no art. 366, CPP, que seja, a suspensÃ£o do processo e do prazo prescricional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se e cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 12 novembro de 2021. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES JuÃ-za de Direito Titular da 6Âª Vara Criminal de BelÃ©m/PA PROCESSO: 00030061420208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:T. S. C. DENUNCIADO:RONALD SILVA DOS SANTOS Representante(s): OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) DENUNCIADO:RENAN SANTOS MONTEIRO Representante(s): OAB 10056 - EDILENA MARIA DA COSTA GANTUSS (ADVOGADO) DENUNCIADO:SANDRO FRANCISCO DA SILVA CAMPOS Representante(s): OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . EDITAL DE CITAÃÃO (Prazo de 15 dias) A Dra. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES, MMÂª. JuÃ-za de Direito Titular da 6Âª Vara Criminal da Comarca da Capital. Faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que pelo 5Âª Promotor PÃºblico da Capital foi (ram) denunciado(a)(s) RONALDO SILVA DOS SANTOS, brasileiro, paraense, filho de Sandra Monteiro da Silva e Domingas ConceiÃ§Ã£o dos Santos; como incurso nas penas do Art. 157, Â§2Âº, II e V c/c art. 288, ambos do CPB, nos autos do processo-crime nÂº. 0003006-14.2020.814.0401. E como nÃ£o foi(ram) encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, expede-se o presente EDITAL para que o(a)(s) denunciado(a)(s), no prazo de 10(dez) dias, ofereÃ§a(m) resposta escrita, devendo na referida defesa, arguir preliminares e alegar tudo o que interesse em sua defesa, oferecer documento, e justificaÃ§Ãµes, especificar provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimaÃ§Ã£o quando necessÃ¡rio, tudo conforme disposto no art. 396 do CPB., com a nova redaÃ§Ã£o alterada pela Lei nÂº. 11.719/2008. BelÃ©m (PA), 12 de novembro de 2021. EU, ___ Elizete Pantoja Campelo, Analista JudiciÃ¡ria, lotada na 6Âº Vara Criminal, digitei, conferir e subscrevi. Â SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Â JuÃ-za de Direito, Titular da 6Âª Vara Criminal de Capital PROCESSO: 00075390819978140401 PROCESSO ANTIGO: 199720093634 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:E. N. C. B. VITIMA:E. N. C. B. L. DENUNCIADO:JORGE SAUL JUNIOR COATOR:IPN. 180/97 - SU/SAO BRAZ. Ã© Vistos, etc. Recebi os autos nesta data e no estado em que se encontram. Tendo em vista o requerimento da defesa de fls. 187/188, bem como a manifestaÃ§Ã£o ministerial favorÃ¡vel Ã fl. 212, admito REMAZA ADMINISTRADORA como assistente de acusaÃ§Ã£o. Ademais, de acordo com a informaÃ§Ã£o prestada Ã fl. 188 bem como a certidÃ£o Ã fl. 177, que o rÃ©u seja devidamente citado CondomÃ-nio Greenville I, Rua Angelim, nÂ° 6, Quadra 01, Bairro Parque Verde. No caso de impossibilidade de citaÃ§Ã£o pessoal, que seja citado por hora certa. Em caso de ainda assim restar infrutÃ-fera a citaÃ§Ã£o, que seja citado em seu endereÃ§o profissional acostado aos autos Ã fl. 213, colhido apÃ³s pesquisa no Cadastro Nacional dos Advogados (CNA). P.R.I.C. Â BelÃ©m/PA, 12 de novembro de 2021. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES JuÃ-za de Direito Titular da 6Âª Vara Criminal da Comarca de BelÃ©m/PA. PROCESSO: 00136412520188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Procedimento Comum em: 12/11/2021 VITIMA:N. N. C. DENUNCIADO:DIOLENO CARLOS PANTOJA DO EGITO Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . Vistos, etc. Considerando a manifestaÃ§Ã£o da defesa Ã fl. 77, deixo de

analisar o pedido de prisÃ£o preventiva formulado pelo MinistÃ©rio PÃºblico Ã s fls. 74/75 atÃ© a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, visto que esta jÃ¡ foi designada. Ademais, compulsando os autos, verifica-se que houve certa dificuldade no cumprimento dos atos comunicatÃ³rios, conforme certidÃ£o Ã fl. 69 e pesquisa no INFOSEG( fl. 71), razÃ£o pela qual, tendo em vista que o rÃ©u Dioleno Carlos Pantoja do Egito encontra-se cumprindo a medida cautelar de monitoramento em outro processo, determino que seja oficiado Ã Central de Monitoramento EletrÃ´nico para que preste informaÃ§Ãµes a respeito do seu endereÃ§o bem como sobre suas atividades. Uma vez que sejam prestadas as informaÃ§Ãµes, que seja intimado da audiÃªncia designada para o dia 17/11/2022 Ã s 12.00, bem como para que justifique o descumprimento do monitoramento primeiro, o qual fora expedido por esta 6Â° Vara Criminal. ExpeÃ§a-se e cumpra-se. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Juiza de Direito Titular da 6Â° Vara Criminal de BelÃ©m/PA PROCESSO: 00144335220138140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 MENOR:VITIMA MENOR DE IDADE DENUNCIADO:ELVISLEY NASCIMENTO SILVA Representante(s): OAB 17891 - ROSANGELA SANTOS DA FONSECA (ADVOGADO) VITIMA:A. C. M. A. . Ã£ Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes constitucionais, ofereceu denÃºncia em face de ELVISLEY NASCIMENTO SILVA, qualificado nos autos Ã fl.2/4, como incurso nas penas do art.157, Â§2Âº, inciso II, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Narra a denÃºncia que no dia 19 de junho de 2013, por volta das 18H15min, o rÃ©u em companhia de um outro indivÃ-duo nÃ£o identificado, utilizando-se de violÃªncia fÃ-sica, abordou a adolescente Adriele Carolina Monteiro, quando caminhava na Trav. Chaco, Bairro da Pedreira, tendo subtraÃ-do o seu aparelho celular. Â Â Â Â Â Ato contÃ-nuo, o rÃ©u desferiu um soco no rosto da vÃ-tima, no intuito de que ela nÃ£o reagisse, tendo em seguida empreendido fuga. ApÃ³s o ocorrido, a vÃ-tima informou sobre o assalto ao seu pai, Sr. Hugo de Leon da Silva Almeida, o qual acionou imediatamente uma viatura da polÃ-cia militar, informando a localizaÃ§Ã£o onde o denunciado estaria escondido. Â Â Â Â Â A viatura da polÃ-cia militar se deslocou atÃ© o local informado pelo pai da vÃ-tima, na residÃªncia do rÃ©u, sendo este encontrado em posse do aparelho celular roubado, razÃ£o pela qual foi preso em flagrante delito. Â Â Â Â Â Perante a autoridade policial, o rÃ©u reconheceu a autoria delitiva. Ademais, a vÃ-tima reconheceu ELVISLEY NASCIMENTO SILVA, qualificado nos autos Ã fl.2, como sendo um dos autores do crime. Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida pelo juÃ-zo em 31 de julho de 2013, conforme despacho de fl.27/28. Â Â Â Â Â A citaÃ§Ã£o pessoal ocorreu em 14.08.2013, conforme certidÃ£o de fl.39). Â Â Â Â Â Em 23/08/2013, a resposta escrita Ã acusaÃ§Ã£o foi oferecida, conforme manifestaÃ§Ã£o de fls.41/63 Â Â Â Â Â Em audiÃªncias de instruÃ§Ã£o e julgamento, registradas em mÃ-dia audiovisual, foi realizada a oitiva da vÃ-tima (acompanhada pelo seu pai Hugo Leon da Silva) e a inquiriÃ§Ã£o de testemunhas, tendo o MP, desistido da oitiva da testemunha Carlos Augusto Souza (mÃ-dia fl. 74/75 colacionada Ã fl.76) Â Â Â Â Â Na audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, em continuaÃ§Ã£o, realizada em 29/07/2015, 11Âª. Promotora da InfÂ¢ncia e da Juventude de BelÃ©m, requereu a declinaÃ§Ã£o de competÃªncia, tendo em vista que o processo em questÃ£o se trata de crime contra o patrimÃ´nio praticado por maiores de 18 (dezoito) anos de idade, contra vÃ-tima menor de idade. Â Â Â Â Â Diante disso, o JuÃ-zo da Vara de Crimes Contra CrianÃ§as e Adolescentes, Ã s fls. 83/86, chamou o processo Ã ordem e declinou a competÃªncia, uma vez que nenhum dos rÃ©us, no momento do crime era menor de idade, tendo o processo sido redistribuÃ-do para a 6Âª. Vara Criminal da Capital. Â Â Â Â Â Este JuÃ-zo, deferiu o pedido do MP Ã¡ fl. 88, onde ratificou os atos processuais jÃ¡ realizados pela Vara de Crimes Contra CrianÃ§as e Adolescentes (fl.89). Â Â Â Â Â O CPC Renato Chaves, atravÃ©s do OfÃ-cio de nÂº 3.142/2015-CPV/IML/CPCÂ¿RCÂ¿, fls. 90, informa a este JuÃ-zo que foram esgotadas todas as possibilidades de buscas no sistemaÂ¿ Â¿ e que nenhum registro de Laudo de Exame de Corpo de Delito SexolÃ³gico forense em nome da vÃ-tima foi localizado. Â Â Â Â Â A Defensoria PÃºblica , requereu a autorizaÃ§Ã£o para mudanÃ§a de endereÃ§o do rÃ©u, onde o mesmo pretendia fixar seu domicÃ-lio na Comarca de Rio Verde Â Â Â Â Â /MT (fls.95), tendo o M.P. manifestado favorÃ¡vel, e este JuÃ-zo deferiu o retromencionado pedido. Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Ã fls. 109, desistiu da oitiva da vÃ-tima, tendo em vista que a mesma nÃ£o foi localizada. Â Â Â Â Â A genitora do acusado, compareceu perante este JuÃ-ozo, no afÃ£ de comunicar que o rÃ©u atualmente reside na Comarca de EstÂ¢ncia Velha/ Rio Grande do Sul (fl. 110). Â Â Â Â Â ExpediÃ§Ã£o de Carta PrecatÃ³ria para a Comarca de EstÂ¢ncia Velha/ Rio Grande do Sul, a fim de que o JuÃ-zo Deprecado realizasse o interrogatÃ³rio do rÃ©u (125), tendo sido realizada a referia audiÃªncia em 12/03/2020 (fls. 141). Â Â Â Â Â O rÃ©u perante o JuÃ-zo deprecado, confessou a autoria do crime, em tela. Â Â Â Â Â Na fase do art. 402 do CPP, nenhuma diligÃªncia foi requerida pelas partes. Â Â Â Â Â Em 25.02.2021, o MinistÃ©rio PÃºblico apresentou memoriais finais, pugnando pela condenaÃ§Ã£o nos termos da denÃºncia (fls.147/151). Â Â Â Â Â No dia 10.03.2021, a defesa apresentou memoriais finais, onde requereu a absolviÃ§Ã£o pela falta de provas

(fls.152/157). Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â NÃ£o foram arguidas questÃµes preliminares ou prejudiciais de mÃ©rito. Â Â Â Â Â A materialidade estÃ¡ comprovada nos autos pelas seguintes provas: auto de ExibiÃ§Ã£o e de ApresentaÃ§Ã£o de Objeto, Auto de Entrega e demais provas documentais que acompanham o inquÃ©rito policial ratificadas pelas demais provas orais colhidas em juÃ-zo, certificando a ocorrÃªncia do crime descrito na inicial, nos autos de IPL, em apenso a este autos.Â Â Â Â Â Â A autoria, da mesma forma, Ã© inconteste, pois, a prova oral produzida durante a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o conduz Ã certeza necessÃ¡ria para formar convicÃ§Ã£o acerca da condenaÃ§Ã£o, alÃ©m da confissÃ£o do prÃ³prio acusado em JuÃ-zo. Â Â Â Â Â A testemunha Nelsikleber Furtado Ribeiro, afirmou que foram acionados pelo pai da vÃ-tima, o qual informou que sua filha havia sido assaltada. Alegou que foi subtraÃ-do da ofendida seu aparelho celular e que o roubo aconteceu na Avenida Pedro Miranda, no Bairro da Pedreira. Argumentou que o pai da vÃ-tima sabia onde o r[Ã©u morava e ao fazerem a abordagem foi encontrado o acusado com o aparelho roubado. Â Â Â Â Â A testemunha Hugo de Leon da Silva Almeira, afirmou que Ã© pai da vÃ-tima e que populares informaram que sua filha havia sido assaltada, prÃ³ximo ao canal da Visconde de InhaÃºma com a Travessa Curuzu. Alegou que foi roubado de sua filha o seu aparelho celular e que ela estava lesionada, pois havia sido lhe desferido um soco. Dessa forma acionou a guarniÃ§Ã£o e foram a atÃ© a residÃªncia do rÃ©u, para efetuarem a abordagem, pois as testemunhas que haviam presenciado o ocorrido, comunicaram onde o rÃ©u morava. Ademais fora encontrado o celular da vÃ-tima com o denunciado. Â Â Â Â Â Em seu depoimento perante o JuÃ-zo Deprecado, o rÃ©u confessou que cometeu o crime. Afirmou que estava com seu comparsa, no momento da prÃ¡tica do crime, e que abordou a vÃ-tima e saiu correndo. Segundos depois foi abordado pelos policiais, sendo recuperado o aparelho celular (fl.141). Â Â Â Â Â Â Ainda segundo as testemunhas, os bens foram devidamente recuperados e devolvidos Ã vÃ-tima e o rÃ©u foi preso e autuado em flagrante delito. Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Friso que a jurisprudÃªncia do STJ tambÃ©m jÃ¡ assentou o entendimento de que o depoimento de policiais responsÃ¡veis pela prisÃ£o em flagrante do acusado, constitui meio de prova idÃ´neo para embasar o Ã©dito condenatÃ³rio, mormente quando corroborado em juÃ-zo no Ã¢mbito do devido processo legal (neste sentido: STJ HC 156.586 /SP 5Âª. T. Rel. Min. NapoleÃ£o Nunes Maia Filho j.27.04.2010. DJU 24.05.2010; STJ HC 149.540/SP 5Âª Rel. Ministra Laurita Vaz j.12.04.2011, DJU 04.05.2011;STJ HC 177.980/BA 5Âª T. Rel. Min. Jorge Mussi j. 28.06.2011, DJU 01.08.2011; STJ AgRg no REsp 262.655/sp 5ÂªT. Rel. Ministro Marco AurÃ©lio Bellizze j. 06.06.2013, DJU 14.06.2013; e STJ HC 255.212/SP, Rel. Min. Jorge Mussi, 5Âª. T., j. 18.06.2013, DJU 08.08.2013. Â Â Â Â Â Assim, presentes todos os elementos do delito previsto no art.157, caput, do CP, sendo a conduta praticada pelo acusado formal e materialmente tÃ-pica, adequando-se, Ã perfeiÃ§Ã£o, ao preceito primÃ¡rio do tipo em questÃ£o. Â Â Â Â Â Acrescenta-se ao tipo penal imputado a majorante correspondente ao concurso de pessoas, conforme previsÃ£o legal dos incisos II, do Â§2Âº, do art. 157, do CÃ³digo Penal. Ã dizer, a prova oral produzida com estrita observÃ¢ncia das garantias constitucionais constitui elemento probatÃ³rio firme e congruente a respeito do iter criminis e do modus operandi de que se utilizou o acusado para praticar o delito, em conluio, com um corrÃ©u. Â Â Â Â Â A defesa nÃ£o trouxe qualquer argumentaÃ§Ã£o plausÃ-vel para justificar o encontro da res furtiva em poder do denunciado, o que corrobora com a tese acusatÃ³ria. Â Â Â Â Â Nesse sentido: APELAÃÃO CRIMINAL. ROUBO MAJORADO. INSUFICIÃNCIA PROBATÃRIA. NÃO CONFIGURADA. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. PALAVRA DAS VÃTIMAS. VALIDADE. APREENSÃO DA RES EM POSSE DOS APELANTES. SENTENÃA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. UNÃNIME. I - Os depoimentos testemunhais em casos de roubo possuem especial relevÃ¢ncia devido ao fato de que normalmente essa espÃ©cie de crime acontece sem a presenÃ§a de testemunhas, ainda mais quando corroborados com outros elementos de provas como ocorre no caso em apreÃ§o em que a res subtraÃ-da foi encontrada em posse dos apelantes, os quais foram imediatamente reconhecidos como autores do crime. A jurisprudÃªncia deste Tribunal e de todo o paÃ-s Ã© mansa e pacÃ-fica em sustentar que para comprovar tal delito, o depoimento da vÃ-tima possui especial relevÃ¢ncia devido ao fato deste tipo de crime ocorrer na clandestinidade, principalmente quando suas declaraÃ§Ãµes sÃ£o confirmadas em juÃ-zo e corroboradas por outros meios de provas. II - Portanto, sem razÃ£o a defesa em alegar a falta de luminosidade do local e o nervosismo das vÃ-timas, uma vez que as declaraÃ§Ãµes das mesmas foram consistentes e seguras, aliadas Ã prova da apreensÃ£o nÃ£o sÃ³ dos bens subtraÃ-dos, como do martelo usado como arma para atemorizar os ofendidos. III Recurso improvido. UnÃ¢nime. (TJ-PA - APL: 201230063369 PA, Relator: BRIGIDA GONCALVES DOS SANTOS, Data de Julgamento: 28/03/2014, 3Âª CÃMARA CRIMINAL ISOLADA, Data de PublicaÃ§Ã£o: 04/04/2014) Â Â Â Â Â Portanto, ao contrÃ¡rio do aduzido pela defesa, a prova da autoria do delito tipificado na denÃºncia restou, sobejamente, comprovada pelas provas orais e documentais que formam o conjunto probatÃ³rio dos autos, e a confissÃ£o do rÃ©u, o que leva Ã conclusÃ£o de que o delito existiu e o rÃ©u foi seu autor, autorizando, portanto, um decreto

condenatÃ³rio. Â Â Â Â Â As evidÃªncias acima expostas tambÃ©m comprovam a existÃªncia do elemento subjetivo do tipo, qual seja, a intenÃ§Ã£o livre e consciente de subtrair a quantia em posse da vÃ-tima, para si, mediante grave ameaÃ§a exercida com violÃªncia fÃ-sica. Â Â Â Â Â Trata-se de crime consumado, eis que provado que ocorreu a inversÃ£o da posse, conforme se extrai das provas orais colhidas durante a instruÃ§Ã£o processual, incidindo o entendimento consolidado na sÃºmula nÂº.582 do STJ. Â Â Â Â Â Inexistem quaisquer causas de exclusÃ£o de antijuridicidade ou culpabilidade aplicÃ¡veis ao caso presente. Â Â Â Â Â Portanto, culpÃ¡vel Ã© o acusado, sendo imputÃ¡vel e potencialmente ciente da ilicitude de sua prÃ¡tica, podendo dele ser exigir conduta diversa, de acordo com a norma proibitiva implicitamente contida no tipo que lhe fora imputado. Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE a pretensÃ£o acusatÃ³ria formulada pelo MinistÃ©rio PÃºblico na denÃºncia constante Ã s fls.2/4, para CONDENAR ELVISLEY NASCIMENTO SILVA, qualificado nos autos, como incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas inseridas no art.157, Â§2Âº, II do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Passo a realizar a dosimetria da pena nos termos do art.68 do CP. Â Â Â Â Â Primeiramente, analiso as circunstÃ¢ncias judiciais previstas no art.59 do CP. Â Â Â Â Â Em relaÃ§Ã£o Ã culpabilidade, observo que a conduta apresenta grau de reprovaÃ§Ã£o normal ao tipo penal. Â Â Â Â Â O rÃ©u nÃ£o registra antecedentes criminais, nos termos da sÃºmula 444 do STJ. Â Â Â Â Â Poucos elementos foram coletados a respeito de sua conduta social e personalidade, nÃ£o permitindo que se faÃ§a uma avaliaÃ§Ã£o precisa e concreta a esse respeito. Â Â Â Â Â O motivo do crime foi a cobiÃ§a e o lucro fÃ¡cil, razÃµes Ã-nsitas aos crimes contra o patrimÃ´nio, nÃ£o podendo ser considerado como circunstÃ¢ncia desfavorÃ¡vel sob pena de dupla valoraÃ§Ã£o (bis in idem). Â Â Â Â Â As circunstÃ¢ncias sÃ£o normais ao tipo penal. Â Â Â Â Â As consequÃªncias do crime sÃ£o menos significativas, afinal, os bens roubados foram recuperados. Â Â Â Â Â E o comportamento da vÃ-tima constitui circunstÃ¢ncia cuja valoraÃ§Ã£o Ã© neutra. Â Â Â Â Â Â Ã vista dessas circunstÃ¢ncias judiciais analisadas, fixo a PENA BASE EM 4 (QUATRO) ANOS DE RECLUSÃO E AO PAGAMENTO DE 10 (DEZ) DIAS-MULTA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Presente a circunstÃ¢ncia atenuante prevista no art. 65, III, alÃ-nea Â¿dÂ¿ do CPB, uma vez que o rÃ©u confessou espontaneamente a autoria do delito perante o JuÃ-zo Deprecado todavia considerando a SÃºmula 231 do STJ, mantenho as penas em seu mÃ-nimo legal,Â¿ Â¿ ou seja 04 (QUATRO) ANOS DE RECLUSÃO E AO PAGAMENTO DE 10 (dez) DIAS-MULTA. Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ circunstÃ¢ncias agravantes a valorar. Â Â Â Â Â Ausente causas de diminuiÃ§Ã£o a avaliar. Â Â Â Â Â Presente a causa de aumento de pena previstas no inciso II, do Â§2Âº, do art.157 do CP, conforme fundamentado acima, aumento de pena de 1/3 (UM TERÃO), FIXANDO A PENA, DEFINITIVAMENTE, EM 5(CINCO) ANOS E 4 (QUATRO) MESES DE RECLUSÃO E AO PAGAMENTO DE 13 (TREZE) DIAS-MULTA. Â Â Â Â Â Quanto Ã pena de multa, aplico a fraÃ§Ã£o mÃ-nima Ã espÃ©cie, dada a ausÃªncia de informaÃ§Ãµes concretas a respeito da situaÃ§Ã£o econÃ´mico-financeira do acusado, estabelecendo o valor de 13 (TREZE) DIAS-MULTA Ã RAZÃO DE UM TRIGÃSIMO DO SALÃRIO MÃNIMO VIGENTE AO TEMPO DO FATO DELITUOSO. Â Â Â Â Â O rÃ©u deverÃ¡ iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade punida com reclusÃ£o em regime SEMIABERTO, na forma do art.33, Â§2Âº, Â¿bÂ¿, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Deixo de proceder a cÃ¡lculo de detraÃ§Ã£o, pois, tal operaÃ§Ã£o nÃ£o implicarÃ¡ em alteraÃ§Ã£o do regime inicial de cumprimento de pena acima fixado. Â Â Â Â Â Considerando-se a natureza do crime praticado pelo acusado e o patamar da pena aplicada, resta incabÃ-vel a substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direito a teor do que dispÃµe o art. 44, do CPB, bem como a suspensÃ£o condicional da pena (art.77, CP). Â Â Â Â Â PoderÃ¡ o rÃ©u recorrer da sentenÃ§a condenatÃ³ria em liberdade, devendo prevalecer a recente orientaÃ§Ã£o firmada pelo Supremo Tribunal Federal de que a manutenÃ§Ã£o da prisÃ£o provisÃ³ria Ã© incompatÃ-vel com a fixaÃ§Ã£o de regime de inÃ-cio de cumprimento de pena menos severo que o fechado (neste sentido: STF - HC 138122, Relator(a): Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, julgado em 09.05.2017, PJE - DJe-105 D. 19-05- 2017 P. 22-05-2017 e Sumula Vinculante n.56 do STF). Â Â Â Â Â Deixo de fixar o valor mÃ-nimo a tÃ-tulo de indenizaÃ§Ã£o cÃ-vel estabelecida no art. 387, inciso IV, do CÃ³digo de Processo Penal, pois, nÃ£o foram produzidas provas a respeito deste mÃ©rito. Â Â Â Â Â Condeno o rÃ©u ao pagamento de custas, nos termos do art.804, do CPP. Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, cumpram-se as seguintes deliberaÃ§Ãµes: Â Â Â Â Â a)Â Lance-se o nome do condenado no rol dos culpados; Â Â Â Â Â b)Â Oficie-se ao TRE-PA para cumprimento do disposto no art.15, inciso III da CF c/c art. 71, Â§ 2Âº do CÃ³digo Eleitoral. Â Â Â Â Â c) Â ExpeÃ§a-se mandado de prisÃ£o;Â Â Â Â Â Â d) Â ExpeÃ§a-se guia de recolhimento para fins de execuÃ§Ã£o penal, fazendo-se as devidas comunicaÃ§Ãµes, inclusive para fins de estatÃ-stica; Â Â Â Â Â e) Â Comunique-se a vÃ-tima, nos termos do art.201, Â§2Âº, do CPP. P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 12 de novembro de 2021. Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â Â Â Â Â Â SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â JuÃ-za de Direito Titular da 6Âª Vara Criminal da Comarca de BelÃ©m/PA PROCESSO: 00175917120208140401 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:TIAGO MENEZES DOS SANTOS NETO. Ã£Vistos, etc. Considerando o teor da petiÃ§Ã£o de fl.17, homologo a renÃºncia do advogado RENILDE DA SILVA OLIVEIRA OLIVEIRA CONSTA, OAB/PA nÂº 10062 e ODICELIA SANTOS DOS SANTOS OAB/PA nÂº 22.017. Intime-se THIAGO MENEZES DOS SANTOS NETO no endereÃ§o que consta nas fls. 18/19 para que, no prazo de 10 (dez) dias, constitua novo defensor habilitado para assisti-lo no presente processo, sendo cientificado que, em caso de inÃ©rcia ou alegaÃ§Ã£o de hipossuficiÃªncia, ser-lhe-Ã¡ nomeado Defensor PÃºblico oficiante neste juÃ-zo para promover-lhe assistÃªncia jurÃ-dica, na forma do art. 261 do CPP. Renovem-se as diligÃªncias. Intimem-se e cumpra-se, observadas as cautelas da lei. BelÃ©m/PA, 12 de novembro de 2021. Sarah Castelo Branco Monteiro Rodrigues JuÃ-za de Direito Titular da 6Âº Vara Criminal da Comarca de BelÃ©m/Pa. PROCESSO: 00198071020178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIADO:CLEUDE MARIA CARDOSO SETUBAL VITIMA:O. E. . R. H. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o teor da certidÃ£o de fl. 81 recebo o rerso interposto por CLEUDE MARIA CARDOSO SETUBAL por estarem preenchidos os requisitos legais para sua admissibilidade, em especial, a tempestividade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino vista dos autos Ã Defensoria PÃºblica para apresentaÃ§Ã£o de razÃµes da apelaÃ§Ã£o, no prazo legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seguida, dÃª-se vista dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para oferecer contrarrazÃµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntadas as razÃµes das partes, remetam-se os autos Ã 2Âª InstÃ¢ncia, com as homenagens de estilo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se e cumpram-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 12 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Juiza de Direito Titular da 6Âº Vara Criminal de BelÃ©m/PA. PROCESSO: 00202375420208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:C. R. C. DENUNCIADO:IGOR VICTOR DIAS ROQUE Representante(s): OAB 22483 - ARLYSON JOSE DE LIMA MEDEIROS (ADVOGADO) OAB 24024 - BEIDSON RODRIGUES COUTO (ADVOGADO) DENUNCIADO:ALAN LOBO VIANA Representante(s): OAB 24024 - BEIDSON RODRIGUES COUTO (ADVOGADO) . Ã©DESPACHO Considerando a certidÃ£o de fl.79, dÃª-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para que se manifestem conforme entendam de direito. BelÃ©m/PA, 12 de novembro de 2021. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES JuÃ-za de Direito Titular da 6Âª Vara Criminal de BelÃ©m/PA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: BELÃMÂ Â Email: 6crimebelem@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua TomÃ¡zia PerdigÃ£o, s/nÂº , Largo SÃ£o JoÃ£o, 1Âº andar, sala 110Â CEP: Â Â Bairro: CampinaÂ Â Fone: (91)3205-2111 PROCESSO: 00213290420198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:SUELEN BIANCA MORAES GOMES. Ã©Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â A defesa da rÃ© SUELEN BIANCA MORAES GOMES qualificada nos autos, requereu a revogaÃ§Ã£o da medida de cautelar de monitoraÃ§Ã£o eletrÃ´nica (fls. 42/44). Â Â Â Â Â Â Â Â Houve manifestaÃ§Ã£o favorÃ¡vel ao pedido pelo MinistÃ©rio PÃºblico (fl. 56). Â Â Â Â Â Â Â Â Â A rÃ© encontra-se submetida Ã referida medida hÃ¡ mais de 12 (doze) meses, e pleiteia, por sua defesa, a devida retirada em razÃ£o do transcorrer do tempo, mantendo-se as demais medidas fixadas em decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Verifico nos autos que a instruÃ§Ã£o probatÃ³ria ainda nÃ£o chegou ao fim, e a rÃ© estÃ¡ aguardando a realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia de instruÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, considerando a manifestaÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico, determino a revogaÃ§Ã£o da monitoraÃ§Ã£o eletrÃ´nica imposta a rÃ© SUELEN BIANCA MORAES GOMES, brasileira, filha de Rosiane Moraes Gomes e NÃ£o Declarado, nascida em 10.02.1996, RG nÂº 8182606, residente na passagem Marajoara, I, casa 25 - fundos, entre Passagem Santo Amaro e Maracangalha, em frente a taberna SimbÃ¡, bairro Val de Cans, BelÃ©m-PA, CEP: 66025-730. Â Â Â Â Â Â Â Â Esta decisÃ£o digitalizada servirÃ¡ como OfÃ-cio Ã SEAP para que adote as providÃªncias necessÃ¡rias para o cumprimento desta decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Ã preciso destacar que o descumprimento, pelo acusada, de sua obrigaÃ§Ã£o como parte do processo e o subsequente prejuÃ-zo Ã instruÃ§Ã£o criminal sÃ£o elementos justificadores da decretaÃ§Ã£o prisÃ£o preventiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encontrando-se o rÃ©u em gozo de liberdade provisÃ³ria, sua conduta evasiva, causadora de prejuÃ-zo ao regular prosseguimento da instruÃ§Ã£o criminal e Ã aplicaÃ§Ã£o da lei penal, evidencia a necessÃ¡ria decretaÃ§Ã£o de sua custÃ³dia cautelar, nos termos dos art. 282, Â§4Â° e art. 312, ambos do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se e cumpra-se. Â BelÃ©m/PA, 12 de novembro de 2021. Â SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Juiza de Direito Titular da

6Âº Vara Criminal de BelÃ©m/PA PROCESSO: 00215320520158140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 AUTORIDADE POLICIAL:JOSELMA NUNES ALVES DE MENEZES DPC VITIMA:A. A. M. DENUNCIADO:HUENDEL RAMOM MELO DE LIMA Representante(s): OAB 10224 - OLGA DARCY GOUVEA MENDES DE SOUZA (ADVOGADO) . Ã£Vistos etc. Chamo o feito Ã ordem, torno sem efeito o item 3 do despacho de fl. 92, qual seja, a expediÃ§Ã£o de carta precatÃ³ria para a comarca de MacapÃ¡-AP, em razÃ£o de o rÃ©u encontrar-se em local incerto e nÃ£o sabido. BelÃ©m/PA, 12 de novembro de 2021. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES. JuÃ-za de Direito Titular da 6Âª Vara Criminal de BelÃ©m-PA. PROCESSO: 00263506320168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:P. M. E. T. L. DENUNCIADO:AMAURI DOS SANTOS TORRES. EDITAL DE CITAÃÃO (Prazo de 15 dias) A Dra. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES, MMÂª. JuÃ-za de Direito Titular da 6Âª Vara Criminal da Comarca da Capital. Faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que pelo 5Âª Promotor PÃºblico da Capital foi (ram) denunciado(a)(s) AMAURI DOS SANTOS TORRES, brasileiro, advogado OAB n. 13845; como incurso nas penas do Art. 168, 1Âº, III, do CPB, nos autos do processo-crime nÂº. 0026350-63.2015.814.0401. E como nÃ£o foi(ram) encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, expede-se o presente EDITAL para que o(a)(s) denunciado(a)(s), no prazo de 10(dez) dias, ofereÃ§a(m) resposta escrita, devendo na referida defesa, arguir preliminares e alegar tudo o que interesse em sua defesa, oferecer documento, e justificaÃ§Ãµes, especificar provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimaÃ§Ã£o quando necessÃ¡rio, tudo conforme disposto no art. 396 do CPB., com a nova redaÃ§Ã£o alterada pela Lei nÂº. 11.719/2008. BelÃ©m (PA), 12 de novembro de 2021. EU, ___ Elizete Pantoja Campelo, Analista JudiciÃ¡ria, lotada na 6Âº Vara Criminal, digitei, conferir e subscrevi. Â SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Â JuÃ-za de Direito, Titular da 6Âª Vara Criminal de Capital PROCESSO: 00274730420138140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 AUTORIDADE POLICIAL:DPC EDEN BENTES DA SILVA DENUNCIADO:ESMAEL FERREIRA DA SILVA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) VITIMA:J. C. M. C. DENUNCIADO:RAFAEL DE SOUZA. Ã£ Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes constitucionais, ofereceu denÃºncia em face de RAFAEL DE SOUZA, qualificado nos autos Ã fl.2/3, como incurso nas penas do art.157, Â§2Âº, inciso II, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Narra a denÃºncia que no dia 17 de dezembro de 2013, a vÃ-tima JOÃO CARLOS MACEDO CAVALCANTE teve sua carteira subtraÃ-da mediante grave ameaÃ§a infligida pelo denunciado e um comparsa. A PolÃ-cia Militar foi acionada e capturou os assaltantes, ainda em posse da res furtiva. Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida pelo juÃ-zo em 20.01.2014, conforme despacho de fl.12. Â Â Â Â Â A citaÃ§Ã£o pessoal ocorreu em 22.01.2014, conforme certidÃ£o de fl.18. Â Â Â Â Â Em 28.01.2014, a resposta escrita Ã acusaÃ§Ã£o foi oferecida, conforme manifestaÃ§Ã£o de fls.20/21. Â Â Â Â Â Em audiÃªncias de instruÃ§Ã£o e julgamento, registradas em mÃ-dia audiovisual, foi realizada a inquiriÃ§Ã£o de testemunhas, bem como foi decretada a revelia do acusado nos termos do art. 367 do CPP. Â Â Â Â Â Na fase do art. 402 do CPP, nenhuma diligÃªncia foi requerida pelas partes. Â Â Â Â Â Em 26.11.2019, o MinistÃ©rio PÃºblico apresentou memoriais finais, pugnando pela condenaÃ§Ã£o nos termos da denÃºncia (fls.130/132). Â Â Â Â Â No dia 11.02.2020, a defesa apresentou memoriais finais, onde requereu o reconhecimento da tentativa, da confissÃ£o (fls.134/141). Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â NÃ£o foram arguidas questÃµes preliminares ou prejudiciais de mÃ©rito. Â Â Â Â Â A materialidade estÃ¡ comprovada nos autos pelas seguintes provas: auto de ExibiÃ§Ã£o e de ApresentaÃ§Ã£o de Objeto (27-IPL), Auto de Entrega (28-IPL) e demais provas documentais que acompanham o inquÃ©rito policial, ratificadas pelas demais provas orais colhidas em juÃ-zo, certificando a ocorrÃªncia do crime descrito na inicial, nos autos de IPL, em apenso a estes autos.Â Â Â Â Â Â A autoria, da mesma forma, Ã© inconteste, pois, a prova oral produzida durante a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o conduz Ã certeza necessÃ¡ria para formar convicÃ§Ã£o acerca da condenaÃ§Ã£o, alÃ©m da confissÃ£o do prÃ³prio acusado perante a autoridade policial. Â Â Â Â Â Em sede judicial, a vÃ-tima MARTA CRISTINA FAVACHO DA CRUZ confirmou os fatos narrados na denÃºncia, afirmando que ao entrar no Ã´nibus GuamÃ¡ Monte Pio, deslocou-se atÃ© a porta traseira do coletivo, quando os denunciados adentraram e minutos depois subtraÃ-ram seu celular. Â Â Â Â Â JÃ¡ as testemunhas GEAN BENEDITO FLEXA ALVES e FRANCISCO GERALDO CARVALHO AZULAY, ambos policiais militares, declararam que participaram da prisÃ£o do rÃ©u, o qual foi reconhecido pela vÃ-tima, etando, inclusive em poder da res furtiva. Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Ressalto que

o Superior Tribunal de JustiÃ§a consolidou o entendimento de que a palavra da vÃ-tima, evidentemente, merece crÃ©dito quando em confronto com a do rÃ©u, mormente, quando, como no caso em tela, encontre consonÃ¢ncia com os demais elementos probatÃ³rios angariados aos autos, inexistindo, portanto, motivo para infundada incriminaÃ§Ã£o a inocente (STJ - REsp 1680110 TO 2017/0153248-4. PublicaÃ§Ã£o: DJ 04/08/2017. Relator-Ministra Maria Thereza de Assis Moura. STJ-AgRg no Agravo em Recurso Especial nÂº 83.537 - SP Â¿ relatora: Ministra Laurita Vaz - 2011/0272202-9, data do julgamento: 27 de marÃ§o de 2012; e STJ - AgRg no AREsp 482.281Â¿BA, Rel. Ministra Marilza Maynard - Desembargadora Convocada do TJÂ¿SE - Sexta Turma, julgado em 6Â¿5Â¿2014, DJe 16Â¿5Â¿2014). Â Â Â Â Â Assim, presentes todos os elementos do delito previsto no art.157, caput, do CP, sendo a conduta praticada pelo acusado formal e materialmente tÃ-pica, adequando-se, Ã perfeiÃ§Ã£o, ao preceito primÃ¡rio do tipo em questÃ£o. Â Â Â Â Â Acrescenta-se ao tipo penal imputado a majorante correspondente ao concurso de pessoas, conforme previsÃ£o legal dos incisos II, do Â§2Âº, do art. 157, do CÃ³digo Penal. Ã dizer, a prova oral produzida com estrita observÃ¢ncia das garantias constitucionais constitui elemento probatÃ³rio firme e congruente a respeito do iter criminis e do modus operandi de que se utilizou o acusado para praticar o delito, em conluio, com um corrÃ©u. Â Â Â Â Â A defesa nÃ£o trouxe qualquer argumentaÃ§Ã£o plausÃ-vel para justificar o encontro da res furtiva em poder do denunciado, o que corrobora com a tese acusatÃ³ria. Â Â Â Â Â Nesse sentido: APELAÃÃO CRIMINAL. ROUBO MAJORADO. INSUFICIÃNCIA PROBATÃRIA. NÃO CONFIGURADA. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. PALAVRA DAS VÃTIMAS. VALIDADE. APREENSÃO DA RES EM POSSE DOS APELANTES. SENTENÃA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. UNÃNIME. I - Os depoimentos testemunhais em casos de roubo possuem especial relevÃ¢ncia devido ao fato de que normalmente essa espÃ©cie de crime acontece sem a presenÃ§a de testemunhas, ainda mais quando corroborados com outros elementos de provas como ocorre no caso em apreÃ§o em que a res subtraÃ-da foi encontrada em posse dos apelantes, os quais foram imediatamente reconhecidos como autores do crime. A jurisprudÃªncia deste Tribunal e de todo o paÃ-s Ã© mansa e pacÃ-fica em sustentar que para comprovar tal delito, o depoimento da vÃ-tima possui especial relevÃ¢ncia devido ao fato deste tipo de crime ocorrer na clandestinidade, principalmente quando suas declaraÃ§Ãµes sÃ£o confirmadas em juÃ-zo e corroboradas por outros meios de provas. II - Portanto, sem razÃ£o a defesa em alegar a falta de luminosidade do local e o nervosismo das vÃ-timas, uma vez que as declaraÃ§Ãµes das mesmas foram consistentes e seguras, aliadas Ã prova da apreensÃ£o nÃ£o sÃ³ dos bens subtraÃ-dos, como do martelo usado como arma para atemorizar os ofendidos. III Recurso improvido. UnÃ¢nime. (TJ-PA - APL: 201230063369 PA, Relator: BRIGIDA GONCALVES DOS SANTOS, Data de Julgamento: 28/03/2014, 3Âª CÃMARA CRIMINAL ISOLADA, Data de PublicaÃ§Ã£o: 04/04/2014) Â Â Â Â Â Portanto, ao contrÃ¡rio do aduzido pela defesa, a prova da autoria do delito tipificado na denÃºncia restou, sobejamente, comprovada pelas provas orais e documentais que formam o conjunto probatÃ³rio dos autos, e o depoimento das vÃ-timas, o que leva Ã conclusÃ£o de que o delito existiu e o rÃ©u foi seu autor, autorizando, portanto, um decreto condenatÃ³rio. Â Â Â Â Â As evidÃªncias acima expostas tambÃ©m comprovam a existÃªncia do elemento subjetivo do tipo, qual seja, a intenÃ§Ã£o livre e consciente de subtrair a quantia em posse das vÃ-timas, para si, mediante grave ameaÃ§a exercida com emprego de arma de fogo. Â Â Â Â Â Trata-se de crime consumado, eis que provado que ocorreu a inversÃ£o da posse, conforme se extrai das provas orais colhidas durante a instruÃ§Ã£o processual, incidindo o entendimento consolidado na sÃºmula nÂº.582 do STJ. Â Â Â Â Â Inexistem quaisquer causas de exclusÃ£o de antijuridicidade ou culpabilidade aplicÃ¡veis ao caso presente. Â Â Â Â Â Portanto, culpÃ¡vel Ã© o acusado, sendo imputÃ¡vel e potencialmente ciente da ilicitude de sua prÃ¡tica, podendo dele ser exigir conduta diversa, de acordo com a norma proibitiva implicitamente contida no tipo que lhe fora imputado. Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE a pretensÃ£o acusatÃ³ria formulada pelo MinistÃ©rio PÃºblico na denÃºncia constante Ã s fls.2/3, para CONDENAR RAFAEL DE SOUZA, qualificado nos autos, como incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas inseridas no art.157, Â§2Âº, II do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Passo a realizar a dosimetria da pena nos termos do art.68 do CP. Â Â Â Â Â Primeiramente, analiso as circunstÃ¢ncias judiciais previstas no art.59 do CP. Â Â Â Â Â Em relaÃ§Ã£o Ã culpabilidade, observo que a conduta apresenta grau de reprovaÃ§Ã£o normal ao tipo penal. Â Â Â Â Â O rÃ©u nÃ£o registra antecedentes criminais, nos termos da sÃºmula 444 do STJ. Â Â Â Â Â Poucos elementos foram coletados a respeito de sua conduta social e personalidade, nÃ£o permitindo que se faÃ§a uma avaliaÃ§Ã£o precisa e concreta a esse respeito. Â Â Â Â Â O motivo do crime foi a cobiÃ§a e o lucro fÃ¡cil, razÃµes Ã-nsitas aos crimes contra o patrimÃ´nio, nÃ£o podendo ser considerado como circunstÃ¢ncia desfavorÃ¡vel sob pena de dupla valoraÃ§Ã£o (bis in idem). Â Â Â Â Â As circunstÃ¢ncias sÃ£o normais ao tipo penal. Â Â Â Â Â As consequÃªncias do crime sÃ£o menos significativas, afinal, os bens roubados foram recuperados. Â Â Â Â Â E o comportamento da vÃ-tima constitui circunstÃ¢ncia cuja valoraÃ§Ã£o Ã© neutra. Â Â Â Â Â Â Ã

vista dessas circunstÃ¢ncias judiciais analisadas, fixo a pena base em 4 (quatro) anos de reclusÃ£o e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa. Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ circunstÃ¢ncias agravantes a valorar. Â Â Â Â Â Â Presente a circunstÃ¢ncia atenuante prevista no art. 65, inciso III, alÃ-nea Â¿dÂ¿, do CPB, uma vez que o rÃ©u confessou espontaneamente a autoria do delito perante a Autoridade Policial todavia considerando a SÃºmula 231 do STJ, mantenho as penas em seu mÃ-nimo legal,Â¿ Â¿ ou seja 04 (QUATRO) ANOS DE RECLUSÃO E AO PAGAMENTO DE 10 (dez) DIAS-MULTA. Â Â Â Â Â Ausente causas de diminuiÃ§Ã£o a avaliar. Â Â Â Â Â Presente a causa de aumento de pena prevista no inciso II, do Â§2Âº, do art.157 do CP, conforme fundamentado acima, aumento de pena de 1/3 (um terÃ§o), fixando a pena, definitivamente, em 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusÃ£o e ao pagamento de 13 (treze) dias-multa. Â Â Â Â Â Quanto Ã pena de multa, aplico a fraÃ§Ã£o mÃ-nima Ã espÃ©cie, dada a ausÃªncia de informaÃ§Ãµes concretas a respeito da situaÃ§Ã£o econÃ´mico-financeira do acusado, estabelecendo o valor de 13 (treze) dias-multa Ã razÃ£o de um trigÃ©simo do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente ao tempo do fato delituoso. Â Â Â Â Â O rÃ©u deverÃ¡ iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade punida com reclusÃ£o em regime SEMIABERTO, na forma do art.33, Â§2Âº, Â¿bÂ¿, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Deixo de proceder a cÃ¡lculo de detraÃ§Ã£o, pois, tal operaÃ§Ã£o nÃ£o implicarÃ¡ em alteraÃ§Ã£o do regime inicial de cumprimento de pena acima fixado. Â Â Â Â Â Considerando-se a natureza do crime praticado pelo acusado e o patamar da pena aplicada, resta incabÃ-vel a substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direito a teor do que dispÃµe o art. 44, do CPB, bem como a suspensÃ£o condicional da pena (art.77, CP). Â Â Â Â Â PoderÃ¡ o rÃ©u recorrer da sentenÃ§a condenatÃ³ria em liberdade, devendo prevalecer a recente orientaÃ§Ã£o firmada pelo Supremo Tribunal Federal de que a manutenÃ§Ã£o da prisÃ£o provisÃ³ria Ã© incompatÃ-vel com a fixaÃ§Ã£o de regime de inÃ-cio de cumprimento de pena menos severo que o fechado (neste sentido: STF - HC 138122, Relator(a): Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, julgado em 09.05.2017, PJE - DJe-105 D. 19-05- 2017 P. 22-05-2017 e Sumula Vinculante n.56 do STF). Â Â Â Â Â Deixo de fixar o valor mÃ-nimo a tÃ-tulo de indenizaÃ§Ã£o cÃ-vel estabelecida no art. 387, inciso IV, do CÃ³digo de Processo Penal, pois, nÃ£o foram produzidas provas a respeito deste mÃ©rito. Â Â Â Â Â Condeno o rÃ©u ao pagamento de custas, nos termos do art.804, do CPP. Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, cumpram-se as seguintes deliberaÃ§Ãµes: Â Â Â Â Â a)Â Lance-se o nome do condenado no rol dos culpados; Â Â Â Â Â b)Â Oficie-se ao TRE-PA para cumprimento do disposto no art.15, inciso III da CF c/c art. 71, Â§ 2Âº do CÃ³digo Eleitoral. Â Â Â Â Â c) Â ExpeÃ§a-se mandado de prisÃ£o;Â Â Â Â Â Â d) Â ExpeÃ§a-se guia de recolhimento para fins de execuÃ§Ã£o penal, fazendo-se as devidas comunicaÃ§Ãµes, inclusive para fins de estatÃ-stica; Â Â Â Â Â e) Â Comunique-se a vÃ-tima, nos termos do art.201, Â§2Âº, do CPP. P.R.I.C. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 12 de novembro de 2021. Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â Â Â Â Â Â SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â JuÃ-za de Direito Titular da 6Âª Vara Criminal da Comarca de BelÃ©m/PA PROCESSO: 00274730420138140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 AUTORIDADE POLICIAL:DPC EDEN BENTES DA SILVA DENUNCIADO:ESMAEL FERREIRA DA SILVA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) VITIMA:J. C. M. C. DENUNCIADO:RAFAEL DE SOUZA. Ã£ Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes constitucionais, ofereceu denÃºncia em face de ESMAEL FERREIRA DA SILVA, qualificado nos autos Ã fl.2/4, como incurso nas penas do art.157, Â§2Âº, inciso II, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Narra a denÃºncia que no dia 17 de dezembro de 2013, a vÃ-tima JOÃO CARLOS MACEDO CAVALCANTE teve sua carteira subtraÃ-da mediante grave ameaÃ§a infligida pelo denunciado e um comparsa. A PolÃ-cia Militar foi acionada e capturou os assaltantes, ainda em posse da res furtiva. Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida pelo juÃ-zo em 20.01.2014, conforme despacho de fl.12. Â Â Â Â Â A citaÃ§Ã£o pessoal ocorreu em 22.01.2014, conforme certidÃ£o de fl.19. Â Â Â Â Â Em 28.01.2014, a resposta escrita Ã acusaÃ§Ã£o foi oferecida, conforme manifestaÃ§Ã£o de fls.20/21. Â Â Â Â Â Em audiÃªncias de instruÃ§Ã£o e julgamento, registradas em mÃ-dia audiovisual, foi realizada a inquiriÃ§Ã£o de testemunhas, bem como foi realizada a qualificaÃ§Ã£o e o interrogatÃ³rio do rÃ©u. Â Â Â Â Â Ãs fls. 126/128 foi juntado Laudo de Sanidade Mental nÂº 2019.01.000085-PSQ, onde foi constatada a condiÃ§Ã£o de semi-imputÃ¡vel do rÃ©u. Â Â Â Â Â Na fase do art. 402 do CPP, nenhuma diligÃªncia foi requerida pelas partes. Â Â Â Â Â Em 26.11.2019, o MinistÃ©rio PÃºblico apresentou memoriais finais, pugnando pela condenaÃ§Ã£o nos termos da denÃºncia (fls.130/132). Â Â Â Â Â No dia 11.02.2020, a defesa apresentou memoriais finais, onde requereu o reconhecimento da tentativa, da confissÃ£o e da idade menor de 21 anos (fls.134/141). Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â NÃ£o foram arguidas questÃµes preliminares ou prejudiciais de mÃ©rito. Â Â Â Â Â A materialidade estÃ¡ comprovada nos autos pelas seguintes provas: auto de ExibiÃ§Ã£o e de ApresentaÃ§Ã£o de Objeto (27-IPL), Auto de Entrega (28-IPL) e demais

provas documentais que acompanham o inquÃ©rito policial, ratificadas pelas demais provas orais colhidas em juÃ-zo, certificando a ocorrÃªncia do crime descrito na inicial, nos autos de IPL, em apenso a estes autos.Â Â Â Â Â Â A autoria, da mesma forma, Ã© inconteste, pois, a prova oral produzida durante a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o conduz Ã certeza necessÃ¡ria para formar convicÃ§Ã£o acerca da condenaÃ§Ã£o, alÃ©m da confissÃ£o do prÃ³prio acusado perante a autoridade Judicial. Â Â Â Â Â Em sede judicial, a vÃ-tima MARTA CRISTINA FAVACHO DA CRUZ confirmou os fatos narrados na denÃºncia, afirmando que ao entrar no Ã´nibus GuamÃ¡ Monte Pio, deslocou-se atÃ© a porta traseira do coletivo, quando os denunciados adentraram e minutos depois subtraÃ-ram seu celular. Â Â Â Â Â JÃ¡ as testemunhas GEAN BENEDITO FLEXA ALVES e FRANCISCO GERALDO CARVALHO AZULAY, ambos policiais militares, declararam que participaram da prisÃ£o do rÃ©u, o qual foi reconhecido pela vÃ-tima, etando, inclusive em poder da res furtiva. Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Ressalto que o Superior Tribunal de JustiÃ§a consolidou o entendimento de que a palavra da vÃ-tima, evidentemente, merece crÃ©dito quando em confronto com a do rÃ©u, mormente, quando, como no caso em tela, encontre consonÃ¢ncia com os demais elementos probatÃ³rios angariados aos autos, inexistindo, portanto, motivo para infundada incriminaÃ§Ã£o a inocente (STJ - REsp 1680110 TO 2017/0153248-4. PublicaÃ§Ã£o: DJ 04/08/2017. Relator-Ministra Maria Thereza de Assis Moura. STJ-AgRg no Agravo em Recurso Especial nÂº 83.537 - SP Â¿ relatora: Ministra Laurita Vaz - 2011/0272202-9, data do julgamento: 27 de marÃ§o de 2012; e STJ - AgRg no AREsp 482.281Â¿BA, Rel. Ministra Marilza Maynard - Desembargadora Convocada do TJÂ¿SE - Sexta Turma, julgado em 6Â¿5Â¿2014, DJe 16Â¿5Â¿2014). Â Â Â Â Â Assim, presentes todos os elementos do delito previsto no art.157, caput, do CP, sendo a conduta praticada pelo acusado formal e materialmente tÃ-pica, adequando-se, Ã perfeiÃ§Ã£o, ao preceito primÃ¡rio do tipo em questÃ£o. Â Â Â Â Â Acrescenta-se ao tipo penal imputado a majorante correspondente ao concurso de pessoas, conforme previsÃ£o legal dos incisos II, do Â§2Âº, do art. 157, do CÃ³digo Penal. Ã dizer, a prova oral produzida com estrita observÃ¢ncia das garantias constitucionais constitui elemento probatÃ³rio firme e congruente a respeito do iter criminis e do modus operandi de que se utilizou o acusado para praticar o delito, em conluio, com um corrÃ©u. Â Â Â Â Â A defesa nÃ£o trouxe qualquer argumentaÃ§Ã£o plausÃ-vel para justificar o encontro da res furtiva em poder do denunciado, o que corrobora com a tese acusatÃ³ria. Â Â Â Â Â Nesse sentido: APELAÃÃO CRIMINAL. ROUBO MAJORADO. INSUFICIÃNCIA PROBATÃRIA. NÃO CONFIGURADA. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. PALAVRA DAS VÃTIMAS. VALIDADE. APREENSÃO DA RES EM POSSE DOS APELANTES. SENTENÃA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. UNÃNIME. I - Os depoimentos testemunhais em casos de roubo possuem especial relevÃ¢ncia devido ao fato de que normalmente essa espÃ©cie de crime acontece sem a presenÃ§a de testemunhas, ainda mais quando corroborados com outros elementos de provas como ocorre no caso em apreÃ§o em que a res subtraÃ-da foi encontrada em posse dos apelantes, os quais foram imediatamente reconhecidos como autores do crime. A jurisprudÃªncia deste Tribunal e de todo o paÃ-s Ã© mansa e pacÃ-fica em sustentar que para comprovar tal delito, o depoimento da vÃ-tima possui especial relevÃ¢ncia devido ao fato deste tipo de crime ocorrer na clandestinidade, principalmente quando suas declaraÃ§Ãµes sÃ£o confirmadas em juÃ-zo e corroboradas por outros meios de provas. II - Portanto, sem razÃ£o a defesa em alegar a falta de luminosidade do local e o nervosismo das vÃ-timas, uma vez que as declaraÃ§Ãµes das mesmas foram consistentes e seguras, aliadas Ã prova da apreensÃ£o nÃ£o sÃ³ dos bens subtraÃ-dos, como do martelo usado como arma para atemorizar os ofendidos. III Recurso improvido. UnÃ¢nime. (TJ-PA - APL: 201230063369 PA, Relator: BRIGIDA GONCALVES DOS SANTOS, Data de Julgamento: 28/03/2014, 3Âª CÃMARA CRIMINAL ISOLADA, Data de PublicaÃ§Ã£o: 04/04/2014) Â Â Â Â Â Portanto, ao contrÃ¡rio do aduzido pela defesa, a prova da autoria do delito tipificado na denÃºncia restou, sobejamente, comprovada pelas provas orais e documentais que formam o conjunto probatÃ³rio dos autos, e o depoimento das vÃ-timas, o que leva Ã conclusÃ£o de que o delito existiu e o rÃ©u foi seu autor, autorizando, portanto, um decreto condenatÃ³rio. Â Â Â Â Â As evidÃªncias acima expostas tambÃ©m comprovam a existÃªncia do elemento subjetivo do tipo, qual seja, a intenÃ§Ã£o livre e consciente de subtrair a quantia em posse das vÃ-timas, para si, mediante grave ameaÃ§a exercida com emprego de arma de fogo. Â Â Â Â Â Trata-se de crime consumado, eis que provado que ocorreu a inversÃ£o da posse, conforme se extrai das provas orais colhidas durante a instruÃ§Ã£o processual, incidindo o entendimento consolidado na sÃºmula nÂº.582 do STJ. Â Â Â Â Â Inexistem quaisquer causas de exclusÃ£o de antijuridicidade ou culpabilidade aplicÃ¡veis ao caso presente. Â Â Â Â Â Portanto, culpÃ¡vel Ã© o acusado, sendo imputÃ¡vel e potencialmente ciente da ilicitude de sua prÃ¡tica, podendo dele ser exigir conduta diversa, de acordo com a norma proibitiva implicitamente contida no tipo que lhe fora imputado. Â Â Â Â Â Verifico, ainda, que o rÃ©u encontra-se sob a Ã©gide do ParÃ¡grafo Ãnico do art. 26 do CPB, uma vez certificada sua situaÃ§Ã£o de semi-imputÃ¡vel. Â Â Â Â Â Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE a pretensÃ£o acusatÃ³ria formulada pelo

MinistÃ©rio PÃºblico na denÃºncia constante Ã s fls.2/3, para CONDENAR ESMAEL FERREIRA DA SILVA, qualificado nos autos, como incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas inseridas no art.157, Â§2Âº, II do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Passo a realizar a dosimetria da pena nos termos do art.68 do CP. Â Â Â Â Â Primeiramente, analiso as circunstÃ¢ncias judiciais previstas no art.59 do CP. Â Â Â Â Â Em relaÃ§Ã£o Ã culpabilidade, observo que a conduta apresenta grau de reprovaÃ§Ã£o normal ao tipo penal. Â Â Â Â Â O rÃ©u nÃ£o registra antecedentes criminais, nos termos da sÃºmula 444 do STJ. Â Â Â Â Â Poucos elementos foram coletados a respeito de sua conduta social e personalidade, nÃ£o permitindo que se faÃ§a uma avaliaÃ§Ã£o precisa e concreta a esse respeito. Â Â Â Â Â O motivo do crime foi a cobiÃ§a e o lucro fÃ¡cil, razÃµes Ã-nsitas aos crimes contra o patrimÃ´nio, nÃ£o podendo ser considerado como circunstÃ¢ncia desfavorÃ¡vel sob pena de dupla valoraÃ§Ã£o (bis in idem). Â Â Â Â Â As circunstÃ¢ncias sÃ£o normais ao tipo penal. Â Â Â Â Â As consequÃªncias do crime sÃ£o menos significativas, afinal, os bens roubados foram recuperados. Â Â Â Â Â E o comportamento da vÃ-tima constitui circunstÃ¢ncia cuja valoraÃ§Ã£o Ã© neutra. Â Â Â Â Â Â Ã vista dessas circunstÃ¢ncias judiciais analisadas, fixo a pena base em 4 (quatro) anos de reclusÃ£o e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa. Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ circunstÃ¢ncias agravantes a valorar. Â Â Â Â Â Â Presentes as circunstÃ¢ncias atenuantes previstas no art. 65, inciso III, alÃ-nea Â¿dÂ¿ e inciso I, do CPB, uma vez que o rÃ©u confessou espontaneamente a autoria do delito perante a Autoridade Policial, bem como possuÃ-a menos de 21 (vinte um anos) todavia considerando a SÃºmula 231 do STJ, mantenho as penas em seu mÃ-nimo legal,Â¿ Â¿ ou seja 04 (QUATRO) ANOS DE RECLUSÃO E AO PAGAMENTO DE 10 (dez) DIAS-MULTA. Â Â Â Â Â Presente a causa de aumento de pena prevista no inciso II, do Â§2Âº, do art.157 do CP, conforme fundamentado acima, aumento de pena de 1/3 (um terÃ§o), fixando a pena, definitivamente, em 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusÃ£o e ao pagamento de 13 (treze) dias-multa. Â Â Â Â Â Presente, ainda, a causa de diminuiÃ§Ã£o da pena prevista no ParÃ¡grafo Ãnico do art. 26 do CPB, uma vez certificada sua situaÃ§Ã£o de semi-imputÃ¡vel, pelo que diminuo a pena em 1/3, fixando-a em 03 (trÃªs) anos, 06 (seis)Â meses e 20 (vinte) dias de reclusÃ£o e ao pagamento de 08 (oito) dias-multa. Â Â Â Â Â Quanto Ã pena de multa, aplico a fraÃ§Ã£o mÃ-nima Ã espÃ©cie, dada a ausÃªncia de informaÃ§Ãµes concretas a respeito da situaÃ§Ã£o econÃ´mico-financeira do acusado, estabelecendo o valor de 08 (oito) dias-multa Ã razÃ£o de um trigÃ©simo do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente ao tempo do fato delituoso. Â Â Â Â Â O rÃ©u deverÃ¡ iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade punida com reclusÃ£o em regime ABERTO, na forma do art.33, Â§2Âº, Â¿cÂ¿, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Deixo de proceder a cÃ¡lculo de detraÃ§Ã£o, pois, tal operaÃ§Ã£o nÃ£o implicarÃ¡ em alteraÃ§Ã£o do regime inicial de cumprimento de pena acima fixado. Â Â Â Â Â Considerando-se a natureza do crime praticado pelo acusado e o patamar da pena aplicada, resta incabÃ-vel a substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direito a teor do que dispÃµe o art. 44, do CPB, bem como a suspensÃ£o condicional da pena (art.77, CP). Â Â Â Â Â PoderÃ¡ o rÃ©u recorrer da sentenÃ§a condenatÃ³ria em liberdade, devendo prevalecer a recente orientaÃ§Ã£o firmada pelo Supremo Tribunal Federal de que a manutenÃ§Ã£o da prisÃ£o provisÃ³ria Ã© incompatÃ-vel com a fixaÃ§Ã£o de regime de inÃ-cio de cumprimento de pena menos severo que o fechado (neste sentido: STF - HC 138122, Relator(a): Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, julgado em 09.05.2017, PJE - DJe-105 D. 19-05- 2017 P. 22-05-2017 e Sumula Vinculante n.56 do STF). Â Â Â Â Â Deixo de fixar o valor mÃ-nimo a tÃ-tulo de indenizaÃ§Ã£o cÃ-vel estabelecida no art. 387, inciso IV, do CÃ³digo de Processo Penal, pois, nÃ£o foram produzidas provas a respeito deste mÃ©rito. Â Â Â Â Â Condeno o rÃ©u ao pagamento de custas, nos termos do art.804, do CPP. Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, cumpram-se as seguintes deliberaÃ§Ãµes: Â Â Â Â Â a)Â Lance-se o nome do condenado no rol dos culpados; Â Â Â Â Â b)Â Oficie-se ao TRE-PA para cumprimento do disposto no art.15, inciso III da CF c/c art. 71, Â§ 2Âº do CÃ³digo Eleitoral. Â Â Â Â Â c) Â Intime-se o acusado para comparecer no setor de Monitoramento EletrÃ´nico da SEAP;Â Â Â Â Â Â d) Â ExpeÃ§a-se guia de recolhimento para fins de execuÃ§Ã£o penal, fazendo-se as devidas comunicaÃ§Ãµes, inclusive para fins de estatÃ-stica; Â Â Â Â Â e) Â Comunique-se a vÃ-tima, nos termos do art.201, Â§2Âº, do CPP. Â Â Â Â Â f)Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado para a acusaÃ§Ã£o, voltem-me os autos conclusos. P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 12 de novembro de 2021. Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â Â Â Â Â Â SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â JuÃ-za de Direito Titular da 6Âª Vara Criminal da Comarca de BelÃ©m/PA PROCESSO: 00052852120068140401 PROCESSO ANTIGO: 200620130035 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: E. M. S. F. DENUNCIADO: F. A. B. P. Representante(s): OAB 5727 - MARCIA DO SOCORRO RODRIGUES MIRANDA (ADVOGADO) OAB 5727 - MARCIA DO SOCORRO RODRIGUES MIRANDA (ADVOGADO) PROMOTOR: D. M. N. S. C.

**SECRETARIA DA 7ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL**

RESENHA: 05/11/2021 A 11/11/2021 - SECRETARIA DA 7ª VARA CRIMINAL DE BELEM - VARA: 7ª VARA CRIMINAL DE BELEM PROCESSO: 00155494920208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Procedimento Comum em: 05/11/2021 VITIMA:O. E. VITIMA:S. R. B. A. DENUNCIADO:WILLIAMS DA CRUZ LEITE Representante(s): OAB 17201 - MARCELO NORONHA CASSIMIRO (ADVOGADO) . Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ FÃ³rum Criminal da Comarca de BelÃ©m Processo nÂº 0015549-49.2020.8.14.0401 TERMO DE AUDIÃNCIA Data: 05/11/2021, Ã s 10h30m AudiÃªncia de InstruÃ§Ã£o e Julgamento PRESENÃAS: Juiz de Direito: Jorge Luiz Lisboa Sanches (presencial) MinistÃ©rio PÃºblico: Sandra Fernandes de Oliveira GonÃ§alves (videoconferÃªncia) AUSÃNCIA(S): DENUNCIADO(S) Williams da Cruz Leite Testemunha(s) arrolada(s) pelo MinistÃ©rio PÃºblico: (todas presenciais) Savio Rui Brabo de AraÃºjo (vÃ-tima) Adriane Lucia LeÃ£o Rocha (nÃ£o intimada) Advogado: Marcelo Noronha Cassimiro, OAB/PA: 17.201 (presencial) Aberta a audiÃªncia, nÃ£o foi realizada em virtude da ausÃªncia das partes. Conforme teor do ofÃ-cio da fl. 630 nos autos, que informa da impossibilidade de comparecimento do Promotor de JustiÃ§a SÃ¡vio Rui Brabo e de pedido de remarcaÃ§Ã£o do ato, o MinistÃ©rio PÃºblico insiste na oitiva da testemunha ausente. O MP insiste na oitiva da testemunha ausente, Adriane Lucia LeÃ£o Rocha, requerendo que seja renovada sua intimaÃ§Ã£o no endereÃ§o que consta no mandado de fl. 629. DELIBERAÃÂ¿O EM JUÃZO: I - Remarco audiÃªncia para o dia 11/03/2022, 10h30min. II - Considerando que o rÃ©u foi devidamente intimado para o presente ato, decreto sua revelia, nos termos do artigo 367 do CPP. III - Intime-se a testemunha Adriane Lucia LeÃ£o Rocha, conforme requerido pelo MP. IV - Em atenÃ§Ã£o ao oficio encaminhado pelo Exmo. Promotor de JustiÃ§a Savio Rui Brabo de AraÃºjo, o qual Ã© vÃ-tima no presente processo, entendo como justificada sua ausÃªncia. Oficie-se novamente informando a data da nova audiÃªncia, a fim de que informe se poderÃ¡ comparecer na referida data, ou informe outra disponÃ-vel, nos termos do artigo 40, I, da lei 8.625/93. V - Considerando a revelia do acusado, bem como a ausÃªncia de seu advogado, a fim de que nÃ£o haja prejuÃ-zo ao prÃ³ximo ato, dÃª-se ciÃªncia Ã Defensoria PÃºblica, a qual serÃ¡ acionada para fazer a defesa do rÃ©u caso novamente se mantenham ausentes o acusado e seu advogado. VI - Cientes os presentes. VII - Cumpra-se. E como nada mais houvesse, encerrou o MM. Juiz a audiÃªncia. Eu, Leandro Ytalo, estagiÃ¡rio, o digitei. Jorge Luiz Lisboa Sanches Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal, Em substituiÃ§Ã£o ao magistrado titular, em face de suspeiÃ§Ã£o PROCESSO: 00044904020158140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021 AUTORIDADE POLICIAL:DPC ANTONIO JOSE DE SOUZA LIMA VITIMA:K. L. C. S. DENUNCIADO:PAULO ROBERTO LOPES Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ FÃ³rum Criminal da Comarca de BelÃ©m 7Âª Vara Criminal Processo nÂº.: 0004490-40.2015.8.14.0401 TERMO DE AUDIÃNCIA Data: 08/11/2021, Ã s 10:00 horas AudiÃªncia de InstruÃ§Ã£o e Julgamento PRESENÃAS: Juiz de Direito: Jorge Luiz Lisboa Sanches MinistÃ©rio PÃºblico: Sandra Fernandes de Oliveira GonÃ§alves (videoconferÃªncia) Defensoria PÃºblica: Francisco RobÃ©rio (videoconferÃªncia) AUSÃNCIA: DENUNCIADO(S) Paulo Roberto Lopes revel (fl. 49) Testemunhas arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico: Maihara Cristina Lima de Jesus Karoline Luize de Carvalho de Souza Aberta a audiÃªncia realizada por meio tele presencial em formato de videoconferÃªncia. O MP desiste da oitiva das testemunhas ausentes. O interrogatÃ³rio nÃ£o foi realizado em virtude da ausÃªncia do rÃ©u e a decretaÃ§Ã£o de sua revelia nos autos (fl. 49). As partes nada tÃªm a requerer na fase do Art. 402. Quanto ao Art. 403, as partes requerem apresentaÃ§Ã£o das alegaÃ§Ãµes finais em forma de MEMORIAIS ESCRITOS. DELIBERAÃÃO EM IUÃZO: I - Junte-se aos autos CertidÃ£o de Antecedentes Criminais atualizada. II - DÃª-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para apresentaÃ§Ã£o das alegaÃ§Ãµes finais. III - DÃª-se vistas Ã Defensoria para apresentaÃ§Ã£o de alegaÃ§Ãµes finais. IV - ApÃ³s conclusos para sentenÃ§a. V - Cientes os presentes. VI - Cumpra-se. E como nada mais houvesse, encerrou o MM. Juiz a audiÃªncia. Eu, Leandro Ytalo, estagiÃ¡rio, o digitei. Jorge Luiz Lisboa Sanches Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal, respondendo pela 7Âª Vara Criminal PROCESSO: 00104377520158140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021 AUTORIDADE POLICIAL:MARCELIM SOARES DO NASCIMENTO JUNIORDPC DENUNCIADO:DEIVISON DOS SANTOS COSTA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) OAB 14069 - MARCUS NASCIMENTO DO COUTO

(ADVOGADO) VITIMA:O. E. DENUNCIADO:JOSÉ LAERTE LEMOS JÚNIOR Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ FÃ³rum Criminal da Comarca de BelÃ©m 7Âª Vara Criminal Processo nÂº.: 0010437-75.2015.8.14.0401 TERMO DE AUDIÃNCIA Data: 08/11/2021, Ã s 11:00 horas AudiÃªncia de InstruÃ§Ã£o e Julgamento PRESENÃAS: Juiz de Direito: Jorge Luiz Lisboa Sanches MinistÃ©rio PÃºblico: Sandra Fernandes de Oliveira GonÃ§alves (videoconferÃªncia) Defensoria PÃºblica: Francisco RobÃ©rio (videoconferÃªncia) AUSÃNCIA: DENUNCIADO(S) JosÃ© Laerte Lemos JÃºnior (revel, fl. 71) Deivison dos Santos Costa/Tam Cleib dos Santos Costa (revel, fl 83)Â Testemunhas arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico: Ronison Bonfim (PM) Testemunhas arroladas pela Defesa: Amarilda Fonseca da ConceiÃ§Ã£o (intimada) JosÃ© Luiz Duarte de Oliveira (apresentado independente de intimaÃ§Ã£o) Viviane Mariana de Jesus LeÃ£o (nÃ£o intimada) Aberta a audiÃªncia e nÃ£o realizada, em virtude da ausÃªncia das testemunhas de Defesa. O MinistÃ©rio PÃºblico desiste da oitiva da testemunha ausente. A Defensoria PÃºblica requer vistas para se manifestar sobre as testemunhas ausentes. DELIBERAÃÃO EM IUÃZO: I - Homologo a desistÃªncia da oitiva da testemunha ausente pelo MinistÃ©rio PÃºblico. II - Defiro o requerido pela Defensoria PÃºblica, concedendo o prazo de 05 (cinco) dias para se manifestar sobre as suas testemunhas ausentes. III - ApÃ³s conclusos para decisÃ£o. IV - Cientes os presentes. V - Cumpra-se. E como nada mais houvesse, encerrou o MM. Juiz a audiÃªncia. Eu, Leandro Ytalo, estagiÃ¡rio da 7Âª Vara Criminal, o digitei. Jorge Luiz Lisboa Sanches Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal, respondendo pela 7Âª Vara Criminal P R O C E S S O : 0 0 1 2 4 5 3 9 4 2 0 1 8 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:WALCICLEY MOREIRA DA SILVA Representante(s): OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . Vistos... Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u foi beneficiado com a suspensÃ£o condicional do processo em 12/08/2019, pelo perÃ-odo de 02 anos, lapso temporal que esgotado ensejaria a extinÃ§Ã£o de sua punibilidade, caso cumpridas as condiÃ§Ãµes estipuladas no termo do benefÃ-cio (fls. 17). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi constatado, contudo, que o beneficiÃ¡rio nÃ£o cumpriu a condiÃ§Ã£o referente Ã participaÃ§Ã£o em curso de reciclagem perante o Detran, motivo pelo qual lhe foi oportunizado justificar tal descumprimento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado esclareceu que nÃ£o cumpriu a condiÃ§Ã£o em comento porque as atividades do Detran estavam suspensas devido Ã Pandemia de Covid-19 quando pÃ´de procurar o Ã³rgÃ£o para cumprir a referida condiÃ§Ã£o (fls. 24). Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico, contudo, instado a se manifestar sobre o descumprimento, requereu a revogaÃ§Ã£o do sursis processual porque verificou que o beneficiÃ¡rio teria deixado de comprovar sua alegaÃ§Ã£o (fls. 27). Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Defensoria PÃºblica requereu, por seu turno, a prorrogaÃ§Ã£o do perÃ-odo de prova para o devido cumprimento da condiÃ§Ã£o de participaÃ§Ã£o em curso de reciclagem (fls. 29-30). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Primeiramente, impera ressaltar que este juÃ-zo entende perfeitamente possÃ-vel a revogaÃ§Ã£o da suspensÃ£o condicional do processo apÃ³s o perÃ-odo de prova, desde que o descumprimento de condiÃ§Ã£o do benefÃ-cio tenha ocorrido durante sua vigÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â In casu, considerando que houve indicaÃ§Ã£o de interesse por parte do beneficiÃ¡rio em cumprir a condiÃ§Ã£o de participaÃ§Ã£o em curso de reciclagem, entendo que a medida mais adequada e proporcional a ser aplicada, para evitar, assim, a injustiÃ§a de uma revogaÃ§Ã£o despropositada ou uma recompensa Ã irresponsabilidade ou flagrante impunidade, Ã© a prorrogaÃ§Ã£o do prazo da suspensÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Consta dos autos que o beneficiÃ¡rio nÃ£o cumpriu integralmente a condiÃ§Ã£o relativa Ã participaÃ§Ã£o em curso de reciclagem perante o Detran, embora tenha cumprido satisfatoriamente as demais condiÃ§Ãµes da suspensÃ£o condicional do processo, consoante documentos de fls. 19-22. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sua justificativa, o beneficiÃ¡rio se restringe a afirmar que as atividades do Detran estavam suspensas em razÃ£o da Pandemia pela Covid-19 quando pÃ´de procurar o Ã³rgÃ£o para cumprir a referida condiÃ§Ã£o (fls. 24), entretanto nÃ£o apresentou qualquer documento que comprovasse sua alegaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse diapasÃ£o, entendo que sua manifestaÃ§Ã£o nÃ£o Ã© suficiente para justificar o descumprimento do sursis processual, entretanto, considerando que o beneficiÃ¡rio demonstrou interesse, por meio de sua Defesa, na prorrogaÃ§Ã£o da suspensÃ£o para cumprimento da referida condiÃ§Ã£o, bem como que ele jÃ¡ satisfatoriamente cumpriu as demais condiÃ§Ãµes do benefÃ-cio, entendo ser cabÃ-vel Ã hipÃ³tese conceder-lhe nova oportunidade para fazÃª-lo por ser a medida mais proporcional ao caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No presente caso, entÃ£o, entendo ser mais adequada e proporcional a prorrogaÃ§Ã£o do perÃ-odo de prova da suspensÃ£o condicional do processo por 03 (trÃªs) meses, especificamente para cumprimento da condiÃ§Ã£o de participaÃ§Ã£o em curso de reciclagem perante o Detran. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, concluo que a manifestaÃ§Ã£o do beneficiÃ¡rio, embora insuficiente para justificar o descumprimento da suspensÃ£o, autoriza a prorrogaÃ§Ã£o do perÃ-odo de prova do benefÃ-cio, especificamente para cumprimento da

participaÃ§Ã£o em curso de reciclagem junto ao Detran, por ser alternativa proporcional e suficiente para a hipÃ³tese, bem como lhe ser mais favorÃ¡vel, em detrimento da alternativa de revogaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por todo o exposto, determino a prorrogaÃ§Ã£o do perÃ-odo de prova da suspensÃ£o condicional do processo por 03 (trÃªs) meses, lapso temporal durante o qual o beneficiÃ¡rio deverÃ¡ cumprir com a condiÃ§Ã£o de participaÃ§Ã£o em curso de reciclagem perante o Detran, ressalvada a possibilidade de revogaÃ§Ã£o do benefÃ-cio caso haja novo descumprimento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se pessoalmente o acusado acerca da presente decisÃ£o. O prazo da suspensÃ£o voltarÃ¡ a correr da data da efetiva intimaÃ§Ã£o do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico e Ã Defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. Jorge Luiz Lisboa SanchesÂ Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal, respondendo pela 7Âª Vara CriminalÂ (Portaria nÂº. 3767/2021-GP, publicada no DJ nÂº. 7257 de 05/11/2021) PROCESSO: 00133413920138140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021 DENUNCIADO:SERGIO AUGUSTO MENDES ABREU Representante(s): OAB 5659 - JAIME DOS SANTOS ROCHA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 15499 - MARCELO CUNHA HOLANDA (ADVOGADO) OAB 20463 - MILSON ABRONHERO DE BARROS (ADVOGADO) VITIMA:N. E. S. C. Representante(s): OAB 17543 - SIMONE GEMAQUE DOS SANTOS (ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO ) MENOR:VITIMA MENOR DE IDADE PROMOTOR:DR JOSE RUI DE ALMEIDA BARBOZA. Visto, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oficie-se ao Setor de Bens Apreendidos do FÃ³rum Criminal solicitando informaÃ§Ãµes se arma requerida no pedido de fl. 30 e apreendida pela autoridade policial no auto de apresentaÃ§Ã£o e apreensÃ£o de fl. 30 estÃ¡, porventura, acautelada nas dependÃªncias deste Poder JudiciÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sendo negativa a resposta, oficie-se Ã autoridade policial responsÃ¡vel pelo inquÃ©rito para saber a destinaÃ§Ã£o do armamento, no prazo de 30 (trinta) dias. Encaminhe no ofÃ-cio cÃ³pia dos termos e ofÃ-cios de fls. 30/39 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 08 de novembro de 2021. Jorge Luiz Lisboa Sanches Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal, respondendo pela 7Âª Vara Criminal (Portaria nÂº. 3767/2021-GP, publicada no DJ nÂº. 7257 de 05/11/2021) PROCESSO: 00139087120068140401 PROCESSO ANTIGO: 200620343076 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021 VITIMA:S. M. C. C. DENUNCIADO:NASSRY DA COSTA MELEM Representante(s): DEFENSOR PUBLICO (ADVOGADO) . Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 - Certifique a Secretaria se houve trÂ¢nsito em julgado para o MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m-PA, 08 de novembro de 2021. Jorge Luiz Lisboa SanchesÂ Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal, respondendo pela 7Âª Vara CriminalÂ (Portaria nÂº. 3767/2021-GP, publicada no DJ nÂº. 7257 de 05/11/2021) PROCESSO: 00299387320198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021 VITIMA:A. C. M. A. VITIMA:J. M. A. DENUNCIADO:LUCAS NASCIMENTO FERREIRA Representante(s): OAB 7456 - YONE ROSELY FRANCES LOPES PIMENTEL (ADVOGADO) DENUNCIADO:JUNIOR SILVA DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 7613 - TANIA LAURA DA SILVA MACIEL (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº 0029938-73.2019.8.14.0401 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, denunciou DANIEL HENRIQUE RODRIGUES, JUNIOR SILVA DO NASCIMENTO e LUCAS NASCIMENTO FERREIRA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em relaÃ§Ã£o Ã vÃ-tima Jerry Maciel de AraÃºjo, foi atribuÃ-da aos denunciados a prÃ¡tica do delito do art. 157, Â§ 3Âº, II, do CPB; no tocante Ã s vÃ-timas Valmir Martins de AraÃºjo e AntÃ´nio Carlos Martins AraÃºjo o crime do art. 157, Â§ 3Âº, I, do CPB; e no que concerne Ã s vÃ-timas Jerry Martins AraÃºjo e Amanda de Souza Ramos foi-lhes imputado o cometimento do delito do art. 157, Â§ 2Âº-A, I, c/c art. 14, II, tambÃ©m do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assevera-se que a presente sentenÃ§a somente produzirÃ¡ efeitos em relaÃ§Ã£o a JUNIOR SILVA DO NASCIMENTO e LUCAS NASCIMENTO FERREIRA, tendo em vista serem eles os Ãºnicos a figurarem no polo passivo da presente aÃ§Ã£o penal, por forÃ§a do desmembramento do processo originÃ¡rio decorrente de sua suspensÃ£o pelo art. 366 do CPP (vide fls. 122). Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Parquet descreveu na peÃ§a de ingresso que, no dia 18/11/2018, por volta de 19h, os denunciados tentaram subtrair o armamento do SGT-PM reformado Jerry Martins AraÃºjo, mediante violÃªncia e graves ameaÃ§as, com emprego de arma e de fogo, provocando a morte de Jerry Maciel de AraÃºjo, filho do sargento reformado, e lesÃµes corporais a Amanda de Souza Ramos, AntÃ´nio Carlos Martins e Valmir Martins de AraÃºjo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã explicado que LUCAS, vulgo Setor, percebeu um banner com a foto do SGT-PM Jerry Martins AraÃºjo na parede da mercearia anexa Ã residÃªncia do sargento, enquanto comprava um refrigerante no dia dos fatos, por volta de 13h. A vÃ-tima Valmir informou que LUCAS passou mais outras duas vezes em frente Ã residÃªncia, observando-a, naquele mesmo dia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DANIEL, LUCAS e JUNIOR jÃ¡ eram Ã Ã©poca conhecidos como perigosos e por matarem policiais para

roubar seu armamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ãs 19h, os trÃªs denunciados, dois deles com um revÃ³lver e uma pistola cada um, durante a comemoraÃ§Ã£o do aniversÃ¡rio da vÃ-tima fatal Jerry Maciel de AraÃºjo, abordaram Valmir, Ivan e o pai dela, Jerry Martins. Eles gritavam para que Jerry Martins entregasse seu armamento, o qual foi lesionado com coronhadas desferidas com a arma de fogo, o que lhe fez desmaiar, depois que informou que nÃ£o possuÃ-a nenhuma arma. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao observarem tais agressÃµes contra Jerry Martins, seus irmÃ£os Francisco e AntÃ´nio e seu filho Jerry Maciel travaram luta corporal com o indivÃ-duo, a fim de desarmÃ¡-lo, momento em que o criminoso que estava rendendo Ivan fugiu em direÃ§Ã£o Ã ponte localizada nas proximidades da residÃªncia, enquanto o que estava rendendo Valmir correu para dar apoio ao comparsa que estava sendo imobilizado por AntÃ´nio e Francisco, quando efetuou um disparo com a arma de fogo. Valmir, entÃ£o, o segurou por trÃ¡s e o arrastou em frente Ã arena, tentando tomar sua arma, ocasiÃ£o em que o criminoso referido efetuou um disparo que atingiu o pÃ© da vÃ-tima Amanda e de Valmir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O criminoso que estava travando luta corporal com AntÃ´nio aproveitou e se soltou, efetuando disparos que acertaram a cabeÃ§a e o pÃ© de Valmir, baleando em seguida Jerry Maciel, que veio a falecer em decorrÃªncia de dito disparo que acertou sua cabeÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AntÃ´nio tambÃ©m foi alvejado na cabeÃ§a com um tiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os criminosos saÃ-ram em fuga apÃ³s o baleamento de Jerry Maciel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A irmÃ£ do sargento reformado Jerry Martins, Vera LÃºcia Martins, prestou socorro Ã s vÃ-timas, exceto Ã Amanda, que seguiu para o hospital com seu marido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã descrito que Valmir Martins de AraÃºjo Â¿afirma que quem o abordou inicialmente foi o nacional DANIEL HENRIQUE RODRIGUESÂ¿, o qual fora reconhecido por ele em sede policial, assim como LUCAS NASCIMENTO FERREIRA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vera LÃºcia Martins informou que foi DANIEL que efetuou o disparo que matou seu sobrinho Jerry Maciel, conforme reconhecimento em sede inquisitorial, assim como reconheceu JUNIOR como o autor do disparo que atingiu AntÃ´nio Martins. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, Ã© informado que o sargento reformado Jerry Martins somente conseguiu reconhecer os criminosos que o abordaram, pois se manteve desmaiado durante toda a empreitada criminosa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O inquÃ©rito policial foi instaurado mediante portaria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntado ao IPL, os autos de reconhecimento fotogrÃ¡fico realizado por Valmir Martins de AraÃºjo, o qual identificou dentre vÃ¡rias fotos, apÃ³s fornecer as caracterÃ-sticas dos autores do delito, DANIEL HENRIQUE RODRIGUES e LUCAS NASCIMENTO FERREIRA (vide fls. 25-30 do IPL); assim como os autos relativos ao reconhecimento realizado por Vera Lucia Martins de AraÃºjo, mediante o mesmo procedimento, de DANIEL HENRIQUE RODRIGUES, JUNIOR SILVA DO NASCIMENTO e LUCAS NASCIMENTO FERREIRA (vide fls. 42-50). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em apenso os autos de medidas cautelares com o deferimento judicial da prisÃ£o preventiva dos trÃªs denunciados e da busca e apreensÃ£o em seus domicÃ-lios, bem como pedido de autorizaÃ§Ã£o de acesso e recuperaÃ§Ã£o de comunicaÃ§Ãµes privadas, imagens e demais conteÃºdos dos aparelhos celulares apreendidos, deferidos durante a aÃ§Ã£o penal (fls. 16). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Infere-se do relatÃ³rio policial que DANIEL HENRIQUE RODRIGUES foi preso no dia 22/01/2019 por ordem judicial (IPL) e de consulta ao Sistema Infopen que JUNIOR foi preso em 16/12/2020 e LUCAS em 11/01/2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s a suspensÃ£o do processo originÃ¡rio nos termos do art. 366 do CPP para JUNIOR e LUCAS, a instruÃ§Ã£o prosseguiu para DANIEL, culminando em sentenÃ§a judicial, razÃ£o pela qual o magistrado titular da 7Âª Vara Criminal julgou-se suspeito para julgar JUNIOR e LUCAS, assumindo, entÃ£o, a competÃªncia para tanto o seu substituto legal (vide fls. 181) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntado Ã s fls. 11-12 o laudo nÂº 2018.01.015569-TRA atestando ofensa Ã integridade corporal ou Ã saÃºde de Valmir Martins de AraÃºjo, por aÃ§Ã£o contundente e pÃ©rfuro-contundente, que resultou ou resultarÃ¡ em incapacidade para as ocupaÃ§Ãµes habituais por mais de 30 dias, procedida tais informaÃ§Ãµes da seguinte descriÃ§Ã£o: Â¿EscoriaÃ§Ãµes nas regiÃµes: cotovelo direito posteriormente, no terÃ§o proximal e mÃ©dio da perna direita anteriormente e externamente, e face externa do pÃ©s esquerdo; edema traumÃ¡tico com equimose avermelhada no dorso da mÃ£o esquerdo; ferida pÃ©rfuro-contusa transfixante no membro inferior esquerdo (estrando no terÃ§o distal da perna externamente e saindo na face interna do pÃ©); relata diminuiÃ§Ã£o da acuidade auditiva esquerda e sensaÃ§Ã£o de entupimento no ouvido (conta ter sido dado um tiro prÃ³ximo a esta pavilhÃ£o auricular)Â¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ãs fls. 93 consta o laudo complementar nÂº 2019.01.009083-TRA atestando que Valmir Martins AraÃºjo sofreu enfermidade incurÃ¡vel, dor crÃ´nica devido a fragmentos metÃ¡licos no tecido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ãs fls. 13-14 o laudo nÂº 2018.01.015568-TRA atestando ofensa Ã integridade corporal e Ã saÃºde de Jerry Martins de AraÃºjo, por aÃ§Ã£o contundente, com a seguinte descriÃ§Ã£o: Â¿EscoriaÃ§Ãµes nas regiÃµes: hipocÃ´ndrio esquerdo, joelhos anteriormente e terÃ§o proximal da perna direita externamenteÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ãs fls. 95 consta laudo mÃ©dico definitivo atestando que Antonio Carlos Martins de AraÃºjo sofreu agressÃ£o fÃ-sica por arma de fogo com trauma em face, dando entrada no Hospital Metropolitano em 18/11/2018 com fraturas de osso frontal, fratura dos ossos prÃ³prio nasais e fratura parassagital esquerda

de maxila. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ãs fls. 103 laudo oftalmolÃ³gico atestando que Antonio Carlos Martins de AraÃºjo, atestando importante palidez do nervo Ã³ptico, o que resultou em cegueira irreversÃ-vel no olho direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ãs fls. 107 laudo neurocirÃºrgico, atestando que Antonio Carlos Martins de AraÃºjo apresenta sequelas de T.C.E. (traumatismo crÂ¢nio -encefÃ¡lico por projÃ©til de arma de fogo - contusÃ£o cerebralÂ - CIDS-09; S 06.2), tais como dismnÃ©sia anterÃ³grada, confusÃ£o mental, hipersÃ´nia e disbasia severa, e que o exame de tomografia computadorizada de crÂ¢nio revelou sequela de sangramento pregresso na substÂ¢ncia branca periventricular em ambos os hemisfÃ©rios cerebrais, concluindo, entÃ£o, que ele se encontra impossibilidade de exercer as suas atividades profissionais por tempo indeterminado, em funÃ§Ã£o desse quadro neurolÃ³gico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ãs fls. 112 o laudo nÂº 2019.01.008497-TRA atestando que Antonio Carlos Martins de AraÃºjo sofreu ofensa Ã integridade corporal ou Ã saÃºde, por aÃ§Ã£o pÃ©rfuro-contundente, que resultou perigo de vida, incapacidade para as ocupaÃ§Ãµes habituais por mais de 30 dias, debilidade permanente da funÃ§Ã£o visual e incapacidade permanente para o trabalho e deformidade permanente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ãs fls. 109 consta a certidÃ£o de Ã³bito de Jerry Maciel de AraÃºjo, no dia 18/11/2018, em razÃ£o de hemorragia e lesÃ£o intracranianas, perfuraÃ§Ã£o do encÃ©falo, por projÃ©til de arma de fogo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 30/04/2019 (fls. 15). Â Â Â Â Â Â Â Â Â O processo foi suspenso nos termos do art. 366 do CPP para JUNIOR e LUCAS em 20/08/2019 (fls. 12), retomado o curso processual para JUNIOR em 16/12/2020 (fls. 131v.) e para LUCAS em 15/01/2021 (fls. 15.), com suas citaÃ§Ãµes pessoais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Respostas Ã acusaÃ§Ã£o Ã s fls. 132-134 e 169-170. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Durante a instruÃ§Ã£o processual, foram ouvidas trÃªs vÃ-timas e duas testemunhas de acusaÃ§Ã£o e uma testemunha arrolada pela Defesa de LUCAS e realizado o interrogatÃ³rio do Ãºltimo e de JUNIOR. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CertidÃµes judiciais criminais Ã s fls. 282-283 e 284-285. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico, em sede de alegaÃ§Ãµes finais, requereu a condenaÃ§Ã£o nos termos da denÃºncia, nas penas dos delitos de roubo seguido de lesÃ£o corporal grave (art. 157, Â§ 3Âº, I, do CPB) em relaÃ§Ã£o Ã s vÃ-timas Valmir e AntÃ´nio; de latrocÃ-nio consumado (art. 157, Â§ 3Âº, II, do CPB) em relaÃ§Ã£o Ã vÃ-tima fatal Jerry Maciel; e de roubo majorado pelo emprego de arma de fogo e concurso de agentes (art. 157, Â§ 2Âº, II e Â§ 2Âº-A, I, do CPB) em relaÃ§Ã£o a Valmir (fls. 285-288). Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Defesa de JUNIOR pleiteou sua absolviÃ§Ã£o, por nÃ£o existir prova de ter ele concorrido para a infraÃ§Ã£o penal, argumentou a irregularidade do reconhecimento por fotografia, a ausÃªncia de justa causa, a parcialidade das vÃ-timas e de seus familiares e, ainda, dos policiais (fls. 293-304). Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Defesa de LUCAS, por sua vez, requereu sua absolviÃ§Ã£o pela dÃºvida e, de forma alternativa, a desclassificaÃ§Ã£o da imputaÃ§Ã£o para o crime do art. 157, Â§ 2Âº, II, do CPB e, ainda, o afastamento da majorante relativa ao concurso de agentes (fls. 313-320). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 - DA MATERIALIDADE DO FATO E DA AUTORIA DELITIVA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vera Lucia Martins de AraÃºjo, tia da vÃ-tima fatal, ouvida como informante, declarou em juÃ-zo que estava na cozinha e ouviu um barulho, por isso seguiu para a frente da residÃªncia, onde viu seu sobrinho tentando ajudar o pai dele, que havia sofrido uma coronhada. Momentos depois viu DANIEL disparando o tiro que atingiu seu sobrinho. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Disse que nÃ£o viu JUNIOR e LUCAS durante a aÃ§Ã£o criminosa, tomando conhecimento de sua participaÃ§Ã£o apenas depois, por meio de seu irmÃ£o. TambÃ©m teria ouvido falar que JUNIOR havia baleado seu outro irmÃ£o, AntÃ´nio Carlos. Asseverou que conhecia LUCAS e sua famÃ-lia de sua rua, onde ele foi criado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Afirmou que LUCAS havia passado mais cedo no local do crime para comprar um refrigerante. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Disse que a vÃ-tima Amanda, que foi baleada, estava jogando bola numa arena existente nas proximidades, bem como que subtraÃ-ram alguns pertences de Valmir, dentre os quais um cordÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Jerry Martins AraÃºjo, nascido em 16/04/1959, policial militar da reserva, ouvido como informante, declarou em juÃ-zo que foi JUNIOR que lhe deu as coronhadas que lhe fizeram desmaiar e atirou em seu irmÃ£o e que foi DANIEL que deu o tiro fatal em seu filho. Aduziu que pretendiam roubar sua arma de fogo, inclusive que JUNIOR exigiu que o declarante entregasse sua arma, momento em JUNIOR lhe deu coronhadas atÃ© que desmaiasse porque estava sem sua arma. Aduziu tambÃ©m que ouviu falar que foi JUNIOR que atirou na cabeÃ§a de seu irmÃ£o Antonio Carlos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Disse que DANIEL deu o tiro na cabeÃ§a de seu filho. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Informou que LUCAS Ã© vizinho da residÃªncia onde ocorreu o crime e que viu quando ele, no mesmo dia dos fatos, olhou para dentro da sala da residÃªncia de seu pai, para um banner que continha sua foto, momento em que lhe alertaram para ter cuidado com ele, jÃ¡ que LUCAS era ex presidiÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Enfatizou que estava sentado no pÃ¡tio quando viu LUCAS, DANIEL e JUNIOR chegarem, os quais passaram a exigir que entregasse sua arma, esclarecendo, contudo, que nÃ£o viu nenhuma aÃ§Ã£o especÃ-fica de LUCAS, ao qual atribui o planejamento do crime, jÃ¡ que informa que ele que teria recrutado os demais para o crime. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A vÃ-tima Valmir Martins de AraÃºjo declarou que viu quando LUCAS foi comprar um guaranÃ¡ no

comÃ©rcio de sua famÃ-lia, anexo Ã residÃªncia de seu pai, quando lhe falaram que LUCAS estaria averiguando o local, pois era muito perigoso. Disse que LUCAS passou mais tarde em frente Ã residÃªncia em uma motocicleta, o que deixou o declarante mais tenso ainda. Â Â Â Â Â Â Â Â Informou que posteriormente foi surpreendido com a abordagem de DANIEL, enquanto JUNIOR foi em cima do sargento Jerry e LUCAS ficou na retaguarda, com a arma em punho com o fim de intimidar todos que estavam presentes. Â Â Â Â Â Â Â Â Afirmou que DANIEL acertou seu pÃ© com um tiro e, em seguida, subtraiu seu relÃ³gio, cordÃ£o, carteira e celular, e que JUNIOR lesionou seu irmÃ£o na cabeÃ§a enquanto exigiam que ele entregasse sua arma de fogo. Â Â Â Â Â Â Â Â Disse que viu seu outro irmÃ£o Antonio Carlos ser baleado na cabeÃ§a por JUNIOR, logo depois que ele pediu para que nÃ£o matasse o sargento Jerry. Aduziu que Antonio Carlos ficou com sequelas graves do crime, estando totalmente incapacitado para o trabalho. Â Â Â Â Â Â Â Â Declarou que seu sobrinho Jerry faleceu com o tiro que DANIEL lhe disparou. Â Â Â Â Â Â Â Â Afirmou que os trÃªs denunciados nasceram e foram criados na rua de seu pai, onde ocorreu o crime, por isso eram conhecidos dele e que os trÃªs estavam armados durante a empreitada criminosa. Â Â Â Â Â Â Â Â Questionado sobre o fato de nÃ£o ter informado em sede policial que LUCAS estava armado, o declarante disse que quando deu aquele depoimento o ocorrido estava muito recente e sua cabeÃ§a estava cheia de preocupaÃ§Ãµes com sua famÃ-lia, especialmente com seu pai, que estava sofrendo muito com a morte de Jerry, o qual havia sido criado por ele desde bebÃª. Â Â Â Â Â Â Â Â Explicou que nÃ£o conhecia nenhum dos denunciados porque nÃ£o reside na residÃªncia de seu pai, onde ocorreu o crime. Â Â Â Â Â Â Â Â Enfatizou que seus pais tomam atÃ© hoje remÃ©dio controlado em razÃ£o da morte de seu sobrinho e que ele sofre com sequelas em seu pÃ©, incurÃ¡veis. Â Â Â Â Â Â Â Â A vÃ-tima Antonio Carlos de AraÃºjo declarou em juÃ-zo que os trÃªs denunciados pretendiam subtrair a arma de fogo de seu irmÃ£o, que o declarante tentou intervir, quando foi alvejado na cabeÃ§a e nÃ£o se recorda mais de nada. Disse que passou 18 dias em coma, que ficou cego de um olho, sofre atualmente de tonturas e que nÃ£o mais pode trabalhar. Â Â Â Â Â Â Â Â Disse que nÃ£o conhecia os denunciados, mas que viu quando LUCAS passou mais cedo no comÃ©rcio e ficou olhando para o banner contendo a foto de seu irmÃ£o vestido de policial. Explicou que teriam alertado seu irmÃ£o que LUCAS era o mais perigoso das redondezas, bem como que o banner referido ficava dentro da residÃªncia de seu pai, de modo que somente pode ser visualizado quando a porta do local estÃ¡ aberta. Â Â Â Â Â Â Â Â Wevelyn Esley Botelho Quaresma, arrolada pela Defesa de LUCAS, por ser sua esposa foi ouvida como informante. Declarou, entÃ£o, que no dia dos fatos estava em companhia de LUCAS, quando lhes informaram que estavam a procura dele por seu suposto envolvimento no crime, asseverando que chegaram a invadir a casa da genitora de LUCAS em busca dele. Afirmou, ainda, que frequentavam o comÃ©rcio da famÃ-lia. Â Â Â Â Â Â Â Â A declarante negou com veemÃªncia que LUCAS era conhecido por seu envolvimento com crimes. Â Â Â Â Â Â Â Â Interrogado, LUCAS negou o crime. Explicou que nÃ£o Ã© o Ãºnico com apelido Setor nas redondezas, que comprou o refrigerante no comÃ©rcio da vÃ-tima, mas que depois seguiu para almoÃ§ar com seus pais. Â Â Â Â Â Â Â Â Disse que conhecia a vÃ-tima que faleceu, Vera LÃºcia e seu irmÃ£o e que de fato que sua famÃ-lia reside nas proximidades. Â Â Â Â Â Â Â Â Interrogado, JUNIOR negou o crime, alegando que sofre perseguiÃ§Ã£o por parte de policiais, embora diga que nÃ£o conhecia a famÃ-lia que fora vÃ-tima do crime. Â Â Â Â Â Â Â Â A instruÃ§Ã£o processual comprovou que JUNIOR e LUCAS, em conluio delitivo com DANIEL (este nÃ£o figura no polo passivo desta aÃ§Ã£o penal), mediante grave ameaÃ§a e violÃªncia, abordaram a famÃ-lia das vÃ-timas em sua residÃªncia, durante um festejo de aniversÃ¡rio, quando subtraÃ-ram de Valmir vÃ¡rios pertences, bem como provocaram lesÃµes corporais em Valmir, AntÃ´nio e Jerry Martins e a morte de Jerry Maciel. Explico. Â Â Â Â Â Â Â Â Primeiramente, mostra-se oportuno deliberar sobre a validade do reconhecimento por fotografia realizado na esfera policial. Â Â Â Â Â Â Â Â Das informaÃ§Ãµes constantes dos autos de reconhecimento juntados ao IPL, nota-se que eles seguiram os ditames legais previstos no art. 226 do CPB, tendo em vista que os reconhecedores forneceram previamente as caracterÃ-sticas fÃ-sicas dos suspeitos, bem como os identificaram dentre vÃ¡rias fotografias que lhe mostraram. Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, do auto do reconhecimento fotogrÃ¡fico realizado por Valmir Martins de AraÃºjo, o qual identificou dentre vÃ¡rias fotos, apÃ³s fornecer as caracterÃ-sticas dos autores do delito, DANIEL HENRIQUE RODRIGUES e LUCAS NASCIMENTO FERREIRA (vide fls. 25-30 do IPL), bem como do auto do reconhecimento fotogrÃ¡fico realizado por Vera Lucia Martins de AraÃºjo, mediante o mesmo procedimento, a qual identificou DANIEL HENRIQUE RODRIGUES, JUNIOR SILVA DO NASCIMENTO e LUCAS NASCIMENTO FERREIRA, que se encontra comprovada a autoria delitiva dos fatos aqui em apuraÃ§Ã£o (vide fls. 42-50). Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre o ato de reconhecimento mister se faz tecer alguns comentÃ¡rios, em total observÃ¢ncia Ã recente decisÃ£o prolatada pela 6Âª Turma do STJ em sede de Habeas Corpus. Â Â Â Â Â Â Â Â Como se verÃ¡ na ementa a seguir transcrita, no decisum referido foi reconhecida a necessidade de observÃ¢ncia do procedimento previsto

no art. 226 do CPP tanto no ato de reconhecimento pessoal quanto no realizado por meio de fotografia. Â¿HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. RECONHECIMENTO FOTOGRÃFICO DE PESSOA REALIZADO NA FASE DO INQUÃRITO POLICIAL. INOBSERVÃNCIA DO PROCEDIMENTO PREVISTO NO ART. 226 DO CPP. PROVA INVÃLIDA COMO FUNDAMENTO PARA A CONDENAÃÃO. RIGOR PROBATÃRIO. NECESSIDADE PARA EVI-TAR ERROS JUDICIÃRIOS. PARTICIPAÃÃO DE MENOR IMPOR-TÃNCIA. NÃO OCORRÃNCIA. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDI-DA. 1. O reconhecimento de pessoa, presencialmente ou por fotografia, realizado na fase do inquÃ©rito policial, apenas Ã© apto, para identificar o rÃ©u e fixar a autoria delitiva, quando observadas as formalidades previstas no art. 226 do CÃ³digo de Processo Penal e quando corroborado por outras provas colhidas na fase judicial, sob o crivo do contraditÃ³rio e da ampla defesa. 2. Segundo estudos da Psicologia moderna, sÃ£o comuns as falhas e os equÃ-vocos que podem advir da memÃ³ria humana e da capacidade de armazenamento de informaÃ§Ãµes. Isso porque a memÃ³ria pode, ao longo do tempo, se fragmentar e, por fim, se tornar inacessÃ-vel para a reconstruÃ§Ã£o do fato. O valor probatÃ³rio do reconhecimento, portanto, possui considerÃ¡vel grau de subjetivismo, a potencializar falhas e distorÃ§Ãµes do ato e, consequentemente, causar erros judiciÃ¡rios de efeitos deletÃ©rios e muitas vezes irreversÃ-veis. 3. O reconhecimento de pessoas deve, portanto, observar o procedimento previsto no art. 226 do CÃ³digo de Processo Penal, cujas formalidades constituem garantia mÃ-nima para quem se vÃª na condiÃ§Ã£o de suspeito da prÃ¡tica de um crime, nÃ£o se tratando, como se tem compreendido, de "mera recomendaÃ§Ã£o" do legislador. Em verdade, a inobservÃ¢ncia de tal procedimento enseja a nulidade da prova e, portanto, nÃ£o pode servir de lastro para sua condenaÃ§Ã£o, ainda que confirmado, em juÃ-zo, o ato realizado na fase inquisitorial, a menos que outras provas, por si mesmas, conduzam o magistrado a convencer-se acerca da autoria delitiva. Nada obsta, ressalve-se, que o juiz realize, em juÃ-zo, o ato de reconhecimento formal, desde que observado o devido procedimento probatÃ³rio. 4. O reconhecimento de pessoa por meio fotogrÃ¡fico Ã© ainda mais problemÃ¡tico, mÃ¡xime quando se realiza por simples exibiÃ§Ã£o ao reconheedor de fotos do conjecturado suspeito extraÃ-das de Ã¡lbuns policiais ou de redes sociais, jÃ¡ previamente selecionadas pela autoridade policial. E, mesmo quando se procura seguir, com adaptaÃ§Ãµes, o procedimento indicado no CÃ³digo de Processo Penal para o reconhecimento presencial, nÃ£o hÃ¡ como ignorar que o carÃ¡ter estÃ¡tico, a qualidade da foto, a ausÃªncia de expressÃµes e trejeitos corporais e a quase sempre visualizaÃ§Ã£o apenas do busto do suspeito podem comprometer a idoneidade e a confiabilidade do ato. 5. De todo urgente, portanto, que se adote um novo rumo na compreensÃ£o dos Tribunais acerca das consequÃªncias da atipicidade procedimental do ato de reconhecimento formal de pessoas; nÃ£o se pode mais referendar a jurisprudÃªncia que afirma se tratar de mera recomendaÃ§Ã£o do legislador, o que acaba por permitir a perpetuaÃ§Ã£o desse foco de erros judiciÃ¡rios e, consequentemente, de graves injustiÃ§as. 6. Ã de se exigir que as polÃ-cias judiciÃ¡rias (civis e federal) realizem sua funÃ§Ã£o investigativa comprometidas com o absoluto respeito Ã s formalidades desse meio de prova. E ao MinistÃ©rio PÃºblico cumpre o papel de fiscalizar a correta aplicaÃ§Ã£o da lei penal, por ser Ã³rgÃ£o de controle externo da atividade policial e por sua Ã-nsita funÃ§Ã£o de custos legis, que deflui do desenho constitucional de suas missÃµes, com destaque para a Â¿defesa da ordem jurÃ-dica, do regime democrÃ¡tico e dos interesses sociais e individuais indisponÃ-veisÂ¿ (art. 127, caput, da ConstituiÃ§Ã£o da RepÃºblica), bem assim da sua especÃ-fica funÃ§Ã£o de Â¿zelar pelo efetivo respeito dos Poderes PÃºblicos [inclusive, Ã© claro, dos que ele prÃ³prio exerce] [...] promovendo as medidas necessÃ¡rias a sua garantiaÂ¿ (art. 129, II). 7. Na espÃ©cie, o reconhecimento do primeiro paciente se deu por meio fotogrÃ¡fico e nÃ£o seguiu minimamente o roteiro normativo previsto no CÃ³digo de Processo Penal. NÃ£o houve prÃ©via descriÃ§Ã£o da pessoa a ser reconhecida e nÃ£o se exibiram outras fotografias de possÃ-veis suspeitos; ao contrÃ¡rio, escolheu a autoridade policial fotos de um suspeito que jÃ¡ cometera outros crimes, mas que absolutamente nada indicava, atÃ© entÃ£o, ter qualquer ligaÃ§Ã£o com o roubo investigado. 8. Sob a Ã©gide de um processo penal comprometido com os direitos e os valores positivados na ConstituiÃ§Ã£o da RepÃºblica, busca-se uma verdade processual em que a reconstruÃ§Ã£o histÃ³rica dos fatos objeto do juÃ-zo se vincula a regras precisas, que assegurem Ã s partes um maior controle sobre a atividade jurisdicional; uma verdade, portanto, obtida de modo "processualmente admissÃ-vel e vÃ¡lido" (Figueiredo Dias). 9. O primeiro paciente foi reconhecido por fotografia, sem nenhuma observÃ¢ncia do procedimento legal, e nÃ£o houve nenhuma outra prova produzida em seu desfavor. Ademais, as falhas e as inconsistÃªncias do suposto reconhecimento - sua altura Ã© de 1,95 m e todos disseram que ele teria por volta de 1,70 m; estavam os assaltantes com o rosto parcialmente coberto; nada relacionado ao crime foi encontrado em seu poder e a autoridade policial nem sequer explicou como teria chegado Ã suspeita de que poderia ser ele um dos autores do roubo - ficam mais evidentes com as declaraÃ§Ãµes de trÃªs das vÃ-timas em juÃ-zo, ao negarem a possibilidade de reconhecimento do acusado. 10. Sob tais condiÃ§Ãµes, o ato de

reconhecimento do primeiro paciente deve ser declarado absolutamente nulo, com sua consequente absolviÃ§Ã£o, ante a inexistÃªncia, como se deflui da sentenÃ§a, de qualquer outra prova independente e idÃ´nea a formar o convencimento judicial sobre a autoria do crime de roubo que lhe foi imputado. 11. Quanto ao segundo paciente, teria, quando muito - conforme reconheceu o Magistrado sentenciante - emprestado o veÃ-culo usado pelos assaltantes para chegarem ao restaurante e fugirem do local do delito na posse dos objetos roubados, conduta que nÃ£o pode ser tida como determinante para a prÃ¡tica do delito, atÃ© porque nÃ£o se logrou demonstrar se efetivamente houve tal emprÃ©stimo do automÃ³vel com a prÃ©via ciÃªncia de seu uso ilÃ-cito por parte da dupla que cometeu o roubo. Ã de se lhe reconhecer, assim, a causa geral de diminuiÃ§Ã£o de pena prevista no art. 29, Â§ 1Âº, do CÃ³digo Penal (participaÃ§Ã£o de menor importÃ¢ncia). 12. ConclusÃµes: 1) O reconhecimento de pessoas deve observar o procedimento previsto no art. 226 do CÃ³digo de Processo Penal, cujas formalidades constituem garantia mÃ-nima para quem se encontra na condiÃ§Ã£o de suspeito da prÃ¡tica de um crime; 2) Ã vista dos efeitos e dos riscos de um reconhecimento falho, a inobservÃ¢ncia do procedimento descrito na referida norma processual torna invÃ¡lido o reconhecimento da pessoa suspeita e nÃ£o poderÃ¡ servir de lastro a eventual condenaÃ§Ã£o, mesmo se confirmado o reconhecimento em juÃ-zo; 3) Pode o magistrado realizar, em juÃ-zo, o ato de reconhecimento formal, desde que observado o devido procedimento probatÃ³rio, bem como pode ele se convencer da autoria delitiva a partir do exame de outras provas que nÃ£o guardem relaÃ§Ã£o de causa e efeito com o ato viciado de reconhecimento; 4) O reconhecimento do suspeito por simples exibiÃ§Ã£o de fotografia(s) ao reconhecedor, a par de dever seguir o mesmo procedimento do reconhecimento pessoal, hÃ¡ de ser visto como etapa antecedente a eventual reconhecimento pessoal e, portanto, nÃ£o pode servir como prova em aÃ§Ã£o penal, ainda que confirmado em juÃ-zo. 13. Ordem concedida, para: a) com fundamento no art. 386, VII, do CPP, absolver o paciente VÃ¢nio da Silva Gazola em relaÃ§Ã£o Ã prÃ¡tica do delito objeto do Processo n. 0001199-22.2019.8.24.0075, da 1Âª Vara Criminal da Comarca de TubarÃ£o - SC, ratificada a liminar anteriormente deferida, para determinar a imediata expediÃ§Ã£o de alvarÃ¡ de soltura em seu favor, se por outro motivo nÃ£o estiver preso; b) reconhecer a causa geral de diminuiÃ§Ã£o relativa Ã participaÃ§Ã£o de menor importÃ¢ncia no tocante ao paciente Igor TÃ¡rtari FelÃ¡cio, aplicÃ¡-la no patamar de 1/6 e, por conseguinte, reduzir a sua reprimenda para 4 anos, 5 meses e 9 dias de reclusÃ£o e pagamento de 10 dias-multa. DÃª-se ciÃªncia da decisÃ£o aos Presidentes dos Tribunais de JustiÃ§a dos Estados e aos Presidentes dos Tribunais Regionais Federais, bem como ao Ministro da JustiÃ§a e SeguranÃ§a PÃºblica e aos Governadores dos Estados e do Distrito Federal, encarecendo a estes Ãºltimos que faÃ§am conhecer da decisÃ£o os responsÃ¡veis por cada unidade policial de investigaÃ§Ã£oÂ¿. (STJ. Habeas corpus nÂº 598.886 - SC (2020/0179682-3). Relator: Ministro Rogerio Schietti Cruz). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nota-se, portanto, que o procedimento do art. 226 do CPP deve ser necessariamente seguido para o reconhecimento formal, seja presencial ou por fotografia, pois constitui garantia mÃ-nima daquele que Ã© suspeito da prÃ¡tica de um crime, sob pena de nulidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, espera-se que a pessoa a reconhecer primeiramente descreva a pessoa que serÃ¡ reconhecida, a qual, se possÃ-vel, serÃ¡ colocada ao lado de outras com caracterÃ-sticas semelhantes, com o auto a ser lavrado subscrito pela autoridade, pelo reconhecedor e por duas testemunhas presenciais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tal procedimento deve ser seguido igualmente no Ã¢mbito do reconhecimento por fotografia, como ocorreu nestes autos, de modo que os reconhecimentos realizados na esfera policial sÃ£o vÃ¡lidos e servem para corroborar a certeza sobre a autoria delitiva por parte dos denunciados, jÃ¡ que elementos probatÃ³rios produzidos mediante o crivo da ampla defesa e do contraditÃ³rio confirmaram a participaÃ§Ã£o dos trÃªs denunciados, como serÃ¡ oportunamente deliberado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem. Comprovada estÃ¡ a autoria dos fatos em relaÃ§Ã£o a JUNIOR e LUCAS, com contribuiÃ§Ã£o de um terceiro, DANIEL, que nÃ£o estÃ¡ figurando no polo passivo da presente aÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Jerry Martins, Valmir e AntÃ´nio, em juÃ-zo, afirmaram terem visto JUNIOR, LUCAS e DANIEL. Jerry Martins informou que viu os trÃªs denunciados chegarem na residÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Valmir descreveu que os trÃªs denunciados estavam armados e especificou que JUNIOR abordou inicialmente Jerry Martins e o lesionou na cabeÃ§a, bem como baleou a cabeÃ§a de AntÃ´nio. Valmir tambÃ©m informou que DANIEL atirou em seu pÃ© e subtraiu seus pertences, alÃ©m de ter dado o tiro fatal em Jerry Maciel, e que LUCAS se manteve armado na cena do crime, intimidando as vÃ-timas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AntÃ´nio declarou que os trÃªs denunciados buscavam subtrair a arma de fogo de Jerry Martins. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Do depoimento judicial de Vera LÃºcia afere-se a certeza de que foi DANIEL que deu o tiro que matou Jerry Maciel, bem como que LUCAS realmente morava nas redondezas do local do crime, o que foi confirmado pelo prÃ³prio LUCAS. Do depoimento da companheira de LUCAS tambÃ©m se infere que ele frequentava as redondezas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â As provas carreadas aos autos tambÃ©m permitem concluir que LUCAS contribuiu para o crime exercendo um papel fundamental para a empreitada criminosa, na medida em que

foi ele que identificou a oportunidade de roubar a arma de fogo do sargento reformado Jerry Martins. Isso porque Jerry Martins, Valmir e AntÃ´nio o viram analisando o banner com a fotografia de Jerry Martins, enquanto comprava um refrigerante no comÃ©rcio adjacente Ã residÃªncia da famÃ-lia, que estava com a porta aberta permitindo tal visualizaÃ§Ã£o. AliÃ¡s, Valmir ainda informou que o teria visto passar outra vez em frente Ã residÃªncia posteriormente naquele mesmo dia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aproveitando o ensejo, Ã© mister esclarecer que o depoimento judicial de Wevelyn, companheira de LUCAS, nÃ£o merece credibilidade no tocante Ã afirmaÃ§Ã£o de que ela estaria em sua companhia no momento do delito, nÃ£o apenas porque ele restou isolado nos autos, contrariando a declaraÃ§Ã£o judicial de Vera LÃºcia, Jerry Martins e AntÃ´nio como pelo fato de que restou fragilizado quando Wevelyn afirmou com veemÃªncia que LUCAS nÃ£o era temido nas redondezas em razÃ£o de seus crimes, havendo indicativo do contrÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Primeiramente, hÃ¡ a versÃ£o judicial prestada por Jerry Martins, Valmir e AntÃ´nio no mesmo sentido: de que lhes alertaram para ter cuidado com LUCAS. O alerta se deu mais cedo, no mesmo dia dos fatos, quando LUCAS foi comprar o refrigerante no comÃ©rcio e averiguou o local do crime, mais precisamente o banner jÃ¡ mencionado. Nesse momento, teriam dito que LUCAS era muito perigoso, que provavelmente estaria averiguando o local, bem como que era ex presidiÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Essa versÃ£o prestada pelas vÃ-timas se coaduna com a vida pregressa de LUCAS, que sugere que ele realmente Ã© temido nas redondezas, jÃ¡ que responde a outros processos criminais, um dos quais figura no polo passivo por crime contra a vida, jÃ¡ tendo inclusive sido preso, conforme se verificou de sua certidÃ£o judicial criminal (fls. 282) e em Consulta ao Sistema Infopen. Â Â Â Â Â Â Â Â Â LUCAS responde ao processo nÂº 0020535-51.2017.8.14.0401, onde lhe Ã© imputado crime contra a vida e se refere a fato anterior ao presente, alÃ©m de responder Ã aÃ§Ã£o penal de nÂº 0023522-94.2016.8.14.0401 (3Âª Vara Criminal). Â Â Â Â Â Â Â Â Â No tocante Ã morte de Jerry Maciel, ficou comprovado que o tiro que o acertou na cabeÃ§a provocando o desfecho fatal foi disparado por DANIEL, fato este que se infere do depoimento judicial de Vera LÃºcia e de Valmir. TambÃ©m ficou comprovado que DANIEL atirou no pÃ© de Valmir e subtraiu seus pertences, consoante declarou em juÃ-zo o prÃ³prio Valmir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A certidÃ£o de Ã³bito de Jerry Maciel de AraÃºjo (fls. 109) atesta sua morte no dia 18/11/2018, em razÃ£o de hemorragia e lesÃ£o intracranianas, perfuraÃ§Ã£o do encÃ©falo, por projÃ©til de arma de fogo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ficou comprovado que JUNIOR desferiu violentas coronhadas contra a cabeÃ§a de Jerry Martins, fazendo-o desmaiar, conforme relatos judiciais do prÃ³prio e de Valmir; bem como que JUNIOR atirou na cabeÃ§a de AntÃ´nio, consoante informado em juÃ-zo por Valmir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ficou demonstrado que LUCAS contribuiu para o crime mantendo-se armado e intimidando todos os presentes, enquanto seus comparsas foram efetivamente ao embate contra as vÃ-timas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ficou evidenciado que Valmir e AntÃ´nio sofrem com sequelas incurÃ¡veis em razÃ£o das lesÃµes que sofreram durante a empreitada criminosa. Valmir disse que sofre com sequelas incurÃ¡veis em seu pÃ©. Laudos periciais constantes dos autos comprovam tais sequelas em Valmir. Veja-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O laudo nÂº 2018.01.015569-TRA (fls. 11-12) atestou as lesÃµes sofridas por Valmir, conforme jÃ¡ descrito no relatÃ³rio deste decisum, informando que foram provocadas por aÃ§Ã£o contundente e pÃ©rfuro-contundente e que resultou ou resultarÃ¡ em incapacidade para as ocupaÃ§Ãµes habituais por mais de 30 dias, descrevendo, dentre outras lesÃµes, Â¿(...) ferida pÃ©rfuro-contusa transfixante no membro inferior esquerdo (estrando no terÃ§o distal da perna externamente e saindo na face interna do pÃ©)Â¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O laudo complementar nÂº 2019.01.009083-TRA (fls. 93) atestou que Valmir sofre com enfermidade incurÃ¡vel, dor crÃ´nica devido a fragmentos metÃ¡licos no tecido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â As sequelas gravÃ-ssimas sofridas por AntÃ´nio, que lhe provocaram incapacidade para o trabalho, cegueira, consequÃªncias outras neurolÃ³gicas e deformidade permanente, sÃ£o igualmente evidenciadas por laudos periciais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O laudo mÃ©dico definitivo (fls. 95) atestou que AntÃ´nio sofreu agressÃ£o fÃ-sica por arma de fogo com trauma em face, com fraturas de osso frontal, fratura dos ossos prÃ³prio nasais e fratura parassagital esquerda de maxila. O laudo nÂº 2019.01.008497-TRA (fls. 112) atestou que ele sofreu ofensa Ã integridade corporal ou Ã saÃºde, por aÃ§Ã£o pÃ©rfuro-contundente, que resultou perigo de vida, incapacidade para as ocupaÃ§Ãµes habituais por mais de 30 dias, debilidade permanente da funÃ§Ã£o visual e incapacidade permanente para o trabalho e deformidade permanente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O laudo neurocirÃºrgico de fls. 107 atestou que AntÃ´nio apresenta sequelas de T.C.E. (traumatismo crÂ¢nio-encefÃ¡lico por projÃ©til de arma de fogo - contusÃ£o cerebral - CIDS-09; S 06.2), tais como dismnÃ©sia anterÃ³grada, confusÃ£o mental, hipersÃ´nia e disbasia severa, e que o exame de tomografia computadorizada de crÂ¢nio revelou sequela de sangramento pregresso na substÂ¢ncia branca periventricular em ambos os hemisfÃ©rios cerebrais, concluindo, entÃ£o, que ele se encontra impossibilidade de exercer as suas atividades profissionais por tempo indeterminado, em funÃ§Ã£o desse quadro neurolÃ³gico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â JÃ¡ o laudo oftalmolÃ³gico de fls. 103 atestou que AntÃ´nio sofre com importante palidez do nervo Ã³ptico, o que

resultou em cegueira irreversÃ-vel no olho direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por sua vez, as lesÃµes sofridas por Jerry Martins encontram suporte no laudo nÂº 2018.01.015568-TRA (fls. 13-14), que atestou ofensa Ã integridade corporal e Ã sua saÃºde, por aÃ§Ã£o contundente, com a seguinte descriÃ§Ã£o: Â¿EscoriaÃ§Ãµes nas regiÃµes: hipocÃ´ndrio esquerdo, joelhos anteriormente e terÃ§o proximal da perna direita externamenteÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â TambÃ©m ficou evidenciado que os pais das vÃ-timas sofrem atÃ© hoje com o ocorrido, precisando de tratamento contÃ-nuo com medicaÃ§Ãµes, especialmente em razÃ£o da morte de Jerry Maciel, criado por eles como um filho, e das sequelas sofridas por AntÃ´nio, que passou a necessitar de auxÃ-lio da famÃ-lia para sua subsistÃªncia, jÃ¡ que estÃ¡ totalmente incapacitado para o trabalho. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2 - DA ADEQUAÃÃO TÃPICA Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2.1. Do crime do art. 157. Â§ 3Âº, inciso II, do CPB, praticado contra a vÃ-tima Jerry Maciel de AraÃºjo Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como pontuado, ficou comprovado que os denunciados ingressaram na residÃªncia da famÃ-lia vÃ-tima a fim de subtrair a arma de fogo do sargento reformado Jerry Martins, mediante grave ameaÃ§a e violÃªncia, provocando a morte de Jerry Maciel, quando este tentou fazÃª-los cessar a violÃªncia contra seu pai Jerry Martins, conforme relatos judiciais que merecem credibilidade e o laudo pericial que comprovou o falecimento de Jerry Maciel e a causa dele. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlÃ©m disso, nÃ£o hÃ¡ que se falar em tentativa, porque Jerry Maciel faleceu em decorrÃªncia do tiro que lhe foi disparado na cabeÃ§a por DANIEL. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalte-se a SÃºmula 610 STF: Â¿HÃ¡ crime de latrocÃ-nio, quando o homicÃ-dio se consuma, ainda que nÃ£o se realize o agente a subtraÃ§Ã£o de bens da vÃ-timaÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, provado estÃ¡ que JUNIOR e LUCAS incorreram no delito do art. 157, Â§ 3Âº, II, do CPB, em relaÃ§Ã£o Ã vÃ-tima Jerry Maciel de AraÃºjo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2.2. Dos crimes do art. 157. Â§ 3Âº, inciso I, do CPB, praticados contra as vÃ-timas Valmir Martins de AraÃºjo e AntÃ´nio Carlos Martins de AraÃºjo Â Â Â Â Â Â Â Â Â JÃ¡ foi pontuado igualmente que ficou comprovada que a aÃ§Ã£o dos denunciados, quando ingressaram na residÃªncia da famÃ-lia vÃ-tima a fim de subtrair a arma de fogo do sargento reformado Jerry Martins, mediante grave ameaÃ§a e violÃªncia, provocaram lesÃµes corporais graves em Valmir e AntÃ´nio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Enquanto o laudo pericial nÂº 2018.01.015569-TRA (fls. 11-12) atestou que as lesÃµes sofridas por Valmir resultaram ou resultarÃ£o em incapacidade para as ocupaÃ§Ãµes habituais por mais de 30 dias, o laudo complementar nÂº 2019.01.009083-TRA (fls. 93) atestou que Valmir sofre com enfermidade incurÃ¡vel, dor crÃ´nica devido a fragmentos metÃ¡licos no tecido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por seu turno o laudo nÂº 2019.01.008497-TRA (fls. 112) atestou que AntÃ´nio sofreu ofensa Ã integridade corporal ou Ã saÃºde que resultou perigo de vida, incapacidade para as ocupaÃ§Ãµes habituais por mais de 30 dias, debilidade permanente da funÃ§Ã£o visual e incapacidade permanente para o trabalho e deformidade permanente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Demais disso, o laudo neurocirÃºrgico de fls. 107 atestou que AntÃ´nio apresenta sequelas de T.C.E. (traumatismo crÃ¢nio-encefÃ¡lico por projÃ©til de arma de fogo - contusÃ£o cerebral - CIDS-09; S 06.2), tais como dismnÃ©sia anterÃ³grada, confusÃ£o mental, hipersÃ´nia e disbasia severa, e que o exame de tomografia computadorizada de crÃ¢nio revelou sequela de sangramento pregresso na substÃ¢ncia branca periventricular em ambos os hemisfÃ©rios cerebrais, concluindo, entÃ£o, que ele se encontra impossibilidade de exercer as suas atividades profissionais por tempo indeterminado, em funÃ§Ã£o desse quadro neurolÃ³gico. JÃ¡ o laudo oftalmolÃ³gico de fls. 103 confirmou que AntÃ´nio sofre com importante palidez do nervo Ã³ptico, o que resultou em cegueira irreversÃ-vel no olho direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nota-se, portanto, que as lesÃµes sofridas por Valmir se caracterizam como graves e as de AntÃ´nio como gravÃ-ssimas, o que confirma o enquadramento no art. 157, Â§ 3Âº, I, do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, provado estÃ¡ que JUNIOR e LUCAS incorreram no delito do art. 157, Â§ 3Âº, I, do CPB, em relaÃ§Ã£o Ã s vÃ-timas Valmir Martins de AraÃºjo e AntÃ´nio Carlos Martins de AraÃºjo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2.3. Do crime do art. 157. Â§ 2Âº-A, inciso I, c/c art. 14, inciso II, ambos do CPB, em relaÃ§Ã£o Ã s vÃ-timas Amanda de Souza Ramos e Jerry Martins AraÃºjo Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2.3.1. Embora Vera LÃºcia tenha afirmado em juÃ-zo que Amanda foi baleada durante a empreitada criminosa, quando estava na arena em frente ao local do crime, o MinistÃ©rio PÃºblico deixou de pedir a condenaÃ§Ã£o dos rÃ©us por sua lesÃ£o, conforme se afere de suas alegaÃ§Ãµes finais, nas quais cita em duas passagens que o delito de roubo majorado estaria comprovado em relaÃ§Ã£o a Jerry Martins, nada afirmando sobre Amanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã de se inferir que o Parquet deixou de pedir dita condenaÃ§Ã£o pela ausÃªncia de laudo pericial atestando a lesÃ£o de Amanda, o que torna incerta a lesÃ£o sofrida por Amanda, atÃ© porque ela sequer foi socorrida pelas testemunhas, de modo que a certeza de que Amanda realmente foi lesionada em razÃ£o da prÃ¡tica delituosa aqui em apuraÃ§Ã£o nÃ£o pode ser consumada. Assim, resta duvidosa a lesÃ£o corporal sofrida por Amanda em razÃ£o da empreitada criminosa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, imperiosa a incidÃªncia do princÃ-pio in dubio pro reo, absolvendo os acusados JUNIOR e LUCAS da acusaÃ§Ã£o do delito do art. 157, Â§ 2Âº-A, I, c/c art. 14, II, ambos do CPB, cometido contra a vÃ-tima Amanda de Souza Ramos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2.3.2. Lado outro, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a

condenaÃ§Ã£o dos denunciados pelo delito do art. 157, Â§ 2Âº, II, e Â§ 2Âº-A, I, do CPB em relaÃ§Ã£o a conduta praticada contra a vÃ-tima Jerry Martins. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A instruÃ§Ã£o confirmou que os denunciados ingressaram na residÃªncia da famÃ-lia com o propÃ³sito primordial de subtrair o armamento de Jerry Martins, mediante grave ameaÃ§a e violÃªncia, o que nÃ£o conseguiram cumprir. Nesse sentido relataram Jerry Martins, Valmir e AntÃ´nio Carlos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Jerry Martins informou em juÃ-zo que os denunciados exigiram que ele entregasse sua arma de fogo (Â¿ptÂ¿), sofrendo as coronhadas perpetradas por JUNIOR depois que informou que estaria desarmado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Valmir e AntÃ´nio tambÃ©m relataram em juÃ-zo que os denunciados exigiram de Jerry Martins sua arma de fogo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o obstante, subtraÃ-ram os pertences de Valmir, conforme relatado em juÃ-zo por Vera LÃºcia e pelo prÃ³prio Valmir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que a aÃ§Ã£o criminosa em relaÃ§Ã£o Ã vÃ-tima Valmir lhe provocou lesÃµes graves, razÃ£o pela qual a adequaÃ§Ã£o tÃ-pica deve incidir no tipo penal do 157, Â§ 3Âº, I, do CPB, conforme jÃ¡ deliberado. Por conseguinte, impossÃ-vel o enquadramento ao mesmo tempo no art. 157, Â§ 2Âº, do CPB, no tocante ao delito contra a vÃ-tima Valmir, porque resultaria em bis in idem, jÃ¡ que ambas as classificaÃ§Ãµes jurÃ-dicas decorrem dos mesmos fatos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, resta apenas a certeza de que os denunciados incorreram no delito do art. 157 do CPB contra a vÃ-tima Jerry Martins AraÃºjo, restando analisar se a conduta cometida contra ele se deu na forma tentada ou consumada, bem como se configura o delito de roubo majorado pelo concurso de pessoas e pelo emprego de arma de fogo, o que passo a fazer. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2.3.3. Da tentativa no crime cometido contra a vÃ-tima Jerry Martins AraÃºjo Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que o roubo aqui em apuraÃ§Ã£o se refere Ã vÃ-tima Jerry Martins, depreende-se que ele nÃ£o se consumou por vontade alheia ao agente, na medida em que ficou comprovado que tentaram subtrair do sargento reformado sua arma de fogo e somente nÃ£o o fizeram porque ele estava desarmado no momento de sua abordagem. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, concluo pela necessidade de aplicaÃ§Ã£o da causa de diminuiÃ§Ã£o da pena prevista no art. 14, inciso II, do CPB, em relaÃ§Ã£o ao delito cometido contra Ã vÃ-tima Jerry Martins AraÃºjo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2.3.4. Das majorantes no crime cometido contra a vÃ-tima Jerry Martins AraÃºjo Â Â Â Â Â Â Â Â Â I - Do concurso de pessoas (art. 157. Â§ 2Âº, II, do CPB) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como exaustivamente debatido, nÃ£o hÃ¡ dÃºvidas de que os fatos foram cometidos em concurso de trÃªs pessoas: DANIEL, LUCAS e JUNIOR. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Jerry Martins e Valmir foram enfÃ¡ticos ao afirmar que viram a abordagem dos trÃªs denunciados, enquanto Vera LÃºcia afirmou que viu DANIEL. Dos depoimentos judiciais de AntÃ´nio e de Valmir tambÃ©m se infere terem eles visto a aÃ§Ã£o dos trÃªs, jÃ¡ que AntÃ´nio afirmou que todos estavam armados e Valmir relatou ter visto JUNIOR balear AntÃ´nio na cabeÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos de reconhecimento fotogrÃ¡fico, os quais obedeceram os ditames legais do art. 226 do CPP, como jÃ¡ pontuado, confirmam a participaÃ§Ã£o de DANIEL, LUCAS e JUNIOR. Â Â Â Â Â Â Â Â Â HÃ¡ de se apontar ainda, que em que pese nÃ£o constar na denÃºncia a capitulaÃ§Ã£o do art. 157, Â§ 2Âº, II, do CPB de forma expressa, a narrativa de que o delito foi cometido em concurso de pessoas estÃ¡ amplamente divulgada em seu teor, nÃ£o causando, neste sentido, ofensa Ã correlaÃ§Ã£o entre acusaÃ§Ã£o e sentenÃ§a. Os acusados tiveram a possibilidade de se defender deste fato narrado na inicial, aplicando-se, deste modo, a regra do art. 383, caput, do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, aplicÃ¡vel a causa de aumento de pena do Â§ 2Âº, II, do art. Art. 157 do CPB, em relaÃ§Ã£o ao delito praticado contra Ã vÃ-tima Jerry Martins. Â Â Â Â Â Â Â Â Â II - Do emprego de arma de fogo (art. 157. Â§ 2Âº-A, I, do CPB) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Igualmente comprovado que os fatos foram cometidos mediante emprego de arma de fogo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â HÃ¡ vertente que impede reconhecer a majorante do emprego de arma sem a constataÃ§Ã£o da sua potencialidade lesiva. Isso significa que seria indispensÃ¡vel a realizaÃ§Ã£o de perÃ-cia, pois somente a perÃ-cia confirmaria que a arma nÃ£o estava desmuniciada ou quebrada ou inapta, fatos esses que afastaria, para essa vertente, a majorante. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desse modo, seria a apreensÃ£o e a perÃ-cia (positiva) da arma que constatariam sua efetiva potencialidade lesiva. Essa perÃ-cia, contudo, seria desnecessÃ¡ria quando as circunstÃ¢ncias do fato comprovassem, inequivocamente, essa potencialidade lesiva (por exemplo: houve um disparo com a arma de fogo). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o caso dos autos, jÃ¡ que estÃ¡ comprovado que houve vÃ¡rios disparos de arma de fogo por parte dos denunciados, os quais lesionaram Valmir e AntÃ´nio e mataram Jerry Maciel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os laudos periciais confirmam as lesÃµes e a morte em decorrÃªncia de aÃ§Ã£o contundente pÃ©rfuro-cortante. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo exposto, aplicÃ¡vel a causa de aumento de pena do Â§ 2Âº-A, I, do art. Art. 157 do CPB, em relaÃ§Ã£o ao delito praticado contra Ã vÃ-tima Jerry Martins. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2.3.5. Do concurso de majorantes especiais no crime cometido contra a vÃ-tima Jerry Martins AraÃºjo Â Â Â Â Â Â Â Â Â DispÃµe o art. art. 68 do CPB: Â¿Art. 68 - A pena-base serÃ¡ fixada atendendo-se ao critÃ©rio do art. 59 deste CÃ³digo; em seguida serÃ£o consideradas as circunstÃ¢ncias atenuantes e agravantes; por Ãºltimo, as causas de diminuiÃ§Ã£o e de aumento.Â ParÃ¡grafo Ãºnico - No concurso de causas de aumento ou de diminuiÃ§Ã£o previstas na parte especial,

pode o juiz limitar-se a um sÃ³ aumento ou a uma sÃ³ diminuiÃ§Ã£o, prevalecendo, todavia, a causa que mais aumente ou diminuaÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por forÃ§a do parÃ¡grafo Ãºnico, mostra-se necessÃ¡rio aumentar a pena, em razÃ£o das majorantes do concurso de agentes e do emprego de arma de fogo, tÃ£o somente no percentual de 2/3 (dois terÃ§os), previsto pela Ãºltima, pois se trata da causa que mais aumenta. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3 - DO CONCURSO DE CRIMES Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ficou comprovado que os denunciados JUNIOR e LUCAS cometeram os seguintes delitos: 1)Â Â Â Â Â Art. 157, Â§ 3Âº, I, do CPB contra a vÃ-tima Valmir; 2)Â Â Â Â Â Art. 157, Â§ 3Âº, I, do CPB contra a vÃ-tima AntÃ´nio; 3)Â Â Â Â Â Art. 157, Â§ 3Âº, II, do CPB contra a vÃ-tima Jerry Maciel; 4)Â Â Â Â Â Art. 157, Â§ 2Âº, II, e Â§2Âº-A, I, do CPB contra a vÃ-tima Jerry Martins. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, verifica-se JUNIOR e LUCAS, com uma Ãºnica conduta, praticaram dois ou mais crimes dolosos, tendo desÃ-gnios autÃ´nomos em relaÃ§Ã£o a cada um deles, razÃ£o pela qual Ã© mister a aplicaÃ§Ã£o das regras do concurso formal imperfeito, conforme art. 70, caput, parte final, do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Veja-se jurisprudÃªncia nesse sentido: Â¿O concurso formal perfeito caracteriza-se quando o agente pratica duas ou mais infraÃ§Ãµes penais mediante uma Ãºnica aÃ§Ã£o ou omissÃ£o. O concurso formal imperfeito, por sua vez, revela-se quando a conduta Ãºnica (aÃ§Ã£o ou omissÃ£o) Ã© dolosa e os delitos concorrentes resultam de desÃ-gnios autÃ´nomos. Essa distinÃ§Ã£o entre os dois tipos de concurso formal varia de acordo com o elemento subjetivo que animou o agente ao iniciar a sua conduta. A expressÃ£o Â¿desÃ-gnios autÃ´nomosÂ¿ refere-se a qualquer forma de dolo, seja ele direto ou eventual. A morte da mÃ£e e da crianÃ§a que estava em seu ventre, oriundas de uma sÃ³ conduta (facadas na nuca da mÃ£e), resultaram de desÃ-gnios autÃ´nomos. Em consequÃªncia disso, as penas devem ser aplicadas cumulativamente, conforme a regra do concurso materialÂ¿. (STJ. 6Âª Turma. HC 191490-RJ, Rel. Min. SebastiÃ£o Reis JÃºnior, julgado em 27/09/2012. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso dos autos, ficou demonstrado que a intenÃ§Ã£o primordial dos denunciados era subtrair a arma de jogo do sargento reformado Jerry Martins. Para isso executaram uma Ãºnica aÃ§Ã£o criminosa, que consistiu na invasÃ£o da residÃªncia, na intimidaÃ§Ã£o e violÃªncia contra as vÃ-timas, em prol de conseguirem levar o armamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que essa aÃ§Ã£o criminosa principal foi desdobrada em atos outros decorrentes de desÃ-gnios autÃ´nomos. Veja-se que, para roubar a arma de fogo do sargento reformado nÃ£o precisavam agredir e disparar tiros contra a cabeÃ§a ou o pÃ© das outras vÃ-timas, tampouco necessitava que subtraÃ-ssem pertences pessoais como joias, seja das outras vÃ-timas ou do prÃ³prio sargento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim que o sargento reformado avisou que nÃ£o estava armado, sendo agredido atÃ© desfalecer, o que se esperava dos denunciados Ã© que se retirassem da cena do crime, uma vez que jÃ¡ tinham ciÃªncia de que nÃ£o conseguiram consumar a subtraÃ§Ã£o do armamento. NÃ£o foi isso que ocorreu, contudo. Eles permaneceram no local agindo contra outras vÃ-timas, sobretudo contra Valmir que foi gravemente lesionado e teve seus pertences roubados e AntÃ´nio e Jerry Maciel que foram alvo de disparos com arma de fogo em suas cabeÃ§as. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nota-se, portanto, que se sucederam desdobramentos de uma aÃ§Ã£o criminosa principal em atos distintos, mas concorrentes. Esses atos distintos resultaram de desÃ-gnios autÃ´nomos, dolosos - dolo direto ou eventual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isso porque os desÃ-gnios autÃ´nomos referem-se a condutas dolosas, seja por dolo direto ou eventual. Assim, se o agente age com dolo direito ou eventual em relaÃ§Ã£o aos demais atos inseridos no contexto da aÃ§Ã£o principal, igualmente dolosa, presentes estÃ£o os desÃ-gnios autÃ´nomos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 4 - DA CONCLUSÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por todo o exposto, julgo improcedente a denÃºncia no tocante ao art. 157, Â§ 2Âº, II, e Â§ 2Âº-A, I, do CPB, em relaÃ§Ã£o ao crime praticado contra a vÃ-tima Amanda de Souza Ramos e ABSOLVO JUNIOR SILVA DO NASCIMENTO e LUCAS NASCIMENTO FERREIRA, nos termos do art. 386, VII, do CÃ³digo de Processo Penal, por nÃ£o existir prova suficiente para a condenaÃ§Ã£o.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por outro lado, julgo procedente a denÃºncia, em relaÃ§Ã£o ao crime praticado contra a vÃ-tima Jerry Martins AraÃºjo, para CONDENAR JUNIOR SILVA DO NASCIMENTO e LUCAS NASCIMENTO FERREIRA, como incursos nas sanÃ§Ãµes punitivas do art. 157, Â§ 2Âº, II, e Â§ 2Âº-A, I, c/c art. 14, II, ambos do CÃ³digo Penal brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Julgo, ainda, procedente a denÃºncia, em relaÃ§Ã£o aos crimes praticados contra as vÃ-timas Valmir Martins de AraÃºjo e AntÃ´nio Carlos Martins AraÃºjo, para CONDENAR JUNIOR SILVA DO NASCIMENTO e LUCAS NASCIMENTO FERREIRA, como incursos nas sanÃ§Ãµes punitivas do art. 157, Â§ 3Âº, I, do CÃ³digo Penal brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, julgo procedente a denÃºncia, em relaÃ§Ã£o Ã vÃ-tima Jerry Maciel de AraÃºjo, para CONDENAR JUNIOR SILVA DO NASCIMENTO e LUCAS NASCIMENTO FERREIRA, como incursos nas sanÃ§Ãµes punitivas do art. 157, Â§ 3Âº, II, do CÃ³digo Penal brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AplicÃ¡vel aos delitos praticados o concurso formal imperfeito de crimes, previsto no art. 70, caput, parte final, do CÃ³digo Penal brasileiro Â Â Â Â Â Â Â Â Â 5 - DA DOSIMETRIA DA PENA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Atento as diretrizes estabelecidas nos artigos 59 e 60 da legislaÃ§Ã£o penal, passo a individualizaÃ§Ã£o da pena para cada um dos rÃ©us: Â Â Â Â Â Â Â Â Â 5.1. Do rÃ©u JUNIOR SILVA DO NASCIMENTO Â

Â Â Â Â Â Â Â Â 5.1.1. Do crime do art. 157, Â§ 2Âº, II, e Â§ 2Âº-A, I, c/c art. 14, II, ambos do CÃ³digo Penal brasileiro, praticado contra a vÃ-tima Jerry Martins AraÃºjo Â Â Â Â Â Â Â Â Culpabilidade do rÃ©u exacerbada, na medida em que foi ele que efetivamente perpetrou as coronhadas violentas na cabeÃ§a de Jerry Martins, as quais o fizeram desmaiar; registra antecedentes criminais, conforme se afere da certidÃ£o acostada aos autos, entretanto sem trÃ¢nsito em julgado de sentenÃ§a penal condenatÃ³ria - JUNIOR possui uma condenaÃ§Ã£o por fato anterior sem informaÃ§Ã£o sobre o trÃ¢nsito em julgado nos autos de nÂº 0027904-96.2017.8.14.0401 (2Âª Vara Criminal) -, nÃ£o podendo assim ser usado em desfavor do rÃ©u, segundo entendimento sumular nÂº 444 do STJ: Â¿Ã vedada a utilizaÃ§Ã£o de inquÃ©ritos policiais e aÃ§Ãµes penais em curso para agravar a pena-baseÂ¿, bem como definido em sede de repercussÃ£o geral no STF (Recurso ExtraordinÃ¡rio nÂº. 591.054/SC); conduta social e personalidade sem possibilidade de avaliaÃ§Ã£o; o motivo do delito lhe desfavorece. Ficou comprovado que a aÃ§Ã£o criminosa visava a subtraÃ§Ã£o da arma de fogo de Jerry Martins, sargento reformado da PolÃ-cia Militar, o que merece especial reprovaÃ§Ã£o, pois indica a intenÃ§Ã£o de utilizÃ¡-la para cometer outros crimes; as circunstÃ¢ncias do crime sÃ£o gravÃ-ssimas, na medida em que restou evidenciado que o delito foi cometido na residÃªncia da famÃ-lia das vÃ-timas, durante um festejo de aniversÃ¡rio, de modo que havia uma quantidade significativa de pessoas no local, o que merece maior reprovaÃ§Ã£o, pois a casa de uma pessoa representa o lugar onde ela deveria se sentir segura e ter respeitada sua privacidade, possuindo, inclusive, proteÃ§Ã£o constitucional (art. 5Âº, XI, da CF), ainda que fique demonstrado que ela nÃ£o estava no local no momento do crime, bem como pelo fato de ter exposto um nÃºmero maior de pessoas a risco decorrente da aÃ§Ã£o delituosa; consequÃªncias normais ao tipo de crime; a vÃ-tima em nada influenciou na prÃ¡tica do delito. Â Â Â Â Â Â Â Â Assim sendo, diante do fato de a culpabilidade se mostrar exacerbada, do motivo lhe desfavorecer e das circunstÃ¢ncias do crime serem gravÃ-ssimas no presente caso, e conforme julgados reiterados do STF e STJ1, se justifica o aumento da pena base para o patamar de 07 (sete) anos de reclusÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Sem atenuantes e sem agravantes. Â Â Â Â Â Â Â Â Por ter sido o crime cometido na modalidade tentada, encontra-se presente uma das causas de diminuiÃ§Ã£o de pena prevista no artigo 14, II, do CÃ³digo Penal, razÃ£o pela qual, em observÃ¢ncia ao regramento estatuÃ-do pelo parÃ¡grafo Ãºnico do citado artigo e a vista do iter criminis percorrido pelo agente, o qual evidencia que ele se aproximou da consumaÃ§Ã£o do delito, especialmente porque todos os atos de execuÃ§Ã£o necessÃ¡rios por parte do rÃ©u foram cumpridos, nÃ£o havendo a subtraÃ§Ã£o do armamento da vÃ-tima tÃ£o somente porque ela estava desarmada durante a aÃ§Ã£o delituosa, diminuo a pena anteriormente dosada no patamar de 1/3 (um terÃ§o), passando a dosÃ¡-la em 04 (quatro) anos e 08 (oito) meses de reclusÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Militando em desfavor do rÃ©u as majorantes insertas no art. 157, Â§2Âº, inciso II, e Â§2Âº-A, inciso I, da legislaÃ§Ã£o penal. Sabe-se que impera ainda divergÃªncia no tocante Ã forma de aplicaÃ§Ã£o quando de duplicidade de majorantes, entretanto, sigo o entendimento majoritÃ¡rio da doutrina, que obedece Ã melhor interpretaÃ§Ã£o da lei penal, mais precisamente sobre o que preconiza o art. 68, parÃ¡grafo Ãºnico, do CPB. Diz o referido diploma legal: Â¿No concurso de causas de aumento ou de diminuiÃ§Ã£o previstas na parte especial, pode o juiz limitar-se a um sÃ³ aumento ou a uma sÃ³ diminuiÃ§Ã£o, prevalecendo, todavia, a causa que mais aumente ou diminuaÂ¿ (grifo nosso). A interpretaÃ§Ã£o empregada Ã© no sentido de impor ao julgador que se limite a um sÃ³ aumento ou diminuiÃ§Ã£o, em respeito ao poder-dever previsto no sobredito dispositivo. Na situaÃ§Ã£o especÃ-fica dos autos, ainda que se esteja diante de majorantes previstas em parÃ¡grafos distintos do mesmo tipo penal, nota-se que ambas estÃ£o inseridas na parte especial, mantendo-se ao alcance daquele art. 68, parÃ¡grafo Ãºnico. Outrossim, tem-se ainda, plenamente vigente, a orientaÃ§Ã£o sumular nÂº. 443 do STJ: Â¿O aumento na terceira fase de aplicaÃ§Ã£o da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentaÃ§Ã£o concreta, nÃ£o sendo suficiente para a sua exasperaÃ§Ã£o a mera indicaÃ§Ã£o do nÃºmero de majorantesÂ¿. Por conseguinte, tratando-se o caso concreto de roubo circunstanciado pelo concurso de pessoas e pelo emprego de arma de fogo, embora nos moldes da recente alteraÃ§Ã£o legislativa, por nÃ£o haver motivaÃ§Ã£o suficiente para afastar a aplicabilidade do parÃ¡grafo Ãºnico do art. 68 do CPB, aumento a pena anteriormente dosada no maior patamar das majorantes especiais, isto Ã©, 2/3 (dois terÃ§os), que Ã© justamente o previsto no art. 157. Â§2Âº-A, inciso I, do CPB, encontrando assim a pena em 07 (sete) anos, 09 (nove) meses e 10 (dez) dias de reclusÃ£o, que tenho como concreta e definitiva, para o delito praticado contra a vÃ-tima Jerry Martins AraÃºjo. Â Â Â Â Â Â Â Â Cumulativamente, de forma proporcional a pena privativa de liberdade aplicada e a condiÃ§Ã£o financeira do rÃ©u, comino a pena de multa, a qual estabeleÃ§o em 205 (duzentos e cinco) dias-multa, correspondendo cada dia-multa a 1/30 (um trinta avos) do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca do fato, atualizada por ocasiÃ£o do pagamento, na forma do art. 49, Â§2Âº do C.P.B, para o delito praticado contra a vÃ-tima Jerry Martins AraÃºjo. Â Â Â Â Â Â Â Â 5.1.2. Do crime do art. 157, Â§ 3Âº, I, do CÃ³digo Penal brasileiro, praticado contra a vÃ-tima Valmir Martins de AraÃºjo Â Â Â Â Â

Â Â Â Â Culpabilidade normal Ã espÃ©cie; registra antecedentes criminais, conforme se afere da certidÃ£o acostada aos autos, entretanto sem trÃ¢nsito em julgado de sentenÃ§a penal condenatÃ³ria - JUNIOR possui uma condenaÃ§Ã£o por fato anterior sem informaÃ§Ã£o sobre o trÃ¢nsito em julgado nos autos de nÂº 0027904-96.2017.8.14.0401 (2Âª Vara Criminal) -, nÃ£o podendo assim ser usado em desfavor do rÃ©u, segundo entendimento sumular nÂº 444 do STJ: Â¿Ã vedada a utilizaÃ§Ã£o de inquÃ©ritos policiais e aÃ§Ãµes penais em curso para agravar a pena-baseÂ¿, bem como definido em sede de repercussÃ£o geral no STF (Recurso ExtraordinÃ¡rio nÂº. 591.054/SC); conduta social e personalidade sem possibilidade de avaliaÃ§Ã£o; sem informaÃ§Ãµes precisas sobre o motivo do delito; as circunstÃ¢ncias do crime sÃ£o gravÃ-ssimas, na medida em que restou evidenciado que o delito foi cometido na residÃªncia da famÃ-lia das vÃ-timas, durante um festejo de aniversÃ¡rio, de modo que havia uma quantidade significativa de pessoas no local, o que merece maior reprovaÃ§Ã£o, pois a casa de uma pessoa representa o lugar onde ela deveria se sentir segura e ter respeitada sua privacidade, possuindo, inclusive, proteÃ§Ã£o constitucional (art. 5Âº, XI, da CF), ainda que fique demonstrado que ela nÃ£o estava no local no momento do crime, bem como pelo fato de ter exposto um nÃºmero maior de pessoas a risco decorrente da aÃ§Ã£o delituosa; consequÃªncias normais ao tipo de crime; a vÃ-tima em nada influenciou na prÃ¡tica do delito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim sendo, diante do fato das circunstÃ¢ncias do crime serem gravÃ-ssimas no presente caso, e conforme julgados citados do STF e STJ, se justifica o aumento da pena base para o patamar de 09 (nove) anos de reclusÃ£o, que torno concreta e definitiva, em virtude da inexistÃªncia de atenuantes, agravantes, causas de diminuiÃ§Ã£o e aumento da pena, para o delito praticado contra a vÃ-tima Valmir Martins de AraÃºjo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumulativamente, de forma proporcional a pena privativa de liberdade aplicada e a condiÃ§Ã£o financeira do rÃ©u, comino a pena de multa, a qual estabeleÃ§o em 73 (setenta e trÃªs) dias-multa, correspondendo cada dia-multa a 1/30 (um trinta avos) do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca do fato, atualizada por ocasiÃ£o do pagamento, na forma do art. 49, Â§2Âº do C.P.B, para o delito praticado contra a vÃ-tima Jerry Martins AraÃºjo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 5.1.3. Do crime do art. 157, Â§ 3Âº, I, do CÃ³digo Penal brasileiro, praticado contra a vÃ-tima AntÃ´nio Carlos Martins AraÃºjo Â Â Â Â Â Â Â Â Culpabilidade do rÃ©u exacerbada, na medida em que foi ele que efetivamente disparou o tiro que lesionou AntÃ´nio na cabeÃ§a; registra antecedentes criminais, conforme se afere da certidÃ£o acostada aos autos, entretanto sem trÃ¢nsito em julgado de sentenÃ§a penal condenatÃ³ria - JUNIOR possui uma condenaÃ§Ã£o por fato anterior sem informaÃ§Ã£o sobre o trÃ¢nsito em julgado nos autos de nÂº 0027904-96.2017.8.14.0401 (2Âª Vara Criminal) -, nÃ£o podendo assim ser usado em desfavor do rÃ©u, segundo entendimento sumular nÂº 444 do STJ: Â¿Ã vedada a utilizaÃ§Ã£o de inquÃ©ritos policiais e aÃ§Ãµes penais em curso para agravar a pena-baseÂ¿, bem como definido em sede de repercussÃ£o geral no STF (Recurso ExtraordinÃ¡rio nÂº. 591.054/SC); conduta social e personalidade sem possibilidade de avaliaÃ§Ã£o; sem informaÃ§Ã£o precisa sobre o motivo do delito; as circunstÃ¢ncias do crime sÃ£o gravÃ-ssimas, na medida em que restou evidenciado que o delito foi cometido na residÃªncia da famÃ-lia das vÃ-timas, durante um festejo de aniversÃ¡rio, de modo que havia uma quantidade significativa de pessoas no local, o que merece maior reprovaÃ§Ã£o, pois a casa de uma pessoa representa o lugar onde ela deveria se sentir segura e ter respeitada sua privacidade, possuindo, inclusive, proteÃ§Ã£o constitucional (art. 5Âº, XI, da CF), ainda que fique demonstrado que ela nÃ£o estava no local no momento do crime, bem como pelo fato de ter exposto um nÃºmero maior de pessoas a risco decorrente da aÃ§Ã£o delituosa; consequÃªncias sÃ£o gravÃ-ssimas e extrapolam as elementares do delito, pois ficou evidenciado que AntÃ´nio sofreu quatro das cinco hipÃ³teses de lesÃµes gravÃ-ssimas - incapacidade permanente para o trabalho; enfermidade incurÃ¡vel; perda ou inutilizaÃ§Ã£o de sentido e funÃ§Ã£o e deformidade permanente -, alÃ©m de duas das quatro hipÃ³teses de lesÃ£o grave - incapacidade para ocupaÃ§Ãµes habituais por mais de 30 dias e perigo de vida; a vÃ-tima em nada influenciou na prÃ¡tica do delito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim sendo, diante do fato da culpabilidade se mostrar exacerbada e das circunstÃ¢ncias e consequÃªncias do crime serem gravÃ-ssimas no presente caso, e conforme julgados citados do STF e STJ, se justifica o aumento da pena base para o patamar de 13 (treze) anos de reclusÃ£o, que torno concreta e definitiva, em virtude da inexistÃªncia de atenuantes, agravantes, causas de diminuiÃ§Ã£o e aumento da pena, para o delito praticado contra a vÃ-tima AntÃ´nio Carlos Martins AraÃºjo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumulativamente, de forma proporcional a pena privativa de liberdade aplicada e a condiÃ§Ã£o financeira do rÃ©u, comino a pena de multa, a qual estabeleÃ§o em 200 (duzentos) dias-multa, correspondendo cada dia-multa a 1/30 (um trinta avos) do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca do fato, atualizada por ocasiÃ£o do pagamento, na forma do art. 49, Â§2Âº do C.P.B, para o delito praticado contra a vÃ-tima AntÃ´nio Carlos Martins AraÃºjo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 5.1.4. Do crime do art. 157, Â§ 3Âº, II, do CÃ³digo Penal brasileiro, praticado contra a vÃ-tima Jerry Maciel de AraÃºjo Â Â Â Â Â Â Â Â Â Culpabilidade normal Ã espÃ©cie; registra antecedentes criminais, conforme se afere da certidÃ£o acostada aos autos, entretanto sem trÃ¢nsito em julgado de

sentenÃ§a penal condenatÃ³ria - JUNIOR possui uma condenaÃ§Ã£o por fato anterior sem informaÃ§Ã£o sobre o trÃ¢nsito em julgado nos autos de nÂº 0027904-96.2017.8.14.0401 (2Âª Vara Criminal) -, nÃ£o podendo assim ser usado em desfavor do rÃ©u, segundo entendimento sumular nÂº 444 do STJ: Â¿Ã vedada a utilizaÃ§Ã£o de inquÃ©ritos policiais e aÃ§Ãµes penais em curso para agravar a pena-baseÂ¿, bem como definido em sede de repercussÃ£o geral no STF (Recurso ExtraordinÃ¡rio nÂº. 591.054/SC); conduta social e personalidade sem possibilidade de avaliaÃ§Ã£o; sem informaÃ§Ã£o precisa sobre o motivo do delito; as circunstÂ¢ncias do crime sÃ£o gravÃ-ssimas, na medida em que restou evidenciado que o delito foi cometido na residÃªncia da famÃ-lia das vÃ-timas, durante um festejo de aniversÃ¡rio, de modo que havia uma quantidade significativa de pessoas no local, o que merece maior reprovaÃ§Ã£o, pois a casa de uma pessoa representa o lugar onde ela deveria se sentir segura e ter respeitada sua privacidade, possuindo, inclusive, proteÃ§Ã£o constitucional (art. 5Âº, XI, da CF), ainda que fique demonstrado que ela nÃ£o estava no local no momento do crime, bem como pelo fato de ter exposto um nÃºmero maior de pessoas a risco decorrente da aÃ§Ã£o delituosa; consequÃªncias graves, na medida em que ficou evidenciado que a morte de Jerry Maciel provocou grave trauma em seus avÃ³s, que o criaram como filho, fazendo com que eles sobrevivam Ã base de medicaÃ§Ãµes; a vÃ-tima em nada influenciou na prÃ¡tica do delito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim sendo, diante do fato das circunstÂ¢ncias do crime serem gravÃ-ssimas e as consequÃªncias graves no presente caso, e conforme julgados citados do STF e STJ, se justifica o aumento da pena base para o patamar de 23 (vinte e trÃªs) anos de reclusÃ£o, que torno concreta e definitiva, em virtude da inexistÃªncia de atenuantes, agravantes, causas de diminuiÃ§Ã£o e aumento da pena, para o delito praticado contra a vÃ-tima Jerry Maciel de AraÃºjo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumulativamente, de forma proporcional a pena privativa de liberdade aplicada e a condiÃ§Ã£o financeira do rÃ©u, comino a pena de multa, a qual estabeleÃ§o em 115 (cento e quinze) dias-multa, correspondendo cada dia-multa a 1/30 (um trinta avos) do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca do fato, atualizada por ocasiÃ£o do pagamento, na forma do art. 49, Â§2Âº do C.P.B. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 5.1.5. Do concurso formal imperfeito (art. 70, caput, parte final, do CÃ³digo Penal brasileiro) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que houve desÃ-gnios autÃ´nomos na prÃ¡tica de cada um dos crimes, provenientes de uma Ãºnica aÃ§Ã£o delituosa, como jÃ¡ pontuado anteriormente, mister a aplicaÃ§Ã£o das regras do concurso formal imperfeito, que sÃ£o as relativas ao concurso material de crimes, isto Ã©, com a cumulaÃ§Ã£o de cada uma das penas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DispÃµe o art. 69 do CPB, que diz respeito ao concurso material de crimes: Art. 69 - Â¿Quando o agente, mediante mais de uma aÃ§Ã£o ou omissÃ£o, pratica dois ou mais crimes, idÃªnticos ou nÃ£o, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido. No caso de aplicaÃ§Ã£o cumulativa de penas de reclusÃ£o e de detenÃ§Ã£o, executa-se primeiro aquela.Â¿ Art. 70 - Â¿(...). As penas aplicam-se, entretanto, cumulativamente, se a aÃ§Ã£o ou omissÃ£o Ã© dolosa e os crimes concorrentes resultam de desÃ-gnios autÃ´nomos, consoante o disposto no artigo anterior.Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aplicando-se cumulativamente as penas, encontro o lapso temporal concreto e definitivo para os quatro crimes de 52 (cinquenta e dois) anos, 09 (nove) meses e 10 (dez) dias de reclusÃ£o e 593 (quinhentos e noventa e trÃªs) dias-multa, correspondendo cada dia-multa a 1/30 (um trinta avos) do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca do fato, atualizada por ocasiÃ£o do pagamento, na forma do art. 49, Â§2Âº do C.P.B. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Atendendo ao disposto no art. 33, Â§ 2Âº Â¿aÂ¿, do CPB, e ao entendimento do STJ2, no sentido de que em concurso de crime o regime deverÃ¡ ser definido apÃ³s a cumulaÃ§Ã£o das penas, o cumprimento inicial da pena privativa de liberdade deverÃ¡ ser no regime fechado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto Ã substituiÃ§Ã£o das penas privativas de liberdade impostas ao rÃ©u por penas restritivas de direito, nÃ£o serÃ¡ possÃ-vel tal substituiÃ§Ã£o, tendo em vista que a somatÃ³ria das penas privativas de liberdade excede o lapso temporal previsto no art. 44 do CPB, bem como em razÃ£o dos delitos terem sido cometidos com violÃªncia e grave ameaÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IncabÃ-vel tambÃ©m a suspensÃ£o da pena, por nÃ£o restarem presentes as exigÃªncias previstas no art. 77 do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 5.2. Do rÃ©u LUCAS NASCIMENTO FERREIRA Â Â Â Â Â Â Â Â Â 5.2.1. Do crime do art. 157, Â§ 2Âº, II, e Â§ 2Âº-A, I, c/c art. 14, II, ambos do CÃ³digo Penal brasileiro, praticado contra a vÃ-tima Jerry Martins AraÃºjo Â Â Â Â Â Â Â Â Â Culpabilidade do rÃ©u exacerbada, na medida em que cometeu o delito em face de conhecidos, vizinhos, o que impÃµe maior reprovaÃ§Ã£o do que se o tivesse cometido em face de desconhecidos. Ora, Ã© Ã³bvio que nÃ£o se deve esperar aÃ§Ãµes de ameaÃ§a e violÃªncia por parte de quem vive em nossa comunidade, onde deverÃ-amos nos sentir seguros; no tocante a antecedentes criminais, possui dois registros criminais no qual figura no polo passivo de aÃ§Ãµes penais ainda em curso, conforme se afere da certidÃ£o acostada aos autos, entretanto sem trÃ¢nsito em julgado de sentenÃ§a penal condenatÃ³ria, nÃ£o podendo assim ser usado em desfavor do rÃ©u, segundo entendimento sumular nÂº 444 do STJ: Â¿Ã vedada a utilizaÃ§Ã£o de inquÃ©ritos policiais e aÃ§Ãµes penais em curso para agravar a pena-baseÂ¿, bem como definido em sede de repercussÃ£o geral no STF (Recurso ExtraordinÃ¡rio nÂº.

591.054/SC); conduta social lhe desfavorece, na medida em que ficou comprovado que a comunidade do agente, os moradores das redondezas de sua residÃªncia, o teme, em razÃ£o de seu envolvimento em crimes graves; personalidade sem possibilidade de avaliaÃ§Ã£o; o motivo do delito lhe desfavorece. Ficou comprovado que a aÃ§Ã£o criminosa visava a subtraÃ§Ã£o da arma de fogo de Jerry Martins, sargento reformado da PolÃ-cia Militar, o que merece especial reprovaÃ§Ã£o, pois indica a intenÃ§Ã£o de utilizÃ¡-la para cometer outros crimes; as circunstÃ¢ncias do crime sÃ£o gravÃ-ssimas, na medida em que restou evidenciado que o delito foi cometido na residÃªncia da famÃ-lia das vÃ-timas, durante um festejo de aniversÃ¡rio, de modo que havia uma quantidade significativa de pessoas no local, o que merece maior reprovaÃ§Ã£o, pois a casa de uma pessoa representa o lugar onde ela deveria se sentir segura e ter respeitada sua privacidade, possuindo, inclusive, proteÃ§Ã£o constitucional (art. 5Âº, XI, da CF), ainda que fique demonstrado que ela nÃ£o estava no local no momento do crime, bem como pelo fato de ter exposto um nÃºmero maior de pessoas a risco decorrente da aÃ§Ã£o delituosa; consequÃªncias normais ao tipo de crime; a vÃ-tima em nada influenciou na prÃ¡tica do delito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim sendo, diante do fato de a culpabilidade se mostrar exacerbada, do motivo lhe desfavorecer e das circunstÃ¢ncias do crime serem gravÃ-ssimas no presente caso, e conforme julgados citados do STF e STJ, se justifica o aumento da pena base para o patamar de 07 (sete) anos de reclusÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem atenuantes e sem agravantes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por ter sido o crime cometido na modalidade tentada, encontra-se presente uma das causas de diminuiÃ§Ã£o de pena prevista no artigo 14, II, do CÃ³digo Penal, razÃ£o pela qual, em observÃ¢ncia ao regramento estatuÃ-do pelo parÃ¡grafo Ãºnico do citado artigo e a vista do iter criminis percorrido pelo agente, o qual evidencia que ele se aproximou da consumaÃ§Ã£o do delito, especialmente porque todos os atos de execuÃ§Ã£o necessÃ¡rios por parte do rÃ©u foram cumpridos, nÃ£o havendo a subtraÃ§Ã£o do armamento da vÃ-tima tÃ£o somente porque ela estava desarmada durante a aÃ§Ã£o delituosa, diminuo a pena anteriormente dosada no patamar de 1/3 (um terÃ§o), passando a dosÃ¡-la em 04 (quatro) anos e 08 (oito) meses de reclusÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Militando em desfavor do rÃ©u as majorantes insertas no art. 157, Â§2Âº, inciso II, e Â§2Âº-A, inciso I, da legislaÃ§Ã£o penal. Sabe-se que impera ainda divergÃªncia no tocante Ã forma de aplicaÃ§Ã£o quando de duplicidade de majorantes, entretanto, sigo o entendimento majoritÃ¡rio da doutrina, que obedece Ã melhor interpretaÃ§Ã£o da lei penal, mais precisamente sobre o que preconiza o art. 68, parÃ¡grafo Ãºnico, do CPB. Diz o referido diploma legal: Â¿No concurso de causas de aumento ou de diminuiÃ§Ã£o previstas na parte especial, pode o juiz limitar-se a um sÃ³ aumento ou a uma sÃ³ diminuiÃ§Ã£o, prevalecendo, todavia, a causa que mais aumente ou diminuaÂ¿ (grifo nosso). A interpretaÃ§Ã£o empregada Ã© no sentido de impor ao julgador que se limite a um sÃ³ aumento ou diminuiÃ§Ã£o, em respeito ao poder-dever previsto no sobredito dispositivo. Na situaÃ§Ã£o especÃ-fica dos autos, ainda que se esteja diante de majorantes previstas em parÃ¡grafos distintos do mesmo tipo penal, nota-se que ambas estÃ£o inseridas na parte especial, mantendo-se ao alcance daquele art. 68, parÃ¡grafo Ãºnico. Outrossim, tem-se ainda, plenamente vigente, a orientaÃ§Ã£o sumular nÂº. 443 do STJ: Â¿O aumento na terceira fase de aplicaÃ§Ã£o da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentaÃ§Ã£o concreta, nÃ£o sendo suficiente para a sua exasperaÃ§Ã£o a mera indicaÃ§Ã£o do nÃºmero de majorantesÂ¿. Por conseguinte, tratando-se o caso concreto de roubo circunstanciado pelo concurso de pessoas e pelo emprego de arma de fogo, embora nos moldes da recente alteraÃ§Ã£o legislativa, por nÃ£o haver motivaÃ§Ã£o suficiente para afastar a aplicabilidade do parÃ¡grafo Ãºnico do art. 68 do CPB, aumento a pena anteriormente dosada no maior patamar das majorantes especiais, isto Ã©, 2/3 (dois terÃ§os), que Ã© justamente o previsto no art. 157. Â§2Âº-A, inciso I, do CPB, encontrando assim a pena em 07 (sete) anos, 09 (nove) meses e 10 (dez) dias de reclusÃ£o, que tenho como concreta e definitiva, para o delito praticado contra a vÃ-tima Jerry Martins AraÃºjo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumulativamente, de forma proporcional a pena privativa de liberdade aplicada e a condiÃ§Ã£o financeira do rÃ©u, comino a pena de multa, a qual estabeleÃ§o em 205 (duzentos e cinco) dias-multa, correspondendo cada dia-multa a 1/30 (um trinta avos) do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca do fato, atualizada por ocasiÃ£o do pagamento, na forma do art. 49, Â§2Âº do C.P.B, para o delito praticado contra a vÃ-tima Jerry Martins AraÃºjo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 5.2.2. Do crime do art. 157, Â§ 3Âº, I, do CÃ³digo Penal brasileiro, praticado contra a vÃ-tima Valmir Martins de AraÃºjo Â Â Â Â Â Â Â Â Culpabilidade do rÃ©u exacerbada, na medida em que cometeu o delito em face de conhecidos, vizinhos, o que impÃµe maior reprovaÃ§Ã£o do que se o tivesse cometido em face de desconhecidos. Ora, Ã© Ã³bvio que nÃ£o se deve esperar aÃ§Ãµes de ameaÃ§a e violÃªncia por parte de quem vive em nossa comunidade, onde deverÃ-amos nos sentir seguros; no tocante a antecedentes criminais, possui dois registros criminais no qual figura no polo passivo de aÃ§Ãµes penais ainda em curso, conforme se afere da certidÃ£o acostada aos autos, entretanto sem trÃ¢nsito em julgado de sentenÃ§a penal condenatÃ³ria, nÃ£o podendo assim ser usado em desfavor do rÃ©u, segundo entendimento sumular nÂº 444 do STJ: Â¿Ã vedada a utilizaÃ§Ã£o de

inquÃ©ritos policiais e aÃ§Ãµes penais em curso para agravar a pena-baseÂ¿, bem como definido em sede de repercussÃ£o geral no STF (Recurso ExtraordinÃ¡rio nÂº. 591.054/SC); conduta social lhe desfavorece, na medida em que ficou comprovado que a comunidade do agente, os moradores das redondezas de sua residÃªncia, o teme, em razÃ£o de seu envolvimento em crimes graves; personalidade sem possibilidade de avaliaÃ§Ã£o; sem informaÃ§Ãµes precisas sobre o motivo do delito; as circunstÃ¢ncias do crime sÃ£o gravÃ-ssimas, na medida em que restou evidenciado que o delito foi cometido na residÃªncia da famÃ-lia das vÃ-timas, durante um festejo de aniversÃ¡rio, de modo que havia uma quantidade significativa de pessoas no local, o que merece maior reprovaÃ§Ã£o, pois a casa de uma pessoa representa o lugar onde ela deveria se sentir segura e ter respeitada sua privacidade, possuindo, inclusive, proteÃ§Ã£o constitucional (art. 5Âº, XI, da CF), ainda que fique demonstrado que ela nÃ£o estava no local no momento do crime, bem como pelo fato de ter exposto um nÃºmero maior de pessoas a risco decorrente da aÃ§Ã£o delituosa; consequÃªncias normais ao tipo de crime; a vÃ-tima em nada influenciou na prÃ¡tica do delito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim sendo, diante do fato da culpabilidade exacerbada e das circunstÃ¢ncias do crime serem gravÃ-ssimas no presente caso, e conforme julgados citados do STF e STJ, se justifica o aumento da pena base para o patamar de 10 (dez) anos de reclusÃ£o, que torno concreta e definitiva, em virtude da inexistÃªncia de atenuantes, agravantes, causas de diminuiÃ§Ã£o e aumento da pena, para o delito praticado contra a vÃ-tima Valmir Martins de AraÃºjo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumulativamente, de forma proporcional a pena privativa de liberdade aplicada e a condiÃ§Ã£o financeira do rÃ©u, comino a pena de multa, a qual estabeleÃ§o em 105 (cento e cinco) dias-multa, correspondendo cada dia-multa a 1/30 (um trinta avos) do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca do fato, atualizada por ocasiÃ£o do pagamento, na forma do art. 49, Â§2Âº do C.P.B, para o delito praticado contra a vÃ-tima Jerry Martins AraÃºjo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 5.2.3. Do crime do art. 157, Â§ 3Âº, I, do CÃ³digo Penal brasileiro, praticado contra a vÃ-tima AntÃ´nio Carlos Martins AraÃºjo Â Â Â Â Â Â Â Â Â Culpabilidade do rÃ©u exacerbada, na medida em que cometeu o delito em face de conhecidos, vizinhos, o que impÃµe maior reprovaÃ§Ã£o do que se o tivesse cometido em face de desconhecidos. Ora, Ã© Ã³bvio que nÃ£o se deve esperar aÃ§Ãµes de ameaÃ§a e violÃªncia por parte de quem vive em nossa comunidade, onde deverÃ-amos nos sentir seguros; no tocante a antecedentes criminais, possui dois registros criminais no qual figura no polo passivo de aÃ§Ãµes penais ainda em curso, conforme se afere da certidÃ£o acostada aos autos, entretanto sem trÃ¢nsito em julgado de sentenÃ§a penal condenatÃ³ria, nÃ£o podendo assim ser usado em desfavor do rÃ©u, segundo entendimento sumular nÂº 444 do STJ: Â¿Ã vedada a utilizaÃ§Ã£o de inquÃ©ritos policiais e aÃ§Ãµes penais em curso para agravar a pena-baseÂ¿, bem como definido em sede de repercussÃ£o geral no STF (Recurso ExtraordinÃ¡rio nÂº. 591.054/SC); conduta social lhe desfavorece, na medida em que ficou comprovado que a comunidade do agente, os moradores das redondezas de sua residÃªncia, o teme, em razÃ£o de seu envolvimento em crimes graves; personalidade sem possibilidade de avaliaÃ§Ã£o; sem informaÃ§Ã£o precisa sobre o motivo do delito; as circunstÃ¢ncias do crime sÃ£o gravÃ-ssimas, na medida em que restou evidenciado que o delito foi cometido na residÃªncia da famÃ-lia das vÃ-timas, durante um festejo de aniversÃ¡rio, de modo que havia uma quantidade significativa de pessoas no local, o que merece maior reprovaÃ§Ã£o, pois a casa de uma pessoa representa o lugar onde ela deveria se sentir segura e ter respeitada sua privacidade, possuindo, inclusive, proteÃ§Ã£o constitucional (art. 5Âº, XI, da CF), ainda que fique demonstrado que ela nÃ£o estava no local no momento do crime, bem como pelo fato de ter exposto um nÃºmero maior de pessoas a risco decorrente da aÃ§Ã£o delituosa; consequÃªncias sÃ£o gravÃ-ssimas e extrapolam as elementares do delito, pois ficou evidenciado que AntÃ´nio sofreu quatro das cinco hipÃ³teses de lesÃµes gravÃ-ssimas - incapacidade permanente para o trabalho; enfermidade incurÃ¡vel; perda ou inutilizaÃ§Ã£o de sentido e funÃ§Ã£o e deformidade permanente -, alÃ©m de duas das quatro hipÃ³teses de lesÃ£o grave - incapacidade para ocupaÃ§Ãµes habituais por mais de 30 dias e perigo de vida; a vÃ-tima em nada influenciou na prÃ¡tica do delito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim sendo, diante do fato da culpabilidade se mostrar exacerbada e das circunstÃ¢ncias e consequÃªncias do crime serem gravÃ-ssimas no presente caso, e conforme julgados citados do STF e STJ, se justifica o aumento da pena base para o patamar de 13 (treze) anos de reclusÃ£o, que torno concreta e definitiva, em virtude da inexistÃªncia de atenuantes, agravantes, causas de diminuiÃ§Ã£o e aumento da pena, para o delito praticado contra a vÃ-tima AntÃ´nio Carlos Martins AraÃºjo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumulativamente, de forma proporcional a pena privativa de liberdade aplicada e a condiÃ§Ã£o financeira do rÃ©u, comino a pena de multa, a qual estabeleÃ§o em 200 (duzentos) dias-multa, correspondendo cada dia-multa a 1/30 (um trinta avos) do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca do fato, atualizada por ocasiÃ£o do pagamento, na forma do art. 49, Â§2Âº do C.P.B, para o delito praticado contra a vÃ-tima AntÃ´nio Carlos Martins AraÃºjo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 5.2.4. Do crime do art. 157, Â§ 3Âº, II, do CÃ³digo Penal brasileiro, praticado contra a vÃ-tima Jerry Maciel de AraÃºjo Â Â Â Â Â Â Â Â Â Culpabilidade do rÃ©u exacerbada, na medida em que

cometeu o delito em face de conhecidos, vizinhos, o que impÃµe maior reprovaÃ§Ã£o do que se o tivesse cometido em face de desconhecidos. Ora, Ã© Ã³bvio que nÃ£o se deve esperar aÃ§Ãµes de ameaÃ§a e violÃªncia por parte de quem vive em nossa comunidade, onde deverÃ-amos nos sentir seguros; no tocante a antecedentes criminais, possui dois registros criminais no qual figura no polo passivo de aÃ§Ãµes penais ainda em curso, conforme se afere da certidÃ£o acostada aos autos, entretanto sem trÃ¢nsito em julgado de sentenÃ§a penal condenatÃ³ria, nÃ£o podendo assim ser usado em desfavor do rÃ©u, segundo entendimento sumular nÂº 444 do STJ: Â¿Ã vedada a utilizaÃ§Ã£o de inquÃ©ritos policiais e aÃ§Ãµes penais em curso para agravar a pena-baseÂ¿, bem como definido em sede de repercussÃ£o geral no STF (Recurso ExtraordinÃ¡rio nÂº. 591.054/SC); conduta social lhe desfavorece, na medida em que ficou comprovado que a comunidade do agente, os moradores das redondezas de sua residÃªncia, o teme, em razÃ£o de seu envolvimento em crimes graves; personalidade sem possibilidade de avaliaÃ§Ã£o; sem informaÃ§Ã£o precisa sobre o motivo do delito; as circunstÂ¢ncias do crime sÃ£o gravÃ-ssimas, na medida em que restou evidenciado que o delito foi cometido na residÃªncia da famÃ-lia das vÃ-timas, durante um festejo de aniversÃ¡rio, de modo que havia uma quantidade significativa de pessoas no local, o que merece maior reprovaÃ§Ã£o, pois a casa de uma pessoa representa o lugar onde ela deveria se sentir segura e ter respeitada sua privacidade, possuindo, inclusive, proteÃ§Ã£o constitucional (art. 5Âº, XI, da CF), ainda que fique demonstrado que ela nÃ£o estava no local no momento do crime, bem como pelo fato de ter exposto um nÃºmero maior de pessoas a risco decorrente da aÃ§Ã£o delituosa; consequÃªncias graves, na medida em que ficou evidenciado que a morte de Jerry Maciel provocou grave trauma em seus avÃ³s, que o criaram como filho, fazendo com que eles sobrevivam Ã base de medicaÃ§Ãµes; a vÃ-tima em nada influenciou na prÃ¡tica do delito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim sendo, diante do fato da culpabilidade se mostrar exacerbada e das circunstÂ¢ncias do crime serem gravÃ-ssimas e as consequÃªncias graves no presente caso, e conforme julgados citados do STF e STJ, se justifica o aumento da pena base para o patamar de 25 (vinte e cinco) anos de reclusÃ£o, que torno concreta e definitiva, em virtude da inexistÃªncia de atenuantes, agravantes, causas de diminuiÃ§Ã£o e aumento da pena, para o delito praticado contra a vÃ-tima Jerry Maciel de AraÃºjo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumulativamente, de forma proporcional a pena privativa de liberdade aplicada e a condiÃ§Ã£o financeira do rÃ©u, comino a pena de multa, a qual estabeleÃ§o em 185 (cento e oitenta e cinco) dias-multa, correspondendo cada dia-multa a 1/30 (um trinta avos) do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca do fato, atualizada por ocasiÃ£o do pagamento, na forma do art. 49, Â§2Âº do C.P.B. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 5.2.5. Do concurso formal imperfeito (art. 70, caput, parte final, do CÃ³digo Penal brasileiro) Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que houve desÃ-gnios autÃ´nomos na prÃ¡tica de cada um dos crimes, provenientes de uma Ãºnica aÃ§Ã£o delituosa, como jÃ¡ pontuado anteriormente, mister a aplicaÃ§Ã£o das regras do concurso formal imperfeito, que sÃ£o as relativas ao concurso material de crimes, isto Ã©, com a cumulaÃ§Ã£o de cada uma das penas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DispÃµe o art. 69 do CPB, que diz respeito ao concurso material de crimes: Art. 69 - Â¿Quando o agente, mediante mais de uma aÃ§Ã£o ou omissÃ£o, pratica dois ou mais crimes, idÃªnticos ou nÃ£o, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido. No caso de aplicaÃ§Ã£o cumulativa de penas de reclusÃ£o e de detenÃ§Ã£o, executa-se primeiro aquela.Â¿ Art. 70 - Â¿(...). As penas aplicam-se, entretanto, cumulativamente, se a aÃ§Ã£o ou omissÃ£o Ã© dolosa e os crimes concorrentes resultam de desÃ-gnios autÃ´nomos, consoante o disposto no artigo anterior.Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aplicando-se cumulativamente as penas, encontro o lapso temporal concreto e definitivo para os quatro crimes de 55 (cinquenta e cinco) anos, 09 (nove) meses e 10 (dez) dias de reclusÃ£o e 695 (quinhentos e noventa e trÃªs) dias-multa, correspondendo cada dia-multa a 1/30 (um trinta avos) do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca do fato, atualizada por ocasiÃ£o do pagamento, na forma do art. 49, Â§2Âº do C.P.B. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Atendendo ao disposto no art. 33, Â§ 2Âº Â¿aÂ¿, do CPB, e ao entendimento do STJ anteriormente exposto, no sentido de que em concurso de crime o regime deverÃ¡ ser definido apÃ³s a cumulaÃ§Ã£o das penas, o cumprimento inicial da pena privativa de liberdade deverÃ¡ ser no regime fechado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto Ã substituiÃ§Ã£o das penas privativas de liberdade impostas ao rÃ©u por penas restritivas de direito, nÃ£o serÃ¡ possÃ-vel tal substituiÃ§Ã£o, tendo em vista que a somatÃ³ria das penas privativas de liberdade excede o lapso temporal previsto no art. 44 do CPB, bem como em razÃ£o dos delitos terem sido cometidos com violÃªncia e grave ameaÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IncabÃ-vel tambÃ©m a suspensÃ£o da pena, por nÃ£o restarem presentes as exigÃªncias previstas no art. 77 do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 6 - DAS PRISÃES PREVENTIVAS Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o permito aos rÃ©us apelarem em liberdade, mantendo, portanto, as suas respectivas prisÃµes preventivas, tendo em vista subsistirem as razÃµes que deram ensejo Ã sua decretaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verifica-se que a prisÃ£o preventiva dos denunciados se faz necessÃ¡ria a fim de garantir a ordem pÃºblica especialmente em razÃ£o da gravidade concreta do crime e da acentuada periculosidade dos rÃ©us, que indicam que sua liberdade

afronta a seguranÃ§a social. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Restou comprovado que os acusados cometeram o crime contra um grupo de pessoas, dentro de uma residÃªncia, durante um festejo de aniversÃ¡rio, o que decerto demonstra maior audÃ¡cia e periculosidade, revelando grande imprudÃªncia a fim de para alcanÃ§ar seu objetivo a qualquer custo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlÃ©m disso, merece destaque o fato de que LUCAS era vizinho e frequentador das redondezas do local do crime, o que tambÃ©m demonstra maior audÃ¡cia e, consequentemente, considerÃ¡vel periculosidade. Por sua vez, ficou demonstrado que JUNIOR foi quem efetivamente deu o disparo que acertou a cabeÃ§a de AntÃ´nio, confirmando sua periculosidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlÃ©m disso, JUNIOR e LUCAS possuem outros registros criminais. LUCAS responde a duas aÃ§Ãµes penais ainda em curso e JUNIOR possui uma sentenÃ§a penal condenatÃ³ria nÃ£o transitada em julgado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, evidenciado estÃ¡ que a liberdade dos rÃ©us afronta a garantia da ordem pÃºblica, nos termos do art. 312 do CPP, razÃ£o pela qual MANTENHO a prisÃ£o preventiva de JUNIOR SILVA DO NASCIMENTO e LUCAS NASCIMENTO FERREIRA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 7 - DAS DISPOSIÃÃES GERAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§am-se, de imediato, ao JuÃ-zo da Vara das ExecuÃ§Ãµes Penais as guias de recolhimento e execuÃ§Ã£o provisÃ³ria das penas dos rÃ©us. Caso haja recurso, sobrevindo decisÃ£o absolutÃ³ria, comunique-se imediatamente o fato ao juÃ-zo competente da execuÃ§Ã£o, para o cancelamento da guia de recolhimento (art. 8Âº). Sobrevindo condenaÃ§Ã£o transitada em julgado, encaminhem-se a guia de execuÃ§Ã£o definitiva com as peÃ§as complementares ao JuÃ-zo da ExecuÃ§Ã£o Penal competente, para a adoÃ§Ã£o das providencias cabÃ-veis (aditamento / retificaÃ§Ã£o). Â Â Â Â Â Â Â Â Â A pena de multa imposta deverÃ¡ ser paga dentro de 10 (dez) dias depois de transitada em julgado a sentenÃ§a, sob pena de serem remetidas as certidÃµes necessÃ¡rias Ã inscriÃ§Ã£o e execuÃ§Ã£o da dÃ-vida pela Fazenda PÃºblica. A requerimento do condenado e conforme as circunstÂ¢ncias, poder-se-Ã¡ permitir que o pagamento se realize em parcelas mensais (art. 50 do CÃ³digo Penal). Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, lance-se os nomes dos rÃ©us no rol dos culpados (art. 393, III, CPP e 5Âº, LVII, CF). Procedam-se ainda as comunicaÃ§Ãµes e registros de estilo, tambÃ©m apÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, Ã JustiÃ§a Eleitoral. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se as vÃ-timas do teor da presente sentenÃ§a, nos moldes do art. 201, Â§ 2Âº, do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isento os rÃ©us das custas processuais, nos termos do art. 40, VI, da Lei Estadual nÂº. 8.328/2015, por nÃ£o aparentarem gozarem de boa saÃºde financeira. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 08 de novembro de 2021. Jorge Luiz Lisboa Sanches Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal da Capital, em substituiÃ§Ã£o ao Magistrado da 7Âª Vara Criminal, em face de SuspeiÃ§Ã£o 1 Â¿O processo de individualizaÃ§Ã£o da pena Ã© tarefa de carÃ¡ter subjetivo, devendo as diretrizes do artigo 59 do CP ser sopesadas em consonÂ¢ncia com as condiÃ§Ãµes pessoais do agente e as objetivas de cada fato delituoso. NÃ£o se aplica um critÃ©rio meramente matemÃ¡tico de comparaÃ§Ã£o entre penas cominadas a delitos distintos, com intervalos diversos entre a pena mÃ¡xima e a pena mÃ-nima, sob pena de violaÃ§Ã£o do princÃ-pio da individualizaÃ§Ã£o.Â¿ (STF. Embargo de DeclaraÃ§Ã£o nos vigÃ©simos quartos Embargo de DeclaraÃ§Ã£o julgados na AÃ§Ã£o Penal 470/MG, T.P., 28.08.2013, v.u., rel. Joaquim Barbosa). "A dosimetria da pena Ã© matÃ©ria sujeita a certa discricionariedade judicial. O CÃ³digo Penal nÃ£o estabelece rÃ-gidos esquemas matemÃ¡ticos ou regras absolutamente objetivas para a fixaÃ§Ã£o da pena. Cabe Ã s instÂ¢ncias ordinÃ¡rias, mais prÃ³ximas dos fatos e das provas, fixar as penas. Ãs Cortes Superiores, no exame da dosimetria das penas em grau recursal, compete o controle da legalidade e da constitucionalidade dos critÃ©rios empregados, bem como a correÃ§Ã£o de eventuais discrepÂ¢ncias, se gritantes ou arbitrÃ¡rias, nas fraÃ§Ãµes de aumento ou diminuiÃ§Ã£o adotadas pelas instÂ¢ncias anteriores" (STF. HC 114246/SP, Primeira Turma, Rel. Ministra ROSA WEBER, DJe-103 DIVULG 31/05/2013; PUBLIC 03/06/2013) Â¿O legislador nÃ£o delimitou parÂ¢metros para a fixaÃ§Ã£o da pena-base, de forma que a majoraÃ§Ã£o fica adstrita ao prudente arbÃ-trio do Magistrado, que deve observar o princÃ-pio do livre convencimento motivado, bem assim o mÃ¡ximo previsto no preceito secundÃ¡rio do tipo penal. A medida da pena nÃ£o resulta de critÃ©rios mecÂ¢nicos ou matemÃ¡ticos, mas, ao contrÃ¡rio, resulta de atividade discricionÃ¡ria para avaliar as particularidades do autor e do fato criminoso.Â¿ (STJ. HC: 205127SP 2011/0094271-0, Relator: Ministra Laurita Vaz, Data de Julgamento: 01/10/2013, T5 - QUINTA TURMA, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJe 10/10/2013) 2 PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. EXECUÃÂ¿O PENAL. UNIFICAÃÂ¿O DE PENAS. ART. 11 DA LEI N. 7.210/84. REGIME INTEGRALMENTE FECHADO. REGIME ABERTO. RECLUSÂ¿O E DETENÃÂ¿O. ORDEM DE CUMPRIMENTO. TRANSFERÃNCIA DIRETA PARA O REGIME ABERTO. IMPOSSIBILIDADE. 1. A existÃªncia de vÃ¡rias condenaÃ§Ãµes a penas privativas de liberdade determinam a soma ou a unificaÃ§Ã£o das penas para o fim do estabelecimento do regime inicial de cumprimento de pena. 2. (...).Â¿ (STJ. RECURSO Em Habeas Corpus NÂº 18.64 - Rj (205/0192926-4). Relatora : Ministra Maria Thereza De Asis Moura. Recorrente : David Hora Lobato (PRESO). Advogado : FlÃ¡vio Jorge Martins E Outros. Recorrido : Tribunal De JustiÃ§a Do Estado Do Rio De Janeiro)

PROCESSO: 00044453120188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:CARLOS ROBERTO STEFFEN Representante(s): OAB 5526 - MARIO AUGUSTO VIEIRA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 10409 - MARK IMBIRIBA DE CASTRO (ADVOGADO) VITIMA:O. M. A. . Visto, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 - Nos termos do art. 392, II, do CPP, considerando a ciÃªncia inequÃ-voco do teor da sentenÃ§a pelo advogado do acusado, desnecessÃ¡ria a intimaÃ§Ã£o pessoal do rÃ©u sobre o teor da sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2 - Remetam-se os autos ao EgrÃ©gio Tribunal de JustiÃ§a do Estado, com nossos cumprimentos, para processamento do apelo ministerial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 10 de novembro de 2021. Jorge Luiz Lisboa Sanches Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal, respondendo pela 7Âª Vara Criminal (Portaria nÂº. 3767/2021-GP, publicada no DJ nÂº. 7257 de 05/11/2021) PROCESSO: 00088819620198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Termo Circunstanciado em: 10/11/2021 AUTOR DO FATO:JACIELSON BAIA DE SOUZA VITIMA:L. S. B. O. . PROCESSO NÂº 0008881-96.2019.8.14.0401 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 - Trata-se do Termo Circunstanciado de OcorrÃªncia instaurado contra JACIELSON BAIA DE SOUZA. Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos tramitaram primeiramente perante Vara do Juizado Especial Criminal, JuÃ-zo do qual declinou de sua competÃªncia, sendo, entÃ£o, os autos redistribuÃ-dos para a esta unidade da 7Âª Vara Criminal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico requereu a extinÃ§Ã£o da punibilidade do autor do fato, em razÃ£o de sua morte. Explicou a representante do Parquet que, na ausÃªncia de certidÃ£o de Ã³bito nos autos, nÃ£o hÃ¡ dÃºvidas do falecimento do autor do fato, tendo em vista existir documento de registro de remoÃ§Ã£o do corpo juntado aos presentes (fls. 67). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi enfatizado, ainda, que a jurisprudÃªncia jÃ¡ admite, excepcionalmente, a mitigaÃ§Ã£o da exigÃªncia de juntada da certidÃ£o de Ã³bito quando hÃ¡ outros elementos de prova suficientes para comprovar o falecimento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Extingue-se a punibilidade pela morte do agente, em decorrÃªncia do princÃ-pio mors omnia solvit e pelo princÃ-pio constitucional de que nenhuma pena passarÃ¡ da pessoa do delinquente, conforme disposto no art. 5Âº, XLV, 1Âª parte da CF/88. A prova da existÃªncia da causa de extinÃ§Ã£o da punibilidade Ã© a certidÃ£o do assento de Ã³bito conforme dispÃµe o art. 62 do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â TRF da 2Âº RegiÃ£o: Â¿Conforme o disposto nos Arts. 107, I, do CP e 62 do CPP, tendo sido comprovada a morte do agente atravÃ©s da apresentaÃ§Ã£o da certidÃ£o de Ã³bito e depois de ouvido o MinistÃ©rio PÃºblico, o juiz deverÃ¡ decretar a extinÃ§Ã£o da punibilidadeÂ¿ (RT 795/700). Â Â Â Â Â Â Â Â Â In casu, verificou-se que restaram frustradas as tentativas de obtenÃ§Ã£o da certidÃ£o de Ã³bito do autor do fato, havendo, contudo, nos autos prova de seu falecimento, tendo em vista o documento de registro de remoÃ§Ã£o do corpo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, verifica-se que ocorreu uma das causas de extinÃ§Ã£o da punibilidade, qual seja, a morte do agente, conforme preceitua o art. 107, inciso I do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, declaro extinta a punibilidade de JACIELSON BAIA DE SOUZA, nos termos do art. 107, I, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adotem-se, as providÃªncias cabÃ-veis no tocante as baixas na distribuiÃ§Ã£o, autuaÃ§Ã£o e registro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 10 de novembro de 2021. Jorge Luiz Lisboa SanchesÂ Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal, respondendo pela 7Âª Vara CriminalÂ (Portaria nÂº. 3767/2021-GP, publicada no DJ nÂº. 7257 de 05/11/2021) PROCESSO: 00107183620128140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 AUTORIDADE POLICIAL:ANTONIO CARMO PEREIRA DA COSTA - DPC DENUNCIADO:FABRICIO OLIVEIRA DE SOUZA VITIMA:G. S. S. . Visto, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 - Compulsando os autos nÃ£o verifico incidÃªncia de prazo prescricional, motivo pelo qual deve ficar os autos acauteladas aguardando-se o cumprimento do mandado de prisÃ£o (fl. 199), ou o advento do prazo prescricional da pretensÃ£o executÃ³ria, que ocorrerÃ¡, nos termos da condenaÃ§Ã£o definitiva, por ora, somente em 26/10/2029. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2 - Noutro sentido, considerando a revogaÃ§Ã£o do inciso I do Â§ 2Âº do art. 157 do CÃ³digo Penal brasileiro pela lei nÂº. 13.654/2018, a qual afastou do ordenamento jurÃ-dico pÃ¡trio por certo perÃ-odo de tempo a tipicidade da majorante do roubo cometido com emprego de arma branca, como no caso dos autos, manifeste-se sucessivamente, em prazos de 10 (dez) dias, MinistÃ©rio PÃºblico e Defensoria PÃºblica sobre o que entenderem cabÃ-vel acerca do tema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 10 de novembro de 2021. Jorge Luiz Lisboa Sanches Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal, respondendo pela 7Âª Vara Criminal (Portaria nÂº. 3767/2021-GP, publicada no DJ nÂº. 7257 de 05/11/2021) PROCESSO: 00171047220188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 VITIMA:O. E.

DENUNCIADO:CATIANE DO ROSARIO COELHO DA SILVA Representante(s): OAB 18898 - NELSON MAURICIO DE ARAUJO JASSE (ADVOGADO) OAB 22912 - BRUNA GUERREIRO DE PAIVA (ADVOGADO) . Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ FÃ³rum Criminal da Comarca de BelÃ©m Processo nÂº 0017104-72.2018.8.14.0401 TERMO DE AUDIÊNCIA Data: 10/11/2021, Ã s 11:00 horas AudiÃªncia de InstruÃ§Ã£o e Julgamento PRESENÃAS: Juiz de Direito: Jorge Luiz Lisboa Sanches (presencial) MinistÃ©rio PÃºblico: Sandra Fernandes de Oliveira GonÃ§alves (videoconferÃªncia) Advogado: Nelson Mauricio de AraÃºjo Jasse, OAB/PA: 18898 DENUNCIADO(S): Catiane do RosÃ¡rio Coelho da Silva (videoconferÃªncia) Testemunha(s) arrolada(s) pelo MinistÃ©rio PÃºblico: Marcelo da Silva Leal (PM) AUSÊNCIA(S): Testemunha(s) arrolada(s) pelo MinistÃ©rio PÃºblico: Andrea Cristine Correa Ribeiro Testemunha(s) arrolada(s) pela Defesa: Andrea Cristine Correa Ribeiro AnÃ-sio Costa Neto Aberta a audiÃªncia realizada por meio tele presencial em formato de videoconferÃªncia e posteriormente gravada em meio audiovisual (Art. 405, Â§1Âº, do CÃ³digo de Processo Penal), constando do suporte de mÃ-dia digital. Passou-se a ouvir a testemunha arrolada pelo MinistÃ©rio PÃºblico, o Policial Militar Marcelo da Silva Leal. O MP se manifesta pela insistÃªncia da testemunha ausente, a JuÃ-za de Direito Andrea Cristine Correa Ribeiro. A Defesa se manifestou pela insistÃªncia das testemunhas ausentes, a JuÃ-za de Direito Andrea Cristine Correa Ribeiro e AnÃ-sio Costa Neto, requerendo a conduÃ§Ã£o coercitiva desta Ãºltima. DELIBERAÃÃO EM JUÃZO: I - Defiro o requerido pelas partes e remarco a presente a audiÃªncia para o dia 03 de dezembro, Ã s 11horas. II - ExpeÃ§a-se mandado de conduÃ§Ã£o coercitiva para a testemunha ausente, AnÃ-sio Costa Neto em endereÃ§o que consta nos autos. III - Oficie-se a testemunha, JuÃ-za de Direito Andrea Cristine Correa Ribeiro, a fim de que informe se poderÃ¡ participar do ato na referida data, caso contrÃ¡rio que indique dia e hora para sua oitiva, a qual deverÃ¡ ocorrer preferencialmente em prazo nÃ£o superior a 45 dias, ante o fato de tratar-se a presente aÃ§Ã£o penal de processo qualificado como meta 4 do CNJ, devendo se dar prioridade em sua tramitaÃ§Ã£o. IV - Fica a denunciada ciente mediante videoconferÃªncia da data de audiÃªncia. V - Cientes os presentes. VI - Cumpra-se. E como nada mais houvesse, encerrou o MM. Juiz a audiÃªncia. Eu, Leandro Ytalo, estagiÃ¡rio da 7Âª Vara Criminal, o digitei. Jorge Luiz Lisboa SanchesÂ Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal, respondendo pela 7Âª Vara CriminalÂ (Portaria nÂº. 3767/2021-GP, publicada no DJ nÂº. 7257 de 05/11/2021)Â Â ADVOGADO: _____ Nelson Mauricio de AraÃºjo Jasse, OAB/PA: 18898 PROCESSO: 00183341820198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:MANOEL DA LUZ ALMEIDA Representante(s): OAB 7613 - TANIA LAURA DA SILVA MACIEL (ADVOGADO) . Visto, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 - Considerando a CertidÃ£o de fl. 142, cumpram-se as determinaÃ§Ãµes decorrentes do trÂ¢nsito em julgado da sentenÃ§a penal condenatÃ³ria de fls. 80/92, mantida pelo AcÃ³rdÃ£o nÂº. 218.285 (fls. 132/136). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2 - Nos termos do art. 112, I, c/c art. 117, IV, ambos do CPB, bem como da tese definida pelo STF no HC nÂº. 176473/RR, fixo como limite para inÃ-cio do cumprimento da pena a data de 08/06/2025. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Superada esta data sem inÃ-cio do cumprimento da pena, voltem os atos conclusos para anÃ¡lise da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3 - Cumprido o item 1, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 10 de novembro de 2021. Jorge Luiz Lisboa Sanches Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal, respondendo pela 7Âª Vara Criminal (Portaria nÂº. 3767/2021-GP, publicada no DJ nÂº. 7257 de 05/11/2021) PROCESSO: 00193365720188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:RAIMUNDA CRISTINA EVANGELISTA SILVA Representante(s): OAB 18859 - JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA (ADVOGADO) OAB 19600 - ARTHUR KALLIN OLIVEIRA MAIA (ADVOGADO) OAB 20170 - LAIS BIBAS QUINTANILHA BIBAS (ADVOGADO) OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 21391 - ANDREZA PEREIRA DE LIMA ALONSO (ADVOGADO) OAB 20874 - KAREN CRISTINY MENDES DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 26955 - RAYSSA GABRIELLE BAGLIOLI DAMMSKI (ADVOGADO) OAB 27634 - JULIE REGINA TEIXEIRA MARTINS (ADVOGADO) OAB 13372 - ALINE DE FATIMA MARTINS DA COSTA BULHOES LEITE (ADVOGADO) DENUNCIADO:ELIZANGELA MOURA DE OLIVEIRA NASCIMENTO Representante(s): OAB 6953 - JOAO VICENTE PINHEIRO C. DE AZEVEDO (ADVOGADO) OAB 13267 - JOSE LUIZ DE ARAUJO FERNANDES (ADVOGADO) . Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ FÃ³rum Criminal da Comarca de BelÃ©m Processo nÂº 0019336-57.2018.8.14.0401 TERMO DE AUDIÊNCIA Data: 10/11/2021, Ã s 10:00 horas AudiÃªncia de InstruÃ§Ã£o e Julgamento PRESENÃAS: Juiz de Direito: Jorge Luiz Lisboa Sanches (presencial) MinistÃ©rio PÃºblico: Sandra Fernandes de Oliveira GonÃ§alves (videoconferÃªncia) Advogado: JoÃ£o Vicente Pinheiro Calandrini de Azevedo, em patrocÃ-nio de Elisangela. Advogado Arhtur Kallin Oliveira Maia, em patrocÃ-nio

de Raimunda. DENUNCIADO(S): Elisangela Moura de Oliveira Raimunda Cristina Evangelista (videoconferÃªncia) Testemunha(s) arrolada(s) pela Defesa Elisangela Moura de Oliveira: Evelyne Cristina Modesto da Silva AUSÃNCIA(S): Testemunha(s) arrolada(s) pela Defesa Elisangela Moura de Oliveira: Leila PatrÃ-cia Betcel Lobato Pinheiro Aberta a audiÃªncia realizada por meio tele presencial em formato de videoconferÃªncia e posteriormente gravada em meio audiovisual (Art. 405, Â§1Âº, do CÃ³digo de Processo Penal), constando do suporte de mÃ-dia digital juntada. Foi ouvida a testemunha de defesa de Elisangela Moura, a PM Evelyne Cristina Modesto da Silva. A Defesa de Elisangela Moura se manifestou pela insistÃªncia da testemunha ausente, Leila Patricia Betcel Lobato Pinheiro. Foi realizado e qualificado o interrogatÃ³rio do rÃ©u. As partes nada tÃªm a requerer na fase do Art. 402. Quanto ao Art. 403, as partes requerem apresentaÃ§Ã£o das alegaÃ§Ãµes finais em forma de MEMORIAIS ESCRITOS. DELIBERAÃÃO EM JUÃZO: I - Remarco a audiÃªncia para o dia 30 de novembro, Ã s 10 horas. II - Intime-se a testemunha ausente, Leila PatrÃ-cia Betcel Lobato Pinheiro, por meio de telefone fornecido nos autos. III - DÃª-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para apresentaÃ§Ã£o das alegaÃ§Ãµes finais. IV - Cientes os presentes. V - Cumpra-se. E como nada mais houvesse, encerrou o MM. Juiz a audiÃªncia. Eu, Leandro Ytalo, estagiÃ¡rio da 7Âª Vara Criminal, o digitei. Jorge Luiz Lisboa SanchesÂ Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal, respondendo pela 7Âª Vara CriminalÂ (Portaria nÂº. 3767/2021-GP, publicada no DJ nÂº. 7257 de 05/11/2021)Â Â ADVOGADO: _____ JoÃ£o Vicente Pinheiro Calandrini de Azevedo, em patrocÃ-nio de Elisangela. ADVOGADO: _____ Arhtur Kallin Oliveira Maia, em patrocÃ-nio de Raimunda. DENUNCIADA: _____ Elisangela Moura de Oliveira PROCESSO: 00193622620168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:PATRICK SIQUEIRA DA COSTA Representante(s): OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) VITIMA:M. J. M. T. A. C. . Visto, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A fim de melhor sanear os autos e considerando que toda a tramitaÃ§Ã£o a partir da pÃ¡gina 88 diz respeito ao incidente de sanidade mental nÂº. 0023123-31.2017.8.14.0401, desentranhe-se deste processo principal Ã s fls. 88-117 e junte-se no referido incidente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, mantenha-se acautelado em secretaria o processo principal e voltem somente o processo incidental concluso para deliberaÃ§Ã£o cabÃ-vel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 10 de novembro de 2021. Jorge Luiz Lisboa Sanches Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal, respondendo pela 7Âª Vara Criminal (Portaria nÂº. 3767/2021-GP, publicada no DJ nÂº. 7257 de 05/11/2021) PROCESSO: 00264147820138140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 VITIMA:J. B. S. AUTORIDADE POLICIAL:DPC MARIA VIRGINIA GRIMWOOD PINTO DENUNCIADO:JEFERSON GUERREIRO CORREA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) DENUNCIADO:ROBSON MESQUITA DE JESUS Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . Visto, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 - Considerando a CertidÃ£o de fl. 129, cumpram-se as determinaÃ§Ãµes decorrentes do trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a penal condenatÃ³ria de fls. 49/53, com as alteraÃ§Ãµes aplicadas pelo AcÃ³rdÃ£o nÂº. 218.039 (fls. 109/121). Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2 - Nos termos do art. 112, I, c/c art. 117, IV, ambos do CPB, bem como da tese definida pelo STF no HC nÂº. 176473/RR, fixo como limite para inÃ-cio do cumprimento da pena a data de 27/092033. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Superada esta data sem inÃ-cio do cumprimento da pena, voltem os atos conclusos para anÃ¡lise da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3 - Cumprido o item 1, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 10 de novembro de 2021. Jorge Luiz Lisboa Sanches Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal, respondendo pela 7Âª Vara Criminal (Portaria nÂº. 3767/2021-GP, publicada no DJ nÂº. 7257 de 05/11/2021) PROCESSO: 00455448320158140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:JADERSON CARVALHO DE ABREU Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (ADVOGADO) OAB 5522 - MARIA AMELIA DELGADO VIANA (ADVOGADO) DENUNCIADO:EDER BATISTA RODRIGUES Representante(s): OAB 8879 - CLAUDIA PATRICIA PARDAUIL DUER (ADVOGADO) OAB 7158 - AMIRALDO NUNES PARDAUIL (ADVOGADO) OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) VITIMA:B. K. M. S. VITIMA:M. O. C. VITIMA:R. O. S. . Visto, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 - Considerando o teor da certidÃ£o de fl. 159, cumpra-se o deliberado Ã fl. 154 pela Exma. Desa. Rosi Maria Gomes de Farias, relatora do recurso de apelaÃ§Ã£o, e dÃª-se vistas Ã Defensoria PÃºblica para apresentar razÃµes recursais da apelaÃ§Ã£o interposta em favor do rÃ©u JADERSON CARVALHO DE ABREU. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2 - ApÃ³s, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para apresentar contrarrazÃµes recursais aos recursos

dos acusados EDER BATISTA RODRIGUES e JADERSON CARVALHO DE ABREU. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3 - Por fim, devolvam-se os autos ao EgrÃ©gio Tribunal de JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 10 de novembro de 2021. Jorge Luiz Lisboa Sanches Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal, respondendo pela 7Âª Vara Criminal (Portaria nÂº. 3767/2021-GP, publicada no DJ nÂº. 7257 de 05/11/2021) PROCESSO: 00013419420198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 VITIMA:O. E. INDICIADO:JHONATAS MIRANDA CARDOSO Representante(s): OAB 23237 - FABRICIO QUARESMA DE SOUSA (ADVOGADO) DENUNCIADO:JOSIEL CASTRO MIRANDA Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . Visto, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 - Considerando que o rÃ©u JOSIEL CASTRO MIRANDA, devidamente citado/notificado por edital, conforme certidÃ£o acostada aos autos, nÃ£o compareceu em juÃ-zo, nem tampouco constituiu advogado, determino a suspensÃ£o do processo e do curso do prazo prescricional, com supedÃ¢neo no art. 366 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2 - Devem os autos voltarem conclusos, se permanecida a suspensÃ£o, em 17/01/2059, em decorrÃªncia de possÃ-vel advento da prescriÃ§Ã£o, nos moldes da SÃºmula nÂº. 415 do STJ: Â¿O perÃ-odo de suspensÃ£o do prazo prescricional Ã© regulado pelo mÃ¡ximo da pena cominadaÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3 - Junte-se aos autos antecedentes criminais e dÃª-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para as providÃªncias que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 11 de novembro de 2021. Jorge Luiz Lisboa SanchesÂ Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal, respondendo pela 7Âª Vara CriminalÂ (Portaria nÂº. 3767/2021-GP, publicada no DJ nÂº. 7257 de 05/11/2021) PROCESSO: 00013706520098140401 PROCESSO ANTIGO: 200920046461 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 REU:JOSIEL VIDAL DO REIS Representante(s): DEFENSOR PUBLICO (ADVOGADO) VITIMA:L. A. R. S. . SENTENÃA/CONTRAMANDADO DE PRISÃO DENUNCIADO: JOSIEL VIDAL DOS REIS FILIAÃÃO: OLIMPIO SOTEIRO DOS REIS E MARIA VIDAL DOS REIS NASCIMENTO: 26/01/1979 RG: 4575499 PC/PA PROCESSO NÂº 0001370-65.2009.8.14.0401 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Visto, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u JOSIEL VIDAL DOS REIS foi condenado Ã pena privativa de liberdade de 08 (oito) anos de reclusÃ£o, tendo a decisÃ£o transitado livremente em julgado para o MinistÃ©rio PÃºblico em 09/11/2009 (fls. 111 e 122) e para a Defesa em 16/10/2012 (vide fls. 117 e 122). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Embora tenha sido decretada a prisÃ£o preventiva do condenado por oportunidade da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a condenatÃ³ria, nÃ£o hÃ¡ informaÃ§Ã£o de cumprimento do mandado de prisÃ£o respectivo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â o relatÃ³rio. Passo a decidir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA PRESCRIÃÃO EXECUTÃRIA DA PENA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÂ¢nsito em julgado da sentenÃ§a, de acordo com o art. 110 do CP, a prescriÃ§Ã£o passou a reger-se pela pena efetivamente aplicada, com incidÃªncia dos prazos fixados no art. 109 do CP, cabendo ao juiz verificar, antes de dar cumprimento Ã condenaÃ§Ã£o, se nÃ£o ocorreu, em uma fase anterior do processo, a prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Celso Delmanto entende que, havendo trÂ¢nsito em julgado para a acusaÃ§Ã£o e nÃ£o podendo, portanto, a pena ser aumentada, o prÃ³prio juiz de primeira instÂ¢ncia deve decretÃ¡-la, jÃ¡ que se trata de matÃ©ria de ordem pÃºblica, declarÃ¡vel de ofÃ-cio em qualquer fase do processo (art. 61, do CPP); nÃ£o se diga que o juiz de primeiro grau nÃ£o seria mais o juiz do feito, posto que pode ele, por exemplo, deixar de receber recursos intempestivos; nem que estaria inovando o processo, pois, ao decretar a prescriÃ§Ã£o, nÃ£o estÃ¡ modificando a sentenÃ§a condenatÃ³ria; assim, nÃ£o hÃ¡ motivos, atÃ© por economia processual, para exigir a intervenÃ§Ã£o da segunda instÂ¢ncia ou o inÃ-cio da execuÃ§Ã£o penal (Celso Delmanto, CÃ³digo Penal comentado, 5. ed. atual. e ampl., Rio de Janeiro: Renovar, 2000, p. 212). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Luiz FlÃ¡vio Gomes, em seu largo descortÃ-nio jurÃ-dico, arremata: Â¿constatada a prescriÃ§Ã£o retroativa, deve o juiz de 1Âº grau (do processo ou da execuÃ§Ã£o) declarÃ¡-la, atÃ© mesmo de ofÃ-cio; isso constitui imperativo legal (art. 61, CPP), Ã© medida de economia processual e se afasta do apego exagerado ao formalismo, que hoje nÃ£o se compatibiliza com a necessidade de se imprimir agilidade no funcionamento da JustiÃ§aÂ¿ (Luiz FlÃ¡vio Gomes, PrescriÃ§Ã£o retroativa: pode ser reconhecida em primeiro grau?, RT, SÃ£o Paulo, n. 637, p. 371-2, nov. 1988). Mesmo entendimento podemos aplicar a pretensÃ£o executÃ³ria do Estado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o se vislumbra nenhum inconveniente em se postular ao juiz do processo a decretaÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade pela prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria, apÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, para a acusaÃ§Ã£o, bem como o juiz concedÃª-la, como lhe permite o art. 61 do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A liÃ§Ã£o de Alberto Silva Franco Ã© incisiva: Â¿guarda inteira pertinÃªncia a conclusÃ£o de que a prescriÃ§Ã£o retroativa pode (eu diria deve) ser reconhecida em 1Âª instÂ¢ncia; ao declarar rescindida a sentenÃ§a condenatÃ³ria, nÃ£o estÃ¡ o juiz de 1Âº grau nem reformulando seu prÃ³prio ato, exaurida sua jurisdiÃ§Ã£o, nem cuidando de matÃ©ria que nÃ£o lhe estÃ¡ afeta; em verdade, ao reconhecer a incidÃªncia da prescriÃ§Ã£o retroativa, o juiz do processo ou o juiz da

execuÃ§Ã£o atende apenas a um imperativo legal, pois Ã© a lei e nÃ£o ele quem atribui Ã declaraÃ§Ã£o o efeito de invalidar a sentenÃ§a condenatÃ³ria, obstando-lhe a formaÃ§Ã£o da coisa julgada e a constituiÃ§Ã£o do tÃ-tulo penal executÃ³rioÂ¿ (Alberto Silva Franco et al., CÃ³digo Penal e sua interpretaÃ§Ã£o jurisprudencial, 2. ed. SÃ£o Paulo: Revista dos Tribunais, 1987, p. 366). Novamente, o entendimento referente a prescriÃ§Ã£o retroativa serve, de forma anÃ¡loga, para a anÃ¡lise da prescriÃ§Ã£o em relaÃ§Ã£o a execuÃ§Ã£o da pena. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vejamos jurisprudÃªncia: Â¿PRESCRIÃÃO RETROATIVA DA PRETENSÃO PUNITIVA - Reconhecimento de ofÃ-cio pelo Juiz da sentenÃ§a, apÃ³s fluÃªncia do prazo recursal das partes - Admissibilidade. A prescriÃ§Ã£o retroativa atinge a pretensÃ£o punitiva e pode ser reconhecida pelo Juiz da sentenÃ§a, pois incide no exato momento do trÃ¢nsito desta em julgado para a acusaÃ§Ã£o, obstando a formaÃ§Ã£o do tÃ-tulo penal executÃ³rio. Estando consumada, a todo momento e atÃ© de ofÃ-cio pode ser declarada por Juiz de qualquer grau de jurisdiÃ§Ã£oÂ¿ (TACrimSP, Rel. Gonzaga Franceschini, RJDTACRIM, v. 2, p. 43, abr./jun. 1989). Â¿PRESCRIÃÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA - ExtinÃ§Ã£o da punibilidade decretada pelo JuÃ-zo de 1Âº Grau - Processo que se encontrava na fase recursal - Validade - DecisÃ£o mantida. Em qualquer fase do processo, o Juiz, se reconhecer extinta a punibilidade, deverÃ¡ declarÃ¡-la de ofÃ-cioÂ¿ (TACrimSP, Rel. Silva Rico, RJDTACRIM, v. 8, p. 242, out./dez. 1990). Â Â Â Â Â Â Â Â Â PrescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria ocorre apÃ³s o trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a penal condenatÃ³ria para ambas as partes, ou seja, depois da formaÃ§Ã£o do manto da coisa julgada sobre o pronunciamento judicial. Em outras palavras, tal prescriÃ§Ã£o ocorre quando o Estado-AdministraÃ§Ã£o, jÃ¡ detentor do direito concreto de punir, nÃ£o exerce, no lapso temporal adequado, o seu consequente direito de impor a pena aplicada pelo Estado-Juiz ao condenado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta maneira, afirma-se que, ocorrido o trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a, o direito de punir, concreto que era, transmuta-se em jus executionis: Â¿o Estado adquire o poder-dever de impor concretamente a sanÃ§Ã£o imposta ao autor da infraÃ§Ã£o penal pelo Poder JudiciÃ¡rio. Pelo decurso do tempo o Estado perde esse poder-dever, i. e., perde o direito de exercer a pretensÃ£o executÃ³ria. DaÃ- falar-se em prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria, impropriamente chamada de Â¿prescriÃ§Ã£o da penaÂ¿ e Â¿prescriÃ§Ã£o da condenaÃ§Ã£oÂ¿. (JESUS, DamÃ¡sio Evangelista de. PrescriÃ§Ã£o Penal. 16. ed. rev. e ampl. SÃ£o Paulo: Saraiva, 2003, p. 88). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tal modalidade de prescriÃ§Ã£o vem disciplinada no art. 110 do CÃ³digo Repressivo, que dispÃµe expressamente que Â¿a prescriÃ§Ã£o depois de transitar em julgado a sentenÃ§a condenatÃ³ria regula-se pela pena aplicada e verifica-se nos prazos fixados no artigo anterior [art. 109], os quais se aumentam de um terÃ§o, se o condenado Ã© reincidente.Â¿ Destarte, nÃ£o hÃ¡ falar de prescriÃ§Ã£o executÃ³ria enquanto nÃ£o haja trÃ¢nsito em julgado para ambas as partes, frisa-se, defesa e acusaÃ§Ã£o, uma vez que, havendo coisa julgada para sÃ³ uma das partes, ainda se estÃ¡ diante da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assinaladas tais consideraÃ§Ãµes, cumpre analisar o marco inicial da prescriÃ§Ã£o executÃ³ria, que vem disposto no art. 112 do CÃ³digo Penal, conforme se expÃµe: Art. 112 - No caso do art. 110 deste CÃ³digo, a prescriÃ§Ã£o começa a correr: I - do dia em que transita em julgado a sentenÃ§a condenatÃ³ria, para a acusaÃ§Ã£o, ou a que revoga a suspensÃ£o condicional da pena ou o livramento condicional; II - do dia em que se interrompe a execuÃ§Ã£o, salvo quando o tempo da interrupÃ§Ã£o deva computar-se na pena. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo a fazer a anÃ¡lise do fato concreto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO CASO CONCRETO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que a pena efetivamente aplicada nestes autos Ã© de 08 (oito) anos de reclusÃ£o, o prazo prescricional enquadra-se no art. 109, inciso III, do CP, que estabelece o lapso temporal de 12 (doze) anos para ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A prescriÃ§Ã£o executÃ³ria, iniciada com o trÃ¢nsito em julgado para o MinistÃ©rio PÃºblico da sentenÃ§a condenatÃ³ria em 09/11/2009, consumou-se ao primeiro instante para o rÃ©u 09/11/2021, sem que houvesse o inÃ-cio do cumprimento da pena, ocorrendo assim a hipÃ³tese da chamada prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria do Estado, nos termos emoldurados no art. 110, caput, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, tendo ocorrido no caso vertente a PRESCRIÃÃO da pretensÃ£o executÃ³ria do Estado, nos moldes do art. 107, inciso IV c/c art. 110, caput, ambos do CP e na forma do art. 61 do CPP, declaro extinta a punibilidade do rÃ©u JOSIEL VIDAL DOS REIS e, em consequÃªncia, extingo a presente aÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ServirÃ¡ a presente sentenÃ§a como contramandado de prisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, providencie-se a baixa nos registros criminais e arquivem-se estes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 11 de novembro de 2021. Jorge Luiz Lisboa SanchesÂ Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal, respondendo pela 7Âª Vara CriminalÂ (Portaria nÂº. 3767/2021-GP, publicada no DJ nÂº. 7257 de 05/11/2021) PROCESSO: 00019057820168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:JOSE RIBAMAR SILVA BALTAZAR DENUNCIADO:ANDERSON SILVA BALTAZAR Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA

PUBLICA (DEFENSOR) . Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ FÃ³rum Criminal da Comarca de BelÃ©m Processo nÂº 0001905-78.2016.8.14.0401 TERMO DE AUDIÊNCIA Data: 11/11/2021, Ã s 11:00 horas AudiÃªncia de InstruÃ§Ã£o e Julgamento PRESENÃAS: Juiz de Direito: Jorge Luiz Lisboa Sanches (presencial) MinistÃ©rio PÃºblico: Sandra Fernandes de Oliveira GonÃ§alves (videoconferÃªncia) Defensoria PÃºblica: Francisco RobÃ©rio (videoconferÃªncia) DENUNCIADO(S): Anderson Silva Baltazar (revel, fl.20) JosÃ© Ribamar Silva Baltazar (revel, fl.20) Testemunha(s) arrolada(s) pelo MinistÃ©rio PÃºblico: (todas presenciais) AntÃ´nio Lauro Neves Vieira (PM) AUSÊNCIA(S): Aberta a audiÃªncia realizada por meio tele presencial em formato de videoconferÃªncia e posteriormente gravada em meio audiovisual (Art. 405, Â§1Âº, do CÃ³digo de Processo Penal), constando do suporte de mÃ-dia digital. Passou-se a ouvir a testemunha arrolada pelo MinistÃ©rio PÃºblico AntÃ´nio Lauro Neves Vieira. NÃ£o foi realizado e qualificado o interrogatÃ³rio dos rÃ©us, em virtude de sua ausÃªncia e decretaÃ§Ã£o de revelia nos autos (fl.20), ficando registrado que a testemunha declarou que os mesmos ainda estÃ£o comercializando drogas no local. A Defesa requereu vistas para analisar a necessidade de diligÃªncias.Â DELIBERAÃÃO EM JUÃZO: I - Defiro o requerido pela Defesa, dÃª-se vistas para Defensoria PÃºblica para no prazo de 48 horas se manifestar sobre diligÃªncias. II - ApÃ³s, caso ocorra a necessidade de diligÃªncias, faÃ§am-se os autos conclusos. III - Caso nÃ£o haja diligÃªncias, dÃª-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para apresentaÃ§Ã£o de alegaÃ§Ãµes finais. IV - Ocorrendo a hipÃ³tese do item III, apÃ³s apresentaÃ§Ã£o de alegaÃ§Ãµes finais pelo MP, dÃª-se vistas Ã Defensoria PÃºblica para apresentaÃ§Ã£o de alegaÃ§Ãµes finais. V - Cientes os presentes. VI - Cumpra-se. E como nada mais houvesse, encerrou o MM. Juiz a audiÃªncia. Eu, Leandro Ytalo, estagiÃ¡rio da 7Âª Vara Criminal, o digitei. Jorge Luiz Lisboa SanchesÂ Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal, respondendo pela 7Âª Vara CriminalÂ (Portaria nÂº. 3767/2021-GP, publicada no DJ nÂº. 7257 de 05/11/2021) PROCESSO: 00029903120188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:MARIO AUGUSTO DA SILVA LIMA VITIMA:Z. J. M. S. . Visto, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 - Considerando que o rÃ©u MARIO AUGUSTO DA SILVA LIMA, devidamente citado/notificado por edital, conforme certidÃ£o acostada aos autos, nÃ£o compareceu em juÃ-zo, nem tampouco constituiu advogado, determino a suspensÃ£o do processo e do curso do prazo prescricional, com supedÃ¢neo no art. 366 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2 - Devem os autos voltarem conclusos, se permanecida a suspensÃ£o, em 25/06/2043, em decorrÃªncia de possÃ-vel advento da prescriÃ§Ã£o, nos moldes da SÃºmula nÂº. 415 do STJ: Â¿O perÃ-odo de suspensÃ£o do prazo prescricional Ã© regulado pelo mÃ¡ximo da pena cominadaÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3 - Junte-se aos autos antecedentes criminais e dÃª-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para as providÃªncias que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 11 de novembro de 2021. Jorge Luiz Lisboa SanchesÂ Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal, respondendo pela 7Âª Vara CriminalÂ (Portaria nÂº. 3767/2021-GP, publicada no DJ nÂº. 7257 de 05/11/2021) PROCESSO: 00037913520028140401 PROCESSO ANTIGO: 200220045669 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 VITIMA:M. S. F. VITIMA:C. R. PROMOTOR:6º PROMOTOR DE JUSTICA DO JUIZO SINGULAR DENUNCIADO:SARMANHO RODRIGUES ALVES Representante(s): OAB 7768 - JOSE AUGUSTO FERREIRA MARTINS (ADVOGADO) OAB 27430 - VIVIANE CRISTINE TRINDADE MARTINS (ADVOGADO) OAB 7768 - JOSE AUGUSTO FERREIRA MARTINS (ADVOGADO) OAB 27430 - VIVIANE CRISTINE TRINDADE MARTINS (ADVOGADO) COATOR:IPN. 2001017171 - SU/COMERCIO AUTOR:A JUSTICA PUBLICA. Visto, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 - Considerando o teor da comunicaÃ§Ã£o de fl. 125, designo o horÃ¡rio de 13:00 horas no dia 22/11/2021 para oitiva da testemunha Fabiana Roder Torrecilha mediante vÃ-deo conferÃªncia com a Comarca de SÃ£o Pedro/SP, nos termos do que foi deliberado Ã fl. 117. 1.1. Comunique-se, com urgÃªncia, o juÃ-zo deprecado para intimaÃ§Ã£o da testemunha. 1.2. Quanto as testemunhas que jÃ¡ foram intimadas para participar no mesmo dia Ã s 10:00 horas da audiÃªncia, fica este horÃ¡rio mantido para suas oitivas. 1.3. O acusado, querendo, poderÃ¡ participar dos dois momentos, devendo, contudo, ficar ciente que seu interrogatÃ³rio somente serÃ¡ realizado no segundo ato, apÃ³s a oitiva da testemunha por vÃ-deo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2 - Ainda sendo possÃ-vel antes da audiÃªncia designada, cumpra-se o item 2 de fl. 117. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3 - Manifeste-se o MinistÃ©rio PÃºblico sobre o teor da certidÃ£o contida Ã fl. 121, tocante a testemunha Dalva Teixeira da Costa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sendo apresentado novo endereÃ§o, autorizo a expediÃ§Ã£o do mandado como `medida urgenteÂ¿, nos moldes do Provimento Conjunto nÂº. 009/2019-CJRMB/CJCI, porque trata-se de Processo incluso na Meta 2 do CNJ. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 4 - Considerando o teor da certidÃ£o de fl. 122, nomeio a Defensoria PÃºblica para continuar na defesa do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia ao representante do Ã³rgÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 11 de novembro de 2021. Jorge Luiz Lisboa Sanches Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara

Criminal, respondendo pela 7Âª Vara Criminal (Portaria nÂº. 3767/2021-GP, publicada no DJ nÂº. 7257 de 05/11/2021) PROCESSO: 00040069820108140401 PROCESSO ANTIGO: 201020154039 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 NAO INFORMADO:OTTO HENRIQUE DIAS WIRTZ-DPC VITIMA:A. C. S. M. B. DENUNCIADO:JOSE FERREIRA DO ROSARIO Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA (ADVOGADO) . Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado denunciou JOSE FERREIRA DO ROSARIO pela prÃ¡tica do delito do art. 157, Â§ 2Âº, II, c/c art. 14, II, do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 1Âº/03/2011 (fl. 72). Â Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado nÃ£o foi encontrado nem mesmo em citaÃ§Ã£o editalÃ-cia, sendo, por isso, o processo e o curso da prescriÃ§Ã£o suspensos em 14/06/2013 (vide fls. 95). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 - Em anÃ¡lise dos marcos temporais do processo e conforme SÃºmula nÂº. 415 do STJ, nÃ£o hÃ¡ que se falar, por ora, de ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, devendo-se, contudo, pontuar a data de 1Âº/03/2043 como momento inicial da extinÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado em razÃ£o do advento da prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vide SÃºmula nÂº. 415 do STJ: Â¿O perÃ-odo de suspensÃ£o do prazo prescricional Ã© regulado pelo mÃ¡ximo da pena cominadaÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, acautelem-se os autos em arquivo provisÃ³rio atÃ© a data de 1Âº/03/2043 ou o comparecimento do acusado em juÃ-zo para fins de citaÃ§Ã£o, seja pessoalmente ou por meio de procurador habilitado, ou atÃ© mesmo pela apresentaÃ§Ã£o de novo endereÃ§o pelo MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Advindo-se qualquer dos marcos temporais, faÃ§am os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2 - Junte-se a certidÃ£o judicial criminal do denunciado e dÃª-se vista ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o sobre o que entender cabÃ-vel, inclusive sobre a prisÃ£o preventiva do denunciado, cujo mandado ainda nÃ£o foi cumprido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 11 de novembro de 2021. Jorge Luiz Lisboa SanchesÂ Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal, respondendo pela 7Âª Vara CriminalÂ (Portaria nÂº. 3767/2021-GP, publicada no DJ nÂº. 7257 de 05/11/2021) PROCESSO: 00044883120198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:JOAO CARLOS ALVES DE LIMA VITIMA:E. M. B. S. . Visto, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 - Considerando que o rÃ©u JOAO CARLOS ALVES DE LIMA, devidamente citado/notificado por edital, conforme certidÃ£o acostada aos autos, nÃ£o compareceu em juÃ-zo, nem tampouco constituiu advogado, determino a suspensÃ£o do processo e do curso do prazo prescricional, com supedÃ¢neo no art. 366 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2 - Devem os autos voltarem conclusos, se permanecida a suspensÃ£o, em 08/01/2044, em decorrÃªncia de possÃ-vel advento da prescriÃ§Ã£o, nos moldes da SÃºmula nÂº. 415 do STJ: Â¿O perÃ-odo de suspensÃ£o do prazo prescricional Ã© regulado pelo mÃ¡ximo da pena cominadaÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3 - Junte-se aos autos antecedentes criminais e dÃª-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para as providÃªncias que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 11 de novembro de 2021. Jorge Luiz Lisboa SanchesÂ Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal, respondendo pela 7Âª Vara CriminalÂ (Portaria nÂº. 3767/2021-GP, publicada no DJ nÂº. 7257 de 05/11/2021) PROCESSO: 00055117520208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 VITIMA:N. S. L. G. DENUNCIADO:DIEGO FERREIRA DA SILVA Representante(s): OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . Visto, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 - Considerando que o rÃ©u DIEGO FERREIRA DA SILVA, devidamente citado/notificado por edital, conforme certidÃ£o acostada aos autos, nÃ£o compareceu em juÃ-zo, nem tampouco constituiu advogado, determino a suspensÃ£o do processo e do curso do prazo prescricional, com supedÃ¢neo no art. 366 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2 - Devem os autos voltarem conclusos, se permanecida a suspensÃ£o, em 06/08/2044, em decorrÃªncia de possÃ-vel advento da prescriÃ§Ã£o, nos moldes da SÃºmula nÂº. 415 do STJ: Â¿O perÃ-odo de suspensÃ£o do prazo prescricional Ã© regulado pelo mÃ¡ximo da pena cominadaÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3 - Junte-se aos autos antecedentes criminais e dÃª-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para as providÃªncias que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 11 de novembro de 2021. Jorge Luiz Lisboa SanchesÂ Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal, respondendo pela 7Âª Vara CriminalÂ (Portaria nÂº. 3767/2021-GP, publicada no DJ nÂº. 7257 de 05/11/2021) PROCESSO: 00063709120208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 VITIMA:A. R. A. DENUNCIADO:VALDIR DA SILVA FERREIRA Representante(s): OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . Visto, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 - Considerando que o rÃ©u VALDIR DA SILVA FERREIRA, devidamente citado/notificado por edital, conforme certidÃ£o acostada aos autos, nÃ£o compareceu em juÃ-zo, nem tampouco constituiu advogado, determino a suspensÃ£o do processo e do curso do prazo prescricional, com supedÃ¢neo no art. 366 do

CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2 - Devem os autos voltarem conclusos, se permanecida a suspensÃ£o, em 24/07/2044, em decorrÃªncia de possÃ-vel advento da prescriÃ§Ã£o, nos moldes da SÃºmula nÂº. 415 do STJ: Â¿O perÃ-odo de suspensÃ£o do prazo prescricional Ã© regulado pelo mÃ¡ximo da pena cominadaÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3 - Junte-se aos autos antecedentes criminais e dÃª-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para as providÃªncias que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 11 de novembro de 2021. Jorge Luiz Lisboa SanchesÂ Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal, respondendo pela 7Âª Vara CriminalÂ (Portaria nÂº. 3767/2021-GP, publicada no DJ nÂº. 7257 de 05/11/2021) PROCESSO: 00070407819978140401 PROCESSO ANTIGO: 199620064890 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Procedimento Comum em: 11/11/2021 VITIMA:C. A. G. S. DENUNCIADO:JOAO CARLOS DA SILVA MATA COATOR:IPN. 064/96 - DV/GERAL. PROCESSO NÂº 0007040-78.1997.8.14.0401 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado denunciou o rÃ©u JOÃO CARLOS DA SILVA MATA pela prÃ¡tica do delito do art. 129, Â§ 1Âº, I, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 23/09/1997 (fl. 49), tendo o processo e a prescriÃ§Ã£o sido suspensas nos moldes do art. 366 do CPP em 23/11/2006 (fl. 70). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A regra do art. 366, do CPP, prevÃª que Â¿se o acusado, citado por edital, nÃ£o comparecer, nem constituir advogado,Â ficarÃ£o suspensosÂ o processo eÂ o curso do prazo prescricional (Â¿) Â¿Â A partir do conteÃºdo da regra, indaga-se: hÃ¡ prazo mÃ¡ximo em que o curso do processo ficarÃ¡ suspenso?Â A pergunta Ã© oportuna pois a suspensÃ£oÂ ad eternum, com fundamento no art. 366, do CPP, enquanto nÃ£o for localizado o acusado, tem o efeito prÃ¡tico de gerar hipÃ³tese de imprescritibilidade para todo e qualquer crime, quando a ConstituiÃ§Ã£o apenas prevÃª que sÃ£o imprescritÃ-veis a prÃ¡tica de racismo e a aÃ§Ã£o de grupos armados contra a ordem constitucional e o Estado DemocrÃ¡tico (art. 5Âº, XLII e XLIV, da CR/88). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Estando as hipÃ³teses de imprescritibilidade expressas no texto constitucional - inclusive comÂ statusÂ de direito fundamental - e nÃ£o havendo previsÃ£o de delegaÃ§Ã£o constitucional (para que outras leis criem hipÃ³teses novas deÂ nÃ£o prescriÃ§Ã£o), isso significa queÂ a ConstituiÃ§Ã£o veda Ã legislaÃ§Ã£o infraconstitucional disciplinar situaÃ§Ãµes de imprescritibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A seguir esse raciocÃ-nio, a hipÃ³tese seria de se construir, pela via hermenÃªutica - enquanto se nÃ£o o faz pela via legislativa -, mecanismo de compatibilizaÃ§Ã£o da regra do art. 366, do CPP com o texto constitucional, para efeitos de determinar um prazo mÃ¡ximo deÂ suspensÃ£o do prazo prescricional, nas hipÃ³teses em que o acusado nÃ£o for localizado para citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Superior Tribunal de JustiÃ§a, jÃ¡ no ano de 2003, havia julgado admitindo a necessidade de estabelecimento de prazo mÃ¡ximo de suspensÃ£o da prescriÃ§Ã£o positivada na regra do art. 366, do CPP: Â¿HABEAS CORPUS. CONTRAVENÃÃO PENAL. SUSPENSÃO DO PROCESSO E DA PRESCRIÃÃO. ART. 366 DO CPP. LEI N.Âº 9.271/96. LIMITE DA SUSPENSÃO. MÃXIMO DA PENA. REGRA DO ART. 109 DO CP. ORDEM CONCEDIDA. A necessidade de manter a congruÃªncia com os princÃ-pios constitucionais relativos Ã seara penal, alÃ©m de se evitar a odiosa idÃ©ia da imprescritibilidade de condutas conhecidamente incluÃ-das no rol de menor potencial ofensivo, tem levado esta Corte a impor limites ao prazo de suspensÃ£o da prescriÃ§Ã£o, a partir do que determina o art. 109 do CÃ³digo Penal, impedindo a consecuÃ§Ã£o eterna da pretensÃ£o punitiva.Â¿ (STJ - HC 25.734, Rel. Min. JosÃ© Arnaldo da Fonseca, DJ 9.12.2003) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em 2009, o STJ reafirmou sua posiÃ§Ã£o, quanto Ã interpretaÃ§Ã£o constitucionalmente adequada a ser atribuÃ-da ao art. 366, do CPP: Â¿PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ESTELIONATO. 1. ACUSADO CITADO POR EDITAL. NÃO COMPARECIMENTO. ARTIGO 366 DO CPP. SUSPENSÃO DO PROCESSO E DO PRAZO PRESCRICIONAL. FIXAÃÃO DE PRAZO PARA A SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. LAPSO PRESCRICIONAL PREVISTO EM RELAÃÃO Ã PENA EM ABSTRATO DO DELITO. MEDIDA ADEQUADA. ENTENDIMENTO PACÃFICO. 2. ORDEM CONCEDIDA. 1. A fixaÃ§Ã£o do prazo mÃ¡ximo de suspensÃ£o do prazo prescricional no caso em que o paciente, citado por edital, nÃ£o comparecer nem constituir advogado, Ã© matÃ©ria pacÃ-fica no Ã¢mbito desta Corte, e se pauta pelo prazo prescricional mÃ¡ximo previsto para o crime, de acordo com a pena em abstrato.Â¿ (STJ - HC 69.377, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe 31.8.2009) Â Â Â Â Â Â Â Â Â No mesmo ano de 2009 a questÃ£o foi pacificada no STJ - no sentido de se fixar prazo mÃ¡ximo de suspensÃ£o da prescriÃ§Ã£o -, atravÃ©s do enunciado da SÃºmula 415/STJ, referido em diversos precedentes recentÃ-ssimos: (...) 2. NÃ£o sendo o recorrente encontrado para ser citado pessoalmente, foi citado por edital, tendo o Magistrado determinado ainda a suspensÃ£o do processo e do prazo prescricional em 1Âº/3/2002, nos termos do art. 366 do CPP. Entretanto, a suspensÃ£o nÃ£o pode se dar por prazo indefinido, porquanto nÃ£o se admitem hipÃ³teses de imprescritibilidade nÃ£o previstas na ConstituiÃ§Ã£o Federal. Dessarte, o Superior Tribunal de JustiÃ§a editou o enunciado sumular n. 415, dispondo que "o perÃ-odo de suspensÃ£o do prazo prescricional Ã© regulado pelo mÃ¡ximo da pena cominada". Implementado o prazo mÃ¡ximo de

suspensÃ£o do prazo prescricional, verifica-se que este voltou a correr, implementando-se a prescriÃ§Ã£o, encontrando-se, portanto, extinta a punibilidade do recorrente. (STJ - RHC 38.984, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe 22.6.2016) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã preciso ressaltar que a SÃºmula 415 estÃ¡ a dizer que a contagem da prescriÃ§Ã£o fica suspensa pelo prazo daÂ prescriÃ§Ã£o em abstratoÂ - consideradas as balizas do art. 109 do CP - e nÃ£o peloÂ prazo da pena mÃ¡xima cominadaÂ ao delito, conforme pode sugerir uma leitura desavisada do enunciado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, exemplificando, se o delito temÂ pena mÃ¡xima cominadaÂ de 4 anos, a prescriÃ§Ã£o em abstrato se dÃ¡ em 8 anos (art. 109, IV do CP) e a contagem da prescriÃ§Ã£o, portanto, ficarÃ¡ suspensa por esses 8 anos e nÃ£o por 4 anos, que Ã© o prazo da pena mÃ¡xima cominada ao crime. Essa Ã© a correta interpretaÃ§Ã£o da SÃºmula 415, conforme se verifica pelos precedentes que a originaram. Â Â Â Â Â Â Â Â No caso do presente processo, o processo se encontra suspenso, bem como o curso do prazo prescricional, conforme anteriormente demonstrado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia imputa ao rÃ©u a prÃ¡tica do crime previsto no art. 129, Â§ 1Âº, I, do CPB. Portanto, a prescriÃ§Ã£o deveria ter ficado suspensa pelo prazo de 12 (doze) anos, de acordo com o art. 109, III, do CPB, o qual fixa o prazo da prescriÃ§Ã£o em abstrato da pena mÃ¡xima prevista para o crime em questÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo iniciada suspensÃ£o do prazo prescricional em 23/11/2006, a prescriÃ§Ã£o deveria recomeÃ§ar a correr no dia 23/11/2018. Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, tendo se iniciado o prazo prescricional com o recebimento da denÃºncia em 23/09/1997, posteriormente suspenso com base no art. 366 do CPP no dia 23/11/2006 e retomado sua contagem em 23/11/2018 a prescriÃ§Ã£o alcanÃ§ou seu termo final em 23/09/2021, apÃ³s o transcurso dos dias que faltavam para que, somados os dois lapsos temporais, se completassem os 12 anos necessÃ¡rios Ã prescriÃ§Ã£o da punibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, julgo extinta a punibilidade de JOÃO CARLOS DA SILVA MATA, com base art. 107, IV, do CPB, pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, dÃª-se baixa nos registros criminais. Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 11 de novembro de 2021. Jorge Luiz Lisboa SanchesÂ Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal, respondendo pela 7Âª Vara CriminalÂ (Portaria nÂº. 3767/2021-GP, publicada no DJ nÂº. 7257 de 05/11/2021) PROCESSO: 00087219420108140401 PROCESSO ANTIGO: 201020332396 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 AUTORIDADE POLICIAL:JOSE MARIA ALVES PEREIRADPC DENUNCIADO:ALEX FERNANDO OLIVEIRA VITIMA:M. L. P. O. . Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado denunciou ALEX FERNANDO OLIVEIRA pela prÃ¡tica do delito do art. 155, Â§ 4Âº, II, c/c art. 14, II, ambos do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 31/08/2010 (fl. 79). Â Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado nÃ£o foi encontrado nem mesmo em citaÃ§Ã£o editalÃ-cia, sendo, por isso, o processo e o curso da prescriÃ§Ã£o suspensos em 14/07/2012 (vide fls. 90-92). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 - Em anÃ¡lise dos marcos temporais do processo e conforme SÃºmula nÂº. 415 do STJ, nÃ£o hÃ¡ que se falar, por ora, de ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, devendo-se, contudo, pontuar a data de 31/08/2034 como momento inicial da extinÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado em razÃ£o do advento da prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vide SÃºmula nÂº. 415 do STJ: Â¿O perÃ-odo de suspensÃ£o do prazo prescricional Ã© regulado pelo mÃ¡ximo da pena cominadaÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, acautelem-se os autos em arquivo provisÃ³rio atÃ© a data de 31/08/2034 ou o comparecimento do acusado em juÃ-zo para fins de citaÃ§Ã£o, seja pessoalmente ou por meio de procurador habilitado, ou atÃ© mesmo pela apresentaÃ§Ã£o de novo endereÃ§o pelo MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Advindo-se qualquer dos marcos temporais, faÃ§am os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2 - Junte-se a certidÃ£o judicial criminal do denunciado e dÃª-se vista ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o sobre o que entender cabÃ-vel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 11 de novembro de 2021. Jorge Luiz Lisboa SanchesÂ Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal, respondendo pela 7Âª Vara CriminalÂ (Portaria nÂº. 3767/2021-GP, publicada no DJ nÂº. 7257 de 05/11/2021) PROCESSO: 00090358020208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:RODOLFO NERES AMAR A DEUS. Visto, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 - Considerando que o rÃ©u RODOLFO NERES AMAR A DEUS, devidamente citado/notificado por edital, conforme certidÃ£o acostada aos autos, nÃ£o compareceu em juÃ-zo, nem tampouco constituiu advogado, determino a suspensÃ£o do processo e do curso do prazo prescricional, com supedÂ¢neo no art. 366 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2 - Devem os autos voltarem conclusos, se permanecida a suspensÃ£o, em 18/06/2060, em decorrÃªncia de possÃ-vel advento da prescriÃ§Ã£o, nos moldes da SÃºmula nÂº. 415 do STJ: Â¿O perÃ-odo de suspensÃ£o do prazo prescricional Ã© regulado pelo mÃ¡ximo da pena cominadaÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3 - Junte-se aos autos antecedentes criminais e dÃª-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para as providÃªncias que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â

Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 11 de novembro de 2021. Jorge Luiz Lisboa SanchesÂ Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal, respondendo pela 7Âª Vara CriminalÂ (Portaria nÂº. 3767/2021-GP, publicada no DJ nÂº. 7257 de 05/11/2021) PROCESSO: 00090589420188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:MARCOS ROBERTO DOS SANTOS QUEIROZ Representante(s): OAB 17317 - ANDRE LUIZ TRINDADE NUNES (ADVOGADO) . Visto, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 - Considerando que o rÃ©u MARCOS ROBERTO DOS SANTOS QUEIROZ, devidamente citado/notificado por edital, conforme certidÃ£o acostada aos autos, nÃ£o compareceu em juÃ-zo, nem tampouco constituiu advogado, determino a suspensÃ£o do processo e do curso do prazo prescricional, com supedÃ¢neo no art. 366 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2 - Devem os autos voltarem conclusos, se permanecida a suspensÃ£o, em 27/02/2044, em decorrÃªncia de possÃ-vel advento da prescriÃ§Ã£o, nos moldes da SÃºmula nÂº. 415 do STJ: Â¿O perÃ-odo de suspensÃ£o do prazo prescricional Ã© regulado pelo mÃ¡ximo da pena cominadaÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3 - Junte-se aos autos antecedentes criminais e dÃª-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para as providÃªncias que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 11 de novembro de 2021. Jorge Luiz Lisboa SanchesÂ Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal, respondendo pela 7Âª Vara CriminalÂ (Portaria nÂº. 3767/2021-GP, publicada no DJ nÂº. 7257 de 05/11/2021) PROCESSO: 00099563920208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:JOAO ROBERTO CABRAL DE CASTRO. Visto, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 - Considerando que o rÃ©u JOAO ROBERTO CABRAL DE CASTRO, devidamente citado/notificado por edital, conforme certidÃ£o acostada aos autos, nÃ£o compareceu em juÃ-zo, nem tampouco constituiu advogado, determino a suspensÃ£o do processo e do curso do prazo prescricional, com supedÃ¢neo no art. 366 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2 - Devem os autos voltarem conclusos, se permanecida a suspensÃ£o, em 11/07/2040, em decorrÃªncia de possÃ-vel advento da prescriÃ§Ã£o, nos moldes da SÃºmula nÂº. 415 do STJ: Â¿O perÃ-odo de suspensÃ£o do prazo prescricional Ã© regulado pelo mÃ¡ximo da pena cominadaÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3 - Junte-se aos autos antecedentes criminais e dÃª-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para as providÃªncias que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 11 de novembro de 2021. Jorge Luiz Lisboa SanchesÂ Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal, respondendo pela 7Âª Vara CriminalÂ (Portaria nÂº. 3767/2021-GP, publicada no DJ nÂº. 7257 de 05/11/2021) PROCESSO: 00100696820118140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:PAULO DA SILVA COSTA VITIMA:A. A. A. AUTORIDADE POLICIAL:JOSE ARINALDO PANTOJA ASSUNCAODPC. Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado denunciou PAULO DA SILVA COSTA pela prÃ¡tica do delito do art. 171 do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 30/08/2011 (fl. 31). Â Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado nÃ£o foi encontrado nem mesmo em citaÃ§Ã£o editalÃ-cia, sendo, por isso, o processo e o curso da prescriÃ§Ã£o suspensos em 31/07/2014 (fls. 46). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 - Em anÃ¡lise dos marcos temporais do processo e conforme SÃºmula nÂº. 415 do STJ, nÃ£o hÃ¡ que se falar, por ora, de ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, devendo-se, contudo, pontuar a data de 30/08/2035 como momento inicial da extinÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado em razÃ£o do advento da prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vide SÃºmula nÂº. 415 do STJ: Â¿O perÃ-odo de suspensÃ£o do prazo prescricional Ã© regulado pelo mÃ¡ximo da pena cominadaÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, acautelem-se os autos em arquivo provisÃ³rio atÃ© a data de 30/08/2035 ou o comparecimento do acusado em juÃ-zo para fins de citaÃ§Ã£o, seja pessoalmente ou por meio de procurador habilitado, ou atÃ© mesmo pela apresentaÃ§Ã£o de novo endereÃ§o pelo MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Advindo-se qualquer dos marcos temporais, faÃ§am os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2 - Junte-se a certidÃ£o judicial criminal do denunciado e dÃª-se vista ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o sobre o que entender cabÃ-vel, inclusive sobre a prisÃ£o preventiva do denunciado, cujo mandado ainda nÃ£o foi cumprido (vide fls. 32). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 11 de novembro de 2021. Jorge Luiz Lisboa SanchesÂ Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal, respondendo pela 7Âª Vara CriminalÂ (Portaria nÂº. 3767/2021-GP, publicada no DJ nÂº. 7257 de 05/11/2021) PROCESSO: 00139087120068140401 PROCESSO ANTIGO: 200620343076 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 VITIMA:S. M. C. C. DENUNCIADO:NASSRY DA COSTA MELEM Representante(s): DEFENSOR PUBLICO (ADVOGADO) . SENTENÃA/CONTRAMANDADO DE PRISÃO DENUNCIADO: NASSRY DA COSTA MELEM FILIAÃÃO: Romeu Melem de Melem e Maria de NazarÃ© da Costa Melem NASCIMENTO: 04/10/1969 RG: 1301776 SPP/PA PROCESSO NÂº 0013908-

71.2006.8.14.0401 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NASSRY DA COSTA MELEM foi denunciado pelo delito do art. 171, Â§ 2Âº, inciso VI, do CPB, sendo condenado no tipo penal do art. 171, caput, do mesmo texto legal Ã 03 (trÃªs) anos de reclusÃ£o, oportunidade em que foi decretada sua prisÃ£o preventiva, cujo mandado nunca foi cumprido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A sentenÃ§a condenatÃ³ria foi publicada em 09/10/2013 (fls. 136-143) e transitou em julgado para a acusaÃ§Ã£o em 23/10/2013 (fls. 148). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo a decidir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÃ¢nsito em julgado em 23/10/2013 para a acusaÃ§Ã£o, de acordo com o art. 110, Â§ 1Âº, do CP, a prescriÃ§Ã£o passou a reger-se pela pena efetivamente aplicada, com incidÃªncia dos prazos fixados no art. 109 do CP, cabendo ao juiz verificar, antes de dar cumprimento Ã condenaÃ§Ã£o, se nÃ£o ocorreu, em uma fase anterior do processo, a prescriÃ§Ã£o. SÃ£o situaÃ§Ãµes, a depender do momento, que a doutrina denomina de prescriÃ§Ã£o retroativa ou prescriÃ§Ã£o intercorrente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Celso Delmanto entende que, havendo trÃ¢nsito em julgado para a acusaÃ§Ã£o e nÃ£o podendo, portanto, a pena ser aumentada, o prÃ³prio juiz de primeira instÃ¢ncia deve decretÃ¡-la, jÃ¡ que se trata de matÃ©ria de ordem pÃºblica, declarÃ¡vel de ofÃ-cio em qualquer fase do processo (art. 61, do CPP); nÃ£o se diga que o juiz de primeiro grau nÃ£o seria mais o juiz do feito, posto que pode ele, por exemplo, deixar de receber recursos intempestivos; nem que estaria inovando o processo, pois, ao decretar a prescriÃ§Ã£o, nÃ£o estÃ¡ modificando a sentenÃ§a condenatÃ³ria; assim, nÃ£o hÃ¡ motivos, atÃ© por economia processual, para exigir a intervenÃ§Ã£o da segunda instÃ¢ncia ou o inÃ-cio da execuÃ§Ã£o penal (Celso Delmanto, CÃ³digo Penal comentado, 5. ed. atual. e ampl., Rio de Janeiro: Renovar, 2000, p. 212). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Luiz FlÃ¡vio Gomes, em seu largo descortÃ-nio jurÃ-dico, arremata: Â¿constatada a prescriÃ§Â¿o retroativa, deve o juiz de 1Âº grau (do processo ou da execuÃ§Ã£o) declarÃ¡-la, atÃ© mesmo de ofÃ-cio; isso constitui imperativo legal (art. 61, CPP), Ã© medida de economia processual e se afasta do apego exagerado ao formalismo, que hoje nÃ£o se compatibiliza com a necessidade de se imprimir agilidade no funcionamento da JustiÃ§aÂ¿ (Luiz FlÃ¡vio Gomes, PrescriÃ§Ã£o retroativa: pode ser reconhecida em primeiro grau?, RT, SÂ¿o Paulo, n. 637, p. 371-2, nov. 1988). Â Â Â Â Â Â Â Â Â No mesmo sentido, Ã© a possibilidade do juiz de primeiro grau, ao ter que dar cumprimento Ã condenaÃ§Ã£o proferida ou mantida Tribunal, fazer a devida anÃ¡lise de eventual incidÃªncia da prescriÃ§Ã£o intercorrente, que Ã© aquela ocorrida entre a data da publicaÃ§Ã£o da sentenÃ§a em cartÃ³rio e a data do trÃ¢nsito em julgado definitivo da mesma. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nucci assevera que a prescriÃ§Ã£o intercorrente, subsequente ou superveniente: Â¿Ã© a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva, com base na pena aplicada, com trÃ¢nsito em julgado para a acusaÃ§Ã£o ou desde que improvido seu recurso, que ocorre entre a sentenÃ§a condenatÃ³ria e o trÃ¢nsito em julgado desta. Eventualmente, pode se dar entre o acÃ³rdÃ£o condenatÃ³rio (imaginemos, ilustrando, que o juiz de primeira instÃ¢ncia absolveu o rÃ©u, o Ã³rgÃ£o acusatÃ³rio recorreu e o tribunal, dando provimento ao apelo, proferiu condenaÃ§Ã£o) e o trÃ¢nsito em julgado deste julgado para a defesa. Alguns autores a chama de prescriÃ§Ã£o `retroativa intercorrenteÂ¿. Ex.: pena aplicada de 2 anos por furto, da qual recorre apenas a defesa. Se a sentenÃ§a nÃ£o transitar em menos de 4 anos, prescreve. (...)Â¿ (NUCCI, Guilherme de Souza. CÃ³digo Penal Comentado. 16Âª ed. Ver. Atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016. Pg. 683/684). Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o se vislumbra nenhum inconveniente em se postular ao juiz do processo a decretaÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade pela prescriÃ§Ã£o retroativa ou intercorrente, apÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, para a acusaÃ§Ã£o, bem como o juiz concedÃª-la, como lhe permite o art. 61 do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A liÃ§Ã£o de Alberto Silva Franco Ã© incisiva: Â¿guarda inteira pertinÃªncia a conclusÃ£o de que a prescriÃ§Ã£o retroativa pode (eu diria deve) ser reconhecida em 1Âª instÃ¢ncia; ao declarar rescindida a sentenÃ§a condenatÃ³ria, nÃ£o estÃ¡ o juiz de 1Âº grau nem reformulando seu prÃ³prio ato, exaurida sua jurisdiÃ§Ã£o, nem cuidando de matÃ©ria que nÃ£o lhe estÃ¡ afeta; em verdade, ao reconhecer a incidÃªncia da prescriÃ§Ã£o retroativa, o juiz do processo ou o juiz da execuÃ§Ã£o atende apenas a um imperativo legal, pois Ã© a lei e nÃ£o ele quem atribui Ã declaraÃ§Ã£o o efeito de invalidar a sentenÃ§a condenatÃ³ria, obstando-lhe a formaÃ§Ã£o da coisa julgada e a constituiÃ§Ã£o do tÃ-tulo penal executÃ³rioÂ¿ (Alberto Silva Franco et al., CÃ³digo Penal e sua interpretaÃ§Ã£o jurisprudencial, 2. ed. SÃ£o Paulo: Revista dos Tribunais, 1987, p. 366). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vejamos jurisprudÃªncia: Â¿APELAÃÃO. RECEPTAÃÃO. PRELIMINAR RECONHECIDA DE OFÃCIO. PRESCRIÃÃO. OCORRÃNCIA. EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE. FURTO. SUBSTITUIÃÃO PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS. POSSIBILIDADE. APELO PROVIDO. 1.Considerando o quantum da pena final aplicada ao apelante Delmir Alves de Jesus Cruz (seis meses de detenÃ§Ã£o), bem como o transcurso de mais de 02 (dois) anos entre a publicaÃ§Ã£o da sentenÃ§a condenatÃ³ria atÃ© hoje, impÃµe-se a declaraÃ§Ã£o, de ofÃ-cio, de extinÃ§Ã£o da punibilidade do agente pela prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva estatal, nos termos do Art. 107, IV, Art. 109, VI, e Art. 110, Â§ 1.Âº, todos do CÃ³digo Penal. 2.Tendo em vista que o apelante Nonato Roque Bezerra da Silva preenche todos os

requisitos do Art. 44, do CÃ³digo Penal, hÃ¡ de se proceder Ã substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos. 3. ApelaÃ§Ã£o que se dÃ¡ provimento.Â¿ (TJ/AC. ApelaÃ§Ã£o n.Âº 0002511-52.2009.8.01.0001. C. Crim., rel Francisco Djalma, 06.04.2015) Â¿APELAÃÃO CRIMINAL - RECEPTAÃÃO - SENTENÃA CONDENATÃRIA - IRRESIGNAÃÃO DEFENSIVA - PRETENDIDA A FORMALIZAÃÃO DE UM JUÃZO ABSOLUTÃRIO - INSUFICIÃNCIA DE PROVAS - PREJUDICIAL DE MÃRITO - OPERADA A PRESCRIÃÃO INTERCORRENTE DO DELITO DE RECEPTAÃÃO - EXTINTA A PUNIBILIDADE - RECURSO PREJUDICADO. Imperativa a declaraÃ§Ã£o a dar por extinta a punibilidade do agente mercÃª da prescriÃ§Ã£o intercorrente quando entre a publicaÃ§Ã£o da sentenÃ§a e os tempos hodiernos transcorreu lapso temporal superior ao prazo prescricional previsto em lei para o quantum da pena fixada em concreto, Ã luz dos artigos 107, IV c/c art. 110, Â§ 1.Âº, c/c art. 109, IV, todos do CÃ³digo Penal.Â¿ (TJ-MT - APL: 00057919320028110002 136958/2013, Relator: DES. ALBERTO FERREIRA DE SOUZA, Data de Julgamento: 01/07/2015, SEGUNDA CÃMARA CRIMINAL, Data de PublicaÃ§Ã£o: 06/07/2015) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo a fazer a anÃ¡lise do fato concreto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que a pena efetivamente aplicada Ã© de 03 (trÃªs) anos de reclusÃ£o, o prazo prescricional enquadra-se no art. 109, inciso IV, do CP, que estabelece o lapso temporal de 08 (oito) anos para ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A prescriÃ§Ã£o, portanto, interrompida com a publicaÃ§Ã£o da sentenÃ§a condenatÃ³ria em cartÃ³rio na data de 09/10/2013, consumou-se ao primeiro instante para o rÃ©u em 09/10/2021, ocorrendo a hipÃ³tese da chamada prescriÃ§Ã£o intercorrente, nos termos emoldurados no art. 110, Â§ 1Â° do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, tendo ocorrido no caso vertente a PRESCRIÃÂ¿O da pretensÃ£o punitiva do estado, nos moldes do art. 107, inciso IV c/c art. 110, Â§ 1Â°, ambos do CP e na forma do art. 61 do CPP, declaro extinta a punibilidade do rÃ©u NASSRY DA COSTA MELEM e, em consequÃªncia, extingo a presente aÃ§Ã£o penal em relaÃ§Ã£o ao mesmo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por conseguinte, REVOGO a prisÃ£o preventiva de NASSRY DA COSTA MELEM. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ServirÃ¡ a presente sentenÃ§a como contramandado de prisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado da presente decisÃ£o providencie-se a baixa dos registros criminais do acusado e arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 11 de novembro de 2021. Jorge Luiz Lisboa SanchesÂ Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal, respondendo pela 7Âª Vara CriminalÂ (Portaria nÂº. 3767/2021-GP, publicada no DJ nÂº. 7257 de 05/11/2021) PROCESSO: 00147669620168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:PATRICK CASTELO BRANCO SILVA Representante(s): OAB 23364 - RONDINELLY MAIA ABRANCHES GOMES (ADVOGADO) VITIMA:S. V. G. M. S. . Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ FÃ³rum Criminal da Comarca de BelÃ©m Processo nÂº 0014766-96.2016.8.14.0401 TERMO DE AUDIÃNCIA Data: 11/11/2021, Ã s 10:00 horas AudiÃªncia de InstruÃ§Ã£o e Julgamento PRESENÃAS: Juiz de Direito: Jorge Luiz Lisboa Sanches (presencial) MinistÃ©rio PÃºblico: Sandra Fernandes de Oliveira GonÃ§alves (videoconferÃªncia) Testemunha(s) arrolada(s) pelo MinistÃ©rio PÃºblico: (todas presenciais) Sylvia Valeria Gomes Messias Silva Ana Socorro Gomes Silva AUSÃNCIA(S): Advogado: Rondinelly Maia Abranches Gomes, OAB/PA: 23364 DENUNCIADO(S): Patrick Castelo Branco Silva Aberta a audiÃªncia, esta nÃ£o foi realizada em razÃ£o de declaraÃ§Ã£o de suspeiÃ§Ã£o do magistrado.Â DELIBERAÃÃO EM JUÃZO: I - Declaro-me suspeito por motivo de foro Ã-ntimo. II - ApÃ³s, faÃ§am os autos conclusos ao magistrado titular da vara. VI - Cumpra-se. E como nada mais houvesse, encerrou o MM. Juiz a audiÃªncia. Eu, Leandro Ytalo, estagiÃ¡rio da 7Âª Vara Criminal, o digitei. Jorge Luiz Lisboa SanchesÂ Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal, respondendo pela 7Âª Vara CriminalÂ (Portaria nÂº. 3767/2021-GP, publicada no DJ nÂº. 7257 de 05/11/2021) PROCESSO: 00147669620168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GISELLE FIALKA DE CASTRO LEÃO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:PATRICK CASTELO BRANCO SILVA Representante(s): OAB 23364 - RONDINELLY MAIA ABRANCHES GOMES (ADVOGADO) VITIMA:S. V. G. M. S. . ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â De ordem, redesigno audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 31/03/2022, Ã s 11h00m, ficando as partes presentes intimadas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 11 de novembro de 2021. _____ Giselle F. de C. LeÃ£o Diretora de secretaria de Juiz da 7Âª VCC TESTEMUNHA: _____ Sylvia Valeria Gomes Messias Silva TESTEMUNHA: _____ Ana do Socorro Gomes Silva CERTIDÃO CERTIFICO em virtude das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por lei que asÂ testemunhas Sylvia Valeria Gomes Messias Silva e Ana do Socorro Gomes Silva informaram que residem na Cidade de Abaetetuba-Pa Ã Rua BarÃ£o do Rio Branco, nÂº 1309 e requerem que a audiÃªncia seja realizada de forma virtual (videoconferÃªncia) tendo em vista o deslocamento e por ser responsÃ¡vel de filho menor, dificultando seu comparecimento presencial. Neste ato fornecem os

telefones: (91) 988080606 (Sylvia) e (91) 992467647 (Ana), bem como o email: svgmsilva@hotmail.com para contato e envio de link, sendo que de preferÃªncia seja enviado via celular para garantir o recebimento. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 11 de novembro de 2021. _____ Giselle F. de C. LeÃ£o Diretora de secretaria de Juiz da 7Âª VCC PROCESSO: 00170741320138140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:BRUNO MIRANDA CORREA Representante(s): OAB xxxx - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) VITIMA:M. F. R. AUTORIDADE POLICIAL:ROSALINA DE MORAES ARRAES - DPC. PROCESSO NÂº 0017074-13.2013.8.14.0401 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos para deliberaÃ§Ã£o sobre o cumprimento do trÂ¢nsito em julgado do acÃ³rdÃ£o nÂº 218207, referente Ã apelaÃ§Ã£o criminal, que conheceu o recurso e lhe deu provimento para confirmar a condenaÃ§Ã£o do apelado BRUNO MIRANDA CORREA pelo delito do art. 155 do CPP, aumentando, contudo, sua pena para 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusÃ£o (fls. 95-101). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo a decidir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O acÃ³rdÃ£o de condenaÃ§Ã£o do denunciado na pena de 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusÃ£o foi publicado no DiÃ¡rio de JustiÃ§a EletrÃ´nico em 07/06/2021 (vide fls. 100 e 101) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÂ¢nsito em julgado em 13/10/2013, de acordo com o art. 110 do CP, a prescriÃ§Ã£o passou a reger-se pela pena efetivamente aplicada, com incidÃªncia dos prazos fixados no art. 109 do CP, cabendo ao juiz verificar, antes de dar cumprimento Ã condenaÃ§Ã£o, se nÃ£o ocorreu, em uma fase anterior do processo, a prescriÃ§Ã£o. SÃ£o situaÃ§Ãµes, a depender do momento, que a doutrina denomina de prescriÃ§Ã£o retroativa ou prescriÃ§Ã£o intercorrente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Celso Delmanto entende que, havendo trÂ¢nsito em julgado para a acusaÃ§Ã£o e nÃ£o podendo, portanto, a pena ser aumentada, o prÃ³prio juiz de primeira instÂ¢ncia deve decretÃ¡-la, jÃ¡ que se trata de matÃ©ria de ordem pÃºblica, declarÃ¡vel de ofÃ-cio em qualquer fase do processo (art. 61, do CPP); nÃ£o se diga que o juiz de primeiro grau nÃ£o seria mais o juiz do feito, posto que pode ele, por exemplo, deixar de receber recursos intempestivos; nem que estaria inovando o processo, pois, ao decretar a prescriÃ§Ã£o, nÃ£o estÃ¡ modificando a sentenÃ§a condenatÃ³ria; assim, nÃ£o hÃ¡ motivos, atÃ© por economia processual, para exigir a intervenÃ§Ã£o da segunda instÂ¢ncia ou o inÃ-cio da execuÃ§Ã£o penal (Celso Delmanto, CÃ³digo Penal comentado, 5. ed. atual. e ampl., Rio de Janeiro: Renovar, 2000, p. 212). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Luiz FlÃ¡vio Gomes, em seu largo descortÃ-nio jurÃ-dico, arremata: Â¿constatada a prescriÃ§Â¿o retroativa, deve o juiz de 1Âº grau (do processo ou da execuÃ§Ã£o) declarÃ¡-la, atÃ© mesmo de ofÃ-cio; isso constitui imperativo legal (art. 61, CPP), Ã© medida de economia processual e se afasta do apego exagerado ao formalismo, que hoje nÃ£o se compatibiliza com a necessidade de se imprimir agilidade no funcionamento da JustiÃ§aÂ¿ (Luiz FlÃ¡vio Gomes, PrescriÃ§Ã£o retroativa: pode ser reconhecida em primeiro grau?, RT, SÂ¿o Paulo, n. 637, p. 371-2, nov. 1988). Â Â Â Â Â Â Â Â Â No mesmo sentido, Ã© a possibilidade do juiz de primeiro grau, ao ter que dar cumprimento Ã condenaÃ§Ã£o proferida ou mantida Tribunal, fazer a devida anÃ¡lise de eventual incidÃªncia da prescriÃ§Ã£o intercorrente, que Ã© aquela ocorrida entre a data da publicaÃ§Ã£o da sentenÃ§a em cartÃ³rio e a data do trÂ¢nsito em julgado definitivo da mesma. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nucci assevera que a prescriÃ§Ã£o intercorrente, subsequente ou superveniente: Â¿Ã© a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva, com base na pena aplicada, com trÂ¢nsito em julgado para a acusaÃ§Ã£o ou desde que improvido seu recurso, que ocorre entre a sentenÃ§a condenatÃ³ria e o trÂ¢nsito em julgado desta. Eventualmente, pode se dar entre o acÃ³rdÃ£o condenatÃ³rio (imaginemos, ilustrando, que o juiz de primeira instÂ¢ncia absolveu o rÃ©u, o Ã³rgÃ£o acusatÃ³rio recorreu e o tribunal, dando provimento ao apelo, proferiu condenaÃ§Ã£o) e o trÂ¢nsito em julgado deste julgado para a defesa. Alguns autores a chama de prescriÃ§Ã£o `retroativa intercorrenteÂ¿. Ex.: pena aplicada de 2 anos por furto, da qual recorre apenas a defesa. Se a sentenÃ§a nÃ£o transitar em menos de 4 anos, prescreve. (...)Â¿ (NUCCI, Guilherme de Souza. CÃ³digo Penal Comentado. 16Âª ed. Ver. Atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016. Pg. 683/684). Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃo se vislumbra nenhum inconveniente em se postular ao juiz do processo a decretaÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade pela prescriÃ§Ã£o retroativa ou intercorrente, apÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, para a acusaÃ§Ã£o, bem como o juiz concedÃª-la, como lhe permite o art. 61 do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A liÃ§Ã£o de Alberto Silva Franco Ã© incisiva: Â¿guarda inteira pertinÃªncia a conclusÃ£o de que a prescriÃ§Ã£o retroativa pode (eu diria deve) ser reconhecida em 1Âª instÂ¢ncia; ao declarar rescindida a sentenÃ§a condenatÃ³ria, nÃ£o estÃ¡ o juiz de 1Âº grau nem reformulando seu prÃ³prio ato, exaurida sua jurisdiÃ§Ã£o, nem cuidando de matÃ©ria que nÃ£o lhe estÃ¡ afeta; em verdade, ao reconhecer a incidÃªncia da prescriÃ§Ã£o retroativa, o juiz do processo ou o juiz da execuÃ§Ã£o atende apenas a um imperativo legal, pois Ã© a lei e nÃ£o ele quem atribui Ã declaraÃ§Ã£o o efeito de invalidar a sentenÃ§a condenatÃ³ria, obstando-lhe a formaÃ§Ã£o da coisa julgada e a constituiÃ§Ã£o do tÃ-tulo penal executÃ³rioÂ¿ (Alberto Silva Franco et al., CÃ³digo

Penal e sua interpretaÃ§Ã£o jurisprudencial, 2. ed. SÃ£o Paulo: Revista dos Tribunais, 1987, p. 366). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vejamos jurisprudÃªncia: Â¿APELAÃÃO. RECEPTAÃÃO. PRELIMINAR RECONHECIDA DE OFÃCIO. PRESCRIÃÃO. OCORRÃNCIA. EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE. FURTO. SUBSTITUIÃÃO PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS. POSSIBILIDADE. APELO PROVIDO. 1.Considerando o quantum da pena final aplicada ao apelante Delmir Alves de Jesus Cruz (seis meses de detenÃ§Ã£o), bem como o transcurso de mais de 02 (dois) anos entre a publicaÃ§Ã£o da sentenÃ§a condenatÃ³ria atÃ© hoje, impÃµe-se a declaraÃ§Ã£o, de ofÃ-cio, de extinÃ§Ã£o da punibilidade do agente pela prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva estatal, nos termos do Art. 107, IV, Art. 109, VI, e Art. 110, Â§ 1.Âº, todos do CÃ³digo Penal. 2.Tendo em vista que o apelante Nonato Roque Bezerra da Silva preenche todos os requisitos do Art. 44, do CÃ³digo Penal, hÃ¡ de se proceder Ã substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos. 3. ApelaÃ§Ã£o que se dÃ¡ provimento.Â¿ (TJ/AC. ApelaÃ§Ã£o n.Âº 0002511-52.2009.8.01.0001. C. Crim., rel Francisco Djalma, 06.04.2015) Â¿APELAÃÃO CRIMINAL - RECEPTAÃÃO - SENTENÃA CONDENATÃRIA - IRRESIGNAÃÃO DEFENSIVA - PRETENDIDA A FORMALIZAÃÃO DE UM JUÃZO ABSOLUTÃRIO - INSUFICIÃNCIA DE PROVAS - PREJUDICIAL DE MÃRITO - OPERADA A PRESCRIÃÃO INTERCORRENTE DO DELITO DE RECEPTAÃÃO - EXTINTA A PUNIBILIDADE - RECURSO PREJUDICADO. Imperativa a declaraÃ§Ã£o a dar por extinta a punibilidade do agente mercÃª da prescriÃ§Ã£o intercorrente quando entre a publicaÃ§Ã£o da sentenÃ§a e os tempos hodiernos transcorreu lapso temporal superior ao prazo prescricional previsto em lei para o quantum da pena fixada em concreto, Ã luz dos artigos 107, IV c/c art. 110, Â§ 1.Âº, c/c art. 109, IV, todos do CÃ³digo Penal.Â¿ (TJ-MT - APL: 00057919320028110002 136958/2013, Relator: DES. ALBERTO FERREIRA DE SOUZA, Data de Julgamento: 01/07/2015, SEGUNDA CÃMARA CRIMINAL, Data de PublicaÃ§Ã£o: 06/07/2015) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo a fazer a anÃ¡lise do fato concreto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que a pena efetivamente aplicada em sede recursal Ã© de 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusÃ£o, o prazo prescricional enquadra-se no art. 109, inciso V, do CP, que estabelece o lapso temporal de 04 (quatro) anos para ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o. Entretanto o rÃ©u era menor de 21 (vinte e um anos) na data do fato, logo, em consonÃ¢ncia com o art. 115 do CPB o prazo prescricional, no presente caso, reduz pela metade, ocorrendo assim a prescriÃ§Ã£o em 02 (dois) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A prescriÃ§Ã£o, portanto, interrompida com a publicaÃ§Ã£o da sentenÃ§a condenatÃ³ria em cartÃ³rio na data de 19/06/2017 (fl. 65v.), consumou-se ao primeiro instante para o rÃ©u em 19/06/2019, antes da nova hipÃ³tese de interrupÃ§Ã£o que ocorreu com a publicaÃ§Ã£o do acÃ³rdÃ£o condenatÃ³rio recorrÃ-vel em 07/06/2021, ocorrendo a hipÃ³tese da chamada prescriÃ§Ã£o intercorrente, nos termos emoldurados no art. 110, Â§ 1Â° do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, tendo ocorrido no caso vertente a PRESCRIÃÂ¿O da pretensÃ£o punitiva do estado, nos moldes do art. 107, inciso IV c/c art. 110, Â§ 1Â°, ambos do CP e na forma do art. 61 do CPP, declaro extinta a punibilidade do rÃ©u BRUNO MIRANDA CORREA e, em consequÃªncia, extingo a presente aÃ§Ã£o penal em relaÃ§Ã£o ao mesmo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado da presente decisÃ£o providencie-se a baixa dos registros criminais do acusado e arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 11 de novembro de 2021. FlÃ¡vio SÃ¡nchez LeÃ£o Juiz de Direito Titular da 7Âª Vara Criminal PROCESSO: 00173408720198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:DIEGO LINDEMBERG SANTOS CARVALHO DENUNCIADO:ANDERSON DOS SANTOS XAVIER VITIMA:A. O. P. . Visto, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 - Considerando que os rÃ©us DIEGO LINDEMBERG SANTOS CARVALHO e ANDERSON DOS SANTOS XAVIER, devidamente citado/notificado por edital, conforme certidÃ£o acostada aos autos, nÃ£o compareceu em juÃ-zo, nem tampouco constituiu advogado, determino a suspensÃ£o do processo e do curso do prazo prescricional, com supedÂneo no art. 366 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2 - Devem os autos voltarem conclusos, se permanecida a suspensÃ£o, em 09/01/2052, em decorrÃªncia de possÃ-vel advento da prescriÃ§Ã£o, nos moldes da SÃºmula nÂº. 415 do STJ: Â¿O perÃ-odo de suspensÃ£o do prazo prescricional Ã© regulado pelo mÃ¡ximo da pena cominadaÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3 - Junte-se aos autos antecedentes criminais e dÃª-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para as providÃªncias que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 11 de novembro de 2021. Jorge Luiz Lisboa SanchesÂ Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal, respondendo pela 7Âª Vara CriminalÂ (Portaria nÂº. 3767/2021-GP, publicada no DJ nÂº. 7257 de 05/11/2021) PROCESSO: 00197266120178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:JOSE FERNANDO JOUBERT Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . PROCESSO NÂº 0019726-61.2017.8.14.0401 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos... Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1- O

MinistÃ©rio PÃºblico, no Ã¢mbito de suas atribuiÃ§Ãµes, ofereceu denÃºncia em desfavor de JOSÃ FERNANDO JOUBERT, jÃ¡ qualificado, imputando-lhe a prÃ¡tica do delito previsto no art. 306 da Lei 9503/97. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em 04/10/2018, o MinistÃ©rio PÃºblico propÃ´s suspensÃ£o do processo ao rÃ©u, pelo perÃodo de 02 anos, nos termos do art. 89, da Lei 9.099/95, que foi por ele aceita, sendo, entÃ£o, a proposta homologada pelo juÃzo (fls. 15). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimado para se manifestar acerca do descumprimento da condiÃ§Ã£o de participaÃ§Ã£o em curso de reciclagem perante o Detran, o beneficiÃ¡rio explicou que sofreu perdas familiares que lhe comprometeram a situaÃ§Ã£o financeira, ficando, por isso, impossibilitado de arcar com o curso e com o respectivo transporte (fls. 34). Â Â Â Â Â Â Â Â Por sua vez, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade do beneficiÃ¡rio, pois entendeu pela idoneidade de sua justificativa, considerando, por isso, cumprido o sursis processual (fls. 36). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo de 02 anos da prorrogaÃ§Ã£o da suspensÃ£o condicional do processo, a qual teve inÃcio em 04/10/2018, constatou-se que o rÃ©u cumpriu satisfatoriamente as condiÃ§Ãµes estipuladas no benefÃcio, consoante fls. 22-25, 34 e 36. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que o beneficiÃ¡rio apresentou justificativa idÃ´nea para o cumprimento parcial da suspensÃ£o condicional do processo, Ã© medida de justiÃ§a acatar o parecer ministerial para declarar a extinÃ§Ã£o da punibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ad argumentandum tantum, o prazo da suspensÃ£o condicional do processo finalizou durante perÃodo em que esteve suspensa a condiÃ§Ã£o de comparecimento obrigatÃ³rio em juÃzo para justificar atividades, nos termos da Portaria 001/2020 do gabinete deste JuÃzo, nÃ£o havendo o que se falar em necessidade de prorrogaÃ§Ã£o do prazo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, julgo por cumpridas as condiÃ§Ãµes fixadas no termo de suspensÃ£o condicional do processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, declaro extinta a punibilidade do nacional JOSÃ FERNANDO JOUBERT, com fulcro no art. 89, Â§ 5Âº da Lei 9.099/95. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adotem-se, as providÃªncias cabÃveis no tocante as baixas na distribuiÃ§Ã£o, autuaÃ§Ã£o e registro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 11 de novembro de 2021. Jorge Luiz Lisboa SanchesÂ Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal, respondendo pela 7Âª Vara CriminalÂ (Portaria nÂº. 3767/2021-GP, publicada no DJ nÂº. 7257 de 05/11/2021) PROCESSO: 00215130420128140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:HERIK PATRICK DOS SANTOS MARTINS Representante(s): OAB 6822 - JOSE ANTONIO SCAFF FILHO (ADVOGADO) OAB 11021 - CESAR RAMOS DA COSTA (ADVOGADO) VITIMA:J. C. O. M. AUTORIDADE POLICIAL:DPC EDER MAURO CARDOSO BARRA. Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado denunciou HERICK PATRICK DOS SANTOS MARTINS pela prÃ¡tica dos delitos dos arts. 157, Â§ 2Âº, I e II, e art. 288, parÃ¡grafo Ãºnico, do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 08/08/2011 (fl. 61). Â Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado nÃ£o foi encontrado nem mesmo em citaÃ§Ã£o editalÃcia, sendo, por isso, o processo e o curso da prescriÃ§Ã£o suspensos em 26/02/2012 (vide fls. 192 e 200-201). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 - Em anÃ¡lise dos marcos temporais do processo e conforme SÃºmula nÂº. 415 do STJ, e considerando o fato de que o denunciado era menor de 21 (vinte e um) anos ao tempo do crime, nÃ£o hÃ¡ que se falar, por ora, de ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o para o delito do art. 157, Â§ 2Âº, I e II, do CPB, devendo-se, contudo, pontuar a data de 08/08/2031 como momento inicial da extinÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado em razÃ£o do advento da prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vide SÃºmula nÂº. 415 do STJ: Â¿O perÃodo de suspensÃ£o do prazo prescricional Ã© regulado pelo mÃ¡ximo da pena cominadaÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, acautelem-se os autos em arquivo provisÃ³rio atÃ© a data de 08/08/2031 ou o comparecimento do acusado em juÃzo para fins de citaÃ§Ã£o, seja pessoalmente ou por meio de procurador habilitado, ou atÃ© mesmo pela apresentaÃ§Ã£o de novo endereÃ§o pelo MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Advindo-se qualquer dos marcos temporais, faÃ§am os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2 - Junte-se a certidÃ£o judicial criminal do denunciado e dÃª-se vista ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o sobre o que entender cabÃvel, inclusive sobre a prisÃ£o preventiva do denunciado, cujo mandado ainda nÃ£o foi cumprido (vide fls. 62). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 11 de novembro de 2021. Jorge Luiz Lisboa SanchesÂ Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal, respondendo pela 7Âª Vara CriminalÂ (Portaria nÂº. 3767/2021-GP, publicada no DJ nÂº. 7257 de 05/11/2021) PROCESSO: 00215938920178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:ODONILSON TEIXEIRA ALMEIDA VITIMA:A. S. L. C. S. D. . PROCESSO NÂº 0021593-89.2017.8.14.0401 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos... Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1- O MinistÃ©rio PÃºblico, no Ã¢mbito de suas atribuiÃ§Ãµes, ofereceu denÃºncia em desfavor de ODONILSON TEIXEIRA ALMEIDA, jÃ¡ qualificado, imputando-lhe a prÃ¡tica do delito previsto no art. 171 do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em 09/10/2019, o MinistÃ©rio PÃºblico propÃ´s

suspensÃ£o do processo ao rÃ©u, pelo perÃ-odo de 02 anos, nos termos do art. 89, da Lei 9.099/95, que foi por ele aceita, sendo, entÃ£o, a proposta homologada pelo juÃ-zo (fls. 13). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo de 02 anos da prorrogaÃ§Ã£o da suspensÃ£o condicional do processo, a qual teve inÃ-cio em 09/10/2019, constatou-se que o rÃ©u cumpriu satisfatoriamente as condiÃ§Ãµes estipuladas no benefÃ-cio, consoante fls. 38-40. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ad argumentandum tantum, o prazo da suspensÃ£o condicional do processo finalizou durante perÃ-odo em que esteve suspensa a condiÃ§Ã£o de comparecimento obrigatÃ³rio em juÃ-zo para justificar atividades, nos termos da Portaria 001/2020 do gabinete deste JuÃ-zo, nÃ£o havendo o que se falar em necessidade de prorrogaÃ§Ã£o do prazo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, julgo por cumpridas as condiÃ§Ãµes fixadas no termo de suspensÃ£o condicional do processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, declaro extinta a punibilidade do nacional ODONILSON TEIXEIRA ALMEIDA, com fulcro no art. 89, Â§ 5Âº da Lei 9.099/95. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adotem-se, as providÃªncias cabÃ-veis no tocante as baixas na distribuiÃ§Ã£o, autuaÃ§Ã£o e registro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 11 de novembro de 2021. Jorge Luiz Lisboa SanchesÂ Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal, respondendo pela 7Âª Vara CriminalÂ (Portaria nÂº. 3767/2021-GP, publicada no DJ nÂº. 7257 de 05/11/2021) PROCESSO: 00247019220188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 VITIMA:S. D. T. DENUNCIADO:LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA JUNIOR. Visto, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 - Considerando que o rÃ©u LUIZ HENRIQUE DE OLIVIERA JUNIOR, devidamente citado/notificado por edital, conforme certidÃ£o acostada aos autos, nÃ£o compareceu em juÃ-zo, nem tampouco constituiu advogado, determino a suspensÃ£o do processo e do curso do prazo prescricional, com supedÃ¢neo no art. 366 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2 - Devem os autos voltarem conclusos, se permanecida a suspensÃ£o, em 18/02/2043, em decorrÃªncia de possÃ-vel advento da prescriÃ§Ã£o, nos moldes da SÃºmula nÂº. 415 do STJ: Â¿O perÃ-odo de suspensÃ£o do prazo prescricional Ã© regulado pelo mÃ¡ximo da pena cominadaÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3 - Junte-se aos autos antecedentes criminais e dÃª-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para as providÃªncias que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 11 de novembro de 2021. Jorge Luiz Lisboa SanchesÂ Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal, respondendo pela 7Âª Vara CriminalÂ (Portaria nÂº. 3767/2021-GP, publicada no DJ nÂº. 7257 de 05/11/2021) PROCESSO: 00251366620188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:DOMINGOS RODRIGUES QUARESMA JUNIOR VITIMA:O. E. . PROCESSO NÂº 0025136-66.2018.8.14.0401 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos... Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1- O MinistÃ©rio PÃºblico, no Ã¢mbito de suas atribuiÃ§Ãµes, ofereceu denÃºncia em desfavor de DOMINGOS RODRIGO QUARESMA JUNIOR, jÃ¡ qualificado, imputando-lhe a prÃ¡tica do delito previsto no art. 306 da Lei 9503/97. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em 13/11/2019, o MinistÃ©rio PÃºblico propÃ´s suspensÃ£o do processo ao rÃ©u, pelo perÃ-odo de 02 anos, nos termos do art. 89, da Lei 9.099/95, que foi por ele aceita, sendo, entÃ£o, a proposta homologada pelo juÃ-zo (fls. 20-21). Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Defensoria PÃºblica informou que o beneficiÃ¡rio sofreu problemas de saÃºde e ficou desempregado em razÃ£o da Pandemia de Covid-19, razÃ£o pela qual nÃ£o conseguiu cumprir integralmente a reparaÃ§Ã£o do dano, juntando documentos comprobatÃ³rios de sua alegaÃ§Ã£o (fls. 49-57). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por sua vez, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade do beneficiÃ¡rio, pois entendeu pela idoneidade de sua justificativa, considerando, por isso, cumprido o sursis processual (fls. 59). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo de 02 anos da prorrogaÃ§Ã£o da suspensÃ£o condicional do processo, a qual teve inÃ-cio em 13/11/2019, constatou-se que o rÃ©u cumpriu satisfatoriamente as condiÃ§Ãµes estipuladas no benefÃ-cio, consoante fls. 31-37, 49-57 e 59. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que o beneficiÃ¡rio apresentou justificativa idÃ´nea para o cumprimento parcial da suspensÃ£o condicional do processo, Ã© medida de justiÃ§a acatar o parecer ministerial para declarar a extinÃ§Ã£o da punibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ad argumentandum tantum, o prazo da suspensÃ£o condicional do processo finalizou durante perÃ-odo em que esteve suspensa a condiÃ§Ã£o de comparecimento obrigatÃ³rio em juÃ-zo para justificar atividades, nos termos da Portaria 001/2020 do gabinete deste JuÃ-zo, nÃ£o havendo o que se falar em necessidade de prorrogaÃ§Ã£o do prazo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, julgo por cumpridas as condiÃ§Ãµes fixadas no termo de suspensÃ£o condicional do processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, declaro extinta a punibilidade do nacional DOMINGOS RODRIGO QUARESMA JUNIOR, com fulcro no art. 89, Â§ 5Âº da Lei 9.099/95. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adotem-se, as providÃªncias cabÃ-veis no tocante as baixas na distribuiÃ§Ã£o, autuaÃ§Ã£o e registro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 11 de novembro de 2021. Jorge Luiz Lisboa SanchesÂ Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal, respondendo pela 7Âª Vara CriminalÂ (Portaria nÂº. 3767/2021-GP, publicada no DJ nÂº. 7257 de 05/11/2021) PROCESSO:

00251915120178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:JOSE MARIA PEREIRA DOS SANTOS VITIMA:H. V. P. . PROCESSO NÂº 0025191-51.2017.8.14.0401 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos... Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1- O MinistÃ©rio PÃºblico, no Ã¢mbito de suas atribuiÃ§Ãµes, ofereceu denÃºncia em desfavor de JOSE MARIA PEREIRA DOS SANTOS, jÃ¡ qualificado, imputando-lhe a prÃ¡tica do delito previsto no art. 180 do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em 07/11/2019, o MinistÃ©rio PÃºblico propÃ´s suspensÃ£o do processo ao rÃ©u, pelo perÃ-odo de 02 anos, nos termos do art. 89, da Lei 9.099/95, que foi por ele aceita, sendo, entÃ£o, a proposta homologada pelo juÃ-zo (fls. 36). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo de 02 anos da prorrogaÃ§Ã£o da suspensÃ£o condicional do processo, a qual teve inÃ-cio em 07/11/2019, constatou-se que o rÃ©u cumpriu satisfatoriamente as condiÃ§Ãµes estipuladas no benefÃ-cio, consoante fls. 38-40. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ad argumentandum tantum, o prazo da suspensÃ£o condicional do processo finalizou durante perÃ-odo em que esteve suspensa a condiÃ§Ã£o de comparecimento obrigatÃ³rio em juÃ-zo para justificar atividades, nos termos da Portaria 001/2020 do gabinete deste JuÃ-zo, nÃ£o havendo o que se falar em necessidade de prorrogaÃ§Ã£o do prazo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, julgo por cumpridas as condiÃ§Ãµes fixadas no termo de suspensÃ£o condicional do processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, declaro extinta a punibilidade do nacional JOSE MARIA PEREIRA DOS SANTOS, com fulcro no art. 89, Â§ 5Âº da Lei 9.099/95. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adotem-se, as providÃªncias cabÃ-veis no tocante as baixas na distribuiÃ§Ã£o, autuaÃ§Ã£o e registro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 11 de novembro de 2021. Jorge Luiz Lisboa SanchesÂ Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal, respondendo pela 7Âª Vara CriminalÂ (Portaria nÂº. 3767/2021-GP, publicada no DJ nÂº. 7257 de 05/11/2021) PROCESSO: 00279236820188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:LAIRA PASCALE BEMUYAL GUIMARAES ASSISTENTE DE ACUSACAO:J. S. T. Representante(s): OAB 25136 - RENAN LEÃO MARINHO (ADVOGADO) VITIMA:O. E. . Visto, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 - Considerando o teor da informaÃ§Ã£o da fl. 30, cite-se a acusada no endereÃ§o ali informado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 11 de novembro de 2021. Jorge Luiz Lisboa SanchesÂ Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal, respondendo pela 7Âª Vara CriminalÂ (Portaria nÂº. 3767/2021-GP, publicada no DJ nÂº. 7257 de 05/11/2021) PROCESSO: 00285515720188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:FELIPE SILVA DA SILVA VITIMA:D. M. C. F. S. . Visto, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 - Considerando que o rÃ©u FELIPE SILVA DA SILVA, devidamente citado/notificado por edital, conforme certidÃ£o acostada aos autos, nÃ£o compareceu em juÃ-zo, nem tampouco constituiu advogado, determino a suspensÃ£o do processo e do curso do prazo prescricional, com supedÃ¢neo no art. 366 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2 - Devem os autos voltarem conclusos, se permanecida a suspensÃ£o, em 27/02/2035, em decorrÃªncia de possÃ-vel advento da prescriÃ§Ã£o, nos moldes da SÃºmula nÂº. 415 do STJ: Â¿O perÃ-odo de suspensÃ£o do prazo prescricional Ã© regulado pelo mÃ¡ximo da pena cominadaÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3 - Junte-se aos autos antecedentes criminais e dÃª-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para as providÃªncias que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 11 de novembro de 2021. Jorge Luiz Lisboa SanchesÂ Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal, respondendo pela 7Âª Vara CriminalÂ (Portaria nÂº. 3767/2021-GP, publicada no DJ nÂº. 7257 de 05/11/2021) PROCESSO: 00296430720178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:ALEANDRES DA SILVA ALMEIDA Representante(s): OAB 9689 - SYDNEY DA SILVA SALES (ADVOGADO) VITIMA:C. G. L. A. . Visto, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 - Considerando que o rÃ©u ALEANDRES DA SILVA ALMEIDA, devidamente citado/notificado por edital, conforme certidÃ£o acostada aos autos, nÃ£o compareceu em juÃ-zo, nem tampouco constituiu advogado, determino a suspensÃ£o do processo e do curso do prazo prescricional, com supedÃ¢neo no art. 366 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2 - Devem os autos voltarem conclusos, se permanecida a suspensÃ£o, em 02/10/2059, em decorrÃªncia de possÃ-vel advento da prescriÃ§Ã£o, nos moldes da SÃºmula nÂº. 415 do STJ: Â¿O perÃ-odo de suspensÃ£o do prazo prescricional Ã© regulado pelo mÃ¡ximo da pena cominadaÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3 - Junte-se aos autos antecedentes criminais e dÃª-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para as providÃªncias que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 11 de novembro de 2021. Jorge Luiz Lisboa SanchesÂ Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal, respondendo pela 7Âª Vara CriminalÂ (Portaria nÂº. 3767/2021-GP, publicada no DJ nÂº. 7257 de 05/11/2021) PROCESSO: 00298117220188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A):

JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:GILBER ANSELMO PIMENTEL. Visto, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 - Considerando que o rÃ©u GILBERT ANSELMO PIMENTEL, devidamente citado/notificado por edital, conforme certidÃ£o acostada aos autos, nÃ£o compareceu em juÃ-zo, nem tampouco constituiu advogado, determino a suspensÃ£o do processo e do curso do prazo prescricional, com supedÃ¢neo no art. 366 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2 - Devem os autos voltarem conclusos, se permanecida a suspensÃ£o, em 26/02/2035, em decorrÃªncia de possÃ-vel advento da prescriÃ§Ã£o, nos moldes da SÃºmula nÂº. 415 do STJ: Â¿O perÃ-odo de suspensÃ£o do prazo prescricional Ã© regulado pelo mÃ¡ximo da pena cominadaÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3 - Junte-se aos autos antecedentes criminais e dÃª-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para as providÃªncias que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 11 de novembro de 2021. Jorge Luiz Lisboa SanchesÂ Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal, respondendo pela 7Âª Vara CriminalÂ (Portaria nÂº. 3767/2021-GP, publicada no DJ nÂº. 7257 de 05/11/2021)

**SECRETARIA DA 10ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL**

RESENHA: 05/11/2021 A 11/11/2021 - SECRETARIA DA 10ª VARA CRIMINAL DE BELEM - VARA: 10ª VARA CRIMINAL DE BELEM PROCESSO: 00015897920118140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON ALCANTARA VEIGA DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/11/2021 DENUNCIADO:RAIMUNDO AFONSO BENTES GONCALVES Representante(s): OAB 4378 - FRANCISCO DE ASSIS SANTOS GONCALVES (ADVOGADO) VITIMA:O. B. N. F. AUTORIDADE POLICIAL:CARLOS ALBERTO ANTUNES LIMA - DELEGADO PC. ATO ORDINATÃRIO R. h. Em conformidade com os ditames do Provimento nÂº. 006/2006-CJRMB e das disposiÃ§Ãµes contidas no art. 1Âº., Â§1Âº., e art. 10, V, da Portaria Conjunta nÂº. 5/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, e em cumprimento Ã determinaÃ§Ã£o do JuÃ-zo constante nestes autos no despacho nÂº. 20210180264421 (fl. 93), fica designado o dia 28 de JANEIRO de 2022 Ã s 11:30Â horas para a realizaÃ§Ã£o de AUDIÊNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO, devendo as providÃªncias necessÃ¡rias serem ultimadas, nos termos do supracitado despacho. BelÃ©m/PA, 05 de novembro de 2021. Jefferson AlcÃ¢ntara Veiga de Oliveira Analista JudiciÃ¡rio - 10Âª. Vara Criminal de BelÃ©m/PA PROCESSO: 00026355020208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON ALCANTARA VEIGA DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/11/2021 DENUNCIADO:ERIC FERNANDO SOUZA PEREIRA Representante(s): OAB 14364 - VIVIAN RUTH VIRGOLINO MOREIRA (ADVOGADO) OAB 13676 - JOBER SANTA ROSA FARIAS VEIGA (ADVOGADO) OAB 2613 - BERNADETE SANTA ROSA FARIAS VEIGA (ADVOGADO) OAB 14169 - JOAO BOSCO PINHEIRO LOBATO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 18339 - JOEL RIBEIRO VEIGA (ADVOGADO) DENUNCIADO:YANN PORTO DE OLIVEIRA VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIANTE:SEGUNDA (02) PROMOTORIA DE JUSTICA/ENTORPECENTES. ATO ORDINATÃRIO R. h. Em conformidade com os ditames do Provimento nÂº. 006/2006-CJRMB e das disposiÃ§Ãµes contidas no art. 1Âº., Â§1Âº., e art. 10, V, da Portaria Conjunta nÂº. 5/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, e em cumprimento Ã determinaÃ§Ã£o do JuÃ-zo constante nestes autos na decisÃ£o nÂº. 20210204169004 (fls. 24/25), fica designado o dia 12 de SETEMBRO de 2022 Ã s 11:00Â horas para a realizaÃ§Ã£o de AUDIÊNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO, devendo as providÃªncias necessÃ¡rias serem ultimadas, nos termos da supracitada decisÃ£o. BelÃ©m/PA, 05 de novembro de 2021. Jefferson AlcÃ¢ntara Veiga de Oliveira Analista JudiciÃ¡rio - 10Âª. Vara Criminal de BelÃ©m/PA PROCESSO: 00152346020168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON ALCANTARA VEIGA DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/11/2021 DENUNCIADO:GERALDO ARAUJO OLIVEIRA Representante(s): OAB 18605 - MOACIR NEPOMUCENO MARTINS JUNIOR (ADVOGADO) VITIMA:O. E. . ATO ORDINATÃRIO R. h. Em conformidade com os ditames do Provimento nÂº. 006/2006-CJRMB e das disposiÃ§Ãµes contidas no art. 1Âº., Â§1Âº., e art. 10, V, da Portaria Conjunta nÂº. 5/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, e em cumprimento Ã determinaÃ§Ã£o do JuÃ-zo constante nestes autos na decisÃ£o de nÂº. 20210187092639 (fl. 65), fica designado o dia 20 de JUNHO de 2022 Ã s 09:00Â horas para a realizaÃ§Ã£o de AUDIÊNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO, devendo as providÃªncias necessÃ¡rias serem ultimadas, nos termos da supracitada decisÃ£o. BelÃ©m/PA, 05 de novembro de 2021. Jefferson AlcÃ¢ntara Veiga de Oliveira Analista JudiciÃ¡rio - 10Âª. Vara Criminal de BelÃ©m/PA PROCESSO: 00184618720188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON ALCANTARA VEIGA DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/11/2021 DENUNCIADO:ARISTOTELES SANTOS DE SOUZA VITIMA:A. C. F. S. . ATO ORDINATÃRIO R. h. Em conformidade com os ditames do Provimento nÂº. 006/2006-CJRMB e das disposiÃ§Ãµes contidas no art. 1Âº., Â§1Âº., e art. 10, V, da Portaria Conjunta nÂº. 5/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, e em cumprimento Ã determinaÃ§Ã£o do JuÃ-zo constante nestes autos na decisÃ£o nÂº. 20210204289090 (fls. 34/35), fica designado o dia 15 de JUNHO de 2022 Ã s 09:00Â horas para a realizaÃ§Ã£o de AUDIÊNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO, devendo as providÃªncias necessÃ¡rias serem ultimadas, nos termos da supracitada decisÃ£o. BelÃ©m/PA, 05 de novembro de 2021. Jefferson AlcÃ¢ntara Veiga de Oliveira Analista JudiciÃ¡rio - 10Âª. Vara Criminal de BelÃ©m/PA PROCESSO: 00058806920208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON ALCANTARA VEIGA DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:EZEQUIAS GABRIEL DUARTE VALE DENUNCIADO:LEONARDO PANTOJA DOS SANTOS DENUNCIANTE:SEGUNDA PROMOTORIA DE JUSTICA/ENTORPECENTES. ATO ORDINATÃRIO R. h.

Em conformidade com os ditames do Provimento nÂº. 006/2006-CJRMB e das disposiÃ§Ãµes contidas no art. 1Âº., Â§1Âº., e art. 10, V, da Portaria Conjunta nÂº. 5/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, e em cumprimento Ã determinaÃ§Ã£o do JuÃ-zo constante nestes autos na decisÃ£o nÂº. 20210204230793 (fl. 22), fica designado o dia 14 de SETEMBRO de 2022 Ã s 11:00Â horas para a realizaÃ§Ã£o de AUDIÃNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO, devendo as providÃªncias necessÃ¡rias serem ultimadas, nos termos da supracitada decisÃ£o. BelÃ©m/PA, 08 de novembro de 2021. Jefferson AlcÃ¢ntara Veiga de Oliveira Analista JudiciÃ¡rio - 10Âª. Vara Criminal de BelÃ©m/PA PROCESSO: 00075594120198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SANDRA MARIA FERREIRA CASTELO BRANCO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021 DENUNCIADO:PAULO ANDRE RABELO FERNANDES Representante(s): OAB 7236 - JORGE LUIZ REGO TAVARES (ADVOGADO) DENUNCIADO:CASSIO JOSE RABELO FERNANDES Representante(s): OAB 7236 - JORGE LUIZ REGO TAVARES (ADVOGADO) VITIMA:B. B. S. . Processo nÂº: 0007559-41.2019.8.14.0401 Autor: JustiÃ§a PÃºblica Estadual Denunciado: Paulo AndrÃ© Rabelo Fernandes " Cassio JosÃ© Rabelo dos Santos. CapitulaÃ§Ã£o ProvisÃ³ria: Art. 171, caput, c/c art. 14, II e art. 339, caput, c/c art. 69; art. 171, caput, c/c art. 14, II, todos do CP. Despacho: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Recebi hoje, Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em face Ã manifestaÃ§Ã£o do rÃ©u Ã s fls. 160/161, torno sem efeito o despacho de fls. 159, e determino Ã Secretaria desta Unidade Judicial para que coloque o referido processo em pauta. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m-ParÃ¡, 08 de novembro de 2021 SANDRA MARIA FERREIRA CASTELO BRANCO JuÃ-za de Direito Titular da 10Âª VCB PROCESSO: 00190796120208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON ALCANTARA VEIGA DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021 VITIMA:H. L. S. DENUNCIADO:EMINELSON LEAL DE MORAES. ATO ORDINATÃRIO R. h. Em conformidade com os ditames do Provimento nÂº. 006/2006-CJRMB e das disposiÃ§Ãµes contidas no art. 1Âº., Â§1Âº., e art. 10, V, da Portaria Conjunta nÂº. 5/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, e em cumprimento Ã determinaÃ§Ã£o do JuÃ-zo constante nestes autos no despacho nÂº. 20210222899704 (fl. 21), fica designado o dia 23 de MAIO de 2022 Ã s 09:00Â horas para a realizaÃ§Ã£o de AUDIÃNCIA DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO, devendo as providÃªncias necessÃ¡rias serem ultimadas, nos termos do supracitado despacho. BelÃ©m/PA, 08 de novembro de 2021. Jefferson AlcÃ¢ntara Veiga de Oliveira Analista JudiciÃ¡rio - 10Âª. Vara Criminal de BelÃ©m/PA PROCESSO: 00219742920198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON ALCANTARA VEIGA DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021 DENUNCIADO:MARIA CAROLINA TELLES NUNES Representante(s): OAB 1111111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) DENUNCIADO:MAYKCON CORREA MAIA VITIMA:R. H. M. P. . ATO ORDINATÃRIO R. h. Em conformidade com os ditames do Provimento nÂº. 006/2006-CJRMB e das disposiÃ§Ãµes contidas no art. 1Âº., Â§1Âº., e art. 10, V, da Portaria Conjunta nÂº. 5/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, e em cumprimento Ã determinaÃ§Ã£o do JuÃ-zo constante nestes autos na decisÃ£o nÂº. 20210142701365 (fls. 39/40), fica designado o dia 14 de SETEMBRO de 2022 Ã s 12:00Â horas para a realizaÃ§Ã£o de AUDIÃNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO, devendo as providÃªncias necessÃ¡rias serem ultimadas, nos termos da supracitada decisÃ£o. BelÃ©m/PA, 08 de novembro de 2021. Jefferson AlcÃ¢ntara Veiga de Oliveira Analista JudiciÃ¡rio - 10Âª. Vara Criminal de BelÃ©m/PA PROCESSO: 00253133020188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SANDRA MARIA FERREIRA CASTELO BRANCO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021 VITIMA:S. S. L. DENUNCIADO:ANDRE REYLSON LIMA MOURA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. Processo nÂº 0025313-30.2018.8.14.0401 Â Â Â Â Â Â Â Recebi hoje., Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de JustificaÃ§Ã£o Judicial de ExistÃªncia de Fato protocolado pela Defensoria PÃºblica do Estado do ParÃ¡ em representaÃ§Ã£o ao Sr. AndrÃ© Reylson Lima Moura. Â Â Â Â Â Â Â Aduz o justificante que o denunciado nos presentes autos utilizou indevidamente seus dados pessoais no momento de sua prisÃ£o em flagrante de modo que todo o processo seguiu contra pessoa que se identificava como sendo o justificante e tal fato tem lhe acarretado prejuÃ-zos, atÃ© mesmo porque houve a prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a condenatÃ³ria em seu nome, quando nunca nem sequer foi preso por qualquer crime. Â Â Â Â Â Â Â O justificante pleiteia seja, inicialmente, suspensa a expediÃ§Ã£o da Guia de Recolhimento e de Mandado de PrisÃ£o que porventura tenha sido determinada, bem como a realizaÃ§Ã£o de exames periciais a fim de comprovar que nÃ£o Ã© a pessoa que foi presa em flagrante e que originou o presente processo. Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Inicialmente, determino que os documentos de fls. 50/68 sejam autuados em autos apartados, visto que se trata de um incidente processual, bem como seja o mesmo inserido no PJE. Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista a gravidade dos fatos expostos na petiÃ§Ã£o protocolada pela Defensoria PÃºblica,

determino: 1-Â Â Â Â Â A imediata suspensÃ£o do processo e da execuÃ§Ã£o das disposiÃ§Ãµes contidas na sentenÃ§a condenatÃ³ria de fls. 44/48; 2-Â Â Â Â Â Seja concedida vista dos autos ao RMP, para manifestaÃ§Ã£o no prazo de 05 (cinco) dias. Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se com as cautelas da Lei e com URGÊNCIA. Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 13 de outubro de 2021. SANDRA MARIA FERREIRA CASTELO BRANCO JuÃ-za de Direito Titular da 10Âª Vara Criminal de BelÃ©m PROCESSO: 00179421520188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON ALCANTARA VEIGA DE OLIVEIRA A??o: Conflito de Jurisdição em: 09/11/2021 QUERELANTE:MARIA DAS GRACAS FERREIRA DE MIRANDA QUERELANTE:ELIZABETH FERREIRA DE MIRANDA Representante(s): DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) QUERELADO:JOAO ENGELHARD CARDOSO FERREIRA Representante(s): OAB 17301 - EDIVALDO GRAIM DE MATOS (ADVOGADO) OAB 22485 - CINTIA LETICIA BENDELACK DIAS (ADVOGADO) . DELIBERAÃÃO EM AUDIÊNCIA: 1) Ante o exposto, designo audiÃªncia para o dia 04 de MARÃO de 2022 Ã s 10:30 horas; 2) Intimem-se pessoalmente a querelante ELIZABETH FERREIRA DE MIRANDA, as testemunhas arroladas pela acusaÃ§Ã£o PAULO SÃRGIO CALDAS CASTRO e JOÃO JOSÃ DOS SANTOS BAIA, e as testemunhas arroladas pela defesa CARLOS EDUARDO COSTA RODRIGUES e ROSA MARIA CARDOSO FERREIRA para a audiÃªncia designada no item â1â; 3) Cientes e intimados os participantes presentes, que deverÃ£o comparecer Ã audiÃªncia designada no item â1â independentemente de intimaÃ§Ã£o. Cumpra-se. PROCESSO: 00179421520188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SANDRA MARIA FERREIRA CASTELO BRANCO A??o: Conflito de Jurisdição em: 09/11/2021 QUERELANTE:MARIA DAS GRACAS FERREIRA DE MIRANDA QUERELANTE:ELIZABETH FERREIRA DE MIRANDA Representante(s): DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) QUERELADO:JOAO ENGELHARD CARDOSO FERREIRA Representante(s): OAB 17301 - EDIVALDO GRAIM DE MATOS (ADVOGADO) OAB 22485 - CINTIA LETICIA BENDELACK DIAS (ADVOGADO) . DELIBERAÃÃO EM AUDIÊNCIA: 1) Ante o exposto, designo audiÃªncia para o dia 04 de MARÃO de 2022 Ã s 10:30 horas; 2) Intimem-se pessoalmente a querelante ELIZABETH FERREIRA DE MIRANDA, as testemunhas arroladas pela acusaÃ§Ã£o PAULO SÃRGIO CALDAS CASTRO e JOÃO JOSÃ DOS SANTOS BAIA, e as testemunhas arroladas pela defesa CARLOS EDUARDO COSTA RODRIGUES e ROSA MARIA CARDOSO FERREIRA para a audiÃªncia designada no item â1â; 3) Cientes e intimados os participantes presentes, que deverÃ£o comparecer Ã audiÃªncia designada no item â1â independentemente de intimaÃ§Ã£o. Cumpra-se. PROCESSO: 00182698620208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SANDRA MARIA FERREIRA CASTELO BRANCO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 DENUNCIADO:ROGERIO CARLOS DA COSTA RODRIGUES VITIMA:D. C. R. . DELIBERAÃÃO EM AUDIÊNCIA: 1) Diante do exposto, vistas ao M.P. para que se manifeste acerca do denunciado ROGÃRIO CARLOS DA COSTA RODRIGUES, devendo levar em consideraÃ§Ã£o as certidÃµes de tentativa de intimaÃ§Ã£o juntadas aos autos; 2) Apresentada a manifestaÃ§Ã£o do M.P., conclusos; 3) Cientes os participantes. Cumpra-se. PROCESSO: 00299136020198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SANDRA MARIA FERREIRA CASTELO BRANCO A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 09/11/2021 QUERELANTE:RIVANY RAMOS IWAMOTO Representante(s): OAB 15456 - LORENA BRITO AMORAS (ADVOGADO) OAB 23552 - ROMULO AUGUSTO DE SALES AMORAS (ADVOGADO) QUERELADO:MARIA DE NAZARE RUSSO RAMOS Representante(s): OAB 22630 - ANGELA RODRIGUES CAXIAS (ADVOGADO) . DELIBERAÃÃO EM AUDIÊNCIA: 1) Diante do exposto, destacando que a conciliaÃ§Ã£o pode ser efetivada atÃ© antes da sentenÃ§a, recebo a queixa-crime de fls. 08/12 e determino o prosseguimento da aÃ§Ã£o abrindo prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 396 do CPP, para que a Querelada apresente resposta Ã queixa-crime por escrito nos termos da lei. 2) Apresentada a resposta, venham-me os autos conclusos; 3) Defiro o pedido da parte Querelante e, portanto, determino que seja oficiado ao CPC âRenato Chavesâ para que proceda a remessa, no prazo mÃ¡ximo de 15 (quinze) dias, do laudo da perÃ-cia requisitada pela Autoridade Policial Ã fl. 22 dos autos do IPL em apenso; 4) Cientes os participantes. Cumpra-se. PROCESSO: 00005627620188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SANDRA MARIA FERREIRA CASTELO BRANCO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:ANTONIO CARVALHO LOBO Representante(s): OAB 3985 - CARLOS ANTONIO DA SILVA FIGUEIREDO (ADVOGADO) OAB 7095 - LETICIA MARTINS BITAR DE MORAES (ADVOGADO) OAB 4577 - FRANCIMAR BENTES GOMES (ADVOGADO) DENUNCIADO:ANTONIO VALLINOTO NETO Representante(s): OAB 3985 - CARLOS ANTONIO DA SILVA FIGUEIREDO (ADVOGADO) VITIMA:L. B. P. C. DENUNCIADO:CLOVIS MODESTO FIGUEIREDO Representante(s): OAB 3985 - CARLOS ANTONIO DA SILVA FIGUEIREDO (ADVOGADO) OAB 7095 - LETICIA MARTINS BITAR DE MORAES

(ADVOGADO) OAB 4577 - FRANCIMAR BENTES GOMES (ADVOGADO) . DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: 1) Diante do exposto, designo audiÃªncia para o dia 18 de MARÃO de 2022 Ã s 09:00 horas; 2) Conforme declarado no ato, a Defesa de AntÃ´nio Carvalho Lobo se compromete a apresentar a testemunha EVERTON SOARES DOS SANTOS para participar da audiÃªncia designada no item â1â, independentemente de intimaÃ§Ã£o; 3) Cientes e intimados presentes de que deverÃ£o comparecer Ã audiÃªncia designada no item â1â independentemente de intimaÃ§Ã£o. Cumpra-se. PROCESSO: 00006241920188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SANDRA MARIA FERREIRA CASTELO BRANCO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:DIOGO ATAIDE PONTES Representante(s): OAB 26433 - JENNIFER ALMEIDA DA SILVA (ADVOGADO) . DECISÃO: Â¿Tendo em vista o acima articulado e a aceitaÃ§Ã£o manifestada pelo (a) rÃ©u (rÃ©) e seu defensor (a) nos termos do artigo 89 e seus parÃ¡grafos, da Lei n.Âº 9.099/95, ACOLHO a proposta do MinistÃ©rio PÃºblico e SUSPENDO O PROCESSO, pelo prazo de dois (02) anos, com as seguintes condiÃ§Ãµes: Â¿a) fica o(a) beneficiado(a) proibido(a) de se ausentar da Comarca onde reside, por perÃ-odo superior a 08 (oito) dias sem comunicaÃ§Ã£o ao JuÃ-zo; b) deve o(a) beneficiado(a) comparecer trimestralmente em JuÃ-zo, para informar e justificar suas atividades; c) proibiÃ§Ã£o de portar armas de qualquer espÃ©cie. Comparecer a todos os atos para os quais estiver intimado. Cientes os presentes. Homologo a renÃºncia do prazo recursal, requerido pelas partes. Anote-se, oportunamente, o nome do beneficiado no livro de registro. Em cumprimento ao PROVIMENTO N.Âº 03/2007-CJRMB, EXPEÃA-SE CARTA DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÃÃES ACIMA CONSIGNADAS ao JUÃZO DA VARA DE PENAS ALTERNATIVAS, PARA CUMPRIMENTO E FISCALIZAÃÃO DAS MEDIDAS IMPOSTAS ao beneficiado. Cumprido. Certifique-se. Retorne ao JuÃ-zo de Origem. Para ExtinÃ§Ã£o, baixa e Arquivamento do feito. PROCESSO: 00262114320188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: G. N. G. N. Representante(s): OAB 13983 - RODRIGO TAVARES GODINHO (ADVOGADO) OAB 15677 - LUIZ DE GONZAGA RODRIGUES MALCHER (ADVOGADO) VITIMA: P. M. F. V. PROCESSO: 00262114320188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: G. N. G. N. Representante(s): OAB 13983 - RODRIGO TAVARES GODINHO (ADVOGADO) OAB 15677 - LUIZ DE GONZAGA RODRIGUES MALCHER (ADVOGADO) VITIMA: P. M. F. V.

**SECRETARIA DA 13ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL**

RESENHA: 10/11/2021 A 12/11/2021 - SECRETARIA DA 13ª VARA CRIMINAL DE BELEM - VARA: 13ª VARA CRIMINAL DE BELEM PROCESSO: 00292305720188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRO OZANAN A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIADO:CARLOS IAVE FURTADO DE ARAUJO Representante(s): OAB 19690 - ROMULO PALHA ROSSAS NOVAES (ADVOGADO) OAB 22596 - RAFAEL MELO DE SOUSA (ADVOGADO) OAB 28431 - RENATA DE ANDRADE RAMOS LOURENCO (ADVOGADO) DENUNCIADO:ANTONIO MORAIS LIRA JUNIOR Representante(s): OAB 19690 - ROMULO PALHA ROSSAS NOVAES (ADVOGADO) OAB 22596 - RAFAEL MELO DE SOUSA (ADVOGADO) OAB 28431 - RENATA DE ANDRADE RAMOS LOURENCO (ADVOGADO) VITIMA:E. P. F. PROMOTOR:SEGUNDA PROMOTORIA DE CRIMES CONTRA ORDEM TRIBUTARIA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ 13Âª VARA CRIMINAL DE BELÃM, PRIVATIVA DE CRIMES CONTRA O CONSUMIDOR E A ORDEM TRIBUTÃRIA Processo nÂº: 0029230.57.2018.8.14.0401 TERMO DE AUDIÊNCIA Aos 11 (onze) dias do mÃªs de outubro de 2021, nesta cidade de BelÃ©m, Estado do ParÃ¡, no FÃ³rum Criminal, na sala de audiÃªncias do JuÃ-zo da 13Âª Vara Criminal de BelÃ©m, privativa de Crimes contra o Consumidor e a Ordem TributÃ¡ria, Ã s 09:00 horas. JuÃ-za de Direito: Dr. ALESSANDRO OZANAN MinistÃ©rio PÃºblico: Dra. MARCIA BEATRIZ REIS Advogado(a): Dr. FILIPE KENNEDY SILVA SOUTO OAB/PA 26.988 RÃ©us: ANTONIO MORAES LIRA JUNIOR (presente) CARLOS IAVE FURTADO DE ARAUJO Testemunha(s) arrolada(s) pelo MinistÃ©rio PÃºblico: ROSILENE DUARTE LIMA E LIMA (oitiva fls. 171) Testemunha(s) arrolada(s) pela Defesa: JANI MARTINS FARIA (presente) Realizado o pregÃ£o como de praxe, conforme epigrafado, foi aberta audiÃªncia, realizada por meio audiovisual (Art. 405, Â§1Âº, do CÃ³digo de Processo Penal), constando em anexo. TESTEMUNHA ARROLADA PELA DEFESA: JANI MARTINS FARIA. Testemunha advertida e compromissado na forma da lei. O depoimento da testemunha serÃ¡ gravado mediante recurso audiovisual, armazenado no gabinete e no servidor do Tribunal de JustiÃ§a, disponÃ-vel Ã s partes. INTERROGATÃRIO DO ACUSADO: Qual o seu nome: ANTONIO MORAES LIRA JUNIOR CPF: 607.365.931-87 RG nÂº 3293589 SSP/PA Qual a sua filiaÃ§Ã£o: Ana Rosa Teixeira Lira Possui tÃ-tulo de eleitor: Sim EndereÃ§o: Rua JosÃ© Belo, nÂº 410, Setor Oeste, RedenÃ§Ã£o â PA. A defesa do acusado apresentou nos autos, questÃ£o prejudicial heterogÃªnea, pleiteando a suspensÃ£o da presente aÃ§Ã£o penal, na forma do art. 93, do CPP, visto que o AINF nÂº 072012510000197-8 que dÃ¡ suporte Ã denÃºncia Ã© objeto de AÃ§Ã£o AnulatÃ³ria, em curso na 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de RedenÃ§Ã£o-PA (processo nÂº 0800808-06.2019.8.14.0045). O MinistÃ©rio PÃºblico, se manifestou favorÃ¡vel Ã suspensÃ£o da presente aÃ§Ã£o penal. Por todo o exposto, SUSPENDO O PROCESSO E O PRAZO PRESCRICIONAL, com fundamento no Art. 93, Â§Â§ 1Âº e 3Âº do CPP e art. 116, inciso I do CP, pelo prazo de 12 meses. PermaneÃ§am os autos acautelados em Secretaria pelo perÃ-odo supracitado. Escoado o prazo, remetam-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. Deve ainda a Secretaria expedir ofÃ-cio Ã 1Âº Vara CÃ-vel e Empresarial de RedenÃ§Ã£o-PA informando acerca da suspensÃ£o dos presentes autos em virtude da tramitaÃ§Ã£o no referido juÃ-zo, de AÃ§Ã£o OrdinÃ¡ria referente ao crÃ©dito tributÃ¡rio sob Ainf. nÂº 072012510000197-8. E como nada mais foi dito, Alice Azevedo, estagiÃ¡ria da 13Âª Vara Criminal de BelÃ©m, privativa de Crimes contra o Consumidor e a Ordem TributÃ¡ria, o digitei. ALESSANDRO OZANAN Juiz de Direito

**SECRETARIA DA 3ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER**

RESENHA: 10/11/2021 A 11/11/2021 - SECRETARIA DA 3ª VARA DE JUIZADO VIOL DOMEST/FAM - MULHER DE BELEM - VARA: 3ª VARA DE JUIZADO VIOL DOMEST/FAM -MULHER DE BELEM PROCESSO: 00002511720208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:RAIMUNDO NONATO DA SILVA PADILHA VITIMA:L. D. P. D. . CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 10 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razÃ£o do trÃ¢nsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 10 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00007690720208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:LEONEL DA SILVA DOS PRAZERES VITIMA:J. B. R. C. . SENTENÃA: Vistos etc. O representante do MinistÃ©rio PÃºblico ofereceu denÃºncia em face de LEONEL DA SILVA DOS PRAZERES, jÃ¡ qualificado nos autos, pela suposta prÃ¡tica de fato previsto no Ã¢mbito da Lei 11.340/2006, tendo como vÃ-tima JOSILENE BELEM REIS DA COSTA. Resposta Ã acusaÃ§Ã£o apresentada pela Defensoria PÃºblica. Durante a instruÃ§Ã£o processual, diante do nÃ£o comparecimento de testemunhas, o ÃrgÃ£o Ministerial requereu desistÃªncia da(s) oitiva(s) da vÃ-tima e da(s) testemunha(s) arrolada(s) na peÃ§a acusatÃ³ria, o que foi homologado por este JuÃ-zo. O rÃ©u deixou de comparecer na audiÃªncia, razÃ£o pela qual nÃ£o foi interrogado, sendo determinado o prosseguimento do feito sem a sua presenÃ§a, nos moldes do disposto no art. 367 do CPP. Encerrada a instruÃ§Ã£o criminal, o MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa pugnaram pela absolviÃ§Ã£o. Relatado o suficiente. DECIDO. Entendo assistir razÃ£o Ã s partes, uma vez que a vÃ-tima, maior interessada na comprovaÃ§Ã£o dos fatos descritos na inicial, nÃ£o compareceu em JuÃ-zo, nÃ£o havendo, portanto, como ratificar o seu depoimento prestado na Delegacia. Por outro lado, o rÃ©u tambÃ©m nÃ£o compareceu para apresentar sua versÃ£o dos fatos. Assim, verifico que nÃ£o existem provas aptas a ratificar os termos da DenÃºncia. Embora o ÃrgÃ£o Ministerial tenha atuado no sentido de comprovar os fatos alegados na peÃ§a de ingresso, nÃ£o se tem como atribuir ao rÃ©u a prÃ¡tica a autoria dos fatos constantes na denÃºncia, pela ausÃªncia de provas suficientes para uma condenaÃ§Ã£o, razÃ£o pela qual, outro desfecho nÃ£o hÃ¡, a nÃ£o ser a absolviÃ§Ã£o. Pelo exposto, julgo improcedente a denÃºncia e, com fundamento no art. 386, inciso VII do CPP, ABSOLVO o rÃ©u, LEONEL DA SILVA DOS PRAZERES, jÃ¡ qualificado, da imputaÃ§Ã£o que lhe fora atribuÃ-da. SentenÃ§a proferida em audiÃªncia. Intimados os presentes. Com o trÃ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE os autos, dando-se baixa. BelÃ©m (PA), 10 de novembro de 2021, OtÃ¡vio dos Santos Albuquerque. Juiz de Direito. PROCESSO: 00007864320208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 10/11/2021 VITIMA:E. S. M. DENUNCIADO:EDMILSON SENA DOS SANTOS Representante(s): OAB 5382 - PAULO OLIVEIRA (ADVOGADO) . SENTENÃA: Vistos etc. O representante do MinistÃ©rio PÃºblico ofereceu denÃºncia em face de EDMILSON SENA DOS SANTOS, jÃ¡ qualificado nos autos, pela suposta prÃ¡tica dos crimes de lesÃ£o corporal e ameaÃ§a, no dia 03/11/2019, contra Erinete de Souza Miranda. O acusado, citado, apresentou resposta escrita, por meio de seu advogado particular. Em audiÃªncia, tanto o Ã³rgÃ£o ministerial quanto a Defesa desistiram das oitivas da vÃ-tima e da testemunha arrolada no processo, uma vez que, intimadas, nÃ£o compareceram ao ato, tendo o rÃ©u permanecido em silÃªncio quando do seu interrogatÃ³rio. Encerrada a instruÃ§Ã£o criminal, o MinistÃ©rio PÃºblico e a defesa pugnaram pela absolviÃ§Ã£o do acusado. Ã o relatÃ³rio. DECIDO. NÃ£o hÃ¡ preliminares a serem apreciadas. Assiste razÃ£o Ã s partes ao pugnarem pela absolviÃ§Ã£o do rÃ©u, eis que, como bem sustentou a acusaÃ§Ã£o, nÃ£o restou suficientemente comprovada a ocorrÃªncia das infraÃ§Ãµes penais. Com efeito, durante a instruÃ§Ã£o processual, nÃ£o foram produzidas provas uma vez que nem mesmo a vÃ-tima, a maior interessada na comprovaÃ§Ã£o dos fatos descritos na inicial, nÃ£o compareceu em juÃ-zo para ratificar o seu depoimento prestado na delegacia. Da mesma forma, o rÃ©u em nada contribuiu para elucidaÃ§Ã£o dos fatos, uma vez que se

quedou silente no seu interrogatÃ³rio. Assim, verifico que nÃ£o existem provas aptas a ratificar os termos da DenÃºncia. Embora o Ã³rgÃ£o ministerial tenha atuado no sentido de comprovar os fatos alegados na peÃ§a de ingresso, nÃ£o se tem como atribuir ao rÃ©u a prÃ¡tica das referidas condutas pela ausÃªncia de provas aptas a ensejarem uma condenaÃ§Ã£o, razÃ£o pela qual, outro desfecho nÃ£o se terÃ¡ a nÃ£o ser a absolviÃ§Ã£o. Pelo exposto, julgo improcedente a denÃºncia e, com fundamento no art. 386, inciso VII, do CÃ³digo de Processo Penal, ABSOLVO o rÃ©u, EDMILSON SENA DOS SANTOS, jÃ¡ qualificado, da imputaÃ§Ã£o que lhe foi feita. SentenÃ§a proferida em audiÃªncia. Intimados os presentes. Com o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos, dando-se baixa. BelÃ©m, 10 de novembro de 2021, OtÃ¡vio dos Santos Albuquerque. Juiz de Direito. PROCESSO: 00018092420208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:TELL JUNIOR LOPES FONTES VITIMA:E. C. M. F. . DELIBERAÃÃO: 1. Defiro os pedidos formulados em audiÃªncia. DÃª-se vista dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para se manifestar sobre as ausÃªncias da vÃ-tima e da(s) testemunha(s) arroladas na denÃºncia. 2. Retornando os autos com a manifestaÃ§Ã£o ministerial, caso insista em suas oitivas, intimem-se na forma requerida pelo Parquet. 3. Sem prejuÃ-zo, remarco esta audiÃªncia de instruÃ§Ã£o para o dia 23 de MARÃO de 2021, Ã s 10h00. 4. Fica desde jÃ¡ autorizado o cumprimento do(s) mandado(s) em regime de plantÃ£o/urgÃªncia. 5. EXPEÃA-SE novo Mandado de IntimaÃ§Ã£o ao acusado, advertindo-se que a diligÃªncia poderÃ¡ ser realizada fora do horÃ¡rio de expediente forense, nos termos do art. 212, Â§2Âº, do CPC. 6. Intimados os presentes. BelÃ©m (PA), 10 de novembro de 2021, Dr. OtÃ¡vio dos Santos Albuquerque. Juiz de Direito. PROCESSO: 00021661620208145150 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 10/11/2021 REQUERENTE:SYONE MARQUES COSTA REQUERIDO:LUA CESAR DOS SANTOS. CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 10 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razÃ£o do trÃ¢nsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 10 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00025409820128140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 10/11/2021 VITIMA:A. C. E. S. B. DENUNCIADO:LUIS AUGUSTO FERREIRA CAMPOS. CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 10 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razÃ£o do trÃ¢nsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 10 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00048612820208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 10/11/2021 VITIMA:E. P. G. DENUNCIADO:PAULO VITOR DA SILVA MONTEIRO. CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 10 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razÃ£o do trÃ¢nsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 10 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00065037020198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 10/11/2021 VITIMA:K. S. S. DENUNCIADO:LUCIANO DO CARMO COUTO. CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 10 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar

JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razÃ£o do trÃ¢nsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 10 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00067781920198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 10/11/2021 VITIMA:A. C. L. B. DENUNCIADO:PEDRO JORGE DA SILVA PINHO Representante(s): OAB 6764 - ELEONORA DE NAZARE DA SILVA LACERDA (ADVOGADO) . CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 10 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razÃ£o do trÃ¢nsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 10 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00068540920208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 10/11/2021 VITIMA:R. C. S. R. DENUNCIADO:JOSE FABRICIO CARDOSO DOS SANTOS Representante(s): OAB 5265 - SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 28574 - ANA CAROLINA DO LAGO FIGLIUOLO BARRA MONTEIRO DE B (ADVOGADO) OAB 28808 - DEBORA BEATRIZ COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) . CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 10 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razÃ£o do trÃ¢nsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 10 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00098055420128140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:DIEGO MAGNO BRASIL VITIMA:L. C. Q. VITIMA:L. D. Q. B. MENOR:VITIMA MENOR DE IDADE AUTOR:A REPRESENTANTE DO MINISTERIO PUBLICO. CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 10 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razÃ£o do trÃ¢nsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 10 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00149761120208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 10/11/2021 VITIMA:L. R. D. L. Representante(s): OAB 27550 - LUANA THIERE DE ALBUQUERQUE PAMPLONA (ADVOGADO) OAB 28689 - RAISSA NATASCHA FERREIRA PINTO (ADVOGADO) OAB 25318 - BEATRIZ MOTA BERTOCCHI (ADVOGADO) OAB 31017 - LIS ARRAIS OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 31523 - LEONARDO MACIEL DA SILVA (ADVOGADO) OAB 3609 - IONE ARRAIS DE CASTRO OLIVEIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:HEWERSON PEDRO NUNES SILVA OLIVEIRA Representante(s): OAB 14007 - JOSE MARIA MARQUES MAUES FILHO (ADVOGADO) OAB 20878 - HORACIO FARIAS COELHO NETO (ADVOGADO) OAB 1590 - AMERICO LINS DA SILVA LEAL (ADVOGADO) OAB 8283 - ARTHEMIO MEDEIROS LINS LEAL (ADVOGADO) OAB 24782 - SAMIO GUSTAVO SARRAFF ALMEIDA (ADVOGADO) OAB 26671 - MATHEUS CALANDRINI SILVA GRAIM (ADVOGADO) . DELIBERAÃÃO: 1. Encerrada a instruÃ§Ã£o processual, faÃ§am-se os autos conclusos para sentenÃ§a. 2. Intimados os presentes. BelÃ©m (PA), 10 de novembro de 2021, OtÃ¡vio dos Santos Albuquerque. Juiz de Direito. PROCESSO: 00165281120208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 10/11/2021

REQUERENTE:JAQUELINE DE SENA SALGADO REQUERIDO:VULGO DANILO. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de autos de Medidas Protetivas de UrgÃªncia, encaminhados pela Autoridade Policial em favor da vÃ-tima JAQUELINE DE SENA SALGADO, qualificada nos autos, e em desfavor do requerido, DANILO DE TAL (sem qualificaÃ§Ã£o), em razÃ£o de ter sido ameaÃ§ada e agredida fisicamente, fato ocorrido em 11/10/2020. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deferida as medidas protetivas pelo juiz plantonista, o requerido nÃ£o foi regularmente intimado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determinada a intimaÃ§Ã£o da vÃ-tima para informar o interesse no feito e indicar o endereÃ§o do agressor, a diligÃªncia restou infrutÃ-fera, uma vez que ela nÃ£o foi localizada no endereÃ§o informado nos autos. Consta que ela Ã© moradora de rua junto com o agressor (certidÃ£o de fl. 18, verso). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Relatado o suficiente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Para haver o exercÃ-cio vÃ¡lido do direito de aÃ§Ã£o Ã© necessÃ¡rio que estejam preenchidas as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o, dentre as quais estÃ¡ o interesse de agir, que deve ser demonstrado pelas partes nÃ£o sÃ³ no momento da propositura da aÃ§Ã£o, mas durante o todo o decorrer da instruÃ§Ã£o do processo, sob pena deste ser extinto sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por outro lado, dispÃµe o art. 77, V, do CPC, que sÃ£o deveres das partes a atualizaÃ§Ã£o de seus endereÃ§os sempre que houver modificaÃ§Ã£o temporÃ¡ria ou definitiva. O parÃ¡grafo Ãºnico, do art. 274, do CPC, por sua vez dispÃµe que: Â¿Presumem-se vÃ¡lidas as intimaÃ§Ãµes dirigidas ao endereÃ§o constante dos autos, ainda que nÃ£o recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificaÃ§Ã£o temporÃ¡ria ou definitiva nÃ£o tiver sido devidamente comunicada ao juÃ-zo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondÃªncia no primitivo endereÃ§oÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No presente caso, as diligÃªncias para a intimaÃ§Ã£o das partes restaram infrutÃ-feras, por nÃ£o terem sido localizadas no(s) endereÃ§o(s) constante(s) nos autos. A vÃ-tima, por sua vez, nÃ£o compareceu em juÃ-zo para manifestar se ainda tinha interesse no feito, informar seu novo endereÃ§o, bem como indicar o atual paradeiro do requerido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim sendo, considerando que a tramitaÃ§Ã£o dos autos nÃ£o podem se perpetuar nesta Unidade JudiciÃ¡ria; e tendo em vista que a vÃ-tima nÃ£o promoveu os atos e as diligÃªncias que lhe incumbiam, abandonando a causa por mais de 30 (trinta) dias, outro caminho nÃ£o hÃ¡ senÃ£o o da extinÃ§Ã£o do processo sem apreciaÃ§Ã£o de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â InaplicÃ¡vel ao presente caso a SÃºmula 240, do STJ, a qual exige a necessidade de requerimento do rÃ©u acerca do abandono, eis que este ainda nÃ£o foi intimado/citado (Â§ 6Âº, do art. 485, do CPC) e nÃ£o compÃ´s, portanto, a relaÃ§Ã£o jurÃ-dica processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, tendo em vista que a vÃ-tima nÃ£o promoveu os atos e diligÃªncias que lhe competia, abandonando aÂ causaÂ por mais de 30 (trinta) dias, extingo o processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do art. 485, III, do CÃ³digo de Processo Civil e revogo as medidas protetivas decretadas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas processuais. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m (Pa), 10 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â . Â Â Â Â Â Â Â Â Â OTÃVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito da 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica Â Â Â Â Â Â Â Â Â e Familiar Contra a Mulher. P R O C E S S O : 0 0 2 2 3 2 8 5 4 2 0 1 9 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:MARCEL MOURA TAVARES VITIMA:F. G. S. L. . AMEAÃA - VIOLÃNCIA PRATICADA CONTRA EX-COMPANHEIRA - LEI MARIA DA PENHA - CONDENAÃÃO - LIMITAÃÃO FINAL DE SEMANA - INDENIZAÃÃO POR DANOS MORAIS. Proc. nÂº 0022328-54.2019.8.14.0401 Autos: AÃ§Ã£o Penal - AmeaÃ§a Acusado: MARCEL MOURA TAVARES SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O representante do MinistÃ©rio PÃºblico, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, ofereceu denÃºncia contra o nacional MARCEL MOURA TAVARES, jÃ¡ qualificado nos autos, pela prÃ¡tica do crime de AMEAÃA contra sua ex-companheira FLÃVIA GEOVANNA SILVA LOPES, fato ocorrido no dia 13/08/2019, por volta das 21h30 horas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Relata a denÃºncia que no dia do fato o acusado enviou mensagens e Ã¡udios Ã ofendida com os seguintes termos: Â¿Â¿vai te pra puta que pariu, nem que tu estejas no inferno eu vou atrÃ¡s de tiÂ¿ e Â¿tu pode tÃ¡ atÃ© na puta que pariu, mas eu vou pegar a CecÃ-liaÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Recebida a denÃºncia (fl. 05), o acusado, citado, apresentou manifestaÃ§Ã£o atravÃ©s da Defensoria PÃºblica (fl. 12/16). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento foram ouvidas a vÃ-tima e uma testemunha. O rÃ©u, apesar de pessoalmente intimado, nÃ£o compareceu Ã audiÃªncia, pelo que foi determinado o prosseguimento do feito nos termos do art. 367 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico requereu, em carÃ¡ter de diligÃªncia, que fosse juntado aos autos mÃ-dia eletrÃ´nica constante no processo de medidas protetivas de nÂº: 0018006-88.2019.814.0401. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi, entÃ£o, realizada protocolo nÂº 2021.01.450126-81 (fls. 25-49), contendo os laudos periciais nÂº 2019.01.058511 e 2020.01.000417-FON. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seguida, as partes apresentaram alegaÃ§Ãµes finais em memoriais escritos. O MinistÃ©rio PÃºblico pugnou pela condenaÃ§Ã£o do rÃ©u, com base no artigo

147 do CPB, bem como a aplicaÃ§Ã£o de valor mÃ-nimo a tÃ-tulo de indenizaÃ§Ã£o. A Defesa, a seu turno, pugnou pela absolviÃ§Ã£o do acusado, nos termos do art. 386, inciso III ou inciso VII, do CPP, bem como a improcedÃªncia do pedido de condenaÃ§Ã£o em danos morais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Relatado o suficiente, Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o penal em que o rÃ©u foi denunciado pela prÃ¡tica do crime de ameaÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Durante o seu depoimento, a vÃ-tima, Flavia Geovanna Silva Lopes, confirmou a ocorrÃªncia das ameaÃ§as, que foram feitas por mensagens de whatsapp; depois que as partes se separaram; declarou que se envolveu com outra pessoa e o rÃ©u comeÃ§ou a perturbar tanto a declarante como o novo companheiro dela; que o rÃ©u disse que Â¿daria tempo de a vÃ-tima dar uma antes que ele a matasseÂ¿; que jÃ¡ estavam separados hÃ¡ cerca de 11 meses; que de inÃ-cio, o acusado mandava mensagens para saber da filha da vÃ-tima e, depois, passou a enviar mensagens com tom ameaÃ§ador; que a maioria das mensagens consistiam em ofensas morais; que lembra vagamente das coisas que ele falava, mas eram termos como Â¿tu vai ver o que eu fazer contigo, vou atÃ© o inferno atrÃ¡s de tiÂ¿; que bloqueou o rÃ©u nas redes sociais, mas ainda assim ele ligava para a declarante a partir de telefones pÃºblicos; sabe informar que o rÃ©u jÃ¡ tinha um novo relacionamento no perÃ-odo, mas a ofendida nÃ£o tinha nenhuma oposiÃ§Ã£o quanto a isso; que no inÃ-cio do novo relacionamento da vÃ-tima, o rÃ©u mandava mensagens perturbando a ofendida e o namorado dela; que certa vez, o acusado tentou enforcÃ¡-la e a declarante foi para cima dele; que nÃ£o possuem filhos em comum, a filha Ã© apenas da ofendida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha Maria Francisca Silva dos Santos, ouvida como informante (genitora da vÃ-tima), declarou que chegou a ver as mensagens enviadas pelo rÃ©u; que em uma das mensagens, o rÃ©u disse que iria Â¿pegar e quebrarÂ¿ a vÃ-tima; que na Ã©poca, a ofendida foi Ã delegacia por causa dessas mensagens e pela famÃ-lia ter ficado com medo face das mesmas; que chegou a ver as mensagens pois a ofendida encaminhou para a declarante; que mesmo a vÃ-tima trocando de nÃºmero, o rÃ©u conseguia o contato dela; que Ã Ã©poca dos fatos, o rÃ©u falava que jÃ¡ tinha um novo relacionamento; que a vÃ-tima nunca comentou Ã declarante estar inconformada com a nova relaÃ§Ã£o do rÃ©u; que sabe que ele tinha muitos ciÃºmes da ofendida; que viu uma vez o acusado empurrando a vÃ-tima. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sede de alegaÃ§Ã£o finais, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a condenaÃ§Ã£o do acusado pelo delito de ameaÃ§a, face de ter sido comprovada a autoria e materialidade do delito, devendo ainda ser fixada indenizaÃ§Ã£o em favor da vÃ-tima. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A defesa, por sua vez, pleiteou pela absolviÃ§Ã£o do acusado por nÃ£o constituir o fato infraÃ§Ã£o penal, jÃ¡ que as palavras proferidas corresponderiam a meras bravatas ditas no calor do momento; alternativamente, pugnou pela absolviÃ§Ã£o em face da insuficiÃªncia de provas, uma vez que a palavra da vÃ-tima nÃ£o pode ser tomada em carÃ¡ter absoluto; por fim, requereu a improcedÃªncia do pedido de fixaÃ§Ã£o de indenizaÃ§Ã£o mÃ-nima por ausÃªncia de elementos concretos mÃ-nimos para se quantificar eventual condenaÃ§Ã£o patrimonial em desfavor do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo que foi colhido durante a instruÃ§Ã£o processual, tenho que assiste razÃ£o ao representante do MinistÃ©rio PÃºblico ao pugnar pela condenaÃ§Ã£o, eis que a autoria e materialidade foram suficientemente comprovadas pelo depoimento da vÃ-tima, da testemunha informante e dos laudos periciais juntados aos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os depoentes confirmaram com precisÃ£o o teor das ameaÃ§as e apontaram, com igual certeza, a autoria delitiva ao rÃ©u, sendo que os depoimentos estÃ£o em consonÃ¢ncia Ã s declaraÃ§Ãµes prestadas em sede inquisitorial e ao apontado no laudo pericial, onde consta o seguinte Â¿vai-te pra puta que pariu! Nem que tu teja no inferno eu vou atrÃ¡s de ti, logo tr avisando. Tu vai-te pra puta que pariu! Nem que eu vÃ¡ no inferno, sua vagabunda, mas eu vou atrÃ¡s de ti...Â¿ (fl. 31-V) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalto que as ameaÃ§as proferidas pelo denunciado se mostraram sÃ©rias e hÃ¡beis a atemorizar uma pessoa prudente e de discernimento; se mostrando idÃ´neas para infundir temor Ã vÃ-tima, como, de fato, ocorreu no presente caso, eis que os termos ameaÃ§adores proferidos foram suficientes para a ofendida se sentir temerosa em sua integridade fÃ-sica e psicolÃ³gica, ao ponto de procurar ajuda perante a autoridade policial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Acerca da relevÃ¢ncia da palavra da vÃ-tima, os EgrÃ©gios Tribunais de JustiÃ§a do Distrito Federal e do ParÃ¡ assim jÃ¡ decidiram: PENAL. AMEAÃA. VIOLÃNCIA DOMÃSTICA. ABSOLVIÃÃO. PALAVRA DA VÃTIMA EM HARMONIA COM DEPOIMENTOS DE TESTEMUNHAS. CONJUNTO PROBATÃRIO SUFICIENTE PARA A CONDENAÃÃO. DOSIMETRIA DA PENA. ERRO MATERIAL NA FIXAÃÃO DA PENA-BASE. CORREÃÃO 1. IncabÃ-vel a absolviÃ§Ã£o quanto Ã prÃ¡tica do delito de ameaÃ§a em situaÃ§Ã£o de violÃªncia domÃ©stica contra a mulher se o conjunto probatÃ³rio coligido aos autos, formado por depoimento da vÃ-tima, corroborado por testemunhas, mostra-se coeso e harmÃ´nico quanto Ã autoria e materialidade. 2. Pena readequada ante a constataÃ§Ã£o de erro material na r. sentenÃ§a. 3. Recurso conhecido e nÃ£o parcialmente provido. (TJ-DF- APR 20141010002643, Relator: CESAR LABOISSIERE LOYOLA, Julgamento: 16/07/2015, ÃrgÃ£o Julgador: 2Âª Turma Criminal, Publicado no DJE: 20/07/2015. PÃ¡g.: 98). (Destaquei). EMENTA:

APELAÃÃO PENAL. CRIME DE AMEAÃA EM AMBIENTE DOMÃSTICO ART.147 c/c ART. 61, II, `Â¿f DO CPB. IRRESIGNAÃÃO MINISTERIAL - APELO PARA REFORMA DA SENTENÃA PARA QUE O APELADO SEJA CONDENADO PELA PRÃTICA DO CRIME DE AMEAÃA UMA VEZ QUE O MESMO FOI ABSOLVIDO SOB A ALEGAÃÃO DE FALTA DE PROVAS. PROCEDENTE. PREENCHIDOS OS REQUISITOS DE CULPABILIDADE. MATERIALIDADE COMPROVADA PELAS PALAVRAS DA VÃTIMA. SENTENÃA REVISTA. I - Restou comprovado pelo depoimento da vÃ-tima, que tem relevÃ¢ncia em caso de violÃªncia em ambiente domÃ©stico e familiar, a ocorrÃªncia do crime de ameaÃ§a; II - RevisÃ£o da sentenÃ§a a quo, haja vista que nÃ£o existem fundamentos legais para a absolviÃ§Ã£o do apelado, condenando-o a uma sentenÃ§a de 01 mÃªs e 10 dias de detenÃ§Ã£o, suspensa pelo perÃ-odo de 02 anos, nos termos do art. 77 do CP, bem como que o apelado se sujeite Ã s condiÃ§Ãµes do art. 78, Â§2Âº, do CP e da Lei nÂº. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). (TJ/PA - APL 0016678-70.2012.8.14.0401, AcÃ³rdÃ£o nÂº. 155739, Relatora: DESÂª VERA ARAÃJO DE SOUZA, Data de Julgamento: 02/02/2016, 1Âª CÃ¢mara Criminal Isolada, Data de PublicaÃ§Ã£o: 04/02/2016). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, tenho que tanto a materialidade da ameaÃ§a, como a sua autoria restaram suficientemente comprovadas pelo depoimento da vÃ-tima e da testemunha, bem como pela prova pericial, sendo suficiente, portanto, para ensejar um decreto condenatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CONCLUSÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, julgo procedente a pretensÃ£o punitiva deduzida pelo MinistÃ©rio PÃºblico na denÃºncia para CONDENAR o acusado MARCEL MOURA TAVARES, supra qualificado, Ã s disposiÃ§Ãµes do artigo art. 147, c/c o art. 61, inciso II, alÃ-nea Â¿fÂ¿, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo a analisar as circunstÃ¢ncias judiciais contidas no artigo 59, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A culpabilidade Ã© normal Ã espÃ©cie, nada existindo nos autos que aumente ou diminua o grau de censurabilidade da conduta em anÃ¡lise; os antecedentes sÃ£o imaculados; quanto Ã conduta social, nada se extrai de mais consistente que possa ser considerado em seu desfavor; sua personalidade, igualmente, nÃ£o hÃ¡ nos autos elementos suficientes que permitam aferi-la, de modo que a presente circunstÃ¢ncia nÃ£o pode ser considerada em seu prejuÃ-zo; os motivos nÃ£o lhe sÃ£o favorÃ¡veis; em relaÃ§Ã£o Ã s circunstÃ¢ncias, nada a ser tomado em desfavor do acusado; as consequÃªncias do fato sÃ£o normais Ã espÃ©cie, nada tendo a se desvalorar como fator extrapenal; por fim, o comportamento da vÃ-tima nÃ£o contribuiu para a prÃ¡tica do crime. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ponderadas as circunstÃ¢ncias judiciais, fixo a pena-base em 02 (dois) meses de detenÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verifico constar a agravante prevista no art. 61, inciso II, alÃ-nea Â¿fÂ¿ do CPB (ter sido a infraÃ§Ã£o penal cometida no contexto da violÃªncia domÃ©stica contra mulher), pelo que aumento a pena em 10 (dez) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Inexistem outras circunstÃ¢ncias agravantes ou atenuantes, bem como causas de aumento e diminuiÃ§Ã£o de pena a serem consideradas, pelo que torno a pena concreta e definitiva em 02 (DOIS) MESES E 10 (DEZ) DIAS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a pena aplicada e nÃ£o ser o rÃ©u reincidente, com fundamento no artigo 33, Â§ 2Âº, alÃ-nea Â¿cÂ¿ do CÃ³digo Penal, fixo o regime aberto para o inÃ-cio do cumprimento da pena. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Atento Ã s regras do art. 43, inciso VI, e 44 e 48, do CÃ³digo Penal, substituo a pena privativa de liberdade pela limitaÃ§Ã£o de fim de semana, pelo prazo de 02 (DOIS) MESES E 10 (DEZ) DIAS, aos sÃ¡bados e domingos, por 05 (cinco) horas diÃ¡rias, a ser cumprida em estabelecimento adequado, designado pelo juÃ-zo da execuÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â E, por entender adequado ao caso, durante a permanÃªncia, o condenado deverÃ¡ participar de cursos ou palestras sobre a questÃ£o de gÃªnero (Programa Â¿GÃªnero e ViolÃªnciaÂ¿, na universidade UNAMA-Alcindo Cacela). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dos Danos Morais Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o pedido de indenizaÃ§Ã£o de danos morais formulado pelo Parquet e tendo em vista que restou suficientemente demonstrado nos autos que a vÃ-tima sofreu reflexos psicolÃ³gicos da conduta lesiva por parte do acusado, existindo, inclusive o entendimento jÃ¡ pacificado no STF de que esse dano moral Ã© presumido, nos termos do art. 387, inciso IV do CPP, com nova redaÃ§Ã£o dada pela Lei 11.719/2008, julgo procedente o pedido para condenar o agressor, MARCEL MOURA TAVARES, ao pagamento Ã tÃ-tulo de danos morais da quantia de R$ 500,00 (quinhentos reais). O referido valor serÃ¡ revertido em favor da vÃ-tima FLÃVIA GEOVANNA SILVA LOPES. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre o valor da condenaÃ§Ã£o deve incidir correÃ§Ã£o pelo IGP-M/FGV, desde a data do presente julgamento (SÃºmula 362 do STJ), acrescido de juros de mora de 1% ao mÃªs a partir da data do evento danoso, em 13/08/2019, em conformidade com a SÃºmula nÂº 54 do Superior Tribunal de JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que foi fixado o regime aberto para o cumprimento da pena, entendo desnecessÃ¡ria a prisÃ£o preventiva ou de outra medida cautelar (art. 387, Â§ 1Âº, do CPP, incluÃ-do pela Lei nÂº 12.736, de 2012). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que o rÃ©u foi patrocinado pela Defensoria PÃºblica, intime-o pessoalmente do teor desta SentenÃ§a. Caso o condenado nÃ£o seja pessoalmente intimado, expeÃ§a-se EDITAL de intimaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno o acusado ao pagamento das custas processuais, isentando-o de seu pagamento, por ter sido assistido pela Defensoria PÃºblica Â Â Â

Â Â Â Â Â Â Â Â Comunique-se Ã vÃ-tima e apÃ³s o trÃ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a) ExpeÃ§a-se a guia de execuÃ§Ã£o definitiva; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â b) Lance-se o nome do rÃ©u no rol dos culpados; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â c) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral, para fins do art.15, III da ConstituiÃ§Ã£o da RepÃºblica; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â d) Proceda-se as demais comunicaÃ§Ãµes necessÃ¡rias, inclusive as de carÃ¡ter estatÃ-sticos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m (Pa), 10 de novembro de 2.021. OtÃ¡vio dos Santos Albuquerque Juiz de Direito da 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher PROCESSO: 00245352620198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:JOSE ROBERTO MORAES GOMES VITIMA:S. F. L. . CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 10 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razÃ£o do trÃ¢nsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 10 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00000537720208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 11/11/2021 REQUERENTE:ROBERTA NATALINA FERREIRA DE CARVALHO REQUERIDO:JOSE RODOLFO. CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 11 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razÃ£o do trÃ¢nsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 11 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00007050920208145150 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 11/11/2021 REQUERENTE:MARIA AURELIANA LOPES FIGUEIREDO Representante(s): OAB 3023 - MARIA DO SOCORRO PINTO DE ANDRADE (ADVOGADO) REQUERIDO:SOLANGE NAZARE FIGUEIREDO SOUZA REQUERIDO:MAGALI CRISTINA FIGUEIREDO SANTOS. DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de autos de medidas protetivas requeridas em favor da vÃ-tima, MARIA AURELIANA LOPES FIGUEIREDO. A decisÃ£o liminar que deferiu as medidas foi mantida, atravÃ©s sentenÃ§a, transitada livremente em julgado, jÃ¡ tendo sido os autos arquivados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Posteriormente, em 18/08/20210, a Coordenadora doa Patrulha Maria da Penha protocolou relatÃ³rio de visitas e informou o descumprimento das medidas protetivas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise ao relatÃ³rio, verifico que a visita da patrulha Maria da Penha ocorreu no dia 31/01/2021. HÃ¡ mais de 09 meses, portanto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em vista disso, considerando o lapso temporal decorrido desde a data do possÃ-vel descumprimento, sem que a vÃ-tima tenha comparecido em juÃ-zo para se manifestar, determino que os autos retornem ao arquivo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m (Pa), 11 de novembro de 2021. OTÃVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE Juiz de Direito da 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar Contra a Mulher PROCESSO: 00010472020208145150 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 11/11/2021 REQUERENTE:GENOVEVA LOPES DA SILVA REQUERIDO:JOSE EVANDRO LOPES FLEXA. TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos no sistema LIBRA, em razÃ£o de decisÃ£o judicial, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 11 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00034023720198145150 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 11/11/2021 REQUERENTE:JOYCE PATRICIA RODRIGUES MELO REQUERIDO:TIAGO TAVARES DA SILVA. TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos no sistema LIBRA, em razÃ£o de decisÃ£o judicial, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 11 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar

contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00037222420188145150 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 11/11/2021 REQUERENTE:HELOISA HELENA MUNIZ RODRIGUES REQUERIDO:THIAGO MORAES PINHEIRO. TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos no sistema LIBRA, em razÃ£o de decisÃ£o judicial, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 11 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00054038020198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:EDSON ROGER REIS Representante(s): OAB 18045 - JOSE EDUARDO PEREIRA ROCHA (ADVOGADO) VITIMA:J. P. F. . SENTENÃA: Vistos etc. O representante do MinistÃ©rio PÃºblico ofereceu denÃºncia em face de EDSON ROGER REIS, jÃ¡ qualificado nos autos, pela suposta prÃ¡tica da infraÃ§Ã£o penal de lesÃ£o corporal, fato ocorrido no dia 18/06/2018, tendo como vÃ-tima Judite Pinheiro Ferreira. Citado, o acusado apresentou resposta Ã acusaÃ§Ã£o por meio de advogado particular. Durante a instruÃ§Ã£o processual, o Ã³rgÃ£o ministerial requereu desistÃªncia da(s) oitiva(s) da vÃ-tima e da(s) testemunha(s) arrolada(s) na peÃ§a acusatÃ³ria, o que foi homologado por este JuÃ-zo. Ao ser interrogado, o rÃ©u optou por exercer seu direito ao silÃªncio. Encerrada a instruÃ§Ã£o criminal, o MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa pugnaram pela absolviÃ§Ã£o por insuficiÃªncia de provas. Relatado o suficiente. DECIDO. Entendo assistir razÃ£o Ã s partes, uma vez que nÃ£o foi possÃ-vel localizar a vÃ-tima, maior interessada na comprovaÃ§Ã£o dos fatos descritos na inicial, nÃ£o havendo como ratificar o seu depoimento prestado na Delegacia. Por outro lado, o rÃ©u ao ser interrogado, optou por exercer seu direito constitucional de permanecer em silÃªncio. Assim, verifico que nÃ£o existem provas aptas a ratificar os termos da DenÃºncia. Embora o ÃrgÃ£o Ministerial tenha atuado no sentido de comprovar os fatos alegados na peÃ§a de ingresso, nÃ£o se tem como atribuir ao rÃ©u a prÃ¡tica da referida conduta pela ausÃªncia de provas suficientes para uma condenaÃ§Ã£o, razÃ£o pela qual, outro desfecho nÃ£o hÃ¡, a nÃ£o ser a absolviÃ§Ã£o. Pelo exposto, julgo improcedente a denÃºncia e, com fundamento no art. 386, inciso VII do CPP, ABSOLVO o rÃ©u, EDSON ROGER REIS, jÃ¡ qualificado, da imputaÃ§Ã£o que lhe foi feita. SentenÃ§a proferida em audiÃªncia. Diante do teor da certidÃ£o de fl. 43-v e nÃ£o havendo comunicaÃ§Ã£o nos autos de novo endereÃ§o da ofendida, dou por prejudicada a diligÃªncia de que trata o art. 21 da Lei nº 11.340/2006, circunstÃ¢ncia esta que autoriza o arquivamento do feito. Intimados os presentes. Considerando que as partes renunciaram ao prazo recursal, declaro o trÃ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a. ARQUIVEM-SE os autos, dando-se baixa. BelÃ©m (PA), 11 de novembro de 2021, OtÃ¡vio dos Santos Albuquerque. Juiz de Direito. PROCESSO: 00057448420208145150 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 11/11/2021 REQUERENTE:MARCIA CRISTINA FERREIRA CARDOSO REQUERIDO:RICHARD NONATO CUNS CRUZ. CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a decisÃ£o interlocutÃ³ria proferida nestes autos Ã fl. 34, a qual revogou as medidas protetivas, transitou livremente em julgado. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 11 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razÃ£o do trÃ¢nsito em julgado de decisÃ£o interlocutÃ³ria. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 11 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher PROCESSO: 00058373520208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 11/11/2021 VITIMA:E. P. D. DENUNCIADO:ELENITA ALINE MONTEIRO ROCHA. TERMO DE AUDIÊNCIA SEMIPRESENCIAL Processo: 0005837-35.2020.8.14.0401 Acusado: ELENITA ALINE MONTEIRO ROCHAÂ VÃ-tima: ELISA PEREIRA DUARTEÂ CapitulaÃ§Ã£o: arts. 163 e 147, ambos do CPB e art. 21 da LCP. Data e hora designadas: 10 de novembro de 2021, Ã s 09:00 horas. PRESENÃAS: Juiz: OtÃ¡vio dos Santos Albuquerque Promotor de JustiÃ§a: Franklin Lobato Prado (participaÃ§Ã£o por meio de videoconferÃªncia) Defensor PÃºblico: Alessandro Oliveira da Silva (participaÃ§Ã£o por meio de videoconferÃªncia) Acusado:Â ELENITA ALINE MONTEIRO ROCHA VÃ-tima: ELISA PEREIRA DUARTE AUSÊNCIAS: Testemunha(s): HELIANE PEREIRA DUARTE (falecida)Â Devido aos esforÃ§os no sentido de reduÃ§Ã£o de riscos epidemiolÃ³gicos de contÃ¡gio do COVID-19, esta audiÃªncia foi realizada de forma semipresencial, por meio da ferramenta Microsoft Teams. OITIVA DA VÃTIMA, ELISA PEREIRA DUARTE, brasileira, uniÃ£o estÃ¡vel, filha de Neliane Pereira Duarte, nascida em 29/09/1979, portadora do RG nº 3415722, PC-PA, inscrita no CPF/MF sob o nº 713.056.532-20, telefone: 91-98287-2132,

residente e domiciliada na Tv. TimbÃ³, nÂº 69-B, Passagem "L", entre Av. Duque de Caxias e Av. Visconde de InhaÃºma, bairro: Marco, BelÃ©m/PA, na condiÃ§Ã£o de informante, Ã s perguntas que lhe foram formuladas, declarou: Â¿Que na, verdade, teve uma discussÃ£o acalorada com a rÃ©, por motivos de ciÃºme; que depois de iniciarem as agressÃµes verbais, passaram a se agredir fisicamente; que, hoje, estÃ£o vivendo juntas e que nÃ£o deseja a condenaÃ§Ã£o da acusadaÂ¿. O MinistÃ©rio PÃºblico requereu desistÃªncia da testemunha Neliane Pereira Duarte, o que foi homologado pelo MM. Juiz. INTERROGADA a rÃ©, ELENITA ALINE MONTEIRO ROCHA, esta optou por exercer o seu direito constitucional de permanecer em silÃªncio. As partes nada requereram em carÃ¡ter diligencial. AlegaÃ§Ãµes Finais do MinistÃ©rio PÃºblico: Â¿Em que pese haja indÃ-cios de autoria e materialidade do delito, devido Ã s intercorrÃªncias ocorridas no curso da instruÃ§Ã£o, onde nÃ£o foi possÃ-vel a produÃ§Ã£o suficiente de provas sob o manto do contraditÃ³rio, nÃ£o hÃ¡ como sustentar um decreto condenatÃ³rio apenas com o material indiciÃ¡rio, razÃ£o pela qual nÃ£o resta alternativa senÃ£o requerer a AbsolviÃ§Ã£o do acusado por insuficiÃªncia de provas. SÃ£o os termosÂ¿. AlegaÃ§Ãµes Finais da Defesa: Â¿ExcelÃªncia, a defesa do acusado, em sede de AlegaÃ§Ãµes Finais, considerando a manifestaÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico, pugna pela AbsolviÃ§Ã£o do acusado por insuficiÃªncia de provas, nos termos do art. 386, VII do CPPÂ¿. As partes declaram desde jÃ¡ que, em caso de absolviÃ§Ã£o, renunciam ao prazo recursal. SENTENÃA: Vistos etc. O representante do MinistÃ©rio PÃºblico ofereceu denÃºncia em face de ELENITA ALINE MONTEIRO ROCHA, jÃ¡ qualificado nos autos, pela suposta prÃ¡tica das infraÃ§Ãµes penais de ameaÃ§a, dano e vias de fato, fato ocorrido no dia 02/01/2020, tendo como vÃ-tima Elisa Pereira Duarte. Citada, a acusada apresentou resposta Ã acusaÃ§Ã£o por meio da Defensoria PÃºblica. Durante a instruÃ§Ã£o processual, foi ouvida somente a vÃ-tima, tendo o ÃrgÃ£o Ministerial desistido da testemunha(s) arrolada(s) na peÃ§a acusatÃ³ria, o que foi homologado por este JuÃ-zo. Ao ser interrogada, a rÃ© optou por exercer seu direito ao silÃªncio. Encerrada a instruÃ§Ã£o criminal, o MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa pugnaram pela absolviÃ§Ã£o por insuficiÃªncia de provas, ante a comprovaÃ§Ã£o da ocorrÃªncia de lesÃµes recÃ-procas. Relatado o suficiente. DECIDO. Entendo assistir razÃ£o Ã s partes, eis que a prÃ³pria vÃ-tima declarou, perante o JuÃ-zo: Â¿Que na, verdade, teve uma discussÃ£o acalorada com a rÃ©, por motivos de ciÃºme; que depois de iniciarem as agressÃµes verbais, passaram a se agredir fisicamente; que, hoje, estÃ£o vivendo juntas e que nÃ£o deseja a condenaÃ§Ã£o da acusadaÂ¿. Por outro lado, a rÃ©, ao ser interrogada, optou por exercer seu direito constitucional de permanecer em silÃªncio. Assim, verifico que nÃ£o existem provas aptas a ratificar os termos da DenÃºncia. Embora o ÃrgÃ£o Ministerial tenha atuado no sentido de comprovar os fatos alegados na peÃ§a de ingresso, nÃ£o se tem como atribuir a rÃ© a prÃ¡tica das referidas condutas pela ausÃªncia de provas suficientes para uma condenaÃ§Ã£o, razÃ£o pela qual, outro desfecho nÃ£o hÃ¡, a nÃ£o ser a absolviÃ§Ã£o. Pelo exposto, julgo improcedente a denÃºncia e, com fundamento no art. 386, inciso VII do CPP, ABSOLVO a rÃ©, ELENITA ALINE MONTEIRO ROCHA, jÃ¡ qualificada, das imputaÃ§Ãµes que lhe foram feitas. SentenÃ§a proferida em audiÃªncia. Intimados os presentes. Considerando que as partes renunciaram ao prazo recursal, declaro o trÂ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a. ARQUIVEM-SE os autos, dando-se baixa. BelÃ©m (PA), 11 de novembro de 2021, OtÃ¡vio dos Santos Albuquerque. Juiz de Direito.Â (Nada mais havendo a declarar, mandou o MM Juiz encerrar a presente audiÃªncia, deu-se este termo por findo e que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Anderson Wilker, Auxiliar JudiciÃ¡rio, o digitei e subscrevi). JUIZ DE DIREITO: _____ MINISTÃRIO PÃBLICO (participaÃ§Ã£o por meio de videoconferÃªncia) DEFENSORIA PÃBLICA (participaÃ§Ã£o por meio de videoconferÃªncia) ACUSADA: _____ VÃTIMA: _____ Â PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ 3Âª VARA DE VIOLÃNCIA DOMÃSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER InterrogatÃ³rio da acusada ELENITA ALINE MONTEIRO ROCHA, conhecida por Â¿PepÃªÂ¿ De inÃ-cio o MM. Juiz cientificou o acusado de seus direitos constitucionais, dentre eles o de permanecer calado sem que o seu silÃªncio importe em qualquer prejuÃ-zo a sua defesa, bem como o de entrevista prÃ©via com seu defensor, na forma do Art. 185, Â§ 5Âº, do CPP. ApÃ³s, passou este JuÃ-zo a qualificaÃ§Ã£o e ao interrogatÃ³rio do acusado nos termos seguintes: 1) Qual o seu nome? Respondeu chamar-se ELENITA ALINE MONTEIRO ROCHA (portador do RG nÂº 5418544, SSP/PA, inscrito no CPF/MF nÂº 008.462.982-79). 2) De onde Ã© natural? Respondeu ser natural de BelÃ©m-PA. 3) Qual o seu estado civil? Respondeu ser uniÃ£o estÃ¡vel. 4) Qual a sua idade? Respondeu ter 31 anos (nascido em 05/04/1990). 5) Qual a sua filiaÃ§Ã£o? Respondeu ser filho de NILCE MONTEIRO ROCHA. 6) Qual sua residÃªncia? Respondeu ser na Tv. TimbÃ³, nÂº 69-B, Passagem "L", entre Av. Duque de Caxias e Av. Visconde de InhaÃºma, Bairro: Marco, BelÃ©m/PA. 7) Quais os meios de vida? Respondeu ser camelÃ´.

8) Qual o local de trabalho? Disse que fica na Av. Presidente Vargas, em frente ao Banco do Brasil. 9) Se possui carteira profissional, qual o seu nÃºmero? Respondeu que possui, mas nÃ£o recorda o nÃºmero. 10) Sabe ler e escrever? Respondeu que sim, possuindo ensino mÃ©dio incompleto. 11) Ã eleitor? Respondeu que sim. 12) Possui filhos? Respondeu que nÃ£o possui filhos. 13) JÃ¡ foi preso ou processado por outros crimes? Respondeu que NÃO. Feita a leitura da DenÃºncia, da qual ficou ciente o acusado, passou entÃ£o este JuÃ-zo ao seu interrogatÃ³rio, realizado por meio de gravaÃ§Ã£o em mÃ-dia eletrÃ´nica. ACUSADA: _____ JUIZ DE DIREITO: _____ PROCESSO: 00070681720178145150 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 11/11/2021 REQUERENTE:ELIANE SARAIVA CARDOSO Representante(s): OAB 20728 - DIEGO MORAES DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 29885 - ELIZABETH NON SURUGHAN CARDOSO DOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:TOYA ALESSANDRO THEOS BAPTISTA DOS SANTOS Representante(s): OAB 21224 - TOYA ALEXSANDRO THEOS BAPTISTA DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 3024 - ONEIDE MARIA BARROS DA SILVA (ADVOGADO) . TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos no sistema LIBRA, em razÃ£o de decisÃ£o judicial, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 11 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00073896920198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 11/11/2021 VITIMA:R. G. C. DENUNCIADO:GERCIO CARDOSO GONCALVES Representante(s): OAB 25304 - WEVERSON RODRIGUES DA CRUZ (ADVOGADO) OAB 29055 - TULIO VINICIUS REZENDE BRITO (ADVOGADO) . DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que as diligÃªncias para a intimaÃ§Ã£o pessoal do rÃ©u restaram infrutÃ-feras, remetam-se os autos Ã Defensoria PÃºblica para apresentar as contrarrazÃµes ao recurso de apelaÃ§Ã£o, no prazo legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m - Pa, 11 de novembro de 2021. OTÃVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE Juiz de Direito da 3Âª VVDFM PROCESSO: 00074733620208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 11/11/2021 VITIMA:A. P. C. DENUNCIADO:WALTER MARTINS CHAUCA VILCA. SENTENÃA: Vistos etc. O representante do MinistÃ©rio PÃºblico ofereceu denÃºncia em face de WALTER MARTINS CHAUCA VILCA, jÃ¡ qualificado nos autos, pela suposta prÃ¡tica da infraÃ§Ã£o penal de ameaÃ§a, fato ocorrido no dia 23/04/2020, tendo como vÃ-tima Adriana Pimentel Cardoso. Citado, o acusado apresentou resposta Ã acusaÃ§Ã£o por meio da Defensoria PÃºblica (fls. 27-28). Durante a instruÃ§Ã£o processual, foram ouvidas a vÃ-tima e as testemunhas policiais militares. O rÃ©u deixou de comparecer na audiÃªncia, razÃ£o pela qual nÃ£o foi interrogado, sendo determinado o prosseguimento do feito sem a sua presenÃ§a, nos moldes do disposto no art. 367 do CPP. Encerrada a instruÃ§Ã£o criminal, o MinistÃ©rio PÃºblico pugnou pela condenaÃ§Ã£o do rÃ©u e a Defesa pela absolviÃ§Ã£o. Relatado o suficiente. DECIDO. NÃ£o hÃ¡ preliminares a serem apreciadas. Trata-se de aÃ§Ã£o penal em que o rÃ©u foi denunciado pela prÃ¡tica do crime de ameaÃ§a (art. 147 do CPB). Durante a instruÃ§Ã£o processual a vÃ-tima declarou, em sÃ-ntese, ratificou suas declaraÃ§Ãµes prestadas perante a autoridade policial, informando que o acusado pegou uma faca dizendo que iria âfurÃ¡-laâ e âmatÃ¡-laâ, tendo acionado os policiais militares, que viram quando o rÃ©u teria se evadido do local com o referido objeto. Disse, ainda, que ele Ã© usuÃ¡rio de drogas e que Ã© contumaz na prÃ¡tica de violÃªncia domÃ©stica, pois jÃ¡ teria lhe agredido em outras oportunidades. Afirmou, tambÃ©m, que em nenhum momento agrediu o acusado (depoimento gravado na mÃ-dia eletrÃ´nica em anexo). Foram ouvidas trÃªs testemunhas arroladas na denÃºncia (todos policiais militares). A primeira, Jefferson Vieira da Silva, disse nÃ£o se recordar dos fatos. JÃ¡ as testemunhas OtacÃ-lio Barbosa da Silva Junior e Cleiduardo dos Santos confirmaram que viram quando o rÃ©u proferiu as ameaÃ§as de morte contra a vÃ-tima. O rÃ©u nÃ£o compareceu em JuÃ-zo para ser interrogado, apesar de regularmente intimado, tendo o feito prosseguido sem a sua presenÃ§a, nos moldes do art. 367, do CPP. Encerrada a instruÃ§Ã£o, as partes nada requereram em carÃ¡ter de diligÃªncia. Em sede de alegaÃ§Ãµes finais orais, o MinistÃ©rio PÃºblico pugnou pela condenaÃ§Ã£o do acusado, por entender terem sido demonstradas a autoria e materialidade do delito. A Defensoria PÃºblica, por sua vez, requereu a aplicaÃ§Ã£o da detraÃ§Ã£o em razÃ£o de o rÃ©u ter permanecido preso por mais de 02 (dois) meses e, alternativamente, a aplicaÃ§Ã£o da pena em seu mÃ-nimo legal. Entendo que assiste razÃ£o ao representante do Parquet, eis que restaram sobejamente demonstradas a autoria e a materialidade do delito, uma vez que o depoimento da vÃ-tima foi firme e coeso com os relatos constantes na denÃºncia e foram corroborados pelos depoimentos testemunhais e pelo

Auto de PrisÃ£o em Flagrante (em anexo). Tenho que as ameaÃ§as proferidas pelo rÃ©u foram suficientes para a vÃ-tima se sentir temerosa em sua integridade fÃ-sica e psicolÃ³gica, ao ponto de procurar ajuda perante a autoridade policial. Assim, tanto a materialidade como a autoria da ameaÃ§a restaram suficientemente comprovadas pelo depoimento da vÃ-tima e das testemunhas ouvidas em JuÃ-zo, o que enseja um decreto condenatÃ³rio. CONCLUSÃO: Diante do exposto, julgo procedente a pretensÃ£o punitiva deduzida pelo MinistÃ©rio PÃºblico na denÃºncia para CONDENAR o acusado WALTER MARTINS CHAUCA VILCA, supra qualificado, Ã s disposiÃ§Ãµes do artigo art. 147, c/c o art. 61, inciso II, alÃ-nea âfâ, do CP. Passo a analisar as circunstÃ¢ncias judiciais contidas no artigo 59, do CÃ³digo Penal, referente ao crime de AmeaÃ§a. A culpabilidade Ã© normal Ã espÃ©cie, nada existindo nos autos que aumente ou diminua o grau de censurabilidade da conduta em anÃ¡lise; os antecedentes sÃ£o imaculados; quanto Ã conduta social, nada se extrai de mais consistente que possa ser considerado em seu desfavor; sua personalidade, igualmente, nÃ£o hÃ¡ nos autos elementos suficientes que permitam aferi-la, de modo que a presente circunstÃ¢ncia nÃ£o pode ser considerada em seu prejuÃ-zo; os motivos nÃ£o lhe sÃ£o favorÃ¡veis; em relaÃ§Ã£o Ã s circunstÃ¢ncias, nada a ser tomado em desfavor do acusado; as consequÃªncias do fato sÃ£o normais Ã espÃ©cie, nada tendo a se desvalorar como fator extrapenal; por fim, o comportamento da vÃ-tima nÃ£o contribuiu para a prÃ¡tica do crime. Em face dessas circunstÃ¢ncias, fixo a pena-base, pelo crime de ameaÃ§a, em 01 (um) mÃªs e 05 (cinco) dias. Consta a agravante do art. 61, inciso II, alÃ-nea âfâ do CPB, haja vista que a ameaÃ§a foi cometida no Ã¢mbito domÃ©stico contra a mulher, pelo que aumento a pena em 05 (cinco) dias. NÃ£o havendo agravantes ou atenuantes a serem consideradas e por inexistirem causas de aumento e diminuiÃ§Ã£o de pena, torno a pena em definitivo em 01 (UM) MÃS E 10 (DEZ) DIAS DE DETENÃÃO. Consigno que o acusado ficou preso provisoriamente de 24/04/2020 a 24/06/2020, ou seja, tempo superior Ã pena fixada. Assim, nos termos do art. 1Â°, da Lei 12.736/12, procedo desde jÃ¡ Ã detraÃ§Ã£o da pena aplicada ao acusado, que diminuÃ-da do tempo em que ficou preso provisoriamente, resta cumprida a pena que lhe foi imposta. Em face da detraÃ§Ã£o realizada e jÃ¡ tendo o acusado cumprido integralmente a pena que lhe fora aplicada, desnecessÃ¡rio qualquer manifestaÃ§Ã£o acerca do regime inicial da pena e de sua eventual substituiÃ§Ã£o e/ou sursis, eis que jÃ¡ extinta a pena. Ante a conclusÃ£o do processo, revogo as medidas cautelares diversas da prisÃ£o, aplicadas em desfavor do rÃ©u. Dos danos Morais: Considerando o pedido de indenizaÃ§Ã£o de danos morais formulado pelo Parquet e tendo em vista que restou suficientemente demonstrado nos autos que a vÃ-tima sofreu reflexos psicolÃ³gicos da conduta lesiva por parte do acusado, existindo, inclusive o entendimento jÃ¡ pacificado no STJ de que esse dano moral Ã© presumido, nos termos do art. 387, inciso IV do CPP, com nova redaÃ§Ã£o dada pela Lei 11.719/2008, julgo procedente o pedido para condenar o agressor, WALTER MARTINS CHAUCA VILCA, ao pagamento Ã tÃ-tulo de danos morais da quantia de R$ 1.000,00 (um mil reais). O referido valor serÃ¡ revertido em favor da vÃ-tima ADRIANA PIMENTEL CARDOSO. Sobre o valor da condenaÃ§Ã£o deve incidir correÃ§Ã£o pelo IGP-M/FGV, desde a data do presente julgamento (SÃºmula 362 do STJ), acrescido de juros de mora de 1% ao mÃªs a partir da data do evento danoso, em 30/05/2018, em conformidade com a SÃºmula nº 54 do Superior Tribunal de JustiÃ§a. Comunique-se Ã vÃ-tima o teor desta sentenÃ§a e, apÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, proceda-se as comunicaÃ§Ãµes necessÃ¡rias, inclusive as de carÃ¡ter estatÃ-sticos, encaminhando-se eventual objeto apreendido ao setor competente para os devidos fins. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Com o trÃ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a. ARQUIVEM-SE os autos, dando-se baixa. BelÃ©m (PA), 09 de novembro de 2021, OtÃ¡vio dos Santos Albuquerque. Juiz de Direito. PROCESSO: 00090643320208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 11/11/2021 REQUERENTE:KEILA MARIA DO SOCORRO RODRIGUES BARROS REQUERIDO:ROBERTO WAGNER DUARTE DA SILVA DIAS. CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 11 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razÃ£o do trÃ¢nsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 11 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00097190520208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:DELFIM FIGUEIREDO NETO Representante(s): OAB 13856 - RICARDO WASHINGTON MORAES DE MELO (ADVOGADO) OAB 13320 - WALBER PALHETA DE MATTOS (ADVOGADO) VITIMA:L. O. S. F. .

SENTENÃA: Vistos etc. O representante do MinistÃ©rio PÃºblico ofereceu denÃºncia em face de DELFIM FIGUEIREDO NETO, jÃ¡ qualificado nos autos, pela suposta prÃ¡tica da infraÃ§Ã£o penal de lesÃ£o corporal, fato ocorrido no dia 15/10/2018, tendo como vÃ-tima Larissa Olimpia Souza Figueiredo. Citado, o acusado apresentou resposta Ã acusaÃ§Ã£o por meio de advogado particular. Durante a instruÃ§Ã£o processual, foram ouvidas a vÃ-tima e mais 04 (quatro) testemunhas de defesa, e, em seguida, interrogado o acusado. Encerrada a instruÃ§Ã£o criminal, o MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa pugnaram pela absolviÃ§Ã£o por insuficiÃªncia de provas. Relatado o suficiente. DECIDO. Entendo assistir razÃ£o Ã s partes, uma vez que as testemunhas ouvidas em JuÃ-zo, em especial a testemunha de acusaÃ§Ã£o (Elizabeth Figueiredo) e a testemunha de defesa Maria de Fatima Figueiredo Leal, de forma unÃ-ssona, afirmaram que o rÃ©u estava na residÃªncia delas no dia e hora do ocorrido. Em que pese a vÃ-tima ter confirmado o seu depoimento prestado perante a autoridade policial, ele restou isolado nos autos. Em sua autodefesa, o rÃ©u corroborou as declaraÃ§Ãµes das testemunhas ouvidas em juÃ-zo, negou enfaticamente que tenha praticado qualquer agressÃ£o contra a ofendida. Assim, verifico que nÃ£o existem provas aptas a ratificar os termos da DenÃºncia. Embora o ÃrgÃ£o Ministerial tenha atuado no sentido de comprovar os fatos alegados na peÃ§a de ingresso e este juiz entenda que a palavra da vÃ-tima tem especial relevÃ¢ncia no que diz respeito Ã s relaÃ§Ãµes envolvendo violÃªncia domÃ©stica, nÃ£o se tem como atribuir ao rÃ©u a prÃ¡tica da referida conduta por nÃ£o existir prova de ter o rÃ©u concorrido para a infraÃ§Ã£o penal, razÃ£o pela qual, outro desfecho nÃ£o hÃ¡, a nÃ£o ser a absolviÃ§Ã£o. Pelo exposto, julgo improcedente a denÃºncia e, com fundamento no art. 386, inciso V do CPP, ABSOLVO o rÃ©u, DELFIM FIGUEIREDO NETO, jÃ¡ qualificado, da imputaÃ§Ã£o que lhe foi feita. SentenÃ§a proferida em audiÃªncia. Com o trÃ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE os autos, dando-se baixa. BelÃ©m (PA), 10 de novembro de 2021, OtÃ¡vio dos Santos Albuquerque. Juiz de Direito. P R O C E S S O : 0 0 1 0 6 5 9 1 6 2 0 1 9 8 1 4 5 1 5 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 11/11/2021 REQUERENTE:CELINA VIEIRA MOTA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) REQUERIDO:REGINALDO VIEIRA MOTA. CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 11 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razÃ£o do trÃ¢nsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 11 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00107263720178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:DIEGO CORREA DE JESUS Representante(s): OAB 7681 - EVERILTO RODRIGUES SANTOS (ADVOGADO) VITIMA:S. C. J. . SENTENÃA: Vistos etc. O representante do MinistÃ©rio PÃºblico ofereceu denÃºncia em face de DIEGO CORREA DE JESUS, jÃ¡ qualificado nos autos, pela suposta prÃ¡tica da infraÃ§Ã£o penal de vias de fato, fato ocorrido no dia 30/01/2017, tendo como vÃ-tima Simone Correa de Jesus, mÃ£e do rÃ©u. Citado, o acusado apresentou resposta Ã acusaÃ§Ã£o por meio de advogado particular. Durante a instruÃ§Ã£o processual, foi ouvida somente a vÃ-tima e, em seguida, interrogado o rÃ©u. As partes requereram desistÃªncia das oitivas das testemunhas arrolada(s) nesta aÃ§Ã£o penal, o que foi homologado por este JuÃ-zo. Ao ser interrogado, o rÃ©u negou que tenha lesionado a vÃ-tima. Encerrada a instruÃ§Ã£o criminal, o MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa pugnaram pela absolviÃ§Ã£o por insuficiÃªncia de provas. Relatado o suficiente. DECIDO. Entendo assistir razÃ£o Ã s partes, uma vez que a prÃ³pria vÃ-tima, maior interessada na comprovaÃ§Ã£o dos fatos descritos na inicial, em seu depoimento nÃ£o confirmou os fatos descritos na peÃ§a acusatÃ³ria, dizendo que tudo nÃ£o passou de um desentendimento familiar, tratando-se de agressÃµes recÃ-procas (manifestaÃ§Ã£o gravada na mÃ-dia eletrÃ´nica em anexo). Por sua vez, o rÃ©u ao ser interrogado, negou os fatos contra si imputados, dizendo que ele, por estar com problemas relacionados ao trabalho, acabou proferindo palavras de baixo calÃ£o, contra a sua genitora. Assim, verifico que nÃ£o existem provas aptas a ratificar os termos da DenÃºncia, eis que a prÃ³pria vÃ-tima negou que tenha sido agredida fisicamente por seu filho. Embora o ÃrgÃ£o Ministerial tenha atuado no sentido de comprovar os fatos alegados na peÃ§a de ingresso, nÃ£o se tem como atribuir ao rÃ©u a prÃ¡tica da referida conduta pela ausÃªncia de provas suficientes para uma condenaÃ§Ã£o, razÃ£o pela qual, outro desfecho nÃ£o hÃ¡, a nÃ£o ser a absolviÃ§Ã£o. Pelo exposto, julgo improcedente a denÃºncia e, com fundamento no art. 386, inciso VII do CPP, ABSOLVO o rÃ©u, DIEGO CORREA DE JESUS, jÃ¡

qualificado, da imputaÃ§Ã£o que lhe foi feita. SentenÃ§a proferida em audiÃªncia. Intimados os presentes. Considerando que as partes renunciaram ao prazo recursal, declaro o trÃ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a. ARQUIVEM-SE os autos, dando-se baixa. BelÃ©m (PA), 11 de novembro de 2021, OtÃ¡vio dos Santos Albuquerque. Juiz de Direito. PROCESSO: 00109090320208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 11/11/2021 REQUERENTE:ANDREZA PORTELA MENDONCA REQUERIDO:MARCOS SALOMAO AMORIM DE SOUZA. CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 11 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razÃ£o do trÃ¢nsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 11 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00122474620198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 11/11/2021 VITIMA:S. N. G. DENUNCIADO:BRUNO GOMES DE MIRANDA. LESÃO CORPORAL E AMEAÃA - LEI MARIA DA PENHA - ABSOLVIÃÃO - INSUFICIÃNCIA DE PROVAS. Proc. nÂº 0012247-46.2019.8.14.0401 Autos: AÃ§Ã£o Penal - LESÃO CORPORAL E AMEAÃA Acusado: BRUNO GOMES DE MIRANDA SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O representante do MinistÃ©rio PÃºblico, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, ofereceu denÃºncia contra o nacional BRUNO GOMES DE MIRANDA, jÃ¡ qualificado nos autos, pela prÃ¡tica dos crimes de AmeaÃ§a e LesÃ£o Corporal praticados contra Sandra do Nascimento GonÃ§alves, por fato ocorrido no dia 21/04/2019, por volta das 19h30. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Recebida a denÃºncia, o acusado, regularmente citado, apresentou resposta Ã acusaÃ§Ã£o no prazo legal, atravÃ©s da Defensoria PÃºblica. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento ninguÃ©m foi ouvido, tendo o MinistÃ©rio PÃºblico solicitado vista dos autos para manifestaÃ§Ã£o quanto Ã ausÃªncia da vÃ-tima e da testemunha, que nÃ£o foram localizadas para serem intimadas no endereÃ§o informado nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Ã³rgÃ£o Ministerial, em manifestaÃ§Ã£o de fl. 15, informou que nÃ£o localizou novos endereÃ§os da vÃ-tima e da testemunha e requereu a desistÃªncia de suas oitivas, pugnando ainda pela improcedÃªncia da denÃºncia e absolviÃ§Ã£o do rÃ©u pela insuficiÃªncia de provas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instado a se manifestar, a Defesa, requereu a absolviÃ§Ã£o do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o penal na qual imputa-se ao acusado da prÃ¡tica dos crimes de AmeaÃ§a e LesÃ£o Corporal (Artigos 147 e 129, Â§9Âº, ambos do CP) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Durante a instruÃ§Ã£o processual nenhuma testemunha foi ouvida e as partes nada requereram como diligÃªncias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sede de alegaÃ§Ãµes finais, o MinistÃ©rio PÃºblico, em memoriais escritos, requereu que fosse julgada improcedente a denÃºncia para absolver o rÃ©u por insuficiÃªncia de provas. A Defesa, por seu turno, tambÃ©m, pugnou pela absolviÃ§Ã£o do denunciado, por insuficiÃªncia de prova. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Embora partilhe do entendimento de que nos crimes de violÃªncia domÃ©stica a palavra da vÃ-tima assuma especial relevÃ¢ncia, no presente caso, nÃ£o foi produzida nenhuma prova em juÃ-zo, sob o manto do contraditÃ³rio, a fim ratificar as declaraÃ§Ãµes prestadas pela vÃ-tima perante a autoridade policial. A absolviÃ§Ã£o do rÃ©u, portanto, se impÃµe, ante a insuficiÃªncia de lastro probatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CONCLUSÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo exposto, por inexistirem provas que confirmem os fatos relatados na denÃºncia; e tendo em vista o princÃ-pio do in dubio pro reo, nÃ£o resta outra alternativa senÃ£o acolher as ponderaÃ§Ãµes do MinistÃ©rio PÃºblico e da defesa e julgar improcedente a denÃºncia, com a consequente ABSOLVIÃÃO do rÃ©u BRUNO GOMES DE MIRANDA, jÃ¡ qualificado, da imputaÃ§Ã£o dos crimes de AmeaÃ§a e LesÃ£o Corporal, por insuficiÃªncia de provas, com fundamento no art. 386, inc. VII, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m (PA), 11 de novembro de 2021. OtÃ¡vio dos Santos Albuquerque Juiz da 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher PROCESSO: 00139691820198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 11/11/2021 REQUERENTE:MAELY DAS CHAGAS DAMASCENO REQUERIDO:ANDRE JACSON DOS SANTOS SILVA. DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de autos de medidas protetivas requeridas em favor da vÃ-tima, MAELY DAS CHAGAS DAMASCENO. A decisÃ£o liminar que deferiu as medidas foi mantida atravÃ©s sentenÃ§a de fl. 19, a qual transitou livremente em julgado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Posteriormente, a vÃ-tima, em 01/10/2020,

compareceu em juÃ-zo para atualizar o seu endereÃ§o (que se encontra arquivado em pasta apropriada na Secretaria), ocasiÃ£o em que requereu a prorrogaÃ§Ã£o das medidas (certidÃ£o de fl. 23). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As medidas se encontram prorrogadas automaticamente pelo prazo de duraÃ§Ã£o da declaraÃ§Ã£o do estado de emergÃªncia (art. 5Âº, da Lei nÂº 14.022/2020). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em vista disso, embora as partes nÃ£o tenham sido regularmente intimadas da prorrogaÃ§Ã£o das medidas, tenho que estas permanecem vÃ¡lidas em decorrÃªncia da lei, pelo tempo que durar o estado de emergÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalto, entretanto, que a intimaÃ§Ã£o da vÃ-tima restou infrutÃ-fera em razÃ£o do mandado ter sido expedido para o seu antigo endereÃ§o. NÃ£o obstante, considerando o lapso temporal decorrido desde o deferimento das medidas protetivas, sem que tenha havido informaÃ§Ã£o de seu descumprimento, entendo que Ã© desnecessÃ¡ria a renovaÃ§Ã£o da diligÃªncia ou outras providÃªncias no presente feito, pelo que determino o seu arquivamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m (Pa), 11 de novembro de 2021. OTÃVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE Juiz de Direito da 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar Contra a Mulher PROCESSO: 00140018620208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 11/11/2021 REQUERENTE:CELIA MARIA OLIVEIRA MUNIZ REQUERIDO:JOAO DA MATA GOMES. CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 11 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razÃ£o do trÂ¢nsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 11 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00161851520208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:RANGEL DOS SANTOS MACIEL VITIMA:C. F. C. S. . DELIBERAÃÃO: 1. Defiro os pedidos formulados em audiÃªncia. DÃª-se vista dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para se manifestar sobre as ausÃªncias da vÃ-tima e da(s) testemunha(s) arroladas na denÃºncia. 2. Retornando os autos com a manifestaÃ§Ã£o ministerial, caso insista em suas oitivas, intimem-se na forma requerida pelo Parquet. 3. Sem prejuÃ-zo, remarco esta audiÃªncia de instruÃ§Ã£o para o dia 21 de MARÃO de 2022, Ã s 10 horas e 30 minutos. 4. Fica desde jÃ¡ autorizado o cumprimento do(s) mandado(s) em regime de plantÃ£o/urgÃªncia. 5. Intimados os presentes. BelÃ©m (PA), 11 de novembro de 2021, Dr. OtÃ¡vio dos Santos Albuquerque. Juiz de Direito. PROCESSO: 00173881220208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 11/11/2021 VITIMA:S. S. P. DENUNCIADO:BRUNO CONSTANTINO DE AMORIM MARQUES. DELIBERAÃÃO: 1. Defiro o pedido formulado em audiÃªncia pelo ÃrgÃ£o Ministerial. DÃª-se vista dos autos a ele para se manifestar sobre a certidÃ£o que informa os motivos da ausÃªncia de intimaÃ§Ã£o da vÃ-tima, Siane Silva Pacheco e da(s) testemunha(s) arrolada(s) na denÃºncia. 2. Retornando os autos com a manifestaÃ§Ã£o ministerial, caso insista em sua(s) oitiva(s), intime(m)-se na forma requerida pelo Parquet. 3. Remarco esta audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 22 de MARÃO de 2022, Ã s 10h30. 4. Fica desde jÃ¡ autorizado, caso necessÃ¡rio, o cumprimento do(s) mandado(s) em regime de plantÃ£o/urgÃªncia. 5. Intimados os presentes. BelÃ©m (PA), 11 de novembro de 2021, OtÃ¡vio dos Santos Albuquerque. Juiz de Direito. PROCESSO: 00234844820178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 11/11/2021 VITIMA:M. M. C. DENUNCIADO:FELIPE OTERO DA GAMA. DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o Penal em que o MinistÃ©rio PÃºblico, em buscas realizadas nos bancos de dados do INFOSEG e/ou SIEL, nÃ£o obteve sucesso para localizar o endereÃ§o atualizado do rÃ©u, o que foi ratificado por pesquisa feita por este juÃ-zo, pelo que foi realizada a citaÃ§Ã£o por edital. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transcorrido o prazo editalÃ-cio, o acusado nÃ£o compareceu pessoalmente e nem habilitou seu defensor, pelo que suspendo o processo e o prazo prescricional, nos termos do art. 366 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo de 06 meses da suspensÃ£o, retornem os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para diligÃªncias que entender necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m (PA),Â 11 de novembro de 2021. OTÃVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE Juiz de Direito da 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher. PROCESSO: 00272175120198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:JOEL MONTEIRO BARROS

VITIMA:M. C. S. . LESÃO CORPORAL - VIOLÃNCIA PRATICADA CONTRA EX-COMPANHEIRA - LEI MARIA DA PENHA - CONDENAÃÃO - SURSIS - INDENIZAÃÃO POR DANOS MORAIS. Proc. nÂº 0027217-51.2019.8.14.0401 Autos: AÃ§Ã£o Penal - LesÃ£o Corporal Acusado: JOEL MONTEIRO BARROS SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O representante do MinistÃ©rio PÃºblico, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, ofereceu denÃºncia contra o nacional JOEL MONTEIRO BARROS, jÃ¡ qualificado nos autos, pela prÃ¡tica do crime de LESÃO CORPORAL contra sua ex-companheira, Marileia de Carvalho de Souza, fato ocorrido no dia 23/09/2019, por volta das 19 horas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Relata a denÃºncia que no dia do fato, a vÃ-tima estava em sua residÃªncia quando Joel e Barbara chegaram no local e lhe chamaram, entÃ£o quando a ofendida se aproximou dos dois, eles passaram a agredi-la. Barbara lhe segurou pelo pescoÃ§o, enforcando-a, enquanto Joel a agarrou para impedir qualquer defesa, deixando-a a mercÃª das agressÃµes de Barbara. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deste modo, algumas amigas da vÃ-tima tentaram livrÃ¡-la das agressÃµes, contudo, Joel interferiu e impediu que elas se aproximassem da ofendida. NÃ£o satisfeito, o acusado ainda desferiu dois socos no ombro da vÃ-tima. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A vÃ-tima se submeteu ao exame de corpo de delito, conforme Laudo de nÂº 2019.01.013361-TRA, acostado Ã fl. 18 dos autos, que descreve: Â¿escoriaÃ§Ã£o assimÃ©trica, com 2 cm de comprimento, localizada na face lateral esquerda do pescoÃ§o, escoriaÃ§Ã£o de formato linear, com 1 cm de comprimento, localizado em regiÃ£o zigomÃ¡tica direito; equimose vermelho de formato alongado, com 3 cm de comprimento, localizada em regiÃ£o deltoidiana esquerda Â¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Recebida a denÃºncia (fl. 04), o rÃ©u, devidamente citado (fl. 08), apresentou resposta Ã acusaÃ§Ã£o atravÃ©s de defensor pÃºblico, no prazo legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento realizada no dia 10/06/2021, foram ouvidas duas testemunhas, tendo o MinistÃ©rio PÃºblico desistido da oitiva da vÃ-tima, enquanto que o rÃ©u mudou de endereÃ§o e nÃ£o comunicou ao juÃ-zo o seu novo endereÃ§o, pelo que o feito prosseguiu sem a sua presenÃ§a, nos termos do art. 367 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nada foi requerido em carÃ¡ter de diligÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encerrada a instruÃ§Ã£o processual, as partes apresentaram suas alegaÃ§Ãµes finais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Relatado o suficiente, Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o penal em que o rÃ©u foi denunciado pela prÃ¡tica do crime de LesÃ£o Corporal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A vÃ-tima, apesar nÃ£o ter sido ouvida perante este juÃ-zo, por nÃ£o ter sido encontrada no endereÃ§o declinado nos autos, prestou depoimento junto Ã autoridade policial onde informou que estava em sua residÃªncia quando Joel, na companhia de Barbara chegaram no local e lhe chamando, sendo que ao se aproximar dos dois, passou a ser agredida por Barbara, que lhe segurou pelo pescoÃ§o, passando a lhe enforcar, enquanto Joel lhe agarrava impedindo qualquer reaÃ§Ã£o de defesa. Informou ainda que algumas amigas suas tentaram livrÃ¡-la daquela agressÃ£o, mas Joel interferiu na aÃ§Ã£o impedindo a aproximaÃ§Ã£o dessas e ainda nÃ£o satisfeito, aplicou dois socos no ombro da vÃ-tima. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seu depoimento, Gabrielle Soares da Silva, ouvida como testemunha, declarou que ocorreu uma briga em relaÃ§Ã£o aos alimentos dos filhos do casal. Que a Barbara nÃ£o deixava os dois resolverem a situaÃ§Ã£o. Que no dia do fato, pela parte da noite, o acusado juntamente com Barbara, foram atÃ© a casa da depoente atrÃ¡s da vÃ-tima e lÃ¡ lhe chamaram, tendo a mesma ido achando que eles tinham ido levar o mingau da crianÃ§a. Que salvo engano, ouviu o tom de voz alterado da Barbara e levantou, juntou com a Mari, e imediatamente, viu a Barbara agredido a Marileia, que inicialmente Joel apenas segurava a vÃ-tima, que estava sendo agredida. Que quando esta conseguiu se soltar, o acusado lhe desferiu um soco.Â Que se recorda que Barbara bateu no rosto e no estÃ´mago da vÃ-tima.Â Que depois de muito esforÃ§o a depoente, juntamente com sua irmÃ£ conseguiram tirar a vÃ-tima de lÃ¡ e cessaram a agressÃ£o. Que a sua irmÃ£ Danielle tambÃ©m viu o ocorrido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Danielle Soares da Silva, ouvida como testemunha, disse que a vÃ-tima recebeu uma ligaÃ§Ã£o da mÃ£e do Joel e de repente buzinaram na frente da casa e a vÃ-tima saiu, sendo que ao abrir o portÃ£o. A vÃ-tima foi surpreendida pela Barbara que foi para cima dela, sendo que o acusado se meteu na frente do portÃ£o para que ninguÃ©m conseguisse passar. Que a Barbara sufoco a vÃ-tima, jogando-a na parede, enquanto Joel continuava impedindo que elas saÃ-ssem. Que nÃ£o viu Joel agredir a vÃ-tima, mas viu que ela ficou bastante lesionada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u nÃ£o foi interrogado, uma vez que mudou de endereÃ§o e nÃ£o comunicou ao juÃ-zo o seu novo endereÃ§o, pelo que o feito prosseguiu sem a sua presenÃ§a, nos termos do art. 367 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sede de memoriais finais orais, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a condenaÃ§Ã£o do rÃ©u, por entender ter sido demonstrada a autoria e a materialidade do fato, devendo ainda ser fixado um valor mÃ-nimo de indenizaÃ§Ã£o em favor da vÃ-tima. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Defesa, por sua vez, em memoriais escritos, alegou a ausÃªncia de animus laedendi, para fins de condenaÃ§Ã£o do acusado, uma vez que sua conduta foi atÃ-pica, pois o mesmo nÃ£o teve a intenÃ§Ã£o de lesionar a vÃ-tima, tendo apenas o intuito de apartar a briga entre a vÃ-tima e sua atual companheira. No mÃ©rito, aduziu que o rÃ©u nÃ£o agrediu a vÃ-tima e que na verdade se a

vÃ-tima sofreu alguma lesÃ£o, foi decorrente da discussÃ£o com a outra parte ofendida, no caso a atual companheira do acusado, devendo ser aplicado ao caso o in dubio pro reo, com a absolviÃ§Ã£o do acusado. Por fim, requereu a improcedÃªncia do pedido de danos morais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo que se apurou durante a instruÃ§Ã£o processual, tenho que assiste razÃ£o ao MinistÃ©rio PÃºblico, eis que sobre os fatos relatados na denÃºncia ficaram comprovadas a autoria e materialidade das lesÃµes fÃ-sicas praticadas pelo rÃ©u contra a vÃ-tima. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A materialidade das lesÃµes corporais restou comprovada pelo exame de corpo de delito realizado na vÃ-tima, 2019.01.013361-TRA, acostado Ã fl. 18 dos autos, que descreve: Â¿escoriaÃ§Ã£o assimÃ©trica, com 2 cm de comprimento, localizada na face lateral esquerda do pescoÃ§o, escoriaÃ§Ã£o de formato linear, com 1 cm de comprimento, localizado em regiÃ£o zigomÃ¡tica direito; equimose vermelho de formato alongado, com 3 cm de comprimento, localizada em regiÃ£o deltoidiana esquerda Â¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que tange Ã autoria do delito, razÃ£o assiste ao Ã³rgÃ£o ministerial, pois a ofendida confirmou perante Ã autoridade policial, de forma firme e segura, que o autor das agressÃµes fÃ-sicas constatadas fora o acusado, fato que presenciado por outras pessoas, tendo, inclusive, a testemunha Gabrielle Soares da Silva, ratificado em juÃ-zo ter visto o momento em que o rÃ©u desferiu soco no ombro da vÃ-tima. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, assim tem se posicionado nossa jurisprudÃªncia: APELAÃÃO CRIMINAL. VIOLÃNCIA DOMÃSTICA. LESÃO CORPORAL. PROVA. PALAVRA DA VÃTIMA. CORROBORADA POR LAUDO PERICIAL. ACERVO COESO. ABSOLVIÃÃO. INVIABILIDADE. PENA. ADEQUAÃÃO. SURSIS PENAL. AFASTAMENTO. POSSIBILIDADE. Nos crimes cometidos em contexto de violÃªncia domÃ©stica e familiar contra a mulher, a palavra da vÃ-tima possui especial forÃ§a probatÃ³ria e pode embasar o decreto condenatÃ³rio, mÃ¡xime quando confortada por laudo pericial que a confirma. Precedentes. Suficientemente demonstrada a materialidade e autoria delitiva, nÃ£o hÃ¡ que se falar em absolviÃ§Ã£o com base na insuficiÃªncia da prova por aplicaÃ§Ã£o do princÃ-pio in dubio pro reo. Aplicando-se a suspensÃ£o condicional da pena de acordo com as determinaÃ§Ãµes legais, cabe ao rÃ©u, na audiÃªncia admonitÃ³ria e apÃ³s cientificado das informaÃ§Ãµes necessÃ¡rias, aceitar as condiÃ§Ãµes ou nÃ£o. NÃ£o sendo aceito o sursis da pena, este perde o efeito e o condenado deverÃ¡ cumprir a pena privativa de liberdade. ApelaÃ§Ã£o conhecida e desprovida (Sublinhei). (TJ -DF- APR 20130310108988, Relator: SOUZA E AVILA, Julgamento: 16/07/2015, ÃrgÃ£o Julgador: 2Âª Turma Criminal, PublicaÃ§Ã£o: Publicado do DJE: 22/07/2015. PÃ¡g.: 62). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u, por sua vez, nÃ£o foi interrogado, tendo a defesa, em sede de alegaÃ§Ãµes, trazido apenas seu depoimento perante Ã autoridade policial, em que nega o fato. No entanto, a ausÃªncia do dolo e a negativa da autoria do delito, nÃ£o restaram demonstradas, atÃ© mesmo porque, como jÃ¡ exposto, existiram testemunhas oculares, as quais esclareceram que em um primeiro momento o rÃ©u segurou a vÃ-tima para que a sua atual companheira realizasse Ã s agressÃµes, impedindo ainda que as amigas da vÃ-tima intervissem na situaÃ§Ã£o, ao bloquear o portÃ£o de acesso ao local onde se encontravam, e em um segundo momento, desferiu um soco no ombro da vÃ-tima quando essa conseguiu se desvencilhar dele. Assim, apesar da tentativa do rÃ©u de trazer descrÃ©dito a palavra da vÃ-tima, entendo que este nÃ£o trouxe elementos capazes de demonstrar a sua versÃ£o dos fatos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, entendo que o relato da vÃ-tima Ã© condizente com o apurado na fase inquisitorial e corroborado pelas lesÃµes descritas no laudo pericial, pelo que a agressÃ£o fÃ-sica praticada pelo rÃ©u restou suficientemente comprovada e que ela foi injusta e ilÃ-cita, ao ponto de fazer com que a vÃ-tima procurasse a autoridade policial para registar o ocorrido, bem como se submeteu ao exame pericial, sendo seguro o quadro para a condenaÃ§Ã£o do acusado em relaÃ§Ã£o ao delito de lesÃ£o corporal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CONCLUSÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, julgo procedente a pretensÃ£o punitiva estatal para CONDENAR o rÃ©u JOEL MONTEIRO BARROS, jÃ¡ qualificado nos autos, nas sanÃ§Ãµes punitivas do artigo 129, Â§ 9Âº, do CP (LesÃ£o Corporal). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dosimetria e FixaÃ§Ã£o da Pena Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo a analisar as circunstÃ¢ncias judiciais contidas no artigo 59, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A culpabilidade ressoa grave, eis que pela situaÃ§Ã£o fÃ¡tica e concreta em que ocorreu o crime, o comportamento praticado pelo acusado foi exagerado, o que aumenta o grau de censurabilidade de sua conduta; os antecedentes sÃ£o imaculados; quanto Ã conduta social, nada se extrai de mais consistente que possa ser considerado em seu desfavor; sua personalidade, igualmente, nÃ£o hÃ¡ nos autos elementos suficientes que permitam aferi-la, de modo que a presente circunstÃ¢ncia nÃ£o pode ser considerada em seu prejuÃ-zo; os motivos nÃ£o lhe sÃ£o favorÃ¡veis; em relaÃ§Ã£o Ã s circunstÃ¢ncias, nada a ser tomado em desfavor do acusado; as consequÃªncias do fato sÃ£o normais Ã espÃ©cie, nada tendo a se desvalorar como fator extrapenal; por fim, o comportamento da vÃ-tima nÃ£o contribuiu para a prÃ¡tica do crime. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que as circunstÃ¢ncias judiciais contidas no artigo 59, do CÃ³digo Penal, fixo a pena-base, pelo crime de LesÃ£o Corporal, em 05 (cinco) meses de detenÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante a inexistÃªncia de outras atenuantes, ou circunstÃ¢ncias agravantes, bem como de nÃ£o haver causas de

aumento ou diminuiÃ§Ã£o de pena, torno-a definitiva em 05 (CINCO) MESES DE DETENÃÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em face da pena aplicada, com fundamento no artigo 33, Â§ 2Âº, alÃ-nea Â¿cÂ¿ do CÃ³digo Penal, fixo o regime aberto para o inÃ-cio do cumprimento da pena. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â InaplicÃ¡vel a substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade pela restritiva de direito, pois embora a pena fixada tenha sido inferior a 04 (quatro) anos, o crime foi cometido com violÃªncia (art. 44, inciso I, do CP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que o condenado preenche os requisitos do artigo 77, suspendo condicionalmente a pena privativa de liberdade aplicada, pelo prazo de 02 (dois) anos. Entendo desnecessÃ¡ria a aplicaÃ§Ã£o em desfavor do acusado, de quaisquer das penas restritivas de direitos a que se refere o Â§ 1Â° do art. 78, do CP. Assim, com base no Â§ 2Â° do referido artigo, substituo a exigÃªncia do parÃ¡grafo anterior pelas seguintes condiÃ§Ãµes, aplicadas cumulativamente: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a) proibiÃ§Ã£o de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorizaÃ§Ã£o deste juÃ-zo; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â b) comparecimento pessoal e obrigatÃ³rio ao juÃ-zo, trimestralmente, para informar e justificar suas atividades. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â c) obrigaÃ§Ã£o de comunicar o juÃ-zo qualquer alteraÃ§Ã£o do seu endereÃ§o residencial; e Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â d) por entender adequado ao caso, o condenado deverÃ¡ participar de cursos ou palestras sobre a questÃ£o de gÃªnero (Programa Â¿GÃªnero e ViolÃªnciaÂ¿, na universidade UNAMA-Alcindo Cacela). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em virtude de nÃ£o estarem presentes quaisquer requisitos que autorizam a decretaÃ§Ã£o da prisÃ£o preventiva, concedo ao rÃ©u o direito de recorrer em liberdade. Dos Danos Morais Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o pedido de indenizaÃ§Ã£o de danos morais requerido pelo Parquet e tendo em vista que restou suficientemente demonstrado nos autos que a vÃ-tima sofreu reflexos psicolÃ³gicos e fÃ-sicos da conduta lesiva por parte do acusado indo morar em outro municÃ-pio, existindo, inclusive o entendimento jÃ¡ pacificado no STF de que esse dano moral Ã© presumido, nos termos do art. 387, inciso IV do CPP, com nova redaÃ§Ã£o dada pela Lei 11.719/2008, julgo procedente o pedido para condenar o agressor, JOEL MONTEIRO BARROS, ao pagamento Ã tÃ-tulo de danos morais da quantia de R$ 500,00 (quinhentos reais). O referido valor serÃ¡ revertido em favor da vÃ-tima Marileia de Carvalho de Souza. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre o valor da condenaÃ§Ã£o deve incidir correÃ§Ã£o pelo IGP-M/FGV, desde a data do presente julgamento (SÃºmula 362 do STJ), acrescido de juros de mora de 1% ao mÃªs a partir da data do evento danoso, em 23/09/2019, em conformidade com a SÃºmula nÂº 54 do Superior Tribunal de JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno o acusado ao pagamento das custas processuais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Comunique-se Ã vÃ-tima sobre o teor desta sentenÃ§a e apÃ³s o trÂ¢nsito em julgado: a)Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se a guia de execuÃ§Ã£o; b)Â Â Â Â Â Lance-se o nome do rÃ©u no rol dos culpados; c)Â Â Â Â Â Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral, para fins do art.15, III da ConstituiÃ§Ã£o da RepÃºblica; d)Â Â Â Â Â Proceda-se as demais comunicaÃ§Ãµes necessÃ¡rias, inclusive as de carÃ¡ter estatÃ-sticos. ApÃ³s, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m (Pa), 11 de novembro de 2021. OtÃ¡vio dos Santos Albuquerque Juiz de Direito da 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher PROCESSO: 00283945520168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 11/11/2021 VITIMA:E. D. S. DENUNCIADO:VAGNER DA SILVA FERREIRA. DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos se encontram suspensos em virtude do rÃ©u, citado por edital, nÃ£o ter comparecido perante este juÃ-zo e nem constituÃ-do advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instado a se manifestar, o MinistÃ©rio PÃºblico informou que apÃ³s buscas realizadas junto ao sistema Galactus-MPPA, nÃ£o obteve sucesso para localizar o endereÃ§o atualizado do rÃ©u, VAGNER DA SILVA FERREIRA, e requereu a citaÃ§Ã£o por edital. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em que pese o pedido do Ã³rgÃ£o Ministerial, consigno que o rÃ©u jÃ¡ foi regularmente citado por edital. Assim, em pesquisas aos sistemas INFOSEG e SIEL foram localizados os seguintes endereÃ§os: Travessa TucumÃ£, nÂº 259, Vigia - Pa, CEP: 68.780-000; e Jardim Alvorada, Quadra 04, nÂº 02, bairro Parque Verde, CEP: 66.600-000, BelÃ©m - Pa, celular: (91) 98485-8699. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dessa forma determino a renovaÃ§Ã£o das diligÃªncias de CITAÃÃO do rÃ©u nos endereÃ§os declinados acima, inicialmente, expedindo-se mandado para o primeiro. DeverÃ¡ o Sr. Oficial de JustiÃ§a observar que, independentemente de autorizaÃ§Ã£o judicial, poderÃ¡ proceder a citaÃ§Ã£o do rÃ©u aos domingos e feriados, ou nos dias Ãºteis, fora do horÃ¡rio normal expediente, nos termos do art. 212, Â§ 2Â°, do CPC; e, verificado que o rÃ©u esteja se ocultando, deverÃ¡ proceder sua citaÃ§Ã£o por hora certa, nos termos do art. 362, do CPP, c/c o art. 252, do CPC e nÃ£o meramente informar que a parte nÃ£o estava no momento da diligÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sendo procedido a citaÃ§Ã£o por hora certa, cumpra-se a determinaÃ§Ã£o do art. 254, do CPC, cientificando o rÃ©u, atravÃ©s dos Correios (SPE), ou outro meio disposto em lei. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Realizada a citaÃ§Ã£o e decorrido o prazo legal para a apresentaÃ§Ã£o da resposta escrita, sem que o rÃ©u constitua advogado, encaminhem-se os autos, ao(Ã ) Defensor(a) PÃºblica vinculado a esta Unidade JudiciÃ¡ria, que fica nomeado para proceder a defesa. Â

Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No mais, restando infrutÃ-fera as diligÃªncias para a citaÃ§Ã£o pessoal do rÃ©u, acautelem-se os autos em Secretaria, pelo prazo de 06 meses. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, retornem os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Intime-se.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m (Pa), 11 de novembro de 2021. OtÃ¡vio dos Santos Albuquerque Juiz de Direito da 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar Contra a Mulher PROCESSO: 00284326220198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 11/11/2021 REQUERENTE:ANA DO SOCORRO TAVARES DA SILVA REQUERIDO:DORIVAL DO CARMO ESPIRITO SANTO. DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de autos de Medida Protetiva jÃ¡ sentenciado com a manutenÃ§Ã£o das medidas deferidas na decisÃ£o liminar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A vÃ-tima, ANA DO SOCORRO TAVARES DA SILVA, atravÃ©s da Defensoria PÃºblica, em 20/04/2021, protocolou petiÃ§Ã£o em que informou o descumprimento das Medidas Protetivas por fato ocorrido em 24/01/2021, por volta das 10h00, sob alegaÃ§Ã£o de que o requerido entrou em sua residÃªncia, de onde retirou e abandonou na rua, em frente Ã residÃªncia de seu genitor, todos os mÃ³veis e pertences dela. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Regularmente intimado, o requerido, atravÃ©s da Defensoria PÃºblica, apresentou manifestaÃ§Ã£o na qual negou ter descumprido as medidas que lhe foram impostas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre a negativa do descumprimento e da entrega dos bens ao irmÃ£o da vÃ-tima, houve manifestaÃ§Ã£o desta, por intermÃ©dio da Defensoria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Relatado o suficiente, Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DesnecessÃ¡ria a designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, uma vez que nÃ£o foram apresentadas testemunhas para serem ouvidas em juÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Anoto, de inÃ-cio, que as medidas protetivas concedidas em favor da vÃ-tima encontram-se em validade, eis que foram prorrogadas automaticamente pela Lei nº 13.979/2020, perdurando enquanto durar a declaraÃ§Ã£o de estado de emergÃªncia de carÃ¡ter humanitÃ¡rio e sanitÃ¡rio em territÃ³rio nacional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Consigno, tambÃ©m, que com a informaÃ§Ã£o de descumprimento das medidas somente veio o BOP sobre o fato e, nÃ£o obstante ter sido oportunizado Ã vÃ-tima manifestar-se sobre a negativa do requerido e sobre a entrega dos bens, nada carreou aos autos (como testemunhas, fotografias, vÃ-deos etc.), a fim de demonstrar o estado dos bens, bem como para corroborar com suas informaÃ§Ãµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O requerido, por sua vez, atravÃ©s da Defensoria PÃºblica, negou que tenha descumprido as medidas protetivas que lhe foram impostas, alegando que sÃ£o inverÃ-dicos os fatos apresentados pela vÃ-tima. Disse que o ato informado foi praticado pela sua genitora e por seus sobrinhos; que os bens foram entregues ao irmÃ£o da vÃ-tima, com a anuÃªncia dela; e que nÃ£o houve nenhuma avaria nos bens, pois tudo foi transportado com zelo. Ressaltou, ainda, que nÃ£o foi apresentado nenhuma prova dos prejuÃ-zos dos danos materiais sofridos com a danificaÃ§Ã£o dos bens e nem que ela possuÃ-a os bens listados na petiÃ§Ã£o de descumprimento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Restou, portanto, somente a palavra da ofendida isolada nos autos. AlÃ©m do mais, o requerido negou veementemente os fatos lhe imputados, declarando que nÃ£o descumpriu as medidas protetivas que os bens foram entregues com zelo ao irmÃ£o da vÃ-tima, com aquiescÃªncia dela. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, em razÃ£o da inexistÃªncia de provas robustas sobre o fato, tenho que nÃ£o restou caracterizado o descumprimento das medidas protetivas e nem o prejuÃ-zo patrimonial que a vÃ-tima alega ter sofrido, pelo que deixo de determinar as providÃªncias requeridas, dentre as quais, advertÃªncia, multa e/ou a prisÃ£o preventiva do agressor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo recursal, arquivem-se estes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Intime-se. BelÃ©m (PA), 11 de novembro de 2021. OTÃVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE Juiz de Direito da 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar Contra a Mulher

**FÓRUM DE ICOARACI**

**SECRETARIA DA VARA DE FAMILIA DISTRITAL DE ICOARACI**

RESENHA: 27/09/2021 A 11/11/2021 - SECRETARIA DA VARA DE FAMILIA DISTRITAL DE ICOARACI - VARA: VARA DE FAMILIA DISTRITAL DE ICOARACI PROCESSO: 00034957420078140201 PROCESSO ANTIGO: 200710024057 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALLISON DE SOUZA XIMENES A??o: Divórcio Litigioso em: 04/11/2021 REU:C. J. F. Representante(s): OAB 29347 - RICARDO AUGUSTO DA SILVA E SOUZA (ADVOGADO) AUTOR:M. C. C. F. Representante(s): PRISCILA FOGACA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento aos termos do Provimento nÂº 010/2009, de 09/03/2009, da Corregedoria de JustiÃ§a da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m: Considerando o desarquivamento dos autos, manifeste-se a parte solicitante do desarquivamento, atravÃ©s de seu advogado(a), no prazo de 5 dias, requerendo o que entender necessÃ¡rio, sob pena de novo arquivamento. BelÃ©m (PA), 04 de novembro de 2021. Allison de Souza Ximenes Analista JudiciÃ¡rio da Vara de FamÃ-lia Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00055985920148140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MICHELLE BRASIL FERREIRA AMORIM A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 05/10/2021 AUTOR:M. S. S. Representante(s): OAB 13232-B - JOAO PERES DE ANDRADE FILHO (DEFENSOR) REPRESENTANTE:C. O. S. Representante(s): OAB 13232-B - JOAO PERES DE ANDRADE FILHO (DEFENSOR) REU:M. A. C. S. Representante(s): OAB 23416 - FERNANDA DA COSTA SILVA CUNHA (ADVOGADO) OAB 26955 - RAYSSA GABRIELLE BAGLIOLI DAMMSKI (ADVOGADO) OAB 18275 - RODRIGO DE FIGUEIREDO BRANDAO (ADVOGADO) OAB 13372 - ALINE DE FATIMA MARTINS DA COSTA BULHOES LEITE (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento aos termos do Provimento nÂº 006/2006-CGJ, de 05/10/2006, e alteraÃ§Ãµes pelo Provimento nÂº. 08/2014 da Corregedoria de JustiÃ§a da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m: Considerando o deferimento de desarquivamento, serve o presente ato ordinatÃ³rio para intimar o patrono do solicitante para que tome conhecimento da abertura do prazo de 05 (cinco) dias para obter vista dos autos, sob pena de retorno destes ao arquivo. Icoaraci-BelÃ©m (PA), 05 de outubro de 2021. PROCESSO: 00029401520068140201 PROCESSO ANTIGO: 200610584383 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GERALDO NEVES LEITE A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 21/10/2021 AUTOR:MARCIO ANDRE FEITOSA MALCHER Representante(s): TANIA LAURA LIMA DA SILVA (ADVOGADO) REU:N. C. R. M. REQUERENTE:N. M. R. Representante(s): OAB 197.202 - VALERIA DA COSTA VIEIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃÂ VARA DE FAMÃLIA DISTRITAL DE ICOARACI - COMARCA DE BELÃMÂ RUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO PONTA GROSSA, BELÃM/PA - CEP 66810-100Â E-mail: 1famicoaraci@tjpa.jus.br - Telefone: 3211-7070/3211-7071 Processo nÂº 0002940-15.2006.8.14.0201 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DESPACHOÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a certidÃ£o nÂº2021.0207960831, cujo conteÃºdo informa a respeito de o processo encontrar-se ARQUIVADO e, ainda, sobre nÃ£o ter sido formulado pedido de desarquivamento, tampouco recolhidas as custas pertinentes, DEVOLVA-SE a petiÃ§Ã£o respectiva ao patrono signatÃ¡rio para, querendo, promover as providÃªncias necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem prejuÃ-zo, ao PROTOCOLO para que seja procedido o cancelamento do documento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Icoaraci-BelÃ©m/PA, 07 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GERALDO NEVES LEITE Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00037997220108140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GERALDO NEVES LEITE A??o: Divórcio Litigioso em: 21/10/2021 REQUERENTE:J. B. S. Representante(s): OAB 9714 - FRANCIARA PEREIRA LEMOS (DEFENSOR) REQUERIDO:M. F. S. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃÂ VARA DE FAMÃLIA DISTRITAL DE ICOARACI - COMARCA DE BELÃMÂ RUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO PONTA GROSSA, BELÃM/PA - CEP 66810-100Â E-mail: 1famicoaraci@tjpa.jus.br - Telefone: 3211-7070/3211-7071 Processo nÂº: 0003799-72.2010.8.14.0201 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a petiÃ§Ã£o nÂº2021.02007649-83, bem como as informaÃ§Ãµes constantes na certidÃ£o nÂº2021.0207918151, DEFIRO o pedido de desarquivamento dos autos, independentemente do recolhimento de custas, na medida que a parte solicitante Ã© patrocinada pela Defensoria PÃºblica do Estado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que o processo nÃ£o se encontra arquivado nas dependÃªncias deste FÃ³rum Distrital (Vara de FamÃ-lia - Gabinete, Secretaria e Arquivo), OFICIE-SE ao Arquivo Geral de BelÃ©m para que desarquive os autos e o remeta a este JuÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, procedido o desarquivamento, certifique-se e faÃ§a-se

concluso para anÃ¡lise dos demais pedidos constantes no petitÃ³rio ao norte mencionado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Icoaraci-BelÃ©m/PA, 07 de outubro de 2021. GERALDO NEVES LEITE Juiz de Direito PROCESSO: 00012133020028140201 PROCESSO ANTIGO: 200210210044 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GERALDO NEVES LEITE A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 22/10/2021 REU:RAIMUNDO NONATO TAVARES COELHO Representante(s): OAB 5041 - FERNANDO FLAVIO LOPES SILVA (ADVOGADO) OAB 23986 - JOSUE DE FREITAS COSTA (ADVOGADO) ADVOGADO:RDO.DORIVAL NUNES DOS SANTOS AUTOR:MARIA RAIMUNDA REIS VALADARES. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃÂ VARA DE FAMÃLIA DISTRITAL DE ICOARACI - COMARCA DE BELÃMÂ RUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO PONTA GROSSA, BELÃM/PA - CEP 66810-100Â E-mail: 1famicoaraci@tjpa.jus.br - Telefone: 3211-7070/3211-7071 Processo nÂº: 0001213-30.2002.8.14.0201Â DESPACHOÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o obstante o pedido constante na petiÃ§Ã£o de fls.22, considerando que o processo em epÃ-grafe trata-se de AÃ§Ã£o de Alimentos e nÃ£o DivÃ³rcio, dou por prejudicado o pleito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, dÃª-se ciÃªncia Ã Defensoria PÃºblica acerca da presente deliberaÃ§Ã£o e, apÃ³s, nÃ£o havendo outros requerimentos pendentes de apreciaÃ§Ã£o judicial, certifique-se o necessÃ¡rio e, observadas as formalidades legais, retornem os autos ao arquivo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Icoaraci-BelÃ©m/PA, 07 de outubro de 2021. GERALDO NEVES LEITE Juiz de Direito PROCESSO: 00039720520148140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GERALDO NEVES LEITE A??o: Homologação de Transação Extrajudicial em: 22/10/2021 AUTOR:R. N. A. Representante(s): OAB 9714 - FRANCIARA PEREIRA LEMOS (DEFENSOR) AUTOR:F. R. F. N. Representante(s): OAB 9714 - FRANCIARA PEREIRA LEMOS (DEFENSOR) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃÂ VARA DE FAMÃLIA DISTRITAL DE ICOARACI - COMARCA DE BELÃMÂ RUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO PONTA GROSSA, BELÃM/PA - CEP 66810-100Â E-mail: 1famicoaraci@tjpa.jus.br - Telefone: 3211-7070/3211-7071 Processo nÂº: 0003972-05.2014.8.14.0201Â DESPACHOÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a petiÃ§Ã£o nÂº2021.02016540-85, bem como as informaÃ§Ãµes constantes na certidÃ£o nÂº2021.0207911555, DEFIRO o desarquivamento dos autos, independentemente do recolhimento de custas, uma vez que a parte solicitante Ã© patrocinada pela Defensoria PÃºblica do Estado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Procedido o desarquivamento, abra-se vista dos autos Ã Defensoria PÃºblica, pelo prazo de 05 (cinco) dias, para fins de retirada da(s) cÃ³pia(s) do(s) documento(s) mencionado(s) no petitÃ³rio acima referido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, decorrido o prazo, nÃ£o havendo outros requerimentos pendentes de apreciaÃ§Ã£o judicial, certifique-se o necessÃ¡rio e, observadas as formalidades legais, retornem os autos ao arquivo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Icoaraci-BelÃ©m/PA, 07 de outubro de 2021. GERALDO NEVES LEITE Juiz de Direito PROCESSO: 00046580220118140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GERALDO NEVES LEITE A??o: Divórcio Consensual em: 22/10/2021 AUTOR:M. S. U. A. Representante(s): OAB 10677 - VERENA MAUES FIDALGO BARROS (ADVOGADO) AUTOR:B. H. A. Representante(s): OAB 10677 - VERENA MAUES FIDALGO BARROS (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃÂ VARA DE FAMÃLIA DISTRITAL DE ICOARACI - COMARCA DE BELÃMÂ RUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO PONTA GROSSA, BELÃM/PA - CEP 66810-100Â E-mail: 1famicoaraci@tjpa.jus.br - Telefone: 3211-7070/3211-7071 Processo nÂº 0004658-02.2011.8.14.0201 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DESPACHOÂ Â Â Â Â Considerando que a petiÃ§Ã£o de fls.32 nada esclarece acerca das circunstÃ¢ncias referidas no despacho de fls.31, retornem os autos Ã Defensoria PÃºblica para que informe, especÃ-fica e claramente, os motivos que subsidiam o pleito, posto que, conforme jÃ¡ deliberado nos autos, a emissÃ£o da certidÃ£o de casamento averbada Ã© ato da Serventia Cartorial Extrajudicial e nÃ£o deste JuÃ-zo, a quem competia, tÃ£o somente, a expediÃ§Ã£o do mandado de averbaÃ§Ã£o, providÃªncia devidamente satisfeita, consoante afere-se pelo ofÃ-cio de fls.26. Â Â Â Â Â ApÃ³s, decorrido o prazo, havendo manifestaÃ§Ã£o, faÃ§a-se concluso para deliberaÃ§Ã£o, do contrÃ¡rio, nÃ£o havendo, observadas as demais formalidades legais, retornem os autos ao arquivo. Â Â Â Â Â Icoaraci-BelÃ©m/PA, 07 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GERALDO NEVES LEITE Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00001212120158140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GERALDO NEVES LEITE A??o: Divórcio Litigioso em: 26/10/2021 AUTOR:S. M. S. A. Representante(s): OAB 17958 - GLENDA FEITOSA SALES (ADVOGADO) REU:C. R. A. P. Representante(s): OAB 17910 - CARLOS RENATO NASCIMENTO DAS NEVES (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃÂ VARA DE FAMÃLIA DISTRITAL DE ICOARACI - COMARCA DE BELÃMÂ RUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO PONTA GROSSA, BELÃM/PA - CEP 66810-100Â E-mail: 1famicoaraci@tjpa.jus.br - Telefone: 3211-7070/3211-7071 Processo nÂº 0000121-21.2015.8.14.0201 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DESPACHOÂ Â Â Â Â Â Considerando que o pedido de desarquivamento formulado nÃ£o apresenta justificativa (nÂº2021.02288160-25), bem como que a parte solicitante nÃ£o requereu os

benefÃ-cios da justiÃ§a gratuita, tampouco recolheu as custas pertinentes, intime-a, atravÃ©s do(a) advogado(a) signatÃ¡rio(a) para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca das circunstÃ¢ncias precedentes, requerendo o que entender de direito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, decorrido o prazo, havendo manifestaÃ§Ã£o, certifique-se o necessÃ¡rio e faÃ§a-se concluso para deliberaÃ§Ã£o, do contrÃ¡rio, nÃ£o havendo, devolva-se a petiÃ§Ã£o respectiva a(o) patrono(a) da parte peticionante, devendo ser procedido o cancelamento do documento. Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Icoaraci-BelÃ©m/PA, 22 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GERALDO NEVES LEITE Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00001751619998140201 PROCESSO ANTIGO: 199910049790 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GERALDO NEVES LEITE A??o: Separação Litigiosa em: 26/10/2021 ADVOGADO:LINDALVA NAZARE V MAGALHAES REU:POCK KARL EMIL Representante(s): OAB 2708 - ROBERTO SANTOS ARAUJO (ADVOGADO) AUTOR:MARIA ROSA PINHEIRO FERREIRA PACK. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃÂ VARA DE FAMÃLIA DISTRITAL DE ICOARACI - COMARCA DE BELÃMÂ RUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO PONTA GROSSA, BELÃM/PA - CEP 66810-100Â E-mail: 1famicoaraci@tjpa.jus.br - Telefone: 3211-7070/3211-7071 Processo nÂº 0000175-16.1999.8.14.0201 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DESPACHOÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Face Ã s informaÃ§Ãµes constantes na certidÃ£o nÂ°2021.0230674254, nÃ£o tendo a parte pugnado pelo benefÃ-cio da justiÃ§a gratuita, tampouco recolhido as custas pertinentes, intime-a, atravÃ©s de seu(ua) causÃ-dico(a) para, querendo, sanar o vÃ-cio ao norte apontado, no prazo de 05 (cinco) dias, atentando-a desde jÃ¡ que, havendo pedido atinente ao deferimento da justiÃ§a gratuita, deverÃ¡ carrear aos autos prova da hipossuficiÃªncia alegada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, ainda no tocante Ã certidÃ£o ao norte mencionada, atente-se o advogado peticionante acerca da necessidade de juntada do competente instrumento de mandato procuratÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, decorrido o prazo, havendo manifestaÃ§Ã£o, certifique-se e faÃ§a-se concluso para deliberaÃ§Ã£o, do contrÃ¡rio, optando a parte por permanecer inerte, devolva-se a petiÃ§Ã£o respectiva ao patrono signatÃ¡rio e proceda-se com o cancelamento do documento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Icoaraci-BelÃ©m/PA, 22 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GERALDO NEVES LEITE Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00006315619948140201 PROCESSO ANTIGO: 199410018514 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GERALDO NEVES LEITE A??o: Separação Consensual em: 26/10/2021 ADVOGADO:PAULO AUGUSTO MAIA FRANCO AUTOR:JOSE EVARISTO DA SILVA MONTEIRO Representante(s): OAB 14662 - DEBORA DO COUTO RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 17402 - YURI DE BORGONHA MONTEIRO RAIOL (ADVOGADO) AUTOR:ANA LUCIA DE FIGUEIREDO MONTEIRO. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃÂ VARA DE FAMÃLIA DISTRITAL DE ICOARACI - COMARCA DE BELÃMÂ RUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO PONTA GROSSA, BELÃM/PA - CEP 66810-100Â E-mail: 1famicoaraci@tjpa.jus.br - Telefone: 3211-7070/3211-7071 Processo nÂº: 0000631-56.1994.8.14.0201Â DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a petiÃ§Ã£o nÂº2021.02088021-12, bem como as informaÃ§Ãµes constantes na certidÃ£o nÂº2021.0228160402, estando recolhidas as custas, DEFIRO o desarquivamento dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entrementes, tendo em vista que o processo nÃ£o se encontra arquivado nas dependÃªncias deste FÃ³rum Distrital (Vara de FamÃ-lia - Gabinete, Secretaria e Arquivo), oficie-se ao Arquivo Geral de BelÃ©m para que desarquive os autos e o remeta a este JuÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, procedido o desarquivamento, abra-se vista Ã parte peticionante, pelo prazo de 05 (cinco) dias, para fins de retirada da(s) cÃ³pia(s) do(s) documento(s) mencionado(s) no petitÃ³rio em anexo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, nÃ£o havendo outros requerimentos pendentes de apreciaÃ§Ã£o judicial, certifique-se o necessÃ¡rio e, observadas as formalidades legais, retornem os autos ao arquivo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Icoaraci-BelÃ©m/PA, 22 de outubro de 2021. GERALDO NEVES LEITE Juiz de Direito PROCESSO: 00007889720018140201 PROCESSO ANTIGO: 200110151207 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GERALDO NEVES LEITE A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 26/10/2021 REU:ROBERTO PINHEIRO MOURA Representante(s): OAB 6083 - SERGIO LUIZ FARIAS DE SOUSA (ADVOGADO) ADVOGADO:RAIMUNDO DORIVAL N DOS SANTOS AUTOR:MARA RUBIA FERREIRA MORAES. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃÂ VARA DE FAMÃLIA DISTRITAL DE ICOARACI - COMARCA DE BELÃMÂ RUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO PONTA GROSSA, BELÃM/PA - CEP 66810-100Â E-mail: 1famicoaraci@tjpa.jus.br - Telefone: 3211-7070/3211-7071 Processo nÂº: 0000788-97.2001.8.14.0201Â DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando as petiÃ§Ãµes nÂº2021.01592191-07 e nÂº2021.02180617-32, bem como as informaÃ§Ãµes constantes nas certidÃµes nÂº2021.0170429688 e nÂº2021.02180617-32, estando recolhidas as custas, DEFIRO o desarquivamento dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entrementes, tendo em vista que o processo nÃ£o se encontra arquivado nas dependÃªncias deste FÃ³rum Distrital (Vara de FamÃ-lia - Gabinete, Secretaria e Arquivo), oficie-se ao Arquivo Geral de BelÃ©m para que desarquive os

autos e o remeta a este JuÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, procedido o desarquivamento, abra-se vista Ã parte peticionante, pelo prazo de 05 (cinco) dias, para fins de retirada da(s) cÃ³pia(s) do(s) documento(s) mencionado(s) no petitÃ³rio em anexo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, nÃ£o havendo outros requerimentos pendentes de apreciaÃ§Ã£o judicial, certifique-se o necessÃ¡rio e, observadas as formalidades legais, retornem os autos ao arquivo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Icoaraci-BelÃ©m/PA, 22 de outubro de 2021. GERALDO NEVES LEITE Juiz de Direito PROCESSO: 00020173720098140201 PROCESSO ANTIGO: 20091001372 7 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GERALDO NEVES LEITE A??o: Divórcio Consensual em: 26/10/2021 AUTOR:J. L. F. S. Representante(s): CARLOS HENRIQUE HARPER COX - DEF PUBLICO (ADVOGADO) AUTOR:L. V. S. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃÂ VARA DE FAMÃLIA DISTRITAL DE ICOARACI - COMARCA DE BELÃMÂ RUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO PONTA GROSSA, BELÃM/PA - CEP 66810-100Â E-mail: 1famicoaraci@tjpa.jus.br - Telefone: 3211-7070/3211-7071 Processo nÂº:0002017-37.2009.8.14.0201Â DESPACHOÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a petiÃ§Ã£o nÂº2021.02218481-27, bem como as informaÃ§Ãµes constantes na certidÃ£o nÂº2021.0228512124, DEFIRO o desarquivamento dos autos, independentemente do recolhimento de custas, uma vez que a parte solicitante Ã© patrocinada pela Defensoria PÃºblica do Estado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entrementes, tendo em vista que o processo nÃ£o se encontra arquivado nas dependÃªncias deste FÃ³rum Distrital (Vara de FamÃ-lia - Gabinete, Secretaria e Arquivo), oficie-se ao Arquivo Geral de BelÃ©m para que desarquive os autos e o remeta a este JuÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Procedido o desarquivamento, abra-se vista dos autos Ã Defensoria PÃºblica, pelo prazo de 05 (cinco) dias, para fins de retirada da(s) cÃ³pia(s) do(s) documento(s) mencionado(s) no petitÃ³rio em anexo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, nÃ£o havendo outros requerimentos pendentes de apreciaÃ§Ã£o judicial, certifique-se o necessÃ¡rio e, observadas as formalidades legais, retornem os autos ao arquivo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Icoaraci-BelÃ©m/PA, 22 de outubro de 2021. GERALDO NEVES LEITE Juiz de Direito PROCESSO: 00023399020138140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GERALDO NEVES LEITE A??o: Execução de Alimentos em: 26/10/2021 AUTOR:L. R. B. Representante(s): OAB 12129-B - ETELVINO QUINTINO MIRANDA DE AZEVEDO (DEFENSOR) RECORRENTE:E. M. R. REU:C. F. B. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃÂ VARA DE FAMÃLIA DISTRITAL DE ICOARACI - COMARCA DE BELÃMÂ RUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO PONTA GROSSA, BELÃM/PA - CEP 66810-100Â E-mail: 1famicoaraci@tjpa.jus.br - Telefone: 3211-7070/3211-7071 Processo nÂº: 0002339-90.2013.8.14.0201Â DESPACHOÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a petiÃ§Ã£o nÂº2021.02200680-80, bem como as informaÃ§Ãµes constantes na certidÃ£o nÂº2021.0228500581, DEFIRO o desarquivamento dos autos, independentemente do recolhimento de custas, uma vez que a parte solicitante Ã© patrocinada pela Defensoria PÃºblica do Estado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entrementes, tendo em vista que o processo nÃ£o se encontra arquivado nas dependÃªncias deste FÃ³rum Distrital (Vara de FamÃ-lia - Gabinete, Secretaria e Arquivo), oficie-se ao Arquivo Geral de BelÃ©m para que desarquive os autos e o remeta a este JuÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Procedido o desarquivamento, abra-se vista dos autos Ã Defensoria PÃºblica, pelo prazo de 05 (cinco) dias, para fins de retirada da(s) cÃ³pia(s) do(s) documento(s) mencionado(s) no petitÃ³rio em anexo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, nÃ£o havendo outros requerimentos pendentes de apreciaÃ§Ã£o judicial, certifique-se o necessÃ¡rio e, observadas as formalidades legais, retornem os autos ao arquivo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Icoaraci-BelÃ©m/PA, 22 de outubro de 2021. GERALDO NEVES LEITE Juiz de Direito PROCESSO: 00029462720088140201 PROCESSO ANTIGO: 200810021036 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GERALDO NEVES LEITE A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 26/10/2021 AUTOR:L. S. C. Representante(s): EMANUEL RAIOL LOBO (ADVOGADO) REU:R. C. M. REQUERIDO:R. G. M. Representante(s): OAB 7555 - MARCIENE DE SOUZA LIMA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃÂ VARA DE FAMÃLIA DISTRITAL DE ICOARACI - COMARCA DE BELÃMÂ RUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO PONTA GROSSA, BELÃM/PA - CEP 66810-100Â E-mail: 1famicoaraci@tjpa.jus.br - Telefone: 3211-7070/3211-7071 Processo nÂº: 0002946-27.2008.8.14.0201Â DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a petiÃ§Ã£o nÂº2021.02202126-10, bem como as informaÃ§Ãµes constantes na certidÃ£o nÂº2021.0228462751, DEFIRO o desarquivamento dos autos, independentemente do recolhimento de custas, uma vez que a parte Ã© beneficiÃ¡ria da justiÃ§a gratuita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, procedido o desarquivamento, abra-se vista Ã parte peticionante, pelo prazo de 05 (cinco) dias, para fins de retirada da(s) cÃ³pia(s) do(s) documento(s) mencionado(s) no petitÃ³rio em anexo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, nÃ£o havendo outros requerimentos pendentes de apreciaÃ§Ã£o judicial, certifique-se o necessÃ¡rio e, observadas as formalidades legais, retornem os autos ao arquivo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Icoaraci-BelÃ©m/PA, 22 de outubro de 2021. GERALDO NEVES LEITE

Juiz de Direito PROCESSO: 00031740920068140201 PROCESSO ANTIGO: 200610585787 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GERALDO NEVES LEITE A??o: Cumprimento de sentença em: 26/10/2021 AUTOR:V. J. N. S. REP LEGAL:R. C. N. N. Representante(s): MARIA MARLENE SOARES DA SILVA - DEF. (ADVOGADO) REU:J. F. P. S. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃÂ VARA DE FAMÃLIA DISTRITAL DE ICOARACI - COMARCA DE BELÃMÂ RUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO PONTA GROSSA, BELÃM/PA - CEP 66810-100Â E-mail: 1famicoaraci@tjpa.jus.br - Telefone: 3211-7070/3211-7071 Processo nÂº 0003174-09.2006.8.14.0201 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DESPACHOÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a certidÃ£o nÂº2021.0228498350, cujo conteÃºdo informa a respeito de o processo encontrar-se ARQUIVADO e, ainda, sobre nÃ£o ter sido formulado pedido de desarquivamento, DEVOLVA-SE a petiÃ§Ã£o respectiva ao(Ã ) patrono(a) signatÃ¡rio(a) para, querendo, promover as providÃªncias necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem prejuÃ-zo, ao PROTOCOLO para que seja procedido o cancelamento do documento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Icoaraci-BelÃ©m/PA, 22 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GERALDO NEVES LEITE Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00033838120128140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIETA MARIA FERRARI MILEO A??o: Homologação de Transação Extrajudicial em: 26/10/2021 AUTOR:M. C. H. AUTOR:J. L. A. Representante(s): OAB 9714 - FRANCIARA PEREIRA LEMOS (DEFENSOR) . SENTENÇA Cuida-se de PEDIDO DE HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO, formulado MYLENA COSTA HOLANDA e JORGE LUIS ALBUQUERQUE conforme as cláusulas avençadas no termo de fls. 03/05, firmado na Defensoria Pública Estadual - Icoaraci, referente aos interesses (direitos, deveres, guarda, visita, alimentos e alienação parental) dos postulantes e do filho menor BRUNO CÉSAR HOLANDA ALBUQUERQUE. Instado, o Ministério Público diante da inexistência de violação a lei ou aos interesses dos envolvidos, se manifestou favorável ao pedido de homologação do acordo celebrado entre as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. O art. 584, III, do CPC, alinha que se constitui título executivo judicial a sentença homologatória de conciliação ou de transação, ainda que não verse questão posta em Juízo. Sob esse viés, podem os interessados pedir homologação de acordo, ainda que esta não seja objeto de litígio. Assim, da análise minuciosa das cláusulas do acordo, tanto pelo representante do Ministério Público, quanto por este Juízo, vislumbra-se a esta altura o acolhimento da homologação, eis que contemplado os interesse dos postulantes. E a guisa de reforço é o manifesto jurisprudencial: ¿APELAÇÃO CÍVEL. PEDIDO DE HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL. POSSIBILIDADE. ART. 475-N DO CPC. INTERESSE PROCESSUAL. O artigo 475-N, inciso V, do CPC, faculta às partes que postulem em juízo a homologação de acordo extrajudicial, com vista a convertê-lo em título executivo judicial. Logo, não há falar em falta de interesse, devendo os autos retornar à origem para apreciação dos termos do negócio jurídico em questão. APELO PROVIDO¿. (Tribunal de Justiça d Rio Grande do Sul. Apelação Cível Nº 70046621603, Décima Segunda Câmara Cível. DJ 22/02/2012). ¿CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - FAMÍLIA - EXECUÇÃO DE ALIMENTOS - ACORDO EXTRAJUDICIAL REALIZADO PELA DEFENSORIA PÚBLICA - TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL - PRISÃO CIVIL DO EXECUTADO - RITO DO ART. 733 DO CPC - IMPOSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - INTERESSE DE MENORES -SENTENÇA MANTIDA. Conforme orientação deste eg. Tribunal de Justiça, o acordo realizado pela Defensoria Pública é título executivo extrajudicial, mas desde que não se faça presente o interesse de menores, a quem o Direito Pátrio confere ampla proteção, sendo imprescindível nesses casos a participação do Ministério Público e do Juízo, devendo a referida composição extrajudicial ocorrer sob a forma de homologação de acordo¿. (Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Processo nº. 1.0702.04.132803-1/001(1). Númeração Única: 1328031-92.2004.8.13.0702. Relator: Des.(a) EDILSON FERNANDES. Relator do Acórdão: Des.(a) EDILSON FERNANDES. Data do Julgamento: 20/05/2008. Data da Publicação: 01/07/2008). Ante o exposto, para fins do art. 584, III do CPC, atendendo-se ao disposto nos arts. 1.103 e seguintes, do mesmo diploma legal, HOMOLOGO O ACORDO DAS PARTES INTERESSADAS, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, extinguindo-se o processo com resolução do mérito nos termos do art. 269, inciso III do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se e expeçam-se ofícios se requisitados. Icoaraci, 23 de Outubro de 2012. ANTONIETA MARIA FERRARI MILEO Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Distrital Cível de Icoaraci. PROCESSO: 00034957420078140201 PROCESSO ANTIGO: 20071002405 7 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GERALDO NEVES LEITE A??o: Divórcio Litigioso em: 26/10/2021 REU:C. J. F. Representante(s): OAB 29347 - RICARDO AUGUSTO DA SILVA E SOUZA (ADVOGADO) AUTOR:M. C. C. F. Representante(s): PRISCILA FOGACA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃÂ VARA DE FAMÃLIA DISTRITAL DE ICOARACI - COMARCA DE BELÃMÂ RUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO PONTA GROSSA, BELÃM/PA - CEP 66810-100Â E-mail: 1famicoaraci@tjpa.jus.br - Telefone: 3211-7070/3211-7071 Processo nÂº: 0003495-

74.2007.8.14.0201Â Â DESPACHOÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando as petiÃ§Ãµes nÂº2021.01615573-89 e nÂº2021.02236195-41, bem como as informaÃ§Ãµes constantes nas certidÃµes nÂº2021.0170446275 e nÂº2021.0228536568, estando recolhidas as custas, DEFIRO o pedido de desarquivamento dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Procedido o desarquivamento, abra-se vista dos autos ao(Ã ) advogado(a) peticionante, pelo prazo de 05 (cinco) dias, para fins de retirada da(s) cÃ³pia(s) do(s) documento(s) mencionado(s) no petitÃ³rio acima referido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, nÃ£o havendo outros requerimentos pendentes de apreciaÃ§Ã£o judicial, certifique-se o necessÃ¡rio e, observadas as formalidades legais, retornem os autos ao arquivo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Icoaraci-BelÃ©m/PA, 22 de outubro de 2021.Â GERALDO NEVES LEITE Juiz de Direito PROCESSO: 00040474920118140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GERALDO NEVES LEITE A??o: Divórcio Litigioso em: 26/10/2021 AUTOR:A. O. M. D. Representante(s): OAB 9714 - FRANCIARA PEREIRA LEMOS (DEFENSOR) OAB 16956 - LUCAS NUNES CHAMA (ADVOGADO) OAB 18295 - ANTONIO ALEX CAVALCANTE ROCHA (ADVOGADO) REU:L. P. D. Representante(s): OAB 15525 - WELLISSA ALBUQUERQUE GOUVEA (ADVOGADO) OAB 1717 - JOSE ACREANO BRASIL (ADVOGADO) OAB 7119 - MARIA ISABEL CALDAS BRASIL (ADVOGADO) OAB 17410 - MAURO JOSE CALDAS BRASIL (ADVOGADO) OAB 18018 - RODRIGO LEITAO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃÂ VARA DE FAMÃLIA DISTRITAL DE ICOARACI - COMARCA DE BELÃMÂ RUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO PONTA GROSSA, BELÃM/PA - CEP 66810-100Â E-mail: 1famicoaraci@tjpa.jus.br - Telefone: 3211-7070/3211-7071 Processo nÂº: 0004047-49.20211.8.14.0201 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a petiÃ§Ã£o nÂº2021.0203802-47, bem como as informaÃ§Ãµes constantes na certidÃ£o nÂº2021.0230641468, DEFIRO o pedido de desarquivamento dos autos, independentemente do recolhimento de custas, na medida que a parte solicitante Ã© patrocinada pela Defensoria PÃºblica do Estado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, procedido o desarquivamento, certifique-se e faÃ§a-se concluso para anÃ¡lise dos demais pedidos constantes no petitÃ³rio ao norte mencionado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Icoaraci-BelÃ©m/PA, 22 de outubro de 2021. GERALDO NEVES LEITE Juiz de Direito PROCESSO: 00061541320098140201 PROCESSO ANTIGO: 200910046447 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GERALDO NEVES LEITE A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 26/10/2021 REP LEGAL:C. A. P. Representante(s): ANDREA BARRETO RICARTE DE OLIVEIRA FARIAS - DEF PUBLICA (ADVOGADO) AUTOR:E. M. P. M. REU:R. P. M. Representante(s): OAB 2073 - LINDALVA NAZARE VASCONCELOS MAGALHAES (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃÂ VARA DE FAMÃLIA DISTRITAL DE ICOARACI - COMARCA DE BELÃMÂ RUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO PONTA GROSSA, BELÃM/PA - CEP 66810-100Â E-mail: 1famicoaraci@tjpa.jus.br - Telefone: 3211-7070/3211-7071 Processo nÂº: 0006154-13.2009.8.14.0201Â DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando as petiÃ§Ãµes nÂº2021.01716371-44 e nÂº02185569-17, bem como as informaÃ§Ãµes constantes nas certidÃµes nÂº2021.0181489046 e nÂº20210228388740, DEFIRO o desarquivamento dos autos, independentemente do recolhimento de custas, uma vez que a parte Ã© beneficiÃ¡ria da justiÃ§a gratuita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, procedido o desarquivamento, abra-se vista Ã parte peticionante, pelo prazo de 05 (cinco) dias, para fins de extraÃ§Ã£o das informaÃ§Ãµes mencionadas no petitÃ³rio em anexo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, nÃ£o havendo outros requerimentos pendentes de apreciaÃ§Ã£o judicial, certifique-se o necessÃ¡rio e, observadas as formalidades legais, retornem os autos ao arquivo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Icoaraci-BelÃ©m/PA, 22 de outubro de 2021. GERALDO NEVES LEITE Juiz de Direito PROCESSO: 00068189220148140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GERALDO NEVES LEITE A??o: Divórcio Consensual em: 26/10/2021 AUTOR:R. T. L. Representante(s): OAB 12287 - MILENE MORAES MOREIRA (DEFENSOR) AUTOR:E. S. L. Representante(s): OAB 12287 - MILENE MORAES MOREIRA (DEFENSOR) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃÂ VARA DE FAMÃLIA DISTRITAL DE ICOARACI - COMARCA DE BELÃMÂ RUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO PONTA GROSSA, BELÃM/PA - CEP 66810-100Â E-mail: 1famicoaraci@tjpa.jus.br - Telefone: 3211-7070/3211-7071 Processo nÂº: 0006818-92.2014.8.14.0201 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a petiÃ§Ã£o nÂº2021.0228966-86, bem como as informaÃ§Ãµes constantes na certidÃ£o nÂº2021.0228553349, DEFIRO o pedido de desarquivamento dos autos, independentemente do recolhimento de custas, na medida que a parte solicitante Ã© patrocinada pela Defensoria PÃºblica do Estado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, procedido o desarquivamento, certifique-se e faÃ§a-se concluso para anÃ¡lise dos demais pedidos constantes no petitÃ³rio ao norte mencionado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Icoaraci-BelÃ©m/PA, 22 de outubro de 2021. GERALDO NEVES LEITE Juiz de Direito PROCESSO: 01276294720158140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A):

GERALDO NEVES LEITE A??o: Divórcio Consensual em: 26/10/2021 AUTOR:H. F. P. S. Representante(s): OAB 11534 - MAURA CRISTINA MAIA VIEIRA (DEFENSOR) AUTOR:A. B. S. Representante(s): OAB 11534 - MAURA CRISTINA MAIA VIEIRA (DEFENSOR) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃÂ VARA DE FAMÃLIA DISTRITAL DE ICOARACI - COMARCA DE BELÃMÂ RUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO PONTA GROSSA, BELÃM/PA - CEP 66810-100Â E-mail: 1famicoaraci@tjpa.jus.br - Telefone: 3211-7070/3211-7071 Processo nÂº: 0127629-47.2015.8.14.0201Â DESPACHOÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a petiÃ§Ã£o nÂº2021.02268962-98, bem como as informaÃ§Ãµes constantes na certidÃ£o nÂº2021.0228547820, DEFIRO o desarquivamento dos autos, independentemente do recolhimento de custas, uma vez que a parte solicitante Ã© patrocinada pela Defensoria PÃºblica do Estado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Procedido o desarquivamento, abra-se vista dos autos Ã Defensoria PÃºblica, pelo prazo de 05 (cinco) dias, para fins de retirada da(s) cÃ³pia(s) do(s) documento(s) mencionado(s) no petitÃ³rio acima referido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, decorrido o prazo, nÃ£o havendo outros requerimentos pendentes de apreciaÃ§Ã£o judicial, certifique-se o necessÃ¡rio e, observadas as formalidades legais, retornem os autos ao arquivo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Icoaraci-BelÃ©m/PA, 22 de outubro de 2021. GERALDO NEVES LEITE Juiz de Direito PROCESSO: 00008198619948140201 PROCESSO ANTIGO: 199410124480 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GERALDO NEVES LEITE A??o: Divórcio Consensual em: 28/09/2021 AUTOR:RUBEMAR DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 19088 - ANANDA NASSAR MAIA (ADVOGADO) REU:SILVANE NAZARE SANTOS DO NASCIMENTO ADVOGADO:JORGE ARISTEU PAMPLONA / DEF. PUBLICO. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃÂ VARA DE FAMÃLIA DISTRITAL DE ICOARACI - COMARCA DE BELÃMÂ RUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO PONTA GROSSA, BELÃM/PA - CEP 66810-100Â E-mail: 1famicoaraci@tjpa.jus.br - Telefone: 3211-7070/3211-7071 Processo nÂº 0000819-86.1994.8.14.0201 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DESPACHOÂ Â Â Â Â Â Considerando que o pedido de desarquivamento formulado nÃ£o apresenta justificativa (nÂº2021.01950399-46), bem como que, conforme consignado na certidÃ£o nÂº2021.0198309137 o advogado signatÃ¡rio deixou de carrear aos autos instrumento de mandato procuratÃ³rio, intime-o para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca das circunstÃ¢ncias precedentes, requerendo o que entender de direito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, decorrido o prazo, havendo manifestaÃ§Ã£o, certifique-se o necessÃ¡rio e faÃ§a-se concluso para deliberaÃ§Ã£o, do contrÃ¡rio, nÃ£o havendo, DEVOLVA-SE a petiÃ§Ã£o respectiva a(o) patrono(a) peticionante, devendo ser procedido o cancelamento do documento. Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Icoaraci-BelÃ©m/PA, 22 de setembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GERALDO NEVES LEITE Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00016675420058140201 PROCESSO ANTIGO: 200510497727 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GERALDO NEVES LEITE A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 28/09/2021 AUTOR:R. R. F. B. Representante(s): RAIMUNDO RABELO FORO BARBOSA (ADVOGADO) ANACELY DE JESUS RODRIGUES (ADVOGADO) REQUERIDO:B. J. S. B. Representante(s): OAB 5877 - RAIMUNDO RABELO FORO BARBOSA (ADVOGADO) JOANA CASTRO DOS SANTOS (REP LEGAL) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃÂ VARA DE FAMÃLIA DISTRITAL DE ICOARACI - COMARCA DE BELÃMÂ RUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO PONTA GROSSA, BELÃM/PA - CEP 66810-100Â E-mail: 1famicoaraci@tjpa.jus.br - Telefone: 3211-7070/3211-7071Â Processo nÂº: 0001667-54.2005.8.14.0201Â DESPACHOÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando detidamente o expediente em anexo, verifica-se que o peticionante pugna pelo desarquivamento dos autos, em face de suposto Â¿pedido de exoneraÃ§Ã£oÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que, eventual pretensÃ£o atinente Ã exoneraÃ§Ã£o do encargo alimentar, deve ser objeto de aÃ§Ã£o autÃ´noma, a ser ajuizada junto ao sistema PJE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, conforme consignado na certidÃ£o nÂº2021.0192035080, o advogado signatÃ¡rio nÃ£o possui mandato procuratÃ³rio conferido pela parte peticionante, estando cadastrado nos registros do sistema LIBRA como patrocinador da parte contrÃ¡ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, face Ã s razÃµes precedentes, intime-se o advogado identificado na petiÃ§Ã£o nÂº2021.01872736-41 para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca das circunstÃ¢ncias supra, esclarecendo objetivamente o motivo no qual fundamenta-se o pedido de desarquivamento e, ainda, regularizando a representaÃ§Ã£o processual da parte interessada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, decorrido o prazo, havendo manifestaÃ§Ã£o, certifique-se o necessÃ¡rio e faÃ§a-se concluso para deliberaÃ§Ã£o, do contrÃ¡rio, nÃ£o havendo, DEVOLVA-SE a petiÃ§Ã£o respectiva a(o) patrono(a), devendo ser procedido o cancelamento do documento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Icoaraci-BelÃ©m/PA, 22 de setembro de 2021.Â GERALDO NEVES LEITE Juiz de Direito PROCESSO: 00034957420078140201 PROCESSO ANTIGO: 200710024057 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GERALDO NEVES LEITE A??o: Divórcio Litigioso em: 28/09/2021 REU:C. J. F. Representante(s): OAB 29347 - RICARDO AUGUSTO DA SILVA E SOUZA (ADVOGADO) AUTOR:M. C. C. F. Representante(s): PRISCILA FOGACA (ADVOGADO)

. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃÂ VARA DE FAMÃLIA DISTRITAL DE ICOARACI - COMARCA DE BELÃMÂ RUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO PONTA GROSSA, BELÃM/PA - CEP 66810-100Â E-mail: 1famicoaraci@tjpa.jus.br - Telefone: 3211-7070/3211-7071 Processo nÂº 0003495-74.2007.8.14.0201 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DESPACHOÂ Â Â Â Â Â Considerando que o pedido de desarquivamento formulado nÃ£o apresenta justificativa (nÂº2021.01615573-89), intime-se o advogado peticionante para, no prazo de 05 (cinco) dias, esclarecer a finalidade do pleito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, decorrido o prazo, havendo manifestaÃ§Ã£o, certifique-se o necessÃ¡rio e faÃ§a-se concluso para deliberaÃ§Ã£o, do contrÃ¡rio, nÃ£o havendo, DEVOLVA-SE a petiÃ§Ã£o respectiva a(o) patrono(a) da parte peticionante. Â Â Â Â Â Sem prejuÃ-zo, ao PROTOCOLO para que seja procedido o cancelamento do documento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Icoaraci-BelÃ©m/PA, 31 de agosto de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GERALDO NEVES LEITE Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00035238120138140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GERALDO NEVES LEITE A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 28/09/2021 MENOR:R. F. G. REPRESENTANTE:B. F. F. Representante(s): OAB 12129-B - ETELVINO QUINTINO MIRANDA DE AZEVEDO (DEFENSOR) REU:R. R. G. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃÂ VARA DE FAMÃLIA DISTRITAL DE ICOARACI - COMARCA DE BELÃMÂ RUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO PONTA GROSSA, BELÃM/PA - CEP 66810-100Â E-mail: 1famicoaraci@tjpa.jus.br - Telefone: 3211-7070/3211-7071 Processo nÂº: 0003523-81.2013.8.14.0201Â DESPACHOÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a petiÃ§Ã£o nÂº2021.01889010-10, bem como as informaÃ§Ãµes constantes na certidÃ£o nÂº2021.0192042937, DEFIRO o desarquivamento dos autos, independentemente do recolhimento de custas, uma vez que a parte solicitante Ã© patrocinada pela Defensoria PÃºblica do Estado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Procedido o desarquivamento, abra-se vista dos autos Ã Defensoria PÃºblica, pelo prazo de 05 (cinco) dias, para fins de retirada da(s) cÃ³pia(s) do(s) documento(s) mencionado(s) no petitÃ³rio acima referido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, decorrido o prazo, nÃ£o havendo outros requerimentos pendentes de apreciaÃ§Ã£o judicial, certifique-se o necessÃ¡rio e, observadas as formalidades legais, retornem os autos ao arquivo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Icoaraci-BelÃ©m/PA, 22 de setembro de 2021. GERALDO NEVES LEITE Juiz de Direito PROCESSO: 00055985920148140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GERALDO NEVES LEITE A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 28/09/2021 AUTOR:M. S. S. Representante(s): OAB 13232-B - JOAO PERES DE ANDRADE FILHO (DEFENSOR) REPRESENTANTE:C. O. S. Representante(s): OAB 13232-B - JOAO PERES DE ANDRADE FILHO (DEFENSOR) REU:M. A. C. S. Representante(s): OAB 23416 - FERNANDA DA COSTA SILVA CUNHA (ADVOGADO) OAB 26955 - RAYSSA GABRIELLE BAGLIOLI DAMMSKI (ADVOGADO) OAB 18275 - RODRIGO DE FIGUEIREDO BRANDAO (ADVOGADO) OAB 13372 - ALINE DE FATIMA MARTINS DA COSTA BULHOES LEITE (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃÂ VARA DE FAMÃLIA DISTRITAL DE ICOARACI - COMARCA DE BELÃMÂ RUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO PONTA GROSSA, BELÃM/PA - CEP 66810-100Â E-mail: 1famicoaraci@tjpa.jus.br - Telefone: 3211-7070/3211-7071 Processo nÂº: 0005598-59.2014.8.14.0201Â Â DESPACHOÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a petiÃ§Ã£o nÂº2021.01855470-41, bem como as informaÃ§Ãµes constantes na certidÃ£o nÂº2021.0191990363, estando recolhidas as custas, DEFIRO o pedido de desarquivamento dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Procedido o desarquivamento, abra-se vista dos autos ao(Ã ) advogado(a) peticionante, pelo prazo de 05 (cinco) dias, para fins de retirada da(s) cÃ³pia(s) do(s) documento(s) mencionado(s) no petitÃ³rio acima referido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, nÃ£o havendo outros requerimentos pendentes de apreciaÃ§Ã£o judicial, certifique-se o necessÃ¡rio e, observadas as formalidades legais, retornem os autos ao arquivo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, quanto ao pedido atinente Ã disponibilizaÃ§Ã£o do processo de forma eletrÃ´nica, fica facultado ao peticionante, querendo, proceder com a digitalizaÃ§Ã£o dos autos, dentro do prazo acima referido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Icoaraci-BelÃ©m/PA, 22 de setembro de 2021.Â GERALDO NEVES LEITE Juiz de Direito

**PODER JUDICIÁRIO**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**

**SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI**

EDITAL DE INTERDIÇÃO

PROC. Nº 0800991-23.2021.8.14.0201

O Dr. **CHARLES MENEZES BARROS**, Juiz de Direito titular da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais etc. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver que foi DECRETADA, **POR SENTENÇA**, **a INTERDIÇÃO de VALDENEY SILVA DA SILVA**, brasileiro(a), nascido(a) aos 20/06/1985, portador(a) do RG nº 5241942 PC/PA e CPF nº 841.064.502-59; filho(a) de Valdenes Oliveira da Silva e Telma do Socorro Mercês da Silva, cujo registro de nascimento foi feito sob o nº 212643, Liv 245-A, Fls. 221 V, no Cartório de Registro Civil do 2º Ofício de Belém/PA, residente e domiciliado (a) no mesmo endereço que seu curador(a) que se encontra na impossibilidade de reger os atos da vida civil, nomeando como seu **CURADOR (A) DEFINITIVO (A)** o (a) senhor (a) **TELMA DO SOCORRO MERCÊS DA SILVA**, brasileiro(a), portador(a) do RG nº 2089119 PC/PA e CPF nº 480.885.362-00, residente e domiciliado(a), na Rua Oito de Maio, Vila dos Inocentes nº 56, CEP: 66.813-800, Campina/Icoaraci/Belém/PA, tudo de conformidade com a sentença prolatada nos autos cíveis de CURATELA/INTERDIÇÃO (Proc. nº 0800991-23.2021.8.14.0301), tendo como autor (a) **TELMA DO SOCORRO MERCÊS DA SILVA** e como interditando (a) **VALDENEY SILVA DA SILVA,** Dado e passado neste Distrito de Icoaraci, aos vinte (20) dias do mês de outubro do ano de dois e vinte e um (2021). Eu, Kátia Cristina Corrêa da Fonseca, Analista Judiciário, o digitei. (Artigo 1º, §3º do Provimento 006/2006-CJRMB).

**ALISOLENE OLIVEIRA DA COSTA**

**Diretora de Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci**

**PODER JUDICIÁRIO**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**

**SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI**

EDITAL DE INTERDIÇÃO

PROC. Nº 0801013-81.2021.8.14.0201

O Dr. **CHARLES MENEZES BARROS**, Juiz de Direito titular da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais etc. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver que foi DECRETADA, **POR SENTENÇA**, **a INTERDIÇÃO de FRANCISCO JOSÉ MELLO DE MOURA**, brasileiro(a), casado(a), nascido(a) aos 17/10/1960, portador(a) do RG nº 2014954 PC/PA e CPF nº 136.464.602-10; filho(a) de José Uchoa de Moura e Maria de Nazareth Mello de Moura, cujo registro de casamento foi feito sob o nº 47686, Liv. B 97, Fls.0104, no Cartório de Registro Civil de Val de Cães, Belém/PA, residente e domiciliado (a) no mesmo

endereço que seu curador(a) que se encontra na impossibilidade de reger os atos da vida civil, nomeando como seu **CURADOR (A) DEFINITIVO (A)** o (a) senhor (a) **ROSANGELA SARGES REBELO DE MOURA** , brasileiro(a), casado (a), portador(a) do RG nº 3278979 PC/PA e CPF nº 903.936.862-72, residente e domiciliado(a), na Travessa do Cruzeiro nº 472, Edifício Fit Icoaraci, Torre 02, Apt 134, Cruzeiro, CEP: 66.810-010, Icoaraci/Belém/PA, tudo de conformidade com a sentença prolatada nos autos cíveis de CURATELA/INTERDIÇÃO (Proc. nº 0801013-81.2021.8.14.0201), tendo como autor (a) **ROSANGELA SARGES REBELO DE MOURA** e como interditando (a) **FRANCISCO JOSÉ MELLO DE MOURA,** Dado e passado neste Distrito de Icoaraci, aos vinte e nove (29) dias do mês de outubro do ano de dois e vinte e um (2021). Eu, Kátia Cristina Corrêa da Fonseca, Analista Judiciário, o digitei. (Artigo 1º, §3º do Provimento 006/2006-CJRMB).

**ALISOLENE OLIVEIRA DA COSTA**

**Diretora de Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci**

**FÓRUM DE ANANINDEUA**

**SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA**

RESENHA: 12/11/2021 A 12/11/2021 - SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA - VARA: 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA PROCESSO: 00071837820038140006 PROCESSO ANTIGO: 20031003986 0 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GLENDA MARREIRA VIDAL DO NASCIMENTO A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/11/2021 REQUERENTE:TIGRE COMERCIO E INDUSTRIA LTDA Representante(s): OAB 969 - IRANILDO BATISTA DE PAIVA (ADVOGADO) OAB 6238-B - JOSE NEWTON CAMPBELL MOUTINHO (ADVOGADO) OAB 13273 - FABIO AUGUSTO HAGE SOARES (ADVOGADO) OAB 5130 - MARCIA DO SOCORRO DE SOUSA VASCONCELOS (ADVOGADO) REQUERENTE:RICARDO MOLIYA SOARES Representante(s): OAB I-18 - IRANILDO BATISTA DE PAIVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 392-A - JOSE ALMIR DA ROCHA MENDES JUNIOR (ADVOGADO) OAB 15799 - DIEGO FELIPE REIS PINTO (ADVOGADO) REQUERENTE:ARMANDO TEIXEIRA SOARES. ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 3Âº, VI, da Lei 8.328/2015, INTIMO a advogada da parte TIGRE COMERCIO E INDUSTRIA LTDA, Dra. MARCIA DO SOCORRO DE SOUSA VASCONCELOS - OAB 5130, para efetuar, em 24 horas, a devoluÃ§Ã£o dos autos que foram retirados com VISTAS AO ADVOGADO em 04/08/2021 e atÃ© o presente momento nÃ£o foram devolvidos. Â Â Ananindeua/PA, 12 de novembro de 2021. Â Glenda Marreira Vidal do Nascimento Auxiliar judiciÃ¡rio 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial - Comarca de Ananindeua-PA. (Nos termos do provimento nÂº 008/2014-CRJMB, Art. 1Âº, Â§3Âº, de 05/12/2014, que alterou o provimento nÂº 006/2006-CRJMB). PROCESSO: 00095230320138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CRISTIANNE PERES COSTA A??o: Processo de Execução em: 12/11/2021 REQUERENTE:FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS ARM Representante(s): OAB 29.409 - CARLOS HENRIQUE DE SOUSA RODRIGUES (ADVOGADO) REQUERIDO:TREVO BIT DO PARA LTDA. ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1Âº, Â§ 2Âº, II, do PROVIMENTO NÂº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB, INTIMO o patrono da parte autora acerca da distribuiÃ§Ã£o de carta precatÃ³ria no sistema PJE para a comarca de Santa Maria do ParÃ¡/PA, sob o nÂº 0800746-56.2021.814.0057. Â Ananindeua/PA, 12/11/2021. Â CRISTIANNE PERES COSTA Auxiliar JudiciÃ¡rio 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial - Comarca de Ananindeua-PA. (Nos termos do provimento nÂº 008/2014-CRJMB, Art. 1Âº, Â§3Âº, de 05/12/2014, que alterou o provimento nÂº 006/2006-CRJMB).

**SECRETARIA DA 4ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA**

**Autos de nº**: 0812997-65.2021.814.0006

**Réu: WELLINGTON FARIAS NICACIO,** filho de Silvane Maia Farias, nascido em 21.09.1991.

**Defesa:** DR. ADRIANO SILVA DE SOUSA OAB/PA 23.433

**Vítima:** VALÉRIA CRISTINA SANTOS DA SILVA.

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

ALVARÁ DE SOLTURA / MANDADO DE INTIMAÇÃO

**WELLINGTON FARIAS NICACIO**, já qualificado nos presentes autos, foi preso em flagrante delito em 22.09.2021, em situação que se amolda, em tese, ao art. 129, §13º do CPB, supostamente praticados nesta Comarca, sendo a prisão em flagrante convertida em preventiva.

O Ministério Público ofereceu denúncia, sendo recebida pelo Juízo.

Regularmente citado, constitui advogado particular e apresentou resposta escrita à acusação, com pedido de revogação da prisão preventiva.

O Ministério Público manifestou-se desfavoravelmente ao pedido.

**É o relatório. Passo a decidir.**

Como se sabe, a regra em nosso ordenamento jurídico é a liberdade, de modo que toda prisão antes do trânsito em julgado de sentença penal condenatória reveste-se de excepcionalidade, dada sua natureza exclusivamente cautelar.

Desta forma, a custódia preventiva só pode ser decretada e mantida em razão de decisão escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, quando preenchidos os pressupostos e fundamentos insculpidos no artigo 312 do Código de Processo Penal e demonstrada concreta e objetivamente sua real necessidade.

No presente caso, e nos termos do art. 316 do CPP, verifico que não subsiste, **neste momento**, a necessidade de manutenção prisão cautelar do acusado, ante a ausência de fundamentos que justifiquem a continuidade da medida extrema, pelo que entendo como suficiente, **nesta fase processual,** a determinação de medidas cautelares diversas da prisão, haja vista que a custódia cautelar não é necessária para a **aplicação da Lei Penal**, pois nos autos não há elementos que apontem eventual tentativa do acusado em não se submeter futuramente àquela.

Além disso, entendo que **o tempo de prisão provisória do acusado** (aproximadamente de dois meses) é suficiente a persuadir o réu ao cumprimento das medidas cautelares diversas da prisão.

Deve-se observar, ainda, que o acusado é réu primário, e não trata o feito de descumprimento de medida protetiva. Ademais, o **eventual** descumprimento de medida cautelar anteriormente imposta, **por si só, não** justifica a manutenção da aplicação da medida extrema, pelo que entendo como suficiente, neste momento processual, a determinação de **outras medidas cautelares mais graves** ao denunciado **que as medidas protetivas anteriormente impostas** em favor da ofendida, para garantir sua integridade física.

Assim, em face do exposto, e revogando a prisão preventiva, **CONCEDO LIBERDADE PROVISÓRIA** ao denunciado **WELLINGTON FARIAS NICACIO,** filho de Silvane Maia Farias, nascido em 21.09.1991, se por outro motivo não estiver preso, **mediante o cumprimento das seguintes medidas cautelares**: **a)** comparecimento a todos os atos do processo; **b)** informar novo e qualquer alteração de endereço; **c)** não se ausentar da comarca de sua residência, por mais de 30 (trinta) dias, sem prévia autorização deste juízo, **d)** informar no prazo de 05 (cinco) dias, seu domicílio atualizado e seu telefone, devendo comparecer à Secretaria munido de documentos pessoais e comprovante de endereço onde passará a residir, **e) monitoração eletrônica pelo prazo de 01 (um) mês**.

Outrossim, DETERMINO ainda ao réu o cumprimento das seguintes medidas protetivas**:**

1. **AFASTAMENTO** imediato do lar do requerido. Caso não cumprido de forma voluntária e imediata, seja cumprido pelo Oficial de Justiça e, se necessário, seja usada a força policial. Deverá o Oficial de Justiça orientar o requerido a fazer a retirada de seus pertences de uso pessoal e os necessários ao exercício de sua profissão (art. 22, II da Lei 11.340/06);

2. **PROIBIÇÃO** de se aproximar da vítima (art. 22, III, ¿a¿, da Lei nº 11.340/06);

3. **PROIBIÇÃO** de manter contato com a vítima por qualquer meio de comunicação, tais como, contato telefônico, mensagens de texto, e-mail, redes sociais, cartas, etc. (art. 22, III, ¿b¿, Lei 11.340/06);

4. **PROIBIÇÃO** de frequentar a residência da vítima, a fim de preservar a integridade física e psicológica (art. 22, III, ¿c¿, Lei 11.340/06);

**Advirta-se ao denunciado que o descumprimento das medidas impostas poderá implicar na revogação do presente benefício e, por conseguinte, poderá ensejar a decretação de sua prisão preventiva**.

**INTIME-SE imediatamente a vítima da presente decisão mediante contato telefônico ou mensagem de texto via ¿*Whatsapp*¿ ou outro aplicativo similar. Caso não seja possível, pessoalmente, cujo mandado deverá ser cumprido pelo PLANTÃO.**

CIÊNCIA ao Ministério Público e à Defesa.

**No que tange à resposta escrita à acusação**, considerando os argumentos lançados, bem como o constante nos autos, verifica-se, no que tange à possibilidade de absolvição sumária, que a Defesa não apresenta provas contundentes e aptas a afastar, por si sós, a pretensão acusatória, nessa esfera de cognição sumária, a evidenciar a necessidade da instrução processual para o deslinde do presente caso.

Noutro giro, vale frisar que a denúncia descreve de forma satisfatória a conduta delitiva da qual o réu é acusado, a delinear a maneira pela qual praticou o crime, bem como o nexo causal entre sua conduta e o resultado do crime, razão pela qual não há o que se falar em inépcia da denúncia, porquanto preenchidos os pressupostos e condições, previstos no rol do art. 41 do Código de Processo Penal.

Assim, não apresentados argumentos eloquentes e aptos a propiciar a absolvição preliminar do acusado, como exposto acima, DETERMINO o prosseguimento regular do processo, e DESIGNO audiência de instrução e julgamento para **__17__/__04__/__2023__, às _08_:_30_h**, oportunidade em que serão colhidos os depoimentos das testemunhas anteriormente arroladas, bem como o acusado será interrogado.

INTIME-SE/REQUISITE-SE o acusado.

INTIMEM-SE as testemunhas arroladas pelas partes.

CIÊNCIA ao Ministério Público e à Defesa.

**CÓPIA DESTA DECISÃO SERVIRÁ COMO ALVARÁ DE SOLTURA, bem como MANDADO DE INTIMAÇÃO / OFÍCIO/ REQUISIÇÃO / CARTA PRECATÓRIA, E ATO ORDINATÓRIO DO NECESSÁRIO.**

Ananindeua/PA, 12 de novembro de 2021.

(assinado eletronicamente)

**EMANOEL JORGE DIAS MOUTA**

Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Criminal de Ananindeua/PA

EDITAL DE INTIMAÇ¿O

00062211920208140006

**PRAZO DE 05 DIAS**

**ACUSADO: DENIS AMARAL AIRES**

ENDEREÇO: CONJUNTO JADERLÂNDIA I, RUA E, Nº 56, ENTRE RUA TANCREDO NEVES E PASSAGEM LIBERDADE ¿ ATALAIA ¿ ANANINDEUA/PA.

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) EMANOEL JORGE DIAS MOUTA, Juiz(a) de Direito Titular da 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que DENIS AMARAL AIRES figura(m) como denunciado(s) nos autos da aç¿o penal distribuída sob o número em epígrafe, visto que n¿o foi(ram) encontrado(s) para ser(em) intimado(s) pessoalmente, raz¿o pela qual se expede o presente EDITAL, para que COMPAREÇA À AUDIÊNCIA DE DEPOIMENTO ESPECIAL DESIGNADA nos autos do presente processo PARA O DIA 30/11/2021 ÀS 08:45H, bem como para que, no prazo de 10 dias, constitua novo advogado ou informe se necessita do patrocínio da Defensoria Pública, ficando ciente que, transcorrido o prazo in albis, será nomeado Defensor Público para atuar em sua defesa.

Eu, Vanessa Gonçalves Bentes, Auxiliar Judiciário, o digitei, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a).

Ananindeua, 11 de novembro de 2021.

EMANOEL JORGE DIAS MOUTA

Juiz(a) de Direito Titular da 4ª Vara Criminal

Comarca de Ananindeua

**ATO ORDINATÓRIO**

**Processo nº 001.0408-07.2019.814.0006**

**Denunciado: ABRA¿O BRAZ AMARAL**

**Advogado(s) de defesa:** MARCO ANTÔNIO PINA DE ARAÚJO**- OAB/PA 10781**

EDGAR PEREIRA DE ARAÚJO FILHO**- OAB/PA 5056**

DE ORDEM do Excelentíssimo Senhor Doutor **EMANOEL JORGE DIAS MOUTA**, Juiz de Direito titular da 4ª Vara Criminal de Ananindeua, nos termos do Provimento 006/2006-CJRMB, alterado pelo Provimento nº 08/2014 ¿ CJRMB, FICA INTIMADO(A) o(a)(s) **advogado(a)(s) de defesa acima identificado(s)**, a proceder a imediata devoluç¿o dos autos em epígrafe à secretaria da vara, os quais se encontram com movimento de vistas ao advogado desde 25/08/2021.

Ananindeua, 11 de novembro de 2021.

**KÁTIA REGINA DA SILVA MOTTA**

Auxiliar Judiciário lotada na 4ª Vara Criminal

Comarca de Ananindeua

**ATO ORDINATÓRIO**

**Processo : 00185292920168140006**

**DENUNCIADO: MÁRCIO RODRIGUES DA SILVA**

ADVOGADO DE DEFESA: DR. LUIS CARLOS DO NASCIMENTO RODRIGUES, OAB/PA 10.579

DE ORDEM, do Excelentíssimo Senhor Doutor EMANOEL JORGE DIAS MOUTA, Juiz de Direito titular da 4ª Vara Criminal de Ananindeua, nos termos do Provimento 006/2006-CJRMB, alterado pelo Provimento nº 08/2014 ¿ CJRMB, FICA INTIMADO(A) o(a)(s) ADVOGADO DE DEFESA **acima identificado(s)**, para APRESENTAR ALEGAÇÕES FINAIS, no prazo de 5 dias.  Ananindeua, 12 de novembro de 2021.

**Paula Cristina Gomes Cuimar**

Analista Judiciário  da 4ª Vara Criminal

Comarca de Ananindeua

**ATO ORDINATÓRIO**

**Processo : 0016647-95.2017.8.14.0006**

**DENUNCIADO: RAFAEL TAVARES AROUCHA**

ADVOGADO DE DEFESA: DRA. ELIANE RABELO LIMA, OAB/PA 22.885

DE ORDEM, do Excelentíssimo Senhor Doutor EMANOEL JORGE DIAS MOUTA, Juiz de Direito titular da 4ª Vara Criminal de Ananindeua, nos termos do Provimento 006/2006-CJRMB, alterado pelo Provimento nº 08/2014 ¿ CJRMB, FICA INTIMADO(A) o(a)(s) ADVOGADO DE DEFESA **acima identificado(s)**, para apresentar ALEGAÇÕES FINAIS, DENTRO DO PRAZO DE 05 DIAS.

Ananindeua, 12 de novembro de 2021.

**Paula Cristina Gomes Cuimar**

Analista Judiciário da 4ª Vara Criminal

Comarca de Ananindeua

## FÓRUM DE MARITUBA

## SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE MARITUBA

RESENHA: 12/11/2021 A 12/11/2021 - GABINETE DA VARA CRIMINAL DE MARITUBA - VARA: VARA CRIMINAL DE MARITUBA PROCESSO: 00021089520158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 12/11/2021 DENUNCIADO:FAGNER DOS SANTOS NEVES DA SILVA VITIMA:A. A. P. E. DENUNCIADO:MILTON RANIELLE DA SILVA MADEIRA. DESPACHO Considerando readequaÃ§Ã£o de pauta e a retomada gradual da realizaÃ§Ã£o de audiÃªncias de rÃ©us soltos, tenho por bem redesignar a audiÃªncia para o dia 07.04.2022 Ã s 11h00. INTIME-SE o acusado FAGNER DOS SANTOS NEVES DA SILVA, localizado Ã Rua TapajÃ³s, NÂº 240, Marituba - PA; INTIME-SE o acusado MILTON RANIELLE DA SILVA MADEIRA, com endereÃ§o situado Ã Rua Angelim, Bairro Campo Verde, NÂº 28, no KM 28 da AlÃ§a ViÃ¡ria, Marituba - PA; REQUISITE-SE a testemunha policial militar JULIO CESAR DIOGENES ANDRADE. O PRESENTE DESPACHO DEVERÃ SERVIR COMO MANDADO/ INTIMAÃÂ¿O/ REQUISIÃÂ¿O/ NOTIFICAÃÂ¿O/ OFÃCIO. Marituba (PA), 12 de novembro de 2021. AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: MARITUBAÂ Â Email: 1crimmarituba@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua Claudio Barbosa da Silva, nÂº 536Â CEP: 67.200-000Â Â Bairro: CENTROÂ Â Fone: (91)3299-8800 PROCESSO: 00027163720148140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIADO:LAELDSON VIANA PEREIRA VITIMA:D. J. M. L. VITIMA:M. N. S. . DESPACHO Considerando readequaÃ§Ã£o de pauta e a retomada gradual da realizaÃ§Ã£o de audiÃªncias de rÃ©us soltos, tenho por bem redesignar a audiÃªncia para o dia 30.03.2022 Ã s 08h30. EXPEÃA-SE mandado de conduÃ§Ã£o coercitiva Ã testemunha DIEGO JUNIOR MELO LIMA, residente no Conjunto Cidade Nova 4, WE 71, NÂº 502, PrÃ³ximo ao Corpo de Bombeiros, Bairro Coqueiro, Ananindeua - PA. O PRESENTE DESPACHO DEVERÃ SERVIR COMO MANDADO/ INTIMAÃÂ¿O/ REQUISIÃÂ¿O/ NOTIFICAÃÂ¿O/ OFÃCIO. Marituba (PA), 12 de novembro de 2021. AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: MARITUBAÂ Â Email: 1crimmarituba@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua Claudio Barbosa da Silva, nÂº 536Â CEP: 67.200-000Â Â Bairro: CENTROÂ Â Fone: (91)3299-8800 PROCESSO: 00057156020148140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIADO:LUCIANO HENRIQUE DA COSTA DAMASO VITIMA:A. C. O. E. . DESPACHO Considerando readequaÃ§Ã£o de pauta e a retomada gradual da realizaÃ§Ã£o de audiÃªncias de rÃ©us soltos, tenho por bem redesignar a audiÃªncia de interrogatÃ³rio para o dia 29.03.2022 Ã s 08h30. REQUISITE-SE Ã SEAP o acusado LUCIANO HENRIQUE DA COSTA DAMASO, o qual se encontra custodiado, por outro processo, na Cadeia PÃºblica para Jovens e Adultos. O PRESENTE DESPACHO DEVERÃ SERVIR COMO MANDADO/ INTIMAÃÂ¿O/ REQUISIÃÂ¿O/ NOTIFICAÃÂ¿O/ OFÃCIO. Marituba (PA), 12 de novembro de 2021. AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: MARITUBAÂ Â Email: 1crimmarituba@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua Claudio Barbosa da Silva, nÂº 536Â CEP: 67.200-000Â Â Bairro: CENTROÂ Â Fone: (91)3299-8800 PROCESSO: 00058553120138140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIADO:FABRICIO AGUIAR DA SILVEIRA VITIMA:F. B. F. . DESPACHO Considerando readequaÃ§Ã£o de pauta e a retomada gradual da realizaÃ§Ã£o de audiÃªncias de rÃ©us soltos, tenho por bem redesignar a audiÃªncia para o dia 06.04.2022 Ã s 11h00. INTIME-SE o acusado FABRICIO AGUIAR DA SILVEIRA no endereÃ§o situado Ã Rua dos TupinambÃ¡s, Passagem Dois IrmÃ£os, nÂº. 23, entre Pariquis e Caripunas, Batista Campos, BelÃ©m - PA; INTIME-SE a vÃtima FABIO BARROSO PEÃANHA, no endereÃ§o situado Ã Passagem das Flores, quadra 05, Casa 19, Almir Gabriel, Marituba - PA; REQUISITE-SE as testemunhas: - MARCIO FREITAS CABRAL DA LUZ (PRF); - LIVIA PEREIRA

MARTINS (PRF); - ANA CRISTINA DA ROSA SAMPAIO (IPC). O PRESENTE DESPACHO DEVERÃ SERVIR COMO MANDADO/ INTIMAÃÂ¿O/ REQUISIÃÂ¿O/ NOTIFICAÃÂ¿O/ OFÃCIO. Marituba (PA), 12 de novembro de 2021. AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: MARITUBAÂ Â Email: 1crimmarituba@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua Claudio Barbosa da Silva, nÂº 536Â CEP: 67.200-000Â Â Bairro: CENTROÂ Â Fone: (91)3299-8800 PROCESSO: 00064260220138140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 12/11/2021 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:MICHAEL JHONATAN ASSUNCAO DE OLIVEIRA. DESPACHO Considerando readequaÃ§Ã£o de pauta e a retomada gradual da realizaÃ§Ã£o de audiÃªncias de rÃ©us soltos, tenho por bem redesignar a audiÃªncia para o dia 07.04.2022 Ã s 09h00. REQUISITE-SE Ã SEAP o acusado MICHEL JHONATAN ASSUNÃÃO DE OLIVEIRA, o qual se encontra custodiado, por outro processo, na Cadeia PÃºblica para Jovens e Adultos; REQUISITE-SE as testemunhas policiais militares EDMILSON BARATA PANTOJA e PAULO GUILHERME DE SOUZA PARAGUASSU; EXPEÃA-SE carta precatÃ³ria para a oitiva da testemunha de acusaÃ§Ã£o ELIZEU DA SILVA BATISTA, a deixar clara a possibilidade de participaÃ§Ã£o da audiÃªncia via videoconferÃªncia. O PRESENTE DESPACHO DEVERÃ SERVIR COMO MANDADO/ INTIMAÃÂ¿O/ REQUISIÃÂ¿O/ NOTIFICAÃÂ¿O/ OFÃCIO. Marituba (PA), 12 de novembro de 2021. AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: MARITUBAÂ Â Email: 1crimmarituba@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua Claudio Barbosa da Silva, nÂº 536Â CEP: 67.200-000Â Â Bairro: CENTROÂ Â Fone: (91)3299-8800

## EDITAIS

## COMARCA DA CAPITAL - EDITAIS

### EDITAL DE PROCLAMAS - CARTORIO VAL DE CÃES

Faço saber por lei que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos por lei:

ALDER CÉSAR SOUZA TRINDADE e TATIANA DE FÁTIMA RIBEIRO SOARES. Ele solteiro, Ela solteira.

ALEX SILVA LOBATO e ROSIANE DA SILVA SOUZA. Ele divorciado, Ela solteira.

ARTHUR JHORDAN DE ANDRADE SANTOS e MARCELA DE CASTRO DE JESUS. Ele solteiro, Ela solteira.

EDMILSON DE SOUSA RICARDO e MARINETE BRITO LEAL. Ele divorciado, Ela solteira.

FRANCISCO DAS CHAGAS DA SILVA FRANÇA e MARIA DIVINA DOS SANTOS SILVA. Ele divorciado, Ela solteira.

HUGO RODRIGO COSTA MIRANDA e ODINÉA MARIA SILVA ROCHA PIRES. Ele solteiro, Ela solteira.

JOÁS DO ROSÁRIO MARTINS e KAREN ÁGATA DE SOUSA SOEIRO. Ele solteiro, Ela solteira.

JOSÉ MAURO LISBOA ROCHA e PATRÍCIA GABRIELE CECYM PINHEIRO. Ele divorciado, Ela solteira.

MARCIO LIMA MORAES e FLAVIA LISBOA DA SILVA. Ele divorciado, Ela solteira.

MATHEUS GOMES DE ARAUJO e HALYCIA RAPÔSO DA SILVA. Ele solteiro, Ela solteira.

ROMULO OLIVEIRA DE SOUZA e GRASIELY DE MELO SILVA. Ele solteiro, Ela solteira.

VALDINEI MADEIRA REZENDE e IZADORA DA CUNHA TOCANTINS MELO. Ele solteiro, Ela solteira.

WILDSON LEAL BARBOSA e KÉZIA GEMAQUE PAMPLONA. Ele solteiro, Ela solteira.

Se alguém souber de impedimentos denuncie-o na forma da Lei. E Eu, Acilino Aragão Mendes, Oficial do Cartório Val-de-Cães, Comarca de Belém Estado do Pará, faço afixação deste, neste Oficio e sua publicação no Diário de Justiça. Belém, 12 de novembro de 2021.

### EDITAL DE PROCLAMAS - 2º OFÍCIO

Luiziana Maria Henderson Guedes de Oliveira, Oficial do Cartório de Registros Civil Segundo Ofício da Comarca de Belém do Estado do Pará, faz saber que pretendem contrair matrimônio os seguintes casais:

1. Lucas Sales Nunes e Sthefany Ticiane Ferreira de Lima. Ele é solteiro e Ela é solteira.

2. Evaldo Modesto Ribeiro e Natália Sarmento da Silva. Ele é solteiro e Ela é solteira.

Eu, Luiziana Maria Henderson Guedes de Oliveira, oficial, o fiz publicar. Belém, 11 de novembro de 2021.

**EDITAL DE PROCLAMAS - 3º OFÍCIO**

Conrrado Rezende Soares, Oficial Registrador do Cartório de Registros Civil do Terceiro Ofício da Comarca de Belém, Estado do Pará, faz saber que pretendem contrair matrimônio os seguintes casais:

1. ALEXANDRE CESAR DOS SANTOS PEREIRA e ANA CARLA DE MATOS SANTOS. Ele é solteiro e Ela é solteira.

2. TIAGO LUIS DOS SANTOS e DANIELLE MENDES TENÓRIO. Ele é solteiro e Ela é divorciada.

3. LUIZ FELIPE GOMES DE ALMEIDA e TATIELLY VELOSO COSTA. Ele é solteiro e Ela é solteira.

4. SAULO DIAS SANTOS e BÁRBARA MARIANE FARIAS GONÇALVES. Ele é solteiro e Ela é solteira.

5. STHÉFFANY CUSTÓDIO DE MIRANDA e PRISCILA SILVA SCHRÖDER. Ele é divorciado e Ela é solteira.

6. BRUNO LEVY MIRANDA DOS SANTOS e IZABELA CRISTINA MACIEL PAES. Ele é solteiro e Ela é solteira.

7. EDUARDO DOS SANTOS SANTANA e JHENIFER ALVES DA SILVA. Ele é solteiro e Ela é solteira.

8. CARLOS ANDRÉ RIBEIRO DE OLIVEIRA e IZABELLA DOMINGUES BONIFÁCIO. Ele é solteiro e Ela é solteira.

9. LUAN GABRIEL CARREIRA e KATIA FLAVIA ALVES DA COSTA. Ele é divorciado e Ela é divorciada.

10. ANTÔNIO LUIZ DA SILVA FILHO e ALAN TEJERIA ARANTES. Ele é solteiro e Ela é solteiro.

11. GABRIEL PEREZ RODRIGUES e MAYARA SILVA DO CARMO. Ele é solteiro e Ela é solteira.

12. ANDERSON DA SILVA CARVALHO e LUIZA ESQUINA LIMÃO. Ele é viúvo e Ela é solteira.

Eu, Conrrado Rezende Soares, Oficial Registrador, o fiz publicar.

Belém/PA, 12 de novembro de 2021.

**EDITAL DE PROCLAMAS - CARTÓRIO 4º OFICIO**

Faço saber por lei que pretendem se casar:

CARLOS JUNIOR DOS REIS NERES e SOLANGE DE OLIVEIRA SILVA AMBOS SOLTEIROS

GREGNILSON AZULAY DA SILVA e ADRIA CRISTINA SILVA DO CARMO AMBOS SOLTEIROS

REGINALDO ALVES DE SOUSA e KARLA DANIELLY OLIVEIRA AMORIM AMBOS SOLTEIROS

CLEVERSON VELOSO NAHUM e AMANDA GUEDELHA NEGRÃO AMBOS SOLTEIROS

DIEGO DE SOUZA ANDRADE e LUAN LEONARDO CORRÊA LOURINHO AMBOS SOLTEIROS

ALAIN VICTOR BACELAR DA CONCEIÇÃO COSTA ELE E DIVORCIADO e LUIZA BEATRIZ COÊLHO PONTES ELA E SOLTEIRA

Eu, Elyzette Mendes Carvalho, Oficial do Cartório do 4º Oficio, Comarca de Belém, Estado do Pará, faço afixação deste, neste Oficio e sua publicação no Diário de Justiça. Belém 12 de novembro de 2021.

**EDITAL DE PROCLAMAS - 1º OFICIO DE REGISTRO CIVIL LOYOLA ZUMBA**

Luciana Loyola de Souza Zumba, Oficiala Registradora do cartório 1º Oficio de Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca de Belém, Estado do Pará, faz saber que pretendem contrair matrimônio o seguinte casal:

1. JULIANA MIRANDA DE VASCONCELOS E PAULO ARTHUR PANTOJA DE MORAES FRANCO. Ela é Solteira e Ele é Solteiro.

Luciana Loyola de Souza Zumba, Oficiala Registradora, o fiz publicar.

Belém/PA, 12 de Novembro de 2021

**UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL -12 VARA - EDITAIS**

RESENHA: 12/11/2021 A 12/11/2021 - SECRETARIA 3ª UPJ VARAS DE COMERCIO, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, FALENCIA E SUCESSÕES - VARA: 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00011203620088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810034716 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINE SANTIAGO DE MATOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 12/11/2021 REPRESENTANTE:ELOY TOFOLI Representante(s): OAB 4433 - FRANCISCO POMPEU BRASIL FILHO (ADVOGADO) EXECUTADO:TOFOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIREIRA LTDA Representante(s): OAB 29044 - MARIO ANTONIO BAIA GOMES (ADVOGADO) MYCHELLE BRAZ POMPEU BRASIL (ADVOGADO) FRANCISCO POMPEU BRASIL FILHO (ADVOGADO) EXEQUENTE:BELEM FOMENTO MERCANTIL LTDA Representante(s): OAB 15628 - FELIPE DE SOUSA FERREIRA (ADVOGADO) OAB 16357 - LUIZ FELIPE VASCONCELLOS LUZ (ADVOGADO) JANINE SILVA RIBEIRO DA CUNHA (ADVOGADO) MOEMA BELUSSO (ADVOGADO) FELIPE DE SOUSA FERREIRA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Tendo em vista o pedido de desarquivamento constante dos autos, fica a PARTE SOLICITANTE INTIMADA, na pessoa de seu advogado constituÃ-do para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder a extraÃ§Ã£o de cÃ³pias conforme solicitado, estando os autos disponÃ-vel na Secretaria da 3Âª UPJ CIVEL, para os devidos fins. ApÃ³s esse prazo, os autos serÃ£o devolvidos ao setor de arquivo. BelÃ©m, 12 de novembro de 2021. 3Âª UPJ - NÃºcleo de Cumprimento

RESENHA: 12/11/2021 A 12/11/2021 - SECRETARIA 3ª UPJ VARAS DE COMERCIO, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, FALENCIA E SUCESSÕES - VARA: 14ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 07047400720168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINE SANTIAGO DE MATOS A??o: Cumprimento de sentença em: 12/11/2021 AUTOR:SUZIANE MARINHO MIRANDA Representante(s): OAB 365174 - INGRID BENTES CUSTODIO MAIA SA (ADVOGADO) OAB 25212 - ANDREA MONTEIRO PUGET (ADVOGADO) REU:SINGULAR INCORPORADORA LTDA REU:MULTIPLA ENGENHARIA LTDA. ATO ORDINATÃRIO Tendo em vista o pedido de desarquivamento constante dos autos, fica a PARTE SOLICITANTE INTIMADA, na pessoa de seu advogado constituÃ-do para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder a extraÃ§Ã£o de cÃ³pias conforme solicitado, estando os autos disponÃ-vel na Secretaria da 3Âª UPJ CIVEL, para os devidos fins. ApÃ³s esse prazo, os autos serÃ£o devolvidos ao setor de arquivo. BelÃ©m, 12 de novembro de 2021. 3Âª UPJ - NÃºcleo de Cumprimento

**JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO**

**INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA**

**O Doutor Lucas do Carmo de Jesus, Juiz de Direito Titular da Justiça Militar do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais.**

**Fica(m) intimado(s) o(s) Advogado(s) abaixo a comparecer(em) na Justiça Militar do Estado do Pará, a fim de participar(em) da(s) audiência(s) designada(s) para o mês de NOVEMBRO do ano de 2021.**

**Dia 26/11/2021, às 12h00.**

**PROCESSO 0001507-26.2014.814.0200**

**Audiência: Julgamento.**

ACUSADO: GERSON SOUZA CRUZ.

ADVOGADO: DRS. JOSE FERNANDO SERRA DE FREITAS (OAB-PA 4630) e ANTÔNIO GOMES DUARTE (OAB-PA 9472).

ACUSADO: ADMIR CORREA DE SOUSA JUNIOR.

ADVOGADO: DR. MAURICIO DO SOCORRO ARAUJO FRANÇA (OAB-PA 10339).

ACUSADO: LUAN DA SILVA GOMES.

ADVOGADO: DR. RODRIGO TAVARES GODINHO (OAB-PA 13983).

ACUSADO: RAUL COSTA AZEVEDO NETO.

ADVOGADO: DR. LEANDRO ATHAYDE FERNADES (OAB-PA 20855).

ADVOGADO: DR. PAULO RONALDO DE MENDONÇA ALBUQUERQUE (OAB-PA 7605).

ACUSADO: LUCIANO SILVA MANGAS.

ADVOGADA: DRA. TANIA LAURA DA SILVA MACIEL (OAB-PA 7613).

ACUSADO: MICHEL PESSOA DO NASCIMENTO.

ADVOGADO: xxxxxx

ACUSADO: AUGUSTO CESAR DOS ANJOS PRESTES.

ADVOGADOS: DRS. RODRIGO TEIXEIRA SALES (OAB-PA 11068), CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (OAB-PA 14055) e NELSON FERNANDO DAMASCENO E SILVA LEÃO (OAB-PA 14092).

**Dia 26/11/2021, às 12h30.**

**PROCESSO 0000325-92.2020.814.0200**

**Audiência: Julgamento da extinção da punibilidade.**

ACUSADO: IVAN JOSE ALEIXO DA SILVA.

ADVOGADOS: DRS. JANIO ROCHA DE SIQUEIRA (OAB-PA 4250), PATRICIA MARY JASSE NEGRÃO (OAB-PA 13086), SUZANE LARISSA SILVA FERREIRA (OAB-PA 21047) STELLA DE MEDEIROS ARAUJO LUCENA (OAB-PA 29741), FABIANE DO SOCORRO NASCIEMNTO DE CASTRO (OAB-PA 17856), TRIELE PEREIRA SANTOS (OAB-PA 15854), JORGE WYLKER CARVALHO DE CASTRO (OAB-PA 25138), KARINA DE NAZARÉ VALENTE BARBOSA (OAB-PA 13740), LAIRA PASCALE BEMUYAL GUIMARÃES (OAB-PA18379), NAYARA REGO BORGES MARTINS (OAB-PA 21611) e TANAIARA SERRÃO DIAS (OAB-PA 18540).

**Dia 29/11/2021, às 09h00.**

**PROCESSO 0001390-06.2012.814.0200**

**Audiência: Julgamento.**

ACUSADOS: WALDIMILSON GODINHO DE MORAES e HELDER ALAIN CORREA DA SILVA.

ADVOGADOS: DRS. ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (OAB-PA 13998), ARTHUR KALLIN OLIVEIRA MAIA (OAB-PA 19600), JOÃO PAULO DE

**COMARCA DE ABAETETUBA**

**SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ABAETETUBA**

PROCESSO Nº 0801673-85.2018.8.14.007**0 - SENTENÇA**

Trata-se de procedimento de interdição e curatela, ajuizada por **ADONAY DO SOCORRO SILVA SANTOS,** através da Defensoria Pública, em que pleiteia a interdição de seu irmão **RAIMUNDO NERY DA SILVA SANTOS**, qualificado(a)(s) nos autos.

O(a) requerente informa que o(a) interditando(a) é portador(a) do CID 10 F-20.0, em virtude do que não possui condições para exercer atividades laborativas e praticar atos da vida civil.

O feito foi instruído com os documentos necessários.

Recebida a inicial, foi deferida a curatela provisória e designada audiência para entrevista do interditando, ocasião em que também foi ouvido o requerente, conforme termo de audiência de ID 6458263.

Não houve impugnação do pedido.

O interditando foi submetido a perícia médica, cujo laudo foi juntado aos autos (ID 10681849).

Foi apresentada contestação por negativa geral (ID 17338920).

A requerente, assistida pela Defensoria Pública, requereu o prosseguimento do feito, manifestando-se pela procedência do pedido.

Instado, o Ministério Público se manifestou favorável ao pedido, com a decretação da interdição (ID . 20610693).

**É a síntese do necessário. DECIDO.**

Em 7 de janeiro de 2016 entrou em vigor a Lei 13.146/2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, alterando e revogando diversos dispositivos do Código Civil (artigos. 114 a 116), trazendo grandes mudanças estruturais e funcionais na antiga teoria das incapacidades, repercutindo em vários institutos do Direito de Família, como o casamento, a interdição e a curatela.

O artigo 3º, do Código Civil, antes do advento da Lei 13.146/2015, tinha a seguinte redação:

¿São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil: I ¿ os menores de dezesseis anos; II ¿ **os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos;** III ¿ os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade¿. (grifo nosso).

Todos os incisos do artigo 3º, do Código Civil, foram revogados pela Lei 13.146/2015, sendo que o seu *caput* passou a prever apenas os menores de 16 (dezesseis) anos como absolutamente incapazes.

Assim, não existe mais, após o advento da Lei 13.146/2015, no sistema de direito privado brasileiro, pessoa absolutamente incapaz que seja maior de idade, conforme dispõe o seu artigo 6º, *in verbis:*

¿Art. 6º A deficiência não afeta a **plena capacidade civil da pessoa**, inclusive para:

I - **casar-se e constituir união estável**;

II - exercer direitos sexuais e reprodutivos;

III - exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar;

IV - conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória;

V - exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária; e

VI - exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas¿. (grifo nosso).

Como consequência, não há que se falar mais em interdição por incapacidade absoluta no nosso sistema civil brasileiro.

Todas as pessoas com deficiência, das quais tratava o comando anterior, passam a ser, em regra, plenamente capazes para o Direito Civil.

As pessoas naturas, maiores de 18 (dezoito) anos, portadoras de enfermidade mentais, conforme o caso, podem ser consideradas relativamente incapazes, conforme dispõe o artigo 4º, III, do Código Civil, *in verbis:*

¿Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer:

(...)

III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;¿

A estas pessoas de que trata o inciso III, do artigo 4º, do Código Civil, estão sujeitas a curatela, conforme passou a dispor o artigo 1.767, do mesmo Código, om a redação dada pela Lei 13.146/2015, assim dispõe:

¿Art. 1.767. Estão sujeitos a curatela:

I - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;¿

Assim, face às alterações introduzidas no Código Civil pela Lei 13.146/2015, reconhecida a enfermidade mental, a depender do grau de comprometimento da sua capacidade intelectiva, deve ser a mesma considerada relativamente incapaz e ser decretada a sua interdição, sujeitando-a à curatela, devendo o juiz estabelecer, na sentença, os atos da vida civil que a mesma pode ou não praticar pessoalmente e aqueles em que deve ser assistida pelo curador.

O escopo da interdição é proteger a pessoa interditada e conferir segurança jurídica aos atos jurídicos em que haja sua intervenção, por si ou com a assistência.

Observo que o cancelamento do alistamento eleitoral da pessoa portadora de enfermidade mental, mostra-se incompatível com as disposições contidas na Lei 13.146/2015, podendo o mesmo exercer pessoalmente o direito ao voto, sem assistência do curador, o que também deve ser aplicado ao casamento, ao reconhecimento da paternidade e outros atos considerados personalíssimos pelo ordenamento jurídico.

No caso, dadas as informações médicas, penso que o(a) interditando(a) deve ser impedido de praticar, por si, todos os atos da vida civil que importem na assunção de obrigação para si, seus herdeiros e dependentes, podendo fazê-lo com a assistência do(a) curador(a), salvo aqueles considerados personalíssimos, como o exercício do direito ao voto e outros, os quais não serão afetados pela definição da curatela, diante do teor do art. 85, caput e § 1º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que ora transcrevo:

Art. 85. A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial.

§ 1º A definição da curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto.

**No caso concreto, a enfermidade diagnosticada no interditando, lhe retira a capacidade cognitiva necessária para exprimir sua vontade, conforme se verifica dos laudos médicos, e corroborada pela perícia médica realizada.**

**Em relação ao requerente, além de ser possuir legitimidade, tenho que reúne os atributos essenciais para o exercício do encargo de curadora.**

**DISPOSITIVO**

1. **ISSO POSTO, RESOLVENDO O MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do CPC, *DECRETO* a *INTERDIÇÃO* de RAIMUNDO NERY DA SILVA SANTOS, filho de Francisco Pinheiro dos Santos**

**e Maria Nery da Silva Santos, brasileiro, portador do RG nº 4116013 PC/PA e do CPF nº 531.308.122-53, declarando-o relativamente incapaz de exercer, pessoalmente, os atos da vida civil relativos aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma do art. 4º, inciso III, do Código Civil, nomeando-lhe curador seu irmão ADONAY DO SOCORRO SILVA SANTOS, brasileiro, portador do RG nº 54919630 PC/PA e do CPF nº 949.915.882-00, que exercerá a curatela restrita aos interesses de natureza patrimonial e negocial, nos limites estabelecidos pelo art. 85 da Lei nº 13.146/2015.**

2. Salvo os considerados personalíssimos pelo ordenamento jurídico, fica o(a) interditado(a) impedido(a) de praticar pessoalmente, sem assistência do(a) curador(a), todos os atos da vida civil que importem na assunção de obrigação perante terceiros, para si, seus herdeiros e dependentes, podendo fazê-los somente se devidamente assistido pelo curador(a).
3. O(a) curador(a), ora nomeado(a), deverá comparecer na Secretaria do Juízo a fim de prestar o compromisso de bem e fielmente exercer o encargo, firmando o competente termo.
4. Em atenção ao disposto no artigo 755, §3º, do Código de Processo Civil e no artigo 9º, inciso III, do Código Civil: (a) inscreva-se e anote-se a presente decisão no Registro Civil de Pessoas Naturais competente; (b) publique-se no Diário da Justiça Eletrônico por três vezes, com intervalo de 10 (dez) dias; (c) dispenso a publicação na imprensa local em inteligência ao disposto no artigo 98, § 1º, III, do CPC, em virtude do deferimento dos benefícios da justiça gratuita; (d) com a confirmação da movimentação desta sentença, fica ela automaticamente publicada na rede mundial de computadores, no portal do Tribunal de Justiça do Estado do Pará; (e) publique-se na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça (onde permanecerá pelo prazo de seis meses), ficando dispensado o cumprimento desta determinação enquanto a plataforma não for criada e estiver em efetivo funcionamento; (f) Oficie-se a Receita Federal informando sobre a interdição e curatela, do(a) interditado(a).
5. **Nos termos do Provimento 003/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, esta sentença servirá: 1) como edital, publicando-se o dispositivo dela pelo órgão oficial por três vezes, com intervalo de dez dias; 2) como mandado para inscrição e anotação da presente decisão no Registro Civil; e 3) como ofício à Receita Federal.**

Sem condenação aos ônus de sucumbência por se tratar de processo necessário e que ganhou feição de procedimento de jurisdição voluntária.

Dê-se ciência ao Ministério Público e a Defensoria Pública.

Transitada em julgado, cumprida a decisão, arquive-se em definitivo, observando-se as cautelas de estilo.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expeça-se o necessário. Cumpra-se.

Abaetetuba/PA, 29 de abril de 2021.

**ADRIANO FARIAS FERNANDES**

**JUIZ DE DIREITO**

RESENHA: 06/10/2021 A 06/10/2021 - SECRETARIA DA 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ABAETETUBA - VARA: 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ABAETETUBA

P R O C E S S O : 0 0 0 7 2 0 0 2 2 2 0 1 6 8 1 4 0 0 7 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADRIANO FARIAS FERNANDES A??o: Interdição/Curatela em: 06/10/2021---REQUERENTE:CELINA GOMES FERREIRA Representante(s): OAB 10788 - WALBERT PANTOJA DE BRITO (DEFENSOR) INTERDITANDO:ADAILSON GOMES FERREIRA. PROCESSO NÂº 0007200-22.2016.8.14.0070. CLASSE: INTERDIÃ?Ã?O E CURATELA. REQUERENTE: CELINA GOMES FERREIRA. INTERDITANDO: ADAILSON GOMES FERREIRA. SENTENÃ?A CELINA GOMES FERREIRA, qualificada nos autos, requereu a este JuÃ¬zo, por meio da Defensoria PÃºblica, a INTERDIÃ?Ã?O de seu filho, ADAILSON GOMES FERREIRA, qualificados nos autos. A parte requerente informa que o interditando Ã© portador de enfermidade que a torna incapaz para a prÃ¡tica dos atos da vida civil. InformaÃ§Ãµes mÃ©dicas foram juntadas aos autosÂ indicandoÂ a existÃªnciaÂ de enfermidade no interditando,Â que o torna incapaz para a prÃ¡tica de atos da vida civil. O feito encontra-se instruÃ¬do com os documentos necessÃ¡rios. A parte requerente e o interditando foram ouvidos por este juÃ¬zo (fl. 21). ContestaÃ§Ã£o por negativa geral juntada Ã s fls. 24/26. Parecer mÃ©dico encaminhado pela Secretaria Municipal de SaÃºde Ã s fls. 46/47. A parte autora e o MinistÃ©rio PÃºblico, entÃ£o, manifestaram-se pelo deferimento do pedido. Ã? a sÃ¬ntese do necessÃ¡rio. DECIDO. Em 7 de janeiro de 2016 entrou em vigor a LeiÂ 13.146/2015, que institui o Estatuto da Pessoa com DeficiÃªncia, alterando e revogando diversos dispositivos do CÃ³digo CivilÂ (artigos. 114 a 116), trazendo grandes mudanÃ§as estruturais e funcionais na antiga teoria das incapacidades, repercutindo em vÃ¡rios institutos do Direito de FamÃ¬lia, como o casamento, a interdiÃ§Ã£o e a curatela. O artigo 3Âº, do CÃ³digo Civil, antes do advento da Lei 13.146/2015, tinha a seguinte redaÃ§Ã£o: Â¿SÃ£o absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil: I - os menores de dezesseis anos; II - os que, por enfermidade ou deficiÃªncia mental, nÃ£o tiverem o necessÃ¡rio discernimento para a prÃ¡tica desses atos; III - os que, mesmo por causa transitÃ³ria, nÃ£o puderem exprimir sua vontadeÂ¿. (grifo nosso). Â Todos os incisos do artigo 3Âº, do CÃ³digo Civil, foram revogados pela Lei 13.146/2015, sendo que o seuÂ caputÂ passou a prever apenas os menores de 16 (dezesseis) anos como absolutamente incapazes. Assim, nÃ£o existe mais, apÃ³s o advento da Lei 13.146/2015, no sistema de direito privado brasileiro, pessoa absolutamente incapaz que seja maior de idade, conforme dispÃµe o seu artigo 6Âº,Â in verbis: Â¿Art. 6Âº A deficiÃªncia nÃ£o afeta aÂ plena capacidade civil da pessoa, inclusive para:Â I -Â casar-se e constituir uniÃ£o estÃ¡vel;Â II - exercer direitos sexuais e reprodutivos; III - exercer o direito de decidir sobre o nÃºmero de filhos e de ter acesso a informaÃ§Ãµes adequadas sobre reproduÃ§Ã£o e planejamento familiar; IV - conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilizaÃ§Ã£o compulsÃ³ria; V - exercer o direito Ã  famÃ¬lia e Ã  convivÃªncia familiar e comunitÃ¡ria; e VI - exercer o direito Ã  guarda, Ã  tutela, Ã  curatela e Ã  adoÃ§Ã£o, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoasÂ¿. (grifo nosso). Como consequÃªncia, nÃ£o hÃ¡ que se falar mais em interdiÃ§Ã£o por incapacidade absoluta no nosso sistema civil brasileiro. Todas as pessoas com deficiÃªncia, das quais tratava o comando anterior, passam a ser, em regra, plenamente capazes para o Direito Civil. As pessoas naturais, maiores de 18 (dezoito) anos, portadoras de enfermidade mentais, conforme o caso, podem ser consideradas relativamente incapazes, conforme dispÃµe o artigo 4Âº, III, do CÃ³digo Civil,Â in verbis: Â¿Art. 4Âº SÃ£o incapazes, relativamente a certos atos, ou Ã  maneira de os exercer: (...) III - aqueles que, por causa transitÃ³ria ou permanente, nÃ£o puderem exprimir sua vontade;Â¿ A estas pessoas de que trata o inciso III, do artigo 4Âº, do CÃ³digo Civil, estÃ£o sujeitas a curatela, conforme passou a dispor o artigo 1.767, do mesmo CÃ³digo, com a redaÃ§Ã£o dada pela Lei 13.146/2015, assim dispÃµe: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â¿Art. 1.767.Â EstÃ£o sujeitos a curatela: I - aqueles que, por causa transitÃ³ria ou permanente, nÃ£o puderem exprimir sua vontade;Â¿ Assim, face Ã s alteraÃ§Ãµes introduzidas no CÃ³digo Civil pela Lei 13.146/2015, reconhecida a enfermidade mental, a depender do grau de comprometimento da sua capacidade intelectiva, deve ser a mesma considerada relativamente incapaz e ser decretada a sua interdiÃ§Ã£o, sujeitando-a Ã  curatela, devendo o juiz estabelecer, na sentenÃ§a, os atos da vida civil que a mesma pode ou nÃ£o praticar pessoalmente e aqueles em que deve ser assistida pelo curador. O escopo da interdiÃ§Ã£o Ã© proteger a pessoa interditada e conferir seguranÃ§a jurÃ¬dica aos atos jurÃ¬dicos em que haja sua intervenÃ§Ã£o, por si ou com a assistÃªncia. Observo que o cancelamento do alistamento eleitoral da pessoa portadora de enfermidade mental, mostra-se incompatÃ¬vel com as disposiÃ§Ãµes contidas na Lei 13.146/2015, podendo o mesmo exercer

pessoalmente o direito ao voto, sem assistÃªncia do curador, o que tambÃ©m deve ser aplicado ao casamento, ao reconhecimento da paternidade e outros atos considerados personalÃ-ssimos pelo ordenamento jurÃ¬dico. No caso, dadas as informaÃ§Ãµes mÃ©dicas, penso que o interditando deve ser impedido de praticar, por si, todos os atos da vida civil que importem na assunÃ§Ã£o de obrigaÃ§Ã£o para si, seus herdeiros e dependentes, podendo fazÃª-lo com a assistÃªncia do curador, salvo aqueles considerados personalÃ-ssimos, como o exercÃ¬cio do direito ao voto e outros, os quais nÃ£o serÃ£o afetados pela definiÃ§Ã£o da curatela, diante do teor do art. 85, caput e Â§ 1Âº, do Estatuto da Pessoa com DeficiÃªncia (Lei nÂº 13.146/2015), que ora transcrevo: Art. 85. A curatela afetarÃ¡ tÃ£o somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial. Â§ 1Âº A definiÃ§Ã£o da curatela nÃ£o alcanÃ§a o direito ao prÃ³prio corpo, Ã  sexualidade, ao matrimÃ´nio, Ã  privacidade, Ã  educaÃ§Ã£o, Ã  saÃºde, ao trabalho e ao voto. Em relaÃ§Ã£o Ã  requerente, alÃ©m de ser possuir legitimidade, tenho que reÃºne os atributos essenciais para o exercÃ¬cio do encargo de curador. ISSO POSTO, acatando o parecer favorÃ¡vel do MinistÃ©rio PÃºblico, DECRETO a INTERDIÃ?Ã?O de ADAILSON GOMES FERREIRA, brasileiro, solteiro, filho de Felix Marques Ferreira e Celina Gomes Ferreira, portador do RG nÂº 5672413 PC/PA e do CPF nÂº 905.236.522-91, declarando-o relativamente incapaz de exercer, pessoalmente, os atos da vida civil relativos aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma do art. 4Âº, inciso III, do CÃ³digo Civil, nomeando-lhe curadora sua mÃ£e CELINA GOMES FERREIRA, brasileira, portadora do RG nÂº 3491452 SSP/PA e do CPF nÂº 631.034.272-04, que exercerÃ¡ a curatela restrita aos interesses de natureza patrimonial e negocial, nos limites estabelecidos pelo art. 85 da Lei nÂº 13.146/2015. Por corolÃ¡rio, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÃ?Ã?O DO MÃ?RITO, nos termos do art. 487, I, do CPC. Com a intimaÃ§Ã£o desta sentenÃ§a, ficarÃ¡ a curadora cientificada de que deverÃ¡ prestar contas da administraÃ§Ã£o dos bens e valores eventualmente existentes em nome do(a) interditando(a) se e quando for instada a tanto, devendo por isso manter registro de recebimentos e gastos relativos ao eventual patrimÃ´nio. Em atenÃ§Ã£o ao disposto no artigo 755, Â§3Âº, do CÃ³digo de Processo Civil e no artigo 9Âº, inciso III, do CÃ³digo Civil: (a) inscreva-se e averbe-se a presente decisÃ£o no Registro Civil de Pessoas Naturais, CartÃ³rio do 3Âº OfÃ¬cio de Abaetetuba; (b) publique-se no DiÃ¡rio da JustiÃ§a EletrÃ´nico por trÃªs vezes, com intervalo de 10 (dez) dias; (c) dispenso a publicaÃ§Ã£o na imprensa local em inteligÃªncia ao disposto no artigo 98, Â§ 1Âº, III, do CPC, em virtude do deferimento dos benefÃ¬cios da justiÃ§a gratuita; (d) com a confirmaÃ§Ã£o da movimentaÃ§Ã£o desta sentenÃ§a, fica ela automaticamente publicada na rede mundial de computadores, no portal do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡; (e) publique-se na plataforma de editais do Conselho Nacional de JustiÃ§a (onde permanecerÃ¡ pelo prazo de seis meses), ficando dispensado o cumprimento desta determinaÃ§Ã£o enquanto a plataforma nÃ£o for criada e estiver em efetivo funcionamento. Nos termos do Provimento 003/2009 da Corregedoria de JustiÃ§a das Comarcas do Interior, esta sentenÃ§a servirÃ¡: 1) como edital, publicando-se o dispositivo dela pelo Ã³rgÃ£o oficial por trÃªs vezes, com intervalo de dez dias; 2) como mandado para inscriÃ§Ã£o e averbaÃ§Ã£o da presente decisÃ£o no Registro Civil. Sem custas, em razÃ£o da parte ser beneficiÃ¡ria da justiÃ§a gratuita. CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico e Ã  Defensoria PÃºblica. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Abaetetuba/PA, 26 de abril de 2021. ADRIANO FARIAS FERNANDES JUIZ DE DIREITO

**PROCESSO 0002670-77.2013.814.0070 - AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL - AUTORA: J.L.D.S. - ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL - REQUERIDOS: M.M.B. - R.N.M.B. - F.N.M.B. - D.M.B. - B.D.J.M.B. E C.M.B. - ADVOGADO: DR. IVAN MORAES FURTADO- OAB/PA Nº 3647 ¿ DR. IVAN MORAES FURTADO JUNIOR - OAB/PA N 13.953 - S E N T E N Ç A -** Vistos os autos. **J.L.D.S.,** já devidamente qualificada nos autos em referência, ajuizou a presente **AÇ¿O DECLARATÓRIA DE EXISTÊNCIA DE UNI¿O ESTÁVEL POST MORTEM, em face de B.D.J.M.B., C.M.B., M.M.B. E OUTROS, filhos e esposa de R.P.B. falecido em 02/08/2012.**Sustentou, em síntese apertada, que conviveu em união estável com de cujus por mais de 17 (dezessete) anos, sendo que do relacionamento resultou uma filha, ora requerida, M.D.S.B., atualmente com 24 anos. Recebida a inicial, foi deferida a gratuidade processual e determinada a citação dos requeridos. Às fls. 25/35, os requeridos, filhos do de cujus, apresentaram contestação, a qual, no mérito, impugnaram os fatos alegados pela autora, defendendo que o pai, ora falecido, nunca manteve união estável com a

autora, bem como que permaneceu casado com a Sra. M.M.M.B., até seu falecimento. À contestação juntaram documentos (fls. 39/78) e, por fim, pugnaram pela improcedência da ação .Às fls. 86/88, a parte autora apresentou réplica a contestaç¿o refutando os argumentos dos requeridos, ratificando os termos da inicial e, ao final, pugnou pela procedência da aç¿o. Em seguida, foi designada audiência, ocasi¿o em foi determinada inclus¿o da Sra. Maria Madalena Magno Barroso, no polo passivo da demanda, na qualidade de litisconsorte necessário, sendo determinada sua citaç¿o para apresentaç¿o de defesa (fl. 94). Contudo, citada, n¿o apresentou contestaç¿o (fl. 101).À fl. 104 foi proferida decis¿o de saneamento, sendo fixado ponto controvertido e designada audiência de instruç¿o e julgamento, a qual foi redesignada e, determinada a regularizaç¿o do polo passivo com a inclus¿o de Monique dos Santos Barroso como requerida, em raz¿o de ter atingido a maioridade. Na oportunidade, foi decretado à revelia da Sra. Maria Madalena Magno Barroso (fl. 118).Posteriormente, foi realizada audiência de instruç¿o e julgamento, ocasi¿o em que foram ouvidas a parte autora e suas testemunhas indicadas (fls. 129).Na sequência, as partes apresentaram alegaç¿es finais (fls. 144; 151/155).Vieram os autos em conclus¿o. **Relatado. DECIDO. DO RECONHECIMENTO DA UNI¿O ESTÁVEL DE PESSOA CASADA.** No que diz respeito a informaç¿o trazida aos autos, considerando os documentos juntados aos autos e por ocasi¿o da audiência de instruç¿o e julgamento, verifica-se que o de cujus é casado com a requerida, Sra. M.M.M.B., fato anterior a suposta constituiç¿o da uni¿o estável com a autora. Tem-se o entendimento de que o reconhecimento da uni¿o estável com pessoa casada pode ser formalizado, **desde que comprovada a separaç¿o de fato dos casados diferenciando desse modo o concubinato e a uni¿o estável.** Mister frisar que algumas exigências devem ser atendidas para o reconhecimento da uni¿o estável com pessoa casada, a saber: a) deve ser comprovada a separaç¿o de fato do companheiro com o ex-cônjuge, uma vez que n¿o é possível legalmente a convivência do casamento e da uni¿o estável ao mesmo tempo e; b) devem estar presentes na relaç¿o os requisitos exigidos para o reconhecimento da uni¿o estável, como a convivência pública, contínua e duradoura com o objetivo de constituir família.Assim disp¿e o art. 1.723, §1º do Código Civil: ¿A uni¿o estável n¿o se constituirá se ocorrerem os impedimentos do art. 1.521; n¿o se aplicando a incidência do inciso VI no caso de a pessoa casada se achar separada de fato ou judicialmente¿.Nesse ínterim, segue a jurisprudência do STJ:

RECURSO ESPECIAL. AÇ¿O DE RECONHECIMENTO E DE DISSOLUÇ¿O DE UNI¿O ESTÁVEL C/C PEDIDO DE ARROLAMENTO E PARTILHA DE BENS. UNI¿O ESTÁVEL CONCOMITANTE A CASAMENTO SEM SEPARAÇ¿O DE FATO. 1. À luz do disposto no § 1º do artigo 1.723 do Código Civil de 2002, a pedra de toque para o aperfeiçoamento da uni¿o estável n¿o está na inexistência de vínculo matrimonial, mas, a toda evidência, na inexistência de relacionamento de fato duradouro concomitante àquele que pretende proteç¿o jurídica. Nesse viés, apesar de a dicç¿o da referida norma também fazer referência à separaç¿o judicial, é a separaç¿o de fato (que, normalmente, precede a separaç¿o de direito e continua após tal ato formal) que viabiliza a caracterizaç¿o da uni¿o estável de pessoa casada. 2. **Consequentemente, mantida a vida em comum entre os cônjuges (ou seja, inexistindo separaç¿o de fato), n¿o se poderá reconhecer a uni¿o estável de pessoa casada. Nesse contexto normativo, a jurisprudência do STJ n¿o admite o reconhecimento de uni¿es estáveis paralelas ou de uni¿o estável concomitante a casamento em que n¿o configurada separaç¿o de fato**. 3. No caso dos autos, procedendo-se à revaloraç¿o do quadro fático delineado no acórd¿o estadual, verifica-se que: (a) a autora e o réu (de cujus) mantiveram relacionamento amoroso por 17 anos; (b) o demandado era casado quando iniciou tal convívio, n¿o tendo se separado de fato de sua esposa; e (c) a falta de ciência da autora sobre a preexistência do casamento (e a manutenç¿o da convivência conjugal) n¿o foi devidamente demonstrada na espécie, havendo indícios robustos em sentido contrário. 4. Desse modo, n¿o se revela possível reconhecer a uni¿o estável alegada pela autora, uma vez que n¿o foi atendido o requisito objetivo para sua configuraç¿o, consistente na inexistência de relacionamento de fato duradouro concomitante àquele que pretende proteç¿o jurídica. 5. Uma vez n¿o demonstrada a boa-fé da concubina de forma irrefutável, n¿o se revela cabida (nem oportuna) a discuss¿o sobre a aplicaç¿o analógica da norma do casamento putativo à espécie. 6. Recursos especiais do espólio e da viúva providos para julgar improcedente a pretens¿o deduzida pela autora. (REsp 1754008 / RJ. RECURSO ESPECIAL. 2018/0176652-5. Ministro Luis Felipe Salom¿o. T4 ¿ Quarta Turma. Data de Julgamento: 13/12/2018. Data da Publicaç¿o/Fonte: DJe 01/03/2019)

No mesmo sentido:

¿CONSTITUCIONAL. CIVIL. RECONHECIMENTO DE UNI¿O ESTÁVEL POST MORTEM. REQUISITOS. PROVA DA CONVIVÊNCIA. AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTO. SEPARAÇ¿O DE FATO. SENTENÇA MANTIDA. 1. A Constituiç¿o Federal, em seu artigo 226, § 3º, para efeito de proteç¿o do Estado,

reconheceu juridicamente a uni¿o estável entre homem e mulher como entidade familiar, determinando ao legislador infraconstitucional a ediç¿o de lei que facilitasse sua convers¿o em casamento. 2. A uni¿o estável deve ser demonstrada pela existência de convivência pública, contínua e duradoura, com o objetivo de constituiç¿o de família, a teor do disposto no art. 1.723 do Código Civil. 3. Doutrina. Maria Helena Diniz: A uni¿o estável é a relaç¿o convivencial more uxorio, que possa ser convertida em casamento, ante a ausência dos impedimentos do art. 1.521 do Código civil, visto que as causas suspensivas arroladas no art. 1.523 n¿o impedem sua caracterizaç¿o, e reconhecida como entidade familiar. Consiste numa convivência pública entre homem e mulher livres, contínua e duradoura, constituindo uma família. Assim, solteiros, viúvos, separados judicialmente, ou de fato, e divorciados poder¿o constituir uni¿o estável, por força do § 1º do art. 1.723. (in Código Civil Anotado, 10. ed., Saraiva, p. 1279. 4. Demonstrado, de maneira inconteste, que as partes possuíam um relacionamento público, estável e que conviveram sob o mesmo teto por mais de 07 (sete) anos, até o óbito do de cujus, tais elementos s¿o suficientes para caracterizar a existência de uni¿o estável. 5. O fato de o falecido ser casado n¿o afasta o reconhecimento da uni¿o estável se o mesmo encontrava-se separado de fato quando da constituiç¿o do novo relacionamento, nos termos do art. 1.723, § 1º, parte final, do Código Civil.6. Recurso desprovido. Relator(a): JO¿O EGMONT. Processo: 20120910021525APC. 5ª. Turma Cível. Julgamento 27/11/2014.¿ (Grifo nosso).

No caso em análise, verifico que a autora pleiteou o aludido reconhecimento com falecido que era casado e convivia concomitantemente com as famílias dos dois relacionamentos. E, como já mencionado acima, n¿o é possível o reconhecimento da uni¿o estável com pessoa casada se n¿o for comprovada a separaç¿o de fato. Na presente hipótese, o conjunto probatório demonstra que a estrutura familiar de natureza matrimonial do falecido foi preservada até a data do óbito e, apesar do alegado pela prova testemunhal em audiência de instruç¿o, entendo ser impossível o reconhecimento da uni¿o estável putativa, ou seja, na qual a companheira n¿o tinha conhecimento do matrimônio anterior- visto que a própria autora na inicial admite que sabia que o de cujus era civilmente casado-, único caso que possibilitaria a ¿excepcional simultaneidade de núcleos familiares conforme jurisprudência do c. STJ.Explico, embora a autora na peça inicial relate que o falecido era casado, mas estava separado de fato, restou comprovado através dos documentos presentes nos autos, que o de cujus permaneceu casado, mantendo convívio com a sua esposa até a data do óbito.Ademais, vislumbro que a falta de ciência da autora sobre a manutenç¿o da convivência conjugal n¿o foi devidamente demonstrada, existindo indícios em sentido contrário, uma vez que n¿o se pode extrair a premissa de que a autora mantinha relaç¿o amorosa contínua e duradoura com o de cujus sem ter ciência de que ele era casado e n¿o se achava separado de fato da esposa.Ressalta-se que a esposa do falecido estava presente quando o mesmo estava hospitalizado e, que consta como declarante na certid¿o de óbito um de seus filhos com a mesma, fatos, dentre outros, que demonstram estar mantida a convivência/relaç¿o matrimonial.**DISPOSITIVO:** Por tudo o que foi exposto e fundamentado, com base no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, resolvo o mérito e **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido deduzido na inicial. Custas e honorários pela parte autora (que fixo em 10% sobre o valor da causa), contudo, suspensa a exigibilidade, em raz¿o da concess¿o a gratuidade processual.Cientifique-se a Defensoria Pública.Com o trânsito em julgado, arquive-se.Publique-se. Registre-se. Intime-se.Abaetetuba, 14 de julho de 2021.**ADRIANO FARIAS FERNANDES - JUIZ DE DIREITO.**

## SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA

RESENHA: 08/11/2021 A 12/11/2021 - SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA - VARA: VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA PROCESSO: 00000278520078140070 PROCESSO ANTIGO: 200720000328 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 08/11/2021 VITIMA:S. B. B. DENUNCIADO:ROBSON LOBATO MACIEL. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Rh. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a necessidade de readequaÃ§Ã£o da pauta de audiÃªncias para que sejam priorizadas as aÃ§Ãµes penais envolvendo rÃ©us presos, redesigno a sessÃ£o plenÃ¡ria para a data de 09 de junho de 2022, Ã s 08:30 horas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se o rÃ©u, seu defensor, o MinistÃ©rio PÃºblico, o assistente de acusaÃ§Ã£o, se for o caso, bem como as testemunhas arroladas para oitiva em PlenÃ¡rio; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Notifiquem-se os senhores jurados; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requisite(m)-se o(s) rÃ©u(s), com escolta, se encontrar(em)-se preso(s). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requisite-se policiamento para o dia do julgamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se e Oficie-se o que mais se fizer necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba, 08 de novembro de 2021. PAMELA CARNEIRO LAMEIRA JuÃza de Direito Titular PROCESSO: 00000887020148140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021 DENUNCIADO:WELLITON DA SILVA RODRIGUES VITIMA:G. N. S. . R. Hoje Â Â Â Â Â Â Â Considerando que o acusado mesmo citado por edital nÃ£o compareceu, tampouco constituiu advogado, determino a suspensÃ£o do processo e do prazo prescricional, nos termos do art. 366 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba/PA, 08 de fevereiro de 2018 Â Â Â Â Â Â Â Â Â ITHIEL VICTOR ARAÃJO PORTELA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, respondendo pela Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba/PA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de Refresh>F9 PROCESSO: 00005375720078140070 PROCESSO ANTIGO: 200720002340 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 08/11/2021 VITIMA:J. F. S. VITIMA:J. C. M. S. DENUNCIADO:OCINEY TRINDADE PEREIRA Representante(s): OAB 22813 - RICARDO AUGUSTO LOZADA VIANNA (ADVOGADO) DENUNCIADO:ANDERSON PEREIRA PANTOJA. R. H. I - Considerando as medidas de prevenÃ§Ã£o contra a pandemia de COVID-19, recomendam que as audiÃªncias ocorram, preferencialmente por videoconferÃªncia, e, esta Magistrada na gestÃ£o dos feitos, darÃ¡ prioridade aos processos envolvendo rÃ©us presos, metas do Conselho Nacional de JustiÃ§a - CNJ e em casos de repercussÃ£o social, por tais motivos, deixo para pautar audiÃªncia em momento oportuno e determino que os autos permaneÃ§am suspenso em secretaria, aguardando ordem para retornarem conclusos, a fim de ser designada data para realizaÃ§Ã£o do ato processual.Â Abaetetuba, 10 de maio de 2021. Â Â PAMELA CARNEIRO LAMEIRAÂ Â Â JuÃza de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de Refresh>F9 PROCESSO: 00005375720078140070 PROCESSO ANTIGO: 200720002340 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 08/11/2021 VITIMA:J. F. S. VITIMA:J. C. M. S. DENUNCIADO:OCINEY TRINDADE PEREIRA Representante(s): OAB 22813 - RICARDO AUGUSTO LOZADA VIANNA (ADVOGADO) DENUNCIADO:ANDERSON PEREIRA PANTOJA. R. H. I - Considerando as medidas de prevenÃ§Ã£o contra a pandemia de COVID-19, recomendam que as audiÃªncias ocorram, preferencialmente por videoconferÃªncia, e, esta Magistrada na gestÃ£o dos feitos, darÃ¡ prioridade aos processos envolvendo rÃ©us presos, metas do Conselho Nacional de JustiÃ§a - CNJ e em casos de repercussÃ£o social, por tais motivos, deixo para pautar audiÃªncia em momento oportuno e determino que os autos permaneÃ§am suspenso em secretaria, aguardando ordem para retornarem conclusos, a fim de ser designada data para realizaÃ§Ã£o do ato processual.Â Abaetetuba, 10 de maio de 2021. Â Â PAMELA CARNEIRO LAMEIRAÂ Â Â JuÃza de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de Refresh>F9 PROCESSO: 00012012020188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021 DENUNCIADO:LUIZ ALEXANDRE SANTOS DOS SANTOS VITIMA:L. S. M. . R.h Â Â Considerando que o acusado citado por Edital nÃ£o compareceu, conforme certidÃ£o fl.12 retros, suspendo o processo e prazo prescricional nos termos do artigo 366 do

CPP. Â Abaetetuba, 07 de novembro de 2019. Â CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Â JuÃ-za de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de Refresh>F9 PROCESSO: 00012038720188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 08/11/2021 DENUNCIADO:MANUEL LUCAS FARIAS GOMES Representante(s): OAB 6908 - ANGELO JOSE LOBATO RODRIGUES (ADVOGADO) VITIMA:A. S. P. Representante(s): OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO ) . R. H. I - Considerando as medidas de prevenÃ§Ã£o contra a pandemia de COVID-19, recomendam que as audiÃªncias ocorram, preferencialmente por videoconferÃªncia, e, esta Magistrada na gestÃ£o dos feitos, darÃ¡ prioridade aos processos envolvendo rÃ©us presos, metas do Conselho Nacional de JustiÃ§a - CNJ e em casos de repercussÃ£o social, por tais motivos, deixo para pautar audiÃªncia em momento oportuno e determino que os autos permaneÃ§am suspenso em secretaria, aguardando ordem para retornarem conclusos, a fim de ser designada data para realizaÃ§Ã£o do ato processual.Â Abaetetuba, 07 de maio de 2021. Â Â PAMELA CARNEIRO LAMEIRAÂ Â Â JuÃ-za de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de Refresh>F9 PROCESSO: 00022388720158140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021 DENUNCIADO:JEFERSON CARDOSO GOMES DENUNCIADO:EUZEBIO ALBUQUERQUE DA SILVA. PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nÂº 0002238-87.2015.814.0070 Acusado(s): Jeferson Cardoso Gomes e outro Â DECISÃO: Â Â I - Considerando que o acusado citado por Edital nÃ£o compareceu fl.19v, suspendo o processo e prazo prescricional nos termos do artigo 366 do CPP. Â Abaetetuba, 21 de fevereiro de 2019. Â CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Â JuÃ-za de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de Refresh>F9 PROCESSO: 00030587720138140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 08/11/2021 DENUNCIADO:ANTONIO CARLOS LIMA DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) VITIMA:J. R. S. C. . R. H. I - Considerando as medidas de prevenÃ§Ã£o contra a pandemia de COVID-19, recomendam que as audiÃªncias ocorram, preferencialmente por videoconferÃªncia, e, esta Magistrada na gestÃ£o dos feitos, darÃ¡ prioridade aos processos envolvendo rÃ©us presos, metas do Conselho Nacional de JustiÃ§a - CNJ e em casos de repercussÃ£o social, por tais motivos, deixo para pautar audiÃªncia em momento oportuno e determino que os autos permaneÃ§am suspenso em secretaria, aguardando ordem para retornarem conclusos, a fim de ser designada data para realizaÃ§Ã£o do ato processual.Â Abaetetuba, 07 de maio de 2021. Â Â PAMELA CARNEIRO LAMEIRAÂ Â Â JuÃ-za de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de Refresh>F9 PROCESSO: 00031119220128140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021 DENUNCIADO:CICERO ANTONIO DO NASCIMENTO SILVA VITIMA:M. M. R. X. . R. Hoje Â Â Â Â Â Â Considerando a certidÃ£o de fl. 48-v, determino a suspensÃ£o do processo e do prazo prescricional, nos termos do art. 366 do CPP. Â Â Â Â Â Â Abaetetuba/PA, 20 de fevereiro de 2018. Â Â Â Â Â Â Â Â BARBARA OLIVEIRA MOREIRA Â Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito, respondendo pela Â Â Â Â Â Â Â Â Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba/PA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de Refresh>F9 PROCESSO: 00047950820198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 08/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO PANTOJA FARIAS VITIMA:L. C. G. DENUNCIADO:FRANCISCA MACIEL SARDINHA Representante(s): OAB 4571 - OSVALDO BENEDITO TEIXEIRA (ADVOGADO) OAB 21293 - MAX DO SOCORRO MELO PINHEIRO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Â Â Â Â Â Â Â Â Rh. Â Â Â Â Â Â Â Â Dou o processo por saneado e preparado, nÃ£o havendo diligÃªncias pendentes e nem nulidades a sanar, para determinar, forma do art. 423 do CPP, sejam os rÃ©us CRISTIANO PANTOJA FARIAS, vulgo Â¿BruxoÂ¿ ou Â¿Mata-MÃ£eÂ¿ e FRANCISCA MACIEL SARDINHA, vulgo Â¿TortinhaÂ¿ ou Â¿MÃ£e-GrandeÂ¿ submetidos a julgamento pelo EgrÃ©gio Tribunal do JÃºri, na sessÃ£o que designo para o dia 10 de fevereiro de 2022, Ã s 8:30horas; Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se os rÃ©us, seus defensores, o MinistÃ©rio PÃºblico, o assistente

de acusaÃ§Ã£o, se for o caso, bem como as testemunhas arroladas para oitiva em PlenÃ¡rio; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Notifiquem-se os senhores jurados; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requisite(m)-se o(s) rÃ©u(s), com escolta, se encontrar(em)-se preso(s). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requisite-se policiamento para o dia do julgamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se e Oficie-se o que mais se fizer necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba, 08 de novembro de 2021. PAMELA CARNEIRO LAMEIRA JuÃza de Direito Titular PROCESSO: 00075498320208140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Inquérito Policial em: 08/11/2021 INDICIADO:CARLOS JUNIOR SILVA BAIA VITIMA:R. S. B. . R. H. I - Considerando as medidas de prevenÃ§Ã£o contra a pandemia de COVID-19, recomendam que as audiÃªncias ocorram, preferencialmente por videoconferÃªncia, e, estÃ¡ Magistrada na gestÃ£o dos feitos, darÃ¡ prioridade aos processos envolvendo rÃ©us presos, metas do Conselho Nacional de JustiÃ§a - CNJ e em casos de repercussÃ£o social, por tais motivos, deixo para pautar audiÃªncia em momento oportuno e determino que os autos permaneÃ§am suspenso em secretaria, aguardando ordem para retornarem conclusos, a fim de ser designada data para realizaÃ§Ã£o do ato processual.Â Abaetetuba, 11 de maio de 2021. Â Â PAMELA CARNEIRO LAMEIRAÂ Â Â JuÃza de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de Refresh>F9 PROCESSO: 00075931520148140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 08/11/2021 DENUNCIADO:MATEUS DIAS GONCALVES VITIMA:L. C. S. . R. H. I - Considerando as medidas de prevenÃ§Ã£o contra a pandemia de COVID-19, recomendam que as audiÃªncias ocorram, preferencialmente por videoconferÃªncia, e, estÃ¡ Magistrada na gestÃ£o dos feitos, darÃ¡ prioridade aos processos envolvendo rÃ©us presos, metas do Conselho Nacional de JustiÃ§a - CNJ e em casos de repercussÃ£o social, por tais motivos, deixo para pautar audiÃªncia em momento oportuno e determino que os autos permaneÃ§am suspenso em secretaria, aguardando ordem para retornarem conclusos, a fim de ser designada data para realizaÃ§Ã£o do ato processual.Â Abaetetuba, 11 de maio de 2021. Â Â PAMELA CARNEIRO LAMEIRAÂ Â Â JuÃza de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de Refresh>F9 PROCESSO: 00132185420198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021 DENUNCIADO:JUCENILDO PANTOJA LEAO Representante(s): OAB 22583 - JAIRO DO SOCORRO DOS SANTOS DA COSTA (ADVOGADO) VITIMA:D. F. B. . R. H. I - Considerando as medidas de prevenÃ§Ã£o contra a pandemia de COVID-19, recomendam que as audiÃªncias ocorram, preferencialmente por videoconferÃªncia, e que esta Magistrada, na gestÃ£o dos feitos, darÃ¡ prioridade aos processos envolvendo rÃ©us presos, metas do Conselho Nacional de JustiÃ§a - CNJ e em casos de repercussÃ£o social; II - por tais motivos, deixo para pautar audiÃªncia em momento oportuno e determino que os autos permaneÃ§am suspenso em secretaria, aguardando ordem para retornarem conclusos, a fim de ser designada data para realizaÃ§Ã£o do ato processual.Â Abaetetuba, 07 de junho de 2021. Â Â PAMELA CARNEIRO LAMEIRAÂ Â Â JuÃza de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de Refresh>F9 PROCESSO: 00000427620178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 DENUNCIADO:DANILSON LIMA PEREIRA Representante(s): OAB 21873 - LUANE DE MELO RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 6382 - ELIANE BELEM PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 26295 - BRUNO HENRIQUE PANTOJA MORAES (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nÂº.Â 0000042-76.2017.8.14.0070 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico.Â Â Acusado: DANILSON LIMA PEREIRA. Cap. Penal:Â Art. 12 E 15 da lei nÂ¿ 10.826/2003.Â SENTENÃA Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ ajuizou a presente aÃ§Ã£o penal em desfavor de DANILSON LIMA PEREIRA, jÃ¡ devidamente qualificados nos autos, como incursos nas penas do Art. 12 da lei nÂ¿ 10.826/2003. Â¿Narram os inclusos autos de InquÃ©rito Policial que, na manhÃ£ de 31 de dezembro de 2016, por volta das 10h, uma guarniÃ§Ã£o da PolÃcia Militar realizava rondas pelas ruas desta Cidade, eis que surge a Sra. SUZANE RODRIGUES PEREIRA e informa aos milicianos de que seu vizinho, o denunciado DANILSON LIMA PERREIRA, havia efetuado disparo de arma de fogo Ã s proximidades de sua residÃªncia, localizado no bairro SÃ£o LourenÃ§o. Ao chegar no local, os policiais se dirigiram atÃ© Ã residÃªncia do denunciado e lÃ¡ for encontrada uma arma de fogo de fabricaÃ§Ã£o artesanal, calibre 28, com um cartucho deflagrado, o denunciado foi conduzido em flagrante para a Delegacia de PolÃcia para procedimentos.Â¿ Â Â Â Â Â Â Em seu depoimento perante a

Autoridade Policial, o denunciado negou ter efetuado disparo de arma de fogo, porÃ©m confessou que o artefato encontrado em sua residÃªncia lhe pertence (fl. 6 IPL). Â Â Â Â Â Por fim, o MinistÃ©rio PÃºblico aufere que a materialidade e autoria do delito estÃ£o comprovados por meio dos depoimentos das testemunhas e pelos documentos produzidos no curso das investigaÃ§Ãµes. Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida no dia 07 de junho de 2017, conforme decisÃ£o de fl. 07. Â Â Â Â Â O acusado apresentou respostas a acusaÃ§Ã£o Ã s fls. 19-22. Â Â Â Â Â Durante audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento foram ouvidas 1 testemunha, apÃ³s foi realizado os interrogatÃ³rios do rÃ©u DANILSON LIMA PEREIRA. Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico apresentou suas alegaÃ§Ãµes finais requerendo a CONDENAÃÃO do rÃ©u nos termos dos art. 12 e art. 15 da lei 10.826\03. Â Â Â Â Â A defesa de DANILSON LIMA PEREIRA, por sua vez, requereu a sua absolviÃ§Ã£o e, subsidiariamente, a aplicaÃ§Ã£o do princÃ-pio da consunÃ§Ã£o, com a absolviÃ§Ã£o do crime de posse de arma pelo disparo de arma de fogo e que seja aplicada a atenuante da confissÃ£o e a pena aplicada no mÃ-nimo legal. Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â MÃRITO Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o penal em que se pretende apurar a responsabilidade criminal atribuÃ-da ao rÃ©u DANILSON LIMA PEREIRA pela prÃ¡tica do delito previsto nos artigos 12 e 15 da Lei no10.826/03, que assim dispÃµe: Â Â Â Â Â Lei no 10.826/03. Â Â Â Â Â Posse irregular de arma de fogo de uso permitido. Â¿Art. 12. Possuir ou manter sob sua guarda arma de fogo, acessÃ³rio ou muniÃ§Ã£o, de uso permitido, em desacordo com determinaÃ§Ã£o legal ou regulamentar, no interior de sua residÃªncia ou dependÃªncia desta, ou, ainda no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsÃ¡vel legal do estabelecimento ou empresa: Â Â Â Â Â Â Â Pena - detenÃ§Ã£o, de 1 (um) a 3 (trÃªs) anos, e multa.Â¿ Â Â Â Â Â Â Disparo de arma de fogo Â¿Art. 15. Disparar arma de fogo ou acionar muniÃ§Ã£o em lugar habitado ou em suas adjacÃªncias, em via pÃºblica ou em direÃ§Ã£o a ela, desde que essa conduta nÃ£o tenha como finalidade a prÃ¡tica de outro crime: Â Â Â Â Â Â Â Pena - reclusÃ£o, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa. Â Â Â Â Â Â Â Â ParÃ¡grafo Ãºnico. O crime previsto neste artigo Ã© inafianÃ§Ã¡vel.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â (Vide Adin 3.112-1)Â¿ Â Â Â Â Â PRELIMINARES Â Â Â Destaca-se que durante a instruÃ§Ã£o judicial foi ouvida uma testemunha nÃ£o ocular, o que resultou uma sÃ©rie de dÃºvidas em relaÃ§Ã£o ao crime previsto no art. 15 da lei 10.826\03. Â Â Â Contudo, o acusado, em seu depoimento judicial, confessou que era proprietÃ¡rio do armamento, mas que nÃ£o efetuou disparos, alegando que o armamento disparou sozinho quando o estava limpando para colocar no quintal de sua casa. Â Â Â Diante das provas trazidas aos autos, tem-se que a versÃ£o apresentada pelo acusado Ã© a mais verossÃ-mil, no sentido de que a arma de fogo disparou de forma acidental e, assim sendo, entendo que a conduta do denunciado, no que tange ao crime de disparo de arma de fogo, foi atÃ-pica ante a ausÃªncia de dolo. Â Â Â Nesse sentido, colaciono a liÃ§Ã£o do professor Renato Brasileiro, para quem: Â Â Â Â¿A conduta Ã© punida exclusivamente a tÃ-tulo de dolo (direto ou eventual), consubstanciado na vontade livre e consciente de disparar a arma de fogo ou de acionar muniÃ§Ã£o em local habitado ou em suas adjacÃªncias e na via pÃºblica. NÃ£o hÃ¡ elemento subjetivo especial do tipo. NÃ£o se admite a modalidade culposa. Logo, se se tratar de disparo acidental, a conduta do agente serÃ¡ atÃ-pica.Â¿ (LegislaÃ§Ã£o criminal especial comentada: volume Ãºnico / Renato Brasileiro de Lima - 7. Ed. ver., atual. e ampl. - Salvador: Jus PODIVM, 2019) (sublinhamos) Â Â Â Assim, nÃ£o restando comprovado o crime de disparo de arma de fogo devido Ã ausÃªncia de dolo, passa-se a anÃ¡lise do crime previsto no art. 12 da lei 10.826\03. Â Â Â DA MATERIALIDADE Â Â Â A materialidade nÃ£o hÃ¡ que ser questionada, sobretudo porque suficientemente demonstrada por meio do inquÃ©rito policial, Auto/Termo de ExibiÃ§Ã£o de Objeto fl. 10 IPL, em especial pela declaraÃ§Ã£o da testemunha e da confissÃ£o do acusado, dando conta da aÃ§Ã£o criminosa, bem como pelo laudo de potencialidade lesiva realizado na arma apreendida (fl.09). Â Â Â DA AUTORIA Â Â Â Ã pacÃ-fico o entendimento de que o crime tipificado no art. 12 da lei nÂ° 10.826/2003 possui classificaÃ§Ã£o de delito de mera conduta, assim, nÃ£o se exigindo nenhum resultado naturalÃ-stico para sua tipificaÃ§Ã£o, ou seja, apenas o fato de o rÃ©u se encontrar em posse da arma, acessÃ³rio ou muniÃ§Ã£o Ã© suficiente para a consumaÃ§Ã£o do fato criminoso. Â Â Â Portanto, a autoria de DANILSON LIMA PEREIRA, restou comprovada pelas provas coletadas, uma vez que o rÃ©u em juÃ-zo declarou que era proprietÃ¡rio do armamento que foi encontrado em sua casa, conforme segue os depoimentos colhidos em fase judicial. Â Â Â A testemunha arrolada pelo MP, Susane Rodrigues Pereira, informou. Â Â Â Â¿Que era vizinha do acusado; Que no dia do fato, estava vendendo churrasco na feira com seu pai e na sua vinda estava cheio de gente na rua comentando que o acusado havia efetuado um disparo e havia atingindo a mÃ£e da depoente; Que correram para a delegacia e no caminho a depoente encontrou uma viatura e informou o que havia ocorrido e mostrou onde o acusado morava e foi acudir sua mÃ£e; Que ao chegar prÃ³ximo da sua mÃ£e, verificou que sua mÃ£e estava bem e nÃ£o havia sido atingida; Que a polÃ-cia pediu para a depoente ir atÃ© a delegacia prestar depoimentos; Que a depoente nÃ£o viu encontrarem arma, que soube atravÃ©s da polÃ-cia; Que ao voltar para sua casa recebeu as informaÃ§Ãµes de que o acusado estava bÃªbado e

que o disparo foi sem querer e que nÃ£o foi rumo a sua mÃ£e; Que a vizinhanÃ§a falou que o acusado tinha disparado rumo a sua mÃ£e; Que um policial informou que tinha achado uma arma, mas a depoente nÃ£o viu a arma; Que nunca havia ocorrido outra situaÃ§Ã£o desse tipo; Que o acusado Ã© muito amigo da famÃ-lia; Que sÃ³ soube do que aconteceu atravÃ©s da vizinhanÃ§a.Â¿Â Â Â Â InterrogatÃ³rio do RÃ©u Danilson Lima Pereira. Â Â Â Â¿O acusado informou que a arma era sua, uma arma de fabricaÃ§Ã£o caseira; Que usava esta arma como buldogue no mato atrÃ¡s da sua casa; Que estava limpando a arma para colocar no mato, quando disparou sozinhaÂ¿ Â Â Â Â Â Destarte, o laudo de potencialidade lesiva, a confissÃ£o do rÃ©u durante a instruÃ§Ã£o do feito, bem como os demais elementos fÃ¡ticos e probatÃ³rios arregimentados no curso das investigaÃ§Ãµes e da presente aÃ§Ã£o penal, sÃ£o suficientes a arrimar a sua condenaÃ§Ã£o no crime previsto no art. 12 da lei 10.826\03. Â Â Â Â DISPOSITIVO Â Â Â Â Ante o exposto e do mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a denÃºncia para CONDENAR o acusado DANILSON LIMA PEREIRA, qualificado nos autos, da imputaÃ§Ã£o de cometimento do delito descrito no art. 12 da Lei nÂ¿ 10.826/03 e absolver o acusado no crime do art. 15 da lei 10.826\03 com fundamento no art. 386, III, do CPP. Â Â Â Â Â DOSIMETRIA DA PENA Â Â Â Â Obedecendo ao determinado nos artigos 59 e 68 do CÃ³digo Penal, passo a dosar a pena. Â Â Â Â Â O rÃ©u apresenta que extrapola a culpabilidade comum ao tipo penal eis que durante a posse irregular teria disparado a arma de fogo, segundo ele acidentalmente; o rÃ©u Ã© tecnicamente primÃ¡rio; sua conduta social e personalidade nÃ£o foram auferidas nos autos; injustificÃ¡veis os motivos e circunstÃ¢ncias para a prÃ¡tica do crime; as consequÃªncias nÃ£o foram danosas e nÃ£o vislumbro qualquer contribuiÃ§Ã£o da vÃ-tima (sociedade) para o evento criminoso, de modo que para reprovar e prevenir o crime, fixo a pena acima do mÃ-nimo legal em um ano e seis meses de detenÃ§Ã£o e 15 dias-multa, estes fixados unitariamente em valor equivalente a 1/30 do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca do fato ante a situaÃ§Ã£o econÃ´mica do rÃ©u. Â Â Â Â Em segunda fase de aplicaÃ§Ã£o de pena, verifico a incidÃªncia da atenuante da confissÃ£o, prevista no art. 65, inciso III, alÃ-nea Â¿dÂ¿ do CÃ³digo Penal Brasileiro, pelo que reduzo a reprimenda ao mÃ-nimo legal em respeito Ã sÃºmula 231 do STJ. Â Â Â Â NÃ£o havendo causas de aumento ou diminuiÃ§Ã£o, fixo a pena CONCRETA e DEFINITIVAMENTE em um ano de detenÃ§Ã£o e dez dias-multa, estes fixado unitariamente em valor equivalente a 1/30 do salÃ¡rio-mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca do fato. Â Â Â Â DisposiÃ§Ãµes Finais. Â Â Â Â O regime de cumprimento da pena serÃ¡ o REGIME ABERTO, nos termos do art. 33 do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Presentes os requisitos legais do art. 44, do CÃ³digo Penal, substituo a privaÃ§Ã£o de liberdade por pena restritiva de direitos, na modalidade de prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os Ã comunidade (art. 43, inciso IV, CP), a ser cumprido durante o perÃ-odo da pena imposta em local a ser fixado oportunamente em audiÃªncia admonitÃ³ria. Â Â Â Â Para o pagamento da multa deverÃ¡ ser observado o disposto no art. 50 e seguintes do CPB. Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o, comunique-se ao TRE para fins do art. 15, item III da CF/88, expedindo-se guia de execuÃ§Ã£o definitiva, lanÃ§ando-se o nome dos acusados no rol dos culpados, realizando-se as demais comunicaÃ§Ãµes necessÃ¡rias. Â Â Â Â Encaminhem-se a arma de fogo ao Comando do ExÃ©rcito para os fins do art. 25, da Lei 10.826/2003. Â Â Â Â Sem custas e honorÃ¡rios. Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se. Abaetetuba/PA, 09 de novembro de 2021. Pamela Carneiro Lameira JuÃ-za de Direito, titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba.

PROCESSO: 00050945320178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 VITIMA:M. L. O. DENUNCIADO:LEANDRO LAGES DE OLIVEIRA. R.h Â Â Considerando que o acusado citado por Edital nÃ£o compareceu, conforme certidÃ£o fl.12, suspendo o processo e prazo prescricional nos termos do artigo 366 do CPP. Â Abaetetuba, 20 de fevereiro de 2020. Â CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Â JuÃ-za de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de Refresh>F9 PROCESSO: 00055921820188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 DENUNCIADO:ROBERTO AZEVEDO ARAUJO VITIMA:A. P. M. S. . R.h Â Â Considerando que o acusado citado por Edital nÃ£o compareceu, conforme certidÃ£o fl.11, suspendo o processo e prazo prescricional nos termos do artigo 366 do CPP. Â Abaetetuba, 20 de fevereiro de 2020. Â CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Â JuÃ-za de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de Refresh>F9

PROCESSO: 00091081720168140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 DENUNCIADO:ROBENILSON DA GLORIA CORREA VITIMA:E.

L. S. . R.h Â Â Considerando que o acusado citado por Edital nÃ£o compareceu, conforme certidÃ£o fl.13, suspendo o processo e prazo prescricional nos termos do artigo 366 do CPP. Â Abaetetuba, 20 de fevereiro de 2020. Â CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Â JuÃ-za de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de Refresh>F9 PROCESSO: 00093281520168140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 DENUNCIADO:IACIREMA MARIANA SANTOS DA COSTA VITIMA:L. V. M. . DECISÃO: Â I Â¿ Considerando que o acusado citado por Edital nÃ£o compareceu, conforme certidÃ£oÂ Ã fl.12retro, suspendo o processo e prazo prescricional nos termos do artigo 366 do CPP. Â Abaetetuba, 28 de outubro de 2020Â Â CÃ©lia Gadotti Â JuÃ-za de Direito, respondendo pela Vara Criminal de AbaetetubaÂ 0 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de Refresh>F9 PROCESSO: 00000274420168140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:JOSE LUIS SILVA BARRETO. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nÂº 0000027-44.2016.8.14.0070 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico. Acusado: JOSE LUIS SILVA BARRETO. Cap. Penal: art. 306 e 309 da lei 9.503\1997. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ ofereceu denÃºncia em face do acusado JOSE LUIS SILVA BARRETO, pela prÃ¡tica do crime tipificado no artigo art. 306 e 309 da lei 9.503\1997. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 27 de janeiro de 2014, conforme decisÃ£o de fl. 05. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O processo e o curso do prazo prescricional foram suspensos, nos termos do art. 366 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RELATADO. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Primeiramente, constata-se que o rÃ©u nÃ£o deveria ter sido citado por edital, e tampouco, o processo e o prazo prescricional deveriam ter sido suspensos, visto que o acusado nÃ£o foi localizado, assim incumbindo o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico o fornecimento de seu endereÃ§o atualizado para fins de nova tentativa de citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entendo, portanto, que nÃ£o foram esgotados todos os meios para a localizaÃ§Ã£o do rÃ©u com fim de citÃ¡-lo, razÃ£o pela qual torno sem efeito a decisÃ£o que determinou sua citaÃ§Ã£o por edital e todos os seus consectÃ¡rios legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, verifico que a pena mÃ¡xima prevista para o delito do art. 306 da lei 9.503\1997, Ã© de 03 (trÃªs) anos, que de acordo com o art. 109, inciso IV do CÃ³digo Penal Brasileiro, prescreve em 08 (oito) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o obstante o fato supramencionado, e considerando as circunstÃ¢ncias favorÃ¡veis do acusado, a pena seria fixada, por condiÃ§Ãµes de polÃ-tica criminal, no mÃ-nimo legal, ou seja, em 06 (seis) meses, prescrevendo em 01 (um) ano, e jÃ¡ se passaram 07 (sete) anos, o que faria com que, in concreto, a pena jÃ¡ estivesse extinta pela prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Verifica-se, que para o crime previsto no Art. 309 da lei 9.503\1997, a pena mÃ¡xima Ã© de 01 (um) ano e multa, assim, prescrevendo em 04 (quatro) anos, nos termos do art. 109, inciso V do CP. Assim, considerando que jÃ¡ se passaram mais de 07 (sete anos) anos entre a data do recebimento da denÃºncia e a presente decisÃ£o, constato a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva prevista no art. 109, inciso V, do CÃ³digo Penal, devendo ser declarada extinta a punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, atendendo-se ao fato de que nenhuma outra circunstÃ¢ncia interruptiva da prescriÃ§Ã£o, alÃ©m do recebimento da denÃºncia, se operou, e como jÃ¡ Ã© o entendimento pacÃ-fico dos tribunais superiores a possibilidade de aplicaÃ§Ã£o da prescriÃ§Ã£o em sua espÃ©cie virtual, entendo extinta a punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido: L. RESP. RECEPTAÃÃO. EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE DECLARADA, EM PRIMEIRO GRAU, COM BASE EM PENA ANTECIPADA. DECISÃO CONFIRMADA PELO TRIBUNAL. IMPROPRIEDADE. PRESCRIÃÃO PELA PENA EM ABSTRATO CONFIGURADA. RECURSO PROVIDO. I. De acordo com o CÃ³digo Penal, tem-se que a prescriÃ§Ã£o somente se regula pela pena concretamente aplicada ou, ainda, pelo mÃ¡ximo de sanÃ§Ã£o, abstratamente previsto. II. Ã imprÃ³pria a decisÃ£o que confirma a extinÃ§Ã£o da punibilidade decretada com base em pena em perspectiva. Precedentes. III. Deve ser cassado o acÃ³rdÃ£o recorrido para afastar a denominada prescriÃ§Ã£o em perspectiva. IV. Verificada a efetiva ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pena em abstrato, extingue-se a punibilidade do rÃ©u. V. Recurso provido. VI. Declarada, de ofÃ-cio, a extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u pela prescriÃ§Ã£o da pena abstratamente cominada. (Recurso Especial nÂº 714260/RS (2004/0181577-0), 5Âª Turma do STJ, Rel. Min. Gilson Dipp. j. 24.05.2005, unÃ¢nime, DJ 13.06.2005). PROCESSO PENAL. 'HABEAS CORPUS'. CONDUTA. ATIPICIDADE. ABSORÃÃO DO CRIME-MEIO. PRESCRIÃÃO DO CRIME-FIM. EXTENSÃO DOS EFEITOS. DILAÃÃO PROBATÃRIA. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. PRESCRIÃÃO ANTECIPADA. RECONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA. 1. O 'habeas corpus' tem rito cÃ©lere, de cogniÃ§Ã£o sumÃ¡ria, ausente o contraditÃ³rio e, por isso,

destinado a corrigir ilegalidades patentes, perceptÃ-veis 'ictu oculi', e nÃ£o como atalho processual a substituir o processo de conhecimento. 2. A discussÃ£o a respeito do PrincÃ-pio da ConsunÃ§Ã£o esborda a via do 'writ' quando demandar incursÃµes de ordem fÃ¡tico-probatÃ³ria, ainda mais antes de encerrada a instruÃ§Ã£o no juÃ-zo primevo. 3. A declaraÃ§Ã£o da ocorrÃªncia da denominada prescriÃ§Ã£o antecipada somente Ã© possÃ-vel quando o 'quantum' da pena a ser futuramente imposta e concretizada demonstre, de maneira evidente, que o lapso temporal para reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade tenha, desde logo, seu termo final ultrapassado. 4. 'Habeas corpus' parcialmente conhecido e, nesta parte, denegado. (Habeas Corpus nÂº 31925/RJ (2003/0211188-8), 6Âª Turma do STJ, Rel. Min. Paulo Medina. j. 02.09.2004, unÃ¢nime, DJ 03.11.2004). HABEAS CORPUS. PRESCRIÃÃO VIRTUAL. RECONHECIMENTO. Uma vez proferida sentenÃ§a reconhecendo a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o antecipada, com base na pena que seria imposta em possÃ-vel condenaÃ§Ã£o, fica superada a apontada ilegalidade. Habeas corpus prejudicado. (Habeas Corpus nÂº 25289-1/217 (200502306780), 1Âª CÃ¢mara Criminal do TJGO, ValparaÃ-so de GoiÃ¡s, Rel. Des. Huygens Bandeira de Melo. j. 25.10.2005, unÃ¢nime, DJ 23.11.2005). Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, pode o juiz antecipar o reconhecimento da prescriÃ§Ã£o, na modalidade de prescriÃ§Ã£o virtual, considerando a pena que irÃ¡ aplicar no caso concreto, baseado na inutilidade de uma condenaÃ§Ã£o jÃ¡ de antemÃ£o alcanÃ§ada pela prescriÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal, se considerada a pena em perspectiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado JOSE LUIS SILVA BARRETO, com fundamento no artigo 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia ao MP e ao defensor (a) do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba, 10 de novembro de 2021.Â PAMELA CARNEIRO LAMEIRA Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba PROCESSO: 00000472720098140070 PROCESSO ANTIGO: 20092000269 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 AUTOR:A JUSTICA PUBLICA - 1¦ PROMOTORIA VITIMA:A. S. DENUNCIADO:HERALDO RODRIGUES CARDOSO. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nÂº 0000047-27.2009.8.14.0070 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico. Acusado: HERALDO RODRIGUES CARDOSO. Cap. Penal: art. 306 e 309 da lei 9.503\97. SENTENÃA Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â O nacional HERALDO RODRIGUES CARDOSO, jÃ¡ qualificado nos autos, foi denunciado pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual como incurso no delito tipificado no art. 306 e 309da lei 9.503\97. Â Â Â Â Â O fato ocorreu em 30 de novembro de 2008. Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 27 de abril de 2009. Â Â Â Â Â O rÃ©u foi citado por edital (fl. 46) e teve suspenso o processo e o prazo prescricional em 27 de novembro 2017 (fls. 48). Â Â Â Â Â Â Â RELATADO. DECIDO.Â Â Â Â Â Â Â Â Em reanÃ¡lise percuciente do presente feito, constata-se que o rÃ©u nÃ£o deveria ter sido citado por edital, e tampouco, o processo e o prazo prescricional deveriam ter sido suspensos, pois conforme consta nos autos, o acusado nÃ£o foi localizado no endereÃ§o inicialmente fornecido na denÃºncia, incumbindo o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico o fornecimento de seu endereÃ§o atualizado para fins de nova tentativa de citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Entendo, portanto, que nÃ£o foram esgotados todos os meios para a localizaÃ§Ã£o do rÃ©u com fim de citÃ¡-lo, razÃ£o pela qual torno sem efeito a decisÃ£o que determinou sua citaÃ§Ã£o por edital e todos os seus consectÃ¡rios legais. Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, tratando-se de crimes com pena mÃ¡xima privativa de liberdade, em abstrato. Â Â Â Â Â Â Â Para o crime previsto no art. 306 da lei 9.503\97, a pena mÃ¡xima cominada em abstrato Ã© de 03 (trÃªs) anos, sendo que o prazo prescricional Ã© de 08 (oito) anos, conforme estabelece o art. 109, inciso IV do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Para o crime previsto no art. 309 da lei 9.503\97, a pena mÃ¡xima cominada em abstrato Ã© de 01 (um) ano, sendo que o prazo prescricional Ã© de 04 (quatro) anos, conforme estabelece o art. 109, inciso V do cÃ³digo penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Considerando que desde a data do recebimento da denÃºncia, atÃ© o presente momento transcorreu perÃ-odo superior a 12 (doze) anos, sem qualquer interrupÃ§Ã£o do lapso temporal, o presente processo encontra-se fulminado pela prescriÃ§Ã£o, devendo ser declarada extinta a punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, chamo o processo Ã ordem para tornar sem efeito o despacho que suspendeu o processo e o prazo prescricional, e declaro extinta a punibilidade do acusado HERALDO RODRIGUES CARDOSO, pela incidÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva, com fulcro no art. 107, IV, c/c art. 109, ambos do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Transitado em julgado a presente decisÃ£o, efetuem-se as devidas baixas em seus registros. Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, arquive-se os autos Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba, 10 de novembro de 2021Â PAMELA CARNEIRO LAMEIRA Juiz de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba PROCESSO: 00002644420178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Termo Circunstanciado em: 10/11/2021 AUTOR DO FATO:LEONY MARGALHO ALEIXO. PODER JUDICIÃRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nÂº 0000264-44.2017.8.14.0070 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico. Acusado: LEONY MARGALHO ALEIXO. Cap. art. 331, caput do CP. SENTENÃA Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â O nacional LEONY MARGALHO ALEIXO, jÃ¡ qualificado nos autos, foi denunciado pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual como incurso no delito tipificado no art. 331, caput do CP. Â Â Â Â Â O fato ocorreu em 09 de dezembro de 2016. Â Â Â Â Â O rÃ©u foi citado por edital (fl. 29) e teve suspenso o processo e o prazo prescricional em 04 de julho de 2019 (fls. 31) Â Â Â Â Â Â Â RELATADO. DECIDO.Â Â Â Â Â Â Â Â Em reanÃ¡lise percuciente do presente feito, constata-se que o rÃ©u nÃ£o deveria ter sido citado por edital, e tampouco, o processo e o prazo prescricional deveriam ter sido suspensos, pois conforme consta nos autos, o acusado nÃ£o foi localizado no endereÃ§o inicialmente fornecido na denÃºncia, incumbindo o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico o fornecimento de seu endereÃ§o atualizado para fins de nova tentativa de citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Entendo, portanto, que nÃ£o foram esgotados todos os meios para a localizaÃ§Ã£o do rÃ©u com fim de citÃ¡-lo, razÃ£o pela qual torno sem efeito a decisÃ£o que determinou sua citaÃ§Ã£o por edital e todos os seus consectÃ¡rios legais. Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, tratando-se de crimes com pena mÃ¡xima privativa de liberdade, em abstrato, de 02 (dois) anos, o prazo prescricional Ã© de 04 (quatro) anos, conforme estabelece o art. 109, inciso V do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Contudo, o acusado era menor de 21 anos de idade ao tempo do crime, conforme qualificaÃ§Ã£o na denÃºncia e documento pessoal anexo fl.14 IPL, o que faz com que os prazos sejam reduzidos da metade (art. 115, do CP). Assim, seu prazo prescricional serÃ¡ reduzido de 04 (quatro) anos para 02 (dois) anos, conforme consta no art. 115 do CP. Â Â Â Â Â Â Â Considerando que desde a data do fato, atÃ© o presente momento transcorreu perÃ-odo de tempo superior hÃ¡ 04 (quatro) anos, sem qualquer interrupÃ§Ã£o do lapso temporal, o presente processo encontra-se fulminado pela prescriÃ§Ã£o, devendo ser declarada extinta a punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, chamo o processo Ã ordem para tornar sem efeito o despacho que suspendeu o processo e o prazo prescricional, e declaro extinta a punibilidade do acusado LEONY MARGALHO ALEIXO, pela incidÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva, com fulcro no art. 107, IV, c/c art. 109, inciso V e Art. 115 CP, ambos do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Transitado em julgado a presente decisÃ£o, efetuem-se as devidas baixas em seus registros. Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, arquive-se os autos Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba, 10 de novembro de 2021.Â PAMELA CARNEIRO LAMEIRA JuÃ-za de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba PROCESSO: 00017885220128140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:RAMIRO FRANCISCO SILVA DIAS. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nÂº 0001788-52.2012.8.14.0070 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico. Acusado: RAMIRO FRANCISCO SILVA DIAS. Cap. Penal: art. 311, DO CP. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ ofereceu denÃºncia em face do acusado RAMIRO FRANCISCO SILVA DIAS, pela prÃ¡tica do crime tipificado no artigo 311 DO CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 03 de outubro de 2012, conforme decisÃ£o de fl. 05. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O processo e o curso do prazo prescricional foram suspensos, nos termos do art. 366 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RELATADO. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Primeiramente, constata-se que o rÃ©u nÃ£o deveria ter sido citado por edital, e tampouco, o processo e o prazo prescricional deveriam ter sido suspensos, visto que o acusado nÃ£o foi localizado, assim incumbindo o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico o fornecimento de seu endereÃ§o atualizado para fins de nova tentativa de citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entendo, portanto, que nÃ£o foram esgotados todos os meios para a localizaÃ§Ã£o do rÃ©u com fim de citÃ¡-lo, razÃ£o pela qual torno sem efeito a decisÃ£o que determinou sua citaÃ§Ã£o por edital e todos os seus consectÃ¡rios legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, verifico que a pena mÃ¡xima prevista para o delito do art. 311 do cp, Ã© de 06 (seis) anos, que de acordo com o art. 109 do CÃ³digo Penal Brasileiro, prescreve em 12 (doze) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o obstante o fato supramencionado, e considerando as circunstÃ¢ncias favorÃ¡veis do acusado, a pena seria fixada, por condiÃ§Ãµes de polÃ-tica criminal, no mÃ-nimo legal, ou seja, em 03 (trÃªs) anos, prescrevendo em 08 (oito) anos, o que faria com que, in concreto, a pena jÃ¡ estivesse extinta pela prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, atendendo-se ao fato de que nenhuma outra circunstÃ¢ncia interruptiva da prescriÃ§Ã£o, alÃ©m do recebimento da denÃºncia, se operou, e como jÃ¡ Ã© o entendimento pacÃ-fico dos tribunais superiores a possibilidade de aplicaÃ§Ã£o da prescriÃ§Ã£o em sua espÃ©cie virtual, entendo extinta a punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido: L. RESP. RECEPTAÃÃO. EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE DECLARADA, EM PRIMEIRO GRAU, COM BASE EM PENA ANTECIPADA. DECISÃO CONFIRMADA PELO TRIBUNAL. IMPROPRIEDADE. PRESCRIÃÃO PELA PENA EM ABSTRATO CONFIGURADA. RECURSO PROVIDO. I. De acordo com o CÃ³digo Penal, tem-se que a prescriÃ§Ã£o

somente se regula pela pena concretamente aplicada ou, ainda, pelo mÃ¡ximo de sanÃ§Ã£o, abstratamente previsto. II. Ã imprÃ³pria a decisÃ£o que confirma a extinÃ§Ã£o da punibilidade decretada com base em pena em perspectiva. Precedentes. III. Deve ser cassado o acÃ³rdÃ£o recorrido para afastar a denominada prescriÃ§Ã£o em perspectiva. IV. Verificada a efetiva ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pena em abstrato, extingue-se a punibilidade do rÃ©u. V. Recurso provido. VI. Declarada, de ofÃ-cio, a extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u pela prescriÃ§Ã£o da pena abstratamente cominada. (Recurso Especial nÂº 714260/RS (2004/0181577-0), 5Âª Turma do STJ, Rel. Min. Gilson Dipp. j. 24.05.2005, unÃ¢nime, DJ 13.06.2005). PROCESSO PENAL. 'HABEAS CORPUS'. CONDUTA. ATIPICIDADE. ABSORÃÃO DO CRIME-MEIO. PRESCRIÃÃO DO CRIME-FIM. EXTENSÃO DOS EFEITOS. DILAÃÃO PROBATÃRIA. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. PRESCRIÃÃO ANTECIPADA. RECONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA. 1. O 'habeas corpus' tem rito cÃ©lere, de cogniÃ§Ã£o sumÃ¡ria, ausente o contraditÃ³rio e, por isso, destinado a corrigir ilegalidades patentes, perceptÃ-veis 'ictu oculi', e nÃ£o como atalho processual a substituir o processo de conhecimento. 2. A discussÃ£o a respeito do PrincÃ-pio da ConsunÃ§Ã£o esborda a via do 'writ' quando demandar incursÃµes de ordem fÃ¡tico-probatÃ³ria, ainda mais antes de encerrada a instruÃ§Ã£o no juÃ-zo primevo. 3. A declaraÃ§Ã£o da ocorrÃªncia da denominada prescriÃ§Ã£o antecipada somente Ã© possÃ-vel quando o 'quantum' da pena a ser futuramente imposta e concretizada demonstre, de maneira evidente, que o lapso temporal para reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade tenha, desde logo, seu termo final ultrapassado. 4. 'Habeas corpus' parcialmente conhecido e, nesta parte, denegado. (Habeas Corpus nÂº 31925/RJ (2003/0211188-8), 6Âª Turma do STJ, Rel. Min. Paulo Medina. j. 02.09.2004, unÃ¢nime, DJ 03.11.2004). HABEAS CORPUS. PRESCRIÃÃO VIRTUAL. RECONHECIMENTO. Uma vez proferida sentenÃ§a reconhecendo a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o antecipada, com base na pena que seria imposta em possÃ-vel condenaÃ§Ã£o, fica superada a apontada ilegalidade. Habeas corpus prejudicado. (Habeas Corpus nÂº 25289-1/217 (200502306780), 1Âª CÃ¢mara Criminal do TJGO, ValparaÃ-so de GoiÃ¡s, Rel. Des. Huygens Bandeira de Melo. j. 25.10.2005, unÃ¢nime, DJ 23.11.2005). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, pode o juiz antecipar o reconhecimento da prescriÃ§Ã£o, na modalidade de prescriÃ§Ã£o virtual, considerando a pena que irÃ¡ aplicar no caso concreto, baseado na inutilidade de uma condenaÃ§Ã£o jÃ¡ de antemÃ£o alcanÃ§ada pela prescriÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal, se considerada a pena em perspectiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado RAMIRO FRANCISCO SILVA DIAS, com fundamento no artigo 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto Ã motocicleta apreendida nos presentes autos, conforme decisÃ£o de fls. 19, verifico que foi decretado o perdimento do bem e, considerando que o veÃ-culo jÃ¡ se encontra apreendido desde o ano de 2012, entendo que a realizaÃ§Ã£o de um leilÃ£o, nos moldes previstos na legislaÃ§Ã£o vigente, seria antieconÃ´mico, pelo que determino a sua doaÃ§Ã£o para a AssociaÃ§Ã£o de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE deste municÃ-pio. Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia ao MP e ao defensor (a) do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba, 10 de novembro 2021Â PAMELA CARNEIRO LAMEIRA Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba P R O C E S S O : 0 0 0 2 0 3 4 4 3 2 0 1 5 8 1 4 0 0 7 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:AUGUSTO CESAR FONSECA SARAIVA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nÂº 0002034-43.2015.8.14.0070 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico. Acusado: AUGUSTO CESAR FONSECA SARAIVA. Cap. Penal: art. 304 do CP. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ ofereceu denÃºncia em face do acusado AUGUSTO CESAR FONSECA SARAIVA, pela prÃ¡tica do crime tipificado no artigo 304, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 03 de marÃ§o de 2016, conforme decisÃ£o de fl. 06. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O processo e o curso do prazo prescricional foram suspensos, nos termos do art. 366 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RELATADO. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Primeiramente, constata-se que o rÃ©u nÃ£o deveria ter sido citado por edital, e tampouco, o processo e o prazo prescricional deveriam ter sido suspensos, visto que o acusado nÃ£o foi localizado, assim incumbindo o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico o fornecimento de seu endereÃ§o atualizado para fins de nova tentativa de citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entendo, portanto, que nÃ£o foram esgotados todos os meios para a localizaÃ§Ã£o do rÃ©u com fim de citÃ¡-lo, razÃ£o pela qual torno sem efeito a decisÃ£o que determinou sua citaÃ§Ã£o por edital e todos os seus consectÃ¡rios legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, verifico que a pena mÃ¡xima prevista para o delito do art. 304 do CP, Ã© de 06 (seis) anos, que de acordo com o art. 109, inciso III do CÃ³digo Penal Brasileiro, prescreve em 12 (doze) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o obstante o fato supramencionado, e considerando as circunstÂ¢ncias favorÃ¡veis do acusado, a pena seria fixada, por condiÃ§Ãµes de polÃ-tica criminal, no mÃ-nimo legal, ou seja, em 02 (dois) anos, o

que faria com que, in concreto, a pena jÃ¡ estivesse extinta pela prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, atendendo-se ao fato de que nenhuma outra circunstÂ¢ncia interruptiva da prescriÃ§Ã£o, alÃ©m do recebimento da denÃºncia, se operou, e como jÃ¡ Ã© o entendimento pacÃ-fico dos tribunais superiores a possibilidade de aplicaÃ§Ã£o da prescriÃ§Ã£o em sua espÃ©cie virtual, entendo extinta a punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido: L. RESP. RECEPTAÃÃO. EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE DECLARADA, EM PRIMEIRO GRAU, COM BASE EM PENA ANTECIPADA. DECISÃO CONFIRMADA PELO TRIBUNAL. IMPROPRIEDADE. PRESCRIÃÃO PELA PENA EM ABSTRATO CONFIGURADA. RECURSO PROVIDO. I. De acordo com o CÃ³digo Penal, tem-se que a prescriÃ§Ã£o somente se regula pela pena concretamente aplicada ou, ainda, pelo mÃ¡ximo de sanÃ§Ã£o, abstratamente previsto. II. Ã imprÃ³pria a decisÃ£o que confirma a extinÃ§Ã£o da punibilidade decretada com base em pena em perspectiva. Precedentes. III. Deve ser cassado o acÃ³rdÃ£o recorrido para afastar a denominada prescriÃ§Ã£o em perspectiva. IV. Verificada a efetiva ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pena em abstrato, extingue-se a punibilidade do rÃ©u. V. Recurso provido. VI. Declarada, de ofÃ-cio, a extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u pela prescriÃ§Ã£o da pena abstratamente cominada. (Recurso Especial nÂº 714260/RS (2004/0181577-0), 5Âª Turma do STJ, Rel. Min. Gilson Dipp. j. 24.05.2005, unÃ¢nime, DJ 13.06.2005). PROCESSO PENAL. 'HABEAS CORPUS'. CONDUTA. ATIPICIDADE. ABSORÃÃO DO CRIME-MEIO. PRESCRIÃÃO DO CRIME-FIM. EXTENSÃO DOS EFEITOS. DILAÃÃO PROBATÃRIA. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. PRESCRIÃÃO ANTECIPADA. RECONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA. 1. O 'habeas corpus' tem rito cÃ©lere, de cogniÃ§Ã£o sumÃ¡ria, ausente o contraditÃ³rio e, por isso, destinado a corrigir ilegalidades patentes, perceptÃ-veis 'ictu oculi', e nÃ£o como atalho processual a substituir o processo de conhecimento. 2. A discussÃ£o a respeito do PrincÃ-pio da ConsunÃ§Ã£o esborda a via do 'writ' quando demandar incursÃµes de ordem fÃ¡tico-probatÃ³ria, ainda mais antes de encerrada a instruÃ§Ã£o no juÃ-zo primevo. 3. A declaraÃ§Ã£o da ocorrÃªncia da denominada prescriÃ§Ã£o antecipada somente Ã© possÃ-vel quando o 'quantum' da pena a ser futuramente imposta e concretizada demonstre, de maneira evidente, que o lapso temporal para reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade tenha, desde logo, seu termo final ultrapassado. 4. 'Habeas corpus' parcialmente conhecido e, nesta parte, denegado. (Habeas Corpus nÂº 31925/RJ (2003/0211188-8), 6Âª Turma do STJ, Rel. Min. Paulo Medina. j. 02.09.2004, unÃ¢nime, DJ 03.11.2004). HABEAS CORPUS. PRESCRIÃÃO VIRTUAL. RECONHECIMENTO. Uma vez proferida sentenÃ§a reconhecendo a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o antecipada, com base na pena que seria imposta em possÃ-vel condenaÃ§Ã£o, fica superada a apontada ilegalidade. Habeas corpus prejudicado. (Habeas Corpus nÂº 25289-1/217 (200502306780), 1Âª CÂ¢mara Criminal do TJGO, ValparaÃ-so de GoiÃ¡s, Rel. Des. Huygens Bandeira de Melo. j. 25.10.2005, unÃ¢nime, DJ 23.11.2005). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, pode o juiz antecipar o reconhecimento da prescriÃ§Ã£o, na modalidade de prescriÃ§Ã£o virtual, considerando a pena que irÃ¡ aplicar no caso concreto, baseado na inutilidade de uma condenaÃ§Ã£o jÃ¡ de antemÃ£o alcanÃ§ada pela prescriÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal, se considerada a pena em perspectiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado ANTÃNIO MORAIS DA SILVA, com fundamento no artigo 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia ao MP e ao defensor (a) do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba, 10 de novembro de 2021.Â PAMELA CARNEIRO LAMEIRA Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba PROCESSO: 00020543420158140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:WANDERLEI DA SILVA SANTOS. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nÂº 0002054-34.2015.8.14.0070 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico. Acusado: WANDERLEY DA SILVA SANTOS. Cap. Penal: art. 329, CAPUT DO CP. SENTENÃA Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â O nacional WANDERLEY DA SILVA SANTOS, jÃ¡ qualificada nos autos, foi denunciada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual como incurso no delito tipificado no art. 329, CAPUT DO CP. Â Â Â Â Â O fato ocorreu no dia 21 de fevereiro de 2015. Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 05 de abriu de 2016. Â Â Â Â Â O rÃ©u foi citado por edital (fl. 23) e teve suspenso o processo e o prazo prescricional em 04 de julho de 2019 (fls. 25) Â Â Â Â Â Â Â RELATADO. DECIDO.Â Â Â Â Â Â Â Â Em reanÃ¡lise percuciente do presente feito, constata-se que o rÃ©u nÃ£o deveria ter sido citado por edital, e tampouco, o processo e o prazo prescricional deveriam ter sido suspensos, pois conforme consta nos autos, o acusado nÃ£o foi localizado no endereÃ§o inicialmente fornecido na denÃºncia, incumbindo o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico o fornecimento de seu endereÃ§o atualizado para fins de nova tentativa de citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Entendo, portanto, que nÃ£o foram esgotados todos os meios para a localizaÃ§Ã£o do rÃ©u com fim de citÃ¡-lo, razÃ£o pela qual torno sem efeito a decisÃ£o que determinou sua citaÃ§Ã£o por edital e todos os seus consectÃ¡rios legais. Â Â Â Â Â Â Â Com efeito,

tratando-se de crimes com pena mÃ¡xima privativa de liberdade, em abstrato, de 02 (dois) anos, o prazo prescricional Ã© de 04 (quatro), conforme estabelece o art. 109, inciso V do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Considerando que desde a data do recebimento da denÃºncia, atÃ© o presente momento transcorreu perÃ-odo de tempo superior hÃ¡ 05 (cinco) anos, sem qualquer interrupÃ§Ã£o do lapso temporal, o presente processo encontra-se fulminado pela prescriÃ§Ã£o, devendo ser declarada extinta a punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, chamo o processo Ã ordem para tornar sem efeito o despacho que suspendeu o processo e o prazo prescricional, e declaro extinta a punibilidade do acusado WANDERLEY DA SILVA SANTOS, pela incidÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva, com fulcro no art. 107, IV, c/c art. 109, inciso V do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Transitado em julgado a presente decisÃ£o, efetuem-se as devidas baixas em seus registros. Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, arquive-se os autos Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba, 10 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â PAMELA CARNEIRO LAMEIRA Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba. PROCESSO: 00022619120198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:AUGUSTO DAMASCENO BARBOSA Representante(s): OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) . Processo nÂº 0002261-91.2019.8.14.0070 AUTOS DE AÃÂ¿O PENAL. Autor: MINISTÃRIO PÃBLICO ESTADUAL. RÃ©u: AUGUSTO DAMASCENO BARBOSA. CapitulaÃ§Ã£o: art. 33 da Lei 11.343/2006 Â Â Â Â Â Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos. Â Â Â Â Â Â Â Â RELATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡, por meio de seu representante legal, ofereceu denÃºncia em desfavor de AUGUSTO DAMASCENO BARBOSA, devidamente qualificado nos autos, imputando-lhe a prÃ¡tica do crime previsto no ART. 33, da Lei no 11.343/2006. Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico narra na denÃºncia o seguinte: Â Â Â Narram os autos do incluso InquÃ©rito Policial, no dia 14 do mÃªs de marÃ§o de 2019, por volta das 20:00 horas, na rua nova VI, bairro AviaÃ§Ã£o, neste municÃ-pio, o acusado, foi preso em razÃ£o de ter sido encontrado em sua residÃªncia cinco Â¿purucasÂ¿ da substancia conhecida vulgarmente como pedra de OXI. Â Â Â Â Consoante apurado na via administrativa, no dia dos fatos, a guarniÃ§Ã£o da polÃ-cia militar tomou conhecimento por meio de denÃºncia anÃ´nima de que o denunciado estaria comercializando entorpecente em sua residÃªncia. Â Â Â Â Ao diligenciar com o fim de averiguar a veracidade dos fatos, a guarniÃ§Ã£o da polÃ-cia militar saiu Ã procura do denunciado, tendo o encontrado na Arena Caveira. Â Â Â Â Ao ser questionado sobre a venda do entorpecente, o denunciado confirmou o fato, informando, ainda, que a droga se encontrava em sua residÃªncia. Â Â Â Â A guarniÃ§Ã£o se deslocou atÃ© a residÃªncia do denunciado, onde foi encontrada a referida droga. Â Â Â Â Consta ainda, que ao chegar em frente Ã residÃªncia do denunciado a guarniÃ§Ã£o encontrou as nacionais Leidiane Cristina Damasceno Barbosa e Renata Santos, as quais estavam supostamente vendendo drogas, contudo, nÃ£o foi encontrado nenhum tipo de substÃ¢ncias ilÃ-citas com as mesmas, razÃ£o pela qual o MP deixou de denunciÃ¡-las. Â Â Â Â Â Â Â Â Perante a autoridade policial, o denunciado confessou a prÃ¡tica de trÃ¡fico de drogas. Â Â Â Â Â Â Â Â Em 02 de maio de 2019, foi proferido despacho inicial, nos termos do artigo 55 da Lei no11.3434/2006 (fl. 06), e devidamente citado, o acusado apresentou defesa prÃ©via Ã fls. 08-14. Â Â Â Â Â Â Â Â Durante a instruÃ§Ã£o foram ouvidas 03 (trÃªs) testemunhas arroladas na denÃºncia e 01 (um) uma testemunha da defesa, apÃ³s isso realizada a qualificaÃ§Ã£o e interrogatÃ³rio do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Exame ToxicolÃ³gico Definitivo Constante Ã fl. 35. Â Â Â Â Â Â Â Â Encerrada a instruÃ§Ã£o, o MinistÃ©rio PÃºblicoÂ manifestou-se em alegaÃ§Ãµes finais, requerendo a condenaÃ§Ã£o do acusado, como incurso Ã pena do art. 33 da lei nÂ° 11.343/06, sustentando presentes a autoria e a materialidade delitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â A defesa de AUGUSTO DAMASCENO BARBOSA, em suas alegaÃ§Ãµes, pugnou pela absolviÃ§Ã£o do acusado pela ausÃªncia de prova. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o que importa relatar. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â FUNDAMENTAÃÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Versam os autos sobre a prÃ¡tica do crime do art. 33 da lei 11.343/2006, cujo teor dispÃµe: TrÃ¡fico de Drogas. Â¿Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor Ã venda, oferecer, ter em depÃ³sito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorizaÃ§Ã£o ou em desacordo com determinaÃ§Ã£o legal ou regulamentar. Pena - reclusÃ£o de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multaÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â O tipo penal previsto no art. 33 da Lei nÂº 11.343/2006 Ã© de aÃ§Ã£o mÃºltipla ou conteÃºdo variado, pois apresenta vÃ¡rias formas de violaÃ§Ã£o da mesma proibiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, basta para a consumaÃ§Ã£o do crime, a prÃ¡tica de uma das aÃ§Ãµes ali previstas, nÃ£o havendo necessidade de prova da mercancia, bastando o enquadramento de rÃ©u em um dos verbos para a consumaÃ§Ã£o, em face do que tal delito se consuma apenas com a prÃ¡tica de qualquer daquelas aÃ§Ãµes arroladas no tipo penal. Â Â Â Â Â Â Â Â MATERIALIDADE Â Â Â Â Â Â Â Â A materialidade

se encontra devidamente comprovada, conforme se depreende por meio do Auto de PrisÃ£o em Flagrante, Auto de ApresentaÃ§Ã£o e ApreensÃ£o; Laudo de ConstataÃ§Ã£o; laudo de exame pericial toxicolÃ³gico definitivo com a conclusÃ£o de que da anÃ¡lise das substÂncias apreendidas obteve-se o resultado positivo para substÂncia Delta-9-THC (Delta 9 TetraHidrocanabinol, Â¿MACONHAÂ¿), pesando 4,5g de erva prensada e ficou constatado tambÃ©m no outro material apreendido a substancia Benzoilmetilecgonina, vulgarmente conhecida por Â¿COCAÃNAÂ¿ pesando 25,2 g confeccionada em um saco plÃ¡stico de cor branca e verde. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AUTORIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o obstante o acusado ter usado seu direito constitucional de permanecer calado em juÃ-zo, ele confessou a autoria delitiva em sede de inquÃ©rito policial, quanto ao crime de trÃ¡fico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlÃ©m disso a prova oral colhida sob o crivo do contraditÃ³rio demonstra, Ã saciedade, a autoria delitiva: Â Â Â Â Â Â Â Â Â As testemunhas arroladas pela acusaÃ§Ã£o foram unÃ-ssonas, coerentes e seguras em afirmar que, no dia dos fatos, receberam denÃºncia sobre a comercializaÃ§Ã£o de drogas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha arrolada pelo MP, William Lima Mendes (Policial militar) em depoimento judicial relatou que recebeu a informaÃ§Ã£o de que estava ocorrendo a comercializaÃ§Ã£o de drogas em uma Ã¡rea no bairro da AngÃ©lica. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesta ocasiÃ£o, foi montado uma equipe, a qual efetuou diligÃªncias no local de nome Arena do Caveira, a equipe da polÃ-cia fez o cerco, assim iniciando buscas pessoais nas pessoas, nÃ£o sendo encontrado nada, o policial solicitou que os indivÃ-duos que tivessem passagem pela polÃ-cia se separassem, afim de ser verificado a situaÃ§Ã£o de cada um, ocasiÃ£o em que avistou o nacional conhecido por GUGU, o qual Ã© conhecido nesse ramo do trÃ¡fico de drogas, sendo interrogado, este confirmou possuir entorpecentes em sua residÃªncia e que levaria os policias atÃ© o local, a equipe da polÃ-cia ao chegar prÃ³ximo encontrou duas mulheres sentadas na frente da residÃªncia de GUGU, feita revista, foi encontrado uma quantia em dinheiro com uma delas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ato contÃ-nuo, ao fazer a revista no imÃ³vel, foi encontrada uma pedra de Â¿OXIÂ¿, no local indicado pelo sr. Augusto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha arrolada pelo MinistÃ©rio PÃºblico, o sr. Josieferson do Nascimento Ferreira (Policial Militar), informou que foi montada uma operaÃ§Ã£o pela polÃ-cia civil, na qual obtiveram a informaÃ§Ã£o de que, em uma arena localizada na angÃ©lica, havia um foragido; Que foi feito o cerco no local, onde abordaram alguns indivÃ-duos, e com a permissÃ£o do sr. Augusto, este desbloqueou seu celular para a polÃ-cia verificar, ocasiÃ£o em que foram identificadas conversas de compra e venda de drogas, vindo o sr. Augusto a informar que havia drogas na sua casa na aviaÃ§Ã£o; Que foram feitas diligencias no local, tendo o acusado mostrado onde estavam as drogas e confessado que a droga era sua.Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha arrolada pelo MP, o sr. Cristiano dos Santos (Policial Militar), informou que houve uma denÃºncia de que havia uns elementos em uma quadra localizada na AngÃ©lica estariam vendendo substÂncias entorpecentes e, por tal motivo, foi montada uma operaÃ§Ã£o, feito um cerco policial e realizadas buscas pessoais, nÃ£o sendo encontrado nada. Em dado momento o celular do sr. Augusto comeÃ§ou a tocar e um dos policiais pediu para ele desbloquear o telefone, momento em que verificou que havia conversas sobre trÃ¡fico de drogas no telefone. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em conversa o sr. Augusto informou que ia levar os policiais em sua casa e ia falar onde estava a droga. A polÃ-cia, em diligÃªncias, verificou que havia duas moÃ§as na frente da residÃªncia, pelo que as abordaram, porÃ©m apenas foi encontrada uma quantia em dinheiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao adentrar na casa o sr. Augusto mostrou onde estava a droga, sendo esta apreendida e feita a conduÃ§Ã£o do sr. Augusto para a delegacia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por sua vez a testemunha da defesa o sr. Elenilson Cardoso E Cardoso, trouxe fatos desnecessÃ¡rios ao processo, informando que Ã© vizinho do sr. Augusto, que nÃ£o viu o momento da prisÃ£o do seu vizinho, que ele tem um comÃ©rcio e tem um filho de uns 4 meses de nascido e dois meninos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha da defesa trouxe fatos da vida pessoal do sr. Augusto, nÃ£o vindo este a colaborar para a elucidaÃ§Ã£o dos fatos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O sr. Augusto Damasceno Barbosa (RÃ©u), usou o seu direito constitucional de permanecer calado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o obstante o acusado ter usado seu direito de ficar calado em juÃ-zo, perante a autoridade policial confessou a autoria delitiva, informando com riqueza de detalhes como se deu a empreitada criminosa, eis que havia comprado a droga por R$ 1.100,00 (Mil e Cem reais), que pretendia dividir a substÂncia em 100 (cem) porÃ§Ãµes e as comercializaria a R$ 5,00 (cinco reais) cada. (fls. 09). Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, vÃ¡rias circunstÂncias devidamente demonstradas pelo acervo probatÃ³rio colhidos dos autos, conspiram para a formaÃ§Ã£o de convicÃ§Ã£o no sentido de que o acusado AUGUSTO DAMASCENO BARBOSA incorreu no crime de trÃ¡fico de drogas na espÃ©cie tipificado no art. 33 da lei nÂ° 11.343/06, ficando demonstrado a autoria e materialidade do crime. Â Â Â Â Â Â Â Â NÂ¿O INCIDÃNCIA DO Â§4o, DO ART. 33, DA LEI 11.343/06. Â Â Â Â Â Â Â Â O disposto no art. 33, Â§ 4Âº da lei n. 11.343/2006 permite a reduÃ§Ã£o da pena quando o agente Ã© primÃ¡rio, de bons antecedentes e nÃ£o se dedique Ã s atividades criminosas, nem integre organizaÃ§Ã£o criminosa. Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em tela, vÃª-se que o acusado possui contra si duas outras aÃ§Ãµes penais referente Ã prÃ¡tica de crime de trÃ¡fico de

drogas (0000822-45.2019.8.14.0070 e 0000952-16.2011.8.14.0070). Logo, existem fortes indÃ-cios de que o acusado se dedica Ã atividade criminosa nÃ£o podendo gozar do benefÃ-cio previsto no Â§4o do art. 33 da Lei 11343/2006. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido: Â Â Â Â Â Â Â Â Â (Â¿)Â II - O parÃ¡grafo 4Âº, do art. 33, da Lei n. 11.343/06, dispÃµe que as penas do crime de trÃ¡fico de drogas poderÃ£o ser reduzidas de um sexto a dois terÃ§os, vedada a conversÃ£o em penas restritivas de direitos, desde que o agente seja primÃ¡rio, de bons antecedentes, nÃ£o se dedique Ã s atividades criminosas nem integre organizaÃ§Ã£o criminosa. Na ausÃªncia de indicaÃ§Ã£o pelo legislador das balizas para o percentual de reduÃ§Ã£o previsto no art. 33, Â§ 4Âº, da Lei n. 11.343/06, a natureza e a quantidade de droga apreendida, assim como as demais circunstÂ¢ncias do art. 59 do CP, podem ser utilizadas na definiÃ§Ã£o de tal Ã-ndice ou, atÃ© mesmo, no impedimento da incidÃªncia da minorante, quando evidenciarem a dedicaÃ§Ã£o do agente ao trÃ¡fico de entorpecentes. III - A Terceira SeÃ§Ã£o desta Corte Superior, ao julgar o EREsp n. 1.431.091/SP, em sessÃ£o realizada no dia 14/12/2016, firmou orientaÃ§Ã£o no sentido de que inquÃ©ritos policiais e aÃ§Ãµes penais em curso podem ser utilizados para afastar a causa especial de diminuiÃ§Ã£o de pena prevista no art. 33, Â§ 4Âº, da Lei n. 11.343/06, por indicarem que o agente se dedica a atividades criminosas. IV - In casu, inexiste constrangimento ilegal a ser sanado, pois a Corte a quo, em consonÂ¢ncia com o entendimento deste Tribunal, ao afastar a causa especial de diminuiÃ§Ã£o de pena prevista no art. 33, Â§ 4Âº, da Lei n. 11.343/06, bem consignou que o agravante, Â¿alÃ©m de possuir registros anteriores por outros delitos, hÃ¡ registro pela prÃ¡tica do mesmo crime pelo qual aqui Ã© acusado (processo n.Âº 104/2.18.0000495-0), com denÃºncia jÃ¡ recebidaÂ¿. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 621.828/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 09/03/2021, DJe 12/03/2021). Â Â Â Â Â Â Â Â Â DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando tudo o que dos autos consta, convencendo-me da existÃªncia e autoria do crime de trÃ¡fico de entorpecentes, JULGO PROCEDENTE A DENÃNCIA PARA CONDENAR AUGUSTO DAMASCENO BARBOSA, jÃ¡ qualificado nas penas do art. 33 da Lei nÂº 11.343/2006. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DOSIMETRIA DAS PENAS (ART. 59 DO CP - PRIMEIRA PARTE). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Salienta-se que, por determinaÃ§Ã£o legal contida no art. 42 da Lei 11.343/2006, na dosimetria da pena, devem preponderar sobre as circunstÂ¢ncias previstas no art. 59 do CP, a natureza e a quantidade da substÂ¢ncia ou do produto, a personalidade e a conduta social do agente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No mais, atesto que o denunciado apresenta culpabilidade comum ao tipo penal; Ã© tecnicamente primÃ¡rio; sua personalidade e conduta social do agente nÃ£o foram aferidas nos autos; os motivos sÃ£o inerentes ao delito, busca do lucro fÃ¡cil; as circunstÂ¢ncias do crime sÃ£o inerentes ao tipo; as consequÃªncias nÃ£o foram danosas, e nÃ£o vislumbro qualquer contribuiÃ§Ã£o da vÃ-tima (sociedade) para o evento criminoso; a natureza da substÂ¢ncia deve ser considerada desfavorÃ¡vel, eis que se trata de entorpecente (Â¿CocaÃ-naÂ¿) que causa consequÃªncias nefastas no usuÃ¡rio e a todos ao seu redor, sendo substÂ¢ncia que provoca dependÃªncia de forma rÃ¡pida, de modo que para reprovar e prevenir o crime, fixo a pena base acima do mÃ-nimo legal em 06 (seis) anos de reclusÃ£o e 600 (seiscentos) dias-multa no valor unitÃ¡rio de 1/30 do salÃ¡rio mÃ-nimo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na segunda faseÂ (Atenuantes e Agravantes)Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em segunda fase verifico a circunstancia atenunate da confissÃ£o espontanea, motivo pela qual atenuo a pena em 1/6, restando 05 (cinco) anos de reclusÃ£o e 500 (quinhentos) dias-multa no valor unitÃ¡rio de 1/30 do salÃ¡rio mÃ-nimo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Terceira Fase (DiminuiÃ§Ã£o e Aumento) Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o verifico nenhuma causa de aumento ou de diminuiÃ§Ã£o de pena, restando DEFINITIVAMENTE em 05 (cinco) anos de reclusÃ£o e 500 (quinhentos) dias-multa no valor unitÃ¡rio de 1/30 do salÃ¡rio-mÃ-nimo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAS DISPOSIÃÃES FINAIS: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os acusados deverÃ£o cumprir pena em regime inicial SEMIABERTO, considerando as condiÃ§Ãµes pessoais do rÃ©u, nos termos do art. 33 do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IncabÃ-vel a substituiÃ§Ã£o da pena, uma vez que nÃ£o preenchidos os requisitos legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que o rÃ©u respondeu ao processo na condiÃ§Ã£o de solto, concedo ao rÃ©u o direito de apelar em liberdade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o TrÂ¢nsito em julgado, lance-se o nome dos RÃ©us no Rol dos Culpados, expedindo-se a guia de execuÃ§Ã£o da pena. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª ciÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico e Ã Defesa do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se o rÃ©u pessoalmente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba/PA, 10 de novembro de 2021. PAMELA CARNEIRO LAMEIRA JuÃ-za de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba. PROCESSO: 00023678820108140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:ELOI SALES LIMA VITIMA:A. S. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nÂº 0002367-88.2010.8.14.0070 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico. Acusado: ELOI SALES LIMA. Cap. art. 14 da lei 10.826\03. SENTENÃA Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â O nacional ELOI SALES LIMA, jÃ¡ qualificado nos autos, foi denunciada pelo

MinistÃ©rio PÃºblico Estadual como incurso no delito tipificado no art. 14 da lei 10.826\03. Â Â Â Â Â O fato ocorreu em 04 de novembro de 2010. Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 16 de agosto de 2017. Â Â Â Â Â O rÃ©u foi citado por edital (fl. 12) e teve suspenso o processo e o prazo prescricional em 04 de julho de 2019 (fls. 14) Â Â Â Â Â Â Â RELATADO. DECIDO.Â Â Â Â Â Â Â Â Em reanÃ¡lise percuciente do presente feito, constata-se que o rÃ©u nÃ£o deveria ter sido citado por edital, e tampouco, o processo e o prazo prescricional deveriam ter sido suspensos, pois conforme consta nos autos, o acusado nÃ£o foi localizado no endereÃ§o inicialmente fornecido na denÃºncia, incumbindo o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico o fornecimento de seu endereÃ§o atualizado para fins de nova tentativa de citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Entendo, portanto, que nÃ£o foram esgotados todos os meios para a localizaÃ§Ã£o do rÃ©u com fim de citÃ¡-lo, razÃ£o pela qual torno sem efeito a decisÃ£o que determinou sua citaÃ§Ã£o por edital e todos os seus consectÃ¡rios legais. Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, tratando-se de crimes com pena mÃ¡xima privativa de liberdade, em abstrato, de 04 (quatro) anos, o prazo prescricional Ã© de 08 (oito) anos, conforme estabelece o art. 109, inciso IV do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Contudo, o acusado era menor de 21 anos de idade ao tempo do crime, conforme qualificaÃ§Ã£o na denÃºncia e documento pessoal anexo fl. 20 IPL, o que faz com que os prazos sejam reduzidos da metade (art. 115, do CP). Assim, seu prazo prescricional serÃ¡ reduzido de 08 (oito)anos para 04 (quatro) anos, conforme consta no art. 115 do CP. Â Â Â Â Â Â Â Considerando que desde a data do recebimento da denÃºncia, atÃ© o presente momento transcorreu perÃ-odo de tempo superior a 04 (quatros) anos, sem qualquer interrupÃ§Ã£o do lapso temporal, o presente processo encontra-se fulminado pela prescriÃ§Ã£o, devendo ser declarada extinta a punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, chamo o processo Ã ordem para tornar sem efeito o despacho que suspendeu o processo e o prazo prescricional, e declaro extinta a punibilidade do acusado ELOI SALES LIMA, pela incidÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva, com fulcro no art. 107, IV, c/c art. 109, inciso IV e Art. 115 CP, ambos do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Transitado em julgado a presente decisÃ£o, efetuem-se as devidas baixas em seus registros. Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, arquive-se os autos Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba, 10 de novembro de 2021.Â PAMELA CARNEIRO LAMEIRA Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba PROCESSO: 00029140620138140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:EDINALDO SOUZA MARTINS Representante(s): OAB 16693 - JEFFERSON FRANK SILVEIRA NASCIMENTO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nÂº 0002914-06.2013.8.14.0070 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico. Acusado: EDINALDO SOUSA MARTINS. Cap. Penal: art. 14 da lei 10.826\03. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ ofereceu denÃºncia em face do acusado EDINALDO SOUSA MARTINS, pela prÃ¡tica do crime tipificado no artigo 14 da lei 10.826\03. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 27 de janeiro de 2014, conforme decisÃ£o de fl. 05. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O processo e o curso do prazo prescricional foram suspensos, nos termos do art. 366 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RELATADO. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Primeiramente, constata-se que o rÃ©u nÃ£o deveria ter sido citado por edital, e tampouco, o processo e o prazo prescricional deveriam ter sido suspensos, visto que o acusado nÃ£o foi localizado, assim incumbindo o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico o fornecimento de seu endereÃ§o atualizado para fins de nova tentativa de citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Entendo, portanto, que nÃ£o foram esgotados todos os meios para a localizaÃ§Ã£o do rÃ©u com fim de citÃ¡-lo, razÃ£o pela qual torno sem efeito a decisÃ£o que determinou sua citaÃ§Ã£o por edital e todos os seus consectÃ¡rios legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, verifico que a pena mÃ¡xima prevista para o delito do art. 14 da lei 10.826\03, Ã© de 04 (qautro) anos, que de acordo com o art. 109, inciso IV do CÃ³digo Penal Brasileiro, prescreve em 08 (oito) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o obstante o fato supramencionado, e considerando as circunstÂ¢ncias favorÃ¡veis do acusado, a pena seria fixada, por condiÃ§Ãµes de polÃ-tica criminal, no mÃ-nimo legal, ou seja, em 02 (dois) anos, e se passaram 07 (sete) anos, o que faria com que, in concreto, a pena jÃ¡ estivesse extinta pela prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, atendendo-se ao fato de que nenhuma outra circunstÂ¢ncia interruptiva da prescriÃ§Ã£o, alÃ©m do recebimento da denÃºncia, se operou, e como jÃ¡ Ã© o entendimento pacÃ-fico dos tribunais superiores a possibilidade de aplicaÃ§Ã£o da prescriÃ§Ã£o em sua espÃ©cie virtual, entendo extinta a punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido: L. RESP. RECEPTAÃÃO. EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE DECLARADA, EM PRIMEIRO GRAU, COM BASE EM PENA ANTECIPADA. DECISÃO CONFIRMADA PELO TRIBUNAL. IMPROPRIEDADE. PRESCRIÃÃO PELA PENA EM ABSTRATO CONFIGURADA. RECURSO PROVIDO. I. De acordo com o CÃ³digo Penal, tem-se que a prescriÃ§Ã£o somente se regula pela pena concretamente aplicada ou, ainda, pelo mÃ¡ximo de sanÃ§Ã£o, abstratamente previsto. II. Ã imprÃ³pria a decisÃ£o que confirma a extinÃ§Ã£o da punibilidade decretada com base em pena em

perspectiva. Precedentes. III. Deve ser cassado o acÃ³rdÃ£o recorrido para afastar a denominada prescriÃ§Ã£o em perspectiva. IV. Verificada a efetiva ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pena em abstrato, extingue-se a punibilidade do rÃ©u. V. Recurso provido. VI. Declarada, de ofÃ-cio, a extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u pela prescriÃ§Ã£o da pena abstratamente cominada. (Recurso Especial nÂº 714260/RS (2004/0181577-0), 5Âª Turma do STJ, Rel. Min. Gilson Dipp. j. 24.05.2005, unÃ¢nime, DJ 13.06.2005). PROCESSO PENAL. 'HABEAS CORPUS'. CONDUTA. ATIPICIDADE. ABSORÃÃO DO CRIME-MEIO. PRESCRIÃÃO DO CRIME-FIM. EXTENSÃO DOS EFEITOS. DILAÃÃO PROBATÃRIA. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. PRESCRIÃÃO ANTECIPADA. RECONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA. 1. O 'habeas corpus' tem rito cÃ©lere, de cogniÃ§Ã£o sumÃ¡ria, ausente o contraditÃ³rio e, por isso, destinado a corrigir ilegalidades patentes, perceptÃ-veis 'ictu oculi', e nÃ£o como atalho processual a substituir o processo de conhecimento. 2. A discussÃ£o a respeito do PrincÃ-pio da ConsunÃ§Ã£o esborda a via do 'writ' quando demandar incursÃµes de ordem fÃ¡tico-probatÃ³ria, ainda mais antes de encerrada a instruÃ§Ã£o no juÃ-zo primevo. 3. A declaraÃ§Ã£o da ocorrÃªncia da denominada prescriÃ§Ã£o antecipada somente Ã© possÃ-vel quando o 'quantum' da pena a ser futuramente imposta e concretizada demonstre, de maneira evidente, que o lapso temporal para reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade tenha, desde logo, seu termo final ultrapassado. 4. 'Habeas corpus' parcialmente conhecido e, nesta parte, denegado. (Habeas Corpus nÂº 31925/RJ (2003/0211188-8), 6Âª Turma do STJ, Rel. Min. Paulo Medina. j. 02.09.2004, unÃ¢nime, DJ 03.11.2004). HABEAS CORPUS. PRESCRIÃÃO VIRTUAL. RECONHECIMENTO. Uma vez proferida sentenÃ§a reconhecendo a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o antecipada, com base na pena que seria imposta em possÃ-vel condenaÃ§Ã£o, fica superada a apontada ilegalidade. Habeas corpus prejudicado. (Habeas Corpus nÂº 25289-1/217 (200502306780), 1Âª CÂ¢mara Criminal do TJGO, ValparaÃ-so de GoiÃ¡s, Rel. Des. Huygens Bandeira de Melo. j. 25.10.2005, unÃ¢nime, DJ 23.11.2005). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, pode o juiz antecipar o reconhecimento da prescriÃ§Ã£o, na modalidade de prescriÃ§Ã£o virtual, considerando a pena que irÃ¡ aplicar no caso concreto, baseado na inutilidade de uma condenaÃ§Ã£o jÃ¡ de antemÃ£o alcanÃ§ada pela prescriÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal, se considerada a pena em perspectiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado EDINALDO SOUSA MARTINS, com fundamento no artigo 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia ao MP e ao defensor (a) do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba, 10 de novembro de 2021.Â PAMELA CARNEIRO LAMEIRA Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba PROCESSO: 00036246020128140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:ANTONIO FURTADO FRANCA VITIMA:A. B. P. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nÂº 0003624-60.2012.8.14.0070 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico. Acusado: ANTONIO FURTADO FRANÃA. Cap. Penal: art. 171, caput do CP. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ ofereceu denÃºncia em face do acusado ANTONIO FURTADO FRANÃA, pela prÃ¡tica do crime tipificado no artigo 171 DO CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 07 de fevereiro de 2013, conforme decisÃ£o de fl. 06. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O processo e o curso do prazo prescricional foram suspensos, nos termos do art. 366 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RELATADO. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Primeiramente, constata-se que o rÃ©u nÃ£o deveria ter sido citado por edital, e tampouco, o processo e o prazo prescricional deveriam ter sido suspensos, visto que o acusado nÃ£o foi localizado, assim incumbindo o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico o fornecimento de seu endereÃ§o atualizado para fins de nova tentativa de citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entendo, portanto, que nÃ£o foram esgotados todos os meios para a localizaÃ§Ã£o do rÃ©u com fim de citÃ¡-lo, razÃ£o pela qual torno sem efeito a decisÃ£o que determinou sua citaÃ§Ã£o por edital e todos os seus consectÃ¡rios legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, verifico que a pena mÃ¡xima prevista para o delito do art. 171 do CP, Ã© de 05 (cinco) anos, que de acordo com o art. 109 do CÃ³digo Penal Brasileiro, prescreve em 12 (doze) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o obstante o fato supramencionado, e considerando as circunstÃ¢ncias favorÃ¡veis do acusado, a pena seria fixada, por condiÃ§Ãµes de polÃ-tica criminal, no mÃ-nimo legal, ou seja, em 01 (um) ano, prescrevendo em 04 (quatro) anos, o que faria com que, in concreto, a pena jÃ¡ estivesse extinta pela prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, atendendo-se ao fato de que nenhuma outra circunstÃ¢ncia interruptiva da prescriÃ§Ã£o, alÃ©m do recebimento da denÃºncia, se operou, e como jÃ¡ Ã© o entendimento pacÃ-fico dos tribunais superiores a possibilidade de aplicaÃ§Ã£o da prescriÃ§Ã£o em sua espÃ©cie virtual, entendo extinta a punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido: L. RESP. RECEPTAÃÃO. EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE DECLARADA, EM PRIMEIRO GRAU, COM BASE EM PENA ANTECIPADA. DECISÃO CONFIRMADA PELO TRIBUNAL. IMPROPRIEDADE. PRESCRIÃÃO PELA

PENA EM ABSTRATO CONFIGURADA. RECURSO PROVIDO. I. De acordo com o CÃ³digo Penal, tem-se que a prescriÃ§Ã£o somente se regula pela pena concretamente aplicada ou, ainda, pelo mÃ¡ximo de sanÃ§Ã£o, abstratamente previsto. II. Ã imprÃ³pria a decisÃ£o que confirma a extinÃ§Ã£o da punibilidade decretada com base em pena em perspectiva. Precedentes. III. Deve ser cassado o acÃ³rdÃ£o recorrido para afastar a denominada prescriÃ§Ã£o em perspectiva. IV. Verificada a efetiva ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pena em abstrato, extingue-se a punibilidade do rÃ©u. V. Recurso provido. VI. Declarada, de ofÃ-cio, a extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u pela prescriÃ§Ã£o da pena abstratamente cominada. (Recurso Especial nÂº 714260/RS (2004/0181577-0), 5Âª Turma do STJ, Rel. Min. Gilson Dipp. j. 24.05.2005, unÃ¢nime, DJ 13.06.2005). PROCESSO PENAL. 'HABEAS CORPUS'. CONDUTA. ATIPICIDADE. ABSORÃÃO DO CRIME-MEIO. PRESCRIÃÃO DO CRIME-FIM. EXTENSÃO DOS EFEITOS. DILAÃÃO PROBATÃRIA. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. PRESCRIÃÃO ANTECIPADA. RECONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA. 1. O 'habeas corpus' tem rito cÃ©lere, de cogniÃ§Ã£o sumÃ¡ria, ausente o contraditÃ³rio e, por isso, destinado a corrigir ilegalidades patentes, perceptÃ-veis 'ictu oculi', e nÃ£o como atalho processual a substituir o processo de conhecimento. 2. A discussÃ£o a respeito do PrincÃ-pio da ConsunÃ§Ã£o esborda a via do 'writ' quando demandar incursÃµes de ordem fÃ¡tico-probatÃ³ria, ainda mais antes de encerrada a instruÃ§Ã£o no juÃ-zo primevo. 3. A declaraÃ§Ã£o da ocorrÃªncia da denominada prescriÃ§Ã£o antecipada somente Ã© possÃ-vel quando o 'quantum' da pena a ser futuramente imposta e concretizada demonstre, de maneira evidente, que o lapso temporal para reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade tenha, desde logo, seu termo final ultrapassado. 4. 'Habeas corpus' parcialmente conhecido e, nesta parte, denegado. (Habeas Corpus nÂº 31925/RJ (2003/0211188-8), 6Âª Turma do STJ, Rel. Min. Paulo Medina. j. 02.09.2004, unÃ¢nime, DJ 03.11.2004). HABEAS CORPUS. PRESCRIÃÃO VIRTUAL. RECONHECIMENTO. Uma vez proferida sentenÃ§a reconhecendo a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o antecipada, com base na pena que seria imposta em possÃ-vel condenaÃ§Ã£o, fica superada a apontada ilegalidade. Habeas corpus prejudicado. (Habeas Corpus nÂº 25289-1/217 (200502306780), 1Âª CÃ¢mara Criminal do TJGO, ValparaÃ-so de GoiÃ¡s, Rel. Des. Huygens Bandeira de Melo. j. 25.10.2005, unÃ¢nime, DJ 23.11.2005). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, pode o juiz antecipar o reconhecimento da prescriÃ§Ã£o, na modalidade de prescriÃ§Ã£o virtual, considerando a pena que irÃ¡ aplicar no caso concreto, baseado na inutilidade de uma condenaÃ§Ã£o jÃ¡ de antemÃ£o alcanÃ§ada pela prescriÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal, se considerada a pena em perspectiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado ANTONIO FURTADO FRANÃA, com fundamento no artigo 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia ao MP e ao defensor (a) do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba, 10 de novembro 2021Â PAMELA CARNEIRO LAMEIRA Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba PROCESSO: 00045110520168140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:ANTONIO ADILSON MACHADO SILVA Representante(s): OAB 20477 - BRUNA LORENA LOBATO MACEDO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nÂº 0004511-05.2016.8.14.0070 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico. Acusado: ANTONIO ADILSON MACHADO SILVA. Cap. Penal - art. 33, caput, da lei nÂ° 11.343/2006. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ ofereceu denÃºncia em face do acusado ANTONIO ADILSON MACHADO SILVA, pela prÃ¡tica do crime tipificado no art. 33, caput, da lei nÂ° 11.343/06. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â¿Narra a exordial acusatÃ³ria que no dia 01 de abril de 2016, pelo turno da tarde, a equipe de Policiais Civis, recebeu vÃ¡rias denÃºncias informando que o denunciado ANTONIO ADILSON MACHADO SILVA, comercializava drogas em sua residÃªncia, localizada no Bairro SÃ£o SebastiÃ£o, nesta cidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seguida, os policiais foram atÃ© a residÃªncia do acusado, com intuito de investigar a veracidade das informaÃ§Ãµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s revistas no interior da casa, foi encontrado pelo IPC Loureiro, em um quarto, dentro de um bolso da bermuda pertencente ao acusado que estava em um cesto de roupas sujas, uma embalagem contendo substÃ¢ncia entorpecente conhecida por Â¿CocaÃ-naÂ¿, pesando 6,6 gramas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A autoridade policial apreendeu, alÃ©m da substÃ¢ncia entorpecente de propriedade do acusado, a quantia de R$ 62,00 (sessenta e dois reais), sacos plÃ¡sticos e uma embalagem de bicarbonato de SÃ³dio.Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Perante a autoridade policial o acusado negou a autoria delitiva, afirmando ser usuÃ¡rio de drogas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, o MinistÃ©rio PÃºblico aufere que a autoria e materialidade do crime estÃ£o comprovadas por meio das provas constantes nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Notificado, o acusado apresentou defesa preliminar Ã s fls. 13-17. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida no dia 12 de agosto de 2018, conforme decisÃ£o de fl. 19. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Durante a instruÃ§Ã£o foram ouvidas 02 (duas) testemunhas arroladas na denÃºncia.

E o interrogatÃ³rio do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em memoriais escritos, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a procedÃªncia da aÃ§Ã£o penal e a consequente condenaÃ§Ã£o do acusado nos sansÃµes punitivos do art. 33, caput, da Lei 11.343/2006. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A defesa, por sua vez, pugnou pela desclassificaÃ§Ã£o do crime descrito no art. 33 para o tipo previsto no art. 28 da Lei 11.343/2006, com a consequente absolviÃ§Ã£o do denunciado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Relatado. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cuidam os presentes autos de aÃ§Ã£o penal pÃºblica movida em face do rÃ©u AntÃ´nio Adilson Machado Silva, pela prÃ¡tica do crime de trÃ¡fico ilÃ-cito de entorpecentes, previsto no artigo 33, caput, da lei nÂ° 11.343/2006. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Durante a audiÃªncia de InstruÃ§Ã£o. A testemunha arrolada pelo MP (DenÃ-lson Wander do Carmo Loureiro). Â¿A testemunha nÃ£o recordou dos fatos.Â¿ A testemunha arrolada pelo MP (Ângelo Ferreira Martins). Â Â Â Â Â Â Â¿Que receberam informaÃ§Ãµes que na casa do acusado este estaria comercializando o trÃ¡fico de entorpecentes; Que o delegado Augusto montou uma equipe; Que foi montado uma equipe, com o depoente, o delegado Augusto e o loureiro; que chegaram na casa do acusado e durante a revista o Loureiro encontrou uma porÃ§Ã£o de OXI dentro da bermuda do acusado; Que nÃ£o lembra a quantia de droga; Que nÃ£o recorda de mais detalhes dos fatos;Â¿ Por sua vez o acusado, (AntÃ´nio Adilson Machado Silva. Â Â Â Â Â Â Â¿o rÃ©u negou a autoria delitiva; que no momento que a polÃ-cia chegou o acusado estava em uma construÃ§Ã£o consumindo e estava ele e outro colega, fazendo uma cerca. E ele estava para o lado de fora umas 14 horas da tarde; que a polÃ-cia chegou e perguntou o que ele estava fazendo na casa; que em resposta disse que era o dono da casa; Que o policial falou Â¿Ã© vocÃª mesmoÂ¿; que foram e encontraram um pedra de Â¿OXIÂ¿ no bolso; que foram e revistaram toda a casa e nÃ£o encontraram nada; Que comprou de um mototaxi; Que pagou R$ 40,00 (quarenta reais); Que comprou com o dinheiro de seu trabalho; Que nÃ£o usa mais drogas; Que informou que era usuÃ¡rio; Que sua profissÃ£o Ã© de Mototaxi.Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â As provas produzidas durante a instruÃ§Ã£o criminal nÃ£o sÃ£o suficientemente claras acerca da conduta delituosa do acusado, portanto, nÃ£o hÃ¡ elementos capazes para sustentar um Ã©dito condenatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como visto, houve apreensÃ£o de Ã-nfima quantidade de drogas em poder do acusado Antonio Adilson Machado Silva, (6,6 gramas em uma Ãºnica porÃ§Ã£o), o qual afirmou que a substÂ¢ncia apreendida era para seu prÃ³prio consumo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sendo assim, considerando as circunstÂ¢ncias em que se deu o flagrante, bem como a pequena quantidade de drogas apreendidas, nÃ£o hÃ¡ elementos suficientes para configurar a traficÂ¢ncia, haja vista que o rÃ©u negou o envolvimento com o trÃ¡fico, sendo a Ãºltima versÃ£o mais condizente com as provas coligidas aos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido: EMENTA: PENAL ESPECIAL - TRÃFICO DE DROGAS - DESCLASSIFICAÃÃO - DELITO DE PORTE DE DROGAS PARA USO PRÃPRIO - POSSIBILIDADE - PEQUENA QUANTIDADE DE ENTORPECENTE - CONDIÃÃO DE USUÃRIO DEMONSTRADA - DÃVIDA QUANTO Ã DESTINAÃÃO MERCANTIL DA DROGA - PRESCRIÃÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA - DECLARAÃÃO - EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE. - Inexistindo indicativos fÃ¡ticos induvidosos e insofismÃ¡veis quanto Ã prÃ¡tica do trÃ¡fico de drogas pelo rÃ©u, Ã© de rigor a desclassificaÃ§Ã£o para o delito de porte para uso prÃ³prio, especialmente em se tratando de pequena quantidade de entorpecente e demonstrado ser o rÃ©u renitente usuÃ¡rio de drogas - Se, em face da desclassificaÃ§Ã£o do delito, verifica-se estar prescrita a pretensÃ£o punitiva, nos termos do art. 30 da Lei 11.343/06, Ã© de se declarar extinta a punibilidade do agente. (TJ-MG - APR: 10313140309532001 MG, Relator: JÃºlio Cezar Guttierrez, Data de Julgamento: 03/07/2019, Data de PublicaÃ§Ã£o: 10/07/2019) (grifamos) Â Â Â Â Â Â Â Â Â O simples fato de um dos policiais afirmar em juÃ-zo que receberam denÃºncias que o acusado cometia a traficÂ¢ncia em sua residÃªncia, nÃ£o Ã© suficiente para sustentar um Ã©dito condenatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, a sentenÃ§a condenatÃ³ria deve pautar-se nas provas produzidas em juÃ-zo, a fim de garantir o direito Ã ampla defesa, em respeito aos direitos fundamentais consagrados pelo Estado DemocrÃ¡tico de Direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, entendo que a instruÃ§Ã£o probatÃ³ria foi insuficiente, portanto, inexistindo provas suficientes para embasar decreto condenatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Posto isso, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE a denÃºncia, e ABSOLVO o rÃ©u ANTONIO ADILSON MACHADO SILVA, do crime de trÃ¡fico ilÃ-cito de entorpecentes, tipificado no art. 33, caput, da lei nÂ° 11.343/06, com fundamento no artigo 386, inciso VII, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e honorÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, arquivem-se. Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba/PA, 10 de novembro de 2021. Pamela Carneiro Lameira JuÃ-za de Direito, titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba. PROCESSO: 00062308020208140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:ROMARIO BARROSO CARDOSO Representante(s): OAB 6908 - ANGELO JOSE LOBATO RODRIGUES (ADVOGADO) DENUNCIADO:ADRIANO BARROSO CARDOSO Representante(s): OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA

TEIXEIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:ELIEL DA COSTA GONCALVES Representante(s): OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:JOSENILDO DE SOUZA GONCALVES Representante(s): OAB 21873 - LUANE DE MELO RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 6382 - ELIANE BELEM PINHEIRO (ADVOGADO) . E D I T A LÂ D EÂ C I T A Ã Â¿ O - COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS - A ExcelentÃ-ssima Senhora PÃMELA CARNEIRO LAMEIRA, MMÂª. JuÃ-za de Direito Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba, Estado do ParÃ¡, na forma da lei, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â FAZ SABER aos que estes lerem ou dele tomarem conhecimento, que pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual desta Comarca, foi denunciado: JOSENILDO DE SOUZA GONÃALVES, brasileiro, paraense, natural de MuanÃ¡/PA, nascido em 02.02.1994, filho de Maria de NazarÃ© de Souza Almeida e de JoÃ£o Borges GonÃ§alves, residente em lugar incerto e nÃ£o sabido, como incurso nas penas do Artigo 33 e 35 da Lei NÂº. 11.343/2006, referente aos AUTOS DE PROCESSO NÂº. 0006230-80.2020.8.14.0070, em trÃ¢mite perante este juÃ-zo. E como nÃ£o foi encontrado para ser CITADO pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, para no PRAZO LEGAL DE 15 (QUINZE) DIAS, atravÃ©s de advogado, apresentar RESPOSTA POR ESCRITO Ã acusaÃ§Ã£o, arrolar testemunhas atÃ© no mÃ¡ximo de oito e especificar as demais provas que pretender produzir, nos termos do Artigo 396 do CÃ³digo de Processo Penal, referente aos autos acima mencionados. Devendo ser observado ao acusado, que caso nÃ£o ofereÃ§a defesa no prazo estipulado, ser-lhe-Ã¡ nomeado Defensor PÃºblico para essa finalidade. CUMPRA-SE NA FORMA DA LEI. E para que ninguÃ©m possa no futuro alegar ignorÃ¢ncia, serÃ¡ o presente, publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Abaetetuba, Estado do ParÃ¡ e Secretaria da Vara Criminal, aos 10 dias do mÃªs de novembro de 2021. Eu, _____(Ana Maria Dias Rodrigues), Diretora da Secretaria da Vara Criminal, assino. Â PÃMELA CARNEIRO LAMEIRA JUÃZA DE DIREITO TITULAR DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ABAETETUBA/PA PROCESSO: 00062308020208140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:ROMARIO BARROSO CARDOSO Representante(s): OAB 6908 - ANGELO JOSE LOBATO RODRIGUES (ADVOGADO) DENUNCIADO:ADRIANO BARROSO CARDOSO Representante(s): OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:ELIEL DA COSTA GONCALVES Representante(s): OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:JOSENILDO DE SOUZA GONCALVES Representante(s): OAB 21873 - LUANE DE MELO RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 6382 - ELIANE BELEM PINHEIRO (ADVOGADO) . E D I T A LÂ D EÂ C I T A Ã Â¿ O - COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS - A ExcelentÃ-ssima Senhora PÃMELA CARNEIRO LAMEIRA, MMÂª. JuÃ-za de Direito Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba, Estado do ParÃ¡, na forma da lei, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â FAZ SABER aos que estes lerem ou dele tomarem conhecimento, que pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual desta Comarca, foi denunciado: ROMÃRIO BARROSO CARDOSO, brasileiro, paraense, natural de Abaetetuba/PA, nascido em 07.02.2001, filho de Francisca Melo Barroso e de JosÃ© Costa Cardoso, residente em lugar incerto e nÃ£o sabido, como incurso nas penas do Artigo 33 e 35 da Lei NÂº. 11.343/2006, referente aos AUTOS DE PROCESSO NÂº. 0006230-80.2020.8.14.0070, em trÃ¢mite perante este juÃ-zo. E como nÃ£o foi encontrado para ser CITADO pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, para no PRAZO LEGAL DE 15 (QUINZE) DIAS, atravÃ©s de advogado, apresentar RESPOSTA POR ESCRITO Ã acusaÃ§Ã£o, arrolar testemunhas atÃ© no mÃ¡ximo de oito e especificar as demais provas que pretender produzir, nos termos do Artigo 396 do CÃ³digo de Processo Penal, referente aos autos acima mencionados. Devendo ser observado ao acusado, que caso nÃ£o ofereÃ§a defesa no prazo estipulado, ser-lhe-Ã¡ nomeado Defensor PÃºblico para essa finalidade. CUMPRA-SE NA FORMA DA LEI. E para que ninguÃ©m possa no futuro alegar ignorÃ¢ncia, serÃ¡ o presente, publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Abaetetuba, Estado do ParÃ¡ e Secretaria da Vara Criminal, aos 10 dias do mÃªs de novembro de 2021. Eu, _____(Ana Maria Dias Rodrigues), Diretora da Secretaria da Vara Criminal, assino. Â PÃMELA CARNEIRO LAMEIRA JUÃZA DE DIREITO TITULAR DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ABAETETUBA/PA PROCESSO: 00071838320168140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:CLEONILDO PINHEIRO SIMOES VITIMA:S. S. A. DENUNCIADO:CLEIDINEI MENDEIROS DOS SANTOS DENUNCIADO:MANOEL DE NAZARENO RODRIGUES. E D I T A LÂ D EÂ C I T A Ã Â¿ O - COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS - A ExcelentÃ-ssima Senhora PÃMELA CARNEIRO LAMEIRA, MMÂª. JuÃ-za de Direito Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba, Estado do ParÃ¡, na forma da lei, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â FAZ SABER aos que estes lerem ou dele tomarem conhecimento, que pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual desta Comarca, foi denunciado: CLEONILDO PINHEIRO SIMÃES, brasileiro, paraense, natural de Abaetetuba/PA, nascido em 30.08.1993, filho de Creuzo Vasques SimÃµes e de Maria Miguelina Baia Pinheiro, residente em lugar incerto e nÃ£o sabido, como incurso nas penas do Artigo 155, Â§ 4Âº, Incisos

I e II, do CÃ³digo Penal Brasileiro, referente aos AUTOS DE PROCESSO NÂº. 0007183-83.2016.8.14.0070, em trÃ¢mite perante este juÃ-zo. E como nÃ£o foi encontrado para ser CITADO pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, para no PRAZO LEGAL DE 15 (QUINZE) DIAS, atravÃ©s de advogado, apresentar RESPOSTA POR ESCRITO Ã acusaÃ§Ã£o, arrolar testemunhas atÃ© no mÃ¡ximo de oito e especificar as demais provas que pretender produzir, nos termos do Artigo 396 do CÃ³digo de Processo Penal, referente aos autos acima mencionados. Devendo ser observado ao acusado, que caso nÃ£o ofereÃ§a defesa no prazo estipulado, ser-lhe-Ã¡ nomeado Defensor PÃºblico para essa finalidade. CUMPRA-SE NA FORMA DA LEI. E para que ninguÃ©m possa no futuro alegar ignorÃ¢ncia, serÃ¡ o presente, publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Abaetetuba, Estado do ParÃ¡ e Secretaria da Vara Criminal, aos 04 dias do mÃªs de novembro de 2021. Eu, _____(Ana Maria Dias Rodrigues), Diretora da Secretaria da Vara Criminal, assino. Â PÃMELA CARNEIRO LAMEIRA JUÃZA DE DIREITO TITULAR DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ABAETETUBA/PA PROCESSO: 00071872320168140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:JOAO ELIAS DE OLIVEIRA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nÂº 0007187-23.2016.8.14.0070 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico. Acusado: JOÃO ELIAS DE OLIVEIRA Cap. Penal: art. 306, inciso II da lei 9.503/97. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ ofereceu denÃºncia em face do acusado JOÃO ELIAS DE OLIVEIRA, pela prÃ¡tica do crime tipificado no artigo 306, inciso II da lei 9.503/97. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 29 de setembro de 2016, conforme decisÃ£o de fl. 08. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O processo e o curso do prazo prescricional foram suspensos, nos termos do art. 366 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RELATADO. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Primeiramente, constata-se que o rÃ©u nÃ£o deveria ter sido citado por edital, e tampouco, o processo e o prazo prescricional deveriam ter sido suspensos, visto que o acusado nÃ£o foi localizado, assim incumbindo o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico o fornecimento de seu endereÃ§o atualizado para fins de nova tentativa de citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entendo, portanto, que nÃ£o foram esgotados todos os meios para a localizaÃ§Ã£o do rÃ©u com fim de citÃ¡-lo, razÃ£o pela qual torno sem efeito a decisÃ£o que determinou sua citaÃ§Ã£o por edital e todos os seus consectÃ¡rios legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, verifico que a pena mÃ¡xima prevista para o delito do art. 306, inciso II da lei 9.503/97 Ã© de 03 (trÃªs) anos, que de acordo com o art. 109 do CÃ³digo Penal Brasileiro, prescreve em 08 (oito) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o obstante o fato supramencionado, e considerando as circunstÃ¢ncias favorÃ¡veis do acusado, a pena seria fixada, por condiÃ§Ãµes de polÃ-tica criminal, no mÃ-nimo legal, ou seja, em 06 (seis) meses, prescrevendo em 03 (trÃªs) anos, o que faria com que, in concreto, a pena jÃ¡ estivesse extinta pela prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, atendendo-se ao fato de que nenhuma outra circunstÃ¢ncia interruptiva da prescriÃ§Ã£o, alÃ©m do recebimento da denÃºncia, se operou, e como jÃ¡ Ã© o entendimento pacÃ-fico dos tribunais superiores a possibilidade de aplicaÃ§Ã£o da prescriÃ§Ã£o em sua espÃ©cie virtual, entendo extinta a punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido: L. RESP. RECEPTAÃÃO. EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE DECLARADA, EM PRIMEIRO GRAU, COM BASE EM PENA ANTECIPADA. DECISÃO CONFIRMADA PELO TRIBUNAL. IMPROPRIEDADE. PRESCRIÃÃO PELA PENA EM ABSTRATO CONFIGURADA. RECURSO PROVIDO. I. De acordo com o CÃ³digo Penal, tem-se que a prescriÃ§Ã£o somente se regula pela pena concretamente aplicada ou, ainda, pelo mÃ¡ximo de sanÃ§Ã£o, abstratamente previsto. II. Ã imprÃ³pria a decisÃ£o que confirma a extinÃ§Ã£o da punibilidade decretada com base em pena em perspectiva. Precedentes. III. Deve ser cassado o acÃ³rdÃ£o recorrido para afastar a denominada prescriÃ§Ã£o em perspectiva. IV. Verificada a efetiva ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pena em abstrato, extingue-se a punibilidade do rÃ©u. V. Recurso provido. VI. Declarada, de ofÃ-cio, a extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u pela prescriÃ§Ã£o da pena abstratamente cominada. (Recurso Especial nÂº 714260/RS (2004/0181577-0), 5Âª Turma do STJ, Rel. Min. Gilson Dipp. j. 24.05.2005, unÃ¢nime, DJ 13.06.2005). PROCESSO PENAL. 'HABEAS CORPUS'. CONDUTA. ATIPICIDADE. ABSORÃÃO DO CRIME-MEIO. PRESCRIÃÃO DO CRIME-FIM. EXTENSÃO DOS EFEITOS. DILAÃÃO PROBATÃRIA. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. PRESCRIÃÃO ANTECIPADA. RECONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA. 1. O 'habeas corpus' tem rito cÃ©lere, de cogniÃ§Ã£o sumÃ¡ria, ausente o contraditÃ³rio e, por isso, destinado a corrigir ilegalidades patentes, perceptÃ-veis 'ictu oculi', e nÃ£o como atalho processual a substituir o processo de conhecimento. 2. A discussÃ£o a respeito do PrincÃ-pio da ConsunÃ§Ã£o esborda a via do 'writ' quando demandar incursÃµes de ordem fÃ¡tico-probatÃ³ria, ainda mais antes de encerrada a instruÃ§Ã£o no juÃ-zo primevo. 3. A declaraÃ§Ã£o da ocorrÃªncia da denominada prescriÃ§Ã£o antecipada somente Ã© possÃ-vel quando o 'quantum' da pena a ser futuramente imposta e concretizada demonstre, de maneira

evidente, que o lapso temporal para reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade tenha, desde logo, seu termo final ultrapassado. 4. 'Habeas corpus' parcialmente conhecido e, nesta parte, denegado. (Habeas Corpus nÂº 31925/RJ (2003/0211188-8), 6Âª Turma do STJ, Rel. Min. Paulo Medina. j. 02.09.2004, unÃ¢nime, DJ 03.11.2004). HABEAS CORPUS. PRESCRIÃÃO VIRTUAL. RECONHECIMENTO. Uma vez proferida sentenÃ§a reconhecendo a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o antecipada, com base na pena que seria imposta em possÃ-vel condenaÃ§Ã£o, fica superada a apontada ilegalidade. Habeas corpus prejudicado. (Habeas Corpus nÂº 25289-1/217 (200502306780), 1Âª CÃ¢mara Criminal do TJGO, ValparaÃ-so de GoiÃ¡s, Rel. Des. Huygens Bandeira de Melo. j. 25.10.2005, unÃ¢nime, DJ 23.11.2005). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, pode o juiz antecipar o reconhecimento da prescriÃ§Ã£o, na modalidade de prescriÃ§Ã£o virtual, considerando a pena que irÃ¡ aplicar no caso concreto, baseado na inutilidade de uma condenaÃ§Ã£o jÃ¡ de antemÃ£o alcanÃ§ada pela prescriÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal, se considerada a pena em perspectiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado JOAO ELIAS DE OLIVEIRA, com fundamento no artigo 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia ao MP e ao defensor (a) do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba, 10 de novembro 2021Â PAMELA CARNEIRO LAMEIRA Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba PROCESSO: 00072934820178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:NATANNY CRISYA LOBO GOMES. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nÂº 0007293-48.2017.8.14.0070 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico. Acusado: NATANNY CRISYA LOBO GOMES. Capl: art. 306 e 309 da lei 9.503\97. SENTENÃA Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â O nacional NATANNY CRISYA LOBO GOMES, jÃ¡ qualificado nos autos, foi denunciado pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual como incurso no delito tipificado no art. 306 e 309 da lei 9.503\97. Â Â Â Â Â O fato ocorreu em 16 de junho de 2017. Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 26 de janeiro de 2018 Â Â Â Â Â O rÃ©u foi citado por edital (fl. 11\12) e teve suspenso o processo e o prazo prescricional em 04 de julho de 2019 (fls. 13) Â Â Â Â Â Â Â Â Â O processo e o curso do prazo prescricional foram suspensos, nos termos do art. 366 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RELATADO. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Primeiramente, constata-se que o rÃ©u nÃ£o deveria ter sido citado por edital, e tampouco, o processo e o prazo prescricional deveriam ter sido suspensos, visto que o acusado nÃ£o foi localizado, assim incumbindo o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico o fornecimento de seu endereÃ§o atualizado para fins de nova tentativa de citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entendo, portanto, que nÃ£o foram esgotados todos os meios para a localizaÃ§Ã£o do rÃ©u com fim de citÃ¡-lo, razÃ£o pela qual torno sem efeito a decisÃ£o que determinou sua citaÃ§Ã£o por edital e todos os seus consectÃ¡rios legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, verifico que a pena mÃ¡xima prevista para o delito do art. 306 CTB, Ã© de 03 (trÃªs) anos, que de acordo com o art. 109, inciso IV do CÃ³digo Penal Brasileiro, prescreve em 08 (oito) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Para o delito previsto no art. 309 do CTB, verifico que a pena mÃ¡xima prevista Ã© de 01 (um) ano, que de acordo com o art. 109, V do cÃ³digo penal, prescreve em 04 (quatro) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o obstante o fato supramencionado, e considerando as circunstÃ¢ncias favorÃ¡veis do acusado, a pena seria fixada, por condiÃ§Ãµes de polÃ-tica criminal, no mÃ-nimo legal, ou seja, em 06 (seis) meses para o delito do art. 306 do CTB e 06 (seis) meses, para o delito previsto no art. 309, ambos prescrevendo em 03 (trÃªs) anos, e jÃ¡ se passaram mais de 03 (trÃªs) anos, o que faria com que, in concreto, a pena jÃ¡ estivesse extinta pela prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, atendendo-se ao fato de que nenhuma outra circunstÃ¢ncia interruptiva da prescriÃ§Ã£o, alÃ©m do recebimento da denÃºncia, se operou, e como jÃ¡ Ã© o entendimento pacÃ-fico dos tribunais superiores a possibilidade de aplicaÃ§Ã£o da prescriÃ§Ã£o em sua espÃ©cie virtual, entendo extinta a punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido: L. RESP. RECEPTAÃÃO. EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE DECLARADA, EM PRIMEIRO GRAU, COM BASE EM PENA ANTECIPADA. DECISÃO CONFIRMADA PELO TRIBUNAL. IMPROPRIEDADE. PRESCRIÃÃO PELA PENA EM ABSTRATO CONFIGURADA. RECURSO PROVIDO. I. De acordo com o CÃ³digo Penal, tem-se que a prescriÃ§Ã£o somente se regula pela pena concretamente aplicada ou, ainda, pelo mÃ¡ximo de sanÃ§Ã£o, abstratamente previsto. II. Ã imprÃ³pria a decisÃ£o que confirma a extinÃ§Ã£o da punibilidade decretada com base em pena em perspectiva. Precedentes. III. Deve ser cassado o acÃ³rdÃ£o recorrido para afastar a denominada prescriÃ§Ã£o em perspectiva. IV. Verificada a efetiva ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pena em abstrato, extingue-se a punibilidade do rÃ©u. V. Recurso provido. VI. Declarada, de ofÃ-cio, a extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u pela prescriÃ§Ã£o da pena abstratamente cominada. (Recurso Especial nÂº 714260/RS (2004/0181577-0), 5Âª Turma do STJ, Rel. Min. Gilson Dipp. j. 24.05.2005, unÃ¢nime, DJ 13.06.2005). PROCESSO PENAL. 'HABEAS CORPUS'. CONDUTA. ATIPICIDADE. ABSORÃÃO DO CRIME-MEIO. PRESCRIÃÃO DO CRIME-FIM. EXTENSÃO DOS EFEITOS. DILAÃÃO PROBATÃRIA. IMPROPRIEDADE DA VIA

ELEITA. PRESCRIÃÃO ANTECIPADA. RECONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA. 1. O 'habeas corpus' tem rito cÃ©lere, de cogniÃ§Ã£o sumÃ¡ria, ausente o contraditÃ³rio e, por isso, destinado a corrigir ilegalidades patentes, perceptÃ-veis 'ictu oculi', e nÃ£o como atalho processual a substituir o processo de conhecimento. 2. A discussÃ£o a respeito do PrincÃ-pio da ConsunÃ§Ã£o esborda a via do 'writ' quando demandar incursÃµes de ordem fÃ¡tico-probatÃ³ria, ainda mais antes de encerrada a instruÃ§Ã£o no juÃ-zo primevo. 3. A declaraÃ§Ã£o da ocorrÃªncia da denominada prescriÃ§Ã£o antecipada somente Ã© possÃ-vel quando o 'quantum' da pena a ser futuramente imposta e concretizada demonstre, de maneira evidente, que o lapso temporal para reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade tenha, desde logo, seu termo final ultrapassado. 4. 'Habeas corpus' parcialmente conhecido e, nesta parte, denegado. (Habeas Corpus nº 31925/RJ (2003/0211188-8), 6ª Turma do STJ, Rel. Min. Paulo Medina. j. 02.09.2004, unÃ¢nime, DJ 03.11.2004). HABEAS CORPUS. PRESCRIÃÃO VIRTUAL. RECONHECIMENTO. Uma vez proferida sentenÃ§a reconhecendo a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o antecipada, com base na pena que seria imposta em possÃ-vel condenaÃ§Ã£o, fica superada a apontada ilegalidade. Habeas corpus prejudicado. (Habeas Corpus nº 25289-1/217 (200502306780), 1ª CÃ¢mara Criminal do TJGO, ValparaÃ-so de GoiÃ¡s, Rel. Des. Huygens Bandeira de Melo. j. 25.10.2005, unÃ¢nime, DJ 23.11.2005). Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, pode o juiz antecipar o reconhecimento da prescriÃ§Ã£o, na modalidade de prescriÃ§Ã£o virtual, considerando a pena que irÃ¡ aplicar no caso concreto, baseado na inutilidade de uma condenaÃ§Ã£o jÃ¡ de antemÃ£o alcanÃ§ada pela prescriÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal, se considerada a pena em perspectiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado NATANNY CRISYA LOBO GOMES, com fundamento no artigo 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia ao MP e ao defensor (a) do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba, 05 de novembro 2021Â PAMELA CARNEIRO LAMEIRA JuÃ-za de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba PROCESSO: 00109153820178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 VITIMA:N. C. C. DENUNCIADO:LUCIVALDO MAIA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nº 0010915-38.2017.8.14.0070 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico. Acusado: LUCIVALDO MAIA. Cap. Penal: art. 147 do CP cc art. 7 da lei 11.340\06. SENTENÃA Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â O nacional LUCIVALDO MAIA, jÃ¡ qualificada nos autos, foi denunciada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual como incurso no delito tipificado no art. 147 do CP cc art. 7 da lei 11.340\06. Â Â Â Â Â O fato ocorreu em 08 de junho de 2017. Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em de 03 de agosto de 2018. Â Â Â Â Â O rÃ©u foi citado por edital (fl. 13) e teve suspenso o processo e o prazo prescricional em 16.11.2016 (fls. 15) Â Â Â Â Â Â Â RELATADO. DECIDO.Â Â Â Â Â Â Â Em reanÃ¡lise percuciente do presente feito, constata-se que o rÃ©u nÃ£o deveria ter sido citado por edital, e tampouco, o processo e o prazo prescricional deveriam ter sido suspensos, pois conforme consta nos autos, o acusado nÃ£o foi localizado no endereÃ§o inicialmente fornecido na denÃºncia, incumbindo o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico o fornecimento de seu endereÃ§o atualizado para fins de nova tentativa de citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Entendo, portanto, que nÃ£o foram esgotados todos os meios para a localizaÃ§Ã£o do rÃ©u com fim de citÃ¡-lo, razÃ£o pela qual torno sem efeito a decisÃ£o que determinou sua citaÃ§Ã£o por edital e todos os seus consectÃ¡rios legais. Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, tratando-se de crimes com pena mÃ¡xima privativa de liberdade, em abstrato, de 06 (seis) meses, o prazo prescricional Ã© de 03 (trÃªs) anos, conforme estabelece o art. 109, inciso VI do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Considerando que desde a data do recebimento da denÃºncia, atÃ© o presente momento transcorreu perÃ-odo de tempo superior a 03 (TrÃªs) anos, sem qualquer interrupÃ§Ã£o do lapso temporal, o presente processo encontra-se fulminado pela prescriÃ§Ã£o, devendo ser declarada extinta a punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, chamo o processo Ã ordem para tornar sem efeito o despacho que suspendeu o processo e o prazo prescricional, e declaro extinta a punibilidade do acusado LUCIVALDO MAIA, pela incidÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva, com fulcro no art. 107, IV, c/c art. 109, ambos do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Transitado em julgado a presente decisÃ£o, efetuem-se as devidas baixas em seus registros. Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, arquive-se os autos Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba, 10 de novembro de 2021.Â PAMELA CARNEIRO LAMEIRA Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba PROCESSO: 00000837720168140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:ELIELSON RODRIGUES PEREIRA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nº 0000083-77.2016.8.14.0070 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico. Acusado: ELIELSON RODRIGUES PEREIRA. Cap. art. 306 CTB. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos,

etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ ofereceu denÃºncia em face do acusado ROSINALDO DE JESUS DA COSTA RODRIGUES, pela prÃ¡tica do crime tipificado no artigo 306 CTB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 05 de abril de 2016, conforme decisÃ£o de fl. 03. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O processo e o curso do prazo prescricional foram suspensos, nos termos do art. 366 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RELATADO. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Primeiramente, constata-se que o rÃ©u nÃ£o deveria ter sido citado por edital, e tampouco, o processo e o prazo prescricional deveriam ter sido suspensos, visto que o acusado nÃ£o foi localizado, assim incumbindo o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico o fornecimento de seu endereÃ§o atualizado para fins de nova tentativa de citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entendo, portanto, que nÃ£o foram esgotados todos os meios para a localizaÃ§Ã£o do rÃ©u com fim de citÃ¡-lo, razÃ£o pela qual torno sem efeito a decisÃ£o que determinou sua citaÃ§Ã£o por edital e todos os seus consectÃ¡rios legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, verifico que a pena mÃ¡xima prevista para o delito do art. 306 do CTB, Ã© de 03 (trÃªs) anos, que de acordo com o art. 109, inciso IV do CÃ³digo Penal Brasileiro, prescreve em 08 (oito) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o obstante o fato supramencionado, e considerando as circunstÃ¢ncias favorÃ¡veis do acusado, a pena seria fixada, por condiÃ§Ãµes de polÃ-tica criminal, no mÃ-nimo legal, ou seja, em 06 (seis) meses, prescrevendo em 03 (trÃªs) anos e jÃ¡ se passaram mais de 05 (cinco) anos, o que faria com que, in concreto, a pena jÃ¡ estivesse extinta pela prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, atendendo-se ao fato de que nenhuma outra circunstÃ¢ncia interruptiva da prescriÃ§Ã£o, alÃ©m do recebimento da denÃºncia, se operou, e como jÃ¡ Ã© o entendimento pacÃ-fico dos tribunais superiores a possibilidade de aplicaÃ§Ã£o da prescriÃ§Ã£o em sua espÃ©cie virtual, entendo extinta a punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido: L. RESP. RECEPTAÃÃO. EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE DECLARADA, EM PRIMEIRO GRAU, COM BASE EM PENA ANTECIPADA. DECISÃO CONFIRMADA PELO TRIBUNAL. IMPROPRIEDADE. PRESCRIÃÃO PELA PENA EM ABSTRATO CONFIGURADA. RECURSO PROVIDO. I. De acordo com o CÃ³digo Penal, tem-se que a prescriÃ§Ã£o somente se regula pela pena concretamente aplicada ou, ainda, pelo mÃ¡ximo de sanÃ§Ã£o, abstratamente previsto. II. Ã imprÃ³pria a decisÃ£o que confirma a extinÃ§Ã£o da punibilidade decretada com base em pena em perspectiva. Precedentes. III. Deve ser cassado o acÃ³rdÃ£o recorrido para afastar a denominada prescriÃ§Ã£o em perspectiva. IV. Verificada a efetiva ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pena em abstrato, extingue-se a punibilidade do rÃ©u. V. Recurso provido. VI. Declarada, de ofÃ-cio, a extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u pela prescriÃ§Ã£o da pena abstratamente cominada. (Recurso Especial nº 714260/RS (2004/0181577-0), 5ª Turma do STJ, Rel. Min. Gilson Dipp. j. 24.05.2005, unÃ¢nime, DJ 13.06.2005). PROCESSO PENAL. 'HABEAS CORPUS'. CONDUTA. ATIPICIDADE. ABSORÃÃO DO CRIME-MEIO. PRESCRIÃÃO DO CRIME-FIM. EXTENSÃO DOS EFEITOS. DILAÃÃO PROBATÃRIA. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. PRESCRIÃÃO ANTECIPADA. RECONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA. 1. O 'habeas corpus' tem rito cÃ©lere, de cogniÃ§Ã£o sumÃ¡ria, ausente o contraditÃ³rio e, por isso, destinado a corrigir ilegalidades patentes, perceptÃ-veis 'ictu oculi', e nÃ£o como atalho processual a substituir o processo de conhecimento. 2. A discussÃ£o a respeito do PrincÃ-pio da ConsunÃ§Ã£o esborda a via do 'writ' quando demandar incursÃµes de ordem fÃ¡tico-probatÃ³ria, ainda mais antes de encerrada a instruÃ§Ã£o no juÃ-zo primevo. 3. A declaraÃ§Ã£o da ocorrÃªncia da denominada prescriÃ§Ã£o antecipada somente Ã© possÃ-vel quando o 'quantum' da pena a ser futuramente imposta e concretizada demonstre, de maneira evidente, que o lapso temporal para reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade tenha, desde logo, seu termo final ultrapassado. 4. 'Habeas corpus' parcialmente conhecido e, nesta parte, denegado. (Habeas Corpus nº 31925/RJ (2003/0211188-8), 6ª Turma do STJ, Rel. Min. Paulo Medina. j. 02.09.2004, unÃ¢nime, DJ 03.11.2004). HABEAS CORPUS. PRESCRIÃÃO VIRTUAL. RECONHECIMENTO. Uma vez proferida sentenÃ§a reconhecendo a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o antecipada, com base na pena que seria imposta em possÃ-vel condenaÃ§Ã£o, fica superada a apontada ilegalidade. Habeas corpus prejudicado. (Habeas Corpus nº 25289-1/217 (200502306780), 1ª CÂ¢mara Criminal do TJGO, ValparaÃ-so de GoiÃ¡s, Rel. Des. Huygens Bandeira de Melo. j. 25.10.2005, unÃ¢nime, DJ 23.11.2005). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, pode o juiz antecipar o reconhecimento da prescriÃ§Ã£o, na modalidade de prescriÃ§Ã£o virtual, considerando a pena que irÃ¡ aplicar no caso concreto, baseado na inutilidade de uma condenaÃ§Ã£o jÃ¡ de antemÃ£o alcanÃ§ada pela prescriÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal, se considerada a pena em perspectiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado ELIELSON RODRIGUES PEREIRA, com fundamento no artigo 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia ao MP e ao defensor (a) do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba, 11 de novembro de 2021.Â PAMELA CARNEIRO LAMEIRA JuÃ-za de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba PROCESSO: 00020067520158140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 VITIMA:O. S. D.

DENUNCIADO:VERA LUCIA CASTRO DE SOUZA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nÂº 0002006-75.2015.8.14.0070 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico. Acusado: VERA LUCIA CASTRO DE SOUSA. Cap. Penal: art. 129 do CP. SENTENÃA Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â O nacional VERA LUCIA CASTRO DE SOUSA, jÃ¡ qualificada nos autos, foi denunciada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual como incurso no delito tipificado no art. 129 do CPB. Â Â Â Â Â O fato ocorreu no 13 de abril de 2015. Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 05 de abril de 2015. Â Â Â Â Â A rÃ© foi citada por edital (fl. 16) e teve suspenso o processo e o prazo prescricional em 15 de junho de 2018. Â Â Â Â Â Â Â RELATADO. DECIDO.Â Â Â Â Â Â Â Em reanÃ¡lise percuciente do presente feito, constata-se que o rÃ©u nÃ£o deveria ter sido citada por edital, e tampouco, o processo e o prazo prescricional deveriam ter sido suspensos, pois conforme consta nos autos, a acusada nÃ£o foi localizada no endereÃ§o inicialmente fornecida na denÃºncia, incumbindo o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico o fornecimento de seu endereÃ§o atualizado para fins de nova tentativa de citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Entendo, portanto, que nÃ£o foram esgotados todos os meios para a localizaÃ§Ã£o da rÃ© com fim de citÃ¡-la, razÃ£o pela qual torno sem efeito a decisÃ£o que determinou sua citaÃ§Ã£o por edital e todos os seus consectÃ¡rios legais. Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, tratando-se de crimes com pena mÃ¡xima privativa de liberdade, em abstrato, de 01 (um) ano, sendo que o prazo prescricional Ã© de 04 (quatro), conforme estabelece o art. 109, inciso V do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Considerando que desde a data do recebimento da denÃºncia, atÃ© o presente momento transcorreu perÃ-odo de tempo superior a 06 (seis) anos, sem qualquer interrupÃ§Ã£o do lapso temporal, o presente processo encontra-se fulminado pela prescriÃ§Ã£o, devendo ser declarada extinta a punibilidade da rÃ©. Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, chamo o processo Ã ordem para tornar sem efeito o despacho que suspendeu o processo e o prazo prescricional, e declaro extinta a punibilidade da acusada VERA LUCIA CASTRO DE SOUSA, pela incidÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva, com fulcro no art. 107, IV, c/c art. 109, inciso V, ambos do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Transitado em julgado a presente decisÃ£o, efetuem-se as devidas baixas em seus registros. Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, arquive-se os autos Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba, 11 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â PAMELA CARNEIRO LAMEIRA Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba. PROCESSO: 00047022120148140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:ANDERSON CARDOSO DA SILVA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nÂº 0004702-21.2014.8.14.0070 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico. Acusado: ANDERSON CARDOSO SILVA. Cap. Penal: art. 129 do CP. SENTENÃA Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â O nacional ANDERSON CARDOSO SILVA, jÃ¡ qualificado nos autos, foi denunciado pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual como incurso no delito tipificado no art. 331 do CPB. Â Â Â Â Â O fato ocorreu no 11 de agosto de 2014. Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 19 de abril de 2016. Â Â Â Â Â O rÃ©u foi citado por edital (fl. 22) e teve suspenso o processo e o prazo prescricional em 04 de julho de 2019 (fls. 24). Â Â Â Â Â Â Â RELATADO. DECIDO.Â Â Â Â Â Â Â Em reanÃ¡lise percuciente do presente feito, constata-se que o rÃ©u nÃ£o deveria ter sido citado por edital, e tampouco, o processo e o prazo prescricional deveriam ter sido suspensos, pois conforme consta nos autos, o acusado nÃ£o foi localizado no endereÃ§o inicialmente fornecida na denÃºncia, incumbindo o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico o fornecimento de seu endereÃ§o atualizado para fins de nova tentativa de citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Entendo, portanto, que nÃ£o foram esgotados todos os meios para a localizaÃ§Ã£o do rÃ©u com fim de citÃ¡-lo, razÃ£o pela qual torno sem efeito a decisÃ£o que determinou sua citaÃ§Ã£o por edital e todos os seus consectÃ¡rios legais. Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, tratando-se de crimes com pena mÃ¡xima privativa de liberdade, em abstrato, de 02 (dois) anos, o prazo prescricional Ã© de 04 (quatro) anos, conforme estabelece o art. 109, inciso V do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Considerando que desde a data do recebimento da denÃºncia, atÃ© o presente momento transcorreu perÃ-odo de tempo superior hÃ¡ 05 (cinco) anos, sem qualquer interrupÃ§Ã£o do lapso temporal, o presente processo encontra-se fulminado pela prescriÃ§Ã£o, devendo ser declarada extinta a punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, chamo o processo Ã ordem para tornar sem efeito o despacho que suspendeu o processo e o prazo prescricional, e declaro extinta a punibilidade do acusado ANDERSON CARDOSO DA SILVA, pela incidÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva, com fulcro no art. 107, IV, c/c art. 109, inciso V, ambos do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Transitado em julgado a presente decisÃ£o, efetuem-se as devidas baixas em seus registros. Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, arquive-se os autos Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba, 11 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â PAMELA CARNEIRO LAMEIRA Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba. PROCESSO:

00051701920138140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:JESUS DE NAZARE GOMES COUTINHO. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nÂº 0005170-19.2013.8.14.0070 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico. Acusado: JESUS DE NAZARÃ GOMES COUTINHO. Cap. Penal: art. 184, Â§2Âº do CP. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ ofereceu denÃºncia em face do acusado JESUS DE NAZARÃ GOMES COUTINHO, pela prÃ¡tica do crime tipificado no artigo 184, Â§2Âº do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 25 de outubro de 2017, conforme decisÃ£o de fl. 04. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O processo e o curso do prazo prescricional foram suspensos, nos termos do art. 366 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RELATADO. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Primeiramente, constata-se que o rÃ©u nÃ£o deveria ter sido citado por edital, e tampouco, o processo e o prazo prescricional deveriam ter sido suspensos, visto que o acusado nÃ£o foi localizado, assim incumbindo o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico o fornecimento de seu endereÃ§o atualizado para fins de nova tentativa de citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entendo, portanto, que nÃ£o foram esgotados todos os meios para a localizaÃ§Ã£o do rÃ©u com fim de citÃ¡-lo, razÃ£o pela qual torno sem efeito a decisÃ£o que determinou sua citaÃ§Ã£o por edital e todos os seus consectÃ¡rios legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, verifico que a pena mÃ¡xima prevista para o delito do art. 304 do CP, Ã© de 04 (quatro) anos, que de acordo com o art. 109, inciso IV do CÃ³digo Penal Brasileiro, prescreve em 08 (oito) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o obstante o fato supramencionado, e considerando as circunstÃ¢ncias favorÃ¡veis do acusado, a pena seria fixada, por condiÃ§Ãµes de polÃ-tica criminal, no mÃ-nimo legal, ou seja, em 02 (dois) anos, e se passaram 04 (quatro) anos, o que faria com que, in concreto, a pena jÃ¡ estivesse extinta pela prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, atendendo-se ao fato de que nenhuma outra circunstÃ¢ncia interruptiva da prescriÃ§Ã£o, alÃ©m do recebimento da denÃºncia, se operou, e como jÃ¡ Ã© o entendimento pacÃ-fico dos tribunais superiores a possibilidade de aplicaÃ§Ã£o da prescriÃ§Ã£o em sua espÃ©cie virtual, entendo extinta a punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido: L. RESP. RECEPTAÃÃO. EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE DECLARADA, EM PRIMEIRO GRAU, COM BASE EM PENA ANTECIPADA. DECISÃO CONFIRMADA PELO TRIBUNAL. IMPROPRIEDADE. PRESCRIÃÃO PELA PENA EM ABSTRATO CONFIGURADA. RECURSO PROVIDO. I. De acordo com o CÃ³digo Penal, tem-se que a prescriÃ§Ã£o somente se regula pela pena concretamente aplicada ou, ainda, pelo mÃ¡ximo de sanÃ§Ã£o, abstratamente previsto. II. Ã imprÃ³pria a decisÃ£o que confirma a extinÃ§Ã£o da punibilidade decretada com base em pena em perspectiva. Precedentes. III. Deve ser cassado o acÃ³rdÃ£o recorrido para afastar a denominada prescriÃ§Ã£o em perspectiva. IV. Verificada a efetiva ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pena em abstrato, extingue-se a punibilidade do rÃ©u. V. Recurso provido. VI. Declarada, de ofÃ-cio, a extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u pela prescriÃ§Ã£o da pena abstratamente cominada. (Recurso Especial nÂº 714260/RS (2004/0181577-0), 5Âª Turma do STJ, Rel. Min. Gilson Dipp. j. 24.05.2005, unÃ¢nime, DJ 13.06.2005). PROCESSO PENAL. 'HABEAS CORPUS'. CONDUTA. ATIPICIDADE. ABSORÃÃO DO CRIME-MEIO. PRESCRIÃÃO DO CRIME-FIM. EXTENSÃO DOS EFEITOS. DILAÃÃO PROBATÃRIA. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. PRESCRIÃÃO ANTECIPADA. RECONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA. 1. O 'habeas corpus' tem rito cÃ©lere, de cogniÃ§Ã£o sumÃ¡ria, ausente o contraditÃ³rio e, por isso, destinado a corrigir ilegalidades patentes, perceptÃ-veis 'ictu oculi', e nÃ£o como atalho processual a substituir o processo de conhecimento. 2. A discussÃ£o a respeito do PrincÃ-pio da ConsunÃ§Ã£o esborda a via do 'writ' quando demandar incursÃµes de ordem fÃ¡tico-probatÃ³ria, ainda mais antes de encerrada a instruÃ§Ã£o no juÃ-zo primevo. 3. A declaraÃ§Ã£o da ocorrÃªncia da denominada prescriÃ§Ã£o antecipada somente Ã© possÃ-vel quando o 'quantum' da pena a ser futuramente imposta e concretizada demonstre, de maneira evidente, que o lapso temporal para reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade tenha, desde logo, seu termo final ultrapassado. 4. 'Habeas corpus' parcialmente conhecido e, nesta parte, denegado. (Habeas Corpus nÂº 31925/RJ (2003/0211188-8), 6Âª Turma do STJ, Rel. Min. Paulo Medina. j. 02.09.2004, unÃ¢nime, DJ 03.11.2004). HABEAS CORPUS. PRESCRIÃÃO VIRTUAL. RECONHECIMENTO. Uma vez proferida sentenÃ§a reconhecendo a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o antecipada, com base na pena que seria imposta em possÃ-vel condenaÃ§Ã£o, fica superada a apontada ilegalidade. Habeas corpus prejudicado. (Habeas Corpus nÂº 25289-1/217 (200502306780), 1Âª CÂ¢mara Criminal do TJGO, ValparaÃ-so de GoiÃ¡s, Rel. Des. Huygens Bandeira de Melo. j. 25.10.2005, unÃ¢nime, DJ 23.11.2005). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, pode o juiz antecipar o reconhecimento da prescriÃ§Ã£o, na modalidade de prescriÃ§Ã£o virtual, considerando a pena que irÃ¡ aplicar no caso concreto, baseado na inutilidade de uma condenaÃ§Ã£o jÃ¡ de antemÃ£o alcanÃ§ada pela prescriÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal, se considerada a pena em perspectiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado JESUS DE NAZARÃ

GOMES COUTINHO, com fundamento no artigo 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia ao MP e ao defensor (a) do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba, 11 de novembro de 2021.Â PAMELA CARNEIRO LAMEIRA JuÃ-za de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba PROCESSO: 00119558420198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:YONARA OLIVEIRA CAVALCANTE Representante(s): OAB 18714 - ISRAEL BARROSO COSTA (ADVOGADO) DENUNCIADO:CLEITON MARQUES CARVALHO Representante(s): OAB 19061 - ANDERSON ALVES DE JESUS FREITAS (ADVOGADO) OAB 30205 - JOAO VICTOR CARDOSO VERONEZ (ADVOGADO) DENUNCIADO:DEIZIANE FARIAS DA SILVA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Â Â Â Â Â Â R.H. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que a sentenÃ§a proferida incorreu em erro material quanto Ã grafia do nome da condenada no tÃ³pico Â¿DO CONCURSO MATERIALÂ¿, altero a sentenÃ§a, nesse particular, de modo que onde se lÃª Â¿Diante do exposto, resta a reprimenda do rÃ©u Cleiton Marques Carvalho definitivamente fixada em 13(treze) anos de reclusÃ£o e 1600(mil e seiscentos) dias-multa no valor unitÃ¡rio de 1/30 do salÃ¡rio mÃ-nimoÂ¿, leia-se Â¿Diante do exposto, resta a reprimenda da rÃ© Yonara Oliveira Cavalcante definitivamente fixada em 13(treze) anos de reclusÃ£o e 1600(mil e seiscentos) dias-multa no valor unitÃ¡rio de 1/30 do salÃ¡rio mÃ-nimoÂ¿, mantendo-se incÃ³lumes todos os demais termos da sentenÃ§a. Abaetetuba, 11 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â PAMELA CARNEIRO LAMEIRA JuÃ-za de Direito Titular

**COMARCA DE MARABÁ**

**SECRETARIA DA 2ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ**

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

COMARCA DE MARABÁ - SECRETARIA DA 2ª VARA CRIMINAL I N T I M A Ç Ã O
O Exmo. Sr. Dr. **Marcelo Andrei Simão Santos**, Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da comarca de Marabá, no uso de suas atribuições legais, etc...

Por meio deste fica(m) **INTIMADO(S)** o(s) advogado(a): **Dr.(a) PATRICIA AYRES DE MELO OAB/PA 19.387-A, para que se manifeste conforme DESPACHO deste Juízo, nos autos de ação penal n 0004676-47.2017.814.0028, em que é(são) acusado(s) MANOEL NAZARENO RODRIGUES SANTIS.**

¿**Autos:**

0004676-47.2017.814.0028

**DECIS¿O**

1. Acolhendo a justificativa apresentada pelo réu às fls. 35, bem como o parecer ministerial de fls. 41, MANTENHO o sursis homologado, revogando a decis¿o de fls. 17.

2. Intime-se o réu, através de sua defesa para continuidade do período de prova, nos moldes acordados;

3. Acautelem-se em secretaria até ulterior notícia de cumprimento integral, quando deve ser dado vistas ao Ministério Público.

Marabá/PA, 30 de setembro de 2021.

MARCELO ANDREI SIM¿O SANTOS

Juiz de Direito¿

Dado e passado nesta cidade e comarca de Marabá(PA), dia **12 de novembro de 2021**. Eu, Jaconias Medeiros Silva, Diretor de Secretaria, o digitei e assino de ordem do MM. Juiz de Direito.

**Jaconias Medeiros Silva**

Diretor de Secretaria

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**

**COMARCA DE MARABÁ - SECRETARIA DA 2ª VARA CRIMINAL**

**Jaconias Medeiros Silva - Diretor de Secretaria**

**I N T I M A Ç Ã O**

**De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Marcelo Andrei Simão Santos, Juiz(a) de Direito e Titular da 2ª Vara da comarca de Marabá, no uso de suas atribuições legais, etc...**

**Por meio deste fica(m) INTIMADO(S) o(s) advogado(a)(s): DRA. HILKELLYTA FERNANDES GALVÃO, OAB/PA 30.026-B; DR. RAILSON DOS SANTOS CAMPOS, OAB/PA 29.066.**

**Para que no prazo de 05 (cinco) dias apresente ALEGAÇÕES FINAIS, na ação penal 0007989-11.2020.814.0028 movida contra CLEPSON OLIVEIRA DE SOUZA.**

**C U M P R A - S E. Dado e passado nesta cidade e comarca de Marabá(Pa), dia 26 de novembro de 2021. Eu, Jaconias Medeiros Silva, Diretor de Secretaria, o digitei e assino de ordem do MM. Juiz de Direito.**

**Jaconias Medeiros Silva**

**Diretor de Secretaria da 2ª Vara Criminal**

## COMARCA DE SANTARÉM

### UPJ DAS VARAS CRIMINAIS DE SANTARÉM - 1 VARA CRIMINAL

PROCESSO 0009794-61.2019.8.14.0051 - Com fulcro no Provimento 006/2009-CJCI, expeço INTIMAÇÃO ao advogado DR. ANDERSON MORA PEREIRA, Assistente da Acusação, via DIÁRIO DA JUSTIÇA, para que apresente, no prazo de cinco dias, alegações finais em desfavor do denunciado RAIMUNDO NONATO AMARAL LIMA, nos autos acima mencionados, tendo como vítima E.D.O.C.. CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Dado e passado nesta cidade de Santarém, Secretaria da 1ª Vara Criminal, aos doze dias do mês de novembro de 2021. GENILDO SOUSA MIRANDA, Diretor de Secretaria da 1ª Vara Criminal

**SECRETARIA DA VARA AGRÁRIA DE SANTARÉM**

COMARCA DE SANTARÉM
VARA AGRARIA E JECRIM DO MEIO AMBIENTE
JUIZ: MANUEL CARLOS DE JESUS MARIA
DATA: 12/11/2021

---

Processo Nº. 0801853-61.2018.8.14.0051
Ação de Desbloqueio de Matrícula de Imóvel
Requerente: Samuel Cassini Filho
Adv.: AVELINO DO CARMO GOMES DE LIMA ¿ OAB/PA 9030 E LUÍS CLÁUDIO CAJADO BRASIL ¿ OAB/PA 15420
Requerido: Raimundo Marinaldo da Costa
DECISÃO:
RATIFICO A DECISÃO DOS AUTOS, no sentido de que o pedido deve ser repelido.
Isto porque, conforme dispõe o Provimento 004/2021-CJCI-CJRMB, mais precisamente em seu art. 3º, o interessado, inicialmente, deverá requerer a abertura de Procedimento de Requalificação da Matrícula diretamente perante a unidade de registro de imóveis competente, quando, então, deverá demonstrar o motivo para ser considerado indevido o cancelamento da matrícula. Para tanto, deve apresentar ao Cartório toda a documentação exigida pelo Provimento supra a fim de obter a requalificação da matrícula.
Ainda de acordo com o referido Provimento, em seu art. 7º, apenas após concluído o Procedimento de Requalificação, que será possível a apreciação, pelo juízo da Vara Agrária, do PEDIDO DE DESBLOQUEIO DA MATRÍCULA.
Deste modo, este juízo só poderá analisar eventual pedido de DESBLOQUEIO APÓS A REALIZAÇÃO DA REQUALIFICAÇÃO DA MATRÍCULA, observadas as regras do Provimento Conjunto nº 004/2021-CJCI-CJRMB.
Frisa-se ainda que o recurso administrativo interposto por Samuel Cassini Filho em face da sentença dos autos teve negado seu provimento, mantendo-se a decisão ¿a quo¿ que determinou a restauração do cancelamento da matrícula registrada no Livro 2-A, fls. 50, sob número de ordem 50, do Cartório de Registro de Imóveis de Almerim, conforme informações dos autos, inclusive juntada pelo patrono do interessado Samuel Cassini Filho.
Diante do exposto, nos termos da fundamentação, deve o interessado, primeiramente, requerer a requalificação da matrícula, observando, em tudo, as regras do Provimento nº 004/2021-CJCI-CJRMB.
Intime-se o interessado e o Ministério Público.
Santarém, 10 de novembro de 2021.
MANUEL CARLOS DE JESUS MARIA
Juiz de Direito

**UPJ DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE SANTARÉM**

RESENHA: 10/11/2021 A 11/11/2021 - GABINETE DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL DE VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR DE SANTAREM - VARA: VARA DO JUIZADO ESPECIAL DE VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR - MULHER DE SANTAREM

P R O C E S S O : 0 0 0 4 5 2 8 9 3 2 0 1 9 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): RAFAEL GREHS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:MARCIO PINTO DOS SANTOS VITIMA:M. P. S. . (...) DELIBERAÃÃES FINAIS EM AUDIÃNCIA: 1.Â Â Â Â Â Designo a data de 11/11/2021, Ã s 9h30min, para continuaÃ§Ã£o da audiÃªncia, com a finalidade de que sejam realizadas as oitivas das partes, na sala de audiÃªncias da Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica de SantarÃ©m; 2.Â Â Â Â Â Ciente o acusado, que foi intimado em audiÃªncia, conforme mÃdia audiovisual em anexo; 3.Â Â Â Â Â Ciente a vÃtima Marcela Pinto dos Santos, em contato telefÃ´nico ainda nesta audiÃªncia, que disse tambÃ©m que virÃ¡, em sua companhia, a sua mÃ£e, a testemunha Maria Madalena Costa Pinto; 4.Â Â Â Â Â Intime-se a testemunha Janete Rego Duarte, por meio do contato (93) 99162-8943. 5.Â Â Â Â Â Cumpra-se. RAFAEL GREHS Juiz de Direito respondendo pela Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica da Comarca de SantarÃ©m Nada mais lido e achado conforme, este termo foi encerrado. Eu, Igor Edevaldo Alves Machado, estagiÃ¡rio, o digitei e conferi. Este termo foi integralmente lido disponibilizado, sem correÃ§Ãµes e nem requerimentos pelas partes, as quais dispensaram as suas assinaturas, nos termos da PORTARIA CONJUNTA NÂº 7/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI. FORÃM DE SANTARÃMÂ  EndereÃ§o: Avenida MendonÃ§a Furtado, S/N, Bairro Liberdade, CEP 68.040-050 Telefone: 093 3064-9222Â WhatsApp: 091 99124-8667Â E-mail: mulhersantarÃ©m@tjpa.jus.br

P R O C E S S O : 0 0 0 6 0 4 2 4 7 2 0 2 0 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): RAFAEL GREHS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:LEONARDO CAVALCANTE ARAUJO VITIMA:F. S. S. . (...). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a pretensÃ£o punitiva estatal deduzida na peÃ§a acusatÃ³ria, razÃ£o pela qual ABSOLVO o rÃ©u LEONARDO CAVALCANTE ARAÃJO, da acusaÃ§Ã£o do cometimento do delito descrito no art. 129, Â§ 9Âº, do CÃ³digo Penal Brasileiro, c/c art. 7Â°, I, da Lei nÂ° 11.340 /2006, fundamentando a absolviÃ§Ã£o no art. 386, VII, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publicada em audiÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transitado em julgado, dÃª-se baixa e arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Finalmente, baixe-se o registro de distribuiÃ§Ã£o e arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m - ParÃ¡, 10 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â RAFAEL GREHS Â Â Â Â Â Juiz de Direito respondendo pela Vara do Juizado de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de SantarÃ©m Â  Nada mais lido e achado conforme, este termo foi encerrado. Eu, Igor Edevaldo Alves Machado, estagiÃ¡rio, o digitei e conferi. Este termo foi integralmente lido disponibilizado, sem correÃ§Ãµes e nem requerimentos pelas partes, as quais dispensaram as suas assinaturas, nos termos da PORTARIA CONJUNTA NÂº 7/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI.

P R O C E S S O : 0 0 0 7 0 0 6 7 4 2 0 1 9 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): RAFAEL GREHS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:DORIMAR DE JESUS CARDOSO VITIMA:A. C. P. A. VITIMA:D. A. C. . (..). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a pretensÃ£o punitiva estatal deduzida na peÃ§a acusatÃ³ria, razÃ£o pela qual ABSOLVO o rÃ©u DORIMAR DE JESUS CARDOSO, da acusaÃ§Ã£o do cometimento dos delitos descritos nos arts. 129, Â§9Â° c/c art. 61, inciso II, alÃnea Â¿fÂ¿, ambos do CÃ³digo Penal brasileiro, c/c art. 21 do Decreto Lei nÂ° 3.688/41, c/c art. 7Â°, I e II da Lei 11.340/2006, fundamentando a absolviÃ§Ã£o no art. 386, VII, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publicada em audiÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isento de custas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transitado em julgado, dÃª-se baixa e arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Finalmente, baixe-se o registro de distribuiÃ§Ã£o e arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m - ParÃ¡, 10 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â RAFAEL GREHS Â Â Â Â Â Juiz de Direito respondendo pela Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica de SantarÃ©m Lida a sentenÃ§a em audiÃªncia, MP e Defesa manifestaram renÃºncia ao prazo recursal. DeliberaÃ§Ã£o: Diante do transito em julgado nesta data, cumpra-se e arquive-se. Nada mais lido e achado conforme, este termo foi encerrado. Eu, Igor Edevaldo Alves Machado, estagiÃ¡rio, o digitei e conferi. Este termo foi integralmente lido disponibilizado, sem correÃ§Ãµes e nem requerimentos pelas partes, as quais

dispensaram as suas assinaturas, nos termos da PORTARIA CONJUNTA NÂº 7/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI.

P R O C E S S O : 0 0 0 7 4 4 3 1 8 2 0 1 9 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): RAFAEL GREHS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:LEONARDO CAVALCANTE ARAUJO VITIMA:F. S. S. . (...). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a pretensÃ£o punitiva estatal deduzida na peÃ§a acusatÃ³ria, razÃ£o pela qual ABSOLVO o rÃ©u LEONARDO CAVALCANTE ARAÃJO, da acusaÃ§Ã£o do cometimento do delito descrito no art. 21 da Lei de ContravenÃ§Ãµes Penais, c/c art. 7Â°, I, da Lei nÂ° 11.340 /2006, fundamentando a absolviÃ§Ã£o no art. 386, VI e VII, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publicada em audiÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m - ParÃ¡, 10 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â RAFAEL GREHS Â Â Â Â Â Juiz de Direito respondendo pela Vara do Juizado de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de SantarÃ©m Â Lida a sentenÃ§a em audiÃªncia, e apÃ³s entrevista com o acusado, a Defesa renunciou o prazo recursal, no que foi seguida pelo MinistÃ©rio PÃºblico. DELIBERAÃÃES FINAIS: Diante do transito em julgado nesta data, cumpra-se e arquive-se. Nada mais lido e achado conforme, este termo foi encerrado. Eu, Igor Edevaldo Alves Machado, estagiÃ¡rio, o digitei e conferi. Este termo foi integralmente lido disponibilizado, sem correÃ§Ãµes e nem requerimentos pelas partes, as quais dispensaram as suas assinaturas, nos termos da PORTARIA CONJUNTA NÂº 7/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI. FORÃM DE SANTARÃMÂ EndereÃ§o: Avenida MendonÃ§a Furtado, S/N, Bairro Liberdade, CEP 68.040-050 Telefone: 093 3064-9222Â WhatsApp: 091 99124-8667Â E-mail: mulhersantarÃ©m@tjpa.jus.br

P R O C E S S O : 0 0 0 4 5 2 8 9 3 2 0 1 9 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): RAFAEL GREHS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:MARCIO PINTO DOS SANTOS VITIMA:M. P. S. . (...). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a pretensÃ£o punitiva estatal deduzida na peÃ§a acusatÃ³ria, razÃ£o pela qual ABSOLVO o rÃ©u MÃRCIO PINTO DOS SANTOS, da acusaÃ§Ã£o do cometimento do crime descrito no art. 147 do CÃ³digo Penal brasileiro, c/c art. 7Âº, II, da Lei 11.340/2006, fundamentando a absolviÃ§Ã£o no art. 386, VII, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publicada em audiÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isento de custas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m - ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â RAFAEL GREHS Â Â Â Â Â Juiz de Direito respondendo pela Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica de SantarÃ©m Lida a sentenÃ§a em audiÃªncia, MP e Defesa manifestaram renÃºncia ao prazo recursal. DeliberaÃ§Ã£o: Diante do transito em julgado nesta data, cumpra-se e arquive-se. Nada mais lido e achado conforme, este termo foi encerrado. Eu, Igor Edevaldo Alves Machado, estagiÃ¡rio, o digitei e conferi. Este termo foi integralmente lido disponibilizado, sem correÃ§Ãµes e nem requerimentos pelas partes, as quais dispensaram as suas assinaturas, nos termos da PORTARIA CONJUNTA NÂº 7/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI.

P R O C E S S O : 0 0 0 4 7 3 0 7 0 2 0 1 9 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): RAFAEL GREHS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:JORGE CARLOS DE MORAES PIRES VITIMA:M. S. L. O. P. . (...) DELIBERAÃÃES FINAIS EM AUDIÃNCIA: 1.Â Â Â Â Â Oficie-se o juÃzo deprecado sobre o correto nÃºmero de telefone do acusado, que em verdade, Ã© (91) 98325-9835, e nÃ£o o anteriormente colocado na carta, a fim de dar efetividade ao ato da intimaÃ§Ã£o do rÃ©u; 2.Â Â Â Â Â Aguarde-se o cumprimento da carta precatÃ³ria pela Comarca de Ananindeua, onde serÃ¡ o rÃ©u interrogado; 3.Â Â Â Â Â Retornando a carta com seu devido cumprimento, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico e Ã Defesa, para o oferecimento de alegaÃ§Ãµes finais escritas, no prazo legal sucessivo; 4.Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos para sentenÃ§a. 5.Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RAFAEL GREHS Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito respondendo pela Vara do Juizado de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de SantarÃ©m Nada mais lido e achado conforme, este termo foi encerrado. Eu, Igor Edevaldo Alves Machado, estagiÃ¡rio, o digitei e conferi. Este termo foi integralmente lido disponibilizado, sem correÃ§Ãµes e nem requerimentos pelas partes, as quais dispensaram as suas assinaturas, nos termos da PORTARIA CONJUNTA NÂº 7/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI. FORÃM DE SANTARÃMÂ EndereÃ§o: Avenida MendonÃ§a Furtado, S/N, Bairro Liberdade, CEP 68.040-050 Telefone: 093 3064-9222Â WhatsApp: 091 99124-8667Â E-mail: mulhersantarÃ©m@tjpa.jus.br

**COMARCA DE ALTAMIRA**

**SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA**

**PODER JUDICIÁRIO**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**

**COMARCA DE ALTAMIRA ¿ SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL**

**INTIMAÇÃO ELETRÔNICA - DJE**

**Processo nº: 0055807-04.2015.8.14.0005**

**Advogado: WALDIZA VIANA TEIXEIRA, OAB/PA 19.799.**

De ordem da Exma. Sr.ª. **LUANNA KARISSA ARAÚJO LOPES** MM. Juíza de Direito Titular pela 2ª Vara Cível e Empresarial, fica Vossa Excelência intimado da decisão que deferiu o pedido de desarquivamento dos autos.

Altamira/PÁ, 12/11/2021.

Adrieli Fadanelli de Souza

Auxiliar Judiciário

**COMARCA DE TUCURUÍ**

**SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE TUCURUÍ**

**Autos: Execução da Pena ¿ Processo N.º 0002813-57.2019.8.14.0005. Apenado: Noélio Coelho De Souza. Advogado: Pablo Brunno Silveira Lima, inscrito na OAB/PA 22584N-Pa. Despacho. Autos n° 0002813-57.2019.8.14.0005. Apenado: NOÉLIO COELHO DE SOUZA.** 01- Considerando o teor do petitório acostado na seq. 69.1 e a manifestação ministerial da seq. . 72.1, recebo a presente execução no estado em que se encontra. 02- Intime-se o apenado, através de sua Defesa, via DJE, para que compareça perante a Secretaria desta Vara Criminal, a partir do dia , a fim de dar **01/03/2022** cumprimento nas condições que lhe foram impostas por ocasião da concessão do benefício do regime aberto. 02- Ciência ao Ministério Público e a Defesa. Diligencie-se, Intime-se e Cumpra-se. **SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/OFÍCIO.** Tucuruí (PA), 10 de novembro de 2021. **THIAGO CENDES ESCÓRCIO,** Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Tucuruí/PA, respondendo cumulativamente pela Vara Criminal da Comarca de Tucuruí/PA.

**COMARCA DE CASTANHAL**

**SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CASTANHAL**

Ato Ordinatório

Suelma Bulhões dos Reis

Adv. Dr. Kleber Cícero Farias Santos, OAB-Pa 14.889

Réu: Município de Castanhal

Processo nº 0083088-02.2015.814.0015

DECIS¿O

1. Tendo em vista o recurso de Apelaç¿o às fls. 94/96, intime-se o apelado, para no prazo legal apresentar contrarraz¿es.

2. Decorrido o prazo, com ou sem apresentaç¿o de contrarraz¿es, certifique-se, e remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, com as homenagens deste juízo.

3. Cumpra-se.

Castanhal, PA, 19 de maio de 2021.

CINTIA WALKER BELTR¿O GOMES
Juíza de Direito

Ato Ordinatório

Jose Carlos Souza dos Santos

Adv. Dra. Cellibri Assad, OAB-Pa 12.178

Réu: Detran-Pa

Processo n. 0003027-62.2012.8.14.0015

SENTENÇA

Vistos os autos.

Trata-se de Ação de Nulidade de auto de infração proposta por JOSE CARLOS SOUZA DOS SANTOS em

face do DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ - DETRAN.

Afirma o autor, em síntese, que é proprietário do veículo de placa KMG-2324, Trator marca/modelo VOLVO/NL12 360 4X2T EDC, ano/modelo 1997/1997, que foi multado diversas vezes por excesso de peso nos eixos, contudo diz que as multas são irregulares, pois a balança do KM 22 da PA-150 estaria desregulada, devido a diferença de pesagem feita na empresa do autor e aquela da fiscalização. Aduz também que o valor cobrado pelo excesso de pesagem não atende os critérios legais.

Alega, ainda, a possibilidade de clonagem da placa do seu veículo, pois em 12/10/2010 o veículo foi multado na cidade de Castanhal/PA, e também na cidade de Tailândia/PA, que são distantes uma da outra 325 KM. Requer a nulidade dos autos de infração.

Pediu tutela de urgência para a suspensão dos efeitos dos autos de infrações discutidos, bem como da exigibilidade das multas, o que foi deferido por esse Juízo (fl. 56).

Citado, o réu apresentou contestação, asseverando que os autos de infrações gozam de presunção de legalidade, veracidade e legitimidade. E, que as balanças de pesagem de carga são aferidas pelo INMETRO, não havendo qualquer ilegalidade em tal ato.

Instados à produção de provas, as partes requereram o julgamento antecipado.

É o relatório necessário. Decido.

Cabível o julgamento do feito no estado em que se encontra, considerando que as partes não requereram produção de outras provas, em que pese a oportunidade dada.

No presente caso, o autor impugna os autos de infrações descritas na inicial, e para tanto alega fatos e questões técnicas que não são solucionáveis apenas pela prova documental trazida, de maneira que, nestas condições, prevalece a presunção de legalidade e legitimidade do auto de infração e a imposição da multa lavrada.

Como é cediço, o ônus da prova dos fatos constitutivos é do autor, tanto mais em se tratando de ato administrativo, que goza da presunção de veracidade e legitimidade. E questionando a falta de regularidade da balança, esta somente poderia ser verificada através de perícia técnica, ônus que o autor não se desincumbiu.

Foi dada a oportunidade para a especificação de prova, mas o autor requereu o julgamento com base nas provas já apresentadas. E, pelo que foi juntado aos autos não há prova de que a balança não seguia os padrões técnicos exigidos, de que não estava calibrada, ou que a pesagem realizada não correspondia ao real peso do veículo. Há apenas conjecturas.

Portanto, da análise dos documentos, não se verifica nenhuma nulidade nos autos de infração à lei de trânsito, vez que todos os requisitos necessários para a descrição dos fatos, capitulação legal, indicação do veículo e identificação do equipamento utilizado para a pesagem foram perfeitamente indicados possibilitando, assim, o amplo exercício do direito de defesa.

Finalmente, para efeito de julgamento, todos os outros argumentos deduzidos no processo não são capazes, em tese, de infirmar a conclusão adotada.

Ante o exposto, julgo IMPROCEDENTE o pedido formulado por JOSE CARLOS SOUZA DOS SANTOS em face do DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ - DETRAN, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC.

Em consequência, revogo a decisão de fl. 56/58 que deferiu a suspensão dos efeitos dos autos de infração

nº P000002975; nº P000003020; nº P000003139; nº 000003249; nº P000003801; nº P000003880; nº P000004499; nº P000004577; nº P000004975; nº 0000432950; nº 0000432912, nº 0000432948; nº 0000432949.

Em razão da sucumbência, condeno a parte autora ao pagamento das custas e despesas do processo, bem como com os honorários advocatícios da parte requerida que arbitro em 10% do valor atribuído à causa, observando-se assim o disposto no art. 98, §§ 2º e 3º, do CPC, por ser o autor beneficiário da assistência judiciária gratuita.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P. R. I. C.

Castanhal, 11 de junho de 2021.

CINTIA WALKER BELTRÃO GOMES

Juíza Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal

Ato Ordinatório

Carina Silva Rodrigues

Adv. Dra. Aldanerys Matos Amaral, OAB-Pa 10.129

Réu: Bradesco Seguros S/A

Processo nº 0003229-25.2011.8.14.0015.

DECIS¿O INTERLOCUTÓRIA

Vistos etc.

Trata-se de Aç¿o de Cobrança de Seguro DPVAT ajuizada por CARINA SILVA RODRIGUES contra BRADESCO SEGUROS S.A. e SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., em que, após a análise dos autos, verifica-se que estes se encontram sem vícios.

Passo à análise das quest¿es preliminares.

Quanto à preliminar de exclus¿o do polo passivo do réu BRADESCO SEGUROS S.A., tenho que esta n¿o possa ser acolhida, uma vez que é pacífica a responsabilidade solidária das seguradoras em casos de seguro obrigatório, ressaltando-se que qualquer seguradora pode ser demandada em aç¿es da espécie.

No que se refere à preliminar de falta de interesse processual pela n¿o apresentaç¿o de requerimento administrativo, ou de outros documentos supostamente obrigatórios, observo que o art. 5º, inc. XXXV, da Constituiç¿o Federal, prevê que a lei n¿o excluirá da apreciaç¿o do Poder Judiciário les¿o ou ameaça a direito, sendo a exigência de comprovaç¿o de prévio requerimento administrativo como documento indispensável à propositura da aç¿o uma afronta ao direito fundamental mencionado, raz¿o pela qual deve ser rejeitada.

Em relaç¿o à prescriç¿o, entendo que esta é trienal, com base no art. 206, § 3º, inc. IX, do Código Civil, e em entendimento já sumulado no Superior Tribunal de Justiça, através da Súmula nº 405, a seguir transcritos. ¿Art. 206. Prescreve: § 3º Em três anos: IX - a pretens¿o do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório.¿ ¿Súmula nº 405. A aç¿o de cobrança do seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em três anos.¿ Todavia, tenho que na hipótese dos autos n¿o ocorreu a prescriç¿o do direito da autora, em que pese terem transcorridos mais de três anos entre a ocorrência do evento danoso (09/02/2004) e o ajuizamento da aç¿o (03/08/2011). É que a autora era menor de dezesseis anos ao tempo do evento danoso, conforme comprova o seu documento pessoal juntado à fl. 15 dos autos, n¿o correndo contra esta, portanto, a prescriç¿o, conforme o teor do art. 198, inc. I, do Código Civil, in verbis: ¿Art. 198. Também n¿o corre a prescriç¿o: I ¿ contra os incapazes de que trata o art. 3º; [...].¿ Portanto, no presente caso n¿o ocorreu a prescriç¿o.

Fixo como ponto controvertido o próprio direito autoral.

Considerando o dever de consulta disposto no art. 10 do NCPC, intimem-se as partes, por meio de seus causídicos, para se manifestar sobre a possibilidade de eventual julgamento antecipado do mérito (art. 355 do NCPC), hipótese em que dever¿o apresentar alegaç¿es finais, ou em caso negativo se possuem outras provas a produzir, inclusive em audiência de instruç¿o e julgamento, especificando-a e justificando a sua necessidade. Prazo comum: 05 (cinco) dias.

Intimem-se as partes para tomarem ciência da presente decis¿o, oportunidade em que poder¿o pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, no prazo de 5 (cinco) dias, findo o qual esta tornar-se-á estável (art. 357, § 1º, do NCPC).

Após, venham os autos conclusos.

P. R. I. Cumpra-se.

Castanhal/PA, 16 de janeiro de 2020.

Dra. CÍNTIA WALKER BELTR¿O GOMES

Juíza de Direito

SERVE O PRESENTE DESPACHO/DECIS¿O COMO MANDADO/CARTA DE CITAÇ¿O/INTIMAÇ¿O, NOS TERMOS DA PORTARIA Nº 002/2009-GJ1VCIV, podendo a sua autenticidade ser comprovada no site www.tj.pa.gov.br em consulta de 1º grau Comarca de Castanhal.

**SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CASTANHAL**

INTIMAÇÃO DAS ADVOGADAS **SELMA LUCIA LOPES LEÃO OAB/PA Nº4496, SILVIA DE NAZARÉ BASTOS PEREIRA OAB/PA Nº4834, PAMYLA DE TASSYA OLIVEIRA OLIVEIRA LEÃO OAB/PA Nº16.387**

1. **PROCESSO: 0001336-81.2011.8.14.0015**
2. **AÇÃO: INVENTARIO**

1.
2. **ATO ORDINATÓRIO**

1. **Nos termos do Provimento nº 006/2006-CJRMB, que delegou Servidor atribuições pra praticar atos de administração e mero expediente, sem caráter decisório, procedo¿ ¿ a INTIMAÇÃO de PEDRO PAULO ARAÚJO, RAIMUNDO NONATO DE SOUZA e ALBERTO TRINDADE LOPES, através do(a)(s) ADVOGADO(A)(S) SELMA LUCIA LOPES LEÃO OAB/PA Nº4496, SILVIA DE NAZARÉ BASTOS PEREIRA OAB/PA Nº4834, PAMYLA DE TASSYA OLIVEIRA OLIVEIRA LEÃO OAB/PA Nº16.387, para¿ ¿ dentro do prazo de 05 (CINCO) dias comparecer(em) na SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE CASTANHAL, com a finalidade de receber(em) o(s) ALVARÁ(S) JUDICIAL(IS) expedido(s) nos presentes autos, sob pena de nos termos da Portaria nº 4.174/2014, o SDJ ¿ Sistema de Depósito Judicial CANCELAR automaticamente o(s) referido(s) alvará(s), estando a repetição do(s) ato(s) condicionado(s) ao recolhimento das custas da(s) expedição(ões) do(s) novo(s) alvará(s), caso a(s) parte(s) beneficiária(s) não seja(m) beneficiária(s) da assistência judiciária gratuita.**
2. **Castanhal,¿ ¿ ¿ 12 de novembro de 2021.**

1. **Eu, _____, Analista Judiciário/Diretor(a) de Secretaria o digitei**

PROCESSO N. 0005852-81.2010.814.0015

AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO

REQUERENTE: BANCO FINASA BMC S/A

ADVOGADO(A): CELSON MARCON ¿ OAB/PA Nº 13.536-A

REQUERIDO(A): JOELSOM SANTOS DE AZEVEDO

SENTENÇA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO

Vistos os autos.

Cuida-se de Ação de Busca e Apreensão ajuizada por BANCO FINASA BMC S/A, por

meio de advogado habilitado, em face de JOELSOM SANTOS DE AZEVEDO, estando as partes qualificadas.

Após regular distribuição do feito, a parte autora atravessou petição de fl. 79 pugnando pela desistência da ação.

Vieram os autos conclusos.

É o relatório. Decido.

De acordo com a nova sistemática processual civil vigente, Lei n. 13.105/2015, a qual

entrou em vigor na data de 18 de março do ano em curso, a parte autora poderá apresentarpedido de desistência da ação até a sentença e, uma vez oferecida a contestação, não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da demanda (art. 485, §§ 4º e 5º, do NCPC).

Como se vê, o termo final para formular o pleito de desistência sem a necessidade de oitiva do requerido é até a apresentação da peça contestatória.

Na hipótese em análise, a requerida sequer chegou a ser citada, não se formando a relação jurídica processual.

Isto posto, homologo o pedido de desistência, para que surta seus jurídicos e legais efeitos (art. 200, parágrafo único, da lei em comento) e decreto extinto o processo sem resolução do mérito, com base no art. 485, VIII, do NCPC.

Custas pelo autor, acaso existentes, uma vez que estas não estão atreladas à formação do processo e são devidas desde o ingresso da ação, que deverão ser pagas até 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado desta decisão (art. 54, §2º, da Lei n. 8.328/2015).

Fica a parte advertida de que na hipótese de não pagamento das custas no prazo de 15

(quinze) dias ¿ art. 46, caput, e § 4º, da Lei n. 8.328/2015 ¿ o crédito delas decorrente

sofrerá atualização monetária e incidência dos demais encargos legais e será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa do Estado.

Na ausência de pagamento, cumpra a Secretaria os termos dos §§ 6 e 7º, ambos do artigo em referência.

Defiro o pedido de de fl. 79 para proceder o desbloqueio do bem, o qual foi bloqueado através de Oficio (fl. 67). OFICIE-SE com urgência ao Detran/PA para que proceda o desbloqueio do veículo de placa NSH-3264.

Após, arquivem-se os autos.

P. R. I. C.

Castanhal/PA, 21 de outubro de 2021.

SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, NOS TERMOS DA PORTARIA N. 003/2009-GJ2VCIV, podendo sua autenticidade ser comprovada no site, em consulta de 1º grau, comarca de Castanhal.

ADELINA LUIZA MOREIRA SILVA E SILVAJuíza de Direito Titular do Juizado Cível e

Criminal de Castanhal,respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal/PA

Processo n. 0002458-90.2014.8.14.0015

AÇÃO DE REPARAÇÃO CIVIL DE DANOS MORAIS E MATERIAIS COM PEDIDO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER EM SEDE DE TUTELA ANTECIPADA.

Requerente: BENEDITO PEREIRA DE ALMEIRA, legalmente representado por sua curadora MARIA MARGARETH DA SILVA ALMEIDA

ADVOGADO(A): ISIS MENDONÇA CORVE, OAB/PA N 23.319.

Requerido: BANCO GMG S/A

ADVOGADO(A): FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA, OAB/MG 109.730.

SENTENÇA COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO

Trata-se de ação de AÇÃO DE REPARAÇÃO CIVIL DE DANOS MORAIS E MATERIAIS COM PEDIDO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER EM SEDE DE TUTELA ANTECIPADA., ajuizada por MARIA MARGARETH DA SILVA ALMEIDA em face de BANCO GMG S/A, estando as partes devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe.

O Autor afirma que tomou conhecimento de empréstimo consignado não autorizado vinculado à instituição financeira no valor total de R$ 42.509,73 a ser pago em 60 parcelas de de R$ 1.338,74.

Alega que desconhece o contrato e que o instrumento ocorreu sem consentimento do autor, tendo em vista que o mesmo é interditado e possui problemas de sáude.

Tece arrazoado jurídico e, ao final, pugna pela concessão dos benefícios da gratuidade da justiça, bem como pela antecipação dos efeitos da tutela a fim de determinar a suspensão dos descontos referentes ao contrato impugnado. No mérito, requer: a) repetição de indébito, em dobro, dos valores descontados indevidamente; b) a condenação do Requerido ao pagamento de indenização por danos morais no valor de 100 vezes o salario minimo.

Com a petição inicial vieram os documentos de fls. 21/28.

A decisão de fl. 31 concedeu os benefícios da gratuidade judiciária, deixou para

analisar o pedido de tutela de urgência após o contraditório judicial e ordenou a citação do requerido.

O Banco demandado apresentou contestação e documentos (fl. 37), arguindo questões preliminares. No mérito, alega que o contrato foi regularmente firmado pelo Requerente, o qual recebeu o valor, não havendo cobrança indevida. Nesse passo, sustenta ser incabível a repetição de indébito e a condenação ao pagamento de compensação por danos morais.

Subsidiariamente, no caso de procedência dos pedidos, pede a compensação da condenação com os valores recebidos pelo Autor.

Réplica apresentada em fls. 52/56, oportunidade em que o Autor refutou os argumentos documentos apresentados em sede de contestação.

Despacho de fl. 59 foi designada audiência preliminar, a qual não houve acordo, razão pela qual foi determinado o prazo de 15 dias para o banco requerido juntar aos autos o contrato em questão, sob pena de inversão do onus da prova (fl. 62).

Em petição de fl. 65, o requerido pugnou pela concessão de novo prazo para juntada do referido contrato.

A decisão de fl. 69 deferiu o pedido de tutela antecipada e a suspensão dos descontos referentes ao contrato, bem como foi saneaou o feito, com a inversão do onus da prova ao réu para que juntasse aos autos documentos comprobatórios da existencia, validade e eficácia do negocio juridico e a fundamentação dos descontos realizados na aposentadoria do postulante.

Em resposta, o banco réu apresentou a documentação questionada, bem como reiterou todos os pedidos em sede de contestação e interpôs Agravo de Instrumento contra a decisão proferida (fl. 72/83).

Em despacho de fl. 113, foi ordenada a expedição de oficio ao Departamento de

Identificação da Policia Civil/PA, ao Cartório de Itituba/Pa e ao Cartório de 3º Oficio de Belém/Pa pugnando, repectivmente, pelos dados e documentações referentes ao registro geral do requerente Sr. BENEDITO PEREIRA DE ALMEIDA, bem como copia da certidão de casamento e cópia da certidão de nascimento do autor. Foi ordenada, ainda, a intimação do banco requerido para que acostasse aos autos o original do contrato, sob pena de multa diária.

Em petição de fl. 115 a parte autora informou acerca do descumprimento pelo requerido da decisão liminar que ordenou a suspensão dos descontos referentes ao contrato de emprestimo.

A parte requerida, em petição de fl. 122, juntou aos autos o original do contrato.

Em resposta ao despacho de fl. 113, o Cartório de 3º Oficio de Belém/PA apresentou certidão negativa de registro de nascimento do autor.

Em documentos de fl. 132/134 o Departamento de Identificação da Policia Civil/PA apresentou copia da 2ª via do registro civil do autor, informando, ainda, acerca da indisponibilidade de juntar copias referentes a 1º emissão, em 01/06/1998, em razão do arquivo encontrar-se danificado.

Não houve resposta do oficio pelo Cartório de Itituba/Pa, conforme certidão de fl. 140.

Os autos vieram conclusos.

É o que importa relar. Decido.

Considerando que o conjunto probatório colacionado aos autos é suficiente para a formação do convencimento do Juízo (art. 370, CPC), sendo, portanto, desnecessária a produção de outras provas, o caso comporta o julgamento da lide na forma do art. 355, I, do CPC. Impende esclarecer que a sua realização não configura faculdade, e sim dever constitucional do Juízo, em atenção ao princípio da razoável duração do processo (art. 5º, LXXVIII, CF).

Noutro giro, o juiz, como destinatário das provas, art. 130 do CPC, e com fulcro no princípio do livre convencimento motivado, pode atestar o momento para julgamento, analisando as provas dos autos, e evitando o desnecessário tramitar processual, em homenagem à razoável duração do processo, garantia constitucional, art. 5º da Carta Magna.

Assim, entendo que já há provas suficientes, e em respeito ao rito célere e sumaríssimo, entendo que já se encontra apto para ser julgado.

Dessa forma, não vejo necessidade de audiência de instrução e julgamento, porquanto matéria de prova eminentemente documental. No caso em tela, verificou-se a situação prevista no art. 330, I, do CPC, eis que o litígio versa sobre questões de direito e de fato, contudo não havendo prova a produzir, já que a documentação juntada aos autos é suficiente ao conhecimento da matéria.

Deixo de apreciar eventuais preliminares suscitadas pela parte demanda, pois o mérito será decidido em

seu favor (parte a quem aproveite a decretação da nulidade), o que faço com fundamento no art. 282, §2º do CPC.

MÉRITO:

Cuida-se de ação em que a parte autora pugna pela declaração de inexistência de débito, bem como condenação da parte requerida ao pagamento de repetição de indébito, em dobro, e compensação por danos morais.

O caso dos autos se submete ao regime jurídico previsto no Código de Defesa do Consumidor, haja vista que as partes se amoldam nos conceitos de consumidor e fornecedor previstos nos arts. 2º, 3º e 29 do CDC. Vale destacar o enunciado da Súmula n. 297 do STJ: ¿O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras¿.

Compulsando-se os autos, verifica-se não haver controvérsia quanto ao desconto realizado no benefício previdenciário da parte autora. Por outro lado, a controvérsia reside na aferição da legalidade do contrato de fl. 123/ 124.

Passo à análise dos pedidos do Autor.

O Autor afirma que jamais realizou contrato de empréstimo consignado com o Requerido, que vinha sendo descontado de seu benefício previdenciário, conforme documento de fl. 26. A instituição financeira, por sua vez, sustenta que a parte autora firmou contrato de empréstimo consignado, alegando que o negócio jurídico foi regularmente celebrado, tendo apresentado o instrumento contratual (fl. 47 e 123), bem como comprovante de transferência, desincumbindo-se de seu ônus probatório quanto à celebração da avença, nos termos do art. 373, II, do CPC.

Cumpre, então, verificar a validade do contrato apresentado pela parte requerida.

Analisando os elementos que constam dos autos, há documento que qualifica a parte autora como pessoa incapaz (fl. 25/133), sendo o mesmo pessoa portadora de problemas mentais, analfabeto e interditado.

O banco, como prestador de serviços enquadra-se no conceito de fornecedor descrito no Código de Defesa do Consumidor, bem como o requerente no conceito de consumidor.

Desta feita, tem o autor garantido o direito à facilitação de sua defesa, nos moldes do art. 6º, VIII da Lei Consumerista.

No mesmo sentido, é responsável objetivamente por falha na prestação de serviço, o fornecedor, conforme dispõe o artigo 14 do CDC.

Equipara-se à falha na prestação de serviço a não atenção aos preceitos legais.

Observa-se que o contrato anexado na contestação tem como parte contratante uma pessoa analfabeta e interditada.

Tal contrato celebrado entre o requerente, pessoa incapaz, e o requerido não está albergado pela Lei, uma vez que não há nos autos procuração nem foi celebrado mediante registro público, consoante determina o art. 221 da Lei de Registros Públicos. Destaca-se, ainda, que na época da suposta assinatura do contrato, o requerente já se encontrava ineterditado.

Desta forma, ante o estatuído no art. 166, IV do CC, o contrato é nulo. Vale dizer ainda, que no presente caso, por mais que exista assinatura a rogo do requerente no contrato, destaca-se existir documento que comprova este como pessoa incapaz. Sobre o tema já há farto entendimento jurisprudencial:

CONTRATANTE ANALFABETO. EMPRESTIMO BANCARIO. DESCONHECIMENTO DO CONSUMIDOR. ATO ILICITO PRATICADO POR TERCEIRO. APONTE DO NOME DO DEVEDOR INADIMPLENTE. DANO MORAL. (...) O fornecedor tem o dever de prover o serviço com a segurança que dele se espera, assumindo a responsabilidade pelos danos que a terceiros. (TJRJ, Apelação n.º 0000731-15.2007.8.19.0044 ¿ 9ª Câmara Cível.)

AÇÃO DECLARATÓRIA DE ANULAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO. CONTRATAÇÃO BANCÁRIA COM ANALFABETO APENAS COM A APOSIÇÃO DA DIGITAL. INVALIDADE. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. Deve ser declarado nulo de pleno direito o contrato de empréstimo consignado na folha do INSS firmado por analfabeto apenas com a aposição da digital. O analfabeto é pessoa capaz, mas deve contratar apenas por escritura pública ou, se por escrito particular, através de procurador constituído.

(Apelação Cível nº 0192535-72.2009.8.13.0043, 17ª Câmara Cível do TJMG, Rel. Pedro Bernardes. j. 09.06.2011, unânime, Publ. 30.06.2011). EMENTA: APELAÇÃO. CONTRATO BANCÁRIO. EMPRÉSTIMO. PESSOA INCAPAZ. AUSÊNCIA DE ASSINATURA DA REPRESENTE LEGAL DO INTEDITADO. NULIDADE. DÍVIDA INEXISTENTE. DEVOLUÇÃO DOS VALORES INDEVIDAMENTE DESCONTADOS. DANO MORAL. FALHA PRESTAÇÃO SERVIÇO. DEVER DE INDENIZAR. (TJ- MG APELAÇÃO CIVEL AC 10024060571098002 - MG).

Logo, tenho que o contrato é inválido e nulo, razão pela qual o banco requerido não poderia realizar qualquer desconto na conta do autor.

Assim, os descontos ilegalmente realizados devem ser reparados conforme determina o parágrafo único do artigo 42 da Lei 8.078/90.

O dano material resta sobejamente comprovado, uma vez que mesmo com a decisão de deferimento de tutela antecipada para proceder a suspensão dos descontos, os documentos juntado autos pela parte autora demonstram a continuidade dos descontos indevidos referentes ao contrato de empréstimo.

Por outro lado, a impossibilidade de usar livremente de seus vencimentos gera, por si só dano moral, uma vez que o requerente teve retido seus vencimentos de forma abrupta, forçada e ilegal. Trata-se de modalidade de dano moral in re ipsa. Sobre o tema a jurisprudência é dominante, a saber:

- PROCESSUAL CIVIL. CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE

INDENIZAÇÃO. PROCEDÊNCIA. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO MEDIANTE

CONSIGNAÇÃO EM FOLHA. AUSÊNCIA DE REPASSE À INSTITUIÇÃO

FINANCEIRA. Fato que não pode ser imputado à autora que teve o numerário

correspondente às parcelas retido de seu salário. Negativação indevida. Dano moral in re ipsa. Quantum indenizatório. Obediência aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade. Precedentes desta Corte e do Superior Tribunal de Justiça. Apelo conhecido e desprovido. (Apelação Cível nº 2011.015835-0, 3ª Câmara Cível do TJRN, Rel. Convocado Welma Maria Ferreira de Menezes. unânime, DJe 27.01.2012).

- APELAÇÃO. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. CABIMENTO. EMPRÉSTIMO

MEDIANTE CONSIGNAÇÃO. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. RESPONSABILIDADE

OBJETIVA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. 1.

A instituição financeira agiu negligentemente ao contratar com terceira pessoa admitindo os documentos do apelado indevidamente. Cabia ao apelante fazer a triagem na documentação apresentada por suposto contraente no contrato de empréstimo mediante desconto em parcelas. 2. Responsabilidade objetiva da instituição financeira (fornecedor) posto correlacionada sua conduta com a teoria do risco que propende do exercício de suas atividades operacionais (bancárias), admitida a existência de defeitos relativos à prestação de serviço (arts. 14 e 17 do CDC). 3. Incontroverso que a responsabilização do agente se opera por força do simples fato da violação do preceptivo legal, uma vez comprovada a relação de causalidade entre o cometimento ilícito e o resultado lesivo, despicienda a prova do prejuízo (in re ipsa). 4. Predominante entendimento de que o dano extrapatrimonial deve ser mensurado atendendo-se aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, não podendo ser irrisório nem se apresentar como fonte de enriquecimento ilícito. Cumulatividade do dano moral e material. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO. (Apelação Cível nº 290269-09.2009.8.09.0116 (200992902690), 3ª Câmara Cível do TJGO, Rel. Stenka Isaac Neto. j. 05.06.2012, unânime, DJe 21.06.2012).

Portanto, resta demonstrado o dano material que deverá ser composto e o dano moral.

Na sua quantificação o dano moral deve levar em consideração a responsabilidade do causador, sua possibilidade econômica e a do lesado, bem como sua extensão.

A responsabilidade, consoante determina o art. 14 do CDC é objetiva com relação ao defeito nas prestações de seus serviços.

A extensão do dano está limitada em dez meses de subtração de valor indevido da conta do requerente.

O banco, por conseguinte, tem capacidade econômica elevada e o requerente possui renda mínima.

Desta forma entendo como justa a reparação do dano no montante de R$ 6.000,00 (seis mil reais), que engloba o dano em todos os processos conexos.

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a demanda para 1) CANCELAR os descontos dos empréstimos que incidem sobre o benefício da parte demandante. 2) Condenar o requerido a restituir, em dobro, todos os valores que houver indevidamente descontados do benefício da parte autora, relativos ao contrato de empréstimo, o qual declaro NULO, devidamente corrigido pelo INPC-A desde cada desembolso e acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, os quais serão devidos a partir da data do fato. 3) Condenar o requerido ao pagamento de danos morais no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), corrigidos pelo INPC/IBGE, a partir da data da prolação desta sentença, e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, até o efetivo pagamento.

Condeno o requerido ao pagamento das custas processuais e dos honorários de advogado que arbitro em 20% sobre o valor da condenação.

Caso não haja o pagamento das custas processuais até 15 (quinze) dias após o trânsito em

julgado da decisão, expeça-se certidão de não pagamento e a encaminhe à Procuradoria da Fazenda Estadual, devendo o valor estar devidamente atualizado e acrescido dos demais encargos legais, para os devidos fins - art. 46, §4º, da Lei Estadual nº 8.328/2015.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

PRIC.

Castanhal, 20 de outubro de 2021.

SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE CITAÇÃO E

INTIMAÇÃO, NOS TERMOS DA PORTARIA N. 003/2009-GJ2VCIV, podendo sua autenticidade ser comprovada no site, em consulta de 1º grau, comarca de Castanhal.

ADELINA LUIZA MOREIRA SILVA E SILVA

Juíza de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Castanhal, respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal.

PROCESSO N. 0004524-48.2011.814.0015

AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DO SEGURO DPVAT

REQUERENTE: MARIA LUZETE VENÂNCIO DOMICIANO

ADVOGADA: MARIA LUCIETE DOS SANTOS, OAB/PA N° 13.660

REQUERIDO: BRADESCO AUTO RE COMPANHIA DE SEGURO

REQUERIDO: SEGURO DPVAT LÍDER CONSÓRCIO S/A

ADVOGADO(A): BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA, OAB/PA N° 8.770

SENTENÇA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO

Vistos etc.

Cuida-se de Ação de Cobrança ajuizada por MARIA LUZETE VENÂNCIO DOMICIANO, por meio de advogado habilitado, em face de BRADESCO AUTO RE COMPANHIA DE SEGURO e SEGURO DPVAT LÍDER CONSÓRCIO S/A, estando as partes qualificadas.

Após regular tramitação do feito, foi ordenada a intimação da parte autora, para dizer sobre o seu interesse no prosseguimento do feito (fl. 162).

A intimação pessoal restou frustrada, conforme aviso de recebimento de fl. 164, tendo em vista que não foi localizado o endereço fornecido nos autos.

Expedido o Edital de intimação, deixou a autora transcorrer ¿in albis¿ o prazo sem manifestação ¿ certidão de fl. 174.

É o relato. Decido.

O autor moveu a presente ação, mas, pelo que se depreende dos autos, perdeu o interesse de prosseguir com o feito, visto que abandonou a presente causa, tanto não movimentando o feito, quanto não atualizando o endereço onde possa ser localizado, restando frustrada a intimação a ele endereçada.

Na dicção do art. 485, inciso III, do Novo Código de Processo Civil, extingue-se o processo, sem julgamento de mérito quando, por não promover os atos e diligências que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias, hipótese verificada no caso em apreço, de sorte a impor a extinção do processo.

Noutro norte, o parágrafo primeiro da norma em comento reza que, verificada tal hipótese, deverá a parte autora ser, pessoalmente, intimada para que supra a falta existente, sob pena de extinção do processo. O prazo observado, no caso, foi do antigo CPC (48h) vez que o despacho foi prolatado sob sua égide.

Contudo, não tendo o autor fornecido nos autos endereço o novo endereço onde possa ser localizado, restou frustrada sua intimação, de forma que fica configurado o abandono da causa por parte do requerente, na forma do artigo em referência.

Registre-se, por oportuno, que deve ser aplicada, no caso, a presunção de intimação prevista para a parte,

a teor do art. 274, do NCPC.

Assim, verifica-se que há falta de interesse da parte demandante na continuação do processo, configurando carência superveniente do direito de ação, uma vez que abandonou o feito.

Deste modo, diante do desinteresse do autor no prosseguimento do feito, deve o Juiz, de ofício, após as providências legais, determinar a extinção e arquivamento do processo.

ANTE O EXPOSTO, considerando a inércia da parte autora no presente caso, DECRETO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, inciso III, do Novo Código de Processo Civil.

Condeno o autor ao pagamento das custas processuais existentes. Contudo, em razão da gratuidade deferida, suspendo a exigibilidade da obrigação, com fulcro no art. 98, § 3º, do CPC/2015.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Após, com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Castanhal/PA, 21 de outubro de 2021.

SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, NOS TERMOS DA PORTARIA N. 003/2009-GJ2VCIV, podendo sua autenticidade ser comprovada no site, em consulta de 1º grau, comarca de Castanhal.

ADELINA LUIZA MOREIRA SILVA E SILVA

Juíza de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Castanhal, repondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal/PA

PROCESSO N. 0002391-96.2012.814.0015

AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO

REQUERENTE: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISEGMENTOS NPL IP ANEMA II

ADVOGADO(A): CAUÊ TAUAN DE SOUZA Y AEGASHI, OAB/SP Nº 357.590

REQUERIDA: MÁRIO JORGE DE SÁ GUERREIRO

SENTENÇA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO

Vistos os autos.

Cuida-se de Ação de Busca e Apreensão ajuizada pelo FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISEGMENTOS NPL IP ANEMA II, por meio de advogado habilitado, em face de MÁRIO JORGE DE SÁ GUERREIRO, estando as partes qualificadas.

Após regular tramitação do feito, a parte autora apresentou petição de fl. 91, pugnando pela desistência da ação.

Vieram os autos conclusos.

É o relatório. Decido.

De acordo com a nova sistemática processual civil vigente, Lei n. 13.105/2015, a qual entrou em vigor na data de 18 de março do ano em curso, a parte autora poderá apresentar pedido de desistência da ação até a sentença e, uma vez oferecida a contestação, não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da demanda (art. 485, §§ 4º e 5º, do NCPC).

Como se vê, o termo final para formular o pleito de desistência sem a necessidade de oitiva do requerido é até a apresentação da peça contestatória.

Na hipótese em análise, a requerida sequer chegou a ser citada, não se formando a relação jurídica processual.

Isto posto, homologo o pedido de desistência, para que surta seus jurídicos e legais efeitos (art. 200, parágrafo único, da lei em comento) e decreto extinto o processo sem resolução do mérito, com base no art. 485, VIII, do NCPC.

Custas pelo autor, acaso existentes, uma vez que estas não estão atreladas à formação do processo e são devidas desde o ingresso da ação, que deverão ser pagas até 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado desta decisão.

Fica a parte advertida de que na hipótese de não pagamento das custas no prazo de 15 (quinze) dias ¿ art. 46, caput, e § 4º, da Lei n. 8.328/2015 ¿ o crédito delas decorrente sofrerá atualização monetária e incidência dos demais encargos legais e será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa do Estado.

Na ausência de pagamento, cumpra a Secretaria os termos dos §§ 6 e 7º, ambos do artigo em referência.

Após, arquivem-se os autos.

P. R. I. C.

Castanhal/PA, 14 de outubro de 2021.

SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, NOS TERMOS DA PORTARIA N. 003/2009-GJ2VCIV, podendo sua autenticidade ser comprovada no site, em consulta de 1º grau, comarca de Castanhal.

ADELINA LUIZA MOREIRA SILVA E SILVA

Juíza de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Castanhal, respondendo pela 2ª Vara Cível

e Empresarial de Castanhal.

PROCESSO N. 0004933-24.2011.814.0015

AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO

REQUERENTE: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS PCG BRASIL MULTICARTEIRA

ADVOGADO(A): ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO, OAB/SP Nº 89.774

REQUERIDA: VANIA CRISPIM DA SILVA PINHEIRO

SENTENÇA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO

Vistos os autos.

Cuida-se de Ação de Busca e Apreensão ajuizada pelo FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS PCG BRASIL MULTICARTEIRA, por meio de advogado habilitado, em face de VANIA CRISPIM DA SILVA PINHEIRO, estando as partes qualificadas.

Após regular tramitação do feito, a parte autora apresentou petição de fl. 107, pugnando pela desistência da ação.

Encaminhado os autos a UNAJ, sobreveio a certidão de fl. 110-v, relatando a existencia de custas pendentes.

Intimado o autor para recolher as custas (fl. 111), este manteve-se inerte (fl. 113).

Vieram os autos conclusos.

É o relatório. Decido.

De acordo com a nova sistemática processual civil vigente, Lei n. 13.105/2015, a qual entrou em vigor na data de 18 de março do ano em curso, a parte autora poderá apresentar pedido de desistência da ação até a sentença e, uma vez oferecida a contestação, não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da demanda (art. 485, §§ 4º e 5º, do NCPC).

Como se vê, o termo final para formular o pleito de desistência sem a necessidade de oitiva do requerido é até a apresentação da peça contestatória.

Na hipótese em análise, a requerida sequer chegou a ser citada, não se formando a relação jurídica processual.

Isto posto, homologo o pedido de desistência, para que surta seus jurídicos e legais efeitos (art. 200, parágrafo único, da lei em comento) e decreto extinto o processo sem resolução do mérito, com base no art. 485, VIII, do NCPC.

Custas pelo autor, acaso existentes, uma vez que estas não estão atreladas à formação do processo e são devidas desde o ingresso da ação, que deverão ser pagas até 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado desta decisão.

Fica a parte advertida de que na hipótese de não pagamento das custas no prazo de 15 (quinze) dias ¿ art. 46, caput, e § 4º, da Lei n. 8.328/2015 ¿ o crédito delas decorrente sofrerá atualização monetária e incidência dos demais encargos legais e será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa do Estado.

Na ausência de pagamento, cumpra a Secretaria os termos dos §§ 6 e 7º, ambos do artigo em referência.

Após, arquivem-se os autos.

P. R. I. C.

Castanhal/PA, 14 de outubro de 2021.

SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, NOS TERMOS DA PORTARIA N. 003/2009-GJ2VCIV, podendo sua autenticidade ser comprovada no site, em consulta de 1º grau, comarca de Castanhal.

ADELINA LUIZA MOREIRA SILVA E SILVA

Juíza de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Castanhal, respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal.

PROCESSO N. 0004088-55.2012.8.14.0015

AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO

REQUERENTE: CREDIFIBRA S/A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

REQUERIDO: NADILTON DE LIMA COIMBRA

SENTENÇA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO

Vistos etc.

Cuida-se de Ação de Busca e Apreensão ajuizada pelo banco CREDIFIBRA S/A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, por meio de advogado habilitado, em face de NADILTON DE LIMA COIMBRA, estando as partes qualificadas.¿ ¿ ¿

Após regular tramitação do feito, com decisão deferindo o pleito liminar de busca e apreensão, a medida restou prejudicada, ante a parte requerida não mais residir no endereço informado, conforme certidão de fl. 32.

Intimado o requerente, na pessoa do advogado, fl. 68, deixou de manifestar-se.

Em despacho de fl. 71, foi determinada a intimação do banco demandante, na pessoa de seu representante legal, para que manifestasse, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do seu interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção e arquivamento.

Sendo assim, o exequente foi intimado por edital de fl. 75, entretanto não se manifestou no prazo legal (fl. 78).

É o que importa relatar. Decido.

O requerente moveu a presente ação, mas, pelo que se depreende dos autos, perdeu o interesse de prosseguir com o feito, visto que instado a se manifestar acerca de sua intenção em prosseguir com a ação, quedou-se inerte.

Deixou a parte de cumprir seus deveres processuais.

A inércia da parte diante dos deveres e ônus processuais, acarretando a paralisação do processo, faz presumir a desistência da pretensão à tutela jurisdicional. Equivale ao desaparecimento do interesse de agir, que é condição para o regular exercício do direito de ação.

Verifica-se, destarte, que há falta de interesse da parte requerente na continuação do processo, configurando carência superveniente do direito de ação, uma vez que abandonou o feito.

Conforme leciona Humberto Theodoro Júnior:

¿Diante do sistema do impulso oficial do processo (art. 262), o Juiz não está jungido a aguardar a provocação de interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralisação por culpa dos litigantes, de ofício, será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 267. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público.¿ (in Curso de Direito Processual Civil, 15ª ed, Forense, pg. 308).

Deste modo, diante do desinteresse do requerente no prosseguimento do feito, deve o Juiz, de ofício, após as providências legais, determinar a extinção e arquivamento do processo.

¿PROCESSO CIVIL ¿ AUSÊNCIA DE ANDAMENTO PROCESSUAL POR INÉRCIA DA PARTE AUTORA ¿ 1. O abandono da causa por mais de 30 (trinta) dias, sem que o autor tenha promovido os atos e diligências que lhe competia, é causa de extinção do processo sem Resolução de mérito (artigo 267, inciso III, do CPC). 2. Apelação da parte autora desprovida¿ (TRF 3ª R. ¿ AC 2001.03.99.047356-0 ¿ (736217) ¿ 10ª T. ¿ Rel. Des. Fed. Galvão Miranda ¿ DJU 11.10.2006 ¿ p. 691).

ANTE O EXPOSTO, considerando a inércia da parte requerente no presente caso, DECRETO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, inciso III, do Novo Código de Processo Civil.

Custas finais pelo requerente, acaso existentes, ficando, desde já, advertido de que não hipótese de não pagamento das custas, no prazo de 15 (quinze) dias, o crédito delas decorrentes sofrerá atualização monetária e incidência dos demais encargos legais e será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Caso não haja o recolhimento das custas conforme deliberação anterior, expeça-se certidão de crédito e a encaminhe para a Procuradoria da Fazenda Estadual para os procedimentos legais.

Após, com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Castanhal/PA, 21 de outubro de 2021.

**ADELINA LUIZA MOREIRA SILVA E SILVA**
Juíza de Direito Titular do Juizado Cível e Criminal de Castanhal,
respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal/PA

PROCESSO N. 0000707-05.2013.814.0015

AÇÃO DE DIVÓRCIO DIRETO LITIGIOSO

REQUERENTE: TEREZA CRISTINA DE SOUSA SANTOS

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA

REQUERIDO: GERCINIO MARINHO DOS SANTOS

SENTENÇA COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO

Vistos etc.

TEREZA CRISTINA DE SOUSA SANTOS, qualificada nos autos, ingressou com Ação de Divórcio Direto Litigioso em face de GERCINIO MARINHO DOS SANTOS.

Segundo a exordial, as partes são casadas em regime de comunhão parcial de bens desde o dia 09 de julho de 1996, estando separados de fato, sem possibilidade de reconciliação.

Alegou que da união advieram três filhos, sendo todos maiores de idade. Aduziu que não há bens a serem partilhados. Asseverou sobre a impossibilidade de qualquer reconciliação com o requerido.

Manifestou o desejo de voltar a usar o nome de solteira, qual seja TEREZA CRISTINA DE SOUSA.

A petição veio acompanhada dos documentos de fls. 06/11 dentre eles a certidão de casamento das partes.

Despacho inicial à fl. 15.

Citado (fl. 77), o requerido não apresentou contestação, conforme certidão de fl. 78.

Vieram os autos conclusos.

É o relatório. DECIDO.

Considerando a ausência de apresentação de contestação, decreto a revelia do requerido, com base no art. 344, do Novo Código de Processo Civil. Assim, passo ao julgamento antecipado do mérito.

O Código Civil pátrio estabelece em seu art. 1.580, § 2º, que ¿o divórcio poderá ser requerido por um ou por ambos os cônjuges, no caso de comprovada separação de fato por mais de dois anos¿.

Porém, a Emenda Constitucional n. 66 de 2010 alterou o §6º do art. 226 da Carta Magna, dispensando, inclusive o interregno de 2 dois anos, bastando, assim apenas a firme vontade do casal de findar o casamento com o divórcio.

¿In verbis¿: Art. 226, §6º, da CF/88: ¿O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio¿.

Assim, mesmo tratando-se de ação de estado, no qual não se operam os efeitos confessionais, tem-se hodiernamente que a única prova necessária para a decretação do divórcio é o firme propósito em divorciar-se.

No presente caso, vislumbra-se cumprido tal requisito.

Desta feita, não havendo nos autos discussões acerca de guarda de filhos, alimentos ou bens a ser partilhados, o julgamento antecipado da lide mostra-se plausível, sendo prescindível a intimação da parte autora para que manifeste interesse ou não pela produção de outras provas.

Por fim, diante da ausência de interesse de incapaz, ressalto a desnecessidade de nova intervenção ministerial, conforme novas disposições do art. 698, do NCPC.

Ante o exposto, com base no estatuído no art. 1580, § 2º, do Código Civil c/c art. 226, § 6º, CF, considerando satisfeitas as exigências legais JULGO PROCEDENTE o pedido e decreto por sentença o divórcio direto dos litigantes, em conformidade com o requerido na inicial. Em consequência, extingoo feito com resolução do mérito, com supedâneo no art. 487, I, do NCPC.

Condeno o requerido ao pagamento das custas processuais e de honorários advocatícios de sucumbência, que arbitro em 20% do valor da causa em prol do Fundo de Reaparelhamento da Defensoria Pública do Estado do Pará.

Fica, desde já, advertido a ré de que na ausência de pagamento das custas no prazo legal, o crédito delas decorrente sofrerá atualização monetária e incidência dos demais encargos legais e será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa (art. 46, da Lei n. 8.328/2015).

Não pagas as custas, expeça-se a respectiva certidão de crédito, na forma da legislação estadual em referência.

P. R. I. Cumpra-se.

Transitada em julgado a decisão, expeça-se Mandado de Averbação, com observância sobre o nome da divorcianda.

Castanhal, 19 de outubro de 2021.

SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, NOS TERMOS DA PORTARIA N. 003/2009-GJ2VCIV, podendo sua autenticidade ser comprovada no site, em consulta de 1º grau, comarca de Castanhal.

ADELINA LUIZA MOREIRA SILVA E SILVA

Juíza de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Castanhal, respondendo pela 2ª Vara Cível

e Empresarial de Castanhal.

PROCESSO N. 0000115-58.2013-.814.0015

AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO

REQUERENTES: DAIANE CAMILA DA SILVA CORRÊA e DAVID WILLIAN LIMA DA SILVA

ADVOGADO(A): MARIA LUCIETE VIEIRA DOS SANTOS, OAB/PA Nº 13.660

SENTENÇA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO

Vistos etc.

Cuida-se de Ação de AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO ajuizada por DAIANE CAMILA DA SILVA CORRÊA e DAVID WILLIAN LIMA DA SILVA, através de advogada habilitada.

Juntou aos autos os documentos de fls. 07/12

Após regular tramitação do feito, foi ordenada a intimação pessoal da parte autora para juntar aos autos documentod necessários para o prosseguimento do feito (fl. 43).

A primeira requerente Sra. DAIANE CAMILA DA SILVA CORRÊA foi devidamente intimada por Oficial de Justiça (fl. 45), deixou transcorrer in albis o prazo para apresentar manifestação (fl. 51).

O segundo requerente Sr. DAVID WILLIAN LIMA DA SILVA não foi intimado em razão do oficial de justiça não obter êxito na localização de seu endereço, conforme certidão de fl. 47.

Expedido o Edital de Intimação (fl. 48) este deixou transcorrer in albis o prazo para apresentar manifestação (fl. 51)

Instado a se manifestar, o Ministério Público opinou pela aplicação do art. 485, III, do NCPC (parecer às fls. 52/53).

É o que importa relatar. Decido.

A parte autora moveu a presente ação, mas, pelo que se depreende dos autos, perdeu o interesse de prosseguir com o feito, visto que instada a se manifestar acerca de sua intenção em prosseguir com a ação, quedou-se inerte.

Deixou a parte de cumprir seus deveres processuais.

A inércia da parte diante dos deveres e ônus processuais, acarretando a paralisação do processo, faz presumir a desistência da pretensão à tutela jurisdicional. Equivale ao desaparecimento do interesse de agir, que é condição para o regular exercício do direito de ação.

Verifica-se, destarte, que há falta de interesse da parte autora na continuação do processo, configurando carência superveniente do direito de ação, uma vez que abandonou o feito.

Conforme leciona Humberto Theodoro Júnior:

¿Diante do sistema do impulso oficial do processo (art. 262), o Juiz não está jungido a aguardar a provocação de interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralisação por culpa dos litigantes, de ofício, será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 267. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público.¿ (in Curso de Direito Processual Civil, 15ª ed, Forense, pg. 308).

Deste modo, diante do desinteresse da autora no prosseguimento do feito, deve o Juiz, de ofício, após as providências legais, determinar a extinção e arquivamento do processo.

¿PROCESSO CIVIL ¿ AUSÊNCIA DE ANDAMENTO PROCESSUAL POR INÉRCIA DA PARTE AUTORA ¿ 1. O abandono da causa por mais de 30 (trinta) dias, sem que o autor tenha promovido os atos e diligências que lhe competia, é causa de extinção do processo sem Resolução de mérito (artigo 267, inciso III, do CPC). 2. Apelação da parte autora desprovida¿ (TRF 3ª R. ¿ AC 2001.03.99.047356-0 ¿ (736217) ¿ 10ª T. ¿ Rel. Des. Fed. Galvão Miranda ¿ DJU 11.10.2006 ¿ p. 691).

ANTE O EXPOSTO, considerando a inércia da parte autora no presente caso, DECRETO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, inciso III, do Novo Código de Processo Civil.

Condeno a autora ao pagamento das custas processuais. Contudo, defiro os beneficios da gratuidade judiciária e suspendo a exigibilidade da obrigação, com fulcro no art. 98, § 3º, do CPC/2015.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Castanhal/PA, 18 de outubro de 2021.

SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, NOS TERMOS DA PORTARIA N. 003/2009-GJ2VCIV, podendo sua autenticidade ser comprovada no site, em consulta de 1º grau, comarca de Castanhal.

ADELINA LUIZA MOREIRA SILVA E SILVA

Juíza de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Castanhal, respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal.

PROCESSO N. 0006307-02.2016.814.0015

AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL ¿POST MORTEM¿

REQUERENTE: VANESSA CRISTINA MONTEIRO DE SOUSA

ADVOGADA: JOSÉ MAURÍCIO M. NAHON, OAB/PA 4662

REQUERIDO(A): T.O.S., menor legalmente representado por sua genitora MARIA LUCICLEIA OLIVEIRA SILVA

ADVOGADA: ANTONIO MOREIRA DE S. NETO, OAB/PA 25.118, e VERÔNICA BARROS, OAB/PA 25.204

SENTENÇA COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO

Vistos os autos.

Trata-se de Ação de Reconhecimento e Dissolução de União Estável ¿Post Mortem¿ ajuizada por VANESSA CRISTINA MONTEIRO DE SOUSA, por meio de advogado habilitado, em face de T.O.S., menor legalmente representado por sua genitora MARIA LUCICLEIA OLIVEIRA SILVA, estando as partes qualificadas.

Narra a inicial que a requerente iniciou um relacionamento com o ¿de cujus¿, passando a viver como se casados fossem, tendo perdurado por 5 (cinco) anos, findando com a morte do Sr. Antônio Sousa da Silva, então companheiro da requerente.

Aduz que, após o óbito de seu companheiro, a irmã do ¿de cujus¿ lhe solicitou o cartão do banco e a senha, bem como todos os demais documentos do falecido, sob o argumento de que a requerente não teria direito à herança do extinto, e lhe apresentou um documento para assinar, o qual a excluiria do recebimento da indenização do Seguro DPVAT.

Assevera que faz jus à verba indenizatória do seguro em referência, bem como ao recebimento da pensão por morte deixado pelo falecido, uma vez que mantinha com este um relacionamento público e duradouro e de forma contínua.

Assim, ajuizou, inicialmente, ação de natureza cautelar (fls. 03/07) por meio da qual pugnou, liminarmente, que fosse oficiado à Seguradora Líder de Seguro DPVAT para se abster de pagar o seguro a qualquer pessoa que se apresentasse como herdeiro do extinto, até ulterior deliberação judicial, bem como que determinasse ao setor competente do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará que habilitasse a autora como dependente do falecido Antonio Sousa da Silva, então integrante do quadro, para fins de recebimento de pensão por morte. Pugnou ainda pela gratuidade processual.

Juntou com a inicial os documentos de fls. 08/20.

Em despacho inicial de fl. 21, este juízo ordenou a intimação da parte autora para a comprovação do preenchimento dos requisitos necessários para a concessão dos benefícios da justiça gratuita, o que foi cumprido às fls. 22/23.

Às fls. 25/26 foi prolatada decisão interlocutória por meio da qual foi deferida a benesse da justiça gratuita e foi deferido, em parte, o pleito liminar pugnado, tão somente para determinar a expedição de ofício à Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT para que, caso existisse ou viesse a existir o requerimento administrativo por qualquer herdeiro de Antonio Sousa da Silva, fosse depositado em juízo o valor correspondente ao percentual de 50% (cinquenta por cento) da indenização.

Relativamente ao pedido de expedição de ofício ao órgão previdenciário do Corpo de Bombeiros do Estado do Pará (IGEPREVE) para o recebimento de pensão por morte, foi reconhecido que falece competência a este juízo para a apreciação do pleito.

Ordenou-se, ainda, a citação da parte requerida, bem como foi concedido o prazo de 30 (trinta) dias à parte autora para a apresentação do pedido inicial, o qual foi formulado às fls. 30/31 e 37/38.

Consta às fls. 41/43, manifestação da Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT acerca do cumprimento da ordem judicial e respectivo comprovante de depósito judicial de 50% (cinquenta por cento) da indenização do Seguro DPVAT pela morte de ANTONIO SOUSA DA SILVA, em razão de acidente automobilístico.

Citada ¿ fl. 35-v ¿ a parte requerida deixou de apresentar contestação, conforme certidão de fl. 44.

Por meio do despacho de fl. 50, foi aplicado ao caso as regras processuais do novo CPC/2015, dispostas no art. 308, tendo sido, então, designada audiência de conciliação, com a intimação das partes, esclarecendo que na ausência de acordo é que seria aberto o prazo para apresentação de contestação.

Em petição do autor protocolada à fl. 54, pugnou-se pelo julgamento antecipado da lide.

Ao ato compareceram ambas as partes ¿ termo de audiência às fls. 58/59 ¿ restando infrutífera a conciliação, razão pela qual este juízo abriu para a parte requerida o prazo de 15 (quinze) dias para oferta de contestação e procuração judicial nos autos.

Habilitação nos autos dos advogados do réu às fls. 60/63.

Contestação juntada às fls. 65/72, acompanhada dos documentos de fls. 73/83. Alegou, em sua defesa, que a autora sequer indicou a data de início do relacionamento com o ¿de cujus¿ e que o prazo de convivência aduzido na inicial, qual seja 5 (cinco) anos, não condiz com a verdade, já que falecido e mãe do requerido somente se divorciaram em 28/04/2014. Asseverou que a requerente sempre morou na casa dos genitores e que é inverídica a alegação de convivência em união estável com o extinto, pois que este residia sozinho em uma kitnet. Aduziu que a autora se aproveitou da condição de saúde do falecido, o qual padecia de psicose esquizofrenia tipo simples, para obter vantagens. Assim, pugnou pela improcedência de todos os pedidos, pela inexistência da união estável alegada.

Decisão de saneamento e organização do processo à fl. 85.

Requerida a produção de prova oral ¿ fls. 87 e 93 ¿ foi designada audiência de instrução e julgamento ¿ fl. 101 ¿ a qual ocorreu aos 6 (seis) dias do mês de junho do ano de 2019 (dois mil e dezenove), conforme termo acostado às fls. 103/103-v.

Foram colhidos os depoimentos de duas testemunhas da parte autora, ouvidas na qualidade de informantes, quais sejam, Sr. Iorles Manoel Barbosa Freitas e Sra. Maria das Graças de Carvalho Nascimento.

Alegações finais ofertadas às fls. 104/107 pela parte autora. Deixou o requerido de oferece-las ¿ certidão à fl. 112.

Instado a se manifestar ¿ fl. 113 ¿ o órgão ministerial apresentou parecer às fls. 114/118, opinando favoravelmente ao reconhecimento da união estável entre a autora e o falecido.

Vieram os autos conclusos.

É o breve relatório. Decido.

O cerne da questão cinge-se em saber se a autora e o falecido conviveram em união estável até o advento da morte deste, a fazer jus a autora ao reconhecimento judicial dessa circunstância e os efeitos patrimoniais decorrentes.

As relações humanas, com o passar dos tempos, sofreram diversas alterações, as quais também moldam a legislação pátria. Deste modo, há tempos a união estável é reconhecida como entidade familiar, devidamente protegida, nos termos do art. 266, §3º, da Constituição Federal:

¿Art. 266. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

[...]

§3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento¿.

Ensina Maria Berenice que a ¿Constituição acabou por reconhecer juridicidade ao **afeto** ao elevar as uniões constituídas pelo vínculo de afetividade à categoria de entidade familiar¿ (DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias. 5. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. P. 160).

O Código Civil brasileiro, por sua vez, estabelece os critérios necessários para que a união estável seja reconhecida. Dispõe referido diploma legal:

¿Art. 1.723. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família¿.

Destarte, explica Maria Berenice (2009, p. 161):

¿Nasce a união estável da convivência, simples fato jurídico que evolui para a constituição de **ato jurídico,** em face dos direitos que brotam dessa relação. O que se exige é a efetiva convivência ¿more uxorio¿, com características de uma união familiar, por um prazo que denote estabilidade e objetivo de manter a vida em comum entre o homem e a mulher assim compromissados. Por mais que a união estável seja o espaço do não instituído, à medida que é regulamentada vai ganhando contornos de casamento. Tudo que é disposto sobre as uniões extramatrimoniais tem como referência a união matrimonializada. Com isso, aos poucos, vai deixando de ser **união livre** para ser união amarrada às regras impostas pelo Estado. Esse é um paradoxo com o qual é preciso aprender a conviver, pois, ao mesmo tempo em que

não se quer a intervenção do Estado nas relações mais íntimas, busca-se a sua **interferência** para lhes dar legitimidade e proteger a parte economicamente mais fraca. Ao se criar o instituto da união estável e disciplinar as relações daí decorrentes, não se abandonou a estrutura formal da relação jurídica. Daí a advertência de Carlos Eduardo Ruzyk: o desafio do operador do direito é fazer com que a leitura do fenômeno jurídico da união estável não se opere na perspectiva da valorização abstrata, mas das pessoas concretas que travam essas relações, de tal forma que o modelo possa ser tão-só um instrumento de realização da dignidade humana, e não um fim em si mesmo¿.

Cabe, portanto, ao Estado delimitar as relações jurídicas decorrentes das uniões havidas entre o homem e a mulher, razão pela qual disciplinou a união estável estabelecendo os contornos legais que circundam referido instituto.

Deve-se aferir se as provas constantes dos autos são capazes de comprovar o preenchimento dos requisitos legais, configurando a união estável alegada.

A autora colacionou aos autos fotografias (fls. 17/20) onde aparece com o falecido em diferentes ocasiões. A despeito de serem poucas, já demonstram a existência do relacionamento de carinho e afeto entre os dois, até mesmo em meados do divórcio do extinto com a genitora do requerido, o qual se deu em 28 de abril de 2014. Isso porque, conforme se vê da data da declaração aposta pela autora em sua rede social ¿ fl. 19 ¿ qual seja 12 de maio de 2014, é possível inferir que o relacionamento entre o casal teve início anterior ao próprio reconhecimento judicial da dissolução da sociedade conjugal anterior.

Noutro norte, os depoimentos dos informantes foram enfáticos em demonstrar que entre a autora e o falecido havia um relacionamento público e notório, com as características de um casamento, ou seja, logo após o divórcio o casal passou a conviver como se casados fossem.

O informante IORLES MANOEL BARBOSA FREITAS relatou que era amigo do falecido e que este conviveu com a autora, na residência desta, os dois últimos anos antes de vir à óbito, bem como que o casal já namorava antes disso.

Já a informante MARIA DAS GRAÇAS DE CARVALHO NASCIMENTO declarou que conhecia o ¿de cujus¿ como esposo da autora. Informou que foi convidada pelo extinto para ser madrinha de casamento dele e da autora um mês antes do falecimento daquele e que foi o marido da informante que fez o frete de mudança do extinto para a casa da requerente.

Como se vê, resta caracterizada a convivência pública, contínua e duradoura, estabelecida com o objetivo de constituição de família entre o Sr. Antonio Sousa da Silva e a Sra. Vanessa Cristina Monteiro de Sousa.

Ressalte-se que, mesmos os depoimentos tendo sido prestados por informantes, diante da relação de proximidade e amizade dos mesmos com a autora, não há absolutamente nada nos autos que retire sua confiabilidade, validade e força probante, o que os tornam eficazes para o convencimento deste juízo acerca da existência da união estável.

Nesse sentido:

HORAS EXTRAS. DEPOIMENTOS PRESTADOS POR INFORMANTES.VALIDADE. O juiz é livre para apreciar as provas dos autos (art. 131 do CPC ). Se os depoimentos prestados por informantes foram considerados confiáveis e suficientes à formação de seu convencimento, e inexistindo qualquer prova em sentido contrário, podem ser utilizados como fundamento da condenação. A valoração de tais depoimentos compete exclusivamente aos juízos de primeiro e segundo graus, soberanos em matéria de prova e que, pela proximidade com as partes, testemunhas e informantes, inclusive pelo contato pessoal com eles mantido, são capazes de concluir com maior precisão acerca de sua honestidade, veracidade e confiabilidade.Embargos não conhecidos.

Logo, o reconhecimento da união estável é medida que se impõe. Acerca do tema, citam-se os seguintes julgados:

DIREITO CIVIL. AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL. POST MORTEM. REQUISITOS PREENCHIMENTO. I - Para o reconhecimento da união estável, há se comprovar o preenchimento dos requisitos constitucionais e legais, quais sejam, a convivência pública, contínua e duradoura entre as partes, com o intuito de formar família. II  Demonstrada de forma inequívoca a união estável das partes, a partilha dos bens adquiridos na sua constância deve ser realizada, segundo o disposto no art. 5º da Lei nº 9.278 /96 e no art. 1725 do Código Civil. III. Deu-se provimento ao recurso.

(TJ/DF. APC 20140310345504. REL. JOSÉ DIVINO DE OLIVEIRA. ÓRGÃO JULGADOR: 6ª TURMA CÍVEL. JULGAMENTO: 09/03/2016. DJE: 13/03/2016).

UNIÃO ESTÁVEL - Possibilidade de análise nos próprios autos do inventário - União estável caracterizada Posse de estado de casados - Preenchimento dos requisitos constitucionais e legais Provas suficientes a atestar aludida entidade familiar Além do mais, houve concordância dos outros agravantes (filhos do falecido), ausente qualquer tipo de resistência Seguro de vida em que a agravante aparece como beneficiária na qualidade de "esposa" Demais disso, deve-se prestigiar a economia processual Precedentes jurisprudenciais - Prosseguimento do feito originário com o reconhecimento da união estável - Recurso provido.

(TJ/SP. AI 2002525420148260000. REL. RAMON MATEO JÚNIOR. ÓRGÃO JULGAMENTO: 7ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO. JULGAMENTO: 12/03/2014. DJE: 20/03/2014)

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos da parte autora, para reconhecer a união estável entre a parte demandante e o Sr. Antonio Sousa da Silva e dissolver referido instituto, em decorrência do

falecimento deste, bem como para reconhecer o direito da autora ao recebimento do percentual de 50% (cinquenta por cento) da indenização do Seguro DPVAT pela morte de ANTONIO SOUSA DA SILVA, em razão de acidente automobilístico, o qual já se encontra depositado em conta judicial (fls. 41/43).

E, por conseguinte, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do CPC/2015.

Condeno o requerido ao pagamento das custas e honorários advocatícios que fixo em 20% (vinte por cento) do valor da causa, com fulcro no art. 85, §2º, do CPC/2015.

Fica a parte advertida de que na hipótese de não pagamento das custas, no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado da sentença, o crédito delas decorrente sofrerá atualização monetária e incidência dos demais encargos legais pela Secretaria de Estado da Fazenda e será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa do Estado ¿ art. 46, caput, Lei n. 8.328/2015.

Na ausência de pagamento, cumpra a Secretaria os termos dos parágrafos do artigo 46 da lei em referência, com as alterações introduzidas pela Lei n. 9.217, de 05 de março de 2021, relativamente à instauração de procedimento administrativo de cobrança das custas. ¿ ¿ ¿

Após o trânsito em julgado, expeça-se alvará em favor da parte autora para levantamento da quantia da indenização e, após, nada mais havendo, arquive-se.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

SERVE O PRESENTE DESPACHO / DECISÃO / SENTENÇA COMO MANDADO / CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO / CARTA PRECATÓRIA / OFÍCIO / ALVARÁ / CONTRA-MANDADO, NOS TERMOS DA PORTARIA N. 003/2009-GJ2VCIV, podendo sua autenticidade ser comprovada no site, em consulta de 1º grau, comarca de Castanhal.

Castanhal/PA, 15 de outubro de 2021.

ADELINA LUIZA MOREIRA SILVA E SILVA

Juíza de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Castanhal/PA,

respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal/PA

PROCESSO N. 0008611-76.2013-.814.0015

AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO

REQUERENTE: VALDINETE CARNEIRO DA SILVA

ADVOGADO(A): ZUILA JAQUELINE COSTA LIMA, OAB/PA Nº 16.313

SENTENÇA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO

Vistos etc.

Cuida-se de Ação de AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO ajuizada por VALDINETE CARNEIRO DA SILVA, através de advogada habilitada.

Juntou aos autos os documentos de fls. 14/37

Após regular tramitação do feito, foi ordenada a intimação pessoal da parte autora para mostrar interesse no prosseguimento do feito (fl. 60), o que restou impossibilitado em razão da autora não mais residir no endereço fornecido.

Expedido o Edital de Intimação (fl. 63) deixou a autora transcorrer in albis o prazo para apresentar manifestação (fl. 71)

Instado a se manifestar, o Ministério Público opinou pela improcedência do pedido (72/73).

É o que importa relatar. Decido.

A parte autora moveu a presente ação, mas, pelo que se depreende dos autos, perdeu o interesse de prosseguir com o feito, visto que instada a se manifestar acerca de sua intenção em prosseguir com a ação, quedou-se inerte.

Deixou a parte de cumprir seus deveres processuais.

A inércia da parte diante dos deveres e ônus processuais, acarretando a paralisação do processo, faz presumir a desistência da pretensão à tutela jurisdicional. Equivale ao desaparecimento do interesse de agir, que é condição para o regular exercício do direito de ação.

Verifica-se, destarte, que há falta de interesse da parte autora na continuação do processo, configurando carência superveniente do direito de ação, uma vez que abandonou o feito.

Conforme leciona Humberto Theodoro Júnior:

¿Diante do sistema do impulso oficial do processo (art. 262), o Juiz não está jungido a aguardar a provocação de interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralisação por culpa dos litigantes, de ofício, será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 267. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público.¿ (in Curso de Direito Processual Civil, 15ª ed, Forense, pg. 308).

Deste modo, diante do desinteresse da autora no prosseguimento do feito, deve o Juiz, de ofício, após as providências legais, determinar a extinção e arquivamento do processo.

¿PROCESSO CIVIL ¿ AUSÊNCIA DE ANDAMENTO PROCESSUAL POR INÉRCIA DA PARTE AUTORA

¿ 1. O abandono da causa por mais de 30 (trinta) dias, sem que o autor tenha promovido os atos e diligências que lhe competia, é causa de extinção do processo sem Resolução de mérito (artigo 267, inciso III, do CPC). 2. Apelação da parte autora desprovida¿ (TRF 3ª R. ¿ AC 2001.03.99.047356-0 ¿ (736217) ¿ 10ª T. ¿ Rel. Des. Fed. Galvão Miranda ¿ DJU 11.10.2006 ¿ p. 691).

ANTE O EXPOSTO, considerando a inércia da parte autora no presente caso, DECRETO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, inciso III, do Novo Código de Processo Civil.

Condeno a autora ao pagamento das custas processuais. Contudo, em razão da gratuidade judiciária deferida, suspendo a exigibilidade da obrigação, com fulcro no art. 98, § 3º, do CPC/2015.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Castanhal/PA, 19 de outubro de 2021.

SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, NOS TERMOS DA PORTARIA N. 003/2009-GJ2VCIV, podendo sua autenticidade ser comprovada no site, em consulta de 1º grau, comarca de Castanhal.

ADELINA LUIZA MOREIRA SILVA E SILVA

Juíza de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Castanhal, respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal.

PROCESSO N. 0002879-51.2012 .8.14.0015

AÇÃO DE REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO

REQUERENTE: JACINILDO BORGES PEREIRA

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

SENTENÇA COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO

Vistos etc.

Cuida-se de Ação de Restauração de Registro Civil de Nascimento ajuizada por JACINILDO BORGES PEREIRA, através da Defensoria Pública do Estado, por meio da qual afirma que ao requerer junto ao Cartório do Unico Oficio do Distrito de Vila Santa Rosa da Comarca de Vigia/PA, a segunda via da sua certidão de nascimento, foi informado que o referido assento era inexistente naquela serventia.

Assim, pugnou pela restauração do seu registro de nascimento, com todos os dados constantes do processo. Requereu ainda a gratuidade processual.

Acostou aos autos documentação probatória.

Por meio do despacho de fl. 13 foi deferida a gratuidade processual e ordenada remessa dos autos ao Ministério Público.

Em petição de fl. 14-v , o Ministério Público pugnou pela audiência de Justificação.

Em despacho de fl. 16 foi ordenada a expedição de Oficios ao Cartório do Unico Oficio do Distrito de Vila Santa Rosa para manifestação. Contudo, não houveram respostas dos oficios até a presente data.

É o relatório. DECIDO.

Estabelece o art. 46 e seus parágrafos, da Lei n. 6.015/1973 ¿ Lei de Registros Públicos ¿ com as modificações introduzidas pela Lei n. 11.790, de 02-10-2008, que as declarações de nascimento realizadas após o decurso do prazo legal serão levadas a efeito no lugar da residência do interessado, devendo o requerimento ser assinado por duas testemunhas.

Suspeitando o oficial da serventia haver falsidade na declaração, poderá exigir do requerente provas suficientes do alegado ou, persistindo a suspeita, deverá encaminhar os autos ao juízo competente.

Assim, percebe-se, em regra, a desnecessidade de intervenção do Poder Judiciário para que sejam registrados extemporaneamente os nascimentos das pessoas naturais. Tal intervenção somente se justifica se houver fundadas suspeitas do oficial do Registro Civil acerca das declarações do requerente.

Contudo, a hipótese em análise trata-se de uma situação peculiar.

Isso porque, o postulante chegou a ter em seu poder certidão de nascimento a qual dava conta do assento de seu nascimento junto ao Cartório do Unico Oficio do Distrito de Vila Santa Rosa da Comarca de Vigia/PA, sob o Termo n. 3921, no Livro A-09, fl. 178, nascido em 15/03/1987, em Vigia/PA (fl. 08)

Observa-se que com referida certidão foi até mesmo possível a expedição de documentos públicos do autor, dentre eles RG e CPF (fl.05).

Contudo, informa o Cartório do Unico Oficio do Distrito de Vila Santa Rosa da Comarca de Vigia/PA, que inexiste o assento de nascimento do autor na aludida serventia (certidão negativa de fl. 09).

Assim, infere-se do conjunto probatório que, na verdade, nunca houve o registro de nascimento do autor, de sorte que a vertente demanda não se trata de pedido de restauração de assento, mas de registro de nascimento extemporâneo.

Vale ressaltar ainda que não há necessidade de se ouvir testemunhas, eis que inquestionável a existência do postulante, havendo prova concreta da veracidade de suas declarações, razão pela qual deixo de designar audiência de justificação e passo ao julgamento antecipado do mérito.

Ante o exposto, julgo procedente o pedido e determino que seja expedido o competente mandado ao Cartório de Registro Civil de Castanhal/PA, local de atual domicílio do autor, a fim de que se registre o nascimento de JACINILDO BORGES PEREIRA, com todos os dados constantes do processo, conforme

exigência do art. 54 da Lei de Registros Públicos. Em consequência, decreto extinto o processo com resolução do mérito, com supedâneo no art. 487, I, do NCPC.

Custas pelo requerente. Contudo, em razão da gratuidade concedida, suspendo a exigibilidade da obrigação, na forma do art. 98, § 3º, do NCPC.

Serve a presente decisão como mandado para fins de registro.

Transitada em julgado a decisão, remetam-se o mandado ao cartório competente, o qual deverá ser cumprido sem ônus à parte autora, e após, nada mais havendo, arquivem-se os autos.

Ciência ao Ministério Público e ao órgão da Defensoria Pública.

P. R. I. Cumpra-se.

Castanhal, 22 de outubro de 2021.

SERVE O PRESENTE DESPACHO/DECISÃO/SENTENÇA COMO MANDADO/CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO/ OFÍCIO/ ALVARÁ/ CONTRA-MANDADO, NOS TERMOS DA PORTARIA N. 003/2009-GJ2VCIV, podendo sua autenticidade ser comprovada no site, em consulta de 1º grau, comarca de Castanhal.

ADELINA LUIZA MOREIRA SILVA E SILVA

Juíza de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Castanhal, repondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal/PA

**COMARCA DE BARCARENA**

**SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BARCARENA**

**PROCESSO Nº 0000680-41.2005.8.14.0008**

**EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL**

**EXECUTADO: MTG SERVICOS TECNICOS LTDA**

**SENTENÇA**

Trata-se de execuç¿o fiscal ajuizada pela fazenda pública.

Nos autos consta informaç¿o de que n¿o foi localizado o devedor e/ou localizados bens penhoráveis em nome do mesmo.

É o breve Relatório. Decido.

O presente feito comporta julgamento neste instante processual.

Assim refiro porque, no caso em tela, indiscutivelmente operou-se a chamada prescriç¿o intercorrente, a qual se opera quando ultrapassado prazo superiora 06 (seis) anos a partir do momento em que n¿o se deu a localizaç¿o do devedor ou de bens penhoráveis deste.

Ou seja, para ocorrência da prescriç¿o intercorrente há a necessidade de pedido da Exequente para suspens¿o dos atos executivos, por um ano, após o que começa a transcorrer o prazo de 5 anos. Transcorrido in albis o prazo de 5 anos declara-se a prescriç¿o.

Com efeito, o Superior Tribunal de Justiça entendeu que n¿o localizados bens do devedor, já se inicia o prazo de suspens¿o da execuç¿o **de forma automática, sem necessidade de despacho judicial.**

No presente caso, evidencia-se claramente que a situaç¿o se adapta perfeitamente ao dispositivo legal supracitado e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, tendo em vista que processo ficou sem manifestaç¿o da parte autora **por mais de 05 anos**, sem que o exequente providenciasse o andamento efetivo do feito.

Ante o exposto, **julgo extinta a presente execuç¿o fiscal**, com resoluç¿o de mérito pela ocorrência da prescriç¿o intercorrente, e o faço nos termos do artigo 487, II e 924, V do novo Código de Processo Civil e artigo 174, do Código Tributário Nacional, c/c artigo 40, parágrafo 4º, da Lei 6830/80.

Sem custas e honorários.

Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Barcarena/PA, 29 de agosto de 2021.

**CARLA SODRÉ DA MOTA DESSIMONI**

Juíza de Direito

**PROCESSO N° 0005457-66.2016.8.14.0008**

**REQUERENTE: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA**

**ADVOGADOS: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR, OAB/PA Nº 16837-A, MARIA LUCILIA GOMES, OAB/ PA N° 84206.**

**REQUERIDO: ALYSSON ARLIN DOS SANTOS LEAO**

**SENTENÇA**

Trata-se de aç¿o de busca e apreens¿o, ajuizada por ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO NACIONAL HONDA LTDA em face de ALYSSON ARLIN DOS SANTOS LEAO, em que o requerente peticionou pleitando a homologaç¿o da desistência da presente aç¿o por n¿o possuir mais interesse no prosseguimento do feito.

**É o relatório. Decido.**

Homologo a desistência a fim de que surtam seus jurídicos e legais efeitos, pelo que **extingo** o processo sem resoluç¿o do mérito, nos termos do art. 485, VIII do CPC.

Expeça-se o necessário.

Custas pelo requerente.

P. R. I. C.

Barcarena/PA, 04 de outubro de 2021.

CARLA SODRÉ DA MOTA DESSIMONI

Juíza de Direito

**PROCESSO N° 0006245-80.2016.8.14.0008**

**REQUERENTE: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA**

**ADVOGADOS: ADVOGADOS: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR, OAB/PA Nº 16837-A, MARIA LUCILIA GOMES, OAB/ PA N° 84206.**

**REQUERIDO: JORGE ANTONIO ROCHA MONTEIRO**

**SENTENÇA**

Trata-se de aç¿o de busca e apreens¿o, ajuizada por ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO NACIONAL HONDA LTDA em face de JORGE ANTÔNIO ROCHA MONTEIRO, em que o requerente peticionou pleitando a homologaç¿o da desistência da presente aç¿o por n¿o possuir mais interesse no prosseguimento do feito.

**É o relatório. Decido.**

Homologo a desistência a fim de que surtam seus jurídicos e legais efeitos, pelo que **extingo** o processo sem resoluç¿o do mérito, nos termos do art. 485, VIII do CPC.

Expeça-se o necessário.

Custas pelo requerente.

P. R. I. C.

Barcarena/PA, 04 de outubro de 2021.

CARLA SODRÉ DA MOTA DESSIMONI

Juíza de Direito

**PROCESSO N° 0000443-70.2010.8.14.0008**

**REQUERENTES: MARIA DE NAZARE OLIVEIRA DA SILVA E ALDINEIA SILVA MOURA**

**ADVOGADO: REGINA MARIA SOARES BARRETO DE OLIVEIRA, OAB/PA N° 7508**

**SENTENÇA**

Trata-se de aç¿o de alvará judicial, ajuizada através de advogado.

Os atos praticados observaram o procedimento previsto em lei.

**É o relatório. Decido**.

O art. 485, III do CPC preceitua que o processo se extingue, sem resoluç¿o do mérito, quando, por n¿o promover os atos e diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias.

Compulsando os autos vê-se que estes estavam parados por mais de 30(trinta) dias, que o promovente foi intimado, através de seu advogado, para movimentar o processo, tendo transcorrido o lapso de 05 (cinco) dias sem que o impulsionasse, o que demonstra negligência e desinteresse no prosseguimento.

Sendo assim, com esteio nos arts. 203, 316, 354, 485, III e § 1º do CPC, **extingo** o processo sem resoluç¿o do mérito.

Sem incidência de custas processuais e honorários advocatícios, haja vista n¿o ter havido sucumbente e a extinç¿o do processo n¿o ter sido decorrente de requerimento de nenhuma das partes com base em desistência, em renúncia ou em reconhecimento do pedido, mas em raz¿o da inércia da parte autora (arts. 85, caput e 90, caput do CPC).

Em decorrência, cumpram-se as seguintes determinaç¿es:

1. publique-se, registre-se e intimem-se;

2. havendo trânsito em julgado, arquivar, fisicamente e via LIBRA;

3. ocorrendo interposiç¿o de recurso ou outra medida impugnativa, certificar a respeito da tempestividade e retornar conclusos.

Barcarena/PA, 04 de outubro de 2021.

**CARLA SODRÉ DA MOTA DESSIMONI**

Juíza de Direito

**PROCESSO N° 0000827-06.2006.8.14.0008**

**EXEQUENTE: C.K.D.S.G.**

**REPRESENTANTE: ANIDETE ARAUJO DA SILVA**

**ADVOGADO: ALBERTO JOSÉ DOS SANTOS FIGUEIREDO, OAB/PA N° 11.143**

**EXECUTADO: ODIMAR DE JESUS GUEDES**

**SENTENÇA**

Trata-se de execução ajuizada por ANIDETE ARAÚJO DA SILVA em desfavor de ODIMAR DE JESUS GUEDES.

Determinada a intimação da parte autora, não houve manifestação quanto ao seu interesse no prosseguimento do feito.

**É o relatório. Decido.**

A presente demanda deve ser extinta sem resolução de mérito diante dos argumentos que seguem.

Prevê o art. 485, inc. III, que a demanda deve ser extinta sem resolução do mérito quando, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias, por não promover os atos e diligências que lhe competir.

O § 1º, do citado artigo, entretanto, prevê a necessidade de que seja intimado o requerente, pessoalmente, para manifestar interesse no prosseguimento do feito.

Assim, considerando que mesmo intimada a requerente não manifestou interesse no prosseguimento do feito, entendo que o processo deve ser extinto.

À vista do exposto, com fulcro nos arts. 274, parágrafo único e 485, III, § 1º do CPC, **extingo** o processo sem resolução do mérito.

Dê-se ciência.

Custas em condição suspensiva de exigibilidade, em razão da gratuidade deferida nos autos.

Transitado em julgado, arquivem-se os presentes autos.

P. R. I. C.

Barcarena/PA, 07 de outubro de 2021.

**CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI**

Juíza de Direito

**PROCESS N° 0001524-27.2012.8.14.0008**

**APELADO: ROSANA PRISCILA COSTA BRAGA**

**ADVOGADOS: DENNIS SILVA CAMPOS, OAB/PA N° 15811, EDUARDA NADIA NABOR TAMASAUSKAS, OAB/PA Nº 22.330.**

**APELANTE: ESTADO DO PARA**

DESPACHO

1- A exequente alega em petição às fls. 161/162 o descumprimento de decisão judicial pela supressão do pagamento de adicional de interiorização do seu contracheque a partir do mês de junho de 2021, pelo que requer o seu reestabelecimento.

Contudo não assiste razão ao exequente, eis que o STF, no exercício do controle concentrado de constitucionalidade, declarou a inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa do inciso IV do art.

48 da Constituição do Pará e da Lei Estadual n$^{Q}$ 5.652/1991, modulação dos efeitos da decisão para preservar a coisa julgada nos casos somente nos casos que tenha sobrevindo antes do julgamento da ADI, preservando-se os efeitos decorrentes da norma impugnada até a data de 21/12/2020.

Assim, não há nenhuma ilegalidade na decisão administrativa do Estado do Pará que suspendeu o pagamento mensal do adicional de interiorização, pelo que INDEFIRO o pedido.

2- Cumpra-se o despacho de fls. 160.

3- Após, retornem os autos conclusos.

P.I.

Barcarena/PA, 07 de outubro de 2021

CARLA SOBRE DA MOTA DESSiMONI Juíza de Direito

RESENHA: 08/11/2021 A 12/11/2021 - SECRETARIA DA 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE BARCARENA - VARA: 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE BARCARENA PROCESSO: 00006472020108140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 REQUERENTE:OLIVIA MOURA SILVA Representante(s): OAB 14550-A - ANA CAROLINA CARVALHO DIAS (ADVOGADO) REQUERIDO:PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA. DESPACHO 1-Â Â Â Â Â Intime-se o advogado da parte autora para que ingresse com pedido de cumprimento de sentenÃ§a no sistema PJE, devendo apresentar os documentos pessoais do autor, sentenÃ§a, certidÃ£o de transito em julgado e planilha atualizada de cÃ¡lculos, nos termos a portaria nÂº 1833/2020-GP, de 03/09/2020 - TJPA. Prazo: 30 dias. 2-Â Â Â Â Â ApÃ³s, certifique-se nos presentes autos e arquive-se. 3-Â Â Â Â Â Intime-se via DJE. Â Â Â Barcarena, 08 de novembro de 2021. CARLA SODRÃ DA MOTA DESSIMONI JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00037682620128140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 REQUERENTE:RAIMUNDO ROBERTO PACHECO DE FREITAS Representante(s): OAB 15811 - DENNIS SILVA CAMPOS (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA. SENTENÃA Â Â Â Â Â Vistos e etc. Â Â Â Â Â Â Â O(A) autor(a) supra identificado(a) propÃ´s AÃ§Ã£o OrdinÃ¡ria contra o ESTADO DO PARA aduzindo que lhe estÃ¡ sendo negado o pagamento do adicional de interiorizaÃ§Ã£o a que tem direito por exercer suas atividades como servidor militar da ativa no interior do Estado, nos termos do que prevÃª a Lei Estadual 5.652/1991. Â Â Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â Â Â Em despacho inaugural, foi deferida a gratuidade processual e determinada a citaÃ§Ã£o do ente pÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o houve citaÃ§Ã£o do requerido atÉ a presente data. Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Verifico que houve a perda superveniente do objeto deste feito, eis que o objeto da demanda era o pagamento de adicional de interiorizaÃ§Ã£o, com fundamento na lei estadual 5652/91, eis que a norma foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, em se tratando o feito de processo de conhecimento, em observÃ¢ncia ao precedente obrigatÃ³rio, nos termos do dispÃµe o art. 927 do CPC c/c art. 28, parÃ¡grafo Ãºnico da lei 9868/99, impondo-se a declaraÃ§Ã£o de perda do objeto do pedido autoral, diante da inconstitucionalidade das normas que previram o pagamento do chamado adicional de interiorizaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Deste modo, com fulcro nos arts. 203, Â§ 1Âº, 354, 485, VI e 493, caput do CPC, extingo o processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Sem incidÃªncia de custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios. Â Â Â Â Â Â Publique-se, registre-se e intimem-se; Â Havendo trÂ¢nsito em julgado, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Barcarena/PA, 03 de novembro de 2021. CARLA SODRÃ DA MOTA DESSIMONI JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00085677320168140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Averiguação de Paternidade em: 08/11/2021 REQUERENTE:M. D. P. REPRESENTANTE:MARIA RAIMUNDA PRAZERES NAZARE Representante(s): OAB 16638 - BERNARDO BRITO DE MORAES (DEFENSOR) REQUERIDO:JOSE ERLAN ALVES DA SILVA. SentenÃ§a Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cuidam os autos de aÃ§Ã£o de investigaÃ§Ã£o de paternidade manejada por Maria Raimunda Prazeres NazarÉ, qualificada nos autos, atravÉs da Defensoria PÃºblica, em face de JosÉ Erlan Alves da Silva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Designada audiÃªncia para coleta de exame de DNA, a autora nÃ£o compareceu ao ato, embora devidamente intimada, conforme certidÃ£o acostada aos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante da ausÃªncia da parte autora que nÃ£o compareceu ao ato designado sem qualquer justificativa, o que demonstra a falta de interesse no seu prosseguimento, JULGO EXTINTO o processo sem resoluÃ§Ã£o do seu mÃ©rito com fulcro no art. 475, inciso II do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, certificado o trÂ¢nsito em julgado, arquive-se com as cautelas de praxe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Barcarena, 08 de novembro de 2021. CARLA SODRÃ DA MOTA DESSIMONI JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00808209320158140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Outras medidas provisionais em: 08/11/2021 PROMOTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:ESTADO DO PARA. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico que a parte interessada nÃ£o se manifesta nos autos hÃ¡ mais de cinco anos, nÃ£o havendo qualquer movimentaÃ§Ã£o nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que o processo estÃ¡ paralisado sem qualquer manifestaÃ§Ã£o, o que demonstra a falta de interesse no prosseguimento do feito, impÃµe-se o arquivamento do feito, pelo que julgo extinto o feito, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, com fundamento no art.

485, inciso III, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios, em razÃ£o da sÃºmula nÂº 512 do STF. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Barcarena, 08 de novembro de 2021. Carla SodrÃ© da Mota Dessimoni JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00003091920088140008 PROCESSO ANTIGO: 200810002359 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Ação Civil Pública em: 09/11/2021 REQUERENTE:DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE BARCARENA. 1Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE BARCARENA PÃ¡gina de 1 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o Civil PÃºblica, ajuizada pela Defensoria PÃºblica do Estado do ParÃ¡ em face do MunicÃ-pio de Barcarena, ambos qualificados nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Verifico que houve a perda superveniente do objeto deste feito, eis que a municipalidade alojou as famÃ-lias atingidas pelo desabamento em uma escola e forneceu alimentaÃ§Ã£o adequada durante esse perÃ-odo. Â Â Â Â Â Â Â AlÃ©m disso, formalizou acordo com as referidas famÃ-lias atingidas em pagar o valor a tÃ-tulo de indenizaÃ§Ã£o, tendo realizado o adimplemento por meio de cheque nonimal, e doado 07(sete) moradias aos substituÃ-dos. Â Â Â Â Â Â Â Assim, ante o exposto, entendo que assiste razÃ£o ao MinistÃ©rio PÃºblico, restando manifestamente caracterizada aÂ perda do objeto da presente aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Deste modo, com fulcro nos arts. 203, Â§ 1Âº, 354, 485, VI e 493, caput do CPC, extingo o processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Sem incidÃªncia de custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios. Â Â Â Â Â Â Publique-se, registre-se e intimem-se; Â Havendo trÃ¢nsito em julgado, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Barcarena/PA, 26 de outubro de 2021. CARLA SODRÃ DA MOTA DESSIMONI JuÃ-za de Direito FÃ³rum Des. InÃ¡cio de Sousa Moitta Â¿ Av. MagalhÃ£es Barata, s/nÂº, Centro, Barcarena/PA Â¿ Tel (91) 3753-4049 Â¿ CEP 68.445-000 Juiz de Direito Emerson Benjamim Pereira de Carvalho. PROCESSO: 00017618920068140008 PROCESSO ANTIGO: 200210002058 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 MENOR:ROSANGELA RIBEIRO DIAS DA CONCEICAO Representante(s): OAB 12925 - ANA LAURA MACEDO SA (DEFENSOR) REQUERIDO:ESTADO DO PARA - SECRETARIA EXECUTIVA DE ESTADO DE SEGURANCA PUBLICA Representante(s): OAB 111111111111 - PROCURADOR DO ESTADO DO PARA (PROCURADOR(A)) REQUERENTE:MANUEL DURVALINDO CAMPOS DA CONCEICAO. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico que a parte nÃ£o se manifesta nos autos hÃ¡ mais de cinco anos, nÃ£o havendo qualquer movimentaÃ§Ã£o nos autos, nÃ£o sendo a autora sequer localizada no endereÃ§o indicado na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que o processo estÃ¡ paralisado sem qualquer manifestaÃ§Ã£o, o que demonstra a falta de interesse no prosseguimento do feito, impÃµe-se o arquivamento do feito, pelo que julgo extinto o feito, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, com fundamento no art. 485, inciso III, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Barcarena, 27 de outubro de 2021. Carla SodrÃ© da Mota Dessimoni JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00468110820158140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Procedimento Sumário em: 09/11/2021 REQUERENTE:JOAO NUNES DE SOUZA Representante(s): OAB 16638 - BERNARDO BRITO DE MORAES (DEFENSOR) REQUERIDO:B V FINANCEIRA. DESPACHO 1)Â Â Â Â Â Considerando que a parte requerente aceitou a proposta de acordo formulada Ã fl. 30, intime-se a parte requerida para efetuar o depÃ³sito do valor em conta judicial vinculada a este juÃ-zo no prazo de 10 dias. Â Â Â Â Â 2) Em seguida, expeÃ§a-se alvarÃ¡ judicial em favor da requerente. Â Â Â Â Â P.I. Â Â Â Â Â Barcarena/PA, 08 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00797946020158140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Cautelar Inominada em: 09/11/2021 REPRESENTANTE:JOANA DIAS BITTENCOURT Representante(s): OAB 16192 - MARIVALDO NUNES DO NASCIMENTO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) REPRESENTANTE:ADELSO DIAS BITENCOURT Representante(s): OAB 16192 - MARIVALDO NUNES DO NASCIMENTO (ADVOGADO) REQUERENTE:ACO PARA INDUSTRIA DE PERFILADOS DE ACO LTDA. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico que a parte nÃ£o se manifesta nos autos hÃ¡ mais de cinco anos, nÃ£o havendo qualquer movimentaÃ§Ã£o nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As partes devidamente intimadas nÃ£o se manifestaram nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que o processo estÃ¡ paralisado sem qualquer manifestaÃ§Ã£o, o que demonstra a falta

de interesse no prosseguimento do feito, impÃµe-se o arquivamento do feito, pelo que julgo extinto o feito, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, com fundamento no art. 485, inciso III, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas. Feito sob o pÃ¡tio da justiÃ§a gratuita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Barcarena, 09 de novembro de 2021. Carla SodrÃ© da Mota Dessimoni JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00058136620138140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Agravo de Instrumento em: 11/11/2021 REQUERENTE:NORTE OPERAÇÕES DE TERMINAIS LTDA Representante(s): OAB 10144 - GLADISTON DA PAIXAO LOPES (ADVOGADO) OAB 18198 - JORGE VICTOR CAMPOS PINA (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cuidam os autos de AÃÃO ANULATÃRIA DE DÃBITO FISCAL manejada por NORTE OPERAÃÃES DE TERMINAIS LTDA em face de ESTADO DO PARÃ. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Indeferido o pedido liminar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A autora requereu a desistÃªncia da aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto Posto, homologo o pedido de desistÃªncia requerido pela parte autora e JULGO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO SEM RESOLUÃÂ¿O DO MÃRITO, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Custas pelo requerente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Barcarena, 11 de novembro de 2021. CARLA SODRÃ DA MOTA DESSIMONI JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00141890220178140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Processo de Apuração de Ato Infracional em: VITIMA: M. A. S. REPRESENTADO: M. S. R. AUTOR: M. P. E. P.

RESENHA: 12/11/2021 A 12/11/2021 - SECRETARIA DA 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE BARCARENA - VARA: 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE BARCARENA PROCESSO: 00000374220098140008 PROCESSO ANTIGO: 200910000146 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/11/2021 REQUERIDO:AMAZONIA CELULAR S/A Representante(s): OAB 15048 - LUIZ OTAVIO SOUZA FERREIRA JUNIOR (ADVOGADO) REQUERENTE:ROBERTO DA SILVA TAVARES Representante(s): OAB 6721 - MARIA ORCILENE MAGNO OLIVEIRA (ADVOGADO) . SENTENÃA Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â ROBERTO DA SILVA TAVARES ingressou com aÃ§Ã£o de cancelamento de serviÃ§os telefÃ´nicos c/c indenizaÃ§Ã£o por danos morais em face de AMAZÃNIA CELULAR S/A por inscriÃ§Ã£o indevida nos cadastros de proteÃ§Ã£o ao crÃ©dito. Â Â Â Â Â Â Â Alega o autor que Ã© cliente da operadora de telefonia desde 2003, tendo solicitado o cancelamento de sua linha telefÃ´nica em setembro de 2007. Contudo, que mediante oferta de desconto na compra de novo aparelho de celular que seria pago em dez parcelas inclusos na fatura telefÃ´nica, desistiu do pedido de cancelamento. Â Â Â Â Â Â Â Ocorre o autor usufruÃ-a de desconto no valor de R$ 66,50, que foi retirado sem qualquer aviso, apÃ³s a aquisiÃ§Ã£o do novo aparelho celular, o que aumentou o valor a ser pago mensalmente. Que a partir do mÃªs de outubro/2013, o autor deixou de efetuar o pagamento das faturas por nÃ£o concordar com os valores cobrados pela requerida. Â Â Â Â Â Â Â Sustenta ainda que sua linha telefÃ´nica foi cancelada, tendo seu nome inscrito no cadastro de inadimplentes, recebendo as faturas dos meses de novembro e dezembro de 2007 e dos meses de janeiro a junho de 2008. Â Â Â Â Â Â Â Citada, a requerida apresentou contestaÃ§Ã£o (fls. 112/121), sustentando em preliminar a sucessÃ£o do polo passivo da presente demanda, em razÃ£o da incorporaÃ§Ã£o da AMAZÃNIA CELULAR pela empresa TNL PCS. S.A. No mÃ©rito, alegou ausÃªncia de ato ilÃ-cito por parte da rÃ©, pela culpa exclusiva do consumidor e a ausÃªncia de comprovaÃ§Ã£o de dano moral indenizÃ¡vel. Pugnou ainda pela condenaÃ§Ã£o do autor por litigÃ¢ncia de mÃ¡-fÃ©. Â Â Â Â Â Â Â Na audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o, infrutÃ-fera a tentativa de acordo entre as partes. Determinada a apresentaÃ§Ã£o de alegaÃ§Ãµes finais pelas partes. Â Â Â Â Â Â Â As partes apresentaram alegaÃ§Ãµes finais, ratificando os termos da petiÃ§Ã£o inicial e contestaÃ§Ã£o, respectivamente. Â Â Â Â Â Â Â Relatado. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Preliminarmente, determino a correÃ§Ã£o do polo passivo da presente aÃ§Ã£o, passando constar a empresa TNL PCS S/A, em razÃ£o da incorporaÃ§Ã£o informada Ã s fls. 135/136, devendo a secretaria proceder com as anotaÃ§Ãµes necessÃ¡rias junto ao sistema. Â Â Â Â Â Â Â Tratando-se de uma relaÃ§Ã£o de consumo, a inversÃ£o do Ã´nus da prova Ã© autorizada pelo art. 6Âº, VIII do CDC, quando verossÃ-mil a alegaÃ§Ã£o ou quando o consumidor for hipossuficiente. Â Â Â Â Â Â Â No mÃ©rito, invertido o Ã´nus da prova, caberia Ã requerida produzir provas da efetiva e regular prestaÃ§Ã£o do

serviÃ§o, materializada na exibiÃ§Ã£o de contrato assinado entre as partes. Â Â Â Â Â Â Â Verifico que a promovida nÃ£o comprovou a existÃªncia do contrato entre as partes e nÃ£o acostou aos autos documento que invalidasse as alegaÃ§Ãµes do autor. Â Â Â Â Â Â Â Por conseguinte, nÃ£o comprovado a existÃªncia do contrato por qualquer meio legal de prova, o autor faz jus ao reconhecimento da inexistÃªncia de contrato de prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os entre as partes, bem como das obrigaÃ§Ãµes daÃ-advindas. Â Â Â Â Â Â Â Quanto ao pedido de indenizaÃ§Ã£o a tÃ-tulo de Danos Morais, entendo que o pedido nÃ£o merece prosperar. Â Â Â Â Â Â Â Ã necessÃ¡rio analisar se ocorreu um ato ilÃ-cito, se deste ato houve um dano, e se hÃ¡ nexo causal entre o ato e o dano, o que levaria a responsabilidade do rÃ©u em reparar os prejuÃ-zos advindos da negativaÃ§Ã£o indevida do autor junto aos Ã³rgÃ£os de cadastros de proteÃ§Ã£o ao crÃ©dito. Â Â Â Â Â Â Â No caso, nÃ£o diviso que a conduta da concessionÃ¡ria tenha importado em violaÃ§Ã£o moral. Isto porque, apesar de ter ocorrido cobranÃ§a indevida, a demandada demonstrou por meio dos documentos acostados aos autos (fls. 124/130) que o nome do autor nÃ£o se encontra negativado em razÃ£o do dÃ©bito discutido. Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ verossimilhanÃ§a na alegaÃ§Ã£o da ocorrÃªncia dos danos morais, em razÃ£o de que o demandante nÃ£o juntou aos autos documentos comprobatÃ³rios da negativaÃ§Ã£o alegada, nÃ£o fazendo jus a indenizaÃ§Ã£o pleiteada. Â Â Â Â Â Â Â Ã vista de todo o exposto, com base no art. 487, I do CPC, resolvo o mÃ©rito, julgo parcialmente procedente a demanda apenas para declarar inexistente a relaÃ§Ã£o contratual entre as partes com o cancelamento de eventual cobranÃ§a em aberto. Â Â Â Â Â Â Â Custas pro rata. Deixo de arbitrar honorÃ¡rios advocatÃ-cios em razÃ£o da sucumbÃªncia recÃ-proca. Â Â Â Â Â Â Â P. R. I.C. Â Â Â Â Â Â Â Barcarena/PA, 05 de novembro de 2021. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI. JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00015580220128140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Busca e Apreensão em: 12/11/2021 AUTOR:NORTE EMPREENDIMENTOS Representante(s): OAB 10144 - GLADISTON DA PAIXAO LOPES (ADVOGADO) REU:GERMANA TRANSPORTES DE CARGAS E PASSAGEIROS LTDA. Rh. 1) Certifique-se se a parte autora ingressou com a aÃ§Ã£o principal de busca e apreensÃ£o, nos termos do art. 839 e seguintes do CPC vigente Ã©poca. 2) ApÃ³s, retornem os autos conclusos. P.I. Barcarena, 03 de fevereiro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular PROCESSO: 00034434120188140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Procedimento Sumário em: 12/11/2021 REQUERENTE:SAMUEL DA SILVA SARMENTO Representante(s): OAB 20476 - MAURICIO PIRES RODRIGUES (ADVOGADO) REQUERIDO:UNIAO NORTE DO PARANA DE ENSINO UNOPAR. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o de declaraÃ§Ã£o de inexigibilidade de dÃ©bito c/c indenizaÃ§Ã£o por danos morais, com pedido de tutela de urgÃªncia, ajuizada por SAMUEL DA SILVA SARMENTO em face de UNIÃO NORTE DO PARANA DE ENSINO - UNOPAR. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O autor aduziu que foi aprovado para o curso de serviÃ§o social oferecido pela requerida, contudo solicitou o cancelamento da matrÃ-cula na data de 23 de marÃ§o de 2015, contudo a requerida exigiu o pagamento referente Ã s seis parcelas do primeiro semestre do curso.Â Que efetuou o pagamento de algumas parcelas mesmo sem ter cursado o referido curso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, aduziu que houve negativaÃ§Ã£o do seu nome perante o serasa em funÃ§Ã£o da cobranÃ§a deÂ mensalidade, mesmo apÃ³s oÂ trancamentoÂ da matrÃ-cula. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante disso, requereu tutela de urgÃªncia, para retirada do seu nome dos cadastros de restriÃ§Ã£o de crÃ©dito. Ao final, requereu a procedÃªncia a demanda, com declaraÃ§Ã£o de inexigibilidade dos valores cobrados pela rÃ© e condenaÃ§Ã£o da rÃ© a restituiÃ§Ã£o do valor pago pelo autor R$ 713,52 (setecentos e treze reais e cinquenta e dois centavos) em dobro, bem como por danos morais em R$ 10.000,00 (dez mil reais). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Recebida a inicial para processamento pelo rito da lei 9099/95. NÃ£o concedida a tutela antecipada, sendo designada audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o, instruÃ§Ã£o e julgamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na audiÃªncia, nÃ£o houve acordo entre as partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A parte requerida apresentou contestaÃ§Ã£o, alegando atendimento Ã solicitaÃ§Ã£o deÂ trancamentoÂ da matrÃ-cula pelo autor em abril de 2015 e inexistÃªncia de dano moral e material. A rÃ© afirma que o dÃ©bito inscrito tem relaÃ§Ã£o com as parcelas devidas pelo autor referente ao primeiro semestre do curso. Assim, a cobranÃ§a seria devida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O autor nÃ£o se manifestou em rÃ©plica. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Inicialmente, deve-se consignar que a demanda comporta julgamento antecipado do mÃ©rito, nos termos do artigo 355, I, do CÃ³digo de Processo Civil (CPC), pois as provas acostadas aos autos sÃ£o suficientes para o deslinde da controvÃ©rsia, nÃ£o havendo necessidade de produÃ§Ã£o de outras provas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de efetiva relaÃ§Ã£o de consumo, de modo que em conformidade com o artigo 6o, inciso VIII, da Lei 8.078/90, impÃµe-se a inversÃ£o do Â¿onus probandiÂ¿, em razÃ£o da

hipossuficiÃªncia tÃ©cnica do consumidor, alÃ©m de verossÃ-meis suas alegaÃ§Ãµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Observa-se que o autor nÃ£o cursou nem o primeiro semestre do curso de serviÃ§o social, solicitando o cancelamento do curso em marÃ§o de 2015, o qual sÃ³ foi efetivado pela requerida em abril de 2015. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A rÃ© menciona que o valor cobrado Ã© devido, eis que previsto no contrato assinado pelas partes que o aluno Ã© obrigado a efetuar o pagamento das seis mensalidades do semestre apÃ³s a efetivaÃ§Ã£o da matrÃ-cula. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Contudo, a exigÃªncia da quantia pela rÃ© importa em enriquecimento sem causa, dada a ausÃªncia de contraprestaÃ§Ã£o a justificar um dÃ©bito de elevada monta. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, uma vez que nÃ£o ficou demonstrada legalidade da dÃ-vida, uma vez que o autor nÃ£o cursou o semestres cobrado pela requerida Ã© de rigor o reconhecimento da abusividade do debito indicado na inicial, declarando-se, por conseguinte, a sua inexigibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Relativamente ao pedido de repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito, no montante de R$ 713,52 (setecentos e treze reais e cinquenta e dois centavos), procedente o pedido, uma vez que as mensalidades foram cobradas pela parte requerida sem que o autor frequentasse o curso de serviÃ§o social. De outra banda, o requerido nÃ£o comprovou a efetiva frequÃªncia do autor no referido curso a justificar a cobranÃ§a das mensalidades. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por sua vez, no que tange ao pedido de indenizaÃ§Ã£o por danos morais, em primeiro lugar, deve-se considerar a negativaÃ§Ã£o indevida do nome do autor no Serasa, hipÃ³tese que enseja dano moral in re ipsa, de acordo com reiterada jurisprudÃªncia do Superior Tribunal de JustiÃ§a, bastando, portanto, a comprovaÃ§Ã£o da inscriÃ§Ã£o da dÃ-vida de forma ilegÃ-tima. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No tocante ao quantum indenizatÃ³rio, Ã© cediÃ§o que a indenizaÃ§Ã£o por dano moral deve ser fixada tendo em vista a gravidade e a extensÃ£o do dano (artigo 944, do CÃ³digo Civil), bem como a condiÃ§Ã£o econÃ´mico-financeira da vÃ-tima e do agressor, de modo inibir aÂ prÃ¡ticaÂ de outros atos da mesma natureza e a compensar a vÃ-tima pelo dano extrapatrimonial experimentado, sem, contudo, propiciar-lhe enriquecimento sem causa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante disso e tendo em vista os princÃ-pios da proporcionalidade e da razoabilidade, fixo indenizaÃ§Ã£o no valor pleiteado de R$ 8.000,00 (oito mil reais). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, com fulcro no artigo 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedente o pedido do autor, para: (a) declarar a inexigibilidade do dÃ©bito debatido nos presentes autos, determinando a retirada do nome do autor dos cadastros de proteÃ§Ã£o de crÃ©dito; (b) condenar a rÃ© ao pagamento de repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito no valor de R$1427,04 (mil quatrocentos e vinte sete reais e quatro centavos) a ser corrigido monetariamente pelo INPC da data do pagamento e acrescido de juros moratÃ³rios de 1% (um por cento) ao mÃªs desde a citaÃ§Ã£o c) condenar a rÃ© ao pagamento de indenizaÃ§Ã£o, a tÃ-tulo de dano moral, no valor de R$8.000,00 (oito mil reais), a ser corrigido monetariamente pelo INPC e acrescido de juros moratÃ³rios de 1% (um por cento) ao mÃªs desde a citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e honorÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Barcarena, 05 de novembro de 2021. CARLA SODRÃ DA MOTA DESSIMONI JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00071886820148140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 12/11/2021 REQUERENTE:BUBRAS COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA Representante(s): OAB 8008 - GEORGES CHEDID ABDULMASSIH JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:MAFRIBAR- MATADOURO E FRIGORÍFICO DE BARCARENA. Rh. 1) Chamo o processo Ã ordem para determinar a citaÃ§Ã£o do executado, por edital, com prazo de 20 dias. 2) ApÃ³s, retornem os autos conclusos. P.I. Barcarena, 05 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular PROCESSO: 00075913720148140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Ação Civil Pública Infância e Juventude em: 12/11/2021 MENOR:J. S. R. REPRESENTANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA INTERESSADO:MUNICIPIO DE BARCARENA PREFEITURA MUNICIPAL. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cuidam os autos de aÃ§Ã£o de AÃ§Ã£o Civil PÃºblica manejada pelo MinistÃ©rio PÃºblico do ParÃ¡ com a finalidade de internaÃ§Ã£o compulsÃ³ria do adolescente JOSIAS DOS SANTOS RIBEIRO, nascido em 19 de marÃ§o de 1997. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O processo teve regular andamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Acostado aos autos informaÃ§Ã£o do falecimento do adolescente, conforme sentenÃ§a de extinÃ§Ã£o da punibilidade do processo criminal n.0005669-872016.814.0008. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Embora o processo tenha regular andamento, o falecimento do autor obsta o prosseguimento do feito, eis que impossÃ-vel o cumprimento do objeto da lide. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto Posto, considerando que ausente a condiÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o de possibilidade jurÃ-dica do pedido, JULGO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO SEM RESOLUÃÂ¿O DO MÃRITO, com fundamento no artigo 485, inciso VI, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â

Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Barcarena, 05 de junho de 2021. CARLA SODRÃ DA MOTA DESSIMONI JuÃ-za de Direito

RESENHA: 16/11/2021 A 16/11/2021 - SECRETARIA DA 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE BARCARENA - VARA: 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE BARCARENA PROCESSO: 00001935920108140008 PROCESSO ANTIGO: 20101000156 3 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 16/11/2021 REQUERENTE:ALBRASALUMINIO BRASILEIRO SA Representante(s): OAB 18761 - TARCILA KELLY SANCHES PEREIRA (ADVOGADO) OAB 9664 - VICTOR ANDRE TEIXEIRA LIMA (ADVOGADO) OAB 9685 - DENNIS VERBICARO SOARES (ADVOGADO DATIVO) REQUERIDO:JANILSON MORAES PANTOJA. PÃ¡gina de 1 1Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE BARCARENA Ã© SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o de ReintegraÃ§Ã£o de Posse ajuizada por ALBRAS ALUMINIO BRASILEIRO S/A em face de JANILSON MORAES PANTOJA, em que o requerente peticionou pleitando a homologaÃ§Ã£o da desistÃªncia da presente aÃ§Ã£o por nÃ£o possuir mais interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Homologo a desistÃªncia a fim de que surtam seus jurÃ-dicos e legais efeitos, pelo que extingo o processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 485, VIII do CPC. Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Custas pelo autor. Â Â Â Â Â Â Â P. R. I. C. Â Â Â Â Â Â Â Â Barcarena/PA, 07 de outubro de 2021. CARLA SODRÃ DA MOTA DESSIMONI JuÃ-za de Direito FÃ³rum Des. InÃ¡cio de Sousa Moitta Â¿ Av. MagalhÃ£es Barata, s/nÂº, Centro, Barcarena/PA Â¿ Tel (91) 3753-4049 Â¿ CEP 68.445-000 Juiz de Direito Emerson Benjamim Pereira de Carvalho. PROCESSO: 00002622620118140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Procedimento Comum Cível em: 16/11/2021 REQUERENTE:ELIVONETE SOUSA BORGES Representante(s): OAB 14926 - RAFAEL FROIS PINTO (ADVOGADO) OAB 19677 - JOAO VICTOR DIAS GERALDO (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA. 1Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE BARCARENA DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Considerando o pedido de cumprimento de sentenÃ§a e documentos acostados aos autos, cumpram-se as seguintes determinaÃ§Ãµes: Â Â Â Â Â Â Â 1. intime-se o executado, na pessoa de seu representante judicial, mediante carga ou remessa, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias Ãºteis e nos prÃ³prios autos, impugnar a execuÃ§Ã£o (CPC, arts. 219, caput, 535, caput e 536, Â§ 4o); Â Â Â Â Â Â Â 2. vindo aos autos impugnaÃ§Ã£o, intimar o(s) exequente(s) (atravÃ©s de seu advogado - Via Dje) para manifestaÃ§Ã£o sobre esta no prazo de 15 (quinze) dias (CF, art. 5Âº, XXXV, CPC, art. 513, caput e 920, I e Decreto-lei nÂº 4.657/1942, art. 4Âº, caput);1 Â Â Â Â Â Â Â 3. publique-se e intimem-se; Â Â Â Â Â Â Â 4. retornar conclusos apÃ³s o cumprimento dos itens anteriores. Â Â Â Â Â Â Â Barcarena/PA, 09 de junho de 2021. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI JuÃ-za de Direito 1 Â¿Apesar da omissÃ£o legal, interposta a impugnaÃ§Ã£o, o exequente-impugnado serÃ¡ intimado para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias, em aplicaÃ§Ã£o subsidiÃ¡ria do art. 920, I, do Novo CPC, e em respeito ao princÃ-pio do contraditÃ³rio. O impugnado, nesse prazo, poderÃ¡ contestar a impugnaÃ§Ã£oÂ¿ (NEVES, Daniel Amorim AssumpÃ§Ã£o. Manual de Direito Processual Civil. 8. ed. rev. atual. Salvador: JusPodivm, 2016. 1.281 p.). FÃ³rum Des. InÃ¡cio de Sousa Moitta - Av. MagalhÃ£es Barata, s/nÂº, Centro, Barcarena/PA - Tel (91) 3753-4049 - CEP 68.445-000 PÃ¡gina de 1 PROCESSO: 00002661120148140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Procedimento Sumário em: 16/11/2021 REQUERENTE:INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA - IEPAM Representante(s): OAB 16171 - SERGIO COSTA ARAUJO (ADVOGADO) OAB 15405 - CAMILA CHAVES JACOB (ADVOGADO) REQUERIDO:BRAXLEY ROBBESON PEREIRA. PÃ¡gina de 1 1Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE BARCARENA Ã© SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o de busca e apreensÃ£o ajuizada por INSTITUTO DE EDUCAÃÃO PERMANENTE DA AMAZÃNIA- IEPAM em desfavor de BRAXLEY ROBBESON PEREIRA. Â Â Â Â Â Â Â Determinada a intimaÃ§Ã£o da parte autora, nÃ£o houve manifestaÃ§Ã£o quanto ao seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â A presente demanda deve ser extinta sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito diante dos argumentos que seguem. Â Â Â Â Â Â Â PrevÃª o art. 485, inc. III, que a demanda deve ser extinta sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito quando, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias, por nÃ£o promover os atos e diligÃªncias que lhe competir. Â Â Â Â Â Â Â O Â§ 1Âº, do citado artigo, entretanto, prevÃª a necessidade de que seja intimado o requerente, pessoalmente, para manifestar interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Â Â Assim, considerando

que mesmo intimada a requerente nÃ£o manifestou interesse no prosseguimento do feito, entendo que o processo deve ser extinto. Â Â Â Â Â Â Â Ã vista do exposto, com fulcro nos arts. 274, parÃ¡grafo Ãºnico e 485, III, Â§ 1Âº do CPC, extingo o processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Custas pelo autor. Â Â Â Â Â Â Â Transitado em julgado, arquivem-se os presentes autos. Â Â Â Â Â Â Â P. R. I. C. Â Â Â Â Â Â Â Barcarena/PA, 29 de setembro de 2021. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI JuÃ-za de Direito FÃ³rum Des. InÁcio de Sousa Moitta Â¿ Av. MagalhÃ£es Barata, s/nÂº, Centro, Barcarena/PA Â¿ Tel (91) 3753-4049 Â¿ CEP 68.445-000 Juiz de Direito Emerson Benjamim Pereira de Carvalho. PROCESSO: 00005392420138140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Cumprimento de sentença em: 16/11/2021 REQUERENTE:TATIANA MARIA DA SILVA XISTO Representante(s): OAB 13426 - JACOB GONCALVES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:TRANSBRASILIANA TRANSPORTES E TURISMO LTDA Representante(s): OAB 17847 - ANDRE ARAUJO FERREIRA (ADVOGADO) OAB 15.201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) . 1Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE BARCARENA Â Â Â Â Â Â Â © DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Diante da inexistÃªncia de bens passÃ-veis de penhora, jÃ¡ tendo sido expedido certidÃ£o de inteiro teor, determino o arquivamento do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Barcarena/PA, 14 de outubro de 2021. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI JuÃ-za de Direito FÃ³rum Des. InÁcio de Sousa Moitta Â¿ Av. MagalhÃ£es Barata, s/nÂº, Centro, Barcarena/PA Â¿ Tel (91) 3753-4049 Â¿ CEP 68.445-000 PÃ¡gina de 1 PROCESSO: 00005735720088140008 PROCESSO ANTIGO: 200810004321 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 16/11/2021 REQUERENTE:BANCO PANAMERICANO S/A Representante(s): OAB 122.535 - LEONARDO COIMBRA NUNES (ADVOGADO) FERNANDO JOSE DE CARVALHO (ADVOGADO) REQUERIDO:EDENILDO RODRIGUES DA CONCEICAO. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico que a parte nÃ£o se manifesta nos autos hÃ¡ mais de cinco anos, nÃ£o havendo qualquer movimentaÃ§Ã£o nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que o processo estÃ¡ paralisado sem qualquer manifestaÃ§Ã£o, o que demonstra a falta de interesse no prosseguimento do feito, impÃµe-se o arquivamento do feito, pelo que julgo extinto o feito, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, com fundamento no art. 485, inciso III, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pagas as custas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Barcarena, 19 de outubro de 2021. Carla SodrÃ© da Mota Dessimoni JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00006486720158140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Mandado de Segurança Cível em: 16/11/2021 MENOR:A. F. R. REPRESENTANTE:BRUNA SALOMON FOSSATI RAJAO Representante(s): OAB 13426 - JACOB GONCALVES DA SILVA (ADVOGADO) REPRESENTANTE:DANIEL ANDRADE RAJAO Representante(s): OAB 13426 - JACOB GONCALVES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:IRENE GOMES REQUERIDO:RENATO GODINHO. SENTENÃA Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cuidam os autos de Mandado de SeguranÃ§a manejado por AMANDA FOSSATI RAJÃO, representada por seus genitores qualificados na inicial, em face de IRENE GOMES E RENATO GODINHO, pessoa jurÃ-dica de direito privado, alegando ter direito lÃ-quido e certo a ser reassentada ou indenizada por preencher os requisitos fixados pela requerida.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico que incabÃ-vel o ingresso de Mandado de SeguranÃ§a no presente caso, uma vez que a autoridade apontada como coatora nÃ£o se trata de autoridade pÃºblica a permitir o manejo do mandamus, uma vez que se trata de mero funcionÃ¡rio de pessoa jurÃ-dica de direito privado, somente sendo passÃ-vel de mandado de seguranÃ§a quando no exercÃ-cio de atribuiÃ§Ãµes do Poder PÃºblico (art. 5Âº, LXIX da CF), o que nÃ£o ocorre no caso concreto, pelo que indefiro a petiÃ§Ã£o inicial, nos termos do art. 10 da lei 12.016/2009. Â Â Â Â Â REVOGO A DECISÃO LIMINAR DEFERIDA NOS AUTOS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas. Â Â Â Â Â Intimem-se as partes via DJE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Barcarena, 14 de outubro de 2021. CARLA SODRÃ DA MOTA DESSIMONI JuÃ-za de Direito Titular PROCESSO: 00007316420098140008 PROCESSO ANTIGO: 200910005774 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 16/11/2021 REQUERENTE:BANCO BMG SA Representante(s): OAB 6686 - CARLA SIQUEIRA BARBOSA (ADVOGADO) OAB 20951-A - GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELLI (ADVOGADO) OAB 11831 - VANESSA SANTOS LAMARAO (ADVOGADO) OAB 20953-A - RODRIGO FRASSETTO GOES (ADVOGADO) REQUERIDO:FAUSTINO FERREIRA DA SILVA. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â

Compulsando os autos, verifico que a parte nÃ£o se manifesta nos autos hÃ¡ mais de cinco anos, nÃ£o havendo qualquer movimentaÃ§Ã£o nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que o processo estÃ¡ paralisado sem qualquer manifestaÃ§Ã£o, o que demonstra a falta de interesse no prosseguimento do feito, impÃµe-se o arquivamento do feito, pelo que julgo extinto o feito, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, com fundamento no art. 485, inciso III, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pagas as custas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÂ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Barcarena, 19 de outubro de 2021. Carla SodrÃ© da Mota Dessimoni JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00008651820118140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Cumprimento de sentença em: 16/11/2021 REQUERENTE:AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA Representante(s): OAB 14305 - CARLOS GONDIM NEVES BRAGA (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA DO SOCORRO DA SILVA COSTA REQUERIDO:MIGUEL DE JESUS BARRETO. 1Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE BARCARENA Â SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico que a parte nÃ£o se manifesta nos autos hÃ¡ mais de 05(cinco) anos, nÃ£o havendo qualquer movimentaÃ§Ã£o nos autos apÃ³s essa data. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que o processo estÃ¡ paralisado hÃ¡ mais de 05(cinco) anos sem qualquer manifestaÃ§Ã£o, o que demonstra a falta de interesse no prosseguimento do feito, impÃµe-se o arquivamento do presente cumprimento de sentenÃ§a , com as devidas baixas junto ao sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Custas em condiÃ§Ã£o suspensiva de exigibilidade, em razÃ£o da gratuidade deferida no feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Barcarena/PA, 01 de outubro de 2021 Carla SodrÃ© da Mota Dessimoni JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00008709020118140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 16/11/2021 REQUERENTE:BANCO ITAUCARD SA Representante(s): OAB 13106 - STENIO RAYOL ELOY (ADVOGADO) OAB 12306 - ANA PAULA BARBOSA DA ROCHA GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA DORES V QUEIROZ PEREIRA. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico que a parte nÃ£o se manifesta nos autos hÃ¡ mais de cinco anos, nÃ£o havendo qualquer movimentaÃ§Ã£o nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que o processo estÃ¡ paralisado sem qualquer manifestaÃ§Ã£o, o que demonstra a falta de interesse no prosseguimento do feito, impÃµe-se o arquivamento do feito, pelo que julgo extinto o feito, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, com fundamento no art. 485, inciso III, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pagas as custas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÂ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Barcarena, 19 de outubro de 2021. Carla SodrÃ© da Mota Dessimoni JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00010248220178140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Procedimento Comum Cível em: 16/11/2021 REQUERENTE:LUCILEIA SILVA DOS SANTOS Representante(s): OAB 22583 - JAIRO DO SOCORRO DOS SANTOS DA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:CARLOS ALBERTO P DE BARROS. PÃ¡gina de 3 1Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE BARCARENA SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o de Danos Materiais e Morais pleiteada por LUCICLÃIA SILVA DOS SANTOS em face de CARLOS ALBERTO P. DE BARROS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Narra a petiÃ§Ã£o inicial que a requerente firmou contrato verbal com o rÃ©u na data de 20.07.2015 para pagar o valor total de R$ 1.770,00 (um mil setecentos e setenta reais) pelo equivalente a 01(uma) porta de vidro temperada, devendo esta ser entregue no prazo de 15(quinze) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Informa que, apesar de ter adiantado o pagamento no valor total de R$ 1.500, 00 (mil e quinhentos reais) o requerido nÃ£o cumpriu com a obrigaÃ§Ã£o de entrega da mercadoria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, requer a procedÃªncia da aÃ§Ã£o para fins de reparaÃ§Ã£o de Danos materiais no valor de R$ 1.500,00( mil e quinhentos reais), lucros cessantes no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), alÃ©m de danos morais no valor de R$ 5.000,00( cinco mil reais). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Citada a parte requerida nÃ£o apresentou contestaÃ§Ã£o, conforme certificado Ã fl. 19. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BREVE RELATO. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verifico que, regularmente citada (fl.16-v), a parte demandada nÃ£o apresentou contestaÃ§Ã£o, motivo pelo qual, nos termos do art. 344 do CPC, impÃµe-se a decretaÃ§Ã£o de sua revelia sendo imperativo acolher como verdadeiros os fatos alegados pela parte requerente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso, diante do recibo apresentado Ã fl. 09, verifico que os fatos articulados na petiÃ§Ã£o inicial possuem verossimilhanÃ§a, reforÃ§ando a ficÃ§Ã£o imposta pelo citado dispositivo da lei adjetiva, sobretudo por forÃ§a da violaÃ§Ã£o do princÃ-pio da boa-fÃ© objetiva por parte do demandado, o qual, devidamente cientificado de todo o ocorrido, deixou de cumprir com as

obrigaÃ§Ãµes que pactuou em contrato verbal, impondo-se, assim, o ressarcimento requerido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por outro lado, nÃ£o vislumbro a ocorrÃªncia de danos morais e lucros cessantes devido ao autor, uma vez que a situaÃ§Ã£o explicitada trata-se de mero aborrecimento inapto a gerar o direito a indenizaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o restou claro o abalo moral consistente na dor, vexame e humilhaÃ§Ã£o fora do comum, pois nÃ£o hÃ¡ prova segura da ocorrÃªncia dos fatos e nem das proporÃ§Ãµes alegadas pelo autor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vejamos jurisprudÃªncia: Ementa:Â RECURSO INOMINADO. AÃÂ¿O DE INDENIZAÃÂ¿O PORÂ DANOSÂ MORAIS. OFENSAS VERBAIS.Â DIFAMAÃÂ¿O. AUSÃNCIA DE PROVA. OFENSAS NÂ¿O COMPROVADAS.Â DANOÂ MORALÂ NÂ¿O CARACTERIZADO. PEDIDOÂ IMPROCEDENTE. PEDIDO CONTRAPOSTO. PROVA COLIGIDA QUE APONTA TER A PARTE AUTORA SE DIRIGIDO AO TRABALHO DO RÃU E REALIZADO DENÃNCIA DE AGRESSÂ¿O FÃSICA CONTRA A SUA ESPOSA, SEM PROVAS.Â DANOSÂ MORAIS OCORRENTES. QUANTUM REDUZIDO. 1. Narra a parte autora que foi vÃ-tima deÂ difamaÃ§Â¿oÂ por parte do rÃ©u, que teria proferido palavras ofensivas a sua honra, perante seu esposo e demais militares, no local de trabalho. 2. Embora o rÃ©u assuma tenha realizado comentÃ¡rio ao marido da demandante, nÂ¿o houve a conotaÃ§Â¿o que a demandante busca fazer parecer, de modo a afastar a pretensÂ¿o de condenaÃ§Â¿o do rÃ©u ao pagamento de indenizaÃ§Â¿o porÂ danosÂ morais. A ausÃªncia de prova contundente acerca do abaloÂ moralÂ afasta o reconhecimento de indenizaÃ§Â¿o. 3. (...). 4. (...). 5. (...). 6. Quanto ao prequestionamento, o Julgador nÂ¿o estÃ¡ obrigado a se manifestar sobre todos os artigos de lei invocados pela parte. 7. SentenÃ§a parcialmente reformada, apenas para reduzir o quantum indenizatÃ³rio fixado. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. UNÃNIME.(Recurso CÃ-vel, NÂº 71007301351, Segunda Turma Recursal CÃ-vel, Turmas Recursais, Relator: Elaine Maria Canto da Fonseca, Julgado em: 16-05-2018) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto a ocorrÃªncia de lucros cessantes, verifico que o autor nÃ£o apresentou provas aptas a comprovar os fatos constitutivos do direito alegado na inicial, impondo-se, do mesmo modo, o indeferimento do pedido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, julgo PARCIALMENTE procedente o pedido formulado na inicial, resolvendo o mÃ©rito , por sentenÃ§a, nos termos do art. 487, I, do CPC, para condenar a parte promovida a pagar ao Autor o valor de R$ 1.500, 00, (mil e quinhentos reais), atualizado monetariamente pelo INPC e acrescidos de juros de mora de 1% ao mÃªs, ambos contados da citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno o requerido ao pagamento de custas, bem como em honorÃ¡rios advocatÃ-cios, que arbitro no patamar de 10% do valor da condenaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P. R. I . C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ServirÃ¡ a presente, por cÃ³pia digitada, como mandado/ofÃ-cio/notificaÃ§Ã£o/carta precatÃ³ria para as comunicaÃ§Ãµes necessÃ¡rias (Provimento nÂº 003/2009-CJCI-TJPA). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Barcarena/PA, 08 de outubro de 2021 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI JuÃ-za de Direito FÃ³rum Des. InÃ¡cio de Sousa Moitta Â¿ Av. MagalhÃ£es Barata, s/nÂº, Centro, Barcarena/PA Â¿ Tel (91) 3753-4049 Â¿ CEP 68.445-000 Juiz de Direito Emerson Benjamim Pereira de Carvalho. PROCESSO: 00012449720088140008 PROCESSO ANTIGO: 200810009701 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Procedimento Comum Cível em: 16/11/2021 REQUERIDO:SUELY DO SOCORRO PANTOJA CARDOSO Representante(s): OAB 8419 - FRANCISCO LINDOLFO COELHO DOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERENTE:ESTEREMILIA DE NAZARE IAGHI PINHEIRO DA SILVA Representante(s): OAB 13426 - JACOB GONCALVES DA SILVA (ADVOGADO) . SENTENÃA Trata-se de AÃ§Ã£o de PEDIDO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, onde a parte autora deixou de promover atos e diligÃªncias que lhe compete para andamento do feito, quedando-se inerte e abandonando o feito por mais de 30 (trinta) dias. Posto isto, diante da inÃ©rcia da parte autora e tendo abandonado a causa por mais de 30 (trinta) dias, extingo a presente aÃ§Ã£o, com fulcro no art. 485, III, do CPC. Sem custas, por ser beneficiÃ¡ria da gratuidade processual. DÃª-se ciÃªncia. Registre-se. Intime-se. Certificado o trÂ¢nsito em julgado, arquive-se com baixa no sistema. Barcarena/PA, 14 de outubro de 2021. . CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI JuÃ-za de Direito FÃ³rum da Comarca de Barcarena - ParÃ¡ Av. MagalhÃ£es Barata, s/n - Centro CEP 68.445.000, fone/fax 91-3753.1319. PROCESSO: 00014176320068140008 PROCESSO ANTIGO: 200310001231 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 16/11/2021 EXEQUENTE:CIMENTOS DO BRASIL SACIBRASA Representante(s): OAB 6861 - FRANCISCO EDSON LOPES DA ROCHA JUNIOR (ADVOGADO) EXECUTADO:R A FERREIRA. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de ExecuÃ§Ã£o manejada por Cimentos do Brasil - SABRASA em face de R A Ferreira. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determinado o pagamento de custas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificada a ausÃªncia de pagamento de custas iniciais atÃ© a presente data, conforme resumo das custas processuais acostados aos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com o art. 290 do CPC, Â¿SerÃ¡ cancelada a distribuiÃ§Ã£o do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, nÃ£o realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze)

dias". Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorridos quatro anos do Ãºltimo despacho, a parte autora nÃ£o efetuou o pagamento de custas, tampouco requereu outras diligÃªncias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, e com supedÃ¢neo no art. 290 do CPC, indefiro a inicial e DETERMINO O CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÃÃO do presente feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Custas ex lege. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Barcarena/PA, 20 de outubro de 2021. CARLA SODRÃ DA MOTA DESSIMONI JUÃZA DE DIREITO PROCESSO: 00017555420128140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Execução Fiscal em: 16/11/2021 JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA SETIMA VARA FEDERAL SECAO JUDICIARIA PA EXEQUENTE:IBAMA - INST. BRASILEIRO MEIO AMBIENTE EXECUTADO:ANTONIO SANDI DA SILVA. PÃ¡gina de 1 1Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE BARCARENA SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de execuÃ§Ã£o fiscal, ajuizada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente-IBAMA. Â Â Â Â Â Â Â Foi acostado requerimento no qual a parte pleiteia a extinÃ§Ã£o do feito, uma vez que o executado quitou o dÃ©bito contido nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Diante do requerimento acostado aos autos, verifica-se que houve a satisfaÃ§Ã£o da obrigaÃ§Ã£o, nÃ£o havendo mais interesse que justifique o prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Â Â Deste modo, com fulcro nos arts. 203, Â§ 1Âº e 924, II do CPC e 156, I do CÃ³digo TributÃ¡rio Nacional, extingo o processo com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, decretando a extinÃ§Ã£o da obrigaÃ§Ã£o contida nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Custas pelo executado. Â Â Â Â Â Â Â Em decorrÃªncia, cumpram-se as seguintes determinaÃ§Ãµes: Â Â Â Â Â Â Â 1. publique-se, registre-se e intimem-se; Â Â Â Â Â Â Â 2. havendo trÃ¢nsito em julgado, arquivar, fisicamente e via LIBRA; Â Â Â Â Â Â Â 3. ocorrendo interposiÃ§Ã£o de recurso ou outra medida impugnativa, certificar a respeito da tempestividade e retornar conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Barcarena/PA, 02 de junho de 2021. Â Â Â Â Â Â Â CARLA SODRÃ DA MOTA DESSIMONI Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito FÃ³rum Des. InÃ¡cio de Sousa Moitta - Av. MagalhÃ£es Barata, s/nÂº, Centro, Barcarena/PA - Tel (91) 3753-4049 - CEP 68.445-000 Juiz de Direito Emerson Benjamim Pereira de Carvalho. PROCESSO: 00019933820088140008 PROCESSO ANTIGO: 200810015518 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Procedimento Comum Cível em: 16/11/2021 REQUERIDO:MUNICIPIO DE BARCARENA PREFEITURA MUNICIPAL REQUERENTE:TELVANA CALANDRINE PEREIRA Representante(s): MARCUS VINICIUS SOUSA CORDEIRO (ADVOGADO) OAB 4288 - MAURO CESAR LISBOA DOS SANTOS (ADVOGADO) . 1Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE BARCARENA Â SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico que a parte nÃ£o se manifesta nos autos hÃ¡ mais de 05(cinco) anos, nÃ£o havendo qualquer movimentaÃ§Ã£o nos autos apÃ³s essa data. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que o processo estÃ¡ paralisado hÃ¡ mais de 05(cinco) anos sem qualquer manifestaÃ§Ã£o, o que demonstra a falta de interesse no prosseguimento do feito, impÃµe-se o arquivamento, pelo que o julgo extinto, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, com fundamento no art. 485, inciso III, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno a autora ao pagamento de custas, entretanto, estas ficam sob condiÃ§Ã£o suspensiva de exigibilidade em razÃ£o da gratuidade deferida nesta oportunidade, nos termos do art. 98, Â§ 3Â° do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Barcarena/PA, 27 de setembro de 2021 Carla SodrÃ© da Mota Dessimoni JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00026842420118140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Procedimento Sumário em: 16/11/2021 REQUERENTE:RAFAEL LEE SILVA VILAR Representante(s): OAB 7985 - ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA. DECISÃO INTERLOCUTÃRIA Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de impugnaÃ§Ã£o Ã execuÃ§Ã£o apresentada pelo Estado do ParÃ¡ em face do exequente, sustentando, a inexistÃªncia do direito, uma vez que a lei estadual 5652/1991 Ã© inconstitucional, pugnando pela declaraÃ§Ã£o de inconstitucionalidade incidental e consequente extinÃ§Ã£o do processo. Juntou documentos. Â Â Â Â Â Â Â Determinada a intimaÃ§Ã£o do exequente Ã fl. 23 que apresentou manifestaÃ§Ã£o Ã s fls. 156/158. Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Verifico a desnecessidade de exercÃ-cio do controle difuso de constitucionalidade, visto que o Supremo Tribunal Federal, no exercÃ-cio do controle concentrado de constitucionalidade, ao julgar a ADI 6321, da Relatoria da Ministra Carmem LÃºcia, declarou a inconstitucionalidade formal, por vÃ-cio de iniciativa, do inciso IV do art. 48 da ConstituiÃ§Ã£o do ParÃ¡ e da Lei Estadual nÂº 5.652/1991, que previram acrÃ©scimo de 50% sobre o soldo de servidores militares estaduais, a tÃ-tulo de adicional de interiorizaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Na mesma ocasiÃ£o, houve modulaÃ§Ã£o dos efeitos da decisÃ£o para preservar a coisa julgada nos casos somente nos casos que tenha sobrevindo antes do julgamento da ADI, preservando-se os efeitos decorrentes da norma

impugnada atÃ© a data de 21/12/2020. Â Â Â Â Â Â Â Â Eis a ementa: Â Â Â Â Â Â Â Â AÃÂ¿O DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. INC. IV DO ART. 48 DA CONSTITUIÃÂ¿O DO PARÃ E LEI ESTADUAL 5.652/1991. INSTITUIÃÂ¿O DE ADICIONAL DE INTERIORIZAÃÂ¿O A SERVIDORES MILITARES. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. CO1MPETÃNCIA DE GOVERNADOR PARA INICIATIVA DE LEI SOBRE REGIME JURÃDICO E REMUNERAÃÂ¿O DE MILITARES ESTADUAIS. PRINCÃPIO DA SIMETRIA. AÃÂ¿O JULGADA PROCEDENTE. MODULAÃÂ¿O DOS EFEITOS DA DECISÂ¿O. (ADI 6321, Relator(a): CÃRMEN LÃCIA, Tribunal Pleno, julgado em 21/12/2020, PROCESSO ELETRÃNICO DJe023 DIVULG 05-02-2021 PUBLIC 08-02-2021). Â Â Â Â Â Â Â Â No presente caso, jÃ¡ houve o trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a de mÃ©rito proferida nos presentes autos, bem como a decisÃ£o vinculante do Supremo Tribunal Federal nos autos da ADI 6321, pelo que julgo improcedente a impugnaÃ§Ã£o Ã execuÃ§Ã£o apresentada pelo Estado do ParÃ¡ e determino o prosseguimento do feito para o pagamento do valor retroativo devido o autor, sem incorporaÃ§Ã£o da gratificaÃ§Ã£o no contracheque, nos termos da decisÃ£o do STF. Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que nÃ£o houve impugnaÃ§Ã£o pelo executado dos valores contidos na planilha de cÃ¡lculo apresentados pelo exequente, bem como a renÃºncia expressa do valor que exceda o limite para recebimento por meio de RPV Ã fl. 103/104 (arts. 87, II da ADCT e 13, Â§ 3Âº, inciso II da Lei 12.153/2009), determino a expediÃ§Ã£o de RequisiÃ§Ãµes de Pequeno Valor (art. 535, Â§3Âº, II): Â Â Â Â Â Â Â Â a. em favor do exequente, conforme cÃ¡lculos de fl. 104/105 atÃ© o limite legal para pagamento via RequisiÃ§Ã£o de Pequeno valor (40 salÃ¡rios mÃ-nimos); Â Â Â Â Â Â Â Â b. e em favor do advogado do exequente, no montante de R$1000,00, conforme sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â A requisiÃ§Ãµes deverÃ£o ser pagas pelo Estado executado no prazo mÃ¡ximo de 2 (dois) meses contados da data da entrega da requisiÃ§Ã£o na pessoa do representante judicial, nos termos do artigo 535, Â§ 3Âº, II do CPC, sob pena de sequestro do valor do dÃ©bito exequendo, nos moldes do art. 13, Â§ 1Âº da Lei 12153/2009; Â Â Â Â Â Â Â Â 3. Transcorrido o prazo assinalado no item anterior, com ou sem o pagamento das RPVs, certifique-se e voltem os autos conclusos; Â Â Â Â Â Â Â Â 4. intimar o representante judicial do executado (mediante carga ou remessa) e o advogado do exequente (via Dje); Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 5. servirÃ¡ a presente, por cÃ³pia digitada, como mandado/ofÃ-cio/carta precatÃ³ria para as comunicaÃ§Ãµes necessÃ¡rias (Provimento nÂº 003/2009-CJCI-TJPA). Â Â Â Â Â Â Â Â P.I. Â Â Â Â Â Â Â Â Barcarena/PA, 07 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â CARLA SODRÃ DA MOTA DESSIMONI Â Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00029172120118140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Cumprimento de sentença em: 16/11/2021 REQUERENTE:ROSIANI CARDOSO SOBRINHO PINHEIRO Representante(s): OAB 15811 - DENNIS SILVA CAMPOS (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA. DECISÃO INTERLOCUTÃRIA Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de impugnaÃ§Ã£o Ã execuÃ§Ã£o apresentada pelo Estado do ParÃ¡ em face do exequente, sustentando, a inexistÃªncia do direito, uma vez que a lei estadual 5652/1991 Ã© inconstitucional, pugnando pela declaraÃ§Ã£o de inconstitucionalidade incidental e consequente extinÃ§Ã£o do processo. Juntou documentos. Â Â Â Â Â Â Â Determinada a intimaÃ§Ã£o do exequente que nÃ£o apresentou manifestaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Verifico a desnecessidade de exercÃ-cio do controle difuso de constitucionalidade, visto que o Supremo Tribunal Federal, no exercÃ-cio do controle concentrado de constitucionalidade, ao julgar a ADI 6321, da Relatoria da Ministra Carmem LÃºcia, declarou a inconstitucionalidade formal, por vÃ-cio de iniciativa, do inciso IV do art. 48 da ConstituiÃ§Ã£o do ParÃ¡ e da Lei Estadual nÂº 5.652/1991, que previram acrÃ©scimo de 50% sobre o soldo de servidores militares estaduais, a tÃ-tulo de adicional de interiorizaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Na mesma ocasiÃ£o, houve modulaÃ§Ã£o dos efeitos da decisÃ£o para preservar a coisa julgada nos casos somente nos casos que tenha sobrevindo antes do julgamento da ADI, preservando-se os efeitos decorrentes da norma impugnada atÃ© a data de 21/12/2020. Â Â Â Â Â Â Â Â Eis a ementa: Â Â Â Â Â Â Â Â AÃÂ¿O DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. INC. IV DO ART. 48 DA CONSTITUIÃÂ¿O DO PARÃ E LEI ESTADUAL 5.652/1991. INSTITUIÃÂ¿O DE ADICIONAL DE INTERIORIZAÃÂ¿O A SERVIDORES MILITARES. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. CO1MPETÃNCIA DE GOVERNADOR PARA INICIATIVA DE LEI SOBRE REGIME JURÃDICO E REMUNERAÃÂ¿O DE MILITARES ESTADUAIS. PRINCÃPIO DA SIMETRIA. AÃÂ¿O JULGADA PROCEDENTE. MODULAÃÂ¿O DOS EFEITOS DA DECISÂ¿O. (ADI 6321, Relator(a): CÃRMEN LÃCIA, Tribunal Pleno, julgado em 21/12/2020, PROCESSO ELETRÃNICO DJe023 DIVULG 05-02-2021 PUBLIC 08-02-2021). Â Â Â Â Â Â Â Â No presente caso, jÃ¡ houve o trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a de mÃ©rito proferida nos presentes autos, bem como a decisÃ£o vinculante do Supremo Tribunal Federal nos autos da ADI 6321, pelo que julgo improcedente a impugnaÃ§Ã£o Ã execuÃ§Ã£o apresentada pelo Estado do ParÃ¡ e determino o prosseguimento do feito para o pagamento do valor retroativo devido o autor, sem incorporaÃ§Ã£o da gratificaÃ§Ã£o no

contracheque, nos termos da decisÃ£o do STF. Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que nÃ£o houve impugnaÃ§Ã£o pelo executado dos valores contidos na planilha de cÃ¡lculo apresentados pelo exequente, determino a expediÃ§Ã£o de RequisitÃ³rio de PrecatÃ³rio ao TJPA, conforme cÃ¡lculos de fl. 114/116, bem como em favor do advogado do exequente, no montante de R$1000,00, conforme sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se o representante judicial do executado (mediante carga ou remessa) e o advogado do exequente (via Dje); Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â P.I. Â Â Â Â Â Â Â Â ServirÃ¡ a presente, por cÃ³pia digitada, como mandado/ofÃ-cio/carta precatÃ³ria para as comunicaÃ§Ãµes necessÃ¡rias (Provimento nÂº 003/2009-CJCI-TJPA). Â Â Â Â Â Â Â Â Barcarena/PA, 14 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â CARLA SODRÃ DA MOTA DESSIMONI Â Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00029224320118140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Procedimento Comum Cível em: 16/11/2021 REQUERENTE:DARIO JOSE DO CARMO DIAS Representante(s): OAB 15811 - DENNIS SILVA CAMPOS (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA. DECISÃO INTERLOCUTÃRIA Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de impugnaÃ§Ã£o Ã execuÃ§Ã£o apresentada pelo Estado do ParÃ¡ em face do exequente, sustentando, a inexistÃªncia do direito, uma vez que a lei estadual 5652/1991 Ã© inconstitucional, pugnando pela declaraÃ§Ã£o de inconstitucionalidade incidental e consequente extinÃ§Ã£o do processo. Juntou documentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Determinada a intimaÃ§Ã£o do exequente Ã fl. 23 que deixou de apresentar manifestaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Determinada a suspensÃ£o do processo Ã fl. 69. Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Verifico a desnecessidade de exercÃ-cio do controle difuso de constitucionalidade, visto que o Supremo Tribunal Federal, no exercÃ-cio do controle concentrado de constitucionalidade, ao julgar a ADI 6321, da Relatoria da Ministra Carmem LÃºcia, declarou a inconstitucionalidade formal, por vÃ-cio de iniciativa, do inciso IV do art. 48 da ConstituiÃ§Ã£o do ParÃ¡ e da Lei Estadual nÂº 5.652/1991, que previram acrÃ©scimo de 50% sobre o soldo de servidores militares estaduais, a tÃ-tulo de adicional de interiorizaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Na mesma ocasiÃ£o, houve modulaÃ§Ã£o dos efeitos da decisÃ£o para preservar a coisa julgada nos casos somente nos casos que tenha sobrevindo antes do julgamento da ADI, preservando-se os efeitos decorrentes da norma impugnada atÃ© a data de 21/12/2020. Â Â Â Â Â Â Â Â Eis a ementa: Â Â Â Â Â Â Â Â AÃÂ¿O DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. INC. IV DO ART. 48 DA CONSTITUIÃÂ¿O DO PARÃ E LEI ESTADUAL 5.652/1991. INSTITUIÃÂ¿O DE ADICIONAL DE INTERIORIZAÃÂ¿O A SERVIDORES MILITARES. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. CO1MPETÃNCIA DE GOVERNADOR PARA INICIATIVA DE LEI SOBRE REGIME JURÃDICO E REMUNERAÃÂ¿O DE MILITARES ESTADUAIS. PRINCÃPIO DA SIMETRIA. AÃÂ¿O JULGADA PROCEDENTE. MODULAÃÂ¿O DOS EFEITOS DA DECISÂ¿O. (ADI 6321, Relator(a): CÃRMEN LÃCIA, Tribunal Pleno, julgado em 21/12/2020, PROCESSO ELETRÃNICO DJe023 DIVULG 05-02-2021 PUBLIC 08-02-2021). Â Â Â Â Â Â Â Â No presente caso, jÃ¡ houve o trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a de mÃ©rito proferida nos presentes autos, bem como a decisÃ£o vinculante do Supremo Tribunal Federal nos autos da ADI 6321, pelo que julgo improcedente a impugnaÃ§Ã£o Ã execuÃ§Ã£o apresentada pelo Estado do ParÃ¡ e determino o prosseguimento do feito para o pagamento do valor retroativo devido o autor, sem incorporaÃ§Ã£o da gratificaÃ§Ã£o no contracheque, nos termos da decisÃ£o do STF. Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que nÃ£o houve impugnaÃ§Ã£o pelo executado dos valores contidos na planilha de cÃ¡lculo apresentados pelo exequente, bem como a renÃºncia expressa do valor que exceda o limite para recebimento por meio de RPV Ã fl. 11 (arts. 87, II da ADCT e 13, Â§ 3Âº, inciso II da Lei 12.153/2009), determino a expediÃ§Ã£o de RequisiÃ§Ãµes de Pequeno Valor (art. 535, Â§3Âº, II): Â Â Â Â Â Â Â Â a. em favor do exequente, conforme cÃ¡lculos de fl. 09/12 atÃ© o limite legal para pagamento via RequisiÃ§Ã£o de Pequeno valor (40 salÃ¡rios mÃ-nimos); Â Â Â Â Â Â Â Â b. e em favor do advogado do exequente, no montante de R$1000,00, conforme sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â A requisiÃ§Ãµes deverÃ£o ser pagas pelo Estado executado no prazo mÃ¡ximo de 2 (dois) meses contados da data da entrega da requisiÃ§Ã£o na pessoa do representante judicial, nos termos do artigo 535, Â§ 3Âº, II do CPC, sob pena de sequestro do valor do dÃ©bito exequendo, nos moldes do art. 13, Â§ 1Âº da Lei 12153/2009; Â Â Â Â Â Â Â Â 3. Transcorrido o prazo assinalado no item anterior, com ou sem o pagamento das RPVs, certifique-se e voltem os autos conclusos; Â Â Â Â Â Â Â Â 4. intimar o representante judicial do executado (mediante carga ou remessa) e o advogado do exequente (via Dje); Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 5. servirÃ¡ a presente, por cÃ³pia digitada, como mandado/ofÃ-cio/carta precatÃ³ria para as comunicaÃ§Ãµes necessÃ¡rias (Provimento nÂº 003/2009-CJCI-TJPA). Â Â Â Â Â Â Â Â P.I. Â Â Â Â Â Â Â Â Barcarena/PA, 07 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â CARLA SODRÃ DA MOTA DESSIMONI Â Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00031796820118140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 16/11/2021 AUTOR:BANCO PANAMERINANO S/A

Representante(s): OAB 18629-A - ROSANGELA DA ROSA CORREA (ADVOGADO) REU:RAIMUNDO VINHENA PANTOJA. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico que a parte nÃ£o se manifesta nos autos hÃ¡ mais de cinco anos, nÃ£o havendo qualquer movimentaÃ§Ã£o nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que o processo estÃ¡ paralisado sem qualquer manifestaÃ§Ã£o, o que demonstra a falta de interesse no prosseguimento do feito, impÃµe-se o arquivamento do feito, pelo que julgo extinto o feito, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, com fundamento no art. 485, inciso III, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pagas as custas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Barcarena, 19 de outubro de 2021. Carla SodrÃ© da Mota Dessimoni JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00032186520118140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Procedimento Comum Cível em: 16/11/2021 REQUERENTE:THAILLAN COSTA DA SILVA Representante(s): OAB 15811 - DENNIS SILVA CAMPOS (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA. 1Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE BARCARENA SENTENÃA Â Â Â Â Â Vistos e etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O(A) autor(a) supra identificado(a) propÃ´s AÃ§Ã£o OrdinÃ¡ria contra o ESTADO DO PARA aduzindo que lhe estÃ¡ sendo negado o pagamento do adicional de interiorizaÃ§Ã£o a que tem direito por exercer suas atividades como servidor militar da ativa no interior do Estado, nos termos do que prevÃª a Lei Estadual 5.652/1991. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em despacho inaugural, foi deferida a gratuidade processual e determinada a citaÃ§Ã£o do ente pÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Regularmente citado, o ESTADO DO PARÃ contestou a aÃ§Ã£o tempestivamente, impugnando os pedidos do autor. Aduziu a inexistÃªncia do direito, impugnou a base de cÃ¡lculo para eventual condenaÃ§Ã£o e os juros de mora e atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria incidentes. Requereu a improcedÃªncia do pedido autoral. Juntou documentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Autor apresentou rÃ©plica reiterando os termos da inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO JULGAMENTO ANTECIPADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â O presente caso nÃ£o demanda a produÃ§Ã£o de prova oral, haja vista que se encontra em discussÃ£o matÃ©ria unicamente de direito, fundada em prova documental. Nesse sentido, passo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, I, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO MÃRITO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verifico a desnecessidade de exercÃ-cio do controle difuso de constitucionalidade, visto que o Supremo Tribunal Federal, no exercÃ-cio do controle concentrado de constitucionalidade, ao julgar a ADI 6321, da Relatoria da Ministra Carmem LÃºcia, declarou a inconstitucionalidade formal, por vÃ-cio de iniciativa, do inciso IV do art. 48 da ConstituiÃ§Ã£o do ParÃ¡ e da Lei Estadual nº 5.652/1991, que previram acrÃ©scimo de 50% sobre o soldo de servidores militares estaduais, a tÃ-tulo de adicional de interiorizaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na mesma ocasiÃ£o, houve modulaÃ§Ã£o dos efeitos da decisÃ£o para preservar a coisa julgada nos casos somente nos casos que tenha sobrevindo antes do julgamento da ADI, preservando-se os efeitos decorrentes da norma impugnada atÃ© a data de 21/12/2020. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Eis a ementa: AÃÂ¿O DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. INC. IV DO ART. 48 DA CONSTITUIÃÂ¿O DO PARÃ E LEI ESTADUAL 5.652/1991. INSTITUIÃÂ¿O DE ADICIONAL DE INTERIORIZAÃÂ¿O A SERVIDORES MILITARES. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. CO1MPETÃNCIA DE GOVERNADOR PARA INICIATIVA DE LEI SOBRE REGIME JURÃDICO E REMUNERAÃÂ¿O DE MILITARES ESTADUAIS. PRINCÃPIO DA SIMETRIA. AÃÂ¿O JULGADA PROCEDENTE. MODULAÃÂ¿O DOS EFEITOS DA DECISÂ¿O. (ADI 6321, Relator(a): CÃRMEN LÃCIA, Tribunal Pleno, julgado em 21/12/2020, PROCESSO ELETRÃNICO DJe023 DIVULG 05-02-2021 PUBLIC 08-02-2021). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desse modo, declarada a inconstitucionalidade da norma, deverÃ¡ ser reconhecida a sua eficÃ¡cia, devendo ser observado ainda seu efeito vinculante a este Ã³rgÃ£o do poder judiciÃ¡rio, bem como pela administraÃ§Ã£o pÃºblica estadual, nos exatos termos do art. 28, parÃ¡grafo Ãºnico da lei 9868/99. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, em se tratando o feito de processo de conhecimento, em observÃ¢ncia ao precedente obrigatÃ³rio, nos termos do dispÃµe o art. 927 do CPC c/c art. 28, parÃ¡grafo Ãºnico da lei 9868/99, impondo-se o julgamento de improcedÃªncia do pedido autoral, diante da inconstitucionalidade das normas que previram o pagamento do chamado adicional de interiorizaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO DISPOSITIVO: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto e fundamentado, adotando o precedente obrigatÃ³rio, nos termos do art. 927, I, do CPC, julgo IMPROCEDENTE o pedido do autor, consequentemente RESOLVO O MÃRITO do processo, nos termos do art. 487, I, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno o autor ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios que fixo em R$ 1.000 (mil reais), nos termos do Â§ 8Âº, do art. 85 do CPC, restando as obrigaÃ§Ãµes decorrentes de sua sucumbÃªncia sob condiÃ§Ã£o suspensiva de exigibilidade, diante da hipossuficiÃªncia da gratuidade da justiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas, feito sob o pÃ¡tio da justiÃ§a gratuita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P. R. I. C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transitada em julgado,

arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Barcarena/PA, 18 de agosto de 2021. CARLA SODRÃ DA MOTA DESSIMONI JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00035084620128140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Procedimento Comum Cível em: 16/11/2021 REQUERENTE:JOSE AUGUSTO DOS SANTOS FERREIRA Representante(s): OAB 15811 - DENNIS SILVA CAMPOS (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL. DESPACHO 1-Â Â Â Â Â Intime-se o exequente para apresentar manifestaÃ§Ã£o acerca da impugnaÃ§Ã£o Ã execuÃ§Ã£o apresentada pelo executado no prazo de 15 dias. 2-Â Â Â Â Â ApÃ³s, retornem os autos conclusos. Â Â Â Â Â P.I. Â Â Â Â Â Barcarena/PA, 07 de outubro de 2021 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00041808320148140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 16/11/2021 REQUERENTE:BANCO FIAT SA Representante(s): OAB 18335 - ISANA SILVA GUEDES (ADVOGADO) OAB 18335-A - CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (ADVOGADO) REQUERIDO:ELZALINA CLARA PEREIRA DA SILVA. PÃ¡gina de 1 1Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE BARCARENA Ã© SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o de ReintegraÃ§Ã£o de Posse ajuizada por BANCO FIAT S/A em face de ELZALINA CLARA PEREIRA DA SILVA, em que o requerente peticionou pleitando a homologaÃ§Ã£o da desistÃªncia da presente aÃ§Ã£o por nÃ£o possuir mais interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Homologo a desistÃªncia a fim de que surtam seus jurÃ-dicos e legais efeitos, pelo que extingo o processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 485, VIII do CPC. Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Custas pelo autor. Â Â Â Â Â Â Â P. R. I. C. Â Â Â Â Â Â Â Barcarena/PA, 07 de outubro de 2021. CARLA SODRÃ DA MOTA DESSIMONI JuÃ-za de Direito FÃ³rum Des. InÃ¡cio de Sousa Moitta Â¿ Av. MagalhÃ£es Barata, s/nÂº, Centro, Barcarena/PA Â¿ Tel (91) 3753-4049 Â¿ CEP 68.445-000 Juiz de Direito Emerson Benjamim Pereira de Carvalho. PROCESSO: 00048530820168140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 16/11/2021 REQUERENTE:BANCO HONDA S A Representante(s): OAB 20868-A - HIRAN LEAO DUARTE (ADVOGADO) OAB 10219 - MAURICIO PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:DEANGELES CHRISLEI PAIVA PEREIRA. 1Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE CAPANEMA SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o de busca apreensÃ£o de veÃ-culo automotor pleiteada por BANCO HONDA S/A em desfavor de DEANGELES CHRISLEI PAIVA PEREIRA, ambos qualificados nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Este juÃ-zo concedeu liminarmente a busca e apreensÃ£o pleiteada na inicial. Â Â Â Â Â Â Â A busca e apreensÃ£o restou eficaz, sendo o bem apreendido e entregue ao fiel depositÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Regularmente citada, o requerido nÃ£o apresentou contestaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â O pedido de busca e apreensÃ£o se apoia em prova documental inequÃ-voca, ocorrendo ainda a confissÃ£o ficta em razÃ£o da revelia do rÃ©u, sendo viÃ¡vel o deferimento do pleito. Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, a prova documental produzida comprova que as partes firmaram um contrato de financiamento, o qual teve como garantia o veÃ-culo objeto do pedido de busca, bem como o inadimplemento do contrato. Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â 1- Considerando que o requerido foi regularmente citado e nÃ£o apresentou contestaÃ§Ã£o, conforme certificado Ã fl. 43, DECRETO-LHE a revelia. Com a revelia, possÃ-vel o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, inciso II, do CPC; Â Â Â Â Â Â Â 2- Posto isto, com fundamento no art. 66, da Lei nÂ° 4.728/65 e no Decreto-Lei nÂ° 911/69, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, extinguindo o feito com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, declarando rescindido o contrato e consolidando nas mÃ£os da autora o domÃ-nio e a posse plena do bem descrito na inicial, cuja apreensÃ£o liminar torno definitiva. Â Â Â Â Â Â Â 3- Condeno o rÃ©u nas custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios, fixados em 10% (dez por cento) do valor da causa. Â Â Â Â Â Â Â 4- Diante da manifesta hipossuficiÃªncia da parte requerida, as custas e honorÃ¡rios permanecem em condiÃ§Ã£o suspensiva de exigibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Publique-se, registre-se, intimem-se e apÃ³s certificado o trÃ¢nsito em julgado, dÃª-se baixa e arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Barcarena/PA, 07 de outubro de 2021. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiz de Direito FÃ³rum Des. Santos Estanislau Pessoa de Vasconcelos Â¿ Av. BarÃ£o de Capanema, nÂº 1011, Centro, Capanema/PA Â¿ Tel (91) 3411-1800 Â¿ CEP 68.700-970 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de 2 PROCESSO: 00062511920188140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 16/11/2021 REQUERENTE:ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO SAGA S/C LTDA Representante(s): OAB 17275 - ALEXANDRE IUNES MACHADO (ADVOGADO) REQUERIDO:EDIVANIA SOARES FEITOSA Representante(s): OAB 21448 - RENATO ROCHA BARBOSA (ADVOGADO) OAB 23007 - ANE RUTH CORREA CARVALHO (ADVOGADO) . SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â

Trata-se de AÃ§Ã£o de Busca e ApreensÃ£o proposta por ADMINISTRADORA DE CONSÃRCIO SAGA S/A em face de DIVANIA SOARES FEITOSA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificada a ausÃªncia de pagamento de custas iniciais atÃ© a presente data, conforme resumo das custas processuais acostados aos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com o art. 290 do CPC, Â¿SerÃ¡ cancelada a distribuiÃ§Ã£o do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, nÃ£o realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias". Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorridos quatro anos do Ãºltimo despacho, a parte autora nÃ£o efetuou o pagamento de custas, tampouco requereu outras diligÃªncias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, e com supedÃ¢neo no art. 290 do CPC, indefiro a inicial e DETERMINO O CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÃÃO do presente feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Custas ex lege. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Barcarena/PA, 20 de outubro de 2021. CARLA SODRÃ DA MOTA DESSIMONI JUÃZA DE DIREITO PROCESSO: 00063722320138140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Procedimento Sumário em: 16/11/2021 REQUERENTE:FRANCISCO FONSECA MORAES Representante(s): OAB 6904 - RONALDO AIRES VIANA (ADVOGADO) OAB 13443 - BRENDA FERNANDES BARRA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BANPARA. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de Revisional de Contrato c/c ConsignaÃ§Ã£o em pagamento manejada por Francisco Fonseca Moraes em face de Banco BanparÃ¡. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determinado o pagamento de custas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificada a ausÃªncia de pagamento de custas iniciais atÃ© a presente data, conforme resumo das custas processuais acostados aos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com o art. 290 do CPC, Â¿SerÃ¡ cancelada a distribuiÃ§Ã£o do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, nÃ£o realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias". Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorridos quatro anos do Ãºltimo despacho, a parte autora nÃ£o efetuou o pagamento de custas, tampouco requereu outras diligÃªncias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, e com supedÃ¢neo no art. 290 do CPC, indefiro a inicial e DETERMINO O CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÃÃO do presente feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Custas ex lege. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Barcarena/PA, 20 de outubro de 2021. CARLA SODRÃ DA MOTA DESSIMONI JUÃZA DE DIREITO PROCESSO: 00063725720128140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Procedimento Comum Cível em: 16/11/2021 REQUERIDO:ALUNORTE ALUMINIO DO NORTE DO BRASIL SA Representante(s): OAB 15955 - LUCIANA DA MODA BOTELHO (ADVOGADO) OAB 9685 - DENNIS VERBICARO SOARES (ADVOGADO) REQUERENTE:MARIA DO SOCORRO OLIVEIRA DA SILVA Representante(s): OAB 7617 - FABRICIO BACELAR MARINHO (ADVOGADO) . DECISÃO INTERLOCUTÃRIA Â Â Â Â Â Â Â 1. Deixo de receber o recurso e, portanto, nÃ£o admito o seu processamento, pois nÃ£o foram atendidos os pressupostos de admissibilidade recursal. Â Â Â Â Â Â Â 2. Em relaÃ§Ã£o a gratuidade de justiÃ§a solicitada neste feito, em casos idÃªnticos ao presente, a jurisprudÃªncia do TJPA se posicionou da seguinte forma: [...] concedo Ã parte apelante os benefÃ-cios da gratuidade de justiÃ§a, eis que, nos termos do art. 90, Â§3Â° do Novo CPC, Â¿Presume-se verdadeira a alegaÃ§Ã£o de insuficiÃªncia deduzida exclusivamente por pessoa naturalÂ¿. Ressalto que tal declaraÃ§Ã£o goza de presunÃ§Ã£o juris tantum, cabendo Ã parte contrÃ¡ria o Ã´nus da prova em contrÃ¡rio, havendo tambÃ©m a faculdade atribuÃ-da ao magistrado de solicitar que o requerente do benefÃ-cio comprove a impossibilidade de arcar com as custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios. Assim, Ã© imperioso que seja devidamente fundamentada a decisÃ£o que indeferir o pedido de justiÃ§a gratuita [...] (TJPA - APELAÃÃO - PROCESSO NÂº 0004211-74.2012.8.14.0008 -- DECISÃO MONOCRÃTICA - REL. DES. JOSÃ MARIA TEXEIRA DO ROSÃRIO; Pub. DJe 25.09.2017) Â Â Â Â Â Â Â Portanto, com base nas informaÃ§Ãµes constantes na petiÃ§Ã£o inicial, vÃª-se que a parte autora se declara estar em situaÃ§Ã£o econÃ´mica que nÃ£o lhe permite pagar os encargos processuais. Desta feita, com fulcro nos arts. 5Âº, LXXIV da CF/1988, 98, caput e 99, caput, Â§ 3Âº e 485, Â§7Âº do CÃ³digo de Processo Civil (CPC), defiro a solicitaÃ§Ã£o dos benefÃ-cios da gratuidade da justiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â 2. Certifique-se o trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a proferida e, na hipÃ³tese de ocorrÃªncia, arquivem-se os autos, fisicamente e via LIBRA. Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se Â Â Â Â Â Â Â Barcarena-PA, 14 de outubro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â CARLA SODRÃ DA MOTA DESSIMONI JuÃ-za de Direito Titular da 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de Barcarena-Pa PROCESSO: 00067929120148140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Busca e Apreensão em: 16/11/2021 REQUERENTE:BANCO ITAUCARD SA Representante(s): OAB 164401 - MARCEL PADILHA GASPARELO (ADVOGADO) OAB 108911 - NELSON PASCHOALOTTO (ADVOGADO) REQUERIDO:RAIMUNDO NONATO PACHECO MAGNO

Representante(s): OAB 19229 - FABIO AUGUSTO MARTINS MAGNO (ADVOGADO) . SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BANCO ITAUCARD S/A, devidamente qualificada, representada por advogado constituÃ-do, ajuizou a presente aÃ§Ã£o deÂ buscaÂ eÂ apreensÃ£oÂ em face de RAIMUNDO NONATO PACHECO MAGNO. Sustenta, em sÃ-ntese, que firmou contrato de financiamento, no valor indicado na inicial, e que foi entregue, em garantia fiduciÃ¡ria, o bem tambÃ©m indicado na inicial. Assevera, ainda, que a parte requerida se encontra em mora. Pretende a reintegraÃ§Ã£o liminar na posse do bem, e sua confirmaÃ§Ã£o ao final. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com a inicial vieram os documentos. Pagas as custas iniciais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A liminar foi concedida e cumprida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Citado, o requerido apresentou aÂ contestaÃ§Ã£o, na qual confessa a mora, contudo refuta as clÃ¡usulas contratuais questionando os valores dos juros e demais encargos aplicados ao contrato, alÃ©m de pleitear a atribuiÃ§Ã£o de multa Ã parte autora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©plica encartada Ã s fls. 51/65. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O demandado, devidamente citado, apresentouÂ contestaÃ§Ã£oÂ em que admite a sua inadimplÃªncia. NÃ£o hÃ¡ notÃ-cia de consignaÃ§Ã£o de qualquer quantia. Logo, Ã© incontroversa, pois, a inadimplÃªncia contratual e a mora, a ensejar a aplicaÃ§Ã£o do art. 3Âº, do Decreto-Lei nÂº 911/69 e respectivos parÃ¡grafos, com a consequenteÂ procedÃªnciaÂ da aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do teor do artigo 1 do Decreto-Lei 911/69 que alterou o artigo 66, da Lei nÂº 4.728, de 14 de julho de 1.965, com o inadimplemento hÃ¡ de se considerar que houve o rompimento do contrato e com isso a propriedade do bem que estava nas mÃ£os do rÃ©u retornou ao autor. Atente-se que a transferÃªncia efetiva da propriedade do bem somente ocorreria condicionada a quitaÃ§Ã£o integral do dÃ©bito. Desta forma nÃ£o hÃ¡ nenhuma irregularidade na referida consolidaÃ§Ã£o nas mÃ£os do autor, que jÃ¡ detinha a propriedade resolÃºvel e ainda a posse indireta do bem. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Rompido o contrato pelo inadimplemento o devedor passa a injustamente manter a posse do veÃ-culo, caracterizando esbulho a sua permanÃªncia com o bem. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, o pedido se encontra devidamente instruÃ-do e corroborado pela prÃ³pria peÃ§a de defesa, que confirma o inadimplemento contratual e a ausÃªncia, sequer, de pagamentos parciais quanto ao valor que reputava correto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido veiculado na inicial e torno definitiva a liminar concedida, consolidando em mÃ£os do autor a posse e propriedade do veÃ-culo descrito na inicial. Em consequÃªncia, DECLARO EXTINTO o processo, com conhecimento do mÃ©rito, nos termos do artigo 487, I, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno o requerido ao pagamento das custas e despesas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios, que fixo em 10% sobre o valor da causa, ficando suspensa a sua exigibilidade diante da justiÃ§a gratuita que defiro em favor do requerido neste momento (art. 98, Â§3Âº do NCPC); Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oportunamente, arquive-se o presente feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Barcarena, 13 de outubro de 2021. CARLA SODRÃ DA MOTA DESSIMONI JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00071470420148140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Busca e Apreensão em: 16/11/2021 REQUERENTE:BANCO ITAUCARD SA Representante(s): OAB 171961 - WELLINGTON REBERTE DE CARVALHO (ADVOGADO) OAB 164401 - MARCEL PADILHA GASPARELO (ADVOGADO) REQUERIDO:RAIMUNDO NONATO PACHECO MAGNO Representante(s): OAB 19229 - FABIO AUGUSTO MARTINS MAGNO (ADVOGADO) . SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cuidam os autos de aÃ§Ã£o de Busca e ApreensÃ£o manejada por BANCO ITAUCARD S/A, qualificada nos autos, estando apenso aos autos 0006792-91.2014.814.0008, cujo processo tem o mesmo objeto, ambos tramitando nesta vara. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O processo 0006792-91.2014.814.0008 jÃ¡ foi julgado nesta data, pelo que entendo que o presente perdeu o seu objeto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto Posto, diante da perda superveniente da condiÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o de interesse de agir, JULGO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO SEM RESOLUÃÂ¿O DO MÃRITO, com fundamento no artigo 485, inciso VI, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Barcarena, 13 de outubro de 2021. CARLA SODRÃ DA MOTA DESSIMONI JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00142802920168140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Tutela Cautelar Antecedente em: 16/11/2021 REQUERENTE:ANDREIA REGINA DE JESUS BARROS RODRIGUES Representante(s): OAB 6797 - RAIMUNDO CARLOS CAVALCANTE (ADVOGADO) OAB 17370 - ANA MARIA MONTEIRO CAVALCANTE (ADVOGADO) OAB 17370 - ANA MARIA MONTEIRO CAVALCANTE (ADVOGADO) REQUERIDO:VAL IMOVEIS. SentenÃ§a Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cuidam os autos de tutela de urgÃªncia requerido por ANDREA REGINA DE JESUS BARROS RODRIGUES, qualificada nos autos, atravÃ©s de advogado constituÃ-do, em face de VAL

IMÃVEIS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determinado o cumprimento de diligÃªncia pela parte autora. Contudo, decorrido o prazo assinalado, o requerente nÃ£o apresentou a documentaÃ§Ã£o requerida pelo juÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do nÃ£o cumprimento da diligÃªncia determinada por este juÃ-zo em tempo razoÃ¡vel, cumpre extinguir o processo sem resoluÃ§Ã£o do seu mÃ©rito com fulcro no art. 485, inciso III do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se com as cautelas de praxe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Barcarena, 20 de outubro de 2021. CARLA SODRÃ DA MOTA DESSIMONI JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00142811420168140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Mandado de Segurança Cível em: 16/11/2021 IMPETRADO:AUGUSTO LOBATO POTIGUAR IMPETRANTE:RENAN WENDELL SOARES BARRETO DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 7508 - REGINA MARIA SOARES BARRETO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) . PÃ¡gina de 1 1Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE BARCARENA Autos nÂº 0008519-80.2017.8.14.0008. Ã£ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de Mandado de SeguranÃ§a impetrado por RENAN WENDELL SOARES BARRETO DE OLIVEIRA, qualificada nos autos, em face da Autoridade Policial AUGUSTO LOBATO POTIGUAR. Â Â Â Â Â Â Â Considerando o lapso temporal transcorrido entre a inicial e a presente data, bem como o fato de que o veÃ-culo apreendido na operaÃ§Ã£o policial supostamente ilegal foi devolvido ao impetrante, entendo que nÃ£o hÃ¡ mais interesse que justifique o prosseguimento do presente feito. Â Â Â Â Â Â Â Ademais, o presente remÃ©dio constitucional nÃ£o se presta a apurar eventual abuso de autoridade cometido pela Autoridade Policial impetrada, devendo ser manejado o instrumento legal correto para tanto. Â Â Â Â Â Â Â Deste modo, com fulcro nos arts. 203, Â§ 1Âº, 354, 485, VI e 493, caput do CPC, extingo o processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Sem condenaÃ§Ã£o em custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios (arts. 25 da Lei nÂº12.016/2009 e 40 da Lei Estadual nÂº 8.328/2015. SÃºmulas 512 do STF e 105 do STJ). Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Transitado em julgado, arquivem-se os presentes autos. Â Â Â Â Â Â Â Barcarena/PA, 02 de setembro de 2021. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI. JuÃ-za de Direito FÃ³rum Des. InÃ¡cio de Sousa Moitta Â¿ Av. MagalhÃ£es Barata, s/nÂº, Centro, Barcarena/PA Â¿ Tel (91) 3753-4049 Â¿ CEP 68.445-000 Juiz de Direito Emerson Benjamim Pereira de Carvalho. PROCESSO: 00338019120158140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Procedimento Comum Cível em: 16/11/2021 MENOR:T. C. L. MENOR:T. C. L. MENOR:R. C. L. REPRESENTANTE:ANERILDA CARVALHO DO CARMO Representante(s): OAB 21897 - THAIS CAROLINE QUINTO PEIXOTO (ADVOGADO) OAB 22758-A - HENRIQUE COURA DE BRITTO PEREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:CENTRO EDUCACIONAL IVANILSON COSTA Representante(s): OAB 22896 - JACKSON JUNIOR DAMASCENO MARTINS (ADVOGADO) . 1Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE BARCARENA SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o de indenizaÃ§Ã£o por Danos Morais pleiteado por THAYLAN DO CARMO LEMOS, RENAN CARMO LEMOS e THAYSSA DO CARMO LEMOS em face de CEIC Â¿ CENTRO EDUCACIONAL IVANILSON COSTA. Â Â Â Â Â Â Â Â Consta na inicial que a representante legal dos autores os matricularam na InstituiÃ§Ã£o de Ensino RÃ© para que fossem praticados serviÃ§os educacionais em 10.01.2012. Â Â Â Â Â Â Â Â Restou acordado entre as partes que a mensalidade pactuada seria de R$ 75 (setenta e cinco reais) por filho matriculado pelo perÃ-odo de 04(quatro) meses e que, posteriormente, passaria a R$ 100,00 (cem) reais ao mÃªs. Â Â Â Â Â Â Â Â Segundo a inicial, restou acordado ainda que o desconto seria mantido caso a representante dos Autores levasse outros alunos a se matricularem na instituiÃ§Ã£o de ensino. Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, relata que apesar de ter levado para a InstituiÃ§Ã£o de Ensino outros 06(seis) alunos que se matricularam, apÃ³s o 4Âº mÃªs a Autora teve de pagar o valor integral. Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que a partir do mÃªs de setembro do ano de 2012 a autora nÃ£o teve mais condiÃ§Ãµes financeiras para arcar com as mensalidades, tendo a rÃ© calculado o dÃ©bito de setembro a dezembro de 2012 como sendo o valor de R$1.800,00 (mil e oitocentos reais), ocasiÃ£o em que se dirigiu atÃ© a instituiÃ§Ã£o para quitar o dÃ©bito. Â Â Â Â Â Â Â Â Neste momento, entregou uma nota promissÃ³ria no valor de R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais), bem como o valor de R$ 672, 00( seiscentos e setenta e dois reais) tendo, entretanto, a requerida retido a documentaÃ§Ã£o e impedido de os autos se matricularem em outra instituiÃ§Ã£o de ensino, ocasionando a perda dos anos letivos de 2013 e 2014. Â Â Â Â Â Â Â Â Requer, por fim, indenizaÃ§Ã£o por Danos Morais no valor de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais). Â Â Â Â Â Â Â Â A requerida apresentou contestaÃ§Ã£o Ã s fls. 42/48 requerendo a improcedÃªncia dos pedidos do autor. Â Â Â Â Â Â Â Â A parte autora (fl. 66) aduziu que nÃ£o possui mais provas a serem produzidas. Â Â Â Â Â Â Â Â RELATADO. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, nÃ£o vislumbro a ocorrÃªncia de danos morais ao autor, uma vez que nÃ£o hÃ¡ demonstraÃ§Ã£o do abalo moral. Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o restou comprovado, por nenhum meio

probatÃ³rio, que a InstituiÃ§Ã£o de Ensino demandado reteve documentaÃ§Ã£o necessÃ¡ria Ã realizaÃ§Ã£o de matrÃ-cula em outra instituiÃ§Ã£o de ensino, o que teria levado a perda dos anos letivos 2013 e 2014. Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, entendo que nÃ£o restou claro o abalo moral consistente na dor, vexame e humilhaÃ§Ã£o fora do comum, pois nÃ£o hÃ¡ prova segura da ocorrÃªncia dos fatos e nem das imensas proporÃ§Ãµes alegadas pelos autores, capaz de infligir suas esferas individuais e gerar direito a indenizaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Vejamos jurisprudÃªncia: Ementa:Â RECURSO INOMINADO. AÃÂ¿O DE INDENIZAÃÂ¿O PORÂ DANOSÂ MORAIS. OFENSAS VERBAIS.Â DIFAMAÃÂ¿O. AUSÃNCIA DE PROVA. OFENSAS NÂ¿O COMPROVADAS.Â DANOÂ MORALÂ NÂ¿O CARACTERIZADO. PEDIDOÂ IMPROCEDENTE. PEDIDO CONTRAPOSTO. PROVA COLIGIDA QUE APONTA TER A PARTE AUTORA SE DIRIGIDO AO TRABALHO DO RÃU E REALIZADO DENÃNCIA DE AGRESSÂ¿O FÃSICA CONTRA A SUA ESPOSA, SEM PROVAS.Â DANOSÂ MORAIS OCORRENTES. QUANTUM REDUZIDO. 1. Narra a parte autora que foi vÃ-tima deÂ difamaÃ§Â¿oÂ por parte do rÃ©u, que teria proferido palavras ofensivas a sua honra, perante seu esposo e demais militares, no local de trabalho. 2. Embora o rÃ©u assuma tenha realizado comentÃ¡rio ao marido da demandante, nÂ¿o houve a conotaÃ§Â¿o que a demandante busca fazer parecer, de modo a afastar a pretensÂ¿o de condenaÃ§Â¿o do rÃ©u ao pagamento de indenizaÃ§Â¿o porÂ danosÂ morais. A ausÃªncia de prova contundente acerca do abaloÂ moralÂ afasta o reconhecimento de indenizaÃ§Â¿o. 3. (...). 4. (...). 5. (...). 6. Quanto ao prequestionamento, o Julgador nÂ¿o estÃ¡ obrigado a se manifestar sobre todos os artigos de lei invocados pela parte. 7. SentenÃ§a parcialmente reformada, apenas para reduzir o quantum indenizatÃ³rio fixado. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. UNÃNIME.(Recurso CÃ-vel, NÂº 71007301351, Segunda Turma Recursal CÃ-vel, Turmas Recursais, Relator: Elaine Maria Canto da Fonseca, Julgado em: 16-05-2018) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, julgo IMPROCEDENTE o pleito do autor, com base nos fundamentos supra e, por conseguinte, extingo o processo com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, na forma do art. 487, I, do CÃ³digo de Processo Civil/2015. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno os autores ao pagamento de custas, entretanto, estas restam em condiÃ§Ã£o suspensiva de exigibilidade (98, Â§ 3Â°, CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â P. R. I. C Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, arquivem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Barcarena/PA, 30 de setembro de 2021. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI JuÃ-za de Direito P R O C E S S O : 0 1 0 0 8 5 2 2 2 2 0 1 5 8 1 4 0 0 0 8 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 16/11/2021 REQUERENTE:BENEDITO BATISTA DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 21347 - RAFAEL FREIRE GOMES (ADVOGADO) OAB 21395 - SUANE SOUZA RODRIGUES (ADVOGADO) REQUERIDO:J M CONSTRUCOES EIRELI REPRESENTANTE:JOAO BATISTA RAMOS. PÃ¡gina de 1 1Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE BARCARENA Ã£ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o de tÃ-tulo extrajudicial, ajuizada por BENEDITO BATISTA DO NASCIMENTO em face de J M CONSTRUÃÃES EIRELI. Â Â Â Â Â Â Â Foi acostado requerimento no qual a requerente informou que houve a perda superveniente do objeto do feito, uma vez que o requerido quitou o dÃ©bito contido nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Diante do requerimento acostado aos autos, verifica-se que houve a satisfaÃ§Ã£o da obrigaÃ§Ã£o, nÃ£o havendo mais interesse que justifique o prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Â Â Deste modo, com fulcro nos arts. 203, Â§ 1Âº e 924, II do CPC, extingo o processo com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, decretando a extinÃ§Ã£o da obrigaÃ§Ã£o contida nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Custas pelo executado. Â Â Â Â Â Â Â Em decorrÃªncia, cumpram-se as seguintes determinaÃ§Ãµes: Â Â Â Â Â Â Â 1. publique-se, registre-se e intimem-se; Â Â Â Â Â Â Â 2. havendo trÂ¢nsito em julgado, arquivar, fisicamente e via LIBRA; Â Â Â Â Â Â Â 3. ocorrendo interposiÃ§Ã£o de recurso ou outra medida impugnativa, certificar a respeito da tempestividade e retornar conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Barcarena/PA, 06 de outubro de 2021. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI. JuÃ-za de Direito FÃ³rum Des. InÃ¡cio de Sousa Moitta Â¿ Av. MagalhÃ£es Barata, s/nÂº, Centro, Barcarena/PA Â¿ Tel (91) 3753-4049 Â¿ CEP 68.445-000 Juiz de Direito Emerson Benjamim Pereira de Carvalho.

## SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BARCARENA

PROCESSO: 00013742920088140008 PROCESSO ANTIGO: 200810010633 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOAO DIOGO AFONSO Ato: Monitória em: 12/11/2021---REQUERENTE:EBD - EMPRESA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO Representante(s): OAB 10153 - ADRIANA DE OLIVEIRA SILVA CASTRO (ADVOGADO) OAB 1618 - ELIAS PINTO DE ALMEIDA (ADVOGADO) OAB 1575 - HELENA BENZECRY DE ALMEIDA (ADVOGADO) OAB 13919 - SAULO COELHO CAVALEIRO DE MACEDO PEREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:LUIS CLAUDIO ALVES SOARES. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA COMARCA DE BARCARENA ATO ORDINATÓRIO Nos termos do Provimento 006/2009-CJCI, art. 1º, § 2º, IV, providencio a intimação do(a) exequente EBD-EMPRESA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO, na pessoa de seu(a) advogado(a), através do Diário da justiça, para que tome conhecimento sobre o andamento da Carta Precatória n.°0224542-78.2021.8.04.0001,encaminhada para a Comarca de Manaus/AM (Vara de Cartas Precatórias Cíveis), providenciando o recolhimento das custas naquele Juízo. Barcarena (Pa), 12 / 11 /2021 João Diogo Afonso Diretor de Secretaria PROVIMENTO 006/2009-CJCI ART. 1º

**COMARCA DE SANTA MARIA DO PARÁ**

**SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SANTA MARIA DO PARÁ**

RESENHA: 12/11/2021 A 12/11/2021 - GABINETE DA VARA UNICA DE SANTA MARIA DO PARA - VARA: VARA UNICA DE SANTA MARIA DO PARA PROCESSO: 00032908920178140057 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANA LOUISE RAMOS DOS SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/11/2021 REQUERENTE:ANANIAS ALVES DE LIMA Representante(s): OAB 22277 - TERCYO FEITOSA PINHEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A - BANRISUL Representante(s): OAB 128.341 - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) . DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Considera-se intimado o executado, por meio de seu advogado e via DJE, para, no prazo mÃ¡ximo de 15 (quinze) dias, pagar o dÃ©bito exequendo com suas devidas atualizaÃ§Ãµes, sob pena de incidÃªncia da multa no percentual de 10% e de honorÃ¡rios advocatÃ-cios tambÃ©m no valor de 10% sobre o dÃ©bito exequendo, na forma do artigo 523, Â§ 1Âº do NCPC.Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ 2.Â Â Â Â Â Uma vez transcorrido o prazo sem o pagamento, comeÃ§a a correr o prazo de 15 (quinze) dias para a apresentaÃ§Ã£o de impugnaÃ§Ã£o ao cumprimento de sentenÃ§a, devendo a Secretaria Judicial observar a contagem do prazo processual apenas em dias Ãºteis (art. 229 do NCPC), com a ressalva de que nÃ£o hÃ¡ mais a necessidade de garantia do juÃ-zo para fins de impugnaÃ§Ã£o ao cumprimento de sentenÃ§a (art. 525 do NCPC).Â¿ Â¿ 3.Â Â Â Â Â ApÃ³s, com ou sem resposta, voltem os autos conclusos. 4.Â Â Â Â Â Publicado em gabinete. Santa Maria do ParÃ¡ (PA), 12 de novembro de 2021. Ana Louise Ramos dos Santos JuÃ-za de Direito Titular da Comarca de Santa Maria do ParÃ¡/Pa

**DESPACHO**

Considerando o informado em certid¿o retro, intime-se pessoalmente a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder ao recolhimento das custas processuais, sob pena de extinç¿o do processo por abandono de causa (art. 485, III do NCPC).

Encaminhem-se os autos à UNAJ para cálculo e expediç¿o de boleto de pagamento das custas n¿o pagas.

Transcorrido o prazo, com ou sem resposta, voltem os autos conclusos para deliberaç¿o.

Santa Maria do Pará (Pa), 15 de outubro de 2021.

**Ana Louise Ramos dos Santos**

Juíza de Direito

**ATO ORDINATÓRIO**

Processo nº 0005088-27.2013.8.14.0057

Devidamente autorizado pelo disposto no artigo 1º, § 2º, inciso XI do Provimento 006/2006-CJRMB e Provimento 006/2006-CJCI, que delegou poderes ao Diretor de Secretaria atribuições para praticar atos de administração e mero expediente, sem caráter decisório. Intime-se a parte autora na pessoa de seu advogado via DJE para, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, proceder ao recolhimento das custas processuais intermediárias, sob pena de extinção do processo por abandono de causa (art. 485, III do NCPC).

Santa Maria Do Pará (PA),  12 de novembro de 2021.

**REGINALDO CARDOSO DA CRUZ**

Diretor de Secretaria Judicial

**COMARCA DE PARAUAPEBAS**

**UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DE PARAUAPEBAS - 2 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL**

P R O C E S S O : 0 0 0 0 0 0 5 0 8 2 0 1 8 8 1 4 0 0 4 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCIANE LINHARES DOS SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/11/2021---REQUERENTE:JOSE DA CRUZ DE SOUSA ESTEVAO REQUERENTE:HELLEN DA SILVA LOPES Representante(s): OAB 16.100 - RAQUEL CRIZOSTIMO ESTEVAO (ADVOGADO) REQUERIDO:MASTER CONSTRUTORA INC E NEG IMOBILIARIOS LTDA Representante(s): OAB 24760-A - THAIS APARECIDA PENA (ADVOGADO) OAB 37.791 - RENATA SOARES PEIXOTO (ADVOGADO) OAB 48624 - MICHELLE DE CASTRO CINTRA (ADVOGADO) OAB 40273 - JULIANA LAZARA ALVARENGA MONTAVAO SILVA (ADVOGADO) OAB 18.478 - ARINILSON GONCALVES MARIANO (ADVOGADO) OAB 24.294 - CARLOS EDUARDO MURICY MONTALVAO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃ¿RIO Nos termos do Provimento nÂº 006/2009-CJCI, do Art. 1Âº, Â§ 2Âº, VI, fica a parte interessada INTIMADA, por seu procurador, do desarquivamento dos autos, os quais permaneceram Ã  disposiÃ§Ã£o em secretaria pelo prazo de 5 (cinco) dias, alertando que decorrido o prazo citado os mesmos serÃ£o rearquivados. Â Â Â Â Â Parauapebas, 12 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â LUCIANE LINHARES DOS SANTOS Â Â Â Â Â Auxiliar administrativo

**COMARCA DE ITAITUBA**

**SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ITAITUBA**

RESENHA: 12/11/2021 A 12/11/2021 - SECRETARIA DA 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ITAITUBA - VARA: 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ITAITUBA PROCESSO: 00021612120118140024 PROCESSO ANTIGO: 20111001347 6 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE A??o: Execução Fiscal em: 12/11/2021 EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): PROCURADORIA DA FAZENDA ESTADUAL (ADVOGADO) EXECUTADO:ANTONIO MATIAS OTAVIANO FILHO. EXECUÃÃO FISCAL PROCESSO NÂº 0002161-21.2011.8.14.0024Â SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Vistos e examinados os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adoto como relatÃ³rio os fatos constantes nos presentes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã a sÃ-ntese do necessÃ¡rio. Doravante, decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando os autos, observo que nÃ£o hÃ¡ mais interesse da Fazenda PÃºblica no prosseguimento deste feito, conforme manifestaÃ§Ã£o do prÃ³prio exequente existente nos autos (fls. retro). Logo, eventual manutenÃ§Ã£o da presente execuÃ§Ã£o sÃ³ causaria o acÃºmulo desnecessÃ¡rio de mais uma demanda no Ã¢mbito judicial a discutir crÃ©dito tributÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃÃO DE MÃRITO, nos moldes do inciso VIII, artigo 485 e parÃ¡grafo Ãºnico, artigo 200, ambos do CÃ³digo de Processo Civil (CPC). Â Â Â Â Â Â Sem custas, tendo em vista tratar-se da Fazenda PÃºblica. Â Â Â Â Â Â Â Â Â FaÃ§am-se as anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes de praxe, dando-se BAIXA NOS REGISTROS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. INTIMEM-SE as partes apenas pelo DiÃ¡rio de JustiÃ§a EletrÃ´nico (DJe). Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, dando baixa da distribuiÃ§Ã£o no Sistema Libra. Â Â Â Â Itaituba (PA), 12 de novembro de 2021. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito PROCESSO: 00045357420168140024 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE A??o: Execução Fiscal em: 12/11/2021 EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL EXECUTADO:MARCOS ROBERTO AZEVEDO CONDE. EXECUÃÃO FISCAL PROCESSO NÂº 0004535-74.2016.8.14.0024Â SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Vistos e examinados os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adoto como relatÃ³rio os fatos constantes nos presentes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã a sÃ-ntese do necessÃ¡rio. Doravante, decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando os autos, observo que nÃ£o hÃ¡ mais interesse da Fazenda PÃºblica no prosseguimento deste feito, conforme manifestaÃ§Ã£o do prÃ³prio exequente existente nos autos (fls. retro). Logo, eventual manutenÃ§Ã£o da presente execuÃ§Ã£o sÃ³ causaria o acÃºmulo desnecessÃ¡rio de mais uma demanda no Ã¢mbito judicial a discutir crÃ©dito tributÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃÃO DE MÃRITO, nos moldes do inciso VIII, artigo 485 e parÃ¡grafo Ãºnico, artigo 200, ambos do CÃ³digo de Processo Civil (CPC). Â Â Â Â Â Â Sem custas, tendo em vista tratar-se da Fazenda PÃºblica. Â Â Â Â Â Â Â Â Â FaÃ§am-se as anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes de praxe, dando-se BAIXA NOS REGISTROS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. INTIMEM-SE as partes apenas pelo DiÃ¡rio de JustiÃ§a EletrÃ´nico (DJe). Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, dando baixa da distribuiÃ§Ã£o no Sistema Libra. Â Â Â Â Itaituba (PA), 12 de novembro de 2021. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito PROCESSO: 00045374420168140024 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE A??o: Execução Fiscal em: 12/11/2021 EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL EXECUTADO:FLOR DE MARIA CONFECCOES LTDA. EXECUÃÃO FISCAL PROCESSO NÂº 0004537-44.2016.8.14.0024Â SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Vistos e examinados os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adoto como relatÃ³rio os fatos constantes nos presentes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã a sÃ-ntese do necessÃ¡rio. Doravante, decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando os autos, observo que nÃ£o hÃ¡ mais interesse da Fazenda PÃºblica no prosseguimento deste feito, conforme manifestaÃ§Ã£o do prÃ³prio exequente existente nos autos (fls. retro). Logo, eventual manutenÃ§Ã£o da presente execuÃ§Ã£o sÃ³ causaria o acÃºmulo desnecessÃ¡rio de mais uma demanda no Ã¢mbito judicial a discutir crÃ©dito tributÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃÃO DE MÃRITO, nos moldes do inciso VIII, artigo 485 e parÃ¡grafo Ãºnico, artigo 200, ambos do CÃ³digo de Processo Civil (CPC). Â Â Â Â Â Â Sem custas, tendo em vista tratar-se da Fazenda PÃºblica. Â Â Â Â Â Â Â Â Â FaÃ§am-se as

anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes de praxe, dando-se BAIXA NOS REGISTROS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. INTIMEM-SE as partes apenas pelo DiÃ¡rio de JustiÃ§a EletrÃ´nico (DJe). Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, dando baixa da distribuiÃ§Ã£o no Sistema Libra. Â Â Â Â Itaituba (PA), 12 de novembro de 2021. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

**COMARCA DE REDENÇÃO**

**SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE REDENÇÃO**

EDITAL DE CITAÇÃO

(Prazo de 15 dias)

AÇÃO: AÇÃO PENAL

PROCESSO **Nº 0009241-66.2018.814.0045**

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

RÉU(S): **DEUSIVALDO ALVES DA SILVA**

Qualificação: Brasileiro, ajudante de pedreiro, natural de Redenção-PA.

Portador do CPF: 899.759.362-53

Data de Nascimento: 10.09.1977

Mãe: MARIA DE JESUS DO NASCIMENTO

Pai: DEUSAMAR VIEIRA DA SILVA

CAPITULAÇÃO: **Art.69, 180 caput do Código Penal Brasileiro.**

**DATA E LOCAL DO FATO: 30 de julho. de 2018 em Redenção-Pa.**

**O DOUTOR BRUNO AURÉLIO S. CARRIJO**, MM. Juiz de Direito da Vara Criminal desta cidade e Comarca de Redenção, Estado do Pará, no uso de suas atribuições **legais**, etc...

**FAZ SABER,**

a todos quanto o **presente** edital verem, ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Secretaria Judicial da Vara Criminal, se processam nos termos legais, denunciado pela prática do crime previsto na legislação pátrio, conforme a capitulação acima mencionada. E, constando dos autos que o(s)

acusado(s)supra qualificado(a)(s) encontra(m)-se em local incerto e não sabido, motivo pelo qual expediu-se o presente **EDITAL** com prazo de 15 (quinze dias), pelo que ficará(ão) o(o) mesmo(s) devidamente **CITADO(S)** PARA QUE NO PRAZO **LEGAL**, que é de 10 (dez) dias, querendo ofereça defesa preliminar escrita, das acusações que lhe são feitas, conforme disposto no art. 396 e seguintes do CPP, devendo, nesta, indicar provas que pretende produzir durante a instrução do processo, juntar documentos e justificações, especificar provas pretendidas, requerer perícias, bem como arguir preliminares e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, por fim alegar tudo o que interessar à sua defesa para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, e de futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será afixado na porta deste Tribunal na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Redenção, Estado do Pará, pela Secretaria Judicial da Vara Criminal, aos doze (12) dias do mês de novembro (11) do ano dois mil e vinte e um (**2.021**), EU _____ (Alan Deivid da Silva Diniz), Estagiário, que digitei, conferi e subscrevo.

**GLÁUCIA HELENA SILVA SOUZA**

DIRETOR DE SECRETARIA, na forma do art. 1º, inciso IX do Provimento 006/2006-CJ-TJE/PA

EDITAL DE CITAÇÃO
(Prazo de 15 dias)

AÇÃO: AÇÃO PENAL

PROCESSO **Nº 0001247-45.2008.814.0045**

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

RÉU(S): **FERNANDO GOMES COSTA**

Qualificação: Brasileiro, braçal, natural de Presidente Dutra-MA.

Portador do RG: 196156620023

Data de Nascimento: 09.04.1984

Mãe: NEIDIANE GOMES COSTA

Pai: Ignorado

CAPITULAÇÃO: **Art.33 da lei nº11.343/2006.**

**DATA E LOCAL DO FATO: 27 de abril de 2008 em Redenção-Pa.**

**O DOUTOR BRUNO AURÉLIO S. CARRIJO**, MM. Juiz de Direito da Vara Criminal desta cidade e Comarca de Redenção, Estado do Pará, no uso de suas atribuições **legais**, etc...

**FAZ SABER,**

a todos quanto o **presente** edital verem, ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Secretaria Judicial da Vara Criminal, se processam nos termos legais, denunciado pela prática do crime previsto na legislação pátrio, conforme a capitulação acima mencionada. E, constando dos autos que o(s) acusado(s)supra qualificado(a)(s) encontra(m)-se em local incerto e não sabido, motivo pelo qual expediu-se o presente **EDITAL** com prazo de 15 (quinze dias), pelo que ficará(ão) o(o) mesmo(s) devidamente **CITADO(S)** PARA QUE NO PRAZO **LEGAL**, que é de 10 (dez) dias, querendo ofereça defesa preliminar escrita, das acusações que lhe são feitas, conforme disposto no art. 396 e seguintes do CPP, devendo, nesta, indicar provas que pretende produzir durante a instrução do processo, juntar documentos e justificações, especificar provas pretendidas, requerer perícias, bem como arguir preliminares e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, por fim alegar tudo o que interessar à sua defesa para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, e de futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será afixado na porta deste Tribunal na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Redenção, Estado do Pará, pela Secretaria Judicial da Vara Criminal, aos doze (12) dias do mês de novembro (11) do ano dois mil e vinte e um (**2.021**), EU _____ (Alan Deivid da Silva Diniz), Estagiário, que digitei, conferi e subscrevo.

**GLÁUCIA HELENA SILVA SOUZA**

DIRETOR DE SECRETARIA, na forma do art. 1º, inciso IX do Provimento 006/2006-CJ-TJE/PA

EDITAL DE CITAÇÃO
(Prazo de 15 dias)

AÇÃO: AÇÃO PENAL

PROCESSO **Nº 0003376-38.2013.814.0045**

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

RÉU(S): **EDINO VIANA FERREIRA**

Qualificação: Brasileiro.

Portador do RG: 2744992 PC/PA

Data de Nascimento: 26.08.1974

Mãe: JULIETA VIANA FERREIRA

Pai: MANOEL DE JESUS CARDOSO FERREIRA

CAPITULAÇÃO: **Art.306 do CTB.**

**DATA E LOCAL DO FATO: 19 de maio de 2013 em Redenção-Pa.**

**O DOUTOR BRUNO AURÉLIO S. CARRIJO**, MM. Juiz de Direito da Vara Criminal desta cidade e Comarca de Redenção, Estado do Pará, no uso de suas atribuições **legais**, etc...

**FAZ SABER,**

a todos quanto o **presente** edital verem, ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Secretaria Judicial da Vara Criminal, se processam nos termos legais, denunciado pela prática do crime previsto na legislação pátrio, conforme a capitulação acima mencionada. E, constando dos autos que o(s) acusado(s)supra qualificado(a)(s) encontra(m)-se em local incerto e não sabido, motivo pelo qual expediu-se o presente **EDITAL** com prazo de 15 (quinze dias), pelo que ficará(ão) o(o) mesmo(s) devidamente **CITADO(S)** PARA QUE NO PRAZO **LEGAL**, que é de 10 (dez) dias, querendo ofereça defesa preliminar escrita, das acusações que lhe são feitas, conforme disposto no art. 396 e seguintes do CPP, devendo, nesta, indicar provas que pretende produzir durante a instrução do processo, juntar documentos e justificações, especificar provas pretendidas, requerer perícias, bem como arguir preliminares e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, por fim alegar tudo o que interessar à sua defesa para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, e de futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será afixado na porta deste Tribunal na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Redenção, Estado do Pará, pela Secretaria Judicial da Vara Criminal, aos doze (12) dias do mês de novembro (11) do ano dois mil e vinte e um (**2.021**), EU _____ (Alan Deivid da Silva Diniz), Estagiário, que digitei, conferi e subscrevo.

**GLÁUCIA HELENA SILVA SOUZA**

DIRETOR DE SECRETARIA, na forma do art. 1º, inciso IX do Provimento 006/2006-CJ-TJE/PA

EDITAL DE CITAÇÃO
(Prazo de 15 dias)

AÇÃO: AÇÃO PENAL

PROCESSO **Nº 0001592-55.2015.814.0045**

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

RÉU(S): **NILTON MARTINS DOS ANJOS PEREIRA**

Qualificação: Brasileiro, natural de Redenção-Pa.

Portador do CPF: 008.122.682-96

Data de Nascimento: 20.09.1991

Mãe: MILDA MARIA DOS ANJOS

Pai: JOSÉ LUÍS PEREIRA

CAPITULAÇÃO: **Art.61,Inc.II, alíneas ¿f¿ do CPB e Lei nº11.340/2006 c/c Art.º, Inc. III e Art.7º, Inc.I.**

**DATA E LOCAL DO FATO: 08 de feve. de 2015 em Redenção-Pa.**

**O DOUTOR BRUNO AURÉLIO S. CARRIJO**, MM. Juiz de Direito da Vara Criminal desta cidade e Comarca de Redenção, Estado do Pará, no uso de suas atribuições **legais**, etc...

**FAZ SABER,**

a todos quanto o **presente** edital verem, ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Secretaria Judicial da Vara Criminal, se processam nos termos legais, denunciado pela prática do crime previsto na legislação pátrio, conforme a capitulação acima mencionada. E, constando dos autos que o(s) acusado(s)supra qualificado(a)(s) encontra(m)-se em local incerto e não sabido, motivo pelo qual expediu-se o presente **EDITAL** com prazo de 15 (quinze dias), pelo que ficará(ão) o(o) mesmo(s) devidamente **CITADO(S)** PARA QUE NO PRAZO **LEGAL**, que é de 10 (dez) dias, querendo ofereça defesa preliminar escrita, das acusações que lhe são feitas, conforme disposto no art. 396 e seguintes do CPP, devendo, nesta, indicar provas que pretende produzir durante a instrução do processo, juntar documentos e justificações, especificar provas pretendidas, requerer perícias, bem como arguir preliminares e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, por fim alegar tudo o que interessar à sua defesa para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, e de futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será afixado na porta deste Tribunal na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Redenção, Estado do Pará, pela Secretaria Judicial da Vara Criminal, aos doze (12) dias do mês de novembro (11) do ano dois mil e vinte e um (**2.021**), EU _____ (Alan Deivid da Silva Diniz), Estagiário, que digitei, conferi e subscrevo.

**GLÁUCIA HELENA SILVA SOUZA**

DIRETOR DE SECRETARIA, na forma do art. 1º, inciso IX do Provimento 006/2006-CJ-TJE/PA

EDITAL DE CITAÇÃO
(Prazo de 15 dias)

AÇÃO: AÇÃO PENAL

PROCESSO **Nº 0002240-69.2010.814.0045**

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

RÉU(S): **VAGNO CARVALHO DA COSTA**

Qualificação: Brasileiro, solteiro, natural de Santa Terezinha-MT.

Portador do CPF: Ignorado

Data de Nascimento: 01.01.1992

Mãe: MARIA LUÍZA TELES CARVALHO

Pai: LUIZ MARQUES DA COSTA

CAPITULAÇÃO: **Art.157, §2º, I e II, do Código Penal.**

**DATA E LOCAL DO FATO: 28 de jan. de 2009 em Redenção-Pa.**

**O DOUTOR BRUNO AURÉLIO S. CARRIJO**, MM. Juiz de Direito da Vara Criminal desta cidade e Comarca de Redenção, Estado do Pará, no uso de suas atribuições **legais**, etc...

**FAZ SABER,**

a todos quanto o **presente** edital verem, ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Secretaria Judicial da Vara Criminal, se processam nos termos legais, denunciado pela prática do crime previsto na legislação pátrio, conforme a capitulação acima mencionada. E, constando dos autos que o(s) acusado(s)supra qualificado(a)(s) encontra(m)-se em local incerto e não sabido, motivo pelo qual expediu-se o presente **EDITAL** com prazo de 15 (quinze dias), pelo que ficará(ão) o(o) mesmo(s) devidamente **CITADO(S)** PARA QUE NO PRAZO **LEGAL**, que é de 10 (dez) dias, querendo ofereça defesa preliminar

escrita, das acusações que lhe são feitas, conforme disposto no art. 396 e seguintes do CPP, devendo, nesta, indicar provas que pretende produzir durante a instrução do processo, juntar documentos e justificações, especificar provas pretendidas, requerer perícias, bem como arguir preliminares e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, por fim alegar tudo o que interessar à sua defesa para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, e de futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será afixado na porta deste Tribunal na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Redenção, Estado do Pará, pela Secretaria Judicial da Vara Criminal, aos doze (12) dias do mês de novembro (11) do ano dois mil e vinte e um (**2.021**), EU _____ (Alan Deivid da Silva Diniz), Estagiário, que digitei, conferi e subscrevo.

**GLÁUCIA HELENA SILVA SOUZA**

DIRETOR DE SECRETARIA, na forma do art. 1º, inciso IX do Provimento 006/2006-CJ-TJE/PA

**COMARCA DE PARAGOMINAS**

**SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS**

PROCESSO: 00028100520168140039 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE FELIZARDO ESMERALDO NETO A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 10/06/2021---REQUERENTE:BANCO DA AMAZONIA S/A. Representante(s): OAB 7535 - SAMUEL NYSTRON DE ALMEIDA BRITO (ADVOGADO) OAB 8562 - ROSIMAR SOCORRO DE SOUZA RAMOS (ADVOGADO) REQUERIDO: MENDONÇA E VEIGA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA Representante: OAB/PA 8798-B ¿ MARIO ALVES CAETANO (ADVOGADO), OAB/PA 8033 ¿ FABIANO VIEIRA GONÇALVES (ADVOGADO). REQUERIDO: ROBERT VEIGA DA SILVA REQUERIDO: LILIAN CRISTINA MENDONCA VEIGA. ATO ORDINATÃ¿RIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De ordem do MMÂº Juiz da 2Âª Vara desta Comarca, e nos termos do art. 93. XIV da CF/88, e, em cumprimento Ã  Portaria nÂº 2/2007-GJ ao provimento 006/2009-CJCI procedo por meio desta, Ã  intimaÃ§Ã£o do embargado, atravÃ©s de seu advogado, para que, querendo, apresente manifestaÃ§Ã£o aos embargos de declaraÃ§Ã£o, no prazo legal, art. 1023, Â§ 2Â° do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 10 de junho de 2021. JOSÃ¿ FELIZARDO ESMERALDO NETO Diretor de Secretaria da 2Âª Vara CÃ-vel da Comarca de Paragominas.

PROCESSO: 00022363220078140039 PROCESSO ANTIGO: 200710016509 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE FELIZARDO ESMERALDO NETO A??o: Cumprimento de sentença em: 10/06/2021---EXECUTADO: BUNGE FERTILIZANTES S.A Representante(s): OAB 10.011 - SADI BONATTO (ADVOGADO)EXEQUENTE: COAPAL COMERCIAL AGRICOLA PARA LTDA Representante(s): OAB 8798-B - MARIO ALVES CAETANO (ADVOGADO) REQUERIDO:DULCIMAR LUIZ PENSIN REQUERIDO:JORGE PENSIN. ATO ORDINATÃ¿RIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De ordem do MMÂº Juiz da 2Âª Vara desta Comarca, e nos termos do art. 93. XIV da CF/88, e, em cumprimento Ã  Portaria nÂº 2/2007-GJ e ao provimento 006/2009-CJCI, procedo por meio desta, Ã  intimaÃ§Ã£o do executado, atravÃ©s de seu advogado, para que, no prazo de 05 dias, informe os dados bancÃ¡rios, tais como:Â banco, agÃªncia, conta (se corrente ou poupanÃ§a) e CPF/CNPJ para crÃ©dito do valor bloqueado em excesso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 10 de junho de 2021. JOSÃ¿ FELIZARDO ESMERALDO NETO Diretor de Secretaria da 2Âª Vara CÃ-vel da Comarca de Paragominas.

PROCESSO: 00018055020138140039 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GIORDANNO LOUREIRO CAVALCANTI GRILO A??o: Embargos à Execução em: 28/05/2021---EMBARGANTE: TAROBEX DO BRASIL EXPORTAÇÃO LTDA EMBARGANTE: MIGUEL ÂNGELO SCARAMUSSA Representante(s): OAB 16076-B - WELLINGTON DA CRUZ MANO (ADVOGADO) OAB 11528 - MOISES NORBERTO CORACINI (ADVOGADO) EMBARGADO: G E FOMENTO MERCANTIL LTDA. Representante: OAB/PA 17772-B SÉRGIO DE BARROS BIANCHI COSTA (ADVOGADO). SENTENÃ¿A Vistos, etc. I - DO RELATÃ¿RIO TAROBEX DO BRASIL EXPORTAÃ¿Ã¿O LTDA E OUTRO, devidamente qualificados nos autos, por intermÃ©dio de procurador judicial, opÃ´s os presentes Embargos de DeclaraÃ§Ã£o da sentenÃ§a de fls. 430, com fundamento no art. 1.022 do CÃ³digo de Processo Civil. O embargante afirmou que houve erro material na decisÃ£o, na medida em que condenou o exequente ao pagamento das custas processuais e honorÃ¡rios. Em seguida, foi certificada a tempestividade dos presentes embargos de declaraÃ§Ã£o, assim como a nÃ£o apresentaÃ§Ã£o de resposta, e vieram os autos conclusos. Ã¿ o relatÃ³rio. Decido. II - DA FUNDAMENTAÃ¿Ã¿O Trata-se de Embargos de DeclaraÃ§Ã£o, com fundamento no art. 1022 do CÃ³digo de Processo Civil, da sentenÃ§a proferida nos autos, que julgou extinto o presente processo sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fundamento no art. 924, II, do CPC, em razÃ£o do acordo entre as partes. Os presentes Embargos de DeclaraÃ§Ã£o devem ser conhecidos, na medida em que foram apresentados dentro do prazo legal, conforme certidÃ£o anexada aos autos. DispÃµe o CÃ³digo de Processo Civil: Art. 1.022. Cabem embargos de declaraÃ§Ã£o contra qualquer decisÃ£o judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradiÃ§Ã£o; II - suprimir omissÃ£o de ponto ou questÃ£o sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofÃ-cio ou a requerimento. O autor opÃ´s os presentes embargos de declaraÃ§Ã£o,

afirmando que a decisÃ£o incorre em erro material, pois o acordo prevÃª que cada o valor acordado abrange o principal, as custas pagas, os honorÃ¡rios de sucumbÃªncia na aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o e nos embargos. Assim, a condenaÃ§Ã£o da executada nas custas gera bis in idem, jÃ¡ resolvido entre as partes, Ã  exceÃ§Ã£o de eventuais custas remanescentes. Assim, merece acolhimento os embargos para sanar o erro material e, assim, afastar do comando decisÃ³rio da sentenÃ§a que extinguiu o feito em razÃ£o de acordo (fls. 200/200v) a condenaÃ§Ã£o em custas e honorÃ¡rios por parte da embargante (executada dos autos). O que deve ocorrer Ã© apenas a incidÃªncia de eventuais custas remanescentes por parte da executada (TAROBEX DO BRASIL EXPORTAÃ¿Ã¿O LTDA E OUTRO). III - DO DISPOSITIVO Ante o exposto, conheÃ§o dos embargos de declaraÃ§Ã£o, haja vista que oferecidos no prazo legal, para ACOLHÃ¿-LOS em face do erro material jÃ¡ citado e da omissÃ£o verificada, para excluir da sentenÃ§a embargada a condenaÃ§Ã£o da executada nas custas e honorÃ¡rios de sucumbÃªncia, exceto de eventuais custas remanescentes se houver. Encaminhem-se os autos Ã  UNAJ para verificaÃ§Ã£o na conta do processo de eventuais custas remanescentes se houver. E intimaÃ§Ã£o para pagamento em caso positivo. Caso a UNAJ certifique que nÃ£o hÃ¡ mais custas a pagar, ARQUIVE-SE, DANDO-SE BAIXA NA DISTRIBUIÃ¿Ã¿O. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Intime-se. Paragominas/PA, 28 de maio de 2021 Giordanno Loureiro Cavalcanti Grilo Juiz de Direito Substituto.

P R O C E S S O : 0 0 0 3 8 2 0 2 6 2 0 1 2 8 1 4 0 0 3 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GIORDANNO LOUREIRO CAVALCANTI GRILO A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 28/05/2021---EXEQUENTE:G E FOMENTO MERCANTIL LTDA REPRESENTANTE:EDSON PEZZIN Representante(s): OAB/PA 17772-B SÉRGIO DE BARROS BIANCHI COSTA (ADVOGADO), OAB 15441-B - DIEGO SAMPAIO SOUSA (ADVOGADO) EXECUTADO: TAROBEX DO BRASIL EXPORTAÇÃO LTDA Representante(s): OAB 16076-B - WELLINGTON DA CRUZ MANO (ADVOGADO) EXECUTADO:MIGUEL ÂNGELO SCARAMUSSA. SENTENÃ¿A Vistos, etc. I - DO RELATÃ¿RIO TAROBEX DO BRASIL EXPORTAÃ¿Ã¿O LTDA E OUTRO, devidamente qualificados nos autos, por intermÃ©dio de procurador judicial, opÃ´s os presentes Embargos de DeclaraÃ§Ã£o da sentenÃ§a de fls. 200/200v, com fundamento no art. 1.022 do CÃ³digo de Processo Civil. O embargante afirmou que houve erro material na decisÃ£o, na medida em que condenou o exequente ao pagamento das custas processuais e honorÃ¡rios. Em seguida, foi certificada a tempestividade dos presentes embargos de declaraÃ§Ã£o, assim como a nÃ£o apresentaÃ§Ã£o de resposta, e vieram os autos conclusos. Ã¿ o relatÃ³rio. Decido. II - DA FUNDAMENTAÃ¿Ã¿O Trata-se de Embargos de DeclaraÃ§Ã£o, com fundamento no art. 1022 do CÃ³digo de Processo Civil, da sentenÃ§a proferida nos autos, que julgou extinto o presente processo sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fundamento no art. 924, II, do CPC, em razÃ£o do acordo entre as partes. Os presentes Embargos de DeclaraÃ§Ã£o devem ser conhecidos, na medida em que foram apresentados dentro do prazo legal, conforme certidÃ£o anexada aos autos. DispÃµe o CÃ³digo de Processo Civil: Art. 1.022. Cabem embargos de declaraÃ§Ã£o contra qualquer decisÃ£o judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradiÃ§Ã£o; II - suprimir omissÃ£o de ponto ou questÃ£o sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofÃcio ou a requerimento. O autor opÃ´s os presentes embargos de declaraÃ§Ã£o, afirmando que a decisÃ£o incorre em erro material, pois o acordo prevÃª que cada o valor acordado abrange o principal, as custas pagas, os honorÃ¡rios de sucumbÃªncia na aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o e nos embargos. Assim, a condenaÃ§Ã£o da executada nas custas gera bis in idem, jÃ¡ resolvido entre as partes, Ã  exceÃ§Ã£o de eventuais custas remanescentes. Assim, merece acolhimento os embargos para sanar o erro material e, assim, afastar do comando decisÃ³rio da sentenÃ§a que extinguiu o feito em razÃ£o de acordo (fls. 200/200v) a condenaÃ§Ã£o em custas e honorÃ¡rios por parte da embargante (executada dos autos). O que deve ocorrer Ã© apenas a incidÃªncia de eventuais custas remanescentes por parte da embargante/executada (TAROBEX DO BRASIL EXPORTAÃ¿Ã¿O LTDA E OUTRO). III - DO DISPOSITIVO Ante o exposto, conheÃ§o dos embargos de declaraÃ§Ã£o, haja vista que oferecidos no prazo legal, para ACOLHÃ¿-LOS em face do erro material jÃ¡ citado e da omissÃ£o verificada, para excluir da sentenÃ§a embargada a condenaÃ§Ã£o da ora embargante nas custas e honorÃ¡rios de sucumbÃªncia, exceto de eventuais custas remanescentes se houver. Encaminhem-se os autos Ã  UNAJ para verificaÃ§Ã£o na conta do processo de eventuais custas remanescentes se houver. E intimaÃ§Ã£o para pagamento em caso positivo. Caso a UNAJ certifique que nÃ£o hÃ¡ mais custas a pagar, ARQUIVE-SE, DANDO-SE BAIXA NA DISTRIBUIÃ¿Ã¿O. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Intime-se. Paragominas/PA, 28 de maio de 2021 Giordanno Loureiro Cavalcanti Grilo Juiz de Direito Substituto.

P R O C E S S O : 0 0 1 4 1 6 8 9 3 2 0 1 8 8 1 4 0 0 3 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCIO TEIXEIRA BITTENCOURT A??o: Procedimento Comum Cível em: 02/06/2021---REQUERENTE:CONSTRUTORA OLIMPO LTDA ME Representante(s): OAB 16076-B - WELLINGTON DA CRUZ MANO (ADVOGADO) REQUERIDO: CELPA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA SA Representante(s): OAB 12358 ¿ FLAVIO AUGUSTO QUEIROZ MONTALVÃO DAS NEVES (ADVOGADO), OAB 23095 - SHELEN LIMA GEYER SEGUINS GOMES (ADVOGADO). Processo nÂº: 0014168-93.2018.8.14.0039 AÃ§Ã£o de ObrigaÃ§Ã£o de Fazer Requerente: CONSTRUTORA OLIMPO LTDA. Requerida: CENTRAIS ELÃ¿TRICAS DO PARÃ - CELPA Â Â Â Â Â S E N T E N Ã¿ A RELATÃ¿RIO Vistos. Trata-se de aÃ§Ã£o de obrigaÃ§Ã£o de fazer com pedido de tutela de urgÃªncia proposta por CONSTRUTORA OLIMPO LTDA - ME em face de CELPA - CENTRAIS ELÃ¿TRICAS DO PARÃ S/A buscando o cumprimento pela requerida ao cumprimento da obrigaÃ§Ã£o de fazer estipulada em contrato de prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o para realizaÃ§Ã£o de obra em rede de distribuiÃ§Ã£o de energia elÃ©trica consistente no recondutoramento de cabo e construÃ§Ã£o do ramal de ligaÃ§Ã£o com instalaÃ§Ã£o de jogo de chave fusÃvel para energizaÃ§Ã£o completa do empreendimento residencial Flor de Lis. Alega a requerente, em breve sÃntese que exerce a atividade de construÃ§Ã£o civil e solicitou anÃ¡lise junto a requerida a anÃ¡lise de viabilidade para disponibilizaÃ§Ã£o de carga de energia elÃ©trica no empreendimento sendo aprovada a implantaÃ§Ã£o do projeto comprometendo-se a realizar no prazo de 150 dias que se findou em julho de 2018 e mesmo notificada extrajudicialmente por duas vezes permaneceu inerte e desta omissÃ£o hÃ¡ prejuÃzo por nÃ£o dar prosseguimento Ã  venda das unidades residenciais construÃdas. A TUTELA PROVISÃ¿RIA para determinar a CELPA que cumpra a obrigaÃ§Ã£o contratual estipulada no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de multa diÃ¡ria de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) limitada a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) sem prejuÃzo de majoraÃ§Ã£o. Conforme certificado (fls. 186), nos autos a requerida foi devidamente citada e nÃ£o manifestou nos autos, tendo sido aplicado os efeitos da revelia. (fls. 187). A parte autora peticionou nos autos informando o nÃ£o cumprimento da Tutela ProvisÃ³ria e anexou Laudo TÃ©cnico ElÃ©trico e de Vistoria. (fls.189 a 207). A multa foi majorada para R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), atÃ© R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), sem prejuÃzo de nova majoraÃ§Â¿o, a tÃtulo de descumprimento, pela requerida, da decisÂ¿o de fl.180. Intime-se a rÃ© para que cumpra a obrigaÃ§Â¿o contratual estipulada, no prazo de 20 (vinte) dias.Â (208/208vÂº). Foi designada audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, na qual as partes celebraram acordo parcial. Encerra a instruÃ§Ã£o as partes apresentaram alegaÃ§Ãµes finais. Ã¿ o relatÃ³rio. DECIDO. FUNDAMENTAÃ¿Ã¿O A decisÃ£o que julgou a Tutela ProvisÃ³ria, contemplou o mÃ©rito. Conforme carta de viabilidade (fls. 25 a 28) a CELPA realizou anÃ¡lise tÃ©cnica do pedido em fevereiro de 2018 sinalizando o cumprimento em 150 dias da assinatura do contrato mediante participaÃ§Ã£o financeira do solicitante. A proposta da CELPA foi aceita devolvendo-se o contrato em 16/02/2018 (fl. 30) com comprovaÃ§Ã£o de pagamento do boleto emitido pela CELPA referente participaÃ§Ã£o financeira (fl. 38). Consta na inicial duas notificaÃ§Ãµes extrajudiciais (fl. 42 e 43) e reclamaÃ§Ã£o na ouvidoria (fls. 44/45) informando a exordial que a CELPA permanece inerte, em descumprimento reiterado e injustificado da obrigaÃ§Ã£o e prazo estipulados pela prÃ³pria concessionÃ¡ria. NÃ£o obstante a tutela pretendida seja a prÃ³pria satisfaÃ§Ã£o do interesse perseguido se faz necessÃ¡ria a imediata intervenÃ§Ã£o judicial para compelir a CELPA cumprir a proposta nÃ£o sendo razoÃ¡vel aguardar o trÂ¢mite processual para se estabelecer a obrigaÃ§Ã£o de fazer jÃ¡ veiculada por instrumento contratual celebrado apÃ³s prÃ©via anÃ¡lise da prÃ³pria CELPA de viabilidade e no prazo estipulado pela mesma, sob o risco de atrasar a venda das unidades residenciais e causar prejuÃzo ao requerente. Qualquer justificativa ou suspensÃ£o de prazo deveria ter sido comunicada Ã  empresa requerente nos termos do artigo 35 da ResoluÃ§Ã£o 414 da ANEEL, sendo que a inicial informa que o serviÃ§o sequer foi iniciado, nÃ£o obstante o prazo estipulado na clÃ¡usula quarta (fl. 32). Ora, afigura-se evidente que houve, no caso em apreÃ§o, falha tÃ©cnica/omissÃ£o por parte da RÃ© na prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o pÃºblico que lhe Ã© afeto por forÃ§a da concessÃ£o a ela outorgada, com prejuÃzo direto aos atributos legais da essencialidade e da continuidade do serviÃ§o pÃºblico objeto da concessÃ£o em seu favor (arts. 22, caput, do CÃ³digo de Defesa do Consumidor e 10, inciso I, da Lei nÂ° 7.783/89). Sabe-se que a responsabilidade civil da Requerida, na qualidade de concessionÃ¡ria de serviÃ§o pÃºblico, Ã© de natureza objetiva (independente de culpa), consoante se dessume do teor do art. 37, Â§ 6Â°, da ConstituiÃ§Ã£o Federal. Ademais, hÃ¡ na espÃ©cie relaÃ§Ã£o de consumo estabelecida entre a Autora (consumidora usuÃ¡ria do serviÃ§o) e a empresa-rÃ© (fornecedora do serviÃ§o de energia elÃ©trica), a teor do disposto nos arts. 2Â° e 3Â° da Lei nÂ° 8.078/90 (CÃ³digo de Defesa do Consumidor). A parte autora inclusive apresentou Laudo TÃ©cnico ElÃ©trico e de Vistoria, concluindo que a parte requerida nÃ£o iniciou e nÃ£o realizou qualquer tipo de obra prevista no contrato, consistente no recondutoramento e construÃ§Ã£o do ramal. Demonstrou-se, pois, em tal contexto fÃ¡tico-probatÃ³rio, a existÃªncia de

relaÃ§Ã£o de causalidade entre os danos e as omissÃµes por parte da concessionÃ¡ria-rÃ©. Na audiÃªncia realizada no dia 25 de abril de 2019, as partes chegaram a um acordo apenas em relaÃ§Ã£o ao segundo lote da obra, no entanto foram mantidos os mesmos procedimentos e documentos a serem apresentados pela parte autora. DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido resolvendo-se, pois, o meritum causae, com fundamento no art. 487, inciso I, do CÃ³digo de Processo Civil, para CONDENAR a Requerida na obrigaÃ§Ã£o de fazer concernente Ã  conclusÃ£o de prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os para a realizaÃ§Ã£o de obra em rede de distribuiÃ§Ã£o de energia elÃ©trica, consistente no recondutoramento de caso e construÃ§Ã£o de ramal de ligaÃ§Ã£o, para fins de fornecimento de energia elÃ©trica, nos moldes fixados contratualmente, sem prejuÃzo no tocante Ã  execuÃ§Ã£o dos valores referentes Ã  multa pelo descumprimento da obrigaÃ§Ã£o de fazer Custas e despesas processuais pela requerida e, ainda, honorÃ¡rios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o valor final da condenaÃ§Ã£o (art. 85, Â§ 2Âº do CPC). Declaro, por conseguinte, extinto o processo com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, de acordo com o art. 487, inciso I, do CPC. Â Â Â Â Â Â Intime-se as partes via DJE. Cumpra-se. Registre-se. Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, certifique-se e arquive-se Â Â Â Â Â P. R. I. Â Â Â Â Â Paragominas-PA, 02 de junho de 2021 MÃRCIO TEIXEIRA BITTENCOURT Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃvel e Empresarial de Paragominas.

P R O C E S S O : 0 0 0 6 4 4 0 6 4 2 0 1 9 8 1 4 0 0 3 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GIORDANNO LOUREIRO CAVALCANTI GRILO A??o: Inventário em: 04/05/2021---INVENTARIANTE:NOEMIA VIEIRA DE LIMA MARQUES Representante(s): OAB 5201 - ELDELY DA SILVA HUBNER (ADVOGADO) INVENTARIADO:SEBASTIAO MARQUES DA SILVA REQUERENTE:GABRIEL DE PAULO PRESTES RIBEIRO Representante(s): OAB 27480-A - LUIZ OTAVIO SILVA ANGELINI (ADVOGADO) REQUERENTE:DYOVANA SILVEIRA CHAVES DA SILVA Representante(s): OAB 21344 - MAYCON TERRA COSTA (ADVOGADO) OAB 1825-B - AUMIL TERRA JUNIOR (ADVOGADO) REQUERENTE:SAMILY RAMOS DA SILVA BONFIM Representante(s): OAB 14404 - MARILIA ALVARES DA SILVA (ADVOGADO) OAB 207394 - CARMINE LOURENCO DEL GAIZO NETTO (ADVOGADO) REQUERENTE:FERNANDO OLIVEIRA ALVES Representante(s): OAB 14404 - MARILIA ALVARES DA SILVA (ADVOGADO) OAB 207394 - CARMINE LOURENCO DEL GAIZO NETTO (ADVOGADO) REQUERENTE:BLENDA MARQUES DE LIMA CABRAL Representante(s): OAB 5201 - ELDELY DA SILVA HUBNER (ADVOGADO) REQUERENTE:LAYS MARQUES DA SILVA Representante(s): OAB 5201 - ELDELY DA SILVA HUBNER (ADVOGADO) . Ref. Proc. 0006440-64.2019.8.14.0039 Vistos, etc. I - RELATÃ¿RIO Trata-se de aÃ§Ã£o de InventÃ¡rio ajuizada por N.V.L.M. em face do falecimento de S.M.S. NOVAMENTE CHAMO O FEITO Ã¿ ORDEM, para que seja relatado o conteÃºdo do caderno processual e se traga Ã  boa ordem processual o trÂ¢mite deste processo, com o fim de se chegar ao seu desiderato. (art. 5Âº, LXXXVIII, CF/88). A autora alegou ter vivido em uniÃ£o estÃ¡vel com o falecido desde 1982 atÃ© o casamento de ambos em 02/06/2012, e que ele faleceu em 27/06/2019, nesta cidade e comarca, sem deixar testamento. Alega ainda que teve duas filhas com ele e permaneceu casada atÃ© o Ã³bito do inventariado. Apresentou certidÃ£o de casamento de fl. 07, declaraÃ§Ã£o de uniÃ£o estÃ¡vel de fl. 08, registro geral das filhas comuns de fls. 10 e 1, alÃ©m de cÃ³pia de documentos do falecido e certidÃ£o de Ã³bito. DecisÃ£o de fl. 19 determina a indicaÃ§Ã£o dos bens que compÃµem o acervo de bens deixados pelo falecido. Requerimento de fls. 20/20v, da herdeira D.S.C.S., na qual pede o prosseguimento do pagamento da pensÃ£o alimentÃcia do espÃ³lio atÃ© que seja expedido o formal de partilha de bens, e em razÃ£o do qual este JuÃzo entendeu por se reservar Ã  apreciaÃ§Ã£o do aludido requerimento apÃ³s a nomeaÃ§Ã£o da inventariante (fl. 28). Por sua vez, S.R.S.B., pede a sua habilitaÃ§Ã£o nos autos como filha do falecido, juntando os documentos de fls. 32/35. Em seguida, F.O.A. requer Ã  fl. 36/39 a sua habilitaÃ§Ã£o como herdeiro por ser filho do falecido, tendo anexado exame de DNA de fl. 44/47. Na petiÃ§Ã£o de fl. 56, G.P.P.R. informa acerca do ajuizamento de aÃ§Ã£o de investigaÃ§Ã£o de paternidade perante a 1Âª Vara de Paragominas, e requer sua habilitaÃ§Ã£o nestes autos. Ã¿s fls. 57/59, a autora apresenta as PRIMEIRAS DECLARAÃ¿Ã¿ES, descrevendo as duas filhas que teve com ele, B.M.L.C. e L.M.L., e mais duas filhas exclusivas do falecido, S.R.S.S. e D.S.C.S., e que o de cujus teria deixado os bens constantes do rol de fl. 58. Ato contÃnuo, a herdeira D.S.C.S. (fl. 66/67) pede a nomeaÃ§Ã£o da autora como inventariante e a sua intimaÃ§Ã£o para o pagamento de pensÃ£o alimentÃcia em atraso. Ã¿ fl. 75, aportou aos autos ofÃcio da JustiÃ§a do Trabalho solicitando informaÃ§Ãµes quanto Ã  existÃªncia de inventÃ¡rio e de bens deixados pelo falecido. Ã¿ fl. 78/80 novo pedido de pagamento da pensÃ£o alimentÃcia feito por D.S.C.S. Por sua vez, na decisÃ£o de fls. 82/85, este juÃzo chamou o feito Ã  ordem, nomeia a autora como inventariante, indeferiu

o pedido de pensÃ£o alimentÃcia na forma como realizada, intima os demais herdeiros para dizer se concordam com a possibilidade do reconhecimento voluntÃ¡rio da paternidade alegada nos termos do art. 628, parÃ¡grafo 1Âº, CPC. Indefere o pedido de S.R.S.A e determina a intimaÃ§Ã£o de G.P.P.R. para apresentar instrumento de mandato de seu advogado. Determina tambÃ©m as providÃªncias descritas na decisÃ£o de chamamento do feito Ã  ordem. A inventariante compareceu em juÃzo e assinou termo de inventariante (fl. 91). No ofÃcio de fl. 93, este juÃzo solicita informaÃ§Ãµes ao JuÃzo da 1Âª Vara CÃvel de Paragominas para saber andamento de aÃ§Ã£o narrada nos autos. A inventariante apresenta as Primeiras DeclaraÃ§Ãµes (fls. 97 a 101) com novas alegaÃ§Ãµes. Ã¿s fl. 128/129, D.S.C.S. requer a digitalizaÃ§Ã£o dos autos, disponibilizando a sua digitalizaÃ§Ã£o, segundo a Portaria 1833/2020 GP do EgrÃ©gio TJEPA. Ã¿s fl. 144, a 1Âª Vara CÃvel de Paragominas, em 19 de outubro de 2020, respondeu dizendo que o feito promovido por G.P.P.R. encontra-se com audiÃªncia desmarcada e com novo prazo para contestaÃ§Ã£o. Ã¿s fls. 147, por sua vez, a inventariante expÃµe que o devedor do falecido, FORTEFRIGO, teria encaminhado email em resposta Ã  advogada da inventariante para dizer que detinha notas fiscais pendentes de pagamento ao falecido, no importe de R$ 474.946,76 (fl. 148), pedindo boleto para pagamento. No requerimento de fl. 151, A.L.N, vem comunicar a interposiÃ§Ã£o de aÃ§Ã£o de HABILITAÃ¿Ã¿O DE CRÃ¿DITO movida em face do ESPÃ¿LIO DO FALECIDO, para fins de conhecimento do juÃzo e de todos os herdeiros. Requer ainda que seja certificado nos autos do inventÃ¡rio a existÃªncia do processo de habilitaÃ§Ã£o, bem como pede que este juÃzo tome as providÃªncias a fim de resguardar a efetividade do crÃ©dito com o bloqueio de bens e valores atÃ© a resoluÃ§Ã£o definitiva do crÃ©dito. (Proc. 0802847-57.2020.8.14.0039 perante esta mesma 2Âª Vara). A aÃ§Ã£o se refere, segundo o peticionante Ã  venda da Fazenda Sol de Maio. Ã¿s fl. 174, este juÃzo deferiu o pedido de fl. 147 e determinou a emissÃ£o de boleto para o depÃ³sito em juÃzo do valor de R$ 474.946,76 a ser pago pelo devedor do espÃ³lio, FORTEFRIGO. Determinou ainda a certificaÃ§Ã£o quanto Ã  remessa do arquivo digital noticiado Ã s fls. 141/142 e, em caso positivo, deveria proceder nos termos do art. 19 da Portaria 1833/2020. Por fim, apÃ³s o recolhimento das custas intermediÃ¡rias e a certificaÃ§Ã£o de que foi depositado o valor de R$ 474.946,76 em subconta Ã  disposiÃ§Ã£o do processo, a inventariante requer a liberaÃ§Ã£o por alvarÃ¡ judicial em seu favor da quantia referente Ã  meaÃ§Ã£o de 50% do valor depositado. Ademais, a certidÃ£o de fls. 188 tambÃ©m dÃ¡ conta da indisponibilidade da quantia de R$ 111.342,63, decorrente de execuÃ§Ã£o de alimentos da herdeira D.S.C.S., com cÃ³pia da decisÃ£o da aludida execuÃ§Ã£o Ã s fls. 190/191v. A inventariante reitera o pedido de expediÃ§Ã£o de alvarÃ¡ de liberaÃ§Ã£o da quantia correspondente a 50% do valor depositado (fls. 181 e 192). Ã¿ o que basta relatar, em resumo necessÃ¡rio do ocorrido nos autos. Decido. II - DA FUNDAMENTAÃ¿Ã¿O E DECISÃ¿O Deve ser indeferido o pedido de liberaÃ§Ã£o antecipada de valor depositado em juÃzo (fls. 181 e 192) como pagamento de um dÃ©bito de empresa devedora em favor do falecido. O crÃ©dito aportou aos autos, porÃ©m Ã© referente ao pagamento de 3 (trÃªs) notas fiscais conforme noticiou o email de fl. 148. A prudÃªncia e a legalidade determinam a melhor avaliaÃ§Ã£o da destinaÃ§Ã£o dos bens e do patrimÃ´nio integral do espÃ³lio, bem como a qualidade dos herdeiros nos autos e dos dÃ©bitos do espÃ³lio para somente depois proceder-se ao pagamento aos herdeiros, mesmo sendo a esposa do falecido que ora requer. AlÃ©m disso, nÃ£o se chegou ainda Ã  fase prÃ³pria de pagamento a cada um dos herdeiros ou de direitos da inventariante, o que serÃ¡ ainda analisado e avaliado. E o levantamento de valores de inventÃ¡rio por alvarÃ¡ judicial sÃ³ deve se dar em situaÃ§Ãµes excepcionais, o que nÃ£o Ã© o caso, pois nÃ£o foi demonstrado o fundamento legal para tal liberaÃ§Ã£o antecipada de valores. Acerca do caso, transcrevo o entendimento jurisprudencial que tambÃ©m deve ser adotado no presente caso: AGRAVO DE INSTRUMENTO. INVENTÃRIO. PEDIDO DE LEVANTAMENTO DE VULTOSA QUANTIA. MOMENTO INOPORTUNO. NECESSIDADE DE PRESERVAÃ¿Ã¿O DA SEGURANÃ¿A JURÃDICA. DECISÃ¿O MANTIDA. 1. O agravo de instrumento limita-se ao exame do acerto da decisÃ£o impugnada, em vista do que ao juÃzo ad quem incumbe aferir, tÃ£o somente, se o ato judicial vergastado estÃ¡ eivado de ilegalidade ou abusividade, sendo defeso o exame de questÃµes estranhas ao que ficou decidido na lide. 2. A autorizaÃ§Ã£o de levantamento de valores, nos termos pleiteados, Ã© temerÃ¡ria diante da necessÃ¡ria observÃ¢ncia ao procedimento do inventÃ¡rio, em cujos autos devem ser analisadas todas as questÃµes aventadas em sede cogniÃ§Ã£o exauriente. 3. NÃ£o hÃ¡ falar na possibilidade de levantamento de quantias considerando que sobre o inventÃ¡rio foram interpostos recursos que aguardam soluÃ§Ã£o final, cujos resultados poderÃ£o influir diretamente na soluÃ§Ã£o do litÃgio. 4. Ausente o fumus boni iuris e periculum in mora, mormente porque ao apreciar a questÃ£o, o Juiz a quo, apenas adiou a anÃ¡lise do levantamento do depÃ³sito, nÃ£o se vislumbrando, a princÃpio, qualquer ilegalidade ou abusividade no ato judicial vergastado. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJ-GO - AI: 07161833020198090000, Relator: Dr. Ronnie Paes Sandre, Data de Julgamento: 15/06/2020, 3Âª CÂ¢mara CÃvel, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJ de 15/06/2020) Assim, havendo a necessidade jurÃdica de

melhor avaliar o patrimÃ´nio do falecido, seus bens, herdeiros, dÃ©bitos e proceder ao contraditÃ³rio constitucional e legalmente determinado, com a URGENTE necessidade ainda da fase de citaÃ§Ã£o formal dos herdeiros acerca das primeiras declaraÃ§Ãµes, INDEFIRO o pedido de liberaÃ§Ã£o antecipada de quantia referente Ã  metade (50%) do valor depositado nestes autos que foi requerido pela inventariante. E, ato contÃnuo, determino: 1. CUMPRA-SE a decisÃ£o de fls. 82/85, especialmente a partir do item III.III atÃ© o item III.XIX, das fls. 84/85, intimando-se, expedindo-se, cumprindo-se e certificando-se Ã  medida do seu cumprimento nos autos. 2. por atendimento ao devido processo legal, e aos princÃpios da razoabilidade, proporcionalidade, e eficiÃªncia, determino que seja resguardado quinhÃ£o eventualmente cabÃvel ao requerente G.P.P.R., que informou acerca do ajuizamento de aÃ§Ã£o de investigaÃ§Ã£o de paternidade em face do falecido, perante a 1Âª Vara de Paragominas, processo cujo nÃºmero se encontra nestes autos Ã  fl. 56; essa reserva deve ser imediatamente liberada em caso de improcedÃªncia da aÃ§Ã£o aludida pelo requerente de investigaÃ§Ã£o de paternidade, porÃ©m, por cautela, deve-se realizar o resguardo do seu eventual quinhÃ£o, para que nÃ£o haja maior litigiosidade futura acerca desse ponto; Intimem-se igualmente no tocante. 3. Certifique-se tambÃ©m nestes autos acerca de informaÃ§Ãµes sobre a) o processo de execuÃ§Ã£o de alimentos ajuizado por D.S.C.S., (cujo nÃºmero consta Ã  fl. 188); bem como b) sobre o trÂ¢mite da aÃ§Ã£o de no. 00101103-21.2019.8.14.0039 da 1Âª Vara CÃvel desta Comarca, acerca da eventual decisÃ£o de mÃ©rito do referido processo, que igualmente foi informado neste feito, e ambos podem influir na finalizaÃ§Ã£o deste processo na busca que se deve fazer para atingir uma decisÃ£o judicial final de mÃ©rito, cÃ©lere, justa e efetiva (art. 6Âº do CPC). A ordem legal dispÃµe expressamente que: Art. 6Âº Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoÃ¡vel, decisÃ£o de mÃ©rito justa e efetiva (CPC). E c) certifique-se, a Secretaria ainda, sob o mesmo fundamento, tambÃ©m nestes autos acerca de informaÃ§Ãµes sobre o processo de habilitaÃ§Ã£o de crÃ©dito de nÃºmero 0802847-57.2020.8.14.0039 ajuizado por. A.L.N; 4. Intime-se a inventariante, para em 15 dias, e os demais herdeiros deverÃ£o tambÃ©m se pronunciar no prazo de suas contestaÃ§Ãµes, sobre o requerimento fl. 151 formulado por A.L.N; 5. Por fim, certifique-se quanto Ã  remessa do arquivo digital noticiado Ã s fls. 141/142 para digitalizaÃ§Ã£o destes autos. Caso contrÃ¡rio, dÃª-se prioridade para digitalizaÃ§Ã£o na medida do possÃvel dentro da previsÃ£o normal da Vara para migraÃ§Ã£o dos processos para o PJE. P.R.I.C. Paragominas/PA, 04 de maio de 2021. Giordanno Loureiro Cavalcanti Grilo Juiz de Direito Substituto. Em tempo, verifico que às fls. 190/191v houve determinação deste juízo pela indisponibilidade de valor de R$ 111.342,63, cujo valor constaria como depositado em conta judicial nos autos desta ação de inventário, sendo assim, verificando que o aludido valor de R$ 476.930,98 (certidão de fls. 88) já se encontra em subconta judicial vinculada ao processo e não mais em conta à disposição do espólio, deve a secretaria certificar a ordem de indisponibilidade nestes autos em cumprimento à decisão de fls. 191v, intimando-se as partes para os fins do que já havia sido decidido (art. 854, § 2°, CPC). Paragominas, 06/05/2021. Giordanno Loureiro Cavalcanti Grilo Juiz de Direito Substituto.

P R O C E S S O : 0 0 0 0 9 8 3 9 5 2 0 1 2 8 1 4 0 0 3 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GIORDANNO LOUREIRO CAVALCANTI GRILO A??o: Cumprimento de sentença em: 24/05/2021---EXEQUENTE:G E FOMENTO MERCANTIL LTDA Representante(s): OAB 17022 - ROVICTO MOSCHEH COVRE (ADVOGADO) OAB 17028 - THIAGO BATISTA GERHARDT (ADVOGADO) OAB 18396 - LARISSA DOS SANTOS FERREIRA (ADVOGADO) OAB 22096 - NATHALY DA SILVA CORREA (ADVOGADO) OAB 24668 - ANTONIO RAFAEL CALDAS PENA (ADVOGADO)REPRESENTANTE:EDSON PEZZIN EXECUTADO:TRANSBRITTO ENCOMENDAS E CARGAS LTDA Representante(s): OAB 23784-A - GUINTER REINKE (ADVOGADO) OAB 26250 - THAWANY VALADÃO FERRAZ (ADVOGADO) EXECUTADO:SANDRO NOGUEIRA BRITO Representante(s): OAB 23784-A - GUINTER REINKE (ADVOGADO) OAB 26250 - THAWANY VALADÃO FERRAZ (ADVOGADO) . DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Defiro o pedido de regularizaÃ§Ã£o dos patronos do exequente (fls. 129/131 e fls. 145, com fundamento ao princÃpio da celeridade e economia processual. Proceda-se a secretaria desta Vara o cadastro dos advogados ora substabelecidos no sistema LIBRA. 2.Â Â Â Â Â Intime-se o exequente, por meio do seu advogado constituÃdo, para apresentar manifestaÃ§Ã£o da impugnaÃ§Ã£o de fls. 119/125, no prazo de 15 (quinze) dias. 3.Â Â Â Â Â Certifique-se a quanto ao pagamento das custas de fl. 147, caso nÃ£o tenham recolhidas, intime-se o exequente para pagamento das custas no prazo de 15 (quinze) dias. 4.Â Â Â Â Â ApÃ³s, retornem os autos conclusos. Â Â Â Â Â Paragominas (PA), 24 de maio de 2021. Â Â Â Â Â GIORDANNO LOUREIRO CAVALCANTI GRILO Â Â Â Â Â Juiz de Direito Substituto.

PROCESSO: 00081063720188140039 Ação: Divórcio Litigioso REQUERENTE: M. R. P. REQUERIDO: K. S. A. Processo nº. 0008106-37.2018.8.14.0039 SENTENÇA. II ¿ DISPOSITIVO: Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido e decreto o divórcio judicial entre M.R.P. e K.D.S.A., o que faço com fundamento no art. 226, § 6º da Constituição Federal, e por consequência, extingo o processo com resolução do mérito, com fulcro no art. 487, I do Código de Processo Civil. Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de averbação ao cartório de registro civil competente, com as cópias necessárias para o cumprimento. Ciência a Defensoria Pública. P.R.I.C. Arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Esta decisão serve como mandado/ofício/carta precatória. Paragominas (PA), 24 de maio de 2021. GIORDANNO LOUREIRO CAVALCANTI GRILO Juiz de Direito Substituto.

ROCESSO: 00002692820188140039 Ação: Guarda REQUERENTE: M. J. L. S. Representante(s): OAB 16088-B - URSULA DINI MASCARENHAS (DEFENSOR) MENOR: D. L. F. S. REQUERIDO: L. F. S. REQUERIDO: L. L. S. SENTENÇA. III ¿ DISPOSITIVO: Ex positis, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na presente demanda e com escopo no art. 227, caput da Constituição Federal, deferindo a guarda definitiva do menor D.L.F.D.S. em favor da requerente M.J.L.D.S., extinguindo o processo, com resolução do mérito, com fulcro no art. 487, I do Código de Processo Civil. Determino que seja lavrado o termo de compromisso de guarda e responsabilidade em livro próprio deste Cartório, devendo ser assinado pela parte demandante, extraindo-se a certidão para uso dos interessados. Publique-se, registre-se e intime-se em segredo de Justiça. Ciência a Defensoria Pública e Ministério Público. Transitada em julgado a decisão, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Paragominas (PA), 24 de maio de 2021. GIORDANNO LOUREIRO CAVALCANTI GRILO Juiz de Direito Substituto.

P R O C E S S O : 0 0 0 2 1 2 4 0 8 2 0 1 9 8 1 4 0 0 3 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GIORDANNO LOUREIRO CAVALCANTI GRILO Ação: Inventário em: 14/05/2021---REQUERENTE:JACKELINE PEREIRA DE SA Representante(s): OAB/PA 27926 ¿ MARIA ELANNE ALVES LOPES (ADVOGADO), OAB/PA 28506 ¿ LUCIANA DI MARIA FÉLIX DA TRINDADE (ADVOGADO), OAB 21364 - YAGO OLIVEIRA DE SORDI (ADVOGADO) INVENTARIADO: RODRIGO OLIVEIRA SOUSA. Proc. NÂ° 0002124-08.2019.8.14.0039 DECISÃ¿O Nomeio inventariante JACKELINE PEREIRA DE SÃ, que deve ser intimada para assinar, em 5 (cinco) dias Ãºteis, o termo de compromisso de inventariante, na forma do artigo 617, parÃ¡grafo Ãºnico, do CPC. As primeiras declaraÃ§Ãµes serÃ£o apresentadas no prazo de 20 (vinte) dias Ãºteis a contar do termo mencionado acima, na forma do artigo 620 do CPC. Por ocasiÃ£o das primeiras declaraÃ§Ãµes, a inventariante deverÃ¡ juntar, em quatro vias, os seguintes documentos, sob pena de nÃ£o serem consideradas prestadas: a) comprovante de propriedade dos bens declarados no registro de imÃ³veis ou comprovante da posse, se for o caso; b) comprovantes de endereÃ§os dos herdeiros e interessados; c) certidÃµes negativas da UniÃ£o, do Estado e do MunicÃpio (algumas sÃ£o expedidas pela internet); d) certidÃ£o de Ã³bito do de cujus; e) certidÃ£o de casamento do de cujus (se for o caso); f) certificado (s) de registro e licenciamento de veÃculos (se for o caso); g) cÃ³pias do RG e CPF do inventariante e herdeiros; h) cÃ³pia do carnÃª do IPTU contendo, principalmente, a parte do valor venal do imÃ³vel ou declaraÃ§Ã£o de cadastro junto Ã  Prefeitura; i) cÃ³pia do documento com o valor das cotas (firmas-empresas), se for o caso; j) cÃ³pias de tÃtulos de clube (se for o caso); k) cÃ³pia detalhada da declaraÃ§Ã£o do ITR no caso de imÃ³veis rurais; l) documentos comprobatÃ³rios das contas bancÃ¡rias com extrato atualizado (FGTS, PIS/PASEP, poupanÃ§a, conta corrente etc.), se houver; m) cÃ³pia do contrato social e balanÃ§o patrimonial atual (se for o caso). Apresentadas as primeiras declaraÃ§Ãµes, determino: 1) a lavratura do termo circunstanciado, na forma do artigo 620, caput, e Â§2Âº, do CPC; 2) que se proceda, se for o caso, Ã  intimaÃ§Ã£o do testamenteiro (art. 626 do CPC); 3) que sejam citadas as Fazendas PÃºblicas Federal, Estadual e Municipal, bem como herdeiros e legatÃ¡rios;Â  4) que se cientifique o MinistÃ©rio PÃºblico, devendo o Ã³rgÃ£o ministerial, nesse caso, ser intimado de todos os atos apÃ³s as partes; 5) que se publique o edital para citaÃ§Ã£o de interessados incertos ou desconhecidos, convocando-lhes para participarem do processo (art. 626, Â§1Âº, do CPC). 6)Â cumpridas as diligÃªncias anteriores, deverÃ¡ ser feita avaliaÃ§Ã£o, caso nÃ£o haja concordÃ¢ncia das partes com os valores atribuÃdos pela Fazenda PÃºblica no cÃ¡lculo do imposto. Ainda, havendo menor, deverÃ¡ ser realizada a avaliaÃ§Ã£o dos bens, caso a partilha nÃ£o se dÃª em partes ideais iguais sobre todos os bens, ao que deve o inventariante ser intimado para esclarecer a situaÃ§Ã£o; 7)Â em seguida, o inventariante deverÃ¡ ser intimado para apresentar as Ãºltimas declaraÃ§Ãµes, lavrando-se posteriormente o Â¿termo de Ãºltimas declaraÃ§ÃµesÂ¿, observando-se as disposiÃ§Ãµes do artigo 620, Â§2Âº, do CPC, dando-se vista ao MinistÃ©rio PÃºblico se houver menor; 8)Â superada a fase anterior, faÃ§am vistas dos autos ao

inventariante para apresentar o esboÃ§o da partilha, juntando-se comprovante de pagamento do ITCMD e as certidÃµes negativas de dÃ©bito com as Fazendas PÃºblicas Federal, Estadual e Municipal; Por fim, cumpridas as fases anteriores, venham os autos conclusos para julgamento da partilha. A Secretaria deve cumprir o determinado acima de forma automÃ¡tica, sem remessa dos autos Ã  conclusÃ£o, salvo se houver algum pedido especÃfico da parte ou impugnaÃ§Ã£o. Intime-se. Â  Paragominas, 14 de maio de 2021. GIORDANNO LOUREIRO CAVALCANTI GRILO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Substituto.

PROCESSO: 00028306920078140039 PROCESSO ANTIGO: 200710019826 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GIORDANNO LOUREIRO CAVALCANTI GRILO A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 28/05/2021---EXECUTADO:RIO CAPIM EMBALAGENS LTDA Representante(s): OAB 8033 - FABIANO VIEIRA GONCALVES (ADVOGADO) OAB 1825-B - AUMIL TERRA JUNIOR (ADVOGADO) EXEQUENTE:CREDIVAL PARTICIPACOES ADMINISTRACAO E ASSESSORIA LTDA Representante(s): OAB 24318-A - ELOI CONTINI (ADVOGADO) OAB 24648-A - TADEU CERBARO (ADVOGADO) OAB 24649-A - DIOGO BERTOLINI (ADVOGADO) VANILDO DE SOUZA LEAO FILHO (ADVOGADO) FABIO GUY LUCAS MOREIRA (ADVOGADO) DENIS VINICIUS RODRIGUES RENAULT (ADVOGADO) EXECUTADO:MADEIREIRA MATINHA S/A Representante(s): OAB 10049-B - NILVANE PIMENTA CABRAL (ADVOGADO) EXECUTADO:JOSÉ FERREIRA DA SILVA EXECUTADO:JOSÉ PEREIRA DIAS. Vistos, etc. 1.Â Â Â Â Â Cumpra-se o despacho de fls. 964 dos autos desta aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o, para melhor deslinde do feito, apÃ³s conclusos para tambÃ©m ser analisada a petiÃ§Ã£o de fl. 967. 2.Â Â Â Â Â Defiro o pedido de habilitaÃ§Ã£o dos novos advogados da parte - CREDIVAL PARTICIPAÃ¿Ã¿ES, ADMINISTRAÃ¿Ã¿O E ASSESSORIA - constante das fls. 970, observando-se o pedido de publicaÃ§Ã£o exclusiva no nome dos advogados indicados. 3.Â Â Â Â Â Intime-se a CREDIVAL PARTICIPAÃ¿Ã¿ES, ADMINISTRAÃ¿Ã¿O E ASSESSORIA, atravÃ©s de seus advogados, para fundamentar acerca do pedido de OfÃcio ao BANCO SISTEMA (formulado Ã s fl. 967). ApÃ³s, conclusos. Paragominas/PA, 28 de maio de 2021. Giordanno Loureiro Cavalcanti Grilo Juiz de Direito Substituto.

PROCESSO: 00045116920148140039 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GIORDANNO LOUREIRO CAVALCANTI GRILO A??o: Embargos à Execução em: 28/05/2021---EMBARGANTE:RIO CAPIM EMBALAGENS LTDA Representante(s): OAB 8033 - FABIANO VIEIRA GONCALVES (ADVOGADO) OAB 1825-B - AUMIL TERRA JUNIOR (ADVOGADO) EMBARGADO:CREDIVAL PARTICIPAÇÕES, ADMINISTRAÇÃO E ASSESSORIA LTDA Representante(s): OAB 12599 - VANILDO DE SOUZA LEAO FILHO (ADVOGADO) . Vistos, etc. Encaminhe-se os presentes Embargos Ã  ExecuÃ§Ã£o, que contÃ©m Embargos de DeclaraÃ§Ã£o, Ã  UNAJ para verificaÃ§Ã£o da existÃªncia de eventuais custas pendentes para julgamento, e apÃ³s, imediatamente conclusos. Havendo custas a pagar, intime-se para pagamento, e, em seguida conclusos estes autos. Atente-se que os cadernos processuais destes autos constituem uma relaÃ§Ã£o processual tombada sob o nÃºmero 0004511-69.2014.8.14.0039 (Embargos Ã  ExecuÃ§Ã£o) e que em apenso ainda constam outros Embargos Ã  ExecuÃ§Ã£o (Proc. 0000461-97.2014.8.14.0039) e os autos da aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o (sob o nÃºmero 0002830-69.2007.8.14.0039). Paragominas/PA, 28 de maio de 2021. Giordanno Loureiro Cavalcanti Grilo Juiz de Direito Substituto.

PROCESSO: 00004619720148140039 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GIORDANNO LOUREIRO CAVALCANTI GRILO A??o: Embargos à Execução em: 28/05/2021---EMBARGANTE:MADEIREIRA MATINHA S/A Representante(s): OAB 42140 - RODRIGO AUGUSTO DE SOUSA (ADVOGADO) OAB 43043 - LEONARDO CESAR BANA (ADVOGADO) OAB 43045 - GUILHERME AUGUSTO BANA (ADVOGADO) EMBARGANTE:MARIA DE LOURDES LOPES DIAS EMBARGADO:CREDIVAL PARTICIPAÇÕES, ADMINISTRAÇÃO E ASSESSORIA LTDA Representante(s): OAB 12599 - VANILDO DE SOUZA LEAO FILHO (ADVOGADO) . Vistos, etc. Diante dos Embargos de DeclaraÃ§Ã£o opostos Ã s fls. 288/295, e em respeito ao princÃpio do contraditÃ³rio e ao pedido de efeito infringente, vistas Ã  parte embargada para manifestaÃ§Ã£o no prazo legal de 5 dias (Ãºteis). ApÃ³s, conclusos. Paragominas/PA, 28 de maio de 2021. Giordanno Loureiro Cavalcanti Grilo Juiz de Direito Substituto.

PROCESSO: 00085669220168140039 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE FELIZARDO ESMERALDO NETO A??o:

Cumprimento de sentença em: 10/06/2021---REQUERENTE:PORTAL PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA EPP Representante(s): OAB 11799-B - FABIO PLAFONI (ADVOGADO) OAB 1841 - LUCIANO COSTA ADVOGADOS ASSOCIADOS (SOCIEDADE DE ADVOGADO) REQUERENTE: GILSON MARASCHIN Representante(s): OAB 11799-B - FABIO PLAFONI (ADVOGADO) OAB 24320-A - LUCIANO RODRIGO MACHADO COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:LEONARDO GRANDE Representante(s): OAB 16226-A - ALDILENE AZAMBUJA SILVA (ADVOGADO) . ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO COMARCA DE PARAGOMINAS ATO ORDINATÃ¿RIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 93 XVI da CF/88 e cumprindo o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§ 2Âº, XI, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. INTIME-SE a parte AUTORA para pagamento das CUSTAS INTERMEDIÃRIAS NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS referente Ã (s) diligÃªncia(s) anteriormente requerida(s), ficando a realizaÃ§Ã£o do ato sobrestada atÃ© o ulterior pagamento. Ressalta-se que caso nÃ£o haja o recolhimento, os autos serÃ£o extintos por falta de interesse no prosseguimento do feito como arrimo no art. 485, III, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 10 de junho de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JOSÃ¿ FELIZARDO ESMERALDO NETO Diretor de Secretaria da 2Âª Vara CÃvel e Empresarial da Comarca de Paragominas FERNANDA RODRIGUES LAGARES Analista JudiciÃ¡ria da 2Âª Vara CÃvel e Empresarial da Comarca de Paragominas GILVONETE MARIA DE SANTANA Auxiliar de Secretaria da 2Âª Vara CÃvel e Empresarial da Comarca de Paragominas ISMAEL FREIRES DE SOUSA Auxiliar JudiciÃ¡rio da 2Âª Vara CÃvel e Empresarial da Comarca de Paragominas SOLANGE MARIA DE SANTANA Auxiliar de Secretaria da 2Âª Vara CÃvel e Empresarial da Comarca de Paragominas.

PROCESSO: 00006864420198140039 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE FELIZARDO ESMERALDO NETO A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 10/06/2021---REQUERENTE:PORTAL PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA Representante(s): OAB 23211-A - GIANPAOLO ZAMBIAZI BERTOL ROCHA (ADVOGADO) REQUERIDO:OTUINO JOSE MATZECH REQUERIDO:ELISANDRO MATZECH. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO COMARCA DE PARAGOMINAS ATO ORDINATÃ¿RIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 93 XVI da CF/88 e cumprindo o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§ 2Âº, XI, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. INTIME-SE a parte AUTORA para pagamento das CUSTAS INTERMEDIÃRIAS NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS referente Ã (s) diligÃªncia(s) anteriormente requerida(s), ficando a realizaÃ§Ã£o do ato sobrestada atÃ© o ulterior pagamento. Ressalta-se que caso nÃ£o haja o recolhimento, os autos serÃ£o extintos por falta de interesse no prosseguimento do feito como arrimo no art. 485, III, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 10 de junho de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JOSÃ¿ FELIZARDO ESMERALDO NETO Diretor de Secretaria da 2Âª Vara CÃvel e Empresarial da Comarca de Paragominas FERNANDA RODRIGUES LAGARES Analista JudiciÃ¡ria da 2Âª Vara CÃvel e Empresarial da Comarca de Paragominas GILVONETE MARIA DE SANTANA Auxiliar de Secretaria da 2Âª Vara CÃvel e Empresarial da Comarca de Paragominas ISMAEL FREIRES DE SOUSA Auxiliar JudiciÃ¡rio da 2Âª Vara CÃvel e Empresarial da Comarca de Paragominas SOLANGE MARIA DE SANTANA Auxiliar de Secretaria da 2Âª Vara CÃvel e Empresarial da Comarca de Paragominas.

PROCESSO: 00064414920198140039 Ação: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. REPRESENTANTE: R. G. S. Representante(s): OAB 26739 - RANIELE XAVIER DE JESUS SILVA (ADVOGADO) REQUERENTE: R. F. G. S. REQUERIDO: A. G. N. S. DESPACHO. Vistos etc. Intime-se a parte exequente para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente planilha atualizada do montante executado, tendo em vista que o último cálculo do quantum debeatur remonta ao ano de 2019, em consonância aos princípios da celeridade, economia e cooperação processuais. Após, conclusos. Serve presente como mandado. Cumpra-se. Paragominas (PA), 27 de maio de 2021. GIORDANNO LOUREIRO CAVALCANTI GRILO Juiz de Direito Substituto.

PROCESSO: 00093015720188140039 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GIORDANNO LOUREIRO CAVALCANTI GRILO A??o: Procedimento Comum Cível em: 27/05/2021---REQUERENTE:FRANCISCO FERNANDES SILVA Representante(s): OAB/MA 6633 - AMANDIO SANTO (ADVOGADO), OAB/MA 15.332 ¿ IDEILRES ALVES DA SILVA (ADVOGADO). REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS.

VISTOS, etc. Diante da necessidade de atendimento dos princÃpios da economia e eficiÃªncia processual, bem como da economicidade, alÃ©m do dever de cooperaÃ§Ã£o (art. 6Âº, CPC) e em razÃ£o da ordem legal de priorizar o julgamento de mÃ©rito das demandas (art. 4Âº, CPC), no presente caso entendo razoÃ¡vel, atÃ© em razÃ£o do trÃ¢mite em trÃªs Ã³rgÃ£os do Poder JudiciÃ¡rio nacional atÃ© esta data, antes de proceder Ã  ato pela extinÃ§Ã£o do feito, determino POR MAIS UMA VEZ a intimaÃ§Ã£o da parte autora para impulsionar o feito, e dizer, em 10 dias, se ainda remanesce interesse na causa, atravÃ©s da intimaÃ§Ã£o de todos os advogados constantes dos instrumentos procuratÃ³rios apresentados pela parte demandante (procuraÃ§Ã£o e/ou substabelecimentos), sob pena de extinÃ§Ã£o (Art. 485, III, CPC). Consigno que jÃ¡ se tentou intimar pessoalmente a parte autora e nÃ£o se obteve Ãªxito. Devo tambÃ©m por dever processual de cooperaÃ§Ã£o (art. 6Âº, CPC), lembrar que, se nÃ£o se detiver informaÃ§Ãµes do endereÃ§o do autor, pode-se de modo fundamentado requerer a utilizaÃ§Ã£o dos sistemas do CNJ, como por exemplo, o SUSBAJUD, INFOJUD ou mesmo do SIEL, recolhendo-se as custas pertinentes. P.R.I.C. Paragominas/PA, 27 de maio de 2021. Giordanno Loureiro Cavalcanti Grilo Juiz de Direito Substituto.

P R O C E S S O : 0 0 1 0 1 2 9 8 7 2 0 1 7 8 1 4 0 0 3 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A):GIORDANNO LOUREIRO CAVALCANTI GRILO A??o: Monitória em: 11/06/2021---REQUERENTE:B B LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A. Representante(s): OAB/PA 21.078-A ¿ JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO), OAB 21148-A - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) REQUERIDO: TERRA NOVA SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA REQUERIDO: JULIANA ROSSI FORCA. DESPACHO Â Â Â Â Â Defiro o pedido de pesquisa de endereÃ§o dos executados TERRA NOVA SERVIÃ¿OS E REPRESENTAÃ¿Ã¿ES LTDA EPP e JULIANA ROSSI FORÃ¿A via sistema SISBAJUD. Isto posto, efetuo e anexo a consulta, conforme espelho em anexo. Â Â Â Â Â Intime-se a parte autora, para no prazo legal, manifestar-se quanto a pesquisa de endereÃ§o e requer o que entender cabÃvel. Â Â Â Â Â ApÃ³s, retornem os autos conclusos. Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Paragominas (PA), 27 de maio de 2021. Â Â Â Â Â GIORDANNO LOUREIRO CAVALCANTI GRILO Â Â Â Â Â Juiz de Direito Substituto.

P R O C E S S O : 0 0 0 8 3 5 6 3 6 2 0 1 9 8 1 4 0 0 3 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCIO TEIXEIRA BITTENCOURT A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 02/06/2021---REQUERENTE:BANCO BRADESCO S/A Representante(s): OAB 17191-A - MARIA SOCORRO ARAUJO SANTIAGO (ADVOGADO) OAB 17189-A - ROSEANY ARAUJO VIANA ALVES (ADVOGADO) REQUERIDO: JAMILLY GOMES DAMASCENO Representante(s): OAB 6977 - LUIZ CARLOS DOS ANJOS CEREJA (ADVOGADO) . SENTENÃ¿A Vistos, etc. A parte autora Bradesco S.A. propÃ´s a presente AÃ¿Ã¿O DE BUSCA E APREENSÃ¿O DE VEÃCULO em face da parte requerida JAMILLY GOMES DAMASCENO, com fundamento no Decreto Lei nÂº 911/69. Despachada a inicial, foi convertida em diligÃªncia para comprovar a notificaÃ§Ã£o extrajudicial. (fls. 45 a 48). Cumprida a diligÃªncia foi DEFERIDA A LIMINAR de Busca e ApreensÃ£o do veÃculo MARCA FIAT MODELO GRAN SIENA PLACA OTT-4310. O veÃculo foi apreendido e depositado em mÃ£os de pessoa indicada pelo banco autor senhor RÃ´mulo Henrique Bezerra Holanda, sendo que a requerida nÃ£o foi devidamente citada. (fls. 49). Levantamento fotogrÃ¡fico (fls. 50 a 52). A parte autora peticionou nos autos comprovando o pagamento do valor em mora (fls. 53 a 60), requerendo seja notificado o fiel depositÃ¡rio para efetuar a entrega do veÃculo para a requerida. Restou certificado nos autos que a parte autora adimpliu tempestivamente o valor cobrado. (fls. 61). Por outro lado, a parte requerida foi devidamente intimada para manifestar nos autos, sob pena de extinÃ§Ã£o do feito sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. (fls. 63). No entanto, nada manifestou, conforme certidÃ£o de fls. 65. Ã¿ o que importa relatar. Decido. Ante o exposto, tendo em vista o nÃ£o cumprimento da diligÃªncia determinada, deixando a parte autora de manifestar nos autos e viabilizar o processamento da aÃ§Ã£o, nos termos do disposto no Art. 485, III, do CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃ¿Ã¿O DO MÃ¿RITO. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais. Deixo de condenar a parte autora no pagamento de honorÃ¡rios sucumbenciais, vez que incompleta a relaÃ§Ã£o processual. Determino a expediÃ§Ã£o do competente ALVARÃ JUDICIAL para transferÃªncia do valor depositado, Ã  tÃtulo de purgaÃ§Ã£o da mora, para conta bancÃ¡ria de titularidade da instituiÃ§Ã£o financeira autora. Determino seja NOTIFICADO o fiel depositÃ¡rio para efetuar a ENTREGA/DEVOLUÃ¿Ã¿O do veÃculo para a requerida, no prazo de atÃ© 05 (cinco) dias. ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos, com as cautelas e advertÃªncias legais. Publique-se. Registre-se. Intime-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Paragominas, 02 de junho de 2021 MÃRCIO TEIXEIRA BITTENCOURT Juiz de Direito Titular da 2Âª

Vara CÃvel e Empresarial Comarca de Paragominas/PA.

PROCESSO: 00083563620198140039 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE FELIZARDO ESMERALDO NETO A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 11/06/2021---REQUERENTE:BANCO BRADESCO S/A Representante(s): OAB 17191-A - MARIA SOCORRO ARAUJO SANTIAGO (ADVOGADO) OAB 17189-A - ROSEANY ARAUJO VIANA ALVES (ADVOGADO) REQUERIDO:JAMILLY GOMES DAMASCENO Representante(s): OAB 6977 - LUIZ CARLOS DOS ANJOS CEREJA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃ¿RIO Â Â Â Â Â Â Â Â Em cumprimento Ã  Portaria nÂº 2/2007-GJ e ao provimento 006/2009-CJCI, procedo por meio desta, Ã  intimaÃ§Ã£o da parte requerente, atravÃ©s de seu advogado (a), para que, no prazo de 15 dias, efetue o recolhimento das custas finais da presente aÃ§Ã£o, sob pena de inscriÃ§Ã£o na DÃvida Ativa do Estado do ParÃ¡. Â Â Â Â Â Â Â Â Cientificando-o, ainda, de que o recolhimento deve ser feito no prazo assinalado acima (15 dias), contados desta intimaÃ§Ã£o e nÃ£o na data do vencimento impressa no boleto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 11 de junho de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JOSÃ¿ FELIZARDO ESMERALDO NETO Diretor de Secretaria da 2Âª Vara CÃvel e Empresarial da Comarca de Paragominas FERNANDA RODRIGUES LAGARES Analista JudiciÃ¡ria da 2Âª Vara CÃvel e Empresarial da Comarca de Paragominas GILVONETE MARIA DE SANTANA Auxiliar de Secretaria da 2Âª Vara CÃvel e Empresarial da Comarca de Paragominas ISMAEL FREIRES DE SOUSA Auxiliar JudiciÃ¡rio da 2Âª Vara CÃvel e Empresarial da Comarca de Paragominas SOLANGE MARIA DE SANTANA Auxiliar de Secretaria da 2Âª Vara CÃvel e Empresarial da Comarca de Paragominas.

PROCESSO: 00003581819988140039 PROCESSO ANTIGO: 199810001037 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE FELIZARDO ESMERALDO NETO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 27/05/2021---AUTOR:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) REU: GIVALDO GOMES MACHADO REU: PREMAL-PRESTADORA DE SERVICOS LTDA. ATO ORDINATÃ¿RIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De ordem do MMÂ° JuÃza respondendo pela 2Âª Vara CÃvel e Empresarial desta Comarca e nos termos do art. 93. XIV da CF/88, e em cumprimento Ã  Portaria nÂº 2/2007-GJ e ao provimento 006/2009-CJCI, procedo por meio desta, Ã  intimaÃ§Ã£o da parte exequente, atravÃ©s de seus advogados, para que, no prazo de 05 dias, informe endereÃ§o para cumprimento da diligÃªncia deferida Ã s fls. 153. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 27 de maio de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JOSÃ¿ FELIZARDO ESMERALDO NETO Â Diretora de Secretaria da 2Âª Vara da Comarca de Paragominas.

PROCESSO: 00028100520168140039 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE FELIZARDO ESMERALDO NETO A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 10/06/2021---REQUERENTE:BANCO DA AMAZONIA S/A. Representante(s): OAB 7535 - SAMUEL NYSTRON DE ALMEIDA BRITO (ADVOGADO) OAB 8562 - ROSIMAR SOCORRO DE SOUZA RAMOS (ADVOGADO) REQUERIDO: MENDONÇA E VEIGA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA Representante: OAB/PA 8798-B ¿ MARIO ALVES CAETANO (ADVOGADO), OAB/PA 8033 ¿ FABIANO VIEIRA GONÇALVES (ADVOGADO). REQUERIDO: ROBERT VEIGA DA SILVA REQUERIDO: LILIAN CRISTINA MENDONCA VEIGA. ATO ORDINATÃ¿RIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De ordem do MMÂº Juiz da 2Âª Vara desta Comarca, e nos termos do art. 93. XIV da CF/88, e, em cumprimento Ã  Portaria nÂº 2/2007-GJ ao provimento 006/2009-CJCI procedo por meio desta, Ã  intimaÃ§Ã£o do embargado, atravÃ©s de seu advogado, para que, querendo, apresente manifestaÃ§Ã£o aos embargos de declaraÃ§Ã£o, no prazo legal, art. 1023, Â§ 2Â° do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 10 de junho de 2021. JOSÃ¿ FELIZARDO ESMERALDO NETO Diretor de Secretaria da 2Âª Vara CÃ-vel da Comarca de Paragominas.

PROCESSO: 00022363220078140039 PROCESSO ANTIGO: 200710016509 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE FELIZARDO ESMERALDO NETO A??o: Cumprimento de sentença em: 10/06/2021---EXECUTADO: BUNGE FERTILIZANTES S.A

Representante(s): OAB 10.011 - SADI BONATTO (ADVOGADO)EXEQUENTE: COAPAL COMERCIAL AGRICOLA PARA LTDA Representante(s): OAB 8798-B - MARIO ALVES CAETANO (ADVOGADO) REQUERIDO:DULCIMAR LUIZ PENSIN REQUERIDO:JORGE PENSIN. ATO ORDINATÃ¿RIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De ordem do MMÂº Juiz da 2Âª Vara desta Comarca, e nos termos do art. 93. XIV da CF/88, e, em cumprimento Ã  Portaria nÂº 2/2007-GJ e ao provimento 006/2009-CJCI, procedo por meio desta, Ã  intimaÃ§Ã£o do executado, atravÃ©s de seu advogado, para que, no prazo de 05 dias, informe os dados bancÃ¡rios, tais como:Â banco, agÃªncia, conta (se corrente ou poupanÃ§a) e CPF/CNPJ para crÃ©dito do valor bloqueado em excesso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 10 de junho de 2021. JOSÃ¿ FELIZARDO ESMERALDO NETO Diretor de Secretaria da 2Âª Vara CÃ-vel da Comarca de Paragominas.

P R O C E S S O : 0 0 0 1 8 0 5 5 0 2 0 1 3 8 1 4 0 0 3 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GIORDANNO LOUREIRO CAVALCANTI GRILO A??o: Embargos à Execução em: 28/05/2021---EMBARGANTE: TAROBEX DO BRASIL EXPORTAÇÃO LTDA EMBARGANTE: MIGUEL ÂNGELO SCARAMUSSA Representante(s): OAB 16076-B - WELLINGTON DA CRUZ MANO (ADVOGADO) OAB 11528 - MOISES NORBERTO CORACINI (ADVOGADO) EMBARGADO: G E FOMENTO MERCANTIL LTDA. Representante: OAB/PA 17772-B SÉRGIO DE BARROS BIANCHI COSTA (ADVOGADO). SENTENÃ¿A Vistos, etc. I - DO RELATÃ¿RIO TAROBEX DO BRASIL EXPORTAÃ¿Ã¿O LTDA E OUTRO, devidamente qualificados nos autos, por intermÃ©dio de procurador judicial, opÃ´s os presentes Embargos de DeclaraÃ§Ã£o da sentenÃ§a de fls. 430, com fundamento no art. 1.022 do CÃ³digo de Processo Civil. O embargante afirmou que houve erro material na decisÃ£o, na medida em que condenou o exequente ao pagamento das custas processuais e honorÃ¡rios. Em seguida, foi certificada a tempestividade dos presentes embargos de declaraÃ§Ã£o, assim como a nÃ£o apresentaÃ§Ã£o de resposta, e vieram os autos conclusos. Ã¿ o relatÃ³rio. Decido. II - DA FUNDAMENTAÃ¿Ã¿O Trata-se de Embargos de DeclaraÃ§Ã£o, com fundamento no art. 1022 do CÃ³digo de Processo Civil, da sentenÃ§a proferida nos autos, que julgou extinto o presente processo sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fundamento no art. 924, II, do CPC, em razÃ£o do acordo entre as partes. Os presentes Embargos de DeclaraÃ§Ã£o devem ser conhecidos, na medida em que foram apresentados dentro do prazo legal, conforme certidÃ£o anexada aos autos. DispÃµe o CÃ³digo de Processo Civil: Art. 1.022. Cabem embargos de declaraÃ§Ã£o contra qualquer decisÃ£o judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradiÃ§Ã£o; II - suprimir omissÃ£o de ponto ou questÃ£o sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofÃ-cio ou a requerimento. O autor opÃ´s os presentes embargos de declaraÃ§Ã£o, afirmando que a decisÃ£o incorre em erro material, pois o acordo prevÃª que cada o valor acordado abrange o principal, as custas pagas, os honorÃ¡rios de sucumbÃªncia na aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o e nos embargos. Assim, a condenaÃ§Ã£o da executada nas custas gera bis in idem, jÃ¡ resolvido entre as partes, Ã  exceÃ§Ã£o de eventuais custas remanescentes. Assim, merece acolhimento os embargos para sanar o erro material e, assim, afastar do comando decisÃ³rio da sentenÃ§a que extinguiu o feito em razÃ£o de acordo (fls. 200/200v) a condenaÃ§Ã£o em custas e honorÃ¡rios por parte da embargante (executada dos autos). O que deve ocorrer Ã© apenas a incidÃªncia de eventuais custas remanescentes por parte da executada (TAROBEX DO BRASIL EXPORTAÃ¿Ã¿O LTDA E OUTRO). III - DO DISPOSITIVO Ante o exposto, conheÃ§o dos embargos de declaraÃ§Ã£o, haja vista que oferecidos no prazo legal, para ACOLHÃ¿-LOS em face do erro material jÃ¡ citado e da omissÃ£o verificada, para excluir da sentenÃ§a embargada a condenaÃ§Ã£o da executada nas custas e honorÃ¡rios de sucumbÃªncia, exceto de eventuais custas remanescentes se houver. Encaminhem-se os autos Ã  UNAJ para verificaÃ§Ã£o na conta do processo de eventuais custas remanescentes se houver. E intimaÃ§Ã£o para pagamento em caso positivo. Caso a UNAJ certifique que nÃ£o hÃ¡ mais custas a pagar, ARQUIVE-SE, DANDO-SE BAIXA NA DISTRIBUIÃ¿Ã¿O. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Intime-se. Paragominas/PA, 28 de maio de 2021 Giordanno Loureiro Cavalcanti Grilo Juiz de Direito Substituto.

P R O C E S S O : 0 0 0 3 8 2 0 2 6 2 0 1 2 8 1 4 0 0 3 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GIORDANNO LOUREIRO CAVALCANTI GRILO A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 28/05/2021---EXEQUENTE:G E FOMENTO MERCANTIL LTDA REPRESENTANTE:EDSON PEZZIN Representante(s): OAB/PA 17772-B SÉRGIO DE BARROS BIANCHI COSTA (ADVOGADO), OAB 15441-B - DIEGO SAMPAIO SOUSA (ADVOGADO) EXECUTADO: TAROBEX DO BRASIL EXPORTAÇÃO LTDA Representante(s): OAB 16076-B - WELLINGTON DA CRUZ MANO (ADVOGADO) EXECUTADO:MIGUEL ÂNGELO SCARAMUSSA. SENTENÃ¿A Vistos, etc. I - DO RELATÃ¿RIO TAROBEX DO BRASIL EXPORTAÃ¿Ã¿O LTDA E

OUTRO, devidamente qualificados nos autos, por intermÃ©dio de procurador judicial, opÃ´s os presentes Embargos de DeclaraÃ§Ã£o da sentenÃ§a de fls. 200/200v, com fundamento no art. 1.022 do CÃ³digo de Processo Civil. O embargante afirmou que houve erro material na decisÃ£o, na medida em que condenou o exequente ao pagamento das custas processuais e honorÃ¡rios. Em seguida, foi certificada a tempestividade dos presentes embargos de declaraÃ§Ã£o, assim como a nÃ£o apresentaÃ§Ã£o de resposta, e vieram os autos conclusos. Ã¿ o relatÃ³rio. Decido. II - DA FUNDAMENTAÃ¿Ã¿O Trata-se de Embargos de DeclaraÃ§Ã£o, com fundamento no art. 1022 do CÃ³digo de Processo Civil, da sentenÃ§a proferida nos autos, que julgou extinto o presente processo sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fundamento no art. 924, II, do CPC, em razÃ£o do acordo entre as partes. Os presentes Embargos de DeclaraÃ§Ã£o devem ser conhecidos, na medida em que foram apresentados dentro do prazo legal, conforme certidÃ£o anexada aos autos. DispÃµe o CÃ³digo de Processo Civil: Art. 1.022. Cabem embargos de declaraÃ§Ã£o contra qualquer decisÃ£o judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradiÃ§Ã£o; II - suprimir omissÃ£o de ponto ou questÃ£o sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofÃ-cio ou a requerimento. O autor opÃ´s os presentes embargos de declaraÃ§Ã£o, afirmando que a decisÃ£o incorre em erro material, pois o acordo prevÃª que cada o valor acordado abrange o principal, as custas pagas, os honorÃ¡rios de sucumbÃªncia na aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o e nos embargos. Assim, a condenaÃ§Ã£o da executada nas custas gera bis in idem, jÃ¡ resolvido entre as partes, Ã  exceÃ§Ã£o de eventuais custas remanescentes. Assim, merece acolhimento os embargos para sanar o erro material e, assim, afastar do comando decisÃ³rio da sentenÃ§a que extinguiu o feito em razÃ£o de acordo (fls. 200/200v) a condenaÃ§Ã£o em custas e honorÃ¡rios por parte da embargante (executada dos autos). O que deve ocorrer Ã© apenas a incidÃªncia de eventuais custas remanescentes por parte da embargante/executada (TAROBEX DO BRASIL EXPORTAÃ¿Ã¿O LTDA E OUTRO). III - DO DISPOSITIVO Ante o exposto, conheÃ§o dos embargos de declaraÃ§Ã£o, haja vista que oferecidos no prazo legal, para ACOLHÃ¿-LOS em face do erro material jÃ¡ citado e da omissÃ£o verificada, para excluir da sentenÃ§a embargada a condenaÃ§Ã£o da ora embargante nas custas e honorÃ¡rios de sucumbÃªncia, exceto de eventuais custas remanescentes se houver. Encaminhem-se os autos Ã  UNAJ para verificaÃ§Ã£o na conta do processo de eventuais custas remanescentes se houver. E intimaÃ§Ã£o para pagamento em caso positivo. Caso a UNAJ certifique que nÃ£o hÃ¡ mais custas a pagar, ARQUIVE-SE, DANDO-SE BAIXA NA DISTRIBUIÃ¿Ã¿O. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Intime-se. Paragominas/PA, 28 de maio de 2021 Giordanno Loureiro Cavalcanti Grilo Juiz de Direito Substituto.

P R O C E S S O : 0 0 1 4 1 6 8 9 3 2 0 1 8 8 1 4 0 0 3 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCIO TEIXEIRA BITTENCOURT A??o: Procedimento Comum Cível em: 02/06/2021---REQUERENTE:CONSTRUTORA OLIMPO LTDA ME Representante(s): OAB 16076-B - WELLINGTON DA CRUZ MANO (ADVOGADO) REQUERIDO: CELPA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA SA Representante(s): OAB 12358 ¿ FLAVIO AUGUSTO QUEIROZ MONTALVÃO DAS NEVES (ADVOGADO), OAB 23095 - SHELEN LIMA GEYER SEGUINS GOMES (ADVOGADO). Processo nÂº: 0014168-93.2018.8.14.0039 AÃ§Ã£o de ObrigaÃ§Ã£o de Fazer Requerente: CONSTRUTORA OLIMPO LTDA. Requerida: CENTRAIS ELÃ¿TRICAS DO PARÃ - CELPA Â Â Â Â Â S E N T E N Ã¿ A RELATÃ¿RIO Vistos. Trata-se de aÃ§Ã£o de obrigaÃ§Ã£o de fazer com pedido de tutela de urgÃªncia proposta por CONSTRUTORA OLIMPO LTDA - ME em face de CELPA - CENTRAIS ELÃ¿TRICAS DO PARÃ S/A buscando o cumprimento pela requerida ao cumprimento da obrigaÃ§Ã£o de fazer estipulada em contrato de prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o para realizaÃ§Ã£o de obra em rede de distribuiÃ§Ã£o de energia elÃ©trica consistente no recondutoramento de cabo e construÃ§Ã£o do ramal de ligaÃ§Ã£o com instalaÃ§Ã£o de jogo de chave fusÃ-vel para energizaÃ§Ã£o completa do empreendimento residencial Flor de Lis. Alega a requerente, em breve sÃ-ntese que exerce a atividade de construÃ§Ã£o civil e solicitou anÃ¡lise junto a requerida a anÃ¡lise de viabilidade para disponibilizaÃ§Ã£o de carga de energia elÃ©trica no empreendimento sendo aprovada a implantaÃ§Ã£o do projeto comprometendo-se a realizar no prazo de 150 dias que se findou em julho de 2018 e mesmo notificada extrajudicialmente por duas vezes permaneceu inerte e desta omissÃ£o hÃ¡ prejuÃ-zo por nÃ£o dar prosseguimento Ã  venda das unidades residenciais construÃ-das. A TUTELA PROVISÃ¿RIA para determinar a CELPA que cumpra a obrigaÃ§Ã£o contratual estipulada no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de multa diÃ¡ria de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) limitada a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) sem prejuÃ-zo de majoraÃ§Ã£o. Conforme certificado (fls. 186), nos autos a requerida foi devidamente citada e nÃ£o manifestou nos autos, tendo sido aplicado os efeitos da revelia. (fls. 187). A parte autora peticionou nos autos informando o nÃ£o cumprimento da Tutela ProvisÃ³ria e anexou Laudo TÃ©cnico ElÃ©trico e de Vistoria. (fls.189 a 207). A multa foi majorada para R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), atÃ© R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), sem prejuÃ-zo de nova majoraÃ§Â¿o, a tÃ-tulo de descumprimento, pela

requerida, da decisÂ¿o de fl.180. Intime-se a rÃ© para que cumpra a obrigaÃ§Â¿o contratual estipulada, no prazo de 20 (vinte) dias.Â (208/208vÂº). Foi designada audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, na qual as partes celebraram acordo parcial. Encerra a instruÃ§Ã£o as partes apresentaram alegaÃ§Ãµes finais. Ã¿ o relatÃ³rio. DECIDO. FUNDAMENTAÃ¿Ã¿O A decisÃ£o que julgou a Tutela ProvisÃ³ria, contemplou o mÃ©rito. Conforme carta de viabilidade (fls. 25 a 28) a CELPA realizou anÃ¡lise tÃ©cnica do pedido em fevereiro de 2018 sinalizando o cumprimento em 150 dias da assinatura do contrato mediante participaÃ§Ã£o financeira do solicitante. A proposta da CELPA foi aceita devolvendo-se o contrato em 16/02/2018 (fl. 30) com comprovaÃ§Ã£o de pagamento do boleto emitido pela CELPA referente participaÃ§Ã£o financeira (fl. 38). Consta na inicial duas notificaÃ§Ãµes extrajudiciais (fl. 42 e 43) e reclamaÃ§Ã£o na ouvidoria (fls. 44/45) informando a exordial que a CELPA permanece inerte, em descumprimento reiterado e injustificado da obrigaÃ§Ã£o e prazo estipulados pela prÃ³pria concessionÃ¡ria. NÃ£o obstante a tutela pretendida seja a prÃ³pria satisfaÃ§Ã£o do interesse perseguido se faz necessÃ¡ria a imediata intervenÃ§Ã£o judicial para compelir a CELPA cumprir a proposta nÃ£o sendo razoÃ¡vel aguardar o trÂ¢mite processual para se estabelecer a obrigaÃ§Ã£o de fazer jÃ¡ veiculada por instrumento contratual celebrado apÃ³s prÃ©via anÃ¡lise da prÃ³pria CELPA de viabilidade e no prazo estipulado pela mesma, sob o risco de atrasar a venda das unidades residenciais e causar prejuÃ-zo ao requerente. Qualquer justificativa ou suspensÃ£o de prazo deveria ter sido comunicada Ã  empresa requerente nos termos do artigo 35 da ResoluÃ§Ã£o 414 da ANEEL, sendo que a inicial informa que o serviÃ§o sequer foi iniciado, nÃ£o obstante o prazo estipulado na clÃ¡usula quarta (fl. 32). Ora, afigura-se evidente que houve, no caso em apreÃ§o, falha tÃ©cnica/omissÃ£o por parte da RÃ© na prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o pÃºblico que lhe Ã© afeto por forÃ§a da concessÃ£o a ela outorgada, com prejuÃ-zo direto aos atributos legais da essencialidade e da continuidade do serviÃ§o pÃºblico objeto da concessÃ£o em seu favor (arts. 22, caput, do CÃ³digo de Defesa do Consumidor e 10, inciso I, da Lei nÂ° 7.783/89). Sabe-se que a responsabilidade civil da Requerida, na qualidade de concessionÃ¡ria de serviÃ§o pÃºblico, Ã© de natureza objetiva (independente de culpa), consoante se dessume do teor do art. 37, Â§ 6Â°, da ConstituiÃ§Ã£o Federal. Ademais, hÃ¡ na espÃ©cie relaÃ§Ã£o de consumo estabelecida entre a Autora (consumidora usuÃ¡ria do serviÃ§o) e a empresa-rÃ© (fornecedora do serviÃ§o de energia elÃ©trica), a teor do disposto nos arts. 2Â° e 3Â° da Lei nÂ° 8.078/90 (CÃ³digo de Defesa do Consumidor). A parte autora inclusive apresentou Laudo TÃ©cnico ElÃ©trico e de Vistoria, concluindo que a parte requerida nÃ£o iniciou e nÃ£o realizou qualquer tipo de obra prevista no contrato, consistente no recondutoramento e construÃ§Ã£o do ramal. Demonstrou-se, pois, em tal contexto fÃ¡tico-probatÃ³rio, a existÃªncia de relaÃ§Ã£o de causalidade entre os danos e as omissÃµes por parte da concessionÃ¡ria-rÃ©. Na audiÃªncia realizada no dia 25 de abril de 2019, as partes chegaram a um acordo apenas em relaÃ§Ã£o ao segundo lote da obra, no entanto foram mantidos os mesmos procedimentos e documentos a serem apresentados pela parte autora. DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido resolvendo-se, pois, o meritum causae, com fundamento no art. 487, inciso I, do CÃ³digo de Processo Civil, para CONDENAR a Requerida na obrigaÃ§Ã£o de fazer concernente Ã  conclusÃ£o de prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os para a realizaÃ§Ã£o de obra em rede de distribuiÃ§Ã£o de energia elÃ©trica, consistente no recondutoramento de caso e construÃ§Ã£o de ramal de ligaÃ§Ã£o, para fins de fornecimento de energia elÃ©trica, nos moldes fixados contratualmente, sem prejuÃ-zo no tocante Ã  execuÃ§Ã£o dos valores referentes Ã  multa pelo descumprimento da obrigaÃ§Ã£o de fazer Custas e despesas processuais pela requerida e, ainda, honorÃ¡rios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o valor final da condenaÃ§Ã£o (art. 85, Â§ 2Âº do CPC). Declaro, por conseguinte, extinto o processo com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, de acordo com o art. 487, inciso I, do CPC. Â Â Â Â Â Â Intime-se as partes via DJE. Cumpra-se. Registre-se. Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, certifique-se e arquive-se Â Â Â Â Â P. R. I. Â Â Â Â Â Paragominas-PA, 02 de junho de 2021 MÃRCIO TEIXEIRA BITTENCOURT Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de Paragominas.

PROCESSO: 00064406420198140039 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GIORDANNO LOUREIRO CAVALCANTI GRILO A??o: Inventário em: 04/05/2021---INVENTARIANTE:NOEMIA VIEIRA DE LIMA MARQUES Representante(s): OAB 5201 - ELDELY DA SILVA HUBNER (ADVOGADO) INVENTARIADO:SEBASTIAO MARQUES DA SILVA REQUERENTE:GABRIEL DE PAULO PRESTES RIBEIRO Representante(s): OAB 27480-A - LUIZ OTAVIO SILVA ANGELINI (ADVOGADO) REQUERENTE:DYOVANA SILVEIRA CHAVES DA SILVA Representante(s): OAB 21344 - MAYCON TERRA COSTA (ADVOGADO) OAB 1825-B - AUMIL TERRA JUNIOR (ADVOGADO) REQUERENTE:SAMILY RAMOS DA SILVA BONFIM Representante(s): OAB 14404 - MARILIA ALVARES DA SILVA (ADVOGADO) OAB 207394 - CARMINE LOURENCO DEL GAIZO NETTO

(ADVOGADO) REQUERENTE:FERNANDO OLIVEIRA ALVES Representante(s): OAB 14404 - MARILIA ALVARES DA SILVA (ADVOGADO) OAB 207394 - CARMINE LOURENCO DEL GAIZO NETTO (ADVOGADO) REQUERENTE:BLENDA MARQUES DE LIMA CABRAL Representante(s): OAB 5201 - ELDELY DA SILVA HUBNER (ADVOGADO) REQUERENTE:LAYS MARQUES DA SILVA Representante(s): OAB 5201 - ELDELY DA SILVA HUBNER (ADVOGADO) . Ref. Proc. 0006440-64.2019.8.14.0039 Vistos, etc. I - RELATÃ¿RIO Trata-se de aÃ§Ã£o de InventÃ¡rio ajuizada por N.V.L.M. em face do falecimento de S.M.S. NOVAMENTE CHAMO O FEITO Ã¿ ORDEM, para que seja relatado o conteÃºdo do caderno processual e se traga Ã  boa ordem processual o trÃ¢mite deste processo, com o fim de se chegar ao seu desiderato. (art. 5Âº, LXXXVIII, CF/88). A autora alegou ter vivido em uniÃ£o estÃ¡vel com o falecido desde 1982 atÃ© o casamento de ambos em 02/06/2012, e que ele faleceu em 27/06/2019, nesta cidade e comarca, sem deixar testamento. Alega ainda que teve duas filhas com ele e permaneceu casada atÃ© o Ã³bito do inventariado. Apresentou certidÃ£o de casamento de fl. 07, declaraÃ§Ã£o de uniÃ£o estÃ¡vel de fl. 08, registro geral das filhas comuns de fls. 10 e 1, alÃ©m de cÃ³pia de documentos do falecido e certidÃ£o de Ã³bito. DecisÃ£o de fl. 19 determina a indicaÃ§Ã£o dos bens que compÃµem o acervo de bens deixados pelo falecido. Requerimento de fls. 20/20v, da herdeira D.S.C.S., na qual pede o prosseguimento do pagamento da pensÃ£o alimentÃ-cia do espÃ³lio atÃ© que seja expedido o formal de partilha de bens, e em razÃ£o do qual este JuÃ-zo entendeu por se reservar Ã  apreciaÃ§Ã£o do aludido requerimento apÃ³s a nomeaÃ§Ã£o da inventariante (fl. 28). Por sua vez, S.R.S.B., pede a sua habilitaÃ§Ã£o nos autos como filha do falecido, juntando os documentos de fls. 32/35. Em seguida, F.O.A. requer Ã  fl. 36/39 a sua habilitaÃ§Ã£o como herdeiro por ser filho do falecido, tendo anexado exame de DNA de fl. 44/47. Na petiÃ§Ã£o de fl. 56, G.P.P.R. informa acerca do ajuizamento de aÃ§Ã£o de investigaÃ§Ã£o de paternidade perante a 1Âª Vara de Paragominas, e requer sua habilitaÃ§Ã£o nestes autos. Ã¿s fls. 57/59, a autora apresenta as PRIMEIRAS DECLARAÃ¿Ã¿ES, descrevendo as duas filhas que teve com ele, B.M.L.C. e L.M.L., e mais duas filhas exclusivas do falecido, S.R.S.S. e D.S.C.S., e que o de cujus teria deixado os bens constantes do rol de fl. 58. Ato contÃ-nuo, a herdeira D.S.C.S. (fl. 66/67) pede a nomeaÃ§Ã£o da autora como inventariante e a sua intimaÃ§Ã£o para o pagamento de pensÃ£o alimentÃ-cia em atraso. Ã¿ fl. 75, aportou aos autos ofÃ-cio da JustiÃ§a do Trabalho solicitando informaÃ§Ãµes quanto Ã  existÃªncia de inventÃ¡rio e de bens deixados pelo falecido. Ã¿ fl. 78/80 novo pedido de pagamento da pensÃ£o alimentÃ-cia feito por D.S.C.S. Por sua vez, na decisÃ£o de fls. 82/85, este juÃ-zo chamou o feito Ã  ordem, nomeia a autora como inventariante, indeferiu o pedido de pensÃ£o alimentÃ-cia na forma como realizada, intima os demais herdeiros para dizer se concordam com a possibilidade do reconhecimento voluntÃ¡rio da paternidade alegada nos termos do art. 628, parÃ¡grafo 1Âº, CPC. Indefere o pedido de S.R.S.A e determina a intimaÃ§Ã£o de G.P.P.R. para apresentar instrumento de mandato de seu advogado. Determina tambÃ©m as providÃªncias descritas na decisÃ£o de chamamento do feito Ã  ordem. A inventariante compareceu em juÃ-zo e assinou termo de inventariante (fl. 91). No ofÃ-cio de fl. 93, este juÃ-zo solicita informaÃ§Ãµes ao JuÃ-zo da 1Âª Vara CÃ-vel de Paragominas para saber andamento de aÃ§Ã£o narrada nos autos. A inventariante apresenta as Primeiras DeclaraÃ§Ãµes (fls. 97 a 101) com novas alegaÃ§Ãµes. Ã¿s fl. 128/129, D.S.C.S. requer a digitalizaÃ§Ã£o dos autos, disponibilizando a sua digitalizaÃ§Ã£o, segundo a Portaria 1833/2020 GP do EgrÃ©gio TJEPA. Ã¿s fl. 144, a 1Âª Vara CÃ-vel de Paragominas, em 19 de outubro de 2020, respondeu dizendo que o feito promovido por G.P.P.R. encontra-se com audiÃªncia desmarcada e com novo prazo para contestaÃ§Ã£o. Ã¿s fls. 147, por sua vez, a inventariante expÃµe que o devedor do falecido, FORTEFRIGO, teria encaminhado email em resposta Ã  advogada da inventariante para dizer que detinha notas fiscais pendentes de pagamento ao falecido, no importe de R$ 474.946,76 (fl. 148), pedindo boleto para pagamento. No requerimento de fl. 151, A.L.N, vem comunicar a interposiÃ§Ã£o de aÃ§Ã£o de HABILITAÃ¿Ã¿O DE CRÃ¿DITO movida em face do ESPÃ¿LIO DO FALECIDO, para fins de conhecimento do juÃ-zo e de todos os herdeiros. Requer ainda que seja certificado nos autos do inventÃ¡rio a existÃªncia do processo de habilitaÃ§Ã£o, bem como pede que este juÃ-zo tome as providÃªncias a fim de resguardar a efetividade do crÃ©dito com o bloqueio de bens e valores atÃ© a resoluÃ§Ã£o definitiva do crÃ©dito. (Proc. 0802847-57.2020.8.14.0039 perante esta mesma 2Âª Vara). A aÃ§Ã£o se refere, segundo o peticionante Ã  venda da Fazenda Sol de Maio. Ã¿s fl. 174, este juÃ-zo deferiu o pedido de fl. 147 e determinou a emissÃ£o de boleto para o depÃ³sito em juÃ-zo do valor de R$ 474.946,76 a ser pago pelo devedor do espÃ³lio, FORTEFRIGO. Determinou ainda a certificaÃ§Ã£o quanto Ã  remessa do arquivo digital noticiado Ã s fls. 141/142 e, em caso positivo, deveria proceder nos termos do art. 19 da Portaria 1833/2020. Por fim, apÃ³s o recolhimento das custas intermediÃ¡rias e a certificaÃ§Ã£o de que foi depositado o valor de R$ 474.946,76 em subconta Ã  disposiÃ§Ã£o do processo, a inventariante requer a liberaÃ§Ã£o por alvarÃ¡ judicial em seu favor da quantia referente Ã  meaÃ§Ã£o de 50% do valor depositado. Ademais, a certidÃ£o de fls. 188 tambÃ©m dÃ¡ conta da indisponibilidade da

quantia de R$ 111.342,63, decorrente de execuÃ§Ã£o de alimentos da herdeira D.S.C.S., com cÃ³pia da decisÃ£o da aludida execuÃ§Ã£o Ã s fls. 190/191v. A inventariante reitera o pedido de expediÃ§Ã£o de alvarÃ¡ de liberaÃ§Ã£o da quantia correspondente a 50% do valor depositado (fls. 181 e 192). Ã¿ o que basta relatar, em resumo necessÃ¡rio do ocorrido nos autos. Decido. II - DA FUNDAMENTAÃ¿Ã¿O E DECISÃ¿O Deve ser indeferido o pedido de liberaÃ§Ã£o antecipada de valor depositado em juÃ-zo (fls. 181 e 192) como pagamento de um dÃ©bito de empresa devedora em favor do falecido. O crÃ©dito aportou aos autos, porÃ©m Ã© referente ao pagamento de 3 (trÃªs) notas fiscais conforme noticiou o email de fl. 148. A prudÃªncia e a legalidade determinam a melhor avaliaÃ§Ã£o da destinaÃ§Ã£o dos bens e do patrimÃ´nio integral do espÃ³lio, bem como a qualidade dos herdeiros nos autos e dos dÃ©bitos do espÃ³lio para somente depois proceder-se ao pagamento aos herdeiros, mesmo sendo a esposa do falecido que ora requer. AlÃ©m disso, nÃ£o se chegou ainda Ã  fase prÃ³pria de pagamento a cada um dos herdeiros ou de direitos da inventariante, o que serÃ¡ ainda analisado e avaliado. E o levantamento de valores de inventÃ¡rio por alvarÃ¡ judicial sÃ³ deve se dar em situaÃ§Ãµes excepcionais, o que nÃ£o Ã© o caso, pois nÃ£o foi demonstrado o fundamento legal para tal liberaÃ§Ã£o antecipada de valores. Acerca do caso, transcrevo o entendimento jurisprudencial que tambÃ©m deve ser adotado no presente caso: AGRAVO DE INSTRUMENTO. INVENTÃRIO. PEDIDO DE LEVANTAMENTO DE VULTOSA QUANTIA. MOMENTO INOPORTUNO. NECESSIDADE DE PRESERVAÃ¿Ã¿O DA SEGURANÃ¿A JURÃDICA. DECISÃ¿O MANTIDA. 1. O agravo de instrumento limita-se ao exame do acerto da decisÃ£o impugnada, em vista do que ao juÃ-zo ad quem incumbe aferir, tÃ£o somente, se o ato judicial vergastado estÃ¡ eivado de ilegalidade ou abusividade, sendo defeso o exame de questÃµes estranhas ao que ficou decidido na lide. 2. A autorizaÃ§Ã£o de levantamento de valores, nos termos pleiteados, Ã© temerÃ¡ria diante da necessÃ¡ria observÃ¢ncia ao procedimento do inventÃ¡rio, em cujos autos devem ser analisadas todas as questÃµes aventadas em sede cogniÃ§Ã£o exauriente. 3. NÃ£o hÃ¡ falar na possibilidade de levantamento de quantias considerando que sobre o inventÃ¡rio foram interpostos recursos que aguardam soluÃ§Ã£o final, cujos resultados poderÃ£o influir diretamente na soluÃ§Ã£o do litÃ-gio. 4. Ausente o fumus boni iuris e periculum in mora, mormente porque ao apreciar a questÃ£o, o Juiz a quo, apenas adiou a anÃ¡lise do levantamento do depÃ³sito, nÃ£o se vislumbrando, a princÃ-pio, qualquer ilegalidade ou abusividade no ato judicial vergastado. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJ-GO - AI: 07161833020198090000, Relator: Dr. Ronnie Paes Sandre, Data de Julgamento: 15/06/2020, 3Âª CÃ¢mara CÃ-vel, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJ de 15/06/2020) Assim, havendo a necessidade jurÃ-dica de melhor avaliar o patrimÃ´nio do falecido, seus bens, herdeiros, dÃ©bitos e proceder ao contraditÃ³rio constitucional e legalmente determinado, com a URGENTE necessidade ainda da fase de citaÃ§Ã£o formal dos herdeiros acerca das primeiras declaraÃ§Ãµes, INDEFIRO o pedido de liberaÃ§Ã£o antecipada de quantia referente Ã  metade (50%) do valor depositado nestes autos que foi requerido pela inventariante. E, ato contÃ-nuo, determino: 1. CUMPRA-SE a decisÃ£o de fls. 82/85, especialmente a partir do item III.III atÃ© o item III.XIX, das fls. 84/85, intimando-se, expedindo-se, cumprindo-se e certificando-se Ã  medida do seu cumprimento nos autos. 2. por atendimento ao devido processo legal, e aos princÃ-pios da razoabilidade, proporcionalidade, e eficiÃªncia, determino que seja resguardado quinhÃ£o eventualmente cabÃ-vel ao requerente G.P.P.R., que informou acerca do ajuizamento de aÃ§Ã£o de investigaÃ§Ã£o de paternidade em face do falecido, perante a 1Âª Vara de Paragominas, processo cujo nÃºmero se encontra nestes autos Ã  fl. 56; essa reserva deve ser imediatamente liberada em caso de improcedÃªncia da aÃ§Ã£o aludida pelo requerente de investigaÃ§Ã£o de paternidade, porÃ©m, por cautela, deve-se realizar o resguardo do seu eventual quinhÃ£o, para que nÃ£o haja maior litigiosidade futura acerca desse ponto; Intimem-se igualmente no tocante. 3. Certifique-se tambÃ©m nestes autos acerca de informaÃ§Ãµes sobre a) o processo de execuÃ§Ã£o de alimentos ajuizado por D.S.C.S., (cujo nÃºmero consta Ã  fl. 188); bem como b) sobre o trÃ¢mite da aÃ§Ã£o de no. 00101103-21.2019.8.14.0039 da 1Âª Vara CÃ-vel desta Comarca, acerca da eventual decisÃ£o de mÃ©rito do referido processo, que igualmente foi informado neste feito, e ambos podem influir na finalizaÃ§Ã£o deste processo na busca que se deve fazer para atingir uma decisÃ£o judicial final de mÃ©rito, cÃ©lere, justa e efetiva (art. 6Âº do CPC). A ordem legal dispÃµe expressamente que: Art. 6Âº Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoÃ¡vel, decisÃ£o de mÃ©rito justa e efetiva (CPC). E c) certifique-se, a Secretaria ainda, sob o mesmo fundamento, tambÃ©m nestes autos acerca de informaÃ§Ãµes sobre o processo de habilitaÃ§Ã£o de crÃ©dito de nÃºmero 0802847-57.2020.8.14.0039 ajuizado por. A.L.N; 4. Intime-se a inventariante, para em 15 dias, e os demais herdeiros deverÃ£o tambÃ©m se pronunciar no prazo de suas contestaÃ§Ãµes, sobre o requerimento fl. 151 formulado por A.L.N; 5. Por fim, certifique-se quanto Ã  remessa do arquivo digital noticiado Ã s fls. 141/142 para digitalizaÃ§Ã£o destes autos. Caso contrÃ¡rio, dÃª-se prioridade para digitalizaÃ§Ã£o na medida do possÃ-vel dentro da previsÃ£o normal da Vara para migraÃ§Ã£o dos processos para o PJE. P.R.I.C.

Paragominas/PA, 04 de maio de 2021. Giordanno Loureiro Cavalcanti Grilo Juiz de Direito Substituto. Em tempo, verifico que às fls. 190/191v houve determinação deste juízo pela indisponibilidade de valor de R$ 111.342,63, cujo valor constaria como depositado em conta judicial nos autos desta ação de inventário, sendo assim, verificando que o aludido valor de R$ 476.930,98 (certidão de fls. 88) já se encontra em subconta judicial vinculada ao processo e não mais em conta à disposição do espólio, deve a secretaria certificar a ordem de indisponibilidade nestes autos em cumprimento à decisão de fls. 191v, intimando-se as partes para os fins do que já havia sido decidido (art. 854, § 2°, CPC). Paragominas, 06/05/2021. Giordanno Loureiro Cavalcanti Grilo Juiz de Direito Substituto.

P R O C E S S O : 0 0 0 0 9 8 3 9 5 2 0 1 2 8 1 4 0 0 3 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GIORDANNO LOUREIRO CAVALCANTI GRILO A??o: Cumprimento de sentença em: 24/05/2021---EXEQUENTE:G E FOMENTO MERCANTIL LTDA Representante(s): OAB 17022 - ROVICTO MOSCHEH COVRE (ADVOGADO) OAB 17028 - THIAGO BATISTA GERHARDT (ADVOGADO) OAB 18396 - LARISSA DOS SANTOS FERREIRA (ADVOGADO) OAB 22096 - NATHALY DA SILVA CORREA (ADVOGADO) OAB 24668 - ANTONIO RAFAEL CALDAS PENA (ADVOGADO)REPRESENTANTE:EDSON PEZZIN EXECUTADO:TRANSBRITTO ENCOMENDAS E CARGAS LTDA Representante(s): OAB 23784-A - GUINTER REINKE (ADVOGADO) OAB 26250 - THAWANY VALADÃO FERRAZ (ADVOGADO) EXECUTADO:SANDRO NOGUEIRA BRITO Representante(s): OAB 23784-A - GUINTER REINKE (ADVOGADO) OAB 26250 - THAWANY VALADÃO FERRAZ (ADVOGADO) . DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Defiro o pedido de regulariza Ã§Ã£o dos patronos do exequente (fls. 129/131 e fls. 145, com fundamento ao princÃ-pio da celeridade e economia processual. Proceda-se a secretaria desta Vara o cadastro dos advogados ora substabelecidos no sistema LIBRA. 2.Â Â Â Â Â Intime-se o exequente, por meio do seu advogado constituÃ-do, para apresentar manifestaÃ§Ã£o da impugnaÃ§Ã£o de fls. 119/125, no prazo de 15 (quinze) dias. 3.Â Â Â Â Â Certifique-se a quanto ao pagamento das custas de fl. 147, caso nÃ£o tenham recolhidas, intime-se o exequente para pagamento das custas no prazo de 15 (quinze) dias. 4.Â Â Â Â Â ApÃ³s, retornem os autos conclusos. Â Â Â Â Â Paragominas (PA), 24 de maio de 2021. Â Â Â Â Â GIORDANNO LOUREIRO CAVALCANTI GRILO Â Â Â Â Â Juiz de Direito Substituto.

PROCESSO: 00081063720188140039 Ação: Divórcio Litigioso REQUERENTE: M. R. P. REQUERIDO: K. S. A. Processo nº. 0008106-37.2018.8.14.0039 SENTENÇA. II ¿ DISPOSITIVO: Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido e decreto o divórcio judicial entre M.R.P. e K.D.S.A., o que faço com fundamento no art. 226, § 6º da Constituição Federal, e por consequência, extingo o processo com resolução do mérito, com fulcro no art. 487, I do Código de Processo Civil. Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de averbação ao cartório de registro civil competente, com as cópias necessárias para o cumprimento. Ciência a Defensoria Pública. P.R.I.C. Arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Esta decisão serve como mandado/ofício/carta precatória. Paragominas (PA), 24 de maio de 2021. GIORDANNO LOUREIRO CAVALCANTI GRILO Juiz de Direito Substituto.

ROCESSO: 00002692820188140039 Ação: Guarda REQUERENTE: M. J. L. S. Representante(s): OAB 16088-B - URSULA DINI MASCARENHAS (DEFENSOR) MENOR: D. L. F. S. REQUERIDO: L. F. S. REQUERIDO: L. L. S. SENTENÇA. III ¿ DISPOSITIVO: Ex positis, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na presente demanda e com escopo no art. 227, caput da Constituição Federal, deferindo a guarda definitiva do menor D.L.F.D.S. em favor da requerente M.J.L.D.S., extinguindo o processo, com resolução do mérito, com fulcro no art. 487, I do Código de Processo Civil. Determino que seja lavrado o termo de compromisso de guarda e responsabilidade em livro próprio deste Cartório, devendo ser assinado pela parte demandante, extraindo-se a certidão para uso dos interessados. Publique-se, registre-se e intime-se em segredo de Justiça. Ciência a Defensoria Pública e Ministério Público. Transitada em julgado a decisão, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Paragominas (PA), 24 de maio de 2021. GIORDANNO LOUREIRO CAVALCANTI GRILO Juiz de Direito Substituto.

P R O C E S S O : 0 0 0 2 1 2 4 0 8 2 0 1 9 8 1 4 0 0 3 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GIORDANNO LOUREIRO CAVALCANTI GRILO Ação: Inventário em: 14/05/2021---REQUERENTE:JACKELINE PEREIRA DE SA Representante(s): OAB/PA 27926 ¿ MARIA ELANNE ALVES LOPES (ADVOGADO), OAB/PA 28506 ¿ LUCIANA DI MARIA FÉLIX DA TRINDADE (ADVOGADO), OAB 21364 - YAGO OLIVEIRA DE SORDI (ADVOGADO) INVENTARIADO: RODRIGO OLIVEIRA SOUSA. Proc. NÂ° 0002124-08.2019.8.14.0039 DECISÃ¿O

Nomeio inventariante JACKELINE PEREIRA DE SÃ, que deve ser intimada para assinar, em 5 (cinco) dias Ãºteis, o termo de compromisso de inventariante, na forma do artigo 617, parÃ¡grafo Ãºnico, do CPC. As primeiras declaraÃ§Ãµes serÃ£o apresentadas no prazo de 20 (vinte) dias Ãºteis a contar do termo mencionado acima, na forma do artigo 620 do CPC. Por ocasiÃ£o das primeiras declaraÃ§Ãµes, a inventariante deverÃ¡ juntar, em quatro vias, os seguintes documentos, sob pena de nÃ£o serem consideradas prestadas: a) comprovante de propriedade dos bens declarados no registro de imÃ³veis ou comprovante da posse, se for o caso; b) comprovantes de endereÃ§os dos herdeiros e interessados; c) certidÃµes negativas da UniÃ£o, do Estado e do MunicÃ-pio (algumas sÃ£o expedidas pela internet); d) certidÃ£o de Ã³bito do de cujus; e) certidÃ£o de casamento do de cujus (se for o caso); f) certificado (s) de registro e licenciamento de veÃ-culos (se for o caso); g) cÃ³pias do RG e CPF do inventariante e herdeiros; h) cÃ³pia do carnÃª do IPTU contendo, principalmente, a parte do valor venal do imÃ³vel ou declaraÃ§Ã£o de cadastro junto Ã  Prefeitura; i) cÃ³pia do documento com o valor das cotas (firmas-empresas), se for o caso; j) cÃ³pias de tÃ-tulos de clube (se for o caso); k) cÃ³pia detalhada da declaraÃ§Ã£o do ITR no caso de imÃ³veis rurais; l) documentos comprobatÃ³rios das contas bancÃ¡rias com extrato atualizado (FGTS, PIS/PASEP, poupanÃ§a, conta corrente etc.), se houver; m) cÃ³pia do contrato social e balanÃ§o patrimonial atual (se for o caso). Apresentadas as primeiras declaraÃ§Ãµes, determino: 1) a lavratura do termo circunstanciado, na forma do artigo 620, caput, e Â§2Âº, do CPC; 2) que se proceda, se for o caso, Ã  intimaÃ§Ã£o do testamenteiro (art. 626 do CPC); 3) que sejam citadas as Fazendas PÃºblicas Federal, Estadual e Municipal, bem como herdeiros e legatÃ¡rios;Â  4) que se cientifique o MinistÃ©rio PÃºblico, devendo o Ã³rgÃ£o ministerial, nesse caso, ser intimado de todos os atos apÃ³s as partes; 5) que se publique o edital para citaÃ§Ã£o de interessados incertos ou desconhecidos, convocando-lhes para participarem do processo (art. 626, Â§1Âº, do CPC). 6)Â cumpridas as diligÃªncias anteriores, deverÃ¡ ser feita avaliaÃ§Ã£o, caso nÃ£o haja concordÃ¢ncia das partes com os valores atribuÃ-dos pela Fazenda PÃºblica no cÃ¡lculo do imposto. Ainda, havendo menor, deverÃ¡ ser realizada a avaliaÃ§Ã£o dos bens, caso a partilha nÃ£o se dÃª em partes ideais iguais sobre todos os bens, ao que deve o inventariante ser intimado para esclarecer a situaÃ§Ã£o; 7)Â em seguida, o inventariante deverÃ¡ ser intimado para apresentar as Ãºltimas declaraÃ§Ãµes, lavrando-se posteriormente o Â¿termo de Ãºltimas declaraÃ§ÃµesÂ¿, observando-se as disposiÃ§Ãµes do artigo 620, Â§2Âº, do CPC, dando-se vista ao MinistÃ©rio PÃºblico se houver menor; 8)Â superada a fase anterior, faÃ§am vistas dos autos ao inventariante para apresentar o esboÃ§o da partilha, juntando-se comprovante de pagamento do ITCMD e as certidÃµes negativas de dÃ©bito com as Fazendas PÃºblicas Federal, Estadual e Municipal; Por fim, cumpridas as fases anteriores, venham os autos conclusos para julgamento da partilha. A Secretaria deve cumprir o determinado acima de forma automÃ¡tica, sem remessa dos autos Ã  conclusÃ£o, salvo se houver algum pedido especÃ-fico da parte ou impugnaÃ§Ã£o. Intime-se. Â  Paragominas, 14 de maio de 2021. GIORDANNO LOUREIRO CAVALCANTI GRILO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Substituto.

PROCESSO: 00028306920078140039 PROCESSO ANTIGO: 200710019826 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GIORDANNO LOUREIRO CAVALCANTI GRILO A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 28/05/2021---EXECUTADO:RIO CAPIM EMBALAGENS LTDA Representante(s): OAB 8033 - FABIANO VIEIRA GONCALVES (ADVOGADO) OAB 1825-B - AUMIL TERRA JUNIOR (ADVOGADO) EXEQUENTE:CREDIVAL PARTICIPACOES ADMINISTRACAO E ASSESSORIA LTDA Representante(s): OAB 24318-A - ELOI CONTINI (ADVOGADO) OAB 24648-A - TADEU CERBARO (ADVOGADO) OAB 24649-A - DIOGO BERTOLINI (ADVOGADO) VANILDO DE SOUZA LEAO FILHO (ADVOGADO) FABIO GUY LUCAS MOREIRA (ADVOGADO) DENIS VINICIUS RODRIGUES RENAULT (ADVOGADO) EXECUTADO:MADEIREIRA MATINHA S/A Representante(s): OAB 10049-B - NILVANE PIMENTA CABRAL (ADVOGADO) EXECUTADO:JOSÉ FERREIRA DA SILVA EXECUTADO:JOSÉ PEREIRA DIAS. Vistos, etc. 1.Â Â Â Â Â Cumpra-se o despacho de fls. 964 dos autos desta aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o, para melhor deslinde do feito, apÃ³s conclusos para tambÃ©m ser analisada a petiÃ§Ã£o de fl. 967. 2.Â Â Â Â Â Defiro o pedido de habilitaÃ§Ã£o dos novos advogados da parte - CREDIVAL PARTICIPAÃ¿Ã¿ES, ADMINISTRAÃ¿Ã¿O E ASSESSORIA - constante das fls. 970, observando-se o pedido de publicaÃ§Ã£o exclusiva no nome dos advogados indicados. 3.Â Â Â Â Â Intime-se a CREDIVAL PARTICIPAÃ¿Ã¿ES, ADMINISTRAÃ¿Ã¿O E ASSESSORIA, atravÃ©s de seus advogados, para fundamentar acerca do pedido de OfÃ-cio ao BANCO SISTEMA (formulado Ã s fl. 967). ApÃ³s, conclusos. Paragominas/PA, 28 de maio de 2021. Giordanno Loureiro Cavalcanti Grilo Juiz de Direito Substituto.

PROCESSO: 00045116920148140039 PROCESSO ANTIGO: ---

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GIORDANNO LOUREIRO CAVALCANTI GRILO A??o: Embargos à Execução em: 28/05/2021---EMBARGANTE:RIO CAPIM EMBALAGENS LTDA Representante(s): OAB 8033 - FABIANO VIEIRA GONCALVES (ADVOGADO) OAB 1825-B - AUMIL TERRA JUNIOR (ADVOGADO) EMBARGADO:CREDIVAL PARTICIPAÇÕES, ADMINISTRAÇÃO E ASSESSORIA LTDA Representante(s): OAB 12599 - VANILDO DE SOUZA LEAO FILHO (ADVOGADO) . Vistos, etc. Encaminhe-se os presentes Embargos Ã ExecuÃ§Ã£o, que contÃ©m Embargos de DeclaraÃ§Ã£o, Ã UNAJ para verificaÃ§Ã£o da existÃªncia de eventuais custas pendentes para julgamento, e apÃ³s, imediatamente conclusos. Havendo custas a pagar, intime-se para pagamento, e, em seguida conclusos estes autos. Atente-se que os cadernos processuais destes autos constituem uma relaÃ§Ã£o processual tombada sob o nÃºmero 0004511-69.2014.8.14.0039 (Embargos Ã ExecuÃ§Ã£o) e que em apenso ainda constam outros Embargos Ã ExecuÃ§Ã£o (Proc. 0000461-97.2014.8.14.0039) e os autos da aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o (sob o nÃºmero 0002830-69.2007.8.14.0039). Paragominas/PA, 28 de maio de 2021. Giordanno Loureiro Cavalcanti Grilo Juiz de Direito Substituto.

P R O C E S S O : 0 0 0 0 4 6 1 9 7 2 0 1 4 8 1 4 0 0 3 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GIORDANNO LOUREIRO CAVALCANTI GRILO A??o: Embargos à Execução em: 28/05/2021---EMBARGANTE:MADEIREIRA MATINHA S/A Representante(s): OAB 42140 - RODRIGO AUGUSTO DE SOUSA (ADVOGADO) OAB 43043 - LEONARDO CESAR BANA (ADVOGADO) OAB 43045 - GUILHERME AUGUSTO BANA (ADVOGADO) EMBARGANTE:MARIA DE LOURDES LOPES DIAS EMBARGADO:CREDIVAL PARTICIPAÇÕES, ADMINISTRAÇÃO E ASSESSORIA LTDA Representante(s): OAB 12599 - VANILDO DE SOUZA LEAO FILHO (ADVOGADO) . Vistos, etc. Diante dos Embargos de DeclaraÃ§Ã£o opostos Ã s fls. 288/295, e em respeito ao princÃ-pio do contraditÃ³rio e ao pedido de efeito infringente, vistas Ã parte embargada para manifestaÃ§Ã£o no prazo legal de 5 dias (Ãºteis). ApÃ³s, conclusos. Paragominas/PA, 28 de maio de 2021. Giordanno Loureiro Cavalcanti Grilo Juiz de Direito Substituto.

P R O C E S S O : 0 0 0 8 5 6 6 9 2 2 0 1 6 8 1 4 0 0 3 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE FELIZARDO ESMERALDO NETO A??o: Cumprimento de sentença em: 10/06/2021---REQUERENTE:PORTAL PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA EPP Representante(s): OAB 11799-B - FABIO PLAFONI (ADVOGADO) OAB 1841 - LUCIANO COSTA ADVOGADOS ASSOCIADOS (SOCIEDADE DE ADVOGADO) REQUERENTE: GILSON MARASCHIN Representante(s): OAB 11799-B - FABIO PLAFONI (ADVOGADO) OAB 24320-A - LUCIANO RODRIGO MACHADO COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:LEONARDO GRANDE Representante(s): OAB 16226-A - ALDILENE AZAMBUJA SILVA (ADVOGADO) . ESTADO DO PARÃ - P O D E R J U D I C I Ã R I O C O M A R C A D E P A R A G O M I N A S A T O O R D I N A T Ã ¿ R I O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 93 XVI da CF/88 e cumprindo o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§ 2Âº, XI, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. INTIME-SE a parte AUTORA para pagamento das CUSTAS INTERMEDIÃRIAS NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS referente Ã (s) diligÃªncia(s) anteriormente requerida(s), ficando a realizaÃ§Ã£o do ato sobrestada atÃ© o ulterior pagamento. Ressalta-se que caso nÃ£o haja o recolhimento, os autos serÃ£o extintos por falta de interesse no prosseguimento do feito como arrimo no art. 485, III, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P a r a g o m i n a s , 1 0 d e j u n h o d e 2 0 2 1 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JOSÃ¿ FELIZARDO ESMERALDO NETO Diretor de Secretaria da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Paragominas FERNANDA RODRIGUES LAGARES Analista JudiciÃ¡ria da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Paragominas GILVONETE MARIA DE SANTANA Auxiliar de Secretaria da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Paragominas ISMAEL FREIRES DE SOUSA Auxiliar JudiciÃ¡rio da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Paragominas SOLANGE MARIA DE SANTANA Auxiliar de Secretaria da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Paragominas.

P R O C E S S O : 0 0 0 0 6 8 6 4 4 2 0 1 9 8 1 4 0 0 3 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE FELIZARDO ESMERALDO NETO A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 10/06/2021---REQUERENTE:PORTAL PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA Representante(s): OAB 23211-A - GIANPAOLO ZAMBIAZI BERTOL ROCHA (ADVOGADO) REQUERIDO:OTUINO JOSE MATZECH REQUERIDO:ELISANDRO MATZECH. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO COMARCA DE PARAGOMINAS ATO ORDINATÃ¿RIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 93 XVI da CF/88 e cumprindo o disposto no

Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§ 2Âº, XI, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. INTIME-SE a parte AUTORA para pagamento das CUSTAS INTERMEDIÃRIAS NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS referente Ã (s) diligÃªncia(s) anteriormente requerida(s), ficando a realizaÃ§Ã£o do ato sobrestada atÃ© o ulterior pagamento. Ressalta-se que caso nÃ£o haja o recolhimento, os autos serÃ£o extintos por falta de interesse no prosseguimento do feito como arrimo no art. 485, III, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 10 de junho de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JOSÃ¿ FELIZARDO ESMERALDO NETO Diretor de Secretaria da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Paragominas FERNANDA RODRIGUES LAGARES Analista JudiciÃ¡ria da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Paragominas GILVONETE MARIA DE SANTANA Auxiliar de Secretaria da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Paragominas ISMAEL FREIRES DE SOUSA Auxiliar JudiciÃ¡rio da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Paragominas SOLANGE MARIA DE SANTANA Auxiliar de Secretaria da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Paragominas.

PROCESSO: 00064414920198140039 Ação: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. REPRESENTANTE: R. G. S. Representante(s): OAB 26739 - RANIELE XAVIER DE JESUS SILVA (ADVOGADO) REQUERENTE: R. F. G. S. REQUERIDO: A. G. N. S. DESPACHO. Vistos etc. Intime-se a parte exequente para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente planilha atualizada do montante executado, tendo em vista que o último cálculo do quantum debeatur remonta ao ano de 2019, em consonância aos princípios da celeridade, economia e cooperação processuais. Após, conclusos. Serve presente como mandado. Cumpra-se. Paragominas (PA), 27 de maio de 2021. GIORDANNO LOUREIRO CAVALCANTI GRILO Juiz de Direito Substituto.

PROCESSO: 00093015720188140039 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GIORDANNO LOUREIRO CAVALCANTI GRILO A??o: Procedimento Comum Cível em: 27/05/2021---REQUERENTE:FRANCISCO FERNANDES SILVA Representante(s): OAB/MA 6633 - AMANDIO SANTO (ADVOGADO), OAB/MA 15.332 ¿ IDEILRES ALVES DA SILVA (ADVOGADO). REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS. VISTOS, etc. Diante da necessidade de atendimento dos princÃ-pios da economia e eficiÃªncia processual, bem como da economicidade, alÃ©m do dever de cooperaÃ§Ã£o (art. 6Âº, CPC) e em razÃ£o da ordem legal de priorizar o julgamento de mÃ©rito das demandas (art. 4Âº, CPC), no presente caso entendo razoÃ¡vel, atÃ© em razÃ£o do trÃ¢mite em trÃªs Ã³rgÃ£os do Poder JudiciÃ¡rio nacional atÃ© esta data, antes de proceder Ã  ato pela extinÃ§Ã£o do feito, determino POR MAIS UMA VEZ a intimaÃ§Ã£o da parte autora para impulsionar o feito, e dizer, em 10 dias, se ainda remanesce interesse na causa, atravÃ©s da intimaÃ§Ã£o de todos os advogados constantes dos instrumentos procuratÃ³rios apresentados pela parte demandante (procuraÃ§Ã£o e/ou substabelecimentos), sob pena de extinÃ§Ã£o (Art. 485, III, CPC). Consigno que jÃ¡ se tentou intimar pessoalmente a parte autora e nÃ£o se obteve Ãªxito. Devo tambÃ©m por dever processual de cooperaÃ§Ã£o (art. 6Âº, CPC), lembrar que, se nÃ£o se detiver informaÃ§Ãµes do endereÃ§o do autor, pode-se de modo fundamentado requerer a utilizaÃ§Ã£o dos sistemas do CNJ, como por exemplo, o SUSBAJUD, INFOJUD ou mesmo do SIEL, recolhendo-se as custas pertinentes. P.R.I.C. Paragominas/PA, 27 de maio de 2021. Giordanno Loureiro Cavalcanti Grilo Juiz de Direito Substituto.

PROCESSO: 00101298720178140039 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A):GIORDANNO LOUREIRO CAVALCANTI GRILO A??o: Monitória em: 11/06/2021---REQUERENTE:B B LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A. Representante(s): OAB/PA 21.078-A ¿ JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO), OAB 21148-A - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) REQUERIDO: TERRA NOVA SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA REQUERIDO: JULIANA ROSSI FORCA. DESPACHO Â Â Â Â Â Defiro o pedido de pesquisa de endereÃ§o dos executados TERRA NOVA SERVIÃ¿OS E REPRESENTAÃ¿Ã¿ES LTDA EPP e JULIANA ROSSI FORÃ¿A via sistema SISBAJUD. Isto posto, efetuo e anexo a consulta, conforme espelho em anexo. Â Â Â Â Â Intime-se a parte autora, para no prazo legal, manifestar-se quanto a pesquisa de endereÃ§o e requer o que entender cabÃ-vel. Â Â Â Â Â ApÃ³s, retornem os autos conclusos. Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Paragominas (PA), 27 de maio de 2021. Â Â Â Â Â GIORDANNO LOUREIRO CAVALCANTI GRILO Â Â Â Â Â Juiz de Direito Substituto.

PROCESSO: 00083563620198140039 PROCESSO ANTIGO: ---

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCIO TEIXEIRA BITTENCOURT A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 02/06/2021---REQUERENTE:BANCO BRADESCO S/A Representante(s): OAB 17191-A - MARIA SOCORRO ARAUJO SANTIAGO (ADVOGADO) OAB 17189-A - ROSEANY ARAUJO VIANA ALVES (ADVOGADO) REQUERIDO: JAMILLY GOMES DAMASCENO Representante(s): OAB 6977 - LUIZ CARLOS DOS ANJOS CEREJA (ADVOGADO) . SENTENÃ¿A Vistos, etc. A parte autora Bradesco S.A. propÃ´s a presente AÃ¿Ã¿O DE BUSCA E APREENSÃ¿O DE VEÃCULO em face da parte requerida JAMILLY GOMES DAMASCENO, com fundamento no Decreto Lei nÂº 911/69. Despachada a inicial, foi convertida em diligÃªncia para comprovar a notificaÃ§Ã£o extrajudicial. (fls. 45 a 48). Cumprida a diligÃªncia foi DEFERIDA A LIMINAR de Busca e ApreensÃ£o do veÃ-culo MARCA FIAT MODELO GRAN SIENA PLACA OTT-4310. O veÃ-culo foi apreendido e depositado em mÃ£os de pessoa indicada pelo banco autor senhor RÃ´mulo Henrique Bezerra Holanda, sendo que a requerida nÃ£o foi devidamente citada. (fls. 49). Levantamento fotogrÃ¡fico (fls. 50 a 52). A parte autora peticionou nos autos comprovando o pagamento do valor em mora (fls. 53 a 60), requerendo seja notificado o fiel depositÃ¡rio para efetuar a entrega do veÃ-culo para a requerida. Restou certificado nos autos que a parte autora adimpliu tempestivamente o valor cobrado. (fls. 61). Por outro lado, a parte requerida foi devidamente intimada para manifestar nos autos, sob pena de extinÃ§Ã£o do feito sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. (fls. 63). No entanto, nada manifestou, conforme certidÃ£o de fls. 65. Ã¿ o que importa relatar. Decido. Ante o exposto, tendo em vista o nÃ£o cumprimento da diligÃªncia determinada, deixando a parte autora de manifestar nos autos e viabilizar o processamento da aÃ§Ã£o, nos termos do disposto no Art. 485, III, do CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃ¿Ã¿O DO MÃ¿RITO. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais. Deixo de condenar a parte autora no pagamento de honorÃ¡rios sucumbenciais, vez que incompleta a relaÃ§Ã£o processual. Determino a expediÃ§Ã£o do competente ALVARÃ JUDICIAL para transferÃªncia do valor depositado, Ã  tÃ-tulo de purgaÃ§Ã£o da mora, para conta bancÃ¡ria de titularidade da instituiÃ§Ã£o financeira autora. Determino seja NOTIFICADO o fiel depositÃ¡rio para efetuar a ENTREGA/DEVOLUÃ¿Ã¿O do veÃ-culo para a requerida, no prazo de atÃ© 05 (cinco) dias. ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos, com as cautelas e advertÃªncias legais. Publique-se. Registre-se. Intime-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Paragominas, 02 de junho de 2021 MÃRCIO TEIXEIRA BITTENCOURT Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial Comarca de Paragominas/PA.

P R O C E S S O : 0 0 0 8 3 5 6 3 6 2 0 1 9 8 1 4 0 0 3 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE FELIZARDO ESMERALDO NETO A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 11/06/2021---REQUERENTE:BANCO BRADESCO S/A Representante(s): OAB 17191-A - MARIA SOCORRO ARAUJO SANTIAGO (ADVOGADO) OAB 17189-A - ROSEANY ARAUJO VIANA ALVES (ADVOGADO) REQUERIDO:JAMILLY GOMES DAMASCENO Representante(s): OAB 6977 - LUIZ CARLOS DOS ANJOS CEREJA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃ¿RIO Â Â Â Â Â Â Â Â Em cumprimento Ã  Portaria nÂº 2/2007-GJ e ao provimento 006/2009-CJCI, procedo por meio desta, Ã  intimaÃ§Ã£o da parte requerente, atravÃ©s de seu advogado (a), para que, no prazo de 15 dias, efetue o recolhimento das custas finais da presente aÃ§Ã£o, sob pena de inscriÃ§Ã£o na DÃ-vida Ativa do Estado do ParÃ¡. Â Â Â Â Â Â Â Â Cientificando-o, ainda, de que o recolhimento deve ser feito no prazo assinalado acima (15 dias), contados desta intimaÃ§Ã£o e nÃ£o na data do vencimento impressa no boleto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 11 de junho de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JOSÃ¿ FELIZARDO ESMERALDO NETO Diretor de Secretaria da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Paragominas FERNANDA RODRIGUES LAGARES Analista JudiciÃ¡ria da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Paragominas GILVONETE MARIA DE SANTANA Auxiliar de Secretaria da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Paragominas ISMAEL FREIRES DE SOUSA Auxiliar JudiciÃ¡rio da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Paragominas SOLANGE MARIA DE SANTANA Auxiliar de Secretaria da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Paragominas.

PROCESSO: 00003581819988140039 PROCESSO ANTIGO: 199810001037
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE FELIZARDO ESMERALDO NETO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 27/05/2021---AUTOR:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) REU: GIVALDO GOMES MACHADO REU: PREMAL-PRESTADORA DE SERVICOS LTDA. ATO ORDINATÃ¿RIO
Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De ordem do MMÂ° JuÃ-za respondendo pela 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial desta Comarca e nos termos do art. 93. XIV da CF/88, e em cumprimento Ã  Portaria nÂº

2/2007-GJ e ao provimento 006/2009-CJCI, procedo por meio desta, Ã  intimaÃ§Ã£o da parte exequente, atravÃ©s de seus advogados, para que, no prazo de 05 dias, informe endereÃ§o para cumprimento da diligÃªncia deferida Ã s fls. 153. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 27 de maio de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JOSÃ¿ FELIZARDO ESMERALDO NETO Â Diretora de Secretaria da 2Âª Vara da Comarca de Paragominas.

**SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE PARAGOMINAS**

VARA: VARA CRIMINAL DE PARAGOMINAS
P R O C E S S O : 0 0 0 2 7 8 2 3 7 2 0 1 6 8 1 4 0 0 3 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUARIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---AUTOR: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO: MONTANA IND E COM DE MADEIRAS LTDA Representante(s): OAB 15441-B - DIEGO SAMPAIO SOUSA (ADVOGADO) OAB 16520-A - TIBERIO CESAR SAMPAIO TEIXEIRA (ADVOGADO) OAB 17772-B - SERGIO DE BARROS BIANCHI COSTA (ADVOGADO). PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AUTOS DO PROCESSO Nº 0002782-37.2016.814.0039 SENTENÇA/META 4 CNJ

O Ministério Público do Estado do Pará ofereceu denúncia em desfavor de MONTANA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA, tendo como sócia Luciana do Socorro Galvão Araújo, em razão da prática dos crimes no art. 299, do Código Penal, e art. 69-A, da Lei nº 9.605/98, c/c arts. 21 e 22, da Lei nº 9.605/98.

Transcrevo aqui a narrativa fática constante na denúncia:

¿Extrai-se dos inclusos autos que, no dia 14/08/2015, por volta de 18h24 h., a autora do fato acima qualificada foi autuada pelo órgão ambiental IBAMA ¿ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, em virtude de ter elaborado informações falsas no sistema oficial de controle ambiental SISFLORA-PA.

A autora remeteu 175,733 m³ (cento e setenta e cinco vírgula setecentos e trinta e três metros cúbicos) de créditos florestais indevidos, com movimentações fraudulentas junto à empresa ¿fachada¿ A, TATAGLIA JR-EPP, com CNPJ nº 04.312/130/0001-10. Foi constatado que a referida empresa não existe fisicamente no endereço que consta nos registros oficiais de controle, conforme relatório em anexo aos autos.

O acesso da denunciada aos sistemas oficiais de controle florestal (SISFLORA) foi suspenso em virtude da conduta praticada, conforme Termo de Suspensão nº 34717-SÉRIE-E/IBAMA.

Diante dos fatos, o IBAMA lavrou em desfavor da denunciada o Auto de Infração nº 9104223 SÉRIE E, tendo sido a mesma multada administrativamente em R$ 411.500,00 (quatrocentos e onze mil e quinhentos reais)¿.

Com a notícia de fato - NF 1.23.006.000311/2015-53, foram juntados documentos.

Houve o declínio de competência para o juízo da Vara Criminal da Comarca de Paragominas (fls. 12).

A denúncia foi recebida em 2 de dezembro de 2016 e determinada a citação da empresa ré (fl. 15).

Citada a empresa ré, por meio da sua representante legal, Luciana do Socorro Galvão (fl. 27)

Apresentada Resposta à Acusação (fls. 29/30).

Ratificada o recebimento da denúncia e designada audiência de instrução e julgamento (fl. 31).

Juntada de procuração (fls. 32/33).

Em 9 de outubro de 2021, a audiência de instrução e julgamento não foi realizada em razão da ausência

da testemunha arrolada pelo MP. O MP insistiu na sua oitiva (fl. 40).

Realizada audiência de instrução e julgamento no dia 27 de outubro de 2021, ocasião em que foi ouvida a testemunha de Defesa, SOLIMAR ZAVARIZE, que deixou de ser compromissado por ser sócio da empresa ré. Não houve outras testemunhas a serem inquiridas. Realizado o interrogatório da representante legal da empresa ré. O MP requereu a realização de diligências na fase do art. 402, do CPP. A Defesa concordou em cumprir as diligências solicitadas (fl. 48).

A Defesa apresentou os documentos requeridos em fase de diligências (fls. 50/65).

Em Memoriais Finais, o Ministério Público requereu a condenação da empresa ré, no crime tipificado no art. 69-A, §1º, com a responsabilização de seus sócios, conforme arts. 2º e 3º, da Lei nº 9.605/98. Quanto ao crime previsto no art. 299, do Código Penal, requereu a absolvição da empresa ré (fls. 85/86).

A Defesa, por sua vez, requereu a absolvição da empresa ré, nos termos do art. 386, incisos III e VII, do CPP. E, em caso de eventual condenação, requereu seja aplicado os benefícios da Suspensão Condicional do Processo (fls. 87/95).

**É o relatório.**

**Decido**.

A pretensão punitiva é **IMPROCEDENTE.**

Na ausência de preliminares a serem apreciadas, passo à análise do mérito.

Trata-se da imputação da prática dos crimes tipificados no art. 69-A, da Lei nº 9.605/98, c/c arts. 21 e 22, da Lei nº 9.605/98.

Na espécie, a materialidade do delito encontra-se devidamente comprovada pelo auto de infração nº 9104223/E, TS 34717/E, relatório de fiscalização (CD) e notas fiscais de compras juntadas. Contudo, não restou comprovada a autoria da empresa ré.

No caso em questão, uma condenação somente se apoiaria em elementos vagos, dos quais se conclui pela carência de provas quanto à autoria do delito, pois, não há como presumir que a empresa ré tenha anuído, dolosamente, com a inserção de dados falsos no sistema do SISFLORA-PA, tampouco há como afirmar, em um juízo de certeza, que tinha ciência de que a empresa A, TATAGLIA JR-EPP, com CNPJ nº 04.312/130/0001-10, se tratava de uma empresa ¿fantasma¿.

Deve estar plenamente comprovado que a empresa vendedora tinha ciência de que a empresa compradora era ilegal, o que não restou comprovado nos autos. Não se pode transferir a responsabilidade de investigação a empresa ré, posto que a empresa compradora estava revestida de legalidade e possuía autorização para movimentar negócios por meio do sistema SISFLORA-PA, um dos sistemas oficiais de controle. Ademais, consta na informação técnica nº 12/2015 NUIT/DITEC/SUPES/PA, fl. 11, CD de fl. 09-verso, que a empresa A. TARTAGLIA JR. EPP foi bloqueada em 16/10/2013 e foi desbloqueada em 16/12/2013, por decisão judicial, ou seja, na data em que houve a comercialização da empresa Montana Ind. e Com. De Madeiras LTDA, a empresa A. TARTAGLIA JR. EPP estava desbloqueada no sistema SISFLORA, que é o Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais, integrado ao CEPROF (Sistema de Cadastro de Consumidores de Produtos Florestais), sistemas que tem como objetivo auxiliar e controlar a comercialização e o transporte de produtos florestais no Estado e cabe a SEMA, como gestora dos referidos sistemas, adotar as ações necessárias para fins de controle e fiscalização dos dados cadastrais inseridos no CEPROF-PA e SISFLORA-PA.

Como se vê, o que se depreende da prova documental que instrui a denúncia, aliada ao único testemunho coligido sob o crivo do contraditório judicial, é que efetivamente houve inserção, em sistema do

SISFLORA-PA de créditos referentes à venda de madeira em nome de empresa ¿fantasma¿, a qual não detinha capacidade fática para tal comercialização, contudo, tais documentos acostado aos autos, pela defesa (notas fiscais referentes à venda das madeiras), demonstram a legalidade da transação.

Muito embora tais elementos não permitam assentar, de forma inequívoca, a ausência de conhecimento da empresa ré acerca da propalada origem ilícita da empresa A, TATAGLIA JR-EPP ¿, é forçoso reconhecer que a existência de demonstrativos fáticos (notas fiscais) acerca da comercialização é apta, ao menos, a suscitar dúvida acerca do dolo que norteou a conduta da empresa ré, não se descartando a hipótese de que efetivamente ignorassem tratar-se de uma comercialização legal.

Dessa forma, se, de um lado, não há como presumir que a empresa ré tenha anuído, dolosamente, com a inserção de dados falsos no sistema do SISFLORA-PA, tampouco, como exigir que a compradora vá além do cumprimento das exigências legais para certificar-se da regularidade da empresa vendedora e da madeira por ela comercializada. Nesse sentido:

**TJRS: ¿Aplicação do princípio ¿in dubio pro reo¿. Autoria pelo apelante sinalizada como mera possibilidade. Tal não é o bastante para a condenação criminal, exigente de certeza plena. Como afirmou Carrara, ¿a prova, para condenar, deve ser certa como a lógica e exata como a matemática¿. Deram parcial provimento. Unânime¿. (RJTJERGS 177/136).**

Nessa linha, impossível a condenação. Sem certeza plena da autoria não há como condenar, sob pena de praticar injustiça ainda maior.

Ante o acima exposto, julgo IMPROCEDENTE a ação penal para **ABSOLVER** a empresa ré MONTANA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA, tendo como sócia Luciana do Socorro Galvão Araújo, devidamente qualificada nos autos, da imputação que lhe foi feita, nos termos do art. 386, inciso VII do Código de Processo Penal, por não existir prova suficiente para a condenação.

Ciência ao Ministério Público e a Defesa.

A empresa ré será intimada **somente** por meio do Diário da Justiça Eletrônico, em observância ao princípio da eficiência e da economia processual.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

Paragominas, 8 de novembro de 2021

**DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO**

**Juiz de Direito**

## COMARCA DE DOM ELISEU

### SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE DOM ELISEU

INTIMAÇÃO DE DECISÃO Processo: 0006068-76.2017.14.0107. Requerente: PLANT BEM INSUMOS AGRICOLAS LTDA Advogado: Guinter Reinke OAB/PA 23.784-A Requerido: EDUARDO DA SILVA VIEIRA. Advogado: Romildo Assis de Almeida Júnior OAB/PA 13.039-A Requerido: LUZIA APARECIDA DOS SANTOS VIEIRA. De ordem do Exmo. Sr. Dr. DIOGO BONFIM FERNANDEZ, MM Juiz de Direito desta Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, na forma da lei, etc. FICAM AS PARTES INTIMADAS, por meio de seus advogados do seguinte dispositivo ¿DECISÃO Proceda-se o desarquivamento dos autos pelo prazo de 15 (quinze) dias. Em relação ao apenso, permaneça-se arquivado. Após, decorrido o prazo, arquive-se. Dom Eliseu ¿ PA, 14 de setembro de 2021. Marcello de Almeida Lopes Juiz de Direito - respondendo ¿. Dado e Passado nesta cidade e Comarca de Dom Eliseu/PA, sexta-feira, 12 de novembro de 2021. Eu___, Marlito Reis, Auxiliar Judiciário, digitei.

**COMARCA DE JURUTI**

**SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE JURUTI**

**PROCESSO: 0006965-70.2017.8.14.0086** ¿ Ação de Alimentos Requerente: B.A.P. Advogado: AQUILA REISSY ANDRADE DA GAMA OAB/AM 13.463 Representante: J.S.A. Requerido: E.D.S.P. DESPACHO Intime-se a causídica que providencie a execução, via PJE, e caso necessário obter o título exposto no s autos do processo físico, requeira o desarquivamento para extração de copias. Cancele-se o protocolo. Juruti, 12 de novembro de 2021. ODINANDRO GARCIA CUNHA Juiz de Direito.

**PROCESSO: 0004113-73.2017.8.14.0086** ¿ Ação de Alimentos Requerente: N.B.D.S. Representante: N.S.B. Advogado: AQUILA REISSY ANDRADE DA GAMA OAB/AM 13.463 Requerido: .E.R.D.S. DESPACHO Intime-se a causídica que providencie a execução, via PJE, e caso necessário obter o título exposto no s autos do processo físico, requeira o desarquivamento para extração de copias. Cancele-se o protocolo. Juruti, 12 de novembro de 2021. ODINANDRO GARCIA CUNHA Juiz de Direito.

**PROCESSO: 00004800-16.2018.8.14.0086** ¿ Ação de Alimentos Requerente: K.R.M.S. Representante: E.C.D.M. Advogado: AQUILA REISSY ANDRADE DA GAMA OAB/AM 13.463 Requerido: H.R.B.S. DESPACHO Intime-se a causídica que providencie a execução, via PJE, e caso necessário obter o título exposto no s autos do processo físico, requeira o desarquivamento para extração de copias. Cancele-se o protocolo. Juruti, 12 de novembro de 2021. ODINANDRO GARCIA CUNHA Juiz de Direito.

**PROCESSO: 0005369-80.2019.8.14.0086** ¿ Ação de Alimentos Requerente: G.F.A. . Representante: D.A.F.. Advogado: AQUILA REISSY ANDRADE DA GAMA OAB/AM 13.463 Requerido: .N.A.A. DESPACHO Intime-se a causídica que providencie a execução, via PJE, e caso necessário obter o título exposto no s autos do processo físico, requeira o desarquivamento para extração de copias. Cancele-se o protocolo. Juruti, 12 de novembro de 2021. ODINANDRO GARCIA CUNHA Juiz de Direito.

**PROCESSO Nº. 0000492-49.2009.8.14.0086** Ação Civil Publica Requerido: OMINIA MINERIOS LTDA ( ALCOA ALUMINIO S.A. ) Advogado: PAULA CRISTINA NAKANO TAVARE VIANNA OAB/PA 11.366 ¿ THIAGO ANDERSON REIS FERREIRA OAB/PA 11.784 ¿ MARCELO COUTINHO DA SILVEIRA OAB/PA 13.282 ¿ YASMIM ROSA DA SILVA ALVES OAB/PA 18420 Autor: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL Requerido: ESATO DO PARA DESPACHO I ¿ Trata-se de AÇÃO CIVIL PÚBLICA ajuizada pelo Ministério Público Estadual em face de OMNIA MINÉRIOS LTDA (ALCOA ALUMINIO S.A.) e ESTADO DO PARÁ. Em despacho de fl. 252 foi determinada a intimação das partes para especificarem as provas que pretendem produzir, indicando sua finalidade. O Ministério Público, às fls. 303/305, requereu a produção de perícia técnica a fim de constatar os danos ambientais descritos na inicial. A requerida ALCOA, em petitório de fls. 380/382, também requereu a produção de perícia técnica na área de engenharia ambiental, contudo, a fim de que, através da análise e verificação dos documentos constantes no licenciamento ambiental da empreendimento e demais estudos ambientais, constatar, segundo a ré, a não ocorrência de dano ambiental. Ademais, pugnou, ainda, pela oitiva das testemunhas arroladas à fl. 381. Às fls. 589/598 foi proferida decisão saneadora, oportunidade em que deferida a produção de provas documental, pericial e testemunhal, advertindo-se as partes, desde logo, de que cabe ao causídico informar e intimar a(s) testemunha(s) por ele arrolada(s) para comparecer à audiência de instrução. Em petitório de fl. 601 a requerida ALCOA esclareceu que a prova pericial por ela pretendida consiste na avaliação, por expert do juízo, na área da Engenharia Ambiental, dos documentos constantes do licenciamento ambiental do empreendimento e demais estudos ambientais, não sendo a perícia em obras ou estruturas, mas sim que a área de conhecimento necessária à avaliação dos estudos e medidas é da engenharia ambiental. Diante disso, pugnou esclarecimentos do juízo acerca dos moldes da prova pericial deferida na decisão saneadora. Despacho de fl. 608 em que foi acolhido o acréscimo realizado pela ré, modulando-se a perícia designada para que seja realizada por expert do juízo na área da engenharia ambiental. Na oportunidade, foi determinado que a Secretaria promovesse a verificação junto ao TJPA acerca da existência de profissional na área da engenharia ambiental em seus cadastros de peritos, além de ter sido designada

audiência de instrução e julgamento. Em petitório de fl. 609 a ALCOA ratificou o rol de testemunhas apresentado à fl. 381 e informou que providenciará a intimação destas para participar do ato. Em despacho de fl. 655-v foi designada nova data para audiência de instrução e julgamento, bem como reiterada a determinação de diligenciar acerca da existência de profissional na área da engenharia ambiental, nos termos da deliberação de fl. 608. Petitório do réu ESTADO DO PARÁ para que a audiência designada seja realizada via videoconferência (fl. 659). Em petição de fl. 663/665 a demandada ALCOA assevera que não houve o cumprimento da diligência acerca da prova pericial e que um dos objetivos da audiência é realizar a oitiva do perito, razão pela qual pugna pela redesignação do ato para momento posterior a apresentação do laudo pericial e manifestação das partes sobre o documento. É o relatório. Decido. Pois bem. Com relação à prova pericial, em rápida consulta ao CapJus (cadastro de peritos e outros auxiliares da justiça), este magistrado não encontrou profissional especificamente da área da engenharia ambiental vinculado ao Tribunal e com atuação nesta Comarca. II ¿ Assim, como forma de esclarecer tal ponto, oficie-se ao setor do TJPA vinculado à atualização do CapJus a fim de que esclareçam a este juízo acerca da existência de profissional habilitado junto ao Tribunal, na área da engenharia ambiental, apto a ser nomeado como perito por este juízo. III ¿ No mais, com relação ao pedido de adiamento da audiência de instrução e julgamento realizado pela ALCOA em razão da não nomeação de perito até o presente momento, verifico que não merece prosperar, visto que foi a própria ré quem solicitou a produção de prova testemunhal, arrolando as testemunhas de fl. 381, motivo pelo qual foi designada a audiência de instrução e julgamento. Há de se esclarecer que não haverá prejuízo para as partes a ausência de apresentação de laudopericial até a audiência já designada, uma vez que, acostado o referido documento nos autos, evidentemente que este juízo oportunizará que as partes se manifestem acerca da prova. IV ¿ Por fim, considerando o pleito do requerido ESTADO DO PARÁ, autorizo a participação remota, na audiência de instrução e julgamento, de qualquer das partes, ficando, desde logo, disponibilizado abaixo o link de acesso remoto:

https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MmVkNTE0ZTgtM2U5NC00MWY3LTk3YzUtN2YyMzRhOTA4Y2Nl%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%225f6fd11e-cdf5-45a5-9338-b501dcefeab5%22%2c%22Oid%22%3a%22b10daab8-3fb6-4ed1-a509-62b85c75424f%22%7d

V ¿ Oportunamente, ficam as partes cientificadas, mais uma vez, de que deverão apresentar suas testemunhas no dia e hora acima designados, independentemente de intimação (art. 455 do CPC). VI ¿ Intimem-se. CUMPRA-SE, SERVINDO O PRESENTE, POR CÓPIA, COMO MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO E OFÍCIO (PROV. 003/2009 ¿ CJCI). Juruti/PA, 10 de novembro de 2021. ODINANDRO GARCIA CUNHA Juiz de Direito.

**PROCESSO: 0003570-65.2020.8.14.0086** ¿ Termo Circunstanciado Autor: RODRIGO MELO NASCIMENTO Vitima: A.D.N.S. Autor: DELEGADO DE POLICIA CIVIL DE JURUTI - SENTENÇA-MANDADO Trata-se de TCO lavrado em desfavor de RODRIGO MELO NASCIMENTO em razão de ter supostamente praticado fato previsto como crime/contravenção penal. Em audiência preliminar, o RMP ofereceu proposta de transação penal ao autor do fato, a qual foi aceita e devidamente cumprida, conforme certidão acostada aos autos. Assim, evitando-se digressões jurídicas desnecessárias, como o acusado cumpriu integralmente a transação penal, DECLARO A EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE de RODRIGO MELO NASCIMENTO. Registre-se que a presente ação não importará em reincidência, sendo registrada apenas paraimpedir novamente o mesmo benefício no prazo de cinco anos. Cientifique-se o Ministério Público. Ciência ao autor do fato via DJE. Certifique-se o imediato trânsito em julgado. Após, arquivem-se os autos com as baixas necessárias. P.R.I.C. Expeça-se o necessário. Servirá o presente expediente, por cópia digitalizada, como CARTA/MANDADO/OFÍCIO, nos termos do Prov. Nº 03/2009 da CJRMB ¿ TJE/PA, com a redação que lhe deu o Prov. Nº 011/2009 daquele órgão correcional. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Juruti, 08 de outubro de 2021 CLEMILTON SALOMÃO DE OLIVEIRA Juiz de Direito Titular da Vara Única de Óbidos respondendo pela Vara Única de Juruti.

**PROCESSO: 0004033-07.2020.8.14.0086** ¿ Termo Circunstanciado Autor: ONIELZIO SOARES DIAS Vitima: M.M.M.P. SENTENÇA-MANDADO Trata-se de TCO lavrado em desfavor de ONIELZIO SOARES DIAS em razão de ter supostamente praticado fato previsto como crime/contravenção penal. Em audiência preliminar, o RMP ofereceu proposta de transação penal ao autor do fato, a qual foi aceita e devidamente cumprida, conforme certidão acostada aos autos. Assim, evitando-se digressões jurídicas desnecessárias,

como o acusado cumpriu integralmente a transação penal, DECLARO A EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE de ONIELZIO SOARES DIAS. Registre-se que a presente ação não importará em reincidência, sendo registrada apenas para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de cinco anos. Cientifique-se o Ministério Público. Ciência ao autor do fato via DJE. Certifique-se o imediato trânsito em julgado. Após, arquivem-se os autos com as baixas necessárias. P.R.I.C. Expeça-se o necessário. Servirá o presente expediente, por cópia digitalizada, como CARTA/MANDADO/OFÍCIO, nos termos do Prov. Nº 03/2009 da CJRMB ¿ TJE/PA, com a redação que lhe deu o Prov. Nº 011/2009 daquele órgão correcional. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Juruti, 08 de outubro de 2021 CLEMILTON SALOMÃO DE OLIVEIRA Juiz de Direito Titular da Vara Única de Óbidos respondendo pela Vara Única de Juruti

**PROCESSO: 0000443-22.2020.8.14.0086** ¿ Termo Circunstanciado Autor: ALEF MARCELO CASTRO DE MENEZES Advogado: ANTONIO JOAO TEIXEIRA CAMPOS SILVA OAB/PA 7271 Vitima: A.C. SENTENÇA-MANDADO Trata-se de TCO lavrado em desfavor de MAELSON SILVA MOUTINHO em razão de ter supostamente praticado fato previsto como crime/contravenção penal. Em audiência preliminar, o RMP ofereceu proposta de transação penal ao autor do fato, a qual foi aceita e devidamente cumprida, conforme certidão acostada aos autos. Assim, evitando-se digressões jurídicas desnecessárias, como o acusado cumpriu integralmente a transação penal, DECLARO A EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE de MAELSON SILVA MOUTINHO. Registre-se que a presente ação não importará em reincidência, sendo registrada apenas para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de cinco anos. Cientifique-se o Ministério Público. Ciência ao autor do fato via DJE. Certifique-se o imediato trânsito em julgado. Após, arquivem-se os autos com as baixas necessárias. P.R.I.C. Expeça-se o necessário. Servirá o presente expediente, por cópia digitalizada, como CARTA/MANDADO/OFÍCIO, nos termos do Prov. Nº 03/2009 da CJRMB ¿ TJE/PA, com a redação que lhe deu o Prov. Nº 011/2009 daquele órgão correcional. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei.Juruti, 08 de outubro de 2021 CLEMILTON SALOMÃO DE OLIVEIRA Juiz de Direito Titular da Vara Única de Óbidos respondendo pela Vara Única de Juruti.

**PROCESSO: 0004026-15.2020.8.14.0086** ¿ Termo Circunstanciado Autor: NELSON SILVA MARTINS Vitima: I.G.D.R SENTENÇA-MANDADO Trata-se de TCO lavrado em desfavor de NELSON SILVA MARTINS em razão de ter supostamente praticado fato previsto como crime/contravenção penal. Em audiência preliminar, o RMP ofereceu proposta de transação penal ao autor do fato, a qual foi aceita e devidamente cumprida, conforme certidão acostada aos autos. Assim, evitando-se digressões jurídicas desnecessárias, como o acusado cumpriu integralmente a transação penal, DECLARO A EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE de NELSON SILVA MARTINS.R egistre-se que a presente ação não importará em reincidência, sendo registrada apenas para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de cinco anos. Cientifique-se o Ministério Público. Ciência ao autor do fato via DJE. Certifique-se o imediato trânsito em julgado. Após, arquivem-se os autos com as baixas necessárias. P.R.I.C. Expeça-se o necessário. Servirá o presente expediente, por cópia digitalizada, como CARTA/MANDADO/OFÍCIO, nos termos do Prov. Nº 03/2009 da CJRMB ¿ TJE/PA, com a redação que lhe deu o Prov. Nº 011/2009 daquele órgão correcional. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Juruti, 08 de outubro de 2021 CLEMILTON SALOMÃO DE OLIVEIRA Juiz de Direito Titular da Vara Única de Óbidos respondendo pela Vara Única de Juruti

**COMARCA DE ORIXIMINA**

**SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ORIXIMINA**

**PROCESSO:0000452-51.2008 ¿ AÇÃO MONITÓRIA -- REQUERENTE:MARTINS COMÉRCIO E SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO S/A E OUTRO. (Adv. GERSON NYLANDER BRITO FILHO OAB/PA26.903 ¿ JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEREIDO OAB/PA 6.557) -- REQUERIDO: G. M DA SILVA BARRETO.** DESPACHO: 1. Intimem-se os autores, mediante seus advogados, para que informem o novo endereço do réu, no prazo de 15 dias úteis, sob pena de arquivamento do feito caso não haja manifestação. 2. Apresentado o novo endereço, expeça-se novo mandado de citação e pagamento, conforme ordenado à fl. 36. Cumpra-se. Oriximiná-PA, 10 de novembro de 2021. WALLACE CARNEIRO DE SOUSA, Juiz de Direito.

**PROCESSO: 005976-66.2015.8.14.0037 ¿ AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA ¿ REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A (RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB/PA 16.637 ¿ A) ¿ REQUERIDOS: J. O. DE ANDRADE ME E OUTROS ( ANTONIO ODINELE TAVARES DA SILVA JUNIOR OAB/AM 4.927) --** DESPACHO: 1. Nos termos do artigo 355, inciso I, do CPC, o juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando não houver necessidade de produção de outras provas. 2. Não verifico vícios ou nulidades. Assim, INTIMEM-SE as partes, mediante seus respectivos advogados (ou pessoalmente, em se tratando de patrocínio da Defensoria Pública ou de Fazenda Pública), para, no prazo comum de 5 dias, informarem se ainda possuem provas a produzir, indicando quais provas ainda são necessárias, assim como a sua importância para a comprovação das questões de fato e de direito discutidas no processo. 2.1. Advirto que o silêncio implicará em concordância com o julgamento antecipado do mérito e que as partes podem requerer, também, o julgamento. 2.2. Havendo requerimento pela produção de provas, REGISTRO que em se tratando de prova testemunhal, cabe às partes especificar qual fato pretendem provar por meio de testemunhas e não apenas declinar que pretendem produzir prova testemunhal, valendo tal exigência, também, para o depoimento pessoal; em se tratando de perícia, cabe às partes especificarem qual tipo de perícia pretendem e a razão pela qual entendem que a prova do fato depende de conhecimento especial de técnico; em relação à prova documental, cabe destacar que compete à parte instruir a petição inicial (art. 320 do CPC), ou a contestação (art. 336, CPC), com os documentos destinados a provar-lhe as alegações, sendo lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, desde que destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados, ou para contrapô-los aos que foram produzidos nos autos (art. 435 do CPC). 3. Caso peticionem pela produção de provas, conclusos os autos para verificação da pertinência do pedido e decisão de saneamento e organização do processo (CPC, artigo 357). 4. Caso não peticionem pela produção de provas, conclusos os autos para julgamento (CPC, artigo 355). Nessa hipótese, o cartório judicial deve cumprir previamente o artigo 26 da Lei Estadual n. 8.328/2015 (Lei de Custas do Poder Judiciário do Estado do Pará). Cumpra-se. Oriximiná-PA, 11 de novembro de 2021. WALLACE CARNEIRO DE SOUSA, Juiz de Direito.

**PROCESSO: 00077321-42.2018.814.0037 ¿ AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE QUANTIA PAGA C/C REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS C/C PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DE TUTELA. REQUERENTE:MARCIO GONÇALVES MORAIS (MAURÍCIO DE OLIVEIRA RODRIGURES OAB/PA 28.682) -- REQUERIDO: RUBISON MARINHO SARAIVA E OUTROS, WALACCE LADISLAU DE OLIVEIRA (WILLIAN JONATAS NUNES VIDAL OAB/PA22.562, JOYCE**

**MALENA DE ALMEIDA FREITAS OAB/PA 28.682).** DESPACHO: 1. Nos termos do artigo 355, inciso I, do CPC, o juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando não houver necessidade de produção de outras provas. 2. Não verifico vícios ou nulidades. Assim, INTIMEM-SE as partes, mediante seus respectivos advogados (ou pessoalmente, em se tratando de patrocínio da Defensoria Pública ou de Fazenda Pública), para, no prazo comum de 5 dias, informarem se ainda possuem provas a produzir, indicando quais provas ainda são necessárias, assim como a sua importância para a comprovação das questões de fato e de direito discutidas no processo. 2.1. Advirto que o silêncio implicará em concordância com o julgamento antecipado do mérito e que as partes podem requerer, também, o julgamento. 2.2. Havendo requerimento pela produção de provas, REGISTRO que em se tratando de prova testemunhal, cabe às partes especificar qual fato pretendem provar por meio de testemunhas e não apenas declinar que pretendem produzir prova testemunhal, valendo tal exigência, também, para o depoimento pessoal; em se tratando de perícia, cabe às partes especificarem qual tipo de perícia pretendem e a razão pela qual entendem que a prova do fato depende de conhecimento especial de técnico; em relação à prova documental, cabe destacar que compete à parte instruir a petição inicial (art. 320 do CPC), ou a contestação (art. 336, CPC), com os documentos destinados a provar-lhe as alegações, sendo lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, desde que destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados, ou para contrapô-los aos que foram produzidos nos autos (art. 435 do CPC). 3. Caso peticionem pela produção de provas, conclusos os autos para verificação da pertinência do pedido e decisão de saneamento e organização do processo (CPC, artigo 357). 4. Caso não peticionem pela produção de provas, conclusos os autos para julgamento (CPC, artigo 355). Nessa hipótese, o cartório judicial deve cumprir previamente o artigo 26 da Lei Estadual n. 8.328/2015 (Lei de Custas do Poder Judiciário do Estado do Pará). 5. Após as intimações, encaminhem-se os autos para a central de digitalização instalada nesta unidade. Cumpra-se. Oriximiná-PA, 11 de novembro de 2021. WALLACE CARNEIRO DE SOUSA, Juiz de

**PROCESSO: 0008818-04.2016.814.0034 ¿ AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS C/C DANOS MORAIS E MATÉRIAS C/C DANO ESTÉTICO DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRANSITO. REQUERENTE: JARLESON DA CRUZ AZEVEDO (ADV- RUBINALDO CRUZ RODRIGUES ¿ OAB/AM 9.787). -- REQUERIDO: JOÃO DA SILVA LOPES** DESPACHO: 1. Nos termos do artigo 355, inciso I, do CPC, o juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando não houver necessidade de produção de outras provas. 2. Não verifico vícios ou nulidades. Assim, INTIMEM-SE as partes, mediante seus respectivos advogados (ou pessoalmente, em se tratando de patrocínio da Defensoria Pública ou de Fazenda Pública), para, no prazo comum de 5 dias, informarem se ainda possuem provas a produzir, indicando quais provas ainda são necessárias, assim como a sua importância para a comprovação das questões de fato e de direito discutidas no processo. 2.1. Advirto que o silêncio implicará em concordância com o julgamento antecipado do mérito e que as partes podem requerer, também, o julgamento. 2.2. Havendo requerimento pela produção de provas, REGISTRO que em se tratando de prova testemunhal, cabe às partes especificar qual fato pretendem provar por meio de testemunhas e não apenas declinar que pretendem produzir prova testemunhal, valendo tal exigência, também, para o depoimento pessoal; em se tratando de perícia, cabe às partes especificarem qual tipo de perícia pretendem e a razão pela qual entendem que a prova do fato depende de conhecimento especial de técnico; em relação à prova documental, cabe destacar que compete à parte instruir a petição inicial (art. 320 do CPC), ou a contestação (art. 336, CPC), com os documentos destinados a provar-lhe as alegações, sendo lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, desde que destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados, ou para contrapô-los aos que foram produzidos nos autos (art. 435 do CPC). 3. Caso peticionem pela produção de provas, conclusos os autos para verificação da pertinência do pedido e decisão de saneamento e organização do processo (CPC, artigo 357). 4. Caso não peticionem pela produção de provas, conclusos os autos para julgamento (CPC, artigo 355). Nessa hipótese, o cartório judicial deve cumprir previamente o artigo 26 da Lei Estadual n. 8.328/2015 (Lei de Custas do Poder Judiciário do Estado do Pará). 5. Após as intimações, encaminhem-se os autos para a central de digitalização instalada nesta unidade. Cumpra-se. Oriximiná-PA, 11 de novembro de 2021

**Autos n° 0024486-49.2015.8.14.0037 -- Ação de indenização por danos materiais Requerente: SEBASTIANA TAVARES DE OLIVEIRA (Advogada: MILENA DE SOUZA SARUBBI ¿ OAB/PA 12.848)--Requerido: FERNANDO MÁRIO FERREIRA FARIAS JÚNIOR (Advogado: RONALDO VINENTE SERRÃO ¿ OAB/PA 13.824**)--III ¿ DISPOSITIVO: Diante do exposto, e de tudo o mais que dos autos constam, atendendo aos dispositivos legais e jurisprudenciais disciplinadores da matéria, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial, e EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas, diante da gratuidade da justiça, mas condeno a autora ao pagamento de honorários advocatícios, ao advogado do requerido, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do §2º do art. 85 do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes, mediante seus advogados. Transitada em julgado esta sentença, arquive-se. Oriximiná-PA, 10 de novembro de 2021

**Autos nº 0005231-03.2018.8.14.0037 -- Apuração de ato infracional. Representante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Representado: MANOEL DE SOUZA OLIVEIRA**. III ¿ DO DISPOSITIVO: Pelo exposto, considerando as disposições do ECA, após análise dos fatos narrados na representação e confirmados em Juízo, por entender adequado, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a representação em face do adolescente MANOEL DE SOUZA OLIVEIRA, extinguindo o feito com resolução do seu mérito (CPC, art. 487, inciso I), e aplico-lhe a medida socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade (ECA, Art. 112, III, c/c art. 117), pelo prazo 6 (seis) meses, cujos lindes serão determinados pela equipe do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que deverá observar o Art. 117, parágrafo único, do ECA. Assim, independentemente da interposição de recurso, DETERMINO À SECRETARIA AS SEGUINTES PROVIDÊNCIAS: 1. Formem-se autos apartados de Execução de Medida Socioeducativa em meio aberto. Expeça-se a guia de execução provisória de medida socioeducativa em meio aberto, de acordo com a Resolução 165/2012 do CNJ. 2. ENCAMINHE-SE cópia integral dos documentos destes autos ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS desta comarca, para que designe o programa ou a unidade de cumprimento da medida socioeducativa (de prestação de serviços à comunidade) que foi imposta ao representado, conforme artigo 40 da Lei 12.594/2012. 3. Designado o programa ou a unidade de cumprimento da medida socioeducativa, o CREAS deverá também elaborar o Plano Individual de Atendimento - PIA do representado, na forma do artigo 52 e seguintes da Lei 12.594/2012, e deverá elaborar o PIA no prazo de até 15 dias do ingresso do adolescente no programa de atendimento designado, conforme artigo 56 da Lei, haja vista se tratar de medida de prestação de serviços à comunidade. 4. Elaborado o PIA, deverá ser apresentado a este Juízo. Ato contínuo, o cartório judicial deverá dar vistas do PIA à Defensoria Pública e ao Ministério Público, pelo prazo sucessivo de 3 dias (artigo 41 da Lei 12.594/2012). 5. Sem custas, ex vi do art. 141, §2º do ECA. 6. Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública. 7. Intime-se o representado pessoalmente. 8. Transitado em julgado, arquive-se. Cumpra-se. Oriximiná-PA, 11 de novembro de 2021. WALLACE CARNEIRO SOUSA, Juiz de Direito.

**Autos n° 0012050-53.2018.14.0037 -- Ação de indenização por danos morais pelo rito da Lei 9.099/1995 -- Requerente: GUSTAVO HALLWASS (Advogado: NÃO CONSTITUIU) -- Requerida: AZUL LINHAS AÉREAS (Advogada: LUCIANA GOULART PENTEADO ¿ OAB/SP 167.884**) III ¿ DISPOSITIVO: Diante do exposto e de tudo o mais que dos autos constam, atendendo aos dispositivos legais e jurisprudenciais disciplinadores da matéria, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na petição inicial e condeno a Requerida ao pagamento do valor de R$1.500,00 (um mil e quinhentos reais) a título de indenização por danos morais ao Requerente, e EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. Sem custas nem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se: o Requerente pessoalmente, e a Requerida mediante sua advogada. Transitada em julgado esta sentença,

arquive-se. Oriximiná-PA, 10 de novembro de 2021. WALLACE CARNEIRO DE SOUSA, Juiz de Direito.

**COMARCA DE CAPANEMA**

**SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE CAPANEMA**

**EDITAL DE INTIMAÇÃO** 90 (noventa) dias

Exmo. Dr. **JÚLIO CÉZAR FORTALEZA DE LIMA**, Juíz de Direito da Vara Criminal desta Comarca de Capanema, na forma da Lei, etc.

**FAZ SABER** aos que o presente EDITAL vir ou dele conhecimento tiverem, **a partir da data de PUBLICAÇ¿O deste EDITAL,** que se processando por este Juízo e expediente da Vara Criminal de Capanema, ao art. 392, VI, do CPP, Processo nº. 0011419-84.2018.814.0013, em que é réu **WILLYS CARLOS DA SILVA SANTOS, filho de Wanda Maria Santos da Silva e Antonio Carlos Rodrigues dos Santos,** atualmente em lugar incerto e não sabido, destina-se **para tomar ciência da sentença abaixo, proferida nos autos supra**. Dado e passado nesta Cidade de Capanema/Pa, 12 de novembro de 2021.

**ALDO ARAÚJO MARINHO** Diretor de Secretaria

SENTENÇARELATÓRIOO Ministério Público, por intermédio de seu insigne representante, denunciou a este Juízo WILLYS CARLOS DA SILVA SANTOS, nos autos qualificadoà fl. 02, como infrator dosarts.180, §3º, e 304, ambos do CP.Segundo a exordial acusatória, em 09.05.2015, policiais rodoviários estaduais estavam fiscalizando veículos na rodovia PA-124, por volta de 1h, quando abordaram uma motocicleta no KM 15, neste município de Capanema/PA e, ao solicitar a documentação da motocicleta que o denunciado conduzia, este mostrou um Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) da motocicleta Honda, modelo NXR 150 BROS, cor branca, que estava com placa e chassi visivelmente adulterados, logo constatando-se que se tratava de documento falso em razão da textura do papel, filamento e dígitos de outro Estado.Narrou a inicial que, constatada a adulteração, o denunciado foi preso e conduzido à Delegacia, assim como a Estado do ParáPoder JudiciárioComarca de CapanemaVara Criminalmotocicleta apreendida, ocasião em que se verificou que o veículo possuía registro de roubo/furto na base de dados do DETRAN/PA.Perante a autoridade policial o denunciado afirmou que não tinha conhecimento das adulterações e que havia comprado o veículo de um indivíduo denominado ¿Peão,¿ tendo a transação ocorrido no ano anterior pela quantia de quatro mil reais. Disse, ainda, que entregou o documento a um conhecido chamado ¿DEIVISSON¿ para que fosse efetuada a verificação de sua legitimidade, tendo recebido a resposta de que nada havia de errado com a documentação.Relatados os fatos narrados na exordial, a peça delatória pede a condenação dos denunciados pela prática do crime de uso de documento falso e receptação culposa (arts. 180, §3º, e 304, ambos do CP).Auto de apreensão à fl. 22 do IPL.Destarte, este Juízo recebeu a denúncia oferecida pelo Ministério Público e determinou a citação dos acusados (fl. 05) para que apresentassem suas respostas à acusação.Apresentada a resposta do réu WILLYS CARLOS DA SILVA SANTOS (fls. 12-16), este Juízo (fl. 24) nãovisualizou nenhuma hipótese de absolvição sumária, designando data para instrução probatória.Em audiência de instrução e julgamento realizada àsfls. 32-32v, foram colhidos os depoimentos testemunhais de JESUS NAZARENO DE ARAÚJO, VALNEI DOS SANTOS CAMPOS e CLEO MAX GUIMARÃES DOS SANTOS, bem como fora devidamente colhido o interrogatório do réu.Encerrada a instrução e apresentadas razões finais escritas, o Ministério Público pugnou pela condenação do acusado WILLYS CARLOS DA SILVA SANTOS nos termos daexordial.Noutra ponta, a Defesa pleiteou a absolvição do réu.Assim vieram os autos conclusos para julgamento.É o relatório. Tudo bem visto e examinado, passo a decidir.FUNDAMENTAÇÃOA doutrina define o crime como sendo o fato típico, ilícito e culpável, vale dizer, para que exista o crime basta que

haja uma conduta que se amolde à previsão da legislação penal, que tal conduta seja contrária ao direito, devendo ainda ser culpável o autor da citada ação/omissão. Coligidas as provas, se verifica patente a presença de autoria e materialidade em grau de certeza, portanto, suficiente a autorizar a aplicação de decreto condenatório pela prática da conduta típica descrita no art. 304, c/c art. 297, ambos do CP, tipo que traz em seu bojo a seguinte redação:Uso de documento falsoArt. 304-Fazer uso de qualquer dos papéis falsificados ou alterados, a que se referem os arts. 297 a 302:

Pena-a cominada à falsificação ou à alteração.Falsificação de documento públicoArt. 297-Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro:Pena-reclusão, de dois a seis anos, e multaO policial JESUS NAZARENO DE ARAÚJOdeclarou que estava de serviço quando efetuou abordagem ao veículo conduzido pelo denunciado e, durante a verificação dos documentos, constatou que a nítida falsidade do CRLV da motocicleta, ocasião em que o acusado, indagado, afirmou ter adquirido o veículo de terceira pessoa.O militar VALNEI DOS SANTOS CAMPOSratificou o depoimento acima, acrescentando que o acusado a princípio afirmou não trazer consigo o documento do veículo, no entanto, posteriormente acabou cedendo e mostrou o documento, nitidamente falsificado.A testemunha arrolada pela Defesa, CLEO MAX GUIMARÃES DOS SANTOS, apenas informou que soube que o acusado, que à época namorava com sua filha, havia comprado uma motocicleta, mas não sabe por quanto e nem de quem a adquiriu.O réu WILLYS CARLOS DA SILVA SANTOS, em interrogatório,aduziu ter adquirido a motocicleta, no entanto, asseverou desconhecer a origem ilícita do veículo, bem como a falsidade do documental do CRLV.

Analisando o conjunto probatório, tendo em vista a comprovação daautoriaante a consonância dos depoimentos testemunhais aliadosà prova damaterialidadesustentada pelo auto de apreensão acostado àfl. 22 do IPL, tenho que se encontram perfeitamente preenchidos os requisitos necessários a subsidiar o édito condenatórioem desfavor do acusadoquanto ao delito do art. 304, c/c art. 297, do CP, posto que o réu nitidamente utilizou documento público falsificado, tendo, apesar de seu relato, conhecimento ou ao menos dúvida sobre a falsidade documental, tanto é assim que, segundo depoimento do policial ¿VALNEI¿, o réu apresentou certa resistência em exibir o CRLV do veículo, vindo somente depois a ceder e efetuar a entrega do documento, o que denota sua ciência e/desconfiança quanto a higidez documental.Ressalte-se que o relato policial perfaz arcabouço probatório suficiente para conferir legitimidade ao enquadramento do acusado no tipo penal, senão vejamos:APELAÇÃO CRIMINAL [...] ABSOLVIÇÃO -IMPOSSIBILIDADE -MATERIALIDADE E AUTORIA SEGURAMENTE COMPROVADAS -DEPOIMENTO DE POLICIAIS -PROVA TESTEMUNHAL ¿[...] REGIME INICIAL PARA CUMPRIMENTO DA PENA.[...] O valor probante dos depoimentos prestados por policiais é igual ao de qualquer outra testemunha, sendo que a condição de agente do Estado não retira a confiabilidade das palavras do agente. [...].
(TJ-MG-APR: 10042140028723001 MG, Relator: Cássio Salomé,Data de Julgamento: 14/05/2015, Câmaras Criminais / 7ª CÂMARA CRIMINAL, Data de Publicação: 22/05/2015).No entanto, quanto ao tipo do art. 180, §3º, do CP, descabe a imersão nos fundamentos de eventual condenação ou absolvição, posto que a pena máxima cominada abstratamente no preceito secundário do tipo penal é de 01 (um) ano de detenção e, nos termos do art. 109, V, do CP, a pretensão punitiva estatal em relação a este delito prescreve em 04 (quatro) anos, lapso temporal já ultrapassado a contar do último marco interruptivo da prescrição (recebimento da denúncia à fl. 05, em 19.05.2016) até a presente data (30.08.2021, perfazendo mais de cinco anos). Assim, nos termos do art. 107, IV, do CP, imperativa é a declaração da prescrição da pretensão punitiva estatal.Arrematando, vê-se que as provas produzidas nos autos permitem a visualização clara de uma conduta(uso de documento público falso), de nexo causalentre a prática dessa conduta e o resultadodela advindo, bem como restaevidente a tipicidadede tal ato, haja vista seu amoldamento ao tipo penal descrito no art. 304, c/c art. 297, ambos do CP, portanto, indubitável a caraterização do fato típico. Ademais, tal fato típico fora perpetrado fora das hipóteses previstas no art.23, CP, ou seja, não fora a conduta praticada em legítima defesa, estado de necessidade, estrito cumprimento do dever legal ou exercício regular de direito, razão pela qual resta demonstrado que o fato praticado ostenta a qualidade de ilícito.Por fim, não há circunstância apta a afastar a culpabilidade do agente, de modo que este é penalmente imputável e seu comportamento não resta abrangido pela inexigibilidade de conduta diversa, portanto, o agente é perfeitamente culpável. Isto posto, resta caracterizada a ocorrência de CRIMEno caso em tela. DISPOSITIVODiante do que foi exposto acima e atendendo a tudo o mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a denúncia movida contra WILLYS CARLOS DA SILVA SANTOS, CONDENANDO-Onas penas do crime previsto no art. 304, c/c art. 297, ambos do

CP, ao passo que DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADEEM RAZÃO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVAquanto ao tipo do art. 180, §3º, nos termos do art. 107, IV, c/c art. 109, V, ambos todos do CP.Destarte, passo à dosimetria e fixação da pena nos termos a seguir alinhados:Considerando as circunstâncias judiciais previstas no artigo 59 do CP, emergentes no caso ¿sub oculis¿, inicialmente a:CULPABILIDADE: Consistente na reprovabilidade da condutacriminosa (típica e ilícita), de quem tem capacidade genérica para querer e compreender ou entender (imputabilidade) e podia, nas circunstâncias em que o fato ocorreu, conhecer a sua ilicitude (potencial consciência da ilicitude), sendo-lhe exigível comportamento que se ajuste ao direito (manifestar sua vontade livre nesse sentido).

No caso destes autos, o denunciado podia, nas circunstâncias, deixar de praticar a infração penal, entretanto, livre e conscientemente optou por praticá-la, pois ninguém o obrigou a utilizar documento público falsificado.A culpabilidade está presente, não havendo qualquer causa que exclua os elementos que a integram, sendo máximo o grau de reprovação da conduta do Sentenciado;ANTECEDENTES: Os autos não noticiam maus antecedentes do sentenciado até a data do fato;CONDUTA SOCIAL: As informações contidas nos autos não permitem aferir que o réu mantinha vida fora dos padrões de normalidade social; PERSONALIDADE: No mínimo inadaptada socialmente, com forte tendência ao desrespeito a qualquer regra que normatize a vida em sociedade, além de índole voltada para a prática de delitos;MOTIVOS DO CRIME: Nada há que favoreça o sentenciado;CIRCUNSTÂNCIAS: Não favorecem de igual forma o réu;CONSEQUÊNCIAS EXTRAPENAIS: Nenhuma incomum a este tipo de crime;COMPORTAMENTO DA VÍTIMA: não aplicável ao caso, vez que a vítima é o Estado.Isto posto, fixo a pena-basepara o acusado em 02 (dois) anos de reclusãoe 100 (cem) dias-multa, cada dia no valor de um
trigésimo do salário-mínimo vigente à época do fato (atento às condições econômicas do sentenciado ¿critério mais favorável).Em segundae terceirafases, inexistem agravantes ou atenuantes ou causas de aumento ediminuição passíveis de aplicação, fixando-se a pena em 02 (dois) anos de reclusãoe 100 (cem) dias-multa, patamar em que a torno definitiva.Deixo de proceder à detração penalprevista no art. 387, §2º, do CPP, haja vista que tal operacionalização não resultará em alteração do regime inicial de cumprimento de pena fixado à sentenciada.DO REGIME DE CUMPRIMENTO DE PENA E DA SUBSTITUIÇÃO POR RESTRITIVA DE DIREITOSNos termos do art. 33, § 2º, alínea ¿c¿, do CP, considerando o quantum de pena aplicado, bem como considerando a primariedade do apenado, hei por bem, apesar de os critérios previstos no caput do art. 59, CP, analisados nesta decisão, terem sido preponderantemente desfavoráveis, fixar-lhe o REGIME ABERTO para o cumprimento inicial de sua pena.Entretanto, atento ao que dispõe o art. 44, CP, converto a pena privativa de liberdade em restritiva de direitos, haja vista a condenação ter sido inferior a 04 (quatro) anos de reclusão, o crime não ter sido cometido com violência ou grave ameaça, bem como o réu não ser reincidente em crime doloso, além de a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social, a personalidade, os motivos e as circunstâncias do crime assim recomendarem, estando cumpridos, assim, os requisitos autorizadores dos incisos I, II e III do art. 44, caput ¿ do CP.Isto posto, apresentados os fundamentos cabíveis, aplico a reprimenda prevista no art. 43, IV, do CP, condenando o apenado aprestação de serviços comunitários na Secretaria Municipal de Obras de Capanema/PA, devendo prestar tais serviços durante 8h (oito horas) semanais na referida instituição, durante o período da pena, isto é, ao longo 02(dois) anos, devendo o sentenciado iniciar o respectivo cumprimento em até 30 (trinta) dias após o trânsito em julgado da presente decisão, bem como apresentar perante este Juízo o respectivo comprovante de prestação dos serviços, a fim de ter extinta sua punibilidade. Em caso de descumprimento das medidas aqui impostas, dever-se-á converter a pena restritiva de direitos em privativa de liberdade, conforme disposto no §4º do art. 44, CP.DA POSSIBILIDADE DE APELAR EM LIBERDADE.Considerando o quantum e o regime de pena aplicados, bem como a ausência de fatos novos que ensejem a decretação da segregação cautelar do sentenciado, concedo a este o direito de apelar em liberdade.

Quanto à pena de multa estabelecida, deverá ser atualizada na forma do art. 49, § 2º, do CP, cujo pagamento haverá de ser feito dentro do prazo de 10 (dez) dias depois de transitada em julgado a sentença (art. 50 do CP), mediante guia própria, recolhida ao Fundo Penitenciário, no percentual de 75% de seu valor (Dec.-Lei 34/95, art. 14, inc. IV, par. 1º, Lei 10.396/80), em tudo atento ao que preceitua o art. 170 da Lei de Execução Penal, caso o condenado venha a exercer trabalho remunerado no cárcere. Passado esse prazo, sem que tenha havido o devido pagamento da multa, deverá ser aplicado o que dispõem os arts. 51 do CP e 164 a 170 da Lei de Execução Penal. Condeno, finalmente, o sentenciado, ao pagamento das custas processuais, ex vi do art. 804, do CPP. Remeta-se o feito à UNAJ para o cálculo

devido, ficando o crédito em favor do Estado sob condição suspensiva de exigibilidade pelo prazo de cinco anos, até que demonstre capacidade econômica para fazer o recolhimento, nos termos do §3º do art. 98, do NCPC.Certificado o trânsito em julgado, lance, o(a) Senhor(a) Diretor(a) de Secretaria, o nome do réu no rol dos culpados, atendendo, assim, ao disposto no art. 5º, inc. LVII, da CF. Ainda após o trânsito em julgado desta decisão, expeça-se ofício, para anotações, aos Órgãos de Estatística do Estado, bem como ao Juízo Eleitoral, comunicando a condenação, para osdevidos fins de direito.

Ato contínuo, cumpridas todas as formalidades acima elencadas (também após o trânsito em julgado), servirá o dispositivo da presente sentença como fixador das condições do cumprimento da pena imposta, as quais restam devidamente delineadas nesse decreto condenatório, dispensada a realização de audiência admonitória para esse fim.Ciência ao Ministério Público e Defesa.P.R.I.C.Capanema/PA, 30 de agosto de 2021.Júlio Cézar Fortaleza de LimaJuiz de Direito Titular da Vara Criminal

**COMARCA DE GOIANÉSIA DO PARÁ**

**SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE GOIANÉSIA DO PARÁ**

Processo nº: 0002366-45.2019.8.14.0110

Requerente: BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA ¿ Advs. MARIA LUCILIA GOMES ¿ OAB/PA: 9.803-A e AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR ¿ OAB/PA: 16.837-A

Requerido: JOELMA SILVA VIEIRA

**ATO ORDINATÓRIO:**

Eu, Viviane Sousa, Assistente Administrativo da Vara Única da Comarca de Goianésia do Pará, no uso de minhas atribuições legais:

De ordem do MM. Juiz de Direito Substituto Respondendo pela Vara Única de Goianésia do Pará, Dr. **HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA**, intimo a parte requerente BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA, devidamente qualificada nos autos, via DJE (Diário da Justiça Eletrônico) por meio de seus patronos MARIA LUCILIA GOMES ¿ OAB/PA: 9.803-A e AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR ¿ OAB/PA: 16.837-A, para no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca das fls.73-80, nos autos do processo de nº 0002366-45.2019.8.14.0110.

Goianésia do Pará/PA, 12 de novembro de 2021.

**Viviane Sousa**

Assistente Administrativo

**EDITAL**

**(Prazo: 15 dias)**

Ação Penal

Processo: 0003492-33.2019.8.14.0110
Denunciados: **SL Comércio de madeiras Ltda - ME**

Vítima: M. A.

Capitulação Penal: art. 69- A, Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98)

O **Dr. Henrique Carlos Lima Alves Pereira**, **MM.** Juiz de Direito Substituto respondendo pela Comarca de Goianésia do Pará, Estado do Pará, no uso de suas atribuições, etc.

**FAZ SABER** a quem o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e respectivo Cartório Judicial tramita os Autos de Ação Penal em epígrafe:

**FINALIDADE**: CITAR o(a) Denunciado(a) **SL Comércio de madeiras Ltda - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 08.865.731/0003-23, nome fantasia: SL Madeiras, atualmente encontrando-se em local incerto e não sabido, **pelo presente edital - que tem o prazo de 15 (quinze) dias -, fica o réu CITADO da presente ação penal que é movida em seu desfavor, conforme denúncia já recebida pelo MM. Juiz de Direito e cuja cópia ser-lhe-á entregue em momento oportuno, bem como INTIMADO PARA APRESENTAR RESPOSTA ESCRITA, no prazo de 10 (dez) dias, na forma do artigo 396 e seguintes do CPP. Fica, ainda, o réu advertido de que, caso não compareça ou não constitua um defensor, será determinada a suspensão do processo e do prazo prescricional, nos termos do art. 366 do CPP, podendo o Juiz determinar ainda a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos moldes do art. 312, do referido diploma legal. E, para que chegue ao conhecimento de todos e, notadamente, do referido acusado, mandou-se passar o presente edital, que será afixado no local de costume na sede deste Juízo e publicado no Diário da Justiça. CUMPRA-SE.** Dado e passado nesta cidade e Comarca de Goianésia do Pará**, 12 de novembro de 2021. Dr. Henrique Carlos Lima Alves Pereira**, **MM.** Juiz de Direito Respondendo pela Comarca de Goianésia do Pará. E, para que a notícia chegue ao conhecimento de todos e não possam no futuro alegar ignorância, mandou-se expedir o presente **EDITAL** que será afixado no átrio do Fórum local e na forma da Lei para os devidos fins. Eu _____ **Thamires Pinto Rodrigues, Analista Judiciária** da Vara Única de Goianésia do Pará, digitei, subscrevi e assim de ordem do MM juiz.

**Thamires Pinto Rodrigues**

Analista Judiciária da Vara Única da Comarca de Goianésia do Pará

RESENHA: 10/11/2021 A 11/11/2021 - GABINETE DA VARA UNICA DE GOIANESIA DO PARA - VARA: VARA UNICA DE GOIANESIA DO PARA PROCESSO: 00001026020168140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---VITIMA:A. V. S. DENUNCIADO:SEVERINO DOS SANTOS LIRA. Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE

DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº Â¿ Bairro Centro - Fone/Fax: (94) 3779-1209 - Email: 1goianesia@tjpa.jus.br Ã-PROCESSO NÂ°: 0000102-60.2016.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a certidÃ£o retro, remetam-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â  Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 10 de novembro de 2021Â  HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA VARA Ã¿NICA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PROCESSO: 00001432220198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---VITIMA:J. O. S. VITIMA:L. V. O. S. DENUNCIADO:CLEBIO DA SILVA CORDEIRO. PODER JUDICIÃRIOÂ  TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃÂ  VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃÂ  FÃ³rum Desembargador Raymundo Olavo da Silva AraÃºjoÂ  Av. PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº, bairro colegial, tel./fax: (94) 3779-1209, CEP: 68.639-000,Â email: 1goianesia@tjpa.jus.br Processo nÂº 0000143-22.2019.8.14.0110 Denunciado (a): CLEBIO DA SILVA CORDEIRO DECISÃ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a decisÃ£o que determinou a citaÃ§Ã£o por edital do(a) denunciado(a) CLEBIO DA SILVA CORDEIRO, sendo que o mesmo nÃ£o compareceu e nem constituiu advogado nos autos, em consonÃ¢ncia ao parecer Ministerial, DETERMINO A SUSPENSÃ¿O DO PRESENTE PROCESSO e, consequentemente, do prazo prescricional, conforme dispÃµe o art. 3661 do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, atente-se para o fato de que o perÃ-odo de suspensÃ£o do prazo prescricional Ã© regulado pelo mÃ¡ximo da pena cominada (S. 415 do STJ). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se sob as formas da Lei. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 10 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito - Titular da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ 1 Art. 366. Se o acusado, citado por edital, nÃ£o comparecer, nem constituir advogado, ficarÃ£o suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produÃ§Ã£o antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisÃ£o preventiva, nos termos do disposto no art. 312. PROCESSO: 00003209820108140110 PROCESSO ANTIGO: 201020001347 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Termo Circunstanciado em: 10/11/2021---VITIMA:O. M. A. AUTOR REU:JOEL DE SOUSA SILVA. Meta 02 CNJ Processo: 0000320-98.2010.8.14.0110; Autor do fato: Joel de Sousa Silva. SENTENÃ¿A I - RELATÃ¿RIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tratam os autos de termo circunstanciado de ocorrÃªncia em desfavor de Joel de Sousa Silva em razÃ£o da suposta prÃ¡tica das infraÃ§Ãµes descritas nos artigos 70, 72, inciso II e IV da lei 9.605/98 e artigos 47, Â§1Âº e 3Âº, incisos II e IV do decreto lei 6.514/08. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s toda a tramitaÃ§Ã£o, vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar.Â  Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã  fundamentaÃ§Ã£o.Â  II - FUNDAMENTAÃ¿Ã¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifica-se que Ã© hipÃ³tese de extinÃ§Ã£o da punibilidade do autor do fato em decorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Doutrina majoritÃ¡ria entende ser o Direito Penal dividido basicamente em duas vertentes, quais sejam: o Direito Penal Objetivo e o Subjetivo. O primeiro Ã© traduzido nas normas (latu sensu) que o Estado, enquanto regulador da vida em sociedade, elabora, a fim de que se previnam ou reprimam a prÃ¡tica de infraÃ§Ãµes de natureza penal; o segundo Ã© caracterizado pelo poder-dever que tem aquela mesma entidade, possuidora exclusiva da jurisdiÃ§Ã£o, de, em havendo a prÃ¡tica do delito, exercer o seu jus puniendi (direito de punir) sobre o infrator. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ a liÃ§Ã£o de ROGÃ¿RIO GRECO1 ao afirmar que: Direito Penal Subjetivo, a seu turno, Ã© a possibilidade que tem o Estado de criar e fazer cumprir suas normas, executando as decisÃµes condenatÃ³rias proferidas pelo Poder JudiciÃ¡rio. Ã¿ o prÃ³prio jus puniendi. Se determinado agente praticar um fato tÃ-pico, antijurÃ-dico e culpÃ¡vel, abre-se ao Estado o dever-poder de iniciar a persecutio criminis in judicio, visando alcanÃ§ar, quando for o caso e obedecido o devido processo legal, um decreto condenatÃ³rio.Â  Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que hÃ¡ circunstÃ¢ncias expressamente previstas pela lei nas quais o Estado pode, tanto quanto renunciar ao citado jus puniendi (graÃ§a, indulto ou anistia), perder dita prerrogativa (morte do agente, retroatividade de lei que nÃ£o mais considera o fato como criminoso, prescriÃ§Ã£o, decadÃªncia, perempÃ§Ã£o etc). SÃ£o as intituladas causa extintivas da punibilidade previstas no art. 107 do CÃ³digo Penal Brasileiro (CP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dentre as citadas causas extintivas da punibilidade, especificamente no que tange Ã s hipÃ³teses legais de perda, pelo Estado, do jus puniendi, estÃ¡ o instituto que de mais perto interessa ao presente caso: a prescriÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Denomina-se prescriÃ§Ã£o penal a perda do jus puniendi pelo Estado em razÃ£o do decurso do tempo. Em outros termos, e usando da preciosa liÃ§Ã£o daquele mesmo doutrinador: (...) poderÃ-amos conceituar a prescriÃ§Ã£o como o instituto jurÃ-dico mediante o qual o Estado, por nÃ£o ter tido capacidade de fazer valer o seu direito de punir em determinado espaÃ§o de tempo previsto pela lei, faz com que ocorra a extinÃ§Ã£o da punibilidade.2

Â Â Â Â Â Â Â Â Â  O citado instituto (prescriÃ§Ã£o), por sua vez, dentre outras, divide-se em duas espÃ©cies: prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria do Estado, distinguindo-se a primeira da segunda porque aquela ocorre antes do trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o condenatÃ³ria, ao que a segunda, somente ocorreria apÃ³s.Â  Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem. A breve digressÃ£o fora necessÃ¡ria para demonstrar que no presente caso Ã© possÃ-vel a perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado em relaÃ§Ã£o ao autor, em razÃ£o da necessidade de decretaÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade. E isto por uma razÃ£o que possa vislumbrar: a data do fato Ã© 13.09.2009 (fl. 03) e atÃ© o presente momento nÃ£o houve sequer denuncia e decisÃ£o e recebimento da denÃºncia. Ã¿ importante ressaltar que todos os delitos tipificados no auto de infraÃ§Ã£o sÃ£o apenados com multa. Analisando o caso em concreto verifico estÃ¡ evidente que jÃ¡ transcorreu por completo o prazo previsto no art. 114, inciso I do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, se a pena de multa possui um prazo prescricional de 02 (dois) anos, a outra conclusÃ£o nÃ£o se pode chegar senÃ£o a de que, no dia 12.09.2011, extinguira-se a punibilidade do autor do fato, ante a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, conforme art. 107, IV, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ importante ressaltar que o juiz pode reconhecer de ofÃ-cio uma causa extintiva da punibilidade (art. 61 do CPP), bem como que a homologaÃ§Ã£o de transaÃ§Ã£o penal nÃ£o Ã© causa de suspensÃ£o ou de interrupÃ§Ã£o do curso do prazo prescricional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, nÃ£o tendo o Estado exercido seu jus puniendi em tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe.Â  III - DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Posto isso, DECLARO A OCORRÃ¿NCIA DA PRESCRIÃ¿Ã¿O da pena do crime imputado e, a fortiori, EXTINGO A PUNIBILIDADE de Joel de Sousa Silva, assim o fazendo com base nos artigos 114, inciso I e 107, inciso IV, todos do CÃ³digo Penal. Intime-se o MinistÃ©rio PÃºblico pessoalmente com remessa dos autos, para ciÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de determinar a intimaÃ§Ã£o pessoal do acusado, tendo em vista a ausÃªncia de prejuÃ-zo para as suas defesas em sentenÃ§as absolutÃ³rias ou declaratÃ³rias extintivas da punibilidade, consoante entendimento predominante no STJ.Â  Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a, arquivem-se imediatamente os presentes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡ (PA), 10 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Â 1 2 PROCESSO: 00003831120198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Averiguação de Paternidade em: 10/11/2021---REQUERENTE:FRANCISCO RAFAEL GUIMARAES PEREIRA Representante(s): OAB 15227 - ELIANE DE ALMEIDA GREGORIO (DEFENSOR DATIVO) SAMUEL OLIVEIRA RIBEIRO DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) REQUERIDO:W. R. A. P. REPRESENTANTE:RAQUEL ARAUJO CARVALHO. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ/PA Processo nÂº. 0000383-11.2019.8.14.0110 Requerente: FRANCISCO RAFAEL GUIMARAES PEREIRA Requerido: W.R.A.P Rep. Legal: RAQUEL ARAUJO CARVALHO SENTENÃ¿AÂ  Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ¿Ã¿O DE RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE C/C ALIMENTOS proposta por FRANCISCO RAFAEL GUIMARAES PEREIRA, em face de W.R.A.P, neste ato representando por RAQUEL ARAUJO CARVALHO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 42 fora designada audiÃªncia para coleta do dna para o dia 27/10/2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 50 certidÃ£o do oficial de justiÃ§a, informando que o requerente nÃ£o fora intimado para o ato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O desenvolvimento e prosseguimento vÃ¡lido e regular dos atos processuais depende, essencialmente, do impulso processual efetivado pelas partes ou interessados. A inÃ©rcia das partes diante dos deveres e Ã´nus processuais, acarretando a paralisaÃ§Ã£o do processo, faz presumir desistÃªncia da pretensÃ£o Ã  tutela jurisdicional. Equivale, pois, ao desaparecimento do interesse, que Ã© condiÃ§Ã£o para o regular exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso dos autos, fora determinada sua intimaÃ§Ã£o pessoal da parte autora no endereÃ§o constante nos autos, para comparecer em audiÃªncia, no entanto, nÃ£o fora encontrado no seu endereÃ§o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por esse prisma, a meu juÃ-zo, tais condutas configuram o abandono da causa por ausÃªncia superveniente de interesse na resoluÃ§Ã£o da demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse contexto, penso que a insistÃªncia no prolongamento deste feito, sÃ³ iria reforÃ§ar a nova tendÃªncia de crÃ-tica, por ausÃªncia de gestÃ£o processual, arcada, no sistema de justiÃ§a, apenas pelo Poder JudiciÃ¡rio e, ao final, nÃ£o se alcanÃ§aria o fim Ãºltimo que Ã© a resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, jÃ¡ que a falta de interesse, como visto, Ã© o que impera no caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, para o processo ser efetivo e eficaz, o impulso processual depende do interesse da parte e, se o interessado nÃ£o demonstra vontade e interesse em prosseguir com o feito, resta ao juÃ-zo, em homenagem aos princÃ-pios da razoÃ¡vel duraÃ§Ã£o da demanda e da racional

gestÃ£o de processos, apÃ³s as providencias legais, determinar a extinÃ§Ã£o e o arquivamento dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, determino a EXTINÃ¿Ã¿O DO PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, diante do abandono da causa, com fundamento no artigo 485, inciso III do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â IntimaÃ§Ãµes necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÃ¢nsito em julgado, dÃª-se baixa e arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVIRÃ A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÃ¿Â¿O / OFÃCIO / CARTA PRECATÃ¿RIA. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 09 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Substituto PROCESSO: 00004069820128140110 PROCESSO ANTIGO: 201220001824 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---DENUNCIADO:VANESSA PEREIRA DE LIMA VITIMA:B. P. L. . PODER JUDICIÃRIOÂ  TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃÂ  VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃÂ  FÃ³rum Desembargador Raymundo Olavo da Silva AraÃºjoÂ  Av. PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº, bairro colegial, tel./fax: (94) 3779-1209, CEP: 68.639-000,Â email: 1goianesia@tjpa.jus.br Processo nÂº 0000406-98.2012.8.14.0110 Denunciado (a): VANESSA PEREIRA DE LIMA DECISÃ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a decisÃ£o que determinou a citaÃ§Ã£o por edital do(a) denunciado(a) VANESSA PEREIRA DE LIMA, sendo que o mesmo nÃ£o compareceu e nem constituiu advogado nos autos, em consonÃ¢ncia ao parecer Ministerial, DETERMINO A SUSPENSÃ¿O DO PRESENTE PROCESSO e, consequentemente, do prazo prescricional, conforme dispÃµe o art. 3661 do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, atente-se para o fato de que o perÃ-odo de suspensÃ£o do prazo prescricional Ã© regulado pelo mÃ¡ximo da pena cominada (S. 415 do STJ). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se sob as formas da Lei. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 10 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito - Titular da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ 1 Art. 366. Se o acusado, citado por edital, nÃ£o comparecer, nem constituir advogado, ficarÃ£o suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produÃ§Ã£o antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisÃ£o preventiva, nos termos do disposto no art. 312. PROCESSO: 00004622420188140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Monitória em: 10/11/2021---REQUERENTE:BANCO BRADESCO Representante(s): OAB 128341 - NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) REQUERIDO:MENDONCA SANTOS COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA ME REQUERIDO:ANTONIO MENDONCA. Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PROCESSO NÂº: 0000462-24.2018.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Defiro o pleito de expediÃ§Ã£o de ofÃ-cio Ã s operadoras de telefonia mÃ³vel, conforme requerimento de fl. 120. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ Secretaria Judicial, para que OFICIE, as empresas de telefonia (OI, TIM, VIVO, CLARO e congÃªneres), bem como a Equatorial Energia, para que no prazo de 15 (quinze) dias, tais Ã³rgÃ£os informem Ã¡ este Douto JuÃ-zo, conforme constar em seus arquivos, o endereÃ§o dos executados MENDONÃ¿A ? SANTOS COMÃ¿RCIO DE GÃ¿NEROS ALIMNTÃCIOS LTDA - ME, pessoa jurÃ-dica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nÂº 10.957.238/0001-63 e ANTÃ¿NIO MENDONÃ¿A, pessoa fÃ-sica, inscrita no CPF sob o nÂº 089.225.353-34. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVE ESTE INSTRUMENTO COMO MANDADO / CARTA PRECATÃ¿RIA / CARTA POSTAL / OFÃCIO, conforme autorizado pelo PROVIMENTO CJCI 003/2009, devendo o Sr. Diretor observar o disposto em seus artigos 3Âº e 4Âº. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 10 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito - Substituto da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ PROCESSO: 00004631420158140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---DENUNCIADO:GONCALO DE JESUS SAMPAIO VITIMA:F. S. S. VITIMA:M. J. C. S. . Processo: 0000463-14.2015.8.14.0110. DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Tendo em vista a eventual hipÃ³tese de prescriÃ§Ã£o no presente processo, revogo sua suspensÃ£o no sistema LIBRA. 2.Â Â Â Â Â Acautelem-se os autos em Gabinete para anÃ¡lise e ulterior deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡ (PA), 10 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito PROCESSO: 00004631420158140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---DENUNCIADO:GONCALO DE JESUS SAMPAIO VITIMA:F. S. S. VITIMA:M. J. C. S. . Meta 02 CNJ Processo: 0000463-14.2015.8.14.0110. Autor: MinistÃ©rio PÃºblica; Denunciado: GonÃ§alo de Jesus Sampaio. SENTENÃ¿A I - RELATÃ¿RIO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tratam os autos de AÃ§Ã£o Penal proposta

pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual em face GonÃ§alo de Jesus Sampaio, pela suposta prÃ¡tica do crime previsto no artigo 12 da lei 10.826 (Estatuto do Desarmamento). Â Â Â Â Â Â Â Â Â O denunciado na presente data, possui idade superior a 70 (setenta) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã  fundamentaÃ§Ã£o.Â  II - FUNDAMENTAÃ¿Ã¿O. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifica-se que Ã© hipÃ³tese de extinÃ§Ã£o da punibilidade do autor do fato em decorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Doutrina majoritÃ¡ria entende ser o Direito Penal dividido basicamente em duas vertentes, quais sejam: o Direito Penal Objetivo e o Subjetivo. O primeiro Ã© traduzido nas normas (latu sensu) que o Estado, enquanto regulador da vida em sociedade, elabora, a fim de que se previnam ou reprimam a prÃ¡tica de infraÃ§Ãµes de natureza penal; o segundo Ã© caracterizado pelo poder-dever que tem aquela mesma entidade, possuidora exclusiva da jurisdiÃ§Ã£o, de, em havendo a prÃ¡tica do delito, exercer o seu jus puniendi (direito de punir) sobre o infrator. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ a liÃ§Ã£o de ROGÃ¿RIO GRECO1 ao afirmar que: Direito Penal Subjetivo, a seu turno, Ã© a possibilidade que tem o Estado de criar e fazer cumprir suas normas, executando as decisÃµes condenatÃ³rias proferidas pelo Poder JudiciÃ¡rio. Ã¿ o prÃ³prio jus puniendi. Se determinado agente praticar um fato tÃ-pico, antijurÃ-dico e culpÃ¡vel, abre-se ao Estado o dever-poder de iniciar a persecutio criminis in judicio, visando alcanÃ§ar, quando for o caso e obedecido o devido processo legal, um decreto condenatÃ³rio.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que hÃ¡ circunstÂ¢ncias expressamente previstas pela lei nas quais o Estado pode, tanto quanto renunciar ao citado jus puniendi (graÃ§a, indulto ou anistia), perder dita prerrogativa (morte do agente, retroatividade de lei que nÃ£o mais considera o fato como criminoso, prescriÃ§Ã£o, decadÃªncia, perempÃ§Ã£o etc). SÃ£o as intituladas causa extintivas da punibilidade previstas no art. 107 do CÃ³digo Penal Brasileiro (CP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dentre as citadas causas extintivas da punibilidade, especificamente no que tange Ã s hipÃ³teses legais de perda, pelo Estado, do jus puniendi, estÃ¡ o instituto que de mais perto interessa ao presente caso: a prescriÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Denomina-se prescriÃ§Ã£o penal a perda do jus puniendi pelo Estado em razÃ£o do decurso do tempo. Em outros termos, e usando da preciosa liÃ§Ã£o daquele mesmo doutrinador: (...) poderÃ-amos conceituar a prescriÃ§Ã£o como o instituto jurÃ-dico mediante o qual o Estado, por nÃ£o ter tido capacidade de fazer valer o seu direito de punir em determinado espaÃ§o de tempo previsto pela lei, faz com que ocorra a extinÃ§Ã£o da punibilidade.2 Â Â Â Â Â Â Â Â Â  O citado instituto (prescriÃ§Ã£o), por sua vez, dentre outras, divide-se em duas espÃ©cies: prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria do Estado, distinguindo-se a primeira da segunda porque aquela ocorre antes do trÂ¢nsito em julgado da decisÃ£o condenatÃ³ria, ao que a segunda, somente ocorreria apÃ³s.Â  Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem. A breve digressÃ£o fora necessÃ¡ria para demonstrar que no presente caso Ã© possÃ-vel a perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado em relaÃ§Ã£o ao autor, em razÃ£o da necessidade de decretaÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade. E isto por duas razÃµes que se possam vislumbrar: a idade do agente atualmente Ã© superior a 70 (setenta) anos, bem como, a data do recebimento da denÃºncia, que foi 17.07.2015 (fl. 43) e atÃ© o presente momento nÃ£o houve a prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a, ou seja, estÃ¡ evidente que jÃ¡ transcorreu por completo o prazo previsto no art. 109, IV do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, se a pena mÃ¡xima aplicÃ¡vel ao caso Ã© de 3 (trÃªs) anos e entre a data do recebimento da denÃºncia e a data atual ainda nÃ£o transcorreu por completo o prazo prescricional de 8 (oito) anos (art. 109, IV). No entanto, o agente atualmente possui idade superior a 70 (setenta) anos. Desta feita, o prazo de 08 (oito) anos, corre pela metade, conforme dispÃµe o artigo 115 do CÃ³digo penal. Portanto, o prazo prescricional final Ã© de 04 (quatro) anos. Desse modo, a prescriÃ§Ã£o deste caso se deu na data de 16.07.2019, extinguindo-se assim, a punibilidade do denunciado, conforme art. 107, IV, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ importante ressaltar que o juiz pode reconhecer de ofÃ-cio uma causa extintiva da punibilidade (art. 61 do CPP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, nÃ£o tendo o Estado exercido seu jus puniendi em tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe.Â  III - DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Posto isso, DECLARO A OCORRÃ¿NCIA DA PRESCRIÃ¿Ã¿O do suposto crime e, a fortiori, EXTINGO A PUNIBILIDADE de GonÃ§alo de Jesus Sampaio, assim o fazendo com base nos artigos 109, IV, 115 e 107, IV, todos do CÃ³digo Penal. Intime-se o MinistÃ©rio PÃºblico pessoalmente com remessa dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de determinar a intimaÃ§Ã£o pessoal do denunciado, tendo em vista a ausÃªncia de prejuÃ-zo para a sua defesa em sentenÃ§as absolutÃ³rias ou declaratÃ³rias extintivas da punibilidade, consoante entendimento predominante no STJ.Â  Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino que a Secretaria Judicial analise o Banco Nacional de Monitoramento de PrisÃ£o - BNMP, para averiguar eventual mandado cadastrado em desfavor do denunciado. Se houver mandado cadastrado referente a este processo, determino sua baixa imediatamente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a, arquivem-se

imediatamente os presentes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡ (PA), 10 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Â 1 2 PROCESSO: 00004813020188140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---VITIMA:T. E. S. M. DENUNCIADO:VALDEMILTON DOS SANTOS DOS REIS. PODER JUDICIÃRIOÂ TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃÂ VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃÂ FÃ³rum Desembargador Raymundo Olavo da Silva AraÃºjoÂ Av. PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº, bairro colegial, tel./fax: (94) 3779-1209, CEP: 68.639-000,Â email: 1goianesia@tjpa.jus.br Processo nÂº 0000481-30.2018.8.14.0110 Denunciado (a): VALDEMILTON DOS SANTOS DOS REIS DECISÃ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a decisÃ£o que determinou a citaÃ§Ã£o por edital do(a) denunciado(a) VALDEMILTON DOS SANTOS DOS REIS, sendo que o mesmo nÃ£o compareceu e nem constituiu advogado nos autos, em consonÃ¢ncia ao parecer Ministerial, DETERMINO A SUSPENSÃ¿O DO PRESENTE PROCESSO e, consequentemente, do prazo prescricional, conforme dispÃµe o art. 3661 do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, atente-se para o fato de que o perÃ-odo de suspensÃ£o do prazo prescricional Ã© regulado pelo mÃ¡ximo da pena cominada (S. 415 do STJ). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se sob as formas da Lei. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡,10 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito - Titular da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ 1 Art. 366. Se o acusado, citado por edital, nÃ£o comparecer, nem constituir advogado, ficarÃ£o suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produÃ§Ã£o antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisÃ£o preventiva, nos termos do disposto no art. 312. PROCESSO: 00007019120198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Procedimento Comum Cível em: 10/11/2021---REQUERENTE:LUIZ CARLOS LOPES LIMA Representante(s): OAB 15227 - ELIANE DE ALMEIDA GREGORIO (ADVOGADO) OAB 19262 - FLAVIA BRAGA LEITE (ADVOGADO) OAB 19874-B - BRENA FERREGUETE MAGALHAES (ADVOGADO) REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS. Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA PROCESSO NÂº: 0000701-91.2019.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a necessidade de readequaÃ§Ã£o da pauta de audiÃªncia, REDESIGNO audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 03 de maio de 2022, Ã s 12h. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIMEM-SE as partes acerca da audiÃªncia acima, devendo oportunamente apresentarem o rol de testemunhas no prazo legal, as quais deverÃ£o ser informadas/intimadas pelos patronos, nos termos do artigo 455, do CPC/2015. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se vista ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVE CÃ¿PIA DA PRESENTE COMO MANDADO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 10 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito PROCESSO: 00009014020158140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 10/11/2021---REQUERENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 9987 - ANA PAULA GOMES CORDEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:GUSTAVO INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA ME. Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº - Bairro Centro - Fone/Fax: (94) 3779-1209 - Email: 1goianesia@tjpa.jus.br Processo nÂº: 0000901-40.2015.8.14.0110 - META 02 Requerente: Banco Bradesco S.A. Requerido: Gustavo IndÃºstria e ComÃ©rcio de Madeiras LTDA - ME e Witiney Cerqueira da Silva SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de EXECUÃ¿Ã¿O CONTRA DEVEDOR SOLVENTE, proposta por Banco Bradesco S.A., em face de Gustavo IndÃºstria e ComÃ©rcio de Madeiras LTDA - ME e Witiney Cerqueira da Silva, todos qualificados na exordial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿s fls. 70/75, o requerente Banco Bradesco S.A., informou que as partes compuseram amigavelmente e protocolou minuta de acordo celebrado entre eles, requerendo a homologaÃ§Ã£o da transaÃ§Ã£o e a consequente extinÃ§Ã£o do feito, nos termos do artigo 487, III, b, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o que basta relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Inicialmente, apÃ³s anÃ¡lise do acordo, entabulado pelas partes Ã s fls. 70/71, compreendo que o acordo merece ser homologado, pois constato que este fora firmado voluntariamente, inexistindo qualquer irregularidade, tratando-se de objeto lÃ-cito, possÃ-vel e determinado. Nessa perspectiva, o CÃ³digo de Processo Civil concede ampla autonomia Ã s partes para a

composiÃ§Ã£o dos seus prÃ³prios interesses. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre o assunto, discorre Luiz Guilherme Marinoni, SÃ©rgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero, em sua obra Â¿Novo CÃ³digo de Processo Civil ComentadoÂ¿1: Â¿O novo CÃ³digo tem como compromisso promover a soluÃ§Ã£o consensualÂ doÂ litÃ-gio sendoÂ umaÂ dasÂ suasÂ marcasÂ a viabilizaÃ§Ã£o de significativa abertura para a autonomia privada das partes - o que se manifesta nÃ£o sÃ³ no estÃ-mulo a que o resultado do processo seja fruto de um consenso das partes (art. 3Âº, Â§Â§ 2Âº e 3Âº, CPC), mas tambÃ©m na possibilidade de estruturaÃ§Ã£o contratual de determinados aspectos do processo (negÃ³cios processuais, art. 190, CPC, e calendÃ¡rio processual, art. 191, CPC)Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, presentes os pressupostos necessÃ¡rios para homologaÃ§Ã£o, quais sejam, capacidade e a representaÃ§Ã£o processual das partes, regularidade dos poderes conferidos aos patronos e, disponibilidade do direito da lide. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante o exposto, HOMOLOGO por sentenÃ§a, para que produza seus jurÃ-dicos e legais efeitos, o acordo de fls. 70/71, em consequÃªncia, extingo o presente processo com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito nos termos do art. 487, III, alÃ-nea b, do CÃ³digo de Processo Civil.Â  Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Custas e honorÃ¡rios na forma ajustada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s a publicaÃ§Ã£o desta sentenÃ§a, certifique-se o trÂ¢nsito em julgado e arquive-se os autos com as cautelas de praxe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 10 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito - Substituto da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ 1 Luiz Guilherme Marinoni, SÃ©rgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero - Â¿Novo CÃ³digo de Processo Civil ComentadoÂ¿,Revista dos Tribunais, p. 96/97 PROCESSO: 00009028820168140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---VITIMA:R. C. DENUNCIADO:MARCOS ANDRE DA SILVA SANTOS. PODER JUDICIÃRIOÂ  TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃÂ  VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃÂ  FÃ³rum Desembargador Raymundo Olavo da Silva AraÃºjoÂ  Av. PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº, bairro colegial, tel./fax: (94) 3779-1209, CEP: 68.639-000,Â email: 1goianesia@tjpa.jus.br Processo nÂº 0000902-88.2016.8.14.0110 Denunciado (a): MARCOS ANDRE DA SILVA SANTOS DECISÃ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a decisÃ£o que determinou a citaÃ§Ã£o por edital do(a) denunciado(a) MARCOS ANDRE DA SILVA SANTOS, sendo que o mesmo nÃ£o compareceu e nem constituiu advogado nos autos, em consonÂ¢ncia ao parecer Ministerial, DETERMINO A SUSPENSÃ¿O DO PRESENTE PROCESSO e, consequentemente, do prazo prescricional, conforme dispÃµe o art. 3661 do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, atente-se para o fato de que o perÃ-odo de suspensÃ£o do prazo prescricional Ã© regulado pelo mÃ¡ximo da pena cominada (S. 415 do STJ). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se sob as formas da Lei. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡,10 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito - Titular da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ 1 Art. 366. Se o acusado, citado por edital, nÃ£o comparecer, nem constituir advogado, ficarÃ£o suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produÃ§Ã£o antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisÃ£o preventiva, nos termos do disposto no art. 312. PROCESSO: 00009219420168140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---VITIMA:W. S. O. DENUNCIADO:FABIO HENRIQUE SOUZA ROSA. FLS. _____= _____--- KJD NKJSFNBSABF PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ AUDIÃ¿NCIA DE INSTRUÃ¿Ã¿O I.DADOS DO PROCESSO: Processo: 0000921-94.2016.8.14.0110 Data da AudiÃªncia: 09 de novembro de 2021 HorÃ¡rio: 08h30min II.PRESENTES AO ATO: Magistrado: HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Promotora: THAIS RODRIGUES CRUZ TOMAZ Defensora PÃºblica: BEATRIZ FERREIRA DOS REIS III. AUSENTES Acusado: FABIO HENRIQUE SOUZA ROSA Testemunha: MENEZES REZENDE JUNIOR Testemunha: RIZOMAR CANARIO DE SOUZA Testemunha: WELMA SALES DE OLIVEIRA Aos 09 dias do mÃªs de novembro do ano de 2021, nesta cidade e Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡, Estado do ParÃ¡, na sala de AudiÃªncias deste JuÃ-zo, Ã s 08h30min, onde se encontravam o MMÂº. Juiz de Direito, Dr. Henrique Carlos Lima Alves Pereira, presente o RMP, presente a Defensora PÃºblica. Feito o pregÃ£o, verificou-se AUSENTES: o acusado, e as testemunhas. Compulsando os autos, verifico que o acusado FABIO HENRIQUE SOUZA ROSA, nÃ£o fora intimidado para presente ato, conforme certidÃ£o do Oficial de JustiÃ§a, pois nÃ£o fora encontrado no endereÃ§o, presumindo-se assim, sua mudanÃ§a de residÃªncia sem comunicar este juÃ-zo. Ex positis, nos termos do artigo 367 do CÃ³digo de Processo Penal, o MMÂº. Juiz decretou sua revelia. Compulsando os autos verifico que nenhuma das testemunhas arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico foram encontradas no

endereÃ§o existente nos autos DELIBERAÃ¿Ã¿O: 1. Abra-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico, pelo prazo de 05 (cinco) dias, para que manifeste com relaÃ§Ã£o as testemunhas ausentes. Nada mais havendo. Eu_____ Bruno Rodrigues (SecretÃ¡rio de AudiÃªncia), que o digitei e subscrevi. Juiz: _____ PROCESSO: 00011626320198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---DENUNCIADO:LEONARDO CARVALHO RODRIGUES. PODER JUDICIÃRIOÂ  TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃÂ  VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃÂ  FÃ³rum Desembargador Raymundo Olavo da Silva AraÃºjoÂ  Av. PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº, bairro colegial, tel./fax: (94) 3779-1209, CEP: 68.639-000,Â email: 1goianesia@tjpa.jus.br Processo nÂº 0001162-63.2019.8.14.0110 Denunciado (a): LEONARDO CARVALHO RODRIGUES DECISÃ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a decisÃ£o que determinou a citaÃ§Ã£o por edital do(a) denunciado(a) LEONARDO CARVALHO RODRIGUES, sendo que o mesmo nÃ£o compareceu e nem constituiu advogado nos autos, em consonÃ¢ncia ao parecer Ministerial, DETERMINO A SUSPENSÃ¿O DO PRESENTE PROCESSO e, consequentemente, do prazo prescricional, conforme dispÃµe o art. 3661 do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, atente-se para o fato de que o perÃ-odo de suspensÃ£o do prazo prescricional Ã© regulado pelo mÃ¡ximo da pena cominada (S. 415 do STJ). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se sob as formas da Lei. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡,10 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito - Titular da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ 1 Art. 366. Se o acusado, citado por edital, nÃ£o comparecer, nem constituir advogado, ficarÃ£o suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produÃ§Ã£o antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisÃ£o preventiva, nos termos do disposto no art. 312. PROCESSO: 00013811320188140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---REQUERENTE:ADRIANA OLIVEIRA DE LIMA DENUNCIADO:REINALDO PEREIRA DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 18305 - MARIA D AJUDA GOMES FRAGAS PAULUCIO (ADVOGADO) OAB 23885 - ENIO PAZIN (ADVOGADO) OAB 24938 - TAISA MARTINS SOUZA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA PROCESSO NÂº 0001381-13.2018.8.14.0110 SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O representante do MinistÃ©rio PÃºblico ofereceu denÃºncia perante este juÃ-zo contra REINALDO PEREIRA DE OLIVEIRA, devidamente qualificado nos autos, imputando ao mesmo o crime tipificado no artigo 147, caput, do CÃ³digo Penal Brasileiro c/c artigos 5Âº e 7Âº da Lei nÂº 11.340/2006. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nada obstante, compulsando os autos, verifico comprovante de situaÃ§Ã£o cadastral no CPF do acusado REINALDO PEREIRA DE OLIVEIRA, (fl. 73), que informa o falecimento deste no ano de 2019. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o penal pÃºblica movida contra o acusado que veio a falecer no curso processo, pelo que, diante da comprovaÃ§Ã£o da morte do agente na forma prevista pelo artigo 62 do CÃ³digo de Processo Penal, Ã© de ser reconhecida a extinÃ§Ã£o da punibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE pela morte do agente REINALDO PEREIRA DE OLIVEIRA, nos termos do artigo 107, inciso I, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpridas as formalidades legais arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 10 de novembro de 2021. Â  HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Substituto da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ PROCESSO: 00015056920138140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---DENUNCIADO:MARCIO DE SOUSA CASTRO VITIMA:O. E. . Processo: 0001505-69.2013.8.14.0110 DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Determino a remessa dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico, para averiguar eventual hipÃ³tese de prescriÃ§Ã£o, ou se manifestar no que entender de direito. 2.Â Â Â Â Â ApÃ³s, retornem os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡ (PA), 10 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â  HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito PROCESSO: 00015615820208140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---VITIMA:L. A. C. S. DENUNCIADO:MIZAEL GONCALVES SILVA. PODER JUDICIÃRIOÂ  TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃÂ  VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃÂ  FÃ³rum Desembargador Raymundo Olavo da Silva

AraÃºjoÂ  Av. PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº, bairro colegial, tel./fax: (94) 3779-1209, CEP: 68.639-000,Â email: 1goianesia@tjpa.jus.br Processo nÂº 0001561-58.2020.8.14.0110 Denunciado (a): MIZAEL GONÃ¿ALVES SILVA DECISÃ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a decisÃ£o que determinou a citaÃ§Ã£o por edital do(a) denunciado(a) MIZAEL GONÃ¿ALVES SILVA, sendo que o mesmo nÃ£o compareceu e nem constituiu advogado nos autos, em consonÃ¢ncia ao parecer Ministerial, DETERMINO A SUSPENSÃ¿O DO PRESENTE PROCESSO e, consequentemente, do prazo prescricional, conforme dispÃµe o art. 3661 do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, atente-se para o fato de que o perÃ-odo de suspensÃ£o do prazo prescricional Ã© regulado pelo mÃ¡ximo da pena cominada (S. 415 do STJ). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se sob as formas da Lei. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡,10 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito - Titular da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ 1 Art. 366. Se o acusado, citado por edital, nÃ£o comparecer, nem constituir advogado, ficarÃ£o suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produÃ§Ã£o antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisÃ£o preventiva, nos termos do disposto no art. 312. PROCESSO: 00018831520198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 10/11/2021---REQUERENTE:EDNA MOREIRA DOS SANTOS Representante(s): OAB 17258 - CARLA DANIELEN PRESTES GOMES (ADVOGADO) OAB 18863 - ALINE MOURA FERREIRA VEIGA (ADVOGADO) REQUERENTE:CRISTINA BARBOSA DOS SANTOS REQUERENTE:ANTONIO NERES DE SOUZA FILHO REQUERENTE:KATIANA TRINDADE RODRIGUES REQUERIDO:MUNICIPIO DE GOIANESIA DO PARA Representante(s): OAB 15227 - ELIANE DE ALMEIDA GREGORIO (ADVOGADO) . Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA PROCESSO NÂº: 0001883-15.2019.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a necessidade de readequaÃ§Ã£o da pauta de audiÃªncia, REDESIGNO audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 03 de maio de 2022, Ã s 10h. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIMEM-SE as partes acerca da audiÃªncia acima, devendo oportunamente apresentarem o rol de testemunhas no prazo legal, as quais deverÃ£o ser informadas/intimadas pelos patronos, nos termos do artigo 455, do CPC/2015. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se vista ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVE CÃ¿PIA DA PRESENTE COMO MANDADO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 10 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito PROCESSO: 00020236920078140110 PROCESSO ANTIGO: 200520000883 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: TERMO CIRCUNSTACIADO em: 10/11/2021---AUTOR:MINISTERIO PUBLICO VITIMA:A. R. M. DENUNCIADO:JOSE RIBAMAR SILVA. Meta 02 CNJ; Processo: 0002023-69.2007.8.14.0110; Autor: MinistÃ©rio PÃºblico; Denunciado: JosÃ© Ribamar Silva. SENTENÃ¿A I - RELATÃ¿RIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tratam os autos de AÃ§Ã£o Penal movida pelo MinistÃ©rio PÃºblico em desfavor de JosÃ© Ribamar Silva por ter ele supostamente o crime previsto nos artigos 213 c/c art. 14, II, todos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Parecer do MinistÃ©rio PÃºblico pela extinÃ§Ã£o pela prescriÃ§Ã£o, logo, aplicando a extinÃ§Ã£o da punibilidade (fl.111). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar.Â  Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã  fundamentaÃ§Ã£o. II - FUNDAMENTAÃ¿Ã¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifica-se que Ã© hipÃ³tese de extinÃ§Ã£o da punibilidade do autor do fato em decorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Doutrina majoritÃ¡ria entende ser o Direito Penal dividido basicamente em duas vertentes, quais sejam: o Direito Penal Objetivo e o Subjetivo. O primeiro Ã© traduzido nas normas (latu sensu) que o Estado, enquanto regulador da vida em sociedade, elabora, a fim de que se previnam ou reprimam a prÃ¡tica de infraÃ§Ãµes de natureza penal; o segundo Ã© caracterizado pelo poder-dever que tem aquela mesma entidade, possuidora exclusiva da jurisdiÃ§Ã£o, de, em havendo a prÃ¡tica do delito, exercer o seu jus puniendi (direito de punir) sobre o infrator. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ a liÃ§Ã£o de ROGÃ¿RIO GRECO1 ao afirmar que: Direito Penal Subjetivo, a seu turno, Ã© a possibilidade que tem o Estado de criar e fazer cumprir suas normas, executando as decisÃµes condenatÃ³rias proferidas pelo Poder JudiciÃ¡rio. Ã¿ o prÃ³prio jus puniendi. Se determinado agente praticar um fato tÃ-pico, antijurÃ-dico e culpÃ¡vel, abre-se ao Estado o dever-poder de iniciar a persecutio criminis in judicio, visando alcanÃ§ar, quando for o caso e obedecido o devido processo legal, um decreto condenatÃ³rio.Â  Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que hÃ¡ circunstÃ¢ncias expressamente previstas pela lei nas quais o Estado pode, tanto quanto renunciar ao citado jus puniendi (graÃ§a, indulto ou anistia), perder dita prerrogativa

(morte do agente, retroatividade de lei que nÃ£o mais considera o fato como criminoso, prescriÃ§Ã£o, decadÃªncia, perempÃ§Ã£o etc). SÃ£o as intituladas causa extintivas da punibilidade previstas no art. 107 do CÃ³digo Penal Brasileiro (CP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dentre as citadas causas extintivas da punibilidade, especificamente no que tange Ã s hipÃ³teses legais de perda, pelo Estado, do jus puniendi, estÃ¡ o instituto que de mais perto interessa ao presente caso: a prescriÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Denomina-se prescriÃ§Ã£o penal a perda do jus puniendi pelo Estado em razÃ£o do decurso do tempo. Em outros termos, e usando da preciosa liÃ§Ã£o daquele mesmo doutrinador: (...) poderÃ-amos conceituar a prescriÃ§Ã£o como o instituto jurÃ-dico mediante o qual o Estado, por nÃ£o ter tido capacidade de fazer valer o seu direito de punir em determinado espaÃ§o de tempo previsto pela lei, faz com que ocorra a extinÃ§Ã£o da punibilidade.2 Â Â Â Â Â Â Â Â Â  O citado instituto (prescriÃ§Ã£o), por sua vez, dentre outras, divide-se em duas espÃ©cies: prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria do Estado, distinguindo-se a primeira da segunda porque aquela ocorre antes do trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o condenatÃ³ria, ao que a segunda, somente ocorreria apÃ³s.Â  Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem. A breve digressÃ£o fora necessÃ¡ria para demonstrar que no presente caso Ã© possÃ-vel a perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado em relaÃ§Ã£o ao autor, em razÃ£o da necessidade de decretaÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade. E isto por uma razÃ£o que se possa vislumbrar: a data do fato Ã© 04/09/2005, e houve uma sucessÃ£o de atos e atropelamentos processuais, mas nÃ£o houve sequer a decisÃ£o de recebimento da denÃºncia, sendo este o primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o. A pena para o referido delito Ã© de 10 (dez) anos, no entanto, como supostamente fora realizada na modalidade tentada reduz 1/3 da pena, chegando ao patamar de 06 (seis) anos e 06 (seis) meses. Se a pena seria essa, o prazo prescricional seria em 12 (doze) anos, conforme artigo 109, III do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, se a possÃ-vel prazo prescricional Ã© de 12 (doze) anos, o prazo se findaria em 03.09.2017 (art. 109, inciso III do CP), assim, extinguira-se a punibilidade do autor do fato, ante a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, conforme art. 107, IV, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ importante ressaltar que o juiz pode reconhecer de ofÃ-cio uma causa extintiva da punibilidade (art. 61 do CPP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, nÃ£o tendo o Estado exercido seu jus puniendi em tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe.Â  III - DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Posto isso, DECLARO A OCORRÃ¿NCIA DA PRESCRIÃ¿Ã¿O do suposto crime e, a fortiori, EXTINGO A PUNIBILIDADE de JosÃ© Ribamar Silva, assim o fazendo com base nos artigos 109, inciso III e 107, inciso IV, todos do CÃ³digo Penal. Intime-se o MinistÃ©rio PÃºblico pessoalmente com remessa dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de determinar a intimaÃ§Ã£o pessoal do denunciado, tendo em vista a ausÃªncia de prejuÃ-zo para a sua defesa em sentenÃ§as absolutÃ³rias ou declaratÃ³rias extintivas da punibilidade, consoante entendimento predominante no STJ.Â  Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino que a Secretaria Judicial analise o Banco Nacional de Monitoramento de PrisÃ£o - BNMP, para averiguar eventual mandado cadastrado. Se houver mandado cadastrado referente a este processo, determino sua baixa imediatamente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a, arquivem-se imediatamente os presentes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡ (PA), 10 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Â 1 2 PROCESSO: 00020840720198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Interdição/Curatela em: 10/11/2021---REQUERENTE:IRENILDE SILVA VALERIO Representante(s): SAMUEL OLIVEIRA RIBEIRO DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) INTERDITANDO:RONICE SILVA VALERIO. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PROCESSO NÂº: 0002084-07.2019.8.14.0110 Requerente: IRENILDE SILVA VALERIO Interditando: RONICE SILVA VALERIO SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ¿Ã¿O DE INTERDIÃ¿Ã¿O COM PEDIDO DE CURATELA PROVISÃ¿RIA proposta por IRENILDE SILVA VALERIO em face de sua filha RONICE SILVA VALERIO, ambos qualificados nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Documentos comprobatÃ³rios juntado Ã s fls.05-09. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o de fl. 10, deferiu a gratuidade da justiÃ§a, bem como, o pedido liminar. Por fim, fora designada a audiÃªncia prevista no artigo 751, do CPC/2015, fl.18. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o de fl. 22, redesigna audiÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 27, Termo de AudiÃªncia, em que foram ouvidas a interditanda RONICE SILVA VALERIO, a requerente IRENILDE SILVA VALERIO e a testemunha MARIA EDILCA AMPARO SILVA. Na ocasiÃ£o, foi concedido vistas as partes, no prazo de 15 (quinze) dias, para manifestaÃ§Ã£o, a iniciar pela Defensoria PÃºblica, apÃ³s MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 29, a requerente por intermÃ©dio da Defensoria PÃºblica do Estado do ParÃ¡, requer o prosseguimento do feito, com o consequente julgamento do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 30, MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡

manifesta-se pelo prosseguimento do feito, requerendo a nomeaÃ§Ã£o de curador especial ao interditando, bem como, que seja determinada a produÃ§Ã£o de prova pericial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que apÃ³s audiÃªncia destinada a entrevista, verifica-se que as provas produzidas corroboram com os fatos articulados na inicial, sendo cristalina a incapacidade do interditando para praticar os atos da vida civil, INDEFIRO o pedido de produÃ§Ã£o de prova pericial formulado pelo MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista que os autos se encontram em ordem, tendo sido instruÃ-dos com observÃ¢ncia dos ditames legais inerentes Ã  espÃ©cie e inexistindo vÃ-cios ou nulidades a sanar, passo a fundamentar e decidir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O estatuto civil pÃ¡trio dispÃµe que estÃ£o sujeitos Ã  curatela aqueles que, em razÃ£o de enfermidade ou deficiÃªncia mental, nÃ£o detÃªm necessÃ¡rio discernimento para os atos da vida civil (art. 1.767, CC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A curatela, por sua vez, Ã© o encargo deferido por lei a alguÃ©m capaz para reger a pessoa e administrar os bens de quem, em regra maior, nÃ£o pode fazÃª-lo por si mesmo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pela anÃ¡lise dos autos, pelos depoimentos colhidos, verifica-se que o interditando nÃ£o tem condiÃ§Ãµes de reger sua vida ou praticar os atos da vida civil, de modo que o pedido deve ser deferido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O laudo mÃ©dico de fl.08, informa que a interditanda, possui retardo mental, com dificuldade na fala e deambulaÃ§Ã£o, alÃ©m de Paralisia Cerebral Infantil (CID 10 - G 80), estando incapacitada para as atividades definitivamente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A necessidade de interdiÃ§Ã£o tambÃ©m foi demonstrada pela oitiva do Interditando que evidenciou a sua necessidade de ajuda de terceiros para as atividades civis. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ISTO POSTO, e por tudo que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado e DECLARO RONICE SILVA VALERIO, jÃ¡ qualificado nos autos, absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do artigo 1.767, inciso I, CC e artigo 754, CPC/15. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, NOMEIO o requerente IRENILDE SILVA VALERIO como seu(sua) curador(a) para todos os atos da vida civil, dado o estado de desenvolvimento mental do(a) interditando(a), nos termos do artigo 755, I, CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por conseguinte, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÃ¿Ã¿O DE MÃ¿RITO, nos termos do art. 487, I, CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PROCEDA-SE, na forma do artigo 755, Â§ 3Âº, do CPC/15 e artigo 9Âº, inciso III, do CC, inscrevendo a presente decisÃ£o no CartÃ³rio de Registro competente (fl.07), publicando-a na imprensa local e no Ã³rgÃ£o oficial por trÃªs vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O curador deverÃ¡ prestar compromisso no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 759, do CPC/15. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno o requerente nas custas, porÃ©m suspendo-as na forma do artigo 98, Â§3Âº do CPC, uma vez que beneficiÃ¡rio da justiÃ§a gratuita (fl.18). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem honorÃ¡rios, ante a falta de resistÃªncia nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃ¿-SE ciÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o decurso do prazo recursal, EXPEÃ¿A-SE o termo de curatela definitivo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Comunique-se Ã  JustiÃ§a Eleitoral. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, ARQUIVEM-SE os autos com as baixas de praxe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVIRÃ CÃ¿PIA DA PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÃ¿Ã¿O/ OFÃCIO/ CARTA PRECATÃ¿RIA. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 10 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Substituto da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ PROCESSO: 00021049520198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Interdição/Curatela em: 10/11/2021---REQUERENTE:IRENILDE SILVA VALERIO Representante(s): SAMUEL OLIVEIRA RIBEIRO DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) INTERDITANDO:RONILDE SILVA VALERIO. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PROCESSO NÂº: 0002104-95.2019.8.14.0110 Requerente: IRENILDE SILVA VALERIO Interditando: RONILDE SILVA VALERIO SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ¿Ã¿O DE INTERDIÃ¿Ã¿O COM PEDIDO DE CURATELA PROVISÃ¿RIA proposta por IRENILDE SILVA VALERIO em face de sua filha RONILDE SILVA VALERIO, ambos qualificados nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Documentos comprobatÃ³rios juntado Ã s fls.05-09. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o de fl. 10, deferiu a gratuidade da justiÃ§a, bem como, o pedido liminar. Por fim, fora designada a audiÃªncia prevista no artigo 751, do CPC/2015, fl.18. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o de fl. 19, redesigna audiÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 24, Termo de AudiÃªncia, em que foram ouvidas a interditanda RONILDE SILVA VALERIO, a requerente IRENILDE SILVA VALERIO e a testemunha MARIA EDILCA AMPARO SILVA. Na ocasiÃ£o, foi concedido vistas as partes, no prazo de 15 (quinze) dias, para manifestaÃ§Ã£o, a iniciar pela Defensoria PÃºblica,

apÃ³s MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 25-verso, a requerente por intermÃ©dio da Defensoria PÃºblica do Estado do ParÃ¡, requer o prosseguimento do feito, com o consequente julgamento do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 26, MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ manifesta-se pelo prosseguimento do feito, requerendo a nomeaÃ§Ã£o de curador especial ao interditando, bem como, que seja determinada a produÃ§Ã£o de prova pericial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que apÃ³s audiÃªncia destinada a entrevista, verifica-se que as provas produzidas corroboram com os fatos articulados na inicial, sendo cristalina a incapacidade do interditando para praticar os atos da vida civil, INDEFIRO o pedido de produÃ§Ã£o de prova pericial formulado pelo MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista que os autos se encontram em ordem, tendo sido instruÃ-dos com observÃ¢ncia dos ditames legais inerentes Ã  espÃ©cie e inexistindo vÃ-cios ou nulidades a sanar, passo a fundamentar e decidir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O estatuto civil pÃ¡trio dispÃµe que estÃ£o sujeitos Ã  curatela aqueles que, em razÃ£o de enfermidade ou deficiÃªncia mental, nÃ£o detÃªm necessÃ¡rio discernimento para os atos da vida civil (art. 1.767, CC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A curatela, por sua vez, Ã© o encargo deferido por lei a alguÃ©m capaz para reger a pessoa e administrar os bens de quem, em regra maior, nÃ£o pode fazÃª-lo por si mesmo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pela anÃ¡lise dos autos, pelos depoimentos colhidos, verifica-se que o interditando nÃ£o tem condiÃ§Ãµes de reger sua vida ou praticar os atos da vida civil, de modo que o pedido deve ser deferido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O laudo mÃ©dico de fl.08, informa que a interditanda, possui Paralisia Cerebral (CID 10 - G 80), com dificuldade para mobilizaÃ§Ã£o, apresentando retardo mental e fala, estando incapacitada para as atividades definitivamente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A necessidade de interdiÃ§Ã£o tambÃ©m foi demonstrada pela oitiva do Interditando que evidenciou a sua necessidade de ajuda de terceiros para as atividades civis. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ISTO POSTO, e por tudo que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado e DECLARO RONILDE SILVA VALERIO, jÃ¡ qualificado nos autos, absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do artigo 1.767, inciso I, CC e artigo 754, CPC/15. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, NOMEIO o requerente IRENILDE SILVA VALERIO como seu(sua) curador(a) para todos os atos da vida civil, dado o estado de desenvolvimento mental do(a) interditando(a), nos termos do artigo 755, I, CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por conseguinte, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÃ¿Ã¿O DE MÃ¿RITO, nos termos do art. 487, I, CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PROCEDA-SE, na forma do artigo 755, Â§ 3Âº, do CPC/15 e artigo 9Âº, inciso III, do CC, inscrevendo a presente decisÃ£o no CartÃ³rio de Registro competente (fl.07), publicando-a na imprensa local e no Ã³rgÃ£o oficial por trÃªs vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O curador deverÃ¡ prestar compromisso no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 759, do CPC/15. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno o requerente nas custas, porÃ©m suspendo-as na forma do artigo 98, Â§3Âº do CPC, uma vez que beneficiÃ¡rio da justiÃ§a gratuita (fl.18). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem honorÃ¡rios, ante a falta de resistÃªncia nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃ¿-SE ciÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o decurso do prazo recursal, EXPEÃ¿A-SE o termo de curatela definitivo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Comunique-se Ã  JustiÃ§a Eleitoral. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, ARQUIVEM-SE os autos com as baixas de praxe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVIRÃ CÃ¿PIA DA PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÃ¿Ã¿O/ OFÃCIO/ CARTA PRECATÃ¿RIA. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 10 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Substituto da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ PROCESSO: 00023040520198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Interdição/Curatela em: 10/11/2021---REQUERENTE:ALZIRA FERREIRA CALADO SOUSA Representante(s): SAMUEL OLIVEIRA RIBEIRO DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) REQUERIDO:IDGLAN FERREIRA DE SOUSA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PROCESSO NÂº: 0002304-05.2019.8.14.0110 Requerente: ALZIRA FERREIRA CALADO SOUSA Interditando: IDGLAN FERREIRA DE SOUSA SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ¿Ã¿O DE INTERDIÃ¿Ã¿O COM PEDIDO DE CURATELA PROVISÃ¿RIA proposta por ALZIRA FERREIRA CALADO SOUSA em face de sua filha IDGLAN FERREIRA DE SOUSA, ambos qualificados nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Documentos comprobatÃ³rios juntado Ã s fls.05-12. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o de fl. 13, deferiu a gratuidade da justiÃ§a, bem como, o pedido liminar. Por fim, fora designada a audiÃªncia prevista no artigo 751, do CPC/2015, fl.18.

Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o de fl. 27, redesigna audiÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 29, Termo de AudiÃªncia, em que foram ouvidas a interditanda IDGLAN FERREIRA DE SOUSA, a requerente ALZIRA FERREIRA CALADO SOUSA e a testemunha RAIMUNDA MONTEIRO DE SOUZA. Na ocasiÃ£o, foi concedido vistas as partes, no prazo de 15 (quinze) dias, para manifestaÃ§Ã£o, a iniciar pela Defensoria PÃºblica, apÃ³s MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 31, a requerente por intermÃ©dio da Defensoria PÃºblica do Estado do ParÃ¡, requer o prosseguimento do feito, com o consequente julgamento do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 32, MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ manifesta-se pelo prosseguimento do feito, requerendo a nomeaÃ§Ã£o de curador especial ao interditando, bem como, que seja determinada a produÃ§Ã£o de prova pericial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que apÃ³s audiÃªncia destinada a entrevista, verifica-se que as provas produzidas corroboram com os fatos articulados na inicial, sendo cristalina a incapacidade do interditando para praticar os atos da vida civil, INDEFIRO o pedido de produÃ§Ã£o de prova pericial formulado pelo MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista que os autos se encontram em ordem, tendo sido instruÃdos com observÃ¢ncia dos ditames legais inerentes Ã  espÃ©cie e inexistindo vÃcios ou nulidades a sanar, passo a fundamentar e decidir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O estatuto civil pÃ¡trio dispÃµe que estÃ£o sujeitos Ã  curatela aqueles que, em razÃ£o de enfermidade ou deficiÃªncia mental, nÃ£o detÃªm necessÃ¡rio discernimento para os atos da vida civil (art. 1.767, CC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A curatela, por sua vez, Ã© o encargo deferido por lei a alguÃ©m capaz para reger a pessoa e administrar os bens de quem, em regra maior, nÃ£o pode fazÃª-lo por si mesmo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pela anÃ¡lise dos autos, pelos depoimentos colhidos, verifica-se que o interditando nÃ£o tem condiÃ§Ãµes de reger sua vida ou praticar os atos da vida civil, de modo que o pedido deve ser deferido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O laudo mÃ©dico de fl.08, informa que a interditanda, Ã© incapaz de exercer suas atividades civis e laborais devido a patologia de perda de audiÃ§Ã£o mista, de conduÃ§Ã£o e neurosensorial (CID 10 - H90.8). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A necessidade de interdiÃ§Ã£o tambÃ©m foi demonstrada pela oitiva do Interditando que evidenciou a sua necessidade de ajuda de terceiros para as atividades civis. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ISTO POSTO, e por tudo que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado e DECLARO IDGLAN FERREIRA DE SOUSA, jÃ¡ qualificado nos autos, absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do artigo 1.767, inciso I, CC e artigo 754, CPC/15. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, NOMEIO o requerente ALZIRA FERREIRA CALADO SOUSA como seu(sua) curador(a) para todos os atos da vida civil, dado o estado de desenvolvimento mental do(a) interditando(a), nos termos do artigo 755, I, CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por conseguinte, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÃ¿Ã¿O DE MÃ¿RITO, nos termos do art. 487, I, CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PROCEDA-SE, na forma do artigo 755, Â§ 3Âº, do CPC/15 e artigo 9Âº, inciso III, do CC, inscrevendo a presente decisÃ£o no CartÃ³rio de Registro competente (fl.07), publicando-a na imprensa local e no Ã³rgÃ£o oficial por trÃªs vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O curador deverÃ¡ prestar compromisso no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 759, do CPC/15. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno o requerente nas custas, porÃ©m suspendo-as na forma do artigo 98, Â§3Âº do CPC, uma vez que beneficiÃ¡rio da justiÃ§a gratuita (fl.18). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem honorÃ¡rios, ante a falta de resistÃªncia nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃ¿-SE ciÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o decurso do prazo recursal, EXPEÃ¿A-SE o termo de curatela definitivo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Comunique-se Ã  JustiÃ§a Eleitoral. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, ARQUIVEM-SE os autos com as baixas de praxe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVIRÃ CÃ¿PIA DA PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÃ¿Ã¿O/ OFÃCIO/ CARTA PRECATÃ¿RIA. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 10 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Substituto da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡

PROCESSO: 00024045720198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---DENUNCIADO:BRUNO MOISES SILVA DOS SANTOS Representante(s): OAB 25777 - YURI FERREIRA MACIEL (ADVOGADO) VITIMA:C. A. M. G. . PODER JUDICIÃRIOÂ TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃÂ VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃÂ FÃ³rum Desembargador Raymundo Olavo da Silva AraÃºjoÂ Av. PraÃ§a da BÃblia, s/nÂº, bairro colegial, tel./fax: (94) 3779-1209, CEP: 68.639-000,Â email: 1goianesia@tjpa.jus.br Processo nÂº 0002404-57.2019.8.14.0110 Denunciado (a): BRUNO MOISES SILVA DO SANTOS DECISÃ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a decisÃ£o que determinou a

citaÃ§Ã£o por edital do(a) denunciado(a) BRUNO MOISES SILVA DO SANTOS, sendo que o mesmo nÃ£o compareceu e nem constituiu advogado nos autos, em consonÃ¢ncia ao parecer Ministerial, DETERMINO A SUSPENSÃ¿O DO PRESENTE PROCESSO e, consequentemente, do prazo prescricional, conforme dispÃµe o art. 3661 do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, atente-se para o fato de que o perÃodo de suspensÃ£o do prazo prescricional Ã© regulado pelo mÃ¡ximo da pena cominada (S. 415 do STJ). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se sob as formas da Lei. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Expeã§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡,10 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito - Titular da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ 1 Art. 366. Se o acusado, citado por edital, nÃ£o comparecer, nem constituir advogado, ficarÃ£o suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produÃ§Ã£o antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisÃ£o preventiva, nos termos do disposto no art. 312. PROCESSO: 00024363820148140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Procedimento Comum Cível em: 10/11/2021---REQUERENTE:MUNICIPIO DE GOIANESIA DO PARA Representante(s): OAB 15245 - THIAGO CUNHA NOVAES COUTINHO (ADVOGADO) OAB 11408 - ABSOLON MATEUS DE SOUSA SANTOS (ADVOGADO) OAB 14444 - LUIZ GUILHERME JORGE DE NAZARETH (ADVOGADO) OAB 18607-A - CLERISTON GOMES DE SA (ADVOGADO) OAB 22191-B - PATRICIA VALERIA BUY ANOFF PEDRAGOZA (ADVOGADO) OAB 24021 - ANDRE SIMAO MACHADO (PROCURADOR(A)) REQUERIDO:ITAMAR CARDOSO DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 2774 - SABATO GIOVANI MEGALE ROSSETTI (ADVOGADO) OAB 5432 - SAMIR ABFADILL TOUTENGE JUNIOR (ADVOGADO) OAB 18305 - MARIA D AJUDA GOMES FRAGAS PAULUCIO (ADVOGADO) . Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA PROCESSO NÂº: 0002436-38.2014.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a necessidade de readequaÃ§Ã£o da pauta de audiÃªncia, REDESIGNO audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 03 de maio de 2022, Ã s 10h30min. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIMEM-SE as partes acerca da audiÃªncia acima, devendo oportunamente apresentarem o rol de testemunhas no prazo legal, as quais deverÃ£o ser informadas/intimadas pelos patronos, nos termos do artigo 455, do CPC/2015. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se vista ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Expeã§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVE CÃ¿PIA DA PRESENTE COMO MANDADO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 10 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito PROCESSO: 00026046420198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Inventário em: 10/11/2021---REQUERENTE:SARAH JHENNY NASCIMENTO SOUZA REQUERENTE:GEIZIANE BATISTA DE SOUSA REQUERENTE:E. S. S. REPRESENTANTE:EDINA CESAR DOS SANTOS REQUERENTE:I. S. S. REPRESENTANTE:EDINA CEZAR DOS SANTOS ENVOLVIDO:RAIMUNDO VIEIRA DE SOUSA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ PROCESSO NÂº: 0002604-64.2019.8.14.0110 SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de INVENTÃRIO E PARTILHA CONSENSUAL requerida por SARAH JHENNY NASCIMENTO SOUZA, GEIZIANE BATISTA DE SOUSA, ESTER DOS SANTOS SOUSA neste ato representada por sua genitora EDINA CEZAR DOS SANTOS e ISAIAS DOS SANTOS SOUSA, em razÃ£o do falecimento do Sr. RAIMUNDO VIEIRA DE SOUSA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em decisÃ£o de fl. 62, foi determinado a intimaÃ§Ã£o da inventariante, pessoalmente, para no prazo de 15 (quinze) dias apresentar as ultimas declaraÃ§Ãµes, podendo emendar, aditar ou completar as primeiras declaraÃ§Ãµes, sob pena de remoÃ§Ã£o da inventarianÃ§a, nos termos do artigo 622, inciso II, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿s fls. 65/66, os requerentes apresentaram desistÃªncia da aÃ§Ã£o, e requereram a extinÃ§Ã£o do feito nos termos do artigo 485, VIII, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o breve relatÃ³rio.Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o vislumbro Ã³bice a homologaÃ§Ã£o do pedido de desistÃªncia pleiteado pelos requerentes, uma vez que trata-se de InventÃ¡rio e Partilha Consensual, ou seja, de jurisdiÃ§Ã£o voluntÃ¡ria, bem como, no requerimento de fls. 65/66 consta assinatura e documentos de todos os herdeiros anuindo com a desistÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, e por tudo que dos autos consta, HOMOLOGO por sentenÃ§a oÂ pedido de desistÃªnciaÂ e, por conseguinte, EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÃ¿Ã¿O DE MÃ¿RITO, nos termos do art. 485, VIII, CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Custas processuais, se houver, pela parte requerente (art.485, Â§ 2Âº, in fine, do CPC), contudo, suspendo a exigibilidade ante a concessÃ£o de benefÃcios da justiÃ§a gratuita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem honorÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se.

Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado arquive-se, dando-se baixa na distribuiÃ§Ã£o. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 10 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de DireitoÂ - Substituto da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ PROCESSO: 00026104720148140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Procedimento Sumário em: 10/11/2021---REQUERENTE:RONALDO MONTE PINHEIRO Representante(s): OAB 18305 - MARIA D AJUDA GOMES FRAGAS PAULUCIO (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE GOIANESIA DO PARA Representante(s): OAB 15245 - THIAGO CUNHA NOVAES COUTINHO (ADVOGADO) OAB 14444 - LUIZ GUILHERME JORGE DE NAZARETH (ADVOGADO) OAB 18607-A - CLERISTON GOMES DE SA (ADVOGADO) OAB 22191-B - PATRICIA VALERIA BUY ANOFF PEDRAGOZA (ADVOGADO) . Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº - Bairro Centro - Fone/Fax: (94) 3779-1209Â Email: 1goianesia@tjpa.jus.br Processo nÂº.Â 0002610-47.2014.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o retorno dos autos do E. Superior Tribunal de JustiÃ§a, cientifiquem-se as partes acerca do recebimento destes neste juÃ-zo, para que manifestem no prazo legal. Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, faÃ§am os autos conclusos. GoianÃ©sia do ParÃ¡/PA, 10 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito - Substituto da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ PROCESSO: 00034631720188140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Cumprimento de sentença em: 10/11/2021---REQUERENTE:P. G. S. REQUERENTE:F. G. S. REPRESENTANTE:BEATRIZ CHAGAS GONCALVES Representante(s): OAB 19227 - LETICIA REGULO FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:LEANDRO NERES DA SILVA. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ/PA Processo nÂº 0003463-17.2018.8.14.0110 SENTENÃ¿AÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ¿Ã¿O DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃ¿A proposto por P.G.D.S. e F.G.D.S., neste ato representados por sua genitora BEATRIZ CHAGAS GONÃ¿ALVES, em face de LEANDRO NERES DA SILVA, todos qualificados na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 34, a patrona dos requerentes, informa que a presente aÃ§Ã£o foi ajuizada atravÃ©s da assistÃªncia social do municÃ-pio, em razÃ£o desta Comarca encontrar-se sem os serviÃ§os da Defensoria PÃºblica Estadual, assim, devido Ã  rescisÃ£o do seu contrato com a prefeitura, RENUNCIA ao mandato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 35, decisÃ£o determinando a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, constitua novo advogado particular ou informe se aceita patrocÃ-nio da defensoria pÃºblica, bem como se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 39, CertidÃ£o do Oficial de JustiÃ§a, informando que a deixou de intimar a Sra. Beatriz Chagas GonÃ§alves, pois nÃ£o localizou a requerente, em contÃ-nuo ato, quando questionou moradores vizinhos, foi informado de que Â¿a autora de fato morava no local, mas se mudou, nÃ£o sabendo informar seu endereÃ§o atualizadoÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡, manifestou-se pela extinÃ§Ã£o do processo, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do artigo 485, II, do NCPC, jÃ¡ que Ã© dever das partes manter atualizado o endereÃ§o onde receberÃ£o intimaÃ§Ãµes (fl. 41). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O desenvolvimento e prosseguimento vÃ¡lido e regular dos atos processuais depende, essencialmente, do impulso processual efetivado pelas partes ou interessados. A inÃ©rcia das partes diante dos deveres e Ã´nus processuais, acarretando a paralisaÃ§Ã£o do processo, faz presumir desistÃªncia da pretensÃ£o Ã  tutela jurisdicional. Equivale, pois, ao desaparecimento do interesse, que Ã© condiÃ§Ã£o para o regular exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso dos autos, fora determinada a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte autora no endereÃ§o constante nos autos, entretanto, nÃ£o fora encontrado, tendo sido informado por domiciliados do local que a autora de fato morava no local, mas se mudou, nÃ£o sabendo informar seu endereÃ§o atualizado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por esse prisma, tais condutas configuram o abandono da causa por ausÃªncia superveniente de interesse na resoluÃ§Ã£o da demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse contexto, penso que a insistÃªncia no prolongamento deste feito, sÃ³ iria reforÃ§ar a nova tendÃªncia de crÃ-tica, por ausÃªncia de gestÃ£o processual, arcada, no sistema de justiÃ§a, apenas pelo Poder JudiciÃ¡rio e, ao final, nÃ£o se alcanÃ§aria o fim Ãºltimo que Ã© a resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, jÃ¡ que a falta de interesse, como visto, Ã© o que impera no caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, para o processo ser efetivo e eficaz, o impulso processual depende do interesse da parte e, se o interessado nÃ£o demonstra vontade e interesse em prosseguir com o feito, resta ao juÃ-zo, em homenagem aos princÃ-pios da razoÃ¡vel duraÃ§Ã£o da demanda e da racional gestÃ£o de processos, apÃ³s as providencias legais, determinar a extinÃ§Ã£o e o arquivamento dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto,

determino a EXTINÃ¿Ã¿O DO PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, diante do abandono da causa, com fundamento no artigo 485, inciso III do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â IntimaÃ§Ãµes necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÃ¢nsito em julgado, dÃª-se baixa e arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVIRÃ A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÃ¿Â¿O / OFÃCIO / CARTA PRECATÃ¿RIA. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 10 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Substituto da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ PROCESSO: 00040085320198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---DENUNCIADO:JOSE WELLINGTON PINTO DE SOUZA. PODER JUDICIÃRIOÂ  TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃÂ  VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃÂ  FÃ³rum Desembargador Raymundo Olavo da Silva AraÃºjoÂ  Av. PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº, bairro colegial, tel./fax: (94) 3779-1209, CEP: 68.639-000,Â email: 1goianesia@tjpa.jus.br Processo nÂº 0004008-53.2019.8.14.0110 Denunciado (a): JOSÃ¿ WELLINGTON PINTO DE SOUSA DECISÃ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a decisÃ£o que determinou a citaÃ§Ã£o por edital do(a) denunciado(a) JOSÃ¿ WELLINGTON PINTO DE SOUSA, sendo que o mesmo nÃ£o compareceu e nem constituiu advogado nos autos, em consonÃ¢ncia ao parecer Ministerial, DETERMINO A SUSPENSÃ¿O DO PRESENTE PROCESSO e, consequentemente, do prazo prescricional, conforme dispÃµe o art. 3661 do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, atente-se para o fato de que o perÃ-odo de suspensÃ£o do prazo prescricional Ã© regulado pelo mÃ¡ximo da pena cominada (S. 415 do STJ). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se sob as formas da Lei. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡,10 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito - Titular da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ 1 Art. 366. Se o acusado, citado por edital, nÃ£o comparecer, nem constituir advogado, ficarÃ£o suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produÃ§Ã£o antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisÃ£o preventiva, nos termos do disposto no art. 312. PROCESSO: 00040698420148140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---DENUNCIADO:ANTONIO SOARES DA SILVA VITIMA:M. L. C. . Fls. _____ Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ Vara Ãºnica da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ ÃºPROCESSO: 0004069-84.2014.8.14.0110 DECISÃ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o parecer ministerial de fl. 84 e as CertidÃµes de fls.90/91, DETERMINO A SUSPENSÃ¿O DO PRESENTE PROCESSO e, consequentemente, do prazo prescricional, conforme dispÃµe o art. 3661 do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Atente-se para o fato de que o perÃ-odo de suspensÃ£o do prazo prescricional Ã© regulado pelo mÃ¡ximo da pena cominada (S. 415 do STJ). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se sob as formas da Lei. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seguida, dÃª-se vistas dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 10 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA VARA Ã¿NICA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ 1Â Art. 366. Se o acusado, citado por edital, nÃ£o comparecer, nem constituir advogado, ficarÃ£o suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produÃ§Ã£o antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisÃ£o preventiva, nos termos do disposto no art. 312. PROCESSO: 00040908420198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---DENUNCIADO:ANA MARIA LOPES DURVAL. Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº Â¿ Bairro Centro - Fone/Fax: (94) 3779-1209 - Email: 1goianesia@tjpa.jus.br Ã-PROCESSO NÂ°: 0004090-84.2019.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Remetam-se os autos Ã  Defensoria PÃºblica para, no prazo legal, apresentar alegaÃ§Ãµes finais. Â Â Â Â Â Â Â  Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 10 de novembro de 2021Â  HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA VARA Ã¿NICA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PROCESSO: 00041238420138140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---DENUNCIADO:FRANCINALDO SILVA E SILVA VITIMA:O. E. . Fls._____ Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ Vara Ãºnica da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ ÃºPROCESSO: 0004123-84.2013.8.14.0110 DECISÃ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o parecer ministerial de fl. 57, DETERMINO A SUSPENSÃ¿O DO PRESENTE PROCESSO e, consequentemente, do prazo prescricional, conforme dispÃµe o art. 3661

do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Atente-se para o fato de que o perÃ-odo de suspensÃ£o do prazo prescricional Ã© regulado pelo mÃ¡ximo da pena cominada (S. 415 do STJ). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se sob as formas da Lei. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seguida, dÃª-se vistas dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 10 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA VARA Ã¿NICA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ 1Â Art. 366. Se o acusado, citado por edital, nÃ£o comparecer, nem constituir advogado, ficarÃ£o suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produÃ§Ã£o antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisÃ£o preventiva, nos termos do disposto no art. 312. PROCESSO: 00041860220198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Civil Pública em: 10/11/2021---AUTOR:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:POSTO SANTO AMARO Representante(s): OAB 18305 - MARIA D AJUDA GOMES FRAGAS PAULUCIO (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE GOIANESIA DO PARA. Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº - Bairro Centro - Fone/Fax: (94) 3779-1209Â Email: 1goianesia@tjpa.jus.br Processo nÂº 0004186-02.2019.8.14.0110 Requerente: MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ Requeridos: MunicÃ-pio de GoianÃ©sia do ParÃ¡ e Posto Santo Amaro SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ¿Ã¿O CIVIL PÃ¿BLICA DE OBRIGAÃ¿Ã¿O DE FAZER, proposta pelo MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡, em desfavor de Posto Santo Amaro e MunicÃ-pio de GoianÃ©sia do ParÃ¡, todos qualificados na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A inicial foi regularmente recebida (despacho de fl. 21), determinando-se a citaÃ§Ã£o dos requeridos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MunicÃ-pio de GoianÃ©sia do ParÃ¡ foi regularmente citado (fl. 28), apresentando contestaÃ§Ã£o Ã s fls. 29/50, alegando, em sÃ-ntese, nÃ£o ter se omitido quanto Ã obstruÃ§Ã£o de referida via. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O requerido Posto Santo Amaro, embora devidamente citado (fl. 26), quedou-se inerte. Desta feita, o MinistÃ©rio PÃºblico manifestou-se pela decretaÃ§Ã£o da revelia deste e pelo julgamento antecipado da lide (fls. 52/53) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿s fls. 54/55, sentenÃ§a decretando a revelia do Requerido Posto Santo Amaro e julgando procedente a pretensÃ£o formulada na inicial para condenar os demandados na obrigaÃ§Ã£o de fazer, a fim de que no prazo mÃ¡ximo de 60 (sessenta) dias, restabeleÃ§am o trÃ¡fego normal de veÃ-culos na Avenida Tancredo Neves, levando a efeito, reabertura/desobstruÃ§Ã£o da via pÃºblica em destaque, cabendo ao demandado MunicÃ-pio de GoianÃ©sia do ParÃ¡ o devido arrumamento de via pÃºblica com a respectiva sinalizaÃ§Ã£o e pavimentaÃ§Ã£o asfÃ¡ltica, alÃ©m de outras medidas que sejam necessÃ¡rias a se garantir o trÃ¡fego normal de veÃ-culos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿s fls. 59/73, o requerido Posto Santo Amaro, comprovou cumprimento definitivo da sentenÃ§a de obrigaÃ§Ã£o de fazer. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿s fls. 78/98, o requerido MunicÃ-pio de GoianÃ©sia do ParÃ¡, opÃ´s Embargos de DeclaraÃ§Ã£o, o MinistÃ©rio PÃºblico manifestou-se (fl. 102), e Ã¡ fl. 103, sentenÃ§a negou provimento aos referidos Embargos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿s fls. 107/114, o requerido MunicÃ-pio de GoianÃ©sia do ParÃ¡, manifestou-se comprovando o cumprimento integral da sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Representante do MinistÃ©rio PÃºblico, diante desses fatos, manifestou-se pelo arquivamento dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por observar que jÃ¡ houve o devido cumprimento da obrigaÃ§Ã£o de fazer estabelecida na sentenÃ§a de fls. 54/55, passo Ã  extinÃ§Ã£o da presente execuÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Reza o disposto no art. 924, do CÃ³digo de Processo Civil: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿Art. 924 - Extingue-se a execuÃ§Ã£o quando: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â II- a obrigaÃ§Ã£o for satisfeita; (...)Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com os documentos de fls. 59/73 e 107/114, a presente aÃ§Ã£o alcanÃ§ou seu objetivo, eis que os requeridos restabeleceram o trÃ¡fego normal de veÃ-culos na Avenida Tancredo Neves, levando a efeito, reabertura/desobstruÃ§Ã£o da via pÃºblica em destaque, cumprindo a obrigaÃ§Ã£o de fazer pleiteada na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, nos termos dos arts. 924, I, e 925, do CÃ³digo do Processo Civil, JULGO EXTINTO o presente feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cientifique-se o MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cientifique-se o MunicÃ-pio de GoianÃ©sia do ParÃ¡ via remessa dos autos, e o Posto Santo Amaro atravÃ©s de seu advogado constituÃ-do via DJe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo recursal, certifique a Secretaria o trÂ¢nsito em julgado do decisum e, cumpridas todas as diligÃªncias necessÃ¡rias, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se, registre-se e intimem-se. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 10 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito - Substituto da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ PROCESSO: 00042909620168140110

PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Cumprimento de sentença em: 10/11/2021---REQUERENTE:JUCELIA DE ANDRADE NEVES Representante(s): OAB 19874-A - BRENA FERREGUETE MAGALHAES (ADVOGADO) MENOR:A. N. R. MENOR:M. L. N. R. MENOR:M. F. R. J. REQUERIDO:MALONE FELIX REZENDE. Meta 02 CNJ; Processo: 0004290-96.2016.8.14.0110; Requerentes: A.N.R; M.L.N.R; M.F.R.J, todos representados neste ato por JUCILEIA DE ANDRADE NEVES; Requerido: MALONE FELIX REZENDE. SENTENÃ¿A I - RELATÃ¿RIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de Guarda Judicial c/c alimentos proposta por A.N.R; M.L.N.R; M.F.R.J, todos representados neste ato por JUCILEIA DE ANDRADE NEVES em desfavor de MALONE FELIX REZENDE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NotÃ-cia de fato emitida pelo Conselho Tutelar fls. 102, informado que a genitora dos infantes faleceu (Ã¿bito fl. 103), bem como, que o Adolescente Ã¿ngelo Neves Rezende, atualmente reside com sua avÃ³, enquanto que os menores Marcos Lorran Neves Rezende e Marlone Felix Rezende Junior, atualmente estÃ£o residindo com o genitor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ManifestaÃ§Ã£o da Defensoria PÃºblica pela extinÃ§Ã£o do feito em razÃ£o da morte da genitora (fls. 112-v). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ManifestaÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico pelo arquivamento do feito, em decorrÃªncia da ausÃªncia de interesse processual superveniente (fl. 115). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s toda a tramitaÃ§Ã£o, vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã  fundamentaÃ§Ã£o. II-FUNDAMENTAÃ¿Ã¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como Ã© cediÃ§o, o CÃ³digo de Processo Civil arrola como uma das causas de extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito a ausÃªncia de interesse processual, nos termos do artigo 485, VI do CPC, gerando consequentemente a perda do objeto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o, materializado quando da apresentaÃ§Ã£o da inicial, exige o preenchimento daquilo que a melhor doutrina resolveu chamar condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o, quais sejam, legitimidade ad causam e interesse de agir, em que pese haja grande divergÃªncia na doutrina processualista acerca da permanÃªncia ou nÃ£o das condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o diante da entrada em vigor do Novo CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â In casu, importa a anÃ¡lise de apenas uma delas: o interesse de agir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diz-se que o interesse de agir estÃ¡ pautado no binÃ´mio necessidade-adequaÃ§Ã£o e, para alguns doutrinadores, inclui-se tambÃ©m a utilidade, querendo isso significar que somente Ã© dada ao jurisdicionado a possibilidade de instaurar uma demanda judicial se restar demonstrado que, alÃ©m de o provimento judicial ser a Ãºnica forma de se ter o direito material observado, ele (o jurisdicionado) utilizar o meio processual adequado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifica-se que inexiste interesse de agir em razÃ£o do Ã³bito da genitora, e tambÃ©m nÃ£o hÃ¡ pedido da avÃ³ no prosseguimento do feito, bem como, que os outros infantes estÃ£o com o genitor. Ã¿ importante destacar que os infantes estÃ£o estudando, e conforme o relato emitido pelo conselho tutelar deste municÃ-pio, nÃ£o hÃ¡ desavenÃ§as entre os infantes e seus atuais responsÃ¡veis em seio familiar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, os Ã³rgÃ£os da Defensoria PÃºblica e MinistÃ©rio PÃºblico, manifestaram-se pelo arquivamento do processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, se assim o Ã©, nÃ£o resta dÃºvida de que o presente processo deve ser extinto sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, ante Ã  perda superveniente do interesse de agir, no que atine Ã  utilidade do processo. III - DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Posto isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃ¿Ã¿O MÃ¿RITO em razÃ£o da perda superveniente do interesse processual, assim o fazendo com fulcro no artigo 485, inciso VI, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se o MinistÃ©rio PÃºblico e Defensoria PÃºblica, com remessa dos autos, respectivamente, para ciÃªncia da presente sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oficie o Conselho tutelar para ciÃªncia da presente sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a, arquivem-se imediatamente os autos. A PRESENTE SENTEÃ¿A SERVE COMO OFICIO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡ (PA), 10 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito PROCESSO: 00044103720198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Averiguação de Paternidade em: 10/11/2021---REQUERENTE:I. V. C. REPRESENTANTE:IVANESSA DE OLIVEIRA CONCEICAO Representante(s): SAMUEL OLIVEIRA RIBEIRO DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) REQUERIDO:FRANCISCO FERREIRA DA SILVA JUNIOR. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ/PA Processo nÂº. 0004410-37.2019.8.14.0110 Requerente:Â I.V.C Rep. Legal: IVANESSA DE OLIVEIRA CONCEIÃ¿Ã¿O Requerido: FRANCISCO FERREIRA DA SILVA JUNIOR SENTENÃ¿AÂ  Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ¿Ã¿O DE RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE proposta por I.V.C. neste ato representado por sua genitora na IVANESSA DE OLIVEIRA CONCEIÃ¿Ã¿O em face de FRANCISCO FERREIRA DA SILVA JUNIOR. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 31 fora designada audiÃªncia para coleta do dna para o dia 27/10/2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 38 certidÃ£o do

oficial de justiÃ§a, informando que a requerente nÃ£o reside mais no local. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O desenvolvimento e prosseguimento vÃ¡lido e regular dos atos processuais depende, essencialmente, do impulso processual efetivado pelas partes ou interessados. A inÃ©rcia das partes diante dos deveres e Ã´nus processuais, acarretando a paralisaÃ§Ã£o do processo, faz presumir desistÃªncia da pretensÃ£o Ã  tutela jurisdicional. Equivale, pois, ao desaparecimento do interesse, que Ã© condiÃ§Ã£o para o regular exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso dos autos, fora determinada sua intimaÃ§Ã£o pessoal da parte autora no endereÃ§o constante nos autos, entretanto, nÃ£o fora encontrada, para comparecer em audiÃªncia, tendo sido informado por domiciliados do local que a requerente nÃ£o reside mais no local. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por esse prisma, a meu juÃ-zo, tais condutas configuram o abandono da causa por ausÃªncia superveniente de interesse na resoluÃ§Ã£o da demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse contexto, penso que a insistÃªncia no prolongamento deste feito, sÃ³ iria reforÃ§ar a nova tendÃªncia de crÃ-tica, por ausÃªncia de gestÃ£o processual, arcada, no sistema de justiÃ§a, apenas pelo Poder JudiciÃ¡rio e, ao final, nÃ£o se alcanÃ§aria o fim Ãºltimo que Ã© a resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, jÃ¡ que a falta de interesse, como visto, Ã© o que impera no caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, para o processo ser efetivo e eficaz, o impulso processual depende do interesse da parte e, se o interessado nÃ£o demonstra vontade e interesse em prosseguir com o feito, resta ao juÃ-zo, em homenagem aos princÃ-pios da razoÃ¡vel duraÃ§Ã£o da demanda e da racional gestÃ£o de processos, apÃ³s as providencias legais, determinar a extinÃ§Ã£o e o arquivamento dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, determino a EXTINÃ¿Ã¿O DO PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, diante do abandono da causa, com fundamento no artigo 485, inciso III do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â IntimaÃ§Ãµes necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÂ¢nsito em julgado, dÃª-se baixa e arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVIRÃ A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÃ¿Â¿O / OFÃCIO / CARTA PRECATÃ¿RIA. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 09 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Substituto PROCESSO: 00044277320198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Interdição/Curatela em: 10/11/2021--- REQUERENTE:KATIA BACELAR DE SENA LEAL SOUZA Representante(s): SAMUEL OLIVEIRA RIBEIRO DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) INTERDITANDO:LEUZUITA BACELAR DE SENA LEAL. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PROCESSO NÂº: 0004427-73.2019.8.14.0110 Requerente: KATIA BACELAR DE SENA LEAL SOUZA Interditando: LEUZUITA BACELAR DE SENA LEAL SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ¿Ã¿O DE INTERDIÃ¿Ã¿O COM PEDIDO DE CURATELA PROVISÃ¿RIA proposta por KATIA BACELAR DE SENA LEAL SOUZA em face de sua mÃ£e LEUZUITA BACELAR DE SENA LEAL, ambos qualificados nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Documentos comprobatÃ³rios juntado Ã s fls.05-11. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o de fl. 12, deferiu a gratuidade da justiÃ§a, bem como, o pedido liminar. Por fim, fora designada a audiÃªncia prevista no artigo 751, do CPC/2015, fl.18. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o de fl. 20, redesigna audiÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 27, Termo de AudiÃªncia, em que foram ouvidas a interditanda LEUZUITA BARCELAR DE SENA LEAL, a requerente KATIA BARCELAR DE SENA LEAL SOUZA e a testemunha KERLIANY LEAL SOUZA FERREIRA. Na ocasiÃ£o, foi concedido vistas as partes, no prazo de 15 (quinze) dias, para manifestaÃ§Ã£o, a iniciar pela Defensoria PÃºblica, apÃ³s MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 29, a requerente por intermÃ©dio da Defensoria PÃºblica do Estado do ParÃ¡, requer o prosseguimento do feito, com o consequente julgamento do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 30, MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ manifesta-se pelo prosseguimento do feito, requerendo a nomeaÃ§Ã£o de curador especial ao interditando, bem como, que seja determinada a produÃ§Ã£o de prova pericial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que apÃ³s audiÃªncia destinada a entrevista, verifica-se que as provas produzidas corroboram com os fatos articulados na inicial, sendo cristalina a incapacidade do interditando para praticar os atos da vida civil, INDEFIRO o pedido de produÃ§Ã£o de prova pericial formulado pelo MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista que os autos se encontram em ordem, tendo sido instruÃ-dos com observÃ¢ncia dos ditames legais inerentes Ã  espÃ©cie e inexistindo vÃ-cios ou nulidades a sanar, passo a fundamentar e decidir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O estatuto civil pÃ¡trio dispÃµe que estÃ£o sujeitos Ã  curatela aqueles que, em razÃ£o de enfermidade ou deficiÃªncia mental, nÃ£o detÃªm necessÃ¡rio discernimento para os atos da vida civil (art. 1.767, CC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A curatela, por sua vez, Ã© o encargo deferido por lei a alguÃ©m capaz para reger a pessoa e administrar os bens de quem, em regra maior, nÃ£o pode fazÃª-lo por si mesmo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pela anÃ¡lise dos autos, pelos depoimentos colhidos, verifica-se que o

interditando nÃ£o tem condiÃ§Ãµes de reger sua vida ou praticar os atos da vida civil, de modo que o pedido deve ser deferido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O laudo mÃ©dico de fl.08, informa que a interditanda, foi vÃ-tima de A.V.C. (CID 10 - I64.X), apresentando dificuldade para deambular, bem como, hipertensÃ£o essencial (CID 10 - I10.X), alÃ©m de distÃºrbios da atividade e da atenÃ§Ã£o (CID 10 - F90.0), sendo incapaz de resolver os seus labores. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A necessidade de interdiÃ§Ã£o tambÃ©m foi demonstrada pela oitiva do Interditando que evidenciou a sua necessidade de ajuda de terceiros para as atividades civis. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ISTO POSTO, e por tudo que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado e DECLARO LEUZUITA BACELAR DE SENA LEAL, jÃ¡ qualificado nos autos, absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do artigo 1.767, inciso I, CC e artigo 754, CPC/15. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, NOMEIO o requerente KATIA BACELAR DE SENA LEAL SOUZA como seu(sua) curador(a) para todos os atos da vida civil, dado o estado de desenvolvimento mental do(a) interditando(a), nos termos do artigo 755, I, CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por conseguinte, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÃ¿Ã¿O DE MÃ¿RITO, nos termos do art. 487, I, CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PROCEDA-SE, na forma do artigo 755, Â§ 3Âº, do CPC/15 e artigo 9Âº, inciso III, do CC, inscrevendo a presente decisÃ£o no CartÃ³rio de Registro competente (fl.09), publicando-a na imprensa local e no Ã³rgÃ£o oficial por trÃªs vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O curador deverÃ¡ prestar compromisso no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 759, do CPC/15. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno o requerente nas custas, porÃ©m suspendo-as na forma do artigo 98, Â§3Âº do CPC, uma vez que beneficiÃ¡rio da justiÃ§a gratuita (fl.18). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem honorÃ¡rios, ante a falta de resistÃªncia nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃ¿-SE ciÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o decurso do prazo recursal, EXPEÃ¿A-SE o termo de curatela definitivo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Comunique-se Ã JustiÃ§a Eleitoral. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, ARQUIVEM-SE os autos com as baixas de praxe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVIRÃ CÃ¿PIA DA PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÃ¿Ã¿O/ OFÃCIO/ CARTA PRECATÃ¿RIA. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 10 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Substituto da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ PROCESSO: 00046526420178140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---VITIMA:O. E. DENUNCIADO:FERNANDO OLIVEIRA DOS SANTOS Representante(s): OAB 10653-B - WEILLIA FREIRE DE ABREU (DEFENSOR DATIVO) . Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº Â¿ Bairro Centro - Fone/Fax: (94) 3779-1209 - Email: 1goianesia@tjpa.jus.br Ã-PROCESSO NÂ°: 0004652-64.2017.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certifique-se a Secretaria acerca do cumprimento da decisÃ£o fl. 60. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s cumprido, acautelem-se os autos na Secretaria para a realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 10 de novembro de 2021Â HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA VARA Ã¿NICA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PROCESSO: 00048085220178140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---VITIMA:O. E. REU:JONATA PEREIRA DUARTE Representante(s): OAB 204.879 - RODRIGO FERREIRA DOS REIS SOUZA (ADVOGADO) REU:LUIZ HENRIQUE DE ALMEIDA. Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº Â¿ Bairro Centro - Fone/Fax: (94) 3779-1209 - Email: 1goianesia@tjpa.jus.br Ã-PROCESSO NÂ°: 0004808-52.2017.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se vistas dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico Estadual para manifestaÃ§Ã£o ou para o que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 08 de setembro de 2021Â HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA VARA Ã¿NICA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PROCESSO: 00050097320198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Interdição/Curatela em: 10/11/2021---REQUERENTE:WILSON JOSE DE SA Representante(s): SAMUEL OLIVEIRA RIBEIRO DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) INTERDITANDO:ORMINO AVELINO DE JESUS. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PROCESSO NÂº: 0005009-73.2019.8.14.0110 Requerente: WILSON JOSE DE SA Interditando: ORMINO AVELINO DE JESUS SENTENÃ¿A

Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ¿Ã¿O DE INTERDIÃ¿Ã¿O COM PEDIDO DE CURATELA PROVISÃ¿RIA proposta por WILSON JOSE DE SA em face de seu tio ORMINO AVELINO DE JESUS, ambos qualificados nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Documentos comprobatÃ³rios juntado Ã s fls.05-10. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o de fl. 11, deferiu a gratuidade da justiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 14, manifestaÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡, requerendo a designaÃ§Ã£o de audiÃªncia para entrevista do interditando, para posterior anÃ¡lise da liminar requerida. Bem como, a nomeaÃ§Ã£o de curador especial ao interditando apÃ³s impugnaÃ§Ã£o. AlÃ©m da designaÃ§Ã£o de perÃ-cia para avaliaÃ§Ã£o da incapacidade do interditando. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o de fl. 16, designa audiÃªncia e posterga a anÃ¡lise do pedido liminar para o dia da audiÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o de fl. 24, redesigna audiÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 29, Termo de AudiÃªncia, em que foram ouvidos o interditando ORMINO AVELINO DE JESUS, o requerente WILSON JOSE DE SA e a testemunha JORGE FERNANDES DE OLIVEIRA. Na ocasiÃ£o, foi concedido vistas as partes, no prazo de 15 (quinze) dias, para manifestaÃ§Ã£o, a iniciar pela Defensoria PÃºblica, apÃ³s MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 31, o requerente por intermÃ©dio da Defensoria PÃºblica do Estado do ParÃ¡, requer o prosseguimento do feito, com o consequente julgamento do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 32, MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ manifesta-se pelo prosseguimento do feito, requerendo a nomeaÃ§Ã£o de curador especial ao interditando, bem como, que seja determinada a produÃ§Ã£o de prova pericial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que apÃ³s audiÃªncia destinada a entrevista, verifica-se que as provas produzidas corroboram com os fatos articulados na inicial, sendo cristalina a incapacidade do interditando para praticar os atos da vida civil, INDEFIRO o pedido de produÃ§Ã£o de prova pericial formulado pelo MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista que os autos se encontram em ordem, tendo sido instruÃ-dos com observÃ¢ncia dos ditames legais inerentes Ã  espÃ©cie e inexistindo vÃ-cios ou nulidades a sanar, passo a fundamentar e decidir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O estatuto civil pÃ¡trio dispÃµe que estÃ£o sujeitos Ã  curatela aqueles que, em razÃ£o de enfermidade ou deficiÃªncia mental, nÃ£o detÃªm necessÃ¡rio discernimento para os atos da vida civil (art. 1.767, CC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A curatela, por sua vez, Ã© o encargo deferido por lei a alguÃ©m capaz para reger a pessoa e administrar os bens de quem, em regra maior, nÃ£o pode fazÃª-lo por si mesmo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pela anÃ¡lise dos autos, pelos depoimentos colhidos, verifica-se que o interditando nÃ£o tem condiÃ§Ãµes de reger sua vida ou praticar os atos da vida civil, de modo que o pedido deve ser deferido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O laudo mÃ©dico de fl. 07, informa que o interditando, Ã© portador de cegueira, foi vÃ-tima de A.V.C. hemorrÃ¡gica, o que provocou oclusÃ£o e estenose de artÃ©rias cerebrais, mÃºltiplas e bilaterais (CID 10 - I66.4) estando incapacitado para as atividades definitivamente. AlÃ©m de que Ã© portador de transtorno mental nÃ£o especificado (CID 10 - F99). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A necessidade de interdiÃ§Ã£o tambÃ©m foi demonstrada pela oitiva do Interditando que evidenciou a sua necessidade de ajuda de terceiros para as atividades civis. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ISTO POSTO, e por tudo que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado e DECLARO ORMINO AVELIN DE JESUS, jÃ¡ qualificado nos autos, absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do artigo 1.767, inciso I, CC e artigo 754, CPC/15. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, NOMEIO o requerente WILSON JOSE DE SÃ como seu(sua) curador(a) para todos os atos da vida civil, dado o estado de desenvolvimento mental do(a) interditando(a), nos termos do artigo 755, I, CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por conseguinte, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÃ¿Ã¿O DE MÃ¿RITO, nos termos do art. 487, I, CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PROCEDA-SE, na forma do artigo 755, Â§ 3Âº, do CPC/15 e artigo 9Âº, inciso III, do CC, inscrevendo a presente decisÃ£o no CartÃ³rio de Registro competente, publicando-a na imprensa local e no Ã³rgÃ£o oficial por trÃªs vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O curador deverÃ¡ prestar compromisso no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 759, do CPC/15. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno o requerente nas custas, porÃ©m suspendo-as na forma do artigo 98, Â§3Âº do CPC, uma vez que beneficiÃ¡rio da justiÃ§a gratuita (fl.18). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem honorÃ¡rios, ante a falta de resistÃªncia nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃ¿-SE ciÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o decurso do prazo recursal, EXPEÃ¿A-SE o termo de curatela definitivo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Comunique-se Ã  JustiÃ§a Eleitoral. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, ARQUIVEM-SE os autos com as baixas de praxe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVIRÃ CÃ¿PIA DA PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÃ¿Ã¿O/ OFÃCIO/ CARTA PRECATÃ¿RIA. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 10 de novembro de 2021. HENRIQUE

CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Substituto da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ PROCESSO: 00050861920188140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Procedimento Comum Cível em: 10/11/2021---REQUERENTE:IRANI DOS SANTOS SILVA Representante(s): OAB 12059 - MARCELO LUIZ SALAME (ADVOGADO) REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL INSS. Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA PROCESSO NÂº: 0005086-19.2018.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a necessidade de readequaÃ§Ã£o da pauta de audiÃªncia, REDESIGNO audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 03 de maio de 2022, Ã s 11h30min. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIMEM-SE as partes acerca da audiÃªncia acima, devendo oportunamente apresentarem o rol de testemunhas no prazo legal, as quais deverÃ£o ser informadas/intimadas pelos patronos, nos termos do artigo 455, do CPC/2015. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se vista ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVE CÃ¿PIA DA PRESENTE COMO MANDADO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 10 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito PROCESSO: 00054087320178140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---VITIMA:M. V. B. V. DENUNCIADO:ANTONIO ALVES DE SOUZA FILHO. FLS. _____= _____--- KJD NKJSFNBSABF PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ AUDIÃ¿NCIA DE INSTRUÃ¿Ã¿O I.DADOS DO PROCESSO: Processo: 0005408-73.2017.8.14.0110 Data da AudiÃªncia: 28 de outubro de 2021 HorÃ¡rio: 10h00min II.PRESENTES AO ATO: Magistrado: HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Promotora: THAIS RODRIGUES CRUZ TOMAZ Defensora PÃºblica: BEATRIZ FERREIRA DOS REIS AUSENTES: Acusado: ANTONIO ALVES DE SOUSA FILHO VÃ-tima: MARIA VALENTINA BATISTA VIEIRA Testemunha: JULIO HONORATO DA SILVA Testemunha: FABIO COSTA BORGES Testemunha: PATRICK LUAN GONÃ¿ALVES SOBRINHO Aos 28 dias do mÃªs de outubro do ano de 2021, nesta cidade e Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡, Estado do ParÃ¡, na sala de AudiÃªncias deste JuÃ-zo, Ã s 10h00min, onde se encontravam o MMÂº. Juiz de Direito, Dr. Henrique Carlos Lima Alves Pereira, presente o RMP e a Defensora PÃºblica. Feito o pregÃ£o, verificou-se AUSENTES: o acusado, a vÃ-tima, as testemunhas. Compulsando os autos, verifico que o acusado ANTONIO ALVES DE SOUSA FILHO, nÃ£o fora intimidado para presente ato, conforme certidÃ£o do Oficial de JustiÃ§a, pois nÃ£o fora encontrado no endereÃ§o, tendo sido informado por moradores da casa que o mesmo se mudou e nÃ£o sabe o seu atual paradeirocem, presumindo-se assim, sua mudanÃ§a de residÃªncia sem comunica este juÃ-zo. Ex positis, nos termos do artigo 367 do CÃ³digo de Processo Penal, o MMÂº. Juiz decretou sua revelia. Compulsando os autos, verifico que a vÃ-tima, MARIA VALENTINA BATISTA VIEIRA, fora intimada para o ato, conforme certidÃ£o do Oficial de JustiÃ§a, no entanto, deu-se por ausente injustificadamente. Verifico que nos autos, fora expedido ofÃ-cio para intimaÃ§Ã£o dos policiais arrolados como testemunhas do MinistÃ©rio PÃºblico, no entanto, deram-se por ausentes. DELIBERAÃ¿Ã¿O: 1. Abra-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico, pelo prazo de 05 (cinco) dias, para que manifeste o que entender de direito. Nada mais havendo. Eu_____ Bruno Rodrigues (SecretÃ¡rio de AudiÃªncia), que o digitei e subscrevi. Juiz: _____ PROCESSO: 00056040920188140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Procedimento Comum Cível em: 10/11/2021---REQUERENTE:BANCO BRADESCO CARTOES S A Representante(s): OAB 78870 - WANDERLEY ROMANO DONADEL (ADVOGADO) REQUERIDO:KELLY DA SILVA SANTOS Representante(s): OAB 25461 - ARGELIA COLARES ALMEIDA (ADVOGADO) . Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº - Bairro Centro - Fone/Fax: (94) 3779-1209 - Email: 1goianesia@tjpa.jus.br Processo nÂº: 0005604-09.2018.8.14.0110 Requerente: Banco Bradesco CartÃµes S.A Requerido: Kelly da Silva Santos SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ¿Ã¿O DE COBRANÃ¿A PELO RITO COMUM, proposta por Banco Bradesco CartÃµes S.A, em face de Kelly da Silva Santos, ambos qualificados na exordial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿s fls. 130-131, a requerida Kelly da Silva Santos, manifestou interesse no pagamento voluntÃ¡rio do dÃ©bito objeto dessa aÃ§Ã£o, renunciando o direito de contestar e apresentando nos autos proposta de pagamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿s fls. 154-159, o requerente Banco Bradesco CartÃµes S.A, requereu a juntada de minuta de acordo, bem como sua homologaÃ§Ã£o e a extinÃ§Ã£o do feito, haja vista o seu cumprimento integral.

Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o que basta relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Inicialmente, apÃ³s anÃ¡lise do acordo, entabulado pelas partes Ã s fls. 156-159, compreendo que o acordo merece ser homologado, pois constato que este fora firmado voluntariamente, inexistindo qualquer irregularidade, tratando-se de objeto lÃ-cito, possÃ-vel e determinado. Nessa perspectiva, o CÃ³digo de Processo Civil concede ampla autonomia Ã s partes para a composiÃ§Ã£o dos seus prÃ³prios interesses. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre o assunto, discorre Luiz Guilherme Marinoni, SÃ©rgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero, em sua obra Â¿Novo CÃ³digo de Processo Civil ComentadoÂ¿ 1: Â¿O novo CÃ³digo tem como compromisso promover a soluÃ§Ã£o consensualÂ doÂ litÃ-gio sendoÂ umaÂ dasÂ suasÂ marcasÂ a viabilizaÃ§Ã£o de significativa abertura para a autonomia privada das partes - o que se manifesta nÃ£o sÃ³ no estÃ-mulo a que o resultado do processo seja fruto de um consenso das partes (art. 3Âº, Â§Â§ 2Âº e 3Âº, CPC), mas tambÃ©m na possibilidade de estruturaÃ§Ã£o contratual de determinados aspectos do processo (negÃ³cios processuais, art. 190, CPC, e calendÃ¡rio processual, art. 191, CPC)Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, presentes os pressupostos necessÃ¡rios para homologaÃ§Ã£o, quais sejam, capacidade e a representaÃ§Ã£o processual das partes, regularidade dos poderes conferidos aos patronos e, disponibilidade do direito da lide. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante o exposto, HOMOLOGO por sentenÃ§a, para que produza seus jurÃ-dicos e legais efeitos, o acordo de fls. 156-159, em consequÃªncia, extingo o presente processo com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito nos termos do art. 487, III, alÃ-nea b, do CÃ³digo de Processo Civil.Â  Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Custas e honorÃ¡rios na forma ajustada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Homologo a renÃºncia recursal; assim, apÃ³s a publicaÃ§Ã£o desta sentenÃ§a, certifique-se o trÃ¢nsito em julgado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 10 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito - Substituto da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ 1 Luiz Guilherme Marinoni, SÃ©rgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero - Â¿Novo CÃ³digo de Processo Civil ComentadoÂ¿,Revista dos Tribunais, p. 96/97 PROCESSO: 00056316020168140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Procedimento Sumário em: 10/11/2021---REQUERENTE:JOAO BARBOSA DA SILVA Representante(s): OAB 18305 - MARIA D AJUDA GOMES FRAGAS PAULUCIO (ADVOGADO) REQUERIDO:TITO INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA Representante(s): OAB 22329 - DANIEL CRUZ NOVAES (ADVOGADO) . Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA PROCESSO NÂº: 0005631-60.2016.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a necessidade de readequaÃ§Ã£o da pauta de audiÃªncia, REDESIGNO audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 03 de maio de 2022, Ã s 09h30min. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIMEM-SE as partes acerca da audiÃªncia acima, devendo oportunamente apresentarem o rol de testemunhas no prazo legal, as quais deverÃ£o ser informadas/intimadas pelos patronos, nos termos do artigo 455, do CPC/2015. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se vista ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVE CÃ¿PIA DA PRESENTE COMO MANDADO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 10 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito PROCESSO: 00058299720168140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---VITIMA:C. P. S. VITIMA:J. C. O. DENUNCIADO:CLEBER PEREIRA BARBOSA. Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA Processo nÂº: 0005829-97.2016.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a necessidade de readequaÃ§Ã£o da pauta de audiÃªncia, designo audiÃªncia para o dia 11/05/2021 Ã s 11h para oitiva das testemunhas arrolados pelo MinistÃ©rio PÃºblico, fl 03-v, neste FÃ³rum. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na oportunidade, ao confeccionar o mandado de intimaÃ§Ã£o, informar que a audiÃªncia poderÃ¡ ser realizada por videoconferÃªncia. O Oficial de JustiÃ§a deve informar na certidÃ£o de devoluÃ§Ã£o do mandado o contato telefÃ´nico das testemunhas.Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.I.C. SERVIRÃ A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÃ¿Ã¿O / OFÃCIO / CARTA PRECATÃ¿RIA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 10 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Substituto PROCESSO: 00058463120198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---DENUNCIADO:LUCAS EDUARDO SILVA OLIVEIRA. Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO

DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº Â¿ Bairro Colegial - Fone/Fax: (94) 3779-1209Â Email: 1goianesia@tjpa.jus.br PROCESSO:Â 0005846-31.2019.8.14.0110. DECISÃ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a manifestaÃ§Ã£o ministerial designo audiÃªncia para oferta de suspensÃ£o condicional do processo para o dia 24/05/2022, Ã s 09 horas, neste FÃ³rum. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CITE-SE o denunciado, LUCAS EDUARDO SILVA OLIVEIRA, no endereÃ§o constante na DenÃºncia, para comparecer, acompanhado de advogado, a audiÃªncia neste FÃ³rum, oportunidade na qual serÃ¡ oferecida proposta de suspensÃ£o condicional do processo, nos termos do artigo 89, da Lei nÂº 9.099/95. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVIRÃ CÃ¿PIA DESTA DECISÃ¿O COMO MANDADO/ CARTA PRECATÃ¿RIA/ OFÃCIO conforme autorizado pelo PROVIMENTO CJCI 003/2009, devendo o Sr. Diretor observar o disposto em seus artigos 3Âº e 4Âº. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 10 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA VARA Ã¿NICA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PROCESSO: 00058902120178140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 10/11/2021---REQUERENTE:MARCIA NUNES DE SOUZA REQUERIDO:ADRIANO FELIX DA CRUZ. Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº Â¿ Bairro Centro - Fone/Fax: (94) 3779-1209 - Email: 1goianesia@tjpa.jus.br Ã-PROCESSO NÂ°: 0005890-21.2017.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando certidÃ£o de fl. 31, remetam-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Antes, Ã SecretÃ¡ria para certificar se houve resposta do ofÃ-cio de fl.32. Â Â Â Â Â Â Â  Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 10 de novembro de 2021Â  HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA VARA Ã¿NICA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PROCESSO: 00062742320138140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Execução Fiscal em: 10/11/2021---EXEQUENTE:IBAMA Representante(s): OAB 9838 - ALDENOR DE SOUZA BOHADANA FILHO (ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO ) EXECUTADO:MADEIREIRA MARANHAO LTDA. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ/PA Processo nÂº 0006274-23.2013.8.14.0110 - META 02 SENTENÃ¿AÂ  Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de EXECUÃ¿Ã¿O FISCAL proposto pelo INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÃVEIS - IBAMA, contra MADEIREIRA MARANHÃ¿O LTDA, ambas qualificadas na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 33, despacho determinando a intimaÃ§Ã£o do exequente INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÃVEIS - IBAMA, para impulsionar o feito, sob pena de extinÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 35, ofÃ-cio encaminhando os autos para o exequente, bem como Ã¡ fl. 38, ofÃ-cio devolvendo os autos e informando que o exequente manifestar-se-ia, de forma expressa, oportunamente, mediante o encaminhamento de petiÃ§Ã£o ao setor de protocolo deste juÃ-zo e, atÃ© a presente data, quedou-se inerte. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O desenvolvimento e prosseguimento vÃ¡lido e regular dos atos processuais depende, essencialmente, do impulso processual efetivado pelas partes ou interessados. A inÃ©rcia das partes diante dos deveres e Ã´nus processuais, acarretando a paralisaÃ§Ã£o do processo, faz presumir desistÃªncia da pretensÃ£o Ã  tutela jurisdicional. Equivale, pois, ao desaparecimento do interesse, que Ã© condiÃ§Ã£o para o regular exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso dos autos, fora determinada a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte exequente para impulsionar o feito, sob pena de extinÃ§Ã£o, entretanto, mesmo intimado, quedou-se inerte, nÃ£o cumprindo o Ã´nus que lhe foi incumbido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por esse prisma, tais condutas configuram o abandono da causa por ausÃªncia superveniente de interesse na resoluÃ§Ã£o da demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse contexto, penso que a insistÃªncia no prolongamento deste feito, sÃ³ iria reforÃ§ar a nova tendÃªncia de crÃ-tica, por ausÃªncia de gestÃ£o processual, arcada, no sistema de justiÃ§a, apenas pelo Poder JudiciÃ¡rio e, ao final, nÃ£o se alcanÃ§aria o fim Ãºltimo que Ã© a resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, jÃ¡ que a falta de interesse, como visto, Ã© o que impera no caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, para o processo ser efetivo e eficaz, o impulso processual depende do interesse da parte e, se o interessado nÃ£o demonstra vontade e interesse em prosseguir com o feito, resta ao juÃ-zo, em homenagem aos princÃ-pios da razoÃ¡vel duraÃ§Ã£o da demanda e da racional gestÃ£o de processos, apÃ³s as providencias legais, determinar a extinÃ§Ã£o e o arquivamento dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, determino a EXTINÃ¿Ã¿O DO PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, diante do abandono da causa, com fundamento no artigo 485, inciso III do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â IntimaÃ§Ãµes necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÃ¢nsito

em julgado, dÃª-se baixa e arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVIRÃ A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÃ¿Â¿O / OFÃCIO / CARTA PRECATÃ¿RIA. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 10 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Substituto da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ PROCESSO: 00062886520178140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---DENUNCIADO:ELIESEL DOS REIS CORREIA VITIMA:O. E. . Fls. _____ Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ Vara Ãºnica da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ Ã-PROCESSO: 0006288-65.2017.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos e etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ Secretaria para cumprir integralmente a deliberaÃ§Ã£o de fl. 59. Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 10 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA VARA Ã¿NICA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PROCESSO: 00068325320178140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:R D DA COSTA FONSECA MADEIRAS. Fls. _____ Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ Vara Ãºnica da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ ÃºPROCESSO: 0006832-53.2017.8.14.0110 DECISÃ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o parecer ministerial de fl. 84, DETERMINO A SUSPENSÃ¿O DO PRESENTE PROCESSO e, consequentemente, do prazo prescricional, conforme dispÃµe o art. 3661 do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Atente-se para o fato de que o perÃ-odo de suspensÃ£o do prazo prescricional Ã© regulado pelo mÃ¡ximo da pena cominada (S. 415 do STJ). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se sob as formas da Lei. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seguida, dÃª-se vistas dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 10 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA VARA Ã¿NICA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ 1Â Art. 366. Se o acusado, citado por edital, nÃ£o comparecer, nem constituir advogado, ficarÃ£o suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produÃ§Ã£o antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisÃ£o preventiva, nos termos do disposto no art. 312. PROCESSO: 00068698020178140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:R D DA COSTA FONSECA MADEIRAS EPP. PODER JUDICIÃRIOÂ TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃÂ VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃÂ FÃ³rum Desembargador Raymundo Olavo da Silva AraÃºjoÂ Av. PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº, bairro colegial, tel./fax: (94) 3779-1209, CEP: 68.639-000,Â email: 1goianesia@tjpa.jus.br Processo nÂº 0006869-80.2017.8.14.0110 Denunciado (a): R D DA COSTA FONSECA MADEIRAS DECISÃ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a decisÃ£o que determinou a citaÃ§Ã£o por edital do(a) denunciado(a) R D DA COSTA FONSECA MADEIRAS, sendo que o mesmo nÃ£o compareceu e nem constituiu advogado nos autos, em consonÃ¢ncia ao parecer Ministerial, DETERMINO A SUSPENSÃ¿O DO PRESENTE PROCESSO e, consequentemente, do prazo prescricional, conforme dispÃµe o art. 3661 do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, atente-se para o fato de que o perÃ-odo de suspensÃ£o do prazo prescricional Ã© regulado pelo mÃ¡ximo da pena cominada (S. 415 do STJ). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se sob as formas da Lei. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡,10 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito - Titular da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ 1 Art. 366. Se o acusado, citado por edital, nÃ£o comparecer, nem constituir advogado, ficarÃ£o suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produÃ§Ã£o antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisÃ£o preventiva, nos termos do disposto no art. 312. PROCESSO: 00069907420188140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---VITIMA:G. F. A. DENUNCIADO:ROMARIO BATISTA DIAS. Processo nÂº. 0006990-74.2018.8.14.0110 RÃ©us: ROMARIO BATISTA DIAS

---

SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o penal formulada para apurar delito tipificado no Artigo 147, caput do CÃ³digo Penal c/c art. 5Âº e 7Âº c/c Lei 11.340/2006, crime este supostamente praticado por ROMARIO BATISTA DIAS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando os autos, especificamente quanto ao crime definido no Artigo 147, caput c/c art. 71 do CÃ³digo Penal c/c Lei 11.340/2006, constata-se que o fato ocorreu em 19/07/2018, isto Ã©, hÃ¡ mais de trÃªs anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Asseverava o Art. 109, do

CÃ³digo Penal, Ã  Ã©poca dos fatos: Â¿A prescriÃ§Ã£o antes de transitar em julgado a sentenÃ§a final, salvo o disposto nos parÃ¡grafos 1Âº e 2Âº do art. 110 deste CÃ³digo, regula-se pelo mÃ¡ximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se: VI - em 3 (trÃªs) anos, se o mÃ¡ximo da pena Ã© inferior a 1 (um) ano.Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O crime capitulado nestes autos e que estÃ¡ sendo imputado ao denunciado, possue, pena mÃ¡xima abstrata igual a 01 (um) a 06 (seis) meses de detenÃ§Ã£o, de modo que alcanÃ§ado pelo prazo prescricional contido no artigo acima citado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O recebimento da denÃºncia data de 24.09.2018, o prazo prescricional do Art. 109, VI, do CÃ³digo Penal foi atingido na data de 24.09.2021. Logo extinta a pretensÃ£o punitiva do Estado quanto aos fatos em questÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto reconheÃ§o prescrita a pretensÃ£o punitiva do Estado, quanto ao nacional ROMARIO BATISTA DIAS, qualificados Ã s fls. 01, pela prÃ¡tica do crime capitulado no Artigo 147, caput c/c art. 71 do CÃ³digo Penal c/c Lei 11.340/2006, e por consequÃªncia declaro extinta a punibilidade, nos moldes do Art. 107, IV c/c Art. 109, VI, todos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. ApÃ³s, arquivem-se com as cautelas legais. CUMPRA-SE COM URGÃ¿NCIA. GoianÃ©sia do ParÃ¡-PA, 09 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Substituto PROCESSO: 00071076520188140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---VITIMA:M. E. S. S. VITIMA:Y. S. S. DENUNCIADO:IDELVANE SILVA VULGO TINGUEIRA. FLS. _____= _____--- KJD NKJSFNBSABF PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ AUDIÃ¿NCIA DE INSTRUÃ¿Ã¿O I.DADOS DO PROCESSO: Processo: 0007107-65.2018.8.14.0110 Data da AudiÃªncia: 09 de novembro de 2021 HorÃ¡rio: 11h30min II.PRESENTES AO ATO: Magistrado: HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Promotora: THAIS RODRIGUES CRUZ TOMAZ Defensora PÃºblica: BEATRIZ FERREIRA DOS REIS III. AUSENTES Acusado: IDELVANE SILVA Testemunha: MARIA EDIMARA DA SILVA SOUSA Testemunha: YURE SANTANA DA SILVA Aos 09 dias do mÃªs de novembro do ano de 2021, nesta cidade e Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡, Estado do ParÃ¡, na sala de AudiÃªncias deste JuÃ-zo, Ã s 10h00min, onde se encontravam o MMÂº. Juiz de Direito, Dr. Henrique Carlos Lima Alves Pereira, presente o RMP, presente a Defensora PÃºblica. Feito o pregÃ£o, verificou-se AUSENTES: o acusado, e as testemunhas. Compulsando os autos, verifico que o acusado IDELVANE SILVA, nÃ£o fora intimidado para presente ato, conforme certidÃ£o do Oficial de JustiÃ§a, pois nÃ£o fora encontrado no endereÃ§o, tendo sido informado por moradores que o mesmo se mudou, presumindo-se assim, sua mudanÃ§a de residÃªncia sem comunicar este juÃ-zo. Ex positis, nos termos do artigo 367 do CÃ³digo de Processo Penal, o MMÂº. Juiz decretou sua revelia. Compulsando os autos, verifico que a testemunha YURE SANTANA DA SILVA, fora devidamente intimado para o ato, no entanto, deu-se por ausente sem apresentaÃ§Ã£o de justificativa. Compulsando os autos, verifico que a testemunha MARIA EDIMARA DA SILVA SOUSA, nÃ£o fora intimado para o ato, sendo noticiado por vizinhos que a mesma mudou de endereÃ§o. DELIBERAÃ¿Ã¿O: 1. Abra-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico, pelo prazo de 05 (cinco) dias, para que manifeste o que entender de direito. Nada mais havendo. Eu_____ Bruno Rodrigues (SecretÃ¡rio de AudiÃªncia), que o digitei e subscrevi. Juiz: _____ Defensora PÃºblica:_____ Promotora:_____ Acusada:_____ Obs: As oitivas das testemunhas foram realizadas pela plataforma Microsoft Teams. PROCESSO: 00071076520188140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---VITIMA:M. E. S. S. VITIMA:Y. S. S. DENUNCIADO:IDELVANE SILVA VULGO TINGUEIRA. Processo nÂº. 0005729-45.2016.8.14.0110 RÃ©us: JOSE CABRAL NOGUEIRA

---

SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o penal formulada para apurar delito tipificado no Artigo 180, Â§3Âº, do CÃ³digo Penal, crime este supostamente praticado por JOSE CABRAL NOGUEIRA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando os autos, especificamente quanto ao crime definido no Artigo 180, Â§3Âº, do CÃ³digo Penal, constata-se que o fato ocorreu em 25/08/2016, isto Ã©, hÃ¡ mais de trÃªs anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Asseverava o Art. 109, do CÃ³digo Penal, Ã  Ã©poca dos fatos: Â¿A prescriÃ§Ã£o antes de transitar em julgado a sentenÃ§a final, salvo o disposto nos parÃ¡grafos 1Âº e 2Âº do art. 110 deste CÃ³digo, regula-se pelo mÃ¡ximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se: VI - em 3 (trÃªs) anos, se o mÃ¡ximo da pena Ã© inferior a 1 (um) ano.Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O crime capitulado nestes autos e que estÃ¡ sendo imputado ao denunciado, possue, pena mÃ¡xima abstrata igual

a 01 (um) mÃªs a 01 (um) ano de detenÃ§Ã£o, de modo que alcanÃ§ado pelo prazo prescricional contido no artigo acima citado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O recebimento da denÃºncia data de 08/02/2017, o prazo prescricional do Art. 109, VI, do CÃ³digo Penal foi atingido na data de 08.02.2020. Logo extinta a pretensÃ£o punitiva do Estado quanto aos fatos em questÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto reconheÃ§o prescrita a pretensÃ£o punitiva do Estado, quanto ao nacional ROMARIO BATISTA DIAS, qualificados Ã s fls. 01, pela prÃ¡tica do crime capitulado no Artigo 180, Â§3Âº, do CÃ³digo Penal, e por consequÃªncia declaro extinta a punibilidade, nos moldes do Art. 107, IV c/c Art. 109, VI, todos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. ApÃ³s, arquivem-se com as cautelas legais. GoianÃ©sia do ParÃ¡-PA, 09 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Substituto PROCESSO: 00071702720178140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:R D DA COSTA FONSECA MADEIRAS EPP. Fls. _____ Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ Vara Ãºnica da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ ÃºPROCESSO: 0007170-27.2017.8.14.0110 DECISÃ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o parecer ministerial de fl. 27, DETERMINO A SUSPENSÃ¿O DO PRESENTE PROCESSO e, consequentemente, do prazo prescricional, conforme dispÃµe o art. 3661 do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Atente-se para o fato de que o perÃ-odo de suspensÃ£o do prazo prescricional Ã© regulado pelo mÃ¡ximo da pena cominada (S. 415 do STJ). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se sob as formas da Lei. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seguida, dÃª-se vistas dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 10 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA VARA Ã¿NICA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ 1Â Art. 366. Se o acusado, citado por edital, nÃ£o comparecer, nem constituir advogado, ficarÃ£o suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produÃ§Ã£o antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisÃ£o preventiva, nos termos do disposto no art. 312. PROCESSO: 00075089820178140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---VITIMA:O. E. DENUNCIADO:CARLOS LEONARDO DE SOUZA JUNIOR. FLS. _____=_____--- KJD NKJSFNBSABF PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ AUDIÃ¿NCIA DE PROPOSTA DE SUSPENSÃ¿O CONDICIONAL DO PROCESSO I.DADOS DO PROCESSO: Processo: 0007508-98.2017.8.14.0110 Data da AudiÃªncia: 10 de novembro de 2021 HorÃ¡rio: 10h30min II.PRESENTES AO ATO: Magistrado: HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Promotora: THAIS RODRIGUES CRUZ TOMAZ Beneficiado: CARLOS LEONARDO DE SOUZA JUNIOR Advogado: JOSE AUGUSTO COLARES BARATA,OAB/PA 016932 Aos 10 dias do mÃªs de novembro do ano de 2021, nesta cidade e Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡, Estado do ParÃ¡, na sala de AudiÃªncias deste JuÃ-zo, Ã s 10h30min, onde se encontravam o MMÂº. Juiz de Direito, Dr. Henrique Carlos Lima Alves Pereira, presente o RMP. Feito o pregÃ£o, verificou-se PRESETES: O beneficiado, acompanhado da advogada nomeada para o ato. O MINISTÃ¿RIO PÃ¿BLICO DO ESTADO DO PARÃ oferece SUSPENSÃ¿O CONDICIONAL DO PROCESSO em favor do denunciado VALDEMIR VIEIRA DA SILVA, nos termos do art. 89 da Lei 9.099/95, com as seguintes condiÃ§Ã£es: a) proibiÃ§Ã£o de frequentar bares e locais hÃ¡ venda bebidas alcoÃ³licas; b) proibiÃ§Ã£o de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorizaÃ§Ã£o do Juiz, por prazo superior a 15 dias. c) comparecimento pessoal e obrigatÃ³rio a juÃ-zo, a cada trÃªs meses, para informar e justificar suas atividades, a justificativa poderÃ¡ ser realizada atravÃ©s de petiÃ§Ã£o, juntada pelo seu advogado habilitado ao autos. A proposta fora aceita pelo beneficiado e pela seu defensor. SENTENÃ¿A: 1. Â¿Tendo em vista a proposta de suspensÃ£o condicional do processo pelo prazo de dois anos feita pelo MP e aceita pelo acusado e seu defensor, suspendo o processo pelo prazo de dois anos, submetendo os acusados a perÃ-odo de prova, sob as seguintes condiÃ§Ã£es: a) proibiÃ§Ã£o de frequentar bares e locais hÃ¡ venda bebidas alcoolicas; b) proibiÃ§Ã£o de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorizaÃ§Ã£o do Juiz, por prazo superior a 15 dias. c) comparecimento pessoal e obrigatÃ³rio a juÃ-zo, a cada trÃªs meses, para informar e justificar suas atividades, a justificativa poderÃ¡ ser realizada atravÃ©s de petiÃ§Ã£o, juntada pelo seu advogado habilitado ao autos. Fica o acusado advertido de que a suspensÃ£o serÃ¡ revogada se descumprirem qualquer uma das condiÃ§Ã£es acima impostas ou se forem processadas, no curso do perÃ-odo de provas, por outro crime ou contravenÃ§Ã£o penal. NÃ£o correrÃ¡ prescriÃ§Ã£o durante o prazo de suspensÃ£o do processo. Nada mais havendo. Eu_____ Bruno Rodrigues (SecretÃ¡rio de AudiÃªncia), que o digitei e subscrevi. Juiz: _____

Beneficiado:_____
Advogado:_____ PROCESSO: 00075914620198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Procedimento Sumário em: 10/11/2021---REQUERENTE:MARIA DOS REIS MOREIRA Representante(s): OAB 12059 - MARCELO LUIZ SALAME (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL. Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA PROCESSO NÂº: 0007591-46.2019.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a necessidade de readequaÃ§Ã£o da pauta de audiÃªncia, REDESIGNO audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 03 de maio de 2022, Ã s 11h. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIMEM-SE as partes acerca da audiÃªncia acima, devendo oportunamente apresentarem o rol de testemunhas no prazo legal, as quais deverÃ£o ser informadas/intimadas pelos patronos, nos termos do artigo 455, do CPC/2015. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se vista ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVE CÃ¿PIA DA PRESENTE COMO MANDADO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 10 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito PROCESSO: 00076688920188140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Averiguação de Paternidade em: 10/11/2021---REQUERENTE:VALCLEILSON FELICIO DA CONCEICAO Representante(s): OAB 19227 - LETICIA REGULO FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:CARLOS DANIEL DA SILVA CONCEICAO. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ/PA Processo nÂº. 0007668-89.2018.8.14.0110 Requerente: VALCLEILSON FELICIO DA CONCEIÃ¿Ã¿O Requerido: C.D.S.C Rep. Legal: ROSILENE DA SILVA BORGES SENTENÃ¿AÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ¿Ã¿O DE RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE proposta por VALCLEISON FELICIO DA CONCEIÃ¿Ã¿O em face de C.D.S.C, neste ato representado por ROSILENE DA SILVA BORGES. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 48 fora designada audiÃªncia para coleta do dna para o dia 27/10/2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 55 certidÃ£o do oficial de justiÃ§a, informando que o requerente fora intimado para o ato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No entanto, na data da presente assentada, deu-se por ausente e nÃ£o apresentou justificativa Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O desenvolvimento e prosseguimento vÃ¡lido e regular dos atos processuais depende, essencialmente, do impulso processual efetivado pelas partes ou interessados. A inÃ©rcia das partes diante dos deveres e Ã´nus processuais, acarretando a paralisaÃ§Ã£o do processo, faz presumir desistÃªncia da pretensÃ£o Ã  tutela jurisdicional. Equivale, pois, ao desaparecimento do interesse, que Ã© condiÃ§Ã£o para o regular exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso dos autos, fora determinada sua intimaÃ§Ã£o pessoal da parte autora no endereÃ§o constante nos autos, para comparecer em audiÃªncia, tendo sido devidamente intimado, contudo, na data da audiÃªncia, deu-se por ausente e nÃ£o apresentou justificativa . Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por esse prisma, a meu juÃ-zo, tais condutas configuram o abandono da causa por ausÃªncia superveniente de interesse na resoluÃ§Ã£o da demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse contexto, penso que a insistÃªncia no prolongamento deste feito, sÃ³ iria reforÃ§ar a nova tendÃªncia de crÃ-tica, por ausÃªncia de gestÃ£o processual, arcada, no sistema de justiÃ§a, apenas pelo Poder JudiciÃ¡rio e, ao final, nÃ£o se alcanÃ§aria o fim Ãºltimo que Ã© a resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, jÃ¡ que a falta de interesse, como visto, Ã© o que impera no caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, para o processo ser efetivo e eficaz, o impulso processual depende do interesse da parte e, se o interessado nÃ£o demonstra vontade e interesse em prosseguir com o feito, resta ao juÃ-zo, em homenagem aos princÃ-pios da razoÃ¡vel duraÃ§Ã£o da demanda e da racional gestÃ£o de processos, apÃ³s as providencias legais, determinar a extinÃ§Ã£o e o arquivamento dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, determino a EXTINÃ¿Ã¿O DO PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, diante do abandono da causa, com fundamento no artigo 485, inciso III do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â IntimaÃ§Ãµes necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÂ¢nsito em julgado, dÃª-se baixa e arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVIRÃ A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÃ¿Â¿O / OFÃCIO / CARTA PRECATÃ¿RIA. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 09 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Substituto PROCESSO: 00076881720178140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---DENUNCIADO:MIZAEL GONCALVES SILVA VITIMA:W. J. S. C. . PODER JUDICIÃRIOÂ TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃÂ VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO

PARÃÂ FÃ³rum Desembargador Raymundo Olavo da Silva AraÃºjoÂ Av. PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº, bairro colegial, tel./fax: (94) 3779-1209, CEP: 68.639-000,Â email: 1goianesia@tjpa.jus.br Processo nÂº 0007688-17.2017.8.14.0110 Denunciado (a): MIZAEL GONÃ¿ALVES SILVA DECISÃ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a decisÃ£o que determinou a citaÃ§Ã£o por edital do(a) denunciado(a) MIZAEL GONÃ¿ALVES SILVA, sendo que o mesmo nÃ£o compareceu e nem constituiu advogado nos autos, em consonÃ¢ncia ao parecer Ministerial, DETERMINO A SUSPENSÃ¿O DO PRESENTE PROCESSO e, consequentemente, do prazo prescricional, conforme dispÃµe o art. 3661 do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, atente-se para o fato de que o perÃ-odo de suspensÃ£o do prazo prescricional Ã© regulado pelo mÃ¡ximo da pena cominada (S. 415 do STJ). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se sob as formas da Lei. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡,10 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito - Titular da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ 1 Art. 366. Se o acusado, citado por edital, nÃ£o comparecer, nem constituir advogado, ficarÃ£o suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produÃ§Ã£o antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisÃ£o preventiva, nos termos do disposto no art. 312. PROCESSO: 00079260220188140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---VITIMA:O. E. DENUNCIADO:CICERO GEISEL MAGALHAES MESQUITA PEREIRA. Fls. _____ Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ Vara Ãºnica da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ ÃºPROCESSO: 0007926-02.2018.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Vistos, Â Â Â Â Â Â Â Remetam-se os autos Ã  Defensoria PÃºblica para, no prazo legal, apresentar resposta Ã  acusaÃ§Ã£o do denunciado CICERO GEISEL MAGALHÃ¿ES MESQUITA PEREIRA. Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 10 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA VARA Ã¿NICA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PROCESSO: 00084503320178140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Justificação em: 10/11/2021---REQUERENTE:NATALIA OLIVEIRA SANTOS Representante(s): OAB 10653-B - WEILLIA FREIRE DE ABREU (ADVOGADO) REQUERIDO:ELIZEU FERREIRA DE ASSIS Representante(s): OAB 18305 - MARIA D AJUDA GOMES FRAGAS PAULUCIO (ADVOGADO) OAB 23885 - ENIO PAZIN (ADVOGADO) OAB 24938 - TAISA MARTINS SOUZA (ADVOGADO) . Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ Vara Ãºnica da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ PROCESSO NÂº: 0008450-33.2017.8.14.0110 Requerente: NATÃLIA OLIVEIRA SANTOS e MELISSA SANTOS DE ASSIS Requerido: ELIZEU FERREIRA DE ASSIS DECISÃ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de embargos de declaraÃ§Ã£o (fls. 76-78) opostos pela requerente contra a sentenÃ§a de fl. 72, que julgou extinto o processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, diante do abandono de causa, com fundamento no artigo 485, incisos III e VI do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Embargante, alega, em sÃ-ntese, que hÃ¡ erro material e, por consequÃªncia, contradiÃ§Ã£o quanto Ã  sentenÃ§a que determinou a extinÃ§Ã£o do feito, jÃ¡ que nÃ£o houve qualquer abandono de causa, pois a requerente sequer foi intimada pessoalmente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿s fls. 81-83, consta petiÃ§Ã£o informando que as partes compuseram acordo e requerem a homologaÃ§Ã£o da transaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instada a se manifestar, a parte Embargada, informou que nada tem a dizer com relaÃ§Ã£o aos embargos e reiterou o pedido de homologaÃ§Ã£o do acordo firmado pelas partes Ã s fls.81-83. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConheÃ§o dos embargos, eis que tempestivos e quanto ao seu mÃ©rito, verifico que assiste razÃ£o ao embargante. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A sentenÃ§a proferida julgou extinto o processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, diante do abandono de causa, com fundamento no artigo 485, incisos III e VI do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico que as alegaÃ§Ãµes da embargante merecem prosperar, jÃ¡ que nÃ£o houve a intimaÃ§Ã£o pessoal da requerente conforme determina o artigo 485, Â§1Âº do CPC, verbis: Art. 485. O juiz nÃ£o resolverÃ¡ o mÃ©rito quando: I - indeferir a petiÃ§Ã£o inicial; II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligÃªncia das partes; III - por nÃ£o promover os atos e as diligÃªncias que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; IV - verificar a ausÃªncia de pressupostos de constituiÃ§Ã£o e de desenvolvimento vÃ¡lido e regular do processo; V - reconhecer a existÃªncia de perempÃ§Ã£o, de litispendÃªncia ou de coisa julgada; VI - verificar ausÃªncia de legitimidade ou de interesse processual; VII - acolher a alegaÃ§Ã£o de existÃªncia de convenÃ§Ã£o de arbitragem ou quando o juÃ-zo arbitral reconhecer sua competÃªncia; VIII - homologar a desistÃªncia da aÃ§Ã£o; IX - em caso de morte da parte, a aÃ§Ã£o for considerada intransmissÃ-vel por disposiÃ§Ã£o legal; e X - nos demais casos prescritos neste CÃ³digo. Â§ 1Âº Nas hipÃ³teses descritas nos incisos II e

III, a parte serÃ¡ intimada pessoalmente para suprir a falta no prazo de 5 (cinco) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo exposto, CONHEÃ¿O e DOU PROVIMENTO aos Embargos de DeclaraÃ§Ã£o, para tornar sem efeitos a sentenÃ§a atacada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se, Registre-se, Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico. Deixo para analisar o acordo firmado pelas partes Ã s fls. 81/83, apÃ³s manifestaÃ§Ã£o do parquet. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desde jÃ¡, determino a intimaÃ§Ã£o da requerente atravÃ©s de sua advogada constituÃ-da Dra. Weillia Freire de Abreu, OAB/PA nÂº 10.653-B, via DJe, bem como do requerido, atravÃ©s de seus advogados constituÃ-dos Dra. Maria DÂ¿ajuda Gomes Fragas Paulucio, OAB/PA nÂº 18.305 e Enio Pazin, OAB/PA 23.885, via DJe, para no prazo de 05 (cinco) dias, informarem Ã  este juÃ-zo o perÃ-odo correspondente a uniÃ£o estÃ¡vel entre as partes. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 10 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito - Substituto da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ PROCESSO: 00084702420178140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---VITIMA:O. E. DENUNCIADO:EDSON FERREIRA MAIA. Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº Â¿ Bairro Centro - Fone/Fax: (94) 3779-1209 - Email: 1goianesia@tjpa.jus.br Ã-PROCESSO NÂ°: 0008470-24.2017.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certifique-se a Secretaria acerca do cumprimento da decisÃ£o fl. 52. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s cumprido, acautelem-se os autos na Secretaria para a realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â  Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 10 de novembro de 2021Â  HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA VARA Ã¿NICA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PROCESSO: 00088862120198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---DENUNCIADO:ANTONIA SANDRA ALVES DA SILVA. FLS. _____= _____--- KJD NKJSFNBSABF PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ AUDIÃ¿NCIA DE INSTRUÃ¿Ã¿O I.DADOS DO PROCESSO: Processo: 0008886-21.2019.8.14.0110 Data da AudiÃªncia: 09 de novembro de 2021 HorÃ¡rio: 10h00min II.PRESENTES AO ATO: Magistrado: HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Promotora: THAIS RODRIGUES CRUZ TOMAZ Defensora PÃºblica: BEATRIZ FERREIRA DOS REIS Acusada: ANTONIA SANDRA ALVES DA SILVA Testemunha: ANTONIO EDSON DE OLIVEIRA SAMPAIO Testemunha: REGIVALDO DE MORAES MENEZES Aos 09 dias do mÃªs de novembro do ano de 2021, nesta cidade e Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡, Estado do ParÃ¡, na sala de AudiÃªncias deste JuÃ-zo, Ã s 10h00min, onde se encontravam o MMÂº. Juiz de Direito, Dr. Henrique Carlos Lima Alves Pereira, presente o RMP, presente a Defensora PÃºblica. Feito o pregÃ£o, verificou-se PRESETES: a acusada, a testemunha Antonio Edson Oliveira Sampaio, a testemunha Regivaldo de Moraes Menezes. Passou-se a oitiva da testemunha ANTONIO EDSON DE OLIVEIRA SAMPAIO (segue anexo mÃ-dia de audiÃªncia). Passou-se a oitiva da testemunha REGIVALDO DE MORAES MENEZES. (segue anexo mÃ-dia de audiÃªncia). Passou-se ao interrogatÃ³rio da acusada ANTONIA SANDRA ALVES DA SILVA (segue anexo mÃ-dia de audiÃªncia). A acusada esclarece que o advogado habilitado nos autos fora contratado apenas para defesa (resposta Ã  acusaÃ§Ã£o e requerimento de revogaÃ§Ã£o de prisÃ£o preventiva), e que atualmente nÃ£o possui condiÃ§Ãµes financeiras e requer assistÃªncia da Defensoria PÃºblica. Dada a palavra a representante do MinistÃ©rio PÃºblico, esta requereu a juntada do Laudo Definitivo de ApreensÃ£o de Drogas. Por fim, requereu translado da cÃ³pia da mÃ-dia de audiÃªncia de instruÃ§Ã£o contendo relato da acusada Ã  corregedoria da Policia Civil, para que apure possÃ-vel ameaÃ§a do policial civil REGIVALDO DE MORAES MENEZES Ã  acusada. DELIBERAÃ¿Ã¿O: 1. Tendo em vista o comparecimento da acusada ao presente ato, levanto a revelia decretada na decisÃ£o de fl. 89. 2. Considerando as declaraÃ§Ãµes da acusada, no sentido de que o advogado habilitado aos autos, fora contratado apenas para apresentaÃ§Ã£o da resposta Ã  acusaÃ§Ã£o e requerimento de revogaÃ§Ã£o da prisÃ£o preventiva e que, atualmente, nÃ£o possui condiÃ§Ãµes financeiras para arcar com assistÃªncia de advogado particular, desabilite do sistema o advogado Yuri Ferreira Maciel, inscrito na oab/pa sob nÂº 25.777, pois a partir desse ato, a acusada serÃ¡ representada pela Defensoria PÃºblica. 3. Oficie-se a autoridade policial para que proceda a juntada do Laudo Definitivo da Natureza e Quantidade de Drogas. 4. Oficie-se a Corregedoria da Policia Civil, encaminhando cÃ³pia da mÃ-dia de audiÃªncia, contendo interrogatÃ³rio da acusada, para que o Ã³rgÃ£o apure possÃ-vel ameaÃ§a do policial civil REGIVALDO DE MORAES MENEZES Ã  acusada. 5. Com a juntada do Laudo Definitivo de Drogas, abra-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico, pelo prazo de 05 (cinco) dias, para que apresente AlegaÃ§Ãµes Finais, em seguida, pelo mesmo prazo e propÃ³sito, abre-se vistas Ã  Defensoria PÃºblica. Por fim, faÃ§am-se os autos conclusos para sentenÃ§a. Nada mais havendo. Eu_____ Bruno Rodrigues (SecretÃ¡rio de

AudiÃªncia), que o digitei e subscrevi. Juiz: _____ Defensora PÃºblica:_____ Promotora:_____ Acusada:_____ Obs: As oitivas das testemunhas foram realizadas pela plataforma Microsoft Teams. PROCESSO: 00088862120198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---DENUNCIADO:ANTONIA SANDRA ALVES DA SILVA. FLS. _____= _____--- KJD NKJSFNBSABF PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ AUDIÃ¿NCIA DE INSTRUÃ¿Ã¿O I.DADOS DO PROCESSO: Processo: 0007886-83.2019.8.14.0110 Data da AudiÃªncia: 09 de novembro de 2021 HorÃ¡rio: 10h30min II.PRESENTES AO ATO: Magistrado: HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Promotora: THAIS RODRIGUES CRUZ TOMAZ Advogada: DYELL BARBOSA MOTA OAB/PA 26414 Acusado: ANTONIO SERGIO DA SILVA SANTOS RG: 2797364 Acusada: ROSIANE DA SILVA SANTOS RG6135817 VÃ-tima: ELIETHE BRITO DE SOUSA RG: 5724331 PC/PA Testemunha: ILDETE BRITO DE SOUSA Aos 09 dias do mÃªs de novembro do ano de 2021, nesta cidade e Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡, Estado do ParÃ¡, na sala de AudiÃªncias deste JuÃ-zo, Ã s 10h30min, onde se encontravam o MMÂº. Juiz de Direito, Dr. Henrique Carlos Lima Alves Pereira, presente o RMP, presente a Defensora PÃºblica. Feito o pregÃ£o, verificou-se PRESETES: os acusados, acompanhados de sua advogada, a vÃ-tima e a testemunha. Passou-se a oitiva da vÃ-tima: ELIETHE BRITO DE SOUSA (segue anexo mÃ-dia de audiÃªncia). No momento da oitiva da testemunha, fora declarado que a mesma possui receio de prestar depoimento na presenÃ§a dos acusados, por este motivo, na forma do art. 217 do CÃ³digo de Processo Penal, determinou a retirada dos acusados da sala de audiÃªncia, permanecendo e sendo representados por sua advogada, Dr. Dyell Barbosa Mota. Passou-se a oitiva da testemunha ILDETE BRITO DE SOUSA. ( segue anexo mÃ-dia de audiÃªncia). Passou-se ao interrogatÃ³rio do acusado ANTONIO SERGIO DA SILVA SANTOS (segue anexo mÃ-dia de audiÃªncia). Passou-se ao interrogatÃ³rio da acusada ROSIANE DA SILVA SANTOS (segue anexo mÃ-dia de audiÃªncia). Fora requerido pela advogada dos acusados que fosse concedido prazo de 10 (dez) dias para juntada de alguns documentos relativos a saÃºde da acusada Rosiane da Silva Santos. DELIBERAÃ¿Ã¿O: 1. Defiro pedido formulado pela defesa dos acusados, concedo o prazo de 10 (dez) dias para juntada dos documentos relatos do pedido. 2. Expirado o prazo, abra-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico, pelo prazo de 05 (cinco) dias, para alegaÃ§Ãµes finais, apÃ³s, pelo mesmo prazo e propÃ³sito, abra-se vistas a Defesa dos Acusados. Por fim, faÃ§am-se os autos conclusos para sentenÃ§a. Nada mais havendo. Eu_____ Bruno Rodrigues (SecretÃ¡rio de AudiÃªncia), que o digitei e subscrevi. Juiz: _____ PROCESSO: 00093103420178140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---VITIMA:O. E. DENUNCIADO:LEANDRO DOS SANTOS DA SILVA Representante(s): SAMUEL OLIVEIRA RIBEIRO DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) . FLS. _____= _____--- KJD NKJSFNBSABF PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ AUDIÃ¿NCIA DE INSTRUÃ¿Ã¿O I.DADOS DO PROCESSO: Processo: 0009310-34.2017.8.14.0110 Data da AudiÃªncia: 09 de novembro de 2021 HorÃ¡rio: 09h30min II.PRESENTES AO ATO: Magistrado: HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Promotora: THAIS RODRIGUES CRUZ TOMAZ Defensora PÃºblica: BEATRIZ FERREIRA DOS REIS III. AUSENTES Acusado: LEANDRO DOS SANTOS DA SILVA Testemunha: ALCIDES GONÃ¿ALVES DE LIMA Testemunha: CRISTIANE DO SOCORRO COELHO QUEIROZ Testemunha: PHILIPI BERNARDO PEREIRA DE SOUSA Aos 09 dias do mÃªs de novembro do ano de 2021, nesta cidade e Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡, Estado do ParÃ¡, na sala de AudiÃªncias deste JuÃ-zo, Ã s 09h30min, onde se encontravam o MMÂº. Juiz de Direito, Dr. Henrique Carlos Lima Alves Pereira, presente o RMP, presente a Defensora PÃºblica. Feito o pregÃ£o, verificou-se AUSENTES: o acusado, e as testemunhas. Compulsando os autos, verifico que nos autos nÃ£o hÃ¡ notÃ-cias quanto a intimaÃ§Ã£o do acusado paraÂ o presente ato. Compulsando os autos, verifico que o ofÃ-cio para intimaÃ§Ã£o das testemunhas e o e-mail encaminhado contÃ©m nomes de testemunhas divergentes. DELIBERAÃ¿Ã¿O: 1. Ã¿ secretaria para que certifique com relaÃ§Ã£o a intimaÃ§Ã£o do acusado para o ato e esclareÃ§a se as testemunhas arroladas na denÃºncia foram devidamente intimadas. Nada mais havendo. Eu_____ Bruno Rodrigues (SecretÃ¡rio de AudiÃªncia), que o digitei e subscrevi. Juiz: _____ PROCESSO:

00099466320188140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Cumprimento de sentença em: 10/11/2021---REQUERENTE:LAYNE CRISTINA COSTA RODRIGUES Representante(s): SAMUEL OLIVEIRA RIBEIRO DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) REPRESENTANTE:LEIDIANE COSTA DA SILVA REQUERIDO:FABIO RODRIGUES NONATO. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ/PA Processo nÂº 0009946-63.2018.8.14.0110 SENTENÃ¿AÂ  Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ¿Ã¿O DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃ¿A POR EXPROPRIAÃ¿Ã¿O DE BENS proposto por L.C.C.R., neste ato representados por sua genitora LEIDIANE COSTA DA SILVA, em face de FABIO RODRIGUES NONATO, todos qualificados na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 27, despacho determinando a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte autora, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca do interesse no prosseguimento do feito, nos termos do artigo 485, Â§1Âº, do CPC/15, sob pena de extinÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 31, CertidÃ£o do Oficial de JustiÃ§a, informando que intimou a representante da requerente, Sra. Leidiane Costa da Silva, de todo teor da missiva. Entretanto, conforme manifestaÃ§Ã£o da Defensoria PÃºblica do Estado do ParÃ¡ (fl.34-verso), a autora quedou-se inerte, nÃ£o cumprindo com o Ã´nus processual que lhe competia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡, manifestou-se pela extinÃ§Ã£o do processo, jÃ¡ que a norma processual estabelece que, quando o autor, por nÃ£o promover os atos e as diligÃªncias que lhe incumbir, abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias, deverÃ¡ ser extinto o processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do artigo 485, III, do NCPC (fl. 36). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O desenvolvimento e prosseguimento vÃ¡lido e regular dos atos processuais depende, essencialmente, do impulso processual efetivado pelas partes ou interessados. A inÃ©rcia das partes diante dos deveres e Ã´nus processuais, acarretando a paralisaÃ§Ã£o do processo, faz presumir desistÃªncia da pretensÃ£o Ã  tutela jurisdicional. Equivale, pois, ao desaparecimento do interesse, que Ã© condiÃ§Ã£o para o regular exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso dos autos, fora determinada a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte autora no endereÃ§o constante nos autos, entretanto, mesmo intimada, a requerente quedou-se inerte, nÃ£o cumprindo o Ã´nus processual que lhe fora incumbido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por esse prisma, tais condutas configuram o abandono da causa por ausÃªncia superveniente de interesse na resoluÃ§Ã£o da demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse contexto, penso que a insistÃªncia no prolongamento deste feito, sÃ³ iria reforÃ§ar a nova tendÃªncia de crÃ-tica, por ausÃªncia de gestÃ£o processual, arcada, no sistema de justiÃ§a, apenas pelo Poder JudiciÃ¡rio e, ao final, nÃ£o se alcanÃ§aria o fim Ãºltimo que Ã© a resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, jÃ¡ que a falta de interesse, como visto, Ã© o que impera no caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, para o processo ser efetivo e eficaz, o impulso processual depende do interesse da parte e, se o interessado nÃ£o demonstra vontade e interesse em prosseguir com o feito, resta ao juÃ-zo, em homenagem aos princÃ-pios da razoÃ¡vel duraÃ§Ã£o da demanda e da racional gestÃ£o de processos, apÃ³s as providencias legais, determinar a extinÃ§Ã£o e o arquivamento dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, determino a EXTINÃ¿Ã¿O DO PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, diante do abandono da causa, com fundamento no artigo 485, inciso III do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â IntimaÃ§Ãµes necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÃ¢nsito em julgado, dÃª-se baixa e arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVIRÃ A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÃ¿Â¿O / OFÃCIO / CARTA PRECATÃ¿RIA. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 10 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Substituto da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ PROCESSO: 00104264120188140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---VITIMA:S. R. S. DENUNCIADO:VALDECIR ALVES PINTO. Fls. _____ Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ Vara Ãºnica da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ PROCESSO: 0010426-41.2018.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos e etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certifique-se o trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a de fls. 69 a 73-v. Â Â Â Â Â Â Â Â  Â Cumpra-se o item 2.3 da fl. 79. Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 10 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA VARA Ã¿NICA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PROCESSO: 00104653820188140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---VITIMA:D. K. S. B. DENUNCIADO:WALLEF SANTOS COSTA. FLS. _____=_____--- KJD NKJSFNBSABF PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ AUDIÃ¿NCIA DE INSTRUÃ¿Ã¿O I.DADOS DO PROCESSO: Processo: 0010465-38.2018.8.14.0110 Data da AudiÃªncia: 28 de outubro de 2021 HorÃ¡rio: 10h00min II.PRESENTES AO ATO: Magistrado: HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Promotora: THAIS

RODRIGUES CRUZ TOMAZ Defensora PÃºblica: BEATRIZ FERREIRA DOS REIS VÃ-tima: DHESSICA KETLI SILVA BARROS Testemunha: GERALDO PEREIRA DOS SANTOS Testemunha: JAMMES MARCELL DA COSTA RODRIGUES Testemunha: LUCAS CORREA FERNADES II. AUSENTES: Acusado: WALLEF SANTOS COSTA Aos 28 dias do mÃªs de outubro do ano de 2021, nesta cidade e Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡, Estado do ParÃ¡, na sala de AudiÃªncias deste JuÃ-zo, Ã s 10h00min, onde se encontravam o MMÂº. Juiz de Direito, Dr. Henrique Carlos Lima Alves Pereira, presente o RMP e a Defensora PÃºblica. Feito o pregÃ£o, verificou-se PRESETES: A vÃ-tima e as testemunhas. Verificou-se AUSENTE: O acusado. Compulsando os autos, verifico que o acusado WALLEF SANTOS COSTA, nÃ£o fora intimidado para presente ato, conforme certidÃ£o de fl. 67, pois nÃ£o fora encontrado no endereÃ§o, tendo sido informado por moradores da casa que o mesmo se mudou para GoiÃ¢nia, presumindo-se assim, sua mudanÃ§a de residÃªncia sem comunica este juÃ-zo. Ex positis, nos termos do artigo 367 do CÃ³digo de Processo Penal, o MMÂº. Juiz decretou sua revelia. Passou-se a colher o depoimento da vÃ-tima DHESSICA KETLI SILVA BARROS (segue anexo mÃ-dia de audiÃªncia) No momento da oitiva da testemunha GERALDO PEREIRA DOS SANTOS, mesmo apÃ³s a leitura da denÃºncia, este afirmou nÃ£o se recordar dos fatos. No momento da oitiva da testemunha JAMMES MARCELL DA COSTA RODRIGUES, mesmo apÃ³s a leitura da denÃºncia, este afirmou nÃ£o se recordar dos fatos. No momento da oitiva da testemunha LUCAS CORREA FERNADES, mesmo apÃ³s a leitura da denÃºncia, este afirmou nÃ£o se recordar dos fatos. DELIBERAÃ¿Ã¿O: 1. Abra-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico, pelo prazo de 05 (cinco) dias, para apresentaÃ§Ã£o das alegaÃ§Ãµes finais, em segui Ã  Defensoria PÃºblica para o mesmo propÃ³sito, por fim faÃ§am-se os autos conclusos para sentenÃ§a. Nada mais havendo. Eu_____ Bruno Rodrigues (SecretÃ¡rio de AudiÃªncia), que o digitei e subscrevi. Juiz: _____ Defensora PÃºblica:_____ VÃ-tima: _____ PROCESSO: 00473245820158140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---DENUNCIADO:JAIRO ROCHA DA SILVA VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PIAUÃ VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE CURIMATÃ FLS. _____= _____--- KJD NKJSFNBSABF PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ Ã£ PROCESSO N.: 0047324-58.2015.8.14.0110Â  Â Â Â Â Â DECISÃ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a retomada das atividades judiciais DESIGNO audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 29/03/2022, Ã s 11h. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se o MinistÃ©rio PÃºblico, o acusado e seu defensor, bem como as testemunhas arroladas pelo Parquet e pela defesa, com atenÃ§Ã£o ao artigo 370, Â§4Âº, do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando as recomendaÃ§Ãµes da OrganizaÃ§Ã£o Mundial da SaÃºde Â¿ OMS, os usuÃ¡rios internos e externos sÃ£o, obrigatoriamente, submetidos aos protocolos sanitÃ¡rios, com o objetivo de resguardo da saÃºde e prevenir o contÃ¡gio pela COVID Â¿ 19 ao adentar as unidades do Poder JudiciÃ¡rio do ParÃ¡. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A SecretÃ¡ria deve especificar no mandado de intimaÃ§Ã£o a obrigatoriedade das partes de comparecerem utilizando mÃ¡scaras de proteÃ§Ã£o contra disseminaÃ§Ã£o da COVID Â¿ 19 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se com as demais formalidades legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 10 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Substituto Processo n. 0000238-08.2013.8.18.0092 p. PROCESSO: 00000217220208140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021---VITIMA:M. F. S. DENUNCIADO:GILVAN DA SILVA LIMA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA PROCESSO NÂº 0000021-72.2020.8.14.0110 SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O representante do MinistÃ©rio PÃºblico ofereceu denÃºncia perante este juÃ-zo contra GILVAN DA SILVA LIMA FERREIRA, devidamente qualificado nos autos, imputando ao mesmo o crime tipificado nos artigos 129, Â§ 9Âº e 147, caput, na forma do artigo 69, todos do CÃ³digo Penal Brasileiro c/c artigo 7Âº da Lei nÂº 11.340/2006. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nada obstante, compulsando os autos, verifico certidÃ£o de Ã³bito do acusado GILVAN DA SILVA LIMA FERREIRA (fl. 47), lavrado no CartÃ³rio do Ã¿nico OfÃ-cio de GoianÃ©sia do ParÃ¡, que registra o falecimento deste em 24 de abril de 2021, vÃ-tima de acidente de trÃ¢nsito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o penal pÃºblica movida contra o acusado que veio a falecer no curso processo, pelo que, diante da comprovaÃ§Ã£o da morte do agente na forma prevista pelo artigo 62 do CÃ³digo de Processo Penal, Ã© de ser reconhecida a extinÃ§Ã£o da punibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE pela morte do agente GILVAN DA SILVA LIMA FERREIRA, nos

termos do artigo 107, inciso I, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpridas as formalidades legais arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. Â HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Substituto da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ PROCESSO: 00002115520088140110 PROCESSO ANTIGO: 200810001624 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: CANCELAMENTO DE PROTESTO em: 11/11/2021---REQUERIDO:FERRAGENS NEGRAO COMERCIAL LTDA Representante(s): OAB 42005 - GUILHERME LUIZ GOMES JUNIOR (ADVOGADO) REQUERENTE:NORTEC INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - EPP Representante(s): WEILLIA FREIRE DE ABREU (ADVOGADO) ETURY BARROS (ADVOGADO) . Processo: 0000211-55.2008.8.14.0110. SENTENÃ¿A I - RELATÃ¿RIO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tratam os autos de Â¿AÃ§Ã£o ordinÃ¡ria de cancelamento e protesto de tÃ-tulo de crÃ©dito e inexigibilidade de tÃ-tulo c/c indenizaÃ§Ã£o por danos moraisÂ¿ proposta por NORTEC INDUSTRIA E COMÃ¿RCIO DE MADEIRAS LTDA - EPP em desfavor FERRAGENS NEGRÃ¿O COMERICAL LTDA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o de fl. 365-366 na qual as partes litigantes, mesmo apÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, transigiram. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Eis o breve relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo a fundamentar. II - FUNDAMENTAÃ¿Ã¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que tange ao valor principal da obrigaÃ§Ã£o, inicialmente, impende ressaltar que a questÃ£o tratada nos presentes autos foi cingida pela autocomposiÃ§Ã£o, propiciando, assim, o fim do descontentamento entre as partes, as quais transigiram e realizam acordo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, o art. 487, III, b do CÃ³digo de Processo Civil, preconiza ser o presente caso hipÃ³tese de extinÃ§Ã£o do feito com exame do mÃ©rito, litteris: Â Â Â Â Â Â Â Â Â HaverÃ¡ resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito quando o juiz: Â Â Â Â Â Â Â Â Â III - homologarÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â b) a transaÃ§Ã£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â No mais, a transaÃ§Ã£o celebrada entre as partes nÃ£o estÃ¡ eivada de nenhum vÃ-cio que impeÃ§a sua homologaÃ§Ã£o por este juÃ-zo. III - DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Posto isso, HOMOLOGO, por sentenÃ§a, a transaÃ§Ã£o celebrada entre as partes nas fls. 365/366, a qual passa a fazer parte da presente sentenÃ§a, para que possa surtir os seus jurÃ-dicos e legais efeitos, extinguindo o processo com exame do mÃ©rito, nos termos do art. 487, III, c do CÃ³digo de Processo Civil, valendo como tÃ-tulo executivo judicial, nos termos do artigo 515, II do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Consideram-se intimadas as partes, nas pessoas de seus advogados via DJE, para ciÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de condenar as partes ao pagamento de custas finais em razÃ£o do disposto no artigo 90, Â§ 3Âº do NCPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s trÂ¢nsito em julgado, arquivem-se os presentes autos.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡ (PA), 11 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito PROCESSO: 00002227420148140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021---DENUNCIADO:VALDINAR ALVES PEREIRA Representante(s): OAB 19874-B - BRENA FERREGUETE MAGALHAES (DEFENSOR DATIVO) VITIMA:D. S. S. TESTEMUNHA:EDSON LUIS VASCONCELOS OLIVEIRA TESTEMUNHA:HELENA DA SILVA RODRIGUES. Processo: 0000222-74.2014.8.14.0110; Autor: MinistÃ©rio PÃºblico; Denunciado: VALDIMAR ALVES PEREIRA. SENTENÃ¿A I - RELTÃ¿RIO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tratam os autos de aÃ§Ã£o penal movida pelo MinistÃ©rio PÃºblico em face de VALDIMAR ALVES PEREIRA por supostamente cometido crime do artigo 180, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s toda a tramitaÃ§Ã£o, vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã fundamentaÃ§Ã£o.Â II - FUNDAMENTAÃ¿Ã¿O. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifica-se que Ã© hipÃ³tese de extinÃ§Ã£o da punibilidade em relaÃ§Ã£o ao acusado em decorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva virtual. Explique-se com maior vagar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Doutrina majoritÃ¡ria entende ser o Direito Penal dividido basicamente em duas vertentes, quais sejam: o Direito Penal Objetivo e o Subjetivo. O primeiro Ã© traduzido nas normas (latu sensu) que o Estado, enquanto regulador da vida em sociedade, elabora, a fim de que se previnam ou reprimam a prÃ¡tica de infraÃ§Ãµes de natureza penal; o segundo Ã© caracterizado pelo poder-dever que tem aquela mesma entidade, possuidora exclusiva da jurisdiÃ§Ã£o, de, em havendo a prÃ¡tica do delito, exercer o seu jus puniendi (direito de punir) sobre o infrator. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ a liÃ§Ã£o de ROGÃ¿RIO GRECO1 ao afirmar que: Direito Penal Subjetivo, a seu turno, Ã© a possibilidade que tem o Estado de criar e fazer cumprir suas normas, executando as decisÃµes condenatÃ³rias proferidas pelo Poder JudiciÃ¡rio. Ã¿ o prÃ³prio jus puniendi. Se determinado agente praticar um fato tÃ-pico, antijurÃ-dico e culpÃ¡vel, abre-se ao Estado o dever-poder de iniciar a persecutio criminis in judicio, visando alcanÃ§ar, quando for o caso e obedecido o devido processo legal, um decreto condenatÃ³rio.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que hÃ¡ circunstÂ¢ncias expressamente previstas pela lei nas quais o Estado pode, tanto quanto renunciar ao citado jus puniendi (graÃ§a, indulto ou anistia), perder dita prerrogativa

(morte do agente, retroatividade de lei que nÃ£o mais considera o fato como criminoso, prescriÃ§Ã£o, decadÃªncia, perempÃ§Ã£o etc). SÃ£o as intituladas causa extintivas da punibilidade previstas no art. 107 do CÃ³digo Penal Brasileiro (CP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dentre as citadas causas extintivas da punibilidade, especificamente no que tange Ã s hipÃ³teses legais de perda, pelo Estado, do jus puniendi, estÃ¡ o instituto que de mais perto interessa ao presente caso: a prescriÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Denomina-se prescriÃ§Ã£o penal a perda do jus puniendi pelo Estado em razÃ£o do decurso do tempo. Em outros termos, e usando da preciosa liÃ§Ã£o daquele mesmo doutrinador: (...) poderÃ-amos conceituar a prescriÃ§Ã£o como o instituto jurÃ-dico mediante o qual o Estado, por nÃ£o ter tido capacidade de fazer valer o seu direito de punir em determinado espaÃ§o de tempo previsto pela lei, faz com que ocorra a extinÃ§Ã£o da punibilidade.2 Â Â Â Â Â Â Â Â Â O citado instituto (prescriÃ§Ã£o), por sua vez, dentre outras, divide-se em duas espÃ©cies: prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria do Estado, distinguindo-se a primeira da segunda porque aquela ocorre antes do trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o condenatÃ³ria, ao que a segunda, somente ocorreria apÃ³s.Â  Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem. A breve digressÃ£o fora necessÃ¡ria para demonstrar que no presente caso Ã© possÃ-vel a perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado em relaÃ§Ã£o ao autor, em razÃ£o da necessidade de decretaÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade. E isto por uma razÃ£o que se possa vislumbrar: a data do recebimento da denÃºncia Ã© 11.12.2014 e atÃ© o presente momento nÃ£o houve a prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a, ou seja, estÃ¡ evidente que jÃ¡ transcorreria por completo o prazo previsto no art. 109, inciso IV do CÃ³digo Penal, caso o processo chegasse na fase da sentenÃ§a.Â  Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, se a pena mÃ¡xima aplicÃ¡vel ao caso Ã© de 4 (quatro) ano e entre a data do recebimento da peÃ§a acusatÃ³ria, do fim da suspensÃ£o do prazo prescricional e a data atual jÃ¡ transcorreu por completo o prazo prescricional de 08 (oito) anos (art. 109, inciso IV do CP), a outra conclusÃ£o nÃ£o se pode chegar senÃ£o a de que, no dia 10.12.2022, extinguira-se a punibilidade do autor do fato, ante a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, conforme art. 107, IV, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ importante ressaltar que o juiz pode reconhecer de ofÃ-cio uma causa extintiva da punibilidade (art. 61 do CPP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, nÃ£o tendo o Estado exercido seu jus puniendi em tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe.Â  III - DISPOSITIVO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Posto isso, DECLARO A OCORRÃ¿NCIA DA PRESCRIÃ¿Ã¿O da pena do suposto crime e, a fortiori, EXTINGO A PUNIBILIDADE de VALDIMAR ALVES PEREIRA a, assim o fazendo com base nos artigos 109, IV e 107, IV, todos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se o MinistÃ©rio PÃºblico pessoalmente com vista dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de determinar a intimaÃ§Ã£o pessoal do denunciado, tendo em vista a ausÃªncia de prejuÃ-zo para a sua defesa em sentenÃ§as absolutÃ³rias ou declaratÃ³rias extintivas da punibilidade, consoante entendimento predominante no STJ. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino que a Secretaria Judicial analise o Banco Nacional de Monitoramento de PrisÃ£o - BNMP, para averiguar eventual mandado cadastrado em desfavor do denunciado. Se houver mandado cadastrado referente a este processo, determino sua baixa imediatamente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a, arquivem-se imediatamente os presentes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡ (PA), 11 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Â 1 2 PROCESSO: 00005706320128140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021---DENUNCIADO:VANUSA ROSA DA SILVA Representante(s): OAB 23885 - ENIO PAZIN (DEFENSOR DATIVO) VITIMA:J. M. S. R. . Meta 02 CNJ; Processo: 0000570-63.2012.8.14.0110; Autor: MinistÃ©rio PÃºblico; Denunciada: Vanusa Rosa da Silva. SENTENÃ¿A I - RELATÃ¿RIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tratam os autos de AÃ§Ã£o Penal movida pelo MinistÃ©rio PÃºblico em desfavor de Vanusa Rosa da Silva pela suposta prÃ¡tica do crime previsto no artigo 129, Â§ 9Âº do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ManifestaÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico pelo reconhecimento da prescriÃ§Ã£o, logo, pela aplicaÃ§Ã£o do instituto da extinÃ§Ã£o da punibilidade (fls. 57). Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s toda a tramitaÃ§Ã£o, vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar.Â  Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã  fundamentaÃ§Ã£o.Â  II - FUNDAMENTAÃ¿Ã¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifica-se que Ã© hipÃ³tese de extinÃ§Ã£o da punibilidade em relaÃ§Ã£o ao acusado em decorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva virtual. Explique-se com maior vagar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Doutrina majoritÃ¡ria entende ser o Direito Penal dividido basicamente em duas vertentes, quais sejam: o Direito Penal Objetivo e o Subjetivo. O primeiro Ã© traduzido nas normas (latu sensu) que o Estado, enquanto regulador da vida em sociedade, elabora, a fim de que se previnam ou reprimam a prÃ¡tica de infraÃ§Ãµes de natureza penal; o segundo Ã© caracterizado pelo poder-dever que tem aquela mesma entidade, possuidora exclusiva da jurisdiÃ§Ã£o, de, em havendo a prÃ¡tica do delito, exercer o seu jus puniendi (direito de punir) sobre o infrator. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ a liÃ§Ã£o de

ROGÃ¿RIO GRECO1 ao afirmar que: Direito Penal Subjetivo, a seu turno, Ã© a possibilidade que tem o Estado de criar e fazer cumprir suas normas, executando as decisÃµes condenatÃ³rias proferidas pelo Poder JudiciÃ¡rio. Ã¿ o prÃ³prio jus puniendi. Se determinado agente praticar um fato tÃ-pico, antijurÃ-dico e culpÃ¡vel, abre-se ao Estado o dever-poder de iniciar a persecutio criminis in judicio, visando alcanÃ§ar, quando for o caso e obedecido o devido processo legal, um decreto condenatÃ³rio.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que hÃ¡ circunstÂ¢ncias expressamente previstas pela lei nas quais o Estado pode, tanto quanto renunciar ao citado jus puniendi (graÃ§a, indulto ou anistia), perder dita prerrogativa (morte do agente, retroatividade de lei que nÃ£o mais considera o fato como criminoso, prescriÃ§Ã£o, decadÃªncia, perempÃ§Ã£o etc). SÃ£o as intituladas causa extintivas da punibilidade previstas no art. 107 do CÃ³digo Penal Brasileiro (CP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dentre as citadas causas extintivas da punibilidade, especificamente no que tange Ã s hipÃ³teses legais de perda, pelo Estado, do jus puniendi, estÃ¡ o instituto que de mais perto interessa ao presente caso: a prescriÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Denomina-se prescriÃ§Ã£o penal a perda do jus puniendi pelo Estado em razÃ£o do decurso do tempo. Em outros termos, e usando da preciosa liÃ§Ã£o daquele mesmo doutrinador: (...) poderÃ-amos conceituar a prescriÃ§Ã£o como o instituto jurÃ-dico mediante o qual o Estado, por nÃ£o ter tido capacidade de fazer valer o seu direito de punir em determinado espaÃ§o de tempo previsto pela lei, faz com que ocorra a extinÃ§Ã£o da punibilidade.2 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O citado instituto (prescriÃ§Ã£o), por sua vez, dentre outras, divide-se em duas espÃ©cies: prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria do Estado, distinguindo-se a primeira da segunda porque aquela ocorre antes do trÂ¢nsito em julgado da decisÃ£o condenatÃ³ria, ao que a segunda, somente ocorreria apÃ³s.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A breve digressÃ£o fora necessÃ¡ria para demonstrar que no presente caso Ã© possÃ-vel a perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado, razÃ£o da necessidade de decretaÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade. E para que se demonstre tal assertiva, Ã© mister que se esclareÃ§a aquilo que doutrina intitula de prescriÃ§Ã£o em perspectiva, virtual ou antecipada.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se da possibilidade de se reconhecer a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o e, portanto, concluir pela extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u, tomando por base a futura e provÃ¡vel pena a ser aplicada ao caso (pena in concreto). Em outros termos, quando da aplicaÃ§Ã£o do mencionado instituto, o magistrado, antes de aferir em quais dos incisos do art. 109 do CÃ³digo Penal (que enumera os prazos prescricionais da pretensÃ£o punitiva do estado) se enquadraria o delito praticado, verificaria, de acordo com as peculiaridades do caso concreto, o quantum da pena que, na ocasiÃ£o da sentenÃ§a condenatÃ³ria, seria aplicada ao rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta feita, fixada a futura pena aplicÃ¡vel, em sendo o caso, reconhece-se antecipadamente (ou em perspectiva) a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, decretando, antes mesmo da decisÃ£o final, a ocorrÃªncia da extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em que pese as divergÃªncias doutrinÃ¡rias, jurisprudenciais e sumulares sobre o assunto, nÃ£o hÃ¡ como fechar os olhos para desnecessidade de movimentaÃ§Ã£o da mÃ¡quina judiciÃ¡ria em circunstÂ¢ncia desse jaez.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, hÃ¡ que se reconhecer a ocorrÃªncia do instituto da prescriÃ§Ã£o para o presente caso, ainda que em perspectiva/virtual. E isto por uma razÃ£o que se possa vislumbrar: o crime imputado Ã  agente Ã© o previsto no artigo 129, Â§ 9Âº do CÃ³digo Penal, sendo assim, tomando por base a pena possivelmente aplicÃ¡vel ao caso (03 meses), tendo em vista as circunstÂ¢ncias judiciais favorÃ¡veis Ã  denunciada, Ã© possÃ-vel que ela seja sentenciada na pena de 03 meses, logo jÃ¡ teria transcorrido o prazo prescricional previsto no artigo 109, inciso VI do CÃ³digo Penal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, se a pena possivelmente aplicÃ¡vel ao caso Ã© de 03 (meses) anos, e entre a data do recebimento da denÃºncia e a data atual, transcorrera por completo o prazo prescricional de 03 (trÃªs) anos (art. 109, VI do CP), a outra conclusÃ£o nÃ£o se pode chegar senÃ£o a de que, no dia 16.07.2018 (03 anos apÃ³s o recebimento da peÃ§a acusatÃ³ria), extinguira-se a punibilidade da denunciada, ante a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, conforme art. 107, VI do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ importante ressaltar que o juiz pode reconhecer de ofÃ-cio uma causa extintiva da punibilidade (art. 61 do CPP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, nÃ£o tendo o Estado exercido seu jus puniendi em tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe.Â III - DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Posto isso, DECLARO A OCORRÃ¿NCIA DA PRESCRIÃ¿Ã¿O da pena do suposto crime e, a fortiori, EXTINGO A PUNIBILIDADE de Vanusa Rosa da Silva, filha de Maria do RosÃ¡rio Alves Pimentel, assim o fazendo com base nos artigos 109, VI e 107, IV, todos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se o MinistÃ©rio PÃºblico pessoalmente com vista dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de determinar a intimaÃ§Ã£o pessoal da denunciada, tendo em vista a ausÃªncia de prejuÃ-zo para a sua defesa em sentenÃ§as absolutÃ³rias ou declaratÃ³rias extintivas da punibilidade, consoante entendimento predominante no STJ.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a, arquivem-se imediatamente os presentes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡ (PA), 11 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES

PEREIRA Juiz de Direito Â 1 2 PROCESSO: 00006269120158140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Busca e Apreensão em: 11/11/2021---REQUERENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 9117-A - FLAVIO GERALDO FERREIRA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) REQUERIDO:GUSTAVO INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA ME. Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº - Bairro Centro - Fone/Fax: (94) 3779-1209Â Email: 1goianesia@tjpa.jus.br Processo nÂº 0000626-91.2015.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se o exequente, BANCO DO BRADESCO S/A, atravÃ©s de seu advogado constituÃ-do NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES, OAB/SP nÂº 128.341, via DJe, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca do interesse no prosseguimento deste feito, visto que fora protocolado Minuta de Acordo no processo 0000901-40.2015.8.14.0110 que tambÃ©m possui como exequente o Banco Bradesco S/A e executado Gustavo Ind. e Comer. de Madeiras LTDA-ME, haja vista que tal composiÃ§Ã£o feita pelas partes diz respeito a obrigaÃ§Ã£o contraÃ-da atravÃ©s do contrato objeto desta aÃ§Ã£o (Contrato nÂº 621/3502325), bem como em relaÃ§Ã£o ao bem: CAMINHÃ¿O SCANIA P124 6x4 NZ360, ano/modelo 2000, cor azul, placa KEE-2215, RENAVAM 735846995, chassi 9BSP6X4B0Y351676. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, certifique-se e faÃ§am os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Substituto da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ PROCESSO: 00007015720208140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 11/11/2021--- REQUERENTE:EDEZIANY SOUSA DE OLIVEIRA REQUERIDO:CLAUDENOR LOPES LIMA. PODER JUDICIÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ Processo nÂº 0000701-57.2020.8.14.0110. Acusado: Claudenor Lopes Lima. Â Â Â Â Â Â Â Â Â SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de Pedido de Medidas Protetivas, requerido por Ediziany Sousa de Oliveira, em face de Claudenor Lopes Lima, pela suposta prÃ¡tica do fato tipificado no art. 147, caput, do CÃ³digo Penal, ameaÃ§a decorrente de violÃªncia domÃ©stica, praticada em 21/02/2020. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na Delegacia de PolÃ-cia Civil de GoianÃ©sia do ParÃ¡, a vÃ-tima solicitou a concessÃ£o de medidas protetivas e renunciou Ã representaÃ§Ã£o. (fl. 02) Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico manifestou-se pela extinÃ§Ã£o da punibilidade do requerido, em face da renÃºncia ao direito de representaÃ§Ã£o, bem como, requer que os autos fiquem acautelados em Secretaria atÃ© o decurso do prazo estipulado na decisÃ£o de fl. 24, ou atÃ© que haja pedido intermediÃ¡rio. (fl. 28) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A aÃ§Ã£o penal a respeito do crime de ameaÃ§a, art. 147 do CÃ³digo Penal, prevÃª que somente se procede mediante representaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como se nota, a vÃ-tima renunciou expressamente o seu direito de representaÃ§Ã£o, motivo pelo qual Ã© imperiosa a extinÃ§Ã£o da punibilidade do autor do fato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com a renÃºncia ao direito de representaÃ§Ã£o da vÃ-tima, estÃ¡ ausente a condiÃ§Ã£o de procedibilidade para a aÃ§Ã£o, dada a inutilidade do provimento condenatÃ³rio em relaÃ§Ã£o ao interesse preponderante a ser atendido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando os exatos termos do artigo 107, V do CÃ³digo Penal impÃµe-se a declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, declaro extinta a punibilidade em relaÃ§Ã£o ao art. 147, do CÃ³digo Penal a que se achava sujeito Claudenor Lopes Lima, nos termos do artigo 107, V do referido diploma. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Acautele-se os autos em Secretaria atÃ© o decurso do prazo estipulado na decisÃ£o de fl. 24, que determinou a concessÃ£o de medidas protetivas pelo prazo de 06 (seis) meses. ApÃ³s o fim prazo, retornem os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Serve esta sentenÃ§a como Mandado/OfÃ-cio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Substituto da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ PROCESSO: 00009473920098140110 PROCESSO ANTIGO: 200910006300 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Execução Fiscal em: 11/11/2021---EXEQUENTE:A UNIAO FAZENDA NACIONAL EXECUTADO:EDSON PEREIRA GONCALVES EPP. PROCESSO NÂº 0000947-39.2009.8.14.0110 EXEQUENTE: UNIÃ¿O EXECUTADO EDSON PEREIRA GONÃ¿ALVES EPP DESPACHO Manuseando os autos verifico que antes de realizar o bloqueio, Ã© indispensÃ¡vel que o exequente apresente o cÃ¡lculo atualizado, sobretudo, diante um cumprimento parcial do parcelamento anteriormente firmado entre as partes. Assim, intime-se o exequente para no prazo de 10 dias apresente os cÃ¡lculos atualizados, sob pena de indeferimento e eventual extinÃ§Ã£o do feito por ausÃªncia de

interesse. Com ou sem resposta, certifique-se e venham-me conclusos. GoianÃ©sia do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA VARA Ã¿NICA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PROCESSO: 00010251820188140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Guarda de Infância e Juventude em: 11/11/2021---REQUERENTE:MARGARETE CANDIDA EMERIQUE Representante(s): OAB 19227 - LETICIA REGULO FERREIRA (ADVOGADO) MENOR:A. L. M. REQUERIDO:RONAN SANTIAGO MARTINS. Fls. _____ Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ Vara Ãºnica da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ Ã-PROCESSO: 0001025-18.2018.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos e etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 dias, apresentar provas que pretendem produzir, se ainda nÃ£o as tiver indicado, ou requerer o que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, certifique-se e faÃ§am os autos conclusos.Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA VARA Ã¿NICA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PROCESSO: 00014248620148140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021---DENUNCIADO:MILTON PEREIRA DE JESUS VITIMA:M. R. R. S. . Fls. _____ Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ Vara Ãºnica da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ Ã-PROCESSO: 0001424-86.2014.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos e etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ Secretaria para cumprir integralmente os itens I, II, III e IV da sentenÃ§a de fl. 49. Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA VARA Ã¿NICA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PROCESSO: 00015471120198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Guarda de Infância e Juventude em: 11/11/2021---REQUERENTE:JUAREZ DA COSTA E SILVA Representante(s): OAB 30775 - KELCILENE DE OLIVEIRA SILVA (DEFENSOR DATIVO) MENOR:J. O. S. REQUERIDO:ELIZANE SANTOS DE OLIVEIRA. Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº Â¿ Bairro Centro - Fone/Fax: (94) 3779-1209 - Email: 1goianesia@tjpa.jus.brÂ Ã-PROCESSO NÂ°: 0001547-11.2019.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o RelatÃ³rio do Estudo Socio-PscicopdagÃ³gico da Equipe Creas, dÃª-se vistas dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, com urgÃªncia, para manifestaÃ§Ã£o ou para requerer o que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 11de novembro de 2021Â HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA VARA Ã¿NICA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PROCESSO: 00018258020178140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 11/11/2021---REQUERENTE:FRANCISCO LOPES DE SOUSA Representante(s): OAB 19227 - LETICIA REGULO FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:SANGELA ROSA DA SILVA. Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº Â¿ Bairro Centro - Fone/Fax: (94) 3779-1209 - Email: 1goianesia@tjpa.jus.br Processo nÂ° 0001825-80.2017.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Certifique-se o trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a de fls. 42/43. Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, arquive-se os autos com as cautelas de praxe. Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Substituto PROCESSO: 00019868520208140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Inquérito Policial em: 11/11/2021---AUTOR DO FATO:IVONETE SIQUEIRA SANTOS. PODER JUDICIÃRIOÂ TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃÂ VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃÂ FÃ³rum Desembargador Raymundo Olavo da Silva AraÃºjoÂ Av. PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº, bairro colegial, tel./fax: (94) 3779-1209, CEP: 68.639-000,Â email: 1goianesia@tjpa.jus.br TERMO DE AUDIÃ¿NCIA I.DADOS DO PROCESSO: Processo: 0001986-85.2020.8.14.0110 Data da AudiÃªncia: 11 de novembro de 2021 HorÃ¡rio: 10h00min Magistrado: HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Promotora: THAIS RODRIGUES CRUZ TOMAZ Advogado: DAVID MATOS DE SOUSA OAB/PA 26.274 PRESENTES AO ATO: Autor do fato: IVONETE SIQUEIRA SANTOS, CPF: 967.204.502.63 Aos 11 dias do mÃªs de novembro do ano de 2021, nesta cidade e Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡, Estado do ParÃ¡, na sala de AudiÃªncias deste JuÃ-zo, Ã s 09h30min, onde se encontrava o Sec. de AudiÃªncia. Feito o pregÃ£o, verificou-se presente o autor do fato IVONETE SIQUEIRA SANTOS Os autores do fato IVONETE SIQUEIRA SANTOS, aceitou a proposta de

transaÃ§Ã£o penal ofertada pelo MinistÃ©rio PÃºblico (fl.20), consistente em aquisiÃ§Ã£o de 02 Cadeiras Globel Fixa de Secretaria -LAM TUBO 7/8 no valor aproximado de R$ 166,00 (cento e sessenta e seis reais) cada cadeira, a ser entregue na AssociaÃ§Ã£o de Pastores - localizado Rua SÃ£o Geraldo, nÂº 36, Bairro Santa Luzia - GoianÃ©sia do ParÃ¡. Dada a palavra ao advogado, este requereu a restituiÃ§Ã£o da caixa de som apreendida, cujo termo de recebimento de objeto consta Ã  fl. 17 dos autos de nÂº 0002004-09.2020.8.14.0110. Por fim, realizou juntado da nota fiscal que comprova a propriedade do bem. Â SENTENÃ¿A: Vistos, etc. Segundo informaÃ§Ãµes fornecidas nesta audiÃªncia, em ratificaÃ§Ã£o ao conteÃºdo do termo circunstanciado, o autor do fato praticou, em tese, a infraÃ§Ã£o penal informada no inquÃ©rito policial anexo aos autos. O MinistÃ©rio PÃºblico, verificando que o autor do fato preenchia os requisitos objetivos e subjetivos previstos no artigo 76, Â§2Âº, da Lei 9.099/95, ofereceu proposta de TransaÃ§Ã£o Penal, consistente em aquisiÃ§Ã£o de 02 Cadeiras Globel Fixa de Secretaria -LAM TUBO 7/8 no valor aproximado de R$ 166,00 (cento e sessenta e seis reais) cada cadeira, a ser entregue na AssociaÃ§Ã£o de Pastores - localizado Rua SÃ£o Geraldo, nÂº 36, Bairro Santa Luzia - GoianÃ©sia do ParÃ¡., a qual restou aceita pela autora do fato, na presenÃ§a de seu defensor (art. 76, Â§ 3Âº, da Lei 9.099/95). Assim, preenchidos os requisitos legais, com fundamento no Â§ 4Âº do artigo 76 da Lei 9.099/95, HOMOLOGO, por sentenÃ§a, para que produza todos os efeitos legais e retroativos Ã  data de sua celebraÃ§Ã£o, a TRANSAÃ¿Ã¿O PENAL firmada entre as partes e, em consequÃªncia, aplico a autora do fato IVONETE SIQUEIRA SANTOS a pena restritiva de direitos de prestaÃ§Ã£o pecuniÃ¡ria acima especificada. Caso cumprido o acordo substitutivo do processo, desde logo DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE da autora do fato IVONETE SIQUEIRA SANTOS pelo cumprimento da medida alternativa aplicada, o que faÃ§o com fundamento no parÃ¡grafo Ãºnico do art. 84 da Lei 9.099/95, utilizado por analogia. Determino, ademais, que a aplicaÃ§Ã£o da medida nÃ£o conste dos registros criminais do autor do fato, exceto para fins de requisiÃ§Ã£o judicial (artigo 76, Â§6Âº, da Lei nÂº. 9099/95). Fica a autor ado fato ciente de que o descumprimento da medida alternativa aplicada ensejarÃ¡ o prosseguimento do feito, conforme alinhada jurisprudÃªncia do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de JustiÃ§a: HABEAS CORPUS. JUIZADO ESPECIAL. TRANSAÃ¿Ã¿O PENAL. EXIGÃ¿NCIA DO ATO IMPUGNADO DE QUE A HOMOLOGAÃ¿Ã¿O OCORRA SOMENTE APÃ¿S O CUMPRIMENTO DA CONDIÃ¿Ã¿O PACTUADA: CONSTRANGIMENTO ILEGAL. DIREITO Ã¿ HOMOLOGAÃ¿Ã¿O ANTES DO ADIMPLEMENTO DAS CONDIÃ¿Ã¿ES ACERTADAS. POSSIBILIDADE DE INSTAURAÃ¿Ã¿O DE INQUÃ¿RITO OU DE PROPOSITURA DA AÃ¿Ã¿O PENAL. I. Consubstancia constrangimento ilegal a exigÃªncia de que a homologaÃ§Ã£o da transaÃ§Ã£o penal ocorra somente depois do adimplemento das condiÃ§Ãµes pactuadas pelas partes. II. A jurisprudÃªncia desta Corte firmou-se no sentido de que a transaÃ§Ã£o penal deve ser homologada antes do cumprimento das condiÃ§Ãµes objeto do acordo, ficando ressalvado, no entanto, o retorno ao status quo ante em caso de inadimplemento, dando-se oportunidade ao MinistÃ©rio PÃºblico de requerer a instauraÃ§Ã£o de inquÃ©rito ou a propositura de aÃ§Ã£o penal. Ordem concedida. (STF, HC 88616, Relator(a):Â  Min. EROS GRAU, Segunda Turma, julgado em 08/08/2006, DJ 27-10-2006 PP-00064 EMENT VOL-02253-03 PP-00505 RTJ VOL-00201-03 PP-01101 RT v. 96, n. 856, 2007, p. 508-512) AÃ¿Ã¿O PENAL. Juizados Especiais Criminais. TransaÃ§Ã£o penal. Art. 76 da Lei nÂº 9.099/95. CondiÃ§Ãµes nÃ£o cumpridas. Propositura de aÃ§Ã£o penal. Possibilidade. JurisprudÃªncia reafirmada. RepercussÃ£o geral reconhecida. Recurso extraordinÃ¡rio improvido. AplicaÃ§Ã£o do art. 543-B, Â§ 3Âº, do CPC. NÃ£o fere os preceitos constitucionais a propositura de aÃ§Ã£o penal em decorrÃªncia do nÃ£o cumprimento das condiÃ§Ãµes estabelecidas em transaÃ§Ã£o penal. (STF, RE 602072 QO-RG, Relator(a): Min. CEZAR PELUSO, julgado em 19/11/2009, REPERCUSSÃ¿O GERAL - MÃ¿RITO DJe-035 DIVULG 25-02-2010 PUBLIC 26-02-2010 EMENT VOL-02391-10 PP-02155 LEXSTF v. 32, n. 375, 2010, p. 451-456 RJTJRS v. 45, n. 277, 2010, p. 33-36) DELIBERAÃ¿Ã¿OS INICIAIS: 1.Â Â Â Â Â Concedo prazo de 30 (trinta) dias para que a autora do fato proceda o cumprimento da pena restritiva de direitos. 2.Â Â Â Â Â Compulsando os autos, denota-se que o bem apreendido nÃ£o mais interessa ao processo. Assim, despicienda a manutenÃ§Ã£o de sua apreensÃ£o, como se percebe da leitura do art. 118 do CÃ³digo de Processo Penal, a contrÃ¡rio sensu. De mais a mais, a autora do fato comprovou a propriedade sobre o bem, conforme se depreende dos documentos juntados aos autos em audiÃªncia. Percebe-se, portanto, que nÃ£o hÃ¡ motivo para manter a caixa de som apreenndida, eis que nÃ£o interessa mais ao processo. O artigo 118 do CÃ³digo de Processo Penal Ã© expresso ao versar que Â¿as coisas apreendidas nÃ£o poderÃ£o ser restituÃ-das enquanto interessarem ao processoÂ¿. Nesse sentido Ã© o entendimento do E. TJPA: EMENTA: APELAÃ¿Ã¿O PENAL. RESTITUIÃ¿Ã¿O DE VEÃCULO APREENDIDO. AUSÃ¿NCIA DE DÃ¿VIDA QUANTO AO DIREITO DA APELANTE. DESINTERESSE PARA O PROCESSO. POSSIBILIDADE DE RESTITUIÃ¿Ã¿O. INTELIGÃ¿NCIA DOS ARTS. 118, 119, 120, 121 E 124 DO CPP. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃ¿O UNÃ¿NIME. 1. As coisas apreendidas nÃ£o poderÃ£o ser

restituÃ-das enquanto interessarem ao processo. 2. A restituiÃ§Ã£o do veÃ-culo questionado, qual seja, 01 (um) veÃ-culo Honda/CG 150 FAN ESI, vermelha, CHASSI 9C2KC1670CR429643, Ano 2011/2012, Placa OFI 3171, de propriedade da ora apelante, nÃ£o interferirÃ¡ no deslinde do processo criminal instaurado contra seu companheiro. 3. In casu, nÃ£o se vislumbra necessidade de que o veÃ-culo apreendido ainda seja interessante para o processo. 4. InteligÃªncia dos arts. 118, 119, 120, 121 e 124 do CPP. 5. Recurso conhecido e provido. 6. Unanimidade. (TJ/PA - 2014.04489271-19, 129.936, Rel. VERA ARAUJO DE SOUZA, Ã¿rgÃ£o Julgador 1Âª TURMA DE DIREITO PENAL, Julgado em 2014-02-21, Publicado em 2014-02-24). Ante o exposto, com fulcro no artigo 120 do CPP, DEFIRO o pedido de RESTITUIÃ¿Ã¿O, CONDICIONANDO ao total cumprimento da pena restritiva de direito aplicada a autora do fato e por conseguinte, determino a devoluÃ§Ã£o do bem ao Requerente, mediante a comprovaÃ§Ã£o da identidade e termo nos autos. Ã¿ secretaria para que restitua a caixa de som, marca frahm usb 1000 app 31.354, cor preta, que se encontra sob responsabilidade deste fÃ³rum, desde que seja comprovado o cumprimento das obrigaÃ§Ãµes acima imposta. Custas pelo requerente, todavia, suspendo sua exigibilidade na forma do art. 98, Â§3Âº do CPC. Dou esta por publicada e as partes por intimadas em audiÃªncia. Registre-se. Transitada em julgado, aguarde-se o cumprimento da medida alternativa. Cumprida a medida alternativa: a) promova a Secretaria as comunicaÃ§Ãµes obrigatÃ³rias previstas no CÃ³digo de Normas; b) remetam-se ao Distribuidor para as baixas necessÃ¡rias; c) arquivem-se os autos. Em caso de descumprimento da medida alternativa, abra-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para eventual oferecimento de denÃºncia e prosseguimento do feitoÂ¿. Nada mais. Lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelos presentes. Encerrou-se a presente audiÃªncia com as formalidades legais. Termo digitado e lavrado por mim, Bruno Rodrigues da Silva _____ (SecretÃ¡rio de AudiÃªncia). Juiz:_____ Advogado:_____ Autor do fato:_____ PROCESSO: 00020023920208140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Termo Circunstanciado em: 11/11/2021---AUTOR DO FATO:ANTONIO JOSE OLIVEIRA ARAUJO. Processo nÂ° 0002002-39.2020.8.14.0110 SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÃ¿NCIA, autuado em face de ANTÃ¿NIO JOSÃ¿ DE OLIVEIRA ARAÃ¿JO, com a finalidade de apurar suposta prÃ¡tica de condutas previstas no artigo 28, inciso I, da Lei nÂº11.343/2006, ocorrida no dia 02/06/2020. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Narra o Boletim de OcorrÃªncia Policial que, fora encontrado com o acusado Â¿uma pequena porÃ§Ã£o equivalente a um cigarro (baseado), de substÂ¢ncia anÃ¡loga Ã  maconhaÂ¿. Â¿Quanto ao entorpecente o conduzido disse que havia comprado de um conhecido em seu trabalho, mas nÃ£o deu nome nem disse quem Ã© esse seu amigo e disse ainda que estava na casa do Â¿ALEIJADINHOÂ¿ iria fumar a maconha com a MARIAÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Parecer do MinistÃ©rio PÃºblico, pleiteado o arquivamento com base no princÃ-pio da insignificÂ¢ncia (fls. 26). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sucintamente relatados, decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Primeiramente, hÃ¡ que se salientar que impera a aplicaÃ§Ã£o do PrincÃ-pio da InsignificÂ¢ncia Ã  situaÃ§Ã£o fÃ¡tica narrada, pois, para aplicaÃ§Ã£o deste, configurando-se o crime de bagatela. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A conduta do acusado nÃ£o demonstra valor acentuado, capaz de determinar a aplicaÃ§Ã£o das normas repressivas penais, ante a pequenez do agir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como se nota da instruÃ§Ã£o processual o acusado fora encontrado com uma pequena porÃ§Ã£o equivalente a um cigarro (baseado), de substÂ¢ncia vulgarmente denominada maconha, o equivalente a aproximadamente 23,54 gramas da substancia, que afirmou que iria Â¿fumar a maconha com a MARIAÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O comportamento noticiado, mesmo que objetivamente tÃ-pico, foi desprovido de qualquer perigo e audÃ¡cia. Verifica-se, assim, a baixa periculosidade e lesividade do comportamento do rÃ©u, mostrando a desproporcionalidade que se revelaria a utilizaÃ§Ã£o do aparato estatal penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TambÃ©m presente o desvalor do resultado, ante a inexistÃªncia de qualquer prejuÃ-zo a outrem, jÃ¡ que o uso da substÂ¢ncia entorpecente efetivamente nÃ£o viola a saÃºde pÃºblica, mas somente a saÃºde do usuÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, vale lembrar que a jurisprudÃªncia do Supremo Tribunal Federal recomenda que, para a aplicaÃ§Ã£o do postulado da insignificÂ¢ncia, seja realizada uma anÃ¡lise criteriosa e casuÃ-stica, de maneira que, para fins de aferiÃ§Ã£o da tipicidade material e insignificÂ¢ncia da conduta, estejam presentes os seguintes vetores: (a) a mÃ-nima ofensividade da conduta do agente, (b) nenhuma periculosidade social da aÃ§Ã£o, (c) o reduzidÃ-ssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesÃ£o jurÃ-dica provocada (v.g. HC 98152/MG). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre o tema, invoco julgado do Supremo Tribunal Federal, em voto de lavra do Ministro Celso de Mello, que sintetiza a natureza e teleologia do princÃ-pio aqui aplicado, nos seguintes termos: Â¿o sistema jurÃ-dico hÃ¡ de considerar a relevantÃ-ssima

circunstÃ¢ncia de que a privaÃ§Ã£o da liberdade e a restriÃ§Ã£o de direitos do indivÃ-duo somente se justificam quando estritamente necessÃ¡rias Ã  prÃ³pria proteÃ§Ã£o das pessoas, da sociedade e de outros bens jurÃ-dicos que lhes sejam essenciais, notadamente naqueles casos em que os valores penalmente tutelados se exponham a dano, efetivo ou potencial, impregnado de significativa lesividade. O direito penal nÃ£o se deve ocupar de condutas que produzam resultado, cujo desvalor - por nÃ£o importar em lesÃ£o significativa a bens jurÃ-dicos relevantes - nÃ£o represente, por isso mesmo, prejuÃ-zo importante, seja ao titular do bem jurÃ-dico tutelado, seja Ã  integridade da prÃ³pria ordem socialÂ¿ (STF - HC 84.412/SP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deste modo, a ausÃªncia de ofensividade material na conduta do acusado afasta a necessidade da sanÃ§Ã£o penal, pois a hipÃ³tese contrÃ¡ria feriria de morte o princÃ-pio da proporcionalidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No mais, mostra-se adequada Ã  espÃ©cie o julgamento do HC 110.475/SC (j. 14/02/2012), que reconheceu a incidÃªncia do princÃ-pio da insignificÃ¢ncia em caso de uso de drogas: Â Â Â Â Â Â¿Em primeiro lugar, Ã© de se ver que o fato de o tipo descrito no artigo 28 da Lei 11.343/06 configurar um delito de perigo abstrato nÃ£o pode impedir, absolutamente, a aplicaÃ§Ã£o do postulado da insignificÃ¢ncia. Isso porque, mesmo nesses casos, nÃ£o se afasta a necessidade de aferiÃ§Ã£o da lesividade da conduta, ou seja, se capaz ou nÃ£o de atingir, concretamente, o bem jurÃ-dico resguardado pela norma. Ã¿ indispensÃ¡vel, pois, que se demonstre a aptidÃ£o da conduta em lesar o bem jurÃ-dico, nÃ£o bastando que, pelo simples fato de figurar no rol de substÃ¢ncias proibidas pela lei, se pressuponha, de forma absoluta, que qualquer quantidade de droga seja capaz de produzir danos Ã  saÃºde pÃºblica. Â Â Â Â Â A exigÃªncia de efetiva lesÃ£o ao objeto de proteÃ§Ã£o da norma decorre de uma conformaÃ§Ã£o da atuaÃ§Ã£o jurÃ-dico-penal aos princÃ-pios basilares de um Estado DemocrÃ¡tico de Direito, tais como a subsidiariedade, fragmentariedade e intervenÃ§Ã£o mÃ-nima. De acordo com tais vetores, a atuaÃ§Ã£o estatal apenas se legitima em situaÃ§Ãµes excepcionais, vale dizer, quando efetivamente se mostre necessÃ¡ria a medida punitivaÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante destes elementos, Ã© imperioso a aplicaÃ§Ã£o do princÃ-pio da insignificÃ¢ncia, causa supra legal de atipicidade da conduta em anÃ¡lise. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desse modo, o delito ora imputado ao acusado apresenta contornos extremamente frÃ¡geis no tocante Ã  sua caracterizaÃ§Ã£o, isto Ã©, Ã  sua prÃ³pria tipicidade, ante a ausÃªncia de efetiva lesividade ao bem jurÃ-dico tutelado, jÃ¡ que, de logo, vislumbra-se a presenÃ§a do PrincÃ-pio da InsignificÃ¢ncia (causa supra legal de exclusÃ£o da tipicidade) e falta de tipicidade e ilicitude material. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, nos termos do art. 386, III, do CÃ³digo de Processo Penal determino a absolviÃ§Ã£o do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se vista ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡ - PA, 11 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Substituto da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ PROCESSO: 00020040920208140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Termo Circunstanciado em: 11/11/2021---AUTOR DO FATO:IVONETE SIQUEIRA SANTOS. PODER JUDICIÃRIOÂ  TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃÂ  VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃÂ  FÃ³rum Desembargador Raymundo Olavo da Silva AraÃºjoÂ  Av. PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº, bairro colegial, tel./fax: (94) 3779-1209, CEP: 68.639-000,Â email: 1goianesia@tjpa.jus.br TERMO DE AUDIÃ¿NCIA I.DADOS DO PROCESSO: Processo: 0002004-09.2020.8.14.0110 Data da AudiÃªncia: 11 de novembro de 2021 HorÃ¡rio: 10h00min Magistrado: HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Promotora: THAIS RODRIGUES CRUZ TOMAZ Advogado: DAVID MATOS DE SOUSA OAB/PA 26.274 PRESENTES AO ATO: Autor do fato: IVONETE SIQUEIRA SANTOS, CPF: 967.204.502.63 Aos 11 dias do mÃªs de novembro do ano de 2021, nesta cidade e Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡, Estado do ParÃ¡, na sala de AudiÃªncias deste JuÃ-zo, Ã s 09h30min, onde se encontrava o Sec. de AudiÃªncia. Feito o pregÃ£o, verificou-se presente o autor do fato IVONETE SIQUEIRA SANTOS Os autores do fato IVONETE SIQUEIRA SANTOS, aceitou a proposta de transaÃ§Ã£o penal ofertada pelo MinistÃ©rio PÃºblico (fl.20), consistente em aquisiÃ§Ã£o de 02 Cadeiras Globel Fixa de Secretaria -LAM TUBO 7/8 no valor aproximado de R$ 166,00 (cento e sessenta e seis reais) cada cadeira, a ser entregue na AssociaÃ§Ã£o de Pastores - localizado Rua SÃ£o Geraldo, nÂº 36, Bairro Santa Luzia - GoianÃ©sia do ParÃ¡. Dada a palavra ao advogado, este requereu a restituiÃ§Ã£o da caixa de som apreendida, cujo termo de recebimento de objeto consta Ã  fl. 17 dos autos de nÂº 0002004-09.2020.8.14.0110. Por fim, realizou juntado da nota fiscal que comprova a propriedade do bem. Â  SENTENÃ¿A: Vistos, etc. Segundo informaÃ§Ãµes fornecidas nesta audiÃªncia, em ratificaÃ§Ã£o ao conteÃºdo do termo circunstanciado, o autor do fato praticou, em tese, a infraÃ§Ã£o penal informada no inquÃ©rito policial anexo aos autos. O MinistÃ©rio PÃºblico, verificando que o autor do fato preenchia os requisitos objetivos e subjetivos previstos no artigo 76, Â§2Âº, da Lei 9.099/95, ofereceu

proposta de TransaÃ§Ã£o Penal, consistente em aquisiÃ§Ã£o de 02 Cadeiras Globel Fixa de Secretaria - LAM TUBO 7/8 no valor aproximado de R$ 166,00 (cento e sessenta e seis reais) cada cadeira, a ser entregue na AssociaÃ§Ã£o de Pastores - localizado Rua SÃ£o Geraldo, nÂº 36, Bairro Santa Luzia - GoianÃ©sia do ParÃ¡., a qual restou aceita pela autora do fato, na presenÃ§a de seu defensor (art. 76, Â§ 3Âº, da Lei 9.099/95). Assim, preenchidos os requisitos legais, com fundamento no Â§ 4Âº do artigo 76 da Lei 9.099/95, HOMOLOGO, por sentenÃ§a, para que produza todos os efeitos legais e retroativos Ã  data de sua celebraÃ§Ã£o, a TRANSAÃ¿Ã¿O PENAL firmada entre as partes e, em consequÃªncia, aplico a autora do fato IVONETE SIQUEIRA SANTOS a pena restritiva de direitos de prestaÃ§Ã£o pecuniÃ¡ria acima especificada. Caso cumprido o acordo substitutivo do processo, desde logo DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE da autora do fato IVONETE SIQUEIRA SANTOS pelo cumprimento da medida alternativa aplicada, o que faÃ§o com fundamento no parÃ¡grafo Ãºnico do art. 84 da Lei 9.099/95, utilizado por analogia. Determino, ademais, que a aplicaÃ§Ã£o da medida nÃ£o conste dos registros criminais do autor do fato, exceto para fins de requisiÃ§Ã£o judicial (artigo 76, Â§6Âº, da Lei nÂº. 9099/95). Fica a autor ado fato ciente de que o descumprimento da medida alternativa aplicada ensejarÃ¡ o prosseguimento do feito, conforme alinhada jurisprudÃªncia do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de JustiÃ§a: HABEAS CORPUS. JUIZADO ESPECIAL. TRANSAÃ¿Ã¿O PENAL. EXIGÃ¿NCIA DO ATO IMPUGNADO DE QUE A HOMOLOGAÃ¿Ã¿O OCORRA SOMENTE APÃ¿S O CUMPRIMENTO DA CONDIÃ¿Ã¿O PACTUADA: CONSTRANGIMENTO ILEGAL. DIREITO Ã¿ HOMOLOGAÃ¿Ã¿O ANTES DO ADIMPLEMENTO DAS CONDIÃ¿Ã¿ES ACERTADAS. POSSIBILIDADE DE INSTAURAÃ¿Ã¿O DE INQUÃ¿RITO OU DE PROPOSITURA DA AÃ¿Ã¿O PENAL. I. Consubstancia constrangimento ilegal a exigÃªncia de que a homologaÃ§Ã£o da transaÃ§Ã£o penal ocorra somente depois do adimplemento das condiÃ§Ãµes pactuadas pelas partes. II. A jurisprudÃªncia desta Corte firmou-se no sentido de que a transaÃ§Ã£o penal deve ser homologada antes do cumprimento das condiÃ§Ãµes objeto do acordo, ficando ressalvado, no entanto, o retorno ao status quo ante em caso de inadimplemento, dando-se oportunidade ao MinistÃ©rio PÃºblico de requerer a instauraÃ§Ã£o de inquÃ©rito ou a propositura de aÃ§Ã£o penal. Ordem concedida. (STF, HC 88616, Relator(a):Â  Min. EROS GRAU, Segunda Turma, julgado em 08/08/2006, DJ 27-10-2006 PP-00064 EMENT VOL-02253-03 PP-00505 RTJ VOL-00201-03 PP-01101 RT v. 96, n. 856, 2007, p. 508-512) AÃ¿Ã¿O PENAL. Juizados Especiais Criminais. TransaÃ§Ã£o penal. Art. 76 da Lei nÂº 9.099/95. CondiÃ§Ãµes nÃ£o cumpridas. Propositura de aÃ§Ã£o penal. Possibilidade. JurisprudÃªncia reafirmada. RepercussÃ£o geral reconhecida. Recurso extraordinÃ¡rio improvido. AplicaÃ§Ã£o do art. 543-B, Â§ 3Âº, do CPC. NÃ£o fere os preceitos constitucionais a propositura de aÃ§Ã£o penal em decorrÃªncia do nÃ£o cumprimento das condiÃ§Ãµes estabelecidas em transaÃ§Ã£o penal. (STF, RE 602072 QO-RG, Relator(a): Min. CEZAR PELUSO, julgado em 19/11/2009, REPERCUSSÃ¿O GERAL - MÃ¿RITO DJe-035 DIVULG 25-02-2010 PUBLIC 26-02-2010 EMENT VOL-02391-10 PP-02155 LEXSTF v. 32, n. 375, 2010, p. 451-456 RJTJRS v. 45, n. 277, 2010, p. 33-36) DELIBERAÃ¿Ã¿OS INICIAIS: 1.Â Â Â Â Â Concedo prazo de 30 (trinta) dias para que a autora do fato proceda o cumprimento da pena restritiva de direitos. 2.Â Â Â Â Â Compulsando os autos, denota-se que o bem apreendido nÃ£o mais interessa ao processo. Assim, despicienda a manutenÃ§Ã£o de sua apreensÃ£o, como se percebe da leitura do art. 118 do CÃ³digo de Processo Penal, a contrÃ¡rio sensu. De mais a mais, a autora do fato comprovou a propriedade sobre o bem, conforme se depreende dos documentos juntados aos autos em audiÃªncia. Percebe-se, portanto, que nÃ£o hÃ¡ motivo para manter a caixa de som apreenndida, eis que nÃ£o interessa mais ao processo. O artigo 118 do CÃ³digo de Processo Penal Ã© expresso ao versar que Â¿as coisas apreendidas nÃ£o poderÃ£o ser restituÃ-das enquanto interessarem ao processoÂ¿. Nesse sentido Ã© o entendimento do E. TJPA: EMENTA: APELAÃ¿Ã¿O PENAL. RESTITUIÃ¿Ã¿O DE VEÃCULO APREENDIDO. AUSÃ¿NCIA DE DÃ¿VIDA QUANTO AO DIREITO DA APELANTE. DESINTERESSE PARA O PROCESSO. POSSIBILIDADE DE RESTITUIÃ¿Ã¿O. INTELIGÃ¿NCIA DOS ARTS. 118, 119, 120, 121 E 124 DO CPP. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃ¿O UNÃ¿NIME. 1. As coisas apreendidas nÃ£o poderÃ£o ser restituÃ-das enquanto interessarem ao processo. 2. A restituiÃ§Ã£o do veÃ-culo questionado, qual seja, 01 (um) veÃ-culo Honda/CG 150 FAN ESI, vermelha, CHASSI 9C2KC1670CR429643, Ano 2011/2012, Placa OFI 3171, de propriedade da ora apelante, nÃ£o interferirÃ¡ no deslinde do processo criminal instaurado contra seu companheiro. 3. In casu, nÃ£o se vislumbra necessidade de que o veÃ-culo apreendido ainda seja interessante para o processo. 4. InteligÃªncia dos arts. 118, 119, 120, 121 e 124 do CPP. 5. Recurso conhecido e provido. 6. Unanimidade. (TJ/PA - 2014.04489271-19, 129.936, Rel. VERA ARAUJO DE SOUZA, Ã¿rgÃ£o Julgador 1Âª TURMA DE DIREITO PENAL, Julgado em 2014-02-21, Publicado em 2014-02-24). Ante o exposto, com fulcro no artigo 120 do CPP, DEFIRO o pedido de RESTITUIÃ¿Ã¿O, CONDICIONANDO ao total cumprimento da pena restritiva de direito aplicada a autora do fato e por conseguinte, determino a devoluÃ§Ã£o do bem ao Requerente, mediante a comprovaÃ§Ã£o da identidade

e termo nos autos. Ã¿ secretaria para que restitua a caixa de som, marca frahm usb 1000 app 31.354, cor preta, que se encontra sob responsabilidade deste fÃ³rum, desde que seja comprovado o cumprimento das obrigaÃ§Ãµes acima imposta. Custas pelo requerente, todavia, suspendo sua exigibilidade na forma do art. 98, Â§3Âº do CPC. Dou esta por publicada e as partes por intimadas em audiÃªncia. Registre-se. Transitada em julgado, aguarde-se o cumprimento da medida alternativa. Cumprida a medida alternativa: a) promova a Secretaria as comunicaÃ§Ãµes obrigatÃ³rias previstas no CÃ³digo de Normas; b) remetam-se ao Distribuidor para as baixas necessÃ¡rias; c) arquivem-se os autos. Em caso de descumprimento da medida alternativa, abra-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para eventual oferecimento de denÃºncia e prosseguimento do feitoÂ¿. Nada mais. Lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelos presentes. Encerrou-se a presente audiÃªncia com as formalidades legais. Termo digitado e lavrado por mim, Bruno Rodrigues da Silva _____ (SecretÃ¡rio de AudiÃªncia). Juiz:_____ Advogado:_____ Autor do fato:_____ PROCESSO: 00020084620208140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Inquérito Policial em: 11/11/2021---AUTOR DO FATO:ELISANGELA DE LIMA ALENCAR AUTOR DO FATO:MARTA CRISOSTOMO ARAUJO VITIMA:M. F. D. . PODER JUDICIÃRIOÂ  TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃÂ  VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃÂ  FÃ³rum Desembargador Raymundo Olavo da Silva AraÃºjoÂ  Av. PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº, bairro colegial, tel./fax: (94) 3779-1209, CEP: 68.639-000,Â  email: 1goianesia@tjpa.jus.br TERMO DE AUDIÃ¿NCIA I.DADOS DO PROCESSO: Processo: 0002008-46.2020.8.14.0110 Data da AudiÃªncia: 11 de novembro de 2021 HorÃ¡rio: 10h00min Magistrado: HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Promotora: THAIS RODRIGUES CRUZ TOMAZ Advogado: ALINE MOURA FERREIRA VEIGA, OAB/PA 18863 PRESENTES AO ATO: Autora do fato: ELISANGELA DE LIMA ALENCAR, CPF: 162.821.822-68 Autora do fato: MARTA CRISOSTOMO ARAUJO Aos 11 dias do mÃªs de novembro do ano de 2021, nesta cidade e Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡, Estado do ParÃ¡, na sala de AudiÃªncias deste JuÃ-zo, Ã s 09h30min, onde se encontrava o Sec. de AudiÃªncia. Feito o pregÃ£o, verificou-se presente o autor das autoras do fato ELISANGELA DE LIMA ALENCAR e MARTA CRISOSTOMO ARAUJO Os autores do fato ELISANGELA DE LIMA ALENCAR e MARTA CRISOSTOMO ARAUJO, aceitaram a proposta de transaÃ§Ã£o penal ofertada pelo MinistÃ©rio PÃºblico (fl.32), consistente em aquisiÃ§Ã£o de 01 (um) guarda-roupas de 06 portas no valor aproximado de R$ 1.100,00 ( mil e cem reis), a ser entregue na CASA DE PASSAGEM de GoianÃ©sia do ParÃ¡, no prazo de 30 (trinta) dias. SENTENÃ¿A: Vistos, etc. Segundo informaÃ§Ãµes fornecidas nesta audiÃªncia, em ratificaÃ§Ã£o ao conteÃºdo do termo circunstanciado, o autor do fato praticou, em tese, a infraÃ§Ã£o penal informada no inquÃ©rito policial anexo aos autos. O MinistÃ©rio PÃºblico, verificando que as autores do fato preenchia os requisitos objetivos e subjetivos previstos no artigo 76, Â§2Âº, da Lei 9.099/95, ofereceu proposta de TransaÃ§Ã£o Penal, consistente em aquisiÃ§Ã£o de 01 (um) guarda-roupas de 06 portas no valor aproximado de R$ 1.100,00 ( mil e cem reis), a ser entregue na CASA DE PASSAGEM de GoianÃ©sia do ParÃ¡, no prazo de 30 (trinta) dias, a qual restou aceita pelas autoras do fato, na presenÃ§a de sua defensora (art. 76, Â§ 3Âº, da Lei 9.099/95). Assim, preenchidos os requisitos legais, com fundamento no Â§ 4Âº do artigo 76 da Lei 9.099/95, HOMOLOGO, por sentenÃ§a, para que produza todos os efeitos legais e retroativos Ã  data de sua celebraÃ§Ã£o, a TRANSAÃ¿Ã¿O PENAL firmada entre as partes e, em consequÃªncia, aplico as autoras do fato ELISANGELA DE LIMA ALENCAR e MARTA CRISOSTOMO ARAUJO a pena restritiva de direitos de prestaÃ§Ã£o pecuniÃ¡ria acima especificada. Caso cumprido o acordo substitutivo do processo, desde logo DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE das autoras do fato ELISANGELA DE LIMA ALENCAR e MARTA CRISOSTOMO ARAUJO pelo cumprimento da medida alternativa aplicada, o que faÃ§o com fundamento no parÃ¡grafo Ãºnico do art. 84 da Lei 9.099/95, utilizado por analogia. Determino, ademais, que a aplicaÃ§Ã£o da medida nÃ£o conste dos registros criminais do autor do fato, exceto para fins de requisiÃ§Ã£o judicial (artigo 76, Â§6Âº, da Lei nÂº. 9099/95). Fica as autoras do fato ciente de que o descumprimento da medida alternativa aplicada ensejarÃ¡ o prosseguimento do feito, conforme alinhada jurisprudÃªncia do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de JustiÃ§a: HABEAS CORPUS. JUIZADO ESPECIAL. TRANSAÃ¿Ã¿O PENAL. EXIGÃ¿NCIA DO ATO IMPUGNADO DE QUE A HOMOLOGAÃ¿Ã¿O OCORRA SOMENTE APÃ¿S O CUMPRIMENTO DA CONDIÃ¿Ã¿O PACTUADA: CONSTRANGIMENTO ILEGAL. DIREITO Ã¿ HOMOLOGAÃ¿Ã¿O ANTES DO ADIMPLEMENTO DAS CONDIÃ¿Ã¿ES ACERTADAS. POSSIBILIDADE DE INSTAURAÃ¿Ã¿O DE INQUÃ¿RITO OU DE PROPOSITURA DA AÃ¿Ã¿O PENAL. I. Consubstancia constrangimento ilegal a exigÃªncia de que a homologaÃ§Ã£o da transaÃ§Ã£o penal ocorra somente depois do adimplemento das condiÃ§Ãµes pactuadas pelas partes. II. A jurisprudÃªncia desta Corte

firmou-se no sentido de que a transaÃ§Ã£o penal deve ser homologada antes do cumprimento das condiÃ§Ãµes objeto do acordo, ficando ressalvado, no entanto, o retorno ao status quo ante em caso de inadimplemento, dando-se oportunidade ao MinistÃ©rio PÃºblico de requerer a instauraÃ§Ã£o de inquÃ©rito ou a propositura de aÃ§Ã£o penal. Ordem concedida. (STF, HC 88616, Relator(a):Â  Min. EROS GRAU, Segunda Turma, julgado em 08/08/2006, DJ 27-10-2006 PP-00064 EMENT VOL-02253-03 PP-00505 RTJ VOL-00201-03 PP-01101 RT v. 96, n. 856, 2007, p. 508-512) AÃ¿Ã¿O PENAL. Juizados Especiais Criminais. TransaÃ§Ã£o penal. Art. 76 da Lei nÂº 9.099/95. CondiÃ§Ãµes nÃ£o cumpridas. Propositura de aÃ§Ã£o penal. Possibilidade. JurisprudÃªncia reafirmada. RepercussÃ£o geral reconhecida. Recurso extraordinÃ¡rio improvido. AplicaÃ§Ã£o do art. 543-B, Â§ 3Âº, do CPC. NÃ£o fere os preceitos constitucionais a propositura de aÃ§Ã£o penal em decorrÃªncia do nÃ£o cumprimento das condiÃ§Ãµes estabelecidas em transaÃ§Ã£o penal. (STF, RE 602072 QO-RG, Relator(a): Min. CEZAR PELUSO, julgado em 19/11/2009, REPERCUSSÃ¿O GERAL - MÃ¿RITO DJe-035 DIVULG 25-02-2010 PUBLIC 26-02-2010 EMENT VOL-02391-10 PP-02155 LEXSTF v. 32, n. 375, 2010, p. 451-456 RJTJRS v. 45, n. 277, 2010, p. 33-36) DELIBERAÃ¿Ã¿OS INICIAIS: 1.Â Â Â Â Â Concedo prazo de 30 (trinta) dias para que as autoras do fato proceda o cumprimento da pena restritiva de direitos. Dou esta por publicada e as partes por intimadas em audiÃªncia. Registre-se. Transitada em julgado, aguarde-se o cumprimento da medida alternativa. Cumprida a medida alternativa: a) promova a Secretaria as comunicaÃ§Ãµes obrigatÃ³rias previstas no CÃ³digo de Normas; b) remetam-se ao Distribuidor para as baixas necessÃ¡rias; c) arquivem-se os autos. Em caso de descumprimento da medida alternativa, abra-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para eventual oferecimento de denÃºncia e prosseguimento do feitoÂ¿. Nada mais. Lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelos presentes. Encerrou-se a presente audiÃªncia com as formalidades legais. Termo digitado e lavrado por mim, Bruno Rodrigues da Silva _____ (SecretÃ¡rio de AudiÃªncia). Juiz:_____ Advogado:_____ Autora do fato:_____ Autora do fato:_____ PROCESSO: 00020223020208140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Termo Circunstanciado em: 11/11/2021---AUTOR DO FATO:FLAVIO LUIZ SOUSA ROSA VITIMA:D. D. B. . PODER JUDICIÃRIOÂ  TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃÂ  VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃÂ  FÃ³rum Desembargador Raymundo Olavo da Silva AraÃºjoÂ  Av. PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº, bairro colegial, tel./fax: (94) 3779-1209, CEP: 68.639-000,Â email: 1goianesia@tjpa.jus.br TERMO DE AUDIÃ¿NCIA I.DADOS DO PROCESSO: Processo: 0002022-30.2020.8.14.0110 Data da AudiÃªncia: 11 de novembro de 2021 HorÃ¡rio: 09h30min Magistrado: HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Promotora: THAIS RODRIGUES CRUZ TOMAZ Defensora PÃºblica: BEATRIZ FERREIRA DOS REIS PRESENTES AO ATO: Autor do fato: FLAVIO LUIZ SOUSA ROSA CPF: 926.440.232-20 Aos 11 dias do mÃªs de novembro do ano de 2021, nesta cidade e Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡, Estado do ParÃ¡, na sala de AudiÃªncias deste JuÃ-zo, Ã s 09h30min, onde se encontrava o Sec. de AudiÃªncia. Feito o pregÃ£o, verificou-se presente o autor do fato FLAVIO LUIZ SOUSA ROSA Os autores do fato FLAVIO LUIZ SOUSA ROSA, aceitou a proposta de transaÃ§Ã£o penal ofertada pelo MinistÃ©rio PÃºblico (fl.20), consistente em prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os Ã  comunidade, no prazo de 05 (cinco) meses, com duraÃ§Ã£o de 05 (cinco) horas semanais, em instituiÃ§Ã£o pÃºblica. Â  SENTENÃ¿A: Vistos, etc. Segundo informaÃ§Ãµes fornecidas nesta audiÃªncia, em ratificaÃ§Ã£o ao conteÃºdo do termo circunstanciado, o autor do fato praticou, em tese, a infraÃ§Ã£o penal informada no inquÃ©rito policial anexo aos autos. O MinistÃ©rio PÃºblico, verificando que o autor do fato preenchia os requisitos objetivos e subjetivos previstos no artigo 76, Â§2Âº, da Lei 9.099/95, ofereceu proposta de TransaÃ§Ã£o Penal, consistente na prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os Ã  comunidade, pelo prazo de no prazo de 05 (cinco) meses, com duraÃ§Ã£o de 05 (cinco) horas semanais, em instituiÃ§Ã£o pÃºblica, a qual restou aceita pelo autor do fato, na presenÃ§a de seu defensor (art. 76, Â§ 3Âº, da Lei 9.099/95). Assim, preenchidos os requisitos legais, com fundamento no Â§ 4Âº do artigo 76 da Lei 9.099/95, HOMOLOGO, por sentenÃ§a, para que produza todos os efeitos legais e retroativos Ã  data de sua celebraÃ§Ã£o, a TRANSAÃ¿Ã¿O PENAL firmada entre as partes e, em consequÃªncia, aplico o autor do fato FLAVIO LUIZ SOUSA ROSA a pena restritiva de direitos de prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os Ã  comunidade acima especificada. Caso cumprido o acordo substitutivo do processo, desde logo DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do autor do fato FLAVIO LUIZ SOUSA ROSA pelo cumprimento da medida alternativa aplicada, o que faÃ§o com fundamento no parÃ¡grafo Ãºnico do art. 84 da Lei 9.099/95, utilizado por analogia. Determino, ademais, que a aplicaÃ§Ã£o da medida nÃ£o conste dos registros criminais do autor do fato, exceto para fins de

requisiÃ§Ã£o judicial (artigo 76, Â§6Âº, da Lei nÂº. 9099/95). Fica o autor do fato ciente de que o descumprimento da medida alternativa aplicada ensejarÃ¡ o prosseguimento do feito, conforme alinhada jurisprudÃªncia do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de JustiÃ§a: HABEAS CORPUS. JUIZADO ESPECIAL. TRANSAÃ¿Ã¿O PENAL. EXIGÃ¿NCIA DO ATO IMPUGNADO DE QUE A HOMOLOGAÃ¿Ã¿O OCORRA SOMENTE APÃ¿S O CUMPRIMENTO DA CONDIÃ¿Ã¿O PACTUADA: CONSTRANGIMENTO ILEGAL. DIREITO Ã¿ HOMOLOGAÃ¿Ã¿O ANTES DO ADIMPLEMENTO DAS CONDIÃ¿Ã¿ES ACERTADAS. POSSIBILIDADE DE INSTAURAÃ¿Ã¿O DE INQUÃ¿RITO OU DE PROPOSITURA DA AÃ¿Ã¿O PENAL. I. Consubstancia constrangimento ilegal a exigÃªncia de que a homologaÃ§Ã£o da transaÃ§Ã£o penal ocorra somente depois do adimplemento das condiÃ§Ãµes pactuadas pelas partes. II. A jurisprudÃªncia desta Corte firmou-se no sentido de que a transaÃ§Ã£o penal deve ser homologada antes do cumprimento das condiÃ§Ãµes objeto do acordo, ficando ressalvado, no entanto, o retorno ao status quo ante em caso de inadimplemento, dando-se oportunidade ao MinistÃ©rio PÃºblico de requerer a instauraÃ§Ã£o de inquÃ©rito ou a propositura de aÃ§Ã£o penal. Ordem concedida. (STF, HC 88616, Relator(a):Â  Min. EROS GRAU, Segunda Turma, julgado em 08/08/2006, DJ 27-10-2006 PP-00064 EMENT VOL-02253-03 PP-00505 RTJ VOL-00201-03 PP-01101 RT v. 96, n. 856, 2007, p. 508-512) AÃ¿Ã¿O PENAL. Juizados Especiais Criminais. TransaÃ§Ã£o penal. Art. 76 da Lei nÂº 9.099/95. CondiÃ§Ãµes nÃ£o cumpridas. Propositura de aÃ§Ã£o penal. Possibilidade. JurisprudÃªncia reafirmada. RepercussÃ£o geral reconhecida. Recurso extraordinÃ¡rio improvido. AplicaÃ§Ã£o do art. 543-B, Â§ 3Âº, do CPC. NÃ£o fere os preceitos constitucionais a propositura de aÃ§Ã£o penal em decorrÃªncia do nÃ£o cumprimento das condiÃ§Ãµes estabelecidas em transaÃ§Ã£o penal. (STF, RE 602072 QO-RG, Relator(a): Min. CEZAR PELUSO, julgado em 19/11/2009, REPERCUSSÃ¿O GERAL - MÃ¿RITO DJe-035 DIVULG 25-02-2010 PUBLIC 26-02-2010 EMENT VOL-02391-10 PP-02155 LEXSTF v. 32, n. 375, 2010, p. 451-456 RJTJRS v. 45, n. 277, 2010, p. 33-36) DELIBERAÃ¿Ã¿OS INICIAIS: 1.Â Â Â Â Â Oficie-se o Creas para que encaminhe relatÃ³rio do cumprimento do serviÃ§o Ã  comunidade, juntamente com a lista de frequÃªncia do Sr. FLAVIO LUIZ SOUSA ROSA, Dou esta por publicada e as partes por intimadas em audiÃªncia. Registre-se. Transitada em julgado, aguarde-se o cumprimento da medida alternativa. Cumprida a medida alternativa: a) promova a Secretaria as comunicaÃ§Ãµes obrigatÃ³rias previstas no CÃ³digo de Normas; b) remetam-se ao Distribuidor para as baixas necessÃ¡rias; c) arquivem-se os autos. Em caso de descumprimento da medida alternativa, abra-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para eventual oferecimento de denÃºncia e prosseguimento do feitoÂ¿. Nada mais. Lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelos presentes. Encerrou-se a presente audiÃªncia com as formalidades legais. Termo digitado e lavrado por mim, Bruno Rodrigues da Silva _____ (SecretÃ¡rio de AudiÃªncia). Juiz:_____ Defensora PÃ-ublica:_____ Autor do fato:_____ PROCESSO: 00024652520138140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Execução Fiscal em: 11/11/2021---EXEQUENTE:A UNIAO EXECUTADO:CARVOARIA DA MATA LTDA EPP. PROCESSO NÂº 0002465-25.2013.8.14.0110 DECISÃ¿O Junte-se a consulta realizada no sistema SISBAJUD. Tendo em vista, que a diligÃªncia junto ao sistema SISBAJUD foi infrutÃ-fera (executado nÃ£o possui relacionamento a InstituiÃ§Ã£o Financeira Associada), SUSPENDO o feito na forma do artigo 40 da Lei nÂº 6.830/80. Decorrido o lapso de um ano, certifique-se e nÃ£o havendo comprovaÃ§Ã£o de alteraÃ§Ã£o fÃ¡tica, ou seja, a indicaÃ§Ã£o de bens em nome do executado, arquive-se o feito em escaninho prÃ³prio atÃ© o lapso temporal de prescriÃ§Ã£o (5 anos). ApÃ³s, com o decurso do lapso temporal supra, certifique-se, dÃª-se ciÃªncia a Fazenda PÃºblica para manifestaÃ§Ã£o da prescriÃ§Ã£o intercorrente. Ao apÃ³s, venham-me conclusos. Â  GoianÃ©sia do ParÃ¡, 11/11/2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PROCESSO: 00027674920168140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021---DENUNCIADO:ANTONIO MARCOS XAVIER TIGRE VITIMA:S. A. O. . Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA Ã£Processo nÂº: 0002767-49.2016.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a necessidade de readequaÃ§Ã£o da pauta de audiÃªncia, redesigno a audiÃªncia para o dia 10/05/2022, Ã s 09:30min. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVIRÃ A PRESENTE COMO MANDADO DE CITAÃ¿Ã¿O / INTIMAÃ¿Ã¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡,Â 11 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Â Â Â Â JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA VARA Ã¿NICA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PROCESSO:

00030272920168140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021---VITIMA:O. E. DENUNCIADO:ANTONIO DA ASSUNCAO. Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº Â¿ Bairro Centro - Fone/Fax: (94) 3779-1209 - Email: 1goianesia@tjpa.jus.br Processo nÂ° 0003027-29.2016.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a designaÃ§Ã£o da audiÃªncia, fl. 45, e conforme a certidÃ£o do oficial de justiÃ§a, fl.56, informa que deixou de intimar o rÃ©u, devido a informaÃ§Ã£o de populares desconhecerem o acusado no endereÃ§o constante na denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta feita, acolho a manifestaÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico, fl. 58, decreto a revelia nos termos do art. 367 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em prosseguimento, designo a audiÃªncia para oitiva de testemunhas arrolados pelo MinistÃ©rio PÃºblico, os policiais militares ANDRÃ¿ LEVY DA SILVA, fl. 06, e THIAGO MIRANDA MARINHO, fl. 07, para o dia 10/05/2022, Ã s 10h30min, neste FÃ³rum. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na oportunidade, ao confeccionar o mandado de intimaÃ§Ã£o, informar que a audiÃªncia poderÃ¡ ser realizada por videoconferÃªncia. O Oficial de JustiÃ§a deve informar na certidÃ£o de devoluÃ§Ã£o do mandado o contato telefÃ´nico das testemunhas.Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.I.C. SERVIRÃ A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÃ¿Ã¿O / OFÃCIO / CARTA PRECATÃ¿RIA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Substituto PROCESSO: 00031494220168140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Busca e Apreensão em: 11/11/2021---REQUERENTE:ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Representante(s): OAB 16837-A - AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 84206 - MARIA LUCILIA GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:EUDES MORAIS DA SILVA. Meta 02 CNJ; Processo: 0003149-42.2016.8.14.0110; Requerente: Administradora de ConsÃ³rcio Nacional Honda LTDA; Requerido: Eudes Morais da Silva. SENTENÃ¿A I - RelatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de Â¿AÃ§Ã£o de Busca e ApreensÃ£oÂ¿ ajuizada por Administradora de ConsÃ³rcio Nacional Honda LTDA em desfavor de Eudes Morais da Silva. 1.Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o Inicial (fls. 03/33); 2.Â Â Â Â Â DecisÃ£o deferido da busca e apreensÃ£o (fl. 34/35); 3.Â Â Â Â Â CertidÃ£o do Oficial de JustiÃ§a relatando que deixou de proceder a busca e apreensÃ£o do veÃ-culo descrito na inicial (fl. 46); 4.Â Â Â Â Â Juntada de consultas Renajud e Infojud por este juÃ-zo (fl. 69/70); 5.Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o da parte autora pleiteando a extinÃ§Ã£o da presente aÃ§Ã£o por falta de interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio. II - FundamentaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como Ã© cediÃ§o, o CÃ³digo de Processo Civil arrola como uma das causas de extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito a ausÃªncia de interesse processual, nos termos do artigo 485, VI do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como Ã© cediÃ§o, o exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o, materializado quando da apresentaÃ§Ã£o da inicial, exige o preenchimento daquilo que a melhor doutrina resolveu chamar condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o, quais sejam, legitimidade ad causam e interesse de agir, em que pese haja grande divergÃªncia na doutrina processualista acerca da permanÃªncia ou nÃ£o das condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o diante da entrada em vigor do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â In casu, importa a anÃ¡lise de apenas uma delas: o interesse de agir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diz-se que o interesse de agir estÃ¡ pautado no binÃ´mio necessidade-adequaÃ§Ã£o e, para alguns doutrinadores, inclui-se tambÃ©m a utilidade, querendo isso significar que somente Ã© dada ao jurisdicionado a possibilidade de instaurar uma demanda judicial se restar demonstrado que, alÃ©m de o provimento judicial ser a Ãºnica forma de se ter o direito material observado, ele (o jurisdicionado) utilizar o meio processual adequado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifica-se que houve perda superveniente do interesse de agir, devido as tentativas infrutÃ-feras de proceder as busca e apreensÃ£o do veÃ-culo descrito na inicial. Ademais, Ã© importante ressaltar que este juÃ-zo acatou o pedido da parte autora para que se procedesse os atos de constriÃ§Ãµes judiciais (Renajud e Infojud), contudo, tambÃ©m foram infrutÃ-feros. Portanto, com os resultados demonstrados por este magistrado, a parte autora pleiteou a extinÃ§Ã£o do processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, entendo que o presente processo deve ser extinto sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, ante Ã  ausÃªncia de interesse de agir. III - Dispositivo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Posto isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃ¿Ã¿O MÃ¿RITO por ausÃªncia de interesse processual, assim o fazendo com fulcro no artigo 485, inciso VI, do Novo CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Indefiro o pedido da parte autora, de baixa na restriÃ§Ã£o judicial no sistema RENAJUD, pois em consulta em fl. anexo, nÃ£o hÃ¡ restriÃ§Ãµes referentes ao veÃ-culo, devido ausÃªncia de requisitos necessÃ¡rios (emplacamento e RENAVAM). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em prosseguimento,

condeno a parte autora ao pagamento das custas remanescentes, se houver. III - DAS DISPOSIÃ¿Ã¿ES FINAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, encaminhem-se os autos Ã  UNAJ para proceder ao cÃ¡lculo das custas processuais finais/remanescentes, se houver. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em prosseguimento, intime-se o autor, na pessoa de seu advogado, via DJE (art. 46, Â§1Âº da lei 8.328/2015), para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder ao pagamento das custas finais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transcorrido o prazo sem o pagamento, certifique-se nos autos e extraia-se certidÃ£o de crÃ©dito para fins de inscriÃ§Ã£o em dÃ-vida ativa estadual.Â  Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Havendo o adimplemento das custas, arquivem-se os presentes autos, estabelecendo a devida baixa no sistema Libra Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡ (PA), 11 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito PROCESSO: 00038284220168140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021---DENUNCIADO:EDNEUSO RODRIGUES DE PAULA VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA PROCESSO NÂº 0003828-42.2016.8.14.0110 SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O representante do MinistÃ©rio PÃºblico ofereceu denÃºncia perante este juÃ-zo contra EDNEUSO RODRIGUES DE PAULA, devidamente qualificado nos autos, imputando ao mesmo o crime tipificado no artigo 306 do CÃ³digo de TrÂ¢nsito Brasileiro-CTB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nada obstante, compulsando os autos, verifico certidÃ£o de Ã³bito do acusado EDNEUSO RODRIGUES DE PAULA (fl. 60), lavrado no CartÃ³rio do Ã¿nico OfÃ-cio de GoianÃ©sia do ParÃ¡, que registra o falecimento deste em 22 de janeiro de 2019. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o penal pÃºblica movida contra o acusado que veio a falecer no curso processo, pelo que, diante da comprovaÃ§Ã£o da morte do agente na forma prevista pelo artigo 62 do CÃ³digo de Processo Penal, Ã© de ser reconhecida a extinÃ§Ã£o da punibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE pela morte do agente EDNEUSO RODRIGUES DE PAULA, nos termos do artigo 107, inciso I, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpridas as formalidades legais arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. Â  HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Substituto da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ PROCESSO: 00044883620168140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Cumprimento de sentença em: 11/11/2021---REQUERENTE:CARLOS ALEXANDRE ZANCO DE DEUS Representante(s): OAB 10653-B - WEILLIA FREIRE DE ABREU (ADVOGADO) REQUERIDO:T. V. M. Z. REPRESENTANTE:MARIA TATIANE MONTEIRO MODESTO. Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº Â¿ Bairro Centro - Fone/Fax: (94) 3779-1209 - Email: 1goianesia@tjpa.jus.br Processo nÂ° 0004488-36.2016.8.14.0110 Â DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando as informaÃ§Ãµes do ofÃ-cio de fl. 58-v, intime-seÂ a parte requerida para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, retornem os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Substituto PROCESSO: 00047695520178140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Cumprimento de sentença em: 11/11/2021---REQUERENTE:F. A. S. M. REQUERENTE:J. V. S. M. REPRESENTANTE:ARLETE DA SILVA MOURA Representante(s): OAB 19227 - LETICIA REGULO FERREIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PIAUÃ VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE CURIMATÃ FLS. _____= _____--- KJD NKJSFNBSABF PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PROCESSO N.: 0004769-55.2017.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, via DJE, para manifestar-se acerca da certidÃ£o de fl. 38-v, no prazo de cinco dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo acima, certifique-se e faÃ§am conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Processo n. 0000238-08.2013.8.18.0092 p. PROCESSO: 00051913020178140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021---DENUNCIADO:MIZAEL DA SILVA LOPES VITIMA:U. C. L. J. . Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº - Bairro Centro - Fone/Fax: (94) 3779-1209 - Email: 1goianesia@tjpa.jus.br PROCESSO NÂº: 0005191-30.2017.8.14.0110 - META 02 CNJ SENTENÃ¿A I - RELATÃ¿RIO.

Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ¿Ã¿O PENAL, que versa sobre condutas praticadas por MIZAEL DA SILVA LOPES, pelos supostos crimes elencados nos artigos 155, caput, do CÃ³digo Penal Brasileiro e artigo 244-B da Lei nÂº 8.069/90-ECA, ocorrida no dia 02/07/2017. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio. Passo a decidir. II - FUNDAMENTAÃ¿Ã¿O. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifica-se que Ã© hipÃ³tese de extinÃ§Ã£o da punibilidade do acusado em decorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Doutrina majoritÃ¡ria entende ser o Direito Penal dividido basicamente em duas vertentes, quais sejam: o Direito Penal Objetivo e o Subjetivo. O primeiro Ã© traduzido nas normas (latu sensu) que o Estado, enquanto regulador da vida em sociedade, elabora, a fim de que se previnam ou reprimam a prÃ¡tica de infraÃ§Ãµes de natureza penal; o segundo Ã© caracterizado pelo poder-dever que tem aquela mesma entidade, possuidora exclusiva da jurisdiÃ§Ã£o, de, em havendo a prÃ¡tica do delito, exercer o seu jus puniendi (direito de punir) sobre o infrator.Â  Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ a liÃ§Ã£o de ROGÃ¿RIO GRECO1 ao afirmar que: Direito Penal Subjetivo, a seu turno, Ã© a possibilidade que tem o Estado de criar e fazer cumprir suas normas, executando as decisÃµes condenatÃ³rias proferidas pelo Poder JudiciÃ¡rio. Ã¿ o prÃ³prio jus puniendi. Se determinado agente praticar um fato tÃ-pico, antijurÃ-dico e culpÃ¡vel, abre-se ao Estado o dever-poder de iniciar a persecutio criminis in judicio, visando alcanÃ§ar, quando for o caso e obedecido o devido processo legal, um decreto condenatÃ³rio.Â  Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que hÃ¡ circunstÃ¢ncias expressamente previstas pela lei nas quais o Estado pode, tanto quanto renunciar ao citado jus puniendi (graÃ§a, indulto ou anistia), perder dita prerrogativa (morte do agente, retroatividade de lei que nÃ£o mais considera o fato como criminoso, prescriÃ§Ã£o, decadÃªncia, perempÃ§Ã£o etc). SÃ£o as intituladas causa extintivas da punibilidade previstas no art. 107 do CÃ³digo Penal Brasileiro (CP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dentre as citadas causas extintivas da punibilidade, especificamente no que tange Ã s hipÃ³teses legais de perda, pelo Estado, do jus puniendi, estÃ¡ o instituto que de mais perto interessa ao presente caso: a prescriÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Denomina-se prescriÃ§Ã£o penal a perda do jus puniendi pelo Estado em razÃ£o do decurso do tempo. Em outros termos, e usando da preciosa liÃ§Ã£o daquele mesmo doutrinador: (...) poderÃ-amos conceituar a prescriÃ§Ã£o como o instituto jurÃ-dico mediante o qual o Estado, por nÃ£o ter tido capacidade de fazer valer o seu direito de punir em determinado espaÃ§o de tempo previsto pela lei, faz com que ocorra a extinÃ§Ã£o da punibilidade.2 Â Â Â Â Â Â Â Â Â  O citado instituto (prescriÃ§Ã£o), por sua vez, dentre outras, divide-se em duas espÃ©cies: prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria do Estado, distinguindo-se a primeira da segunda porque aquela ocorre antes do trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o condenatÃ³ria, ao que a segunda, somente ocorreria apÃ³s.Â  Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem. A breve digressÃ£o fora necessÃ¡ria para demonstrar que no presente caso Ã© possÃ-vel a perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da prescriÃ§Ã£o em relaÃ§Ã£o ao acusado, em razÃ£o da necessidade de decretaÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade. E isto por uma razÃ£o que se possa vislumbrar: a data do Recebimento da DenÃºncia, proferida em 11/08/2017. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A pena mÃ¡xima para a suposta conduta praticada pelo denunciado prevista no artigo 155, caput do CPB, Ã© de 04 (quatro) anos de reclusÃ£o, e artigo 244-B da Lei nÂº 8.069/90-ECA, tambÃ©m Ã© de 04 (quatro) anos de reclusÃ£o, logo, conforme o artigo 109, IV do CPB, ambas prescreveriam em 08 (oito) anos a contar data do Recebimento da DenÃºncia (data de 11/08/2017) nos termos do artigo 117, inciso I, CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â  Ocorre que, o denunciado nasceu em 23/08/1997, assim, na data do fato este possuÃ-a idade inferior a 21 (vinte e um) anos. Desse modo, conclui-se que o prazo prescricional serÃ¡ reduzido pela metade nos termos do artigo 115 do CPB, logo, o referido prazo serÃ¡ de 04 (quatro) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dessa forma, entre a data do Recebimento da DenÃºncia e a data atual jÃ¡ transcorreu por completo o prazo prescricional de 04 (quatro) anos. Assim, a conclusÃ£o se pode chegar que no dia 10.08.2021, extinguira-se a punibilidade do acusado, ante a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, conforme art. 107, IV, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ importante ressaltar que o juiz pode reconhecer de ofÃ-cio uma causa extintiva da punibilidade (art. 61 do CPP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, nÃ£o tendo o Estado exercido seu jus puniendi em tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe.Â  III - DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Posto isso, DECLARO A OCORRÃ¿NCIA DA PRESCRIÃ¿Ã¿O da pena imposta e, a fortiori, EXTINGO A PUNIBILIDADE do acusado MIZAEL DA SILVA LOPES, assim o fazendo com base nos artigos 109, inciso IV; 117, inciso I; e artigo 115 todos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se o MinistÃ©rio PÃºblico pessoalmente com remessa dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de determinar a intimaÃ§Ã£o pessoal do acusado, tendo em vista a ausÃªncia de prejuÃ-zo para a sua defesa em sentenÃ§as absolutÃ³rias ou declaratÃ³rias extintivas da punibilidade, consoante entendimento predominante no STJ.Â  Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino que a Secretaria Judicial analise o Banco Nacional de Monitoramento de PrisÃ£o - BNMP, para averiguar eventual mandado de prisÃ£o cadastrado. Se houver mandado cadastrado referente a este processo,

determino sua baixa imediatamente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a, arquivem-se imediatamente os presentes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVE ESTE INSTRUMENTO COMO MANDADO / OFÃCIO, conforme autorizado pelo PROVIMENTO CJCI 003/2009, devendo o Sr. Diretor observar o disposto em seus artigos 3Âº e 4Âº. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito - Substituto da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ 1 2. PROCESSO: 00054448120188140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Averiguação de Paternidade em: 11/11/2021---REQUERENTE:JORGE LUIS MADEIRA DA SILVA Representante(s): OAB 19227 - LETICIA REGULO FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:J. C. S. S. Representante(s): EDNA MOREIRA DOS SANTOS (REP LEGAL) . Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº Â¿ Bairro Centro - Fone/Fax: (94) 3779-1209 - Email: 1goianesia@tjpa.jus.br Processo nÂ° 0005444-81.2018.8.14.0110 Â DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando as informaÃ§Ãµes trazidas pelo CREAS Ã s fls. 62/63 e que hÃ¡ interesse de menor, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico, nos termos do art. 178, II, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, retornem os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Substituto PROCESSO: 00059153920148140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021---DENUNCIADO:RODRIGO SILVA DIAS DENUNCIADO:ADRIANO AUGUSTO PRAZERES GOMES Representante(s): OAB 23885 - ENIO PAZIN (ADVOGADO) DENUNCIADO:ISRAEL MATOS SANTOS VITIMA:S. C. . Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº Â¿ Bairro Centro - Fone/Fax: (94) 3779-1209 - Email: 1goianesia@tjpa.jus.br Processo nÂº. 0005915-39.2014.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a manifestaÃ§Ã£o ministerial retro, cite-se o rÃ©u RODRIGO SILVA DIAS, no endereÃ§o informado pelo parquet (com cÃ³pia da denÚncia), para apresentar resposta Ã  acusaÃ§Ã£o, no prazo de 10 (dez) dias, com base nos artigos 396 e 396-A, do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto ao denunciado, ISRAEL MATOS SANTOS, consoanteÂ a manifestaÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico, fl. 109, oficie-se o CARTÃ¿RIO Ã¿NICO DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ/PA, para no prazo de 15 (quinze) dia, encaminhe cÃ³pia da certidÃ£o de Ã³bito, caso haja. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â SERVE O PRESENTE DESPACHO COMO MANDADO/OFÃCIO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Substituto PROCESSO: 00062640320188140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Procedimento Sumário em: 11/11/2021---REQUERENTE:VALDELICE LIMA QUINTANA Representante(s): OAB 18305 - MARIA D AJUDA GOMES FRAGAS PAULUCIO (ADVOGADO) OAB 23885 - ENIO PAZIN (ADVOGADO) OAB 24938 - TAISA MARTINS SOUZA (ADVOGADO) REQUERENTE:DANIELE FURTADO QUINTANA Representante(s): OAB 18305 - MARIA D AJUDA GOMES FRAGAS PAULUCIO (ADVOGADO) REQUERENTE:FERNANDO FURTADO QUINTANA Representante(s): OAB 18305 - MARIA D AJUDA GOMES FRAGAS PAULUCIO (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S A Representante(s): OAB 11307-A - ROBERTA MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) . PROCESSO: 0006264-03.2018.8.14.0110 SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de CUMPRIMENTO DE SENTENÃ¿A movido por VALDELICE LIMA QUINTANA, DANIELE FURTADO QUINTANA e FERNANDO FURTADO QUINTANA em face SEGURADORA LÃDER DO CONSÃ¿RCIO DO SEGURO DPVAT S/A ambos qualificados na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos foram sentenciados a fl. 123/127 e 139. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O depÃ³sito do valor imposto na sentenÃ§a foi efetuado pelo requerido (fls. 154). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o breve relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o depÃ³sito do valor efetuado pela parte requerida, determino a expediÃ§Ã£o de alvarÃ¡ no valor de R$24.664,75(Vinte e quatro mil e seiscentos e sessenta e quatro reais e setenta e cinco centavos), sendo que este valor serÃ¡ divido as seguintes partes: 1.Â Â Â Â Â Advogado Dr. Ã¿nio Pazin, inscrito no CPF/MF 002.430.022-54, a receber o valor no importe de R$2.466,46(dois mil e quatrocentos e sessenta e seis reais e quarenta e seis centavos); 2.Â Â Â Â Â Sra. VALDELICE LIMA QUINTANA, inscrita no CPF/MF 956.762.442-91, a receber o valor no importe de R$11.099,14(onze mil e noventa e nove reais e quatorze centavos); 3.Â Â Â Â Â Sra. DANIELE FURTADO QUINTANA, inscrita no CPF/MF 051.289.343-81, a receber o valor no importe de R$5.549,57(cinco mil e quinhentos e quarenta e nove reais e cinquenta e sete centavos); 4.Â Â Â Â Â Sr. FERNANDO FURTADO QUINTANA, inscrita no CPF/MF 006.846.092-

90 a receber o valor no importe de R$5.549,57(cinco mil e quinhentos e quarenta e nove reais cinquenta e sete reais). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â E consequentemente, JULGO EXTINTO A PRESENTE FASE DO CUMPRIMENTO DE SENTENÃ¿A, nos termos do artigo 924 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se ambas as partes, nas pessoas de seus advogados, via DJE, para ciÃªncia da presente sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o havendo mais deliberaÃ§Ãµes arquivem-se os autos no sistema LIBRA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito PROCESSO: 00067869320198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021---REQUERENTE:JOAQUIM PEREIRA DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 12059 - MARCELO LUIZ SALAME (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL. Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº Â¿ Bairro Centro - Fone/Fax: (94) 3779-1209 - Email: 1goianesia@tjpa.jus.brÂ Ã-PROCESSO NÂ°: 0006786-93.2019.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico que houve oposiÃ§Ã£o de embargos de declaraÃ§Ã£o em face da sentenÃ§a proferida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIME-SE o embargado para se manifestar, no prazo de cinco dias, quanto aos embargos de declaraÃ§Ã£o opostos Ã s fls.93-100. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, certifique-se e faÃ§am os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 11 de novembro de 2021Â HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA VARA Ã¿NICA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PROCESSO: 00072866220198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Procedimento Comum em: 11/11/2021---ENVOLVIDO:D. C. S. S. REQUERIDO:JOCIVAL PONTES SILVA REPRESENTANTE:MARIA DE LURDES NASCIMENTO DOS SANTOS REQUERENTE:CONSELHO MUNICIPAL DOS TUTELAR DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE. Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº Â¿ Bairro Centro - Fone/Fax: (94) 3779-1209 - Email: 1goianesia@tjpa.jus.br Ã-PROCESSO NÂ°: 0007286-62.2019.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se vistas dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico Estadual para manifestaÃ§Ã£o ou para o que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 11de novembro de 2021Â HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA VARA Ã¿NICA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PROCESSO: 00104056520188140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Termo Circunstanciado em: 11/11/2021---AUTOR DO FATO:PEDRO PAULO DA SILVA VITIMA:A. J. S. S. . Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº - Bairro Centro - Fone/Fax: (94) 3779-1209 - Email: 1goianesia@tjpa.jus.br PROCESSO NÂº: 0010405-65.2018.8.14.0110 SENTENÃ¿A I - RELATÃ¿RIO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÃ¿NCIA, autuado em face de PEDRO PAULO DA SILVA, com a finalidade de apurar suposta prÃ¡tica de condutas previstas no artigo 147, caput, do CÃ³digo Penal Brasileiro ocorrida no dia 26/11/2018. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio. Passo a decidir. II - FUNDAMENTAÃ¿Ã¿O. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifica-se que Ã© hipÃ³tese de extinÃ§Ã£o da punibilidade do acusado em decorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Doutrina majoritÃ¡ria entende ser o Direito Penal dividido basicamente em duas vertentes, quais sejam: o Direito Penal Objetivo e o Subjetivo. O primeiro Ã© traduzido nas normas (latu sensu) que o Estado, enquanto regulador da vida em sociedade, elabora, a fim de que se previnam ou reprimam a prÃ¡tica de infraÃ§Ãµes de natureza penal; o segundo Ã© caracterizado pelo poder-dever que tem aquela mesma entidade, possuidora exclusiva da jurisdiÃ§Ã£o, de, em havendo a prÃ¡tica do delito, exercer o seu jus puniendi (direito de punir) sobre o infrator.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ a liÃ§Ã£o de ROGÃ¿RIO GRECO1 ao afirmar que: Direito Penal Subjetivo, a seu turno, Ã© a possibilidade que tem o Estado de criar e fazer cumprir suas normas, executando as decisÃµes condenatÃ³rias proferidas pelo Poder JudiciÃ¡rio. Ã¿ o prÃ³prio jus puniendi. Se determinado agente praticar um fato tÃ-pico, antijurÃ-dico e culpÃ¡vel, abre-se ao Estado o dever-poder de iniciar a persecutio criminis in judicio, visando alcanÃ§ar, quando for o caso e obedecido o devido processo legal, um decreto condenatÃ³rio.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que hÃ¡ circunstÃ¢ncias expressamente previstas pela lei nas quais o Estado pode, tanto quanto renunciar ao citado jus puniendi (graÃ§a, indulto ou anistia), perder dita prerrogativa (morte do agente, retroatividade de lei que nÃ£o mais considera o fato como criminoso, prescriÃ§Ã£o, decadÃªncia, perempÃ§Ã£o etc). SÃ£o as intituladas

causa extintivas da punibilidade previstas no art. 107 do CÃ³digo Penal Brasileiro (CP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dentre as citadas causas extintivas da punibilidade, especificamente no que tange Ã s hipÃ³teses legais de perda, pelo Estado, do jus puniendi, estÃ¡ o instituto que de mais perto interessa ao presente caso: a prescriÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Denomina-se prescriÃ§Ã£o penal a perda do jus puniendi pelo Estado em razÃ£o do decurso do tempo. Em outros termos, e usando da preciosa liÃ§Ã£o daquele mesmo doutrinador: (...) poderÃ-amos conceituar a prescriÃ§Ã£o como o instituto jurÃ-dico mediante o qual o Estado, por nÃ£o ter tido capacidade de fazer valer o seu direito de punir em determinado espaÃ§o de tempo previsto pela lei, faz com que ocorra a extinÃ§Ã£o da punibilidade.2 Â Â Â Â Â Â Â Â Â O citado instituto (prescriÃ§Ã£o), por sua vez, dentre outras, divide-se em duas espÃ©cies: prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria do Estado, distinguindo-se a primeira da segunda porque aquela ocorre antes do trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o condenatÃ³ria, ao que a segunda, somente ocorreria apÃ³s.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem. A breve digressÃ£o fora necessÃ¡ria para demonstrar que no presente caso Ã© possÃ-vel a perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado em relaÃ§Ã£o ao autor, em razÃ£o da necessidade de decretaÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade. E isto por uma razÃ£o que se possa vislumbrar: O suposto crime praticado possui pena mÃ¡xima prevista de 06 (seis) meses, a prescriÃ§Ã£o se opera em 03 (trÃªs) anos, e entre a data que o fato se consumou em 26/11/2018, atÃ© o presente momento nÃ£o houve apresentaÃ§Ã£o de denÃºncia, decisÃ£o de recebimento e sequer prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a, ou seja, estÃ¡ evidente que jÃ¡ transcorreria por completo o prazo previsto no art. 109, inciso IV do CÃ³digo Penal, caso o processo chegasse na fase da sentenÃ§a.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalta-se que atendo-se a pena em abstrato, dentro de 14 (quatorze) dias a prescriÃ§Ã£o se consumarÃ¡ e a persecuÃ§Ã£o penal se mostrarÃ¡ inÃ³cua, desse modo entende-se que resta caracterizada a prescriÃ§Ã£o penal retroativa antecipada no presente caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, se a pena mÃ¡xima aplicÃ¡vel ao caso Ã© de 06 (seis) meses e entre a data da consumaÃ§Ã£o do fato, e a data atual jÃ¡ transcorreu por completo o prazo prescricional de 03 (trÃªs) anos (art. 109, inciso IV do CP), a outra conclusÃ£o nÃ£o se pode chegar senÃ£o a de que, no dia 25/11/2021, extinguira-se a punibilidade do autor do fato, ante a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, conforme art. 107, IV, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ importante ressaltar que o juiz pode reconhecer de ofÃ-cio uma causa extintiva da punibilidade (art. 61 do CPP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, nÃ£o tendo o Estado exercido seu jus puniendi em tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe.Â III - DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Posto isso, DECLARO A OCORRÃ¿NCIA DA PRESCRIÃ¿Ã¿O da pena imposta e, a fortiori, EXTINGO A PUNIBILIDADE do acusado PEDRO PAULO DA SILVA, assim o fazendo com base nos artigos 109, inciso VI e artigo 107, inciso IV, todos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se o MinistÃ©rio PÃºblico pessoalmente com remessa dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de determinar a intimaÃ§Ã£o pessoal do acusado, tendo em vista a ausÃªncia de prejuÃ-zo para a sua defesa em sentenÃ§as absolutÃ³rias ou declaratÃ³rias extintivas da punibilidade, consoante entendimento predominante no STJ.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino que a Secretaria Judicial analise o Banco Nacional de Monitoramento de PrisÃ£o - BNMP, para averiguar eventual mandado de prisÃ£o cadastrado. Se houver mandado cadastrado referente a este processo, determino sua baixa imediatamente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a, arquivem-se imediatamente os presentes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVE ESTE INSTRUMENTO COMO MANDADO / OFÃCIO, conforme autorizado pelo PROVIMENTO CJCI 003/2009, devendo o Sr. Diretor observar o disposto em seus artigos 3Âº e 4Âº. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito - Substituto da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ Â 1 2. PROCESSO: 00012449420198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---INFRATOR: G. J. R. VITIMA: E. R. B. PROCESSO: 00024244820198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---REQUERENTE: C. T. M. G. P. MENOR: A. L. S. S. REQUERIDO: E. R. S. B. PROCESSO: 00040235620188140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---REQUERENTE: A. M. V. REPRESENTANTE: R. S. M. Representante(s): OAB 19227 - LETICIA REGULO FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO: B. F. V. PROCESSO: 00059113620138140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---REQUERENTE: E. S. R. MENOR: J. E. S. R. PROCESSO: 00067139220178140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---REQUERENTE: C. T. M. G. P. MENOR: Y. J. F. PROCESSO: 00070317520178140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---VITIMA: M. B. C. REPRESENTADO: G. S. P. PROCESSO: 00074907720178140110 PROCESSO ANTIGO: ---

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---AUTOR: M. P. E. P. REPRESENTADO: G. S. P. PROCESSO: 00084258320188140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---REQUERENTE: C. T. M. G. P. MENOR: C. E. B. C. PROCESSO: 00333253820158140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---DENUNCIADO: L. R. J. S. VITIMA: B. S. L.

RESENHA: 12/11/2021 A 12/11/2021 - GABINETE DA VARA UNICA DE GOIANESIA DO PARA - VARA: VARA UNICA DE GOIANESIA DO PARA PROCESSO: 00001668020108140110 PROCESSO ANTIGO: 201010001159 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Procedimento Sumário em: 12/11/2021---REQUERENTE:ANTONIO NERIS DIAS Representante(s): OAB 16560-A - JULIANO MARQUES RIBEIRO (ADVOGADO) BENTO BARBOSA DE OLIVEIRA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 16560-A - JULIANO MARQUES RIBEIRO (ADVOGADO) BENTO BARBOSA DE OLIVEIRA JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALINSS. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ/PA Processo nÂº 0000166-80.2010.8.14.0110 - META 02 CNJ SENTENÃ¿AÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ¿Ã¿O REIVINDICATÃ¿RIA DE APOSENTADORIA DE TRABALHADOR RURAL POR IDADE proposto por ANTONIO NERIS DIAS, em face de INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS, ambos qualificados na inical. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 185, despacho determinando a intimaÃ§Ã£o do autor, para no prazo de 15 (quinze) dias, iniciar a fase de cumprimento de sentenÃ§a, nos termos do artigo 534 e ss, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 187, ato ordinatÃ³rio intimando o autor, atravÃ©s de seus patronos constituÃ-dos, via DJe, entretanto, conforme certidÃ£o de fl. 188, este quedou-se inerte. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 189, decisÃ£o determinando a intimaÃ§Ã£o do requerente, pessoalmente, para no prazo de 10 (dez) dias, iniciar a fase de cumprimento de sentenÃ§a, nos termos do artigo 534 e ss, do CPC, sob pena de extinÃ§Ã£o conforme previsto no artigo 485, Â§1Âº do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 192, CertidÃ£o do Oficial de JustiÃ§a, informando que a deixou de intimar o Sr. Antonio Neris Dias, pois nÃ£o localizou o requerente, em contÃ-nuo ato, quando questionou moradores vizinhos, informaram nÃ£o conhecÃª-lo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O desenvolvimento e prosseguimento vÃ¡lido e regular dos atos processuais depende, essencialmente, do impulso processual efetivado pelas partes ou interessados. A inÃ©rcia das partes diante dos deveres e Ã´nus processuais, acarretando a paralisaÃ§Ã£o do processo, faz presumir desistÃªncia da pretensÃ£o Ã  tutela jurisdicional. Equivale, pois, ao desaparecimento do interesse, que Ã© condiÃ§Ã£o para o regular exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso dos autos, fora determinada a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte autora para iniciar a fase de cumprimento de sentenÃ§a, sob pena de extinÃ§Ã£o, entretanto, nÃ£o foi localizado, tendo moradores vizinhos informado que nÃ£o o conhecem. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por esse prisma, tais condutas configuram o abandono da causa por ausÃªncia superveniente de interesse na resoluÃ§Ã£o da demanda, jÃ¡ que Ã© dever das partes manter atualizado o endereÃ§o onde receberÃ£o intimaÃ§Ãµes, bem como promover os atos e as diligÃªncias que lhe incumbir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse contexto, penso que a insistÃªncia no prolongamento deste feito, sÃ³ iria reforÃ§ar a nova tendÃªncia de crÃ-tica, por ausÃªncia de gestÃ£o processual, arcada, no sistema de justiÃ§a, apenas pelo Poder JudiciÃ¡rio e, ao final, nÃ£o se alcanÃ§aria o fim Ãºltimo que Ã© a resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, jÃ¡ que a falta de interesse, como visto, Ã© o que impera no caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, para o processo ser efetivo e eficaz, o impulso processual depende do interesse da parte e, se o interessado nÃ£o demonstra vontade e interesse em prosseguir com o feito, resta ao juÃ-zo, em homenagem aos princÃ-pios da razoÃ¡vel duraÃ§Ã£o da demanda e da racional gestÃ£o de processos, apÃ³s as providencias legais, determinar a extinÃ§Ã£o e o arquivamento dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, determino a EXTINÃ¿Ã¿O DO PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, diante do abandono da causa, com fundamento no artigo 485, inciso III do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â IntimaÃ§Ãµes necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÂ¢nsito em julgado, dÃª-se baixa e arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVIRÃ A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÃ¿Ã¿O / OFÃCIO / CARTA PRECATÃ¿RIA. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 12 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Substituto da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ PROCESSO: 00013826120198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Guarda de Infância e Juventude em: 12/11/2021---REQUERENTE:ELIZANE SANTOS SOUZA

MENOR:E. S. S. REQUERIDO:VALDENIR FERREIRA SOUZA. Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº - Bairro Centro - Fone/Fax: (94) 3779-1209 - Email: 1goianesia@tjpa.jus.br PROCESSO NÂ°: 0001382-61.2019.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se vistas dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico Estadual para manifestaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 12 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito - Substituto da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ PROCESSO: 00018811120208140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Termo Circunstanciado em: 12/11/2021---AUTOR DO FATO:VICTOR SOL FARIAS DE SOUZA. Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PROCESSO NÂº: 0001881-11.2020.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â OFICIE-SE o CartÃ³rio do Ã¿nico de OfÃ-cio de GoianÃ©sia do ParÃ¡ - PA, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento desta, encaminhe a este juÃ-zo cÃ³pia de eventual CertidÃ£o de Ã¿bito de VICTOR SOL FARIAS ARAUJO, nascido em 19/03/2002, filho de Aldo Eriton Araujo dos Santos e Vilmara Farias de Souza, portador do RG nÂº 8954004 PC/PA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, dÃª-se vistas dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVE A CÃ¿PIA DA PRESENTE COMO OFÃCIO. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 12 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito - Substituto da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ PROCESSO: 00026510920178140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021---VITIMA:O. E. DENUNCIADO:WELITON GOMES DA SILVA DENUNCIADO:ROBSON SOARES. Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº - Bairro Centro - Fone/Fax: (94) 3779-1209 - Email: 1goianesia@tjpa.jus.br PROCESSO NÂº: 0002651-09.2017.8.14.0110 - META 02 CNJ SENTENÃ¿A I - RELATÃ¿RIO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ¿Ã¿O PENAL, que versa sobre condutas praticadas por WELITON GOMES DA SILVA, pelos supostos crimes elencados nos artigos 346 e 347, parÃ¡grafo Ãºnico, do CÃ³digo Penal Brasileiro, e ROBSON SOARES, pelos supostos crimes elencados nos artigos 155, Â§4Âº, inciso IV e 347, parÃ¡grafo Ãºnico, do CÃ³digo Penal Brasileiro, ocorridas no dia 25/04/2017. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio. Passo a decidir. II - FUNDAMENTAÃ¿Ã¿O. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifica-se que Ã© hipÃ³tese de extinÃ§Ã£o da punibilidade do acusado WELITON GOMES DA SILVA em decorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Doutrina majoritÃ¡ria entende ser o Direito Penal dividido basicamente em duas vertentes, quais sejam: o Direito Penal Objetivo e o Subjetivo. O primeiro Ã© traduzido nas normas (latu sensu) que o Estado, enquanto regulador da vida em sociedade, elabora, a fim de que se previnam ou reprimam a prÃ¡tica de infraÃ§Ãµes de natureza penal; o segundo Ã© caracterizado pelo poder-dever que tem aquela mesma entidade, possuidora exclusiva da jurisdiÃ§Ã£o, de, em havendo a prÃ¡tica do delito, exercer o seu jus puniendi (direito de punir) sobre o infrator.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ a liÃ§Ã£o de ROGÃ¿RIO GRECO1 ao afirmar que: Direito Penal Subjetivo, a seu turno, Ã© a possibilidade que tem o Estado de criar e fazer cumprir suas normas, executando as decisÃµes condenatÃ³rias proferidas pelo Poder JudiciÃ¡rio. Ã¿ o prÃ³prio jus puniendi. Se determinado agente praticar um fato tÃ-pico, antijurÃ-dico e culpÃ¡vel, abre-se ao Estado o dever-poder de iniciar a persecutio criminis in judicio, visando alcanÃ§ar, quando for o caso e obedecido o devido processo legal, um decreto condenatÃ³rio.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que hÃ¡ circunstÂ¢ncias expressamente previstas pela lei nas quais o Estado pode, tanto quanto renunciar ao citado jus puniendi (graÃ§a, indulto ou anistia), perder dita prerrogativa (morte do agente, retroatividade de lei que nÃ£o mais considera o fato como criminoso, prescriÃ§Ã£o, decadÃªncia, perempÃ§Ã£o etc). SÃ£o as intituladas causa extintivas da punibilidade previstas no art. 107 do CÃ³digo Penal Brasileiro (CP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dentre as citadas causas extintivas da punibilidade, especificamente no que tange Ã s hipÃ³teses legais de perda, pelo Estado, do jus puniendi, estÃ¡ o instituto que de mais perto interessa ao presente caso: a prescriÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Denomina-se prescriÃ§Ã£o penal a perda do jus puniendi pelo Estado em razÃ£o do decurso do tempo. Em outros termos, e usando da preciosa liÃ§Ã£o daquele mesmo doutrinador: (...) poderÃ-amos conceituar a prescriÃ§Ã£o como o instituto jurÃ-dico mediante o qual o Estado, por nÃ£o ter tido capacidade de fazer valer o seu direito de punir em determinado espaÃ§o de tempo previsto pela lei, faz com que ocorra a extinÃ§Ã£o da punibilidade.2 Â Â Â Â Â Â Â Â Â O citado instituto (prescriÃ§Ã£o), por sua vez, dentre outras, divide-se em duas espÃ©cies: prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria do Estado, distinguindo-se a primeira da segunda porque aquela ocorre antes do trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o condenatÃ³ria, ao que a segunda, somente

ocorreria apÃ³s.Â  Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem. A breve digressÃ£o fora necessÃ¡ria para demonstrar que no presente caso Ã© possÃ-vel a perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado em relaÃ§Ã£o ao acusado WELITON GOMES DA SILVA, em razÃ£o da necessidade de decretaÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade. E isto por uma razÃ£o que se possa vislumbrar: a data do Recebimento da DenÃºncia, proferida em 11/01/2018. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A pena mÃ¡xima para as supostas condutas praticadas pelo denunciado previstas nos artigos 346 e 347, parÃ¡grafo Ãºnico, do CÃ³digo Penal Brasileiro, sÃ£o de 02 (dois) e 04 (quatro) anos, respectivamente, e conforme o artigo 109, incisos V e IV do CPB, estes prescreveriam em 04 (quatro) e 08 (oito) anos a contar data do Recebimento da DenÃºncia (data de 11/01/2018) nos termos do artigo 117, inciso I, CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â  Ocorre que, o denunciado nasceu em 07/05/1997, e na data do fato este possuÃ-a idade inferior a 21 (vinte e um) anos. Desse modo, conclui-se que o prazo prescricional serÃ¡ reduzido pela metade nos termos do artigo 115 do CPB, logo, o referido prazo serÃ¡ de 02 (dois) e 04 (quatro) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dessa forma, entre a data do Recebimento da DenÃºncia e a data atual jÃ¡ transcorreu por completo o prazo prescricional de 02 (dois) anos. Assim, a conclusÃ£o se pode chegar que no dia 10.01.2020, extinguira-se a punibilidade do acusado, ante a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, conforme art. 107, IV, do CÃ³digo Penal, em relaÃ§Ã£o a conduta tipificada no artigo 346 do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em relaÃ§Ã£o a conduta tipificada no artigo 347, parÃ¡grafo Ãºnico do CPB, atendo-se a pena em abstrato, dentro de alguns meses a prescriÃ§Ã£o se consumarÃ¡ e a persecuÃ§Ã£o penal se mostrarÃ¡ inÃ³cua, desse modo entende-se que resta caracterizada a prescriÃ§Ã£o penal retroativa antecipada no presente caso, conforme manifestaÃ§Ã£o ministerial de fls. 61/62, jÃ¡ que, atÃ© o presente momento nÃ£o houve a prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a, ou seja, estÃ¡ evidente que jÃ¡ transcorreria por completo o prazo previsto no art. 109, inciso V do CÃ³digo Penal, caso o processo chegasse na fase da sentenÃ§a.Â  Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, se a pena mÃ¡xima aplicÃ¡vel ao caso Ã© de 04 (quatro) anos e entre a data do recebimento da denÃºncia, e a data atual jÃ¡ transcorreu por completo o prazo prescricional de 04 (quatro) anos, a outra conclusÃ£o nÃ£o se pode chegar senÃ£o a de que, no dia 10/01/2022, extinguira-se a punibilidade do autor do fato, ante a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, conforme art. 107, IV, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ importante ressaltar que o juiz pode reconhecer de ofÃ-cio uma causa extintiva da punibilidade (art. 61 do CPP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, nÃ£o tendo o Estado exercido seu jus puniendi em tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe.Â  III - DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Posto isso, DECLARO A OCORRÃ¿NCIA DA PRESCRIÃ¿Ã¿O da pena imposta e, a fortiori, EXTINGO A PUNIBILIDADE do acusado WELITON GOMES DA SILVA, assim o fazendo com base nos artigos 109, incisos IV e V; artigo 117, inciso I; artigo 107, inciso IV e artigo 115, todos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em relaÃ§Ã£o ao denunciado ROBSON SOARES, determino o prosseguimento da AÃ§Ã£o Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se o MinistÃ©rio PÃºblico pessoalmente com remessa dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de determinar a intimaÃ§Ã£o pessoal do acusado WELITON GOMES DA SILVA, tendo em vista a ausÃªncia de prejuÃ-zo para a sua defesa em sentenÃ§as absolutÃ³rias ou declaratÃ³rias extintivas da punibilidade, consoante entendimento predominante no STJ.Â  Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino que a Secretaria Judicial analise o Banco Nacional de Monitoramento de PrisÃ£o - BNMP, para averiguar eventual mandado de prisÃ£o cadastrado em desfavor do denunciado WELITON GOMES DA SILVA. Se houver mandado cadastrado referente a este processo, determino sua baixa imediatamente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, certifique o trÃ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVE ESTE INSTRUMENTO COMO MANDADO / OFÃCIO, conforme autorizado pelo PROVIMENTO CJCI 003/2009, devendo o Sr. Diretor observar o disposto em seus artigos 3Âº e 4Âº. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 12 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito - Substituto da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ 1 2. PROCESSO: 00033079220198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Termo Circunstanciado em: 12/11/2021---AUTOR:LINO SANTOS DA SILVA VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÃRIOÂ  TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃÂ  VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃÂ  FÃ³rum Desembargador Raymundo Olavo da Silva AraÃºjoÂ  Av. PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº, bairro colegial, tel./fax: (94) 3779-1209, CEP: 68.639-000,Â email: 1goianesia@tjpa.jus.br TERMO DE AUDIÃ¿NCIA I.DADOS DO PROCESSO: Processo: 0003307-92.2019.8.14.0110 Data da AudiÃªncia: 12 de novembro de 2021 HorÃ¡rio: 10h30min Magistrado: HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Promotora: THAIS RODRIGUES CRUZ TOMAZ Defensora PÃºblica: BEATRIZ FERREIRA DOS REIS AUSENTE AO ATO: Autor do fato: LINO SANTOS DA SILVA Aos 12 dias do mÃªs de novembro do ano de 2021, nesta cidade e Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡, Estado do ParÃ¡, na sala de AudiÃªncias deste JuÃ-zo, Ã s 10h30min, onde se encontrava o Sec. de AudiÃªncia. Feito o pregÃ£o, verificou-se ausente o autor do fato LINO SANTOS DA SILVA Instaurada a presente assentada, restou infrutÃ-fera ante

a ausÃªncia do autor do fato. DELIBERAÃ¿Ã¿O: 1.Â Â Â Â Â ApÃ³s, abre-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. Juiz:_____ PROCESSO: 00072069820198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Cumprimento de sentença em: 12/11/2021---REQUERENTE:S. P. S. REQUERENTE:T. P. S. REQUERENTE:E. P. S. REPRESENTANTE:LUCILEIDE PEREIRA DOS SANTOS Representante(s): OAB 19874-B - BRENA FERREGUETE MAGALHAES (ADVOGADO) REQUERIDO:INALDO DOS SANTOS BOTELHO. Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº - Bairro Centro - Fone/Fax: (94) 3779-1209 - Email: 1goianesia@tjpa.jus.br PROCESSO NÂ°: 0007206-98.2019.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se vistas dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico Estadual para manifestaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 12 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito - Substituto da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ PROCESSO: 00080493420178140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Execução de Alimentos Infância e Juventude em: 12/11/2021---REQUERENTE:J. B. S. REPRESENTANTE:ADRIANA MORENO BARBOSA Representante(s): OAB 19227 - LETICIA REGULO FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:JOENE CHAVES DOS SANTOS. Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº - Bairro Centro - Fone/Fax: (94) 3779-1209 - Email: 1goianesia@tjpa.jus.br PROCESSO NÂ°: 0008049-34.2017.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se vistas dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico Estadual para manifestaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 12 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito - Substituto da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ PROCESSO: 00081899720198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Cumprimento de sentença em: 12/11/2021---REQUERENTE:S. M. M. N. REPRESENTANTE:MILENA DE MORAIS SILVA Representante(s): OAB 19227 - LETICIA REGULO FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:RUI LINHARES NUNES. Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº - Bairro Centro - Fone/Fax: (94) 3779-1209 - Email: 1goianesia@tjpa.jus.br PROCESSO NÂ°: 0008189-97.2019.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se vistas dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico Estadual para manifestaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 12 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito - Substituto da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ PROCESSO: 00089690820178140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 12/11/2021---REQUERENTE:M. J. B. M. REPRESENTANTE:VANY MORAES BAIA Representante(s): OAB 19227 - LETICIA REGULO FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:SANDRO RAMOS MELO. Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº - Bairro Centro - Fone/Fax: (94) 3779-1209 - Email: 1goianesia@tjpa.jus.br PROCESSO NÂ°: 0008969-08.2017.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se vistas dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico Estadual para manifestaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 12 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito - Substituto da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ PROCESSO: 00903293320158140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021---DENUNCIADO:MATHEUS DE SOUSA MONTEIRO Representante(s): OAB 26274 - DAVID MATOS DE SOUZA (DEFENSOR DATIVO) VITIMA:J. L. S. F. VITIMA:W. G. M. C. VITIMA:M. S. S. AUTOR:MINISTEERIO PUBLICO ESTADUAL. Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº Â¿ Bairro Centro - Fone/Fax: (94) 3779-1209 - Email: 1goianesia@tjpa.jus.br PROCESSO N.: 0090329-33.2015.8.14.0110 Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o teor da certidÃ£o do Oficial de JustiÃ§a, fl. 99, dÃª-se vista dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar no que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 12 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â SERVE O PRESENTE DESPACHO COMO MANDADO/OFÃCIO. Â Â Â Â Â Â Â Â HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Substituto PROCESSO: 00002297120118140110

PROCESSO ANTIGO: 201110001348 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---ENVOLVIDO: E. C. S. ENVOLVIDO: M. F. C. S. REQUERIDO: A. G. F. C. REQUERENTE: G. Q. S. P R O C E S S O : 0 0 0 1 4 0 9 4 9 2 0 1 6 8 1 4 0 1 1 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---DENUNCIANTE: M. P. E. P. DENUNCIADO: C. S.

Processo: 00015018520208140110/ Pronunciado: CREUZA CARVALHO DA SILVA NETA - Advogado(a): PATRICIA AYRES DE MELO OAB PA 19.387-A

ATO ORDINATÓRIO: de ordem do MM. Juiz de Direito Respondendo pela Comarca de Goianésia do Pará, Dr. Henrique Carlos Lima Alves Pereira, intimo a pronunciada CREUZA CARVALHO DA SILVA NETA por intermédio de seu(s) patrono(s) PATRICIA AYRES DE MELO, OAB 19387A , via DJe para manifestação nos termos do art. 422 do CPP, no prazo legal. Goianésia do Pará, 12 de novembro de 2021. CAIO KARLAGE CORREA JAIME, Diretor de Secretaria da Vara Única da Comarca de Goianésia do Pará.

**COMARCA DE CURRALINHO**

**SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE CURRALINHO**

RESENHA: 08/11/2021 A 12/11/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE CURRALINHO - VARA: VARA UNICA DE CURRALINHO PROCESSO: 00008637020198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Auto de Prisão em Flagrante em: 08/11/2021 VITIMA:L. O. B. REU:LEANDRO ALVES DE ALVES Representante(s): OAB 27852 - MARLON NOVAES DA SILVA (ADVOGADO) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Processo nÂ° 0000863-70.2019.8.14.0083 DECISÃO Considerando a informaÃ§Ã£o de que a vÃ-tima deste processo foi lesionada por arma de fogo, o que gerou a ACP nÂ° 0800558-82.2021.8.14.0083, supostamente pelo denunciado, dÃª vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para se manifestar. Cumpra-se com urgÃªncia. Curralinho, 05 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00025620920138140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Separação de Corpos em: 08/11/2021 REQUERENTE:ROSA MARIA OLIVEIRA DE SA Representante(s): OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (ADVOGADO) REQUERIDO:PEDRO DE OLIVEIRA MORAES Representante(s): OAB 1875 - JOAO JURANDIR MANITO (ADVOGADO) . Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE CURRALINHO Processo n.Âº 0002562-09.2013.8.14.0083 DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando o trÃ¢nsito em Julgado, promova-se a alteraÃ§Ã£o no sistema Libra para cumprimento de sentenÃ§a. Â Â Â Â Â ApÃ³s, intime-se as partes para que tomem ciÃªncia do retorno dos autos do tribunal e, querendo, manifestar no prazo de 15 dias. Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, sem qualquer requerimento, arquivem-se os autos com baixa na distribuiÃ§Ã£o e anotaÃ§Ãµes de estilo. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 05 de novembro de 2021. Claudia Ferreira Lapenda Figueiroa JuÃ-za de Direito Data da resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00035891720198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Divórcio Litigioso em: 08/11/2021 REQUERENTE:ELISEU DOS SANTOS BATISTA Representante(s): OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (ADVOGADO) REQUERIDO:MARLI ALMEIDA BATISTA. Processo nÂº 0003589-17.2019.8.14.0083 AÃ§Ã£o de DivÃ³rcio Direito Vistos etc. 1. Intime-se a parte autora, para no prazo de cinco dias, manifestar interesse no prosseguimento do presente feito, bem como atual endereÃ§o do filho menor do casal, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo, nos termos do art. 485, III c/c Â§1Âº, do CPC. 2. Publique-se. 3. Cumpra-se. Curralinho, 05 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00041720220198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 REQUERENTE:DEIZE DOS SANTOS DE MENEZES Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO:RAIMUNDO DO SOCORRO GOMES DE OLIVEIRA REQUERIDO:REGINA OLIVEIRA DA SILVA. Processo nÂº 0004172-02.2019.8.14.0083 AÃ§Ã£o de DeclaratÃ³ria de UniÃ£o EstÃ¡vel Vistos etc. 1. Intime-se, pessoalmente, a parte autora para, no prazo de cinco dias, manifestar interesse no prosseguimento do presente feito, bem como regularizar o polo passivo da demanda, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo, nos termos do art. 485, III c/c Â§1Âº, do CPC. 2. Publique-se. 3. Cumpra-se. Curralinho, 05 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00064931020198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Inquérito Policial em: 08/11/2021 INDICIADO:ALEXSANDRO RIBEIRO MONTEIRO VITIMA:T. A. S. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE CURRALINHO Processo:Â 0000143-40.2018.8.14.0083 DESPACHO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando os termos da certidÃ£o de f. 24, renove-se a intimaÃ§Ã£o da parte autora. Â Â Â Â Â ApÃ³s, com o sem manifestaÃ§Ã£o, devidamente certificado, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho (PA), 05 de novembro de 2021. CLÃUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIRÃA JUÃZA DE DIREITO Data da resenha: _____/_____/_________ FÃ³rum de Curralinho - E-mail: 1curralinho@tjpa.jus.brÂ Â Â PÃ¡gina de 1 EndereÃ§o: Avenida Floriano Peixoto, Bairro Centro, Cidade de Curralinho. CEP: 68.815-000. PROCESSO: 00083927720188140083 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Divórcio Litigioso em: 08/11/2021 REQUERENTE:DEBORAH RODRIGUES MESQUITA Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO (DEFENSOR) REQUERIDO:PAULO SERGIO RODRIGUES GONCALVES. Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE CURRALINHO Processo n.Âº 0008392-77.2018.8.14.0083 DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â DETERMINO que o feito tramite sobre SEGREDO DE JUSTIÃA, por forÃ§a do art. 189, II do NCPC. Â Â Â Â Â DEFIRO o pedido de justiÃ§a gratuita, nos termos da Lei nÂº 1.060/50 e art. 98 e ss. da Lei nÂº 13.105/15 (NCPC). Â Â Â Â Â RECEBO a petiÃ§Ã£o inicial, pois preenche os requisitos legais e nÃ£o Ã© o caso de indeferimento ou improcedÃªncia liminar (NCPC, arts. 319, 330 e 332). Â Â Â Â Â DESIGNO audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o para o dia 11/05/2022, Ã s 11:20 horas. Â Â Â Â Â CITE(M)-SE a(s) parte(s) requerida(s) para comparecer(em) na audiÃªncia. A(s) parte(s) requerida(s) poderÃ¡(Ã£o) oferecer contestaÃ§Ã£o, por petiÃ§Ã£o, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial obedecerÃ¡ ao disposto no art. 335, inciso I do NCPC. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para comparecimento na data da audiÃªncia designada, sendo advertida de que a ausÃªncia injustificada serÃ¡ entendida como manifestaÃ§Ã£o de falta de interesse no prosseguimento do feito e o processo serÃ¡ extinto sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. Â Â Â Â Â INTIME-SE o MinistÃ©rio PÃºblico para intervir no feito como fiscal de ordem jurÃ-dica, nos termos do art. 178, inciso II, do NCPC. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 05 de novembro de 2021. ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular Data da resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00016235320188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Alvará Judicial em: 11/11/2021 REQUERENTE:MARIA DO SOCORRO MARQUES GONCALVES Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERENTE:RAFAEL GONCALVES LEAO Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERENTE:RAFAELA GONCALVES LEAO Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERENTE:RENAID SILVA LEAO JUNIOR Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERENTE:ROBSON GONCALVES LEAO Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERENTE:RENILDA GONCALVES LEAO Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) ENVOLVIDO:RENAID SILVA LEAO. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a fase processual e os documentos juntados nos autos, INTIME-SE o MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o no andamento do feito, no prazo de 30 (trinta) dias. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data da resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00029410820178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Interdição/Curatela em: 11/11/2021 REQUERENTE:SIMONE GARCIA BRITO Representante(s): OAB 24766 - GABRIEL MONTENEGRO DUARTE PEREIRA (DEFENSOR) INTERDITANDO:MARIA JOSEFA PINHEIRO GARCIA. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a fase processual e os documentos juntados nos autos, INTIME-SE o MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o no andamento do feito, no prazo de 30 (trinta) dias. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data da resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00046476020168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REU:ADAILSON PONTES DE CARVALHO Representante(s): OAB 23281 - DENIEL RUIZ DE MORAES (DEFENSOR DATIVO) VITIMA:I. P. A. VITIMA:E. L. R. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO PARÃ COMARCA DE CURRALINHO PROCESSO N. 0004647-60.20216.8.14.0083 ACUSADO: ADAILSON PONTES DE CARVALHO Â SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Adoto o relatÃ³rio entregue aos jurados nesta sessÃ£o do Tribunal do JÃºri, acrescento que hoje foi realizado o julgamento do acusado ADAILSON PONTES DE CARVALHO, pronunciado como incurso nas sanÃ§Ãµes art. 121, caput, c/c o art. 14, II, c/c art. 121, caput, c/c art. 70, segunda parte, e art. 73, todos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â As testemunhas foram inquiridas em PlenÃ¡rio, assim como interrogado o rÃ©u. Â Â Â Â Â Foram realizados os debates, sem a rÃ©plica. Â Â Â Â Â Esvaziado o plenÃ¡rio e procedida a votaÃ§Ã£o, o Conselho de SentenÃ§a, por maioria de votos, entendeu por CONDENAR o rÃ©u como incurso nas sanÃ§Ãµes do art. 121, caput, c/c o art. 14, II, c/c art. 121, caput, c/c art. 70, segunda parte, e art. 73, todos do CÃ³digo Penal, afirmando que nÃ£o absolvia o acusado e afastando a tese da legÃ-tima defesa. Â

Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Passo a decidir. Â Â Â Â Â O Conselho de SentenÃ§a decidiu que o rÃ©u cometeu um crime de tentativa de homicÃ-dio em relaÃ§Ã£o Ã vÃ-tima IZAQUE PANTOJA ALVES e um crime de homÃ-dio simples em relaÃ§Ã£o Ã vÃ-tima EDILSON PONTES DE CARVALHO, pelo que declaro o acusado ADAILSON PONTES DE CARVALHO condenando como incurso nas sanÃ§Ãµes art. 121, caput, c/c o art. 14, II, c/c art. 121, caput, c/c art. 70, segunda parte, e art. 73, todos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Em razÃ£o da condenaÃ§Ã£o, passo a dosar a pena, objetivando a reprovaÃ§Ã£o e a prevenÃ§Ã£o do crime (CP, artigo 59). Â Â Â Â Â DOSIMETRIA DA PENA Â Â Â Â Â FIXAÃÃO DA PENA BASE - IZAQUE PANTOJA ALVES Â Â Â Â Â CIRCUNSTÃNCIAS JUDICIAIS Â Â Â Â Â A culpabilidade, enquanto juÃ-zo de reprovaÃ§Ã£o de conduta, exacerbou as elementares do tipo penal, de modo a autorizar a exasperaÃ§Ã£o da pena base, considerando a frieza em que o delito foi praticado, demonstrando desvalor com a vida humana. Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ notÃ-cia de antecedentes criminais, assim consideradas as condenaÃ§Ãµes com trÂ¢nsito em julgado, em respeito ao princÃ-pio constitucional do estado de inocÃªncia, conforme noticia a CertidÃ£o de folha. 261. Â Â Â Â Â Quanto Ã sua conduta social as testemunhas ouvidas indicam que o rÃ©u Ã© temido na localidade por envolvimento em crimes. Â Â Â Â Â Quanto Ã personalidade mostrou-se ser violenta, diante das circunstÂ¢ncias do crime, bem como da existÃªncia de condenaÃ§Ã£o criminal por crime praticado em Ã¢mbito domÃ©stico. Â Â Â Â Â O motivo do crime indica ser um desentendimento prÃ©vio entre o acusado e uma das vÃ-timas, mas que nÃ£o aproveita ao agente. Â Â Â Â Â As circunstÂ¢ncias nÃ£o exacerbaram as elementares do tipo. Â Â Â Â Â As consequÃªncias da infraÃ§Ã£o nÃ£o podem figurar em seu favor, uma vez que sÃ£o graves, diante do sofrimento para famÃ-lia da vÃ-tima que foi fatalmente atingida ainda em sua juventude, alÃ©m da intranquilidade social gerada por esse tipo de delito. Â Â Â Â Â O comportamento da vÃ-tima de certo modo concorreu para o delito. Â Â Â Â Â Nos termos do artigo 59 do CPB, atendendo Ã culpabilidade, aos antecedentes, Ã conduta social, Ã personalidade do agente, aos motivos, Ã s circunstÂ¢ncias, Ã s consequÃªncias do crime, bem como ao comportamento da vÃ-tima, fixo a pena base em 11 (ONZE) ANOS DE RECLUSÃO. Â Â Â Â Â CIRCUNSTÃNCIAS ATENUANTES, AGRAVANTES E CAUSAS DE DIMINUIÃÃO E AUMENTO DE PENA (artigo 68 do CPB). Â Â Â Â Â Considerando que o acusado confessou parcialmente o crime reduzo a pena em seis meses para DEZ ANOS E SEIS MESES DE RECLUSÃO. Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ agravantes a serem consideradas. Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ causa de aumento de pena a ser considerada. Â Â Â Â Â ReconheÃ§o causa geral de diminuiÃ§Ã£o de pena - crime tentado (art. 14, II e parÃ¡grafo Ãºnico do CPB), pelo que, considerados o risco de vida ocasionado Ã vÃ-tima, reduzo a pena em um terÃ§o e a torno fixa em SETE ANOS DE RECLUSÃO. Â Â Â Â Â FIXAÃÃO DA PENA BASE - EDILSON PONTES DE CARVALHO Â Â Â Â Â CIRCUNSTÃNCIAS JUDICIAIS Â Â Â Â Â A culpabilidade, enquanto juÃ-zo de reprovaÃ§Ã£o de conduta, exacerbou as elementares do tipo penal, de modo a autorizar a exasperaÃ§Ã£o da pena base, considerando a frieza em que o delito foi praticado, demonstrando desvalor com a vida humana. Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ notÃ-cia de antecedentes criminais, assim consideradas as condenaÃ§Ãµes com trÂ¢nsito em julgado, em respeito ao princÃ-pio constitucional do estado de inocÃªncia, conforme noticia a CertidÃ£o de folha. 261. Â Â Â Â Â Quanto Ã sua conduta social as testemunhas ouvidas indicam que o rÃ©u Ã© temido na localidade por envolvimento em crimes. Â Â Â Â Â Quanto Ã personalidade mostrou-se ser violenta, diante das circunstÂ¢ncias do crime, bem como da existÃªncia de condenaÃ§Ã£o criminal por crime praticado em Ã¢mbito domÃ©stico. Â Â Â Â Â O motivo do crime indica ser um desentendimento prÃ©vio entre o acusado e uma das vÃ-timas, mas que nÃ£o aproveita ao agente. Â Â Â Â Â As circunstÂ¢ncias nÃ£o exacerbaram os elementares do tipo. Â Â Â Â Â As consequÃªncias da infraÃ§Ã£o nÃ£o podem figurar em seu favor, uma vez que sÃ£o graves, diante do sofrimento para famÃ-lia da vÃ-tima que foi fatalmente atingida ainda em sua juventude, alÃ©m da intranquilidade social gerada por esse tipo de delito. Â Â Â Â Â O comportamento da vÃ-tima de certo modo concorreu para o delito. Â Â Â Â Â Nos termos do artigo 59 do CPB, atendendo Ã culpabilidade, aos antecedentes, Ã conduta social, Ã personalidade do agente, aos motivos, Ã s circunstÂ¢ncias, Ã s consequÃªncias do crime, bem como ao comportamento da vÃ-tima, fixo a pena base em 11 (ONZE) ANOS DE RECLUSÃO. Â Â Â Â Â CIRCUNSTÃNCIAS ATENUANTES, AGRAVANTES E CAUSAS DE DIMINUIÃÃO E AUMENTO DE PENA (artigo 68 do CPB). Â Â Â Â Â ReconheÃ§o a atenuante da confissÃ£o parcial e reduzo a pena em seis meses para DEZ ANOS E SEIS MESES DE RECLUSÃO. Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ agravantes a serem consideradas. Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ causas de diminuiÃ§Ã£o ou de aumento de pena a serem consideradas. Â Â Â Â Â Desse modo, resta a pena fixada em DEZ ANOS E SEIS MESES DE RECLUSÃO. Â Â Â Â Â DA PENA DEFINITIVA E CONCRRETA Â Â Â Â Â Considerando o disposto no art. 70, segunda parte, do CPB, somando as penas pelos delitos, FIXO A PENA DEFINITIVA E CONCRETA EM 17 (DEZESSETE) ANOS E 06 (SEIS) MESES DE RECLUSÃO, a ser cumprida em regime inicialmente FECHADO, nos termos do art. 33 e seus parÃ¡grafos do CPB. Â Â Â Â Â DETRAÃÃO Â Â Â Â Â Tal regime deve ser mantido, mesmo considerando

o novel parÃ¡grafo acrescentado ao artigo art. 387 do CPP, in verbis: Â§2Âº O tempo de prisÃ£o provisÃ³ria, de prisÃ£o administrativa ou de internaÃ§Ã£o, no Brasil ou no estrangeiro, serÃ¡ computado para fins de determinaÃ§Ã£o do regime inicial de pena privativa de liberdade. Â Â Â Â Â Isso porque a detraÃ§Ã£o consiste em apenas um dos fatores a serem analisados para fixaÃ§Ã£o do regime de cumprimento de pena, ao lado da reincidÃªncia ou primariedade e de todas as circunstÂ¢ncias do artigo 59 do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â No caso presente, o acusado demonstra um comportamento perigoso e violento, alÃ©m de contumÃ¡cia na prÃ¡tica de crimes, contando com uma condenaÃ§Ã£o por crime em situaÃ§Ã£o de violÃªncia domÃ©stica (processo nÂ° 0800213-53.2020.8.14.0083), revelando o regime de pena acima fixado como o necessÃ¡rio para se garantir o cumprimento de pena, bem como resguardar a ordem pÃºblica.Â Â Â Â Â Â DA IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÃÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR PENA RESTRITIVA DE DIREITOS E DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA Â Â Â Â Â Tratando-se de crime praticado com violÃªncia contra a pessoa e tendo em vista a quantidade de pena aplicada, inviabiliza-se a substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos. Â Â Â Â Â Pela quantidade de pena aplicada, torna-se inviÃ¡vel a suspensÃ£o condicional da pena, nos termos do artigo 77 do CPB. Â Â Â Â Â DO VALOR MÃNIMO PARA REPARAÃÃO DOS DANOS Â Â Â Â Â Deixo de fixar o valor mÃ-nimo para reparaÃ§Ã£o dos danos causados pela infraÃ§Ã£o, considerando a falta de notÃ-cia dos reais prejuÃ-zos sofridos pelos ofendidos, matÃ©ria que deverÃ¡ ser resolvida ao critÃ©rio destes, pelas vias ordinÃ¡rias perante o JuÃ-zo competente. Â Â Â Â Â Â DA PRISÃO PROCESSSUAL Â Â Â Â Â Permanecem inalterados os fundamentos que lastreiam a prisÃ£o processual, especialmente os relacionados com a periculosidade do acusado, que representa ameaÃ§a Ã ordem pÃºblica - reforÃ§ados pela decisÃ£o de mÃ©rito ora proferida, pelo que o MANTENHO PRESO, recolhido ao estabelecimento em que se encontra, atÃ© o trÂ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a, nÃ£o fazendo jus ao apelo em liberdade. Â Â Â Â Â Havendo recurso de quaisquer das partes, cumprida a ordem de prisÃ£o, expeÃ§a-se guia de recolhimento provisÃ³rio, conforme ResoluÃ§Ã£o nÂº. 113/2010 do Conselho Nacional de JustiÃ§a, devendo a Secretaria promover o necessÃ¡rio registro junto ao banco de dados do Conselho Nacional de JustiÃ§a, nos termos do artigo 289-A do CPP. Â Â Â Â Â CUSTAS PROCESSUAIS Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico que o condenado Ã© hipossuficiente no sentido da lei e se enquadra na isenÃ§Ã£o legal, sendo representado por advogado dativo, motivo pelo qual o isento de custas e de despesas processuais, nos termos do art. 804 e 805 do CÃ³digo de Processo Penal e art. 34 da Lei Estadual nÂº 8.328/15 (DispÃµe sobre o regimento de custas e outras despesas processuais no Ã¢mbito do Poder JudiciÃ¡rio do estado do ParÃ¡). Â Â Â Â Â FIXAÃÃO DE HONORÃRIOS DATIVO Â Â Â Â Â Todos sabemos que o valor dos honorÃ¡rios estÃ¡ diretamente ligado Ã valorizaÃ§Ã£o profissional. O advogado Ã© indispensÃ¡vel Ã administraÃ§Ã£o da JustiÃ§a, nos termos da ConstituiÃ§Ã£o Federal, e a sua remuneraÃ§Ã£o deve estar de acordo com a responsabilidade da atividade exercida. De PlÃ¡cido e Silva define honorÃ¡rio como sendo Â¿tudo que Ã© dado por honraÂ¿[1]Â e tal definiÃ§Ã£o vem a calhar com o que buscamos diariamente: honrar e valorizar nosso trabalho por meio de honorÃ¡rios condizentes com o trabalho que realizamos. Â Â Â Â Â Considerando o dever do Estado de prestar Â¿assistÃªncia jurÃ-dica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiÃªncia de recursosÂ¿ (art. 5Âº, LXXIV, da CF); considerando a carÃªncia de Defensores PÃºblicos para atender satisfatoriamente a demanda judiciÃ¡ria em todo o Estado; considerando que a Comarca encontra-se desprovida de Defensor PÃºblico, de tal forma que se fez necessÃ¡ria a nomeaÃ§Ã£o de defensores dativos para assegurar ao acusado, integralmente, o contraditÃ³rio e a ampla defesa, arbitro ao advogado nomeado - Dr. DANIEL RUIZ DE MORAES, OAB/PA 23.281- honorÃ¡rios advocatÃ-cios no valor de arbitro em R$ 6.275,21, com base na tabela anexa Ã resoluÃ§Ã£o nÂº 09, de 27/02/2018, da OAB-PA, competindo ao ESTADO DO PARÃ a responsabilidade pelo pagamento dos honorÃ¡rios acima servindo cÃ³pia da presente decisÃ£o como tÃ-tulo executivo judicial. Â Â Â Â Â Comunique-se Ã Procuradoria-Geral do Estado do ParÃ¡, encaminhando uma via da presente decisÃ£o por ofÃ-cio. Â Â Â Â Â OUTRAS DELIBERAÃÃES Â Â Â Â Â CIENTIFIQUE-SE o Diretor do Estabelecimento Prisional no qual estiver(em) recolhido(s) o(s) condenado(s) acerca da presente sentenÃ§a condenatÃ³ria, nos termos do Provimento nÂº 002/2008 - CJCI do TJEPA. Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado da decisÃ£o: 1.Â Â Â Â Â Comunique-se ao TRE para fins do art. 15, item III da CF/88; 2.Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se mandado de prisÃ£o em virtude de sentenÃ§a penal condenatÃ³ria irrecorrÃ-vel, devendo a Secretaria promover o necessÃ¡rio registro junto ao banco de dados do Conselho Nacional de JustiÃ§a, nos termos do artigo 289-A do CPP, se for o caso; 3.Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se guia de recolhimento ao juÃ-zo das execuÃ§Ãµes penais competente; 4.Â Â Â Â Â Oficie-se ao Ã³rgÃ£o encarregado da estatÃ-stica criminal (CPP, art. 809), e 5.Â Â Â Â Â Nada mais havendo, arquivem-se com as cautelas de praxe. Sem custas. Esta sentenÃ§a Ã© lida Ã s portas abertas e na presenÃ§a do rÃ©u. Comunique-se a vÃ-tima. Dou por publicada em PlenÃ¡rio, as partes devidamente intimadas. Registre-se. Curralinho, 09 de novembro de 2021. ClÃ¡udia Ferreira Lapenda

FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito - Presidente do Tribunal do JÃºri PROCESSO: 00046476020168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REU:ADAILSON PONTES DE CARVALHO Representante(s): OAB 23281 - DENIEL RUIZ DE MORAES (DEFENSOR DATIVO) VITIMA:I. P. A. VITIMA:E. L. R. . Ata da ReuniÃ£o do Tribunal do JÃºri Aos nove (09) dias do mÃªs de novembro (11) de dois mil e vinte e um (2021), no PlenÃ¡rio do SalÃ£o do JÃºri do FÃ³rum da Comarca de Curralinho, onde se encontravam a Exma. Sra. CLÃUDIA FERREIA LAPENDA FIGUEIRÃA, JuÃ-za de Direito Titular desta Comarca, o Diretor de Secretaria, Sr. RAFAEL MOTA PONTES, o Assessor da Magistrada, Sr. RAMON LISBOA, e a Auxiliar JudiciÃ¡ria Sra. LIDIANE DE PAULA DOS SANTOS SILVA. Presente o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Dr. BRUNO ALVES CÃMARA. Presente o acusado ADAILSON PONTES DE CARVALHO, acompanhado pelo advogado, Dr. DANIEL RUIZ DE MORAES, OAB/PA 23.281, nomeado defensor dativo. Presentes o Oficial de JustiÃ§a, Sr. CARLYLE VICTOR SANTANA PEIXOTO, e o Oficial de JustiÃ§a nomeado ad hoc, Sr. JOSÃ ANTÃNIO DINIZ MARQUES. Foi verificada a urna com o nome de 25 (vinte e cinco) jurados e, realizada a chamada, constatou-se a presenÃ§a de 21 jurados sorteados para a SessÃ£o. Presentes tambÃ©m as testemunhas arroladas, DILSON DA SILVA COSTA, IZAQUE PANTOJA ALVES, FERNANDO NONATO DE CARVALHO AYRES, SIDERLEYA MAURA BATISTA PEREIRA, JOSIANE SANTANA FONSECA, RAIMUNDO CORREA MIRANDA e HELDER HUGO CORDEIRO DE MELO. Ausente a testemunha JOÃO ALTARIR DE OLIVEIRA GOMES, a qual foi devidamente intimada, e nÃ£o apresentou justificativa para nÃ£o comparecimento, pelo que determinou a MM juÃ-za: âintime-se a testemunha ausente para justificar, no prazo de 10 dias, sob pena de aplicaÃ§Ã£o de multa e responder por crime de desobediÃªnciaâ. Pela ordem o advogado de defesa requereu que fosse exibido o depoimento da testemunha ausente em plenÃ¡rio, sem oposiÃ§Ã£o da acusaÃ§Ã£o. As testemunhas nÃ£o manifestaram oposiÃ§Ã£o em serem ouvidas na frente do acusado. Em seguida, as testemunhas foram encaminhadas para um local de onde uma nÃ£o possa ouvir o depoimento da outra. Ãs 09h50min, foi DECLARADA aberta a SessÃ£o e anunciado o julgamento do processo de NÂº 0004647-60.2016.8.14.0083, em que Ã© Autor a JustiÃ§a PÃºblica e RÃ©u ADAILSON PONTES DE CARVALHO, pelo delito do art. 121, caput, c/c o art. 14, II, c/c art. 121, caput, c/c art. 70, segunda parte, e art. 73, todos do CÃ³digo Penal. Feito o sorteio dos sete jurados para composiÃ§Ã£o do Conselho de SentenÃ§a, foram eleitos os jurados: THAIRES DE BRITO TEIXEIRA, LUCIANO FERREIRA, MALENA LAIANDRA DE SOUZA MELO, ELIANA SÃ BRITO, PAULO FERNANDO RODRIGUES BATISTA e ELMA AMARAL DE MORAES, cada um dos quais, Ã medida em que ia sendo sorteado e aceito pelas partes, ocupava o respectivo lugar no plenÃ¡rio, separadamente do pÃºblico. Foram dispensadas pela Defesa as juradas SELMA DA SILVA BRITO, ELAINE DE PAULA OLIVEIRA e MARIA ANTONIA DUARTE RODRIGUES. Foram dispensados pelo Promotor de JustiÃ§a os jurados ALBENISE DE SOUZA LEÃO, VANDERLEI SANTOS DA SILVA e LIVIA SALES CORREA. O compromisso solene foi lido pela MM. JuÃ-za e prometido por cada um dos jurados, os quais subscreveram termo de compromisso. Explanou-se sobre as funÃ§Ãµes dos jurados e foram-lhes entregues cÃ³pias do relatÃ³rio do processo e da pronÃºncia. Justifico a permanÃªncia do denunciado com as algemas para frente considerando ser absolutamente necessÃ¡rio Ã ordem dos trabalhos, Ã seguranÃ§a das testemunhas ou Ã garantia da integridade fÃ-sica dos presentes. Iniciada a instruÃ§Ã£o, foram inquiridas as testemunhas: DILSON DA SILVA COSTA, IZAQUE PANTOJA ALVES, FERNANDO NONATO DE CARVALHO AYRES, SIDERLEYA MAURA BATISTA PEREIRA, JOSIANE SANTANA FONSECA, RAIMUNDO CORREA MIRANDA e HELDER HUGO CORDEIRO DE MELO, em termos apartados. Devido a falha de sistema, a primeira testemunha e a vÃ-tima foram ouvidas com seus depoimentos consignado e termos apartado. A partir da testemunha FERNANDO NONATO DE CARVALHO AYRES, passou-se a ser gravado em mÃ-dia. Pela ordem, a defesa requereu que fosse consignado em ata o fato de que a vÃ-tima IZAQUE, ao sair do plenÃ¡rio, ter se sentado ao lado das testemunhas JOSIANE e SIDERLEIA e ter falado para elas nÃ£o comentarem nada a respeito do incÃªndio. Que apÃ³s presenciar esse fato e comunicar ao Oficial de JustiÃ§a Azevedo, este solicitou que a vÃ-tima saÃ-sse das dependÃªncias do fÃ³rum, o que foi feito. Consultada as testemunhas pelo Promotor de JustiÃ§a, estas negaram o fato. ApÃ³s a oitiva das testemunhas, o representante do MP e o defensor do rÃ©u nÃ£o requereram a leitura de nenhuma das peÃ§as do processo, nem formularam nenhum requerimento. Em seguida os trabalhos foram suspensos Ã s 14h39min para o almoÃ§o, retornando-se Ã s 15h20min, com a qualificaÃ§Ã£o e interrogatÃ³rio do acusado, ADAILSON PONTES DE CARVALHO, em termo apartado. Antes do interrogatÃ³rio do acusado, foi lhe permitido entrevistar-se pessoal e reservadamente com seu advogado. AudiÃªncia gravada em mÃ-dia, nos termos do art. 475 do CPP devidamente anexada aos autos, mediante CD-ROM. ConcluÃ-da a instruÃ§Ã£o processual, iniciaram-se os debates orais, falando inicialmente o MinistÃ©rio PÃºblico, Ã s 16h02min e terminou Ã s 16h36min e o

defensor do acusado, comeÃ§ou Ã s 16h37min e terminou Ã s 17h06min. O MinistÃ©rio PÃºblico nÃ£o fez uso da rÃ©plica. Os Jurados declararam-se preparados ao julgamento. A MM. JuÃ-za passou a leitura dos quesitos em plenÃ¡rio. ApÃ³s a leitura e explanaÃ§Ã£o dos quesitos, as partes nÃ£o formularam impugnaÃ§Ã£o aos quesitos. Posteriormente, foi determinada a evacuaÃ§Ã£o do salÃ£o para votaÃ§Ã£o dos quesitos. Submetido os quesitos Ã decisÃ£o dos senhores jurados, foi verificada a votaÃ§Ã£o, conforme assinalado para cada quesito, conforme termo em anexo. Em seguida, a MM. JuÃ-za procedeu a leitura da sentenÃ§a Ã s portas abertas e de modo solene. O Conselho de SentenÃ§a, por maioria de votos, entendeu por CONDENAR o rÃ©u como incurso nas sanÃ§Ãµes do art. 121, caput, c/c o art. 14, II, c/c art. 121, caput, c/c art. 70, segunda parte, e art. 73, todos do CÃ³digo Penal, afirmando que nÃ£o absolvia o acusado e afastando a tese da legÃ-tima defesa, sendo aplicada a pena definitiva e concreta de 17 (dezessete) anos e 06 (seis) meses de reclusao a ser cumprida inicialmente em regime fechado. Pela ordem foram consultadas as partes, a defesa manifestou o desejo de recorrer da sentenÃ§a. Nada mais havendo, foi a presente ata encerrada e subscrita pelas partes e pelos senhores jurados. DELIBERAÃÃO: 1 â Cumpridos os pressupostos recursais, recebo a apelaÃ§Ã£o interposta pela Defesa, nos efeitos legais. 2. Vistas ao recorrente para suas razÃµes, no prazo legal. 3. ApÃ³s, vistas ao MP para contrarrazÃµes, no prazo legal. Nada mais havendo, foi a presente ata encerrada e subscrita pelas partes e pelos senhores jurados. PROCESSO: 00071468020178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Alvará Judicial - Lei 6858/80 em: 11/11/2021 REQUERENTE:RAIMUNDO PEREIRA COUTINHO Representante(s): OAB 23309 - BRUNNO ARANHA E MARANHAO (ADVOGADO) REQUERENTE:MARIA RAIMUNDA PEREIRA DA COSTA Representante(s): OAB 23309 - BRUNNO ARANHA E MARANHAO (ADVOGADO) REQUERENTE:ODILA COUTINHO NOGUEIRA Representante(s): OAB 23309 - BRUNNO ARANHA E MARANHAO (ADVOGADO) REQUERENTE:LEONIOCE COUTINHO DE MORAES Representante(s): OAB 23309 - BRUNNO ARANHA E MARANHAO (ADVOGADO) REQUERENTE:DENICE LUZIA PEREIRA COUTINHO Representante(s): OAB 23309 - BRUNNO ARANHA E MARANHAO (ADVOGADO) REQUERENTE:MARIA EUNICE PEREIRA COUTINHO Representante(s): OAB 23309 - BRUNNO ARANHA E MARANHAO (ADVOGADO) REQUERENTE:JOANA COUTINHO DOS SANTOS Representante(s): OAB 23309 - BRUNNO ARANHA E MARANHAO (ADVOGADO) REQUERENTE:APOLONIA COUTINHO DE MORAES Representante(s): OAB 23309 - BRUNNO ARANHA E MARANHAO (ADVOGADO) . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a fase processual e os documentos juntados nos autos, INTIME-SE o MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o no andamento do feito, no prazo de 30 (trinta) dias. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data da resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00076719120198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:CRISTIANO OLIVEIRA MACHADO Representante(s): OAB 28605 - ARLEY TAFFAREL ARRUDA MARQUES (ADVOGADO) VITIMA:A. C. . Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE CURRALINHO Processo n.Âº 0007671-91.2019.8.14.0083 DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â A sentenÃ§a condenatÃ³ria de CRISTIANO OLIVEIRA MACHADO, alcunha Â¿TIGRÃOÂ¿ (f. 139/142), foi alvo de recurso de apelaÃ§Ã£o (f. 147/152), advindo acÃ³rdÃ£o que conheceu o recurso e negou provimento (f. 179/182), o qual transitou em julgado (f. 188). Â Â Â Â Â Ante o exposto, considerando que o sentenciado recorria da sentenÃ§a na qualidade de preso e jÃ¡ havia sido expedido guia de execuÃ§Ã£o provisÃ³ria (f. 145), EXPEÃA-SE a guia de execuÃ§Ã£o definitiva e os demais documentos pertinentes do Ã©dito condenatÃ³rio (f. 139/142). Â Â Â Â Â ApÃ³s, cumpridas todas as deliberaÃ§Ãµes, inexistindo pendÃªncias, arquivem-se os autos, na forma e com as cautelas legais. Â Â Â Â Â CUMPRA-SE com URGÃNCIA por se tratar de processo com rÃ©u preso. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 08 de novembro de 2021. Claudia Ferreira Lapenda Figueiroa JuÃ-za de Direito Data da resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00882462820158140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Averiguação de Paternidade em: 11/11/2021 MENOR:A. S. P. Representante(s): JACIANE SANTOS PANTOJA (REP LEGAL) REQUERIDO:BRUNO VIANA BRABO. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a fase processual e os documentos juntados nos autos, INTIME-SE o MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o no andamento do feito, no prazo de 30 (trinta) dias. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data da

resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00000816320198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 REU:ADENIL GONCALVES DE SOUZA AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00001619520178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REU:DILEUZA FERREIRA BRITO VITIMA:A. S. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00001838520198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:JUSCINEI DA CONCEICAO DE SOUZA VITIMA:J. N. N. E. S. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â

Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00002042720208140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 REU:MOISES COSTA DE OLIVEIRA JUNIOR Representante(s): OAB 26062 - HEVERTON ANTONIO DA SILVA BEZERRA (ADVOGADO) VITIMA:P. S. P. AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00002611620188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:P. M. C. DENUNCIADO:MANOEL SANCHES MAIA Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00003466520198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Tutela Cautelar Antecedente em: 12/11/2021 REQUERENTE:INES DA SILVA DIAS Representante(s): OAB 20561 - JOAO BATISTA SOUZA DE CARVALHO (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE CURRALINHO. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a

oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00003503920188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 REU:KAIRO PINHEIRO DE FREITAS AUTOR:MINISTERIO PÚBLICO ESTADUAL . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00003564620188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIADO:RONALD OLIVEIRA MARQUES AUTOR:MINISTERIO PÚBLICO ESTADUAL . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00003813020168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REU:JACKSON BARREIROS FRANCOS VITIMA:R. F. F. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a

regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00003839720168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REU:ESTELA DE OLIVEIRA SOUZA VITIMA:S. O. B. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00004020620168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REU:DAVID DIAS PEREIRA Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) REU:ANTODIO DA SILVA PANTOJA Representante(s): OAB 24766 - GABRIEL MONTENEGRO DUARTE PEREIRA (DEFENSOR) . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00004817720198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/11/2021 REQUERENTE:CRISTIAN CARLA DE JESUS ROMERO BATISTA Representante(s): OAB 5774-B - ANTONIO JOSE MARTINS PEREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE CURRALINHO Representante(s): OAB 6543 - HIDERALDO MARCELO DE AZEVEDO TAVARES (PROCURADOR(A)) OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (PROCURADOR(A)) . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando

que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00005816620188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:R. S. M. DENUNCIADO:DANUBIA DE OLIVEIRA DA SILVA AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00005831220138140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL REU:DOMINGOS DUARTE RODRIGUES. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00006024220188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:M. N. G. REU:LUCIVALDO COSTA DOS SANTOS REU:ALEXANDRO RIBEIRO MONTEIRO REU:SANDEW BRENO BRITO FERREIRA Representante(s): OAB 3450 - MARIO LUCIO DAMASCENO (ADVOGADO) OAB 25832 - FERNANDA DE

FREITAS CRUZ (ADVOGADO) AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00006053120178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIADO:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:JOCINEI SANTOS PANTOJA DENUNCIADO:A. S. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00006641920178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Termo Circunstanciado em: 12/11/2021 AUTOR DO FATO:VAGNER RODRIGUES MOREIRA VITIMA:J. N. G. N. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00006670820168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A):

CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:E. F. C. DENUNCIADO:JOSE CORREA PANTOJA Representante(s): OAB 26062 - HEVERTON ANTONIO DA SILVA BEZERRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:FRANCISCO SANTANA OLIVEIRA Representante(s): OAB 26062 - HEVERTON ANTONIO DA SILVA BEZERRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:IRISNEIDE OLIVEIRA BARATINHA AUTOR:MINISTERIO PÚBLICO ESTADUAL . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00006824020178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 REU:ROSIVAN FERNANDES RODRIGUES REU:EDIVAM GONCALVES MACHADO VITIMA:R. S. S. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00006841020178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:S. F. B. VITIMA:A. A. B. VITIMA:G. B. P. VITIMA:T. B. B. DENUNCIADO:DILSON SANTIAGO RODRIGUES Representante(s): OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (ADVOGADO) DENUNCIADO:KISSAMITA NOGUEIRA DA SILVA Representante(s): OAB 6543 - HIDERALDO MARCELO DE AZEVEDO TAVARES (ADVOGADO) DENUNCIADO:LUCIVALDO CARDOSO CAMPOS Representante(s): OAB 6543 - HIDERALDO MARCELO DE AZEVEDO TAVARES (ADVOGADO) AUTOR:MINISTERIO PÚBLICO ESTADUAL . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do

processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00007271020188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:M. G. D. G. DENUNCIADO:LUCIVAL RODRIGUES LEAO Representante(s): OAB 20496 - ELYENNE CINTYA GONÇALVES DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 8513 - YUDICE RANDOL ANDRADE NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 7608 - EDUARDO SUZUKI SIZO (ADVOGADO) OAB 5741 - LIGIA MARIA SOBRAL NEVES (ADVOGADO) OAB 5627 - SILVIA MARINA RIBEIRO DE MIRANDA MOURAO (ADVOGADO) OAB 13637 - LUCIJANE FURTADO DE ALMEIDA (ADVOGADO) OAB 11935 - JOSE MOURAO NETO (ADVOGADO) OAB 8955 - JOSE MARINHO GEMAQUE JUNIOR (ADVOGADO) OAB 22048 - SANDRA MARINA RIBEIRO DE MIRANDA MOURAO (ADVOGADO) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00007640320198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Termo Circunstanciado em: 12/11/2021 AUTOR DO FATO:JOAO NAIR DAS GRACAS MARTINS DA SILVA VITIMA:A. C. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00008024920188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:S. P. C. P. REU:MARCEL SARGES DA SILVA Representante(s): OAB 6543 - HIDERALDO MARCELO DE AZEVEDO TAVARES (ADVOGADO) REU:ALAILSON NOGUEIRA GOMES Representante(s): GUILHERME ISRAEL KOCHI

SILVA (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00008033420188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:P. V. C. REU:GUSTAVO MORAES DOS SANTOS Representante(s): OAB 24629 - MILENE SERRAT BRITO DOS SANTOS MARINHO (ADVOGADO) REU:JERSON PERES DIAS AUTOR:MINISTERIO PÚBLICO ESTADUAL . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00008039720198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:MICHEL PINHEIRO DA SILVA VITIMA:O. E. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha:

____/____/_____ PROCESSO: 00008244420178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REU:JOCINEI SANTOS PANTOJA VITIMA:E. A. J. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00008252920178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:EDSON ALVES FARIAS Representante(s): OAB 23281 - DENIEL RUIZ DE MORAES (ADVOGADO) VITIMA:K. C. P. B. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00008293720158140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL REU:JACKSON BARREIROS FRANCO Representante(s): OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (DEFENSOR) . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA

com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00008411720168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REU:MARCELO DE OLIVEIRA FERREIRA REU:EMERSON BORGES MARQUES VITIMA:O. E. VITIMA:A. S. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00008431620188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:J. B. M. DENUNCIADO:CARLOS GIL SACRAMENTO DOS SANTOS AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00008622220188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:T. F. S. DENUNCIADO:MARCELO DOS SANTOS DE BRITO AUTOR:MINISTERIO PÚBLICO ESTADUAL DENUNCIADO:LUCIVALDO COSTA DOS SANTOS. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como

suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00008839520188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:E. E. E. F. E. M. P. L. DENUNCIADO:LUCIVALDO COSTA DOS SANTOS AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00009064620158140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL REU:JOAQUIM COELHO NETO Representante(s): OAB 21931 - RICARDO ALEXANDRE PAUXIS GONCALVES (ADVOGADO) . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00009422020178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/11/2021 REQUERENTE:INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE CURRALINHO Representante(s): OAB 17343 - EMANUEL CLAUDIO TAVARES ARAUJO (ADVOGADO) REQUERIDO:PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRALINHO Representante(s): OAB 13151 - PAULO ALTAIR BURLAMAQUI ZEMERO (PROCURADOR(A)) OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (PROCURADOR(A)) . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e

andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00009858320198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 12/11/2021 REQUERENTE:TATIANE DE JESUS MELO REQUERIDO:SISTEMA DE ENSINO INOVE EIRELI. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00010069320188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:L. L. D. R. DENUNCIADO:MADERLON PINHEIRO REIS AUTOR:MINISTERIO PÚBLICO ESTADUAL . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00010418720178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIADO:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:EDIVAN PANTOJA VEIGAS Representante(s): OAB 23309 - BRUNNO ARANHA E MARANHAO (DEFENSOR) DENUNCIADO:ANILSON TADEU DA SILVA DENUNCIADO:EZENILDO BORGES SERRAO

DENUNCIADO:I. E. Q. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00010499320198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:F. A. T. REU:NEY TAVARES BORGES AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00010617820178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIADO:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:IVANILDO BORGES DO ROSARIO DENUNCIADO:M. B. P. D. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00010761820158140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A):

CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL REU:MARIA DOMINGAS SARAIVA DE OLIVEIRA REU:WERBSON SOUSA OLIVEIRA Representante(s): GUILHERME ISRAEL KOCHI SILVA (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) REU:VALDECI BATISTA DA COSTA Representante(s): GUILHERME ISRAEL KOCHI SILVA (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) REU:JOSE GUILHERME DE OLIVEIRA SOUSA Representante(s): GUILHERME ISRAEL KOCHI SILVA (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00011212220158140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 AUTOR DO FATO:ALBERTO JUNIOR TENORIO GUIDO Representante(s): OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (DEFENSOR) AUTOR DO FATO:NEY TAVARES BORGES Representante(s): OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (DEFENSOR) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00011246920188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:B. B. S. S. DENUNCIADO:RONIELSE CARDOSO TAVARES Representante(s): OAB 26062 - HEVERTON ANTONIO DA SILVA BEZERRA (ADVOGADO) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a

regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00011613320178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:J. R. R. DENUNCIADO:MESSIAS PINHEIRO DOS SANTOS AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00012427920178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIADO:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:EMERSON BORGES MARQUES DENUNCIADO:MARILON PINHEIRO REIS DENUNCIADO:A. S. A. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00012436420178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:HELON DO NASCIMENTO CORREA VITIMA:C. C. C. VITIMA:I. S. C. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais

tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00012640620188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:A. L. J. DENUNCIADO:JERLISON BRITO DOS SANTOS DENUNCIADO:EDIL PACHECO DA SILVA AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00012675820188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:B. R. F. DENUNCIADO:CARLOS ALBERTO PEREIRA AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00012680920198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Tutela Antecipada Antecedente em: 12/11/2021 REQUERENTE:DEODORO AUGUSTO DIAS NETO Representante(s): OAB 27011 - ANTONIO MIRANDA DA FONSECA NETO (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE CURRALINHO. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa,

logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00012684320188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIADO:JOSELI DA CONCEICAO MORAES VITIMA:W. E. S. S. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00013423420178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIADO:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:NAELDER GONCALVES DE OLIVEIRA DENUNCIADO:MARCELO GONCALVES DE OLIVEIRA DENUNCIADO:M. S. O. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00013438220188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 12/11/2021 VITIMA:E. T. C. DENUNCIADO:NELIELSON SOUZA DE CARVALHO AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100%

(cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00013703120198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:J. L. L. M. REU:WELDEN BELEM PALHETA AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00014831920188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:A. C. A. DENUNCIADO:SAMUEL NOGUEIRA BRITO AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00016229720208140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Termo Circunstanciado em: 12/11/2021 AUTOR DO

FATO:MOISES SABOIA MAIA JUNIOR. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00016410620208140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Termo Circunstanciado em: 12/11/2021 AUTOR DO FATO:MATEUS MARCOS RODRIGUES DOS SANTOS. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00017439620188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Civil Pública em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:MUNICIPIO DE CURRALINHO Representante(s): OAB 13151 - PAULO ALTAIR BURLAMAQUI ZEMERO (PROCURADOR(A)) OAB 6543 - HIDERALDO MARCELO DE AZEVEDO TAVARES (PROCURADOR(A)) OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (PROCURADOR(A)) MARIA ALDA AIRES DA COSTA (REP LEGAL) . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular

da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00017494020178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIADO:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:WALTER PUREZA FERREIRA DENUNCIADO:J. J. R. C. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00017546220178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIADO:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:DENILSON PEREIRA DA SILVA DENUNCIADO:A. S. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00018483920198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 REU:JOSIELSON TADEU FERREIRA AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-

SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00018691520198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 12/11/2021 REQUERENTE:IVANILDO CARDOSO DIAS Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO:RENATA MARTINS DA COSTA. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00018882120198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:A. S. REU:WALDO DA COSTA AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00019067620188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:M. M. O. M. DENUNCIADO:JOAO CASTRO DE JESUS JUNIOR AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso

exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_____ PROCESSO: 00020086420198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 REU:DOUGLAS DOS SANTOS COSTA Representante(s): OAB 28605 - ARLEY TAFFAREL ARRUDA MARQUES (ADVOGADO) AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00020415420198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:FRANCISCO SOUZA RODRIGUES Representante(s): OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (ADVOGADO) VITIMA:O. E. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00020660420188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:R. N. P. S. DENUNCIADO:ARINALDO MATOS MOREIRA DENUNCIADO:ANTODIO DA SILVA PANTOJA DENUNCIADO:LUIZ CARLOS MARQUES CORREA AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos

da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00020678620188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:J. A. M. DENUNCIADO:NAIANA DA SILVA NOGUEIRA AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00020695620188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:J. A. M. DENUNCIADO:DOMINGOS DUARTE RODRIGUES AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00020926520198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:ALACI SOUZA DA SILVA DENUNCIADO:CRISTIANE DUARTE GOMES VITIMA:A. S. S. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â

Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00021905020198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:E. S. S. REU:GLEDIVAN ARRUDA ROCHA REU:ALAILSON NOGUEIRA GOMES AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00022084720148140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL REU:JOSE CARLOS LEAO COSTA Representante(s): OAB 3764 - VIVALDO MACHADO DE ALMEIDA (ADVOGADO) REU:ALCIR ALVES DOS SANTOS REU:JULIEMERSON DRAGO RIBEIRO REU:EDILSON BARBOSA MORAES Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) REU:CATARINA RAIMUNDA LOPES DOS SANTOS Representante(s): OAB 20708 - SILAS DE CARVALHO MONTEIRO (ADVOGADO) REU:DAVINIL DE FATIMA COELHO DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (ADVOGADO) REU:PEDRO PEREIRA DA SILVA Representante(s): OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (ADVOGADO) . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO:

00022413220178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:J. C. J. DENUNCIADO:VAGNER RODRIGUES MOREIRA DENUNCIADO:IRALDO DA SILVA SANTIAGO AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00022619120158140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:C. P. V. AUTOR DO FATO:MARCOS VINICIUS SOUZA CARVALHO Representante(s): OAB 29863 - MAURICIO SILVA TAVARES (DEFENSOR DATIVO) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a certidÃ£o retro da Secretaria Judicial, que o Defensor PÃºblico de Curralinho, Guilherme Israel Koshi Silva, foi designado para a 3Âª DP CÃ-vel/Criminal de BraganÃ§a, conforme Portaria nÂº 500/2021/GGP/DPG, de 25 de agosto de 2021, NOMEIO como defensor(a) dativo(a) da(s) parte(s) hipossuficiente(s) o(a) advogado(a) militante desta comarca, Dr(a) MAURÃCIO SILVA TAVARES, OAB/PA 29.863, para que apresente a manifestaÃ§Ã£o/defesa da(s) referida(s) parte(s), COM VISTAS dos autos. Â Â Â Â Â DETERMINO Ã Secretaria a HABILITAÃÃO do(a) causÃ-dico(a) como defensor(a) dativo(a) da(s) parte(s) hipossuficiente(s), devendo ser incluÃ-do no sistema LIBRA e na capa dos autos, para regular efeito de intimaÃ§Ãµes e publicaÃ§Ãµes. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho,Â 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00023219320178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Tutela Cautelar Antecedente em: 12/11/2021 REQUERENTE:EDNA DA SILVA RODRIGUES Representante(s): OAB 17647 - MARCIO GOMES DA SILVA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 20066 - THIAGO CORDEIRO GABY (ADVOGADO) REQUERENTE:RODRIGO DA COSTA FREITAS Representante(s): OAB 17647 - MARCIO GOMES DA SILVA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 20066 - THIAGO CORDEIRO GABY (ADVOGADO) REQUERENTE:JOSINETE RODRIGUES FREITAS Representante(s): OAB 17647 - MARCIO GOMES DA SILVA JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE CURRALINHO REQUERIDO:MARIA ALDA AIRES DA COSTA. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â

Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00023617520178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:V. A. C. DENUNCIADO:DAVISON DOS SANTOS SANTOS AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00023723620198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 REU:MANOEL RODRIGUES GOMES AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00023983420198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 12/11/2021 VITIMA:E. T. C. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL DENUNCIADO:MIGUEL JAIME BRITO TAVARES Representante(s): OAB 24629 - MILENE SERRAT BRITO DOS SANTOS MARINHO (ADVOGADO) . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso

exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_____ PROCESSO: 00024096320198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 REU:GILVANDRO LIMA MARTINS Representante(s): OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (ADVOGADO) AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_____ PROCESSO: 00024616420168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REU:MARCOS VINICIUS DE SOUZA CARVALHO VITIMA:G. S. R. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_____ PROCESSO: 00024633420168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REU:RODEVAL MIRANDA FERNANDES VITIMA:J. M. F. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no

sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00025290920198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Restituição de Coisas Apreendidas em: 12/11/2021 REQUERENTE:JOAO NAIR DAS GRACAS MARTINS DA SILVA Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00025427620178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/11/2021 REQUERENTE:ELIAS SANTANA DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO:MUNICIPIO DE CURRALINHO. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00025459420188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:F. M. DENUNCIADO:ANA PAULA DE AMARAL BORGES DENUNCIADO:VALDERI TEIXEIRA LOPES Representante(s): OAB 26062 - HEVERTON ANTONIO DA SILVA BEZERRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:TAYANE PEREIRA DE ARAUJO AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados

ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00027621120168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REU:LUCIVALDO COSTA DOS SANTOS Representante(s): OAB 13446 - FABIANO JOSE DINIZ LOPES JUNIOR (DEFENSOR) VITIMA:J. S. P. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00027866820188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL INTERESSADO:ALESSANDRA CORREA MIRANDA REQUERIDO:MUNICIPIO DE CURRALINHO Representante(s): MARIA ALDA AIRES DA COSTA (REP LEGAL) REQUERIDO:ESTADO DO PARA. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00028097720198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Civil Pública em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL REQUERIDO:PREFEITURA MUNICIPAL DE CURALINHO Representante(s): MARIA ALDA AIRES DA COSTA (REP LEGAL) . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â

Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00029818720178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL REU:DIOGO MARQUES NUNES. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00030618520168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 REU:ERALDO CARLOS DOS SANTOS OLIVEIRA JUNIOR VITIMA:L. B. S. M. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00031252720188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021

VITIMA:M. C. S. REU:ALICIO SA PEREIRA AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00031512520188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:B. S. S. VITIMA:D. S. S. REU:JARNE PEREIRA DA SILVA AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00031743420198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Civil Pública em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL REQUERIDO:MUNICÍPIO DE CURRALINHO REQUERIDO:ESTADO DO PARÁ INTERESSADO:PATRICIA MAGNO MARTINS. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO:

00031859720188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:A. V. S. Representante(s): OAB 3764 - VIVALDO MACHADO DE ALMEIDA (ADVOGADO) REU:SALAZAR FRANCO AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00032632820178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 12/11/2021 REQUERENTE:JOSUE DE FARIAS FARIAS Representante(s): OAB 24766 - GABRIEL MONTENEGRO DUARTE PEREIRA (DEFENSOR) REQUERIDO:MUNICIPIO DE CURRALINHO Representante(s): OAB 13151 - PAULO ALTAIR BURLAMAQUI ZEMERO (PROCURADOR(A)) OAB 6543 - HIDERALDO MARCELO DE AZEVEDO TAVARES (PROCURADOR(A)) OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (PROCURADOR(A)) . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00033022520178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REU:DIEGO DA SILVA SANTANA VITIMA:N. R. F. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a

oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00033412220178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 12/11/2021 REQUERENTE:ANDREA FIRMINO SIQUEIRA BRABO Representante(s): OAB 20561 - JOAO BATISTA SOUZA DE CARVALHO (ADVOGADO) REQUERENTE:DEUZILENE DA CRUZ MIRANDA REQUERENTE:IRLEI DA CRUZ SILVA REQUERENTE:MARIA CRISTINA PAES GUIMARAES REQUERENTE:MARIA RAIMUNDA FERREIRA SOUTO REQUERIDO:MUNICIPIO DE CURRALINHO Representante(s): OAB 13151 - PAULO ALTAIR BURLAMAQUI ZEMERO (PROCURADOR(A)) OAB 6543 - HIDERALDO MARCELO DE AZEVEDO TAVARES (PROCURADOR(A)) OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (PROCURADOR(A)) . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00033629520178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIADO:JOSE CARLOS VIEIRA NUNES AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00033651620188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/11/2021 REQUERENTE:DIANA RODRIGUES E RODRIGUES Representante(s): DIOCELENE SANTIAGO RODRIGUES (REP LEGAL) OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO:MUNICIPIO DE CURRALINHO REQUERIDO:ESTADO DO PARÁ. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a certidÃ£o retro da Secretaria Judicial, que o Defensor PÃºblico de Curralinho, Guilherme Israel Koshi Silva, foi designado para a 3Âª DP CÃ-vel/Criminal de

BraganÃ§a, conforme Portaria nÂº 500/2021/GGP/DPG, de 25 de agosto de 2021, NOMEIO como defensor(a) dativo(a) da(s) parte(s) hipossuficiente(s) o(a) advogado(a) militante desta comarca, Dr(a) RAQUELINE DE FARIAS FARIAS, OAB/PA 30.349, para que apresente a manifestaÃ§Ã£o/defesa da(s) referida(s) parte(s), COM VISTAS dos autos. Â Â Â Â Â DETERMINO Ã Secretaria a HABILITAÃÃO do(a) causÃ-dico(a) como defensor(a) dativo(a) da(s) parte(s) hipossuficiente(s), devendo ser incluÃ-do no sistema LIBRA e na capa dos autos, para regular efeito de intimaÃ§Ãµes e publicaÃ§Ãµes. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho,Â 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00034125320198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:B. C. C. REU:JOVENIL PEREIRA CARVALHO AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00034827520168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REU:ELIAS GOMES BARREIROS REU:CLEBER ARAUJO GONCALVES REU:REINALDO PEREIRA DA SILVA. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00036697820198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Civil Pública em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:MUNICIPIO DE CURRALINHO Representante(s): OAB 6543 - HIDERALDO MARCELO DE AZEVEDO TAVARES (PROCURADOR(A)) OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (PROCURADOR(A)) . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de

pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00037295120198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Civil Pública Infância e Juventude em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL REQUERIDO:MUNICIPIO DE CURRALINHO Representante(s): OAB 6543 - HIDERALDO MARCELO DE AZEVEDO TAVARES (PROCURADOR(A)) OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (PROCURADOR(A)) MARIA ALDA AIRES DA COSTA (REP LEGAL) . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00037494220198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Civil Pública Infância e Juventude em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL REQUERIDO:MUNICÍPIO DE CURRALINHO Representante(s): OAB 6543 - HIDERALDO MARCELO DE AZEVEDO TAVARES (PROCURADOR(A)) OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (PROCURADOR(A)) MARIA ALDA AIRES DA COSTA (REP LEGAL) . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00038069420188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021

DENUNCIADO:FABRICIO PEREIRA AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00038707020198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:JAMILSON CASTILHO TENORIO VITIMA:J. P. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00039016120178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 12/11/2021 REQUERENTE:JEFFERSON DOS REIS LIMA Representante(s): OAB 26062 - HEVERTON ANTONIO DA SILVA BEZERRA (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE CURRALINHO Representante(s): OAB 13151 - PAULO ALTAIR BURLAMAQUI ZEMERO (PROCURADOR(A)) OAB 6543 - HIDERALDO MARCELO DE AZEVEDO TAVARES (PROCURADOR(A)) OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (PROCURADOR(A)) MARIA ALDA AIRES DA COSTA (REP LEGAL) . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s,

RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00039235620168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REU:ALESSANDRO PANTOJA DOS SANTOS Representante(s): OAB 24629 - MILENE SERRAT BRITO DOS SANTOS MARINHO (ADVOGADO) VITIMA:R. A. P. S. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00039451720168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:J. C. S. VITIMA:J. S. C. VITIMA:J. S. C. REU:RENAN ZIEL RODRIGUES SOUZA Representante(s): OAB 5522 - MARIA AMELIA DELGADO VIANA (ADVOGADO) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE CURRALINHO Processo n.Âº 0003945-17.2016.8.14.0083 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que o sentenciado RENAN ZIEL RODRIGUES estÃ¡ sendo representado pela advogada MARIA AMELIA DELGADO VIANA, OAB/PA 5.522, a qual foi devidamente intimada via DJE, contudo, nÃ£o se manifestou, conforme certificado pela Secretaria Judicial (f. 75), DETERMINO a intimaÃ§Ã£o da causÃ-dica supracitada para que apresente o recurso de apelaÃ§Ã£o e suas razÃµes, no prazo legal, sob pena de aplicaÃ§Ã£o de multa (art. 265, do CPP), nÃ£o podendo se valer da escusa de ter renunciado ao mandato, considerando que inexiste nos autos pedido expresso de renÃºncia e que a advogada deverÃ¡ continuar a representar o mandante durante os 10 (dez) dias subsequentes, com fito de evitar prejuÃ-zo as partes, nos termos do art. 112, Â§1Âº, do NCPC c/c art. 3Âº do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Transcorrido in albis o prazo supracitado, devidamente certificado pela Secretaria Judicial, desde jÃ¡ DETERMINO a intimaÃ§Ã£o pessoal do sentenciado RENAN ZIEL RODRIGUES, informando a desÃ-dia de sua patrona, bem como, para que informe se irÃ¡ constituir novo advogado ou se pretende ser patrocinado pela Defensoria PÃºblica, ficando advertido que, em caso de escolher constituir novo advogado, transcorrido o prazo de apresentaÃ§Ã£o do recurso sem habilitaÃ§Ã£o de advogado e apresentaÃ§Ã£o das referidas razÃµes, desde jÃ¡ NOMEIO a Defensoria PÃºblica para patrocinÃ¡-lo e DETERMINO a remessa dos autos Ã Diretoria do Interior da Defensoria PÃºblica para apresentaÃ§Ã£o do recurso e das razÃµes recursais, no prazo legal, considerando que o Defensor PÃºblico de Curralinho, Guilherme Israel Koshi Silva, foi designado para a 3Âª DP CÃ-vel/Criminal de BraganÃ§a, conforme Portaria nÂº 500/2021/GGP/DPG, de 25 de agosto de 2021, e a Comarca de Curralinho estÃ¡ desprovida de Defensor PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Com a apresentaÃ§Ã£o do recurso e das razÃµes recursais do sentenciado RENAN ZIEL RODRIGUES, DÃ-SE vistas dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para, querendo, apresentar suas contrarrazÃµes, no prazo legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, sendo o caso de descumprimento da determinaÃ§Ã£o deste JuÃ-zo pela advogada MARIA AMELIA DELGADO VIANA, OAB/PA 5.522, devidamente certificado pela Secretaria Judicial, RETORNEM os autos conclusos para deliberaÃ§Ã£o de aplicaÃ§Ã£o de multa, pelo abandono do processo pelo causÃ-dico, nos termos do art. 265, do CPP, e para deliberaÃ§Ã£o acerca do recurso do sentenciado. Â Â Â Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Â Â Â Curralinho, 12 de novembro de 2021. ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular Data da resenha: ____/____/_____ PROCESSO:

00040667420188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 REU:ANDREY FERREIRA NUNES Representante(s): OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (ADVOGADO) AUTOR:MINISTERIO PÚBLICO ESTADUAL . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00041033820178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIADO:R. C. G. DENUNCIADO:SANTOS RODRIGUES NOBRE DENUNCIADO:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00041215920178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:E. R. S. L. DENUNCIADO:GILBERTO MACEDO MARTINS AUTOR:MINISTERIO PÚBLICO ESTADUAL . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s,

RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00041467220178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIADO:HENIO DOS SANTOS TEIXEIRA AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00041654420188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:G. S. F. DENUNCIADO:HUISLEN BRAGA DA SILVA DENUNCIADO:DENILSON DINIZ FERREIRA AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00041821720178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIADO:R. S. S. N. DENUNCIADO:HENIO DOS SANTOS TEIXEIRA DENUNCIADO:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a

oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00041853520188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/11/2021 REQUERENTE:MILLEN JACKELLINE MIRANDA DE SOUSA Representante(s): OAB 25531-A - SÉRGIO DE MORAES MONTEIRO (ADVOGADO) REQUERENTE:ALEXANDRO DE JESUS MIRANDA Representante(s): OAB 25531-A - SÉRGIO DE MORAES MONTEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE CURRALINHO Representante(s): OAB 13151 - PAULO ALTAIR BURLAMAQUI ZEMERO (PROCURADOR(A)) OAB 6543 - HIDERALDO MARCELO DE AZEVEDO TAVARES (PROCURADOR(A)) OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (PROCURADOR(A)) . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00041910820198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/11/2021 REQUERENTE:JONATHA GATO CARDOSO Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO:ESTADO DO PARA. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00042101420198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/11/2021 REQUERENTE:JONATHA GATO CARDOSO Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO:ROZENILDA PINTO NAVEGANTE REQUERIDO:PATRICIA NAVEGANTE BATISTA. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos

servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00042430920168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA INDICIADO:DARLEY ASSUNCAO GONCALVES Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) INDICIADO:RAY MATOS BATISTA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00042708420198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Tutela Antecipada Antecedente em: 12/11/2021 REQUERENTE:ALESSANDRO CESAR DA COSTA SOUZA Representante(s): OAB 24895 - THIEGO JOSE BARBOSA MALHEIROS (ADVOGADO) OAB 28605 - ARLEY TAFFAREL ARRUDA MARQUES (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE CURRALINHO REQUERIDO:INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNCIPIO DE CURRALINHO Representante(s): OAB 6459 - ALEX ANDREY LOURENCO SOARES (ADVOGADO) . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â

Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00042852420178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REU:ANDREZA ALVES MARQUES REU:GILMARQUE ALVES MARQUES REU:RALYERE LEANDRO DA SILVA FERNANDES VITIMA:J. B. G. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00044105520188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:E. M. F. S. DENUNCIADO:WANDERLAN JUNIOR RIBEIRO DE ALMEIDA AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00044114020188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:M. M. B. C. DENUNCIADO:WANDERLAN JUNIOR RIBEIRO DE ALMEIDA AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes,

protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00044304620188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:N. C. V. B. REU:DEBORAH MORAES GONCALVES BATISTA AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00044859420188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:R. M. S. REU:LIZIANE DE OLIVEIRA SANTANA AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00045018220178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:DARLEY ASSUNCAO GONCALVES DENUNCIADO:LUANA BRITO OLIVEIRA VITIMA:L. T. M. S. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda

com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00045058520188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:D. F. P. DENUNCIADO:ANTODIO DA SILVA PANTOJA DENUNCIADO:LUCIVALDO COSTA DOS SANTOS AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00045814620178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIADO:F. B. C. DENUNCIADO:SANTOS RODRIGUES NOBRE DENUNCIADO:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00046071020188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 12/11/2021 REQUERENTE:VALDIR OLIVEIRA SENA REQUERIDO:ROBERTO FERREIRA. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento

por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00046129520198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS em: 12/11/2021 REQUERENTE:CARTORIO DE OCIFIO UNICO MORAIS VIEIRA INTERESSADO:JOSE DE FREITAS LEAO. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00046282020178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIADO:R. S. J. DENUNCIADO:WALBER MACHADO DOS SANTOS DENUNCIADO:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00046637720178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIADO:D. A. C. DENUNCIADO:ALAN CORREA CARVALHO DENUNCIADO:CRISTIANO OLIVEIRA MACHADO DENUNCIADO:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento

dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00047218020178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 12/11/2021 REQUERENTE:SUSI DOS REIS SANTANA Representante(s): OAB 1861 - WILKER RAMON SALOMAO FERNANDES (ADVOGADO) REQUERENTE:MARLEIDE DO SOCORRO GOMES SOARES Representante(s): OAB 1861 - WILKER RAMON SALOMAO FERNANDES (ADVOGADO) REQUERENTE:JOSE MACIEL GOMES BARATINHA Representante(s): OAB 1861 - WILKER RAMON SALOMAO FERNANDES (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE CURRALINHO Representante(s): OAB 13151 - PAULO ALTAIR BURLAMAQUI ZEMERO (PROCURADOR(A)) OAB 6543 - HIDERALDO MARCELO DE AZEVEDO TAVARES (PROCURADOR(A)) OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (PROCURADOR(A)) . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 9 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00048054720188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 12/11/2021 REQUERENTE:RAIMUNDA DULCELINA DE FATIMA MONTEIRO BARROS Representante(s): OAB 7767 - GIOVANA AUGUSTA DOS SANTOS GONCALVES (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE CURRALINHO Representante(s): OAB 13151 - PAULO ALTAIR BURLAMAQUI ZEMERO (PROCURADOR(A)) OAB 6543 - HIDERALDO MARCELO DE AZEVEDO TAVARES (PROCURADOR(A)) OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (PROCURADOR(A)) . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes,

protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00048452920188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:PAULO SERGIO MAIA DE OLIVEIRA. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00049792220198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Tutela Antecipada Antecedente em: 12/11/2021 REQUERENTE:DEODORO DOS SANTOS DE MIRANDA Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO:BANCO ITAU BMG Representante(s): OAB 16780 - LUIS CARLOS MONTEIRO LOURENCO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO REQUERIDO:BANCO OLE BONSUCESSO CONSIGNADO S A Representante(s): OAB 151204 - BARBARA RODRIGUES FARIA DA SILVA (ADVOGADO) . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a certidÃ£o retro da Secretaria Judicial, que o Defensor PÃºblico de Curralinho, Guilherme Israel Koshi Silva, foi designado para a 3Âª DP CÃ-vel/Criminal de BraganÃ§a, conforme Portaria nÂº 500/2021/GGP/DPG, de 25 de agosto de 2021, NOMEIO como defensor(a) dativo(a) da(s) parte(s) hipossuficiente(s) o(a) advogado(a) militante desta comarca, Dr(a) RAQUELINE DE FARIAS FARIAS, OAB/PA 30.349, para que apresente a manifestaÃ§Ã£o/defesa da(s) referida(s) parte(s), COM VISTAS dos autos. Â Â Â Â Â DETERMINO Ã Secretaria a HABILITAÃÃO do(a) causÃ-dico(a) como defensor(a) dativo(a) da(s) parte(s) hipossuficiente(s), devendo ser incluÃ-do no sistema LIBRA e na capa dos autos, para regular efeito de intimaÃ§Ãµes e publicaÃ§Ãµes. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho,Â 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00050355520198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:C. S. S. C. REU:RAIMUNDO CARDOSO TAVARES Representante(s): OAB 29863 - MAURICIO SILVA TAVARES (DEFENSOR DATIVO) AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a certidÃ£o retro da Secretaria Judicial, que o Defensor PÃºblico de Curralinho, Guilherme Israel Koshi Silva, foi designado para a 3Âª DP CÃ-vel/Criminal de BraganÃ§a, conforme Portaria nÂº 500/2021/GGP/DPG, de 25 de agosto de 2021, NOMEIO como defensor(a) dativo(a) da(s) parte(s) hipossuficiente(s) o(a) advogado(a) militante desta comarca, Dr(a) MAURÃCIO SILVA TAVARES, OAB/PA 29.863, para que apresente a manifestaÃ§Ã£o/defesa da(s) referida(s) parte(s), COM VISTAS dos autos. Â Â Â Â Â DETERMINO Ã Secretaria a HABILITAÃÃO do(a) causÃ-dico(a) como defensor(a) dativo(a) da(s) parte(s) hipossuficiente(s), devendo ser incluÃ-do no sistema LIBRA e na capa dos autos, para regular efeito de intimaÃ§Ãµes e publicaÃ§Ãµes. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho,Â 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00050918820198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO

ESTADUAL DENUNCIADO:ROSELI LOPES DA SILVA. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00051045820178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:S. A. S. DENUNCIADO:JOVANA MARIA BRABO DE OLIVEIRA AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00051285220188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Averiguação de Paternidade em: 12/11/2021 MENOR:T. R. B. C. Representante(s): OAB 23309 - BRUNNO ARANHA E MARANHAO (DEFENSOR) CRISTIANE SANTANA BARATINHA (REP LEGAL) REQUERIDO:TONYELSON MARQUES CORREA REQUERIDO:DEIVISON BARATINHA DE MORAES REQUERIDO:VANDO OLIVEIRA MADRUGA. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular

da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00051643120178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:CLENILTON CARVALHO CORREA Representante(s): OAB 6543 - HIDERALDO MARCELO DE AZEVEDO TAVARES (ADVOGADO) VITIMA:F. R. S. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00052032820178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REU:MARCELO DE OLIVEIRA FERREIRA Representante(s): OAB 14870 - MARCOS JOSE SIQUEIRA DAS DORES (ADVOGADO) VITIMA:P. R. A. B. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00052099820188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:SANDEW BRENO BRITO FERREIRA VITIMA:G. K. G. M. VITIMA:Z. N. G. VITIMA:J. N. B. J. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema

de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00052312520198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL REU:FRANCISCO DA SILVA FREITAS Representante(s): OAB 26062 - HEVERTON ANTONIO DA SILVA BEZERRA (ADVOGADO) . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00052442920168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REU:BENEDITO RODRIGUES FARIAS Representante(s): OAB 24766 - GABRIEL MONTENEGRO DUARTE PEREIRA (DEFENSOR) VITIMA:A. S. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00052529820198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:J. M. S. REU:RAY MATOS BATISTA AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â

Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00052670420188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:OTAVIO AGOSTINHO BRITO DE JESUS VITIMA:A. C. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00052710720198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 REU:ANDERLEY DE OLIVEIRA FERNANDES AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00052872920178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 12/11/2021 REQUERENTE:MANOEL FRANCISCO GOMES DA SILVA Representante(s): OAB 24766 - GABRIEL MONTENEGRO DUARTE PEREIRA (DEFENSOR) REQUERIDO:MUNICIPIO DE CURRALINHO Representante(s): OAB 13151 - PAULO ALTAIR BURLAMAQUI ZEMERO (PROCURADOR(A)) OAB 6543 - HIDERALDO MARCELO DE AZEVEDO TAVARES (PROCURADOR(A)) OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (PROCURADOR(A)) . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo

designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00052904720188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/11/2021 REQUERENTE:PEDRO DOS SANTOS PEREIRA Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) OAB 30349 - RAQUELINE DE FARIAS FARIAS (DEFENSOR DATIVO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE CURRALINHO REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL REQUERIDO:INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE CURRALINHO. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a certidÃ£o retro da Secretaria Judicial, que o Defensor PÃºblico de Curralinho, Guilherme Israel Koshi Silva, foi designado para a 3Âª DP CÃ-vel/Criminal de BraganÃ§a, conforme Portaria nÂº 500/2021/GGP/DPG, de 25 de agosto de 2021, NOMEIO como defensor(a) dativo(a) da(s) parte(s) hipossuficiente(s) o(a) advogado(a) militante desta comarca, Dr(a) RAQUELINE DE FARIAS FARIAS, OAB/PA 30.349, para que apresente a manifestaÃ§Ã£o/defesa da(s) referida(s) parte(s), COM VISTAS dos autos. Â Â Â Â Â DETERMINO Ã Secretaria a HABILITAÃÃO do(a) causÃ-dico(a) como defensor(a) dativo(a) da(s) parte(s) hipossuficiente(s), devendo ser incluÃ-do no sistema LIBRA e na capa dos autos, para regular efeito de intimaÃ§Ãµes e publicaÃ§Ãµes. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho,Â 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00054244520168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:A. A. P. REU:JUSSELINO DA SILVA GUIMARAES Representante(s): OAB 26062 - HEVERTON ANTONIO DA SILVA BEZERRA (ADVOGADO) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00057056420178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:V. P. A. DENUNCIADO:IGOR FEITOSA SENA Representante(s): OAB 27852 - MARLON NOVAES DA SILVA (ADVOGADO) DENUNCIADO:ALMIR ARAUJO CARVALHO DENUNCIADO:CAIO LUAN NASCIMENTO MAGNO AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao

grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00057260620188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIADO:OBEDE BORGES DOS ANJOS AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00057272520178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIADO:EDSON DOS ANJOS SANTOS VITIMA:A. B. F. AUTOR:MINISTERIO PÚBLICO ESTADUAL . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00058242520178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:D. S. M. REU:MARCELO MIRANDA DA SILVA REU:LETICIA FREITAS DA SILVA REU:NERIVALDO PINHEIRO DA COSTA

AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00058269220178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIADO:ALEX DA PAIXAO CARDOSO AUTOR:MINISTERIO PÚBLICO ESTADUAL . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00058854620188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:B. M. N. S. REU:NIVALDO CORREA ARAUJO JUNIOR AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00059662920178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA

A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 REU:MARCOS VINICIUS RODRIGUES DE MORAES Representante(s): OAB 6543 - HIDERALDO MARCELO DE AZEVEDO TAVARES (ADVOGADO) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00060445720168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA INDICIADO:ELTON MARTINS TEIXEIRA Representante(s): OAB 3110 - HAMILTON FRANCISCO DE ASSIS GUEDES (ADVOGADO) OAB 19373 - HUGO DA SILVA MORAES (ADVOGADO) VITIMA:A. M. L. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00062076620188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:C. P. F. DENUNCIADO:MOISES DE LIMA GONCALVES Representante(s): OAB 24629 - MILENE SERRAT BRITO DOS SANTOS MARINHO (ADVOGADO) AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da

capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00062247320168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 REU:JEFFERSON JERONIMO TEIXEIRA DOS SANTOS REU:THALIA FERREIRA DA COSTA REU:RAIMUNDO GLEIDSON PANTOJA MARQUES Representante(s): OAB 9364 - CLAUDIO GEMAQUE MACHADO (ADVOGADO) REU:JULIANE DOS SANTOS SILVA REU:MARCILENE FERREIRA DA COSTA AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00063641020168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:N. M. D. REU:JACKSON BARREIROS FRANCO AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00064276420188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 12/11/2021 REQUERENTE:DINA DUARTE RODRIGUES Representante(s): OAB 5774-B - ANTONIO JOSE MARTINS PEREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE CURRALINHO Representante(s): OAB 13151 - PAULO ALTAIR BURLAMAQUI ZEMERO (PROCURADOR(A)) OAB 6543 - HIDERALDO MARCELO DE AZEVEDO TAVARES (PROCURADOR(A)) OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (PROCURADOR(A)) . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas

(jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00064850420178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:H. B. S. VITIMA:R. M. S. O. REU:GUSTAVO DOS SANTOS SANTOS AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00065041020178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:D. C. M. DENUNCIADO:CARLOS GIL SACRAMENTO DOS SANTOS AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00065641720168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 REU:MARLY GOMES CORREA Representante(s): OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (ADVOGADO) VITIMA:O. F. B. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao

grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00065688320188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:E. A. F. C. REU:MANOEL BATISTA SOUZA TAVARES JUNIOR REU:RAY MATOS BATISTA AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00066476220188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 12/11/2021 REQUERENTE:MOISES SABOIA MAIA Representante(s): OAB 27011 - ANTONIO MIRANDA DA FONSECA NETO (ADVOGADO) REQUERENTE:ANTONIO CARLENO DE SOUZA PAULA Representante(s): OAB 27011 - ANTONIO MIRANDA DA FONSECA NETO (ADVOGADO) REQUERENTE:YRIS WALMOR MIRANDA TAVARES Representante(s): OAB 27011 - ANTONIO MIRANDA DA FONSECA NETO (ADVOGADO) REQUERENTE:NALDO DE OLIVEIRA BARATINHA Representante(s): OAB 27011 - ANTONIO MIRANDA DA FONSECA NETO (ADVOGADO) REQUERENTE:CARLOS ALBERTO FILHO Representante(s): OAB 27011 - ANTONIO MIRANDA DA FONSECA NETO (ADVOGADO) REQUERENTE:ODILON DA SILVA BARBOSA Representante(s): OAB 27011 - ANTONIO MIRANDA DA FONSECA NETO (ADVOGADO) REQUERENTE:FRANCISCO SANTANA DA SILVA E OUTROS Representante(s): OAB 27011 - ANTONIO MIRANDA DA FONSECA NETO (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE CURRALINHO Representante(s): OAB 13151 - PAULO ALTAIR BURLAMAQUI ZEMERO (PROCURADOR(A)) OAB 6543 - HIDERALDO MARCELO DE AZEVEDO TAVARES (PROCURADOR(A)) OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (PROCURADOR(A)) . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos

da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00066874420188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Civil Pública em: 12/11/2021 REQUERENTE:MARLON CLAYTON FIRMINO MIRANDA Representante(s): OAB 23013 - NAYARA SILVA CARVALHO (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE CURRALINHO Representante(s): OAB 13151 - PAULO ALTAIR BURLAMAQUI ZEMERO (PROCURADOR(A)) OAB 6543 - HIDERALDO MARCELO DE AZEVEDO TAVARES (PROCURADOR(A)) OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (PROCURADOR(A)) MARIA ALDA AIRES DA COSTA (REP LEGAL) . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00066882920188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/11/2021 REQUERENTE:MICHEL DIAS PASTANA Representante(s): OAB 23013 - NAYARA SILVA CARVALHO (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE CURRALINHO Representante(s): OAB 13151 - PAULO ALTAIR BURLAMAQUI ZEMERO (PROCURADOR(A)) OAB 6543 - HIDERALDO MARCELO DE AZEVEDO TAVARES (PROCURADOR(A)) OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (PROCURADOR(A)) MARIA ALDA AIRES DA COSTA (REP LEGAL) . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00068300420168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021

VITIMA:G. A. C. REU:GILVAN SALES DOS SANTOS REU:MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_____ PROCESSO: 00068318120198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/11/2021 REQUERENTE:HELENA DE SOUZA CORREA Representante(s): OAB 26062 - HEVERTON ANTONIO DA SILVA BEZERRA (ADVOGADO) REQUERIDO:VULGO DUCA. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_____ PROCESSO: 00068875120188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 12/11/2021 VITIMA:R. S. S. DENUNCIADO:HERMESON ALMEIDA NOGUEIRA AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha:

____/____/_____ PROCESSO: 00069074220188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Tutela Antecipada Antecedente em: 12/11/2021 REQUERENTE:MARIA LIMA SA Representante(s): OAB 5774-B - ANTONIO JOSE MARTINS PEREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE CURRALINHO. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00069870620188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:MISAQUE DE CASTRO CASTRO VITIMA:A. C. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00070079420188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:E. L. VITIMA:E. L. N. REU:LUCICLEI DA SILVA MORAES AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s,

RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00071282520188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Cumprimento de sentença em: 12/11/2021 REQUERENTE:EDIVAN MAIA DE SANTANA Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO (DEFENSOR) OAB 30349 - RAQUELINE DE FARIAS FARIAS (ADVOGADO DATIVO) REQUERENTE:L. H. R. B. Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO (DEFENSOR) LUCIANE MARTINS RODRIGUES (REP LEGAL) OAB 30349 - RAQUELINE DE FARIAS FARIAS (ADVOGADO DATIVO) REQUERENTE:F. B. S. Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO (DEFENSOR) ADRIANA MONTEIRO BRITO (REP LEGAL) OAB 30349 - RAQUELINE DE FARIAS FARIAS (ADVOGADO DATIVO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE CURRALINHO. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a certidÃ£o retro da Secretaria Judicial, que o Defensor PÃºblico de Curralinho, Guilherme Israel Koshi Silva, foi designado para a 3Âª DP CÃ-vel/Criminal de BraganÃ§a, conforme Portaria nÂº 500/2021/GGP/DPG, de 25 de agosto de 2021, NOMEIO como defensor(a) dativo(a) da(s) parte(s) hipossuficiente(s) o(a) advogado(a) militante desta comarca, Dr(a) RAQUELINE DE FARIAS FARIAS, OAB/PA 30.349, para que apresente a manifestaÃ§Ã£o/defesa da(s) referida(s) parte(s), COM VISTAS dos autos. Â Â Â Â Â DETERMINO Ã Secretaria a HABILITAÃÃO do(a) causÃ-dico(a) como defensor(a) dativo(a) da(s) parte(s) hipossuficiente(s), devendo ser incluÃ-do no sistema LIBRA e na capa dos autos, para regular efeito de intimaÃ§Ãµes e publicaÃ§Ãµes. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho,Â 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00071444720168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 REU:DAEL DA SILVA FERREIRA Representante(s): OAB 24766 - GABRIEL MONTENEGRO DUARTE PEREIRA (DEFENSOR) VITIMA:M. S. N. F. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00071932020188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Tutela Antecipada Antecedente em: 12/11/2021 REQUERENTE:LUCICLEIA RODRIGUES NUNES Representante(s): OAB 5774-B - ANTONIO JOSE MARTINS PEREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE CURRALINHO Representante(s): OAB 6543 - HIDERALDO MARCELO DE AZEVEDO TAVARES (PROCURADOR(A)) OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (PROCURADOR(A)) . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no

sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00072241120168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIADO:SEBASTIAO RODRIGUES DE FREITAS JUNIOR DENUNCIADO:R. C. C. DENUNCIADO:A. A. P. DENUNCIADO:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00072440220168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIADO:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:LUIZ CARLOS GUIMARAES BARATINHA DENUNCIADO:M. P. C. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00074663320178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 REU:ADENIL GONCALVES DE SOUZA REU:BRUNO NOGUEIRA DE SOUZA AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL VITIMA:V. L. S. N. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais

tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00074698520178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:J. B. T. REU:ANTONIO MARCOS DE JESUS SILVA Representante(s): OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (ADVOGADO) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00074865820168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REU:SANTOS RODRIGUES NOBRE Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) VITIMA:S. T. L. A. VITIMA:J. M. R. VITIMA:E. S. O. J. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00075047920168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADUAL REU:EDLAM DOS SANTOS GOMES. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de

teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00076242520168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REU:CLEIDIANE MATOS BRABO REU:SILVIO CARVALHO FREITAS VITIMA:A. C. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00076441620168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REU:JOHNSON WILIAN RODRIGUES DA COSTA Representante(s): OAB 24766 - GABRIEL MONTENEGRO DUARTE PEREIRA (DEFENSOR) REU:EMANUEL OLIVEIRA RODRIGUES VITIMA:L. C. C. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00076886420188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO

ESTADO DO PARA DENUNCIADO:ANTONIO MARIA LOPES PANTOJA VITIMA:A. C. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00077718020188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Termo Circunstanciado em: 12/11/2021 AUTOR DO FATO:MARINALDO ALVES RODRIGUES VITIMA:D. T. S. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00077833120178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:M. D. A. REU:ROSINEIDE RODRIGUES DA SILVA AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00077890420188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A):

CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:MARIO FERNANDO SARAIVA DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 26062 - HEVERTON ANTONIO DA SILVA BEZERRA (ADVOGADO) OAB 27852 - MARLON NOVAES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:R. S. F. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00078275020178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:A. C. DENUNCIADO:OSVALDO DA PAIXAO CARDOSO AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00079886220188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:CLEBERTON DOS SANTOS RAMOS VITIMA:E. N. S. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para

deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00081716020198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:A. B. J. REU:ALZIRA NOGUEIRA MARTINS AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00082082420188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/11/2021 REQUERENTE:EDSON SOUZA LOUREIRO Representante(s): OAB 24399 - JORGE RIBEIRO DIAS DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 28194 - WADY CHARONE NETO (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE CURRALINHO. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00082122720198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL REU:BRUNA DA SILVA ROSARIO Representante(s): OAB 27852 - MARLON NOVAES DA SILVA (ADVOGADO) . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a

oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00084290720188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:K. C. S. REU:JORGE LUIZ MARTINS BARBOSA Representante(s): OAB 29863 - MAURICIO SILVA TAVARES (DEFENSOR DATIVO) REU:CLEITON DE PAULA DIAS Representante(s): OAB 29863 - MAURICIO SILVA TAVARES (DEFENSOR DATIVO) AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a certidÃ£o retro da Secretaria Judicial, que o Defensor PÃºblico de Curralinho, Guilherme Israel Koshi Silva, foi designado para a 3Âª DP CÃ-vel/Criminal de BraganÃ§a, conforme Portaria nÂº 500/2021/GGP/DPG, de 25 de agosto de 2021, NOMEIO como defensor(a) dativo(a) da(s) parte(s) hipossuficiente(s) o(a) advogado(a) militante desta comarca, Dr(a) MAURÃCIO SILVA TAVARES, OAB/PA 29.863, para que apresente a manifestaÃ§Ã£o/defesa da(s) referida(s) parte(s), COM VISTAS dos autos. Â Â Â Â Â DETERMINO Ã Secretaria a HABILITAÃÃO do(a) causÃ-dico(a) como defensor(a) dativo(a) da(s) parte(s) hipossuficiente(s), devendo ser incluÃ-do no sistema LIBRA e na capa dos autos, para regular efeito de intimaÃ§Ãµes e publicaÃ§Ãµes. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho,Â 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00085503520188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:ELIANE CRISTINA RODRIGUES DA COSTA VITIMA:A. B. R. M. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00086681120188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Civil Pública em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:MUNICIPIO DE CURRALINHO LITISCONSORTE ATIVO:JEFERSON LIMA DOS REIS Representante(s): OAB 26062 - HEVERTON ANTONIO DA SILVA BEZERRA (ADVOGADO) LITISCONSORTE ATIVO:LEANDRO ANDERSON GONCALVES DIAS Representante(s): OAB 26062 - HEVERTON ANTONIO DA SILVA BEZERRA (ADVOGADO) . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a

oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00087089020188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIADO:ADENIL GONCALVES DE SOUZA Representante(s): OAB 24629 - MILENE SERRAT BRITO DOS SANTOS MARINHO (ADVOGADO) AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00087487220188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:MADISON MATOS CARDOSO VITIMA:J. M. S. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00088901320178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:R. O. F. DENUNCIADO:EDLAM DOS SANTOS GOMES AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos

da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 9 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00088928020178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:A. D. N. DENUNCIADO:NESTOR CARLOS OLIVEIRA MARQUES AUTOR:MINISTERIO PÚBLICO ESTADUAL . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00089074920178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:J. F. A. DENUNCIADO:WANDERLAN JUNIOR RIBEIRO DE ALMEIDA AUTOR:MINISTERIO PÚBLICO ESTADUAL . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00362465120158140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL REU:JORGE RODRIGUES FERNANDES. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam

pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00582464520158140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL VITIMA:R. C. G. M. REU:DOMINGOS FERNANDES CORREA Representante(s): OAB 13151 - PAULO ALTAIR BURLAMAQUI ZEMERO (ADVOGADO) . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00632462620158140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:ABDIAS DE ARAUJO VIEIRA VITIMA:A. S. . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00662498620158140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 REU:MARIO ALVES RODRIGUES Representante(s): OAB 15423-B - JACQUELINE BASTOS LOUREIRO (DEFENSOR) VITIMA:M. A. R. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando

que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00752509520158140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL VITIMA:R. C. J. REU:MANOEL BATISTA DE SOUZA TAVARES JUNIOR Representante(s): OAB 29863 - MAURICIO SILVA TAVARES (DEFENSOR DATIVO) . DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a certidÃ£o retro da Secretaria Judicial, que o Defensor PÃºblico de Curralinho, Guilherme Israel Koshi Silva, foi designado para a 3Âª DP CÃ-vel/Criminal de BraganÃ§a, conforme Portaria nÂº 500/2021/GGP/DPG, de 25 de agosto de 2021, NOMEIO como defensor(a) dativo(a) da(s) parte(s) hipossuficiente(s) o(a) advogado(a) militante desta comarca, Dr(a) MAURÃCIO SILVA TAVARES, OAB/PA 29.863, para que apresente a manifestaÃ§Ã£o/defesa da(s) referida(s) parte(s), COM VISTAS dos autos. Â Â Â Â Â DETERMINO Ã Secretaria a HABILITAÃÃO do(a) causÃ-dico(a) como defensor(a) dativo(a) da(s) parte(s) hipossuficiente(s), devendo ser incluÃ-do no sistema LIBRA e na capa dos autos, para regular efeito de intimaÃ§Ãµes e publicaÃ§Ãµes. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho,Â 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 00842468220158140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL REU:LUIZ FERNANDO TENORIO GUIDO. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: ____/____/_____ PROCESSO: 01672493220158140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:J. L. P. F. REU:JURANDIR DO ESPIRITO SANTO BATISTA Representante(s): OAB 13151 - PAULO ALTAIR BURLAMAQUI ZEMERO (DEFENSOR) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Considerando a determinaÃ§Ã£o de retorno 100% (cem por cento) presencial dos servidores do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com exceÃ§Ã£o dos servidores pertencentes ao grupo de risco. Â Â Â Â Â Considerando que este JuÃ-zo designou audiÃªncia semi presenciais e presenciais em fase de teste/retomada gradativa, logrando Ãªxito na realizaÃ§Ã£o dos atos, atendimento dos jurisdicionados e andamento dos processos, sem notÃ-cias de pessoas (jurisdicionados ou servidores) infectadas. Â Â Â Â Â Considerando a viabilidade de retomada do curso dos processos que estavam pendentes de

designaÃ§Ã£o de audiÃªncia, os quais tiveram determinaÃ§Ã£o de sobrestamento por este JuÃ-zo, no curso do perÃ-odo de maior incidÃªncia de casos da pandemia da COVID-19 e suas variantes. Â Â Â Â Â Ante o exposto, REVOGO a suspensÃ£o do processo e DETERMINO Ã secretaria que proceda com a regularizaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do processo no sistema LIBRA, para que deixe de constar como suspenso no LIBRA. Â Â Â Â Â Aproveitando a oportunidade, PROCEDA-SE a juntada fÃ-sica e no sistema de eventuais documentos (petiÃ§Ãµes, protocolos, mandados, ofÃ-cio etc) pendentes de juntada, caso exista necessidade de restauraÃ§Ã£o da capa do processo ou do apensamento dos volumes, PROCEDA com a restauraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 5 de novembro de 2021 ClÃ¡udia Ferreira Lapenda FigueirÃ´a JuÃ-za de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Data de resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00000813920148140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: AUTOR: M. G. C. C. REQUERENTE: O. C. C. REQUERIDO: O. M. S. PROCESSO: 00000813920148140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: AUTOR: M. G. C. C. REQUERENTE: O. C. C. REQUERIDO: O. M. S. PROCESSO: 00001434020188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Procedimento Comum Cível em: AUTOR: R. M. S. REQUERIDO: A. V. A. N. PROCESSO: 00001645520148140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: K. R. G. S. REQUERIDO: G. S. S. PROCESSO: 00002415920178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: E. S. O. REQUERIDO: L. C. S. Representante(s): OAB 6543 - HIDERALDO MARCELO DE AZEVEDO TAVARES (ADVOGADO) PROCESSO: 00002415920178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: E. S. O. REQUERIDO: L. C. S. Representante(s): OAB 6543 - HIDERALDO MARCELO DE AZEVEDO TAVARES (ADVOGADO) PROCESSO: 00002424420178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: C. E. S. R. REQUERIDO: J. P. M. PROCESSO: 00003451720188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: J. S. L. Representante(s): OAB 23309 - BRUNNO ARANHA E MARANHAO (DEFENSOR) REQUERIDO: I. T. C. PROCESSO: 00003625320188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Ci em: MENOR: H. V. T. MENOR: D. V. T. MENOR: D. V. T. Representante(s): OAB 23309 - BRUNNO ARANHA E MARANHAO (DEFENSOR) PROCESSO: 00003625320188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Ci em: MENOR: H. V. T. MENOR: D. V. T. MENOR: D. V. T. Representante(s): OAB 23309 - BRUNNO ARANHA E MARANHAO (DEFENSOR) PROCESSO: 00005496120188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Procedimento Comum Cível em: REQUERENTE: F. F. A. Representante(s): OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (ADVOGADO) REQUERIDO: D. B. F. PROCESSO: 00006821120158140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: D. L. S. L. REQUERIDO: P. O. M. F. PROCESSO: 00006838820188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: REQUERENTE: R. E. S. T. Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO: E. S. T. PROCESSO: 00007210320188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Guarda de Infância e Juventude em: REQUERENTE: R. F. M. Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) MENOR: S. M. S. M. REQUERIDO: K. D. S. REQUERIDO: O. D. S. PROCESSO: 00008227420178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Procedimento Comum Cível em: REQUERENTE: E. S. S. O. Representante(s): OAB 13151 - PAULO ALTAIR BURLAMAQUI ZEMERO (ADVOGADO) REQUERIDO: M. M. F. PROCESSO: 00008824720178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: K. R. R. S. REQUERIDO: B. B. C. B. PROCESSO: 00010054520178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: M. C. G. REQUERIDO: A. B. C. PROCESSO: 00010256520198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: P. L. A. P. REQUERIDO: F. A. F. AUTOR: M. P. E. PROCESSO: 00010614420188140083

PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: P. V. M. F. REQUERIDO: E. C. S. PROCESSO: 00011052920198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: W. J. M. REQUERIDO: A. C. C. Representante(s): OAB 6543 - HIDERALDO MARCELO DE AZEVEDO TAVARES (ADVOGADO) OAB 29863 - MAURICIO SILVA TAVARES (ADVOGADO) AUTOR: M. P. E. P. PROCESSO: 00017306320198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação de Alimentos de Infância e Juventude em: REQUERENTE: L. M. B. Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERENTE: L. M. B. Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERENTE: J. L. M. B. Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO: V. S. B. PROCESSO: 00017358520198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: REQUERENTE: J. P. S. Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO: R. P. S. PROCESSO: 00017358520198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: REQUERENTE: J. P. S. Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO: R. P. S. PROCESSO: 00017367020198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: REQUERENTE: A. S. S. Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO: C. H. O. S. PROCESSO: 00017367020198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: REQUERENTE: A. S. S. Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO: C. H. O. S. PROCESSO: 00020623020198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: REQUERENTE: R. L. S. MENOR: A. V. L. S. REQUERIDO: A. S. D. PROCESSO: 00022399120198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: REQUERENTE: R. N. P. Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO: R. M. C. PROCESSO: 00022399120198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: REQUERENTE: R. N. P. Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO: R. M. C. PROCESSO: 00022851720188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: M. C. A. B. REQUERENTE: D. P. A. B. REQUERIDO: M. T. PROCESSO: 00024130320198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Divórcio Litigioso em: REQUERENTE: J. T. F. Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO: R. L. F. Representante(s): OAB 3027 - MARIA DOS ANJOS REZENDE RIBEIRO (ADVOGADO) PROCESSO: 00024295420198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Procedimento Comum Cível em: REQUERENTE: R. H. P. O. Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO: R. O. S. REQUERIDO: W. O. S. REQUERIDO: G. O. S. REQUERIDO: J. R. B. S. J. PROCESSO: 00029509620198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação de Alimentos de Infância e Juventude em: REQUERENTE: N. S. M. Representante(s): OAB 101010 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO: D. M. S. PROCESSO: 00029619620178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: H. B. G. Representante(s): OAB 24766 - GABRIEL MONTENEGRO DUARTE PEREIRA (DEFENSOR) REQUERIDO: J. F. M. PROCESSO: 00029619620178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: H. B. G. Representante(s): OAB 24766 - GABRIEL MONTENEGRO DUARTE PEREIRA (DEFENSOR) REQUERIDO: J. F. M. PROCESSO: 00029690520198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: REQUERENTE: G. B. T. Representante(s): OAB 101010 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO: M. E. S. M. PROCESSO: 00029690520198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: REQUERENTE: G. B. T. Representante(s): OAB 101010 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO: M. E. S. M. PROCESSO: 00032018520178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação

de Paternidade em: MENOR: J. B. F. P. Representante(s): OAB 24766 - GABRIEL MONTENEGRO DUARTE PEREIRA (DEFENSOR) REQUERIDO: M. S. P. PROCESSO: 00035493520198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: AUTORIDADE POLICIAL: L. M. S. VITIMA: I. B. C. AUTOR DO FATO: A. L. P. N. PROCESSO: 00036010220178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: C. G. M. Representante(s): OAB 24766 - GABRIEL MONTENEGRO DUARTE PEREIRA (DEFENSOR) REQUERIDO: M. P. V. PROCESSO: 00036010220178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: C. G. M. Representante(s): OAB 24766 - GABRIEL MONTENEGRO DUARTE PEREIRA (DEFENSOR) REQUERIDO: M. P. V. PROCESSO: 00037055720188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: R. R. C. REQUERIDO: J. T. G. PROCESSO: 00037096020198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Guarda de Infância e Juventude em: AUTOR: M. P. E. MENOR: L. L. S. MENOR: L. L. S. REQUERIDO: M. G. L. S. REQUERIDO: Q. S. S. REQUERENTE: R. L. L. PROCESSO: 00037254820188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: M. V. V. T. REQUERIDO: D. P. D. PROCESSO: 00037254820188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: M. V. V. T. REQUERIDO: D. P. D. PROCESSO: 00037852120188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: E. C. S. C. Representante(s): OAB 23309 - BRUNNO ARANHA E MARANHAO (DEFENSOR) REQUERIDO: C. A. S. REQUERIDO: E. S. C. PROCESSO: 00037852120188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: E. C. S. C. Representante(s): OAB 23309 - BRUNNO ARANHA E MARANHAO (DEFENSOR) REQUERIDO: C. A. S. REQUERIDO: E. S. C. PROCESSO: 00040128420138140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: L. S. A. O. REQUERIDO: J. F. M. R. PROCESSO: 00040128420138140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: L. S. A. O. REQUERIDO: J. F. M. R. PROCESSO: 00047150520198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: REQUERENTE: D. S. S. REQUERIDO: R. T. PROCESSO: 00048363320198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: REQUERENTE: R. C. A. C. Representante(s): OAB 26062 - HEVERTON ANTONIO DA SILVA BEZERRA (ADVOGADO) MENOR: I. F. C. PROCESSO: 00049284520188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: M. B. C. REQUERIDO: J. M. S. PROCESSO: 00049284520188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: M. B. C. REQUERIDO: J. M. S. PROCESSO: 00049293020188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: A. P. S. REQUERIDO: E. L. F. PROCESSO: 00049293020188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: A. P. S. REQUERIDO: E. L. F. PROCESSO: 00049475120188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: E. J. M. REQUERIDO: E. S. S. PROCESSO: 00049475120188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: E. J. M. REQUERIDO: E. S. S. PROCESSO: 00049930620198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Divórcio Litigioso em: REQUERENTE: R. S. S. REQUERIDO: M. M. N. S. PROCESSO: 00051715220198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Guarda de Infância e Juventude em: REQUERENTE: R. C. C. A. Representante(s): OAB 28605 - ARLEY TAFFAREL ARRUDA MARQUES (ADVOGADO) REQUERENTE: B. S. A. A. Representante(s): OAB 28605 - ARLEY TAFFAREL ARRUDA MARQUES (ADVOGADO) MENOR: A. M. D. A. REQUERIDO: A. J. D. S. PROCESSO: 00052489520188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: K. F. M. F. REQUERIDO: C. B. M. F. PROCESSO: 00052489520188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: K. F. M. F. REQUERIDO: C. B. M. F. PROCESSO: 00052861020188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A):

---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: W. T. S. REQUERIDO: J. E. C. D. PROCESSO: 00052861020188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: W. T. S. REQUERIDO: J. E. C. D. PROCESSO: 00053069820188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Procedimento Comum Cível em: REQUERENTE: W. C. M. REQUERIDO: V. V. P. PROCESSO: 00053254120178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Guarda de Infância e Juventude em: REQUERENTE: J. M. P. S. Representante(s): OAB 24766 - GABRIEL MONTENEGRO DUARTE PEREIRA (DEFENSOR) MENOR: E. F. S. E. O. REQUERIDO: H. S. F. PROCESSO: 00055892420188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Tutela e Curatela - Nomeação em: REQUERENTE: R. C. V. INTERDITANDO: E. C. C. N. PROCESSO: 00057117120178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: REQUERENTE: K. E. O. S. REQUERIDO: M. B. S. PROCESSO: 00057117120178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: REQUERENTE: K. E. O. S. REQUERIDO: M. B. S. PROCESSO: 00057552220198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: REQUERENTE: G. B. C. REQUERIDO: E. M. P. C. PROCESSO: 00057881720168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: E. A. M. REQUERIDO: W. S. P. PROCESSO: 00057881720168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: E. A. M. REQUERIDO: W. S. P. PROCESSO: 00058075220188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: E. R. S. B. REQUERIDO: E. O. B. PROCESSO: 00058075220188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: E. R. S. B. REQUERIDO: E. O. B. PROCESSO: 00061297220188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Divórcio Litigioso em: REQUERENTE: S. O. F. A. REQUERIDO: A. F. A. PROCESSO: 00062284220188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: K. S. D. REQUERIDO: V. G. D. PROCESSO: 00063448220178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação de Alimentos de Infância e Juventude em: MENOR: V. M. S. MENOR: M. M. S. MENOR: M. M. S. MENOR: M. M. S. MENOR: V. M. S. MENOR: G. M. S. MENOR: J. M. S. Representante(s): OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (ADVOGADO) REQUERIDO: M. M. S. PROCESSO: 00063918520198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: AUTORIDADE POLICIAL: L. M. S. VITIMA: T. A. S. AUTOR DO FATO: A. R. M. PROCESSO: 00064244620178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação de Alimentos de Infância e Juventude em: REQUERENTE: F. M. S. Representante(s): OAB 24766 - GABRIEL MONTENEGRO DUARTE PEREIRA (DEFENSOR) MENOR: I. N. M. M. PROCESSO: 00064642820178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: REQUERENTE: E. B. P. Representante(s): OAB 24766 - GABRIEL MONTENEGRO DUARTE PEREIRA (DEFENSOR) MENOR: Y. S. P. PROCESSO: 00064841920178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: B. L. O. B. Representante(s): OAB 24766 - GABRIEL MONTENEGRO DUARTE PEREIRA (DEFENSOR) REQUERIDO: C. F. S. M. PROCESSO: 00065471020188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Guarda de Infância e Juventude em: AUTOR: M. P. E. MENOR: W. A. S. MENOR: A. A. S. REQUERIDO: W. P. S. PROCESSO: 00068092820168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: M. A. S. B. REQUERIDO: E. R. S. PROCESSO: 00068103220168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: E. F. S. N. REQUERIDO: Y. F. R. S. PROCESSO: 00068103220168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: E. F. S. N. REQUERIDO: Y. F. R. S. PROCESSO: 00071631920178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: REQUERENTE: M. C. R. A. REQUERIDO: J. F. PROCESSO: 00071631920178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: REQUERENTE: M. C. R. A. REQUERIDO: J. F. PROCESSO:

00071667120178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: REQUERENTE: H. R. F. G. Representante(s): OAB 23309 - BRUNNO ARANHA E MARANHAO (DEFENSOR) OAB 27852 - MARLON NOVAES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO: J. P. PROCESSO: 00071667120178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: REQUERENTE: H. R. F. G. Representante(s): OAB 23309 - BRUNNO ARANHA E MARANHAO (DEFENSOR) OAB 27852 - MARLON NOVAES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO: J. P. PROCESSO: 00071906520188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: P. C. M. REQUERIDO: D. M. O. PROCESSO: 00071906520188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: P. C. M. REQUERIDO: D. M. O. PROCESSO: 00072287720188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Divórcio Litigioso em: REQUERENTE: B. S. G. Representante(s): OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (ADVOGADO) REQUERIDO: S. N. F. G. PROCESSO: 00073852120168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação de Alimentos de Infância e Juventude em: REQUERENTE: P. M. O. Representante(s): OAB 6543 - HIDERALDO MARCELO DE AZEVEDO TAVARES (ADVOGADO) REQUERIDO: J. D. C. S. Representante(s): OAB 13151 - PAULO ALTAIR BURLAMAQUI ZEMERO (ADVOGADO) PROCESSO: 00077288020178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: J. F. B. REQUERIDO: I. J. M. B. PROCESSO: 00077288020178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: J. F. B. REQUERIDO: I. J. M. B. PROCESSO: 00084481320188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Divórcio Litigioso em: REQUERENTE: R. P. N. REQUERIDO: R. G. L. Representante(s): OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (ADVOGADO) PROCESSO: 00084508020188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Tutela e Curatela - Nomeação em: REQUERENTE: M. C. S. INTERDITANDO: R. C. S. PROCESSO: 00087446920178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Cumprimento de sentença em: MENOR: K. D. A. T. REQUERIDO: P. H. O. T. PROCESSO: 00087446920178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Cumprimento de sentença em: MENOR: K. D. A. T. REQUERIDO: P. H. O. T. PROCESSO: 00094285720188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: REQUERENTE: G. V. A. S. REQUERENTE: G. L. A. S. REQUERIDO: M. F. G. A. PROCESSO: 00094285720188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: REQUERENTE: G. V. A. S. REQUERENTE: G. L. A. S. REQUERIDO: M. F. G. A. PROCESSO: 00226424820158140010 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: REQUERENTE: M. B. C. Representante(s): OAB 17577-A - MARCIO ALVES FIGUEIRA (DEFENSOR) REQUERIDO: J. M. REPRESENTANTE: I. B. C. PROCESSO: 00226424820158140010 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: REQUERENTE: M. B. C. Representante(s): OAB 17577-A - MARCIO ALVES FIGUEIRA (DEFENSOR) REQUERIDO: J. M. REPRESENTANTE: I. B. C.

**COMARCA DE SANTA IZABEL DO PARÁ**

**SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ**

EDITAL DE CITAÇÃO

(prazo de 15 dias)

O Dr. ELANO DEMÉTRIO XIMENES, Juiz de Direito titular pela Vara Criminal de Santa Izabel do Pará, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc.

Faz saber a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que se processam por este Juízo e Secretaria da Vara Criminal os autos da AÇÃO PENAL, Processo nº 00004445520198140049, movida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL contra MARCOS DE SOUZA REIS, brasileiro (a), paraense, natural de Santa Izabel/PA, filho de Boaventura Maria dos Reis e Leci de Souza Reis, nascido em 06.08.1986, atualmente em lugar incerto e não sabido, é o presente edital para CITÁ-LO do inteiro teor da denúncia contra si ofertada, bem como para apresentar defesa preliminar e as exceções que porventura tiver, no prazo de 10 (dez) dias, sendo que a sua resposta poderá ser instruída com documentos e justificações e conter a especificação das provas que pretende produzir e a indicação de, no máximo, 08 (oito) testemunhas para serem ouvidas durante a instrução (Art. 396 e 396-A do CPP). E para que não se alegue ignorância, mandou expedir este que será publicado e afixado na forma da lei.

Santa Izabel/PA, 22 de Setembro de 2021.

Eu, _____ (Acsa Gabriely da Silva Barros) Estagiária da Secretaria da Vara Criminal, o digitei e subscrevi de ordem do MM.º Juiz de Direito da Criminal desta Comarca.

EDITAL DE CITAÇÃO

(prazo de 15 dias)

O Dr. ELANO DEMÉTRIO XIMENES, Juiz de Direito titular pela Vara Criminal de Santa Izabel do Pará, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc.

Faz saber a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que se processam por este Juízo e Secretaria da Vara Criminal os autos da AÇÃO PENAL, Processo nº 00073422120188140049, movida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL contra EDILSON OLIVEIRA DE OLIVEIRA, brasileiro (a), paraense, filho de João de Oliveira e Rosa Maria da Silva, nascido em 02.03.1980, atualmente em lugar incerto e não sabido, é o presente edital para CITÁ-LO do inteiro teor da denúncia contra si ofertada, bem como para apresentar defesa preliminar e as exceções que porventura tiver, no prazo de 10 (dez) dias, sendo que a sua resposta poderá ser instruída com documentos e justificações e conter a especificação das provas que pretende produzir e a indicação de, no máximo, 08 (oito) testemunhas para serem ouvidas durante a instrução (Art. 396 e 396-A do CPP). E para que não se alegue ignorância, mandou expedir este que será publicado e afixado na forma da lei.

Santa Izabel/PA, 12 de Novembro de 2021.

Eu, _____ (Acsa Gabriely da Silva Barros) Estagiária da Secretaria da Vara Criminal, o digitei e subscrevi de ordem do MM.º Juiz de Direito da Criminal desta Comarca.

LÍDIA CARNEIRO DE OLIVEIRA

DIRETORA DE SECRETARIA DA VARA CRIMINAL

EDITAL DE CITAÇÃO

(prazo de 15 dias)

O Dr. ELANO DEMÉTRIO XIMENES, Juiz de Direito titular pela Vara Criminal de Santa Izabel do Pará, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc.

Faz saber a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que se processam por este Juízo e Secretaria da Vara Criminal os autos da AÇÃO PENAL, Processo nº 00055820320198140049, movida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL contra ANTONIO LIANO DA SILVA, brasileiro (a), paraense, natural de Ourém/PA, filho de Lourival Machado da Silva e Francisca Liana da Silva, nascido em 04.05.1964, atualmente em lugar incerto e não sabido, é o presente edital para CITÁ-LO do inteiro teor da denúncia contra si ofertada, bem como para apresentar defesa preliminar e as exceções que porventura tiver, no prazo de 10 (dez) dias, sendo que a sua resposta poderá ser instruída com documentos e justificações e conter a especificação das provas que pretende produzir e a indicação de, no máximo, 08 (oito) testemunhas para serem ouvidas durante a instrução (Art. 396 e 396-A do CPP). E para que não se alegue ignorância, mandou expedir este que será publicado e afixado na forma da lei.

Santa Izabel/PA, 12 de Novembro de 2021.

Eu, _____ (Acsa Gabriely da Silva Barros) Estagiária da Secretaria da Vara Criminal, o digitei e subscrevi de ordem do MM.º Juiz de Direito da Criminal desta Comarca.

LÍDIA CARNEIRO DE OLIVEIRA

DIRETORA DE SECRETARIA DA VARA CRIMINAL

EDITAL DE CITAÇÃO

(prazo de 15 dias)

O Dr. ELANO DEMÉTRIO XIMENES, Juiz de Direito titular pela Vara Criminal de Santa Izabel do Pará, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc.

Faz saber a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que se processam por este Juízo e Secretaria da Vara Criminal os autos da AÇÃO PENAL, Processo nº 00055820320198140049, movida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL contra ANTONIO LIANO DA

SILVA, brasileiro (a), paraense, natural de Ourém/PA, filho de Lourival Machado da Silva e Francisca Liana da Silva, nascido em 04.05.1964, atualmente em lugar incerto e não sabido, é o presente edital para CITÁ-LO do inteiro teor da denúncia contra si ofertada, bem como para apresentar defesa preliminar e as exceções que porventura tiver, no prazo de 10 (dez) dias, sendo que a sua resposta poderá ser instruída com documentos e justificações e conter a especificação das provas que pretende produzir e a indicação de, no máximo, 08 (oito) testemunhas para serem ouvidas durante a instrução (Art. 396 e 396-A do CPP). E para que não se alegue ignorância, mandou expedir este que será publicado e afixado na forma da lei.

Santa Izabel/PA, 12 de Novembro de 2021.

Eu, _____ (Acsa Gabriely da Silva Barros) Estagiária da Secretaria da Vara Criminal, o digitei e subscrevi de ordem do MM.º Juiz de Direito da Criminal desta Comarca.

LÍDIA CARNEIRO DE OLIVEIRA

DIRETORA DE SECRETARIA DA VARA CRIMINAL

EDITAL DE CITAÇÃO

(prazo de 15 dias)

O Dr. ELANO DEMÉTRIO XIMENES, Juiz de Direito titular pela Vara Criminal de Santa Izabel do Pará, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc.

Faz saber a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que se processam por este Juízo e Secretaria da Vara Criminal os autos da AÇÃO PENAL, Processo nº 00059597120198140049, movida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL contra GILZA MARIA MARTINS PINTO, brasileiro (a), paraense, natural de Bujarú/PA, filho de MARIA JOSE DA SILVA MARTINS e RAIMUNDO NONATO PINTO, nascido em 16/09/1987 atualmente em lugar incerto e não sabido, é o presente edital para CITÁ-LO do inteiro teor da denúncia contra si ofertada, bem como para apresentar defesa preliminar e as exceções que porventura tiver, no prazo de 10 (dez) dias, sendo que a sua resposta poderá ser instruída com documentos e justificações e conter a especificação das provas que pretende produzir e a indicação de, no máximo, 08 (oito) testemunhas para serem ouvidas durante a instrução (Art. 396 e 396-A do CPP). E para que não se alegue ignorância, mandou expedir este que será publicado e afixado na forma da lei.

Santa Izabel/PA, 12 de Novembro de 2021.

Eu, _____ (Acsa Gabriely da Silva Barros) Estagiária da Secretaria da Vara Criminal, o digitei e subscrevi de ordem do MM.º Juiz de Direito da Criminal desta Comarca.

LÍDIA CARNEIRO DE OLIVEIRA

DIRETORA DE SECRETARIA DA VARA CRIMINAL

EDITAL DE CITAÇÃO

(prazo de 15 dias)

O Dr. ELANO DEMÉTRIO XIMENES, Juiz de Direito titular pela Vara Criminal de Santa Izabel do Pará, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc.

Faz saber a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que se processam por este Juízo e Secretaria da Vara Criminal os autos da AÇÃO PENAL, Processo nº 00051196120198140049, movida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL contra ELTON TOME DE ARAÚJO, brasileiro (a), paraense, natural de Capanema/PA, filho (a) de Raimunda Tome de Araújo e Francisco Leandro de Araújo, atualmente em lugar incerto e não sabido, é o presente edital para CITÁ-LO do inteiro teor da denúncia contra si ofertada, bem como para apresentar defesa preliminar e as exceções que porventura tiver, no prazo de 10 (dez) dias, sendo que a sua resposta poderá ser instruída com documentos e justificações e conter a especificação das provas que pretende produzir e a indicação de, no máximo, 08 (oito) testemunhas para serem ouvidas durante a instrução (Art. 396 e 396-A do CPP). E para que não se alegue ignorância, mandou expedir este que será publicado e afixado na forma da lei.

Santa Izabel/PA, 12 de Novembro de 2021.

Eu, _____ (Acsa Gabriely da Silva Barros) Estagiária da Secretaria da Vara Criminal, o digitei e subscrevi de ordem do MM.º Juiz de Direito da Criminal desta Comarca.

LÍDIA CARNEIRO DE OLIVEIRA

DIRETORA DE SECRETARIA DA VARA CRIMINAL

EDITAL DE CITAÇÃO

(prazo de 15 dias)

O Dr. ELANO DEMÉTRIO XIMENES, Juiz de Direito titular pela Vara Criminal de Santa Izabel do Pará, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc.

Faz saber a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que se processam por este Juízo e Secretaria da Vara Criminal os autos da AÇÃO PENAL, Processo nº 00081823120188140049, movida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL contra CRISTINA REIS DE ALMEIDA, brasileiro (a), paraense, natural de Belém/PA, filho (a) de Rosilda dos Santos Machado e Carlos Alberto Reis de Almeida, atualmente em lugar incerto e não sabido, é o presente edital para CITÁ-LO do inteiro teor da denúncia contra si ofertada, bem como para apresentar defesa preliminar e as exceções que porventura tiver, no prazo de 10 (dez) dias, sendo que a sua resposta poderá ser instruída com documentos e justificações e conter a especificação das provas que pretende produzir e a indicação de, no máximo, 08 (oito) testemunhas para serem ouvidas durante a instrução (Art. 396 e 396-A do CPP). E para que não se alegue ignorância, mandou expedir este que será publicado e afixado na forma da lei.

Santa Izabel/PA, 12 de Novembro de 2021.

Eu, _____ (Acsa Gabriely da Silva Barros) Estagiária da Secretaria da Vara Criminal, o digitei e subscrevi de ordem do MM.º Juiz de Direito da Criminal desta Comarca.

LÍDIA CARNEIRO DE OLIVEIRA

DIRETORA DE SECRETARIA DA VARA CRIMINAL

**SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTA IZABEL DO PARÁ**

RESENHA: 11/11/2021 A 11/11/2021 - SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE SANTA IZABEL - VARA: 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE SANTA IZABEL PROCESSO: 00071895620168140049 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERIVALDO VALENTE QUEIROZ A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 11/11/2021 REQUERENTE:C. K. C. C. Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) CARINE DO NASCIMENTO CARDOSO (REP LEGAL) REQUERIDO:CLAUDIA EDILEIA DA SILVA COSTA REQUERIDO:ANDERSON JOSE DA SILVA COSTA. EDITAL DE INTIMAÃÃO Edital de intimaÃ§Ã£o, com prazo de 20 (vinte) dias, do requerido ANDERSON JOSÃ DA SILVA COSTA, nos Autos da AÃ§Ã£o n.Â° 00071895620168140049. O Dr. Paulo Pereira da Silva Evangelista, Juiz de Direito, Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Santa Izabel do ParÃ¡, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, etc. Â FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele tomarem conhecimento que, por este JuÃ-zo e Secretaria respectiva, se processam aos termos legais, a AÃ§Ã£o n.Âº 00071895620168140049, movida em desfavor de ANDERSON JOSÃ DA SILVA COSTA, brasileiro, solteiro, do lar. E, como o referido e qualificado nacional nÃ£o foi encontrado para ser intimado pessoalmente, no endereÃ§o anteriormente fornecido, expediu-se o presente Edital, pelo que ficarÃ¡ o mesmo INTIMADO dos termos do r. Despacho proferido por este JuÃ-zo, no referido processo, para recolher, no prazo de 15 (quinze) dias, as custas do processo, sob pena de inscriÃ§Ã£o em dÃ-vida ativa. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, especialmente do requerido, e de futuro ninguÃ©m possa alegar ignorÃ¢ncia, expediu-se o presente Edital que serÃ¡ afixado e publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Santa Izabel do ParÃ¡, Estado do ParÃ¡, aos onze dias do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um. Eu, _____, o digitei e subscrevi. Erivaldo Valente Queiroz 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de Santa Izabel do ParÃ¡ Assino de Ordem - art. 1Âº, Â§ 3Âº, do Provimento nÂº 006/2006-CJRMB

## COMARCA DE IGARAPÉ-MIRI

## SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE IGARAPÉ-MIRI

RESENHA: 08/11/2021 A 11/11/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE IGARAPE MIRI - VARA: VARA UNICA DE IGARAPE MIRI PROCESSO: 00004886820138140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Busca e Apreensão em: 08/11/2021 REQUERENTE:ADAMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Representante(s): OAB 107414 - AMÂNDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 231747 - EDMILSON KOJI MOTODA (ADVOGADO) OAB 84206 - MARIA LUCILIA GOMES (ADVOGADO) OAB 18076 - DANIELLE FERREIRA SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:EDINALDO PANTOJA DA SILVA. Â CERTIDÂ¿O DE TRÃNSITO EM JULGADO CERTIFICO e dou a fÃ© que em razÃ£o das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei que no interesse do referido processo, venho registrar que a SentenÃ§a prolatada por este juÃzo TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO. Nada mais. Â IgarapÃ©-Miri/PA____ de ______ de 2021 Jefferson Vieira da Silva Diretor de Secretaria Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00005027320118140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 08/11/2021 REQUERENTE:LUIZ SANTANA FONSECA LIMA REQUERIDO:MUNICIPIO DE IGARAPEMIRI PREFEITURA MUNICIPAL Representante(s): OAB 7798 - CARLOS GONCALVES GOMES (ADVOGADO) OAB 15279 - MANOEL ALMIR CARDOSO DA COSTA (ADVOGADO) OAB 20112 - JOAO VICENTE MORAES BARBOSA (ADVOGADO) EXEQUENTE:LUIZ SANTANA FONSECA LIMA Representante(s): OAB 5791 - MANOEL DE JESUS LOBATO XAVIER (ADVOGADO) OAB 9968 - KELEN SOUZA XAVIER VON LOHRMANN CRUZ (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE IGARAPE-MIRI Representante(s): OAB 18411 - ROGERIO NASCIMENTO SAMPAIO (ADVOGADO) OAB 19492 - NICANOR MORAES BARBOSA (ADVOGADO) INTERESSADO:ANA CLEIDE CASTILHO NAHUM INTERESSADO:ELTON NAHUM LIMA INTERESSADO:MATEUS NAHUM LIMA INTERESSADO:EWERTON NAHUM LIMA. Ã- Requerente: Ana Cleide Castilho Nahum e outros Requerido: MUNICÃPIO DE IGARAPÃ-MIRIÂ Despacho 1-Â Â Â Â Â Tendo em vista os termos da petiÃ§Ã£o de fls.513/522 dos autos. 2-Â Â Â Â Â De igual forma considerando o expediente de nÂ°108/2021(OfÃcio), emitido pelo municÃpio de IgarapÃ©-Miri, em 20 de julho de 2021, o qual trata de pedido de redesignaÃ§Ã£o de audiÃªncias, bem como do levantamento de processos, com o fim de celebrar acordos judiciais e extrajudiciais nos que couber. 3-Â Â Â Â Â Proceda-se Ã remessa dos autos Ã municipalidade, apÃ³s conclusos, com o fim de dar cumprimento ao disposto no despacho de fls.512 dos autos. Â 4-Â Â Â Â Â Expedientes NecessÃ¡rios. 5-Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA) 08 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00008887720168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Busca e Apreensão Infância e Juventude em: 08/11/2021 REQUERENTE:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA Representante(s): OAB 12306 - ANA PAULA BARBOSA DA ROCHA GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:D DE SOUZA TEIXEIRA ME. Â CERTIDÂ¿O DE TRÃNSITO EM JULGADO CERTIFICO e dou a fÃ© que em razÃ£o das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei que no interesse do referido processo, venho registrar que a SentenÃ§a prolatada por este juÃzo TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO. Nada mais. Â IgarapÃ©-Miri/PA____ de ______ de 2021 Jefferson Vieira da Silva Diretor de Secretaria Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00009237120158140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021 DENUNCIADO:CLEITON PANTOJA PINHEIRO Representante(s): OAB 24922 - NAZIANNE BARBOSA PENA (DEFENSOR DATIVO) VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA

CEP: 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0000923-71.2015.8.14.0022. Classe: AÃ§Ã£o Penal. Acusado: CLEITON PANTOJA PINHEIRO Â SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o Penal para apurar a prÃ¡tica do delito tipificado no art. 16 da Lei nÂº 10.826/2003, em tese cometido pelo acusado CLEITON PANTOJA PINHEIRO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No dia 15.04.2015, foi recebida a denÃºncia contra o acusado, ocorrendo, dessa forma, o primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã fundamentaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Doutrina majoritÃ¡ria entende ser o Direito Penal dividido basicamente em duas vertentes, quais sejam: o Direito Penal Objetivo e o Subjetivo. O primeiro Ã© traduzido nas normas (latu sensu) que o Estado, enquanto regulador da vida em sociedade, elabora, a fim de que se previnam ou reprimam a prÃ¡tica de infraÃ§Ãµes de natureza penal; o segundo Ã© caracterizado pelo poder-dever que tem aquela mesma entidade, possuidora exclusiva da jurisdiÃ§Ã£o, de, em havendo a prÃ¡tica do delito, exercer o seu ius puniendi (direito de punir) sobre o infrator. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã a liÃ§Ã£o de RogÃ©rio Greco1 ao afirmar que: Direito Penal Subjetivo, a seu turno, Ã© a possibilidade que tem o Estado de criar e fazer cumprir suas normas, executando as decisÃµes condenatÃ³rias proferidas pelo Poder JudiciÃ¡rio. Ã o prÃ³prio ius puniendi. Se determinado agente praticar um fato tÃ-pico, antijurÃ-dico e culpÃ¡vel, abre-se ao Estado o dever-poder de iniciar a persecutio criminis in judicio, visando alcanÃ§ar, quando for o caso e obedecido o devido processo legal, um decreto condenatÃ³rio.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que hÃ¡ circunstÂ¢ncias expressamente previstas pela lei nas quais o Estado pode, tanto quanto renunciar ao citado ius puniendi (graÃ§a, indulto ou anistia), perder dita prerrogativa (morte do agente, retroatividade de lei que nÃ£o mais considera o fato como criminoso, prescriÃ§Ã£o, decadÃªncia, perempÃ§Ã£o etc.). SÃ£o as intituladas causa extintivas da punibilidade previstas no art. 107 do CÃ³digo Penal Brasileiro (CP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dentre as citadas causas extintivas da punibilidade, especificamente no que tange Ã s hipÃ³teses legais de perda, pelo Estado, do ius puniendi, estÃ¡ o instituto que de mais perto interessa ao presente caso: a prescriÃ§Ã£o penal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Denomina-se prescriÃ§Ã£o penal a perda do ius puniendi pelo Estado em razÃ£o do decurso do tempo. Em outras palavras, e usando da preciosa liÃ§Ã£o daquele mesmo doutrinador: (...) poderÃ-amos conceituar a prescriÃ§Ã£o como o instituto jurÃ-dico mediante o qual o Estado, por nÃ£o ter tido capacidade de fazer valer o seu direito de punir em determinado espaÃ§o de tempo previsto pela lei, faz com que ocorra a extinÃ§Ã£o da punibilidade.2 Â Â Â Â Â Â Â Â Â O citado instituto (prescriÃ§Ã£o), por sua vez, dentre outras, divide-se em duas espÃ©cies: prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria do Estado, distinguindo-se a primeira da segunda porque aquela ocorre antes do trÂ¢nsito em julgado da decisÃ£o condenatÃ³ria, ao que a segunda, somente ocorreria apÃ³s. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A breve digressÃ£o fora necessÃ¡ria para demonstrar que no presente caso Ã© possÃ-vel a perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado, razÃ£o da necessidade de decretaÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade. E para que se demonstre tal assertiva, Ã© mister que se esclareÃ§a aquilo que doutrina intitula de prescriÃ§Ã£o em perspectiva, virtual ou antecipada.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se da possibilidade de se reconhecer a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o e, portanto, concluir pela extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u, tomando por base a futura e provÃ¡vel pena a ser aplicada ao caso (pena in concreto). Em outros termos, quando da aplicaÃ§Ã£o do mencionado instituto, o magistrado, antes de aferir em quais dos incisos do art. 109 do CÃ³digo Penal (que enumera os prazos prescricionais da pretensÃ£o punitiva do estado) se enquadraria o delito praticado, verificaria, de acordo com as peculiaridades do caso concreto, o quantum da pena que, na ocasiÃ£o da sentenÃ§a condenatÃ³ria, seria aplicada ao rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta feita, fixada a futura pena aplicÃ¡vel, em sendo o caso, reconhece-se antecipadamente (ou em perspectiva) a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, decretando, antes mesmo da decisÃ£o final, a ocorrÃªncia da extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em que pesem as divergÃªncias doutrinÃ¡ria, jurisprudencial e sumulares sobre o assunto, nÃ£o hÃ¡ como fechar os olhos para desnecessidade de movimentaÃ§Ã£o da mÃ¡quina judiciÃ¡ria em circunstÂ¢ncia desse jaez. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, segue observaÃ§Ã£o de RogÃ©rio Greco3, cuja clareza elucidativa merece transcriÃ§Ã£o, litteris: Qual seria a utilidade da aÃ§Ã£o penal, que movimentaria toda a complexa e burocrÃ¡tica mÃ¡quina judiciÃ¡ria, quando, de antemÃ£o, jÃ¡ se tem conhecimento de que ao final da instruÃ§Ã£o processual, quando o julgador fosse aplicar a pena, a quantidade seria suficiente para que fosse declarada a extinÃ§Ã£o da punibilidade com base na prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva estatal? Seria fazer com que todos os envolvidos no processo penal trabalhassem em vÃ£o, pois que, desde o inÃ-cio da aÃ§Ã£o penal, jÃ¡ se saberia que seria impossÃ-vel a formaÃ§Ã£o do tÃ-tulo executivo penal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta feita, considerando que o crime em tese praticado pelo denunciado se submete ao tipo penal previsto no art. 16 da Lei 10.826/2003, cuja pena mÃ¡xima aplicÃ¡vel ao caso Ã© de 06 (seis) anos, tendo em vista os autores do fato, Ã Ã©poca, era menor de 21 (vinte e um) anos de idade,

e entre a data do primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o (recebimento da denÃºncia - 15.04.2015) e a data atual, transcorrera por completo o prazo prescricional de 12 (doze) anos (art. 109, III c/c art. 115 do CP), a outra conclusÃ£o nÃ£o se pode chegar senÃ£o a de que, no dia 15.04.2021 (06 anos apÃ³s), extinguira-se a punibilidade dos rÃ©us, ante a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, conforme art. 107, VI do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, o cÃ³digo de processo em penal, em seu artigo 61, autoriza o juiz a reconhecer uma causa de extinÃ§Ã£o da punibilidade de ofÃ-cio, razÃ£o pela qual esta Ã© a medida mais acertada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpre registrar, ainda, o escÃ³lio dos professores Luiz FlÃ¡vio Gomes e AntÃ´nio GarcÃ-a Pablos de Molina, para os quais Ã© Â¿ilÃ³gico (e juridicamente inviÃ¡vel) movimentar a mÃ¡quina judiciÃ¡ria quando se vislumbra, desde o inÃ-cio, a sua inutilidadeÂ¿ 4. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, nÃ£o tendo o Estado exercido seu ius puniendi em tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por todo exposto, e tudo mais que dos autos consta, ante a inÃ©rcia do Estado em exercer seu ius puniendi, DECLARO A OCORRÃNCIA DA PRESCRIÃÃO do suposto crime, EXTINGUINDO A PUNIBILIDADE DO ACUSADO CLEITON PANTOJA PINHEIRO, nos termos dos artigos art. 16 da Lei nÂº 10.826/2003 e art. 109, IV e 107, IV, do CÃ³digo Penal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado desta decisÃ£o, arquivem-se os presentes autos com baixa na distribuiÃ§Ã£o. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 08 de Novembro de 2021. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 2 3 4 ASC Gabinete do Juiz de Direito Comarca de IgarapÃ©-Miri PROCESSO: 00010816820118140022 PROCESSO ANTIGO: 201110007552 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Busca e Apreensão em: 08/11/2021 REQUERIDO:VALDIMIR ARAUJO DA SILVA REQUERENTE:ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Representante(s): OAB 107414 - AMÂNDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 231747 - EDEMILSON KOJI MOTODA (ADVOGADO) OAB 84206 - MARIA LUCILIA GOMES (ADVOGADO) . Â CERTIDÂ¿O DE TRÃNSITO EM JULGADO CERTIFICO e dou a fÃ© que em razÃ£o das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei que no interesse do referido processo, venho registrar que a SentenÃ§a prolatada por este juÃ-zo TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO. Nada mais. Â IgarapÃ©-Miri/PA____ de ______ de 2021 Jefferson Vieira da Silva Diretor de Secretaria Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00012042720158140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021 DENUNCIADO:LEONARDO FURTADO PANTOJA Representante(s): OAB 9363 - AMADEU PINHEIRO CORREA FILHO (ADVOGADO) VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP: 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0001204-27.2015.8.14.0022. Classe: AÃ§Ã£o Penal. Acusado: LEONARDO FURTADO PANTOJA Â SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o Penal para apurar a prÃ¡tica do delito tipificado no art. 16 da Lei nÂº 10.826/2003, em tese cometido pelo acusado LEONARDO FURTADO PANTOJA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No dia 05.05.2015, foi recebida a denÃºncia contra o acusado, ocorrendo, dessa forma, o primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã fundamentaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Doutrina majoritÃ¡ria entende ser o Direito Penal dividido basicamente em duas vertentes, quais sejam: o Direito Penal Objetivo e o Subjetivo. O primeiro Ã© traduzido nas normas (latu sensu) que o Estado, enquanto regulador da vida em sociedade, elabora, a fim de que se previnam ou reprimam a prÃ¡tica de infraÃ§Ãµes de natureza penal; o segundo Ã© caracterizado pelo poder-dever que tem aquela mesma entidade, possuidora exclusiva da jurisdiÃ§Ã£o, de, em havendo a prÃ¡tica do delito, exercer o seu ius puniendi (direito de punir) sobre o infrator. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã a liÃ§Ã£o de RogÃ©rio Greco1 ao afirmar que: Direito Penal Subjetivo, a seu turno, Ã© a possibilidade que tem o Estado de criar e fazer cumprir suas normas, executando as decisÃµes condenatÃ³rias proferidas pelo Poder JudiciÃ¡rio. Ã o prÃ³prio ius puniendi. Se determinado agente praticar um fato tÃ-pico, antijurÃ-dico e culpÃ¡vel, abre-se ao Estado o dever-poder de iniciar a persecutio criminis in judicio, visando alcanÃ§ar, quando for o caso e obedecido o devido processo legal, um decreto condenatÃ³rio.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que hÃ¡ circunstÃ¢ncias expressamente previstas pela lei nas quais o Estado pode, tanto quanto renunciar ao citado ius puniendi (graÃ§a, indulto ou anistia), perder dita prerrogativa (morte do agente, retroatividade de lei que nÃ£o mais considera o fato como criminoso, prescriÃ§Ã£o, decadÃªncia, perempÃ§Ã£o etc.). SÃ£o as intituladas causa extintivas da

punibilidade previstas no art. 107 do CÃ³digo Penal Brasileiro (CP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dentre as citadas causas extintivas da punibilidade, especificamente no que tange Ã s hipÃ³teses legais de perda, pelo Estado, do ius puniendi, estÃ¡ o instituto que de mais perto interessa ao presente caso: a prescriÃ§Ã£o penal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Denomina-se prescriÃ§Ã£o penal a perda do ius puniendi pelo Estado em razÃ£o do decurso do tempo. Em outras palavras, e usando da preciosa liÃ§Ã£o daquele mesmo doutrinador: (...) poderÃ-amos conceituar a prescriÃ§Ã£o como o instituto jurÃ-dico mediante o qual o Estado, por nÃ£o ter tido capacidade de fazer valer o seu direito de punir em determinado espaÃ§o de tempo previsto pela lei, faz com que ocorra a extinÃ§Ã£o da punibilidade.2 Â Â Â Â Â Â Â Â Â O citado instituto (prescriÃ§Ã£o), por sua vez, dentre outras, divide-se em duas espÃ©cies: prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria do Estado, distinguindo-se a primeira da segunda porque aquela ocorre antes do trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o condenatÃ³ria, ao que a segunda, somente ocorreria apÃ³s. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A breve digressÃ£o fora necessÃ¡ria para demonstrar que no presente caso Ã© possÃ-vel a perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado, razÃ£o da necessidade de decretaÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade. E para que se demonstre tal assertiva, Ã© mister que se esclareÃ§a aquilo que doutrina intitula de prescriÃ§Ã£o em perspectiva, virtual ou antecipada.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se da possibilidade de se reconhecer a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o e, portanto, concluir pela extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u, tomando por base a futura e provÃ¡vel pena a ser aplicada ao caso (pena in concreto). Em outros termos, quando da aplicaÃ§Ã£o do mencionado instituto, o magistrado, antes de aferir em quais dos incisos do art. 109 do CÃ³digo Penal (que enumera os prazos prescricionais da pretensÃ£o punitiva do estado) se enquadraria o delito praticado, verificaria, de acordo com as peculiaridades do caso concreto, o quantum da pena que, na ocasiÃ£o da sentenÃ§a condenatÃ³ria, seria aplicada ao rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta feita, fixada a futura pena aplicÃ¡vel, em sendo o caso, reconhece-se antecipadamente (ou em perspectiva) a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, decretando, antes mesmo da decisÃ£o final, a ocorrÃªncia da extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em que pesem as divergÃªncias doutrinÃ¡ria, jurisprudencial e sumulares sobre o assunto, nÃ£o hÃ¡ como fechar os olhos para desnecessidade de movimentaÃ§Ã£o da mÃ¡quina judiciÃ¡ria em circunstÃ¢ncia desse jaez. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, segue observaÃ§Ã£o de RogÃ©rio Greco3, cuja clareza elucidativa merece transcriÃ§Ã£o, litteris: Qual seria a utilidade da aÃ§Ã£o penal, que movimentaria toda a complexa e burocrÃ¡tica mÃ¡quina judiciÃ¡ria, quando, de antemÃ£o, jÃ¡ se tem conhecimento de que ao final da instruÃ§Ã£o processual, quando o julgador fosse aplicar a pena, a quantidade seria suficiente para que fosse declarada a extinÃ§Ã£o da punibilidade com base na prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva estatal? Seria fazer com que todos os envolvidos no processo penal trabalhassem em vÃ£o, pois que, desde o inÃ-cio da aÃ§Ã£o penal, jÃ¡ se saberia que seria impossÃ-vel a formaÃ§Ã£o do tÃ-tulo executivo penal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta feita, considerando que o crime em tese praticado pelo denunciado se submete ao tipo penal previsto no art. 16 da Lei 10.826/2003, cuja pena mÃ¡xima aplicÃ¡vel ao caso Ã© de 06 (seis) anos, tendo em vista os autores do fato, Ã Ã©poca, era menor de 21 (vinte e um) anos de idade, e entre a data do primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o (recebimento da denÃºncia - 05.05.2015) e a data atual, transcorrera por completo o prazo prescricional de 12 (doze) anos (art. 109, III c/c art. 115 do CP), a outra conclusÃ£o nÃ£o se pode chegar senÃ£o a de que, no dia 05.05.2021 (06 anos apÃ³s), extinguira-se a punibilidade dos rÃ©us, ante a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, conforme art. 107, VI do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, o cÃ³digo de processo em penal, em seu artigo 61, autoriza o juiz a reconhecer uma causa de extinÃ§Ã£o da punibilidade de ofÃ-cio, razÃ£o pela qual esta Ã© a medida mais acertada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpre registrar, ainda, o escÃ³lio dos professores Luiz FlÃ¡vio Gomes e AntÃ´nio GarcÃ-a Pablos de Molina, para os quais Ã© Â¿ilÃ³gico (e juridicamente inviÃ¡vel) movimentar a mÃ¡quina judiciÃ¡ria quando se vislumbra, desde o inÃ-cio, a sua inutilidadeÂ¿ 4. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, nÃ£o tendo o Estado exercido seu ius puniendi em tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por todo exposto, e tudo mais que dos autos consta, ante a inÃ©rcia do Estado em exercer seu ius puniendi, DECLARO A OCORRÃNCIA DA PRESCRIÃÃO do suposto crime, EXTINGUINDO A PUNIBILIDADE DO ACUSADO LEONARDO FURTADO PANTOJA, nos termos dos artigos art. 16 da Lei nÂº 10.826/2003 e art. 109, IV e 107, IV, do CÃ³digo Penal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado desta decisÃ£o, arquivem-se os presentes autos com baixa na distribuiÃ§Ã£o. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 08 de Novembro de 2021. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 2 3 4 ASC Gabinete do Juiz de Direito Comarca de IgarapÃ©-Miri PROCESSO: 00013992920108140022 PROCESSO ANTIGO: 201010009476 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Busca e Apreensão em: 08/11/2021 REQUERENTE:ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA

LTDA Representante(s): OAB 14918 - TALITA MARIA CARMONA DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 18076 - DANIELLE FERREIRA SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:ELIZEU PANTOJA VIEIRA. Â CERTIDÂ¿O DE TRÃNSITO EM JULGADO CERTIFICO e dou a fÃ© que em razÃ£o das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei que no interesse do referido processo, venho registrar que a SentenÃ§a prolatada por este juÃzo TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO. Nada mais. Â IgarapÃ©-Miri/PA____ de ______ de 2021 Jefferson Vieira da Silva Diretor de Secretaria Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00015305320108140022 PROCESSO ANTIGO: 201010010738 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Busca e Apreensão em: 08/11/2021 REQUERIDO:ALVARO EDINEY PUREZA DO AMARAL REQUERENTE:ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Representante(s): OAB 14918 - TALITA MARIA CARMONA DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 16837 - AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (ADVOGADO) . Â CERTIDÂ¿O DE TRÃNSITO EM JULGADO CERTIFICO e dou a fÃ© que em razÃ£o das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei que no interesse do referido processo, venho registrar que a SentenÃ§a prolatada por este juÃzo TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO. Nada mais. Â IgarapÃ©-Miri/PA____ de ______ de 2021 Jefferson Vieira da Silva Diretor de Secretaria Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00027622920188140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Carta Precatória Cível em: 08/11/2021 JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DA DECIMA SEGUNDA VARA IMPRESARIAL JUIZO DEPRECADO:JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE IGARAPEMIRI EXEQUENTE:BANCO ADA AMAZONIA SA EXECUTADO:HEDERALDO JOSE DA COSTA SILVA. ÃDespacho 1-Â Â Â Â Â Tendo em vista os termos da CertidÃ£o de fls. 56 dos autos. 2-Â Â Â Â Â Cumpra-se o ato deprecado, juntando-se o despacho de nÂ°20180190681883(fls.17), bem como todos os demais documentos, apÃ³s devolva-se com nossas homenagens de estilo. 3-Â Â Â Â Â Expedientes NecessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 08 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00033425920188140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Auto de Prisão em Flagrante em: 08/11/2021 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:JHONES DOS SANTOS CORREA Representante(s): OAB 24373 - MARLY VIEIRA MIRANDA (ADVOGADO) TESTEMUNHA:ESTELA FERREIRA TESTEMUNHA:ALCINDO FONTES TESTEMUNHA:IVANILDO SOARES TESTEMUNHA:MARIA RAIMUNDA DOS SANTOS. ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO COMARCA DE IGARAPÃ VARA ÃNICA Processo nÂº 0003342-59.2018.8.14.0022.Â Classe: AÃ§Ã£o Penal.Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais e constitucionais, ofertou a exordial acusatÃ³ria contra JHONES DOS SANTOS CORRÃA, atribuindo-lhe, em tese, a conduta descrita no art. 14, da Lei nÂº 10.826/03 (porte ilegal de arma de fogo).Â Â Â Â Â Â Â Â Â Consta da peÃ§a acusatÃ³ria, elaborada com base nas informaÃ§Ãµes colhidas no inquÃ©rito policial, que, no dia 12/05/2018, por volta das 15h, o ora acusado fora preso em flagrante delito por policiais que estavam realizando policiamento ostensivo pelas ruas de IgarapÃ©-Miri, pois estava portando consigo uma arma espingarda, calibre 32, de fabricaÃ§Ã£o caseira, com uma muniÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na delegacia de polÃcia foram ouvidos, alÃ©m do condutor (CARLOS EDUARDO DA SOLEDADE COSTA) e das testemunhas: JOSUE DA SILVA FRAZÃO e JOSÃ AUGUSTO MOREIRA CARDOSO, o acusado, em cujo depoimento confirmara que estava de posse da arma, embora esta nÃ£o tivesse registro nem ele (o acusado) tivesse autorizaÃ§Ã£o para uso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Auto de apresentaÃ§Ã£o e apreensÃ£o Ã¡ fl. 12 e laudo de fls. 73.Â Â Â Â Â Â Â Â Â RelatÃ³rio da autoridade policial Ã¡ fls. 34/35.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em 19 de julho de 2018, foi recebida a denÃºncia (fl. 06/06V) iniciando-se o primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva estatal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Resposta a acusaÃ§Ã£o Ã s fls. 16/19.Â Â Â Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia Criminal realizada Ã s fls. 65/66, oportunidade na qual foram ouvidas as testemunhas arroladas na denÃºncia JOSUE DA SILVA FRAZÃO e JOSÃ AUGUSTO MOREIRA CARDOSO, os quais afirmaram que efetuaram a prisÃ£o do acusado, o qual estava portando consigo uma arma espingarda, calibre 32, de fabricaÃ§Ã£o caseira, com uma muniÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em audiÃªncia as fls. 55/56 o acusado negou o delito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlegaÃ§Ãµes finais do MinistÃ©rio PÃºblico Ã s fls. 75/77, reiterando in totum o sustentado na exordial acusatÃ³ria e requerendo a condenaÃ§Ã£o do acusado nas

penas do artigo 14 da Lei 10.826/2003.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ãs fls. 78/92 constam alegaÃ§Ãµes finais da defesa, pugnando pela absolviÃ§Ã£o do acusado, e, alternativamente, pela substituiÃ§Ã£o a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, nos termos do art. 44 do CÃ³digo Penal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tudo bem visto e ponderado, passo a fundamentar a decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao acusado JHONES DOS SANTOS CORRÃA, jÃ¡ qualificado nos autos, Ã© imputada a conduta tipificada na peÃ§a vestibular acusatÃ³ria, prevista no art. 14, da Lei nÂº 10.826/2003.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, o deslinde da presente causa, como de resto as demais, reside nas respostas aos seguintes questionamentos, quais sejam: i) o crime efetivamente existiu (materialidade delitiva)?; ii) o ora acusado Ã© autor do crime descrito nos autos (autoria criminosa)? Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem. Se assim o Ã©, nÃ£o hÃ¡ como negar que a materialidade delitiva (i) encontra-se devidamente comprovada, notadamente em razÃ£o do Auto de apresentaÃ§Ã£o e apreensÃ£o Ã fl. 12 do inquÃ©rito, que demonstra as caracterÃ-sticas da arma de fogo apreendida em favor do rÃ©u, bem como o laudo Ã s fl. 73. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que atine Ã autoria delitiva deve ser levada em consideraÃ§Ã£o todo o lastro probatÃ³rio produzidos nos autos, especialmente o depoimento das testemunhas de acusaÃ§Ã£o, colhido na audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As testemunhas de acusaÃ§Ã£o ouvidas em juÃ-zo, afirmaram que fizeram a abordagem no acusado, o qual estava portando consigo uma arma espingarda, calibre 32, de fabricaÃ§Ã£o caseira, com uma muniÃ§Ã£o..Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalte-se, ademais, e apenas para que nÃ£o pairem quaisquer dÃºvidas, que, muito embora efetivamente nÃ£o possa o magistrado decidir com base no depoimento prestado pela autoridade policial que participou das investigaÃ§Ãµes, Ã© forÃ§oso concluir que a sua anÃ¡lise em conjunto com os demais elementos dos autos Ã© medida mais que acertada para se chegar Ã condenaÃ§Ã£o ou absolviÃ§Ã£o, impedindo desta forma, que o sÃ³ exercÃ-cio da funÃ§Ã£o implique suspeiÃ§Ã£o ou desclassifique o sujeito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Somado ao depoimento prestado em juÃ-zo pelas testemunhas de acusaÃ§Ã£o, estÃ¡ a prova documental carreada aos autos, notadamente o Auto de ApreensÃ£o que atesta a natureza e eficiÃªncia da arma apreendida com o ora acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto Ã possibilidade de consideraÃ§Ã£o do depoimento policial como fonte de prova para formaÃ§Ã£o do convencimento do magistrado, segue jurisprudÃªncia abaixo colacionada, litteris: PENAL. DESCAMINHO. PRINCÃPIO DA INSIGNIFICÃNCIA. FRACIONAMENTO DA ILUSÃO TRIBUTÃRIA. IMPOSSIBILIDADE. TRÃFICO INTERNACIONAL DE ENTORPECENTES. ARTIGO 33, CAPUT, DA LEI N.Âº 11.343/06. AUTORIA. MATERIALIDADE. COMPROVADAS. PRISÃO EM FLAGRANTE. PRESUNÃÃO DE CULPABILIDADE. DEPOIMENTO DE AGENTE POLICIAL. VALOR PROBANTE. ASSOCIAÃÃO PARA O TRÃFICO DE DROGAS. ARTIGO 35, CAPUT, DA LEI N.Âº 11.343/06. ABSOLVIÃÃO. DOSIMETRIA. PENAS. REDUÃÃO. QUANTIDADE DE DROGA. MAJORANTES DO ARTIGO 40. TRANSNACIONALIDADE. INTERESTADUALIDADE. MINORANTE DO ART. 33, Â§ 4Âº, DA LEI NÂº 11.343/06. CRITÃRIOS PARA APLICAÃÃO. [...] 5. Com a prisÃ£o em flagrante do rÃ©u, hÃ¡ uma presunÃ§Ã£o relativa acerca da autoria do fato, incumbindo Ã defesa, a teor da regra do artigo 156 do CÃ³digo de Processo Penal, produzir as provas tendentes a demonstrar a sua inocÃªncia e a inverossimilhanÃ§a da tese acusatÃ³ria. 6. Da mesma forma que incumbe Ã acusaÃ§Ã£o provar a existÃªncia do fato e demonstrar sua autoria, assim como o elemento subjetivo, Ã© Ã´nus da defesa, a teor do artigo 156, 1Âª parte, do CPP, certificar a verossimilhanÃ§a das teses invocadas em seu favor. A tÃ©cnica genÃ©rica de negativa de autoria dissociada do contexto probatÃ³rio nÃ£o tem o condÃ£o de repelir a sentenÃ§a condenatÃ³ria. 7. O depoimento do agente policial deve ser aceito como subsÃ-dio de persuasÃ£o do juÃ-zo, jÃ¡ que o exercÃ-cio da funÃ§Ã£o, por si sÃ³, nÃ£o desqualifica, nem torna suspeito seu titular. [...] 9. Em se tratando de trÃ¡fico de drogas, a expressiva quantidade e a o elevado grau de potencialidade lesiva do narcÃ³tico apreendido autoriza o agravamento da pena-base. [...] (ApelaÃ§Ã£o Criminal nº 2008.70.05.000916-4/PR, 8Âª Turma do TRF da 4Âª RegiÃ£o, Rel. Guilherme Beltrami, J. 24.02.2010, unÃ¢nime, de 03.03.2010) (Grifou-se). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Frise-se, ademais, que o rÃ©u fora preso em flagrante, devidamente homologado por este juÃ-zo, em aÃ§Ã£o policial desenvolvida estritamente dentro dos limites da legalidade, fato que, por si sÃ³, tem presunÃ§Ã£o relativa acerca da autoria do fato, cabendo Ã defesa provar a inocÃªncia daquele.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, restando devidamente comprovada a prÃ¡tica do delito, seja pela documentaÃ§Ã£o constante dos autos (especialmente o Auto de ApreensÃ£o), seja pelo depoimento das testemunhas, em outro sentido nÃ£o se poderia concluir senÃ£o naquele que converge para a procedÃªncia da presente aÃ§Ã£o penal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denÃºncia, para o fim de CONDENAR JHONES DOS SANTOS CORRÃA, anteriormente qualificado, como incurso nas penas do art. 14, da Lei nÂº 10.826/2003, razÃ£o pela qual passo a dosar as respectivas penas a serem aplicadas, em estrita observÂ¢ncia ao disposto pelo art. 68, caput, do CÃ³digo Penal c/c art. 5Âº, XLVI, da ConstituiÃ§Ã£o Federal.Â DA FIXAÃÃO DA PENA BASE Â Â Â Â Â Â Â Â Em

anÃ¡lise das diretrizes traÃ§adas pelo art. 59, do CÃ³digo Penal1, verifica-se: a)Â Â Â Â Â O rÃ©u agiu com culpabilidade normal Ã espÃ©cie, sendo sua conduta, devidamente comprovada nos autos, absolutamente reprovÃ¡vel pela sociedade na qual estÃ¡ inserido; b)Â Â Â Â Â Quanto aos antecedentes criminais do acusado, nÃ£o hÃ¡ nos autos, ou em quaisquer bancos de dados, a notÃ-cia de jÃ¡ ter sido o acusado condenado, com sentenÃ§a judicial transitado em julgado, pela prÃ¡tica de qualquer outro delito de natureza penal, razÃ£o porque nÃ£o hÃ¡ que se falar na existÃªncia de registros em seus antecedentes criminais. Importa frisar, neste ponto, que o posicionamento adotado por este juÃ-zo, apoiado no entendimento majoritÃ¡rio do E. Superior Tribunal de JustiÃ§a, Ã© o de que inquÃ©ritos policiais ou processos em andamento nÃ£o propiciam a caracterizaÃ§Ã£o de maus antecedentes, forte no princÃ-pio da nÃ£o-culpabilidade, gravado no artigo 5Âº, LVII, da ConstituiÃ§Ã£o Federal e SÃºmula 444 do STJ.4 c)Â Â Â Â Â Quanto Ã sua conduta social, pouco se pode dizer diante dos elementos probatÃ³rios colhidos nos autos. d)Â Â Â Â Â No que atine Ã sua personalidade, pouco se poder dizer diante dos dados colhidos nos autos que nada ou quase nada refletem de tal instituto; e)Â Â Â Â Â Quanto aos motivos que levaram o acusado a cometer o delito, tambÃ©m nÃ£o hÃ¡ muito que se valorar, uma vez que a Ãºnica fonte de informaÃ§Ã£o quanto a tal circunstÃ¢ncia judicial reside no depoimento pessoal daquele, que, teria alegado que a arma apreendida nÃ£o era dele. f)Â Â Â Â Â JÃ¡ quanto Ã s circunstÃ¢ncias do crime, compreendidas como aquelas que Â¿apesar de nÃ£o especificadas em nenhum texto legal, podem, de acordo com uma avaliaÃ§Ã£o discricionÃ¡ria do juiz, acarretar uma diminuiÃ§Ã£o ou aumento de penaÂ¿2, hÃ¡ que se dizer que o acusado fora capturado em conduta sem sombra de dÃºvidas flagrante, tendo sido encontrada a arma de fogo de uso permitido em seu poder; g)Â Â Â Â Â No que atine Ã s consequÃªncias do crime, deve ser levada em conta sua natureza, razÃ£o pela qual se ressaltam todas as mazelas que o porte ilegal de arma de fogo causa, inevitavelmente, Ã sociedade de um modo geral, que se torna, mesmo que indiretamente, vÃ-tima de delito; h)Â Â Â Â Â Deixo de valorar o comportamento da vÃ-tima, tendo em vista que, in casu, trata-se do prÃ³prio Estado; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante de tais circunstÃ¢ncias, analisadas individualmente, Ã© que fixo a pena base em 03 (trÃªs) anos de reclusÃ£o e pagamento de 30 dias-multas, cada um equivalente a um trigÃ©simo do valor do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente, em observÃ¢ncia ao disposto no art. 60, do CÃ³digo Penal.Â DAS CIRCUNSTÃNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES (ARTIGOS 61 A 66 DO CÃDIGO PENAL) Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que tange Ã segunda fase da dosimetria legal, Ã© possÃ-vel verificar a existÃªncia de uma circunstÃ¢ncia atenuante que Ã© a atenuante da confissÃ£o espontÃ¢nea, nos termos do artigo 65,III,d do CÃ³digo Penal, tendo em vista que o rÃ©u confessou que foi encontrado consigo a arma, porÃ©m nÃ£o era sua e sim do nacional conhecido por Â¿MaranhÃ£oÂ¿ delitiva perante a autoridade policial (fl. 06).Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante disso, atenuando 1/6 (um sexto) da sanÃ§Ã£o, fixo a pena intermediÃ¡ria em 02 (dois) anos e 6 (seis) meses de reclusÃ£o e pagamento de 25 dias-multas. DAS CAUSAS DE DIMINUIÃÃO E AUMENTO DE PENA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na Ãºltima das fases de dosimetria da pena, importa esclarecer que inexistem quaisquer causas de diminuiÃ§Ã£o ou aumento de pena, razÃ£o pela qual fica o rÃ©u, em definitivo, condenado ao cumprimento da pena de 02 (dois) anos e 6 (seis) meses de reclusÃ£o e pagamento de 25 dias-multas.Â DO REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o disposto no art. 33, Â§2Âº, alÃ-nea C e Â§3Âº todos do CÃ³digo Penal3, bem como levando em conta que nÃ£o hÃ¡ qualquer fundamentaÃ§Ã£o idÃ´nea que imponha um regime inicial de cumprimento de pena mais gravoso, deverÃ¡ o rÃ©u iniciar o cumprimento da pena em regime aberto. Â Considerando a inexistÃªncia de casas de albergado ou outro estabelecimento adequado para os efeitos do disposto no art. 33, Â§ 1Âº, Â¿cÂ¿, do CÃ³digo de Processo Penal4, deverÃ¡ o condenado cumprir a pena em prisÃ£o domiciliar, conforme entendimento do E. STJ5.Â CONSIDERAÃÃES GERAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â *Da Desnecessidade da prisÃ£o cautelar a)Â Â Â Â Â Considerando que a atual sistemÃ¡tica processual extirpou de nosso ordenamento jurÃ-dico a prisÃ£o automÃ¡tica decorrente de sentenÃ§a penal condenatÃ³ria recorrÃ-vel, hÃ¡ que se frisar, neste momento, a permanÃªncia ou nÃ£o dos requisitos previstos nos artigos 312 e 313, do CÃ³digo de Processo Penal e que autorizam a prisÃ£o preventiva do condenado.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, apÃ³s bem compulsar os autos, verifica-se que inexistem quaisquer das circunstÃ¢ncias autorizadoras da prisÃ£o preventiva do ora condenado. Em verdade, conquanto haja prova da autoria e materialidade delitiva, sua liberdade nÃ£o implicaria desordem pÃºblica ou mesmo impediria a aplicaÃ§Ã£o de lei penal. Ademais, jÃ¡ se tendo findado a instruÃ§Ã£o criminal, a liberdade do acusado nÃ£o Ã© outra coisa senÃ£o clara observÃ¢ncia dos princÃ-pios da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, nÃ£o hÃ¡ que se falar em necessidade de decretaÃ§Ã£o de sua prisÃ£o provisÃ³ria. b)Â Â Â Â Â Condeno, ainda, o rÃ©u ao pagamento das custas judiciais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â *Da Impossibilidade de SuspensÃ£o Condicional da Pena c)Â Â Â Â Â Considerando a possibilidade e cabimento da substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade aplicada ao condenado por restritiva de direito, deixo de conceder-lhe o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional da pena (sursis),

conforme artigo 77, III6, do CÃ³digo Penal. *Da SubstituiÃ§Ã£o da Pena Privativa de Liberdade por Restritiva de Direitos d)Â Â Â Â Â Como Ã© cediÃ§o, o benefÃ-cio da substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos reclama, para sua concessÃ£o, a presenÃ§a cumulativa dos requisitos constantes do art. 44, do CÃ³digo Penal, quais sejam: I - aplicada pena privativa de liberdade nÃ£o superior a quatro anos se o crime nÃ£o for cometido com violÃªncia ou grave ameaÃ§a Ã pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo; II - o rÃ©u nÃ£o for reincidente em crime doloso; III - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstÃ¢ncias indicarem que essa substituiÃ§Ã£o seja suficiente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, in casu, considerando a natureza e a forma como o crime foi praticado, o fato de nÃ£o ser o ora acusado reincidente em crime doloso, bem como de as circunstÃ¢ncias judiciais lhe serem favorÃ¡veis, SUBSTITUO a pena privativa de liberdade por 02 (duas) restritivas de direito, nos termos do parÃ¡grafo 2Âº, do art. 44, do CÃ³digo Penal7. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destarte, fixo as seguintes penas restritivas de direito, a serem cumpridas, no que for compatÃ-vel, pelo mesmo prazo estabelecido para a privativa de liberdade, Ã© dizer, 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusÃ£o (art. 55, do CÃ³digo Penal8), obedecido o disposto no artigo 46, Â§4Âº, do CÃ³digo Penal9: i)Â Â Â Â Â PRESTAÃÃO DE SERVIÃOS Ã COMUNIDADE: o acusado deverÃ¡ cumprir a pena no Posto de SaÃºde, de maneira que a atividade a ser realizada seja aquela designada pela prÃ³pria administraÃ§Ã£o do Posto de SaÃºde, que, por sua vez, fica obrigada a enviar ao juÃ-zo, mensalmente, relatÃ³rio das atividades daquele, a fim de que se acompanhe o cumprimento da pena. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oficie-se Ã Secretaria Municipal de AssistÃªncia Social para tomar ciÃªncia da presente decisÃ£o, bem como para gerir e supervisionar o relatÃ³rio de atividades do condenado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalte-se que a referida pena restritiva de direitos deve ser cumprida na carga horÃ¡ria de 8 (oito) horas semanais, nos termos do artigo 149, parÃ¡grafo 1Âº da Lei 7210/84 (Lei de ExecuÃ§Ãµes Penais).Â ii) PRESTAÃÃO PECUNIÃRIA: o acusado fica obrigado ao pagamento de um salÃ¡rio mÃ-nimo (R$ 1.100,00 - UM MIL CEM reais) a ser revertido em favor do Fundo da CrianÃ§a e adolescente do MunÃ-cipio de IgarapÃ©-Miri. e)Â Â Â Â Â Considerando, que o crime cometido nÃ£o tem repercussÃ£o patrimonial, deixo de fixar o valor mÃ-nimo para indenizaÃ§Ã£o cÃ-vel, previsto no art. 387, IV, do CÃ³digo de Processo Penal10.Â DISPOSIÃÃES FINAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oportunamente, apÃ³s o trÃ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a, tomem-se as seguintes providÃªncias: a)Â Â Â Â Â Lance-se o nome do rÃ©u no rol dos culpados; b)Â Â Â Â Â Proceda-se ao recolhimento do valor atribuÃ-do a tÃ-tulo de pena de multa, conforme art. 686, do CÃ³digo de Processo Penal11; c)Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se a carta de execuÃ§Ã£o do rÃ©u; d)Â Â Â Â Â Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenaÃ§Ã£o do rÃ©u, com sua devida identificaÃ§Ã£o, acompanhada de fotocÃ³pia da presente decisÃ£o, para cumprimento do quanto disposto nos arts. 71, Â§ 2Âº, do CÃ³digo Eleitoral c/c 15, III, da ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Notifique-se o MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Comunique-se o ofendido acerca do inteiro teor desta sentenÃ§a, nos termos do artigo 201Â§2Âº, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se a presente sentenÃ§a do DiÃ¡rio de JustiÃ§a EletrÃ´nico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Registre-se. Intimem-se. IgarapÃ© (PA), 08 de novembro de 2021.Â ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito. 1 O juiz, atendendo Ã culpabilidade, aos antecedentes, Ã conduta social, Ã personalidade do agente, aos motivos, Ã s circunstÃ¢ncias e conseqÃ¼Ãªncias do crime, bem como ao comportamento da vÃ-tima, estabelecerÃ¡, conforme seja necessÃ¡rio e suficiente para reprovaÃ§Ã£o e prevenÃ§Ã£o do crime: 2 Idem, p. 142. 4. SUM. 444 STJ. Ã vedada a utilizaÃ§Ã£o de inquÃ©ritos policiais e aÃ§Ãµes penais em curso para agravar a pena base. 3 4 Â§ 1Âº Considera-se: c) regime aberto a execuÃ§Ã£o da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado. 5 STJ-062266) HABEAS CORPUS. EXECUÃÃO PENAL. PROGRESSÃO PARA O REGIME PRISIONAL ABERTO. INEXISTÃNCIA DE VAGA EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL ADEQUADO. DESVIO DE FINALIDADE DA PRETENSÃO EXECUTÃRIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. ORDEM CONCEDIDA. 1. Configura constrangimento ilegal ao jus libertatis, sanÃ¡vel pela via do habeas corpus, o cumprimento de pena em condiÃ§Ãµes mais rigorosas que as estabelecidas pelo juÃ-zo sentenciante ou pelo juÃ-zo das execuÃ§Ãµes penais. 2. Ã dever do Poder PÃºblico promover a efetividade da resposta penal, na dupla perspectiva da prevenÃ§Ã£o geral e especial; entretanto, nÃ£o se podem exceder os limites impostos ao cumprimento da condenaÃ§Ã£o, sob pena de desvio da finalidade da pretensÃ£o executÃ³ria. 3. Inexistindo vaga em casa de albergado, mostra-se possÃ-vel, em carÃ¡ter excepcional, permitir ao sentenciado, a quem se determinou o cumprimento da reprimenda em regime aberto, o direito de recolher-se em prisÃ£o domiciliar. Precedentes: STF - HC 95.334/RS, Rel. p/ AcÃ³rdÃ£o Min. Marco AurÃ©lio; STJ - REsp 1.112.990/RS, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima; STJ - HC 97.940/RS, Rel. Min. Laurita Vaz; STJ - RHC 12.470/SP, Rel. Min. Laurita Vaz. 4. Habeas Corpus concedido para restabelecer a decisÃ£o do JuÃ-zo das ExecuÃ§Ãµes que determinou o cumprimento da pena em regime domiciliar, atÃ© a eventual

instalaÃ§Ã£o de albergue na Comarca Caxias do Sul/RS. (Habeas Corpus nÂº 162055/RS (2010/0023958-2), 5Âª Turma do STJ, Rel. Laurita Vaz. j. 20.05.2010, unÃ¢nime, DJe 14.06.2010). 6 A execuÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade, nÃ£o superior a 2 (dois) anos, poderÃ¡ ser suspensa, por 2 (dois) a 4 (quatro) anos, desde que: III - nÃ£o seja indicada ou cabÃ-vel a substituiÃ§Ã£o prevista no art. 44 deste CÃ³digo 7 Â§ 2ÂºÂ Na condenaÃ§Ã£o igual ou inferior a um ano, a substituiÃ§Ã£o pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos; se superior a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituÃ-da por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos. 8 As penas restritivas de direitos referidas nos incisos III, IV, V e VI do art. 43 terÃ£o a mesma duraÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade substituÃ-da, ressalvado o disposto no Â§ 4Âº do art. 46. 9 Se a pena substituÃ-da for superior a um ano, Ã© facultado ao condenado cumprir a pena substitutiva em menor tempo (art. 55), nunca inferior Ã metade da pena privativa de liberdade fixada. 10 O juiz, ao proferir sentenÃ§a condenatÃ³ria: IV - fixarÃ¡ valor mÃ-nimo para reparaÃ§Ã£o dos danos causados pela infraÃ§Ã£o, considerando os prejuÃ-zos sofridos pelo ofendido; 11 A pena de multa serÃ¡ paga dentro em 10 (dez) dias apÃ³s haver transitado em julgado a sentenÃ§a que a impuser. Gabinete do Juiz de Direito Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes PROCESSO: 00033706120178140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:JOHN ITALO DA SILVA PINHEIRO Representante(s): OAB 29509 - FRANCISCO EDSON PINHEIRO CORREA (DEFENSOR DATIVO) . ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO COMARCA DE IGARAPÃ VARA ÃNICA Processo nÂº 0003370-61.2017.8.14.0022.Â Classe: AÃ§Ã£o Penal.Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais e constitucionais, ofertou a exordial acusatÃ³ria contra JHON ITALO DA SILVA PINHEIRO, atribuindo-lhe, em tese, a conduta descrita no art. 14, da Lei nÂº 10.826/03 (porte ilegal de arma de fogo).Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Consta da peÃ§a acusatÃ³ria, elaborada com base nas informaÃ§Ãµes colhidas no inquÃ©rito policial, que, no dia 01/05/2017, por volta das 23h00m, o ora acusado fora preso em flagrante delito por policiais que estavam em ronda ostensiva neste municÃ-pio de IgarapÃ©-Miri, pois estava portando consigo uma arma de fogo, tipo revÃ³lver calibre 32, marca Taurus, cabo emborrachado e duas muniÃ§Ãµes nÃ£o deflagradas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na delegacia de polÃ-cia foram ouvidos, alÃ©m do condutor (Wellignton Solbra da Silva) e das testemunhas: Hugo de Oliveira da Silva e Brian Zannes Lima Pereira, o acusado, em cujo depoimento confirmara que estava de posse da arma, embora esta nÃ£o tivesse registro nem ele (o acusado) tivesse autorizaÃ§Ã£o para uso.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Auto de apresentaÃ§Ã£o e apreensÃ£o Ã¡ fl. 20.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RelatÃ³rio da autoridade policial Ã¡ fls. 27/30.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em 24 de maio de 2017, foi recebida a denÃºncia (fls. 07/07V) iniciando-se o primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva estatal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Resposta a acusaÃ§Ã£o Ã s fls. 45/47.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia Una Criminal realizada Ã s fls. 60/61, oportunidade na qual foram ouvidas as testemunhas arroladas na denÃºncia e pela defesa: WELLINGTON SOBRAL DA SILVA e HUGO DE OLIVEIRA DA SILVA, bem como foi realizado o interrogatÃ³rio do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â As alegaÃ§Ãµes finais do MinistÃ©rio PÃºblico Ã s fls. 60/61, foi realizada de forma oral em audiÃªncia, reiterando in totum o sustentado na exordial acusatÃ³ria e requerendo a condenaÃ§Ã£o do acusado nas penas do artigo 14 da Lei 10.826/2003.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ãs fls. 22 constam alegaÃ§Ãµes finais da defesa, a qual tambÃ©m apresentou em audiÃªncia, pugnando pela aplicaÃ§Ã£o de atenuante de confissÃ£o em fase de dosimetria da pena do crime do artigo 14 da Lei 10.826/03 para o crime do artigo 12 da referida lei.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tudo bem visto e ponderado, passo a fundamentar a decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao acusado JHON ITALO DA SILVA PINHEIRO, jÃ¡ qualificado nos autos, Ã© imputada a conduta tipificada na peÃ§a vestibular acusatÃ³ria, prevista no art. 14, da Lei nÂº 10.826//76.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, o deslinde da presente causa, como de resto as demais, reside nas respostas aos seguintes questionamentos, quais sejam: i) o crime efetivamente existiu (materialidade delitiva)?; ii) o ora acusado Ã© autor do crime descrito nos autos (autoria criminosa)? Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem. Se assim o Ã©, nÃ£o hÃ¡ como negar que a materialidade delitiva (i) encontra-se devidamente comprovada, notadamente em razÃ£o do Auto de apresentaÃ§Ã£o e apreensÃ£o Ã fl. 20 do inquÃ©rito, que demonstra as caracterÃ-sticas da arma de fogo apreendida em favor do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que atine Ã autoria delitiva deve ser levada em consideraÃ§Ã£o todo o lastro probatÃ³rio produzidos nos autos, especialmente os depoimentos das testemunhas de acusaÃ§Ã£o e do interrogatÃ³rio do rÃ©u, colhidos quando das audiÃªncias de instruÃ§Ã£o e julgamento.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As testemunhas arroladas pela acusaÃ§Ã£o e pela defesa ouvidas em juÃ-zo, WELLINGTON SOBRAL DA SILVA e HUGO DE OLIVEIRA DA SILVA, afirmou que fizeram a abordagem no acusado, tendo em vista que ele estava portando consigo uma arma de fogo, tipo revÃ³lver calibre 32, marca Taurus, cabo emborrachado e duas muniÃ§Ãµes nÃ£o deflagradas.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado, ao ser interrogado

na audiÃªncia una criminal, afirmou categoricamente que os fatos narrados na exordial sÃ£o verdadeiros, bem como que nÃ£o tinha porte e que estava portando consigo uma arma de fogo, tipo revÃ³lver calibre 32, marca Taurus, cabo emborrachado e duas muniÃ§Ãµes nÃ£o deflagradas, portanto confessando a autoria delitiva.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalte-se, ademais, e apenas para que nÃ£o pairem quaisquer dÃºvidas, que, muito embora efetivamente nÃ£o possa o magistrado decidir com base nos depoimentos prestados pela autoridade policial que participou das investigaÃ§Ãµes, Ã© forÃ§oso concluir que a sua anÃ¡lise em conjunto com os demais elementos dos autos Ã© medida mais que acertada para se chegar Ã condenaÃ§Ã£o ou absolviÃ§Ã£o, impedindo desta forma, que o sÃ³ exercÃ-cio da funÃ§Ã£o implique suspeiÃ§Ã£o ou desclassifique o sujeito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Somado ao depoimento prestado em juÃ-zo pelas testemunhas de acusaÃ§Ã£o, estÃ¡ a prova documental carreada aos autos, notadamente o Auto de ApreensÃ£o que atesta a natureza e eficiÃªncia da arma apreendida com o ora acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto Ã possibilidade de consideraÃ§Ã£o do depoimento policial como fonte de prova para formaÃ§Ã£o do convencimento do magistrado, segue jurisprudÃªncia abaixo colacionada, litteris: PENAL. DESCAMINHO. PRINCÃPIO DA INSIGNIFICÃNCIA. FRACIONAMENTO DA ILUSÃO TRIBUTÃRIA. IMPOSSIBILIDADE. TRÃFICO INTERNACIONAL DE ENTORPECENTES. ARTIGO 33, CAPUT, DA LEI N.Âº 11.343/06. AUTORIA. MATERIALIDADE. COMPROVADAS. PRISÃO EM FLAGRANTE. PRESUNÃÃO DE CULPABILIDADE. DEPOIMENTO DE AGENTE POLICIAL. VALOR PROBANTE. ASSOCIAÃÃO PARA O TRÃFICO DE DROGAS. ARTIGO 35, CAPUT, DA LEI N.Âº 11.343/06. ABSOLVIÃÃO. DOSIMETRIA. PENAS. REDUÃÃO. QUANTIDADE DE DROGA. MAJORANTES DO ARTIGO 40. TRANSNACIONALIDADE. INTERESTADUALIDADE. MINORANTE DO ART. 33, Â§ 4Âº, DA LEI NÂº 11.343/06. CRITÃRIOS PARA APLICAÃÃO. [...] 5. Com a prisÃ£o em flagrante do rÃ©u, hÃ¡ uma presunÃ§Ã£o relativa acerca da autoria do fato, incumbindo Ã defesa, a teor da regra do artigo 156 do CÃ³digo de Processo Penal, produzir as provas tendentes a demonstrar a sua inocÃªncia e a inverossimilhanÃ§a da tese acusatÃ³ria. 6. Da mesma forma que incumbe Ã acusaÃ§Ã£o provar a existÃªncia do fato e demonstrar sua autoria, assim como o elemento subjetivo, Ã© Ã´nus da defesa, a teor do artigo 156, 1Âª parte, do CPP, certificar a verossimilhanÃ§a das teses invocadas em seu favor. A tÃ©cnica genÃ©rica de negativa de autoria dissociada do contexto probatÃ³rio nÃ£o tem o condÃ£o de repelir a sentenÃ§a condenatÃ³ria. 7. O depoimento do agente policial deve ser aceito como subsÃ-dio de persuasÃ£o do juÃ-zo, jÃ¡ que o exercÃ-cio da funÃ§Ã£o, por si sÃ³, nÃ£o desqualifica, nem torna suspeito seu titular. [...] 9. Em se tratando de trÃ¡fico de drogas, a expressiva quantidade e a o elevado grau de potencialidade lesiva do narcÃ³tico apreendido autoriza o agravamento da pena-base. [...] (ApelaÃ§Ã£o Criminal nÂº 2008.70.05.000916-4/PR, 8Âª Turma do TRF da 4Âª RegiÃ£o, Rel. Guilherme Beltrami, J. 24.02.2010, unÃ¢nime, de 03.03.2010) (Grifou-se). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Frise-se, ademais, que o rÃ©u fora preso em flagrante, devidamente homologado por este juÃ-zo, em aÃ§Ã£o policial desenvolvida estritamente dentro dos limites da legalidade, fato que, por si sÃ³, tem presunÃ§Ã£o relativa acerca da autoria do fato, cabendo Ã defesa provar a inocÃªncia daquele.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, restando devidamente comprovada a prÃ¡tica do delito, seja pela documentaÃ§Ã£o constante dos autos (especialmente o Auto de ApreensÃ£o), seja pelo depoimento das testemunhas e pela confissÃ£o do acusado, em outro sentido nÃ£o se poderia concluir senÃ£o naquele que converge para a procedÃªncia da presente aÃ§Ã£o penal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denÚncia, para o fim de CONDENAR JOHN ITALO DA SILVA PINHEIRO, anteriormente qualificado, como incurso nas penas do art. 14, da Lei nÂº 10.826/2003, razÃ£o pela qual passo a dosar as respectivas penas a serem aplicadas, em estrita observÃ¢ncia ao disposto pelo art. 68, caput, do CÃ³digo Penal c/c art. 5Âº, XLVI, da ConstituiÃ§Ã£o Federal.Â DA FIXAÃÃO DA PENA BASE Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise das diretrizes traÃ§adas pelo art. 59, do CÃ³digo Penal1, verifica-se: a)Â Â Â Â Â O rÃ©u agiu com culpabilidade normal Ã espÃ©cie, sendo sua conduta, devidamente comprovada nos autos, absolutamente reprovÃ¡vel pela sociedade na qual estÃ¡ inserido; b)Â Â Â Â Â Quanto aos antecedentes criminais do acusado, nÃ£o hÃ¡ nos autos, ou em quaisquer bancos de dados, a notÃ-cia de jÃ¡ ter sido o acusado condenado, com sentenÃ§a judicial transitado em julgado, pela prÃ¡tica de qualquer outro delito de natureza penal, razÃ£o porque nÃ£o hÃ¡ que se falar na existÃªncia de registros em seus antecedentes criminais. Importa frisar, neste ponto, que o posicionamento adotado por este juÃ-zo, apoiado no entendimento majoritÃ¡rio do E. Superior Tribunal de JustiÃ§a, Ã© o de que inquÃ©ritos policiais ou processos em andamento nÃ£o propiciam a caracterizaÃ§Ã£o de maus antecedentes, forte no princÃ-pio da nÃ£o-culpabilidade, gravado no artigo 5Âº, LVII, da ConstituiÃ§Ã£o Federal e SÚmula 444 do STJ.4 c)Â Â Â Â Â Quanto Ã sua conduta social, pouco se pode dizer diante dos elementos probatÃ³rios colhidos nos autos. d)Â Â Â Â Â No que atine Ã sua personalidade, pouco se poder dizer diante dos dados colhidos nos autos que nada ou quase nada refletem de tal instituto; e)Â Â Â Â Â Quanto aos motivos que levaram o acusado a cometer o

delito, tambÃ©m nÃ£o hÃ¡ muito que se valorar, uma vez que a Ãºnica fonte de informaÃ§Ã£o quanto a tal circunstÃ¢ncia judicial reside no depoimento pessoal daquele que, teria portado arma para sua prÃ³pria proteÃ§Ã£o em razÃ£o de ter sofrido ameaÃ§as. f)Â Â Â Â Â JÃ¡ quanto Ã s circunstÃ¢ncias do crime, compreendidas como aquelas que Â¿apesar de nÃ£o especificadas em nenhum texto legal, podem, de acordo com uma avaliaÃ§Ã£o discricionÃ¡ria do juiz, acarretar uma diminuiÃ§Ã£o ou aumento de penaÂ¿2, hÃ¡ que se dizer que o acusado fora capturado em conduta sem sombra de dÃºvidas flagrante, tendo sido encontrada a arma de fogo de uso permitido em seu poder; g)Â Â Â Â Â No que atine Ã s consequÃªncias do crime, deve ser levada em conta sua natureza, razÃ£o pela qual se ressaltam todas as mazelas que o porte ilegal de arma de fogo causa, inevitavelmente, Ã sociedade de um modo geral, que se torna, mesmo que indiretamente, vÃ-tima de delito; h)Â Â Â Â Â Deixo de valorar o comportamento da vÃ-tima, tendo em vista que, in casu, trata-se do prÃ³prio Estado; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante de tais circunstÃ¢ncias, analisadas individualmente, Ã© que fixo a pena base em 03 (trÃªs) anos de reclusÃ£o e pagamento de 30 dias-multas, cada um equivalente a um trigÃ©simo do valor do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente, em observÃ¢ncia ao disposto no art. 60, do CÃ³digo Penal.Â DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES (ARTIGOS 61 A 66 DO CÃDIGO PENAL) Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que tange Ã segunda fase da dosimetria legal, Ã© possÃ-vel verificar a existÃªncia de uma circunstÃ¢ncia atenuante que Ã© a atenuante da confissÃ£o espontÃ¢nea, nos termos do artigo 65,III,d do CÃ³digo Penal, tendo em vista que o rÃ©u confessou a autoria delitiva perante a autoridade policial (fl. 06) e perante este juÃ-zo (fl. 60/61).Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante disso, atenuando 1/6 (um sexto) da sanÃ§Ã£o, fixo a pena intermediÃ¡ria em 02 (dois) anos e 6 (seis) meses de reclusÃ£o e pagamento de 25 dias-multas. DAS CAUSAS DE DIMINUIÃÃO E AUMENTO DE PENA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na Ãºltima das fases de dosimetria da pena, importa esclarecer que inexistem quaisquer causas de diminuiÃ§Ã£o ou aumento de pena, razÃ£o pela qual fica o rÃ©u, em definitivo, condenado ao cumprimento da pena de 02 (dois) anos e 6 (seis) meses de reclusÃ£o e pagamento de 25 dias-multas.Â DO REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o disposto no art. 33, Â§2Âº, alÃ-nea C e Â§3Âº todos do CÃ³digo Penal3, bem como levando em conta que nÃ£o hÃ¡ qualquer fundamentaÃ§Ã£o idÃ´nea que imponha um regime inicial de cumprimento de pena mais gravoso, deverÃ¡ o rÃ©u iniciar o cumprimento da pena em regime aberto. Â Considerando a inexistÃªncia de casas de albergado ou outro estabelecimento adequado para os efeitos do disposto no art. 33, Â§ 1Âº, Â¿cÂ¿, do CÃ³digo de Processo Penal4, deverÃ¡ o condenado cumprir a pena em prisÃ£o domiciliar, conforme entendimento do E. STJ5.Â CONSIDERAÃÃES GERAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â *Da Desnecessidade da prisÃ£o cautelar a)Â Â Â Â Â Considerando que a atual sistemÃ¡tica processual extirpou de nosso ordenamento jurÃ-dico a prisÃ£o automÃ¡tica decorrente de sentenÃ§a penal condenatÃ³ria recorrÃ-vel, hÃ¡ que se frisar, neste momento, a permanÃªncia ou nÃ£o dos requisitos previstos nos artigos 312 e 313, do CÃ³digo de Processo Penal e que autorizam a prisÃ£o preventiva do condenado.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, apÃ³s bem compulsar os autos, verifica-se que inexistem quaisquer das circunstÃ¢ncias autorizadoras da prisÃ£o preventiva do ora condenado. Em verdade, conquanto haja prova da autoria e materialidade delitiva, sua liberdade nÃ£o implicaria desordem pÃºblica ou mesmo impediria a aplicaÃ§Ã£o de lei penal. Ademais, jÃ¡ se tendo findado a instruÃ§Ã£o criminal, a liberdade do acusado nÃ£o Ã© outra coisa senÃ£o clara observÃ¢ncia dos princÃ-pios da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, nÃ£o hÃ¡ que se falar em necessidade de decretaÃ§Ã£o de sua prisÃ£o provisÃ³ria. b)Â Â Â Â Â Condeno, ainda, o rÃ©u ao pagamento das custas judiciais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â *Da Impossibilidade de SuspensÃ£o Condicional da Pena c)Â Â Â Â Â Considerando a possibilidade e cabimento da substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade aplicada ao condenado por restritiva de direito, deixo de conceder-lhe o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional da pena (sursis), conforme artigo 77, III6, do CÃ³digo Penal. *Da SubstituiÃ§Ã£o da Pena Privativa de Liberdade por Restritiva de Direitos d)Â Â Â Â Â Como Ã© cediÃ§o, o benefÃ-cio da substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos reclama, para sua concessÃ£o, a presenÃ§a cumulativa dos requisitos constantes do art. 44, do CÃ³digo Penal, quais sejam: I - aplicada pena privativa de liberdade nÃ£o superior a quatro anos se o crime nÃ£o for cometido com violÃªncia ou grave ameaÃ§a Ã pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo; II - o rÃ©u nÃ£o for reincidente em crime doloso; III - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstÃ¢ncias indicarem que essa substituiÃ§Ã£o seja suficiente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, in casu, considerando a natureza e a forma como o crime foi praticado, o fato de nÃ£o ser o ora acusado reincidente em crime doloso, bem como de as circunstÃ¢ncias judiciais lhe serem favorÃ¡veis, SUBSTITUO a pena privativa de liberdade por 02 (duas) restritivas de direito, nos termos do parÃ¡grafo 2Âº, do art. 44, do CÃ³digo Penal7. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destarte, fixo as seguintes penas restritivas de direito, a serem cumpridas, no que for compatÃ-vel, pelo mesmo prazo estabelecido para a privativa de liberdade, Ã© dizer, 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusÃ£o (art. 55, do CÃ³digo

Penal8), obedecido o disposto no artigo 46, Â§4Âº, do CÃ³digo Penal9: i)Â Â Â Â Â PRESTAÃÃO DE SERVIÃOS Ã COMUNIDADE: o acusado deverÃ¡ cumprir a pena no Posto de SaÃºde, de maneira que a atividade a ser realizada seja aquela designada pela prÃ³pria administraÃ§Ã£o do Posto de SaÃºde, que, por sua vez, fica obrigada a enviar ao juÃ-zo, mensalmente, relatÃ³rio das atividades daquele, a fim de que se acompanhe o cumprimento da pena. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oficie-se Ã Secretaria Municipal de AssistÃªncia Social para tomar ciÃªncia da presente decisÃ£o, bem como para gerir e supervisionar o relatÃ³rio de atividades do condenado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalte-se que a referida pena restritiva de direitos deve ser cumprida na carga horÃ¡ria de 8 (oito) horas semanais, nos termos do artigo 149, parÃ¡grafo 1Âº da Lei 7210/84 (Lei de ExecuÃ§Ãµes Penais).Â ii) PRESTAÃÃO PECUNIÃRIA: o acusado fica obrigado ao pagamento de um salÃ¡rio mÃ-nimo (R$ 1.100,00 - UM MIL CEM reais) a ser revertido em favor do Fundo da CrianÃ§a e adolescente do MunÃ-cipio de IgarapÃ©-Miri. e)Â Â Â Â Â Considerando, que o crime cometido nÃ£o tem repercussÃ£o patrimonial, deixo de fixar o valor mÃ-nimo para indenizaÃ§Ã£o cÃ-vel, previsto no art. 387, IV, do CÃ³digo de Processo Penal10.Â DISPOSIÃÃES FINAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oportunamente, apÃ³s o trÂ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a, tomem-se as seguintes providÃªncias: a)Â Â Â Â Â Lance-se o nome do rÃ©u no rol dos culpados; b)Â Â Â Â Â Proceda-se ao recolhimento do valor atribuÃ-do a tÃ-tulo de pena de multa, conforme art. 686, do CÃ³digo de Processo Penal11; c)Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se a carta de execuÃ§Ã£o do rÃ©u; d)Â Â Â Â Â Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenaÃ§Ã£o do rÃ©u, com sua devida identificaÃ§Ã£o, acompanhada de fotocÃ³pia da presente decisÃ£o, para cumprimento do quanto disposto nos arts. 71, Â§ 2Âº, do CÃ³digo Eleitoral c/c 15, III, da ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Notifique-se o MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Comunique-se o ofendido acerca do inteiro teor desta sentenÃ§a, nos termos do artigo 201Â§2Âº, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se a presente sentenÃ§a do DiÃ¡rio de JustiÃ§a EletrÃ´nico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Registre-se. Intimem-se. IgarapÃ© (PA), 08 de novembro de 2021.Â ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito. 1 O juiz, atendendo Ã culpabilidade, aos antecedentes, Ã conduta social, Ã personalidade do agente, aos motivos, Ã s circunstÂ¢ncias e conseqÃ¼Ãªncias do crime, bem como ao comportamento da vÃ-tima, estabelecerÃ¡, conforme seja necessÃ¡rio e suficiente para reprovaÃ§Ã£o e prevenÃ§Ã£o do crime: 2 Idem, p. 142. 4. SUM. 444 STJ. Ã vedada a utilizaÃ§Ã£o de inquÃ©ritos policiais e aÃ§Ãµes penais em curso para agravar a pena base. 3 4 Â§ 1Âº Considera-se: c) regime aberto a execuÃ§Ã£o da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado. 5 STJ-062266) HABEAS CORPUS. EXECUÃÃO PENAL. PROGRESSÃO PARA O REGIME PRISIONAL ABERTO. INEXISTÃNCIA DE VAGA EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL ADEQUADO. DESVIO DE FINALIDADE DA PRETENSÃO EXECUTÃRIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. ORDEM CONCEDIDA. 1. Configura constrangimento ilegal ao jus libertatis, sanÃ¡vel pela via do habeas corpus, o cumprimento de pena em condiÃ§Ãµes mais rigorosas que as estabelecidas pelo juÃ-zo sentenciante ou pelo juÃ-zo das execuÃ§Ãµes penais. 2. Ã dever do Poder PÃºblico promover a efetividade da resposta penal, na dupla perspectiva da prevenÃ§Ã£o geral e especial; entretanto, nÃ£o se podem exceder os limites impostos ao cumprimento da condenaÃ§Ã£o, sob pena de desvio da finalidade da pretensÃ£o executÃ³ria. 3. Inexistindo vaga em casa de albergado, mostra-se possÃ-vel, em carÃ¡ter excepcional, permitir ao sentenciado, a quem se determinou o cumprimento da reprimenda em regime aberto, o direito de recolher-se em prisÃ£o domiciliar. Precedentes: STF - HC 95.334/RS, Rel. p/ AcÃ³rdÃ£o Min. Marco AurÃ©lio; STJ - REsp 1.112.990/RS, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima; STJ - HC 97.940/RS, Rel. Min. Laurita Vaz; STJ - RHC 12.470/SP, Rel. Min. Laurita Vaz. 4. Habeas Corpus concedido para restabelecer a decisÃ£o do JuÃ-zo das ExecuÃ§Ãµes que determinou o cumprimento da pena em regime domiciliar, atÃ© a eventual instalaÃ§Ã£o de albergue na Comarca Caxias do Sul/RS. (Habeas Corpus nÂº 162055/RS (2010/0023958-2), 5Âª Turma do STJ, Rel. Laurita Vaz. j. 20.05.2010, unÂ¢nime, DJe 14.06.2010). 6 A execuÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade, nÃ£o superior a 2 (dois) anos, poderÃ¡ ser suspensa, por 2 (dois) a 4 (quatro) anos, desde que: III - nÃ£o seja indicada ou cabÃ-vel a substituiÃ§Ã£o prevista no art. 44 deste CÃ³digo 7 Â§ 2ÂºÂ Na condenaÃ§Ã£o igual ou inferior a um ano, a substituiÃ§Ã£o pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos; se superior a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituÃ-da por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos. 8 As penas restritivas de direitos referidas nos incisos III, IV, V e VI do art. 43 terÃ£o a mesma duraÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade substituÃ-da, ressalvado o disposto no Â§ 4Âº do art. 46. 9 Se a pena substituÃ-da for superior a um ano, Ã© facultado ao condenado cumprir a pena substitutiva em menor tempo (art. 55), nunca inferior Ã metade da pena privativa de liberdade fixada. 10 O juiz, ao proferir sentenÃ§a condenatÃ³ria: IV - fixarÃ¡ valor mÃ-nimo para reparaÃ§Ã£o dos danos causados pela infraÃ§Ã£o, considerando os prejuÃ-zos sofridos pelo ofendido; 11 A pena de multa serÃ¡ paga dentro em 10 (dez) dias apÃ³s haver transitado em julgado a sentenÃ§a que a impuser. Gabinete do Juiz de Direito Arnaldo JosÃ©

Pedrosa Gomes PROCESSO: 00042421820138140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Busca e Apreensão em: 08/11/2021 REQUERENTE:CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Representante(s): OAB 84206 - MARIA LUCILIA GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:ELIANI CRISTINA PENA PINHEIRO. Â CERTIDÂ¿O DE TRÃNSITO EM JULGADO CERTIFICO e dou a fÃ© que em razÃ£o das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei que no interesse do referido processo, venho registrar que a SentenÃ§a prolatada por este juÃ-zo TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO. Nada mais. Â IgarapÃ©-Miri/PA____ de ______ de 2021 Jefferson Vieira da Silva Diretor de Secretaria Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00044361320168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 08/11/2021 DENUNCIADO:EDILSON LOBATO VINAGRE VITIMA:A. C. O. E. . ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO COMARCA DE IGARAPÃ VARA ÃNICA Processo nÂº 0004436-13.2016.8.14.0022.Â Classe: AÃ§Ã£o Penal.Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais e constitucionais, ofertou a exordial acusatÃ³ria contra EDILSON LOBATO VINAGRE, atribuindo-lhe, em tese, a conduta descrita no art. 14, da Lei nÂº 10.826/03 (porte ilegal de arma de fogo).Â Â Â Â Â Â Â Â Â Consta da peÃ§a acusatÃ³ria, elaborada com base nas informaÃ§Ãµes colhidas no inquÃ©rito policial, que, no dia 12/06/2016, por volta das 15h30m, o ora acusado fora preso em flagrante delito por policiais que estavam em ronda ostensiva, pois estava portando consigo uma arma de fogo, tipo calibre 22, marca Rossi, com numeraÃ§Ã£o aparente, contendo sete muniÃ§Ãµes do mesmo calibre. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na delegacia de polÃ-cia foram ouvidos, alÃ©m do condutor (Josielson Lima Barbosa) e das testemunhas: Hugo Dos Santos Sena e Elton Jhon Carneiro Da Silva, o acusado, em cujo depoimento confirmara que estava de posse da arma, embora esta nÃ£o tivesse registro nem ele (o acusado) tivesse autorizaÃ§Ã£o para uso.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Auto de apresentaÃ§Ã£o e apreensÃ£o Ã¡ fl. 14.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RelatÃ³rio da autoridade policial Ã¡ fls. 33/36.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em 06 de julho de 2016, foi recebida a denÃºncia (fl. 07) iniciando-se o primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva estatal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Resposta a acusaÃ§Ã£o Ã s fls. 10.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia Una Criminal realizada Ã s fls. 22, oportunidade na qual foram ouvidas as testemunhas arroladas na denÃºncia e pela defesa: JOSIELSON LIMA BARBOSA e HUGO DOS SANTOS DE SENA, bem como foi realizado o interrogatÃ³rio do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â As alegaÃ§Ãµes finais do MinistÃ©rio PÃºblico Ã s fls. 22, foi realizada de forma oral em audiÃªncia, reiterando in totum o sustentado na exordial acusatÃ³ria e requerendo a condenaÃ§Ã£o do acusado nas penas do artigo 14 da Lei 10.826/2003.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ãs fls. 22 constam alegaÃ§Ãµes finais da defesa, a qual tambÃ©m apresentou em audiÃªncia, pugnando pela absolviÃ§Ã£o do acusado, e, alternativamente, pela desclassificaÃ§Ã£o do crime do artigo 14 da Lei 10.826/03 para o crime do artigo 12 da referida lei.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tudo bem visto e ponderado, passo a fundamentar a decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao acusado EDILSON LOBATO VINAGRE, jÃ¡ qualificado nos autos, Ã© imputada a conduta tipificada na peÃ§a vestibular acusatÃ³ria, prevista no art. 14, da Lei nÂº 10.826//76.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, o deslinde da presente causa, como de resto as demais, reside nas respostas aos seguintes questionamentos, quais sejam: i) o crime efetivamente existiu (materialidade delitiva)?; ii) o ora acusado Ã© autor do crime descrito nos autos (autoria criminosa)? Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem. Se assim o Ã©, nÃ£o hÃ¡ como negar que a materialidade delitiva (i) encontra-se devidamente comprovada, notadamente em razÃ£o do Auto de apresentaÃ§Ã£o e apreensÃ£o Ã fl. 14 do inquÃ©rito, que demonstra as caracterÃ-sticas da arma de fogo apreendida em favor do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que atine Ã autoria delitiva deve ser levada em consideraÃ§Ã£o todo o lastro probatÃ³rio produzidos nos autos, especialmente os depoimentos das testemunhas de acusaÃ§Ã£o e do interrogatÃ³rio do rÃ©u, colhidos quando das audiÃªncias de instruÃ§Ã£o e julgamento.Â Â Â Â Â Â Â Â Â As duas testemunhas arroladas pela acusaÃ§Ã£o e pela defesa ouvidas em juÃ-zo, o condutor JOSIELSON LIMA BARBOSA, afirmou que fizeram a abordagem no acusado, tendo em vista que ele estava portando uma arma calibre 22, marca Rossi, com numeraÃ§Ã£o aparente, contendo sete muniÃ§Ãµes do mesmo calibre.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado, ao ser interrogado na audiÃªncia una criminal, afirmou categoricamente que os fatos narrados na exordial sÃ£o verdadeiros, bem como que nÃ£o tinha porte e que estava portando uma arma calibre 22, marca Rossi, com numeraÃ§Ã£o aparente, contendo sete muniÃ§Ãµes do mesmo calibre, bem como andava armado para sua prÃ³pria proteÃ§Ã£o, pois teria sido vÃ-tima de uma tentativa de homicÃ-dio, portanto confessando a autoria delitiva.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalte-se, ademais, e apenas para que nÃ£o pairem quaisquer dÃºvidas, que, muito embora

efetivamente nÃ£o possa o magistrado decidir com base nos depoimentos prestados pela autoridade policial que participou das investigaÃ§Ãµes, Ã© forÃ§oso concluir que a sua anÃ¡lise em conjunto com os demais elementos dos autos Ã© medida mais que acertada para se chegar Ã condenaÃ§Ã£o ou absolviÃ§Ã£o, impedindo desta forma, que o sÃ³ exercÃ-cio da funÃ§Ã£o implique suspeiÃ§Ã£o ou desclassifique o sujeito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Somado ao depoimento prestado em juÃ-zo pelas testemunhas de acusaÃ§Ã£o, estÃ¡ a prova documental carreada aos autos, notadamente o Auto de ApreensÃ£o que atesta a natureza e eficiÃªncia da arma apreendida com o ora acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto Ã possibilidade de consideraÃ§Ã£o do depoimento policial como fonte de prova para formaÃ§Ã£o do convencimento do magistrado, segue jurisprudÃªncia abaixo colacionada, litteris: PENAL. DESCAMINHO. PRINCÃPIO DA INSIGNIFICÃNCIA. FRACIONAMENTO DA ILUSÃO TRIBUTÃRIA. IMPOSSIBILIDADE. TRÃFICO INTERNACIONAL DE ENTORPECENTES. ARTIGO 33, CAPUT, DA LEI N.Âº 11.343/06. AUTORIA. MATERIALIDADE. COMPROVADAS. PRISÃO EM FLAGRANTE. PRESUNÃÃO DE CULPABILIDADE. DEPOIMENTO DE AGENTE POLICIAL. VALOR PROBANTE. ASSOCIAÃÃO PARA O TRÃFICO DE DROGAS. ARTIGO 35, CAPUT, DA LEI N.Âº 11.343/06. ABSOLVIÃÃO. DOSIMETRIA. PENAS. REDUÃÃO. QUANTIDADE DE DROGA. MAJORANTES DO ARTIGO 40. TRANSNACIONALIDADE. INTERESTADUALIDADE. MINORANTE DO ART. 33, Â§ 4Âº, DA LEI NÂº 11.343/06. CRITÃRIOS PARA APLICAÃÃO. [...] 5. Com a prisÃ£o em flagrante do rÃ©u, hÃ¡ uma presunÃ§Ã£o relativa acerca da autoria do fato, incumbindo Ã defesa, a teor da regra do artigo 156 do CÃ³digo de Processo Penal, produzir as provas tendentes a demonstrar a sua inocÃªncia e a inverossimilhanÃ§a da tese acusatÃ³ria. 6. Da mesma forma que incumbe Ã acusaÃ§Ã£o provar a existÃªncia do fato e demonstrar sua autoria, assim como o elemento subjetivo, Ã© Ã´nus da defesa, a teor do artigo 156, 1Âª parte, do CPP, certificar a verossimilhanÃ§a das teses invocadas em seu favor. A tÃ©cnica genÃ©rica de negativa de autoria dissociada do contexto probatÃ³rio nÃ£o tem o condÃ£o de repelir a sentenÃ§a condenatÃ³ria. 7. O depoimento do agente policial deve ser aceito como subsÃ-dio de persuasÃ£o do juÃ-zo, jÃ¡ que o exercÃ-cio da funÃ§Ã£o, por si sÃ³, nÃ£o desqualifica, nem torna suspeito seu titular. [...] 9. Em se tratando de trÃ¡fico de drogas, a expressiva quantidade e a o elevado grau de potencialidade lesiva do narcÃ³tico apreendido autoriza o agravamento da pena-base. [...] (ApelaÃ§Ã£o Criminal nÂº 2008.70.05.000916-4/PR, 8Âª Turma do TRF da 4Âª RegiÃ£o, Rel. Guilherme Beltrami, J. 24.02.2010, unÃ¢nime, de 03.03.2010) (Grifou-se). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Frise-se, ademais, que o rÃ©u fora preso em flagrante, devidamente homologado por este juÃ-zo, em aÃ§Ã£o policial desenvolvida estritamente dentro dos limites da legalidade, fato que, por si sÃ³, tem presunÃ§Ã£o relativa acerca da autoria do fato, cabendo Ã defesa provar a inocÃªncia daquele.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, restando devidamente comprovada a prÃ¡tica do delito, seja pela documentaÃ§Ã£o constante dos autos (especialmente o Auto de ApreensÃ£o), seja pelo depoimento das testemunhas e pela confissÃ£o do acusado, em outro sentido nÃ£o se poderia concluir senÃ£o naquele que converge para a procedÃªncia da presente aÃ§Ã£o penal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denÃºncia, para o fim de CONDENAR EDILSON LOBATO VINAGRE, anteriormente qualificado, como incurso nas penas do art. 14, da Lei nÂº 10.826/2003, razÃ£o pela qual passo a dosar as respectivas penas a serem aplicadas, em estrita observÃ¢ncia ao disposto pelo art. 68, caput, do CÃ³digo Penal c/c art. 5Âº, XLVI, da ConstituiÃ§Ã£o Federal.Â DA FIXAÃÃO DA PENA BASE Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise das diretrizes traÃ§adas pelo art. 59, do CÃ³digo Penal1, verifica-se: a)Â Â Â Â Â O rÃ©u agiu com culpabilidade normal Ã espÃ©cie, sendo sua conduta, devidamente comprovada nos autos, absolutamente reprovÃ¡vel pela sociedade na qual estÃ¡ inserido; b)Â Â Â Â Â Quanto aos antecedentes criminais do acusado, nÃ£o hÃ¡ nos autos, ou em quaisquer bancos de dados, a notÃ-cia de jÃ¡ ter sido o acusado condenado, com sentenÃ§a judicial transitado em julgado, pela prÃ¡tica de qualquer outro delito de natureza penal, razÃ£o porque nÃ£o hÃ¡ que se falar na existÃªncia de registros em seus antecedentes criminais. Importa frisar, neste ponto, que o posicionamento adotado por este juÃ-zo, apoiado no entendimento majoritÃ¡rio do E. Superior Tribunal de JustiÃ§a, Ã© o de que inquÃ©ritos policiais ou processos em andamento nÃ£o propiciam a caracterizaÃ§Ã£o de maus antecedentes, forte no princÃ-pio da nÃ£o-culpabilidade, gravado no artigo 5Âº, LVII, da ConstituiÃ§Ã£o Federal e SÃºmula 444 do STJ.4 c)Â Â Â Â Â Quanto Ã sua conduta social, pouco se pode dizer diante dos elementos probatÃ³rios colhidos nos autos. d)Â Â Â Â Â No que atine Ã sua personalidade, pouco se poder dizer diante dos dados colhidos nos autos que nada ou quase nada refletem de tal instituto; e)Â Â Â Â Â Quanto aos motivos que levaram o acusado a cometer o delito, tambÃ©m nÃ£o hÃ¡ muito que se valorar, uma vez que a Ãºnica fonte de informaÃ§Ã£o quanto a tal circunstÃ¢ncia judicial reside no depoimento pessoal daquele que, teria portado arma para sua prÃ³pria proteÃ§Ã£o, em razÃ£o de ter sido vÃ-tima de uma tentativa de homicÃ-dio. f)Â Â Â Â Â JÃ¡ quanto Ã s circunstÃ¢ncias do crime, compreendidas como aquelas que Â¿apesar de nÃ£o especificadas em nenhum

texto legal, podem, de acordo com uma avaliaÃ§Ã£o discricionÃ¡ria do juiz, acarretar uma diminuiÃ§Ã£o ou aumento de penaÂ¿2, hÃ¡ que se dizer que o acusado fora capturado em conduta sem sombra de dÃºvidas flagrante, tendo sido encontrada a arma de fogo de uso permitido em seu poder; g)Â Â Â Â Â No que atine Ã s consequÃªncias do crime, deve ser levada em conta sua natureza, razÃ£o pela qual se ressaltam todas as mazelas que o porte ilegal de arma de fogo causa, inevitavelmente, Ã sociedade de um modo geral, que se torna, mesmo que indiretamente, vÃ-tima de delito; h)Â Â Â Â Â Deixo de valorar o comportamento da vÃ-tima, tendo em vista que, in casu, trata-se do prÃ³prio Estado; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante de tais circunstÃ¢ncias, analisadas individualmente, Ã© que fixo a pena base em 03 (trÃªs) anos de reclusÃ£o e pagamento de 30 dias-multas, cada um equivalente a um trigÃ©simo do valor do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente, em observÃ¢ncia ao disposto no art. 60, do CÃ³digo Penal.Â DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES (ARTIGOS 61 A 66 DO CÃDIGO PENAL) Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que tange Ã segunda fase da dosimetria legal, Ã© possÃ-vel verificar a existÃªncia de uma circunstÂ¢ncia atenuante que Ã© a atenuante da confissÃ£o espontÂ¢nea, nos termos do artigo 65,III,d do CÃ³digo Penal, tendo em vista que o rÃ©u confessou a autoria delitiva perante a autoridade policial (fl. 07) e perante este juÃ-zo (fl. 22).Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante disso, atenuando 1/6 (um sexto) da sanÃ§Ã£o, fixo a pena intermediÃ¡ria em 02 (dois) anos e 6 (seis) meses de reclusÃ£o e pagamento de 25 dias-multas. DAS CAUSAS DE DIMINUIÃÃO E AUMENTO DE PENA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na Ãºltima das fases de dosimetria da pena, importa esclarecer que inexistem quaisquer causas de diminuiÃ§Ã£o ou aumento de pena, razÃ£o pela qual fica o rÃ©u, em definitivo, condenado ao cumprimento da pena de 02 (dois) anos e 6 (seis) meses de reclusÃ£o e pagamento de 25 dias-multas.Â DO REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o disposto no art. 33, Â§2Âº, alÃ-nea C e Â§3Âº todos do CÃ³digo Penal3, bem como levando em conta que nÃ£o hÃ¡ qualquer fundamentaÃ§Ã£o idÃ´nea que imponha um regime inicial de cumprimento de pena mais gravoso, deverÃ¡ o rÃ©u iniciar o cumprimento da pena em regime aberto. Â Considerando a inexistÃªncia de casas de albergado ou outro estabelecimento adequado para os efeitos do disposto no art. 33, Â§ 1Âº, Â¿cÂ¿, do CÃ³digo de Processo Penal4, deverÃ¡ o condenado cumprir a pena em prisÃ£o domiciliar, conforme entendimento do E. STJ5.Â CONSIDERAÃÃES GERAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â *Da Desnecessidade da prisÃ£o cautelar a)Â Â Â Â Â Considerando que a atual sistemÃ¡tica processual extirpou de nosso ordenamento jurÃ-dico a prisÃ£o automÃ¡tica decorrente de sentenÃ§a penal condenatÃ³ria recorrÃ-vel, hÃ¡ que se frisar, neste momento, a permanÃªncia ou nÃ£o dos requisitos previstos nos artigos 312 e 313, do CÃ³digo de Processo Penal e que autorizam a prisÃ£o preventiva do condenado.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, apÃ³s bem compulsar os autos, verifica-se que inexistem quaisquer das circunstÂ¢ncias autorizadoras da prisÃ£o preventiva do ora condenado. Em verdade, conquanto haja prova da autoria e materialidade delitiva, sua liberdade nÃ£o implicaria desordem pÃºblica ou mesmo impediria a aplicaÃ§Ã£o de lei penal. Ademais, jÃ¡ se tendo findado a instruÃ§Ã£o criminal, a liberdade do acusado nÃ£o Ã© outra coisa senÃ£o clara observÃ¢ncia dos princÃ-pios da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, nÃ£o hÃ¡ que se falar em necessidade de decretaÃ§Ã£o de sua prisÃ£o provisÃ³ria. b)Â Â Â Â Â Condeno, ainda, o rÃ©u ao pagamento das custas judiciais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â *Da Impossibilidade de SuspensÃ£o Condicional da Pena c)Â Â Â Â Â Considerando a possibilidade e cabimento da substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade aplicada ao condenado por restritiva de direito, deixo de conceder-lhe o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional da pena (sursis), conforme artigo 77, III6, do CÃ³digo Penal. *Da SubstituiÃ§Ã£o da Pena Privativa de Liberdade por Restritiva de Direitos d)Â Â Â Â Â Como Ã© cediÃ§o, o benefÃ-cio da substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos reclama, para sua concessÃ£o, a presenÃ§a cumulativa dos requisitos constantes do art. 44, do CÃ³digo Penal, quais sejam: I - aplicada pena privativa de liberdade nÃ£o superior a quatro anos se o crime nÃ£o for cometido com violÃªncia ou grave ameaÃ§a Ã pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo; II - o rÃ©u nÃ£o for reincidente em crime doloso; III - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstÂ¢ncias indicarem que essa substituiÃ§Ã£o seja suficiente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, in casu, considerando a natureza e a forma como o crime foi praticado, o fato de nÃ£o ser o ora acusado reincidente em crime doloso, bem como de as circunstÂ¢ncias judiciais lhe serem favorÃ¡veis, SUBSTITUO a pena privativa de liberdade por 02 (duas) restritivas de direito, nos termos do parÃ¡grafo 2Âº, do art. 44, do CÃ³digo Penal7. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destarte, fixo as seguintes penas restritivas de direito, a serem cumpridas, no que for compatÃ-vel, pelo mesmo prazo estabelecido para a privativa de liberdade, Ã© dizer, 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusÃ£o (art. 55, do CÃ³digo Penal8), obedecido o disposto no artigo 46, Â§4Âº, do CÃ³digo Penal9: i)Â Â Â Â Â PRESTAÃÃO DE SERVIÃOS Ã COMUNIDADE: o acusado deverÃ¡ cumprir a pena no Posto de SaÃºde, de maneira que a atividade a ser realizada seja aquela designada pela prÃ³pria administraÃ§Ã£o do Posto de SaÃºde, que, por sua vez, fica obrigada a enviar ao juÃ-zo, mensalmente,

relatÃ³rio das atividades daquele, a fim de que se acompanhe o cumprimento da pena. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oficie-se Ã Secretaria Municipal de AssistÃªncia Social para tomar ciÃªncia da presente decisÃ£o, bem como para gerir e supervisionar o relatÃ³rio de atividades do condenado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalte-se que a referida pena restritiva de direitos deve ser cumprida na carga horÃ¡ria de 8 (oito) horas semanais, nos termos do artigo 149, parÃ¡grafo 1Âº da Lei 7210/84 (Lei de ExecuÃ§Ãµes Penais).Â ii) PRESTAÃÃO PECUNIÃRIA: o acusado fica obrigado ao pagamento de um salÃ¡rio mÃ-nimo (R$ 1.100,00 - UM MIL CEM reais) a ser revertido em favor do Fundo da CrianÃ§a e adolescente do MunÃ-cipio de IgarapÃ©-Miri. e)Â Â Â Â Â Considerando, que o crime cometido nÃ£o tem repercussÃ£o patrimonial, deixo de fixar o valor mÃ-nimo para indenizaÃ§Ã£o cÃ-vel, previsto no art. 387, IV, do CÃ³digo de Processo Penal10.Â DISPOSIÃÃES FINAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oportunamente, apÃ³s o trÂ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a, tomem-se as seguintes providÃªncias: a)Â Â Â Â Â Lance-se o nome do rÃ©u no rol dos culpados; b)Â Â Â Â Â Proceda-se ao recolhimento do valor atribuÃ-do a tÃ-tulo de pena de multa, conforme art. 686, do CÃ³digo de Processo Penal11; c)Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se a carta de execuÃ§Ã£o do rÃ©u; d)Â Â Â Â Â Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenaÃ§Ã£o do rÃ©u, com sua devida identificaÃ§Ã£o, acompanhada de fotocÃ³pia da presente decisÃ£o, para cumprimento do quanto disposto nos arts. 71, Â§ 2Âº, do CÃ³digo Eleitoral c/c 15, III, da ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Notifique-se o MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Comunique-se o ofendido acerca do inteiro teor desta sentenÃ§a, nos termos do artigo 201Â§2Âº, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se a presente sentenÃ§a do DiÃ¡rio de JustiÃ§a EletrÃ´nico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Registre-se. Intimem-se. IgarapÃ© (PA), 08 de novembro de 2021.Â ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito. 1 O juiz, atendendo Ã culpabilidade, aos antecedentes, Ã conduta social, Ã personalidade do agente, aos motivos, Ã s circunstÃ¢ncias e conseqÃ¼Ãªncias do crime, bem como ao comportamento da vÃ-tima, estabelecerÃ¡, conforme seja necessÃ¡rio e suficiente para reprovaÃ§Ã£o e prevenÃ§Ã£o do crime: 2 Idem, p. 142. 4. SUM. 444 STJ. Ã vedada a utilizaÃ§Ã£o de inquÃ©ritos policiais e aÃ§Ãµes penais em curso para agravar a pena base. 3 4 Â§ 1Âº Considera-se: c) regime aberto a execuÃ§Ã£o da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado. 5 STJ-062266) HABEAS CORPUS. EXECUÃÃO PENAL. PROGRESSÃO PARA O REGIME PRISIONAL ABERTO. INEXISTÃNCIA DE VAGA EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL ADEQUADO. DESVIO DE FINALIDADE DA PRETENSÃO EXECUTÃRIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. ORDEM CONCEDIDA. 1. Configura constrangimento ilegal ao jus libertatis, sanÃ¡vel pela via do habeas corpus, o cumprimento de pena em condiÃ§Ãµes mais rigorosas que as estabelecidas pelo juÃ-zo sentenciante ou pelo juÃ-zo das execuÃ§Ãµes penais. 2. Ã dever do Poder PÃºblico promover a efetividade da resposta penal, na dupla perspectiva da prevenÃ§Ã£o geral e especial; entretanto, nÃ£o se podem exceder os limites impostos ao cumprimento da condenaÃ§Ã£o, sob pena de desvio da finalidade da pretensÃ£o executÃ³ria. 3. Inexistindo vaga em casa de albergado, mostra-se possÃ-vel, em carÃ¡ter excepcional, permitir ao sentenciado, a quem se determinou o cumprimento da reprimenda em regime aberto, o direito de recolher-se em prisÃ£o domiciliar. Precedentes: STF - HC 95.334/RS, Rel. p/ AcÃ³rdÃ£o Min. Marco AurÃ©lio; STJ - REsp 1.112.990/RS, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima; STJ - HC 97.940/RS, Rel. Min. Laurita Vaz; STJ - RHC 12.470/SP, Rel. Min. Laurita Vaz. 4. Habeas Corpus concedido para restabelecer a decisÃ£o do JuÃ-zo das ExecuÃ§Ãµes que determinou o cumprimento da pena em regime domiciliar, atÃ© a eventual instalaÃ§Ã£o de albergue na Comarca Caxias do Sul/RS. (Habeas Corpus nÂº 162055/RS (2010/0023958-2), 5Âª Turma do STJ, Rel. Laurita Vaz. j. 20.05.2010, unÂ¢nime, DJe 14.06.2010). 6 A execuÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade, nÃ£o superior a 2 (dois) anos, poderÃ¡ ser suspensa, por 2 (dois) a 4 (quatro) anos, desde que: III - nÃ£o seja indicada ou cabÃ-vel a substituiÃ§Ã£o prevista no art. 44 deste CÃ³digo 7 Â§ 2ÂºÂ Na condenaÃ§Ã£o igual ou inferior a um ano, a substituiÃ§Ã£o pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos; se superior a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituÃ-da por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos. 8 As penas restritivas de direitos referidas nos incisos III, IV, V e VI do art. 43 terÃ£o a mesma duraÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade substituÃ-da, ressalvado o disposto no Â§ 4Âº do art. 46. 9 Se a pena substituÃ-da for superior a um ano, Ã© facultado ao condenado cumprir a pena substitutiva em menor tempo (art. 55), nunca inferior Ã metade da pena privativa de liberdade fixada. 10 O juiz, ao proferir sentenÃ§a condenatÃ³ria: IV - fixarÃ¡ valor mÃ-nimo para reparaÃ§Ã£o dos danos causados pela infraÃ§Ã£o, considerando os prejuÃ-zos sofridos pelo ofendido; 11 A pena de multa serÃ¡ paga dentro em 10 (dez) dias apÃ³s haver transitado em julgado a sentenÃ§a que a impuser. Gabinete do Juiz de Direito Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes PROCESSO: 00065728020168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Mandado de Segurança Criminal em: 08/11/2021 REQUERENTE:MARIA ALICE OLIVEIRA SANTOS Representante(s): OAB 22895 - MARCIO CARNEIRO CORREIA (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO

DE IGARAPE-MIRI - PREFEITURA MUNICIPAL. Ã-Â Processo nÂº 0006572-80.2016.8.14.0022 Classe: Mandado de SeguranÃ§a c/ Pedido Liminar Requerente: Maria Alice Oliveira Santos Requerido: MunicÃ-pio de IgarapÃ©-Miri SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de Mandado de SeguranÃ§a c/ Pedido Liminar proposto por Maria Alice Oliveira Santos em face do MunicÃ-pio de IgarapÃ©-Miri. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos verifica-se que em 24 de agosto de 2021, fls. 43, fora determinada a intimaÃ§Ã£o da parte autora, sob pena de extinÃ§Ã£o do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por sua vez, em 01 de setembro de 2021, fora devidamente publicada a intimaÃ§Ã£o no DJE EdiÃ§Ã£o nÂ°7217/2021, no entanto, como descreve a certidÃ£o (fls.45) exarada pela secretaria do juÃ-zo, datada de 15 de outubro de 2021, a parte demandante quedou-se inerte, mesmo sendo intimada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entrementes em 05 de novembro de 2021 o MinistÃ©rio PÃºblico tomou ciÃªncia e nada requereu. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, a parte autora demonstrou nÃ£o ter mais interesse no prosseguimento do feito, ao ficar silente, o que significa perda do objeto, pois apesar de intimada nÃ£o se manifestou nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DispÃµe o art. 485, VI, do CPC/15, que o processo se extingue sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, quando faltar legitimidade ou interesse processual, devendo nos termos do art. 316, do mesmo diploma legal, ser declarada por sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, por considerar nÃ£o haver mais interesse processual no prosseguimento do feito, julgo extinto o presente processo sem exame de mÃ©rito, nos termos do art. 485, VI, c/c art. 316, ambos do CPC/15. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri-PA, 08 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00074129020168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 08/11/2021 DENUNCIADO:ROSIEL RODRIGUES DE SOUZA Representante(s): OAB 24922 - NAZIANNE BARBOSA PENA (DEFENSOR DATIVO) VITIMA:A. C. O. E. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP: 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0007412-90.2016.8.14.0022. Classe: AÃ§Ã£o Penal. Acusado: ROSIEL RODRIGUES DE SOUZA Â SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o Penal para apurar a prÃ¡tica do delito tipificado no art. 14 da Lei nÂº 10.826/2003, em tese cometido pelo acusado ROSIEL RODRIGUES DE SOUZA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No dia 07.10.2016, foi recebida a denÃºncia contra o acusado, ocorrendo, dessa forma, o primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã fundamentaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Doutrina majoritÃ¡ria entende ser o Direito Penal dividido basicamente em duas vertentes, quais sejam: o Direito Penal Objetivo e o Subjetivo. O primeiro Ã© traduzido nas normas (latu sensu) que o Estado, enquanto regulador da vida em sociedade, elabora, a fim de que se previnam ou reprimam a prÃ¡tica de infraÃ§Ãµes de natureza penal; o segundo Ã© caracterizado pelo poder-dever que tem aquela mesma entidade, possuidora exclusiva da jurisdiÃ§Ã£o, de, em havendo a prÃ¡tica do delito, exercer o seu ius puniendi (direito de punir) sobre o infrator. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã a liÃ§Ã£o de RogÃ©rio Greco1 ao afirmar que: Direito Penal Subjetivo, a seu turno, Ã© a possibilidade que tem o Estado de criar e fazer cumprir suas normas, executando as decisÃµes condenatÃ³rias proferidas pelo Poder JudiciÃ¡rio. Ã o prÃ³prio ius puniendi. Se determinado agente praticar um fato tÃ-pico, antijurÃ-dico e culpÃ¡vel, abre-se ao Estado o dever-poder de iniciar a persecutio criminis in judicio, visando alcanÃ§ar, quando for o caso e obedecido o devido processo legal, um decreto condenatÃ³rio.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que hÃ¡ circunstÃ¢ncias expressamente previstas pela lei nas quais o Estado pode, tanto quanto renunciar ao citado ius puniendi (graÃ§a, indulto ou anistia), perder dita prerrogativa (morte do agente, retroatividade de lei que nÃ£o mais considera o fato como criminoso, prescriÃ§Ã£o, decadÃªncia, perempÃ§Ã£o etc.). SÃ£o as intituladas causa extintivas da punibilidade previstas no art. 107 do CÃ³digo Penal Brasileiro (CP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dentre as citadas causas extintivas da punibilidade, especificamente no que tange Ã s hipÃ³teses legais de perda, pelo Estado, do ius puniendi, estÃ¡ o instituto que de mais perto interessa ao presente caso: a prescriÃ§Ã£o penal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Denomina-se prescriÃ§Ã£o penal a perda do ius puniendi pelo Estado em razÃ£o do decurso do tempo. Em outras palavras, e usando da preciosa liÃ§Ã£o daquele mesmo doutrinador: (...) poderÃ-amos conceituar a prescriÃ§Ã£o como o instituto jurÃ-dico mediante o qual o Estado, por nÃ£o ter tido capacidade de fazer valer o seu direito de punir em determinado espaÃ§o de tempo previsto pela lei, faz com que ocorra a extinÃ§Ã£o da punibilidade.2 Â Â Â Â Â Â Â Â Â O citado instituto (prescriÃ§Ã£o), por sua vez, dentre outras, divide-se em duas espÃ©cies: prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria do Estado, distinguindo-se a primeira da segunda porque aquela ocorre antes do trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o condenatÃ³ria, ao que a segunda, somente ocorreria apÃ³s. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A breve digressÃ£o fora necessÃ¡ria para

demonstrar que no presente caso Ã© possÃ-vel a perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado, razÃ£o da necessidade de decretaÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade. E para que se demonstre tal assertiva, Ã© mister que se esclareÃ§a aquilo que doutrina intitula de prescriÃ§Ã£o em perspectiva, virtual ou antecipada.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se da possibilidade de se reconhecer a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o e, portanto, concluir pela extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u, tomando por base a futura e provÃ¡vel pena a ser aplicada ao caso (pena in concreto). Em outros termos, quando da aplicaÃ§Ã£o do mencionado instituto, o magistrado, antes de aferir em quais dos incisos do art. 109 do CÃ³digo Penal (que enumera os prazos prescricionais da pretensÃ£o punitiva do estado) se enquadraria o delito praticado, verificaria, de acordo com as peculiaridades do caso concreto, o quantum da pena que, na ocasiÃ£o da sentenÃ§a condenatÃ³ria, seria aplicada ao rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta feita, fixada a futura pena aplicÃ¡vel, em sendo o caso, reconhece-se antecipadamente (ou em perspectiva) a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, decretando, antes mesmo da decisÃ£o final, a ocorrÃªncia da extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em que pesem as divergÃªncias doutrinÃ¡ria, jurisprudencial e sumulares sobre o assunto, nÃ£o hÃ¡ como fechar os olhos para desnecessidade de movimentaÃ§Ã£o da mÃ¡quina judiciÃ¡ria em circunstÃ¢ncia desse jaez. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, segue observaÃ§Ã£o de RogÃ©rio Greco3, cuja clareza elucidativa merece transcriÃ§Ã£o, litteris: Qual seria a utilidade da aÃ§Ã£o penal, que movimentaria toda a complexa e burocrÃ¡tica mÃ¡quina judiciÃ¡ria, quando, de antemÃ£o, jÃ¡ se tem conhecimento de que ao final da instruÃ§Ã£o processual, quando o julgador fosse aplicar a pena, a quantidade seria suficiente para que fosse declarada a extinÃ§Ã£o da punibilidade com base na prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva estatal? Seria fazer com que todos os envolvidos no processo penal trabalhassem em vÃ£o, pois que, desde o inÃ-cio da aÃ§Ã£o penal, jÃ¡ se saberia que seria impossÃ-vel a formaÃ§Ã£o do tÃ-tulo executivo penal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta feita, considerando que o crime em tese praticado pelo denunciado se submete ao tipo penal previsto no art. 14 da Lei 10.826/2003, cuja pena mÃ¡xima aplicÃ¡vel ao caso Ã© de 04 (quatro) anos, tendo em vista os autores do fato, Ã Ã©poca, eram menor de 21 (vinte e um) anos de idade, e entre a data do primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o (recebimento da denÃºncia - 07.10.2016) e a data atual, transcorrera por completo o prazo prescricional de 05 (cinco) anos (art. 109, III c/c art. 115 do CP), a outra conclusÃ£o nÃ£o se pode chegar senÃ£o a de que, no dia 07.10.2020 (04 anos apÃ³s), extinguira-se a punibilidade dos rÃ©us, ante a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, conforme art. 107, VI do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, o cÃ³digo de processo em penal, em seu artigo 61, autoriza o juiz a reconhecer uma causa de extinÃ§Ã£o da punibilidade de ofÃ-cio, razÃ£o pela qual esta Ã© a medida mais acertada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpre registrar, ainda, o escÃ³lio dos professores Luiz FlÃ¡vio Gomes e AntÃ´nio GarcÃ-a Pablos de Molina, para os quais Ã© Â¿ilÃ³gico (e juridicamente inviÃ¡vel) movimentar a mÃ¡quina judiciÃ¡ria quando se vislumbra, desde o inÃ-cio, a sua inutilidadeÂ¿ 4. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, nÃ£o tendo o Estado exercido seu ius puniendi em tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por todo exposto, e tudo mais que dos autos consta, ante a inÃ©rcia do Estado em exercer seu ius puniendi, DECLARO A OCORRÃNCIA DA PRESCRIÃÃO do suposto crime, EXTINGUINDO A PUNIBILIDADE DO ACUSADO ROSIEL RODRIGUES DE SOUZA, nos termos dos artigos art. 14 da Lei nÂº 10.826/2003 e art. 109, IV e 107, IV, do CÃ³digo Penal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado desta decisÃ£o, arquivem-se os presentes autos com baixa na distribuiÃ§Ã£o. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 08 de Novembro de 2021. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 2 3 4 ASC Gabinete do Juiz de Direito Comarca de IgarapÃ©-Miri PROCESSO: 00084986220178140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Auto de Prisão em Flagrante em: 08/11/2021 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:FABIO PANTOJA PEREIRA Representante(s): OAB 26494 - KELVYN CARLOS DA SILVA MENDES (ADVOGADO) . ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO COMARCA DE IGARAPÃ VARA ÃNICA Processo nÂº 0008498-62.2017.Â Classe: AÃ§Ã£o Penal.Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais e constitucionais, ofertou a exordial acusatÃ³ria contra FABIO PANTOJA, atribuindo-lhe, em tese, a conduta descrita no art. 14, da Lei nÂº 10.826/03 (porte ilegal de arma de fogo).Â Â Â Â Â Â Â Â Â Consta da peÃ§a acusatÃ³ria, elaborada com base nas informaÃ§Ãµes colhidas no inquÃ©rito policial, que, no dia 26/09/2017, por volta das 06h30m, o ora acusado fora preso em flagrante delito por policiais que estavam realizando policiamento ostensivo pelas ruas de IgarapÃ©-Miri, pois estava portando consigo uma arma de fogo de fabricaÃ§Ã£o caseira, calibre 28 de tambor, municiada com dois cartuchos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na delegacia de polÃ-cia foram ouvidos, alÃ©m do condutor (MANOEL AUGUSTO BAIA LEITE) e das testemunhas: JOSÃ FRANCISCO COSTA e ANTAR NAZARENO DUARTE DA ROSA, o acusado, em cujo depoimento confirmara que estava de posse da

arma, embora esta nÃ£o tivesse registro nem ele (o acusado) tivesse autorizaÃ§Ã£o para uso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Auto de apresentaÃ§Ã£o e apreensÃ£o Ã¡ fl. 15 e Exame de EficiÃªncia Ã¡ fl. 16.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RelatÃ³rio da autoridade policial Ã¡ fls. 29/32.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em 30 de outubro de 2017, foi recebida a denÃºncia (fl. 06/07) iniciando-se o primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva estatal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Resposta a acusaÃ§Ã£o Ã s fls. 16/19.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia Una Criminal realizada Ã s fls. 50/50V, oportunidade na qual foi ouvida a testemunha arrolada na denÃºncia JOSÃ FRANCISCO COSTA, tendo sido aplicado em audiÃªncia o art. 367 do CÃ³digo de Processo Penal, em virtude de sua ausÃªncia injustificada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlegaÃ§Ãµes finais do MinistÃ©rio PÃºblico Ã s fls. 56/57V, reiterando in totum o sustentado na exordial acusatÃ³ria e requerendo a condenaÃ§Ã£o do acusado nas penas do artigo 14 da Lei 10.826/2003.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ãs fls. 59/70 constam alegaÃ§Ãµes finais da defesa, pugnando pela absolviÃ§Ã£o do acusado, e, alternativamente, pela substituiÃ§Ã£o a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, nos termos do art. 44 do CÃ³digo Penal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tudo bem visto e ponderado, passo a fundamentar a decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao acusado FABIO PANTOJA PEREIRA, jÃ¡ qualificado nos autos, Ã© imputada a conduta tipificada na peÃ§a vestibular acusatÃ³ria, prevista no art. 14, da Lei nÂº 10.826/2003.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, o deslinde da presente causa, como de resto as demais, reside nas respostas aos seguintes questionamentos, quais sejam: i) o crime efetivamente existiu (materialidade delitiva)?; ii) o ora acusado Ã© autor do crime descrito nos autos (autoria criminosa)? Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem. Se assim o Ã©, nÃ£o hÃ¡ como negar que a materialidade delitiva (i) encontra-se devidamente comprovada, notadamente em razÃ£o do Auto de apresentaÃ§Ã£o e apreensÃ£o Ã fl. 15 do inquÃ©rito, que demonstra as caracterÃ-sticas da arma de fogo apreendida em favor do rÃ©u, bem como do Exame de EficiÃªncia da arma de fogo Ã¡s fl. 16. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que atine Ã autoria delitiva deve ser levada em consideraÃ§Ã£o todo o lastro probatÃ³rio produzidos nos autos, especialmente o depoimento da testemunha de acusaÃ§Ã£o, colhido na audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Ãºnica testemunha de acusaÃ§Ã£o ouvida em juÃ-zo, o policial militar JosÃ© Francisco Costa, afirmou que fizeram a abordagem no acusado, tendo em vista que ele estava uma arma de fogo de fabricaÃ§Ã£o caseira, calibre 28 de tambor, municiada com dois cartuchos.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalte-se, ademais, e apenas para que nÃ£o pairem quaisquer dÃºvidas, que, muito embora efetivamente nÃ£o possa o magistrado decidir com base no depoimento prestado pela autoridade policial que participou das investigaÃ§Ãµes, Ã© forÃ§oso concluir que a sua anÃ¡lise em conjunto com os demais elementos dos autos Ã© medida mais que acertada para se chegar Ã condenaÃ§Ã£o ou absolviÃ§Ã£o, impedindo desta forma, que o sÃ³ exercÃ-cio da funÃ§Ã£o implique suspeiÃ§Ã£o ou desclassifique o sujeito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Somado ao depoimento prestado em juÃ-zo pela testemunha de acusaÃ§Ã£o, estÃ¡ a prova documental carreada aos autos, notadamente o Auto de ApreensÃ£o que atesta a natureza e eficiÃªncia da arma apreendida com o ora acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto Ã possibilidade de consideraÃ§Ã£o do depoimento policial como fonte de prova para formaÃ§Ã£o do convencimento do magistrado, segue jurisprudÃªncia abaixo colacionada, litteris: PENAL. DESCAMINHO. PRINCÃPIO DA INSIGNIFICÃNCIA. FRACIONAMENTO DA ILUSÃO TRIBUTÃRIA. IMPOSSIBILIDADE. TRÃFICO INTERNACIONAL DE ENTORPECENTES. ARTIGO 33, CAPUT, DA LEI N.Âº 11.343/06. AUTORIA. MATERIALIDADE. COMPROVADAS. PRISÃO EM FLAGRANTE. PRESUNÃÃO DE CULPABILIDADE. DEPOIMENTO DE AGENTE POLICIAL. VALOR PROBANTE. ASSOCIAÃÃO PARA O TRÃFICO DE DROGAS. ARTIGO 35, CAPUT, DA LEI N.Âº 11.343/06. ABSOLVIÃÃO. DOSIMETRIA. PENAS. REDUÃÃO. QUANTIDADE DE DROGA. MAJORANTES DO ARTIGO 40. TRANSNACIONALIDADE. INTERESTADUALIDADE. MINORANTE DO ART. 33, Â§ 4Âº, DA LEI NÂº 11.343/06. CRITÃRIOS PARA APLICAÃÃO. [...] 5. Com a prisÃ£o em flagrante do rÃ©u, hÃ¡ uma presunÃ§Ã£o relativa acerca da autoria do fato, incumbindo Ã defesa, a teor da regra do artigo 156 do CÃ³digo de Processo Penal, produzir as provas tendentes a demonstrar a sua inocÃªncia e a inverossimilhanÃ§a da tese acusatÃ³ria. 6. Da mesma forma que incumbe Ã acusaÃ§Ã£o provar a existÃªncia do fato e demonstrar sua autoria, assim como o elemento subjetivo, Ã© Ã´nus da defesa, a teor do artigo 156, 1Âª parte, do CPP, certificar a verossimilhanÃ§a das teses invocadas em seu favor. A tÃ©cnica genÃ©rica de negativa de autoria dissociada do contexto probatÃ³rio nÃ£o tem o condÃ£o de repelir a sentenÃ§a condenatÃ³ria. 7. O depoimento do agente policial deve ser aceito como subsÃ-dio de persuasÃ£o do juÃ-zo, jÃ¡ que o exercÃ-cio da funÃ§Ã£o, por si sÃ³, nÃ£o desqualifica, nem torna suspeito seu titular. [...] 9. Em se tratando de trÃ¡fico de drogas, a expressiva quantidade e a o elevado grau de potencialidade lesiva do narcÃ³tico apreendido autoriza o agravamento da pena-base. [...] (ApelaÃ§Ã£o Criminal nÂº 2008.70.05.000916-4/PR, 8Âª Turma do TRF da 4Âª RegiÃ£o, Rel. Guilherme Beltrami, J. 24.02.2010, unÃ¢nime, de 03.03.2010) (Grifou-se). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Frise-se, ademais, que o rÃ©u fora preso em flagrante, devidamente homologado por este juÃ-zo, em aÃ§Ã£o policial desenvolvida

estritamente dentro dos limites da legalidade, fato que, por si sÃ³, tem presunÃ§Ã£o relativa acerca da autoria do fato, cabendo Ã defesa provar a inocÃªncia daquele.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, restando devidamente comprovada a prÃ¡tica do delito, seja pela documentaÃ§Ã£o constante dos autos (especialmente o Auto de ApreensÃ£o), seja pelo depoimento da testemunha e pela confissÃ£o do acusado, em outro sentido nÃ£o se poderia concluir senÃ£o naquele que converge para a procedÃªncia da presente aÃ§Ã£o penal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denÃºncia, para o fim de CONDENAR FABIO PANTOJA PEREIRA, anteriormente qualificado, como incurso nas penas do art. 14, da Lei nÂº 10.826/2003, razÃ£o pela qual passo a dosar as respectivas penas a serem aplicadas, em estrita observÃ¢ncia ao disposto pelo art. 68, caput, do CÃ³digo Penal c/c art. 5Âº, XLVI, da ConstituiÃ§Ã£o Federal.Â DA FIXAÃÃO DA PENA BASE Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise das diretrizes traÃ§adas pelo art. 59, do CÃ³digo Penal1, verifica-se: a)Â Â Â Â Â O rÃ©u agiu com culpabilidade normal Ã espÃ©cie, sendo sua conduta, devidamente comprovada nos autos, absolutamente reprovÃ¡vel pela sociedade na qual estÃ¡ inserido; b)Â Â Â Â Â Quanto aos antecedentes criminais do acusado, nÃ£o hÃ¡ nos autos, ou em quaisquer bancos de dados, a notÃ-cia de jÃ¡ ter sido o acusado condenado, com sentenÃ§a judicial transitado em julgado, pela prÃ¡tica de qualquer outro delito de natureza penal, razÃ£o porque nÃ£o hÃ¡ que se falar na existÃªncia de registros em seus antecedentes criminais. Importa frisar, neste ponto, que o posicionamento adotado por este juÃ-zo, apoiado no entendimento majoritÃ¡rio do E. Superior Tribunal de JustiÃ§a, Ã© o de que inquÃ©ritos policiais ou processos em andamento nÃ£o propiciam a caracterizaÃ§Ã£o de maus antecedentes, forte no princÃ-pio da nÃ£o-culpabilidade, gravado no artigo 5Âº, LVII, da ConstituiÃ§Ã£o Federal e SÃºmula 444 do STJ.4 c)Â Â Â Â Â Quanto Ã sua conduta social, pouco se pode dizer diante dos elementos probatÃ³rios colhidos nos autos. d)Â Â Â Â Â No que atine Ã sua personalidade, pouco se poder dizer diante dos dados colhidos nos autos que nada ou quase nada refletem de tal instituto; e)Â Â Â Â Â Quanto aos motivos que levaram o acusado a cometer o delito, tambÃ©m nÃ£o hÃ¡ muito que se valorar, uma vez que a Ãºnica fonte de informaÃ§Ã£o quanto a tal circunstÃ¢ncia judicial reside no depoimento pessoal daquele, que, teria comprado o armamento apreendido pela quantia de R$300,00 (trezentos reais) de um nacional conhecido por Â¿HulckÂ¿. f)Â Â Â Â Â JÃ¡ quanto Ã s circunstÃ¢ncias do crime, compreendidas como aquelas que Â¿apesar de nÃ£o especificadas em nenhum texto legal, podem, de acordo com uma avaliaÃ§Ã£o discricionÃ¡ria do juiz, acarretar uma diminuiÃ§Ã£o ou aumento de penaÂ¿2, hÃ¡ que se dizer que o acusado fora capturado em conduta sem sombra de dÃºvidas flagrante, tendo sido encontrada a arma de fogo de uso permitido em seu poder; g)Â Â Â Â Â No que atine Ã s consequÃªncias do crime, deve ser levada em conta sua natureza, razÃ£o pela qual se ressaltam todas as mazelas que o porte ilegal de arma de fogo causa, inevitavelmente, Ã sociedade de um modo geral, que se torna, mesmo que indiretamente, vÃ-tima de delito; h)Â Â Â Â Â Deixo de valorar o comportamento da vÃ-tima, tendo em vista que, in casu, trata-se do prÃ³prio Estado; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante de tais circunstÃ¢ncias, analisadas individualmente, Ã© que fixo a pena base em 03 (trÃªs) anos de reclusÃ£o e pagamento de 30 dias-multas, cada um equivalente a um trigÃ©simo do valor do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente, em observÃ¢ncia ao disposto no art. 60, do CÃ³digo Penal.Â DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES (ARTIGOS 61 A 66 DO CÃDIGO PENAL) Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que tange Ã segunda fase da dosimetria legal, Ã© possÃ-vel verificar a existÃªncia de uma circunstÃ¢ncia atenuante que Ã© a atenuante da confissÃ£o espontÃ¢nea, nos termos do artigo 65,III,d do CÃ³digo Penal, tendo em vista que o rÃ©u confessou a autoria delitiva perante a autoridade policial (fl. 06).Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante disso, atenuando 1/6 (um sexto) da sanÃ§Ã£o, fixo a pena intermediÃ¡ria em 02 (dois) anos e 6 (seis) meses de reclusÃ£o e pagamento de 25 dias-multas. DAS CAUSAS DE DIMINUIÃÃO E AUMENTO DE PENA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na Ãºltima das fases de dosimetria da pena, importa esclarecer que inexistem quaisquer causas de diminuiÃ§Ã£o ou aumento de pena, razÃ£o pela qual fica o rÃ©u, em definitivo, condenado ao cumprimento da pena de 02 (dois) anos e 6 (seis) meses de reclusÃ£o e pagamento de 25 dias-multas.Â DO REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o disposto no art. 33, Â§2Âº, alÃ-nea C e Â§3Âº todos do CÃ³digo Penal3, bem como levando em conta que nÃ£o hÃ¡ qualquer fundamentaÃ§Ã£o idÃ´nea que imponha um regime inicial de cumprimento de pena mais gravoso, deverÃ¡ o rÃ©u iniciar o cumprimento da pena em regime aberto. Â Considerando a inexistÃªncia de casas de albergado ou outro estabelecimento adequado para os efeitos do disposto no art. 33, Â§ 1Âº, Â¿cÂ¿, do CÃ³digo de Processo Penal4, deverÃ¡ o condenado cumprir a pena em prisÃ£o domiciliar, conforme entendimento do E. STJ5.Â CONSIDERAÃÃES GERAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â *Da Desnecessidade da prisÃ£o cautelar a)Â Â Â Â Â Considerando que a atual sistemÃ¡tica processual extirpou de nosso ordenamento jurÃ-dico a prisÃ£o automÃ¡tica decorrente de sentenÃ§a penal condenatÃ³ria recorrÃ-vel, hÃ¡ que se frisar, neste momento, a permanÃªncia ou nÃ£o dos requisitos previstos nos artigos 312 e 313, do CÃ³digo de Processo Penal e

que autorizam a prisÃ£o preventiva do condenado.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, apÃ³s bem compulsar os autos, verifica-se que inexistem quaisquer das circunstÃ¢ncias autorizadoras da prisÃ£o preventiva do ora condenado. Em verdade, conquanto haja prova da autoria e materialidade delitiva, sua liberdade nÃ£o implicaria desordem pÃºblica ou mesmo impediria a aplicaÃ§Ã£o de lei penal. Ademais, jÃ¡ se tendo findado a instruÃ§Ã£o criminal, a liberdade do acusado nÃ£o Ã© outra coisa senÃ£o clara observÃ¢ncia dos princÃ-pios da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, nÃ£o hÃ¡ que se falar em necessidade de decretaÃ§Ã£o de sua prisÃ£o provisÃ³ria. b)Â Â Â Â Â Condeno, ainda, o rÃ©u ao pagamento das custas judiciais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â *Da Impossibilidade de SuspensÃ£o Condicional da Pena c)Â Â Â Â Â Considerando a possibilidade e cabimento da substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade aplicada ao condenado por restritiva de direito, deixo de conceder-lhe o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional da pena (sursis), conforme artigo 77, III6, do CÃ³digo Penal. *Da SubstituiÃ§Ã£o da Pena Privativa de Liberdade por Restritiva de Direitos d)Â Â Â Â Â Como Ã© cediÃ§o, o benefÃ-cio da substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos reclama, para sua concessÃ£o, a presenÃ§a cumulativa dos requisitos constantes do art. 44, do CÃ³digo Penal, quais sejam: I - aplicada pena privativa de liberdade nÃ£o superior a quatro anos se o crime nÃ£o for cometido com violÃªncia ou grave ameaÃ§a Ã pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo; II - o rÃ©u nÃ£o for reincidente em crime doloso; III - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstÃ¢ncias indicarem que essa substituiÃ§Ã£o seja suficiente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, in casu, considerando a natureza e a forma como o crime foi praticado, o fato de nÃ£o ser o ora acusado reincidente em crime doloso, bem como de as circunstÃ¢ncias judiciais lhe serem favorÃ¡veis, SUBSTITUO a pena privativa de liberdade por 02 (duas) restritivas de direito, nos termos do parÃ¡grafo 2Âº, do art. 44, do CÃ³digo Penal7. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destarte, fixo as seguintes penas restritivas de direito, a serem cumpridas, no que for compatÃ-vel, pelo mesmo prazo estabelecido para a privativa de liberdade, Ã© dizer, 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusÃ£o (art. 55, do CÃ³digo Penal8), obedecido o disposto no artigo 46, Â§4Âº, do CÃ³digo Penal9: i)Â Â Â Â Â PRESTAÃÃO DE SERVIÃOS Ã COMUNIDADE: o acusado deverÃ¡ cumprir a pena no Posto de SaÃºde, de maneira que a atividade a ser realizada seja aquela designada pela prÃ³pria administraÃ§Ã£o do Posto de SaÃºde, que, por sua vez, fica obrigada a enviar ao juÃ-zo, mensalmente, relatÃ³rio das atividades daquele, a fim de que se acompanhe o cumprimento da pena. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oficie-se Ã Secretaria Municipal de AssistÃªncia Social para tomar ciÃªncia da presente decisÃ£o, bem como para gerir e supervisionar o relatÃ³rio de atividades do condenado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalte-se que a referida pena restritiva de direitos deve ser cumprida na carga horÃ¡ria de 8 (oito) horas semanais, nos termos do artigo 149, parÃ¡grafo 1Âº da Lei 7210/84 (Lei de ExecuÃ§Ãµes Penais).Â ii) PRESTAÃÃO PECUNIÃRIA: o acusado fica obrigado ao pagamento de um salÃ¡rio mÃ-nimo (R$ 1.100,00 - UM MIL CEM reais) a ser revertido em favor do Fundo da CrianÃ§a e adolescente do MunÃ-cipio de IgarapÃ©-Miri. e)Â Â Â Â Â Considerando, que o crime cometido nÃ£o tem repercussÃ£o patrimonial, deixo de fixar o valor mÃ-nimo para indenizaÃ§Ã£o cÃ-vel, previsto no art. 387, IV, do CÃ³digo de Processo Penal10.Â DISPOSIÃÃES FINAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oportunamente, apÃ³s o trÃ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a, tomem-se as seguintes providÃªncias: a)Â Â Â Â Â Lance-se o nome do rÃ©u no rol dos culpados; b)Â Â Â Â Â Proceda-se ao recolhimento do valor atribuÃ-do a tÃ-tulo de pena de multa, conforme art. 686, do CÃ³digo de Processo Penal11; c)Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se a carta de execuÃ§Ã£o do rÃ©u; d)Â Â Â Â Â Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenaÃ§Ã£o do rÃ©u, com sua devida identificaÃ§Ã£o, acompanhada de fotocÃ³pia da presente decisÃ£o, para cumprimento do quanto disposto nos arts. 71, Â§ 2Âº, do CÃ³digo Eleitoral c/c 15, III, da ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Notifique-se o MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Comunique-se o ofendido acerca do inteiro teor desta sentenÃ§a, nos termos do artigo 201Â§2Âº, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se a presente sentenÃ§a do DiÃ¡rio de JustiÃ§a EletrÃ´nico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Registre-se. Intimem-se. IgarapÃ© (PA), 08 de novembro de 2021.Â ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito. 1 O juiz, atendendo Ã culpabilidade, aos antecedentes, Ã conduta social, Ã personalidade do agente, aos motivos, Ã s circunstÃ¢ncias e conseqÃ¼Ãªncias do crime, bem como ao comportamento da vÃ-tima, estabelecerÃ¡, conforme seja necessÃ¡rio e suficiente para reprovaÃ§Ã£o e prevenÃ§Ã£o do crime: 2 Idem, p. 142. 4. SUM. 444 STJ. Ã vedada a utilizaÃ§Ã£o de inquÃ©ritos policiais e aÃ§Ãµes penais em curso para agravar a pena base. 3 4 Â§ 1Âº Considera-se: c) regime aberto a execuÃ§Ã£o da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado. 5 STJ-062266) HABEAS CORPUS. EXECUÃÃO PENAL. PROGRESSÃO PARA O REGIME PRISIONAL ABERTO. INEXISTÃNCIA DE VAGA EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL ADEQUADO. DESVIO DE FINALIDADE DA PRETENSÃO EXECUTÃRIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. ORDEM CONCEDIDA. 1. Configura constrangimento ilegal ao jus libertatis, sanÃ¡vel pela via do habeas corpus, o cumprimento de pena em condiÃ§Ãµes mais

rigorosas que as estabelecidas pelo juÃ-zo sentenciante ou pelo juÃ-zo das execuÃ§Ã£es penais. 2. Ã dever do Poder PÃºblico promover a efetividade da resposta penal, na dupla perspectiva da prevenÃ§Ã£o geral e especial; entretanto, nÃ£o se podem exceder os limites impostos ao cumprimento da condenaÃ§Ã£o, sob pena de desvio da finalidade da pretensÃ£o executÃ³ria. 3. Inexistindo vaga em casa de albergado, mostra-se possÃ-vel, em carÃ¡ter excepcional, permitir ao sentenciado, a quem se determinou o cumprimento da reprimenda em regime aberto, o direito de recolher-se em prisÃ£o domiciliar. Precedentes: STF - HC 95.334/RS, Rel. p/ AcÃ³rdÃ£o Min. Marco AurÃ©lio; STJ - REsp 1.112.990/RS, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima; STJ - HC 97.940/RS, Rel. Min. Laurita Vaz; STJ - RHC 12.470/SP, Rel. Min. Laurita Vaz. 4. Habeas Corpus concedido para restabelecer a decisÃ£o do JuÃ-zo das ExecuÃ§Ãµes que determinou o cumprimento da pena em regime domiciliar, atÃ© a eventual instalaÃ§Ã£o de albergue na Comarca Caxias do Sul/RS. (Habeas Corpus nÂº 162055/RS (2010/0023958-2), 5Âª Turma do STJ, Rel. Laurita Vaz. j. 20.05.2010, unÃ¢nime, DJe 14.06.2010). 6 A execuÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade, nÃ£o superior a 2 (dois) anos, poderÃ¡ ser suspensa, por 2 (dois) a 4 (quatro) anos, desde que: III - nÃ£o seja indicada ou cabÃ-vel a substituiÃ§Ã£o prevista no art. 44 deste CÃ³digo 7 Â§ 2ÂºÂ Na condenaÃ§Ã£o igual ou inferior a um ano, a substituiÃ§Ã£o pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos; se superior a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituÃ-da por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos. 8 As penas restritivas de direitos referidas nos incisos III, IV, V e VI do art. 43 terÃ£o a mesma duraÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade substituÃ-da, ressalvado o disposto no Â§ 4Âº do art. 46. 9 Se a pena substituÃ-da for superior a um ano, Ã© facultado ao condenado cumprir a pena substitutiva em menor tempo (art. 55), nunca inferior Ã metade da pena privativa de liberdade fixada. 10 O juiz, ao proferir sentenÃ§a condenatÃ³ria: IV - fixarÃ¡ valor mÃ-nimo para reparaÃ§Ã£o dos danos causados pela infraÃ§Ã£o, considerando os prejuÃ-zos sofridos pelo ofendido; 11 A pena de multa serÃ¡ paga dentro em 10 (dez) dias apÃ³s haver transitado em julgado a sentenÃ§a que a impuser. Gabinete do Juiz de Direito Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes PROCESSO: 00100327520168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Inquérito Policial em: 08/11/2021 DENUNCIADO:ELIAN WANSELER MEDEIROS DE SOUSA Representante(s): OAB 26494 - KELVYN CARLOS DA SILVA MENDES (DEFENSOR DATIVO) VITIMA:A. C. O. E. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP: 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0010032-75.2016.8.14.0022. Classe: AÃ§Ã£o Penal. Acusado: ELIAN WANSELER MEDEIROS DE SOUSA Â SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o Penal para apurar a prÃ¡tica do delito tipificado no art. 14 da Lei nÂº 10.826/2003, em tese cometido pelo acusado ELIAN WANSELER MEDEIROS DE SOUSA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No dia 26.04.2017, foi recebida a denÃºncia contra o acusado, ocorrendo, dessa forma, o primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã fundamentaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Doutrina majoritÃ¡ria entende ser o Direito Penal dividido basicamente em duas vertentes, quais sejam: o Direito Penal Objetivo e o Subjetivo. O primeiro Ã© traduzido nas normas (latu sensu) que o Estado, enquanto regulador da vida em sociedade, elabora, a fim de que se previnam ou reprimam a prÃ¡tica de infraÃ§Ãµes de natureza penal; o segundo Ã© caracterizado pelo poder-dever que tem aquela mesma entidade, possuidora exclusiva da jurisdiÃ§Ã£o, de, em havendo a prÃ¡tica do delito, exercer o seu ius puniendi (direito de punir) sobre o infrator. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã a liÃ§Ã£o de RogÃ©rio Greco1 ao afirmar que: Direito Penal Subjetivo, a seu turno, Ã© a possibilidade que tem o Estado de criar e fazer cumprir suas normas, executando as decisÃµes condenatÃ³rias proferidas pelo Poder JudiciÃ¡rio. Ã o prÃ³prio ius puniendi. Se determinado agente praticar um fato tÃ-pico, antijurÃ-dico e culpÃ¡vel, abre-se ao Estado o dever-poder de iniciar a persecutio criminis in judicio, visando alcanÃ§ar, quando for o caso e obedecido o devido processo legal, um decreto condenatÃ³rio.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que hÃ¡ circunstÃ¢ncias expressamente previstas pela lei nas quais o Estado pode, tanto quanto renunciar ao citado ius puniendi (graÃ§a, indulto ou anistia), perder dita prerrogativa (morte do agente, retroatividade de lei que nÃ£o mais considera o fato como criminoso, prescriÃ§Ã£o, decadÃªncia, perempÃ§Ã£o etc.). SÃ£o as intituladas causa extintivas da punibilidade previstas no art. 107 do CÃ³digo Penal Brasileiro (CP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dentre as citadas causas extintivas da punibilidade, especificamente no que tange Ã s hipÃ³teses legais de perda, pelo Estado, do ius puniendi, estÃ¡ o instituto que de mais perto interessa ao presente caso: a prescriÃ§Ã£o penal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Denomina-se prescriÃ§Ã£o penal a perda do ius puniendi pelo Estado em razÃ£o do decurso do tempo. Em outras palavras, e usando da preciosa liÃ§Ã£o daquele mesmo doutrinador: (...) poderÃ-amos conceituar a prescriÃ§Ã£o como o instituto jurÃ-dico mediante o qual o

Estado, por nÃ£o ter tido capacidade de fazer valer o seu direito de punir em determinado espaÃ§o de tempo previsto pela lei, faz com que ocorra a extinÃ§Ã£o da punibilidade.2 Â Â Â Â Â Â Â Â Â O citado instituto (prescriÃ§Ã£o), por sua vez, dentre outras, divide-se em duas espÃ©cies: prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria do Estado, distinguindo-se a primeira da segunda porque aquela ocorre antes do trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o condenatÃ³ria, ao que a segunda, somente ocorreria apÃ³s. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A breve digressÃ£o fora necessÃ¡ria para demonstrar que no presente caso Ã© possÃ-vel a perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado, razÃ£o da necessidade de decretaÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade. E para que se demonstre tal assertiva, Ã© mister que se esclareÃ§a aquilo que doutrina intitula de prescriÃ§Ã£o em perspectiva, virtual ou antecipada.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se da possibilidade de se reconhecer a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o e, portanto, concluir pela extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u, tomando por base a futura e provÃ¡vel pena a ser aplicada ao caso (pena in concreto). Em outros termos, quando da aplicaÃ§Ã£o do mencionado instituto, o magistrado, antes de aferir em quais dos incisos do art. 109 do CÃ³digo Penal (que enumera os prazos prescricionais da pretensÃ£o punitiva do estado) se enquadraria o delito praticado, verificaria, de acordo com as peculiaridades do caso concreto, o quantum da pena que, na ocasiÃ£o da sentenÃ§a condenatÃ³ria, seria aplicada ao rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta feita, fixada a futura pena aplicÃ¡vel, em sendo o caso, reconhece-se antecipadamente (ou em perspectiva) a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, decretando, antes mesmo da decisÃ£o final, a ocorrÃªncia da extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em que pesem as divergÃªncias doutrinÃ¡ria, jurisprudencial e sumulares sobre o assunto, nÃ£o hÃ¡ como fechar os olhos para desnecessidade de movimentaÃ§Ã£o da mÃ¡quina judiciÃ¡ria em circunstÃ¢ncia desse jaez. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, segue observaÃ§Ã£o de RogÃ©rio Greco3, cuja clareza elucidativa merece transcriÃ§Ã£o, litteris: Qual seria a utilidade da aÃ§Ã£o penal, que movimentaria toda a complexa e burocrÃ¡tica mÃ¡quina judiciÃ¡ria, quando, de antemÃ£o, jÃ¡ se tem conhecimento de que ao final da instruÃ§Ã£o processual, quando o julgador fosse aplicar a pena, a quantidade seria suficiente para que fosse declarada a extinÃ§Ã£o da punibilidade com base na prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva estatal? Seria fazer com que todos os envolvidos no processo penal trabalhassem em vÃ£o, pois que, desde o inÃ-cio da aÃ§Ã£o penal, jÃ¡ se saberia que seria impossÃ-vel a formaÃ§Ã£o do tÃ-tulo executivo penal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta feita, considerando que o crime em tese praticado pelo denunciado se submete ao tipo penal previsto no art. 14 da Lei 10.826/2003, cuja pena mÃ¡xima aplicÃ¡vel ao caso Ã© de 04 (quatro) anos, tendo em vista os autores do fato, Ã Ã©poca, era menor de 21 (vinte e um) anos de idade, e entre a data do primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o (recebimento da denÃºncia - 26.04.2017) e a data atual, transcorrera por completo o prazo prescricional de 04 (quatro) anos (art. 109, III c/c art. 115 do CP), a outra conclusÃ£o nÃ£o se pode chegar senÃ£o a de que, no dia 26.04.2021 (04 anos apÃ³s), extinguira-se a punibilidade dos rÃ©us, ante a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, conforme art. 107, VI do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, o cÃ³digo de processo em penal, em seu artigo 61, autoriza o juiz a reconhecer uma causa de extinÃ§Ã£o da punibilidade de ofÃ-cio, razÃ£o pela qual esta Ã© a medida mais acertada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpre registrar, ainda, o escÃ³lio dos professores Luiz FlÃ¡vio Gomes e AntÃ´nio GarcÃ-a Pablos de Molina, para os quais Ã© Â¿ilÃ³gico (e juridicamente inviÃ¡vel) movimentar a mÃ¡quina judiciÃ¡ria quando se vislumbra, desde o inÃ-cio, a sua inutilidadeÂ¿ 4. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, nÃ£o tendo o Estado exercido seu ius puniendi em tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por todo exposto, e tudo mais que dos autos consta, ante a inÃ©rcia do Estado em exercer seu ius puniendi, DECLARO A OCORRÃNCIA DA PRESCRIÃÃO do suposto crime, EXTINGUINDO A PUNIBILIDADE DO ACUSADO ELIAN WANSELER MEDEIROS DE SOUSA, nos termos dos artigos art. 14 da Lei nÂº 10.826/2003 e art. 109, IV e 107, IV, do CÃ³digo Penal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado desta decisÃ£o, arquivem-se os presentes autos com baixa na distribuiÃ§Ã£o. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 08 de Novembro de 2021. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 2 3 4 ASC Gabinete do Juiz de Direito Comarca de IgarapÃ©-Miri PROCESSO: 00303865820158140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Busca e Apreensão Infância e Juventude em: 08/11/2021 REQUERENTE:ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Representante(s): OAB 107414 - AMÂNDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 18663 - SAMMARA ENITA CORREA VIEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA JOSE DE ALMEIDA SOUSA_365302. Â CERTIDÂ¿O DE TRÃNSITO EM JULGADO CERTIFICO e dou a fÃ© que em razÃ£o das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei que no interesse do referido processo, venho registrar que a SentenÃ§a prolatada por este juÃ-zo TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO. Nada mais. Â IgarapÃ©-Miri/PA____ de _____ de 2021 Jefferson Vieira da Silva Diretor de Secretaria Â

Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00613859120158140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 08/11/2021 REQUERENTE:GLOBALFRUIT AMAZÔNIA INDUSTRIA DE BEBIDAS S/A Representante(s): OAB 13919 - SAULO COELHO CAVALEIRO DE MACEDO PEREIRA (ADVOGADO) OAB 90724 - ENRIQUE FONSECA REIS (ADVOGADO) OAB 63292 - ELCIO FONSECA REIS (ADVOGADO) REQUERIDO:INVASORES DAS FAZENDAS BONY ACAI I E POSSE BONY ACAI II. Â CERTIDÂ¿O DE TRÃNSITO EM JULGADO CERTIFICO e dou a fÃ© que em razÃ£o das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei que no interesse do referido processo, venho registrar que a SentenÃ§a prolatada por este juÃ-zo TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO. Nada mais. Â IgarapÃ©-Miri/PA____ de ______ de 2021 Jefferson Vieira da Silva Diretor de Secretaria Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00653853720158140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 REQUERENTE:CATARINA O GOME ME REQUERENTE:CATARINA DE OLIVEIRA GOMES Representante(s): OAB 11842 - MARIA DE JESUS QUARESMA DE MIRANDA (ADVOGADO) REQUERIDO:MULTIPLA ENGENHARIA LTDA ME. Ã-Â Processo nÂº 0065385-37.2015.8.14.0022 Classe: AÃ§Ã£o de CobranÃ§a c/c Perdas e Danos Requerente: Catarina de Oliveira Gomes Requerido: MÃºltipla Engenharia LTDA ME SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de CobranÃ§a proposta por Catarina de Oliveira Gomes, em face de Multipla Engenharia LTDA ME. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos verifica-se que em 26 de marÃ§o de 2021, fls. 56, fora determinada a intimaÃ§Ã£o da parte autora, sob pena de extinÃ§Ã£o do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por sua vez, em 01 de setembro de 2021, fora devidamente publicada a intimaÃ§Ã£o no DJE EdiÃ§Ã£o nÂ°7217/2021, no entanto, como descreve a certidÃ£o (fls.59) exarada pela secretaria do juÃ-zo, datada de 08 de novembro de 2021, a parte demandante quedou-se inerte, mesmo sendo intimada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, a parte autora demonstrou nÃ£o ter mais interesse no prosseguimento do feito, ao ficar silente, o que significa perda do objeto, pois apesar de intimada nÃ£o se manifestou nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DispÃµe o art. 485, VI, do CPC/15, que o processo se extingue sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, quando faltar legitimidade ou interesse processual, devendo nos termos do art. 316, do mesmo diploma legal, ser declarada por sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, por considerar nÃ£o haver mais interesse processual no prosseguimento do feito, julgo extinto o presente processo sem exame de mÃ©rito, nos termos do art. 485, VI, c/c art. 316, ambos do CPC/15. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas em face do pagamento efetuado, fls.41 dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri-PA, 08 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 01353994620158140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Restituição de Coisa ou Dinheiro na Falência do Devedor em: 08/11/2021 REQUERENTE:MARINALDO PANTOJA PINHEIRO Representante(s): OAB 21293 - MAX DO SOCORRO MELO PINHEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:REVEMAR MOTOCENTER LTDA Representante(s): OAB 12969 - DANIEL DE MEIRA LEITE (ADVOGADO) OAB 7069 - SILVIA VALERIA PINTP SCAPIN (ADVOGADO) OAB 17352 - ALESSANDRA APARECIDA SALES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 11513 - JULIANO JOSE HIPOLITTI (ADVOGADO) . ÃºProcesso nÂº 0135399-46.2015.8.14.0022 Classe: AÃ§Ã£o de RestituiÃ§Ã£o de Valores de Cotas Consorciais c/c Danos MoraisÂ Requerente: Marinaldo Pantoja Pinheiro Requerida: Revemar Motocenter LTDAÂ e Administradora de ConsÃ³rcio Nacional Honda LTDA SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dispensado o relatÃ³rio de acordo com o art. 38 da Lei 9.099/95. DO DANO MORAL Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifica-se que o pedido relativo ao dano moral merece prosperar. Explico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sede de responsabilidade civil das requeridas, cabe Ã parte requerente demonstrar a existÃªncia dos elementos conformadores de responsabilidade dessa natureza, a saber: I) Conduta humana comissiva ou omissiva; II) dano e III) Nexo causal entre conduta e danos.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, se assim o Ã©, a parte requerente obteve Ãªxito em comprovar a existÃªncia desses trÃªs elementos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que se refere Ã conduta comissiva, ficou devidamente comprovada no bojo dos autos.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em relaÃ§Ã£o ao dano sofrido pelo autor, este resta devidamente comprovado nos autos de igual forma, vez que foram acostados ao processo documentos, que se relacionam e/ou se comunicam com os fatos/prejuÃ-zos e transtornos

alegados. Explico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dano moral Ã© ofensa a direitos da personalidade. Ora, se assim o Ã©, nÃ£o hÃ¡ dÃºvida de que houve dano no presente caso concreto, notadamente em razÃ£o dos contratempos/tribulaÃ§Ãµes sofridas pelo autor no momento em que percebe que este deixou de receber o devido atendimento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalte-se que, no presente caso nÃ£o se pode falar em mero dissabor ou aborrecimento corriqueiro do dia-a-dia, mas sim de transtorno e constrangimento causado ao autor pela conduta dolosa e comissiva dos requeridos ao deixar de prestar o devido atendimento a demanda apresentada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dessa forma, nÃ£o resta dÃºvida de que o ato ilÃ-cito cometido pelo requerido violou a dignidade da pessoa humana, um direito da personalidade e um dos fundamentos da RepÃºblica Federativa do Brasil, previsto no artigo 3Âº, III da CF. Provado entÃ£o, o segundo elemento da responsabilidade civil.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nexo causal entre conduta e dano devidamente comprovado, tendo em vista que se nÃ£o fosse a conduta dolosa e comissiva dos requeridos o resultado danoso ao autor nÃ£o teria ocorrido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem, estando presentes os elementos da responsabilidade civil, entende este juÃ-zo que a condenaÃ§Ã£o dos requeridos a pagar danos morais ao requerente Ã© a medida mais acertada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo a analisar o valor devido a tÃ-tulo de danos morais.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que toca Ã fixaÃ§Ã£o do quantum indenizatÃ³rio, Ã© interessante destacar que a Â¿Teoria do DesestÃ-muloÂ¿ ou Â¿Teoria da AÃ§Ã£o InibidaÂ¿1, embora nÃ£o tenha previsÃ£o legal expressa, começa a influenciar os rumos do direito brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Enunciado 379 do Conselho da JustiÃ§a Federal reforÃ§a esta teoria e admite esta funÃ§Ã£o pedagÃ³gica da reparaÃ§Ã£o por dano moral, tendÃªncia esta observada nos Recursos Especiais 860705, 910764 e 965500. ENUNCIADO 379, CJF: Art. 944 - O art. 944, caput, do CÃ³digo Civil nÃ£o afasta a possibilidade de se reconhecer a funÃ§Ã£o punitiva ou pedagÃ³gica da responsabilidade civil. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. PENSIONAMENTO POR MORTE DE FILHO NO INTERIOR DE ESCOLA MANTIDA PELO PODER PÃBLICO. DEVER DE VIGILÃNCIA. DANO MATERIAL. SÃMULA 282/STF. DANO MORAL. AUMENTO DE VALOR DE INDENIZAÃÂ¿O. 1. Aplica-se a SÃºmula 282/STF em relaÃ§Ã£o Ã tese em torno do dano material, pois o Tribunal de origem nÃ£o emitiu juÃ-zo de valor sobre ela. 2. O valor do dano moral tem sido enfrentado no STJ com o escopo de atender a sua dupla funÃ§Ã£o: reparar o dano buscando minimizar a dor da vÃ-tima e punir o ofensor para que nÃ£o volte a reincidir. 3. FixaÃ§Ã£o de valor que nÃ£o observa regra fixa, oscilando de acordo com os contornos fÃ¡ticos e circunstanciais. 4. Aumento do valor da indenizaÃ§Ã£o para 300 salÃ¡rios mÃ-nimos. 5. Recurso especial conhecido em parte e, nessa parte, parcialmente provido. (STJ, REsp 860.705/DF, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/10/2006, DJ 16/11/2006 p. 248). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sede de fixaÃ§Ã£o do quantum a ser indenizado, cabe ao julgador fixar parÃ¢metros razoÃ¡veis, assim como analisar o aspecto pedagÃ³gico do dano moral, sem se olvidar da impossibilidade de gerar locupletamento sem causa e, para tanto, deve ser considerado como relevantes alguns aspectos, como a extensÃ£o do dano, situaÃ§Ã£o patrimonial das partes, imagem do lesado e a intenÃ§Ã£o do autor do dano. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dessa forma, Ã© fundamental buscar o equilÃ-brio, de forma a coibir exageros e a evitar carÃªncia dos valores oriundos da lesÃ£o sofrida. Em outras palavras, necessÃ¡rio se faz harmonizar o Â¿princÃ-pio da proibiÃ§Ã£o do excessoÂ¿ com o Â¿princÃ-pio da proibiÃ§Ã£o da prestaÃ§Ã£o deficitÃ¡riaÂ¿, a ponto de se alcanÃ§ar um patamar coerente com o abalo sofrido, sem proporcionar, com isso, vantagens sem qualquer embasamento idÃ´neo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Eis o entendimento jurisprudencial: Â Â Â Â Â Â Â Â Â AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DANOS MORAIS. QUANTUM INDENIZATÃRIO. REDUÃÂ¿O. DESCABIMENTO. VALOR EXCESSIVO. INOCORRÃNCIA. 1. Ã entendimento deste Tribunal que o valor do dano moral deve ser fixado com moderaÃ§Ã£o, considerando a realidade de cada caso, sendo cabÃ-vel a intervenÃ§Ã£o da Corte quando exagerado ou Ã-nfimo, fugindo de qualquer parÃ¢metro razoÃ¡vel, o que nÃ£o ocorre neste feito. 2. Agravo regimental desprovido. STJ 4Âª T / AgRg no Ag 955380 / SC. 905.213 - RJ. Rel. Min. Humberto Gomes de Barros. DJ 25/02/2008. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante dessas ponderaÃ§Ãµes, para o correto arbitramento do dano moral, hÃ¡ que se levar em consideraÃ§Ã£o trÃªs aspectos relevantes: primeiro, a capacidade econÃ´mica do requerido; segundo, a necessidade imperiosa de se estabelecer um valor que cumpra a funÃ§Ã£o pedagÃ³gica de compelir o requerido a evitar casos semelhantes no futuro; e, finalmente, o fato das cobranÃ§as indevidas terem causado afliÃ§Ãµes e angÃºstias no requerente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em exame, observa-se que o procedimento adotado pela parte requerida traduz prÃ¡tica atentatÃ³ria aos direitos de personalidade da parte requerente, capaz de ensejar-lhe alteraÃ§Ãµes psÃ-quicas ou prejuÃ-zos Ã s esferas social e afetiva de seu patrimÃ´nio moral. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com relaÃ§Ã£o ao valor da indenizaÃ§Ã£o, impende ressaltar que o valor de R$ 5000,00 (cinco mil reais) Ã© suficiente para compensar o requerente pelos transtornos sofridos, alÃ©m de possuir efeito pedagÃ³gico para que os requeridos demandados nÃ£o incorram novamente nessa prÃ¡tica reprovÃ¡vel.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â

Â Â Â Â Â Diante do exposto, com fulcro no art. 487, I, do CÃ³digo de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos constantes da petiÃ§Ã£o inicial para o fim de: I)Â Â Â Â Â CONDENAR as empresas requeridas REVEMAR MOTOCENTER LTDAÂ eÂ ADMINISTRADORA DE CONSÃRCIO NACIONAL HONDA LTDA, a pagarem ao autor MARINALDO PANTOJA PINHEIRO, a quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a tÃtulo de danos morais. II)Â Â Â Â Â De igual forma CONDENO as partes requeridas a pagar a multa de 10%( por cento) prevista em contrato, na clÃ¡usula 18.3, Â¿bÂ¿, devidamente corrigida. III)Â Â Â Â Â DECLARO rescindido o contrato, em face do descumprimento dos termos do negÃ³cio jurÃdico, avenÃ§ado entre as partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dessa forma, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO, nos termos do artigo 487, I do CPC.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os juros moratÃ³rios devem fluir a partir da citaÃ§Ã£o da parte requerida, em razÃ£o de se tratar de responsabilidade contratual ilÃquida (artigo 405 do CC) e a correÃ§Ã£o monetÃ¡ria deve fluir a partir da data do arbitramento (sÃºmula 362 do STJ).Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e honorÃ¡rios advocatÃcios, por forÃ§a do que dispÃµe o art. 55 da Lei 9.099/95.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalte-se que a interposiÃ§Ã£o de qualquer recurso pelas partes dependerÃ¡ do competente recolhimento de preparo, aÃ incluÃdas as custas judiciais dispensadas no juÃzo de primeiro grau, forte no art. 42, Â§ 1Âº da Lei 9.099/95.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo de 6 (seis) meses, contados do trÃ¢nsito em julgado da presente decisÃ£o, sem que haja requerimento de execuÃ§Ã£o, arquivem-se os presentes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se as partes nas pessoas de seus advogados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri, 08 de novembro de 2021.Â ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMESÂ Juiz de Direito 1 Teoria defendida pela Ministra FÃ¡tima Nancy Andrighi, pelo doutrinador Carlos Alberto Bittar, por Caio MÃ¡rio da Silva Pereira e outros tratadistas de igual valor. 6 ASC Gabinete do Juiz de Direito Comarca de IgarapÃ©-Miri PROCESSO: 01943970720158140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 08/11/2021 REQUERENTE:VIRGEMAR SOUZA MACIEL Representante(s): OAB 5791 - MANOEL DE JESUS LOBATO XAVIER (ADVOGADO) REQUERENTE:ADALBERTO MOREIRA MACIEL REQUERIDO:PEDRO ANTONIO CORREA SOUZA Representante(s): OAB 4138 - RAIMUNDO COSTA DA SILVA (ADVOGADO) . Â CERTIDÂ¿O DE TRÃNSITO EM JULGADO CERTIFICO e dou a fÃ© que em razÃ£o das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei que no interesse do referido processo, venho registrar que a SentenÃ§a prolatada por este juÃzo TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO. Nada mais. Â IgarapÃ©-Miri/PA____ de ______ de 2021 Jefferson Vieira da Silva Diretor de Secretaria Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00000099220108140022 PROCESSO ANTIGO: 201020000084 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Procedimento Comum em: 09/11/2021 ACUSADO:DANIEL BARBOSA PAIVA Representante(s): OAB 1111 - BRENDA DA COSTA S MONTEIRO (DEFENSOR) VITIMA:P. S. S. F. VITIMA:B. N. B. ACUSADO:JONILSON MACHADO DA SILVA. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI Forum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 3755.1866, email: tjepa022@tjpa.jus.br PROCESSO NÂº 0000009-92.2010.8.14.0022 - AÃ§Ã£o Penal DESPACHO 1-Â Â Â Â Â Vista ao MinistÃ©rio PÃºblico. 2-Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 09 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00000334020128140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Guarda de Infância e Juventude em: 09/11/2021 REQUERENTE:HERALDO DINIZ PINHEIRO Representante(s): OAB 27172 - EVANGELINA DE JESUS DO NASCIMENTO BARBOSA (ADVOGADO) REQUERIDO:ROSILENE PANTOJA MATA MENOR:M. S. F. REQUERIDO:LAIS DOS SANTOS FREIRE. ÃÂ Â Processo: 0000033-40.2012.814.0022 Classe: AÃ§Ã£o de AdoÃ§Ã£o/Reconhecimento VoluntÃ¡rio de FiliaÃ§Ã£o Socioafetiva Requerente: Heraldo Diniz Pinheiro e Rosilene Pantoja Mata SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de AdoÃ§Ã£o promovida por Heraldo Diniz Pinheiro e RosileneÂ Pantoja Mata em favor de Mateus dos Santos Freire filho de Lais dos Santos Freire, todos devidamente qualificados na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os promoventes tÃªm a guarda de fato do menor, Mateus dos Santos Freire, desde os seis meses de idade, com o consentimento da mÃ£e biolÃ³gica, que possui outro filho, nÃ£o tendo condiÃ§Ãµes financeiras de arcar com as despesas das duas crianÃ§as.Â Â Â Â Â Â Â

Â Â A AÃ§Ã£o foi proposta em 19 de janeiro de 2012, e, no bojo da aÃ§Ã£o fora demonstrado que os requerentes mantÃªm financeiramente o menor, cuidando de todas as despesas de vestuÃ¡rio, estudo, saÃºde e alimentaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã inicial foram acostados documentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Fora deferida a gratuidade, e, em 18 de julho de 2012 fora concedida GUARDA PROVISÃRIA, em audiÃªncia, por sua vez em 04 de dezembro de 2012 fora emitido relatÃ³rio tÃ©cnico (estudo social), o qual foi favorÃ¡vel a concessÃ£o da guarda, fls.43/52, contudo, fora observado que a mÃ£e biolÃ³gica mantinha vÃ-nculos com o menor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em face da impossibilidade de realizaÃ§Ã£o de sucessivas audiÃªncias, fora determinado em 25 de setembro de 2019, novo estudo social, assim como fora redesignada audiÃªncia para o dia 11/02/2020. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No transcorrer da audiÃªncia fora deliberado novamente a realizaÃ§Ã£o de estudo social, bem como o acompanhamento de profissional do CREAS do municÃ-pio de IgarapÃ©-Miri, entre outras questÃµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por sua vez os autores e a mÃ£e biolÃ³gica propuseram, atravÃ©s de petiÃ§Ã£o interlocutÃ³ria em 20/10/2020, fls. 82/87, a conversÃ£o da AÃ§Ã£o de AdoÃ§Ã£o em AÃ§Ã£o de Reconhecimento VoluntÃ¡rio de FiliaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entrementes em 19 de janeiro de 2021 fora realizado estudo social, fls.90/101 dos autos, no qual fora relatado que os requerentes atendem todas as necessidades da crianÃ§a, tendo sido estabelecido forte vÃ-nculo amoroso entre o menor e os demandantes.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instado a se manifestar, em 24/02/2021, o MinistÃ©rio PÃºblico opinou pela procedÃªncia dos pedidos formulados na petiÃ§Ã£o interlocutÃ³ria d fls. 82/87, assim como a Defensoria PÃºblica Ã s 106 e 107 dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã fundamentaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â I - DO PEDIDO DE RECONHECIMENTO VOLUNTÃRIO DE FILIAÃÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre o tema o CNJ, em 14 de novembro de 2017, publicou o Provimento nÂº 63 e o Provimento 83, de 14 de agosto de 2019, que aduz o seguinte: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Art. 1Âº OÂ Provimento nÂ° 63 de 14 de novembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alteraÃ§Ãµes: Â Â Â Â Â Â Â Â Â I - o art. 10 passa a ter a seguinte redaÃ§Ã£o: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Art. 10. O reconhecimento voluntÃ¡rio da paternidade ou da maternidade socioafetiva de pessoas acima de 12 anos serÃ¡ autorizado perante os oficiais de registro civil das pessoas naturais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â II Â¿ o Provimento nÂ°63, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 10-A: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Art. 10-A. A paternidade ou a maternidade socioafetiva deve ser estÃ¡vel e deve estar exteriorizada socialmente. Â¿grifos nossosÂ¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â§ 1Âº O registrador deverÃ¡ atestar a existÃªncia do vÃ-nculo afetivo da paternidade ou maternidade socioafetiva mediante apuraÃ§Ã£o objetiva por intermÃ©dio da verificaÃ§Ã£o de elementos concretos. Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo como referÃªncia a normativa do Conselho Nacional de JustiÃ§a, bem como a jurisprudÃªncia do STJ e STF, no presente caso percebe-se, a partir da anÃ¡lise das provas dos autos que a filiaÃ§Ã£o socioafetiva Ã© irrefutÃ¡vel, na relaÃ§Ã£o entre o menor Mateus dos Santos Freire e os demandantes Heraldo Diniz Pinheiro e Rosilene Pantoja Mata. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com relaÃ§Ã£o Ã legitimidade encontra-se devidamente comprovada, alÃ©m disso, compulsando os autos, verifica-se que a presente demanda merece prosperar, uma vez que a documentaÃ§Ã£o apresentada pelos requerentes instrui o feito de maneira adequada e conforme os ditames legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, e sem mais delongas, restando comprovada a existÃªncia do direito alegado notadamente em razÃ£o da documentaÃ§Ã£o acostada, em outro sentido nÃ£o se poderia concluir, senÃ£o naquele que converge para a procedÃªncia do pedido formulado pelos requerentes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â II Â¿ DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do acima exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado e EXTINGO o presente feito, com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, I, do NCPC, para determinar o seguinte: Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 - Considerando todos os argumentos jÃ¡ expendidos, bem como a finalidade social da legislaÃ§Ã£o, DECRETO e DECLARO a FILIAÃÃO SOCIOAFETIVA DE MATEUS DOS SANTOS FREIRE , TENDO COMO GENITORES HERALDO DINIZ PINHEIRO E ROSILENE PANTOJA MATA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2- Que seja procedida averbaÃ§Ã£o na CertidÃ£o de Nascimento do menor MATEUS DOS SANTOS FREIRE para constar os nomes de HERALDO DINIZ PINHEIRO e ROSILENE PANTOJA DA MATA como genitores. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas em razÃ£o do benefÃ-cio da justiÃ§a gratuita nos termos da Lei nÂ°1060/50. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se a presente sentenÃ§a no DiÃ¡rio de JustiÃ§a EletrÃ´nico. Registre-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª ciÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico e a Defensoria PÃºblica. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado e o cumprimento da presente decisÃ£o, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A presente serve como MANDADO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri(PA), 09 de novembro de 2021. Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Juiz de Direito PROCESSO: 00000382320098140022 PROCESSO ANTIGO: 200910000401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 09/11/2021 REQUERENTE:AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. Representante(s): PAULO HENRIQUE FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA DE NAZARE SOUSA LOPES. CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei, que

tramitam no JuÃ-zo da Vara Ãnica da Comarca de IgarapÃ©-Miri, os autos do processo em epÃ-grafe, SEM SIGILO E SEMÂ PRIORIDADE, contendo 01 VOLUME(S) com 19 fls., devidamente rubricadas e numeradas. Este processo nÃ£o contÃ©m mÃ-dia, nÃ£o possui apensos ou qualquer avaria que possa seguir sua tramitaÃ§Ã£o. Certifico, ainda, que efetuei a conferÃªncia dos itens obrigatÃ³rios, de acordo com CHECK LIST apresentado pelo Grupo Gestor do Setor de DigitalizaÃ§Ã£o, estando os presentes autos em regularidade para prosseguimento. Nada mais. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â IgarapÃ©-Miri/PA, 09 de novembro de 2021 Jefferson Vieira da SilvaÂ Diretor de Secretaria PROCESSO: 00001154720108140022 PROCESSO ANTIGO: 20101000416 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Averiguação de Paternidade em: 09/11/2021 REQUERENTE:M. C. F. L. Representante(s): OAB 6575 - RAIMUNDO AUGUSTO LOBATO DE LIMA (ADVOGADO) MARIZETE FONSECA LEAO (REP LEGAL) REQUERIDO:ABREU MOREIRA DO NASCIMENTO. CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei, que tramitam no JuÃ-zo da Vara Ãnica da Comarca de IgarapÃ©-Miri, os autos do processo em epÃ-grafe, SEM SIGILO E SEMÂ PRIORIDADE, contendo 01 VOLUME(S) com 111 fls., devidamente rubricadas e numeradas. Este processo nÃ£o contÃ©m mÃ-dia, nÃ£o possui apensos ou qualquer avaria que possa seguir sua tramitaÃ§Ã£o. Certifico, ainda, que efetuei a conferÃªncia dos itens obrigatÃ³rios, de acordo com CHECK LIST apresentado pelo Grupo Gestor do Setor de DigitalizaÃ§Ã£o, estando os presentes autos em regularidade para prosseguimento. Nada mais. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â IgarapÃ©-Miri/PA, 09 de novembro de 2021 Jefferson Vieira da SilvaÂ Diretor de Secretaria PROCESSO: 00003011620208140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Carta Precatória Criminal em: 09/11/2021 JUIZO DEPRECANTE:QUINTA VARA CRIMINAL DE BELEM JUIZO DEPRECADO:VARA UNICA DA COMARCA DE IGARAPE MIRI TESTEMUNHA:EDIELTON JOSE GONCALVES DA SILVA TESTEMUNHA:DILCINEI CAMPELO DA SILVA. FLS.: _____ Â PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto- Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri/PA, CEP 68430-000, Tel./fax (91) 3755-1866, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0000301-16.2020.8.14.0022 - Carta PrecatÃ³ria criminal (audiÃªncia realizada em 09/11/2021) Processo nÂº 0000301-16.2020.2020 - Carta PrecatÃ³ria Criminal JuÃ-zo Deprecante: 5Âª Vara Criminal da Comarca de BelÃ©m/PA. Processo Origem: 0008681-89.2019.8.14.0401. Acusada: Ariana Carla Costa Martins Favacho Finalidade: (...) Intimar e Inquirir a testemunha EDIELTON JOSÃ GONÃALVES DA SILVA, brasileiro, residente na rua Coronel Garcia, nÂº 454, PerpÃ©tuo Socorro, tel. 98186- 7200, neste municÃ-pio de IgarapÃ©-Miri-PA. Â Â Â Â Â TERMO DE AUDIÃNCIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao nono (09) dia do mÃªs de novemro (09) de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 12hs49min, nesta cidade e Comarca de IgarapÃ©-Miri, Estado do ParÃ¡, dentro do ambiente Microsoft Teams, em razÃ£o da pandemia da Covid-19 e conforme a PORTARIA CONJUNTA NÂ° 5/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, de 23 de marÃ§o de 2020 e PORTARIA CONJUNTA NÂ° 10/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, DE 15 DE MAIO DE 2020. Presente o Juiz de Direito Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes. Presente o representante legal do MinistÃ©rio PÃºblico EmÃ©rio Mendes Costa. Presente a Defensora PÃºblica Isabele Castro da Silva Lima. Presente a vÃ-tima Dilcinei Campelo da Silva. Presente a testemunha Edielton JosÃ© GonÃ§alves da Silva. Presentes os acadÃªmicos de Direito Marielle ConceiÃ§Ã£o Santos da Costa - CPF 004.887.892-81, VictÃ³ria Clotilde GonÃ§alves BaÃ-a - CPF 034.300.952-54, Gustavo Silva dos Santos - CPF 061.958.702-42. ABERTA A AUDIÃNCIA pelo MM. Juiz de Direito, a audiÃªncia passou a ser realizada por meio de videoconferÃªncia, com gravaÃ§Ã£o audiovisual, utilizando-se o sistema TEAMS, nos termos da PORTARIA CONJUNTA NÂ°7/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, de 28 de abril de 2020, sendo dispensada sua assinatura, com a anuÃªncia das partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Juiz fez a leitura dos termos aos presentes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passou-se a ouvir a testemunha e a vÃ-tima EDIELTON JOSÃ GONÃALVES DA SILVA e DILCINEI CAMPELO DA SILVA, cujas declaraÃ§Ãµes, foram registradas em gravaÃ§Ã£o audiovisual, conforme mÃ-dia (DVD) em anexo. Compromissadas com a verdade (CPC, art. 458). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seguida o Juiz assim DELIBEROU: Â¿1. Devolva-se a presente carta precatÃ³ria. 2. Todos os presentes cientes neste ato. 3. Serve o presente como ofÃ-cio. 4. Expedientes necessÃ¡rios.Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo, que serÃ¡ assinado por quem de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri, PA, 09 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00006853120118140022 PROCESSO ANTIGO: 201110005837 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Procedimento de Conhecimento em: 09/11/2021 REQUERENTE:B. F. O. REQUERENTE:A. F. O. REQUERENTE:D. F. O. REQUERENTE:DANIELE LOBATO FARIAS Representante(s): OAB 6575 - RAIMUNDO AUGUSTO LOBATO DE LIMA (ADVOGADO) INVENTARIADO:BENEDITO GOMES DE

OLIVEIRA JUNIOR. Â CERTIDÂ¿O DE TRÃNSITO EM JULGADO CERTIFICO e dou a fÃ© que em razÃ£o das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei que no interesse do referido processo, venho registrar que a SentenÃ§a prolatada por este juÃ-zo TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO. Nada mais. Â IgarapÃ©-Miri/PA____ de ______ de 2021 Jefferson Vieira da Silva Diretor de Secretaria Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00010778720108140022 PROCESSO ANTIGO: 201010007230 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Inventário em: 09/11/2021 REQUERENTE:ADA CRISTINA GONCALVES DA SILVA Representante(s): INGRID LEDA NORONHA MACEDO (DEFENSOR) REQUERIDO:NELIVALDO CONCEICAO PINHEIRO. CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei, que tramitam no JuÃ-zo da Vara Ãnica da Comarca de IgarapÃ©-Miri, os autos do processo em epÃ-grafe, SEM SIGILO E SEMÂ PRIORIDADE, contendo 01 VOLUME(S) com 32 fls., devidamente rubricadas e numeradas. Este processo nÃ£o contÃ©m mÃ-dia, nÃ£o possui apensos ou qualquer avaria que possa seguir sua tramitaÃ§Ã£o. Certifico, ainda, que efetuei a conferÃªncia dos itens obrigatÃ³rios, de acordo com CHECK LIST apresentado pelo Grupo Gestor do Setor de DigitalizaÃ§Ã£o, estando os presentes autos em regularidade para prosseguimento. Nada mais. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â IgarapÃ©-Miri/PA, 09 de novembro de 2021 Jefferson Vieira da SilvaÂ Diretor de Secretaria PROCESSO: 00012435820148140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REQUERENTE:BANCO SAFRA SA Representante(s): OAB 107414 - AMÂNDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 18663 - SAMMARA ENITA CORREA VIEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:JOÃO BATISTA PINHEIRO COSTA. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, email: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0001243-58.2014.8.14.0022 Despacho 1-Â Â Â Â Â A UNAJ, cumpra-se o requerido Ã s fls. 57 dos autos. 2-Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. 3-Â Â Â Â Â Expedientes necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 09 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00014380720098140022 PROCESSO ANTIGO: 200920005425 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 09/11/2021 VITIMA:R. V. P. ACUSADO:EDSON CLEITON COSTA LOBATO Representante(s): OAB 13725-B - LUAN DIMY RODRIGUES QUARESMA (DEFENSOR) TESTEMUNHA:CLARA EUNICE CRUZ DOS SANTOS TESTEMUNHA:MARIA DE NAZARE DA SILVA DOS SANTOS TESTEMUNHA:MATILDE DA CUNHA NEGRAO TESTEMUNHA:OLIVAR BALIEIRO DE MORAES TESTEMUNHA:DINILSON SOUZA LOBATO TERCEIRO:ADAILSON FERRAZ MACHADO TERCEIRO:BENEDITA ANTONIA COSTA QUARESMA TERCEIRO:ALCIANE DE OLIVEIRA RODRIGUES TERCEIRO:ANGELA ARAUJO DA SILVA TERCEIRO:ANTONIO FRANCISCO VILHENA PINHEIRO TERCEIRO:CARLOS DO SOCORRO CABRAL FONSECA TERCEIRO:DELMA PANTOJA PINHEIRO TERCEIRO:DIANA QUARESMA PUREZA TERCEIRO:ELIETE DO SOCORRO LOBO DOS SANTOS TERCEIRO:EDSON DA TRINDADE MORAES QUARESMA TERCEIRO:EDNA MARIA PANTOJA DE SOUZA TERCEIRO:EDUANE PAIVA E SILVA TERCEIRO:EMILIA LOBATO RODRIGUES TERCEIRO:HELLEN CRISTIAN SACRAMENTO MACIEL TERCEIRO:JONIELSON SOUZA CORREA TERCEIRO:JOSILENE MORAES QUARESMA TERCEIRO:JUCICLEIDISON ANTUNES MELO TERCEIRO:KENNEDY QUARESMA PEREIRA TERCEIRO:LUIZ DE GONZAGA SANTANA MOURA TERCEIRO:MARCELO PANTALEAO DA SILVEIRA TERCEIRO:MARCILENE LUIZA SERRAO PINHEIRO TERCEIRO:MARIA DE FATIMA DA SILVA PANTOJA TERCEIRO:MARIA DE JESUS PANTOJA DE SOUZA TERCEIRO:NICANOR PARAENSE CORREA TERCEIRO:BENEDITA DO SOCORRO DOS SANTOS MONTEIRO TERCEIRO:CRISTIANE CASTILHO DE CASTRO TERCEIRO:JOSE ELI GONCALVES MONTEIRO TERCEIRO:LUCELIA SANTOS DE MELO TERCEIRO:ODINEY DE MELO CRUZ TERCEIRO:SONIA MARIA BAIA PANTOJA. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, email: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0001438-07.2009.8.14.0022 Despacho 1-Â Â Â Â Â Ã Secretaria para que cumpra o requerido pela defensoria. 2-Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. 3-Â Â Â Â Â Expedientes necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 09 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00015525020128140022 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Busca e Apreensão em: 09/11/2021 AUTOR:ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Representante(s): OAB 107414 - AMÂNDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 14918 - TALITA MARIA CARMONA DOS SANTOS (ADVOGADO) REU:HERMECINDO DOS SANTOS CORREA Representante(s): OAB 9363 - AMADEU PINHEIRO CORREA FILHO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, email: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0001552-50.2012.8.14.0022 Despacho 1-Â Â Â Â Â Em face do pagamento das custas finais. 2-Â Â Â Â Â Cumpra-se integralmente o determinado na sentenÃ§a de fls. 61 dos autos. 3-Â Â Â Â Â Expedientes necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 09 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00016684220108140022 PROCESSO ANTIGO: 201010012031 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REQUERIDO:O MUNICIPIO DE IGARAPE-MIRI - PREFEITURA MUNICIPAL Representante(s): OAB 15279 - MANOEL ALMIR CARDOSO DA COSTA (ADVOGADO) OAB 12744 - RAPHAEL LIMA PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 18743 - IGOR OLIVEIRA COTTA (ADVOGADO) REQUERENTE:BENEDITA DA CONCEICAO MORAES JANAU Representante(s): OAB 5791 - MANOEL DE JESUS LOBATO XAVIER (ADVOGADO) OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) . CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei, que tramitam no JuÃzo da Vara Ãnica da Comarca de IgarapÃ©-Miri, os autos do processo em epÃgrafe, SEM SIGILO E SEMÂ PRIORIDADE, contendo 01 VOLUME(S) com 51 fls., devidamente rubricadas e numeradas. Este processo nÃ£o contÃ©m mÃdia, nÃ£o possui apensos ou qualquer avaria que possa seguir sua tramitaÃ§Ã£o. Certifico, ainda, que efetuei a conferÃªncia dos itens obrigatÃ³rios, de acordo com CHECK LIST apresentado pelo Grupo Gestor do Setor de DigitalizaÃ§Ã£o, estando os presentes autos em regularidade para prosseguimento. Nada mais. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â IgarapÃ©-Miri/PA, 09 de novembro de 2021 Jefferson Vieira da SilvaÂ Diretor de Secretaria PROCESSO: 00016817420108140022 PROCESSO ANTIGO: 201010012180 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REQUERIDO:MUNICIPIO DE IGARAPEMIRI PREFEITURA MUNICIPAL Representante(s): OAB 22872 - FABIO CORREA SILVA (ADVOGADO) REQUERENTE:SILVANA FARIAS NEGRAO Representante(s): OAB 9968 - KELEN SOUZA XAVIER VON LOHRMANN CRUZ (ADVOGADO) . CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei, que tramitam no JuÃzo da Vara Ãnica da Comarca de IgarapÃ©-Miri, os autos do processo em epÃgrafe, SEM SIGILO E SEMÂ PRIORIDADE, contendo 01 VOLUME(S) com 76 fls., devidamente rubricadas e numeradas. Este processo nÃ£o contÃ©m mÃdia, nÃ£o possui apensos ou qualquer avaria que possa seguir sua tramitaÃ§Ã£o. Certifico, ainda, que efetuei a conferÃªncia dos itens obrigatÃ³rios, de acordo com CHECK LIST apresentado pelo Grupo Gestor do Setor de DigitalizaÃ§Ã£o, estando os presentes autos em regularidade para prosseguimento. Nada mais. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â IgarapÃ©-Miri/PA, 09 de novembro de 2021 Jefferson Vieira da SilvaÂ Diretor de Secretaria PROCESSO: 00017819720188140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Auto de Prisão em Flagrante em: 09/11/2021 VITIMA:J. C. C. DENUNCIADO:GALILEU FERREIRA DE AQUINO FILHO. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI Forum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 3755.1866, email: tjepa022@tjpa.jus.br PROCESSO NÂº 0001781-97.2018.8.14.0022 - AÃ§Ã£o Penal DESPACHO 1-Â Â Â Â Â Vista ao MinistÃ©rio PÃºblico. 2-Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 09 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00021090320138140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HAROLDO NAZARÉ VENÂNCIO BARBOSA JÚNIOR A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 REQUERENTE:BANCO ITAU SA Representante(s): OAB 122535 - LEONARDO COIMBRA NUNES (ADVOGADO) OAB 91811 - MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (ADVOGADO) OAB 16814-A - MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:INDUSTRIA E COMERCIA DE CONSERVAS CONCORDIA LTDA EPP REQUERIDO:MANOEL BRANCO CARDOSO. ÃºProcesso nÂº 0002109-03.2013.8.14.0022 CERTIDÃO Certifico para os devidos fins legais, que

constatei haver custas intermediÃ¡rias pendentes, como demonstra planilha do sistema (em anexo). Certifico ainda que as referidas custas foram canceladas automaticamente pelo sistema, em face do nÃ£o pagamento. Por fim, certifico que aÂ parte autora fora devidamente intimada, por meio de ato ordinatÃ³rio. Nada mais. O referido Ã© verdade e dou fÃ© IgarapÃ©-Miri, 09 de novembro de 2021. Haroldo NazarÃ© VenÃ¢ncio Barbosa JÃºnior UNAJ/IgarapÃ©-Miri 1 PROCESSO: 00030241320178140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Auto de Prisão em Flagrante em: 09/11/2021 VITIMA:B. R. A. DENUNCIADO:HAILTON MIRANDA DA SILVA Representante(s): OAB 9363 - AMADEU PINHEIRO CORREA FILHO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP: 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0003024-13.2017.8.14.0022. Classe: AÃ§Ã£o Penal. Acusado: HAILTON MIRANDA DA SILVA Â SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o Penal para apurar a prÃ¡tica do delito tipificado no art. 180, caput, do CPB, em tese cometido pelo acusado HAILTON MIRANDA DA SILVA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No dia 30.05.2017, foi recebida a denÃºncia contra o acusado, ocorrendo, dessa forma, o primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã fundamentaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Doutrina majoritÃ¡ria entende ser o Direito Penal dividido basicamente em duas vertentes, quais sejam: o Direito Penal Objetivo e o Subjetivo. O primeiro Ã© traduzido nas normas (latu sensu) que o Estado, enquanto regulador da vida em sociedade, elabora, a fim de que se previnam ou reprimam a prÃ¡tica de infraÃ§Ãµes de natureza penal; o segundo Ã© caracterizado pelo poder-dever que tem aquela mesma entidade, possuidora exclusiva da jurisdiÃ§Ã£o, de, em havendo a prÃ¡tica do delito, exercer o seu ius puniendi (direito de punir) sobre o infrator. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã a liÃ§Ã£o de RogÃ©rio Greco1 ao afirmar que: Direito Penal Subjetivo, a seu turno, Ã© a possibilidade que tem o Estado de criar e fazer cumprir suas normas, executando as decisÃµes condenatÃ³rias proferidas pelo Poder JudiciÃ¡rio. Ã o prÃ³prio ius puniendi. Se determinado agente praticar um fato tÃ-pico, antijurÃ-dico e culpÃ¡vel, abre-se ao Estado o dever-poder de iniciar a persecutio criminis in judicio, visando alcanÃ§ar, quando for o caso e obedecido o devido processo legal, um decreto condenatÃ³rio.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que hÃ¡ circunstÃ¢ncias expressamente previstas pela lei nas quais o Estado pode, tanto quanto renunciar ao citado ius puniendi (graÃ§a, indulto ou anistia), perder dita prerrogativa (morte do agente, retroatividade de lei que nÃ£o mais considera o fato como criminoso, prescriÃ§Ã£o, decadÃªncia, perempÃ§Ã£o etc.). SÃ£o as intituladas causa extintivas da punibilidade previstas no art. 107 do CÃ³digo Penal Brasileiro (CP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dentre as citadas causas extintivas da punibilidade, especificamente no que tange Ã s hipÃ³teses legais de perda, pelo Estado, do ius puniendi, estÃ¡ o instituto que de mais perto interessa ao presente caso: a prescriÃ§Ã£o penal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Denomina-se prescriÃ§Ã£o penal a perda do ius puniendi pelo Estado em razÃ£o do decurso do tempo. Em outras palavras, e usando da preciosa liÃ§Ã£o daquele mesmo doutrinador: (...) poderÃ-amos conceituar a prescriÃ§Ã£o como o instituto jurÃ-dico mediante o qual o Estado, por nÃ£o ter tido capacidade de fazer valer o seu direito de punir em determinado espaÃ§o de tempo previsto pela lei, faz com que ocorra a extinÃ§Ã£o da punibilidade.2 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O citado instituto (prescriÃ§Ã£o), por sua vez, dentre outras, divide-se em duas espÃ©cies: prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria do Estado, distinguindo-se a primeira da segunda porque aquela ocorre antes do trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o condenatÃ³ria, ao que a segunda, somente ocorreria apÃ³s. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A breve digressÃ£o fora necessÃ¡ria para demonstrar que no presente caso Ã© possÃ-vel a perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado, razÃ£o da necessidade de decretaÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade. E para que se demonstre tal assertiva, Ã© mister que se esclareÃ§a aquilo que doutrina intitula de prescriÃ§Ã£o em perspectiva, virtual ou antecipada.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se da possibilidade de se reconhecer a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o e, portanto, concluir pela extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u, tomando por base a futura e provÃ¡vel pena a ser aplicada ao caso (pena in concreto). Em outros termos, quando da aplicaÃ§Ã£o do mencionado instituto, o magistrado, antes de aferir em quais dos incisos do art. 109 do CÃ³digo Penal (que enumera os prazos prescricionais da pretensÃ£o punitiva do estado) se enquadraria o delito praticado, verificaria, de acordo com as peculiaridades do caso concreto, o quantum da pena que, na ocasiÃ£o da sentenÃ§a condenatÃ³ria, seria aplicada ao rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta feita, fixada a futura pena aplicÃ¡vel, em sendo o caso, reconhece-se antecipadamente (ou em perspectiva) a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, decretando, antes mesmo da decisÃ£o final, a ocorrÃªncia da extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em que pesem as divergÃªncias doutrinÃ¡ria, jurisprudencial e sumulares sobre o assunto, nÃ£o hÃ¡ como fechar os olhos para desnecessidade de movimentaÃ§Ã£o da mÃ¡quina judiciÃ¡ria em circunstÃ¢ncia

desse jaez. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, segue observaÃ§Ã£o de RogÃ©rio Greco3, cuja clareza elucidativa merece transcriÃ§Ã£o, litteris: Qual seria a utilidade da aÃ§Ã£o penal, que movimentaria toda a complexa e burocrÃ¡tica mÃ¡quina judiciÃ¡ria, quando, de antemÃ£o, jÃ¡ se tem conhecimento de que ao final da instruÃ§Ã£o processual, quando o julgador fosse aplicar a pena, a quantidade seria suficiente para que fosse declarada a extinÃ§Ã£o da punibilidade com base na prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva estatal? Seria fazer com que todos os envolvidos no processo penal trabalhassem em vÃ£o, pois que, desde o inÃcio da aÃ§Ã£o penal, jÃ¡ se saberia que seria impossÃvel a formaÃ§Ã£o do tÃtulo executivo penal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta feita, considerando que o crime em tese praticado pelo denunciado se submete ao tipo penal previsto no art. 16 da Lei 10.826/2003, cuja pena mÃ¡xima aplicÃ¡vel ao caso Ã© de 08 (oito) anos, tendo em vista os autores do fato, Ã Ã©poca, era menor de 21 (vinte e um) anos de idade, e entre a data do primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o (recebimento da denÃºncia - 30.05.2017) e a data atual, transcorrera por completo o prazo prescricional de 08 (oito) anos (art. 109, III c/c art. 115 do CP), a outra conclusÃ£o nÃ£o se pode chegar senÃ£o a de que, no dia 30.05.2021 (04 anos apÃ³s), extinguira-se a punibilidade dos rÃ©us, ante a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, conforme art. 107, VI do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, o cÃ³digo de processo em penal, em seu artigo 61, autoriza o juiz a reconhecer uma causa de extinÃ§Ã£o da punibilidade de ofÃcio, razÃ£o pela qual esta Ã© a medida mais acertada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpre registrar, ainda, o escÃ³lio dos professores Luiz FlÃ¡vio Gomes e AntÃ´nio GarcÃa Pablos de Molina, para os quais Ã© Â¿ilÃ³gico (e juridicamente inviÃ¡vel) movimentar a mÃ¡quina judiciÃ¡ria quando se vislumbra, desde o inÃcio, a sua inutilidadeÂ¿ 4. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, nÃ£o tendo o Estado exercido seu ius puniendi em tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por todo exposto, e tudo mais que dos autos consta, ante a inÃ©rcia do Estado em exercer seu ius puniendi, DECLARO A OCORRÃNCIA DA PRESCRIÃÃO do suposto crime, EXTINGUINDO A PUNIBILIDADE DO ACUSADO HAILTON MIRANDA DA SILVA, nos termos dos artigos art. 180, caput, do CPB e art. 109, IV e 107, IV, do CÃ³digo Penal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado desta decisÃ£o, arquivem-se os presentes autos com baixa na distribuiÃ§Ã£o. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 09 de Novembro de 2021. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 2 3 4 ASC Gabinete do Juiz de Direito Comarca de IgarapÃ©-Miri PROCESSO: 00033868320158140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 DENUNCIADO:ARTHUR ALVES RIBEIRO Representante(s): OAB 8419 - FRANCISCO LINDOLFO COELHO DOS SANTOS (ADVOGADO) DENUNCIADO:MICHEL TEIXEIRA ARAUJO VITIMA:A. C. O. E. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI Forum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 3755.1866, email: tjepa022@tjpa.jus.br PROCESSO NÂº 0003386-83.2015.8.14.0022 - AÃ§Ã£o Penal DESPACHO 1-Â Â Â Â Â A secretaria para cumprir o requerido pela Defensoria. 2-Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 09 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00035760720198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Curatela em: 09/11/2021 INTERDITO:MARIA CLAUDIA MACIEL BELO Representante(s): OAB oabpa - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) INTERDITANDO:MARIA BENEDITA PINHEIRO MACIEL. Processo nÂº 0003576-07.2019.8.14.0022 - AÃ§Ã£o de Curatela SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o de interdiÃ§Ã£o e curatela proposta por MARIA CLAUDIA MACIEL BELO, em face de MARIA BENEDITA PINHEIRO MACIEL, devidamente qualificadas na inicial, tendo em vista que a mesma seria portadora do CID 10 F-20, o que a impossibilitaria da prÃ¡tica de atos da vida civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega a Demandante que Ã© filha de MARIA BENEDITA PINHEIRO MACIEL, ora curatelandA, e que estA nÃ£o possui o discernimento necessÃ¡rio para a prÃ¡tica dos atos da vida civil, sendo incapaz de reger sua pessoa e seus interesses, conforme laudo mÃ©dico de fls. 08. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã inicial foram veio instruÃda dos documentos de fls. 06/12, tendo sido recebida Ã s fls. 14, e designada audiÃªncia de justificaÃ§Ã£o e interrogatÃ³rio do curatelando. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em audiÃªncia realizada em 05/03/2020, foi ouvida a Requerente, bem como as testemunhas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por sua vez, em 02 de marÃ§o de 2021, a Defensoria PÃºblica Ã s fls.22 dos autos juntou novamente laudo mÃ©dico atualizado, de mesma data, o qual ratificou as incapacidades permanentes da interditanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instado a se manifestar o representante

do MP, opinou favoravelmente a interdiÃ§Ã£o e a curatela definitiva (fls. 24). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que tinha a relatar. Passo a decidir Â Â Â Â Â Â Â Â Â A curatela Ã© o instituto jurÃ-dico pelo qual se atribui a alguÃ©m poderes e encargos para que administre os bens e zele por pessoa que nÃ£o possui discernimento necessÃ¡rio, e assim possa exercer a capacidade civil em sua plenitude por faltar-lhe a capacidade intelectual de fato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Lei nÂº 13.105, de 16 de marÃ§o de 2015, ou, o Novo CÃ³digo de Processo Civil, revogou expressamente alguns artigos do CÃ³digo Civil que tinham conteÃºdo processual sobre o processo de interdiÃ§Ã£o (arts. 1.768 a 1.773 do CC), agora definidos somente pela novel legislaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O art. 747 do NCPC, dispÃµe que a interdiÃ§Ã£o pode ser promovida: I - pelo cÃ´njuge ou companheiro; II - pelos parentes ou tutores; III - pelo representante da entidade em que se encontra abrigado o interditando; IV - pelo MinistÃ©rio PÃºblico. ParÃ¡grafo Ãºnico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A legitimidade encontra-se devidamente comprovada por documentaÃ§Ã£o que acompanha a petiÃ§Ã£o inicial, eis que a Autora Ã© filha da Curatelanda (fls. 09/10). De acordo com o art. 1.767 do CÃ³digo Civil: "Art. 1.767. EstÃ£o sujeitos a curatela: I - aqueles que, por causa transitÃ³ria ou permanente, nÃ£o puderem exprimir sua vontade; II - (revogado) III - os Ã©brios habituais e os viciados em tÃ³xico; IV - (revogado); Â Â Â Â Â Â Â Â Â V - os prÃ³digos". Â Â Â Â Â Â Â Â Â AtÃ© a aprovaÃ§Ã£o da Lei 13.146/2015, tinha como causa determinante de interdiÃ§Ã£o, a pessoa ser acometida de molÃ©stia mental ou psiquiÃ¡trica, e em consequÃªncia, eram vistas como incapazes, portanto, impossibilitada ou inabilitada, por completo, para gerir os prÃ³prios bens e praticar os demais atos da vida civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O CÃ³digo Civil de 2002 exigia o mÃ-nimo de aptidÃ£o fÃ-sico-mental para a auto-gestÃ£o pessoal e patrimonial, determinando que seja presumida a capacidade "de fato" - havida com a maioridade - assim como a "de direito", havida com a aquisiÃ§Ã£o da personalidade, pelo nascimento com vida; nunca, o contrÃ¡rio, isto Ã©, a incapacidade plena-presumida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com a entrada em vigor do chamado Â¿Estatuto da Pessoa com DeficiÃªnciaÂ¿ (Lei 13.146/2015), foi criado um sistema normativo inclusivo, que homenageia o princÃ-pio da dignidade da pessoa humana em diversos nÃ-veis. O Estatuto retira a pessoa com deficiÃªncia da categoria de incapaz, ou seja, a pessoa com deficiÃªncia nÃ£o deve ser mais tecnicamente incapaz, na medida em que a deficiÃªncia nÃ£o afeta a plena capacidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dessa forma, apÃ³s a vigÃªncia da nova Lei, o conceito de capacidade civil foi reconstruÃ-do e ampliado, com reflexos significativos no instituto da interdiÃ§Ã£o e da curatela, uma vez que estabelece novo paradigma para o conceito de deficiÃªncia, conceituando tal termo em seu artigo 2Âº, in verbis Â¿Considera-se pessoa com deficiÃªncia aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza fÃ-sica, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interaÃ§Ã£o com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participaÃ§Ã£o plena e efetiva na sociedade em igualdade de condiÃ§Ãµes com as demais pessoas.Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os doutrinadores atentos a esta evoluÃ§Ã£o do Direito, vem corroborar com a nova lei para definir com maior precisÃ£o o alcance de sua aplicaÃ§Ã£o ao caso concreto. Ã exemplo, transcrevo o posicionamento elucidativo de Nelson Rosenvald: Â¿A incapacidade relativa serÃ¡ materializada alternativamente pelas tÃ©cnicas da representaÃ§Ã£o e assistÃªncia. Em outros termos, a pessoa com deficiÃªncia, que pelo CÃ³digo Civil de 2002 eram consideradas absolutamente incapazes em uma terminologia reducionista, tornam-se relativamente incapazes, a partir da vigÃªncia da Lei 13.146/2015Â¿ (ROSENVALD, Nelson. A tomada de decisÃ£o apoiada Â¿ primeiras linhas sobre um novo modelo jurÃ-dico promocional da pessoa com deficiÃªncia. In: Revista IBDFAM: famÃ-lias e sucessÃµes. Belo Horizonte, IBDFAM, 2015, v.10). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Durante o curso do processo, foram produzidas provas suficientes de que a Curatelanda necessita da ajuda de terceiros para praticar as atividades da vida civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã de destacar que a impressÃ£o inicial que se colheu quando do interrogatÃ³rio, Ã© que realmente a Curatelanda nÃ£o possui condiÃ§Ãµes de reger por si sÃ³ a sua vida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destarte, com fulcro no inciso I do art. 487 do CPC/15, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÃÂ¿O DO MÃRITO, e ACOLHO a pretensÃ£o da autora, em consequÃªncia NOMEIO MARIA CLAUDIA MACIEL BELO. para exercer o encargo de curadora de sua mÃ£e MARIA BENEDITA PINHEIRO MACIEL. Em recorrÃªncia do encargo, deverÃ¡ representÃ¡-lo nos atos que importem na administraÃ§Ã£o de bens e valores, celebraÃ§Ã£o de contratos e outros que exijam maior capacidade intelectual, alÃ©m dos atos previstos no artigo 1.782, caput, do CÃ³digo Civil (emprestar, transigir, dar quitaÃ§Ã£o, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado), na forma do art. 84, Â§1Âº da Lei nÂº 13.146/2015. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A curadora deverÃ¡ assinar o respectivo Termo de Compromisso no prazo de 05 (cinco) dias, para bem e fielmente cumprir o encargo, prestando contas de sua administraÃ§Ã£o, na forma do artigo 1.774 do CÃ³digo Civil, a qual serÃ¡ anual, conforme determina o art. 84, Â§4Âº, da Lei nÂº 13.146/2015. Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se termo de curatela definitiva. Â Â Â Â Â Â Â Oficie-se cartÃ³rio de registro de pessoas naturais onde a curatelada estÃ¡ registrada, para que proceda Ã inscriÃ§Ã£o da sentenÃ§a (CPC, art. 1.184). Â Â Â Â Â Â Â Sem custas, dada a gratuidade da justiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Sem honorÃ¡rios advocatÃ-cios, ante a ausÃªncia de litÃ-gio. Â Â Â Â Â Â Â

Publique-se na forma prescrita no art. 1.184 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Ficam pois os interessados cientes da InterdiÃ§Ã£o acima referida, em obediÃªncia ao disposto no Art. 1.184 do CPC, publicando-se por 03 (trÃªs) vezes no DiÃ¡rio da JustiÃ§a, com intervalo de 10 (dez) dias entre as publicaÃ§Ãµes. Â Â Â Â Â Â Â Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Expedientes necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri, 09 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00044095920188140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Auto de Prisão em Flagrante em: 09/11/2021 VITIMA:M. C. P. DENUNCIADO:DANIELLY DE JESUS LADISLAU DA SILVA Representante(s): OAB 26494 - KELVYN CARLOS DA SILVA MENDES (ADVOGADO) DENUNCIADO:FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA ANTUNES DENUNCIADO:JOAO PAULO SERRAO DOS SANTOS Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI Forum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 3755.1866, email: tjepa022@tjpa.jus.br PROCESSO NÂº 0004409-59.2018.8.14.0022 - AÃ§Ã£o Penal DESPACHO 1-Â Â Â Â Â Vista ao MinistÃ©rio PÃºblico. 2-Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 09 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00065554420168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 REQUERENTE:M. B. L. A. REPRESENTANTE:ELIANA CUNHA LEAL Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) REQUERIDO:MAURICIO DE LIMA AIRES. CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei, que tramitam no JuÃzo da Vara Ãnica da Comarca de IgarapÃ©-Miri, os autos do processo em epÃgrafe, SEM SIGILO E SEMÂ PRIORIDADE, contendo 01 VOLUME(S) com 54 fls., devidamente rubricadas e numeradas. Este processo nÃ£o contÃ©m mÃdia, nÃ£o possui apensos ou qualquer avaria que possa seguir sua tramitaÃ§Ã£o. Certifico, ainda, que efetuei a conferÃªncia dos itens obrigatÃ³rios, de acordo com CHECK LIST apresentado pelo Grupo Gestor do Setor de DigitalizaÃ§Ã£o, estando os presentes autos em regularidade para prosseguimento. Nada mais. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â IgarapÃ©-Miri/PA, 09 de novembro de 2021 Jefferson Vieira da SilvaÂ Diretor de Secretaria PROCESSO: 00076885320188140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Auto de Prisão em Flagrante em: 09/11/2021 FLAGRANTEADO:CLEYBI PORTILHO ARAUJO Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) VITIMA:V. S. C. TESTEMUNHA:ADAILSON DE LIMA CARDOSO. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI Forum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 3755.1866, email: tjepa022@tjpa.jus.br PROCESSO NÂº 0007688-53.2018.8.14.0022 - AÃ§Ã£o Penal DESPACHO 1-Â Â Â Â Â Vista ao MinistÃ©rio PÃºblico. 2-Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 09 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00076885320188140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Auto de Prisão em Flagrante em: 09/11/2021 VITIMA:V. S. C. DENUNCIADO:CLEYBI PORTILHO ARAUJO Representante(s): OAB 27172 - EVANGELINA DE JESUS DO NASCIMENTO BARBOSA (DEFENSOR DATIVO) OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) TESTEMUNHA:ADAILSON DE LIMA CARDOSO. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI Forum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 3755.1866, email: tjepa022@tjpa.jus.br PROCESSO NÂº 0007688-53.2018.8.14.0022 - AÃ§Ã£o Penal DESPACHO 1-Â Â Â Â Â Vista ao MinistÃ©rio PÃºblico. 2-Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 09 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â

Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00078207620198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Interdição/Curatela em: 09/11/2021 REQUERENTE:JUCILENE MARTINS BARBOSA Representante(s): OAB oabpa - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO:JUCILEA MARTINS BARBOSA. CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei, que tramitam no JuÃ-zo da Vara Ãnica da Comarca de IgarapÃ©-Miri, os autos do processo em epÃ-grafe, SEM SIGILO E SEMÂ PRIORIDADE, contendo 01 VOLUME(S) com 24 fls., devidamente rubricadas e numeradas. Este processo contÃ©m mÃ-dia, nÃ£o possui apensos ou qualquer avaria que possa seguir sua tramitaÃ§Ã£o. Certifico, ainda, que efetuei a conferÃªncia dos itens obrigatÃ³rios, de acordo com CHECK LIST apresentado pelo Grupo Gestor do Setor de DigitalizaÃ§Ã£o, estando os presentes autos em regularidade para prosseguimento. Nada mais. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â IgarapÃ©-Miri/PA, 09 de novembro de 2021 Jefferson Vieira da SilvaÂ Diretor de Secretaria PROCESSO: 00081582120178140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REQUERENTE:JOAO BATISTA LEAL GONCALVES Representante(s): OAB 18476 - JACOB KENNEDY MAUES GONCALVES (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA TRIBUNAL DE JUSTICA. CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei, que tramitam no JuÃ-zo da Vara Ãnica da Comarca de IgarapÃ©-Miri, os autos do processo em epÃ-grafe, SEM SIGILO E COMÂ PRIORIDADE, contendo 01 VOLUME(S) com 165 fls., devidamente rubricadas e numeradas. Este processo nÃ£o contÃ©m mÃ-dia, nÃ£o possui apensos ou qualquer avaria que possa seguir sua tramitaÃ§Ã£o. Certifico, ainda, que efetuei a conferÃªncia dos itens obrigatÃ³rios, de acordo com CHECK LIST apresentado pelo Grupo Gestor do Setor de DigitalizaÃ§Ã£o, estando os presentes autos em regularidade para prosseguimento. Nada mais. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â IgarapÃ©-Miri/PA, 09 de novembro de 2021 Jefferson Vieira da SilvaÂ Diretor de Secretaria PROCESSO: 00083781920178140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Auto de Prisão em Flagrante em: 09/11/2021 VITIMA:R. F. S. DENUNCIADO:DENIS CORREA E CORREA Representante(s): OAB 21347 - RAFAEL FREIRE GOMES (ADVOGADO) OAB 22896 - JACKSON JUNIOR DAMASCENO MARTINS (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, email: tjepa022@tjpa.jus.br Ãº Processo nÂº. 0008378-19.2017.8.14.0022 Â DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Vista ao MinistÃ©rio PÃºblico. 2.Â Â Â Â Â ApÃ³s, voltem os autos conclusos. 3.Â Â Â Â Â Expedientes necessÃ¡rios.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 09 de novembro de 2021. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito. 1 Gabinete do Juiz de Direito Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Comarca de IgarapÃ©-Miri PROCESSO: 00723858820158140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 09/11/2021 REQUERENTE:RUFINO CORREA LEAO NETO Representante(s): OAB 9363 - AMADEU PINHEIRO CORREA FILHO (ADVOGADO) REQUERENTE:JOSILENE CARDOSO MACIEL LEAO REQUERIDO:HILARIALDO SOUSA BARBOSA Representante(s): OAB 20990 - VALDEMAR DA SILVA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 23008 - VALDEMAR DA SILVA NETO (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA DE JESUS DA SILVA DOS SANTOS Representante(s): OAB 20990 - VALDEMAR DA SILVA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 23008 - VALDEMAR DA SILVA NETO (ADVOGADO) TERCEIRO:ESTADO DO PARA. CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei, que tramitam no JuÃ-zo da Vara Ãnica da Comarca de IgarapÃ©-Miri, os autos do processo em epÃ-grafe, SEM SIGILO E SEMÂ PRIORIDADE, contendo 01 VOLUME(S) com 140 fls., devidamente rubricadas e numeradas. Este processo nÃ£o contÃ©m mÃ-dia, nÃ£o possui apensos ou qualquer avaria que possa seguir sua tramitaÃ§Ã£o. Certifico, ainda, que efetuei a conferÃªncia dos itens obrigatÃ³rios, de acordo com CHECK LIST apresentado pelo Grupo Gestor do Setor de DigitalizaÃ§Ã£o, estando os presentes autos em regularidade para prosseguimento. Nada mais. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â IgarapÃ©-Miri/PA, 09 de novembro de 2021 Jefferson Vieira da SilvaÂ Diretor de Secretaria PROCESSO: 00001002720158140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 10/11/2021 REQUERENTE:MARCELO MATIAS DE JESUS Representante(s): OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) . ÃºProcesso nÂº. 0000100-27.2015.8.14.0022 Classe: RevogaÃ§Ã£o de Cautelar de Uso de Monitoramento EletrÃ´nico Autor: MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ RÃ©u(s):

Marcelo Matias de Jesus DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de pedido de RevogaÃ§Ã£o de Cautelar de Uso de Monitoramento EletrÃ´nico, datado de 06 de setembro de 2017, no qual Marcelo Matias de Jesus requer a revogaÃ§Ã£o da medida outrora con concedida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico manifestou-se pelo indeferimento do pedido em 19 de dezembro de 2017 (fls. 09/11). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando-se os autos, verifico que a medida cautelar do acusado deve ser mantida, pois ainda estÃ£o presentes os requisitos, inexistindo fato novo ou justificÃ¡vel, que pudesse ensejar sua revogaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais os crimes praticados sÃ£o de natureza grave, o que trouxe temor e inseguranÃ§a a comunidade local, a fim de nÃ£o sÃ³ prevenir a prÃ¡tica de crimes, como tambÃ©m acautelar o meio social e a prÃ³pria credibilidade da JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalta-se que o modus operandi do crime in casu evidencia a periculosidade das condutas, na medida que a aÃ§Ã£o criminosa foi praticada em concurso de agentes, com uso de arma de fogo, e mediante extrema violÃªncia Ã s vÃ-timas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em 15 de setembro de 2020 fora proferido despacho, em face do lapso temporal transcorrido, no qual fora determinado o encaminhamento dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por sua vez, em 06 de outubro de 2021, novamente o parquet manifestou-se contrÃ¡rio a concessÃ£o da revogaÃ§Ã£o requerida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo exposto INDEFIRO o pedido de RevogaÃ§Ã£o de Cautelar de Uso de Monitoramento EletrÃ´nico Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o transcurso do prazo, ARQUIVE-SE OS AUTOS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 10 de novembro de 2021. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito 2 Gabinete do Juiz de Direito Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Comarca de IgarapÃ©-Miri PROCESSO: 00011810820208140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Carta Precatória Criminal em: 10/11/2021 JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DA DECIMA SEGUNDA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE BELEM JUIZO DEPRECADO:JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE IGARAPEMIRI VITIMA:I. G. G. . FLS.: _____ Â PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto-Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri/PA, CEP 68430-000, Tel./fax (91) 3755-1866, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0001181-08.2020.8.14.0022- Carta PrecatÃ³ria criminal (audiÃªncia realizada em 10/11/2021) Processo nÂº 0001181-08.2020.8.14.0022- Carta PrecatÃ³ria Criminal JuÃ-zo Deprecante: JuÃ-zo da 12Âª da Vara Criminal da Comarca de BelÃ©m/PA. JuÃ-zo Deprecado: JuÃ-zo da Vara Ãnica da Comarca de IgarapÃ©-Miri/PA. Processo Origem: 0002085-55.2020.8.14.0401. Autor: MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ Acusados: Antonio Carlos De AraÃºjo Lopes, Peterson GonÃ§alves Romeiro e Leandro de AraÃºjo Lopes. Â Â Â Â Â TERMO DE AUDIÃNCIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao dÃ©cimo (10) dia do mÃªs de novembro (11) de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 14hs10min, nesta cidade e Comarca de IgarapÃ©-Miri, Estado do ParÃ¡, dentro do ambiente Microsoft Teams, em razÃ£o da pandemia da Covid-19 e conforme a PORTARIA CONJUNTA NÂ° 5/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, de 23 de marÃ§o de 2020 e PORTARIA CONJUNTA NÂ° 10/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, DE 15 DE MAIO DE 2020. Presente o Juiz de Direito Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes. Presente o Promotor de JustiÃ§a EmÃ©rio Mendes Costa. Presente a Defensora PÃºblica Isabele Castro da Silva Lima. Presente a vÃ-tima Ivaldo Gomes GonÃ§alves. ABERTA A AUDIÃNCIA pelo MM. Juiz de Direito, a audiÃªncia passou a ser realizada por meio de videoconferÃªncia, com gravaÃ§Ã£o audiovisual, utilizando-se o sistema TEAMS, nos termos da PORTARIA CONJUNTA NÂ°7/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, de 28 de abril de 2020, sendo dispensada sua assinatura, com a anuÃªncia das partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Juiz fez a leitura dos termos da denÃºncia aos presentes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Juiz esclareceu sobre a importÃ¢ncia e a finalidade das testemunhas, bem como sobre a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado (CPP, art. 203), sob pena de responder a processo pelo crime de falso testemunho (CP, art. 342). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passou-se a ouvir a vÃ-tima: IVALDO GOMES GONÃALVES, cujas declaraÃ§Ãµes foram registradas em gravaÃ§Ã£o audiovisual, conforme mÃ-dia (DVD) em anexo. Testemunhas nÃ£o contraditadas, compromissadas com a verdade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seguida o Juiz assim DELIBEROU: Â¿1. Devolva-se a presente carta precatÃ³ria. 2. Todos os presentes cientes neste ato. 3. Serve o presente como ofÃ-cio. 4. Expedientes necessÃ¡rios.Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo, que serÃ¡ assinado por quem de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri, PA, 10 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Â Â Â Â Â Juiz de Direito Testemunha_____ PROCESSO: 00012016720188140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 10/11/2021 REQUERENTE:JOSIANE PANTOJA DA COSTA Representante(s): OAB 18411 - ROGERIO NASCIMENTO SAMPAIO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 15161 - NATASHA FRAZAO MONTORIL PAMPOLHA (ADVOGADO) OAB 15201-A - NELSON WILIANS

FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) . JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto- Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri/PA, CEP 68430-000, Tel./fax (91) 3755-1866, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br PROCESSO NÂº 0001201-67.2018.814.0022 (audiÃªncia realizada no dia 09/11/2021) Processo nÂº 0001201-67.2018.814.0022 CLASSE - AÃÃO ANULATÃRIA DE DÃBITO C/C PEDIDO DE INDENIZAÃÃO POR DANO MORAL, MATERIAL E REPETIÃÃO DE INDÃBITO C/C PEDIDO DE TUTELA DE URGÃNCIA. Requerente: Josiane Pantoja da Costa Advogado: Max do Socorro Melo Pinheiro - OAB/PA nÂº 21.293 Requerido: Banco do Brasil S/A. Advogado: Manoel Luiz da Silva Rendeiro - OAB/PA 30.530. Â Â Â Â Â TERMO DE AUDIÃNCIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao nono (09) dia do mÃªs de novembro (11) de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 10hs30min, nesta cidade e Comarca de IgarapÃ©-Miri, Estado do ParÃ¡, dentro do ambiente Microsoft Teams, em razÃ£o da pandemia da Covid-19 e conforme a PORTARIA CONJUNTA NÂ° 5/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, de 23 de marÃ§o de 2020 e PORTARIA CONJUNTA NÂ° 10/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, DE 15 DE MAIO DE 2020. Presente o Juiz de Direito Arnaldo JosÃ© Gomes Pedrosa. Presente a requerente Josiane Pantoja da Costa, devidamente acompanhada pelo advogado Max do Socorro Melo Pinheiro - OAB/PA nÂº 21.293. Presente a preposta da parte requerida Luana da Silva Monteiro - CPF nÂº 012.719.822-93, devidamente acompanhada pelo advogado Victor Tourinho da Cunha Fernandes - OAB 28.789. Presente a testemunha arrolada pela autora Marcilene Pantoja Contente Presentes os acadÃªmicos de Direito Marielle ConceiÃ§Ã£o Santos da Costa - CPF 004.887.892-81, VictÃ³ria Clotilde GonÃ§alves BaÃa - CPF 034.300.952-54, Gustavo Silva dos Santos - CPF 061.958.702-42. ABERTA A AUDIÃNCIA pelo MM. Juiz de Direito, a audiÃªncia passou a ser realizada por meio de videoconferÃªncia, com gravaÃ§Ã£o audiovisual, utilizando-se o sistema TEAMS, nos termos da PORTARIA CONJUNTA NÂ°7/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, de 28 de abril de 2020, sendo dispensada sua assinatura, com a anuÃªncia das partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A parte requerida declarou nÃ£o ter proposta de acordo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A conciliaÃ§Ã£o restou infrutÃfera. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Juiz passou a ouvir a requerente, cujas as declaraÃ§Ãµes foram registradas conforme mÃdia (DVD) em anexo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Juiz passou a ouvir a testemunha arrolada pela autora MARCILENE PANTOJA CONTENTE, cujas as declaraÃ§Ãµes foram registradas conforme mÃdia (DVD) em anexo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A parte autora requereu prazo para apresentar as razÃµes finais. Â Â Â Â Â Em seguida, o Juiz assim DELIBEROU: 1 - Concedo para as partes o prazo sucessivo de 15 (quinze) dias para apresentar as razÃµes finais. 2 - ApÃ³s, venham me os autos conclusos para sentenÃ§a em gabinete. 3 - Todos os presentes cientes neste ato. 4 - Expedientes NecessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo, que vai devidamente assinado por quem de direito. Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri, PA, 09 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00012469420098140022 PROCESSO ANTIGO: 200910009148 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HAROLDO NAZARÉ VENÂNCIO BARBOSA JÚNIOR A??o: Carta Precatória Cível em: 10/11/2021 EXEQUENTE:INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA JUIZO DEPRECADO:JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE IGARAPEMIRI JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA VARA FEDERAL CIVEL DA COMARCA DE BELEM EXECUTADO:ENOQUE SERRAO PANTOJA. ÂºProcesso nÂº 0001246-86.2009.8.14.0022 Classe: Carta PrecatÃ³ria CERTIDÃO Certifico para os devidos fins legais, que constatei haver custas intermediÃ¡rias pendentes, apÃ³s realizar pesquisa nos sistemas LIBRA e de ARRECADAÃÃO JUDICIAL. Sendo assim, certifico que a referida custa gerou o boleto de nÃºmero 2017308495, o qual consta em aberto nos referidos sistemas. Nada mais. O referido Ã© verdade e dou fÃ© IgarapÃ©-Miri, 10 de novembro de 2021. Haroldo NazarÃ© VenÃ¢ncio Barbosa JÃºnior UNAJ/IgarapÃ©-Miri 1 PROCESSO: 00015525020128140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Busca e Apreensão em: 10/11/2021 AUTOR:ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Representante(s): OAB 107414 - AMÂNDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 14918 - TALITA MARIA CARMONA DOS SANTOS (ADVOGADO) REU:HERMECINDO DOS SANTOS CORREA Representante(s): OAB 9363 - AMADEU PINHEIRO CORREA FILHO (ADVOGADO) . Â CERTIDÂ¿O DE TRÃNSITO EM JULGADO CERTIFICO e dou a fÃ© que em razÃ£o das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei que no interesse do referido processo, venho registrar que a SentenÃ§a prolatada por este juÃzo TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO. Nada mais. Â IgarapÃ©-Miri/PA____ de ______ de 2021 Jefferson Vieira da Silva Diretor de Secretaria Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00018521220128140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE

PEDROSA GOMES A??o: Procedimento Comum Cível em: 10/11/2021 REQUERENTE:MELINO CARDOSO GUIMARAES Representante(s): OAB XLR8 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) REQUERIDO:BANCO VOTORANTIN SA Representante(s): OAB 13536 - CELSO MARCON (ADVOGADO) . JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto- Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri/PA, CEP 68430-000, Tel./fax (91) 3755-1866, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br PROCESSO NÂº 0001852-12.2012.814.0022 (audiÃªncia realizada no dia 09/11/2021) Processo nÂº 0001852-12.2012.814.0022 CLASSE - AÃÃO DECLATÃRIA DE INEXISTÃNCIA DE DÃBITO C/C ANTECIPAÃÃO DE TUTELA COM REPETIÃÃO DE INDÃBITO E INDENIZAÃÃO POR DANOS MORAIS COM INVERSÃO DO ÃNUS DA PROVA. Requerente: Melino Cardoso GuimarÃ£es. AssistÃªncia JurÃ-dica: Defensoria PÃºblica do Estado do ParÃ¡ Requerido: Banco do Vontorantin S/A. Â Â Â Â Â TERMO DE AUDIÃNCIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao nono (09) dia do mÃªs de novembro (11) de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 11hs30min, nesta cidade e Comarca de IgarapÃ©-Miri, Estado do ParÃ¡, dentro do ambiente Microsoft Teams, em razÃ£o da pandemia da Covid-19 e conforme a PORTARIA CONJUNTA NÂ° 5/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, de 23 de marÃ§o de 2020 e PORTARIA CONJUNTA NÂ° 10/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, DE 15 DE MAIO DE 2020. Presente o Juiz de Direito Arnaldo JosÃ© Gomes Pedrosa. Ausente o requerente Melino Cardoso GuimarÃ£es. Presente a Defensora PÃºblica Isabele Castro da Silva Lima. Presente a preposta da parte Maria Eduarda de Paula Tavares Cavalcante - CPF nÂº 991.889.963-87, devidamente acompanhada pelo advogado Antonio Alberto F. Dias, OAB/CE 24.082. Presentes os acadÃªmicos de Direito Marielle ConceiÃ§Ã£o Santos da Costa - CPF 004.887.892-81, VictÃ³ria Clotilde GonÃ§alves BaÃ-a - CPF 034.300.952-54, Gustavo Silva dos Santos - CPF 061.958.702-42. ABERTA A AUDIÃNCIA pelo MM. Juiz de Direito, a audiÃªncia passou a ser realizada por meio de videoconferÃªncia, com gravaÃ§Ã£o audiovisual, utilizando-se o sistema TEAMS, nos termos da PORTARIA CONJUNTA NÂ°7/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, de 28 de abril de 2020, sendo dispensada sua assinatura, com a anuÃªncia das partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seguida, o Juiz assim DELIBEROU: 1 - Ante a certidÃ£o de fl. 174, redesigno audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 14/06/2022, Ã s 12:00 horas. 2 - Serve o presente como mandado. 3 - Todos os presentes cientes neste ato. 4 - Expedientes NecessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo, que vai devidamente assinado por quem de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri, PA, 09 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Â Â Â Â Â Juiz de Direito AcadÃªmico de Direito_____ AcadÃªmica de Direito_____ AcadÃªmica de Direito_____ PROCESSO: 00034332820138140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Inventário em: 10/11/2021 REQUERENTE:ANA CRISTINA RODRIGUES CORREA Representante(s): OAB 18476 - JACOB KENNEDY MAUES GONCALVES (ADVOGADO) REQUERIDO:LUIS AUGUSTO SANTOS CORREA. CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei, que tramitam no JuÃ-zo da Vara Ãnica da Comarca de IgarapÃ©-Miri, os autos do processo em epÃ-grafe, SEM SIGILO E SEMÂ PRIORIDADE, contendo 01 VOLUME(S) com 70 fls., devidamente rubricadas e numeradas. Este processo nÃ£o contÃ©m mÃ-dia, nÃ£o possui apensos ou qualquer avaria que possa seguir sua tramitaÃ§Ã£o. Certifico, ainda, que efetuei a conferÃªncia dos itens obrigatÃ³rios, de acordo com CHECK LIST apresentado pelo Grupo Gestor do Setor de DigitalizaÃ§Ã£o, estando os presentes autos em regularidade para prosseguimento. Nada mais. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â IgarapÃ©-Miri/PA, 10 de novembro de 2021 Jefferson Vieira da SilvaÂ Diretor de Secretaria PROCESSO: 00058446820188140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Petição Infância e Juventude Cível em: 10/11/2021 REQUERENTE:VANILSON GONCALVES PENA Representante(s): OAB 26494 - KELVYN CARLOS DA SILVA MENDES (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE IGARAPE MIRI. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI Forum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 3755.1866, email: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0005844-68.2018.8.14.0022-AÃ§Ã£o de Ressarcimento c/c IndenizaÃ§Ã£o Por Danos Morais e Lucros Cessantes Despacho 1-Â Â Â Â Â Tendo em vista a petiÃ§Ã£o de fls. 110, segue em anexo nova cÃ³pia de mÃ-dia (DVD) em anexo. 2-Â Â Â Â Â Expedientes NecessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 10 de Novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00073530520168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Mandado de Segurança Cível em: 10/11/2021 REQUERENTE:DENILSON QUARESMA MONTEIRO Representante(s): OAB 22996 - ANNE VELOSO

MONTEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:COMANDANTE GERAL DA POLICIA MILITAR DO ESTADO DO PARA. CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei, que tramitam no JuÃ-zo da Vara Ãnica da Comarca de IgarapÃ©-Miri, os autos do processo em epÃ-grafe, SEM SIGILO E SEMÂ PRIORIDADE, contendo 01 VOLUME(S) com 65 fls., devidamente rubricadas e numeradas. Este processo nÃ£o contÃ©m mÃ-dia, nÃ£o possui apensos ou qualquer avaria que possa seguir sua tramitaÃ§Ã£o. Certifico, ainda, que efetuei a conferÃªncia dos itens obrigatÃ³rios, de acordo com CHECK LIST apresentado pelo Grupo Gestor do Setor de DigitalizaÃ§Ã£o, estando os presentes autos em regularidade para prosseguimento. Nada mais. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â IgarapÃ©-Miri/PA, 10 de novembro de 2021 Jefferson Vieira da SilvaÂ Diretor de Secretaria PROCESSO: 00077474120188140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 10/11/2021 REQUERENTE:ANDRELINA DE LIMA POMPEU Representante(s): OAB 17983 - GILVAN RABELO NORMANDES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU BMG CONDIGNADOS SA. CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei, que tramitam no JuÃ-zo da Vara Ãnica da Comarca de IgarapÃ©-Miri, os autos do processo em epÃ-grafe, SEM SIGILO E SEMÂ PRIORIDADE, contendo 01 VOLUME(S) com 54 fls., devidamente rubricadas e numeradas. Este processo nÃ£o contÃ©m mÃ-dia, nÃ£o possui apensos ou qualquer avaria que possa seguir sua tramitaÃ§Ã£o. Certifico, ainda, que efetuei a conferÃªncia dos itens obrigatÃ³rios, de acordo com CHECK LIST apresentado pelo Grupo Gestor do Setor de DigitalizaÃ§Ã£o, estando os presentes autos em regularidade para prosseguimento. Nada mais. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â IgarapÃ©-Miri/PA, 10 de novembro de 2021 Jefferson Vieira da SilvaÂ Diretor de Secretaria PROCESSO: 00082064320188140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Auto de Prisão em Flagrante em: 10/11/2021 VITIMA:E. L. G. DENUNCIADO:MACIEL PORTILHO MACHADO Representante(s): OAB 26494 - KELVYN CARLOS DA SILVA MENDES (ADVOGADO) . JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto- Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri/PA, CEP 68430-000, Tel./fax (91) 3755-1866, e-mail: igarapemiri@tjpa.jus.br PROCESSO NÂº 0008206-43.2018.8.14.0022 - AÃÃO PENAL (audiÃªncia realizada no dia 09/11/2021) Processo nÂº 0008206-43.2018.8.14.0022 - AÃ§Ã£o Penal. Autor: Â MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ Denunciado: Maciel Portilho Machado Advogado: Kelvyn Carlos da Silva Mendes - OAB/PA 26.494. Â Â Â Â TERMO DE AUDIÃNCIA Â Â Â Â Â Â Â Ao dÃ©cimo quinto (15) dia do mÃªs de outubro (10) de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 12hs50min, nesta cidade e Comarca de IgarapÃ©-Miri, Estado do ParÃ¡, dentro do ambiente Microsoft Teams, em razÃ£o da pandemia da Covid-19 e conforme a PORTARIA CONJUNTA NÂ° 5/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, de 23 de marÃ§o de 2020 e PORTARIA CONJUNTA NÂ° 10/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, DE 15 DE MAIO DE 2020. Presente o Juiz de Direito Arnaldo JosÃ© Gomes Pedrosa. Presente o Promotor de JustiÃ§a EmÃ©rio Mendes Costa. Presente o advogado Kelvyn Carlos da Silva Mendes - OAB/PA 26.494. Ausente o acusado Maciel Portilho Machado. Presente as testemunhas arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico Manoel Lobato dos Santos Junior e Weverton Clay Rodrigues Ferreira. Ausente a testemunha arrolada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Edilana Lobato GraÃ§a. Presentes os AcadÃªmicos de Direito Marielle ConceiÃ§Ã£o Santos da Costa - CPF 004.887.892-81, VictÃ³ria Clotilde GonÃ§alves BaÃ-a - CPF 034.300.952-54, Gustavo Silva dos Santos - CPF 061.958.702-42, Wesley de Sousa Valente - CPF nÂº 701.044.012-30 e Adenilce Sena dos Santos - CPF 855-851.302-34. ABERTA A AUDIÃNCIA pelo MM. Juiz de Direito, a audiÃªncia passou a ser realizada por meio de videoconferÃªncia, com gravaÃ§Ã£o audiovisual, utilizando-se o sistema TEAMS. nos termos da PORTARIA CONJUNTA NÂ°7/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, de 28 de abril de 2020, sendo dispensada sua assinatura, com a anuÃªncia das partes. Â Â Â Â Â Â Â Ante a ausÃªncia do acusado, acima registrada e considerando que o acusado se encontra solto, nÃ£o havendo nenhuma justificativa do nÃ£o comparecimento do acusado, aplico ao caso o disposto no art. 367 do CÃ³digo de Processo Penal, segundo o qual Â¿o processo seguirÃ¡ sem a presenÃ§a do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudanÃ§a de residÃªncia, nÃ£o comunicar o novo endereÃ§o ao juÃ-zoÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â O Juiz fez a leitura dos termos da denÃºncia aos presentes. Â Â Â Â Â Â Â O Juiz esclareceu sobre a importÃ¢ncia e a finalidade das testemunhas, bem como sobre a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado (CPP, art. 203), sob pena de responder a processo pelo crime de falso testemunho (CP, art. 342). Â Â Â Â Â Â Â Passou-se a ouvir as testemunhas arroladas pelo ministÃ©rio pÃºblico: MANOEL LOBATO DOS SANTOS JUNIOR e WEVERTON CLAY RODRIGUES FERREIRA, cujas declaraÃ§Ãµes foram registradas em gravaÃ§Ã£o audiovisual, conforme mÃ-dia (DVD) em anexo. Testemunhas nÃ£o contraditadas, compromissadas com a verdade. Â Â Â Â Â Â Â A representante legal do MinistÃ©rio

PÃºblico desistiu nas oitivas das testemunhas Edilana Lobato GraÃ§a. O MM Juiz homologou a desistÃªncia das testemunhas. Â Â Â Â Â Â Â O advogado de defesa desistiu da oitiva da testemunha Edilana Lobato GraÃ§a. O MM Juiz homologou a desistÃªncia das testemunhas. Â Â Â Â Â Â Â Dada a palavra a representante legal do MinistÃ©rio PÃºblico, apresentou as alegaÃ§Ãµes finais de forma oral, pugnando pela condenaÃ§Ã£o do acusado, conforme mÃ-dia (DVD), em anexo. Â Â Â Â Â Â Â A defesa requereu vistas dos autos para apresentar as alegaÃ§Ãµes finais por escrito. Â Â Â Â Â Â Â Em seguida, o Juiz assim DELIBEROU: Â¿1 - Concedo Ã Defensoria PÃºblica o prazo de 05 (cinco) dias para alegaÃ§Ãµes finais. 3 - ApÃ³s, venham-me conclusos os autos. 4 - Todos os presentes cientes neste ato. 5 - Expedientes necessÃ¡rios.Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri, PA, 09 de novembro de 2021. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito PROCESSO: 00089411320178140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Auto de Prisão em Flagrante em: 10/11/2021 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:PAULO SERGIO SILVA DE SOUZA DENUNCIADO:RONILDO GOMES DA SILVA Representante(s): OAB 9363 - AMADEU PINHEIRO CORREA FILHO (ADVOGADO) DENUNCIADO:DEISE MARCELA TAVARES PANTOJA. JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto- Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri/PA, CEP 68430-000, Tel./fax (91) 3755-1866, e-mail: igarapemiri@tjpa.jus.br PROCESSO NÂº 0008941-13.2017.8.14.0022 - AÃÃO PENAL (audiÃªncia realizada no dia 10/11/2021) Processo nÂº 0008941-13.2017.8.14.0022 - AÃ§Ã£o Penal. Autor: Â MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ Denunciados: Deise Marcela Tavares Pantoja, Paulo Sergio Silva de Souza e Ronildo Gomes da Silva. Advogado: Kelvyn Carlos da Silva Mendes - OAB/PA 26.494. Â Â Â Â TERMO DE AUDIÃNCIA Â Â Â Â Â Â Â Ao dÃ©cimo (10) dia do mÃªs de novembro (11) de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 11hs30min, nesta cidade e Comarca de IgarapÃ©-Miri, Estado do ParÃ¡, dentro do ambiente Microsoft Teams, em razÃ£o da pandemia da Covid-19 e conforme a PORTARIA CONJUNTA NÂ° 5/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, de 23 de marÃ§o de 2020 e PORTARIA CONJUNTA NÂ° 10/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, DE 15 DE MAIO DE 2020. Presente o Juiz de Direito Arnaldo JosÃ© Gomes Pedrosa. Presente a Promotora de JustiÃ§a Louise Rejane de AraÃºjo Silva Severino. Presente o advogado Kelvyn Carlos da Silva Mendes - OAB/PA 26.494. Presentes os acusados Deise Marcela Tavares Pantoja, Paulo Sergio Silva de Souza e Ronildo Gomes da Silva. Presente a testemunha arrolada pelo MinistÃ©rio Hugo Roberto de Souza. Ausentes as testemunhas arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico Flaurindo Edson Lobo, Jonan Urubatan Oliveira Pinheiro e Denis Rodrigues dos Anjos. ABERTA A AUDIÃNCIA pelo MM. Juiz de Direito, a audiÃªncia passou a ser realizada por meio de videoconferÃªncia, com gravaÃ§Ã£o audiovisual, utilizando-se o sistema TEAMS. nos termos da PORTARIA CONJUNTA NÂ°7/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, de 28 de abril de 2020, sendo dispensada sua assinatura, com a anuÃªncia das partes. Â Â Â Â Â Â Â O advogado de defesa requereu a juntada da procuraÃ§Ã£o do denunciando Ronildo Gomes da Silva, nos autos do processo. O MM Juiz deferiu o pedido de juntada. Â Â Â Â Â Â Â O Juiz fez a leitura dos termos da denÚncia aos presentes. Â Â Â Â Â Â Â O Juiz esclareceu sobre a importÃ¢ncia e a finalidade das testemunhas, bem como sobre a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado (CPP, art. 203), sob pena de responder a processo pelo crime de falso testemunho (CP, art. 342). Â Â Â Â Â Â Â Passou-se a ouvir a testemunha arrolada pelo ministÃ©rio pÃºblico: HUGO ROBERTO DE SOUZA, cujas declaraÃ§Ãµes foram registradas em gravaÃ§Ã£o audiovisual, conforme mÃ-dia (DVD) em anexo. Testemunhas nÃ£o contraditadas, compromissadas com a verdade. Â Â Â Â Â Â Â A representante legal do MinistÃ©rio PÃºblico desistiu nas oitivas das testemunhas Jonan Urubatan Oliveira Pinheiro. O MM Juiz homologou a desistÃªncia das testemunhas. Â Â Â Â Â Â Â Em seguida, o Juiz assim DELIBEROU: Â¿1 - Antes as ausÃªncias acima registradas, designo audiÃªncia de continuaÃ§Ã£o para o dia 23/06/2022, Ã s 11h30min. 2 - Serve o presente como mandado. 3 - Todos os presentes cientes neste ato. 4 - Expedientes necessÃ¡rios.Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri, PA, 10 de novembro de 2021. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito PROCESSO: 00097587720178140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Auto de Prisão em Flagrante em: 10/11/2021 VITIMA:A. P. C. DENUNCIADO:FERNANDO GABRIEL LOBATO MIRANDA. JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto- Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri/PA, CEP 68430-000, Tel./fax (91) 3755-1866, e-mail: igarapemiri@tjpa.jus.br PROCESSO NÂº 0009758-2017.8.14.0022 - AÃÃO PENAL (audiÃªncia realizada no dia 10/11/2021) Processo nÂº 0009758-2017.8.14.0022 - AÃ§Ã£o Penal. Autor: Â MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ Denunciado: Fernando Gabriel Lobato Miranda AssistÃªncia JurÃ-dica: Defensoria PÃºblica do Estado do ParÃ¡. Â Â Â Â TERMO DE AUDIÃNCIA Â Â Â Â Â Â Â Ao dÃ©cimo (10) dia do mÃªs de novembro (11) de dois mil e

vinte e um (2021), Ã s 14hs50min, nesta cidade e Comarca de IgarapÃ©-Miri, Estado do ParÃ¡, dentro do ambiente Microsoft Teams, em razÃ£o da pandemia da Covid-19 e conforme a PORTARIA CONJUNTA NÂ° 5/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, de 23 de marÃ§o de 2020 e PORTARIA CONJUNTA NÂ° 10/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, DE 15 DE MAIO DE 2020. Presente o Juiz de Direito Arnaldo JosÃ© Gomes Pedrosa. Presente o Promotor de JustiÃ§a EmÃ©rio Mendes Costa. Presente a Defensora PÃºblica Isabele Castro da Silva Lima. Ausente o acusado Fernando Gabriel Lobato Miranda. Presente as testemunhas arroladas pelo MinistÃ©rio Melquisedeque Sena Bittencourt e Denilson Furtado Raio. Ausente a testemunha arrolada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Antonio Pantoja de Castro. ABERTA A AUDIÃNCIA pelo MM. Juiz de Direito, a audiÃªncia passou a ser realizada por meio de videoconferÃªncia, com gravaÃ§Ã£o audiovisual, utilizando-se o sistema TEAMS. nos termos da PORTARIA CONJUNTA NÂ°7/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, de 28 de abril de 2020, sendo dispensada sua assinatura, com a anuÃªncia das partes. Â Â Â Â Â Â Â Ante as ausÃªncias do rÃ©u acima registrada e considerando que o acusado se encontra solto, nÃ£o havendo nenhuma justificativa do nÃ£o comparecimento do acusado, aplico ao caso o disposto no art. 367 do CÃ³digo de Processo Penal, segundo o qual Â¿o processo seguirÃ¡ sem a presenÃ§a do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudanÃ§a de residÃªncia, nÃ£o comunicar o novo endereÃ§o ao juÃ-zoÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â O Juiz fez a leitura dos termos da denÃºncia aos presentes. Â Â Â Â Â Â Â O Juiz esclareceu sobre a importÃ¢ncia e a finalidade das testemunhas, bem como sobre a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado (CPP, art. 203), sob pena de responder a processo pelo crime de falso testemunho (CP, art. 342). Â Â Â Â Â Â Â Passou-se a ouvir as testemunhas arroladas pelo ministÃ©rio pÃºblico: MELQUISEDEQUE SENA BITTENCOURT e DENILSON FURTADO RAIO, cujas declaraÃ§Ãµes foram registradas em gravaÃ§Ã£o audiovisual, conforme mÃ-dia (DVD) em anexo. Testemunhas nÃ£o contraditadas, compromissadas com a verdade. Â Â Â Â Â Â Â A representante legal do MinistÃ©rio PÃºblico desistiu nas oitivas das testemunhas Antonio Pantoja de Castro. O MM Juiz homologou a desistÃªncia das testemunhas. Â Â Â Â Â Â Â Dada palavra ao representante legal do MinistÃ©rio PÃºblico, apresentou as alegaÃ§Ãµes finais de forma oral pugnando pela absolviÃ§Ã£o do rÃ©u, conforme mÃ-dia (DVD) em anexo. Â Â Â Â Â Â Â Dada palavra a representante legal da Defensoria PÃºblica, apresentou as alegaÃ§Ãµes finais de forma oral pugnando pela absolviÃ§Ã£o do rÃ©u, conforme mÃ-dia (DVD) em anexo. Â Â Â Â Â Â Â Em seguida o Juiz assim SENTENCIOU: Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais e constitucionais, ofertou a exordial acusatÃ³ria contra Fernando Gabriel Lobato Miranda, atribuindo-lhe, em tese, as condutas descritas no art. 157, caput c/c art. 14, inciso II ambos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Nos termos da inicial acusatÃ³ria, elaborada com base em informaÃ§Ãµes colhidas do inquÃ©rito policial, o ora denunciado, no dia 26/11/2017, teria sido subtraindo pertences pessoais da vÃ-tima Antonio Pantoja de Castro. Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico verificou que nÃ£o existem elementos suficientes para o prosseguimento da demanda, de maneira que requereu a absolviÃ§Ã£o do acusado por falta de provas. Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar. Â Â Â Â Â Â Â Tudo bem visto e ponderado, passo a fundamentar a decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais e constitucionais, ofertou a exordial acusatÃ³ria contra Fernando Gabriel Lobato Miranda, atribuindo-lhe, em tese, as condutas descritas no art. 157, caput c/c art. 14, inciso II ambos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Ocorre, todavia, que, no presente caso, como de resto todos os demais, para que o Estado exerÃ§a o seu ius puniendi, Ã© necessÃ¡rio que a conduta delituosa pela qual o indivÃ-duo responde esteja muito bem comprovada. Â Â Â Â Â Â Â Em outras palavras, a procedÃªncia de uma demanda somente Ã© possÃ-vel quando cabalmente demonstrada a existÃªncia do fato e autoria delituosa, sem as quais o Estado resta impedido de punir aquele que, em tese, praticou uma conduta social e juridicamente reprovÃ¡vel. Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o foi o que aconteceu no presente caso. Explico. Â Â Â Â Â Â Â Assiste razÃ£o o MinistÃ©rio PÃºblico e a Defensoria PÃºblica, uma vez que, nÃ£o hÃ¡ elementos suficientes que possam demonstrar a conduta de roubo pelo denunciado, para a comprovaÃ§Ã£o do delito apresentado nos autos do processo, como bem afirmou o MinistÃ©rio PÃºblico.Â Â Â Â Â Â Â Em verdade, nÃ£o hÃ¡ uma Ãºnica afirmativa no sentido da culpabilidade da acusada, estÃ£o nos autos do termo de circunstanciado de ocorrÃªncia, nÃ£o sendo suficiente para a condenaÃ§Ã£o deste juÃ-zo que convenÃ§a este juÃ-zo para condenaÃ§Ã£o do acusado.Â Â Â Â Â Â Â Desta feita, inexistindo prova do fato delituoso, nÃ£o hÃ¡ justa causa para a aÃ§Ã£o penal e, portanto, em outro sentido nÃ£o se poderia concluir senÃ£o naquele que converge para a absolviÃ§Ã£o do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido constante na denÃºncia para o fim de ABSOLVER o rÃ©u FERNANDO GABRIEL LOBATO MIRANDA, da imputaÃ§Ã£o que lhe Ã© feita, com fundamento do art. 386, VII, do CÃ³digo de Processo Penal1. Â Â Â Â Â Â Â Publique-se a presente sentenÃ§a no DiÃ¡rio de JustiÃ§a EletrÃ´nico. Â Â Â Â Â Â Â Saem os presentes cientes deste ato. Â Â Â Â Â Â Â Registre-se. Â

Â Â Â Â Â Â Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri, PA, 10 de novembro de 2021. Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Juiz de Direito 1 PROCESSO: 00100990620178140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 10/11/2021 REQUERENTE:BANCCO ITAUCARD SA Representante(s): OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) REQUERIDO:ALCY DE JESUS NERY PINHEIRO. CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei, que tramitam no JuÃ-zo da Vara Ãnica da Comarca de IgarapÃ©-Miri, os autos do processo em epÃ-grafe, SEM SIGILO E SEMÂ PRIORIDADE, contendo 01 VOLUME(S) com 43 fls., devidamente rubricadas e numeradas. Este processo nÃ£o contÃ©m mÃ-dia, nÃ£o possui apensos ou qualquer avaria que possa seguir sua tramitaÃ§Ã£o. Certifico, ainda, que efetuei a conferÃªncia dos itens obrigatÃ³rios, de acordo com CHECK LIST apresentado pelo Grupo Gestor do Setor de DigitalizaÃ§Ã£o, estando os presentes autos em regularidade para prosseguimento. Nada mais. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â IgarapÃ©-Miri/PA, 10 de novembro de 2021 Jefferson Vieira da SilvaÂ Diretor de Secretaria PROCESSO: 00001011420178140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 11/11/2021 VITIMA:V. S. L. VITIMA:S. B. VITIMA:V. S. L. DENUNCIADO:BRENDO AVIZ SANTOS Representante(s): OAB 16693 - JEFFERSON FRANK SILVEIRA NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 18870 - PAULO MARCELO DA SILVA PALMEIRA (ADVOGADO) VITIMA:R. L. . ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI Processo nÂº 0000101-14.2017.8.14.0022 Classe: AÃ§Ã£o Penal PÃºblica Autor: MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ RÃ©u: BRENDO AVIZ SANTOS CapitulaÃ§Ã£o penal: art. 121, Â§2Âº, II e IV c/c art. 14, II do CP SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais e constitucionais, ofertou a exordial acusatÃ³ria em desfavor de BRENDO AVIZ SANTOS atribuindo-lhe a condutas descritas: no art. 121, Â§2Âº, II e IV do CP contra a vÃ-tima Waldecir da Silva Lobato; art. 121, Â§2Âº, II e IV c/c art. 14, II, do CP contra as vÃ-timas Waldenilson da Silva Lobato, Silvana Barbosa e Raquel Lobato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Consta dos autos que no dia 15.01.2017, por volta das 23h40min, policiais militares encontravam-se Ã s proximidades de um evento festivo, que ocorria prÃ³ximo a PraÃ§a Sarges Barros, ocasiÃ£o em que ouviram vÃ¡rios estampidos de tiros e avistaram um aglomerado de pessoas, tendo o acusado sido avistado saindo correndo com uma arma em punho, instante em que os policiais tomaram conhecimento que os disparos haviam atingido a vÃ-tima Valdecir da Silva Lobato, o qual veio a Ã³bito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aduz que a vÃ-tima Valdenilson da Silva Lobato teria sido atingido ao tentar defender a primeira vÃ-tima, o qual seria seu irmÃ£o, razÃ£o pela qual tambÃ©m foi alvejado, pelo acusado, com disparos de arma de fogo, tendo sido encaminhado para BelÃ©m em estado grave. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Relata ainda que as vÃ-timas Silvana Barbosa e Raquel Lobato acabaram sendo atingidas pelos disparos efetuados pelo acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Laudo de exame cadavÃ©rico (fl. 53/53V). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em 09.03.2017 foi recebida a denÃºncia, ocorrendo, pois, o primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva estatal (fl. 07/08) Â Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado Brendo Aviz Santos, devidamente citado, apresentou resposta Ã acusaÃ§Ã£o Ã s fls. 13/18. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No dia 25.08.2017 foi realizada audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, tendo sido ouvidas as vÃ-timas: TainÃ£ Dax da Silva, Valdenilson da Silva Lobato e Raquel Lobato SerrÃ£o, bem como a testemunhas: Cloriomar Trindade Margalho Junior, Cristiano dos Santos Rodrigues e Marciane de Sousa Pinheiro (fls. 40/43), bem como realizado o interrogatÃ³rio do acusado: Brendo Aviz Santos, conforme ata acima citada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlegaÃ§Ãµes finais do MinistÃ©rio PÃºblico Ã s fls. 76/82, pugnando pronÃºncia do acusado Brendo Aviz Santos ao EgrÃ©gio Tribunal do JÃºri, como incurso nas penas do art. 121, Â§2Âº, II e IV c/c art. art. 14, II, ambos do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A defesa do acusado Brendo Aviz Santos apresentou alegaÃ§Ãµes finais (fls. 87/89), pugnando por sua impronuncia, por falta de prova. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã fundamentaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais e constitucionais, ofertou a exordial acusatÃ³ria em desfavor de BRENDO AVIZ SANTOS, atribuindo-lhe a conduta descrita: no art. 121, Â§2Âº, II e IV do CP contra a vÃ-tima Valdecir da Silva Lobato; art. 121, Â§2Âº, II e IV, c/c art. 14, II, do CP contra as vÃ-timas Valdenilson da Silva Lobato, Silvana Barbosa e Raquel Lobato; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em relaÃ§Ã£o ao rÃ©u BRENDO AVIZ SANTOS, tenho o seguinte entendimento: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Incialmente, cumpre esclarecer que a decisÃ£o de pronÃºncia possui conteÃºdo absolutamente declaratÃ³rio, em que o juiz, utilizando-se de um juÃ-zo de prelibaÃ§Ã£o, admite ou rejeita a acusaÃ§Ã£o, sem que, em virtude disso, adentre no mÃ©rito da questÃ£o debatida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesta linha, Ã© de se notar que a decisÃ£o de pronÃºncia deve restringir-se Ã verificaÃ§Ã£o da presenÃ§a do fumus boni juris, entendido este como a probabilidade de as teses de acusaÃ§Ã£o serem efetivamente verdadeiras, obedecido, neste particular, o

princÃ-pio do in dubio pro societate, traduzido na obrigaÃ§Ã£o de que, em havendo dÃºvidas quanto Ã materialidade e autoria delitivas, deve o processo ser submetido ao Tribunal do JÃºri, instituiÃ§Ã£o constitucionalmente competente para o julgamento dos crimes dolosos praticados contra a vida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em suma, dois aspectos devem ser analisados pelo juiz nessa fase: I) O crime realmente existiu? (materialidade do delito); II) HÃ¡ indÃ-cios suficientes de autoria contra os ora acusados? Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso dos autos, nÃ£o hÃ¡ como negar que hÃ¡ provas acerca da existÃªncia da materialidade delitiva dos crimes que sÃ£o imputados ao acusado, notadamente em razÃ£o das provas testemunhais ouvidas durante a instruÃ§Ã£o que informam que as vÃ-timas foram atingidas por projÃ©teis de arma de fogo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em relaÃ§Ã£o Ã autoria do crime, verifica-se hÃ¡ indÃ-cios suficientes de autoria em relaÃ§Ã£o ao acusado BRENDO AVIZ SANTOS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diferentemente do que o acusado informou em seu depoimento, colhido durante o interrogatÃ³rio, as testemunhas afirmam que o acusado estava armado com revÃ³lver, durante a festa ocorrida prÃ³ximo Ã praÃ§a Sarges Barros, local onde ocorreu o delito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dessa forma, se estÃ£o presentes a materialidade do delito e indÃ-cios suficientes de autoria, nÃ£o hÃ¡ que se falar, salvo melhor juÃ-zo, e nesta fase, em hipÃ³tese de absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria ou impronÃºncia do acusado, atÃ© mesmo porque nessa fase do sumÃ¡rio da culpa ou Â¿Judicio AcusationisÂ¿ vigora o PrincÃ-pio do In dÃºbio pro societate. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Importante ressaltar que a expressÃ£o Â¿salvo melhor juÃ-zoÂ¿ utilizada acima, justifica-se pelo fato, jÃ¡ mencionado, de que a decisÃ£o de pronÃºncia deve ter sua fundamentaÃ§Ã£o limitada Ã indicaÃ§Ã£o da materialidade do fato e da existÃªncia de indÃ-cios suficientes de autoria ou de participaÃ§Ã£o, para evitar a Â¿eloquÃªncia acusatÃ³riaÂ¿, ou seja, a pronÃºncia com excesso de linguagem.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na precisa liÃ§Ã£o de Norberto Avena1: Igual situaÃ§Ã£o ocorre em relaÃ§Ã£o ao exame das teses defensivas (relacionadas, por exemplo, Ã negativa de autoria, ausÃªncia de dolo ou a presenÃ§a de excludentes de ilicitude), que tambÃ©m deverÃ£o ser apreciadas com superficialidade, nÃ£o podendo o magistrado afastÃ¡-las de forma peremptÃ³ria. Todo esse cuidado justifica-se no intuito de evitar que os termos da pronÃºncia possam influenciar de qualquer modo o Ã¢nimo dos jurados por ocasiÃ£o do veredicto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante de tal panorama, importa esclarecer que, estando configurados os dois elementos exigidos, impÃµe-se o acolhimento da acusaÃ§Ã£o ofertada com a consequente submissÃ£o do acusado a julgamento pelo jÃºri popular. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, ACOLHO o pedido insculpido na DENÃNCIA para: a)Â Â Â Â Â com fulcro no art. 413 do CÃ³digo de Processo Penal, PRONUNCIAR o acusado BRENDO AVIZ SANTOS, como incurso nas sanÃ§Ãµes previstas no art. 121, Â§2Âº, II e IV do CP, em relaÃ§Ã£o Ã vÃ-tima Valdecir da Silva Lobato; art. 121, Â§2Âº, II e IV, c/c art. art. 14, II, ambos do CP, em relaÃ§Ã£o Ã s vÃ-timas Valdenilson da Silva Lobato, Silvana Barbosa e Raquel Lobato sujeitando-os ao julgamento pelo E. Tribunal do JÃºri Popular desta Comarca. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de incluir o nome do acusado no rol dos culpados em razÃ£o do princÃ-pio da presunÃ§Ã£o de inocÃªncia, previsto no art. 5Âº, LVII, da ConstituiÃ§Ã£o Federal2. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o decurso do prazo para a interposiÃ§Ã£o de eventual recurso contra essa decisÃ£o, voltem-me os autos conclusos para fins de aplicaÃ§Ã£o do disposto no artigo 422 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Notifique-se o MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se3. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 11 de Novembro de 2021. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito 1 AVENA, Norberto ClÃ¡udio PÃ¢ncaro. Processo penal - sÃ©rie concursos pÃºblicos. 5. ed. Rio de Janeiro; Forense; SÃ£o Paulo: METODO, 2010, p. 401.Â 2 NinguÃ©m serÃ¡ considerado culpado atÃ© o trÃ¢nsito em julgado de sentenÃ§a penal condenatÃ³ria; 3 Art. 420.Â A intimaÃ§Ã£o da decisÃ£o de pronÃºncia serÃ¡ feita: I - pessoalmente ao acusado, ao defensor nomeado e ao MinistÃ©rio PÃºblico; ASC Gabinete do Juiz de Direito Comarca de Chaves PROCESSO: 00004488620138140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Ação Civil Pública em: 11/11/2021 AUTOR:MINISTEERIO PUBLICO ESTADUAL REQUERIDO:JOSE MARIA BALIEIRO Representante(s): OAB 9363 - AMADEU PINHEIRO CORREA FILHO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Processo: 0000448-7386.2013.814.0022 AÃO CIVIL PUBLICA COMINATORIA DE OBRIGAÃAO DE NÃO FAZER COM PEDIDO DE LIMINAR. Requerente: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Requerida: JOSE MARIA BALIEIRO. Advogado: AMADEU CORREA FILHO OAB NÂº 9363. Â Em conformidade com o disposto no artigo 152, do CPC e no Provimento nÂº 006/2009-CJCI pratiquei o seguinte ato ordinatÃ³rio: INTIME-SE, O Patrono do requerido, para que proceda o pagamento das custa judiciais finais, no prazo legal, sob pena de inscriÃ§Ã£o em divida ativa. Nada Mais. IgarapÃ©-Miri, 11 de novembro de 2021 JEFFERSON VIEIRA DA SILVA Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00007256320178140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Carta Precatória Cível em: 11/11/2021 JUIZO DEPRECANTE:PODER JUDICIARIO DA SUBSECAO

JUDICIARIA DE CASTANHAL JUIZO DEPRECADO:JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE IGARAPEMIRI EXEQUENTE:A FAZENDA NACIONAL EXECUTADO:E N PARTICIPACOES LTDA EXECUTADO:HELOISA HELENA DA SILVEIRA BUENO EXECUTADO:LUIZ CARLOS DA SILVEIRA BUENO EXECUTADO:MATADOURO E FRIGORIFICO EXTREMO NORTE LTDA. PROCESSO NÂº 0000725-63.2017.8.14.0022 - CARTA PRECATÃRIA CÃVEL. DESPACHO 1-Â Â Â Â Â Em face dos termos da certidÃ£o de fls.18, bem como o lapso temporal transcorrido, devolva-se a presente deprecata com nossas homenagens de estilo. 2-Â Â Â Â Â Expedientes NecessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 11 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00009111820198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Inquérito Policial em: 11/11/2021 VITIMA:A. R. S. VITIMA:B. S. S. VITIMA:M. A. S. DENUNCIADO:ALEXANDRE DE SOUZA JOFRE Representante(s): OAB 26330 - RINALDO RIBEIRO MORAES (ADVOGADO) DENUNCIADO:ISLA DE JESUS SACRAMENTO NONATO. JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto- Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri/PA, CEP 68430-000, Tel./fax (91) 3755-1866, e-mail: igarapemiri@tjpa.jus.br PROCESSO NÂº 0000911-18.2019.8.14.0022 - AÃÃO PENAL (audiÃªncia realizada no dia 11/11/2021) Processo nÂº 0000911-18.2019.8.14.0022 - AÃ§Ã£o Penal. Autor: Â MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ Denunciado: Alexandre de Souza Jofre Advogado: Amadeu Pinheiro CorrÃªa Filho - OAB/PA NÂº 9363 Denunciado: IslÃ£ de Jesus Sacramento Nonato Â Â Â Â TERMO DE AUDIÃNCIA Â Â Â Â Â Â Â Ao dÃ©cimo primeiro (11) dia do mÃªs de novembro (11) de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 13hs50min, nesta cidade e Comarca de IgarapÃ©-Miri, Estado do ParÃ¡, dentro do ambiente Microsoft Teams, em razÃ£o da pandemia da Covid-19 e conforme a PORTARIA CONJUNTA NÂ° 5/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, de 23 de marÃ§o de 2020 e PORTARIA CONJUNTA NÂ° 10/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, DE 15 DE MAIO DE 2020. Presente o Juiz de Direito Arnaldo JosÃ© Gomes Pedrosa. Ausente o Promotor de JustiÃ§a. Ausente os acusados Alexandre de Souza Jofre e IslÃ£ de Jesus Sacramento Nonato. Ausentes as testemunhas arroladas pelo MinistÃ©rio Aldenor Ramos da Silva (falecido), Bruno Silva da Silva e Marcelo Alves dos Santos. ABERTA A AUDIÃNCIA pelo MM. Juiz de Direito, a audiÃªncia passou a ser realizada por meio de videoconferÃªncia, com gravaÃ§Ã£o audiovisual, utilizando-se o sistema TEAMS. nos termos da PORTARIA CONJUNTA NÂ°7/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, de 28 de abril de 2020, sendo dispensada sua assinatura, com a anuÃªncia das partes. Â Â Â Â Â Â Â Em seguida, o Juiz assim DELIBEROU: Â¿1 - Antes as ausÃªncias acima registradas, designo audiÃªncia de continuaÃ§Ã£o para o dia 30/06/2022, Ã s 09h30min. 2 - Serve o presente como mandado. 3 - Todos os presentes cientes neste ato. 4 - Expedientes necessÃ¡rios.Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri, PA, 11 de novembro de 2021. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito PROCESSO: 00012435820148140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 REQUERENTE:BANCO SAFRA SA Representante(s): OAB 107414 - AMÂNDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 18663 - SAMMARA ENITA CORREA VIEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:JOÃO BATISTA PINHEIRO COSTA. ATO ORDINATÃRIO Processo: 0001243-58.2014.814.0022 AÃÃO DE BUSCA E APEENSAO. Requerente: BANCO SAFRAÂ S.A. Advogado: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR OAB NÂº 107.414 . Requerido: JOAO BATISTA PINHEIRO COSTA. Â Em conformidade com o disposto no artigo 152, do CPC e no Provimento nÂº 006/2009-CJCI pratiquei o seguinte ato ordinatÃ³rio: INTIME-SE, O Patrono do requerente, para que proceda o pagamento das custa judiciais finais, no prazo legal, sob pena de inscriÃ§Ã£o em divida ativa. Nada Mais. IgarapÃ©-Miri, 11 de novembro de 2021 ________________________________________ JEFFERSON VIEIRA DA SILVA Diretor de Secretaria PROCESSO: 00012870720108140022 PROCESSO ANTIGO: 201020006123 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 ACUSADO:MARCO ANTONIO DO SOCORRO MORAES FARIAS Representante(s): OAB 9363 - AMADEU PINHEIRO CORREA FILHO (ADVOGADO) VITIMA:A. M. C. F. VITIMA:M. M. C. S. . ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI VARA ÃNICA Processo nÂº 0001287-07.2010.8.14.0022 Classe: AÃ§Ã£o Penal PÃºblica. DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais e constitucionais, ofertou a exordial acusatÃ³ria em desfavor de MARCO ANTONIO DO SOCORRO MORAES FARIAS, atribuindo-lhe a conduta descrita no artigo 121, Â§ 2Âº, Inciso II e IV, c/c 14, II do CÃ³digo de Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Consta da peÃ§a acusatÃ³ria, elaborada

com base nas informaÃ§Ãµes colhidas no inquÃ©rito policial, que no dia 18.05.2010, por volta das 21h00min, na Vila MaiauatÃ¡, neste municÃ-pio, o acusado Marco AntÃ´nio Do Socorro Moraes Farias, teria desferido quatro golpes na vÃ-tima Manoel Maria Costa da Silva e um golpe na vÃ-tima Ângela Maria da Costa Fonseca. Â Â Â Â Â Â Â Â Em 16 de fevereiro de 2011 foi recebida a denÃºncia, ocorrendo, pois, o primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva estatal (fl. 30). Â Â Â Â Â Â Â Â Citado, o acusado apresentou resposta Ã¡ acusaÃ§Ã£o, fls. 36/38. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento realizada Ã s fls. 42/47, ocasiÃ£o na qual, foram ouvidas as testemunhas de acusaÃ§Ã£o Srs. Ângela Maria da Costa Fonseca e Manoel Maria Costa da Silva, bem como o interrogatÃ³rio do acusado Marco AntÃ´nio Do Socorro Moraes Farias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlegaÃ§Ãµes finais do MinistÃ©rio PÃºblico Ã s fls. 58/61, pugnando pela desclassificaÃ§Ã£o do crime de homicÃ-dio previsto no art. 121, Â§2Âº, Incisos II e IV c/c art. 14, Inciso II, ambos do CPB, para o crime de lesÃ£o corporal, previsto no art. 129, Â§2Âº, Incisos II, do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A defesa apresentou alegaÃ§Ãµes finais (fls. 62/64), pugnando pela impronuncia do rÃ©u e ainda a desclassificaÃ§Ã£o do crime imputado na denÃºncia art. 121, Â§2Âº, Incisos II e IV c/c art. 14, Inciso II, ambos do CPB, para o crime de lesÃ£o corporal, previsto no art. 129, Â§2Âº, Incisos II, do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã fundamentaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais e constitucionais, ofertou a exordial acusatÃ³ria em desfavor de MARCO ANTONIO DO SOCORRO MORAES FARIAS, atribuindo-lhe a conduta descrita no artigo 121, Â§2Âº, Inciso II e IV, c/c 14, II do CÃ³digo de Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifica-se que Ã© caso de desclassificaÃ§Ã£o do crime de homicÃ-dio previsto no art. 121, Â§2Âº, Incisos II e IV c/c art. 14, Inciso II, ambos do CPB, para o crime de lesÃ£o corporal, previsto no art. 129, Â§2Âº, Incisos II, do CPB. Explico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A desclassificaÃ§Ã£o, nos ensinamentos de Guilherme de Sousa Nucci, seria: Â¿uma decisÃ£o interlocutÃ³ria simples, modificadora da competÃªncia do juÃ-zo, nÃ£o adentrando o mÃ©rito, nem tampouco fazendo cessar o processoÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A desclassificaÃ§Ã£o tem previsÃ£o legal no artigo 419 do CPP. Vejamos: Quando o juiz se convencer, em discordÃ¢ncia com a acusaÃ§Ã£o, da existÃªncia de crime diverso dos referidos no Â§ 1Âº do artigo 74 deste cÃ³digo e nÃ£o for competente para o julgamento, remeterÃ¡ os autos ao juiz que o seja. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em outras palavras, o CÃ³digo de Processo Penal ressalta que o juiz deve proferir decisÃ£o de desclassificaÃ§Ã£o sempre que estiver convencido que a imputaÃ§Ã£o nÃ£o versa sobre crime doloso contra a vida, com a ressalva de que Ã© possÃ-vel a desclassificaÃ§Ã£o ainda que seja para crime mais grave. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante dessa explanaÃ§Ã£o, dois questionamentos devem ser analisados: I) Materialidade do delito para o qual haverÃ¡ a desclassificaÃ§Ã£o; II) IndÃ-cios suficientes de autoria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que se refere Ã¡ materialidade do delito, nÃ£o resta dÃºvida que estÃ¡ presente conquanto o teor do exame de corpo de delito de fl. 08 do IPL, que comprova que as vÃ-timas sofreram as lesÃµes lÃ¡ descritas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que tange aos indÃ-cios suficientes de autoria com relaÃ§Ã£o ao crime de lesÃ£o corporal, verifica-se que estÃ£o presentes conquanto o teor do prÃ³prio exame de corpo de delito, bem como os depoimentos das vÃ-timas, testemunhas e acusado. Esta Ãºltima, na audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, afirmara que o acusado teria desferido vÃ¡rios golpes de faca contra as vÃ-timas causando lesÃµes, conforme o exame acima citado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, se assim o Ã©, nÃ£o hÃ¡ dÃºvida de que o acusado agiu com animus laedendi (intenÃ§Ã£o de ferir) e nÃ£o com animus necandi (intenÃ§Ã£o de matar), conforme narrado na denÃºncia, razÃ£o pela qual a medida mais acertada Ã© a decisÃ£o de desclassificaÃ§Ã£o do crime de homicÃ-dio tentado para o crime de lesÃ£o corporal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalte-se que este juÃ-zo, ao afirmar o crime para o qual estÃ¡ desclassificando a conduta do acusado, nÃ£o estÃ¡ fazendo nenhum prÃ©-julgamento indevido, mas tÃ£o somente afirmando que houve uma infraÃ§Ã£o nÃ£o dolosa contra a vida e que deve ser julgada pelo juÃ-zo competente e nÃ£o pelo EgrÃ©gio Tribunal do JÃºri, nos termos do artigo 419 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido insculpido na DENÃNCIA para, com fulcro no art. 419 do CÃ³digo de Processo Penal, DESCLASSIFICAR o crime de desclassificaÃ§Ã£o do crime do art. 121, Â§2Âº, Incisos II e IV c/c art. 14, Inciso II, ambos do CPB, para o crime de lesÃ£o corporal, previsto no art. 129, Â§2Âº, Incisos II, do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s a preclusÃ£o do direito de recorrer desta decisÃ£o, voltem-me os autos conclusos para adoÃ§Ã£o do procedimento adequado ao referido delito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Notifique-se o MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se1. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 11 de novembro de 2021. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito. 1 Art. 420.Â A intimaÃ§Ã£o da decisÃ£o de pronÃºncia serÃ¡ feita: I - pessoalmente ao acusado, ao defensor nomeado e ao MinistÃ©rio PÃºblico; Gabinete do Juiz de Direito PROCESSO: 00014490920138140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o:

Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 REQUERENTE:LUIZA ODILENE CORREA DA COSTA Representante(s): OAB 12598 - PAULO HENRIQUE MENEZES CORREA JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE IGARAPE MIRI. ÃºProcesso nÂº 0001449-09.2013.8.14.0022 Classe: AÃ§Ã£o de CobranÃ§a Autor: LUIZA ODILENE CORREA DA COSTA RÃ©u: MunicÃ-pio de IgarapÃ©-Miri SENTENÃA I - RELATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de CobranÃ§a proposta por LUIZA ODILENE CORREA DA COSTA, em face do MunicÃ-pio de IgarapÃ©-Miri, devidamente qualificados na inicial requerendo, entre outros pedidos acessÃ³rios: Â Â Â Â Â Â Â Â Â a) Ao final, e uma vez cumpridas as formalidades legais e processuais, seja JULGADA PROCEDENTE a presente demanda, para confirmar a tutela antecipada e ANULAR o ato administrativo que reduziu a jornada de trabalho da autora, assim como CONDENAR o rÃ©u ao pagamento das diferenÃ§as salarias devidas a partir de fevereiro de 2013 e acrescidas dos valores vincendos a partir da propositura da presente aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â b) Â¿A aplicaÃ§Ã£o de juros de mora sobre o montante da condenaÃ§Ã£o no percentual de 0,5% a.m na forma do que preleciona o art. 1ÂºF da Lei nÂº 9494/1997, com redaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂº 11.960/2009, e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria com base na TR/BACEN.Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Demandante Ã© servidora pÃºblica municipal, do quadro efetivo do municÃ-pio de IgarapÃ©-Miri, titular do cargo de Professor de EducaÃ§Ã£o BÃ¡sica I, lotada na Secretaria Municipal de EducaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entrementes como Ã© aduzido na peÃ§a vestibular, no comeÃ§o de 2013, a requerente tomou ciÃªncia de um memorando, o qual recebeu a seguinte numeraÃ§Ã£o 187/2013/DPP/SEMED, no qual fora mantida a carga horÃ¡ria de 200(duzentas) horas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Contudo, ao se deslocar ao seu novo local de trabalho, a demandante fora informada pela Coordenadora Escolar, que cumpriria apenas 100(cem) horas, posto que as outras 100(cem) horas seriam ministradas pela Coordenadora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste contexto, fora aduzido pela parte demandante, que a Coordenadora LAÃS BASTOS MACIEL PENA fora contratada pela municipalidade demandada em carÃ¡ter temporÃ¡rio, com escopo de exercer a funÃ§Ã£o de Coordenadora Escolar, todavia, a referida servidora tambÃ©m exerce atribuiÃ§Ãµes de docÃªncia Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou documento de fls. 15/31. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em 23 de agosto de 2013 fora proferida despacho, o qual determinou a citaÃ§Ã£o da parte rÃ©. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MunicÃ-pio de IgarapÃ©-Miri, devidamente citado, ofereceu de maneira tempestiva contestaÃ§Ã£o, fls. 48/71. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No transcorrer de suas alegaÃ§Ãµes contrapostas a municipalidade ratificou parte do relatado pela autora, pois atravÃ©s de OfÃ-cio de nÂ° 562/2013-DPP/SEMED, datado de 12 de novembro de 2013, confirmou que parte da carga horÃ¡ria Ã© ofertada a uma servidora temporÃ¡ria,Â em face de acordo extraoficial com a comunidade local. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em 11 de marÃ§o 2020 fora realizada audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, na qual fora concedido as partes prazo para apresentar alegaÃ§Ãµes finais, no entanto, em 18 de janeiro de 2021 fora certificado pela secretaria o transcurso do prazo sem manifestaÃ§Ãµes das partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo a analisar e decidir. II Â¿ DA FUNDAMENTAÃÃO II.1 DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE Com relaÃ§Ã£o ao julgamento antecipado da lide o CPC preleciona o seguinte: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Art. 355. Â O juiz julgarÃ¡ antecipadamente o pedido, proferindo sentenÃ§a com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, quando: I Â¿ nÃ£o houver necessidade de produÃ§Ã£o de outras provas; Â¿grifos nossosÂ¿. II Â¿ o rÃ©u for revel, ocorrer o efeito previsto no art. 344 e nÃ£o houver requerimento de prova, na forma do art. 349. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso dos autos, verifica-se que a lide se encontra apta a ser julgada, pois nÃ£o hÃ¡ necessidade de produÃ§Ã£o de outras provas, pelo que procedo ao seu julgamento antecipado, nos termos do art. 355, I, do CPC. II.2 Â¿ DA ANULAÃÃO DO ATO ADMINISTRATIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com base nas provas constantes dos autos, quais sejam: documentos pessoais, contracheques, manifestaÃ§Ã£o da secretaria de educaÃ§Ã£o do municÃ-pio (fls.51), acostados pela parte rÃ©, bem como pela parte autora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Percebe-se que a prÃ³pria administraÃ§Ã£o pÃºblica, por meio de documento oficial reconhece a ilegalidade do ato administrativo praticado, vez que confessa existir acordo extraoficial, com o intuito de conceder carga horÃ¡ria a servidor temporÃ¡rio, em face do local onde funciona a unidade escolar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido com o advento da ConstituiÃ§Ã£o Federal de 1988, fora estabelecida o regramento constitucional, no que concerne a contrataÃ§Ã£o no serviÃ§o pÃºblico, atravÃ©s de concurso pÃºblico, sendo a contrataÃ§Ã£o temporÃ¡ria medida excepcional, se nÃ£o vejamos: Art. 37. A administraÃ§Ã£o pÃºblica direta e indireta de qualquer dos Poderes da UniÃ£o, dos Estados, do Distrito Federal e dos MunicÃ-pios obedecerÃ¡ aos princÃ-pios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiÃªncia e, tambÃ©m, ao seguinte: (Â¿) II Â¿ a investidura em cargo ou emprego pÃºblico depende de aprovaÃ§Ã£o prÃ©via em concurso pÃºblico de provas ou de provas e tÃ-tulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeaÃ§Ãµes para cargo em comissÃ£o declarado em lei de livre nomeaÃ§Ã£o e exoneraÃ§Ã£o; (Â¿) IX Â¿ a lei estabelecerÃ¡ os casos de contrataÃ§Ã£o por tempo determinado para atender Ã necessidade temporÃ¡ria de excepcional interesse pÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entrementes a contrataÃ§Ã£o de

servidor por tempo determinado para atender Ã necessidade temporÃ¡ria de excepcional interesse pÃºblico, prevista no inciso IX do art. 37 da CF/88, Ã© medida exceÃ§Ã£o, que deve atender concomitantemente requisitos especÃficos, como a previsÃ£o em lei; o prazo determinado dos contratos; a anormalidade ou excepcionalidade do interesse pÃºblico que obriga a contrataÃ§Ã£o; e a provisoriedade ou temporariedade da funÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, inclusive, jÃ¡ se manifestou o Pleno do Supremo Tribunal Federal, vide decisÃ£o: (Â¿) I. A regra Ã© a admissÃ£o de servidor pÃºblico mediante concurso pÃºblico: CF, art. 37, II. As duas exceÃ§Ãµes Ã regra sÃ£o para os cargos em comissÃ£o referidos no inciso II do art. 37 e a contrataÃ§Ã£o por tempo determinado para atender Ã necessidade temporÃ¡ria de excepcional interesse pÃºblico: CF, art. 37, IX. Nessa hipÃ³tese, deverÃ£o ser atendidas as seguintes condiÃ§Ãµes: a) previsÃ£o em lei dos casos; b) tempo determinado; c) necessidade temporÃ¡ria de interesse pÃºblico excepcional. II. Â¿ Precedentes do Supremo Tribunal Federal: ADI 1.500/ES, 2.229/ES e 1.219/PB, Ministro Carlos Velloso; ADI 2.125-MC/DF e 890/DF, Ministro MaurÃcio CorrÃªa; ADI 2.380-MC/DF, Ministro Moreira Alves; ADI 2.987/SC, Ministro SepÃºlveda Pertence. III. Â¿ A lei referida no inciso IX do art. 37, C.F., deverÃ¡ estabelecer os casos de contrataÃ§Ã£o temporÃ¡ria. No caso, as leis impugnadas instituem hipÃ³teses abrangentes e genÃ©ricas de contrataÃ§Ã£o temporÃ¡ria, nÃ£o especificando a contingÃªncia fÃ¡tica que evidenciaria a situaÃ§Ã£o de emergÃªncia, atribuindo ao chefe do Poder interessado na contrataÃ§Ã£o estabelecer os casos de contrataÃ§Ã£o: inconstitucionalidade. IV. Â¿ AÃ§Ã£o direta de inconstitucionalidade julgada procedente (ADI 3.210/PR, STF Â¿ Tribunal Pleno, Rel. Min. Carlos Velloso, DJ 03.12.2004, p. 12) (grifo nosso). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por sua vez da anÃ¡lise das provas dos autos, abstrai-se que no presente caso, nÃ£o fora observada pela municipalidade os prÃ©-requisitos, os quais permitem a contrataÃ§Ã£o temporÃ¡ria de maneira excepcional, portanto, o ato administrativo de reduÃ§Ã£o de carga horÃ¡ria Ã© nulo, vez que Ã© ilegal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifica-se que a presente demanda merece prosperar, uma vez que a documentaÃ§Ã£o apresentada pelo Requerente instrui o feito de maneira adequada e conforme os ditames legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, e sem mais delongas, restando comprovada a existÃªncia do direito alegado notadamente em razÃ£o da documentaÃ§Ã£o acostada, em outro sentido nÃ£o se poderia concluir, senÃ£o naquele que converge para a procedÃªncia parcial do pedido formulado pelo Requerente. III Â¿ DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â DIANTE DO EXPOSTO, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos elencados na inicial, e, EXTINGO O FEITO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO nos termos do artigo 487, I do CPC, para CONDENAR o MunicÃpio de IgarapÃ©-Miri: a)Â Â Â Â Â Â A realizar o pagamento decorrente da diferenÃ§a salarial nÃ£o paga, a partir de 15 fevereiro de 2013, acrescidos dos valores vincendos devidamente corrigidos monetariamente, alÃ©m disso que sejam considerados os Ãndices aplicados Ã caderneta de poupanÃ§a (mÃ¡ximo 6% ao ano), nos termos do que dispÃµe o artigo 1-F da Lei nÂ° 9.494/97, com a nova redaÃ§Ã£o conferida pela Lei nÂ° 11.960, de 29/06/2009, no que concerne aos juros e a mora. b)Â Â Â Â Â Â Caso ainda persista a reduÃ§Ã£o de carga horÃ¡ria, que seja imediatamente regularizada a situaÃ§Ã£o referente Ã lotaÃ§Ã£o da autora, com carga horÃ¡ria de 200(duzentas) horas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de condenar o RÃ©u ao pagamento de custas processuais, ante a isenÃ§Ã£o legal, porÃ©m condeno ao pagamento dos honorÃ¡rios advocatÃcios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª ciÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado e o cumprimento da presente decisÃ£o, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I IgarapÃ©-Miri, 11 de novembro de 2021. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito 6 PROCESSO: 00015487120168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Execução Fiscal em: 11/11/2021 JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DA SEXTA VARA FEDERAL DA SECAO JUDICIARIA DO ESTADO DO PARA JUIZO DEPRECADO:JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE IGARAPE MIRI AUTOR:A UNIAO FEDERAL FAZENDA NACIONAL REU:VALE DO ACAI IMP E EXP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. PROCESSO NÂº 0001548-71.2016.8.14.0022 - CARTA PRECATÃRIA DE EXECUÃÃO FISCAL. DESPACHO 1-Â Â Â Â Â Em face dos termos da certidÃ£o de fls.13, bem como o lapso temporal transcorrido, devolva-se a presente deprecata com nossas homenagens de estilo. 2-Â Â Â Â Â Expedientes NecessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 11 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00019505520168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Carta Precatória Cível em: 11/11/2021 JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DA SEXTA VARA DA SECAO JUDICIARIA FEDERAL DO PARA JUIZO

DEPRECADO:JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE IGARAPE MIRI AUTOR:A UNIAO FEDERAL FAZENDA NACIONAL REU:BENEDITO DOS SANTOS MIRANDA. PROCESSO NÂº 0001950-55.2016.8.14.0022 - CARTA PRECATÃRIA CÃVEL. DESPACHO 1-Â Â Â Â Â Em face dos termos da certidÃ£o de fls.13, bem como o lapso temporal transcorrido, devolva-se a presente deprecata com nossas homenagens de estilo. 2-Â Â Â Â Â Expedientes NecessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 11 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00023524420138140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 REQUERENTE:MARIA ANTONIA FARIAS OLIVA Representante(s): OAB 12598 - PAULO HENRIQUE MENEZES CORREA JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE IGARAPE MIRI. ÃºProcesso nÂº 0002352-44.2013.8.14.0022 Classe: AÃ§Ã£o de CobranÃ§a Autor: MARIA ANTONIA FARIAS OLIVA RÃ©u: MunicÃ-pio de IgarapÃ©-Miri SENTENÃA I - RELATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de CobranÃ§a proposta por LUIZA ODILENE CORREA DA COSTA, em face do MunicÃ-pio de IgarapÃ©-Miri, devidamente qualificados na inicial requerendo, entre outros pedidos acessÃ³rios: Â Â Â Â Â Â Â Â Â a) Ao final, e uma vez cumpridas as formalidades legais e processuais, seja JULGADA PROCEDENTE a presente demanda, para confirmar a tutela antecipada e ANULAR o ato administrativo que reduziu a jornada de trabalho da autora, assim como CONDENAR o rÃ©u ao pagamento das diferenÃ§as salarias devidas a partir de fevereiro, marÃ§o, maio, junho e julho de 2013 e acrescidas dos valores vincendos a partir da propositura da presente aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â b) Â¿A aplicaÃ§Ã£o de juros de mora sobre o montante da condenaÃ§Ã£o no percentual de 0,5% a.m na forma do que preleciona o art. 1ÂºF da Lei nÂº 9494/1997, com redaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂº 11.960/2009, e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria com base na TR/BACEN.Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Demandante Ã© servidora pÃºblica municipal, do quadro efetivo do municÃ-pio de IgarapÃ©-Miri, titular do cargo de Professor de EducaÃ§Ã£o BÃ¡sica I, lotada na Secretaria Municipal de EducaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entrementes como Ã© aduzido na peÃ§a vestibular, no comeÃ§o de 2013, a requerente tomou ciÃªncia, somente quando recebeu seus vencimentos, que havia ocorrido reduÃ§Ã£o em sua carga horÃ¡ria de 200hrs para 100hrs. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou documento de fls. 19/41. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em 11 de julho de 2013 fora proferida despacho, o qual determinou a citaÃ§Ã£o da parte rÃ©. Â Â Â Â Â Â Â Â O MunicÃ-pio de IgarapÃ©-Miri, devidamente citado, ofereceu de maneira tempestiva contestaÃ§Ã£o, fls. 47/62. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No transcorrer de suas alegaÃ§Ãµes contrapostas a municipalidade ratificou parte do relatado pela autora, alegando que a reduÃ§Ã£o de carga horÃ¡ria, decorreu de mero erro de lanÃ§amento na folha de pagamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em 28 de janeiro 2014 fora protocolizada pela parte autora, manifestaÃ§Ã£o sobre a contestaÃ§Ã£o, na qual fora relatado que a reduÃ§Ã£o de carga horÃ¡ria ocorreu nos meses de fevereiro, marÃ§o, maio, junho e julho de 2013. Â Â Â Â Â Â Â Â Fora relatado ainda, que a administraÃ§Ã£o mesmo reconhecendo o erro, em sede de contestaÃ§Ã£o, nÃ£o efetuou a devoluÃ§Ã£o dos valores subtraÃ-dos de maneira irregular dos vencimentos da autora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em audiÃªncia realizada em 11/11/2019, fora deliberada a conclusÃ£o dos autos, pois nÃ£o havia mais provas a serem produzidas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo a analisar e decidir. II Â¿ DA FUNDAMENTAÃÃO II.1 DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE Com relaÃ§Ã£o ao julgamento antecipado da lide o CPC preleciona o seguinte: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Art. 355. Â O juiz julgarÃ¡ antecipadamente o pedido, proferindo sentenÃ§a com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, quando: I Â¿ nÃ£o houver necessidade de produÃ§Ã£o de outras provas; Â¿grifos nossosÂ¿. II Â¿ o rÃ©u for revel, ocorrer o efeito previsto no art. 344 e nÃ£o houver requerimento de prova, na forma do art. 349. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso dos autos, verifica-se que a lide se encontra apta a ser julgada, pois nÃ£o hÃ¡ necessidade de produÃ§Ã£o de outras provas, pelo que procedo ao seu julgamento antecipado, nos termos do art. 355, I, do CPC. II.2 Â¿ DA ANULAÃÃO DO ATO ADMINISTRATIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com base nas provas constantes dos autos, quais sejam: documentos pessoais, contracheques, ficha financeira, entre outros, acostados pela parte rÃ©, bem como pela parte autora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Percebe-se que a prÃ³pria administraÃ§Ã£o pÃºblica, reconhece a ilegalidade do ato administrativo praticado, vez que confessa ter ocorrido equÃ-voco, no ato de lanÃ§amento/confecÃ§Ã£o dos contracheques da autora.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, o ato administrativo de reduÃ§Ã£o de carga horÃ¡ria praticado, fora realizado de maneira ilegal, pela administraÃ§Ã£o pÃºblica, o que o torna nulo de pleno direito, portanto anulÃ¡vel e sem eficÃ¡cia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entrementes, verifica-se que a presente demanda merece prosperar, uma vez que a documentaÃ§Ã£o apresentada pelo Requerente instrui o feito de maneira adequada e conforme os

ditames legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, e sem mais delongas, restando comprovada a existÃªncia do direito alegado notadamente em razÃ£o da documentaÃ§Ã£o acostada, em outro sentido nÃ£o se poderia concluir, senÃ£o naquele que converge para a procedÃªncia parcial do pedido formulado pelo Requerente. III Â¿ DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â DIANTE DO EXPOSTO, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos elencados na inicial, e, EXTINGO O FEITO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO nos termos do artigo 487, I do CPC, para CONDENAR o MunicÃ-pio de IgarapÃ©-Miri: a)Â Â Â Â Â A realizar o pagamento decorrente da diferenÃ§a salarial nÃ£o paga, referente aos meses de fevereiro, marÃ§o, maio, junho e julho de 2013, devidamente corrigidos monetariamente, alÃ©m disso que sejam considerados os Ã-ndices aplicados Ã caderneta de poupanÃ§a (mÃ¡ximo 6% ao ano), nos termos do que dispÃµe o artigo 1-F da Lei nÂ° 9.494/97, com a nova redaÃ§Ã£o conferida pela Lei nÂ° 11.960, de 29/06/2009, no que concerne aos juros e a mora. b)Â Â Â Â Â Caso ainda persista a reduÃ§Ã£o de carga horÃ¡ria, que seja imediatamente regularizada a situaÃ§Ã£o referente Ã lotaÃ§Ã£o da autora, com carga horÃ¡ria de 200(duzentas) horas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de condenar o RÃ©u ao pagamento de custas processuais, ante a isenÃ§Ã£o legal, porÃ©m condeno ao pagamento dos honorÃ¡rios advocatÃ-cios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado e o cumprimento da presente decisÃ£o, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I IgarapÃ©-Miri, 11 de novembro de 2021. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito 5 PROCESSO: 00026156620198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Carta Precatória Infracional em: 11/11/2021 JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE MOJU JUIZO DEPRECADO:JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE IGARAPEMIRI REPRESENTADO:WELBER GOMES DE SOUZA TESTEMUNHA:RODRIGO KATAHARA SILVA DE ALCANTARA. PROCESSO NÂº 0002615-66.2019.8.14.0022 - CARTA PRECATÃRIA INFRACIONAL. DESPACHO 1-Â Â Â Â Â Em face dos termos da certidÃ£o de fls.41, bem como o lapso temporal transcorrido, devolva-se a presente deprecata com nossas homenagens de estilo. 2-Â Â Â Â Â Expedientes NecessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 11 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00026826520188140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Termo Circunstanciado em: 11/11/2021 AUTOR:BENEDITO DOS SANTOS PINHEIRO VITIMA:M. J. F. M. . ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI/PA VARA ÃNICA Processo nÂº 0002682-65.2018.8.14.0022. Classe: Termo Circunstanciado de OcorrÃªncia - TCO Autor do Fato: BENEDITO DOS SANTOS PINHEIRO SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â RelatÃ³rio dispensado, nos termos do artigo 81, Â§ 3Âº da Lei 9099/95. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que cumpria relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã fundamentaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifica-se que Ã© caso de reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade do autor do fato em razÃ£o da decadÃªncia. Explico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, as aÃ§Ãµes nas quais se apura a prÃ¡tica do crime previsto no art. 138 do CPB, tÃªm natureza de aÃ§Ãµes penais pÃºblicas condicionadas Ã representaÃ§Ã£o do ofendido. Em outros termos, somente Ã© possÃ-vel a instauraÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal acaso o ofendido (vÃ-tima), represente neste sentido, deixando absolutamente clara sua intenÃ§Ã£o em ver o suposto autor do fato processado e, ao final, condenado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destarte, deixando a vÃ-tima de oferecer sua representaÃ§Ã£o no prazo legal (6 meses - art. 38, do CÃ³digo de Processo Penal1), ocorrerÃ¡ o fenÃ´meno da decadÃªncia, previsto no CÃ³digo Penal como uma das causas de extinÃ§Ã£o da punibilidade, nos termos do art. 107, IV, do CÃ³digo Penal, nos termos do qual: Â¿Extingue-se a punibilidade: IV - pela prescriÃ§Ã£o, decadÃªncia ou perempÃ§Ã£oÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste mesmo sentido entendem nossos tribunais, conforme jurisprudÃªncia abaixo colacionada mutatis mutandis, verbis: PENAL E PROCESSO PENAL. CONFLITO DE JURISDIÃÃO. CRIME DE AMEAÃA. ARTIGO 147 DO CÃDIGO PENAL. AUSÃNCIA DE REPRESENTAÃÃO NO PRAZO LEGAL. EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE PELA DECADÃNCIA. 1. O crime de ameaÃ§a somente se procede mediante representaÃ§Ã£o, consoante estabelece o parÃ¡grafo Ãºnico do art. 147 do Estatuto Repressivo. 2. NÃ£o apresentada a representaÃ§Ã£o do ofendido, em crimes de aÃ§Ã£o penal pÃºblica condicionada, no prazo de 6 (seis) meses (art. 38 do CÃ³digo de Processo Penal c/c o art. 103 do CÃ³digo Penal), ocorre a extinÃ§Ã£o da punibilidade pela decadÃªncia, nos termos do art. 107, IV, do CÃ³digo Penal. 3. Conflito prejudicado, declarando-se extinta a punibilidade. (Conflito de JurisdiÃ§Ã£o nÂº 145315-39.2008.8.06.0001/1, 2Âª CÃ¢mara Criminal do TJCE, Rel. Maria Estela AragÃ£o Brilhante. unÃ¢nime, DJe 15.04.2010). APELAÃÃO CRIMINAL. DELITOS DE APROPRIAÃÃO INDÃBITA MAJORADA (ART. 168, Â§ 1Âº, III, DO

CP), COMUNICAÃÃO FALSA DE CRIME (ART. 340 DO CP) E AMEAÃA (ART. 147). I - AmeaÃ§a. AusÃªncia de representaÃ§Ã£o. ExtinÃ§Ã£o da punibilidade pela decadÃªncia. A aÃ§Ã£o penal relativa ao delito de ameaÃ§a Ã© pÃºblica condicionada Ã representaÃ§Ã£o, inexistente no caso dos autos (parÃ¡grafo Ãºnico do art. 147 do CP). O direito do ofendido nesses casos, por sua vez, estÃ¡ sujeito ao prazo decadencial de seis meses (art. 38 do CPP), verificando-se, diante de seu esgotamento, a extinÃ§Ã£o da punibilidade do acusado, prejudicada a apelaÃ§Ã£o. [...] (ApelaÃ§Ã£o Crime nÂº 70028123453, 6Âª CÃ¢mara Criminal do TJRS, Rel. Carlos Alberto Etcheverry. j. 30.07.2009, DJ 14.08.2009). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, jÃ¡ se tendo passado mais de 06 (seis) meses desde a ocorrÃªncia do fato criminoso (03/04/2018) sem que a vÃ-tima tenha representado no sentido de que o suposto autor do fato seja processado e ao final condenado, em outro sentido nÃ£o se poderia concluir senÃ£o naquele que converge para o reconhecimento da ocorrÃªncia da decadÃªncia e a consequente extinÃ§Ã£o da punibilidade do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã importante ressaltar que o juiz pode perfeitamente reconhecer de ofÃ-cio uma causa extintiva da punibilidade, conforme preconiza o artigo 61 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do acima exposto, DECLARO A OCORRÃNCIA DA DECADÃNCIA e EXTINGO A PUNIBILIDADE DO AUTOR DO FATO, nos termos do art. 107, IV, do CÃ³digo Penal c/c art. 38, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios, por forÃ§a do que dispÃµe o art. 55 da Lei 9.099/95. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo recursal, arquivem-se os presentes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 09 de novembro de 2021. Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Juiz de Direito 1 Salvo disposiÃ§Ã£o em contrÃ¡rio, o ofendido, ou seu representante legal, decairÃ¡ do direito de queixa ou de representaÃ§Ã£o, se nÃ£o o exercer dentro do prazo de 6 (seis) meses, contado do dia em que vier a saber quem Ã© o autor do crime, ou, no caso do art. 29, do dia em que se esgotar o prazo para o oferecimento da denÃºncia. ASC Gabinete do Juiz de Direito Comarca de IgarapÃ©-Miri PROCESSO: 00030296920168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Carta Precatória Cível em: 11/11/2021 JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA SEXTA VARA FEDERAL DA SECAO JUDICIARIA DO ESTADO DO PARA JUIZO DEPRECADO:JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE IGARAPE-MIRI AUTOR:A UNIAO FEDERAL FAZENDA NACIONAL INTERESSADO:JBP COSTA COMERCIO EPP. PROCESSO NÂº 0003029-69.2016.8.14.0022- CARTA PRECATÃRIA CÃVEL DESPACHO 1-Â Â Â Â Â Em face dos termos da certidÃ£o de fls.13, bem como o lapso temporal transcorrido, devolva-se a presente deprecata com nossas homenagens de estilo. 2-Â Â Â Â Â Expedientes NecessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 11 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00032530220198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Termo Circunstanciado em: 11/11/2021 AUTOR DO FATO:IRANILSE PEREIRA MIRANDA VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGRAPÃ-MIRI-PA FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto, Trav. Quintino Bocaiuva, s/nÂº, Centro, IgarapÃ©-Miri, CEP 68.430-000, Tel./fax (91) 3755-1866, e-mail: tjpa022@tjpa.jus.br PROCESSO NÂº 0003253-02-2019.8.14.0022 - Termos Circunstanciados de OcorrÃªncia TCO. (AudiÃªncia) - 09/11/2021 Processo: 0003253-02-2019.8.14.0022 - Termos Circunstanciados de OcorrÃªncia - TCO Autora do fato: IRANILSE PEREIRA MIRANDA. TERMO DE AUDIÃNCIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aberta a audiÃªncia, feito o pregÃ£o, registrando-se a presenÃ§a do Juiz de Direito Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes, dentro do ambiente Microsoft Teams, em razÃ£o da pandemia da Covid-19 e conforme a PORTARIA CONJUNTA NÂ° 5/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, de 23 de marÃ§o e 2020 e PORTARIA CONJUNTA NÂ° 10/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, DE 15 DE MAIO DE 2020. Ausente a autora do fato Iranilse Pereira Miranda. ABERTA A AUDIÃNCIA pelo MM. Juiz de Direito, a audiÃªncia passou a ser realizada por meio de videoconferÃªncia, utilizando-se o sistema TEAMS, nos termos da PORTARIA CONJUNTA NÂ°7/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, de 28 de abril de 2020, sendo dispensada sua assinatura, com a anuÃªncia das partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista que o juÃ-zo ao analisar o processo verificou que houve a prescriÃ§Ã£o do crime prÃ¡ticas, de maneira que passou a sentenciar o feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Juiz assim SENTENCIOU: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de Termo Circunstanciado de ocorrÃªncia instaurado pela autoridade policial de IgarapÃ©-Miri (PA) para fins de investigaÃ§Ã£o da prÃ¡tica da conduta descrita no artigo 28 da Lei 11343/06 (posse de droga para uso prÃ³prio), em tese, pela cidadÃ£ IRANILSE PEREIRA MIRANDA.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã fl. 21, consta despacho proferido por este juÃ-zo, designando audiÃªncia preliminar do artigo 76 da Lei 9099/95. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â

Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã fundamentaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Doutrina majoritÃ¡ria entende ser o Direito Penal dividido basicamente em duas vertentes, quais sejam: o Direito Penal Objetivo e o Subjetivo. O primeiro Ã© traduzido nas normas (latu sensu) que o Estado, enquanto regulador da vida em sociedade, elabora, a fim de que se previnam ou reprimam a prÃ¡tica de infraÃ§Ãµes de natureza penal; o segundo Ã© caracterizado pelo poder-dever que tem aquela mesma entidade, possuidora exclusiva da jurisdiÃ§Ã£o, de, em havendo a prÃ¡tica do delito, exercer o seu ius puniendi (direito de punir) sobre o infrator. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã a liÃ§Ã£o de ROGÃRIO GRECO1 ao afirmar que: Direito Penal Subjetivo, a seu turno, Ã© a possibilidade que tem o Estado de criar e fazer cumprir suas normas, executando as decisÃµes condenatÃ³rias proferidas pelo Poder JudiciÃ¡rio. Ã o prÃ³prio ius puniendi. Se determinado agente praticar um fato tÃ-pico, antijurÃ-dico e culpÃ¡vel, abre-se ao Estado o dever-poder de iniciar a persecutio criminis in judicio, visando alcanÃ§ar, quando for o caso e obedecido o devido processo legal, um decreto condenatÃ³rio.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que hÃ¡ circunstÃ¢ncias expressamente previstas pela lei nas quais o Estado pode, tanto quanto renunciar ao citado ius puniendi (graÃ§a, indulto ou anistia), perder dita prerrogativa (morte do agente, retroatividade de lei que nÃ£o mais considera o fato como criminoso, prescriÃ§Ã£o, decadÃªncia, perempÃ§Ã£o etc). SÃ£o as intituladas causa extintivas da punibilidade previstas no art. 107 do CÃ³digo Penal Brasileiro (CP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dentre as citadas causas extintivas da punibilidade, especificamente no que tange Ã s hipÃ³teses legais de perda, pelo Estado, do ius puniendi, estÃ¡ o instituto que de mais perto interessa ao presente caso: a prescriÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Denomina-se prescriÃ§Ã£o penal a perda do ius puniendi pelo Estado em razÃ£o do decurso do tempo. Em outros termos, e usando da preciosa liÃ§Ã£o daquele mesmo doutrinador: (...) poderÃ-amos conceituar a prescriÃ§Ã£o como o instituto jurÃ-dico mediante o qual o Estado, por nÃ£o ter tido capacidade de fazer valer o seu direito de punir em determinado espaÃ§o de tempo previsto pela lei, faz com que ocorra a extinÃ§Ã£o da punibilidade.2 Â Â Â Â Â Â Â Â Â O citado instituto (prescriÃ§Ã£o), por sua vez, dentre outras, divide-se em duas espÃ©cies: prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria do Estado, distinguindo-se a primeira da segunda porque aquela ocorre antes do trÂ¢nsito em julgado da decisÃ£o condenatÃ³ria, ao que a segunda, somente ocorreria apÃ³s. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem. A breve digressÃ£o fora necessÃ¡ria para demonstrar que no presente caso Ã© possÃ-vel a perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado, razÃ£o da necessidade de decretaÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade. E isto por uma razÃ£o que salta aos olhos: o crime se consumou no dia 13/04/2019 e atÃ© o presente momento sequer houve a audiÃªncia preliminar do artigo 72 da Lei 9099/95, ou seja, estÃ¡ evidente que jÃ¡ transcorreu por completo o prazo previsto no art. 30 da Lei 11343/06.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Para melhor esclarecer, basta realizar-se o cotejo analÃ-tico entre os dispositivos aplicÃ¡veis Ã espÃ©cie, a saber: o art. 28, caput (crime imputado ao rÃ©u) e artigo 30 ambos da Lei 11343/06, nos termos dos quais, respectivamente, verbis: Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depÃ³sito, transportar ou trouxer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorizaÃ§Ã£o ou em desacordo com determinaÃ§Ã£o legal ou regulamentar serÃ¡ submetido Ã¡s seguintes penas: I- advertÃªncia sobre os efeitos das drogas. II- prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o Ã¡ comunidade. III- medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo. Art. 30. Prescrevem em 2 (dois) anos a imposiÃ§Ã£o e a execuÃ§Ã£o das penas, observado, no tocante Ã¡ interrupÃ§Ã£o do prazo, o disposto nos artigos 107 e seguintes do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, se o referido artigo 30 da Lei Antidrogas prevÃª o prazo de 2 anos para a aplicaÃ§Ã£o das penas previstas para o crime do artigo 28 da referida lei, e entre a data do fato e a data atual resta claro que jÃ¡ transcorreu por completo o prazo prescricional de 02 (dois) anos (art. 30 da Lei 11343/06). Nesse caso, a outra conclusÃ£o nÃ£o se pode chegar senÃ£o a de que, no dia 13/04/2021, extinguira-se a punibilidade do acusado, ante a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, conforme art. 30 da Lei 11343/06.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpre registrar, ainda, o escÃ³lio dos professores Luiz FlÃ¡vio Gomes e Antonio GarcÃ-a Pablos de Molina, para os quais Ã© Â¿ilÃ³gico (e juridicamente inviÃ¡vel) movimentar a mÃ¡quina judiciÃ¡ria quando se vislumbra, desde o inÃ-cio, a sua inutilidadeÂ¿ 3. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, nÃ£o tendo o Estado exercido seu ius puniendi em tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por todo exposto, ante a inÃ©rcia do Estado em exercer seu ius puniendi, DECLARO A OCORRÃNCIA DA PRESCRIÃÃO do suposto crime e, a fortiori, EXTINGO A PUNIBILIDADE DA ACUSADA, nos termos dos artigos 28, caput, e 30, caput, todos da Lei 11343/06.Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado desta decisÃ£o, arquivem-se os presentes autos com baixa na distribuiÃ§Ã£o. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 GRECO, RogÃ©rio. Curso de direito penal - parte geral. 7Âª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2006, p. 10. 2 Idem, p. 781. 3 GOMES, Luiz FlÃ¡vio Gomes; GARCÃA-PABLOS DE MOLINA, Antonio. Direito penal: parte geral, vol. 2, 2. tir., SÃ£o Paulo: RT, 2007, p. 927/928. PROCESSO:

00035760720198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Curatela em: 11/11/2021 INTERDITO:MARIA CLAUDIA MACIEL BELO Representante(s): OAB oabpa - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) INTERDITANDO:MARIA BENEDITA PINHEIRO MACIEL. Â CERTIDÂ¿O DE TRÃNSITO EM JULGADO CERTIFICO e dou a fÃ© que em razÃ£o das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei que no interesse do referido processo, venho registrar que a SentenÃ§a prolatada por este juÃzo TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO. Nada mais. Â IgarapÃ©-Miri/PA____ de ______ de 2021 Jefferson Vieira da Silva Diretor de Secretaria Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00047167620198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Carta Precatória Cível em: 11/11/2021 JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA DECIMA PRIMEIRA VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE BELEM JUIZO DEPRECADO:JUIZO DE DIREITO DA VARA UNICA DA COMARCA DE IGARAPE MIRI PA NUNCIADO:BENEDITO PENA QUARESMA. PROCESSO NÂº 0004716-76.2019.8.14.0022- CARTA PRECATÃRIA CÃVEL DESPACHO 1-Â Â Â Â Â Em face dos termos da certidÃ£o de fls.55, bem como o lapso temporal transcorrido, devolva-se a presente deprecata com nossas homenagens de estilo. 2-Â Â Â Â Â Expedientes NecessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 11 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00051956920198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Termo Circunstanciado em: 11/11/2021 AUTOR DO FATO:JEFFERSON CARVALHO BAIA AUTOR DO FATO:REGINA LOBATO CASTILHO VITIMA:O. E. . FLS.: ________ Â PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA, CEP 68430-000 Processo nÂº 0005195-69.2019.8.14.0022 - TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRENCIA - TCO (AUDIÃNCIA DIA 10/11/2021) Processo: 0005195-69.2019.8.14.0022 - Termo Circunstanciado de OcorrÃªncia -TCO. Autor do fato: JEFFERSON CARVALHO BAIA Autora do fato: REGINA LOBATO CASTILHO TERMO DE AUDIÃNCIA Â Â Â Â Aberta a audiÃªncia, dentro do ambiente Microsoft Teams, em razÃ£o da pandemia da Covid-19 e conforme a PORTARIA CONJUNTA NÂ° 5/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, de 23 de marÃ§o de 2020 e PORTARIA CONJUNTA NÂ° 10/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, DE 15 DE MAIO DE 2020. Presente o MM. Juiz de Direito ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES. Ausente o representante do MinistÃ©rio PÃºblico. Ausente o autor do fato JEFFERSON CARVALHO BAIA, o qual nÃ£o foi intimado, conforme certidÃ£o do Oficial de justiÃ§a de fls. 52. Ausente a autora do fato REGINA LOBATO CASTILHO, a qual nÃ£o foi intimada, conforme certidÃ£o do Oficial de JustiÃ§a de fls. 53. Em seguida o Juiz DELIBEROU: 1-Abra-se vista ao MinistÃ©rio PÃºblico para se manifestar sobre as certidÃµes dos Oficiais de JustiÃ§a de fls. 52/53. 2. ApÃ³s conclusos. 3. Expedientes necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri/PA, 10 de novembro de 2021. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito 1 PROCESSO: 00054166220138140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 REQUERENTE:MARIA DAS GRACAS PINHEIRO PANTOJA Representante(s): OAB 17874 - ELIANA CORREA MORAES (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE IGARAPEMIRI PREFEITURA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11183 - JOAO EUDES DE CARVALHO NERI (ADVOGADO) OAB 13437 - TULIO PANTOJA LOPES (ADVOGADO) OAB 13686 - GILBERTO SOUSA CORREA (ADVOGADO) OAB 18476 - JACOB KENNEDY MAUES GONCALVES (ADVOGADO) OAB 19492 - NICANOR MORAES BARBOSA (ADVOGADO) . ÃProcesso nÂº 0005416-62.2013.8.14.0022 Classe: AÃ§Ã£o de CobranÃ§a Autor: MARIA DAS GRAÃAS PINHEIRO PANTOJA RÃ©u: MunicÃpio de IgarapÃ©-Miri SENTENÃA I - RELATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de CobranÃ§a de LicenÃ§a PrÃªmio proposta por MARIA DAS GRAÃAS PINHEIRO PANTOJA, em face do MunicÃpio de IgarapÃ©-Miri, devidamente qualificados na inicial requerendo, entre outros pedidos acessÃ³rios: Â Â Â Â Â Â Â Â Â a) A condenaÃ§Ã£o da requerida ao pagamento de LicenÃ§a PrÃªmio convertido em pecÃºnia, o que totalizava a Ã©poca da propositora da aÃ§Ã£o o montante de R$ 4.206,18 (quatro mil duzentos e seis reais e dezoito centavos) Â Â Â Â Â Â Â Â Â A demandante alegou ter ingressado no ano de 1978 no serviÃ§o pÃºblico municipal, exercendo a funÃ§Ã£o de Auxiliar de ServiÃ§os Gerais (servente), estando atualmente em gozo de aposentadoria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em 03 de outubro de 2011, por meio de requerimento administrativo a peticionante

demandou a prefeitura de IgarapÃ©-Miri requerendo a concessÃ£o do pagamento de LicenÃ§a PrÃªmio, em face do direito adquirido antes da alteraÃ§Ã£o do estatuto dos servidores pÃºblicos municipais de IgarapÃ©-Miri. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou documentos de fls. 10/40. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por sua vez Ã s fls. 42, atravÃ©s de despacho, fora deferida a gratuidade da justiÃ§a, bem como fora determinada a citaÃ§Ã£o da municipalidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste contexto em 31 de marÃ§o de 2015 fora protocolizada, tempestivamente,Â contestaÃ§Ã£o na qual a parte requerida reconhece o direito da servidora, contudo, alega nÃ£o efetuar o pagamento devido questÃµes de cunho orÃ§amentÃ¡rio/financeiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entrementes, em sede de rÃ©plica a contestaÃ§Ã£o, a autora impugnou os argumentos expendidos pela parte rÃ©, ratificando todos os pedidos da inicial, com o consequente pagamento de licenÃ§a PrÃªmio em pecÃºnia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instado a se manifestar, o MP com base na recomendaÃ§Ã£o nÂ° 34 do CNMP, informou que a matÃ©ria em anÃ¡lise nÃ£o necessita de intervenÃ§Ã£o ministerial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Prosseguindo, em 19 de setembro de 2019, fora proferida decisÃ£o interlocutÃ³ria, na qual fora designada audiÃªncia para o dia 02 de dezembro de 2019, neste dia fora deliberado a conclusÃ£o dos autos, em face de nÃ£o haver mais provas a serem produzidas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo a analisar e decidir. II Â¿ DA FUNDAMENTAÃÃO II.1 Â¿ DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE Â Com relaÃ§Ã£o ao julgamento antecipado da lide o CPC preleciona o seguinte: Â Art. 355. Â O juiz julgarÃ¡ antecipadamente o pedido, proferindo sentenÃ§a com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, quando: I - nÃ£o houver necessidade de produÃ§Ã£o de outras provas; II - o rÃ©u for revel, ocorrer o efeito previsto no art. 344 e nÃ£o houver requerimento de prova, na forma do art. 349. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso dos autos, verifica-se que a lide se encontra apta a ser julgada, pois nÃ£o hÃ¡ necessidade de produÃ§Ã£o de outras provas, pelo que procedo ao seu julgamento antecipado, nos termos do art. 355, I, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifica-se que a presente demanda merece prosperar, uma vez que a documentaÃ§Ã£o apresentada pelo Requerente instrui o feito de maneira adequada e conforme os ditames legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, e sem mais delongas, restando comprovada a existÃªncia do direito alegado notadamente em razÃ£o da documentaÃ§Ã£o acostada, em outro sentido nÃ£o se poderia concluir, senÃ£o naquele que converge para a procedÃªncia parcial do pedido formulado pelo Requerente. III Â¿ DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â DIANTE DO EXPOSTO, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos elencados na inicial, e, EXTINGO O FEITO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO nos termos do artigo 487, I do CPC, para condenar o MunicÃ-pio IgarapÃ©-Miri: Â Â Â Â Â Â Â Â Â a)Â Condeno o municÃ-pio de IGARAPÃ-MIRI a pagar todas as LicenÃ§as PrÃªmios, devidas a demandante, as quais deveram ser convertidas em pecÃºnia, devendo ser considerado o carÃ¡ter alimentar da verba, fato que obriga a parte rÃ© ao pagamento imediato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â b) A correÃ§Ã£o monetÃ¡ria e os juros moratÃ³rios serÃ£o devidos a partir da citaÃ§Ã£o, pelo Ã-ndice aplicado Ã caderneta de poupanÃ§a (mÃ¡ximo 6% ao ano), nos termos do que dispÃµe o artigo 1-F da Lei nÂ° 9.494/97, com a nova redaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de condenar o RÃ©u ao pagamento de custas processuais, ante a isenÃ§Ã£o legal, porÃ©m condeno ao pagamento dos honorÃ¡rios advocatÃ-cios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado e o cumprimento da presente decisÃ£o, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I IgarapÃ©-Miri, 11 de novembro de 2021. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito PROCESSO: 00065952120198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Termo Circunstanciado em: 11/11/2021 AUTOR DO FATO:JOAO VITOR DOS SANTOS CARVALHO VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGRAPÃ-MIRI-PA FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto, Trav. Quintino Bocaiuva, s/nÂº, Centro, IgarapÃ©-Miri, CEP 68.430-000, Tel./fax (91) 98418-1438, e-mail: tjpa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0006595-21.2019.8.14.0022- TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRENCIA - TCO Â AudiÃªncia-10/11/2021 Processo nÂº 0006595-21.2019.8.14.0022 - TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRENCIA - TCO Autor do fato: JOÃO VITOR DOS SANTOS CARVALHO TERMO DE AUDIÃNCIA Â Â Â Â Aos dez (10) dia do mÃªs de novembro (11) de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 11hs:30min, nesta cidade e Comarca de IgarapÃ©-Miri/PA, Estado do ParÃ¡. Presente o MM. Juiz de Direito ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES. Ausente o representante do MINISTERIO PÃBLICO. Ausente o autor do fato JOÃO VITOR DOS SANTOS CARVALHO. A audiÃªncia deixou de ser realizada em razÃ£o da ausÃªncia do autor do fato. Â Â Â Â Em seguida, o Juiz assim DELIBEROU: 1- Designo audiÃªncia de fls. 40. PARA dia 24/03/2022 as 09hs:30min. 2-Intime-se o autor do fato. 3- Expedientes NecessÃ¡rios.Â Â Â Â Â Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo, que vai devidamente assinado por quem de direito. Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Juiz de Direito PROCESSO: 00068577320168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 11/11/2021 REQUERENTE:REINALDO CORREA FRANCO

LOPES Representante(s): OAB 5791 - MANOEL DE JESUS LOBATO XAVIER (ADVOGADO) REQUERIDO:ANA ALICE Representante(s): OAB 21901 - LEONARDO RODRIGUES DE VASCONCELOS (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Processo: 0006857-73.2016.814.0022 AÃÃO DE BUSCA E APEENSAO. Requerente: REINALDO CORREA FRANCO LOPES. Requerida: ANA ALICE MACHADO. Advogado: LEONARDO RODRIGUES DE VASCONCELOS OAB NÂº 21.901. Â Em conformidade com o disposto no artigo 152, do CPC e no Provimento nÂº 006/2009-CJCI pratiquei o seguinte ato ordinatÃ³rio: INTIME-SE, O Patrono da requerida, do inteiro teor da sentenÃ§a prolatada no dia 28/10/2021, e tambÃ©m, para que proceda o pagamento das custa judiciais finais, no prazo legal, sob pena de inscriÃ§Ã£o em divida ativa. Nada Mais. IgarapÃ©-Miri, 11 de novembro de 2021 _____ JEFFERSON VIEIRA DA SILVA Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00085343620198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Inquérito Policial em: 11/11/2021 VITIMA:J. C. P. S. DENUNCIADO:JHON LENON DA SILVA LOPES. JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto- Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri/PA, CEP 68430-000, Tel./fax (91) 3755-1866, e-mail: igarapemiri@tjpa.jus.br PROCESSO NÂº 0008534-36.2019.8.14.0022 - AÃÃO PENAL Processo nÂº 0008534-36.2019.8.14.0022 - AÃ§Ã£o Penal. Autor: Â MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡. Denunciado: Jhon Lenon da Silva Lopes. AssistÃªncia JurÃ-dica: Defensoria PÃºblica. Â Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais e constitucionais, ofertou a exordial acusatÃ³ria contra JHON LENON DA SILVA LOPES, atribuindo-lhe, em tese, as condutas descritas no artigo 129, Â§9Âº do CÃ³digo Penal c/c artigo 7Âº, inciso I e II, da Lei 11.340/2006. Â Â Â Â Â Â Â Consta da peÃ§a acusatÃ³ria, elaborada com base nas informaÃ§Ãµes colhidas no inquÃ©rito policial, que, no dia 09/10/2019, o ora denunciado teria agredido fisicamente sua companheira, a Sra. Joelma da ConceiÃ§Ã£o Pantoja Silva. Â Â Â Â Â Â Â Exame de corpo de delito a fl. 12.Â Â Â Â Â Â Â RelatÃ³rio da autoridade policial a fls. 18/21.Â Â Â Â Â Â Â Â Em 20 de fevereiro de 2020, foi recebida a denÃºncia (fl. 05) iniciando-se o primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva estatal.Â Â Â Â Â Â Â Â Resposta a acusaÃ§Ã£o Ã s fls. 22/23.Â Â Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento realizada as fls. 29/30, oportunidade na qual foi ouvida a vÃ-tima: JOELMA DA CONCEIÃÃO PANTOJA SILVA. Â Â Â Â Â Â Â AlegaÃ§Ãµes finais do MinistÃ©rio PÃºblico de forma escrita, pugnando pela condenaÃ§Ã£o do acusado nas penas no artigo 129, Â§9Âº do CÃ³digo Penal c/c artigo 7Âº, inciso I e II, da Lei 11.340/2006. Â Â Â Â Â Â Â Constam alegaÃ§Ãµes finais de forma escrita da defesa, pugnando pela atenuante da confissÃ£o espontÂ¢nea (art. 65, III, Â¿dÂ¿, do CP). Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar. Â Â Â Â Â Â Â Tudo bem visto e ponderado, passo a fundamentar a decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Ao acusado JHON LENON DA SILVA LOPES, jÃ¡ qualificado nos autos, Ã© imputada a conduta tipificada na peÃ§a vestibular acusatÃ³ria, prevista no artigo 129, Â§9Âº do CÃ³digo Penal c/c artigo 7Âº, inciso I e II, da Lei 11.340/2006. Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, o deslinde da presente causa, como de resto as demais, reside nas respostas aos seguintes questionamentos, quais sejam: i) o crime efetivamente existiu (materialidade delitiva)?; ii) o ora acusado Ã© autor do crime descrito nos autos (autoria criminosa)?Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem. Se assim o Ã©, nÃ£o hÃ¡ como negar que a materialidade delitiva (i) encontra-se devidamente comprovada, notadamente em razÃ£o do Exame de Corpo de Delito realizado na vÃ-tima Ã¡ fl. 12, que demonstra as lesÃµes sofridas pela vÃ-tima e cometidas pelo acusado. Â Â Â Â Â Â Â No que atine Ã autoria delitiva deve ser levada em consideraÃ§Ã£o todo o lastro probatÃ³rio produzidos nos autos, especialmente o depoimento da vÃ-tima e do interrogatÃ³rio do rÃ©u, colhidos quando das audiÃªncias de instruÃ§Ã£o e julgamento.Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado, ao ser interrogado na audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, afirmou categoricamente que os fatos narrados na exordial nÃ£o sÃ£o verdadeiros, no que tange as agressÃµes cometidas contra a sua companheira. Â Â Â Â Â Â Â Portanto, restando devidamente comprovada a prÃ¡tica do delito, seja pela documentaÃ§Ã£o constante dos autos (especialmente o Exame de corpo de delito), seja pelo depoimento das testemunhas, em outro sentido nÃ£o se poderia concluir senÃ£o naquele que converge para a procedÃªncia da presente aÃ§Ã£o penal.Â Â Â Â Â Â Â Â Decido.Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denÃºncia, para o fim de CONDENAR JHON LENON DA SILVA LOPES, anteriormente qualificado, como incurso nas penas do art. 129, Â§9Âº do CÃ³digo Penal c/c art. 7Âº, inciso I e II da Lei 11.340/2006, razÃ£o pela qual passo a dosar as respectivas penas a serem aplicadas, em estrita observÃ¢ncia ao disposto pelo art. 68, caput, do CÃ³digo Penal c/c art. 5Âº, XLVI, da ConstituiÃ§Ã£o Federal. DA FIXAÃÃO DA PENA BASE Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise das diretrizes traÃ§adas pelo art. 59, do CÃ³digo Penal1, verifica-se: a)Â Â Â Â Â O rÃ©u agiu com culpabilidade normal Ã espÃ©cie, sendo sua conduta, devidamente comprovada nos autos, absolutamente reprovÃ¡vel pela sociedade na qual estÃ¡ inserido; b)Â Â Â Â Â Quanto aos antecedentes

criminais do acusado, nÃ£o hÃ¡ nos autos, ou em quaisquer bancos de dados, a notÃ-cia de jÃ¡ ter sido o acusado condenado, com sentenÃ§a judicial transitado em julgado, pela prÃ¡tica de qualquer outro delito de natureza penal, razÃ£o porque nÃ£o hÃ¡ que se falar na existÃªncia de registros em seus antecedentes criminais. Importa frisar, neste ponto, que o posicionamento adotado por este juÃ-zo, apoiado no entendimento majoritÃ¡rio do E. Superior Tribunal de JustiÃ§a, Ã© o de que inquÃ©ritos policiais ou processos em andamento nÃ£o propiciam a caracterizaÃ§Ã£o de maus antecedentes, forte no princÃ-pio da nÃ£o-culpabilidade, gravado no artigo 5Âº, LVII, da ConstituiÃ§Ã£o Federal e SÃºmula 444 do STJ.4 c)Â Â Â Â Â Quanto Ã sua conduta social, pouco se pode dizer diante dos elementos probatÃ³rios colhidos nos autos. d)Â Â Â Â Â No que atine Ã sua personalidade, pouco se poder dizer diante dos dados colhidos nos autos que nada ou quase nada refletem de tal instituto; e)Â Â Â Â Â Quanto aos motivos que levaram o acusado a cometer o delito, tambÃ©m nÃ£o hÃ¡ muito que se valorar. f)Â Â Â Â Â JÃ¡ quanto Ã s circunstÃ¢ncias do crime, compreendidas como aquelas que Â¿apesar de nÃ£o especificadas em nenhum texto legal, podem, de acordo com uma avaliaÃ§Ã£o discricionÃ¡ria do juiz, acarretar uma diminuiÃ§Ã£o ou aumento de penaÂ¿2, hÃ¡ que se dizer que o acusado fora capturado em conduta sem sombra de dÃºvidas flagrante, tendo sido capturado apÃ³s ter agredido fisicamente a vÃ-tima. g)Â Â Â Â Â No que atine Ã s consequÃªncias do crime, deve ser levada em conta sua natureza, razÃ£o pela qual se ressaltam todas as mazelas que o crime de lesÃ£o corporal causa, Ã sociedade de um modo geral, e principalmente quando cometido no ambiente familiar. h)Â Â Â Â Â Quanto ao comportamento da vÃ-tima, hÃ¡ circunstÃ¢ncia judicial desfavorÃ¡vel ao rÃ©u, tendo em vista que a vÃ-tima em nada contribuiu para o sucesso da empreitada criminosa. Â Â Â Â Â Â Â Diante de tais circunstÃ¢ncias, analisadas individualmente, Ã© que fixo a pena base em 01 (um) ano e 3 (trÃªs) meses de reclusÃ£o. DAS CAUSAS DE DIMINUIÃÃO E AUMENTO DE PENA Â Â Â Â Â Â Â Na Ãºltima das fases de dosimetria da pena, importa esclarecer que inexistem quaisquer causas de diminuiÃ§Ã£o ou aumento de pena, razÃ£o pela qual fica o rÃ©u, em definitivo, condenado ao cumprimento da pena de 01 (um) ano de reclusÃ£o.Â DO REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA Â Â Â Â Â Â Â Considerando o disposto no art. 33, Â§2Âº, alÍ-nea C e Â§3Âº todos do CÃ³digo Penal3, bem como levando em conta que nÃ£o hÃ¡ qualquer fundamentaÃ§Ã£o idÃ´nea que imponha um regime inicial de cumprimento de pena mais gravoso, deverÃ¡ o rÃ©u iniciar o cumprimento da pena em regime aberto. Â Considerando a inexistÃªncia de casas de albergado ou outro estabelecimento adequado para os efeitos do disposto no art. 33, Â§ 1Âº, Â¿cÂ¿, do CÃ³digo de Processo Penal4, deverÃ¡ o condenado cumprir a pena em prisÃ£o domiciliar, conforme entendimento do E. STJ5.Â CONSIDERAÃÃES GERAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â *Da Desnecessidade da prisÃ£o cautelar a)Â Â Â Â Â Considerando que a atual sistemÃ¡tica processual extirpou de nosso ordenamento jurÃ-dico a prisÃ£o automÃ¡tica decorrente de sentenÃ§a penal condenatÃ³ria recorrÃ-vel, hÃ¡ que se frisar, neste momento, a permanÃªncia ou nÃ£o dos requisitos previstos nos artigos 312 e 313, do CÃ³digo de Processo Penal e que autorizam a prisÃ£o preventiva do condenado.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, apÃ³s bem compulsar os autos, verifica-se que inexistem quaisquer das circunstÃ¢ncias autorizadoras da prisÃ£o preventiva do ora condenado. Em verdade, conquanto haja prova da autoria e materialidade delitiva, sua liberdade nÃ£o implicaria desordem pÃºblica ou mesmo impediria a aplicaÃ§Ã£o de lei penal. Ademais, jÃ¡ se tendo findado a instruÃ§Ã£o criminal, a liberdade do acusado nÃ£o Ã© outra coisa senÃ£o clara observÃ¢ncia dos princÃ-pios da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, nÃ£o hÃ¡ que se falar em necessidade de decretaÃ§Ã£o de sua prisÃ£o provisÃ³ria.Â b)Â Â Â Â Â Condeno, ainda, o rÃ©u ao pagamento das custas judiciais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â *Da Impossibilidade de SuspensÃ£o Condicional da Pena c)Â Â Â Â Â Considerando a possibilidade e cabimento da substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade aplicada ao condenado por restritiva de direito, deixo de conceder-lhe o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional da pena (sursis), conforme artigo 77, III6, do CÃ³digo Penal.Â *Da SubstituiÃ§Ã£o da Pena Privativa de Liberdade por Restritiva de Direitos d)Â Â Â Â Â Como Ã© cediÃ§o, o benefÃ-cio da substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos reclama, para sua concessÃ£o, a presenÃ§a cumulativa dos requisitos constantes do art. 44, do CÃ³digo Penal, quais sejam: I - aplicada pena privativa de liberdade nÃ£o superior a quatro anos se o crime nÃ£o for cometido com violÃªncia ou grave ameaÃ§a Ã pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo; II - o rÃ©u nÃ£o for reincidente em crime doloso; III - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstÃ¢ncias indicarem que essa substituiÃ§Ã£o seja suficiente. Â Â Â Â Â Â Â Â Ã importante ressaltar que a doutrina majoritÃ¡ria admite a substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade pela restritiva de direito no crime de lesÃ£o corporal leve, mesmo a violÃªncia a pessoa sendo um elementar do tipo. Â Â Â Â Â Â Â O mestre RogÃ©rio Greco ensina: A primeira indagaÃ§Ã£o que se levanta Ã© a seguinte: se uma das finalidades da substituiÃ§Ã£o Ã© justamente evitar o encarceramento daquele que teria sido condenado ao cumprimento de uma pena de curta duraÃ§Ã£o, nos crimes de

lesÃ£o corporal leve, constrangimento ilegal ou mesmo de ameaÃ§a, onde a violÃªncia e a grave ameaÃ§a fazem parte desses tipos, estaria impossibilitada a substituiÃ§Ã£o? Entendemos que nÃ£o, pois as infraÃ§Ãµes penais se amoldam aquelas consideradas de menor potencial ofensivo, sendo seu julgamento realizado atÃ© mesmo no Juizado Especial Criminal, seria um verdadeiro contrassenso impedir, justamente nesses casos, a substituiÃ§Ã£o.Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, in casu, considerando a natureza e a forma como o crime foi praticado, o fato de nÃ£o ser o ora acusado reincidente em crime doloso, bem como de as circunstÂ¢ncias judiciais lhe serem favorÃ¡veis e em cumprimento ao disposto no artigo 17 da Lei Maria da Penha, SUBSTITUO a pena privativa de liberdade por 01 (uma) restritiva de direito, nos termos do parÃ¡grafo 2Âº, do art. 44, do CÃ³digo Penal7. Â Â Â Â Â Â Â Destarte, fixo a seguinte pena restritiva de direito, a ser cumprida, no que for compatÃ-vel, pelo mesmo prazo estabelecido para a privativa de liberdade, Ã© dizer, 01 (um) ano de reclusÃ£o (art. 55, do CÃ³digo Penal8), obedecido o disposto no artigo 46, Â§4Âº, do CÃ³digo Penal9: i)Â Â Â Â Â PRESTAÃÃO DE SERVIÃOS Ã COMUNIDADE: o acusado deverÃ¡ cumprir a pena no Posto de SaÃºde de IgarapÃ©-Miri, de maneira que a atividade a ser realizada seja aquela designada pela prÃ³pria administraÃ§Ã£o do Posto de SaÃºde, que, por sua vez, fica obrigada a enviar ao juÃ-zo, mensalmente, relatÃ³rio das atividades daquele, a fim de que se acompanhe o cumprimento da pena. j)Â Â Â Â Â PARTICIPAÃÃO EM PALESTRAS COM TEMA SOBRE VIOLÃNCIA DOMÃSTICA: o acusado deverÃ¡ comparecer ao CREAS para assistir as palestras sobre o tema ViolÃªncia DomÃ©stica, com carga horÃ¡rio de 20 horas semanal. Devendo o CREAS, certificar a participaÃ§Ã£o e a realizaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Oficie-se Ã Secretaria Municipal de AssistÃªncia Social para tomar ciÃªncia da presente decisÃ£o, bem como para gerir e supervisionar o relatÃ³rio de atividades do condenado.Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalte-se que a referida pena restritiva de direitos deve ser cumprida na carga horÃ¡ria de 8 (oito) horas semanais, nos termos do artigo 149, parÃ¡grafo 1Âº da Lei 7210/84 (Lei de ExecuÃ§Ãµes Penais).Â e)Â Â Â Â Â Considerando, que o crime cometido nÃ£o tem repercussÃ£o patrimonial, deixo de fixar o valor mÃ-nimo para indenizaÃ§Ã£o cÃ-vel, previsto no art. 387, IV, do CÃ³digo de Processo Penal10.Â DISPOSIÃÃES FINAIS Â Â Â Â Â Â Â Oportunamente, apÃ³s o trÂ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a, tomem-se as seguintes providÃªncias: a)Â Â Â Â Â Lance-se o nome do rÃ©u no rol dos culpados;Â b)Â Â Â Â Â Proceda-se ao recolhimento do valor atribuÃ-do a tÃ-tulo de pena de multa, conforme art. 686, do CÃ³digo de Processo Penal11; c)Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se a carta de execuÃ§Ã£o do rÃ©u; d)Â Â Â Â Â Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenaÃ§Ã£o do rÃ©u, com sua devida identificaÃ§Ã£o, acompanhada de fotocÃ³pia da presente decisÃ£o, para cumprimento do quanto disposto nos arts. 71, Â§ 2Âº, do CÃ³digo Eleitoral c/c 15, III, da ConstituiÃ§Ã£o Federal.Â Â Â Â Â Â Â Comunique-se o ofendido acerca do inteiro teor desta sentenÃ§a, nos termos do artigo 201Â§2Âº, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Publique-se a presente sentenÃ§a do DiÃ¡rio de JustiÃ§a EletrÃ´nico. Â Â Â Â Â Â Â Registre-se. Intimem-se.Â Â Â Â Â Â Â Â Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri, PA, 11 de Novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito 1 O juiz, atendendo Ã culpabilidade, aos antecedentes, Ã conduta social, Ã personalidade do agente, aos motivos, Ã s circunstÂ¢ncias e conseqÃ¼Ãªncias do crime, bem como ao comportamento da vÃ-tima, estabelecerÃ¡, conforme seja necessÃ¡rio e suficiente para reprovaÃ§Ã£o e prevenÃ§Ã£o do crime: 2 Idem, p. 142. 4. SUM. 444 STJ. Ã vedada a utilizaÃ§Ã£o de inquÃ©ritos policiais e aÃ§Ãµes penais em curso para agravar a pena base. 3 4 Â§ 1Âº Considera-se: c) regime aberto a execuÃ§Ã£o da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado. 5 STJ-062266) HABEAS CORPUS. EXECUÃÃO PENAL. PROGRESSÃO PARA O REGIME PRISIONAL ABERTO. INEXISTÃNCIA DE VAGA EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL ADEQUADO. DESVIO DE FINALIDADE DA PRETENSÃO EXECUTÃRIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. ORDEM CONCEDIDA. 1. Configura constrangimento ilegal ao jus libertatis, sanÃ¡vel pela via do habeas corpus, o cumprimento de pena em condiÃ§Ãµes mais rigorosas que as estabelecidas pelo juÃ-zo sentenciante ou pelo juÃ-zo das execuÃ§Ãµes penais. 2. Ã dever do Poder PÃºblico promover a efetividade da resposta penal, na dupla perspectiva da prevenÃ§Ã£o geral e especial; entretanto, nÃ£o se podem exceder os limites impostos ao cumprimento da condenaÃ§Ã£o, sob pena de desvio da finalidade da pretensÃ£o executÃ³ria. 3. Inexistindo vaga em casa de albergado, mostra-se possÃ-vel, em carÃ¡ter excepcional, permitir ao sentenciado, a quem se determinou o cumprimento da reprimenda em regime aberto, o direito de recolher-se em prisÃ£o domiciliar. Precedentes: STF - HC 95.334/RS, Rel. p/ AcÃ³rdÃ£o Min. Marco AurÃ©lio; STJ - REsp 1.112.990/RS, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima; STJ - HC 97.940/RS, Rel. Min. Laurita Vaz; STJ - RHC 12.470/SP, Rel. Min. Laurita Vaz. 4. Habeas Corpus concedido para restabelecer a decisÃ£o do JuÃ-zo das ExecuÃ§Ãµes que determinou o cumprimento da pena em regime domiciliar, atÃ© a eventual instalaÃ§Ã£o de albergue na Comarca Caxias do Sul/RS. (Habeas Corpus nÂº 162055/RS (2010/0023958-2), 5Âª Turma do STJ, Rel. Laurita Vaz. j. 20.05.2010, unÂ¢nime, DJe 14.06.2010). 6 A

execuÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade, nÃ£o superior a 2 (dois) anos, poderÃ¡ ser suspensa, por 2 (dois) a 4 (quatro) anos, desde que: III - nÃ£o seja indicada ou cabÃ-vel a substituiÃ§Ã£o prevista no art. 44 deste CÃ³digo 7 Â§ 2ÂºÂ Na condenaÃ§Ã£o igual ou inferior a um ano, a substituiÃ§Ã£o pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos; se superior a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituÃ-da por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos. 8 As penas restritivas de direitos referidas nos incisos III, IV, V e VI do art. 43 terÃ£o a mesma duraÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade substituÃ-da, ressalvado o disposto no Â§ 4Âº do art. 46. 9 Se a pena substituÃ-da for superior a um ano, Ã© facultado ao condenado cumprir a pena substitutiva em menor tempo (art. 55), nunca inferior Ã metade da pena privativa de liberdade fixada. 10 O juiz, ao proferir sentenÃ§a condenatÃ³ria: IV - fixarÃ¡ valor mÃ-nimo para reparaÃ§Ã£o dos danos causados pela infraÃ§Ã£o, considerando os prejuÃ-zos sofridos pelo ofendido; 11 A pena de multa serÃ¡ paga dentro em 10 (dez) dias apÃ³s haver transitado em julgado a sentenÃ§a que a impuser. PROCESSO: 00085667520188140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Inquérito Policial em: 11/11/2021 VITIMA:J. M. S. DENUNCIADO:GEREMIAS CAMPELO DE SOUZA Representante(s): OAB 22996 - ANNE VELOSO MONTEIRO (ADVOGADO) OAB 27172 - EVANGELINA DE JESUS DO NASCIMENTO BARBOSA (DEFENSOR DATIVO) OAB 29509 - FRANCISCO EDSON PINHEIRO CORREA (ADVOGADO) TESTEMUNHA:JOAO TRINDADE DA CONCEICAO TESTEMUNHA:MANOEL DE JESUS SERRAO DOS SANTOS TESTEMUNHA:MOACIR RONALDO DOS SANTOS TESTEMUNHA:JOAO MARCOS DOS SANTOS. ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI VARA ÃNICA Processo nÂº 0008566-75.2018.8.14.0022 Classe: AÃ§Ã£o Penal PÃºblica. DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais e constitucionais, ofertou a exordial acusatÃ³ria em desfavor de GEREMIAS CAMPELO DE SOUZA, atribuindo-lhe a conduta descrita no artigo 121, Â§ 2Âº, Inciso II e IV, c/c 14, II do CÃ³digo de Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Consta da peÃ§a acusatÃ³ria, elaborada com base nas informaÃ§Ãµes colhidas no inquÃ©rito policial, que no dia 15.09.2018, por volta das 17h00min, no Trapiche da Vila MaiauatÃ¡, neste municÃ-pio, o acusado Geremias Campelo De Souza desferiu disparos com arma de fogo, contra a vÃ-tima JoÃ£o Marcos dos Santos, tendo a vÃ-tima sido socorrida imediatamente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em 07 de agosto de 2019 foi recebida a denÃºncia, ocorrendo, pois, o primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva estatal (fl. 07). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Citado, o acusado apresentou resposta Ã¡ acusaÃ§Ã£o, fls. 12/14. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento realizada Ã s fls. 22/24, ocasiÃ£o na qual, foram ouvidas as testemunhas de acusaÃ§Ã£o Srs. JoÃ£o Marcos dos Santos, JoÃ£o Trindade da ConceiÃ§Ã£o e Manoel de Jesus SerrÃ£o dos Santos, bem como o interrogatÃ³rio do acusado Geremias Campelo De Souza. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlegaÃ§Ãµes finais do MinistÃ©rio PÃºblico Ã s fls. 37/38, pugnando pela desclassificaÃ§Ã£o do crime de homicÃ-dio previsto no art. 121, Â§2Âº, Incisos II e IV c/c art. 14, Inciso II, ambos do CPB, para o crime de lesÃ£o corporal, previsto no art. 129, Â§1Âº, Incisos I, do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A defesa apresentou alegaÃ§Ãµes finais (fls. 28/36), pugnando pela impronuncia do rÃ©u e ainda a desclassificaÃ§Ã£o do crime de tentativa de homicÃ-dio para o de lesÃ£o corporal grave (art. 129, Â§1Âº, I, do CP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã fundamentaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais e constitucionais, ofertou a exordial acusatÃ³ria em desfavor de GEREMIAS CAMPELO DE SOUZA, atribuindo-lhe a conduta descrita no artigo 121, Â§2Âº, Inciso II e IV, c/c 14, II do CÃ³digo de Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifica-se que Ã© caso de desclassificaÃ§Ã£o do crime de homicÃ-dio previsto no art. 121, Â§2Âº, Incisos II e IV c/c art. 14, Inciso II, ambos do CPB, para o crime de lesÃ£o corporal, previsto no art. 129, Â§1Âº, Incisos I, do CPB. Explico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A desclassificaÃ§Ã£o, nos ensinamentos de Guilherme de Sousa Nucci, seria: Â¿uma decisÃ£o interlocutÃ³ria simples, modificadora da competÃªncia do juÃ-zo, nÃ£o adentrando o mÃ©rito, nem tampouco fazendo cessar o processoÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A desclassificaÃ§Ã£o tem previsÃ£o legal no artigo 419 do CPP. Vejamos: Quando o juiz se convencer, em discordÃ¢ncia com a acusaÃ§Ã£o, da existÃªncia de crime diverso dos referidos no Â§ 1Âº do artigo 74 deste cÃ³digo e nÃ£o for competente para o julgamento, remeterÃ¡ os autos ao juiz que o seja. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em outras palavras, o CÃ³digo de Processo Penal ressalta que o juiz deve proferir decisÃ£o de desclassificaÃ§Ã£o sempre que estiver convencido que a imputaÃ§Ã£o nÃ£o versa sobre crime doloso contra a vida, com a ressalva de que Ã© possÃ-vel a desclassificaÃ§Ã£o ainda que seja para crime mais grave. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante dessa explanaÃ§Ã£o, dois questionamentos devem ser analisados: I) Materialidade do delito para o qual haverÃ¡ a desclassificaÃ§Ã£o; II) IndÃ-cios suficientes de autoria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que se refere Ã¡ materialidade do delito, nÃ£o resta dÃºvida que estÃ¡ presente conquanto o teor do laudo de fl. 19 do IPL, que comprova que a vÃ-tima sofreu as lesÃµes lÃ¡ descritas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que tange aos indÃ-cios

suficientes de autoria com relaÃ§Ã£o ao crime de lesÃ£o corporal, verifica-se que estÃ£o presentes conquanto o teor do prÃ³prio laudo, bem como os depoimentos da vÃ-tima e acusado. Esta Ãºltima, na audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, afirmara que o acusado teria desferido vÃ¡rios tiros contra a vÃ-tima causando lesÃµes, conforme o aludo acima citado. Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, se assim o Ã©, nÃ£o hÃ¡ dÃºvida de que a acusada agiu com animus laedendi (intenÃ§Ã£o de ferir) e nÃ£o com animus necandi (intenÃ§Ã£o de matar), conforme narrado na denÃºncia, razÃ£o pela qual a medida mais acertada Ã© a decisÃ£o de desclassificaÃ§Ã£o do crime de homicÃ-dio tentado para o crime de lesÃ£o corporal. Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalte-se que este juÃ-zo, ao afirmar o crime para o qual estÃ¡ desclassificando a conduta do acusado, nÃ£o estÃ¡ fazendo nenhum prÃ©-julgamento indevido, mas tÃ£o somente afirmando que houve uma infraÃ§Ã£o nÃ£o dolosa contra a vida e que deve ser julgada pelo juÃ-zo competente e nÃ£o pelo EgrÃ©gio Tribunal do JÃºri, nos termos do artigo 419 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido insculpido na DENÃNCIA para, com fulcro no art. 419 do CÃ³digo de Processo Penal, DESCLASSIFICAR o crime de desclassificaÃ§Ã£o do crime de homicÃ-dio previsto no art. 121, Â§2Âº, Incisos II e IV c/c art. 14, Inciso II, ambos do CPB, para o crime de lesÃ£o corporal, previsto no art. 129, Â§1Âº, Incisos I, do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s a preclusÃ£o do direito de recorrer desta decisÃ£o, voltem-me os autos conclusos para adoÃ§Ã£o do procedimento adequado ao referido delito. Â Â Â Â Â Â Â Â Notifique-se o MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se1. Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 11 de novembro de 2021. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito. 1 Art. 420.Â A intimaÃ§Ã£o da decisÃ£o de pronÃºncia serÃ¡ feita: I - pessoalmente ao acusado, ao defensor nomeado e ao MinistÃ©rio PÃºblico; Gabinete do Juiz de Direito P R O C E S S O : 0 0 0 8 8 9 6 3 8 2 0 1 9 8 1 4 0 0 2 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Termo Circunstanciado em: 11/11/2021 AUTOR DO FATO:GENIVALDO PANTOJA DE SOUZA VITIMA:J. P. N. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA, CEP 68430-000, Tel. (91)3755.1866 Processo nÂº 0008896-38.2019.8.14.0022 - Termo Circunstanciado de OcorrÃªncia - TCO (audiÃªncia realizada no dia 10/11/2021) Â Processo: 0008896-38.2019.8.14.0022 - Termo Circunstanciado de OcorrÃªncia TCO Autor do fato: GENIVALDO PANTOJA DE SOUZA. TERMO DE AUDIÊNCIA Aberta a audiÃªncia, feito o pregÃ£o, registrando-se a presenÃ§a do Juiz de Direito Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes, dentro do ambiente Microsoft Teams, em razÃ£o da pandemia da Covid-19 e conforme a PORTARIA CONJUNTA NÂ° 5/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, de 23 de marÃ§o de 2020 e PORTARIA CONJUNTA NÂ° 10/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, DE 15 DE MAIO DE 2020. Presente o Juiz de Direito Arnaldo JosÃ© Gomes Pedrosa. Presente o representante do MinistÃ©rio PÃºblico. Presente o autor do fato Genivaldo Pantoja de Souza. ABERTA A AUDIÊNCIA pelo MM. Juiz de Direito, a audiÃªncia passou a ser realizada por meio de videoconferÃªncia, utilizando-se o sistema TEAMS. nos termos da PORTARIA CONJUNTA NÂ°7/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, de 28 de abril de 2020, sendo dispensada sua assinatura, com a anuÃªncia das partes. Â Â Â Â Â Â Â O Juiz esclareceu, considerando as disposiÃ§Ãµes e princÃ-pios despenalizadores da Lei nÂº 9.099/1995, renovou a possiblidade de composiÃ§Ã£o de possÃ-veis danos e da aceitaÃ§Ã£o da proposta de aplicaÃ§Ã£o imediata de pena nÃ£o privativa de liberdade, conforme dispÃµem os arts.72 e 76 da Lei nÂº 9.099/95. Â Â Â Â Â Â Â Pelo exposto, o Ãrgão Ministerial requer: Â Â Â Â Â Â Â a) juntada da certidÃ£o de antecedentes criminais do autor do fato, fazendo expressa referÃªncia se o mesmo estÃ¡ ou nÃ£o sendo processado ou se jÃ¡ foi ou nÃ£o condenado em definitivo pela prÃ¡tica de outro crime; bem como se jÃ¡ foi ou nÃ£o beneficiado anteriormente, no prazo de 5 (cinco) anos pela, aplicaÃ§Ã£o de pena restritiva ou multa, nos termos e para os fins dos arts. 76 e 89 da Lei nÂ° 9.099/95; Â Â Â Â Â Â Â b) Desde logo, na hipÃ³tese de preenchimento dos requisitos objetivos e subjetivos, o Parquet, oferece a seguinte proposta de transaÃ§Ã£o penal que deve ser cumprida pelo autor do fato: o valor de R$400,00 (quatrocentos reais ), valor este que deverÃ¡ ser pago no dia 13 (treze) do mÃªs de novembro de 2021, a ser revestido para o Fundo da CrianÃ§a e do Adolescente de IgarapÃ©-Miri, CNPJ da conta 05.191.333/0001-69, Banco do Brasil, AgÃªncia 4414-8, Conta 8429-8, Secretaria Municipal de FinanÃ§as de IgarapÃ©-Miri. Â Â Â Â Â Â O autor do fato aceitou a proposta formulada pelo MinistÃ©rio PÃºblico, requerendo a homologaÃ§Ã£o do acordo. Â Â Â Â Â Â Â Em seguida o Juiz DECIDIU: Â¿1. Homologo, por decisÃ£o, os termos da transaÃ§Ã£o penal acima, e, em consequÃªncia, aplico ao autor do fato, acima qualificado, a pena restritiva de direito retro discriminada, na conformidade do disposto no art. 76, Â§ 4Âº, da Lei nÂº 9.099/95, pelo qual a aplicaÃ§Ã£o dessa pena nÃ£o importarÃ¡ em reincidÃªncia, sendo registrada apenas para impedir novamente o mesmo benefÃ-cio no prazo de 5 (cinco) anos. 2. O autor do fato pagarÃ¡ o valor de R$400,00 (quatrocentos reais), valor este que deverÃ¡ ser revestido para o Fundo da CrianÃ§a e do

Adolescente de IgarapÃ©-Miri, CNPJ da conta 05.191.333/0001-69. 3. Atente-se para o disposto no Â§ 6Âº do art. 76 da Lei nÂº 9.099/1995, segundo o qual Â¿a imposiÃ§Ã£o da sanÃ§Ã£o de que trata o Â§ 4Âº deste artigo nÃ£o constarÃ¡ de certidÃ£o de antecedentes criminais, salvo para os fins previstos no mesmo dispositivo. 4. Oficie-se Ã entidade beneficiÃ¡ria, dando-lhe ciÃªncia desta decisÃ£o e solicitando envio de documentos comprovando o cumprimento da medida, bem como recibo atestando a aplicaÃ§Ã£o do valor recebido. 5. Saem os presentes cientes neste ato. 6. Expedientes necessÃ¡rios. 7.Comprovado o cumprimento da medida, retornem os autos conclusos para sentenÃ§a.Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo, que vai devidamente assinado por quem de direito. Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri, PA, 10 de novembro de 2021. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito 2 P R O C E S S O : 0 0 0 8 9 5 8 4 9 2 0 1 7 8 1 4 0 0 2 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Auto de Prisão em Flagrante em: 11/11/2021 VITIMA:J. A. P. S. DENUNCIADO:EVERALDO ANTONIO SOARES MELO Representante(s): OAB 22996 - ANNE VELOSO MONTEIRO (ADVOGADO) OAB 26494 - KELVYN CARLOS DA SILVA MENDES (ADVOGADO) . ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI VARA ÃNICA Processo nÂº 0008958-49.2017.8.14.0022 Classe: AÃ§Ã£o Penal PÃºblica. DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais e constitucionais, ofertou a exordial acusatÃ³ria em desfavor de EVERALDO ANTONIO SOARES MELO, atribuindo-lhe a conduta descrita no artigo 121, Â§ 2Âº, Inciso IV, c/c 14, II do CÃ³digo de Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Consta da peÃ§a acusatÃ³ria, elaborada com base nas informaÃ§Ãµes colhidas no inquÃ©rito policial, que no dia 21.10.2017, por volta das 00h30min, em uma residÃªncia localizada na Rodovia Moura Carvalho, bairro PerpÃ©tuo Socorro, neste municÃ-pio, munido de uma chave de fenda, tentou ceifar a vida de JosÃ© AntÃ´nio Pinheiro dos Santos, tendo desferido diversos golpes contra a vÃ-tima, causando lesÃµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em 11 de dezembro de 2009 foi recebida a denÃºncia, ocorrendo, pois, o primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva estatal (fl. 26). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Citada, a acusada apresentou resposta Ã¡ acusaÃ§Ã£o, fls. 29/31. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento realizada Ã s fls. 49-55, ocasiÃ£o na qual, foram ouvidas as todas as testemunhas de acusaÃ§Ã£o, de defesa, bem como houve o interrogatÃ³rio da acusada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlegaÃ§Ãµes finais do MinistÃ©rio PÃºblico Ã s fls. 57-59, pugnando pela desclassificaÃ§Ã£o do crime para o crime de lesÃ£o corporal (art. 129 do CP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â A defesa apresentou alegaÃ§Ãµes finais (fls. 66-68), pugnando pela absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria da acusada ou a desclassificaÃ§Ã£o para o crime de lesÃ£o corporal leve. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã fundamentaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais e constitucionais, ofertou a exordial acusatÃ³ria em desfavor de ANA DO CARMO ARAÃJO, atribuindo-lhe a conduta descrita no artigo 121, caput, c/c 14, II do CÃ³digo de Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifica-se que Ã© caso de desclassificaÃ§Ã£o do crime de homicÃ-dio simples tentado para o crime de lesÃ£o corporal leve (art. 129 do CP). Explico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A desclassificaÃ§Ã£o, nos ensinamento de Guilherme de Sousa Nucci, seria: Â¿uma decisÃ£o interlocutÃ³ria simples, modificadora da competÃªncia do juÃ-zo, nÃ£o adentrando o mÃ©rito, nem tampouco fazendo cessar o processoÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A desclassificaÃ§Ã£o tem previsÃ£o legal no artigo 419 do CPP. Vejamos: Quando o juiz se convencer, em discordÃ¢ncia com a acusaÃ§Ã£o, da existÃªncia de crime diverso dos referidos no Â§ 1Âº do artigo 74 deste cÃ³digo e nÃ£o for competente para o julgamento, remeterÃ¡ os autos ao juiz que o seja. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em outras palavras, o CÃ³digo de Processo Penal ressalta que o juiz deve proferir decisÃ£o de desclassificaÃ§Ã£o sempre que estiver convencido que a imputaÃ§Ã£o nÃ£o versa sobre crime doloso contra a vida, com a ressalva de que Ã© possÃ-vel a desclassificaÃ§Ã£o ainda que seja para crime mais grave. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante dessa explanaÃ§Ã£o, dois questionamentos devem ser analisados: I) Materialidade do delito para o qual haverÃ¡ a desclassificaÃ§Ã£o; II) IndÃ-cios suficientes de autoria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que se refere Ã¡ materialidade do delito, nÃ£o resta dÃºvida que estÃ¡ presente conquanto o teor do exame de corpo de delito de fl.18, que comprova que a vÃ-tima sofreu as lesÃµes lÃ¡ descritas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que tange aos indÃ-cios suficientes de autoria com relaÃ§Ã£o ao crime de lesÃ£o corporal, verifica-se que estÃ£o presentes conquanto o teor do prÃ³prio exame de corpo de delito, bem como os depoimentos de vÃ-tima e acusada. Esta Ãºltima, na audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, afirmara que a acusada veio para cima dela e atingiu seu dedo com uma faca, bem como que fora cortada no dedo e na mÃ£o e que apÃ³s isso saiu correndo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, se assim o Ã©, nÃ£o hÃ¡ dÃºvida de que a acusada agiu com animus laedendi (intenÃ§Ã£o de ferir) e nÃ£o com animus necandi (intenÃ§Ã£o de matar), conforme narrado na denÃºncia, razÃ£o pela qual a medida mais acertada Ã© a decisÃ£o de desclassificaÃ§Ã£o do crime de homicÃ-dio tentado para o crime de lesÃ£o corporal leve. Â Â Â Â Â Â Â Â

Â Ressalte-se que este juÃ-zo, ao afirmar o crime para o qual estÃ¡ desclassificando a conduta da acusada, nÃ£o estÃ¡ fazendo nenhum prÃ©-julgamento indevido, mas tÃ£o somente afirmando que houve uma infraÃ§Ã£o nÃ£o dolosa contra a vida e que deve ser julgada pelo juÃ-zo competente e nÃ£o pelo EgrÃ©gio Tribunal do JÃºri, nos termos do artigo 419 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido insculpido na DENÃNCIA para, com fulcro no art. 419 do CÃ³digo de Processo Penal, DESCLASSIFICAR o crime de homicÃ-dio simples tentado (art. 121 c/c 14, II) para o crime de lesÃ£o corporal leve (art. 129 do CP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s a preclusÃ£o do direito de recorrer desta decisÃ£o, voltem-me os autos conclusos para adoÃ§Ã£o do procedimento adequado ao referido delito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Notifique-se o MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se1. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 11 de novembro de 2021. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito. 1 Art. 420.Â A intimaÃ§Ã£o da decisÃ£o de pronÃºncia serÃ¡ feita: I - pessoalmente ao acusado, ao defensor nomeado e ao MinistÃ©rio PÃºblico; Gabinete do Juiz de Direito PROCESSO: 00093346420198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Termo Circunstanciado em: 11/11/2021 AUTOR DO FATO:ELIU MORAES DE SOUSA VITIMA:O. E. . FLS.: _____ Â PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA, CEP 68430-000 Processo nÂº 0009334-64.2019.8.14.0022 - TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRENCIA - TCO (audiÃªncia realizada no dia 09/11/2021) Processo: 0009334-64.2019.8.14.0022 - Termo Circunstanciado de OcorrÃªncia -TCO. Autor do fato: ELIU MORAES DE SOUSA TERMO DE AUDIÃNCIA Â Â Â Â Aberta a audiÃªncia, dentro do ambiente Microsoft Teams, em razÃ£o da pandemia da Covid-19 e conforme a PORTARIA CONJUNTA NÂ° 5/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, de 23 de marÃ§o de 2020 e PORTARIA CONJUNTA NÂ° 10/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, DE 15 DE MAIO DE 2020. Presente o MM. Juiz de Direito ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES. Ausente o representante do MinistÃ©rio PÃºblico. Ausente o autor do fato ELIU MORAES DE SOUSA, o qual nÃ£o foi intimado, conforme certidÃ£o do Oficial de JustiÃ§a de fls. 37. Em seguida o Juiz DELIBEROU: 1-Abra-se vista ao MinistÃ©rio PÃºblico para se manifestar sobre a certidÃ£o do Oficial de JustiÃ§a de fls. 37. 2. ApÃ³s conclusos. 3. Expedientes necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri/PA, 09 de novembro de 2021. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito 1 PROCESSO: 00097347820198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 REQUERENTE:GELFFSON BRANDAO LOBO Representante(s): OAB 5791 - MANOEL DE JESUS LOBATO XAVIER (ADVOGADO) REQUERIDO:CELPA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA SA. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGRAPÃ-MIRI-PA FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto, Trav. Quintino Bocaiuva, s/nÂº, Centro, IgarapÃ©-Miri, CEP 68.430-000, Tel./fax (91) 98418-1438, e-mail: tjpa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0009734-78.2019.8.14.0022- AÃÃO DECLARATÃRIA DE INEXISTENCIA DE DÃBITO C/C E INDENIZAÃÃO POR DANOS MORAIS E PEDIDO DE TUTELA DE URGENCIA INAUDITA ALTERA PARS Â AudiÃªncia- 05/11/2021 Processo nÂº 0009734-78.2019.8.14.0022 - AÃÃO DECLARATORIA DE INEXISTENCIA DE DÃBITO C/C INDENIZAÃÃO POR DANOS MORAIS E PEDIDO DE TUTELA DE URGENCIA INAUDITA ALTERA PARS. Requerente: GELFFERSON BRANDÃO LOBO Advogado: MANOEL DE JESUS LOBATO XAVIER - OAB/PA 5791. Requerido: CELPA - CENTRAIS ELÃTRICAS DO PARÃ S/A. TERMO DE AUDIÃNCIA Â Â Â Â Aos cinco (05) dia do mÃªs de novembro (11) de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 09hs:00min, nesta cidade e Comarca de IgarapÃ©-Miri/PA, Estado do ParÃ¡. Presente o MM. Juiz de Direito ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES. Ausente o requerente Sr. GELFFERSON BRANDÃO LOBO. Presente o advogado do requerente Dr. MANOEL DE JESUS LOBATO XAVIER - OAB/PA 5791. Ausente a requerida CELPA - CENTRAIS ELÃTRICAS DO PARÃ S/A. ABERTA A AUDIÃNCIA pelo MM. Juiz de Direito, a audiÃªncia passou a ser realizada por meio de videoconferÃªncia, com gravaÃ§Ã£o audiovisual, utilizando-se o sistema TEAMS. nos termos da PORTARIA CONJUNTA NÂ°7/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, de 28 de abril de 2020, sendo dispensada sua assinatura, com a anuÃªncia das partes. Â Â Â Â Â Dada a palavra ao advogado do requerente, o qual justificou a ausÃªncia do mesmo, onde fez a juntada do laudo mÃ©dico em audiÃªncia, contendo 02 laudas. A audiÃªncia deixou de ser realizada pela ausÃªncia acima registrada. Â Â Â Â Em seguida, o Juiz assim DELIBEROU: 1. Designo audiÃªncia de fls. 40 PARA dia 23/02/2022 as 10hs:00min. 2- Ciente neste ato o advogado do requerente. 3-Intime-se a parte requerida. 4. Expedientes NecessÃ¡rios.Â Â Â Â Â Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo, que vai devidamente assinado por quem de direito. Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Juiz de Direito PROCESSO: 00102344720198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Auto de Prisão em Flagrante em: 11/11/2021 VITIMA:M. S. F.

P. DENUNCIADO:ROSIVALDO BATISTA SANTOS Representante(s): OAB 21293 - MAX DO SOCORRO MELO PINHEIRO (DEFENSOR DATIVO) OAB 27172 - EVANGELINA DE JESUS DO NASCIMENTO BARBOSA (DEFENSOR DATIVO) TESTEMUNHA:CIMARA PANTOJA DA SILVA. ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI Processo nÂº 0010234-47.2019.8.14.0022 Classe: AÃ§Ã£o Penal PÃºblica Autor: MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ RÃ©u: ROSIVALDO BATISTA SANTOS CapitulaÃ§Ã£o penal: art. 121, Â§2Âº, II e IV c/c art. 14, II do CP SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais e constitucionais, ofertou a exordial acusatÃ³ria em desfavor de ROSIVALDO BATISTA SANTOS atribuindo-lhe a condutas descritas: no art. 121, Â§2Âº, II e IV do CP contra a vÃ-tima Maria do Socorro Ferreira Pantoja; art. 121, Â§2Âº, II e IV c/c art. 14, II, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Consta dos autos que no dia 26.12.0019, no perÃ-odo da noite, o acusado ROSIVALDO BATISTA SANTOS, teria tentado matar sua companheira Maria do Socorro Ferreira Pantoja com 01(uma) facada, fato ocorrido em frente Ã Sede do CasarÃ£o da Soraia, Centro, neste municÃ-pio, a qual foi socorrida e levada atÃ© a UPA deste municÃ-pio de IgarapÃ©-Miri/PA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Exame de lesÃ£o corporal (fl.11). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em 10.02.2020 foi recebida a denÃºncia, ocorrendo, pois, o primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva estatal (fl. 06). Â Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado Rosivaldo Batista Santos, devidamente citado, apresentou resposta Ã acusaÃ§Ã£o Ã s fls. 20/20V. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No dia 21.07.2020 foi realizada audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, tendo sido ouvida a vÃ-tima: Maria do Socorro Ferreira Pantoja, bem como a testemunhas: Cimara Pantoja da Silva e Reginaldo da Silva Alves (fls. 33/34), bem como realizado o interrogatÃ³rio do acusado: Rosivaldo Batista Santos, conforme ata acima citada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlegaÃ§Ãµes finais do MinistÃ©rio PÃºblico Ã s fls. 36/41, pugnando pronÃºncia do acusado Rosivaldo Batista Santos ao EgrÃ©gio Tribunal do JÃºri, como incurso nas penas do art. 121, Â§2Âº, II e IV c/c art. art. 14, II, ambos do CP c/c art. 7Âº, Inciso I, da Lei nÂº 11.340/2006. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A defesa do acusado Rosivaldo Batista Santos apresentou alegaÃ§Ãµes finais (fls. 43/47), pugnando pela desclassificaÃ§Ã£o, conforme art. 129, Â§9Âº do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã fundamentaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais e constitucionais, ofertou a exordial acusatÃ³ria em desfavor de ROSIVALDO BATISTA SANTOS, atribuindo-lhe a conduta descrita: no art. 121, Â§2Âº, Inciso V c/c art. 14, Inciso II, ambos do CPB c/c art. 7Âº, Inciso I, da Lei nÂº 11.340/2006 contra a vÃ-tima Maria do Socorro Ferreira Pantoja; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em relaÃ§Ã£o ao rÃ©u ROSIVALDO BATISTA SANTOS, tenho o seguinte entendimento: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Incialmente, cumpre esclarecer que a decisÃ£o de pronÃºncia possui conteÃºdo absolutamente declaratÃ³rio, em que o juiz, utilizando-se de um juÃ-zo de prelibaÃ§Ã£o, admite ou rejeita a acusaÃ§Ã£o, sem que, em virtude disso, adentre no mÃ©rito da questÃ£o debatida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesta linha, Ã© de se notar que a decisÃ£o de pronÃºncia deve restringir-se Ã verificaÃ§Ã£o da presenÃ§a do fumus boni juris, entendido este como a probabilidade de as teses de acusaÃ§Ã£o serem efetivamente verdadeiras, obedecido, neste particular, o princÃ-pio do in dubio pro societate, traduzido na obrigaÃ§Ã£o de que, em havendo dÃºvidas quanto Ã materialidade e autoria delitivas, deve o processo ser submetido ao Tribunal do JÃºri, instituiÃ§Ã£o constitucionalmente competente para o julgamento dos crimes dolosos praticados contra a vida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em suma, dois aspectos devem ser analisados pelo juiz nessa fase: I) O crime realmente existiu? (materialidade do delito); II) HÃ¡ indÃ-cios suficientes de autoria contra os ora acusados? Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso dos autos, nÃ£o hÃ¡ como negar que hÃ¡ provas acerca da existÃªncia da materialidade delitiva dos crimes que sÃ£o imputados ao acusado, notadamente em razÃ£o das provas testemunhais ouvidas durante a instruÃ§Ã£o que informam que a vÃ-tima foi atingida por com 01(uma) facada, fato ocorrido em frente Ã Sede do CasarÃ£o da Soraia, Centro, neste municÃ-pio, a qual foi socorrida e levada atÃ© a UPA deste municÃ-pio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em relaÃ§Ã£o Ã autoria do crime, verifica-se hÃ¡ indÃ-cios suficientes de autoria em relaÃ§Ã£o ao acusado ROSIVALDO BATISTA SANTOS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diferentemente do que o acusado informou em seu depoimento, colhido durante o interrogatÃ³rio, as testemunhas afirmam que a vÃ-tima estava ensanguentada, pedindo socorro, tendo a vÃ-tima informado no momento que seu esposo teria lhe furado, a qual foi socorrida e levada atÃ© UPA deste municÃ-pio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dessa forma, se estÃ£o presentes a materialidade do delito e indÃ-cios suficientes de autoria, nÃ£o hÃ¡ que se falar, salvo melhor juÃ-zo, e nesta fase, em hipÃ³tese de absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria ou impronÃºncia do acusado, atÃ© mesmo porque nessa fase do sumÃ¡rio da culpa ou Â¿Judicio AcusationisÂ¿ vigora o PrincÃ-pio do In dÃºbio pro societate. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Importante ressaltar que a expressÃ£o Â¿salvo melhor juÃ-zoÂ¿ utilizada acima, justifica-se pelo fato, jÃ¡ mencionado, de que a decisÃ£o de pronÃºncia deve ter sua fundamentaÃ§Ã£o limitada Ã indicaÃ§Ã£o da materialidade do fato e da existÃªncia de indÃ-cios suficientes de autoria ou de participaÃ§Ã£o, para evitar a Â¿eloquÃªncia acusatÃ³riaÂ¿, ou seja, a pronÃºncia com excesso de linguagem.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na precisa liÃ§Ã£o de Norberto Avena1:

Igual situaÃ§Ã£o ocorre em relaÃ§Ã£o ao exame das teses defensivas (relacionadas, por exemplo, Ã negativa de autoria, ausÃªncia de dolo ou a presenÃ§a de excludentes de ilicitude), que tambÃ©m deverÃ£o ser apreciadas com superficialidade, nÃ£o podendo o magistrado afastÃ¡-las de forma peremptÃ³ria. Todo esse cuidado justifica-se no intuito de evitar que os termos da pronÃºncia possam influenciar de qualquer modo o Ã¢nimo dos jurados por ocasiÃ£o do veredicto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante de tal panorama, importa esclarecer que, estando configurados os dois elementos exigidos, impÃµe-se o acolhimento da acusaÃ§Ã£o ofertada com a consequente submissÃ£o do acusado a julgamento pelo jÃºri popular. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, ACOLHO o pedido insculpido na DENÃNCIA para: a)Â Â Â Â Â com fulcro no art. 413 do CÃ³digo de Processo Penal, PRONUNCIAR o acusado ROSIVALDO BATISTA SANTOS, como incurso nas sanÃ§Ãµes previstas no art. 121, Â§2Âº, Inciso V c/c art. 14, Inciso II, ambos do CPB c/c art. 7Âº, Inciso I, da Lei nÂº 11.340/2006 contra a vÃ-tima Maria do Socorro Ferreira Pantoja sujeitando-os ao julgamento pelo E. Tribunal do JÃºri Popular desta Comarca. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de incluir o nome do acusado no rol dos culpados em razÃ£o do princÃ-pio da presunÃ§Ã£o de inocÃªncia, previsto no art. 5Âº, LVII, da ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o decurso do prazo para a interposiÃ§Ã£o de eventual recurso contra essa decisÃ£o, voltem-me os autos conclusos para fins de aplicaÃ§Ã£o do disposto no artigo 422 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Notifique-se o MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se2. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 11 de Novembro de 2021. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito 1 AVENA, Norberto ClÃ¡udio PÃ¢ncaro. Processo penal - sÃ©rie concursos pÃºblicos. 5. ed. Rio de Janeiro; Forense; SÃ£o Paulo: METODO, 2010, p. 401.Â 2 Art. 420.Â A intimaÃ§Ã£o da decisÃ£o de pronÃºncia serÃ¡ feita: I - pessoalmente ao acusado, ao defensor nomeado e ao MinistÃ©rio PÃºblico; ASC Gabinete do Juiz de Direito Comarca de IgarapÃ©-Miri PROCESSO: 00002019520198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Processo de Apuração de Ato Infracional em: REPRESENTANTE: M. P. REPRESENTADO: B. N. L. L. REPRESENTADO: I. S. C. PROCESSO: 00002451720198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Processo de Apuração de Ato Infracional em: REPRESENTANTE: M. P. I. P. REPRESENTADO: L. C. M. VITIMA: C. S. PROCESSO: 00002451720198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Processo de Apuração de Ato Infracional em: REPRESENTANTE: M. P. I. P. REPRESENTADO: L. C. M. VITIMA: C. S. PROCESSO: 00011052320098140022 PROCESSO ANTIGO: 200910007936 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Execução de Alimentos Infância e Juventude em: REQUERENTE: S. J. L. O. REQUERENTE: N. J. L. O. REPRESENTANTE: S. S. C. L. Representante(s): OAB 9162 - CELIA SYMONNE FILOCREAO GONCALVES (DEFENSOR) REQUERIDO: M. N. S. O. PROCESSO: 00012585120198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Guarda de Infância e Juventude em: REQUERENTE: E. S. Representante(s): OAB 26908 - CELMIRA VIANA DE CARVALHO (ADVOGADO) MENOR: A. B. S. F. PROCESSO: 00016161620198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: REQUERENTE: K. G. S. REQUERENTE: A. A. C. G. S. REPRESENTANTE: R. F. G. REQUERIDO: C. S. S. PROCESSO: 00016161620198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: REQUERENTE: K. G. S. REQUERENTE: A. A. C. G. S. REPRESENTANTE: R. F. G. REQUERIDO: C. S. S. PROCESSO: 00023082020168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Processo de Apuração de Ato Infracional em: REPRESENTANTE: M. P. E. REPRESENTADO: J. S. P. Representante(s): OAB 21293 - MAX DO SOCORRO MELO PINHEIRO (ADVOGADO) PROCESSO: 00023082020168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Processo de Apuração de Ato Infracional em: REPRESENTANTE: M. P. E. REPRESENTADO: J. S. P. Representante(s): OAB 21293 - MAX DO SOCORRO MELO PINHEIRO (ADVOGADO) PROCESSO: 00023257820198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Interdição/Curatela em: REQUERENTE: R. F. M. Representante(s): OAB oabpa - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO: A. F. S. PROCESSO: 00023257820198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Interdição/Curatela em: REQUERENTE: R. F. M. Representante(s): OAB oabpa - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO: A. F. S. PROCESSO: 00035227520188140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Procedimento Comum Cível em: REQUERENTE: D. O. F. Representante(s): OAB 5791 - MANOEL DE JESUS LOBATO XAVIER (ADVOGADO) REQUERIDO: T. R. B. S. F. PROCESSO: 00035227520188140022 PROCESSO

ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Procedimento Comum Cível em: REQUERENTE: D. O. F. Representante(s): OAB 5791 - MANOEL DE JESUS LOBATO XAVIER (ADVOGADO) REQUERIDO: T. R. B. S. F. PROCESSO: 00054355820198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Guarda de Infância e Juventude em: REQUERENTE: C. A. C. Q. Representante(s): OAB oabpa - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) MENOR: A. K. M. Q. MENOR: A. M. G. M. REQUERIDO: A. M. G. M. PROCESSO: 00054355820198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Guarda de Infância e Juventude em: REQUERENTE: C. A. C. Q. Representante(s): OAB oabpa - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) MENOR: A. K. M. Q. MENOR: A. M. G. M. REQUERIDO: A. M. G. M. PROCESSO: 00054355820198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Guarda de Infância e Juventude em: REQUERENTE: C. A. C. Q. Representante(s): OAB oabpa - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) MENOR: A. K. M. Q. MENOR: A. M. G. M. REQUERIDO: A. M. G. M. PROCESSO: 00077182520178140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Civil Pública em: REQUERENTE: M. P. E. REQUERIDO: M. P. Q. Representante(s): OAB 26494 - KELVYN CARLOS DA SILVA MENDES (ADVOGADO) PROCESSO: 00077182520178140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Civil Pública em: REQUERENTE: M. P. E. REQUERIDO: M. P. Q. Representante(s): OAB 26494 - KELVYN CARLOS DA SILVA MENDES (ADVOGADO) PROCESSO: 00078062920188140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Processo de Apuração de Ato Infracional em: VITIMA: D. B. L. REPRESENTANTE: M. P. E. REPRESENTADO: C. F. L. PROCESSO: 00078062920188140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Processo de Apuração de Ato Infracional em: VITIMA: D. B. L. REPRESENTANTE: M. P. E. REPRESENTADO: C. F. L. PROCESSO: 00081541820168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: REQUERENTE: S. S. F. REPRESENTANTE: M. H. S. F. Representante(s): OAB 2222 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO: E. A. B. PROCESSO: 00086573420198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação de Alimentos de Infância e Juventude em: REQUERENTE: J. P. C. REQUERENTE: J. P. C. REQUERENTE: J. P. C. REPRESENTANTE: B. E. S. S. P. REQUERIDO: J. R. C. PROCESSO: 00086573420198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação de Alimentos de Infância e Juventude em: REPRESENTANTE: B. E. S. S. P. REQUERENTE: J. P. C. REQUERENTE: J. P. C. REQUERENTE: J. P. C. REQUERIDO: J. R. C. PROCESSO: 00086573420198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação de Alimentos de Infância e Juventude em: REQUERENTE: J. P. C. REQUERENTE: J. P. C. REQUERENTE: J. P. C. REPRESENTANTE: B. E. S. S. P. REQUERIDO: J. R. C. PROCESSO: 00086573420198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação de Alimentos de Infância e Juventude em: REQUERENTE: J. P. C. REQUERENTE: J. P. C. REQUERENTE: J. P. C. REPRESENTANTE: B. E. S. S. P. REQUERIDO: J. R. C. PROCESSO: 00099581620198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Tutela e Curatela - Nomeação em: INTERDITO: A. C. P. L. INTERDITANDO: M. S. P. L.

**COMARCA DE SANTARÉM NOVO**

**SECRETARIA VARA ÚNICA DE SANTARÉM NOVO**

Processo: 0056737-49.2015.8.140093

Ação de Execução de Alimentos
Exequente: P. M. S. M.
Representante: MARIA FERNANDA CORREA MENDES SILVA
Executado: BENEDITO JERONIMO CORREA MARQUES JUNIOR
DECISÃO
Tendo em vista a certidão de fl.47, considero o sr. Benedito Jeronimo Correa Marques Junior não foi intimada da sentença de fl.40, aplicando-se o teor do art. 274, parágrafo único, do CPC, haja vista que era seu dever comunicar ao juízo eventual mudança de endereço, conforme também a dicção do art. 77, inciso V do CPC:

Art. 77. Além de outros previstos neste Código, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo: V - declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereço residencial ou profissional onde receberão intimações, atualizando essa informação sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva.

Certifique-se o trânsito em julgado e, não havendo pendências, arquivem-se os autos com as cautelas legais.
Santarém Novo/PA, 26 outubro de 2021.
DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRÃO
Juiz de Direito

Processo n.: 0001704-40.2016.8.14.0093

Requerente: NÚBIA MONTEIRO DE SOUZA

Advogado: ANTONIO AFONSO NAVEGANTES OAB/PA 3334

Requerido (a): GLADISTONE CABRAL DE OLIVEIRA

Advogado: NELSON FRANCISCO MARZULLO MAIA OAB/PA 7440

Advogado: ALEX ANDREI LOUREÇO SOARES OAB/PA 6459

Sentença:

1- RELATÓRIO: Trata-se de ação de obrigação de fazer decorrente da não transferência de material de construção com indenização por perdas e danos morais proposta por Núbia Monteiro de Souza em face de Gladistone Cabral de Oliveira. A autora aduz na exordial que foi contemplada com o cheque moradia do governo do Estado no dia 05/09/2014, por intermédio da assessoria do Governo do Estado. Que o Requerido, juntamente com a Sra. Vanessa Ferreira de Oliveira, informaram que tinham um amigo proprietário de uma loja de construção, onde os beneficiários dos cheques poderiam comprar os materiais.

Que no dia 10 de setembro de 2014, o referido dono da loja encontrou-se com a autora e outras pessoas interessadas na casa da Sra. Vanessa e o dono da loja fez um breve orçamento e entregou aos presentes. Após aceitar a proposta, a autora afirma que os materiais chegaram à autora pela metade e que o dono da loja não forneceu aos beneficiários a nota fiscal dos produtos. Que procurou por diversas vezes o vereador Gladistone, pois este teria ficado responsável pela entrega dos materiais, no entanto, não teria obtido sucesso. Por fim, que a autora somente poderá receber a segunda parcela do cheque moradia, depois de prestar contas do primeiro, porém, por não ter recebido todo o material. Com a inicial, juntou os documentos de fls. 10/39. Recebida a inicial e designada audiência de conciliação ¿ fl. 41. Realizada a audiência de conciliação em 21/11/2016, contudo, não houve acordo entra as partes. O Requerido apresentou contestação às fls. 46/52, informando que há tempos está com o material para entregar à autora, a espera de transporte a ser providenciado pela Requerente. Ademais, que inexiste dano material e moral a serem indenizados, pugnando pelo indeferimento dos pedidos. Foi certificado à fl. 59 a intempestividade da contestação apresentada pelo Requerido. Foi aberto o prazo para as partes se manifestarem pelo julgamento antecipado da lide ou requererem provas, contudo, mantiveram-se inertes, conforme fls. 63 e 66. Vieram os autos conclusos, decido. 2 ¿ FUNDAMENTAÇÃO: O processo encontra-se pronto para julgamento, nos termos do art. 355, inc. I, do Código de Processo Civil, uma vez que os elementos de prova constantes dos autos são suficientes para o deslinde da controvérsia, remanescendo tão somente questões de direito, que prescindem da dilação probatória. Ademais, tendo em vista a intempestividade da contestação do Requerido, certificado à fl. 59, decreto-lhe a Revelia, aplicando os efeitos do art. 344 do Código de Processo Civil. SANTARÉM NOVO Fórum Juiz Manoel B. da Rocha Pedregulho, Av. Francisco Martins de Oliveira, s/n Fórum de: Endereço: CEP: 68.720-000 Bairro: Centro Fone: (91)3484-1211 Email: 1santaremnovo@tjpa.jus.br Pág. 1 de 4 Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado do Pará SANTARÉM NOVO SECRETARIA DA VARA UNICA DE SANTAREM NOVO 00017044020168140093 20210201806084 SENTENÇA - DOC: 20210201806084 A parte autora afirma que, de posse de parte do valor do Cheque Moradia, adquiriu materiais de construção com a empresa Arterial Materiais de Construção, após a intermediação do Requerido, contudo, não foram entregues os materiais em sua totalidade. Ademais, que não consegue receber a parcela restante, pois, não consegue comprovar o recebimento do produto. 2.1 ¿ DA RESPONSABILIDADE DO REQUERIDO: No caso, verifico que a parte autora fez a compra de materiais de construção com a empresa Arterial Materiais de Construção, haja vista o pedido de fl. 13, no valor total de R$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais). Embora seja revel, como documento essencial para o julgamento de mérito ¿ Princípio da Primazia da decisão de Mérito, entendo por necessária a análise da peça contestatória de fls. 46/52. No referido documento, o Requerido afirmou categoricamente: [...] não entende porque a parte autora ingressou com a ação judicial por uma mera entrega do material de construção, que há tempos se encontra sob minha guarda, a espera de transporte a ser providenciado pela autora. Assim, visualizo que o Requerido está com os bens que deveriam ser entregues à autora, indicando que de fato há uma relação jurídica entre a empresa fornecedora dos materiais de construção e o Sr. Gladistone Cabral de Oliveira, pois, do contrário, não estaria com tais objetos, assumindo, por consequência, a responsabilidade pela entrega. Para corroborar com os argumentos da parte autora, visualizo também que a Sra. Ana Vanessa Ferreira de Oliveira, conforme as declarações de fl. 26, tinha contato telefônico com o proprietário da loja, indicando, que de fato, houve intermediação, para que autora efetivasse o negócio jurídico com a Arterial Materiais de Construção. Com efeito, percebo que o Requerido assumiu a obrigação de entregar os produtos, embora o requerente tenha feito o pagamento integral, não o fez. Assim, o negócio jurídico não se concretizou por culpa do Sr. Gladistone Cabral de Oliveira, sendo forçoso concluir que a autora possui o direito de receber os materiais pagos por intermédio do cheque moradia, para concluir a construção de sua casa. Portanto, procedente o pedido de obrigação de fazer, a fim de que o Requerido faça a entrega à autora dos materiais de construção que estão em sua posse e indicados à fl. 13. 2.2 ¿ DO PEDIDO DE DANO MORAL: Passo à análise do pleito relativo aos danos morais. O dano moral está disciplinado nos seguintes dispositivos: Art. 5º CF (omissis): X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; Tratando-se de ato comissivo, em sede de responsabilidade civil deve ser comprovada a existência dos elementos conformadores de responsabilidade objetiva, a saber: I) dano; II) Nexo causal entre conduta do ente e o dano; III) culpa. Percebo a ocorrência do dano, haja vista que autora não conseguiu concluir a construção de sua moradia, direito este garantido SANTARÉM NOVO Fórum Juiz Manoel B. da Rocha Pedregulho, Av. Francisco Martins de Oliveira, s/n Fórum de: Endereço: CEP: 68.720-000 Bairro: Fone: (91)3484-1211 Email: Pág. 2 de 4 Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado do Pará SANTARÉM NOVO SECRETARIA DA VARA UNICA DE SANTAREM NOVO 00017044020168140093 20210201806084 SENTENÇA - DOC: 20210201806084 constitucionalmente.

Ademais, percebo que houve a intermediação do negócio jurídico por parte do Sr. Gladistone Cabral de Oliveira, para que a autora fizesse a compra especificamente com a Empresa Arterial Materiais de Construção, o que demonstra o nexo causal entre o ato do Requerido e dano sofrido pela autora, em não ter recebido os materiais da empresa contratada e, por consequência, não ter construído sua casa. Por fim, o autor está com os materiais de construção e argumentou que não os entregou por desídia da autora, argumento que não merece prosperar, pois tinha o dever de entregá-los, visto que a obrigação da autora findou com o pagamento, por intermédio do cheque moradia. Além disso, o art. 247 do Código Civil, em relação às obrigações de fazer, há menção à obrigação de indenizar em perdas e danos: Art. 247. Incorre na obrigação de indenizar perdas e danos o devedor que recusar a prestação a ele só imposta, ou só por ele exeqüível. A fixação do dano moral é tema tormentoso em doutrina e jurisprudência. De acordo com a doutrina e jurisprudência, na fixação do dano moral, deve o juiz ser razoável, tomando as cautelas para que a indenização não seja fonte de enriquecimento sem causa, ao mesmo tempo em que não seja meramente simbólica. Também têm decidido assim nossos tribunais: DIREITO CIVIL ¿ AÇÃO DE INDENIZAÇÃO ¿ DANOS MORAIS ¿ INSCRIÇÃO INDEVIDA NO SPC ¿ CRITÉRIOS PARA A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO ¿ RECURSO IMPROVIDO ¿ UNÂNIME ¿ O dano moral resta incontroverso quando advindo da indevida inclusão do nome do autor no cadastro dos maus pagadores (SPC), cujos efeitos deletérios dispensam maiores comentários. Restando demonstrado o dano moral e o nexo de causalidade entre este e a conduta negligente do recorrente, enseja a obrigação de reparar. O conceito de ressarcimento abrange duas finalidades: uma de caráter punitivo, visando castigar o causador do dano, pela ofensa que praticou; outra, de caráter compensatório, que proporcionará à vítima algum bem em contrapartida ao mal sofrido. A indenização fixada pelo MM. Juiz obedeceu aos critérios da moderação e da eqüidade, norteadores da boa doutrina e jurisprudência e por isso deve ser prestigiada (TJDF ¿ APC 19980110316582 ¿ 4ª T.Cív. ¿ Rel. Des. Lecir Manoel da Luz ¿ DJU 01.03.2001 ¿ p. 45.) Alguns outros requisitos a serem levados em conta pelo julgador são lembrados no seguinte aresto, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: Na verdade, com relação à questão da fixação do valor na reparação civil por danos morais, há princípios legais, decisões jurisprudenciais e soluções doutrinárias a serem considerados, mas deverá atentar o julgador, no caso concreto, para: a) as condições das partes; b) a gravidade da lesão e sua repercussão; c) as circunstâncias fáticas (TJSP 2ª C. de Direito Privado, AI, nº 008.515-4/3.). É natural que, numa situação dessas, a parte autora tenha ficado consideravelmente abalada, pois não conseguiu concluir a construção de sua moradia, além de não ter recebido todo o valor que tinha direito do cheque moradia, o que causa, por si só, aflição, preocupação, sofrimento e angústia. Não se olvide que tais sintomas são decorrentes da ação SANTARÉM NOVO Fórum Juiz Manoel B. da Rocha Pedregulho, Av. Francisco Martins de Oliveira, s/n Fórum de: Endereço: CEP: 68.720-000 Bairro: Fone: (91)3484-1211 Email: Pág. 3 de 4 Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado do Pará SANTARÉM NOVO SECRETARIA DA VARA UNICA DE SANTAREM NOVO 00017044020168140093 20210201806084 SENTENÇA - DOC: 20210201806084 comissiva por parte do requerido. Sopesados esses fatores, considerando a extensão e duração do dano, o fato do Requerido estar na posse dos materiais de construção; e; o efeito punitivo e pedagógico da pena, sempre em respeito aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, evitando-se também o enriquecimento sem causa da autora, tudo a fim de que seja proferida a decisão mais justa e equânime para o caso concreto, pelo que fixo, no caso dos autos, a importância de R$ 2.000,00 (dois mil reais). 3 ¿ DISPOSITIVO: Por todo o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES OS PEDIDOS da inicial, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para o fim de: i) COMPELIR o Requerido em entregar, as suas expensas, à Sra. Núbia Monteiro de Souza, os materiais de construção adquiridos com a Empresa Arterial Materiais de Construção e indicados à fl. 13, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), até o limite de 60 (sessenta) dias. II) CONDENAR o requerido a pagar à parte autora INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), corrigíveis monetariamente pelo INPC, a contar da publicação desta sentença (súmula 362, do STJ), com juros moratórios de 1% ao mês, contados da citação, o que faço com fundamento nos artigos 186, 406 e 927, do CC de 2002. Tendo em vista a sucumbência, condeno o Requerido ao pagamento das custas, taxas e despesas processuais e em honorários advocatícios, que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, em razão do grau de zelo do profissional e o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço (art. 85, §2º, I e IV do CPC). Remetam-se os autos à UNAJ para análise e apuração de eventuais custas, taxas e/ou despesas processuais pendentes de recolhimento. Caso positivo, intime-se a parte por meio de seu(s) advogado(s), regularmente habilitado, através de publicação no Diário da Justiça Eletrônico, para, no prazo de 15 (quinze) dias, comparecer à Unidade de Arrecadação Judicial desta Comarca a fim de proceder ao recolhimento das taxas, custas e/ou despesas processuais pendentes nos autos, sob pena de inscrição dos referidos valores em dívida ativa. Decorrido o prazo sem

o devido recolhimento, encaminhem-se os autos novamente à UNAJ para fins de atualização monetária e incidência de outros encargos, se existentes, e posterior inscrição do (s) débito (s) em dívida ativa. Registre-se. Publique-se. Intimem-se. Não havendo mais pendências, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Santarém Novo (PA), 23 de setembro de 2021. DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRÃO Juiz de direito

Processo n. 0001688-91.2013.8.14.0093

Exequente: K.C.C.D.S

Representante: QUELZE COIMBRA DE SOUZA

Executado: JAIME COUTINHO DOS SANTOS

SENTENÇA

Como é cediço, a inércia das partes diante dos deveres e ônus processuais, acarretando a paralisação do processo, faz presumir desistência da pretensão à tutela jurisdicional. Equivale, pois, ao desaparecimento do interesse, que é condição para o regular exercício do direito de ação. No caso dos autos, há certidão (fl. 24) noticiando a provável mudança do(s) requerente(s) do domicílio informado na inicial, sem, contudo, desincumbir(em)-se do ônus processual de informar o seu novo endereço, o que, a meu juízo, configura o abandono da causa por ausência superveniente de interesse na resolução da demanda. Nesse contexto, penso que a insistência no prolongamento deste feito só iria reforçar a nova tendência de crítica, por ausência de gestão processual, arcada, no sistema de justiça, apenas pelo Poder Judiciário e, ao final, não se alcançaria o fim último que é a resolução de mérito, já que a falta de interesse, como visto, é o que impera no caso. Assim, diante do desinteresse do(s) requerente(s) no seguimento normal da demanda, deve o Juiz, de ofício, em homenagem aos princípios da razoável duração da demanda e da racional gestão de processos, após as providências legais, determinar a extinção e arquivamento do processo. Ante o exposto, julgo extinto o processo, com fundamento no art. 485, VI, do CPC/2015, sem resolução de mérito. Ciência ao Ministério Público. Sem custas. Publique-se, registre-se, intime-se a exequente, por edital, no prazo de 20 (vinte) dias, haja vista que está em local incerto. Com o trânsito em julgado, arquivem-se. Santarém Novo/PA, 04 de outubro de 2021. DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRÃO Juiz de Direito.

Processo n. 0000423-25.2011.8.14.0093

Requerido: ESTADO DO PARA

Autor: Sei Ohaze

Advogado: AFONSO ARINOS DE ALMEIDA LINS FILHO OAB/PA 6467

Advogado: VIRLA LINS OAB/PA 12.071

Advogado: FABIANA ARAUJO MACIEL OAB/PA 14.056

SENTENÇA

Como é cediço, a inércia das partes diante dos deveres e ônus processuais, acarretando a paralisação do processo, faz presumir desistência da pretensão à tutela jurisdicional. Equivale, pois, ao desaparecimento do interesse, que é condição para o regular exercício do direito de ação. No caso dos autos, a parte autora, devidamente intimada por seus advogados, não disse qual o processo se trata a exceção de pré-executividade, o que, a meu juízo, configura o abandono da causa por ausência superveniente de interesse na resolução da demanda. Nesse contexto, penso que a insistência no prolongamento deste

feito só iria reforçar a nova tendência de crítica, por ausência de gestão processual, arcada, no sistema de justiça, apenas pelo Poder Judiciário e, ao final, não se alcançaria o fim último que é a resolução de mérito, já que a falta de interesse, como visto, é o que impera no caso. Assim, diante do desinteresse do(s) requerente(s) no seguimento normal da demanda, deve o Juiz, de ofício, em homenagem aos princípios da razoável duração da demanda e da racional gestão de processos, após as providências legais, determinar a extinção e arquivamento do processo. Ante o exposto, julgo extinto o processo, com fundamento no art. 485, VI, do CPC/2015, sem resolução de mérito. Sem custas. Publique-se, registre-se, intime-se. Com o trânsito em julgado, arquivem-se. Santarém Novo/PA, 23 de agosto 2021. DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRÃO Juiz de Direito

AUTOS DO PROCESSO Nº 0003124-75.2019.8.14.0093

Requerente: CARLITO FERREIRA DA SILVA

Advogado: ANTONIO AFONSO NAVEGANTES OAB/PA 3334

SENTENÇA CÍVEL COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO Vistos etc. Trata-se de AÇÃO DE REGISTRO TARDIO DE ÓBITO proposta por Carlito Ferreira da Silva, já qualificado na inicial, assistidos seu advogado, onde requer a expedição de Registro de óbito de Vicente Pontes da Silva, seu genitor. Declara na peça inicial que o Sr. Vicente faleceu no hospital municipal de Santarém Novo no dia 13/07/2019, às 09h30min. Juntou documentos de fls. 07/11. O Ministério Público se manifestou favorável ao pedido do autor. É o relatório. Decido. Em análise minunciosa dos autos, não há qualquer impedimento para que se conceda ao requerente o direito ora pleiteado, in casu, o registro de óbito de seu genitor Vicente Pontes da Silva, o que por desconhecimento dos preceitos legais deixou de fazer em tempo hábil. Restou comprovado nos autos, através dos documentos apresentados que o Sr. Vicente Pontes da Silva, nascido em 15/07/1945, filho de Maria Adelaide Pontes e Aquimino Casseb da Silva, veio a óbito no dia 13/07/2019, em seu domicílio, em razão de Insuficiência Respiratória (CID I960) e Anemia Crônica (CID D63). Isto posto, JULGO PROCEDENTE o presente pedido com RESOLUÇÃO de mérito, acolhendo o pedido do autor nos termos do artigo 487, I do Novo Código de Processo Civil. Lavre-se o Registro de Óbito de Vicente Pontes da Silva, nascido em 15/07/1945, filho de Maria Adelaide Pontes e Aquimino Casseb da Silva, veio a óbito no dia 13/07/2019, em seu domicílio, em razão de Insuficiência Respiratória (CID I960) e Anemia Crônica (CID D63). Sem Custas, em razão da hipossuficiência do autor. Servirá a presente Sentença como mandado ao Cartório de Registros competente. Cumpram-se as demais exigências legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Santarém Novo/PA, 23 de setembro de 2021. DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRÃO Juiz de Direito

Processo n. 0002261-56.2018.8.14.0093

Requerente: L.H. D.R.C Rep. Legal: Ieda Pimentel dos Reis

Advogado: ANTONIO AFONSO NAVEGANTES OAB/PA 3334

Requerido: Cristiano Bernardo Correa

SENTENÇA Trata-se de Ação de Execução de alimentos proposta por L.H. D.R.C, representado por sua genitora a Sra. Ieda Pimentel dos Reis, em face de Cristiano Bernardo Correa. Ocorre que, embora o Requerente tenha sido devidamente intimado através de seu advogado, por meio de publicação no Diário da Justiça Eletrônico (fl. 07), deixou de promover a respectiva emenda da petição inicial. Em parecer (fl. 14), o parquet pugnou pela extinção do feito, em razão do exequente não ter juntado os documentos probatórios do direito. Verifico que o autor se enquadrou na hipótese do parágrafo único do artigo 321 do Código de Processo Civil, visto que não emendou a inicial. Observo que a determinação não exige a intimação pessoal da parte: PROCESSUAL CIVIL ARTS. 267, §1º E 284, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC PETIÇÃO INICIAL EMENDA INTIMAÇÃO PESSOAL DESNECESSIDADE INTIMAÇÃO EXCLUSIVA AUSÊNCIA DE PEDIDO VALIDADE DA INTIMAÇÃO REALIZADA A UM DOS ADVOGADOS CONSTITUÍDOS. 1 . É desnecessária a intimação pessoal da parte quando se tratar de extinção do processo por indeferimento da petição inicial. A regra inserta no §1º, do art. 267, do CPC, não se aplica à

hipótese do parágrafo único do art. 284 do CPC. 2. O STJ assentou o entendimento de que estando a parte representada por mais de um advogado é válida a intimação por publicação a um dos patronos constantes da procuração juntada aos autos, quando não há requerimento para intimação exclusiva a um dos causídicos. 3. Recurso especial não provido. (REsp 1074668/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/11/2008, DJe 27/11/2008). Não há dúvida, portanto, de que a petição inicial, apesar da intimação para emendar, permanece irregular. Isto posto, INDEFIRO a petição inicial e JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, I, combinado com os artigos 321, caput e parágrafo único e 330, do Código de Processo Civil. Condeno a parte requerente nas custas, taxas e despesas processuais, cuja cobrança ficará em condição suspensiva, haja vista que é beneficiária da justiça gratuita Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas legais. Certifique-se a publicação deste despacho. Santarém Novo/PA, 07 de outubro de 2021. DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRÃO Juiz de Direito

AUTOS DO PROCESSO Nº 0002737-49.2019.8.14.1875

Infrator: R.D.O.B

Vítima: A.C.O.E

SENTENÇA Trata-se de pedido de arquivamento de Boletim de Ocorrência Circunstanciado instaurado em desfavor de Renan Oliveira Barros. Segundo o parquet o autor já atingiu a maioridade o que torna pouco efetivo eventual imposição de medida socioeducativa. Nos termos do art. 181 do Estatuto da Criança e do Adolescente promovido o arquivamento dos autos ou concedida a remissão pelo representante do Ministério Público, mediante termo fundamentado, que conterá o resumo dos fatos, os autos serão conclusos à autoridade judiciária para homologação. No presente caso, não vislumbro óbice para o deferimento do pedido do Ministério Público, assim, com fulcro no art. 181, homologo o arquivamento dos autos do BOC 00196/2020.100099-3 em face de Renan Oliveira Barros, extinguindo o processo sem resolução do mérito. Sem Custas. Não havendo mais pendências, arquivem-se os autos com as cautelas legais. Santarém Novo/PA, 07 de outubro de 2021. DANIEL BEZERRA MONTENEGRO.

Processo n.: 0002404-34.2018.8.14.1875

Requerente: BANCO MONEO S.A

Advogado: CESAR ZENKER RILLO OAB/RS 53.930

Advogado: ROBERTO MARTINS OAB/RS 62.109

Requerido: MARILVA SARAIVA MENDES

DESPACHO Tendo em vista a certidão de fl. 71, vistas ao Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar o prosseguimento do feito. Decorrido o prazo, façam-se os autos conclusos. Santarém Novo/PA, 29 de setembro de 2021. Daniel Bezerra Montenegro Girão Juiz de Direito

Processo n. 0002061-49.2018.8.14.0093

Impetrante: Gladistone Cabral de Oliveira

Advogado: ORLADO BARATA MILEO JUNIOR OAB/PA 7.039

Advogado: RAFAEL DUQUE ESTRADA DE OLIVEIRA PERON OAB/PA 19.681

Impetrado: José Nazareno Modesto Costa

Litisconsorte: Câmara Municipal de Santarém Novo/PA

SENTENÇA

1 ¿ RELATÓRIO: Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por Gladistone Cabral de Oliveira em face de José Nazareno Modesto Costa, com o objetivo de suspender o Decreto Legislativo nº 015/2018, que determinou o afastamento do Vereador impetrante. Às fls. 67/68 este Juízo deferiu a liminar e determinou a suspensão do Decreto Legislativo nº 015/2018. À fl. 80, foi certificado pela Secretaria da Comarca que o impetrado não apresentou informações. Instado a se manifestar, o parquet apresentou parecer pela extinção do processo sem resolução do mérito, pois o mandado do vereador impetrante foi concluído em 31.01.2020. É o relatório. Decido. 2 ¿ FUNDAMENTAÇÃO: Considerando que o Impetrante não mais exerce o cargo de Vereador Municipal em Santarém Novo/PA, posto que houve novas eleições municipais em 2020, não sendo reeleito, conforme rápida consulta no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Santarém Novo (), restou configurada a superveniente ausência do interesse de agir pela perda do objeto da demanda. No caso, o Decreto Legislativo 015/2018, decretado pela Câmara Municipal de Santarém Novo tem/teve como objetivo a retirada do impetrante como vereador do Município, porém, possivelmente não possui mais utilidade, posto que encerrou o mandado do Sr. Gladistone Cabral de Oliveira. Inexiste, pois, utilidade ao impetrante para análise do mérito, logo, a denegação da segurança pelo reconhecimento da perda do objeto por ausência do interesse de agir, conforme os artigos 493 e 485, VI e §3º do CPC: Art. 493. Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento do mérito, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a decisão. Parágrafo único. Se constatar de ofício o fato novo, o juiz ouvirá as partes sobre ele antes de decidir. Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: [...] VI ¿ verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual; [...] § 3º O juiz conhecerá de ofício da matéria constante dos incisos IV, V, VI e IX, em qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não ocorrer o trânsito em julgado. SANTARÉM NOVO Fórum Juiz Manoel B. da Rocha Pedregulho, Av. Francisco Martins de Oliveira, s/n Fórum de: Endereço: CEP: 68.720-000 Bairro: Centro Fone: (91)3484-1211 Email: 1santaremnovo@tjpa.jus.br Pág. 1 de 2 Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado do Pará SANTARÉM NOVO SECRETARIA DA VARA UNICA DE SANTAREM NOVO 00020614920188140093 20210158145026 SENTENÇA - DOC: 20210158145026 No caso, observo que o impetrante buscava a suspensão do Decreto Legislativo nº 015/2018, instaurado pela Câmara Municipal de Santarém Novo, com efeito, entendo que com o término do seu mandado eletivo, houve a perda do objeto desta ação mandamental, ante a superveniência ausência do interesse processual de agir, nesse sentido a jurisprudência: MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO DE CASSAÇÃO DE PREFEITO MUNICIPAL DE MAUÉS. DECRETO-LEI Nº. 201/1967. ALEGAÇÃO DE DECADÊNCIA PRAZO NONAGESIMAL. EXTRAPOLADO. PRECEDENTES DO STJ. TÉRMINO DO MANDATO ELETIVO. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE PROCESSUAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO (ART. 493 C/C ART. 485, VI DO CPC/15). SEGURANÇA DENEGADA. [...] 2. Findo o mandato eletivo pelo alcance do seu termo, sem a recondução do seu detentor, não se pode incursionar no mérito do mandamus ante a patente perda do objeto da pretensão, impondo-se a extinção do feito sem resolução do mérito em razão da superveniência da ausência do interesse processual (art. 493 c/c art. 485, VI do CPC/15) devido à carência do requisito da utilidade do provimento mandamental. 3. Segurança denegada, em dissonância com o parecer ministerial. (TJ-AM 40041094520168040000 AM 4004109-45.2016.8.04.0000, Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Data de Julgamento: 15/08/2017, Câmaras Reunidas). Destarte, resta denegar a Segurança pleiteada na inicial por ausência de interesse. 3 ¿ DISPOSITIVO: Desse modo, ante a perda superveniente do interesse processual, NEGO A ORDEM pretendida. Transcorrido in albis o prazo para recurso voluntário. A ordem foi negada e consequentemente não há que se falar em duplo grau necessário (art. 14 e seus parágrafos da Lei n. 12.016/2009) Sem custas finais e sem condenação em honorários, conforme enunciados das Súmulas nº 512 do STF e 105 do STJ. Publique-se, registre-se, intimem-se e cumpra-se. Com o trânsito em julgado arquivem-se. Santarém Novo/PA, 05 de agosto de 2021. DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRÃO Juiz de Direito

SANTAREM NOVO - VARA: VARA UNICA DE SAO JOAO DE PIRABAS - SANTAREM NOVO PROCESSO: 00002758220098140093 PROCESSO ANTIGO: 200920001259 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRAO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021 ACUSADO:DIRCEU CARDOSO DOS SANTOS Representante(s): OAB 3334 - ANTONIO AFONSO NAVEGANTES (ADVOGADO) VITIMA:J. M. B. S. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE MOCAJUBA - VARA ÃNICA AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº. 00002758220098140093 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â A defesa do acusado apresentou Resposta Ã AcusaÃ§Ã£o nos autos. (fl.48) Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia oferecida pelo Ã³rgÃ£o ministerial encontra-se assente com os termos preconizados pelo art. 41 do CPP. Veja-se que o conteÃºdo da inicial acusatÃ³ria nÃ£o estÃ¡ desconectado do teor do inquÃ©rito policial que serviu de suporte Ã propositura da aÃ§Ã£o penal e que trouxe elementos mÃ-nimos para tanto. Â Â Â Â Â Â Â Para o oferecimento da denÃºncia e seu consequente recebimento, satisfaz-se a lei com o que fora apresentado em termos de elementos indiciÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, designo AUDIÊNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO para o dia 25 de agosto de 2022, Ã s11:00 horas quer deverÃ¡ se realizar na CÃ¢mara Municipal de SÃ£o de Pirabas /PA. devendo-se intimar o rÃ©u e as testemunhas arroladas pelas partes. Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia pessoal ao MinistÃ©rio PÃºblico e Ã defesa nomeada. Â Â Â Â Â Â Â Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m novo (PA), 28 outubro de 2021. DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRÃO Juiz de Direito PROCESSO: 00006817720188141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRAO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021 VITIMA:A. S. S. ACUSADO:LEANDRO CARDOSO DOS SANTOS. AUTOS DO PROCESSO NÂº00006817720188141875 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se o advogado do acusado o Dr.AntÃ´nio Afonso Navegante OAB/n:3334, para apresente a defesa preliminar do acusado, Leandro Cardoso Dos Santos, no prazo de 10 (dez)dias, Â ApÃ³s, faÃ§am-se autos conclusos. SantarÃ©m Novo, 28 outubro de 2021. DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRÃO Juiz de Direito PROCESSO: 00011225820188141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRAO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021 VITIMA:A. C. O. E. ACUSADO:DIONATAN DA COSTA FARIAS. AUTOS DO PROCESSO NÂº 00011225820188141875 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista a inexistÃªncia de Defensor PÃºblico nesta comarca - apesar de vÃ¡rios ofÃ-cios comunicando o fato ao defensor pÃºblico geral deste Estado, o qual sequer os respondeu - nomeio o Dr. Orlando Garcia de Brito OAB/PA nÂ°21,905, para apresentar a defesa preliminar do acusado na funÃ§Ã£o de defensor da dativo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O advogado nomeado deverÃ¡ apresentar resposta a acusaÃ§Ã£o no prazo legal. . Â SantarÃ©m Novo/PA, 28 outubro de 2021. DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRÃO Juiz de Direito PROCESSO: 00013587320198141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRAO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021 AUTOR:RHALLISON DOS SANTOS MUNIZ Representante(s): OAB 3334 - ANTONIO AFONSO NAVEGANTES (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DESANTAREM NOVO- VARA ÃNICA AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº. 00013587320198141875 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â A defesa do acusado apresentou Resposta Ã AcusaÃ§Ã£o nos autos. (fl.12) Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia oferecida pelo Ã³rgÃ£o ministerial encontra-se assente com os termos preconizados pelo art. 41 do CPP. Veja-se que o conteÃºdo da inicial acusatÃ³ria nÃ£o estÃ¡ desconectado do teor do inquÃ©rito policial que serviu de suporte Ã propositura da aÃ§Ã£o penal e que trouxe elementos mÃ-nimos para tanto. Â Â Â Â Â Â Â Para o oferecimento da denÃºncia e seu consequente recebimento, satisfaz-se a lei com o que fora apresentado em termos de elementos indiciÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, designo AUDIÊNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO para o dia 25 de agosto de 2022, Ã s10:00 horas quer deverÃ¡ se realizar na CÃ¢mara Municipal de SÃ£o de Pirabas /PA. devendo-se intimar o rÃ©u e as testemunhas arroladas pelas partes. Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia pessoal ao MinistÃ©rio PÃºblico e Ã defesa nomeada. Â Â Â Â Â Â Â Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m novo (PA), 28 outubro de 2021. DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRÃO Juiz de Direito PROCESSO: 00019424820168141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRAO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021 VITIMA:L. C. A. VITIMA:A. V. S. F. VITIMA:L. C. S. VITIMA:A. C. S. ACUSADO:PEDRO DO MAR SANTOS. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE SANTARÃM NOVO JUÃZO DE DIREITO DE VARA ÃNICA Processo n.:Â 00019424820168141875 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Designo para o dia 31 de agosto de 2022, Ã s 10hr00min, a oitiva por meio de depoimento especial das vÃ-timas, Luane da Costa de Aviz, Luciane Costa de Souza, Andreza da Costa Silva que

serÃ¡ realizada na cÃ¢mara municipal de sÃ£o JoÃ£o de Pirabas/PA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se todos e expeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se mandado de conduÃ§Ã£o coercitiva para as vÃ-timas faltosas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico.Â SantarÃ©m Novo, 28 outubro de 2021. Daniel Bezerra Montenegro GirÃ£o Juiz de Direito PROCESSO: 00021789220198141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRAO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021 VITIMA:W. P. S. C. VITIMA:M. S. C. ACUSADO:RODRIGO DA SILVA COELHO Representante(s): OAB 3334 - ANTONIO AFONSO NAVEGANTES (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA SANTAREM NOVO - VARA ÃNICA AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº. 00021789220198141875 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â A defesa do acusado apresentou Resposta Ã AcusaÃ§Ã£o nos autos. (fl,10) Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia oferecida pelo Ã³rgÃ£o ministerial encontra-se assente com os termos preconizados pelo art. 41 do CPP. Veja-se que o conteÃºdo da inicial acusatÃ³ria nÃ£o estÃ¡ desconectado do teor do inquÃ©rito policial que serviu de suporte Ã propositura da aÃ§Ã£o penal e que trouxe elementos mÃ-nimos para tanto. Â Â Â Â Â Â Â Para o oferecimento da denÃºncia e seu consequente recebimento, satisfaz-se a lei com o que fora apresentado em termos de elementos indiciÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, designo AUDIÃNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO para o dia 15 de setembro de 2022, Ã s11:00 horas quer deverÃ¡ se realizar na cÃ¢mara municipal de sÃ£o Joao de Pirabas /PA. devendo-se intimar o rÃ©u e as testemunhas arroladas pelas partes. Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia pessoal ao MinistÃ©rio PÃºblico e Ã defesa nomeada. Â Â Â Â Â Â Â Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m novo (PA), 26 outubro de 2021. DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRÃO Juiz de Direito PROCESSO: 00024419520178141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRAO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021 VITIMA:T. G. F. ACUSADO:ODEMILTON ARAUJO CORREA Representante(s): OAB 3334 - ANTONIO AFONSO NAVEGANTES (ADVOGADO) . AUTOS DO PROCESSO NÂº00024419520178141875 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se o advogado do acusado o Dr.AntÃ´nio Afonso Navegante OAB/n:3334, para que apresente as alegaÃ§Ãµes finais do acusado ODEMILTON ARAUJO CORREA, no prazo de 10 (dez)dias, Â ApÃ³s, faÃ§am-se autos conclusos para a sentenÃ§a. SantarÃ©m Novo, 22 outubro de 2021. DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRÃO Juiz de Direito PROCESSO: 00028451520188141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRAO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021 VITIMA:A. P. S. ACUSADO:ANTONIO BERNARDO DE SOUSA PONTES Representante(s): OAB 3334 - ANTONIO AFONSO NAVEGANTES (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE MOCAJUBA - VARA ÃNICA AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº. 00028451520188141875 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â A defesa do acusado apresentou Resposta Ã AcusaÃ§Ã£o nos autos. (fl.15) Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia oferecida pelo Ã³rgÃ£o ministerial encontra-se assente com os termos preconizados pelo art. 41 do CPP. Veja-se que o conteÃºdo da inicial acusatÃ³ria nÃ£o estÃ¡ desconectado do teor do inquÃ©rito policial que serviu de suporte Ã propositura da aÃ§Ã£o penal e que trouxe elementos mÃ-nimos para tanto. Â Â Â Â Â Â Â Para o oferecimento da denÃºncia e seu consequente recebimento, satisfaz-se a lei com o que fora apresentado em termos de elementos indiciÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, designo AUDIÃNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO para o dia 18 de agosto de 2022, Ã s11:00 horas quer deverÃ¡ se realizar na CÃ¢mara Municipal de SÃ£o de Pirabas /PA. devendo-se intimar o rÃ©u e as testemunhas arroladas pelas partes. Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia pessoal ao MinistÃ©rio PÃºblico e Ã defesa nomeada. Â Â Â Â Â Â Â Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m novo (PA), 28 outubro de 2021. DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRÃO Juiz de Direito PROCESSO: 00037834420178141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRAO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021 VITIMA:A. C. O. E. ACUSADO:MARCOS ANTONIO DE SOUZA Representante(s): OAB 21905 - ORLANDO GARCIA BRITO (ADVOGADO) . AUTOS DO PROCESSO NÂº00037834420178141875 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista a inexistÃªncia de Defensor PÃºblico nesta comarca - apesar de vÃ¡rios ofÃ-cios comunicando o fato ao defensor pÃºblico geral deste Estado, o qual sequer os respondeu - nomeio o Dr. Orlando Garcia De Brito OAB/PA nÂ°21,905, Â Para apresentar a defesa preliminar do acusado na funÃ§Ã£o de defensor da dativo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O advogado nomeado deverÃ¡ apresentar resposta a acusaÃ§Ã£o no prazo legal. . Â SantarÃ©m Novo/PA, 26 outubro de 2021. DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRÃO Juiz de Direito PROCESSO: 00002142720098140093 PROCESSO ANTIGO: 200910001889 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REPRESENTANTE:MARIA DO SOCORRO DO

CARMO SILVA REQUERIDO:JOSE SOUZA DA SILVA REQUERENTE:ADAILTON DA SILVA LIMA. EDITAL O Dr. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY, JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO PELA COMARCA DA VARA UNICA DE SANTAREM NOVO, ESTADO DO PARA. Faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que, o(a) Sr(a). MARIA DO SOCORRO DO CARMO SILVA, brasileiro(a), RG 7140498, sem mais qualificaÃ§Ãµes, representante do menor A.D.S.L, nÃ£o foi encontrado(a), estando portanto, em lugar incerto e nÃ£o sabido, expediu-se o presente edital, pelo que fica o(a) mesmo(a) perfeitamente INTIMADO(A) nos autos do Processo nÂº 0000214.27.2009.814.0093 com o objetivo de informar do inteiro teor da sentenÃ§a: Como Ã© cediÃ§o, a inÃ©rcia das partes diante dos deveres e Ã´nus processuais, acarretando a paralisaÃ§Ã£o do processo, faz presumir desistÃªncia da pretensÃ£o Ã tutela jurisdicional. Equivale, pois, ao desaparecimento do interesse, que Ã© condiÃ§Ã£o para o regular exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o. No caso dos autos, hÃ¡ certidÃ£o (fl. 15) noticiando a provÃ¡vel mudanÃ§a do(s) requerente(s) do domicÃ-lio informado na inicial, sem, contudo, desincumbir(em)-se do Ã´nus processual de informar o seu novo endereÃ§o, o que, a meu juÃ-zo, configura o abandono da causa por ausÃªncia superveniente de interesse na resoluÃ§Ã£o da demanda. Nesse contexto, penso que a insistÃªncia no prolongamento deste feito sÃ³ iria reforÃ§ar a nova tendÃªncia de crÃ-tica, por ausÃªncia de gestÃ£o processual, arcada, no sistema de justiÃ§a, apenas pelo Poder JudiciÃ¡rio e, ao final, nÃ£o se alcanÃ§aria o fim Ãºltimo que Ã© a resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, jÃ¡ que a falta de interesse, como visto, Ã© o que impera no caso. Assim, diante do desinteresse do(s) requerente(s) no seguimento normal da demanda, deve o Juiz, de ofÃ-cio, em homenagem aos princÃ-pios da razoÃ¡vel duraÃ§Ã£o da demanda e da racional gestÃ£o de processos, apÃ³s as providÃªncias legais, determinar a extinÃ§Ã£o e arquivamento do processo. Ante o exposto, julgo extinto o processo, com fundamento no art. 485, VI, do CPC/2015, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito. Sem custas. Publique-se, registre-se, intime-se a autora, por edital, no prazo de 20 (vinte) dias, haja vista que estÃ¡ em local incerto. Com o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se. SantarÃ©m Novo/PA, 23 de agosto 2021. DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRÃO Juiz de Direito Eu,_____,(Jairo Nascimento de Souza), Diretor de Secretaria em exercicio, fiz digitar e subscrevi. Antonio Carlos de Souza Moitta Kouri, Juiz de Direito, respondendo pela Comarca de SantarÃ©m Novo/PA. PROCESSO: 00008356120198141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação de Alimentos de Infância e Juventude em: 09/11/2021 REQUERENTE:J. A. O. Representante(s): OAB 3334 - ANTONIO AFONSO NAVEGANTES (ADVOGADO) REPRESENTANTE:DYANE RIBEIRO DE AVIZ Representante(s): OAB 3334 - ANTONIO AFONSO NAVEGANTES (ADVOGADO) REQUERIDO:JOZIEL BARBOSA DE OLIVEIRA. EDITAL O Dr. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY, JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO PELA COMARCA DA VARA UNICA DE SANTAREM Â NOVO, ESTADO DO PARA. Faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que, o(a) Sr(a). DYANE RIBEIRO DE AVIZ, brasileiro(a), RG 7140498, sem mais qualificaÃ§Ãµes, representante do menor J.A.D.O, nÃ£o foi encontrado(a), estando portanto, em lugar incerto e nÃ£o sabido, expediu-se o presente edital, pelo que fica o(a) mesmo(a) perfeitamente INTIMADO(A) nos autos do Processo nÂº 0000835-61.2019.814.1875 com o objetivo de informar do inteiro teor da sentenÃ§a: Como Ã© cediÃ§o, a inÃ©rcia das partes diante dos deveres e Ã´nus processuais, acarretando a paralisaÃ§Ã£o do processo, faz presumir desistÃªncia da pretensÃ£o Ã tutela jurisdicional. Equivale, pois, ao desaparecimento do interesse, que Ã© condiÃ§Ã£o para o regular exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o. No caso dos autos, hÃ¡ certidÃ£o (fl. 25) noticiando a provÃ¡vel mudanÃ§a do(s) requerente(s) do domicÃ-lio informado na inicial, sem, contudo, desincumbir(em)-se do Ã´nus processual de informar o seu novo endereÃ§o, o que, a meu juÃ-zo, configura o abandono da causa por ausÃªncia superveniente de interesse na resoluÃ§Ã£o da demanda. Nesse contexto, penso que a insistÃªncia no prolongamento deste feito sÃ³ iria reforÃ§ar a nova tendÃªncia de crÃ-tica, por ausÃªncia de gestÃ£o processual, arcada, no sistema de justiÃ§a, apenas pelo Poder JudiciÃ¡rio e, ao final, nÃ£o se alcanÃ§aria o fim Ãºltimo que Ã© a resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, jÃ¡ que a falta de interesse, como visto, Ã© o que impera no caso. Assim, diante do desinteresse do(s) requerente(s) no seguimento normal da demanda, deve o Juiz, de ofÃ-cio, em homenagem aos princÃ-pios da razoÃ¡vel duraÃ§Ã£o da demanda e da racional gestÃ£o de processos, apÃ³s as providÃªncias legais, determinar a extinÃ§Ã£o e arquivamento do processo. Ante o exposto, julgo extinto o processo, com fundamento no art. 485, VI, do CPC/2015, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito. Sem custas. Publique-se, registre-se, intime-se a Requerente, por edital, haja vista que estÃ¡ em lugar incerto, fixado no prazo de 20 (vinte) dias. Com o trÃ¢nsito em julgado arquivem-se. SantarÃ©m Novo/PA, 11 de agosto de 2021. DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRÃO Juiz de Direito Eu,_____,(Jairo Nascimento de Souza), Diretor de Secretaria em exercicio, fiz digitar e subscrevi. Antonio Carlos de Souza Moitta Kouri, Juiz de Direito, respondendo pela Comarca de SantarÃ©m Novo/PA. PROCESSO: 00009217120158141875 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Alvará Judicial em: 09/11/2021 REQUERENTE:D. D. C. REPRESENTANTE:OCELINA DO ROSARIO DAMASCENO REQUERIDO:DOMINGOS MONTEIRO DA COSTA. Ã£EDITAL O Dr. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY, JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO PELA COMARCA DA VARA UNICA DE SANTAREM NOVO, ESTADO DO PARA. Faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que, o(a) Sr(a). OCELINA DO ROSÃRIO DAMASCENO, brasileiro(a), RG 2157321, sem mais qualificaÃ§Ãµes, representante do menor D.D.C, nÃ£o foi encontrado(a), estando portanto, em lugar incerto e nÃ£o sabido, expediu-se o presente edital, pelo que fica o(a) mesmo(a) perfeitamente INTIMADO(A) nos autos do Processo nÂº 0000921-71.2015.814.1875 com o objetivo de informar do inteiro teor da sentenÃ§a: Como Ã© cediÃ§o, a inÃ©rcia das partes diante dos deveres e Ã´nus processuais, acarretando a paralisaÃ§Ã£o do processo, faz presumir desistÃªncia da pretensÃ£o Ã tutela jurisdicional. Equivale, pois, ao desaparecimento do interesse, que Ã© condiÃ§Ã£o para o regular exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o. No caso dos autos, hÃ¡ certidÃ£o (15) noticiando a provÃ¡vel mudanÃ§a do(s) requerente(s) do domicÃ-lio informado na inicial, sem, contudo, desincumbir(em)-se do Ã´nus processual de informar o seu novo endereÃ§o, o que, a meu juÃ-zo, configura o abandono da causa por ausÃªncia superveniente de interesse na resoluÃ§Ã£o da demanda. Nesse contexto, penso que a insistÃªncia no prolongamento deste feito sÃ³ iria reforÃ§ar a nova tendÃªncia de crÃ-tica, por ausÃªncia de gestÃ£o processual, arcada, no sistema de justiÃ§a, apenas pelo Poder JudiciÃ¡rio e, ao final, nÃ£o se alcanÃ§aria o fim Ãºltimo que Ã© a resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, jÃ¡ que a falta de interesse, como visto, Ã© o que impera no caso. Assim, diante do desinteresse do(s) requerente(s) no seguimento normal da demanda, deve o Juiz, de ofÃ-cio, em homenagem aos princÃ-pios da razoÃ¡vel duraÃ§Ã£o da demanda e da racional gestÃ£o de processos, apÃ³s as providÃªncias legais, determinar a extinÃ§Ã£o e arquivamento do processo. Ante o exposto, julgo extinto o processo, com fundamento no art. 485, VI, do CPC/2015, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito. Sem custas. Publique-se, registre-se, intime-se o autor, por edital, no prazo de 20 (vinte) dias, haja vista que estÃ¡ em local incerto. Com o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se. SantarÃ©m Novo/PA, 24 de agosto 2021. DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRÃO Juiz de Direito Eu,_____,(Jairo Nascimento de Souza), Diretor de Secretaria em exercicio, fiz digitar e subscrevi. Antonio Carlos de Souza Moitta Kouri, Juiz de Direito, respondendo pela Comarca de SantarÃ©m Novo/PA. PROCESSO: 00030172020198141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JAIRO NASCIMENTO DE SOUZA A??o: Ação de Alimentos de Infância e Juventude em: 09/11/2021 REQUERENTE:J. A. S. C. Representante(s): OAB 3334 - ANTONIO AFONSO NAVEGANTES (ADVOGADO) REPRESENTANTE:MARIA MARLENE DOS SANTOS REQUERIDO:JOSE SANDRO DE ARAUJO CASTRO Representante(s): OAB 28356 - WLEDENILSON SILVA DOS SANTOS (ADVOGADO) . Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ Comarca de SantarÃ©m Novo TERMO DE AUDIÃNCIA Processo: 0003017-20.2019.814.1875 Requerente: Maria Marlene dos Santos Castro, portadora do CPF: 905.721.222-68. (Fone: 91-985772454) Requerido: Jose Sandro de Araujo Castro (Ausente) Â Â Â Â Â Aos 09 (nove) de novembro dois mil e vinte e um, Ã s 10h00min, na CÃ¢mara Municipal de SÃ£o JoÃ£o de Pirabas, e por meio virtual onde se achava o conciliador Jairo Nascimento de Souza. Presente a requerente. Ausente Aberta a audiÃªncia, em virtude da ausÃªncia do requerido foi redesignado o ato para o dia 19.05.2022 Ã s 12:00hs a s realizar na CÃ¢mara Municipal, de SÃ£o JoÃ£o de Pirabas-PA. Devendo ser expedido o devido Mandado de IntimaÃ§Ã£o ao requerido. Ciente os presentes. NÃ£o foram colhidas assinaturas Cumpra-seÂ¿. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Jairo Nascimento de Souza Conciliador Av. Francisco M. de Oliveira, s/n, Centro, Cep: 68720-000, Fone: (91)3484-1211, SantarÃ©m Novo/Pa. PROCESSO: 00054832420178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JAIRO NASCIMENTO DE SOUZA A??o: Divórcio Litigioso em: 09/11/2021 AUTOR:J. G. F. D. J. Representante(s): OAB 3279 - ROSINEI RODRIGUES DA SILVA CASTRO (DEFENSOR) OAB 23487 - CAROLINE PINHEIRO DIAS (ADVOGADO) REU:E. S. S. D. . Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ Comarca de SantarÃ©m Novo TERMO DE AUDIÃNCIA Processo: 0005483-24.2017.814.0301 Requerente: Jose Guilherme Ferreira Duarte Junior, 454.837.522-87 Requerida: Edineuza do Socorro da Silva Duarte. (Fone: 91-92032431) Â Â Â Â Â Aos 09 (nove) de novembro dois mil e vinte e um, Ã s 10:45min, na CÃ¢mara Municipal de SÃ£o JoÃ£o de Pirabas, e por meio virtual onde se achava o conciliador Jairo Nascimento de Souza. Presente as partes. Aberta a audiÃªncia as partes entraram em acordam e expressam que ratificam os termos da inicial, sendo assim remeto os Autos em conclusÃ£o. NÃ£o foram colhidas assinaturas Cumpra-seÂ¿. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Jairo Nascimento de Souza Conciliador Av. Francisco M. de Oliveira, s/n, Centro, Cep: 68720-000, Fone: (91)3484-1211, SantarÃ©m Novo/Pa. PROCESSO: 00000629120008140093 PROCESSO ANTIGO: 200010000426 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO

CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 10/11/2021 EXECUTADO:MUNICIPIO DE SAO JOAO DE PIRABAS Representante(s): OAB 6842 - JORGE OTAVIO PESSOA DO NASCIMENTO (ADVOGADO) EXEQUENTE:ALBEMOR DA COSTA MELO Representante(s): OAB 9574 - JOSUE VILHENA GONCALVES DE MATOS (ADVOGADO) . EDITAL O Dr. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY, JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO PELA COMARCA DA VARA UNICA DE SANTAREM NOVO, ESTADO DO PARA. Faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que, o(a) Sr(a). ALBEMOR DA COSTA MELO, brasileiro (a), CPF 137.440.202-82, RG 2223778, sem mais qualificaÃ§Ãµes nos autos, nÃ£o foi encontrado(a), estando portanto, em lugar incerto e nÃ£o sabido, expediu-se o presente edital, pelo que fica o(a) mesmo(a) perfeitamente INTIMADO(A) nos autos do Processo nÂº 0000062-91.2000.814.0093, com o objetivo de informar do inteiro teor da sentenÃ§a: Como Ã© cediÃ§o, a inÃ©rcia das partes diante dos deveres e Ã´nus processuais, acarretando a paralisaÃ§Ã£o do processo, faz presumir desistÃªncia da pretensÃ£o Ã tutela jurisdicional. Equivale, pois, ao desaparecimento do interesse, que Ã© condiÃ§Ã£o para o regular exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o. No caso dos autos, hÃ¡ certidÃ£o (fl. 29) noticiando a provÃ¡vel mudanÃ§a do(s) requerente(s) do domicÃ-lio informado na inicial, sem, contudo, desincumbir(em)-se do Ã´nus processual de informar o seu novo endereÃ§o, o que, a meu juÃ-zo, configura o abandono da causa por ausÃªncia superveniente de interesse na resoluÃ§Ã£o da demanda. Embora exista a informaÃ§Ã£o do eventual falecimento do autor, nÃ£o houve a juntada da certidÃ£o de Ã³bito e nem pedido de habilitaÃ§Ã£o de nenhum herdeiro. Nesse contexto, penso que a insistÃªncia no prolongamento deste feito sÃ³ iria reforÃ§ar a nova tendÃªncia de crÃ-tica, por ausÃªncia de gestÃ£o processual, arcada, no sistema de justiÃ§a, apenas pelo Poder JudiciÃ¡rio e, ao final, nÃ£o se alcanÃ§aria o fim Ãºltimo que Ã© a resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, jÃ¡ que a falta de interesse, como visto, Ã© o que impera no caso. Assim, diante do desinteresse do(s) requerente(s) no seguimento normal da demanda, deve o Juiz, de ofÃ-cio, em homenagem aos princÃ-pios da razoÃ¡vel duraÃ§Ã£o da demanda e da racional gestÃ£o de processos, apÃ³s as providÃªncias legais, determinar a extinÃ§Ã£o e arquivamento do processo. Ante o exposto, julgo extinto o processo, com fundamento no art. 485, VI, do CPC/2015, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito. Sem custas. Publique-se, registre-se, intime-se o autor, por edital, no prazo de 20 (vinte) dias, haja vista que estÃ¡ em local incerto. Com o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se. SantarÃ©m Novo/PA, 04 de outubro 2021. DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRÃO Juiz de Direito Eu,_____,(Jairo Nascimento de Souza), Diretor de Secretaria em exercicio, fiz digitar e subscrevi. Antonio Carlos de Souza Moitta Kouri, Juiz de Direito, respondendo pela Comarca de SantarÃ©m Novo/PA. PROCESSO: 00001828520108140093 PROCESSO ANTIGO: 201010001472 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Procedimento Sumário em: 10/11/2021 INTERDITANDO:PAULA SOARES DE SOUZA Representante(s): CLEIA SANTOS DE ABREU (ADVOGADO) INTERDITO:MARIA DA CONCEICAO SOARES. EDITAL O Dr. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY, JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO PELA COMARCA DA VARA UNICA DE SANTAREM NOVO, ESTADO DO PARA. Faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que, o(a) Sr(a). PAULA SOARES DE SOUZA brasileiro(a), RG 1701960, sem mais qualificaÃ§Ãµes nos autos nÃ£o foi encontrado(a), estando portanto, em lugar incerto e nÃ£o sabido, expediu-se o presente edital, pelo que fica o(a) mesmo(a) perfeitamente INTIMADO(A) nos autos do Processo nÂº 0000182-85.2010.814.00093, com o objetivo de informar do inteiro teor da sentenÃ§a: Como Ã© cediÃ§o, a inÃ©rcia das partes diante dos deveres e Ã´nus processuais, acarretando a paralisaÃ§Ã£o do processo, faz presumir desistÃªncia da pretensÃ£o Ã tutela jurisdicional. Equivale, pois, ao desaparecimento do interesse, que Ã© condiÃ§Ã£o para o regular exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o. No caso dos autos, hÃ¡ certidÃ£o (fl. 32) noticiando a provÃ¡vel mudanÃ§a do(s) requerente(s) do domicÃ-lio informado na inicial, sem, contudo, desincumbir(em)-se do Ã´nus processual de informar o seu novo endereÃ§o, o que, a meu juÃ-zo, configura o abandono da causa por ausÃªncia superveniente de interesse na resoluÃ§Ã£o da demanda. Nesse contexto, penso que a insistÃªncia no prolongamento deste feito sÃ³ iria reforÃ§ar a nova tendÃªncia de crÃ-tica, por ausÃªncia de gestÃ£o processual, arcada, no sistema de justiÃ§a, apenas pelo Poder JudiciÃ¡rio e, ao final, nÃ£o se alcanÃ§aria o fim Ãºltimo que Ã© a resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, jÃ¡ que a falta de interesse, como visto, Ã© o que impera no caso. Assim, diante do desinteresse do(s) requerente(s) no seguimento normal da demanda, deve o Juiz, de ofÃ-cio, em homenagem aos princÃ-pios da razoÃ¡vel duraÃ§Ã£o da demanda e da racional gestÃ£o de processos, apÃ³s as providÃªncias legais, determinar a extinÃ§Ã£o e arquivamento do processo. Ante o exposto, julgo extinto o processo, com fundamento no art. 485, VI, do CPC/2015, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito. Sem custas. Publique-se, registre-se, intime-se a autora, por edital, no prazo de 20 (vinte) dias, haja vista que estÃ¡ em local incerto. Com o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se. SantarÃ©m Novo/PA, 01 de setembro 2021. DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRÃO Juiz de Direito Eu,_____,(Jairo Nascimento de Souza), Diretor de Secretaria em

exercicio, fiz digitar e subscrevi. Antonio Carlos de Souza Moitta Kouri, Juiz de Direito, respondendo pela Comarca de SantarÃ©m Novo/PA. PROCESSO: 00002056520098140093 PROCESSO ANTIGO: 200910001798 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 10/11/2021 EXEQUENTE:LUIZ ALMEIDA DUARTE Representante(s): OAB 8400-A - LEIDE MARCIA LIMA GOMES (ADVOGADO) EXECUTADO:MUNICIPIO DE SAO JOAO DE PIRABAS. EDITAL O Dr. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY, JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO PELA COMARCA DA VARA UNICA DE SANTAREM NOVO, ESTADO DO PARA. Faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que, o(a) Sr(a). LUIZ ALMEIDA DUARTE, brasileiro (a), RG 3079680, sem mais qualificaÃ§Ãµes nos autos, nÃ£o foi encontrado(a), estando portanto, em lugar incerto e nÃ£o sabido, expediu-se o presente edital, pelo que fica o(a) mesmo(a) perfeitamente INTIMADO(A) nos autos do Processo nÂº 0000205-65.2009.814.0093, com o objetivo de informar do inteiro teor da sentenÃ§a: Como Ã© cediÃ§o, a inÃ©rcia das partes diante dos deveres e Ã´nus processuais, acarretando a paralisaÃ§Ã£o do processo, faz presumir desistÃªncia da pretensÃ£o Ã tutela jurisdicional. Equivale, pois, ao desaparecimento do interesse, que Ã© condiÃ§Ã£o para o regular exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o. No caso dos autos, hÃ¡ certidÃ£o (fl. 49) noticiando a provÃ¡vel mudanÃ§a do(s) requerente(s) do domicÃ-lio informado na inicial, sem, contudo, desincumbir(em)-se do Ã´nus processual de informar o seu novo endereÃ§o, o que, a meu juÃ-zo, configura o abandono da causa por ausÃªncia superveniente de interesse na resoluÃ§Ã£o da demanda. Nesse contexto, penso que a insistÃªncia no prolongamento deste feito sÃ³ iria reforÃ§ar a nova tendÃªncia de crÃ-tica, por ausÃªncia de gestÃ£o processual, arcada, no sistema de justiÃ§a, apenas pelo Poder JudiciÃ¡rio e, ao final, nÃ£o se alcanÃ§aria o fim Ãºltimo que Ã© a resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, jÃ¡ que a falta de interesse, como visto, Ã© o que impera no caso. Assim, diante do desinteresse do(s) requerente(s) no seguimento normal da demanda, deve o Juiz, de ofÃ-cio, em homenagem aos princÃ-pios da razoÃ¡vel duraÃ§Ã£o da demanda e da racional gestÃ£o de processos, apÃ³s as providÃªncias legais, determinar a extinÃ§Ã£o e arquivamento do processo. Ante o exposto, julgo extinto o processo, com fundamento no art. 485, VI, do CPC/2015, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito. Sem custas. Publique-se, registre-se, intime-se o autor, por edital, no prazo de 20 (vinte) dias, haja vista que estÃ¡ em local incerto. Com o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se. SantarÃ©m Novo/PA, 04 de outubro 2021. DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRÃO Juiz de Direito Eu,_____,(Jairo Nascimento de Souza), Diretor de Secretaria em exercicio, fiz digitar e subscrevi. Antonio Carlos de Souza Moitta Kouri, Juiz de Direito, respondendo pela Comarca de SantarÃ©m Novo/PA. PROCESSO: 00003996520098140093 PROCESSO ANTIGO: 200910002811 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Procedimento Comum Cível em: 10/11/2021 REQUERENTE:JOSE RODRIGUES VERAS REQUERIDO:MUNICIPIO DE SAO JOAO DE PIRABAS. EDITAL O Dr. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY, JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO PELA COMARCA DA VARA UNICA DE SANTAREM Â NOVO, ESTADO DO PARA. Faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que, o(a) Sr(a). JOSE RODRIGUES VERAS, brasileiro(a), RG 4494500, filho de Maria Carvalho Veras e Aniceto Rodrigues Veras, sem mais qualificaÃ§Ãµes, nÃ£o foi encontrado(a), estando portanto, em lugar incerto e nÃ£o sabido, expediu-se o presente edital, pelo que fica o(a) mesmo(a) perfeitamente INTIMADO(A) nos autos do Processo nÂº 0000399-65.2009.814.0093 com o objetivo de informar do inteiro teor da sentenÃ§a: Como Ã© cediÃ§o, a inÃ©rcia das partes diante dos deveres e Ã´nus processuais, acarretando a paralisaÃ§Ã£o do processo, faz presumir desistÃªncia da pretensÃ£o Ã tutela jurisdicional. Equivale, pois, ao desaparecimento do interesse, que Ã© condiÃ§Ã£o para o regular exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o. No caso dos autos, hÃ¡ certidÃ£o (id. 79) noticiando a provÃ¡vel mudanÃ§a do(s) requerente(s) do domicÃ-lio informado na inicial, sem, contudo, desincumbir(em)-se do Ã´nus processual de informar o seu novo endereÃ§o, o que, a meu juÃ-zo, configura o abandono da causa por ausÃªncia superveniente de interesse na resoluÃ§Ã£o da demanda. Nesse contexto, penso que a insistÃªncia no prolongamento deste feito sÃ³ iria reforÃ§ar a nova tendÃªncia de crÃ-tica, por ausÃªncia de gestÃ£o processual, arcada, no sistema de justiÃ§a, apenas pelo Poder JudiciÃ¡rio e, ao final, nÃ£o se alcanÃ§aria o fim Ãºltimo que Ã© a resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, jÃ¡ que a falta de interesse, como visto, Ã© o que impera no caso. Assim, diante do desinteresse do(s) requerente(s) no seguimento normal da demanda, deve o Juiz, de ofÃ-cio, em homenagem aos princÃ-pios da razoÃ¡vel duraÃ§Ã£o da demanda e da racional gestÃ£o de processos, apÃ³s as providÃªncias legais, determinar a extinÃ§Ã£o e arquivamento do processo. Ante o exposto, julgo extinto o processo, com fundamento no art. 485, VI, do CPC/2015, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito. Sem custas. Publique-se, registre-se, intime-se o autor, por edital, no prazo de 20 (vinte) dias, haja vista que estÃ¡ em local incerto. Com o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se. SantarÃ©m Novo/PA, 16 de setembro de 2021. DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRÃO Juiz de Direito Eu,_____,(Jairo Nascimento de Souza), Diretor de Secretaria em exercicio, fiz digitar e

subscrevi. Antonio Carlos de Souza Moitta Kouri, Juiz de Direito, respondendo pela Comarca de SantarÃ©m Novo/PA. PROCESSO: 00005848720128141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JAIRO NASCIMENTO DE SOUZA A??o: Divórcio Litigioso em: 10/11/2021 REQUERIDO:MARIA DE RIBAMAR SOUSA DE FREITAS Representante(s): OAB 3334 - ANTONIO AFONSO NAVEGANTES (ADVOGADO) REQUERIDO:CLEMILDO MARQUES DE FREITAS. Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ Comarca de SantarÃ©m Novo TERMO DE AUDIÃNCIA Processo: 0000584-87.2012.814.1875 Requerido: Maria de Ribamar Sousa de Freitas, portadora do CPF 831.060.732-68 Requerido: Clemildo Marques de Freitas Â Â Â Â Â Aos 10 (dez) de novembro dois mil e vinte e um, Ã s 10:30min, na CÃ¢mara Municipal de SÃ£o JoÃ£o de Pirabas, e por meio virtual onde se achava o conciliador Jairo Nascimento de Souza. Presente a Requerida Maria de Ribamar Sousa de Freitas. Ausente o requerido Clemildo Marques de Freitas, sem devoluÃ§Ã£o nos Autos de que o mesmo foi intimado. Aberta a audiÃªncia a requerida informa nesta oportunidade que nÃ£o sabe o paradeiro do requerido, e deseja expressamente desistir dos pedidos de PensÃ£o AlimentÃ-cia, e deseja continuar apenas com o pedido do divÃ³rcio, e requer a intimaÃ§Ã£o do requerido por meio editalÃ-cio. Nesse sentido os Autos serÃ£o remetidos em conclusÃ£o. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. NÃ£o foi coletada assinatura devido a Pandemia. Jairo Nascimento de Souza Conciliador Av. Francisco M. de Oliveira, s/n, Centro, Cep: 68720-000, Fone: (91)3484-1211, SantarÃ©m Novo/Pa. PROCESSO: 00006648020148141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação de Alimentos de Infância e Juventude em: 10/11/2021 REQUERENTE:J. F. M. S. REQUERENTE:MARIA NUBIA DA SILVA MONTEIRO REQUERIDO:JOSE ORLANDO DA SILVA. EDITAL O Dr. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY, JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO PELA COMARCA DA VARA UNICA DE SANTAREM NOVO, ESTADO DO PARA. Faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que, o(a) Sr(a). MARIA NUBIA DA SILVA MONTEIRO, brasileiro(a), RG 3079680, sem mais qualificaÃ§Ãµes, representante do menor J.F.M.D.S, nÃ£o foi encontrado(a), estando portanto, em lugar incerto e nÃ£o sabido, expediu-se o presente edital, pelo que fica o(a) mesmo(a) perfeitamente INTIMADO(A) nos autos do Processo nÂº 0000664-80.2014.814.1875, com o objetivo de informar do inteiro teor da sentenÃ§a: Como Ã© cediÃ§o, a inÃ©rcia das partes diante dos deveres e Ã´nus processuais, acarretando a paralisaÃ§Ã£o do processo, faz presumir desistÃªncia da pretensÃ£o Ã tutela jurisdicional. Equivale, pois, ao desaparecimento do interesse, que Ã© condiÃ§Ã£o para o regular exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o. No caso dos autos, hÃ¡ certidÃ£o (fl. 19) noticiando a provÃ¡vel mudanÃ§a do(s) requerente(s) do domicÃ-lio informado na inicial, sem, contudo, desincumbir(em)-se do Ã´nus processual de informar o seu novo endereÃ§o, o que, a meu juÃ-zo, configura o abandono da causa por ausÃªncia superveniente de interesse na resoluÃ§Ã£o da demanda. Nesse contexto, penso que a insistÃªncia no prolongamento deste feito sÃ³ iria reforÃ§ar a nova tendÃªncia de crÃ-tica, por ausÃªncia de gestÃ£o processual, arcada, no sistema de justiÃ§a, apenas pelo Poder JudiciÃ¡rio e, ao final, nÃ£o se alcanÃ§aria o fim Ãºltimo que Ã© a resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, jÃ¡ que a falta de interesse, como visto, Ã© o que impera no caso. Assim, diante do desinteresse do(s) requerente(s) no seguimento normal da demanda, deve o Juiz, de ofÃ-cio, em homenagem aos princÃ-pios da razoÃ¡vel duraÃ§Ã£o da demanda e da racional gestÃ£o de processos, apÃ³s as providÃªncias legais, determinar a extinÃ§Ã£o e arquivamento do processo. Ante o exposto, julgo extinto o processo, com fundamento no art. 485, VI, do CPC/2015, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito. Sem custas. Publique-se, registre-se, intime-se o autor, por edital, no prazo de 20 (vinte) dias, haja vista que estÃ¡ em local incerto. Com o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se. SantarÃ©m Novo/PA, 05 de outubro de 2021. DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRÃO Juiz de Direito. Eu,_____,(Jairo Nascimento de Souza), Diretor de Secretaria em exercicio, fiz digitar e subscrevi. Antonio Carlos de Souza Moitta Kouri, Juiz de Direito, respondendo pela Comarca de SantarÃ©m Novo/PA. PROCESSO: 00021633120168141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JAIRO NASCIMENTO DE SOUZA A??o: Ação de Alimentos de Infância e Juventude em: 10/11/2021 REQUERENTE:J. B. N. REPRESENTANTE:ANACLICIA DOS SANTOS BRITO REQUERIDO:DORYEDSON CONCEICAO DO NASCIMENTO. Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ Comarca de SantarÃ©m Novo TERMO DE AUDIÃNCIA Processo: 0002163-31.2016.814.1875 Representante: Anaclicia dos Santos Brito Menor: J.B.D.N. Requerido: Doryedson ConceiÃ§Ã£o do Nascimento Â Â Â Â Â Aos 10 (dez) de novembro dois mil e vinte e um, Ã s 10:30min, na CÃ¢mara Municipal de SÃ£o JoÃ£o de Pirabas, e por meio virtual onde se achava o conciliador Jairo Nascimento de Souza. Ausente as partes por nÃ£o terem sido encontrados conforme fls. 42 e 43. Aberta a audiÃªncia em virtude da ausÃªncia das partes os Autos serÃ£o remetidos em conclusÃ£o. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Jairo Nascimento de Souza Conciliador Av. Francisco M. de Oliveira, s/n, Centro, Cep: 68720-000, Fone: (91)3484-1211,

SantarÃ©m Novo/Pa. PROCESSO: 00024125020148141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação de Alimentos de Infância e Juventude em: 10/11/2021 REQUERENTE:E. C. M. E. S. REPRESENTANTE:ANDRELITA FONSECA DO MAR REQUERIDO:JOAO GOMES E SILVA. EDITAL O Dr. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY, JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO PELA COMARCA DA VARA UNICA DE SANTAREM NOVO, ESTADO DO PARA. Faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que, o(a) Sr(a). ANDRELITA FONSECA DO MAR, brasileira, RG 6812213 E.C.D.M.E.S, nÃ£o foi encontrado(a), estando portanto, em lugar incerto e nÃ£o sabido, expediu-se o presente edital, pelo que fica o(a) mesmo(a) perfeitamente INTIMADO(A) nos autos do Processo nÂº 0002412-50.2014.814.1875, com o objetivo de informar do inteiro teor da sentenÃ§a: Como Ã© cediÃ§o, a inÃ©rcia das partes diante dos deveres e Ã´nus processuais, acarretando a paralisaÃ§Ã£o do processo, faz presumir desistÃªncia da pretensÃ£o Ã tutela jurisdicional. Equivale, pois, ao desaparecimento do interesse, que Ã© condiÃ§Ã£o para o regular exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o. No caso dos autos, hÃ¡ certidÃ£o (fl. 08) noticiando a provÃ¡vel mudanÃ§a do(s) requerente(s) do domicÃ-lio informado na inicial, sem, contudo, desincumbir(em)-se do Ã´nus processual de informar o seu novo endereÃ§o, o que, a meu juÃ-zo, configura o abandono da causa por ausÃªncia superveniente de interesse na resoluÃ§Ã£o da demanda. Nesse contexto, penso que a insistÃªncia no prolongamento deste feito sÃ³ iria reforÃ§ar a nova tendÃªncia de crÃ-tica, por ausÃªncia de gestÃ£o processual, arcada, no sistema de justiÃ§a, apenas pelo Poder JudiciÃ¡rio e, ao final, nÃ£o se alcanÃ§aria o fim Ãºltimo que Ã© a resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, jÃ¡ que a falta de interesse, como visto, Ã© o que impera no caso. Assim, diante do desinteresse do(s) requerente(s) no seguimento normal da demanda, deve o Juiz, de ofÃ-cio, em homenagem aos princÃ-pios da razoÃ¡vel duraÃ§Ã£o da demanda e da racional gestÃ£o de processos, apÃ³s as providÃªncias legais, determinar a extinÃ§Ã£o e arquivamento do processo. Ante o exposto, julgo extinto o processo, com fundamento no art. 485, VI, do CPC/2015, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito. Sem custas. Publique-se, registre-se, intime-se o autor, por edital, no prazo de 20 (vinte) dias, haja vista que estÃ¡ em local incerto. Com o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se. SantarÃ©m Novo/PA, 05 de outubro de 2021. DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRÃO Juiz de Direito. Eu,_____,(Jairo Nascimento de Souza), Diretor de Secretaria em exercicio, fiz digitar e subscrevi. Antonio Carlos de Souza Moitta Kouri, Juiz de Direito, respondendo pela Comarca de SantarÃ©m Novo/PA. PROCESSO: 00038861720188141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Execução de Alimentos em: 10/11/2021 REPRESENTANTE:ALINNE CINELLY DA COSTA BRITO Representante(s): OAB 3334 - ANTONIO AFONSO NAVEGANTES (ADVOGADO) EXEQUENTE:S. E. B. L. EXEQUENTE:J. L. B. L. EXECUTADO:ELVIS BRITO BRANDAO DE LIMA. EDITAL O Dr. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY, JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO PELA COMARCA DA VARA UNICA DE SANTAREM NOVO, ESTADO DO PARA. Faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que, o(a) Sr(a). ALINNE CINELLY DA COSTA BRITO, brasileiro(a), RG 5527280, sem mais qualificaÃ§Ãµes, representante dos menores S.E.B.D.L e J.L.B.D.L, nÃ£o foi encontrado(a), estando portanto, em lugar incerto e nÃ£o sabido, expediu-se o presente edital, pelo que fica o(a) mesmo(a) perfeitamente INTIMADO(A) nos autos do Processo nÂº 0003886-17.2018.814.1875 com o objetivo de informar do inteiro teor da sentenÃ§a: Como Ã© cediÃ§o, a inÃ©rcia das partes diante dos deveres e Ã´nus processuais, acarretando a paralisaÃ§Ã£o do processo, faz presumir desistÃªncia da pretensÃ£o Ã tutela jurisdicional. Equivale, pois, ao desaparecimento do interesse, que Ã© condiÃ§Ã£o para o regular exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o. No caso dos autos, hÃ¡ certidÃ£o (fl.17) noticiando a provÃ¡vel mudanÃ§a do(s) requerente(s) do domicÃ-lio informado na inicial, sem, contudo, desincumbir(em)-se do Ã´nus processual de informar o seu novo endereÃ§o, o que, a meu juÃ-zo, configura o abandono da causa por ausÃªncia superveniente de interesse na resoluÃ§Ã£o da demanda. Nesse contexto, penso que a insistÃªncia no prolongamento deste feito sÃ³ iria reforÃ§ar a nova tendÃªncia de crÃ-tica, por ausÃªncia de gestÃ£o processual, arcada, no sistema de justiÃ§a, apenas pelo Poder JudiciÃ¡rio e, ao final, nÃ£o se alcanÃ§aria o fim Ãºltimo que Ã© a resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, jÃ¡ que a falta de interesse, como visto, Ã© o que impera no caso. Assim, diante do desinteresse do(s) requerente(s) no seguimento normal da demanda, deve o Juiz, de ofÃ-cio, em homenagem aos princÃ-pios da razoÃ¡vel duraÃ§Ã£o da demanda e da racional gestÃ£o de processos, apÃ³s as providÃªncias legais, determinar a extinÃ§Ã£o e arquivamento do processo. Ante o exposto, julgo extinto o processo, com fundamento no art. 485, VI, do CPC/2015, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito. Sem custas. Publique-se, registre-se, intime-se os autores, por edital, no prazo de 20 (vinte) dias, haja vista que estÃ¡ em local incerto. Com o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se. SantarÃ©m Novo/PA, 07 de outubro 2021. DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRÃO Juiz de Direito Eu,_____,(Jairo Nascimento de Souza), Diretor de Secretaria em exercicio, fiz digitar e subscrevi. Antonio Carlos de Souza Moitta Kouri, Juiz de Direito,

respondendo pela Comarca de SantarÃ©m Novo/PA. PROCESSO: 00046376720198141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JAIRO NASCIMENTO DE SOUZA A??o: Ação de Alimentos de Infância e Juventude em: 10/11/2021 MENOR:M. E. L. S. REPRESENTANTE:NAYARA RAQUEL DE LIMA AUTOR:MIISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:LEANDRO DA CONCEICAO DE SOUSA. Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ Comarca de SantarÃ©m Novo TERMO DE AUDIÃNCIA Processo: 0004637-67.2019.814.1875 Representante: Nayara Raquel de Lima, portadora do CPF 613.062.383-66 MF. Menor: M.E.L.S Requerido: Leandro da ConceiÃ§Ã£o de Sousa Â Â Â Â Â Aos 10 (dez) de novembro dois mil e vinte e um, Ã s 10:30min, na CÃ¢mara Municipal de SÃ£o JoÃ£o de Pirabas, e por meio virtual onde se achava o conciliador Jairo Nascimento de Souza. Presente a representante. Ausente o requerido por nÃ£o ter sido encontrado conforme fls. 46. Aberta a audiÃªncia em virtude da ausÃªncia do requerido os Autos serÃ£o remetidos em conclusÃ£o. NÃ£o foi coletada assinatura. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Jairo Nascimento de Souza Conciliador Av. Francisco M. de Oliveira, s/n, Centro, Cep: 68720-000, Fone: (91)3484-1211, SantarÃ©m Novo/Pa. PROCESSO: 00035124020148141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 AUTOR:NILSON DA SILVA CUNHA VITIMA:J. S. A. . EDITAL 15 (DIAS) O Dr. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY, JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO PELA COMARCA DA VARA UNICA DE SANTAREM NOVO, ESTADO DO PARA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que, foi denunciado(a): NILSON DA SILVA CUNHA, brasileiro, natural de Capanema, RG 4679660 filho(a) de Maria do Socorro Ribeiro da Silva e Pedro Lopes da Cunha. E como o(a) referido(a) qualificado(a) e denunciado(a) nÃ£o foi encontrado(a) para ser citado(a) pessoalmente, estando portanto, em lugar incerto e nÃ£o sabido, expediu-se o presente edital, pelo que ficarÃ¡ o(a) mesmo(a) denunciado(a) perfeitamente CITADO(A) nos autos de AÃ§Ã£o Penal nÂº. 0003512-40.2014.814.1875 pelo crime tipificado no art. 217-A do CPB, para apresentar DEFESA PREVIA a denuncia formulada pelo representante do Ministerio Publico Estadual, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 396 do CPP, atos, e que para no futuro nao se alegue desconhecimento ou ignorancia, mandou o MM. Juiz expedir o presente EDITAL que sera afixado e publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de Santarem Novo, Estado do Para, pela Secretaria Judicial da Vara Unica, aos 22Â (vinte e dois) dias do mes de outubro ano de 2021. Eu,_____,(Jairo Nascimento de Souza), Diretor de Secretaria em exercicio, fiz digitar e subscrevi. Antonio Carlos de Souza Moitta Kouri, Juiz de Direito, respondendo pela Comarca de SantarÃ©m Novo/PA. PROCESSO: 00041847720168141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 ACUSADO:ELIVELTON DOS SANTOS BAIA VITIMA:F. S. B. . EDITAL 15 (DIAS) O Dr. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY, JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO PELA COMARCA DA VARA UNICA DE SANTAREM NOVO, ESTADO DO PARA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que, foi denunciado(a): ELIVELTON DOS SANTOS BAIA, brasileiro, filho(a) de Elizangela Reis Santos Baia e de Antonio Alves Baia. E como o(a) referido(a) qualificado(a) e denunciado(a) nÃ£o foi encontrado(a) para ser citado(a) pessoalmente, estando portanto, em lugar incerto e nÃ£o sabido, expediu-se o presente edital, pelo que ficarÃ¡ o(a) mesmo(a) denunciado(a) perfeitamente CITADO(A) nos autos de AÃ§Ã£o Penal nÂº. 0004184-77.2016.814.1875 pelo crime tipificado no art. 155, Â§ 4Âº, I do CPB, para apresentar DEFESA PREVIA a denuncia formulada pelo representante do Ministerio Publico Estadual, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 396 do CPP, atos, e que para no futuro nao se alegue desconhecimento ou ignorancia, mandou o MM. Juiz expedir o presente EDITAL que sera afixado e publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de Santarem Novo, Estado do Para, pela Secretaria Judicial da Vara Unica, aos 22Â (vinte e dois) dias do mes de outubro ano de 2021. Eu,_____,(Jairo Nascimento de Souza), Diretor de Secretaria em exercicio, fiz digitar e subscrevi. Antonio Carlos de Souza Moitta Kouri, Juiz de Direito, respondendo pela Comarca de SantarÃ©m Novo/PA. PROCESSO: 00057176620198141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 VITIMA:F. A. P. DENUNCIADO:ADRIANO BENEDITO DOS SANTOS ANDRADE. EDITAL 15 (DIAS) O Dr. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY, JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO PELA COMARCA DA VARA UNICA DE SANTAREM NOVO, ESTADO DO PARA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que, foi denunciado(a): ADRIANO BENEDITO DOS SANTOS, CPF 862.112.932-91 brasileiro, filho(a) de Iracema Freitas dos Santos e JoÃ£o Augusto Pantoja Andrade. E como o(a) referido(a) qualificado(a) e denunciado(a) nÃ£o foi encontrado(a) para ser citado(a) pessoalmente, estando portanto, em lugar incerto e nÃ£o sabido, expediu-se o presente edital, pelo que

ficarÃ¡ o(a) mesmo(a) denunciado(a) perfeitamente CITADO(A) nos autos de AÃ§Ã£o Penal nÂº. 0005717-66.2019.814.1875 pelo crime tipificado no art. 394 a 405 do CPB, para apresentar DEFESA PREVIA a denuncia formulada pelo representante do Ministerio Publico Estadual, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 396 do CPP, atos, e que para no futuro nao se alegue desconhecimento ou ignorancia, mandou o MM. Juiz expedir o presente EDITAL que sera afixado e publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de Santarem Novo, Estado do Para, pela Secretaria Judicial da Vara Unica, aos 22Â (vinte e dois) dias do mes de outubro ano de 2021. Eu,_____,(Jairo Nascimento de Souza), Diretor de Secretaria em exercicio, fiz digitar e subscrevi. Antonio Carlos de Souza Moitta Kouri, Juiz de Direito, respondendo pela Comarca de SantarÃ©m Novo/PA. PROCESSO: 00000417420188141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRAO A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 28/10/2021 AUTOR:JOAO RODRIGUES ARAUJO NETO VITIMA:A. S. S. R. . PODER JUDICIÃRIO DO PARÃ SENTENÃA DE EXTINÃÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A autoridade policial pediu a concessÃ£o de medidas protetivas de urgÃªncia e atÃ© esse momento nÃ£o hÃ¡ requerimento da vÃ-tima em prosseguir o feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, nÃ£o havendo excessos a punir, determino a ARQUIVAMENTO dos presentes autos, ressalvada a aplicaÃ§Ã£o do art. 18 do CÃ³digo de Processo Penal, a concessÃ£o da medida de proteÃ§Ã£o ficarÃ¡ vÃ¡lida por 2 anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Proceda-se baixa na DistribuiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª ciÃªncia ao MP.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P. R. I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â STM Novo, 28 de outubro de 2021. Daniel Bezerra Montenegro GirÃ£o Juiz de Direto Av. Pan Nordestina, S/N, Vila Popular, Olinda/PE PROCESSO: 00003612720188141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRAO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/10/2021 VITIMA:A. S. S. R. ACUSADO:JOAO RODRIGUES ARAUJO NETO. Rh. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Antes de qualquer avaliaÃ§Ã£o do caso, vale ressaltar a liÃ§Ã£o constitucional que diz que Â¿a todos, no Ã¢mbito judicial e administrativo, sÃ£o assegurados a razoÃ¡vel duraÃ§Ã£o do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitaÃ§Ã£oÂ¿, incluÃ-da pela Emenda Constitucional n. 45, de 2004, e ainda que a tese da prescriÃ§Ã£o em perspectiva (ou virtual) representa um trabalho de antevisÃ£o da pena, com seguranÃ§a e prudÃªncia, que pode ser feito pelas partes e, atÃ© mesmo, de ofÃ-cio, pelo juiz, que alÃ©m de primar pela razoÃ¡vel duraÃ§Ã£o do processo tem tambÃ©m fundamento nos princÃ-pios do interesse de agir; da instrumentalidade do processo; da economia material; da preservaÃ§Ã£o do prestÃ-gio da JustiÃ§a e na dignidade da pessoa humana. Logo, a alegada falta de previsÃ£o legal, nÃ£o se presta a vedar a aplicaÃ§Ã£o do instituto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nas precisas liÃ§Ãµes de Pontes de Miranda: Â¿A doutrina e a jurisprudÃªncia divergem, predominando, no entanto, a orientaÃ§Ã£o que nÃ£o aceita a prescriÃ§Ã£o antecipada. Ã chegada a hora, todavia, do novo triunfar. 2. A prescriÃ§Ã£o antecipada evita um processo inÃºtil, um trabalho para nada, chegar-se a um provimento jurisdicional de que nada vale, que de nada servirÃ¡. Desse modo, hÃ¡ de reconhecer-se ausÃªncia do interesse de agir. 3. NÃ£o hÃ¡ lacunas no Direito, a menos que se tenha o Direito como lei, ou seja, o Direito puramente objetivo. Desse modo, nÃ£o hÃ¡ falta de amparo legal para aplicaÃ§Ã£o da prescriÃ§Ã£o antecipada. 4. A doutrina da plenitude lÃ³gica do direito nÃ£o pode subsistir em face da velocidade com que a ciÃªncia do direito se movimenta, de sua forÃ§a criadora, acompanhando o progresso e as mudanÃ§as das relaÃ§Ãµes sociais. Seguir a lei `Ã riscaÂ¿, quando destoantes das regras contidas nas prÃ³prias relaÃ§Ãµes sociais, seria mutilar a realidade e ofender a dignidade mesma do espÃ-rito humano, porfiadamente empenhado nas penetraÃ§Ãµes sutis e nos arrojos de adaptaÃ§Ã£o consciente". Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Age-se assim, quando de logo se sabe, induvidosamente, que a sentenÃ§a a ser proferida, se der pela condenaÃ§Ã£o, nÃ£o terÃ¡ nenhuma eficÃ¡cia. HipÃ³tese em que, cessando o interesse de agir, de forma intercorrente, o processo revela-se tal como um `natimortoÂ¿, e em face do carÃ¡ter finalÃ-stico do mesmo e da utilidade do seu resultado, ao exercitar a antevisÃ£o da pena, evita-se, o estabelecimento de relaÃ§Ãµes processuais fadadas ao insucesso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em atenÃ§Ã£o ao caso concreto, observo que os rÃ©us sÃ£o primÃ¡rios, nÃ£o estando presente no caso quaisquer circunstÃ¢ncias agravantes ou majorantes capazes de elevar a pena prÃ³ximo ao seu patamar mÃ¡ximo, devendo, pois, se vislumbrar que seria a pena em perspectiva aplicada em balizas mÃ-nimas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando os autos, o crime supostamente foi cometido em outubro de 2017. Contudo, em outubro de 2021, o feito nÃ£o foi sentenciado. Verifica-se a morosidade Estatal por falta de estrutura fÃ-sica e humana. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A prescriÃ§Ã£o virtual nada mais Ã© que uma modalidade de prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva (Â¿prescriÃ§Ã£o da aÃ§Ã£oÂ¿) na qual o magistrado simula, tendo por base os aspectos objetivos e subjetivos do crime,Â a pior sanÃ§Ã£o possÃ-vel para o rÃ©u se condenado fosse ao final da instruÃ§Ã£o criminalÂ e, sendo o caso,

vislumbra o esgotamento do prazo prescricional jÃ¡ no momento da instauraÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal, ou mesmo em seu curso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, Ary LOPES JR afirma com propriedade a necessidade de o processo penal ser orientado e substancialmente democratizado pela ConstituiÃ§Ã£o cidadÃ£, nÃ£o podendo ser tolerado Â¿(Â¿) um processo penal autoritÃ¡rio e tÃ-pico de um Estado-Policial, pois o processo deve adequar-se Ã ConstituiÃ§Ã£o e nÃ£o o contrÃ¡rioÂ¿. AliÃ¡s, Ã© de se ressaltar que a declaraÃ§Ã£o de extinÃ§Ã£o da punibilidade pela ocorrÃªncia de prescriÃ§Ã£o, por ser matÃ©ria de ordem pÃºblica, se dÃ¡ em qualquer momento do procedimento, independente de sentenÃ§a de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De fato, a constataÃ§Ã£o do reconhecimento da prescriÃ§Ã£o penal deve se dar caso a caso, aproximando-se o juiz da sociedade, deixando-se penetrar de concepÃ§Ãµes que nÃ£o obstaculizem o desenvolvimento social e jurÃ-dico do Direito Penal enquanto sistema aberto que deve ser, extraindo a ideia nuclear do Direito Penal moderno que Ã© a de Â¿buscar ao caso concreto uma soluÃ§Ã£o mais justa, ainda que tenha que posicionar a dogmÃ¡tica em segundo planoÂ¿, conforme preleciona FÃ¡bio Guedes de Paula MACHADO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por tudo exposto, nÃ£o hÃ¡ punibilidade concreta quando o processo Ã© utilizado para instrumentalizar o nada, o vazio, o inÃ³cuo e para maquiar situaÃ§Ãµes cujo resultado serÃ¡ ineficaz. Nesses casos, Ã© dever do magistrado julgar antecipadamente o feito, prestando uma jurisdiÃ§Ã£o efetiva, logo, declaro extinta a punibilidade do rÃ©u, ABSOLVENDO SUMARIAMENTE a(s) acusada(s) JoÃ£o Rodrigues Araujo Neto, em face da conduta do artigo 147 do CP com arrimo nos artigos 397, IV do CPP, c/c artigos 107 e 109 do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, deem-se as devidas baixas no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se, registre-se e cumpra-se. STM Novo, 28 de outubro de 2021. Daniel Bezerra Montenegro GirÃ£o Juiz de Direito PROCESSO: 00006615220198141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRAO A??o: Inquérito Policial em: 28/10/2021 VITIMA:A. C. O. E. ACUSADO:JANDERSON MENDONCA DA SILVA ACUSADO:NAILSON MENDONCA COSTA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc., Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã pacÃ-fico na doutrina e na jurisprudÃªncia que o rol das causas extintivas de punibilidade do art. 107 do CP nÃ£o Ã© taxativo, mas meramente exemplificativo, motivo pelo qual podem existir inÃºmeras outras causas, entre as quais o integral cumprimento da transaÃ§Ã£o penal, que Ã© o caso desses autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, com fulcro no art. 107 do CP e no art. 61 do CPP, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de Janderson MendonÃ§a da Silva e Nailson MendonÃ§a Costa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado e feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes, arquivem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Stm Novo-PA, 28 de Outubro de 2021. Â Daniel Bezerra Montenegro GirÃ£o Â Juiz de Direito PROCESSO: 00009225120188141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRAO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/10/2021 VITIMA:C. A. P. ACUSADO:EDILSON ARAUJO DE SOUSA Representante(s): OAB 3970 - MARCOS BENEDITO DIAS (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ Intime-se, novamente, o advogado (Dr. Marcos Benedito Dias- OAB-PA 3970) para apresentar no prazo legal as alegaÃ§Ãµes finais, caso nÃ£o apresente no prazo legal (novamente), Ã© caracterizado abandono de processo, senÃ£o por motivo imperioso, comunicado previamente a este juÃ-zo, aplico multa conforme o artigo 265 do CPP de 10 salÃ¡rios-mÃ-nimos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA COM URGÃNCIA E PRIORIDADE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m Novo (PA), 28 de outubro de 2021. Daniel Bezerra Montenegro GirÃ£o JUIZ DE DIREITO PROCESSO: 00024231120168141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRAO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/10/2021 ACUSADO:ELIVALDO MARTINS DA SILVA Representante(s): OAB 12515-A - GLEUSE SIEBRA DIAS (ADVOGADO) VITIMA:B. B. S. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ Rh Vista ao MP para apresentar alegaÃ§Ãµes finais. Â STM Novo/PA 28/10/2021 Daniel Bezerra Montenegro GirÃ£o Juiz de Direito PROCESSO: 00001034820068140093 PROCESSO ANTIGO: 200610000925 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Execução de Alimentos em: REQUERENTE: A. C. S. M. REPRESENTANTE: A. S. S. M. REQUERIDO: J. H. S. M.

RESENHA: 28/10/2021 A 11/11/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE SANTAREM NOVO - VARA: VARA UNICA DE SANTAREM NOVO PROCESSO: 00007228420208140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRAO A??o:

Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 03/11/2021 VITIMA:T. M. N. DENUNCIADO:OZIEL MONTEIRO DOS SANTOS. AUTOS DO PROCESSO NÂ°00007228420208140093 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para requerer que Ã© de direito, no prazo de 10 (dez)dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, faÃ§am-se autos conclusos. SantarÃ©m Novo, 28 outubro de 2021. DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRÃO Juiz de Direito PROCESSO: 00026854020148140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRAO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 03/11/2021 ACUSADO:TEREZA FARIAS DO CARMO Representante(s): OAB 3334 - ANTONIO AFONSO NAVEGANTES (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE SANTARÃM NOVO JUÃZO DE DIREITO DE VARA ÃNICA Processo n.:Â 00026854020148140093Â DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista a necessidade de readequaÃ§Ã£o de pauta, redesigno a audiÃªncia de continuaÃ§Ã£o para o dia 10 de marÃ§o de 2022, Ã s 10h30 min, a ser realizada no fÃ³rum de SantarÃ©m novo/PA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se as partes e cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Acautelem-se os autos em Secretaria aguardando-se a realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia. SantarÃ©m Novo, 28 outubro de 2021. Daniel Bezerra Montenegro GirÃ£o Juiz de Direito PROCESSO: 00567374920158140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRAO A??o: Execução de Alimentos em: 03/11/2021 EXEQUENTE:P. M. S. M. REPRESENTANTE:MARIA FERNANDA CORREA MENDES SILVA EXECUTADO:BENEDITO JERONIMO CORREA MARQUES JUNIOR. Processo nÂº 00567374920158140093 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista a certidÃ£o de fl.47, considero o sr. Benedito Jeronimo Correa Marques Junior nÃ£o foi intimada da sentenÃ§a de fl.40, aplicando-se o teor do art. 274, parÃ¡grafo Ãºnico, do CPC, haja vista que era seu dever comunicar ao juÃ-zo eventual mudanÃ§a de endereÃ§o, conforme tambÃ©m a dicÃ§Ã£o do art. 77, inciso V do CPC: Art. 77. AlÃ©m de outros previstos neste CÃ³digo, sÃ£o deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo: V - declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereÃ§o residencial ou profissional onde receberÃ£o intimaÃ§Ãµes, atualizando essa informaÃ§Ã£o sempre que ocorrer qualquer modificaÃ§Ã£o temporÃ¡ria ou definitiva; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certifique-se o trÃ¢nsito em julgado e, nÃ£o havendo pendÃªncias, arquivem-se os autos com as cautelas legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m Novo/PA, 26 outubrode 2021. DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRÃO Juiz de Direito PROCESSO: 00014437020198140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRAO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO D ESTADO DO PARA DENUNCIADO:SEI OHAZE Representante(s): OAB 3334 - ANTONIO AFONSO NAVEGANTES (ADVOGADO) OAB 26781 - TALES MILETO DE ASSIS DA SILVA (ADVOGADO) . erro PROCESSO: 00014437020198140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRAO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO D ESTADO DO PARA DENUNCIADO:SEI OHAZE Representante(s): OAB 3334 - ANTONIO AFONSO NAVEGANTES (ADVOGADO) OAB 26781 - TALES MILETO DE ASSIS DA SILVA (ADVOGADO) . TERMO DE AUDIÃNCIA Processo: 0001443-70.2019.8.14.0093 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ Denunciado: Sei Ohaze Aos 21 (vinte e um) de outubro de dois mil e vinte e um, Ã s 10h30min, no FÃ³rum de SantarÃ©m Novo-PA, e por meio virtual onde se achava o MM. JuÃ-zo de Direito, Titular da Comarca, Dr. Daniel Bezerra Montenegro GirÃ£o. Comigo o Analista JudiciÃ¡rio Jairo Nascimento de Souza. Feito o pregÃ£o de praxe foi constatada a presenÃ§a da Representante do MinistÃ©rio PÃºblico Dr. Francisco SimeÃ£o de Almeida Junior. Presente o acusado Sei Ohaze, portador do CPF 827.773.738-68, acompanhado pelo seu advogado Dr. Tales Mileo de Assis da Silva OAB/PA 26781. Aberta a audiÃªncia, o MM Juiz informou que a AudiÃªncia serÃ¡ gravada nos termos do art. 405, Â§5Âº do CPP. Em seguida passou-se ao interrogatÃ³rio do acusado. Encerrada a audiÃªncia o Magistrado proferiu a seguinte DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA - DESPACHO. DÃª-se vistas dos Autos as partes para apresentaÃ§Ã£o das AlegaÃ§Ãµes Finais, apÃ³s conclusos, nÃ£o foi coletada assinatura. Como mais nada houve, deu-se este por encerrado, que vai devidamente assinada pelos presentes. Eu, _____, Jairo Nascimento de Souza, (Analista JudiciÃ¡rio), o digitei e subscrevi. Daniel Bezerra Montenegro GirÃ£o Juiz de Direito Titular da Comarca de SantarÃ©m Novo-PA Av. Francisco M. de Oliveira, s/n, Centro, Cep: 68720-000, Fone: (91)3484-1211, SantarÃ©m Novo/Pa. PROCESSO: 00015846020178140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRAO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/11/2021 VITIMA:P. C. C. ACUSADO:ANDERSON KLEITON CARRERA PIMENTEL Representante(s): OAB 3334 - ANTONIO AFONSO NAVEGANTES (ADVOGADO) . ERRO PROCESSO: 00015846020178140093 PROCESSO

ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRAO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/11/2021 VITIMA:P. C. C. ACUSADO:ANDERSON KLEITON CARRERA PIMENTEL Representante(s): OAB 3334 - ANTONIO AFONSO NAVEGANTES (ADVOGADO) . TERMO DE AUDIÃNCIA Processo: 0001584-60.2017.8.14.0093 Acusado: Anderson KleitonÂ VÃ-tima: R.D.S.B Aos 21 (vinte e um) de outubro de dois mil e vinte e um, Ã s 10h30min, no FÃ³rum de SantarÃ©m Novo-PA, e por meio virtual onde se achava o MM. JuÃ-zo de Direito, Titular da Comarca, Dr. Daniel Bezerra Montenegro GirÃ£o. Comigo o Analista JudiciÃ¡rio Jairo Nascimento de Souza. Feito o pregÃ£o de praxe foi constatada a presenÃ§a da Representante do MinistÃ©rio PÃºblico Dr. Francisco SimeÃ£o de Almeida Junior. Ante a AusÃªncia da Defensoria PÃºblica foi nomeado para o ato o advogado Dra. Ana KÃ¡tia de Souza Pereira, OAB/MA 12.054. Ausente o acusado por nÃ£o ter sido localizado conforme certidÃ£o do Oficial de JustiÃ§a Ã fls. 46. Aberta a audiÃªncia, em virtude da ausÃªncia do acusado o Magistrado proferiu a seguinte DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA - DESPACHO. 1. Considerando a ausÃªncia do acusado aplico-lhe o artigo 367 do CÃ³digo de Processo Penal.Â 2. DÃª-se vistas dos Autos ao MinistÃ©rio PÃºblico e em seguida a defesa para apresentaÃ§Ã£o das AlegaÃ§Ãµes Finais no prazo legal. ApÃ³s conclusos. Como mais nada houve, deu-se este por encerrado, que vai devidamente assinada pelos presentes. Eu, _____, Jairo Nascimento de Souza, (Analista JudiciÃ¡rio), o digitei e subscrevi. Daniel Bezerra Montenegro GirÃ£o Juiz de Direito Titular da Comarca de SantarÃ©m Novo-PA Av. Francisco M. de Oliveira, s/n, Centro, Cep: 68720-000, Fone: (91)3484-1211, SantarÃ©m Novo/Pa. PROCESSO: 00017641820138140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRAO A??o: Procedimento Comum em: 05/11/2021 ACUSADO:REINALDO RODRIGUES CARRERA VITIMA:L. C. VITIMA:E. P. T. VITIMA:D. M. J. P. . erro PROCESSO: 00017641820138140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRAO A??o: Procedimento Comum em: 05/11/2021 ACUSADO:REINALDO RODRIGUES CARRERA VITIMA:L. C. VITIMA:E. P. T. VITIMA:D. M. J. P. . TERMO DE AUDIÃNCIA Processo: 0001764-18.2013.8.14.0093 Acusado: Reinaldo Rodrigues Carrera VÃ-tima: D.M.D.J.P. Aos 21 (vinte e um) de outubro de dois mil e vinte e um, Ã s 10h30min, no FÃ³rum de SantarÃ©m Novo-PA, e por meio virtual onde se achava o MM. JuÃ-zo de Direito, Titular da Comarca, Dr. Daniel Bezerra Montenegro GirÃ£o. Comigo o Analista JudiciÃ¡rio Jairo Nascimento de Souza. Feito o pregÃ£o de praxe foi constatada a presenÃ§a da Representante do MinistÃ©rio PÃºblico Dr. Francisco SimeÃ£o de Almeida Junior. Ante a AusÃªncia da Defensoria PÃºblica foi nomeado para o ato o Dra. Ana KÃ¡tia de Souza Pereira, OAB/MA 12.054. Presente o acusado Reinaldo Rodrigues Carrera, CPF: 058.766.683-89. Ausente vÃ-tima e as testemunhas. Aberta a audiÃªncia, o RMPE desiste do depoimento da vÃ-tima e daÂ testemunha, em seguida o MM Juiz informou que a AudiÃªncia serÃ¡ gravada nos termos do art. 405, Â§5Âº do CPP. Em seguida passou-se ai interrogatÃ³rio do acusado. Encerrada a audiÃªncia o Magistrado proferiu a seguinte DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA - SENTENÃA. As provas produzidas sob os auspÃ-cios das franquias constitucionais dos acusados, in casu sub examine, nÃ£o foram suficientes para definiÃ§Ã£o de sua responsabilidade penal, daÃ- ser irrefragÃ¡vel, inevitÃ¡vel a absolviÃ§Ã£o do acusado, por estar provado que nÃ£o aconteceu Ã infraÃ§Ã£o penal.Â Â Ã de relevo que se diga que nÃ£o Ã© ao acusado que cabe o Ã´nus de fazer prova de sua inocÃªncia. Se isso fosse verdade, seria, convenhamos, a consagraÃ§Ã£o do absurdo constitucional da presunÃ§Ã£o da culpa, situaÃ§Ã£o intolerÃ¡vel no Estado DemocrÃ¡tico de Direito. Ã Ã³rgÃ£o estatal que tem o dever de provar que tenha o rÃ©u agido em desconformidade com o direito. Ã evidente, nÃ£o custa lembrar, que o juiz criminal nÃ£o fica cingido a critÃ©rios tarifados ou predeterminados quanto Ã apreciaÃ§Ã£o da prova. NÃ£o Ã© demais repetir, no entanto, que fica adstrito Ã s provas constantes dos autos em que deverÃ¡ sentenciar, sendo-lhe vedado nÃ£o fundamentar a decisÃ£o, ou fundamentÃ¡-la em elementos estranhos Ã s provas produzidas durante a instruÃ§Ã£o do processo, afinal quod non est in actis non est in mundo. Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE A DENÃNCIA dos autos para ABSOLVER o(s) acusado(s), das imputaÃ§Ãµes da denÃºncia, na forma do art. 386, VII do CPP. Â Dispenso as custas e despesas processuais por se tratar de aÃ§Ã£o penal pÃºblica, em que o rÃ©u Ã© isento de custas.Â Cumpra-se. Certifique-se o trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a, em separado, para Defesa, acusado e MinistÃ©rio PÃºblico. NÃ£o foi coletada assinatura.Â Cumpra-se. Como mais nada houve, deu-se este por encerrado, que vai devidamente assinada pelos presentes. Eu, _____, Jairo Nascimento de Souza, (Analista JudiciÃ¡rio), o digitei e subscrevi. Daniel Bezerra Montenegro GirÃ£o Juiz de Direito Titular da Comarca de SantarÃ©m Novo-PA Av. Francisco M. de Oliveira, s/n, Centro, Cep: 68720-000, Fone: (91)3484-1211, SantarÃ©m Novo/Pa. PROCESSO: 00028439520148140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRAO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/11/2021 ACUSADO:DANIELSON SERGIO DAMASCENO

SOUZA ACUSADO:ORIVALDO DA PAIXAO CARNEIRO VITIMA:M. N. S. . erro PROCESSO: 00028439520148140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRAO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/11/2021 ACUSADO:DANIELSON SERGIO DAMASCENO SOUZA ACUSADO:ORIVALDO DA PAIXAO CARNEIRO VITIMA:M. N. S. . TERMO DE AUDIÃNCIA Processo: 0002843-95.2014.8.14.0093 Acusados: Danielson Sergio Damasceno Souza e Orivaldo da PaixÃ£o Carneiro VÃ-tima: Moacir Negrao Santana Aos 21 (vinte e um) de outubro de dois mil e vinte e um, Ã s 10h30min, no FÃ³rum de SantarÃ©m Novo-PA, e por meio virtual onde se achava o MM. JuÃ-zo de Direito, Titular da Comarca, Dr. Daniel Bezerra Montenegro GirÃ£o. Comigo o Analista JudiciÃ¡rio Jairo Nascimento de Souza. Feito o pregÃ£o de praxe foi constatada a presenÃ§a da Representante do MinistÃ©rio PÃºblico Dr. Francisco SimeÃ£o de Almeida Junior. Ante a AusÃªncia da Defensoria PÃºblica foi nomeado para o ato o advogado Dra. Ana KÃ¡tia de Souza Pereira OAB/MA 12.054. Presente o acusado Orivaldo da PaixÃ£o Carneiro, portador do CPF 084.448.952-29. Presente a vÃ-tima Moacir Negrao Santana, portadora do CPF 059.955.052-03. Ausente o acusado Danielson Sergio Damasceno Souza. Presente as testemunhas Policiais Militares Ocimar de Sousa Prist, Antonio Marcos de Sousa Ribeiro, Valdir Maia Teixeira. Aberta a audiÃªncia, o MM Juiz informou que a AudiÃªncia serÃ¡ gravada nos termos do art. 405, Â§5Âº do CPP. Em seguida passou-se a ouvir a vÃ-tima Moacir Negrao Santana, dispensado do compromisso legal. ApÃ³s passou-se a oitiva das testemunhas Policiais Militares Ocimar de Sousa Prist, Antonio Marcos de Sousa Ribeiro, e Valdir Maia Teixeira todos devidamente advertidos e compromissados na forma da lei. Em seguida passou-se ao interrogatÃ³rio do acusado. ApÃ³s o Magistrado proferiu a seguinte DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA - DESPACHO. 1 - Aplico o artigo 367 do CÃ³digo de Processo Penal ao acusado Danielson SÃ©rgio Damasceno Souza. 2 - DÃª-se vistas dos Autos Ã s partes para apresentaÃ§Ã£o das AlegaÃ§Ãµes Finais, apÃ³s conclusos. Cumpra-se. Como mais nada houve, deu-se este por encerrado, que vai devidamente assinada pelos presentes. Eu, _____, Jairo Nascimento de Souza, (Analista JudiciÃ¡rio), o digitei e subscrevi. Daniel Bezerra Montenegro GirÃ£o Juiz de Direito Titular da Comarca de SantarÃ©m Novo-PA Av. Francisco M. de Oliveira, s/n, Centro, Cep: 68720-000, Fone: (91)3484-1211, SantarÃ©m Novo/Pa. PROCESSO: 00011630720168140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 ACUSADO:JOSE TEIXEIRA SILVA Representante(s): OAB 6659-A - MAURO JOAO MACEDO DA SILVA (ADVOGADO) OAB 18044 - ANDREA QUEIROZ DE ASSIS (ADVOGADO) VITIMA:J. M. S. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE SANTARÃM NOVO JUÃZO DE DIREITO DE VARA ÃNICA Processo n.:Â 00011630720168140093 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Designo para o dia14 de dezembro de 2021, Ã s 10hr00min, a oitiva por meio de depoimento especial da vÃ-tima J, M, D, S. que serÃ¡ realizada no fÃ³rum de SantarÃ©m novo /PA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se o representante legal da vÃ-tima e o acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico e Ã¡ defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ServirÃ¡ o presente, por cÃ³pia digitada, como mandado, nos termo do provimento nÂ°003/2009-CJCIc/c provimento nÂ°003/2009-CRMB.Informe o setor social de Capanema a respectiva data.Â SantarÃ©m Nova (PA) data cadastrada no libra. Â JUIZ DE DIREITO. PROCESSO: 00021013120188140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 11/11/2021 REQUERENTE:R. P. V. L. Representante(s): OAB 3334 - ANTONIO AFONSO NAVEGANTES (ADVOGADO) REPRESENTANTE:MARIA SEDILENE ANSELMO DO VALE Representante(s): OAB 3334 - ANTONIO AFONSO NAVEGANTES (ADVOGADO) REQUERIDO:ADRIANO MOREIRA LOPES. Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ Comarca de SantarÃ©m Novo TERMO DE AUDIÃNCIA Processo: 0002101-31.2018.814.0093 Representante: Maria Sedilene Anselmo do Vale, CPF: 802.985.672-53 MFÂ Requerente: R.P.D.V.L. Requerido: Adriano Moreira Lopes, CPF: 012.390.892-28 MF Â Â Â Â Â Aos 11 (onze) de novembro de dois mil e vinte e um, Ã s 10h00min, no FÃ³rum de SantarÃ©m Novo, onde se achava o MM. JuÃ-z de Direito, Titular da Comarca de SalinÃ³polis-PA, respondendo pela Comarca de SantarÃ©m Novo-PA Dr. Antonio Carlos de Souza Moitta Koury. Comigo o Analista JudiciÃ¡rio Jairo Nascimento de Souza. Ausente o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico Estadual Presente as partes. Aberta a audiÃªncia, Ã s partes foi questionada sobre a possibilidade de acordo sendo aceita por elas, em seguida o Magistrado proferiu a seguinte DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA - SENTENÃA. Vistos etc. Trata-se de AÃ§Ã£o de Alimentos proposta por R.P.D.V.L., em face de Adriano Moreira Lopes, para fixaÃ§Ã£o de alimentos. Determinada a citaÃ§Ã£o e a designaÃ§Ã£o de audiÃªncia para a tentativa de conciliaÃ§Ã£o, Ã fl. 15. Em audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o, as partes celebraram acordo, nos seguintes termos: Â¿1 - O requerido irÃ¡ efetuar o pagamento ao filho do casal o

menor RUI PATRICK DO VALE LOPES o valor de R$ 130, 00 (cento e trinta reais) equivalente a 12% do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s mais despesas mÃ©dicas, a ser depositado pelo equerido todo dia 30 (trinta) na Conta Corrente da representante a qual Ã© AGÃNCIA 0697-1 CONTA CORRENTE 666123-8 BANCO BRADESCO a partir do mÃªs de novembro do ano corrente de 2021. 2 - O direito a visita serÃ¡ realizado no que for livremente acordado entre as partes. Ã o relatÃ³rio. Decido. O acordo celebrado preenche os requisitos legais, visto que firmado pela representante dos alimentandos e pelo alimentante, resguarda o interesse do menor e, sobretudo, a sentenÃ§a homologatÃ³ria faz coisa julgada apenas formal. Ã o que acontece quando se trata de guarda e responsabilidade sobre menor e outros afins, sempre suscetÃ-veis de serem revistos, alteradas as condiÃ§Ãµes por eventos futuros de difÃ-cil ou improvÃ¡vel previsÃ£o. Em cumprimento Ã sua elevada funÃ§Ã£o de "custos legis", conforme estabelece o art. 178, inciso II c/c art. 698, ambos do CÃ³digo de Processo Civil, o representante do MinistÃ©rio PÃºblico atuou neste feito, nÃ£o apresentado oposiÃ§Ã£o aos termos estabelecidos no acordo. Ante o exposto, HOMOLOGO, por sentenÃ§a, o acordo realizado pelas partes, em audiÃªncia, para que produza todos os efeitos de direito, recomendado seu integral cumprimento. Em consequÃªncia, com base no art. 487, III, alÃ-nea Â¿bÂ¿ do CÃ³digo de Processo Civil, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. Sem custas, ante a JustiÃ§a Gratuita deferida. Sem honorÃ¡rios. As partes saem ciente em audiÃªncia. CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. ApÃ³s certificado o trÂ¢nsito em julgado, arquive os autos, com observÂ¢ncia das cautelas legais. NÃ£o foram colhidas assinaturas Cumpra-seÂ¿. Nada mais havendo, mandou encerrar o presente termo. Eu,_____, Jairo Nascimento de Souza, Analista JudiciÃ¡rio, o digitei. Â Â Â Â Â Antonio Carlos de Souza Moitta Koury Â Â Â Â Â JuÃ-z de Direito, Titular da Comarca de SalinÃ³polis-PA, respondendo pela Comarca de SantarÃ©m Novo-PA Av. Francisco M. de Oliveira, s/n, Centro, Cep: 68720-000, Fone: (91)3484-1211, SantarÃ©m Novo/Pa. PROCESSO: 00002811120178140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRAO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/10/2021 VITIMA:C. B. S. F. ACUSADO:LEANDRO MONTEIRO DOS SANTOS. Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista a inexistÃªncia de Defensor PÃºblico nesta comarca - apesar de vÃ¡rios ofÃ-cios comunicando o fato ao Defensor PÃºblico Geral deste Estado, o qual, sequer os respondeu -, nomeio o Carlos Alberto Ferreira Pimentel, OAB/PA 21181, para assumir a defesa tÃ©cnica do(a-s) acusados(a-s), na funÃ§Ã£o de defensor dativo. O nobre advogado deverÃ¡ apresentar resposta Ã acusaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â STM Novo (PA), 28 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Daniel Bezerra Montenegro GirÃ£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00008833620168140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRAO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/10/2021 ACUSADO:ELISEU CORREA Representante(s): OAB 3334 - ANTONIO AFONSO NAVEGANTES (ADVOGADO) ACUSADO:JOEL COSTA CORREA Representante(s): OAB 3334 - ANTONIO AFONSO NAVEGANTES (ADVOGADO) ACUSADO:NEUSA FERREIRA DA COSTA Representante(s): OAB 19888-A - JORGE LUIS FRANCA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. ACUSADO:JOCIVALDO MAIA DA COSTA ACUSADO:GENILSON TEIXEIRA DOS SANTOS AUTOR:MINISTERIIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. Recebi hoje. Â Â Â Â Â Â Â Â Designo audiÃªncia para o dia 04/05/2022, Ã s 10h, para audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, que deverÃ¡ ser realizada no FÃ³rum da Comarca de SantarÃ©m Novo. Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se os acusados, as testemunhas arroladas pela acusaÃ§Ã£o e defesa. Certifique- se o MinistÃ©rio PÃºblico e o Advogado de defesa. As oitivas das testemunhas policiais serÃ£o realizadas pelo Sistema Teams. A secretaria deverÃ¡ entrar em contato com os policiais para viabilizar a audiÃªncia que serÃ¡ realizada de forma virtual. O interrogatÃ³rio do acusado serÃ¡ realizado de forma presencial, caso nÃ£o tenha o sistema teams. Intimem-se todos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Stm Novo, 28 de outubro de 2021. Daniel Bezerra Montenegro GirÃ£o Juiz de Direito PROCESSO: 00009820620168140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRAO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/10/2021 ACUSADO:MIGUEL BENTES TEIXEIRA Representante(s): OAB 3334 - ANTONIO AFONSO NAVEGANTES (ADVOGADO) OAB 12515-A - GLEUSE SIEBRA DIAS (ADVOGADO) VITIMA:R. B. C. . TERMO DE AUDIÃNCIA Processo: 0000982-06.2016.814.0093 Acusado: Miguel Bentes Teixeira, portador do RG VÃ-tima: R.B.D.C. Aos 28 (vinte e oito) dias outubro de dois mil e vinte e um, Ã s 10h00min, no FÃ³rum de SantarÃ©m Novo, e por meio virtual onde se achava o MM. JuÃ-zo de Direito, Titular da Comarca, Dr. Daniel Bezerra Montenegro GirÃ£o. Comigo o Analista JudiciÃ¡rio Jairo Nascimento de Souza. Feito o pregÃ£o de praxe foi constatada a presenÃ§a do Representante do MinistÃ©rio PÃºblico Dr. Francisco SimeÃ£o de Almeida Junior. Presente a PsicÃ³loga Andrea Girard da Silva Alves, matrÃ-cula 15211 TJE/PA. Presente o acusado acompanhado pela sua advogada Dra. Gleuse Siebra Dias, OAB/PA 12515-A. Presente a vÃ-tima Roseana Bentes da Cruz, portador do RG 8735879 SSP-PA. Aberta a

audiÃªncia de Depoimento Especial, em seguida o MM Juiz informou que a AudiÃªncia serÃ¡ gravada nos termos do art. 405, Â§5Âº do CPP. Em seguida passou-se a ouvir a vÃ-tima. Em seguida o Magistrado proferiu a seguinte DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA - DESPACHO. Designo audiÃªncia de instruÃ§Ã£o para o dia 04/05/2022 Ã s 9h a se realizar no FÃ³rum de SantarÃ©m Novo. Intimem-se as testemunhas (menos a vÃ-tima). O acusado e sua patrona saem intimados em audiÃªncia. NÃ£o houve recolhimento de assinaturas. Cumpra-se. Como mais nada houve, deu-se este por encerrado, que vai devidamente assinada pelos presentes. Eu, _____, Jairo Nascimento de Souza, (Analista JudiciÃ¡rio), o digitei e subscrevi. Daniel Bezerra Montenegro GirÃ£o Juiz de Direito Titular da Comarca de SantarÃ©m Novo/PA Av. Francisco M. de Oliveira, s/n, Centro, Cep: 68720-000, Fone: (91)3484-1211, SantarÃ©m Novo/Pa. PROCESSO: 00017448520178140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRAO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/10/2021 VITIMA:L. O. L. VITIMA:J. A. C. A. VITIMA:A. N. P. Representante(s): OAB 21140 - SAMARA SOBRINHA DOS SANTOS ALVES (ADVOGADO) ACUSADO:MURILO DA SILVA E SILVA Representante(s): OAB 20045 - PERPETUA SOCORRO MARIA CORREA DA CRUZ (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ 1.Â Â Â Â Â Recebo o recurso. 2.Â Â Â Â Â DÃª vista ao recorrido para contrarrazÃµes conforme prazo legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3. ApÃ³s, remetam-se os autos ao Tribunal de JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â STM-Novo(PA), 28 de outubro de 2021. DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRÃO JUIZ DE DIREITO PROCESSO: 00018427520148140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRAO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/10/2021 ACUSADO:MANOEL DA SILVA CARVALHO ACUSADO:SANDRA MARIA DA SILVEIRA Representante(s): OAB 8159 - AILTON SILVA DA FONSECA (ADVOGADO) VITIMA:M. N. S. C. . TERMO DE AUDIÃNCIA Processo: 00001842-75.2014.814.0093 Acusados: Manoel da Silva Carvalho e Sandra Maria da Silveira VÃ-tima: M.D.N.S.C. Aos 28 (vinte e oito) dias outubro de dois mil e vinte e um, Ã s 09h00min, no FÃ³rum de SantarÃ©m Novo, e por meio virtual onde se achava o MM. JuÃ-zo de Direito, Titular da Comarca, Dr. Daniel Bezerra Montenegro GirÃ£o. Comigo o Analista JudiciÃ¡rio Jairo Nascimento de Souza. Feito o pregÃ£o de praxe foi constatada a presenÃ§a do Representante do MinistÃ©rio PÃºblico Dr. Francisco SimeÃ£o de Almeida Junior. Presente a PsicÃ³loga Andrea Girard da Silva Alves, matrÃ-cula 15211 TJE/PA. Presente a acusada Sandra Maria da Silveira acompanhada pelo seu advogado Dr. Ailton Silva da Fonseca, OAB/PA 8159. Ausente o acusado Manoel da Silva Carvalho. Presente a vÃ-tima Maria de NazarÃ© da Silveira Carvalho, portadora do CPF 047.881.792-45. Aberta a audiÃªncia de Depoimento Especial, em seguida o MM Juiz informou que a AudiÃªncia serÃ¡ gravada nos termos do art. 405, Â§5Âº do CPP. Em seguida passou-se a ouvir a vÃ-tima. Em seguida o Magistrado proferiu a seguinte DESPACHO. DÃª-se vistas dos Autos ao RMPE. Cumpra-se. Como mais nada houve, deu-se este por encerrado, que vai devidamente assinada pelos presentes. Eu, _____, Jairo Nascimento de Souza, (Analista JudiciÃ¡rio), o digitei e subscrevi. Daniel Bezerra Montenegro GirÃ£o Juiz de Direito Titular da Comarca de SantarÃ©m Novo/PA Av. Francisco M. de Oliveira, s/n, Centro, Cep: 68720-000, Fone: (91)3484-1211, SantarÃ©m Novo/Pa. PROCESSO: 00024041120198140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRAO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/10/2021 VITIMA:A. C. O. E. ACUSADO:SONIA BARROS DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 6777 - PORFIRIA LUCIA CARNEIRO DE LIMA (ADVOGADO) OAB 21181 - CARLOS ALBERTO FERREIRA PIMENTEL (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ 1.Â Â Â Â Â Recebo o recurso. 2.Â Â Â Â Â DÃª vista ao recorrido para contrarrazÃµes conforme prazo legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3. ApÃ³s, remetam-se os autos ao Tribunal de JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â STM-Novo(PA), 28 de outubro de 2021. DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRÃO JUIZ DE DIREITO PROCESSO: 00000813320198140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Processo de Apuração de Ato Infracional em: INFRATOR: K. F. P. A. VITIMA: R. S. B. PROCESSO: 00000813320198140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Processo de Apuração de Ato Infracional em: INFRATOR: K. F. P. A. VITIMA: R. S. B. PROCESSO: 00009421920198140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: A. V. C. D. ACUSADO: L. C. C. Representante(s): OAB 20854 - MARIA ADRIANA LIMA DE ALBUQUERQUE (ADVOGADO) PROCESSO: 00009421920198140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: A. V. C. D. ACUSADO: L. C. C. Representante(s): OAB 20854 - MARIA ADRIANA LIMA DE ALBUQUERQUE (ADVOGADO)

**COMARCA DE GURUPÁ**

**SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE GURUPÁ**

PROCESSO: 00026028320138140020 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO: ITHIEL VICTOR ARAUJO PORTELA A??o: Açço Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021---ACUSADO:ISMAEL CARLOS COSTA DE SOUZA Representante(s): OAB 10633 - HERON DE SOUSA COELHO (ADVOGADO) OAB 21056 - PAULO VICTOR SANTOS ROCHA (ADVOGADO DATIVO) VITIMA:E. S. S. AUTOR:DELEGACIA DE POLICIA CILVIL DE GURUPA. ESTADO DO PARá PODER JUDICIáRIO COMARCA DE GURUPá Fç³rum Juiz álvaro Magalhç£es Costa, Av. Sç£o Benedito, 240, Bairro Centro - CEP 68.300-000. Fone: (91) 3692-1162 / 3692-1439. Email: 1gurupa@tjpa.jus.br Sentença Â Â Â Â Â Â Vistos etc., 1.Â Â Â Â Â Trata-se de açç£o penal promovida pelo MINISTç¿RIO Pç¿BLICO DO ESTADO DO PARá em face de ISMAEL CARLOS COSTA DE SOUZA, jç¡ devidamente qualificado nos autos do processo em epç-grafe, pela prç¡tica, em tese, do crime tipificado no art. 213, Â§1Âº do Cç³digo Penal. 2.Â Â Â Â Â Relata a peça de ingresso que, em 01/09/2013, por volta das 23h:50min, a vç-tima ELANE SANTOS DE SOUZA, que ç ç©poca dos fatos contava com 17 (dezessete) anos de idade, saiu de uma festa em direççç£o ç sua residçªncia, quando chegou o acusado, seu primo, que teria lhe levado motocicleta para lanchar. 3.Â Â Â Â Â Enquanto transitavam pela cidade, o denunciado dizia gostar e desejar a vç-tima. Posteriormente a levou para uma ç¡rea escura localizada ao fundo do cemitç©rio local dizendo que desejava manter com ela relaççç£o sexual, mesmo contra sua vontade. 4.Â Â Â Â Â A vç-tima teria manifestado repulsa em ceder, momento em que o denunciado, com o uso da força, a obrigou a deitar no chç£o e com ela manteve conjunççç£o carnal atç© a ejaculaççç£o, chegando a sufocç¡-la com uma das mç£os. 5.Â Â Â Â Â A polç-cia militar foi acionada e deu inç-cio ç perseguiççç£o, logrando çªxito em prender o acusado em flagrante, por volta das 03h:00min. 6.Â Â Â Â Â Flagrante convertido em preventiva, conforme decisç£o de fls 65/66. 7.Â Â Â Â Â Dençºncia recebida em 27/09/2013 (fl. 112). 8.Â Â Â Â Â Pessoalmente citado, o acusado nç£o constituiu advogado, sendo assistido pela Defensoria Pçºblica que ofereceu resposta ç acusaççç£o ç fl. 115/118. 9.Â Â Â Â Â Audiçªncia de instruççç£o e julgamento realizada em 04/12/2013 (fls. 126/130. 10.Â Â Â Â Â Prisç£o preventiva substituç-da por medidas cautelares diversas da prisç£o ç fl. 180/181, livrando-se solto o acusado em 18/06/2014. 11.Â Â Â Â Â Laudo de exame sexolç³gico ç fl. 187/187-v, sendo a coleta realizada em 02/09/2013, resultando negativo para presença de espermatozoides e positivo para antç-geno especç-fico prostç¡tico (PSA). O exame conclui ainda pela presença de sinais de prç¡tica de conjunççç£o carnal recentes e antigos. 12.Â Â Â Â Â Alegaççµes finais da acusaççç£o ç s fls. 193/194, pugnando pela condenaççç£o, e da defesa ç s fls. 227/233. 13.Â Â Â Â Â Certidç£o de antecedentes ç fl. 234. 14.Â Â Â Â Â ç¿ o relatç³rio. Passo ao julgamento. 15.Â Â Â Â Â Concluç-da a instruççç£o processual, estando o feito pronto para julgamento, impçµe-se, em razç£o da atual fase procedimental, o exame sobre as provas produzidas, a fim de ser valorada a pretensç£o do Ministç©rio Pçºblico e, em contrapartida, a que resultou da defesa, de modo a ser aplicado, diante dos fatos que ensejam a presente persecuççç£o criminal, o direito cabç-vel. 16.Â Â Â Â Â De acordo com os fatos narrados e a partir das provas colacionadas, nç£o hç¡ dçºvidas de que o acusado foi o autor do estupro aqui analisado. ç¿ com base, principalmente, no depoimento prestado pela ofendida, tanto em sede inquisitiva, quanto em juç-zo, que se faz prova do que ocorreu, haja vista serem depoimentos contundentes, e corroborados por perç-cia tç©cnica. 17.Â Â Â Â Â A vç-tima descreve os fatos com minçºcias, e o faz de forma concatenada, corroborando seu depoimento prestado em delegacia. Nesse sentido, ç s perguntas que lhe foram formuladas, respondeu: Â¿Que o rç©u ç© seu primo e nunca teve relacionamento amoroso com ele; que foi conduzida na motocicleta do rç©u a fim de comprar comida e no caminho ele disse que a desejava e a levou para uma ç¡rea escura, localizada nos fundos do cemitç©rio local; que chegando lç¡ o rç©u disse que desejava manter relaççç£o sexual com a depoente; que nç£o cedeu ao pedido do rç©u, mas este lhe disse para tirar a roupa e ficar calada, e que caso nç£o obedecesse seria pior; que o rç©u segurou suas pernas e o braço e manteve relaççç£o sexual contra sua vontade; que depois o rç©u a levou para casa e disse que nç£o era para contar nada; que teve umas pequenas lesçµes nas costas e outras no pescoço; que logo apç³s o ocorrido procurou a polç-cia com sua mç£e para comunicar o fato; que o exame pericial foi feito no dia 03/09/2013Â¿ 18.Â Â Â Â Â Dada a palavra ç defesa, a vç-tima respondeu: Â¿Que frequentava a casa do rç©u quando precisava de carona na motocicleta; que o rç©u morava na casa da avç³, mas se alimentava na casa da depoente; Que no dia dos

fatos a depoente estava com seu marido, logo apç³s chegou o rç©u; Que quando encontrou o rç©u, a depoente estava na frente de sua casa; Que antes do acontecido a depoente havia vindo de uma festa ç s 02:00 horas; Que nç£o andava abraçada com o rç©u e nem chegou a beijç¡-lo; Que apç³s o fato, ao chegar na sua casa nç£o abraçou o rç©u; Que sua roupa estava amarrotada; Que assim que entrou na casa falou para seu marido do acontecido; Que faz trçªs anos que vive com seu marido; Que o rç©u nç£o estava trabalhando de mototç¡xi no dia dos fatos; Que chegou a falar para o rç©u que estava menstruada, quase no final; Que o rç©u nç£o estava embriagado; Que utilizava o serviço de mototaxista do rç©u hç¡ cerca de um mçªs; Que nç£o sabe dizer se havia alguç©m na parte de cima da casa da avç³ do acusado; Que chegou a transitar muitas vezes de mototç¡xi com o rç©uÂ¿. 19.Â Â Â Â Â A testemunha OBADIAS ARAç¿JO DE OLIVEIRA, devidamente compromissada, ç s perguntas que lhe foram formuladas, informou que o rç©u nç£o ofereceu resistçªncia ç prisç£o e que apresentava sinais de embriaguez. 20.Â Â Â Â Â De outra banda, a testemunha JOSç¿ REINALDO RODRIGUES DOS SANTOS em nada contribui para o esclarecimento dos fatos narrados na exordial, limitando-se a declinar que nç£o foi procurado pela vç-tima no conselho tutelar, e que nç£o sabe dizer se a ofendida e o rç©u tinham algum relacionamento. 21.Â Â Â Â Â Dispensada do compromisso, a informante MARIA DAS GRAç¿AS COSTA, ç s perguntas que lhe foram dirigidas, respondeu: Â¿Que ç© avç³ do rç©u e que reside ao lado da casa da vç-tima; Que o rç©u sempre frequentava a sua casa; Que foi responsç¡vel pela criaçç£o; Que o rç©u trabalhava antes de ser preso como mototaxista e tem dois filhos; Que a vç-tima sempre procurava o rç©u para fazer corrida; Que presenciou o momento em que o rç©u e a vç-tima chegaram na residçªncia; Que a vç-tima desceu da motocicleta sem fazer escç¢ndalo e nem chamar atençç£o de alguç©m; Que nç£o sabe dizer se a vç-tima tinha algum envolvimento com o rç©u; Que depois que o rç©u e a vç-tima retornaram para casa Â¿o pessoal ainda ficaram bebendoÂ¿; Que faz quase 01 ano que a vç-tima utiliza os serviços de mototaxista do rç©u; Que a vç-tima nç£o chegou a se reclamar com a depoente de qualquer problemaÂ¿. 22.Â Â Â Â Â Logo em seguida, passou-se a interrogar o acusado, o qual, ç s perguntas que lhe foram formuladas, assim declinou: Â¿Que nega a acusaçç£o; Que confirma ter conduzido a vç-tima atç© os fundos do cemitç©rio e lç¡ mantiveram relaçç£o sexual com consentimento da vç-tima; Que nega ter constrangido ou ameaçado a vç-tima para o ato sexual; Que estava tendo relacionamento com a vç-tima hç¡ cerca de 30 dias; Que foi a 3Âª vez que teve relaçç£o sexual com a vç-tima; Que nç£o segurou a vç-tima pelas pernas e pelos braços; Que 20 dias antes de ser preso, encontrou com a vç-tima na praça municipal da cidade e atrç¡s da arquibancada deu um beijo na boca de ELANE; Que trajava camiseta preta e bermuda jeans, a vç-tima vestia blusa branca; Que o encontrou ocorreu na parte da trade de um domingo; Que WESLEI viu o momento com que o rç©u deu um beijo na vç-tima; Que permaneceu no local por cerca de 20 minutos; Que pretendia romper o relacionamento e acredita que por isso foi acusado do crimeÂ¿ 23.Â Â Â Â Â Em sede de diligçªncias, tendo em vista que o acusado indicou suposta testemunha que poderia confirmar a sua versç£o dos fatos, quem seja, o Sr. WESLLEY DIAS VIANA, decidiu o juç-zo pela oitiva da testemunha referida, a qual, em razç£o do grau de amizade, prestou seu depoimento sem o compromisso legal, ocasiç£o em que informou que, no mesmo dia em que o rç©u foi preso, teria visto-o beijar a vç-tima, no Terraço Santo, e que essa teria sido a çºnica vez que viu a ofendida e o acusado se beijando. Ademais, negou ter presenciado o suposto beijo citado pelo rç©u na praça da cidade. 24.Â Â Â Â Â A conduta tç-pica atribuç-da ao acusado resta descrita no art. 213, Â§1Âº do Cç³digo Penal; in verbis: Art. 213.Â Constranger alguç©m, mediante violçªncia ou grave ameaça, a ter conjunçç£o carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso: Â§1Âº Se da conduta resulta lesç£o corporal de natureza grave ou se a vç-tima ç© menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos: Pena - reclusç£o, de 8 (oito) a 12 (doze) anos. 25.Â Â Â Â Â O tipo penal em questç£o atinge a faculdade da vç-tima de expressar-se livremente, manifestando seu consentimento na escolha do parceiro sexual, ou atç© mesmo em nç£o ter relaççµes dessa natureza, sendo seu arbç-trio suprimido atravç©s de atos de violçªncia ou grave ameaça a sua pessoa. 26.Â Â Â Â Â O elemento subjetivo do tipo, o dolo, nç£o exige, ademais, que o agente tenha a intenççç£o especç-fica de satisfazer o apetite sexual, restando configurado o crime ainda que o objetivo seja outro, a exemplo dos crimes praticados com a intenççç£o de humilhar ou agir de forma a censurar a vç-tima, em razç£o de seu comportamento social ou sexual. 27.Â Â Â Â Â No caso especç-fico dos autos, conforme jç¡ dito outrora, a autoria e materialidade do delito encontra-se sobejamente caracterizada pelo auto de prisç£o em flagrante, laudo de exame de conjunçç£o carnal, assim como em razç£o do depoimento da prç³pria ofendida. 28.Â Â Â Â Â O depoimento prestado pela vç-tima, perante a autoridade policial, restou em grande medida confirmado, quando submetido ao crivo do contraditç³rio, tendo a vç-tima declarado que o rç©u a levou de motocicleta para comer e ao longo do caminho passou a dizer que a desejava, atç© levç¡-la a local ermo e escuro, onde passou a constrangçª-la a manter relaççµes sexuais. 29.Â Â Â Â Â Ressalto, nesse sentido, ser incontroversa a prç¡tica da conjunçç£o carnal, tanto que confessada pelo acusado, o qual, no entanto, afirma que a prç¡tica sexual se dera por mçºtuo consentimento, razç£o por

que a cizç¢nia fica limitada ç questç£o da livre manifestaçç£o de vontade da vç-tima, aliada a presença de violçªncia e/ou grave ameaça. 30.Â Â Â Â Â Especificamente quanto ç violçªncia, verifico que o laudo de exame de conjunçç£o carnal denota a presença de equimoses violç¡ceas na regiç£o cervical da ofendida (pescoço), fato esse corroborado pelo seu depoimento, prestado em sede inquisitiva, ao dizer que teria sido sufocado pelo acusado; senç£o vejamos: Â¿Que ç© menor de idade, e na data de 01/09/2013, prç³ximo ç s 23:50 horas, saiu de uma festa e foi para sua residçªncia, e que em seguida chegou seu primo, o nacional ISMAEL CARLOS COSTA DE SOUZA, sendo que logo a vç-tima e ISMAEL saç-ram para comprar comida, e que apç³s sair da lanchonete (que nç£o estava mais vendendo comida), ISMAEL que conduzia uma motocicleta, levou a vç-tima para uma ç¡rea escura que fica localizada prç³xima aos fundos do cemitç©rio municipal; Que informa a vç-tima, que ISMAEL lhe falava durante o percurso, que sempre desejou a vç-tima; Que informa que quando questionou o motivo para estar naquele local escuro, ISMAEL respondeu iria transar com a vç-tima , ela querendo ou nç£o; Que informa que pediu para ISMAEL parar com o que queria fazer, mas que ISMAEL nç£o parou; Que informa que ISMAEL a obrigou a deitar no chç£o e manter relaçç£o sexual com ele atç© que ele ejaculasse na vagina da vç-tima; Que informa que ISMAEL estava muito agressivo, e que tentava, com as mç£os, a todo momento, sufocar a vç-tima; Que informa que sentia medo de morrer nas mç£os de Ismael, e que por este motivo, quando ISMAEL perguntava para a vç-tima se estava gostando de transar com ele, a vç-tima respondia que sim; Que informa que estç¡ menstruada; Que informa que estç¡ muito abalada psicologicamente; Que informa que nunca teve interesse em manter relaççµes sexuais com ISMAEL, pois o considera como um irmç£o; Que informa que ISMAEL estava embriagado, mas que nç£o estava muito embriagadoÂ¿. 31.Â Â Â Â Â No mesmo sentido, ç© possç-vel se aferir, do referido depoimento, assim como daquele prestado em sede judicial, que a aquiescçªncia da ofendida se dera de forma viciada, jç¡ que, em razç£o da conduta violenta do acusado, temia por sua prç³pria vida. 32.Â Â Â Â Â Cumpre esclarecer que, aos crimes contra os costumes, deve-se dar especial atençç£o ao depoimento da vç-tima, haja vista a clandestinidade sobre a qual comumente sç£o praticados, e em especial, quando guardam total compatibilidade com os demais elementos probatç³rios, como no caso presente. 33.Â Â Â Â Â Nesse sentido, colaciona jurisprudçªncia do Egrç©gio Superior Tribunal de Justiça, senç£o vejamos: "O entendimento desta corte ç© no sentido de que nos crimes sexuais, a palavra da vç-tima, desde que coerente com as demais provas dos autos, tem grande validade como elemento de convicçç£o, sobretudo porque, em grande parte dos casos, tais delitos sç£o perpetrados ç s escondidas e podem nç£o deixar vestç-gios" (REsp 1.336.961/RN, Rel. Ministro CAMPOS MARQUES - Desembargador convocado do TJ/PR -, DJe de 13/09/2013) AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. NOVOS ARGUMENTOS HáBEIS A DESCONSTITUIR A DECISç¿O IMPUGNADA. AUSç¿NCIA. PENAL E PROCESSO PENAL. CONDENAç¿ç¿O POR ESTUPRO. ABSOLVIç¿ç¿O. DESCLASSIFICAç¿ç¿O. REVOLVIMENTO FáTICO-PROBATç¿RIO. PALAVRA DA VçTIMA. ESPECIAL VALOR PROBANTE. DOSIMETRIA. REVISç¿O. DESCABIMENTO. INCIDç¿NCIA DA LEI 13.718/2018. SUPRESSç¿O DE INSTç¿NCIA. FLAGRANTE ILEGALIDADE. INEXISTç¿NCIA. HABEAS CORPUS Nç¿O CONHECIDO. DECISç¿O AGRAVADA MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (...) IV - Conforme o entendimento jurisprudencial deste Superior Tribunal de Justiça, nos crimes contra a dignidade sexual, em virtude das dificuldades relacionadas ç obtençç£o de provas, os quais, o mais das vezes, sç£o praticados sem testemunhas e nç£o deixam vestç-gios fç-sicos, a palavra da vç-tima, quando consentç¢nea com os demais elementos dos autos, assume especial valor probante. (AgRg no HC 655.153/SP, Rel. Ministro JESUçNO RISSATO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJDFT), QUINTA TURMA, julgado em 17/08/2021, DJe 24/08/2021) 34.Â Â Â Â Â Conquanto se deva tomar cuidado com a palavra da vç-tima, principalmente no que concerne ç agravaçç£o da situaçç£o do identificado autor do delito, em razç£o de ter sofrido os malefç-cios do crime e poder estar imbuç-da por um mecanismo de vingança inconsciente, nç£o se pode descartar o seu valor para a prova da materialidade e da autoria do delito, pois ç© despropositado supor que o ofendido faça uma acusaçç£o falsa, culpando inocentes e deixando impunes os verdadeiros culpados. Tal suposiçç£o ç© contrç¡ria ao sentimento de vingança antes apontado. 35.Â Â Â Â Â Destarte, quando a imputaçç£o for desinteressada, segura, reiterada e consistente com as demais provas dos autos, nç£o havendo razçµes para suspeitar de erro ou mç¡-fç©, pode servir de base a uma condenaçç£o, como ocorre no presente caso, porquanto o crime foi praticado na clandestinidade e nç£o hç¡ qualquer indicativo de predisposiçç£o da vç-tima para imputar falsamente a prç¡tica do delito em questç£o ao rç©u. 36.Â Â Â Â Â Esclareça-se, por fim, que as testemunhas ouvidas judicialmente nç£o sç£o suficientes a corroborar a versç£o esposada pelo acusado, atç© mesmo porque nç£o presenciaram o crime. 37.Â Â Â Â Â As provas carreadas aos autos, portanto, especialmente o depoimento prestado pela prç³pria vç-tima e o laudo sexolç³gico forense apresentado pelo instituto de criminalç-stica, levam ç inarredç¡vel conclusç£o de que ISMAEL CARLOS COSTA DE SOUZA, em 01/09/2013, por volta das 23h:50min, constrangeu ELANE SANTOS DE SOUZA, vç-tima menor de 18

(dezoito) e maior de 14 (catorze) anos de idade, a data dos fatos, mediante violçªncia e grave ameaça, a ter com ele conjunçç£o carnal, incorrendo assim na conduta prevista no art. 213, Â§1Âº do Cç³digo Penal. Â Â Â Â Â Â DISPOSITIVO 38.Â Â Â Â Â Ante o exposto e de posse das provas e elementos de informaçç£o existentes nos autos JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na dençºncia para CONDENAR ISMAEL CARLOS COSTA DE SOUZA como incurso nas penas do art. 213, Â§1Âº do Cç³digo Penal. 39.Â Â Â Â Â Por imperativo legal, passo ç dosimetria da pena considerando para tanto as circunstç¢ncias judiciais previstas no art. 59 do CP e obedecendo ao sistema trifç¡sico previsto no art. 68 do mesmo Codex. Â Â Â Â Â Â 1Âª. FASE - CIRCUNSTç¿NCIAS JUDICIAIS (art. 59 do Cç³digo Penal) Â Â Â Â Â Â Culpabilidade. 40.Â Â Â Â Â Deve ser compreendida como o juç-zo de reprovabilidade, ou seja, o juç-zo de censura que incide o responsç¡vel pela prç¡tica da infraçç£o penal, razç£o por que, para anç¡lise desta circunstç¢ncia judicial, a reprovabilidade a ser considerada ç© aquela que excede a normalidade do tipo penal. 41.Â Â Â Â Â A redaçç£o do tipo penal em apreço, quanto aos elementos objetivos do tipo, disciplina que a prç¡tica delitiva se verifica quando a conjunçç£o carnal ou ato libidinoso diverso resta consumado contra a vontade da vç-tima, utilizando-se o agente, como meio de execuçç£o do delito, da Â¿violçªncia ou grave ameaçaÂ¿. 42.Â Â Â Â Â Nesse sentido, o crime resta consumado com a simples introduçç£o do pçªnis na vagina da vç-tima ou pela prç¡tica de ato libidinoso diverso, de sorte que exorbita, daquilo previsto em abstrato, o fato de o agente ejacular na cavidade vaginal da vç-tima, submetendo-a ao risco de uma gravidez indesejada ou, atç© mesmo, de contrair alguma doença sexualmente transmitida. 43.Â Â Â Â Â Tendo em vista, pois, o maior grau de reprovabilidade da conduta do agente, entendo pela exasperaçç£o da pena base. Â Â Â Â Â Â Antecedentes. 44.Â Â Â Â Â Neste ponto ç© analisada a vida pregressa do rç©u, podendo a circunstç¢ncia ser valorada negativamente caso sejam identificadas condenaççµes transitadas em julgado que nç£o importem em reincidçªncia, segundo interpretaçç£o do art. 64 do CP c/c Sçºmula 444 do STJ. 45.Â Â Â Â Â Em anç¡lise da folha de antecedentes, verifico que nç£o hç¡ anotaççµes, motivo por que deixo de valorar. Â Â Â Â Â Â Conduta social. 46.Â Â Â Â Â Por conduta social deve ter em mente o comportamento do rç©u junto ç sua comunidade, vez que embora sem antecedentes o indivç-duo pode ter a vida repleta de deslizes reveladores de desajuste social ou mesmo de atos benevolentes de grande relevç¢ncia social ou moral. 47.Â Â Â Â Â Nç£o hç¡ nada a valorar. Â Â Â Â Â Â Personalidade do agente. 48.Â Â Â Â Â Trata-se de conceito inerente ç psicologia, cujos autos nç£o dispçµem de dados tç©cnicos para aferi-la. Â Â Â Â Â Â Motivos do crime. 49.Â Â Â Â Â Sç£o as influçªncias internas e externas que levaram o sujeito a cometer o delito. 50.Â Â Â Â Â No caso dos autos, sç£o comuns ao tipo. Â Â Â Â Â Â Circunstç¢ncias do crime. 51.Â Â Â Â Â Neste ponto sç£o analisados a forma, o tempo de execuçç£o, o lugar do crime para fins de determinar a necessidade de exasperaçç£o da pena base. O crime foi cometido em local afastado da cidade em perç-odo noturno, condiççµes que certamente dificultaram/impediram o socorro de terceiros, razç£o por que sç£o desfavorç¡veis. 52.Â Â Â Â Â Sç£o os dados acidentais, secundç¡rios, relativos ç infraçç£o penal, mas que nç£o integram sua estrutura, tais como o modo de execuçç£o do crime, os instrumentos empregados em sua prç¡tica, as condiççµes de tempo e local em que ocorreu o ilç-cito penal, o relacionamento entre o agente e o ofendido etc. 53.Â Â Â Â Â Considerando essas premissas, entendo desfavorç¡veis as circunstç¢ncias do crime, jç¡ que o autor praticou o delito no perç-odo da noite, momento de maior vulnerabilidade, sem contar que, para o sucesso de sua empreitada criminosa, valeu-se da confiança depositada em sua pessoa, em razç£o da proximidade que tinha com a ofendida, pela relaçç£o de parentesco por consanguinidade. 54.Â Â Â Â Â Nesse sentido, considerando as circunstç¢ncias acima, ç© que se entende pela necessidade de uma maior reprimenda ao acusado, devendo-se para tanto promover a exasperaçç£o da pena base. Â Â Â Â Â Â Consequçªncias extrapenais. 55.Â Â Â Â Â Sç£o assim entendidas como a extensç£o dos danos provocados pelo crime ç vç-tima. Conquanto seja possç-vel elucubrar as provç¡veis consequçªncias psicolç³gicas de crime de tal natureza, nç£o estç¡ o Magistrado autorizado a conjecturç¡-las e, com isso, penalizar o rç©u, de modo que ç© imprescindç-vel a demonstraçç£o de eventuais abalos nos autos. 56.Â Â Â Â Â Nç£o havendo, pois, danos de ordem psicolç³gica devidamente comprovados, deixo de valorar. Â Â Â Â Â Â Comportamento da vç-tima. 57.Â Â Â Â Â Na anç¡lise desta circunstç¢ncia o Magistrado deve analisar eventual contribuiçç£o da ofendida para a ocorrçªncia do evento criminoso, que, muito embora nç£o possua o condç£o de afastç¡-lo, pode tornar o delito menos reprovç¡vel. 58.Â Â Â Â Â Nç£o se vislumbra dos autos que a vç-tima tenha concorrido para a ocorrçªncia do crime, motivo por que deixo de valorar. 59.Â Â Â Â Â Tendo em vista, pois, as circunstç¢ncias judiciais acima analisadas, exaspero a pena-base em Â¼ (um quarto) do intervalo de pena em abstrato, passando a dosç¡-la em 9 (nove) anos de reclusç£o. Â Â Â Â Â Â 2Âª FASE - CIRCUNSTç¿NCIAS LEGAIS 60.Â Â Â Â Â Nç£o concorrem circunstç¢ncias agravantes ou atenuantes. Â Â Â Â Â Â 3Âª. FASE - CAUSAS ESPECIAIS DE AUMENTO E/OU DIMINUIç¿ç¿O DE PENA 61.Â Â Â Â Â Nç£o concorrem causas especiais de diminuiçç£o de pena. 62.Â Â Â Â Â Nç£o concorrem causas

especiais de aumento de pena. Â Â Â Â Â Â PENA DEFINITIVA 63.Â Â Â Â Â Vencidas as etapas do art. 68 do Cç³digo Penal, por entender como necessç¡rio e suficiente para a reprovaçç£o e prevençç£o do crime, fica o rç©u definitivamente condenado ç pena de 9 (NOVE) ANOS DE RECLUSç¿O. Â Â Â Â Â Â REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA 64.Â Â Â Â Â Fixo como regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade o FECHADO, com fulcro no art. 33, Â§ 2Âº, Â¿a `, e Â§3Âº do CP c/c art. 387, Â§ 2Â° do CPP. Â Â Â Â Â Â SUBSTITUIç¿ç¿O DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE 65.Â Â Â Â Â Nç£o ç© possç-vel substituir a pena imposta por restritiva de direito nem suspender sua aplicaçç£o, visto o nç£o preenchimento dos requisitos legais (artigo 44 e artigo 77, ambos do Cç³digo Penal). Â Â Â Â Â Â LIBERDADE PARA RECORRER. 66.Â Â Â Â Â Nç£o subsistindo os requisitos do art. 312 do CPP, concedo ao apenado o direito de recorrer em liberdade. 67.Â Â Â Â Â Sem custas, em razç£o da notç³ria hipossuficiçªncia do acusado. 68.Â Â Â Â Â APç¿S O TRç¿NSITO EM JULGADO desta sentença, determino a adoçç£o das seguintes providçªncias: I. Lance-se o nome dos apenados no Livro de Rol dos Culpados desta Comarca; II. Caso o condenado jç¡ se encontre preso, ou apç³s sua captura, extraiam-se guias de recolhimento definitivo, com fiel observç¢ncia do disposto nos arts. 105 a 107 da Lei n. 7.210/84, para o acompanhamento da execuçç£o da pena imposta; III. Informe ao TRE/PA, por meio do sistema INFODIP, comunicando a condenaçç£o do rç©u, com sua identificaçç£o, para o cumprimento do quanto disposto pelo art. 15, III, da Constituiçç£o Federal, e pelo art. 71, Â§ 2Âº, do Cç³digo Eleitoral; 69.Â Â Â Â Â Por fim, cumpridas as providçªncias acima, no que se refere ç pena de multa, deverç£o ser formados autos prç³prios de execuçç£o, em caso de requerimento expresso do Ministç©rio Pçºblico, do contrç¡rio, arquivem-se com baixa na distribuiçç£o. 70.Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. 71.Â Â Â Â Â Expedientes necessç¡rios. 72.Â Â Â Â Â Gurupç¡, data registrada no sistema. _____ ITHIEL VICTOR ARAUJO PORTELA Juiz de Direito Titular da Comarca de Gurupç¡

**COMARCA DE CACHOEIRA DO ARARI**

**SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE CACHOEIRA DO ARARI**

PROCESSO Nº: 0004149-78.2019.8.14.0011

CLASSE: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS

EXEQUENTE: A. F. M.

REPRESENTANTE: EDA MARIA DOS SANTOS FERREIRA

EXECUTADO: ARINALDO DA SILVEIRA MOURA

No dia 11 de novembro de 2021**,** na Sala de Audiências do Fórum da Comarca de Cachoeira do Arari, Estado do Pará, presente o conciliador ad hoc **LEONARDO CARVALHO BARRA**, analista judiciário, presente o Juiz de direito (DR. LEONEL FIGUEIREDO CAVALCANTI), presente o Promotor de Justiça via Teams (DR. GUILHERME CHAVES COELHO), verificou-se da presença da exequente **EDA MARIA DOS SANTOS FERREIRA** e do executado **ARINALDO DA SILVEIRA MOURA**.

**Aberta a audiência**: constatou-se a presença das partes ent¿o estipularam o seguinte acordo.

1- A exequente reconhece os recebidos acostados à fl.27, s¿o verdadeiros e dá a plena quitaç¿o dos débitos outrora postulados na execuç¿o;

2- O executado informa que, a adolescente encontra-se morando com ele, portanto, n¿o subsiste a necessidade de prestaç¿o de alimentos para a exequente, tendo em vista, que os gastos com a mantença da filha correm por sua conta n¿o havendo necessidade de prestaç¿o de alimentos.

Considerando que as partes cumpriram com **o dever de cooperaç¿o mútua** prevista nos art.6º, 9º e 10º, CPC, formulando acordo em audiência com o fito de resolver a lide outrora instaurada.

Ante ao exposto, **homologo por sentença** o acordo (retro).

Por conseguinte, declaro extinto o presente processo, com resoluç¿o do mérito, com fundamento no art. 487, III, ¿b¿ do NCPC.

Sem condenaç¿o em custas e honorários advocatícios.

Prestigiando o Provimento 003/2009 ¿ CJ que normatiza o procedimento que dispensa a elaboraç¿o de mandado de comunicaç¿o, em atenç¿o ao princípio constitucional da razoável duraç¿o do processo, bem como os princípios da eficiência, economia e celeridade processual, servirá o presente como **MANDADO/OFÍCIO.**

As partes renunciam o prazo recursal, certifique o trânsito em julgado e arquivem-se.

Dispensada a assinatura do Promotor de Justiça.

P.R.I.C.

**Juiz:** _____

**Exequente:** _____

**Executado:** _____

**Conciliador:** _____

**COMARCA DE CURIONÓPOLIS**

**SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE CURIONÓPOLIS**

**INTIMAÇÃO MIGRAÇÃO - PJE**

Processo: 0006530-09.2017.8.14.0018

Advogado da requerente: JOANA MARIA GOMES DE ARAUJO OAB/PA 4789

Advogado do requerido: JAMES FONTES DE SOUSA - OAB TO7825

Nos termos do art. 93 XIV da CF/88, **INTIMO** as partes para que se manifestem, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca da migração do processo físico para o digital (PJe), requerendo o que entenderem de direito.

Curionópolis/PA, 11 de novembro de 2021 .

(Assinado digitalmente)

**Bruno da Conceição dos Santos**

**Matrícula 180297 TJPA**

Provimento nº 006/2009-CJCI c/c o art. 1º, § 2º, XI,

**INTIMAÇÃO MIGRAÇÃO - PJE**

Processo: 0008739-82.2016.8.14.0018

Advogado do requerente: WELLINTON SILVA COSTA - OAB PA21107

Advogada do requerido: ELAINE GALVAO DE BRITO - OAB PA19.139

Nos termos do art. 93 XIV da CF/88, **INTIMO** as partes para que se manifestem, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca da migração do processo físico para o digital (PJe), requerendo o que entenderem de direito.

Curionópolis/PA, 11 de novembro de 2021 .

(Assinado digitalmente)

**Bruno da Conceição dos Santos**

**Matrícula 180297 TJPA**

Provimento nº 006/2009-CJCI c/c o art. 1º, § 2º, XI,

**INTIMAÇÃO MIGRAÇÃO - PJE**

Processo: 0003771-38.2018.8.14.0018

Advogado da requerente: CARLOS ALBERTO SILVA VASCONCELOS - OAB PA 5021

Nos termos do art. 93 XIV da CF/88, **INTIMO** a parte autora para que se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca da migração do processo físico para o digital (PJe), requerendo o que entender de direito.

Curionópolis/PA, 11 de novembro de 2021 .

(Assinado digitalmente)

**Bruno da Conceição dos Santos**

**Matrícula 180297 TJPA**

Provimento nº 006/2009-CJCI c/c o art. 1º, § 2º, XI,

**INTIMAÇÃO MIGRAÇÃO - PJE**

Processo: 0005372-79.2018.8.14.0018

Advogado da requerente: Eduardo Abreu Santos Coutinho OAB/PA 27141.

Nos termos do art. 93 XIV da CF/88, **INTIMO** a parte autora para que se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca da migração do processo físico para o digital (PJe), requerendo o que entender de direito.

Curionópolis/PA, 11 de novembro de 2021 .

(Assinado digitalmente)

**Bruno da Conceição dos Santos**

**Matrícula 180297 TJPA**

Provimento nº 006/2009-CJCI c/c o art. 1º, § 2º, XI,

**INTIMAÇÃO MIGRAÇÃO - PJE**
Processo: 0000615-52.2012.8.14.0018

Advogado da requerente: MARIA DO SOCORRO PINHEIRO FERREIRA MONTANI - OAB PA 14282-B PA

Nos termos do art. 93 XIV da CF/88, **INTIMO** as partes para que se manifestem, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca da migração do processo físico para o digital (PJe), requerendo o que entenderem de direito.

Curionópolis/PA, 12 de novembro de 2021 .

(Assinado digitalmente)

**Bruno da Conceição dos Santos**

**Matrícula 180297 TJPA**

Provimento nº 006/2009-CJCI c/c o art. 1º, § 2º, XI,

## COMARCA DE XINGUARA

## SECRETARIA DA 2 VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE XINGUARA

RESENHA: 09/11/2021 A 12/11/2021 - SECRETARIA DA 2ª VARA DE XINGUARA - VARA: 2ª VARA DE XINGUARA PROCESSO: 00093159420178140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Inventário em: 09/11/2021 HERDEIRO:G. R. F. S. Representante(s): OAB 14045 - JOAO LUIS BRASIL BATISTA ROLIM DE CASTRO (ADVOGADO) OAB 22986 - GISELE MAFRA DO CARMO RAMOS (ADVOGADO) HERDEIRO:V. F. S. Representante(s): OAB 14045 - JOAO LUIS BRASIL BATISTA ROLIM DE CASTRO (ADVOGADO) OAB 22986 - GISELE MAFRA DO CARMO RAMOS (ADVOGADO) INVENTARIANTE:ANA CLEIA FERNANDES DE SOUSA PINTO Representante(s): OAB 14045 - JOAO LUIS BRASIL BATISTA ROLIM DE CASTRO (ADVOGADO) OAB 22986 - GISELE MAFRA DO CARMO RAMOS (ADVOGADO) INVENTARIADO:RONALDO DOS SANTOS PINTO. Ã-Processo nÂº 0009315-94.2017.8.14.0065 DECISÃO Â Â Â Â Â 1. Recebo a emenda Ã petiÃ§Ã£o inicial (fls. 62/66), eis que presentes todos os requisitos. Â Â Â Â Â 2. Considerando o plano de partilha amigÃ¡vel de fls. 65/66, INTIME-SE a inventariante para, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos procuraÃ§Ã£o outorgada pela herdeira RAILANE NEVES DOS SANTOS, bem como certidÃµes de quitaÃ§Ã£o fiscal das Fazendas PÃºblicas existentes em nome do autor da heranÃ§a. Â Â Â Â Â 3. ApÃ³s, dÃª-se vistas dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico, nos termos do art. 178, II do CPC. Â Â Â Â Â Intime-se via DJe. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Xinguara/PA, 08 de novembro de 2021. HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto respondendo pela 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de Xinguara/PA PROCESSO: 00015329720108140065 PROCESSO ANTIGO: 201010014946 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente em: 10/11/2021 REQUERIDO:VITOR PORTO TEODORO REQUERENTE:HOSPITAL EMATERNIDADE DOM ORIONE CASA DA CARIDADE DOM ORIONE. Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se aÃ§Ã£o cuja competÃªncia foi objeto de redefiniÃ§Ã£o por meio da ResoluÃ§Ã£o nº 10 de 27 de novembro de 2019, oriunda da PresidÃªncia do TJE/PA e publicada, a qual entrou em vigor no dia 30 dias apÃ³s sua publicaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A referida ResoluÃ§Ã£o definiu a 2Âª Vara CÃ-vel desta comarca como juÃ-zo competente para processar e julgar, privativamente, as aÃ§Ãµes concernentes a infÃ¢ncia e juventude, direito de famÃ-lia, registros pÃºblicos, sucessÃµes, acidentes de trabalho. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, tendo em vista que o presente feito trata de medida de proteÃ§Ã£o instaurada para apurar situaÃ§Ã£o de risco vivenciada por pela crianÃ§a V.P.T. na forma prevista nos arts. 98 e seguintes do ECA, DETERMINO a redistribuiÃ§Ã£o e posterior remessa dos autos Ã 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial, por forÃ§a do impositivo legal contido na ResoluÃ§Ã£o nº 10 de 27 de novembro de 2019, notadamente em seu art. 4º, I, conforme alhures discorridos, com as devidas baixas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RedenÃ§Ã£o/PA, 10 de novembro de 2021. HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara/PA PROCESSO: 00032277920138140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Ação de Alimentos de Infância e Juventude em: 10/11/2021 REPRESENTANTE:ANA PAULA MELO DUARTE Representante(s): OAB 11429 - EVANDRO MARCELINO SANTANA (ADVOGADO) OAB 33.791 - ICARO BARBOSA GUIMARAES CARNEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:IZABELA BERNARDINO ALMADA Representante(s): OAB 15431-A - RAFAEL VELOSO DANTAS (ADVOGADO) OAB 4506-A - FLAVIO VICENTE GUIMARAES (ADVOGADO) OAB 11638 - RONE MESSIAS DA SILVA (ADVOGADO) OAB 24269-A - PAULO HENRIQUE DOMINGUES DE SOUSA (ADVOGADO) OAB 25622-A - JORDANA ALVES DOMINGUES (ADVOGADO) MENOR:G. M. D. Representante(s): OAB 11429 - EVANDRO MARCELINO SANTANA (ADVOGADO) . Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ 2Âª Vara da Comarca de Xinguara Processo nÂº 0003227-79.2013.8.14.0065 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â A parte autora ingressou com aÃ§Ã£o de alimentos com pedido de alimentos provisÃ³rios em face do espÃ³lio de GILSON ROBERTO DANTAS, representado por sua inventariante IZABELA BERNADINO ALMADA, aduzindo, em sÃ-ntese, que esta havia se comprometido em arcar com a obrigaÃ§Ã£o alimentar em seu favor. Â Â Â Â Â Â Â Â Ã sabido que a obrigaÃ§Ã£o de prestar alimentos Ã© personalÃ-ssima, intransmissÃ-vel e extingue-se com o Ã³bito do alimentante, restando ao espÃ³lio a obrigaÃ§Ã£o de continuar prestando alimentos Ã quele a quem o falecido devia. Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que a

transmissibilidade da obrigaÃ§Ã£o alimentar ao espÃ³lio se dÃ¡ apenas e tÃ£o somente em relaÃ§Ã£o aos dÃ©bitos alimentares preestabelecidos mediante acordo ou sentenÃ§a nÃ£o adimplidos pelo devedor em vida, ressalvados os casos em que o alimentado seja herdeiro, hipÃ³teses nas quais a prestaÃ§Ã£o perdurarÃ¡ ao longo do inventÃ¡rio (RECURSO ESPECIAL NÂº 1.670.476 - RS (2017/0103871-1)). Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em tela, intimada a juntar aos autos documentos que comprovassem que a obrigaÃ§Ã£o alimentar foi fixada antes do falecimento do suposto pai, a parte autora se manteve inerte (fl. 117). Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, ausente tal comprovaÃ§Ã£o, somente apÃ³s o julgamento da aÃ§Ã£o de investigaÃ§Ã£o de paternidade ajuizada pela requerente Ã© que se terÃ¡ certeza se esta figura na condiÃ§Ã£o de herdeira do falecido, ocasiÃ£o em que poderÃ¡ ser pleiteada aÃ§Ã£o em face do espÃ³lio. Ainda assim, tal obrigaÃ§Ã£o perdurarÃ¡ apenas durante o curso do inventÃ¡rio (RECURSO ESPECIAL NÂº 1.249.133 - SC (2011Â¿0093209-0)). Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, tendo em vista que a presente aÃ§Ã£o depende do julgamento da aÃ§Ã£o de investigaÃ§Ã£o de paternidade, determino a SUSPENSÃO destes autos, nos termos do art. 313, V, Â¿aÂ¿, Â§4Âº do CPC, pelo prazo de 01 (um) ano. Â Â Â Â Â Â Â Â Findo o prazo estabelecido ou sobrevindo sentenÃ§a na mencionada aÃ§Ã£o, CERTIFIQUE-SE e retornem os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Xinguara/PA, 09 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â HUDSON DOS SANTOS NUNES Â Â Â Â Â Juiz de Direito Substituto Â Â Â Â Â respondendo pela 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de Xinguara/PA PROCESSO: 00097434720158140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Incidente de Falsidade em: 10/11/2021 REQUERIDO:MA COMERCIO DE FERRO E ACO LTDA ME Representante(s): OAB 5609 - TIAGO ALVES MONTEIRO FILHO (ADVOGADO) REQUERENTE:ESPOLIO DE ELPIDIO PEREIRA DA SILVA Representante(s): OAB 15747-A - MARCELO GLEIK CAETANO CAVALCANTE (ADVOGADO) . Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ 2Âª Vara da Comarca de Xinguara Processo nÂº 0009743-47.2015.8.14.0065 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Em atenÃ§Ã£o ao ofÃ-cio nÂº 156/2021 Â¿ IC/CPC/UGRSP juntado Ã fl. 38 dos autos apensos (0004705-88.2014.8.14.0065), INTIME-SE a requerida para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente ao Centro de PerÃ-cias CientÃ-ficas Renato Chaves os documentos indicados no referido documento, eis que esta quem arguiu incidente de falsidade documental. Â Â Â Â Â Â Considerando ainda a informaÃ§Ã£o de que, para a realizaÃ§Ã£o de perÃ-cia grafotÃ©cnica, Ã© necessÃ¡rio ter em mÃ£os o documento original cuja assinatura serÃ¡ periciada, determino Ã Secretaria que providencie o encaminhamento do documento de fl. 08 dos autos da aÃ§Ã£o monitÃ³ria (0004705-88.2014.8.14.0065) ao Centro de PerÃ-cias CientÃ-ficas Renato Chaves, devendo ser mantido cÃ³pia do mesmo nos autos em questÃ£o. Â Â Â Â Â Â Conforme despacho de fl. 15, o laudo pericial deverÃ¡ ser apresentado no prazo de 90 (noventa) dias. Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Intime-se via DJE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Xinguara/PA, 05 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â HUDSON DOS SANTOS NUNES Â Â Â Â Â Juiz de Direito Substituto Â Â Â Â Â respondendo pela 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de Xinguara/PA PROCESSO: 00287676120158140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Usucapião em: 10/11/2021 REQUERENTE:DORALICE JESUS DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 5609 - TIAGO ALVES MONTEIRO FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:SOSTENES SODRE DA HORA Representante(s): OAB 23133 - WILLIAN DA SILVA FALCHI (CURADOR ESPECIAL) . Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ 2Âª Vara da Comarca de Xinguara Ã-Processo nÂº 0028767-61.2015.8.14.0065 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Defiro a produÃ§Ã£o da prova testemunhal, ficando dispensada a tomada de depoimento pessoal do rÃ©u em razÃ£o de sua revelia (id 21846826). Â Â Â Â Â Â Â Â Designo audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 24 DE FEVEREIRO DE 2022 ÃS 08H30MIN. Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se as partes para comparecerem na audiÃªncia supramencionada, certificando-se que as testemunhas arroladas deverÃ£o comparecer independente de intimaÃ§Ã£o do juÃ-zo (art. 455 do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando as normativas deste Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, ressalto que audiÃªncia serÃ¡ realizada preferencialmente atravÃ©s de recurso tecnolÃ³gico de transmissÃ£o de sons e imagens em tempo real, utilizando-se a plataforma disponibilizada pelo Microsoft Teams, podendo o programa ou app ser utilizado em qualquer celular ou computador com cÃ¢mera e acesso Ã internet. Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o Ã© obrigatÃ³rio baixar o aplicativo Teams, contudo, recomendo com o fim de melhorar a qualidade na conexÃ£o e transmissÃ£o, efetue o download e instalaÃ§Ã£o do programa/aplicativo: Computador: https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-365/microsoft-teams/download-app#desktopAppDownloadregion; Celular: https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-365/microsoft-teams/download-app#office-SmsEmail-ntsjwrn; Â Â Â Â Â O acesso Ã© possÃ-vel tambÃ©m diretamente pelo browser do seu computador. Â Â Â Â Â Os participantes intimados no dia e horÃ¡rio agendados deverÃ£o ingressar na sessÃ£o virtual pelo link a ser informado, com vÃ-deo e Ã¡udio habilitados e com documento de identidade com foto, acompanhado de seu advogado. Â Â Â Â Â CaberÃ¡ aos advogados orientar as partes sobre a data, horÃ¡rio e forma de ingressar na audiÃªncia,

bem como disponibilizar, no prazo de 02 (dois) dias, o endereÃ§o de e-mail, e nÃºmero de telefone para adoÃ§Ã£o das providÃªncias tÃ©cnicas com Â¿ns de realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia virtual. Â Â Â Â Â Â NÃ£o dispondo as partes dos meios/recursos necessÃ¡rios para participar do ato, poderÃ£o comparecer Ã sala de audiÃªncias desta vara no mesmo dia e hora acima agendados. Â Â Â Â Â Â Intime-se a requerente via DJe e o requerido pessoalmente. Â Â Â Â Â Â Xinguara/PA, 05 de novembro de 20212. Â Â Â Â Â HUDSON DOS SANTOS NUNES Â Â Â Â Â Juiz de Direito Substituto Â Â Â Â Â respondendo pela 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de Xinguara/PA PROCESSO: 00002407020138140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HERICA GONÇALVES SILVA A??o: Busca e Apreensão em: 11/11/2021 REQUERENTE:BANCO VOLKSWAGEN SA Representante(s): OAB 10153 - ADRIANA DE OLIVEIRA SILVA CASTRO (ADVOGADO) OAB 21593-A - MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (ADVOGADO) OAB 24647-A - STENIA RAQUEL ALVES DE MELO (ADVOGADO) REQUERIDO:RAIMUNDO MIGUEL ALVES. Ã©Â ATO ORDINATÃRIO Herica GonÃ§alves Silva, Diretora de Secretaria da 2Âª Vara, desta Comarca de Xinguara, Estado do ParÃ¡, na forma da Lei etc. Conforme as atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas pelo provimento 006/2009 Â¿ CJCI, INTIME-SE a parte autora, por meio de seu advogado, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, recolher as custas finais, sob pena de inclusÃ£o na dÃ-vida ativa do Estado. NADA MAIS. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Xinguara, Ellen Rebeka de Lima Nogueira, Auxiliar jurÃ-dico de Secretaria da 2Âª Vara, desta Comarca de Xinguara, Estado do ParÃ¡, em 11 de novembro de 2021. Â Â Herica GonÃ§alves Silva Â Diretora de Secretaria da 2Âª Vara de Xinguara, em exercÃ-cio Â Assinado nos termos do art. 1Âº, Â§1Âº, IX, do Provimento nÂº 006/2009-CJRMB, AplicaÃ§Â¿o autorizada pelo Â Provimento nÂº 006/2009-CJCI. P R O C E S S O : 0 0 0 3 5 9 9 5 2 2 0 1 8 8 1 4 0 0 6 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HERICA GONÇALVES SILVA A??o: Monitória em: 11/11/2021 REQUERENTE:DJ AGROZOO COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA Representante(s): OAB 20876 - DJARLEY SOUZA RAMOS (ADVOGADO) OAB 26051 - DEUSDEDITE SEPTIMIO RAMOS NETO (ADVOGADO) REQUERIDO:MIKAELLY RODRIGUES DA SILVA SIQUEIRA REQUERIDO:DARLI LOPES DO S NETO. Ãº EDITAL DE CITAÃÃO - PRAZO: 15 DIAS O Exmo. Sr. Dr. HUDSON DOS SANTOS NUNES, Juiz de Direito Substituto respondendo pela 2Âª Vara desta Cidade e Comarca de Xinguara, Estado do ParÃ¡, na forma da Lei etc. FAZ SABER aos que estes lerem ou dele tomarem conhecimento que dos autos da AÃ§Ã£o MonitÃ³ria, processo nÂ° 0003599-52.2018.8.14.0065, em que Ã© requerente DJ AGROZOO COMERCIO E REPRESENTAÃÃES DE PRODUTOS AGROPECUÃRIOS LTDA, e, constando dos autos que o requerido DARLI LOPES DOSÂ SANTOS NETO encontra-se atualmente em lugar incerto e nÃ£o sabido, expediu-se o presente edital com o teor do qual fica o(a) requerido(a) devidamente CITADO(A) para que tome conhecimento desta aÃ§Ã£o e acompanhe em todos os seus termos, apresentando, caso queira, sua CONTESTAÃÃO, no prazo de quinze (15) dias, sob pena ser decretada sua revelia (art. 285 e 319 do CPC), oportunidade estÃ¡ em que deverÃ¡ especificar as provas que pretende produzir.. NADA MAIS. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Xinguara, Estado do ParÃ¡, em 11 de novembro de 2021. Eu, _____, Ellen Rebeka de Lima Nogueira, Auxiliar de Secretaria da 2Âª Vara, digitei, conferi e subscrevi. Â Herica GonÃ§alves Silva Â Â Dir. Sec. Da Segunda Vara CERTID*O: Certifico e dou fÃ©, no uso das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que nesta data _____/_____/_____ foi publicado este edital no Ã¡trio deste FÃ³rum Des. Reinaldo Xerfan Sampaio. Herica GonÃ§alves Silva Dir. de Sec. 2Âª Vara CERTID*O: Certifico e dou fÃ© que nesta data _____/_____/_____ decorreu o prazo de _____ dias constante do presente Edital. Â Herica GonÃ§alves Silva Dir. de sec. 2Âª Vara PROCESSO: 00044413220188140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HERICA GONÇALVES SILVA A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 12/11/2021 REQUERENTE:ANAIRA BARBOSA ADORNO Representante(s): OAB 0001 - DEFENSOR PUBLICO (ADVOGADO) REQUERIDO:EDNON LOPES DOS SANTOS Representante(s): OAB 6228 - JORDELINO ROSALVES DE ALMEIDA (CURADOR) . Ãº EDITAL DE INTIMAÃÃO Â¿ PRAZO: 15 DIAS O Exmo. Sr. Dr. HUDSON DOS SANTOS NUNES, Juiz de Direito Respondendo pela 2Âª Vara desta Cidade e Comarca de Xinguara, Estado do ParÃ¡, na forma da Lei etc. FAZ SABER aos que estes lerem ou dele tomarem conhecimento que dos autos do (a) AÃ§Ã£o de ReintegraÃ§Ã£o/ manutenÃ§Ã£o de posse, processo nÂ° 000444132.2018.8.14.0065, em que Ã© requerente ANAIRA BARBOSA ADRNO, e requerido (a) EDNON LOPES DOS SANTOS, e, constando dos autos que o (a) requerido (a) encontra-se atualmente em lugar incerto e nÃ£o sabido, expediu-se o presente edital com o teor do qual fica o (a) requerido (a) devidamente INTIMADO (a) para que no prazo de 05 (cinco) dias, para que tome ciÃªncia da sentenÃ§a de fls. 39/40 (anexa). NADA MAIS. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Xinguara, Estado do ParÃ¡, em 12 de novembro de 2021. Eu, _____, (Ellen Rebeka de Lima Nogueira), Auxiliar de Secretaria da 2Âª Vara, digitei, conferi e subscrevi. Herica GonÃ§alves Silva Diretora de Secretaria Da 2Âª

Vara CERTID*O: Certifico e dou fÃ©, no uso das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que nesta data _____/_____/_____ foi publicado este edital no Ã¡trio deste FÃ³rum Des. Reinaldo Xerfan Sampaio. Herica GonÃ§alves Silva Dir. de Sec. 2Âª Vara CERTID*O: Certifico e dou fÃ© que nesta data _____/_____/_____ decorreu o prazo de _____ dias constante do presente Edital. Â Herica GonÃ§alves Silva Dir. de sec. 2Âª Vara PROCESSO: 00047808820188140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): RENAN PEREIRA FERRARI A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/11/2021 REQUERENTE:R. S. L. REQUERENTE:S. S. L. REPRESENTANTE:JOSEFA LUCENA DOS SANTOS Representante(s): OAB 24233 - LINCON MAGALHAES MACHADO (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A Representante(s): OAB 11307-A - ROBERTA MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 23538 - LIZANDRA TAKANASHI BASEGGIO BONNA (ADVOGADO) . TERMO DE AUDIÃNCIA Processo: 0004780-88.2018.8.14.0065 Requerente: R.S.L e S.S.L Representante: JOSEFA LUCENA DOS SANTOS Requerido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT Aos oito (08) dias do mÃªs de outubro (10) do ano de dois mil e vinte e um (2021), nesta cidade e Comarca de Xinguara, Estado do ParÃ¡, por meio de videoconferÃªncia em atenÃ§Ã£o a 1003/2021-GP/VP/CJRMB de 13 de maio de 2021, onde se achava presente o MM. Juiz de Direito, Dr. HUDSON DOS SANTOS NUNES, comigo auxiliar de gabinete, que ao final subscreve. Feito o pregÃ£o, constatou-se a presenÃ§a da representante da parte autora, acompanhada pelo advogado, DR. LINCON MAGALHAES MACHADO, OAB/PA: 24.233. Presente a preposta da parte rÃ© Sra. AMANDA DA SILVA SANTOS, acompanhada pela advogada DRA. CHRISTELLI MAISSA GOMES DE MELO, OAB/PA: 28.866. DELIBERAÃÃO EM AUDIENCIA: Considerando que nesta data, este magistrado encontra-se em CorreiÃ§Ã£o OrdinÃ¡ria das Unidades Extrajudiciais, conforme edital nÂº 02/2021, REDESIGNO a presente audiÃªncia para o dia 19 de novembro de 2021 Ã s 11:30min. Saem intimados os presentes. Nada mais havendo, o MM. Juiz de Direito determinou o encerramento do presente termo, que vai devidamente assinado. Eu _____ (JessÃ© Rasemberg da Silva) digitei, conferi e assino. Xinguara-PA, 08 de outubro de 2021 JUIZ DE DIREITO â HUDSON DOS SANTOS NUNES PROCESSO: 00071902220188140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HERICA GONÇALVES SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/11/2021 REQUERENTE:MARIA DAS DORES CARVALHO Representante(s): OAB 24233 - LINCON MAGALHAES MACHADO (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A Representante(s): OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) OAB 16292 - LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) . DESPACHO ORDINATÃRIO Herica GonÃ§alves Silva, Diretora de Secretaria da 2Âª Vara desta Comarca de Xinguara, Estado do ParÃ¡, na forma da Lei, etc. Â Â Â Â Â Conforme as atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas pelo provimento 006/2009 - CJCI, em cumprimento ao disposto no despacho proferido em audiÃªncia, INTIME-SE a parte requerida para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar alegaÃ§Ãµes finais e se manifestar sobre a documentaÃ§Ã£o acostada Ã s fls. 93/95. NADA MAIS. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Xinguara, Herica GonÃ§alves Silva, Diretora de Secretaria da 2Âª Vara da cidade e Comarca de Xinguara, em 12 de novembro de 2021. . Â HERICA GONÃALVES SILVA Â Diretora de Secretaria da 2Âª Vara PROCESSO: 00021509320178140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: REQUERENTE: M. C. S. Q. REQUERENTE: M. A. S. Q. REQUERENTE: N. C. S. Q. Representante(s): OAB 0001 - DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) OAB 25637 - KARITA CARLA DE SOUZA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO: A. L. B. PROCESSO: 00044713320198140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Processo de Apuração de Ato Infracional em: REPRESENTANTE: M. P. E. P. DENUNCIADO: B. S. S. VITIMA: S. V. PROCESSO: 00192123420158140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Procedimento Comum Cível em: REQUERENTE: S. S. S. REPRESENTANTE: E. S. S. Representante(s): OAB 16263 - JOSE ERICKSON FERREIRA RODRIGUES (DEFENSOR) REQUERENTE: A. L. S.

**COMARCA DE BAIÃO**

**SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE BAIÃO**

PROCESSO Nº 0007194-10.2016.814.0007
AUTORA: CRISTIANE DOS SANTOS RAMOS
Requerido: JOSÉ RIBAMAR MARRINS DE SOUZA
Despacho:
As partes formalizaram o acordo em audiência e, com relação ao item V do acordo de fls 24 2 24-v, resolveram por bem noticiar que acordaram a respeito dando por quitada a obrigação, no que entendo não ser necessária nova homologação, porque, não estando cumprida a obrigação, podem pedir pelo seu cumprimento em ação que deve tramitar agora pelo PJE.
Dessa forma, arquivem-se os autos, com a baixa processual.
Intimem-se. Cumpra-se.
Baião/Pa, 20 de agosto de 2020
Emília Parente S. de Medeiros
Juíza de Direito

SENTENÇA
A parte autora, por meio do advogado, apesar de regularmente intimada, deixou de diligenciar, por mais de 30 dias, nos autos do processo.
Portanto, com base no artigo 321, § único, do CPC, e artigo 485, inciso III, do NCPC, e, ainda, com base nos artigos 2º, 5º e 6º da lei 9.099/95, por não ter cumprido as diligências determinadas, no prazo determinado, e, por não promover os atos e as diligências que lhe foram incumbidas, ter abandonado a causa por mais de 30 (trinta) dias, extingo o processo sem resolução de mérito.
Sem custas e sem honorários. Após o trânsito em julgado, arquive-se com as cautelas de praxe.
P.R.I.C.
Baião, 14 de maio de 2019
WEBER LACERDA GONÇALVES
Juiz de Direito Titular

Processo n.º 0003967-41.2018.8.14.0007
SENTENÇA
A parte autora, apesar de regularmente intimada, deixou de diligenciar, por mais de 30 dias, nos autos do processo.
Portanto, com base no artigo 485, inciso III, do CPC, por não ter cumprido as diligências determinadas no despacho de fl. 12 a 14 dos autos, no prazo, inclusive, e, por ter abandonado a causa por mais de 30 (trinta) dias, não promovendo atos que lhe foram incumbidos, extingo o processo sem resolução de mérito.
Sem custas e sem honorários. Após o trânsito em julgado, arquive-se com as cautelas de praxe.

Secretaria deve providenciar mudanças de fase do processo, a fim de atualizar o IEJud, para fins de baixa processual quanto ao sistema.
Intime-se parte autora pessoalmente.
P. R. I. C.
Baião, 23 de outubro de 2019
WEBER LACERDA GONÇALVES
Juiz de Direito Titular

PROCESSO Nº 0002005-22.2014.814.0007
REQUERENTE: GERALDO FERREIRA DA SILVA
Requerido: GETULIO LEMOS
SENTENÇA:
GERALDO FERREIRA DA SILVA propôs a presente AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE POSSE COM PEDIDO DE LIMINAR em face de GETÚLIO LEMOS.
Após designação da audiência preliminar e de ser saneado o processo, à fl. 49, o Advogado do autor comunicou a este Juízo o falecimento do requerente.
À fl. 50, despacho deste Juízo, concedendo prazo à habilitação em função do falecimento, o que não ocorreu, de acordo com a certidão de fl. 51.
Era o que havia a relatar.
DECIDO.
Após saneamento do processo em audiência preliminar, o Advogado do requerente comunicou seu falecimento.
Assim, tendo em vista não ter ocorrido a habilitação de possíveis herdeiros do falecido, na forma do despacho de fl 50, é impositiva a extinção do feito, pela ausência de manifestação dos herdeiros do falecido, em tempo hábil.
Além do que, o processo está paralisado há quase dois anos,
Desse modo, JULGO EXTINTO O PROCESSO nos termos do art. 485, IV do CPC.
Intimem-se e, após o trânsito, arquivem-se, com a baixa processual.
Cumpra-se, servindo a presente como MANDO/NOTIFICAÇAO.
DATADA E ASSINADA DIGITALMENTE

Processo n.º 0003989-02.2018.8.14.0007
SENTENÇA
Torno sem efeito o despacho de fl. 16 dos autos.
A parte autora, apesar de regularmente intimada, deixou de diligenciar, por mais de 30 dias, nos autos do processo.
Portanto, com base no artigo 485, inciso III, do CPC, por não ter cumprido as diligências determinadas no despacho de fl. 12 a 14 dos autos, no prazo, inclusive, e, por ter abandonado a causa por mais de 30 (trinta) dias, não promovendo atos que lhe foram incumbidos, extingo o processo sem resolução de mérito.
Sem custas e sem honorários. Após o trânsito em julgado, arquive-se com as cautelas de praxe.
Secretaria deve providenciar mudanças de fase do processo, a fim de atualizar o IEJud, para fins de baixa processual quanto ao sistema.

Intime-se parte autora pessoalmente.
P. R. I. C.
Baião, 23 de outubro de 2019
WEBER LACERDA GONÇALVES
Juiz de Direito Titular

Processo n.º 0003703-24.2018.8.14.0007
SENTENÇA
A parte autora, apesar de regularmente intimada, deixou de diligenciar, por mais de 30 dias, nos autos do processo.
Portanto, com base no artigo 485, inciso III, do CPC, por não ter cumprido as diligências determinadas no despacho de fl. 12 a 14 dos autos, no prazo, inclusive, e, por ter abandonado a causa por mais de 30 (trinta) dias, não promovendo atos que lhe foram incumbidos, extingo o processo sem resolução de mérito.
Sem custas e sem honorários. Após o trânsito em julgado, arquive-se com as cautelas de praxe.
Secretaria deve providenciar mudanças de fase do processo, a fim de atualizar o IEJud, para fins de baixa processual quanto ao sistema.
Intime-se parte autora pessoalmente.
P. R. I. C.
Baião, 23 de outubro de 2019
WEBER LACERDA GONÇALVES
Juiz de Direito Titular

Processo n.º 0002724-96.2017.8.14.0007
SENTENÇA
Extingo este processo sem resolução do mérito, conforme artigo 51, inciso VI, da lei 9.099/95, c/c artigo 485, inciso III, do CPC. Parte autora, não fez habitação dos herdeiros, por meio do advogado, em face da notícia de falecimento daquela primeira, haja vista que não consta nenhuma petição protocolada no sistema LIBRA, segundo verifiquei hoje mesmo.
Intimem-se as partes.
Sem custas e sem honorários. Após o trânsito em julgado, arquive-se com as cautelas de praxe. P.R.I.C.
Baião, 18 de setembro de 2019
WEBER LACERDA GONÇALVES
Juiz de Direito Titular

Processo n.º 0003948-35.2018.8.14.0007
SENTENÇA

A parte autora, apesar de regularmente intimada, deixou de diligenciar, por mais de 30 dias, nos autos do processo.

Portanto, com base no artigo 485, inciso III, do CPC, por não ter cumprido as diligências determinadas no despacho de fl. 12 a 14 dos autos, no prazo, inclusive, e, por ter abandonado a causa por mais de 30 (trinta) dias, não promovendo atos que lhe foram incumbidos, extingo o processo sem resolução de mérito.

Sem custas e sem honorários. Após o trânsito em julgado, arquive-se com as cautelas de praxe.

Secretaria deve providenciar mudanças de fase do processo, a fim de atualizar o IEJud, para fins de baixa processual quanto ao sistema.

Intime-se parte autora pessoalmente.

P. R. I. C.

Baião, 23 de outubro de 2019

WEBER LACERDA GONÇALVES

Juiz de Direito Titular

**COMARCA DE GARRAFÃO DO NORTE**

**SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE GARRAFÃO DO NORTE**

Processo: 0002145-65.2019.8.14.0109 Classe Processual: Execução da Pena Assunto Principal: Pena Privativa de Liberdade Data da Infração: Data da infração não informada Polo Ativo(s): Estado do Pará Polo Passivo(s): ARISTIDE PEREIRA DA SILVA SENTENÇA Vistos, etc. Adoto como relatório o que consta dos autos, em face do acúmulo de serviço. Decido O Ministério Público pugnou pelo arquivamento dos autos, em razão do cumprimento da pena (página 56). O apenado cumpriu integralmente as condições impostas, conforme certidão de página 51. Desta forma, a pena aplicada foi devidamente cumprida, devendo ser extinto o processo pelo cumprimento. Diante do exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do apenado ARISTIDE PEREIRA DA SILVA, qualificado, diante do cumprimento da pena (artigo 66 da Lei n º 7.210 de 11 de julho de 1984). Publique-se. Registre-se. Intime-se, pessoalmente, o representante do Ministério Público (art. 370, §4º, do CPP). Após o trânsito em julgado, arquive-se. Garrafão do Norte-PA, 10 de novembro de 2021. SILVIA CLEMENTE SILVA ATAÍDE Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Garrafão do Norte

P R O C E S S O : 0 0 0 0 9 2 3 6 2 2 0 1 9 8 1 4 0 1 0 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- A??o: --- em: ---VITIMA: W. F. A. DENUNCIADO: J. S. F. M. Representante(s):OAB 13657 - JEDYANE COSTA DE SOUZA (ADVOGADO) DENUNCIADO: J. S. M. N. Representante(s): OAB 13657 - JEDYANE COSTA DE SOUZA (ADVOGADO) TESTEMUNHA: D. E. H. C. M.

P R O C E S S O : 0 0 0 2 7 8 7 7 2 2 0 1 8 8 1 4 0 1 0 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA CLEMENTE SILVA ATAIDE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021---VITIMA:A. J. F. D. S. DENUNCIADO:LAIZA CASTRO DA SILVA Representante(s): OAB 16938 - SEBASTIAO LOPES BORGES (DEFENSOR DATIVO) TESTEMUNHA:ANTONIA CATIANE DE CARVALHO TESTEMUNHA:SGT PM PAULO DOS SANTOS SANTANA TESTEMUNHA:CBPM ALEXANDRE DE SOUSA AMARAL. DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: ¿Considerando a falha técnica no equipamento da webcam bem como o fato de que outra audiência far-se-á necessária para a oitiva da testemunha ausente, hei por bem determinar o cancelamento desta audiência com a sua posterior redesignação. Após as providências necessárias, remetam-se os autos conclusos para marcação de nova data. Cumpra-se. Cientes os presentes.¿. Garrafão do Norte - PA, 09 de novembro de 2021. SILVIA CLEMENTE SILVA ATAÍDE Juí-za de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Garrafão do Norte

P R O C E S S O : 0 0 0 0 4 4 4 6 9 2 0 1 9 8 1 4 0 1 0 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA CLEMENTE SILVA ATAIDE A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 09/11/2021---VITIMA:R. D. S. S. DENUNCIADO: ALDEMIR ALMEIDA Representante(s): OAB 14745 - RICARDO SINIMBU DE LIMA MONTEIRO (DEFENSOR DATIVO) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO. DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: ¿Vistos, etc. Considerando que as partes não foram localizadas, nos termos das Certidões de fls. 46v e 47v,dê-se vista dos autos ao Representante do Ministério Público, pelo prazode30(trinta)dias, para que requeira o que entender de Direito. Após, retornem conclusos. Garrafão do Norte - PA, 09 de novembro de 2021. SILVIA CLEMENTE SILVA ATAÃDE Juí-za de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Garrafão do Norte

P R O C E S S O : 0 0 0 5 5 2 7 0 3 2 0 1 8 8 1 4 0 1 0 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- A??o: --- em: ---VITIMA: A. T. D. A. G.

DENUNCIADO: A. R. C. B. Representante(s): OAB 28316 - MARIA MIRANICE GONCALVES DE FREITAS (DEFENSOR DATIVO)

P R O C E S S O : 0 0 0 0 7 8 4 1 3 2 0 1 9 8 1 4 0 1 0 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA CLEMENTE SILVA ATAIDE A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 10/11/2021---VITIMA: M. G. S. DENUNCIADO: MANOEL MARIA DA SILVA Representante(s): OAB 24548 - FABIELLE TORQUATO DE LIMA (ADVOGADO) OAB 26373 - ALANA ALDENIRA MENDES CHAGAS (ADVOGADO) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO. DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: ¿istos ,etc. Considerando que as partes não foram localizadas, nos termos das Certidões de fls. 26v e 28, dê-se vista dos autos ao Representante do Ministério Público, pelo prazo de 30 (trinta) dias, para que requeira oque entender de Direito. Após, retornem conclusos. Garrafão do Norte - PA, 10 de novembro de 2021. SILVIA CLEMENTE SILVA ATAÍDE Juí-za de Direito Titular da Vara única da Comarca de Garrafão do Norte

P R O C E S S O : 0 0 0 4 2 6 7 8 5 2 0 1 8 8 1 4 0 1 0 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- A??o: --- em: ---VITIMA: R. S. D. S. DENUNCIADO: D. S. E. S. Representante(s): OAB 16938 - SEBASTIAO LOPES BORGES (DEFENSOR DATIVO) TESTEMUNHA: M. A. S. S.

COMARCA DE TUCUMÃ SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE TUCUMÃ E D I T A L O Exmo. Sr. RAMIRO ALMEIDA GOMES, Presidente do Tribunal do Júri da Comarca de Tucumã/PA, no uso de suas atribuições, na forma da Lei, etc. FAZ SABER na forma da lei, que foi organizada a Lista Geral dos Jurados desta Comarca, para servirem durante o ano de 2022, determina a sua publicação definitiva. Observado, também, o disposto nos Arts. 426 e 436 a 446 do CPP, em seguida transcritos: Art. 426. A lista geral dos jurados, com indicação das respectivas profissões, será publicada pela imprensa até o dia 10 de outubro de cada ano e divulgada em editais afixados à porta do Tribunal do Júri. § 1o A lista poderá ser alterada, de ofício ou mediante reclamação de qualquer do povo ao juiz presidente até o dia 10 de novembro, data de sua publicação definitiva. Art. 436. O serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos de notória idoneidade. §1º Nenhum cidadão poderá ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser alistado em razão de cor ou etnia, raça, credo, sexo, profissão, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução. § 2º A recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a condição econômica do jurado. Art. 437. Estão isentos do serviço do júri: I - o Presidente da República e os Ministros de Estado; II - os Governadores e seus respectivos Secretários; III - os membros do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras Distrital e Municipais; IV - os Prefeitos Municipais; V - os Magistrados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública; VI - os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública; VII - as autoridades e os servidores da polícia e da segurança pública; VIII - os militares em serviço ativo; IX - os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa; X - aqueles que o requererem, demonstrando justo impedimento. Art. 438. A recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica ou política importará no dever de prestar serviço alternativo, sob pena de suspensão dos direitos políticos, enquanto não prestar o serviço imposto. § 1º Entende-se por serviço alternativo o exercício de atividades de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, no Poder Judiciário, na Defensoria Pública, no Ministério Público ou em entidade conveniada para esses fins. § 2º O juiz fixará o serviço alternativo atendendo aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Art. 439. O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo. Art. 440. Constitui também direito do jurado, na condição do art.439 deste Código, preferência, em igualdade de condições, nas licitações públicas e no provimento, mediante concurso, de cargo ou função pública, bem como nos casos de promoção funcional ou remoção voluntária. Art. 441. Nenhum desconto será feito nos vencimentos ou salário do jurado sorteado que comparecer à sessão do júri. Art. 442. Ao jurado que, sem causa legítima, deixar de comparecer no dia marcado para a sessão ou retirar-se antes de ser dispensado pelo presidente será aplicada multa de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a sua condição econômica. Art. 443. Somente será aceita escusa fundada em motivo relevante devidamente comprovado e apresentada, ressalvadas as hipóteses de força maior, até o momento da chamada dos jurados. Art. 444. O jurado somente será dispensado por decisão motivada do juiz presidente, consignada na ata dos trabalhos. Art. 445. O jurado, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la, será responsável criminalmente nos mesmos termos em que o são os juízes togados. Art. 446. Aos suplentes, quando convocados, serão aplicáveis os dispositivos referentes às dispensas, faltas e escusas e à equiparação de responsabilidade penal prevista no art. 445 deste Código. É a seguinte a Lista Geral: 001 WILSON POOTER PROFESSOR RUA CURIÓ, 94-98135-9876 002 WITALO AMORIM BORGES AGENTE ADMINISTRATIVO DAS MARGARIDAS - 94-99118-3558 003 WALKIRIA LUIZ SILVA PROFESSORA AVENIDA BRASIL - 94-99224-0224 004 ADRIANA APARECIDA DOS SANTOS BARBOSA ASSISTENTE SOCIAL CASTANHEIRA(94)9153-5009 005 ADRIANA LUCINDA DA COSTA PROFESSORA AV. ESPÍRITO SANTO (94)9155-6894 006 VERA LUCIA ALVES MERENDEIRA AV. BRASIL 94-99153-7337 007 VALDINO BERNARDES PINTO TECNICO AGRICOLA RUA VIGIA - 98124-1025 008 VALDESINO BERNARDES PINTO JUNIOR ASSESSOR TECNICO RUA BREVES - 94-99113-8479 009 VALDENIRA DE SOUSA SOARES AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS RUA ALTAMIRA - 94-99169-4019 010 VALDEMAR COUTINHO DA SILVA PROFESSOR RUA CASTANHAL - 94-98124-2674 011 VALDECI DE SOUSA LOURENÇO VIGIA RUA 08 - 94-99179-6590 012 TEREZINHA LORENZATO PROFESSORA RUA BLUMENAU - 94-3433-1153 013 ADÃO ALMEIDA COSTA EMPRESÁRIO AV BELÉM, 542, PALMEIRA II, 992662724 014 AICK BARCELOS DASSA EMPRESÁRIO AV, PARÁ, 01, CENTRO. 34331279 015 ANDERSON PEREIRA EMPRESÁRIO ROD. PA 237, 850, INDUSTRIAL. 991526375 016 ALESSANDRA PEREIRA MIRINHO EMPRESÁRIA AV. PARÁ 1510, CENTRO, TUCUMÃ 017 ADRIANE SILVA SOUZA PRESTE EMPRESÁRIA AV. DOS ESTADOS, 11, CENTRO, TUCUMA. 981076666-992114745 018 SUZYLENE RUTH SOUZA DO NASCIMENTO PROFESSORA RUA CASTANHAL - 94-99195-1293 019 SUELI COSTA GUERRA PROFESSORA AV DOS ESTADOS - 94-3434-1009 020

SIRLEI FERREIRA PROFESSORA PA 279- 94-99141-4205 021 SIMONE RODRIGUES DESIDERIO ASSESSOR TECNICO RUA 33 -99194-9988 022 SIMONE DOS REIS AMARAL COSTA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS RUA 03 - 94-99112-7278 023 SERLANE VIEIRA DOS SANTOS PROFESSORA RUA MOGNO - 94-3433-1763 024 ADGELMA LIMA VIANA PROFESSORA RUA BENEVIDES - 92-99203-0898 025 ADILSON CARLOS DOS SANTOS VIGIA 94-99174-6176 026 ADRIEL ANTONIO MARTINS SANTOS VIGIA RUA DAS PAINEIRAS - 99114-0384 027 ALBERLANDIA DE CARVALHO SILVA PROFESSORA RUA DO CAMPO EXPERIMENTAL - 94-99114-9745 028 ALDECI MARIA DOS ANJOS AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS AVENIDA PARANÁ - 94-99158-3027 029 ALESSANDRA GONÇALVES DA SILVA PROFESSORA RUA DAS MARGARIDAS - 94-99178-3904 030 ANA LUCIA OLIVEIRA BORGES AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS RUA BRILHANTE - 94-98143-6028 031 CLAUDINEIA FARIAS DOS SANTOS EMPRESÁRIA AV. BRASIL 996289002 032 CERZAR HUIDA EMPRESÁRIO AV. PARÁ, 181 ¿ CENTRO- TUCUMÃ ¿ (94) 34331503 033 CLAUDIO KUHN EMPRESÁRIO AV. CEARÁ, 1462, CENTRO, 34331442- 991659964 034 CHEILIANE DE S. VIEIRA EMPRESÁRIO AV. DO OURO, 465, CENTRO (94) 992279958 035 CEONI FERNANDES EMPRESÁRIO AV. PARÁ, 545, CENTRO, 94-34333575 036 CEONI FERNANDES PEREIRA EMPRESÁRIO AV. DOS ESTADOS, 306, CENTRO ¿ 94-34339711- 992639192 037 ANA PAULA BRITO SÁ FISCAL RUA CASSITERITA - 94-99114-9721 038 CARLINDO CASTRO DOS SANTOS PROFESSOR AV CEARÁ, 94-99195-7172 039 ANDRA LUCINDA DA COSTA PROFESSORA AV BRASIL - 94-99173-3626 040 ANILTON PROFIRO MARTINS INSTRUTOR DE DATILOGRAFIA RUA SALINOPPOLIS - 94-991933270 041 ANTONIA RAQUEL ALMEIDA PINHEIRO PROFESSORA RUA DAS PAPOULAS ¿ 94- 99188-8167 042 CLAUDIA BUSARELLO PROFESSORA RUA OUREM, (94) 99156-7207 043 ANTONIO DA CONCEIÇÃO DA SILVA VIGIA RUA BENEVIDES, 94-34331988 044 CLAUDETE MARIA ALBUQUERQUE DA SILVA PROFESSOR RUA SANTAREM, 94991976102 045 CARLOS ANTONIO DA SILVA MOTORISTA RUA JAMBEIRO, 94-99162-3242 046 CLEMILDA ALVES DA SILVA PROFESSORA RUA DAS PAINEIRAS 047 CLEONICE APARECIDA SILVA PROFESSORA RUA BRAGANÇA - 99139-7051 048 ARTENES CHAVES DE OLIVEIRA AUX. DE SERV. GERAIS RUA GUARANI, 94991564784 049 CELIA MARIA RIBEIRO DANTAS AUX. DE SERV. GERAIS RUA DAS CARMELIAS ¿ 94 - 99179-8705 050 CRISTIANE PEREIRA DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO Presidente Dutra - 94991241398 051 DALVA NAIR DE SOUZA MARTINS PROFESSORA RUA MOGNO (94)3433-9448 052 CLAUDETE MIRANDA DIAS AUX. ODONTOLOGO RUA SALVATERRA - 3433-1360 053 DANIELA FERREIRA RAMOS AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS RUA MELGALÇO, (94)9176-5307 054 DANIELA MOREIRA COSTA PROFESSORA RUA DAS ORQUIDEAS - (94)8142-6032 055 CLAUDIA ANA GALVAN DOS SANTOS PROFESSORA RUA CASTANHEIRA, 94-99190-7109 056 DEJANICE MARIA DOS ANJOS AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS RUA DAS ROSAS, (94)9134-1803 057 DANILO DA SILVA LANGES EMPRESÁRIO ROD. PA 279 9499160-6244 - 3433-3296 058 DIOGENES ANTONIO CTTAI EMPRESÁRIO AV. PARÁ 1370 ¿ CENTRO 99210-7713 059 DIRCEU MEZZAROBA EMPRESÁRIO 94-3433-1186 AV PARÁ, 060 CLAUDIA BUSARELO PROFESSORA RUA OUREM - 94-99156-7207 062 DIVINO DOMINGOS DE BRITO EMPRESÁRIA AV DO OURO, 669, AEROPORTO. 94-99153-3839 063 DIELE CARDOSO VIEIRA VIG. EPIDEMIOLOGICA (94)9257-4880 - UMBU 064 DOMINGAS DE OLIVEIRA RODRIGUES AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS RUA MARABA, (94)9175-4507 065 DORACINA MIRANDA DA SILVA PROFESSOR RUA CAPANEMA, (94)9104-1036 066 EDILEUZA DA SILVA BRITO LIMA PROFESSOR RUA UBERABA, (94)9170-9205 067 EDINA CECCON DIRETOR DE DEPARTAMENTO RUA MACAXEIRA, (94)9127-7194 068 EDNA APARECIDA FERREIRA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS RUA TUCURUI, (94)9794-3939 069 EDSON RONALDO WEBER HEINRICH MOTORISTA RUA ANGELIN, (94)9144-4179 070 EDSON RODRIGUES CUNHA EMPRESÁRIO 34332090 - 99165-1065 071 ELAINE B. BRITO EMPRESÁRIA AV. PARA, 1359, CENTRO. 34333210 - 99162-0121 072 EDMAR DIAS BATELLO EMPRESARIO ROD. PA 279, SN, (94)991008400 073 EDINEY MARCIANO DA SILVA EMPRESARIO AV. DO OURO, 877, 3433-1623 - 074 ELIANE ALVES DE AS EMPRESARIA PA 279, KM 162, INDUSTRIAL, 34331337 075 BIANKA ESTRELA DE AS EMPRESARIA AV. BELEM, 1240 - 99256-1043 076 ELIETH FERREIRA DA SILVA PROFESSOR RUA DO CAFE 077 ELIETINHA PEREIRA MARINHO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS RUA 07, (94)9146-5016 078 ELIOMAR PEREIRA DE BRITO PROFESSORA OUREM 079 ELISANGELA COSTA SOUSA AGENTE ADMINISTRATIVO AVENIDA BALATA, (94)8159-6228 080 ELISANGELA DA SILVA CORNELIO PROFESSOR RUA ALTAMIRA, (94)8123-1332 081 ELISANGELA PEREIRA PINHEIRO MAGELA PROFESSOR RUA DAS PAPOULAS, (94)3433-3236 082 ELIZABETE JOLVINO DA SILVA PROFESSOR RUA TUCURUI, (94)9170-4420 083 ELIZANGELA OLIVEIRA DE SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO RUA CEDROARANA, (94)9163-2169 084 ELVINA PEREIRA LOPES AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS RUA DIAMANTE, (94)9180-8658 085 EMIRENE COSTA DA SILVA PROFESSOR RUA DA

HORTENCIAS, (94)9174-5990 086 EULA RODRIGUES CORREIA TECNICO PEDAGOGICO - RUA JATOBA, (94)9122-4872 087 FRANCISCO RUFINO DA SILVA PROFESSOR PEDAGOGO RUA TUCURUÍ 088 GEIVALDA SANTOS DA SILVA PROFESSOR AVENIDA BALATA, (94)9181-4487 089 GERALDA SOARES DA SILVA PROFESSOR RUA BRAGANCA, (94)3433-2837 090 GERSON RODRIGUES MOTA PROFESSOR RD PA279, (94)9274-6500 091 GESUILTA DO CARMO SILVA VITURINO PROFESSOR BRAGANÇA, (94)9234-8879 092 GEZY FERREIRA DOS SANTOS PROFESSOR RUA DAS HORTENCIA - (94)9144-9449 093 GILBERTO FERREIRA DE SOUSA VIGIA AFUÁ; (94)9220-5449 094 GILVANIA PEREIRA GOMES CANDIDO PROFESSOR RUA ALENQUER, (94)9117-6261 095 IGOR LIMA DOS SANTOS ASSESSOR TECNICO DO OURO, (94)9197-0126 096 IRAIDES ROZA FRANCISCO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS AV. BRASIL; (94)9182-4074 097 ISAAC MAGELA ALVES VIGIA RUA AFUA, (94)3433-1355 098 ISABEL CRISTINA TEIXEIRA DE SOUZA ALMEIDA; ENGENHEIRO CIVIL MOGNO, (94)9917-8291 099 ISMAIR NONATO DE SOUSA VIGIA RUA GUARANA, (94)9171-5405 100 ISMERALDA DOS REIS SILVA PROFESSOR RUA BURICA, (94)9158-1739 101 IVA FERREIRA DIAS 003-AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS RUA DOS TUCANOS, (94)3433-2676 102 IVONE DE OLIVEIRA PROFESSOR AVENIDA BRASILIA, (94)3433-1669 103 IVONETE MARIA RANGEL DA FRAGA PROFESSOR PEDAGOGO CASSITERITA 185 104 JAQUELINE VIEIRA FERREIRA MACHADO PROFESSOR (94)9220-8313 105 JEFFERSON RODRIGUES LIMA SIQUEIRA ASSESSOR ESPECIAL R. DELFIM MENES S/N, (94)9192-6001 106 JOACIR MARTINS RODRIGUES VIGIA RUA BRILHANTE, (94)9148-9569 107 JOACLER MOREIRA FAGUNDES PROFESSOR RUA AÇAI, (94)9146-2355 108 JOAO BATISTA PEREIRA BARROS AUXILIAR DE SERVIÇOS URBANOS RUA BRAGANCA, (94)9181-2725 109 JOILDA PRIMO DE SOUSA RIBEIRO PROFESSOR PEDAGOGO RUA BRAGANCA, (94)9141-5533 110 JONEIDE PRIMO DE SOUSA PROFESSOR RUA ITAPURANGA, (94)9132-8749 111 JORCELINA TELES DE OLIVEIRA PROFESSOR RUA MARABA, (94)3433-9404 112 JOSE FERREIRA AUXILIAR DE SERVIÇOS URBANOS CENTRO, (94)9174-6029 113 JOÃO ROBERTO DA SILVA EMPRESÁRIO 94-34331288 114 JAIR CESTE EMPRESÁRIO AV. PARÁ 422. 991529500 115 JOSE PEREIRA ROSA MECANICO RUA BREVES - 99171-5158 116 JOSE TOLENTINO CABRAL VIGIA RUA MARABÁ, 99174-7209 117 JOSELIA RODRIGUES DA SILVA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS RUA DAS ARARAS ¿ 99171-5180 118 JOSIVAN OLIVEIRA RODRIGUES MOTORISTA RUA DAS ARARAS - 99116-5657 119 JUCANA MACHADO DE OLIVEIRA PROFESSORA RUA UIRAPURU - 99189-8754 120 JUSCILENE BRAGA DOS SANTOS PEQUENO PROFESSORA RUA DEZ, 99141-1366 121 KAMILLA MOURA SILVA ASSESSOR TÉCNICO RUA CASTANHAL, 99227844 122 KELLY PRIMO ALVES PROFESSORA AV. NORTE, (94)991127242 123 KELLY SOARES PEIXOTO PROFESSORA RUA SALINÓPOLIS, 991498055 124 KELYSSANE LOURENÇO BRAGA PROFESSORA RUA SALINÓPOLIS - 99179-9794 125 KEROLAYNE DE LOURDES ALMEIDA PROFESSORA 991895042 126 LAURINESIA PEREIRA DE SOUSA PROFESSORA Rua Afua - 94991799793 127 LUCIA JULKOSKI PROFESSORA RUA CASTANHEIRA, 94-3433-1959 128 LUCIDIO AMORIM DA SILVA VIGIA RUA CENTRAL - 94-99167-1640 129 LUCIENE VITORIO CONSTANTINO PROFESSORA RUA ANGELIN, 94-991350835 130 LUCIO FERNANDES DE MIRANDA MÉDICO VETERINÁRIO RUA DO CAJU - 94991428591 131 LUCIRLENE GONÇALVES BORGES PROFESSORA RUA MOGNO - 94991618336 132 LUZIENE SOARES DA COSTA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS RUA CAPANEMA - 94-99162-8231 133 LUZINETE DOS SANTOS NEVES AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS RUA DA MAÇÃ ¿ (94) 99196 -3161 134 MAGNO LACERDA SANTOS PROFESSORA AV. SANTA CATARINA ¿ (94) 99162-2614 135 MANOELINA GOMES GALVÃO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS RUA MACAXEIRA ¿ (94) 99182-6582 136 MARA SANTOS MARINHO ADMINISTRADORA RUA DO JAMBEIRO ¿ (94) 99128 - 8376 137 MÁRCIA CASTRO DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO AV. BALATA ¿ (94) 99181-6059 138 MONICA BATISTA DA SILVA EMPRESÁRIA AV. PARÁ, 1379 ¿ (94)99145-5770 - 99292-0768 139 MARIA DO ROSÁRIO BEZERRA EMPRESÁRIA AV. DOS ESTADOS, S/N, TUCUMÃ ¿ (94) 3433-1114 140 MARCILENE P. RAMOS EMPRESÁRIA ROD. PA 279 ¿ KM 160 - (94)3433-1136 141 MARIA NASCIMENTO DE MENEZES EMPRESÁRIA AV PARÁ 1090, CENTRO - 34331232 142 MARCOS DANILO A RUFO EMPRESÁRIO AV. BRASIL, BAIRRO DAS FLORES ¿ (94) 3433-3148 143 MARINALVA DA CONCEIÇÃO FREITAS EMPRESÁRIA RUA DAS ROSAS, 101, Das Flores - (94)99146-1071 144 MARIZA ASSUNTA LANZANA EMPRESARIA AV. PARÁ 1206, (94)99221-6706 145 MÁRCIA DA COSTA REIS EMPRESÁRIA ROD. PA 279, KM 158, PUMAS HOTEL, (94) 3433-9585 ¿ 99176 - 9112 146 MARIA ALVES XAVIER EMPRESÁRIA AV PARÁ, 1445 ¿ 94-3433-1486/99137-4851 147 MARGARETH ALMEIDA DOS SANTOS COORDENADOR AV BRASIL, (94) 3433-2170 / 148 MARGARETH FONTES CAYRES PROFESSORA RUA UIRAPURU/(94) 149 MARIA ANGELA POSSATO PROFESSORA RUA ANGELIM ¿ (94) 99167-8244 150 MARIA APARECIDA FERREIRA DOS SANTOS AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS RUA DAS ARARAS - 94-99196-4641 151 MARIA DA SOLIDARIEDADE BARBOSA

DE SOUSA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS RUA CAPANEMA ¿ (94) 99114-9278 152 MARIA DAS GRAÇAS FREITAS AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS RUA DAS MARGARIDAS ¿ (94) 99199-6411 153 MARIA DE FÁTIMA FERREIRA SAMPAIO AGENTE ADMINISTRATIVO RUA BRILHANTE ¿ (94) 99285-2587 154 MARIA DE JESUS SILVA DA SILVA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS RUA CONCORDIA ¿ (94) 99191-9482 155 MARIA DE NAZARÉ GOMES DA SILVA PROFESSORA RUA MARABÁ, (94) 34332086 156 MARIA DIVINA PRIMO ALVES PROFESSORA AV. SÃO PAULO, (94) 991951242 157 MARIA HELENA BARBOSA DE PAULA PROFESSORA RUA CASTANHAL, (94) 99142-3169 158 MARIA LEITE SIMÃO DA SILVA PROFESSORA RUA ESMERALDA, (94) 99125-6955 159 MARIA MACHADO DE OLIVEIRA PROFESSORA RUA DAS ROSAS, (94) 99121-7912 160 MARILENE DE ALMEIDA MARINHO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS RUA SALINOPOLIS, (94) 99179 - 3164 161 MARILEY MODESTO DE SOUSA AGENTE ADMINISTRATIVO AV BELEM ¿ (94) 3433-2766 162 MARLENE DE MOURA FERNANDES AGENTE ADMINISTRATIVO RUA SERINGUEIRA ¿ (94) 34331563 163 MARILENE FERNANDES DE ALMEIDA SOUSA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS RUA MARABA ¿ (94) 34332963 164 MARLUCIA DE MATOS AGENTE DE SAÚDE RUA SÃO PAULO - 9499169-6738 165 MARYELZA APARECIDA SILVA DE OLIVEIRA PROFESSOARA RUA CAJUEIRO ¿ 94 98115-2886 166 MONICA CRISTIANE RIBEIRO MACHADO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS RUA VRAGANÇA ¿ (94) 99126-8677 167 MONICA LAGRECA DINIZ PROFESSORA RUA CEDROARANA - 94-991470527 168 NELITO PEREIRA BRITO AGENTE ADMINISTRATIVO RUA IVAN MENEZES - 9499173-8728 169 NEURACY SOARES LIMA PROFESSORA AV. MANOEL MARIA - 94-99185-5647 170 NEUSA MARIA DE OLIVEIRA PROFESSORA RUA SALINÓPOLIS ¿ (94) 3433-1994 171 NILCIONE PEREIRA DE ARAÚJO AG. COMUNITÁRIO AV. PIAUI - 94-99230-3076 172 NILTON JOSÉ DA SILVA EMPRESÁRIO AV. DO OURO, SN - 94-99185-4260 173 NATHALIA CRISTINA REIS PEREIRA EMPRESÁRIA AV. DO OURO, NOVO MUNDO ¿ 94-99195-42236/991746198 174 NORMALUCIA VIEIRA DE SOUZA EMPRESÁRIA AV DOS ESTADOS - 99168-0535 175 OLIVIA CUNHA DA SILVA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS RUA LONDRINA - 94-99170-9856 176 ONEIDE DELFINA DA SILVA PROFESSORA RUA DAS CARMELIAS - 94-3433-2608 177 PATRICIA CARVALHO SILVA PROFESSORA RUA JACUNDA 178 PAULO CÉSAR LUIZ FERREIRA VIGIA RUA DAS HORTÊNCIAS ¿ (94) 99106-5763 179 POLIANA VAZ DA MATA PROFESSORA RUA DO CAMPO EXPERIMENTAL - 94-99123-0260 180 PAULO DE TARCIO B. DA SILVA EMPRESÁRIO AV. PARÁ, 675, CENTRO, TUCUMÃ ¿ (94)3433-1215 - 99173-1108 181 PAULO SÉRGIO FIDYK EMPRESÁRIO AV DOS ESTADOS, 300, 94-34331433 - 99125-0096 182 PATRÍCIA SANTOS DE CAMARGO EMPRESÁRIA AV CEARÁ, Nº 22, CENTRO ¿ (94)3433-2569 - 99174-3936 183 RAIMUNDO NONATO DIAS DA SILVA ASSISTENTE SOCIAL RUA CAPANEMA ¿ (94) 99141-7405 184 RAIMUNDO NONATO NASCIMENTO FILHO AUXILIAR DE SERVIÇOS URBANOS RUA JASMIM DO SERRADO ¿ (94) 99149-8377 185 REGIANE GONÇALVES PARODO PROFESSORA PEDAGOGA RUA DAS HORTENCIAS - 94-99138-4649 186 REGINALDO PESSOA SANTOS PSICOLOGO BALATA - 94-99253-7316 187 ROBSON BARRETO DUTRA ASSESSOR TECNICO DONATO DE ANDRADE - 94-99251-8153 188 RONALDO CABRAL DA SILVA PROFESSOR 94-99236-3610 189 ROSALINA LIMA DOMINGUES PROFESSORA RUA SOURE - 94-99262-5597 190 ROSECLER DA SILVA PIRES PROFESSOR PEDAGOGO RUA JATOBA - 94-99214-8315 191 ROSILENE DA SILVA ROCHA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS RUA MANACAS - 9499124-6406 192 ROSILENE DOS SANTOS BATISTA PROFESSOR PEDAGOGO RUA DIAMANTE - 94-992025826 193 ROSILMA RODRIGUES COIMBRA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ARACA ¿ (94) 9925-4058 194 ROSSLLENEY ALVES SAMPAIO PALHETA AGENTE ASMINISTRATIVO RUA DA PIMENTA ¿ (94) 3433-2235 195 RAFAEL ALENCAR MIRANDA EMPRESÁRIO AV PARA 537, TUCUMA ¿ (94)3433-3293/99185-4353 196 ROSIMAR BRITO MARTINS EMPRESÁRIO RUA CAPANEMA, 190, 3433-3031 - 99152-7730 197 ROSEREY NAZERE SILVA EMPRESÁRIO AV DOS ESTADOS, 98, 94-99198-6661; 98115-4715 198 SIDENIL JOSÉ DOS SANTOS CONTADOR 34331981/99189-6887 199 SANDRA PEREIRA CRUZ Professora Rua São Paulo - 94-99161-5844 200 ZELIA LEMES DA SILVA SANTOS PROFESSORA AV BELEM - 94-99118-2541 Do que para constar, mandou lavrar o presente EDITAL, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da lei. Tucumã, 07 de outubro de 2021. Eu, _____, Manoel Vargas Lucindo, Diretor de Secretaria, a digitei e subscrevi. RAMIRO ALMEIDA GOMES Juiz de Direito

**COMARCA DE AFUÁ**

**SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE AFUÁ**

RESENHA: 08/11/2021 A 12/11/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE AFUA - VARA: VARA UNICA DE AFUA PROCESSO: 00011245020208140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 10/11/2021 VITIMA:M. R. S. DENUNCIADO:SELMO SILVA DA SILVA Representante(s): OAB 4392 - ANDREA DAYANE CHAGAS (ADVOGADO) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DE ESTADO DO PARA TESTEMUNHA:DELCIANE SANTOS DA COSTA TESTEMUNHA:MANOEL MESQUITA DA CONCEICAO TESTEMUNHA:EVERTON GILMAR CARVALHO DA SILVA TESTEMUNHA:FRANCISCO PANTOJA NETO. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ SENTENÃA Processo: 0001124-50.2020.8.14.0002 Classe: AÃ§Ã£o Penal - Procedimento Especial do Tribunal do JÃºri Autor: MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ Pronunciado: SELMO SILVA DA SILVA VÃ-tima: Maria dos RemÃ©dios dos Santos ImputaÃ§Ã£o Penal: Artigo 121, Â§ 2Âº, incisos IV e VI, e Â§ 7Âº, inciso III, do CP (crime de homicÃ-dio qualificado/majorado) ReferÃªncia: ProlaÃ§Ã£o de SentenÃ§a Â Â Â Â Â Â Â Â Â I - RELATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adoto como relatÃ³rio a peÃ§a de fl. 86 dos autos e a transcriÃ§Ã£o da Ata desta SessÃ£o do Tribunal do JÃºri. Â Â Â Â Â Â Â Â Â II - FUNDAMENTAÃÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Submetida a causa Ã apreciaÃ§Ã£o do Tribunal do JÃºri da Comarca de AfuÃ¡, o Conselho de SentenÃ§a, em seu soberano veredito e em votaÃ§Ã£o sigilosa, CONDENOU o rÃ©u SELMO SILVA DA SILVA, pela prÃ¡tica do crime de homicÃ-dio qualificado, pelo emprego de recurso que impossibilitou a defesa da vÃ-tima e pelo feminicÃ-dio, com incidÃªncia da majorante prevista no inciso III do Â§ 7Âº do artigo 121 do CÃ³digo Penal (CP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â III - DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, e considerando o soberano veredito proferido pelo Conselho de SentenÃ§a, fica o rÃ©u SELMO SILVA DA SILVA CONDENADO pela prÃ¡tica do crime de homicÃ-dio qualificado/majorado da vÃ-tima Maria dos RemÃ©dios dos Santos, ocorrido no dia 1Âº/08/2020, por volta de 04 horas da madrugada, Ã s proximidades da residÃªncia da vÃ-tima, situada no bairro Capim Marinho, nesta cidade de AfuÃ¡. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com o artigo 121, Â§ 2Âº, do CP, a pena cominada ao crime de homicÃ-dio qualificado Ã© de 12 (doze) a 30 (trinta) anos de reclusÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com alicerce nessas balizas e atendendo as diretrizes dos artigos 59 e 68 do CP, passo Ã individualizaÃ§Ã£o da pena do rÃ©u, que serÃ¡ estabelecida conforme seja necessÃ¡rio e suficiente para reprovaÃ§Ã£o e prevenÃ§Ã£o do crime, na forma do artigo 492, inciso I, do CÃ³digo de Processo Penal (CPP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Preliminarmente, registro que o Conselho de SentenÃ§a reconheceu a incidÃªncia de 02 (duas) circunstÃ¢ncias qualificadoras. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adoto o entendimento de que uma das circunstÃ¢ncias deve ser considerada para qualificar o crime e a outra (neste caso, o emprego de recurso que dificultou a defesa do ofendido) deve ser sopesada como circunstÃ¢ncia agravante, a teor do artigo 61, inciso II, alÃ-nea Â¿cÂ¿, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DOSIMETRIA DA PENA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando as circunstÃ¢ncias judiciais do artigo 59 do CP, considero prejudicial ao rÃ©u apenas as consequÃªncias do crime. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A vÃ-tima teve a vida encerrada prematuramente aos 34 anos de idade, deixando sete filhos e demais familiares, todos com sentimento de saudade eterna do ente querido. NÃ£o resta dÃºvida de que a morte prematura de uma mÃ£e resulta na desestruturaÃ§Ã£o familiar, deixando os filhos Ã³rfÃ£os de afeto, carinho, amor, educaÃ§Ã£o, instruÃ§Ã£o, assistÃªncia material etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isso posto, fixo a pena-base em 14 (quatorze) anos e 03 (trÃªs) meses de reclusÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o verifico nenhuma nÃ³doa nas demais circunstÃ¢ncias judiciais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ circunstÃ¢ncias atenuantes a considerar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de reconhecer a circunstÃ¢ncia atenuante da confissÃ£o espontÃ¢nea, porquanto esta circunstÃ¢ncia nÃ£o foi apresentada de forma pura e simples, e sim de maneira qualificada, na medida em que o rÃ©u, ao confessar que efetuou o disparo que ceifou a vida da vÃ-tima, arguiu que, em verdade, sua intenÃ§Ã£o era a de atingir o seu enteado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considero, outrossim, a circunstÃ¢ncia agravante do emprego de recurso que impossibilitou a defesa da ofendida, na exata medida em que ela foi colhida de surpresa pelo rÃ©u, no momento em que este realizou um disparo de arma de fogo pelas costas da vÃ-tima, sem possibilidade de defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Posto isso, fixo a pena-mÃ©dia em 16 (dezesseis) anos de reclusÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ causa de diminuiÃ§Ã£o de pena a considerar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Concorre, no entanto, a causa de aumento de pena prevista no artigo 121, Â§ 7Âº, inciso III, do CP, na medida em que o crime de

feminicÃ-dio foi praticado na presenÃ§a fÃ-sica de descendente (filha da vÃ-tima), de modo que majoro a pena em 1/3 (um terÃ§o), ficando a pena-definitiva fixada em 21 (vinte e um) anos e 04 (quatro) meses de reclusÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DETRAÃÃO PENAL Â Â Â Â Â Â Â Â Â DetraÃ§Ã£o penal Ã© uma simples operaÃ§Ã£o matemÃ¡tica em que o juiz subtrai/desconta, na pena privativa de liberdade imposta na sentenÃ§a, o tempo de prisÃ£o provisÃ³ria jÃ¡ cumprido pelo rÃ©u (art. 42 do CP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com o Â§ 2Âº do artigo 387 do CPP, o prÃ³prio juiz sentenciante pode descontar da pena definitiva o tempo de prisÃ£o provisÃ³ria cumprido pelo rÃ©u, para fins de determinaÃ§Ã£o do regime inicial de cumprimento da pena. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pela regra atual, a progressÃ£o para o regime mais benÃ©fico se darÃ¡ com o cumprimento de 50% (cinquenta por cento) da pena, equivalente a mais de 10 (dez) anos de reclusÃ£o, por se tratar de crime hediondo com resultado morte (art. 112, inciso VI, alÃ-nea Â¿aÂ¿, da Lei de ExecuÃ§Ã£o Penal). Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u estÃ¡ preso provisoriamente hÃ¡ quase 01 (um) ano e 04 (quatro) meses. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, considerando que o rÃ©u nÃ£o preenche o requisito objetivo para a sua transferÃªncia ao regime menos rigoroso, deixo essa providÃªncia a cargo do JuÃ-zo da ExecuÃ§Ã£o Penal no momento oportuno. Â Â Â Â Â Â Â Â Â REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DA PENA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em consonÃ¢ncia com o artigo 33, Â§ 2Â°, alÃ-nea Â¿aÂ¿, do CÃ³digo Penal, o rÃ©u iniciarÃ¡ o cumprimento de sua pena no REGIME FECHADO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â SUBSTITUIÃÃO DA PENA E SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA Â Â Â Â Â Â Â Â Â IncabÃ-veis os referidos benefÃ-cios legais, por forÃ§a dos arts. 44 e 77 do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â REPARAÃÃO DOS DANOS CAUSADOS Â Â Â Â Â Â Â Â Â DEIXO de fixar o valor mÃ-nimo de eventual indenizaÃ§Ã£o, uma vez que nÃ£o existe nos autos comprovaÃ§Ã£o dos prejuÃ-zos sofridos pela famÃ-lia da vÃ-tima, de maneira que, se assim o desejar, deverÃ¡ o eventual interessado buscar esse valor perante o JuÃ-zo CÃ-vel competente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o concedo ao sentenciado o direito de recorrer em liberdade, porquanto entendo ainda presentes os pressupostos e fundamentos da prisÃ£o preventiva, valendo-me dos mesmos fundamentos lanÃ§ados nas decisÃµes anteriores, corroborados, neste ato, pelo veredito do Conselho de SentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DESTINAÃÃO DA ARMA DE FOGO Â Â Â Â Â Â Â Â Â A arma de fogo vinculada aos autos foi devidamente periciada e o auto de exame pericial estÃ¡ encartado aos autos (fls. 22 e 31-32 do IPL). No curso do processo nenhuma das partes apresentou impugnaÃ§Ã£o ao resultado do exame pericial bem como nÃ£o sobreveio nenhum requerimento de restituiÃ§Ã£o do bem por parte de eventual proprietÃ¡rio de boa-fÃ©. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tais as circunstÃ¢ncias, por nÃ£o ser mais imprescindÃ-vel ao esclarecimento dos fatos apurados neste processo, entendo que a arma do crime deve ser encaminhada ao Comando do ExÃ©rcito, para destruiÃ§Ã£o ou doaÃ§Ã£o, na forma do artigo 25 da Lei nÂº 10.826/2003. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DELIBERAÃÃES FINAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â Independentemente do trÃ¢nsito em julgado, EXPEÃA-SE Guia de ExecuÃ§Ã£o ProvisÃ³ria, para inÃ-cio do cumprimento da pena imposta. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado desta SentenÃ§a: Â Â Â Â Â Â Â Â Â LANCE-SE o nome do rÃ©u no rol dos culpados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â OFICIE-SE ao setor de estatÃ-stica criminal do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ (TJPA), para as providÃªncias de praxe. OFICIE-SE ao Tribunal Regional Eleitoral do ParÃ¡ (TRE-PA), para as providÃªncias legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dou por publicada a sentenÃ§a e intimadas as partes nesta sessÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â REGISTRE-SE e CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, com as baixas e anotaÃ§Ãµes necessÃ¡rias no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 10 de novembro de 2021. ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz Presidente do Tribunal do JÃºri PÃ¡gina de 3 PROCESSO: 00010027620168140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARTHUR SANTOS DIAS DE LACERDA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:GENGISCAN COELHO FARIAS INDICIADO:DOUGLAS LOBATO DOS ANJOS VITIMA:I. R. C. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em observÃ¢ncia ao Provimento nÂ° 006/2006 da CJRMB e por ordem do Exmo. Sr. Dr. Erick Costa Figueira, Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ (PA), abro vista dos presentes autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para que se manifeste acerca da CertidÃ£o de fls. 32. Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 11 de novembro de 2021. Arthur Santos Dias de Lacerda Diretor de Secretaria da Comarca de AfuÃ¡/PA REMESSA AO MP Remeto, nesta data, os presentes autos, do que para constar, lavro este termo. AfuÃ¡ (PA), ____/ ____/ 2021. Arthur Santos Dias de Lacerda Diretor de Secretaria da Comarca de AfuÃ¡/PA RECEBIMENTO NO MP Recebo, nesta data, os presentes autos, do que para constar, lavro este termo. AfuÃ¡ (PA), ____/ ____/ 2021. Assinatura do servidor PROCESSO: 00017622520168140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARTHUR SANTOS DIAS DE LACERDA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:GENGISCAN COELHO FARIAS DENUNCIADO:ADRIANO FERREIRA CHAGAS VITIMA:R. R. F. J. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO

ESTADO DO PARA DENUNCIADO:EDINHO DA CONCEICAO DOS ANJOS. ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em observÃ¢ncia ao Provimento nÂ° 006/2006 da CJRMB e por ordem do Exmo. Sr. Dr. Erick Costa Figueira, Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ (PA), abro vista dos presentes autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para que se manifeste acerca da CertidÃ£o de fls. 11. Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 11 de novembro de 2021. Arthur Santos Dias de Lacerda Diretor de Secretaria da Comarca de AfuÃ¡/PA REMESSA AO MP Remeto, nesta data, os presentes autos, do que para constar, lavro este termo. AfuÃ¡ (PA), ____/ ____/ 2021. Arthur Santos Dias de Lacerda Diretor de Secretaria da Comarca de AfuÃ¡/PA RECEBIMENTO NO MP Recebo, nesta data, os presentes autos, do que para constar, lavro este termo. AfuÃ¡ (PA), ____/ ____/ 2021. Assinatura do servidor PROCESSO: 00010645320158140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/11/2021 REQUERENTE:MARIA DO SOCORRO MARQUES OLIVEIRA Representante(s): OAB 0735 - LUCIVALDO DA SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 3596 - TAYLANA SERRAO DA LUZ (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE AFUA Representante(s): OAB 0990 - AGNALDO ALVES FERREIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ Processo 0001064-53.2015.8.14.0002 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â MARIA DO SOCORRO MARQUES OLIVEIRA, por intermÃ©dio de advogado habilitado, ajuizou aÃ§Ã£o declaratÃ³ria de direito c/c cobranÃ§a de retroativos em face do MUNICÃPIO DE AFUÃ, ambos qualificados nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aduz a petiÃ§Ã£o inicial, em linhas gerais, que a autora Ã© servidora pÃºblica municipal ativa, ocupante do cargo de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde (ACS), decorrente de contratos administrativos, com inÃ-cio em 01 de janeiro de 1999. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega que nunca recebeu do Requerido o valor legal corresponde ao seu cargo de ACS (piso salarial), percebendo tÃ£o somente o salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s, assim como nunca recebeu o valor corresponde ao adicional de insalubridade que faz jus em decorrÃªncia da atividade desenvolvida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, requer o pagamento das diferenÃ§as salariais retroativas advindas de portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde; o reajuste de seu vencimento de acordo com o piso salarial profissional nacional dos ACSs; alÃ©m da incorporaÃ§Ã£o do adicional de insalubridade, dano moral e dano emergente pela contrataÃ§Ã£o de advogados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Carreou aos autos os documentos de fls. 11-114. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em decisÃ£o de fl. 116, este juÃ-zo recebeu a petiÃ§Ã£o inicial, concedeu os benefÃ-cios da assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita e determinou a citaÃ§Ã£o do Requerido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Citado (fl. 120), o Requerido apresentou ContestaÃ§Ã£o pugnando pela total improcedÃªncia dos pedidos formulados na inicial (fls. 122-132), juntando aos autos os documentos de fls. 89-105. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©plica foi apresentada Ã s fls. 154-156. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Agendada e realizada audiÃªncia, a tentativa de conciliaÃ§Ã£o restou infrutÃ-fera, motivo pelo qual foram fixados os seguintes pontos controvertidos: a) direito ao pagamento da diferenÃ§a salarial aos agentes comunitÃ¡rios de saÃºde; b) direito Ã percepÃ§Ã£o do adicional de insalubridade; c) cabimento ou nÃ£o de condenaÃ§Ã£o por danos morais; e d) cabimento ou nÃ£o de condenaÃ§Ã£o por danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. AlÃ©m disso, as partes, instadas, reiteraram os termos da inicial e da contestaÃ§Ã£o, alegando nÃ£o haver necessidade de produÃ§Ã£o de outras provas (fl. 164). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o declaratÃ³ria de direitos combinada com cobranÃ§a de retroativos em que a Requerente, servidora pÃºblica municipal, ingressou objetivando a percepÃ§Ã£o da diferenÃ§a salarial oriunda do regramento contido nas portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde, dos anos de 2009-2014; a aplicaÃ§Ã£o do piso salarial da categoria de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, fixado pela Lei Federal 12.994/2014, em seu artigo 9Âº-A, Â§ 1Âº; bem como o recebimento do adicional de insalubridade, indenizaÃ§Ã£o por danos morais e danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o havendo questÃµes preliminares pendentes de apreciaÃ§Ã£o, considerando a desnecessidade de produÃ§Ã£o de outras provas e sendo a questÃ£o de mÃ©rito unicamente de direito, entendo que a causa estÃ¡ madura para ser decidida, passando a analisar seu mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA AO PRINCÃPIO DA LEGALIDADE EM SENTIDO ESTRITO PARA A FIXAÃÃO DE VERBAS REMUNERATÃRIAS A SERVIDOR PÃBLICO Â Â Â Â Â Â Â Â Â A autora alega que entre os anos de 2009-2014 foram editadas as Portarias nos 2.008/2009, 3.178/2010, 1.599/2011, 459/2012, 260/2013, 12.994/2014 e 314/2014, todas do MinistÃ©rio da SaÃºde (MS), que supostamente fixaram e reajustaram anualmente o vencimento base da categoria de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde (ACS). Assevera, ainda, que os ACS, no Ã¢mbito do MunicÃ-pio de AfuÃ¡, nunca perceberam o valor estabelecido na legislaÃ§Ã£o em comento, recebendo apenas um salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s Ã Ã©poca dos fatos narrados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adianto que a pretensÃ£o da Requerente, neste ponto, nÃ£o merece prosperar, porquanto o incentivo de custeio referente Ã implantaÃ§Ã£o de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, previsto nas portarias do MS, nÃ£o constitui verba remuneratÃ³ria, sobretudo porque tal verba

somente pode ser instituÃ-da por meio de lei especÃ-fica, na forma dos artigos 37, X, 61, Â§ 1Â°, Â¿cÂ¿, e 169, todos da ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, a disposiÃ§Ã£o estampada no artigo 37, X, da CF possui natureza programÃ¡tica, de eficÃ¡cia contida, ou seja, possui aplicabilidade imediata, direta, mas nÃ£o integral, uma vez que depende de lei especÃ-fica para seu implemento, devendo ainda ser observada a iniciativa privativa para cada caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, somente lei do respectivo ente pÃºblico a que estiver vinculado o servidor pode estabelecer tais verbas salariais, desde que haja prÃ©via dotaÃ§Ã£o orÃ§amentÃ¡ria para atender Ã s projeÃ§Ãµes de despesa com pessoal, nÃ£o possuindo esta prerrogativa o ato infralegal do MinistÃ©rio da SaÃºde, notadamente por se tratar de servidor pÃºblico municipal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, este Ã© o entendimento consolidado do Tribunal Superior do Trabalho (TST), nos autos do AIRR - 24-18.2014.5.15.0059, de relatoria da Ministra Dora Maria da Costa, da 8Âª Turma, julgado em 22/03/2016. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, o suposto direito pretendido pela autora encontra Ã³bice na ausÃªncia de lei do ente pÃºblico respectivo a prevÃª-lo, e, portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde nÃ£o podem ser interpretadas como fontes formais do direito, capazes de criar espÃ©cies remuneratÃ³rias a servidores, razÃ£o pela qual entendo nÃ£o ser possÃ-vel o recebimento retroativo de diferenÃ§as salariais relativas aos anos de 2009-2014, fundadas em portarias ministeriais, especialmente porque considerar o incentivo de custeio como verba remuneratÃ³ria caracterizaria grave afronta ao princÃ-pio da legalidade em sentido estrito, previsto constitucionalmente. Â Â Â Â Â Â Â Â Em tempo, entendo que o referido incentivo visa tÃ£o somente fortalecer a atuaÃ§Ã£o dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde (ACS) e Agentes de Combate Ã s Endemias (ACE) nas aÃ§Ãµes a que sÃ£o destinados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO DIREITO DA SERVIDORA Ã PERCEPÃÃO DO PISO SALARIAL NACIONAL RELATIVO Ã CATEGORIA DE AGENTES COMUNITÃRIOS DE SAÃDE (LEI NÂº 12.994, DE 17 DE JUNHO DE 2014) Â Â Â Â Â Â Â Â Â A princÃ-pio, esclareÃ§o que qualquer anÃ¡lise feita Ã pretensÃ£o de percepÃ§Ã£o do piso salarial nacional se darÃ¡ a partir de 18 de junho de 2014, em razÃ£o do inÃ-cio da vigÃªncia da Lei nÂº 12.994/2014, a qual nÃ£o tem o condÃ£o de operar seus efeitos retroativamente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico a existÃªncia de apenas 05 (cinco) contracheques aptos a comprovar o alegado pela parte autora (fls. 110-114), isto porque o restante da documentaÃ§Ã£o colacionada demonstra a percepÃ§Ã£o de salÃ¡rios em data anterior Ã vigÃªncia da lei que instituiu o piso salarial nacional Ã categoria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Feitas essas consideraÃ§Ãµes iniciais, pontuo que a ConstituiÃ§Ã£o Federal, em seu artigo 198, Â§ 5Âº, dispÃ´s que as aÃ§Ãµes e serviÃ§os pÃºblicos de saÃºde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo um sistema Ãºnico, organizado de acordo com diretrizes, e que lei federal deve dispor sobre o regime jurÃ-dico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentaÃ§Ã£o das atividades de agente comunitÃ¡rio de saÃºde e agente de combate Ã s endemias, competindo Ã UniÃ£o, nos termos da lei, prestar assistÃªncia financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos MunicÃ-pios, para o cumprimento do referido piso salarial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em atendimento ao mandamento constitucional, foi editada a Lei nÂº 12.994/2014, que alterou a Lei nÂº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para instituir o piso salarial profissional nacional e diretrizes para o plano de carreira dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, dispÃµe o artigo 9Âº-A da citada lei que o piso salarial profissional nacional Ã© o valor abaixo do qual a UniÃ£o, os Estados, o Distrito Federal e os MunicÃ-pios nÃ£o poderÃ£o fixar o vencimento inicial das Carreiras de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde e de Agente de Combate Ã s Endemias para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O piso salarial profissional nacional dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias foi fixado no valor de R$-1.014,00 (um mil e quatorze reais) mensais, sendo que a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas exigida para garantia do piso salarial deve ser integralmente dedicada a aÃ§Ãµes e serviÃ§os de promoÃ§Ã£o da saÃºde, vigilÃ¢ncia epidemiolÃ³gica e combate a endemias em prol das famÃ-lias e comunidades assistidas, dentro dos respectivos territÃ³rios de atuaÃ§Ã£o (art. 9Â°-A, Â§Â§ 1Âº e 2Âº, da Lei nÂº 12.994/2014). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da simples leitura do dispositivo legal em comento, concluo ser imprescindÃ-vel que Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e Agentes de Combate Ã s Endemias cumpram a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais para o recebimento integral do piso salarial instituÃ-do pela Lei Federal, caso contrÃ¡rio caracterizaria evidente enriquecimento ilÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a disposiÃ§Ã£o do artigo 322, Â§ 2Âº, do CPC, que dispÃµe que a interpretaÃ§Ã£o do pedido considerarÃ¡ o conjunto da postulaÃ§Ã£o e observarÃ¡ o princÃ-pio da boa-fÃ©, registro que o cerne desta pretensÃ£o Ã© a declaraÃ§Ã£o do direito da parte autora Ã incorporaÃ§Ã£o do piso salarial nacional, independente da legislaÃ§Ã£o a ser considerada, desde que vigente, e o consequente pagamento de valores retroativos a que faz jus. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, em que pese o pedido tenha sido formulado pela Requerente em 2015, momento em que o quantum a ser pago a tÃ-tulo de piso salarial estava fixado no valor R$-1.014,00 (um mil e quatorze reais), em 23 de outubro de 2018, foi publicada a

Lei nÂº 13.708, que alterou a Lei nÂº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para modificar as normas que regulam o exercÃ-cio profissional dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na oportunidade, o quantum do piso salarial nacional Ã s categorias foi atualizado, sendo escalonado e fixado da seguinte forma: I - R$-1.250,00 (um mil duzentos e cinquenta reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2019; II - R$-1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2020; e III - R$-1.550,00 (um mil quinhentos e cinquenta reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2021, sempre respeitando a carga horÃ¡ria de 40 horas semanais para a percepÃ§Ã£o integral do piso.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, considerando que a autora labora 30 (trinta) horas por semana, reconheÃ§o o direito da demandante de receber a diferenÃ§a dos valores proporcionais ao piso salarial nacional, devidos retroativamente, com base na Lei nÂº 12.994/2014, no perÃ-odo de 18/04/2014 atÃ© 31/12/2018, bem como reconheÃ§o o direito da autora de receber as diferenÃ§as salariais, devidas retroativamente, com base na Lei 13.708/2018, desde 1Âº/01/2019, devendo ser atualizado o valor com a eventual superveniÃªncia de lei especÃ-fica, sendo certo que, em todos os casos, os valores efetivamente recebidos pela autora devem ser subtraÃ-dos do valor a ser pago retroativamente a tÃ-tulo de diferenÃ§a salarial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Lei nÂº 13.708/2018 dispÃ´s que o piso salarial fixado em R$-1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais) serÃ¡ reajustado, anualmente, em 1Â° de janeiro, a partir do ano de 2022. Logo, sobrevindo reajustes futuros, devidamente previstos em lei, reconheÃ§o o direito da Requerente Ã percepÃ§Ã£o dos valores porventura atualizados, a contar da vigÃªncia da legislaÃ§Ã£o que promover as alteraÃ§Ãµes, salvaguardando, em todo caso, o direito de que a sua remuneraÃ§Ã£o nÃ£o poderÃ¡ ser inferior ao valor do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s (artigo 7Âº, inciso VII, da CF/88 c/c a SÃºmula Vinculante 16). Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO DIREITO Ã PERCEPÃÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Requerente pleiteia receber o adicional de insalubridade no patamar de 20% (vinte por cento) de seu vencimento base, alÃ©m dos retroativos, em virtude da atividade que desempenha, amparando-se no artigo 7Âº, inciso XXIII, da CF, no artigo 13, inciso XII, da Lei OrgÃ¢nica do MunicÃ-pio e no artigo 70 do Estatuto dos Servidores PÃºblicos do MunicÃ-pio de AfuÃ¡. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O contrato temporÃ¡rio de trabalho firmado com fulcro no incisoÂ IXÂ do artigoÂ 37Â daÂ ConstituiÃ§Ã£o FederalÂ Ã© regido pelas normas de Direito Administrativo, gerando somente os direitos expressamente previstos na legislaÃ§Ã£o de regÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â As sucessivas renovaÃ§Ãµes de contrato de trabalho podem ser consideradas nulas, o que, no entanto, nÃ£o retira dos contratos a natureza administrativa. Bom que se diga que aÂ ConstituiÃ§Ã£o Federal, a partir da Emenda nÂº 19/98, deixou de garantir o adicional de remuneraÃ§Ã£o para as atividades penosas, insalubres ou perigosas aos servidores pÃºblicos, ao deixar de aludir esse adicional no incisoÂ XXIIIÂ do artigoÂ 7ÂºÂ daÂ ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, o adicional de insalubridade sÃ³ pode ser concedido pelos entes pÃºblicos desde que haja lei municipal regulando a matÃ©ria, determinando quais as atividades insalubres, os percentuais devidos, inclusive eventual direito adquirido na mudanÃ§a dos servidores regidos anteriormente pelaÂ CLTÂ que atualmente seguem o Regime JurÃ-dico Ãnico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â E as normas daÂ ConsolidaÃ§Ã£o das Leis do TrabalhoÂ nÃ£o podem reger a situaÃ§Ã£o havida entre as partes, sendo inviÃ¡vel que se recorra ao uso da analogia, principalmente diante do princÃ-pio da reserva legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do RE 1263804/PB, de relatoria da Min. CÃ¡rmen LÃºcia, em 13/07/2020, manifestou-se sobre o tema da seguinte maneira: AGRAVO INTERNO NA APELAÃÃO CÃVEL - AÃÃO DE COBRANÃA - SERVIDOR MUNICIPAL SEM VÃNCULO - INGRESSO SEM CONCURSO PÃBLICO - PRETENSÃO EM RECEBER VERBAS SALARIAIS, FGTS, FÃRIAS E ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - DESPROVIMENTO NA ORIGEM - DIREITO AO RECEBIMENTO DOS VALORES CORRESPONDENTES AO FGTS - DESPROVIMENTO DO AGRAVO INTERNO. Â¿O adicional de insalubridade sÃ³ Ã© devido a servidor pÃºblico submetido a vÃ-nculo estatutÃ¡rio ou temporÃ¡rio se houver previsÃ£o em lei especÃ-fica editada pelo respectivo ente federado. InteligÃªncia da SÃºmula nÂº 42 deste Tribunal de JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise detida dos autos, corroborando o entendimento firmado pela Corte Suprema, nÃ£o restou comprovado, por parte da autora, a existÃªncia de lei especÃ-fica editada pelo Ente Federado, dispondo sobre o referido adicional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, ressalto a inexistÃªncia nos autos de comprovaÃ§Ã£o tÃ©cnica (laudo pericial) acerca da atividade insalubre e o respectivo grau a que a autora tenha se submetido, acompanhando o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de JustiÃ§a de que o adicional em comento nÃ£o possui carÃ¡ter geral. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Havendo vÃ¡cuo normativo, nÃ£o poderia este juÃ-zo, em substituiÃ§Ã£o ao Poder Legislativo, aplicar analogicamente normas que nÃ£o vinculam a municipalidade, sob pena de afrontar o princÃ-pio da separaÃ§Ã£o dos poderes, bem como criar uma despesa sem a previsÃ£o legal de sua respectiva receita, o que de igual modo afrontaria a lei de responsabilidade fiscal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na Lei EstatutÃ¡ria dos Servidores PÃºblicos de AfuÃ¡ nÃ£o consta previsÃ£o de pagamento deste adicional aos servidores

temporÃ¡rios e nem mesmo faz qualquer menÃ§Ã£o sobre os graus e os percentuais de insalubridade aos servidores efetivos, de modo que tal lacuna pode ser sanada mediante mandado de injunÃ§Ã£o ou ediÃ§Ã£o de lei, motivo pelo qual adianto a improcedÃªncia desse pedido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO CABIMENTO OU NÃO DE CONDENAÃÃO POR DANOS MORAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â O dano moral abarca a dor ou sofrimento humano que nÃ£o se revestem de carÃ¡ter de perda pecuniÃ¡ria, oriundo de violaÃ§Ã£o Ã reputaÃ§Ã£o da vÃ-tima, Ã sua autoridade legÃ-tima, ao seu pudor, Ã sua seguranÃ§a e tranquilidade, Ã integridade de sua inteligÃªncia, a suas afeiÃ§Ãµes, ao seu amor prÃ³prio estÃ©tico, entre outros atos que importem abalo de ordem emocional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A reparaÃ§Ã£o decorrente do dano moral consiste, a um sÃ³ tempo, em uma satisfaÃ§Ã£o compensatÃ³ria ao ofendido e numa puniÃ§Ã£o ao ofensor, cujo carÃ¡ter pedagÃ³gico visa mitigar, ou mesmo neutralizar, os sentimentos negativos provocados pelo ato ilÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em apreÃ§o, nÃ£o consigo visualizar qualquer resquÃ-cio de dano moral que a Requerente tenha sofrido, uma vez que, desde o inÃ-cio, quando se propÃ´s a prestar serviÃ§o pÃºblico municipal ocupando o cargo de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde, anuiu com o disposto no contrato administrativo que assinou, inclusive no que diz respeito a vencimentos, jornada de trabalho e demais caracterÃ-sticas pertinentes ao cargo, nÃ£o tendo sido iludida pelo MunicÃ-pio Requerido, razÃ£o pela qual nÃ£o se pode falar em frustraÃ§Ã£o de expectativas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, incabÃ-vel a indenizaÃ§Ã£o por danos morais aqui pleiteada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO CABIMENTO OU NÃO DE CONDENAÃÃO POR DANOS EMERGENTES PELA CONTRATAÃÃO DE ADVOGADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Requerente pleiteia, por fim, indenizaÃ§Ã£o a tÃ-tulo de danos emergentes, uma vez que teve, em tese, seus direitos violados pelo Requerido, obrigando-se a contratar advogados para ajuizar a presente demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adianto que nÃ£o merece prosperar o pedido de ressarcimento dos valores despendidos pela parte Requerente na contrataÃ§Ã£o de advogados para representÃ¡-la em aÃ§Ã£o reclamatÃ³ria movida contra o Requerido. Entendo que a condenaÃ§Ã£o extra que deve ser imposta ao sucumbente, caso haja, se limita ao pagamento das custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios sucumbenciais, ou seja, os honorÃ¡rios convencionados entre as partes nÃ£o constituem dano material passÃ-vel de indenizaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sÃ-ntese, decorrendo da vontade da parte a contrataÃ§Ã£o de advogado particular para o ajuizamento de aÃ§Ã£o, com a assunÃ§Ã£o de responsabilidade pela satisfaÃ§Ã£o dos honorÃ¡rios respectivos, nÃ£o hÃ¡ direito a ressarcimento pela via da indenizaÃ§Ã£o de dano material ou emergente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A relaÃ§Ã£o obrigacional produz efeitos entre as partes contratantes, nÃ£o sendo plausÃ-vel se estender para terceiros, obrigaÃ§Ã£o ou responsabilidade oriunda de contrato celebrado entre as partes contratantes (advogado e Requerente). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, cito os seguintes arestos: APELAÃÃO CÃVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÃÃO DE REPARAÃÃO DE DANOS MATERIAIS. RESSARCIMENTO DE HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS CONTRATUAIS. DESCABIMENTO. Os honorÃ¡rios advocatÃ-cios convencionados entre a parte autora e o seu procurador, para defesa de seus interesses em demandas judiciais, nÃ£o constituem dano material passÃ-vel de indenizaÃ§Ã£o, devendo a parte vencida na aÃ§Ã£o responder, exclusivamente, por aqueles decorrentes da sucumbÃªncia. Precedentes jurisprudenciais. SentenÃ§a de improcedÃªncia mantida. APELAÃÃO DESPROVIDA. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70064607609, DÃ©cima CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Paulo Roberto Lessa Franz, Julgado em 28/05/2015). RESPONSABILIDADE CIVIL. AÃÃO DE PERDAS E DANOS. RESTITUIÃÃO DE HONORÃRIOS CONTRATUAIS. DESCABIMENTO. Reembolso do valor pago a tÃ-tulo de honorÃ¡rios contratuais para demandar em JuÃ-zo. Impossibilidade. A verba honorÃ¡ria pela qual responde a parte adversa restringe-se Ã quela decorrente da sucumbÃªncia, nÃ£o podendo a condenaÃ§Ã£o alcanÃ§ar honorÃ¡rios pactuados particularmente. Precedentes. NEGADO PROVIMENTO Ã APELAÃÃO. DECISÃO UNÃNIME. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70052176112, DÃ©cima CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 19/12/2013). Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ dÃºvida, e ninguÃ©m suporia de modo diverso, que exercer o direito de petiÃ§Ã£o gera despesas, em especial aquelas decorrentes do pagamento dos honorÃ¡rios do advogado, todavia essa obrigaÃ§Ã£o deve ser de responsabilidade do contratante, motivo pelo qual a improcedÃªncia do pedido de danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, RESOLVO o mÃ©rito do presente processo, na forma do artigo 487, inciso I, do CPC, acolhendo parcialmente o pedido, de acordo com os seguintes capÃ-tulos: Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECLARO o direito da autora Ã percepÃ§Ã£o do piso salarial nacional relativo Ã categoria dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, independente da legislaÃ§Ã£o vigente; Â Â Â Â Â Â Â Â Â CONDENO o Requerido ao pagamento da diferenÃ§a dos valores alusivos ao piso salarial Ã Requerente, proporcional Ã sua jornada de trabalho, retroativos Ã data de vigÃªncia da Lei 12.994/2014, observadas as atualizaÃ§Ãµes de valores promovidas pela Lei 13.708/2018 ou por outra legislaÃ§Ã£o superveniente; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre o valor da condenaÃ§Ã£o deverÃ¡ incidir juros moratÃ³rios e atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria; juros contados a

partir da citaÃ§Ã£o e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria sobre cada parcela remuneratÃ³ria, levando-se em conta a data em que deveriam ter sido pagas, observadas as regras e os Ã-ndices da Lei Federal 9.494/97. Â Â Â Â Â Â Â Â Â INDEFIRO, pelos motivos jÃ¡ expostos, os pedidos de adicional de insalubridade, indenizaÃ§Ã£o por danos morais e indenizaÃ§Ã£o por danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O quantum da condenaÃ§Ã£o deverÃ¡ ser apurado em liquidaÃ§Ã£o de sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas judiciais, ante a gratuidade processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a sucumbÃªncia mÃ-nima da Requerente, em termos de proveito econÃ´mico obtido na presente aÃ§Ã£o, CONDENO o Requerido ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, cujo percentual serÃ¡ definido quando for liquidado o julgado (art. 85, Â§ 4Âº, inciso II, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÂ¢nsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, com as baixas necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 11 de novembro de 2021. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PÃ¡gina de 8 PROCESSO: 00241825820158140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Ação Civil Pública Infância e Juventude em: 12/11/2021 REQUERENTE:A DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:GUASCOR DO BRASIL LTDA Representante(s): OAB 9238 - ALLAN FABIO DA SILVA PINGARILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:CENTRAIS ELETRICAS DO ESTADO DO PARA SA CELPA Representante(s): OAB 146.997 - ANTONIO CARLOS GUIDONI FILHO (ADVOGADO) OAB 299951 - MARIANA ARAVECHIA PALMITESTA (ADVOGADO) OAB 310995 - BARBARA BERTAZO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ Processo 0024182-58.2015.8.14.0002 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o civil pÃºblica, com pedido liminar, proposta pela Defensoria PÃºblica do Estado do ParÃ¡ em face de CENTRAIS ELÃTRICAS DO PARÃ S/A (REDE CELPA) e GUASCOR DO BRASIL LTDA, objetivando a regularizaÃ§Ã£o do fornecimento de energia elÃ©trica no MunicÃ-pio de AfuÃ¡, em decorrÃªncia das constantes interrupÃ§Ãµes dos serviÃ§os prestados pelos Requeridos, geradoras de diversos prejuÃ-zos de cunho material e moral aos beneficiÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A petiÃ§Ã£o inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 16-90. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em decisÃ£o de fls. 92-94, foi concedida a liminar pleiteada e determinada a citaÃ§Ã£o dos Requeridos, para apresentaÃ§Ã£o de defesa no prazo legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instado, o MinistÃ©rio PÃºblico apresentou manifestaÃ§Ã£o e pugnou pela total procedÃªncia dos pedidos constantes na inicial (fls. 128-131). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os Requeridos interpuseram agravo de instrumento e apresentaram contestaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A presente aÃ§Ã£o coletiva foi proposta no dia 10/06/2015, aproximadamente trÃªs anos apÃ³s o ajuizamento da AÃ§Ã£o Civil PÃºblica nÂº 0000867-06.2012.8.14.0002, que possui a mesma causa de pedir e o mesmo pedido, sendo distintos apenas os legitimados extraordinÃ¡rios incumbidos da substituiÃ§Ã£o processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A ACP nÂº 0024182-58.2015.8.14.0002 foi ajuizada pela Defensoria PÃºblica do Estado do ParÃ¡, ao passo que a ACP nÂº 0000867-06.2012.8.14.0002 foi ajuizada pelo MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O CÃ³digo de Processo Civil prevÃª que hÃ¡ litispendÃªncia quando se reproduz aÃ§Ã£o anteriormente ajuizada, repetindo-se aÃ§Ã£o que estÃ¡ em curso (mesmas partes, mesma causa de pedir e mesmo pedido), sendo o desdobramento natural do reconhecimento da litispendÃªncia a extinÃ§Ã£o do feito ajuizado posteriormente, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, podendo o magistrado, inclusive, conhecer de ofÃ-cio da matÃ©ria, em qualquer tempo e grau de jurisdiÃ§Ã£o, enquanto nÃ£o ocorrer o trÂ¢nsito em julgado (art. 337, Â§Â§ 1Âº, 2Âº e 3Âº, e art. 485, V, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em que pese nÃ£o haver integral identidade entre os feitos, visto que os legitimados extraordinÃ¡rios incumbidos da substituiÃ§Ã£o processual sÃ£o pessoas jurÃ-dicas distintas (MinistÃ©rio PÃºblico e Defensoria PÃºblica), a Quarta Turma do Superior Tribunal de JustiÃ§a, por ocasiÃ£o de julgamento do Recurso Especial nÂº 1.726.147/SP, em 14 de maio de 2019, de relatoria do Ministro Antonio Carlos Ferreira, sedimentou o seguinte entendimento: RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÃÃO CIVIL PÃBLICA. IDENTIDADE DE BENEFICIÃRIOS. LEGITIMADO EXTRAORDINÃRIO. SUBSTITUIÃÃO PROCESSUAL. LITISPENDÃNCIA ENTRE AÃÃES COLETIVAS. OCORRÃNCIA. RECURSO PROVIDO. Segundo a jurisprudÃªncia do STJ, nas aÃ§Ãµes coletivas, para anÃ¡lise da configuraÃ§Ã£o de litispendÃªncia, a identidade das partes deve ser aferida sob a Ã³tica dos possÃ-veis beneficiÃ¡rios do resultado das sentenÃ§as, tendo em vista tratar-se de substituiÃ§Ã£o processual por legitimado extraordinÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na ocasiÃ£o, a Quarta Turma entendeu que no caso concreto nÃ£o havia como afastar o reconhecimento da pendÃªncia concomitante de lides idÃªnticas, isto porque, efetivamente, a legitimidade nas aÃ§Ãµes civis pÃºblicas Ã© concorrente e disjuntiva, pelo que o ajuizamento da demanda, apreciada pela corte superior Ã Ã©poca, poderia ter partido tanto do MinistÃ©rio

PÃºblico, quanto pelos demais entes arrolados no artigo 5Âº da Lei 7.347/85, cujo rol foi ampliado pelo artigo 82 do CDC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim sendo, sendo a aÃ§Ã£o coletiva aforada por qualquer um dos legitimados, aos demais caberÃ¡, apenas, intervir como assistente litisconsorcial. Isso porque, em matÃ©ria de aÃ§Ã£o civil pÃºblica, a anÃ¡lise da litispendÃªncia tem uma peculiaridade: nÃ£o se exige a identidade absoluta dos trÃªs elementos da aÃ§Ã£o, mas apenas a escorreita coincidÃªncia entre o polo passivo e entre aqueles que serÃ£o os beneficiÃ¡rios do resultado da aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por todo o exposto, a conclusÃ£o deste juÃ-zo Ã© pela ocorrÃªncia da litispendÃªncia da presente aÃ§Ã£o ajuizada pela Defensoria PÃºblica do Estado do ParÃ¡ (0024182-58.2015.8.14.0002) com a outra aÃ§Ã£o civil pÃºblica ajuizada anteriormente pelo MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ (0000867-06.2012.8.14.0002). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tais as circunstÃ¢ncias, RECONHEÃO a existÃªncia de litispendÃªncia entre a AÃ§Ã£o Civil PÃºblica nÂº 0024182-58.2015.8.14.0002 e a AÃ§Ã£o Civil PÃºblica nÂº 0000867-06.2012.8.14.0002 e EXTINGO o presente processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, o que faÃ§o com espeque no artigo 485, inciso V, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â REVOGO a medida liminar concedida nestes autos em desfavor dos Requeridos (fls. 93-94). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e sem honorÃ¡rios, por forÃ§a do artigo 18 da Lei 7.347/85. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. IntimaÃ§Ã£o dispensada, por ausÃªncia de ÃrgÃ£o da Defensoria PÃºblica nesta comarca. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CIÃNCIA ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, com as baixas necessÃ¡rias no sistema.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 11 de novembro de 2021. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00039880320168140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: R. B. S. Representante(s): OAB 2254 - NARITON ALBERTO FERREIRA SOARES (ADVOGADO) OAB 0846 - JORDEL FARIAS DE MELO (ADVOGADO) OAB 2439 - ANDERSON MACEDO FERREIRA (ADVOGADO) OAB 374-A - MARIA DO SOCORRO COSTA CORREA (ADVOGADO) VITIMA: R. B. S. AUTOR: M. P. E. P. PROCESSO: 00039880320168140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: R. B. S. Representante(s): OAB 2254 - NARITON ALBERTO FERREIRA SOARES (ADVOGADO) OAB 0846 - JORDEL FARIAS DE MELO (ADVOGADO) OAB 2439 - ANDERSON MACEDO FERREIRA (ADVOGADO) OAB 374-A - MARIA DO SOCORRO COSTA CORREA (ADVOGADO) VITIMA: R. B. S. AUTOR: M. P. E. P. PROCESSO: 00039880320168140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: R. B. S. Representante(s): OAB 2254 - NARITON ALBERTO FERREIRA SOARES (ADVOGADO) OAB 0846 - JORDEL FARIAS DE MELO (ADVOGADO) OAB 2439 - ANDERSON MACEDO FERREIRA (ADVOGADO) OAB 374-A - MARIA DO SOCORRO COSTA CORREA (ADVOGADO) VITIMA: R. B. S. AUTOR: M. P. E. P. PROCESSO: 00068893620198140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação de Alimentos de Infância e Juventude em: AUTOR: M. P. E. P. REQUERENTE: J. S. P. REQUERIDO: J. L. P. P.

**COMARCA DE BRAGANÇA**

**SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BRAGANÇA**

RESENHA: 12/11/2021 A 12/11/2021 - SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BRAGANCA - VARA: 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BRAGANCA PROCESSO: 00016926620078140009 PROCESSO ANTIGO: 20071001113 7 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE LEONARDO FROTA DE VASCONCELLOS DIAS A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/11/2021 REQUERIDO:EVANDRO MANOEL FERREIRA DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 16392 - ALFREDO DA SILVA LISBOA NETO (ADVOGADO) OAB 14073 - CARLA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) OAB 15612 - DANIELA NAZARE MOTA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) REQUERENTE:JOSICLEIDE LUZ DE ARAUJO Representante(s): OAB 6440 - FLAVIA RENATA FONTEL DE OLIVEIRA PESSOA (ADVOGADO) OAB 14540 - RAIMUNDO NONATO DA TRINDADE SOUZA (ADVOGADO) . 1-Verifico a certidÃ£o do sr. Diretor de Secretaria, em que comunica o extravio dos autos fÃ-sicos nÂº 0001692-66.2007.814.0009, os quais retornaram do segundo grau de jurisdiÃ§Ã£o e nÃ£o foram encontrados apÃ³s buscas em Secretaria, e ante a tramitaÃ§Ã£o ao Gabinete somente em sistema Libra para conhecimento deste JuÃ-zo, determino a RESTAURAÃÃO dos autos, nos termos do art. 712, do CPC. 2-Considerando a implantaÃ§Ã£o do sistema PJE, deverÃ¡ o processo de restauraÃ§Ã£o ser eletrÃ´nico, aproveitando-se todos os documentos que constam no sistema Libra, bem como os fornecidos pelas partes. 3-Certifique o sr. Diretor de Secretaria sobre documentos existentes sobre o processo, bem como Ã digitalizaÃ§Ã£o e migraÃ§Ã£o ao PJE de todos os documentos cadastrados no sistema Libra, em ordem, especialmente sentenÃ§a e acÃ³rdÃ£o. 4-Nos termos do art. 715, Â§5Âº, o acÃ³rdÃ£o constante no sistema Libra tem a mesma autoridade do original, bem como a decisÃ£o em sede de Embargos de DeclaraÃ§Ã£o no 2Âº grau, que determinou a fixaÃ§Ã£o dos alimentos devidos pelo requerido em porcentagem sobre seus rendimentos e vantagens, da seguinte forma: Â¿Entende o recorrente que nÃ£o merece prosperar a decisÃ£o de primeiro grau, uma vez que alÃ©m da apelada, possui mais trÃªs filhos, para os quais ainda arca com pensÃ£o alimentÃ-cia. Assim, diz que a fixaÃ§Ã£o da pensÃ£o, no percentual de 70% do salÃ¡rio mÃ-nimo, irÃ¡ comprometer a sua subsistÃªncia. Ademais, afirma que como recebe salÃ¡rio fixo, o percentual da pensÃ£o deveria ter sido fixado de acordo com o seu salÃ¡rio e nÃ£o tomando por base o salÃ¡rio mÃ-nimo. Pois bem. O CÃ³digo Civil determina que os alimentos devem ser fixados na proporÃ§Ã£o das necessidades de quem reclama e dos recursos da pessoa obrigada. AlÃ©m disso, dispÃµe que os parentes podem pedir uns aos outros os alimentos de que necessitam para viver de modo compatÃ-vel com a sua condiÃ§Ã£o social. Da redaÃ§Ã£o do diploma legal acima citado, extrai-se que tanto os pais quanto os filhos devem proporcionar uns aos outros, os alimentos de que necessitam para uma vida digna. In casu, verifico atravÃ©s dos documentos juntados aos autos e da instruÃ§Ã£o processual, que oÂ recorrente Ã© policial militar e que Ã Ã©poca da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a, recebia o valor lÃ-quido deR$1.945,08. AlÃ©m disso, constato Ã s (fls. 19/21) que os outros trÃªs filhos do apelante jÃ¡ sÃ£o maiores deidade, inclusive jÃ¡ o eram quando da apresentaÃ§Ã£o da contestaÃ§Ã£o. Assim, a defesa do apelante, em seu recurso, nÃ£o tem consistÃªncia, pois as alegaÃ§Ãµes trazidas aos autos nÃ£o traduzem a realidade fÃ¡tica. Desse modo, entendo que nÃ£o subsistem razÃµes para reformar a decisÃ£o de primeiro grau, pois os alimentos fixados, se encontram de acordo com o binÃ´mio possibilidade/necessidade, jÃ¡ que o recorrente nÃ£o tem mais que arcar com a pensÃ£o dos seus outros trÃªs filhos e nem comprovou a realizaÃ§Ã£o de gastos exorbitantes, que representasse desfalque do necessÃ¡rio ao seu sustento. NÃ£o obstante isso, penso que a alegaÃ§Ã£o do recorrente, no sentido que os alimentos devem ser fixados em percentual da sua remuneraÃ§Ã£o, tem consistÃªncia, pois percebe salÃ¡rio fixo, nÃ£o fazendo sentido que o valor da pensÃ£o seja fixado com base no salÃ¡rio mÃ-nimo. Desta feita, entendo como justo o percentual de 20% dos rendimentos e vantagens do apelante, excluindo-se os descontos legais. Consigno, no entanto, que se referido valor for superior ao fixado pelo juÃ-zo de primeiro grau, Ã Ã©poca da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a, que deverÃ¡ ser adequado aquele, garantindo-se, assim, o princÃ-pio do non reformatio in pejus. Ante o exposto, CONHEÃO DO RECURSO E DOU-LHE PARCIAL PROVIMENTO, apenas para determinar que a base de cÃ¡lculo dos alimentos fixados seja a remuneraÃ§Ã£o do apelante, no percentual de 20% dos seus rendimentos e vantagens, excluindo-se os descontos legais.Â¿ 5-Desta forma, a sentenÃ§a de primeiro grau fixou os alimentos definitivos no patamar de 70% sobre o salÃ¡rio mÃ-nimo a ser pago pelo requerido. No entanto, o acÃ³rdÃ£o do

EgrÃ©gio TJE/PA determinou que este valor de 70% sobre o salÃ¡rio mÃ-nimo fosse convertido em porcentagem sobre os rendimentos e vantagens do requerido. No documento cadastrado no sistema Libra sob o nÂº 2018.01807282-28, acÃ³rdÃ£o em Embargos de DeclaraÃ§Ã£o nÂº 189497, o requerido insurgiu-se contra o acÃ³rdÃ£o que mencionou a pensÃ£o alimentÃ-cia em 20% sobre seus rendimentos e vantagens como justa, pois o rÃ©u alegou que seus rendimentos estÃ£o na base de R$9.515,84 e que este percentual de 20% seria cinco vezes maior do que a pensÃ£o fixada pelo JuÃ-zo a quo, de 70% sobre o salÃ¡rio mÃ-nimo, o que acarretaria o reformatio in pejus.Â Os Embargos foram rejeitados e aplicada multa pelo seu carÃ¡ter protelatÃ³rio, ante a ressalva no acÃ³rdÃ£o de que o valor da pensÃ£o deve ser de 20% sobre os rendimentos e vantagens do requerido, limitado ao valor correspondente de 70% sobre o salÃ¡rio mÃ-nimo fixado na sentenÃ§a de primeiro grau. Assim, em cumprimento ao acÃ³rdÃ£o, determino a expediÃ§Ã£o de OFÃCIO Ã fonte pagadora do requerido COMANDO GERAL DA POLÃCIA MILITAR para que proceda ao desconto do valor de alimentos definitivos de 20% sobre os rendimentos e vantagens do requerido, excluindo somente os descontos legais obrigatÃ³rios, E LIMITADO ESTE DESCONTO AO VALOR CORRESPONDENTE A 70% SOBRE O VALOR DO SALÃRIO MÃNIMO, e efetue o depÃ³sito na conta bancÃ¡ria de titularidade da representante do autor. 6-Cumpridas as diligÃªncias, certifique-se sobre o procedimento de restauraÃ§Ã£o no sistema Libra e a migraÃ§Ã£o dos documentos referentes Ã restauraÃ§Ã£o ao PJE. 7-ApÃ³s, conclusos em sistema PJE. 8- Cumpra-se, com urgÃªncia. Â BraganÃ§a/PA, 11 de novembro de 2021. Â Â Â Â JOSÃ LEONARDO FROTA DE VASCONCELLOS DIAS Â Juiz de Direito titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial

**Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Bragança-Pa. Processo 0001342-28.2018.814.0009 ¿ BUSCA E APREENSÃO ¿Requerente: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS- (Adv. Dr. Antonio Braz da Silva, OAB/PA 20.638-A; Adv. Dra. Laise Agenor Leite, OAB/PA 15530)- Requerido: ANTONIO DARLEY FERREIRA FERNANDES- SENTENÇA -**Cuida-se de pedido de homologação de acordo extrajudicial firmado entre BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A e ANTÔNIO DARLEY FERREIRA FERNANDES, nos moldes do termo de fls.88 a 94, nos autos de Ação de Busca e Apreensão. É o relatório. Decido, na forma do artigo 12, §2º, I, do Código de Processo Civil. As partes são plenamente capazes, possuindo o acordo objeto lícito, possível e determinado. Por se tratar de ação de conhecimento de rito previsto em lei específica, não se aplica o art. 922 do CPC. Assim, HOMOLOGO o acordo extrajudicial firmado pelas partes e constante do Termo de Acordo de fls. 88 a 94, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, não consistindo em novação em virtude de expressa previsão no Termo. Condeno o requerido ao pagamento das custas processuais (art. 90, do CPC) nos termos do acordo, ficando, no entanto, a exigibilidade da verba suspensa por força do disposto no art. 98, § 3º, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com a devida baixa processual. Bragança/PA, 27 de outubro de 2021 JOSÉ LEONARDO FROTA DE VASCONCELLOS DIAS Juiz de Direito titular da 2ª Vara Cível e Empresarial

## COMARCA DE AURORA DO PARÁ

## SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE AURORA DO PARÁ

RESENHA: 12/11/2021 A 12/11/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE AURORA DO PARA - VARA: VARA UNICA DE AURORA DO PARA PROCESSO: 00012053020198140100 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: C. C. O. Representante(s): OAB 29895 - FELIPE EDUARDO NASCIMENTO ROCHA (ADVOGADO DATIVO)

## COMARCA DE NOVA TIMBOTEUA

## SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE NOVA TIMBOTEUA

RESENHA: 12/11/2021 A 12/11/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE NOVA TIMBOTEUA - VARA: VARA UNICA DE NOVA TIMBOTEUA PROCESSO: 00013858420188140034 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/11/2021 REQUERENTE:FRANCISCO DE ASSIS ALVES DOS SANTOS Representante(s): OAB 16900 - CARLOS AUGUSTO NOGUEIRA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 23022 - ANDERSON NOGUEIRA SOUZA DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT Representante(s): OAB 16292 - LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) . DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1. Intime-se a apelada, nos termos do artigo 1010, Â§ 1Âº, do CPC, para, caso queira, que no prazo de 15 dias, apresente suas contrarrazÃµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2. Apresentada a resposta ou esgotado o prazo para tal e certificado nos autos, encaminhe-se o feito ao EgrÃ©gio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ para a anÃ¡lise do feito, conforme Â§ 3Âº do artigo acima citado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nova Timboteua, 20 de outubro de 2021. OMAR JOSÃ MIRANDA CHERPINSKIÂ Juiz de Direito da Vara Ãnica da Comarca de Nova Timboteua

## COMARCA DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA

## SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA

PROCESSO: 00006363220118140125 PROCESSO ANTIGO: ------ MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EUZIANE PEREIRA DA SILVA Ação: Procedimento Ordinário em: 11/11/2021---REQUERENTE:MARIA LUIZA TAVEIRA DA SILVA Representante(s): OAB 11582-B - ANTONIO CESAR SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:FRANCISCO XAVIER DA SILVA Representante(s): OAB 13598-A - ORLANDO RODRIGUES PINTO (ADVOGADO) OAB 7908 ¿ LUSILÉA DA SILVA TORQUATO (ADVOGADO): ATO ORDINATÓRIO De Ordem do Excelentíssimo Juiz de Direito, Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia/PA o Dr. ANTONIO JOSE DOS SANTOS e com fulcro no art. 1º, § 2º, XI, do Provimento 006/2006-CJRMB, e art. 1° do Provimento 006/2009-CJCI. Fica a audiência DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO, REDESIGNADA para o dia 26/11/2021 às 11:30 horas. As partes e seus advogados serão intimados para comparecerem na sala de audiências do fórum de São Geraldo do Araguaia/PA, na data acima aprazada. E para evitar aglomeração, as partes e testemunhas deveram comparecer com antecedências de apenas 15 minutos antes da audiência, sendo obrigatório o uso de máscara. Em caso de audiência de instrução as partes devem apresentar as testemunhas independentemente de intimação, se houver necessidade de intimação deverá protocolar o pedido com antecedência de 30 dias da data. Este Ato ao publicado no DJE (Diário de Justiça Eletrônico) servirá de INTIMAÇÃO para os advogados. Obs: As audiências continuam sendo realizadas no modo presencial nesta comarca. São Geraldo do Araguaia, 11 de novembro de 2021. Euziane Pereira da Silva Auxiliar Judicial.

**COMARCA DE ITUPIRANGA**

**SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ITUPIRANGA**

**Processo:** 0004239-35.2019.8.14.0028

Apenado: **JOSE RIBAMAR GOMES DA SILVA FILHO**

Advogada: CÂNDIDA HELENA DA ROCHA VASCONCELOS, OAB/PA N° 18.799

**DESPACHO**

Vistos os autos.

Da análise dos autos, **DETERMINO:**

**DESIGNO** audiência admonitória para o **dia 15/12/2021, às 10:30h**, que ocorrerá neste juízo.

**INTIME-SE** a apenada, pessoalmente.

**INTIME-SE**a defesa, por meio do DJE, caso seja assistido por advogado constituído.

**CIÊNCIA**ao MP e se necessário à DP.

CUMPRA-SE e expeça-se o necessário para a realização do ato.

Nos termos dos Provimentos nºs 03 e 11/2009, da CJRMB-TJE/PA, servirá este decisum, por cópia digitalizada, como MANDADO INTIMAÇÃO.

Itupiranga/PA, 12 de julho de 2021.

**ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA**

Juíza de Direito Titular da Vara única da Comarca de Itupiranga/PA.

**Processo: 0012856-48.2019.814.0039**

APENADO: CLEBSON SOUZA SANTOS

Advogado: PAULO ANDERSON DIAS BOUÇÃO ¿ OAB/PA Nº 25.729

**DECISÃO**

Vistos os autos.

Diante do teor da certidão de seq. 64.1 e, em virtude da petição juntado aos autos pelo patrono do apenado na página seq. 42, em que o advogado requer que o cumprimento da pena seja no município de Irituia-PA, tendo em vista que o apenado é natural e residente da comarca de IRITUIA-PA, sendo o seu endereço na Rua Júlio Ribeiro Tavares, s/n, Centro, Irituia-PA.

É o breve relatório. **Decido**.

O art. 4º, §2º do Provimento nº. 006/2008 da Corregedoria do Interior, dispõe que:

Art. 4º. Os procedimentos de execução penal, bem como seus incidentes, deverão processar-se em apenso ao PEC (Processo de Execução Penal), com número de distribuição do sistema eletrônico indicado no boleto da distribuição, a ser colado no rosto da autuação do pedido.

§2º - Na hipótese de cumprimento de pena privativa de liberdade em regime aberto, com deferimento da faculdade prevista no art. 117 da LEP, quer seja por cumprimento inicial, quer por concessão de progressão de regime, o juiz competente para a execução será o da Comarca onde o apenado residir. Nesse caso, a competência será deslocada e os autos serão remetidos ao Juízo competente, nos seguintes termos: em caso de Comarca de vara única, a competência recairá em favor dela; Comarca com duas ou mais varas, a competência será da vara criminal com competência para Execução Penal, ou, se não houver, a qualquer das varas criminais, por distribuição. (Redação alterada pelo Provimento nº 001/2011-CJCI, DJ de 14/01/2011)

Ante o exposto, **DECLINO A COMPETÊNCIA DESTE JUÍZO E DETERMINO A REMESSA INTEGRAL DOS AUTOS DE EXECUÇÃO À COMARCA DE IRITUIA-PA,** passando àquele Juízo a ser competente para atuar nas designações do feito.

EXPEÇA-SE o necessário.

CIÊNCIA ao Ministério Público e à Defesa.

REALIZE-SE a baixa no sistema.

Cumpra-se.

Itupiranga/PA, 14 de outubro de 2021.

**ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA**

Juíza de Direito Titular da Vara única da Comarca de Itupiranga/PA.

**COMARCA DE NOVO REPARTIMENTO**

**SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE NOVO REPARTIMENTO**

EDITAL DE CITAÇÃO
30 DIAS
Do Excelentíssimo Senhor Doutor JULIANO MIZUMA ANDRADE, MM. Juiz de Direito Titular desta Comarca de Novo Repartimento, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, na forma da Lei etc.
FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo e expediente da Secretaria Judicial desta Comarca, que está em curso a AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL, Processo nº 0003472-76.2014.8.14.0123, em que são partes: IBAMA INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (EXEQUENTE); MADEIRA PAZ LTDA ME; CARLOS ALBERTO DE SOUZA PAZ; e IVANILDE PEREIRA DA SILVA (EXECUTADOS), e que, pelo presente Edital, fica a parte EXECUTADA CARLOS ALBERTO DE SOUZA PAZ, atualmente em local incerto e não sabido, CITADO nos termos do art. 257, do CPC, Conforme decisão
SEDE DO JUÍZO: Av. Cupuaçu, s/nº, bairro Morumbi ¿Novo Repartimento ¿CEP: 68.473-000 - Fone/Fax (094) 3785-0270.
E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro, alegar ignorância, será o presente Edital publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume.
DADO E PASSADO nesta Comarca, em 12 de Novembro de 2021. Eu Iara Paulino dos Santos_Auxiliar de Secretaria desta Comarca, conferi e subscrevo.
Iara Paulino dos Santos
Matrícula:186660
Comarca de Novo Repartimento-PA
CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO
CERTIFICO, em virtude das atribuições que me são conferidas por lei que, nesta data publiquei o presente edital nas
dependências este Fórum, no quadro de avisos.
O referido e verdade e dou fé.
Novo Repartimento, __/__/20__.
Iara Paulino dos Santos
Matrícula:186660
NOVO

EDITAL DE CITAÇÃO
30 DIAS
Do Excelentíssimo Senhor Doutor JULIANO MIZUMA ANDRADE, MM. Juiz de Direito Titular desta Comarca de Novo Repartimento, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, na forma da Lei etc.
FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo e expediente da Secretaria Judicial desta Comarca, que está em curso a AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL, Processo nº 0003472-76.2014.8.14.0123, em que são partes: IBAMA INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (EXEQUENTE); MADEIRA PAZ LTDA ME; CARLOS ALBERTO DE SOUZA PAZ; e IVANILDE PEREIRA DA SILVA (EXECUTADOS), e que, pelo presente Edital, fica a parte EXECUTADA CARLOS ALBERTO DE SOUZA PAZ, atualmente em local incerto e não sabido, CITADO nos termos do art. 257, do CPC, Conforme decisão
SEDE DO JUÍZO: Av. Cupuaçu, s/nº, bairro Morumbi ¿Novo Repartimento ¿CEP: 68.473-000 - Fone/Fax (094) 3785-0270.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro, alegar ignorância, será o presente Edital publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume.
DADO E PASSADO nesta Comarca, em 12 de Novembro de 2021. Eu Iara Paulino dos Santos_Auxiliar de Secretaria desta Comarca, conferi e subscrevo.
Iara Paulino dos Santos
Matrícula:186660
Comarca de Novo Repartimento-PA
CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO
CERTIFICO, em virtude das atribuições que me são conferidas por lei que, nesta data publiquei o presente edital nas
dependências este Fórum, no quadro de avisos.
O referido e verdade e dou fé.
Novo Repartimento, __/__/20__.
Iara Paulino dos Santos
Matrícula:186660

RESENHA: 11/11/2021 A 11/11/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE NOVO REPARTIMENTO - VARA: VARA UNICA DE NOVO REPARTIMENTO PROCESSO: 00006016320208140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANO MIZUMA ANDRADE A??o: Carta Precatória Criminal em: 11/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO FEDERAL REU:ANTONIO FRANCISCO NEVES MIRANDA TESTEMUNHA:RODRIGO BUSS DO VALE TESTEMUNHA:MARCONES DE OLIVEIRA CRUZ TESTEMUNHA:FRANCISCO FILHO MIRANDA JUIZO DEPRECANTE:JUIZ DA QUARTA VARA FEDERAL DA SECAO JUDICIARIA DO ESTADO DO PARA. CARTA PRECATÃRIA Autos de Origem nÂº 27336-89.2016.4.01.3900 Processo nÂº 0000601-63.2020.8.14.0123 (NOSSO) Autor: MINISTÃRIO PÃBLICO FEDERAL DO ESTADO DO PARÃ. Requeridos: RODRIGO BUSS DO VALE e MARCONES DE OLIVEIRA CRUZ. Â DESPACHO Considerando a carta precatÃ³ria de fl. 02, chamo o feito Ã ordem para designar audiÃªncia para o dia 09/12/2021, Ã s 09h00min, para inquiriÃ§Ã£o das Testemunhas RODRIGO BUSS DO VALE, RG nÂ° 4604976 SSP/PA e CPF 106.927.607-33, residente e domiciliado na Travessa Rio de Janeiro, Quadra 02, Lote 12, Bairro Novo Horizonte, Novo Repartimento/PA e MARCONES DE OLIVEIRA CRUZ, RG nÂ° 4838342 SSP/PA e CPF 875.524.002-00, residente e domiciliado na Vila Belo Monte, Zona Rural, Novo Repartimento/PA. Intime-se as testemunhas. Oficie-se ao JuÃ-zo Deprecante informando a data da audiÃªncia, devendo providenciar a intimaÃ§Ã£o das partes, bem como encaminhe as peÃ§as processuais que instruem a carta precatÃ³ria. Oficie-se ao JuÃ-zo Deprecante para que informe se ainda possui interesse na intimaÃ§Ã£o dos rÃ©us para uma nova audiÃªncia. CUMPRA-SE, SERVINDO O PRESENTE DESPACHO, POR CÃPIA, COMO MANDADO DE INTIMAÃÃO E OFÃCIO (PROV. 003/2009 - CJCI). Novo Repartimento/PA, 11 de novembro de 2021. JULIANO MIZUMA ANDRADE Juiz de Direito PROCESSO: 00009012520208140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANO MIZUMA ANDRADE A??o: Carta Precatória Criminal em: 11/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA AUTOR DO FATO:IGOR ALVES DE SOUSA JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL AMBIENTAL DA COMARCA DE ALTAMIRA. CARTA PRECATÃRIA Autos de Origem nÂº 0011378-10.2019.8.14.0005 Processo nÂº 0000901-25.2020.8.14.0123 (NOSSO) Autor: JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL AMBIENTAL DO ESTADO DO PARÃ. Requerido: IGOR ALVES DE SOUSA. Â DESPACHO Considerando a carta precatÃ³ria de fl. 02, chamo o feito Ã ordem para designar audiÃªncia para o dia 09/12/2021, Ã s 09h45min, a fim de apresentar proposta de transaÃ§Ã£o penal ao Autor do Fato IGOR ALVES DE SOUSA, RG nÂ° 4348010 PC/PA e CPF 744.909.232-87, Filho de Maria da ConceiÃ§Ã£o Alves de Sousa, Nascido em 07 de Maio de 1983, residente e domiciliado na Rua Araguaia, Quadra 17, N 10, Bairro Parque MarajÃ³, Novo Repartimento/PA. Intime-se o autor. Oficie-se ao JuÃ-zo Deprecante informando a data da audiÃªncia, devendo providenciar a intimaÃ§Ã£o das partes, bem como encaminhe as peÃ§as processuais que instruem a carta precatÃ³ria. CUMPRA-SE, SERVINDO O PRESENTE DESPACHO, POR CÃPIA, COMO MANDADO DE INTIMAÃÃO E OFÃCIO (PROV. 003/2009 - CJCI). Novo Repartimento/PA, 11 de novembro de 2021. JULIANO MIZUMA ANDRADE Juiz de Direito PROCESSO: 00010261320088140123 PROCESSO ANTIGO: 200810009751 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ELIANE VIANA DE SOUZA A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 REQUERENTE:MUNICIPIO DE NOVO REPARTIMENTO Representante(s):

OAB 15148-B - JOSE ALEXANDRE DOMINGUES GUIMARAES (ADVOGADO) REQUERIDO:JOSE RONILDO DA SILVA TAVARES. Processo nº 0001026-13.2008.8.14.0123 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ATO ORDINATÃRIOÂ Em cumprimento ao disposto no art. 1Âº,Â Â§2Âº, inciso XI, do Provimento 006/2006-CJRMB (Provimento 006/2009-CJCI), intime o requerido por seu advogado, para efetuar o pagamento das custas finais, no prazo legal, as quais jÃ¡ se encontram emitidas e com boleto impresso e afixado Ã contracapa dos autos, conforme certidÃ£o da UNAJ.Â Â Novo Repartimento, 11 de novembro de 2021. Â Â Eliane Viana de Souza Auxiliar JudiciÃ¡rio Â¿ Mat. 88804275 PROCESSO: 00017222920208140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANO MIZUMA ANDRADE A??o: Carta Precatória Criminal em: 11/11/2021 REU:GESSONILDO FLORENCIO DA COSTA VITIMA:F. F. L. TESTEMUNHA:FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA SOUZA JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARNAIBAPI. CARTA PRECATÃRIA Autos de Origem nº 0001793-49.2013.8.18.0031 Processo nº 0001722-29.2020.8.14.0123 (NOSSO) Autor: MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PIAUÃ. Requerido: FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA SOUZA. Â DESPACHO Considerando a carta precatÃ³ria de fl. 02v, chamo o feito Ã ordem para designar audiÃªncia para o dia 09/12/2021, Ã s 10h00min, para a oitiva da Testemunha FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA SOUZA, Filho de MÃ¡rio Ferreira Souza e Maria InÃªs da Silva Sousa, residente e domiciliado na Rua das OrquÃdeas, Quadra D, N 318, Bairro Morumbi, Novo Repartimento/PA. Intime-se a testemunha. Oficie-se ao JuÃzo Deprecante informando a data da audiÃªncia, devendo providenciar a intimaÃ§Ã£o das partes, bem como encaminhe as peÃ§as processuais que instruem a carta precatÃ³ria. CUMPRA-SE, SERVINDO O PRESENTE DESPACHO, POR CÃPIA, COMO MANDADO DE INTIMAÃÃO E OFÃCIO (PROV. 003/2009 - CJCI). Novo Repartimento/PA, 11 de novembro de 2021. JULIANO MIZUMA ANDRADE Juiz de Direito PROCESSO: 00022211320208140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANO MIZUMA ANDRADE A??o: Carta Precatória Criminal em: 11/11/2021 DENUNCIADO:RONIVALDO ANDRADE DA SILVA TESTEMUNHA:MARIA ANTONIA CARVALHO MENDES DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA DECIMA TERCEIRA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE BELEM. CARTA PRECATÃRIA Autos de Origem nº 0003869-72.2017.8.14.0401 Processo nº 0002221-13.2020.8.14.0123 (NOSSO) Autor: MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ. Requerida: MARIA ANTÃNIA CARVALHO MENDES. Â DESPACHO Considerando a carta precatÃ³ria de fl. 02, chamo o feito Ã ordem para designar audiÃªncia para o dia 09/12/2021, Ã s 10h10min, para a oitiva da Testemunha MARIA ANTÃNIA CARVALHO MENDES, Filha de Maria da ConceiÃ§Ã£o Carvalho Mendes, residente e domiciliado ao TuerÃª I, Avenida Principal, Vila Novo Planalto 03, Zona Rural, Novo Repartimento/PA. Intime-se a testemunha. Oficie-se ao JuÃzo Deprecante informando a data da audiÃªncia, devendo providenciar a intimaÃ§Ã£o das partes, bem como encaminhe as peÃ§as processuais que instruem a carta precatÃ³ria. CUMPRA-SE, SERVINDO O PRESENTE DESPACHO, POR CÃPIA, COMO MANDADO DE INTIMAÃÃO E OFÃCIO (PROV. 003/2009 - CJCI). Novo Repartimento/PA, 11 de novembro de 2021. JULIANO MIZUMA ANDRADE Juiz de Direito PROCESSO: 00026819720208140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANO MIZUMA ANDRADE A??o: Carta Precatória Criminal em: 11/11/2021 REU:MARAJOHN RIBEIRO DE SOUZA DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE BOM DESPACHOMG. CARTA PRECATÃRIA Autos de Origem nº 0055278-62.2016.8.13.0074 Processo nº 0002681-97.2020.8.14.0123 (NOSSO) Autor: MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Requerido: MARAJOHN RIBEIRO DE SOUZA. Â DESPACHO Considerando a carta precatÃ³ria de fl. 03, chamo o feito Ã ordem para designar audiÃªncia para o dia 09/12/2021, Ã s 09h30min, para o interrogatÃ³rio do Acusado MARAJOHN RIBEIRO DE SOUZA, filho de Tofon GonÃ§alves e Maria Ribeiro da silva, residente e domiciliado na Rua Azaleia, Quadra 01, Casa 01, Bairro Morumbi, Novo Repartimento/PA. Intime-se o acusado. Oficie-se ao JuÃzo Deprecante informando a data da audiÃªncia, devendo providenciar a intimaÃ§Ã£o das partes, bem como encaminhe as peÃ§as processuais que instruem a carta precatÃ³ria. Oficie-se ao JuÃzo Deprecante para que informe se ainda possui interesse na intimaÃ§Ã£o do rÃ©u para uma nova audiÃªncia. CUMPRA-SE, SERVINDO O PRESENTE DESPACHO, POR CÃPIA, COMO MANDADO DE INTIMAÃÃO E OFÃCIO (PROV. 003/2009 - CJCI). Novo Repartimento/PA, 11 de novembro de 2021. JULIANO MIZUMA ANDRADE Juiz de Direito PROCESSO: 00055382920148140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ELIANE VIANA DE SOUZA A??o: Procedimento Sumário em: 11/11/2021 REQUERENTE:JOAO BERNARDO DOS SANTOS Representante(s): OAB 16958 - THAIZ DIAS BORGES (ADVOGADO) REQUERIDO:BAANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA Representante(s): OAB 19177-A - REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI (ADVOGADO) . Processo nº 0005538-29.2014.8.14.0123 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â

Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ATO ORDINATÃRIOÂ Em cumprimento ao disposto no art. 1Âº,Â Â§2Âº, inciso XI, do Provimento 006/2006-CJRMB (Provimento 006/2009-CJCI), fica intimada a parte Requerida, por meio de seus advogados, a efetuar o pagamento das custas finais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscriÃ§Ã£o na dÃ-vida ativa, as quais jÃ¡ se encontram emitidas e com boleto impresso e afixado Ã contracapa dos autos, conforme certidÃ£o da UNAJ.Â Â Novo Repartimento, 11 de setembro de 2021. Â Â Eliane Viana de Souza Auxiliar JudiciÃ¡rio Â¿ Mat. 88804275 PROCESSO: 00074490320198140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANO MIZUMA ANDRADE A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 11/11/2021 VITIMA:M. R. S. VITIMA:C. E. Representante(s): MINISTERIO PUBLICO (REP LEGAL) DENUNCIADO:LUIZ FERNANDO FIGUEREDO MAXIMO Representante(s): OAB 28959 - ALAN DE JESUS OLIVEIRA SANTIS JUNIOR (ADVOGADO) . Processo nÂº: 0007449-03.2019.8.14.0123 Fiscal da lei: MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃÂ Denunciado (a):Â LUIZ FERNANDO FIGUEREDO MAXIMO VÃ-tima:Â MIRIAM RODRIGUES DA SILVA TERMO DE AUDIÃNCIA InstruÃ§Ã£o e Julgamento Ao dÃ©cimo primeiro (11) dia do mÃªs de novembro (11) de dois mil e vinte e um (2021) Ã s 11h30min, nesta cidade e Comarca de Novo Repartimento, Estado do ParÃ¡, semipresencial, atravÃ©s do aplicativo Microsoft Teams, deu-se inÃ-cio a presente audiÃªncia. PRESENTES: Juiz de Direito: Juliano Mizuma Andrade Representante do MinistÃ©rio PÃºblico: Juliana Freitas dos Reis Denunciado: Luiz Fernando Figueredo MÃ¡ximo Advogado do denunciado: Alan de Jesus Oliveira Santis Junior, OAB/PA nº 28.959 e Carlos Fernando Guiott, OAB/PA nº13.240A VÃ-tima: Miriam Rodrigues da Silva ABERTA A AUDIÃNCIA: Realizado o pregÃ£o de praxe, foi aberta a AudiÃªncia de compareceu ao presente ato por meio de videoconferÃªncia atravÃ©s do sistema Microsoft Teams. Foram cientificados os presentes de que a audiÃªncia serÃ¡ gravada por meio audiovisual, sendo as gravaÃ§Ãµes armazenadas em mÃ-dia, nÃ£o havendo reduÃ§Ã£o a termo das declaraÃ§Ãµes prestadas, consoante art. 405, Â§Â§ 1Âº, do CPP. Em seguida, passou-se Ã QUALIFICAÃÃO E OITIVA DA VÃTIMA ARROLADA PELO MINÃSTERIO PÃBLICO: Miriam Rodrigues da Silva, nÃ£o compromissada por ser vÃ-tima da presente demanda. Depoimento colhido nos termos do art. 212 do CPP e gravado em Ã¡udio e vÃ-deo disponibilizado no aplicativo Microsoft Teams aos participantes. ApÃ³s, passou-se Ã QUALIFICAÃÃO E interrogatÃ³rio DO DENUNCIADO: Luiz Fernando Figueredo MÃ¡ximo, brasileiro, solteiro, profissÃ£o nÃ£o informada, RG e CPF/MF nÃ£o informados, nascido em 25/07/2000, natural de Uruana de Minas/MG, filho de Claudia Figueredo Dias e Nelson MÃ¡ximo dos Santos, ao qual foi garantido o direito a prÃ©via e reservada entrevista com seu Advogado, e apÃ³s o MM. Juiz cientificou o rÃ©u das imputaÃ§Ãµes e do seu constitucional direito ao silÃªncio, consoante interrogatÃ³rio gravado em Ã¡udio e vÃ-deo disponibilizado no sistema Microsoft Teams aos participantes. Em seguida pelo patrono do denunciado foi formulado pedido de revogaÃ§Ã£o de prisÃ£o, conforme gravaÃ§Ã£o audiovisual que passa a constar nos autos. As partes informaram nÃ£o possuir outras provas a produzir, requerendo o julgamento da lide no estado em que se encontra. Por ambas as partes foi requerido que as alegaÃ§Ãµes finais orais sejam convertidas em memoriais escritos. DELIBERAÃÃO EM AUDIENCIA: Dou por encerrada a instruÃ§Ã£o e com fundamento no art. 364 Â§ 2Âº do CPP,Â converto as alegaÃ§Ãµes finais orais em escritas, iniciando-se pelo MP, no prazo sucessivo de 05 dias. Remetam-se os autos ao RMP, oportunidade em que tambÃ©m deverÃ¡ se manifestar sobre pedido de revogaÃ§Ã£o da prisÃ£o preventiva formulado.Â Â Â ApÃ³s com a manifestaÃ§Ã£o do Parquet, intime-se os patronos do denunciado na forma acima, via sistema. ApÃ³s com a manifestaÃ§Ã£o dos patronos dos rÃ©us ou certificado o decurso de seu prazo, voltem os autos conclusos para sentenÃ§a. Nada mais havendo, mandou o MM. Juiz encerrar o presente termo, Ã s 12h30min, que vai ser devidamente assinado, pelo MM. Juiz, sendo dispensa a assinatura do RMP no presente termo em razÃ£o da sua participaÃ§Ã£o por videoconferÃªncia atravÃ©s sistema Microsoft Teams e da vÃ-tima. JULIANO MIZUMA ANDRADE Juiz de Direito PROCESSO: 00104990820178140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANO MIZUMA ANDRADE A??o: Alvará Judicial em: 11/11/2021 REQUERENTE:JUDITE DUARTE DOS SANTOS REQUERENTE:LEIA DUARTE CARDOSO REQUERENTE:ROSIMERE GOMES CARDOSO REQUERENTE:MARIA DO SOCORRO GOMES CARDOSO REQUERENTE:JOCILENE GOMES CARDOSO REQUERENTE:DEUZILENI CARDOSO GUIMARAES REQUERENTE:KARLA DENISE GOMES CARDOSO Representante(s): OAB 20808 - EDSON GUILHERME MOREIRA LIMA FREITAS (ADVOGADO) ENVOLVIDO:CICINATO CARDOSO. DESPACHO 0010499-08.2017.8.14.0123 - Considerando que nÃ£o ficou esclarecido se o alvarÃ¡ foi expedido em nome da autora Rosimere Gomes Cardoso, devolva-se os autos para secretÃ¡ria promover as diligÃªncias necessÃ¡rias. Novo Repartimento-PA, 11 de novembro de 2021. JULIANO MIZUMA ANDRADE Juiz de Direito PROCESSO: 00513558220158140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANO MIZUMA ANDRADE A??o: Cumprimento de sentença em: 11/11/2021 REQUERENTE:CICINATO CARDOSO Representante(s): OAB 15148-A -

JOSE ALEXANDRE DOMINGUES GUIMARAES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S A. PROCESSO: 0051355-82.2015.8.14.0123 DESPACHO Compulsando os autos, verifico que, embora devidamente intimada para que efetuasse a quitaÃ§Ã£o das custas (fl. 159), nos termos do Â§ 1Âº do art. 46 da Lei nÂº 8.328/2015, a parte manteve-se inerte. Assim, inscreva-a em dÃ-vida ativa. ApÃ³s, nada sendo requerido no prazo de 30 (trinta) dias, ARQUIVE-SE com as cautelas de praxe. Novo Repartimento/PA, 11 de novembro de 2021. JULIANO MIZUMA ANDRADE Juiz de Direito P R O C E S S O : 0 0 0 2 8 1 1 2 4 2 0 1 9 8 1 4 0 1 2 3 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Inquérito Policial em: VITIMA: A. C. O. E. VITIMA: V. C. S. INDICIADO: S. S. L. PROCESSO: 00028112420198140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Inquérito Policial em: INDICIADO: S. S. L. VITIMA: V. C. S. VITIMA: A. C. O. E.

**PROCESSO** n° 0000886-27.2018.8.14.0123

**AÇÃO**: AVERIGUAÇÃO DE PATERNIDADE

**REQUERENTE:** E. G. D. O. T

**REPRESENTANTE:** VANDERLENE DE OLIVEIRA TEIXEIRA

**REQUERIDO**: JONATHAN ALVES BORGES

**ADVOGADO**: EMILIANA APARECIDA URZÊDO OAB/MG 98.286

GENITORA DO MENOR: Vanderlene de Oliveira Teixeira, Rua Teresinha, n. 43, quadra 40, Vila Tucuruí, Novo Repartimento/PA. Telefone: (91) 99388-0402.

SENTENÇA

Vistos.

I - Cuida-se de procedimento oficioso de **averiguação de paternidade oficiosa** promovido nos termos da Lei nº 8.560/92, através do qual a genitora do menor Everson Gabriel de Oliveira Teixeira, a Sra. Vanderlene de Oliveira Teixeira, aponta Jonathan Alves Borges como o pai do menor.

Em audiência inicial as partes concordaram em realizar o exame de DNA, tendo o laudo pericial sido acostado aos autos à fl. 11/13, com resultado positivo.

Em petitório de fls. 24/27 o requerido ratifica a paternidade que lhe é atribuída, bem como oferece 20% do salário mínimo a título de alimentos ao menor e, ainda, arcar com 50% do valor de medicamentos e da lista de material escolar do menor, mediante comprovação dos gastos.

O RMP manifestou-se pela homologação da transação, após a intimação pessoal e concordância da representante legal do menor sobre o ofertado.

A representante legal do menor compareceu em cartório (fl. 53) e concordou com o proposto pelo genitor em manifestação de fls. 24/27.

É o relatório. Decido.

Pois bem. Durante o processo, as partes acordaram acerca da paternidade do menor Everson Gabriel de Oliveira Teixeira, a qual foi reconhecida pelo requerido Jonathan Alves Borges, e, ainda, sobre o pagamento de alimentos pelo genitor, no valor de 20% do salário mínimo vigente, o que atualmente perfaz o montante de R$220,00, em favor do filho do casal, além de auxiliar com 50% das despesas médicas e com material escolar, desde que mediante comprovação dos gatos. Assim, de rigor a homologação do acordo a que chegaram as partes.

Destarte, HOMOLOGO, por sentença, para que tenha eficácia de título executivo judicial, o acordo a que chegaram as partes, nos termos da Resolução 125/2010 do CNJ, e dos artigos 515, inciso II, e 487, inciso III, alínea ¿b¿, ambos do Código de Processo Civil, julgando extinto o processo com resolução do mérito.

Esclareço que, com relação aos alimentos, em havendo descumprimento do acordo, o título poderá ser distribuído segundo as regras hábeis e competentes ao cumprimento de sentença.

No mais, DECLARO a paternidade de **JONATHAN ALVES BORGES** em relação ao menor Everson Gabriel de Oliveira Teixeira, o qual, por sua vez, **passará a chamar-se EVERSON GABRIEL DE OLIVEIRA TEIXEIRA BORGES**, devendo ser incluído, ainda, no seu assento natalício, o nome dos ascendentes do agora genitor do infante, quais sejam: **Jeovaldo Ferreira Borges e Rosineide de Lima Alves Borges**.

II - Sem custas, face ao deferimento da gratuidade da justiça.

III ¿ Ciência ao RMP.

IV ¿ Intime-se a genitora da presente sentença, pessoalmente, no endereço constante nos autos.

V ¿ Intime-se o genitor através de seu advogado constituído à fl. 28, através do DJe.

VI ¿ Certifique-se o trânsito em julgado e, então, **expeça-se o mandado de averbação ao Cartório de Registro Civil de Novo Repartimento/PA, para alterar o assento de nascimento do menor, registrado sob a matrícula n. 067553 01 55 2017 1 00049 030 0023509 88, para alterar o nome de Everson Gabriel de Oliveira Teixeira para** EVERSON GABRIEL DE OLIVEIRA TEIXEIRA BORGES**, acrescendo o nome de seu genitor,** Jonathan Alves Borges**, natural de Rio Maria/PA, e avós paternos** Jeovaldo Ferreira Borges e Rosineide de Lima Alves Borges.

VII ¿ Nada mais havendo, oportunamente, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE, SERVINDO ESTA SENTENÇA COMO MANDADO DE AVERBAÇÃO, INTIMAÇÃO E OFÍCIO.

Novo Repartimento/PA, 08 de fevereiro de 2021.

JULIANO MIZUMA ANDRADE

Juiz de Direito

**COMARCA DE MOCAJUBA**

**SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MOCAJUBA**

RESENHA: 08/11/2021 A 12/11/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE MOCAJUBA - VARA: VARA UNICA DE MOCAJUBA PROCESSO: 00001015420098140067 PROCESSO ANTIGO: 200910000584 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BERNARDO HENRIQUE CAMPOS QUEIROGA A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 REQUERENTE:RAIMUNDO TIAGO GOMES Representante(s): OAB 14566-A - MARCELO HENRIQUE BAGGIO (ADVOGADO) OAB 14779-A - DANIEL MOREIRA ANSELMO (ADVOGADO) OAB 14771-B - MURILO RODRIGUES ALVES DOMINGUES (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Representante(s): PROCURADOR CHEFE DO INSS (ADVOGADO) INTERESSADO:ANA CAROLINA DA SILVA CASTRO Representante(s): OAB 396609 - ANA CAROLINA DA SILVA CASTRO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ Comarca de Mocajuba | Vara Ãnica Tv. 7 de Setembro, s/n, Centro Â¿ Mocajuba/ PA CEP: 68.420-000 | Fone: (91) 3796-1226 | e-mail: 1mocajuba@tjpa.jus.br Processo nÂº: 0000101-54.2009.8.14.0067 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etcÂ¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a senhora ANA CAROLINA DA SILVA CASTRO, OAB/SP nÂº 396.609 para que comprove o pagamento das custas processuais de desarquivamento, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento do pleito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Comprovado o pagamento, desarquivem-se os autos, e intime-se a parte interessada para que faÃ§a vista no prazo de 30 (trinta) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na hipÃ³tese de decurso do prazo sem manifestaÃ§Ã£o da parte interessada, arquivem-se novamente os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SE NECESSÃRIO, CÃPIA DESTA DECISÃO SERVIRÃ COMO MANDADO, conforme autorizado pelo PROVIMENTO CJ/CI 003/2009, devendo o Diretor observar o disposto nos artigos 3Âº e 4Âº. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diligencie-se o necessÃ¡rio, intimando-se as partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Mocajuba/PA, 09 de novembro de 2021. BERNARDO HENRIQUE CAMPOS QUEIROGA Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica de Mocajuba/PA PROCESSO: 00019637920178140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BERNARDO HENRIQUE CAMPOS QUEIROGA A??o: Cumprimento de sentença em: 11/11/2021 REQUERENTE:JOSE DOS SANTOS COELHO Representante(s): OAB 17839 - ANA TEONILA AMERICO ROSA (ADVOGADO) OAB 17983 - GILVAN RABELO NORMANDES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BMG Representante(s): OAB 23255 - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA ÃNICA DA COMARCA DE MOCAJUBA PROCESSO NÂº 0001963-79.2017.8.14.0067 Â Â Â Â Â Â DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â R.H. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DEFIRO o requerimento de fls. retro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o competente alvarÃ¡. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Mocajuba-PA, 10 de novembro de 2021. BERNARDO HENRIQUE CAMPOS QUEIROGA Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Mocajuba PROCESSO: 00019637920178140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DANIEL FERNANDO CARDOSO PAES A??o: Cumprimento de sentença em: 12/11/2021 REQUERENTE:JOSE DOS SANTOS COELHO Representante(s): OAB 17839 - ANA TEONILA AMERICO ROSA (ADVOGADO) OAB 17983 - GILVAN RABELO NORMANDES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BMG Representante(s): OAB 23255 - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Considerando o disposto na Portaria nÂº 004/2010-GJ e no Provimento nÂº. 006/2009-CJCI, art. 1Âº, Â§2Âº, XI, que delegaram ao Diretor de Secretaria atribuiÃ§Ãµes para praticar atos de administraÃ§Ã£o e de mero expediente, sem carÃ¡ter decisÃ³rio. Considerando a certidÃ£o do(a) Chefe da Unidade de ArrecadaÃ§Ã£o Local da Comarca, INTIMO O(A) REQUERIDO, por meio de seu(s) advogado(s), para solicitar Ã Unidade de ArrecadaÃ§Ã£o da Comarca de Mocajuba atravÃ©s do e-mail: 067unaj@tjpa.jus.br, a guia para recolhimento das custas processuais pendentes, no prazo de 15 (quinze) dias. Â Â Mocajuba-PA, 12/11/2021. Â DANIEL FERNANDO CARDOSO PAES Â Diretor de Secretaria - Mat. 14335-9 Â Vara Ãnica da Comarca de Mocajuba

**COMARCA DE BONITO**

**SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE BONITO**

PROCESSO: 0000742-61.2013.8.14.0080

REQUERENTE: ANTONIO LIMA DAMASCENO

ADVOGADO: MAXWELL CAVALCANTE DOS SANTOS GERALDO ¿ OAB/PA 17145

REQUERIDO: INSS

CERTIDÃO ¿ ATO ORDINATÓRIO

Certifico e dou fé que os alvarás se encontram nesta Secretaria para levantamento pelo requerente e patrono.
Bonito 12/11/21

**DANIELLE OLIVEIRA DE SÁ**

**Diretora de Secretaria Judicial**

**Vara única da Comarca de Bonito**

PROCESSO: 00020087320198140080

REQUERENTE: ANTONIA DE SENA SILVA

REQUERIDO: BANCO ITAU BMG

SENTENÇA
Vistos etc.
ANTONIO DE SENA SILVA, qualificado na inicial, ajuizou Ação Sumária de cobrança de honorários em face de BANCO ITAU BMG CONSIGNADOS, requerendo, em síntese, valores devidos. Acostou documentos.
Despacho Inicial fls. 32. Contestação fls. 42/76.
Diante da ausência de manifestação da parte autora, o juízo determinou a intimação pessoal quanto ao interesse no prosseguimento (fls. 83).
Intimação pessoal fls. 87.
Às fls. 88, consta certidão de decurso de prazo sem manifestação da parte autora.
É o relato necessário. DECIDO.
Dispõe o art. 485 do Código de Processo Civil:
Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:

...
III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias;
Pois bem. O feito tramita desde o ano de 2019, contudo, a parte autora não promove diligências e atos que lhe cumprem, a despeito de intimada pessoalmente (fls. 87), contudo não se manifestou conforme certidão de fls 88.
Pois assim, evidenciado o desinteresse no efetivo e regular prosseguimento do feito a extinção do processo é medida que se impõe.
Diante do exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO nos termos do art. 485, inciso III, do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora/exequente ao pagamento das custas e despesas processuais, isenta, diante da concessão da justiça gratuita.
Decorridos os prazos legais, certifiquem-se o trânsito em julgado e arquivem-se os autos, com as cautelas legais.
P.R.I.C.
Bonito, 10 de novembro de 2021.
CYNTHIA B. ZANLOCHI VIEIRA
Juíza de Direito da Comarca de Bonito

## COMARCA DE MEDICILÂNDIA

## SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MEDICILÂNDIA

RESENHA: 03/08/2021 A 12/11/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE MEDICILANDIA - VARA: VARA UNICA DE MEDICILANDIA PROCESSO: 00031630920178140072 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LIANA DA SILVA HURTADO TOIGO A??o: Execução Fiscal em: 04/10/2021---REQUERENTE:MARIA HELENA ALVES DOS SANTOS VICENTE Representante(s): OAB 12776 - NEILA CRISTINA TREVISAN (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO SANTANDER BRASIL SA Representante(s): OAB 62192 - JOAO THOMAZ P GONDIM (ADVOGADO) TERCEIRO:GONDIM ADVOGADOS ASSOCIADOS. PROCESSO NÂº: 0003163-09.02017.8.14.0072 DECISÃ¿O 1.Â Â Â Â Â Â Recebo o cumprimento de sentenÃ§a, anote-se a mudanÃ§a de fase; 2.Â Â Â Â Â Intime-se o devedor, pessoalmente por oficial de justiÃ§a, para pagar o dÃ©bito atualizado, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver, restando alertado que nÃ£o ocorrendo o pagamento voluntÃ¡rio no prazo, o dÃ©bito serÃ¡ acrescido de multa de dez por cento e, tambÃ©m, de honorÃ¡rios de advogado de dez por cento. 3.Â Â Â Â Â Transcorrido o prazo previsto sem o prazo do item 2 sem pagamento voluntÃ¡rio, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimaÃ§Ã£o, apresente, nos prÃ³prios autos, sua impugnaÃ§Ã£o. 4.Â Â Â Â Â NÃ£o efetuado tempestivamente o pagamento voluntÃ¡rio e nÃ£o apresentada impugnaÃ§Ã£o, retornem os autos para efetivaÃ§Ã£o da penhora online, caso tenha o autor recolhido as devidas custas. 5.Â Â Â Â Â Caso a parte devedora apresente impugnaÃ§Ã£o, intime-se a parte autora para manifestaÃ§Ã£o no prazo de quinze dias; 6.Â Â Â Â Â Com o transcurso do prazo ou apresentaÃ§Ã£o da manifestaÃ§Ã£o, faÃ§am os autos conclusos. SERVE A PRESENTE POR CÃ¿PIA DIGITADA COMO MANDADO DE INTIMAÃ¿Ã¿O/CITAÃ¿Ã¿O, OFICIO E CARTA PRECATÃ¿RIA NOS TERMOS DO PROVIMENTOS NÂº 002/2009 E 011/2009 CJRMB, CUJA AUTENTICIDADE PODERÃ SER VERIFICADA EM CONSULTA AO SÃTIO ELETRÃ¿NICO MedicilÃ¢ndia/PA, 04 de outubro de 2021. LIANA DA SILVA HURTADO TOIGO JuÃ-za de Direito Titular da Comarca de MedicilÃ¢ndia

**COMARCA DE PRIMAVERA**

**SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE PRIMAVERA**

**Processo n.: 0000421-71.2012.8.14.0044. Advogado (a): Dr (a). GEOVANO HONÓRIO SILVA DA SILVA-OAB/PA-15.927 (Requerente). CÁSSIA ROSANA MOREIRA DA SILVA E MARTINS-OAB/PA-8.464-A (Requerida). Processo n.: 0000421-71.2012.8.14.0044 Requerente: PEDRINA DA SILVA e OUTROS Requeridos: INSTITUTO SUPERIOR DE FILOSOFIA, EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS HUMANAS E RELIGIOSAS DO PARÁ ¿ ISEFCHR-PA TERMO DE AUDIÊNCIA (XVI Semana Nacional da Conciliação)** Aos 11 (onze) dias do mês de novembro do ano de 2021, às 09h10, nesta cidade de Primavera, na sala de Audiências da Vara Única da Comarca de Primavera, ato supervisionado pela MM. Juíza de Direito Substituta, Dra. Ana Beatriz Gonçalves de Carvalho. Com as formalidades legais, foi aberta a presente audiência referente ao processo acima epigrafado, comigo conciliador abaixo assinado. Feito o pregão, constatou-se a **ausência** do(a) requerente, **PEDRINA DA SILVA e OUTROS**, porém presente o seu advogado(a), Dr. **GEOVANO HONORIO SILVA DA SILVA (OAB/PA OAB/PA 15.927)**; e a **ausência** do(a) requerido(a) **INSTITUTO SUPERIOR DE FILOSOFIA, EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS HUMANAS E RELIGIOSAS DO PARÁ ¿ ISEFCHR-PA**. Aberta a audiência, restou infrutífera a tentativa de acordo em razão da ausência do requerido. A**to contínuo, faço conclusos os autos ao gabinete para deliberação.** Nada mais. Encerrou-se a presente audiência com as formalidades legais. Advertindo-se que as partes saem devidamente intimadas dos atos produzidos em audiência. O presente termo vale como termo de comparecimento, para os fins dispostos no art. 473, inc. VIII, da CLT e nas correspondentes disposições estatutárias. Assim, lavrei o presente termo que, lido e achado conforme, faço juntada, certifico que as partes acompanharam a finalização do presente termo. Eu, _____, Jonas Pereira Bezerras Júnior, conciliador, o digitei e subscrevi. **Requerente**: **Advogado: Requerido**: **Advogado:**

**Processo n. 0000421-71.2012.8.14.0044. Ação de Indenização Por Danos Materiais e Morais Por Ato Ilícito Praticado, Com Pedido de Tutela Antecipada. Requerentes: PEDRINA DA SILVA e OUTROS ¿ Advogado: Dr. GEOVANO HONÓRIO SILVA DA SILVA-OAB/PA-15.927. Requerido: INSTITUTO SUPERIOR DE FILOSOFIA, EDUCAÇÃO CIÊNCIAS HUMANAS E RELIGIOSAS DO PARÁ ¿ ISEFCHR ¿ Advogado (a): Dr (a). CÁSSIA ROSANA MOREIRA DA SILVA E MARTINS-OAB/PA-8.464-A. Processo n. 0000421-71.2012.8.14.0044. DESPACHO** Vistos etc. Considerando que a tentativa de conciliação foi infrutífera, intime-se o(s) exequente(s), por intermédio de seu advogado constituído, para, em 15 (quinze) dias, impulsionar o feito. Primavera, Pará, 11 de novembro de 2021. **ANA BEATRIZ GONÇALVES DE CARVALHO** Juíza de Direito Substituta, respondendo pela Vara Única da Comarca de Primavera/PA e do Termo Judiciário de Quatipuru/PA (Portaria n. 3669/2021-GP, de 28 de outubro de 2021)

**Processo n.: 0004246-13.2018.8.14.0044. Advogado: Dr. SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS-OAB/MG-44.69 e OAB/PA-21.148-A (Requerente). Dr. GEOVANO HONÓRIO SILVA DA SILVA (OAB/PA OAB/PA 15.927 (Requerido). Processo n.: 0004246-13.2018.8.14.0044 Requerente: BANCO DO BRASIL S/A Requeridos: MARPHIL HOTEL LTDA. TERMO DE AUDIÊNCIA** (XVI Semana Nacional da Conciliação) Aos 11 (onze) dias do mês de novembro do ano de 2021, às 09h20, nesta cidade de Primavera, na sala de Audiências da Vara Única da Comarca de Primavera, ato supervisionado pela MM. Juíza de Direito Substituta, Dra. Ana Beatriz Gonçalves de Carvalho. Com as formalidades legais, foi aberta a presente audiência referente ao processo acima epigrafado, comigo conciliador abaixo assinado. Feito o pregão, constatou-se a presença do(a) requerente, **BANCO DO BRASIL S/A (CNPJ: 00.000.000/0001-91)**, ausente proposto(a) acompanhado(a) do(a) advogado(a) Dra. **ADRIANE PAULINO GALIZA (OAB/PA 31.282)**, que pediu prazo de 05 (cinco) dias para juntada de substabelecimento; e a **presença** do requerido **MARPHIL HOTEL LTDA. (CNPJ: 13.472.794/0001-38)**, representado(a) pelo(a) seu sócio proprietário, **JAVIER MARCELO CAHUANA VILLEGAS (CPF: 109.449.072-53)**, acompanhado(a) do(a) advogado(a) Dr. **GEOVANO HONORIO SILVA DA SILVA (OAB/PA OAB/PA 15.927)**. Aberta a audiência, o executado o ofereceu a seguinte proposta: ¿reconhece o valor de R$ 72.059,27 como do débito vencido, propondo o seu pagamento da seguinte forma: a) entrada de R$

10.000,00 (dez mil reais), e b) o restante parcelado em 24 (vinte e quatro) parcelas no valor de R$ 2.585,80 (dois mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e oitenta centavos), sem prejuízo das parcelas a vencer, que efetuará o pagamento nas datas correspondentes¿. A advogada do requerido negou a proposta, sendo assim, restou infrutífera a tentativa de acordo entre as partes. **Ato contínuo, faço conclusos os autos ao gabinete para deliberação.** Nada mais. Encerrou-se a presente audiência com as formalidades legais. Advertindo-se que as partes saem devidamente intimadas dos atos produzidos em audiência. O presente termo vale como termo de comparecimento, para os fins dispostos no art. 473, inc. VIII, da CLT e nas correspondentes disposições estatutárias. Assim, lavrei o presente termo que, lido e achado conforme, faço juntada, certifico que as partes acompanharam a finalização do presente termo. Eu, _____, Jonas Pereira Bezerras Júnior, conciliador, o digitei e subscrevi. **Requerente**: **Advogado: Requerido**: **Advogado:**

**Processo n.: 0004246-13.2018.8.14.0044. Ação de Execução de Título Extrajudicial. Exequente: AGÊNCIA BANCO DO BRASIL S.A ¿ Advogado: Dr. SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS-OAB/MG-44.69 e OAB/PA-21.148-A. Executados: MARPHIL HOTEL LTDA ME ¿ Advogado: Dr. GEOVANO HONÓRIO SILVA DA SILVA-OAB/PA-15.927; JAVIER MARCELO CAHUANA VILLEGAS - Advogado: Dr. GEOVANO HONÓRIO SILVA DA SILVA-OAB/PA-15.927; MARIA DE JESUS LOPES GUIMARÃES; MINERAÇÃO RIO PRIMAVERA LTDA e GREIPHIL MINAS LTDA. Processo n.: 0004246-13.2018.8.14.0044 DESPACHO** Vistos etc. Considerando a proposta de acordo apresentada pelo executado e a petição de fls. 194, em que o exequente se mostra aberto a propostas, intime-se o exequente para, em 15 (quinze) dias, dela se manifestar e requerer o que entender de direito. P.R.I.C. Primavera, Pará, 11 de novembro de 2021. **ANA BEATRIZ GONÇALVES DE CARVALHO** Juíza de Direito Substituta, respondendo pela Vara Única da Comarca de Primavera/PA e do Termo Judiciário de Quatipuru/PA (Portaria n. 3669/2021-GP, de 28 de outubro de 2021).

**Processo n.: 0001561-04.2016.8.14.0044. Advogados: Dr. GEOVANO HONÓRIO SILVA DA SILVA-OAB/PA-15.927 (Requerente). Dr. DANILO DE OLIVEIRA SPERLING-OAB/PA 27.600 (Requerido). Processo n.: 0001561-04.2016.8.14.0044 Requerente: LUCINEIA SANTANA DE CASTRO Requerido(a): GILSON BERGUES DE ALMEIDA TERMO DE AUDIÊNCIA (XVI Semana Nacional da Conciliação)** Aos 11 (oito) dias do mês de novembro do ano de 2021, às 09h20, nesta cidade de Primavera, na sala de Audiências da Vara Única da Comarca de Primavera, ato supervisionado pela MM. Juíza de Direito Substituta, Dra. Ana Beatriz Gonçalves de Carvalho. Com as formalidades legais, foi aberta a presente audiência referente ao processo acima epigrafado, comigo conciliador abaixo assinado. Feito o pregão, constatou-se a **presença** do(a) requerente, **LUCINEIA SANTANA DE CASTRO (CPF: 173.174.102-25)**, acompanhada de seu advogado, Dr. **GEOVANO HONORIO SILVA DA SILVA (OAB/PA OAB/PA 15.927**, e a **presença** do requerido, **GILSON BERGUES DE ALMEIDA (CPF: 391.843.662-49)**, acompanhado(a) do(a) advogado(a) Dr. **DANILO DE OLIVEIRA SPERLING (OAB/PA 27.600)**. Aberta a audiência, o requerido requereu constasse a sua proposta: ¿pagamento de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), parcelado em iguais parcelas de R$ 500,00 (quinhentos reais), para que o carro penhorado nos autos permaneça em sua propriedade¿. A parte requerente não aceitou proposta e ofereceu contraproposta de R$ 16.000,00 (dezesseis mil) à vista, o que foi recusado. Pela ordem, o advogado do requerido requereu prazo para juntada de substabelecimento. **Ato contínuo, faço conclusos os autos ao gabinete para deliberação.** Nada mais. Encerrou-se a presente audiência com as formalidades legais. Advertindo-se que as partes saem devidamente intimadas dos atos produzidos em audiência. O presente termo vale como termo de comparecimento, para os fins dispostos no art. 473, inc. VIII, da CLT e nas correspondentes disposições estatutárias. Assim, lavrei o presente termo que, lido e achado conforme, faço juntada, certifico que as partes acompanharam a finalização do presente termo. Nada mais dito, nem impugnado, foi encerrado o presente termo, que vai devidamente assinado digitalmente pela MM. Juíza, nos termos do art. 31, da Portaria Conjunta n. 001/2018-GP/VP. Eu, _____, Jonas Pereira Bezerras Júnior, conciliador, o digitei. **Requerente**: **Advogado: Requerido**: **Advogado:**

**Processo n. 0001561-04.2016.8.14.0044. Ação Ordinária de Reconhecimento e Dissolução de união Estável Com Partilha de Bens c/c Pedido de Liminar de Afastamento, Inaudita Altera Pars. Requerente: LUCINEA SANTANA DE CASTRO - Advogado: Dr. GEOVANO HONÓRIO SILVA DA SILVA-OAB/PA-156927. Requerido: GILSON BERGUES DE ALMEIDA - Advogado: Dr. DANILO DE OLIVEIRA SPERLING ¿ OAB/PA - 27.600 Processo n. 0001561-04.2016.8.14.0044. DESPACHO** Vistos etc. Considerando que a tentativa de conciliação foi infrutífera, intime-se o(s) exequente(s), por intermédio

de seu advogado constituído, para, em 15 (quinze) dias, impulsionar o feito. Primavera, Pará, 11 de novembro de 2021. **ANA BEATRIZ GONÇALVES DE CARVALHO** Juíza de Direito Substituta, respondendo pela Vara Única da Comarca de Primavera/PA e do Termo Judiciário de Quatipuru/PA (Portaria n. 3669/2021-GP, de 28 de outubro de 2021)

**Processo n.: 0003505-36.2019.8.14.0044. Advogado (A): Dr (a). GEOVANO HONÓRIO SILVA DA SILVA (OAB/PA OAB/PA 15.927 (Requerente) e SHIRLENE RIBEIRO ROCHA-OAB/PA-22.505 (Requerida). Processo n.: 0003505-36.2019.8.14.0044 Promotora de Justiça: FRANCISCA SUÊNIA FERNANDES DE SÁ Requerente: CRISTINALDO DA SILVA DO MAR Requerido: LEIDELEIDE SARMENTO DOS SANTOS TERMO DE AUDIÊNCIA (XVI Semana Nacional da Conciliação)** Aos 11 (onze) dias do mês de novembro do ano de 2021, às 09h50, nesta cidade de Primavera, na sala de Audiências da Vara Única da Comarca de Primavera, ato supervisionado pela MM. Juíza de Direito Substituta, Dra. Ana Beatriz Gonçalves de Carvalho. Com as formalidades legais, foi aberta a presente audiência referente ao processo acima epigrafado, comigo conciliador abaixo assinado. Feito o pregão, constatou-se a **presença** da d. Promotora de Justiça, Dra. **FRANCISCA SUÊNIA FERNANDES DE SÁ**, virtualmente pela plataforma Microsoft Teams; a **presença** do(a) requerente, **CRISTINALDO DA SILVA DO MAR (CPF: 018.085.422-40)**, acompanhado do(a) advogado(a) Dr. **GEOVANO HONORIO SILVA DA SILVA (OAB/PA OAB/PA 15.927)**; e a **presença** do(a) requerido(a), **LEIDELEIDE SARMENTO DOS SANTOS (CPF: 035.267.352-47)**, acompanhado do(a) advogado(a) Dra. **ADRIANE PAULINO GALIZA (OAB/PA 31.282)**. Aberta a audiência, o autor ofereceu proposta no sentido de regulamentar os dias de visita ao seu filho. A parte ré não aceita a proposta e requereu constasse pedido de pagamento da pensão com desconto em folha. A advogada da requerida pediu prazo de 05 (cinco) dias para juntada de substabelecimento e manifestou interesse no Estudo Social. **Ato contínuo, faço conclusos os autos ao gabinete para deliberação.** Nada mais. Encerrou-se a presente audiência com as formalidades legais. Advertindo-se que as partes saem devidamente intimadas dos atos produzidos em audiência. O presente termo vale como termo de comparecimento, para os fins dispostos no art. 473, inc. VIII, da CLT e nas correspondentes disposições estatutárias. Assim, lavrei o presente termo que, lido e achado conforme, faço juntada, certifico que as partes acompanharam a finalização do presente termo. Eu, _____, Jonas Pereira Bezerras Júnior, conciliador, o digitei e subscrevi.**Promotora de Justiça**: virtualmente pela Plataforma Teams **Requerente**: **Advogado: Requerido**: **Advogado:**

**Processo n. 0003505-36.2019.8.14.0044 Processo apenso n. 0002867-37.2018.8.14.0044. Ação de Modificação de Guarda c/c Regulamentação de Visitas e Exoneração de Pensão. Requerente: CRISTINALDO DA SILVA DO MAR ¿ Advogado: Dr. GEOVANO HONÓRIO SILVA DA SILVA-OAB/PA-15.927. Requerida: CLEIDELEIDE SARMENTO DOS SANTOS ¿ Advogada: Dra. SHIRLENE RIBEIRO ROCHA-OAB/PA-22.505. DESPACHO ¿ 0003505-36.2019.8.14.0044** 1. Considerando que os autos versam sobre interesse de menor e que ainda não houve manifestação do Ministério Público, dê-se vistas dos autos ao parquet. - **0002867-37.2018.8.14.0044 (apenso)** 1. Chamo o feito à ordem e determino que seja intimada a autora para, em 15 (quinze) dias, informar sobre o resultado da busca e apreensão; 2. Cite-se o réu para, no prazo legal de 15 (quinze) dias, apresentar contestação, nos termos do despacho de fls. 29-30; 2. Após, vistas ao Ministério Público. P.R.I.C. Primavera, Pará, 11 de novembro de 2021. **ANA BEATRIZ GONÇALVES DE CARVALHO** Juíza de Direito Substituta, respondendo pela Vara Única da Comarca de Primavera/PA e do Termo Judiciário de Quatipuru/PA (Portaria n. 3669/2021-GP, de 28 de outubro de 2021).

**Processo n. 0001965-50.2019.8.14.0044 Ação Pena. Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Denunciado: ADRIANO DOS SANTOS ¿ Advogado dativo: Dr. CEZAR AUGUSTO REIS TRINDADE-OABV/PA-12.489. Processo n. 0001965-50.2019.8.14.0044 DECISÃO/MANDADO** Considerando manifestação do Ministério Público de fl. 32, bem como a ausência injustificada do acusado em audiência de instrução e julgamento, malgrado devidamente intimado (fl. 27), **DECRETO** à revelia do acusado, com fulcro do art. 367 do CPP, sendo desnecessária sua intimação para os futuros atos processuais, com exceção da sentença. Por fim, apraze-se audiência para audiência de instrução conforme pauta de secretaria. **SERVIRÁ CÓPIA DESTA DECIS¿O COMO MANDADO conforme autorizado pelo PROVIMENTO CJCI 003/2009, devendo o Sr. Diretor observar o disposto em seus artigos 3º e 4º**. P.R.I.C. Primavera, Pará, 10 de novembro de 2021. **ANA BEATRIZ GONÇALVES DE CARVALHO** Juíza de Direito Substituta, respondendo pela Vara Única da Comarca de Primavera/PA e do Termo Judiciário de Quatipuru/PA (Portaria n. 3669/2021-GP, de 28 de outubro de 2021).

**Processo n. 0004771-92.2018.8.14.0044. Ação Penal. Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Denunciados: BRENDO MAX MAIA MELO e JHONATA BARROS FARIAS ¿ Advogado dativo: Dr. BRUNO RODRIGUES NUNES-OAB/PA-29.796. Processo n. 0004771-92.2018.8.14.0044. DECIS¿O** Em raz¿o da necessidade de readequaç¿o da pauta, redesigno a audiência de instruç¿o e julgamento **para 08/02/2022, às 10h30min**, oportunidade em que ser¿o ouvidos vítima (s), testemunha (s) e acusado (s). Se houver testemunha com endereço fora da Comarca, deve ser expedida precatória para oitiva pelo juízo deprecado e informado os dados do advogado do acusado ou se ele é assistido pela Defensória Publica. Intimem-se o(s) acusado(s) e seu defensor, bem como as testemunhas arroladas pelo parquet e pela defesa, com atenç¿o ao artigo 370, §4º, do Código de Processo Penal. Ciência ao Ministério Público. Considerando as recomendaç¿es da Organizaç¿o Mundial da Saúde ¿OMS-, os usuários internos e externos s¿o, obrigatoriamente, submetidos aos protocolos sanitários, com o objetivo de resguardo da saúde e prevenir o contágio pela Covid-19 ao adentar as unidades do Poder Judiciário do Pará. A Secretaria deve especificar no mandado de intimaç¿o a obrigatoriedade das partes de comparecerem utilizando máscaras de proteç¿o contra disseminaç¿o da Covid-19. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. P.R.I.C. **SERVE CÓPIA DA PRESENTE COMO MANDADO / OFÍCIO / CARTA PRECATÓRIA**. Primavera, Pará, 11 novembro de 2021. **ANA BEATRIZ GONÇALVES DE CARVALHO** Juíza de Direito Substituta, respondendo pela Vara Única da Comarca de Primavera/PA e do Termo Judiciário de Quatipuru/PA (Portaria n. 3669/2021-GP, de 28 de outubro de 2021).

**Processo n. 0003105-56.2018.8.14.0044. Ação Penal. Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Denunciado: MARCOS HUANDERSON COSTA CORREA ¿ Advogado: Dr. FERNANDO MAGALHÃES PEREIRA JÚNIOR-OAB/PA-19.674. Processo n. 0003105-56.2018.8.14.0044. DECISÃO** Em razão da necessidade de readequação da pauta, redesigno a audiência de instrução e julgamento **para 16/02/2022, às 09h**, oportunidade em que serão ouvidos vítima (s), testemunha (s) e acusado (s). Se houver testemunha com endereço fora da Comarca, deve ser expedida precatória para oitiva pelo juízo deprecado e informado os dados do advogado do acusado ou se ele é assistido pela Defensória Publica. Intimem-se o(s) acusado(s) e seu defensor, bem como as testemunhas arroladas pelo parquet e pela defesa, com atenção ao artigo 370, §4º, do Código de Processo Penal. Ciência ao Ministério Público. Considerando as recomendações da Organização Mundial da Saúde ¿OMS-, os usuários internos e externos são, obrigatoriamente, submetidos aos protocolos sanitários, com o objetivo de resguardo da saúde e prevenir o contágio pela Covid-19 ao adentar as unidades do Poder Judiciário do Pará. A Secretaria deve especificar no mandado de intimação a obrigatoriedade das partes de comparecerem utilizando máscaras de proteção contra disseminação da Covid-19. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. P.R.I.C. **SERVE CÓPIA DA PRESENTE COMO MANDADO / OFÍCIO / CARTA PRECATÓRIA**. Primavera, Pará, data e hora firmados em assinatura eletrônica. **ANA BEATRIZ GONÇALVES DE CARVALHO** Juíza de Direito Substituta, respondendo pela Vara Única da Comarca de Primavera/PA e do Termo Judiciário de Quatipuru/PA (Portaria n. 3669/2021-GP, de 28 de outubro de 2021)

**Processo n. 0004265-53.2017.8.14.0044. Ação Penal. Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Denunciado: ALDAIR JOSÉ SANTOS BARBOSA - Advogado dativo: Dr. BRUNO RODRIGUES NUNES-OAB/PA-29.796. Processo n. 0004265-53.2017.8.14.0044. DECIS¿O** Em raz¿o da necessidade de readequaç¿o da pauta, redesigno a audiência de instruç¿o e julgamento **para 08/02/2022, às 10h**, oportunidade em que ser¿o ouvidos vítima (s), testemunha (s) e acusado (s). Se houver testemunha com endereço fora da Comarca, deve ser expedida precatória para oitiva pelo juízo deprecado e informado os dados do advogado do acusado ou se ele é assistido pela Defensória Publica. Intimem-se o(s) acusado(s) e seu defensor, bem como as testemunhas arroladas pelo parquet e pela defesa, com atenç¿o ao artigo 370, §4º, do Código de Processo Penal. Ciência ao Ministério Público. Considerando as recomendaç¿es da Organizaç¿o Mundial da Saúde ¿OMS-, os usuários internos e externos s¿o, obrigatoriamente, submetidos aos protocolos sanitários, com o objetivo de resguardo da saúde e prevenir o contágio pela Covid-19 ao adentar as unidades do Poder Judiciário do Pará. A Secretaria deve especificar no mandado de intimaç¿o a obrigatoriedade das partes de comparecerem utilizando máscaras de proteç¿o contra disseminaç¿o da Covid-19. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. P.R.I.C. **SERVE CÓPIA DA PRESENTE COMO MANDADO / OFÍCIO / CARTA PRECATÓRIA**. Primavera, Pará, 11 novembro de 2021. **ANA BEATRIZ GONÇALVES DE CARVALHO** Juíza de Direito Substituta, respondendo pela Vara Única da Comarca de Primavera/PA e do Termo Judiciário de Quatipuru/PA (Portaria n. 3669/2021-GP, de 28 de outubro de 2021).

**COMARCA DE CAMETÁ**

**SECRETARIA DA 2ª VARA DE CAMETÁ**

RESENHA: 15/11/2021 A 16/11/2021 - SECRETARIA DA 2ª VARA DE CAMETA - VARA: 2ª VARA DE CAMETA PROCESSO: 00846531020158140012 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS A??o: Procedimento Sumário em: 16/11/2021---REQUERENTE:MARIA BRITO SANCHES Representante(s): OAB 19482 - LUCIANA BARROS DE MEDEIROS (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PANAMERICANO SA Representante(s): OAB 23522-A - EDUARDO CHALFIN (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PAN S A Representante(s): OAB 23522-A - EDUARDO CHALFIN (ADVOGADO) . SENTENÃ¿A Dispensado o relatÃ³rio (art. 38 da Lei 9.099/1995). De acordo com a sentenÃ§a (fls. 52/53), o executado foi condenado ao pagamento de R$6.000,00 seis mil reais a tÃ-tulo de indenizaÃ§Ã£o por danos morais e a devolver em dobro todas as parcelas indevidamente descontadas dos contratos objeto da lide (482086823, 471442097 e 48274868). NÃ£o satisfeito, interpÃ´s apelaÃ§Ã£o (fls. 54/63), a qual nÃ£o foi recebida pela Turma Recursal (fl. 77) em razÃ£o da sua intempestividade, que inviabilizou a aplicaÃ§Ã£o do princÃ-pio da fungibilidade na admissÃ£o do recurso como inominado (jÃ¡ que se trata de feito que tramita sob o rito dos juizados especiais). Com o trÂ¢nsito em julgado, o devedor pagou voluntariamente apenas os danos morais e sustentou, nos embargos Ã  execuÃ§Ã£o, sua ilegitimidade passiva para a causa. Decido. NÃ£o hÃ¡ como prosperar, na atual fase do processo, a alegaÃ§Ã£o do executado. Com efeito, ele arguiu sua ilegitimidade passiva na contestaÃ§Ã£o, porÃ©m a sentenÃ§a nÃ£o se manifestou sobre a tese. Em tais situaÃ§Ãµes, o CÃ³digo de Processo Civil assegura o manejo de embargos de declaraÃ§Ã£o para suprir omissÃ£o de ponto ou questÃ£o sobre o qual o magistrado devia se pronunciar de ofÃ-cio ou a requerimento. O devedor nada fez nÃ£o se utilizou desse recurso, tendo interposto apelaÃ§Ã£o que nÃ£o pÃ´de ser aproveitada em razÃ£o da extemporaneidade. Oportuno frisar que o art. 52, IX, da Lei 9.099/95, dispÃµe que os embargos deverÃ£o frisar sobre a falta ou nulidade da citaÃ§Ã£o no processo (se ele correu Ã  revelia), manifesto excesso de execuÃ§Ã£o, erro de cÃ¡lculo e causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigaÃ§Ã£o, superveniente Ã  sentenÃ§a, nÃ£o tendo sido alegada pelo devedor qualquer dessas situaÃ§Ãµes. Acobertada pelo manto da coisa julgada, somente por aÃ§Ã£o rescisÃ³ria e nas taxativas hipÃ³teses previstas no art. 966 do CÃ³digo de Processo Civil poderÃ¡ ser rescindida decisÃ£o de mÃ©rito, ressaltando-se que, em se tratando de procedimento sob o rito dos juizados especiais, hÃ¡ expressa vedaÃ§Ã£o legal: Art. 59. NÃ£o se admitirÃ¡ aÃ§Ã£o rescisÃ³ria nas causas sujeitas ao procedimento instituÃ-do por esta Lei. Por todo o exposto, julgo improcedentes os embargos Ã  execuÃ§Ã£o e homologo os cÃ¡lculos da exequente, Ã s fls. 97/102. Tendo sido assegurado o JuÃ-zo pela penhora on line, declaro satisfeita a obrigaÃ§Ã£o, extinguindo o processo pelo pagamento, nos termos do art. 526, Â§3Âº, do CPC. Proceda-se Ã  transferÃªncia do valor bloqueado na fl. 105 para conta judicial e, apÃ³s, expeÃ§a-se alvarÃ¡ em nome do advogado JOCELINDO FRANCÃ¿S MEDEIROS, regularmente habilitado com poderes especiais na procuraÃ§Ã£o de fl. 19. P. R. I. Transitada em julgado, arquivem-se. CametÃ¡/PA, 12 de novembro de 2021. JosÃ© Matias Santana Dias Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara.

**COMARCA DE BREU BRANCO**

**SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE BREU BRANCO**

RESENHA: 17/04/2022 A 17/04/2022 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE BREU BRANCO - VARA: VARA UNICA DE BREU BRANCO

P R O C E S S O : 0 0 0 1 2 1 5 0 4 2 0 1 5 8 1 4 0 1 0 4 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREY MAGALHAES BARBOSA A??o: Cumprimento de sentença em: 17/04/2022---REQUERENTE:MARIA DE MISERICORDIA DE LIMA Representante(s): OAB 18865 - LUAN DE OLIVEIRA COSTANTINI (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO E S T A D O D O P A R Ã C O M A R C A D E B R E U B R A N C O _____ Processo nÂº.: 0001215.04.2015.8.14.0104 AÃ§Ã£o: PensÃ£o por Morte de Trabalhador Rural. Requerente: Maria de MisericÃ³rdia de Lima. Â SENTENÃ¿A Vistos, etc. 1-Â Â Â Â Â Proceda a secretaria com a alteraÃ§Ã£o da fase processual no sistema LIBRA e na capa do processo, passando de procedimento sumÃ¡rio para Cumprimento de SentenÃ§a. 2. Considerando a comprovaÃ§Ã£o de deposito pelo TRF da 1Âª RegiÃ£o fls.76/77. 3. Defiro como requer o petitÃ³rio de fls.78/80. 4. Intime-se a parte beneficiaria pessoalmente informando sobre a decisÃ£o de levantamento de alvarÃ¡, caso a expediÃ§Ã£o do alvarÃ¡ seja exclusiva em nome do patrono. 5. ApÃ³s, nÃ£o havendo requerimentos pendentes de anÃ¡lise, arquive-se os autos, extinguindo a execuÃ§Ã£o com base no art. 924, II do NCPC. 6. P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Breu Branco, 08 de novembro 2021. ANDREY MAGALHÃ¿ES BARBOSA Juiz de Direito Â Â FÃ³rum Juiz Manuel Maria Barros Costa Av. BelÃ©m, s/nÂº, bairro centro, tel./fax: (94) 3786 1414, CEP: 68.488-000 Breu Branco/PA

## COMARCA DE BRASIL NOVO

### SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE BRASIL NOVO

RESENHA: 12/11/2021 A 12/11/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE BRASIL NOVO - VARA: VARA UNICA DE BRASIL NOVO PROCESSO: 00001069820088140071 PROCESSO ANTIGO: 200810000923 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AYANA SANTOS DE OLIVEIRA A??o: OUTRAS em: 12/11/2021---REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL REQUERENTE:RENILDA SOARES DE ANDRADE Representante(s): OAB 18258-A - MARCOS ANTONIO SILVA DOS SANTOS (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃ¿RIOÂ Â  Autos nÂº 0000106-98.2008.8.14.0071 Â  Considerando as disposiÃ§Ãµes contidas no Artigo 1Âº, Â§ 2Âº, do Provimento nÂº 006/2006-CJRMB do TJE/PA, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono habilitado nos autos, para tomar ciÃªncia do trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a de fls. 112/115. Brasil Novo - PA, 12 de novembro de 2021. Â  Ayana Oliveira Auxiliar JudiciÃ¡rio

PROCESSO: 00001017620088140071 PROCESSO ANTIGO: 200810000866 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AYANA SANTOS DE OLIVEIRA A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/11/2021---REQUERIDO:INNS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL REQUERENTE:NERI JOAQUINA SALES Representante(s): OAB 27346 - MARCOS ANTONIO SILVA DOS SANTOS (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃ¿RIOÂ Â  Autos nÂº 0000101-76.2008.8.14.0071 Â  Considerando as disposiÃ§Ãµes contidas no Artigo 1Âº, Â§ 2Âº, do Provimento nÂº 006/2006-CJRMB do TJE/PA, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono habilitado nos autos, para no prazo de 05(cinco) dias tomar ciÃªncia do trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a de fls. 112/115 e requerer o que entender de direito. Brasil Novo - PA, 12 de novembro de 2021. Â  Ayana Oliveira Auxiliar JudiciÃ¡rio

**COMARCA DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA**

**SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA**

PROCESSO: 0003244-35.2019.8.14.0056
REQUERENTE: DAVID FARIAS TENORIO
REQUERENTE: MARCIA FARIAS TENORIO
REQUERENTE: FRANCISCO MAGNO FARIAS
ADVOGADA: DRA. RISIA CELENE FARIAS DOS SANTOS OAB/PA 20.414

Vistos.
Pela derradeira vez, intime-se a parte autora, por seus advogados constituídos, exclusivamente via dj-e, para que no prazo de 10 dias cumpra o disposto às fls. 31.
Na inércia o feito será extinto por ausência de interesse.
S¿o Sebasti¿o da Boa Vista, 08 de novembro de 2021.

LEANDRO VICENZO SILVA CONSENTINO
Juiz de Direito

PROCESSO: 0005283-73.2017.8.14.0056
AUTOR: MINISTÉRIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA
REQUERIDO: JOSE HILTON PINHEIRO DE LIMA
ADVOGADO: DR. EMANOEL O¿ DE ALMEIDA FILHO OAB/PA 5399
ADVOGADO: DR. GUSTAVO O¿ DE ALMEIDA DE SOUSA OAB/PA 18.603

Vistos.
Intime-se a parte requerida, por seus advogados constituídos, exclusivamente via dj-e e após via remessa, para que no prazo de 10 dias manifeste-se sobre petiç¿o de fls. 206, comprovando documentalmente a finalizaç¿o das obras observando o relatório de vistoria técnica de fls. 196/201.
Com a manifestaç¿o, que deve ser apresentada em 15 dias, tornem conclusos.
S¿o Sebasti¿o da Boa Vista, 08 de novembro de 2021.

LEANDRO VICENZO SILVA CONSENTINO
Juiz de Direito

**COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS**

**SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS**

PROCESSO: 00041683420188140136 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IORRANE AUGUSTO DE OLIVEIRA SILVA A??o: Inventário em: 12/11/2021---INVENTARIANTE:AURICELIA FERREIRA NEVES INVENTARIANTE:AIJALAN FERREIRA NEVES Representante(s): OAB 5075 - FERNANDO VALENTIM DE SOUZA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 20614 - MARCOS VINICIUS LOPES DE FARIAS (ADVOGADO) INVENTARIANTE:NASCELIA GOMES LIMA Representante(s): OAB 15427-B - ANA MARIA MOREIRA SILVA (ADVOGADO) INVENTARIANTE:ISANIO FERREIRA NEVES Representante(s): OAB 12264-A - EDUARDO GONCALVES DE MAGALHAES (ADVOGADO) INVENTARIANTE:ELIMAR FERREIRA NEVES INVENTARIADO:RAIMUNDO NONATO NEVES. ATO ORDINATÃ¿RIO Ante a ampliaÃ§Ã£o do programa de digitalizaÃ§Ã£o e virtualizaÃ§Ã£o no Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, visando garantir maior celeridade e seguranÃ§a na tramitaÃ§Ã£o dos processos, beneficiando os jurisdicionados e todos os operadores do Direito. Com o intuito de dar continuidade Ã  digitalizaÃ§Ã£o de todos os processos do acervo fÃ-sico, garantindo assim a implantaÃ§Ã£o do acervo 100% digital dessa 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s, ENCAMINHO para que seja efetivada a migraÃ§Ã£o dos presentes autos para o Sistema PJE, nos termos da Portaria nÂº1304/2021 -GP desse ETJPA, DEVENDO ser procedido imediatamente o encaminhamento dos autos Ã  Central de DigitalizaÃ§Ã£o do Sudeste do ParÃ¡ - Parauapebas. INTIMEM-SE as partes para tomarem conhecimento desta decisÃ£o. CanaÃ£ dos CarajÃ¡s/PA, _____/_____/_____. Iorrane Augusto de O Silva Diretor de Secretaria Â  1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡sPROCESSO: 00007108720108140136 PROCESSO ANTIGO: 201010005648 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IORRANE AUGUSTO DE OLIVEIRA SILVA A??o: Inventário em: 12/11/2021---INVENTARIADO:RAIMUNDO NONATO NEVES INVENTARIANTE:AIJALAN FERREIRA NEVES Representante(s): OAB 5075 - FERNANDO VALENTIM DE SOUZA JUNIOR (ADVOGADO) INVENTARIANTE:ISANIO FERREIRA NEVES Representante(s): OAB 12264-A - EDUARDO GONCALVES DE MAGALHAES (ADVOGADO) INVENTARIANTE:AURICELIA FERREIRA NEVES INVENTARIANTE:ELIMAR FERREIRA NEVES INVENTARIANTE:NASCELIA GOMES LIMA Representante(s): OAB 15427-B - ANA MARIA MOREIRA SILVA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃ¿RIO Ante a ampliaÃ§Ã£o do programa de digitalizaÃ§Ã£o e virtualizaÃ§Ã£o no Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, visando garantir maior celeridade e seguranÃ§a na tramitaÃ§Ã£o dos processos, beneficiando os jurisdicionados e todos os operadores do Direito. Com o intuito de dar continuidade Ã  digitalizaÃ§Ã£o de todos os processos do acervo fÃ-sico, garantindo assim a implantaÃ§Ã£o do acervo 100% digital dessa 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s, ENCAMINHO para que seja efetivada a migraÃ§Ã£o dos presentes autos para o Sistema PJE, nos termos da Portaria nÂº1304/2021 -GP desse ETJPA, DEVENDO ser procedido imediatamente o encaminhamento dos autos Ã  Central de DigitalizaÃ§Ã£o do Sudeste do ParÃ¡ - Parauapebas. INTIMEM-SE as partes para tomarem conhecimento desta decisÃ£o. CanaÃ£ dos CarajÃ¡s/PA, _____/_____/_____. Iorrane Augusto de O Silva Diretor de Secretaria Â  1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡sPROCESSO: 00035347720148140136 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IORRANE AUGUSTO DE OLIVEIRA SILVA A??o: Cumprimento Provisório de Decisão em: 12/11/2021---INVENTARIANTE:AIJALAN FERREIRA NEVES Representante(s): OAB 5075 - FERNANDO VALENTIM DE SOUZA JUNIOR (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃ¿RIO Ante a ampliaÃ§Ã£o do programa de digitalizaÃ§Ã£o e virtualizaÃ§Ã£o no Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, visando garantir maior celeridade e seguranÃ§a na tramitaÃ§Ã£o dos processos, beneficiando os jurisdicionados e todos os operadores do Direito. Com o intuito de dar continuidade Ã  digitalizaÃ§Ã£o de todos os processos do acervo fÃ-sico, garantindo assim a implantaÃ§Ã£o do acervo 100% digital dessa 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s, ENCAMINHO para que seja efetivada a migraÃ§Ã£o dos presentes autos para o Sistema PJE, nos termos da Portaria nÂº1304/2021 -GP desse ETJPA, DEVENDO ser procedido imediatamente o encaminhamento dos autos Ã  Central de DigitalizaÃ§Ã£o do Sudeste do ParÃ¡ - Parauapebas. INTIMEM-SE as partes para tomarem conhecimento desta decisÃ£o. CanaÃ£ dos CarajÃ¡s/PA, _____/_____/_____. Iorrane Augusto de O Silva Diretor de Secretaria Â  1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s

**COMARCA DE AUGUSTO CORREA**

**SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE AUGUSTO CORREA**

| | |
|---|---|
| Proc. Nº | 0000085-53.2016.8.14.0068 |
| Autos de: | AUTOS DE AÇÃO PENAL |
| Capitulaç¿o Penal: | Art. 157, §2º, I, II e V e Art. 288, parágrafo único, ambos do CPB. |
| Acusado 1: | MÁRCIO ROBERTO DO NASCIMENTO VIEGAS |
| Patrona: | MARIA AMÉLIA LOBATO VASQUES VASCONCELOS - OAB/PA ¿ 12.903 |
| Acusado 2: | LUCIANO SILVA DE AVIZ. |
| Patrona: | MARIA AMÉLIA LOBATO VASQUES VASCONCELOS - OAB/PA ¿ 12.903 |
| Acusado 3: | WALTERLEY GUEDES DE ALMEIDA |
| Patrona: | MARIA AMÉLIA LOBATO VASQUES VASCONCELOS - OAB/PA ¿ 12.903 |
| Acusado 4: | DORACIR SILVA DE AVIZ |
| Patrono: | MARIA AMÉLIA LOBATO VASQUES VASCONCELOS - OAB/PA ¿ 12.903 |
| Acusado 5: | IVANILDO DO NASCIMENTO MARTINS |
| Patrona: | MARIA AMÉLIA LOBATO VASQUES VASCONCELOS - OAB/PA ¿ 12.903 |
| Vítima: | I. P. D. S. |

**SENTENÇA - MÉRITO**

Vistos etc.

O Ministério Público do Estado do Pará, no uso de suas atribuiç¿es legais, com base no incluso Inquérito Policial ofereceu denúncia contra DORACIR SILVA DE AVIZ, IVANILDO DO NASCIMENTO MARTINS, LUCIANO SILVA DE AVIZ, MARCIO ROBERTO NASCIEMENT VIEGA e WALTER GUEDES DE ALMEIDA, todos qualificados nos autos, pela suposta prática dos crimes previstos no art. 157, § 2°, I, II e V do CP c/c art 288 do CP.

A denúncia foi recebida, com apresentaç¿o de defesa prévia.

Audiência de Instruç¿o e Julgamento foi realizada ouvidas as testemunhas, vítimas e interrogatório.

O Ministério Público apresentou alegaç¿es finais, requerendo a condenaç¿o dos acusados nos termos da denúncia e a Defesa pugnou pela absolviç¿o por ausência de provas.

É o relatório. DECIDO.

Para mim, analisando as provas colacionadas nos autos, n¿o ficou comprovada a autoria delitiva a fim de embasar um decreto condenatório, pois ausente prova ou indícios da autoria do crime imputado aos acusados, a fim de se justificar uma condenaç¿o.

Com a oitiva das testemunhas e vítima n¿o restou comprovada a autoria delitiva a fim de justificar um decreto condenatório com provas produzidas exclusivamente em sede policial, nos termos do art. 155 do CPP.

No que concerne ao art. **155** do **CPP,** tem-se que
mencionado dispositivo legal veda a condenaç¿o baseada
exclusivamente em elementos extrajudiciais.

N¿o há provas produzidas judicialmente que indicam que os acusados foram os autores dos delitos, outrossim, a vítima ouvida por carta precatória disse que n¿o poderia reconhecer os autores do crime, pois ficou a todo momento encapuzada inclusive relatando que n¿o poderia identificar com quaisquer traços físicos dos agentes.

Ademais n¿o ficou comprovado o crime previsto no art. 288 do CP, pois ausente a configuraç¿o do vínculo permanente, constante dos agentes com vistas à prática de crimes.

Dessa forma, diante de todos os elementos elencados, se torna frágil e insuficiente as provas indicadas a fim de motivar uma condenaç¿o, pois ausente elementos para aferir a autoria delitiva, na medida em que está restrita aos depoimentos prejudicados pelo decurso do tempo.

Isso posto, com base em tudo que foi exposto nesta decis¿o, JULGO IMPROCEDENTE a Denúncia, para Absolver os acusados DORACIR SILVA DE AVIZ, IVANILDO DO NASCIMENTO MARTINS, LUCIANO SILVA DE AVIZ, MARCIO ROBERTO NASCIEMENT VIEGA e WALTER GUEDES DE ALMEIDA, diante da ausência de provas de ter o réu concorrido com a infraç¿o penal, nos termos do art. 386, II do CPP.

Intime-se o Ministério Público.

Intimem-se a os réus por meio da Defesa.

Expeça-se o necessário.

P. R. I. Cumpra-se. Após o prazo recursal, arquive-se o processo dando baixa no sistema.

Augusto Corrêa(PA), 27 de agosto de 2021.

ÂNGELA GRAZIELA ZOTTIS
Juíza de Direito titular da Comarca de Augusto Corrêa/PA

Ação de Curatela

Processo nº **0800083-74.2021.8.14.0068**

Requerente: **RONALDO RIBEIRO PIMENTA**

Interditando: **BERNARDA RIBEIRO DE OLIVEIRA PIMENTA**

**SENTENÇA**

Vistos,

Trata-se de Ação de Curatela, na qual o requerente **RONALDO RIBEIRO PIMENTA**, (QUALIFICAÇÃO), **requer a Interdição** de seu genitora **BERNARDA RIBEIRO PIMENTA**, (QUALIFICAÇÃO).

Aduz a inicial que a interditanda apresenta problemas de saúde é portadora de demência avançada por doença de Alzheimer (CID 10 G30), conforme laudo médico em anexo, estando impossibilitada de exercer os atos da vida civil, necessitando que o requerente zele por sua vida civil.

Ressalta que a interditando não possui patrimônio.

Observa-se nos autos que há comprovação do vínculo entre as partes, sendo o requerente é filho da inerditanda, confirmando sua legitimidade para requerer a curatela.

Houve a realização de audiência na data de 04/11/2021, ocasião em que foi realizado o interrogatório da interditando e a oitiva do requerente.

O Ministério Público se manifestou pelo deferimento do pedido.

Nomeada curadora especial, fora apresentada contestação por negativa geral.

DECIDO.

Verifica-se pelo laudo médico que a interditanda apresenta problemas de saúde é portadora de demência avançada por doença de Alzheimer (CID 10 G30), conforme laudo médico em anexo, estando impossibilitada de exercer os atos da vida civil, necessitando que o requerente zele por sua vida civil, tendo caráter irreversível, bem como houve a interpelação dela em audiência, quando foi possível observar a real condição médica, necessitando de auxílio de terceiros para praticar suas atividades cotidianas, sendo incapaz de reger sua pessoa, constatando como verdadeiros os fatos narrados pelo requerente.

Logo, não existe razão para o prosseguimento da instrução com a inquirição de testemunhas. Tal fato apenas delongaria desnecessariamente o feito, visto que a audiência prevista no art. 1.183 do CPC não se constitui como imprescindível ao deslinde da questão proposta.

Os laudos médicos e periciais juntados aos autos, subscritos por profissional da área de saúde, são suficientes também para confirmar a debilidade da interditando.

Portanto, em decorrência da doença que lhe acomete, o requerido não está em condições de praticar os atos da vida civil com plena consciência.

O conteúdo dos autos já fornece elementos suficientes para dar ensejo ao pleito. Além disso, é irrefutável a alegação de que o filho **RONALDO RIBEIRO PIMENTA** seja a pessoa mais habilitada ao exercício da curatela, com plenas condições de assumir o encargo.

Ante isso, com fundamentos anteriores, julgo procedente a ação, com fulcro no art. 755 do CPC e DECRETO A INTERDIÇÃO DE **BERNARDA RIBEIRO PIMENTA**.

Dessa forma, julgo procedente a ação, com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, I do CPC.

***EXPEÇA-SE*** o Termo de Curatela Definitiva, intimando a Sr **RONALDO RIBEIRO PIMENTA** para que compareça em Cartório para assiná-lo.

Prestado o compromisso, expedir o mandado para averbação no Registro Civil e as certidões que se fizerem necessárias, visto que a sentença de interdição produz efeitos desde logo, ainda que sujeita a apelação (art. 1.773 do CC).

CONDENO o Estado do Pará, devido à inexistência de unidade da Defensoria Pública nesta Comarca, ao pagamento de honorários advocatícios em favor da curadora especial Dra. ANA MARIA BARBOSA BICHARA, OAB/PA 26.646, no valor de R$ 3.788,80 (três mil e setecentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos).

Sem custas, uma vez que amparada pela assistência judiciária.

Intime-se a Sr **RONALDO RIBEIRO PIMENTA ora** requerente.

Intime-se o curador especial.

Dê-se ciência ao MP.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, dando baixa no sistema.

Expeça-se o necessário.

DECISÃO SERVINDO DE MANDADO.

P. R. I. Cumpra-se.

Augusto Corrêa/PA, 04 de novembro de 2021.

**ANGELA GRAZIELA ZOTTIS**

Juíza de Direito Titular da

Vara Única da Comarca de Augusto Corrêa

## COMARCA DE MARAPANIM

## SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MARAPANIM

RESENHA: 10/11/2021 A 10/11/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE MARAPANIM - VARA: VARA UNICA DE MARAPANIM PROCESSO: 00032040520178140030 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: REQUERENTE: S. H. C. F. Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO: S. S. F. Representante(s): OAB 18555 - DIEGO QUEIROZ GOMES (ADVOGADO)

**COMARCA DE PRAINHA**

**SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE PRAINHA**

**PROCESSO Nº 00066072520198140090, ESTUPRO DE VULNERÁVEL, RÉU: BRUNO SILVA ALVARENGA, AO DR. JOSÉ CARLOS MAGNO OAB/PA 30437. Com escritório sito na Rua Manoel Alvarenga s/n, Bairro da Liberdade, nesta cidade de Prainha/PA. I N T I M A Ç Ã O J U D I C I A L**, Através do presente, de ordem do Dr. SIDNEY POMAR FALCÃO, MM. Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Prainha, fica Vossa Senhoria devidamente intimada **para comparecer à audiência de instrução e julgamento designada para o dia 02/12/2021, às 08:30hs**. Na sala de audiência no Prédio do Fórum desta Comarca de Prainha-Pá

**PROCESSO Nº 00066072520198140090, ESTUPRO DE VULNERÁVEL, RÉU: BRUNO SILVA ALVARENGA, AO DR. JOSÉ CARLOS MAGNO OAB/PA 30437. Com escritório sito na Rua Manoel Alvarenga s/n, Bairro da Liberdade, nesta cidade de Prainha/PA. I N T I M A Ç Ã O J U D I C I A L**, Através do presente, de ordem do Dr. SIDNEY POMAR FALCÃO, MM. Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Prainha, fica Vossa Senhoria devidamente intimada **para comparecer à audiência de instrução e julgamento designada para o dia 02/12/2021, às 08:30hs**. Na sala de audiência no Prédio do Fórum desta Comarca de Prainha-Pá

## COMARCA DE SALVATERRA

## SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SALVATERRA

P R O C E S S O : 0 0 0 3 3 1 0 1 2 2 0 1 6 8 1 4 0 0 9 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LIVIA FORMIGOSA DE LIMA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 11/11/2021---DENUNCIADO:ELTON DE SOUZA NOVAES Representante(s): OAB 8245 - FRANCISCO BENEDITO TORRES (ADVOGADO) VITIMA:G. S. C. . Ato ordinatório Nos termos do artigo 1º, § 2º, IV, do Provimento nº. 006/2006-CJRMB, c/c artigo 1º do Provimento 006/2009-CJCI, observando os termos da lei e, de ordem do MM. Juiz de Direito, expeça-se Ofício à Delegacia de Polícia do Município de Salvaterra, solicitando informações acerca da arma utilizada no crime objeto do processo nº 00033101220168140091, a saber (UMA FACA), mencionado às fls. 12, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, tendo em vista a sessão do júri designada para 17/11/2021. Salvaterra (PA), 11 de novembro de 2021. LIVIA FORMIGOSA DE LIMA Diretora de Secretaria (Provimento 006/2009-CJCI).

P R O C E S S O : 0 0 0 3 3 1 0 1 2 2 0 1 6 8 1 4 0 0 9 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LIVIA FORMIGOSA DE LIMA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 12/11/2021---DENUNCIADO:ELTON DE SOUZA NOVAES Representante(s): OAB 8245 - FRANCISCO BENEDITO TORRES (ADVOGADO) VITIMA:G. S. C. . Ato ordinatório Nos termos do artigo 1º, § 2º, IV, do Provimento nº. 006/2006-CJRMB, c/c artigo 1º do Provimento 006/2009-CJCI, observando os termos da lei e, de ordem do MM. Juiz de Direito, intime-se o MP para se manifestar acerca da Certidão do Oficial de Justiça (cumprimento de mandado de intimação), às fls. 115 dos autos. Salvaterra (PA), 12 de novembro de 2021. LIVIA

**COMARCA DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA**

**SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA**

Processo: 0000365-45.2019.8.14.0124 ¿ AÇÃO PENAL. AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO. DENUNCIADO: ELCIVAN DE SOUZA FONSECA (Adv. Cesar Augusto Barbosa Chiappetta OAB/PA 22501). ATO ORDINATÓRIO. De ordem da Exma. Juíza de Direito Titular da Comarca, INTIME-SE a parte requerida, por meio de seus advogados, via DJE, para recolher custas finais pendentes, apuradas pela Unidade de Arrecadação Local, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de inscrição do valor em dívida ativa. São Domingos do Araguaia-PA, 09 de novembro de 2021. FLÁVIA CAROLINA RAMOS MENDONÇA RABÊLO ROCHA Diretora de Secretaria. Mat. 88030

P R O C E S S O : 0 0 0 3 8 2 8 6 3 2 0 1 7 8 1 4 0 1 2 4 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREA APARECIDA DE ALMEIDA LOPES A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021---REQUERENTE:FRANCISCO ARAUJO DE SOUZA Representante(s): OAB 16267-A - ANTONIO LOPES FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS DO ARAGUAIA - PREFEITURA MUNICIPAL REQUERIDO:SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS DO ARAGUAIA. Processo: 0003828-63.2017.8.14.0124 Requerente: Francisco Araujo de Souza Advogado: Antonio Lopes Filho, OAB/PA 16267-A Requerido: MunicÃ-pio de SÃ£o Domingos do Araguaia - Prefeitura Municipal Requerido: Secretaria de Obras do MunicÃ-pio de SÃ£o Domingos do Araguaia DECISÃ¿O Vistos os autos. NÃ£o havendo preliminares, na forma do art. 357 do CPC, passo a sanear o feito. 1. Fatos 1.1 Aduz o Autor que sofreu acidente de trabalho em 01 de julho de 2016 causando afastamento mÃ©dico em 29 de julho de 2016 e consequente perda da visÃ£o. 1.2 Ainda em suas alegaÃ§Ãµes, o Requerente relaciona o Dano Material a sua perda patrimonial se balizando na expectativa de vida. 2. Direito Tendo em vista que se discute nos autos acerca da responsabilidade civil do Estado por atos praticados por seu agente no Ã¢mbito do desempenho de suas funÃ§Ãµes, analisada sobre o prisma da natureza objetiva dessa responsabilidade atribuÃ-da ao Poder PÃºblico, reputo que basta a comprovaÃ§Ã£o da ocorrÃªncia de lesÃ£o causada Ã  vÃ-tima e a relaÃ§Ã£o de causalidade dessa com as atividades estatais para que surja o dever de indenizar pelo dano pessoal e/ou patrimonial sofrido. Nesse sentido, como Ã© certo, essa responsabilidade objetiva estatal nÃ£o se reveste de carÃ¡ter absoluto, eis que admite abrandamento e, atÃ© mesmo, exclusÃ£o da prÃ³pria responsabilidade civil do Estado nas hipÃ³teses excepcionais configuradoras de situaÃ§Ãµes liberatÃ³rias - como o caso fortuito e a forÃ§a maior - ou evidenciadoras de ocorrÃªncia de culpa atribuÃ-vel Ã  prÃ³pria vÃ-tima (RDA 137/233 - RTJ 55/50 - RTJ 163/1107- -1109, v.g.). Assim, com todas essas perspectivas, cabe Ã  parte autora demonstrar os danos alegados (item 1), quais sejam, os prejuÃ-zos materiais, notadamente a renda auferida pela vÃ-tima, alÃ©m dos prejuÃ-zos morais nÃ£o presumÃ-veis, se houver. Ã¿ RÃ©, de seu lado, compete a demonstraÃ§Ã£o de que se ROMPEU O NEXO CAUSAL COM OS EVENTOS NOTICIADOS E AS CONSEQUÃ¿NCIAS DITAS POR EXPERIMENTADAS PELA PARTE AUTORA (item 2). I - Intimem-se as partes para indicar, no prazo de 05 dias, quais provas pretendem produzir, sob pena de preclusÃ£o ou para requererem o julgamento antecipado do mÃ©rito, caso entendam que se trata apenas de matÃ©ria de direito e que dispensa a dilaÃ§Ã£o probatÃ³ria, sob pena de preclusÃ£o temporal e estabilizaÃ§Ã£o da decisÃ£o de saneamento na forma do artigo 357, Â§ 1Âº do CPC. Â  II - Caso as partes requeiram a produÃ§Ã£o de prova testemunhal, deverÃ£o juntar o rol de testemunhas atÃ© o mÃ¡ximo de 15 (quinze) dias contados da intimaÃ§Ã£o da presente decisÃ£o. Â  III - NÃ£o especificadas provas, nÃ£o havendo provas a serem produzidas ou nÃ£o havendo necessidade de novas provas alÃ©m das constantes nos presentes autos, desde logo anuncio o julgamento antecipado do mÃ©rito. Â  IV - O protesto genÃ©rico pela produÃ§Ã£o de provas, sem especificar a sua finalidade, acarretarÃ¡ em seu indeferimento e na presunÃ§Ã£o de desistÃªncia das provas anteriormente requeridas. V - Realizado o presente saneamento, as partes tÃªm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, no prazo comum de 05 (cinco) dias, findo o qual a decisÃ£o se torna estÃ¡vel. VI - As partes

podem apresentar ao juiz, para homologaÃ§Ã£o, delimitaÃ§Ã£o consensual das questÃµes de fato e de direito, a qual, se homologada, vincula as partes e o juiz. ApÃ³s, com ou sem resposta, voltem os autos conclusos.Â  Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. ServirÃ¡ essa, mediante cÃ³pia, como citaÃ§Ã£o/intimaÃ§Ã£o/ofÃ-cio/mandado/carta precatÃ³ria, nos termos do Provimento nÂº 11/2009-CJRMB, DiÃ¡rio da JustiÃ§a nÂº 4294, de 11/03/09, e da ResoluÃ§Ã£o nÂº 014/07/2009. SÃ£o Domingos do Araguaia/Pa, 10 de novembro de 2021. ANDREA APARECIDA DE ALMEIDA LOPES JuÃ-za de Direito Titular da Comarca de SÃ£o Domingos do Araguaia/PA

P R O C E S S O :  0 0 0 5 0 6 4 5 0 2 0 1 7 8 1 4 0 1 2 4  P R O C E S S O  A N T I G O :  - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREA APARECIDA DE ALMEIDA LOPES A??o: Inventário em: 11/11/2021---REQUERENTE:RAQUEL MIRANDA DOS SANTOS Representante(s): OAB 19839 - LETICIA DA COSTA BARROS (ADVOGADO) INVENTARIADO:ALEX MENDES DA SILVA. PROCESSO: 0005064-50.2017.8.14.0124 INVENTARIANTE: RAQUEL MIRANDA DOS SANTOSÂ  ADVOGADA: LETICIA DA COSTA BARROS, OAB/PA 19.839 INVENTARIADO: ALEX MENDES DA SILVA DESPACHO I - NÃ£o desconheÃ§o do plano de partilha apresentado Ã s fls. 53/54. No entanto, verifico a informaÃ§Ã£o de que hÃ¡ ativos em conta bancÃ¡ria no nome do de cujus, juntado Ã s fls. 46. Isto posto, intime-se a inventariante para que apresente nova proposta de divisÃ£o dos bens devidamente atualizada. II - ApÃ³s, proceda-se conforme requerido pelo MinistÃ©rio PÃºblico Ã s fls. 88, vÂº, avaliando-se os bens relacionados nesses autos, por mandado a ser cumprido pelo Oficial de JustiÃ§a. Publique-se. Intime-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. ServirÃ¡ essa, mediante cÃ³pia, como citaÃ§Ã£o/intimaÃ§Ã£o/ofÃ-cio/mandado/carta precatÃ³ria, nos termos do Provimento nÂº 11/2009-CJRMB, DiÃ¡rio da JustiÃ§a nÂº 4294, de 11/03/09, e da ResoluÃ§Ã£o nÂº 014/07/2009. SÃ£o Domingos do Araguaia/Pa, 09 de novembro de 2021 ANDREA APARECIDA DE ALMEIDA LOPES JuÃ-za de Direito Titular da Comarca de SÃ£o Domingos do Araguaia/PA

P R O C E S S O :  0 0 0 7 0 6 6 9 0 2 0 1 7 8 1 4 0 1 2 4  P R O C E S S O  A N T I G O :  - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREA APARECIDA DE ALMEIDA LOPES A??o: Procedimento Sumário em: 11/11/2021---REQUERENTE:EDUARDO SANTOS RIBEIRO Representante(s): OAB 15673-A - VALDIR ALVES FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BGM SA. Processo: 0007066-90.2017.8.14.0124 Requerente: Eduardo Santos Ribeiro Advogado: Valdir Alves Filho, OAB/PA 15.673-A Requerido: Banco BGM AS Advogado: Flavia Almeida Moura Di Latella, OAB/MG 109.730 DECISÃ¿O Vistos os autos. Preclusa a oportunidade de juntada de documentos, conforme certidÃ£o de fls. 103. Diligencie a Secretaria acerca do julgamento do recurso constante desses autos. No ensejo, passo a sanear o feito. Afasto a decadÃªncia posto que o caso dos autos apura situaÃ§Ã£o relacionada Ã  responsabilidade civil do fornecedor do produto/serviÃ§o, que nÃ£o se sujeita a tal prazo extintivo, senÃ£o ao da prescriÃ§Ã£o, que tambÃ©m nÃ£o ocorre, na forma do art. 27 do CDC. Deferida a inversÃ£o do Ã´nus da prova, compete ao RÃ©u comprovar a regularidade da contrataÃ§Ã£o (5015476) e dos seus respectivos descontos no benefÃ-cio do Autor, a que, de seu lado, cabe evidenciar, se possÃ-vel, as circunstÂncias que ensejaram o atingimento de seus direitos da personalidade, alÃ©m dos descontos nos seus vencimentos e a anotaÃ§Ã£o indevida d seu nome no SERASA. Assim: I - Intimem-se as partes para indicar, no prazo de 05 dias, quais provas pretendem produzir, sob pena de preclusÃ£o ou para requererem o julgamento antecipado do mÃ©rito, caso entendam que se trata apenas de matÃ©ria de direito e que dispensa a dilaÃ§Ã£o probatÃ³ria, sob pena de preclusÃ£o temporal e estabilizaÃ§Ã£o da decisÃ£o de saneamento na forma do artigo 357, Â§ 1Âº do CPC. Â  II - Caso as partes requeiram a produÃ§Ã£o de prova testemunhal, deverÃ£o juntar o rol de testemunhas atÃ© o mÃ¡ximo de 15 (quinze) dias contados da intimaÃ§Ã£o da presente decisÃ£o. Â  III - NÃ£o especificadas provas, nÃ£o havendo provas a serem produzidas ou nÃ£o havendo necessidade de novas provas alÃ©m das constantes nos presentes autos, desde logo anuncio o julgamento antecipado do mÃ©rito. Â  IV - O protesto genÃ©rico pela produÃ§Ã£o de provas, sem especificar a sua finalidade, acarretarÃ¡ em seu indeferimento e na presunÃ§Ã£o de desistÃªncia das provas anteriormente requeridas. V - Realizado o presente saneamento, as partes tÃªm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, no prazo comum de 05 (cinco) dias, findo o qual a decisÃ£o se torna estÃ¡vel. VI - As partes podem apresentar ao juiz, para homologaÃ§Ã£o, delimitaÃ§Ã£o consensual das questÃµes de fato e de direito, a qual, se homologada, vincula as partes e o juiz. ApÃ³s, com ou sem resposta, voltem os autos conclusos.Â  Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. ServirÃ¡ essa, mediante cÃ³pia, como citaÃ§Ã£o/intimaÃ§Ã£o/ofÃ-cio/mandado/carta precatÃ³ria, nos termos do Provimento nÂº 11/2009-CJRMB, DiÃ¡rio da JustiÃ§a nÂº 4294, de 11/03/09, e da ResoluÃ§Ã£o nÂº 014/07/2009. SÃ£o Domingos do Araguaia/Pa, 10 de novembro de 2021. ANDREA APARECIDA DE ALMEIDA LOPES JuÃ-za de Direito Titular da Comarca de SÃ£o Domingos do Araguaia/PA

P R O C E S S O :  0 0 0 0 1 6 1 3 5 2 0 1 8 8 1 4 0 1 2 4  P R O C E S S O  A N T I G O :  - - -

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREA APARECIDA DE ALMEIDA LOPES A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021---REQUERENTE:MARIA LUCIA NEGREIROS SILVA Representante(s): OAB 12651-A - JOSEMI NOGUEIRA ARAUJO (ADVOGADO) OAB 20355 - CRISTIANE SITA DOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. PROCESSO: 0000161-35.2018.8.14.0124 SENTENÃ¿A Vistos os autos. 1. RELATÃ¿RIO. Trata-se de AÃ¿Ã¿O PREVIDENCIÃRIA para concessÃ£o de benefÃ-cio de PENSÃ¿O POR MORTE proposta por MARIA LUCIA NEGREIROS SILVA em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS), ambas as partes devidamente qualificadas nos autos. Narra a parte autora, em sÃ-ntese, que era casada com MANOEL ASSUNÃ¿Ã¿O SILVA, falecido em 29/05/1989. Que o falecido era segurado especial, vez que exerceu a atividade de garimpeiro atÃ© a data de seu Ã³bito. Juntou cÃ³pias de documentos como inÃ-cio de prova material, quais sejam, certidÃ£o de casamento datado de 11/10/1988 - profissÃ£o de garimpeiro, fls. 18; certidÃ£o de Ã³bito - com retificaÃ§Ã£o da profissÃ£o para garimpeiro, fls. 19; declaraÃ§Ã£o da Delegacia Distrital de Crepozinho - datada de 02/06/1989 - noticiando o acidente com o marido da Autora e de sua atividade de garimpeiro, fls. 20; carteira da cooperativa dos garimpeiros da Serra Pelada - MarabÃ¡ - PA, data de 1984, fls. 24; certificado de matrÃ-cula de garimpeiro do MinistÃ©rio da Fazenda com validade atÃ© 21/11/1985, fls. 25. Outrossim, relata que em 30/01/2015, requereu administrativamente o benefÃ-cio de pensÃ£o por morte junto ao RÃ©u, contudo, negado ao argumento de perda da qualidade de segurado falecido. Em razÃ£o disso, requer a concessÃ£o da pensÃ£o por morte, bem como o recebimento das parcelas devidas desde a data do Ã³bito. O RÃ©u apresentou contestaÃ§Ã£o suscitando prejudicial de prescriÃ§Ã£o de parcelas eventualmente vencidas antes do quinquÃªnio que antecedeu o ajuizamento da presente aÃ§Ã£o. Ademais, alegou incompetÃªncia absoluta da JustiÃ§a Federal, vez que a morte do marido da parte Autora se deu em razÃ£o de acidente de trabalho. Ressaltou que houve retificaÃ§Ã£o de dados na certidÃ£o de Ã³bto do falecido. No mÃ©rito, sustentou ausÃªncia de qualidade do segurado falecido, pugnando pela improcedÃªncia do pedido, ou de forma subsidiÃ¡ria, que a DIB deva ser fixado no dia da realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento. A parte Autora apresentou impugnaÃ§Ã£o Ã  contestaÃ§Ã£o, reafirmando os fatos e fundamentos expostos na petiÃ§Ã£o inicial. DecisÃ£o Ã s fls. 76/78, relatando o deferimento de assistÃªncia judiciÃ¡ria Ã  parte Autora e declarando incompetÃªncia absoluta da 1Âª Vara Federal da SubseÃ§Ã£o JudiciÃ¡ria de MarabÃ¡/PA, determinando a remessa desses autos para essa Comarca. DecisÃ£o Ã s fls. 83 reconhecendo a incompetÃªncia da Vara supramencionda, bem com houve a convalidaÃ§Ã£o dos atos jÃ¡ praticados, com designaÃ§Ã£o de audiÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â  Realizado audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento Ã s fls. 103, na qual houve o interrogatÃ³rio da Autora. Juntada da mÃ-dia digital Ã s fls. 114, com depoimento da testemunha Maria Leide dos Santos - audÃ-vel e sem danos. MÃ©morias finais apresentado pela Autora Ã s fls. 121/134 e pela RÃ© Ã s fls. 142. Vieram-me os autos conclusos. Ã¿ o breve relatÃ³rio. DECIDO. 2- FUNDAMENTO. Primeiramente, cumpre pontuar que sÃ£o inaplicÃ¡veis as disposiÃ§Ãµes da Lei Estadual nÂº 8.328/2015, quanto ao recolhimento antecipado das custas processuais finais, visto que se trata de parte autora beneficiÃ¡ria da gratuidade da justiÃ§a. Em atenÃ§Ã£o ao regramento do art. 12 do CPC, procede-se ao julgamento da presente demanda em atenÃ§Ã£o ao princÃ-pio da duraÃ§Ã£o razoÃ¡vel do processo e com o propÃ³sito de garantir melhor eficÃ¡cia Ã  gestÃ£o do acervo processual da serventia. Percebo que as provas necessÃ¡rias para soluÃ§Ã£o da controvÃ©rsia foram produzidas e o feito estÃ¡ apto ao julgamento. Inicialmente, destaca-se que o juiz tem o dever de se pronunciar quanto Ã  existÃªncia de matÃ©rias preliminares e/ou prejudiciais que possam efetivamente obstar a anÃ¡lise meritÃ³ria propriamente dita, habilitando-o ao Magistrado na conduÃ§Ãµa da causa com perfeito domÃ-nio, o que representa para a sentenÃ§a uma garantia de seguranÃ§a e justiÃ§a. PRELIMINAR DE PRESCRIÃ¿Ã¿O: NÃ£o hÃ¡ que se falar em decadÃªncia, pois a pretensÃ£o de ver reconhecido o benefÃ-cio previdÃªnciÃ¡rio ou acidentÃ¡rio nÃ£o se sujeita a prazo decadencial ou prescricional. Na esteira da jurisprudÃªncia jÃ¡ antes sedimentada, o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do artigo 103 da Lei 8.213/91, na redaÃ§Ã£o dada pela MP 871/19 convertida na Lei 13.846/19, na parte em que previu o prazo decadencial de dez anos para postular judicialmente benefÃ-cio previdenciÃ¡rio indeferido pelo INSS. Conforme se colhe da ementa: Â¿6. O nÃºcleo essencial do direito fundamental Ã  previdÃªncia social Ã© imprescritÃ-vel, irrenunciÃ¡vel e indisponÃ-vel, motivo pelo qual nÃ£o deve ser afetada pelos efeitos do tempo e da inÃ©rcia de seu titular a pretensÃ£o relativa ao direito ao recebimento de benefÃ-cio previdenciÃ¡rio. Este Supremo Tribunal Federal, no RE 626.489, de relatoria do i. Min. Roberto Barroso, admitiu a instituiÃ§Ã£o de prazo decadencial para a revisÃ£o do ato concessÃ³rio porque atingida tÃ£o somente a pretensÃ£o de rediscutir a graduaÃ§Ã£o pecuniÃ¡ria do benefÃ-cio, isto Ã©, a forma de cÃ¡lculo ou o valor final da prestaÃ§Ã£o, jÃ¡ que, concedida a pretensÃ£o que visa ao recebimento do benefÃ-cio, encontra-se preservado o prÃ³prio fundo do direito. 7. No caso dos autos, ao contrÃ¡rio, admitir a incidÃªncia do instituto para o caso de

indeferimento, cancelamento ou cessaÃ§Ã£o importa ofensa Ã  ConstituiÃ§Ã£o da RepÃºblica e ao que assentou esta Corte em momento anterior, porquanto, nÃ£o preservado o fundo de direito na hipÃ³tese em que negado o benefÃ-cio, caso inviabilizada pelo decurso do tempo a rediscussÃ£o da negativa, Ã© comprometido o exercÃ-cio do direito material Ã  sua obtenÃ§Ã£o. 8. AÃ§Ã£o direta conhecida em parte e, na parte remanescente, julgada parcialmente procedente, declarando a inconstitucionalidade do art. 24 da Lei 13.846/2019 no que deu nova redaÃ§Ã£o ao art. 103 da Lei 8.213/1991.Â¿ (ADI 6096, Rel. Edson Fachin, Tribunal Pleno, julgado em 13/10/2020). Apenas a cobranÃ§a das parcelas vencidas Ã© que se sujeita Ã  prescriÃ§Ã£o quinquenal, nos moldes do artigo 103, parÃ¡grafo Ãºnico, da Lei 8.213/91, desde a data em que deveriam ter sido pagas atÃ© o ajuizamento. O Superior Tribunal de JustiÃ§a tambÃ©m possui entendimento pacÃ-fico de que as prestaÃ§Ãµes previdenciÃ¡rias tÃªm caracterÃ-sticas de direitos indisponÃ-veis, daÃ- porque o benefÃ-cio previdenciÃ¡rio em si nÃ£o prescreve, somente as prestaÃ§Ãµes nÃ£o reclamadas no lapso de cinco anos Ã© que prescreverÃ£o, uma a uma, em razÃ£o da inÃ©rcia do beneficiÃ¡rio. Vejamos (grifou-se): Â¿PREVIDENCIÃRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. OMISSÃ¿O. ALEGAÃ¿Ã¿O GENÃ¿RICA. SÃ¿MULA 284/STF. CONCESSÃ¿O ERRÃ¿NEA DE BENEFÃCIO ASSISTENCIAL. CONCESSÃ¿O DE PENSÃ¿O POR MORTE. BENEFÃCIO PREVIDENCIÃRIO IMPRESCRITÃVEL. NÃ¿O INCIDÃ¿NCIA DA DECADÃ¿NCIA. 1. A suscitada violaÃ§Ã£o do art. 535 do CÃ³digo de Processo Civil de 1973 foi deduzida de modo genÃ©rico, o que justifica a aplicaÃ§Ã£o da SÃºmula 284/STF: "Ã¿ inadmissÃ-vel o recurso extraordinÃ¡rio, quando a deficiÃªncia na sua fundamentaÃ§Ã£o nÃ£o permitir a exata compreensÃ£o da controvÃ©rsia." 2. O caso nÃ£o trata de simples revisÃ£o do ato de concessÃ£o, pois nÃ£o se estÃ¡ buscando simples ajuste de seus efeitos financeiros, mas a prÃ³pria concessÃ£o do benefÃ-cio previdenciÃ¡rio que, saliente- se, erroneamente nÃ£o foi efetuada Ã  Ã©poca em que o segurado havia implementado todos os requisitos para a aposentaÃ§Ã£o. 3. Consequentemente, por se tratar, em verdade, de concessÃ£o de benefÃ-cio previdenciÃ¡rio, nÃ£o hÃ¡ que se falar em decadÃªncia, pois se estÃ¡ a lidar com direito imprescritÃ-vel. Precedente. 4. Recurso especial a que se nega provimento. STJ - REsp: 1524350 PR 2015/0076493-8, Relator: Ministro OG FERNANDES, Data de Julgamento: 04/06/2019, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJe 10/06/2019.Â¿ Com efeito, a prescriÃ§Ã£o nÃ£o atinge o direito da Autora que pleiteia pensÃ£o por morte e sim eventuais prestaÃ§Ãµes devidas no perÃ-odo anterior ao quinquÃªnio contado a partir do ajuizamento da aÃ§Ã£o, nos termos do art. 103, parÃ¡grafo Ãºnico, da Lei 8.213/1991 e do enunciado da SÃºmula 85 do STJ. Diante o exposto, AFASTO a alegaÃ§Ã£o de prescriÃ§Ã£o do prÃ³prio fundo de direito. MÃ¿RITO Presentes os pressupostos processuais e as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o e nÃ£o havendo nenhuma questÃ£o de ordem processual pendente, passo Ã  anÃ¡lise do mÃ©rito. Cinge-se a controvÃ©rsia sobre o direito da parte autora ao benefÃ-cio de pensÃ£o por morte, proveniente do falecimento de seu cÃ´njuge, MANOEL ASSUNÃ¿Ã¿O SILVA, falecido em 29/05/1989, na qualidade de segurado especial - garimpeiro. NecessÃ¡rio ressaltar que a pensÃ£o por morte Ã© regida pela legislaÃ§Ã£o vigente Ã  Ã©poca do Ã³bito do segurado, por forÃ§a do princÃ-pio tempus regit actum, encontrando-se regulamentada nos arts. 74 a 79 da Lei nÂº 8.213/91. Trata-se de benefÃ-cio previdenciÃ¡rio devido Ã  cÃ´njuge do segurado falecido, aposentado ou nÃ£o. Ademais, deve-se atentar que, sobre o tema, prescreve a sÃºmula 340 do STJ: Â¿A lei aplicÃ¡vel Ã  concessÃ£o de pensÃ£o previdenciÃ¡ria por morte Ã© aquela vigente na data do Ã³bito do seguradoÂ¿. Outrossim, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar os RREE 415.454 e 416.827, Pleno, 8.2.2007, Gilmar Mendes, entendeu que o benefÃ-cio previdenciÃ¡rio da pensÃ£o por morte deve ser regido pela lei vigente Ã  Ã©poca do Ã³bito de seu instituidor. Tem-se que tal benefÃ-cio independe de carÃªncia, tendo como requisitos para sua concessÃ£o: a) a ocorrÃªncia do evento morte; b) a comprovaÃ§Ã£o da condiÃ§Ã£o de dependente da postulante; e c) a comprovaÃ§Ã£o da qualidade de segurado quando do Ã³bito do instituidor. Assim sendo, como a morte do marido da parte Autora - MANOEL ASSUNÃ¿Ã¿O SILVA, foi em 29/05/1989, conforme comprovado por certidÃ£o de Ã³bito - com retificaÃ§Ã£o da profissÃ£o para garimpeiro, fls. 19; mais a declaraÃ§Ã£o da Delegacia Distrital de Crepozinho - datada de 02/06/1989 - noticiando o acidente com o marido da Autora e de sua atividade de garimpeiro, fls. 20, verifica-se que estÃ¡ implementada a condiÃ§Ã£o Â¿aÂ¿ supramencionada, bem como a aplicaÃ§Ã£o do Decreto 83.080/197, vigente Ã  Ã©poca do Ã³bito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â  Verifico tambÃ©m que a parte Autora e requerente do benefÃ-cio comprovou que era cÃ´njuge do falecido, conforme faz prova a cÃ³pia da certidÃ£o de casamento datado de 11/10/1988 - profissÃ£o de garimpeiro, fls. 18, o que estabelece presunÃ§Ã£o de dependÃªncia econÃ´mica, conforme a redaÃ§Ã£o original do disposto no inc. I e no Â§ 4Âº do art. 16 da Lei 8.213/1991 e do art. 15 do Decreto 83.080/1979. EstÃ¡ implementada a condiÃ§Ã£o Â¿bÂ¿ acima indicada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â  Por fim, a parte autora demonstrou que o falecido marido detinha qualidade de segurado especial porque ele sempre trabalhou na roÃ§a, bem como estava trabalhava como garimpeiro e Ã  Ã©poca do Ã³bito, conforme comprovou os documentos de declaraÃ§Ã£o da Delegacia Distrital de

Crepozinho, datado dp ano de 1989; carteira da cooperativa dos garimpeiros da Serra Pelada - MarabÃ¡ - PA, data de 1984, fls. 24; certificado de matrÃ-cula de garimpeiro do MinistÃ©rio da Fazenda com validade atÃ© 21/11/1985, fls. 25. Portanto, o indicado instituidor da pensÃ£o deve ser equiparado ao trabalhador rural, conduzindo-o ao enquadramento de segurado especialÂ - garimpeiro, de acordo com o art. 275, I, 'd', do Decreto 83.080/1979, vigente Ã  Ã©poca do falecimento, que dispÃµe: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â  Art. 275. SÃ£o beneficiÃ¡rios da previdÃªncia social rural: I - na qualidade de trabalhador rural: d) o garimpeiro autÃ´nomo, assim entendido o trabalhador que, em carÃ¡ter individual e por conta prÃ³pria, exerce as atividades de garimpagem, faiscaÃ§Ã£o e cata, e estÃ¡ matriculado no Ã³rgÃ£o competente do MinistÃ©rio da Fazenda; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â  Â Outrossim, a redaÃ§Ã£o original do inc. VII do art. 11 da Lei 8.213/1991 tambÃ©m incluiu os trabalhadores garimpeiros como segurados especiais: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â  VII - como segurado especial: o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatÃ¡rio rurais, o garimpeiro, o pescador artesanal e o assemelhado, que exerÃ§am suas atividades, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxÃ-lio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cÃ´njuges ou companheiros e filhos maiores de 14 (quatorze) anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo. (O garimpeiro estÃ¡ excluÃ-do por forÃ§a da Lei nÂº 8.398, de 7.1.92, que alterou a redaÃ§Ã£o do inciso VII do art. 12 da Lei nÂº 8.212 de 24.7.91). Na audiÃªncia de instruÃ§Ã£o, realizada em 17/03/2015, foi tomado o depoimento da autora e a mesma afirmou que: Â¿ (...)Â casou-se em 11 de outubro de 88; que seu falecido esposo faleceu em 29 de maio de 89; que procurou o inss para conseguir um benefÃ-cio mas nÃ£o conseguiu; (...) que seu esposo era garimpeiro que fazia garimpo em Crepozinho, perto de Itaituba; (...) que seu eposo morreu no garimpo, sendo soterrado; (..) que apÃ³s o Ã³bito do seu esposo, a Autora levou um tempo para procurar o INSS; (...)Â¿. Em carta precatÃ³ria, a testemunha ouvida em juÃ-zo e compromissada, MARIA LEIDE DOS SANTOS, mÃ-dia digital juntada Ã s fls. 114, confirmou que conhecia a parte autora e que seu falecido marido de fato exercia as atividades de garimpeiro atÃ© o momento da data do acidente que resultou na morte dele: Â¿ (...) que Lucia chegou no garimpo casada com Manoel - que chamava ele de Mano (..) que o garimpo chama criporizinho, distante de itaituba (..) que chegou no garimpo primeiro que Lucia; que Lucia cozinhava e o marido dela trabalhava como garimpeiro (...) que Mano garimpava; (...) que manoel trabalhava no baixÃ£o chamado morro do calango; que lÃ¡ a barreira caiu em cima dele e ele morreu (...) pelo mÃªs de maio de 89; (...) que ele foi velado na casa da irmÃ£ dela - cunhada - povoado de currutela e foi enterrado lÃ¡ (...); que manoel trabalhava por conta (...) que foi morar no garimpo desde o ano de 79 - Itaituba (...) que lucia chegou lÃ¡ no ano que o marido dela morreu (...) que trabalhava no baixÃ£o durante a semana e no sabado e domingo ia pra currutela e ficava tudo junto (...)Â¿. Todos os documentos mencionados constituem inÃ-cio razoÃ¡vel de prova material, os quais foram corroboradas pela prova testemunhal colhida nesses autos, que foi precisa e convincente da atividade de garimpeiro do falecido. Portanto, estÃ¡ tambÃ©m implementada a condiÃ§Ã£o Â¿cÂ¿ antes indicada. Assim, presentes todos os requisitos legais, a parte autora faz jus ao deferimento do benefÃ-cio de pensÃ£o por morte desde a citaÃ§Ã£o da parte RÃ©, considerando a inÃ©rcia da parte autora em procurar o INSS e ajuizar a presente aÃ§Ã£o com toda a documentaÃ§Ã£o pertinente, conforme relatado por ela em AIJ. 3 - DISPOSITIVO: Pelo exposto, tendo em vista que o Ã³bito do instituidor ocorreu em 29/05/1989, no entanto, considerando que o requerimento administrativo e ora litigioso sÃ³ foi solicitado em 31/01/2015, em razÃ£o de inÃ©rcia da Autora,Â  conforme consta de documento de fls. 12 e de seu prÃ³prio depoimento Ã s fls. 103, considerando ainda que somente com a instruÃ§Ã£o desses autos Ã© que foram apresentantados todos os documentos pertinentes Ã  comprovaÃ§Ã£o de segurado especial do falecido - garimpeiro, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na petiÃ§Ã£o inicial, com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para DETERMINAR a implantaÃ§Ã£o do benefÃ-cio previdenciÃ¡rio de PENSÃ¿O POR MORTE VITALÃCIA em favor da autora MARIA LUCIA NEGREIROS SILVA, na condiÃ§Ã£o de dependente do de cujus MANOEL ASSUNÃ¿Ã¿O SILVA e CONDENAR o INSS a implantar o benefÃ-cio de pensÃ£o por morte, com DIB em 07/12/2015 (data da citaÃ§Ã£o da autarquia RÃ©, fls.31 v.), no valor de um salÃ¡rio mÃ-nimo e DIP em atÃ© 30 (trinta) dias a contar da intimaÃ§Ã£o da presente decisÃ£o, e a pagar as diferenÃ§as vencidas entre a DIB e a vÃ©spera da DIP, as quais deverÃ£o ser atualizadas monetariamente desde quando cada parcela se tornou devida, e sofrer incidÃªncia de juros de mora a contar da citaÃ§Ã£o, nos termos do que restou decidido pelo STF no julgamento do RE 870.947, julgado em 20.09.2017, em sistemÃ¡tica de repercussÃ£o geral. Outrossim, considerando os elementos de convicÃ§Ã£o demonstrados, antecipo os efeitos da tutela e DETERMINO ao INSS que implante o benefÃ-cio concedido Ã  parte autora no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de multa de valor correspondente a 01 salÃ¡rio por cada mÃªs de descumprimento e limitada a 05 meses. Sobre as parcelas pretÃ©ritas, devem incidir correÃ§Ã£o monetÃ¡ria pelo Ãndice Nacional de PreÃ§os ao Consumidor - INPC (art. 41-A da Lei 8.213/91), a partir de quando deveriam ter sido pagas, e juros

moratÃ³rios a contar da citaÃ§Ã£o (SÃºmula 204 do STJ), em percentual equivalente ao dos juros aplicados Ã  caderneta de poupanÃ§a (art. 1Âº-F da Lei Federal 9.494/1997), observando-se, ademais, o Manual de CÃ¡lculos da JustiÃ§a Federal, cujos parÂ¢metros se harmonizam com a orientaÃ§Ã£o que se extrai do julgamento do RE 870.947/SE (Tema 810/STF) e do REsp. 1.495.146-MG (Tema 905/STJ). Condeno o requerido ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor das prestaÃ§Ãµes vencidas atÃ© a publicaÃ§Ã£o da sentenÃ§a, nos termos do art. 85, Â§ 3Âº, I, do CPC e SÃºmula 111 do STJ. A autarquia rÃ© estÃ¡ isenta das custas e emolumentos, nos termos do art. 4Âº, I, da Lei 9.289/96, do art. 24-A da Lei 9.028/95 e do art. 8Âº, Â§ 1Âº, da Lei 8.620/93. Tendo em vista que a liquidaÃ§Ã£o do valor das prestaÃ§Ãµes vencidas demanda simples cÃ¡lculo aritmÃ©tico, que por certo nÃ£o superarÃ¡ o limite de 1.000 (mil) salÃ¡rios mÃ-nimos (art. 496, Â§ 3Âº, I, do CPC), inaplicÃ¡vel a SÃºmula 490 STJ, razÃ£o pela qual dispenso a remessa necessÃ¡ria. Na hipÃ³tese de interposiÃ§Ã£o de Recurso de ApelaÃ§Ã£o, tendo em vista a nova sistemÃ¡tica estabelecida pelo CPC - que extinguiu o juÃ-zo de admissibilidade a ser exercido pelo JuÃ-zo a quo (art. 1.010, Â§ 3Âº, do CPC) -, sem nova conclusÃ£o, intime-se a parte contrÃ¡ria para que ofereÃ§a resposta no prazo de 15 (quinze) dias, observando-se a prerrogativa de prazo em dobro da Fazenda PÃºblica (art. 183 do CPC). ApÃ³s, remetam-se os autos Ã  Superior InstÃ¢ncia para apreciaÃ§Ã£o do recurso interposto. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado e nÃ£o havendo nenhum requerimento, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. SÃ£o Domingos do Araguaia/PA, 11 de novembro de 2021. ANDREA APARECIDA DE ALMEIDA LOPES JuÃ-za de Direito Titular da Comarca de SÃ£o Domingos do Araguaia

P R O C E S S O : 0 0 0 6 8 2 3 8 3 2 0 1 6 8 1 4 0 1 2 4 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREA APARECIDA DE ALMEIDA LOPES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 11/11/2021---REQUERENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 7.248/MA - ALLAN RODRIGUES FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:TELHAR TELHAS DE CONCRETO LTDA ME. Processo: 0006823-83.2016.8.14.0124 Requerente: BANCO BRADESCO SA Requerido: TELHAR TELHAS DE CONCRETO LTDA ME DECISÃ¿O Considerando que houve a citaÃ§Ã£o da Parte RÃ©, conforme certidÃ£o Ã s fls. 22, e essa nÃ£o pagou a dÃ-vida e nem indicou bens Ã  penhora, DEFIRO o pedido formulado na petiÃ§Ã£o de fls. 30, no tocante Ã  realizaÃ§Ã£o de consulta junto aos sistemas BACENJUD (atual SISBAJUD) para fins de penhora em dinheiro em contas bancÃ¡rias em nome do executado e, caso necessÃ¡rio, consulta ao sistema RENAJUD para fins de BLOQUEIO ON-LINE de veÃ-culos em seu nome. Cumpridas as determinaÃ§Ãµes acima, e, nÃ£o localizados bens em nome do RÃ©u, DEFIRO o pedido de consulta ao sistema da Receita Federal, por meio do INFOJUD, com a finalidade de obter informaÃ§Ãµes relativas ao IRPF. Com a resposta da pesquisa perante as InstituiÃ§Ãµes Financeiras, como consta das cÃ³pias anexas, intime-se o Exequente para que se pronuncie, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a resposta da (s) InstituiÃ§Ãµes e a (s) manifestaÃ§Ã£o (Ã§Ãµes) da parte executada eventualmente existente (s). Publique-se. Intime-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. ServirÃ¡ essa, mediante cÃ³pia, como citaÃ§Ã£o/intimaÃ§Ã£o/ofÃ-cio/mandado/carta precatÃ³ria, nos termos do Provimento nÂº 11/2009-CJRMB, DiÃ¡rio da JustiÃ§a nÂº 4294, de 11/03/09, e da ResoluÃ§Ã£o nÂº 014/07/2009. SÃ£o Domingos do Araguaia/Pa, 11 de novembro de 2021 ANDREA APARECIDA DE ALMEIDA LOPES JuÃ-za de Direito Titular da Comarca de SÃ£o Domingos do Araguaia/PA

P R O C E S S O : 0 0 0 0 0 0 1 8 3 2 0 1 3 8 1 4 0 1 2 4 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREA APARECIDA DE ALMEIDA LOPES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 11/11/2021---REQUERENTE:ALISUL ALIMENTOS S.A Representante(s): OAB 31005 - LUIS FELIPE LEMOS MACHADO (ADVOGADO) REQUERIDO:RONALDO BARBOSA COSTA. PROCESSO: 0000001-83.2013.8.14.0124 Â Â Â Â Â Â Â EXEQUENTE: ALISUL ALIMENTOS S.A Â Â Â Â Â Â Â EXECUTADO: RONALDO BARBOSA COSTA Â Â Â Â Â Â Â DECISÃ¿O Â Â Â Â Â Â Â Alega o exequente ser o devedor EMPRESÃRIO INDIVIDUAL, o qual nÃ£o adquire personalidade jurÃ-dica distinta de seu titular, a pessoa natural aqui epigrafada, ainda que detentor de CNPJ para finalidades tributÃ¡rias. Fato que afasta a autonomia patrimonial de ambos, jÃ¡ que o empresÃ¡rio assim considerado, nÃ£o se amolda a nenhuma das figuras descritas no art. 44 do CC. Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, reputo que o Exequente tem razÃ£o quando pretende a imputaÃ§Ã£o de responsabilidades ao titular da atividade de empresa. Conforme jÃ¡ decidiu o STJ: Â Â Â Â Â Â Â Â¿(. .. ) EmpresÃ¡rio individual Ã© a prÃ³pria pessoa fÃ-sica ou natural, respondendo os seus bens pelas obrigaÃ§Ãµes que assumiu, quer civis quer comerciais. (. .. )Â¿ Â Â Â Â Â Â Â TambÃ©m Ã© a jurisprudÃªncia pelos Tribunais PÃ¡trios: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â¿(...) o que nÃ£o ocorre na hipÃ³tese, que se trata de firma individual. Sendo assim, o seu titular responde ilimitadamente pelas obrigaÃ§Ãµes sociais assumidas.Â  Â Â Â Â Â Â Â A firma individual

ou empresÃ¡rio individual Ã© mera extensÃ£o da pessoa fÃ-sica ou natural. As relaÃ§Ãµes entre a pessoa fÃ-sica (empresÃ¡rio) e a pessoa jurÃ-dica (empresa) sÃ£o tÃ£o estreitas que, muitas vezes, se confundem. Por isso, a pessoa fÃ-sica Ã© responsÃ¡vel, com seus bens pessoais, pelos atos praticados pela empresa e o seu falecimento implica necessariamente o desaparecimento da firma por ele intitulada. Â Â Â Â Â Â Â (...) 2 - Ademais, trata-se de firma individual, ficÃ§Ã£o jurÃ-dica, de forma que os patrimÃ´nios se confundem. A propÃ³sito, Ã© a jurisprudÃªncia: "3. A firma individual Ã© mera ficÃ§Ã£o jurÃ-dica, representada integralmente pelo seu titular. O patrimÃ´nio da firma individual, entÃ£o, se confunde com o patrimÃ´nio do titular (nesse sentido: STJ, REsp 227.393/PR, Rel. Min. GARCIA VIEIRA, T1, ac. un., DJ 29/11/1999, p. 138), o que legitima a penhora sobre bem de propriedade do embargante, titular da empresa executada." (AC 2005.01.99.071531-4/MG - Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL - Convocado: JUÃZA FEDERAL MONICA NEVES AGUIAR DA SILVA - SÃ¿TIMA TURMA PublicaÃ§Ã£o: e-DJF1 p.480 de 24/02/2012.) (...)Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Anoto que, apesar de nÃ£o haver a criaÃ§Ã£o de um novo ente e existir apenas uma personalidade jurÃ-dica, hÃ¡ o entendimento de que deve ser observada a SUBSIDIARIEDADE prevista no art. 1024 do CÃ³digo Civil. Isto quer dizer que se estiver sendo cobrada uma obrigaÃ§Ã£o referente Ã  atividade empresÃ¡ria, quando da execuÃ§Ã£o, primeiro devem ser penhorados os bens ligados Ã  empresa, isto Ã©, que estÃ£o registrados no CNPJ para depois, caso nÃ£o haja patrimÃ´nio suficiente, fazer-se a constriÃ§Ã£o dos "bens particulares" do empresÃ¡rio. Esse entendimento foi objeto de enunciado na 1Âª Jornada de Direito Comercial do Conselho da JustiÃ§a Federal, Enunciado nÂ° 5: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto Ã s obrigaÃ§Ãµes decorrentes de sua atividade, o empresÃ¡rio individual tipificado no art. 966 do CÃ³digo Civil responderÃ¡ primeiramente com os bens vinculados Ã  exploraÃ§Ã£o de sua atividade econÃ´mica, nos termos do art. 1.024 do CÃ³digo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Por todo o exposto, determino a inclusÃ£o do Sr. RONALDO BARBOSA COSTA, portador do CPF 016.486.922-06, no polo passivo da demanda, devendo ser expedida citaÃ§Ã£o para ele e a empresa individual em seu nome, por Oficial de JustiÃ§a, no endereÃ§o indicado na peÃ§a exordial. Â Â Â Â Â Â Â Em relaÃ§Ã£o ao pedido de bloqueio on-line de valores, consistente na localizaÃ§Ã£o e apreensÃ£o, por meio eletrÃ´nico, de bens pertencentes ao sÃ³cio, depositados ou aplicados em instituiÃ§Ãµes bancÃ¡rias, verifico na certidÃ£o Ã s fls.25, que houve a citaÃ§Ã£o na prÃ³pria pessoa do Sr. Ronaldo Barbosa Costa, o qual se manteve inerte. Â Â Â Â Â Â Â Com a resposta da pesquisa perante as InstituiÃ§Ãµes Financeiras, como consta das cÃ³pias anexas, INTIME-SE o Exequente para que se pronuncie, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a resposta da (s) InstituiÃ§Ãµes e a (s) manifestaÃ§Ã£o (Ã§Ãµes) da parte executada eventualmente existente (s). Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ Secretaria para que promova a inclusÃ£o da Pessoa FÃ-sica RONALDO BARBOSA COSTA, portador do CPF 016.486.922-06, no polo passivo da demanda, retificando a capa dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â ServirÃ¡ essa, mediante cÃ³pia, como citaÃ§Ã£o/intimaÃ§Ã£o/ofÃ-cio/mandado/carta precatÃ³ria, nos termos do Provimento nÂº 11/2009-CJRMB, DiÃ¡rio da JustiÃ§a nÂº 4294, de 11/03/09, e da ResoluÃ§Ã£o nÂº 014/07/2009. Â Â Â Â Â Â Â SÃ£o Domingos do Araguaia/PA, 11 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â ANDREA APARECIDA DE ALMEIDA LOPES Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da Comarca de SÃ£o Domingos do Araguaia/PA

P R O C E S S O : 0 0 0 2 5 0 1 8 3 2 0 1 7 8 1 4 0 1 2 4 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREA APARECIDA DE ALMEIDA LOPES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 11/11/2021---EXEQUENTE:INDUSTRIA DE MAQUINAS KREIS LTDA Representante(s): OAB 15172 - OSCAR MAIA NETO (ADVOGADO) EXECUTADO:LORENA SOARES ELMAIS E CIA LTDA ME. PROCESSO: 0002501-83.2017.8.14.0124 EXEQUENTE: INDUSTRIA DE MAQUINAS KREIS LTDA EXECUTADO: LORENA SOARES ELMAIS E CIA LTDA ME DECISÃ¿O Vistos os autos. 1- Considerando o esclarecido com relaÃ§Ã£o Ã  divergÃªncia entre a razÃ£o social e o CNPJ da executada indicado nos autos, defiro o requerido Ã s fls. 84/85, devendo inicialmente ser realizada pesquisa via SISBAJUD. 2- Com a resposta da pesquisa perante as InstituiÃ§Ãµes Financeiras, como consta das cÃ³pias anexas, INTIME-SE o Exequente para que se pronuncie, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a resposta da (s) InstituiÃ§Ãµes e a (s) manifestaÃ§Ã£o (Ã§Ãµes) da parte executada eventualmente existente (s). 3- Intime-se e cumpra-se. ServirÃ¡ essa, mediante cÃ³pia, como citaÃ§Ã£o/intimaÃ§Ã£o/ofÃ-cio/mandado/carta precatÃ³ria, nos termos do Provimento nÂº 11/2009-CJRMB, DiÃ¡rio da JustiÃ§a nÂº 4294, de 11/03/09, e da ResoluÃ§Ã£o nÂº 014/07/2009. SÃ£o Domingos do Araguaia/Pa, 11 de novembro de 2021. ANDREA APARECIDA DE ALMEIDA LOPES JuÃ-za de Direito da Comarca de SÃ£o Domingos do Araguaia/PA.

**COMARCA DE TOME - AÇU**

**SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE TOMÉ - AÇU**

RESENHA: 05/11/2021 A 11/11/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE TOME ACU - VARA: VARA UNICA DE TOME ACU PROCESSO: 00000629220208140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Inquérito Policial em: 05/11/2021 REU:JOSE ASSIS PEREIRA DE SENA VITIMA:M. G. M. . ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU 1.Â Â Â Â Â VISTAS DO AUTOS AO MP. TomÃ©-AÃ§u/PA, 04.11.2021 JosÃ© Ronaldo Pereira Sales Juiz de Dirieto AV. 03 PODERES, S/N, CENTRO, CEP. 68680-000, FONE 3727-1290 PROCESSO: 00004316720128140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 EXEQUENTE:IBAMA/ BELEM PA EXECUTADO:MAVEL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. PROCESSO 0000431-67.2012.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao Despacho de fls. 41 dos autos nÂº 0000431-67.2012.8.14.0060 encaminhe-se os autos a UNAJ, para expediÃ§Ã£o de despesa de oficial de justiÃ§a e/ou custas referentes a expediÃ§Ã£o de Mandado de AvaliaÃ§Ã£o dos Bens Penhorados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u/PA, 05 de novembro de 2021. YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00015842820188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/11/2021 DENUNCIADO:ADMILSON PANTOJA DA GRACA VITIMA:A. C. O. E. . ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DADOS DO PROCESSO PROCESSO: 0001584-28.2018.8140060Â ClassificaÃ§Ã£o: Art. 180 DO CPBÂ Data da audiÃªncia: 04.11.2021Â HorÃ¡rio: 12H00 : SUSPENDO O PROCESSO E O CURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL, NOS TERMOS DO ART. 89, Â§ 1Âº, DA 9099/95, CIENTE O ACUSADO DE QUE O DESCUMPRIMENTO DE ALGUMAS CONDIÃÃES ACIMA OU PRÃTICA DE NOVA INFRAÃÃO DELITIVA IMPORTA A REVOGAÃÃO DO BENEFÃCIO E CONSEQUENTE PROSSEGUIMENTO DO FEITO. ACAUTELE-SE OS AUTOS EM SECRETARIA PELO PRAZO DE CUMPRIMENTO DO ACORDO. AV. 03 PODERES, S/N, CENTRO, CEP. 68680-000, FONE 3727-1290 PROCESSO: 00016090720198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Busca e Apreensão em: 05/11/2021 REQUERENTE:BANCO BRADESCO Representante(s): OAB 20455-A - MAURO PAULO GALERA MARI (ADVOGADO) REQUERIDO:JOAO ENZIO DA SILVA FERREIRA. Processo 0001609-07.2019.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1Âº, Â§2Âº, I, do Provimento nÂº. 006/2006-CJRMB, c/c com o art. 1Âº, Â§2Âº, I, do Provimento de nÂº. 006/2009-CJCI, intime-se o banco requerente, atravÃ©s de seus advogados, via publicaÃ§Ã£o no DJE, para no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar o endereÃ§o atualizado do requerido, jÃ¡ que o nÃºmero residencial do endereÃ§o informado na inicial nÃ£o foi localizado e o nome do requerido Ã© desconhecido pelos moradores locais, conforme certidÃ£o da oficiala de justiÃ§a de fls. 94 dos autos nÂº 0001609-07.2019.8.14.0060. Na oportunidade, havendo a informaÃ§Ã£o de novo endereÃ§o e consequente renovaÃ§Ã£o da diligÃªncia, fica o requerente intimado a pagar as custas para expediÃ§Ã£o de novo mandado de busca e apreensÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-aÃ§u/PA, 05 de novembro de 2021. YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria da Comarca de TomÃ©-AÃ§u PROCESSO: 00023940820158140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Monitória em: 05/11/2021 REQUERENTE:K C SCHMID LTDA ME Representante(s): OAB 15972 - LUCIANA ALVES CATRINQUE (ADVOGADO) REQUERIDO:ERASMO CARLOS DE MELO. Processo 0002394-08.2015.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1Âº, Â§2Âº, I, do Provimento nÂº. 006/2006-CJRMB, c/c com o art. 1Âº, Â§2Âº, I, do Provimento de nÂº. 006/2009-CJCI, intime-se a parte autora, atravÃ©s de sua advogada, via publicaÃ§Ã£o no DJE, para no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar o endereÃ§o atualizado do requerido, jÃ¡ que nÃ£o foi localizado o nÃºmero 39 da rua informado no endereÃ§o da inicial, sendo o nome do requerido desconhecido pelos moradores locais, conforme certidÃ£o da oficiala de justiÃ§a de fls. 43 dos autos nÂº 0002394-08.2015.8.14.0060. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â . Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-aÃ§u/PA, 05 de novembro de 2021. YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria da Comarca de TomÃ©-AÃ§u PROCESSO:

00031882420188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/11/2021 DENUNCIADO:PAULO VICTOR SOUZA DA SILVA DENUNCIADO:ELIVELTON CRUZ VENTURA VITIMA:E. . ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: 1. DETERMINO A FORMAÃÃO DE AUTOS APARTADOS EM RELAÃÃO AO ACUSADO PAULO VICTOR SOUZA DA SILVA, DEVENDO SER CITADO POR EDITAL COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, NOS TERMOS DO ART. 361, DO CPP, PARA OFERECIMENTO DE RESPOSTA Ã ACUSAÃÃO, POR INTERMÃDIO DE ADVOGADO, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS. 2. EM RELAÃÃO AO ACUSADO ELIVELTON VICTOR SOUZA DA SILVA, CONCLUSOS PARA SENTENÃA. TomÃ©-AÃ§u/PA, 04.11.2021 JosÃ© Ronaldo Pereira Sales Juiz de Direito AV. 03 PODERES, S/N, CENTRO, CEP. 68680-000, FONE 3727-1290 PROCESSO: 00038298020168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/11/2021 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:MARCOS ANDRE MOREIRA BRITO. ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU PROCESSO NÂº 0003829-80.2016.8140060Â DELIBERAÃÃO: Certifique-se a intimaÃ§Ã£o do acusado. ApÃ³s, vistas ao MP. AV. 03 PODERES, S/N, CENTRO, CEP. 68680-000, FONE 3727-1290 PROCESSO: 00042099820198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Inquérito Policial em: 05/11/2021 AUTOR:APURACAO VITIMA:E. S. C. . INQUÃRITO POLICIAL (279) PROCEDIMENTO N.: 0004209-98.2019.8.14.0060 AUTORIDADE: DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE QUATRO - BOCAS - TOMÃ AÃU/PA INVESTIGADO: EM APURAÃÃO Â DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Defiro o pedido do MP. Â Â Â Â Â Â Â Retornem os autos Ã Autoridade Policial para que cumpra as diligÃªncias requeridas pelo Parquet na petiÃ§Ã£o de fls. 47/48, no prazo de 30 (trinta) dias. Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, novamente ao MP. Â Â Â Â Â Â Â Em relaÃ§Ã£o Ã restituiÃ§Ã£o das armas de fogo e muniÃ§Ãµes apreendidas, acolho o parecer ministerial que consta na petiÃ§Ã£o de fl. 66 e determino a restituiÃ§Ã£o dos bens Ã PolÃ-cia Militar do Estado do ParÃ¡ (PM/PA), conforme determinado pelo Provimento Conjunto nÂº 002/2021-CJRMB/CJCI, art. 3Âº, I. Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se, servindo a presente como MANDADO/OFÃCIO. Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-aÃ§u/PA,Â 05 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00042365220178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Procedimento Comum Cível em: 05/11/2021 REQUERENTE:JOSIANE DE ARAUJO CASTRO Representante(s): OAB 17381 - GESSICA LOREN BAIA GOMES (ADVOGADO) OAB 17708 - MARCIA GISELLY COSTA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 19543 - BIANCA EMANUELLI SILVA DISCACCIATI (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE TOMEACU. Processo 0004236-52.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1Âº, Â§2Âº, I, do Provimento nÂº. 006/2006-CJRMB, c/c com o art. 1Âº, Â§2Âº, I, do Provimento de nÂº. 006/2009-CJCI, intime-se o perito nomeado pelo juÃ-zo para indicar nova data para a realizaÃ§Ã£o da perÃ-cia, tendo em vista nÃ£o ter havido tempo hÃ¡bil para o cumprimento do item 3 do Despacho de fls. 147 dos autos nÂº 0004236-52.2017.8.14.0060. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u/PA, 05 de novembro de 2021. YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria da Comarca de TomÃ©-AÃ§u PROCESSO: 00042365220178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Procedimento Comum Cível em: 05/11/2021 REQUERENTE:JOSIANE DE ARAUJO CASTRO Representante(s): OAB 17381 - GESSICA LOREN BAIA GOMES (ADVOGADO) OAB 17708 - MARCIA GISELLY COSTA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 19543 - BIANCA EMANUELLI SILVA DISCACCIATI (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE TOMEACU. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Em face da certidÃ£o retro, providencie-se a busca e apreensÃ£o dos autos, servindo uma via da presente certidÃ£o de mandado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 05 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00042382220178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Procedimento Comum Cível em: 05/11/2021 REQUERENTE:MARIA CELESTINA BATISTA GONCALVES Representante(s): OAB 17708 - MARCIA GISELLY COSTA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE TOMEACU. Processo 0004238-22.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1Âº, Â§2Âº, I, do Provimento nÂº. 006/2006-CJRMB, c/c com o art. 1Âº, Â§2Âº, I, do Provimento de nÂº. 006/2009-CJCI, intime-se o perito nomeado pelo juÃ-zo para indicar nova data para a realizaÃ§Ã£o da perÃ-cia, tendo em vista nÃ£o ter havido tempo hÃ¡bil para o cumprimento do item 3 do Despacho de fls. 171 dos autos nÂº 0004238-22.2017.8.14.0060. Â Â Â Â Â Â

Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-aÃ§u/PA, 05 de novembro de 2021. YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria da Comarca de TomÃ©-AÃ§u PROCESSO: 00042382220178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Procedimento Comum Cível em: 05/11/2021 REQUERENTE:MARIA CELESTINA BATISTA GONCALVES Representante(s): OAB 17708 - MARCIA GISELLY COSTA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE TOMEACU. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Em face da certidÃ£o supra, providencie-se a busca e apreensÃ£o dos autos, servindo uma via da presente certidÃ£o de mandado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 05 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00046924120138140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Execução de Alimentos em: 05/11/2021 REPRESENTADO:SOFIA HELOISA GARCIA GUIMARAES REPRESENTANTE:ALICE CORREA GARCIA Representante(s): OAB 7543-A - LUIZ GONZAGA BARRETO FILHO (ADVOGADO) OAB 27902 - LUANA PANCIERE DONADIA (ADVOGADO) REQUERIDO:ATILA AUGUSTO MENDES GUIMARAES. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Chamo o processo Ã ordem. 2.Â Â Â Â Â Intime-se a exequente, por meio de sua advogada, para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar planilha atualizada de dÃ©bito e se manifestar acerca da certidÃ£o de fl. 036, requerendo o que lhe aprouver, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 05 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00069519620198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Auto de Prisão em Flagrante em: 05/11/2021 DENUNCIADO:EDINALDO ALVES PACHECO VITIMA:A. C. O. E. . ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU PROCESSO NÂº 0006951-96.2019.8140060Â DELIBERAÃÃO: Certifique-se a intimaÃ§Ã£o do acusado. ApÃ³s, vistas ao MP. AV. 03 PODERES, S/N, CENTRO, CEP. 68680-000, FONE 3727-1290 PROCESSO: 00072354120188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/11/2021 DENUNCIADO:ADMILSON LOPES DIAS. ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU PROCESSO NÂº 0007235-41.2018.8140060Â DELIBERAÃÃO: Certifique-se a intimaÃ§Ã£o do acusado. ApÃ³s, vistas ao MP. AV. 03 PODERES, S/N, CENTRO, CEP. 68680-000, FONE 3727-1290 PROCESSO: 00005528520188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021 DENUNCIADO:ALEXANDRE NUNES DE OLIVEIRA VITIMA:A. C. O. E. . PROC. 0000552-85.2018.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 8 de novembro de 2021. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00009978420108140060 PROCESSO ANTIGO: 201010006571 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Procedimento de Conhecimento em: 08/11/2021 REQUERIDO:SCHIMITT E SCHNORR LTDA RE Representante(s): OAB 8705 - CARLOS ALBERTO ESCHER (ADVOGADO) REQUERIDO:SCHIMITT E SCHNORR LTDA RE REQUERENTE:ZANI MADEIRAS LTDA Representante(s): OAB 12155 - JONISMAR ALVES BARBOSA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO Â 1.Â Â Â Â Â Providencie-se CertidÃ£o do valor da dÃ-vida, encaminhando-a ao ÃrgÃ£o responsÃ¡vel, para fins de inscriÃ§Ã£o em DÃ-vida Ativa. 2.Â Â Â Â Â ApÃ³s, certificado o trÂ¢nsito em julgado da SentenÃ§a, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 08 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00013052320108140060 PROCESSO ANTIGO: 201010008650 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 08/11/2021 REQUERIDO:MARIA DO SOCORRO GONCALVES SIQUEIRA REQUERENTE:BEZALIEL GONCALVES VAZ Representante(s): OAB 13356 - JORDANO JUNIOR FALSONI (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Defiro o pedido de fl. 024 para determinar o bloqueio, pelo sistema RENAJUD, de eventuais veÃ-culos de propriedade da executada, apÃ³s o pagamento das respectivas custas. 2.Â Â Â Â Â Acautelem-se os autos em gabinete para cumprimento da diligÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 08 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito Titular da Comarca de TomÃ©-AÃ§u/PA PROCESSO:

00015258420118140060 PROCESSO ANTIGO: 20111001023 2 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Divórcio Litigioso em: 08/11/2021 REQUERIDO:RAIMUNDO MACIEL DOS SANTOS REQUERENTE:EDNA MARIA TRAVASSOS DOS SANTOS Representante(s): OAB xxxx - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . Processo 0001525-84.2011.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1Âº, Â§2Âº, I, do Provimento nÂº. 006/2006-CJRMB, c/c com o art. 1Âº, Â§2Âº, I, do Provimento de nÂº. 006/2009-CJCI, tendo em vista a certidÃ£o de fls. 51 dos autos nÂº 0001525-84.2011.8.14.0060, renove-se a diligÃªncia quanto a CitaÃ§Ã£o do requerido RAIMUNDO MACIEL DOS SANTOS, no endereÃ§o informado as fls. 43 dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-aÃ§u/PA, 08 de novembro de 2021. YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria da Comarca de TomÃ©-AÃ§u PROCESSO: 00016646020168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Execução de Alimentos Infância e Juventude em: 08/11/2021 REPRESENTADO:ANDRE RAMOS BORGES REPRESENTADO:ALEVILSA RAMOS BORGES REPRESENTADO:ANDERSON RAMOS BORGES REPRESENTANTE:MANOEL PEREIRA BORGES Representante(s): DEFENSORIA PÚBLICA (REP LEGAL) REQUERIDO:MARIA IRACEMA RAMOS. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU SENTENÃA 1.Â Â Â Â Â Trata-se de ExecuÃ§Ã£o de Alimentos, ajuizada por A R B, A R B e A R B, representados por MANOEL PEREIRA BORGES. 2.Â Â Â Â Â O requerente foi intimado para se manifestar acerca da certidÃ£o de fl. 031, no prazo de 10 (dez) dias. 3.Â Â Â Â Â No entanto, de acordo com a CertidÃ£o de fl. 041, o autor nÃ£o foi localizado no endereÃ§o indicado por ele. 4.Â Â Â Â Â Os autos foram acautelados em Secretaria por mais de 30 dias. No entanto, a parte se manteve inerte. 5.Â Â Â Â Â Ã o relato. Decido. 6.Â Â Â Â Â O CÃ³digo de Processo Civil Brasileiro, em seu art. 17, estabelece que Â¿para postular em juÃ-zo Ã© necessÃ¡rio ter interesse e legitimidadeÂ¿. 7.Â Â Â Â Â De acordo com o art. 485, III, do referido Diploma Legal, o processo serÃ¡ extinto, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito quando, por nÃ£o promover os atos e diligÃªncias que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias. 8.Â Â Â Â Â Isso porque a paralisaÃ§Ã£o do feito, por inÃ©rcia da parte, faz presumir sua falta de interesse em relaÃ§Ã£o Ã prestaÃ§Ã£o jurisdicional pleiteada, que Ã© condiÃ§Ã£o para o regular exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o. 9.Â Â Â Â Â Diante do exposto, julgo extinto o processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fundamento no art. 485, III, do CÃ³digo de Processo Civil. 10.Â Â Â Â Â Sem custas, em face da gratuidade deferida. 11.Â Â Â Â Â Publique-se com efeito de intimaÃ§Ã£o. Registre-se. 12.Â Â Â Â Â Transitada em julgado, certifique-se e arquivem-se. TomÃ©-AÃ§u, 04 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00024293120168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021 REU:LEONARDO RODRIGUES CARDOSO VITIMA:S. S. E. S. . ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: 01. INTIMEM-SE AS PARTES PARA APRESENTAÃÃO DAS ALEGAÃÃES FINAIS, NO PRAZO SUCESSIVO DE 05 DIAS. 02. APÃS, CONLCUSOS PARA SENTENÃA. TomÃ©-AÃ§u/PA, 04.11.2021 JosÃ© Ronaldo Pereira Sales Juiz de Direito AV. 03 PODERES, S/N, CENTRO, CEP. 68680-000, FONE 3727-1290 PROCESSO: 00028441420168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 REQUERENTE:RONI CARLOS SHELE LUZ BARBOSA Representante(s): OAB 13356 - JORDANO JUNIOR FALSONI (ADVOGADO) REQUERIDO:CELPA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA Representante(s): OAB 12358 - FLAVIO AUGUSTO QUEIROZ DAS NEVES (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DESPACHO NÃ£o vislumbrando a possibilidade de acordo, passo ao saneamento do processo, tendo por legÃ-timas as partes e presentes as demais condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o e pressupostos processuais. Intimem-se as partes para, no prazo de dez dias, dizer se tem outras provas a produzir, especificando-as e indicando a sua finalidade, sendo-lhes facultada a deduÃ§Ã£o conjunta dos pontos controvertidos da demanda e as questÃµes de direito aplicÃ¡veis ao caso. Designo, desde logo, audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 17.05.2022, Ã s 09h00m. Intimem-se, devendo as partes apresentarem suas testemunhas independentemente de intimaÃ§Ã£o, sem prejuÃ-zo do depÃ³sito do rol de testemunhas em juÃ-zo, no prazo legal. Na oportunidade, intimem-se as partes para, no prazo de dez dias, dizerem se tÃªm outras provas a produzir, especificando-as e indicando a sua finalidade. Prestigiando o Provimento 003/2009 - CJ e em atenÃ§Ã£o ao princÃ-pio constitucional da razoÃ¡vel duraÃ§Ã£o do processo, bem como os princÃ-pios da eficiÃªncia, economia e celeridade processual, servirÃ¡ cÃ³pia digitalizada do presente como mandado, devendo ser cumprido no endereÃ§o fornecido na peÃ§a inicial. TomÃ©-AÃ§u, 04 de novembro

de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00028837920148140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Execução Fiscal em: 08/11/2021 EXEQUENTE:A FAZENDA PUBLICA ESTADUAL EXECUTADO:TSL TRANSPORTES E LOCACOES LTDA EXECUTADO:TERESINHA VAZ NUNES. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Renovem-se as diligÃªncias de fl. 06, no que se refere Ã citaÃ§Ã£o das demandadas, no endereÃ§o apontado Ã fl. 027. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 09 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00031123420178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Guarda de Infância e Juventude em: 08/11/2021 REQUERENTE:IRENE DOS SANTOS JESUS REQUERENTE:DOMINGOS DE ALMEIDA SILVA MENOR:P. S. J. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Designo a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 17.05.22 Ã s 10h00m. 2.Â Â Â Â Â Intimem-se, devendo as partes apresentarem suas testemunhas independentemente de intimaÃ§Ã£o. 3.Â Â Â Â Â Encaminhem-se os autos para a Assistente Social do juÃ-zo para a elaboraÃ§Ã£o do estudo social, no prazo de 30 (trinta) dias. 4.Â Â Â Â Â Prestigiando o Provimento 003/2009 - CJ e em atenÃ§Ã£o ao princÃ-pio constitucional da razoÃ¡vel duraÃ§Ã£o do processo, bem como os princÃ-pios da eficiÃªncia, economia e celeridade processual, servirÃ¡ cÃ³pia digitalizada do presente como mandado. 5.Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MP. TomÃ©-AÃ§u, 04 de novembro de 2021. JOSE RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00038298020168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:MARCOS ANDRE MOREIRA BRITO. PROC. 0003829-80.2016.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 8 de novembro de 2021. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00048376320148140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Averiguação de Paternidade em: 08/11/2021 REQUERENTE:A. A. C. REPRESENTANTE:RISONETH ABREU CAIANO Representante(s): OAB 7543-A - LUIZ GONZAGA BARRETO FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:RAIMUNDO JOSE DA VEIGA PINTO. Processo 0004837-63.2014.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1Âº, Â§2Âº, I, do Provimento nÂº. 006/2006-CJRMB, c/c com o art. 1Âº, Â§2Âº, I, do Provimento de nÂº. 006/2009-CJCI, tendo em vista a certidÃ£o de fls. 37 dos autos nÂº 0004837-63.2014.8.14.0060, renove-se com UrgÃªncia a diligÃªncia quanto a intimaÃ§Ã£o do requerido RAIMUNDO JOSÃ MARTINS PINTO, conforme o mandado de fls. 36, para comparecer a AudiÃªncia de Coleta de DNA, designada para o dia 23/11/2021, Ã s 11:00h. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-aÃ§u/PA, 08 de novembro de 2021. YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria da Comarca de TomÃ©-AÃ§u PROCESSO: 00054187320178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 REPRESENTANTE:GESSICA GABRIELLI TAVARES LOPES MENOR:J. M. REQUERIDO:ELIELSON MIRANDA GONCALVES. Processo 0005418-73.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1Âº, Â§2Âº, I, do Provimento nÂº. 006/2006-CJRMB, c/c com o art. 1Âº, Â§2Âº, I, do Provimento de nÂº. 006/2009-CJCI, intime-se pessoalmente a representante legal do requerente para informar o endereÃ§o atualizado do requerido, tendo em vista nÃ£o ter sido localizado no endereÃ§o informado nos autos, conforme certidÃ£o da oficiala de justiÃ§a de fls. 26 dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-aÃ§u/PA, 08 de novembro de 2021. YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria da Comarca de TomÃ©-AÃ§u PROCESSO: 00059808220178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Execução de Alimentos Infância e Juventude em: 08/11/2021 REPRESENTANTE:ROSIMAR DIAS RAMOS REQUERIDO:REGINALDO DIAS RAMOS. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Certifique-se o cumprimento do despacho de fl.016 pela requerente. 2.Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 08 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00064322420198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 08/11/2021 REPRESENTADO:N. S. A. REPRESENTANTE:ROSANGELA DA SILVA Representante(s): OAB 17899 - MARGARETH CARVALHO MONTEIRO (ADVOGADO) OAB 11586 - LUIS CARLOS PEREIRA BARBOSA (ADVOGADO)

REQUERIDO:ANTONIO LIMA DE ABREU. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Considerando que o processo jÃ¡ se encontra sentenciado e que a requerente nÃ£o se manifestou acerca da certidÃ£o de fl. 019, arquivem-se com as cautelas de praxe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 05 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00069519620198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Auto de Prisão em Flagrante em: 08/11/2021 DENUNCIADO:EDINALDO ALVES PACHECO VITIMA:A. C. O. E. . PROC. 0006951-96.2019.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 8 de novembro de 2021. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00070093620188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Execução de Alimentos em: 08/11/2021 REQUERENTE:R. P. E. O. REQUERIDO:ISMAEL SANTANA DE AQUINO REPRESENTANTE:CELESTE EVANGELISTA DE OLIVEIRA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU SENTENÃA 1.Â Â Â Â Â Trata-se de ExecuÃ§Ã£o de Alimentos ajuizada por R P E D O, representado por Celeste Evangelista de Oliveira. 2.Â Â Â Â Â O requerente manifestou-se pela desistÃªncia da aÃ§Ã£o Ã fl. 011. 3.Â Â Â Â Â O CÃ³digo de Processo Civil, em seu art. 17, estabelece que Â¿para postular em juÃ-zo Ã© necessÃ¡rio ter interesse e legitimidade". 4.Â Â Â Â Â Considerando que o presente pedido revela a ausÃªncia de interesse do requerente, homologo o pedido de desistÃªncia e, em consequÃªncia, julgo extinto o processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fundamento no art. 485, VI e VIII, do CÃ³digo de Processo Civil. 5.Â Â Â Â Â Sem custas, em face da gratuidade deferida. 6.Â Â Â Â Â Publique-se para fins de intimaÃ§Ã£o. Registre-se. 7.Â Â Â Â Â Certifique-se o trÃ¢nsito em julgado e nÃ£o havendo custas a recolher, arquivem-se. TomÃ©-AÃ§u, 08 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00072276420188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 08/11/2021 REQUERENTE:COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADO NORDESTE DO PARA SICREDI NORDESTEPA Representante(s): OAB 118117 - GUILHERME DAMASO LACERDA FRANCO (ADVOGADO) OAB 21888 - BARBARA DA SILVA RONI LEAL (ADVOGADO) OAB 23211-A - GIANPAOLO ZAMBIAZI BERTOL ROCHA (ADVOGADO) REQUERIDO:JONY KAZUYUKI SHINOMIYA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de ExecuÃ§Ã£o de TÃ-tulo Executivo Extrajudicial promovida por COOPERATIVA DE CRÃDITO, POUPANÃA E INVESTIMENTO VERDE PARÃ - SICRED VERDE PARÃ em face de JONY KAZUYUKI SHINOMIYA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em petiÃ§Ã£o de fl. 060, a requerente declarou o pagamento da dÃ-vida, culminando no cumprimento da obrigaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista que a obrigaÃ§Ã£o foi satisfeita a tempo e modo, declaro extinta a execuÃ§Ã£o pelo pagamento do dÃ©bito, com amparo nas disposiÃ§Ãµes do art. 794, I, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cadastre-se o advogado de fl. 060. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se com efeito de intimaÃ§Ã£o. Registre-se. CiÃªncia ao MP. Transitada em julgado, certifique-se e arquivem-se. TomÃ©-AÃ§u, 04 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00072354120188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021 DENUNCIADO:ADMILSON LOPES DIAS. PROC. 0007235-41.2018.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 8 de novembro de 2021. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00081242920178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Execução de Alimentos Infância e Juventude em: 08/11/2021 EXEQUENTE:EMANUELLY DE SOUSA MACIEL REPRESENTANTE:NATALIA CELESTINO DE SOUSA EXECUTADO:AMADEU DOS SANTOS MACIEL. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU SENTENÃA 1.Â Â Â Â Â Trata-se de ExecuÃ§Ã£o de Alimentos, ajuizada por E D S M, representado por NATALIA CELESTINO DE SOUSA. 2.Â Â Â Â Â A representante do autor foi intimada para se manifestar acerca da certidÃ£o de fl. 041, no prazo de 05 (cinco) dias. 3.Â Â Â Â Â No entanto, de acordo com a CertidÃ£o de fl. 046, a parte autora nÃ£o foi localizada no endereÃ§o indicado por ela. 4.Â Â Â Â Â Os autos foram acautelados em Secretaria por mais de 30 dias. No entanto, a parte se manteve inerte. 5.Â Â Â Â Â Ã o relato. Decido. 6.Â Â Â Â Â O

CÃ³digo de Processo Civil Brasileiro, em seu art. 17, estabelece que Â¿para postular em juÃ-zo Ã© necessÃ¡rio ter interesse e legitimidadeÂ¿. 7.Â Â Â Â Â De acordo com o art. 485, III, do referido Diploma Legal, o processo serÃ¡ extinto, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito quando, por nÃ£o promover os atos e diligÃªncias que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias. 8.Â Â Â Â Â Isso porque a paralisaÃ§Ã£o do feito, por inÃ©rcia da parte, faz presumir sua falta de interesse em relaÃ§Ã£o Ã prestaÃ§Ã£o jurisdicional pleiteada, que Ã© condiÃ§Ã£o para o regular exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o. 9.Â Â Â Â Â Diante do exposto, julgo extinto o processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fundamento no art. 485, III, do CÃ³digo de Processo Civil. 10.Â Â Â Â Â Sem custas, em face da gratuidade deferida. 11.Â Â Â Â Â Publique-se com efeito de intimaÃ§Ã£o. Registre-se. 12.Â Â Â Â Â Transitada em julgado, certifique-se e arquivem-se. TomÃ©-AÃ§u, 04 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00093694120188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Execução de Alimentos Infância e Juventude em: 08/11/2021 REPRESENTANTE:JACKELINE MOURA BARROSO REQUERIDO:JOAO MARCOS SANCHES PINTO. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de ExecuÃ§Ã£o de Alimentos promovida por J L B P, representado por JACKELINE MOURA BARROSO em face de JOÃO MARCOS SANCHES PINTO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em certidÃ£o de fl. 029, a representante do requerente declarou que o pagamento da dÃ-vida Â¿estÃ¡ em diaÂ¿, culminando no cumprimento da obrigaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã fl. 031, o MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou pela extinÃ§Ã£o da execuÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista que a obrigaÃ§Ã£o foi satisfeita a tempo e modo, declaro extinta a execuÃ§Ã£o pelo pagamento do dÃ©bito, com amparo nas disposiÃ§Ãµes do art. 794, I, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se com efeito de intimaÃ§Ã£o. Registre-se. CiÃªncia ao MP. Transitada em julgado, certifique-se e arquivem-se. TomÃ©-AÃ§u, 08 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00102516620198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 REQUERENTE:EDIEL FREITAS ALMEIDA Representante(s): OAB 20723 - EDISON LUSTOSA QUARESMA JUNIOR (ADVOGADO) ENVOLVIDO:SAMILLY DA SILVA ALMEIDA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU SENTENÃA 1.Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de Registro de Ãbito ExtemporÃ¢neo, ajuizada por EDIEL FREITAS. 2.Â Â Â Â Â O autor foi intimado para apresentar a certidÃ£o de nascimento da crianÃ§a falecida, no prazo de 10 (dez) dias. 3.Â Â Â Â Â No entanto, a parte se manteve inerte por mais de 30 dias. 4.Â Â Â Â Â Ã o relato. Decido. 5.Â Â Â Â Â O CÃ³digo de Processo Civil Brasileiro, em seu art. 17, estabelece que Â¿para postular em juÃ-zo Ã© necessÃ¡rio ter interesse e legitimidadeÂ¿. 6.Â Â Â Â Â De acordo com o art. 485, III, do referido Diploma Legal, o processo serÃ¡ extinto, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito quando, por nÃ£o promover os atos e diligÃªncias que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias. 7.Â Â Â Â Â Isso porque a paralisaÃ§Ã£o do feito, por inÃ©rcia da parte, faz presumir sua falta de interesse em relaÃ§Ã£o Ã prestaÃ§Ã£o jurisdicional pleiteada, que Ã© condiÃ§Ã£o para o regular exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o. 8.Â Â Â Â Â Diante do exposto, julgo extinto o processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fundamento no art. 485, III, do CÃ³digo de Processo Civil. 9.Â Â Â Â Â Sem custas, em face da gratuidade deferida 10.Â Â Â Â Â Publique-se com efeito de intimaÃ§Ã£o. Registre-se. 11.Â Â Â Â Â Transitada em julgado, arquivem-se. TomÃ©-AÃ§u, 08 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00104924020198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 REQUERENTE:MARIA DE FATIMA DA VEIGA DIAS Representante(s): OAB 13443 - BRENDA FERNANDES BARRA (ADVOGADO) OAB 24797 - EDUARDO MARCELO AIRES VIANA (ADVOGADO) REQUERIDO:COOPERATIVA DE CREDITO POUPANCA E INVESTIMENTO VERDE PARA SICREDI VERDE PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Defiro o pedido de fl. 024 para que a audiÃªncia seja realizada por vÃ-deo conferÃªncia, por meio da ferramenta Teams, da Microsoft, disponÃ-vel na rede mundial de computadores. 2.Â Â Â Â Â A audiÃªncia via videoconferÃªncia serÃ¡ realizada por recurso tecnolÃ³gico de transmissÃ£o de sons e imagens em tempo real, utilizando-se a plataforma de videoconferÃªncia Microsoft Teams. 3.Â Â Â Â Â Para realizaÃ§Ã£o do ato, nÃ£o se faz necessÃ¡rio o comparecimento dos envolvidos no processo ao prÃ©dio da Unidade JudiciÃ¡ria, salvo se nÃ£o dispuserem de equipamento (celular, notebook ou desktop) de acesso Ã internet. 4.Â Â Â Â Â No ato de intimaÃ§Ã£o, as testemunhas deverÃ£o fornecer endereÃ§o de e-mail, nÃºmero de telefone celular e nÃºmero utilizado no aplicativo Whatsapp a fim de facilitar a comunicaÃ§Ã£o e operacionalizaÃ§Ã£o do ato. A testemunha fica comprometida a estar disponÃ-vel para acesso no dia e

hora designados para a audiÃªncia, bem como a se responsabilizar pela qualidade do sinal de internet (mÃ³vel ou nÃ£o) no respectivo aparelho utilizado para a videoconferÃªncia, sob pena de multa e de eventual responsabilidade criminal. 5.Â Â Â Â Â Se a testemunha nÃ£o dispuser de equipamento de acesso Ã internet que possibilite a coleta do seu depoimento, deverÃ¡ informar com pelo menos 24 horas de antecedÃªncia e, no dia e hora designados, comparecer Ã sede do JuÃ-zo, de onde prestarÃ¡ o seu depoimento. Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 05 de novembro de 2021. JOSE RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00112147420198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 REQUERENTE:ELIUDE DE CRISTO PANTOJA Representante(s): OAB 17899 - MARGARETH CARVALHO MONTEIRO (ADVOGADO) OAB 11586 - LUIS CARLOS PEREIRA BARBOSA (ADVOGADO) REQUERIDO:RAIMUNDO NONATO FERREIRA DE ANDRADE. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU SENTENÃA 1.Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de Reconhecimento e DissoluÃ§Ã£o de UniÃ£o EstÃ¡vel ajuizada por Eliude de Cristo Pantoja. 2.Â Â Â Â Â De acordo com a certidÃ£o de fl. 042, a requerente nÃ£o recolheu as custas iniciais, mesmo sendo devidamente intimada. 3.Â Â Â Â Â O CÃ³digo de Processo Civil Brasileiro, em seu art. 250, estabelece que Â¿serÃ¡ cancelada a distribuiÃ§Ã£o do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, nÃ£o realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) diasÂ¿. 4.Â Â Â Â Â Com essas consideraÃ§Ãµes, determino o cancelamento da distribuiÃ§Ã£o e o arquivamento do processo. TomÃ©-AÃ§u, 05 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00116321220198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Termo Circunstanciado em: 08/11/2021 AUTOR DO FATO:SIVIO MAX FURTADO BRITO VITIMA:E. F. S. . ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU TCO PROCESSO NÂº: 0011632-12.2019.8.14.0060 Certifique a Secretaria acerca da intimaÃ§Ã£o do acusado. ApÃ³s, vistas ao MP AV. 03 PODERES, S/N, CENTRO, CEP. 68680-000, FONE 3727-1290 PROCESSO: 00117326420198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Inquérito Policial em: 08/11/2021 INDICIADO:LUCIVALDO TRINDADE DOS SANTOS. ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU I)Â Â Â Â Â DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: 1 TENDO EM VISTA QUE A VÃTIMA MANIFESTOU INTERESSE EM PROSSEGUIR COM O FEITO, VISTAS AO MP PARA OFERECIMENTO DE DENÃNCIA. 2. APÃS, CONCLUSOS. II)Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u/PA, 04.11.2021 III)Â Â Â Â Â IV)Â Â Â Â Â JosÃ© Ronaldo Pereira Sales V)Â Â Â Â Â Juiz de Direito VI)Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AV. 03 PODERES, S/N, CENTRO, CEP. 68680-000, FONE 3727-1290 PROCESSO: 00503996120158140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 REQUERENTE:KENDI KISHI Representante(s): OAB 9436 - KARLA CRISTINA MARTINS DA SILVA NAGAI (ADVOGADO) REQUERIDO:ML CONSTRUTORA E INCORPORADORA Representante(s): OAB 28899 - IVONILDES GOMES PATRIOTA (ADVOGADO) OAB 17394 - ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (ADVOGADO) OAB 20040 - JHONNIELCY KOPEGYNSKI (ADVOGADO) . PROCESSO 0050399-61.2015.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se o apelado KENDI KISHI, atravÃ©s de sua advogada, para apresentar ContrarrazÃµes de ApelaÃ§Ã£o no prazo de legal. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u/PA, 08 de novembro de 2021. YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00000615420138140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Inventário em: 09/11/2021 INVENTARIANTE:KAZUE NAMBU INVENTARIANTE:MATEUS TSUTOMU NANBU INVENTARIANTE:PATRICIA NAOMI NANBU Representante(s): OAB 13356 - JORDANO JUNIOR FALSONI (ADVOGADO) INVENTARIADO:TAKASHI NANBU. PROCESSO 0000061-54.2013.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao item 06 da DecisÃ£o de fls. 209 dos autos nÂº 0000061-54.2013.8.14.0060, encaminhe-se os autos a UNAJ, para expediÃ§Ã£o de custas referente a expediÃ§Ã£o de carta precatÃ³ria, tendo em vista o endereÃ§o do herdeiro a ser citado pertencer a Teresina - PI, conforme documento de fls. 02-verso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u/PA, 09 de novembro de 2021. YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00003748320118140060 PROCESSO ANTIGO: 20111000254 4 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 09/11/2021 REU:NICANOR AUTOR:MAVEL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Representante(s): OAB 13356 - JORDANO JUNIOR FALSONI (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Intime-se pessoalmente a parte autora para manifestar interesse no

prosseguimento do feito e cumprir o despacho de fl. 075, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 09 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00005364920098140060 PROCESSO ANTIGO: 200910003158 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Execução Fiscal em: 09/11/2021 EXEQUENTE:A FAZENDA NACIONAL EXECUTADO:COPAM MADEIRAS LTDA Representante(s): OAB 13413 - LUDMILLA CAMPOS BERARDO (ADVOGADO) OAB 17444 - CRISTIANO COELHO DE MORAES (ADVOGADO) OAB 6942 - ISMAEL ANTONIO COELHO DE MORAES (ADVOGADO) OAB 16082 - EDIELCIO GUILHERME SOBRAL COSTA (ADVOGADO) . Processo 0000536-49.2009.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1Âº, Â§2Âº, I, do Provimento nÂº. 006/2006-CJRMB, c/c com o art. 1Âº, Â§2Âº, I, do Provimento de nÂº. 006/2009-CJCI e em cumprimento ao Despacho de fls 95 dos autos, renove-se a diligÃªncia quanto a expediÃ§Ã£o de mandado de penhora e avaliaÃ§Ã£o, tendo em vista a manifestaÃ§Ã£o de fls. 104 - verso dos autos nÂº 0000536-49.2009.8.14.0060. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-aÃ§u/PA, 09 de novembro de 2021. YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria da Comarca de TomÃ©-AÃ§u PROCESSO: 00007258020168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Averiguação de Paternidade em: 09/11/2021 REPRESENTADO:ERIANE DO CARMO SILVA REPRESENTANTE:MARIA RAIMUNDA DO CARMO SILVA Representante(s): OAB 27902 - LUANA PANCIERE DONADIA (ADVOGADO) REQUERIDO:JOSE ILARIO DA SILVA Representante(s): OAB 13356 - JORDANO JUNIOR FALSONI (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO Â Â Â Â Â Â Intime-se a requerente, no endereÃ§o de fl. 041, para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento. Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 09 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00008395320158140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Execução de Alimentos Infância e Juventude em: 09/11/2021 REPRESENTADO:A. M. P. REPRESENTADO:N. M. P. REPRESENTADO:A. M. P. REQUERENTE:NAIARA SANTOS DE MATOS Representante(s): DEFENSORIA PÚBLICA (REP LEGAL) REQUERIDO:A. F. F. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Intime-se o exequente para se manifestar sobre a certidÃ£o de fl. 061 no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 09 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00013955520158140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REQUERENTE:BANCO DA AMAZONIA SA BASA Representante(s): OAB 11471 - FABRICIO DOS REIS BRANDAO (ADVOGADO) REQUERIDO:JONILSON ALMEIDA RIBEIRO . PROCESSO NÂº 0001395-55.2015.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Âº, Â§2Âº, I, do Provimento nÂº. 006/2006-CJRMB, c/c com o art. 1Âº, Â§2Âº, IV, do Provimento de nÂº. 006/2009-CJCI e tendo em vista a petiÃ§Ã£o de fls. 131 dos autos nÂº 0001395-55.2015.8.14.0060, informo que foi realizada a tentativa de citaÃ§Ã£o postal no endereÃ§o informado na petiÃ§Ã£o cÃ-vel de fls. 123 dos autos, protocolada sob o nÂº 2021.01471350-41, em 26/07/2021, qual seja: Â¿Rodovia PA-140, KM 02, NÂº 140, Caixa Postal 08, TOMÃ-AÃU/PAÂ¿, contudo o AR retornou com a justificativa de Â¿NÃO PROCURADOÂ¿ em razÃ£o da parte ter obrigaÃ§Ã£o de pegar suas correspondÃªncias nos Correios quando hÃ¡ caixa postal. Assim, havendo interesse pela expediÃ§Ã£o de mandado de citaÃ§Ã£o via oficial de justiÃ§a, intime-se o banco requerente, atravÃ©s de seu advogado, via publicaÃ§Ã£o no DJE para comprovar o pagamento das custas referentes a expediÃ§Ã£o de mandado de citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u/PA, 09 de novembro de 2021. YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00017693220198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REQUERENTE:JANICE GARCIA SOUTO Representante(s): OAB 27067 - DANIELE SANTOS DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Chamo o processo Ã ordem. 2.Â Â Â Â Â A sentenÃ§a proferida Ã s fls. 075 extinguiu o presente processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito pelo nÃ£o recolhimento das custas iniciais, condenando a requerente em custas. No entanto, como foi o nÃ£o recolhimento das custas que implicou na extinÃ§Ã£o do processo, nÃ£o seria razoÃ¡vel cobrÃ¡-las da parte autora. 3.Â Â Â Â Â Sendo assim, certifiquem-se o trÃ¢nsito em julgado e arquivem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 09 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00025704520198140060 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REQUERENTE:LIQUIGAS DISTRIBUIDORA S/A Representante(s): OAB 3210 - PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO (ADVOGADO) OAB 1746 - REYNALDO ANDRADE DA SILVEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:NATIGAS COMERCIO VAREJISTA DE GAS E TRANSPORTES LTDA ME Representante(s): OAB 13356 - JORDANO JUNIOR FALSONI (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Intime-se o requerente para rÃ©plica, no prazo legal. TomÃ©-AÃ§u, 09 de novembro de 2021. JOSE RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00027108920138140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Procedimento Sumário em: 09/11/2021 REQUERENTE:NIVALDO NUNES FERREIRA DE CRISTO Representante(s): OAB 13356 - JORDANO JUNIOR FALSONI (ADVOGADO) REQUERIDO:MOTOBEL MOTORES DE BELEM LTDA Representante(s): OAB 15950 - BRUNO FERREIRA DE ALMEIDA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Considerando que foi escoado o prazo de fls. 074/075, intime-se o advogado do autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar acerca da localizaÃ§Ã£o do requerente e realizaÃ§Ã£o da perÃ-cia, sob pena de extinÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 09 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00029108620198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 REQUERENTE:COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADO NORDESTE DO PARA SICREDI NORDESTEPA Representante(s): OAB 118117 - GUILHERME DAMASO LACERDA FRANCO (ADVOGADO) OAB 23211-A - GIANPAOLO ZAMBIAZI BERTOL ROCHA (ADVOGADO) OAB 25983 - HEVYLA MOZER ANDRADE RABELO (ADVOGADO) OAB 28133 - REBECA SILVA BIASI (ADVOGADO) OAB 30649 - RAULISON FAGUNDES AGUIAR (ADVOGADO) REQUERIDO:MANOEL VALMIR PEREIRA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Cadastre-se o advogado de fl. 053. 2.Â Â Â Â Â ApÃ³s, acautelem-se os autos em gabinete para cumprimento do despacho de fl. 047. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 09 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00032154120178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REQUERENTE:BANCO BRADESCO CARTOES S A Representante(s): OAB 78.870 - WANDERLEY ROMANO DONADEL (ADVOGADO) REQUERIDO:SILVA SILVA COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA ME ME. Processo 0003215-41.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1Âº, Â§2Âº, I, do Provimento nÂº. 006/2006-CJRMB, c/c com o art. 1Âº, Â§2Âº, I, do Provimento de nÂº. 006/2009-CJCI, intime-se a empresa requerente, atravÃ©s de seus advogados, via publicaÃ§Ã£o no DJE, para no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar o endereÃ§o atualizado do requerido, jÃ¡ que o nÃºmero indicado no endereÃ§o nÃ£o foi localizado, conforme documento de fls. 60 - verso dos autos nÂº 0003215-41.2017.8.14.0060. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-aÃ§u/PA, 08 de novembro de 2021. YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria da Comarca de TomÃ©-AÃ§u PROCESSO: 00047986120178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Averiguação de Paternidade em: 09/11/2021 REQUERENTE:ALEX DANIEL COSTA OLIVEIRA REPRESENTADO:A. V. S. REPRESENTANTE:EMYLIA HELENA VELOSO DOS SANTOS. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Vistas Ã Defensoria PÃºblica, pelo prazo de 30 (trinta) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 09 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00055252520148140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MEILI SILVA LIMA A??o: Inquérito Policial em: 09/11/2021 VITIMA:M. P. B. R. REU:GREICIANE DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 7543-A - LUIZ GONZAGA BARRETO FILHO (ADVOGADO) OAB 11.586 - LUIS CARLOS PEREIRA BARBOSA (ADVOGADO) . EDITAL DE INTIMAÃÃO DE SENTENÃA - PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS PROCESSO NÂº 0005525-25.2014.8.14.0060 SENTENCIADO: GREICIANE DE OLIVEIRA O Dr. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES, MMÂº. Juiz de Direito Titular desta Comarca, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, etc. FAZ SABER aos que o presente EDITAL lerem ou dele tomarem conhecimento, que se processam perante este JuÃ-zo, os autos da AÃÃO PENAL distribuÃ-dos sob o nÂº 0005525-25.2014.8.14.0060, que a JustiÃ§a PÃºblica representada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual move em face de GREICIANE DE OLIVEIRA, brasileira, paraense, filha de Maria do Livramento Pinheiro de Oliveira, residente e domiciliadoÂ na Rua Temes Gaia, Bairro Tabom, nÂº 31, ao lado da Igreja CatÃ³lica, MunicÃ-pio de

TomÃ©-AÃ§u/Pa, pela prÃ¡tica de infraÃ§Ã£o penal tipificada no artigo 155, caput, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Tendo em vista constar nos autos que o referido acusado se encontra em local incerto e nÃ£o sabido para ser intimado pessoalmente, pelo presente fica legalmente INTIMADO, do inteiro teor da r. SentenÃ§a condenatÃ³ria proferida nos autos acima mencionados, em seu desfavor, nos termos do Art. 392, IV, Â§1Âº, do CPP, para eventual interposiÃ§Ã£o recurso no prazo de 5 (cinco) dias, conforme o disposto do art. 593 do CPP, contados da data da publicaÃ§Ã£o do presente Edital. A r. SentenÃ§a possui como dispositivo: Â¿COM ESSES FUNDAMENTOS, JULGO PROCEDENTE A DENÃNCIA PARA CONDENAR O ACUSADO GREICIANE DE OLIVEIRA, NAS SANÃÃES PUNITIVAS DO ART. 155, CAPUT, DO CÃDIGO PENAL. PRESENTES AS CIRCUNSTÃNCIAS DOS ART. 59 DO CÃDIGO PENAL, PASSO Ã DOSIMETRIA DA PENA. QUANTO A CULPABILIDADE, COMPREENDIDA COMO GRAU DE CENSURABILIDADE DA CONDUTA, NÂ¿O SE CONSTATOU EXTRAPOLAÃÂ¿O DA NORMALIDADE INERENTE AO CRIME DE FURTO; NÂ¿O HÃ REGISTRO DE ANTECEDENTES NOS AUTOS; NÂ¿O HÃ NOS AUTOS INFORMAÃÃES QUE PERMITAM AFERIR A CONDUTA SOCIAL E A PERSONALIDADE DO AGENTE; OS MOTIVOS SÂ¿O PRÃPRIOS DESSE TIPO DE CRIME, VOLTADO Ã OBTENÃÂ¿O DE VANTAGEM PATRIMONIAL SEM CONSIDERAÃÂ¿O AO ALHEIO; AS CIRCUNSTÃNCIAS TAMBÃM SÂ¿O PRÃPRIAS DO DELITO EM QUESTÂ¿O; AS CONSEQUÃNCIAS DO CRIME NÂ¿O FORAM GRAVES, SOBRETUDO DIANTE DA INFORMAÃÂ¿O DE QUE OS BENS SUBTRAÃDOS FORAM RECUPERADOS; O COMPORTAMENTO DA VÃTIMA EM NADA CONTRIBUIU PARA A CONSUMAÃÂ¿O DO CRIME. DIANTE DE TAIS ASPECTOS, NÂ¿O HAVENDO CIRCUNSTÃNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÃVEIS A RÃ, TENHO COMO NECESSÃRIA E SUFICIENTE Ã REPROVAÃÂ¿O E PREVENÃÂ¿O DO DELITO A PENA-BASE NO MÃNIMO LEGAL, OU SEJA, EM 1 (UM) ANO DE RECLUSÂ¿O E MULTA DE 10 (DEZ) DIAS-MULTA. NA SEGUNDA FASE DA DOSIMETRIA DA PENA, NÂ¿O FORAM IDENTIFICADAS CIRCUNSTÃNCIAS AGRAVANTES E ATENUANTES, CAUSAS DE AUMENTO E DE DIMINUIÃÂ¿O, RAZÂ¿O PELA QUAL TORNO A PENA DEFINITIVA EM 1 (UM) ANO DE RECLUSÂ¿O E MULTA DE 10 (DEZ) DIAS-MULTA. O DIA-MULTA DEVE SER CALCULADO Ã RAZÂ¿O DE 1/30 (UM TRINTA AVOS) DO SALÃRIO MÃNIMO VIGENTE Ã ÃPOCA DOS FATOS, EM FACE DA SITUAÃÂ¿O ECONÃMICO-FINANCEIRA DO RÃU, DEVENDO SER CORRIGIDO MONETARIAMENTE NA DATA DO PAGAMENTO. EM FACE DO DISPOSTO NO ART. 44 DO CPP, CONVERTO A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE EM RESTRITIVA DE DIREITOS, CONSISTENTE EM PRESTAÃÂ¿O DE SERVIÃOS Ã COMUNIDADE, PELO TEMPO DA PENA CORPORAL, Ã RAZÂ¿O DE 8(OITO) HORAS SEMANAIS. ESTABELEÃO O REGIME ABERTO PARA INÃCIO DE CUMPRIMENTO DA PENA, NA COMARCA DE RESIDÃNCIA DO ACUSADO, CONFORME CONDIÃÂ¿ES A SEREM FIXADAS EM AUDIÃNCIA ADMONITÃRIA. FACULTO A ACUSADA O DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE PORQUE SE ENCONTRA SOLTO E NÂ¿O SE JUSTIFICA A DECRETAÃÂ¿O DE SUA CUSTÃDIA CAUTELAR, SOBRETUDO EM VISTA DA PENA A ELA APLICADA. CUSTAS PELA CONDENADAÂ¿. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de TomÃ©-AÃ§u-Pa, aos 09 de novembro de 2021. Eu,.....Meili Silva Lima, Auxiliar JudiciÃ¡rio, o digitei, subscrevi e assino de ordem do MM. Juiz. BelÂª Meili Silva Lima Auxiliar JudiciÃ¡rio - TJE/PA PROCESSO: 00069504820188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 09/11/2021 REQUERENTE:VALLE EMPREEDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Representante(s): OAB 10652-A - ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (ADVOGADO) OAB 13356 - JORDANO JUNIOR FALSONI (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA DAS MERCES PROGENIO DE LEAO. PROCESSO 0006950-48.2018.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a requerida pessoalmente para pagamento de custas finais, conforme documento de fls. 101 a 103 dos autos nÂº 0006950-48.2018.8.14.0060, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de inscriÃ§Ã£o em dÃ-vida ativa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u/PA, 09 de novembro de 2021. Yurika Tokuhashi Ota Diretora de Secretaria PROCESSO: 00072577020168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Alvará Judicial em: 09/11/2021 REQUERENTE:MARIA EMILIA MORAES DE LIMA Representante(s): OAB 17899 - MARGARETH CARVALHO MONTEIRO (ADVOGADO) OAB 20723 - EDISON LUSTOSA QUARESMA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 11586 - LUIS CARLOS PEREIRA BARBOSA (ADVOGADO) OAB 54989 - ANDRE LUIZ SILVA DE SOUZA (ADVOGADO) REQUERIDO:MANOEL DE LIMA MARTINS. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Em face do ofÃ-cio de fls. 070, torno sem efeito o alvarÃ¡ de fl. 067. 2.Â Â Â Â Â Comunique-se ao BANCO BRADESCO S.A e ao INSS. 3.Â Â Â Â Â Proceda-se a requerente Ã devoluÃ§Ã£o do alvarÃ¡. 4.Â Â Â Â Â ApÃ³s, arquivem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 09 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00079314320198140060 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Averiguação de Paternidade em: 09/11/2021 REPRESENTADO:ELDER DAVID DA SILVA REPRESENTANTE:TAMIRES DAVID DA SILVA Representante(s): OAB 17899 - MARGARETH CARVALHO MONTEIRO (ADVOGADO) OAB 11586 - LUIS CARLOS PEREIRA BARBOSA (ADVOGADO) REQUERIDO:EURICO RENAM BOTELHO CHAVES. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO Designo audiÃªncia destinada Ã colheita do material genÃ©tico para o dia 08.03.2022 Ã¡s 10h00m. Intimem-se as partes a comparecerem pessoalmente, cientificando-se o requerido de que a recusa ao exame de DNA induz Ã presunÃ§Ã£o de paternidade (sumula 301-STJ). Oficie-se Ã Secretaria de SaÃºde solicitando profissional habilitado para a realizaÃ§Ã£o do procedimento. CiÃªncia ao MP. TomÃ© AÃ§u, 09 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00081941220188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Execução de Alimentos em: 09/11/2021 REPRESENTANTE:SELMA REGINA DE OLIVEIRA EXECUTADO:PEDRO BORGES DA CUNHA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Vistas Ã Defensoria PÃºblica, pelo prazo de 30 (trinta) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 09 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00084712820188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REQUERENTE:DOMINGOS RIBEIRO GOMES Representante(s): OAB 23319 - ISIS MENDONCA COVRE (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. PROCESSO NÂº 0008471-28.2018.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se o requerente, atravÃ©s de sua advogada, via publicaÃ§Ã£o no DiÃ¡rio de JustiÃ§a, para apresentar AlegaÃ§Ãµes Finais, no prazo legal. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u/PA, 09 de novembro de 2021. YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00085812720188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação de Alimentos de Infância e Juventude em: 09/11/2021 REQUERENTE:WESLEY CAIO CARVALHO DA SILVA REPRESENTANTE:JANETE PIRES DE CARVALHO REQUERIDO:NADIO DA SILVA CORREIA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Designo a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 18.05.22 Ã s 13h00m. 2.Â Â Â Â Â Intimem-se, devendo as partes apresentarem suas testemunhas independentemente de intimaÃ§Ã£o. 3.Â Â Â Â Â Prestigiando o Provimento 003/2009 - CJ e em atenÃ§Ã£o ao princÃ-pio constitucional da razoÃ¡vel duraÃ§Ã£o do processo, bem como os princÃ-pios da eficiÃªncia, economia e celeridade processual, servirÃ¡ cÃ³pia digitalizada do presente como mandado. 4.Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MP. 5.Â Â Â Â Â Quanto Ã s parcelas em atraso informadas pela parte autora, deve a requerente ser orientada a procurar a assistÃªncia jurÃ-dica do municÃ-pio para fins de execuÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u, 09 de novembro de 2021. JOSE RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00107400620198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Processo de Conhecimento em: 09/11/2021 REQUERENTE:PAULO ROGERIO VAZ FURTADO REPRESENTADO:T. F. L. REPRESENTANTE:DENILZA FURTADO LEAO. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DECISÃO 1.Â Â Â Â Â Cite-se o requerido, por meio de sua representante legal, para, querendo, apresentar ContestaÃ§Ã£o, no prazo legal. 2.Â Â Â Â Â Designo audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 27.07.2022, Ã s 09h00m. 3.Â Â Â Â Â Intimem-se, devendo as partes apresentarem suas testemunhas independentemente de intimaÃ§Ã£o. 4.Â Â Â Â Â ServirÃ¡ uma via de mandado. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 09 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00115521920178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REQUERENTE:ANGELITA ETELVINO DE ALENCAR Representante(s): OAB 23319 - ISIS MENDONCA COVRE (ADVOGADO) REQUERIDO:INNS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. PROCESSO NÂº 0011552-19.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a requerente, atravÃ©s de sua advogada, via publicaÃ§Ã£o no DiÃ¡rio de JustiÃ§a, para apresentar AlegaÃ§Ãµes Finais, no prazo legal. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u/PA, 09 de novembro de 2021. YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00115530420178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REQUERENTE:MARIA SONIA SOARES Representante(s): OAB 23319 - ISIS MENDONCA COVRE (ADVOGADO) REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS. Processo 0011553-04.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos

termos do art. 1Âº, Â§2Âº, I, do Provimento nÂº. 006/2006-CJRMB, c/c com o art. 1Âº, Â§2Âº, I, do Provimento de nÂº. 006/2009-CJCI, intime-se a requerente, atravÃ©s de sua advogada, via publicaÃ§Ã£o no DJE, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar os dados bancÃ¡rios da beneficiÃ¡ria da RequisiÃ§Ã£o de Pequeno Valor - RPV (nome do banco, nÂº da conta, nÂº da agencia e nome do titular), nos autos nÂº 0011553-04.2017.8.14.0060. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-aÃ§u/PA, 09 de novembro de 2021. YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria da Comarca de TomÃ©-AÃ§u PROCESSO: 00120906320188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REQUERENTE:MARIA DE FATIMA SOUZA CARNEIRO Representante(s): OAB 14697 - ROSINEI MENDONCA DUTRA DA COSTA (ADVOGADO) OAB 28018 - NATANAEL MENDONÇA DUTRA (ADVOGADO) OAB 29371 - EVANDO MENDONÇA DUTRA (ADVOGADO) REQUERIDO:INNS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. PROCESSO NÂº 0012090-63.2018.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a requerente, atravÃ©s de sua advogada, via publicaÃ§Ã£o no DiÃ¡rio de JustiÃ§a, para apresentar AlegaÃ§Ãµes Finais, no prazo legal. Â Â Â Â Â TomÃ©-aÃ§u/PA, 09 de novembro de 2021. YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00028646820178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Execução de Alimentos em: 10/11/2021 REPRESENTANTE:JOICYANE BORGES DE SOUZA EXECUTADO:ANTONIO MARCIO DO NASCIMENTO E NASCIMENTO. PROCESSO 0002864-68.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Âº, Â§2Âº, inciso VI, do Provimento 006/2009-CJCI, intime-se a representante legal do requerente, atravÃ©s de sua advogada, via publicaÃ§Ã£o no DJE, para apresentar planilha atualizada de dÃ©bito, referente as pensÃµes alimentÃ-cias em atraso nos autos 0002864-68.2017.8.14.0060, no prazo de 05 (cinco) dias. TomÃ©-aÃ§u, 10 de novembro de 2021. Yurika Tokuhashi Ota Diretora de Secretaria PROCESSO: 00029633320208140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência d em: 10/11/2021 QUERELANTE:ROBLE CARLOS TENORIO MORAES Representante(s): OAB 10318 - LYGIA BARRETO DO AMARAL CYPRIANO (ADVOGADO) OAB 23608 - PRISCILA HERONDINA REIS DE SOUZA (ADVOGADO) QUERELADO:CASSIO FARIAS BRAGA. DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: 1. Defiro o pedido da parte querelante para juntada de documentos em audiÃªncia. CONCLUSOS PARA DECISÃO. TomÃ©-aÃ§u/PA 09 de novembro de 2021 JosÃ© Ronaldo Pereira SalesÂ Juiz de Direito PROCESSO: 00061237120178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação de Alimentos de Infância e Juventude em: 10/11/2021 REQUERENTE:M. A. P. S. REPRESENTANTE:F. P. E. P. ENVOLVIDO:ALCIONE RODRIGUES PROGENIO REQUERIDO:VALCLEI DA SILVA. DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: DIANTE DAS INFORMAÃÃES APRESENTADAS, FAÃO VISTA AO MP PARA MANIFESTAÃÃO. APÃS CONCLUSOS COM URGÃNCIA. TomÃ©-aÃ§u/PA 09 de novembro de 2021 JosÃ© Ronaldo Pereira SalesÂ Juiz de Direito PROCESSO: 00001008520128140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 REQUERENTE:RAIMUNDO NONATO DA COSTA Representante(s): OAB 6669 - RAIMUNDO JOSE DE PAULO MORAES ATHAYDE (ADVOGADO) REQUERIDO:CESAR ROBERTO PINTO LIMA Representante(s): OAB 13356 - JORDANO JUNIOR FALSONI (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU / VARA ÃNICA DECISÃO Â Â Â Â Â Â Da sentenÃ§a de fls. 579, os requeridos CÃSAR ROBERTO PINTO LIMA e C.R.P. LIMA - ME interpuseram Embargos de DeclaraÃ§Ã£o a fls. 580/581, com efeitos infringentes, alegando omissÃ£o no julgado. Sustentam que, em virtude da ausÃªncia de recolhimento das custas processuais, a extinÃ§Ã£o do processo haveria de dar-se com o cancelamento da distribuiÃ§Ã£o, na forma do art. 290 do CPC. Â Â Â Â Â Intimado, o Embargado nÃ£o apresentou manifestaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Relatados, decido. Â Â Â Â Â Deduzido a tempo e modo, cumpridos os pressupostos recursais, conheÃ§o dos Embargos. Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1.022 do CPC, os Embargos de DeclaraÃ§Ã£o sÃ£o cabÃ-veis para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradiÃ§Ã£o; II - suprir omissÃ£o de ponto ou questÃ£o sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofÃ-cio ou a requerimento; III - corrigir erro material. Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡, entretanto, a omissÃ£o apontada pelo Embargante. Â Â Â Â Â O cancelamento da distribuiÃ§Ã£o pelo nÃ£o recolhimento das custas processuais, como estabelece o art. 290 do CPC, supÃµe que o feito tenha sido distribuÃ-do apenas, sem a prÃ¡tica de outros atos processuais subsequentes, enquanto se aguarda, debalde, o recolhimento das custas. Â Â Â Â Â NÃ£o Ã© o caso dos autos. Â Â Â Â Â Quando proferida a decisÃ£o de fls. 490-v, determinando o recolhimento das custas iniciais, diversos atos processuais jÃ¡ haviam sido praticados,

importando no reconhecimento de que o processo jÃ¡ se encontrava em curso, a despeito da ausÃªncia de pagamento das custas. Tanto que reconhecida, no fundamento do julgado, a inobservÃ¢ncia do art. 485, III, do CPC: a inÃ©rcia do requerente em promover as diligÃªncias que lhe competiam, no prazo legal, com a consequente extinÃ§Ã£o do feito. Â Â Â Â Â Bem por isso tambÃ©m o requerente foi condenado em honorÃ¡rios advocatÃcios e nas custas processuais, mercÃª dos atos atÃ© ali praticados. Â Â Â Â Â Com esses fundamentos, nego provimento aos Embargos de DeclaraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Publique-se, para fins de intimaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Transitada em julgado e recolhidas as custas processuais, certifique-se e arquivem-se. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 11 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de 2Â FÃ³rum de: TOME AÃU Â Â Email: 1tomeacu@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Av. 1Âº de Setembro, nÂº 388Â CEP: 68.680-000Â Â Bairro: MARANHENSEÂ Â Fone: (91)3727-1290 PROCESSO: 00020084120168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 REQUERENTE:WENISON JOSE DE PAIVA DOS SANTOS Representante(s): OAB 17899 - MARGARETH CARVALHO MONTEIRO (ADVOGADO) OAB 11586 - LUIS CARLOS PEREIRA BARBOSA (ADVOGADO) REQUERIDO:LOJAS AVENIDA LTDA Representante(s): OAB 22311 - HASSEN SALES RAMOS FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:A VISTA ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO LTDA Representante(s): OAB 222219 - ALEXANDRE FONSECA DE MELO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCARD C A MASTERCARD SA Representante(s): OAB 76696 - FELIPE GAZOLA FERREIRA MARQUES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DO BRASIL Representante(s): OAB 44698 - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) REQUERIDO:PAG SA MEIOS DE PAGAMENTOS Representante(s): OAB 222219 - ALEXANDRE FONSECA DE MELO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU PROCESSO NÂº 0002008-41.2016.8.14.0060 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â WENISON JOSÃ DE PAIVA DOS SANTOS, qualificado nos termos da inicial, ingressou com aÃ§Ã£o declaratÃ³ria de nulidade contratual c/c danos morais contra LOJAS AVENIDA LTDA, AVISTA S.A. ADMINISTRADORA DE CARTÃES DE CRÃDITO (PAG S.A. MEIOS DE PAGAMENTOS), BANCO BRADESCO S.A e BANCO DO BRASIL S.A. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Declara na exordial que compareceu no dia 10.12.2015 a uma agÃªncia do BANCO SICREDI para abrir uma conta corrente, mas foi informado da inviabilidade do pedido em razÃ£o de vÃ¡rias pendÃªncias financeiras em seu nome, inscritas no ServiÃ§o de ProteÃ§Ã£o ao CrÃ©dito - SPC pelas requeridas. No entanto, nÃ£o teria realizado nenhum dos negÃ³cios jurÃdicos que fundamentaram tais inscriÃ§Ãµes, sendo mais provÃ¡vel que o demandante tenha sido vÃtima de fraude. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requereu que fosse declarada a nulidade dos contratos firmado com as demandadas, bem como a retirada de seu nome do SPC e a condenaÃ§Ã£o das empresas para pagamento de danos morais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Apresentou os documentos de fls. 019/028. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sede de contestaÃ§Ã£o, a empresa LOJAS AVENIDA LTDA alegou que os documentos apresentados pelo requerente nÃ£o tÃªm o condÃ£o de comprovar as assertivas da inicial. Ademais, sustentou que, no momento a contrataÃ§Ã£o, foram apresentados documentos pessoais e colhidas as respectivas referÃªncias, nÃ£o havendo como a reclamada desconfiar da suposta fraude. Por fim, informou que tÃ£o logo foi citada e tomou conhecimento da suposta fraude, procedeu Ã baixa da restriÃ§Ã£o do reclamante, conforme apontou a fl. 066. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou os documentos de fls. 072/101. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O BANCO BRADESCO S/A, por sua vez, afirmou que o contrato celebrado entre o banco e o correntista requer a apresentaÃ§Ã£o dos documentos pessoais, e, se alguÃ©m fez uso indevido deles, a culpa teria sido do prÃ³prio autor, que nÃ£o teve diligÃªncia necessÃ¡ria para proteger seus dados. Declarou que, ao inscrever o nome do autor na dÃvida ativa, estava apenas exercendo o seu direito e, por fim, defende que nÃ£o Ã© cabÃvel a inversÃ£o do Ã´nus da prova, pois, nesse caso, configuraria um privilÃ©gio para vencer mais facilmente a demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou os documentos de fls. 147/199. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O BANCO DO BRASIL S/A, em sede de preliminar, declarou indevida a concessÃ£o da gratuidade da justiÃ§a, pois nÃ£o haveria provas da hipossuficiÃªncia financeira do demandante. No mÃ©rito, informou que incluiu quatro cheques supostamente expedidos pelo autor no CCF por ausÃªncia de fundos na conta. TambÃ©m declara que o autor celebrou o negÃ³cio jurÃdico por vontade prÃ³pria, inexistindo quaisquer vÃcios. Sendo assim, nÃ£o hÃ¡ que se falar em nulidade do negÃ³cio jurÃdico, tampouco em indenizaÃ§Ã£o por danos morais. Por fim sustentou a inviabilidade da inversÃ£o do Ã´nus da prova, pois se trata de conduta excepcional, cabendo ao requerente provar a verossimilhanÃ§a de suas alegaÃ§Ãµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Acostou os documentos de fls. 221/254. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JÃ¡ a demandada PAG S.A. MEIOS DE PAGAMENTOS sustentou a necessidade de audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para ouvir o depoimento pessoal do autor, pois a inicial estaria deficiente quanto aos argumentos que teriam gerado a

suposta falha na prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Acostou os documentos de fls. 275/300. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©plica acostada em fls. 302/307. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A inversÃ£o do Ã´nus da prova foi deferida em DecisÃ£o de fl. 308, ocasiÃ£o em que as partes foram intimadas para indicar as provas que pretendem produzir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em petiÃ§Ãµes de fls. 309/310 e 317/320, as partes que se manifestaram, afirmaram que inexistem provas a serem produzidas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Documentos anexados Ã s fls. 321/348. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relato. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Preliminarmente, convÃ©m esclarecer que o pedido de gratuidade da justiÃ§a nÃ£o foi deferido por este juÃ-zo (fls. 024/03), sendo que as custas iniciais se presumem pagas de acordo om o comprovante de fl. 108. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto Ã inversÃ£o do Ã´nus da prova, nÃ£o se trata de regalia concedida a uma das partes, mas sim de uma garantia legal para assegurar Ã parte hipossuficiente da lide, no caso, o consumidor, a defesa de seus direitos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, o art. 6Âº, VIII, do CÃ³digo de Defesa do Consumidor dispÃµe que sÃ£o direitos bÃ¡sicos do consumidor a facilitaÃ§Ã£o da defesa de seus direitos, inclusive com a inversÃ£o do Ã´nus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critÃ©rio do juiz, for verossÃ-mil a alegaÃ§Ã£o ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinÃ¡rias de experiÃªncias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso in comento, os demandados gozam de mais facilidade para comprovarem a existÃªncia de negÃ³cio jurÃ-dico com o demandante do que o contrÃ¡rio, pois Ã© de senso comum que provar a inexistÃªncia de algo Ã© mais difÃ-cil do que provar a sua existÃªncia, mormente quando se trata dos vÃ-nculos com sociedades empresÃ¡rias e instituiÃ§Ãµes financeiras. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por outo lado, verossÃ-mil a alegaÃ§Ã£o, a parte Ã© tecnicamente hipossuficiente em relaÃ§Ã£o Ã s demandadas e a relaÃ§Ã£o entre aquele e estes Ã© regida pelo CÃ³digo de Defesa do Consumidor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No mÃ©rito, o postulante argumenta que nÃ£o possui qualquer vÃ-nculo contratual com as demandadas, o que torna ilegal a inclusÃ£o de seu nome no cadastro de inadimplentes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os requeridos BANCO BRADESCO S/A, BANCO DO BRASIL S/A e PAG S.A. MEIOS DE PAGAMENTOS sustentam que firmaram acordo com o requerente, e as inscriÃ§Ãµes negativas em seu nome se deram em razÃ£o do exercÃ-cio regular de um direito, uma vez que o autor nÃ£o adimpliu com suas obrigaÃ§Ãµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JÃ¡ a requerida LOJAS AVENIDA LTDA afirmou que ao tomar conhecimento do suposto falsÃ¡rio (por meio da presente aÃ§Ã£o), tratou de retirar a inscriÃ§Ã£o do dÃ©bito em nome do autor, mas no momento da contrataÃ§Ã£o, foram apresentados documentos pessoais e colhidas as respectivas referÃªncias, nÃ£o havendo como desconfiar da suposta fraude. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dessa forma, a controvÃ©rsia gira em torno da existÃªncia ou nÃ£o de negÃ³cio jurÃ-dico entre requerente e requeridos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise dos autos, verifico que a foto da identidade do demandante acostada a fl. 020 nÃ£o coincide com aquelas apresentadas pelas requeridas (fls. 064 e 241). O mesmo pode se dizer das assinaturas dos cheques de fl. 205/206 e do contrato de fl. 244-v, que nÃ£o se assemelham a da identidade apresentada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por outro lado, as requeridas sequer demonstraram interesse na produÃ§Ã£o de prova pericial para fins de comprovarem que a assinatura aposta no contrato pertenceria, de fato, ao autor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em razÃ£o da responsabilidade objetiva, que Ã© imputada Ã s instituiÃ§Ãµes financeiras em decorrÃªncia dos fortuitos internos ocasionados pela prestaÃ§Ã£o de seus serviÃ§os, bem como pela prÃ³pria regra ordinÃ¡ria do Ã´nus da prova, competia aos demandados demonstrar a completa regularidade da relaÃ§Ã£o jurÃ-dica estabelecida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sendo assim, nÃ£o hÃ¡ comprovaÃ§Ã£o de que os negÃ³cios com o requerente tenham sido validamente celebrados, cuja inadimplÃªncia justificaria as inscriÃ§Ãµes do nome do autor no cadastro de restriÃ§Ã£o ao crÃ©dito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A inscriÃ§Ã£o indevida do nome do autor no serviÃ§o de proteÃ§Ã£o ao crÃ©dito gera dano moral indenizÃ¡vel mediante pecÃºnia, independente de dolo ou culpa da instituiÃ§Ã£o financeira. Em outras palavras, como se trata de responsabilidade objetiva da empresa, basta haver o nexo causal entre a aÃ§Ã£o (ou omissÃ£o) e o resultado para ser configurado o dano. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O dano, por sua vez, gera o dever de indenizar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Essa Ã©, inclusive, a determinaÃ§Ã£o da sÃºmula 479 do STJ. SÃºmula 479 - STJ As instituiÃ§Ãµes financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no Ã¢mbito de operaÃ§Ãµes bancÃ¡rias. Acerca do assunto, colaciono, ainda, as seguintes jurisprudÃªncias: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â STJ: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. RESSARCIMENTO POR PERDAS E DANOS. PAGAMENTO DE CHEQUES FRAUDULENTOS PELA INSTITUIÃÃO FINANCEIRA. ALEGAÃÃO DE ILEGITIMIDADE ATIVA. QUESTÃO PRECLUSA. INTERPRETAÃÃO DE CLÃUSULA CONTRATUAL. SÃMULA 5/STJ. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÃNCIA. RESPONSABILIDADE CIVIL CONFIGURADA. TESE DECIDIDA EM JULGAMENTO REPRESENTATIVO DE CONTROVÃRSIA. HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS. VALOR RAZOÃVEL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 5. "As instituiÃ§Ãµes bancÃ¡rias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros - como, por exemplo, abertura de conta-

corrente ou recebimento de emprÃ©stimos mediante fraude ou utilizaÃ§Ã£o de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno." (STJ - AgInt no AREsp 820846 / MA, Relator Ministro RAUL ARAÃJO, publicado no DJe em 02/10/2017) TJPA: EMENTA: APELAÃÃO CÃVEL. AÃO DE REPETIÃÃO DE INDÃBITO COM DANOS MORAIS E MATERIAIS PELO RITO SUMÃRIO. COBRANÃA INDEVIDA. EMPRÃSTIMO FRAUDULENTO. FALHA ADMINISTRATIVA DA INSTITUIÃÃO FINANCEIRA. RISCO DA ATIVIDADE ECONÃMICA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DOS BANCOS POR DANOS GERADOS POR FORTUITO INTERNO RELATIVO A FRAUDES E DELITOS PRATICADOS POR TERCEIROS NO ÃMBITO DE OPERAÃÃES BANCÃRIAS. SÃMULA 479 DO STJ. DANOS MORAIS. COMPROVADOS. SITUAÃÃO QUE TRANSBORDOU OS LIMITES DO MERO ABORRECIMENTO. QUANTUM INDENIZATÃRIO. VALORAÃÃO DA INTENSIDADE DO DANO NA ESFERA PSÃQUICA DO AUTOR. OBEDIÃNCIA AOS PRINCÃPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. DANOS MORAIS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (...) Sem delongas, acerca da particularidade do caso, destaco que as instituiÃ§Ãµes bancÃ¡rias respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo Ã fraude praticada por terceiros, conforme reconhecido em recurso repetitivo por esta Corte (SÃºmula 479/STJ). Tal entendimento, por certo, acaba por repercutir, em alguma medida, na caracterizaÃ§Ã£o do dano moral que, em determinadas situaÃ§Ãµes, pode ser considerado in re ipsa, como por exemplo nas hipÃ³teses em que acarrete a inscriÃ§Ã£o indevida do nome do consumidor nos Ã³rgÃ£os de proteÃ§Ã£o ao crÃ©dito (AgInt nos EDcl no AREsp 987.274 SP, Relator o Ministro Raul AraÃºjo, DJe de1Âº/8/2017). (...) Isto posto, analisando os documentos acostados aos autos, em sede de contestaÃ§Ã£o, bem como da anÃ¡lise da audiÃªncia de fls. 27, verifico que o Banco RÃ©u nÃ£o se desincumbiu do Ã´nus de comprovar que o emprÃ©stimo impugnado pelo Autor (fls. 14/17), seria legÃ-timo. Â (TJPA AC 0003409-70.2011.8.14.0040 Rel. Des. CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO. 16.07.2020) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com esses fundamentos, JULGO PROCEDENTE a pretensÃ£o inicial para DECLARAR a nulidade dos negÃ³cios jurÃ-dicos objetos dessa aÃ§Ã£o (Contrato 1727427 - LOJAS AVENIDA LTDA, FAT3258101 - AVISTA S. A. ADMINISTRADORA DE CARTÃES DE CRÃDITO, 4282671939786000 - BRADESCARD e CHEQUE NÂ° 850012, AG 3500 - BANCO DO BRASIL), e CONDENAR as requeridas LOJAS AVENIDA LTDA, AVISTA S. A. ADMINISTRADORA DE CARTÃES DE CRÃDITO (PAG S.A. MEIOS DE PAGAMENTOS), BANCO BRADESCO S.A e BANCO DO BRASIL S.A. a indenizarem o requerente, a tÃ-tulo de dano moral, na importÃ¢ncia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) cada uma, com correÃ§Ã£o monetÃ¡ria pelo INPC a contar da data desta sentenÃ§a e juros de mora de 1% (um por cento) ao mÃªs, a partir da citaÃ§Ã£o (art. 398 do CC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno as demandadas em custas e honorÃ¡rios sucumbenciais, no montante correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor da condenaÃ§Ã£o, assim entendido como a pecÃºnia concedida ao requerente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Declaro extinto o processo, com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito (art. 487, I, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u,11 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito Titular da Comarca de TomÃ©-AÃ§u PROCESSO: 00059542120168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Carta Precatória Cível em: 11/11/2021 REQUERENTE:DERLINDO MARTINS MENDES Representante(s): OAB 22721 - EVALDO RAMOS DA SILVA LEMOS (ADVOGADO) OAB 18004 - JOSE FRANS LOPES COUTO (ADVOGADO) OAB 346419 - RAPHAEL BEZERRA DE CARVALHO (ADVOGADO) REQUERENTE:RICARDO BRUNO DE ALCANTARA RIBEIRO Representante(s): OAB 22721 - EVALDO RAMOS DA SILVA LEMOS (ADVOGADO) OAB 121004 - JOSE FRANS LOPES COUTO (ADVOGADO) OAB 346419 - RAPHAEL BEZERRA DE CARVALHO (ADVOGADO) JUIZO DEPRECANTE:SEXTA VARA EMPRESARIAL DA COMARCA DE RIO DE JANEIRO JUIZO DEPRECADO:JUIZO DA COMARCA DE TOME ACU TERCEIRO:ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS RURAIS ESPERANCA VIVA DA COMUNIDADE MATINHA Representante(s): OAB 17899 - MARGARETH CARVALHO MONTEIRO (ADVOGADO) OAB 11586 - LUIS CARLOS PEREIRA BARBOSA (ADVOGADO) REQUERIDO:JOAO VICENTE COELHO Representante(s): OAB 5178 - BENEDITO CORDEIRO NEVES (ADVOGADO) OAB 2203 - MANOEL JOSE MONTEIRO SIQUEIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICAÂ PROCESSO NÂº 0005954-21.2016.8140060 DECISÃO Â 1.Â Â Â Â Â Defiro o pedido de fls. 187/188 para determinar que:Â a)Â Â Â Â Â Seja oficiado ao Instituto Â¿Renato ChavesÂ¿ para que indique profissional habilitado Ã perÃ-cia pretendida, a que se refere o ofÃ-cio de fls. 178, correndo por conta dos interessados a disponibilizaÃ§Ã£o dos equipamentos necessÃ¡rios para tanto. b)Â Â Â Â Â Seja oficiado ao Comando de MissÃµes Especiais - CME-PMPA para que adote as providÃªncias necessÃ¡rias ao cumprimento da diligÃªncia deprecada nos autos (imissÃ£o na posse de imÃ³vel), comunicando o JuÃ-zo com a

necessÃ¡ria antecedÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 11 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00094915420188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Execução de Alimentos Infância e Juventude em: 11/11/2021 REQUERENTE:H. P. F. REPRESENTANTE:PRISCILA COELHO PORTILHO REQUERIDO:CARLOS PORTILHO FARIAS Representante(s): OAB 27902 - LUANA PANCIERE DONADIA (ADVOGADO) . SENTENÃAÂ HOMOLOGAÃÃOÂ DEÂ ACORDO: Â¿VISTOSÂ ETC.Â HOMOLOGOÂ OÂ ACORDO ENTABULADOÂ ENTRE AS PARTES PARAÂ QUEÂ PRODUZAÂ SEUSÂ REAISÂ EÂ JURÃDICOSÂ EFEITOS,Â E DESTA FORMA, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÃÃO DE MÃRITO, NOS TERMOS DOÂ ARTIGOÂ 487, III,Â Â¿BÂ¿,Â DOÂ CPC.Â P.R.I.C.Â SEM CUSTAS EÂ HONORÃRIOS, EMÂ VIRTUDEÂ DA JUSTIÃAÂ GRATUITA.Â SENTENÃAÂ PUBLICADAÂ EMÂ AUDIÃNCIA, SAEMÂ OSÂ PRESENTES INTIMADOS, OS QUAISÂ RENUNCIAMÂ AOÂ PRAZOÂ RECURSAL. REGISTRE-SE.Â CERTIFIQUE-SE O TRÃNSITO EMÂ JULGADOÂ EÂ ARQUIVEM-SE. TomÃ©-AÃ§u/PA 11 de novembro de 2021. JosÃ© Ronaldo Pereira SalesÂ Juiz de Direito PROCESSO: 00103313020198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Embargos à Execução em: 11/11/2021 EMBARGANTE:ALEX DANIEL COSTA OLIVEIRA Representante(s): OAB 8699 - LEONARDO AMARAL PINHEIRO DA SILVA (ADVOGADO) EMBARGADO:A. V. S. O. Representante(s): OAB 13356 - JORDANO JUNIOR FALSONI (ADVOGADO) EMBARGADO:A. V. S. O. Representante(s): OAB 13356 - JORDANO JUNIOR FALSONI (ADVOGADO) REPRESENTANTE:EMYLIA HELENA VELOSO DOS SANTOS Representante(s): OAB 13356 - JORDANO JUNIOR FALSONI (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de Embargos Ã ExecuÃ§Ã£o de Alimentos promovida por ARTHUR VELOSO DOS SANTOS OLIVEIRA e ALEXANDRE VELOSO DOS SANTOS OLIVEIRA, representados pela mÃ£e, EMYLIA HELENA VELOSO DOS SANTOS, em face do ora Embargante, ALEXA DANIEL COSTA OLIVEIRA, todos devidamente identificados nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega o Embargante, em sÃ-ntese, que o dÃ©bito cobrado nos autos, correspondente Ã s parcelas da pensÃ£o alimentÃ-cia devidas no perÃ-odo de novembro/2015 a novembro/2018, Ã© excessivo porque nÃ£o consideradas despesas suportadas pelo executado e que deveriam ser descontadas da pensÃ£o. Alega que um imÃ³vel, no valor de R$ 80.000,00 foi disponibilizado Ã parte exequente no processo de DissoluÃ§Ã£o de UniÃ£o EstÃ¡vel. E que o Embargante constituiu nova famÃ-lia, dela advindo uma filha. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou os documentos de fls. 09/35. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimado, o Embargado nÃ£o apresentou manifestaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Relatados, decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo ao julgamento antecipado da lide, considerada a desnecessidade de prova em audiÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com o Â§ 3Âº do art. 917 do CPC, Â¿quando alegar que o exequente, em excesso de execuÃ§Ã£o, pleiteia quantia superior Ã do tÃ-tulo, o embargante declararÃ¡ na petiÃ§Ã£o inicial o valor que entende correto, apresentando demonstrativo discriminado e atualizado de seu cÃ¡lculo (destaquei). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A seu turno, o Â§ 4Âº do dispositivo acima citado estabelece: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Art. 917 (...) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â (...); Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â§ 4Âº. NÃ£o apontado o valor correto ou nÃ£o apresentado o demonstrativo, os embargos Ã execuÃ§Ã£o: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â I - serÃ£o liminarmente rejeitados, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, se o excesso de execuÃ§Ã£o for o seu Ãºnico fundamento; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â (...). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Embargante nÃ£o apontou o valor que entende devido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Afora isso, se se dispÃ´s a arcar com despesas em favor do Exequente de forma diversa daquela prevista no tÃ-tulo executivo judicial, Ã© Ã´nus exclusivamente seu. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã assente o brocardo de que Â¿quem paga mal, paga duas vezesÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No mais, o restante da matÃ©ria alegada Ã© estranha aos presentes Embargos e deveriam ter sido alegadas no processo respectivo de dissoluÃ§Ã£o de uniÃ£o estÃ¡vel ou por meio de aÃ§Ã£o revisional de alimentos, conforme o caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, REJEITO LIMINARMENTE os embargos interpostos pelo executado, ALEX DANIEL COSTA OLIVEIRA, e declaro a extinÃ§Ã£o dos Embargos, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, na forma do art. 485, VI c/c o art. 917, Â§ 4Âº, I, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Custas pelo Embargante. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem honorÃ¡rios advocatÃ-cios, porque nÃ£o houve impugnaÃ§Ã£o aos Embargos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Traslade-se uma via da presente decisÃ£o para os autos da ExecuÃ§Ã£o e intime-se a parte exequente a juntar planilha atualizada do dÃ©bito e requerer o que lhe aprouver, no prazo de 10(dez) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transitada em julgado, certifique-se e desapensem-se, arquivando-se os autos dos Embargos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 10.11.2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de

Direito, Em regime diferenciado de trabalho PROCESSO: 00104924020198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 REQUERENTE:MARIA DE FATIMA DA VEIGA DIAS Representante(s): OAB 13443 - BRENDA FERNANDES BARRA (ADVOGADO) OAB 24797 - EDUARDO MARCELO AIRES VIANA (ADVOGADO) REQUERIDO:COOPERATIVA DE CREDITO POUPANCA E INVESTIMENTO VERDE PARA SICREDI VERDE PARA. DELIBERAÃÃO:Â FICAÂ DESIGNADOÂ OÂ DIA 14/12/2021,Â Ã sÂ 12h,Â paraÂ aÂ realizaÃ§Ã£oÂ da audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o. INTIMEM-SE AS PARTES. TomÃ©-AÃ§u/PA 10 de novembro de 2021. JosÃ© Ronaldo Pereira SalesÂ Juiz de Direito PROCESSO: 00813851520158140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Guarda de Infância e Juventude em: 11/11/2021 REQUERENTE:C. A. O. A. REPRESENTANTE:SILVANA RANGEL DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 20657 - MARCIO DE JESUS ROCHA RANGEL (ADVOGADO) REQUERIDO:ALVARO ANTONIO PUREZA DO AMARAL. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU / VARA ÃNICA DECISÃO Â Â Â Â Â Nos autos do processo em epÃ-grafe, foi firmado acordo entre as partes aÂ fls. 27/28. Â Â Â Â Â Por meio da petiÃ§Ã£o de fls. 42/43, o entÃ£o advogado do requerente informa que o valor acordado a tÃ-tulo de pensÃ£o alimentÃ-cia Ã© irrisÃ³rio, incompatÃ-vel com as condiÃ§Ãµes pessoais e de renda do requerido, e que o acordo sÃ³ foi firmado porque a representante do requerente vinha passando por grande abalo emocional. Alega ainda que, embora assinado em audiÃªncia, nem o Magistrado, nem o representante do MP estariam presentes na ocasiÃ£o. Â Â Â Â Â Na oportunidade, requereu a desistÃªncia da aÃ§Ã£o, porque a parte requerente jÃ¡ tinha mudado de domicÃ-lio para esta Comarca, onde pretendia ingressar com outra aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, foi ajuizado pedido de cumprimento de sentenÃ§a de fls. 54/55 pelo requerente. Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico nÃ£o haver decisÃ£o de homologaÃ§Ã£o do referido acordo. Â Â Â Â Â O pedido de desistÃªncia data de 04.07.2016 e o de cumprimento de sentenÃ§a, de 11.02.2019. Â Â Â Â Â Portanto, em virtude do decurso do prazo desde entÃ£o, intime-se a parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 10(dez) dias, dizer se pretende a desistÃªncia do pedido ou a homologaÃ§Ã£o do acordo. Â Â Â Â Â Requerida a homologaÃ§Ã£o, vistas ao MP para manifestaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 05/11/2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PÃ¡gina de 2Â FÃ³rum de: TOME AÃUÂ Â Email: 1tomeacu@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Av. 1Âº de Setembro, nÂº 388Â CEP: 68.680-000Â Â Bairro: MARANHENSEÂ Â Fone: (91)3727-1290 PROCESSO: 01533971020158140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Busca e Apreensão em: 11/11/2021 REQUERENTE:BANCO HONDA SA Representante(s): OAB 10219 - MAURICIO PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:JOSE AILTON CHAGAS E CHAGAS. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICAÂ PROCESSO NÂº 0153397-10.2015.8140060 DECISÃO Â R.H. 1.Â Â Â Â Â De acordo com o protocolo do documento de fls. 28/33, ele foi vinculado pelo requerente, equivocadamente, aos presentes autos. Portanto, se houver erro na sentenÃ§a homologatÃ³ria, foi a parte que causou. Por outro lado, proferida a sentenÃ§a, o juiz encerra o seu ofÃ-cio jurisdicional, e sÃ³ por meio de recurso ou de aÃ§Ã£o adequada, a decisÃ£o pode ser desconstituÃ-da. 2.Â Â Â Â Â Assim, certifique-se o trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o de fls. 34, providencie-se a cobranÃ§a das custas remanescentes e arquivem-se, com as cautelas legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 10 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00110146720198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: REPRESENTADO: E. S. N. REPRESENTANTE: K. S. E. S. Representante(s): OAB 27902 - LUANA PANCIERE DONADIA (ADVOGADO) REQUERIDO: E. Q. N. PROCESSO: 00118146620178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Guarda de Infância e Juventude em: REQUERENTE: C. S. H. REQUERIDO: R. T. H. REQUERIDO: R. T. H.

**COMARCA DE SENADOR JOSE PORFIRIO**

**SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SENADOR JOSE PORFIRIO**

EDITAL DE CITAÇÃO

Com prazo de 20 dias

PROCESSO 0800176-67.2021.8.14.0058 - AÇÃO MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA. ACUSADO: JOSÉ DA SILVA LEAL. OFENDIDA: M.L.D.S.L. O EXCELENTÍSSIMO SENHOR ÊNIO MAIA SARAIVA, JUIZ DE DIREITO TITULAR DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO, ESTADO DO PARÁ, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ETC... FAZ SABER aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento, que pelo fórum da comarca de Senador José Porfírio, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, tramitam os autos da ação de medidas protetivas de urgência sob o número 0800176-67.2021.8.14.0058, em face de JOSÉ DA SILVA LEAL, nascido aos 16/10/1968, sem mais qualificação nos autos, com endereço declarado como sendo Rua Henrique Dias, s/nº, bairro Linhares, Senador José Porfírio-PA. E como o mesmo não foi encontrado (a) para ser citado (a) pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, com o prazo de 20 (vinte) dias (art. 256, inciso II, atendidos os requisitos do art. 257, ambos do CPC), a fim de, querendo, apresentar defesa no prazo de 05 (cinco) dias. Segue a decisão que, na íntegra, diz: ¿PROCESSO: 0800176-67.2021.8.14.0058. Nome: DELEGACIA DE POLICIA DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO. Endereço: CENTRAL, 456, CENTRO, SENADOR JOSÉ PORFÍRIO - PA - CEP: 68360-000. Nome: JOSE DA SILVA LEAL. Endereço: Henrique Dias, S/N, Linhares, SENADOR JOSÉ PORFÍRIO - PA - CEP: 68360-000. ID: **DECISÃO INTERLOCUTÓRIA.** Vistos etc. A vítima MARIA LINDALVA DA SILVA LEAL, perante a autoridade policial, requereu medidas protetivas de proibição de contato e aproximação. Perante a Autoridade Policial, a vítima relatou que é constantemente ameaça e agredida pelo seu irmão, o agressor JOSÉ DA SILVA LEAL. Relata ainda que, seu irmão/agressor possui problemas psiquiátricos e que se recusa a tomar os medicamentos para tais problemas e quando ingere bebidas alcoólicas se torna agressivo, a ameaçando e agredindo. O agressor não reside com a vítima, mas quando está em crises vai até a sua residência, pelo que, a mesma requer tais medidas de proteção. Brevemente relatado. Decido. Verifico incidir sobre o fato a Lei nº 11.340/2006, pois a situação se amolda ao art. 1º daquela norma, tendo em vista que se trata de violência doméstica (art. 5º, do mesmo dispositivo). A plausibilidade jurídica da pretensão está evidenciada, pois as condutas imputadas ao agressor estão previstas no art. 7º, da Lei nº 11.340/2006. Sendo assim, com esteio na fundamentação lastreada pela Lei nº 11.340/2006, decreto em desfavor de **JOSÉ DA SILVA LEAL**, as medidas protetivas de urgência listadas abaixo, as quais deverão ser observadas até que sobrevenha outra ordem judicial, sob pena de ser decretada sua PRISÃO PREVENTIVA, bem como de RESPONSABILIDADE CRIMINAL pelo art. 24-A, da mesma lei. a) proibição de manter contato com a vítima, dos seus familiares e testemunhas, por qualquer meio de comunicação, como telefone fixo, celular, e-mail, etc; b) proibição de o agressor se aproximar da vítima, em qualquer local, a uma distância mínima de 100 metros. Em decorrência, cumpram-se as seguintes determinações: 1) Oficiar a Delegacia de Polícia para: 1.a) comunicar à autoridade policial, remetendo cópia desta decisão para seu devido cumprimento. 1.b) encaminhamento ao Ministério Público do Inquérito Policial relacionado aos fatos. 2) Intime-se o agressor, pessoalmente, acerca das medidas impostas. 2.1) Advirta-se, também, o agressor da possibilidade de decretação da PRISÃO PREVENTIVA e RESPONSABILIZAÇÃO CRIMINAL pelo art. 24-A, da Lei nº 11.340/06, inclusive com a imposição de multa e requisição de auxílio da força policial, em caso de descumprimento da(s) medida(s) deferida(s) nesta decisão e/ou se houver necessidade para a manutenção da segurança da ofendida ou, ainda, se as circunstâncias assim o exigirem. 3) Intime-se, pessoalmente, a vítima. 4) Faça-se constar no mandado que o oficial de justiça fica autorizado cumprir o mandado fora do expediente forense, ainda que em domingos ou feriados. 5) Comunique-se o Ministério Público. **As demais vias desta decisão servirão como mandado instrumento de comunicação à autoridade policial, intimação da vítima e para citação do agressor.** Senador José Porfírio-PA, datado eletronicamente. **Ênio Maia Saraiva.** Juiz de Direito. Dado e passado nesta comarca de Senador José Porfírio, aos 21 (vinte e um) dias do mês de outubro de 2021 (dois mil e vinte e um). Eu, Elder Savio Alves Cavalcanti, Diretor de Secretaria de 1ª Entrância, subscrevi e assino em conformidade com o artigo 1º, §

1º, inciso IX, do Provimento 006/2006-CJRMB, com aplicação autorizada pelo Provimento nº 006/2009-CJCI.

EDITAL DE CITAÇÃO

Com prazo de 20 dias

PROCESSO 0800176-67.2021.8.14.0058 - AÇÃO MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA. ACUSADO: JOSÉ DA SILVA LEAL. OFENDIDA: M.L.D.S.L. O EXCELENTÍSSIMO SENHOR ÊNIO MAIA SARAIVA, JUIZ DE DIREITO TITULAR DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO, ESTADO DO PARÁ, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ETC... FAZ SABER aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento, que pelo fórum da comarca de Senador José Porfírio, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, tramitam os autos da ação de medidas protetivas de urgência sob o número 0800176-67.2021.8.14.0058, em face de JOSÉ DA SILVA LEAL, nascido aos 16/10/1968, sem mais qualificação nos autos, com endereço declarado como sendo Rua Henrique Dias, s/nº, bairro Linhares, Senador José Porfírio-PA. E como o mesmo não foi encontrado (a) para ser citado (a) pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, com o prazo de 20 (vinte) dias (art. 256, inciso II, atendidos os requisitos do art. 257, ambos do CPC), a fim de, querendo, apresentar defesa no prazo de 05 (cinco) dias. Segue a decisão que, na íntegra, diz: ¿PROCESSO: 0800176-67.2021.8.14.0058. Nome: DELEGACIA DE POLICIA DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO. Endereço: CENTRAL, 456, CENTRO, SENADOR JOSÉ PORFÍRIO - PA - CEP: 68360-000. Nome: JOSE DA SILVA LEAL. Endereço: Henrique Dias, S/N, Linhares, SENADOR JOSÉ PORFÍRIO - PA - CEP: 68360-000. ID: **DECISÃO INTERLOCUTÓRIA.** Vistos etc. A vítima MARIA LINDALVA DA SILVA LEAL, perante a autoridade policial, requereu medidas protetivas de proibição de contato e aproximação. Perante a Autoridade Policial, a vítima relatou que é constantemente ameaça e agredida pelo seu irmão, o agressor JOSÉ DA SILVA LEAL. Relata ainda que, seu irmão/agressor possui problemas psiquiátricos e que se recusa a tomar os medicamentos para tais problemas e quando ingere bebidas alcoólicas se torna agressivo, a ameaçando e agredindo. O agressor não reside com a vítima, mas quando está em crises vai até a sua residência, pelo que, a mesma requer tais medidas de proteção. Brevemente relatado. Decido. Verifico incidir sobre o fato a Lei nº 11.340/2006, pois a situação se amolda ao art. 1º daquela norma, tendo em vista que se trata de violência doméstica (art. 5º, do mesmo dispositivo). A plausibilidade jurídica da pretensão está evidenciada, pois as condutas imputadas ao agressor estão previstas no art. 7º, da Lei nº 11.340/2006. Sendo assim, com esteio na fundamentação lastreada pela Lei nº 11.340/2006, decreto em desfavor de **JOSÉ DA SILVA LEAL**, as medidas protetivas de urgência listadas abaixo, as quais deverão ser observadas até que sobrevenha outra ordem judicial, sob pena de ser decretada sua PRISÃO PREVENTIVA, bem como de RESPONSABILIDADE CRIMINAL pelo art. 24-A, da mesma lei. a) proibição de manter contato com a vítima, dos seus familiares e testemunhas, por qualquer meio de comunicação, como telefone fixo, celular, e-mail, etc; b) proibição de o agressor se aproximar da vítima, em qualquer local, a uma distância mínima de 100 metros. Em decorrência, cumpram-se as seguintes determinações: 1) Oficiar a Delegacia de Polícia para: 1.a) comunicar à autoridade policial, remetendo cópia desta decisão para seu devido cumprimento. 1.b) encaminhamento ao Ministério Público do Inquérito Policial relacionado aos fatos. 2) Intime-se o agressor, pessoalmente, acerca das medidas impostas. 2.1) Advirta-se, também, o agressor da possibilidade de decretação da PRISÃO PREVENTIVA e RESPONSABILIZAÇÃO CRIMINAL pelo art. 24-A, da Lei nº 11.340/06, inclusive com a imposição de multa e requisição de auxílio da força policial, em caso de descumprimento da(s) medida(s) deferida(s) nesta decisão e/ou se houver necessidade para a manutenção da segurança da ofendida ou, ainda, se as circunstâncias assim o exigirem. 3) Intime-se, pessoalmente, a vítima. 4) Faça-se constar no mandado que o oficial de justiça fica autorizado cumprir o mandado fora do expediente forense, ainda que em domingos ou feriados. 5) Comunique-se o Ministério Público. **As demais vias desta decisão servirão como mandado instrumento de comunicação à autoridade policial, intimação da vítima e para citação do agressor.** Senador José Porfírio-PA, datado eletronicamente. **Ênio Maia Saraiva.** Juiz de Direito. Dado e passado nesta comarca de Senador José Porfírio, aos 21 (vinte e um) dias do mês de outubro de 2021 (dois mil e vinte e um). Eu, Elder Savio Alves

Cavalcanti, Diretor de Secretaria de 1ª Entrância, subscrevi e assino em conformidade com o artigo 1º, § 1º, inciso IX, do Provimento 006/2006-CJRMB, com aplicação autorizada pelo Provimento nº 006/2009-CJCI.

EDITAL DE CITAÇÃO

Com prazo de 15 dias

PROCESSO 0800105-02.2020.8.14.0058 - AÇÃO PENAL. DENUNCIADOS: AINDA HANNA RIBEIRO DA SILVA E ANA PAULA DUARTE SODRÉ. O EXCELENTÍSSIMO SENHOR ÊNIO MAIA SARAIVA, JUIZ DE DIREITO TITULAR DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO, ESTADO DO PARÁ, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ETC... FAZ SABER aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento, que pelo fórum da comarca de Senador José Porfírio, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, tramitam os autos da ação sob o número 0800105-02.2020.8.14.0058, em face de Ana Paula Duarte Sodré e AINDA HANNA RIBEIRO DA SILVA. Para esta última, por não ter sido encontrada ou localizada para ser citada pessoalmente no endereço declarado nos autos expede-se o presente EDITAL, com o prazo de 15 (quinze) dias a fim de, querendo, apresentar defesa no prazo de 10 (dez) dias. Segue a denúncia ofertada pelo Ministério Público, recebida pelo juízo, a qual, na íntegra, diz: ¿ **EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO/PA. Processo nº: 0800105-2.2020.8.14.0058.** O Ministério Público do Estado do Pará, pelo Promotor de Justiça que esta subscreve, vem, perante V. Exa., no uso de suas atribuições constitucionais e legais e com fulcro no art. 41 do Código de Processo Penal, oferecer **DENÚNCIA** em desfavor de: **ANA PAULA DUARTE SODRÉ,** brasileira, solteira, natural de Santana/AP, nascida aos 02/12/2001, filho de Fabiana Duarte, residente e domiciliada na rua São Jorge, bairro Linhares, Senador José Porfírio/PA e, **AIDA HANNA RIBEIRO DA SILVA,** brasileira, solteira, natural de Senador José Porfírio/PA, nascida aos 18/07/1998, filha de Altaciano Bezerra da Silva e Maria Ozilei da Silva Ribeiro, portadora do RG nº 7778381, residente e domiciliado na rua Central, s/nº, Bairro Central, Senador José Porfírio/PA**,** pelas razões fáticas a seguir expostas. **DOS FATOS.** Consta nos autos que no dia 18/11/2020, por volta das 22h, as denunciadas **ANA PAULA DUARTE SODRÉ** e **AIDA HANNA RIBEIRO DA SILVA**, na companhia dos adolescentes **LUCICLEY DUARTE SODRÉ** e **RAIMUNDO JOSÉ DIAS**, mediante violência, exercida com emprego de arma branca, tipo madeira, subtraíram a quantia de R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) e o aparelho celular da vítima José Flamarion Lopes de Araújo. Consoante restou apurado, o ofendido trafegava no veículo FIAT PALIO, cor vermelha, placa OTV 1865, momento em que nas proximidades do comercial do ¿Carlão¿ encontrou com a acusada **ANA PAULA DUARTE SODRÉ**. Depreende-se dos autos que Ana Paula convidou a vítima para tomar cerveja, ocasião em que esta afirmou que não possuía dinheiro, motivo pelo qual, na companhia de Ana Paula foram até a pousada Xingu, local em que pegou a quantia de R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais). Ato contínuo, a vítima e Ana Paula foram até o bar do Cuca beber cerveja e comer tira-gosto. Extrai-se dos autos que Ana Paula insistiu que a vítima comprasse uma ¿caixinha¿ de cerveja e fosse para a residência daquela. Ao chegar na residência de Ana Paula, o ofendido observou que havia várias pessoas desconhecidas bebendo, razão pela qual deixou o dinheiro e o celular no carro. Segundo restou apurado, ao adentrar na residência de Ana Paula, a vítima observou que ela e a codenunciada **AIDA HANNA RIBEIRO DA SILVA** estavam consumindo drogas, ocasião em que decidiu ir embora. Ato contínuo, os adolescentes **LUCICLEY DUARTE SODRÉ** e **RAIMUNDO JOSÉ DIAS**, que se encontravam no local, em comunhão de esforços e unidade de desígnios com as codenunciadas **ANA PAULA DUARTE SODRÉ** e **AIDA HANNA RIBEIRO DA SILVA**, partiram para cima da vítima com um pedaço de madeira, desferindo vários golpes na cabeça do ofendido que chegou a adentrar no carro. Todavia, foi retirado do veículo pelos adolescentes e Ana Paula que continuaram a agredi-lo violentamente. Apurou-se ainda que as acusadas e os adolescentes danificaram o carro da vítima. Na sequência, as codenunciadas **ANA PAULA DUARTE SODRÉ**, **AIDA HANNA RIBEIRO DA SILVA** e os adolescentes subtraíram o dinheiro e o celular que estavam no carro da vítima e empreenderam fuga. Após diligências, a guarnição da polícia militar conseguiu apreender os adolescentes e efetuar a prisão das denunciadas que confessaram parcialmente

o cometimento dos crimes. **DA AUTORIA E DA MATERIALIDADE.** A autoria e a materialidade estão patentemente comprovadas através do depoimento dos policiais que realizaram a prisão das denunciadas, pelo depoimento da vítima e testemunhas, exame de corpo de delito, assim como, pela própria confissão parcial das denunciadas. **DO DIREITO.** Agindo do modo acima descrito, as denunciadas, **ANA. PAULA DUARTE SODRÉ** e **AIDA HANNA RIBEIRO DA SILVA,** cometeram o crime previsto no art. 157, § 3º, inciso I em concurso material com o crime de dano, art. 163 todos do Código Penal e corrupção de menores previsto no art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente. **DO PEDIDO.** Ante o exposto, requer este órgão ministerial: 1- Seja a presente denúncia recebida em todos os termos, com a citação das denunciadas na forma do art. 396 do CPP, para acompanharem a ação penal até final sentença condenatória. 2- A intimação das testemunhas e vítima arroladas para que compareçam em juízo em data designada por V. Exa. de tudo ciente o Ministério Público. 3- Em diligência, sejam juntados os antecedentes criminais das denunciadas. **Rol de Testemunhas/vítima:** 1. José Flamarion Lopes de Araújo, (vítima); 2. ELIOCESAR DE SOUSA CONCEIÇÃO, PM; 3. CHRISTIANO JOSÉ GOMES COSTA, PM; 4. SMITH VELOSO LEITE, EPC; 5. MARLON ALVES PIMENTEL; 6. HELENILDO NASCIMENTO DA SILVA. Senador José Porfírio/PA, 10 de dezembro de 2020. **FABIANO OLIVEIRA GOMES FERNANDES.** Promotor de Justiça¿. Dado e passado nesta comarca de Senador José Porfírio, aos 21 (vinte e um) dias do mês de outubro de 2021 (dois mil e vinte e um). Eu, Elder Savio Alves Cavalcanti, Diretor de Secretaria de 1ª Entrância, subscrevi e assino em conformidade com o artigo 1º, § 1º, inciso IX, do Provimento 006/2006-CJRMB, com aplicação autorizada pelo Provimento nº 006/2009-CJCI.

EDITAL DE CITAÇÃO

Com prazo de 15 dias

PROCESSO 0800105-02.2020.8.14.0058 - AÇÃO PENAL. DENUNCIADOS: AINDA HANNA RIBEIRO DA SILVA E ANA PAULA DUARTE SODRÉ. O EXCELENTÍSSIMO SENHOR ÊNIO MAIA SARAIVA, JUIZ DE DIREITO TITULAR DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO, ESTADO DO PARÁ, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ETC... FAZ SABER aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento, que pelo fórum da comarca de Senador José Porfírio, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, tramitam os autos da ação sob o número 0800105-02.2020.8.14.0058, em face de Ana Paula Duarte Sodré e AINDA HANNA RIBEIRO DA SILVA. Para esta última, por não ter sido encontrada ou localizada para ser citada pessoalmente no endereço declarado nos autos expede-se o presente EDITAL, com o prazo de 15 (quinze) dias a fim de, querendo, apresentar defesa no prazo de 10 (dez) dias. Segue a denúncia ofertada pelo Ministério Público, recebida pelo juízo, a qual, na íntegra, diz: ¿ **EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO/PA. Processo nº: 0800105-2.2020.8.14.0058.** O Ministério Público do Estado do Pará, pelo Promotor de Justiça que esta subscreve, vem, perante V. Exa., no uso de suas atribuições constitucionais e legais e com fulcro no art. 41 do Código de Processo Penal, oferecer **DENÚNCIA** em desfavor de: **ANA PAULA DUARTE SODRÉ,** brasileira, solteira, natural de Santana/AP, nascida aos 02/12/2001, filho de Fabiana Duarte, residente e domiciliada na rua São Jorge, bairro Linhares, Senador José Porfírio/PA e, **AIDA HANNA RIBEIRO DA SILVA,** brasileira, solteira, natural de Senador José Porfírio/PA, nascida aos 18/07/1998, filha de Altaciano Bezerra da Silva e Maria Ozilei da Silva Ribeiro, portadora do RG nº 7778381, residente e domiciliado na rua Central, s/nº, Bairro Central, Senador José Porfírio/PA**,** pelas razões fáticas a seguir expostas. **DOS FATOS.** Consta nos autos que no dia 18/11/2020, por volta das 22h, as denunciadas **ANA PAULA DUARTE SODRÉ** e **AIDA HANNA RIBEIRO DA SILVA**, na companhia dos adolescentes **LUCICLEY DUARTE SODRÉ** e **RAIMUNDO JOSÉ DIAS**, mediante violência, exercida com emprego de arma branca, tipo madeira, subtraíram a quantia de R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) e o aparelho celular da vítima José Flamarion Lopes de Araújo. Consoante restou apurado, o ofendido trafegava no veículo FIAT PALIO, cor vermelha, placa OTV 1865, momento em que nas proximidades do comercial do ¿Carlão¿ encontrou com a acusada **ANA PAULA DUARTE SODRÉ**. Depreende-se dos autos que Ana Paula convidou a vítima para tomar cerveja, ocasião em que esta afirmou que não possuía dinheiro, motivo pelo qual, na companhia de Ana Paula foram até a

pousada Xingu, local em que pegou a quantia de R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais). Ato contínuo, a vítima e Ana Paula foram até o bar do Cuca beber cerveja e comer tira-gosto. Extrai-se dos autos que Ana Paula insistiu que a vítima comprasse uma ¿caixinha¿ de cerveja e fosse para a residência daquela. Ao chegar na residência de Ana Paula, o ofendido observou que havia várias pessoas desconhecidas bebendo, razão pela qual deixou o dinheiro e o celular no carro. Segundo restou apurado, ao adentrar na residência de Ana Paula, a vítima observou que ela e a codenunciada **AIDA HANNA RIBEIRO DA SILVA** estavam consumindo drogas, ocasião em que decidiu ir embora. Ato contínuo, os adolescentes **LUCICLEY DUARTE SODRÉ** e **RAIMUNDO JOSÉ DIAS**, que se encontravam no local, em comunhão de esforços e unidade de desígnios com as codenunciadas **ANA PAULA DUARTE SODRÉ** e **AIDA HANNA RIBEIRO DA SILVA**, partiram para cima da vítima com um pedaço de madeira, desferindo vários golpes na cabeça do ofendido que chegou a adentrar no carro. Todavia, foi retirado do veículo pelos adolescentes e Ana Paula que continuaram a agredi-lo violentamente. Apurou-se ainda que as acusadas e os adolescentes danificaram o carro da vítima. Na sequência, as codenunciadas **ANA PAULA DUARTE SODRÉ**, **AIDA HANNA RIBEIRO DA SILVA** e os adolescentes subtraíram o dinheiro e o celular que estavam no carro da vítima e empreenderam fuga. Após diligências, a guarnição da polícia militar conseguiu apreender os adolescentes e efetuar a prisão das denunciadas que confessaram parcialmente o cometimento dos crimes. **DA AUTORIA E DA MATERIALIDADE.** A autoria e a materialidade estão patentemente comprovadas através do depoimento dos policiais que realizaram a prisão das denunciadas, pelo depoimento da vítima e testemunhas, exame de corpo de delito, assim como, pela própria confissão parcial das denunciadas. **DO DIREITO.** Agindo do modo acima descrito, as denunciadas, **ANA. PAULA DUARTE SODRÉ** e **AIDA HANNA RIBEIRO DA SILVA,** cometeram o crime previsto no art. 157, § 3º, inciso I em concurso material com o crime de dano, art. 163 todos do Código Penal e corrupção de menores previsto no art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente. **DO PEDIDO.** Ante o exposto, requer este órgão ministerial: 1- Seja a presente denúncia recebida em todos os termos, com a citação das denunciadas na forma do art. 396 do CPP, para acompanharem a ação penal até final sentença condenatória. 2- A intimação das testemunhas e vítima arroladas para que compareçam em juízo em data designada por V. Exa. de tudo ciente o Ministério Público. 3- Em diligência, sejam juntados os antecedentes criminais das denunciadas. **Rol de Testemunhas/vítima:** 1. José Flamarion Lopes de Araújo, (vítima); 2. ELIOCESAR DE SOUSA CONCEIÇÃO, PM; 3. CHRISTIANO JOSÉ GOMES COSTA, PM; 4. SMITH VELOSO LEITE, EPC; 5. MARLON ALVES PIMENTEL; 6. HELENILDO NASCIMENTO DA SILVA. Senador José Porfírio/PA, 10 de dezembro de 2020. **FABIANO OLIVEIRA GOMES FERNANDES.** Promotor de Justiça¿. Dado e passado nesta comarca de Senador José Porfírio, aos 21 (vinte e um) dias do mês de outubro de 2021 (dois mil e vinte e um). Eu, Elder Savio Alves Cavalcanti, Diretor de Secretaria de 1ª Entrância, subscrevi e assino em conformidade com o artigo 1º, § 1º, inciso IX, do Provimento 006/2006-CJRMB, com aplicação autorizada pelo Provimento nº 006/2009-CJCI.

E D I T A L DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS

O Excelentíssimo Senhor ANTÔNIO FERNANDO DE CARVALHO VILAR, Juiz de Direito respondendo pela Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, faz saber ao nacional FREDERICO LUIZ TEIXEIRA MARTIN, brasileiro, solteiro, nascido aos 02/09/1976, portador da CI/RG nº 740740 SSP/ES e do CPF nº 074.887.757-67, filho de Adilson Luiz Martin, com endereço declarado nos autos como sendo Rua Maratizes, nº 250, bloco 02, apto. 1002, bairro Valparaíso, Serra-ES, porém por não ter sido possível ter sido localizado para ser intimado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 90 (noventa) dias a fim de tomar ciência da sentença prolatada por este Juízo em 11/12/2019, às fls. 317/322 dos autos da ação civil pública de indenização por dano material e moral coletivo causado ao meio ambiente nº 0000103-46.2012.8.14.0058, a qual, na íntegra, diz: ¿SENTENÇA. Vistos, etc. Trata-se de Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado do Pará em face de PORBRÁS MADEIRAS LTDA., ADILSON LUIZ MARTIN, JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA PINHO, FREDERICO LUIZ TEIXEIRA MARTIN e FELIPE ANDRÉ TEIXEIRA MARTIN, visando, no mérito, a responsabilização civil ambiental

para que os promovidos sejam condenados ao pagamento de indenização de danos morais coletivos e patrimoniais ou, alternativamente, à determinação para que os réus promovam o reflorestamento da área degradada ou outra região indicada pelo Ibama. Aduz a inicial que, conforme apuração no Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000116/2009-13 (fls. 19), em 2008 os réus infringiram norma prevista no art. 60 da Lei 9.605/98, bem como no art. 66, II e VII, do Decreto Federal 6.514/08, como indicado no auto de infração 527264-D (fls. 03). Relata o requerente que a Operação Arco Fogo, do Ibama, constatou funcionamento de porto de embarque e desembarque de produtos e subprodutos florestais em área de preservação permanente, na margem direita do rio Xingu, sem licença ou autorização, aplicando à ré Porbrás multa administrativa no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Afirma, ainda, que diante da constataç¿o administrativa, coube ao órg¿o ministerial demandar em busca da responsabilização civil dos requeridos, pelos danos à sociedade decorrentes de les¿o ao meio ambiente. Inicial com documentos às fls. 02/113-V. Petiç¿o inicial recebida em despacho às fls. 114. Contestaç¿o apresentada às fls. 127/133 pela advogada (dra.) Dominique de Nazaré dos S. Silva, em defesa dos réus Porbrás, Felipe André, Frederico Luiz, José Maria de Oliveira e Adilson Luiz, defendendo a ilegitimidade passiva e a ocorrência de decadência quanto aos requeridos Felipe André, Frederico Luiz e José Maria, além da defesa de mérito. Contudo, nos instrumentos de representaç¿o às fls. 134/138 n¿o consta procuraç¿o legítima pelo promovido José Maria de Oliveira. Requerimento do Ministério Público às fls. 165, para fim de oficiar o Ibama a apresentar cópia integral dos procedimentos oriundos dos autos de infraç¿es administrativas constantes às fls. 21/24. Audiência de conciliaç¿o realizada às fls. 179/180, na qual o Ministério Público requereu ofício à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo ¿ SEMAT almejando esclarecer se houve desmatamento na área que funcionava o porto de embarque e desembarque, bem como para que haja indicaç¿o do prejuízo. Cópia digitalizada do Processo Administrativo do Ibama (fls. 183). Laudo Técnico Ambiental apresentado às fls. 185/189 pela SEMAT, indicando a existência de um caminho aberto na área da Porbrás até o rio Xingu, para embarque e desembarque de madeira, bem como a presença de resíduos de madeira e regeneraç¿o da vegetaç¿o no local, de modo a concluir que houve supress¿o da mata há muito tempo. Por fim, atesta o laudo que diante dos fatos provocados pelo fator humano, houve prejuízo ao curso d¿água, risco de impermeabilizaç¿o do solo pelo contato direto com as chuvas e de eros¿o. Audiência de instruç¿o e julgamento realizada (fls. 191/193), ocasi¿o em que foi colhido o depoimento pessoal do promovido Adilson Luiz. Ofício da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade ¿ SEMAS (fls. 198), indicando que a Licença de Operaç¿o ¿ LO nº 724/2008 n¿o abrangia autorizaç¿o para instalaç¿es portuárias, e que a Porbrás foi autorizada à atividade portuária somente por meio da Autorizaç¿o de Funcionamento ¿ AF nº 166/2012, vencida em 18/06/2013, e posteriormente, com a emiss¿o da Licença de Operaç¿o ¿ LO nº 8358/2014, cuja autorizaç¿o ocorreu até 20/03/2017. Ante a n¿o representaç¿o processual do réu José Maria, o Ministério Público pleiteou (fls. 199-V) sua citaç¿o por edital, o que foi realizado em 25/05/2016 (fls. 208), e na mesma manifestaç¿o requereu nova intimaç¿o à SEMAT para que indique o cálculo do dano ambiental alegado, afirmando que no laudo apresentado nos autos n¿o há como dimensionar o valor dos danos. Novo laudo emitido pela SEMAT às fls. 215/223, no qual restou atestado que a área de preservaç¿o permanente, desmatada na década de 90, foi vegetada novamente ou houve regeneraç¿o natural, conforme imagens obtidas nos anos de 2012 e 2015. Contestaç¿o apresentada às fls. 226 pelo curador especial do requerido José Maria, o dr. José Carlos Melém. Renúncia ao mandato (fls. 227) apresentada pela advogada do réu Porbrás (fls. 227/231). Renúncia ao mandato dos requeridos Adilson Luiz, Frederico Luiz e Felipe André (fls. 245/251). Alegaç¿es finais pelo Ministério Público às fls. 235/237, ratificando o pedido de condenaç¿o dos requeridos ao pagamento de danos morais e materiais. Raz¿es finais apresentadas às fls. 263/266 pela curadora especial do réu José Maria, aduzindo, em síntese, que este deixou de fazer parte da sociedade em 15/09/2011, pugnando pelo reconhecimento de decadência. O réu Felipe André foi intimado pessoalmente (fls. 307-V), mas n¿o constituiu novo procurador nem apresentou memoriais finais, conforme certid¿o às fls. 308. O promovido Frederico Luiz foi intimado por edital (fls. 311), porém, n¿o apresentou raz¿es finais nem constituiu novo advogado, conforme certid¿o às fls. 314. Os réus Porbrás e Adilson Luiz foram intimados às fls. 256, mas n¿o constituíram novo causídico nem apresentaram memoriais finais, conforme certid¿o às fls. 316. Os autos vieram-me conclusos para sentença. É o relato. Decido. O art. 129, III, da Constituiç¿o Federal de 1988, atribui ao Ministério Público a legitimidade para promover aç¿es que visam a proteç¿o do patrimônio público e social, do meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos, justificando, assim, a propositura da presente demanda. De antem¿o, tenho por bem registrar que reconheço a contestaç¿o dos réus Porbrás, Adilson Luiz, Frederico Luiz e Felipe André na peça juntada às fls. 127/133 pela advogada (dra.) Dominique de Nazaré dos S. Silva, uma vez que às fls. 134/138 constam as respectivas procuraç¿es. Quanto ao requerido José Maria, considerando que a advogada acima o englobou na peça contestatória, mas sem apresentar instrumento procuratório do

réu em quest¿o, tenho que a contestaç¿o deste foi apresentada pelo curador especial (dr.) José Carlos Melém, às fls. 226. Antes de me apreciar o mérito, passo a analisar as preliminares arguidas. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. Em ambas as peças contestatórias, os defensores técnicos arguiram a ilegitimidade passiva dos réus José Maria, Frederico Luiz e Felipe André, sob a alegaç¿o de decadência pelo fato destes terem se desligado do quadro societário da ré Porbrás há mais de 03 (três) anos. Tal preliminar n¿o merece guarida, vez que a atuaç¿o do Ibama, constatando os danos, ocorreu no ano de 2008, quando os requeridos supraindicados ainda faziam parte do quadro societário da ré Porbrás, os quais se retiraram apenas no ano de 2011. Nesse aspecto, o art. 1.032 do CC determina a responsabilização dos sócios retirantes em até 02 (dois) anos, após a averbaç¿o da retirada da sociedade. Transcrevo: ¿Art. 1.032. A retirada, exclus¿o ou morte do sócio, n¿o o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigaç¿es sociais anteriores, até dois anos após averbada a resoluç¿o da sociedade; nem nos dois primeiros casos, pelas posteriores e em igual prazo, enquanto n¿o se requerer a averbaç¿o¿. Ademais, a presente aç¿o foi distribuída no ano de 2012, de modo que, pelo exposto, resta clarividente a legitimidade passiva de todos os réus indicados na inicial. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL. De igual forma, n¿o merece acolhida a pretensa preliminar de inépcia da inicial (fls. 128/129), eis que o autor indicou corretamente os alegados danos ao meio ambiente, fazendo menç¿o inicialmente e diligenciando acerca da complementaç¿o da apuraç¿o dos prejuízos ao meio ambiente, de modo que os réus tiveram amplas condiç¿es de apresentarem suas defesas, inclusive, pelos dados apontados pelos procedimentos administrativos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ¿ IBAMA. Ademais, a jurisprudência pátria é uníssona ao definir que os danos causados ao meio ambiente n¿o necessitam de valor específico indicado pelo autor, podendo, pois, ser arbitrado pelo julgador, respeitando-se a razoabilidade e proporcionalidade, a exemplo dos entendimentos a seguir: ¿ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANOS AMBIENTAIS. DERRAMAMENTO DE ÓLEO NO MAR. INDENIZAÇ¿O. VALOR ARBITRADO DE FORMA RAZOÁVEL SEGUNDO ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL A QUAO. REVIS¿O. INVIABILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. 1. É assente nesta Corte que somente é possível a reavaliaç¿o do quantum arbitrado a título de danos causados ao meio ambiente nos casos em que se afigure exorbitante ou irrisório, o que evidentemente n¿o se configura no caso dos autos. Portanto, incide na espécie, o óbice da Súmula 7/STJ. 2. Agravo regimental n¿o provido¿. (STJ - AgRg no AREsp: 222483 SP 2012/0180576-7, Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de Julgamento: 18/11/2014, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicaç¿o: DJe 27/11/2014). ¿EMENTA: ADMINISTRATIVO. AÇ¿O CIVIL PÚBLICA. DANO AMBIENTAL. DESMATAMENTO DE ÁREA DE FORMAÇ¿O CAMPESTRE SEM AUTORIZAÇ¿O DE ÓRG¿O AMBIENTAL. ÁREA RECUPERADA NATURALMENTE. OBRIGAÇ¿O DE INDENIZAR. PERTINÊNCIA. REPARAÇ¿O INTEGRAL. VALOR ARBITRADO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. - O desmatamento de área de formaç¿o campestre sem autorizaç¿o de órg¿o ambiental e que causa danos significativos à vegetaç¿o deve ser sancionado, também, com a obrigaç¿o de pagar quantia em dinheiro. Precedente do STJ - A reparaç¿o do patrimônio ambiental deve ser a mais completa possível, abrangendo obrigaç¿es de indenizar e de n¿o fazer, para além da recuperaç¿o natural da área ao longo dos anos, circunstância que supriu t¿o somente a obrigaç¿o de fazer - O valor da indenização deve ser arbitrado de modo razoável e proporcional à extens¿o do dano¿. (TJ-MG - AC: 10400130022322001 MG, Relator: Alberto Vilas Boas, Data de Julgamento: 08/10/2019, Data de Publicaç¿o: 15/10/2019). No mérito, vislumbro que o Processo Administrativo nº 1.23.003.000116/2009-13, originado pelo auto de infração expedido pelo IBAMA, acostado às fls. 19/69, e apresentado integralmente em mídia digital às fls. 183, constatou que a ré Porbrás estava com quantidade de madeira condizente à comprovada documentalmente, mas autuou a mesma por ¿fazer funcionar atividade de porto de embarque e desembarque de produtos e subprodutos florestais, em área de preservaç¿o permanente¿, sem a devida licença legal. Por ocasi¿o, foi-lhe aplicada multa administrativa no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Considero, pois, que o procedimento administrativo é prova inequívoca da ocorrência do dano causado pelo funcionamento de atividade portuária na sede da requerida Porbrás em área de preservaç¿o permanente, uma vez que está revestido de fé pública do agente de fiscalizaç¿o ambiental do IBAMA. Outrossim, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade ¿ SEMAS informou às fls. 198 que à época da ¿Operaç¿o Arco de Fogo¿ a ré Porbrás n¿o obtinha autorizaç¿o para instalaç¿es portuárias, uma vez que a LO nº 724/2008 n¿o abrangia tais atividades, as quais foram autorizadas somente em 2012. Nesse sentido, a própria ré Porbrás admitiu, em defesa junto ao IBAMA (fls. 87/88), o funcionamento irregular do local de embarque e desembarque de produtos, sustentando que n¿o tinha conhecimento da necessidade de obter licença específica para funcionamento de porto de embarque e desembarque de madeiras e seus derivados. S¿o os termos da promovida às fls. 87: ¿[...] se falhamos, n¿o foi por desrespeito à legislaç¿o vigente, mas sim porque ao longo destes anos todos n¿o tínhamos a

menor idéia de que fosse necessário ter uma autorizaç¿o especial para um local que n¿o é um porto e que está colocado nos documentos que enviamos a cada ano para renovaç¿o da LO, e, portanto pensávamos que a licença seria válida também para embarque e desembarque de produtos¿. Tal argumento n¿o merece acolhida, vez que o art. 3º da Lei de Introduç¿o às normas do Direito Brasileiro é enfático ao dispor que ninguém poderá se eximir de obedecer a legislaç¿o, em sentido amplo, sob o fundamento de desconhecimento legal. In verbis: ¿Art. 3º Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que n¿o a conhece¿. Portanto, os réus violaram flagrantemente o disposto no art. 66 do Decreto nº 6.514/2008, a seguir transcrito: ¿Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorizaç¿o dos órg¿os ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: Multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) a R$ 10.000.000,00 (dez milh¿es de reais)¿. Ato contínuo, a legislaç¿o atual preconiza que a responsabilidade do infrator/poluidor pelo dano ambiental é objetiva, como assevera o art. 14, § 1º, da Lei 6.938/81, uma vez que o meio ambiente é um bem amplamente protegido pela Carta Magna/88, conforme art. 225, sendo essencial à qualidade de vida da presente e futuras geraç¿es. A jurisprudência já é pacífica nesse mesmo sentido, tendo o Supremo Tribunal Federal já assinalado o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como a consagraç¿o constitucional de um direito de terceira dimens¿o. Portanto, sendo desnecessária a apuraç¿o de culpa, uma vez que apurada sob a modalidade do risco integral. Vejamos como é o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado do Pará acerca do assunto: ¿APELAÇ¿O CÍVEL. AÇ¿O CIVIL PÚBLICA. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA E SOBRESTAMENTO DO FEITO. REJEITADAS - RESPONSABILIDADE OBJETIVA PELOS DANOS CAUSADOS. COMPROVAÇ¿O - DANO MATERIAL E REFLORESTAMENTO. PEDIDOS ALTERNATIVOS. NECESSIDADE DE ADEQUAÇ¿O - PRAZO DE SEIS MESES. APRESENTAÇ¿O DE PROJETO DE RECUPERAÇ¿O AO IBAMA. PRAZO PARA EXECUÇ¿O DO REFLORESTAMENTO. DETERMINADO PELO IBAMA. (...) 2- Há independência entre as esferas administrativa, civil e penal. Portanto, as decis¿es do Poder Judiciário n¿o est¿o vinculadas às conclus¿es adotadas em procedimento administrativo. Preliminar de sobrestamento do feito rejeitada; 3- A responsabilidade por violaç¿o do meio ambiente é objetiva, fundamentada na Teoria do Risco Integral, bastando a comprovaç¿o do nexo causal da aç¿o ou atividade desenvolvida pelo agente com o dano provocado, independentemente da existência de culpa; 4- De acordo com a extens¿o do dano, é possível subdividir o gênero dano ambiental, em duas espécies: dano patrimonial e dano extrapatrimonial ou moral. Há total independência entre a reparaç¿o do dano extrapatrimonial e do dano patrimonial; (...)¿ (TJPA 2017.04205724-17, 182.104, Rel. Celia Regina de Lima Pinheiro, Órg¿o Julgador 1ª Turma de Direito Público, Julgado em 2017-09-25, publicado em 2017-10-24) A conduta direta da empresa requerida, e a conduta, no mínimo indireta, dos sócios daquela à época, os quais n¿o agiram para impedir a prática ilegal, tornam todos legitimados a comporem o polo passivo da presente demanda, consoante arts. 2º e 3º, parágrafo único, da Lei nº 9.605/98, c/c art. 3º da Lei nº 6.938/81, os quais indicam como infratores todos aqueles que, direta ou indiretamente, tenham praticado atividade causadora de degradaç¿o ambiental. Embora nos autos haja comprovaç¿o de regeneraç¿o natural ou revegetaç¿o da área de preservaç¿o permanente desmatada para funcionamento do porto irregular, a aç¿o dos réus causou danos ambientais amplamente indicados pela SEMAT (fls. 185/189), dentre os quais: prejuízo ao curso d¿água, risco de impermeabilizaç¿o do solo pelo contato direto com as chuvas e de eros¿o, n¿o podendo, portanto, os ilícitos serem relevados pelo Poder Público, sobretudo pelo Judiciário. Assim, estando configurado o prejuízo, bem como o evidente nexo causal pela conduta dos requeridos, a reparaç¿o deve ser condizente com o dano provocado, já que n¿o se trata de simples reparaç¿o pessoal ou privada, mas de interesse coletivo ou mesmo geracional, impondo, dessa forma, a reparaç¿o pelos danos materiais e morais coletivos causados. Pelo exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial, extinguindo o processo com resoluç¿o do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: A) condenar os requeridos, solidariamente, a título de danos materiais coletivos, ao pagamento de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), valor este que será revertido ao Fundo Municipal do Meio Ambiente desta Comarca; B) condenar os requeridos, solidariamente, ao pagamento de dano moral coletivo ao meio ambiente e à coletividade no importe de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), devendo ser revestido ao Fundo Estadual dos Direitos Difusos, nos termos do art. 13, da Lei nº 7.347/85. Intime-se o Ministério Público, inclusive para informar acerca dos dados da conta corrente do Fundo Municipal do Meio Ambiente desta Comarca, bem como do Fundo Estadual dos Direitos Difusos. Intime-se o requerido José Maria de Oliveira Pinho, por meio de sua curadora especial, de forma pessoal. Intimem-se os demais requeridos nos últimos endereços cujas comunicaç¿es restaram frutíferas, expedindo-se cartas precatórias e/ou editais, se necessário. Custas pelos requeridos. Sem honorários (art. 128, § 5º, II, ¿a¿, da CF/88). Após o trânsito em julgado, proceda-se o necessário, arquivando-se ao final.

Publique-se. Registre-se. Senador José Porfírio-PA, 11 de dezembro de 2019. Kátia Tatiana Amorim de Sousa. Juíza de Direito da Comarca de Senador José Porfírio.¿. Aos 07 (sete) dias do mês de fevereiro do ano de 2020. Eu, Elder Savio Alves Cavalcanti, Diretor de Secretaria, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

O Excelentíssimo Sr. Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio-PA Ênio Maia Saraiva, faz saber à nacional IRANI ALVES RODRIGUES, brasileira, nascida em 02/08/1956, portadora do CPF nº 305.041.712-91, filha de Júlia Maria de Jesus e de Manoel Alves de Oliveira, com endereço declarado nos autos como sendo Rua A, nº 17, Jardim Paraíso, Tucuruí-PA, que nos autos Do procedimento de medidas protetivas de urgência nº 0800086-93.2020.8.14.0058, em 30/08/2021, foi prolatada sentença a qual, na íntegra, diz: ¿SENTENÇA. IRANI ALVES RODRIGUES, devidamente qualificada nos autos, alegando ser vítima de violência doméstica e familiar contra a mulher, com incidência na Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/2006, ingressou com pedido de medidas protetivas de urgência em face de PAULO RODRIGUES ALVES. Em decisão liminar, foram deferidas as medidas de proteção pretendidas pela requerente (id. 21030725). O requerido não foi localizado para citação pessoal (id. 21241884), sendo realizada a editalícia (id. 28231696). Regularmente citado, não apresentou contestação (id. 32765289). Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. DECIDO. Em razão da ausência de defesa tempestiva pelo requerido, embora devidamente citado, DECRETO A REVELIA, o que faço nos termos do art. 344 do CPC Entendo desnecessária a produção de provas em audiência, haja vista que o objeto dos presentes autos é tão somente a apreciação da manutenção e/ou revogação da medida protetiva de urgência. Tenho que a causa está suficientemente instruída para o seu julgamento, pelo que passo a sua apreciação nos termos do artigo 355, I do Código de Processo Civil. A ocorrência traz a descrição da violência/grave ameaça sofrida pela vítima, a qual deu ensejo a decisão liminar concessiva das medidas protetivas de urgência, perdurando até o presente momento. Consigno que a medida protetiva prevista na lei nº 11.340/06 visa a garantia da ofendida que se encontra em situação de risco, resguardando, além de sua incolumidade física e psíquica, o direito de uma vida sem violência e com harmonia, solidariedade, respeito e dignidade, fundamentos esses que devem prevalecer dentro do âmbito familiar (parentes próximos ou pessoas com quem convive ou já conviveu). Assim, considerando o caráter protetivo da norma, prepondera em casos tais a palavra da vítima, que merece ser salvaguardada ante a alegada situação de violência/ameaça. Demais, anoto que as lides domésticas e familiares, por serem relações jurídicas continuativas, perduram no tempo e, por isso, são passíveis de modificações em sua situação de fato e de direito. Em vista disso, a sentença que as resolve não transita materialmente em julgado, ou seja, se porventura o requerido vier demonstrar posteriormente a imprescindibilidade de se aproximar e de manter contato com a vítima, as medidas poderão ser revistas. Como também se faz possível que a ofendida requeira a revogação das medidas concedidas. O novo CPC, claramente voltado à duração razoável do processo e a efetividade da tutela jurisdicional, permite que a tutela satisfativa seja veiculada de maneira antecedente, ou seja, em petição própria, antes da propositura da demanda principal (Artigo 303 do CPC). Ocorre que, se a medida assim requerida (de modo antecedente) e deferida, não for confrontada pela parte contraria pelo recurso cabível, qual seja o agravo de instrumento, ela se estabiliza, isto é, conservará os seus efeitos práticos, independentemente da complementação da petição inicial e da defesa do réu. No presente caso, conforme certificado nos autos, o requerido fora devidamente intimado da decisão antecipatória de tutela e não interpôs recurso de agravo de instrumento, razão pela qual tenho como estabilizado os efeitos da tutela de urgência e por via de consequência, procedo à extinção do processo. DISPOSITIVO Diante do exposto, em observância às regras processuais acima dispostas, reconheço a estabilização da tutela antecipada deferida no início do processo e mantenho as medidas protetivas já fixadas, o que faço nos termos do art. 304, caput, do CPC, e por via de consequência, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, de acordo com o art. 485, X do CPC. Intime-se a requerente, advertindo-a que eventual quebra das medidas protetivas, no transcurso do prazo supra determinado, deverá ser comunicada a autoridade policial como descumprimento de medidas protetivas.

Transcorrido referido prazo deverá a requerente ingressar com novo pedido de medidas protetivas de urgência. Sem custas, nos termos do art. 28 da Lei Maria da Penha. Ciente o MP. Façam-se as comunicações necessárias. Certifique-se o trânsito em julgado, após, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. INTIMEM-SE AS PARTES POR EDITAL. Serve a presente decisão de ofício/mandado/carta precatória, aos fins a que se destina, tudo nos termos dos Provimentos nº 003/2009 CJCI. Datado eletronicamente. Ênio Maia Saraiva Juiz de Direito¿. E como a parte acima qualificada não encontrada para ser pessoalmente intimada, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 20 (vinte) dias a fim de tomar ciência da referida sentença. Aos 04 (quatro) dias do mês de novembro do ano 2021 (dois mil e vinte e um). Eu, Elder Savio Alves Cavalcanti, Diretor de Secretaria de 1ª Entrância, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

O Excelentíssimo Sr. Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio-PA Ênio Maia Saraiva, faz saber à nacional IRANI ALVES RODRIGUES, brasileira, nascida em 02/08/1956, portadora do CPF nº 305.041.712-91, filha de Júlia Maria de Jesus e de Manoel Alves de Oliveira, com endereço declarado nos autos como sendo Rua A, nº 17, Jardim Paraíso, Tucuruí-PA, que nos autos Do procedimento de medidas protetivas de urgência nº 0800086-93.2020.8.14.0058, em 30/08/2021, foi prolatada sentença a qual, na íntegra, diz: ¿SENTENÇA. IRANI ALVES RODRIGUES, devidamente qualificada nos autos, alegando ser vítima de violência doméstica e familiar contra a mulher, com incidência na Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/2006, ingressou com pedido de medidas protetivas de urgência em face de PAULO RODRIGUES ALVES. Em decisão liminar, foram deferidas as medidas de proteção pretendidas pela requerente (id. 21030725). O requerido não foi localizado para citação pessoal (id. 21241884), sendo realizada a editalícia (id. 28231696). Regularmente citado, não apresentou contestação (id. 32765289). Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. DECIDO. Em razão da ausência de defesa tempestiva pelo requerido, embora devidamente citado, DECRETO A REVELIA, o que faço nos termos do art. 344 do CPC Entendo desnecessária a produção de provas em audiência, haja vista que o objeto dos presentes autos é tão somente a apreciação da manutenção e/ou revogação da medida protetiva de urgência. Tenho que a causa está suficientemente instruída para o seu julgamento, pelo que passo a sua apreciação nos termos do artigo 355, I do Código de Processo Civil. A ocorrência traz a descrição da violência/grave ameaça sofrida pela vítima, a qual deu ensejo a decisão liminar concessiva das medidas protetivas de urgência, perdurando até o presente momento. Consigno que a medida protetiva prevista na lei nº 11.340/06 visa a garantia da ofendida que se encontra em situação de risco, resguardando, além de sua incolumidade física e psíquica, o direito de uma vida sem violência e com harmonia, solidariedade, respeito e dignidade, fundamentos esses que devem prevalecer dentro do âmbito familiar (parentes próximos ou pessoas com quem convive ou já conviveu). Assim, considerando o caráter protetivo da norma, prepondera em casos tais a palavra da vítima, que merece ser salvaguardada ante a alegada situação de violência/ameaça. Demais, anoto que as lides domésticas e familiares, por serem relações jurídicas continuativas, perduram no tempo e, por isso, são passíveis de modificações em sua situação de fato e de direito. Em vista disso, a sentença que as resolve não transita materialmente em julgado, ou seja, se porventura o requerido vier demonstrar posteriormente a imprescindibilidade de se aproximar e de manter contato com a vítima, as medidas poderão ser revistas. Como também se faz possível que a ofendida requeira a revogação das medidas concedidas. O novo CPC, claramente voltado à duração razoável do processo e a efetividade da tutela jurisdicional, permite que a tutela satisfativa seja veiculada de maneira antecedente, ou seja, em petição própria, antes da propositura da demanda principal (Artigo 303 do CPC). Ocorre que, se a medida assim requerida (de modo antecedente) e deferida, não for confrontada pela parte contraria pelo recurso cabível, qual seja o agravo de instrumento, ela se estabiliza, isto é, conservará os seus efeitos práticos, independentemente da complementação da petição inicial e da defesa do réu. No presente caso, conforme certificado nos autos, o requerido fora devidamente intimado da decisão antecipatória de tutela e não interpôs recurso de agravo de instrumento, razão pela qual tenho

como estabilizado os efeitos da tutela de urgência e por via de consequência, procedo à extinção do processo. DISPOSITIVO Diante do exposto, em observância às regras processuais acima dispostas, reconheço a estabilização da tutela antecipada deferida no início do processo e mantenho as medidas protetivas já fixadas, o que faço nos termos do art. 304, caput, do CPC, e por via de consequência, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, de acordo com o art. 485, X do CPC. Intime-se a requerente, advertindo-a que eventual quebra das medidas protetivas, no transcurso do prazo supra determinado, deverá ser comunicada a autoridade policial como descumprimento de medidas protetivas. Transcorrido referido prazo deverá a requerente ingressar com novo pedido de medidas protetivas de urgência. Sem custas, nos termos do art. 28 da Lei Maria da Penha. Ciente o MP. Façam-se as comunicações necessárias. Certifique-se o trânsito em julgado, após, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. INTIMEM-SE AS PARTES POR EDITAL. Serve a presente decisão de ofício/mandado/carta precatória, aos fins a que se destina, tudo nos termos dos Provimentos nº 003/2009 CJCI. Datado eletronicamente. Ênio Maia Saraiva Juiz de Direito¿. E como a parte acima qualificada não encontrada para ser pessoalmente intimada, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 20 (vinte) dias a fim de tomar ciência da referida sentença. Aos 04 (quatro) dias do mês de novembro do ano 2021 (dois mil e vinte e um). Eu, Elder Savio Alves Cavalcanti, Diretor de Secretaria de 1ª Entrância, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

E D I T A L DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

PROCESSO Nº 0067663-97.2015.8.14.0058. AÇÃO PENAL. RÉUS: EVANDRO MOURA FERREIRA E ADJALMA SERRÃO PAZ. O Excelentíssimo Senhor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, faz saber aos nacionais ADJALMA SERRÃO PAZ, vulgo ¿Deda¿, paraense de Portel, nascido em 15/02/1994, filho de Maria do Socorro Reis Serrão e de Domingos de Carvalho Paz, e EVANDRO MOURA FERREIRA, vulgo ¿Dico¿, paraense de Senador José Porfírio, nascido em 01/02/1995, filho de Maria Benedita Moura Ferreira, ambos com endereço declarado nos autos como sendo bairro Piquiá, nº 504, Senador José Porfírio-PA, do que não tendo sido possível a intimação pessoal de ambos, os quais encontram-se em lugar incerto e não sabido, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 20 (vinte) dias a fim de tomarem ciência da sentença prolatada por este Juízo em 12/05/2021, à fl. 106 dos autos da Ação Penal nº 0067663-97.201517.8.14.0058, a qual, na íntegra, diz: ¿PROCESSO Nº 0067663-97.2015.8.14.0058. SENTENÇA. Compulsando os autos, verifico que há questão prejudicial de mérito, consistente na extinção da pretensão punitiva estatal pela ocorrência da prescrição pretensão executória vez que, considerando a pena em concreto estabelecida na sentença condenatória (fl. 77/81) e o marco inicial para aferição do prazo prescricional após a imposição da condenação, que é o trânsito em julgado para a acusação, não se tendo configurado qualquer das causas interruptivas da prescrição, transcorreu o prazo prescricional. Os sentenciados EVANDRO MOURA FERREIRA e ADJALMA SERR¿O PAZ não iniciaram até a presente data o cumprimento das suas respectivas penas, tendo perdido a pena concretamente aplicada na sentença a sua força executória, pois não foi exercitada pelos órgãos estatais, nos prazos previstos no artigo 109 do Código Penal. Observo que quando a extinção da punibilidade for decretada após o trânsito em julgado, extingue-se a pretensão executória do Estado -imposição da pena-, remanescendo, no entanto, os efeitos secundários da sentença condenatória, tais como lançamento do nome no rol dos culpados, incluindo a eventual reincidência, por razões de política criminal, ante a existência de pronunciamento do Estado-juiz, com trânsito em julgado da sentença, infirmando a culpabilidade do réu, se no caso for. Assim sendo, tendo havido a perda do Estado do direito aplicar efetivamente a pena, em decorrência da prescrição executória DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE imposta aos condenados EVANDRO MOURA FERREIRA e ADJALMA SERR¿O PAZ, relativamente ao presente processo, consoante artigo art. 107, inciso IV, 109, V, 110 § 1º, ambos do CPB e art. 66, II da Lei de Execução Penal, já que transcorridos os prazos previstos no artigo 109 do Código Penal, a contar do trânsito em julgado da sentença para a acusação, sem que o sentenciado iniciasse o cumprimento da sua pena. DECLARO, ainda, que permanecem os efeitos secundários da sentença condenatória, tais como o lançamento do nome do rol dos culpados, uma vez que a causa de extinç¿o ocorreu depois do trânsito em julgado da sentença condenatória. Oficie-se ao

TRE/PA, comunicando-se lhe do teor da sentença de fl. 81, para os fins do art. 15, III, da Constituição Federal c/c Súmula 09 do TSE. Expeça-se o contramandado de prisão no BNMP 2.0, recolhendo-se aquele(s) anteriormente(s) expedido(s) à(s) fl(s). 97 e 100. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. Façam-se as anotações necessárias. Arquive-se. Senador José Porfírio, 12 de maio de 2021. Ênio Maia Saraiva. Juiz de Direito¿. Aos 04 (quatro) dias do mês de novembro do ano de 2021 (dois mil e vinte e um). Eu, Elder Sávio Alves Cavalcanti, Diretor de Secretaria de 1ª entrância, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

E D I T A L DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

PROCESSO Nº 0067663-97.2015.8.14.0058. AÇÃO PENAL. RÉUS: EVANDRO MOURA FERREIRA E ADJALMA SERRÃO PAZ. O Excelentíssimo Senhor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, faz saber aos nacionais ADJALMA SERRÃO PAZ, vulgo ¿Deda¿, paraense de Portel, nascido em 15/02/1994, filho de Maria do Socorro Reis Serrão e de Domingos de Carvalho Paz, e EVANDRO MOURA FERREIRA, vulgo ¿Dico¿, paraense de Senador José Porfírio, nascido em 01/02/1995, filho de Maria Benedita Moura Ferreira, ambos com endereço declarado nos autos como sendo bairro Piquiá, nº 504, Senador José Porfírio-PA, do que não tendo sido possível a intimação pessoal de ambos, os quais encontram-se em lugar incerto e não sabido, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 20 (vinte) dias a fim de tomarem ciência da sentença prolatada por este Juízo em 12/05/2021, à fl. 106 dos autos da Ação Penal nº 0067663-97.201517.8.14.0058, a qual, na íntegra, diz: ¿PROCESSO Nº 0067663-97.2015.8.14.0058. SENTENÇA. Compulsando os autos, verifico que há questão prejudicial de mérito, consistente na extinção da pretensão punitiva estatal pela ocorrência da prescrição pretensão executória vez que, considerando a pena em concreto estabelecida na sentença condenatória (fl. 77/81) e o marco inicial para aferição do prazo prescricional após a imposição da condenação, que é o trânsito em julgado para a acusação, não se tendo configurado qualquer das causas interruptivas da prescrição, transcorreu o prazo prescricional. Os sentenciados EVANDRO MOURA FERREIRA e ADJALMA SERR¿O PAZ não iniciaram até a presente data o cumprimento das suas respectivas penas, tendo perdido a pena concretamente aplicada na sentença a sua força executória, pois não foi exercitada pelos órgãos estatais, nos prazos previstos no artigo 109 do Código Penal. Observo que quando a extinção da punibilidade for decretada após o trânsito em julgado, extingue-se a pretensão executória do Estado -imposição da pena-, remanescendo, no entanto, os efeitos secundários da sentença condenatória, tais como lançamento do nome no rol dos culpados, incluindo a eventual reincidência, por razões de política criminal, ante a existência de pronunciamento do Estado-juiz, com trânsito em julgado da sentença, infirmando a culpabilidade do réu, se no caso for. Assim sendo, tendo havido a perda do Estado do direito aplicar efetivamente a pena, em decorrência da prescrição executória DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE imposta aos condenados EVANDRO MOURA FERREIRA e ADJALMA SERR¿O PAZ, relativamente ao presente processo, consoante artigo art. 107, inciso IV, 109, V, 110 § 1º, ambos do CPB e art. 66, II da Lei de Execução Penal, já que transcorridos os prazos previstos no artigo 109 do Código Penal, a contar do trânsito em julgado da sentença para a acusação, sem que o sentenciado iniciasse o cumprimento da sua pena. DECLARO, ainda, que permanecem os efeitos secundários da sentença condenatória, tais como o lançamento do nome do rol dos culpados, uma vez que a causa de extinç¿o ocorreu depois do trânsito em julgado da sentença condenatória. Oficie-se ao TRE/PA, comunicando-se lhe do teor da sentença de fl. 81, para os fins do art. 15, III, da Constituição Federal c/c Súmula 09 do TSE. Expeça-se o contramandado de prisão no BNMP 2.0, recolhendo-se aquele(s) anteriormente(s) expedido(s) à(s) fl(s). 97 e 100. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. Façam-se as anotações necessárias. Arquive-se. Senador José Porfírio, 12 de maio de 2021. Ênio Maia Saraiva. Juiz de Direito¿. Aos 04 (quatro) dias do mês de novembro do ano de 2021 (dois mil e vinte e um). Eu, Elder Sávio Alves Cavalcanti, Diretor de Secretaria de 1ª entrância, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

**COMARCA DE VIGIA**

**SECRETARIA DA VARA UNICA DE VIGIA**

REF.:
PROCESSO Nº: 0000578-95.2009.8.14.0063
AUTOS DE: AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S.A.
ADVOGADO: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS OAB/PA 21.148- A
JOSÉ ARNALDO JASSEN NOGUEIRA OAB/PA 21.078- A
REQUERIDO: MÁRCIA DO SOCORRO SANTOS AMORIM
PATRONO: WELINGTON RIBEIRO ALVES OAB/PA 17.719

SENTENÇA

Vistos etc.

BANCO DO BRASIL S.A., com qualificação nos autos, ingressou com a presente AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO contra MARCIA DO SOCORRO SANTOS AMORIM, também qualificado, visando à sequela de um veículo descrito na petição de fls. 03/07v, dos autos.

Com a inicial veio a documentação de fls. 08/23.

Liminar concedida às fls. 25/26.

Auto de busca e apreensão a folhas 31 dos autos.

Audiência de conciliação infrutífera às fls. 48.

A requerida foi citada (fls. 35) e ofereceu contestação (fls. 37/39), pugnando pela improcedência da ação.

Pugnou o autor pelo julgamento antecipado do mérito (fls. 85), não tendo a requerida se manifestado (fls. 89).

Certidão da UNAJ (LIBRA nº 20210201530798) informando da inexistência de custas a serem pagas.

É o relatório. Decido.

É o caso de julgamento antecipado da lide.

Dispõe o Art. 355, I, do Código de Processo Civil que o Juiz deve julgar antecipadamente o mérito, quando não houver requerimento para produção de outras provas.

Vejamos:Art. 355. "O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando:

I - não houver necessidade de produção de outras provas;

II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto no e não houver requerimento de prova, na forma do art. 349.¿.

Pois bem, apesar da requerida contestar a ação informando que conforme a cláusula sexta, parágrafo quarto do contrato de financiamento prever que o pagamento se daria via débito em sua conta corrente, bem como que, no mês 12/2009, a ré teria saldo positivo em sua conta corrente (R$ 1.039,03), motivo pelo qual não deveria ser considerada inadimplente, tal alegação não merece ser levada em consideração, uma vez que do demonstrativo de débitos (fls. 08), acostado pela autora, tem-se que ela se encontrava em mora desde o mês de
08/2008.

Dessa forma, não comprovou a ré que cumpriu com a referida cláusula sexta, parágrafo quarto do contrato de financiamento (fls.41/43), eis que não trouxe aos autos prova de que desde 08/2008, teria saldo positivo em sua conta, o que poderia demonstrar um possível equívoco por parte da instituição financeira credora.

Assim, não logrou êxito em trazer fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor, conforme inteligência do art. 373, II do NCPC.

Nesse sentido:AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CERCEAMENTO DE DEFESA.

JULGAMENTO ANTECIPADO. RESCISÃO CONTRATUAL. POSSIBILIDADE. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando não houver necessidade de produção de outras provas. A parte requerida, quando apresentar fatos extintivos, modificativos e impeditivos do direito do autor, deve comprová-los. A efetivação da busca e apreensão acarreta, como consequência lógica, a rescisão contratual, em razão da consolidação da posse e do domínio em favor do

credor fiduciário, em face do inadimplemento do devedor (TJ-RO - AC: 70037717920178220001 RO 7003771-79.2017.822.0001, Data de Julgamento: 25/09/2020)

Outrossim, a inicial veio acompanhada por documentos que legitimam a propositura da ação, como planilha de débitos e notificação extrajudicial devidamente recebida pela ré.

Importante asseverar também que não houve a purgação da mora.

Também neste sentido: EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE BUSCA E APREEN SÃO - CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL - INAPLICABILIDADE - CONSOLIDAÇÃO DA POSSE E PROPRIEDADE PLENA - SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA MANTIDA. Comprovada a regularidade da notificação, nos termos do

disposto no artigo 2º, § 2º, do Decreto-lei nº 911/69, e constatado que o devedor permanece em mora, forçoso concluir pela procedência do pedido formulado na ação de busca e apreensão, devendo a posse e o domínio do bem consolidar-se em favor do credor fiduciário. "A teoria do adimplemento substancial é inaplicável em sede de contrato de mútuo bancário garantido por alienação fiduciária para aquisição de bem móvel fungível" (IRDR nº 1.0000.16.032795-3/000). (TJ-MG - AC: 10000160803912002 MG, Relator: José de Carvalho Barbosa, Data de Julgamento: 10/09/0019, Data de Publicação: 12/09/2019) ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. DECRETO-LEI N. 911/1969. ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI N. 10.931/2004. PURGAÇÃO DA MORA.

IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE PAGAMENTO DA INTEGRALIDADE DA DÍVIDA NO PRAZO DE 5 DIAS APÓS A EXECUÇÃO DA LIMINAR. 1. Para fins do art. 543-C do Código de Processo

Civil: "Nos contratos firmados na vigência da Lei n. 10.931/2004, compete ao devedor, no prazo de 5 (cinco) dias após a execução da liminar na ação de busca e apreensão, pagar a integralidade da dívida - entendida esta como os valores apresentados e comprovados pelo credor na inicial -, sob pena de consolidação da propriedade do bem móvel objeto de alienação fiduciária". 2. Recurso especial provido. (REsp 1418593/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/05/2014, DJe 27/05/2014).

Em face de peculiaridade do caso e satisfeitos os pressupostos da admissibilidade da pretensão, considero a presente medida em seu caráter satisfativo.

III ¿ DISPOSITIVO:

Ante o exposto e, por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE, com base

no artigo 487, inciso I do C.P.C, a presente Ação de Busca e Apreensão ajuizada para CONSOLIDAR em nome do autor o domínio e a posse plena e exclusiva do bem relacionado na petição inicial (fls. 03/07) e apreendido a folhas 31.

Condeno a parte ré nas custas processuais e honorários advocatícios do paraninfo do autor, na base de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, ficando suspensa sua cobrança pelo prazo de 05 (cinco) anos, tendo em vista o requerimento da gratuidade processual, a qual desde já a defiro.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Cumpridas as formalidades legais, baixe-se e arquive-se.

Cumpra-se.

Vigia de Nazaré/PA, 09 de novembro 2021.

Antonio Francisco Gil Barbosa

Juiz de Direito da Vara Única da
Comarca de Vigia de Nazaré e do
Termo Judiciário de Colares ¿ PA

**COMARCA DE VISEU**

**SECRETARIA DA VARA UNICA DE VISEU**

**Processo nº 0003665-74.2014.8.14.0064 (INSTRUÇÃO CRIMINAL)**

**AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO**

**RÉU: EDSON PIMENTEL DOS SANTOS**

ADVOGADA: DR, MA NUELA PINTO DE OLIVEIRA

**TERMO DE AUDIÊNCIA**

Aos vinte (20) dia do mês de outubro de dois mil e vinte e um (2021), às 13hs32min, nesta cidade e comarca de Viseu, Estado do Pará, dentro do ambiente Microsoft Teams, em razão da pandemia da Covid-19 e conforme a portaria conjunta nº 5/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, de 23 de março de 2020 e portaria conjunta nº 10/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, de 15 de maio de 2020.

Aberta a audiência, presente o MMº Juiz de Direito, CHARLES CLAUDINO FERNANDES, presente o Representante do Ministério Público, Dr. ANDRÉ CAVALCANTI DE OLIVEIRA.

Verificou-se que a audiência estaria prejudicada pelo não cumprimento do despacho pela secretaria criminal.

**DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA - Redesigno a audiência para o dia 30 de MARÇO DE 2022, ÀS 09:00 HORAS. INTIMEM-SE. CUMPRA-SE.**

Ciente e intimados os presentes. Juntarei aos autos o termo da audiência. Como nada mais houve, deu-se esta por encerrada, que vai devidamente conferida e aprovada pelos presentes. A presente audiência foi realizada de forma virtual, em razão dos efeitos e medidas adotadas em decorrência da PANDEMIA do COVID-19. O presente termo foi disponibilizado para acompanhamento pelas partes, Representante do Ministério Público e defesa técnica, para que apontassem erros, discordâncias ou inexatidões, e, ao final, concordaram com o presente termo para juntada aos autos. Dispenso a assinatura da ata pelos presentes, nos termos do art. 25 da Resolução 185 do CNJ e da PORTARIA CONJUNTA Nº 7/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, devendo esta ser assinada pelo presidente do ato no sistema LIBRA¿. E como nada mais houvesse, mandou o M.M. Juiz encerrar o presente termo que lido e achado conforme vai assinado. Eu, ____, auxiliando em gabinete, que digitei e subscrevi, de ordem do MM. Juiz de Direito desta Comarca.

**Charles Claudino Fernandes - Juiz de Direito**

_

**Processo nº 0003665-74.2014.8.14.0064 (INSTRUÇÃO CRIMINAL)**

**AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO**

**RÉUS: BENEDITO ANTÔNIO e EDSON PIMENTEL**

ADVOGADA: DRA. MANUELA PINTO DE OLIVEIRA

**TERMO DE AUDIÊNCIA**

Aos vinte (20) dia do mês de outubro de dois mil e vinte e um (2021), às 13hs32min, nesta cidade e comarca de Viseu, Estado do Pará, dentro do ambiente Microsoft Teams, em razão da pandemia da Covid-19 e conforme a portaria conjunta nº 5/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, de 23 de março de 2020 e portaria conjunta nº 10/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, de 15 de maio de 2020.

Aberta a audiência, presente o MMº Juiz de Direito, CHARLES CLAUDINO FERNANDES, presente o Representante do Ministério Público, Dr. ANDRÉ CAVALCANTI DE OLIVEIRA.

Verificou-se que a audiência estaria prejudicada pelo não cumprimento do despacho pela secretaria criminal.

**DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA - Redesigno a audiência para o dia 30 de MARÇO DE 2022, ÀS 09:00 HORAS. INTIMEM-SE. CUMPRA-SE.**

Ciente e intimados os presentes. Juntarei aos autos o termo da audiência. Como nada mais houve, deu-se esta por encerrada, que vai devidamente conferida e aprovada pelos presentes. A presente audiência foi realizada de forma virtual, em razão dos efeitos e medidas adotadas em decorrência da PANDEMIA do COVID-19. O presente termo foi disponibilizado para acompanhamento pelas partes, Representante do Ministério Público e defesa técnica, para que apontassem erros, discordâncias ou inexatidões, e, ao final, concordaram com o presente termo para juntada aos autos. Dispenso a assinatura da ata pelos presentes, nos termos do art. 25 da Resolução 185 do CNJ e da PORTARIA CONJUNTA Nº 7/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, devendo esta ser assinada pelo presidente do ato no sistema LIBRA¿. E como nada mais houvesse, mandou o M.M. Juiz encerrar o presente termo que lido e achado conforme vai assinado. Eu, ____, auxiliando em gabinete, que digitei e subscrevi, de ordem do MM. Juiz de Direito desta Comarca.

**Charles Claudino Fernandes - Juiz de Direito**

_

**Processo nº 0003665-74.2014.8.14.0064 (INSTRUÇÃO CRIMINAL)**

**AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO**

**RÉUS: BENEDITO ANTÔNIO e EDSON PIMENTEL**

**ASSISTIDO PELA DEFENSORIA PÚBLICA**

**TERMO DE AUDIÊNCIA**

Aos vinte (20) dia do mês de outubro de dois mil e vinte e um (2021), às 13hs32min, nesta cidade e

comarca de Viseu, Estado do Pará, dentro do ambiente Microsoft Teams, em razão da pandemia da Covid-19 e conforme a portaria conjunta nº 5/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, de 23 de março de 2020 e portaria conjunta nº 10/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, de 15 de maio de 2020.

Aberta a audiência, presente o MMº Juiz de Direito, CHARLES CLAUDINO FERNANDES, presente o Representante do Ministério Público, Dr. ANDRÉ CAVALCANTI DE OLIVEIRA.

Verificou-se que a audiência estaria prejudicada pelo não cumprimento do despacho pela secretaria criminal.

**DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA - Redesigno a audiência para o dia 30 de MARÇO DE 2022, ÀS 09:00 HORAS. INTIMEM-SE. CUMPRA-SE.**

Ciente e intimados os presentes. Juntarei aos autos o termo da audiência. Como nada mais houve, deu-se esta por encerrada, que vai devidamente conferida e aprovada pelos presentes. A presente audiência foi realizada de forma virtual, em razão dos efeitos e medidas adotadas em decorrência da PANDEMIA do COVID-19. O presente termo foi disponibilizado para acompanhamento pelas partes, Representante do Ministério Público e defesa técnica, para que apontassem erros, discordâncias ou inexatidões, e, ao final, concordaram com o presente termo para juntada aos autos. Dispenso a assinatura da ata pelos presentes, nos termos do art. 25 da Resolução 185 do CNJ e da PORTARIA CONJUNTA Nº 7/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, devendo esta ser assinada pelo presidente do ato no sistema LIBRA¿. E como nada mais houvesse, mandou o M.M. Juiz encerrar o presente termo que lido e achado conforme vai assinado. Eu, ____, auxiliando em gabinete, que digitei e subscrevi, de ordem do MM. Juiz de Direito desta Comarca.

**Charles Claudino Fernandes - Juiz de Direito**

_

**COMARCA DE ANAPU**

**SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ANAPU**

RESENHA: 10/11/2021 A 11/11/2021 - SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ANAPU - VARA: VARA ÚNICA DE ANAPU PROCESSO: 00018491320128140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MANFREDO BRAGA FILHO A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 10/11/2021 REQUERENTE:ANA PAULA SCARPARO FERGUTZ Representante(s): OAB 7710 - JORGE MAURO OLIVEIRA DE MEDEIROS (ADVOGADO) OAB 10758 - FRANCINALDO FERNANDES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 15495 - LUIZ CARLOS DIAS JUNIOR (ADVOGADO) OAB 13013 - ALINE CRISTIANE ANAISSI DE MORAES BRAGA (ADVOGADO) OAB 18776 - RODNEY ITAMAR BARROS DAVID (ADVOGADO) OAB 20235 - TATYANA CRISTINA MOURAO JATAHY (ADVOGADO) JACQUELINE MAXIMO FERNANDES CORREIA (ADVOGADO) OAB 21251 - FERNANDO PEIXOTO FERNANDES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 11946 - FERNANDO JOSE MARIN CORDERO DA SILVA (ADVOGADO) OAB 365.620 - SUELEN FATIMA BIFFI SCARPARO (ADVOGADO) REQUERENTE:FABIO SCARPARO FERGUTS Representante(s): OAB 7710 - JORGE MAURO OLIVEIRA DE MEDEIROS (ADVOGADO) OAB 10758 - FRANCINALDO FERNANDES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 15495 - LUIZ CARLOS DIAS JUNIOR (ADVOGADO) OAB 13013 - ALINE CRISTIANE ANAISSI DE MORAES BRAGA (ADVOGADO) OAB 18776 - RODNEY ITAMAR BARROS DAVID (ADVOGADO) OAB 20235 - TATYANA CRISTINA MOURAO JATAHY (ADVOGADO) JACQUELINE MAXIMO FERNANDES CORREIA (ADVOGADO) OAB 21251 - FERNANDO PEIXOTO FERNANDES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 11946 - FERNANDO JOSE MARIN CORDERO DA SILVA (ADVOGADO) OAB 365.620 - SUELEN FATIMA BIFFI SCARPARO (ADVOGADO) REQUERENTE:CHRISTIAN FABIAN SCARPARO Representante(s): OAB 7710 - JORGE MAURO OLIVEIRA DE MEDEIROS (ADVOGADO) OAB 11946 - FERNANDO JOSE MARIN CORDERO DA SILVA (ADVOGADO) OAB 365.620 - SUELEN FATIMA BIFFI SCARPARO (ADVOGADO) REQUERIDO:OCUPANTES DOS IMOVEIS Representante(s): OAB 11597-A - JOSE DE ARIMATEA DOS SANTOS JUNIOR (ADVOGADO) REQUERENTE:JOSE SCARPARO Representante(s): OAB 7710 - JORGE MAURO OLIVEIRA DE MEDEIROS (ADVOGADO) OAB 10758 - FRANCINALDO FERNANDES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 15495 - LUIZ CARLOS DIAS JUNIOR (ADVOGADO) OAB 14955 - VITOR ANTONIO OLIVEIRA BAIA (ADVOGADO) OAB 13013 - ALINE CRISTIANE ANAISSI DE MORAES BRAGA (ADVOGADO) OAB 18776 - RODNEY ITAMAR BARROS DAVID (ADVOGADO) OAB 20235 - TATYANA CRISTINA MOURAO JATAHY (ADVOGADO) JACQUELINE MAXIMO FERNANDES CORREIA (ADVOGADO) OAB 21251 - FERNANDO PEIXOTO FERNANDES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 11946 - FERNANDO JOSE MARIN CORDERO DA SILVA (ADVOGADO) OAB 365.620 - SUELEN FATIMA BIFFI SCARPARO (ADVOGADO) REQUERENTE:SUELY DE AZEVEDO SILVA Representante(s): OAB 7710 - JORGE MAURO OLIVEIRA DE MEDEIROS (ADVOGADO) OAB 10758 - FRANCINALDO FERNANDES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 15495 - LUIZ CARLOS DIAS JUNIOR (ADVOGADO) OAB 13013 - ALINE CRISTIANE ANAISSI DE MORAES BRAGA (ADVOGADO) OAB 20235 - TATYANA CRISTINA MOURAO JATAHY (ADVOGADO) OAB 21251 - FERNANDO PEIXOTO FERNANDES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 11946 - FERNANDO JOSE MARIN CORDERO DA SILVA (ADVOGADO) OAB 365.620 - SUELEN FATIMA BIFFI SCARPARO (ADVOGADO) . DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Designo audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o a ser realizada neste FÃ³rum Judicial no dia 23.11.2021 Ã s 9:30h. 2.Â Â Â Â Â Intime-se os requerentes na pessoa de seus Advogados, via DJE para comparecimento. 3.Â Â Â Â Â Intime-se os requeridos na pessoa de seu Advogado, via DJE para comparecimento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Anapu, (PA), 10 de novembro de 2021.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Manfredo Braga Filho Juiz de Direito PROCESSO: 00034681820198140138 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MANFREDO BRAGA FILHO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:PEDRO OSMAR PINHEIRO AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1.Â Â Por motivo de readequaÃ§Ã£o de pauta redesigno audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 24/02/2022 Ã s 11:30h. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2. Intime-se o denunciado e as testemunhas arroladas na denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3. CiÃªncia a Defesa Dativa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 4. Efetue a migraÃ§Ã£o dos presentes autos e intime-se o MinistÃ©rio PÃºblico, via Sistema PJE. 10 de novembro de 2021 MANFREDO BRAGA FILHO Juiz de Direito PROCESSO:

00082045020178140138 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MANFREDO BRAGA FILHO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 VITIMA:R. F. REU:FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA REU:ANTONILSON LOPES RAMALHO REU:ANTONIO SILVA DE LIMA AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. DESPACHO Â Â 1.Â Â Â Â Â Considerando que os denunciados nÃ£o atualizaram seus endereÃ§os perante o Poder JudiciÃ¡rio decreto a revelia dos rÃ©us Fernando Oliveira da Silva, AntÃ´nio Silva de Lima e Antonilson Lopes Ramalho nos termos do artigo 367 do CPP, devendo o feito prosseguir independentemente da intimaÃ§Ã£o dos acusados. 2.Â Â Â Â Â Verifico que a resposta a acusaÃ§Ã£o jÃ¡ fora apresentada Ã s fls. 12/15 dos autos e que a audiÃªncia designada anteriormente nÃ£o fora realizada conforme informaÃ§Ãµes constante nos autos designo audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 24/02/2022 Ã s 12:30h. 3.Â Â Â Â Â Intimem-se as testemunhas arroladas na denÃºncia para comparecimento na referida audiÃªncia. 4.Â Â Â Â Â Efetue-se a migraÃ§Ã£o dos presentes autos e cientifique-se a defesa e intime-se o MinistÃ©rio PÃºblico, via PJE. 10 de novembro de 2021 MANFREDO BRAGA FILHO Juiz de Direito

**COMARCA DE IPIXUNA DO PARÁ**

**SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE IPIXUNA DO PARÁ**

**EDITAL DE ALISTAMENTO PROVISÓRIO DE JURADOS**

**O Dr. José Antonio Ribeiro de Pontes Júnior, Juiz de Direito Titular da Comarca de Ipixuna do Pará, no uso de suas atribuições legais e etc...**

Faz saber pelo presente Edital, aos que virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo foi organizada e publicada, na forma da lei, a seguinte **LISTA PROVISÓRIA DE JURADOS**, que servirão nas sessões periódicas do Tribunal do Júri da Comarca de Ipixuna do Pará, Estado do Pará, durante o ano de 2022, quais sejam:

01 - ADRIANA DA SILVA ALVES / PROFESSOR PEDAGÓGICO

02 ¿ ALAM SOUSA SILVA/ AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

03 ¿ ARANDY DOS SANTOS PASCOAL/ PROFESSOR MAGISTÉRIO, SEMED

04 ¿ LAUDYSON DE JESUS BONFIM ARAUJO/ PROFESSOR, SEMED

05 - BRUNA SOARES MONTEIRO/ AUXILIAR ADMINISTRATIVO, SEC. DE SAÚDE

06 ¿ CAMILA DOS SANTOS SILVA/ AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, SEC. DE SAÚDE

07 ¿ CELSO DE AGUIAR PAIVA/ AUXILIAR ADMINISTRATIVO, USF VILA NOVA

08 ¿ CRISTINA LOPES DA SILVA/ ASSESSOR TÉCNICO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

09 ¿ DAIANA DA SILVA CARVALHO/ AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

10 ¿ FLÁVIA GONÇALVES PEREIRA/ COORDENADOR PEDAGÓGICO

11 ¿ DIEGO LOPES FREITAS/ GUARDA MUNICIPAL

12 ¿ ELIESIO SILVA SOUSA/ COORDENADOR, SEMED

13 ¿ ESAÚ MIRANDA SOARES/ AUXILIAR DE BIBLIOTECA, RH PREFEITURA

14 ¿ FABIOLA SALES CASTILHO/ AUXILIAR ADMINISTRATIVO, UBS RAIMUNDA BITTENCOURT

15 ¿ GISELLE NETO PINHEIRO/ AUXILIAR ADMINISTRATIVO, USF RESIDENCIAL CUNHA

16 - JEREMIAS AGUIAR LAMEIRA/ ACS, SEC. DE SAÚDE

17 ¿ HETIANY DA SILVA PIMENTEL/ AUXILIAR ADMINISTRATIVO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

18 ¿ JANE CRISTINA SANTOS ABRANTES/ COORDENADOR PEDAGÓGICO, ADÉLIA SODRÉ

19 ¿ IDAZYO FONSECA DA COSTA/ DIRETOR, SEC. DE OBRAS

20 ¿ CLAUDEMIR BRITO GOMES, GESTOR ESCOLAR, SEMED

21 ¿ CLEBER MARTINS BEZERRA/ ASSESSOR, SEC. DE SAÚDE

22 ¿ JOELSON LOPES CARMO/ ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, BOLSA FAMÍLIA, AÇÃO SOCIAL

23 ¿ JOSÉ FRANCISCO POSSIDONIO CARDOSO/ ASSISTENTE SOCIAL, CRAS

24 ¿ CLEBYO RIBEIRO DA SILVA/ AUX. DE BIBLIOTECA, SEC. DE TURISMO ESPORTE E LAZER

25 ¿ CLEITON SILVA RODRIGUES/ DIRETOR, SECRETARIA DE OBRAS

26 ¿ LUCIA PEREIRA DE SOUSA/ SERVENTE, USF RESIDENCIAL CUNHA

27 ¿ LEONARDO DUARTE MOITA/ SERVENTE EDUCACIONAL/ SEMED

28 ¿ LUCIANE DO SOCORRO PINHEIRO/ ACS, SEC. DE SAÚDE

29 ¿ SIMONE CORREA LOPES/PROFESSORA, SEMED

30 ¿ JANETE DOS SANTOS SOARES/ PROFESSORA, SEMED

31 ¿ MADALENA ALVES DE SOUZA OLIVEIRA/ PROFESSORA, SEMED

32 ¿ MAGNO DO NASCIMENTO FELIZARDO/ ACS, SEC. DE SAÚDE

33 ¿ RAQUEL DIAS PIRES COSTA/ ACS, SEC. DE SAÚDE

34 ¿ MARCOS ANTONIO REIS OLIVEIRA/ ACE, SEC DE SAÚDE

35 ¿ JOSÉ JÚNIOR PEREIRA DE OLIVEIRA/ MOTORISTA, SEC DE MEIO AMBIENTE

36 ¿ MARIA KATIANA CARVALHO LIMA/ ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, SEC. DE FINANÇAS

37 ¿ MARIA NEIDE PINHEIRO/ OPERADOR DE SISTEMA DE ÁGUA, SEC. DE OBRAS

38 ¿ MAURÍCIO TEIXEIRA BOAS/ AUX. ADMINISTRATIVO, USF RESIDENCIAL CUNHA

39 ¿ NEYDSON NASCIMENTO RIBEIRO/ CONTADOR, GAB. ADM. E RH

40 ¿ OSILENI SOCORRO SALDANHA DO NASCIMENTO/ PROFESSOR, SEMED

**SUPLENTES**

01 ¿ RAFAEL DE OLIVEIRA SANTOS/ AUX. ADMINISTRATIVO, AÇÃO SOCIAL

02 ¿ RAIANE LIMA MONTE/ AUX. ADMINISTRATIVO, AÇÃO SOCIAL

03 ¿ RAIMUNDO VALDO DE SOUSA FERREIRA/ PROFESSOR MAGISTÉRIO, SEMED

04 ¿ REGINA PONTES DA SILVA/ PROFESSORA, SEMED

05 ¿ REGINA CÉLIA LOPES DA SILVA/ PROFESSOR, SEMED

06 ¿ SANDRA LEITE/ ASSESSOR, SEC. ADM. E RH

07 ¿ SANDRA REGINA DAMASCENO DE OLIVEIRA/ SERVENTE, SEC. DE TURISMO

08 ¿ JOSÉ MARIA MOREIRA SOUZA, PROFESSOR, SEMED

09 ¿ SUE ANN MAURITANIA GAMA MACEDO/ AUX. ADMINISTRATIVO, SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

10 ¿ THAYLYNNE BARBOSA DE FREITAS/ AUX. ADMINISTRATIVO, SEC. DE AGRICULTURA

11 ¿ TIAGO BORGES DA CRUZ SOARES AQUINO/ ENGENHEIRO FLORESTAL, SEC. DE MEIO AMBIENTE

12 ¿ LUCILENE BARBOSA DA SILVA/ SERVENTE, SEMED

13 ¿ VENILSON LIMA E SILVA/ ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, AÇÃO SOCIAL

14 ¿ WALLACY FRANCISCO DO NASCIMENTO SOUZA/ FISCAL DE OBRAS, SEC. DE OBRAS

15 ¿ ZAIRA SILVA DE OLIVEIRA/ PROFESSOR, SEMED

16 ¿ ADSON NUNES CORREA/ VIGIA, SEC. DE AGRICULTURA

17 - ALECSANDRA BARROSO PORTUGAL DEL PIERO/ PROFESSORA, SEMED

18 ¿ EDILENE DE SOUZA FILHO/ SERVENTE, SEMED

19 ¿ ADRIA GEISA LIMA DOS SANTOS/ AUX. ADMINISTRATIVO, CREAS

20 ¿ EDINHO DA SILVA MOTA/ ASSESSOR, GABINETE PREFEITURA

21 ¿ WENILSON RODRIGUES SAMPAIO/ AUX. DE SERVIÇOS GERAIS, SEC. DE MEIO AMBIENTE

22 ¿ WELBERT BATISTA DA COSTA/ OPERADOR DE MÁQUINAS LEVES, SEC. DE AGRICULTURA

23 - VICTOR VIEIRA DE OLIVEIRA / NUTRICIONISTA, SEMED

24 - VANDERLEIA DOS SANTOS TRAVASSOS / SERVENTE, SEMED

25 - VALCILENE DO SOCORRO ALEXANDRE NEVES / SERVENTE, SEC. DE SAÚDE

26 - TIAGO MENDES VASCONCELOS/ GUARDA MUNICIPAL

27 - SILENE JAQUES DOS SANTOS/ AUXILIAR ADMINISTRATIVO, CONTROLE INTERNO

28 - SAVIO DA SILVA SANTOS / COORDENADOR, SEC. DE OBRAS

29 - SANDRA FELICICIO RODRIGUES FERNANDES/ PROFESSORA, SEMED

30 - ROSILENE DO NASCIMENTO COSTA/ SERVENTE, AÇÃO SOCIAL

31 - MARIA JOSÉ SILVA BATISTA/ ACS, SEC. DE SAÚDE

32 - MARIA HELIDA SOARES DA SILVA/ COORDENADORA SEMED

33 - MARIA FRANCINEZ DA CONCEIÇÃO NOGUEIRA/ SERVENTE, SEC. DE AGRICULTURA

34 - LUILSON DA SILVA SERIQUE/ GUARDA MUNICIPAL

35 - LUCIENE LIMA FERREIRA/ ASSESSOR SEC. DE ADM. E RH

36 - LILIA KELLY SANTOS DINIZ / ASSISTENTE ADM, SEC. TURISMO, ESPORTE

37 - LENICE RAMOS DA SILVA / ASSESSOR, SEC. DE MEIO AMBIENTE

38 - KILVIA FERNANDA FONSECA REIS/ VIGIA, AÇÃO SOCIAL

39 - KELVIN CAMILO LISBOA BARBOSA/ MOTORISTA, SEMED

40 - ALUDI SAMIR DIAS NUNES/ GUARDA MUNICIPAL

E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e posteriormente ninguém possa legar ignorância o Magistrado determinou a expedição do competente Edital que será publicado e afixado, na forma da lei, podendo qualquer do povo fazer reclamação contra a inclusão de Jurados, no prazo de 15 (quinze), ficando todos advertidos das prescrições normativas elencadas nos artigos 436 e 440 do CPP.

Dado e passado nesta cidade de Ipixuna do Pará, Estado do Pará, aos 11 de Novembro de 2022. Eu, _____, Cynthya Christhina Araújo da Silva Sousa, Diretora de Secretaria, o digitei.

**José Antonio Ribeiro de Pontes Júnior**

Juiz de Direito

**ANEXO**

Em cumprimento ao disposto no artigo 426, §2º, do Código de Processo Penal (CPP), transcreve-se, abaixo, os artigos 436 a 446 do CPPP para conhecimento dos jurados alistados:

Seção VIII
Da Função do Jurado

¿Art. 436. O serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos de notória idoneidade.

§ 1º Nenhum cidadão poderá ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser alistado em razão de cor ou etnia, raça, credo, sexo, profissão, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução.

§ 2º A recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a condição econômica do jurado.¿ (NR)

¿Art. 437. Estão isentos do serviço do júri:

I ¿ o Presidente da República e os Ministros de Estado;

II ¿ os Governadores e seus respectivos Secretários;

III ¿ os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Distrital e Municipais;

IV ¿ os Prefeitos Municipais;

V ¿ os Magistrados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública;

VI ¿ os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública;

VII ¿ as autoridades e os servidores da polícia e da segurança pública;

VIII ¿ os militares em serviço ativo;

IX ¿ os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa;

X ¿ aqueles que o requererem, demonstrando justo impedimento.¿ (NR)

¿Art. 438. A recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica ou política importará no dever de prestar serviço alternativo, sob pena de suspensão dos direitos políticos, enquanto não prestar o serviço imposto.

§ 1º Entende-se por serviço alternativo o exercício de atividades de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, no Poder Judiciário, na Defensoria Pública, no Ministério Público ou em entidade conveniada para esses fins.

§ 2º O juiz fixará o serviço alternativo atendendo aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.¿ (NR)

¿Art. HYPERLINK "http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm"439. O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.¿ (NR)

¿Art. HYPERLINK "http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm"440. Constitui também direito do jurado, na condição do art. 439 deste Código, preferência, em igualdade de condições, nas licitações públicas e no provimento, mediante concurso, de cargo ou função pública, bem como nos casos de promoção funcional ou remoção voluntária.¿ (NR)

¿Art. HYPERLINK "http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm"441. Nenhum desconto será feito nos vencimentos ou salário do jurado sorteado que comparecer à sessão do júri.¿ (NR)

¿Art. HYPERLINK "http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm"442. Ao jurado que, sem causa legítima, deixar de comparecer no dia marcado para a sessão ou retirar-se antes de ser dispensado pelo presidente será aplicada multa de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a sua condição econômica.¿ (NR)

¿Art. HYPERLINK "http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm"443. Somente será aceita escusa fundada em motivo relevante devidamente comprovado e apresentada, ressalvadas as hipóteses de força maior, até o momento da chamada dos jurados.¿ (NR)

¿Art. HYPERLINK "http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm"444. O jurado somente será dispensado por decisão motivada do juiz presidente, consignada na ata dos trabalhos.¿ (NR)

¿Art. HYPERLINK "http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm"445. O jurado, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la, será responsável criminalmente nos mesmos termos em que o são os juízes togados.¿ (NR)

¿Art. HYPERLINK "http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm"446. Aos suplentes, quando convocados, serão aplicáveis os dispositivos referentes às dispensas, faltas e escusas e à equiparação de responsabilidade penal prevista no art. 445 deste Código.¿ (NR)